00100.108432/2025-04

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 87, TERÇA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de Abril de 2025 (em conjunto com a 10ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.5)**

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 6

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Abril de 2025 70

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 99

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2025 129

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Maio de 2025 189

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de Maio de 2025 (em conjunto com a 23ª Reunião da CDH) 244

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2025 297

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 330

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 394

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 438

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2025 517

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Abril de 2025 587

Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Abril de 2025 (em conjunto com a 7ª Reunião da CMA) 651

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Maio de 2025 696

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 740

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 785

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 795

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2025 816

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Abril de 2025 (em conjunto com a 6ª Reunião da CCT)**(Vide item 1.10)**

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 06ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2025 837

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2025 877

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Abril de 2025 942

Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de Abril de 2025 (em conjunto com a 6ª Reunião da CAS) 1013

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de Maio de 2025 (em conjunto com a 13ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.1)**

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Abril de 2025 1066

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 1128

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2025 1189

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 1192

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 1216

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 1244

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 1249

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 1329

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 1372

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 1390

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2025 1419

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 1449

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Abril de 2025 (em conjunto com a 6ª Reunião da CTFC) 1480

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 1508

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 1516

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Abril de 2025 (em conjunto com a 9ª Reunião da CE)**(Vide item 1.3)**

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 1520

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 1525

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 1544

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Maio de 2025 1575

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 1589

1.11.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Ata da 1ª Reunião, realizada em 7 de Maio de 2025 1635

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 1640

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 1687

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Abril de 2025 1764

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 1790

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Abril de 2025 1942

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 1980

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Beto Faro, Izalci Lucas, Augusta Brito, Jorge Seif e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jussara Lima e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3446, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, para autorizar a inclusão da equoterapia entre as práticas previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2016) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para estabelecer isenção de registro e observância de regras simplificadas para cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e outros produtos de finalidade congênere, quando produzidos de maneira artesanal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4798, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar que as atividades preventivas previstas no âmbito das ações de promoção e proteção da saúde incluem a realização de programas de incentivo ao envelhecimento saudável." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 2-CE, nos termos da Subemenda nº 1-CE, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 18, de 2025-CAS, para a realização de audiência pública de instrução da matéria. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3448, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o dia 23 de abril como Dia Nacional de Conscientização da Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Votam contrário os Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Veneziano Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/09

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes, Senadoras, Senadores, todos aqui presentes.

Havendo o número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Eu quero aqui pedir a todos os presentes que vocês possam fazer silêncio, uma vez que são vários temas de muita importância, de muita relevância para o nosso país, e que vocês possam se manter em silêncio, por gentileza.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidenta.

Eu queria solicitar a V. Exa. a inclusão na pauta de requerimento já entregue à Secretaria da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é fruto de um acordo da legislatura passada na Comissão de Educação, que votou a matéria. A proposta lá foi votar para não interromper o trâmite e se fazer a discussão nesta Comissão, que é a Comissão terminativa para o projeto em tela.

Se a V. Exa. permitir, eu leria agora o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente Eudócia, minha querida colega, médica e Senadora. É um prazer estar sendo presidido pela Senhora nesta Comissão.

Eu queria também arguir uma questão de ordem, de que a gente primeiro, regimentalmente, invertesse a pauta, porque está se começando de trás para frente. Está se entrando com o requerimento de uma matéria que é o item 8 da pauta.

Então, eu sugeriria que a senhora fizesse a inversão da pauta para a gente começar a discutir primeiro o requerimento extrapauta e algumas questões que podem ser eventualmente arguidas no decorrer dos debates deste projeto, que, realmente, como a senhora falou, é o projeto mais importante deste século para a medicina e para a saúde do povo brasileiro.

Eu queria que a senhora, por gentileza, acatasse essa questão de ordem, invertendo a pauta, colocando o item 8 da pauta como primeiro item dessa nossa reunião.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, não requeri inversão da pauta, porque acho que não vem ao caso. É uma inclusão na pauta, Senador Hiran, é incluir mais uma questão na pauta.

Então, simplesmente isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Aliás, eu tenho um profundo respeito pela Senadora Teresa e pela Senadora Zenaide, minhas colegas daqui, da Comissão – a Senadora Zenaide é médica, minha colega, querida amiga –, mas peço permissão para divergir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece é que esse projeto está em pauta já faz mais de uma semana. E aí se alegar que nós estamos preocupados, precisamos discutir e colocar extrapauta... Deveria estar na pauta já esse projeto essa solicitação a meu ver.

Mas eu quero aqui reforçar a minha solicitação de que, regimentalmente, a gente faça a inversão de pauta e a gente comece a discutir a questão desse requerimento extrapauta, que certamente será votado, porque não há consenso. E depois eu pediria que, não havendo consenso, a gente pudesse fazer a discussão, apresentar o relatório e a discussão da matéria e, se for, eventualmente, pedido de vista, como eu acredito que há o ânimo aqui para isso, a gente pudesse discutir no decorrer dessa discussão da matéria.

Quero também dar as boas-vindas aqui a todos os presidentes de Conselho Regional de Medicina de todo o país que estão aqui presentes nos prestigiando. Isso demonstra, sim, a importância, a preocupação do nosso órgão maior, da nossa instituição que rege as boas práticas e é uma autarquia federal do nosso país. A preocupação está aqui, todos aqui presentes, com o nosso Presidente Hiran Gallo aqui, da nossa Comissão de Assuntos Políticos, e todos os presidentes regionais, e, além do mais, essa iminência da medicina brasileira, o nosso querido Zacharias Calil, Deputado Federal, que, certamente, vai nos ajudar lá na Câmara dos Deputados, já que é o Relator da matéria lá na Câmara e vai nos ajudar a aperfeiçoar esse projeto, que, se Deus quiser, será aprovado aqui no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, eu vou começar a ler o item 8, porém, de acordo com o §2º do art. 93, teremos que fazer a discussão antes do requerimento, seguindo o que diz o nosso Regimento Interno. Se o requerimento for rejeitado, o item será discutido. Eu estou apenas seguindo o Regimento da Casa.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Então, quanto ao item 8, Projeto de Lei 2.294, de 2024, terminativo, registro a apresentação de requerimento de autoria da Senadora Teresa Leitão para realização de audiência pública para instrução da matéria, com base no art. 93, inciso I, do Regimento Interno.

Concedo a palavra à autora do requerimento para leitura ou eventuais considerações a respeito.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – A primeira consideração, Sra. Presidente, Srs. Senadores, assistência, que eu quero fazer é que esta audiência foi acordada na Comissão de Educação, que negou a realização da audiência para não dificultar a tramitação. Então, foi pedida vista, depois o projeto veio a voto, foi aprovado, com a ideia, entre mim, Zenaide e o Presidente, de se trazer para cá, para a CAS, a audiência pública, porque aqui é terminativo, esse projeto não vai a Plenário. Todo projeto terminativo merece uma atenção e uma reflexão maior, por isso a ideia da audiência pública. Logo após a audiência, talvez até na mesma sessão, se assim a Presidência da CAS achar por bem, o projeto pode ser votado.

Então, a realização de audiência...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Por favor, eu estou com a palavra, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... com a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação; representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; representante do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com licença, Senadora.

Pessoal, eu peço, por gentileza, mais uma vez, que os senhores aqui presentes se mantenham em silêncio. Tem uma Senadora aqui que está falando. Então, vamos ser respeitosos, por favor, eu peço mais uma vez a vocês.

Obrigada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Requerimento, Sra. Presidente.

Representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Federal de Medicina; representante da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina.

A Senadora Zenaide tem mais três representantes a adendar e algum outro Senador também.

Justificação.

O Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, torna o Conselho Federal de Medicina, criado para supervisionar a ética profissional e disciplinar a classe médica, em autarquia responsável por avaliar a qualidade da formação médica e habilitar os egressos dos cursos de Medicina ao exercício profissional através de um Exame Nacional de Proficiência, dentro de competências do Ministério da Educação, possibilitando que o referido exame induza mudanças nas diretrizes curriculares dos cursos de Medicina, dificultando ainda mais a trajetória dos estudantes de Medicina em direção ao exercício profissional e instituindo um instrumento que, na prática, poderá significar a institucionalização da reserva de mercado.

A proposição desconsidera a existência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Um dos instrumentos do Sinaes é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nos termos da legislação vigente, o Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição apresenta a estimativa de custos para realização periódica do referido Exame Nacional de Proficiência em Medicina – não apresenta, desculpem –, tampouco quem será responsável por arcar com esses custos, que poderão onerar os estudantes egressos dos cursos de graduação em Medicina.

Portanto, é uma matéria polêmica, é uma matéria complexa, é uma matéria que precisa ser mais aprofundada para que o voto desta Comissão, o voto terminativo desta Comissão seja um voto dado com toda consciência, com toda tranquilidade por parte dos Senadores e Senadoras. Eu acho que debater, aprofundar, dialogar é uma tarefa, é até uma missão do Parlamento. Não vejo nenhum problema em se realizar. Essa matéria deu entrada no ano passado. Nós temos matéria aqui muito mais antiga sem votação. Uma semana, duas semanas não irão prejudicar, de forma nenhuma, a aprovação do projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Eu queria dizer que quero subscrever essa proposta...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Certo, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A gente não está aqui querendo não aprovar. Agora, o Parlamento tem a obrigação de discutir, principalmente quando é uma matéria terminativa, como foi falado.

E eu já queria incluir aqui... A gente está trazendo o Conselho Federal de Medicina, o MEC, todo mundo. Vamos... O que é Parlamento? Falar, debater. Negar uma audiência pública, eu acho que não é regimental.

E eu posso já apresentar os nomes aqui que eu botei?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode sim, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Justamente o Dr. Sandro Schreiber, Dra. Tatiana Miranda e Dra. Ceuci Nunes. São professores, são médicos, e eu estou botando nessa lista.

O que a gente quer... Aqui ninguém está cerceando. Por exemplo, a gente está trazendo o principal, que é o Presidente do Conselho Federal de Medicina, estudantes, representantes, para serem ouvidos. Isso é o caso de a gente fazer. Não tem...

Eu acho que mais regimental do que o Parlamento discutir é algo que é difícil de entender.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Na ordem, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu tenho profundo respeito pela Senadora Zenaide e pela Senadora Teresa, apesar de nós divergimos em alguns assuntos, alguns temas aqui, o que é perfeitamente aceitável, porque aqui nós estamos discutindo ideias e aqui é o princípio da argumentação e do convencimento.

Agora, eu queria chamar a atenção a todos e a todas: nós tivemos um pedido de vista dessa matéria na Comissão de Educação, e quem pediu vista foi a Senadora Teresa. A Senadora Teresa pediu vista do projeto, e ela não apresentou nenhuma sugestão ao projeto. Com isso, eu entendi que está tudo *o.k.*, quer dizer, a gente está aqui discutindo, ela pediu...

O Deputado Luiz está aqui presente também. Seja muito bem-vindo.

Ela pediu vista, mas ela não apresentou nenhum "voto-vista", nenhum voto divergente, e nós estamos, inclusive, continuando.

Eu acho que está todo mundo muito ansioso, porque estamos invertendo as coisas. Quer dizer, a nossa querida Senadora Zenaide já dá o nome de entidades e pessoas que participarão eventualmente dessa audiência pública, mas a audiência pública ainda não foi nem aprovada aqui. Nós vamos votar a audiência pública.

Então, eu espero que a gente vá numa ordem adequada das coisas aqui na nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu até, para não suscitar que sou radical, que não aceito fazer nenhum tipo de concessão, eu até poderia propor que a gente aprove o requerimento, mas que a gente possa ler o nosso relatório. E faríamos a audiência pública na próxima semana e, aí, votaríamos o projeto.

O que é que vocês acham?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Só um minutinho, Senadora Teresa.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da CAS, Senador Marcelo Castro. Quero cumprimentar também o Senador Jayme Campos, que se faz aqui presente, o Senador Esperidião Amin, que terá a palavra daqui a pouco, e também o Deputado Zacharias – seja muito bem-vindo.

Pois não, Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – O Senador Hiran me citou, tentando me constranger, e eu quero dizer a ele que realmente eu não apresentei emenda ao projeto, porque eu gosto de cumprir acordos. Quando eu faço acordos, eu cumpro, e foi feito um acordo, na Comissão de Educação, de que o pedido de vista seria coletivo, foi votado numa reunião extraordinária, inclusive, da qual eu não pude participar, por motivos incompatíveis com a minha agenda. Eu tinha um exame para fazer, e o exame não pôde ser adiado. Aqui tem muitos médicos que sabem o que significa estenose lombar, sabem o que significa fratura de fêmur, sabem o que significa tudo isso. Eu não pude, e os exames de plano são marcados e, para remarcar, demora um pouquinho.

Então eu não vim, mas não me senti de forma nenhuma irresponsável por não ter vindo e por não ter apresentado emendas ao projeto, porque, para mim, Senador Laércio, um acordo político em uma Casa Legislativa vale muito mais do que uma posição individual. Foi isso que aconteceu na Presidência do Senador Flávio Arns, as notas taquigráficas da Comissão de Educação revelam isso, a reunião ocorreu e o projeto foi aprovado tranquilamente, aliás, sem muito debate, eu diria sem nenhum debate, porque o acordo dizia que, uma vez negada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública na Comissão de Educação, a audiência ocorreria na CAS, sobre mérito, e também porque é a Comissão terminativa. Nada além disso, Dr. Hiran.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para colaborar, ouvindo aqui a ilustre e eminente Senadora Teresa e o próprio Relator, Senador Hiran, para contribuir sobre como o Regimento Interno é, porque eu já presidi esta Comissão aqui. Na verdade, o que o Senador Hiran está pedindo é que possa ser lido o relatório. Feito isso, isso é regimental, pode consultar aí os nossos assessores, ele lê o relatório, após ler o relatório, pode ser pedida vista. A vista coletiva, evidentemente, pode ser pedida pelo Dr. Hiran com o apoiamento de mais alguns colegas, tendo em vista que assim o Regimento fala: não pode ser só um, tem que ser pelo menos mais dois, que formam o pedido de vista de forma coletiva. Isso impede que possa ser realizada por outra Comissão, porque já foi pedida a coletiva. Feito isso aqui, querida Senadora, após o pedido de vista, após ler o relatório, não pode ser pedida vista antes de ler o relatório, isso é o Regimento Interno que fala aqui, pode consultar. Se eu não li nem o relatório, como você já pediu vista? Está fora, não pode. Feito isso aí, após o pedido de vista, faz a leitura, pede vista, aí depois é proposto, para quem de direito que quer promover o requerimento, isso que funciona aí, o requerimento ainda pode propor uma audiência pública. V. Exa. consulta aqui a Plenária, se nós queremos essa audiência pública. Após ser aprovado de forma simbólica, não é voto, mas simbolicamente, feito isso, aí as autoras, os autores do projeto vão pedir o requerimento, vão propor aqui o requerimento, e as autoridades que certamente querem que sejam convidadas para vir participar dessa audiência pública. Isso é para efeito apenas de contribuir.

Por outro lado aqui, eu não sou contratado como advogado do Dr. Hiran, mas o Dr. Hiran está promovendo aqui, com certeza, um relatório maravilhoso, sem dúvida alguma, um maravilhoso relatório, em que pese um direito líquido e certo constitucionalmente, regimentalmente, de qualquer cidadão levantar uma questão de ordem, de questionar, fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas supressivas ou emendas de Comissão, como no Plenário, também o cidadão tem direito de fazer, até de forma verbal, fazer uma emenda verbal lá, entretanto, o que eu entendo, o que está se propondo nesse projeto aqui é a questão que disseram ser reserva de mercado. Eu não vejo dessa forma, Hiran, não tem reserva de mercado, muito pelo contrário – V. Exa., como Relator, com a autoria do ilustre Senador Marcos Pontes –, é que ele quer que melhore a qualidade do atendimento em relação ao atendimento que faz um médico.

Eu não vejo nada de mais, até porque nós temos um critério na Ordem dos Advogados e, quando você vai tirar a carteira, você vai prestar lá como se fosse quase um concurso. Então, as intenções são das melhores.

O que é saudável e louvável é o debate democrático. Todos nós aqui temos o direito de fazer os nossos questionamentos para aprimorar até o projeto, isso é muito bacana na democracia. Todavia, a intenção é das melhores, e o relatório aqui eu tenho certeza de que está de forma zelosa, preocupado com o bom atendimento dos profissionais de nossas unidades de saúde em todo o imenso Brasil.

O rito que tem que ser dado aqui, Zenaide e Senadora Teresa, é primeiro permitir que o nosso Relator faça o seu relatório. Após isso aí, pedir vista e, depois, propor aqui o requerimento. Essa é a ordem cronológica que V. Exa., como Secretária-Geral da Mesa... Tem que ler o relatório, como é que eu vou pedir vista de um relatório que não foi nem lido? Isso não existe aqui.

Só para fazer essa observação e a minha colaboração.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, a senhora me concede aqui um...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador, deixa só... o Senador Esperidião Amin já tem algum tempo que pediu a palavra.

E eu quero cumprimentar aqui o nosso Senador Laércio Oliveira, que está aqui na mesa do meu lado. Prazer, Senador.

Senador Esperidião Amin, está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Senadora Eudócia, eu quero lhe dizer que, se eu não tivesse visto com os meus olhos o gesto amoroso de trocar beijinhos do Senador Hiran com a Senadora Teresa Leitão, eu teria dado esse espaço para os dois continuarem a brigar. Mas, como ele já fizeram as pazes, nós podemos tratar desse assunto com serenidade, sem preocupações com os queridos companheiro e companheira. Já trocaram beijinhos, está tudo acertado.

Eu sou sempre a favor do esclarecimento de uma matéria – sempre. Acho que a Casa existe para isso. Não acredito que alguém esteja aqui movido pelo desejo de procrastinar, mas eu sou advogado e sou contra o exame de ordem. Mas nunca consegui... E olha que esse Eduardo Cunha fez acrobacia como Presidente da Câmara. O maior jabuti que apareceu em projeto de lei, Senadora Zenaide, era o jabuti do Presidente da Casa. Vinha uma matéria para tratar de cartório, bota lá revogação, derrogação da existência do exame de ordem dos advogados. E, mesmo não gostando de jabuti, eu era simpático a esse jabuti. Então, se existe exame de ordem para advogado, vocês imaginem para um médico, pode ser até um médico psiquiatra, como é o caso do Marcelo Castro, que está lá. É o psiquiatra de todos nós, está nos espiando, fazendo uns registros. Daqui a pouco, ele detona um laudo e pode complicar a nossa vida.

Quer dizer, um profissional que lida com a vida – esse é o meu ponto de vista inicial –, alguém que lida com a vida merece um resguardo na sua atividade profissional mais forte do que aquele que luta pelo segundo maior bem da vida, depois da saúde, que é a liberdade. E essa é a missão do advogado, seria a missão da Justiça, como o último refúgio de todos nós.

De forma que, se quiserem propor debate, eu não voto contra. Eu já tenho a minha opinião definida, sou a favor. E, se for possível aperfeiçoar essa forma de certificação, vamos dizer, de competência, como se diz, suficiência, exame de suficiência, que se faz nas bancas de doutorado, até para saber se o sujeito sabe falar inglês ou compreende alguma coisa, espanhol, etc. Agora mandarim também, faz parte da exigência – viu, Laércio? – entender mandarim, ler, escrever e falar, que é outra coisa mais complicada ainda.

Então, isso eu queria externar, em nome do acordo para que transite de acordo com o Regimento e com a legítima necessidade de cumprirmos nossa tarefa parlamentar.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Certo.

Pela ordem, Senador Marcelo Castro, que já tinha pedido a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Marcelo tem precedência.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sras. e Srs. Senadores, nós estamos chegando aqui a um entendimento. A palavra do Senador Hiran, do Senador Amin, é no sentido de a gente ter audiência pública. Eu acho que isso é necessário, não há por que a gente não fazer isso, não é procrastinação.

Agora eu queria levantar aqui uma questão: que esta audiência pública não seja feita na próxima semana, porque vai ser a Semana Santa, vai ser esvaziada, a gente poderia botar esta audiência pública para a semana seguinte.

E queria fazer um apelo aqui ao nobre Senador Hiran e ao nobre Senador Jayme Campos para não ler hoje o relatório. Por quê? Se nós vamos fazer audiência pública é com a finalidade de instruir o relatório. Se for lido hoje e fizer audiência pública depois, a qualquer conclusão que se chegue da audiência pública... Então acho que é razoável isto: não ler o relatório hoje, não pede vista, deixa passar essa Semana Santa, na outra semana a gente faz audiência pública, em seguida, a gente lê o relatório, vista. Acho que ninguém perde com isso. Essa é a sugestão e a solicitação que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Certo, Senador Marcelo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para contribuir: agora o rito está certo. O que o Dr. Marcelo, nosso Senador querido, aqui está propondo, Senadora Eudócia, é não ler o relatório e não ter pedido de vista. Diante da audiência pública, eu imagino que esta audiência pública possa colaborar para aperfeiçoar até o projeto do Senador Hiran. Todos nós concordamos. Nesse caso, não se pede vista. Agora, vista sem ler o projeto não existe aqui no Regimento Interno. V. Exa. presidiu por vários anos aqui algumas Comissões, então aqui nós concordamos que é feito isso aí. Evidentemente, com o devido apoio e a concordância do ilustre Senador Hiran. Nesse caso, Senador, o que está propondo o Marcelo Castro aqui é uma proposta com certeza bastante pertinente que o caso requer aqui, esse projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lei. Agora está correto. Não ler, marca a sua audiência pública; após a audiência pública, se o Senador Hiran concordar em agregar algo que foi falado aqui durante a audiência pública, isso depende dele, claro, natural.

É essa que é a minha opinião só. Está correto agora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Zenaide, licença. O Senador Hiran...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A Senadora Zenaide pode falar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Zenaide, pode falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria dizer aqui que não é nada contra o Conselho Federal de Medicina, gente – o Deputado Calil está aqui. Quando, em 2019, existia a proposta de acabar com todos os conselhos – Hiran viu isso –, a Senadora não aceitou o Conselho de Medicina, porque era o Crea também, que não podia. O Crea, infelizmente, nós não conseguimos, e hoje, se for só um piso, o imóvel não precisa do Crea.

Então, essa história de dizer que é contra o conselho, pelo contrário, eu não abri mão do Conselho de Medicina. Só para dar a entender que a gente não está aqui contra o Conselho Federal de Medicina. Não é o caso, porque, quando entrou em 2019, todos os conselhos iam ser extintos. Lembra, Jayme? A Senadora aqui lutou pelo Conselho de Medicina, como pelo Crea. O de medicina a gente conseguiu tranquilo, agora o Crea a gente perdeu. Eu saiba que neste país, se for a casa só de um piso, obrigatoriamente não tem que ter aquela ART do Crea – eu fui contra, mas não consegui.

Para deixar claro para quem está nos ouvindo, não é isso. A gente quer, como o nosso colega psiquiatra Marcelo falou, Esperidião, a gente quer discutir só. É uma audiência pública, todos os lados vão falar, tem representante, o Hiran vai indicar quem for indicar. O correto é isso. Para não achar que a Senadora Zenaide, médica, está contra o Conselho Federal de Medicina, saiba que ele existe e eu o ajudei – Calil estava lá –, porque eu fui contra, naquela época extinguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselhos era moda. E o de medicina, eu digo: de jeito nenhum. Como vamos extinguir um conselho que é de uma importância fundamental para a população brasileira?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Certo, Senadora Zenaide.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu cedi minha vez.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu vou dar a palavra ao Senador Dr. Hiran. Senadora Teresa e Senadora Damares, só um minuto.

Pela ordem, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, todos os colegas aqui presentes, inicialmente eu vou fazer uma referência ao que a nossa querida Senadora Teresa colocou como uma das razões dessa nossa audiência pública, que certamente irá acontecer. Ela fala, na sua justificativa, em reserva de mercado. Pelo amor de Deus! Eu já fui contra o exame de ordem. Eu fui presidente de conselho, fui conselheiro mais de 15 anos. Naquela época, em que se instalou um exame de ordem voluntário no conselho, no Cremesp, de São Paulo, que era uma avaliação voluntária dos egressos, eu fui contra. Naquela época, nós não tínhamos quase 400 escolas médicas no nosso país.

Senadora Eudócia, senhoras e senhores, hoje, só lá na terra do nosso Presidente Hiran Gallo, que é Rondônia – querido Presidente Gallo, que está aqui e pode confirmar –, nós temos 12 cursos de Medicina em Rondônia. Nós temos, Presidente Marcelo Castro, meu querido amigo, colega, Presidente desta Comissão, e que me deu a honra de relatar esse projeto... Nós temos em Roraima cinco cursos de Medicina – cinco! Nós estamos abrindo um curso de Medicina do outro lado do rio, no Cantá, que é um município que cresce, mas o município não tem uma UBS, não tem cenário de prática para que nós possamos preparar alunos de Medicina. Isso é uma irresponsabilidade com as pessoas, com o povo brasileiro, com as pessoas que são atendidas no SUS. Falar que nós estamos criando reserva de mercado? Não! A finalidade disso é proteger a sociedade.

Eu sou médico ativo, Senadora Teresa. Eu ainda opero, ainda atendo, atendo em carretas no interior do meu estado, atendo de 100 a 150 pessoas. A gente vê a necessidade de as pessoas terem atendimento de qualidade, porque no Brasil se estabeleceu assim: quem está na saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suplementar tem medicina de qualidade; para quem está no SUS, é medicina de qualquer jeito. Isso não é nem ser cristão. Não é a gente defender interesses da medicina, de ser médico qualificado; é ter compaixão pelas pessoas.

Eu queria aqui dizer que eu concordo. Eu acho que essa proposição do nosso Presidente Marcelo Castro... O meu querido Zacharias Calil está dizendo que nós temos cerca de 390 faculdades de Medicina no nosso país. Temos mais faculdade de Medicina do que a Índia. Isso é um absurdo! E muito mais: muitas outras profissões querendo praticar ato médico sem serem médicos, sem fazerem Medicina, o que é mais grave ainda.

Então, o nosso Presidente Marcelo Castro nos deu a sugestão de que nós pudéssemos aprovar a audiência pública, não para a próxima semana, porque a próxima semana será a Semana Santa e ela ficaria prejudicada. Eu acato a sugestão, mas queria colocar mais um item nesse acordo: que a gente já peça hoje vista coletiva desse projeto, porque, aprovando a vista coletiva, nós faríamos a nossa discussão na nossa audiência pública e votaríamos na próxima sessão desta Comissão. Se for acatado pelos nobres colegas, nós podemos fazer esse acordo.

E outra coisa. Queria só lembrar, Senadora Teresa: eu não fiz nenhum acordo para ter esta audiência pública, e não está nas notas taquigráficas desta Casa. Eu até pedi para se degravarem as notas taquigráficas para ver, porque, como eu tive covid e fiquei meio esquecido, pode ser até que eu tenha esquecido. Eu estou pedindo, mas não houve. Mesmo assim, a gente coloca essa proposição de acordo aqui, que eu espero que seja acatada por todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, o pedido de vista só pode acontecer depois da discussão do projeto. Então, por esse motivo, pelo Regimento, não tem como ser...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu não renuncio a fazer uma questão de ordem, Sra. Presidente. Eu não concordo, hein? E regimentalmente não é permitido. Nós estamos aqui, com certeza temos um mínimo de responsabilidade.

Primeiro faz a audiência pública, V. Exa. vai ver se acata a sugestão, o que possa aprimorar o seu... Aí faz a leitura do relatório. Depois disso, você pode pedir vista. Caso contrário, não pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma questão de ordem que deixo registrada e consignada aqui na ata da Comissão, para nós prevalecermos o que está regimentalmente tratado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É possível, Presidente, que se... Porque ler o relatório – e aí eu vou divergir, me permita a divergir do nosso Presidente Marcelo Castro – não significa que a gente vai apresentar esse relatório depois da audiência pública, porque se pode apresentar o substitutivo depois da audiência pública, aperfeiçoando o texto.

Mas eu queria, até para a gente prestigiar o trabalho que se fez, porque não foi feito por mim esse trabalho: foi feito pelo movimento médico, pelo conselho, pela associação médica, pelas nossas representações sindicais... Foi muito discutido entre nós. E eu queria pedir permissão à senhora, nossa Presidente, e aos nossos colegas, para que a gente pudesse ler esse relatório aqui. E, depois, nós vamos para a discussão, na nossa audiência pública...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Hiran, olhe, primeiro deixe-me responder ao Senador Jayme Campos.

Senador, diferentemente do que V. Exa. colocou, o §1º do art. 132 do Regimento Interno da Casa coloca que, primeiro, tem que ter a discussão do projeto para, depois, ter o pedido de vista. E, uma vez que, Senador Dr. Hiran, pelo que eu entendi do que V. Exa. falou, você aceitou fazer – eu acho que com a maioria dos Senadores aqui – a audiência pública, então você lê, na oportunidade, o projeto de lei na audiência e terá a discussão, porque não se pode ler o projeto de lei, uma vez que não vai poder ter discussão. Então, vai ser algo que não vai ter propósito.

Então, eu acho que a gente tem que seguir à risca o nosso Regimento Interno.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, com todo o respeito que tenho por V. Exa., começou-se de trás para frente: começou-se apresentando um requerimento de um projeto que era o oitavo item da pauta. Ninguém nem tinha conhecimento do que se estava pedindo, de audiência pública aqui, extrapauta... quer dizer, a gente começou a votar um extrapauta, priorizando o que não estava na pauta em detrimento do que estava na pauta. Eu não entendi, quer dizer, a gente devia ter invertido, a gente lia aqui o relatório, e todo mundo tomava ciência do relatório. Aí diriam: "Olha, vamos fazer uma audiência pública, porque a gente pode aperfeiçoar esse relatório, que não está bom". Bacana. Mas se inverteu tudo, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso que eu estou tentando aqui agora inverter a meu favor. Por quê? Porque a gente trabalhou nisso. A Senadora Teresa pediu vista na Comissão de Educação. Eu digo: "Bom, a Senadora vai aperfeiçoar". A Senadora não apresentou nenhuma adequação, nenhuma ideia nova no projeto.

Aí o que eu fiz? O projeto tinha um *vacatio legis* de um ano. Eu tirei isso, quer dizer, o projeto entra em vigor a partir da data da publicação da lei. Isso significa que aqueles alunos de Medicina que estão fazendo Medicina hoje, no primeiro ano, não vão fazer essa prova de proficiência; só aqueles que entrarem depois de promulgada essa lei ou de sancionada essa lei. Só depois disso é que começa o jogo a ser jogado com essa lei, com esse regramento.

Então, eu queria perguntar: por que a gente inverteu tudo aqui para analisar um requerimento extrapauta? Por que a gente não pode ler o relatório? Ela apresenta o requerimento extrapauta – que já apresentou –, e a gente discute. Eu já abri mão de votar. E aí a gente faria uma audiência pública na outra semana, que não seja nessa semana, que é a Semana Santa. E não pediríamos vista, por quê? Porque a gente já vai aperfeiçoar mais o projeto – eu espero – durante essa audiência pública. E a gente apresentaria um relatório na sessão subsequente.

Então, essa é a minha proposição.

Quer dizer, a gente já está de acordo em que vamos fazer audiência pública e que não vai ser na próxima semana. Vamos ler o relatório e, aí, a gente discute ou pede vista, enfim...

É isso que eu queria fazer, porque se está prestigiando um requerimento extrapauta, em detrimento de tudo que a senhora programou para fazer hoje aqui. Quer dizer, aí...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Aliás, eu acho que esse seu assessor está lhe soprando demais.

Sente-se ali, pô. Está atrapalhando essa porra.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Porra.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, o que está sendo feito aqui hoje é dentro do Regimento Interno. O assessor que está aqui do lado faz parte da Casa, e eu acho que ele merece respeito.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E não está saindo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu também...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, eu estou com a fala. Com licença.

Aqui está sendo feito tudo dentro do Regimento Interno.

Eu sei do seu interesse, eu sei da importância... Imagino o quanto que V. Exa. se debruçou sobre esse projeto, o quanto que ele é importante para o nosso país, eu não tenho a menor dúvida, mas a gente não pode passar por cima da lei.

E mais uma vez repito: o assessor que está aqui do lado é assessor da Casa, e nós temos que respeitar, como a gente respeita a todos.

E com licença, Senador Hiran, porque eu tenho que dar a palavra...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... à Senadora Teresa e, logo depois, à Senadora Damares, que solicitou também a palavra, e, logo depois, Senador Laércio Oliveira, o senhor tem a palavra. E seja bem-vindo aqui à reunião.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Inscreva-me, por favor, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Licença, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só estou pedindo a inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A Dra. Teresa está com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Eu me inscrevi para realçar e confirmar o encaminhamento dado pelo Senador Marcelo Castro. Acho que é um encaminho na medida para quem quer discutir, para quem quer discutir, aprofundar.

Nós tivemos acesso ao novo relatório do Senador Dr. Hiran ontem. Foi um novo relatório, como ele mesmo disse, e nós tivemos acesso ontem. Mas isso não é o foco, isso não é problema, porque quem está se propondo a debater não tem problema de debater um novo relatório. E, mais uma vez, veio à tona o constrangimento do acordo feito na Comissão de Educação.

Eu acho que não interessa eu ler aqui as notas taquigráficas, mas eu vou encaminhar para o Senador Dr. Hiran, já que ele disse que pode estar com problemas de memória, provenientes da covid. Eu vou encaminhar as palavras dele, as palavras do Senador que presidia a Comissão, o Senador Flávio Arns, e a minha concordância de abrir mão lá, para vir debater aqui.

Eu também não gosto de diminuir a importância das coisas, nem gosto de diminuir pessoas, nem gosto de diminuir posições, nem gosto de diminuir a importância das coisas.

Eu não sou médica. Eu sou professora. Todos os médicos que aqui estão passaram por uma professora na sua vida, inclusive a senhora, que nos respeita muito e que também é médica. Então, o que está mais me preocupando e me causando, assim, espécie é: por que não discutir? Por que não aprofundar uma discussão? Por que tanto cobrar emendas, consertos, e não ouvir? Ouvir inclusive o Conselho Federal de Medicina, ouvir inclusive o MEC, que está sendo responsabilizado por sua ineficiência no acompanhamento, na fiscalização dos custos. Quem quer melhorar ouve todas as partes, sem preconceito, ouve todo mundo, tem uma síntese da discussão. E acho que o encaminhamento do Senador Marcelo Castro coloca isso muito bem, muito bem. A gente está debatendo isso há tanto tempo porque está se medindo forças com o Regimento. V. Exa. está seguindo o Regimento muito bem. Pode ser feito pedido extrapauta. Nada impede que um Senador chegue com pedido extrapauta, às vezes até oral – às vezes até oral. Então não vejo motivo para a gente estar ainda voltando ao início da reunião, com o encaminhamento tão meridiano que foi dado pelo Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora vamos dar a palavra à Senadora Damares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

Eu sabia que isso ia acontecer aqui na CAS, porque o acordo foi feito, lá na Educação, de que o debate seria aqui. Houve lá o entendimento de que esse era o fórum mais pertinente. Concordo com a audiência pública. Eu já vou me manifestar favorável ao requerimento. E, quando eu vejo um pedido assinado por uma médica, como a Dra. Zenaide, da necessidade do debate, concordo, mas não vejo óbice à leitura do relatório hoje. Lê-se o relatório e concede-se vista, com o compromisso do Relator de que vai, de fato, aguardar a audiência. Aqui nós estamos pedindo uma, mas podem ser duas, três. Se uma audiência não esgotar o debate; duas, três.

Com o compromisso de que a leitura vai respeitar depois o debate, é possível, é regimental: leitura e vista coletiva; durante período de vista, debates; depois, apreciação, com o compromisso do Relator... e que ninguém da Comissão vai chegar um dia aqui: "Está lido, vamos votar". Não. A gente vai obedecer ao debate proposto.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá, Senadora Damares.

Agora eu passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Marcelo Castro, o Senador Dr. Hiran, a Senadora Teresa, a Senadora Zenaide, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Eu queria dizer para todos que, ao longo da minha vida, eu milito na área da educação médica desde 1986. Quando eu falo milito, eu fui Presidente do Centro Acadêmico de Medicina; entrei no Movimento Nacional de Estudantes de Medicina e dirigi a entidade nacional dos estudantes de medicina durante alguns anos; depois, participei, como pesquisador, da maior pesquisa de educação médica da América Latina de todos os tempos, que era patrocinada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Federal de Medicina, pela Associação Médica Brasileira, pelo MEC, pelo Ministério da Saúde, ou seja, 12 entidades participavam desta pesquisa nacional.

Essa pesquisa criou o que a gente chama hoje de Enem. O primeiro teste de progresso nós fizemos em 1994, e esse teste foi aplicado entre 1994 e 1995 para todos os alunos da graduação do 1º ano, do 2º ano, do 3º, do 4º, do 5º e do 6º ano. E nós tivemos um retrato claro de como estavam as escolas médicas do Brasil do ponto de vista do resultado acadêmico e do ganho de autonomia dos médicos. Além disso, fizemos uma avaliação com o método Osce, que são estações de prática, e nessas estações de prática a gente foi ver o desempenho de habilidades e das atitudes desses profissionais ao longo da graduação, pegando os alunos do 5º e 6º ano. E nós tivemos um retrato claro das escolas médicas no Brasil, que naquela época, Presidenta, eram 83 escolas – 83.

Então, para o que eu quero chamar a atenção? Em 2013, nós aprovamos o Programa Mais Médicos para o Brasil, que estabeleceu como regra na lei as diretrizes curriculares, que foi desmontada, pioraram, abriram demais, isso de 2013 para cá... Depois, nós aprovamos o teste de progresso, que era para poder fazer o acompanhamento de todas as escolas e do desempenho dos alunos. Nós aprovamos naquela lei um critério objetivo para autorizar a abertura de escolas médicas, que foi descartado. Nós autorizamos naquela lei, inclusive, uma residência que seria igual ao número de egressos. É óbvio que, com tantas escolas e com tantos médicos sendo formados, nós não podemos dar residência para todos os egressos, porque se abriu demais, mas a ideia era que a gente formasse... Porque a ideia inicial era formar em sete anos, nós mantivemos seis, como é histórico do Brasil e como a gente tem uma experiência...

Também quero deixar claro: fui membro da Comissão Nacional de Residência Médica por quatro anos, fiz avaliação. Nós temos o melhor e mais complexo sistema de formação de especialistas do mundo. Participei da comissão mista que unificou as especialidades, a lista do CFM, da AMB e da Comissão Nacional de Residência Médica. Nós criamos o conceito de especialidade médica neste período, definindo o que é especialidade médica raiz ou mãe, especialidade, área de atuação, fomos nós que construímos esses conceitos, junto com as entidades, num seminário proposto pela Associação Nacional de Médicos Residentes, da qual eu era Presidente. Então, eu quero dizer que esse é um tema muito caro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já falei hoje com o Dr. Hiran e acho que chegou a hora de a gente estabelecer um controle, sim, sobre a formação do profissional médico. Mas nós, como... Veja, eu fui contra isso no final da década de 80, início da década de 90, porque era simplesmente... Começou a ter um *boom* de tentativa de abertura de novos cursos, e eles queriam controlar na hora que nasce o médico. E a gente dizia: "Não, vamos controlar a formação". E o que foi que aconteceu? Nós fizemos isso e nós introduzimos no Brasil ensino baseado em problema... Tudo isso veio depois da Cinaem, não veio antes, veio depois da Cinaem. A Cinaem foi o maior indutor das mudanças dos cursos de graduação em Medicina no Brasil inteiro. E o que é que aconteceu? Neste período, com o desmonte da lei do Mais Médicos, o desmonte total, abriu-se para credenciar e autorizar o funcionamento de centenas de escolas médicas.

Então, neste momento, eu quero dizer que eu tenho uma concordância com o Senador Hiran com relação à gente ter um controle, mas nós não podemos – nós não podemos – massacrar os familiares, porque um aluno de medicina, Senadora Eudócia, paga, em média, R$12 mil, R$13 mil, R$8 mil, R$9 mil por mês. E, ao final, esse aluno jogar o dinheiro fora é desrespeitoso, é acintoso com as famílias e com a economia popular. Nós precisamos fazer essa avaliação e punir as escolas. É óbvio que, nesse processo, alguns serão punidos.

Inicialmente, obviamente, se tiver uma avaliação de que as pessoas não têm suficiência, que as escolas sejam obrigadas a garantir a continuidade da formação até esses alunos terem suficiência, sem ter que pagar mais por isso, porque, se não for assim, a gente está colocando nas costas das famílias o uso abusivo da formação de médicos, para vender e valorizar cursos de graduação em que cada vaga vale R$1 milhão, R$1,5 milhão para essas universidades que conseguem autorização. Então, a gente precisa ter.. Esse debate é preciso ser feito. É preciso fazer essa avaliação de proficiência, mas a gente precisa atrelar uma coisa à outra.

Essa é uma oportunidade, Dr. Hiran. Como a gente fez a Lei da Reciprocidade, nós precisamos juntar todos que querem criar uma alternativa de fato efetiva.

E tem outra coisa que eu ainda quero propor. Eu propus, na lei do Mais Médicos, Senador Marcelo Castro, que a gente estabelecesse um teto de médicos por mil habitantes, porque todos os países no mundo que têm sistema público de saúde, como Inglaterra e Canadá, controlam a quantidade de médicos por mil habitantes, controlam a quantidade de especialistas, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico é ordenador de despesa. Como ordenador de despesa, é preciso ter clareza de quantos tem e em que proporção; senão, há uma geração exagerada de solicitação de exames, consultas, procedimentos, e não tem sistema público no mundo, ainda mais com a incorporação de novas tecnologias, que sobreviva. Então, nós precisamos estabelecer inclusive um teto de quantos médicos para mil habitantes nós vamos ter e quem vai definir isso, porque é outra forma de controle também.

Mas, além disso e principalmente, é preciso que a gente dê responsabilidade a essas escolas. E a avaliação... Porque o teste é de progresso? Porque a gente precisa saber no 1º ano, no 2º ano, para poder ir corrigindo a trajetória da formação desses profissionais, para eles não chegarem ao final e não terem suficiência para tirar, no mínimo, 5,5 – 6. Nessa prova que nós fizemos, para completar, nós tínhamos dois polos: eram 8% na direita, numa curva de Gauss, e uns 15% à esquerda, abaixo de 5 a média; o resto no meio, acima de 6,5 – 7; à direita, poucas, abaixo de 5 – 15%, 20%. Portanto, desses 15%, 20% aqui que estão abaixo de uma média estabelecida, essas escolas que tiverem esse desempenho não podem ficar impunes. Então, se a gente quer um sistema de formação médica responsável, que atenda as demandas da nossa sociedade, que atenda o apelo da corporação que tem que preservar a qualidade do profissional que vai para o mercado, a gente precisa tratar deste assunto com a complexidade que ele tem.

Eu acho que todos aqui estão abertos para que a gente possa fazer esse grande debate e corrigir, Senador Marcelo Castro, Senador Humberto Costa, as distorções em que nós estamos mergulhados, com um desfecho muito ruim, que são profissionais mal qualificados, excesso de demanda gerada por esses profissionais – certo? – e um sistema de saúde ineficiente e ineficaz.

Peço desculpas por me alongar, mas isso que eu estou falando aqui é a vivência de quem passou quase 35 anos – 35 anos, na verdade – trabalhando com este tema: como tese de mestrado, tese de doutorado; sou professor universitário, fui dirigente do movimento estudantil, trabalhei em pesquisa, trabalhei em tudo na minha vida nessa área, e me apaixonei por isso. Por isso que eu falo com tanta veemência e com tanta paixão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O.k., Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Hiran, tem alguns colegas Senadores que vão falar, mas eu quero antecipadamente colocar o seguinte: o senhor vai ler o projeto de lei, mas que fique muito claro que, pelo Regimento, não terá discussão e não terá pedido de vista. Então, *a posteriori*, depois que os colegas falarem, pela ordem, o senhor vai ler o projeto de lei. Mais uma vez eu repito: não terão discussões e nem pedidos de vista. Na oportunidade da audiência pública, assim o fará.

Então eu queria colocar isso, porque vai ser uma leitura que, a meu ver, vai ser ineficiente, não vai ter muito propósito, uma vez que, pelo Regimento Interno, não tem como fazer pedido de vista hoje e nem como haver discussão. Mais uma vez eu repito: eu estou seguindo a lei, o Regimento Interno. Não é aqui a Senadora Dra. Eudócia, que está presidindo, por ora, a Casa, nem o Senador Marcelo Castro, nem nenhum de nós, eu estou seguindo a lei.

Então eu estou dando essa oportunidade para o senhor ler o projeto e, na ocasião – só um minuto, Senador Jayme Campos – da discussão, que haverá quando da aprovação do requerimento, na ocasião da sessão de debate, o senhor poderá relê-lo e ter as devidas discussões e os devidos pedidos de vista.

Eu quero colocar que o Senador Esperidião Amin pediu a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu serei muito pontual, Presidente. Acho que todas as contribuições, especialmente do nosso querido Senador Rogério, serão muito oportunas na audiência pública. E o único pedido que eu faço é que se cuide sobre quantos serão? Oito? Não podem todos os oitos ser de uma corrente só. Que fique bem claro tem que escalar equitativa e equilibradamente quem é a favor e quem é contra, senão vai ser inútil fazer audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é um coral, nós não queremos um coral aqui, queremos uma discussão. Se houver três posições – eu não sei se existe –, se houver três lados, que os três lados sejam representados. É o pedido que eu faço em nome da construção de um bom debate.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bom, Senador.

Agora passo a palavra ao Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Senadora Eudócia, Presidente, cumprimento mais uma vez o Senador Hiran pelo relatório; cumprimento o Senador Marcos Rogério, que foi Relator na Comissão de Educação, acatando a nossa emenda.

Consigno, mais uma vez, a importância de nós estabelecermos este exame de proficiência médica. Aqui estão médicos do Brasil inteiro, representantes dos conselhos.

No Brasil, como bem disse também o Senador Rogério Carvalho – e nós entendemos porque acompanhamos os números –, tivemos uma proliferação exacerbada, Senadora Teresa, de cursos de medicina, e isso impactou negativamente a qualidade da formação. Muitos cursos não entregam, Deputado Zacharias, a qualificação necessária aos médicos formados em nosso país. Por outro lado, todos conhecem a nossa luta por um processo justo de revalidação de diplomas no Brasil, para que os formados no exterior possam revalidar seu diploma e trabalhar no país, como sempre quiseram.

Fico muito gratificado por nossa emenda ter sido acatada e mantida pelo Senador Hiran. Reforço aqui o meu apoio ao projeto e, Senadora Eudócia, eu gostaria de subscrever o requerimento da ilustríssima Senadora Teresa Leitão, de audiência pública, e também não vejo nenhum óbice para a leitura do relatório no dia de hoje, uma vez que é também regimental. No entanto, o tempo que nós temos, uma vez que já houve o debate na Comissão de Educação e, agora, urge este debate sobre o exame de proficiência, Senadora Damares, de que se fala muito, a OAB da Medicina... Isso já vem se arrastando há muito tempo, Deputado Zacharias. Eu me lembro de quando nós éramos Deputados juntos, e já se falava disso há muitos anos, com o próprio Hiran.

Então, eu entendo, mais uma vez, a pertinência da matéria, a importância da audiência pública, e só peço aos meus amigos médicos que nós mantenhamos esse texto na Câmara. Um compromisso de mantê-lo na Câmara, Zacharias, para que nós... E lá, contem com o meu apoio, para que a gente possa aprovar, conversando com as nossas bancadas, uma vez que eu entendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só a importância, mas a urgência de se ter um exame que faça avaliação da proficiência médica no Brasil. Tem meu apoio. De todas as pautas que nós apresentamos, essa é uma daquelas que tem realmente um apoio fundamental, creio que de todos aqui.

Então, Senadora Teresa, minha Presidente, Senadora Eudócia, subscrevo o requerimento, e vamos para a audiência pública. Porém, não vejo óbice à leitura do relatório no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Presidente, queria pedir a palavra pela ordem. A palavra pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Eu queria me dirigir aos colegas aqui, mais uma vez, insistir e reforçar o que eu falei anteriormente. Fica muito sem lógica a gente ler o relatório e fazer uma audiência pública para instruir o relatório. Essa é a finalidade de uma audiência pública.

Então, eu queria fazer um apelo aqui ao nobre Senador Hiran, para a gente deixar para ler o relatório, para ele apresentar o relatório dele, porque, senão, fica sem sentido a audiência pública – o relatório já foi lido.

Acho que não custa nada, Senador Hiran, atender esse apelo à lógica, à racionalidade. Aqui ninguém está tomando parte nem de um lado, nem do outro, é só uma questão técnica. Regimentalmente, quando você lê o relatório, você pode abrir vista; não lendo o relatório, não pode. Agora, por que nós vamos ler o relatório, que premência é essa, sem ter tido audiência pública? Audiência pública é exatamente para poder instruir o relatório. Então vamos deixar para fazer a audiência pública, em seguida V. Exa. lê o relatório, abre vista para quem quiser, em seguida a gente vota. Esse é o processo normal, não há por que ser atropelado.

Então quero reforçar essas palavras aqui para que a Comissão possa junto seguir nesse caminho, que é o mais razoável, o mais lógico, em seguida aqui o Regimento do nosso Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jayme Campos, que está insistindo tanto nessa questão, porque ele, evidentemente, está com razão.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Marcelo Castro, eu concordo com suas palavras. Eu tentei repassar isso para V. Exa., Senador Dr. Hiran. Uma vez que vai ter audiência pública, se torna ineficiente a leitura. É possível alguém pedir vista e é possível eu ter que acatar? Sim, mas estou querendo fazer um acordo aqui, se vocês concordarem, de você ler, Senador Dr. Hiran e, na ocasião da audiência pública, ter os pedidos de vista e a discussão do projeto. Eu queria fazer isso, Senador Jayme Campos, em consenso. Vamos entrar aqui no consenso em relação a isso, uma vez que até o senhor mesmo, Senador Dr. Hiran, aceitou a questão da audiência pública.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu posso me manifestar?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, agora sim. Pode falar, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom, primeiro, eu quero aqui, se se interpretou como uma grosseria a minha manifestação em relação ao Saulo, que me desculpem. Vocês sabem que eu sou muito educado, sou muito cortês com as pessoas. O que me deixou meio preocupado é porque eu acho que você esqueceu de dizer para a nossa Presidente que há uma coisa fundamental aqui nesta Casa: este Plenário é soberano, este Plenário pode organizar e pode entrar em acordo com tudo. Entrou-se num acordo aqui, é o que vale, vale mais do que essas palavras desse Regimento, porque eu já vi muitas coisas serem organizadas aqui ao arrepio desse Regimento. Isso está nos nossos *Anais*, isso não é uma coisa que a gente pode discutir. É uma coisa que eu tenho certeza, porque já estou aqui há mais de dez anos, na Câmara e agora aqui no Senado. Então, aceite minhas desculpas. Não quis ser grosseiro, apenas acho que você se esqueceu de dizer para a nossa Presidente é que o nosso Plenário é soberano. Aquilo que nós organizamos e acordamos aqui é o que vai acontecer.

Mas eu queria também dizer à senhora, Presidente, porque tenho o maior respeito e carinho pela sua família: também tenho profundo respeito por todos esses médicos que estão aqui neste Plenário, que saíram dos seus estados para acompanhar essa votação, que é histórica para nós, é emblemática para nós, é importante para nós. Eu concordo com tudo que o nosso Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Carvalho falou. Ele só se esqueceu de dizer uma coisa: tudo isso que se fez, sabe qual foi o resultado prático? Zero, zero, porque ninguém fechou uma escola médica neste país em todo esse tempo. Ninguém aplicou sanção em nenhuma escola médica em todo esse tempo. O que nós estamos querendo fazer aqui... (*Palmas.*)

O que nós queremos fazer aqui é proteger a sociedade. Só isso. Simples, simples assim!

E outra coisa: esse projeto vai para a Câmara. Na Câmara, são 513 que pensam de maneiras completamente distintas. Esse aqui vai ter um trabalhão lá, porque vai ser o Relator. Lá tem um projeto do nosso Líder Luizinho que estabelece... Não, nosso Líder Luizinho. Ah, desculpa. E esse projeto lá, querida Presidente, estabelece avaliações periódicas no 2º, no 4º e no 6º ano. É diferente daqui.

Esse projeto certamente sofrerá aperfeiçoamentos ao longo dessa caminhada também lá na Câmara, mas, por respeito absoluto que eu tenho ao movimento médico brasileiro, que vem discutindo esse tema – levamos, inclusive, Ministro do Supremo para dentro do Conselho para discutir esse tema –, por respeito a todos vocês é que eu faço questão e estou brigando aqui para ler esse relatório.

Eu tive o cuidado de discutir com o movimento médico, que luta há muito tempo para tentar frear essa mercantilização que se tornou a nossa profissão. Nós passamos a ser uma *commodity*, Presidente. Quem tem um curso de Medicina está feito na vida. Os fundos, os grandes fundos compram agora conglomerados e fazem proliferação dessas escolas pelo Brasil todo, e a gente não consegue se contrapor a isso.

O Ministério da Educação, eu tenho o maior respeito pelo Ministério da Educação, mas é inócua aquela fiscalização e avaliação de escolas médicas que se faz neste país desde que eu era novo. Não acontece nada. Nada! Acontece, Calil?

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nada! Nada.

É por isso que nós estamos aqui lutando para proteger a sociedade. Esse projeto aqui é para proteger o povo brasileiro. Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço vênia a nossa Presidente e a todos aqui, Senadores e Senadoras, para que eu possa ler esse relatório em respeito a essas pessoas que deixaram – nossos colegas – suas clínicas... (*Palmas.*)

... seus consultórios, seu trabalho para vir para cá hoje manifestar esse apoio.

O trabalho não é meu, não. O trabalho é do Congresso Nacional. Isso aqui não se faz só. Eu sou contra personalizar projetos aqui. Isso é um trabalho nosso, Presidente. É um trabalho que vai ficar nos *Anais* desta Casa, que foi algo discutido por todos, indistintamente aqui. Mesmo aqueles que pensam diferente de nós, eu tenho certeza de que eles também, ao final, serão a favor de a gente frear essa proliferação indiscriminada de escolas médicas no nosso país.

Muito obrigado, viu, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, eu entendo as suas colocações. Inclusive, V. Exa. sabe que eu também sou médica e sei da importância desse projeto e também sei o quanto V. Exa. se debruçou sobre esse projeto.

E quero aqui também cumprimentar todos os colegas médicos presentes, Conselho Federal de Medicina, CRMs, enfim, todos que estão aqui presentes, e dizer o grau de importância. Tudo que foi colocado aqui por cada colega tem a sua importância e realmente, de fato, isso é algo que a gente tem que... Eu até entendo a sua vontade de dar celeridade ao processo.

Em relação à questão do Regimento, quando eu coloco, Senador Dr. Hiran, é porque, se a gente não segue o Regimento, como será aqui a Casa? Existe a questão de a gente entrar em acordo sim, é natural. Mas, em se tratando dessa questão, estão aqui a Senadora Zenaide, a Senadora Teresa, alguns Senadores que se posicionaram, Senador Presidente desta Comissão Marcelo Castro... Até o senhor, Senador Dr. Hiran, aceitou ter audiência pública, o senhor colocou aqui. Então, a questão é se vai ter... É como o Presidente Marcelo Castro colocou: se terá audiência pública, por que não discutir na audiência pública, uma vez que terá? Porque aqui foi aceito em comum acordo por todos. Então, essa é a questão. O senhor... Eu já coloquei que o senhor pode ler o projeto de lei, não tem problema. O senhor falou exatamente o que eu havia falado anteriormente, que o senhor pode ler, não tem problema. A questão é que a discussão – se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor concordar e o Senador Jayme Campos, uma vez que vai ter audiência – ocorra na oportunidade da audiência, inclusive os pedidos de vista.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode falar, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para questão de ordem.) – Baseado no art. 132, conforme o Regimento Interno.

É o seguinte: se o Dr. Hiran ler o relatório, com a devida vênia e permissão de V. Exa. aqui, eu vou pedir vista do processo, ou seja, de seu relatório, porque isso é o que fala o Regimento aqui. Eu tenho obrigação, até por honrar o meu mandato de Senador da República, de não passar como abestado nesta Comissão aqui. Eu conheço bem o Regimento, eu não posso passar como abestado aqui. Eu tenho a obrigação de pedir vista. Evidentemente, para que esse pedido de vista não possa ser repetido numa outra, eu vou pedir o apoiamento de alguns colegas Senadores. Só um não é o suficiente, não é vista coletiva. Nesse caso, pode postergar numa outra reunião, aí o outro Senador pode pedir vista e isso será ato contínuo. Então, tem que ser mais de um para prevalecer o pedido de vista coletivo. Agora, se eu não pedir vista do processo, ou seja, do relatório de V. Exa., eu não estou respeitando o que está estabelecido aqui do Regimento inteiro, que eu conheço de cabeça para baixo, de trás para a frente, conheço bem aqui, fui Presidente desta Comissão. Aí não.

Com o que eu concordo é que V. Exa. pede vista... O senhor lê o relatório, eu já peço a vista; feito isso, faça a audiência pública. É louvável e meritório. Não tem nenhum impedimento legal. Com a audiência pública promovida nesta Comissão, com as autoridades que serão convidadas para vir aqui, vai com certeza ajudar a contribuir com o possível relatório do Senador Hiran, que ele pode mudar. Esse relatório não está definitivo. Esse é o rito que tem que ser dado aqui nesta Comissão. Caso contrário, aí não vai, não é? Eu estou velho para passar aqui e ficar com um abestado aqui não sabendo como funciona o Regimento Interno. Pedimos vista, ótimo; faça audiência pública; realizada a audiência pública, aí faz substitutivo, se Dr. Hiran, como Relator, concordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse relatório virá para esta Comissão aqui e vai ser votado no plenário desta Comissão. O Senador que não quiser se manifesta: "sim" ou "não". Até porque tem caráter terminativo aqui, vai ter que ser voto nominal. Quando se vota em caráter terminativo, é nominal que se vota aqui. Se eu concordar com o relatório dele, "sim"; se não concordar, "não" – esse é o rito –; caso contrário, isso aqui não vale nada, e, para mim, isso aqui é a bússola, Senador Humberto Costa, V. Exa., que foi Presidente desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bom, Senador Jayme Campos.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sra. Presidente, para trazer a nossa posição...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com licença, Senador Efraim Filho. O Senador Humberto Costa está com a palavra – questão de ordem.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu me inscrevo pela liderança do União Brasil nessa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está ótimo, Senador.

Pode falar, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria, primeiramente, analisar o processo. Qual é o sentido da realização de audiências públicas para a discussão, o debate de alguns projetos? É exatamente trazer argumentos novos, razões diferentes que vão embasar o posicionamento do Relator para preparar o seu relatório e dos Senadores e Senadoras para votarem no momento em que esse relatório seja apresentado.

Fazer a leitura do relatório não havendo audiência pública antes é uma coisa que fere a ordem natural das coisas. O ideal é que se faça audiência pública – uma, duas, três, por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana, duas semanas... Isso não vai mudar um problema que é um problema de décadas e décadas no nosso país.

Segundo, esse é um tema, como outros temas que ainda não foram suficientemente debatidos na sociedade. Algumas pessoas podem pensar, à primeira vista – "Puxa, que coisa boa! Agora quem for médico ruim vai ter que fazer esse exame, não vai passar e tal... –, talvez sem terem o conhecimento de vários outros fatores que pesam nesse processo.

Então, é razoável – é razoável – que essa leitura possa ser feita daqui a duas, três semanas, depois que nós fizermos audiência pública, com argumentos, com ideias e que possam, inclusive, influenciar o Relator. Eu, pelo menos, quando sou Relator, não pego o que eu penso, boto no papel e me fecho para qualquer coisa. Não, o Relator tem que estar aberto. "Puxa, o que o Ministro da Saúde falou é relevante. Eu vou pensar aqui no meu relatório". Então, eu acho que não é um caminho plausível.

E esse é um tema complexo, é um tema difícil, por quê? Primeiro, na minha opinião, quem tem que atribuir diploma de graduação, avaliação de quem está dentro do curso, definição de como entrar no mercado de trabalho é o poder público, é o MEC. Não é possível que a gente vá atribuir, numa área tão importante como é a área médica, a um simples conselho organizar essa prova, fazer essa prova, dizer quem pode e quem não pode trabalhar.

Eu entendo... Por favor, eu entendo que o que vai acontecer é o que a gente está vendo na residência médica: cursinho para você fazer prova de residência médica, cursinho para você fazer prova da proficiência de medicina. Aí, outros interesses empresariais... Às vezes, até empresas que controlam faculdades vão criar os cursinhos para poder avaliar os médicos que elas formaram mal. Então, essa é uma questão importante. Temos que discutir se a avaliação deve ser *a posteriori* ou ela deve ser concomitante, progressivamente ao longo do curso.

O que aconteceu no Brasil? O Governo organizou, quando apresentou a proposta do Mais Médicos, a definição de uma série de critérios para a implantação de curso de Medicina – tinha que ser numa região onde era necessário, teria que ser com a garantia de que o campo de prática fosse de boa qualidade. Depois, produziu-se uma aberração que foi a liberação para a abertura de um conjunto de cursos de Medicina de baixa qualidade. Eu não estou vendo a preocupação das pessoas, por exemplo, em regulamentar o que está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito deles, Senador Humberto, feitos pela Justiça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente. E olha que a última decisão do Supremo Tribunal Federal minimizou, porque a bagunça que estava instalada era muito maior ainda.

Mas eu estava dizendo que essa questão tem que ter uma progressividade e eu pergunto: o que a gente está fazendo agora em relação a essas autarquias municipais? Vocês estão acompanhando o que está acontecendo? Várias prefeituras têm autarquias municipais, elas conseguem a definição no conselho estadual de educação para implantar curso de Medicina, mas não é a prefeitura que implanta, não. Ela contrata uma empresa, dessas multinacionais, para cobrar 12 mil, 13 mil, 14 mil e implantar curso de Medicina que não tem campo de prática, que não tem hospital que preste para o instituto.

E o que esse projeto muda nesse aspecto aí? Ou isso não é importante? Na verdade, querem que faça recair em cima do indivíduo que estudou, que fez vestibular, às vezes nem fez vestibular, pagou uma fortuna, a responsabilidade por não ter essa competência. É isso. E essa estrutura que está aí para trás não se resolve. Então, quer dizer, não pode ser uma solução só desse tipo.

Eu só estou levantando isso – é a minha posição, obviamente que eu vou ouvir todas as posições – para dizer que não é só este debate, nem ele pode ser feito isoladamente. Tem que fazer o debate sobre como é que o médico vai trabalhar, quais as atribuições, competências que ele deve ter, mas tem que avaliar o sistema que está formando esse médico. Quer dizer, o médico vai ser punido e, para a escola que o formou de baixa qualidade, qual vai ser o processo? Qual vai ser a fiscalização para que isso mude?

Então, isso, por conta de duas, três, quatro semanas, não vai ser algo diferente de forma alguma. Nós vamos discutir, vamos ver, vamos incorporar as ideias, e isso interessa para todo mundo, porque eu acho que o interesse de todo mundo é justamente melhorar, até porque nós temos que pensar algumas coisas. Vai haver, inclusive, um processo de seleção, meio que uma implantação de inteligência artificial, em que muitos empregos de médicos vão deixar de existir. Daqui a pouco essa discussão pode ser uma discussão superada. Então, nós temos que ter um debate onde todos esses aspectos sejam colocados em consideração. É minha sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pediria ao Senador Hiran, que é uma pessoa que é muito razoável, que tem sempre tido com todos nós uma postura de entendimento, que nós façamos um simples entendimento. Marque o dia para a leitura do relatório, marquemos as audiências públicas que forem necessárias, V. Exa. lê, alguém pede ou não pede vista e o processo vai para frente, não tem problema.

Estamos aqui numa polêmica que poderia ser resolvida facilmente. V. Exa. pode divulgar o relatório para influenciar as opiniões e tal, não há nenhum problema.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu queria pedir....

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Há uma proposta aqui para a gente chegar a um entendimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Marcelo Castro, um segundo: o Senador Efraim Filho pediu a palavra anteriormente, perdoe-me.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Vejo aqui... Quem conhece a Casa sabe que talvez o rito natural fosse o que está sendo discutido de ter primeira audiência pública, ter o relatório, ter a votação, mas o Senador Hiran levou aí... Acho que desde dezembro do ano passado é que está aqui na Comissão, quer dizer, a gente já está em abril, e o requerimento chega no dia da votação. Então, naturalmente, esse requerimento da audiência pública também deveria ter precedido o momento da apresentação do relatório.

Eu acredito que dá para conciliar as duas posições. Eu sou a favor de que haja audiência pública para embasar ainda mais o entendimento não só do Relator, mas especialmente de toda a Comissão, e, do ponto de vista do Relator, ele poder formalizar a apresentação do seu relatório tem um ponto favorável que não está sendo levado em consideração, para que quem vai participar da audiência pública já tenha o conhecimento oficial da posição do Relator, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez até isso evite que tragam pontos que o Relator já acolheu, como foi o caso de emendas que eu vi aqui que foram apresentadas pelos Senadores.

Então, acho que, se a gente puder conciliar: faz-se a apresentação do relatório; pedido de vista do Senador Jayme, que pode ser aproveitado por outros; tenha-se a audiência pública, embasa; e, na semana subsequente à audiência pública, a sessão de discussão, como quer é a Presidente – porque o que a Presidente disse, e que é natural, é que a sessão de discussão fique para depois da audiência pública, e acredito que isso fica concebido com o pedido de vista. A gente tem a aprovação do requerimento de audiência pública; tem a leitura do relatório e o pedido de vista hoje; e sessão de discussão e votação só após a realização da audiência pública.

É o encaminhamento que faço para ver se a gente consegue caminhar com a conciliação nesse caso, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bom, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora a palavra ao Presidente Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Eu queria também, na linha aqui do Senador Efraim, fazer uma proposição para a gente chegar a um entendimento.

Não, Senador Efraim, não é lógico, não é razoável e não há essa necessidade, essa premência desse relatório ser lido hoje. Qual é a necessidade disso? Não é sangria desatada, não é barriga aberta....

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... a expressão popular que se diz. O que é que nós vamos perder? – porque todos estamos de acordo que é uma matéria complexa, é uma matéria difícil, precisa ser debatida exaustivamente para a gente fazer o melhor juízo, para tomar a melhor decisão. O que custa a gente fazer audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma ou duas, as que forem necessárias, para todo mundo estar seguro do que vai fazer? Feito isso daí, o Relator instrui sua matéria. Como é que se vai fazer a audiência pública depois de lida a matéria? Não tem sentido isso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas... Permita-me um aparte, Senador Marcelo?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, só concluindo aqui, Senador.

Eu estou falando pela racionalidade, nós não perdemos nada com isso. O relatório do Senador Hiran ele pode distribuir, não está lido, mas ele pode distribuir, todo mundo pode ter acesso ao relatório, não tem nada de mais. Aí faz a audiência pública, instrui o relatório, lê e, depois de lido, pede vista quem quiser – e, se não quiser, não pede –, e nós vamos para a votação, é o sistema normal.

Eu não vejo essa premência, porque, se se ler a matéria hoje, obrigatoriamente, o Senador Jayme Campos determinou aqui: vai pedir vista. Aí, quando vier a audiência pública e vier a instrução, ele vai modificar o relatório, e pode-se pedir vista de novo. Não há necessidade disso.

É muito mais racional, é muito mais lógico. Estou fazendo um apelo aqui à racionalidade.

Então, para encaminhar a matéria, qual é a minha sugestão, Sra. Presidente? Colocar em votação o pedido de audiência pública. Se o pedido de audiência pública for aprovado, não há necessidade da leitura do relatório. Vamos fazer a audiência pública, instruir a matéria, o Relator faz o relatório, apresenta, lê, e aí pode ser pedido de audiência...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Desculpe-me, pela ordem, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Meu mestre e professor, só se vai mudar tudo aqui; o rito não é esse. Como é que vai fazer uma audiência pública, um pedido de audiência pública, se nós não temos conhecimento em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao relatório? Esse requerimento, Teresa, minha querida Teresa e Zenaide, tinha que ter sido feito antes. Depois que o Sr. Relator apresenta aqui o seu relatório, no mesmo dia que está na pauta, na ordem do dia... Inclusive o requerimento dele não está nem na ordem; é extrapauta, ou seja, está errado. Se for para fazer a coisa certa, o rito não é esse aí, eu não concordo. Eu vou deixar meu voto consignado e, se for o caso, o voto em separado aqui. Isso é o que fala o Regimento Interno.

Não custa... Qual o motivo de nós lermos esse relatório? Nenhum. Pede vista. Eu peço vista, e os demais me apoiam. Feito isso aí, faça audiência pública. Esse é o encaminhamento. Faça audiência pública. Aquilo que puder contribuir com o relatório do Senador Hiran, é claro e natural que ele vai aceitar de bom grado. A gente está aqui para somar, para contribuir. É louvável a audiência pública? É.

E outra coisa que é muito importante, Senador Hiran e, com a devida vênia, Senadora Eudócia, é estabelecer um calendário para não ir postergando. Daqui a pouco, é mais uma coisa, mais uma coisa. Insisto. Isso aqui V. Exa. conhece muito bem. Vamos estabelecer um calendário para votar. Caso contrário, essa demanda vai longe. É aquela velha história: me engana que eu gosto. Esse é o rito que nós temos que dar aqui. Estabeleça um calendário. V. Exa. tem autoridade e a prerrogativa como Presidente desta Comissão – já tem meu apoio – e certamente para cumprir esse calendário. Feito isso está aprovado.

Agora, não é justo que o Senador venha aqui, prepare o relatório, venha para ler o relatório, e entre um requerimento hoje; e esse requerimento é proposto antes de ler o relatório. Está tudo errado aí. É o quê? É a carroça entrando na frente dos bois. Está errado! (*Palmas.*)

Depois que eu estou aqui, apresentarem um requerimento? Não existe isso aí. E é ainda extra, não está na pauta aqui. Hoje não está na pauta esse requerimento aqui. Eu tenho em mãos aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Já entrou.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas entrou de trás para frente, como disse o Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sra. Presidenta, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pediram extrapauta, e a Senadora bondosa, generosa... Ela foi, Senadora Zenaide, e propôs a leitura do requerimento, mas não está na ordem do dia. Prioridade é o que está estabelecido aqui; extrapauta depende da boa vontade e da generosidade da Senadora, desde que ela faça uma indagação também ao Plenário desta Comissão, que ela diga: "Olha, tem um pedido extrapauta aqui do requerimento da Senadora Zenaide, da Senadora Teresa. Eu gostaria de consultar o Plenário se eu posso ler". Dez! E, de comum acordo, nós concordarmos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É assim que funciona, esse é o rito correto. Desculpe-me a minha sinceridade.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Um aparte, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aparte ao Senador Efraim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Jayme...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Quando chegamos aqui...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Veja a importância...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador...

Licença, gente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu estou com a palavra, pelo aparte concedido pelo Senador Jayme, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Espere aí. A Senadora Teresa levantou a mão primeiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ela vai levantar a mão, mas baseado no art. 14.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com licença, Senador Jayme.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas o aparte... A palavra está com o Senador Jayme, e ele me concedeu um aparte, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá. Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Concedi um aparte ao Senador Efraim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Dentro dessa linha, veja como é importante esse procedimento. Aqui mesmo essa discussão pode avançar. Primeiro, nós temos aqui requerimento de audiência pública que está aguardando, então eu não sei nem qual seria o calendário que a gente teria da Comissão para marcar essa audiência pública; então é bom avançar.

Veja só o que está acontecendo na CCJ, o Senador Marcelo acompanha lá a questão do Código Eleitoral, como foi importante ter a apresentação do relatório dele, um relatório substancial, e depois se viu a necessidade de que audiências públicas viessem a acontecer para embasar a própria discussão da Comissão. Então, acho que aqui a gente poderia ter também um procedimento parecido, havendo a apresentação do parecer do Senador Hiran e, na sequência, as audiências públicas para embasar.

Agora, tem audiência pública aqui, por exemplo, de um projeto que é de minha autoria, o 2.158, de 2023, que desde dezembro teve o pedido de audiência pública. O pedido de audiência pública foi aprovado em dezembro, estamos em abril e nem a audiência pública aconteceu ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente também tem que verificar se esse pedido de audiência pública não posterga por três, quatro meses para diante a ocorrência dessa audiência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Primeiro, o relatório foi publicado ontem à noite. Quando nós chegamos aqui, não havia Relator para apresentar nenhum relatório. Foi quando nós apresentamos à Mesa o requerimento extrapauta, que também é uma coisa usual, não é a primeira vez nem será a última a se apresentar um requerimento extrapauta – apresenta-se em Comissões, apresenta-se em Plenário, e isso não é nenhum cavalo de batalha.

Eu acho que o encaminhamento dado pelo Senador Marcelo Castro é um encaminhamento que contempla tudo o que está sendo colocado à mesa, que é: relatório, eventual pedido de vista, se tiver ou não necessidade, audiência pública. E a mim é muito bem-vista a proposta de calendário, sim. Foi feito um calendário na Comissão de Justiça, foi feito um calendário na Comissão de Educação. A Comissão de Educação vai ter um ciclo de doze audiências públicas, fizemos duas.

Cada vez que se fala, Senador Efraim, eu fico mais assustada com essa dificuldade de se adentrar um debate muito complexo. Eu vi aqui a fala de vários Senadores que são médicos. Se é complexo para Senadores que são médicos, imagine para nós que não somos. Eu fico impressionada com essa dificuldade de se aprovar uma audiência pública, que também é uma coisa usual nesta Casa, bem-vinda, pois é trazer a sociedade, trazer as instituições para serem ouvidas.

Eu quero mais uma vez, Senadora, reforçar o encaminhamento dado pelo Senador Marcelo Castro, porque a gente está nesse debate desde o início da sessão.

E repito: o meu requerimento foi fruto de um acordo, e eu acho que acordos são coisa de muita valia no ambiente político. Quem não cumpre acordo, a gente sabe, fica marcado, "fez um acordo comigo e não cumpriu". Esse acordo foi feito na Comissão de Educação, porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queríamos que essa audiência fosse feita lá, porque envolve o MEC, tanto é que o projeto foi para lá também. Por acordo, isso não foi feito, não foi aceito, não foi aceito o requerimento de uma audiência pública. Então, está se rebaixando também a nossa capacidade de fazer e de cumprir acordos, o que é muito ruim para uma relação interpessoal, interpolítica, suprapartidária em uma Casa Legislativa.

Então, não adianta vir – vem um, vem outro – querer desmerecer o requerimento. O requerimento tem um lugar nesse processo, que é o lugar de garantir uma audiência pública que não foi feita na Comissão de Educação, e se remeteu para cá no final do ano, era a última sessão ordinária. Fez-se uma sessão extraordinária para poder o pedido de vista, que foi coletivo, cumprir o prazo. Foi lido o relatório e aprovado com o acordo de, ao chegar à CAS, se fazer audiência pública. Então, estou muito tranquila, sabe, Senadora.

Eu quero inclusive louvar a segurança de V. Exa., a tranquilidade de V. Exa. na condução desse processo, mas está se voltando com coisas que já podiam estar definidas e com todos os itens contemplados pelo encaminhamento dado pelo Senador Marcelo Castro.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem, Senadora.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Presidente, só fazer uma consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Até pelo respeito que tenho à nossa Senadora Teresa. Nós estamos de acordo, Senadora Teresa, que haja uma audiência pública. Aqui eu acho que todo mundo está de acordo com isso.

A proposição do Senador Efraim também, aparentemente, foi acatada por todos e, com todo o respeito e amizade que eu tenho pelo meu Presidente Marcelo, eu acredito que ler o relatório não atrapalhará absolutamente em nada, até porque esse relatório não foi ontem não. O que aconteceu foi o seguinte, no dia 3... Esse relatório, Presidente, está no sistema desde o dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. O que acontece é que, ouvindo várias entidades, ouvindo colegas, tinha uma vacância na lei que dizia que essa lei entraria em vigor um ano depois de sancionada.

Aí eu ouvindo, disseram assim: "Olha, é melhor colocar na data da sua publicação". Por quê? Porque a gente garante o direito adquirido a todos os estudantes que estão fazendo o curso de Medicina hoje. Ninguém, desde quem está no primeiro ano até o sexto, não vai ser abarcado por essa lei. Só a partir do momento que essa lei for sancionada lá para – a gente acredita que a gente pode até dar um presente à Medicina brasileira de aprovar essa lei em setembro, quando o nosso conselho faz 80 anos... E, aliás, queria até corrigir que algo que foi colocado aqui pelo nosso Senador, o nosso Senador Humberto Costa, que fala que isso não pode ficar adstrito a um simples conselho. O conselho não é simples.

O conselho é uma autarquia federal especial, é o nosso tribunal ético, que protege as boas práticas médicas. Pelo amor de Deus, o conselho é importante. (*Palmas.*)

Não é um simples conselho. E, veja bem, quer dizer que as aptidões dos operadores de direito, ela é aferida por uma "simples" OAB? É isso? Não. A OAB é que coordena todas as avaliações dos egressos dos cursos de Direito, assim como nós queremos ter essa prerrogativa no nosso conselho, que é uma autarquia como a OAB é uma autarquia. E aqui, nós estamos... Esse projeto está, desde o dia 3, apenas, eu alterei esse prazo final para o dia da sanção da lei, preservando o direito adquirido dos alunos que estão fazendo Medicina, e não deixando vago o ano. Foi por isso. Mas esse projeto está realmente no sistema desde o dia 3.

Então nós estamos aqui de acordo com a nossa Senadora Teresa e aqueles que defendem a audiência pública e nós podemos fazer um substitutivo depois da audiência. Havendo o convencimento do Relator, e a gente está aqui sempre imbuído de aperfeiçoar, como aperfeiçoei essa data aqui, Senadora Teresa, porque achei que realmente era melhor. Se houver algo superveniente que possa ser inserido nesse relatório, porque esse relatório pode ser alterado na Câmara, vai ser apensado a outro projeto. Então eu queria pedir vênia também ao nosso Senador Marcelo Castro para divergir só em relação a ler o relatório. O nosso Senador Efraim até consignou que poderia fazer o pedido de vista, aí a gente evitaria inclusive – eu sei que não é o pensamento de ninguém aqui – que acontecesse como o projeto dele, em que ficou consignado que haveria uma audiência pública, e esse projeto em que ele é o Relator está na Comissão por quatro, cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses. Eu acho que aí a gente vai estar jogando a favor dessa proliferação desenfreada de escolas médicas no nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bem, Senador Dr. Hiran.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Fernando Máximo: seja muito bem-vindo a esta Comissão, Deputado, muito nos honra a sua presença.

E quero colocar como encerrada a discussão.

Essa questão, como está sendo muito polêmica, Senador Dr. Hiran, Senador Dr. Jayme Campos, demais Senadores que aqui se posicionaram, como está muito polêmica, eu vou colocar em votação o requerimento. Se o requerimento for aprovado, a gente vai para a sessão de debates e V. Exa. não leria hoje o projeto de lei e, se não for aprovado, o senhor leria esse projeto de lei, para fazer uma coisa bem objetiva e a gente poder colocar de forma mais harmônica aqui esta discussão.

Então coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Senadores que votam a favor do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Desta forma, nós iremos fazer esse calendário que o Senador inclusive...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu peço verificação...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Só um minutinho, Dr. Hiran, só um minutinho, vou lhe dar a palavra, só um segundo.

Segundo sua colocação, Senador Efraim Filho, haverá, Dr. Hiran, uma cronologia e haverá um cronograma para que não venha a acontecer essa questão de postergar as datas das reuniões.

Pois não, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Verificação, por favor, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, com a palavra o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estou pedindo verificação, Presidente. Vamos para a verificação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Para a verificação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, ela não disse que foi aprovado, não. Ela não disse que foi aprovado, pelo amor de Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O requerimento, sim. Foi aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu pedi verificação em tempo. A senhora, inclusive, cortou a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero saber se aqui no plenário tem três Senadores que apoiam o pedido de verificação do Senador Dr. Hiran. (*Pausa.*)

Agora, nós iremos fazer a votação nominal do requerimento. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Sra. Presidente...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu ainda faço um apelo para evitar o constrangimento de levar a deliberação ao Plenário de um tema que ninguém quer se dividir, todo mundo é a favor da audiência pública. Nós vamos ser obrigados a votar contra a audiência pública porque não tem um acordo para que se possa fazer o pedido de vista hoje do relatório do Senador Hiran. Eu acho que fazendo esse calendário não constrange, não leva... Correndo até o risco de ter falta de quórum, ficar ruim para a Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim, eu tentei fazer – eu tentei fazer.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas se V. Exa. encaminhar o acordo...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu tentei fazer, mas as divergências estão muito grandes. Eu não posso...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu posso fazer uma sugestão?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode sim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Coloque em votação quem concorda com essa proposta de ler o relatório hoje e de fazer a audiência pública. Eu tenho certeza de que tem maioria, é maior do que o contrário. (*Palmas.*) Se V. Exa. colocar... O que a senhora... Veja só...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim, só um minuto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O encaminhamento feito pela V. Exa. é o seguinte: quem é a favor ou contra... Eu sou a favor da audiência pública, eu quero votar a audiência pública. O que está sendo discutido aqui não é a audiência pública, é o rito a ser estabelecido.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É exatamente nesse rito, Senador Efraim, que estão tendo muitas divergências. E eu tenho que escutar todos vocês. Eu tenho que escutar, de uma forma harmônica, todos vocês que têm os seus pensamentos, as suas colocações a fazerem.

Eu quero dizer que está aberto o voto no sistema eletrônico. Já foi aberta a votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A votação para o requerimento?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A votação para o pedido de verificação do Senador Dr. Hiran.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, Presidente...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, ele vai retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quem vota "sim" aprova o requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Questão de ordem, Presidente.

A senhora tinha que colocar aqui um pedido de votação... É simbólica, é de comum um acordo. Ninguém fica constrangido.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está todo mundo de acordo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Aqui está 4 a 1 a favor do acordo. Onde é que está a divergência? Nós temos quatro Senadores a favor do acordo e só um a favor do não acordo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só para lembrá-la, a senhora já disse... A senhora se manifestou, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Hiran, olhe, foi votado simbolicamente o requerimento. E aí você pediu a verificação, e pediu que fosse nominal. Gente, eu estou tentando fazer com que todos sejam ouvidos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique tranquila, é assim mesmo. Isso é assim mesmo. Deixe-me lhe dizer...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está difícil também. Vocês também hão de convir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não. Parabéns pela sua condução, Presidente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A gente pode retirar... Se tiver acordo, já retira.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A gente pode retirar.

O que acontece, Presidente? Olhe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora já disse para mim: "Olha, Dr. Hiran, o senhor vai ler o seu relatório". Bacana; a senhora falou, bacana. Aí o Senador Efraim chegou e fez uma proposta mais aceita por todos.

Leu o relatório, tem pedido de vista, o Hiran altera o relatório dele quando tiver audiência pública e vai para votação depois e tudo... Está tudo certo. Qual é a dificuldade?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Dr. Hiran, a gente não está chegando a um acordo. Eu coloquei várias situações, não está tendo acordo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Teresa...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Entre vocês, vocês não estão chegando a um acordo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tem acordo entre nós aqui, quatro são favoráveis aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Tem acordo... Tem acordo, tem acordo...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Teresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... na audiência pública, já marcada para daqui a 15 dias, por conta da Semana Santa, segundo o procedimento inicial. Isso evitaria de ter uma votação nominal quando V. Exa., de fato, anunciou o resultado da votação simbólica.

O que é que a gente poderia, eu acho, acordar? Os dois elementos restantes do acordo, são três elementos que estão em debate: o requerimento da audiência pública, aprovado; a leitura do relatório, sem nenhum debate, feita pelo Dr. Hiran; e o pedido de vista feito pelo Senador Jayme.

Eu acho que, mesmo sendo inócua, a insistência para a leitura do relatório pode ser aceita, tendo em vista os argumentos de que vieram muitos médicos de outros estados, tem muitos conselhos aqui, tem muita gente querendo ouvir a fala do Senador Hiran no relatório. E ponto. Não precisa pedido de vista. Foi esse pedido de vista, Senador Jayme, que foi aceito na Comissão de Educação e que nos levou a trazer o debate – que poderia ser de mérito lá, porque o MEC estava envolvido – para cá.

Então, se V. Ex. tira esse item 3, a gente tem acordo. Deixe esse pedido de vista na prateleira, o senhor pode lançar em qualquer momento, porque hoje vai ser uma leitura simbólica. Vai ser uma leitura simbólica do relatório. Aí a gente chega a um acordo, termina esse item e passa para o restante da pauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se for de fato acordado aqui... O pedido de vista, Senadora Teresa, a senhora tem muita experiência, é regimental.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu sei. Se ele for pedido, ele tem que ser dado. Por isso que eu estou pedindo ao senhor para não pedir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não sou eu que vou ser empecilho, muito pelo contrário. Agora, na medida em que ele lê o relatório, depois vai ter a audiência pública. Não é isso? Após a audiência pública, esse projeto volta para ser lido aqui. Correto? Vai ser lido, porque vai ter emenda aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Lido e debatido. Hoje não vai ser lido nem debatido. Vai ser só simbolicamente lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas vai ser lido. Teresa, eu fui o Presidente, eu conheço: vai ser lido aqui. Pois bem, ótimo. Agora, para que ele de fato fique à altura do nosso Regimento, eu teria que pedir vista, não só eu como mais alguns. Quando você pede vista através de só um Senador, na outra sessão em que você votar, o outro pode pedir. Isso aí você vai postergando, postergando, postergando... Passa o ano 2025, tudo certo, não vai votar coisa alguma aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não é interesse de ninguém postergar, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, estou só dizendo o que é real.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Jayme, Senador Jayme...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu vou concluir, se esse é o problema aqui, eu estou à disposição.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Veja só, Senador Jayme... Um aparte, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – À vontade.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Senador Jayme, veja só, a prerrogativa de pautar é do Presidente da Comissão. Então não tem por que ficar contra o pedido de vista, porque ele vai pautar quando ele quiser. Agora, é importante avançar na tramitação regimental com o pedido de vista. (*Palmas.*)

Se o Presidente quiser passar dois meses, três meses, é prerrogativa dele não pautar a matéria. A pauta pertence ao Presidente, a não ser que tenha que entrar com requerimento extrapauta.

Então, eu acho que essa discussão se estende por todo esse tempo, e a prerrogativa é do Presidente Marcelo. Se o Presidente Marcelo quiser esperar 15 dias para pautar, ele pode; se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiser esperar três semanas para pautar, é prerrogativa do Presidente. E a gente não estaria se estendendo nessa discussão, que, sim, é inócua, por algo que é prerrogativa do Presidente pautar.

E não venha dizer que vai pautar na próxima, porque eu estou com requerimento de audiência pública desde dezembro para ser feito, está dando abril e não aconteceu ainda. E pode acontecer a mesma coisa com esse projeto também.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim, licença, Senador Jayme, vocês perceberam que a gente não consegue chegar a um acordo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Consegue...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, acordo é assim mesmo, é difícil, é difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... porque a Senadora Teresa já fez vários posicionamentos, o Presidente Marcelo Castro... Então, não vai ter acordo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, a senhora sabe como é que a senhora facilita isso?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não vai ter acordo. É essa a...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se houver um acordo... Por exemplo... Desculpe...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É esta a avaliação que eu estou fazendo: não vai ter acordo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora sabe o carinho e a amizade que eu tenho pela senhora e também...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador. Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... deixo consignada aqui a sua condução, viu? A sua condução tem sido magistral.

O que acontece é que, já que ela não quer aceitar que haja um pedido de vista, está bom, mas que a gente entre num acordo aqui: que a gente faça uma audiência, mas que também ela abra mão de eventual pedido de vista, porque na audiência eu vou ouvir todo mundo, vamos discutir, vamos tentar aperfeiçoar. Aí a gente... Pronto. Aí, se ela disser assim: "Olha, não vamos pedir vista depois da audiência e põe para votar", se estiver assim, também, pronto, não precisa pedir vista hoje, porque eu volto a dizer: o nosso Plenário aqui – nós estamos aqui só com Senadores experientes – é soberano para a gente fazer esse acordo e esse acordo ser respeitado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Teresa, você aceita essa colocação do Senador Dr. Hiran?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O relatório será lido hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está vendo como é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu não falei que sim nem que não, eu estou escutando V. Exas.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O pedido é regimental. Eu já disse ao Senador Jayme que o pedido de vista não terá meu voto para ser coletivo – não terá –, porque pedido de vista coletivo também é uma prerrogativa de a gente aceitar ou não aceitar. Não tenho nenhum interesse de postergar o debate. Só fiz pedido de vista na Comissão de Educação porque não foi aceita a minha proposta de realização de uma audiência pública; por isso que eu fiz o pedido de vista. Se tivesse sido marcada a audiência pública, a gente já estaria em outro patamar, porque poderia inclusive ter sido uma audiência pública da Comissão de Educação com a Comissão de Assuntos Sociais. Então, não tenho nenhum interesse; eu tenho interesse é de debater, de compreender melhor, de ouvir todas as partes envolvidas.

Então, pedido de vista eu posso não fazer, mas algum outro Senador pode fazer, porque é uma posição política. Então, eu respondo por mim, eu não estou respondendo por bancada, eu sou suplente desta Comissão. Então, por isso que eu estou apelando para acordo, porque eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é muito mais consistente do ponto de vista da relação política. Para me livrar, eu dizia: "Tudo bem. Eu, Teresa Leitão, não peço vista". Pronto, a gente está livre de um pedido de vista na próxima audiência? Está não, Senador; está não. Por isso que eu estou apelando para os três eixos do debate aqui colocados serem objeto de um mesmo acordo. Eu aceito V. Exa. ler. Parece que só eu que estou contra? Não, aceito V. Exa. ler simbolicamente o relatório. Eu já li, li agora – ontem, de noite, ele foi colocado, eu já li. Pronto, segue-se o trâmite.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Se for pedido de vista individual, V. Exa. aceita?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu não posso, Senador...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, porque a senhora disse que está contra o pedido de vista coletivo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu não posso responder por ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, o seu.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, eu não vou fazer pedido de vista hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ah, tudo bem.

Não, porque o que V. Exa. disse é que não estava a favor do coletivo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu não vou contrapor...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Teresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu não vou contrapor um pedido de vista individual que eu poderia fazer a um pedido de vista coletivo que o Senador Jayme quer fazer.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não... O Jayme pode fazer o individual.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ele pode fazer o individual também.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pode.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ele tem todo o direito.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É, é isso que eu estou dizendo. Ele pode fazer o individual. O coletivo não precisa ser, basta ser o individual.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E o senhor sabe a diferença, né?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim, Senadora Teresa, Senador Dr. Hiran, Senador Jayme, diante do exposto – o requerimento já foi aprovado por V. Exas. – terá audiência pública inexoravelmente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Concordo plenamente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Inexoravelmente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Jamais manifestei ser contra a audiência pública. Só quero que se cumpra o rito que é estabelecido aqui.

Inclusive, é bom que esclareça, Teresinha, nossa querida Teresa, que, no pedido de vista baseado no art. 143, se não me falha a memória, você pode pedir o regime de urgência. O que fala o Regimento aí? Fala que o Presidente tem a prerrogativa, conforme o Regimento, de dar uma hora até 24 horas, quando você faz o pedido de vista. É isso ou não é? Pode consultar aí para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você ver aí: por uma hora, duas horas, cinco horas. É a prerrogativa. E já aconteceu, em Comissões de que eu participei, na de Infraestrutura, na CCJ, de o Presidente, quando se pede de vista, falar: "Olha, tendo em vista que esse pedido de vista tem que ser em regime de urgência, concedo para você cinco horas", conforme o requerimento que foi feito, qualquer que seja o autor do requerimento. Então, está baseado aí, você pode ler aqui: por cinco horas, quatro horas, até 24 horas. Leia aí para você ver que está aí, baseado no Regimento Interno. Então, pode até acontecer um outro pedido de vista, mas se estabelece que esse pedido de vista seja por ser por três minutos, cinco minutos, uma hora, cinco horas. Aí está muito fácil de entender.

Da minha parte, não tem problema nenhum. Não vou ser eu que vou questionar aqui.

Já manifestei que, lido o relatório, eu gostaria de pedir de vista. A Senadora Teresa faz um apelo para não se pedir de vista, mas não sei por qual motivo, qual razão. Eu acho que não tem motivo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não entendi.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu não entendi o pedido de vista de V. Exa. diante de tudo que foi colocado no debate anterior.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, V. Exa. colocou aí três itens.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, três itens que estão na mesa. Um já foi resolvido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Espera aí. Com dois, três a senhora concorda; com dois não concorda.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Um já foi resolvido, que é a audiência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu estou fazendo isso só para dar celeridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O outro pode ser resolvido, que é a leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas não serei eu o empecilho, muito pelo contrário.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tudo bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu estou cumprindo aquilo que está estabelecido no Regimento. Só isso aí.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sejamos regimentais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Posso fazer até um voto em separado, se ninguém quiser me apoiar, porque é uma prerrogativa minha. Posso até fazer até um pedido de vista em separado, por escrito aqui.

De qualquer forma, eu vou concordar com a decisão de V. Exa. A senhora tem toda a prerrogativa de Presidente. Tem meu apoio. O que a senhora tomar de decisão eu apoio...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Jayme Campos, eu agradeço a sua colocação.

A votação, Senador Efraim, mediante o pedido do Senador Dr. Hiran, está em aberto.

Eu peço aos senhores que...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não já concordou, não, com a votação simbólica da audiência, Dr. Hiran?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vocês chegaram a esse consenso da votação simbólica?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu concordo desde que a gente leia o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu não tive essa confirmação. Ainda está tendo entraves aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A Presidente está mantendo o painel aberto, esperando que a gente entre no acordo, com muita sapiência.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois é. É porque ainda não está claro para mim, vocês não chegaram a um acordo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É por isso que eu estou dizendo que a senhora está conduzindo com muita prudência. Ela deixou... O painel está aberto. Ainda nem votei, inclusive...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu também não votei, não, mas vou votar.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós estamos tentando entrar num acordo.

Então, vai haver audiência.

Depois da Semana Santa, vamos ler o relatório e, aí, o nosso Senador Jayme Campos sugere que a gente peça a vista, para evitar esse adiamento *ad aeternum* da votação dessa matéria.

Então, a senhora está de acordo com isso, Senadora Teresa?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu acabei de votar, pelo pedido da mesa, na votação nominal. A votação simbólica do requerimento não foi aceita. Acabei de votar, Senador, pela realização da audiência. O acordo era para ser um bloco de posições, agora serão votados item por item. Votei pela realização da audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, sendo assim, que deem continuidade à votação.

Por favor, Srs. Senadores.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Veja só quanto tempo, Presidente: já faz mais de 15 minutos que está aberta, ainda não atingiu o quórum de votação, por conta desse impasse desnecessário que a gente vive aqui, quando podiam ter sido atendidas e conciliadas as duas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Também concordo, Senador, só que não houve um consenso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... pedido de vista. Não houve consenso, mas há uma maioria clara. Estamos aqui, olha: eu...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não sei se é maioria clara, Senador Efraim, não ficou claro para mim isso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Tudo bem. Então, vamos fazer a votação todo mundo, vamos fazer a votação, já atingiu o quórum. Então, vamos fazer a votação. Já atingiu o quórum lá.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, eu vou votar. Esperem aí.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Quem foi que votou agora?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de ouvir de V. Exa., Sra. Presidente, qual é o encaminhamento dessa votação: "sim" ou "não". V. Exa. tem que explicar para nós do Plenário e para quem está votando remotamente qual o encaminhamento da votação. Para aqueles que concordam com o requerimento, é "sim" ou "não"? Eu quero indagar a V. Exa. porque eu não votei e eu não sei aqui. Acho que a maioria que está votando não sabe também. Senadora Eudócia, quero saber...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Jayme Campos, quem vota "sim" aceita a audiência pública; quem vota "não" é o contrário, não aceita a audiência pública.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado pelo encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

Quem aceita a audiência pública vota "sim", quem não aceita vota "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – No encaminhamento da Presidente, ela está dizendo...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Aparentemente, foi aprovado. Então, é isto que eu estou dizendo: está nos obrigando a votar contra a audiência para que a gente possa ter a leitura do relatório do Senador Hiran. Então quem é...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim, não é obrigação. Vocês estão livres para votar "sim" ou "não".

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, mas a decisão de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quando você fala em obrigação, que se está obrigando, quem está obrigando?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu... Se eu quero ouvir...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas quem está obrigando?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu, eu, eu...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Você está obrigando.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Se eu quero ouvir o relatório do Senador Hiran, eu sou obrigado a votar "não" para poder ouvir o relatório do Senador Hiran, porque, se votar "sim" e for aprovado, o relatório do Senador Hiran será retirado de pauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aí, não pode.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É esse o procedimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não. Desde o início a Presidenta tem defendido...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Teresa, Senadora Teresa...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... desde o início, V. Exa. tem defendido que o Senador Hiran leia, leia o relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, para que essa votação? Eu não estou entendendo até agora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É porque foi pedido...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O Senador Dr. Hiran pediu.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... pediu a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O Senador Dr. Hiran solicitou a votação nominal, porque ele pediu que houvesse...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Porque o encaminhamento da Presidência foi de que, aprovado o requerimento, seria retirado de pauta o projeto dele. Por isso que ele pediu.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, exatamente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Foi por isso que ele pediu.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Antes disso, Senador Efraim, eu pedi para vocês entrarem num acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Nós entramos, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vamos fazer o seguinte... Já teve quórum?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, ainda não votei, não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então vote, vote, Senador Dr. Hiran.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Falta o voto do Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Com todo o respeito que tenho por V. Exa. e admiração, eu vou votar contrariado, mas tenho que votar "não" nesse caso aí. Eu não gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vocês estão livres, ninguém está obrigando vocês a nada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, eu sei, eu sei, mas não é o correto, não é o ideal...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Jayme, então faça seu voto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... mas já foi, não tem problema nenhum. Voto com a minha consciência. (*Pausa.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Em sendo, portanto, rejeitado o requerimento, passa-se à leitura do voto do Senador Hiran. Eu acho que é esse o procedimento que está colocado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Efraim, eu estou esperando ainda. Está aberta ainda a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Resultado da votação: 9 votos SIM, pela sessão de debates; 6 votos NÃO.

Abstenção: 0.

O quórum foi de 16 Senadores.

Então, o requerimento foi aprovado. E, dessa forma, na oportunidade da aprovação, a leitura do projeto de lei será feita na sessão que será posteriormente marcada para depois dessa semana, da próxima semana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Teresa Leitão, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Beto Faro e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 117/2023 - CAS, de autoria Senador Romário (PL/RJ), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 132/2023 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 5173, de 2023, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele. **Participantes:** Paulo Cesar Cechin, Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida – ABRASSE; José Ailton Fernandes Silva, Urologista e membro titular da Sociedade Brasileira de Urologia; Julio Cesar Moreno Lucena, Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida e Hidrocefalia do Rio de Janeiro - AEBH; Alícia Nunes de Barba Machado; e Camila Girardi Fachin, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida - ABRASSE. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/22

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 117 e 132, de 2023, da CAS (Comissão Assuntos Sociais) de autoria dos Senadores Romário, Paulo Paim e da Senadora Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 5.173, de 2023, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a mielomeningocele.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Agradecemos, de antemão, toda a cobertura que os meios de comunicação do Senado estão dando para esta audiência pública, a fim de que isso sirva também, além do próprio projeto de lei, como motivo de sensibilização e conscientização da sociedade.

Eu leio rapidamente algumas perguntas que já vieram pelos meios de comunicação.

Allysson, do Tocantins, pergunta: "Qual a principal causa da mielomeningocele? Existe alguma forma de preveni-la?";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanda, de São Paulo: "Com os tratamentos adequados, [...] uma criança [...] com a doença pode crescer e ter uma vida, entre aspas, 'normal'?";

Julia, do Rio Grande do Sul: "Quais os principais desafios enfrentados por pessoas com mielomeningocele no Brasil?";

Paulo, do Rio de Janeiro: "Além da divulgação necessária, o SUS tem capacidade [para lidar] [...] [com os casos da doença] [...]?;

Carla, de São Paulo: "Como a conscientização pode transformar o futuro de quem tem mielomeningocele?";

E também temos o comentário do Luiz, do Rio Grande do Sul: "Mais importante que um dia de conscientização sobre a mielomeningocele seria uma campanha nacional sobre [suas] possíveis causas [...].

Sempre quero lembrar ao Luiz, que fez uma pergunta importante, que o dia nacional de conscientização nunca se restringe ao dia, mas que seja um momento em que toda a sociedade brasileira se debruce sobre o tema mielomeningocele. Toda a conscientização deve acontecer em todos os dias do ano, mas este é um momento específico no decorrer do ano para chamar a atenção da sociedade.

Participam desta audiência pública, remotamente: Paulo Cesar Cechin, Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida (Abrasse) – sejam muito bem-vindos, Paulo Cesar e todos os expositores e expositoras; Dra. Camila Girardi Fachin, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida (Abrasse) e também, com muito orgulho, Vice-Reitora da Universidade Federal do Paraná; José Ailton Fernandes Silva, Doutor Urologista e membro titular da Sociedade Brasileira de Urologia – agradeço particularmente a presença, porque o Dr. José Ailton Fernandes Silva participa remotamente do exterior; inclusive, nós vamos dar a palavra inicialmente ao senhor, Dr. José Ailton –; Julio Cesar Moreno Lucena, Presidente da Associação brasileira de Espinha Bífida e Hidrocefalia do Rio de Janeiro; e também, com muita honra, Alícia Nunes de Barba Machado – seja muito bem-vinda, Alícia.

Então, novamente, cito a satisfação de ter a participação dos expositores e expositoras para que esta audiência pública subsidie a aprovação do projeto de lei sobre o dia nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conscientização. Estamos na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) do Senado, que aborda os temas de saúde, previdência, assistência e trabalho. E a decisão sobre este projeto de lei é terminativa na CAS. Portanto, depois de aprovado aqui o projeto de lei, ele seguirá para a Câmara dos Deputados, onde obviamente também iremos falar com as relatorias para que seja aprovado no menor espaço de tempo possível.

Lembro que o projeto de lei é de autoria do colega amigo Senador Romário, Senador altamente empenhado nas questões relacionadas a doenças, doenças raras, pessoas com deficiência, e a quem a gente agradece também. E eu tenho a honra de estar relatando esse projeto na CAS.

Muito bem. Então, já tendo lido as perguntas e comentários que chegaram até o momento e deixando em aberto esses canais para o público que nos acompanha pelo Brasil, vamos passar à primeira fala, como eu mencionei – agradecendo a participação – do Dr. José Ailton Fernandes Silva, Urologista e membro titular da Sociedade Brasileira de Urologia.

Com a palavra, Dr. José Ailton.

O SR. JOSÉ AILTON FERNANDES SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Sr. Senador Flávio Arns.

Cumprimento o autor desse projeto, o Senador Sr. Romário, e o Relator, o Senador Flávio Arns. Cumprimento todas as autoridades presentes. Cumprimento os pacientes que nos acompanham. Cumprimento as suas famílias, que também nos acompanham.

Venho aqui como representante da Sociedade Brasileira de Urologia e como alguém que trabalha, um profissional que trabalha nessa área, dedicando-me ao cuidado das pessoas com mielomeningocele e bexiga neurogênica há 25 anos. E venho aqui com uma enorme esperança e, principalmente, otimismo – acho que essa é a palavra que eu carrego –, representando os profissionais de saúde e certamente também as famílias e os pacientes que apresentam essa condição.

Inicialmente, gostaria de contextualizar rapidamente que a mielomeningocele – esse nome que é estranho e diferente para a população brasileira – se caracteriza por uma malformação que acontece no tubo neural nas primeiras semanas de gestação, mais especificamente na terceira e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quarta semanas do período embrionário. E a causa que nós conhecemos, a principal causa, é a deficiência de ácido fólico na gestação. E sabe-se que a reposição do ácido fólico, através de comprimidos ou suplementos, através de suplementação de ácido fólico, é capaz de reduzir em até 70% essas malformações.

E os senhores sabem muito bem que o SUS fornece gratuitamente o comprimido de ácido fólico, bem como essa suplementação, para as mulheres em idade fértil. Isso está disponível nas unidades básicas de saúde de atendimento, principalmente nos programas de planejamento familiar. O que carece são de divulgações para que não só os profissionais fiquem atentos, mas para que principalmente as mulheres possam aderir a esse tratamento, que salva vidas. Isso reduz em até 70% essa malformação, o nascimento das crianças com essa malformação, o que é bastante significativo.

No entanto, as crianças que nascem com essa condição – e muitas vezes a maioria dos pais só toma conhecimento dessa condição no momento do nascimento – vão ter uma vida com bastante dificuldade, com sequelas do ponto de vista motor. São crianças que, na maioria, precisam de uso de cadeira de rodas, com comprometimento de todos os órgãos. Todos os sistemas do corpo estão afetados, não só a parte motora, mas a parte neurológica. Algumas crianças têm alteração cognitiva, bem como a parte urinária com bastante impacto e a parte intestinal. Enfim, todo o organismo é acometido por essa doença, de modo que o trauma, a sequela e a dificuldade vão ser enormes para essa criança e para essas famílias. E aqui cabe o papel do Estado, na medida em que é uma doença que envolve uma reabilitação multiprofissional. E cabe ao Estado oferecer centros de reabilitação e investimento nos centros já existentes, no sentido de proporcionar especialistas multidisciplinares no acompanhamento e no cuidado dessas crianças. Quais são esses especialistas? Neurologistas, ortopedistas, urologistas, fisioterapeutas, enfermeiros. Então, é uma equipe multidisciplinar capacitada para cuidar dessas crianças, para que essas crianças se desenvolvam adequadamente.

Conheço a rotina desses pais, dessas famílias. Enquanto as crianças deveriam estar estudando, brincando, se divertindo, a preocupação dos pais em relação a essas crianças, senhores, é em relação a conseguir uma consulta, agendar um retorno, marcar um exame, tentar uma ultrassonografia, tentar um raio-X, e torcer para que aquela criança não tenha nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação de emergência e que tenha que ser internada, pois muitas vezes isso acontece por conta de uma infecção urinária.

Eu acompanho há 25 anos, como eu disse, crianças com mielomeningocele e bexiga neurogênica. O que é bexiga neurogênica? É uma disfunção que acontece por conta da alteração neurológica. É a exposição da medula e das raízes nervosas que acontece nessa malformação – certamente alguns colegas vão falar um pouco sobre isso –, e isso compromete o funcionamento da bexiga. A bexiga não funciona bem, a bexiga não se esvazia e, com isso – pode ser de maneira sintomática ou, muitas vezes, silenciosa –, há uma evolução: infecções urinárias, piora da função renal, incontinência, necessidade de uso de fraldas e, no pior dos cenários, comprometimento da função renal, insuficiência renal e, muitas vezes, hemodiálise. Cenário triste que, infelizmente, a gente ainda vê nos ambulatórios, nos atendimentos, nas unidades básicas e, às vezes, chegando a centros mais complexos de tratamento para uma cirurgia reconstrutiva, mas muitas vezes já passou do momento adequado para tratar. A criação de um dia para a conscientização da sociedade para que se tenha a atenção, para trazer luz a um tema que, de certa maneira, é invisibilizado... As pessoas não conhecem, não sabem desse tema, não conhecem essa condição; então, cabe ao Estado preparar a equipe multiprofissional de saúde e cabe à população conhecer essa condição e saber que não se trata de uma pessoa doente, mas de cidadãos com direito. Isso é justiça social.

Então, a nossa esperança é que o dia nacional de conscientização será o primeiro passo nessa caminhada. Não é apenas uma data no calendário, é um símbolo do nosso compromisso com a vida. Espera-se, com isso, que as pessoas possam ter acolhimento, empatia, reduzir o preconceito em relação a essa população; e que essas crianças possam crescer, possam estudar, ter seu emprego, sua autonomia, sua dignidade.

Termino aqui novamente com o mesmo espírito: esperança e otimismo. Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Dr. José Ailton Fernandes Silva, que é membro titular da Sociedade Brasileira de Urologia e urologista também, pela explicação, inclusive já abordando algumas das perguntas que foram feitas.

Eu quero dizer aos expositores que nós vamos, em primeiro lugar, como fez o Dr. José Ailton, entender o que seja a mielomeningocele, e depois nós vamos ouvir as pessoas e as famílias representadas por associações. Eu penso ser interessante, inclusive para as pessoas que nos acompanham, que primeiro a gente tenha esse quadro de compreensão da mielomeningocele.

Por isso, passo em seguida a palavra à Dra. Camila Girardi Fachin, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida (Abrasse). Depois, eu passarei a palavra para a Alícia e também para as entidades que reúnem profissionais, famílias e pessoas, para colocarem os desafios que são enfrentados em função dessa apresentação, em primeiro lugar, médico-técnica.

Estaria bem assim, Dra. Camila?

Passo em seguida, então, a palavra à senhora, que é, como eu falei também, Vice-Reitora da Universidade Federal do Paraná, médica e cirurgiã, inclusive atuando nessa área da cirurgia intrauterina.

A SRA. CAMILA GIRARDI FACHIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos. Boa tarde, Senador Flávio Arns. Boa tarde aos colegas painelistas.

Agradeço imensamente o convite para estar presente hoje aqui.

Como o Senador Flávio Arns frisou, eu sou médica, sou cirurgiã pediátrica e tenho aperfeiçoamento em urologia pediátrica. Então, tenho bastante vivência em cirurgia fetal e em urologia pediátrica e, como o Dr. José Ailton, também bastante experiência em cuidar dessas crianças que têm bexiga neurogênica.

A Abrasse é uma ONG, uma associação que foi formada por médicos e pais de crianças com mielomeningocele, e atualmente eu sou Vice-Presidente dessa associação.

Bom, então, eu vou fazer uma explanação um pouquinho mais técnica do que é a espinha bífida e a mielomeningocele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a foto de um bebezinho dentro do útero materno, e essa lesão aqui apontada pela flecha é a mielomeningocele. Qual seria a diferença? A espinha bífida tem vários tipos: ela pode ser uma coisa bem discreta, que a gente chama de espinha bífida oculta ou disrafismo oculto; ela pode ter uma protrusão aqui nas costinhas do bebê só com líquido, as meninges que revestem o canal medular e líquor dentro; ou ela pode conter as raízes nervosas também aqui da medula e daí, nesse caso, é o tipo de espinha bífida aberta. Essa e essa são abertas e essa aqui é a mielomeningocele, que é o tipo mais grave e também o mais comum clinicamente de espinha bífida.

Então, o que faz a mielomeningocele? A gente tem uma abertura dos arcos vertebrais e uma protrusão da meninge, que é a membrana que reveste a medula espinhal, e também das raízes nervosas. Então, é uma malformação congênita e ocorre no desenvolvimento do embrião dentro do útero materno. E é uma malformação bastante precoce no desenvolvimento do tubo neural, que é o que vai dar origem ao sistema nervoso central, e acontece já nas primeiras semanas de gestação. Como eu disse anteriormente, é um problema na vértebra, que não se desenvolve adequadamente e acaba expondo, então, as meninges, a medula e alguns nervos, fazendo essa protrusão nas costinhas do bebê.

Uma coisa que é bem importante a gente entender é que o sistema de líquor, que vem lá do cérebro e passa pela medula espinhal, é um sistema único. Quando eu tenho uma baixa da pressão no líquor aqui embaixo porque ele acaba extravasando e está deslocado, o cerebelo, que é uma estrutura que fica aqui embaixo do cérebro, é puxado para o canal medular e obstrui a drenagem de líquor do cérebro e acaba ocasionando a hidrocefalia, o acúmulo de líquor dentro do cérebro. Então, a imensa maioria das crianças com mielomeningocele também vai ter hidrocefalia, o que também é chamado de malformação de Chiari.

Então, isso é muito importante a gente entender. Não é só um defeito anatômico aqui, mas ele afeta toda a drenagem do liquor, levando à hidrocefalia.

E quais são as sequelas, então, quando eu tenho uma criança com mielomeningocele? Muitas vezes, existe um comprometimento neurológico nervoso para os membros inferiores, então a criança vai ter fraqueza muscular e paralisia, muitas vezes precisando andar com o uso de cadeira de rodas. Também ocorre um problema na inervação da bexiga e do intestino, isso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente chama de bexiga neurogênica e intestino neurogênico, não só há perda do controle do esfíncter, mas ela também pode ser uma bexiga retentora, a criança não consegue esvaziar naturalmente, através da micção, a sua bexiga. Existe também perda da sensibilidade dos membros inferiores; a criança pode ter convulsão, que pode, na maioria das vezes, estar associada ao grau da hidrocefalia; e ainda pode ter deformidades ortopédicas – pé torto congênito, displasia de quadril –, que podem vir associadas à mielomeningocele.

Qual a incidência da mielomeningocele? Bom, a gente fez um estudo na Abrasse, utilizando as informações do Tabnet do SUS, e a gente viu que ocorrem 2,3 casos de mielomeningocele a cada 10 mil nascimentos, essa que é incidência brasileira. No Paraná, a incidência é dois para cada 10 mil nascidos vivos.

No Brasil, então, nascem por ano 711 crianças, mas 114 crianças não vão chegar à idade adulta, por quê? Por conta das infecções, principalmente infecções urinárias que podem levar a um quadro grave, generalizado de infecção, que é chamado de sepse. As crianças também podem ter complicações devido à hidrocefalia. Muitas vezes, essas crianças que nascem com hidrocefalia precisam colocar uma válvula para derivar o liquor para o abdômen, é uma válvula que fica interna, para que o liquor não se acumule no cérebro, aumentando a pressão no parênquima cerebral, porque isso pode levar a quadro convulsivo, isso pode levar inclusive a sequelas cognitivas, e essas crianças cognitivamente são normais, assim como elas nascem com os dois rins normais. Então, a gente tem que fazer de tudo para que elas permaneçam assim, adultos ativos e com a função renal preservada. E 57, dessas 711 crianças, vão morrer antes de completarem o primeiro ano.

No Paraná, nascem, em média, 37 novos casos por ano, três novos casos por mês. Então, essa é a incidência da mielomeningocele no Brasil. É claro que a gente sabe que muito provavelmente essa incidência está subnotificada e que muitas crianças, inclusive, podem ir a óbito intrauterino – óbito fetal que nós chamamos –, e isso não ser notificado. Então, é preciso ter um pouco de cautela, provavelmente a nossa incidência é um pouco maior, a incidência real.

O Dr. José Ailton falou um pouquinho sobre prevenção, então a prevenção é o uso de ácido fólico. Só que esse uso de ácido fólico tem que ser feito pré-implantacional, então a mulher, antes de decidir engravidar, tem que fazer o uso do ácido fólico. Ele não previne 100%, mesmo mães

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fizeram uso do ácido fólico antes de engravidar podem, sim, ter filhos com mielomeningocele. Na maioria dos casos, não existe história familiar ou não tem caráter hereditário; apenas uma minoria dos casos tem caráter hereditário. Então, como a prevenção não é 100% eficaz, foi desenvolvido o tratamento fetal da mielomeningocele. É preciso dizer que o tratamento padrão, digamos assim, antes da cirurgia fetal, era a cirurgia pós-natal. Então, a criança nascia e era operada geralmente nas primeiras 24 horas de vida.

Entretanto, com o início da cirurgia fetal... e a primeira cirurgia fetal para mielomeningocele foi feita em 1998, nos Estados Unidos, já há mais de 20 anos nos Estados Unidos. Há quase 30 anos, na verdade. Essas crianças foram sendo operadas em alguns centros nos Estados Unidos a partir de 1998 e verificou-se que o resultado, as sequelas dessas crianças eram menores, principalmente as sequelas motoras e a necessidade de colocar esse cateter de derivação. Então, em 2003, foi feito um acordo nos Estados Unidos, e os centros que faziam cirurgia fetal concentraram todas as cirurgias em três grandes hospitais dos Estados Unidos, e para todas as crianças que faziam o diagnóstico de mielomeningocele – todos os fetos, desculpem – era feito um sorteio com a mãe que aceitava participar do estudo: se ia para a cirurgia fetal ou ia para a cirurgia pós-natal. Esse estudo foi, então, de 2003 a 2010 e ele foi interrompido antes de completar o número de pacientes que eles tinham estimado, porque o resultado da cirurgia fetal era muito melhor que o resultado da cirurgia pós-natal. Então, em 2011, ele foi publicado nessa revista médica, que é o *The New England Journal of Medicine*, que é uma das melhores – se não a melhor – revista médica do mundo.

Então, a partir de 2011, a gente tem uma evidência científica robusta que faz com que a cirurgia fetal para a correção da mielomeningocele seja o tratamento padrão ouro, que a gente chama. Por quê? Porque ela diminui imensamente a necessidade de colocar esse cateter de derivação ventrículo peritoneal, ela faz a regressão da hidrocefalia quando a criança é operada intraútero e também melhora enormemente a função motora. A função vesical e intestinal, infelizmente, não tem uma melhora tão significativa.

A cirurgia, então, pode ser realizada entre a 19ª e a 26ª semana de gestação, até a 27ª, por isso que é a 26ª mais seis dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela pode ser realizada a céu aberto, como vocês estão vendo aqui, que foi dessa maneira como foi realizada no estudo Moms.

Existem alguns centros no SUS que realizam a cirurgia fetal. Tenho muito orgulho de dizer que aqui na Universidade Federal do Paraná, no nosso hospital de clínicas, nós realizamos a cirurgia fetal de correção da mielomeningocele pelo SUS. E hoje, graças a Deus, está cada vez mais comum que as famílias optem e consigam, na verdade, realizar a cirurgia fetal.

Um grande desafio para realizar a cirurgia fetal é o diagnóstico precoce, porque esse diagnóstico tem que ser feito antes da janela para a cirurgia fetal se fechar, então antes da 27ª semana. E algumas vezes isso pode ser um pouco desafiador. Infelizmente, a gente não tem a ultrassonografia fetal de qualidade para todas as nossas gestantes no Brasil e, muitas vezes, esse diagnóstico é feito tardiamente e daí não dá mais para ser feita a cirurgia fetal.

Então, se a gente pudesse resumir hoje a principal dificuldade, falando tecnicamente dos pacientes com mielomeningocele, seria o acesso à cirurgia intrauterina. E aqui a gente tem dois principais problemas. O primeiro e principal problema é o que eu acabei de citar: o diagnóstico no tempo correto. A gente teria que ter um treinamento dos médicos que fazem medicina fetal para que possam fazer esse diagnóstico de maneira correta e no tempo certo.

Um outro problema é a oferta de cirurgia intrauterina pelo SUS. Eu participei, em 2021, da Câmara Técnica do Ministério da Saúde que encaminhou um parecer para a Conitec para que seja incorporada, no rol de procedimentos do SUS, a cirurgia intrauterina. E isso, infelizmente, até este momento ainda não aconteceu. A Conitec ainda não aprovou essa incorporação.

Outro problema é a falta de exames e protocolos de atendimento no SUS das crianças e dos adultos com mielomeningocele. Essa mesma Câmara Técnica tinha um outro braço que elaborou um documento da linha de cuidado da mielomeningocele no SUS, que também foi realizado em 2021 e que até o momento não foi publicado pelo Ministério da Saúde. Alguns exames, por exemplo, como o estudo urodinâmico, que é um exame muito importante para a gente avaliar a bexiga neurogênica dessas crianças, tem uma oferta muito escassa no SUS.

Um outro problema que os pacientes enfrentam é distribuição de medicamentos e materiais. Por exemplo, a oxibutinina, que é um tipo de medicamento muito utilizado para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bexiga neurogênica, e os cateteres para a sondagem vesical, porque, muitas vezes, essas crianças precisam ter a sua bexiga sondada, e quem faz isso são os pais, a cada três horas. Essa sondagem pode ser feita por um cateter plástico ou um cateter hidrofílico, que seria, na verdade, o ideal, porque ele traz menos risco de lesão para a uretra. Esses cateteres, principalmente o hidrofílico, não estão disponíveis para os pacientes do Sistema Único de Saúde e nem para a saúde complementar. São muito poucos convênios que liberam o cateter hidrofílico para os seus pacientes.

Outro problema também são as terapias multidisciplinares.

Essas crianças precisam de fisioterapia, fisioterapia motora, fisioterapia pélvica, e há uma enorme dificuldade de se conseguir isso pelo Sistema Único de Saúde. Essas famílias muitas vezes têm graves problemas financeiros, muitas vezes são famílias com dificuldades, ao que se soma o fato de ser uma criança que precisa de muitos cuidados. Então isso é bastante desafiador para uma família de uma criança com mielo.

E uma questão muito complicada também é a acessibilidade e inclusão, tanto na escola quanto na sociedade e também no mercado de trabalho. Porque essa população, graças a todas as tecnologias e os novos tratamentos, é uma população que está crescendo, chegando à vida adulta e, precisando adentrar o mercado de trabalho, encontra entraves, como falta de acessibilidade. Então esse é um ponto importante também quando a gente fala dessa população.

Bom, em termos gerais, o que eu gostaria de falar tecnicamente é isso. Fico disponível para quaisquer dúvidas.

Muito obrigada mais uma vez pelo convite, Senador Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós é que agradecemos a você, Dra. Camila Fachin, que é do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, Vice-Reitora, pesquisadora também, cirurgiã. Parabéns pelo trabalho!

Eu penso que as falas do Dr. José Ailton e da Dra. Camila ajudam as pessoas pelo Brasil a entenderem o que nós estamos abordando hoje aqui, os desafios, as dificuldades, os dilemas, o que deve ser feito, a partir dessa discussão da conscientização, do dia nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, eu passo a palavra para a Alícia. Não é, Alícia? Alícia Nunes de Barba Machado. Seja muito bem-vinda também e fique bem à vontade.

A SRA. ALÍCIA NUNES DE BARBA MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode falar.

A SRA. ALÍCIA NUNES DE BARBA MACHADO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, obrigada pelo convite, mais uma vez.

Meu nome é Alícia, eu tenho 21 anos e faço parte da Associação Brasileira de Espinha Bífida (Abrasse). Eu sou associada e hoje eu faço parte do time de líderes junto com o Paulo. E eu me sinto muito honrada por eles terem me dado o privilégio de estar junto, caminhando com eles.

Eu nasci com o mielomeningocele e eu fiz a correção da mielo com três dias de vida, depois do nascimento. Eu sou um caso bem raro, porque a minha mielo, a minha lesão é torácica, é uma lesão muito alta e é uma das mais graves, então as sequelas são muito grandes – geralmente os pacientes que a possuem não andam. E eu ando, é um caso bem raro, tanto que os meus médicos sempre falam que eu sou um milagre da medicina, porque eu não tenho intestino nem bexiga neurogênica e eu não faço uso de sonda. Eu ando, eu tenho apenas o pé torto congênito; inclusive eu já fiz 11 cirurgias e fiz uma recentemente, faz dez dias, estou me recuperando.

E eu convivo com a mielo, eu tenho hidrocefalia também, eu uso a DVP, como a Dra. Camila falou; eu uso a válvula, coloquei-a com 15 dias de vida.

E como uma pessoa que convive com mielo, como uma pessoa com deficiência, eu tenho um pouco de propriedade para falar sobre a importância da conscientização sobre esse dia, porque a gente passa por inúmeros desafios, são enormes os empecilhos que a gente encontra no nosso cotidiano.

E a minha mielo, como é um caso um pouco diferente, eu posso dizer que, como adulta, hoje eu tenho 21 anos, eu sempre fiz meu tratamento em hospital pediátrico, que é o Pequeno Príncipe aqui de Curitiba, a minha cidade. E, como adultos, as pessoas com mielo têm bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dificuldade para achar um tratamento, porque pouco se fala sobre a mielo hoje em dia, poucos médicos têm esse conhecimento. Então, é de extrema importância conscientizar sobre a mielo, as suas causas, as suas sequelas, como isso é importante.

Hoje em dia eu sou vestibulanda de medicina. Eu estou em busca aí da minha vaga para fazer medicina também, para poder auxiliar essas pessoas que também passam pelo que eu passei, porque são inúmeras as dores que não só o paciente, mas os familiares passam. São cirurgias, idas em médicos quase todos os dias. São inúmeros os desafios, não só para o paciente, é como um todo: a família e a rede de apoio são de extrema importância para um paciente que possui mielo.

E hoje eu trouxe um videozinho para passar também, para dizer que hoje eu sou blogueira no Instagram, eu sou influenciadora PCD junto com a Abrace. Quero mostrar que não é uma deficiência que vai impedir você de realizar os seus sonhos, de caminhar, porque muitas vezes as pessoas olham para as pessoas com mielo com um olhar diferente, mas elas não precisam ter esse olhar diferente, porque a gente é muito capaz de realizar nossos sonhos, a gente vai muito além de números. Eu estou aqui hoje para mostrar que realmente isso é possível, e a gente pode sim ter um futuro digno, ter um tratamento adequado. E, se a gente continuar lutando pela nossa causa, a gente pode conseguir muitos benefícios, principalmente também para a população hoje adulta e as crianças.

E hoje eu quero dizer para vocês que o diagnóstico não é um destino. Você ser diferente não quer dizer que você não seja normal, e a gente pode sim conquistar o que a gente almeja e mostrar que a mielo não é esse empecilho todo que todo mundo vê, mas existem casos em que, sim, é possível a gente conquistar os nossos sonhos.

E eu trouxe um videozinho para ser passado para mostrar um pouco disso para vocês.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho. Eu interrompi um pouco aqui porque deu um problema de som. Não sei se é o som concomitante seu com o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alícia, está me escutando? Está conectada, né? Você gostaria que a gente passasse o vídeo agora? (*Pausa.*)

Você está sem som. Tem que apertar lá. Apertou o botão lá? Está...

O som pareceu... É que o seu som aqui aparece fechado.

Isso, vamos mostrar o vídeo então. Está bom.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. ALÍCIA NUNES DE BARBA MACHADO (*Por videoconferência.*) – É isso, então. Obrigada pela oportunidade.

Eu estou aqui para representar todas as famílias com mielomeningocele, contra a qual luto. Então, esse vídeo é para deixar registrado aqui que nós, com mielo, podemos realizar nossos sonhos, independentemente das lutas

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Alícia. Muito bem colocado tudo.

Parabéns pelo depoimento, pela trajetória de vida e pela mensagem de força, de ânimo, de esperança, de coragem para todas as famílias e pessoas também.

E é muito importante a gente ter esse ponto de vista do que a gente chama de autodefensoria: "nada sobre nós sem nós".

Que as próprias pessoas e famílias que tenham algum caso na discussão de agora de mielomeningocele possam externar também o ponto de vista.

E é isso que a gente vai fazer agora, porque as famílias e pessoas e profissionais se organizam em associações, e aqui nós temos, então, agora, a palavra do Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida e Hidrocefalia do Rio de Janeiro, o Julio Cesar Moreno Lucena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, Julio Cesar.

Com a palavra.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde. Tudo bem?

Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estamos escutando. Som bom, claro, alto... Pode continuar. (*Risos.*)

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Legal.

Eu vou ser bem... Eu vou seguir um roteiro aqui que eu escrevi ontem com a minha irmã e eu gostaria de pedir autorização ao senhor, Senador, para que o Gabriel, que é o meu filho que está aqui do meu lado, de 19 anos, que também nasceu com mielomeningocele, pudesse dar umas palavrinhas finais no final da minha fala. Quero pedir essa autorização ao senhor, porque acho pertinente que ele fale aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não há problema algum. Pode fazer assim.

Com a palavra.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (*Por videoconferência*.) – Vamos lá.

Aos Ilmos. Senadores da República, sou Julio Lucena, Presidente da AEBH (Associação Brasileira de Espinha Bífida e Hidrocefalia do Rio de Janeiro), e, principalmente, sou pai do Gabriel Lucena, de 19 anos, que nasceu com mielomeningocele.

Gostaria de começar minha fala agradecendo a Deus e citando um versículo da Bíblia que eu acredito que tem tudo a ver com o que estamos conversando aqui hoje:

> Fé, sem obras, é morta.
> Meus irmãos, que interessa se alguém disser que tem fé em Deus, e não fizer prova disso através de obras? Esse tipo de fé não salva ninguém! Se um irmão ou uma irmã sofrer por falta de vestuário ou por passar fome e lhe disserem 'procura viver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> pacificamente e vai te aquecendo e comendo como puderes', e não derem aquilo que precisa para viver, uma tal resposta fará algum bem?
> Assim também é a fé: se não se traduzir em obras, é morta em si mesma (Tiago 2: 14 - 26).

Queria agradecer também ao Senador Romário, ao Senador Flávio Arns e, através deles, agradecer a toda a mesa e a todos os Senadores desta Casa, sem distinção.

Meus amigos, sei que os médicos aqui presentes já contextualizaram um pouco sobre a mielomeningocele, mas gostaria de trazer um pedaço de uma reportagem do Fantástico que foi ao ar duas semanas atrás e que mostra visualmente o que é isso sobre o que a gente está conversando aqui hoje.

Pode passar, Ivan, por favor?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Era só a primeira... Era essa parte? Ah, sim.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (*Por videoconferência.*) – Já deu para dar uma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito boa.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (*Por videoconferência.*) – Continuando, Senador, quando a família está esperando um bebê... Isso aqui vem bem dentro do meu coração, e nossas histórias são bem iguais. O Paulo depois deve falar também, quem passa por isso. Eu, como pai, isso aqui vem bem dentro do meu coração, o que eu vou falar agora. Quando a família está esperando um bebê, a frase que mais escutamos é "que venha com saúde", porque, é claro, é a coisa mais importante. Mas se, mesmo com todos os bons desejos da família e amigos, a criança não vem com as condições perfeitas de saúde, o que acontece? Talvez você, pai e mãe, que teve um filho com saúde perfeita, o que acontece? Talvez você, pai e mãe, que teve um filho sem condições específicas não tenha se preocupado em responder a essa pergunta. E tudo bem, afinal seu filho não tem condições específicas. Porém, eu e inúmeras pessoas no Brasil tivemos que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só nos preocupar em responder a essa questão, teoricamente, como nós vivemos todos os dias a missão de melhorar na prática a qualidade de vida dos nossos filhos, para que o que acontece seja o melhor possível.

De todas as lições que eu aprendi nesses 19 anos convivendo com a mielomeningocele, o que eu tenho de mais precioso para falar hoje com vocês é sobre o poder da comunidade, o poder de conviver com pessoas que vivem as mesmas condições que você e também aqueles que não vivem, mas apoiam e se fazem presentes. Se não fosse essa comunidade, que nos apoiou desde o início, talvez eu não estaria... talvez eu não teria coisas boas para responder ao que acontece, mas eu tenho, e isso, além de Deus, eu devo à minha comunidade e principalmente à AEBH.

A AEBH é a Associação Brasileira de Espinha Bífida e Hidrocefalia do Rio de Janeiro, uma entidade sem fins lucrativos que nasceu há 24 anos no bairro de Botafogo, com o nome de GAM (Grupo de Apoio à Mielomeningocele), e atualmente tem sua sede no Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, e conta com mais de 450 famílias cadastradas. Ela foi idealizada por um médico urologista chamado Marcelo Braz, com a finalidade de fazer com que pais e profissionais de saúde entendessem melhor como lidar com uma pessoa que nasce com espinha bífida na sua maior gravidade, que é malformação congênita mielomeningocele, através de orientações, troca de experiências e suporte emocional. Criamos essa grande comunidade com o objetivo de alcançar uma melhor qualidade de vida e o empoderamento dessas pessoas e de suas famílias. Fazemos encontros, palestras, celebrações de datas específicas e campanhas, sempre no intuito de chamar a sociedade para uma reflexão de como vivem as pessoas com mielomeningocele nas escolas, em seus trabalhos, o acesso aos equipamentos públicos e privados, ou seja, como elas vivem.

Dia 25 de outubro celebra-se, no Estado do Rio de Janeiro e no Município de São Gonçalo, o Dia de Conscientização sobre a Mielomeningocele. E hoje o meu pedido, Senador, como cidadão brasileiro, pai de um menino com mielomeningocele, não é exatamente um pedido, mas sim um convite, um convite para que o Estado brasileiro também faça parte dessa comunidade e mostre mais uma vez o quanto esse solo é mãe gentil.

Eu gostaria de terminar passando esse vídeo aqui da nossa associação.

Se o Ivan puder passar para gente. Por favor, Ivan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, muito bom.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Senador, só para concluir aqui minha fala, eu gostaria que o Gabriel falasse um pouquinho. Ele tem 19 anos, é um rapaz bem inteligente, é meu filho, eu tenho o maior orgulho dele. Eu estou aqui fazendo isso hoje por causa dele e por causa de toda a nossa comunidade. Queria que ele falasse um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para confirmar: Gabriel, não é?

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA (*Por videoconferência*.) – Isso, Gabriel Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Bem-vindo, Gabriel. Com a palavra. Pode ficar tranquilo aí.

O SR. GABRIEL MUNIZ MORENO DE LUCENA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento aqui os Doutores, os Senadores presentes, o Senador Presidente da mesa, Flávio Arns, e os demais colegas que estão nos assistindo através das redes, da TV Senado, e os aqui presentes.

Bom, eu sou o Gabriel, sou um jovem de 19 anos, tenho mielomeningocele e hidrocefalia. A cirurgia da correção da mielomeningocele, como foi falado aí pelos Doutores, fiz após o nascimento. Tenho também a válvula da EVP, citada aí anteriormente também pela Doutora.

Preparei também um breve texto para contextualizar um pouco do que eu gostaria de falar.

Gostaria de começar a minha fala agradecendo aos Senadores Romario Faria, o Relator deste PL, e ao Senador Flávio Arns, Presidente da mesa, por serem frente e voz para a comunidade de pessoas com mielomeningocele no país e abrirem um espaço nessa ilustre Casa para este importante debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou Gabriel, tenho 19 anos e tenho mielomeningocele e hidrocefalia, diagnosticadas apenas no momento do parto. Gostaria de, neste breve momento de fala, lhes dizer sobre a necessidade de que exista um reconhecimento em nível também nacional sobre o que é a malformação congênita mielomeningocele.

Imagino eu que todos aqui presentes, em algum momento de suas vidas, já necessitaram de ir a um hospital. Já pensou ir a um hospital com alguma complicação que pode ser oriunda da sua condição de nascimento e, ao chegar ao hospital, um médico, pessoa que deve ser extremamente preparada, pois cuida de vidas, nem saber do que se trata a sua condição? Isso acontece conosco e com muita frequência.

Falar sobre conscientização é falar também sobre preparar o Estado como um todo, a máquina pública, para lidar e cuidar destas condições, mas, muito além disso, é também se fazer conhecida essa condição tão rara, que acomete 2,42 bebês a cada 10 mil nascidos em território brasileiro. Conscientizar, além de se fazer ser conhecida, é cuidar, tratar e incluir na sociedade todas as pessoas, inclusive as pessoas com mielomeningocele.

Gostaria de encerrar esta breve fala fazendo um agradecimento e reconhecimento público a todos que lutam e batalham todos os dias pelos seus e por todas as pessoas com mielomeningocele em todo o planeta. (*Manifestação de emoção.*)

Não estou aqui por mim, não estamos aqui por nós, estamos também por inúmeras e inúmeras pessoas em todo o país, pessoas que nós conhecemos, com quem temos convívio, e pessoas de quem também não fazemos ideia da existência, porque existem pessoas também não reconhecidas pelas associações, não filiadas a nenhuma associação nem a nenhum grupo.

Então, gostaria de encerrar fazendo um agradecimento aos pais e às pessoas que, de alguma forma, cuidam e estão no convívio com essas pessoas, em especial ao meu pai, que está aqui do meu lado. E quero dizer a vocês que estão começando a trilhar este caminho que não é o fim. Vocês podem perceber, por mim, pela companheira que está aqui, que também tem mielo e hidrocefalia. Não é o fim. A mielo é apenas o começo de tudo. E, no que depender de nós da AEBH e de nós pessoas com mielomeningocele, que hoje somos frente neste debate aqui presentes, vocês não estão e não estarão nunca sozinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Gabriel. Uma fala muito importante, bonita, de realidade. Parabéns pela luta, pelo empenho e pela frase importante: não é o fim, é o começo. Um começo de caminhada que tem que ser de cidadania, de dignidade, de serviços à disposição, de uma política pública adequada para as famílias e para as pessoas. Parabéns, Gabriel. Gabriel Muniz Moreno de Lucena, filho do Julio Cesar Moreno Lucena, que é Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida, Hidrocefalia e Mielomeningocele do Rio de Janeiro.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA – Só uma ressalva, Senador, rapidinho?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, pois não.

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA – É AEBH (Associação de Espinha Bífida e Hidrocefalia) do Rio de Janeiro. A sigla é AEBH.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato. Eu que estava lendo um pouco errado aqui. Desculpe-me, é Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida e Hidrocefalia do Rio de Janeiro.

Parabéns pelo trabalho, pelo vídeo, pelo filho maravilhoso, pela família maravilhosa, e continuem firmes no trabalho aí – exemplar, viu, Julio e Gabriel?

O SR. JULIO CESAR MORENO LUCENA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dá esperança, força, ânimo e suporte para tanta gente.

Passo em seguida a palavra ao Paulo Cesar Cechin, que é Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida.

Com a palavra, Paulo. Seja muito bem-vindo também.

O SR. PAULO CESAR CECHIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Senador Flávio Arns; demais pessoas presentes nesta audiência, em especial os valiosos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da nossa comunidade de espinha bífida. Eu sei o quão difícil é para que vocês possam estar participando e valorizo bastante a participação de cada um.

Para quem não me conhece, me chamo Paulo Cechin. É com muito respeito e gratidão que participo desta audiência pública representando a Associação Brasileira de Espinha Bífida (Abrasse) e toda a comunidade brasileira que convive com a mielomeningocele.

Gostaria de iniciar destacando duas lideranças importantes que simbolizam a força, o comprometimento e a representatividade da nossa comunidade, da nossa causa.

Em primeiro lugar, eu registro aqui o reconhecimento à Sra. Alícia, que é uma pessoa com mielomeningocele, adulta, atuante e é liderança comunitária da Abrasse. A presença da Alícia nesta audiência reafirma o princípio fundamental que nos orienta, como citado há pouco pelo Senador Flávio Arns: nada sobre nós sem nós. A atuação da Alícia nas frentes públicas da entidade reforça o protagonismo necessário de quem vive diretamente com os desafios da mielomeningocele. Nesta audiência, eu optei por fazer uma participação mais discreta, justamente para que a voz da nossa comunidade se manifestasse com legitimidade nas palavras da Alícia.

Eu gostaria também de tecer minha homenagem ao Julio Lucena, o Presidente da AEBH. O Julio, já há quase duas décadas, se dedica à luta pelos direitos das pessoas com deficiência, em específico das com mielomeningocele. O Julio representa a resiliência e a força do nosso movimento. Mesmo sem que eu tenha um contato frequente e direto com o Julio, nós mantemos uma relação sólida, marcada por confiança, alinhamento de propósitos e cooperação constante. Essa parceria e essa afinidade que eu tenho com o Julio refletem a união que move a nossa comunidade.

Nesse contexto, eu preciso também reiterar o nosso reconhecimento ao Senador Romário, autor do projeto de lei que propõe a instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele e, com certeza, também ao Senador Flávio Arns, cuja trajetória é marcada pelo compromisso histórico com os direitos das pessoas com deficiência.

Gostaria de dizer também que a escolha do dia 25 de outubro como data de referência está alinhada com o movimento internacional liderado pela Federação Internacional de Espinha Bífida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Hidrocefalia (IFSBH, da sigla em inglês para International Federation for Spina Bifida and Hydrocephalus), que, desde 2011, em um encontro realizado em Bruxelas, na Bélgica, reconheceu o dia 25 de outubro como o Dia Mundial da Espinha Bífida e Hidrocefalia. Países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Bélgica, Espanha, Colômbia e África do Sul já adotaram oficialmente essa referência, promovendo anualmente campanhas de conscientização em nível nacional em cada um dos seus países.

Ao oficializar essa data no calendário oficial da União, o Brasil passa a integrar de forma efetiva essa mobilização global, reafirmando o seu compromisso com os direitos humanos, com a equidade em saúde e com a valorização da diversidade. Ganham visibilidade não apenas os desafios enfrentados pelas pessoas com mielomeningocele, mas também as suas conquistas, potencialidades e demandas por políticas públicas específicas e eficazes.

Como a gente pôde tomar conhecimento hoje – acabamos de tomar conhecimento –, temos grandes conquistas e grande potencial, como a gente verificou nas vozes da Alícia e do Gabriel, que estavam muito bem preparados hoje para representar a comunidade aqui.

Instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele significa dar nome e voz a uma parcela da população que, por muito tempo, esteve às margens das prioridades públicas; significa promover o acesso à informação de qualidade, incentivar diagnósticos precoces, combater o preconceito e fortalecer a rede de cuidado e proteção.

Esse dia será, também, um tributo às mães, pais, cuidadores e profissionais que dedicam suas vidas à jornada de cuidado, acompanhamento e amor incondicional. E será, sobretudo, um símbolo de resistência e superação das crianças, jovens e adultos que vivem com mielomeningocele no nosso país.

Eu gostaria também de pedir uma licença aqui pra fazer uma menção pessoal, mas mais que legítima e valiosa. Há cinco anos, a minha esposa, Isabel, abdicou da sua carreira profissional para se dedicar integralmente à luta pelo nosso filho Nathan, que, então, foi diagnosticado com mielomeningocele, a forma mais grave da espinha bífida. Sua força, entrega, coragem, inspiram diariamente a minha atuação na Abrasse, e são a razão pela qual estou aqui hoje. É graças à sua dedicação silenciosa e firme que eu pude canalizar minha energia pra representar tantas outras famílias que vivem em situações semelhantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso, também, deixar de mencionar o meu filho mais velho, o Matheus, que hoje tem 16 anos e possui espinha bífida oculta, a forma menos grave da espinha bífida. Geneticamente falando, por muito pouco o Matheus não teve mielomeningocele também. E, desde o diagnóstico do irmão, a vida dele também foi impactada de maneira profunda: pela adaptação familiar, pelo redirecionamento das atenções, pelo amadurecimento precoce que ele teve que enfrentar diante da realidade que a gente enfrenta. A compreensão, a generosidade, a presença constante do Matheus são parte do que sustenta a nossa jornada, como família e como militantes dessa causa.

A história da minha família é apenas uma entre muitas. Atualmente, essa história se repete entre mais de 40 mil famílias brasileiras, e eu acredito que ela representa inúmeras outras que, mesmo entre desafios, continuam a transformar amor em força e luta em esperança.

Senador Flávio Arns, Senador Romário – autor do projeto de lei que visa instituir o Dia de Conscientização sobre a Mielomeningocele –, ao defenderem essa proposta, os senhores não estão apenas fazendo justiça a milhares de brasileiros e brasileiras. Os senhores posicionam o Brasil como um país que respeita, protege e promove os direitos das pessoas com deficiência no cenário internacional.

Parece uma mera formalidade, mas ter um dia para chamar de seu é uma coisa muito importante para famílias que hoje são marginalizadas por falta de acesso, por falta de inclusão, por falta da disseminação de informações corretas sobre a condição. A gente verifica, diariamente, que mesmo médicos, mesmo os profissionais da área da saúde, têm pouco conhecimento, e às vezes nenhum, sobre o que é a mielomeningocele.

De uma maneira bastante resumida: a mielomeningocele, embora não seja do conhecimento da grande maioria, é simplesmente a condição congênita multissistêmica mais grave ainda compatível com a vida. Então, se algum dia alguém lhe perguntar qual é a condição mais grave de todas, nesse contexto, é a mielomeningocele. Uma criança com uma malformação um pouco mais grave do que a mielomeningocele dificilmente vai ter uma condição compatível com a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mielomeningocele é a segunda maior causa de deficiência motora no país hoje. Então, possivelmente, quando a gente anda pela rua e encontra uma criança em uma cadeira de rodas, a chance de que aquela seja uma criança com mielomeningocele é muito grande.

A mielomeningocele é simplesmente a maior causa de ocorrência de bexiga neurogênica em crianças – aqui no Brasil pelo menos, e tenho quase certeza que, possivelmente, no resto do mundo também.

Essas informações são importantes e não são disseminadas, e, se as pessoas não estão preparadas para enfrentar aqueles que já foram acometidos pela condição, elas também não estão preparadas para fazer a prevenção com relação a isso.

Então, instituir uma data específica para que a gente chame de nossa, para que a gente trabalhe especificamente para a realização da conscientização da mielomeningocele é fazer muito pela comunidade; é a gente dar uma oportunidade de conscientizar, de informar, de realizar pesquisa científica, de alocar recursos públicos onde muitas vezes não era enxergada a necessidade no passado; é a oportunidade que a gente tem de fazer a conscientização com relação à prevenção; é a oportunidade que a gente tem de entender que a mielomeningocele não causa apenas sequelas do ponto de vista médico, mas também causa sequelas sociais, econômicas.

É importante a gente entender que a mielomeningocele causa realmente muitos danos, muitos desafios para o indivíduo com mielomeningocele, mas também causa muitas sequelas à mãe, que já tem uma vida mais complicada no contexto da nossa sociedade, e vai deixar de ter um convívio social, vai deixar de ter uma vida econômica, vai deixar de ter um convívio de labor, de trabalho, de produção da própria renda.

Então, Sr. Senador, em nome de toda a comunidade de espinha bífida, eu expresso a nossa profunda gratidão. Que esse seja um marco duradouro na nossa história e que, daqui em diante, o dia 25 de outubro seja celebrado com uma expressão de cidadania, dignidade e inclusão.

Então, em nome de toda a comunidade de espinha bífida, meu muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço a sua participação, Paulo Cesar Cechin, que é Presidente da Associação Brasileira de Espinha Bífida.

Inclusive, a assessoria do Senador Romário está aqui presente também e vamos fazer todo o esforço para que no dia 25 de outubro deste ano já tenhamos esta lei sancionada. Depois da CAS – é terminativo aqui nesta Comissão – o projeto será remetido à Câmara dos Deputados. Eu faço essa observação, Luane, particularmente para você. (*Risos.*)

Muito bem.

Além das pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, temos a presença de inúmeras pessoas aqui no plenário da Comissão de Assuntos Sociais.

Se as mães não se opuserem, a gente faria a leitura dos nomes de todos que estão aqui presentes, com os nomes dos filhos também. São filhos pequenos. Não tem problema? (*Pausa.*)

Não? Todo mundo concorda? (*Pausa.*)

Então, a TV Senado pode, inclusive, focalizar, e, quando a gente falar o nome, deem uma levantada, a criança pode dar um tchau também para as pessoas que estão acompanhando pela televisão.

Ana Lídia Gonçalves da Silva. Está lá – mãe.

Cristiane Salazar de Oliva Felico. Lá no fundo também.

Denise Araújo Lapa. Seja bem-vinda.

Fernanda Azevedo Baptista, mãe também. Quando se fala mãe, é mãe de uma família que tem um caso de mielomeningocele na família.

Francisca Valmira da Rocha, aqui na frente. Muito bem, seja bem-vinda, Francisca.

Gael Lexo Gonçalves Fernandes, cinco anos, está lá atrás, levantando a mão.

Isso! Tem que ser bem alto. Levanta de novo aí, Gael, mais uma vez. (*Pausa.*)

Isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaqueline Pires Andrade, está aqui presente.

Laís Azevedo Maia, três anos. Onde está a Laís – hein, Laís? (*Pausa.*)

Isso. Levanta a mão aí também para o Brasil inteiro ver você firme aí, batalhando pela área.

Letícia Gusmão de Freitas. Está aqui na esquerda. Muito bem.

Maitê Vitoria Andrade dos Santos, de dois anos. Está aqui, olha, bem na frente, dormindo. Mas que bom! Seja bem-vinda, sejam bem-vindas.

Mateus Moreira de Almeida. Isso aí, Mateus, firme aí. Tudo bem, não é?

Mayara Pires Andrade, também, a mãe da Maitê – não é? Mayara Pires.

Rafael Moreira da Silva. Isso aí, Rafael. Valeu. Abração.

Raiane da Silva Vieira, que é uma mãe, também. Está aqui. Seja bem-vinda também.

E o Theo Silva Salasar, que está no seu colo aí, não é? (*Pausa.*)

Aí... Isso aí está bonito. Dá um tchau para todo mundo.

A Sofia Valentina dos Santos. Está lá no fundo, não é?

Sofia, dá um tchau de novo. (*Pausa.*)

E a Kazumi Iamamoto, aqui na frente também.

Que bom! Sejam todos bem-vindos e bem-vindas.

O objetivo desta audiência pública era chamar uma representação das pessoas, das famílias, das associações e dos médicos para explicarem para toda a comunidade o que é a espinha bífida, a hidrocefalia, que é uma consequência, a mielomeningocele, e a importância de termos, como numa das perguntas aconteceu, que prevenir tanto quanto possível, sensibilizar e conscientizar sobre o que fazer. Se a pessoa nasce com mielomeningocele, ou espinha bífida, também há o que fazer na caminhada dessa pessoa pela vida, como o Julio, o Paulo, também o Gabriel e a Alícia, colocaram. E, se for possível, ainda, minorar os efeitos, numa janela de oportunidades para a cirurgia intrauterina, o Brasil está preparado para isso; também está preparado. E como foi muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem colocado pelo Gabriel, que haja conscientização, particularmente, na área da saúde e também dos profissionais da saúde, sobre as demandas dessa área, para não acontecer o que ele relatou, e acontece mesmo, de a pessoa chegar num hospital para uma pessoa, usando as palavras do Gabriel, que deveria ser muito qualificada, e não ter as noções sobre o que seja mielomeningocele – trabalhar bastante com as universidades, faculdades, cursos de Medicina, de Enfermagem, de Fisioterapia.

Nós já temos, nesta audiência, vamos dizer, os passos que devem ser priorizados, apontados pela Dra. Camila, pelo Dr. José Ailton, pelos pais, pelas famílias. Nós vamos organizar isto e vamos, inclusive, enviar às pessoas que estão aqui presentes para vocês olharem, colaborarem, e isto ficará disponível depois também aqui no *site*, na página da Comissão de Assuntos Sociais, para que a gente tenha, a partir dessa aprovação do dia, uma proposta que possa ser levada para o Executivo e que possa ser levada para a Comissão de Educação, por exemplo, para curso de Medicina, é a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, outra Comissão, é uma interface de várias áreas.

Então, que bom! Eu penso que os objetivos desta audiência em relação à aprovação de um dia... Ficou bem claro que os expositores e as expositoras concordam que haja um dia específico desta área, mas que não se restrinja a um dia. Isso tem que ser o ano todo, mas com um dia com todo mundo voltado para dar a ênfase para os desafios que os filhos, as famílias, os profissionais enfrentam.

Eu quero agradecer de novo a participação, sempre, da Secretaria desta Comissão, que sempre organiza tudo, coordenada pelo Saulo, que está aqui presente, Saulo Kléber Ribeiro, agradecer aos meios de comunicação do Senado, só para vocês saberem que o Brasil pode acompanhar esta audiência pública, e isto também é conscientização, o pessoal começar a ouvir bastante sobre o que seja e o que é necessário ser feito. E, ao mesmo tempo, esta audiência pública vai ser sempre repetida na programação da TV Senado, no Jornal do Senado. Então, há bastante divulgação disso.

Quero agradecer também aos intérpretes de libras aqui, que se esmeraram também durante as falas, as exposições, agradecer às famílias, aos filhos... Muita gente poderia falar, mas o debate tem que continuar, lógico, tem que sempre continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero mandar um abraço para o Romário, que é o autor do projeto de lei, e dizer, particularmente para vocês que estão aqui presentes, para as famílias que nos acompanham, para a Alícia e para o Gabriel, que representaram as pessoas, mas também para o Paulo e o Julio, que representaram as famílias, e para a Dra. Camila e o Dr. José Ailton, que vamos continuar firmes nessa caminhada, porque todos somos importantes, particularmente a pessoa e a família. A política pública tem que estar em função do que os profissionais que entendem da área, a família, que está no dia a dia lidando com a área e entendem da área também na prática, e as próprias pessoas dizem. E que isso esteja escrito em termos dos desafios e do que é necessário ser feito para se ter uma vida sempre melhor.

Quero deixar um abraço particularmente para vocês, Alícia e Gabriel, e, nas pessoas de vocês, para toda a gurizada que está aqui presente – a gente chama lá no Paraná de gurizada, não sei se aqui em Brasília é assim também, gurizada, crianças –, para as crianças, os jovens e os adultos do Brasil.

Obrigado a todos e a todas de novo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4988, de 2023, e das Emendas nº 5-S e 6-S. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4798, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar que as atividades preventivas previstas no âmbito das ações de promoção e proteção da saúde incluem a realização de programas de incentivo ao envelhecimento saudável." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-T. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para estabelecer isenção de registro e observância de regras simplificadas para cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e outros produtos de finalidade congênere, quando produzidos de maneira artesanal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3448, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o dia 23 de abril como Dia Nacional de Conscientização da Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 28, de 2025-CAS, de urgência para a matéria, ao Plenário do Senado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 13, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 14, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre as mulheres." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as Terapias Celulares Avançadas." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a "Redução da Jornada de Trabalho no Brasil"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 19, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina", sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 20, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2025 sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 21, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 22, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação da Função Saúde e do Sistema Único de Saúde na base territorial do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 25, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 28, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL nº 3448/2023, que "institui o dia 23 de abril como Dia Nacional de Conscientização da Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP)"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes. Bom dia, Senadoras, Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Flávio Arns, que está aqui presente. Quero também cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke, que se faz aqui presente.

Nós iremos iniciar pelo item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4798, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar que as atividades preventivas previstas no âmbito das ações de promoção e proteção da saúde incluem a realização de programas de incentivo ao envelhecimento saudável.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T.

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para leitura do relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidente. É um prazer tê-la como Presidente aqui nesta Comissão. Bom dia a todas as Senadoras e Senadores, servidoras e servidores e todos os que nos acompanham.

Eu peço vênia, Presidente, para iniciar a partir da análise, porque no relatório já foram tratadas todas as questões primárias, né? As questões preliminares...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAS tem a competência de opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em comento.

Como a apreciação desta Comissão será feita em caráter terminativo, caberá a ela também examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição. Nesse sentido, pontuamos que a defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos estados e do Distrito Federal, conforme prescreve o art. 24, XII, da Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, a matéria está sujeita à disposição pelo Poder Legislativo, tal qual consta no art. 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Analisado o embasamento de constitucionalidade, ressaltamos que não identificamos vícios de juridicidade ou regimentalidade no projeto, que trata de um tema muito caro à saúde pública: a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, que são as DCNTs.

Quando se fala em envelhecimento saudável, é comum que se pense nas pessoas idosas e em estratégias a serem adotadas para que elas possam viver a terceira idade ativamente, sem barreiras ou limitações físicas e emocionais. Contudo, conforme bem aponta o autor, o envelhecimento é uma realidade para todos nós – sejamos crianças, jovens, adultos ou idosos –, de modo que é preciso encontrar maneiras adequadas a todas as faixas etárias para incentivar esse processo de envelhecer com saúde.

Assim, o envelhecimento saudável pressupõe a adoção dos chamados hábitos saudáveis de vida, que são um conjunto de comportamentos, práticas sociais, rotinas e medidas cotidianas que podem ser seguidas para prevenir ou diminuir a chance de desenvolvimento de doenças e condições que frequentemente surgem com o avançar da idade, como câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, além de diabetes – e aí eu incluiria aqui questões da saúde mental também.

Esses hábitos saudáveis abrangem atividades físicas, dieta balanceada – consumo de alimentos *in natura*, preferencialmente –, hidratação adequada, boa duração e qualidade de sono, abstenção do fumo e do consumo elevado de álcool, entre outros, além de práticas que favoreçam o equilíbrio emocional e ações que protejam a saúde mental das pessoas.

Algumas dessas medidas já são bastante conhecidas pela população, outras nem tanto, mas todas têm como principal objetivo combater os fatores de risco que podem levar ao desenvolvimento de doenças crônicas, como sedentarismo, obesidade, tabagismo, hipertensão arterial, uso abusivo de álcool, estresse e dislipidemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, a promoção da saúde, voltada para estimular a adoção de hábitos e práticas saudáveis, ocupa hoje um papel central nas políticas de saúde, principalmente porque o perfil epidemiológico da população brasileira mudou bastante nos últimos 60 anos, passando de um quadro de morbimortalidade dominado por enfermidades infectocontagiosas para o predomínio das DCNTs.

Tais doenças são as principais causas de morte no mundo, sendo responsáveis por 70% de todos os óbitos. No Brasil, em 2022, excluídos os falecimentos causados pela covid-19, aproximadamente três em cada quatro óbitos foram causados por DCNT, com destaque para as doenças cardiovasculares (27%), o câncer (16,5%), as afecções respiratórias (11,9%) e o diabetes (5,1%). Essas enfermidades respondem, portanto, por mais de 60% da mortalidade da população brasileira e apresentam um padrão de estabilidade, ao longo da última década, no que tange à participação no total de mortes.

As DCNTs constituem atualmente o principal problema de saúde pública mundial e têm gerado elevado número de mortes prematuras e perda de qualidade de vida, além de frequentes limitações nas atividades de trabalho e de lazer, com significativos impactos econômicos para os indivíduos, as famílias e a sociedade em geral. Hoje, o enfrentamento dessas doenças é um grande desafio das autoridades sanitárias.

Por esses motivos, um fator fundamental para o manejo das DCNTs é realmente a prevenção, que basicamente consiste na adoção de hábitos saudáveis.

A aderência a tal recomendação assume hoje uma importância ímpar na definição de padrões de morbidade e mortalidade das populações contemporâneas, considerando que pesquisas demonstram que a adoção desses hábitos reduz os fatores de risco já mencionados e diminui a incidência das DCNTs.

Assim, podemos afirmar que a iniciativa legislativa está em consonância com as evidências científicas e as boas práticas relacionadas ao manejo das DCNTs e de seus fatores de risco, de maneira que o projeto em comento merece ser aproveitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma direção caminha a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que explicita o estímulo à prática de atividade física como ponto de atenção e foco dos programas de incentivo ao envelhecimento saudável de que trata o PL em comento.

Passando para o voto, Sra. Presidente, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.798, de 2023, com o aprimoramento proposto na Emenda nº 1-T.

Gostaria de destacar, Sra. Presidente, que eu sou a madrinha de um projeto da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, que me foi apresentado pelo Senador Eduardo Gomes, do Tocantins, e funciona há 18 anos no Tocantins, que é a UMA (Universidade da Maturidade). E eu posso lhe dizer que foi uma das maiores surpresas da minha vida investir nessa forma de atuar com as pessoas da melhor idade, porque programas existem, projetos nas universidades existem, mas como esse realmente eu nunca vi, porque o engajamento dos idosos é muito grande.

Eu costumo dizer, lá na UMA... Vai um abraço aí para o Reitor Laércio, para o Coordenador Neto, para a Caju, para a Profa. Giuliana Mendonça de Faria e os demais que atuam nesse projeto tão importante. Eu digo que nada resiste, na UMA. Ali não existe tendinite, bursite, nem rinite; nada resiste à UMA. Então, manter essas pessoas da melhor idade ativas, principalmente hoje, em que a qualidade de vida tem, sim, melhorado, a expectativa de vida é maior... Hoje a gente acha que tem... Senadora Damares, temos que mudar até a idade, viu? Porque lá na UMA, a partir de 45 anos, eles são elegíveis para o projeto, e eu acho que falta vaga para os mais idosos, porque fazem fila para participar desse projeto. Então, eu acredito que com 45 anos a pessoa não pode nem ser considerada mais... Com 60, eu ainda acho pessoa nova, na melhor fase da idade e da vida, e onde é mais produtiva em conjunto com a experiência, né?

Bom dia, Senadores.

E é isso, Presidente. É pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Soraya Thronicke, como você colocou, realmente, como é importante termos esse foco nessa faixa etária. É tão importante para a gente, para nós, Senadoras, Senadores, todos nós Parlamentares, podermos ter esse foco, para que as pessoas possam envelhecer com qualidade. E aí você colocou várias doenças crônicas que, se não forem acompanhadas no tempo devido, levam a prejuízos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posteriores que são... Não tem como serem resolvidos depois que vêm as complicações. Então, parabéns pela sua relatoria.

Coloco a matéria em discussão.

Começando pelo Senador Astronauta Marcos Gomes... Marcos Pontes, me perdoe.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Gostaria só de parabenizar por essa matéria, da importância que tem, com o risco de ser tratado como se fosse de interesse próprio. Mas, sem dúvida nenhuma, é importante que nós possamos nos preocupar com a qualidade de vida das pessoas com mais idade, vamos dizer assim, e dizer que a tecnologia tem trabalhado como uma coadjuvante muito importante no desenvolvimento de tratamentos e também de medidas preventivas, para que as pessoas envelheçam com melhor qualidade de vida, melhor saúde como um todo, e tenham uma extensão de vida muito maior hoje. Isso tem crescido, sem dúvida nenhuma. E também não se pode esquecer que, além da saúde física, também a emocional tem uma importância muito grande; e a inclusão na sociedade, com tantas mudanças que a gente vê hoje, com novas tecnologias, novas sistemáticas de tratamento, de tudo.

É importante que as pessoas estejam *up-to-date*, estejam no dia a dia, atendendo e crescendo juntas. Então, da inclusão digital e também de outras inclusões a gente precisa ter as pessoas com mais idade participando. Sem dúvida nenhuma, é importante este momento de uma mudança exponencial na tecnologia e no efeito dela na sociedade.

Eu gostaria de aproveitar, Presidente, para pedir uma inversão de pauta, porque eu vou ter que presidir uma audiência pública agora e a inversão de pauta dos itens é simples. São requerimentos dos itens 13 e 14 e a colocação de um extrapauta que também é um requerimento – todos com o mesmo sentido – meu e do Senador Hiran.

Inclusive eu gostaria também de subscrever os dois requerimentos do Senador Hiran, para que eu possa, então, também apresentá-los aqui. Se me permite, seria muito importante, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse aqui é um tema que está bastante em pauta, que é justamente a prova de proficiência médica. Então, esses requerimentos tratam disso.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido, Senador, mas antes eu quero só continuar a discussão do projeto que a Senadora Soraya Thronicke acabou de relatar. Eu quero manter a discussão. Logo depois da discussão, a gente coloca o seu pleito, que será atendido oportunamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Só um minutinho, Senador.

Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin e a Senadora Damares, que estão aqui presentes na reunião.

Pode falar, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Agradeço.

Eu vou na mesma linha do Senador Marcos Pontes pedindo só a gentileza de haver a inversão na sequência, junto com ele, do item 9, da Senadora Leila, do Senador Paim e do Senador Girão. São os itens 9, 12 e também 15 e 16, porque eu também vou participar dessa audiência pública.

Mas quero aproveitar para enaltecer o relatório da Senadora Soraya Thronicke. Se há uma coisa importante para todos nós – V. Exa. é médica, eu não sou médico, mas estou também dentro do projeto de lei de envelhecimento saudável – é que isso seja uma prioridade em nosso país. A população vem envelhecendo, felizmente, mas também necessitando de muito apoio para ser saudável, porque é questão inclusive de tecnologia, de ciência, de medicação, de atendimento, de tratamento, de acesso à parte física, de saúde e de educação um envelhecimento saudável, como o próprio projeto coloca, quer dizer, participando e tendo acesso àqueles direitos fundamentais, essenciais. Então, esse é o desafio do Brasil. Às vezes são coisas simples e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inacessíveis: é uma consulta, é a rapidez num diagnóstico, é o acesso ao tratamento. Então, tudo isso também tem que fazer parte e, ao mesmo tempo, a própria vontade da pessoa em se auxiliar a ter uma vida saudável.

Mas parabéns para a Senadora Soraya Thronicke pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Seu pedido será atendido, Senador.

E quero até ressaltar suas palavras, Senador Flávio, em relação à questão da otimização do atendimento a todos os pacientes, em especial a esses pacientes que precisam tanto que nós nos debrucemos sobre essas questões, uma vez que eu acabei de chegar da missão oficial na China, onde tive a oportunidade de conhecer vários hospitais inteligentes, onde o atendimento é algo assim... é de uma celeridade extrema. O paciente escolhe dia e hora para ser atendido. Então, em 24 horas, o paciente pede a consulta e já está sendo atendido. E já sai com a receita eletrônica e já sai com a medicação em mãos. Então, é isso que nós podemos e queremos fazer e iremos lutar para trazer aqui para o nosso país.

Mas acompanhando agora o protocolo da discussão da nossa querida Senadora Soraya Thronicke, eu quero saber se tem mais alguma Senadora ou algum Senador para discutir a relatoria da Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a emenda nos termos do relatório apresentado.

E a votação é nominal.

O painel está aberto para os senhores e as senhoras poderem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Enquanto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores votam, eu vou ler... Eu vou começar pelo item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina", sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, o requerimento tem a ver com a nossa audiência pública para o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Então, eu requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2025, desta Comissão, com o objetivo de instruir o PL 2.294, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Academia Nacional de Medicina; representante da Associação Médica Brasileira; e representante da Associação Paulista de Medicina.

Pelos títulos dá para notar a importância da participação desses representantes nesta audiência pública, já que são eles os responsáveis exatamente pela qualidade dos médicos formados no Brasil.

Eu gostaria também de subscrever, como eu falei, o requerimento do Senador Dr. Hiran e também pedir a inclusão extrapauta de um outro requerimento do Dr. Hiran, o qual também subscrevo, que trata do mesmo assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se me permitir, eu posso já prosseguir com esses dois.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O senhor pode prosseguir com os dois sim.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2025 sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – O.k.

Então, esse requerimento do Dr. Hiran, que é o nosso item 14, também requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2025, sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Associação Médica Brasileira e representante da Associação Nacional de Médicos Residentes.

E no extrapauta... Podemos prosseguir com o extrapauta também?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, concedido.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e outros

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – No extrapauta, um requerimento também do Senador Dr. Hiran, o qual eu subscrevo, que requer, pelos mesmos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno, que na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2025, sejam incluídos também os seguintes convidados: representante da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil; representante do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), que é o maior conselho regional, com o maior número de médicos; representante da Federação Nacional dos Médicos; e representante da Federação Médica Brasileira.

Então, esses requerimentos... A participação desses profissionais representando essas instituições nesta audiência pública...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Astronauta Marcos, só um minuto, por gentileza.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Bom dia a todos, mais uma vez.

Eu peço silêncio, porque tem um Senador que está aqui lendo os requerimentos para serem aprovados. Então, eu necessito de silêncio aqui na reunião, por gentileza.

Pode continuar, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para concluir, a inclusão desses membros, desses representantes dessas associações tem uma extrema importância numa audiência pública que trata justamente do tema que eles trabalham no dia a dia, que é a qualidade da formação e do trabalho dos médicos no Brasil; a senhora, como médica, sabe bem disso. O número é extenso, portanto, provavelmente vai haver necessidade de duas audiências públicas, mas, dada a importância do tema, eu acho que vale a pena que nós tenhamos essas audiências com todos esses membros.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E agora nós colocamos em votação os Requerimentos da Comissão de Assuntos Sociais nº 19, nº 20 e nº 25, de 2025, da autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e também do Senador Dr. Hiran.

A votação vai ser simbólica.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovados.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu também rapidamente leio.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Flávio Arns, pode começar a fazer a leitura.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre as mulheres.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a "Redução da Jornada de Trabalho no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação da Função Saúde e do Sistema Único de Saúde na base territorial do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Certo. É o item 9 da Senadora Leila, subscrevo também o requerimento, com objetivo de discutir sobre o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre as mulheres.

Também o item nº 12, do Senador Paulo Paim, que também subscrevo, requer a realização de audiência pública, com objetivo de debater sobre a redução de jornada de trabalho no Brasil.

Também o item nº 15, do Senador Eduardo Girão, que requer que, na audiência pública a que o Senador Marcos Pontes se referiu, objeto dos Requerimentos 18, de 2025, seja incluído o convidado que especifica, no caso, o Sr. Francisco Cardoso, médico e conselheiro federal. E o item nº 16, de autoria da Senadora Leila Barros, também subscrevo, com objetivo de debater a situação da função saúde e do Sistema Único de Saúde da base territorial do Distrito Federal.

Obrigado, Sra. Presidente, pela gentileza e para o Plenário também.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O item 9, o item 12, o item 15 e o item 16, que se referem ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 14, nº 17, nº 21 e nº 22, podem ser votados agora.

Os Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Todos?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Todos os requerimentos.

Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu queria saber se foram aprovados todos os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu acabei de citar os números aqui, os Requerimentos 14, 17, 21 e 22. Portanto, todos os requerimentos.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 8/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra a Senadora da Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Bom dia, Presidente.

Nos termos regimentais, Presidente, eu requeiro a inclusão do nome de um convidado para uma audiência pública já aprovada, que é o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

E agora vamos aguardar o resultado da votação nominal. Estamos aguardando aqui o resultado. Ainda falta um voto. (*Pausa.*)

Quero cumprimentar a Senadora Jussara Lima, que se faz aqui presente. Prazer, Senadora Jussara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senadora... Pela ordem, Senadora Eudócia. Senador Jayme Campos, do Mato Grosso. Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Bom dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria pedir a V. Exa. a possibilidade de fazer uma inversão de pauta, tendo em vista alguns compromissos que eu tenho, do item 7. O relatório é muito breve, e eu gostaria de solicitar a V. Exa., se possível, para eu poder relatar, na medida que tenho algumas audiências aqui, com alguns ministros.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, concedido, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3448, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o dia 23 de abril como Dia Nacional de Conscientização da Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para a leitura do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, ilustre e eminente Senadora Dra. Eudócia, colegas Senadores aqui presentes, antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais nada, gostaria de registrar a presença de meu querido, estimado amigo, Prefeito Dr. Mariano, médico lá da cidade de Água Boa, uma das cidades mais prósperas de Mato Grosso, que hoje nos brinda com sua visita ao Senado Federal. Com certeza, veio fazer algumas visitas a alguns ministérios para tentar viabilizar mais recursos para aquela cidade, sobretudo também no campo da saúde, do investimento na habitação, na infraestrutura, enfim. É um Prefeito maravilhoso, que tem feito um trabalho exitoso, particularmente, sendo reeleito com vitória esmagadora naquela cidade.

Mas, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero só cumprimentar o Prefeito.

Seja muito bem-vindo, Prefeito, a esta Casa, muito bem-vindo! Volte mais vezes para trazer aqui os seus pleitos.

Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sra. Presidente, diante desse projeto, que já está disponibilizado a todos os Senadores que fazem parte desta Comissão, eu queria, com a devida vênia e respeito, pedir a V. Exa. que eu pudesse entrar na fase da análise do processo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

Nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, não há nada a se opor ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição respalda-se nos arts. 23, II; 24, IX e XII; 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito ao "critério de alta significação" previsto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, deve-se destacar o reconhecimento, pelo Poder Executivo, por meio de portaria, da instituição do dia 23 de abril como Dia Nacional de Conscientização da Fibrodisplasia Ossificante Progressiva. A data faz referência à publicação, na revista científica *Nature*, do artigo que descreve a alteração no gene responsável pela doença. Entre os autores do estudo estão pesquisadores brasileiros. Dessa forma, considera-se atendido o critério de alta significação.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto. A FOP, também conhecida como Miosite Ossificante Progressiva, é uma condição genética extremamente rara, caracterizada pela substituição... É um processo de ossificação que se inicia geralmente antes dos cinco anos de idade. Esta doença impõe severas limitações aos movimentos, afetando áreas como o pescoço, os ombros e os membros, além de causar dificuldades respiratórias e na abertura da boca, o que interfere diretamente na alimentação dos pacientes.

Indivíduos acometidos pela FOP apresentam uma malformação característica no dedo maior do pé (hálux), observável bilateralmente desde o nascimento, e cerca de metade dos pacientes também exibe deformidades nos polegares.

Este sinal clínico é de suma importância para o diagnóstico da doença, revelando-se particularmente valioso durante a avaliação clínica de neonatos. Adicionalmente, a FOP pode ser diagnosticada por outros sinais congênitos, incluindo anomalias estruturais na região superior da coluna vertebral e uma conformação anormal do colo do fêmur, que se apresenta de forma curta e espessa.

A FOP, por não possuir cura, demanda uma abordagem de cuidado multiprofissional e o uso de medicamentos para aliviar sintomas e inflamações, muitos deles oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Os tratamentos medicamentosos baseiam-se, principalmente, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de corticoides e anti-inflamatórios, durante a fase aguda da doença, com o objetivo de controlar o processo inflamatório. O tratamento pode envolver, ainda, abordagens terapêuticas, reabilitadoras ou cirúrgicas.

A prevalência da FOP é de, aproximadamente, um em cada 1,5 milhão de pessoas, com uma estimativa de 4 mil indivíduos afetados em todo o mundo. Diante da gravidade e da raridade da FOP, o diagnóstico precoce e acurado se torna um elemento crucial, possivelmente na sala de parto ou durante as primeiras consultas pediátricas, para mitigar os impactos da doença no desenvolvimento e na qualidade de vida da criança.

Nesse sentido, a instituição de uma lei voltada para a fibrodisplasia ossificante progressiva é medida essencial para garantir a conscientização, o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento adequado, além de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas terapias. Tal iniciativa legislativa não apenas reflete o compromisso do Estado com a saúde e o bem-estar dos indivíduos afetados por esta condição rara, mas também promove uma maior integração das políticas de saúde voltadas para doenças raras no Brasil, assegurando, assim, um suporte mais efetivo e uma melhor qualidade de vida para os pacientes e suas famílias.

Voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.448, de 2023.

Concluindo, Sra. Presidente, com a devida vênia, peço um segundo mais.

Eu quero, nesta oportunidade, render as minhas homenagens à nossa eterna Deputada mato-grossense Amália Barros, autora desse importante projeto de lei. A nossa querida Deputada Amália Barros, uma jovem lutadora pelas causas de Mato Grosso e da visão monocular, faleceu em maio do ano passado, uma perda inestimável para a política do estado e do Brasil.

A aprovação do PL 3.448/2023 será uma justa homenagem a Amália Barros, que vai ser relembrada para sempre por sua dedicação às causas das pessoas com deficiência e das mulheres.

É o voto.

Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Jayme Campos, a sua colocação em relação à nossa eterna Deputada Amália Barros foi muito oportuna. Eu tive oportunidade de conviver com ela por um curto espaço de tempo, porém de uma forma muito intensa. Realmente, ela vai deixar o seu legado para a posteridade, já deixou e vai continuar deixando.

Agora, coloco a matéria em discussão.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Relator pelo voto.

Esta Casa, no final do ano passado, aprovou uma lei, que já foi sancionada pelo Presidente Lula sem nenhum veto, também de autoria de Amália, que trazia a obrigatoriedade de se fazer o exame ali, na hora em que o bebezinho nasce, para ver se tem um dedinho com problema, porque o que acontece? O nenenzinho nasce com o dedinho tortinho, e, às vezes, os médicos não querem fazer a avaliação e mandam fazer uma cirurgia. E é nesse momento em que se faz a cirurgia que a doença aparece. A calcificação aparece após a cirurgia. Então, a orientação aos pais é de investigação. Então, a lei passou.

Agora, ter um dia para a campanha, ter um dia que a gente possa parar tudo no Brasil e fazer uma campanha de prevenção à FOP, de orientação sobre a FOP é mais que necessário. Então, o autor acerta no voto, e a gente faz mais uma homenagem à nossa querida Amália, que deixou tanta saudade e que deixou legados, né? Nós estamos o tempo todo aqui aprovando uma matéria ou outra de autoria da nossa querida Amália.

Senador, parabéns pelo voto! A gente dá um passo em direção à saúde e proteção das crianças com FOP a partir de agora.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Realmente, Senadora Damares, ela deixou muitos projetos de lei que vão ajudar todas as pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiências em várias áreas, e, realmente, a nossa querida Amália Barros vai estar sempre em nossos corações.

Também quero parabenizá-lo, Senador Jayme Campos, pela sua relatoria.

Ainda está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente, pela ordem.

Gostaria de solicitar a V. Exa. que este projeto fosse encaminhado em regime de urgência para que possamos votar no Plenário da Casa. É um apelo que faço a V. Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, Senador Jayme Campos.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo Senador Jayme Campos.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Muito bem, vamos lá acompanhar no Plenário, Senador Jayme. (*Pausa.*)

Como já deu quórum para a votação nominal do item 3, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O resultado da votação: SIM, 10 Senadores; NÃO, nenhum Senador votou "não".

Abstenção, nenhuma.

O quórum foi de 11 Senadores.

Então, está aprovado o projeto e a Emenda nº 1-T.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2205, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.*

A relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro, mas a Senadora Jussara Lima será Relatora *ad hoc*.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia! Cumprimento a nossa Presidente, a Senadora Dra. Eudócia. É sempre um prazer encontrá-la. Cumprimento a Senadora Damares Alves e a todos que aqui se encontram.

Eu peço para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – A competência da CAS para apreciar o PL nº 2.205, de 2022, está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual incumbe à Comissão opinar sobre proteção e defesa da saúde. Dessa forma, os aspectos da proposição ligados à educação e às instituições educativas serão analisados quando de sua tramitação na CE.

No que tange ao mérito, a proposta visa a aumentar a segurança alimentar dos estudantes brasileiros ao aprimorar as especificações de prazo de validade dos alimentos do Pnae. Regido pela Lei nº 11.947, de 2009, o programa oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a cerca de 40 milhões de estudantes de todas as etapas da educação básica pública, seguindo as orientações do Ministério da Saúde: enfatiza a segurança alimentar e nutricional, respeitando as necessidades, os hábitos e a cultura local.

Ao dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Pnae, o PL nº 2.205, de 2022, fortalece o objetivo do programa de contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis.

É necessário destacar os variados riscos à saúde associados ao consumo de alimentos com prazo de validade vencido. Tais produtos podem estar contaminados com microrganismos como bactérias e fungos, elevando o risco de infecções e intoxicação alimentar: consumi-los após sua data de validade pode resultar em consequências que vão desde leves desconfortos estomacais até condições mais severas, como diarreia, vômito, febre e desidratação, independentemente de seu odor, aparência ou textura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante de tais fatos, o PL nº 2.205, de 2022, fortalece as medidas que combatem os perigos de ingerir alimentos fora do prazo de validade, ainda que persista a importância de promover a conscientização da população e incentivar práticas alimentares seguras e socialmente responsáveis.

Neste quesito, vale destacar o impacto social e econômico do Pnae também no apoio à agricultura familiar, considerando que no mínimo 30% dos recursos do Pnae devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas e grupos de mulheres. Em igual medida, o programa também estimula a igualdade de gênero, uma vez que, ao comprar de família rural individual, a aquisição deve ser feita no nome da mulher em pelo menos 50% dos casos.

Justamente por tratar de prazos de validade, o PL nº 2.205, de 2022, não impacta a produção dos agricultores citados, já que os alimentos *in natura* ou minimamente processados não estão incluídos nas determinações e prazo de validade do Código de Defesa do Consumidor ou de normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Tais alimentos recebem a maior parte dos recursos do Pnae, conforme regulamento do programa.

Pelo exposto, o PL nº 2.205, de 2022, merece prosperar pela contribuição ao Pnae, programa que é um marco na área de alimentação escolar e de segurança alimentar e nutricional.

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.205, de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora coloco a matéria em discussão.

Muito pertinente, Senadora Jussara Lima, esse projeto de lei, porque vemos muitas vezes alimentação deteriorada para os nossos alunos. Isso não pode acontecer.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, parabenizo a Câmara dos Deputados pela autoria; a Senadora Daniella Ribeiro pela relatoria; e V. Exa. por ter acompanhado também a relatoria da Senadora.

Agora, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

A autoria é do Senador Nelsinho Trad, subscrito pela Senadora Damares Alves.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos regimentais, requeiro que, na audiência pública objeto do Requerimento 4/2025, que já foi aprovado, sejam incluídos os seguintes convidados: o Presidente da Anvisa, Sr. Dirceu Barbano; a Executiva especializada no Ecossistema de Saúde, Sra. Luciane Infanti; o Sr. Renato Meirelles, Presidente do Instituto Locomotiva; e o Sr. Edu Lyra, fundador e CEO da Gerando Falcões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 16.

Convoco para o dia 30 de abril, quarta-feira, às 9h, uma reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a* reunião *é encerrada às 10 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif, Giordano, Marcos do Val, Izalci Lucas e Alessandro Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 8/2025 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 13/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 29/2025 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 33/2025 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Debater Termos da Ocupação por Plataforma (TOP), dispondo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com Trabalho, Previdência e Plataformas. **Participantes:** Jair Almeida, Secretário-Geral da Associação dos Trabalhadores por Aplicativos e Motociclistas do Distrito Federal e Entorno – ATAM; André Alencar Porto, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia – AMOBITEC; Ricardo Leite Ribeiro, Diretor de Políticas Públicas da Uber no Brasil; Alessandro Sorriso, Presidente da Associação dos Motofretistas do Distrito Federal – AMAEDF; Ilan Fonseca de Souza, Procurador Regional do Trabalho da 5ª Região; Alessandra Serrazes, Gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais da 99; e Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/06

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 8, 13, 29 e 33, de 2025-CAS, de minha autoria e de autoria dos Senadores Eduardo Girão e Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a debater Termos da Ocupação por Plataforma (TOP), dispondo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com trabalho, previdência e plataformas.

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – 0800 0612211 – e pelo Portal eCidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – www.senado.leg.br/ecidadania –, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados presentes e todos que acompanham esta reunião, boa tarde a todas e todos.

É com satisfação e senso de responsabilidade que dou início a esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Hoje nos reunimos para debater um tema que reflete diretamente a realidade de milhões de brasileiros e brasileiras, os Termos da Ocupação por Plataforma, conhecidos como TOP, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvem os direitos e benefícios dos chamados profissionais conectados e suas complexas relações com o trabalho, a previdência e as plataformas digitais.

A ascensão da economia digital e das plataformas tecnológicas trouxe transformações profundas na forma como o trabalho é estruturado, remunerado e exercido no nosso país. O que antes era visto como uma inovação ou oportunidade individual, hoje demanda atenção legislativa, jurídica e social.

A flexibilidade que por muitos foi celebrada como sinônimo de autonomia hoje é acompanhada por inseguranças, falta de proteção social e jornadas exaustivas. Esta audiência tem como principal objetivo promover um debate amplo, plural e equilibrado sobre o tema.

Precisamos ouvir todas as vozes dos trabalhadores, das empresas, das instituições públicas, do meio acadêmico e da sociedade civil, para compreendermos os diferentes aspectos envolvidos e buscarmos, juntos, os caminhos para uma regulação justa, moderna e eficaz.

Hoje trataremos de temas centrais – sem antecipar juízos de valor, mas reconhecendo sua relevância no debate público –, que são: a existência ou não de vínculo empregatício entre trabalhadores e plataformas e a possível criação de um regime jurídico próprio; as demandas por proteção social mais robusta, como acesso à previdência, aos seguros em casos de acidentes e garantias mínimas de remuneração; as condições de trabalho, que muitas vezes são marcadas por jornadas longas, ausência de pausas adequadas e riscos à saúde e à segurança; a transparência e o controle algorítmico, que determinam desde a distribuição de tarefas até penalizações automáticas, sem espaço para diálogo; a representatividade e organização coletiva desses trabalhadores, um desafio diante da informalidade e da descentralização desse modelo e, por fim, as propostas legislativas em curso, como o PLP 12, de 2024, que tem gerado controvérsias, e outras alternativas apresentadas por representantes da categoria.

Este é um momento decisivo. O Brasil tem a oportunidade de construir um modelo de regulação que valorize a inovação, mas que também assegure dignidade, justiça e proteção a todos os trabalhadores. E, para isso, é fundamental ouvir todos os lados e construir soluções que não deixem ninguém para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença dos nossos convidados e convidadas, juristas, representantes do Ministério Público do Trabalho, das associações de trabalhadores, das empresas de tecnologia e de órgãos do Governo. Cada contribuição será fundamental para enriquecer essa discussão.

Dou início, então, aos trabalhos desta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Que seja um espaço de diálogo respeitoso, de escuta ativa e de construção coletiva.

Desejo a todos uma excelente reunião.

Antes de começarmos, estabeleci, junto com a Mesa da Comissão, as seguintes regras para termos um equilíbrio e uma organização. Vamos organizar a audiência em duas mesas, e cada convidado terá a palavra, durante oito minutos – para cada debatedor, não é? E, após os debatedores... Vamos fazer as duas mesas e, após a apresentação dos debatedores, vamos fazer um bloco único de seis perguntas, três para cada mesa, porque eu sei que tem Senadores que estão a caminho. Inclusive, temos perguntas, certamente, dos nossos internautas, que vou fazer questão de perguntar para todos que estão presentes, para os nossos debatedores. E três minutos para as considerações finais. Após as respostas, nós vamos dar três minutos de considerações finais para cada debatedor – após a nossa audiência.

Eu vou convidar para a mesa agora, a mesa 1... Nós temos o Sr. Ilan Fonseca de Souza, que é o Procurador Regional do Trabalho da 5ª Região. Ele está confirmado, mas está a caminho.

O nosso segundo debatedor é Alessandro Sorriso, Presidente da Associação dos Motofretistas do Distrito Federal. (*Palmas.*)

O Sr. Jair Almeida, Presidente da Associação dos Trabalhadores por Aplicativos e Motociclistas do DF e Entorno (Atam). (*Palmas.*)

Bom, nós convidamos representantes do Ministério da Previdência, que não confirmaram a presença, e também representantes da Universidade de Brasília, que até o momento não confirmaram presença.

Então, eu vou passar a palavra para o Sr. Alessandro Sorriso, que é o Presidente da Associação dos Motofretistas do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, Alessandro.

O SR. ALESSANDRO SORRISO – Oi, estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO SORRISO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, quero agradecer aqui à Senadora pelo convite a esta audiência pública, que é muito importante para todos nós.

Quero, já fazendo aqui um ato de repúdio, em nome da Aliança Nacional dos Entregadores, em nome do Comando Nacional do Breque, com todas as lideranças, os motoboys que estão unidos na luta contra a precarização nacional, contra essa exploração que a gente está vivendo, nesta realidade, atualmente... E estamos lutando a cada dia, para a gente conseguir acabar com ela.

Nós fizemos um grande Breque dos Apps 2025, recentemente, pedindo pelo reajuste da taxa mínima, porque, há três anos, a gente está sem esse reajuste, e isso contribui muito para a precarização que a gente está vivendo, os números de acidentes e de mortes no trânsito, tudo isso envolve uma falta de reajuste e uma remuneração justa para nós, trabalhadores e trabalhadoras.

Eu deixo aqui a nossa nota de repúdio, porque, depois desse movimento que a gente fez, dessa luta, desse Breque dos Apps 2025, o iFood comunicou um reajuste, para dia 1º de junho, de apenas R$1 – isso é inadmissível – para os motoboys e de apenas R$0,50 para os *bikeboys*. Isso chega a ser uma humilhação para a nossa categoria; isso mostra o total desrespeito com a nossa categoria dessas empresas que faturam bilhões de reais e não têm compromisso nenhum com a gente.

Eu deixo aqui essa nota de repúdio, e a gente vai continuar lutando pela taxa mínima de R$10, pelo valor do km de R$2,50 e pela diminuição do percurso do km rodado para os *bikeboys*, que pedalam um percurso muito grande para fazer as entregas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixando essa nota de repúdio, eu quero agradecer aos meus colegas que estão presentes aqui: o Índio, que faz um trabalho muito importante para a nossa categoria aqui em Brasília, pelo Instituto Duas Rodas, ajudando os motoboys que sofrem acidentes, que estão sequelados e precisam desse apoio dele e de todos nós; o José Carlos, que está aqui presente; o Luiz Carlos, Presidente do Sindmoto; e do Du Colt, que é o nosso Vice-Presidente da Associação.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Eu quero também agradecer a todos os trabalhadores, parabenizar também todos os trabalhadores e trabalhadoras pelo dia 1º de maio, apesar de a gente não ter muito o que comemorar. A gente está lutando pelo fim da escala 6x1 e também pelo fim da escala 7x0, em que a maioria dos trabalhadores trabalham, infelizmente.

Nós não temos vida social, não temos vida para a nossa família, tempo de lazer para a nossa família. Infelizmente, essa é a realidade de muitos trabalhadores e trabalhadoras pelo Brasil. Na nossa categoria de motoboys e entregadores, estamos vivendo uma realidade triste e cruel, uma verdadeira escravidão moderna digital.

Eu venho aqui hoje denunciar também uma das maiores violações de direitos humanos do nosso tempo: a escravidão moderna digital e a exploração desumana da nossa mão de obra.

Vivemos na era da tecnologia, mas sob o véu da inovação. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras são reduzidos a algoritmos, vigiados, pressionados e explorados em plataformas que nos tratam como números, e não como seres humanos.

Somos entregadores que arriscam a vida por míseros centavos, sem direitos trabalhistas. São motoristas de aplicativos escravizados por jornadas exaustivas para sustentar as famílias. São trabalhadores terceirizados sem voz, sem proteção e sem dignidade.

Isso não é progresso, isso é escravidão disfarçada de modernidade.

O Brasil não pode compactuar com um sistema que enriquece corporações à custa do suor, de sofrimento e de mortes do seu povo. Não podemos aceitar que a revolução digital seja construída sobre precarização e a humilhação de quem trabalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exigimos leis que protejam os trabalhadores da economia digital, exigimos o fim da vigilância abusiva de todas as metas desumanas, exigimos que o lucro não valha mais do que a nossa vida. O futuro do trabalho precisa ser justo ou não será futuro.

O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão. Não seremos o último a acabar com a escravidão digital. O povo brasileiro merece dignidade, e a hora de agir é agora.

É muito importante ressaltar aqui que nós, trabalhadores, estamos construindo juntos um PL. É muito importante ressaltar que a pauta do breque nacional, que as reivindicações de toda a categoria para o aplicativo são uma só. A gente pede o mínimo: um reajuste, um piso, uma taxa mínima de R$10 para nós termos um pouco mais de dignidade, valorização e respeito. A gente precisa ter esse reajuste.

Então, a gente está construindo um projeto de lei, para que vire uma lei, já que as empresas de aplicativos não querem nos valorizar, não querem nos respeitar. Através da lei, nós esperamos que isso vigore.

A gente pede muita a compreensão, a colaboração de todos os Deputados, Senadores da Casa, tanto de direita quanto de esquerda, para que se unam em favor do trabalhador, porque essa é uma questão de dignidade humana, não só uma questão de benefício próprio. (*Palmas.*)

A classe é tão sofrida, que a gente acaba sofrendo até represália por estar lutando por valorização e dignidade. Esse grande Breque dos Apps... Todo mundo sabe a dificuldade que a gente passa na rua. É muito difícil fazer uma mobilização em nível nacional, deixar de trabalhar um, dois dias, para poder lutar para melhorar alguma coisa para nós.

E o iFood, com esse reajuste de centavos, de apenas R$1, mostrou que não respeita o trabalhador, não valoriza o trabalhador.

E, para piorar ainda a nossa situação dos trabalhadores aqui no Brasil, ele tirou aquele adicional de R$3 por rota adicional; ou seja, a gente faz duas entregas e só recebe por uma, isso no Brasil todo.

Então, a gente precisa muito criar esse projeto de lei o mais rápido possível, em caráter de urgência, porque os trabalhadores estão morrendo aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO SORRISO – Só para finalizar, eu queria pedir para passar um vídeo aqui, que é um manifesto que a gente fez um tempo atrás. Eu queria projetá-lo aqui para a gente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALESSANDRO SORRISO – Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês aqui. É muito importante para nós estarmos em locais como este, para lutarmos por dignidade, lutarmos por valorização.

Eu acredito que cada ser humano que está aqui no mundo tem um propósito de vida, e esse propósito, com certeza, não é trabalhar até a morte. A gente tem que ter outra vida também, com nossa família, com nossos filhos, e é muito importante a gente acabar, de uma vez por todas, com a escravidão moderna digital.

Em nome da minha mãe, empregada doméstica que criou, a vida toda, os três filhos, eu homenageio todas as empregadas domésticas do Brasil e quero dizer que é um sonho de toda a nossa classe trabalhadora acabar com essa escala 6x1, que vem tirando a nossa dignidade, pois nós não temos tempo para a família, não temos tempo para os filhos, e isso não é ter dignidade. A gente precisa ter descanso também, justo, para a gente poder viver, ter uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação e pela fala do Alessandro Sorriso.

Vou passar a palavra, agora, para o Jair Almeida, Presidente da Associação dos Trabalhadores por Aplicativos e Motociclistas do Distrito Federal e Entorno (Atam).

Seja bem-vindo.

O SR. JAIR ALMEIDA (Para expor.) – Antes de mais nada, Senadora, vou só fazer uma correção. Eu não estou Presidente; eu estou como Secretário-Geral da Atam-DF hoje, junto ao Abel, que faz parte da parte das motos, e a gente na parte dos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Abel chegou agora, chegou um pouquinho atrasado. Venha, Abel, sente-se aqui.

Vamos, cara. Venha, venha.

Não? Por quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIR ALMEIDA – Ele já, já, vem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, ótimo. Deixem o Abel. Não quer, então vamos seguir o barco.

O SR. JAIR ALMEIDA – Também represento a Anstap (Associação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores por Aplicativo), que reúne dez sindicatos do Brasil.

Esses dez sindicatos foram contrários ao PL 12, e a gente agora entra em debate, para poder trazer uma renovação para nossa classe, que é o que a gente precisa.

Então, Senadora, começando, eu agradeço a presença, estar aqui ao seu lado, e por a senhora ter recebido a todos nós; ao nosso amigo Renato, que ouviu a gente por várias horas, ouvindo várias conversas de grupos de motoristas de aplicativos que nós trouxemos, porque a realidade da rua que nós vivemos hoje não é brincadeira.

Sensibilizei-me muito com a sua fala no dia 3 de março, que a gente fica podado em falar, em se expressar e levar a realidade, que é o que tem acontecido com muitos. Tem muita gente levando informação que não é a realidade da rua, e só sabe quem está aqui.

No início de janeiro, eu viajei para outros estados. Como motorista, eu sobrevivi, mas não é fácil dormir dentro de carro, ficar por mais de 75 dias fora de casa e buscando entender e conhecer o que as plataformas fazem, de fato, com todos nós, e aprisionam psicologicamente. Essa é a nossa realidade.

A gente vem fazendo parte de grupos de diversos estados, do Brasil inteiro.

Eu fui recebido no Paraná pelo Valdir, que é presidente de sindicato, fui recebido pelo Juliano Brum, no Rio Grande Sul, e mostrou-se a realidade de cada região. Também agradeço à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha amiga Branca Floripa, que me recepcionou na casa dela. Os dias que eu pude dormir, eu dormi na casa dela, inclusive no quarto do trabalho.

A gente precisa de uma legislação, a gente precisa que esses meninos entendam que é através da criação de uma profissão, que é através de um amparo legal que a gente pode avançar. Nada inicia do zero. Nós não somos empreendedores, nós somos trabalhadores de uma plataforma que prende psicologicamente e escraviza a todos nós.

Nos últimos tempos, a gente tem percebido que as plataformas estão direcionando viagens principalmente para os motoristas mais jovens. Eu sou prova de isso, porque eu sou motorista e trabalho todos os dias, e muitas das vezes a gente fica por horas aguardando uma nova chamada.

A reclamação de motoristas que estão aqui é a realidade de ficar quatro, cinco horas na hora ociosa. Aí a pergunta que eu faço: se a plataforma pagasse algum valor sobre a hora ociosa do motorista, ela estaria com essa entrada descontrolada?

Na última reunião que nós tivemos na Secretaria de Segurança – o Abel estava presente –, o secretário trouxe a informação de que, desde 2014, já são mais de 220 mil cadastros no DF. Aí eu fiz a pergunta: "Mas todos ativos?". Ele: "Não; ativos, inativos e contas *fake*". Eu falei: "Mas, secretário, o senhor sabe da realidade das contas *fake*?". Interessante isso. E onde a gente fica nesse sistema de "gamificação", em que o aplicativo vai dominando? Essa é a realidade, Senadora.

A gente está vendo aqui muitos colegas que estão quebrando, que estão passando por dificuldade. Os mais novos estão vindo com aquela falsa ilusão de que se ganha muito dinheiro. "Ah, eu faço R$10 mil numa semana", mas ele não sabe o que sobra desses R$10 mil, que nós temos uma infinidade de despesas. Eu até concordo que o Governo acertou na parte tributária, na qual ele fala que o trabalhador motorista vai contribuir apenas com 25% do lucro, porque 75% – e um pouco mais, dependendo da categoria – são somente despesa.

Convidei vários colegas para estarem aqui hoje presentes, para exporem a sua realidade, mas eu sei que a gente está preso. Isso, infelizmente, é a realidade que acontece no dia a dia com a gente.

Estive em outras regiões, como São Paulo, da qual muitos falam: "São Paulo é melhor, porque lá a gente ganha mais", mas uma viagem iniciada, para uma distância de 4km, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasta 25 minutos, diferente da realidade de Brasília, em que a gente, muitas das vezes, faz 1km por minuto. E o projeto tem que ter um piso de saída, tem que ter um amparo judicial para todos nós.

Nós precisamos, na verdade, de um direito jurídico especial. Nós precisamos construir uma categoria especial para essa classe. E continuo fazendo a mesma pergunta: se as plataformas fossem oneradas em alguma situação de trabalhadores que ficam ociosos, parados, teria essa quantidade de trabalhadores que nós temos hoje?

Nem as próprias pessoas que estão envolvidas sabem a realidade. Nós já fizemos um cálculo básico, e tem, em média, mais de 5 milhões de trabalhadores em todo o Brasil, trabalhadores que estão saindo do seu campo da CLT, onde têm todo o seu amparo legal, inclusive o previdenciário, para virem se aventurar, porque outro colega disse que isso aqui é a melhor coisa do mundo. "Eu faço R$10 mil por mês".

Nesse último domingo, nós tivemos, aqui em Brasília, uma explosão, que todo mundo falava "hoje foi um pipoco". Eu fiz um vídeo e, inclusive, marquei a senhora e perguntei: "E amanhã? E depois? E na hora em que você estiver doente, você pode estar encostado numa cama, aguardando? Você se planejou para isso?". Porque, na realidade, a maioria está presa.

Temos o nosso amigo Aderson, que está ali e sabe a dificuldade de trabalhar nas madrugadas. Temos outros colegas que sabem a vida... Acidentes, fraudes, e, principalmente, grande parte das pessoas que estão sendo reportadas e estão sendo bloqueadas das plataformas.

Essa é a realidade, Ricardo. De muitos motoristas não está sendo feita a análise pessoal, presencial, física, humana, que é o que precisa.

Muitos recorrem às plataformas, aos escritórios, e precisam de agendamento. Mas aí eu pergunto: quando o motorista é bloqueado, como é que ele vai agendar, se ele não tem mais o contato?

E muitos atendentes falam "busquem a Justiça". Mas, na hora em que eu entrei na plataforma, a plataforma me disse que era a melhor coisa do mundo, que eu iria ser empreendedor e dono do meu próprio negócio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR ALMEIDA – ... e não é a realidade.

Vemos as situações dos pontos de apoio negociados, e a gente nem sabe como é negociada essa situação.

Imaginem as mulheres que passam por dificuldades dentro do carro, muitas vezes grávidas...

E a gente tem que acordar, principalmente vocês das Casas, tanto do Congresso como daqui, do Senado, Senadora, porque a gente acredita. A gente não espera que a senhora seja mais uma, porque a gente já está cansado de promessa.

Essa é a realidade, e a gente tem lutado todo dia.

Eu já fui levado para o céu, para o inferno, junto a grupos, Federação, instituições, mas a gente não consegue caminhar. Já são dez anos com as plataformas tomando conta do mercado, e a gente perdendo a família.

Eu perdi o crescimento dos meus filhos nesse tempo, e a gente precisa. Se não for para a gente, que seja para os próximos que venham daqui em diante.

Muito obrigado, Senadora, e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Jair Almeida.

Agora, vou passar a palavra para o Dr. Ilan Fonseca de Souza, que é o Procurador-Regional do Trabalho da 5ª Região.

Seja bem-vindo, Doutor.

O SR. ILAN FONSECA DE SOUZA (Para expor.) – Então, boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Ilan Fonseca. Eu sou Procurador do Ministério Público do Trabalho e estou como Vice-Gerente de um projeto nacional do Ministério Público do Trabalho chamado Projeto das Plataformas Digitais.

Agradeço aqui o convite da Senadora Leila para participar desta audiência pública tão importante.

Quero falar para vocês que, desde 2015, o MPT tem se dedicado à atuação envolvendo plataformas digitais, seja através de grupos de estudo, seja através de investigações, seja através de ações na Justiça.

Foram ajuizados cerca de 600 inquéritos civis e procedimentos de investigação e mais de uma dezena de ações civis públicas na Justiça do Trabalho. Essas ações estão em curso, ainda não teve nenhuma ação na Justiça que chegou ao seu final, elas estão pendentes de recursos.

Eu preciso falar também que o Tema 1389, que é a Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, coloca em risco o ajuizamento dessas ações e coloca em risco também a competência da Justiça do Trabalho para apreciar esse tipo de ação envolvendo as plataformas digitais.

E o que essas ações pedem? O que elas estão querendo da Justiça? Estão querendo reconhecimento do vínculo, mas não porque a gente acha que o vínculo é uma coisa bonita em si, mas porque, quando o vínculo vem, ele traz consigo uma série de direitos trabalhistas, e esse é o padrão não apenas do Brasil, mas de vários países do mundo.

A gente tem ações contra o iFood, contra a Uber, contra a Rappi, contra a 99. Algumas dessas nós ganhamos, outras dessas ações nós perdemos, mas estamos recorrendo para o TST e para o Supremo Tribunal Federal.

Hoje em dia inclusive tem um caso aguardando julgamento, por parte do Supremo Tribunal Federal, da relatoria do Ministro Edson Fachin, em que houve uma audiência pública, em dezembro do ano passado, e eu vejo que alguns motoristas e entregadores aqui estavam nessa audiência pública que aconteceu em dezembro do ano passado.

A Uber hoje conta com mais de 1,5 milhão de trabalhadores no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o começo do ano, a Uber superou, em mercado de trabalho, a quantidade de motoristas nos Estados Unidos, que é onde a empresa foi criada. Isso quer dizer que o Brasil é a menina dos olhos da Uber e de muitas plataformas digitais no mundo.

Mas a Uber e outras plataformas digitais estão presentes em mais de 70 países do mundo. Então, é uma desproporção entre a quantidade da mão de obra de plataformas digitais no Brasil em relação aos outros países do mundo.

E como é que outros países da Europa, Estados Unidos, vem julgando esse tipo de questão?

Esse livro aqui faz uma análise que é objetiva. Ee não entra no juízo de valor sobre o que é que os outros países estão julgando. E ele vai dizer o seguinte: em primeiro lugar, a quantidade de motoristas e entregadores que entra na Justiça na Europa, nos Estados Unidos, é baixa. Por quê? Porque o problema da precarização, o problema do desemprego faz com que esse problema aqui no Brasil seja muito mais agudo do que na Europa e nos Estados Unidos. Isso quer dizer que, nos Estados Unidos e na Europa, a plataforma digital realmente é um bico, mas como é que você vai dizer que o motorista ou o entregador que trabalha 10, 12 horas por dia está fazendo um bico, como algumas propagandas alardeiam, como se você fosse complementar a sua renda?

Não é complemento de renda, é a renda única e principal. Então, não dá para comparar essas situações, mas o que é que esse livro aqui diz também? Que, na Europa e nos Estados Unidos, tanto as leis quanto os tribunais estão reconhecendo direitos trabalhistas a esses empregados.

Então, a questão que chega para a gente é: o Brasil vai entrar nesse mesmo ritmo de garantir direitos a esses trabalhadores ou a gente vai ficar com uma desregulação, com ausência de legislação protegendo isso?

Um conjunto de pesquisas acadêmicas da USP, Unicamp, UFBA, vem comprovando a precarização dos trabalhadores plataformizados. O que quer dizer isso? Baixos salários, condições insalubres de trabalho, ausência de sanitários, ausência de água potável, o que vai causar repercussões neurológicas na forma de raciocínio dos trabalhadores plataformizados, principalmente nas mulheres, como o Jair apontou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho infantil nessas plataformas, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, colisões, furto, roubo e sequestro. Qualquer motorista de aplicativo sabe que furto, roubo e sequestro são diários. Não tem um dia em que um grupo de aplicativo, de WhatsApp, de motoristas, não vá relatar um furto, um roubo ou um sequestro de algum colega de trabalho.

Então, hoje em dia, os trabalhadores plataformizados estão entregues à própria sorte.

No entendimento do Ministério Público do Trabalho, a CLT já consegue regular o tema. Isso não impede regulações que venham a avançar, que sejam além do que já está previsto para os trabalhadores com carteira assinada, mas essa tese, a tese de que a CLT dá conta do recado – consegue abarcar as relações de trabalho plataformizadas –, é a tese que vem sendo defendida nas investigações e nas ações civis do Ministério Público do Trabalho.

Hoje em dia, essas decisões da Justiça do Trabalho, como eu disse anteriormente, vêm reconhecendo a categoria de empregados para os trabalhadores plataformizados, e isso por um motivo muito simples, por causa de um negócio que, no Direito do Trabalho, é chamado de subordinação. O que é essa subordinação? É o poder de uma empresa, de um patrão, de um empregador, de dar ordens aos seus empregados. E qual é a principal ordem que uma plataforma digital dá aos seus trabalhadores? A ordem é: "Pegue aquela encomenda"; a ordem é: "Pegue aquele passageiro e leve-o ao destino combinado por um preço que eu fixei no tempo que está previsto no aplicativo" – essa é a principal ordem.

A nossa legislação, desde 1943, já permite que o salário seja pago por tarefa, por produtividade. Não precisa ser um salário pago por tempo. Então, nunca foi um impedimento para a Justiça e para as autoridades reconhecerem esse tipo de atividade como uma relação de emprego e como pessoas que têm direito a ter direitos.

Então, essas plataformas digitais não emitem apenas ordens; elas controlam a atividade dos motoristas e aplicam punições, suspensões, banimentos, bloqueios inadvertidos. Pela nossa legislação, apenas quem é patrão pode se comportar dessa maneira; de forma alguma, um parceiro, alguém que se intitula apenas como uma plataforma, pode aplicar punições a outras pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente aqui também não está dizendo que as plataformas não são úteis para a sociedade. Muitos motoristas e muitos entregadores também são usuários dessas plataformas. Mas esses serviços, que são considerados serviços essenciais, precisam ter as leis aplicadas a eles, e essas leis, hoje em dia, têm o seu espírito maior no art. 7º da Constituição Federal, que vai prever uma série de direitos trabalhistas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ILAN FONSECA DE SOUZA – ... não apenas para empregados, mas também para trabalhadores em geral.

Então, o Ministério Público do Trabalho também não deseja que essas empresas saiam do Brasil, e ninguém deseja também que essas empresas vão à falência, mas a gente acredita, a gente tem convicção de que é possível conciliar direitos dos trabalhadores, boas margens de lucro, com respeito à dignidade dos trabalhadores plataformizados.

Inglaterra, Espanha, Portugal e França já vêm reconhecendo esses direitos trabalhistas aos trabalhadores plataformizados. Em alguns desses países, inclusive, eles são enquadrados como empregados, ou seja, o equivalente no Brasil a alguém com carteira assinada.

Esses trabalhadores, na visão do Ministério Público do Trabalho, não são empreendedores. Eles não são empresários. Por quê? Porque eles não têm uma estrutura econômica própria, eles não possuem empregados trabalhando para eles, eles não conseguem fixar o preço dos serviços que eles mesmos vão prestar e, pior, ainda estão sujeitos a uma avaliação dos clientes, dos usuários, dos consumidores. E, a qualquer momento, eles podem ser banidos da plataforma sem nenhum tipo de justificativa.

Nós, enquanto consumidores, somos muito gratos ao que as plataformas digitais têm oferecido para nós. De fato, a tecnologia permitiu esse tipo de praticidade, mas a gente não tem transparência em relação aos dados dessas plataformas digitais. Afinal de contas, quantos motoristas de aplicativo morreram, em 2024, no exercício das suas funções? Ninguém sabe. O que suas famílias receberam de indenização? Ninguém sabe. Quantos sequestros ocorrem, por ano, com motoristas de aplicativo ou entregadores no exercício de suas atividades? Ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabe. E quantos acidentes e onde vão desembocar esses acidentes quando esses trabalhadores são acidentados, se não é no sistema SUS, se não é nos hospitais públicos?

Então, o simples fato de essas ordens hoje estarem vindo através de uma plataforma, de um algoritmo, de uma inteligência artificial não quer dizer que, por trás disso, não tenha um empregador, um patrão, um chefe. Essa tecnologia, essa inteligência artificial, esse algoritmo é uma ferramenta que aperfeiçoou a forma de gestão e controle sobre os trabalhadores.

E, como o Jair apontou aqui anteriormente, as plataformas digitais vêm fazendo uma narrativa única nos últimos dez anos, aqui no Brasil. Essa narrativa vem no aplicativo, vem na propaganda, vem nas redes sociais, vem em eventos esportivos, vem em eventos artísticos. Qual é o trabalhador que vai se sentir seguro para entrar com uma ação judicial na Justiça do Trabalho, quando ele assina um documento, ao ingressar na plataforma, dizendo que ele não é empregado? Quem é que acha que vai ter boa chance de vitória, quando já está escrito lá que ele é um empresário, que ele é um parceiro independente?

Então, a nossa sociedade não pode ficar refém deste dilema. Qual é o dilema? É melhor algo ruim, é melhor um salário baixo, é melhor um trabalho precarizado do que nada? Desde quando, a gente perdeu a capacidade de sonhar? Por que a gente não pode ter um bom trabalho, um trabalho que não seja precarizado, um trabalho digno e, ao mesmo tempo, garantir que seja bom para todo mundo?

Essas leis que tem hoje, aqui no Brasil, não são coisa recente, não, já existem há 200 anos em todas as nações desenvolvidas. Não é à toa que a gente tem um instituto chamado Organização Internacional do Trabalho, onde quase todas as nações estão presentes. Essas leis são fruto de lutas, fruto da revolução industrial, quando, de forma muito semelhante, acontecia o que acontece, hoje em dia, aqui.

Se a gente alcançar um patamar que é um patamar de dignidade para esses trabalhadores, essas relações jurídicas, essas relações sociais precisam respeitar o mínimo. É preciso ter consciência disso. O que os trabalhadores plataformizados estão pedindo é o mínimo. Ninguém aqui está querendo nada muito radical, não, é o básico. E a CLT nada mais é do que isso. E a gente precisa lembrar também que a vida do CLT não é fácil, não, porque fica parecendo que o CLT é o "CLT Premium", que a vida dele é uma maravilha. O CLT está sujeito a assédio moral, a assédio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sexual, o salário atrasa, o FGTS não é recolhido, mas, assim, o mínimo são os direitos previstos na CLT.

E a gente também precisa parar de associar informalidade com modernidade. Nem tudo que é informal vai trazer automaticamente o progresso para o país. Se o trabalho informal, o trabalho precário fosse sinônimo de modernidade, o Brasil já era para ser uma das maiores economias do mundo, porque a nossa taxa média de informalidade é de 40%. Há muitos anos, a nossa taxa de informalidade, na zona rural e na zona urbana, é gigantesca. E isso não tem feito com que a gente tenha um PIB muito elevado, isso não tem feito com que os altos índices de pobreza sejam reduzidos, isso não tem feito uma inovação tecnológica industrial.

Então, o direito do trabalho, as autoridades da Justiça ao Trabalho não são contrárias ao progresso. Elas querem apenas que esse progresso seja inclusivo. Quem faz parte de uma organização empresarial... O motorista quer dizer assim: "Eu sou filho da Uber, porque a Uber é minha mãe", "Eu sou filho do iFood", mas ele quer ter orgulho. Ele não quer ter raiva... Ele não quer ter aversão à empresa para a qual trabalha.

E aqui, já finalizando, não apenas o direito do trabalho não está sendo respeitado nesse tipo de relação. O direito civil, o direito ambiental, o direito administrativo, o direito do consumidor não estão sendo respeitados. Que tipo de contrato jurídico é esse em que, a cada momento, o preço sugerido altera? É um preço dinâmico, é uma corrida dinâmica... Como é que você vai fazer um contrato com o consumidor em que, a qualquer momento, o fornecedor do serviço altera o preço da mercadoria? Como é que você vai dizer que os motoristas e os entregadores *delivery* estão tendo seus direitos previstos na lei do motofretista, direitos como segurança do trabalho, se, hoje em dia, os entregadores de iFood não têm nada relacionado à segurança do trabalho? Como é que você vai dizer que a LGPD está sendo respeitada se você não tem nenhuma transparência em relação aos bloqueios e aos banimentos que são realizados? E vocês já pararam para perceber como as cidades estão cada vez mais inchadas e como isso vai repercutir no direito ambiental em emissão de CO_2?

Então, a gente precisa olhar com muita atenção para esse tipo de situação. E hoje, aqui, a gente está falando de motorista de aplicativo e de entregador, mas a uberização do trabalho está se espraiando para várias outras categorias, Senadores. E aqui eu estou falando de professores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universitários, cuidadores de idosos, tradutores, intérpretes, advogados, médicos, pedreiros. Hoje são os motoristas e os entregadores, mas amanhã pode ser qualquer um de nós.

Então, a gente precisa ter muita atenção para isso. A gente está diante de um trabalho humano e, como todo trabalho humano, ele precisa ser digno e precisa ser respeitado. Essa dinâmica de trabalho exposta aqui, hoje, nesta audiência pública, exige um desafio e um esforço por parte dos operadores do direito, Jair, mas, principalmente, a gente pode contar com a ajuda do Parlamento nisso e fazer uma releitura desse poder organizacional, sobre como é que esse poder de comando está se materializando. É através de uma plataforma digital, mas tem pessoas ali por trás, tem gestores ali por trás.

A gente defende direitos trabalhistas aos motoristas de aplicativos e entregadores e a nossa posição é que a nossa legislação já prevê isso e dá conta disso.

Obrigado, Senadora.

Obrigado aos demais participantes. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Dr. Ilan de Souza.

Bom, essa primeira parte aqui eu acho que para todos que estão nos acompanhando traz um pouco do cenário.

O Jair falou aqui: "Ah, Senadora, espero que você não seja mais uma". Na verdade, eu fui tocada até mesmo pela minha própria equipe.

Perguntei agora para o Jair: "Jair, você participou?". Ele disse: "Já, Senadora". Mas você teve direito de fala? (*Pausa.*)

O SR. JAIR ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não.

Então, é um avanço e é necessário, até porque nós estamos falando de Congresso Nacional – não é, Dr. Ilan?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, quando a gente trata de direito, todos têm que se sentar à mesa. E a gente está falando de progresso. É óbvio: tanto o Dr. Ilan como eu, sendo Parlamentar, que trato de tantas pautas econômicas aqui, nós sabemos da importância das plataformas, mas entendendo também que progresso não pode ser só para quem comanda as plataformas. Como o senhor falou, por trás das plataformas, tem gente, tem pessoas que comandam essas plataformas. Então, nós estamos tratando aqui de direito, de dignidade a esses trabalhadores.

E nós vamos avançar. Eu acredito que, depois dessa primeira mesa, nós vamos ouvir a segunda mesa, os representantes aqui.

Eu acho que vale um debate, mas trazendo mais colegas para esse debate. É necessário que não só a Senadora, a sua equipe – eu sei que tem outros Senadores –, mas que o próprio Congresso se debruce nessa questão dos motofretistas, dos trabalhadores de plataformas, porque é muito importante que a gente reveja esse direito, que a gente traga dignidade e que o progresso, como o Dr. Ilan falou, seja para todos.

Obrigada, Dr. Ilan; obrigada, Jair; muito obrigada, Alessandro. Eu vou dar um minuto, porque ainda tem outra mesa e nós temos a sessão mais tarde.

O SR. JAIR ALMEIDA (Para expor.) – Só concluindo a fala, é como o Procurador deixou bem claro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR ALMEIDA – Existe o medo. Como é que eu vou recorrer a essas plataformas? E o motorista de aplicativo, no caso aqui do GDF, só é lembrado quando paga o CAA, que são R$40 anuais descontados, e ninguém sabe para onde vai esse dinheiro. Nós vimos a festa grandiosa que aconteceu em Brasília, mas a gente está vendo a saúde desgastada, pessoas perdendo suas moradias e a gente passando por dificuldades, em geral, em Brasília. Para onde está indo o dinheiro arrecadado do CAA, que já é previsto na Lei 13.640, que é a da implementação das plataformas digitais no Brasil.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos provocar, vamos fazer esses questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jair, muito obrigada.

Grata aos nossos debatedores da primeira mesa. Grata, Dr. Ilan – nosso representante do Ministério Público do Trabalho.

Vou passar, agora, a chamar os nossos próximos debatedores da segunda mesa: Sr. Ricardo Leite Ribeiro, Diretor de Políticas Públicas da Uber no Brasil; Sra. Alessandra Serrazes, Gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais da 99.

Vamos bater palmas, por favor, para todos os presentes. (*Palmas.*)

Sr. André Alencar Porto, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia, que vai participar por videoconferência; Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado. (*Palmas.*)

Grata pela presença.

Vou passar a palavra para o Sr. Ricardo Leite Ribeiro, que é o Diretor de Políticas Públicas da Uber no Brasil.

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado. Boa tarde!

Queria cumprimentar, primeiramente, todos aqui presentes, os que falaram na primeira mesa.

Quero agradecer à Senadora Leila pelo convite e deixar muito clara uma mensagem que a gente já deixou em outras oportunidades: a Uber está à disposição do Parlamento Brasileiro para colaborar nessas discussões, para trazer seu ponto de vista e para contribuir com esses debates. Então, a gente aceita – muito feliz esse convite – e está à disposição para participar de próximos e outros debates, para seguir aqui.

Vou tentar ser breve e direto, o máximo possível, na apresentação, mas fazendo eco a muito do que foi discutido aqui, eu acho, na mesa anterior.

A nossa perspectiva – já adiantando e indo direto ao ponto –, enquanto empresa, é que, sim, a gente precisa avançar numa discussão regulatória do trabalho em plataforma no Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é possível conciliar direitos com autonomia e flexibilidade, que se encaram e se conhecem hoje nessa modalidade de trabalho.

Então, o fenômeno – esse fenômeno de trabalho em plataformas digitais ou mesmo a presença das plataformas digitais – é relativamente recente, um pouco anterior à última década, no mundo. E é um fenômeno que não se dá apenas no Brasil. Então, acho que, assim como a gente discute como compatibilizar o acesso dos trabalhadores por plataforma – há uma série de direitos que os trabalhadores tradicionais já gozam, já desfrutam, mas garantindo que eles também possam ter esse acesso –, outros países estão discutindo. E essas discussões são inevitavelmente diferentes, porque os países possuem culturas institucionais, tradições jurídicas, políticas públicas distintas de país para país. E a gente precisa pensar, no caso brasileiro, numa solução que seja de acordo com os nossos modelos institucionais.

E, da perspectiva da Uber, encarar esse debate é encarar, sobretudo, que esse modelo de trabalho por plataforma foi um modelo que trouxe muitos benefícios para a sociedade brasileira, para os trabalhadores de plataforma, que não contavam com essa opção há dez anos – muito mais de dez anos. E a gente precisa conseguir encontrar modelos regulatórios que mantenham os benefícios que esse serviço trouxe, que esse modelo trouxe, mas que repensem o financiamento das políticas de bem-estar social que protegem o trabalhador, para que elas possam ser financiadas e que possam oferecer para eles os mesmos direitos e benefícios que existem para o trabalhador tradicional. Acho que esse é o desafio que está colocado.

E aí eu acho que as divergências, muitas vezes, vão vir muito mais na discussão da solução do que no diagnóstico do problema – no diagnóstico do problema, eu acho que a gente tem acordo. Eu acho que essa é a visão das empresas, essa é a visão da Uber, e acho que ela encontra ressonância numa série de outras plataformas.

Então, só para fazer uma breve recapitulação: no caso da Uber, a gente está no Brasil desde 2014. Então, a gente vem para cá, a gente lança no Rio de Janeiro um pouco antes da Copa de 2014 e, de lá para cá – dos primeiros motoristas, dos primeiros usuários –, a gente vem para um quadro no qual a gente completou dez anos de operação no Brasil, no ano passado, com mais de 30 milhões de usuários ativos e mais de 1,4 milhão de trabalhadores ativos parceiros no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um crescimento que, eu acho, é um testemunho do sucesso desse modelo e da maneira como essa modalidade se colocou no Brasil.

Alguns estudos que a gente tem... Teve um estudo, de 2021 – que foi um relatório de impacto econômico realizado pela Public First, que a gente contratou –, que estimou que, só em 2021, o nosso impacto econômico foi de cerca de R$36 bilhões. Isso, à época, representava mais ou menos 0,4% do PIB no país.

Depois, teve um outro estudo da FGV, o projeto de 2023, que avaliou que só a operação da Uber injetava, em média, R$75 bilhões na economia brasileira. Isso porque, a cada real gasto na operação, gerava-se R$12,16 na economia brasileira, já que isso se transforma em maior consumo de combustível, de serviços de maneira geral. Então, é um modelo que foi bem-sucedido para os consumidores e para os trabalhadores.

Agora, o desafio eu acho que está em a gente pensar como a gente mantém esse modelo, como a gente mantém os aspectos de flexibilidade, de direitos do trabalhador de trabalhar com várias plataformas, como ele bem entender, de recusar as viagens que ele entender que ele não deve aceitar, de não ter um compromisso de ter uma carga horária x para trabalhar ao longo do dia, de ele poder resolver a hora em que ele para, a hora em que ele desliga o aplicativo, a hora em que ele liga o aplicativo, e recebe com financiamento das políticas de bem-estar, que foram pensadas, sobretudo, como trabalho tradicional, que envolve um contrato de trabalho que estabelece deveres e direitos do trabalhador e que calcula isso muitas vezes por mês: calcula o salário mínimo por mês que ele deve ganhar, calcula a contribuição da previdência, com base no salário mínimo por mês, calcula o financiamento desses direitos dessa maneira, mas você tem uma outra forma de produção e organização desses serviços. E como a gente pensa o financiamento dessas políticas para isso?

E aí, da nossa perspectiva, não tem como olhar para isso e dizer que a legislação do trabalho brasileira hoje, da forma como está, já dá conta desse recado. A gente acredita que não. A gente acredita que é importante, para a gente garantir que de fato esses direitos possam funcionar para esse novo modelo, que a gente repense os esquemas e arranjos para essa economia, para essa modalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no intuito de avançar nessa direção, a Uber já apontava, desde 2021, uma preocupação com a questão previdenciária dos trabalhadores de aplicativo. Então, este Parlamento aqui aprovou em 2018 uma lei, que depois foi discutida no Supremo, que deu o marco do trabalho das plataformas no Brasil. E nessa legislação tem um decreto que prevê que os trabalhadores devem contribuir com a previdência, mas que essa responsabilidade é uma responsabilidade dos trabalhadores. Então, a eles cabe contribuir como contribuinte individual ou como MEI. São essas as opções que a legislação dá hoje, mas a gente vê, por diversas pesquisas, que grande parte dos trabalhadores – mais de 40% – hoje não vem contribuindo. E isso é um fator de preocupação, porque esse trabalhador vai envelhecer ao longo do tempo, e a previdência brasileira concede uma série de benefícios que são importantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO – ... como o benefício auxílio-doença, licença-maternidade. Há uma série de benefícios que o trabalhador tradicional tem, e o trabalhador que não contribui com a previdência não vai gozar. E tem um problema potencial também para a previdência brasileira pelo fato de isso não estar sendo arrecadado hoje.

Então, a gente acredita que, como eles trabalham com as plataformas, as plataformas poderiam cumprir um papel, facilitando esses recebimentos, essas contribuições, fazendo um desconto, mas a gente precisa de uma legislação que organize isso e que faça um financiamento que seja de acordo e proporcional com aquelas viagens que foram realizadas.

Essa discussão a gente já puxa, aqui no Brasil, desde 2021. Depois da eleição do último Governo, foi criado um grupo de trabalho para se debaterem esses temas. Em 2023, foi instituído um grupo no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse grupo tinha representantes das plataformas, representantes do Governo e representantes dos trabalhadores. Ele não tinha uma agenda pré-definida, mas, depois de mais de dez meses de conversa, muitos dos temas foram debatidos, temas como ganhos mínimos. É importante que todos os ganhos líquidos dos trabalhadores que trabalham em plataforma não fiquem abaixo do salário mínimo, descontados os custos que eles têm com as operações deles. Então, como encontrar isso? Esse valor vai ser diferente para quem está dirigindo um carro com passageiros e para quem está dirigindo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moto, fazendo entregas de mercadorias, mas é preciso encontrar esses valores, é preciso pensar nisso. Então, esse foi um tema de debate.

Outro tema de debate importante é que é preciso dar segurança jurídica para a natureza dessa relação. Então, a gente precisa estabelecer essa figura do autônomo com direitos, ter uma classificação clara, diminuir a litigiosidade disso no Judiciário brasileiro, dar segurança jurídica.

A gente avançou em muitos desses pontos. Lá no grupo de trabalho, pela dinâmica, acabou tendo uma divisão de motofretistas. Na verdade, eu acho que a divisão que foi adotada chamava-se duas rodas e quatro rodas. No grupo de quatro rodas, se chegou a um entendimento mais avançado sobre números, inclusive formas e formatos de financiamento da previdência, de ganhos mínimos e de todos esses pontos. Esse trabalho desse grupo avançou para um projeto de lei, que foi encaminhado pelo Presidente da República e está, salvo melhor juízo, desde abril ou maio do ano passado, na Câmara dos Deputados, para debate.

Da nossa perspectiva enquanto empresa, esse debate precisa ser feito. Nós temos alguns pontos específicos lá: foi pensado em limite de 12 horas de conexão por plataforma; tem regras prevendo que a desativação unilateral por parte das empresas só pode se dar em casos de fraude, abuso, uso indevido da plataforma ou para a segurança de motoristas e de usuários do aplicativo; tem responsabilidades de maior transparência sobre o reporte de ganhos das plataformas; tem uma previsão de ganhos mínimos para o tempo agregado em viagem, no caso dos motoristas; tem uma previsão da seguridade social com responsabilidade das plataformas – as plataformas pagando uma parte de uma contribuição; assim como empresas pagam para os trabalhadores tradicionais uma contribuição patronal, tem essa previsão ali no projeto –; e tem uma definição clara de que a relação de emprego tal qual prevista na CLT não se aplica para essa natureza de trabalho, que é uma natureza eminentemente nova, criada por meio dos avanços que a gente teve na tecnologia, que realinhou essas relações sociais.

Então, eu acho que muito desse debate a gente já trabalhou ali e acho que as bases estão colocadas. É preciso avançar.

Agora, para concluir – e eu acho que já estourei o meu tempo –, qualquer discussão regulatória vai precisar combinar o impacto dessas negociações. É preciso ser feita uma negociação abrangente sobre tudo, porque tem um impacto regulatório sobre o setor, e esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto, esse custo vai ter que ser absorvido seja pelos consumidores, seja pelas empresas, seja pelos trabalhadores. Se a gente não fizer uma avaliação global, holística e abrangente, a gente pode danificar o modelo e acabar tendo um impacto, diminuindo o número de trabalhadores porque os custos podem aumentar, diminuindo o número de usuários porque o valor final pode ficar proibitivo para uma série de consumidores. Então, a gente precisa olhar para as soluções, pensar e negociá-las de maneira abrangente.

Foi feito um esforço de mais de dez meses, com discussão nas plataformas, tentando se chegar a isso, e algum acordo foi construído. Na nossa visão, a gente deveria partir desse esforço que foi realizado, porque muitos dos passos já estavam ali demarcados, e todos os requisitos novos demandam um recálculo total do impacto regulatório. Então, toda vez que você faz uma negociação, faz uma avaliação dos custos, chega a um acordo e traz fatores novos, você muda as contas todas, elas deixam de fechar. Então, eu acho que tem que ter um esforço no sentido de ter um entendimento entre os trabalhadores sobre a representação deles, sobre quais os pontos, assim como das empresas

Acho que vale a gente olhar para esse esforço que já foi feito e trabalhar nesse sentido, para, sim, combinar esse acesso, a melhoria dessas políticas e proteções sociais para todos os trabalhadores e dar essa garantia, que é plenamente compatível com o trabalho em plataforma da forma como a gente o entende.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu que agradeço a presença, Dr. Ricardo Ribeiro.

Esse projeto está na Câmara, fruto desse trabalho, e a gente tem, enfim, enquanto Senadores, que monitorar, acompanhar o debate, que está no início. Acredito que a Câmara tem o rito dela natural: Comissões, enfim... E a gente tem que acompanhar esse trabalho todo.

Inclusive, já vou falar com a minha equipe aqui para a gente tratar de acompanhar este debate, para que, quando chegar no Senado, de alguma forma, já esteja amadurecido esse trabalho, feito lá pelo Deputado Relator, para que a gente possa, enfim, dar as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuições, enquanto Senadores, e chamar também, se possível, todos novamente para conversar, para chancelar esse trabalho.

Grata – viu, Ricardo?

Vou passar a palavra agora para a Alessandra Serrazez, que é a Gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais da 99.

Seja bem-vinda, Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA SERRAZES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Agradeço a presença. Agradeço o convite.

A 99, assim como a Uber, está aberta ao debate, está aberta a vir contribuir com essa discussão.

Vou tentar não ser repetitiva em relação ao que o Ricardo já abordou e gostaria de trazer um pouco do contexto da 99 para essa discussão.

A 99 surgiu, no Brasil, como 99 Táxi, em 2012, fazendo uma conexão entre taxistas e seus clientes. Com a expansão do negócio, a gente passou a aceitar, na nossa plataforma, o cadastro de indivíduos particulares, motoristas, que a gente considera nossos motoristas parceiros, e isso gerou uma expansão. E hoje a 99 está em 3,3 mil municípios do Brasil, trazendo mobilidade para essa população.

Isso significa o quê? Que, nos últimos dois anos, a 99 já investiu em melhoria da plataforma e em melhoria da segurança tanto dos motoristas quanto dos usuários aproximadamente R$630 milhões. Para 2025, investiremos R$1 bilhão, porque o nosso compromisso é com a melhoria do serviço, do usuário da plataforma e da empresa, porque consideramos muito importante a existência desse tripé. É um tripé num setor que tem que considerar as três bases: usuário, motorista e empresa.

Em função disso, desses investimentos todos que são feitos no Brasil, a 99, nos últimos dez anos, contribuiu com o PIB brasileiro em R$54 bilhões. Isso gera uma economia e movimenta aquelas populações que estão sem quaisquer condições de trabalho e emprego – a gente contribui com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o Ricardo mencionou, a 99 também participou do grupo de trabalho no Ministério do Trabalho. Lá, nós nos comprometemos, e nos mantemos comprometidos, com uma regulação que seja justa e equilibrada, levando em consideração esse tripé que eu havia mencionado, que é o motorista, o usuário e a empresa, para que esse modelo, nos moldes como se encontra, mantenha a sustentabilidade e consiga manter a geração de emprego e renda para muitos trabalhadores no Brasil.

Nós fomos também, como o Ricardo mencionou, favoráveis à inclusão previdenciária, assumindo e nos dispondo a participar da contribuição previdenciária. E, como o Ricardo falou, entra aí o desafio de, em um modelo de negócio no qual o motorista trabalha para várias plataformas, como essa regulação vai ser e qual será o papel de cada plataforma nesses recolhimentos. Então, são discussões que ainda precisam ser aprofundadas.

Isso significa que, hoje, a 99 tem 1,5 milhão de motoristas. Isso significa que nós temos que pensar em 55 milhões de usuários cadastrados na nossa plataforma.

No ano de 2024, nós fizemos aproximadamente 1,4 bilhão de corridas; e são corridas cujos investimentos são feitos sempre pensando na segurança, tanto dos motoristas quanto dos nossos usuários.

De 2020 para cá, nós distribuímos para motoristas parceiros R$80 bilhões. Esses são recursos que movimentaram a nossa economia e conseguiram gerar trabalho e renda para esse 1,5 milhão de motoristas aos quais eu me referi.

Uma coisa também que a 99 tem é o programa 99Abastece. O que é esse programa? É um programa em que a 99 cadastra na sua plataforma postos de gasolina que se dispõem a dar descontos aos motoristas que também são cadastrados na nossa plataforma.

Com isso, hoje, nós temos em torno de 850 postos cadastrados, em mais de 70 cidades. É um programa do qual a gente tem pensado a expansão. Por quê? Porque, nesse modelo que nós já temos, nós já conseguimos fazer com que o motorista gaste R$1,2 mil por mês a menos no abastecimento dos seus veículos. Então, são movimentos que a empresa também faz pensando nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a 99 é líder em eletromobilidade, sendo a primeira a lançar, na plataforma, a categoria de veículos elétricos e híbridos, porque a gente entendeu que esse modelo, esse incentivo à adesão de elétricos e híbridos, além de uma proposta ambiental que é muito cara à 99, ainda permitiu aos nossos motoristas uma economia nos abastecimentos de 30% a 40%.

Então, esses valores são significativos. A plataforma tem pensado em como a eletromobilidade e esse ecossistema se mantêm e sobrevivem diante dos desafios que são postos a eles. A gente tem, hoje, 13,5 mil veículos elétricos e híbridos cadastrados, com uma meta de chegar a 20 mil, porque isso já significou menos 14 mil toneladas de CO_2 que não foram despejadas na atmosfera. Então, esse é o nosso compromisso também com a redução da pegada de carbono.

E eu gostaria também, aqui, de manter e reiterar o nosso compromisso firmado no GT do Ministério do Trabalho de que nós somos favoráveis à inclusão previdenciária e de que nós somos favoráveis a uma regulação que leve em consideração uma justiça e uma equidade de forma a manter os três pilares que eu havia mencionado de pé e sustentáveis.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Alessandra, que é Gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais da 99.

Vou passar a palavra, agora, para o Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Mercado Livre.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (*Fora do microfone*.) – Livre Mercado

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aliás, desculpe-me. É Livre Mercado. (*Risos.*)

Perdão, Rodrigo.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Tranquilo.

Senhores, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer estar aqui, é um prazer falar novamente com a Senadora Leila. É uma honra e um privilégio estar aqui falando sobre a defesa do livre mercado.

Mas eu vou voltar a 2015... Acho que é a primeira vez que alguns me ouvem, diferentemente do Jair, que já me ouviu algumas vezes. Eu vou voltar a 2015, quando o Presidente de um sindicato de taxistas de São Paulo disse o seguinte: "Pobre que mora nesses lugares, Grajaú, São Miguel Paulista, não quer carro na porta. Pobre tem que se conformar de que é pobre. Ele não pode nem tomar um táxi, só toma quando a mulher vai dar à luz e ele quebrou a perna. Aí, ele chama por telefone ou pede para um vizinho dar uma ajuda". Isso foi dito pelo Presidente do SindiTáxi, de São Paulo, exatamente porque ele não acreditava que aplicativo de transporte, ou essa tecnologia, poderia desopilar e facilitar, e muito, o mercado a partir disso. A partir de então, o pobre passou a ter carro na porta dele e, por incrível que pareça, isso permitiu que acontecesse no Brasil inteiro.

Enquanto todo mundo queria proibir isso, eu era o advogado da ação no Supremo Tribunal Federal que permitia que os aplicativos de transporte – ADPF 449 – pudessem operar no Brasil, enquanto muita gente queria proibir que isso acontecesse, inclusive o Prefeito da minha cidade de Fortaleza à época. Foi uma lei que impediu, na minha cidade, que acontecesse, mas também era uma tentativa em todo o Brasil.

Para entender outra coisa que o Livre Mercado fez para os motoristas de aplicativo, foi aprovado o nanoempreendedor no PLP 68 – não sei se vocês se lembram disso –, só que o nanoempreendedor, Jair, não resolvia o problema para os motoristas.

Nós trabalhamos, fortemente, para permitir que os motoristas de aplicativos de transporte pagassem somente 25% do seu valor líquido; ou seja, se ele ganhasse R$10 mil, ele ia pagar só em cima de R$2,5 mil. Isso foi aprovado aqui no Senado e confirmado na Câmara de Deputados, trabalho absoluto da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado e do Instituto Livre Mercado, trabalhando em cima disso, e vários motoristas de aplicativos estão nisso. Nós defendemos a liberdade.

Um ponto importante... Isso é agora uma vantagem para todos vocês, que nós trabalhamos fortemente – Jair eu acho que foi testemunha desse trabalho para isso. Uma coisa importante sobre regulação é que o grande se defende. O grande se defende, não é? Eu tenho dois gigantes aqui do mercado, e eles se defendem. Sabem quem não vai conseguir se defender se a gente fizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma regulação pesada? A Ubiz Car, que está operando em Parnaíba, no interior do Piauí; a Chofer 46, que atua no interior do Paraná; a Bora 94, que atua lá no Pará; a Drive Tour, que atua em Caruaru; a Bibi Mob, que atua em 20 cidades no interior do país; a Mibusca, que atua no interior de Minas Gerais e do Pará.

A gente tem que ter muito, muito cuidado, porque a realidade de Brasília é diferente da realidade de Baturité, que é a cidade em que eu nasci. É bem diferente dessa realidade. Cuidado – isso eu falo para os legisladores – para a gente não pensar que Brasília é rica. O pobre de Brasília é mais rico do que o pobre de Baturité, eu tenho certeza disso. Eu conheço a realidade, é a minha cidade, é de lá. Então, para usar o argumento, eu tenho lugar de fala para trazer isso. Então, só cuidado para não fazer uma regulação que pode ser boa para o Distrito Federal, mas que vai ser péssima para Baturité, vai ser péssima para o interior do Paraná.

O Jair visitou, segundo ele, várias cidades; conversaram isso na última semana. Cuidado para vocês resolverem o problema de vocês e destruírem a operação no resto do Brasil, porque a realidade do Brasil não é a realidade do Distrito Federal, infelizmente, não é a realidade de São Paulo. É muito mais difícil operar lá. Na hora que eu faço um tabelamento de preço, um preço mínimo... Cuidado, esse preço mínimo parece pouco para São Paulo, parece pouco para o Distrito Federal. Na realidade do Nordeste, é o dinheiro do mundo todo. Quando você pensa, R$700 de Bolsa Família para o Distrito Federal não é nada; para o Ceará é dinheiro para caramba. Tem-se que entender a diferença regional, e a gente tem que ter cuidado. Nosso Congresso faz uma lei, aqui, o Senado e a Câmara dos Deputados, para o Brasil. A gente tem que ter muito cuidado com isso.

Um autor chamado Frédéric Bastiat falava: o que se vê e o que não se vê. O que se vê, eu resolvo esse problema. Cuidado com os problemas que você gera, cuidado com o mercado que você fecha.

Eu fiquei muito curioso com o Ministério Público do Trabalho falando sobre furto, roubo e sequestro. Nem as plataformas nem ninguém do mercado privado têm capacidade de resolver isso. Isso é um problema de segurança pública. Isso não é um problema nem do Congresso muito aqui, não, apesar de ele poder cobrar, sinalizar para isso. É um problema dos estados, do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, grande parte é morador do Distrito Federal. A realidade do Ceará hoje é de ou você ou um amigo muito próximo ter tido uma arma na cabeça. Eu já tive uma arma na cabeça. Então, cuidado. Não dá para colocar essa conta... Eu fiquei sensibilizado com o Jair, quando ele disse que perdeu um amigo, mas essa conta não é das plataformas...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Rodrigo, vou só te interromper aqui, só para eu te falar: eu sou uma em 81. Quando você fala em cuidado, lembre-se que o seu estado tem representante aqui, como dos demais estados aqui.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Querido amigo Girão, Vice-Presidente da...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, você pode ter certeza de que, em qualquer debate aqui, a gente toma o devido cuidado.

Eu fui provocada pelos motofretistas daqui, de Brasília, mas, certamente, quando tiver o projeto, vier da Câmara para cá, o seu Senador, o Senador do Ricardo, enfim, do Alessandro e de todo país aqui, que tem representatividade, vai estar aqui fazendo este debate.

Então, a gente tem o cuidado.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Não, como eu estou falando aqui, Senadora, como eu participo do debate na Câmara... Não só o cuidado, porque eu também falo lá, porque este debate está presente lá. Ele está na CICS, ele já esteve na CTRAB, ele já esteve na CVT. Ele esteve nessas três Comissões, e a gente também atua lá. Então, este debate que está chegando aqui é um debate que está acontecendo lá também.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quando você fala de especificidades, por exemplo: lá, R$700, digamos, resolvem a vida...

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... mas aqui, a segurança desses que estão aqui, enfrentando um trânsito violento, enfrentando a violência urbana, é uma diferença também do Baturité, de quem está...

Então, essas especificidades, você pode ter certeza, Rodrigo, de que serão muito bem levadas em consideração na análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Não tenho dúvida, Senadora. Como eu sou um liberal, o Parlamento, para mim, é sempre uma honra. Como liberal, o Parlamento é a maior representatividade que existe, e é essa representatividade que permite que o Brasil consiga conviver com essas diferenças regionais para isso.

A situação de segurança pública do meu estado é muito pior do que a do Distrito Federal. Bem pior hoje, infelizmente, mas é um cuidado, porque, quando a gente fala de sequestro, roubo e assalto...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mobilidade também não sei tanto, né? Mas, enfim, cada um com as suas especificidades.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Fortaleza é a terceira cidade com o maior trânsito do país, com a questão hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – O Ceará, né?

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Não, Fortaleza – Fortaleza –, entendeu?

É para entender isso, o Distrito Federal está, em relação a isso, graças a Deus, em relação ao Estado do Ceará, em especial à capital Fortaleza, está numa situação diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Rodrigo...

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Está... Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você está falando de mobilidade, pontualmente, de Fortaleza, mas você citou municípios que a gente sabe que não têm essa mobilidade, que não têm essa violência como aqui, entendeu?

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Eu acho que o ponto...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O debate aqui é outro.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Eu estou adorando debate, mas, assim, o ponto da mobilidade que a gente tem para lá e para cá, Senadora, é o de realidades locais para isso. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu trago isso, é uma realidade que, de uma regulação pesada, o grande se defende; o pobre vai ter dificuldade, o menor vai ter dificuldade. É nesse sentido o meu argumento.

Dentro da visão dessa premissa que eu queria trazer, que também foi falada pelo Ministério Público, está o preço dinâmico. O preço dinâmico é uma realidade. O que faz os motoristas saírem na rua é o aumento de preço, o que faz a maioria dos motoristas saírem na rua é que, quando o preço aumenta, você olha para aquela demanda, e as pessoas saem na rua. Isso é o maior incentivo, seja em aplicativos, para se fazer isso, é o aumento de preço.

Então, na hora que ele fala que não define o preço, o estímulo de alguém sair na rua ou não é determinada tarifa ser colocada para isso. Isso é a base de uma ideia de mercado. Não fui eu que criei isso, é a lei da oferta e da demanda, a lei da oferta e da procura, é uma lei irrevogável, não tem como revogar essa lei, é uma realidade própria.

Eu acho que a maior defesa, Senadora, da questão para os aplicativos e para as pessoas é a maior liberdade de escolha, principalmente para quem usa, principalmente para quem são os motoristas. Quanto mais empresas puderem operar, seja nas entregas, seja nas plataformas, melhor para eles. É incrível, nessa discussão que a gente está tendo na Câmara, como a gente descobre, por exemplo, que lá no Norte tem uma empresa que faz assinatura, ela não cobra pela tarifa: R$300 por cada motorista e o motorista passa a fazer parte disso. É uma possibilidade fantástica, totalmente diferente do modelo de negócio aqui.

Existe outro modelo de negócio em que uma determinada empresa paga um percentual fixo, é outro modelo de negócio. Existe um modelo de negócio que é relacionado à tarifa dinâmica, outro modelo de negócio. Outro vai ter incentivos relacionados ao ecossistema para o motorista estar dentro dele. Se a gente estava achando que existe um modelo de negócio na questão da legislação, a gente prejudica principalmente o motorista, principalmente o entregador. Esse é um cuidado tremendo que a gente tem.

Muitos falam que, em determinados locais hoje, a maior parte de entrega dos entregadores não está nos aplicativos; a maior parte está no WhatsApp, a maior parte está nos restaurantes que têm contrato direto com os motoristas para isso. E aí, como é que a gente resolve esse problema? É a situação, é uma realidade que está forte hoje, principalmente no interior do Brasil. Essa é uma realidade do interior do Brasil. Os grandes *players* não conseguem chegar no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundo. Quem resolve no interior do Brasil são de fato os pequenos empreendedores que contratam os motoristas e entregadores para fazer com que isso aconteça.

O modelo central sobre essa questão – liberdade, liberdade de escolha, liberdade de funcionamento – é a possibilidade de que cada motorista possa, cada vez mais, ter a opção de fazer isso acontecer. Quando a gente define um modelo centralizado, um modelo único, e só ele que funciona, eu perco a oportunidade de participar de outros modelos, eu perco a oportunidade de participar de outras possibilidades.

Então, a sugestão de alguém que está aqui, inclusive com o meu Vice-Presidente, que é um dos que chamaram essa reunião da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, é permitir que as pessoas possam escolher melhor, ter mais possibilidade de escolha, ter mais possibilidade para isso. Repito, quando eu tenho uma grande regulação e um peso muito grande, dificulto o acesso para empresas menores, outras opções e outros *players* entrando no mercado, porque o grande se defende, o grande vai ter possibilidade disso.

O que nós precisamos da regulação é ela ser a menos rígida possível. O que nós precisamos é resolver um problema seríssimo de segurança pública, o que não cabe à plataforma nem a nenhum de nós aqui especificamente, esse é um problema sério, do Oiapoque ao Chuí, para alguns mais, para outros menos, mas esse é um problema que nós precisamos resolver no Brasil urgentemente.

O que permitiu essa disrupção tecnológica foi que, por exemplo, aquele empregado que foi demitido hoje pode entrar nos aplicativos de transporte amanhã. Essa é a possibilidade para isso. A outra opção, antes de 2015, era ficar desempregado, a outra opção, antes de 2015, era não ter trabalho, a outra opção para isso, antes de 2015, era não conseguir ter essa possibilidade. É exatamente essa possibilidade de escolha, esse caminho, que a gente tem que ampliar. É isso que a gente tem que possibilitar para o usuário.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação, Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vou passar a palavra para o André Alencar Porto, que é Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec).

Seja muito bem-vindo, André. (*Pausa.*)

O áudio não está saindo. Só um minutinho.

Está aberto o seu áudio, André. (*Pausa.*)

Está baixo. Não.

O SR. ANDRÉ ALENCAR PORTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Não?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agora foi.

O SR. ANDRÉ ALENCAR PORTO (*Por videoconferência.*) – A gente havia feito o teste anteriormente. Deve ter dado algum problema.

Primeiro, boa tarde a todos!

Quero iniciar minha fala pedindo desculpas à Senadora, em especial por não estar presente fisicamente na audiência pública em virtude de conflito de agenda inconciliável, mas, certamente, teremos outra oportunidade de falar pessoalmente. Eu gostaria de registrar este pedido de desculpas, que não é, em absoluto, um desrespeito a este Parlamento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Imagina, André! Desculpa, só concluindo aqui, a minha assessoria, através do Thalis, me passou seu recado. Muito obrigada pela preocupação. Teremos outras oportunidades de estar presencialmente.

O SR. ANDRÉ ALENCAR PORTO (*Por videoconferência.*) – Que bom! Agradeço.

Quero agradecer o convite, mais uma vez, e parabenizar a Senadora pela abertura desta discussão, deste debate, que é um debate que a Amobitec vem tendo já há algum tempo sobre esse tema que é tão importante para a sociedade brasileira.

Primeiro, falando um pouco da Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia), além de representar a Uber e a 99, que são empresas que estão representadas também na mesa e que me antecederam na fala, eu represento também o iFood, a Lalamove, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazon e o Zé Delivery, que são outras plataformas, outras empresas que atuam nesse setor. E o que essas empresas têm em comum, Senadora? O fato de elas serem intermediadoras de uma relação jurídica; ou seja, é um modelo jurídico onde essas empresas, a partir da tecnologia, oferecem um serviço de intermediação que envolve, efetivamente, a mobilidade.

Essa intermediação é o mercado que a gente conhece comumente na literatura econômica como mercado de dois ou mais lados. Então, a plataforma faz a intermediação entre o usuário, o motorista ou o entregador e, quando há, no caso, um estabelecimento comercial, que pode ser um restaurante ou alguma loja. Então, ela atua dentro desse ecossistema equilibrando a oferta e a demanda entre todas essas pontas. Este é o principal atributo da plataforma, e ela faz isso por meio da tecnologia.

Então, esse é um primeiro ponto que eu acho bastante relevante a gente trazer para a discussão, para que a gente tenha em mente o que essas empresas têm em comum

Dentro desse modelo de intermediação, você tem diversas formas de precificação. Então, eu trago esse ponto porque, muitas vezes, a gente vê críticas, a gente vê demandas dirigidas a determinado tipo de modelo de negócio, mas que não, necessariamente, representam todo o setor econômico. Então, a gente tem plataformas que cobram um valor fixo, uma taxa fixa, tem plataformas que cobram taxas variáveis, tem plataformas que cobram um valor absoluto, tem plataformas que cobram mensalidades; enfim, tem uma série de modelos de negócios dentro desse setor. Isso é um ponto importante para a gente trazer para a discussão, para que a gente não confunda demandas e críticas relacionadas a um modelo de negócio específico com uma demanda relacionada ao setor como um todo.

A Amobitec tem um posicionamento, que foi publicizado desde 2022, em que nós somos favoráveis a uma regulamentação. Nós entendemos que se trata de uma nova forma de trabalho, uma forma de trabalho, como já foi falado aqui anteriormente, que não se encaixa nesse vínculo clássico de emprego previsto na CLT, porque esse motorista, entregador, enfim, esse trabalhador tem autonomia, tem flexibilidade, inclusive as pesquisas mostram que essas são as principais características valorizadas, nesse tipo de modelo de trabalho, por esse trabalhador. Então, eles consideram a flexibilidade e a autonomia elementos extremamente importantes. Então, nós fomos favoráveis a uma regulamentação que garanta, que assegure flexibilidade e autonomia e que, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo tempo, assegure direitos sociais, partindo da premissa de que a tecnologia mudou um pouco das relações sociais.

Nós defendemos... E aí é um ponto que é extremamente importante também, em relação à discussão previdenciária: as pesquisas mostram que há, sim, um déficit de inclusão previdenciária nesse setor. Muitos desses motoristas e entregadores não contribuem para a previdência.

E aí, falando especificamente de números, depois eu vou compartilhar com o gabinete de V. Exa. uma pesquisa do Cebrap que a Amobitec conduz, que a Amobitec realiza junto ao Cebrap – a gente já está na segunda edição, a gente vai publicizar em breve essa segunda edição –, em que a gente mostra que cerca de 40% dos motoristas e entregadores pesquisados, e a gente está falando aqui de um universo de 1,8 milhão de motoristas e entregadores no Brasil cadastrados, vinculados às plataformas da Amobitec, que são as plataformas pesquisadas, cerca de 40% deles não contribuem de forma alguma para a previdência, seja porque eles entendem que é um modelo caro, seja porque eles entendem que é difícil, seja porque eles não enxergam valor nisso. Então, a gente entende, a Amobitec entende que, enquanto sociedade, a gente precisa se debruçar sobre essa questão e trazer uma forma de garantir a efetiva inclusão previdenciária desses motoristas e entregadores. Esse é um posicionamento que a gente tem trabalhado e tem colocado de maneira pública, desde 2022, muito baseado em dados.

E aqui, Senadora, é muito importante a gente trazer de maneira bastante objetiva que a Amobitec busca qualificar este debate. A gente entende que existem realidades muito distintas dentro do trabalho intermediado por aplicativos. Então, os dados mostram que cerca de 45% de motoristas e entregadores atuam nas plataformas como uma fonte secundária de renda, ou seja, eles já têm outra fonte de renda e utilizam a plataforma como uma forma de complementar a renda. O que nos leva a concluir que existem realidades muito distintas e que elas precisam ser tratadas, e acredito que aqui está a grande dificuldade de nós tratarmos de uma regulamentação única, de tentar produzir uma regulamentação que consiga abarcar todas essas realidades, mas isso não impede que a gente avance em padrões mínimos.

Foi com esse espírito que a gente foi convidado a participar do grupo de trabalho junto ao Ministério do Trabalho; acho que o Ricardo já trouxe bastante informação sobre o que a gente discutiu, os elementos que foram discutidos ali dentro desse grupo de trabalho, mas nós fomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidados a participar desse grupo de trabalho. Ali nós levamos uma série de informações para trazer, para tentar, de alguma forma, mostrar o que é esse setor, qual é a realidade desses motoristas e entregadores, e alguns dados, que eu vou citar aqui – mais uma vez, posteriormente a gente compartilha com o gabinete de V. Exa. esses dados –, mas, de forma bastante objetiva, a gente tem, dado o cenário e dado...

Só um parêntese: essa pesquisa é a única pesquisa que, além de dados públicos e além de entrevistas – o Cebrap realiza mais de 3 mil entrevistas com motoristas e entregadores –, também conta com dados administrativos. O que isso quer dizer? As empresas compartilham esses dados com o Cebrap para que, a partir dali, ele consolide essas informações e consiga ter o resultado colocado.

Então – já estou me encaminhando para a conclusão –, em média, os entregadores têm, efetivamente trabalhadas, 23 horas por mês, ou seja, em média, essa jornada de trabalho é reduzida – estamos falando de média, é óbvio que a gente sabe que tem entregadores que têm uma jornada muito maior, e outros que têm uma jornada menor. Em relação aos motoristas, esse tempo é de cerca de 39 horas. Então, também vamos ter realidades distintas, mas a média nos leva a esse número, e isso é resultado dessa possibilidade de você ter a utilização dos aplicativos como complemento de renda.

Em relação aos ganhos – isso a gente vai trazer também nessa nova edição da pesquisa –, houve um aumento de cerca de 5%, em termos reais, em relação à pesquisa realizada em 2022 e em relação à pesquisa realizada em 2024, e a gente está falando que, para um motorista, em média, o ganho por hora trabalhada é de R$44, enquanto para os entregadores é de cerca de R$31.

Então, esses são alguns dados que eu estou colocando aqui, não quero me prender, nem ficar colocando muitos dados aqui para não confundir, mas são informações que a gente traz para qualificar essa discussão, para mostrar que nesse trabalho a gente não está falando de trabalho precarizado. A gente entende a demanda por aumento de ganhos, a gente entende a demanda por direitos, a gente está à disposição para debater essa questão dentro do grupo de trabalho, cuja conclusão está exposta ali, no PLP 12, em que se tem a garantia de que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores são autônomos, a garantia de ganhos mínimos, a garantia de um mecanismo de efetiva inclusão previdenciária, em que você tem a segurança jurídica para as... (*Falha no áudio.*)

Então, tudo isso está colocado ali no PLP 12 e, do nosso lado, a gente está à disposição para seguir debatendo, seguir engajado nessa discussão, trazendo dados, trazendo qual é essa realidade, entendendo o papel das plataformas também no sentido de contribuir, não só financeiramente – porque parte da previdência é arcada pelas plataformas –, mas também em termos de conteúdo, de transparência e tudo mais.

Então, gostaria de agradecer e de me colocar à disposição para a gente seguir neste debate, Senadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, André Alencar Porto, que é o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec).

Nós estamos tendo uma participação bem interessante do e-Cidadania – e olhem que eu já participei de várias audiências públicas –, ainda mais durante a semana, no meio da tarde. Eu vou ler algumas perguntas aqui e depois vou passar...

Como eu falei inicialmente, nós vamos fazer três perguntas por mesa, aproveitar os representantes das plataformas que estão aqui, inclusive representantes do Livre Mercado, para fazer algumas perguntas, mas também fiquem à vontade. Eu vou fazer as perguntas aqui dos nossos internautas. E depois passamos para a primeira mesa.

Do Jonathan, do Piauí: "Como a legislação a ser debatida pode aliar a proteção ao trabalhador, sem, ao mesmo tempo, ser intervencionista ou burocrática demais?".

José, do Maranhão: "Quais medidas ou políticas públicas poderiam melhorar as condições desses profissionais, garantindo justiça e sustentabilidade do setor?".

Arthur, do Distrito Federal: "Como garantir proteção social a motoristas e motofretistas de [...] [aplicativos] sem comprometer a flexibilidade que caracteriza o trabalho por plataforma?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wendyo, de Pernambuco: "Há modelos internacionais que equilibram proteção trabalhista e inovação digital que poderiam ser aplicados no Brasil?".

Carla, de São Paulo: "Quais os principais desafios enfrentados por motoristas e motofretistas nas plataformas digitais em relação aos seus direitos trabalhistas?". Já foi falado um pouquinho aqui na primeira mesa.

Rafael, de São Paulo: "[Esses trabalhadores] devem ser tratados como [pessoas jurídicas] PJ e pagar uma taxa como [microempreendedores individuais] MEIs [...], afinal cada motorista faz sua [própria] jornada de trabalho".

Francisco, do Ceará: "É só mais uma brecha para sobrecarregar a população com mais impostos, porque as taxas aplicadas às plataformas serão incluídas nas corridas."

Kássio, de São Paulo: "Os aplicativos devem oferecer suporte financeiro (diária) em caso de afastamento, [de acidente], [...] comprovado pelo [Código Internacional de Doenças] CID, [devido à] doença ou acidente". Os trabalhadores, não é?

Gilderson, do Rio Grande do Norte: "Como acelerar a tramitação, garantindo previdência, seguro e fiscalização das plataformas?".

Wendyo, de Pernambuco: "Como a formalização [...] impactaria os custos para as plataformas e o preço final ao consumidor?".

Lucas, do Espírito Santo: "Tecnologia não pode valer mais que direitos. [Como regular a inteligência artificial para proteger os trabalhadores?]".

Cynthia, do Rio de Janeiro: "O que está sendo pensado como proteção [para motoristas] em caso de acidente? [...]".

Anna, de São Paulo: "Como não considerar vínculo empregatício [um] trabalho [...] [prestado] por mais de seis horas por dia, [de] seis a sete dias [...] [por] semana, às plataformas?".

Carlos, do Ceará: "É necessário criar uma regulamentação para as plataformas, garantido direitos e, [claro], obrigações trabalhistas [...]."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana, de Minas Gerais: "[É necessário] criar seguro obrigatório [...] para essas categorias, subsidiado pelas plataformas [...]."

E Wesley, de Minas Gerais: "[...] ,façam uma pesquisa com todos os motoristas [...] pedindo sugestões; nada melhor do que os prestadores para dar opiniões".

E seguindo nessa pegada, eu gostaria de fazer uma pergunta aqui para os nossos debatedores. Fiquem à vontade para dar a resposta. Já foi feito aqui.

Que tipo de vínculo ou categoria jurídica tem sido usada internacionalmente para proteger trabalhadores de plataforma? Quais modelos podem ser usados, de forma eficiente, na construção de um modelo brasileiro de regulação participativa e eficaz? Qual a posição das plataformas quanto à transparência dos algoritmos que definem tarefas, remuneração e penalidades? Existem práticas de autorregulação no setor que poderiam ser ampliadas para melhorar as condições dos trabalhadores?

Essas são as principais perguntas. E aí, eu deixo à vontade aqui os nossos debatedores, para quem quiser responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só um minuto, só um minuto. Ricardo...

Eu pedi para o pessoal estar aqui... Nós abrimos para todos estarem presentes. Então, vamos respeitar a participação. Da mesma forma como nós tivemos aqui os trabalhadores, que foram respeitados, vamos também, de forma muito republicana, respeitar a participação das plataformas, que vieram com muita boa vontade para este debate.

Por favor, Ricardo Ribeiro.

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou reiterar um pouco do que eu acho que eu já disse na minha fala, endereçando algumas das questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para pegar eu acho que uma das suas perguntas e provocações, Senadora: que tipo de vínculo e de categoria? Eu acho que não existe um vínculo, e a gente precisa criar essa categoria, porque é uma forma nova de trabalho distinta do trabalho tradicional.

Então, às vezes pergunto assim: quem conhece um emprego que fica aberto, que a vaga está sempre disponível para quem quiser entrar, fazer um cadastro, e está disposto a pegar ou a aceitar as viagens, sem nenhuma obrigação de uma jornada mínima de trabalho e com uma determinada quantidade de coisas que vai fazer? É uma forma nova, é uma forma nova de oferta de trabalho. Não tem limite de motoristas que podem se cadastrar na Uber. Eu desconheço um limite de entregadores que possam se cadastrar numa plataforma de *delivery*. Então, a gente precisa criar essas categorias novas, para garantir que essa autonomia e flexibilidade venham com direitos.

Eu acho que essa discussão, teoricamente...

A gente está tratando de uma tarefa muito grande. É uma tarefa nova, muito difícil, que precisa de debate. Mas eu acredito que a gente tenha dado um passo importante nesses debates aqui, no Brasil, ao longo de 2023, no grupo de trabalho, quando teve um pontapé em temas que foram consensuados e que acho que são a base dessa discussão que está gravada no PLP 12, que está em debate hoje na Câmara dos Deputados.

Eu acho que ele prevê maiores aspectos de transparência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO – ... unificando transparência de ganhos, unificando relatórios, deixando claras políticas e formas para lidar com desativação de plataforma. Tem regras que estão especificadas ali que também estão resolvendo muito claramente essa questão de qual é essa categoria de trabalho, que hoje é fruto de muita discussão no Judiciário brasileiro. Então, tem um custo para as empresas, um custo para os trabalhadores, um custo para o país dessa alta litigiosidade. Se a gente trouxer segurança jurídica e esclarecer isso, eu acho que a gente consegue caminhar.

Então, acho que ali está o pontapé. É lógico que a gente pode discutir; aliás, está no Parlamento. É papel do Parlamento debater os temas. E acho que ele tem a vocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, tem o direito para fazer isso, mas acho que teve um esforço muito grande de tentar dar esse pontapé e que a gente deveria olhar para ali como uma forma para pensar essa classificação, essa saída brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu só gostaria de pedir, assim, a posição das plataformas contra a transparência dos algoritmos que definem tarefas, remuneração e penalidades.

Não sei se vocês estão dispostos a falar... (*Pausa.*)

Vou pedir mais uma vez, sem manifestações, tá? Por favor! (*Pausa.*)

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO – Oi, eu acho que a gente tem que debater isto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO – Qual é a transparência que está faltando? É das regras para permanecer na plataforma? É dos ganhos que não estão claros? Acho que a gente tem que debater o resultado da transparência, porque, muitas vezes, a discussão transparência e algoritmo... É difícil qualificar o que ela quer dizer. Um algoritmo é uma série de funções parametrizadas e tem uma série de questões ali. Eventualmente, vai ter segredos de negócio. Vai ter...

Eu acho que tem pouco esclarecimento quando a gente trata da questão, focando assim: "Eu quero a transparência do algoritmo". A gente ataca muito mais coisa do que, muitas vezes, se está buscando.

Então, acho que, se a gente qualificar, falar assim: "Falta transparência das plataformas hoje para lidar com desativação dos motoristas. A gente deveria endereçar o ponto x, y, z". Vamos discutir isso. Vamos ver quais são as políticas que podem ser adotadas. "Falta transparência dos ganhos", "Precisamos de relatórios mais claros que definam...". Vamos definir.

Eu acho que esse é um caminho mais propositivo se a gente quiser avançar e acho que as plataformas têm condições. Discussões abertas, do tipo: "Vamos abrir o algoritmo!". Eu não sei nem qualificar, muitas vezes, o que isso, tecnicamente, quer dizer. E acho que, muitas vezes, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem muito mais como uma forma de angariar mobilização do que ser uma proposição de política pública de fato.

Mas nós estamos abertos ao debate. Vamos discutir o que está faltando de transparência. Do nosso lado, temos toda a disposição para fazer esse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ótimo, Ricardo.

Vou passar agora para a Alessandra...

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... representante da 99.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tudo bom, Deputado Gilvan?

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Senadora, posso fazer uma pergunta aí para o Ricardo e para o pessoal do iFood, porque estão ao vivo, estão participando aqui *online*?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É claro. Pode ficar à vontade.

Depois eu vou passar para a Alessandra para ela responder aqui.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para expor.) – Nós temos lá no nosso gabinete várias reclamações, Ricardo, sobre as gorjetas, principalmente do iFood.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não tem essa transparência, a devida transparência. Eles estão reclamando, porque não sabem se a gorjeta entra, ou se não entra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que não tem como, Senadora, a gente estudar aí essa transparência? Ver o que a gente faz? Eu já denunciei lá na Câmara. Eu faço a patrulha do consumidor aqui, e eles me procuraram para ver se a gente faz a patrulha do consumidor com o iFood, dessas reclamações, porque não tem... E os trabalhadores estão se sentindo prejudicados, lesados.

Eu queria muito, Senadora, que a gente trabalhasse isso a quatro mãos, para fazer com que o iFood faça e transforme isso, na transparência possível da plataforma, para que os nossos trabalhadores não fiquem se sentindo lesados.

Se eles estão fazendo da maneira correta, então, que isso se torne público e traga isso de forma transparente para que todo mundo possa ver para que eles não fiquem reclamando, porque a reclamação é constante. E são várias reclamações. Não é uma não; são dezenas e centenas de reclamações.

Então, eu queria muito, Senadora, te parabenizar pela atitude aqui. É muito importante isso, porque, sem os motoboys, os nossos motoristas, os motoboys, sem esses trabalhadores, o Brasil para hoje – o Brasil para.

Então, eu tenho incentivado muito a eletromobilidade, as motos elétricas. Eu aportei emenda agora para a gente colocar o espaço mobilidade, onde os motoristas de aplicativos e os motoboys vão ter um espaço que tem um micro-ondas, ter uma televisão, ter um sofá para ele descansar, um eletrocarregador para carregar a moto elétrica.

Nós vamos trabalhar muito aí, Sorriso – quero te parabenizar pelo teu trabalho –, para que vocês possam ter mais dignidade no dia a dia, para que vocês possam ter mais estabilidade e para que vocês realmente sejam respeitados, principalmente pelas plataformas.

Eu propus também, Senadora, pela indicação que eu fiz para o Governador Ibaneis, a isenção do motoboy para os motoristas de moto, para os nossos motoboys, e também pedi, por indicação, a faixa azul, aqui, em Brasília. Já está em estudo, vai começar a sair por Taguatinga, Santa Maria, Ceilândia. Não vai ter como a gente fazer nas DFs. Vai ser muito importante, a gente vai evitar muitos acidentes. Desse IPVA vai ser importantíssimo a gente isentar os nossos motoboys.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero pedir aqui encarecidamente que o iFood torne públicas e transparentes as gorjetas dos trabalhadores.

Muito obrigado, Senadora, e parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Deputado Gilvan Maximo. Grata por estar conosco aqui, na audiência pública.

Vou passar agora a palavra para a Alessandra Serrazes.

A SRA. ALESSANDRA SERRAZES (Para expor.) – Uma das perguntas que foram feitas é se existe um modelo aprovado, fora do Brasil, que se encaixaria ou que poderia ser aproveitado.

Cada país tem uma realidade, cada país tem uma dinâmica. Simplesmente importar modelos de fora pode trazer distorções e não refletir a realidade. Então, assim como o Ricardo falou, nós acreditamos que temos que discutir e que temos que chegar ao modelo que faz sentido para o Brasil, considerando as diferenças regionais, as diferenças econômicas de cada região, como o próprio Rodrigo mencionou. Aí, sim, a gente vai conseguir pensar num modelo que atenda tanto àqueles motoristas que já têm uma renda principal e utilizam a plataforma como uma complementação de renda quanto àqueles que têm a plataforma como a sua renda principal.

Então, eu acho que não existe um modelo ideal que possa ser importado e trazido para o Brasil, dadas as nossas peculiaridades e características. A nossa dimensão continental é uma questão também que deve ser considerada. Então, não creio que exista um modelo pronto que possa ser trazido e importado. Acho que a gente tem que aprofundar aquilo que já foi discutido no grupo de trabalho exaustivamente, por dez meses, para se chegar num meio termo que atenda todas as necessidades.

Quanto à questão que a senhora colocou da transparência, esse é um debate que a gente faz todas as vezes em que se traz essa questão: a plataforma tem que ser transparente. O que é exatamente? O relatório de ganhos não está claro o suficiente? O que nesse relatório não está claro? O que é preciso fazer para trazer clareza a esses relatórios?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALESSANDRA SERRAZES – Então, essa discussão do que se constitui transparência algorítmica a gente tem que fazer. E já foram colocados, também, no PLP 12, alguns parâmetros, algumas bases, que poderão, aqui, no Parlamento, com as contribuições do Senado, concluir se são suficientes ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata Alessandra.

Vou passar a palavra ao André Porto. André... Quer se manifestar sobre as duas perguntas?

O SR. ANDRÉ ALENCAR PORTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado Senadora, quero bem rapidamente fazer algumas observações.

A primeira é que hoje a gente tem uma disputa no Judiciário, discussões no Judiciário, e a parcela majoritária do Judiciário entende que não há vínculo nessa relação, mas, como já foi colocado aqui, essa discussão permanece em aberto. Por isso, há necessidade de a gente caminhar com uma regulamentação para que se traga uma maior estabilidade nessa relação jurídica.

O segundo ponto, sobre a discussão internacional: o que a gente vê é que os países onde essa indústria se desenvolveu, e onde os trabalhadores puderam ter acesso a um melhor sistema de direitos e mais direitos foram aqueles países que encontraram o caminho do meio. Não estamos falando nem de um vínculo de emprego clássico, nem estamos falando daquele autônomo, puro e simples, sem direito nenhum.

Então, a figura desse autônomo com direitos, que é um pouco do que está colocado ali no PLP 12, é algo que faz sentido.

Quando a gente desce à minúcia, eu acho que a gente precisa entender muito a realidade dos países. Mas, de forma geral, os países que encontraram esse caminho do meio foram países que caminharam bem – onde a indústria se desenvolveu, onde os trabalhadores continuaram a conseguir obter renda, a partir desses aplicativos, e onde o consumidor continuou sendo atendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, em respeito e em atenção ao questionamento do Deputado Gilvan, eu vou repassar a questão para o pessoal do iFood, que é uma empresa associada. Ao que me consta, 100% das gorjetas são repassadas integralmente aos entregadores. Eu não conheço casos específicos que possam ser questionados, mas também me coloco à disposição para fazer essa ponte e, eventualmente, a gente ter uma conversa diretamente com o pessoal da empresa para poder esclarecer todos esses pontos.

Agradeço mais uma vez, Senadora, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, André.

Eu vou passar agora às perguntas. Eu vou fazer as duas perguntas para os representantes dos trabalhadores e vou dar, assim, pelo horário, dois minutos para as considerações finais, já pedindo desculpas aos nossos debatedores, mas é porque já passamos das 16h.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O senhor pode pegar o microfone.

Como é o nome do senhor, por favor?

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Luiz Carlos Galvão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O senhor representa...?

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO – Eu sou Presidente dos Sindicato de Motociclistas Profissionais do DF.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O senhor tem um minuto. Eu peço desculpas, tá. Vou dar a palavra ao senhor. Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS GARCIA GALVÃO (Para expor.) – Certo, Senadora. Muito obrigado e parabenizo a iniciativa.

Nós já estamos sentados com eles à mesa e essa profissão nossa está há mais de 40 anos no Brasil. Nós temos leis federais, nós alteramos o Código de Trânsito Brasileiro, então tem algumas situações, que é a Lei 12.009, que alterou o código no art. 139-A, colocando seus critérios básicos que eles não respeitam.

E hoje, a gente vê uma situação de carnificina, na qual o motociclista está se acidentando e não está sendo amparado dentro de uma lei federal, que é a 14.297, de 2022.

Essa é a lei do seguro produto, na qual mais vale a entrega do que a vida do trabalhador, Senadora. Porque, se ele não estiver logado, ele não está coberto. Então, aqui hoje a gente vê que a solução – ele sabe – é um acordo coletivo de trabalho. Nós temos que pegar a realidade atual, colocar no papel, o laboral com o patronal, e homologar. E aí vai ser criada uma data-base e, dentro desse acordo coletivo de trabalho, vão botar os critérios básicos.

Hoje, eles falam: "Pô, e a remuneração?". Coloca no acordo. "Ah, e a flexibilidade?" Coloca no acordo. O acordo já fala: acordo coletivo de trabalho, que ele vem... E aí, dentro desse acordo, vai ser feita uma data-base. Então, todo ano, esses trabalhadores vão lutar por melhorias, por condições melhores de trabalho.

Então, este debate ainda vai voltar à mesa tripartite, da qual eu faço parte com eles. E a gente acredita que, sem o vínculo... Esse negócio de relação comercial, Senadora, é para empurrar o CNPJ para cima de nós. A pejotização está aí dessa forma, falando que nós somos CNPJ, uma relação comercial, e nós não somos. Nós somos subordinados às ordens em todos os momentos dessas plataformas, que vêm tirando vida desses trabalhadores, e essas famílias ficando desamparadas. Nós temos vídeos com o trabalhador morto, o sangue lá, morto, e o iFood está tocando. Então o irmão lá não foi coberto pela Lei 14.297, de 2022, a família vai ficar desamparada.

Então, para essa situação, é um debate muito amplo, e a gente sabe o caminho. O caminho é um acordo coletivo de trabalho, isso homologado, data-base. Dentro da sua vigência, se sobrepõe à CLT. Então não tem outro caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que se fala em autônomo com direito? Para, irmão, para com isso. É relação comercial, CNPJ com CNPJ. Patrão tem direito, Senadora? Pelo amor de Deus. Nós temos que fazer uma legislação que garanta a vida desse trabalhador, não a entrega.

Senadora, dá uma olhada na Lei 14.297, de 2022, a lei do seguro produto, em que vale mais o produto do que a vida do trabalhador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agradecemos pela participação.

Vou passar agora para o Jair, rapidamente. Como é representante aqui da categoria dos profissionais aqui, vou fazer duas perguntas, duas. O Sorriso, acho que já foi, então vou deixar para você.

Como os trabalhadores de plataforma avaliam a sua proteção social atualmente, especialmente em relação a previdência e saúde? Já foi falado aqui, mas acho que é importante ouvir o lado dos profissionais. As plataformas assumem alguma responsabilidade formal sobre acidentes ou doenças decorrentes das atividades dos trabalhadores? E de que forma a jornada de trabalho afeta a qualidade de vida e a segurança dos trabalhadores? São as duas perguntas.

Eu vou falar para você, Jair, nós temos três minutos. Vou te dar os três minutos como eu dei aos demais, tá?

O SR. JAIR ALMEIDA (Para expor.) – Está certo.

Vamos falar, em um primeiro momento, como é que a plataforma atinge as pessoas na jornada de trabalho: os motoristas e trabalhadores, como os motoentregadores, ficarem por horas parados, aguardando a viagem. Foi a pergunta que eu comecei logo no início. Se as empresas fossem oneradas, em algum momento, no tempo ocioso do trabalhador, teria essa quantidade de trabalhadores? É isso que a gente questionou na rua.

Quanto à questão... As empresas apoiam, sim, as pessoas no caso de morte. Nós temos casos de colegas que faleceram, e foi paga a indenização no valor de R$100 mil. Mas essa indenização só vem a partir do momento em que a viagem está logada. Tem as outras situações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu falei, dos bloqueios. Motorista nenhum tem espaço de conversação, um espaço presencial.

Outra reclamação que chegou aqui agora, a respeito da 99: os motoristas reclamam muito da situação em que o passageiro cancela a viagem, e a taxa dele diminui, e ele fica bloqueado, primeiramente por cinco, depois 15, depois 30 – e até 2 meses parados –, sem poder operar.

Eu vi aqui uma fala do Ricardo, vou entrar num detalhe, e até um dos diretores da associação me mandou agora. Estamos, há muito tempo, sem reajuste. Qual a disponibilidade da empresa em socorrer mais de 1,5 milhão, porque isso aqui, ninguém sabe a realidade dos motoristas, porque todo dia entra, todo dia sai.

O Dr. Ricardo colocou que gerou... O PLP 12 está dentro de um plano de custo que permite o cumprimento do acordo. Onde está o relatório sobre o PLP 12? Foi apresentado onde? Porque as pessoas questionam, as pessoas perguntam.

A gente participou de movimentos, eu já estive, várias vezes, em cima de carro de som. Queira ou não queira, as pessoas têm a gente como representante. Eu não sou apenas um motorista, Senadora, que faz parte desse movimento, e a gente busca uma qualidade de vida para o trabalhador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR ALMEIDA – Então, a gente precisa identificar situações, principalmente a questão de que nós não temos reajuste desde 2016. Tivemos um reajuste pequeno, em 2021, e, quando foi agora, quando eu estava em Florianópolis trabalhando como motorista, teve um reajuste e foi no Brasil todo. O que explica o reajuste para baixo se todo o custo operacional e os insumos só vêm aumentando? É isso que a gente precisa entender e a gente precisa de um reajuste.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agora nós vamos às considerações finais, agradecendo a todos os expositores.

Só peço desculpas porque aqui nós vivemos com prazos e horários. Daqui a pouco, começa a sessão plenária, e eu tenho que estar no Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para a Alessandra, aqui na mesa; para o Jair; um minuto para o Sorriso; e para o rapaz... Como é seu nome?

O SR. JOÃO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR – Índio.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você vai ter um minuto.

Então, vamos lá, pessoal.

Para os expositores, dois minutos; e um minuto para o Índio.

Alessandra, só para finalizar.

A SRA. ALESSANDRA SERRAZES (Para expor.) – Eu queria, nas minhas considerações finais, agradecer à Senadora, a participação de todos e a possibilidade de estar aqui nesta discussão representando a 99.

Eu gostaria de reafirmar o compromisso da empresa em trabalhar por uma regulamentação, como eu mencionei, justa e equilibrada; reforçar a nossa compreensão e o entendimento de que realmente nós somos favoráveis a uma inclusão previdenciária; e nos colocar à disposição para qualquer outra discussão que a Senadora achar pertinente. Colocamo-nos à disposição do seu gabinete para qualquer esclarecimento eventual de qualquer dúvida que surja ao longo desse processo. Coloco-me à disposição da Casa como empresa e reforço, como mencionado, a nossa abertura para o debate, para a discussão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALESSANDRA SERRAZES – ... para o entendimento e para a harmonização dos interesses, mantendo, como eu falei, o tripé firme – garantindo a possibilidade de acessibilidade para os usuários, de trabalho para os motoristas e de sustentabilidade para a empresa –, e seguir investindo na melhoria, inclusive, da segurança dos trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Alessandra, representante da 99.

Passo agora para o Ricardo Ribeiro, representante da Uber no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria agradecer novamente à senhora e ao Senado Federal a oportunidade de estar aqui e me colocar à disposição para debater esse tema sempre.

Só a título de considerações finais, eu queria reforçar algo que esteve presente na nossa manifestação: a gente, na Uber, acredita muito que a gente precisa de uma legislação para tratar desses temas, porque uma parte muito importante de uma discussão que envolva direitos e benefícios para os trabalhadores é ter uma proteção previdenciária, e não tem como as plataformas passarem a ter um papel na contribuição previdenciária, seja recolher em nome desse trabalhador, seja pagar uma parcela própria, senão por força de lei, e, mais do que isso, senão por força de uma lei complementar que atue para mudar essa legislação.

Então, não tem outro instrumento para resolver esse ponto que não passe por ter uma legislação que crie essa categoria de uma forma clara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEITE RIBEIRO – ... e que altere as políticas para permitir que as plataformas tenham um papel.

Por isso, a gente entende que a melhor forma para realizar isso e a única, na verdade, é a gente tratar disso com uma legislação nova que trate desse setor e que mude essas regras para criar um papel para as plataformas que não está previsto legalmente hoje. Sem previsão legal, ele não vai poder ser feito.

Quanto ao grupo de trabalho de que a gente participou – acho que isto esteve na fala do Jair –, todas as manifestações das empresas ao longo dos dez meses, em todas as reuniões de que elas participaram, estão públicas na internet. Eu posso, depois, dividir com vocês, mas, no *site* da Amobitec, tem um relatório com todas as manifestações.

Nós não participamos de nenhuma reunião com o Governo, de nenhuma reunião com os trabalhadores sem que a nossa posição tenha sido passada por escrito, deixando muito claro no que a gente acreditava e do que a gente estava tratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o histórico da discussão dos custos, o histórico da discussão do impacto regulatório, isso está feito. Isso existe, e está publicado. Pelo menos a parte das empresas está muito clara e publicada no *site* e está disponível para todo mundo ver.

É isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Ricardo Ribeiro, Diretor de Políticas Públicas da Uber no Brasil. Obrigada por estar conosco aqui.

Vou passar a palavra rapidamente para o André Porto, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec).

O SR. ANDRÉ ALENCAR PORTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu gostaria apenas de agradecer, mais uma vez, o convite, e reforçar o compromisso da Amobitec em seguir debatendo esse tema que, para a gente, é muito importante.

Reforço o compromisso da Amobitec em qualificar esse debate a partir de dados e informações exatas, para que a gente possa ter a exata compreensão da realidade e da transparência. Como o Ricardo colocou, a gente, na associação, tem uma postura bastante transparente em relação à nossa atuação. Já foi dito aqui que todos os documentos e relatórios oferecidos pela associação, do ponto de vista do setor, no grupo de trabalho estão disponíveis de maneira pública.

Para concluir, quero dizer que caminhamos bem no sentido de que o debate foi posto. Gostei bastante do resultado da audiência pública. O debate foi posto, as opiniões divergentes foram colocadas de maneira bastante respeitosa.

A gente precisa endereçar essa situação no sentido de evoluirmos com uma regulamentação a partir de tudo que foi construído no grupo de trabalho, a partir do que está colocado ali no PLP 12, para que a gente possa, sim, seguir e ter um marco legal para o setor, ter mecanismos de inclusão previdenciária, trazer direitos para toda essa categoria.

Agradeço, mais uma vez, e coloco-me à disposição do Senado.

Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sou eu quem agradeço, André Porto.

Vou passar a palavra agora ao Rodrigo Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado.

Já o tivemos em outras audiências aqui, né, Rodrigo?

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Já. E, hoje, teve um debate bom, né?

Obrigado, Senadora. Obrigado pela oportunidade. É sempre uma honra, um privilégio.

Agradeço ao Senado, aos seus 80 pares que, junto com a senhora, fazem um trabalho formidável aqui e sempre estão à disposição dos motoristas e entregadores naquilo que a gente possa avançar na visão de livre mercado, na visão de melhorar a condição tributária deles, algo que a gente já tem feito com muito êxito, auxiliando o Senado nesse sentido e mostrando quão importante é a figura do nanoempreendedor para os motoristas, para quem precisa efetivamente.

Foi um grande avanço na Câmara, mas faltava uma regulamentação para dizer qual o valor percentual que seria isso. Eu acho que foi um movimento muito feliz que o Senado fez confirmando o PLP 68. Foi um grande avanço tributário para quem mais precisa. Eu defino esse avanço para toda a classe de serviço, não só para os motoristas, mas para os entregadores, para a costureira. Que eles paguem somente, de fato, o valor líquido do serviço deles.

Já foi um começo e um grande avanço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Rodrigo.

Vou passar a palavra, agora, para o Jair, representante da categoria.

Dois minutos, Jair, para você e para o Sorriso também.

O SR. JAIR ALMEIDA (Para expor.) – Antes de mais nada, quero agradecer a presença de todos que se disponibilizaram a estar aqui junto com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O debate é amplo, é longo, tem que caminhar, tem que ter muitas alterações ainda, para podermos chegar ao consenso, e o principal hoje é o ganho do trabalhador, tanto do motorista como do motoentregador. As pessoas já estão insustentáveis na rua para buscar sobreviver.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos, tanto dos trabalhadores, como das pessoas que aqui estiveram presentes, envolvidas.

E muito obrigado, Senadora, pela porta aberta para receber a gente, por poder trazer este debate, porque não tem como ficar parado, porque as pessoas estão morrendo na rua. São pessoas que precisam sobreviver, e falta uma certa responsabilidade através das empresas, porque o motorista ou um motociclista com o psicológico abalado vai trazer um sério problema ao usuário. E esses embates estão acontecendo com muita frequência na rua. Está na hora de vocês acordarem para essa realidade.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Jair.

Vamos continuar o debate. Certamente, vamos continuar este debate aqui na Casa.

E vamos acompanhar a Câmara. Estava conversando aqui com os representantes das plataformas. São três Comissões, ainda, e está a passos lentos. Então, vamos acompanhar, na Câmara, para quando chegar ao Senado, enfim, com os demais Senadores, e fazendo este debate, a gente já tenha amadurecido no sentido desse diálogo com todos, todos os envolvidos.

Vou passar agora para o Sorriso.

Sorriso, dois minutos.

O SR. ALESSANDRO SORRISO (Para expor.) – Opa!

Então, quero fazer uma pergunta aqui para os representantes das empresas de aplicativo. Vocês não acham uma picaretagem muito grande falar em autonomia com direitos, sendo que a gente não tem autonomia nenhuma? E, a questão da previdência, a contribuição para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência não vai resolver 1% dessa exploração brutal que a nossa categoria está vivendo hoje. É uma triste realidade.

Enquanto vocês quiserem fazer da nossa profissão bico, renda extra, essa exploração nunca vai acabar. E o que vai mudar a nossa realidade é, realmente, as empresas de aplicativo valorizarem a nossa mão de obra, respeitarem o trabalhador e fazerem o reajuste. E a gente está pedindo o mínimo, um reajuste de muito pouco, simplesmente R$10,00, a taxa mínima, R$2,50 o km rodado, porque há anos que a gente não tem um reajuste. E, pelo contrário, vocês caçam meios, toda forma de atualizar as plataformas, para poderem nos explorar ainda mais, mandando rotas triplas, duplas, quádruplas e pagando somente o preço de uma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO SORRISO – Isso é inaceitável. A gente tem que mudar essa realidade. É muito fácil para vocês virem aqui falar palavras bonitas, mas a realidade que a gente enfrenta, no dia a dia, na vida, é outra. É muito triste. São colegas sendo mortos, colegas ficando sequelados, pais de famílias perdendo a vida, famílias ficando desoladas, desamparadas...

Então, é revoltante para nós também virmos aqui e ficarmos ouvindo as mentiras de vocês, que falam, abertamente, publicamente, que a gente é autônomo. A gente não tem autonomia. A gente está sendo escravizado, a gente está vivendo uma escravidão moderna.

Isso é inaceitável. A gente tem que mudar essa realidade urgentemente. Isso não dá para aguentar mais.

Então, deixo aqui, mais uma vez, o meu repúdio a toda essa exploração. E vamos em frente, vamos ver o que a gente pode mudar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sorriso.

Índio, lamento, já começou a Ordem do Dia, vou te dar um minuto. E peço desculpas a todos os internautas, enfim, a todos que estão até o momento conosco aqui nesta audiência pública, já agradecendo a todos que estão acompanhando pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR (Para expor.) – Opa, boa tarde a todos.

Obrigado, Senadora.

Rodrigo Saraiva, eu vi aqui a sua preocupação com os aplicativos, mas não vi a sua preocupação com os trabalhadores. É muito preocupante isso aí, mas o alvo aqui são os aplicativos.

O Diego Barreto, no STF, disse que o trabalhador trabalha 12 horas por mês e ganha R$3 mil. Vamos lá!

O André Porto, em audiências passadas, disse que o trabalhador trabalha 18 horas por mês e ganha R$40 por hora. Hoje ele já disse que o trabalhador trabalha 23 horas por mês e ganha R$40 por hora.

Fica clara a mentira desses aplicativos!

Na Uber, a gente fez um Breque Nacional pedindo aumento de taxa. A taxa da Uber é a pior taxa do Brasil, R$4,70.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR – Eu acho que a Uber tinha que ser mandada embora deste país, essa é a minha opinião. Ela tinha que ser mandada embora, já passou do tempo de ela sair daqui, entendeu? Como a Ford foi, a Uber também teria que ir. A gente não precisa de vocês aqui para explorar os trabalhadores.

Quero chamar todos os trabalhadores, nós temos que nos unir contra essa exploração porque nós somos mais fortes. O poder de um país é o seu povo, e o povo unido jamais será vencido!

Estamos juntos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Eu quero agradecer a presença de todos os debatedores, de todos os representantes e da categoria também que esteve aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, vamos ao Plenário, e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Romário, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2025 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), e REQ 16/2025 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira, esclarecer as medidas adotadas pela agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde. **Participantes:** Ana Paula Silva Cavalcante, Representante da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Rafael Pedreira Vinhas, Representante da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; José Barreto Campello Carvalheira, Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde; Charles Frajdenberg, Defensor Público Federal; Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Marina Paullelli, Coordenadora do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores - IDEC; Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Cesar Sergio Cardim Junior, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde; e Marcos Novais, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde - ABRAMGE. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/08

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos 4 e 16, de 2025, da nossa autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira; a esclarecer, também, as medidas adotadas pela agência; e a discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde.

Informo que teremos uma segunda etapa desta audiência, sobre o mesmo tema, a ser agendada em data oportuna, com os demais convidados aprovados nos requerimentos e que não estão participando da agenda de hoje. Farão eles parte da agenda subsequente.

Informo ainda que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão através da nossa Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Começo agradecendo a presença de todos aqui nesta audiência pública. É uma honra recebê-los na nossa Casa Alta.

Vivenciamos um momento importante, que exige de nós responsabilidade, equilíbrio e sensibilidade. Estamos aqui para tratar de um tema que mexe diretamente com a vida do povo brasileiro: o funcionamento dos planos de saúde e o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Creio que muitos aqui já devem ter observado que os planos de saúde individuais têm saído do mercado: cada vez menos operadoras de planos de saúde ofertam essa modalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os corretores de planos de saúde já perguntam, de início, se o possível comprador tem CNPJ, e exigem a adesão de pelo menos três pessoas que muito comumente são casais e seus filhos, ou pais.

Isso tem uma razão. A Resolução Normativa 557, de 2022, da ANS, manteve a proibição de cancelamento unilateral do plano por parte da operadora no caso de plano de saúde individual, mas passou a permiti-la nos planos empresariais. Resultado disso: para se ter plano de saúde agora o brasileiro precisa ter também o CNPJ.

Outra questão, está cada vez mais comum ver matérias sobre participantes sendo sumariamente excluídos dos planos de saúde por decisões unilaterais das operadoras. Crianças autistas, pacientes com doenças raras, além de muita gente que precisa muito dos planos de saúde estão sendo desligados.

O STJ, em 2019, decidiu que a rescisão unilateral exige motivação idônea em caso de planos empresariais com menos de 30 participantes. O fato de o paciente custar caro ao plano não constitui um motivo idôneo de acordo com o próprio STJ. Por quê? Porque a razão de ser dos planos de saúde é exatamente distribuir custos e coletivizar os riscos.

Quando alguém precisa de um tratamento ou de uma cirurgia mais cara, e qualquer um de nós pode vir a precisar, esse alguém vai se beneficiar do princípio da solidariedade que está na gênese dessa modalidade de prestação de serviço. Esses cancelamentos unilaterais preocupam, e muito.

Queremos saber: as operadoras estão cumprindo a lei? E a ANS está fiscalizando como deve? Porque, se concluirmos aqui, hoje, que estão cumprindo a legislação, há algo de muito errado na lei que precisa ser corrigido.

Mas nossa discussão vai além. Nos últimos meses, a ANS tem tomado decisões que chamaram a atenção e, em alguns casos, causaram preocupação. Pacientes, profissionais de saúde, entidades de classe, Ministério Público, todos manifestaram inquietações. O plano de saúde, para milhões de brasileiros, é sinônimo de esperança, é onde se busca socorro numa hora difícil. Quando uma regra muda, o reflexo é observado na vida dos brasileiros.

Aí nós, de uma maneira bastante sensata e equilibrada, provocamos primeiro uma reunião com a própria Agência Nacional de Saúde. Uma reunião produtiva, tranquila, sensata. E, dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, saiu a necessidade de promover esta audiência pública, até para que se possam ter os esclarecimentos devidos aos questionamentos que estão sendo feitos, não só pela sociedade, como pela imprensa e pelos próprios Parlamentares que aqui se encontram.

Basicamente, há dois assuntos que vieram à tona de uma forma mais intensa.

A primeira é a questão de colocar a mamografia permitida a ser realizada pelos planos de saúde, no caso os planos privados, a partir apenas dos 50 anos, das mulheres com 50 anos em diante. Isso foi gerado através de uma análise, de uma consulta pública da ANS, que já gerou repercussões na questão digital, na internet.

Aqui nós temos um canal em que a sociedade se comunica com os Senadores. Isso foi muito carregado, e a gente precisa ouvir exatamente sobre essas questões.

Uma outra é a criação de um plano de saúde que foi apelidado de água com açúcar ou aspirina, que é um plano que só dá direito à consulta, o paciente não pode, através desse plano, fazer nem um hemograma. Então, são assuntos que a gente não sabe se é isso mesmo, e a audiência pública precisa poder esclarecer tudo isso.

O que a gente quer aqui é entrar no campo da sensatez, do equilíbrio, para poder avançar não só sobre o ponto de vista da oferta do bom serviço de saúde para aquele que detém o plano, como também dar condições para que esse plano venha a ser saudável e que venha a cobrir as eventuais situações que um paciente possa vir a precisar.

Dessa forma, vamos já dar início à nossa audiência pública, convidando aqui para a mesa Vitor Hugo do Amaral Ferreira; Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, e José Barreto Campello Carvalheira.

Estão todos aí? (*Pausa.*)

O Sr. Subprocurador, Dr. Nicolao... (*Pausa.*)

Seja bem-vindo!

O SR. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ele tem um compromisso, pediu para ser o primeiro, e nós vamos atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Tudo bem? Seja bem-vindo! Fique à vontade.

Então, de pronto, nós já vamos passar a palavra para o Dr. Nicolao.

Como nós temos... São quantos, Samyra? (*Pausa*.)

Como são oito e tem muita gente no virtual, eu vou pedir aos senhores participantes que se atenham aos dez minutos – eu vou prorrogar de acordo com a conveniência da fala e com o meu juízo.

Com a palavra o Dr. Nicolao, Subprocurador-Geral da República, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

O SR. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Nelson Trad, que ora preside esta sessão da Comissão de Assuntos Sociais.

Sendo bem objetivo, penso que a fala de V. Exa. na introdução desta audiência pública bem contextualiza os problemas sobre os quais a Comissão, o Senado e também a Câmara de Deputados se debruçam neste momento.

Eu, para também contextualizar a atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em relação especificamente a essa temática, gostaria de lembrar que uma das primeiras medidas que adotei quando iniciei o meu mandato, no meio do ano passado, em junho de 2024, foi a instauração de um procedimento administrativo para precisamente examinar a problemática relativa à rescisão abrupta de contratos de planos de saúde e também verificar em que medida a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar se revela satisfatória nessa seara.

E precisamente os principais problemas detectados nesse procedimento aberto em junho do ano passado são dois: primeiro, a rescisão unilateral de contratos num aumento exponencial, contratos de saúde, prestação de serviços de saúde e seguro de saúde, principalmente os relativos a planos coletivos; e também o descredenciamento de estabelecimentos no curso de atendimentos, principalmente envolvendo pessoas com problemas de saúde como transtorno do espectro autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dados revelam bem também essa problemática. Segundo a própria Agência Nacional de Saúde Suplementar, entre 2022 a 2024, 36.179 demandas referentes a negativas de atendimento somente sobre TEA foram registradas naquela agência. Dados do Senacon revelam que, entre abril de 2023 a janeiro de 2024, 5,4 mil reclamações sobre cancelamentos unilaterais de plano de saúde chegaram ao Portal do Consumidor. Por sua vez, o Idec, sistematizando dados do Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, aponta que, no ano de 2024, 27 mil novos processos judiciais em matéria de saúde suplementar apareceram no Judiciário brasileiro. E esses dados foram registrados – corrigindo – apenas em abril de 2024. No primeiro semestre de 2024, foram contabilizados 164.905 novos processos relacionados à saúde suplementar. Então, são dados que revelam alguma disfuncionalidade em relação à regulação do setor na medida em que há vários registros de reclamações e a avalanche de processos que chegam ao Poder Judiciário brasileiro.

Para devidamente emoldurar, sob o ponto de vista normativo, a problemática ora examinada, é preciso resgatar alguns marcos normativos que são bastante importantes para o enfrentamento da questão. Cito, muito rapidamente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146; a Lei de Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista; a Lei 9.656, que regula os planos e seguros privados de saúde; e principalmente a Lei 9.961, que dispõe sobre a competência da ANS para regular o setor de saúde suplementar; e também o Código de Defesa do Consumidor, porque estamos aí, nesse contexto, tratando de relações de consumo.

A visão sistêmica de todos esses diplomas normativos que estão sendo mencionados e que são esmiuçados em uma recomendação conjunta que a PFDC e a Câmara de Defesa dos Direitos do Consumidor do Ministério Público Federal elaboraram no início desse ano evidencia a urgente necessidade de haver uma regulação mais precisa, mais incisiva, mais protetiva sob o ponto de vista do consumidor em relação a planos de saúde suplementar, nomeadamente em relação aos planos coletivos. E por que nós enfatizamos isso? Enfatizamos tendo em vista uma compreensão, a nosso ver, equivocada – para ser eufemístico – no que se refere a uma possibilidade de tratamento díspar em relação a planos de saúde individuais e planos de saúde coletivos.

Vejam, a lei que trata especificamente dos planos de saúde e seguros privados, no art. 14 dispõe... Deixe-me ver aqui exatamente a redação para ficar mais clara a argumentação. Estou tentando localizar aqui na recomendação. Achei, é o art. 13, na realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Dia a Lei 9.656, no art. 13:
> Art. 13 .....
> Parágrafo único. Os produtos de que trata o *caput* [que são os produtos aos quais estamos fazendo referência], contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas:
> .....
> III - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular.

E por aí vai.

Veja, a argumentação que é apresentada em relação a isso é que a lei estaria vedando apenas a rescisão unilateral de planos individuais, deixando, portanto, numa situação de uma espécie de *laissez-faire, laissez-passer,* em relação aos contratos, os planos de saúde, os planos coletivos. E aí V. Exa. bem explicitou aqui, Senador, que, especificamente em relação aos planos de saúde coletivos, o que se verifica mais incisivamente hoje em dia é exatamente essa situação de rescisões unilaterais de contratos, transformando o consumidor, colocando-o numa situação vexatória de ser uma pessoa jurídica para poder ter acesso à saúde suplementar.

Essa percepção é, como disse ainda há pouco, absolutamente equivocada, porque o fato de a lei haver explicitado a vedação de rescisão unilateral especificamente em relação a planos coletivos não autoriza que o setor adote essa praxe de rescindir e prever fazer com que conste nos contratos a possibilidade de rescisão unilateral de planos de saúde coletivos.

Esse é o maior problema que se verifica no mercado, e, portanto, é algo que desafia não uma visão ou uma compreensão monocular das disposições normativas que tratam da matéria, mas sim uma compreensão sistêmica de todo o conjunto normativo, como deve ser quando se trata de verificação de diversas disposições legais que tratam do mesmo tema. Então essa visão sistêmica exige uma compreensão conjunta das disposições da lei, especificamente da Lei 9.656, com o Código de Defesa do Consumidor, que, no art. 51, dispõe quanto à nulidade de pleno direito de cláusulas abusivas, como, por exemplo, a cláusula que preveja a rescisão unilateral de contratos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO – Isso está explicitado no art. 51, nos diversos incisos do art. 51, dos quais resulta o entendimento de que se considera exagerada uma situação contratual, uma relação contratual que preveja uma desvantagem excessiva ou onerosa para o consumidor – explicitamente em relação às cláusulas abusivas, aquela que preveja a rescisão unilateral de contratos que envolvam relações de consumo.

Encaminhando-me para a conclusão, Senador Nelsinho Trad, já que o meu tempo se esvai.

Há urgente necessidade de a Agência Nacional de Saúde Suplementar exercer, de uma forma mais incisiva, mais clara, mais objetiva, no cumprimento da sua competência legal, uma regulação do setor. Isso está devidamente indicado na recomendação que nós encaminhamos, em fevereiro deste ano, à ANS, indicando uma série de providências.

Eu vou indicar apenas uma delas e vou fazer chegar às mãos de V. Exa. o teor desta recomendação.

Há necessidade de adequar sistemas de informação; de garantir aos beneficiários de planos privados, sejam individuais, sejam coletivos, o acesso a contratos com todas as informações; de proibir o cancelamento unilateral dos contratos de beneficiários de planos e seguros coletivos de saúde; e de impedir o descredenciamento imotivado das clínicas credenciadas, especialmente daquelas utilizadas pelos beneficiários dos planos com necessidade de atendimento multidisciplinar, entre outros itens que constam da recomendação que farei chegar às mãos de V. Exa.

Esse documento foi enviado à ANS em fevereiro, como disse, fixando o prazo de 45 dias para que fossem supridas as lacunas indicadas, e ainda não obtivemos uma resposta da agência em relação especificamente a esse tema.

Se a ANS não cumpre a sua missão regulatória nesse aspecto, especificamente nesse ponto de vista de forma satisfatória, penso eu que o Poder Legislativo tem plena competência para dispor e fixar uma regra mais clara, seja suprindo essa lacuna, seja determinando que a ANS efetivamente exerça em sua plenitude a competência regulatória que lhe cabe.

São essas observações que eu queria trazer à consideração desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me à disposição para, nesta oportunidade ou em outras, tratar do assunto de uma forma mais detida e com outros detalhes que porventura sejam do interesse da Comissão.

Muito obrigado, Senador, pela compreensão em relação à extrapolação do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Dr. Nicolao.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Victor Hugo do Amaral Ferreira e, posteriormente, ao Sr. José Barreto Campello.

Dez minutos, Dr. Victor Hugo.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos os presentes.

Agradeço e cumprimento o Senador Nelsinho Trad.

É sempre uma alegria para a Secretaria Nacional do Consumidor, para o Ministério da Justiça. Em todas as oportunidades que temos de aqui sermos chamados, aqui estaremos, ainda mais para trabalhar e tratar de um tema que para nós é muito caro, que é a defesa do consumidor.

Entre todas as suas pautas, uma das pautas que nos chama mais atenção e exige um esforço contínuo, constante é quando se fala de saúde, porque, entre todos os bens que nós preservamos, cuidamos, tratamos, em que nós precisamos exercer a nossa atividade, inclusive como consumidores, temos de ter a nossa saúde assegurada.

Tratamos aqui da prestação de um serviço de saúde suplementar.

Na sua essência, é importante falar que nós estamos, ainda que diante de todas as normas... Quando se fala de plano individual, de uma regulação específica e também do discurso que se observa da ausência de normas pontuais sobre os planos coletivos, nós não podemos esquecer que nós estamos tratando obrigatoriamente, na sua essência, de uma relação de consumo.

E, para relações de consumo, nós temos o Código de Defesa do Consumidor, publicado há 35 anos, em 11 de setembro de 1990. Mais do que isso, nós falamos de um direito e de uma garantia constitucional, porque quis o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, estabelecer que é dever do Estado promover, na forma da lei, a defesa do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui estamos como Estado, Estado Executivo, Ministério da Justiça, aqui estamos como Estado Legislativo nesta Casa e também deve o Estado juiz ficar atento a todas as questões que possam de alguma forma violar os direitos dos consumidores.

É nesse sentido que eu quero apresentar, dentro do tempo que me cabe e também das questões que possam surgir para debate posteriormente, a Secretaria Nacional do Consumidor, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, faz a gestão da plataforma do Consumidor.gov.br, em que os consumidores direcionam reclamações de todo o país a vários segmentos, a vários setores de mercado de consumo.

Aqui tem um extrato do que aconteceu no ano de 2024 em relação aos planos de saúde.

Nós temos mais de 17 mil reclamações, e eu estou falando de apenas uma plataforma que tem a gestão da Secretaria Nacional do Consumidor. Também poderíamos trazer para este debate os dados do Proconsumidor, no qual tem reclamações formalizadas em todos os PROCONs do país, municipais e estaduais.

Eu queria chamar a atenção e também depois disponibilizo para esta Comissão, mas nós temos... Queria chamar a atenção para o quadro que fica representando os problemas mais reclamados pelos consumidores.

Aqui nós temos uma situação que tem aparecido, que tem evoluído nesse contexto; o segundo item mais reclamado pelos consumidores é justamente o serviço de atendimento ao consumidor. Esse dado comprova que o consumidor procura, no primeiro momento, o seu fornecedor. Ele se dirige à operadora para resolver o problema e, quando não tem esse problema resolvido, ele vai a uma plataforma reclamar justamente do espaço no qual deveria ter diálogo.

Esse dado corrobora para que a gente possa falar de uma outra questão que acaba sendo também uma falácia da forma, como vem sendo dita, quando a gente fala de uma judicialização excessiva, em que muitas vezes o consumidor que precisa tratar da saúde não tem outro meio que não seja judicializar. E a prova que o consumidor reclama do serviço de atendimento é porque ele procura, no primeiro momento, essa empresa para que possa resolver, ainda que o índice de solução seja razoável, é acima de 60%, mas muitos desses dados são consumidores que não retornam para fazer a avaliação do atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não temos aqui, de fato, uma informação plena, um relatório pleno de todas as reclamações feitas pelos consumidores nesse setor, em razão de que muitos consumidores não podem esperar; diferentemente de outros produtos que podem esperar uma resposta, quando se trata de saúde, nós não temos esse tempo, nós falamos de urgência, nós falamos de emergência.

Vou trazer para vocês também os dados de 2023. Comparando os dados de 2023 com 2025, vejam que o índice de reclamação de solução de 2024 caiu para 60%, um pouquinho mais de 60% de solução, quando, em 2023, o índice era superior a 75%.

Da mesma forma, o segundo item mais reclamado, e eu chamo a atenção novamente sobre isso, é o serviço de atendimento aos consumidores. Então, tenho dito e repetido, e isso é uma premissa da Secretaria Nacional do Consumidor, que quem gera o problema ao consumidor, quem gera a dúvida ao consumidor, quem tem que atender o consumidor é aquele com quem ele estabeleceu a relação de consumo. O primeiro grau de solução da demanda do consumidor deve ser o próprio fornecedor. E, quando esse consumidor se dirige ao fornecedor e não tem essa solução, ele precisa buscar outros meios. Aqui nós temos um meio, mas não podemos também, diante dessa circunstância, dizer que o consumidor ajuíza ações de forma excessiva. Temos que verificar qual é a necessidade do ajuizamento dessas ações e talvez a necessidade e a razão delas não seja só no motivo, numa razão encontrada pelo consumidor, mas também por uma causa gerada pelo fornecedor. Precisamos inverter a lógica do pensamento para não se falar de uma judicialização excessiva, mas talvez de uma resistência excessiva em atender direitos aos consumidores.

Dentro dessas questões, e principalmente desde o ano passado, quando nós tivemos, a partir da análise dos registros na Secretaria Nacional do Consumidor, um número crescente de reclamações de consumidores em relação à rescisão unilateral de planos de saúde. Vejam os picos de reclamações, principalmente no mês de abril e mês de maio, fazendo uma correção ali no mês de abril. Diante disso, nós notificamos 15 operadoras no país, num processo de monitoramento de mercado. Então, a secretaria – de forma responsável, Senador, eu diria isso – poderia já ter aberto um processo administrativo sancionatório, mas, antes disso, fez um monitoramento de mercado, notificando 15 operadoras, para que apresentassem informações e relatórios sobre as denúncias de rescisões unilaterais, de segmentação, de identificação de um perfil de consumidores que tinham os seus contratos rescindidos de forma unilateral. Essas foram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operadoras notificadas. E as principais alegações que vieram ao processo é que houve o cancelamento unilateral apenas em contratos de planos coletivos e empresariais, não executado de forma discriminatória ou direcionada a uma população específica. Dizem, ainda, que observam as disposições contidas na Lei 9.656, de 1998, e nas resoluções normativas da própria ANS, citando a 438.

Fizemos uma segunda notificação a todas as operadoras que tinham sido notificadas no primeiro momento, pedindo uma complementação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – O senhor me concede, só para concluir, mais cinco minutos?

Fizemos uma segunda notificação, com aumento significativo nas reclamações sobre descredenciamento de prestadoras de serviços de atenção à saúde hospitalares e não hospitalares no ano de 2023 e 2024. Das respostas que vieram às notificações, foi dito que as modificações nas redes hospitalares são permitidas pela legislação, e se atendeu, em observância às disposições contidas na Lei 9.656, de 1998, e nas Resoluções Normativas da ANS 567 e 568, ambas de 2022.

Diante dessas notificações, diante do processo de monitoramento de mercado, essas foram as conclusões da Secretaria Nacional do Consumidor, que aqui eu compartilho com vocês.

Encontramos: insuficiência de comprovação na transparência de informação; insuficiência de comprovação sobre a comunicação eficaz aos consumidores nas rescisões e cancelamentos unilaterais; insuficiência na comprovação de disponibilização de informação sobre assistência; insuficiência de comprovação sobre o não cancelamento unilateral; insuficiência de comprovação se as modificações nas redes hospitalares aconteceram, de fato; e brechas na legislação da agência reguladora do setor.

Diante disso, encontramos e apontamos possíveis violações ao Código de Defesa do Consumidor, e o processo de monitoramento de mercado concluiu pela abertura de um processo administrativo sancionatório. Esse processo administrativo sancionatório, entre as suas ações, no dia 10 de dezembro de 2024, se reuniu com todas as operadoras que estão no processo administrativo, e concluímos, por ora, pela suspensão do processo administrativo para criação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um grupo de trabalho com um cronograma definido de desenvolvimento, de que nós fazemos parte.

A Secretaria Nacional do Consumidor conduz esse grupo de trabalho, tendo como membros a Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, o Instituto de Defesa de Consumidores, a Federação Nacional de Saúde Suplementar, a Associação Brasileira de Planos de Saúde, o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais, o Bradesco Saúde e a Hapvida.

Qual é o objetivo desse grupo de trabalho? Colaboração entre os setores, proposta de solução definitiva para os problemas levantados no monitoramento de mercado, revisão normativa e transparência quanto aos direitos dos beneficiários.

Então, dessa forma, eu quero agradecer o tempo concedido, Senador, e dizer mais uma vez que a premissa da existência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA – ... da relação de consumo, a premissa da existência do Código de Defesa do Consumidor é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor diante dessa relação de consumo. E, quando nós falamos de vulnerabilidade no âmbito da saúde, é mais do que isso, nós falamos de uma vulnerabilidade potencializada, uma vulnerabilidade agravada, uma hipervulnerabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Dr. Vitor Hugo e, de pronto, passo a palavra ao Sr. José Barreto Campello Carvalheira, Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, do Ministério da Saúde.

Leve o nosso abraço ao Ministro Padilha.

O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia aos demais membros da mesa. Bom dia, pessoal.

Eu gostaria de fazer minha apresentação, trazendo para cá um debate que seria sobre a mamografia, que é um debate que está bastante vivo. Eu vou colocar, aqui, as Políticas Nacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Enfrentamento ao Câncer em Mulheres, rapidamente, para se ter toda a questão geral da situação.

Só para se ter uma ideia da mortalidade por câncer no país, a gente tem um aumento e o Brasil, atualmente, é o segundo em mortalidade em causa prematura de câncer, com os indivíduos com menos de 70 anos; e o câncer em mulheres no Brasil vem aumentando proporcionalmente.

É o primeiro tipo de câncer que mais mata entre as mulheres, com 73 mil internações e R$174 milhões de gastos com internação. E a mortalidade prematura – abaixo de 70 anos – está de acordo com esse gráfico que a gente vê aí, à direita; a mortalidade prematura está aumentando por câncer de mama no Brasil. O câncer de mama, pelas estatísticas do Inca, representa 30,1% dos casos de câncer, com 73,6 mil casos/ano.

Aqui, a gente tem, então, ações em todas as faixas, em todas as linhas de cuidado do câncer, da promoção de saúde, e as ações coordenadas envolvendo todas as nossas secretarias – fatores de risco, alimentação saudável, principalmente para o câncer de mama –, e teria essa principal condição.

Aqui, eu gostaria de ficar um pouco mais de tempo. Este aqui é o dado da Pesquisa Nacional de Saúde, em relação ao rastreamento nacional de câncer. O que a gente vê é que apenas 58,3% das mulheres fazem rastreamento – de 50 a 69 anos. Mas vale dizer que, no Brasil, este é o grande problema que a gente enfrenta hoje: só 35% das mulheres fazem o rastreamento. Então, isso aqui é só na capital. Quando você vai para todo o Brasil, são 35%; 6,7% em Roraima. Então, chega a 6,7% só de mamografia. E pasmem! A gente tem 6.758 mamógrafos, que seriam suficientes para fazer cobertura completa, e a gente só tem 4,3 milhões de exames.

Então, no rastreamento de câncer de mama, é importante deixar claro que o número de mamógrafos é adequado. E o que acontece é que não há a realização dos exames na faixa com a maior efetividade, que seria dos 50 aos 69 anos. Então, esse é um ponto de que a gente teria que falar mais alguma coisa em relação a isso: a gente tem condições de fazer mamografias fora da faixa etária também, por procedimento específico, de acordo com a intenção do médico. Para vocês terem uma ideia, no rastreamento do colo uterino, a gente tem 6 milhões, de 25 a 64 anos; e 3 milhões, fora da faixa de recomendação. Então, existe condição de se fazer a mamografia por procedimento solicitado diretamente pelo mamógrafo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem uma recomendação e uma diretriz de 2015, da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, que coloca que o rastreamento por mamografia deve ser de 50 a 69 anos. Mas essa é uma diretriz de 2015, em que se foi recomendado, mas é possível entrarem novas solicitações à medida que for necessário revisão da portaria.

Então, só para continuar a contextualização, o grande problema nosso não está no rastreamento, está muito mais no diagnóstico precoce, que é o Mais Acesso a Especialistas, em que a gente tenta reduzir fila, uma estratégia para reorganizar a atenção à saúde, e ter mais cuidado especializado, mais cirurgia prioritária, mais inovação no SUS.

Aqui, a gente faz com que não se tenha essa ida e volta à UBS. A paciente chega à unidade básica de saúde, vai à policlínica, pede um ultrassom de mama, volta à UBS para pedir a mamografia, que veio positiva, precisa de um ultrassom – e ela fica indo e voltando –, precisa de biópsia – vai e volta. Esse é o nosso grande gargalo e o grande problema na hora de uma alta suspeição.

Então, o Mais Acesso a Especialistas tem toda essa organização do cuidado. A gente tem duas linhas de cuidados específicas: o diagnóstico de câncer de mama, com o mastologista, o ultrassom de mama e a biópsia; e a mastologia – a gente coloca dentro do programa esse retorno dentro de 30 dias. Esse é o ponto mais importante. A gente tem duas condições em oncologia: a avaliação diagnóstica inicial do câncer de mama e a progressão da avaliação diagnóstica do câncer de mama, que são os maiores gargalos.

A gente vê que a gente tem problema no rastreamento, mas o problema do rastreamento é muito mais por ausência de procura para fazer a mamografia do que pela condição da presença da mamografia, e ela funciona fora da faixa etária.

Então, a gente tem essa oferta de cuidados integrados à oncologia. Dentro do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, por exemplo, para a mama especificamente, foram 455 projetos aprovados, totalizando R$1,418 bilhão; 90 projetos em 2024, com R$379.661.789 para os três campos de atuação do programa.

Aqui são os investidos relacionados ao câncer de mama; foram R$12.251.323 em todos esses locais que a gente está vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é uma outra estratégia em que a gente estava com muito problema. Aumentamos em sete vezes o número de reconstruções mamárias no SUS, com uma portaria que aumenta o valor agregado à reconstrução mamária. Foi um investimento de R$43,332 milhões. Isso melhorou essa condição.

E a gente tem o Plano de Expansão da Radioterapia, que também fez com que aumentasse o número de novos serviços em radioterapia. O aumento da radioterapia de câncer de mama já é visível com esse programa.

Então, a Coordenação-Geral do Câncer ataca em todos os pontos da linha de cuidado. O grande problema, o grande gargalo do Sistema Único de Saúde – está na atenção secundária. Temos problemas no rastreamento, que é uma questão de organização do sistema. Quer dizer, o sistema nosso é oportunístico, mas, ele... Quando a pessoa procura a mamografia e não é convocada para fazer a mamografia, daí os números tão baixos. Esse é um problema que deve realmente ser transformado.

É isso que eu teria aqui para colocar para a gente, principalmente em relação ao rastreamento, frisando a condição de a gente ter procedimento que vai desde os dez anos de idade, a critério médico, e a partir de 50 a 75 anos. Abaixo dos 50 anos, em qualquer diretriz internacional, isso é uma *shared decision*, uma decisão dividida com a paciente – só deixando mais claro então o ponto da mamografia, que é possível fazer pelo SUS.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao José Barreto Campelo Carvalheira, que veio aqui falar em nome do Ministério da Saúde.

Vamos inaugurar as participações virtuais.

Aqui na tela, de pronto, aparecendo o Dr. Charles, Dr. Rafael e o Dr. Marcos. Os três estão em ponto de bala... E a Dra. Ana Paula apareceu agora.

Então, vamos começar com a Dra. Ana Paula para a gente colocar uma presença feminina, para poder dar um toque todo especial à nossa audiência pública.

Com muito prazer, passo a palavra à Dra. Ana Paula Silva Cavalcante, Representante da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez minutos, por videoconferência.

Posteriormente, ao Dr. Charles, ao Rafael e ao Marcos Novais. Esse bloco termina com ele. Depois vêm o Dr. Cesar e a Dra. Marina.

Com a palavra, a Dra. Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Muito obrigada pelo convite. Agradeço a oportunidade, Senador Nelsinho, de esclarecermos para a sociedade a questão da mamografia na saúde suplementar.

Gostaria de saber se a minha apresentação está disponibilizada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim, por aqui está tudo certo: seu áudio, seu vídeo e sua apresentação. Pode ir.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Então, vou me apresentar. Meu nome é Ana Paula Cavalcante, atualmente sou Gerente de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial na ANS. Sou servidora de carreira da agência, trabalho na agência há 20 anos e sou médica de formação.

Bem, todos aqui sabem, mas não custa lembrar, a ANS é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, que tem como finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar, regulando as operadoras de planos de saúde e contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no país. A nossa Gerência de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial trabalha exatamente com a indução da qualidade da atenção à saúde no setor.

Agradeço já a participação do colega do Ministério da Saúde que colocou – eu não coloquei porque eu tenho pouco tempo –, mas colocou o nosso contexto. Então, dado o crescimento tanto de mortalidade como de incidência do câncer, a ANS propôs – esse estudo vem sendo feito desde 2019, e não foi lançada a consulta pública antes porque houve um atraso por conta da pandemia – uma certificação em boas práticas na atenção oncológica.

O que vem a ser isso? A proposta submetida à consulta pública prevê um selo de qualidade. Uma certificação é a outorga de um certificado por uma entidade avaliadora a uma operadora que atesta o cumprimento de pré-requisitos preestabelecidos. No caso da nossa certificação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses pré-requisitos são estabelecidos no manual de certificação elaborado pela ANS com a finalidade de induzir a melhoria da qualidade da atenção à saúde no setor por meio da adesão das operadoras às boas práticas estabelecidas.

Então, já para tirar qualquer dúvida, a proposta apresentada na consulta pública não tem relação e não altera a cobertura assistencial garantida pelo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS. Não existia nem nunca existiu essa proposta, até porque a área da qual nós falamos não trabalha com as coberturas, trabalha com a qualificação do setor.

Então, o rol garante e já garantia a mamografia bilateral para mulheres de qualquer idade mediante solicitação médica. Como foi dito aqui, no Brasil a mamografia é realizada de modo oportunístico; a pessoa vai, e o médico pede, não existe uma cultura de buscar essa mulher. E há a mamografia digital para mulheres entre 40 e 69 anos, também mediante solicitação médica. Isso já é garantido, sempre foi garantido.

O rol, como todos sabem, é uma lista que os planos de saúde são obrigados a cobrir de acordo com a segmentação contratada; atualmente, ambulatorial ou hospitalar, com ou sem obstetrícia. Então, a lista inclui consultas, exames, cirurgias, tratamentos e outros serviços, e sua cobertura mínima é garantida por lei.

Eu deixei aqui o *link* para que os senhores possam consultar o rol da ANS, e já tem lá essa cobertura garantida.

Bem, para ir além do rol, nós propomos, então, uma certificação de adesão voluntária pelas operadoras, que seria dar um selo de qualidade para aquelas operadoras que cumprissem as boas práticas estabelecidas pela ANS no manual de certificação. Essa seria uma ação para além dos normativos comuns para a atuação da operadora no setor. É de adesão voluntária. E quem avalia se a operadora está cumprindo ou não? Entidades acreditadoras, independentes, imparciais, reconhecidas pela ANS e reconhecidas, inicialmente, pelo Inmetro. A ANS tem uma parceria com o Inmetro: o Inmetro reconhece essas entidades e a ANS homologa essas entidades. Essa certificação faz parte de um programa maior, um programa guarda-chuva instituído pela ANS em 2018, que é o Programa de Certificação em Atenção Primária à Saúde. A atenção oncológica será a terceira certificação a ser instituída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção à Saúde é de dezembro de 2018 e tem como objetivo induzir a melhoria da qualidade, a reorganização da rede e o aprimoramento da prestação de serviços no setor. A metodologia foi inspirada num programa que nós já temos desde 2011, que é o de Acreditação de Operadoras, e nas certificações de planos de saúde existentes nos Estados Unidos de uma instituição chamada NCQA.

Então, nós temos três certificações: a Certificação em Atenção Primária à Saúde, que já está em vigor; a Certificação de Boas Práticas na Linha de Cuidado Materna e Neonatal, Certificação em Parto Adequado, também já em vigor; e a certificação em atenção oncológica, em elaboração. Estamos elaborando também a certificação do cuidado integral à saúde da pessoa idosa.

O objetivo da certificação oncológica, a OncoRede, é induzir a melhoria da qualidade na atenção oncológica, reorganizar o modelo de atenção oncológica no setor suplementar, visando à adoção das melhores práticas baseadas em evidências pelas operadoras para melhorar a resolutividade, a celeridade do tratamento oncológico na saúde suplementar.

Como é praxe, toda resolução normativa é submetida à consulta pública. Inclusive isso se tornou lei pela nova Lei das Agências, mas a ANS já tinha essa prática de submeter seus normativos à consulta pública. Então, foi isto que nós fizemos: nós colocamos em consulta pública uma minuta de manual de certificação, e, nessa minuta, para além da cobertura normal, comum, que é aquela em que a pessoa chega, e o médico pede a mamografia, nós colocamos como uma boa prática a busca ativa dessa mulher, que foi o que o nosso colega do Ministério da Saúde acabou de mencionar que não é comum no Brasil e não existe na saúde suplementar, que é você buscar, por meio de mensagens de texto, internet, telefonemas, lembretes, redes sociais, ou buscar pessoalmente aquela mulher, entrar em contato com ela e dizer "Olhe, você que está entre 50 e 69 anos venha fazer sua mamografia", sem, no entanto, retirar a cobertura de todas as mulheres, de qualquer idade, conforme solicitado pelo médico assistente. Então, a busca ativa deveria ser realizada proativamente pelas operadoras de planos de saúde, e o rastreamento por meio da busca ativa é uma inovação no setor, que tradicionalmente tem como foco a saúde individual dos beneficiários, que buscam assistência voluntariamente – a demanda espontânea, como a gente chama. Então, a pessoa vai ao consultório e lá o médico prescreve, pede a mamografia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na maior parte do mundo, entre 50 e 69 anos, a mamografia é indicada por, nessa faixa etária, esse exame de rastreamento ser mais efetivo, e, fora dessa faixa etária, é de compartilhamento de decisão entre o médico e o paciente.

Como eu só tenho 15 segundos, eu peço a V. Exa. mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode tocar.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Essa certificação não aborda só o câncer de mama, mas aborda os cinco principais cânceres de maior incidência e maior mortalidade no Brasil, que são: o câncer de mama, o câncer de colo de útero, o câncer de próstata, o câncer de pulmão e o câncer colorretal, e nós temos quatro níveis de certificação propostos.

Em cada uma dessas linhas de cuidado, para cada um desses cânceres, nós temos módulos em que você tem itens relativos à estruturação da operadora e da rede, à prevenção do câncer, às estratégias de detecção precoce, de rastreamento e diagnóstico precoce, à comprovação diagnóstica por meio da biópsia – o anatomopatológico –, ao tratamento e aos cuidados paliativos. Nesses itens, inclui-se a maior celeridade na autorização, inclusive, dos procedimentos para câncer: em vez de cair na mesma, digamos assim, "árvore de decisão" da operadora de todos os procedimentos, para o câncer nós estabelecemos, entre as boas práticas, uma via rápida, ou *fast track*, para que esse pedido ande mais celeremente em uma via separada.

Aí fizemos a consulta pública, no período de 10 de dezembro de 2024 a 24 de janeiro de 2025, exatamente para receber contribuições de mulheres, especialistas, operadoras, órgãos de defesa do consumidor e da sociedade em geral, e essa consulta pública teve uma participação bem acima do comum, para a ANS até, e, nos últimos dias da consulta pública, como vocês podem ver aqui, existiu um aumento exponencial. Nós recebemos 63.840 contribuições. Houve um equívoco entre o que nós estávamos propondo e o rol, e nós vamos avaliar todas as sugestões.

Esse relatório com todas as sugestões será publicado no rol da ANS, com posicionamento para cada uma das contribuições, acatada, acatada parcialmente ou não acatada, com as respectivas justificativas, sendo que 63.840 foi muito mais do que nós imaginávamos. Então ainda não concluímos essa análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os dados refletem alguns pontos importantes: a relevância do tema do câncer de mama para a sociedade, o que só reafirma a importância do nosso projeto; o equívoco gerado nas redes sociais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – ... que originou a confusão entre a cobertura obrigatória da mamografia, que não estava em pauta naquele momento, e a proposta da busca ativa das mulheres para a realização da mamografia como item do manual de boas práticas; a busca ativa como estratégia de saúde populacional, como uma inovação no setor; e que as coberturas são voltadas para os indivíduos e a busca ativa é voltada para uma população geral, mas ambas estão contempladas no setor.

Fizemos reuniões com as entidades médicas, que, de forma legítima, ficaram preocupadas com a comoção nas redes sociais. Fizemos, no dia 27/1, uma reunião *online* entre a ANS e as entidades; e, no dia 24/3, uma reunião presencial na ANS, para a discussão da proposta, com a participação do Colégio Brasileiro de Radiologia, da Sociedade Brasileira de Mastologia, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina.

E aí, no final da reunião, tivemos um consenso. Tiramos aí essa foto, demonstrando que o grupo chegou a uma decisão conjunta, elaborando critérios para esses itens no manual.

Quais foram os pontos importantes? Que não há alteração no rol, a mamografia está garantida; a nova proposta do manual foi construída em consenso com as entidades médicas, em 24/3/2025; e o resumo da nova proposta, para ficar bem mais claro do que nós estávamos falando: rastreamento individualizado de beneficiárias com idade entre 40 e 74 anos para o câncer de mama e periodicidade conforme indicação médica (mediante decisão compartilhada do médico com a mulher e consentimento livre e esclarecido) e a busca ativa realizada pelas operadoras para o rastreamento do câncer de mama de beneficiárias entre 50 e 69 anos, a cada dois anos; o rastreamento individualizado de beneficiárias com risco aumentado de qualquer idade para o câncer de mama, conforme indicação médica (periodicidade a critério médico já estava, mas nós deixamos mais claro ainda); e deixar mais evidente ainda, na proposta, que nenhuma operadora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificada ou não, poderá negar a cobertura da mamografia, em qualquer idade, em qualquer periodicidade, mediante solicitação médica.

Obrigada. Desculpe-me V. Exa. por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Dra. Ana Paula Cavalcante.

De pronto, vamos passar para o Dr. Charles, por dez minutos.

O SR. CHARLES FRAJDENBERG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Exmo. Senador Nelsinho Trad, em nome da Defensoria Pública do Brasil, da Defensoria Pública da União, especificamente, agradecemos pelo convite e pela oportunidade de participar desta audiência pública.

Cumprimento também os demais presentes, seja presencialmente ou virtualmente.

Aqui já foi amplamente debatida a questão dos cancelamentos unilaterais pelos planos de saúde, a questão da Consulta Pública 144, e a das mamografias, mas eu acho que a gente ainda não debateu o assunto levantado pelo Senador no terceiro item, que são esses planos de saúde de cobertura reduzida e de baixo custo.

Então, eu vou começar por essa questão, porque não foi aventada, o tempo é curto, e eu acho que é muito importante, aqui, na qualidade de Defensor Público Federal, que atende os hipervulneráveis da sociedade e aqueles que têm menos acesso a recursos privados. Quero falar desses planos, dessa proposta desses planos, que vai afetar diretamente as camadas mais pobres da população, as que são atendidas pela Defensoria Pública, e também a classe média, que, com muito esforço, paga um plano de saúde e poderá ver sua cobertura extremamente reduzida.

E aqui, nesse ponto, eu acho interessante, porque isso se aplica de forma muito parecida com a questão dos planos individuais e coletivos. Os planos individuais acabaram não sendo comercializados na prática, porque eles garantem mais direitos, têm mais impeditivos para uma rescisão unilateral e têm mais impeditivos também em questões de reajuste. Então, na prática, não são comercializados.

E a grande preocupação é: a partir do momento em que a gente permitir planos com baixíssima cobertura, teoricamente reduzidos, os preços atuais praticados pelos planos vão ser,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses novos planos, reduzidos, e, na prática, vão ficar inacessíveis os planos de ampla cobertura, porque esses planos de cobertura reduzida serão mais interessantes economicamente para as operadoras de saúde.

Então, sobre essa proposta de criação de planos de saúde de baixo custo e de cobertura reduzida, manifestamos profunda preocupação com o que consideramos um retrocesso histórico na regulação do setor. Permitir essa comercialização de planos que excluem atendimentos essenciais, como emergência, é uma porta de entrada para o retorno de práticas abusivas que a regulação já havia combatido.

Essa proposta não apenas viola princípios constitucionais fundamentais como representa uma discriminação socioeconômica inaceitável. Os mais pobres seriam forçados a contratar planos inadequados, criando uma cidadania de segunda classe no acesso ao serviço de saúde privado. A ANS não pode chancelar um sistema que permita que o poder aquisitivo determine a qualidade e a extensão do direito fundamental à saúde.

Outrossim, a referida proposta tem por finalidade a introdução de planos de saúde com cobertura restrita a atendimentos de consulta – dos seus contratantes – e exames, o que afronta os termos da lei do plano de saúde, visto que o art. 35-C da Lei 9.656 preceitua como obrigatória a cobertura de atendimento em casos de urgência, emergência e planejamento familiar, ou seja, além de afrontar o direito fundamental à saúde e à vida, a iniciativa proposta é flagrantemente ilegal e desproporcional.

Incumbe ao Poder Legislativo fazer, eventualmente, tal mudança, numa questão tão drástica, por meio de lei, e não à ANS, dentro do seu poder regulamentar. O poder regulamentar atribuído à ANS, pela força do disposto no parágrafo único do referido art. 35-C, não a chancela a retroceder em direitos fundamentais e constitucionalmente garantidos.

Trata-se de uma proposta que visa a beneficiar exclusivamente as operadoras, ao passo que os atendimentos, em casos de maior emergência ou urgência, pelos usuários, serão obstados na rede privada, de modo que deverão recorrer ao SUS, necessariamente.

Então, esta é a posição da Defensoria: totalmente contra esses planos simplificados, entendendo, basicamente, que não cabe à ANS, dentro do poder regulamentar e dentro do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder normativo, permitir que existam esses planos. Acho que tem que ter uma alteração, por meio de lei, do art. 35-C, e isso caberia ao Poder Legislativo.

Para fins de conclusão, nesta fala curta aqui, a Defensoria entende, de um modo geral, que a ANS deve adotar e aperfeiçoar medidas dentro do poder regulamentar e sancionatório para evitar rescisões unilaterais por operadoras de saúde, para assegurar os planos coletivos ou empresariais, principalmente para os segurados que estejam internados ou em tratamento de saúde de alto custo. Já para os demais segurados, a rescisão unilateral deve ser, no mínimo, caso ocorra, acompanhada sempre de oferta de plano de saúde com preço similar, mesma cobertura e sem carência, além das medidas sancionatórias da ANS contra as operadoras de saúde que se utilizam de tal prática, tanto com a finalidade preventiva quanto pedagógica.

Em relação à questão da mamografia, a ANS deve aprimorar a forma de se comunicar com a sociedade, utilizando-se de ferramentas como as redes sociais, por exemplo, justamente para promover campanhas esclarecedoras de combate a *fake news* e a informações errôneas, principalmente acerca dos direitos das mulheres ao rastreamento mamográfico.

Por fim, que a ANS abandone, definitivamente, a proposta de planos de baixo custo com cobertura reduzida, por ser considerada inconstitucional, contrária ao interesse público e violadora do princípio da razoabilidade.

A regulação do setor de saúde suplementar deve ser pautada pela proteção integral dos direitos dos usuários, especialmente dos mais vulneráveis, não podendo ceder à pressão do mercado que pretenda mercantilizar, ainda mais, um direito fundamental humano.

A Defensoria Pública está e estará atenta a todas as decisões da ANS e não hesitará em utilizar todos os meios legais e constitucionais necessários para defender os direitos dos usuários de planos de saúde, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Dr. Charles.

De pronto, vamos passar ao Dr. Cesar Cardim, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CESAR SERGIO CARDIM JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Na verdade, eu gostaria de parabenizar pela realização dessa audiência pública e saudar o Sr. Presidente dessa Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e proponente dessa audiência, o Senador Nelsinho Trad.

Saúdo as Sras. e os Srs. Senadores presentes, aqueles que também nos acompanham remotamente, as senhoras e os senhores que nos assistem aí presencialmente e pelos canais de comunicação do Senado Federal.

Eu vou me ater aqui aos pontos apresentados na requisição.

Inicialmente, é importante dizer que a FenaSaúde representa dez grupos de operadoras de planos de saúde, algumas delas entre as maiores do setor, com cobertura total de 27,7% de todo o mercado de saúde suplementar. As operadoras associadas à FenaSaúde cumprem toda a regulamentação e legislação da saúde suplementar e exceções, quando existem, são prontamente apuradas e corrigidas.

Toda reclamação é tratada com a devida relevância, mas vale aqui trazer alguns dados iniciais a esse respeito. Segundo os dados oficiais da própria Senacon, apresentados, inclusive, pelo Vitor Hugo, que está aí na mesa, o setor de operadoras de planos de saúde e administradoras de benefícios foi o 13º colocado no *ranking* nacional de reclamações de 2023, dado mais recente disponível. O setor, então, foi alvo de 1,4 milhão de reclamações registradas na plataforma oficial do consumidor.gov.br.

Nas reclamações registradas na ANS, para cada mil beneficiados de planos médico-hospitalares, 7,2 reclamações são registradas, ou seja, menos de uma reclamação para cada cem beneficiários. E, além disso, quando se considera o total de procedimentos que foram realizados na saúde suplementar em 2023 – um total de 1,9 bilhão de procedimentos, dado mais recente disponível pela ANS –, a média de reclamações é de menos de duas reclamações para cada 10 milhões de procedimentos realizados.

Então, feita essa pequena introdução, vou falar sobre os itens, os três temas, rapidamente, colocados dentro da requisição desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os critérios de mamografia, que foram muito bem apresentados, obviamente, pela ANS, pela Ana Paula Cavalcante, eu não tenho muito mais a acrescentar, a não ser dizer que todas as coberturas e exames da saúde suplementar seguem o estabelecido pela RN 465, que define o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde de cobertura obrigatória para todas as operadoras. A mamografia bilateral convencional consta no rol sem nenhuma restrição de cobertura, ou seja, pode ser feita em qualquer idade ou periodicidade.

Com relação à mamografia digital, ela possui cobertura obrigatória entre 40 e 69 anos com direito de utilização, ou seja, conforme critérios definidos pela ANS. Isso significa que a cobertura das mamografias sempre foi garantida pelos planos de saúde e é superior ainda ao proposto pelo protocolo do Inca, sem nenhuma limitação de intervalo para a sua realização. O que existe em discussão, e foi bem apresentado, de novo, pela Ana Paula, é a criação de uma certificação para as operadoras que aderirem ao programa de certificação de boas práticas da assistência oncológica, que não altera em nada a cobertura no rol.

Então, esse é só um complemento, de uma forma mais resumida, à fala da servidora.

Com relação às decisões contratuais, outro tema desta audiência, é importante dizer que as associadas da FenaSaúde não realizaram cancelamento unilateral de contratos de plano de saúde em massa.

Os associados da Fena cumprem integralmente, como já dito, as regras contratuais e as normas regulatórias nos processos de cancelamento de contratos. E a rescisão é uma previsão existente na legislação que rege a saúde suplementar. Portanto, o maior interesse das operadoras nunca foi perder clientes; pelo contrário, é reter esses clientes. Então, as rescisões, quando ocorrem, são exceções e não a regra, sendo aplicadas sempre com rigoroso respeito à lei. Elas são específicas para os planos individuais e também têm um regramento para os planos coletivos.

O beneficiário do plano individual, como já foi dito por todos aqui inclusive, está protegido contra rescisões imotivadas, de modo que a operadora só pode rescindir o contrato individual se ocorrerem duas hipóteses: as situações de fraude ou inadimplência. Já nos contratos coletivos, a rescisão é permitida. No entanto, deve-se observar as condições previstas no contrato firmado entre a operadora e a empresa ou entidade – nos casos dos planos coletivos por adesão, a empresa contratante ou entidade contratante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu enfatizo que a rescisão nunca é, nem pode ser, discricionária. Não pode haver o que se denomina tecnicamente de seleção de risco, e não é isso que ocorre. Quando acontece a rescisão, ela envolve o contrato como um todo, abrangendo todos os beneficiários participantes. Portanto, não há que se falar em rescisões que mirem especificamente uma idade, uma patologia ou algum tipo de transtorno. Aliás, os dados, tal como são apresentados pela ANS, sequer permitem identificar o CID, que é o código da doença ou do transtorno que está sendo tratado pelo beneficiário do plano.

Suspensões e exclusões de beneficiários em contratos coletivos só acontecem quando a pessoa jurídica, a entidade ou a empresa contratante, as solicita à operadora de plano de saúde.

Por fim, todas as rescisões devem ser obrigatoriamente comunicadas ao beneficiário e são realizadas conforme a lei, com 60 dias de antecedência.

E com base, inclusive, na fala do Diretor do DPDC, Vitor Hugo, que me antecedeu, a FenaSaúde, como representante das operadoras ali nominadas, faz parte, ela integra o GT criado pela Senacon para discutir e procurar alternativas à rescisão unilateral de contratos. Esse trabalho está em curso e tem previsão de término para maio.

E, por fim, sobre o último tema proposto aqui na audiência pública, que é a questão dos novos planos de consultas estritamente eletivas e exames, é importante enfatizar que esse assunto segue em curso na ANS, está em aberto, ainda sem relatório conclusivo. A ANS ofereceu uma ampla manifestação e participação da sociedade, e foram feitas as contribuições durante o período da consulta pública, sem nenhuma decisão, por enquanto, do órgão regulador.

A lei do plano de saúde de 1998 – ou seja, já tem quase 30 anos – está precisando de uma atualização. Ela está claramente desatualizada em relação às mudanças demográficas, epidemiológicas e tecnológicas ocorridas nessas três décadas.

O *sandbox*, que é a consulta pública, é uma novidade. O *sandbox*, de uma maneira geral, é novidade na saúde suplementar, mas não é uma novidade nos demais setores regulados, aqui e até no resto do mundo. A Aneel, por exemplo, tem cinco procedimentos dessa natureza em andamento para testar mudanças nas tarifas de energia de determinadas concessionárias e em determinadas áreas geográficas. Os *sandboxes* são ambientes controlados, protegidos, para se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoverem avanços regulatórios importantes sem afetar o restante do setor. A metodologia de *sandbox* regulatório está definida numa lei complementar, a Lei 182, de 2021.

Mesmo com ressalvas, que foram objeto de sugestões e melhorias que apresentamos à ANS – fizemos, obviamente, contribuição à Consulta Pública 151 –, a FenaSaúde avalia que a medida abre a possibilidade de ser oferecida mais uma alternativa de assistência a pessoas que ainda não têm condições de contratar o seu plano de saúde. É um acesso mais rápido e com maior chance de curar e de salvar vidas; ou seja, o sistema brasileiro de saúde, como um todo, a nosso ver, só tem a ganhar com a proposta de criação de novos produtos – não planos; produtos! – de consultas e exames da ANS.

Por fim, mais liberdade econômica e menos regulação podem permitir que o setor privado de planos de saúde desenvolva produtos mais aderentes aos anseios da sociedade.

Com isso, eu me despeço.

Agradeço ao Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Dr. Cesar Cardim.

De pronto, o Dr. Rafael Vinhas, por dez minutos.

Com a palavra.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, saúdo o Senador Nelsinho Trad. Agradeço a oportunidade de estar aqui, representando a Agência Nacional de Saúde Suplementar, juntamente com a Ana Paula.

Eu vou compartilhar a apresentação... Vou só colocar em modo de apresentação.

Vou trazer dois assuntos que já foram debatidos aqui: a Ana Paula brilhantemente expôs sobre um dos temas, que é a questão das regras de cancelamento de contratos coletivos; e o outro é o *sandbox* regulatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, porém, de iniciar, eu gostaria de me apresentar: eu sou Gerente-Geral de Regulação da Estrutura dos Produtos de uma das diretorias da ANS, a Diretoria de Produtos, e sou servidor de carreira há mais de 19 anos.

É um trabalho conjunto que é feito na ANS. A gente vai até demonstrar a questão das regras de cancelamento e também as propostas que foram já trazidas pela ANS para aprimoramento das regras – mas, sem antecipar nada, vamos seguindo.

Eu vou tentar dividir a apresentação em duas partes, para falar sobre as regras de cancelamento – até porque já foi um tema bastante debatido aqui pelos que me antecederam, mas para passar um pouquinho da regulamentação do setor – e sobre a diferenciação das regras dos planos individuais para as dos coletivos.

Primeiramente – já foi inclusive trazida aqui essa questão –, a própria Lei 9.656, aprovada no Congresso Nacional, deixa bem clara a impossibilidade de que haja qualquer tipo da chamada "seleção de risco", ou seja, ninguém pode ser impedido de contratar um plano de saúde, por qualquer motivo, tampouco ser excluído justamente por ter alguma doença ou por alguma condição de saúde.

Isso é importante que seja dito justamente porque, além de o legislador ter deixado isso claro, toda a regulamentação da ANS é uníssona nesse sentido. A própria regulamentação que a gente tem, que é a nossa RN 557, que veio posteriormente à norma original, a RN 195, de 2009 – ou seja, já tem bastante tempo –, deixa bem claro, lá no próprio art. 22, que em nenhuma hipótese pode ser colocada qualquer exigência para ingresso de beneficiários em planos coletivos, além dos planos individuais. E o legislador, na própria Lei 9.656 – e a RN 557 apenas reproduziu o que o legislador já trouxe na Lei 9.656 –, deixou claras as regras específicas, além de adesão do plano individual, como também na rescisão lá no parágrafo único do art. 13.

Reforçando a regulamentação do setor, a diretoria colegiada da ANS, lá em 2015, ou seja, vai fazer quase dez anos dessa súmula normativa, Súmula Normativa 27, trouxe novos dispositivos a uma súmula normativa que também já existia, que ainda está em vigor até hoje, que é a Súmula 19, deixando clara a vedação à prática de seleção de risco, seja nos planos individuais, seja nos planos coletivos, tanto em relação ao grupo como um todo, porque, quando a gente fala em plano coletivo, isso é importante que seja dito, ele não é um contrato firmado entre uma pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física e a operadora, à exceção dos casos de empresários individuais, que têm a natureza jurídica de pessoa física, mas, sim, entre uma pessoa jurídica e a operadora.

Nessas hipóteses, os beneficiários pessoas físicas, aí sim, aderem àquele contrato que já foi firmado, no caso do contrato coletivo; ao contrário do plano individual, que, aí sim, pode ser contratado por qualquer pessoa natural, sem nenhum tipo de discriminação na entrada, e com as regras de rescisão colocadas pelo legislador lá na Lei 9.656.

Um dado importante: a RN 195, na sua redação original, trazia algumas regras protetivas para as partes, até para manter a boa-fé objetiva nesses contratos coletivos em relação à rescisão; porém, nós tivemos uma ação civil pública que foi julgada, passou por várias instâncias e finalmente transitou em julgado, e foi entendido que essas regras que estabeleciam prazos prévios de 60 dias para rescisão e também que o contrato tivesse vigência mínima de 12 meses se aplicariam individualmente ao beneficiário – o que não era o entendimento da ANS, porque o entendimento da ANS era de que essas regras se aplicavam ao contrato como um todo.

E isso é importante que seja dito, porque qualquer rescisão de contrato coletivo se aplica àquela massa de beneficiários, e não individualmente a cada um dos beneficiários, a não ser nas hipóteses em que haja exclusão pontual de beneficiários em planos coletivos, que são: os casos de fraude, por motivos óbvios, acho que dispensa maiores comentários; a perda do vínculo de titular ou de dependência, caso haja previsão contratual; e a pedido do próprio beneficiário.

A ANS traz uma regra específica que regula as formas como o beneficiário pode pedir para sair do plano, inclusive a quem ele se dirige, qual a forma de devolução *pro rata*, ou seja, proporcional do valor da mensalidade, caso ele peça a sua saída no decorrer do mês.

O que é importante que seja dito é que, embora essa regra tenha sido revogada por uma decisão judicial, a gente sabe que o Código de Defesa do Consumidor e o próprio Código Civil deixam claro que as partes podem convencionar, a despeito de não ser uma regra mais estipulada pela ANS, mas eu vou trazer já, já para vocês o que a ANS está propondo e discutindo com a sociedade para aprimoramento dessas regras em relação à rescisão de planos coletivos.

O que é importante que seja dito é que – isso já foi bem falado aqui, eu não vou ficar me estendendo até porque os que me antecederam colocaram bem a situação – a exclusão individual ou pontual de um beneficiário não pode ser confundida com a rescisão contratual, ou seja, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrato como um todo. Quando você tem um contrato coletivo, você tem várias pessoas que estão vinculadas àquele contrato e caso qualquer das partes, seja a pessoa jurídica contratante ou a pessoa física, no caso, o empresário individual ou a operadora decidam rescindir, aquele contrato se extingue para todas as pessoas que estão vinculadas a ele – e, novamente, é importante que, em nenhuma hipótese, seja permitida a questão da seleção de risco.

Uma questão que foi trazida aqui, que já foi até o entendimento do STJ, é que, caso haja qualquer beneficiário internado não só nos planos individuais – isso está inclusive na Lei 9.566 –, mas nos planos coletivos, a operadora é obrigada a manter a cobertura do beneficiário até que ele tenha alta hospitalar. Essa é uma questão importante que já foi até uma questão debatida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Outra questão que é a nossa regra – que eu já falei um pouquinho antes, mas só trazendo aqui para reforçar –, no caso de cancelamento a pedido do beneficiário, é que ela tem efeito imediato. É uma regra que foi debatida com a sociedade e consolidada na atual RN 561, que está em vigor, e isso deixa clara a preocupação da ANS de dar transparência nesse ato de saída a pedido do beneficiário do plano.

Em todas essas hipóteses, seja na rescisão do contrato como um todo, seja por interesse do beneficiário em que ele preencha os requisitos, seja até na saída ordenada da operadora do mercado, a ANS oportuniza que o beneficiário porte as suas carências e eventual cumprimento de cobertura parcial temporária, no caso de doenças ou lesões preexistentes. O entendimento da agência – e hoje a portabilidade de carências é irrestrita para qualquer tipo de contrato – é de que o cumprimento de carências pelo beneficiário é no sistema, não individualmente em cada operadora. Então, o beneficiário pode trocar de planos. Na primeira portabilidade, é exigido o prazo inicial de dois anos, mas a cada nova portabilidade ele tem que permanecer só um ano na operadora, de modo que ele possa portar essas carências e trocar de plano. Inclusive, a ANS disponibiliza um instrumento no seu portal, que é o Guia ANS de Planos de Saúde, para que o beneficiário possa averiguar quais são os planos compatíveis ao que ele está e, se assim desejar, trocar de plano de saúde.

O que é importante trazer aqui, até para entrar na questão do *sandbox*, é que a ANS atualmente está discutindo a chamada política de preços, e, dentro dessa política de preços – que trata de reajuste, trata de revisão técnica e tem outras questões que estão sendo apreciadas –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma proposta de aprimoramento das regras de rescisão contratual em planos coletivos. Essa proposta, inclusive, foi apreciada pela diretoria colegiada no dia 28 do mês passado... (*Pausa.*)

Senador, se me der permissão, em mais dois minutinhos, eu falo da questão do *sandbox*. Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Toque aí. Mais dois minutos, porque nós temos horário aqui a cumprir com a questão da transmissão.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (*Por videoconferência.*) – Perfeito, perfeito. Agradeço a deferência.

Então, a proposta é de que haja uma mudança – inclusive está aqui exposta no eslaide –, que a rescisão só possa ocorrer na data de aniversário do contrato com antecedência mínima e com a exposição dos motivos pelos quais está ocorrendo a rescisão por parte da operadora. Essa é uma regra que a gente espera conseguir concluir a sua discussão e que, sem dúvida alguma, vai ser um aprimoramento da regulamentação sobre o assunto.

Entrando na questão do *sandbox* regulatório, eu fiz questão de falar de *sandbox* regulatório justamente para trazer que é uma proposta que está em estudo e é uma proposta que está sendo discutida com a sociedade em um ambiente experimental. Nós temos uma regra, a RN 621, que está exposta aí, que traz a possibilidade do *sandbox*, que é um experimento em relação a um serviço de saúde que está sendo proposto para discussão pela ANS.

Importante ser dito que, quando o Congresso Nacional estipulou a Lei 9.656, ele trouxe uma regulamentação, um marco regulatório para o setor, em que você não tinha uma regra anterior, em que havia diversos abusos, inclusive, ao próprio Código de Defesa do Consumidor, que foi elaborado antes. A Lei 9.656 trouxe uma série de regras protetivas não só para o consumidor, mas para trazer segurança jurídica para o setor.

A proposta que está sendo discutida aqui vem na linha do serviço e não do plano de saúde, que hoje é regulado pela ANS, e a gente conheceu, inclusive, ao longo dos debates. Por que veio essa discussão? Ao longo dos anos – a Lei 9.656 já existe há um tempinho, foi promulgada em 1998 com vigência em 1999 –, foi surgindo um mercado paralelo, que não tem regulação, o chamado cartão de desconto em clínicas populares...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (*Por videoconferência.*) – ... que tem uma grande penetração na população – como está colocado aí no eslaide – que não poder pagar por um serviço, mas tem interesse em ter esses atendimentos.

Nesse bojo, foi proposta uma ação judicial, e o Superior Tribunal de Justiça, em uma decisão que ainda não transitou um julgado – é bom que seja dito –, entendeu que esse mercado deveria ser regulado pela ANS no âmbito de um serviço, porque esses não são planos de saúde – inclusive, como a ANS sempre diz – como a gente conhece, e sim o serviço.

Então, a proposta da discussão *sandbox* é a de que esse serviço fosse discutido fora de uma abordagem tradicional. Por isso é que a gente não tem a análise de impacto regulatório, que não foi apresentada até o momento. A proposta do *sandbox* seria no sentido de que fossem feitas algumas perguntas – que estão colocadas aí no eslaide –, de que a gente avançasse em uma proposta final no sentido de saber se o *sandbox* pode ou não ser utilizado.

Essa proposta foi discutida com a sociedade – eu já vou seguindo para a finalização, até agradecendo a deferência do Senador –, com ampla participação social, como foi bem colocado aqui, não só na consulta pública, mas em uma audiência pública que ocorreu em fevereiro de 2025. Não temos uma posição final, ainda está em estudo pela ANS. Qualquer tipo de participação ou subsídio é sempre bem recebido pela ANS para que a gente possa ouvir a sociedade, o que é nossa função.

Novamente, peço desculpas por avançar um pouquinho no prazo, agradeço a deferência por um tempo adicional e fico à disposição para qualquer tipo de contribuição complementar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a sua participação, Dr. Rafael.

De pronto, vamos chamar o Dr. Marcos Novais e vamos concluir com a Dra. Marina Paullelli.

Agora, Dr. Marcos Novais, por dez minutos.

O SR. MARCOS NOVAIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá! Muito bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Senador Nelsinho Trad e todos da mesa.

Sou Marcos Novais, Diretor-Executivo da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), que congrega, em sua base, mais de 140 empresas de planos de saúde, que operam não só nas principais capitais do país, mas também no interior e nos rincões do nosso país, dando acesso à saúde para toda a nossa população de beneficiários de planos.

Eu peço só permissão... Ah, habilitou aqui. Eu vou compartilhar uma breve apresentação, para que a gente possa elucidar e trazer argumentos e discussões para este debate. Tentando já ser mais conciso, já falei um pouco sobre a nossa associação.

É importante a gente lembrar que são 52 milhões de brasileiros que hoje têm planos de saúde regulamentados pela ANS. Esse número não vem crescendo de forma a contento no decorrer dos últimos anos. É importante a gente lembrar que saltos, quando aconteceram – e agora acabou de acontecer um –, foram muito mais porque institutos de previdência, no caso vinculados a governos estaduais, passaram a ser regulamentados pela ANS, e aquelas vidas que lá estavam vinculadas passam a compor esse número. Então, se tirados esses efeitos, o nosso setor não vem crescendo muito. Isso é importante que seja dito não do ponto de vista empresarial, mas de um ponto de vista das pessoas. Quer dizer que as pessoas desejam acesso a planos de saúde. É o terceiro desejo da população brasileira e, se a gente conseguir ampliar isso, a gente está atendendo aos anseios da nossa população.

Então, taxa de cobertura... A diversidade de serviços é tremenda. São 3,4 mil procedimentos cobertos, para todas as doenças classificadas na Classificação Internacional de Doenças. São 1,9 bilhão de eventos por ano. Eu gosto de colocar aqui um ponto, porque acho que nós como brasileiros sempre nos cobramos muito. É importante que assim o façamos, mas é importante que a gente consiga não só criticar o que temos hoje no nosso país, seja em saúde ou em qualquer outro produto ou serviço no Brasil, mas também conseguir avaliar a entrega, de fato, desse produto ou serviço. Nós vemos, às vezes, muitas críticas e com pouco detalhamento e profundidade e, quando a gente olha para fora, no mundo... E aí eu faço um destaque aqui: um plano de saúde no Brasil custa em média, em dólares, US$70. Nos Estados Unidos, isso é um almoço, mas aqui a gente dá cobertura, sem qualquer limitação financeira, por US$70, seja numa cidade, numa capital brasileira, ou numa pequena cidade no interior do país. É um mérito aqui o desenvolvimento de um dos principais sistemas de saúde privados do mundo de empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometidas com essa assistência, sejam elas de medicina de grupo, sejam elas seguradoras, sejam elas as cooperativas de saúde, UNIMEDs, que atuam aí dando acesso a todos os beneficiários em todo o país.

Também faço aqui a menção de um eslaide de uma apresentação do ex-Ministro Nelson Teich, em que ele faz um comparativo, aí sim, trazendo números e uma avaliação mais detalhada. Ele faz um comparativo e mostra que a assistência à saúde oncológica, quando a gente fala de beneficiários de planos de saúde do Brasil, tem níveis de resolutividade, níveis de assistência ao paciente similares aos que a gente encontra nos países desenvolvidos. Quer dizer que desenvolvemos aqui um sistema que dá acesso à saúde com níveis de qualidade e de assistência similares a países desenvolvidos. Eu acho que é importante que a gente coloque tudo isso e não se prenda somente a críticas, mas também saibamos que a gente desenvolveu um sistema que dá, sim, acesso, que dá, sim, resposta e que pode, sim, e deve ser aprimorado. O aprimoramento tem que ser contínuo.

Essas respostas são diárias: 3 milhões de exames por dia, 25 mil internações, 10 mil cirurgias. O prazo de atendimento instituído pela ANS – só para compartilhar com os senhores, aí me permito aqui fazer algumas citações, Senador Nelsinho Trad –, no Brasil, vai de 3 a 21 dias úteis, sendo, para um procedimento de alta complexidade, 21 dias e, para um exame, 3 dias. Quando a gente olha, por exemplo, para um país como Portugal, que é tão valorizado por todos nós com uma economia desenvolvida, o prazo de atendimento chega a 180 dias para cirurgia de alta complexidade. Repito aqui: 180 dias para esses procedimentos. Isso é regulamentado.

O que a gente desenvolveu, de fato, merece, sim, uma avaliação maior nossa. Saibamos valorizar o que está dando certo e saibamos também olhar para o que precisa ser aprimorado, porque isso também é muito importante.

Eu queria colocar três pontos aqui para debate dentro dessa agenda trazida nesta audiência. Há importância de aprimorar o processo regulatório? Com certeza. E a ampliação do uso de ferramentas como análise de impacto regulatório? É fundamental, como mitigar problemas relacionados à desinformação que a gente vê, de fora a fora, em todas as discussões, quando a gente fala em saúde suplementar.

Quando a gente fala da importância de aprimorar o processo regulatório, estou dizendo aqui do processo como um todo. O que significa regular? Significa criar normas, regras, técnicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalizar o cumprimento dessas regras, estimular o uso de uma concorrência justa, assegurar a sustentabilidade do setor.

E aqui eu faço um destaque importante. Façamos aqui uma digressão e pensemos: será que conseguimos imaginar esse setor sustentável ao longo do tempo? Fora a fora, nos debates que eu presencio e em que estamos presentes representando a Abramge, muitas pessoas falam que o modelo não é sustentável. Se ele não é sustentável, a gente tem um problema, e um problema a que o regulador, como uma liderança de Estado, precisa se atentar. Então, a gente tem que assegurar essa sustentabilidade ao longo do tempo – isso é preocupante – e ampliar o acesso da população.

Imaginemos nós que agências reguladoras como a Aneel criem normas para dificultar a conexão de pessoas que estão muito distantes dos grandes centros do país. Não é isso que a gente imagina. O que a gente imagina do regulador é criar ferramentas e instrumentos que permitam facilitar e ampliar o acesso para que a energia chegue àquele local, independentemente da situação. E, aqui na saúde suplementar, o que a gente percebe é a importância de que consigamos colocar que tipo de normas e regras queremos para ampliar o acesso da população e não para reduzi-lo.

Quando a gente fala de análise de impacto regulatório, previsto no art. 6º da Lei das Agências Reguladoras, ele é fundamental. No fundo, a gente está falando de avaliar os efeitos potenciais, positivos ou negativos, comparar alternativas regulatórias disponíveis. Quer dizer, ele é fundamental em todo o processo regulatório não só no Brasil, mas em todo o mundo.

E, quando a gente olha aqui... Eu quis trazer aqui o resultado de um estudo da FGV Direito Rio, que não foca aqui na ANS de forma alguma. Ele está olhando para todas as agências reguladoras brasileiras. Quando a gente olha aqui a necessidade de aprimorar, em especial junto às agências reguladoras, o processo de análise de impacto regulatório, mais da metade dos atos normativos aprovados por agências reguladoras do Brasil, no período avaliado naquele estudo, não foram acompanhados de análise de impacto regulatório, alguns deles com ausência de nota de dispensa de AIR. Isso nos leva a uma situação preocupante quando a gente fala de Anvisa e ANS apresentarem maior produção normativa nos últimos três anos, mas o uso de AIR foi inferior a 8%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estudo traz uma série de resultados como esse, não olhando, de novo – é importante que aqui eu reforce –, para a ANS em si, mas para todo o conjunto regulatório brasileiro. A gente precisa aprimorar muito esse processo para que a gente consiga alcançar um modelo, de novo, que consiga avaliar todas as alternativas disponíveis. Esse trabalho também traz muito isso, quer dizer, muitas vezes a gente vê o regulador comparando o *status* atual e uma proposta dada e não mais uma proposta que poderíamos seguir pela frente, o que na verdade cria vieses de análise.

Digo isso, que é importante, porque a gente percebe que várias alterações legislativas foram feitas no decorrer dos últimos anos em saúde suplementar que tiveram dispensa de análise de impacto regulatório, e a gente está vendo agora os seus efeitos. É importante que a gente, então, aprimore o nosso modelo e priorize boas análises de impacto regulatório que sejam amplas o suficiente e com participação social em todos os momentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS NOVAIS (*Por videoconferência.*) – ... dessas discussões. A dispensa da análise de impacto regulatório tem que ser a exceção e não a regra. Esse é um ponto importantíssimo.

E aí, caminhando aqui também para o nosso último item da pauta, para não me alongar demais, mitigar problemas relacionados à desinformação é fundamental em nosso setor, porque o que a gente mais tem são problemas de desinformação. Já foi citado aqui o caso das diretrizes de mamografias, em que uma ação da agência para criar um nível de qualificação em torno de mamografia gerou um debate de que a agência estaria limitando algo, o que é totalmente o contrário. E, de novo, é bom que a gente reforce que o pedido de mamografia no Brasil tem prazo para ser cumprido e podem ser solicitados quantos pedidos forem necessários. Então, a gente não tem nenhum tipo de limitação no Brasil, ali o que se discutia pelo regulador, por uma consulta pública, era aquilo que foi colocado pela Ana Paula Cavalcante, representante da ANS.

No *sandbox* regulatório, produto de consulta e de exame é um outro processo e a gente vê muita desinformação nesse item. São colocados com a criação de um novo plano: "Este será o plano oferecido pelas empresas"; "Não teremos mais produtos para cobertura médico-hospitalar no Brasil". Muito pelo contrário, o que se discute ali e o que foi colocado em consulta pública pelo regulador é a possibilidade de criar um *sandbox* regulatório, ou seja, um ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experimental fiscalizado, regulamentado, monitorado pela ANS para que se testasse um produto, não um plano de saúde, para cobertura de consulta e exame.

Os planos de saúde, como eles estão instituídos, serão – e aí é uma pergunta que eu coloco para os senhores e já trago a resposta – preteridos? De forma alguma. As operadoras não só têm parcerias com ampla rede credenciada em todo o Brasil, mais de 3 mil hospitais e tantas centenas de clínicas, mas também construíram infraestrutura própria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS NOVAIS (*Por videoconferência.*) – Dentro das medicinas de grupo, das operadoras de Unimed e das cooperativas médicas em todo o Brasil, foi construída uma ampla infraestrutura para dar acesso exatamente às pessoas, a internações, a consultas e exames. Essa estrutura toda é fundamental e continuará sendo utilizada por todos aqueles que possuem plano de saúde médico-hospitalar, ou seja, esse produto em nada implica uma mudança na oferta do plano de saúde conforme conhecemos hoje. Na verdade, ele é uma ampliação, é uma boa oportunidade de testarmos um modelo diferente para a ampliação de acesso para pessoas que hoje não têm acesso à saúde suplementar. Então, ele não se confunde de forma alguma com os produtos atuais, um ambiente controlado, regulado.

É importante que a gente diga também... Eu peço só mais dois minutos para encerrar.

É importante que a gente diga também que nós vimos aí falas de vários representantes falando de quanto esse produto poderia ser prejudicial ao consumidor e a gente percebe que não há nenhum trabalho ainda mais detalhado falando sobre os cartões de desconto.

Alguns estudos, alguns relatórios indicam que tem empresa que tem 20 milhões de pessoas cobertas, vínculos ativos, e que teria 40 milhões, 50 milhões de brasileiros em produtos de cartão de desconto em saúde, que não oferecem nenhum tipo de garantia de atendimento, nenhum tipo de garantia e observância de qualquer legislação de saúde suplementar no Brasil, muito menos de regulação da ANS. Estão a par da regulação e estão expondo as pessoas, expondo os brasileiros a risco. E é importante que a gente traga isso e consiga trazê-lo de forma regulada, monitorada, fiscalizada pela ANS. Então, os cartões de desconto não são uma opção, é importante que assim a gente diga e traga proteção para essas pessoas vinculadas.

E aí a gente tem também... É importante que a gente traga aqui que pesquisa divulgada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS NOVAIS (*Por videoconferência.*) – ... pelo Instituto Locomotiva aponta que 72% dos brasileiros da classe C já pagaram ou conhecem alguém que pagou consulta ou exame particular porque não conseguiram atendimento no sistema público. O acesso hoje está fragmentado. Essas pessoas, eventualmente, podem não ter o recurso naquele momento. E, sobre produto para consulta e exame, quando a gente pergunta para essas mesmas pessoas qual é a percepção, nove em cada dez delas desejam aderir, desejam testar. Eu acho que criar esse ambiente monitorado, regulamentado e experimental é fundamental. Se identificarmos que não funcionou, que aprimoremos ou que descontinuemos o experimento, que descontinuemos o *sandbox*, mas é importante a gente dar acesso à nossa população a essa nova modalidade para que ela possa ser assim desenvolvida.

Então, agradeço aqui, Senador Nelsinho Trad.

Coloco-me à disposição e agradeço a todos os membros da Comissão e também a todos os nossos membros da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Dr. Marcos Novais.

De pronto, vamos fechar com Marina Paullelli, Coordenadora do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

A SRA. MARINA PAULLELLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador.

Por gentileza, pode me confirmar se me escutam bem, se o áudio está bom?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

A SRA. MARINA PAULLELLI (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Senador, eu agradeço o convite direcionado ao Idec. Aproveito para cumprimentá-lo e também cumprimento os demais palestrantes e ouvintes da audiência em sua pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Marina. Falo do Idec (Instituto de Defesa de Consumidores), que é uma associação de consumidores, uma organização da sociedade civil que trabalha, há mais de 30 anos, na defesa de consumidores de diferentes produtos e serviços.

Saúde é uma pauta histórica do Idec. O Idec tem um programa temático direcionado a esse tema, trabalhando em questões relacionadas a planos de saúde, medicamentos, saúde digital, entre outros. E faço aqui um resgate histórico para lembrar que o papel do Idec foi significativo tanto na edição da lei de planos de saúde quanto no próprio Código de Defesa do Consumidor. E, fazendo outro resgate histórico ainda, é importante lembrar que planos de saúde representam um dos produtos mais reclamados no Idec, com problemas relacionados a reajuste, negativas de cobertura, rompimentos imotivados de contratos, ou seja, justamente os temas que estão sendo discutidos hoje aqui na audiência pública são os temas que os consumidores levam ao conhecimento do Idec, com angústias, com dúvidas, principalmente na tentativa de tentar solucionar extrajudicialmente esses conflitos.

Informações como esta e as informações que eu vou compartilhar a seguir na minha apresentação já foram enviadas à própria Agência Nacional de Saúde Suplementar, ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e ao Ministério Público Federal. Então, o Idec tem extremo interesse em fazer com que a regulação setorial avance para se alinhar ao Código de Defesa do Consumidor e também para que a lei dos planos de saúde seja, de fato, observada.

Em relação ao cancelamento unilateral dos contratos, aos rompimentos unilaterais, é importante frisar que o Idec já enviou, em mais de uma oportunidade, contribuições à ANS solicitando o avanço na regulação nesse sentido.

As sugestões propostas na recente política de preços e de reajustes ainda são mudanças insuficientes, incompletas, que não endereçam adequadamente as sugestões que o Idec enviou e também sugestões enviadas pela própria Defensoria Pública da União, pela Fundação Procon de São Paulo, porque ainda estão bastante aquém e abaixo do que o Código de Defesa do Consumidor estabelece para proteção contratual dos planos coletivos.

É de suma importância que esses contratos recebam a mesma proteção dos planos individuais, que o cancelamento imotivado seja vedado de forma expressa, até porque, embora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja uma avença coletiva, o consumidor continua sendo o terceiro beneficiário do contrato, ele é a parte hipervulnerável e que acaba sendo prejudicada por essa medida.

Grande parte das recomendações e sugestões do Idec no avanço da regulação foram acatadas pelo Ministério Público Federal, que incluiu algumas dessas sugestões na recomendação que já foi enviada à própria ANS.

Sobre o *sandbox* regulatório, tema também de superimportância, uma vez que visa ao teste de um plano sem cobertura, um plano mínimo, um plano abaixo dos parâmetros da lei dos planos de saúde, o Idec também se manifestou nesse sentido na própria ANS, mas também ajuizou uma ação civil pública para questionar a legalidade da medida. Isso porque tanto a resolução normativa que edita o *sandbox* e que permite a realização do *sandbox* regulatório no âmbito da ANS quanto o processo administrativo que permite o teste dessa nova modalidade contratual, ao ver do Idec, estão permeados de ilegalidades, sobretudo – tanto no caso da RN 621, quanto da consulta pública – a ausência de impacto regulatório, e também porque a RN 621 foi editada no momento de transição das diretorias da agência, o que chama a atenção para uma evidente pressa regulatória em fazer com que o assunto fosse discutido. Se assim o Senador quiser, o Idec pode enviar todos os materiais relacionados a essa ação judicial.

Mas, principalmente, qual é a avaliação do Idec sobre o assunto, quais são as ilegalidades que a gente pede que o Judiciário reconheça? Em primeiro lugar, a completa ausência de inovação no tema. Um cenário como o que se pretende testar já existiu antes da edição da lei dos planos de saúde. Testar um produto sem cobertura que só admite a realização de exames e procedimentos eletivos é voltar a um cenário anterior, pré-lei dos planos de saúde, em que a insegurança do consumidor era evidente, com negativas de cobertura, reajustes abusivos, dúvidas sobre contratos, enfim, problemas que até hoje permanecem. Mas, sobretudo, se esse teste for realizado, o consumidor vai ficar num patamar de ainda maior insegurança.

Não foi realizado estudo da agência sobre potenciais riscos ao consumidor, principalmente considerando como vai ser a interface com o SUS; qual é o impacto do teste no SUS; como o consumidor vai ser atendido depois de um suposto diagnóstico; qual vai ser a postura da agência diante de possíveis práticas abusivas, seja a negativa de cobertura, seja a ausência de informação sobre o produto a ser testado; qual vai ser o efeito se o consumidor decidir migrar de um plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde que ele já tem para esse produto que vai ser testado, o que, com certeza, vai ser um retrocesso.

E, sobretudo, mais uma vez, o projeto não é inovador. O *sandbox* proposto pela ANS está em desacordo com as especificações tanto do Tribunal de Contas da União quanto da Controladoria-Geral da União sobre o tema, e é isso que a gente coloca também na ação civil pública.

E ainda mais: esse teste viola a própria lei dos planos de saúde. A lei dos planos de saúde já indica, no art. 10, quais são os parâmetros mínimos de cobertura, e já existe um plano ambulatorial devidamente regulado, devidamente previsto pela lei, e também já existe um plano individual, que deveria ser objeto de atenção regulatória da agência, para que esse plano voltasse a ser de interesse das operadoras, sem, no entanto, fragilizar a proteção que hoje existe.

E, por fim, o Idec entende que o ato administrativo que motiva e tenta justificar a realização do *sandbox* não é devidamente fundamentado, sobretudo, mais uma vez, pela completa falta de análise de impacto regulatório. O Idec pede, então, que o processo administrativo relacionado ao *sandbox* seja suspenso, por conta dessas ilegalidades. O Idec aguarda a decisão da Justiça quanto ao pedido de urgência e tem acompanhado o andamento da ação com bastante atenção.

Mas, sobretudo e em especial para o Senado, para esta Casa que realiza a audiência pública, é importante ter em mente que a agência passa agora por um momento de transição nas diretorias. É importante que a próxima diretoria e a próxima presidência que assumam a ANS tenham esse compromisso de evitar retrocessos, evitar flexibilizações nas leis dos planos de saúde, porque esse é um tema de sumo interesse ao consumidor, e o consumidor precisa ser protegido nessa relação.

Vale lembrar também que, em relação ao *sandbox* regulatório, o Conselho Nacional de Saúde e a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal se manifestaram sobre o assunto, e ambas as instituições concordam com o Idec em algumas análises, mas sobretudo concordam que a ausência de análise de impacto regulatório é extremamente prejudicial para a continuidade das discussões, considerando os riscos envolvidos no assunto.

E também é muito importante que o Senado inste o Ministério da Saúde a se posicionar sobre o assunto, uma vez que a medida traz evidências e expressos impactos ao SUS. Como foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível verificar na apresentação realizada anteriormente pelo representante do Ministério da Saúde, gargalos relacionados ao atendimento no sistema público estão relacionados a procedimentos mais complexos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA PAULLELLI (*Por videoconferência.*) – ... que são justamente os procedimentos que esse plano que se pretende testar não vai atender.

Então, é muito importante também que o ministério se posicione sobre o assunto, mas sobretudo que o ministério se posicione protegendo o SUS, fortalecendo o SUS e não permitindo um retorno ao momento anterior à lei dos planos de saúde.

São essas as minhas considerações, Senador.

O Idec permanece à disposição de todas as instituições e também para enviar materiais complementares e análises que se façam necessárias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Marina Paullelli.

Nós temos aqui a participação da sociedade, através do e-Cidadania. Eu procurei organizar as perguntas e vou selecionar alguns de vocês para respondê-las.

Eu peço que se atenham a uma resposta curta, objetiva, conforme as perguntas chegaram. Não é para voltar ao tema e fazer palestra nas respostas.

Então, vamos lá.

Aqui ao meu lado está o Vitor Hugo. De pronto, eu vou perguntar para ele a pergunta que veio do Bruno, da Paraíba: "Como [...] pretendem garantir transparência e segurança jurídica diante das decisões da ANS que afetam usuários e operadoras?".

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA (Para expor.) – Bom, eu acho que essa é uma questão pontual, não é? O Código de Defesa do Consumidor vai consolidar a ideia de informação como um direito básico – não só informar, mas informar de forma clara, precisa e ostensiva. Ainda que a pergunta, a meu ver, seja mais direcionada à própria ANS, porque são decisões da ANS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posso garantir que a Secretaria Nacional do Consumidor assim tem agido e assim vai continuar agindo, no sentido de exigir que toda e qualquer decisão tenha ampla transparência, amplo acesso aos consumidores, fazendo cumprir o que o código já prevê, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a compreensão e a colaboração do Dr. Vitor Hugo.

Agora a pergunta vai para o Dr. Rafael. Veio lá do meu estado, o Mato Grosso do Sul, do Marcos: "Por que é possível a rescisão unilateral em planos coletivos adimplentes?".

Além dessa pergunta, tem a da Marya, do Maranhão: "Quais os impactos das recentes decisões da ANS nos planos de saúde e como elas esclarecem e defendem os direitos dos usuários?".

Pode responder.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Eu vou responder à segunda antes da primeira.

A ANS tem a função de regular as operadoras e garantir a sustentabilidade do setor. É claro que o consumidor, o beneficiário, é sempre olhado com um olhar especial, até porque é a parte mais frágil dessa relação da contratação. E a preocupação que a ANS tem é não só de manter a sustentabilidade, mas de dar também a garantia da saúde do consumidor e dar transparência para essa participação. Tanto é que o procedimento – não foi um tema abordado aqui, mas é o procedimento do rol de análises, do rol de procedimentos – conta com grande participação social, inclusive nas audiências públicas, com participação inclusive de cidadãos que pleiteiam aquela inclusão ou aquela exclusão do rol.

Então, é esta preocupação que a ANS tem em toda regulamentação que ela tem: a de dar um tratamento, um olhar um pouco mais especial para o consumidor, porque assim deve ser, embora a ANS busque a sustentabilidade do setor.

Respondendo à primeira pergunta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (*Por videoconferência*.) – ... em relação à rescisão unilateral, como coloquei na minha exposição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Só um minutinho, Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (*Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Além dessa primeira pergunta – "Por que é possível a rescisão unilateral em planos coletivos adimplentes?" –, chegou aqui também agora uma pergunta da Bahia, do Francisco: "Como as recentes decisões da ANS impactam os direitos dos usuários de planos de saúde e o que pode ser feito para garantir sua proteção?".

Eu penso que dá para responder às duas numa resposta só.

Vai lá.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Vamos lá.

Quanto à rescisão unilateral, como eu coloquei na minha apresentação, como é um contrato firmado entre duas partes, qualquer uma delas pode pedir o término daquela relação, seja o contratante pessoa jurídica, ou pessoa física, no caso do empresário individual, seja a operadora.

Então, o fato de mesmo estar adimplente, ou seja, estar havendo o pagamento das mensalidades, a parte pode não ter o interesse de continuar com aquela relação porque foi firmada entre duas partes, e à exceção do plano individual, em que também pode haver rescisão, inclusive a interesse do consumidor, mas, no plano individual, nas hipóteses colocadas pelo legislador lá na Lei 9.656. É importante ser dito, como também eu trouxe na apresentação, que, mesmo com essa disposição, o beneficiário pode permanecer no setor fazendo o uso da portabilidade de carências.

Sobre a questão do impacto no consumidor, volto a dizer: a gente sempre tem esse cuidado, em toda a decisão que a gente vai tomar, com o impacto que se vai trazer na relação com o consumidor, porque é o olhar que a ANS tem que disponibilizar para essa parte mais hipossuficiente, além de disponibilizar todas as informações. Tem o nosso portal, o nosso 0800 7019656, o atendimento e a nossa NIP, que é o maior canal de atendimento, por onde a gente recebe inúmeras reclamações todo mês.

Então, é basicamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, fico à disposição para eventuais outros questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço-lhe as respostas, Dr. Rafael.

A próxima pergunta vai para a Dra. Ana Paula.

Antes, porém, registro a presença de Waldeny Santana, Coordenador do Procon de Campina Grande, Paraíba.

Seja bem-vindo à nossa audiência pública.

Ana Paula, da ANS, vamos lá.

Veio a pergunta da Carla, de São Paulo: "Como as novas diretrizes da ANS sobre mamografias podem afetar o acesso à saúde de mulheres que dependem de planos de saúde?".

Além dessa pergunta, Ana Paula, tem mais esta aqui: "Por que o rol da ANS está desatualizado? Pessoas estão sendo prejudicadas devido a essa desatualização. Tratamentos estão sendo negados". Mariana, de São Paulo.

E, por último: "Quais foram os critérios utilizados pela ANS para decidir a exclusão da musicoterapia do rol de procedimentos obrigatórios?". Gilmar, do Rio de Janeiro.

Pode responder as três.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu vou responder a pergunta sobre as diretrizes da certificação e boas práticas.

Nós acreditamos que os itens de verificação previstos no manual vão qualificar a atenção à saúde oncológica na saúde suplementar, porque, além de maior celeridade, nós vamos medir impacto. Nós pretendemos medir cada fase, entre a suspeita diagnóstica com a mamografia, a confirmação diagnóstica com a biópsia e o início do tratamento. Pretendemos que esse tempo seja o menor possível e estamos colocando como meta 30 dias. Então, nós acreditamos que a certificação com maior adesão a ela melhorará o impacto na saúde das pessoas nessas linhas de cuidado; não apenas do câncer de mama, mas dos cinco cânceres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao rol de procedimentos, eu me permito dizer que essa não é uma atribuição da Diretoria de Desenvolvimento Setorial. Entretanto, o Rafael Vinhas é representante da Diretoria de Produtos, na qual o rol de procedimentos é realizado.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Rafael, que poderá esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Da musicoterapia, você pode engatar essa resposta e, depois, vai para o Rafael?

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – A musicoterapia no rol de procedimentos também não faz parte do rol de competências da minha diretoria.

Se eu estivesse aqui sozinha, falaria, mas como temos um representante da diretoria que trabalha com o rol de procedimentos, considero mais adequado que ele represente a Diretoria de Produtos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Concordo.

Com a palavra o Dr. Rafael, para sucintamente responder às duas perguntas.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, eu peço desculpas, mas realmente não é da minha alçada responder. Embora seja na minha diretoria, eu não sei responder. Se a Ana Paula pudesse colaborar... Porque realmente não é da minha gerência-geral esse assunto, e eu poderia cometer até um equívoco grande aqui, que, ao invés de esclarecer a pergunta formulada, ia fazer o efeito contrário. Então, se a Ana Paula tiver condições...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Então, vamos fazer o seguinte: a Dra. Ana Paula vai tabulando as duas respostas, eu vou repeti-las, e eu já passo para o Marcos Novais para ele poder responder às outras.

A primeira é a questão da musicoterapia; e a segunda é sobre estar desatualizado o rol da ANS e tratamentos estarem sendo negados. Essas duas a senhora vai confabulando aí no seu juízo para responder.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Em relação ao...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Deixe-me só...

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Ah, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Como gerou essa confusão, vou dar um tempo para a senhora formar o juízo bem feito, e aí eu já passo de pronto para a senhora. Mas, antes disso, vou convocar o Marcos Novais. Foi o mais solicitado aqui: tem uma, duas, três, quatro, cinco perguntas para o Marcos Novais. Você anota aí as perguntas e já faz as respostas.

A primeira, da Deigma, de Goiás: "A saúde é algo muito importante para que seja reduzida a planos que não contemplem a sua integralidade. Qual o real motivo dessa proposta?".

Ronan, do Rio de Janeiro: "A proposta de planos [de saúde] com cobertura reduzida não compromete o direito à saúde dos beneficiários?".

A Márcia, de São Paulo, fez um comentário, não uma pergunta: "O usuário de plano de saúde deveria ter assegurado o seu direito a qualquer tratamento comprovado cientificamente, mesmo não estando no SUS!".

Rosane, do Distrito Federal: "Num plano de saúde com cobertura reduzida, como ficaria o tratamento de pessoas autistas e de doenças graves?".

Melissa, de São Paulo: "Como garantir que a coparticipação em terapias não limite o acesso dos usuários aos tratamentos contínuos?".

Pode responder.

O SR. MARCOS NOVAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Nelsinho, anotei aqui todas elas e vou começar da primeira para a última.

Em primeiro lugar, em relação aos produtos, a um eventual produto para cobertura de consulta e exame. É importante que nós separemos. E, de novo, sobre esse tema, o que a gente vê de desinformação é realmente assustador. É semelhante ao que vimos em outras situações inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, em relação a esses produtos, ele não compromete de nenhuma forma os planos de saúde como eles existem hoje. Então as pessoas que possuem hoje um plano de saúde para cobertura médico-hospitalar, com obstetrícia e odontologia, elas continuarão num produto que cobre o médico-hospitalar, a obstetrícia mais a odontologia; esses produtos continuarão no mercado. As operadoras fizeram, construíram uma ampla rede, e ninguém tem interesse em fechar essa rede. Essa rede continuará lá para atender a todos. O que a gente está falando aqui é de pessoas que hoje não possuem de forma alguma plano de saúde, elas não têm acesso à saúde suplementar por uma questão pura e simples de preço e renda.

Essas pessoas, hoje, estão à mercê de cartões de saúde ou de ter a sua saúde comprometida, não utilizar nem ter acesso, e eventualmente de sua saúde piorar e degradar, porque não conseguiram acesso a uma consulta ou a um exame. Então, a gente está falando de essas pessoas terem acesso a um produto para a cobertura de consulta e exame, para que elas possam ter acesso mais rápido a diagnóstico e um monitoramento melhor da sua saúde.

Hoje, essas pessoas possuem acesso? Não. Então, a gente está falando de ampliação de acesso.

Quando a gente fala, aqui, de doenças graves, uma internação ou uma cirurgia, o que aconteceria? Não aconteceria nada de diferente do que a gente já tem hoje. Hoje, essas pessoas não vão ter acesso a uma internação ou cirurgia na saúde privada, dentro desse produto, porque ele também não dará cobertura, mas essas pessoas poderão ter monitoramento de saúde, uma melhor atenção, uma melhor assistência e acesso à consulta em todas as especialidades médicas.

Então, é um pouco disso essa discussão sobre o produto para cobertura de consulta e exame. E, de novo, repito: é para ampliar o acesso para pessoas que, hoje, não possuem nenhum tipo de acesso ou estão à mercê de cartão de desconto, que não tem nenhuma regulação e nenhuma observância à legislação de saúde suplementar e à regulamentação da ANS.

Sobre comprovação científica, esse é um ponto importantíssimo. O rol é atualizado, hoje, todos os dias. Diariamente, saem novas atualizações e incorporações feitas pela ANS. O nível de comprovação científica é uma discussão importante e que precisa ser desmistificada Brasil afora.

Então, fala-se muito de vários procedimentos, inclusive alguns foram citados aqui. Agora há pouco, acabamos de verem citadas, por exemplo, situações como a musicoterapia. Qual é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovação científica de um procedimento como esse? A gente precisa estudar, a fundo, as comprovações, se esses estudos foram bem embasados e se têm, sim, nos seus resultados, algo que fundamente a sua incorporação no rol, sob o risco de a gente falar, aqui, de um procedimento que, eventualmente, pode não gerar nenhum benefício clínico ou até mesmo uma piora clínica.

Então, todos eles precisam ter comprovação científica, sim; agora, os níveis de comprovação científica é algo que precisa ser debatido. Não pode ser um simples estudo com dez casos, com uma baixa evidência científica e baixa comprovação técnica. Então, a gente precisa, sim, debater níveis de comprovação científica e, sim, procedimentos que têm essa comprovação em níveis de alto grau de excelência, eles devem ser, sim, incorporados.

Sobre coparticipação, eu acho que o principal ponto da coparticipação não é limitar acesso a serviços de saúde. A coparticipação existe não só aqui no Brasil, mas também nos Estados Unidos, na Europa.

Na Europa, cobra-se coparticipação do sistema público de saúde. Isso é importante. Em Portugal, Espanha, Reino Unido, cobra-se coparticipação no sistema público de saúde, porque a lógica da coparticipação é, sim, participar de um pedaço daquela assistência, para que: primeiro, as pessoas também saibam dar valor, porque a saúde tem custo; segundo, a gente possa limitar ou mitigar problemas relacionados à fraude; terceiro, a gente possa também evitar desperdícios, como, por exemplo, fazer o mesmo exame, no mesmo dia, duas vezes, e a gente vê isso hoje; e, por mais absurdo que nos pareça, isso é o nosso dia a dia de rotina.

Muitas vezes, uma pessoa que realiza uma tomografia em uma unidade realiza a mesma tomografia em uma outra unidade hospitalar, no mesmo dia. Com coparticipação, pensa-se duas vezes em se é necessário se expor a um procedimento como esse, em um período de tempo tão curto, tanto para a sua saúde quanto também para a saúde financeira do sistema. A lógica da coparticipação é essa; e repito: ela está presente no sistema público de saúde mundo afora, não só na saúde privada.

Eu acho que, com isso, eu respondi a todas elas, mas eu fico aqui à disposição, caso eu tenha perdido algum ponto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Marcos Novais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De pronto, passo para a Dra. Ana Paula responder às duas que ficaram pendentes.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo bem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, o rol dos procedimentos, a atualização dele pode ser solicitada por qualquer cidadão. Isso é importante a gente reforçar. Qualquer pessoa pode submeter uma proposta de atualização do rol. Essas propostas devem ser encaminhadas por meio de um formulário eletrônico chamado FormRol, que fica no *site* da ANS. Nós vamos mandar o *link* posteriormente.

O rol tem um fluxo de análise técnica, participação social, e a revisão é periódica. A ANS recebe a proposta, realiza os estudos internamente, ou contrata instituições parceiras, realiza consultas públicas e, finalmente, aprova as alterações na diretoria colegiada. Então, as etapas são: identificação da necessidade da atualização – a ANS ou outras entidades pedem o procedimento na lista –, análise técnica, realização de estudos, consulta pública. Essa consulta pública, caso haja inicialmente um parecer negativo, vira também uma audiência pública, para que haja sustentação oral das pessoas. Após todo esse processo, há uma análise da Diretoria Colegiada da ANS e, por fim, a publicação no *Diário Oficial da União*.

Sobre o rol da ANS, hoje tem um portal, qualquer pessoa pode buscar lá. Além disso, é importante dizer que tudo é transparente, todas as justificativas.

Em relação à musicoterapia, que é um procedimento muito específico... Inicialmente, o que eu soube é que ele não está no rol neste momento, mas a solicitação dele pode ser feita a qualquer tempo, mas vai ser feita uma análise da eficácia desse procedimento, como eu falei.

Eu acho que, se tiver mais alguma dúvida em relação a esse passo a passo... Além disso, o rol tem que ser cumprido; e, caso haja negativa de cobertura, existem os canais de atendimento. Nós temos alguns canais de atendimento quando existe uma negativa de cobertura, que são o Disque ANS, o fale conosco, que é um *link*, e os núcleos da ANS, que são o atendimento presencial. Então, em caso de negativa, a pessoa pode recorrer à ANS diretamente, por um desses canais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais alguma dúvida, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Obrigado, Dra. Ana Paula.

Vamos fechar as perguntas, perguntando ao Cesar Cardim, da FenaSaúde.

Arthur, do Distrito Federal: "As recentes normas da ANS configuram regressividade na política de saúde suplementar, violando o princípio da vedação ao retrocesso social".

O que o senhor acha dessa afirmação?

O SR. CESAR SERGIO CARDIM JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, Senador.

Eu acredito que a pergunta esteja se referindo, especificamente, ao plano de consultas e exames, porque de fato é uma fala que considera um retrocesso.

Para nós da FenaSaúde – inclusive, foi isso que eu falei na minha fala –, a gente entende que esse produto, que é o produto de consultas e exames, vem atender a um anseio da sociedade. Portanto, a gente não encara como um retrocesso.

A gente entende que a Lei nº 9.656 tem um marco regulatório, ela é de 1998, ela precisa avançar e, de fato, como já dito aqui pelo colega Marcos Novais, esse produto vem para atender a uma população que não consegue ter plano de saúde por questões de geografia, por questões de preço, de valor, e, com dificuldades que têm muitas vezes na fila do SUS, procuram um atendimento rápido para que possam muitas vezes ter uma informação sobre uma eventual doença – se ela evoluiu, se ela não evoluiu –, fazer um exame rápido para poder tomar alguma decisão na vida delas. Essas pessoas hoje têm um cartão de desconto que não tem regulação alguma, que não tem nenhum controle.

Então, dentro desse ambiente experimental – é importante que se diga, controlado –, a gente, o Governo, a ANS vai testar um produto. Não se está falando ainda, neste momento, de que vai ter algo oferecido à sociedade como um novo plano ou um retrocesso. É um teste de um produto novo, de uma alternativa a essa população que hoje tem esses cartões de desconto que não têm regulação alguma.

Então, a nosso ver, não é um retrocesso. Pelo contrário, é uma alternativa, é uma evolução dentro de uma cesta de produtos que são oferecidos à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Dr. Cesar Cardim.

Alguns outros comentários para a gente já finalizar.

Theolis, da Bahia: "Cancelamentos unilaterais de planos limitam as coberturas contratadas no momento de maior vulnerabilidade dos usuários, [isso] é absurdo".

Yara, do Rio de Janeiro: "A dor não cabe numa planilha. A ANS regula contratos, mas precisa lembrar: saúde é vida, não produto em promoção".

E eu já falei da Márcia, mas vou repetir: "O usuário de plano de saúde deveria ter assegurado o seu direito a qualquer tratamento comprovado cientificamente, mesmo não estando no SUS!".

Eu queria agradecer a participação de todos, dizer a todos que participaram e a quem entrou aqui no portal que essa é a primeira audiência, nós vamos fazer uma segunda.

Eu vou dizer aqui quem é que vai estar:

- Representante da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistema de Saúde;

- Representante da Associação dos Servidores e demais Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar;

- A Senhora Ligia Bahia, Doutora em Saúde Pública;

- O Senhor Mario Scheffer, Doutor em Ciências da Saúde;

- Dirceu Barbano, ex-Presidente da Anvisa e criador da Farmácia Popular;

- Luciane Infanti, Sênior *Advisor* - Executiva especializada no Ecossistema de Saúde;

- Renato Meirelles, Presidente do Instituto Locomotiva;

- Edu Lyra, Fundador e CEO da Gerando Falcões.

Quero dizer a todos que eu sou médico, atendo plano de saúde, sou cooperado da Unimed do Mato Grosso do Sul, e quero dizer que a nossa cooperativa tem um zelo muito grande para com o usuário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria até aqui fazer uma homenagem ao nosso Diretor Presidente, o Dr. Kawano. Sempre, nas assembleias que tem da Unimed, nós cooperados exigimos sempre a contrapartida para poder oferecer um bom atendimento ao detentor do plano. Eu tenho a Unimed do meu Estado do Mato Grosso do Sul como exemplo para poder replicar em planos de saúde Brasil afora, porque, se funcionassem Brasil afora como funciona a Unimed do meu estado – eu penso até aqui que com o que eu estou falando o Marcos Novais há de concordar, porque ele deve saber disso –, muitas coisas estariam menos difíceis.

Esse é um assunto complicado, é um assunto sensível, que mexe realmente com a esperança das pessoas em poder ter uma boa saúde quando contratam um plano, e eu penso que esse é o mérito que deve nos nortear. Nós não podemos sucumbir a essa necessidade que todos têm, dentro de cada um, de pelo menos ter a esperança de ter uma saúde melhor. Nós vamos continuar nesse tema, esse tema não vai acabar com esta audiência pública, vai ter outra, vários Senadores já estão apresentando projetos nesse sentido. Como eu já estive nas duas margens do rio – uma na condição de profissional e cooperado de um plano de saúde, outra como Parlamentar, que tem que ouvir as partes para poder achar um caminho da neutralidade e avançar –, eu penso que eu tenho como contribuir bastante com isso aqui.

A Ana Paula pediu a palavra e a Marina também. Eu vou pedir para vocês – porque nós nos comprometemos em acabar às 12h30, são 12h26 – que vocês possam, em um minuto cada uma, para eu acabar de fechar aqui.

Ana Paula primeiro.

A SRA. ANA PAULA SILVA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu quero fazer uma retificação, pois me informei aqui melhor. O procedimento musicoterapia consta no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, desde que seja realizado com profissional habilitado. Era essa a retificação que eu gostaria de fazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Que bom que a senhora o fez, porque eu sou defensor de terapias alternativas. Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tudo que possa vir a somar para poder diminuir o sofrimento das pessoas, devidamente comprovado, é muito bem-vindo.

O José Barreto está aqui do meu lado e ele ficou impressionado com tanta chamada que eu recebi aqui durante a audiência, para vocês verem como que esse é um tema que mexe com a sociedade brasileira.

De pronto, a Marina.

A SRA. MARINA PAULLELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Me escutam?

Mais uma vez, Senador Nelsinho, muito obrigada por me passar a palavra. Só um breve comentário final: o Idec tem um compromisso muito sério de compartilhar informações adequadas, corretas e completas para o consumidor. Então, qualquer consideração que o Idec fez hoje na audiência pública foi com bastante seriedade, depois de estudar atentamente todos os assuntos que foram tratados.

Em específico sobre o *sandbox*, embora a proposta da ANS se direcione para quem não tem plano de saúde, a prática mostra, por exemplo, o que aconteceu com os planos individuais. Os planos individuais hoje se tornaram raridade no mercado. Um ponto que não foi direcionado pela agência agora para o *sandbox* é como os consumidores vão continuar sendo protegidos se esse teste for levado a cabo.

Então, vale esse ponto de atenção e esse era o adendo que eu queria fazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a atenção de todos aqueles que nos acompanharam pelas redes sociais, pela via remota, e quero dizer a vocês que nós estamos com o nosso gabinete aberto, com a nossa assessoria, para avançar nessa questão.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a finalidade da audiência pública, declaro encerrada a presente reunião.

Um bom dia a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (13ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (23ª REUNIÃO), EM 14 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alan Rick, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Leila Barros, Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso e Flávio Bolsonaro e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 9/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 19/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência por toda a sociedade brasileira sobre as Doenças Cardiovasculares na Mulher. **Participantes:** Viviana Lemke, Diretora Administrativa do Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), Diretora de Defesa Profissional da Associação Médica do Paraná (AMP) e Diretora Administrativa da Sociedade Paranaense de Cardiologia (SBC-PR); Gláucia Moraes, Médica cardiologista, Coordenadora dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Cardiologia da UFRJ; Alexandra Mesquita, Médica cardiologista, Presidente da Seccional DF da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) – 2020/2021, Diretora do Departamento de Cardiologia da Mulher da SBC – 2024/2025; Fernanda Marinho Mangione, Médica especialista em hemodinâmica e cardiologia intervencionista e ex-Diretora de Incorporação de Novas Tecnologias da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista.; Marcelo Queiroga, Médico cardiologista, ex-Ministro da Saúde no Brasil e ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC); e Mariana Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes, Médica e ex-Deputada Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/14

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 23ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimento nºs 5 e 9, de 2025, da CAS, e 19, de 2025, da CDH, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência por toda a sociedade brasileira sobre as doenças cardiovasculares na mulher.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Essa possibilidade acontece antes da audiência, e nós já temos muitas perguntas, muitas contribuições. Essa audiência chamou a atenção do Brasil e, especialmente, de muitas mulheres. Vai ser difícil a gente concorrer com os influentes que estão ali do lado, mas a gente está com uma grande audiência, e a gente sentiu isso ao longo da semana.

Nós temos, como convidados, que eu tenho a honra de anunciar... Essa vai ser uma das mesas mais incríveis que o Senado Federal já montou aqui nos últimos anos.

Nós temos uma convidada *online*, que falará *online*, e temos convidados presenciais.

Eu tenho a honra de convidar para compor a mesa a Dra. Viviana Lemke – é assim que pronuncia? –, Diretora Administrativa do Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Cardiologia – olha o currículo! –, Diretora de Defesa Profissional da Associação Médica do Paraná e Diretora Administrativa da Sociedade Paranaense de Cardiologia.

Dra. Viviana, seja bem-vinda!

A SRA. VIVIANA LEMKE (*Fora do microfone.*) – Muito obrigada. É um prazer estar aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tenho a honra de convidar para compor a mesa a Dra. Glaucia Moraes, médica cardiologista, Coordenadora dos cursos de mestrado e doutorado em Cardiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Doutora, seja bem-vinda! (*Pausa.*)

Eu convido, com muita alegria, a Dra. Alexandra...

Alexandra ou Alecsandra? (*Pausa.*)

Alexandra Mesquita, médica cardiologista, Presidente da Seccional DF da Sociedade Brasileira de Cardiologia, de 2020 a 2021; Diretora do Departamento de Cardiologia da Mulher da SBC, de 2024 a 2025.

Doutora... (*Pausa.*) (*Palmas.*)

E agora? Como eu faço para apresentar estes dois últimos?

Está *online* conosco a Dra. Fernanda Marinho Mangione – Dra. Fernanda, obrigada! Ela é médica especialista em hemodinâmica e cardiologia intervencionista e ex-Diretora de Incorporação de Novas Tecnologias da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista.

Doutora, muito obrigada por estar participando. Obrigada por ter aceitado o convite.

Ela fará a participação *online*.

E agora eu tenho dois presenciais aqui que eu não sei como vou apresentar, porque eu não sei quem eu amo mais. Eu não sei. Como eu faço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou apresentar primeiro as mulheres.

Eu tenho a alegria de convidar para compor a mesa a incrível doutora, médica, ex-Deputada Federal, minha amiga, inspiração para as mulheres de Rondônia, para os jovens de Rondônia, a Dra. Mariana Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes – falei o nome todo. E quase foi nossa Senadora. (*Palmas.*)

Dra. Mariana, eu jamais imaginaria que um dia estaria Senadora, apresentando a minha ex-Deputada como médica. E essa médica competente é autora de diversas propostas legislativas na área.

E agora convido...

Podia ter tambores, música, para a gente chamar os convidados. É tão sem graça, não é?

Eu tenho a alegria de convidar para compor a mesa uma das pessoas que o Brasil mais ama, uma das pessoas que fez tanto por esta nação, por quem tenho admiração, respeito e a quem, sempre que posso, dou honras, o médico cardiologista, ex-Ministro da Saúde no Brasil e ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Dr. Marcelo Queiroga. (*Palmas.*)

Doutores, deixem-me explicar uma coisa – espero que o Paulo Guedes não esteja ouvindo isso, nem os demais Ministros –: o Dr. Marcelo Queiroga era o meu Ministro preferido. Agora eu posso falar, não é? Acabou o Governo, agora eu posso falar. Vivemos momentos difíceis, porque ele era o responsável pela saúde e eu era responsável pelo coração, de outra forma. Eu era responsável por acalentar, acalmar, cuidar das famílias naquele momento tão difícil, mas o Dr. Marcelo Queiroga veio e fez a diferença naquele momento difícil de pandemia.

Bom, tendo apresentado os nossos convidados, eu quero informar aos que estão na mesa que nós temos ali um cronômetro e cada um dos senhores terá dez minutos para a exposição. Depois, nós vamos dar mais cinco para as considerações finais, mas eu sou conhecida pela minha generosidade e eu não vou interrompê-los se precisarem ultrapassar os dez minutos. Nós julgamos que esta é uma das mais importantes audiências públicas. As duas Comissões estão juntas, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, e esse tema é de grande relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero informar, doutores, que as apresentações, se os senhores trouxeram, ficarão disponíveis para o público. E o que acontece depois de uma audiência dessa, doutores? Para as pessoas que não podem estar aqui e agora, presencialmente, essa audiência é retransmitida inúmeras vezes pela TV Senado, no YouTube. E o que a gente tem observado na Comissão de Assuntos Sociais? É que os pesquisadores, os estudantes, os médicos, à noite, acessam a nossa pauta, acessam as apresentações, baixam e acabam usando depois. E que usem bastante as apresentações, porque informação tem que ser compartilhada. Informação salva vidas. Então, esta é uma audiência que começa aqui, mas ela não acaba, ela vai se eternizar. Eu acredito que nós vamos trazer, por meio desta audiência, uma grande colaboração para o Brasil.

Sendo assim, nós vamos ouvir primeiro – nós temos aqui uma sequência, mas, se os senhores precisarem trocar a ordem de fala, é só me comunicar aqui – a Dra. Gláucia. Depois a Dra. Alexandra, depois a Dra. Fernanda; a Dra. Viviana na sequência. Por último o Dr. Marcelo Queiroga, mas antes a Dra. Mariana Carvalho fala. E me parece que há uma paciente de uma das doutoras que também gostaria de fazer uma intervenção. A gente pode fazer o seguinte: depois da exposição de todos, a gente passa a palavra para a paciente. Pode ser assim?

Então, Doutores, são dez minutos.

Eu preciso informá-los que esta é uma Casa Parlamentar e hoje está acontecendo muita coisa ao mesmo tempo. Os Senadores, entrando na audiência e pedindo a palavra, a gente passa imediatamente a palavra aos Senadores. Eles têm essa prerrogativa e a gente vai trabalhar dessa forma.

Então, por dez minutos, vamos ouvir a Dra. Gláucia Moraes, que falará sobre aspectos epidemiológicos das doenças cardiovasculares.

Dra. Gláucia.

A SRA. GLÁUCIA MORAES (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Exma. Senadora, eu a cumprimento... (*Pausa.*)

Na pessoa da senhora, cumprimento todos os nossos colegas da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso objetivo aqui é chamar a atenção para a importância das doenças cardiovasculares nas mulheres. E eu vou contar uma história para a senhora, Senadora. Nós começamos em 2019 com essa carta, que é a Carta das Mulheres. Nós nos reunimos – e aí eu já agradeço ao Ministro Queiroga, naquela época – em João Pessoa para já chamar a atenção para a importância da doença cardiovascular nas mulheres e, na sequência, nós lançamos, então, essa carta com 11 itens que nós precisávamos trabalhar. E dentro desses itens – eu listei ali para os senhores nas setinhas, não vai dar para olhar aqui – era trabalhar com o Governo. Ela está aqui com os senhores para mostrar a importância dessa doença cardiovascular nas mulheres.

Mas também, naquela época, nós levantamos a necessidade de criar dados para que as mulheres conhecessem as suas próprias doenças e lidassem com isso. Por que nós fizemos isso? Porque nós temos, para os senhores mostrarem ali, a expectativa de vida das mulheres. Esse é um trabalho que foi publicado na The Lancet, que mostra que as mulheres, ao longo dos anos, já vivem mais do que os homens e vão viver muito mais. Então, isso foi feito já chamando a atenção de 2050. E, por conta disso também, a pirâmide etária do Brasil, já projetando para 2100, mostra que nós teremos muitas mulheres. As mulheres vivem mais do que os homens, mas elas vivem mais doentes que os homens e elas morrem de doença cardiovascular. Vou mostrar aos senhores que elas morrem de doença cardiovascular mais do que os homens proporcionalmente: 22,2% das mulheres e 19,8% foram as mortes proporcionais em 2025. Então, nós precisamos mudar esse cenário, e a forma de mudar esse cenário é trazer todos conosco.

Esses são os dados de 2021, os senhores se lembram, a Senadora já chamou a atenção para isso, porque ela cuidava dos corações – e a senhora continua cuidando dos nossos corações, Senadora, muito obrigada. Naquela época, a morte maior foi por covid, mas, se os senhores observarem, as doenças cerebrovasculares e a doença isquêmica do coração, que são infarto e derrame, foram muito maiores nas mulheres do que nos homens, mesmo na época em que predominava a covid.

Chamo a atenção porque essa é a mortalidade proporcional, vocês estão vendo aqui a prevalência, que é a frequência da doença, as mortes e a carga que essa doença impõe, mas vejam os senhores, todos os cânceres femininos juntos somam 4% das mortes proporcionais. No entanto, a doença cardiovascular é de quatro vezes mais mortes, 16%, nas mulheres do que nos homens. A gente precisa trabalhar para mudar isso. E, se os senhores pensarem "não, só morre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher velha", isso não é verdade. Vejam os senhores, as mulheres jovens, esses são dados de 2019, mas que continuam em 2021, de 15 a 49 anos, as mulheres morrem – morrem, é morte – de infarto, morrem de AVC, que é o derrame, morrem de uma doença hipertensiva na gestação, que é a causa indireta maior de morte. Então, isso é uma questão de discutir com as mulheres e mostrar a responsabilidade de elas se cuidarem.

E vocês pensam assim: "Bom, não, a gente sabe que a frequência da doença cardiovascular é maior nos homens do que nas mulheres". Não, não é. Vejam os senhores, eu trabalho, eu lidero, sou professora da UFRJ e lidero esse grupo de pesquisa junto com o Prof. Antônio Ribeiro, são pesquisadores do Brasil todo, e nós trabalhamos com esses dados, mostrando – vejam os senhores, em vermelhinho, as mulheres; em azul, os homens –, que a frequência da doença cardiovascular na mulher, até os 44 anos, é maior do que nos homens. Tem muito mais mulher com doença cardiovascular. E a gente não pensa nisso. A gente pensa que mulher tem que procurar o ginecologista, tem que se cuidar. Não tem que deixar de se cuidar, mas ela precisa buscar também a doença cardiovascular. E, se os senhores virem, olhem os sintomas, o que a gente chama de fator de risco, que é o que causa a doença, causando morte: a hipertensão – são coisas que a gente trabalha e trata bem – os riscos de dieta, o aumento da massa corporal... As mulheres estão se tornando cada vez mais obesas, e isso implica doenças hipertensivas, isso implica morte por infarto e morte por AVC. Então, nós precisamos mudar esses cenários.

E vejam os senhores que tanto o aumento na massa corporal – em cima é morte por todas as causas, embaixo é morte por doença cardiovascular; vejam os senhores que essas mulheres começam a ter essas doenças jovens, na gestação – quanto as doenças hipertensivas da gestação, desde a hipertensão até eclampsia ou as disglicemias, desde alteração da glicose até o diabetes, vão impactar lá na frente para que essas mulheres tenham doença cardiovascular, e a gente precisa tratar dessas mulheres desde o início.

Vou mostrar para os senhores que, vejam, a gente está aumentando demais o diabetes, está aumentando demais a obesidade nas mulheres, comparado aos homens, e a inatividade física também é muito grande. Esses são dados do Vigitel, mostrando aos senhores que quanto mais essas mulheres envelhecem – estão mais na menopausa –, menos elas fazem exercício. E, quanto mais a gente esclarece essas mulheres, quanto mais estudo elas têm, mais a gente faz com que essas mulheres sejam ativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar um pouquinho da menopausa. A menopausa, a gente tem aqui – a Senadora acompanha isso muito de perto, temos leis para poder tratar a menopausa nas mulheres –: 30 milhões de mulheres na menopausa no Brasil, 1 bilhão de mulheres sofrendo na menopausa no mundo, e a gente tem vários fenômenos vasomotores, fenômenos geniturinários, que são coisas que atrapalham a qualidade de vida das mulheres e atrapalham o trabalho dessas mulheres. Por causa disso, Senadora, nós criamos a diretriz de saúde cardiovascular, e a gente traz essa diretriz para a senhora para que todos esses medicamentos... Essa diretriz foi feita, Senadora, junto com a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, com a Sociedade de Climatério e com a Sociedade Interamericana de Cardiologia, e nós listamos formas de a gente diminuir – tanto formas da terapia hormonal, como não hormonal – esses sintomas nas mulheres. Mas será que nós do SUS, que temos 75% da saúde no Brasil, temos essas medicações? Nós não temos essas medicações. A gente precisa da parceria dos senhores para que a gente possa trazer esse benefício para todas as mulheres do SUS, e nós queremos lhes entregar essa diretriz depois para que isso seja talvez uma linha de cuidados, uma referência para ajudar no tratamento da menopausa dessas mulheres.

Nós temos um problema também, Senadora: as mulheres são muito mal diagnosticadas, mal tratadas. As doenças das mulheres são sub-reconhecidas não só por elas mesmas, mas pelos médicos. E vários trabalhos que são feitos no mundo não têm mulheres incluídas nesses estudos. Muitas das drogas que nós usamos são drogas que foram feitas para tratar homens e não tratar mulheres. Então, a gente precisa de ter um trabalho conjunto para que essas mulheres possam mudar a sua vida. E talvez com coisas simples, com controle do estresse, com controle do sono, acabar com o cigarro e diminuir o peso, nós vamos diminuir 40% das doenças cardiovasculares nas mulheres. Isso não custa dinheiro, isso custa ação, custa conscientização.

Por isso, nós aqui deixamos o nosso último eslaide, num agradecimento à nossa ex-Deputada Federal Mariana Carvalho. Decorrente daquela nossa Carta das Mulheres, nós elaboramos um projeto de lei que ela abraçou, levou para a Câmara, depois levou ao Senado, e ela foi sancionada pelo nosso Presidente Bolsonaro no dia 31 de março de 2022.

E é por isso que nós estamos aqui, para conscientizar todas as mulheres da importância de tratar a sua doença cardiovascular, procurar um médico, procurar um cardiologista, porque veja, Senadora, esse é um artigo que nós publicamos com a Profa. Nanette Wenger. A Professora tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

94 anos, e seu propósito de vida – ela será homenageada agora no nosso Congresso – é tratar a doença cardiovascular nas mulheres.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÁUCIA MORAES – E vejam, isso é um trabalho de todos, do Governo, do médico, das sociedades e do indivíduo.

Agradeço novamente, em nome do Departamento de Cardiologia da Mulher, a oportunidade de estar aqui com a senhora, discutindo essas questões. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. E ela falou dentro do tempo dela. Doutora, que extraordinário!

Para quem está ligando a televisão agora ou acessando as redes sociais, quero lembrar que hoje são 14 de maio e hoje é o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares da Mulher. Uma lei, a Lei 14.320, de 2022... Então, de 2022 para cá a gente tem um dia especial, e é por isso que esta Comissão se reuniu nesta data, para a data não passar em branco no Congresso, porque é aqui, Doutora, que as decisões são tomadas. É aqui. Quando a senhora falou que a informação, campanhas, dietas, informação de um estilo de vida podem diminuir em 40% as doenças, eu acho que a gente vai ter que dar uma atenção para isso.

E quando eu falava de informação, há 50 anos, para a minha avó, lá na roça, há 60 anos, receber uma informação era muito difícil, mas hoje as vovozinhas estão no zap, as vovozinhas hoje estão no Instagram, hoje as informações podem chegar a todo cidadão numa velocidade absurda. Então, eu acho que está na hora de a gente usar esses instrumentos que estão à nossa disposição e, como ela disse, de graça. Já pensou as tias do zap compartilhando informação com as netas sobre as doenças cardiovasculares? Quantas vidas já poderíamos ter salvado?

Doutora, obrigada, obrigada pela sua participação, por ter aceitado o convite. Eu imagino como é a agenda de uma especialista como a senhora, e veio dedicar o seu tempo para estar conosco.

Na sequência, vamos ouvir a Dra. Gláucia Moraes, que vai falar... Desculpa, a Dra. Alexandra Mesquita. Doença Cardiovascular na mulher e na assistência no SUS, esse é o tema que ela vai abordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora, fique à vontade.

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Eu agradeço muito à Senadora Damares por estar aqui hoje, por abrir esse espaço para abordar um tema tão importante.

Cumprimento a todos os colegas da mesa, cumprimento a todos da plateia.

A Dra. Gláucia nos apresentou dados muito alarmantes. Com certeza, tem algumas pessoas que devem estar perguntando: por que a mulher? Por que esses dados são da mulher e não são dos homens? Qual é a diferença? Então, o Brasil hoje é o país que mais tem mortalidade de mulher por doença cardiovascular, 30% das mulheres atendidas em qualquer serviço de emergência têm algum tipo de doença cardiovascular. E vejam que 4% das gestantes que forem atendidas em um serviço de emergência têm também algum tipo de doença cardiovascular.

Como a Dra. Gláucia falou, nós temos visto recentemente um aumento na prevalência e na mortalidade por doenças cardiovasculares em mulheres cada vez mais jovens, doenças que víamos na época da menopausa estamos vendo em mulheres de 15 a 49 anos. E o que acontece? As mulheres chegam ao serviço de atendimento médico cerca de 37 minutos após os homens – esse foi um estudo de Zurique – e é atendida, chegando no mesmo tempo que o homem, cerca de 42 minutos após. Essa demora no diagnóstico e no início de tratamento piora muito o prognóstico dessa mulher.

E três causas principais a gente identifica: primeiro, a mulher é multitarefa. Então, ela começa a ter um desconforto, uma dor, mas, primeiro, ela vai acabar a tarefa do filho, acabar de arrumar a casa. Ela acha que vai melhorar, que vai passar e posterga a sua ida ao serviço de emergência.

Em segundo lugar, as mulheres não sabem do risco que elas estão correndo. Como a Dra. Gláucia falou, as mulheres não têm a noção ainda de que o que mata é doença cardiovascular, não é câncer de mama, não é câncer de ovário.

Foi feita uma publicação pela Sociedade Latinoamericana de Cardiologia, em alguns países da América Latina – o Brasil não participou –, e vejam vocês que 33% das mulheres brancas têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

noção de que a doença cardiovascular é a maior causa de mortalidade, mas isso cai para 15% nas mulheres negras e para 20% nas hispânicas.

E o terceiro fator que faz essa mulher postergar o seu atendimento: ela não conhece os seus sintomas. Aquele sintoma clássico no homem – aquela dor lancinante no peito, que vai para o braço, para o pescoço, que vem acompanhada de náuseas, de vômitos – pode ser muito diferente na mulher. Então, às vezes, o infarto na mulher pode não ter dor. A dor atípica está presente em 75% das mulheres e se apresenta como um desconforto torácico, uma dor nas costas, no ombro; às vezes, apresenta-se como um cansaço, fadiga, palpitações, respiração curta – e, neste momento, ela é diagnosticada com crise de ansiedade e mandada embora para casa –, tonturas, náuseas e vômitos. Então, são diversas apresentações que diferem daquela apresentação clássica. Então, vejam que pode ser uma dor no peito realmente, mas ela pode ser uma dor no ombro, nas costas, uma sensação de sufocamento.

A sobrevida das mulheres é bem menor do que a dos homens: 5,5 anos para as mulheres e, em relação aos homens, 8,2 anos de sobrevida. No entanto, a recorrência do infarto em mulheres é muito maior: 21% em relação às mulheres e 17% nos homens, e tem uma maior mortalidade intra-hospitalar.

Trata-se de uma doença que está há muitos anos negligenciada por todos esses aspectos que temos comentado, e, como a Dra. Gláucia falou, nós somos menos representadas nos estudos clínicos. Com isso, até hoje, não temos um escore de estratificação de risco e de controle próprio para a mulher. E vejam que, mesmo com isso tudo, a mulher recebe menos medicação, é menos tratada do que o homem.

E aqui eu trago para vocês uma figura da nossa publicação sobre doença cardiovascular do Departamento de Cardiologia da Mulher, que lista e separa os fatores de risco.

Então os fatores de risco que são tradicionais, que são clássicos, que são comuns a homens e mulheres, como hipertensão, diabetes, obesidade e tabagismo; os fatores de risco próprio das mulheres; e os fatores de risco que chamamos de sub-reconhecidos. Mesmo os fatores de risco que são tradicionais, que já são conhecidos, têm muito maior repercussão na mulher do que no homem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam vocês que o diabetes é um fator de risco mais prevalente na mulher, e a mulher diabética tem uma chance 45% maior de desenvolver doença isquêmica do coração.

A hipertensão na mulher também traz mais problemas, porque ela evolui mais rapidamente, é mais negligenciada e a aderência da mulher ao tratamento às vezes é menor, porque o homem tem mais medo de morrer. Então, às vezes, a mulher é mais difícil de tratar.

A obesidade na mulher provoca 64% de aumento de doença isquêmica do coração. Nos homens isso chega em 46%, o que é muito grande, mas na mulher é muito maior.

E o tabagismo aumenta o risco em 25%.

Então, na mulher, todos os fatores de risco tradicionais são mais avassaladores do que no homem, inclusive os cigarros eletrônicos.

E há os fatores de risco específicos das mulheres. Então, a depressão, a ansiedade... Não, perdão, a síndrome do ovário policístico; a endometriose; a menarca – a primeira menstruação – muito jovem ou muito tarde; a menopausa precoce; doenças da gravidez, por exemplo, a hipertensão induzida pela gravidez, o diabetes gestacional, a pré-eclâmpsia e a eclâmpsia, bebê de baixo peso... Todos esses fatores aumentam o risco cardiovascular dessa mulher e, com certeza, a grande maioria não tem essa noção.

E há os fatores que classificamos como sub-reconhecidos, né? São a depressão, a ansiedade, o assédio à mulher... Ela sofre mais assédio moral e assédio sexual, no trabalho e na sociedade em geral. Às vezes, a condição socioeconômica é mais difícil, o acesso à educação, à saúde, ao atendimento em saúde. Sofre discriminação, tanto sexual – a opção sexual dela – quanto racial; o estresse crônico... A mulher, hoje tem duas, três jornadas de trabalho. Ela tem o seu trabalho, a sua casa, o filho, o marido e cuida da mãe e do pai, que são idosos – as pessoas estão envelhecendo... Então, a mulher tem essa dupla ou tripla jornada de trabalho. E tem privação de sono: com tantos afazeres, ela está dormindo mal, está comendo mal e está fazendo pouco exercício.

E um aspecto bem peculiar é o tratamento oncológico. Quanto aos tratamentos oncológicos, hoje temos coisas muito mais modernas, mas a gente tem que acompanhar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paciente que faz tratamento oncológico, porque os quimioterápicos podem acarretar doença cardiovascular para essa mulher.

Então, como a Dra. Gláucia falou, o que podemos fazer para melhorar? As campanhas de conscientização, de educação das mulheres, né? As mulheres também infartam. O coração da mulher é diferente. Vocês já conhecem o seu? Então, o primeiro médico da mulher não é o cardiologista: é o ginecologista, o endocrinologista, o dermatologista, mas com certeza não é o cardiologista.

O infarto e o AVC matam mais que todos os cânceres. Será que você sabe disso? Se há pressão alta e diabetes na gravidez, aumenta-se risco cardiovascular, e os sintomas da doença cardiovascular na mulher, do infarto, podem ser diferentes.

Na assistência, o que podemos fazer? Treinar, treinar os nossos profissionais. Nem os nossos profissionais conseguem, às vezes, reconhecer uma doença isquêmica do coração. Por quê? Porque os sintomas são diferentes. Às vezes, a mulher é mais ansiosa. Então, nós somos tratadas como se fosse crise de ansiedade.

Então, precisa haver aquele treinamento para a pessoa reconhecer uma dor torácica suspeita e para essa dor torácica suspeita ser submetida, pelo menos, a um eletrocardiograma e aos exames laboratoriais que determinam a presença do infarto. A gente deveria ter uma rede de apoio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA – ... para fazer esse diagnóstico com maior celeridade, e a gente deveria ter ambulatórios próprios da mulher, tanto na atenção básica quanto no serviço de alta complexidade – no serviço de alta complexidade incomum: com a endocrinologia, com a ginecologia e obstetrícia, com a psiquiatria, com a psicologia. São muitas mudanças. As mudanças hormonais são muito difíceis.

Então, a redução da mortalidade da doença cardiovascular na mulher e no mundo é uma tarefa multidisciplinar e que deve envolver todos nós: sociedade, Governo e a medicina.

Eu termino agradecendo novamente a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora. Muito obrigada.

Eu acho que, com seu material à nossa disposição...

Acabou de falar a Dra. Alexandra Mesquita, que é médica cardiologista, Presidente da Seccional DF da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Doutora e demais doutores que estão na mesa, as perguntas estão chegando, mas há um comentário que eu quero fazer, antes de passar a palavra para a próxima, que vem de uma pessoa do Distrito Federal e diz o seguinte: "Por que só [focar em] mulheres? [O] art. 5º [da Constituição diz]: 'Todos são iguais perante a lei'. Doença cardiovascular atinge [...] [homens e mulheres]. Saúde pública não deve ter gênero".

Maria, eu não vou fazer nenhum comentário a respeito do seu comentário, mas a Dra. Alexandra acabou de dizer que o coração da mulher é diferente. A Dra. Alexandra também mostrou uma foto – aquela foto todas nós deveríamos ter na nossa geladeira – de como nós somos múltiplas. Nós aprendemos, desde criança, que mulher sente dor, e que nós nascemos para sentir dor. Ainda existe essa cultura no Brasil.

Fizemos uma audiência sobre endometriose aqui – nós estamos focando muito em saúde da mulher –, e, nessa doença da endometriose, mulheres jovens estavam sendo orientadas que, para parar de doer, tinham que se casar. Algumas igrejas inclusive falavam sobre isso: "Está com cólica? Quando casar, passa". Era endometriose, e não passa. Então, a mulher sente dor nas costas e ela acha que é porque ela pegou a panela que estava muito pesada, que as costas estão doendo por causa da panela. Não! Pode ser um infarto.

Então por que essa audiência é destinada às mulheres? E por que termos um dia destinado à conscientização das doenças cardiovasculares? Porque elas estão morrendo, Maria.

Elas estão morrendo em lugares longe e em lugares perto. Não é só a mulher da região ribeirinha, a mulher da floresta e a mulher indígena que estão morrendo, a mulher aqui dentro do Senado, a mulher aqui em Brasília está morrendo sem informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigada por ter participado da audiência com esse seu comentário, mas esse seu comentário mostra que nós temos que fazer muita coisa, que nós estamos longe do ideal. Se tem pessoas que acham que a gente não pode falar do coração da mulher, eu acho que a gente vai ter que fazer uma revisão de sociedade, o mais rápido possível.

Maria, continue nos assistindo, nós temos muitas informações ainda.

Na sequência, nós vamos ouvir a Dra. Fernanda Mangione.

Falei certo, doutora? Mangione...

Depois você me corrige, tá?

Ela vai fazer a sua participação via *online* e vai falar sobre o impacto das doenças cardiovasculares na mulher e as dificuldades encontradas pelo profissional de saúde na assistência na saúde suplementar do Brasil.

Nós já ouvimos falar agora sobre o SUS, agora nós vamos ouvir a assistência na saúde suplementar no Brasil.

Bem-vinda, doutora, é uma alegria tê-la conosco.

A SRA. FERNANDA MARINHO MANGIONE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

Para mim é uma grande honra estar participando desta audiência junto com grandes amigos e colegas que são profissionais incríveis.

Eu vou falar um pouquinho de um tema que não é tão conhecido como o que foi abordado pela Dra. Gláucia e pela Dra. Alexandra, que é sobre as doenças cardíacas estruturais na mulher.

Então, todo mundo conhece muito bem o infarto, mas pouca gente conhece as doenças das válvulas do coração. É sobre isso que eu vou falar um pouquinho.

As válvulas são estruturas que dividem as câmaras cardíacas, então elas funcionam como portas que se abrem para a passagem do sangue e se fecham para que o sangue não retorne no sentido contrário. Então, hoje eu vou falar sobre as principais, que são as válvulas do lado esquerdo do coração, que são a válvula mitral e a válvula aórtica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por mais que a gente conheça pouco, eu queria mostrar aqui nesse gráfico o quanto são prevalentes essas doenças em nossa população.

A gente sabe que uma totalidade de mais ou menos 15% dos pacientes acima de 75 anos possuem alguma forma de doença das válvulas cardíacas, cerca de 10% da válvula mitral e cerca de 5% da válvula aórtica. Então, é uma prevalência bem importante, é uma doença bem prevalente realmente em nossa população.

A Dra. Gláucia já facilitou bastante o meu trabalho aqui nesse eslaide. Ela já demonstrou que a gente sabe bem que a nossa população está envelhecendo e muito à custa das mulheres. Então, as mulheres idosas vão ser uma população muito grande, e a gente tem que ter um olhar muito carinhoso para essa população.

Então, nessas valvopatias, que eu estava comentando, a principal população que vai ser portadora dessas valvopatias seremos nós mulheres.

Mais uma vez elas facilitaram demais o meu trabalho, porque, assim como no infarto, nas questões das valvopatias as mulheres são sub-representadas nos trabalhos, o diagnóstico é mais tardio, o tratamento não é tão efetivo e tão adequado como é o tratamento que os homens recebem. E as mulheres têm uma mortalidade maior, porque essas doenças, o tratamento correto para elas, é a cirurgia ou qualquer outra terapia que corrija o problema da válvula, seja a transcateter, que eu vou mostrar um pouquinho para vocês, ou a cirúrgica comum, que é aquela cirurgia em que a gente abre o peito.

No sexo feminino, para vocês terem uma noção, na insuficiência mitral, a mortalidade é duas vezes e meia maior comparada à dos homens quando eles são submetidos à mesma cirurgia. E esse dado é muito relevante. Para até 50% dos pacientes que apresentam a insuficiência mitral sintomática, a cirurgia é negada, porque esse paciente é um paciente de muito alto risco. E a insuficiência mitral nada mais é do que o fato de a válvula, em vez de se abrir e fechar adequadamente, funcionar como uma portinha bamba. Então, o sangue retorna no sentido contrário, causando diversas repercussões e até o enfraquecimento do músculo do coração. E, nos casos em que esse músculo do coração enfraquece, é ainda pior. Os pacientes praticamente não são operados. A cirurgia é contraindicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu trago aqui para vocês uma técnica cirúrgica que o Dr. Alfieri inventou, na qual ele corrigia a insuficiência mitral, aproximando os dois folhetos da válvula mitral. Em vez de um buraquinho único, a válvula fica com esse aspecto de duplo orifício. E por que isso? Eu estou mostrando para vocês. Porque a gente tem uma técnica em que a gente mimetizou essa cirurgia sem abrir o peito, uma técnica transcateter, que é o reparo borda a borda mitral. Aqui esse videozinho a ilustra bem. A gente, através de um clipe, consegue aproximar os dois folhetos da válvula, reduzindo ou até acabando com a insuficiência e tratando esse paciente de forma mais efetiva.

Demonstramos aqui que a gente manipula o dispositivo completamente fora do paciente, através de um pequeno orifício na virilha. Então, é um tratamento realmente minimamente invasivo. E a gente evita, principalmente nesses pacientes idosos, principalmente nessas mulheres idosas, essa abertura do tórax, a abertura do coração, porque a gente precisa abrir o peito, abrir o coração, colocar o coração para bater na máquina de circulação extracorpórea, o que a gente sabe que é um trauma muito grande para esses pacientes.

Só mostrando aqui para vocês que, nesses pacientes idosos de alto risco, o tratamento por cirurgia aberta e o tratamento transcateter têm mortalidades, em cinco anos, muito similares. Então, esse é um tratamento muito benéfico, principalmente nas mulheres. Lembram que eu mostrei que as mulheres morrem muito mais na cirurgia do que os homens? Aqui, com esse tratamento minimamente invasivo, a gente vê uma mortalidade muito parecida entre homens e mulheres. Então, esse é um tratamento muito mais gentil, que consegue beneficiar grandemente as mulheres.

E o que a gente tem de recomendações atuais para esse tratamento? Aqui, nesta última, a nossa diretriz brasileira indica esse tratamento para pacientes com insuficiência mitral que tenham alto risco pela cirurgia e que ainda fiquem com sintomas refratários apesar da medicação, com um nível de evidência 2A. E nós, infelizmente, ainda não temos nem incorporado no rol de procedimentos da ANS esse tratamento minimamente invasivo. Então, isso é um ponto para que eu gostaria de chamar atenção.

E a segunda doença que eu queria abordar é a estenose aórtica. A válvula aórtica – aqui a gente vê uma válvula saudável – é essa portinha que divide o coração da aorta. Ela é a porta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saída de todo o sangue de dentro do coração para o corpo inteiro, para nutrir todos os nossos órgãos. Então, ela é a válvula mais importante, ao meu ver, do nosso coração. E, na estenose, ao contrário da insuficiência, que eu falei que é tipo uma porta bamba, na estenose essa portinha praticamente não se abre, o orifício dela está muito reduzido. Então, o volume de sangue que sai do coração não é suficiente para suprir a necessidade dos nossos órgãos e tecidos.

O que eu queria mostrar para vocês é um gráfico muito importante.

Então, a partir do início dos sintomas que essa valvulopatia gera, cansaço, dor no peito, desmaio, então, quando começam os sintomas, vejam a queda drástica, abrupta, da sobrevida. Então, em dois anos, metade desses pacientes está morta. Então, a gente não tem, praticamente, nenhuma doença, quase nenhum câncer que tem uma mortalidade tão alta como a estenose aórtica. E, por isso, eu queria muito chamar a atenção para o fato de que o único tratamento eficaz nessa doença é a substituição da válvula aórtica, seja por peito aberto, cirurgia de peito aberto, ou um tratamento transcateter, que eu vou compartilhar aqui com vocês.

E aqui, mais uma vez, os dados epidemiológicos, falando um pouquinho sobre as mulheres, dão conta de que as mulheres realmente recebem um diagnóstico mais tardio, são tratadas inadequadamente, são encaminhadas com menos frequência para cirurgia cardíaca, têm uma maior mortalidade na cirurgia, assim como na valvopatia mitral, então a gente vê que a mortalidade da mulher é muito maior. E eu queria ilustrar isso através de um exemplo. A gente tem calculadoras de risco cirúrgico em que a gente põe as características dos pacientes.

Então, aqui, eu simulei um paciente homem, que teria uma mortalidade de 11% com as características que eu coloquei aqui. Só o fato de a gente colocar o sexo feminino em vez do masculino, a mortalidade sobe de 11% para 15%. Então, as mulheres realmente sofrem muito com esses tratamentos mais agressivos, com essas cirurgias de peito aberto.

Então, eu trago para vocês aqui um caso da minha prática clínica de um implante transcateter da válvula aórtica. Então, a gente consegue tratar esse paciente sem necessidade de abrir o peito. Aqui, mostrando, em cerca de 40 segundos, a gente consegue implantar essa válvula com o coração batendo e corrige esse problema sem a necessidade de abrir o peito. E a minha cicatriz, comparada com aquela que eu mostrei para vocês, do peito inteiro, nada mais é do que esse pequeno buraquinho aqui na virilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente já sabe que, ao contrário do que eu mostrei na válvula mitral, esse tratamento é benéfico para todos os riscos. Então, não precisa ter alto risco para a cirurgia para se beneficiar desse tratamento. Esse estudo alemão mostra muito bem aqui que a Tavi, que é esse tratamento transcateter, é superior, em grande parte dos pacientes, comparado com a cirurgia. Mas eu queria chamar muito a atenção para o fato de que, quando a gente faz uma análise de subgrupos aqui, o sexo feminino, como a gente vê, é o que mais se beneficia com esse tratamento minimamente invasivo. E mostra para vocês também como esse tratamento cresceu e, praticamente, vem substituindo a cirurgia cardíaca aberta para o tratamento da estenose aórtica.

Aqui, na Alemanha, em 2017, foram executados em torno de 19 mil procedimentos. Em vermelho, a cirurgia cardíaca aberta; em azul, a Tavi, que é esse tratamento transcateter. A gente vê que, praticamente, não se operam mais pacientes idosos mundo afora. A gente faz esse tratamento minimamente invasivo.

E eu trago dados aqui do Brasil. Então, a gente estima que, em 2022, a gente teve apenas 3 mil procedimentos de Tavi aqui, no Brasil. Na Alemanha, 19 mil lá em 2017. E a nossa população é mais de 2,5 vezes a população da Alemanha. Então, a gente está muito defasado em oferecer esse tratamento, que é o melhor tratamento nesse cenário do paciente idoso.

E esse trabalho aqui, da Dra. Gláucia e do Dr. Marcelo, que estão aí presentes, mostra que a estenose aórtica não eumática vem crescendo muito. Então, teve um aumento de 108% nessa faixa etária acima de 70 anos. E as valvopatias não reumáticas correspondem à nova posição de mortes no Brasil, em 2017.

Então, a gente precisa realmente prestar mais atenção e falar mais sobre as valvopatias, as doenças valvares.

Aqui, eu demonstro que a cirurgia valvar, seja ela mitral, aórtica, olha os nossos números em 2018: tivemos apenas 7,5 mil cirurgias pelo Datasus. Lembra? Na Alemanha, 19 mil, apenas Tavis, numa população muito menor que a nossa. Então, isso significa que a gente subdiagnostica e subtrata a nossa população. A gente precisa melhorar o tratamento e o diagnóstico das valvopatias no Brasil, principalmente nas mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é a nossa realidade aqui? Apesar de a gente ter iniciado esse procedimento em 2008 aqui no Brasil, foi só em 2021 que a gente conseguiu incorporar esse procedimento no rol da ANS, e apenas para pacientes inoperáveis ou com alto risco cirúrgico.

Eu comentei que esse procedimento já tem benefícios, independentemente do risco do paciente. Mesmo em pacientes de baixo risco, estamos batalhando para ampliar essa indicação.

As nossas diretrizes brasileiras indicam como 1A, mesmo para pacientes de baixo risco, sendo eles idosos, um tratamento indicado para esses pacientes. E, no SUS, a gente conseguiu recentemente a incorporação, mas apenas para pacientes inoperáveis, e o valor considerado custo efetivo pelo SUS não chega próximo ao valor que a gente efetivamente gasta para executar o procedimento. Então, a gente precisa realmente adequar isso tudo, tá?

Então, concluindo: as doenças são subdiagnosticadas e subtratadas, as doenças valvares, principalmente nas mulheres. As mulheres têm piores resultados com tratamentos mais invasivos, mais agressivos, então a gente precisa priorizar tratamentos minimamente invasivos nessa população. E a gente precisa, urgentemente, atualizar essas indicações na ANS e também conseguir, efetivamente, disponibilizar esses tratamentos minimamente invasivos no SUS.

Muito obrigada. Eu estou disponível para qualquer pergunta ou comentário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Fernanda, muito obrigada, muito obrigada.

Na verdade, a senhora tirou o fôlego da gente aqui quando disse que morrem mais mulheres numa cirurgia do que homens. Então, a Maria, do Distrito Federal, precisa entender por que precisamos de um dia para falar sobre doenças cardiovasculares em mulheres, nas mulheres.

Doutora, a senhora mostrou tratamentos avançados e eu olhei aqui para o nosso ex-Ministro e disse: "E aí? Se faz em todos os lugares, em todos os hospitais?". Ainda não.

E a gente vai ter que lutar, doutora. Abrir uma mulher, abrir todo o tórax de uma mulher para fazer uma cirurgia, sendo que pode ser aquela cicatriz pequenininha que a senhora mostrou... A gente vai ter que lutar para que isso seja uma realidade para todas as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ser difícil agora a gente ter dinheiro – e me permita fazer essa crítica – e não é uma crítica apenas a este Governo, porque o escândalo do INSS, o qual nós vamos investigar, vai passar por alguns governos. E aí, Dra. Fernanda, a gente já está apontando aí quase R$200 bilhões de desvios. E quem é que vai pagar essa conta? É o poder público.

Então, esses R$200 bilhões, que a gente poderia agora usar para ampliar o tratamento e para que todas as mulheres tenham acesso a uma cirurgia como a senhora mostrou agora, nós vamos ter que adiar isso, porque R$200 bilhões os cofres públicos agora vão ter que pagar para as pessoas que foram roubadas, porque bandidos roubaram, e vai caber a nós, poder público, pagar o roubo do bandido.

Tem lógica isso, doutora? Que nação é essa? Mas eu me comprometo, Dra. Fernanda, com o que a senhora mostrou, que nós vamos lutar aqui neste Congresso para que todas as mulheres tenham um tratamento digno, todas elas, de todas as cores, raças, etnias e línguas, que nasçam nesta nação ou que venham para esta nação, tenham tratamento digno.

Obrigada, Dra. Fernanda, por sua colaboração, foi uma alegria. E seus eslaides, com certeza, vão ser muito procurados depois pelos estudantes e por profissionais também.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Dra. Viviana Lemke. Falei certo?

A SRA. VIVIANA LEMKE (*Fora do microfone.*) – Falou certo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha só...

Ela vai falar sobre doenças cardiovasculares e tratamento especializado.

Dra. Viviana, eu vou fazer diferente com a senhora, diferente.

Eu só quero lembrar que a Dra. Viviana é Diretora Administrativa do Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Diretora da Defesa Profissional da Associação Médica do Paraná, e Diretora Administrativa da Sociedade Paranaense de Cardiologia.

Doutora, as perguntas estão chegando.

A SRA. VIVIANA LEMKE – Sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem três aqui que eu queria fazer antes de a senhora começar, para a senhora. E se a senhora puder abordar...

A primeira pergunta: "Mulheres com histórico de pré-eclâmpsia e SOP têm maior risco cardíaco? Já existem protocolos para rastreio precoce?".

A outra: "Por que não há um programa efetivo de prevenção cardiovascular para mulheres após a menopausa, com oferta de exames preventivos?".

E eu tinha uma outra aqui, uma outra pergunta que... Na verdade, são essas duas, Dra. Viviana.

Se a senhora puder conduzir a sua fala já respondendo essas duas perguntas, seria interessante.

A SRA. VIVIANA LEMKE (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Eu fico muito feliz em ter essa interação, Senadora. E eu tenho uma grande honra em estar aqui representando essas sociedades, e também a Associação Médica do Paraná, também.

Eu agradeço o convite para estar aqui e cumprimento a todos os presentes, especialmente a Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, inclusive, uma das perguntas veio do Paraná, de Ítalo, do Paraná, tá? O que pergunta sobre pré-eclâmpsia.

A SRA. VIVIANA LEMKE – Pré-eclâmpsia, né?

Sim... A pergunta é: mulheres com histórico de pré-eclâmpsia e síndrome de ovários policísticos têm maior risco cardíaco? Sim.

Eu até gostaria que essa resposta, Senadora, fosse mais ampla, porque realmente – Dra. Alexandra que pode falar bem sobre isso –, sim, as mulheres com esse histórico têm um maior risco, sim. E é o que nós estamos propondo, exatamente, lugares próprios para investigação dessas mulheres, antes e depois da menopausa, para que as mulheres reconheçam o seu risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, nesse sentido, eu acho que a Dra. Gláucia, como nossa Presidente do Departamento de Cardiologia, vai com certeza poder sugerir essas ações.

Então, como já foi falado aqui, todos nós sabemos do impacto devastador do câncer de mama na vida das mulheres, e dos altos índices de mortalidade associados a essa doença. Nós reconhecemos a importância das campanhas de conscientização e do tratamento especializado do câncer de mama. Contudo, especialmente no dia de hoje, é muito importante destacar a mortalidade das doenças do coração, especialmente o infarto agudo do miocárdio, que é o meu tema.

De acordo com o GBD, como falou a Dra. Gláucia, em 2021, o infarto do miocárdio matou – só o infarto, em 2021 – cinco vezes mais mulheres do que só o câncer de mama. É um número que a gente precisa tentar mudar.

Mas o que é o infarto?

O processo que leva ao infarto começa muito tempo antes, com um acúmulo de gorduras modificadas no interior das artérias, desencadeando um processo inflamatório e a formação de placa de ateroma, que obstrui o vaso. O infarto do miocárdio ocorre quando essa obstrução impede a passagem de sangue. Isso geralmente ocorre quando acontece um trombo sobre essa placa, que impede, então, a chegada de oxigênio, de sangue com oxigênio, levando a uma isquemia – que é a falta de oxigênio – e à morte da célula, ou seja, ao infarto.

O tratamento fundamental do infarto é a desobstrução da artéria que está entupida. De acordo com os protocolos médicos já bem estabelecidos, a escolha do tipo de abordagem depende da rapidez com que o paciente pode chegar ou não a um centro que tem cardiologia intervencionista.

Se o paciente puder ser rapidamente transferido a um centro que faça angioplastia transluminal e possa colocar um *stent*, por exemplo, esse procedimento é realizado nesse centro através da punção de uma artéria periférica, por onde são introduzidos cateteres – é bem rapidinho –, pelos quais, chegando ao coração, cateterizando a coronária ou as coronárias, é injetado um contraste. Com essa injeção de contraste, é possível para a gente visualizar as artérias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do coração e, consequentemente, fazer o diagnóstico da obstrução, do bloqueio, de onde é que está entupida a artéria do coração.

Na sequência, então, a gente pode realizar a desobstrução do vaso, que chamamos de angioplastia, e, em seguida, já fazer o implante do *stent*. O *stent* é um pequeno dispositivo tubular de malha de metal, de vários tipos de metais. Dessa forma, fazendo a angioplastia, colocando o *stent*, a gente consegue restaurar o fluxo sanguíneo para aquele local, impedindo a progressão do infarto do miocárdio.

Mas vamos voltar ao protocolo para aquele paciente que não conseguiu ou que não tem tempo hábil para chegar a um setor que tenha serviço de hemodinâmica. Neste caso, o tratamento, então, deve ser feito como está ali no...

Deixe-me ver se tem um pointer... Não.

pointer... Não.

... como está ali no quadro, mostrando que o tratamento deve ser feito com medicamentos trombolíticos. Os medicamentos trombolíticos têm como objetivo dissolver aquele trombo que está dentro da artéria do coração, que está obstruindo o vaso, permitindo que o sangue volte a fluir.

Esses protocolos, tanto o de angioplastia quanto o de trombolíticos, devem ser usados para o tratamento dos infartos tanto em homens quanto em mulheres, mas lembrando sempre que tempo é músculo.

E apesar da diminuição das taxas de mortalidade do infarto agudo em todo o mundo, as mulheres com infarto ainda continuam apresentando resultados piores quando comparadas aos homens.

Vários estudos mostram que mulheres, especialmente aquelas mais jovens, especialmente aquelas abaixo de 55 anos e aquelas do subgrupo das mulheres negras apresentam disparidades marcantes na mortalidade por infarto.

Aqui no Brasil, a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista (SBHCI) possui um registro chamado Cenic. Nesse registro nós temos mais de 40 mil pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

admitidos com o diagnóstico de infarto agudo do miocárdio com dados que se assemelham a outros países.

O registro Cenic demonstra que também aqui no Brasil a mortalidade realmente está diminuindo para os pacientes com infarto, isso tem diminuído nas últimas décadas. Contudo, a modalidade do infarto das mulheres é ainda significativamente maior do que a mortalidade do infarto nos homens, sendo que a modalidade geral é 60% maior nas mulheres e, só nos últimos cinco anos – veja, deveria ter diminuído – estudados, essa mortalidade das mulheres é o dobro da mortalidade dos homens no infarto agudo do miocárdio.

Mas porque as mulheres enfrentam resultados, então, piores? A Dra. Gláucia e a Dra. Alexandra, especialmente, já falaram um pouco sobre isso. Primeiro, porque os tempos de isquemia, ou seja, o tempo que falta oxigênio no músculo do coração é geralmente mais longo nas mulheres com infarto do que nos homens, como mostrou a Alexandra. Vários estudos já demonstram isso, e eu os trouxe aqui.

Esse tempo de isquemia maior normalmente é causado por um atraso na procura da paciente, ou seja, a paciente demora para chegar, para procurar ajuda, mas também porque a paciente com infarto, muitas vezes – também já foi dito aqui – apresenta sintomas que não são tão clássicos, não são tão típicos – a gente nem gosta muito de usar a palavra "atípico", mas são sintomas diferentes, e por esse motivo muitas vezes demora a ser feito o diagnóstico.

Então, essa demora tanto para a paciente chegar quanto para ser encaminhada para diagnóstico, para o tratamento específico leva a um tempo de isquemia, ou seja, a mais células morrendo, então a um tempo de isquemia mais longo.

Então, sim, a mulher não valoriza o seu sintoma. Essa disse: "Não era só uma dorzinha, era um infarto". Porque as mulheres pensam em agradar todo mundo. A mulher não valoriza o seu sintoma. Ela primeiro cuida do filho, da mãe, ela sempre está à frente dos cuidados dos outros. Mas a gente não pode esquecer: o coração da mulher precisa de cuidados.

Então, nós não podemos esquecer que a mortalidade no infarto, em homens e mulheres, está fortemente associada ao tempo de isquemia, ao tempo em que a artéria está fechada. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada 30 minutos de atraso na abertura do vaso coronário, aumenta-se a mortalidade anual em 7,5%. Ou seja, tempo é músculo.

E a mortalidade no infarto das mulheres é mais alta também por outros motivos, porque, além das diferenças de gêneros, de fatores sociais, ambientais, comunitários, como aqui já foi falado, as mulheres, novamente, possuem outras características que contribuem para um pior diagnóstico.

Por exemplo, as mulheres, Senadora Damares, apresentam o coração diferente, como a senhora comentou, e não só isso, elas têm coronárias, artérias do coração, de menor calibre, mais finas e mais tortuosas. É claro que isso tem uma propensão maior, inclusive na hora do procedimento, à dissecção, a complicações e, com certeza, é um desafio técnico a mais na hora da angioplastia ou do procedimento. Elas também, as mulheres, têm doença aterosclerótica, ou seja, obstrução muito mais difusa e, consequentemente, têm também um maior risco de sangramento, e esse risco de sangramento é especialmente no local da punção, até porque, muitas vezes, é feita, em sua maioria, hoje pela artéria radial, que é uma artéria muito fina em mulher e, consequentemente, pode sangrar mais e complicar mais do que nos homens. Além disso, para dizer mais uma coisa que na mulher ainda é pior, quando as mulheres recebem o contraste para fazer o cateterismo, para fazer a angioplastia, mais mulheres desenvolvem lesão aguda renal pós-contraste, ou seja, a nefropatia induzida por contraste é mais comum nas mulheres do que nos homens.

E aqui, repetindo o eslaide: a gente gosta muito dessa figura, porque mostra que, para superar as diversidades que afetam a saúde cardiovascular das mulheres, são necessárias, então, mudanças na política e na educação, inovações na prestação dos cuidados de saúde e diversificação na força de trabalho da cardiologia.

Nós, mulheres do grupo Mint (Mulheres Intervencionistas) da SBHCI e do DCM (Departamento de Cardiologia da Mulher), temos como objetivo aumentar a conscientização sobre as doenças cardiovasculares nas mulheres, e uma forma de a gente falar sobre isso – e a Alexandra também já tocou nesse assunto – é a campanha Mulheres Também Infartam, sobre a qual eu coloquei alguns *posts* ali.

Eu gostaria, então, de terminar com esta mensagem:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau, doutora, que lindo! Que aula! Gente, nós estamos tendo uma aula de pós-doutorado aqui hoje. Incrível! Incrível!

Muito obrigada, doutora. Muito obrigada.

Mas eu vou fazer um recorte da sua fala. A senhora disse que morrem cinco vezes mais mulheres de infarto do que de câncer de mama, e, para o câncer de mama, a gente tem o Outubro Rosa inteiro, inteiro. E aí a gente está numa audiência pública para ter um diazinho para a doença cardiovascular e ainda tem pessoas que questionam. Então, a gente vai fazer um outro projeto de lei, Mariana: não vai ser só mais um dia, não; vão ser cinco meses agora, cinco meses. E aí, doutora, eu acho que a gente pode, a partir desta audiência, realmente provocar as campanhas. Eu quero, inclusive, pedir à Comissão que o *link* desta audiência e todos os eslaides sejam enviados aos gabinetes dos Senadores das duas Comissões.

A Comissão de Assuntos Sociais é uma Comissão com muitos médicos. Inclusive, o nosso atual Presidente, que mandou um abraço aos senhores, o Marcelo Castro, médico, já foi Ministro da Saúde.

Ele foi muito sensível em colocar a audiência. Tinha muitas audiências solicitadas e ele entendeu a sensibilidade de ser neste dia e me permitiu presidir – me permitiu –, porque em uma audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente quer, ele mesmo, presidir. E ele me permitiu e me deu esta alegria de presidir esta sessão; mas eu acho que está na hora de todo mundo vir para as campanhas.

Eu tenho visto, Dr. Marcelo Queiroga, as igrejas evangélicas fazendo o culto cor-de-rosa durante o Outubro Rosa, para que os pastores falem, na igreja, do câncer de mama. Está na hora de a gente fazer cultos coloridos nas igrejas, mais coloridos, falando para as irmãzinhas lá na igreja que mulher também infarta.

Eu acho que a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VIVIANA LEMKE (*Fora do microfone*.) – E esta é a nossa campanha: Mulheres também infartam.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mulheres também infartam.

A SRA. VIVIANA LEMKE (*Fora do microfone*.) – Inclusive, está no Instagram.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está no Instagram.

Vamos embora todo mundo compartilhar.

Nós ouviremos, na sequência, agora, a Dra. Mariana Carvalho, ex-Deputada, médica, uma mulher que inspira muitas jovens e muitas mulheres no seu estado.

Dra. Mariana, temos duas participações de Rondônia superinteressantes, e eu quero já te passar essas perguntas.

Jussara, de Rondônia: "Há programas de capacitação para profissionais de saúde sobre as especificidades das doenças cardiovasculares em mulheres?".

E a outra que também vem lá de Rondônia é exatamente o que você, com certeza, vai querer destacar, Mariana: "Como as desigualdades regionais impactam o acesso das mulheres ao diagnóstico e tratamento?".

Você vem de um estado do Norte, apesar de que seu estado é diferente na área da saúde; seu estado tem sido referência, inclusive, na área do câncer.

Eu sei a sua dedicação – de você e da sua família – a essa área toda; mas vamos pensar em doenças cardiovasculares no interior do Amazonas; vamos pensar em doenças cardiovasculares no interior de Roraima.

As diferenças regionais, as desigualdades regionais impactam o acesso das mulheres ao diagnóstico?

Eu faço essas duas perguntas, para você, se puder, já começar falando sobre elas, por dez minutos, Dra. Mariana Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que honra te apresentar assim.

A SRA. MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES (Para expor.) – Muito obrigada.

E, para mim, é uma honra e uma alegria poder estar aqui, no Senado, ao seu lado e ao lado de tantas pessoas ilustres que fazem a diferença pela saúde do país.

Eu sou fã e tive a oportunidade de conhecê-la, logo quando cheguei, no primeiro mandato, em 2015, como Deputada. Aprendi muito e sei da importância da senhora para o Brasil, como ministra e também, hoje, como Senadora.

Então, meu muito-obrigada por ser uma mulher tão ativa, tão atuante e dar orgulho a tantas mulheres brasileiras.

Quero fazer um cumprimento muito especial à Dra. Gláucia, e eu tive a alegria também, logo que cheguei aqui, em Brasília, com o Dr. Marcelo Queiroga, de ela poder estar ao nosso lado, durante os oito anos como Deputada Federal, trabalhando pela saúde, pela cardiologia e pelo coração de todas as mulheres e dos brasileiros.

Quero fazer um cumprimento à Dra. Alexandra, à Dra. Viviana e à Dra. Fernanda.

Quero agradecer, aqui, ao amigo Dr. Marcelo Queiroga, que teve a coragem de estar à frente do Ministério da Saúde, fazendo tanta diferença pela saúde pública do Brasil.

E, se hoje eu estou aqui para tratar deste dia, do dia 14 de maio, como o dia da conscientização sobre as doenças cardiovasculares nas mulheres, é graças à participação do Dr. Marcelo Queiroga e da Dra. Gláucia, que apresentaram esse tema tão importante, para que a gente pudesse trazer para dentro da Câmara, do Senado e levar para a sanção presidencial.

O Dr. Marcelo, mesmo antes de estar à frente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, trouxe vários temas, várias pautas, e sempre estava aqui pelo Congresso, indo aos gabinetes e procurando essas Lideranças para que a gente pudesse trazer a pauta do coração para dentro do Congresso, e que ela pudesse, na prática, chegar lá na ponta e chegar também a diferentes regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como vem essa pergunta também da internet, respondendo, Senadora Damares: existe, sim, uma diferença regional muito grande. Eu dou o exemplo do meu Estado de Rondônia, onde a gente tem regiões ribeirinhas às quais o acesso médico, a informação não chega, e, com essa falta, às vezes a pessoa deixa para depois, e o tempo é precioso para salvar vidas. Como foi dito aqui pela Dra. Viviana também, a gente fica preocupado, porque muitas vezes a gente não consegue levar esse acesso à saúde, à saúde básica, à saúde de informação, de prevenção, de cuidado e, principalmente, às mulheres, que muitas vezes, com a vida sobrecarregada, deixam isso para depois.

Em relação à questão de se há um programa relacionado a políticas envolvendo a cardiologia e as doenças cardiovasculares para as mulheres dentro do Sistema Único de Saúde, nós temos o programa da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. A gente, dentro dele, tem programas de capacitação, mas precisamos ampliar, que seja direcionado a doenças cardiovasculares das mulheres. Nisso fica também um apelo, um pedido e uma sensibilidade também para a própria Sociedade de Cardiologia Brasileira e todos os cardiologistas, que a gente possa fazer com que haja uma maior mobilização de informação, levando a todos os nossos colaboradores da saúde pública do país esse cuidado, essa atenção.

Lembro que realmente a mulher tem uma sensibilidade diferente. Como foi aqui colocado por todas as exposições, a gente percebe que o coração da mulher tem uma sensibilidade maior. Temos dados concretos da mortalidade da mulher, principalmente relacionada a outras doenças e no comparativo das doenças cardiovasculares quando se compara à mortalidade de homens. Esse número realmente foi o que levou essa grande preocupação de trazer, para dentro do Congresso, esse projeto de lei, para que a gente pudesse chegar lá na ponta, mostrar o cuidado e a atenção à mulher. Que ela sinta que não é apenas uma dorzinha, e sim um infarto.

Além disso, todas as condições genéticas, as condições do dia a dia, as condições de trabalho, familiar, social... A gente tem hoje uma questão também que se relaciona a essas doenças cardiovasculares e a que a gente precisa ter a sensibilidade: o consumo excessivo não só do álcool, o tabagismo e o sedentarismo, mas também o uso excessivo de energéticos, desses pós-treino, pré-treino, também suplementos que usam. Há falta de informação, há falta de um acompanhamento. Tantas pessoas relacionadas muitas vezes ao esporte e um esporte excessivo, mas sem um acompanhamento médico. Muitas vezes a gente acaba perdendo a vida de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher jovem, ali aparentemente saudável, que a gente olhava e falava: "Não é possível". Sempre ali na academia praticando, tomava e não teve um acompanhamento realmente necessário para que ela pudesse ter um cuidado com a sua saúde cardiovascular.

Nesse sentido, a gente entendeu essa necessidade. Em 2022, com a aprovação desse projeto de lei... Eu sou muito grata pela sensibilidade do Congresso Nacional, dos Deputados, dos Senadores, porque muitas vezes essas pautas que não têm uma visibilidade tão grande para a mídia passam batido. Como um exemplo, uma audiência como a de hoje, que poderia estar com vários espectadores, podendo ter uma visibilidade nacional, principalmente pelas grandes mídias... Não é muito isso que às vezes interessa, são outros assuntos. Isso é algo que é muito triste, porque, enquanto isso, tem aí a todo tempo mulheres morrendo com doenças cardiovasculares.

Quando a gente traz um tema desse importante para dentro do Congresso e consegue ter a sensibilidade e uma aprovação... E eu agradeço muito o Presidente Bolsonaro, que, na época como Presidente, teve a sensibilidade de sancionar esse projeto. Logo após o momento que sancionou, foram mais de R$20 milhões já destinados para que a gente pudesse ter campanhas essenciais para trazer esse tema tão importante, levando na ponta, levando a associações, instituições dentro do Sistema Único de Saúde, dentro dos programas de estratégia de saúde da família.

Aqui lembro também que não é um papel só do médico, mas é um papel de quem está lá na ponta, do agente comunitário, do técnico de enfermagem, do enfermeiro, de toda a população que está ali envolvida com a saúde pública, para que a gente possa entender que é preciso, sim, levar essas pautas de conhecimento a todas as mulheres.

Não tem idade, não tem idade mesmo para que elas possam ser afetadas por uma doença cardiovascular. Como foi colocado aqui, na mulher, muitas vezes é confundido mesmo com ansiedade. "Não, é só uma dorzinha de ansiedade". "Toma ali um chazinho, um calmante". "Está muito cansada porque trabalhou muito". "É o filho que está estressando". "É um problema no trabalho". "Ah, não, é a menopausa a que você está chegando". "Deve estar ali grávida, é um enjoo normal". Muitas vezes, a gente vai deixando isso para depois, e esse depois é a hora da despedida dessas mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa, sim, ter uma sensibilidade para essa causa e trazer esse tema para que ele possa ser discutido de uma forma mais ampla, para que chegue a todas as pontas do país. Como disse a Senadora Damares, antigamente a gente não tinha tanta informação, não tinha tanto acesso, não tinha como saber o que era, mas hoje, com a internet, uma internet que muitas vezes chega nessa região ribeirinha onde médico não chega, mas a internet chega. O WhatsApp chega, o Facebook, o YouTube... Que a gente possa levar esses tipos de informação para que as pessoas possam cuidar da saúde da mulher.

Inclusive, alguns dados: no percentual de óbitos por doenças cardiovasculares, quando você coloca em proporção homens e mulheres, 22,21% são mulheres e 19,78% são homens. Então, nisso a gente já percebe o grau de mortalidade, a nossa preocupação e o quantitativo também da idade cada vez ficando mais baixa em tantas mulheres jovens tendo causas.

O que mais mexe com a gente é que muitas vezes as pessoas querem jogar causas sem estudo, que seja numa vacina ou no uso de algum medicamento, mas às vezes numa coisa simples do dia a dia, até às vezes a gente vê tantas pessoas e relatos dizendo: "Não, era um consumo excessivo de álcool". De álcool ou de café que seja, mas esquecem que também não teve um acompanhamento, não teve um diagnóstico, aquela pessoa não teve um acompanhamento para fazer, que seja um eletrocardiograma, um acompanhamento ali realmente que pudesse levar a um resultado de você fazer ali o uso já de uma medicação ou de uma prevenção para a paciente.

Eu fico extremamente feliz e muito grata de ter tido essa oportunidade de poder ser a voz de milhares de mulheres; como médica, mas como Parlamentar, porque tive essa alegria. Sou muito grata à população do meu Estado de Rondônia, que me deu voz para poder estar aqui no Congresso, sendo a voz de tantas pessoas que hoje mandam mensagens e fazem perguntas sobre tantas doenças e principalmente sobre o cuidado na questão do coração da mulher. Hoje ver na ponta isso funcionando é gratificante. Antes de vir, coloquei ali na internet para ver. Tem várias prefeituras, vários estados, várias associações, vários movimentos que já acontecem no país celebrando o dia de hoje como um dia de conscientização.

E, quando eu escuto a nossa querida Senadora Damares falando que realmente, muitas vezes, no caso de algumas doenças, a gente tem um mês, um dia acaba se tornando tão pouco para uma doença com tanta mortalidade no nosso país, e ainda com questionamentos: mas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estamos debatendo e questionando isso? A gente precisava era de uma campanha diária durante todo o ano para que as pessoas tivessem cuidado e atenção com a saúde da mulher. E a gente sabe o que é o sofrimento, muitas vezes, de uma mãe solo, solteira, criando o filho... Ela acaba estando preocupada com o filho, cuidando dele, não cuidando da sua saúde, e essa criança acaba sendo uma criança que fica sem uma atenção de uma família, sem um suporte, sem uma estrutura familiar, porque essa mãe, sobrecarregada, com tantos problemas, com tanto estresse, com tanta dor de cabeça, e ali deixando "não, é só um estresse, é só um cansaço", e deixa isso para depois. E, como disse, é exatamente isso, carregou a panela, carregou o balde, limpou, e aquela imagem ali é muito significativa.

Então, a gente precisa saber que nós, sim, precisamos de uma atenção, de cuidado, porque o nosso coração tem uma sensibilidade diferente, e uma sensibilidade diferente em todos os sentidos. Eu falo que a mulher tem uma forma, um olhar diferente, e não seria diferente ter um coração diferente. É um coração mais sensível, é um coração que precisa desse cuidado, é um coração que precisa de pautas e de políticas públicas voltadas para ele, e que a gente possa fazer com que os municípios, as prefeituras, os estados, junto com a Sociedade Brasileira de Cardiologia e todos que escolheram a cardiologia como especialidade, possa ter essa sensibilidade de levar essa atenção lá na ponta.

Então, fico muito feliz de poder participar hoje deste momento, desta tarde tão importante para a saúde da mulher, para o coração das mulheres, eu sou muito grata, e, mais uma vez, eu gostaria muito de agradecer ao Senado, agradecer à Senadora Damares pela oportunidade, por ser essa mulher brilhante, essa mulher que tem dado voz e que tem colocado essa pauta da saúde pública, da saúde da mulher e do coração da mulher como uma pauta relevante para a sociedade e para todas as mulheres. E que os homens tenham também essa sensibilidade, que possam cuidar do coração da sua mãe, das suas filhas, da sua esposa, e que vocês possam ali orientar "olha, não é só uma dorzinha, pode estar infartando", "não é só um cansaço, você pode estar infartando", "não é só uma queixa para poder dizer que está com dor de cabeça ou qualquer coisa, pode ser, sim um infarto". E a gente precisa dessa atenção, dessa sensibilidade e desse cuidado.

Mais uma vez, meu muito obrigado ao Dr. Marcelo Queiroga por ter, durante o nosso mandato e também como Ministro da Saúde, colocado a pauta da saúde do coração, do coração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da mulher, como uma prioridade no nosso país. E muitos dos projetos, esse só foi um dos projetos apresentados, que apresentei, foi discutido junto com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, na época era liderada e presidido pelo senhor, trouxe essas pautas tão importantes para que a gente pudesse cuidar da saúde. A gente precisa fazer isso. Que o Brasil possa ter um Sistema Único de Saúde fortalecido, mas que também as pessoas entendam a importância desse cuidado, da prevenção e, principalmente, da atenção.

Então, fico muito feliz, sou muito grata por tudo que aprendi com o senhor e, principalmente, por um projeto de tanta relevância ter vindo da sociedade e a gente ter discutido em tantos momentos e ter participado de tantos eventos juntos, Dra. Gláucia. E aqui deixo também um abraço para que seja levado à Sociedade Brasileira de Cardiologia e a todas as associações e sociedades de cardiologia do Brasil e também um abraço aos meus amigos de Rondônia que fazem da cardiologia algo extraordinário.

Eu, ainda como Parlamentar, além de projetos de lei, tive a alegria de fazer destinações de recursos importantes para salvar vidas, levando aparelhos de hemodinâmica para o nosso estado, e que a gente possa cada vez mais levar o acesso à saúde pública e salvar vidas no nosso país, com discussões como esta que acontece hoje aqui.

Meu muito obrigada. Meu muito obrigada, Senadora Damares. E vamos juntos lutar cada vez mais para cuidar do coração das mulheres brasileiras. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Permitam-me quebrar o protocolo, mas a Mariana combina com o Senado, não combina, doutor? (*Risos.*)

Não combina, Dr. Queiroga?

Deixe-me contar um segredo para o Brasil: nós fomos candidatas a Senadoras, ela, em Rondônia, eu, aqui. Eu deixei minha campanha algumas vezes para ir lá pedir voto para ela, porque eu sabia da necessidade de a gente ter uma mulher, médica, com um olhar voltado para a saúde da mulher do Norte. E ela deixou a campanha dela, algumas vezes, e veio pedir voto para mim aqui. A gente fez isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho um sonho, Mariana, de tê-la aqui conosco.

A SRA. MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E mesmo estando fora do mandato, ela não para um minuto. Ela bate nos nossos gabinetes, ela vem atrás, ela corre, ela não para um minuto, em busca de mais recursos para o estado e também pela saúde da mulher. É uma honra estar com você aqui, minha doutora querida.

Nós vamos agora para o último expositor, Dr. Marcelo Queiroga, ex-Ministro da Saúde. Dr. Marcelo Queiroga vai falar sobre políticas públicas direcionadas a doenças cardiovasculares no SUS.

Dr. Marcelo, eu vou fazer como eu fiz com as demais. Há uma pergunta aqui: o SUS está preparado para prevenir e diagnosticar doenças cardiovasculares em mulheres, especialmente nas periferias? E os comentários que estão chegando, doutor, não em forma de pergunta, mas em forma de comentários, têm sido sobre a qualificação e a preparação dos profissionais. Há uma mulher que diz o seguinte: "Eu não tenho coragem de falar com os médicos do postinho do meu bairro sobre as minhas queixas na área da saúde cardiovascular." Então, assim, doutor, é a maioria dos comentários, a preparação do profissional.

Dr. Queiroga, com muita honra, o senhor tem dez minutos.

Mas antes disso, eu vou quebrar o protocolo de novo. Vou contar um segredo para vocês, doutores. Teve um golpe no Governo Bolsonaro, e eu dei o golpe. Vou explicar para vocês. Escuta, Mariana. Quando o novo Ministro da Saúde chegou, eu e a Primeira-Dama ficamos apreensivas, porque nós estávamos no meio de uma pandemia, era o terceiro ministro que tomaria posse na saúde, quarto. E nós tínhamos a pauta da saúde da mulher no coração e a pauta da criança com doença rara. E a gente ficou preocupada com que esse ministro se preocupasse tão somente com a covid, esquecesse a saúde da mulher e esquecesse doenças raras nas crianças. Então ele chega numa quinta, e num sábado, a gente o chamou para tomar um café. E ele foi tão feliz, achando que era um café de abraço, de carinho, e a gente pagou um café para ele, numa manhã de domingo. Eu e a Primeira-Dama, ainda de máscara, fizemos um café bonito para ele, lá num café

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bonito ali, o Café das Orquídeas, da Asa Sul. Aí ele botou a esposa dele via *online*, ela tomou café com a gente pelo celular, e ele achando que era só um abraço. Não, era um golpe. Ele tinha que se posicionar e prometer para a gente que ele não ia esquecer a saúde da mulher e as doenças raras, as crianças com doenças raras. Ele foi para um café, para nos conhecer, e nós duas saímos de lá com um amigo, um parceiro, que, mesmo durante a pandemia, não esqueceu as mulheres e as crianças com doenças raras.

Então eu precisava dizer para vocês que houve um golpe do Governo Bolsonaro: Damares e Michelle deram um golpe num amigo, um amigo querido e maravilhoso.

Dez minutos, Dr. Queiroga.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Damares, eu vou começar respondendo.

Eu sou Marcelo Queiroga. Eu sou branco, tenho cabelo grisalho, estou usando um terno cinza, uma camisa azul, uma gravata amarela. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. E, no meu pulso direito, carrego uma medalha de São Bento, que me foi presenteada pela Deputada Mariana Carvalho, que me ajudou a navegar naquele momento tão difícil da pandemia.

Então, Damares, você realmente fez história, foi a primeira Ministra... O Ministério de Damares era tão grande quanto esse negócio que Viviana representa. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e hoje é, sem dúvida, a melhor Senadora do Brasil. (*Palmas.*)

Até a Comissão de Direitos Humanos hoje não está mais com a esquerda, está com a nossa querida Damares Alves.

Estou aqui para dizer para vocês que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro foi o governo que mais leis sancionou direcionadas às nossas mulheres. Foi o Governo Bolsonaro que, na série histórica iniciada em 2002, obteve a menor taxa de mortalidade materna, porque investiu forte em programas de atenção às nossas gestantes, como o programa Rede de Atenção Materna Infantil e o Programa Cuida Mais Brasil, que levou pediatras e obstetras para as unidades básicas de saúde, e isso praticamente dobrou os recursos para a atenção à assistência materna e infantil no Brasil.

Então, consegue-se esse dado de reduzir a mortalidade materna dessa forma tão expressiva com políticas e com programas de saúde pública que são feitos voltados para atender os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesses das pessoas. E, na área da saúde cardiovascular, não há dúvida, foi o governo que mais fez. E esses programas de saúde pública é óbvio que não são direcionados só às mulheres, são direcionados a todos os brasileiros.

E aqui vou dizer para vocês: o programa Previne Brasil aumentou os recursos na atenção primária em 2018, de R$17 bilhões por ano passou para quase R$30 bilhões em 2022. E nós criamos o programa Previne Brasil, que colocou indicadores direcionados à saúde cardiovascular. Por exemplo, verificar a pressão arterial em 95% dos hipertensos, isso inclui homens e mulheres; verificar a hemoglobina glicosilada em 95% dos diabéticos, já vimos aqui que hipertensão e diabetes são dois fatores de risco muito importantes e que, se controlados de maneira eficaz – e esse controle é feito nas unidades básicas de saúde, não é necessário nem que seja um cardiologista –, vai reduzir a mortalidade cardiovascular.

Foi o Governo do Presidente Bolsonaro que incluiu cinco novos medicamentos no programa Farmácia Popular do Brasil. Para os cidadãos brasileiros que nos assistem pela TV Senado, vocês que procuram as farmácias populares, hoje vocês podem ter acesso ao metoprolol, vocês podem ter acesso à espironolactona, à hidroclorotiazida, à furosemida e a uma medicação inovadora, a dapagliflozina, para o tratamento do diabetes e também muito útil para o tratamento da insuficiência cardíaca.

Então, Damares, respondendo à primeira pergunta: o Sistema Único de Saúde está preparado para atender a saúde cardiovascular da mulher? A resposta é "sim". O Sistema Único de Saúde, que foi instituído pela Constituição de 1988, a dita Constituição Cidadã, é como uma boa música. Nós reconhecemos uma boa música – como essa que a Viviana colocou aqui – pelas primeiras letras, pelas primeiras notas. SUS: três letras, três notas, uma sinfonia de benefícios para a sociedade brasileira.

É um dever de todos nós, sejamos nós de direita, de esquerda, de centro, defender o Sistema Único de Saúde, porque é o principal instrumento de justiça social da República Federativa do Brasil que tem, em sua Constituição, no seu primeiro artigo, um compromisso de respeito à dignidade da pessoa humana. Então, é uma causa de todos nós.

Também foi no Governo Bolsonaro que nós triplicamos os recursos para a aquisição de medicamentos trombolíticos usados para o tratamento do infarto agudo do miocárdio. Não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa história nunca antes na história deste país. Pela primeira vez, na história deste país, se teve uma atenção com cuidado e com respeito à questão da saúde cardiovascular.

Não é só no provimento de programas de saúde pública que se tem condições de mudar, de verdade, os indicadores de saúde pública que nos são, no momento, desfavoráveis. No mundo, morrem 22 milhões de pessoas por doenças cardiovasculares. Antes da pandemia, eram 18 milhões. A pandemia aumentou o número de óbitos cardiovasculares. Se não foi por conta das vacinas foi porque o vírus tem, sim, um efeito sobre o sistema cardiovascular, aumenta infarto, aumenta AVC. E nós, sabendo que teríamos uma avalanche de doenças cardiovasculares, fortalecemos o sistema de saúde para dar um reforço na assistência cardiovascular.

A Damares viu, com muito entusiasmo, essas técnicas inovadoras, entre elas o implante de cateter para o tratamento da estenose aórtica do idoso. Foi uma iniciativa nossa defender essa causa – eu e a Mari –, ainda como Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

O que limita, meus amigos que nos assistem, é o custo. Esses dispositivos são caros. Claro que diante do roubo aos aposentados, acaba sendo irrelevante o incremento de orçamento que se tem que fazer para a assistência cardiovascular especializada.

Eu quero aqui voltar com vocês a 2014, a 2015. A Damares estava aqui no Congresso Nacional não como Parlamentar, mas se lembra da máfia das órteses e próteses. Lembram-se da máfia as órteses e próteses, que pagava propina para usarem indevidamente materiais?

Nós reduzimos os preços superfaturados da tabela do SUS. Isso não trouxe popularidade, para mim, no meio médico não. Vocês podem ter certeza. Um cardiodesfibrilador implantável que o Ministério da Saúde adquiria para os hospitais públicos federais por R$18 mil, o Ministério da Saúde pagava R$50 mil. E eu, como sou Ministro do Bolsonaro, passei a faca e cortei: uma economia de mais de R$250 milhões estimada, por ano. É com essa economia que nós íamos ampliar o acesso a tratamentos inovadores. O que este Governo, ou melhor, este desgoverno do PT fez? Revogou a minha portaria e voltou os preços altos para o Sistema Único de Saúde, trazendo uma distorção, mudando o que nós estávamos fazendo, que era introduzir um novo modelo de remuneração para o Sistema Único de Saúde, um modelo baseado em valor, que em inglês se chama *value based healthcare* – essa é uma tendência de todos os sistemas de saúde de acesso universal – para voltar o famigerado *fee for service,* que paga por procedimento realizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente aí se realizam procedimentos que devem e que não devem. E nós tivemos a coragem de instituir o primeiro modelo de programa de remuneração baseado em valor para o desgoverno do PT. E a ministra que me sucedeu, que dizia que iria vacinar a população brasileira e, na minha gestão, era um milhão de vacinas contra a covid aplicadas diariamente e, na dela, não chegava a 100 mil, essa é a realidade, revogou o programa; um programa de saúde baseado em valor para instituir um modelo arcaico ainda da remuneração do *fee for service*, uma herança maldita do antigo Inamps, ou seja, essa gente está ainda na época, não é da Revolução Chinesa, como o Lula falou, está na época da Revolução Russa. Estão falando aí no Papa Leão XIV que cita *Rerum Novarum* de Leão XIII, que instituiu a doutrina social da igreja, longe de ser esquerdista o Papa Leão XIII.

Então, essa gente que está na época da Revolução Russa veio para destruir todas as políticas relevantes que nós colocamos em prática no Governo Bolsonaro, como, por exemplo, essa política de atenção à saúde cardiovascular da mulher.

Toda essa parte de legislação, já antes de assumir o ministério, nós estávamos trabalhando com a Mariana Carvalho, com a Prof. Gláucia Moraes, com a Dra. Viviana Lemke, com a Dra. Alexandra, entre outras mulheres extraordinárias da cardiologia brasileira, para construir um novo cenário para a assistência cardiovascular no Brasil, não só para as mulheres, mas também para as mulheres, porque hoje o que nós vivemos é um ambiente de negligência. As pessoas não valorizam os sintomas que as mulheres têm e, às vezes, um infarto passa despercebido e isso é pago em vidas, em vidas das mulheres brasileiras.

Eu uso aqui o gesto da linguagem de libras que a D. Michelle me ensinou.

Nós amamos as mulheres do Brasil e nós vamos cuidar, mulheres, dos seus corações. Eu não tenho dúvida disso e aqui nós temos a Damares, que é uma voz que não se cala e está vigilante cobrando do Governo para que os programas que já existem cheguem à ponta, nas unidades básicas de saúde para beneficiar as pessoas que estão lá em Guajará-Mirim, lá em Vilhena, lá em Porto Velho, lá em Ji-Paraná. Faço isso para homenagear a Mariana Carvalho, porque eu estou absolutamente convencido de que agora, em 2026, ela será eleita e estará de volta aqui ao Congresso Nacional, representando brilhantemente as mulheres do Brasil e todos nós, os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito muito no Brasil, em nosso Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde é o maior sistema de acesso universal integral e gratuito do mundo, que tive a honra de dirigir por cerca de dois anos durante a maior crise sanitária que este país já enfrentou.

Inclusive estive aqui duas vezes em uma CPI, que ainda nós precisamos acertar as contas com o que essa CPI apurou, que não foi nada, porque o Procurador-Geral da República arquivou. Esses senhores me enquadraram por crime de epidemia com resultado final morte. Quando, em minha gestão, em seis meses, Damares, me permita, houve uma redução de 90% dos óbitos.

Houve um Senador aqui que previu que a campanha de vacinação do Brasil iria acabar em 2026. Isso é de simples registro, basta que os senhores consultem os *Anais* desta Casa. Nós vacinamos os brasileiros com um esquema vacinal primário, com dose de reforço, com segunda dose de reforço e deixamos vacinas para este Governo do PT deixar vencer e deixar faltar em 95% dos municípios do Brasil programas regulares de vacinação.

Nós acabamos com a questão do sarampo aqui. Eram 19 mil casos em 2018 e, na gestão do Ministro Queiroga, em 2022, só houve quatro casos de sarampo e, mesmo assim, eram casos importados, eram casos que não eram casos autóctones E hoje eles estão aí, como dizia Fernando Henrique Cardoso, cantando em cima de ovos que não puseram, quando receberam o certificado de livre vacinação de sarampo da Organização Pan-Americana da Saúde. Receberam-no porque tinham o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que olhou para a saúde de cada um dos mais de 200 milhões de brasileiros, fortalecendo o Sistema Único de Saúde através do fortalecimento da atenção primária, através do fortalecimento do sistema de vigilância em saúde. Triplicamos os centros de informação e vigilância estratégica em saúde: no Brasil inteiro, de Norte a Sul, na região das fronteiras, eram 60, Damares; entregamos mais de 160! Porque não tem essa história de dizer que não se estabelece meta: nós estabelecemos meta, nós triplicamos a meta e a cumprimos, porque nós temos compromisso com o povo do Brasil.

Damares, inicialmente, era isso que eu queria dizer.

Queria também, Damares, lembrar, recitar a grande poeta Cecília Meireles, que fez uma poesia que diz o seguinte:

Como se morre de velhice

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] de acidente ou de doença,
Morro [...] de indiferença
[...]
[E, no final, ela diz:]
(Já não se morre [nem] de velhice
nem de acidente nem de doença,
Mas [...] [sim] de indiferença)

As mulheres brasileiras não morrerão de indiferença, porque temos aqui, no Senado Federal, pessoas como Damares Alves, e, nas sociedades médicas, pessoas como Gláucia Moraes, Alexandra Mesquita, Viviana Lemke, a jovem Fernanda Mangione, a nossa jovem Parlamentar Mariana Carvalho. Nós estamos com vocês para fazer com que o Brasil consiga atingir o seu grande destino, que é ser uma nação líder.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para quem ligou a televisão e não lembra, acabou de falar o ex-Ministro da Saúde e também ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Nós vamos para o final de nossa audiência, e nós vamos conceder, a cada um de vocês, três a cinco minutos para considerações finais e agradecimentos.

Antes, Dra. Gláucia, vamos deixar uma pergunta que veio para a senhora: "O diagnóstico de doenças cardiovasculares após a menopausa ainda é muito negligenciado. Como podemos melhorar os cuidados após [a] menopausa?". E, para uma de vocês, em nome da Sociedade Brasileira de Cardiologia, veio uma pergunta do Instituto Menopausa Feliz. Esse instituto tem participado de muitos debates aqui no Senado sobre saúde da mulher, e a Presidente Adriana pergunta o seguinte: "A diretriz brasileira de doenças cardiovasculares em mulheres no climatério, em menopausa, sugere a terapia de reposição hormonal como tratamento preventivo nas doenças cardiovasculares. A Sociedade Brasileira de Cardiologia concorda que seria essencial a inclusão e disponibilização de medicamentos, digo, terapias hormonais pela Rename, no SUS?".

Uma das senhoras poderá responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cinco minutos para responderem e para considerações finais.

Dra. Gláucia.

A SRA. GLÁUCIA MORAES (Para expor.) – Eu vou me permitir responder às duas perguntas, porque, na verdade, foi a gente que trabalhou com a diretriz de menopausa. Na verdade, o que a gente quer é chamar atenção para o fato de que a probabilidade de as mulheres, quando chegam à idade da menopausa, terem doença cardiovascular é muito alta.

Então, de fato, a gente precisa de ter políticas públicas que sejam voltadas, como essa lei que está passando no Senado, Lei 3.933, que está tentando levar todas as medicações...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÁUCIA MORAES – ... todas as medicações para o SUS.

Então, nós precisamos trabalhar com a conscientização, primeiro das mulheres, para saberem reconhecer os seus próprios sintomas, saberem que aquilo não é um castigo.

A menopausa, hoje, leva um terço, um quarto, da vida das mulheres. E as mulheres precisam saber que elas precisam procurar o seu médico, reconhecer os seus sintomas. E tem, sim, formas de a gente fazer com que elas passem por essa fase com uma menopausa feliz. Elas podem transcorrer esse cenário sem uma qualidade de vida prejudicada.

E gente precisa trabalhar não só com as mulheres, mas com os parceiros, com os homens que estão do lado delas. Nós fizemos uma vez um *roadshow*, que a gente chama, e os homens chegaram e disseram para a gente assim: "A gente dorme com uma mulher e acorda com outra. Ela liga o ar-condicionado, depois ela veste um cobertor". Então, a gente precisa trabalhar com essas questões, tanto para as mulheres, quanto para quem está ao lado delas.

Em relação à menopausa feliz, sim, a gente sabe que a terapia hormonal da menopausa – e eu projetei até um eslaide em homenagem a isso – não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu peço silêncio no plenário.

Nós estamos com uma das maiores autoridades em cardiologia falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço silêncio no plenário, por favor.

A SRA. GLÁUCIA MORAES – Já estou terminando...

Então, a gente sabe que é muito importante fazer a terapia hormonal da menopausa. Ela não previne doença cardiovascular, só queria deixar isso bem claro. Infelizmente, não temos nada a não ser tratar dos fatores de risco, que são básicos, aquilo que a gente diz: não fumar, e essa é minha mensagem final, ter um sono adequado, ter uma dieta adequada, fazer com que a sua vida seja mais feliz, mas ela não resolve a prevenção da doença primária e secundária.

E a senhora há de convir, Senadora, que, se eu tenho uma qualidade de vida, se eu estou me sentindo melhor, eu vou ter mais vontade; se eu estou dormindo melhor, eu vou ter mais vontade de fazer exercício, eu vou me sentir melhor, eu vou fazer uma dieta; e eu acabo indiretamente melhorando.

Então, por isso, sim, a gente recomenda a diretriz, e eu trouxe esse eslaide dizendo: precisamos ampliar essa possibilidade para todas as mulheres do SUS.

E a gente conta com a sua ajuda, para que a gente possa levar não só a conscientização da doença, mas também a terapia.

A gente brinca: "Olha, a gente precisa ensinar as mulheres que elas precisam guardar a saúde na menopausa". E elas guardam a saúde durante toda essa vida delas, trabalhando com esses fatores de risco, para que quando elas envelheçam, elas envelheçam de forma saudável.

Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade de estar aqui, mostrando a necessidade de as mulheres se autorreconhecerem e buscarem o tratamento para as doenças cardiovasculares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Gláucia. Obrigada pela colaboração.

Hoje é, sem dúvida, um dia histórico para as duas Comissões. Muito obrigada.

Dra. Alexandra Mesquita, cinco minutos para agradecimentos, considerações finais.

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA (Para expor.) – Bom, eu agradeço novamente pela oportunidade, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante... Respondendo àquela primeira pergunta, sobre o porquê desta audiência das doenças cardiovasculares na mulher: porque a mulher não sabe, simplesmente. O homem que tem uma dor no peito sabe que ele pode infartar, a mulher ainda não.

Então, essa é a nossa mensagem, que as mulheres se conheçam, as mulheres não posterguem a procurar ajuda, que sim, dores diferentes, dor nas costas, dor no ombro, elas podem ser um infarto, não é uma dorzinha qualquer, e elas precisam estar bem para poder ajudar todo mundo, exercer todas as suas funções.

Permita-me, Senadora, eu gostaria de apresentar... eu trouxe duas pacientes, uma com um quadro clínico típico e outra com um quadro clínico totalmente diferente e que foram diagnosticadas de modo diferente. São pacientes do meu ambulatório de coronariopatia no Hospital de Base e elas gostariam de fazer o testemunho. Um minutinho para cada uma.

Por favor, vamos começar com a D. Benedita?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seja bem-vinda, D. Benedita, à nossa audiência. É um prazer recebê-la. Queremos ouvi-la! Queremos ouvi-la!

A SRA. BENEDITA ALBUQUERQUE DE SOUSA (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Eu comecei a sentir uma dor muito forte 9h da manhã. Parecia que isso aqui meu ia se juntar ao outro, e eu fui ao hospital de Planaltina. Chegando lá o médico me atendeu com 20 minutos. Quando eu falei com ele, ele disse: "Você está com dengue". Eu disse: "Não é, doutor. Os meus filhos tiveram dengue e eu sei diagnosticar o que é a dengue. Isso aqui não é normal".

Mediram a minha pressão e estava 24 por 10.

O rapaz disse: "Ela está infartando". Ele disse: "Não! Dá o comprimido e manda ela voltar para casa".

Eu voltei. Quando foi 2h da manhã eu acordei pior do que eu estava. Minha filha correu comigo para o hospital. Chegando lá não tinha médico. Eu fiquei num banco, sentada. Eu disse: "Senhor, não deixe eu morrer!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma enfermeira tinha visto cedo o que eu tinha passado. Ela chegou para mim e disse: "D. Benedita, você está enfartando. Vamos para o box, eu vou te levar".

Box é uma semi-UTI que tem em Planaltina. E me levaram. Lá eles viram, foram fazer os exames e disseram: "A senhora está enfartando. Você não vai sair daqui agora, porque o seu coração está fraco e você vai ter que fazer uma cirurgia no Hospital de Base para colocar três pontes de safena".

Fiquei três meses internada no hospital de Planaltina esperando essa cirurgia e, graças a Deus, eu fiz. No Hospital de Base, sim, quando você chega, anda. Mas, nas cidades satélites, para.

É isso que eu peço: façam as cidades satélites andarem, para ser mais rápido.

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada.

A senhora pode dizer o seu nome inteiro para a gente deixar registrado na ata?

A SRA. BENEDITA ALBUQUERQUE DE SOUSA – Benedita Albuquerque de Sousa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada! Muito obrigada.

A SRA. BENEDITA ALBUQUERQUE DE SOUSA – Obrigada a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bom vê-la saudável! Que bom vê-la tão bem!

A SRA. BENEDITA ALBUQUERQUE DE SOUSA – É a doutora!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A doutora.

Muito obrigada por ter colaborado com a audiência.

Doutora, a próxima paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA – Agora, a D. Wenedina.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Wenedina, diz o seu nome completo para a gente deixar na ata. (*Pausa.*)

A SRA. WENEDINA BARBOSA MACIEL ROCHA (Para expor.) – Meu nome é Wenedina Barbosa Maciel Rocha.

Posso falar?

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA – Pode.

A SRA. WENEDINA BARBOSA MACIEL ROCHA – Eu tive o primeiro infarto... Em 2012 eu senti uma dor aqui e respondeu aqui nas costas. Na mesma hora que eu comecei a sentir a dor eu falei com o meu filho. Ele me levou para o hospital... Ele me levou para o Hran. E me atenderam – não demorou. Cheguei na hora, eles me atenderam. Não deu nem 30 minutos e eles me atenderam.

Aí eles me mandaram lá para o Hospital de Base. E lá eu fiz o tratamento, comecei a fazer o tratamento. Fiquei dois meses lá internada e depois me mandaram para casa. Eu fui bem atendida lá no hospital, graças a Deus! Operei do coração, para honra e glória do nome do Senhor. Então estou aqui mais para agradecer o que aconteceu na minha vida, porque a gente tem que agradecer por tudo, não é?

Eu fiz muitas coisas, assim, e Deus me deu a oportunidade de viver novamente. Graças a Deus e aos médicos que me atenderam, eu consegui ser operada. E graças a Deus eu não sinto nada mais assim. Operei do coração, para honra e glória. E eu só tenho mais é que agradecer pela vida que Deus me deu de volta.

Amém. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É só para agradecer à senhora por ter vindo e ter dado esse seu testemunho. Estamos felizes em lhe ver tão bem. Que Deus te abençoe, Dona Wenedina!

Dra. Alexandra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALEXANDRA MESQUITA (Para expor.) – Só para encerrar, então, vejam que são duas apresentações diferentes. Teve o diagnóstico, talvez um pouco mais tarde. E, depois do diagnóstico, foram dois, três meses para chegar ao tratamento. Então ainda temos muito o que andar para a gente conseguir tratar todo mundo, não só as mulheres. Neste caso, a fila é para todos. Então, não conseguimos atender todo mundo. O SUS é uma porta muito grande de atendimento e a gente não consegue. Se a gente não tivesse tantos desvios, talvez a gente conseguisse.

Mas eu agradeço novamente a oportunidade de estar aqui. E estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Alexandra. Muito obrigada.

Eu quero registrar também que está no auditório conosco o Dr. João Poeys Junior e o Dr. Renault Mattos Ribeiro Júnior, da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Obrigado por estarem conosco nesta audiência.

Estava com a gente também, mas precisou sair, a Dra. Edna Marques, Secretária–Adjunta de Saúde do Distrito Federal.

Também estão presentes Rúbia Mara Ferreira Carneiro e Edir Kleber Boas Gonzaga, do Movimento Renova Enfermagem.

Obrigada por estarem conosco.

Dra. Viviana, cinco minutos para as considerações finais.

A SRA. VIVIANA LEMKE (Para expor.) – Eu só tenho a agradecer tanto pela oportunidade de ter uma lei que pode lembrar a gente de uma coisa que deve ser lembrada todos os dias. Mas hoje é um dia importante: é o dia que a gente está falando sobre isso e mostra que as mulheres realmente, infelizmente, não conhecem os seus sintomas e não valorizam os seus sintomas. Então, acho que as campanhas de conscientização, através desse dia, devem ser o início de todo o trabalho, deve ser a base de todo o trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E com certeza nós cardiologistas estaremos e estamos à disposição para treinar os médicos generalistas, os médicos de família, para fazer esse atendimento cada vez mais rápido e para que a população não precise sofrer na espera de um atendimento adequado.

Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade de estar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Viviana.

A quem está nos acompanhando a gente vai fazer um pedido: compartilhem o *link* desta audiência. Conhece algum estudante de medicina? Compartilhe o *link* desta audiência. Compartilhe com o seu médico, com as pessoas da sua comunidade, para que assistam em outro horário, porque eu acho que importantes informações foram trazidas nesta tarde.

Dra. Mariana Carvalho, considerações finais.

A SRA. MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES (Para expor.) – Mais uma vez, agradeço por esta data tão importante a todas as pessoas que entenderam a necessidade do dia 14 de maio para a gente debater sobre as doenças cardiovasculares nas mulheres, e que esta discussão não fique só aqui no Senado, mas que chegue a todos os lugares.

Depois de tantos dados e tantos exemplos, de tantos depoimentos que a gente ouviu aqui, a gente percebe que não é algo que está distante ou uma doença invisível, mas é sobre vidas, é sobre mulheres, é sobre a realidade de pessoas que estão muito próximas da gente, e essa doença pode acometer qualquer mulher. Pode ser dentro da casa da gente, uma colega de trabalho, uma amiga de trabalho... Então, a gente precisa estar atento.

Eu fico muito grata, e, mais uma vez, parabenizo a Senadora Damares pelo seu trabalho. Deixo aqui o meu reconhecimento, meu carinho e minha admiração pela mulher forte, guerreira, e que a senhora saiba que a senhora é um exemplo de mulher para todas nós brasileiras. Então, fico muito feliz de estar aqui.

Muito obrigada a todos que participaram para falar de um tema tão sensível e tão importante, e meu agradecimento a quem nos acompanha através também da televisão e da internet e ao Dr. Marcelo Queiroga, pela sua história, pelo seu legado e por ter me oportunizado apresentar uma legislação tão importante para o Brasil. Que a gente possa continuar salvando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vidas, independentemente não só dos projetos, mas na prática também, trabalhando para ajudar cada vez as mulheres a poderem ter essa atenção e esse cuidado com políticas públicas voltadas para a saúde da mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Marcelo Queiroga, considerações finais.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Damares, primeiro, quero agradecer a você a oportunidade de estar novamente aqui, no Senado Federal, agradecer aos cardiologistas do Departamento de Cardiologia da Mulher da Sociedade Brasileira de Cardiologia, que trouxeram este tema tão relevante.

A apropriação desta audiência está absolutamente comprovada, demonstrou-se aqui, de maneira categórica, que há um problema epidemiológico, que doença cardiovascular na mulher é um problema de saúde pública, que nós temos, no Sistema Único de Saúde, todos os instrumentos para enfrentar com eficácia esse problema e para reduzir a mortalidade cardiovascular na mulher. É preciso que tenhamos uma ação conjunta do Executivo e do Legislativo, não do Judiciário, porque o Judiciário não tem que estar implementando política de saúde nem interferindo na legislação. O Judiciário é para julgar aquilo que é para ele julgar. Então, juntos, o Legislativo e o Executivo devem implementar realmente programas que tenham condições de melhorar a vida das pessoas.

Na área de oncologia, nós vamos ter mais óbitos por câncer do que por doenças cardiovasculares nos próximos anos. Mas, por trás da oncologia, há uma indústria poderosa, que faz um *lobby* violento e aprova leis aqui no Congresso Nacional quase que de cinco em cinco minutos: Lei dos 30 Dias, Lei dos 60 Dias... A gente não quer lei de cinco minutos, de dez minutos para a mulher, não, a gente quer que se cumpra a lei que já existe, que é a Lei 8.080, e que se dê um atendimento digno às mulheres brasileiras para que pessoas como a D. Benedita, que falou aqui para nós – eu vi que a D. Benedita ainda precisa controlar os fatores de risco das doenças cardiovasculares, para não precisar, novamente, ir para o Hospital de Base ser operada.

Então, essa é a nossa função, e nós que somos da saúde pública vamos continuar, de maneira incansável, defendendo esses preceitos porque nós acreditamos que o Brasil é um país para todos os brasileiros, de verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, Damares, só um minuto. Você apresentou o meu livro aqui, *Queiroga – o homem, o médico e a pandemia,* e eu estou escrevendo outro. Sabe qual é o título?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Eu, a dama e a Damares. (*Risos.*)

Aí eu vou relatar esse golpe que você disse.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, Dr. Queiroga. (*Fora do microfone.*)

O Dr. Queiroga é muito incrível e é assim, com esse senso de humor o tempo todo, enfrentando grandes dificuldades.

A Dra. Gláucia pediu para dar um recado final.

Dra. Gláucia.

A SRA. GLÁUCIA MORAES (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Eu queria só que, representando a Sociedade Brasileira de Cardiologia, o Dr. Renault falasse algumas palavras para que a gente pudesse mostrar o que a Sociedade Brasileira de Cardiologia tem feito para ajudar a tratar essas mulheres no Brasil das doenças cardiovasculares.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom, doutora.

O SR. RENAULT MATTOS RIBEIRO JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde. Obrigado pelo honroso convite de estar aqui com vocês. Parabéns, Senadora. Parabéns por esse trabalho do Departamento de Cardiologia da Mulher.

Eu, escutando acho que foi a apresentação da Gláucia, não sei se foi à da Alexandra, mostrando os fatores de risco que precisam ser controlados para controlar melhor essa pandemia de doenças nas mulheres, fiquei pensando: nesse controle de fatores de risco tem uma peça fundamental que precisa também ser controlada, que é a ausência do homem dentro de casa, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ausência do controle familiar, porque as mulheres estão sobrecarregadas, naturalmente, por conta nossa também.

Então, a gente precisa também conscientizar. É dia nacional de consciência da saúde cardiovascular da mulher para o homem, talvez: ao homem precisam chegar essas informações, para ele saber que precisa contribuir dentro de casa, no trabalho, conscientizando os amigos de que as mulheres estão adoecendo, mas que não é à toa, estão sobrecarregadas, por mais que elas tenham capacidade, elas estão sobrecarregadas.

Mas, em relação à Sociedade Brasileira de Cardiologia, a Sociedade, Senadora, realiza dias temáticos: Dia Nacional de Combate à Hipertensão, Dia Nacional de Combate ao Colesterol, Dia Mundial do Coração. Nós temos o Setembro Vermelho, que comemora, celebra a saúde cardiovascular. Enfim, a Sociedade Brasileira vem também realizando campanhas independentes, não como esta audiência pública que foi feita aqui, brilhantemente, por vocês – queria parabenizar –, mas a gente vem lutando também para que esse número de mulheres que vêm adoecendo no Brasil seja impactado através dessas campanhas que alertam contra isso.

Mais uma vez, agradeço o convite, a oportunidade de estar aqui, Gláucia, Alexandra, Dra. Viviana. Parabéns, Mariana, pelo trabalho, e o meu colega, ex-Presidente da Sociedade, que montou hoje um sistema de gestão, dentro da Sociedade de Cardiologia, que faz parte de um processo mais democrático, em que vários cardiologistas podem participar na gestão da cardiologia brasileira: parabéns, Marcelo, mais uma vez.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, muito obrigada pela participação. Obrigada por estarem conosco nesta tarde.

Nós cumprimos o objetivo e a finalidade desta audiência pública eu acho que com leveza, mas também com dados preocupantes, e a gente dá, quem sabe, o pontapé inicial a umas campanhas mais efetivas.

E vou fazer um compromisso. Eu aprendi que a gente tem que cuidar de onde a nossa mão alcança. Eu faço uma luta muito grande de proteção da infância, e eu vejo as pessoas querendo salvar as crianças do mundo inteiro. E eu falo para as pessoas que me ouvem: onde sua mão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcança? Seu sobrinho, seu filho, seu neto? Onde sua mão alcança? Eu vou fazer isso com relação às doenças cardiovasculares. Eu vou propor dentro do Senado Federal, onde a minha mão alcança. Vou começar pelas servidoras do Senado Federal, vou começar por nós aqui, por onde eu posso alcançar, e depois estender. Eu acho que esta Casa pode dar o exemplo com campanhas internas sobre a prevenção das doenças cardiovasculares, e esta Casa vai ter que ter juízo em tomada de decisões.

Nós ouvimos o testemunho de duas mulheres já adultas, de duas pacientes, mas nós vimos eslaides falando de mulheres de 15 anos de idade, cada vez mais jovens.

Esta Casa, doutoras, está discutindo a legalização dos cigarros eletrônicos. Quero dizer uma coisa para os papais e mamães: os seus filhos adolescentes estão consumindo de forma absurda os cigarros eletrônicos, são servidos em bandejas em festas de adolescentes e com motivos infantis, com carinha de desenho animado, como se fosse uma brincadeira de criança. Não é!

Vocês viram aqui que mulher infarta, vocês viram aqui que as doenças cardiovasculares matam mais que o câncer, e eu vejo esta Casa se debruçando sobre a liberação dos cigarros eletrônicos. Então, vai um recado para as famílias que nos assistiram: Cuidado! Cuidado com os seus filhos adolescentes, com os comportamentos e hábitos não saudáveis, porque o assunto é sério, é muito sério!

Doutores, obrigada por estarem conosco nesta tarde cumprindo o objetivo desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião, agradecendo à equipe das duas Comissões, da Comissão de Assuntos Sociais, ao Presidente da Comissão, e da Comissão de Direitos Humanos, as duas Secretarias juntas trabalharam para a organização e a realização desta audiência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Alan Rick, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Ciro Nogueira e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Romário, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4988, de 2023, e das Emendas nº 5-S e 6-S. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1397, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a rescisão do contrato de trabalho." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 194, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para estabelecer isenção de registro e observância de regras simplificadas para cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e outros produtos de finalidade congênere, quando produzidos de maneira artesanal." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4553, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e à Emenda n° 2-CAS (de redação) e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** Durante a discussão, a Senadora Mara Gabrilli apresenta a Emenda nº 2. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5078, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XIII no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao empregado se ausentar de seu posto de trabalho, sem prejuízo de seu salário, para o acompanhamento de cônjuge ou companheira, quando do diagnóstico e na fase do tratamento do câncer de mama, nos dias de sessões de quimioterapia, radioterapia ou hormonioterapia, devidamente comprovado." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." **Autoria:** Senadora Juíza Selma (PSL/MT). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5228, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta, e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 37, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CAS, com o objetivo de debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 45, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 91/2024, com o objetivo de instruir o PLS 447/2016, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento" sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 40, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e esclarecer questões relacionadas aos temas: Esclerose Múltipla, Neuromielite Optica, Miastenia Gravis e Esclerose Lateral Amiotrófica, considerando a sua relevância e o seu impacto para a vida das pessoas que recebem os diagnósticos das doenças raras citadas na vida adulta, bem como a falta de politicas públicas para esse público específico, de modo que não fiquem desamparados e sem esperanças de um futuro digno e com qualidade." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/21

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 449, de 2025, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 967, de 2025, que trata de embargos de declaração opostos pelo Estado do Rio de Janeiro sobre auditoria operacional realizada no Ministério de Minas e Energia e na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com o objetivo de analisar as fragilidades e as oportunidades de melhorias referentes aos critérios de distribuição de *royalties* e participações especiais decorrentes da produção de petróleo e gás natural;

- cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas contendo considerações sobre previdência e outras questões trabalhistas;

- cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais contendo apoio a projetos em tramitação na Câmara dos Deputados contrários à prática do aborto no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, assim como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 2 e 9, Projetos de Lei nº 1.397, de 2021, e 5.228, de 2019, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senadores Fabiano Contarato e Renan Calheiros.

Iremos iniciar pelo item 5, que é o Projeto de Lei nº 4.553, de 2023. Ele é não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4553, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

E agora concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

Quero dizer que nesse projeto eu já tinha feito quase que uma leitura preliminar do relatório, e a nobre e querida Deputada Mara Gabrilli apresentou uma emenda. E aqui conversamos com o autor, que é o Túlio Gadêlha, e não chegaram a um acordo naquele momento. Então retirei de pauta, mas, felizmente, ambos conversaram e chegaram a um acordo. Eu estou em condição agora de ler o relatório, já com aval tanto do autor como da autora da emenda, a Senadora Mara Gabrilli.

Eu vou direto à análise, então, Presidenta, é um projeto simples.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAS opinar sobre relações de trabalho e assistência social, o que faz regimental a análise do PL em tela.

O Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios, conforme informa a Agência Brasil.

Ora, se são milhões e milhões as brasileiras e os brasileiros sem moradia adequada, é evidente que tudo que o Congresso Nacional puder fazer para otimizar e facilitar a construção e o acesso a moradias para nosso povo será bem-visto.

É justamente nessa esteira que chega ao Senado Federal o oportuno PL 4.553, de 2023. Reconhecendo que se devem criar estímulos em favor de comunidades carentes, originárias ou tradicionais. O PL propõe criar selo que permita empresas e profissionais de engenharia, arquitetura e construção civil receberem reconhecimento com fé pública. Isso, por conseguinte, gerará um círculo virtuoso em favor da prosperidade de seus negócios.

O sábio PL, portanto, se mostra uma maneira indireta de estímulo à atividade da construção civil, cabendo ao poder público apenas o reconhecimento formal de uma condição por meio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuição de um selo, cuja consequência contribui para solucionar a necessidade de mais moradias.

Dessa forma, entendemos adequado e meritório o PL 4.553, de 2023.

De igual forma – já está aqui a nossa querida Senadora, que eu havia citado antes e coloquei no relatório –, nos parece meritória a Emenda nº 1-CAS, proposta pela querida Senadora Mara Gabrilli. O incentivo ao uso do desenho universal como requisito para obtenção do selo nos parece medida justa e adequada. Atende, inclusive, ao espírito do nosso tempo, no sentindo de promover a inclusão e o direito à diferença. E atende, também, à determinação convencional e constitucional das alíneas "a" e "f" do §1º do art. 4º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no sentido de adotar medidas legislativas para promover o desenho universal.

Contudo, deve-se ter em conta que o PL ora analisado é originário da Câmara dos Deputados – o Deputado, na época, era o Túlio. Assim, acatar a emenda – que eu até gostaria – proposta implicaria realizar mudanças que justificariam o retorno da matéria à apreciação daquela Casa Legislativa. Naturalmente, isso implicaria mais tempo de trâmite legislativo e maior demora para que entre em vigor esta legislação que visa diminuir o déficit habitacional no país a custo zero para a administração pública.

Portanto, cumprimento aqui a Senadora Mara Gabrilli, que, conversando com o nosso Túlio, o nosso querido Túlio, que é o autor do projeto, construiu um entendimento. Enfim...

Ademais, devemos ter em conta que o PL prevê sua regulamentação pelo Poder Executivo, em particular na forma dos *caputs* de seus arts. 3º e 4º.

Assim, é bastante razoável trabalharmos, supondo que o decreto a ser elaborado para regular a futura lei terá, entre seus requisitos, a adequada observação ao desenho universal – como pediu a nobre Senadora Mara Gabrilli – prevista no citado art. 4º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Assim, pensando de maneira estratégica, a manutenção da redação do PL no Senado Federal, sua Casa revisora, permitirá que muito em breve entre em vigor lei ao mesmo tempo inovadora e salutar, cujos efeitos se mostram de necessidade urgente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.553, de 2023, do nobre Deputado Túlio Gadêlha.

E, com esse entendimento, na regulamentação, seria, então, acatada a proposta muito competente da Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero cumprimentar aqui a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, a Senadora Damares, o Senador Paulo Paim.

Realmente, a sua relatoria foi brilhante.

Parabéns, Senador Paulo Paim e também Senadora Mara Gabrilli!

Coloco agora a matéria em discussão.

A Senadora Damares com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Deixe-me ver só, Relator, se eu entendi.

A sugestão da Mara é que, para se ganhar o selo solidário, teria que ser, como um dos critérios para a escolha do selo, essa arquitetura inclusiva. Aí nós não vamos aceitar essa emenda para a concessão do selo, mas, numa outra lei, a gente vai instituir que os imóveis sejam inclusivos e tenham uma acessibilidade. Seria isso?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A Senadora Mara Gabrilli com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir.) – Obrigada.

Que bom te assistir presidindo, Senadora, presencialmente aqui. Estou muito feliz.

Quero cumprimentar meus colegas, Senador Paim e Senadora Damares.

Quero dizer que o que a gente está colocando aqui é que o desenho universal é um conceito criado para todas as pessoas. Então, seja numa construção interna, seja numa edificação, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive em mobiliário, seja num micro-ondas... Vou dar um exemplo: no desenho universal, todas as pessoas entram pela mesma porta, é um desenho que agrega as pessoas, não as afasta, é um desenho que facilita. Então, por exemplo, numa maçaneta com desenho universal, você vai lá e bate; numa maçaneta sem desenho universal, você gira a mão e usa muito mais músculos; uma mesa de centro com uma ponta em que você tropeça e machuca a canela não é desenho universal; desenho universal é uma mesa redonda. Por exemplo, hoje a gente tem controle remoto com desenho universal, que é facilitado para o uso de uma criança, de um idoso, de uma pessoa com baixa visão, de uma pessoa cega. Então, são desenhos...

Para se ter ideia, Senadora Eudócia, a gente tem, por exemplo, no Japão, dentro do *shopping*, centros de desenho universal, mostrando todos os produtos com desenho universal que estão sendo lançados. Então, você chega ao Japão e não fala japonês, mas você consegue discernir o que é um leite tipo A, o que é um leite integral, o que é um xampu, o que é um condicionador. Então, é um desenho que, além do mobiliário interno e de serviço, é acessibilidade universal para todo mundo, seja pessoa baixa, alta, gorda, magra, seja com algum tipo de deficiência sensorial, física, intelectual. É um desenho criado para todo mundo.

E a gente não queria que o projeto atrasasse, mas queria que tivesse esse item. Por isso... Aí o Senador Paim explica como é que foi feito. Agora é um outro projeto que vem trazer o desenho universal? Ele conseguiu ser incluído?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Não, eu conversei...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nem como emenda de redação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... com o autor do projeto. Não muda nada o projeto. E, segundo a informação que eu recebi – eu sou muito de respeitar a opinião dos Senadores –, havia um entendimento entre a Senadora Mara e o Deputado Túlio de que essa questão que você levanta poderia entrar na regulamentação, e na regulamentação resolveria o problema. Isso foi o que me passaram. Se não foi, pode falar que daqui também eu fui... me passaram, deram um passa... Como é que diz aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Passa, rapaz do...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Passa, rapaz.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Passa... Passa uma mulher. Passa, mulher.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É. Foi a informação que eu recebi.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, ele não entrou no projeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele não entrou no projeto e ficou... segundo a informação que me deram, na regulamentação seria, então, colocada a posição muito clara e definida.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E quem garante?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu é que não garanto. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso foi o que eu soube.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Porque, Senadora Mara Gabrilli, o relatório do Senador Paulo Paim é favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1. Então eu acho que é a esse acordo que o Senador Paulo Paim está se referindo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É porque não teve esse acordo entre mim e o Túlio, o Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, vocês vão ter que entrar em um acordo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Exatamente. Então, se isso... eu confio em ambos. Eu não tenho problema nenhum, só se entender, Mara...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É, sabe qual é a problemática? Até para todo mundo entender.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Retiramos de pauta, se for o caso, e voltamos na próxima...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Porque, assim, para receber o selo, eu acho de extrema importância que a gente leve em consideração que todas as pessoas vão envelhecer e a gente quer envelhecer com dignidade. Então, acho um item de extrema importância.

Agora, o que acontece? Se mexer no projeto, o projeto volta. E aí o Deputado Túlio está com essa aflição porque, quando volta, sabe-se lá o que vai acontecer. E eu estou com essa aflição porque, assim, como que a gente dá um selo sem levar em consideração a acessibilidade? Então, vamos ver até se a gente não conseguiria fazer uma emenda de redação colocando só as palavrinhas "desenho universal".

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E outra opção seria tirar de pauta e a gente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu acataria, como Relator, essa sugestão de que seria uma emenda de redação, colocando – segundo ela, que é uma especialista na área – as palavrinhas "desenho universal". É possível? (*Pausa.*)

O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode, sim.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pode fazer emenda de redação?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode, sim, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Porque, além de todo mundo ficar feliz, a população ganha, porque o projeto não atrasa e ele vem completo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Mara Gabrilli, V. Exa. vai ter que colocar, apresentar a sua emenda, para que a gente possa fazer essa alteração. A gente pode fazer isso agora e neste mesmo momento a gente já pode votar.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pode?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode, mas aí você teria que apresentar essas palavrinhas mudando o texto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Desenho universal.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Tá, então a gente já faz. *Yes*!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, me permita...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Paulo Paim. V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Uma mulher na Presidência, três mulheres para votar. Eu, como Relator, me submeto de imediato. Nem discuto. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Voto vencido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Acatada a emenda de redação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Mara Gabrilli, então, o relatório será favorável ao projeto, contrário à Emenda nº 1 e...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... acatando a emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... acatando a sua emenda, a que V. Exa. irá colocar agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Emenda de redação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Emenda de redação, exato.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Todo mundo feliz. Ai, que alegria!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E está em votação relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, que foi aqui referendado pela Senadora Mara Gabrilli.

A matéria vai à Comissão de Infraestrutura. (*Pausa.*)

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1281, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2016)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para estabelecer isenção de registro e observância de regras simplificadas para cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e outros produtos de finalidade congênere, quando produzidos de maneira artesanal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016).

E agora concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Presidente, Senadora Dra. Eudócia, eu vou direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cumpre ressaltar que, na atual fase do processo legislativo, cabe ao Senado apenas apreciar as modificações propostas pela Câmara, pois a matéria já foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional. A questão é disciplinada pelos arts. 285 e 286 do Risf e pelo parágrafo único do art. 65 da Carta Magna.

Portanto, não é permitido fazer modificação ou inovação no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas tão somente aceitar ou rejeitar as alterações propostas pela Casa revisora – neste último caso, mantendo-se o PL originalmente aprovado pelo Senado.

A redação do projeto aprovado pelo Senado Federal trata mais especificamente da regulamentação da atividade da saboaria artesanal, submetendo-a à lei do artesanato e afastando completamente a necessidade de cumprimento de exigências sanitárias, como as que são estabelecidas, por exemplo, para o maquinário utilizado, as instalações físicas, os responsáveis técnicos, as boas práticas de fabricação, entre outras.

Já o texto elaborado pela Câmara dos Deputados versa diretamente sobre os produtos – cosméticos, perfumes e outros artigos destinados à higiene pessoal – quando fabricados artesanalmente, eximindo-os do registro sanitário, mas com o cumprimento de regras simplificadas, nos termos do regulamento.

Por essa razão, entendemos que o texto aprovado pela Casa revisora é mais adequado, na medida em que busca cumprir o propósito do PLS nº 331, de 2016, e simplificar a atividade da saboaria artesanal, mas ainda com o cumprimento de regras mais flexíveis previstas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamento – cuja competência de edição é atualmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) –, as quais poderão garantir a segurança dos produtos, mesmo que eles sejam fabricados com processo artesanal e não tenham registro sanitário.

Dessa forma, consideramos que o texto oriundo da Câmara dos Deputados – ou seja, o do PL nº 1.281, de 2022 – equilibra melhor a relação entre as particularidades do processo de fabricação artesanal e a necessidade de regras de produção de cosméticos, perfumes e produtos destinados à higiene pessoal, de modo que recomendamos sua aprovação na íntegra.

O voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.281, de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito pertinentes, Senadora Mara Gabrilli, essa sua relatoria e esse projeto.

Parabéns!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu tive a oportunidade de lê-lo completamente, e eu sei que é muito oportuno, e a sua relatoria foi perfeita, impecável.

Parabéns!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E é um mundo de artesãos que trabalham numa área tão bacana, e a gente está facilitando a vida deles, mas mantendo a segurança.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, você está de parabéns!

E agora coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

E a matéria vai ao Plenário.

Quero aqui cumprimentar minha amiga e nossa nobre Senadora Jussara Lima.

Agora vamos para o projeto de lei do item 6: Projeto de Lei nº 5.078, de 2023. Esse projeto é terminativo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5078, DE 2023

- Terminativo -

Acrescenta o inciso XIII no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao empregado se ausentar de seu posto de trabalho, sem prejuízo de seu salário, para o acompanhamento de cônjuge ou companheira, quando do diagnóstico e na fase do tratamento do câncer de mama, nos dias de sessões de quimioterapia, radioterapia ou hormonioterapia, devidamente comprovado.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

E agora concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia.

Cumprimento aqui a nossa querida Senadora que está presidindo, a Senadora Dra. Eudócia.

Cumprimento os colegas aqui, a Senadora Mara Gabrilli, queridíssima, sempre muito atuante, o nosso querido também Senador Paulo Paim e a nossa querida também Damares Alves.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 5.078, de 2023, de autoria do Senador Jorge Seif.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Quanto ao mérito, a proposição vem ao encontro de outras normas que pretendem amparar a pessoa com câncer. O art. 4º, inciso VII, da Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021, assegura, como direito fundamental da pessoa com câncer, a presença de acompanhante durante o atendimento e o período de tratamento.

A CLT, em seu art. 473, inciso XII, também prevê ausência ao serviço, sem prejuízo do salário, por até três dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização devidamente comprovada de exames preventivos de câncer.

O legislador, portanto, em cumprimento ao disposto no art. 196 da Constituição Federal, que dispõe ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, tem editado normas que asseguram diversos direitos à pessoa com câncer, inclusive no âmbito trabalhista.

O acompanhante desempenha papel crucial no tratamento de uma pessoa com câncer. O tratamento pode ser emocionalmente desgastante e a presença de um acompanhante oferece conforto emocional, reduzindo sentimentos de ansiedade, de medo e de solidão.

Além disso, o acompanhante pode ajudar nas tarefas cotidianas, como transporte para consultas, administração de medicamentos, organização de horários de tratamento e cuidados diários, permitindo que o paciente se concentre na recuperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O câncer de mama é o mais frequente nas mulheres, porém 1% do total de casos desse tipo de câncer atinge homens. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), no ano de 2020, foram registrados 207 óbitos de homens por câncer de mama no Brasil, razão pela qual a legislação deve amparar igualmente tais trabalhadores.

Não obstante a legitimidade e a justiça das intenções do autor, entendemos que algumas ponderações, tanto de natureza orçamentária quanto de natureza econômica, se fazem necessárias com relação à criação de mais uma hipótese de interrupção do contrato de trabalho.

O cuidado das pessoas acometidas por enfermidades graves no Brasil recai desproporcionalmente, como sabemos todos, à família. A inexistência de um sistema completo de prestação de serviços sociais faz com que os familiares tenham de reservar grande parte de seu tempo ao acompanhamento e à movimentação das pessoas portadoras de enfermidades graves, fazendo-o, muitas vezes, à custa de seu tempo de trabalho.

É uma escolha dramática, sabemos, ter de optar entre suas obrigações profissionais, necessárias para o sustento do responsável e da própria pessoa enferma, e as responsabilidades familiares, necessárias para o desenvolvimento e a qualidade de vida da pessoa adoentada e do próprio responsável.

O projeto, em sua redação original, intenta erigir um compromisso sensível entre os interesses do trabalhador, de seus familiares acometidos por doença grave, dos empregadores e da sociedade como um todo. Contudo, a obrigação legal de mais um encargo acarretaria um ônus adicional à folha de pagamento do empregador, ampliando o já pesado ônus financeiro que incide sobre a capacidade produtiva.

O poder público também não poderia arcar com esse ônus, ante as prementes dificuldades fiscais pelas quais passa o país, especialmente ao levar em consideração os números do crescente déficе do Regime Geral de Previdência Social.

Nesse contexto, entendemos que tal direito poderia ser inserido na Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que criou o Programa Empresa Cidadã e promoveu a concessão de incentivo fiscal à empresa que prorrogue a licença-maternidade e a licença-paternidade de seus trabalhadores e trabalhadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os empregadores que aderirem ao programa terão acesso a incentivos creditícios e à aplicação de margem de preferência em contratações públicas, quando concederem aos cônjuges, aos pais ou aos responsáveis por pessoas com câncer de mama abono de faltas sem compensação de jornada ou, ainda, jornada especial de trabalho para acompanhamento do parente enfermo.

Dessa forma, considerando que, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, o poder público atende ao mandamento constitucional sem, contudo, atribuir gravames econômicos desproporcionais aos empregadores e à previdência social.

O voto.

Do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.078, de 2023, na forma do seguinte substitutivo:

> Altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, para prever benefícios às empresas que adotarem regime especial de trabalho para o acompanhamento de pessoa com câncer de mama. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora, está concluída a sua relatoria?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizá-la, Senadora Jussara Lima, pela sua relatoria, e o Senador Jorge Seif, pela autoria desse projeto de lei tão importante, porque todas as famílias que já tiveram...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... ou têm entes queridos – não é, Senadora Damares? – portadores de câncer que estão em tratamento sabem da diferença entre ter o acompanhamento familiar ou não.

Então, essas empresas que aderirem realmente merecem ter algum tipo de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – De compensação.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... de compensação, de serem privilegiadas de alguma forma.

Eu coloco a matéria agora em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, eu sei que aqui as mulheres dominam – e o tema é mais do olhar delas e da vida delas –, mas eu quero cumprimentar aqui o Senador Jorge Seif, viu? Diga para ele que é uma bela iniciativa, e terá todo o meu apoio no Plenário. Acho mais do que justo. Acompanhando, pela emenda da Senadora Jussara, tanto o homem como a mulher – porque o homem também tem esse problema do câncer... no acompanhamento, a emenda dela, então, completa a iniciativa do Senador, que foi brilhante, queria ter eu apresentado esse projeto, inclusive – isso é uma forma de o elogiar, viu? Só isso, estou elogiando. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Porque quem cuida de CLT aqui sou eu, até incomoda demais, eu acho.

Então, primeiro, cumprimento a iniciativa do Senador e o relatório da Senadora Jussara Lima, que estendeu para ambos os sexos essa redação: no caso de afastamento do trabalho para acompanhamento do companheiro ou cônjuge não se perderão os dias de trabalho.

Parabéns! Parabéns a ambos! Parabéns, Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem, realmente, parabéns mesmo!

E agora, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só abrindo um parêntese, Senador Paulo Paim, esse projeto é terminativo, não vai para o Plenário.

Em votação o substitutivo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Melhor ainda!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Melhor ainda, exato!

Em votação o substitutivo nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

O painel está aberto. Votação eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, enquanto a gente vota, como o projeto fala de terapia, fala de tratamento, eu queria trazer um assunto bem delicado aqui, que é pertinente à Comissão – aproveitar que estão aqui a Jussara, o Senador Paim, a Senadora Mara e a senhora, quatro Senadores extremamente sensíveis. Preste atenção no que eu vou falar, Presidente.

Está numa fase de investigação sobre as fraudes do INSS e a gente está pedindo uma CPMI. Eu temo muito que investigações criem efeitos colaterais também, efeitos não desejáveis, e há um efeito que eu estou preocupada.

O investigado, o Sr. Camilo, que tem o codinome de Careca, que está todo mundo falando dele – preste atenção, Mara, acho que vai lhe interessar bem isso aqui –, uma das empresas dele é a World Cannabis. Escutem como eu estou preocupada. E a gente sabe que a Polícia Federal está apreendendo tudo dele, está buscando todos os seus bens. Inclusive, um dos carros apreendido ontem está no nome da empresa World Cannabis.

A luta das pessoas que precisam de *Cannabis* foi tão grande para ter a *Cannabis* medicinal e são poucas empresas no Brasil que fornecem a *Cannabis* medicinal. Qual é a minha preocupação, Presidente? Nós temos pessoas que vivem e têm um pouquinho de qualidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida por causa da *Cannabis* medicinal. A minha preocupação é, se essa empresa tem alguns clientes específicos que só buscam nela a *Cannabis* medicinal, as investigações, Mara, não podem afetar esses pacientes.

Então, nós temos uma Subcomissão de doenças raras aqui. Se a gente pudesse oficiar a Polícia Federal, oficiar o Ministério Público, que está conduzindo as investigações, inclusive a CGU, de que especificamente essa empresa do Careca, World Cannabis, que fornece medicamentos e pessoas vivem por causa desse medicamento, que não haja a nenhum cliente dessa empresa nenhum prejuízo enquanto está tendo a investigação.

E, assim, que a nossa CPMI aqui, se instalada, seja uma CPMI muito madura, porque nós vamos lidar com vidas daqui para frente, que essa CPMI não seja, Senadora, um palco de disputa política, mas de encontrar soluções.

Eu trago para esta Comissão hoje essa minha preocupação para que a gente faça um ofício, por esta Comissão, para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para a CGU, que essa empresa específica, porque de certo vão bloquear tudo da empresa, que é o que acontece geralmente numa investigação, mas se tem pacientes que dependem do medicamento dessa empresa, que nenhum paciente seja prejudicado.

Então, Mara, eu precisava trazer essa informação. É uma empresa do Seu Camilo e se chama World Cannabis. Eu estou preocupada com que pessoas que vivem da *Cannabis* medicinal tenham o tratamento interrompido durante a investigação.

Fica o meu registro e o meu pedido, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora Damares.

Tudo o que você colocou agora realmente é pertinente, muito pertinente, vamos posteriormente amadurecer essa ideia e falar também com o nosso Presidente aqui da CAE, Senador Marcelo Castro, para a gente ver todas essas questões que você acabou de ventilar neste momento. Está bom?

Agora, vamos para o item nº 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CAS, com o objetivo de debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Agora eu passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, só para informar que eu vou assinar o item 10, que é o requerimento do Senador Humberto Costa, que não está presente, mas, claro, na sequência.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, no requerimento, eu estou solicitando, requerendo, nos termos regimentais, apenas acrescentar o nome de um representante da Associação Nacional das Empresas de Benefícios e Atenção à Saúde Primária e Secundária (Anebaps) a uma audiência pública já aprovada aqui. Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O.k., Senadora.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que está representando-o para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Sra. Presidenta, na mesma linha da Senadora Damares, o que o Senador Humberto Costa está propondo via o Requerimento nº 10 é que, na audiência pública que ele propôs, com requerimento já aprovado, o Requerimento nº 18, seja incluído o Dr. Silvio Pessanha, Coordenador da Rede de Educação da Associação Nacional das Universidades Particulares; o Dr. Toufic Anbar Neto, Diretor-Superintendente da Faculdade de Medicina em São José do Rio Preto; e o Dr. Kildare Araújo Meira, Assessor Jurídico do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior. Esse é o complemento do requerimento já aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Pois não, Senador.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 91/2024, com o objetivo de instruir o PLS 447/2016, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento" sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu tenho um requerimento de minha autoria que foi aprovado para uma audiência pública, só que, quando o aprovamos, só aprovamos o requerimento, que se refere à discussão dos trabalhadores de *telemarketing* ou teleatendimento. Estou resumindo aqui. Hoje estou apresentando então extrapauta a relação dos que vão participar do debate. Não sei se preciso ler todos ou encaminho à Mesa como lido.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Posso entregar à Mesa como lido?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode entregar como lido e, não havendo óbices, passo a palavra...

Como o senhor já leu, Senador Paulo Paim, eu quero agora pedir aos Sras. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O resultado é aprovado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vamos agora aguardar o quórum da votação nominal para o resultado da votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto se conclui aqui a votação nominal, prosseguimos aqui com requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 40, de 2025, da CAS, apresentado pela Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Não há óbices.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e esclarecer questões relacionadas aos temas: Esclerose Múltipla, Neuromielite Optica, Miastenia Gravis e Esclerose Lateral Amiotrófica, considerando a sua relevância e o seu impacto para a vida das pessoas que recebem os diagnósticos das doenças raras citadas na vida adulta, bem como a falta de políticas públicas para esse público específico, de modo que não fiquem desamparados e sem esperanças de um futuro digno e com qualidade.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do requerimento.

Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, eu requeiro a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater e esclarecer questões relacionadas aos temas: esclerose múltipla, neuromielite óptica, miastenia grave e esclerose lateral amiotrófica, considerando a sua relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma Subcomissão que discute as doenças raras e nós estamos com muitos pacientes de esclerose múltipla, no Brasil, nos procurando, inclusive com muitos registros em áreas indígenas.

Então nós queríamos fazer uma discussão sobre toda a situação, inclusive sobre como é que estão as pessoas em áreas indígenas com esclerose múltipla, como é que elas estão sendo atendidas.

E eu trago aqui alguns nomes como preletores, expositores na audiência pública.

Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito oportuno, Senadora Damares.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Aprovado, Senadora Damares.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Falta apenas um voto para nós terminarmos...

A Senadora Damares pediu a palavra. Pois não.

Desculpa, me perdoe. A Senadora Mara Gabrilli pediu a palavra.

Concedida.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar a Senadora Damares por esse requerimento, por essa audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública. Lembrando que a gente tem que reinstalar a nossa Comissão e temos aqui a nossa Presidente da Subcomissão de Doenças Raras.

E quero dizer que a gente, com certeza, Senadora Damares, vai encontrar outras doenças degenerativas paralisantes, como essas. Quando a gente chama para essas quatro, muitas outras aparecerão.

E aí vai ser muito interessante porque, por exemplo, esclerose múltipla é uma doença que já tem medicamento, tem PCDT, tem dispensação e, mesmo assim, às vezes dá problema. Agora, outras não têm.

Então, vamos ter bastante trabalho, não só de ir atrás dos PCDTs, os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, mas atrás da melhora da distribuição desses medicamentos, que muitas vezes saem da União, mas os estados para que se distribuem, a alguns chegam, a alguns, não; e aquelas doenças para as quais nem medicamento tem, e a gente também tem que fomentar para que um dia tenha.

Então, acho que, a partir desta audiência, a gente vai ter bastante trabalho. Muito bem por chamar todos esses itens.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Realmente, Senadora Mara Gabrilli, por isso é que nós estamos aí nessa luta para reinstalar a Subcomissão de Doenças Raras, para que a gente possa, Senadora Damares, avançar nesses temas tão importantes.

Estamos aqui, eu acho que já... Falta só um voto para concluir a votação nominal.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Enquanto isso...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Será que eu poderia também incluir mais uma pessoa nessa audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, perfeitamente.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pode?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

Senadora, você pode colocar o nome da instituição ou da pessoa?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Posso.

Eu queria colocar a Presidente do Instituto Mara Gabrilli, que tem esclerose lateral amiotrófica e não fala. Ela vai vir com um sistema sueco para comunicação ou vai fazer do lugar dela, da casa dela. E aí, assim, se ela se predispuser a vir, eu gostaria que a Cida, que é a gestora, a acompanhasse, porque pode também ajudar a dar voz a ela. É uma pessoa que também trata de tudo. Então, seriam duas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Perfeitamente, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pode?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, pode sim.

Eu quero colocar em votação a inclusão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras... Eu quero colocar em discussão o que a Senadora Mara Gabrilli acabou de colocar, que é um requerimento extrapauta para incluir o nome dessas duas pessoas na Subcomissão de Doenças Raras.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados, Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

Só precisamos de mais um voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colegas Senadores e Senadoras que estão em outras Comissões, remotamente, que possam votar no item 6. (*Pausa.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Eu estava pensando aqui que essa audiência que a Senadora Damares pediu... O dia 21 de junho é o dia internacional da esclerose lateral amiotrófica, que é a mais grave dessas doenças.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É a que paralisa mais rápido, geralmente a pessoa vem a óbito muito rápido. A gente podia tentar fazer essa audiência pelo menos na semana desse dia, porque que seria bastante simbólico. E marca o solstício de inverno.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O senhor quer também falar Senador Paulo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Eu quero me somar à iniciativa da Mara. Como eu estou aqui em Brasília para o tratamento que estou fazendo na coluna, estou viajando pouco. Conte comigo, que eu estarei aqui na audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu acho muito pertinente, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E essa data foi escolhida porque marca o início do solstício de inverno. Então, assim, é uma data muito simbólica para todas as pessoas que têm uma doença degenerativa, paralisante. A gente podia tentar fazer próximo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, faremos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É... dia 21 é um sábado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vinte e um é sábado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A gente pode escolher a semana anterior ou a posterior.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, muito pertinente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, já deu o quórum, mas eu vou só... se você me permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Aprovamos aqui... Eu estou muito preocupado com a pejotização – chamada PJ. Agora, até em supermercado, quem trabalha no estoque é PJ. Quem entrega a mercadoria é PJ. Aquele cidadão que vai entregar... Dessa forma, se a moda pega, nós vamos ser todos PJ e a nossa CLT vai acabar sendo praticamente destruída, né?

E eu só quero alertar a todos que estão assistindo que, aqui nesta Comissão, foi aprovada, por unanimidade, no dia 29, que é a próxima quinta-feira, às 9h da manhã, nós vamos ter um debate sobre essa questão da pejotização, que é, na verdade, o desmonte do direito dos trabalhadores.

Estão convidados autoridades do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, empresários e trabalhadores. Será um belo debate. Dia 29, às 9h da manhã. É só isso, aproveitando o tempo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito pertinente, Senador.

Como nós já terminamos e atingimos o quórum de votação, então, eu vou encerrar a votação nominal.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O resultado: foram 10 votos favoráveis; NÃO: nenhum, 0.

Abstenção também: 0.

Tivemos um quórum de 11 votos.

Então, o resultado: foi aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS, Substitutivo, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

O Senador Paim pediu a palavra novamente. V. Exa. pode se pronunciar mais uma vez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Eu tenho aqui, naquele requerimento que eu fiz, o item 10. Se pudéssemos incluir – eu não vejo problema nenhum – representante do Conass e do Conasems. Eu encaminho à Mesa por escrito.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim. Pois não, Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agradeço ao Túlio, que nos alertou a importância dessas duas entidades e que veio aqui rapidamente, antes que a senhora encerrasse.

O Secretário-Geral ajudou também, viu? Disse: "Faça de improviso aí. Não precisa botar por escrito". Então, agradeço a V. Exa. e à equipe aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Pois não, Senador Paulo Paim.

Convoco, para o dia 28 de maio, quarta-feira, às 9h, uma reunião extraordinária nesta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Omar Aziz, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda da Senadora Damares Alves, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcio Bittar, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 6ª, 7ª e 8ª reuniões extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 12, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **Observação:** Durante a reunião, o relator, Senador Marcelo Castro, fez a leitura do relatório e rejeitou oralmente a Emenda n° 4. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 435, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). **ITEM 3 - Plano de Trabalho - SF255450131930 -** "Complementação Plano de Trabalho". **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5461, de 2019 - Terminativo -** que: "Transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução do Senado n° 115, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar de seis para doze meses o prazo para o exercício do cargo de líder e vice-líder da bancada feminina e explicitar que a escolha se dará mediante eleição." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 114, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução nº 9, de 2013, para dispor sobre a eleição da Procuradora Especial da Mulher." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 717, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 6, 7 e 8, das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apreciação de seis matérias, dos itens 1 ao 6.

A Senadora Augusta Brito me pede e eu acato a inversão da pauta, para que ela possa relatar o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 115, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar de seis para doze meses o prazo para o exercício do cargo de líder e vice-líder da bancada feminina e explicitar que a escolha se dará mediante eleição.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia.

Primeiro quero agradecer ao Presidente e quero aqui também agradecer aos demais Senadores que aqui estão, por entenderem que eu vou ter que ir presidir uma audiência pública aqui na Comissão de Esporte.

Projeto de Resolução do Senado nº 115, de 2023.

Sr. Presidente, uma vez que esse relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para fazer a leitura de forma mais resumida, se o senhor concordar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

O Projeto de Resolução do Senado nº 115, de 2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra e de outras Senadoras, altera o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar de seis para doze meses o prazo para o exercício do cargo de Líder e Vice-Líder da Bancada Feminina e explicitar que a escolha se dará mediante eleição.

Quanto aos aspectos de natureza constitucional, jurídica ou regimental, o projeto está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto ao mérito, é oportuno e foi subscrito por todas as Senadoras que integravam a Bancada Feminina à época, o que demonstra a vontade legislativa unânime desse órgão de promover a alteração que propõe e reforça a representatividade da proposição.

Portanto, o projeto, além de atualizar dispostos do Regimento Interno, se mostra legítimo e democrático ao oportunizar, por meio de revezamento, seu exercício por diversas Parlamentares, no que tange à proposta de ampliação do tempo das Senadoras nos cargos de liderança de seis para doze meses, conforme argumenta a autora na justificação do projeto.

A alteração permite-lhes o acompanhamento de uma sessão legislativa completa, sem interrupções que prejudiquem os trabalhos durante um ano legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluímos, portanto, que a proposta é meritória e que inexistem óbices à sua aprovação, por ser da vontade das integrantes da Bancada Feminina e considerados ainda os motivos expostos neste parecer.

Entendemos que a proposição merece prosperar.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 115, de 2023.

Já agradeço ao Presidente e aos demais Senadores e Senadoras que aqui estão presentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório proferido pela Senadora Augusta Brito.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Rejeitado o relatório... Desculpem-me: vai à Mesa Diretora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou primeiro deixá-lo preocupado e, depois, despreocupá-lo.

Na sessão da semana passada, eu fiz aqui uma apresentação da gravidade do erro do Governo Federal em editar dois decretos homologatórios de demarcação de terra indígena no Estado de Santa Catarina, em dezembro do ano passado. Por isso eu apresentei o PDL 717, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tem o relatório do Senador Alessandro Vieira. E agora vou despreocupá-lo: ele não está em Brasília, mas eu rogo ao senhor que coloque na pauta, porque ele saiu em face...

Vamos falar claramente: dia 19 é o Dia do Índio, como é do Exército Brasileiro também, da Batalha de Guararapes, e poderia parecer provocação nós tratarmos do assunto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. quer que se coloque na pauta hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero que coloque hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas com a ausência do Relator?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, mas fica na pauta e, se não puder ser lido hoje...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele não está na pauta. Eu vou colocá-lo extraordinariamente na pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso. O meu pedido é este.

E concluo dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então consta, vai constar da pauta de hoje. Se o Senador Alessandro Vieira chegar, eu vou conceder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, se não chegar, já fica na pauta para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está certo. Combinado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Realmente procedem as razões de V. Exa. da semana passada. Reconheço isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu também reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e, sem dúvida nenhuma, tem que ser apreciado, deliberado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E só para concluir, veja bem: o Congresso Nacional concordou com uma decisão do STF, liderada pelo Ministro Gilmar Mendes, de iniciar um processo de negociação. O Senador Jaques Wagner faz parte da Comissão, a Senadora Tereza Cristina... Esta Comissão fez com que nós abortássemos qualquer deliberação sobre a PEC do marco temporal. Está aqui nos *Anais* da CCJ de outubro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu me lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dos dois decretos de Santa Catarina, um já foi suspenso pelo Supremo, e o outro continua perturbando, com as ações de desintrusão. Mas tudo bem. Estamos aguardando o Senador Alessandro Vieira, mas está na pauta. É esse o meu pedido, que o senhor atendeu – fico satisfeito, ainda que as circunstâncias continuem nos deixando numa situação muito delicada no meu estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3.

Observações:

Foram recebidas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Eduardo Girão; nºs 2 e 3, de autoria do Senador Rogerio Marinho; e nº 4, de autoria do Senador Eduardo Girão (a última dependendo de Relatório).

Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para proferir o relatório que altera a Constituição Federal. É uma PEC de autoria do Senador Jorge Kajuru, e o Senador Marcelo Castro se dedicou muito a essa matéria.

Eu acredito que, para a manutenção da democracia, para se ter um regime democrático sustentado, essa matéria vem no momento em que se vê, em todo o país, vários casos em que, eu digo, a necessidade obriga a tomar decisões que não são republicanas, que não são convenientes, que não são dentro da ética e do respeito, e que têm acontecido.

Eu lembro sempre que um dos maiores Presidentes da República Federativa do Brasil, Juscelino Kubitschek, foi Presidente da República por cinco anos e fez cinquenta anos em cinco, sem reeleição. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, recentemente, em uma das suas declarações, fez mea-culpa quando lutou pela sua reeleição em 1998, um momento em que nós vimos, no Brasil, pipocar vários casos. E eu lembro aqui dois Deputados Federais confessos que receberam dinheiro vivo para votar na reeleição: o Ronivon Santiago e o Pedro Maia. Isso ficou conhecido naquela época.

Eleição de dois em dois anos não dá descanso nem ao eleitor, muito menos àquele que é candidato, do Vereador ao Presidente da República.

Nós tivemos eleição, no ano passado, para Prefeito no meu estado e aqui no país. No meu estado, não se fala em outra coisa a não ser a sucessão do Governador, que quer governar, mas a pressão política é tão grande, que atrapalha às vezes a governar. Lá ele está governando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República, o Presidente Lula... Neste ano, só se fala na sucessão do Presidente Lula.

E eu vejo, inclusive, essa discussão ser tão ampla, neste ano – perdoem-me a franqueza –, que parece que o Congresso Nacional está em letargia, porque até agora...

Eu faço até mea-culpa: eu venho aqui para comandar a Comissão de Constituição e Justiça, mas não vejo a produção que deveria ser dada, tanto na Câmara como no Senado Federal.

Portanto, eu acho que, se a democracia, se o regime democrático quer ficar sustentado, que se faça, depois da aprovação dessa matéria, eleição de cinco em cinco anos – não eleição de dois em dois anos, de quatro em quatro anos –, sem a reeleição. Isso deu certo com o Presidente Juscelino Kubitschek, foi assim por algum tempo...

Eu acredito que, se tivermos que dar essa condição, para que amanhã a fragilidade, por tantos casos que têm acontecido, de se utilizar o abuso do poder econômico para ganhar as eleições, e a reeleição não venha a acontecer – como vem acontecendo e tem acontecido ao longo da Nova República...

Portanto, eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, que tem o seu relatório para proferir.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, se me permite, antes de entrar na matéria, até para nos abençoar hoje...

Ontem foi o dia do Descobrimento do Brasil, e dia 26 foi o dia, no passado, da primeira missa rezada aqui no nosso país, em solo brasileiro. E a primeira cruz da primeira missa rezada na Bahia – e não à toa aqui o nosso Presidente da CCJ – regressou agora, hoje, posso dizer, ao Brasil, e ela vem aqui nos abençoar.

Então, eu havia combinado, pedido autorização ao nosso Presidente da CCJ, Senador Otto, até pelo significado, não só para o nosso país, mas para a sua Bahia, para poder trazer aqui o Padre Omar, que está aguardando, junto com a primeira cruz – Padre Omar! –, que é inclusive o guardião do nosso Santuário do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro – não é, Senador Mourão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho, que também é um grande cristão, se puder acompanhar, pedir aqui para o nosso querido Padre Omar trazer essa beleza, que 525 anos depois volta ao Brasil.

E estará na Bahia, Senador Otto. Depois veja a data, porque será realmente um evento marcante, como foi em Portugal – eu pude acompanhar pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Eu peço que o próprio Senador Carlos Portinho possa conduzir o Padre Omar, e não o Senador Omar, (*Risos.*) ao recinto da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – O nosso Senador da Bahia, Padre Omar.

O Presidente da Frente Parlamentar Católica, Senador Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Padre, se o senhor me permite, nós poderíamos inclusive fazer uma menção, uma solidariedade, uma homenagem póstuma ao Papa Francisco, que nos deixou recentemente, que foi um exemplo para a Igreja Católica.

Eu sou católico, de ir para a Igreja da Vitória, do Padre Luís, para a Igreja do Bonfim, do Padre Edson, e realmente fico muito emocionado de o senhor se dirigir aqui à Comissão de Constituição e Justiça, neste momento em que o mundo chora a ausência do Papa Francisco.

Que ele tenha um bom lugar no céu, próximo de Deus, porque ele honrou tanto a Igreja Católica.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Se o Padre Omar puder nos dar uma bênção breve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor pode vir?

O SR. OMAR RAPOSO – Senador Otto, Srs. Senadores, está aqui a cruz da primeira missa no Brasil, 525 anos atrás, essa missa realizada naquele lugar tão privilegiado, na Praia da Coroa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vermelha, Cabrália. E, de lá para cá, essa cruz tem sido guardada com muito carinho pelo povo português, no Museu da Sé de Braga, junto ao Tesouro da Sé de Braga. Essa cruz esteve 65 anos atrás no Brasil, na inauguração de Brasília. De tal forma que, pela primeira vez na história, nós temos aqui a oportunidade de peregrinar pelo Brasil. E tal peregrinação revela mais e mais a presença da fé em nosso território, a Terra de Santa Cruz, inspirado exatamente nessa cruz do altar. Eu pensava, ao chegar a Portugal, que ia encontrar uma cruz de ouro, uma cruz imensa, ornada com muitos brilhantes, e, ao chegar, encontramos essa cruz simples, que salvaguarda a austeridade, a presença de uma fé integrada à simplicidade, que tem o seu valor. Quanto mais simples for a nossa vida, mais interessante ela fica. E o serviço ao bem comum, que é o motivo primaz de nossa estada aqui neste mundo, deve ser garantido através da mesma simplicidade. Está aí o Papa Francisco, que nos mostra isso com a sua vida e com a sua história.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui com os senhores e invocar as bênçãos do nosso redentor. Essa cruz permanecerá no Brasil até o próximo final de semana. Hoje ainda iremos a Belém do Pará, vamos a Fortaleza, depois Salvador e terminando em Porto Seguro. Claro que, devido ao luto que a Igreja Católica estabelece e também o nosso país, nós estamos fazendo dentro de uma medida, de uma convergência, mas o espírito de oração permanece, a nossa força e a nossa resiliência estão fundamentadas na cruz de Jesus Cristo.

Pai Nosso que estais nos Céus,
santificado seja o vosso Nome,
venha a nós o vosso Reino,
seja feita a vossa vontade
assim na terra como no Céu.
O pão nosso de cada dia nos dai hoje,
perdoai-nos as nossas ofensas
assim como nós perdoamos
a quem nos tem ofendido,
e não nos deixeis cair em tentação,
mas livrai-nos do Mal.

Comigo está a indígena pataxó Wilza, que trabalha comigo no Cristo Redentor, no nosso santuário no Corcovado, no núcleo de povos originários, e ela foi buscar a cruz conosco. Então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi uma presença muito especial, um movimento inverso, uma ressignificação, os indígenas indo buscar a cruz. Passamos juntos também na nossa Embaixada em Portugal, temos uma capela que foi recentemente restaurada. Além do Cristo Redentor, também sou capelão oficial da nossa Embaixada em Portugal, e ali a gente teve também uma missa muito bonita, abençoando todos os brasileiros residentes naquele querido país.

O Senhor esteja convosco. Ele está no meio de nós. Que a cruz de Cristo nos abençoe. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Um dia maravilhoso de trabalho e que venha a sabedoria de Deus mais e mais sobre os senhores. Muito obrigado e um bom dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E um grande agradecimento ao pintor que imortalizou o quadro da primeira missa, o florianopolitano, catarinense, Victor Meirelles.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Marcos Pontes vai acompanhá-lo. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa PEC, de autoria do nobre Senador Kajuru e outros, altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para os mesmos cargos dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

Eu vou pedir permissão ao nobre Presidente para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre propostas de emendas à Constituição, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que toca à constitucionalidade da matéria, cumpre constatar que todos os requisitos exigidos pelo art. 60 da Constituição Federal são por ela atendidos, a saber: a proposta é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoria de mais de um terço dos membros do Senado Federal; não se verifica no momento a vigência de intervenção federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... de estado de defesa ou de estado de sítio; e seu conteúdo não incorre em ameaça à forma federativa do Estado, ao voto direto, secreto, universal e periódico, à separação de Poderes e aos direitos e garantias individuais.

A respeito do mérito, consideramos procedente a argumentação apresentada pelos autores na justificação da proposta. A experiência acumulada em quase 30 anos de vigência da regra da reeleição não correspondeu às expectativas que conduziram à mudança, em 1997, do texto constitucional. Ao invés de possibilitar aos eleitores a opção pela recondução de mandatários de sucesso, contribuindo para aprimorar a qualidade dos mandatos, a reeleição resultou num viés pernicioso, de estímulo aos chefes do Poder Executivo pela opção de agendas imediatistas, de fácil retorno eleitoral, em prejuízo de projetos estruturantes, de longa maturação, apesar de preferíveis, sob critérios técnicos.

O saldo da experiência pode, a nosso ver, ser assim resumido: ao prejuízo, previsível, do retardo no processo de renovação dos quadros políticos, deve-se somar o prejuízo, inesperado, decorrente do viés eleitoreiro que a perspectiva da reeleição induziu no desempenho dos mandatários.

Manifestamos, por conseguinte, nosso acordo completo, com o fim da possibilidade de reeleição, com a ampliação dos mandatos dos chefes do Poder Executivo para cinco anos, conforme previsto na proposta sob exame, bem como com a garantia dos direitos dos mandatários em exercício no momento do início da vigência da nova regra.

Consideramos, contudo, necessário avançar no caminho apontado pela proposta, com a inclusão no seu texto da previsão da extensão adicional dos mandatos legislativos, de quatro para cinco anos, nos casos de Deputados e Vereadores, e de oito para dez anos, nos casos dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, chegaríamos a uma situação de unificação das eleições nacionais a cada cinco anos, ao invés da previsão de pleitos nacionais e estaduais a cada quatro anos, alternados a cada dois anos com eleições municipais, como ocorre no presente.

A mudança que defendemos resultará em benefícios em duas dimensões relevantes.

A primeira, mais evidente, é a economia de recursos públicos que a unificação das eleições proporcionará. A mobilização do aparato necessário à organização de cada eleição é uma operação dispendiosa, que consome recursos públicos escassos, num país em que necessidades prementes da população não foram ainda devidamente equacionadas. A unificação também propiciará uma redução dos recursos públicos empregados no financiamento de campanhas.

A segunda, menos visível, mas não menos importante, é o ganho em ordem e previsibilidade, importante tanto para os atores do processo político, partidos e mandatários, quanto para os eleitores em geral. O quadro político completo seria definido numa única data, com vigência para os cinco anos seguintes. De um lado, governantes e opositores poderiam definir suas estratégias racionais de atuação num horizonte temporal estável, de outro, eleitores, movimentos sociais e agentes econômicos, disporiam também de um prazo maior para redefinir suas avaliações dos mandatários e refletir sobre a validação ou alteração de suas simpatias políticas e intenções de voto.

Ainda sobre a unificação das eleições, é natural que sejam aduzidos argumentos em sentido contrário, em especial quanto à possibilidade de os eleitores confundirem as questões locais com as nacionais, talvez misturando, por exemplo, aspectos da macroeconomia com a pavimentação das ruas ou com a coleta de resíduos. Ora, com o devido respeito, tais argumentos pressupõem uma incapacidade de o eleitor avaliar e distinguir as situações. Certamente não é o caso do eleitor brasileiro.

É possível até que haja aspectos negativos na unificação das eleições gerais e municipais, haja vista que não há modelos perfeitos, mas é forçoso reconhecer que as vantagens superam, em muito, as desvantagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adotado esse modelo, com as necessárias regras de transição, teremos uma evolução gradual para o quadro definitivo, sem atropelos e com segurança jurídica, respeitando, inclusive, as expectativas de direito daqueles que foram eleitos para um primeiro mandato.

Propomos, nesse aspecto, adicionar os arts. 139 e 140 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para fazer valer os novos mandatos a partir das eleições de 2034, com a consequente ampliação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores eleitos em 2028 para seis anos, a manutenção dos mandato dos Senadores eleitos em 2026 em oito anos e a ampliação dos mandatos daqueles eleitos em 2030 e 2034 para nove e dez anos, respectivamente.

A respeito da Emenda nº 1, consideramos que a redução do número de Senadores é uma questão recente no debate político nacional, um tema que carece evidentemente do acúmulo de discussão e de consensos construídos em torno do fim da reeleição, da ampliação dos mandatos do Poder Executivo e, até mesmo, da ampliação dos mandatos legislativos. Votamos, por conseguinte, pela rejeição da emenda.

No que se refere à Emenda nº 2, consideramos o debate a respeito da redução dos mandatos dos Senadores insuficiente para construir um acordo mínimo sobre a matéria. Tampouco observamos ganho institucional na substituição da eleição alternada pela eleição simultânea dos três Senadores. No que toca ao calendário, optamos por uma transição mais demorada. Votamos pela rejeição da emenda.

Finalmente, no que respeita à Emenda nº 3, votamos por sua rejeição, em razão da opção por uma transição gradual, que permita a assimilação reflexiva da nova regra por parte dos atores políticos.

E, por fim – não está no parecer, mas eu vou dar o parecer oral –, há também a Emenda nº 4, que reduz o mandato dos Senadores para cinco anos, mas mantém o número de Senadores, diferentemente da Emenda nº 1, que reduz o número de Senadores para dois Senadores por estado. Então, igualmente, pelas mesmas razões que expusemos, nós rejeitamos a Emenda nº 4.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição das Emenda nºs 1, 2, 3 e 4, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2022, no que se refere à constitucionalidade, regimentalidade e ao mérito, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)
> PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2022
> Extingue o instituto da reeleição para todos os cargos do Poder Executivo, estabelece a coincidência das datas das eleições gerais e municipais e fixa em cinco anos a duração da legislatura e dá outras providências.
> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:
> Art. 1º Esta Emenda à Constituição extingue o instituto da reeleição para todos os cargos do Poder Executivo, estabelece a coincidência das datas das eleições gerais e municipais e fixa em cinco anos a duração da legislatura e o mandato para todos os cargos do Poder Executivo, de acordo com as regras de transição estabelecidas.
> Art. 2º Os artigos 14, 27, 28, 29, 44, 46, 57 e 82 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: [...]

Sr. Presidente, como já foi distribuída essa emenda, que está de posse de todos, eu acho que é desnecessário fazer a leitura de como ficará a Constituição, porque nós iríamos fazer uma releitura aqui, eu acho, desnecessária.

E, para concluir, quero dizer aos nobres Senadores e às nobres Senadoras que, no nosso entender, a reeleição no Brasil foi um equívoco que se prenunciava e, com o decorrer de quase 30 anos, só vem reforçando aquilo que nós antecipávamos já. Quando eu cheguei aqui pela primeira vez, em 1999, já apresentei uma PEC propondo o fim da reeleição, colocando o mandato de cinco anos para os executivos, para todos, e estabelecendo a coincidência das eleições. A gente tem observado que em grande número das reeleições, quer seja de Prefeito, Governador, Presidente da República, há abuso do poder, do poder político, do poder econômico, do poder de comunicação, há uma perda da isonomia, da equidade de oportunidades em que disputam os cargos executivos; haja vista que, na última eleição no Brasil, 83% dos Prefeitos foram reeleitos, isso, de certa forma, demonstra que é uma desigualdade muito grande a quem está no exercício do mandato e de quem não está. No meu caso, no meu Estado do Piauí, 89% dos Prefeitos foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reeleitos. E eu acho que, com a aprovação dessa emenda aqui pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, nós faríamos história no Brasil pondo fim à reeleição, estabelecendo o mandato mais estendido do que quatro anos, um mandato de cinco anos, porque, com o fim da reeleição, com a legislação que nós temos hoje, há um consenso de que quatro anos seria um tempo muito exíguo, um tempo muito curto para um Prefeito, um Governador, um Presidente da República planejar, conceber e executar os seus projetos. E alguns defendem que o mandato deveria ser de seis anos, como em alguns outros países, mas nós chegamos à conclusão de que o ideal seria um mandato de cinco anos.

Então, por tudo isso, nós estamos dando parecer à emenda de autoria do nobre Senador Jorge Kajuru, pelo fim da reeleição de Prefeito, Governador e Presidente da República – só Prefeito, Governador e Presidente da República, cargos executivos –, estabelecendo o mandato de cinco anos e, em 2034, mantendo a coincidência de todas as eleições no Brasil, eleições gerais e municipais.

É o que eu tinha a expor, Sr. Presidente, e fico à disposição dos nobres colegas para esclarecer alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar V. Exa. pelo relatório que apresenta.

A matéria está em discussão.

Já temos aí cinco Senadores, pela ordem: Senador Carlos Portinho, Senador Sergio Moro, Senador Eduardo Girão, Senador Rogerio Marinho, Senadora Margareth, Senador Izalci.

Mais algum Senador? (*Pausa.*)

Bom, Senador Carlos Portinho, para discutir a matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Meu querido Senador Otto, meus colegas, Relator Marcelo Castro, que tem cuidado dessa reforma eleitoral, não só através dessa PEC, mas da própria reforma do código, sei que é um trabalho a que o senhor tem se dedicado com muito afinco, e é um trabalho que realmente interessa não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a todos aqui, mas interessa aos eleitores, sobretudo, e interessa também àqueles que no futuro vão se candidatar.

Eu quero partir das nossas convergências e fico muito feliz porque acho que o fim da reeleição aos cargos majoritários, com exceção dos do Senado Federal, é uma convergência. Deixo isso bem claro, porque aí a gente pode passar para aquilo que eu acho que a gente poderia discutir, Senador Marcelo Castro, sobretudo... O primeiro ponto eu vou deixar para o Senador Rogerio Marinho, porque é uma emenda dele, mas a minha ideia aqui é a reflexão.

Eu vou pedir vista para que a gente possa tentar discutir nesse período – e até se puder prosseguir aqui essa discussão, Senador –, porque, a partir da nossa convergência, agora é só a gente encaixar melhor, fazer os ajustes e tentar chegar a um consenso sobre outras questões que podem não ser um cavalo de batalha, mas eu acho que, nessa linha que o Senador Marcelo Castro vem seguindo, aperfeiçoaria ainda mais esses ajustes no processo eleitoral.

O fim da reeleição é fato. Mas a partir de quando? Eu sei que o Senador Marcelo Castro, inclusive nas disposições transitórias, teve o cuidado de fazer toda uma regra de transição até 2034. Mas, pelo menos para o cargo de Presidente e para o cargo de Governador dos estados, por que não aplicar essa regra de transição já a partir de 2026, deixando os Prefeitos para uma regra de transição mais longa para não interferir naturalmente nos mandatos atuais? Esse é um primeiro ponto que eu coloco para reflexão. Não quero nem ter opinião formada sobre isso, quero ouvir, quero discutir, mas me parece que, se a nossa convergência é o fim da reeleição e se pode ser imediato já para Presidente e para Governador, por que não? Coloco isso aqui.

A segunda questão é com relação a uma emenda do Senador Girão, na verdade, a que eu dou apoio e fiz o destaque, com relação ao mandato dos Senadores. Está-se optando por um mandato que é o dobro do mandato dos Deputados Federais, mesmo já estendido de quatro para cinco anos, e o dobro do mandato dos demais cargos majoritários de Governador e de Presidente da República, assim como Prefeitos, que será de cinco anos – o que eu acho certo, e essa é outra convergência. Mandatos de cinco anos são uma convergência também aqui. Mas o de Senador para dez... Eu sei que é preciso fazer uma transição para poder adequar, a gente tem um terço eleito agora recentemente, tem dois terços que vão para a eleição no ano que vem... Sou a favor de três Senadores e sou a favor da unificação geral das eleições, o que é outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convergência que nós temos aqui, mas eu queria colocar em discussão esse mandato de dez anos. E eu sei que aqui muitos vão dizer: "Ah, não, mas é o Senado Federal, é a Casa mais alta, que sempre teve um prazo maior de mandato para poder pegar dois Governos". Esse é um fundamento, eu reconheço, mas, até pela minha experiência aqui – eu assumi o meu mandato depois do óbito do Senador Arolde, a partir do seu quase segundo ano de mandato, e vou ficar aqui por seis anos, Senador Girão –, eu vou ser muito sincero: oito anos já me parece um tempo bem exagerado.

Um mandato de dez anos, eu escutei de um Senador amigo, que falou: "Não, eu vou me candidatar na próxima, eu quero dez anos". E aí eu perguntei e faço a pergunta a todos aqui: e se perder? Está fora da política? Porque quem é que vai esperar mais dez anos por uma outra eleição? Então, a gente não pode pensar só na vitória e nem tanto pode pensar também no interesse próprio. A gente tem que pensar no interesse do país. E se for pensar também no interesse próprio – não que eu o faça, de forma alguma –, quanto à chance de ganhar e de perder, eu diria que, para o Senado Federal, as chances de perder são maiores do que de ganhar.

E aí, a pessoa vai ficar dez anos afastada? O segundo colocado, não é? Ou, numa eleição de três Senadores, o quarto colocado, ele vai ficar dez anos afastado? Dez anos afastado da política? Ou ele vai concorrer cinco anos depois para ser Governador e Prefeito e largar o cargo, e a gente vai ter o mesmo problema: largar o cargo para vir depois de cinco anos como Senador, não é?

Então, eu coloco esta reflexão: por que na transição para adequar e para ter a unificação, que é uma convergência nossa, estamos estendendo para dez anos, e não reduzindo para cinco, igualando todos em cinco anos e deixando que a Casa Alta faça o seu papel de Casa revisora dentro do prazo dos mandatos coincidentes? Acho que essa proposta seria, para o eleitor, inclusive, muito mais razoável, para o rodízio, a renovação dos mandatos, das ideias, das cabeças de cinco em cinco anos, e não de dez em dez anos no Senado, seria muito positivo. E aí eu olho o copo meio vazio – pode ser, mas eu olho pela lógica inversa – e acho não só que dez anos é muito para um Senador, já acho que oito é bastante, mas eu acho que o prazo de cinco anos para aquele que perderá a eleição, permite a ele, em cinco anos, trabalhar as suas bases, a sua atuação política, para que ele possa, cinco anos depois, se candidatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode olhar só para aqueles que vão ganhar e que maravilha, vou ficar dez anos aqui. Eu acho que a gente tem que olhar para a renovação política, para o rodízio e para a redução do mandato de Senador para cinco anos.

Essas duas questões eu coloco aqui, inclusive coloco igualando. Eu acho que, já que a gente quer unificar, vamos eleger três Senadores de cinco em cinco anos de uma vez só, e não um terço aqui e, em cinco, dois terços depois, deixando bem clara a minha posição, que é a da minha emenda: de cinco em cinco anos eleição para três Senadores para o mandato de cinco anos.

Eu coloco essas duas questões do marco para iniciar para Governador e Presidente, que eu vou deixar para o Senador Rogerio Marinho, cuja emenda é dele, e a emenda do Senador Girão que eu destaquei, para reflexão, porque em vez de aumentar para dez anos, não seria melhor reduzir para cinco anos e igualar o mandato de todos em cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Com o meu pedido de vista já encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O pedido de vista já está anotado, vista coletiva, para apreciação na outra reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu quero aqui elogiar o trabalho do Senador Marcelo Castro, tanto no que se refere à emenda, ao corpo principal... Eu também entendo que a perspectiva de reeleição para os mandatos do Executivo acaba se tornando uma fonte de tentação e de abuso. E o mandato de quatro anos, do outro lado, me parece curto dentro das circunstâncias.

E concordo aqui com as regras de transição. Vou fazer aqui um contraponto ao Senador Portinho e aos Senadores aqui que apresentaram as emendas, como o Senador Rogerio, também a título de debate. Porque, se não tiver regras de transição suaves, vai haver uma resistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política à aprovação da emenda que vai acabar, vamos dizer assim, prejudicando a sua tramitação. É um pouco aquela história: o ótimo é inimigo do bom. E eu vi aqui a construção que foi feita pelo Senador Marcelo Castro, parece-me bastante adequada.

A título de contribuição, Senador, eu vou apresentar uma emenda sugerindo apenas que também seja estabelecida uma regra para que, independentemente da reeleição, não possa haver mais de dois mandatos executivos, como tem a regra lá nos Estados Unidos, para Presidente da República, né? Não se pode ser eleito duas vezes Presidente da República. Também penso que é uma regra salutar, porque as nossas democracias, a nossa democracia liberal, infelizmente, acaba sendo muitas vezes vítima de populismos, de caudilhismos, e talvez não estejamos preparados, infelizmente, para ter Presidentes que ocupem esses cargos do Executivo por mais de dois mandatos. Então, a ideia seria apenas de que, além da vedação à reeleição, que se aplicaria nas regras de transição, não se pudesse, mesmo intercalados, ter mais de dois mandatos à frente do Poder Executivo, seja para Presidente, seja para Governador.

Mas, em relação às regras de transição, aqui faço o contraponto, também para o debate, porque entendo que esse é um tema muito relevante e deve ser amadurecido. Mas o meu contraponto é que, se nós não tivermos regras de transição suaves, como construídas aqui habilmente pelo Relator, nós vamos enfrentar resistência para aprovação, tanto no Senado como também na Câmara.

Então, em linhas gerais, eu registro aqui a minha concordância, sem embargo da possibilidade de amadurecimento no decorrer dos debates. E vou apresentar essa emenda para reflexão do Relator, para as próximas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro e passo a palavra ao Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, como é de praxe aqui, vou elogiar o Relator, viu? Antes de fazer a crítica. O Relator é um Senador extremamente operoso, diligente, trabalhador. Tem se debruçado sobre seu relatório aqui com muita competência, faz aqui uma exposição de motivos com muita propriedade, o que significa que ele estudou a matéria. Não é fácil tentar equacionar ao longo do tempo essa necessidade de parametrização das eleições e de adequação dos calendários. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos eleições complexas, que acontecem a cada dois anos em níveis diferentes, né? E toda a argumentação que ele nos traz, na verdade, converge aqui.

Eu não vejo, por parte do Colegiado aqui que ouve, que escuta atentamente as sábias e doutas palavras do nosso eminente Senador pelo Estado do Piauí Marcelo Castro, nenhuma divergência. Com o que nós estamos preocupados é a forma, Sr. Presidente. E nós temos uma oportunidade agora, já que há um consenso de que a reeleição deve acabar no nosso país para os cargos executivos, já que é um consenso que aqueles que ingressam no Executivo municipal, estadual ou federal já começam as suas respectivas administrações de olho na possibilidade da sua reeleição no período subsequente e que, muitas vezes, como consequência, nós temos concessões que são feitas, nós temos determinadas situações de conveniência que se voltam contra o próprio país ou contra o próprio estado ou contra o próprio município, e o preço é cobrado de uma forma muito cruel à população brasileira. Então, nós temos aí um período longevo da história do Brasil que nos mostra a distorção desse instituto e a sua aplicação ao longo da nossa história.

Bom, dito isso, a preocupação do eminente Senador Portinho, a minha preocupação e acho que a do próprio Girão aqui, que já a externou nas emendas que foram entregues ao ilustre Relator, são de que, se há esse consenso, por que aguardar para 2034, não é? Por que não resguardarmos o direito adquirido de quem, pelas regras do jogo estabelecidas naquela oportunidade, se colocou como candidato, em 2022 ou em 2024, para Governador, para Presidente da República ou para Prefeito? Esses, pelas regras do jogo que vigoram ainda no nosso país, têm a possibilidade, caso não tenham um mandato anterior, de sua reeleição. Mas, se nós mudarmos a regra do jogo um ano antes do processo eleitoral, eu não vejo nenhum problema, nenhuma dificuldade que os mandatos subsequentes não tenham o instituto da reeleição, e aí, como uma espécie de compensação, nós teríamos a possibilidade de alongar esse mandato por mais um ano. Então, a título de exemplo, quem se elegesse em 2026 para Presidente da República ou para Governador, teria um mandato até 2031, teria cinco anos de mandato sem o direito à reeleição.

E a regra de transição é apenas uma questão de adequação. Da mesma maneira que o nosso operoso, diligente, inteligente, preparado e capacitado Relator deu tratos à bola para conseguir fazer essa transição aqui ao longo de quase 12 anos, ele terá todas as condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer o mesmo, estabelecido esse novo marco temporal, que vai – vejam, senhores – inclusive permitir uma certa normalização na sucessão de vários estados da Federação e até para a Presidência da República.

Quem sabe, eminente Senador Marcelo Castro, V. Exa. não seja, em 2031, alguém que esteja sendo cogitado para presidir o nosso país, mas há um processo de maturação. No caso de haver o instituto da reeleição, V. Exa. já está sendo posto de lado, já está retirado desse processo de sucessão natural. E falo assim...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. está vendo que eu não estou legislando em causa própria, não é? (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E falo assim consciente do seu espírito público, da sua devoção à causa, e reconhecendo o extraordinário trabalho que foi feito.

Eu recebi um primeiro documento que V. Exa. nos proporcionou, no qual a transição estabelecia – me parece – a reeleição vedada a partir de 2030. V. Exa. alongou essa trajetória no tempo, né? Parece que agora é 2034. É uma característica dos mediadores, dos que fazem esse processo natural de tentar resolver diferenças, buscar consenso, tentar ampliar a base parlamentar para que não haja dissensos muito grandes e que se permita a tramitação mais célere, mas eu digo a V. Exa. que nós temos uma oportunidade histórica, porque o consenso está estabelecido. Todos nós somos favoráveis ao fim da reeleição, e procrastinar isso ao longo do tempo é aumentar o problema que nós já sabemos que existe. Alongar ao longo do tempo é dizer: "Ora, o que faz mal ao Brasil pode ser levado até 2034", como se nós não tivéssemos urgência de pacificarmos e estabilizarmos o nosso processo eleitoral.

Então, o que eu peço a V. Exa. – foi pedida vista coletiva aqui – é que esse período permita que nós possamos ponderar a respeito desse tema, e eu não tenho dúvida de que a gente vai ter o apoio do ilustre Relator, caso seja a vontade da maioria dos partidos aqui presentes.

Pediria ao Líder Omar Aziz, que lidera o maior partido aqui na Casa, que é o PSD, que submeta essa ponderação à bancada; ao eminente Líder Jaques Wagner, que está ali assistindo e conversando com o nosso decano, que submeta à Bancada do Governo a possibilidade de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fim da reeleição aconteça agora e que o período de transição seja negociado. Porque, Senadora Dorinha, todos nós aqui... Nenhum de nós aqui é a favor da possibilidade da manutenção desse instrumento que tanto mal causou ao Brasil nos últimos 30 anos. Agora, a discussão aqui é se vamos procrastinar o fim desse instituto para 2034, sabendo que é um instituto que causa mal ao país, ou se nós vamos estabelecer, a partir do consenso que já existe nesta Casa, a possibilidade de tentarmos resolver o problema agora.

É essa a ponderação que faço a V. Exa., e essa a ponderação que faço, em especial, ao nosso ilustre Relator, Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogerio Marinho.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu preciso fazer um apelo a V. Exa.

O item 3 da pauta é apenas a releitura do plano de trabalho, já acatando as sugestões apresentadas pelos Srs. Senadores, que foram todas acatadas. Então, se V. Exa. me permitisse, eu pediria a V. Exa. a inversão da pauta, porque é uma matéria rapidíssima, todas as sugestões foram acatadas e nós poderíamos, rapidamente, aprovar o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Logo depois de encerrada a discussão, então?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim... É que, pelo que eu percebi, foi dada vista coletiva e...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, mas tem alguns Senadores inscritos para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. vai fazer a discussão com vista concedida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem uma série de Senadores que estão inscritos para discutir a matéria: Senadora Margareth, Senador Omar Aziz, Senador Amin, Senador Girão.

Eu poderia perguntar aos Senadores se eles podem abrir mão para a discussão recomeçar depois da aprovação.

Se concordam, eu vou fazer, colocar em votação, então, o item 3, do Senador Eduardo Braga.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, desculpe, qual foi o encaminhamento de V. Exa.? Porque eu não gostaria que a discussão fosse encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não vai ser encerrada, não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ah, o.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É só para aprovar o plano de trabalho da complementação da reforma tributária que o Senador pede.

Eu perguntei aos Senadores e às Senadoras se concordavam e todos concordaram.

Estou colocando em votação este plano de trabalho do Senador Eduardo Braga.

ITEM 3

PLANO DE TRABALHO - SF255450131930

- Não terminativo -

Complementação Plano de Trabalho

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Na 5ª Reunião Extraordinária da CCJ, realizada em 02/04/2025, a Presidência concedeu vistas do Plano de Trabalho apresentado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, se o senhor permite, vamos por partes. Como ensinou o seu professor londrino Jack, o Estripador, vamos por partes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não foi meu professor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não foi meu professor.

Não confundam um ortopedista com um estripador, pelo amor de Deus!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, tudo o que o Tasso Jereissati falava era mentira.

Mas eu só queria, então, combinar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. me permita discordar. Dificilmente discordei de V. Exa. Tenho uma concordância muito boa em muitas coisas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, o senhor está discordando do Tasso Jereissati.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não confunda alho com bugalhos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É outro primo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não venha com sua espada lá da Palestina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não é palestino, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Palestino é ele. Palestino é o Omar.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... se eu bem entendi, nada contra deliberarmos aqui sobre o plano de trabalho, ou pelo menos que ele entre na pauta, mas eu acho que a discussão estava muito construtiva aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas vamos continuar a discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, nós vamos fazer uma interrupção...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Eduardo Braga pediu para antecipar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Já teríamos até ter votado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou atender...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não teríamos votado.

O tempo de o meteoro passar por aqui é um pouco mais alongado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou atender a pressa e a urgência dele na calma baiana e depois a gente volta a discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os Srs. Senadores que aprovam o plano de trabalho do Senador Eduardo Braga permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

Com a palavra...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O plano de trabalho está aprovado.

A Senadora Margareth Buzetti é quem vai discutir. (*Pausa.*)

Não quer mais discutir? (*Pausa.*)

Senador Izalci para discutir a matéria do fim da reeleição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, é até difícil falar depois do Líder Rogerio Marinho, porque de fato ele abordou tudo aquilo que eu gostaria de falar. Eu só quero acrescentar...

Primeiro, quero parabenizar o meu querido Senador Marcelo Castro, que eu já acompanho desde a Câmara Federal. Essa matéria ele mesmo já discutiu durante anos e anos na Câmara. Foi Relator de projetos de reforma eleitoral na Câmara quando fui Deputado com ele.

Mas eu quero lembrar aqui Juscelino Kubitschek, que construiu Brasília em cinco anos. Então, em cinco anos dá para fazer muita coisa. E o instrumento da reeleição foi realmente para o país um retrocesso muito grande.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Só que não tinha Marina Silva naquela época.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não tinha, é verdade. Concordo plenamente. Se tivesse, não daria para construir nem uma casa, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não saía do aeroporto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... se tivesse a Marina Silva naquela época.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não dava nem para sair...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não saía do aeroporto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu concordo. Eu concordo plenamente.

Mas eu também concordo, Presidente, com relação a antecipar essa data. Eu acho que jogar isso para 2034 é muito tempo. O Brasil precisa entrar no rumo rápido.

Então, eu concordo plenamente e votaria qualquer emenda que antecipasse esse processo.

Mas parabéns, Senador Marcelo Castro.

Marcelo Castro é um ícone para nós aqui no Senado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar, e de uma forma mais efusiva do que o Líder Rogerio Marinho, o Senador Marcelo Castro.

Marcelo Castro... Tudo sobre o que ele se debruça... Ele é muito cuidadoso em ouvir todos nós. Agora, o que é uma realidade e é unanimidade entre todos nós, que somos políticos por opção, não por obrigação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito chateado quando um político diz que está fazendo algum sacrifício. Primeiro, político não faz sacrifício nenhum. A gente é candidato porque a gente quer. Ninguém obriga a gente a ser candidato. Essa é a primeira questão. Então, não há sacrifício aqui em ser político.

A gente via muito esse discurso, né, Eduardo Braga? "Estou aqui, larguei minha família num pleno domingo." Ora, ninguém obriga você a largar a família, largar ninguém para exercer um mandato. Agora, a única coisa de que eu discordo – e eu, o ano passado, expus isso numa reunião de Líderes, Senador Amin – é que isso era para valer a partir de agora. Acabava a reeleição agora, prorrogava o mandato mais um ano e acabava com a reeleição. Porque se a gente tiver que cortar, nós temos que cortar logo, porque depois vêm outros Senadores lá na frente com pensamento diferente e mudam. Faria isso agora!

Em 2026, nós já prorrogaríamos por mais um ano o mandato do Presidente, o mandato de Governador, o mandato de... Para em 2027 ter eleição, e já unificava as eleições. Porque se a gente for esperar 2034, 2044, ninguém sabe se a gente vai estar aqui ainda. Nós estamos falando hoje.

A reeleição no país foi a pior coisa que a gente poderia ter feito para o Brasil, para os brasileiros, para os governos. Infelizmente, é uma realidade muito grande, porque o cara vai para uma reeleição, ele faz loucura para se reeleger. Caso ele perca, ele entrega o Governo estraçalhado para o sucessor dele. Não foi o meu caso quando eu recebi o Governo do Eduardo. Eu era o vice dele, não foi o caso. Mas são exceções. São exceções. Eu fui candidato à reeleição, assumi o Governo no lugar do Senador Eduardo Braga e fui candidato à reeleição. E digo para vocês, por experiência própria: a reeleição, para quem está no poder, é muito mais fácil para quem está fora do poder. É muito mais fácil. A estrutura, a capilaridade de um Governador ou de um Prefeito é maior do que de qualquer pessoa.

Então, eu concordo com V. Exa., eu acho que... Eu sou a favor... Eu era a favor de uma proposta, hoje eu acho que se tornou inviável, porque a eleição é ano que vem já, mas, caso fosse possível, eu seria a favor de prorrogar um ano mais o mandato e acabar com a reeleição em 2027. Ser radical. Sem esperar daqui a oito anos, 2034, 2044, eu não... Em 2044, se Deus me der vida até 2044, eu agradeço muito a Deus, porque eu não creio que eu chegue a 2044. Não chego. Vamos ser realistas. A realidade é essa, né? E espero chegar em 2044 lúcido, com lucidez, porque não adianta também você chegar em 2044 sem lucidez nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, eu acho que todos nós aqui somos lúcidos para discutir uma questão com que nós concordamos, é unânime: a reeleição não é boa para o país.

Agora, eu discordo literalmente do Carlos Portinho quando fala em unificar mandato. Você vai ter eleição, a gente unifica o mandato, mas você prorroga o mandato por mais um ano... E, no Senado Federal, histórico, você tem uma renovação de cinco em cinco anos, porque você não tem eleição para os três. Agora, argumentar que a pessoa passa dez anos sem poder disputar uma eleição? Isso não é a verdade. A eleição vai ter de cinco em cinco anos, ou para substituir um Senador, ou para substituir dois Senadores. Vai continuar da mesma forma como está hoje. Então, não vai mudar absolutamente nada.

E volto a repetir – por isso que eu disse no início: política é vocação. Não é obrigado você ser candidato. Não é sacrifício, porque sacrifício quem faz é quem tem que pegar o ônibus 5h da manhã para ir trabalhar. Político vive bem e muito bem. Tem todas as mordomias, seja de Governador a Vereador, seja de Presidente a Vereador, que a grande parte da população brasileira não tem. Então, nós temos obrigações. E a obrigação é querer o bem do país.

A reeleição foi o pior processo político que o Brasil sofreu. Nós não temos maturidade democrática para ter reeleição neste país. Não temos. Não há exceção. Quando é para chegar ao poder, ou vai se tentar com a máquina, como foi usada na última eleição por muitos, ou vai se tentar por meios não democráticos se manter no poder. Então, o fim da reeleição acaba com qualquer tentativa futura de golpe, de qualquer coisa, porque não tem reeleição.

Agora, nós estamos passando esse problema todo, Senador Otto, por causa da reeleição. Caso não tivéssemos reeleição, não teria invasão, não teria depredação, não teria gente sendo julgada, condenada e uma série de coisas, porque a pessoa saberia que o mandato dela terminaria naquele dia, que ela não iria ter como prorrogar o mandato dela.

Então, nós temos que fazer o bem para o país e o mais rápido possível – o mais rápido possível. Esperar 2034, Senador Marcelo? Espero que a gente esteja lúcido e vivo ainda até 2034.

Não... A vida é finita. Vida eterna só quando a gente for lá com Deus – e, se Ele quiser, a gente ficar lá; senão, a gente vai para o inferno. Tudinho. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O homem partiu para uma ameaça grave.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não... Esse negócio de ir para o céu assim, com facilidade...

Então, eu só quero dizer, Senador Marcelo, primeiro, parabéns, porque eu sei que é difícil, é uma matéria muito difícil de você analisar, mas nós temos que acabar com a reeleição imediatamente. Nós não podemos esperar mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem de inscrição, está inscrito agora o Senador Esperidião Amin, depois o Senador Eduardo Girão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu acho que o Senador Omar Aziz tem absoluta razão quando fala sobre o consenso. Há um consenso de que a reeleição para os cargos do Executivo...

Esse instituto gerou uma deformação que talvez não devesse existir, mas, na nossa realidade, existe. Se isto é considerado um mal, vamos debelá-lo o mais rapidamente possível, com uma ressalva: até aí eu concordei com o que o senhor falou e com o que o Rogerio Marinho já tinha falado.

Então, agora, vamos passar ao começo da conversa.

Primeiro, meus cumprimentos ao Senador Marcelo Castro, que mais uma vez mostra que a psiquiatria, como lembrou há pouco o Papa Francisco, quando falou que tinha recomendações psiquiátricas ou impulsos de natureza psiquiátrica – não sei se o analista foi o Marcelo Castro, creio que não... Mas, de maneira muito delicada e suave, ele fez uma proposta.

O problema da proposta que V. Exa. fez, Senador Marcelo Castro, é que ela posterga a solução que se pretende. E há uma maneira de se antecipar... Se é para fazer o bem, vamos fazê-lo logo. Há um consenso? Então, vamos fazer o mais rápido possível.

Só que aí eu discordo do Senador Omar Aziz. Nós não temos o direito de prorrogar um dia o mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, de ninguém, de ninguém. O senhor falou em 2027.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, essa era uma proposta que a gente discutiu o ano passado, que foi já... Isso está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como não pode... Como, felizmente, não é possível prorrogar mandato, até porque a Constituição tem uma cláusula pétrea que diz: "Todo o poder emana do povo". Ponto. Então, os mandatos vão ser renovados em 2026. Nós vamos fazer já a eleição em 2026.

O único tópico constitucional que nós temos que enfrentar é o art. 16.

O art. 16 da Constituição estabelece que regras, Senador Omar, do jogo...

É o art. 16 da Constituição. Essa redação foi dada por mim. O art. 16 tinha um erro de sentido, e, com a ajuda do Senador Josaphat Marinho, nós consertamos, estabelecendo um lapso de um ano para que as regras pudessem ser empregadas e válidas para a próxima eleição.

Então, caso isso seja possível, no ano que vem, o senhor simplesmente antecipa de 2034 para 2026. São oito anos que se ganham.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acabou!

Ou seja, é uma regra...

Se é para fazer o bem e se há um consenso de que é um mal que nós vamos extirpar, por que eu vou dar oito anos de sobrevida para o mal?

Senador Eduardo, ou não temos o convencimento de que é um mal, ou temos e damos consequência a uma convicção que nós achamos que é certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, eu nem sou tão apaixonado quanto os que falaram, mas, se está errado, vamos debelar, como faz um cirurgião, como faz um médico, como faz um alguém que quer corrigir um vício: faz-se já!

Então, eu concordo que o Senador Marcelo Castro, que foi o ourives dessa peça artesanal, coloque o seguinte – e vai como recomendação para o Senado e para a Câmara: "Vocês acham que é bom ou ruim? Se vocês estão convencidos de que é ruim, consertem logo, pô!".

Eu concordo que se acelere aqui a votação, se é que há o consenso, e votemos logo.

Em 2026, a eleição para Presidente já vai ser de cinco anos; consequentemente, a de Governador também; e a de Senador também. O restante, o municipal, se acomoda.

Vai ter uma eleição para Prefeito em 2028. Tudo bem, nós não podemos aumentar o mandato, mas quem for reeleito – a reeleição ainda estará em vigor como direito do atual ocupante, isso nós não podemos cassar; ele assumiu nessas condições – vai ter um mandato de três anos. Não importa. Não é a primeira vez que isso acontece. Já tivemos mandato de três anos de 1969 a 1972.

Então, eu não vou dar a fórmula. Quem vai fazer o trabalho de ourives é o Senador Marcelo Castro.

A diretriz é a seguinte: se é para fazer o bem, façamos logo.

E vou trazer aqui um mau exemplo. Vocês lembram do que Cristo disse para Judas Iscariotes na Santa Ceia? "O que tens para fazer, faze-o já". Jesus Cristo disse isto para Judas Iscariotes: "O que tu tens para fazer, que é me denunciar, me acusar, pode fazer já; é tua obrigação fazer".

Neste caso, é para fazer o bem, nós achamos que é para fazer o bem. Se achamos, vamos fazê-lo no menor prazo possível e constitucionalmente viável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. hoje fez como faz o cirurgião: bota na sala e opera; não pede exame para votar com três anos, quatro anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Jack, o estripador, voltou a reencarnar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra agora o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os colegas aqui.

Olha, eu confesso para vocês que – nós estamos aqui no sétimo ano; eu estou, pelo menos, no sétimo ano de mandato – não esperava que eu estivesse aqui, Presidente Otto, sendo presidido pelo senhor nesta reta final e que a gente pudesse dar este presente para a população brasileira: o fim da reeleição.

Desde que eu cheguei aqui, é um assunto que eu vejo que vai se maturando, meu xará, Senador Eduardo. Nas reuniões de Líderes, a gente ia percebendo a sintonia fina.

Eu quero parabenizar inicialmente o Senador Kajuru pela iniciativa.

Eu fui um dos primeiros a assinar aqui essa PEC 12, de 2022, para o fim da reeleição. E o trabalho que foi feito, de muita paciência, cuidado, zelo, pelo Senador Marcelo Castro, meu vizinho lá do Estado do Piauí, que conhece bem esse tema, conseguiu aprimorar bastante.

Então, eu acredito que o Brasil ganha muito, a democracia do Brasil, a previsibilidade.

Ninguém aguenta eleição de dois em dois anos. Você já termina uma eleição e começa aquela confusão de novo, já pensando no que fazer para eleger o seu correligionário ou para se reeleger. A gente vê isso no dia a dia. O populismo vai florescendo cada vez mais forte. E isso é péssimo, sob todos os aspectos, como o do custo para fazer eleição, enfim...

Então, eu acredito que essa premissa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente puder dar esse presente para a população, enquanto a gente está aqui, nos dois anos, este ano e o próximo, acho que, para mim, eu sairia muito realizado. Só tem um problema, e aí nós temos que enfrentar.

Concordo com o Senador Amin, com o Senador Omar, com o Senador Rogerio Marinho, que, se é para fazer o bem, não vamos esperar, vamos fazer logo. Então, tem que ser agora para 2026, disso aí não tenha dúvida.

E eu posso estar errado, mas, pelo sentimento das reuniões de Líderes partidários a que já fui, a gente sabe que esse assunto está maduro e que esse é o pensamento majoritário.

Agora, dez anos de mandato para Senador, com todo respeito a quem pensa diferente, é um absurdo. É demais!

A gente precisa de oxigenação na política. A gente precisa cada vez mais de motivação. Oito anos já é muito tempo – muito tempo. Oito anos da vida de uma pessoa é um ciclo muito grande. E existe...

Aí eu sei que muitos não vão concordar comigo, mas é o meu testemunho aqui. Eu sei das minhas limitações e imperfeições, que são muitas, mas aí eu vejo que a gente, por oito anos, recebendo essas emendas milionárias que a gente tem aqui para colocar nos estados...

Cada Senador, pelo que está na Constituição, pelo menos tem ali cerca de R$80 milhões pelas emendas impositivas. É quase impossível alguém de fora, como o Senador Cleitinho, por exemplo, que é verdureiro, que foi verdureiro, poder entrar, concorrer conosco, porque estrutura partidária já tem tempo de TV, já tem um fundo muito alto, cada vez mais alto...

Agora, essas emendas parlamentares, oito anos, e agora com a perspectiva de ser por dez... Aí é que vai ficar difícil mesmo nós termos renovação.

Isso não é bom para a democracia.

Eu acredito que cinco anos, padronizar cinco anos do Senado, cinco anos para Deputado Federal, cinco anos para Presidente da República, Governador e Prefeito, eu acho que é a sintonia ideal, não é? E vamos lutar para isso. Tenho uma emenda nesse sentido.

Eu tenho uma emenda que vai além, pensando em custos também, produtividade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela experiência, eu tenho convicção de que dois Senadores por estado estaria de bom tamanho. Tem um projeto para reduzir de 513 para 300 Deputados Federais também.

Não tem nem cadeira! No dia que tem sessão lá na Câmara dos Deputados, não tem nem cadeira suficiente para os 513 sentarem; só tem para 300.

Então, não vou nem falar sobre essa...

Porque, na verdade, quem quer é o STF. Quem deu ali a liberação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, não, não, não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas a liberação veio do STF, do acordo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, não, não, não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Negativo, negativo. Aí não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como é que foi?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. Um momentinho só.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Um momentinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Eduardo explica, depois eu complemento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vamos colocar as coisas no devido lugar.

O que o STF está fazendo é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Comparar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... é cumprindo, cumprindo exatamente a determinação da Constituição. Os estados, quando perdem população, reduzem a representatividade proporcionalmente à população.

Isso é mandamento constitucional. Agora, o que estão querendo fazer na Câmara é outra coisa. Em vez de fazer o mandamento constitucional, é aumentar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para dar uma compensação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... aumentar para os estados que tiveram aumento de população e, portanto, aumento de representatividade popular e manter o número dos estados que perderam população. E isso não foi o Supremo que decidiu, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, que o Supremo nesse momento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só em complemento, porque até não podemos propagar uma informação, me permite dizer, errada.

O que prescreve a Constituição é que nós temos censos normalmente de dez em dez anos. Houve uma anomalia durante a covid. Bom, o censo de 2022 estabeleceu uma mudança da demografia brasileira, que copia os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm 345 Deputados Federais, representativos. Califórnia tem 52 e pode subir, e sete estados só têm um Deputado e dois Senadores, porque o Senado é a representação do estado.

No caso do Brasil, nós temos três Senadores. Não vou discutir esse assunto, é o que está na Constituição. Houve uma mudança demográfica e dois estados do Brasil estão sub-representados. Os mais sub-representados, quais são eles? Pará e Santa Catarina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E Amazonas! O Amazonas está sub-representado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas não tanto. Estou dizendo que os mais sub-representados... São vários os que vão ter modificação. Os dois mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sub-representados atualmente são: Pará, que tem direito a mais quatro, e Santa Catarina, que tem direito a mais quatro. Para que eles ganhem os quatro e os outros completem as 17 vagas novas, é preciso que 17 vagas sejam subtraídas dos estados que têm uma população a mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Têm a mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É isso que prescreve a Constituição. É doloroso? É, mas é o que está na Constituição.

Nos Estados Unidos, essa modificação foi feita a cada Censo Demográfico. No caso do Brasil, há um mínimo de oito vagas para beneficiar os estados com menor população. Então, Roraima, no caso, tem oito Deputados e três Senadores; e São Paulo tem um teto. Ninguém pode ter mais do que 70 Deputados Federais. Então, o nosso jogo é aqui.

E essa foi a decisão do Supremo. Absolutamente correta. E disse mais: se o Congresso não decidir até junho...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Julho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... no caso, julho, eles vão aplicar o que está na Constituição pura e simplesmente, porque é apenas ler o censo. "Ah, mas eu não acredito no censo". Bom, aí fica um pouco mais complicado.

Todas as nossas decisões sobre fundo de participação são baseadas no censo. Então, é o Censo Demográfico. É doloroso quando a consequência é a perda de uma vaga. Sim, mas é a regra de *one man, one vote* e a representação proporcional à população, como salientou o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que se cumpra essa Constituição, que é a Constituição do nosso país. Então, que o Supremo possa, de alguma forma, até reparar, fazendo cumprir a Constituição, para que não tenhamos esse aumento, como a Câmara quer fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o meu projeto é para reduzir de três para dois Senadores também. A minha emenda é essa, que eu fiz, que eu compreendo que foi recusada, Senador. Eu respeito o seu posicionamento, mas acredito que é possível ser feito e vamos tentar trabalhar para isso.

Hoje tem um pedido de vista, que é coletivo. Na próxima semana, com o quórum aumentado, a gente vai poder votar essa matéria muito importante, mas eu queria fazer um apelo para o senhor, porque esse é um projeto... A gente vai embora, a gente passa. A vida é muito rápida e ninguém sabe o dia de amanhã. Agora, esse projeto que o senhor está tendo a benção, o privilégio de ser o Relator é um projeto que vai ficar na história deste país. Vai ser relembrado pelos seus filhos, seus netos, seus bisnetos, os nossos. E eu queria fazer o apelo para que nós não aumentemos o período do Senador para dez anos. Isso aí é uma coisa que não é nem do ponto de vista de que nós estaríamos aqui advogando em causa própria, eu não quero nem entrar nisso, que eu sei que vai ser cobrado da gente também isso, mas é pelo aspecto mesmo da necessidade de renovação, de oxigenação, de revitalização do Senado da República.

O argumento que o Senador Portinho, e já para encerrar, Presidente, colocou mais cedo aqui, falando, inclusive, que tem Senadores que estão contando certo com o ovo da galinha, dez anos para outro... E, se perder, por exemplo, dez anos para tentar novamente? Então, é uma coisa que não me parece saudável, saudável sob todos os aspectos. Então, este é o apelo que eu faço: trazer para cinco anos. Quem tem o direito adquirido, o.k., mas trazer os Senadores para cinco anos eu acredito que isso é muito positivo para a República Federativa do Brasil.

E que Deus nos abençoe nessa decisão que nós teremos na semana que vem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, eu primeiro quero cumprimentar o meu querido amigo Marcelo Castro, que é um estudioso sobre a matéria, se dedica há alguns anos a essa questão da legislação eleitoral, desde a época em que estava na Câmara dos Deputados, e que no nosso partido, no MDB, sempre é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma referência quando estamos reunidos para estudarmos e discutirmos esta matéria. Portanto, eu quero aqui reconhecer que este projeto está em boas mãos e nas mãos de um político experimentado, experiente, maduro e, portanto, responsável e consciente da correlação de forças democráticas que implica a representação popular pelo voto direto.

Agora, Sr. Presidente, vamos colocar um parêntese aqui e vamos colocar os pingos nos "i". Primeiro, o fim da reeleição. O fim da reeleição acho que é efetivamente um consenso, não apenas dos Senadores, não apenas do Congresso Nacional, mas do povo brasileiro. O povo brasileiro chegou à conclusão de que a reeleição, da forma como está proposta no Brasil, não deu certo.

Não é por causa de emenda parlamentar, é por causa do uso, do abuso do poder. E quem já foi Governador, quem já teve a caneta na mão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já começou com o Fernando Henrique abusando para ser reeleito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para poder forçar a aprovação da reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ronivon Santiago, lembra?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Opa! E outros. Que os deuses os tenham.

Mas o fato é que a reeleição é efetivamente um mal. E, como foi muito bem dito aqui pelo Rogerio Marinho, pelo Omar e pelo nosso querido Esperidião Amin, eu acho que, se nós estamos diante de uma questão sobre a qual há consenso no sentido de que precisa ser consertada, por que postergar esse conserto? Por que deixar para 2034 o que podemos fazer em 2026? Portanto, eu sou a favor de que a gente possa, meu querido Marcelo Castro, colocar um ponto final nessa questão da reeleição em 2026.

Agora, *data venia*, eu quero dizer que a renovação na Casa Legislativa brasileira tem acontecido. Nós acabamos de sair de uma eleição municipal. Lá na minha cidade mesmo, mais de 30% da Câmara Municipal foi renovada e com emenda parlamentar, porque... Deixem-me dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa: as emendas são feitas para beneficiar a população, não é para comprar voto, não. Se for para comprar voto, é crime; e, se for crime, deve ser rigorosamente punido na forma da lei – rigorosamente punido na forma da lei.

Agora, os excessos precisam ser combatidos pelos instrumentos corretos de combate aos excessos. Desde quando se defende orçamento participativo neste país? Desde quando se defende que aqueles que podem menos possam ter mais representação? Desde quando se defende que se possa construir infraestrutura, escola, saúde etc. nos rincões deste Brasil? E desde quando o poder central tomou essas decisões se não foi pela ação do representante eleito pelo voto direto, que depende daquela população para ser reconduzido? É assim que funciona o princípio da democracia. Querer rasgar isso é negar a essência da democracia, é querer negar a essência da democracia. O voto é direto. O que, lamentavelmente, tem acontecido são distorções terríveis nesse processo democrático, e é apenas com mais transparência, com mais fiscalização que nós poderemos vencer. Isso tudo tem um mal na origem, que é a reeleição, porque é da reeleição que vem exatamente o financiamento de todos esses males, vêm exatamente daí as distorções.

Portanto, eu quero aqui dizer que sou a favor do fim da reeleição e sou a favor da representatividade pelo voto direto. E digo mais, Sr. Presidente: há de se ter estabilidade no Estado democrático de direito. E esta estabilidade do Estado democrático de direito precisa ser preservada na Alta Casa, na Alta Câmara do país, que é o Senado da República. Por isso o Senado se renova de quatro em quatro anos, em um terço e dois terços, para dar estabilidade à República, para dar estabilidade à representação federativa do país.

As pessoas não estudam e não interpretam o mecanismo que fundou a República Federativa brasileira. Esse é o fundamento da República Federativa brasileira, que é diferente do fundamento da República americana, que são Estados Unidos da América. Sabe por que são Estados Unidos da América? Porque cada estado é independente. Eles são uma confederação; eles não são uma Federação. E por isso eles tiveram guerra civil, e nós, não – e nós, não.

Agora, nós não queremos estudar, não queremos entender, queremos fazer com que o Senado vá à renovação de quatro em quatro anos *in totum*, ou de cinco em cinco anos *in totum*, e quando nós tivermos um tsunâmi ideológico, o que acontecerá com a estabilidade? O que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecerá com o Estado democrático de direito? O que acontecerá com os freios de pesos e contrapesos deste país?

Nós estamos falando em mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal, ou não estamos discutindo isso no Congresso Nacional? Estamos, mas nós precisamos dar estabilidade à República. E se nós não dermos estabilidade à República, o Brasil se transforma numa republiqueta. Portanto, o que nós estamos fazendo precisa manter a coerência da força, do equilíbrio dos pesos e contrapesos que estabelecem a garantia fundamental do Estado de direito da democracia.

Portanto, eu sou favorável à reforma, eu sou favorável ao fim da reeleição, mas sou terminantemente contra a irresponsabilidade de tornarmos a República vulnerável aos ventos dos temporais que acontecem ora para um lado, ora para o outro, e o país não pode ficar à mercê desses ventos, como se nós fôssemos uma republiqueta e não tivéssemos um Estado democrático de direito para fazer jurar e cumprir a Constituição brasileira, que funda o nosso Estado e estabelece os direitos e as obrigações individuais e coletivas da nossa nação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa. e devo dizer que concordo plenamente com as palavras que V. Exa., no seu conhecimento, na sua experiência, acaba de proferir.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, eu me sinto muito representada pela fala do Senador Eduardo Braga.

Eu só gostaria de destacar, assim, a construção feita pelo Senador Marcelo Castro. Eu acho que houve um grande esforço de lidar com dois temas delicados e que precisam ser enfrentados. E aí a minha única ponderação é em relação a esse tempo de transição, porque, dentro de todo o estudo que ele realizou, se realmente for possível acelerar esse processo de transição... Porque dois elementos nos balizam nesse estudo: o fim da reeleição – eu entendo que tem um grande consenso em relação ao fim da reeleição – e a coincidência de mandatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O custo eleitoral para o país, quer seja administrativo, quer seja do ponto de vista do custo da execução diretamente da eleição, é muito alto. Muita gente imagina, Senador Marcelo Castro, que, sendo uma eleição municipal, os prazos e as limitações para os estados não vigoram, e não é verdade. Sendo uma eleição estadual, os prazos para convênios e todos os prazos administrativos ficam restritos para a máquina pública. Então, o custo administrativo é muito alto com a eleição a cada dois anos. De igual forma é o custo eleitoral, de toda a Justiça Eleitoral. Então, acho que são dois elementos sobre os quais existe um grande consenso: a coincidência dos mandatos, dos processos eleitorais, e ao mesmo tempo o fim da reeleição.

Então, se houver alguma... Eu entendo que houve aqui um uma grande tentativa de diluir os prazos, mas eu acho que, como nós não vamos mexer em mandato em andamento e muito menos... quem entrar em qualquer processo de eleição estará ciente desses prazos novos, eu acho que é possível talvez pensar num encurtamento em relação à transição.

De igual forma me sinto representada pela fala do Senador Eduardo Braga. Aqui não existe uma situação de pensar em legislar em causa própria; é um desenho matemático em que eu não vejo possibilidade de nós imaginarmos a questão do mandato do Senador. Ninguém está pensando na sua eleição. Nós estamos pensando num mecanismo, entendendo que o Senado representa os estados e o equilíbrio necessário.

Então eu acho que o texto foi muito bem construído. A minha única ponderação é que, em havendo possibilidade, se tentasse antecipar esse processo de transição, porque ele enfrenta dois elementos em que penso que nós temos uma ampla maioria de consenso: a redução da reeleição e a coincidência de mandatos – que, na verdade, é todo o custo administrativo do processo eleitoral.

No mais, parabenizo o colega Senador pela construção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Dorinha e passo a palavra ao Senador Mecias; depois, ao Senador Oriovisto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Otto Alencar, e também o nosso eminente Relator, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo, como todos já fizeram aqui as justas homenagens à experiência do Senador Marcelo, eu também quero me juntar aos demais Senadores, no sentido de que, se temos que fazer, por que não fazer já a partir de 2026? A reeleição fez um mal enorme ao país, e eu tenho visto alguns governantes, inclusive, Governadores e Prefeitos, que já falaram a respeito disso, de que o segundo mandato foi caro, foi difícil e, de certa forma, alguns perdem o controle das finanças do Estado depois que são reeleitos.

Porém, se a gente prorrogar isso para 2034 – embora a proposta do Relator é, sem dúvida nenhuma, no sentido de se encontrar um consenso maior –, fica claro aqui, pela posição de todos os Senadores na Comissão técnica que analisa juridicamente a constitucionalidade da PEC, que todos tem o mesmo pensamento praticamente. Portanto, eu creio que o nosso eminente Relator vai encontrar uma outra proposta para fazermos isso de imediato.

Uma outra coisa que eu gostaria de falar, Presidente Otto, caros Senadores e Senadoras, e nosso ilustre Relator, é que vou apresentar uma emenda à proposta que o Senador Marcelo Castro está apresentando, para que a gente possa limitar também a idade daqueles que serão eleitos para Presidente da República. Eu vejo que muitos colegas gostam muito de falar sobre os Estados Unidos. Nós tivemos um problema lá recentemente, quando o Presidente Joe Biden, em função da idade elevada, não conseguiu disputar a reeleição para Presidente da República e teve que renunciar à sua candidatura. Então eu acredito que é o momento também de nós entendermos isso. A idade para Presidente da República tem que ser discutida imediatamente também. Não estou falando isso com relação ao Presidente Lula; muito pelo contrário, mas com relação a qualquer um que esteja no cargo. E o Senador Marcelo vai verificar a emenda que eu vou apresentar e vai encontrar um termo para dizer a partir de quando a pessoa pode ter o mínimo, qual a idade mínima para Presidente da República, para assumir a Presidência da República. Eu creio que nós estamos enfrentando aqui vários debates e que é o momento de debater sobre isso. Então, eu quero já informar ao nobre Relator que eu vou apresentar essa emenda e, logicamente, ele vai adequá-la, com a competência que tem, para o momento exato.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para me somar a todos os colegas e eu serei breve.

Acho o projeto muito bom, acho o relatório ótimo. Não vejo nenhum problema na questão dos dez anos. Acho que a oxigenação do Senado haverá normalmente a cada cinco anos – um terço e dois terços. Então, a oxigenação está garantida. O aumento dos mandatos é proporcional: quem tem quatro vira cinco, quem tem oito vira dez. A proporção é igual.

E só vejo vantagens nesse projeto. Esse é um daqueles projetos que eu acho que mudam a cara do Brasil. Muda o Brasil. Esse é o tipo de projeto que eu tenho o prazer em votar a favor e posso lhe garantir, Senador Marcelo Castro, que todos do PSDB votam a favor. Aliás, eu acho que esse projeto será aprovado por unanimidade. É difícil... são tantas as evidências dos males que a reeleição já fez a este país que eu acho difícil que alguém queira insistir nesse diapasão, não é? Então, acho muito bom. Acho que o ganho administrativo, o ganho de diminuir o número de eleições e tudo o mais é secundário até perto do ganho enorme com a responsabilidade maior que nós teremos na condução da economia do país.

O sujeito quer ser reeleito... Isso independe se é de esquerda, se é de direita, tanto faz se é Bolsonaro, se é Lula... É a mesma coisa. Quando chega a hora de querer renovar a permanência no poder, toma medidas desastrosas para a economia, medidas que não se sustentam, deixam de resolver problemas prementes, porque "não, primeiro eu vou ganhar a eleição, depois eu resolvo o problema", mais ou menos como alguém que está num carro, andando numa estrada, e está tudo bem, a estrada está boa, mas aparece um aviso no radar ali, no seu GPS: "Olhe, daqui a 1km tem uma cratera, teve uma chuva, abriu uma cratera, reduza a velocidade, senão você vai cair". Ele fala: "Não, agora eu não vou reduzir a velocidade, porque agora eu tenho que ganhar a eleição". O Brasil vive uma situação assim, a nossa questão fiscal é terrível – é terrível!

Eu não vou entrar nesse tema, porque não é o caso. Não é isso que nós estamos discutindo, mas graves problemas do Brasil neste Governo, assim como em outros e em outros futuros que viriam também, deixariam de ser resolvidos em função de reeleição. Então, eu acho que só esse ganho já justificaria esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dar os parabéns ao Senador Marcelo. Quero dizer, Girão, que não me preocupa nem um pouco essa questão da oxigenação; e também, Girão, só para te deixar mais feliz, não me preocupa nem um pouco a questão das emendas, até porque o dinheiro vai acabar; em 2029, não vai ter mais dinheiro para emenda. O buraco a que a coisa está indo... É besteira discutir isso. É um assunto que a aritmética vai resolver, né? (*Risos.*)

É isso.

Parabéns ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Oriovisto.

Senador Oriovisto, o eleitor tem mudado o governo de dois em dois anos, de quatro em quatro anos, eleições de dois em dois anos com reeleição. Em determinado momento, se continuar com as crises que nós temos vivido da nova República para cá... Porque sempre foi crise, né? Aliás, desde a monarquia teve crise. Em todos os momentos, o Brasil passou por crise. Começou com o nosso primeiro rei, o monarca Dom Pedro I, renunciando para deixar ao filho. Depois, veio uma série de problemas, que, se for olhar a história... Dom Pedro deixou para a Princesa Isabel. O primeiro Presidente da República renunciou, entrou o Floriano Peixoto, o Deodoro deixou. Depois, veio Getúlio Vargas, com 1930. Depois, em 1945, abriu a República, se elegeu Eurico Dutra. Depois de Eurico Dutra, voltou Getúlio Vargas; Getúlio Vargas foi ao suicídio pela pressão que recebia na época. Depois, surgiu o Juscelino Kubitschek, Jânio ganha, renuncia, fica João Goulart. Depois, veio o golpe militar de 64, os governos militares. Depois dos governos militares, Tancredo Neves foi eleito, não pôde assumir porque lamentavelmente morreu. Depois, assumiu Sarney, e depois de Sarney veio Collor; Collor teve que renunciar para não ser cassado; e até agora é crise atrás de crise. Sobretudo, agudizou-se isso depois da reeleição, quando o próprio Fernando Henrique reconheceu que foi o maior mal do Governo dele ter feito a reeleição.

Então, só tem um momento. Essa matéria é a matéria anticrise – anticrise. Os eleitores têm mudado o Governo de dois em dois anos para Prefeito, depois para Governador. Lá na frente, se não mudar, o povo vai pedir para mudar o regime, para sair do regime democrático. Sem dúvida nenhuma, vai fragilizar o regime democrático. Não sou profeta do caos nem do apocalipse, mas eu acho que, a continuar como vai, a população vai dizer: "Não quero mais esse regime. Mude o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime e venha para um outro". Talvez, quem sabe, até um regime ditatorial. Sem dúvida nenhuma, esse é o projeto anticrise para o Brasil.

Senador Rogério.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Presidente, só me permita fazer um adendo. Primeiro, quero concordar com tudo que o senhor falou, foi perfeita a sua lição de história. E, quero dizer assim: tomara que esse projeto não pare na Câmara, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – O Senado aprovou, por unanimidade, o fim do foro privilegiado, projeto do Alvaro Dias, que está parado lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com o meu voto, inclusive.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – O Senado aprovou o fim das decisões monocráticas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com o meu voto, inclusive.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... que está parado lá.

Eu imagino que, só com essas três leis, Senador – o fim da reeleição, o fim do foro privilegiado, o fim das decisões monocráticas –, seria outro país.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seria outro país, sem dúvida nenhuma.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Seria outro país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente com V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Relator, o Senador Marcelo Castro. Sem dúvida nenhuma, é o Parlamentar que mais estuda essa matéria da reforma política, temas relacionados ao sistema eleitoral, ao processo eleitoral. Ele é um estudioso dessa matéria e é muito criterioso ao preparar os seus relatórios e fazer o debate.

Eu acho que nós não podemos adiar esse debate. Eu concordo, nós precisamos fazer este debate. Ele é fundamental, concordo com V. Exa. Nós não podemos fugir de determinados debates porque têm um dogma ou porque são difíceis de discutir. Não! A gente tem que discutir e a gente tem que aprofundar. Eu quero concordar com V. Exa. que esse é um tema sobre o qual o Senado e o Congresso precisam se debruçar.

Há quem defenda que as eleições a cada período sejam algo bom para a democracia, que oxigenam, etc., mas nós estamos vivendo, no Brasil, o fim dos tempos da governança. Ninguém consegue mais governar a não ser ficar preocupado com a próxima eleição. Antigamente, quando a gente saía de uma eleição, no primeiro ano a gente trabalhava, mas hoje a gente não consegue mais porque tem que resolver os problemas de quem saiu; no segundo ano, já está preocupado com a eleição de Governador; depois, no terceiro ano, está preocupado com a sua própria reeleição; e aí é um ciclo permanente de disputas e de conversas sobre política, sobre eleição, que, como disse o Senador Otto, é cansativo. Está todo mundo sem aguentar e sem poder sustentar esse modelo de eleições permanentes e de disputa permanente na sociedade.

Então, eu acho que o debate é muito bem-vindo. Nós só não podemos, Presidente, não fazer esse debate. E devemos trazer essa pauta em todas as sessões que a gente puder trazer para que a gente finalize o mais rápido possível, sem negligenciar o debate. Mas que a gente possa... Veja, a gente também não pode cometer o erro de criar transições inconstitucionais; precisa respeitar o direito adquirido, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja qual for a iniciativa, definição de idade, definição de reeleição, existe uma regra constitucional que diz que aquilo... Se você tinha direito no momento em que foi... Você não pode ter esse direito interrompido. Então, garantidas essas questões, eu acho que a gente tem que aprofundar o debate, para não ter riscos de ter um revés e depois reclamarmos do STF, que está interferindo, que está... Não, é uma regra institucional que sustenta o país.

Portanto, respeitado isso, eu acho que a gente tem que... Acho que é saudável e é fundamental que a gente faça este debate e que a gente se posicione e dê uma sinalização para a sociedade sobre esse tema.

Parabéns, Presidente, por ter pautado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo-o e concordo com V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

Foi pedida vista e foi encerrada a discussão... Adiada...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu gostaria de falar um...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Marcelo Castro.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou colocar a matéria de V. Exa. logo em seguida. Só se ele... para ele terminar ali.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Tá.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, nobres colegas, eu anotei aqui atentamente tudo que os Senadores e as Senadoras falaram. Primeiro, um consenso amplo, geral e irrestrito, como dizia o nosso saudoso Geisel, né? Todos aqui estão de acordo com o fim da reeleição, com o mandato de cinco anos, com a coincidência das eleições. Não vi ninguém posicionar-se contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo uma síntese, Sr. Presidente, nós podemos dizer que dois temas aqui foram relevantes na discussão. Um, levantado pelo Senador Girão, pelo Senador Rogerio Marinho, pelo Senador Portinho, que é o tempo de mandato do Senador, se de dez ou de cinco anos. Porque hoje o mandato de Senador é de oito anos, o mandato de Deputado é de quatro. Então, é o dobro. O mandato de Deputado e Governador passando para cinco, obviamente, o mais lógico seria o de Senador passar para dez. Claro que tem prós e tem contras. Dez anos, realmente, é muito extenso.

Mas eu quero lembrar aqui aos nobres colegas que, quando a gente vai para o direito comparado, que a gente busca nos outros países, nós encontramos justificativas. Por exemplo, nos Estados Unidos, o mandato de Senador é de seis anos, mas o mandato de Deputado é de dois. Então, nos Estados Unidos, o mandato de Senador é o triplo do mandato de Deputado. No Canadá, o Senador é nomeado até os 75 anos, é praticamente vitalício. Na Inglaterra, a Câmara dos Lordes também é assim. No nosso México aqui, nosso vizinho, o mandato de Senador é de seis anos, mas o mandato de Deputado é de três anos. Tem exemplo para tudo. Tem lugares em que o mandato de Senador é igual. Por exemplo, na Argentina, o mandato de Senador é de seis anos, o de Deputado é de quatro anos. Então, tem para todos os gostos.

Mas, de uma maneira geral, Senador Mourão, a gente pode dizer que o mandato de Senador é um mandato mais longevo do que o mandato de Deputado, que é o princípio que aqui nos está norteando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato.

E o outro assunto que norteou o debate foi que é muito bom para o Brasil o fim da reeleição, a coincidência dos mandatos e o mandato de cinco anos. Se é bom, vamos fazer logo. O problema é como fazer.

Por exemplo, para o cargo de Prefeito e de Vereador, nós já estamos botando a solução em definitivo já agora para 2028. Os Prefeitos e os Vereadores que foram eleitos em 2024 terão uma última reeleição em 2028, e quem for eleito em 2028 pela primeira vez não terá mais direito à reeleição. Então, essa pressa com que nós estamos aqui, que é saudável... No caso de Prefeito e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vereador, já está resolvido, porque nós não podemos encurtar o mandato de quem foi eleito em 2024; quem foi eleito em 2024 pela primeira vez teria direito à última reeleição em 2028; e quem fosse eleito em 2028, para um mandato de seis anos, teria só esse mandato, não teria mais direito à reeleição.

O problema está nos cargos de Presidente, Governador, Deputado, os eleitos em 2026. Aí, dependendo de alguém que apresente emenda, a gente pode chegar a um entendimento e encurtar um pouco.

Então, o princípio, Senador Otto, que eu desde o início tracei na minha relatoria é o de não ferir o direito adquirido e até mesmo a expectativa de direito.

Então, o Governador, os Deputados e o Presidente da República que forem eleitos em 2026 serão eleitos por quatro anos, o mandato termina em 2030. Na minha proposta, ele teria direito à reeleição para 2034, mas nós podemos chegar a um acordo e dizer: "Não, em 2030 não vai ter mais reeleição. Quem foi eleito em 2030 será eleito para um mandato de quatro anos, para coincidir em 2034, mas sem direito à reeleição". Eu acho que aqui poderia atender a expectativa e o anseio de todos, ou seja, em 2028, nós acabaríamos de uma vez por todas com a reeleição de Prefeitos e Vereadores.

Então, a próxima eleição de Prefeito quando é que vai ser? Em 2028. Passou 2028, não existirá mais reeleição de Prefeito e Vereador. O que é que sobra? Presidente, Governador e Deputado. Então, em 2026 teria eleição normal, por quatro anos. Em 2030, nós poderíamos dizer: "Bom, em 2026 vai ser a última reeleição do Brasil", que parece que é o que os Senadores estão querendo. Então, em 2030 acabou a reeleição. Quem fosse eleito em 2030 seria eleito para um mandato de quatro anos, sem direito à reeleição. Eu acho que assim nós poderíamos, se os Senadores estiverem de acordo, se realmente for essa a intenção, apresentar emenda para eu poder acatar.

Essa ideia que o Rogerio Marinho apresentou de acabar, de o fim da reeleição ser em 2026, com o mandato de cinco anos, para 2031, tem uma dificuldade, que são os Senadores que foram eleitos em 2022. O mandato deles termina em 2030. Aí como é que fica? Nós não podemos prorrogar o mandato, é inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por ter essa dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, é cláusula pétrea?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É cláusula pétrea.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então não pode prorrogar. Então não pode nem prorrogar por um ano também.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nem por um ano, pelo seguinte, Senador, é bastante óbvio: porque, se nós tivéssemos o direito de prorrogar por um ano, teríamos o direito de prorrogar por dez.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É claro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se nós temos o direito de prorrogar o mandato dos outros, teríamos o direito de prorrogar os nossos também. E é cláusula pétrea, porque se trata da soberania popular. Quer dizer, o povo elegeu um Senador por oito anos. Tem o dia de começar o mandato, tem o dia de terminar. Nós não temos esse poder. O poder emana do povo, é a Constituição que determina isso aí.

Então, Senador Otto, eu acho que nós poderíamos atender ao anseio de todos que falaram aqui e apressar o fim da reeleição. Poderíamos botar no nosso texto que a última reeleição será agora, em 2026. Então, quem fosse eleito pela primeira vez em 2026 não teria direito à reeleição em 2030. Eu acho isso uma precipitação. Eu acho mais razoável que quem for eleito em 2026, em 2030 teria direito à última reeleição, e quem foi eleito em 2030, já com antecedência, desde agora, votada a emenda constitucional, não teria direito à reeleição, seria eleito só por quatro anos, para coincidir em 2034. Eu acho que assim poderia atender ao anseio geral aqui expressado por todos.

Essa é a observação que eu gostaria de fazer.

No mais, quero agradecer as manifestações de caráter elogiosas a meu respeito, que eu tomo muito mais como uma demonstração de carinho, apreço e amizade do que propriamente pelo trabalho que foi feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. conhece a minha proposição, que seria de reeleição em 2028 para Prefeito por dois anos, o que já aconteceu no Brasil, inclusive. Aquele que fosse eleito em 2028 ficaria com direito à reeleição por mais cinco anos. Eu acho que seria a maneira viável. Claro, o reeleito em 2028, sendo Prefeito, como já foi reeleito, teria só dois anos, mas o que se reelege em 2028 teria direito à reeleição por mais cinco anos, sete anos de mandato. Acho que seria o melhor caminho para se resolver.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como foi pedida vista do parecer, então, nós temos um prazo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, tem um prazo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... para os Senadores apresentarem suas emendas e a gente discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós voltaremos a discutir essa matéria no dia 7 de maio. Não será na próxima semana, será em 7 de maio. V. Exa. tem tempo para conversar com aqueles que apresentaram emenda, para chegar a um consenso.

Eu passo a palavra à Senadora Margareth Buzetti para relatar...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Não. Eu só quero me dirigir ao nobre colega Senador Marcelo Castro, porque fui a única que não falei, porque abri mão da minha fala para o Eduardo Braga, mas, Marcelo, eu sou terminantemente contra a reeleição. Sempre fui contra a reeleição. E a unificação das eleições é necessária e urgente no país, é urgente. O país não aguenta mais isso, porque na reeleição você negocia o presente e entrega o futuro. É isso que a gente faz.

Então, parabéns pela sua paciência, pela sua determinação. É disso que se precisa. Pela minha vontade, nós acabaríamos em 2026, ponto. Mas a gente precisa ver os princípios constitucionais. E você é a pessoa mais indicada, meu amigo, para nos dizer o que é possível e o que é correto fazer. Parabéns mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 6 é o Projeto de Resolução do Senado nº 114, de 2023, da Senadora Dorinha.

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 114, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 9, de 2013, para dispor sobre a eleição da Procuradora Especial da Mulher.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Isso. Esse projeto de resolução é da Professora Dorinha Seabra, assinado por todas as Senadoras da Bancada Feminina.

Eu vou direto à análise.

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar sobre a presente proposição, nos termos do art. 101, I, do Risf.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, o PRS nº 114, de 2023, atende a todas as exigências. A proposição não se choca com nenhum dispositivo constitucional e atende ao requisito da juridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao mérito, cabe registrar que a eleição da Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, em vez de ser designada pelo Presidente do Senado, conforme está previsto na Resolução nº 9, de 2013, que "cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal", vai ao encontro do avanço da participação da mulher nos trabalhos legislativos, ampliando também seu poder decisório na organização político-administrativa deste Senado Federal.

Não há como discordar de que a proposição ora examinada constitui uma significativa contribuição no sentido de "garantir e incentivar a utilização de mecanismos democráticos de representação feminina no Parlamento", de acordo com as palavras da autora em sua justificação.

Concluímos que o PRS em análise merece ser acolhido em benefício do fortalecimento da atuação parlamentar das Senadoras nas atividades legislativas que tenham como objetivo a ampliação da participação político-administrativa da mulher neste Senado Federal.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 114, de 2023.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Margareth Buzetti.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

Em votação o relatório da nobre Senadora Margareth Buzetti.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus para relatoria do item 4, da lavra do Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5461, DE 2019

- Terminativo -

Transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Otto Alencar, colegas Senadores e Senadoras, o nosso parecer está pronto desde 2019. Portanto, eu quero agradecer a V. Exa. por atender o pedido e colocar em pauta esse projeto, que eu considero ser de extrema importância não só para o estado do Senador Irajá, que é o autor dessa matéria, mas para todos os estados brasileiros.

Se V. Exa. e os demais colegas me permitirem, eu posso ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Análise.

Incumbe a esta Comissão técnica Permanente, na forma do art. 101 do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, a regimentalidade e a juridicidade das proposições em tramitação, inclusive por despacho da Presidência do Senado Federal, que é o caso (inciso I), e, especificamente quanto ao mérito, sobre bens de domínio da União (inciso II).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exame da constitucionalidade formal e material da proposição não encontra óbice no ordenamento superior vigente no país.

A juridicidade está garantida pela identificação, nos termos da proposição sob exame, do necessário coeficiente de generalidade e abstração.

A regimentalidade, igualmente, não demanda reparos, uma vez que, no tocante à adoção do procedimento legislativo abreviado, a hipótese encontra amparo no art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A técnica legislativa é adequada e guarda conformidade aos ditames da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, cremos robustas as razões elencadas pelo autor, Senador Irajá, do projeto de lei que temos sob análise.

Ressalte-se, quanto a isso, que o art. 2º do projeto expressamente excluía da transferência dominial da União para a de estado e do Distrito Federal as terras devolutas (inciso II do art. 20 da Constituição Federal), os lagos, rios e cursos d´água em terrenos de domínio da União ou conceituados como bens da União (inciso III), as ilhas fluviais e lacustres e as ilhas oceânicas e costeiras definidas como bens da União (inciso IV), os terrenos de marinha (inciso VII), os potenciais de energia hidráulica (inciso VIII), as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos (inciso X) e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (inciso XI), além de, expressamente, as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas e as áreas destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública ou conservação ambiental.

Fundamentalmente, então, a transferência dominial imobiliária deve incidir sobre as terras do domínio patrimonial da União – e não do domínio eminente – referidas no inciso I do art. 20 e que não estejam nas situações descritas pelos termos do art. 2º da proposição.

Em síntese, portanto, sobre terras abandonadas que hoje integram o domínio patrimonial da União...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse cenário, e a toda obviedade, a transferência de tais imóveis aos estados e ao Distrito Federal vai permitir a utilização e destinação adequadas, o controle, a vigilância e a exploração efetiva, suprindo a omissão federal que hoje se verifica.

Finalmente, e como bem ressaltado pela justificativa, essa alteração dominial vai permitir a regularização e a realização efetiva da função social da propriedade.

Sempre é oportuno lembrar que o vigente texto constitucional fez constar expressamente essa preocupação com a desídia da União na gestão efetiva das terras sob o seu domínio, ao reconhecer como bens dos estados – Constituição Federal, art. 26, inciso IV – as terras devolutas "não compreendidas entre as da União", ficando sob propriedade federal apenas as marcadas pelos critério da indispensabilidade (Constituição Federal, art. 20, inciso II) à "defesa de fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental".

A *mens constitutionis*, portanto, foi transferir aos estados todas as terras devolutas, conceitualmente definidas como as terras públicas que não estejam afetadas a nenhuma destinação pública ou utilização imediata, que, abandonadas pela União, não estivessem diretamente ligadas às finalidades elencadas, permitindo, assim, o seu efetivo aproveitamento.

Sr. Presidente, o que nós estamos fazendo aqui no meu relatório e na proposta do Senador Irajá, que merece apreço e aprovação do Senado Federal e do Congresso Nacional, é simplesmente dar aos estados o direito de legislar e ocupar as terras que estão previstas pela Constituição Federal no art. 20.

O art. 20 relaciona aquilo que é da União e aquilo que é do estado. Portanto, essas terras que não estão no art. 20 da Constituição Federal devem ser transferidas ao domínio dos estados brasileiros. É um mandamento constitucional no art. 20 da nossa Constituição. Não estamos inovando em absolutamente nada.

O que a proposta do Senador Irajá faz é tão somente regulamentar o art. 20 da Constituição Federal, transferindo aos estados as terras que são, por direito, dos estados, membros da nossa Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 5.461, de 2019, nesta Comissão.

Projeto de autoria do Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Ainda que eu concorde com o mérito, eu vou pedir vista do projeto, em função de que esse debate envolve outros temas, como terreno de marinha... O Estado do Tocantins tem uma questão que tem outro projeto que está sob a relatoria da Senadora Dorinha, que trata de assunto semelhante, mas com outro tipo de repercussão.

Então, diante dessas diversas iniciativas, eu acho que é importante que o Ministério da Gestão e da Inovação apresente uma proposta definitiva, para que a gente possa sair desse debate que fica se prolongando.

Então, concordo com o fato de que a gente precisa se apressar e resolver essas questões. Por isso, eu peço vista, para que a gente possa provocar o Ministério da Gestão e da Inovação sobre essa matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o Senador Mecias de Jesus, é concedida vista coletiva à matéria que ele acaba de relatar.

O item 2 é um projeto do Senador Jader Barbalho, que tem, como Relator, o nobre Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, Jader Barbalho. Já é outro. Eu estou em outro já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já estou em outro, Mecias.

Jader Barbalho, MDB do Pará, tem como Relator o nobre Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra a V. Exa., Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço autorização para ir direto à análise.

Este projeto é extremamente meritório, do Senador Jader Barbalho, que fala o óbvio, que é dar celeridade aos processos em que a vítima é mulher, principalmente em razão do aumento de número de casos dessa natureza, e isso não está... Aquilo que não está escrito, não está devidamente expresso na nossa legislação.

A nossa análise é pela regimentalidade. A constitucionalidade está muito clara em relação a esse assunto, e a juridicidade também não merece nenhum reparo.

Indo aqui à realização do mérito, o art. 1.048 do Código de Processo Civil trata da prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, dos procedimentos judiciais que apresentem apenas um dos seguintes requisitos... E aí, lá no item "c": em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, que é a Lei Maria da Penha.

Então, embora esse artigo do Código de Processo Civil estabeleça que a tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário, ainda não houve o atingimento da celeridade que se espera do processo judicial cuja parte tenha sido vítima de violência doméstica e familiar.

Realmente, ao afastar a necessidade do deferimento do órgão jurisdicional para a obtenção do benefício da celeridade, devemos excluir, em acréscimo, a necessidade de requerimento expresso formalizado pelo representante da vítima em juízo, seja o advogado contratado, seja o promotor de justiça ou defensor público, para a obtenção do benefício da celeridade. Em suma, não ficar o processo dependendo da boa vontade de algum operador do direito que seja responsável pelo mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a defesa da mulher vítima de violência, seja ela física, psicológica ou qualquer outra passível de lhe causar danos, há que ser ampla, a ponto de contemplar, de imediato e sem a necessidade de requerimento ou deferimento judicial, a gratuidade de justiça e a prioridade na tramitação processual em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive nos tribunais superiores.

De fato, não há sentido ou coerência em se exigir que ações deflagradas contra agressores causadores de morte ou de quaisquer tipos de violência contra a mulher, seja ela física, psicológica ou qualquer outra possível de causar danos à vítima, sujeitem-se a pagamento de custas, honorários sucumbenciais, emolumentos, taxas judiciárias, entre outras despesas, salvo em caso de má-fé. Então, quando houver litigância de má-fé, que foge ao objetivo da Lei Maria da Penha, do Código Penal, Processual, Civil ou outra legislação.

Portanto, a finalidade é de excluir a obrigatoriedade de a mulher vítima de violência pagar as custas, taxas, emolumentos e demais despesas processuais.

Com efeito, se a mulher já sabe que poderá ser condenada a pagar custas, taxas, emolumentos e despesas processuais, ainda que a resolução do processo cível se dê por acordo, ela não irá buscar a proteção do Poder Judiciário, pois tanto faz realizar o acordo ou não, uma vez que, se vencida, arcará com a parcela ou integralidade das despesas, deixando a cargo dos bons ânimos do juiz – está aqui o Dr. Sergio Moro do meu lado – a resolução do rateio do conjunto das despesas processuais.

À guisa de fecho, somos, portanto, favoráveis à aprovação deste projeto de lei, na forma da emenda substitutiva abaixo oferecida.

Então, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 435, de 2023, na forma do substitutivo abaixo proposto, que eu não vou ler, porque já está publicado aí no relatório, Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., parabenizo-o pelo seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Essa matéria é terminativa, portanto precisa do voto favorável de mais de 14 Senadores, e a votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores já podem votar. Podem votar inclusive pelo sistema remoto. (*Pausa.*)

Votação nominal do item 2, de autoria do Senador Jader Barbalho, do MDB, do Pará, com a relatoria do Senador Hamilton Mourão.

Os Senadores podem votar pelo sistema remoto.

Há necessidade de mais de 14 Senadores votantes para se apreciar a matéria e ela ser deliberada na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema remoto.

A votação está aberta. (*Pausa.*)

Votação aberta para o projeto de lei de autoria do Senador Jader Barbalho, o Projeto de Lei 435, de 2023, relatado pelo Senador Hamilton Mourão, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física.

Eu louvo a iniciativa do Senador Jader Barbalho, também pela relatoria do Senador Hamilton Mourão.

Peço aos Líderes dos partidos e às Senadoras Líderes também que possam acionar as bancadas para a votação do projeto, que merece e que precisa do voto de mais de 14 Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação está aberta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já votaram 15 Senadores. Foi atingido o quórum de votação.

Determino à Mesa que possa abrir o painel com os votos dos Srs. Senadores e Senadoras.

Está encerrada aqui a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O projeto está devidamente aprovado, com voto favorável de 15 Senadores e Senadoras.

O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Não havendo nenhum outro projeto a ser analisado, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Humberto Costa, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Magno Malta, Marcos Rogério, Weverton e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 9ª, 10ª e 11ª Reuniões Extraordinárias., que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 435, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** O Substitutivo é definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 12, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 8. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 717, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA, e contrário à Subemenda nº 2. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Izalci Lucas, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6204, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.492, de 10 de setembro de 1997; 10.169, de 29 de dezembro de 2000; e 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 636, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 9ª, 10ª e 11ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 6.

Senador Amin... Com a palavra, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu estou entrando em contato com o Senador Alessandro Vieira, que já marcou presença, é o número 1, e é o Relator do PDL 717, que é o item 3. Qual é o meu pedido a V. Exa.? Este PDL versa sobre um assunto dramático. Trata-se de um dos dois decretos de homologação de demarcação de terra indígena, assinados ambos pelo Presidente da República, durante um período de trégua, que foi confirmado nesta Comissão em outubro do ano passado.

O Ministro Gilmar Mendes criou uma grande comissão para tratar da questão do marco temporal de terra indígena. Com isso, nós decidimos aqui, ainda sob a Presidência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do Senador Davi Alcolumbre, não debater a PEC do marco temporal, não debater este assunto, enquanto houvesse esta comissão de mediação. O Presidente da República assinou dois decretos. Um deles já foi suspenso pelo Supremo, é o Decreto 1.289, sobre terra indígena em Santa Catarina, no caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abelardo Luz. O outro, 1.290, é sobre Morro dos Cavalos, que é uma encrenca. Tem isso aqui de material para apresentar.

Então, o que eu peço? Que V. Exa. antecipe. Eu tenho certeza de que o Governo vai pedir vista, muito embora todos saibam, desde já, o seguinte: o Presidente da República assinou um decreto, homologando terra indígena, contrariando a lei em vigor. A lei em vigor, de 2023, a Lei do Marco Temporal – ela está em vigor, e isso é absolutamente inconstitucional –, determina que as comunidades afetadas sejam consultadas nos municípios e nos estados, enquanto o teor da legislação que socorreu esta homologação de 1996 facultava a consulta; ou seja, o Presidente foi induzido a assinar, durante um período de trégua, dois decretos de homologação de terras indígenas, contrariando a legislação e afrontando a mediação liderada pelo Supremo. Um deles já está suspenso. O outro está em vigor com todas aquelas peculiaridades de desintrusão, num território que... Eu não vou entrar no mérito. Isso é uma fraude – é uma fraude! Coisa que, aliás, a revista Veja já denunciou em 2007, mas eu não quero entrar no mérito.

O que eu quero é pedir que o PDL seja apreciado. Se o Senador Alessandro Vieira não vier, o meu pedido estará inócuo, mas eu quero pedir prioridade para ele, na medida em que V. Exa. possa atender, para que nós demos tramitação. O PDL eu apresentei no dia 12 de dezembro do ano passado. Ele não foi apreciado agora, em abril, a pedido do Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar. Por quê? Porque coincidia com a concentração de indígenas aqui no Planalto, poderia parecer uma provocação. E eu concordei. Mas eu não posso indefinidamente ficar dependendo da leitura do relatório, que já está apresentado. O Senador está na Casa – eu falei com ele ontem, pedi a ele –, tenho certeza de que ele está vindo para cá, ou seja, eu não posso me omitir diante dessa barbaridade que aconteceu. E peço socorro a V. Exa. e aos integrantes da Comissão. Vamos deliberar. Se alguém acha que um decreto de homologação de terra indígena afrontando a lei deve continuar em vigor, vote a favor; e, se tiver que pedir vista, cumpra-se a vista; mas o que não pode é ficar sem deliberar, repito, desde dezembro do ano passado. O decreto do Presidente, que é eivado de duas grandes irregularidades, como eu já falei, está em vigor, produzindo os seus efeitos perversos numa comunidade, que é a comunidade de Enseada de Brito e vizinhança. Por ironia, Presidente, em março, dia 26 de março, o Iphan considerou Enseada do Brito, que é contígua ao que seria terra indígena, uma freguesia, que é o nome que se dá para os núcleos açorianos, a mais antiga de Santa Catarina, data do século XVIII e tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terra indígena agora, criada em dezembro do ano passado. Essa controvérsia é um mérito, isso nós trataremos depois. No momento, eu defendo que o decreto seja suspenso, o 1.290, como está suspenso o 1.289, pelo menos enquanto houver esta Comissão de mediação liderada pelo Ministro Gilmar Mendes.

Esse é o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Seu pedido será atendido, Senador Esperidião. A Secretaria da Mesa já está em contato com o gabinete do Senador Alessandro, ele já deu presença, mas eu vou reforçar esse pedido aqui juntamente com a Mesa, né? Que, com certeza, a assessoria do Senador Alessandro Vieira está nos vendo neste momento através da TV Senado. Então, nós estamos convidando-o a vir aqui na Comissão para ler o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já recebi mensagem que ele está a caminho.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu recebi mensagem que ele não vem. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu me prontifico a fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Se ele não vier, nós vamos requisitar aqui o General Mourão, o Senador General Mourão para ir lá trazê-lo aqui até esta Comissão, General.

Vamos dar sequência, então, à pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2023

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física.*

Autoria do Projeto: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar;

- Em 23/04/2025 foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 435/2023, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, art. 284 do Risf.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 8.

Observações:

- Foram recebidas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Eduardo Girão; nºs 2 e 3, de autoria do Senador Rogerio Marinho; nº 4, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 5, de autoria do Senador Sergio Moro; nº 6, de autoria do Senador Mecias de Jesus; nº 7, de autoria do Senador Eduardo Girão; e nº 8, de autoria do Senador Hamilton Mourão;

- Na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/04/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais.

Foram recebidas as seguintes emendas: nº 1, de autoria do Senador Eduardo Girão; nºs 2 e 3, de autoria do Senador Rogerio Marinho; nº 4, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 5, de autoria do Senador Sergio Moro; nº 6, de autoria do Senador Mecias de Jesus; nº 7, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 8, de autoria do Senador Hamilton Mourão; e nº 9, de autoria do Senador Carlos Portinho – a última dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para proferir relatório sobre as Emendas nºs 5 a 9.

Com a palavra, Senador Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... Sras. e Srs. Senadores, nós estamos tratando hoje aqui, na Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Queria pedir – Senador Marcelo, só um instante – um pouco de silêncio – o Relator está com a palavra – à nossa assessoria e aos nossos Senadores aí, Senador Veneziano, se puderem diminuir um pouco o tom aí para o nosso Relator usar a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós entendemos que essa talvez seja uma das matérias mais importantes que nós vamos votar nesta legislatura.

O Brasil, em toda a sua história republicana, nunca teve o instituto da reeleição para cargos executivos. Em todas as Constituições do Brasil, desde 1892, de 1932, de 1937, de 1947, de 1967, nunca houve...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... o instituto da reeleição, que é um princípio republicano da alternância do poder, da rotatividade do poder, que vem em oposição à Monarquia. Mas houve um movimento basicamente sul-americano em que a Argentina introduziu a reeleição para Presidente da República – à época era Presidente da República o Fernando Henrique Cardoso –, e esse instituto foi adotado aqui também, no Brasil.

À época, eu era Deputado Estadual, e eu fiz o vaticínio de que isso não iria dar certo no Brasil. E, de lá para cá, eu acho que só tem agudizado esse sentimento de que esse instituto não funciona bem no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se nós pegarmos os exemplos dos países latino-americanos, que é onde nós temos mais regimes presidencialistas no globo, nós vamos ver que há uma divisão, que uma parte dos países permitem reeleição, e outra parte dos países não permitem a reeleição. Por exemplo, o México não permite a reeleição; a Colômbia, o Chile, Uruguai, o Paraguai, o Peru, a Costa Rica não têm reeleição para Presidente. E o mandato no México é de seis anos; no Chile e na Colômbia, de quatro; no Uruguai, no Paraguai e no Peru, de cinco. Então, a gente já vê uma tendência de que onde não existe direito à reeleição, há uma tendência aos mandatos serem de cinco anos. Tem de quatro também, mas tem mais de cinco.

Por outro lado, a Argentina, Bolívia, Venezuela, Equador, Honduras e Brasil permitem a reeleição. À exceção da Venezuela, que não é um grande exemplo – sem querer ofender os nossos vizinhos –, praticamente em todos esses países, à exceção da Bolívia, o mandato é de quatro anos. Então, quando há direito à reeleição, o mandato é de quatro anos; quando não há direito à reeleição, o mandato é de cinco anos. E é exatamente isso que nós estamos fazendo aqui no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, a PEC, de autoria do nobre e ilustre Senador Kajuru, grande representante aqui do Estado do Goiás, que põe fim aos cargos executivos de Governador, Prefeito e Presidente da República, faz exatamente isto: coloca o mandato de cinco anos para todos, à exceção dos Senadores – porque essa é uma regra também geral. Sobre isso eu quero fazer uma observação aqui.

Por exemplo, cita-se muito os Estados Unidos, a questão de que o mandato de Senador nos Estados Unidos é só de seis anos, no Brasil é de oito anos, e nós estamos querendo aumentar o mandato de Senador para dez anos. Eu quero chamar atenção para o fato de que o mandato de Senador nos Estados Unidos realmente é de seis anos, mas o mandato de Deputado Estadual é de dois anos apenas. Então, o mandato de Senador nos Estados Unidos vale por três mandatos de Deputado. Aqui no Brasil, o mandato de Senador é de oito anos, mas o mandato de Deputado é de quatro anos. Então, o mandato de Senador vale duas vezes o mandato de Deputado.

E, Senador Plínio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... eu fiz uma pesquisa superficial, mas mais ou menos universal, e é uma regra geral no mundo inteiro o mandato de Senador ser mais estendido do que o mandato de Deputado.

Outro exemplo, o México. O mandato de Senador no México é de seis anos, mas o mandato de Deputado é de três anos. Seria o dobro, aqui como no Brasil. Como nós estamos colocando o mandato de Deputado, a legislatura por cinco anos, a partir de 2034, o mandato de Senador, a partir de 2034, seria de dez anos.

Aos que vão renovar o mandato agora em 2026 – que é o meu caso e para não ser acusado de estar legislando em causa própria –, o mandato continuará de oito anos. Então, os Senadores que forem eleitos, que serão dois terços do Senado, agora em 2026, serão eleitos por oito anos e o seu mandato terminará em 2034.

Estamos também, no nosso parecer, promovendo a coincidência das eleições no Brasil. E, para coincidir as eleições, nós estamos usando o mecanismo mais simples, que é botar um mandato estendido para os Prefeitos e Vereadores que serão eleitos na próxima eleição, em 2028.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, nós tivemos eleição em 2024 para Prefeito, teremos outra eleição em 2028, e esta será a última reeleição para Prefeito no Brasil. Ponto final. Quem for eleito em 2028, será eleito para um mandato de seis anos, sem direito à reeleição. Como nós já estamos muito em cima da eleição de 2026, seria uma frustração de expectativa de direito muito grande, nós estamos preservando a eleição de 2026 tal qual está na legislação eleitoral atual. E, aí, estamos colocando a reeleição de 2030 como a última reeleição do Brasil.

Então, 2026, nós não vamos falar nela, porque já está muito em cima. A primeira eleição depois de 2026 será 2030 e será a última reeleição no Brasil. Significa dizer que quem for eleito em 2030 será eleito para um mandato de quatro anos, para coincidir as eleições em 2034, sem direito à reeleição. E, a partir de 2034, as eleições se darão num dia só no Brasil – de Vereador a Presidente da República –, de cinco em cinco anos: 2034, 2039, 2044, 2049 e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Senadores!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... o advento da reeleição tem trazido muitas distorções na prática política, haja vista o resultado eleitoral da última eleição. V. Exa. poderia imaginar o que aconteceu na eleição passada, em que 83% dos Prefeitos que disputaram a reeleição no Brasil, que foram em número de 2.918 Prefeitos no Brasil, foram para a reeleição, e 83% deles conseguiram se reeleger? Isso é um dado muito claro, muito elucidativo de que não há uma paridade de armas quando se vai disputar uma eleição com o Prefeito, ou o Governador, ou o Presidente da República no poder. Aliás, no caso de Presidente da República, nós só tivemos uma exceção de o Presidente não ser reeleito. E isso se manifesta de maneira mais efetiva à medida que os estados são mais pobres e o poder político, o poder da prefeitura, evidentemente se torna mais forte com relação à sociedade. Então, os estados que tiveram uma reeleição num nível menor, foram o Estado de Santa Catarina, o Estado de São Paulo. Já estados como Roraima e Amapá – não estou aqui diminuindo nenhum deles, mas só fazendo uma constatação estatística –, tiveram 100% dos seus candidatos a Prefeitos reeleitos.

E no meu caso, por exemplo, no caso do Piauí, para não ficar de fora, 85% dos Prefeitos do Piauí foram reeleitos.

Então, isto está trazendo, o advento da reeleição, uma concentração de poder muito grande, perpetuação de um mesmo grupo político no poder. Isso vai contra o princípio do republicanismo, que é a alternância e a rotatividade do poder. Os Prefeitos, Governadores, Presidentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... salvo raras e honrosas exceções, abusam do poder político e da estrutura de poder que têm para se reelegerem e terminam as gestões perdendo uma capacidade de planejamento e de execução de obras estruturantes a médio e a longo prazo, porque estão sempre, os políticos, os gestores, quer sejam Governadores, quer sejam Prefeitos, envolvidos com resultados eleitorais imediatos e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentemente, fazendo obras sem serem de longo prazo, mais estruturantes, terminam sempre procurando ações mais imediatas para poder gerar efeito eleitoral.

Então, dizendo tudo isso aí, eu rejeitei todas as emendas, mas acolhi todas as manifestações que houve aqui dos Senadores e fiz um parecer de acordo com aquilo que foi discutido na última reunião.

Contra o que foi que os Senadores mais se manifestaram do meu parecer? É que a reeleição, o fim da reeleição é uma coisa tão boa para o Brasil que nós não deveríamos deixar uma transição tão longa quanto a que eu estava propondo. Então, eu estou encurtando a transição. A primeira eleição de Prefeito será a última reeleição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E a primeira eleição de Governador, tirando a próxima, porque já está muito em cima, será a última reeleição. Então, atendo ao anseio, aqui, dos Senadores.

E houve também crítica ao mandato de Senador de dez anos. Houve emendas no sentido de o mandato ser de cinco anos. Nós optamos por essa regra, que é mais ou menos universal, de o mandato de Senador ser mais estendido, e isso aqui vai para debate. Naturalmente, o Senador que apresentou uma emenda de mandato de cinco anos vai poder destacar e nós vamos votar se o mandato será de dez ou de cinco anos.

Então, dizendo tudo isso, Sr. Presidente, estou consciente de que estamos fazendo história. Estaremos fazendo um grande benefício ao nosso país e corrigindo um erro histórico que nós cometemos no passado – aliás, cometemos dois: em 1982, o mandato de Prefeito foi estabelecido em seis anos para descoincidirem as eleições. Nós estamos corrigindo agora, botando o mesmo mandato de seis anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... para coincidirem as eleições e, na questão da reeleição, que nós introduzimos no Brasil, o que é completamente contrário à nossa tradição republicana – nunca houve reeleição para cargo do Executivo no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, nós estamos voltando ao nosso leito histórico de não ter reeleição para cargo do Executivo no Brasil.

Portanto, Senador, Vanderlan, esse é o nosso parecer.

Esperamos contar com o apoio dos nossos distintos pares.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente Vanderlan, eu queria pedir vista, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Foi pedido já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Já foi pedido vista?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já. Já teve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, não, não, Presidente.

Na verdade, houve alteração no relatório, Senador Marcelo, e tem espaço para vista.

Presidente, eu queria, até porque... Eu queria fazer uma fala aqui breve.

Eu estou apresentando, protocolando, inclusive, também uma emenda a essa proposta e queria até pedir ao Senador Marcelo que pudesse, na verdade, fazer uma análise dessa proposta que nós estamos apresentando. Daí o meu pedido de vista, porque esse relatório aqui, me parece, é a primeira vez que ele apresenta com essa definição para submeter à votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Eliziane, o Secretário da Mesa acabou de informar que dá, sim, pedido de vista porque foi um novo relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, vamos levar em consideração o pedido de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu queria só... V. Exa. me permite apenas dois minutos?

Quero só destacar aqui e parabenizar o Senador Kajuru e o Senador Marcelo pela proposta, por um item específico que eu acho que é o cerne do debate, que é o fim da reeleição, com que eu pessoalmente concordo integralmente. Eu acho que é muito importante o fim da reeleição, porque a gente vê, especificamente no Executivo, que se tem um mandato e se trabalha todo esse mandato apenas para uma reeleição e, nos anos seguintes, acaba não se fazendo aquilo que deveria ser feito para a população.

Agora, é muito bom a gente lembrar também que esse aumento de data, de período...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... digamos assim, para os mandatos tanto de Deputado quanto de Senador é algo com que eu pessoalmente não concordo. Eu acho que é muito ruim você sair, por exemplo, de um mandato de oito anos de Senador, que já é um grande tempo, para um mandato de dez anos. Isso não existe em nenhum país. Tentei, inclusive, hoje levantar para ver se a gente conseguia ter algum país como referência. Não tem nenhum país em que nós tenhamos uma década de mandato para Senador. E aumentar o mandato de Deputado Federal para cinco anos também... Ou seja, o colega acabou de citar que, no caso americano, nós temos mandatos de dois anos, há uma presença frequente do processo eleitoral.

Então, a minha proposta vai exatamente na manutenção desse período e do que ele está apresentando, que é o fim da reeleição, mas a gente ter um pouco mais de tempo para o Poder Executivo, porque nenhum Governo consegue fazer uma obra estruturante, Presidente Vanderlan, em um estado ou um município, em apenas quatro anos ou até mesmo em cinco anos. Eu acho que, com o período de seis anos, a gente trabalharia a coincidência das eleições, manteria um pouco mais de elasticidade para o Executivo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... porque ele passa a ter mais condições de fazer obras estruturantes, deixar uma marca no estado ou no município.

E, sobre manter o tempo de Deputado Federal e de Senador, não tem justificativa para você ter mais tempo para o Poder Legislativo brasileiro em relação ao período que nós temos hoje. O Parlamento faz o quê? Apresenta projetos de lei. O Parlamento tem ações que você resolve em quatro, cinco meses – claro, numa boa articulação –, leva-se um ano numa articulação mais demorada, mas você de fato consegue executar nesse período.

Mas eu queria agradecê-lo.

Vou fazer o protocolo dessa emenda, já pedindo ao Senador Marcelo que possa fazer uma avaliação mais criteriosa dessa nossa proposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vista coletiva da matéria encerra a discussão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Suspendo a discussão. Suspendo a discussão.

Ainda bem que todos estão atentos aqui corrigindo a falha do Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Então vou falar algo: pelo amor de Deus, gente, acabem com a eleição a cada dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 3 da pauta. (*Pausa*.)

Item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 717, DE 2024

- Não terminativo -

Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o relatório.

Senador Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Peço licença para ir diretamente à análise.

Nos termos do art. 101, inciso I e inciso II, alínea "m", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, em especial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só um momentinho. Mais uma vez, eu vou pedir aqui silêncio. O Relator está lendo o seu relatório. (*Fora do microfone.*) E é muito interessante, é uma matéria interessante que precisa da atenção de todos. Só um pouco de silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin, obrigado pelo retorno.

Senador Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, é de competência desta Comissão analisar, em especial, matérias que tratam sobre bens de domínio da União, como é o caso das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas (art. 20, inciso XI, da Constituição).

Não há dúvidas de que, independentemente de eventuais debates sobre o seu mérito, a Lei nº 14.701, de 2023 – que regulamenta o disposto no art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas –, é vigente, válida e eficaz, sendo dotada de presunção de constitucionalidade. Por isso, os atos e processos administrativos devem ser compatíveis com essa lei, observando as suas determinações, sob pena de serem considerados ilegais e, portanto, inválidos.

A despeito disso, como demonstraremos a seguir, o PDL encontra óbices de ordem constitucional.

O inciso V do art. 49 da Constituição Federal estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

O poder regulamentar é aquele destinado à produção de normas jurídicas que sirvam para especificar, detalhar e pormenorizar o conteúdo da lei, ou, na dicção do art. 84, IV, da Lei Maior, para garantir a sua "fiel execução". Não se admite, portanto, que atos individuais e concretos sejam resultado do exercício de poder regulamentar.

Ato normativo, por sua vez, é aquele dotado de generalidade e abstração, isto é, que regula indistintamente as situações e pessoas a ele submetidas. A própria literalidade do texto constitucional, portanto, impede que se promova a sustação de atos concretos e individuais.

Conforme a explicação de Ivan Furlan Falconi, abro aspas, "sob um viés material, a definição de ato normativo como ato jurídico não difere daquela conferida às leis em geral [...]. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade é definida materialmente quando estão presentes no conteúdo do ato as características de abstração, generalidade, impessoalidade e imperatividade". Na sequência, o mesmo autor adverte que "o texto constitucional não autoriza ao Legislativo proceder à sustação de atos que não se revistam desse caráter normativo. Tentativas nesse sentido excederiam a hipótese constitucional e iriam além da competência deferida ao Parlamento, eivando o decreto legislativo promulgado do vício de inconstitucionalidade".

É no mesmo sentido a lição de Manoel Gonçalves Ferreira Filho e me abstenho de citação porque é uma reiteração do mesmo conteúdo.

Nessa mesma senda, o Supremo Tribunal Federal, na questão de ordem na Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIMC-QO) nº 1.937, não julgou a constitucionalidade de decreto legislativo sustatório por considerá-lo um ato que escapa ao controle de constitucionalidade em abstrato, mas o voto condutor nessa questão de ordem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... foi incisivo quanto à impossibilidade da sustação de ato administrativo concreto, ou seja, o não cabimento da sustação congressual do ato administrativo.

A esse respeito, observe-se que os Decretos nºs 12.289 e 12.290, de 2024, ao homologarem os procedimentos administrativos de demarcação de duas terras indígenas específicas e determinadas, não são atos normativos gerais e abstratos, tampouco foram editados pelo Presidente da República no exercício do seu poder regulamentar. São atos individuais e concretos e foram praticados no exercício da competência administrativa conferida pela Constituição para a demarcação das terras indígenas, função essa que é típica do Poder Executivo.

Além disso, sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o Poder Legislativo não tem competência para sustar atos do Poder Executivo pelo simples fato de estarem em desacordo com a lei. No entendimento da Suprema Corte, não há previsão constitucional que possibilite ao Legislativo sustar atos do Executivo que julgue contrários à legalidade. Entendeu-se, portanto, que há diferença entre exorbitância do poder regulamentar, que legitima o uso do PDL, e ilegalidade, que desafia exclusivamente o controle judicial do ato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a sustação de ato normativo do Executivo é um instrumento específico de que dispõe o Congresso Nacional para zelar pela preservação de sua competência legislativa. A exorbitância do poder regulamentar é, em essência, a contrariedade às regras de competência estabelecidas pela Constituição e, em última análise, representa uma violação ao princípio da separação dos Poderes.

Por outro lado, o Legislativo não pode se exceder ao exercer esse controle político de constitucionalidade, exorbitando de sua função fiscalizatória e, com isso, invadindo as prerrogativas do Executivo.

Assim, eventuais ilegalidades praticadas no decorrer do processo administrativo de demarcação das terras indígenas devem ser questionadas perante o Poder Judiciário, por meio dos instrumentos processuais adequados, como a ação anulatória. Ademais, o decreto homologatório representa tão somente a etapa final desse procedimento, e a sustação de seus efeitos não serve para desconstituir eventuais atos irregulares anteriormente praticados no bojo do processo, sendo imprescindível a via judicial.

De fato, o art. 15 da Lei nº 14.701, de 2023, prevê que é nula a demarcação que não atenda aos preceitos estabelecidos pela lei. Ocorre que, como já dito, o reconhecimento de eventual nulidade deve ser buscado junto ao Poder Judiciário, que tem função constitucional típica de resolver definitivamente os conflitos de interesses, e não perante o Poder Legislativo.

Assim, entendemos que a sustação do Decreto nº 12.289 e do Decreto nº 12.290, ambos de 4 de dezembro de 2024, é materialmente inconstitucional, por violar o princípio da separação de Poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal, seja por invadir a competência administrativa do Poder Executivo na demarcação de terras indígenas, seja por usurpar a competência jurisdicional do Poder Judiciário na resolução de conflitos intersubjetivos de interesses.

Por outro lado, em relação à pretendida sustação do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996, entendemos que a medida se mostra pertinente, adequada e necessária.

O referido decreto é um ato normativo, geral e abstrato, e foi editado com a finalidade de regulamentar a Lei nº 6.001, de 1973, conhecida como Estatuto do Índio, conforme autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressa contida no art. 19 desse diploma legal. Ocorre que as disposições do art. 2º do regulamento não se coadunam com as novas regras previstas pela Lei nº 14.701, de 2023, de modo que a norma infralegal passou a exorbitar do poder, típico do Executivo, de regulamentar.

Uma das principais divergências entre ambos é que, com a lei, passa a ser obrigatória, no processo demarcatório, a participação dos estados e municípios em que se localize a área pretendida, bem como de todas as comunidades diretamente interessadas. Ademais, aos interessados na demarcação são assegurados contraditório e ampla defesa em todas as fases do procedimento, inclusive nos estudos preliminares, bem como passa a ser obrigatória a sua intimação desde o início do procedimento, com a possibilidade de indicação de peritos auxiliares.

Além dessas diferenças, os §§5º e 6º do art. 4º da Lei nº 14.701, de 2023, determinam a disponibilização dos atos decisórios para consulta em meio eletrônico, bem como acesso por parte de qualquer cidadão a todas as informações relativas à demarcação. Ademais, o §7º do mesmo artigo e da mesma lei determina que as informações orais, porventura reproduzidas ou mencionadas no procedimento demarcatório, somente terão efeitos probatórios quando fornecidas em audiências públicas ou registradas eletronicamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... em áudio e vídeo, com a devida transcrição em vernáculo.

Com efeito, o decreto que regulamenta o processo de demarcação, conquanto tenha sido declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em outra oportunidade, é incompatível com o novo diploma legal. Tornou-se, assim, ilegal, e, portanto, reflexamente inconstitucional. Consequentemente, entendemos que ele é passível da sustação congressual prevista no art. 49, inciso V, da Lei Maior.

Por fim, não vislumbramos óbices de juridicidade e regimentalidade no projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Detectada a inconstitucionalidade parcial na proposição, conforme apontamos, apresentamos emenda para corrigir o vício, nos termos do art. 101, §2º, do nosso Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ante o exposto, Presidente, opinamos pela constitucionalidade parcial, juridicidade e regimentalidade do PDL nº 717, de 2024, e votamos pela aprovação, com a seguinte emenda saneadora: o PDL passa a exclusivamente sustar o "[...] art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 [...]", nos termos que embasa.

Permita-me, Presidente, fazendo um resumo da ópera: a intenção do...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Resumo é triste.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É. A vida, muitas vezes, é triste e o nosso trabalho é tentar corrigir essa tristeza.

Em resumo, Presidente, a intenção do eminente Senador Esperidião Amin e de outros é sustar o texto do regulamento, o que é uma atribuição nossa, viável constitucionalmente, mas também anular as consequências do mau uso da legislação, que foi a demarcação de duas terras indígenas. Eu afirmo, com absoluta certeza, que essas demarcações são inconstitucionais, são ilegais, como foram feitas, porque não respeitaram a legislação vigente no Brasil. Porém, não é nossa atribuição fazer esse reconhecimento. Nós aqui, diuturnamente, reclamamos de invasão de competência. E, de fato, o Poder Judiciário brasileiro, em especial a Suprema Corte, invade a competência do Legislativo praticamente todos os dias, de forma abusiva, excessiva, inconstitucional, antirrepublicana, mas não é remédio aplicar a mesma proporção da nossa parte; não é remédio invadir a atribuição do outro Poder pelo Legislativo.

Então, esse é o voto, Sr. Presidente, rogando pela aprovação e pela compreensão de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado e parabéns pelo seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senador Amin está inscrito? Com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Amin está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu já estou com a palavra e já tinha até prenunciado que nós teríamos pedido de vista.

Só quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, que fez um trabalho de jurista, indiscutível, confirmando ao que nós temos assistido e presenciado nesses quase sete anos de convivência, trabalho esse que conquistou a minha admiração. E não fica afetada a minha admiração e o meu respeito pelo seu trabalho por contrariar o meu objetivo.

Agora, eu quero colocar aqui para os Senadores algo muito sério. Recomendo a quem não assistiu que assista à entrevista feita pela grande jornalista Júlia Duailibi dos ex-Presidentes do STF Marco Aurélio Mello e Carlos Ayres Britto, ontem às 9h30 da noite, na GloboNews.

Uma frase só: o Ministro Alexandre de Moraes se considerava ou não vítima do tal golpe? Bom, ele achou que era vítima, mas que isso não afetava a sua imparcialidade. Nós estamos vivendo esse tipo de interpretação. Se ele se acha imparcial, continua, e todo mundo sanciona; ou seja, a autossuficiência de um Poder em ele próprio medir qual autocontenção possível e o dilema que nós temos aqui, que o querido amigo Senador Alessandro Veira nos traz.

Veja bem, durante um processo de negociação – e isso afeta a nossa Comissão –, nós sustamos, Senador Alessandro Veira, o debate sobre a PEC do marco temporal. A lei do marco temporal, 14.781, é constitucional, porque ninguém a impugnou. E esse artigo que o senhor leu consulta as comunidades, como se faz com o terreno de marinha. Ninguém é considerado não mais ocupante do terreno de marinha sem notificação individual. É o respeito ao direito de propriedade e suas similitudes.

Então, o decreto que embasa, o decreto de homologação está revogado por lei – por lei. O Decreto 1.775, de 1996, não existe mais. E é com base nisto – que não existe mais – que se teceu um laudo antropológico, um estudo da Funai. Não vou entrar no mérito. Tenho aqui essa maçaroca para mostrar. Isso é o mérito da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formalmente, durante um período de negociação, em que nós aqui sustamos o debate sobre a PEC do marco temporal, na segunda quinzena de outubro do ano passado, por decisão do Plenário, homologada pelo então Presidente Davi Alcolumbre, o Governo Federal, no dia 4 de dezembro...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Demarcou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... homologa, por decreto presidencial, duas terras indígenas de Santa Catarina. O Decreto 12.289 já foi sustado pelo Supremo. Diz respeito ao Município de Abelardo Luz.

A do Morro dos Cavalos, eu repito, não quero falar sobre o mérito da questão, que começou com a hipótese de 12 hectares e, agora, fala de dois mil hectares, confrontantes com a freguesia de Enseada do Brito, a mais antiga freguesia açoriana do meu estado, assim reconhecida pelo Iphan no dia 26 de março deste ano, que pertence ao mesmo Governo Federal, que está sobreposta a um parque criado pelo Governador Konder Reis em 1975.

Prestem atenção!

Um estadista, Antônio Carlos Konder Reis, seu quase conterrâneo, você seria de Itajaí, criou o Parque da Serra do Tabuleiro, mil quilômetros quadrados quase, 960 km² de terra, e se sobrepõe, agora, uma terra indígena. Ora, se não pode morar branco, não pode trazer índio para morar lá, nem mesmo como transição, como pretende a Funai. A Funai pretende acomodar índios transitoriamente lá, ou seja, vai forçar uma futura desintrusão. Agora, está fazendo desintrusão de pessoas que moram lá e têm títulos de 70, 80 anos. O decreto vai continuar em vigor se ele se baseia numa fraude?

Vamos falar claramente: alguém aconselhou mal o Presidente. Eu não acredito que o Presidente Lula saiba que assinou um decreto perverso e baseado numa fraude. O decreto em que se baseia a tal demarcação da terra indígena é revogado por lei, incontestada até agora.

Bom, até aí nós concordamos com o Senador. Agora, ter que recorrer ao Judiciário para dar forma ao nosso convencimento, aí é realmente nos autocastrar. Como diz o matuto, é "autocapar-se".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que eu quero. Essa é a nossa discordância.

Eu reconheço que deve haver pedido de vista, sem nenhum obstáculo, viu, Senador Rogério? Já tinha anunciado como sendo quase que obrigatório o pedido de vista, até para que o Governo reflita.

O meu conselho, dado à Liderança do Governo, é o seguinte: susta o decreto do Presidente. Susta, pelo menos enquanto durar a tentativa de mediação. O Senador Jaques Wagner é o representante do Governo nesta Comissão. A Senadora Tereza Cristina é nossa representante, tem Deputado, tem forças vivas da sociedade.

Agora, deixar operando um decreto sabidamente baseado num equívoco, para não usar outra expressão, num equívoco legal... O decreto é inconstitucional!

O Relator disse isso, mas não nos cabe declarar a inconstitucionalidade. Nisso eu divirjo, mas enquanto houver a vista, o meu apelo a V. Exa., Senador, é que o Governo reflita.

"Eu fiz uma coisa errada, mas eu quero que a Justiça diga isso. Não aceito que seja o Congresso". Que é isso? Aonde é que nós vamos chegar com isso? "Então, prossiga-se na desintrusão, no terrorismo contra os moradores, em nome de um capricho, que eu, Governo, sei que é infundado, que não tem base legal nem moral". E, se for analisado esse conjunto de documentos que eu tenho aqui, se for feita a fiscalização do que fizeram na Funai com os R$11 milhões... Porque o Dnit, no Governo da Presidente Dilma, deu à Funai R$11 milhões, como compensação pelas obras da BR-101, de uma terra indígena que não existia, e não se sabe para onde é que foi o dinheiro. Denúncias feitas pela Revista *Veja*, em 2007, é de que estavam trazendo índios do Paraguai. Do mérito eu não quero falar hoje, só estou esboçando.

Peço que o Governo, Senador Rogério, reflita. Vale a pena bancar isso? Vale a pena criar mais esse ponto de atrito com a lei e com a sociedade por um capricho de assinar um decreto durante um período de negociação da qual eu participo através do meu Líder, Senador Jaques Wagner?

O Ministro Gilmar Mendes iniciou isso em agosto e prorrogou até junho. Os dois decretos são de 4 de dezembro, e o nosso Projeto de Decreto Legislativo é de 11 de dezembro. Esperar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais uma semana, paciência! Agora, que não seja mais uma semana para deixar como está para ver como fica. Esse é o meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Rogério, o senhor pediu vista, vista coletiva, eu vou conceder, só que antes de V. Exa. pedir, nós tínhamos aqui outros oradores. O Seif e o Senador Omar já tinham pedido a palavra. Eu vou conceder ao Seif e, em seguida, ao Senador Omar, que eu já convido também para assumir aqui a Presidência.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Na verdade, complementar já a perfeita explicação de Amin é muito difícil. Acho que ele já foi muito feliz, objetivo e narrou os fatos. Mas me parece que o parecer do nosso Relator é contraditório e enfraquece o papel do Congresso. Ou seja, ele leu que admite que os decretos de homologação em terra indígena foram baseados numa norma ultrapassada e incompatível com a Lei 14.701, mas, em vez de recomendar a sustação completa, limita-se ao decreto de 1996, alegando que os fatos do Executivo são individuais e poderiam ser questionados no Judiciário.

Sou eu que afirmo que nós estamos de novo abrindo mão de poder! Por que este Congresso não serve para sustar PDL, não? Desde quando isso? Mudou a regra? Porque nós temos, sim, poder constitucional para sustar decretos presidenciais. Abrir mão disso e jogar para o Judiciário é de novo enfraquecer este Parlamento.

Esse raciocínio abdica do poder fiscalizador do Parlamento, reforça a judicialização excessiva e transmite a imagem de um Legislativo tímido. Se a própria base legal foi invalidada, por que recuar? O Congresso não só tem o direito, mas o dever de agir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estaria inscrito agora. Eu vou abrir mão, para discutir quando voltar do pedido de vista do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério, porque tem algumas questões que são peculiares a cada região. A minha região é uma, a de Santa Catarina é outra, e nós estamos debatendo aqui uma especificamente.

Vou passar a palavra ao Senador Alessandro, que pediu, e depois ao Senador Jaime.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um reparo à fala do meu querido colega e amigo Jorge Seif. Veja, tem um negócio no Brasil – não sei se todo mundo está alinhado com isto – que se chama Constituição. E todos os Poderes estão limitados e desenhados pela Constituição. O fato de nós termos hoje ministros da Suprema Corte que não compreendem seu papel, que invadem a atribuição do Legislativo, que invadem a atribuição do Executivo não nos autoriza a fazer o mesmo. Dois erros não vão fazer um acerto – dois erros não vão fazer um acerto. E digo mais: um dos decretos já se encontra suspenso pelo Judiciário, pela Suprema Corte.

Conversei por mais de uma oportunidade com o Senador Amin no sentido de que se orientassem os interessados a pedir a extensão da suspensão, porque eu não posso ter a cara de chegar aqui e reclamar do abuso dos outros e, quando chega a minha vez, eu abuso também. Poder não é exercício de força numa democracia. Poder é império da lei.

Então, não, não há timidez do Legislativo; não, não há autocastração ou coisa que o valha. Pelo contrário, nós estamos aqui tentando conduzir, afirmando a força da Constituição, que foi redigida por esta Casa. E, para os ministros e para aqueles que se afastam dos limites da Constituição, os caminhos já estão também determinados pela própria Carta, que é o pedido de impedimento, que, por mais de uma vez, apresentei nesta Casa, diga-se de passagem, quando outros que hoje gritam se acomodavam.

Então, acho que só para colocar as coisas nos seus termos...

Absolutamente democrático: evidentemente que a decisão será por maioria de votos. Qualquer decisão há de ser respeitada, mas evidentemente muito mais saudável é todos nós começarmos a fazer um jogo de respeito à Constituição, porque, de desrespeito em desrespeito, nós vamos acabar destruindo essa República.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Jaime, por favor.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o Senador Amin, de Santa Catarina, e o Senador Alessandro Vieira, mas nós precisamos de analisar muito bem essa situação.

Esse PDL vem ao encontro de resolver outras situações pelo Brasil afora. Eu vou citar um exemplo, Senador Amin: todos aqui conheceram aquela história, na gleba Corumbiara, do tal Índio do Buraco. Foi feito um interdito de 23 mil hectares devido a um índio, onde aquelas terras foram demarcadas pelo Incra. E, quando o Incra fez a licitação e fez a reforma agrária, existia uma negativa de que ali não existia nenhum indígena. E daí começou-se a procurar esse tal de Índio do buraco. Esse índio veio a falecer agora, faz uns dois anos. Esteve aqui em Brasília. fez autópsia, fez tudo aqui em Brasília.

Os 23 mil hectares continuam no mesmo interdito, da mesma maneira como que vinha acontecendo, sem haver nenhum índio lá. E os proprietários das terras com escritura pública registrada não têm, não conseguem tomar posse nas propriedades. E isso foi parar também no Supremo.

Então, eu quero dizer para vocês, o marco temporal foi aprovado nesta Casa, Senado, foi aprovado na Câmara dos Deputados. Nada contra o Judiciário, mas eu acho que, no Senado e na Câmara dos Deputados, que aquilo que nós votarmos, nestas Casas tem que valer, porque os Poderes são independentes. Agora, se tudo que alguém perder aqui e se achar com o direito de recorrer para o Judiciário e ficar na forma como está, como está acontecendo hoje também com o marco temporal, aí não dá. Nós não podemos mais aceitar. O Congresso Nacional não pode aceitar, porque todos os três Poderes realmente são independentes.

Senador Amin, você que conhece... O Senador já saiu? Aquela situação de Santa Catarina, não só ali do Morro dos Cavalos, mas, na outra situação lá dos indígenas xokleng, aquelas escrituras são todas centenárias, a maioria é centenária, com mais de 100 anos. Eu nasci naquele município, conheço tudo aquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi cacique.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não fui cacique não, mas conheço.

E aí o que acontece? Tudo isso para na mão do Supremo. Lá são 850 famílias, todas da agricultura familiar, em que 80% das escrituras públicas são centenárias. Então nós precisamos resolver. Esse PDL que vem ao encontro para nós darmos uma segurança jurídica também no campo, na nossa agricultura, para o nosso produtor rural.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Moro.

Com a palavra, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Vanderlan, que está presidindo esta sessão, eu quero aqui elogiar primeiro o trabalho do Senador Esperidião Amin e também do Relator, Alessandro Vieira, sobre esse tema. Mas aqui quero até rogar ao Senador Alessandro uma reanálise dessa posição, em que se entende que há ilegalidade, há inconstitucionalidade, mas que nós não teríamos competência para rever esses atos.

O que eu vejo, Senador Alessandro, é que vivemos tempos extraordinários. O Congresso aprovou uma lei, que está sendo ignorada pelo Poder Executivo, uma lei que está sendo ignorada pelo Poder Judiciário, o cidadão não tem para onde recorrer e, de repente, esta Casa simplesmente vai afirmar: "Não, não é aqui no Congresso o local para que nós possamos reclamar sobre esse fato".

Pois bem, o Congresso tem sido desrespeitado pelo Executivo e pelo Judiciário. Essa situação lá em Santa Catarina é um ilustrativo, mas isso pode se proliferar para o restante do país. Lá no Paraná tem terras invadidas que podem ser eventualmente objeto de demarcação, em desrespeito à lei que aprovamos do marco temporal e ao procedimento previsto para essa demarcação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós simplesmente aqui fecharmos os olhos para essas ilegalidades, nós estaremos, de alguma maneira, simplesmente, não só negando nossa própria autoridade normativa em relação aos atos que aprovamos, mas igualmente fechando a única porta que o cidadão vítima dessas ilegalidades tem para reclamar.

Então, compreendo, aqui tem uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: olha, ato de efeito concreto não cabe ao Legislativo sustar. Mas caberia, sim, ao Judiciário dar o reconhecimento e a garantia de direito desses cidadãos que estão tendo seus direitos violados pelo fato de o Judiciário ter ignorado a lei que este Congresso aprovou.

Então, nesses tempos extraordinários, não há a quem recorrer. Não existe um Poder da República que vai garantir a autoridade da lei aprovada pelo Congresso Nacional senão nós mesmos. E aí, de repente, quando nós reconhecemos a ilegalidade, reconhecemos o abuso do Poder Executivo... Aliás, abuso cometido ao arrepio de um acordo que havia sido formado nesta Casa; nós deixaríamos de fazer tramitar ali a PEC do marco temporal, para que se tentasse alguma espécie de composição, e vem o Executivo e desrespeita esse acordo...

Então, sinceramente, do ponto de vista jurídico formal, V. Exa. está com a razão. Do ponto de vista da realidade atual, nós estamos negando a proteção da lei ao cidadão que tem seus direitos violados e, do outro lado, negando a nossa própria autoridade. E, se nós não preservarmos a nossa autoridade, quem irá fazê-lo?

Então, eu pediria a V. Exa. uma reflexão diante dos tempos extraordinários que nós vivemos, para que a autoridade do Congresso seja preservada, para que os direitos dos cidadãos sejam preservados, porque, se nós não o fizermos, ninguém mais o fará. Agora, se nós aprovarmos esse PDL, e, adiante, o Supremo vier a afirmar que ele padece de alguma inconstitucionalidade, que instauremos então uma crise institucional, ou que seja ônus do Supremo Tribunal Federal dizer que a autoridade deste Congresso não vale para nada. Agora, nós não podemos aceitar essa situação de subjugação e, simplesmente, diante de uma norma que nos atribui pelo menos em uma interpretação literal essa competência, levar em consideração uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em que ela mesma tem ignorado a autoridade deste Congresso, em que ela mesma tem ignorado o direito dessas pessoas de terem direito pelo menos ao devido processo legal num processo demarcatório, num desrespeito a um cenário no qual se avançava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para alguma espécie de acordo e em que, de repente, fomos todos aqui surpreendidos por esses atos demarcatórios ilegais.

Então, foi pedida vista, Sr. Presidente, mas eu aqui me posiciono desde logo: vou conversar aqui com os pares, para que nós aprovemos, sim, esse PDL. E gostaria que houvesse uma reflexão do Relator a respeito dessas questões que colocamos aqui, que vão muito além de uma questão jurídico-formal.

E se o Supremo não respeita o Congresso, da forma como ele está fazendo, nós vamos respeitar essa jurisprudência do Supremo? E simplesmente dizer que não temos autoridade para fazer valer a lei que nós aprovamos? A meu ver seria um caminho muito perigoso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, só me permita um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Quer usar a palavra, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já foi concedida vista.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sim, perfeito. É apenas para repor... De novo, na democracia, toda argumentação é válida e deve ser respeitada, deve ser ouvida com atenção. Mas a mentira não. A mentira não, a mentira não merece respeito.

Nós temos aqui dois decretos em discussão, dois atos concretos em discussão, duas demarcações. Uma delas já foi suspensa pelo Supremo. Suspensa porque o procedimento é inconstitucional, com relatoria do Ministro André Mendonça. Então, não é verdade que não exista para onde recorrer nem é verdade que é preciso que este Senado rasgue a Constituição, extrapole das suas atribuições para resolver o problema; não é verdade.

Então, isso é muito importante, porque senão a gente começa a construir na sociedade brasileira uma convicção de que nós precisamos de medidas de herói, que a Constituição não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vale. Eu escuto algumas palavras aqui e me parece quase que um eco das palavras do Ministro Alexandre de Moraes, tão criticado, quando ele diz que sim, ele pode ser vítima, juiz, promotor, investigador ao mesmo tempo, porque são tempos extraordinários. A Constituição vale para tempos ordinários e extraordinários. A Constituição tem que ser guia daquilo que a gente faz aqui. Deve ser guia daquilo que eles fazem do outro lado da praça também.

Quando eles lá ultrapassam os limites, existem remédios; não tivemos ainda capacidade política de aplicá-los. Mas vamos chegar a esse momento de aplicação. Porque este país já teve impedimento de Presidente da República, já teve cassação de Senador, Deputado, Governador, Prefeito, Vereador, e há de chegar a hora de ter impedimento também de ministro do Supremo, que são homens e mulheres como todos nós, eles erram também. E é esta Casa aqui que tem como aplicar o remédio, mas o remédio, eu repito, tem que estar na Constituição.

Porque numa briga de força, burra, vamos chegar aonde? Se eu desrespeito aqui, ele desrespeita do outro lado da praça, aí o Presidente Lula também desrespeita, vamos fazer o quê? Vamos brigar no meio da praça? É essa a solução? Uma crise institucional é solução para o Brasil, que tem fome, que tem problema de educação, problema de infraestrutura? É claro que não é. É justamente buscar pelo centro. "Olha, a Constituição traça como fazer." E se, por acaso, fato existir que não tenha resposta adequada, existem remédios. Como é que eu vou ser Senador da República e não vou acreditar na Constituição da República? Como é que eu vou ser Senador da República e não vou me sujeitar aos limites da lei porque naquele momento não me agrada?

Então, acho que, Presidente, colegas, é preciso uma reflexão desapaixonada. Todos nós nos sentimos agredidos, violentados por várias atitudes tomadas por ministros da Suprema Corte, é fato. Eu sou, talvez, a voz que há mais tempo nesta legislatura fala sobre isso. Com relação ao Ministro Alexandre, que hoje é tão atacado, mas antigamente não era, por essas mesmas pessoas, eu apresentei pedido de impedimento, Presidente, em abril de 2019, porque eu entendia que aquele procedimento todo, que até hoje persiste, aquele processo, inquérito interminável era inconstitucional – como eu acredito, de fato, que é. Mas existem procedimentos.

Então, esse apelo que faço de reflexão, acho que é muito importante. Apelar para a reflexão sempre é bom. É para que a gente reflita que, de abuso em abuso, nós vamos acabar com este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país. O remédio para abuso não é mais abuso. O remédio para abuso é punir quem abusa e respeitar a nossa Constituição.

Então, com essa reflexão, eu encerro minha participação neste debate específico, Presidente, para que a gente possa avançar na pauta, agradecendo pela sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Alessandro.

Item 4 da pauta...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só faço uma reflexão aqui: eu estou divergindo do parecer de V. Exa. Agora, não concordo com afirmar que é mentira aqui, porque ninguém está mentindo aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só por um apreço...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Existe um déficit de atendimento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador Moro, por um apreço à precisão terminológica...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... de direitos de reconhecimento das prerrogativas parlamentares do Congresso. Então, eu divergi do parecer de V. Exa., e, ao meu ver, não autorizo V. Exa. a afirmar que eu menti.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Não, o que me autoriza, Senador Moro, não é a divergência, que é técnica e respeitável. O que me autoriza a dizer que V. Exa. proferiu uma inverdade é afirmar que não há como recorrer desses casos ao Judiciário, porque já recorreram e já tiveram a decisão.

Então, apenas estou repondo o fato para que a gente possa caminhar em cima de uma esteira sólida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k., senhores colegas.

Item 4 da pauta: Emenda de Plenário nº 6 ao Projeto de Lei nº 2.326, de 2022.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA.

Observações:

- A Emenda nº 6-PLEN, bem como a matéria original, foram apreciadas pelas Comissões de Segurança Pública e de Meio Ambiente;

- Em 30/04/2025 foi recebida a Subemenda nº 2 à Emenda nº 6-PLEN, de autoria do Senador Izalci Lucas (dependendo de relatório).

Autoria da Emenda nº 6-Plen, Senador Jorge Seif.

Relatório: favorável à Emenda nº 6-Plen, na forma de Subemenda nº 1-CSP-CMA, e contrário à Subemenda nº 2.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o seu relatório.

Com a palavra, amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou direto para a análise.

A modificação legislativa proposta pela Emenda nº 6-Plen opera-se pela modificação do inciso XII do art. 6º da Lei 10.826, como decorrência lógica, pela modificação da amplitude semântica dos §§1º e 2º, que fazem alusão ao referido inciso XII.

Assim, quanto ao ponto, o art. 6º da Lei 10.826, passaria a ter a seguinte redação, na forma operada pela ora analisada Emenda nº 6-Plen, que modifica a redação originalmente dada ao dispositivo pelo art. 1º do PL, nos termos já delineados pela Emenda nº 4-CMA, anteriormente aprovada; ou seja, a Emenda 6, de autoria do Senador Jorge Seif, pretende contemplar com o direito ao porte de arma de fogo os integrantes do quadro efetivo dos órgãos seccionais, entidades estaduais, e dos órgãos locais, entidades municipais, abrangendo todo o Sisnama, designados para atividade de fiscalização.

Vale dizer, portanto, que o objetivo dessa emenda é estender o direito ao porte de arma de fogo aos servidores de outras esferas administrativas – que não a federal – que desempenham atividades de fiscalização ambiental.

Assim, não vislumbramos, na emenda, vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

No mérito, consideramos que a emenda aperfeiçoa o texto da proposição, merecendo ser acolhida.

O que deve ser determinante para a concessão do direito ao porte de arma de fogo, no caso, é a atividade desempenhada pelo servidor – fiscalização ambiental –, independentemente de estar vinculado a órgão ou entidade federal, estadual, distrital ou municipal.

Não obstante, como bem apontou o parecer da CSP, chancelado pela CMA, o texto da emenda demanda ajustes, para suprimir a menção a “órgãos seccionais” e deixar claro que a extensão se aplica aos servidores estaduais e municipais – mas também aos distritais (como decorrência lógica de menção à abrangência de “todo o Sisnama” – encarregados de atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fiscalização. Nesse sentido foi a subemenda elaborada por aquela primeira Comissão, chancelada pela segunda.

Na nossa perspectiva, então, o texto da Subemenda nº 1-CSPCMA aprimora a alteração legislativa pretendida pela Emenda nº 6-PLEN, sem alterar a sua substância.

Com relação à Subemenda nº 2, observamos que, de acordo com a Portaria nº 474, de 2024, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, os agentes de unidades de conservação dos parques do Distrito Federal não desempenham atividades de fiscalização.

Não bastasse, ainda que se decidisse pela inclusão dessa categoria, deveriam ser contemplados também todos os agentes estaduais e municipais que desempenham atividades similares, o que poderia descaracterizar os critérios estabelecidos no projeto para a concessão do porte de arma de fogo, ampliando de maneira excessiva seu alcance. Diante desses argumentos, rejeitamos a Subemenda nº 2.

Voto.

Diante disso, o voto é pela aprovação da Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA, e rejeição da Subemenda nº 2.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fabiano.

Parabéns pela leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu vou pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de V. Exa. pedir vista, o Senador Seif já tinha pedido a palavra.

Senador Seif, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Na verdade, Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Fabiano Contarato por ter acatado a nossa emenda, que contempla não só os servidores federais, que fazem fiscalização, controle e combate a crimes ambientais e a outros crimes que muitas vezes parece que são crimes ambientais, mas não são, por exemplo: crime de tráfico de droga, de tráfico de pessoas e uma série de questões. E esses oficiais, essas pessoas dos órgãos de meio ambiente não se limitam aos federais. Então, preciso reconhecer a sensibilidade do Senador e agradecer ao Senador Fabiano Contarato. Quando nós apresentamos a emenda, a aceitação dessa emenda faria voltar o projeto dele lá para trás de novo, passar por Comissões de novo. Teve uma sensibilidade e uma boa vontade muito grande o Senador Fabiano Contarato. Eu preciso agradecê-lo em nome dos servidores municipais e estaduais de órgãos de meio ambiente de todo o Brasil, não só da minha Santa Catarina. Eu fui provocado, logicamente, pelos servidores de meio ambiente do Estado de Santa Catarina, mas tenho certeza de que essa ação vai beneficiar e proteger a vida de milhões de outros agentes de outros estados da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Seif.

Concedida vista do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedida vista do projeto, item 4 da pauta, Emenda de Plenário nº 6 ao Projeto de Lei nº 2.326.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só queria tomar a liberdade de fazer uma reflexão breve aqui com os colegas, porque, às vezes, eu fico assim estarrecido de como é que as instituições dentro do Estado brasileiro vêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se conduzindo. Ontem a Câmara dos Deputados aprovou um aumento de Deputados, de 513 para 531. Sr. Presidente, com todo o respeito, isso é um escárnio com a população brasileira. Acho que o Senado Federal tem que dar uma resposta, a gente tem que ter a sensibilidade de entender qual é a realidade e a desigualdade do país. Você sabe qual é o custo desse aumento só para cada Deputado? De R$65 milhões.

Nós temos que entender que nós vivemos com uma população que está na informalidade, que ganha R$1.518. Nós temos que entender que nós temos uma população que trabalha 44 horas semanais. Nós temos que entender que, aqui neste Congresso, tanto no Senado como na Câmara, nós temos dois recessos, nós trabalhamos às terças, quartas e quintas aqui, pela manhã. Nós temos que entender que nós temos que lutar para reduzir a desigualdade no país. Nós temos que entender que a letra da lei não pode ser morta no art. 6º, em que está expressamente, desde o dia 5 de outubro de 1988, que são direitos sociais o direito a educação, saúde, habitação, lazer, vestuário, higiene, previdência, assistência social, e as pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais públicos.

Eu não posso perder a minha capacidade de indignação. Então, eu não consigo olhar para a população quando eu vejo que a Câmara dos Deputados aprova um aumento de Deputados, de 513 para 531. Eu defendo que deveria ser reduzido isso. Eu defendo que nós deveríamos efetivamente trabalhar mais. Eu defendo que nós deveríamos ter... Eu já cansei de falar e falei aqui: teto é teto. Como é que eu vou falar que um servidor ganha R$100 mil? Como é que eu vou falar que um servidor tem dois recessos além de férias? Como eu vou falar que nós aumentamos o número de Deputados Federais?

Olhe, com todo o respeito, eu acho que nós temos que passar uma faxina moral nisso. A gente tem que entender qual é a função efetivamente de um político, qual é a função dos Poderes dentro do Estado democrático de direito para a redução da desigualdade. Eu não posso entender que uma pessoa hoje está no sistema de uberização, de precarização, que não tem trabalho formal, que não tem férias, que não tem 13º, que não tem licença-maternidade, que não tem absolutamente nada, que se ficar doente vai ficar subjugado ali, e nós estamos aqui aumentando... Nós, não. A Câmara dos Deputados está aumentando o número de Deputados, R$65 milhões por ano. Olhe, nós temos que fazer uma reflexão sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me perdoe por estar fazendo essa fala aqui neste momento, mas é porque a gente tem que estar sempre falando, a gente tem que alertar. A gente tem que falar: "Olhe, qual é a função efetivamente nossa enquanto Parlamentar?". Eu não tenho dúvida: é usar a palavra para apresentar o Brasil aos brasis, mas um Brasil que tem suas desigualdades. Como é que eu vou explicar para um professor que não ganha nem R$3 mil lá no meu Estado do Espírito Santo, no município do interior? Como é que eu vou explicar isto: que tem servidores públicos que só de *ticket* alimentação ganham mais do que um professor? Não, não é razoável isso. Como é que eu vou falar sobre o que aconteceu recentemente sobre prisão domiciliar para pessoas condenadas por corrupção quando eu tenho dados do sistema prisional de que aos 46% das mulheres que têm direito à prisão domiciliar não foi dada prisão domiciliar? Mas aí, quando é para político ou classe média alta...

Nós temos aí políticos condenados a 300 anos de reclusão – 300 anos de reclusão – que estão em prisão domiciliar. Político condenado por corrupção está em prisão domiciliar. Agora as cadeias, o sistema prisional está superlotado de pobres, semialfabetizados, doentes. Eu trabalhei na vara de execuções penais, Senador Vanderlan, percorrendo o sistema penal no Estado do Espírito Santo, tinha preso doente em estado terminal na cadeia. Agora, quando tem crimes...

Eu faço este desafio, eu faço este desafio a qualquer Parlamentar: busque, dentro do sistema penitenciário, quantos presos nós temos. E, desses presos, eu quero saber qual percentual ali está sendo cumprido pena na cadeia por corrupção ativa, por corrupção passiva, por peculato, por crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal. Nós não temos, sabe por quê? Porque, quando chega a essa camada, aí vem prisão domiciliar. Não tem como. Como que eu falo para a população que todos somos iguais perante a lei, sendo que no Brasil uns são mais iguais que outros? Como que eu falo que a própria Constituição Federal determina que todo trabalhador tem direito a um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e da família com saúde, educação, moradia, lazer, vestuário, e nós temos esse mísero salário de R$1,5 mil? E há a desigualdade aqui com a casta de servidores públicos... Aí eu quero fazer uma ressalva que são 25 mil servidores públicos apenas, num universo de milhões, mas nós temos que ter uma faxina moral.

Agora, eu espero que este Senado tenha a altivez, a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio para efetivamente legislar em defesa da população que mais precisa, porque esse é um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafios, esse é um desafio nosso. O que eu estou fazendo enquanto Parlamentar para diminuir o abismo existente entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fabiano Contarato, é sempre bom ouvir a sua opinião. Primeiro que V. Exa. é um conhecedor, delegado que, por exercer a sua profissão, sabe o que está falando. E é isso aí mesmo que o senhor falou. Esses crimes aí praticados, se for lá não vai encontrar nenhum –nenhum desses.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, é sempre bom aqui ouvir V. Exa. Não precisa pedir desculpas pela sua opinião, não, viu? Nós, Senadores e Senadoras, o respeitamos muito, Senador Fabiano Contarato.

Item 4 da pauta... Aliás, item 6.

O item 5 da pauta, o Projeto de Lei 6.204, foi retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Rogério Carvalho. Está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6204, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.492, de 10 de setembro de 1997; 10.169, de 29 de dezembro de 2000; e 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

- Foram apresentadas 25 emendas à matéria;

- Votação nominal.)

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 636, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A autoria é do Deputado Federal André Figueiredo.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para proferir o seu relatório.

Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como, no mérito, sobre matérias relacionadas a possível estado de defesa – situação prevista para o enfrentamento, a depender do caso, de calamidades de grandes proporções da natureza, nos termos do art. 136 da Constituição Federal, e com impacto imediato sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Não se identificam vícios de inconstitucionalidade formal no projeto, uma vez que cabe à União legislar privativamente sobre defesa civil, conforme o art. 22, inciso XXVIII, da Constituição Federal.

Não são criadas despesas públicas ou redução de receitas de modo direto, uma vez que as obrigações impostas aos municípios dizem respeito apenas à maior publicidade de atividades que a eles já competem nos termos da legislação vigente, não incidindo nas vedações e condições do art. 167, §7º, da Constituição Federal e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. De todo modo, para reforçar este ponto, faz-se ajuste na redação do inciso VIII do §7º do art. 3º-A, de modo a se deixar mais claro o conteúdo dos planos de contenção de construções irregulares em áreas de risco.

Também não se identificam vícios de inconstitucionalidade material.

Não encontramos óbice quanto à juridicidade, à regimentalidade e à boa técnica legislativa do projeto, que faz alteração pontual do marco legal da defesa civil.

Sr. Presidente, eu queria dar uma explicação sobre o que é este projeto, para não criar... Quer dizer, o que eu li aqui? Eu diria que esse projeto, na verdade, amplia o escopo da Lei nº 12.34, de 2010, que trata do Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil para estabelecer novas obrigações aos municípios, em matéria de controle de catástrofes naturais sofridas no país. Isso é um assunto que interessa a todos nós, porque, se a gente olhar, estava São Paulo... Ontem, já era Bahia. Quer dizer, é algo que a gente tem que discutir aqui.

Tais obrigações objetivam um planejamento mais articulado entre a União e os entes da Federação que estão na ponta dos problemas climáticos, de modo a fazer chegar com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência os recursos necessários para o combate principalmente à prevenção dos desastres naturais.

Os estados não estão incluídos nesse projeto, nós vamos pular direto do Governo Federal para quem está lá, quem está no município.

Além disso, os municípios interessados em receber mais atenção da União na transferência de recursos em matéria climática terão que apresentar prestações de contas mais detalhadas quanto ao planejamento das ações e ao controle dos recursos repassados. Isso porque está anotada a falta de transparência nessas transações, que muitas vezes são feitas de modo emergencial. A gente tem exemplo de estado que recebeu os subsídios e não gastou tudo; ou seja, é como se a gente fosse ajudar os municípios principalmente na prevenção dos eventos extremos de clima que a gente está tendo, e não existe nenhuma perspectiva de isso melhorar. A tendência ainda é piorar, como nós estamos vendo não só no Brasil, mas no mundo todo –, dificultando a fiscalização quanto à aplicação dos montantes repassados.

As novas obrigações impostas pelo projeto vão desde a localização dos centros de recebimento das pessoas e organização da estratégia de distribuição de doações até a descrição dos investimentos necessários em infraestrutura hídrica, combate a incêndios e prevenção de desastres. E a prestação de conta deverá ser anual e conter dados que vão desde a efetividade do sistema de alerta a desastres até a evolução do número de construções irregulares em área de risco.

O PL é meritório, o voto é pela aprovação do projeto, com a emenda de redação que apresento quanto ao art. 3-A, §7º, inciso VIII do projeto de lei, Sr. Presidente.

Então, vou ler aqui o voto, porque eu achei que essa explicação seria para entender. Eu diria que muitos países já têm isso desde antes da guerra, e esses países que estão em guerra já tem locais para as pessoas ficarem. Isso aqui é para mostrar à população que os municípios precisam ver. É claro que vai ter coisa que o município não vai conseguir, mas um mínimo é saber que tem onde a gente colocar, locais para colocar essas pessoas emergencialmente, alarmes para elas saírem, e os municípios terem cuidado em construções nessas áreas de risco, porque são os primeiros que morrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o seguinte:

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII do § 7º do art. 3º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 636, de 2023, mantidas as demais alterações realizadas pelo Projeto:

"Art. 3º-A .....

.....

§7º.....

.....

VIII – plano de contenção de construções irregulares em áreas de risco, que inclua descrição de alternativas habitacionais seguras, em parceria com os demais entes federativos; e ....."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Que por sinal, Senadora Zenaide, foi muito bem lido e muito bem explicado. Eu quero parabenizar V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Senadora Zenaide, quer usar a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Só para dizer que, diante de eventos naturais extremos, é importante. Por exemplo, isso aqui, quando eu vejo dizer que o município não criou nada, você vê chover 400mm em 48 horas, a gente sabe que não tem município preparado para isso, mas a gente pode, sim, quando aquelas pessoas estiverem numa situação como o Rio Grande do Sul, ter um plano de prevenção para salvar as vidas, locais onde devemos alocar as pessoas, sinais de alerta e evitar...

Eu sei que não é fácil evitar as construções irregulares, porque, muitas vezes, passam por uma questão legal, mas aqui a gente também fala: vamos procurar colocar essas pessoas em locais seguros.

Eu costumo dizer o seguinte: em todos os Poderes, Vanderlan, a função da gente é lutar para que o povo, que é a maioria da população, não seja um detalhe. O povo não pode ser um detalhe. Oitenta e cinco por cento da população, ou 90%, são detalhes? Como foi falado aqui pelo Contarato. Ou seja, se for rico, a lei é diferente. Então, essa é uma luta constante que tem que ser daqui, de todos os Poderes e de nós, legisladores: que a população brasileira, em sua maioria, não seja um detalhe e sim aquilo por que a gente deve lutar.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Alan Rick, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Paulo Paim, Wilder Morais e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 108/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024, que "institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972". A audiência obedece a Plano de Trabalho apresentado pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga, e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23 de abril de 2025. "Esta audiência pública abordará as infrações, as penalidades e os encargos moratórios do IBS, bem como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto." (do Plano de Trabalho). **Participantes:** Sr. Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert); Sr. Vicente Martins Prata Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape); Sra. Ana Claudia Borges de Oliveira, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf); Sra. Susy Gomes Hoffmann, Advogada e Doutora em Direito Tributário; Sra. Zabetta Macarini,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretora-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap); Sra. Anne Karole Silva Fontenelle de Britto, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM); Sr. Francelino Valença, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Auditor Fiscal da Receita Estadual de MG, representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Sr. Fabricio das Neves Dameda, Auditor Fiscal do Município de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP); Sr. Miqueas Liborio de Jesus, Auditor Fiscal do Município de Joinville/SC, representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM); Sr. Mario Sergio Carraro Telles, Diretor adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Sr. Fernando Mombelli, Representante da Receita Federal do Brasil. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização da primeira audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços, sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) e altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); 1.079, de 10 de abril de 1950; e 14.113, de 25 de dezembro de 2020; as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990; 87, de 13 de setembro de 1996; 123, de 14 de dezembro de 2006; e 141, de 13 de janeiro de 2012; e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Conforme o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, esta audiência pública abordará as infrações, as penalidades e os encargos moratórios do IBS, bem como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debate.

Será realizado em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Convido inicialmente para compor a mesa o Sr. Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária; o Sr. Vicente Martins Prata Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape); a Sra. Ana Claudia Borges de Oliveira, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Aconcarf); a Sra. Susy Gomes Hoffmann, Advogada e Doutora em Direito Tributário; e a Sra. Zabetta Macarini, Diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas. Os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Recomendo aos convidados que o tempo assegurado a cada um para fazer a sua exposição seja de dez minutos. Nós temos aqui um grande número de convidados, e peço que procurem cumprir esse tempo que lhes é concedido.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert), para sua exposição.

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado.

Muito boa tarde. Meus cumprimentos ao Senador Mourão, que preside esta audiência pública. Meu cumprimento também aos colegas e às colegas com os quais a gente tem o privilégio de compartilhar esta mesa.

Eu vou abordar, até pelo tempo reduzido, o tema específico do processo administrativo tributário, do contencioso administrativo. Eu acho importante a gente passar inicialmente – seguramente os colegas vão abordar o mesmo tema também, outros colegas – algumas questões conceituais. Eu acho que é importante que se coloquem desde logo.

Eu coloquei aqui na tela, senhores, o que a Emenda 132, de 2023, a emenda que veiculou a reforma tributária sobre o consumo, o que essa emenda contém a respeito do tema do contencioso administrativo. É só o que está destacado em amarelo naquela tela.

Aparentemente, é um texto bastante singelo e pode dar a impressão equivocada de que o tema do contencioso administrativo foi, vamos dizer, subdisciplinado nessa emenda, o que não é verdade. E por isso que eu acho importante, como ponto de partida dessa discussão, nós trabalharmos com alguns conceitos, até de modo a colocar o tema do contencioso administrativo sob uma perspectiva mais adequada ao nosso juízo.

E o primeiro ponto, que é importante ao tratar do tema contencioso, é essa a primeira reflexão: quais são as causas do contencioso tributário? Por que o Brasil é o país do planeta Terra que tem o maior nível de contencioso administrativo, contencioso judicial também em matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária? E a resposta a essa questão já começa a esclarecer a importância da Emenda 132, a importância dessa entrega que o Parlamento brasileiro fez à nação, em 2023, porque a nossa convicção é de que as causas do contencioso não radicam exclusivamente na norma tributária. O contencioso, as causas do contencioso estão no direito material tributário. É aí que é a origem de todo o contencioso que assola o país, em todos os tributos, e não é diferente em relação aos tributos sobre o consumo. Portanto, o contencioso tributário é um espelho do nosso direito material tributário e é também um repositório de todos os problemas que esse direito material tributário apresenta.

A Emenda 132 atacou o cerne dessa discussão. A Emenda 132, o que ela fez em termos de redução de contencioso decorre exatamente da correção dos problemas do direito material tributário atual, que geram esse nível de contencioso que o país experimenta. Eu trouxe aqui alguns exemplos. A regra da não cumulatividade plena... Pessoal, nós vamos eliminar toda a discussão que inunda os órgãos julgadores administrativos e judiciais em relação ao tema: qual o insumo que dá direito a crédito e qual o insumo que não dá direito a crédito.

Eu tive a oportunidade de presidir um órgão julgador administrativo de Minas Gerais. Eu afirmo para os senhores que mais de 70, 80% de tudo que é discutido lá diz respeito a esse flagelo da discussão de qual insumo que dá direito a crédito, qual insumo que não dá direito a crédito em matéria de ICMS, que é o exemplo a que eu estou me referindo. Mas não fica só nisso. Na base ampla de incidência, nós vamos eliminar as discussões, conflitos de competência ICMS/ISS, por exemplo. Isso acaba. O contencioso originado desse problema é eliminado, foi eliminado a partir do advento da Emenda 132. E por aí vão vários outros exemplos. Não há tempo hábil para que a gente explore um por um, mas eu cito aqui o fim da guerra fiscal, que resulta do princípio de destino e da vedação à concessão de benefícios fiscais; a legislação em âmbito nacional. E aí, Senador, eu acho importante ressaltar: tem até um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, porque um dos achados desse estudo é que – entre os respondentes dessa pesquisa, foram vários advogados, servidores, enfim – um dos principais problemas diz respeito exatamente à falta de uniformidade das normas tributárias. Isso gera muito problema, muito contencioso. Esse problema está sendo eliminado, porque teremos uma legislação nacionalmente uniforme. E, obviamente, a maior integração entre as administrações tributárias, que é típica desse modelo, também concorre, obviamente, para a redução do contencioso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, obviamente, nós não estamos querendo aqui diminuir a importância da norma processual administrativa. Ela é importante, é fundamental, é importante que ela esteja alinhada às melhores práticas internacionais, inclusive, mas é importante já destacar algo que, a nosso juízo, não tem tido o devido relevo, Senador: o Brasil hoje tem uma quantidade enorme de normas processuais de regência do contencioso administrativo, diferentes.

Todo município, todo estado, Distrito Federal e a União, todos os entes que dispõem de um órgão julgador administrativo têm a sua própria norma processual, e nenhuma delas é idêntica uma à outra. O Brasil passará a ter apenas duas. A norma processual de regência do IBS, a norma processual de regência da CBS. Nós saímos de centenas ou de milhares para duas. Senhores, isso é uma entrega enorme, algo que o país perseguia há muito tempo e que o Parlamento brasileiro incluiu como mais uma das entregas nessa reforma tributária.

Muito bem, abordando agora bem rapidamente a norma processual em si – não dá para eu, obviamente, nesse tempo, passar por todos os dispositivos –, eu queria só destacar alguns pontos importantes. Toda a norma foi feita a partir de um rol de princípios, que está relacionado no art. 67 do PLP 68, que são os princípios reitores dessa norma processual administrativa, alinhados com o que há de mais moderno no mundo, colhendo as boas práticas, inclusive do Brasil também, né?

Além disso, esse processo vai ser todo em formato eletrônico, a formação, a tramitação e o julgamento, o que é absolutamente aderente a esse modelo tributário novo, que é intensivo em tecnologia. Nós não podemos voltar ao processo em papel, então, tudo foi concebido... E eu faço aqui uma homenagem aos representantes de estados e municípios que fizeram esse esforço para tentar chegar a uma norma única nacional e que estivesse alinhada aos conceitos dessa Emenda 132.

Os prazos processuais são contados em dias úteis, há uma interrupção de 20 de dezembro a 20 de janeiro, em linha, inclusive, neste ponto, com o processo civil, há essa previsão também no CPC.

Há uma preocupação muito grande em explicitar todos os casos de nulidade dos atos processuais e do processo, de modo a conferir previsibilidade e segurança jurídica. Esses casos estão todos arrolados no art. 78. E também, com o foco de prover maior segurança jurídica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR – Boa tarde! Tudo bem, Senador?

Com o foco de prover, portanto, também segurança jurídica, esse PLP incorpora o dever de observância dos provimentos vinculantes, as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, as decisões em controle concentrado de constitucionalidade, as decisões sujeitas à sistemática de repercussão geral e... Faltou-me a palavra agora. Enfim, com esse conjunto todo, o objetivo é exatamente prover previsibilidade e segurança jurídica.

Além disso, há quatro figuras recursais que estão previstas nessa norma processual. A ideia aqui é exatamente assegurar ao contribuinte que está litigando em via administrativa os instrumentos processuais para que ele possa, inclusive, se socorrer de uma segunda e até uma terceira instância. É até interessante pontuar: não há nenhuma previsão absolutamente de necessidade de depósito de caução ou de depósito em garantia para acionamento das instâncias recursais. O PLP não contém nenhuma previsão nesse sentido. E essas figuras recursais, a nosso juízo, estão bem dimensionadas para cobrir todas as possibilidades.

Há também a previsão de um incidente de uniformização. A ideia, inclusive, é de já assegurar súmulas em relação a decisões repetitivas, de modo até a aliviar a terceira instância; a lógica do incidente de uniformização é essa.

Há uma arquitetura institucional, que foi composta de três instâncias de julgamento, a primeira instância com representantes do Fisco, e a segunda e terceira, a instância recursal e a instância de uniformização, essas, sim, com participação de representantes do Fisco e dos contribuintes. E é interessante até pontuar: esta arquitetura, a nosso juízo, foi bem dimensionada. Embora se possa calcular que, eventualmente, nós teremos 300 ou 400 ou até 700 pessoas envolvidas no trato do contencioso administrativo, este número é muito menor – para ser exato, é aproximadamente 300 vezes menor – do que o padrão do Brasil hoje, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Esse estudo a que eu me referi, esse diagnóstico que foi feito pelo BID, identificou um padrão de 0,84 julgador por milhão de habitantes hoje no Brasil. Tem local, como a Prefeitura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belo Horizonte, que tem 14 julgadores por milhão, mas o padrão do Brasil é 0,84. O que está aqui é 0,002, ou seja, 400 vezes menor que o padrão do Brasil hoje. Então, é um contencioso que foi... Embora eventualmente se possa assustar com esse número, mas ele está substituindo o contencioso de todos os estados e todos os municípios.

Muito bem, é até uma observação rapidinha, eu pretendo não exceder o meu tempo, mas foi aprovado, aqui nesta Casa, em dezembro do ano passado, o PLP 124, de 2022, que entre outras matérias, também trata do processo administrativo. E há uma grande convergência entre o PLP 108 e o PLP 124, de 2022, aprovado nesta Casa. Uma grande convergência. E eu diria, em alguns pontos, que o PLP 108 até avança mais do que o PLP 124. Vou exemplificar para os senhores.

No PLP 124, está prevista uma possibilidade de uma segunda instância recursal só para os entes que dispõem de população com mais de 100 mil habitantes. Este duplo grau de jurisdição no 108 está garantido para todo e qualquer ente, todo e qualquer cidadão, não interessa em que município esteja. Esta garantia já está dada no 108 e, portanto, vai até além do que está no PLP 124.

De igual modo, a própria existência de uma instância de uniformização, uma instância que visa prover esse padrão de decisões, no PLP 124 ela é uma possibilidade. Para os estados que detêm e os entes que têm essa terceira instância, tem a figura do recurso lá chamado recurso especial, aqui recurso de uniformização; mas o PLP 108 tem uma garantia assegurada a todo o país, qualquer que seja o município ou o estado, e está à disposição dos contribuintes e da sociedade, e também da própria administração tributária, uma instância de uniformização das decisões dos órgãos julgadores.

Eu quero só encerrar, tentando me manter dentro do limite de tempo, destacando algumas questões que eu acho que são fundamentais quando se discute contencioso administrativo. É importante a gente saber diferenciar o contencioso administrativo do judicial. O administrativo não é um judicial de segunda classe. Os objetivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR – ... e os fundamentos são completamente diferentes, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se busca, no contencioso administrativo, é fazer o batimento entre o lançamento e a legislação. O lançamento está de acordo com a legislação? Este é o papel do contencioso administrativo, não é? Ele é um órgão julgador administrativo, embora tenha a participação de representantes da sociedade e isso enriquece, qualifica essas decisões, mas o órgão é administrativo, ele integra a administração pública. O fundamento constitucional dele não está no direito de ação, está no direito de petição aos Poderes públicos, e é por isso que qualquer pessoa, mesmo sem advogado, tem direito de peticionar aos Poderes públicos. Pode acionar o contencioso administrativo, mesmo que não possa pagar um advogado e não tenha uma defesa técnica.

Então, há diferenças sensíveis, né? E a nosso juízo, esse contencioso administrativo, tal como concebido, é muito mais democrático, muito mais aberto a quem não pode se socorrer de uma defesa técnica. Então, é importante que a gente faça esse discriminado até para que a gente não tente reproduzir, no contencioso administrativo, tudo o que vale no judicial, porque são lógicas conceituais e constitucionais diferentes.

Obviamente, o respeito – e eu encerro aí para manter o meu tempo... Obviamente, o chamado ciclo das garantias processuais constitucionais é o que iguala o contencioso administrativo ao judicial: o respeito ao devido processo legal, ao contraditório, à ampla defesa. E aí, dois princípios muito importantes, razoável duração do processo e celeridade, estão no art. 5º da Constituição e são comandos também para o contencioso administrativo.

É por isso que é importante aqui a gente refletir sobre algumas propostas, por exemplo, de triplicação dos prazos de apresentação de impugnação. Este estudo do BID, um dos achados deste estudo é exatamente a conclusão feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo instituto brasileiro de Jurimetria de que prazos excessivos acabam estimulando o não recolhimento. Exatamente. E também, inclusive, algumas práticas de esvaziamento patrimonial. Essa não é... O comando constitucional é exatamente no sentido de buscar maior celeridade. Os prazos processuais que estão no PLP 108 são próximos aos que estão no 124, com alguma diferença.

Eu encerro só pontuando: há uma proposta de prazo de até 60 dias úteis, se não me engano, para impugnação. Só para que os senhores tenham uma ideia, o cenário atual, também levantado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em todos os entes da Federação, estados, municípios e União, que foram pesquisados, esse prazo é de 30 dias corridos. No PLP está 20 dias úteis, que é aproximadamente correspondente aos 30 dias corridos. Então, em todos os entes do Brasil, desde sempre, 30 dias corridos, com exceção do Município de Fortaleza, que são 15 dias corridos. Então, esse PLP tentou, neste ponto, manter um padrão, já incorporado inclusive ao costume nacional, mantendo, portanto, prazos próximos aos prazos que vigoram atualmente ou que vigoram já há muitos anos.

De todo modo, é importante reafirmar a observância e o estrito cumprimento ao que a Constituição determina em matéria de processo administrativo, que são esses princípios que estão aí destacados, exatamente porque a compreensão do grupo que originalmente elaborou, na época do PAT-RTC, essa norma é exatamente a de que esse direito processual administrativo não é só mais um instrumento adjetivo, um instrumento serviente, é garantia, é fundamento, é suporte do próprio direito material, é assim que ele foi concebido e que, a nosso juízo, permeia o texto do PLP 108.

Eu agradeço, Senador Mourão.

Peço desculpas se excedi alguns minutos, mas é que o tema é muito grande, por mais que a gente fale rápido, eventualmente passa um pouquinho.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente Mourão, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Prossiga, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu, primeiramente, queria agradecer a V. Exa. por estar presidindo em meu lugar esta audiência pública.

Em segundo lugar, eu quero cumprimentar todos os convidados, ao Manoel Moura Júnior, à Dra. Suzy Gomes Hoffmann, à Dra. Ana Claudia de Oliveira, ao Dr. Vicente Martins Braga, é até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o meu xará, e à Dra. Zabetta Macarini, pela presença e pela participação nesta importante audiência pública.

Quero dar uma satisfação a todos os que nos assistem pelo cancelamento das duas audiências públicas anteriores, mas eu passei duas semanas num processo muito difícil do falecimento do meu pai. Agora, no último sábado, foi a missa de sétimo dia do falecimento do meu pai e eu já estou aqui no Senado cumprindo as minhas funções.

Lamentavelmente, eu peço também escusas por não participar da audiência pública de hoje, presidindo, mas sendo competentemente substituído – e aqui eu quero agradecer ao Senador Hamilton Mourão pelo carinho, pela atenção, em poder me substituir –, pelo fato de eu também ser Líder do MDB no Senado e nós estarmos diante de uma matéria que está sendo tratada, talvez, para ser votada no dia de amanhã no Plenário, que é a que trata da questão de licenciamento ambiental neste país e que talvez seja um dos maiores gargalos que nós temos hoje neste país para que, possamos, destravar algumas obras extremamente importantes para a economia brasileira, para a geração de emprego, renda e desenvolvimento.

Mas eu quero agradecer, e fiz questão de vir aqui agradecer aos convidados.

Toda a nossa equipe técnica está aqui acompanhando a audiência pública. Quero mais uma vez pedir desculpas pela minha ausência durante essas duas semanas aqui no Senado, e vim pessoalmente agradecer ao eminente Senador e querido amigo General Hamilton Mourão pela Presidência da Comissão no dia de hoje, me colocando, inclusive, à disposição dos senhores convidados para posterior diálogo, se for o caso, em audiências no gabinete.

Eu vou pedir licença, porque eu vou ter que me ausentar, eu tenho que ir para uma reunião com o Ministro-Chefe da Casa Civil para tratar dessa questão do licenciamento ambiental. Mas quero agradecer e dizer que este é um projeto extremamente importante, que conclui uma reforma esperada por muitos anos no Brasil. E nós estamos nesta fase tratando exatamente da questão administrativa, como foi tratado pelo Dr. Manoel Júnior, e tratando também sobre a questão jurisdicional, que vai ser uma questão importante; a questão federativa, da qual nós vamos tratar também, em audiências públicas subsequentes; e a questão do ITBI e do ITCMD, que são dois impostos importantes e que também fazem parte do PLP 108.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço, Senador Hamilton Mourão – muito obrigado pela sua disposição e participação nesta audiência pública –, pedindo mais uma vez escusas aos senhores convidados.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Muito me honra substituir V. Exa.; não sei se à altura, mas vou tentar aqui dar prosseguimento.

Cumprimento o nosso Deputado Luiz Carlos Hauly, um dos gigantes nessa luta por um novo sistema tributário do Brasil.

Obrigado, Sr. Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, pela sua exposição.

Eu passo a palavra ao Sr. Vicente Martins Prata Braga, por dez minutos – alguma coisinha a mais, se for necessário, mas, por favor, seja objetivo, Dr. Vicente; por favor.

Com a palavra o senhor.

O SR. VICENTE MARTINS PRATA BRAGA (Para expor.) – Obrigado, Senador Mourão, Presidente em exercício desta Comissão tão importante aqui do Senado Federal.

Senador Eduardo Braga, Relator do PLP 108, meus sentimentos pela partida do seu pai. Tenho certeza de que V. Exa. vem cumprindo muito bem essa missão.

O Deputado Hauly é uma das pessoas aqui que há muito tempo luta para esse projeto sair do papel, para a reforma tributária sair do papel.

Há mais de 30 anos, ambas as Casas discutem a reforma tributária. E, nesta legislatura, este Congresso Nacional está tendo uma oportunidade ímpar de inovar, de trazer uma reforma tributária de que o país tanto precisa, uma reforma tributária justa, não apenas no âmbito da visão dos entes federados, mas também dos contribuintes, que são aqueles que realmente mais necessitam de uma legislação tributária mais enxuta, de uma reforma numa justiça fiscal, de uma justiça fiscal mais distributiva, mais equânime.

E que isso não fique apenas no consumo, que a gente possa avançar para os demais pontos. Reforma tributária sobre a renda também é muito importante, mas neste momento a reforma tributária sobre o consumo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos trazer aqui alguns pontos no que diz respeito ao pacto federativo, no que diz respeito à participação dos estados e municípios. Antes tínhamos tributos que tinham competência única, competência singular. Estados tinham os seus – IPVA, ICMS, ITCMD –, a União tinha os seus – IPI, IRPJ, IRPF e vários outros –, e o município tinha o seu – no que diz respeito ao consumo, tinha o ISS. Agora, não: a União vai passar os seus tributos que incidiam sobre relações de consumo... isso vai passar a ser único, unificado, com a criação da CBS, e teremos agora, no âmbito dos estados e municípios, a unificação de dois tributos, que será o IBS. Mas será – como muito bem-dito já na Câmara dos Deputados, quando tivemos a oportunidade de debater – a criação do IVA dual uma figura praticamente única no mundo. Podemos pegar algum exemplo no Canadá, mas nada perto da nossa realidade.

A partir do momento em que a gente fala de um tributo que vai ser da competência de dois entes federados, nós teremos que discutir diversos assuntos. Como é que será a repartição da própria receita? Como é que será a repartição da competência para cobrar o tributo? – a capacidade de tributar em tal juízo.

Conseguimos agora a criação do Comitê Gestor, que, no primeiro passo dado, na sua primeira missão, que é a indicação dos seus representantes, já está entrando em conflito. Os estados indicaram os seus, seus 27, juntamente com o Distrito Federal, e os municípios estão batendo cabeça sem conseguir indicar. Nós viemos num pacto cooperativo na federação: os estados e os municípios querendo atuar juntos na criação de um tributo e na sua regulamentação, e depois na sua cobrança. Se na fase inicial já estamos tendo todo esse problema, o que imaginar mais na frente? Se não conseguem entrar em consenso os entes municipais, para saber quem vai indicar quem para um comitê tão importante, que é aquele que vai gerir o IBS, eu já fico preocupado com os próximos passos.

Então esses, Senador Mourão, são alguns pontos que a gente quer trazer para evitar questionamentos judiciais. Muito se fala que a reforma tributária ora apresentada vai trazer um uma carga de processos gigante para o Judiciário, no que diz respeito às inovações que ela está trazendo. Essas audiências públicas são importantes para que a gente possa minimizar esses impactos no Judiciário; essas audiências públicas são importantes para que a gente possa debater a melhor reforma tributária, mas não apenas no campo de visão do contribuinte, mas também no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo de visão dos estados, naquilo que, para o contribuinte, não interessa, mas para os estados muito importa.

Nós temos que, no art. 132 da Constituição Federal, compete à advocacia pública estadual, no caso às procuradoras de estado, fazer a devida representação judicial e consultoria jurídica do ente estatal. Não compete a mais ninguém. O Supremo já decidiu de diversas formas, em diversas ADIs ajuizadas pela nossa entidade nacional, que essa atribuição é exclusiva dos procuradores e procuradoras de estado do nosso país. A partir do momento que, no Comitê Gestor, temos trabalhos que dizem respeito às atribuições de procuradores, no caso consultoria jurídica, e até mesmo representação judicial correndo o risco de serem usurpados, isso nos causa preocupação, porque isso no futuro vai trazer demandas sendo judicializadas, mas não apenas pelas entidades de classe ou pelos entes federados, mas demandas sendo ajuizadas pelo contribuinte, porque vai vendo a Constituição sendo desrespeitada, por mais que o art. 132 tenha estabelecido alguns ditames. A Constituição, a Emenda Constitucional 132, estabeleceu alguns ditames, mas está tendo um claro desrespeito ao art. 132 da Constituição.

O Dr. Manoel, a gente teve a oportunidade de fazer parte do GT das Procuradorias, no que diz respeito à reforma tributária, e lá a gente teve a oportunidade de debater junto com a Procuradora da Fazenda Nacional Dra. Anne Karole, que é Presidente da Associação dos Procuradores Municipais, e com diversas outras entidades termos importantes para essa reforma. A partir do momento em que tem no contencioso administrativo, Dr. Manoel, o risco de ser feita a defesa judicial do ente federado ou a representação judicial do ente... A representação perante o contencioso administrativo, sendo feita por pessoas alheias ao quadro de procuradores de estado, procuradores de município, nós corremos um grande risco. O processo de formação do crédito tributário é um processo complexo, não se faz num simples ato. Você tem um fato gerador, você vê um lançamento, depois você pode vir à defesa do ato, à defesa pelo contribuinte, não concordando com aquele lançamento, e após todos esses trâmites, você vai ter a finalização, que pode desencadear nas diversas turmas que hoje estão no contexto administrativo, seja estadual, municipal ou federal, que agora será no contencioso administrativo, que será no âmbito do IBS, que ficará no Comitê Gestor. Então, a preocupação, já existe hoje, Dr. Manoel, porque essa defesa é feita nos estados, nos municípios e no âmbito do Carf pelos procuradores que representam, que competem fazer a defesa judicial do ente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do momento que essa representação judicial, essa representação administrativa puder ser feita por pessoas alheias ao quadro, você tem uma fragilização de todo o sistema de justiça, você tem uma fragilização do que diz respeito ao art. 132 da Constituição, o 131 também, e essa é a preocupação que nós estamos trazendo, apenas um ponto.

Podemos falar também do fórum de uniformização de jurisprudência administrativa, com a melhor participação também da advocacia pública, que é aquela que deve fazer a interpretação judicial. A uniformização de jurisprudência deve ser feita de acordo com o que os tribunais vêm decidindo. Esse é tema novo, a gente não sabe o que vai ser decidido ainda, o que vai ser judicializado, aqueles pontos que serão os nós que deverão ser desatados ao longo da criação dos diversos comitês, fóruns e comissões, que farão parte do Comitê Gestor. Mas, a partir do momento que se permite a formação de precedentes administrativos em órgãos, em fóruns do Comitê Gestor, sem a participação daqueles que devem ter responsabilidade de fazer a defesa judicial do ente perante o Poder Judiciário, você acaba correndo o risco de ter interpretações que não condizem com a realidade ou que não são as melhores interpretações jurídicas para aquele caso concreto.

Então, seriam esses pontos que a gente quer trazer, Senador Mourão, para que a gente possa fazer esse bom debate. Nós temos projetos, temos artigos que a gente tem interesse em dialogar com o Senador Eduardo Braga, tem interesse em dialogar com o Senado Federal para mostrar a importância dessa evolução, para evitar o que já está acontecendo, para evitar a judicialização exacerbada desses casos, desses pontos que a reforma tributária busca inovar.

Então, são esses pontos que eu quero trazer a esta Comissão, esta audiência pública, para que a gente possa, sim, aprimorar e evoluir ainda mais o debate. A Anape está sempre à disposição do Senado Federal, ainda mais no que diz respeito à reforma tributária, para que a gente possa, sim, entregar uma reforma tributária justa. Judicializada ela vai ser, não tenham dúvida disso, em alguns pontos, porque ninguém vai conseguir fugir disso, mas que ela consiga ter a melhor participação de todos os integrantes do nosso Estado. Quando eu digo Estado, é Estado no sentido amplo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTE MARTINS PRATA BRAGA – Que a gente possa ter municípios, estados, União, contribuintes, todos de mãos dadas, buscando construir a melhor reforma tributária para aqueles que mais precisam, que é a sociedade brasileira como um todo, que é o consumidor que está lá na ponta, que é o que sofre o impacto, e aquele que, infelizmente, não vê esse impacto retornar em forma de políticas públicas.

Então, esse é o nosso papel de trazer a esta Casa uma possibilidade de a gente melhorar o PLP, que já está tão bem desenhado, mas tem pontos que merecem ser evoluídos.

Muito obrigado, Senador Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Dr. Vicente Martins Prata Braga.

Passo, de imediato, a palavra à Dra. Ana Claudia Borges de Oliveira, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf). A senhora tem até dez minutos.

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Hamilton Mourão, Deputado Hauly. Obrigada a todo mundo que está aqui assistindo.

Eu fico feliz de poder, hoje, estar sendo escutada aqui como uma voz do Carf. É um órgão muito importante dentro do nosso sistema tributário e pouco ouvido aqui, dentro desta Casa. E, quando ele é escutado, é escutado com um certo preconceito. Eu acho que algumas barreiras precisam ser quebradas.

O meu ponto aqui vai ser bem conciso. Hoje, eu vou tratar só da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Comitê Gestor. (*Pausa.*)

Bom, o PLP 108, todo mundo já sabe, traz essa figura do Comitê Gestor e ele faz questão de esclarecer: o Comitê Gestor é um órgão *sui generis*, ele é novo. Ele não tem vinculação, tutela ou subordinação a nenhum outro órgão da administração pública. Isso é legal de um lado, mas pode ser muito grave do outro lado. Ele vai ter sede e foro no Distrito Federal, independência técnica, administrativa, financeira e orçamentária. Eu destaco ali o orçamentário e o financeiro porque vou falar justamente da função julgadora do órgão. Um órgão que tem função julgadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, ao mesmo tempo, tem uma independência orçamentária e financeira, e todo o produto da arrecadação do IBS é dele. Parece até uma certa falta de imparcialidade dentro dessa disposição legal.

Então, o Comitê Gestor vai fazer o quê? Ele vai gerir a competência compartilhada do IBS; até aí está tudo bem. Dentro da competência administrativa, o PLP 108 fala: "Olha, a gente vai ter um regulamento para uniformizar a interpretação da lei". Perfeito! A gente precisa disso, a gente precisa de um órgão que traga uma uniformização na interpretação e na aplicação. E eu vou falar da arrecadação, das compensações, das retenções e da distribuição do produto da arrecadação. Isso aí é mais do que o esperado. Afinal, o IBS vai tratar de várias competências. Ele tem uma competência compartilhada e precisa de uma centralização administrativa para tratar da distribuição da arrecadação, o produto do IBS.

E aí, ali no terceiro inciso, fala em decidir o contencioso. Esse é meu grande ponto de crítica, porque eu me pergunto e pergunto para vocês: o que é o contencioso? Eu abri praticamente todos os livros de doutrina que temos e esse termo "contencioso" está sendo usado de forma bem errada. Eu desafio qualquer um a procurar a semântica do que quer dizer o contencioso e me dar um significado diferente. Contencioso é conjunto de regras, contencioso não é tribunal, contencioso não é processo. Se estou falando em decidir o contencioso, estou falando em trazer decisões sobre o conjunto das regras. Eu não estou falando em decidir processo, eu não estou falando em ter um tribunal administrativo. Eu não tenho uma validade constitucional para instituir um tribunal administrativo dentro do Comitê Gestor.

Então, trazendo esse conjunto de normas, o que a Constituição me dá como competência é que eu tenho decisão sobre as normas e que é aquela competência administrativa de fazer o regulamento, a aplicação das normas, a interpretação. A Constituição não me dá qualquer competência para julgar processo administrativo dentro do Comitê Gestor. Qualquer decisão, qualquer tipo de tribunal, é inconstitucional por falta de amparo constitucional, a não ser que venha uma nova emenda constitucional. Enquanto não vier essa nova emenda, ele não tem onde ter uma base constitucional.

Então, o art. 7º do PLP parece estar de acordo com meu entendimento e longe do entendimento de quem acha que ali tem um tribunal administrativo. O art. 7º do PLP fala quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são os órgãos que compõem o Comitê Gestor, e eu coloquei ali exatamente do jeito que ele está: conselho superior, diretoria executiva e diretorias, secretaria-geral, assessoria de relações institucionais, corregedoria e auditoria. Alguém leu o tribunal ali dentro? Eu fico achando que eu sou cega porque eu já li esse artigo várias vezes e continuo sem achar o tribunal.

Se o tribunal não existe, de onde ele surge? (*Pausa.*)

Eu continuo procurando o tribunal. É bom que a gente ficou com mais um tempo para procurar o tribunal ali dentro.

Eu não achei o tribunal, esse órgão não existe. Se alguém achou o tribunal administrativo do IBS, me avise, ou então faça uma emenda para piorar o PLP 108. Ele já não está muito bom, mas tem como piorar, é claro. Fica também a dica para quem quiser piorar um pouco o projeto de lei.

Então, o tribunal não existe; esse órgão não existe. E está lá, no art. 7º do PLP 108, a inexistência de um tribunal administrativo dentro do Comitê Gestor. Exatamente como eu disse: decidir o contencioso não é ter um tribunal administrativo.

O Comitê Gestor do IBS tem um primo, tá? Apesar de ele ser *sui generis*, de todo mundo achar que ele é novo, ele tem um primo que existe e funciona. É o Comitê Gestor do Simples Nacional, que foi instituído pela Lei Complementar 123.

O Simples Nacional funciona no Brasil. Ele é um sistema que ganha mais elogios do que críticas, e o Comitê Gestor do Simples Nacional tem um papel bem parecido com o papel do Comitê Gestor do IBS, que é fazer justamente a gerência dessa competência compartilhada. O Simples também agrega competências compartilhadas dentro dele, e o Comitê Gestor do Simples também vai gerir o produto da arrecadação. Eu preciso distribuir o produto da arrecadação, assim como preciso distribuir o produto da arrecadação do IBS. Então, ele faz isso. O que o Comitê Gestor do Simples não faz é julgamento de processo, assim como não deve ter julgamento de processo dentro do Comitê Gestor do IBS.

E a pergunta é: quem julga os processos do Simples? Quem julga o processo do Simples é o Carf. Eu sou julgadora do Carf, eu já fui da Segunda Seção do Carf, hoje eu sou da Primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seção do Carf. Eu já tive competência para julgar os lançamentos decorrentes de exclusão do Simples, e hoje tenho competência para julgar os processos de exclusão do Simples.

Apesar de o Simples ter competência compartilhada e incluir nele tributos estaduais e municipais, em nada fere a competência do Carf para julgamento, apesar de ser um órgão administrativo federal.

O Carf, então, é esse tribunal administrativo federal, ele faz parte da União, e não existe hoje qualquer óbice dentro da Constituição para que o Carf julgue tributo estadual e municipal.

A Constituição Federal só trata de duas competências no que diz respeito aqui ao ponto que eu estou trazendo: lá no art. 109, a Constituição Federal vai trazer a competência da Justiça Federal, dizendo que a Justiça Federal tem competência para julgar processos que sejam de interesse da União. Fora isso, a Constituição vai trazer, a partir do art. 145, a competência tributária. E competência tributária é aquela competência para instituir tributo.

Não existe na Constituição qualquer regra de competência administrativa para julgamento de processo. Não existe na Constituição qualquer regra que vede um órgão federal de julgar tributo estadual e municipal. Tanto assim é que o Carf julga o Simples, e o Carf já teve competência para julgar tributos estaduais e municipais que fossem de competência da União dentro dos territórios. Hoje a gente não tem território no Brasil, mas, caso venham a ser inseridos territórios, essa competência de julgamento estadual e municipal viria para dentro do Carf. Não tem nenhum óbice constitucional para que eu julgasse no Carf, por exemplo, um IPVA – não teria problema nenhum, nenhum óbice teria –, e não tem nenhuma lei hoje fazendo essa vedação.

Eu também não tenho hoje qualquer impedimento para que o Carf tenha uma descentralização geográfica. O Carf já teve previsão para que ele existisse no DF e nas outras capitais. Na época em que ele foi previsto, o DF era o Rio de Janeiro; ele foi instalado inicialmente no Rio de Janeiro, e só depois ele veio para Brasília.

Hoje, eu posso ter o Carf, sim, descentralizado geograficamente e eu posso ter um aproveitamento da estrutura dos tribunais administrativos que já existem no âmbito dos estados.

Eu respeito muita fala do Dr. Manoel, mas, quando ele diz que a gente tem proximidade de regras, a gente não tem as mesmas regras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando o Constituinte fez o nosso IVA dividido em duas perninhas, chamando uma de IBS e outra de CBS, o Constituinte só tinha um problema: o produto da arrecadação. O produto da arrecadação não é um problema de órgãos administrativos federais de julgamento. Isso é um problema de um Comitê Gestor, sim, mas não de um órgão que vai julgar processo administrativo.

Se eu tenho prazos próximos – 30 dias, 20 dias –, pode ser parecido, Dr. Manoel, mas não é a mesma coisa. São prazos diferentes, são regras diferentes, e mais ou menos parecido não serve.

A gente tem, sim, o contencioso administrativo, que é gravíssimo; a gente tem vários estudos que apontam que hoje o nosso contencioso tributário é equivalente a 75% do PIB brasileiro. Os países da OCDE giram em torno de 0,28% a 0,36% do PIB do país – o nosso é 75%. A OCDE já avisou para o Brasil que o Brasil não faz parte da OCDE enquanto tiver esse contencioso tributário.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA – O PLP 108 em nada beneficia o nosso sistema.

Então, eu agradeço.

Muito obrigada, Senador Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Dra. Ana Claudia, pela objetividade da sua exposição.

Senador Vanderlan Cardoso, V. Exa. deseja assumir a Presidência dos trabalhos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador.

Então, passo agora a palavra à Dra. Susy Gomes Hoffmann, Advogada e Doutora em Direito Tributário, para a sua exposição, em até dez minutos.

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Senador Hamilton Mourão, que preside esta audiência pública. Cumprimento a todas as pessoas presentes.

O meu tema também será o desenho do contencioso administrativo. Eu fui Vice-Presidente do Carf, de 2009 a 2014, fui Conselheira do Carf, mas ouso aqui discordar da minha colega Ana Claudia.

Não entendo que o tribunal deve ser o Carf. Vejo que a Constituição, pela Emenda Constitucional 132, deu duas opções ao legislador complementar.

Eu, como cidadã, preferiria que houvesse um único tribunal, mas não há uma inconstitucionalidade em haver dois tribunais. E, na minha leitura, pode não estar expresso, pode não ter sido a melhor gramática ou a melhor semântica, mas a emenda constitucional deu, sim, essa atribuição para o Comitê Gestor, para poder julgar os processos administrativos.

A Emenda Constitucional 132 fala, traz esse IVA dual. Quando ela traz o IVA dual, a gente tem uma discussão sobre o federalismo: será que estados e municípios continuam com autonomia? Essa autonomia estaria onde? Nas diferenças entre o IBS e a CBS? Ou será que essa autonomia vai estar na força de um Comitê Gestor que conseguirá aparar as arestas, como já colocado pelo doutor, e conseguirá trazer um consenso?

O PLP 108, senhores, não me agrada. Eu acho que tem muitos problemas, mas foi o consenso: pela primeira vez, sentaram representantes dos estados e municípios e conseguiram produzir um projeto de lei. Talvez ele não seja o melhor, mas ele foi o possível. E cabe a nós, aqui nessas audiências públicas – vou fazer um pouco diferente do meu amigo Manoel, que só elogiou –, trazer algumas críticas.

O federalismo brasileiro não é o dual, nós não temos uma autonomia dos entes, ele é cooperativo. Então, não haverá um problema se, em algum momento do futuro, essas Casas, o Congresso Nacional decidir que haverá um tribunal único para desenhar o contencioso administrativo, porque a gente já tem, hoje, sistemas integrados que fazem parte do federalismo cooperativo, como um grande exemplo o SUS – a gente poderia trazer outros, mas o SUS já é um grande exemplo. A gente poderia ter um sistema integrado de órgãos julgadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 149-C criou os dois tributos falando que eles têm que ser iguais. E, materialmente, eles são tributos iguais. Eu sou da escola do Paulo de Barros Carvalho, da regra-matriz de incidência. Se a gente olhar critério material, critério espacial e critério temporal – aqui está até citado o PLP, não fiz aqui a adequação –, não muda nada. Nós temos os mesmos elementos na hipótese tanto do IBS quanto da CBS. "Ah, mas para a CBS não importa que município vai fazer parte", mas o fato gerador do IBS e da CBS vão acontecer no mesmo local. O que muda é o critério pessoal, sujeito ativo, e alíquota. A alíquota é tão irrelevante que não vai estar nem no regulamento. Então, não vai alterar aqui o critério material.

Esta Casa, o Senado, quando elaborou a Emenda Constitucional 132, acrescentou os §§6º, 7º e 8º, para permitir o quê? Uma integração entre Comitê Gestor e administração tributária fazendária, e é isso que a gente quer.

Agora, se a gente criou um IVA dual, será que a gente precisa ter fiscalizações separadas, julgamento separado? Ou será que a gente deveria pensar em criar um caminho para o consenso? O que eu venho aqui trazer é: vamos tentar o caminho do consenso?

Na Lei Complementar 214, a gente até tentou trazer, e houve uma emenda pelo Senador Sergio Moro, para que os arts. 326 e 327 não falassem que o contencioso poderia ser integrado à fiscalização para pequeno valor, e acabou não passando; mas nada impede que o 108 não faça essas alterações.

Parece-me que tem algumas questões no 108 que vão impedir que, num futuro recente, haja uma unificação dos tribunais administrativos. Quais são elas?

A primeira é que os julgadores pertencerão, vamos dizer assim, ao Comitê Gestor, e não aos estados. Eles serão cedidos ao Comitê Gestor, que irá pagar os seus vencimentos. E o Comitê Gestor, por meio do seu Conselho Superior, vai decidir a remuneração. Então, todos os julgadores receberão pelo Comitê Gestor, não poderá ser um valor pequeno. Vamos dizer que eu sou – minha família toda é do interior de São Paulo, de Nova Odessa – julgadora de Nova Odessa, e ganho R$5 mil por mês, e sou chamada para ser julgadora do tribunal administrativo do IBS, e, do meu lado, tem o Manoel, que é de Belo Horizonte, e ganha R$30 mil por mês, e eu, R$5 mil. Nós dois vamos julgar. O Comitê Gestor não poderá diminuir o salário dele. Todos nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganhar de uma forma igual, e isso está previsto no PL 108. Então, isso já é um primeiro problema que eu vou colocar para os senhores.

Os arts. 51 e seguintes vão tratar das multas. Então, no 149-C da Constituição, tem duas coisas que não estão lá e que podem ser diferentes: as multas e o processo administrativo – é isso que a gente vê diferente no PLP 108. As multas estão muito diferentes. Então, isso já dificulta essa unificação.

O art. 54, para mim, tem que ser excluído. Por quê? Ele prevê que a multa vai ficar para o ente que arrecadou. Então, se São Paulo fiscaliza a empresa que vendeu para Goiás, quem é o ente que receberia? Goiás. E, se São Paulo coloca as multas, quem vai receber essa multa é São Paulo, não será Goiás. Nós estamos estimulando a indústria das multas. Desculpem-me todas as boas intenções de quem fez isso. E, mais do que isso, nesse desenho, só poderá julgar esse lançamento feito por São Paulo a câmara que estiver no Estado de São Paulo. Goiás, que é a dona do destino do dinheiro arrecadado do IBS, não pode falar nada. Então, tem alguma coisa errada nesse desenho.

Eu quero passar rapidamente, porque eu já vi que tenho três minutinhos.

Nesse desenho, o Manoel viu o lado cheio do copo, e eu vou mostrar aqui o lado mais vazio do copo.

Nesse desenho do tribunal, vai ter uma câmara em cada estado. Uma câmara em primeira instância e uma câmara em segunda instância. A de primeira instância com cinco jogadores, a de segunda instância com nove jogadores. Fazendo uma conta aqui, esse tribunal começa com 387 jogadores. O Manoel comparou com o passado; eu quero comparar com o futuro e também com o presente. Nós começamos com 387 jogadores, se tiver uma turma por câmara. Se forem duas turmas por câmara, a gente vai ter um tribunal de 774 jogadores. Os senhores querem ver como isso é um valor absurdo?

Ontem eu entrei no *site* do CNJ – quem quiser olhar lá, Justiça em Números – e peguei o número de magistrados de todo o tribunal, magistrados de primeira e segunda instâncias. O Tribunal de Justiça de um estado julga todas as causas cíveis, criminais, empresariais, infância e juventude e varas de família. Se nós começarmos o tribunal do IBS com 387 jogadores, ele já é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior do que do que 16 tribunais de Justiça do Brasil. Então, vejam só: nós vamos pagar R$30 mil – vamos dizer que esse é o teto – para quase 400 jogadores para julgar um tributo que vai ter pouquíssimo contencioso, porque é isso que se promete. Se forem duas turmas por câmara, esse tribunal começa maior do que 22 tribunais de Justiça. Só ganham do tribunal do IBS São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Vamos pensar que o STJ recebeu, no ano passado, 500 mil processos e ele tem 33 Ministros. Nós queremos que o nosso dinheiro vá para o tribunal do IBS?

Vamos comparar com o que deve ser comparado, e não com o passado maluco do Brasil, da complexidade. Se a gente comparar com o Carf, hoje o Carf tem em média 220 julgadores. A segunda instância, pelo PLP 108, vai ter 243 julgadores – só a segunda instância – para julgar o IBS, e o Carf hoje julga mais do que dez tributos altamente complexos.

Então, meu querido Manoel, eu, mostrando esses números, vou colocar para todos os senhores que, sim, esse tribunal está com um número excessivo de julgadores.

A gente tem um problema também, que eu sei que a Zabetta vai falar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN – Posso falar mais um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Fique tranquila, não vou cortar sua palavra.

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN – Obrigada!

Nós temos um problema do rito, sim. Nós temos o PLP 124, que já passou por esta Casa; o 2.483, que está passando por esta Casa. Por que nós vamos ter um rito para o processo da CBS e outro para o IBS? Vamos escolher um rito único. Para quê? Para que um dia esses dois tributos possam ser julgados por um mesmo tribunal, porque hoje nós temos um rito para a CBS, que é o Decreto 70.235, e um rito para o IBS, que está aqui trazendo causas de nulidade, prazos diferentes – não chama de embargos de declaração, chama de pedido de retificação.

Tem um problema seríssimo: o contribuinte da CBS pode ir para o Carf discutindo o crédito. O contribuinte do IBS, que teve o mesmo fato gerador, se ele tiver crédito do IBS, não tem onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir, porque o PLP 108 não fez a previsão da discussão dos pedidos de ressarcimento e de restituição.

O julgador do Carf pode afastar a ilegalidade dos atos infralegais; o julgador do IBS não poderá. Então, nós teremos resultados diferentes, sem sombra de dúvida.

Aqui ficou meio... não sei o que aconteceu, mas, enfim, quais são os problemas dessa estrutura? O valor das multas ficará para o ente arrecadador, quem vai julgar vai ser o próprio estado que vai receber o valor das multas, e os julgadores, infelizmente, no PLP 108, podem ser qualquer pessoa, sem que se exija uma qualificação técnica.

Hoje, no Carf, há um Comitê de Seleção. O que está previsto aqui para os que sejam representantes da Fazenda é que eles têm que ter tido experiência como julgador – não se exige sequer uma especialização. Para os representantes da Fazenda, uma especialização, mas, para ser julgador desse tribunal, que vai ganhar o teto do salário do servidor público, tem que ser, pelo menos, uma prova objetiva, um comitê de seleção, e um comitê de seleção impessoal. Senão, infelizmente – eu não queria dizer isso, mas nós estamos no Brasil –, vai ser indicação política e cabide de emprego para 700 pessoas que vão julgar um único tributo.

Então, senhores, eu gostaria muito que se prestasse atenção nisso, porque é um esforço tão grande para a gente chegar até aqui, e talvez algumas reformas – pequenas, mas fundamentais – trarão um novo desenho para esse tribunal.

Então, valor das multas. O que eu estou sugerindo para construir isso? A gente alterar: em vez de ser por estado, ser por região. Vamos dividir entre as cinco regiões do país ou de alguma outra forma.

Excluir os artigos referentes ao processo administrativo e adotar o PLP 124, o Decreto 70.235, alguma coisa nesse sentido.

Se não for possível isso, ainda sobre o rito, tirar, excluir a palavra ilegalidade no art. 92, falar sobre o crédito do contribuinte e trazer requisitos sérios para a seleção dos julgadores.

Enfim, senhores, desculpem-me ter passado do tempo.

Era sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Dra. Susy Hoffmann pela exposição bem objetiva, apresentando pontos que podem ser melhorados no PLP 108.

Eu passo a palavra agora à Dra. Zabetta Macarini, Diretora-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap), para a sua exposição.

A SRA. ZABETTA MACARINI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar a todos os presentes – Senador Mourão, é um prazer – e eu queria cumprimentar pelas falas anteriores dos meus parceiros de mesa.

Quem fala por último fica com uma situação um pouco mais confortável. Então, eu vou aproveitar e vou passar a minha apresentação aqui. Quero só começar já seguindo um pouco aqui a fala do Manuel Procópio.

Realmente foi feito na Lei Complementar 214 um esforço absurdo – não é, Dr. Manoel? – de simplificação da legislação. Disso não tenha dúvida. Acho que a gente não consegue nem mensurar ainda a simplificação legislativa que foi feita, sem dúvida nenhuma, um dos tantos pontos que geram contencioso no Brasil. Então, uma das promessas da reforma tributária a gente pode acreditar que a lei complementar realmente cumpriu.

Agora, o que é importante aqui, com relação ao PL 118, é que, apesar de ter feito todo esse esforço hercúleo no sentido de criar normas e regras uníssonas para os dois tributos, para o IBS e para a CBS, no PL 108 – não é, Susy? –, a gente tem algumas assimetrias que não foram unificadas.

Eu concordo aqui com a fala da Susy de que a gente poderia ter processos, a começar, as próprias fiscalizações coordenadas, processos administrativos bastante similares. Ainda que a gente pense que vai ser um sonho ter esse tribunal único que julgue todos os autos de infração na esfera administrativa – acho que este é um sonho de todos nós tributaristas e contribuintes: que a gente pudesse ter uma Justiça bastante célere e unificada na esfera administrativa –, enquanto não acontece, a gente tem que potencializar os problemas – não é, Manoel? – que possa ter e tentar agora, neste momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que uma primeira mensagem que a gente tem é: temos um projeto de lei ainda tramitando sobre a reforma e a gente tem que... Eu sei que estamos todos cansados, porque foi, vamos dizer assim, uma jornada hercúlea, mas ainda existem pontos muito sensíveis que a gente precisa tratar no PL 108, para a gente ganhar e maximizar toda essa eficiência de simplificação, de redução de contencioso, de padronização de procedimentos, que é o que se busca na reforma.

Para começar, o primeiro tema que eu queria trazer bem objetivamente, para a gente tratar de temas específicos do PL, é a questão das multas e infrações, objeto da nossa audiência hoje. Eu trago o Regime Especial de Fiscalização (REF), que foi previsto... Apesar de ele ser da Lei Complementar 214, eu o trago hoje, aqui, de novo, para a gente discutir, porque, na verdade, ele trata, sim, de fiscalizações, infrações e penalidades. E por que é importante a gente estar revendo o REF aqui, neste momento.? O REF é um regime de fiscalização concentrada que foi criado, só que ele é aplicado para os dois entes: tanto para o IBS quanto para a CBS. E, tanto para o Fisco federal quanto para o Fisco estadual, nós vamos ter REFs que têm que ser iguais, porém serão diferentes.

Qual é a importância aqui do REF, ao qual estou trazendo luz aqui? Nós temos um programa todo aqui de estabelecimento de penalidades, no sentido de você penalizar o contribuinte. Toda reforma está muito focada para evitar sonegação, abuso, fraudes, etc. E o REF é exatamente o regime especial específico para isso. Então, quando a gente lê os incisos que podem enquadrar um contribuinte no REF, a gente vê claramente, parece que a gente está lendo o projeto do devedor contumaz, que está sendo discutido aqui na Casa, com muita propriedade. Então, é o contribuinte que prevarica para a fiscalização, é o contribuinte que pratica ato sem atentar à prescrição, é a nota fiscal que não está correta.

E qual é o problema desse Regime Especial de Fiscalização? Tem o inciso V ali, que eu apontei e que trata assim de dois autos de infração à legislação tributária que podem enquadrar o contribuinte no REF. Esse inciso V, trazendo aqui bem para o ponto de melhoria que a gente pretende, é muito amplo – não é, Manoel? A gente tratou dele da outra vez já, nas outras audiências públicas. Ele é muito amplo, porque ele é praticamente um regime forçado para contribuintes que não se comportam bem, só que duas infrações à legislação tributária é um conceito muito amplo. Em infração à legislação tributária, cabe tudo: entregar, pagar tributo em atraso, uma obrigação acessória ou, como a gente vai ter, algum contencioso de divergência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação. Estou falando do contencioso bom aqui – não é, Manoel? –, não do contencioso fraudulento. Sem dúvida nenhuma, se a gente tiver qualquer ato de contribuinte que pratique fraude, com certeza ele tem que ser submetido a um regime mais duro – é isso que a gente tem buscado sempre –, mas, no caso do REF, o auto de infração é muito amplo.

A nossa sugestão aqui é: vamos melhorar esse texto, vamos melhorar esse inciso V – ou se exclui, ou pelo menos se aprimora, para deixar claro que as condutas que a gente quer atingir aqui para essas multas... O que é importante, gente? A multa vai para 150 aqui, com fato gerador diário do pagamento. Você pode ser submetido ao fato gerador diário, ou seja, é uma mensagem muito dura para uma infração de dois autos de infração. Dois autos de infração no começo da legislação é muito pouco. A gente vai ter bem mais do que dois autos de infração, até porque senão o comitê – não é, Susy? –, o tribunal ali não vai ter muito o que fazer. A gente vai ter bem mais do que dois autos de infrações por reincidência. Então, é importante que a gente trabalhe aqui no REF, para deixar clara essa questão, para simplificar e melhorar.

Há outra coisa muito importante também que foi dita aqui. Nós acabamos ficando com dois regimes de multas diferenciados: um regime de multas que existe hoje da Receita Federal para a CBS, e um regime de multas inteiro no 108 para o IBS. É uma quantidade enorme de multas, gente: tem mais de 37 incidências de multas com bases diferentes. As bases que estão no art. 108 são diferentes das bases da legislação da Receita Federal hoje. A gente precisa padronizar, simplificar, racionalizar essas multas. O ideal seria a gente ter incidências idênticas de multas para o IBS e para a CBS. Essa é uma proposta, esse é um pleito dos contribuintes desde o começo, quando a gente fez – lembram? – os grupos de discussão ainda, quando a gente nem sequer tinha o texto da lei, para que a gente padronizasse as multas. Tem uma quantidade enorme, gente, de contencioso de multa nos estados por classificação fiscal. É uma nota assim, é uma nota assado, você tem classificações, pode ser enquadrado no inciso. E aqui a gente repetiu um pouco todas essas incidências.

Qual seria a solução aqui, a proposta nossa? Unificar as multas entre a CBS e o IBS, idênticas, as mesmas multas para os dois – essa é a primeira proposta. E a segunda proposta: vamos seguir o que a gente definiu nesta Casa, na Comissão de Juristas, nos projetos que foram aprovados aqui, de qualificar as multas, de calibrar as multas de acordo com o comportamento do contribuinte. As multas continuam todas iguais. A gente não tem os limites que foram definidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a gente continua aplicando multas idênticas para contribuintes que se comportam de maneira diferente. A gente já mudou essa cabeça aqui no Brasil. Nós já estamos trazendo as boas práticas internacionais, os programas de conformidade, para tratar bem os bons contribuintes e mão pesada para os maus contribuintes. Aqui, a gente tem a mesma multa para todo mundo.

Outra coisa que a gente colocou, que está no PL e que tem que ser mudado: não existe limite. A gente pode ter uma multa em cima da outra e a gente pode chegar, nessa acumulação de multas e infrações, a mais de 100%. O Supremo Tribunal Federal já disse: o teto de multas possível é 100%. A gente não pode ter multas que se somam e se sobrepõem. É contencioso, na certa. Estou certa ou não? Quantos autos de infrações a gente tem por classificação de multas? Vamos aproveitar, vamos padronizar as multas.

Vamos implementar, nesses redutores de multas, os programas de conformidade, tratar bem os contribuintes redutores. Principalmente, a autorregularização também é bastante importante. Essa proposta, inclusive, acho que é desejo de todos os contribuintes – CNI, CCiF. Cadê o nosso Prof. Eurico? Está aqui e nos trouxe essa proposta muito inteligente, que reflete exatamente essa simplificação e padronização. Está faltando aqui para as multas, gente. É imprescindível que a gente aproveite essa oportunidade e resolva no PL, padronize as multas, coloque os tetos dos limites objetivos e as qualifique para o peso da infração em si. Então, são muito importantes as multas.

Contencioso. Vou falar um pouquinho do nosso PAF, considerando que a gente ainda vai ter dois tribunais, inconstitucionais ou não inconstitucionais, e a gente vai ter o Comitê Gestor, logo no começo.

Um ponto que chamou muito a atenção, Manoel: eu não sei de onde que surgiu, no PL e no texto, no art. 92, que os julgadores do IBS não vão poder fazer o controle da legalidade. Eu acho que está errado. Eu acho que deve ter sido um erro de redação. Ou eu não entendi direito, mas, de qualquer maneira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI – Não foi um erro? Então, a nossa ideia é que os julgadores administrativos têm que fazer o controle da legalidade. Eles não podem fazer o controle da constitucionalidade. Aí, sem dúvida nenhuma, está correto, mas o da legalidade nos pareceu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estranho, porque, na verdade, é princípio básico do direito administrativo rever um ato ilegal. Então, como os julgadores do Comitê Gestor não vão poder afastar ato de legalidade ou rever um ato ilegal? É para isso que eles estão ali. Ou eu não entendi direito qual é o procedimento? Deixem que eles revejam a legalidade, porque acho que a atribuição do próprio tribunal seria essa. Seria uma correção.

E eu tenho colocado aqui, embaixo de cada tema, as emendas que já foram aprovadas. Eu me lembro de que o Senador Eduardo Braga disse que gostaria de ter todas as emendas para ver os textos que já foram colocados. Então, isto aqui é um ponto acho que de melhoria, porque é basicamente a função do julgador, do tribunal administrativo rever o ato de ilegalidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI – Só mais um minuto, Senador. Vou terminando aqui.

Precedentes vinculantes, outro tema que está no PLP, no art. 92. O importante é que a gente não tenha várias decisões quando você tem um caso afetado e que esteja em discussão no Supremo Tribunal Federal ou no STJ. O PL faz o sobrestamento. Sobrestamento é suspensão do julgamento dos procedimentos administrativos só em caso de trânsito em julgado. Só que o tema já foi afetado. A gente entende o seguinte aqui: seria ideal que, uma vez afetado o caso, se suspendessem os processos administrativos em andamento, para você não ter decisões conflitantes, porque esse caso já vai ser julgado em repercussão geral. Se for só em trânsito em julgado, já é naturalmente isso. No trânsito em julgado, você já tem que suspender e aplicar para os projetos em andamento.

Então, acho que o ideal, para dar eficiência aqui, é que você suspenda imediatamente quando o caso está afetado. Aí, obviamente, para que ele seja efetivo, o ideal seria que a gente tivesse uma prioridade dos tribunais superiores quando você tiver um caso afetado do IBS ou da CBS, para que você pudesse desovar esse contencioso. Muitos dos casos que a gente tem são porque há demora nos tribunais superiores para julgamento dos casos afetados. É verdade ou não? Às vezes, tem 20 anos lá, e o contencioso continua rolando, né?

Um ponto muito importante também de melhoria são os recursos do IBS. A gente vai ter dois pontos de melhoria que eu queria trazer aqui, justamente para fazer essa paridade de, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos, os processos, os PAFs, que a gente chama de processos administrativos, terem as mesmas regras.

O mais importante mesmo: o Manoel Procópio colocou a questão do prazo de 60 dias. E aqui, Manoel, é muito mais uma questão de você fortalecer o processo administrativo e a primeira prova. Vinte dias para você juntar documento, fazer a defesa, etc. é muito curto mesmo, tanto é curto que, na Comissão de Juristas aqui do Senado, já se discutiram os prazos existentes dos tribunais, e 30 dias do Carf já não eram suficientes, tanto que a própria Comissão de Juristas aqui do Senado falou: 60 dias seria o ideal. Por quê? Porque o contribuinte consegue trazer todos os documentos, as provas e, depois, não precisa ficar convertendo o processo em diligência para fazer produção de prova. Isso acontece muito. Você tem uma fiscalização que dura um ano, e o Fisco pode fiscalizar e autuar você por cinco anos. E, nesses cinco anos, você tem que trazer documento de cinco anos. Em 20 dias, fazer a defesa e colacionar cinco anos, por mais informatizada – aliás, é excelente, é muito informatizado, tem muita tecnologia –, a empresa tem que submeter e juntar todos esses documentos aqui. Por isso, na Comissão de Juristas, se decidiu que o ideal seria que tivesse um prazo estendido para que o contribuinte trouxesse todas as provas, e acabou. E o processo anda, sem tantas conversões em diligências, etc.

E importante: não trouxe os documentos junto com a imposição, preclusão. Não pode juntar depois. Aí tem que ficar pedindo para converter, para poder juntar. Não é o ideal, e isso foi o que a nossa Comissão de Juristas previu para a reforma do Carf.

Mas, aqui, Manoel, só para comentar: a ideia não é estender demais, é fazer a prova logo de cara, na primeira instância, com tudo que o julgador precisa fazer. Aí, com isso, vai juntar depois provas a qualquer tempo, etc. Concordo que não é o ideal e nem pode ficar o tempo todo, só se tiver uma prova adicional, mas, aqui, os 60 dias seriam importantes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI – Eu tenho empresas no Getap, por exemplo, que trabalham em nível nacional. Imaginem um auto de infração nacional.

Então, basicamente, esses pontos são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um último ponto só que é importante: Comitê de Harmonização, de que a gente falou aqui. No Comitê de Harmonização, das jurisprudências que podem ser geradas conflitantes entre os dois tribunais, não há presença dos contribuintes. Isso causa um pouco de estranheza, porque, na verdade, o que vai ser essa harmonização? É importante dizer que isso não é um terceiro ou quarto nível de jurisdição que a gente está pleiteando aqui ou que os contribuintes têm que recorrer e querem uma série de recursos. Não é essa a situação aqui. O Comitê de Harmonização será: os dois tribunais vão decidir, do mesmo tema, de maneira conflitante – esperamos que isso aconteça em caráter de exceção, não serão vários julgados –, mas, nesse Comitê de Harmonização de jurisprudência, só está a presença dos Fiscos, não tem a presença dos contribuintes.

Qual é o problema aqui? Os contribuintes já participam, seja nos TITs, nos tribunais administrativos, seja no Carf, na harmonização da jurisprudência. Editam súmulas, votam súmulas, trabalham nos casos de embargos em que você já tem, dentro do próprio tribunal, divergência. Por que não no Comitê de Harmonização? Eu não consigo achar uma razão para tirar os contribuintes do Comitê de Harmonização, até porque eles não estão aqui para prejudicar: estão aqui para ajudar, para contribuir com a melhor harmonização. Por quê? Porque tem que evitar o Judiciário. É o que a gente tem dito sempre, o objetivo aqui é evitar o Judiciário. Se você tem o Comitê de Harmonização, onde só vamos ter os representantes do Fisco federal e do Fisco estadual, pode se tornar uma decisão política, pode se tornar uma decisão, sem que a gente tenha todas as ferramentas para discussão.

Senador, é isso, não quero me estender mais, deixo aqui para vocês as mensagens: rever as multas, simplificar as multas, padronizar as multas e estabelecer os limites de acordo com aquilo que foi estabelecido aqui na Comissão de Juristas do Senado; os contribuintes devem integrar esse Comitê de Harmonização, para contribuir com a melhor interpretação da solução da jurisprudência; e, em todos os casos aqui, os julgadores do IBS devem ter poder para decidir a legalidade ou a ilegalidade do ato.

É isso, Senador, muito obrigada.

E desculpa passar do tempo aqui. É tanto assunto no 108, que a gente fica até... Precisaria de um pouquinho mais de tempo, mas muito obrigada de qualquer maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço, Dra. Zabetta Macarini.

Senador Izalci, com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Vou usar um pouquinho mais de tempo com a Liderança da Oposição e com a minha, porque são muitas perguntas.

Gostaria já de reforçar isso que foi colocado no final. Eu tive o privilégio de presidir todos esses projetos da Comissão de Juristas que foram apresentados. E óbvio, se estamos votando isso, não tem sentido fazer diferente aqui no 108.

Alguns pontos rápidos aqui.

Comitê Gestor e com relação à multa e a essa cultura de penalizar, que a gente discutiu muito nessa Comissão de Juristas.

Vários especialistas já vinham apontando isto: que o 108 traz consigo uma série de multas e obrigações extremamente pesadas para o contribuinte. Até mesmo o CCiF, que participou da origem da PEC 45, apontou que há uma multiplicação indevida de sanções referentes à conduta ilícita no PLP 108. Por exemplo, eles apontaram que haveria 37 condutas ilícitas, infrações, que poderiam ser reduzidas para apenas cinco. Por isso que eu pergunto aqui: O PL 108 não está abrindo mão da simplicidade, que foi prometida pela reforma, ao burocratizar tanto alguns aspectos das normas tributárias? Vocês acham que, em vez de trabalhar pela conformidade e cooperação, o PLP 108 mantém uma cultura de criminalização e penalização do contribuinte?

Alguns especialistas também argumentam que há penalidades para obrigações que nem estão previstas ainda, ou seja, o legislador está tendo que votar uma penalidade sem saber o que será efetivamente cobrado das empresas. Vocês acham isso o caminho correto?

Em alguns casos, as multas que estão sendo propostas são exorbitantes, praticamente confiscatórias. São multas que podem chegar a até 100% do IBS devido. Mais estranho que isso é que a proposta fala em multas do IBS dos estados e municípios, mas pouco fala da CBS, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devia ser tributo gêmeo. Nesse sentido, vocês acreditam que os regramentos, em geral, serão tão duros com a União quanto serão com estados e municípios?

Outra coisa, tem agora alguns incentivos, como a política de *data centers* e também esse projeto Mover. Como isso vai impactar a alíquota do IVA e do Imposto Seletivo? Não é uma... Botaram aqui hipocrisia, não vou chegar a dizer tanto, mas não há uma controvérsia com relação a isso aqui: retirar a capacidade dos estados de dar benefício e, ao mesmo tempo, promover, por meio da União, benefícios de vários tipos? Os *data centers* são um exemplo, mas também temos o Mover e outras ideias sendo gestadas por aí. Essa política de *data centers* não abre um precedente para que a reforma tributária seja desfigurada setor por setor, assim como o arcabouço fiscal, em que o próprio Governo propôs a mudança para flexibilizá-lo?

Temos aí o Imposto Seletivo e o IVA. Algumas entidades vêm argumentando que a transição do Imposto Seletivo seja de forma mais harmoniosa entre os setores, já que alguns tiveram a transição logo no início – teve algumas transições de início –, e outros só terão em 2029 e 2033. Então, eu pergunto: por que há essa assimetria na reforma? Há espaço para corrigir essa distorção do PLP 108?

Com relação ao Imposto Seletivo, estamos quase na metade de 2025, e as empresas ainda não sabem quais são as alíquotas e as regras do Imposto Seletivo que deverão pagar já em 2027. Então, eu pergunto: quando o projeto do Imposto Seletivo chegará ao Congresso? Essa proximidade da cobrança não pode acabar por ensejar o adiamento da incidência do IS? Quais seriam as consequências disso para a reforma? Essa incerteza quanto às regras da alíquota do Imposto Seletivo não prejudica a previsibilidade de investimento para os nossos setores afetados por esse tributo? Afinal, estamos sempre buscando investimento no setor, que olha para um horizonte de dez, vinte anos, mas não sabe quanto pagará de imposto daqui a dois anos.

E, com relação às notas fiscais, regime de notas fiscais simplificadas, nós temos alguns municípios que possuem regimes próprios para a emissão de notas fiscais únicas, quando há uma enorme quantidade de transações que inviabilizariam o controle da administração tributária, já que uma empresa responderia por uma parcela enorme de notas analisadas por municípios, e isso ocorre com aplicativos de entrega, por exemplo. Como isso está sendo tratado no âmbito do PLP 108? Como ficam esses regimes durante a transição? Como ficam esses regimes após a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição? Como serão emitidas as notas e como será a fiscalização dessas empresas de tecnologia que fornecem serviço para uma enorme quantidade de municípios, sobretudo por meio digital?

E, por último, esse Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens e direitos. As mudanças propostas no Livro 2, que trata do ITCMD, basicamente consagram o aumento da tributação das heranças no país, já que obriga os estados a adotarem a progressividade e a alíquota máxima definida por este Senado para grandes patrimônios, que são definidos na própria legislação do estado em questão.

Por isso eu pergunto: considerando que a alíquota do IVA será a maior do mundo, ou a segunda maior do mundo, e que o Brasil já teve aumento de dois pontos percentuais na carga tributária durante o Governo Lula, não seria adequado usar esse aumento da carga para reduzir a alíquota do IVA? Vemos também uma movimentação para que a alíquota máxima sobre doações e heranças vá para 16%. Obrigar que os estados tenham uma definição de grandes patrimônios que sejam tributados pela alíquota máxima não pode acabar prejudicando a discussão sobre a alteração na alíquota? Caso essa majoração de 16% venha, não seria adequado que ela também fosse usada para reduzir o IVA?

E, para terminar, tributação da previdência privada. Está-se gestando – porque, aqui, as pessoas só pensam em como aumentar a arrecadação – uma mudança de que previdência privada, como o VGBL e o PGBL, seja atingida pelo imposto de transmissão, de *causa mortis* e tal. Considerando a jurisprudência do Supremo, essa cobrança não seria inconstitucional, dado que ela tem natureza de cumprimento contratual? Por que o Governo tenta tanto avançar nesse tipo de tributação?

São só essas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem, Senador Izalci, agradeço as perguntas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ficou faltando uma, Presidente: quando chegará aqui, nesta Casa – e está previsto na Constituição, com a Emenda Constitucional 132, que nós aprovamos –, a desoneração da folha? Porque a emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional fala em 90 dias. Acho que esqueceram, né? E, só para lembrar, aqui: esses 90 dias passaram já há algum tempo, né?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem, Senador Izalci.

Alguém aqui se habilita a tentar comentar as perguntas do Senador Izalci?

A SRA. ZABETTA MACARINI (*Fora do microfone*.) – Eu comento.

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN (*Fora do microfone*.) – Eu também falo de uma.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, vamos lá.

A Dra. Macarini, como se diz em linguagem paraquedista, é a primeira à plataforma.

A SRA. ZABETTA MACARINI (Para expor.) – Não todas, né?

Eu queria só comentar que o Senador Izalci colocou bem – e eu senti falta no PL – que a gente refletisse aí todo o esforço que a gente está fazendo para os programas de conformidade, deixar claras regras específicas de redução de multa em hipóteses de erros simplesmente materiais sem intenção de sonegar. Faltou um pouco isso.

Eu sei que tem o PL 15 aqui, tramitando no Congresso, para o Confia, o Sintonia, a OEA, os programas de conformidade. Tem programas de conformidade em todos os estados, o Pai D'égua, o Contribuinte Arretado, o Nos Conformes, em São Paulo; mas seria bom mesmo – viu, Senador? – que a gente tivesse esses princípios do contribuinte que é cooperativo, que erra e tem relevação de multa, se ele, assim que a Receita Federal informa, regulariza imediatamente a infração, antes de abrir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós aprovamos agora o código de defesa do contribuinte; está para ser votado.

A SRA. ZABETTA MACARINI – Exato. É exatamente isso.

Então, se a gente colocasse uma referência ou pelo menos esses princípios básicos de redução de multa para o bom contribuinte, nos erros materiais, erros escusáveis que não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto tributário, ficaria refletido para o IBS e para a CBS toda essa nova postura, que a gente está tentando trazer do Brasil, de diminuir as multas que são, na verdade, indutoras.

Os estudos mais atualizados de multas têm trazido resultados de que as multas, quanto mais altas são, menos induzem o comportamento e mais induzem o contencioso, porque o contribuinte que toma uma multa que é de 150% ou 200%, às vezes, em cima de um auto de infração em si vai questionar, porque ele não vai querer pagar. Então, ele aguarda o Refis ou ele aguarda uma possibilidade de quitar; então, ele é indutor de multa e não redutor.

Então, era só esse o ponto que eu queria fazer.

A gente podia colocar um capítulo de boas práticas, de estímulo à conformidade. No 68 tem o recebimento do crédito antecipado. Acredito que nos grupos de trabalho esteja se regulamentando como receber, mas eu acho superimportante refletir na dosimetria das penas. Seria bem interessante, Manoel.

Só esse ponto, Senador; agora, os outros todos eu deixo aqui para o Manoel responder.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Dra. Macarini.

A segunda à plataforma aqui é a Dra. Susy.

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN (Para expor.) – Eu gostaria de falar sobre a questão de as multas também entrarem nesse tema.

A gente tem falado muito que o PLP 108 traz diversas multas diferentes da CBS, mas a gente não pode esquecer que a gente tem uma legislação federal que traz diversas multas ao contribuinte que não cumpre as obrigações acessórias.

E o que eu quero falar com isso? Que nós vamos ter um material enorme para os advogados irem discutir qual multa será aplicada. Se nós temos o mesmo fato gerador para a CBS e para o IBS, se nós vamos ter uma plataforma única – porque é isso que está sendo mostrado –, e, para o contribuinte, vai aparecer só uma plataforma, e ele vai preencher uma nota fiscal, ele vai descumprir uma única obrigação acessória. Então, como ele pode ter multas diferentes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No direito penal, se entende que, se tiver duas penas diferentes para o fato, deve prevalecer a menor pena. Então, se o contribuinte for autuado de forma diversa pela CBS ou pelo IBS, ele vai pedir uma multa só, em vez de duas, e a menor. Então, nós vamos para um contencioso, sem sombra de dúvida. Eu não sou criminalista, mas...

Então, Senador Izalci, nós já estivemos juntos, quando o senhor fez as audiências na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e a gente aproveitou para discutir tanto isso, e eu acho muito importante esse tema das multas. A gente tem que sair do punitivismo para buscar a autorregularização.

Os fraudadores são um problema gigantesco que vai ser muito resolvido pela tecnologia, por todo esse desenho do IBS e CBS, mas eu acho que é um erro a gente se pautar nos fraudadores para trazer tantas multas. E a gente devia se pautar na autorregularização e tentar trazer um ambiente melhor de negócios.

Quantas vezes, no Carf, eu julguei casos de obrigações acessórias altíssimas, de milhões, porque o cálculo era de R$5 mil por contêiner que estava com algum problema; aí, a empresa tinha que pagar um valor absurdo. E outras tantas, porque se deu uma informação errada na EFD. A gente passa por isso todos os dias.

A gente tem que sair, realmente, desse caminho, e a gente conta com esta Casa para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E nós temos, ouviu, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... uma série de projetos que já foram aprovados, e outros estão na pauta, o do devedor contumaz, o do código do contribuinte, tudo isso está na pauta para ser votado e que já foi discutido aqui em dezenas de audiências.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra, agora, o Dr. Manoel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu vou tentar passar rapidamente, porque são vários os pontos que foram suscitados pelos colegas de mesa e pelo Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor tem que se virar em três minutos.

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR – Três minutos, pois é.

Então, vamos lá, bem rápido.

Primeiro, a questão do órgão julgador, Dra. Ana Claudia, está no art. 36. Se a senhora vir lá, a Diretoria de Revisão do Crédito Tributário, que é uma das diretorias da Diretoria-Executiva do Comitê Gestor, não existe para outra coisa, senão lidar com o contencioso. Está no art. 36 do PLP 68.

Rapidamente, por que a gente entende, qual é a lógica e onde está escrito que o Carf não pode julgar crédito tributário que pertence a estado e município? Isso tá insculpido no princípio da autonomia federativa. Se o crédito tributário pertence ao estado e ao município, não é razoável que seja submetido à apreciação do órgão julgador do qual não participam os titulares do crédito tributário. Isso está insculpido, a nosso juízo, e é decorrência do princípio da autonomia federativa.

Rapidamente também a questão da legalidade, bem rapidamente.

Qual é a lógica, pessoal? Esse ponto é fundamental, Senador. Eu peço licença, porque...

Qual é a lógica do órgão julgador? O órgão julgador administrativo pertence à administração pública, tal como a Receita Federal, por exemplo. A lógica é a seguinte: se há uma legislação que obriga o lançador, o lançador deve observar a legislação, lei, decreto, instrução normativa, regulamento; e a mesma administração, quando vai fazer o cotejo desse lançamento com a legislação, não pode dar sinais contraditórios e dizer: "Olhem, o auditor fiscal tem que observar essa lei, porque essa norma é regulamentar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo do regulamento: o regulamento, o auditor fiscal tem que observá-lo, e o julgador não precisa. É a mesma administração dando sinais contraditórios. Não é esse o papel do órgão julgador. Se há alguma norma que o contribuinte entende como ilegal, ele pode se socorrer do Judiciário ou pode provocar a revisão dessa norma no âmbito correto, discutindo a legislação com a própria administração. Agora, deixar que o órgão julgador, que é a administração, na sua vertente de julgamento, falar: "Não, essa lei é ilegal. Agora, auditor, você é obrigado a observar na hora de fazer o lançamento"... São sinais contraditórios, não é esse o papel do órgão julgador. Essa é a lógica dessa explicação.

Sobre a questão do sobrestamento, Zabetta, vou dar um exemplo: o Tema 863, que é aquele que estipulou os limites de penalidade – já que nós estamos tratando de penalidade também –, foi afetado em outubro de 2015 e foi julgado em outubro de 2024. São nove anos.

De novo, é uma escolha. A gente quer isso? A gente quer isso para o nosso contencioso administrativo, reproduzir prazos dessa natureza? De contencioso que, por exemplo, em Minas Gerais é liquidado em 200 dias, a gente vai ficar aguardando nove anos? É isso, é uma escolha, tal como essa questão do prazo também. Não tem certo e errado, não. Realmente, é uma escolha que a sociedade vai fazer. Eu vou privilegiar um *trade-off* aí de celeridade com maior prazo.

Então, é claro que o ideal é que você busque esse equilíbrio de modo tanto a privilegiar essa segurança, esse tempo hábil para a produção dessa peça de defesa, como a observar a celeridade, que é princípio constitucional.

Senador Izalci, o senhor colocou muitos pontos. O Senador Hamilton Mourão não me deu muito tempo. (*Risos.*) Mas algumas questões... A gente tem aqui nesta audiência ainda a presença de alguns representantes de estados e municípios.

Sobre a questão do ITCMD, por exemplo, que é um tributo estadual, nós teremos um auditor estadual sentado aqui representando o Comsefaz. Eu não vou nem... Embora eu também seja originalmente de estado, eu não estou aqui nessa condição, representando os estados.

Em relação à questão das penalidades, os colegas que irão nessa próxima rodada também trabalharam esse tema, têm boas notícias a trazer. Eu não vou antecipar, mas, de qualquer modo, eu acho importante que a gente tenha em mente o seguinte conceito: a norma penal tributária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não – mas vamos focar na norma penal tributária –, quanto mais descritiva, quanto mais exata na sua descrição, mais é uma garantia para o cidadão. Se eu tenho um tipo penal muito aberto, como "deixar de cumprir obrigação tributária"... Pessoal, cabe tudo aí dentro. E como que eu vou fazer uma dosimetria se eu tenho um tipo penal tributário genérico? Então, há uma preocupação dos elaboradores dessa norma de que nós temos que prover segurança jurídica e previsibilidade. Eu não consigo isso com um tipo aberto, um tipo muito genérico, até porque, num tipo genérico, eu posso ter uma conduta mais ou menos gravosa.

A falta de entrega de um documento, a depender do documento, pode ser traumática para um sistema ou pode ser quase irrelevante. Eu vou apenar do mesmo modo? É isso que nós queremos? Por que será que não existe isso em canto nenhum do mundo? Eu não conheço nenhum país do mundo em que a norma penal tributária tenha cinco tipos. Nenhum país do planeta Terra. Por quê? Porque o cidadão não merece isso. Nós não podemos criar um tipo genérico e submeter o cidadão a tamanha, vamos dizer, insegurança em relação a essa previsão.

Meu tempo já se exauriu, mas algumas questões que remanesceram, Senador, tenho certeza de que os colegas vão enfrentá-las. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está sabendo sobre a desoneração da folha?

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO DE MOURA JÚNIOR – Esse é um tema que não está na alçada da Secretaria da Reforma Tributária neste momento. Eu não invado a área do meu amigo Mombelli, que está ali.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem.

A palavra agora está com a Dra. Ana Claudia.

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada.

Dr. Manoel, em primeiro lugar, a respeito do sobrestamento, é só para deixar claro aqui que o PLP 108 está completamente divergente do PLP 124, com relação ao sobrestamento e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento de aplicação dos precedentes vinculantes. Então, nisso que você falou que eles são parecidinhos, eles não têm nada a ver. A gente pode discutir o PLP 124 juntos, e você vai ver o tanto que eles são completamente diferentes.

E, só para finalizar, até para responder... Eu não consigo responder a todas as perguntas; foram bastantes, mas superjustas. Eu vi o Dr. Mombelli ali também... Estava com a Zabetta lá em Trancoso, a gente estava num congresso muito importante – o Dr. Mombelli estava – e discutimos também a tributação da renda. Ele foi presidido pelo meu professor, o Prof. Paulo Ayres Barreto, que falou assim: "Estamos cometendo um erro grande no Brasil, que é pensar em caixinhas: renda, consumo, desoneração da folha. A gente deve pensar holisticamente o sistema". Quando a gente pensa holisticamente o sistema – e essa até deveria ser a minha fala de amanhã, porque eu vou estar lá no congresso do IBDT –, a reforma da renda está prevendo a tributação dos dividendos de forma sorrateira, disfarçada. Está fazendo isso.

Tem o PL 1.087 vindo aqui só para tributar os dividendos. É essa a função do PL 1.087. Por outro lado, o PLP 108 institui a tributação do ITCMD sobre os dividendos tributados desproporcionalmente. Por acaso eu tenho dividendos no consumo, por acaso eu tenho dividendos na renda: dos dois lados eles são dividendos.

Se você é um empresário no Brasil, você não está bem. Você está indo muito mal frente ao PL 1.087 e ao PLP 108. Eu não sei para quem isso interessa, porque isso faz mal para toda a economia brasileira. Independentemente de lado, independentemente de partido, ou a economia do país vai bem ou a economia do país vai mal. Todas essas disposições e essa excessiva tributação de dividendos só têm por encaminhar mal a economia brasileira.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Dra. Ana Claudia.

Eu queria agradecer a esse primeiro grupo de expositores, e vamos passar agora para uma operação militar muito delicada, que é a substituição em posição: saem esses e vêm outros. (*Risos.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, agora, para compor a mesa, a Dra. Anne Karole Silva Fontenelle de Britto, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais. (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Francelino Valença, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital. (*Pausa.*)

E convido o Sr. Fabricio das Neves Dameda, auditor-fiscal... Perdão.

E convido o Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Auditor-Fiscal da Receita Estadual de Minas Gerais, representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). (*Pausa.*)

Lembro os debatedores de procurarem respeitar o tempo de dez minutos, mas, se por acaso tiverem que ultrapassá-lo, dentro das suas necessidades, nós vamos concedendo aí um tempo extra.

Eu concedo a palavra, então, à Dra. Anne Karole Silva Fontenelle de Britto, para a sua exposição.

A SRA. ANNE KAROLE SILVA FONTENELLE DE BRITTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigada, Senador, pela gentileza de estar presidindo esta sessão e ter nos convocado, todos os Senadores que integram e que estão junto com Comissões, com juristas, todos nós tentando jogar um jogo de time único, porque todos nós, certamente, estamos torcendo para que isso dê certo; mas, para dar certo um jogo, uma orquestra, alguma coisa, os atores têm que trabalhar em consonância, cada um com a sua função e com a sua habilidade.

Aqui, Senador, eu queria deixar uma frase nossa, a gente vai pontuar pouquíssimas coisas, porque já foi muito bem explanado por vários que aqui me antecederam, mas uma frase importante, que a gente tem levado: nem menos, nem mais.

Então, trago aqui um pensamento nosso como advogados públicos que somos, representando as três esferas da Federação – eu, no caso, municípios –, mas que a gente traga... Eu vi ontem, ainda há pouco, a colega falou aqui de um professor, citou, eu cito também a Profa. Isabel, porque eu estava anteontem – semana passada, aliás – em uma reunião com ela, e ela falou: "Gente, por favor, tragam o Estado democrático de direito para a reforma administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respeitem o federalismo na reforma administrativa". E eu acho que passar e respeitar o federalismo também é respeitar cada competência, de cada um que dos atores nesse engendro que é a nossa reforma, que é o nosso sistema tributário.

Nós achamos que, dentro dessa perspectiva de respeito e de competências, existem dois pontos que são muito centrais na preservação de atribuições que são típicas das procuradorias. Aqui, mais uma vez, não se trata de briga de espaço, de poder e nem de se sobrepor a qualquer outra categoria. Não se trata disso, trata-se da necessidade de uma gestão pública colaborativa e coordenada, em que a soma de cada um, com seus esforços e sua *expertise*... Que a gente possa, ao final, tratar o que se fala aqui, um ambiente mais seguro, um ambiente mais seguro, estável e eficiente, que, afinal de contas, é o fundamento e a necessidade da reforma.

Essa diretriz de trabalharmos todos em harmonia favorece tanto a obtenção de recursos pelo poder público quanto a melhoria do ambiente de negócios, né?

Nós observamos, em alguns artigos do PL 108, como o art. 33, III, VI e VII, e os arts. 38, 40, 106 e 109, uma série de atividades com conteúdo total ou parcial tipicamente jurídicos – por exemplo, a interpretação e a harmonização sistemática, que há pouco foi colocada – e que estão previstas sem a necessidade de participação do órgão jurídico, no caso, a Diretoria de Procuradorias, que está inserida no nosso Comitê Gestor, tão debatido aqui.

Então, nesse caso, as procuradorias não estariam inseridas nem na construção do ato administrativo – pelo menos no ato administrativo coordenado –, muito menos numa instância consultiva. Nós entendemos a necessidade de oitiva e participação da diretoria de prerrogativas nesses processos de interpretação da legislação tributária, como a harmonização que foi colocada, Senador, seja como agentes na prática do ato administrativo, ou como... Temos sugestões de pelo menos a oitiva, mas sempre, obrigatoriamente, com um conteúdo opinativo jurídico obrigatório.

Todos os processos que tratam desse tema já foram também... Eu acho que é importante a gente comentar a importância, por exemplo, de que haja a oitiva das procuradorias nos processos que tratam de temas que já foram objeto de discussão judicial, sejam aqueles peculiares, com provável futuro contencioso judicial, ou que tenham potencial de litigiosidade elevado. Nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos esperando que haja litígio, mas haverá, né? Sabemos disso, vimos inclusive que, nos litígios judiciais, foi previsto em 120% um aumento.

Então, é a prevenção, como já trabalhamos. As procuradorias das três esferas têm desenvolvido... Nós sabemos, temos vários exemplos de sucesso na mudança de mentalidade, do não deixar que chegue ao litígio, mas, sim, a soluções consensuais, soluções alternativas ao litígio. Isso já é uma realidade em muitos órgãos jurídicos das três esferas. Nós queremos – não achamos interessante deixar de lado – dentro dessa gestão da reforma tributária.

A atuação das procuradorias não é... É importante... Gostaria de, mais uma vez, colocar aqui o que a gente está colocando. Não é uma questão de preservação de carreiras, de nada. Nós queremos realmente contribuir para um ambiente mais seguro, tranquilo, como temos hoje, que foi falado aqui; que o contribuinte também possa ser ouvido; e já temos isso dentro das procuradorias, recebemos e tratamos com métodos de solução alternativa, com transações tributárias, com muito sucesso em muitas cidades e muitos estados. Então, é importante mantermos aquilo que está dando certo, né? Nem tudo está errado dentro do nosso sistema tributário.

Nós temos também um ponto importante de... Só citando aqui o art. 40 do PLP. Não entendemos aqui a regra do art. 40, que fala... Ela não pode eliminar ou limitar o controle externo dos entes federativos, que será exercido pelos respectivos Poderes Legislativos. A lei complementar deverá prever regras de atuação coordenada e integrada desses órgãos para a efetivação do controle externo, tanto pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Então, a nossa fala é essa, é de tentar harmonizar as respectivas competências, tanto dos auditores-fiscais, dos procuradores, no contencioso e na harmonização de possíveis litígios, assim como ressaltar a importância, sim, de ouvir sempre o contribuinte. O nosso desejo é a justiça fiscal, nosso desejo não é ter razão ou preservar e dizer que ganhamos. Nosso desejo é que todos aqui estejam trabalhando para essa justiça fiscal, e assim os procuradores das diversas instâncias estão trabalhando.

Muito obrigada, Senador. Estamos à disposição, a Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais, para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Dra. Anne Karole a sua exposição objetiva e, de imediato, concedo a palavra ao Sr. Francelino Valença, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), para sua exposição por até dez minutos.

O SR. FRANCELINO VALENÇA (Para expor.) – Boa tarde.

Quero saudar o Senador Hamilton Mourão por presidir a mesa hoje, é uma honra tê-lo conosco; saudar a Sra. Anne, Procuradora; nosso querido Ricardo, que já nos conhecemos de longa data; e todos os colegas que fazem parte do Fisco, especialmente da Fenafisco, alguns estão aqui presentes na audiência fisicamente e outros virtualmente.

Eu tinha uma apresentação, mas eu modifiquei depois de uma fala anterior que me deixou um pouco consternado. Porque eu também leio, também fiz Direito, entre alguns cursos. Eu leio, procuro e não encontro aquilo que dizem, e eu fico na dúvida: será que a minha capacidade cognitiva está extremamente reduzida ou os meus óculos estão ruins? Pode ser.

Aí resolvi mudar um pouco a apresentação. Desculpem-me, porque eu fiz de última hora, fiz aqui, adequei. Ia falar sobre a questão do PLP, porque inclusive a reforma tributária coloca os núcleos: o político coloca ali na função tributária; coloca o jurídico. São separados. Nós vimos, há algum tempo, alguns colegas da agenda da procuradoria querendo inclusive fazer parte do núcleo político, que em tese são os Governadores, são os Prefeitos. A política não fica subjugada a um parecer jurídico, a um entendimento jurídico. Se fosse assim, a gente só precisaria de bacharéis, de mais nada.

É na política, é nela que nós acreditamos. O Senado é político, o país é político, cada um com suas vertentes. É a única forma de construir soluções de conflitos de verdade, é via política. Quando entra o direito, aí a coisa às vezes complica um pouco mais.

Mas, enfim, vamos mudar um pouquinho. Eu trouxe um tema que chamou atenção. Acabei de montar. Porque eu fui na Constituição: tem a administração tributária e tem a procuradoria. A Constituição Federal, no art. 145, quando coloca a questão do lançamento tributário... É a administração tributária que tem que conferir os valores e os objetivos, identificar, respeitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os direitos individuais. É ela que tem a capacidade e o poder constitucional de fazer o que é o lançamento. Não é outra atividade. É o Fisco que tem essa obrigação, está na Constituição e não é de hoje. Não foi essa reforma que alterou, nem acrescentou esse artigo. Isso é do Fisco.

O que é que nos deixa aterrorizados? Eu vi – até fiz um debate – um colega da procuradoria, dizendo que era a administração tributária. Eu não entendi nada, porque eu estou nela há 30 anos e conheço vários cargos.

O papel dos procuradores é importantíssimo, mas não faz parte da administração tributária, nunca fez e nem fará! Até porque a Constituição, na última reforma, não colocou. Inclusive ressaltou, separando o que é administração tributária e até o que é Fisco e o que é procuradoria.

Então, o Código Tributário Nacional fala do lançamento. O lançamento compete à autoridade administrativa tributária... É o fiscal. Por que deveras teria que ter um procurador no lançamento? A Constituição diz uma coisa, o Código Tributário vai na linha, e de onde está vindo essa novidade que está se desenvolvendo e dela se falando o tempo todo que faz parte e se utiliza de um suposto controle de legalidade?

Ora, a administração pública tem o papel e o dever de fazer o controle da sua legalidade. O princípio da autotutela revê os seus próprios atos. É de ofício. O Fisco também faz, o auditor também faz, o fiscal tributário faz, os tribunais administrativos tributários têm esse papel. Estão usurpando papéis? Nossas competências? Porque está lá dizendo que é uma competência nossa. Deixou de sê-las? Em que momento? Ou está se criando uma tese nova? E se é tese nova, qual é o interesse da tese? O que é que está por trás da tese? É um Estado mais republicano ou é disputa de espaço ou é disputa de poder?

Eu não vou dizer. Eu estou questionando a todos para que reflitam. Então, a gente está partindo para o quê? Uma guerra de corporações e a reforma tributária está sendo o palco? É isso que está acontecendo? E por qual motivo, se isso for o que está acontecendo? Nós esperamos que não seja isso.

Aí está muito claro, dizendo qual é o papel do procurador, no art. 132 da Constituição. Está lá. Eu fiz questão, o colega falou antes, não é? Diz: "... exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica". Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 156-B, Distrito Federal, fala-se do Comitê Gestor... No inciso VI: "as competências exclusivas das carreiras da administração tributária e das procuradorias dos Estados [...] serão exercidas, no Comitê Gestor e na representação deste, por servidores das referidas carreiras".

Ele separou. São distintos, não são a mesma coisa, não se imiscuem. Eu faço doutorado em direito, isso me dá competência de dar o parecer da procuradoria? Acho que não. Acho que não. Mesmo sabendo que tem procurador que não tem doutorado, nem mestrado, mas não me dá o direito de fazer isso, como tem auditor que também não tem. Isso não dá o direito.

Aí eu fui na lei complementar novíssima. Fala dos Fóruns de Harmonização da Administração Tributária e de Harmonização Jurídica da Procuradoria. Por que motivo a gente está vendo a discussão dos procuradores quererem fazer parte do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias? Se for assim, a gente quer fazer parte também da jurídica das procuradorias porque eu fiz Direito. Se eu fiz Direito, tenho tanto conhecimento quanto vocês, não só eu, como a maioria dos auditores fiscais, tanto quanto. Por que vocês querem se imiscuir nas nossas competências? Está lá separado, são duas instâncias distintas. Funciona em todo o país, funciona em todos os locais: o tributo quem gere é a administração tributária. Por que a procuradoria quer fazer outro papel? Eu não sei. Gostaria de saber.

O mais interessante: há o Comitê de Harmonização. Está previsto inclusive que vai ter o comitê, tem o Fórum de Harmonização das procuradorias e também há ato conjunto dos dois comitês fazendo harmonização. Então, quer dizer que o Fisco – os auditores, digamos assim – vai se juntar com os procuradores e vão discutir harmonização? Se isso está previsto e esse ato sim vai vincular, qual o motivo de querer fazer parte do outro? Qual a razão? Não seria invasão de competências? Não é? Então, eu acho que está na hora de os auditores fiscais, todos da área jurídica, também fazerem parecer jurídico. Todos eles, a maioria é formada em Direito.

Alguns pontos que eu acho que merecem reflexão para a gente ter cuidado sobre as instâncias, mas não vou perder muito tempo com isso. Vou avançar um pouco na composição do contencioso.

Você tem os julgadores da administração tributária, tem os contribuintes. Não vou questionar neste momento isso aí, mas a gente tem que ter cuidado para a instância de uniformização não ser de fato uma terceira instância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi falado do Carf aqui. O Carf tem processo com mais de dez anos – a média são dez anos –, então, está na hora de a gente ver o contencioso como forma de ser mais célere e não mais um instrumento de postergação. Detalhe, não só de postergação, se houver empate e depois divergências, e esse processo passar um, dois, três, quatro, cinco, dez anos, da forma como está hoje, o contribuinte não vai pagar nem juros. Quer dizer que nós estamos possibilitando, se assim for mantido, que os contribuintes – eu estou falando do contribuinte bem-intencionado, estou falando do bom contribuinte – podem fazer uma demanda jurídica e, de repente, em vez de, mesmo sabendo que possam perder, pegar dinheiro no mercado financeiro ou lançar debêntures ou qualquer coisa que o valha, para aplicar na sua empresa, esse pode ser um grande mecanismo de utilização de recursos públicos para investir na sua própria organização.

Nada contra o empreendedorismo, tá? Nada contra a empresa, eu não sou comunista, não sou socialista. Sou capitalista, para ser bem sincero, para ninguém falar que eu sou comunista, mas não parece ser razoável que se possa utilizar desse mecanismo para fazer caixa, e é possível isto se ficar dessa maneira.

Há a preocupação também com a centralização excessiva do Comitê Gestor. A gente tem isso, mas vou avançar, falar da transação tributária. A gente está num debate incrível nos estados, porque a associação, pelo que eu li, de alguns estados e as procuradorias, e fiz um debate, inclusive aqui, no PL 68 e no 108, em que foi dito que só o procurador poderia fazer a transação. Houve a defesa de alguns dizendo: "Só a gente, porque a gente é da área jurídica". Eu também sou. "Só a gente poderia fazer, porque quem lança não deveria fazer." Está bem, quem lança não deveria fazer, mas nem todo mundo lança. Nem todo mundo lança na administração tributária. Mas quem advoga poderia fazer a transação? Será que seria também ético? Se não seria ético para quem lança, seria para quem advoga?

Então, a gente vai fazer uma proposta... Proposta não, porque a gente não faz proposta nenhuma. A gente vai sugerir aos Senadores, inclusive, uma coisa que nos parece ser bastante razoável, com premissas constitucionais, que a transação possa ser feita, e nós defendemos, naquele momento, que o prazo de inscrição em dívida ativa fosse de até 24 meses, porque está em 12.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCELINO VALENÇA – Então, iremos defender que num período de até 12 meses possa ser feito pela administração tributária. Entrou na judicialização, aí sim, a procuradoria... Porque, aí sim, é a ela que compete defender judicialmente o Estado. E aí teria que ser e deveria ser, a gente não vê conflito, mas a gente tem que deixar muito apartadas e muito separadas as competências, separar as competências de cada atividade. Em momento algum...

Faltam 30 segundos. Eu vou ser bem rigoroso nisto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Fique tranquilo.

O SR. FRANCELINO VALENÇA – Em momento algum, vocês viram, e é isto que está nos deixando um pouco indignados, e, como Presidente de uma instituição nacional, eu não poderia deixar de ficar, nós não tentamos, em momento algum, enquanto fiscais, enquanto auditores, invadir competência de qualquer carreira que seja, mas estamos vendo, em alguns locais e aqui na reforma tributária, colegas de outra atividade, da carreira jurídica, dizendo que fazem parte da administração tributária e, de certa forma, sim, tentando se imiscuir nas nossas atividades. Isto nós não iremos aceitar e estamos demonstrando aqui publicamente. Por isso, mudamos a apresentação, e agradeço, mais uma vez, ao Senador e à CCJ por esta belíssima oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Dr. Francelino, na defesa das ideias.

Vamos traçar limites entre auditores e procuradores. Sempre é necessário.

Eu passo a palavra agora ao próximo debatedor, Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Auditor-Fiscal da Receita Estadual de Minas Gerais, que representa o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Dr. Ricardo, o senhor tem até dez minutos. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA (Para expor.) – Agora, sim. Boa tarde a todos!

Muito obrigado, Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra estar aqui representando o Comsefaz nesta importante audiência.

Eu começo dizendo e reiterando que, em matéria de reforma tributária, a gente não deve esquecer de como é estruturada a Federação. E, dentro da estruturação da Federação, nós temos a única atividade que tem reconhecimento como essencial ao funcionamento do Estado, que é a atividade da administração tributária. Nós não podemos nos esquecer disso. Essa é a premissa maior quando vamos discutir reforma tributária. Então, nós temos ali, no inciso XXII, exatamente essa afirmação do texto constitucional. A administração tributária é essencial ao funcionamento do Estado. E por que é essencial? Porque ela detém os meios, ela gere as atividades administrativas que vão propiciar o financiamento das políticas públicas decididas por quem de direito, pela Casa Legislativa, pelo Poder Executivo, quando for o caso. Então, a gente, primeiro, tem que fixar esta essa diretriz. E no inciso XVIII também tem outro dispositivo que é coerente com esse XXII que diz que a administração fazendária terá precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Então, dentro desse cipoal de competências, conforme foi aqui mencionado e muito bem lembrado pelo colega Francelino, nós temos que observar... Os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, o.k., ninguém vai invadir aquelas competências, mas o que significa representação judicial e consultoria jurídica? Não podemos extrapolar os limites desse conceito. No próprio art. 322, inciso I, que o Francelino mostrou, está lá que o Fórum de Harmonização Jurídica prestará consultoria ao Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias. Então, o PLP 108 já propõe uma forma de relacionamento que reconhece exatamente o que se contém na Constituição da República.

Então, é só uma premissa que eu gostaria de colocar, e já vamos entrar no tema propriamente das penalidades. Além disso, é importante a gente reiterar também que, no próprio 156-B, a Constituição Federal, que trouxe a emenda constitucional, a Emenda 132, no seu §2º, inciso V, também delimita, claramente, quais são as atribuições de cada um: fiscalização, lançamento, cobrança, representação administrativa e representação judicial.

Ao final, eu vou apresentar um gráfico em que a gente vai explicar graficamente exatamente onde atua cada qual. Mas ali também tem uma novidade: para preservar a autonomia federativa dos entes, quem é competente para fazer lançamento tributário do IBS? Os estados e municípios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as administrações tributárias. O Comitê Gestor vai exercer o papel de coordenação dessas atividades, vai zelar pela integração dessas atividades todas, inclusive as das procuradorias. Por isso que tem, conforme lembrou o Manoel, no art. 36, a previsão da Diretoria de Procuradorias... Aliás, o 36 é o da Diretoria de Revisão do Crédito Tributário, que a Ana Claudia não tinha identificado. Em artigo próximo, salvo engano o 37, ou 38 – estou falando de memória –, está a Diretoria de Procuradorias, com todas as suas prerrogativas.

Então, esse desenho harmônico está no PLP 108, ele propõe aquelas... E aí, respondendo à Profa. Susy, no art. 7, inciso II, fala: "a diretoria executiva e as suas diretorias" – e as suas diretorias. E, no PLP 108, vem o rol das nove diretorias técnicas que vão compor, que vão estruturar o comitê gestor.

Então, não houve essa omissão, não houve essa lacuna, mas, enfim, é só para fazer esse contorno da constitucionalidade.

E, no §6º do art. 156-B, também ao se referir, separadamente, distintamente, ao comitê gestor do IBS, à administração tributária da União, que é a Receita Federal, aqui representada pelo nosso colega Fernando Mombelli, e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Então, reiteradas vezes, a Constituição menciona e explicita que são coisas diferentes. Não há o porquê dessa pretensão de se imiscuir na atividade da administração tributária, nem mesmo há o pretexto de se fazer a interpretação jurídica.

As procuradorias não detêm o monopólio da interpretação jurídica. Por quê? O conhecimento jurídico é de conhecimento de todos nós que cursamos e concluímos o curso de direito. O direito não é propriedade de quem é procurador, nem no exercício funcional. O.k. na consultoria jurídica, mas, em matéria tributária, não.

Eu, na minha experiência, na Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, sou auditor fiscal desde 1985. Vou completar 40 anos como auditor fiscal agora, no mês de novembro. De fevereiro de 2011 a fevereiro de 2024 – são 13 anos –, eu fui diretor da área de consultas. Eu respondi pessoalmente, assinei e revisei, ou diretamente respondi, quase 7 mil consultas de contribuintes – quase 7 mil – ao longo desses anos. Nunca – nunca! – precisei consultar nenhum procurador para responder a nenhuma dessas 7 mil consultas. Então, é só para exemplificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário – ao contrário –, em Minas Gerais existe um decreto que prevê o seguinte: quando existe uma ação judicial em matéria tributária, o auditor fiscal tem o prazo de cinco dias para fornecer subsídios para que o procurador possa fazer a defesa judicial. Por quê? Via de regra... Não vou falar que é 100%; há exceções, especialmente aqueles procuradores que antes haviam sido auditores fiscais... Eu tenho alguns exemplos que eu poderia até nominar, mas vou preservar os nomes dos colegas por enquanto. Então, existe esse decreto que prevê o prazo de cinco dias para fornecer os subsídios. E, se não fornecer, existe todo um trabalho de cobrança.

Alguns chegam ao requinte de pedir que o subsídio seja prestado em arquivo Word para facilitar a defesa judicial.

Então, nós não queremos invadir nada; queremos que sejam preservados os papéis de cada qual, conforme reza a Constituição.

Avançando no nosso tema das penalidades, nós não podemos esquecer que as penalidades têm ou devem ter função preventiva, repressiva, reparatória e didática. Isso tudo com base na doutrina.

Nós fizemos um trabalho em 2018, capitaneado pela Profa. Misabel Derzi, que foi a Comissão Permanente de Revisão e Simplificação da Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais. Eu participei como representante da Fazenda de Minas, o nosso colega Manoel Procópio também participou e a própria Profa. Misabel, que presidiu. E os trabalhos que foram publicados...

Tem um livro publicado, está até ali na minha pasta. Nós fizemos um estudo sobre exatamente essas características que devem orientar a formatação das sanções tributárias.

Então, além dessas, obviamente, e isso é do conhecimento de todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – ... porque isso é matéria jurídica. Então, todos que fizeram as carreiras jurídicas sabem disso.

Nós temos a distinção das multas punitivas, moratórias, os juros moratórios...

E, entrando no PLP, que foi mencionado aqui várias vezes, o PLP 124, e até eu gostaria de fazer um pequeno pleito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Juristas não ouviu as administrações tributárias dos estados e dos municípios, e aqui é a Casa da Federação. Então deveria, sim, ouvir também as administrações tributárias dos estados e dos municípios. Ouviu a administração tributária federal, mas nem sempre a realidade que aflige a Receita Federal coincide com aquela que aflige a estados e municípios.

Então, no PLP 124, nós temos lá, no §5º – eu me esqueci de mencionar qual é o artigo. Depois a gente pode identificar –, as circunstâncias atenuantes a que a Dra. Zabetta até fez elogios.

São seis circunstâncias atenuantes, algumas delas extremamente subjetivas, o que impõe um ônus de termos um controle sobre elas individualizado. Vamos ter que ter um banco de dados adicional, para poder monitorar quantos desses incisos cada contribuinte – cada um dos milhões de contribuintes que existem – preenche ou cumpre. Por exemplo, o inciso V, que foi por ela elogiado: a existência de erro ou ignorância escusável do sujeito passivo. Nós temos que entrar dentro de cada processo, para saber se essa circunstância se aplica.

E como é que nós vamos manter um banco de dados com milhões de contribuintes com esse nível de informação? E qual é a repercussão dessas informações dessas tais circunstâncias atenuantes? A repercussão está no §10, que vai aplicar redutores de penalidades de até 50% – começa em 50%. O sujeito passivo, §10, inciso I, enquadrado em todas as atenuantes, terá redução da penalidade em 50%.

Nós propomos, alternativamente a isso... Logo adiante, é um outro eslaide, eu vou rapidamente mostrar, porque eu sei que meu tempo já se esvaiu, mas, dentro do PLP 108 – vamos guardar aquelas considerações do PLP 124, porque nós vamos aproveitá-las logo a seguir –, as penalidades que constam lá foram só do IBS – sim, foram só do IBS. Como é que elas foram construídas, foram propostas, sugeridas obviamente? Porque dependeu, obviamente, de quem tinha a iniciativa do projeto de lei apresentá-las.

Houve, inicialmente, no âmbito dos estados, o GT75 do Confaz, com 960 auditores, dos 27 estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a honra de ser o Coordenador desses 960 auditores, e nós fizemos esse trabalho de identificar, com base na experiência, na prática, na lida diária, aquelas penalidades que se aplicam, aquelas penalidades que aos contribuintes faltosos, aos contribuintes fraudadores – que não são todos, graças a Deus – se aplicam. E, foi com base nessa conduta, no comportamento efetivamente aferido, que nós construímos essa proposta.

Depois, nós levamos para o GT18, no âmbito do PAT-RTC, com 25 auditores fiscais, aí já numa formação mista de estados e municípios mais a Sert, que participou.

O resultado disso é o que foi proposto no PLP 108 em relação ao IBS, sendo que, conforme o Manoel Procópio já explicou, foi privilegiada a tipicidade fechada.

O que é a tipicidade fechada? Contrariamente à tipicidade aberta ou aos tipos abertos... Tipo aberto, como o Manoel exemplificou, é "descumprir a legislação". É muito aberto, cabe tudo ali dentro. Então, o auditor-fiscal que, eventualmente, não esteja devidamente instruído – pode ser que aconteça em algum lugar – pode enquadrar qualquer conduta naquele tipo infracional.

Agora, a tipicidade fechada descreve precisamente o tipo infracional, e o auditor-fiscal tem que comprovar que o contribuinte incorre naquela conduta fielmente, conforme descrita. Isso é tipicidade fechada, ou seja, ela traz mais segurança jurídica para o contribuinte. É isso que nós estamos defendendo.

Agora, independentemente de tudo isso, não somos insensíveis. Temos visto aí os trabalhos que foram apresentados, do Ccif, do Getap, da CNI, entre outros, que, de certa forma, replicam a abordagem do Ccif.

Tem um cálculo matemático ali na proposta do Ccif, que é um cálculo esotérico, absurdo, porque aquela hipótese em que ele faz uma progressão geométrica nunca se aplicará. Por que nunca se aplicará? Porque os tipos são individuais. Eles vão se aplicar individualmente em cada situação. Eles não se aplicam simultaneamente aos contribuintes, ao mesmo tempo. Isso é impossível de acontecer na prática. Então, essa celeuma de 37 tipos infracionais *versus* cinco tipos infracionais, isso é figura meramente de retórica. No caso concreto, se o contribuinte incorreu em uma, duas ou três, e o auditor tem que devidamente enquadrá-las, aí, sim, ele vai ser merecedor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ele incorreu naquele tipo infracional. Então, é, vamos dizer assim, um sofisma, eu diria, essa questão de 37 *versus* cinco tipos infracionais.

Não obstante, nós estamos reunidos – estados, municípios e a Receita Federal – construindo uma proposta, que a gente chama de proposta de consenso das administrações tributárias dos estados, municípios e da Receita Federal, que tem um esforço de agrupamento dos tipos infracionais correlatos; a revisão da dosimetria das penas; e isso em conformidade com o Tema 487, que está sob repercussão geral no STF, com voto já proferido – ainda não foram proferidos os votos todos; está com vista para o Ministro Gilmar Mendes: "1. Havendo tributo ou crédito, a multa decorrente do descumprimento [...] [enfim] não pode ultrapassar 60% do valor do tributo [...], podendo chegar a 100% no caso de [...] circunstâncias agravantes".

Agora, essas circunstâncias agravantes – e aqui eu faço um *link* com aquela abordagem do PLP 124 – devem ser circunstâncias objetivas. Elas têm que, na própria descrição da conduta, exteriorizar, revelar o dolo específico do agente, a conduta intencional de sonegar, de fraudar o fisco, de economizar tributo. É isso, e não aquelas questões meio que lotéricas, conforme foi dito ali, de vários critérios, em que a gente tem que ter um banco de dados para depois dizer se vai reduzir em 50% ou não.

E o outro critério que a gente está propondo é que os redutores... Lá no PLP 124, o redutor máximo é de 50%; aqui nós estamos propondo um redutor de até 60% se o contribuinte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – Já vou encerrar.

Prossigo: se o contribuinte estiver dentro de programas de conformidade fiscal – 60%, muito maior. Porém, é um pouquinho menor – e aí eu vou fazer um gancho com a questão da transação tributária –, porque foram aprovadas no Brasil várias leis de transação tributária, inclusive a Lei 13.988, que prevê reduções de 65%. Então, realmente fica difícil.

Agora, no PLP 108, nós tivemos a circunstância quase surreal, eu diria, de que foi apresentada uma emenda – com todo o mérito, não quero desmerecer a emenda – que confere ao contribuinte a prerrogativa de reivindicar que o crédito tributário de que ele é devedor seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inscrito em dívida ativa, para que ele rapidamente possa usufruir da redução de 65% lá da transação. Assim, a transação perdeu a sua característica original.

O que era a transação à luz do CTN originalmente? Concessões recíprocas, de parte a parte, do contribuinte e do Fisco. Do jeito que ficou hoje, essas leis de transação, genericamente, Brasil afora – além da lei federal, vários estados copiaram –, transformaram-se em leis de remissão. Remissão refere-se... Perdão, leis de anistia – desculpem; leis de anistia. Por quê? Não tem condição nenhuma que o contribuinte tem que cumprir, a não ser aquela que já é o dever originário dele, de pagar o tributo. Então, não pode ser categorizado como concessão recíproca, na parte que diz respeito ao contribuinte, ele cumprir o básico da obrigação tributária, como nós cidadãos todos temos que cumprir, que é pagar os tributos.

Então, virou uma lei de anistia. E agora, conforme foi falado, salvo engano, na fala da Profa. Zabetta, deveria a transação – essas leis –, se eu compreendi bem, avançar sobre o imposto devido. Aí, além de anistia, vai ser uma lei de remissão. Remissão e anistia permanente.

Então, dentro desse conjunto – meu tema é "penalidades" –, dentro dessa questão da dosimetria da pena, a gente tem que considerar todos esses fatores. Nós temos que resgatar a finalidade, o instituto da transação, tal como ele era originalmente.

Ele é um instituto importante? É sim. Deve ser usado tanto pela procuradoria quanto pela administração tributária, por que não? Por que o privilégio? Só porque esse privilégio, na fase judicial, gera honorários, e os auditores não ganham honorários? Temos que corrigir isso.

Bom, eu já me excedi aqui no tempo. Eu só peço um minuto, então.

Em relação ao que a Dra. Claudia falou...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor já recebeu mais de cinco minutos, Dr. Ricardo. Tem que haver isonomia aqui nas apresentações.

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA – Perfeito. Perfeito. Eu já vou encerrar.

É só que o Carf...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria dizer que a Profa. Susy trouxe vários números, mas o número essencial que a gente gosta de considerar para comparar a eficácia e a eficiência dos contenciosos administrativos é o prazo médio de tramitação dos processos.

Esse eslaide, esse gráfico eu busquei no *site* do Carf. Na fase vermelhinha lá (Turma Ordinária e Turma Extraordinária): 1.221 dias – 1.221 dias. O azulzinho é na Câmara Superior: 263 dias. Isso dá mil, quatrocentos e tantos dias, quatro anos praticamente.

Aí eu quero mostrar Minas Gerais.

Está ali o histórico, desde 2019, de em quanto tempo nós decidimos um contencioso administrativo. Prazo líquido... O prazo líquido é descontando o prazo que sai do conselho para a diligência, etc. Em 2024, para se ter uma única referência: 180 dias; prazo total, 232 dias – menos de oito meses.

É só isso que eu queria dizer.

Muito obrigado. Desculpem-me por ter extrapolado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Dr. Ricardo pela apresentação dos seus aspectos, dos seus pontos de vista, sempre lembrando que o Congresso Nacional é o Rio Amazonas: tem vários afluentes. Aqui, então, é que é discutido e debatido aquilo que depois será votado em nome daqueles que votaram na gente, para estarmos aqui representando cada um.

Bom, não há nem Senadoras nem Senadores inscritos para perguntar para a senhora e para os senhores. Então, vamos trazer aqui à mesa os próximos debatedores.

Muito obrigado.

A SRA. ANNE KAROLE SILVA FONTENELLE DE BRITTO (*Fora do microfone.*) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu convido:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Sr. Fabricio das Neves Dameda, Auditor Fiscal do Município de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, para compor aqui a nossa mesa; (*Pausa.*)

- o Sr. Miqueas Liborio de Jesus, Auditor Fiscal do Município de Joinville, Santa Catarina, representante da Confederação Nacional de Municípios – bem-vindo, Sr. Miqueas;

- o Sr. Mario Sergio Carraro Telles, Diretor Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

- e o Sr. Fernando Mombelli, representante da Receita Federal do Brasil.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Fabricio das Neves Dameda, Auditor Fiscal do Município de Porto Alegre, para a sua apresentação pelo tempo de dez minutos.

O SR. FABRICIO DAS NEVES DAMEDA (Para expor.) – Boa tarde.

É uma honra estar aqui, queria agradecer... E uma honra maior ainda estar sob a Presidência do Senador do nosso estado. Quero cumprimentar a todos e ir diretamente para o tema.

Eu acho que já se falou bastante de alguns pontos. Eu vou focar na parte do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, eu acho que é uma questão relevante que foi falada aqui, já, em algumas apresentações, e eu espero também aproveitar para esclarecer e trazer a nossa visão sobre essa questão do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, muito em relação às suas competências, à sua composição. Quero falar um pouquinho do que é o comitê, mas principalmente, também, do que não é.

Eu acho que o PLP 108 em três dispositivos acabou trazendo, na nossa avaliação, uma confusão de compreensão entre o que é o Comitê de Harmonização, o que ele deve ser, e o que se vem fazendo de propostas em relação a ele que não se coadunam com o objetivo dele. E nos parece que até a utilização da expressão jurisprudência talvez tenha promovido esse equívoco.

Está havendo uma confusão entre decisão no caso concreto, que é oriunda do processo administrativo tributário, com a uniformização de interpretação, que não está ali dentro. O objetivo é o de buscar a harmonização de eventuais interpretações divergentes. Isso não significa, em absoluto, decidir no caso concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 112 ainda traz a uniformização da jurisprudência de novo. Eu acho que essa expressão está trazendo. E aí eu faço um destaque no 113, porque ele já demonstra que o objetivo não era de que o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias fosse uma instância de julgamento. Veja que ele traz a previsão de que as decisões do comitê deverão ser fundamentadas. Ora, isso já é praxe e determinação constitucional de todos os órgãos de julgamento: eles têm que trazer fundamentação nas suas decisões.

Por que é que se coloca ali o dever de ser fundamentado? Exatamente porque ele não é órgão de julgamento. Então, como, equivocadamente – na minha opinião –, se acabou jogando essa questão nesse formato, com a expressão de uniformização da jurisprudência, isso acabou trazendo essa confusão. Mais adiante, ele diz: "a partir de sua publicação no *Diário Oficial*", de novo evidenciando que não se trata de uma instância de julgamento do caso concreto, e sim de uma uniformização da interpretação da legislação.

Mas vamos falar um pouquinho, então – que é o objetivo –, do que é o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias.

Já foi citado aqui e apresentado, mas eu acho importante a gente destacar novamente, o inciso 22 do art. 37 da Constituição Federal: "As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado [...] [e aí eu vou pular para parte que nos interessa especificamente, que é] atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais [...]".

Esse dispositivo está na Constituição Federal desde 2003, foi utilizado diversas vezes, mas sempre de forma pontual, esporádica. Temos aí a Enat, temos diversas iniciativas, mas, em momento algum, de 2003 para cá, se consolidou essa estrutura de forma regular, contínua e estruturada, com competências definidas em lei, e finalmente se conseguiu fazer: a Lei Complementar 214 traz esse intento que estava lá na Constituição desde 2003, que é fundamental para implementação da nossa reforma tributária, considerando os tributos que foram criados e a forma como eles foram criados.

Mas aí eu chamo de novo a atenção para dizer o que ele não é, insistindo neste ponto: ele não é quarta instância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, o art. 320 vai dizer que: "Os órgãos colegiados de que trata o art. 319 [...] [entre eles o Comitê de Harmonização]: [...] II - decidirão, na forma de seu regimento, por unanimidade dos presentes".

Ora, não há nenhum órgão julgador, em processo administrativo tributário, que vá decidir por unanimidade. Isso não funciona, não seria possível. Então, de novo quero esclarecer que o Comitê de Harmonização não é uma quarta instância, não é um órgão de julgamento no processo administrativo tributário.

Para além disso, nas competências do Comitê de Harmonização, que estão previstas lá na Lei Complementar 214, entre elas – e eu vou também só ler o que está destacado – uniformizar a interpretação...

O que é a decisão no processo administrativo senão a interpretação da legislação por aquele órgão? Então, já era competência do Comitê de Harmonização promover essa uniformização de interpretação, quando fosse necessário, em função dos entes envolvidos, das esferas federativas envolvidas.

Mas vejam que, no inciso II, vem a informação prevenir litígios. Por quê? Porque esse trabalho de uniformização e de interpretação nesse *locus* que é regular, finalmente instituído com competência, vai atuar preventivamente, vai atuar já prevenindo o litígio relativo às normas comuns aplicáveis aos dois tributos, atuando não no caso concreto, numa decisão final, mas de forma preventiva, fora do processo do contencioso administrativo.

As decisões definitivas no âmbito do processo administrativo são interpretações da legislação dos respectivos tributos. Portanto, já está prevista essa competência.

A gente tem falado muito da questão da uniformidade, e aqui eu vou me permitir um exemplo muito simplório, para dizer... A gente tem falado muito nisso e aqui, nesta audiência pública, a gente ouviu diversas vezes; "Ah, o ideal é que fosse um contencioso único, porque é muita gente interpretando, isso não funciona, isso é moroso, isso não é célere". Mas vamos lá para um exemplo – peço desculpas porque é muito simplório: se eu tiver um furto a uma agência da DHL ou da FedEx, na área de encomendas, vai ser processado e julgado pela Justiça estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, e se o mesmo furto – eventualmente pelo mesmo agente –, na loja do lado, for praticado na loja dos Correios? Isso vai ser processado e julgado na Justiça federal. E ali...

Não existe um Código Penal estadual e um Código Penal federal; existe um só. Então, é diferente do que a gente está tratando: nós temos dois tributos, em que a Constituição determina cinco pontos de convergência obrigatórios. No exemplo singelo que eu estou trazendo, é um Código Penal, é um tipo penal só. E, pelo fato de o patrimônio atacado ser de esfera federativa diversa, ele é processado e julgado em instância diferente, e ninguém está reclamando disso. Faz 80 anos que é assim.

Por que, agora, no IBS, na CBS, isso se tornou uma celeuma? Isso já funciona assim por quem exerce o poder jurisdicional de forma típica, que é o Poder Judiciário. Ele já atua assim. Decisões em esferas diferentes, sem problema algum, sobre o mesmo... Por quê?

E aí nós temos 27 Tribunais de Justiça, seis Tribunais Regionais Federais tratando matéria penal, cível, tributária... São 22.770 cargos de magistrado no Brasil julgando.

Para mais do que isso, o que é importante a gente aqui também destacar?

Qual é o objetivo? A gente fala muito quer um contencioso administrativo mais célere, mas as propostas que vêm à mesa, invariavelmente, conduzem para um processo mais moroso.

Ora, quando eu proponho a criação de mais uma instância, eu vou tornar o processo mais moroso, invariavelmente. Isso não significa não dar as possibilidades de o contribuinte buscar as suas garantias. Elas estão presentes. Existem três instâncias.

Atualmente, o ICMS tem duas instâncias. E lembro: o fato gerador do ICMS é único no país inteiro, está definido em lei complementar. A gente diz: "Ah, mas o fato gerador da CBS é o mesmo fato gerador do IBS". Sim, mas o fato gerador dos 27 ICMSs que nós temos hoje está definido na lei complementar nacional, é o mesmo. E eu não tenho uma instância de uniformização hoje. Olha o ganho que nós já estamos verificando nessa questão.

Ainda só voltando a essa questão da uniformidade, eu acho que o relevante, quando se persegue uniformidade... A uniformidade não está nas pessoas e nas estruturas que as interpretam; a uniformidade está na regra que serve de base para essa interpretação. E isso este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional fez de forma magistral com a reforma tributária: 27 legislações de ICMS, talvez 4 mil de ISS, e hoje nós temos uma única regra. Isso gera uniformidade.

Então, não faz sentido, no meu sentir, essa preocupação de que tem que ser único, de que tem que ser... Porque a uniformidade que era necessária o Congresso Nacional já garantiu, na unificação da legislação.

Concluindo, Senador, eu acho que o principal passo já foi dado: regra uniforme. "Ah, mas são...". Eu vi um exemplo aqui que eu até não entendi muito bem: tentaram comparar a quantidade... Talvez eu tenha entendido errado, mas se juntou a quantidade de julgadores que seria necessária no IBS para julgar o país inteiro e aí se comparou essa quantidade com TJs individuais. Mas vejam: o TJ do Rio Grande do Sul julga no âmbito do Rio Grande do Sul. Então, no mínimo, a comparação teria que ter sido de Câmara para Câmara. Olha, no Estado do Rio Grande do Sul vai ter lá uma Câmara, uma das 27, e ela vai ter mais julgadores. Então, não acho que o número seja muito absurdo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRICIO DAS NEVES DAMEDA – ... e é uma estrutura que hoje já está posta.

Então, eu acho que o primeiro passo já foi dado: regra uniforme. É isso que vai garantir a uniformidade da decisão.

O número adequado de instâncias.

São três instâncias. Eu acho que o contribuinte está bem assistido para fazer valer o seu direito.

Menor concentração gera celeridade. Isso me parece óbvio. Quanto menos concentrado for qualquer processo, mais célere ele é. Quanto mais concentrado, mais gente disputando a mesma fila.

Vou dar um exemplo – eu sei que eu já passei do meu tempo –, muito rapidamente, para dizer... Um exemplo só.

Uma das divergências, ao contrário do que foi dito aqui: a alíquota não é importante. A alíquota não é importante até a hora em que você autuar um contribuinte porque ele usou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

local de operação que gerou uma alíquota maior, enquanto o Fisco entende que o local de operação gera uma alíquota maior. Então, ele não vai achar que é irrelevante, ele vai litigar isso. Ele está pagando mais tributo por uma interpretação que o Fisco deu e com a qual ele não concorda. Isso não tem relação, em nada, com a CBS.

A CBS não tem relação com a alíquota, a CBS não tem relação com o local. O local da operação não modifica a arrecadação da CBS, mas no IBS modifica.

Aí você imagina o seguinte: você submete esse contribuinte a uma fila única, e ele vai disputar espaço e tempo na fila do atendimento ao seu processo com outros assuntos.

Então, parece-me que é chover um pouco no molhado dizer que, quando eu concentro qualquer processo, eu o torno mais moroso, invariavelmente.

Concluindo, o Comitê de Harmonização das administrações tributárias é órgão técnico, de interesse público, com competências específicas e com atividade constitucionalmente prevista, que não é de julgamento, que não admite outros partícipes, porque a previsão constitucional é um fórum de harmonização das administrações tributárias que vai tratar de obrigações acessórias, que vai tratar de uma série de outros temas, dentre eles a harmonização da interpretação da legislação, quando for divergente ou quando potencialmente puder ser divergente, de forma preventiva, em relação à administração tributária da União e à administração tributária dos fiscos estaduais e municipais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Fabricio das Neves Dameda pela sua apresentação e passo a palavra ao Sr. Miqueas Liborio de Jesus, Auditor Fiscal do Município de Joinville, de Santa Catarina, que representa a Confederação Nacional de Municípios.

O SR. MIQUEAS LIBORIO DE JESUS (Para expor.) – Senador Mourão, boa tarde. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Senadores que compõem esta Casa da Federação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui a cordial saudação do Presidente Paulo Zilkoski, da Federação Nacional de Municípios, em nome dele, em nome do Dr. Garrido, Diretor, saudando todos que nos acompanham também pela TV Senado e pelos meios virtuais.

É sempre uma honra estar nesta Casa, discutir assuntos relevantes à Federação brasileira, na presença da sociedade, das autoridades que compõem este Senado, os consultores e todos que estão aqui presentes.

Eu começo, fazendo esta fala... E falar quase que por último já me traz uma certa tranquilidade, porque os temas que são mais sensíveis a estados e municípios já foram quase que exaustivamente expostos. Não digo que possamos ter chegado a uma pacificação, porque nós estamos num processo de construção, cabendo a esta Casa dar o polimento final nessa pedra bruta que aqui se entregou.

É importante nós termos em mente que – e aqui, caminhando um pouco na direção da Dra. Susy – estamos numa visão de futuro deste país. A reforma tributária nos propõe um futuro para o país, e é difícil nós falarmos num futuro em que nós estamos modificando pedras angulares sobre as quais esta República se sedimentou, que é o pacto federativo.

A reforma tributária mexe essencialmente no federalismo fiscal, pedra angular, repito, pedra angular deste Estado brasileiro. Cláusula pétrea, inclusive.

É difícil construir um sistema da noite para o dia que seja eficiente ou que traga a eficiência tão esperada. Se o sistema fosse eficiente, uma reforma tributária desta envergadura, num país que, como dito, é a oitava economia do mundo, que se posta numa condição mundial e busca assentos e protagonismos, seria fácil de ser colocada. O ótimo é inimigo do bom, e é natural que nós estejamos, neste momento, debatendo este assunto.

Então, eu vou me permitir comentar, de forma geral, passando por determinados pontos – o que é natural de um debate... É claro que temos pontos de vista e, repito, cabe a esta Casa, o *locus* da Federação brasileira, dos estados e dos municípios, e, cada vez mais, Senador, nós teremos a presença de estados e municípios, conjuntamente com a União, debatendo os assuntos de interesse da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre importante saber, quando nós falamos neste processo, que, acima das administrações tributárias, existe uma sociedade, um país que clama por essas modificações, e, para nós, enquanto autoridades, há o dever de entregar isso à sociedade brasileira.

A reforma tributária preconiza, de fato, uma simplicidade, mas ela nos traz um outro binômio: responsabilidade. E é com esta responsabilidade que estados e municípios, em conjunto com a União, desde fevereiro de 2024, vêm trabalhando incessantemente, diuturnamente, para entregar às duas casas aqui do Congresso, à Câmara e ao Senado, projetos de leis que venham a regular a vida da sociedade brasileira.

E, como o tema aqui é contencioso – o Manuel já foi preciso sobre isso: é uma lei nova, e será a primeira vez no país que nós teremos um contencioso unificado em âmbito de território nacional –, e contencioso pressupõe litígio, disputa, é necessário que haja regras claras, simples, objetivas, para estabilizar esses conflitos que são colocados. E é esta a essência que está no PL 108.

Pode ser que ele não seja perfeito, e ele não o é. Basta ver o debate que nós já travamos aqui e basta ver a quantidade de emendas que já tramitam nesta Casa. E todas elas, de certo modo, ressalvadas as devidas proporções, possuem seu mérito. Possuem uma visão, uma visão do poder público, enquanto ente arrecadador, possuem uma visão da sociedade, enquanto ente pagador, como contribuinte disso aqui.

E eu começo fazendo uma separação nessas discussões: é importante – o Senador fez uma importante intervenção – a divisão que se está tendo ou que se está criando entre procuradorias e administração tributária.

Constitucionalmente, são duas atividades muito bem delimitadas, estão lá no texto constitucional – nós não precisamos divagar demais sobre elas –, e são duas categorias essenciais ao Estado brasileiro. Duas. E duas com campos bem delimitados. Uma, no art. 37, inciso XXII, que diz que atividade essencial ao funcionamento do Estado tem que ser exercida por servidores de carreiras específicas, ao passo que diz, no art. 132, que às procuradorias competem a defesa judicial do ente estatal e a consultoria jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas duas carreiras devem andar em sintonia. E a administração tributária, como atividade essencial que mexe com a área sensível do povo brasileiro, que é o seu bolso, é natural, precisa ter o seu contorno bem delimitado. E é natural que nós tenhamos uma área judicial, e o limite de uma e outra é quando entra esse ponto da judicialização.

As procuradorias exercem um papel importante na consultoria jurídica, como bem já foi dito aqui. Eu não quero aqui fazer uma disputa de corporações, pelo contrário, mas deixar muito bem delimitado qual é o papel dessas duas carreiras no âmbito do contencioso, no âmbito do Comitê de Harmonização, como bem lembrou aqui o Dameda, que não é órgão de instância administrativa de julgamento. Pelo contrário. Na verdade, nem órgão ele é, porque não houve previsão constitucional para se criar esse comitê. Houve um comando constitucional para que a administração tributária da União e o Comitê Gestor, fazendo a função representativa das administrações tributárias dos estados e municípios, se entendessem.

O Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, no limite da Constituição, é o *locus* institucional em que estas autoridades se encontrarão, para justamente resolver os dissensos que poderiam existir num tributo dual, que respeita a autonomia federativa, respeita o pacto federativo, mas, por outro lado, um pacto federativo que está sendo transformado profundamente.

Essa reforma tributária pode se equivaler à reforma tributária implementada pela Emenda Constitucional 18/65, que foi um grande marco na história brasileira. E, no ano de 2023, esta Casa Legislativa promove uma substancial remodelação desse pacto, mexendo em autonomia, mexendo em competência, sem se desgarrar das premissas constitucionais que deveriam guarnecer aquela emenda.

Louvável o trabalho que esta Casa fez quando passou a tramitação do PL 68 e entregou à sociedade um conjunto de regras harmônicas para um tributo dual que precisa se moldar ao federalismo presente na Constituição, sem se desgarrar da autonomia dos entes.

Eu poderia falar muito sobre outras questões aqui envolvidas, mas gostaria de me prender a um ponto que chama a atenção, e, principalmente, para esclarecer para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comitê gestor do Simples Nacional e o comitê gestor do IBS nem de longe são semelhantes. Nem de longe. O comitê gestor do Simples Nacional, embora tenha lá o seu contorno constitucional e esteja traçado na Lei Complementar 123, o papel dele é meramente normativo.

E veja: toda a gestão do tributo cabe à União. Ali, sim, nós poderíamos ter falado em comprometimento da autonomia dos estados e municípios, e, nem por isso, houve ações de inconstitucionalidade sobre essa lei.

Agora, quando nós olhamos para o comitê gestor do IBS, a musculatura constitucional e o limite que o legislador constituinte, que esta Casa – inclusive o senhor, na condição de legislador constituinte, ajudou a aprovar nessa emenda... É muito distante do que nós estamos falando.

A autonomia federativa é tudo aquilo de que se precisa para resguardar o futuro deste país.

E, quando nós falamos – caminhando para a parte final – de integração de contencioso do Carf e do IBS, é importante a gente ter em mente o seguinte: o legislador constituinte deixou as pegadas aí – e eu faço coro com a Dra. Susy –, a visão de futuro.

Nós estamos mexendo profundamente com uma gama de normas, de regras, de procedimentos. Nós estamos unificando, dentro de um único contexto, 5.569 municípios, 26 estados, um Distrito Federal e um ente federativo robusto, que é a União.

Não há como equacionar isso, num curto espaço de tempo, para que nós tragamos à sociedade brasileira a simplicidade de que ela precisa.

Comparar o Carf com o contencioso do IBS é desprezar os 5.569 municípios que estão na base da federação, que têm um poderoso imposto que estão entregando para essa reforma tributária e que têm os seus procedimentos sendo executados.

Quando se compara esse contencioso do Carf, nós estamos comparando um ente com a sua gama de tributos. E olha a complexidade que é aquilo...

O contencioso do IBS, como bem lembrou o Manoel, é para ser leve, simples, objetivo e com câmaras virtuais, podendo ser criadas tantas quantas forem necessárias para dar conta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volume de processos que forem instaurados. E, não havendo necessidade, essas câmaras poderão ser, igualmente, extintas.

Cabe ao comitê gestor lócus institucional constitucionalmente definido, onde estados e municípios exercerão as suas competências normativas. É deste ente o dever de coordenação dessas administrações tributárias, não é? É dele!

Então, nós não temos, neste momento, como tratar coisas que não são semelhantes como iguais. Dizer que essa estrutura vai ser igual é a mesma coisa que dizer que a sociedade brasileira precisaria saber quais são as alíquotas de referência de IBS e CBS, quando nós sabemos que não temos dados concretos para isso.

O que nós fazemos, neste momento, é tudo futurologia. É simplesmente isso que nós fazemos. Não temos dados reais para mensurar isso.

E, por fim – caminhando –, no contencioso administrativo, Senador, em que pese haver divergências doutrinárias....

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIQUEAS LIBORIO DE JESUS – ... e entendimentos, não é papel do julgador administrativo fazer juízo de valor da norma posta.

O julgador administrativo tem uma missão legal e constitucional. É o controle da legalidade do ato administrativo de lançamento.

Assim como a autoridade lançadora, esta mesma autoridade julgadora está vinculada à norma, seja ela de caráter legal, produzida por esta Casa, seja ela de norma infralegal. Porque, na administração pública, de forma geral, se pressupõe a hierarquia, e nós estaríamos falando de um órgão abaixo, submisso ao conselho superior, podendo fazer o crivo de legalidade desses atos.

Por fim, nós estaríamos esbarrando em comprometimento à separação dos Poderes, porque um ato infralegal pode ser sustado principalmente – e peço 30 segundos a mais – pelo conselho superior, pelo próprio Parlamento, pelos seus decretos e, por fim, pelo próprio Poder Judiciário.

Era isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sr. Miqueas.

Eu passo a palavra ao Sr. Mario Sergio Carraro Telles, Diretor Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação, que representa a Confederação Nacional das Indústrias.

Sr. Mario Sergio, o tempo é seu.

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar o Senador Mourão, agradecer a oportunidade para que a CNI traga aqui a sua visão sobre o PLP 108 como um todo.

Senador, já antecipo que vou tratar de alguns outros temas que não exatamente infrações e penalidades, mas a gente entende que temos contribuições importantes a serem dadas, e eu trouxe todas aqui de uma forma bem resumida.

Acho que, antes de entrar nas nossas sugestões, eu preciso lembrar os princípios norteadores da reforma, e eu acho que não é novidade para ninguém que a entidade que eu represento aqui, a CNI, foi uma grande defensora da reforma tributária.

Nesse sentido, acho que as nossas sugestões, que vão ser mostradas a seguir, vão no sentido de que o PLP 108 esteja em sintonia com a reforma que nós defendemos e aprovamos em conjunto com vários outros atores, para os quais nós contribuímos.

Então, acho que é importante lembrar que a reforma tinha alguns objetivos.

Quanto à questão da simplicidade, já foi muito colocado aqui que o nosso sistema tributário é muito complexo. Então, é preciso trazer simplicidade, transparência – o nosso sistema atual não tem transparência alguma – e, finalmente, a questão da cooperação.

Aí eu concordo com vários que já me antecederam: a reforma tributária traz um desafio para os entes públicos, no sentido de aumentar a cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Fabricio acabou de mencionar algumas situações que, apesar do comando constitucional de 2003, não são implementadas na prática. Então, é necessária a cooperação entre os entes federativos: União, estados, Distrito Federal e municípios.

Entendemos os desafios que isso coloca, mas gostaríamos de colocar aqui também que a reforma traz desafios para os entes públicos, como também para os contribuintes, muitos desafios, e o primeiro que eu vou colocar aqui...

Nós conversamos com toda a nossa base de contribuintes, e uma questão que vem preocupando a todos os contribuintes é o fato de que os colegas do Fabricio, do Miqueas e do Mombelli cheguem, cada um a seu tempo, à empresa fazendo fiscalizações.

Então, essa é uma preocupação, Senador, recorrente. Por isso, está aí na minha primeira tela.

Se eu pudesse deixar apenas uma mensagem – mas eu ainda tenho seis minutos e meio –, eu deixaria esta mensagem: é preciso que a gente vede a realização de fiscalizações concomitantes e concorrentes, em determinados períodos, sobre um mesmo contribuinte.

Então, é preciso estruturar um sistema nacional de fiscalização, para que se determine qual dos entes, principalmente no caso de estados e municípios, irá ser o titular ou o cotitular da fiscalização.

E o terceiro ponto: estabelecer normas de acesso e compartilhamento de provas e informações – acho que foi o Fabricio também que colocou isso – já é uma situação posta. Então, essa talvez seja a maior preocupação que a gente recebe da nossa base de contribuintes.

E, além de uniformizar e de vedar essas fiscalizações concomitantes, que nós tenhamos uniformização de normas e práticas fiscais na gestão do IBS, para que a fiscalização de Joinville – não é, Miqueas? – seja próxima e tenha as mesmas normas e práticas de outros municípios e outros estados.

Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto: eu acho que muito se falou aqui da harmonização da interpretação, e nós sugerimos aqui a concessão do efeito suspensivo aos incidentes que estão sujeitos ainda à necessidade de harmonização da interpretação, tanto no caso do IBS como no caso da CBS.

No segundo ponto que a gente gostaria de trazer ali... A gente já sabe, até pela fala do Miqueas agora, que existe uma resistência muito grande, mas a Zabetta já colocou aqui: nós, contribuintes, entendemos que poderíamos e deveríamos contribuir nesse processo de harmonização da interpretação da legislação do IBS e da CBS, portanto, tendo representantes nos conselhos de harmonização, no comitê de harmonização. Tá?

A questão da legalidade já foi colocada aqui eu acho que pela Susy e pela Zabetta. Não vou gastar meu tempo – ainda tenho alguns minutos.

Gostaria de falar também um pouco sobre a estrutura do comitê gestor, tá?

Aí, Ricardo – até me esqueci de mencionar –, fiquei muito feliz com a sua fala, porque nós vamos falar um pouco à frente sobre multas, mas sobre a estrutura do comitê gestor nós precisamos pensar um pouco. Ele tem ali um conselho superior, que vai ser formado por 54 pessoas, e logo depois vem a diretoria executiva. Então, na nossa visão – e não coincidentemente é uma sugestão do Getap, mas é que a gente também se fala entre os contribuintes –, nós estamos sugerindo a criação de um comitê executivo, que seria uma instância entre a diretoria executiva e o conselho superior, para dar mais agilidade ao comitê gestor, que é um item fundamental da reforma tributária. E, além disso, criar uma câmara de resolução de conflitos nas eventuais divergências entre entes federativos, entre esses e o comitê executivo, e entre qualquer outro órgão do comitê gestor.

Com relação às infrações e penalidades, mais uma vez eu cito o Ricardo.

Nós temos a sugestão de reduzir a quantidade dos 37 tipos atuais de multa para cinco, que é a proposta que nós apoiamos do CCiF. E fiquei feliz com a sua fala, pois, apesar de não concordar com as cinco, vocês estão trabalhando para reduzir essas 37. Então, é um ponto importante.

Segundo ponto na sua fala, que também está de acordo com a nossa proposição: fazer uma dosimetria, principalmente em relação àqueles contribuintes que estão com comportamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperativo, que estão nos programas de conformidade, e também adequar a intensidade das penalidades.

Então, acho que vamos convergir aí em um meio termo com relação a essas questões.

E, para terminar, com esses últimos três minutos, eu gostaria de falar de algumas outras questões.

Saldos remanescentes de ICMS.

Esse é um problema muito sério das empresas. Ninguém sabe o valor exato, mas temos estimativas que seriam cerca de R$200 bilhões em saldos credores acumulados neste momento. E, passado 2032, as administrações tributárias teriam um ano para homologar os pedidos de saldos credores.

Nós entendemos que, como esse é um problema muito sério para o fluxo de caixa das empresas e para o custo financeiro, esse prazo deveria ser reduzido. Nós estamos sugerindo 90 dias e ainda dar uma opção às empresas de monetizarem mais rapidamente esses saldos credores, através da possibilidade de securitização.

Um segundo ponto aqui, entre essas outras questões, é uma questão que nos preocupa, viu, Senador Mourão? Na distribuição dos recursos do IBS entre os entes federados, durante 50 anos, nós temos uma transição. E, nessa transição, uma parte vai ser distribuída de acordo com o destino e outra por um critério que leve em consideração, na versão atual, o período, a participação do ente no bolo da arrecadação de 2019 a 2026.

O fato de ainda estar em 2026 o que é que tem gerado e nós temos percebido? Um movimento de estados para aumentar – o senhor já colocou – o ICMS, para aí aumentar a sua participação no presente, porque isso vai fazer diferença por quase 50 anos, não é? Então, o que nós estamos sugerindo ali é reduzir esse período.

Ali está 2024, mas, pela anterioridade, pode ser inclusive 2025, para não deixar ainda em aberto, para que mais mudanças sejam feitas com o fim de aumentar a participação aí no total da distribuição do IBS.

E o último ponto, que eu gostaria de trazer, é a questão da base de cálculo do ITCMD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – Na transmissão de cotas e ações de sociedade de capital fechado, portanto que não tem ações em bolsa, a base de cálculo prevista é a avaliação de ativos e passivos a valor de mercado.

Essa avaliação, para quem não tem ação em bolsa, é muito complexa, traz muita preocupação para a sociedade de capital fechado.

Então, nós estamos sugerindo que a base de cálculo passe a ser a avaliação de ativos e passivos a valor patrimonial contábil, que é algo bem mais concreto do que o valor de mercado de companhias fechadas.

E a questão da inscrição em dívida ativa, Ricardo, estamos sugerindo a padronização em 12 meses.

A sugestão da emenda é nossa de que o contribuinte possa, dentro desse período, optar pela inscrição antecipada.

Seriam esses os pontos, Senador.

Fiquei aí dentro do meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Sr. Mario Sergio.

Eu sempre recordo que, na savana africana, o leão corre atrás do gnu. Aqui, tivemos um representante do gnu, neste exato momento. (*Risos.*)

Eu passo a palavra ao Sr. Fernando Mombelli, representante da Receita Federal.

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

Na pessoa do Senador Hamilton Mourão, cumprimento aqui os meus colegas de mesa, caros colegas; o Mario Sergio, que também tanto tem se pautado em acompanhar, pela CNI, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma tributária, com valorosas contribuições em várias audiências públicas também; o Fabrício e o Miqueas, nossos colegas aí do Fisco.

Eu não posso me furtar ao desafio do Senador Izalci Lucas quando ele colocou algumas questões que, na prática, como representante da União, só eu posso responder ou tentar responder, né?

A preocupação do Senador Izalci Lucas é com respeito às desonerações que estão sendo promovidas.

Ele se refere aqui aos *data centers* e ao que diz respeito ao programa Mover, do setor automobilístico.

O programa Mover é a criação de um crédito financeiro que busca diminuir a carga, então, do IRPJ, do PIS e da Cofins e também do IPI como contrapartida de inovações a serem realizadas pela indústria automobilística.

O que eu tenho a dizer para isso é que são tributos distintos.

O IRPJ segue seu rito normal. Quanto ao IPI, ele vai ter reduzidas a zero as suas alíquotas a partir de 2027, com a instituição do imposto seletivo. O PIS e a Cofins também vão ser extintos em 2027. De maneira que algum efeito com respeito à reforma tributária pode advir se, eventualmente, alguma base de cálculo desses tributos, tendo em vista a neutralidade da carga tributária, for inserida naquele contexto, naquela média. Eu não saberia dizer o quanto afeta, mas provavelmente haveria talvez alguma questão residual.

Com respeito à arrecadação de estados e municípios, é a repartição. Quando a gente fala em IPI e IRPJ, é o Fundo de Participação. Quando há uma desoneração por parte da União, que é a detentora do Poder Legislativo, há uma consequência na arrecadação de estados e municípios. Mas também, quando há um aumento da arrecadação, há um aumento em contrapartida de estados e municípios. São as vinculações necessárias.

Não há precedente na reforma tributária. A reforma tributária não lida com isso e não absorve nenhuma desoneração ou benefício setorial, a não ser aqueles regimes específicos, que não são benefícios, ou os regimes diferenciados, a diferenciação de alíquotas, tá? Fora do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na Constituição, não há benefício setorial, aquele benefício que eu chamo "cara-crachá", ou CNPJ. Isso está extinto, vai estar extinto pela reforma tributária. E, para o ICMS, até 2032, tem a repercussão do regime de transição, para os investimentos já praticados, já implementado com base nisso.

De outra forma, podemos responder a questão do Imposto Seletivo. O Imposto Seletivo está a cargo da Receita Federal, a administração, com repartição da arrecadação também com estados e municípios. Há previsão de uma lei ordinária, que vai ser apresentada ao Congresso Nacional, está sendo construída pela Receita Federal, pela equipe técnica da Receita Federal, com a participação da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária e também dos entes intervenientes nesse tipo de definição técnica das alíquotas, que é muito sensível. Como vocês sabem, tributação de bebidas, de fumo, de jogos, de automóveis... É uma tributação muito técnica, que tem que estar justificada por isso.

Quando o projeto do Imposto Seletivo chegar ao Congresso – nós esperamos este ano ainda, antes do final do ano, apresentar o decreto, a lei ordinária e, depois da fixação das alíquotas pelo Congresso Nacional, também a aprovação de um decreto que vai regulamentar o Imposto Seletivo. Não há possibilidade de adiamento da instituição do Imposto Seletivo a partir de 2027. Os prazos são longos, são aplicáveis, tenho certeza de que tudo vai correr bem com respeito a isso.

E, sobre a previsibilidade de investimentos, o cenário é esse, em 2027, há a transição que foi fixada pelo próprio Congresso Nacional.

Com respeito a uma questão sobre notas fiscais, regimes simplificados, estamos trabalhando com estados, no que diz respeito à nota eletrônica, B2B, e também com respeito à nota fiscal de serviços e cupons fiscais, de modo que as alterações que estão sendo promovidas são para minimizar qualquer tipo de impacto no cumprimento das obrigações dos contribuintes. Estejam tranquilos com respeito a isso que, no que for possível, vamos aplicar o princípio da simplicidade e da cooperação nesse sentido dessas obrigações acessórias.

Indo para o meu tema, e rapidamente, porque também não quero passar muito, porque sou o último a falar aqui, gostaria de frisar um aspecto importante da reforma tributária que diz respeito ao modo como ela está sendo construída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exemplo do Imposto de Renda da Pessoa Física, que nós implementamos, em que a Receita Federal implementou a declaração pré-preenchida, na formalização, na operacionalização da reforma tributária, há a previsão, então, de os documentos fiscais serem emitidos com a participação dos entes das administrações tributárias, do Comitê Gestor e também da Receita Federal, no sentido de termos instrumentos necessários para acompanhamento e direcionamento do contribuinte para que não haja erros. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, isso vai gerar um documento fiscal robusto que vai instrumentalizar uma confissão de dívida. De modo que nós temos uma confissão de dívida da operação, e que, depois, tenhamos, passo seguinte, a apresentação de uma declaração pré-preenchida. Por quê? Porque nós temos o cotejo. A operação é o débito, e o cotejo da declaração pré-preenchida é o cotejo entre débitos e créditos das operações, para que a gente tenha o saldo a pagar, porque esse saldo, sim, é o valor que, efetivamente, é devido pelo contribuinte em cada uma das fases, para que nós tenhamos, então, a participação ativa das administrações tributárias, no sentido também de propiciar essa declaração já cotejada com esses créditos, utilizando a prerrogativa e o que foi colocado do crédito vinculado ao efetivo pagamento, que vai ser uma revolução em termos de diminuição drástica da sonegação, porque hoje nós temos o crédito escritural.

Uma empresa que sonega ou é devedora contumaz carrega e transfere o crédito dentro da cadeia. Isso vai ser eliminado, então, pela própria operacionalização e utilização do *split payment* e todo o pagamento próprio, implementado gradualmente, sem que tenhamos qualquer tipo de interferência no mercado de crédito, em relação às operações dos contribuintes, no sentido da implementação gradual da vinculação desse crédito à liquidação financeira, e também no que diz respeito a uma devolução muito rápida, em até três dias úteis. Nós esperamos que tenhamos menos dias até – se possível, um dia ou de imediato –, no que diz respeito à devolução de eventual crédito que foi retirado ou segregado a maior dentro da operação, de modo a se obter uma influência mínima no fluxo de caixa das empresas, que é algo muito importante. Esse é o primeiro ponto.

Então, o marco do processo tributário vai ser radicalmente alterado em relação à nossa situação atual, o que, realmente, representa uma evolução, em nível mundial, do que a gente tem de proposição, aqui, de acompanhamento e operacionalização do imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito também à preocupação, agora, com essas questões do PLP 108, a nossa preocupação... E nós estamos integrados nisso; nós estamos integrados em um trabalho de regulamentação das partes comuns da Lei Complementar 214 e também no sentido de adaptar ou propor a adaptação – evidentemente, isso vai estar a cargo do Congresso Nacional, de o Senado verificar e depois a Câmara, né? –, para harmonizar, o quanto for possível, tanto a parte relativa ao contencioso, com aspectos que a gente entenda que, precipuamente, devam ser aperfeiçoados dentro do PLP 108, de modo que a gente tenha, efetivamente, uma aproximação, como foi dito pelo Ricardo, inclusive na questão das multas – hoje, é só o IBS, e a gente tem que fazer uma adaptação para se chegar a isso –, como também as alterações processuais.

Quando se aplica a dias úteis – e, lá no PLP, se propõe a aplicação de dias úteis na contagem do prazo –, também há a alteração do Decreto 70.235, para que também possamos compatibilizar isso.

Nós temos um grupo, Mario. A Receita Federal tem vários grupos temáticos – são mais de 30 grupos –, e os estados e municípios também construíram os seus grupos, para que a gente possa ter um exame, a par e passo, e depois cheguemos a um consenso na regulamentação sobre vários e vários aspectos, regimes específicos, regimes diferenciados, normas gerais, etc., e também sobre fiscalização. Então, sobre fiscalização, é importante dizer da criação desse portal nacional de troca de informações, para que não haja essa duplicidade ou encontro; bem pelo contrário, que haja o conhecimento de que uma administração tributária estadual está fazendo, está procedendo a uma fiscalização. E aí se chama a administração municipal para dela participar, no caso do IBS, com conhecimento da CBS também, para que a gente não tenha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MOMBELLI – ... esse diferimento no tempo desse tipo de atividade, e também da proposta de, por convênio, para processos de baixo valor, termos uma delegação de competência para que, uma vez havendo o lançamento do IBS, já automaticamente se faça o lançamento reflexo da CBS e vice-versa, para aqueles processos de baixo valor, carregando junto o julgamento daqueles processos, dentro desse escopo, desse tipo de processo.

Então, basicamente eram essas as considerações que eu queria colocar aqui para os senhores, agradecendo a atenção. São vários e vários aspectos, mas, dentro do meu tempo... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não quero passar muito do tempo aqui, até porque sou o último, e o pessoal já está esperando para retornar às suas casas ou a outras atividades que tenham.

Então, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado ao Sr. Fernando Mombelli.

Realmente, nesse processo de modernização do nosso sistema tributário, o uso intensivo de todas as ferramentas de TI, de inteligência artificial, tudo pode ser colocado e, com isso, vários dos problemas que foram levantados aqui serem finalmente dirimidos.

Eu queria agradecer aos quatro últimos debatedores, todos extremamente objetivos, como aquelas senhoras e senhores que lhes antecederam.

Nós não temos Senadoras e Senadores inscritos.

Em relação a ir para casa, Fernando, o pôr-do-sol aqui é só o início de uma nova jornada de trabalho.

Então, eu agradeço a todos e, como não temos mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Humberto Costa, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores e Wilder Morais, Cleitinho e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Magno Malta, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5490, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3786, de 2021 - Terminativo -** que: "Modifica os artigos 33, 35, 55, 56, 57 e 62-A da Lei de Drogas – Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para aperfeiçoar a legislação." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA, e contrário à Subemenda nº 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 12, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definir seus mandatos em cinco anos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 11. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 9, nos termos da Emenda n° 12-CCJ (Substitutivo) e contrário às Emendas n°s 5, 6, 7, 8, 10 e 11. **Observação:** - Durante a reunião, o Relator rejeitou oralmente a Emenda n° 11; - O Senador Carlos Portinho, líder do PL, apresentou destaques para a votação em separado das Emendas n°s 9 e 11; - Durante a discussão da Emenda nº 9, o Relator acatou as sugestões feitas pelo Senador Carlos Portinho, o qual, em seguida, retirou os destaques; - O Senador Eduardo Girão apresentou requerimento de Calendário Especial, que foi aprovado pela Comissão. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 717, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3613, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 8, de 2025** que: "Requer a realização de Audiência Pública na CCJ para instruir o PL 714/2023" **Autoria:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 9, de 2025** que: "Requer destaque da Emenda 9 à PEC 12 de 2022." **Autoria:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 10, de 2025** que: "Requer destaque da Emenda 11 à PEC 12 de 2022" **Autoria:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 11, de 2025** que: "Requer calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2022, a fim de que a matéria seja apreciada com urgência." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/21

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de seis itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por solicitação de inversão de pauta, coloco para ser relatado o Projeto 3.786, de 2021, da lavra do Senador Jayme Campos, que tem como Relator o Senador Sergio Moro, a quem passo a palavra para a leitura do relatório.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3786, DE 2021

- Terminativo -

Modifica os artigos 33, 35, 55, 56, 57 e 62-A da Lei de Drogas – Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para aperfeiçoar a legislação.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Senador Otto Alencar, agradeço a deferência.

Registro aqui que este é um projeto do Senador Jayme Campos, projeto extremamente importante, que visa aprimorar o combate à violência vinculada ao tráfico de drogas no nosso país; um projeto que teve muitas mãos, inclusive de magistrados, que fizeram uma série de sugestões sobre esse tema.

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação terminativa, o Projeto de Lei 3.786, de 2021, de autoria do Senador Jayme Campos, que modifica os arts. 33, 35, 55, 56, 57 e 62-A da Lei de Drogas – Lei 11.343.

O autor aduz que o projeto de lei foi fruto de interação entre a Consultoria Legislativa do Senado Federal, o pessoal de seu gabinete, a equipe composta pelos Exmos. Juízes de Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moacir Tortato e Murilo Mesquita, da Comarca de Várzea Grande, e o Coordenador Adjunto da Comissão Especial sobre Drogas Ilícitas do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Exmo. Desembargador Marcos Machado, visando ao aperfeiçoamento de pontos sensíveis da Lei de Drogas.

As sugestões teriam sido extremamente valiosas ao combate do crime de tráfico de drogas, pois não só corrigiriam distorções geradas pela aplicação da lei pelos tribunais, como preencheriam de forma expressa as lacunas deixadas pela legislação que prejudicariam sobremaneira os trabalhos dos aplicadores da norma nos estados.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Passo à análise.

Sob o aspecto regimental, registramos que, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, em específico sobre direito penal e processual penal.

Não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República. Não há vício de iniciativa.

No mérito, o projeto de lei é conveniente e oportuno, e estamos integralmente de acordo com o autor com relação à necessidade de aprimoramento da Lei de Drogas.

Não há dúvida de que a Lei 11.343 representou um significativo avanço no tema, trazendo tipos mais adequados e penas mais justas. Contudo, em alguns pontos, os critérios legais para a tipificação dos delitos e para a aplicação da lei necessitam ser melhor definidos.

Estamos de acordo com o agravamento das penas para o tráfico de drogas que culmine em resultados mais gravosos, como o resultado lesão grave ou morte, nos novos §5º do art. 33 e §2º do art. 35. Somos de acordo com a criação do "narcocídio", a ser julgado pelo juiz de primeira instância, sendo esse novo tipo penal ponto principal e de grande importância trazido pelo projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A experiência dos operadores do direito citados assevera que, na experiência prática, a morte proveniente do tráfico, assim como ocorre na figura do latrocínio, é distinta daquela que tipifica o art. 121 – homicídio – do Código Penal. No homicídio propriamente dito, o dolo do agente é o de realmente matar sua vítima, o *animus necandi*. De forma oposta, as mortes decorrentes do tráfico visam assegurar o domínio e poder do tráfico e fazer valer a cobrança pela droga vendida ou consumida.

Os juízes e desembargadores consultados nos advertiram, inclusive em audiência pública, que as mortes decorrentes do tráfico normalmente ocorrem por cobranças de dívidas não pagas de seus usuários, desvios de condutas internas dos colaboradores e disputas de territórios pelo comércio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Assim, o crime não deveria ser julgado pelo Tribunal do Júri, como o latrocínio também não o é.

O intento do projeto não consiste em menosprezar a instituição do Tribunal do Júri, mas em enfatizar que, em seu nascedouro, não foi ela concebida para enfrentar o cenário em questão.

Há ainda uma razão muito prática, pois as mortes relacionadas ao tráfico de drogas são usualmente ações de organizações criminosas, e jurados, em julgamentos pelo Tribunal do Júri, ficam expostos a todo tipo de intimidação e riscos em casos da espécie.

Quanto ao ponto, iremos apenas sugerir uma emenda para criação do tipo penal específico de coação criminosa no tráfico de drogas, inserindo novo artigo na Lei de Drogas, em substituição à proposta original de fazê-lo através de novos parágrafos. Assim, agimos a fim de evitar possíveis conflitos aparentes de normas pela subsunção das mesmas condutas aos dois parágrafos de dispositivos diferentes. Elencamos no novo tipo penal, de maneira analítica, todas as condutas que estariam compreendidas nos referidos parágrafos. Deixamos ainda expresso, em parágrafo, que o novo crime será julgado pelo juiz singular pelo procedimento previsto na lei.

Quanto à alteração do §4º do art. 33, que trata do tráfico privilegiado, entendemos que este deve ser objeto de projeto de lei específico, possibilitando maior discussão sobre dados e estatísticas a respeito do seu efeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira sugestão trazida pelos *experts* foi a de alteração do rito, nos arts. 55 a 57 e 62-A da Lei 11.343.

Quanto à redação proposta ao art. 55, concordamos integralmente, pois o rito da Lei de Drogas divergia, sem que houvesse necessidade real, do procedimento comum previsto no CPP, com notificação prévia para resposta e nova citação após o recebimento da denúncia. Entendemos que o procedimento pode ser simplificado na linha proposta sem reais prejuízos para a defesa do acusado.

Já a regularização do rito, com o interrogatório ao final, e não no começo, apenas contempla na redação da lei o que há muito já se sedimentou no Código de Processo Penal.

Igualmente, a nova previsão de imediata oitiva das testemunhas implica sensível economia e também traz para a Lei de Drogas o que já consta no Código de Processo Penal.

No que se refere às regras existentes para alienação de bens e destinação de recursos, com a sistemática inaugurada em 2019, a Senad se tornou a grande promotora de vendas de bens apreendidos vinculados ao tráfico de drogas e, pela legislação vigente, repassa parte considerável desses recursos aos estados, não sendo conveniente alterar neste momento as regras de destinação; mas, sim, após uma avaliação mais aprofundada dos dados empíricos, ter uma conclusão mais assertiva sobre se a eventual transferência do encargo de alienação desses bens aos entes federados traria efetivo ganho de eficiência.

Por fim, promovemos inclusão de dispositivo na Lei dos Crimes Hediondos, para prever que os dispositivos relativos à prática do novo artigo introduzido na Lei de Drogas serão também considerados como crimes hediondos, em virtude da gravidade das condutas ali previstas e da necessidade de punição e reprimenda estatal mais rigorosa.

Adicionalmente, apenas para ajuste de técnica legislativa, propomos emenda para readequar o teor da ementa do projeto, de modo a refletir o alcance final da norma a ser gerada.

Voto.

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.786 e apresentação das emendas a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.786 [...], a seguinte redação:

"Altera Lei nº 11.343 [...] e a Lei nº 8.072 [...], para aperfeiçoar a legislação no combate ao tráfico de drogas."

EMENDA Nº – CCJ

Insira-se o seguinte art. 34-A na Lei nº 11.343 [...], e, em decorrência, suprimam-se o § 5º proposto ao art. 33 e o § 2º proposto ao art. 35 da mesma lei, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.786 [...].

"Coação Criminosa no Tráfico de Drogas

Art. 34-A. Empregar violência ou grave ameaça com a finalidade de:

I - cobrar dívida decorrente ou relacionada ao tráfico de drogas;

II - exigir a prática de ação ou omissão relacionada ao tráfico de drogas;

III - estabelecer ou assegurar local para o tráfico de drogas;

IV - assumir o controle ou expulsar concorrência de local onde é realizado o tráfico de drogas;

V - punir colaborador, subordinado, dissidente, concorrente ou colaborador de concorrente que atue no tráfico de drogas;

VI - punir suspeito de prestar informações ou colaborar com a investigação do tráfico de drogas;

VII - impedir ou dificultar a repressão ou a investigação do tráfico de drogas; e

VIII - impedir, obrigar ou constranger testemunha ou informante a prestar depoimento em investigação ou processo judicial relativo a tráfico de drogas.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º Se da violência resulta:

I - lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa de 500 (quinhentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa;

II - lesão corporal gravíssima, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa de 700 (setecentos) a 1.800 (mil e oitocentos) dias-multa; e

III - morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa de 2.000 (dois mil) a 3.000 (três mil) dias-multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º O processo e julgamento do crime previsto neste artigo obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular, com as alterações previstas nesta lei."

EMENDA Nº – CCJ

Insira-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 3.786, de 2021, e renumere-se o subsequente, para promover inclusão no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.072 [...], nos seguintes termos:

Art. 2º A Lei nº 8.072 [...] passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º. .....

.....

Parágrafo único.....

.....

VIII - os crimes previstos no § 1º do art. 34-A da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 [...]." (NR)

EMENDA Nº – CCJ

Suprimam-se as mudanças propostas ao § 4º do art. 33 e ao art. 62-A da Lei nº 11.343 [...], nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.786, de 2021.

É o voto, Sr. Presidente.

Só quero aqui também, ao final, elogiar o trabalho que foi feito pelo Senador Jayme Campos e igualmente o trabalho que foi feito pelo Relator Vanderlan Cardoso, que tinha a relatoria desse projeto antes, e apontar aos colegas que foi um projeto amplamente discutido no âmbito da magistratura. Até a proposta veio de magistrados do Mato Grosso, que estão muito acostumados a lidar com a violência decorrente do tráfico de drogas e, por isso, apresentaram essas sugestões. De igual forma, recebi sugestões de magistrados do Conselho Nacional de Justiça com o mesmo objetivo de aprimorar o projeto.

A essência dele de criar esse novo tipo penal, o "narcocídio", que é assassinato vinculado ao tráfico de drogas, é extremamente meritória, não só pelo agravamento da conduta, mas por constituir um meio mais eficaz para combater a violência inerente ao mundo das drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero registrar e renovar meus elogios ao Senador Jayme Campos, que capitaneou essa proposta, e lhe agradecer igualmente por me ter confiado a relatoria, Senador.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro e o parabenizo pelo relatório.

A matéria está em discussão e...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para discutir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... inscrito está, pela ordem, o Senador Contarato.

Pergunto se algum outro Senador vai querer discutir a matéria. (*Pausa.*)

O Senador Jayme Campos, logo após o Senador Contarato.

O Senador Fabiano Contarato com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a relatoria do Senador Sergio Moro.

Eu só pediria aos colegas, por gentileza, um pouco de atenção, porque, Senador, eu concordo em você criar o tipo penal da coação criminosa de tráfico de drogas. Eu acho isso um avanço fundamental no país. Para mim, como delegado, efetivamente isso é uma prática cruel que permeia a nação brasileira.

Eu só tenho uma ressalva – e aí eu quero fazer, com toda a humildade, uma reflexão ao Relator –, é quando se coloca a forma qualificada no §1º do art. 34-A, que fala: se da violência resulta lesão grave, se resulta lesão gravíssima ou se resulta morte. Porque, juridicamente, esses são chamados crimes qualificados pelo resultado. É dolo na coação e culpa na morte. E eu sei que, normalmente, o que acontece na coação do tráfico é execução mesmo, é intencional a morte. E aí o *animus* não é a título de culpa, é a título de dolo. E, se nós mantivermos a coação criminosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no tráfico de drogas, a que sou 100% favorável, com pena de até dez anos, nós teríamos que a pessoa que assim o fizesse e matasse a vítima dolosamente responderia por dois crimes: o homicídio qualificado lá do 121, com pena de 12 a 30 anos, mais a coação criminosa do tráfico em concurso material, por força do art. 69 do Código Penal, que diz:

> Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.[...]

Então é pior se a gente tirar esse §1º – segundo esse §1º que é o resultado qualificador – e mantiver a pena da coação de 4 a 10, e aí, se ele executa... A ressalva é, além das penas correspondente à violência e aí ele responderia por dois crimes.

Agora, eu pergunto, se uma pessoa, usando da coação criminosa do tráfico de drogas, dolosamente mata, ele vai ficar tão somente no 34-A, §1º, inciso III, com pena de 20 a 30, ou seja, vai ser melhor para ele do que se não tivesse aqui; porque se tivesse seriam dois crimes: a coação, mais o homicídio qualificado, que inclusive é crime hediondo – porque aí nós teríamos dois crimes em concurso material.

Então, eu acho que não é – eu entendi a intenção do colega e louvo a intenção do colega –, mas, se você deixar coação qualificada pelo resultado morte, essa coação mediante violência, isso é execução. E a execução, o *animus* era matar. E aí seria homicídio qualificado, mais a coação, somando-se as penas. Se você mantém esse parágrafo da forma como está – eu só estou fazendo um alerta –, vai ficar tão somente uma execução ali na coação, ele vai responder pelo 34-A, inciso III, com pena de 20 a 30, ou seja, mais benéfico do que se você não tivesse esse parágrafo. É essa a ressalva.

A outra ressalva – e aí eu pediria a compreensão também dos colegas – é que, no que pese a gente falar que muitas vezes determinados crimes, principalmente quando o policial é vítima de homicídio, ir para o júri é ruim, às vezes a gente fica trazendo essa informação sem um estudo de dados, sem um embasamento científico. E a competência, Senador Otto, do Tribunal Popular do Júri é constitucional. Ela está no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", que diz que compete ao tribunal popular do júri julgar os crimes dolosos contra a vida tentados ou consumados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não pode uma lei... e aqui é a CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça, é aqui que se analisa a constitucionalidade. E, no §2º, o nobre Relator coloca que o processo e julgamento, previsto para esse tipo, vai ser do juiz singular. Então, eu imagino uma cena hipotética numa coação criminosa do tráfico, o cara executa, porque a pessoa não pagou a dívida do tráfico, aquele homicídio qualificado ali, que agora vai ficar tão somente no 34, a competência é do juiz singular.

Como pode, se o *animus* é *necandi*, se o *animus* é de matar, se a competência constitucional do tribunal popular do júri são os crimes dolosos contra a vida, como pode uma lei infraconstitucional se sobrepor à constitucionalidade da lei? Ela já nasce com um vício de iniciativa. Se a gente chegar à conclusão que tem que ser do juiz singular – que eu concordo, nós teríamos que fazer isso –, eu tenho que me render à Constituição, mas via projeto de emenda à Constituição.

Acho até que alguns podem sustentar que, como está no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", a competência do tribunal popular do júri de julgar os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados, por ser uma cláusula pétrea, prevista no art. 60, §4º, não poderia nem ser objeto de emenda à Constituição, mas eu não entro nem nesse mérito. Eu só faço a ressalva.

A minha humilde exposição neste momento é: se mantivermos o §1º com a ação criminosa do tráfico que resulta lesão grave, que resulta gravíssima ou resulta morte, a pessoa que assim o fizer e executar, que é o que acontece no dia a dia – como delegado eu sei disso –, só vai responder por um crime e, se a gente não tiver esse parágrafo, ela vai responder pela coação, de 4 a 10, mais o homicídio qualificado, de 12 a 30: por força do 69, somam-se as penas e ela pode pegar 40 anos de cadeia; aqui ela pega, no máximo, 30 anos de cadeia. Então, a gente pensa que está avançando, mas eu acho que nós estamos indo na contramão daquilo que a gente almeja.

E, com relação ao §2º desse art. 34, eu volto a falar: a competência do Tribunal do Júri popular é uma competência constitucional, quer queira quer não, mas para isso eu tenho que me render ao que determina o art. 5º, item 38, alínea "d" de dado – compete ao Tribunal do Júri popular julgar os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados –, e, se aqui tivermos uma forma de excepcionalidade, nós teríamos uma violação à própria Constituição.

Poder-se-ia falar que do latrocínio, o roubo qualificado pela morte, a competência é do juiz singular, só que aí a gente tem que fazer um resgate histórico de que em 1984, quando o Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal se debruçou sobre esse tema e sumulou, na Súmula 603, que compete ao juiz singular julgar o latrocínio e não ao Tribunal do Júri popular, ele acatou uma tese da defesa porque no roubo você teria o roubo e, se eu roubo e depois eu mato, teria dois crimes: o roubo mais o homicídio. E aí o Supremo falou: "Não, como já existe no §3º o resultado qualificador pela morte e é um crime contra o patrimônio, mantém-se a competência do juiz singular e não do Tribunal do Júri popular".

Então, eu faço um apelo para que seja suprimido o §1º e que seja suprimido o §2º deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Relator, Senador Sergio Moro, para apreciação das razões apresentadas por V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Um esclarecimento técnico que é importante: este projeto foi encaminhado por magistrados lá do Mato Grosso e, concomitantemente, veio um pleito de magistrados do CNJ. Qual que é o problema? Há um grande número de assassinatos no país vinculados ao tráfico de drogas. Os Tribunais do Júri, como eles têm as suas características próprias, historicamente têm dificuldades para dar conta desses julgamentos, por vários motivos, são procedimentos mais demorados, notórios, inclusive há estatísticas de casos que aguardam julgamento há mais de 15 anos pelo Tribunal do Júri; e existe uma peculiaridade porque esses crimes de assassinatos e tráfico de drogas, normalmente, estão vinculados a organizações criminosas e, de repente, a gente coloca o jurado, que é um cidadão comum, sorteado, para proferir julgamentos contra pessoas, traficantes, envolvidas em assassinatos.

Então, há uma solicitação para que isso seja colocado no julgamento pelo juiz profissional, o que seria mais eficaz. Não há inconstitucionalidade, respeito a ponderação do Senador Fabiano Contarato, porque a técnica legislativa adotada é a mesma relacionada ao latrocínio. O latrocínio foi tipificado como roubo com resultado morte – isso há muito tempo – e jamais alguém alegou que aquilo fosse inconstitucional. E, se a gente for ver na prática, o que acontece? O número que a gente tem de latrocínios – que é esse crime bárbaro, o roubo com a morte – é infinitamente inferior ao número que a gente tem de assassinatos no país. No fundo, é uma lei que funcionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda é um problema? Ainda é um problema, mas, comparativamente, é muito mais eficiente essa forma de tipificação do que o julgamento pelo Tribunal do Júri do roubo com morte. Se esses argumentos fossem válidos, que nós estaríamos violando a competência constitucional do júri, imagino que esse projeto não viria de tão grande número de magistrados. Dois, também os mesmos argumentos poderiam servir para invalidar a tipificação do crime de latrocínio.

Aqui nós colocamos ainda o resultado morte com pena máxima que nós temos no nosso ordenamento jurídico de 20 a 30 anos, mas não me incomodo se quiserem colocar para 20 a 40 anos, que é uma pena muito superior ao crime de homicídio, previsto lá no Código Penal, no art. 121 – já se começa de 20 anos para 30 anos. Não é possível, porém, que seja tipificada a coação do tráfico de drogas com o resultado morte, e a gente, ao mesmo tempo, entender que teria um concurso formal ou material com o homicídio, porque aí seria dupla punição pelo mesmo fato. Seria a mesma coisa de a gente querer ter o latrocínio cumulado com a pena do homicídio. Não é possível seguir essa alternativa.

No fundo, a questão do júri, que é uma instituição que nós respeitamos historicamente, segue com a sua dignidade constitucional, mas ela não é afetada por essa tipificação. A ideia aqui, propriamente, é tornar mais eficiente o combate ao tráfico de drogas e a violência inerente ao tráfico de drogas, criando um tipo próprio qualificado pelo resultado, ou lesão corporal, ou lesão gravíssima, ou morte, mas, nesse caso aqui, pelas inconveniências de deixar essa competência ao Tribunal do Júri, fazer a mesma tipificação como é o caso do latrocínio, que é um crime contra o patrimônio? Sim, mas gera o resultado morte e, por isso, é penado de 20 a 30 anos. Aqui é a mesma coisa: o traficante quer o quê? Ele quer dominar o mercado do tráfico de drogas e, para isso, ele intimida o usuário, ele intimida o concorrente, ele intimida testemunhas e colaboradores. Se ele agir dessa forma, a finalidade dele é o domínio do mercado, mas, se ele provoca o resultado morte, ele vai ter uma pena de 20 a 30 anos.

Não se equivoquem! Eu tenho uma experiência de juiz de 22 anos, e esse projeto foi extremamente debatido com magistrados experientes que atuam na área e todos eles veem como um avanço essa nova forma de tipificação, agregando que nós conversamos com o Governo em relação a essa matéria, e o Governo não apresentou objeções; ao contrário, nós o atendemos em outros aspectos que pediram que nós retirássemos do projeto o caso do tráfico privilegiado, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós não contaminássemos a discussão, mas a informação que nós temos presente é que o Governo apoia o projeto.

Essas são considerações técnicas apenas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para tréplica...

Para tréplica, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas, assim, eu respeito as ponderações do Fabiano Contarato, um Senador também da área e tal, mas, Senador, esse projeto é um avanço no combate à criminalidade e à violência vinculada ao tráfico de drogas e nada ele tem de generoso em relação à criminalidade, tanto que, no resultado morte, são 20 a 30 anos, é a maior pena que nós temos, junto com a do latrocínio, no nosso ordenamento.

Se essas razões que V. Exa. colocou estivessem corretas, nós teríamos visto, quando houve a tipificação do latrocínio, um déficit, um aumento de latrocínio e uma queda de assassinatos. E a gente tem o contrário: latrocínio, estatisticamente, nós temos em muito menor número, por quê? Porque a tipificação, a investigação e a punição são mais eficientes do que o processo de investigação dos crimes de assassinato, de homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro e parabenizo tanto o Senador Fabiano Contarato como o Senador Sergio Moro pelo vasto conhecimento jurídico desse tema, que é um tema superimportante para o país neste momento.

Eu passo a palavra ao autor do projeto...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Jayme Campos está inscrito agora para falar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Deixe-me só fazer uma complementação, Senador. Serei breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que entender que no Código Penal, que é de 1940, nós temos crimes que são qualificados pelo resultado. Uma das formas dos crimes qualificados pelo resultado, na sua grande maioria, são os chamados crimes preterdolosos: é dolo no antecedente e culpa no consequente. Eu efetuo um soco no rosto de uma pessoa, ela cai, bate com a cabeça e vem a óbito: dolo na lesão, culpa no resultado, 129, §3º. Você pratica um estupro e o autor do estupro não se dá conta de que ele está, no grau de excitação dele, comprimindo e matando a vítima por asfixia: dolo no estupro, culpa no resultado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se você coloca a coação no tráfico, dolo na coação e com resultado morte, o entendimento é que vai ser preterdolo. É só isso que eu estou falando. E nós estamos falando que existem outras modalidades de crimes qualificados pelo resultado, com os quais eu não vou tomar muito tempo aqui, que podem ser culpa e culpa, pode ser culpa e dolo, pode ser dolo e dolo. Eu mato, quero matar – dolo no homicídio –, mas faço com crueldade: crime qualificado pelo resultado. Eu ponho um incêndio acidentalmente num local: incêndio culposo. Lá dentro tinha um vigia, ele vem a óbito. Culpa no incêndio culposo e culpa na morte. Eu tenho preterdolo.

O que eu estou falando é que, regra geral, os crimes qualificados pelo resultado, à exceção, pela Súmula 603 do STF, de manter no juiz singular o latrocínio, são preterdolosos, e aqui nós estamos alterando uma competência que é constitucional. A pergunta que eu faço é simples: que crime pratica uma pessoa que, praticando a coação, como descrito no art. 34, dolosamente executa porque ela não pagou a dívida do tráfico? O *animus* foi qual? Foi na coação ou foi no homicídio? Se você falar que o *animus* foi no homicídio, eu tenho que me render à Constituição. A Constituição é clara, art. 5º, 38, alínea "d": compete ao Tribunal do Júri popular julgar os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. E o abre-alas do Código Penal... Tudo tem uma razão de ser. Por que começa o Código Penal no art. 121? Porque o principal bem jurídico tutelado é a vida humana. E a gente não pode aqui falar que o tribunal... contaminar o Tribunal do Júri popular. Júri sem um mínimo de soberania é como corpo sem alma, instituição inútil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu não posso prejulgar que todo mundo que vai para o júri... Teve uma razão de ser a construção e existência do Tribunal do Júri popular. E olha que eu sou favorável a tirar o júri, mas eu sou favorável a que se faça pela via da constitucionalidade, que é por projeto de emenda constitucional, e não uma lei infraconstitucional alterando a competência constitucional.

Só isto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para esclarecer.

Se alguém pratica um roubo, pega lá o celular do indivíduo e dá um tiro no indivíduo, é latrocínio. Ele não queria matar? É a mesma coisa.

Então, os argumentos, repito, os argumentos dizendo que isso é inconstitucional caberiam também para o latrocínio, não importa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, a súmula... Só um minuto. A súmula...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho...

Senador Contarato.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu estou com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A informação está falsa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seria mais prático...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, olha só.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... se V. Exa. apresentasse uma alteração ao texto para votar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas, Senador, olha só. É uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós vamos ficar na discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, é um minuto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aí eu vou... Eu não quero entrar num bate-boca.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, não é um bate-boca, não. Eu só quero alertar. A súmula é de 1984, anterior à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato, mas a alteração do texto V. Exa. discutiu, e eu quero lhe parabenizar. A alteração do texto seria por uma emenda proposta por V. Exa. para alterar o relatório do Senador Sergio Moro, seria para votação. Eu vejo que o Senador Sergio Moro, que é o Relator, discorda das razões apresentadas por V. Exa. Portanto, eu acho que nós deveríamos tocar aqui a votação, até porque o próprio autor da matéria está pedindo a palavra para fazer a expressão do que ele pensa a respeito do tema.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, eminente Senador Otto Alencar, Sras. e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero agradecer ao ilustre Senador Sergio Moro pelo belo relatório que foi promovido em relação a esse projeto de lei.

Na verdade, esse projeto de lei nada mais é, Sr. Presidente, do que o aperfeiçoamento da nossa legislação nacional para coibir o tráfico e o consumo de drogas em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos de uma região que tem 700km de fronteira seca entre Brasil e Bolívia. Lá, talvez, até por falta de conhecimento, até de informação, o crime aumentou sobremaneira. O maior corredor de entrada do tráfico é por essa região de fronteira com a Bolívia lá.

Entretanto, o projeto, com certeza, tem o objetivo maior de tipificar no Código Penal brasileiro o "narcocídio". Não existia até então. Vamos ser claros aqui. Eu ouço essa ponderação feita pelo Senador Contarato, mas esse crime não existe ainda no Código Penal Brasileiro, muito pelo contrário. Nós estamos aperfeiçoando na medida em que ele se relaciona e as providências têm que ser dadas. Não vai impedir nada, vai melhorar sobretudo a questão da celeridade do andamento dos processos que, certamente, se encontram nessa área.

Por outro lado, se V. Exa. tem conhecimento dos números do nosso país e, sobretudo, de outros países aqui vizinhos, o "narcocídio" aumentou muito no Brasil. E esse projeto surgiu através de um grupo de juízes, de magistrados de Mato Grosso... Por sinal, um desembargador, que, na minha visão, é um dos mais entendidos em relação ao crime no Brasil, me propôs que fizéssemos uma reunião com um grupo de magistrados que atuam na área criminal e promovêssemos esse projeto de lei, na medida em que só assim poderíamos, com certeza, tentar pelo menos minimizar ou estancar o avanço do "narcocídio" no Brasil, sobretudo no Mato Grosso.

Assim, tenho a certeza absoluta de que todos os estudos que foram feitos... Particularmente, tem um levantamento do Fórum Nacional de Segurança Pública que diz que o Brasil tem, hoje, 72 facções ligadas ao tráfico de drogas. O faturamento dessas organizações é de quase US$66 bilhões. E temos que fazer, com certeza, temos que fazer o quê? Leis mais duras, que vão permitir, com certeza, que esses narcotraficantes sejam penalizados na forma da lei, com uma lei mais rígida, mais dura, dando o direito de ampla defesa. Entretanto, o que você percebe hoje é que, muitas vezes, por falta de uma lei dura, o traficante entra, vai, faz muitas vezes uma audiência de custódia como se fosse um simples consumidor, e é solto. Ou seja, muitas vezes esse cidadão tem uma cadeia, ou seja, milhares de pessoas que acompanham, que dão conta da distribuição, naturalmente, seja da cocaína, seja da maconha.

E eu quero deixar muito bem claro aqui que esse projeto foi feito por várias mãos. Não tenho dúvida alguma de que nós estamos no caminho certo para evitarmos o alto índice de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalidade que está todos os dias aumentando em todo o país, seja no Mato Grosso, seja no Rio, seja em São Paulo etc.

Portanto, esse projeto de lei prevê ainda que os recursos provenientes da venda de bens de valor econômico aprendidos em decorrência do tráfico de drogas serão direcionados aos estados que mais sofrem com a disseminação das drogas ilícitas e que tenham, consequentemente, mais ações coibindo o crime. Eu não tenho dúvida alguma, ilustre Senador Sergio Moro, de que o relatório do senhor está impecável – está impecável. E até porque eu vejo o questionamento do Senador Fabiano Contarato, que ele vai ser inserido agora no Código Penal brasileiro. É a inovação do projeto. Não existe no Código Penal brasileiro o narcotráfico, não. V. Exa. tem capacidade, é advogado, é delegado, mas não existe no Código Penal brasileiro. É a partir desse projeto de lei aqui que ele vai ser inserido. V. Exa. está invocando súmula que existe, de 1984, baseado no artigo tal. Todavia, isso aqui não existe. Isso aqui é um fato novo, Senador Otto Alencar, que vai permitir, com certeza, nós endurecermos as leis neste país aqui. Caso contrário, o crime organizado vai tomar conta do Brasil.

Agradeço a V. Exa., Senador Sergio Moro, pela sua generosidade de fazer esse belo relatório. Dá certeza de que nós estamos contribuindo sobremaneira para o Brasil e, sobretudo, evitarmos e coibirmos o aumento disseminado que existe hoje em relação ao narcotráfico.

São essas as minhas ponderações. Espero que os colegas Senadores aqui prestem bem atenção no relatório do Sergio e espero que possamos votar essa matéria tão importante para combatermos o crime organizado no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos realizar a votação única. Esse projeto é terminativo, e, para concluir a votação ainda agora, pergunto se algum Senador quer questionar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nenhum Senador questionou, vou abrir o painel para a votação terminativa desse projeto relatado pelo Senador Sergio Moro e da lavra do Senador Jayme Campos, do Estado do Mato Grosso.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores e Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente...

Presidente Otto Alencar, só para indagação a V. Exa.: quem vota com o Relator vota "sim". É isso?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Enquanto nós estamos no processo de votação, peço a V. Exa... Está aí em sua mesa um requerimento extrapauta, pedindo uma única audiência pública. Se V. Exa. me permitir, eu quero falar sobre esse assunto – enquanto nós estamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O requerimento que V. Exa. encaminha, solicitando uma audiência pública para a discussão da matéria da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Pois não.

Sr. Presidente, está aqui do meu lado um Deputado Federal do Acre, Coronel Ulysses, que apresentou um projeto que limita a possibilidade de liberdade provisória na audiência de custódia. Foi aprovado esse projeto na Câmara Federal, está hoje aqui nesta Comissão. Quero agradecer a V. Exa. por ter me designado como Relator dessa matéria.

É um tema absolutamente relevante. O Brasil inteiro não aceita mais assistir a bandido sendo preso uma, duas, três, cinco, dez vezes, e eu estou propondo uma única audiência pública, que passo a ler – o nosso requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 714/2023, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer hipóteses de denegação de liberdade provisória.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Dr. Danilo Lovisaro, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente nacional de combate ao crime organizado; o Sr. Roberto Motta, jornalista especialista em segurança pública; e o Dr. Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, é uma sugestão discutida com o autor da matéria e com V. Exa., para que esta Comissão tenha uma oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... acompanhada pela audiência do próprio público brasileiro, de discutir o projeto, absolutamente meritório, que limita – volto a dizer – a possibilidade de liberdade provisória na audiência de custódia.

Lembrando que, se colegas nossos forem contra o projeto, poderão apresentar requerimento para uma outra audiência pública.

Era o que tinha para hoje, pedindo aos colegas que a gente aprove essa audiência pública, na qual teremos, todos, oportunidade de discutir e aprofundar o conhecimento desse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu concordo e vou votar a favor do requerimento, mas eu pediria que fosse seguido o cronograma estabelecido por V. Exa., e até ouso pedir que o item 5 seja antecipado na pauta, se for possível, se ninguém fizer objeção.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, Senador Esperidião Amin, o próximo item da pauta é do Senador Marcelo Castro, a proposta de emenda à Constituição.

Esse requerimento do Senador Marcio Bittar é um requerimento de audiência pública, que é um requerimento simples, que pode ser votado até agora, antes de concluir a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já antecipo meu voto a favor. Mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Será marcada a data da audiência pública.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de Audiência Pública na CCJ para instruir o PL 714/2023

Autoria: Senador Marcio Bittar - UNIÃO/AC)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, quero só agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já tem número de votantes suficiente.

Determino, encerrando a votação, a abertura do painel, para verificarmos o resultado da votação do projeto do Senador Jayme Campos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram favoravelmente ao projeto 20 Senadores; nenhum voto contra.

Está aprovado, com louvor, o projeto do Senador Jayme Campos, que é em caráter terminativo.

Será encaminhado o projeto à Mesa, para as providências cabíveis.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, é só para agradecer a V. Exa. por ter acatado esse requerimento extrapauta aprovado. Quero agradecer aos colegas, que, por unanimidade, aprovaram o requerimento.

Vou ter que descer ao gabinete, mas quero deixar clara a minha opinião: eu sou favorável ao projeto do Marcelo Castro, acabando com a reeleição nos cargos executivos, com o mandato de cinco anos para o Legislativo, para Deputado Federal, Estadual e Senador. Quero deixar clara a minha posição.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço.

Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Com a vênia de V. Exa., queria só agradecer o voto dos pares.

Nós precisamos, Presidente, nos debruçar sobre esses temas da segurança pública. Acho que é o tema mais importante aí, junto com o da economia, hoje, no país. As pessoas não aguentam mais o crescimento do crime organizado, o crescimento da violência, e não existe uma resposta fácil para isso, mas parte da resposta envolve a reforma da nossa legislação para deixá-la mais dura. Pena mais elevada funciona, sim. Aumentar a eficiência da investigação e do processo penal funciona, sim. E, nesse ponto, esse projeto de autoria do Senador Jayme Campos é um projeto que avança em algo essencial que nós temos que melhorar: o combate à violência vinculada ao tráfico de drogas.

Foi feito isso lá atrás em relação ao latrocínio, em relação ao sequestro seguido de morte. Eu até pesquisei os dados aqui: latrocínio no ano passado, no Brasil, foram 924; homicídios dolosos, 35 mil; a demonstrar que talvez a forma como se combate o latrocínio no Brasil seja muito mais eficiente do que a do combate ao homicídio doloso. Por isso é que este novo tipo penal, o "narcocídio", pode representar um grande avanço também nessa linha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quero agradecer até porque nós consultamos o Governo sobre esse projeto, não houve oposição do Governo, a demonstrar que também essa pauta é suprapartidária. Nós precisamos melhorar o combate à criminalidade com urgência no país, porque as pessoas não aguentam mais e nós não podemos correr o risco de isso aqui virar um "narcoestado".

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., concordo plenamente.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para meus agradecimentos, até porque nós obtivemos aqui maioria absoluta, ou melhor, por unanimidade o projeto foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa. por ter pautado essa matéria, que já há algum tempo se encontrava nesta Comissão e, lamentavelmente, não foi dada como prioridade. V. Exa., após a assunção ao cargo de Presidente, já a colocou em pauta, e foi designado o Senador Sergio Moro, que de forma zelosa, competente, que ninguém desconhece aqui, fez o seu relatório.

Fico muito feliz porque houve entendimento de praticamente todos os membros desta Comissão de que o projeto é meritório. Isso vai melhorar, com certeza, a atividade do Poder Judiciário.

E aqui eu não posso deixar de reconhecer o trabalho do ilustre e eminente Desembargador pelo Mato Grosso, Desembargador Marcos Machado, que, com grupos de juízes que atuam na área criminal, fez esse projeto maravilhoso. Evidentemente aqui, depois – ainda com as emendas, as correções, ou seja, as emendas que foram feitas pelo Senador Sergio Moro – de o aperfeiçoarmos melhor, isso vai resultar, com certeza, num bom trabalho.

Que a segurança pública possa fazer o Brasil, e, sobretudo, com certeza, que haja celeridade também para que o Poder Judiciário atue de forma célere, mas, acima de tudo, fazendo um bom serviço, prestando um bom serviço jurisdicional à sociedade brasileira!

Agradeço a V. Exa., Senador Sergio Moro, como também ao ilustre Presidente Otto Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro para relatar a proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2022, não terminativa.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 11.

Observações:

- Foram recebidas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Eduardo Girão; nºs 2 e 3, de autoria do Senador Rogerio Marinho; nº 4, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 5, de autoria do Senador Sergio Moro; nº 6, de autoria do Senador Mecias de Jesus; nº 7, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 8, de autoria do Senador Hamilton Mourão; nº 9, de autoria do Senador Carlos Portinho; e nº 10, de autoria da Senadora Eliziane Gama;

- Em 07/05/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais;

- Em 20/05/2025, foi recebida a Emenda nº 11, de autoria do Senador Eduardo Girão (dependendo de Relatório).

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na última sessão, nós apresentamos o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe-me por interromper V. Exa.

Eu queria, inclusive, na presença do Senador Jorge Kajuru, exaltar a iniciativa dele, com a sensibilidade que ele tem, de ter apresentado essa proposta de emenda à Constituição, uma emenda que eu considero importante para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é tão importante que, recentemente, em 2022-2023, aquele que mais lutou pela reeleição, que foi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, fez mea-culpa numa declaração, dizendo que, dos males que ele fez ao Brasil, um deles foi ter feito, naquele momento, uma gestão para fazer a reeleição. Quer dizer, aquele que foi beneficiado pela reeleição hoje faz mea-culpa, dizendo que foi um dos erros ter cometido, naquele momento, uma pressão que foi muito grande, inclusive que levou à prisão de Deputados Federais. Não dá para esquecer o simbólico Ronivon Santiago, que foi preso em flagrante, com recurso recebido para votar em favor da reeleição. Portanto, o próprio Fernando Henrique Cardoso fez esse mea-culpa.

O Senador Jorge Kajuru, que conhece bem a realidade hoje das eleições de dois em dois anos, com reeleição, que é um dos males piores para o Brasil, eu considero, até porque, em quatro anos, nós temos só de fundo eleitoral três... Cada fundo eleitoral é de R$6 bilhões; 3x6=18; R$18 bilhões em quatro anos: eleição de 2024, fundo eleitoral; a de 2026 vai ter fundo eleitoral; a de 2028 também. E, depois disso, quando termina a eleição municipal, se fala imediatamente na sucessão do Governador e do Presidente da República. Discute-se mais reeleição do que projetos benéficos, soluções das dificuldades sociais do povo brasileiro e do crescimento da infraestrutura.

Portanto, Senador Marcelo Castro, louvando aqui o Senador Kajuru, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero concordar, *ipsis verbis*, com o que falou o nosso Presidente Otto Alencar. Foi um malefício feito à administração pública no Brasil a introdução da reeleição, completamente contrária a toda a nossa tradição republicana. E eu acho que está mais do que na hora de nós colocarmos fim a este mal.

Aqui eu louvo também o Senador Kajuru, que em boa hora apresentou essa PEC que coube a mim relatar.

Vou fazer uma síntese aqui já do meu relatório.

A eleição de 2026, como está muito próxima, nós não mexemos em nada. Ela vai continuar regida pelas leis atuais. Depois de 2026, a primeira eleição que tiver de Prefeito, que será em 2028, será a última reeleição no Brasil para Prefeito. E depois de 2026, a primeira eleição de Governador e Presidente, que será em 2030, também será a última reeleição no Brasil, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirando 2026, as próximas eleições que vierem, quer seja para Prefeito, quer seja para Presidente ou Governador, serão as últimas reeleições. Então, a partir de 2028 não terá mais reeleição para Prefeito, a partir de 2030 não terá mais reeleição para Governador e Presidente. E os Prefeitos e Vereadores que forem eleitos em 2028, serão por um mandato de seis anos para coincidirem as eleições em 2034. A partir daí, mandato de cinco anos para todos e eleições de cinco em cinco anos no Brasil coincidentes. À exceção, é o que está no relatório, do mandato de Senador, que nós teríamos duas opções: como as eleições serão de cinco em cinco anos, coincidentes, o mandato de Senador fica de dez ou fica de cinco anos.

Então, recebemos, depois da última sessão, 11 emendas. Eu as rejeitei todas, mas vou dar uma explicação aqui aos nobres colegas, por que eu rejeitei cada uma delas. Por exemplo, a Emenda nº 1, é de autoria do nobre Senador Girão, que propõe um mandato de Senador de cinco anos, com direito à reeleição, como é hoje. É um direito, é uma opinião. Por que eu optei pelo mandato de dez anos? Por alguns motivos. Eu fiz uma pesquisa, Sr. Presidente, no direito comparado, para ver como é que se comportam os demais países do mundo democrático. Então, no caso do Brasil, o mandato de Senador são oito anos; o mandato de Deputado, quatro. Então, o mandato de Senador é duas vezes o mandato de Deputado.

Na Argentina, o mandato de Senador são seis anos, mas o mandato de Deputado são quatro. No México, o mandato de Senador são seis anos, mas o mandato de Deputado são três. Ou seja, o mandato de Senador no México é como no Brasil, corresponde a dois de Deputado. Nos Estados Unidos, o mandato de Senador são seis anos, mas o mandato de Deputado são dois. Então, o mandato de Senador nos Estados Unidos corresponde a três mandatos de Deputado. Na Austrália, o mandato de Senador são seis anos, mas o mandato de Deputado são três. Na Coreia do Sul, o sistema é unicameral, não cabe a comparação. Na Alemanha, os Senadores são nomeados pelos estados e não têm prazo fixo. Pode ser muito, pode ser pouco, depende dos dirigentes regionais. No Canadá, também os Senadores são nomeados e não pode ser Senador depois de 75 anos. Se no Canadá, nós aqui, uma boa parte de nós aqui já estaria jubilada. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A começar pelo Presidente da Comissão. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No Japão, o mandato de Senador... Eu quero chamar a atenção dos nobres colegas para o caso do Japão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No Japão, o mandato de Senador é de seis anos e o mandato de Deputado é de quatro. Mas lá tem uma peculiaridade, Senador Esperidião Amin. O Senado do Japão é chamado de Câmara dos Conselheiros. Vejam como está mais ou menos de acordo com a nossa Constituição, que bota 35 anos como idade mínima para uma pessoa – um cidadão ou uma cidadã – poder se candidatar a Senador.

E, rapidamente aqui, na França, o mandato é de seis anos para Senador e de cinco para Deputado, e na Itália há uma paridade, quer dizer, Deputados e Senadores têm cinco também, porque foi mudado recentemente. Mas, de uma maneira geral, o que isto quer dizer, Senador Oriovisto? Que há um tratamento universal de que o mandato de Senador... a Casa dos Conselheiros tenha um mandato mais estendido do que o dos Deputados.

Então, levando isso em consideração, levando também em consideração o meu pragmatismo, pois vejo que aqui, no Senado, há uma maioria ampla para o mandato de dez anos, e não de cinco anos, então o meu relatório traz dez anos. Mas essa é uma matéria controversa, tem argumentos de um lado, a favor, tem argumentos de outro, igualmente substantivos, e o conselho que eu daria ao nobre Senador Girão seria, então, depois destacar a emenda para a gente resolver isso democraticamente no voto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só quero fazer uma correção: a emenda é do Senador Girão junto comigo. Eu também sou autor, como Líder do PL, não só do destaque, mas da emenda, pelos cinco anos.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está certo. Está incorporado aqui ao meu pronunciamento.

A Emenda nº 2, do Senador Rogerio Marinho, também vai na mesma linha, de mandato de Senador de cinco anos, mas ele prorroga o mandato dos Prefeitos e, em outra emenda, de número 3, ele prorroga o mandato dos Senadores. Nenhuma coisa nem outra é permitida pela nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, porque fere a soberania popular. Então, é uma emenda declaradamente inconstitucional. Não estamos analisando aqui o mérito, que já analisamos.

A Emenda nº 4, que é do Senador Girão, coloca o mandato de Senador de cinco anos e limita o número de Senadores por estados a dois. Por essas razões todas que eu expliquei, nós rejeitamos.

E a Emenda nº 5 é do Senador Sergio Moro, que limita o mandato executivo, de Prefeito, Governador e Presidente da República, a duas vezes, consecutivas ou não. Ou seja, quem foi Prefeito, quem foi Governador ou foi Presidente da República só pode ser duas vezes na vida, e estamos conversados. É o exemplo dos Estados Unidos, tem outros países que têm esse exemplo também. Tem mérito a emenda, mas, como nós já estamos com o relatório concluído para discutir ainda mais essa alteração, é melhor o Senador apresentar um projeto, uma PEC separadamente.

A Emenda nº 7, também do Senador Girão, veda a reeleição para todos os cargos legislativos: Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. Nós entendemos que não há razão para isso, porque o que a gente precisa vedar é o Executivo, que tem o poder da caneta; o Legislativo, evidentemente, não tem, e quando tem é de maneira muito parcimoniosa.

A Emenda nº 9, do Senador Portinho, também coloca o mandato de oito anos e os Prefeitos eleitos em 2028 para o mandato de dois anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, o que ele propôs aqui, o Portinho.

Então, igualmente nós estamos rejeitando porque optamos, toda matéria é controversa, mas nós achamos mais adequado, traria menos trauma com os Prefeitos atuais, o mandato de dois anos seria mais traumático do que o mandato de seis anos, evidentemente.

A Emenda nº 10, da Senadora Eliziane Gama, coloca o Executivo com mandato de seis anos e o Legislativo todo com mandato de quatro anos, à exceção dos Senadores, que continuariam com oito anos. Então, como ela está, a minha assessora teve o trabalho de fazer um quadro aqui mostrando que ficaria muito desigual, porque chegaria a um ponto, a um ano em que a gente teria eleição só para Vereador. Então, nós achamos que não é muito razoável e por isso rejeitamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, novamente, a Emenda nº 11, do nobre Senador Girão, que põe dez anos para o mandato de Senador, mas sem direito à reeleição. Ou seja, o Senador seria eleito uma única vez e estamos conversados.

Então, pedindo aqui vênia a todos os nossos colegas, eu rejeitei e, portanto, Sr. Presidente, o relatório que nós temos hoje é o mesmo relatório de antes, não alteramos uma vírgula. O que significa dizer, como já foi pedida vista duas vezes, que dessa matéria não pode mais ser pedida vista porque o relatório não foi alterado.

Era esse o parecer, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Marcelo Castro.

Foram apresentados dois destaques, um do Senador Eduardo Girão e outro do Senador Carlos Portinho. Os dois destaques foram apresentados à Emenda 11 e à Emenda 9. Eu passo a palavra ao autor da Emenda 9, que é o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, somos nós. Nós compartilhamos aqui o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Eduardo Girão pediu a palavra, então estou passando a palavra a ele.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Depois para discutir ainda a Emenda 9.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois nós vamos colocar a matéria em votação e votar os destaques posteriormente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas o Senador Eduardo Girão pediu antes a palavra, e estou cedendo a palavra a ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo, Presidente, pela sua condução exemplar aqui na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o autor. O Brasil todo está numa expectativa dessa votação, graças à iniciativa do Senador Kajuru, está sendo chamado inclusive a PEC Kajuru. Parabéns, Kajuru! conversamos muito sobre essa iniciativa lá atrás.

Quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, que se debruçou, que ouviu, que teve toda a paciência, levou para a reunião de Líderes esse assunto, e é um assunto praticamente pacificado aqui dentro. Eu fiquei até muito feliz porque eu não vi divergência, a não ser num ponto em que eu vou tocar agora; mas, antes, eu quero cumprimentar a assessoria do Senador Marcelo Castro, que fez um trabalho didático aqui, apresentou para as nossas assessorias, e nós estamos vendo aqui que, realmente, estamos com as opções para tomar a melhor decisão.

E o que eu queria defender – sei que o Senador Carlos Portinho também tem outros argumentos – é que nós temos a oportunidade de fazer – vou usar um jargão do futebol, Senador Kajuru, em sua homenagem – um golaço, um golaço hoje para o Brasil, que vai repercutir positivamente na história do país, nas futuras gerações, porque a reeleição não deu certo, definitivamente, aqui. Como bem lembrou o Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão: começou errado, já começou ali com compra de voto para reeleição, que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu, depois que ele foi eleito.

Nós não podemos nos arrepender hoje, neste momento histórico, de uma decisão de aumentar – e eu já entro na questão da emenda – o mandato de Senador para dez anos. Em primeiro lugar, isso não existe em nenhum lugar do mundo. Eu estou aqui há seis anos e digo para vocês: é muito tempo, no Senado Federal, você atuar por oito anos, o mandato já é extenso, no mundo não existe nada parecido, e foi bem o que colocou aqui o Senador Marcelo Castro.

Tem alguns outros países que eu queria citar: além da Argentina, dos Estados Unidos, do México, da Austrália, da França, do Japão e da Índia, cujo mandato é de seis anos para o Senado, nós temos a África do Sul e temos também a Itália, cujo mandato é de cinco anos.

Então, o que é que... Eu gostaria de fazer um apelo aos colegas: o Congresso Nacional brasileiro já é muito caro, já tem um custo. Se você comparar com uma democracia robusta, consistente, como a dos Estados Unidos, em que o custo do Congresso Nacional consome 0,01% do PIB, o nosso aqui é 55 vezes mais, é 0,55%. Então, a gente precisa, neste momento, tomar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida austera, até porque a gente sabe que o respeito ao dinheiro do contribuinte deve nos nortear também aqui.

O custo das eleições... E aí nós estamos de acordo com relação a uma eleição única, um calendário único. Além de terminar a reeleição no Executivo, o fim da reeleição no Executivo, nós estamos propondo aqui um calendário único com que todos concordamos: além do fundo eleitoral de R$5 bilhões a cada dois anos, nós temos também, não podemos esquecer que... Segundo o Ministério da Justiça, em 2022, foi R$1,3 bilhão fora o custo do TSE, que é um prédio gigantesco que tem aqui em Brasília e que tem um custo bilionário também. Tudo isso é algo que impacta no orçamento do Brasil.

Então, Sr. Presidente, o que eu queria dizer é o seguinte: essa nossa proposta de cinco anos é "oito ou oitenta", a gente tem que tomar uma decisão aqui, não tem meio-termo. Para a gente ter a coincidência das eleições, a gente precisa ter um mandato ou de cinco para Senador, ou de dez anos. Eu acredito piamente, e até por experiência própria, que cinco anos, tendo a possibilidade de reeleição no Legislativo para Senador, é perfeitamente compreensível e aceitável, até porque eu quero colocar uma outra distorção que a gente tem. Por exemplo, a gente não tem o poder de caneta na mão, como foi colocado aqui pelo Senador Marcelo Castro. Inclusive é um dos motivos de outra emenda minha, mas que não deu para destacar, com relação ao Senado. Nós não temos a caneta na mão como o Executivo, mas nós temos R$70 milhões de emendas parlamentares a se destinar para os estados. Então, você multiplica isso por ano, R$70 milhões por dez, você vai se aproximar aí de R$1 bilhão. Entendeu? É quase impossível você não conseguir se reeleger.

Então, o que nós precisamos neste momento é ter cautela, prudência. Tem um outro destaque que vai ser feito aí. Caso não seja possível, e foi uma proposta minha, eu acho que nós precisamos limitar em cinco anos – é muito importante isso –, porque aí fica realmente consolidado esse presente para o Brasil. Agora, caso não seja possível, colegas Senadores, a gente pode fazer, se não tiver jeito, dez anos, mas sem direito à reeleição para o Senado. Eu acho muito tempo, prefiro a proposta de cinco anos, podendo ser reeleito, mas eu acredito que vai ser muito importante para o Brasil sob todos os aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu lhe agradeço a oportunidade, mais uma vez o parabenizando pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a discussão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Presidente, só para fazer um adendo aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero me desculpar aqui com o Senador Hamilton Mourão, porque, quando eu fui analisar aqui as emendas, não sei por que, saltei a emenda dele. Está anotado aqui, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro, logo a de um general o senhor vai saltar?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É correr muito risco. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Mourão trata aqui para encerrar o foro, por prerrogativa de função, ao encerrar o mandato, porque hoje, por decisão do Supremo, quando a pessoa comete no exercício do mandato algum delito e termina o mandato, ele continua com o foro por prerrogativa de função. E o nobre Senador, eu acho que com boas razões, quer que seja encerrado também o foro privilegiado como a gente chama.

Então, Senador Mourão, essa é uma matéria muito complexa, vai dar muita discussão, já tem decisões do Supremo e, como nós estamos tratando aqui de fim de reeleição, coincidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mandato, mandato de cinco anos, eu achei que é um tema que não é muito pertinente e poderia contaminar o objetivo principal aqui da nossa emenda. Mas eu acho que é um tema importante que pode ser tratado aqui pelo Congresso Nacional, começando pelo Senado, e eu sugeriria a V. Exa. que apresentasse uma PEC, me comprometo em subscrevê-la, para a gente começar, porque realmente é um tema muito controverso, muito complexo que vai precisar de muita discussão, de audiência pública e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu aceito ali as argumentações do meu colega Senador Marcelo Castro, vou partir para outra linha de ação, mas o que eu coloco aqui, Presidente, é que nós não podemos continuar com uma espada de Dâmocles pendurada nas nossas cabeças e virar reféns dos humores da corte que trabalha do outro lado ali da praça. Então, está havendo uma distorção nessa questão do foro privilegiado, e compete a nós efetivamente corrigir isso. Eu vou partir para a linha de ação indicada pelo Senador Marcelo Castro, que obviamente tem muito mais experiência política que eu – a minha experiência é de soldado, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mourão, Senador Marcelo Castro, só lembro que o Senado Federal já aprovou o fim da prerrogativa de foro privilegiado, nós já aprovamos isso aqui há muito tempo, isso está na Câmara dos Deputados aguardando uma decisão. Se resolver lá, resolveu o problema, não precisa nem o Senado aprovar, porque já tem lá na Câmara dos Deputados. E eu lamento muito – lamento muito!– a Câmara postergar essa decisão há tanto tempo. Essa é uma decisão necessária para o país. Não tem por que, tendo mandato de Vereador, de Prefeito, de Governador, ter foro privilegiado. Isso é um absurdo! Eu votei favoravelmente ao fim do foro aqui, o que está na Câmara há mais de cinco ou seis anos. Lamento não ter um Presidente com a altivez, a coragem de resolver esse problema na Câmara dos Deputados. Seria a oportunidade, inclusive, agora para o Presidente Hugo Motta, um jovem que assumiu agora, entender que isso é necessário ao Brasil para acabar com o crime do colarinho branco. Não tem como acabar o crime de colarinho branco com o foro privilegiado. Então, a Câmara tem essa responsabilidade com o país. Nós aprovamos aqui quase que por maioria na época, todos os Senadores votaram isso. Então, eu acho que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preenche o que o Senador Hamilton Mourão deseja. É só... Vamos acionar a Câmara para resolver esse problema.

Eu vou colocar em votação o texto que foi lido pelo Senador Marcelo Castro, ressalvadas as Emendas nºs 9 e 11.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o texto do Senador, com a ressalva das emendas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado.

E vamos à votação agora dos dois destaques que foram apresentados pelo Senador Eduardo Girão e pelo Senador Carlos Portinho.

Votação da Emenda, destacada, nº 9, do Senador Eduardo Girão.

Pergunto se os Senadores desejam votação simbólica ou votação nominal para o texto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nominal para o texto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nominal para o texto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nominal para o texto não, para a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para a emenda, desculpe, a emenda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para a Emenda nº 9.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para a Emenda nº 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação nominal...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas eu queria discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hã?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, vai discutir? (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Preciso. Eu estava aqui esperando a hora. O Girão é que começou a discutir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é porque a de V. Exa. é a Emenda nº 11. A que vai votar agora...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, a minha é a Emenda 9.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, é a Emenda 9? Então, perdão, desculpe.

Para encaminhar a votação, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, peço desculpa. É que o Girão se antecipou, eu estava aqui esperando o momento da discussão, seguindo aqui o Regimento.

Esta é uma discussão em que eu peço a reflexão de todos os meus colegas. É hora de a gente ter responsabilidade, porque só tem dois caminhos: ou se eleva de oito para dez anos o mandato do Senador, ou se reduz de oito para cinco anos o mandato do Senador. E isso é para que possamos alcançar o nosso objetivo que, muito bem colocado no projeto de autoria do Senador Kajuru de emenda constitucional, muito bem relatado pelo Senador Marcelo Castro, é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unificação das eleições e o fim da reeleição. Então, para isso, ou a gente vai reduzir o mandato de Senador para cinco, ou vamos aumentar para dez.

Eu quero lembrar que, no processo eleitoral, em regimes democráticos, há um princípio fundamental, Senador Marcelo Castro, que é a alternância de poder. Prestem atenção, eu quero que guardem isto: alternância de poder. Um poder pode ser alternado em dez anos? Pode, pode, mas ele envelheceu ali. O poder pode ser alternado também em 20, em 30, mas a prática democrática que mais atende – atenção! – o eleitor, que é quem a gente tem que olhar, é a alternância breve de poder.

Então, a proposta que traz a redução para cinco anos respeita um dos maiores princípios democráticos, que é a alternância do poder, no interesse do eleitor – a alternância breve do poder –, porque, em uma década, envelhecemos, é muito tempo, o desgaste é grande. Muitos queriam, inclusive, o *recall*; queriam que, em determinada eleição, antes do final do mandato, se aquele Parlamentar não estiver agindo conforme ele se comprometeu na campanha, porque isso acontece – o cara vai lá, promete uma coisa, chega aqui, faz outra, muda de lado, muda de partido, muda até de ideologia... E aí o eleitor vai esperar dez anos?

Um outro princípio fundamental da democracia é o sufrágio, o voto. E todos nós políticos, Parlamentares, temos que nos submeter ao voto e não ter medo desse voto, que deve ser, ou deveria ser, o resultado, a avaliação, o escrutínio, Senador Girão, do trabalho de cada um de nós aqui, dos nossos posicionamentos. Que aqueles que não alcançaram este Senado tenham a chance de concorrer e buscar o voto, para que haja alternância de poder e possa renovar – renovar – os Poderes da República. Isso só é possível se nós admitirmos a redução para cinco anos, porque o eleitor exercer a sua vontade deliberada de escolher o seu representante somente de dez em dez anos, envelhecendo, carcomendo aqui o Parlamentar, sem a possibilidade de o eleitor destituí-lo... Dez anos é muito tempo. Digo mais: oito anos já é tempo bastante. E digo mais: eu, que vou completar, ao final do meu mandato, seis anos e tive a experiência de mais de cinco anos de mandato, posso dizer a vocês que cinco anos é tempo suficiente para que se coloque no sufrágio e seja avaliado pela população, alternando o poder e dando a oportunidade para que outros possam ascender aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu trago um outro argumento. Eu vou jogar com o argumento que muitos podem estar imaginando, olhando para o seu próprio umbigo: "Ah, mas vai ser muito bom para mim, daqui... Nas próximas eleições, eu vou ter dez anos". E se você perder? Então, olhe para o seu umbigo também. Não é a maneira como eu avalio, mas sei que muitos avaliam assim: "Ah, vou gostar de ter dez anos". Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E se você perder? Dez anos para retomar a vida política no Senado para quem perdeu é tempo demais também.

E, para concluir, para todos: temos que olhar a vontade do eleitor, porque é ele o titular do voto, é ele que importa. Eu sei, Senador Marcelo, como Relator, da dificuldade que deve ter tido nesse balanço de decisão entre os cinco ou os dez anos, mas, por isso, foi muito cortês ao encaminhar o seu relatório, sabendo que iria a voto aqui.

Em nenhum dos exemplos dados, em nenhum lugar deste mundo, deste país, deste universo – em nenhum lugar deste mundo, deste universo –, há um mandato de dez anos para um Senador. Ao contrário, se há alguma convergência – e eu ouvi atento e muito interessado o relatório –, o que há é a convergência com a Itália, onde, recentemente, reduziram o mandato de Senador para cinco anos, como aqui também, igualando todo o Parlamento em cinco anos, para que se prestigie a alternância do poder, para que se prestigie a vontade do povo e da sociedade, para que se prestigiem o voto, o escrutínio e a avaliação dos candidatos de forma breve, alternando o poder. Então, eu entendo que, em muitos lugares, o Senador tem alguns anos a mais, mas são seis para três, se comparado com Deputado, seis para quatro, mas nunca dez para cinco. Em nenhum lugar do mundo, o mandato de dez anos existe. Será uma jabuticaba brasileira.

Eu peço a todos os Senadores: se forem olhar para o umbigo, pensem que, se perderem, ficarão afastados da política, afastados. Esqueçam! Dez anos sem mandato? Acabou.

Por isso, eu peço o voto de todos a favor dos cinco anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que é a Emenda nº 9, destacada, proposta por mim e pelo Senador Girão, mas que é uma construção coletiva e será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberada assim, porque acredito que o próprio Senador Kajuru com essa também concorda, que é o autor da PEC.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, queria contraditar aqui os argumentos do nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Senador Carlos Portinho, quando V. Exa. fala que precisa ter alternância de poder, sempre que a gente usa alternância de poder, é um termo que é comprometido com o Executivo. A gente não usa esse termo para o Legislativo. Quando um Vereador se candidata, vai para a reeleição, um Deputado vai para a reeleição e outro vai eleito no lugar dele, nós não estamos tratando de alternância de poder. Quando a gente fala em alternância de poder, nós estamos nos referindo aos cargos do Executivo: Prefeito, Governador, Presidência da República. V. Exa. usou várias vezes a expressão. Se um candidato perder a eleição, ele fica dez anos afastado, sem poder disputar a eleição. Não é isso. As eleições ocorrerão de cinco em cinco anos. Tanto o Senador, quanto o Deputado, quanto o Governador, quanto o Prefeito terão um tratamento isonômico. De cinco em cinco anos, eles poderão ser candidatos.

Agora, estou surpreso aqui é com o poder de V. Exa. de dizer que no mundo não existe um lugar que tenha Senador com mandato de dez anos. Nós temos no Canadá, pelo menos no Canadá nós temos. Nós temos na Alemanha, lá não é fixo, são nomeados. Mas o que me chamou a atenção não foi isso, porque eu concordo com V. Exa., pois eu também pesquisei e não vi nenhum exemplo nas democracias do nosso mundo. Mas V. Exa. disse: no universo. Ah, no universo é demais, porque nós estamos na Via Láctea, que tem bilhões de estrelas, e o universo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem bilhões de galáxias. Como é que a gente vai saber? (*Risos.*) Brincadeiras à parte e não com a nossa amizade, só para descontrair um pouco.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em outra galáxia, talvez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Além do mais, o Sol é insubstituível.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas, para concluir, Senador Portinho, eu citei o exemplo aqui: à exceção da Itália, em todos os países que eu pesquisei e citei aqui, o mandato de Senador é maior do que o mandato de Deputado. É uma regra universal. Tem exceção? Tem. Toda regra tem exceção. A Itália é uma exceção. Mas os outros países que eu citei aqui, não. Normalmente... O Japão chegou ao requinte de chamar de casa dos conselheiros. Na verdade, aqui na Casa, no Senado, não é para as pessoas jovens como o Seif, não. (*Risos.*) Ele entrou aqui de danado que ele é. Mas é para as pessoas como o Oriovisto, o Marcelo Castro, o Esperidião Amin, pessoas já mais vividas na vida. Também é brincadeira aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Não me ponha nesse rol. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, gente, então, eu estou justificando aqui por que eu coloquei o mandato de dez anos, porque é uma regra universal o mandato de Senador ser maior do que o... (*Pausa.*)

Ah, um outro aspecto aqui, que o Senador Portinho não abordou: na emenda dele, o mandato de Prefeito eleito em 2028 – está na mesma emenda – será por dois anos. Então, sobre isso daí, Senador Portinho, eu já pensei nessa alternativa, mas vi que isso traz muito trauma, é muito complicado fazer uma eleição, com todos os problemas que tem, por dois anos. Por isso nós optamos por um mandato de seis anos, que nós achamos que é mais... Já que nós vamos mandar botar um mandato de cinco anos, para poder equilibrar, igualar, optamos pelo mandato de seis anos. Então, a emenda do Senador Portinho, a título de reduzir o mandato de Senador para cinco anos, também coloca que o mandato de Prefeitos e Vereadores eleitos em 2028 será por dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se nós votarmos a favor da emenda do Senador Portinho, nós estaremos determinando que, em 2028, o mandato de Prefeito não será de seis anos, e, sim, de dois, só para esclarecer aos nossos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só deixando claro que, assim, antecipa-se a eficácia dessa norma, que eu acho – aí eu valorizo – muito positiva.

Mas o meu comentário mais contundente é uma diferença de pensamento realmente, né? Porque o princípio da alternância do poder, visto pelo Parlamentar, é a alternância do seu poder. O princípio da alternância do poder não é para o Parlamentar, Senador Marcelo Castro, é para o eleitor, para que ele possa, de tempo em tempo breve, escrutinar o trabalho do Parlamentar, que, como diz o nosso querido Senador Kajuru, é o seu servo, é o seu servidor público.

Então, pode querer classificar que a alternância do poder, a democracia é para o Executivo, essa é a visão do político. A alternância do poder na democracia é para que o voto seja exercitado em tempo breve, para que o eleitor, que é o soberano, o titular da vontade, possa exercê-la, destituindo aquele que não lhe serviu e elegendo uma nova esperança, ou mantendo, quando há reeleição, no caso do Parlamento, aí sim, escrutinando para mantê-lo, porque fez um bom trabalho, que eu espero seja o meu destino.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Jorge Seif, me parece, que pediu a palavra e também o Senador Sergio Moro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Portinho e Girão que estão monopolizando o microfone. (*Risos.*)

Mas obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria fazer alguns comentários aqui, se o senhor me permite. Presidente, discutir, sinceramente, ampliação de 8 anos para 10, com todo o respeito ao nosso querido amigo do Piauí, Marcelo Castro, eu preciso ser contra, porque não tem país no mundo com a democracia como a nossa, voto, que tenha esse tipo de poder tão longo. Segundo, porque seria mais uma jabuticaba brasileira, né? E terceiro, que tira do eleitor a possibilidade do escrutínio. Nós não podemos ter um poder tão longo e, como os mandatos, as eleições continuarão dois Senadores e um Senador, ou seja, os Senadores permanecerão no poder por dois mandatos presidenciais, pelo que eu entendi, talvez eu tenha me equivocado, mas eu acho que é isso que eu entendi. E o que o povo, inclusive nós, hoje, com o advento das redes sociais, nós temos uma posição muito clara...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós temos uma posição, hoje nós conhecemos mais de perto a opinião da população. E a população tem nos procurado, tem nos enviado *e-mails*, tem nos buscado nas redes sociais, falando assim: "Olha, não dá para aumentar de oito para dez anos". Então, eu quero defender junto com o Portinho e com o Girão, queridos amigos, e com todo o respeito ao meu amigo Marcelo Castro, nosso Relator, que eu preciso votar nesse destaque.

Outro destaque também, que eu só, aproveitando que eu estou com o microfone, seria o destaque do General Mourão, porque nós não podemos dissociar o fim do mandato. Nós estamos discutindo eleições. Aí a pessoa se elege e fica a vida inteira à disposição de um Supremo Tribunal Federal, que, como diz, é foro privilegiado da classe política. Então, terminado o mandato, nós precisamos voltar para a primeira instância? É, tudo bem. Eu só queria fazer essas duas, só queria fazer essas duas defesas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu só quero fazer uma observação aqui, porque essa discussão tem sido um pouco distorcida até na imprensa e, algumas vezes, nas redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém está discutindo aqui ampliação de mandato corrente. Então, pela proposta de emenda constitucional do Senador Marcelo Castro, essas regras só valem lá a partir de 2026 e 2030 com regras de transição.

Acho que isso precisa ser colocado, é muito importante, porque tem gente falando que a gente estaria votando aqui a ampliação dos nossos próprios mandatos. Não é verdade.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só a partir de 2030, nobre Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A partir de 2030, sim. Acho que só tem que colocar o debate no devido lugar para evitar uma má compreensão.

E aqui, em relação ao mandato de Senador, são duas opções para ter unificação das eleições: ou é um mandato de cinco, ou é um mandato de dez, porque, senão, matematicamente, ele fica inviável. Dez parece muito, cinco parece pouco. Mas em nenhum caso envolve mudança do atual mandato, porque este debate tem sido um pouco manipulado de uma maneira errada.

Em relação à Emenda nº 9, do Senador Carlos Portinho, eu fiquei com uma dúvida de interpretação aqui, Senador, e até faço uma pergunta. Há umas mudanças nas regras de transições, e, no art. 139, I, pelo que eu entendi, também se revoga a regra de transição colocada pelo Relator de permitir a reeleição daqueles que foram eleitos em 2026 para cargos do Poder Executivo. Ou minha interpretação está equivocada? Porque, no texto do Relator, o que nós temos no 139, inciso I, é que os Prefeitos eleitos em 2024 e o Presidente da República e os Governadores eleitos em 2026 poderão se candidatar à reeleição, se não tiverem exercido a titularidade do mandato no período imediatamente anterior.

Na emenda colocada por V. Exa., esse inciso I...

Desculpe-me, é a Emenda nº 9, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Esse inciso I fica que o Presidente da República e os Governadores eleitos em 26 terão mandatos de quatro anos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles eleitos em 2030, de cinco anos, vedada, nesse caso, a reeleição para o período subsequente. Eu fiquei na dúvida aqui sobre qual é...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A subsequente a 2030.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como está redigido, quem foi eleito em 2026 não terá direito à reeleição. Mandato de quatro anos, e ponto final.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que o texto está obscuro. O texto está obscuro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não queiram criar uma confusão no texto para justificar alguma...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Presidente da República e os Governadores eleitos em 2026 terão mandato de quatro anos e aqueles eleitos em 2030, de cinco anos, vedada, nesse caso, a reeleição para o período subsequente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A minha observação é assim, eu não tenho nenhum interesse aqui em uma coisa ou outra. Esses textos eleitorais têm que ser claros, porque, senão, ali adiante surge uma dúvida, uma controvérsia sobre essa questão, e isso precisa ser... Se for para caminhar nessa linha, tem que ser ajustado, porque...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, não... Esse texto, inclusive, passou pela própria Consultoria do Senado, está superbem compreendido. "Nesse caso" é o caso de 2030, que se refere à parte final do texto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um minuto.

O destaque já foi discutido pelo autor, que é o Senador Carlos Portinho. Eu acho que nós deveremos iniciar a votação da matéria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a não ser que as razões apresentadas pelo Senador Marcelo Castro ao Senador Carlos Portinho possam convencê-lo de mudar o texto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu estou doido para convencer o Senador Marcelo Castro a mudar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, V. Exa. mantém o texto.

Então, eu vou abrir a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só uma informação, Presidente. O Senador Kajuru, que é o autor da proposta, é contra o mandato de dez anos. Então, o autor, que teve a iniciativa, acredita que cinco anos está de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele me falou aqui e ele vai votar. Ele tem direito à votação, ele se manifesta no voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Quem vota em cinco anos vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem vota com o Relator vota "não" ao destaque apresentado pelo Senador Carlos Portinho. Vota "não".

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem vota com o Relator vota "não" à emenda, ou seja...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Quem vota com o Portinho vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quem quer cinco anos vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem quer dez vota "não".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quem quer dez vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem vota para o mandato de cinco anos, como propõe o Senador Carlos Portinho, vota "sim".

Quem discorda do Senador Carlos Portinho vota "não", para manter o mandato de dez anos.

Para ficar bem claro, os Senadores já podem votar. O Senador Kajuru, todos os Senadores, os Senadores que estão no sistema remoto também podem votar.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Presidente, mais um esclarecimento aqui: quem estiver votando "sim", a favor da emenda do Senador Carlos Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... está votando para um mandato de cinco anos, mas está votando também para que o mandato dos Prefeitos eleitos em 2028 seja por dois anos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Podendo ser reeleito.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e não por seis anos, como está no nosso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, exato. Foi essa observação que eu...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São duas alterações importantes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi essa observação que eu fiz ao Senador Carlos Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É a regra de transição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... de que V. Exa. podia, pelo menos, observar esse caso de não reduzir o mandato de Prefeito para dois anos, a não ser que V. Exa. não queira mais se reeleger no Rio de Janeiro porque...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Toda lógica... Não, tem uma lógica, toda a lógica é pela redução.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que agora deveria suprimir pelo menos esse trecho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Toda a lógica é pela redução. Agora, se for num acordo com o Senador Marcelo Castro, a gente pode fazer diferente, não tem problema.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode o quê?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, olhe bem, as razões colocadas pelo Senador Marcelo Castro são razões corretas, então, reduzir para cinco anos ficou muito claro, agora, reduzir o mandato do Prefeito para dois anos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas ele pode ser reeleito, o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas nenhum... Bom, não sei se... Coloque-se no lugar do Prefeito e veja se V. Exa. gostaria de se eleger por dois anos para depois ser reeleito. Esse é que é o problema.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se fosse para igualar as eleições...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa é que é a questão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e reduzir o custo da eleição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que esse ponto, Senador Carlos Portinho, poderia ser observado para se retirar esse item...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas quando for a Plenário, eu aceito até outra emenda, outro acordo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, isso é por acordo, se fizer um acordo aqui... O Plenário é soberano. Quando faz acordo, resolve. Não tem nenhum problema.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, por favor.

Senador Mecias Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu, sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Mecias Jesus.

Pediria silêncio ao Plenário para que o Senador Mecias de Jesus pudesse colocar suas razões com o silêncio dos outros Senadores.

Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Otto, muito obrigado por garantir a minha palavra.

Eu quero dizer que é lamentável, porque, de fato, como disse o Senador Girão, ou é oito ou oitenta. E aí você sai de um momento aqui, você reduz o mandato dos Prefeitos para dois anos, reduz o mandato de Senador para cinco anos. É uma coisa muito complicada, muito complexa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está feito. Está feito o acordo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, eu peço vênia ao Senador Portinho para votar com o Relator Marcelo Castro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Que acordo foi esse aí, Portinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Botar o Prefeito para seis, ele acerta no texto, e o mandato de cinco anos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, a proposta... Eu acho que V. Exa. tomou uma decisão correta e sensata nesse sentido, até porque eu acho que, se V. Exa. fosse candidato a Prefeito por dois anos, não ia ser candidato. É uma dificuldade que iria ter. (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Marcelo, topa? (*Pausa.*)

Bato palmas. (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Temos consenso, Presidente, temos consenso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro para que ele possa, então, introduzir no texto dele a modificação acordada com o Senador Carlos Portinho.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Pois não.

Sr. Presidente, nobres colegas, eu quero falar aqui na mesma linha do – eu ia dizendo ministro – Senador Sergio Moro, que é explicar para a opinião pública que nós não estamos legislando em causa própria. O meu caso aqui é muito emblemático. Eu vou disputar a reeleição em 2026. Quando eu vier a fazer isso, terei 76 anos, se Deus me permitir. Com mais um mandato de Senador de oito anos, terminarei o meu mandato – em 2026, o mandato continua de oito anos, não tem alteração nenhuma –, se o povo me escolher novamente, em 2034. Então, no que nós estamos legislando aqui, eu tinha colocado dez anos, é para quem for...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É 2036.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É 2034.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É 2036.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É 2034.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu seria eleito, em 2026, por oito anos: 2026 com oito, 2034. Só a partir de 2034 é que será de dez anos, quando eu não estarei mais aqui. Se tiver saúde, se Deus permitir... Mesmo assim, não tenho mais idade, acredito que não terei mais idade para estar disputando cargo eletivo. Então, quero esclarecer isso para não parecer em nenhum momento que nós, Senadores aqui, estamos legislando em causa própria.

Essa matéria do mandato de Senador de cinco e dez anos, desde o início que eu digo: é uma matéria controversa. Por que é que eu optei por dez anos? Porque segui um padrão mundial. E o meu sentimento era de que, aqui no Senado, teríamos dificuldade de passar o de cinco anos, seria mais fácil passar o de dez, mas eu estou vendo que a Comissão majoritariamente se inclina aqui para os cinco anos. Então, acho, como um bom político, prudente a gente fazer esse acordo aqui e, com a anuência do Senador Portinho, retirar essa parte dos Prefeitos e Vereadores eleitos em 2028: em vez de dois anos, o que seria um desgaste muito grande, por seis anos. E eu colocarei no meu relatório, acrescentarei que o mandato de Senador será por cinco anos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem! (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Sr. Senador Carlos Portinho retira o destaque, o Senador Eduardo Girão retira o destaque...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Retiramos, em face do acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e o texto virá com a alteração do mandato de Senador para cinco anos, com direito à reeleição sucessiva.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu quero esclarecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pediria silêncio, por favor. Silêncio, por favor.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu quero esclarecer a todos aqui que, com essa modificação, nós vamos ter que alterar vários pontos do relatório, porque, em algum lugar, está dito que o Senado se renovará em dois terços e um terço, de cinco em cinco anos.

Aí nós vamos ter que mudar para botar: "o Senado se renovará de cinco em cinco anos". Os três Senadores serão eleitos todos na mesma data.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. fizer a alteração, nós vamos votar agora. Inclusive, já tem acordo para votação simbólica.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem autorização para qualquer alteração que casar as eleições com cinco anos. É o acordo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Teria que cancelar essa votação que foi feita e fazer outra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só a das adequações.

O Senador Marcelo Castro fará as adequações.

Agora, ele vai fazer oralmente.

Depois, será colocado no texto e será votado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem a palavra para fazer as alterações.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Os Senadores do Brasil serão eleitos, os três, de cinco em cinco anos, numa mesma eleição, com direito à reeleição, como é hoje, porque nós não estamos tratando de impedi-la nos cargos legislativos.

Com a autorização de V. Exas., eu vou fazer a adequação aqui no meu relatório, para poder adequar ao mandato de cinco anos.

Só isso que vai ser alterado no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Então, aceita a redução do mandato para cinco anos de Senadores, vai alterar o texto dele e apresentará o texto à votação, para redação final.

Pode-se aprovar agora, tendo acordo.

Eu pergunto ao Plenário. O Plenário tem decisão soberana.

O Plenário concorda com a votação da matéria com a alteração proposta, de forma simbólica? (*Pausa.*)

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o texto com a alteração que será proferida pelo Senador Marcelo Castro, em acordo com o Senador Carlos Portinho, que retirou o seu destaque, em acordo com o Senador Eduardo Girão, que também retira o destaque, está em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o texto por maioria absoluta do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

O Senador Marcelo Castro entregará a redação final para a Mesa da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, eu sei que todos aí estão de pé, estão comemorando este momento, mas... Quando eu os ouvi, eu sequer atendi celular. Pediria o mesmo respeito, por fineza.

Eu quero colocar aqui rapidamente para os meus amigos, as minhas amigas Senadores que acaba de ser dado o pontapé inicial.

Aqui, uma decisão unânime, como já previa o Senador – experiente como é – Otto Alencar, jantando comigo anteontem, sobre esta matéria.

Eu quero deixar bem claro para o Brasil inteiro e para os Senadores que sempre, no nosso meio político, no meio artístico, em que eu vivo há 50 anos, existe a palavra "ciúmes".

Portanto, gente, eu, Kajuru, nunca pedi para que a PEC se chamasse "PEC Kajuru", do fim da reeleição. Quem definiu espontaneamente foi o Presidente, então, do Congresso Nacional, que colocou – e não engavetou – essa minha PEC. Foi ele quem a intitulou o fim da reeleição como "PEC Kajuru". Ele foi acompanhado pelo Presidente que assumiu o Senado, Davi Alcolumbre, falando isso no Plenário, acompanhado pelo Relator, que eu chamo carinhosamente de JK. Aí ele escolhe se ele prefere Juscelino Kubitschek ou John Kennedy, mas é um JK.

E fico feliz. Eu só não entendo por que tem gente que fala assim: "eu não vou chamar de "PEC Kajuru". Mas já teve aqui PEC Paulo Gustavo, PEC Aldir Blanc. Aí eles falam assim: "mas Kajuru, eles são famosos". E eu não sou, não? Eu estou na televisão há 50 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você não precisa da emenda para ser famoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu preciso, sim, porque eu vou sair disto aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai ficar mais famoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou sair disto aqui, porque eu, sinceramente, não tenho mais saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não consigo imaginar Senador que fica aqui 20 anos tipo o Amin, tipo o Paim. Por quê? Eles têm que ser estudados pela Nasa. A saúde deles é uma coisa de Deus e merecida, merecida. Eu não aguentei, juro por Deus.

E talvez eu tenha decidido fazer esta PEC, que eu vou chamar sozinho, talvez, de "PEC Kajuru", por quê? Porque, gente, você ficar discutindo como vai ser o tempo ou não, eu nem estava preocupado, mas houve o consenso, ótimo.

O que tem que ser colocado aqui, para o Brasil inteiro entender, é um bom senso. Foi um juvenil, como o Kajuru. Perante vocês, eu sou um juvenil. Aliás, sou um dente de leite, como no futebol. E vocês são *masters*, são craques. E caiu na mão, exatamente, para mim, de um dos dois melhores Relatores desta Casa, o Marcelo Castro e o Eduardo Braga.

Mas só vou pontuar para concluir.

Eu ouvi, durante este período todo, do Brasil inteiro, os maiores jornalistas. Elio Gaspari escreveu artigo, editorial na *Folha de S.Paulo*, mostrando a concordância dele, destacando que o principal desta PEC, seja "Kajuru" ou não, era alinharmos as eleições no país, porque o Otto foi muito feliz aqui quando falou dos valores de bilhões com eleições a cada dois anos. Eu queria sair daqui tranquilo, consciente de que eu participei deste Senado.

Por questão da minha visão, próxima à cegueira, em função do glaucoma – Dr. Hiran tentou me salvar, mas não teve jeito, é questão do diabetes, da retina –, também não quero ter um câncer do intestino, porque, a cada semana, eu estou retirando seis pólipos do meu intestino, portanto eu não tenho mais saúde, não tenho mais paciência. Quero voltar à minha profissão, à minha carreira de televisão, com um programa semanal de entrevistas, conversando com vocês, aqueles que forem continuar aqui, dando espaço a vocês, saindo daqui sendo amigo de todos e de todas, mas com essa vitória desta PEC.

Aí eu falo de três pontos que o Senador Oriovisto Guimarães, em uma entrevista minha, Leila, no programa nosso, em rede mundial de TV, colocou. Para ele, são as três proposituras que vão ficar na história do Brasil. Ele colocou a dele, de sua autoria, a PEC Oriovisto, do fim das decisões monocráticas. Até agora, nada de votação; apenas aqui, na Câmara, não. A outra que o Oriovisto colocou: um projeto histórico do Senador Alvaro Dias, inigualável companheiro, qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, do fim do foro privilegiado. E aí ele acrescentou: "e agora, Kajuru, a sua PEC, do fim da reeleição". Ou seja, são três vitórias que o Senador Oriovisto colocou muito bem para a história do país.

E sobre a questão do fim da reeleição, o melhor argumento foi algo que Marcelo Castro falou para mim, também na nossa entrevista em rede mundial de TV. Na hora, falei: gente, acertei em cheio. Ele falou: "Kajuru, quem tem direito à reeleição já começa o mandato pensando nela, reeleição". Ao escolher, então, ele, um secretário, um ministro, ele pensa, primeiro, quem politicamente encaixa nesse cargo para dar votos a ele daqui a quatro anos ou não sei quantos anos. Ele não prioriza escolher um técnico, ou seja, alguém que não seja político e tenha competência para exercer o cargo de um ministro ou de um secretário, porque, normalmente, quem faz lambança em ministérios, em secretarias, cá entre nós, são exatamente os políticos. Raramente, são os técnicos.

Então, muito obrigado. A minha gratidão eterna a vocês.

Não se preocupem, aquele que não quiser chamar de "PEC Kajuru", eu não vou mudar a minha simpatia, a minha admiração de forma alguma. Eu só não aceito engolir esta: depois de ter trabalhado com Silvio Santos, com Jô Soares, com Boni, com Antônio Fagundes, com Datena, enfim, com tanta gente, com Armando Nogueira, será que o Kajuru não pode ter o nome da PEC porque ele não é famoso como o Paulo Gustavo e como o Aldir Blanc? Aí não. Aí me desculpem, mas aí é um desrespeito à minha história de 50 anos em carreira nacional, nove Copas do Mundo, seis Olimpíadas e três prêmios de reportagem de jornalismo investigativo.

Agradecidíssimo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu parabenizo V. Exa., que tem mérito pela sua história não só na sua carreira como jornalista, mas também como Senador, e também pela iniciativa de tomar essa decisão e encaminhar esta proposta de emenda à Constituição, que acaba não só com a reeleição, mas também com a eleição de dois em dois anos, que é um grande mal para o Brasil hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem apenas para parabenizar todos os colegas aqui por essa votação histórica da PEC 12, a PEC Kajuru.

Faço um pedido, tendo em vista a importância deste momento, já que acaba a eleição de dois em dois anos, ficaria o fim da reeleição com efetivamente um calendário único de cinco em cinco anos e com o mandato do Senador para cinco anos. Eu queria pedir um calendário especial para que a gente possa aprovar urgente no Plenário do Senado também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação, o requerimento do Senador Eduardo Girão para que a matéria possa tramitar em calendário especial no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de calendário especial para a proposta de emenda à Constituição do fim da reeleição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento do Senador Eduardo Girão está aprovado.

Foram retirados, a pedido dos Srs. Relatores, o item 1 da pauta, o item 3 e o item 6.

E também me encaminha um pedido o Senador Alessandro Vieira, com a seguinte redação:

> Solicito a retirada do Projeto de Decreto Legislativo 717, de 2024, da pauta da 14ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, a ser realizada no dia 21 de maio de 2005, considerando que estarei de licença dos trabalhos desta Casa. Certo de poder contar com V. Exa., assinado: Senador Alessandro Vieira".

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5490, DE 2023

- Terminativo -

Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 21/05/2025, foram recebidas as Emendas nºs 1 a 4, de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CSP-CMA, e contrário à Subemenda nº 2.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A Emenda nº 6-PLEN, bem como a matéria original, foram apreciadas pelas Comissões de Segurança Pública e de Meio Ambiente;

- Em 30/04/2025 foi recebida a Subemenda nº 2 à Emenda nº 6-PLEN, de autoria do Senador Izalci Lucas;

- Em 07/05/2025, a Presidência concedeu vista ao Senador Izalci Lucas, nos termos regimentais.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 717, DE 2024

- Não terminativo -

Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07/05/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais;

- Em 20/05/2025, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador Sergio Moro, favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3613, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Segurança Pública.)

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eminente califa – dessa vez, eu vou chamá-lo de califa, como chefe, chefe que agora coloca esse pedido do Senador Alessandro Vieira –, quero dizer que tenho o maior respeito, como pessoa, como Senador e como jurista, pelo Senador Alessandro Vieira. É uma das pessoas que eu tenho como referência no Senado, mas eu me permito discordar, regimental e circunstancialmente, do pedido que ele faz. Primeiro, porque S. Exa. já ofereceu o voto e já argumentou, porque houve uma contraposição, houve um debate que motivou, inclusive, o Senador Sergio Moro, que foi um dos debatedores, a apresentar um voto em separado. A matéria foi debatida, inclusive.

Ocorre, Presidente, que circunstancialmente isso agride o poder de decisão do Senado. Senão, vejamos: qual é o alvo do PDL? É, em função da absoluta ilegalidade e inconstitucionalidade dos dois decretos do Sr. Presidente da República... Quero dizer, em sã consciência, que alguém mal-intencionado levou esses decretos para ele assinar. Mas isso é um assunto do Governo. Por quê? Porque há, ainda, circunstancialmente, o fato de o Ministro Gilmar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mendes ter iniciado, em agosto do ano passado, uma ampla comissão para debater a questão do marco temporal. Por isso, nos dias 16 e 17 de outubro do ano passado, ainda sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, eu, que sou o Relator da PEC do marco temporal, concordei, e todos nós concordamos, em não debater a PEC enquanto houver uma negociação, que perdura ainda. Aí, o Presidente da República assina dois decretos homologando uma demarcação inequivocamente inconstitucional e ilegal, tanto que essa circunstância é reconhecida pelo próprio Senador Alessandro Vieira.

Queria fazer um apelo para o Senador Girão: não nos deixe sós, permaneça para debater esse assunto, Senador Girão.

Leiam, na p. 7 do voto do Senador Alessandro Vieira, o seguinte: "Com efeito, o decreto que regulamenta o processo de demarcação [...] é incompatível com o [...] diploma legal. [Tornou os Decretos 12.289 e 12.290] ilegais e [...] reflexamente inconstitucionais". Eu estou falando pelos dois, porque são dois decretos.

Então, o que o Senador Alessandro Vieira defende? Que nós reconheçamos que os dois decretos são ilegais e inconstitucionais, mas que nada façamos além de conhecer essa ilegalidade e essa inconstitucionalidade.

O que nós solicitamos, no PDL, é que seja suspensa a vigência de um e de outro. Com uma particularidade: o 12.289, que diz respeito a Abelardo Luz, já está suspenso pelo Supremo, mas está suspenso provisoriamente. Portanto, o *periculum in mora* ocorre em relação aos dois, ainda que de maneira diferente.

No 12.289, daqui a pouco, o Supremo considera prescrita a decisão monocrática do Ministro André Mendonça. E, no nosso caso, no projeto seguinte – o decreto seguinte –, o 12.290, os atos de desintrusão, de certificação da propriedade da terra indígena, já estão sendo tomados. O fato consumado está sendo consumado.

Então, há uma disparidade. Primeiro, o mérito: se alguém vota com o Senador Alessandro, tem preferência para votar. Vamos votar. E eu já requeiro, até, que seja uma votação nominal. Agora, se o voto dele não é vitorioso, deve prevalecer ou o texto do projeto de decreto legislativo – porque ele concorda que os dois decretos são inconstitucionais e ilegais –, e nós suspendemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vigência deles até que o Supremo decida sobre o 12.289, e a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, que está aqui representada pelo Dr. Filgueiras, tome as providências que achar cabíveis. Ou seja, na hipótese de o Senador Alessandro Vieira ver prevalecido o seu voto, nós diremos: "Olha, os decretos são inconstitucionais e ilegais, mas ficam em vigor".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É mais ou menos a situação das estatais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A modulação.

Olha, as 587 nomeações não seguiram a lei, e a lei é constitucional. Mas, agora, deixem as nomeações lá.

Eu não quero fazer essa pirraça de lembrar esse fato, mas é mais ou menos a mesma coisa: está errado, mas continua. E, nesse caso, afetando a vida de comunidades, de pessoas que, de boa-fé, moram, quer em Abelardo Luz, quer em Palhoça.

E o mais maldoso, no perdurar da vigência no perdurar, quer dizer, no perdurar a vigência dos decretos, é que há pessoas que estão sendo assustadas. Pessoas que moram de boa-fé, vizinhas ali, inclusive da Enseada do Brito, que foi recentemente reconhecida como a mais antiga freguesia açoriana do Estado de Santa Catarina. É limítrofe tanto ao Parque da Serra do Tabuleiro, praticamente, quanto estritamente à suposta terra indígena.

Então, o meu apelo, Presidente, com o maior respeito ao Senador Alessandro Vieira – ele já argumentou –: vamos votar. Se o voto dele, que é conhecido, prevalecer, o que é que eu posso fazer? Eu me rendo; recorro ao Plenário. Ou seja, faço o que o Regimento permitir. E vice-versa. Se prevalecer o PDL ou o voto do Senador Sergio Moro, que nada mais é do que ressuscitar, diante do parecer do Senador Alessandro Vieira, a proposta que apresentei em dezembro, nós vamos para o Plenário também.

Então, se o Governo tiver alguma objeção, se quiser fazer um acordo, o que seria muito sensato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo propus, Presidente, à Liderança do Governo que sustasse a vigência do decreto, pelo menos durante o período de negociação com o Ministro Gilmar Mendes.

O que custa? Não, foram lá levar para o cartório. Em três dias registraram a terra como terra indígena, num decreto eivado de inconstitucionalidade, reconhecida a inconstitucionalidade, a ilegalidade no parecer do Senador Alessandro Vieira.

A divergência dele, respeitável, mas eu também tenho o direito de...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Contestar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de pedir pelo menos aos pares...

Nós temos um antecedente que o Senador Sergio Moro trouxe, de 2015, em que o Senado convalidou um projeto de decreto legislativo na norma e nas suas consequências.

Claro, eu declaro que isso aqui não é álcool, mas ele vai ficar aqui e se o senhor quiser pode usar. Quer dizer, estou falando de álcool para desinfecção, quer dizer, se não é, tira da mesa, deixa de produzir consequências.

Mas o Governo, lamentavelmente, apostou na postergação. O Ministro Gilmar Mendes prorrogou a negociação, pelo menos até o final de junho, pelo que sei. O representante do Governo nesta Comissão, são muitos, é o Senador, nosso querido amigo, Jaques Wagner, e, de nossa parte, a Senadora Tereza Cristina, ambos credenciados.

Esses dois decretos são, inclusive, politicamente ruins para o Governo, porque durante uma tentativa de mediação, assim como nós vemos lá que na guerra da Rússia com a Ucrânia, durante a negociação, ficam se atirando.

Este é o pedido, Presidente: bote em votação o relatório do Senador Alessandro Vieira, eu requeiro que seja nominal, remotamente também, e vamos em frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui em nome, acima de tudo, das prerrogativas do Senado Federal. Acima de tudo, independentemente de questão político-partidária, com todos os estados aqui representados, os 26 estados mais o Distrito Federal, têm problemas graves com conflitos em terras indígenas.

O Exmo. Senador Alessandro Vieira... Quem tiver acesso ao texto, eu, inclusive, encorajo – a todos os Senadores presentes – que leia o relatório.

"Não, realmente é ilegal, realmente é inconstitucional, mas nós não vamos questionar a autoridade do Supremo Tribunal Federal".

Nós não podemos concordar com isso, porque o PDL é uma ferramenta legislativa para derrubar algo do Executivo que para nós, com as prerrogativas que temos, visivelmente, claramente, confessadamente está se legalizando algo que é ilegal e inconstitucional.

Então, todos nós – o senhor, da Bahia; o Girão, do Ceará; eu, de Santa Catarina; Amin, de Santa Catarina; Moro e Oriovisto, do Paraná; o Laércio, lá de Sergipe e tantos outros aqui – temos esses problemas de conflitos de terra indígena, e foi desse Senado Federal a iniciativa de confirmar a Constituição de 1988 sobre o marco temporal de terra indígena. Então, infelizmente, o Governo, apesar dos reiterados pedidos de sustação dos decretos, não o fez, por picardia, por teimosia ou por querer ganhar no grito.

Agora esse voto em separado... Inclusive, quero agradecer o Senador Sergio Moro por tê-lo realizado. Na semana passada, eu estava em missão pelo Senado, não pude fazê-lo, teria grande honra também, mas eu subscrevo integralmente esse voto em separado do Senador Moro. Gostaria de pedir ao senhor, Presidente, e aos demais Senadores que estão aqui conosco, estão nos acompanhando através dos seus gabinetes, porque isso é uma questão de prerrogativa, em primeiro lugar; de justiça, em segundo lugar, de não reconhecermos algo ilegal e inconstitucional; e, em terceiro, de um conflito que nós temos o poder hoje... Hoje é em Santa Catarina, mas amanhã pode ser na Bahia. Hoje é em Santa Catarina, Abelardo Luz e em Palhoça, mas amanhã pode ser no Paraná, no Mato Grosso do Sul ou no Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço o apoio de todos para que nós votemos aí, agora – respeitaremos a decisão soberana, logicamente, da Comissão de Constituição e Justiça –, e depois coloquemos em votação o voto em separado do Senador Sergio Moro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jorge Seif.

Eu devo dizer ao Senador Esperidião Amin – Esperidião, que é um grande amigo, pelo qual tenho muito respeito –, ao Senador Jorge Seif, ao Senador Sergio Moro, que é a quinta vez que eu presido uma Comissão no Senado Federal. É a quinta Comissão que eu presido. Em todas elas, eu nunca tomei iniciativa de colocar uma matéria em votação sem a presença do Relator. Eu gosto muito de seguir o Regimento. Eu não quero nunca pecar fora do Regimento, que é a nossa bíblia, é aquilo que rege aqui o comportamento de cada Senador e de cada Senadora.

O Senador Alessandro Vieira merece o meu respeito, a minha sincera consideração, quando ele diz que está de licença. Eu não perguntei nem entrei no mérito da licença, se é médica ou não. Então, seria um constrangimento, para mim, colocar em votação sem a presença dele aqui, sem ele estar presente.

Então, eu pergunto se o Senador Esperidião Amin, a contragosto meu, poderá dizer: "Olhe, o que eu quero é que se vote a qualquer custo".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, não é que eu quero. As circunstâncias determinam. O que me tranquiliza a consciência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu concordo com V. Exa., eu acompanho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... como cristão é que ele teve a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a história de V. Exa. e a história desse decreto que foi editado pelo Presidente da República...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele defendeu a posição dele...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e V. Exa., com um PDL, na tentativa de fazer a revogação, como eu já fiz algumas vezes aqui, no passado, quando era necessário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas eu reconheço a grandeza do seu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... tomar uma decisão que é soberana do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu reconheço a grandeza do seu gesto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Alessandro me ligou – além de mandar por escrito, me telefonou –, pedindo que ficasse para outra sessão, em que ele estaria presente.

É uma situação por que, na minha história aqui de 12 anos, eu nunca havia passado. Então, eu fico um tanto quanto constrangido, porque eu respeito muito a autonomia e as decisões do Regimento e também dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. É isso que eu queria colocar a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, número um, aplaudo o seu gesto; número dois, compreendo a posição do Senador Alessandro Vieira, e o que me silencia a consciência é que ele teve a oportunidade de defender, não só de apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele se propôs a estar aqui na próxima quarta-feira, para votação, no presencial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu só gostaria de dizer que, se ele não tivesse tido a oportunidade de até polemizar a respeito do assunto, deixando clara a sua posição, eu ficaria desconfortável, mas ele polemizou, inclusive, com o próprio Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está devidamente clareada a questão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu colocaria em votação, mas, se V. Exa. me der a oportunidade... Porque ele me pede aqui e diz que estará, na quarta-feira, para votar, para defender as razões dele. Seria uma coisa mais correta do ponto de vista do respeito ao Senador.

Eu faria a mesma coisa se fosse ao contrário, se V. Exa. fosse o Relator e ele não estivesse presente.

Eu acho que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vencidos os adendos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele mandou por escrito, depois me pediu por telefone, dizendo que pode votar na próxima e que estará presente.

Então, é por isso que eu fico com dificuldade de ferir a autoestima de um Senador, de uma Senadora – o que, para mim, é uma coisa muito cara –; isso eu não gosto de fazer.

E, na próxima quarta-feira, ele não estando presente, vota-se tranquilamente. Aí, não tenha a menor dúvida: na próxima quarta-feira, Senador Esperidião Amin, ele não estando presente, será o primeiro item da pauta. Eu estarei aqui às 9h para votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o primeiro item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Será o primeiro item da pauta. Às 9h da manhã estarei aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então eu não vou opor o constrangimento para V. Exa. nem para os meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Às 9h da manhã estarei aqui. É o primeiro item da pauta. Determino aqui à mesa. E votar-se-á com ou sem a presença dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o primeiro item da pauta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

Como não há outra matéria a ser votada, eu declaro encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Teresa Leitão e Cid Gomes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Humberto Costa, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Lucas Barreto, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Magno Malta, Paulo Paim e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 7ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5160, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a cultura oceânica no currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1 – CMA/CE, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 41, de 2025 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Carteira Nacional Docente – CND." **Autoria:** Senador Camilo Santana (PT/CE). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CE, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4774, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Marechal Casimiro Montenegro Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 26, de 2025** que: "Requer que seja incluído, no ciclo de audiências públicas para discussão do Plano Nacional de Educação, representante da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE), o requerimento é aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 26/2025 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR) e da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Juliano Griebeler, Presidente da Associação Nacional das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidades Particulares (ANUP); Sra. Amábile Pacios, Membro da Diretoria da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Sra. Salette Marinho de Sá, Secretária Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Sra. Cicília Raquel Maia Leite, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); Sr. Marcelo Pereira de Andrade, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); e Sr. Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/22

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de abril de 2025, estendendo o meu bom-dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada no dia 8 de abril.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Antes de iniciarmos a pauta, eu não poderia deixar de fazer, Senador Cid Gomes, uma referência ao triste anúncio do falecimento do Papa Francisco pelo Vaticano nesta segunda-feira, 21 de abril. Lideranças de todo o mundo começaram a prestar homenagem ao Pontífice.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em nota oficial de pesar, com a qual me associo, disse, abro aspas:

> A humanidade perde hoje uma voz de respeito e acolhimento ao próximo. O Papa Francisco viveu e propagou em seu dia a dia o amor, a tolerância e a solidariedade que são a base dos ensinamentos cristãos.

O Papa esteve ocupado, com muita serenidade e firmeza, com os inúmeros e grandes temas e questões planetárias, destacando-se no desafio de proteger a nossa casa comum em face das questões climáticas e da sustentabilidade, por exemplo. E, com igual compromisso, refletiu sobre a centralidade da educação para a humanização e o desenvolvimento integral. Disse o Santo Padre, anos atrás, com absoluta sabedoria e atualidade: "é necessário unir esforços para alcançar uma aliança educacional ampla a fim de formar pessoas maduras, capazes de reconstruir o tecido relacional e criar uma humanidade mais fraterna".

Para o Papa Francisco, educar não é apenas transmitir conceitos, mas um trabalho que exige que todos os responsáveis – família, escola, instituições sociais, culturais e religiosas – participem desse processo de forma solidária. Para educar, é necessário integrar a linguagem da cabeça com a linguagem do coração e com a linguagem das mãos; o que um educando pensa, o que sente e o que faz: sinta o que pensa e o que faz e faça o que sente e o que pensa.

O Papa nos ofereceu muito: nos ofereceu sua humildade, sua simplicidade e se engajou, repito, nas grandes questões que implicam o nosso mundo; nos ensinou sobre a tolerância, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância do respeito às mais variadas culturas; se dedicou a construir pontes e ao diálogo inter-religioso; promoveu a paz entre os povos. Que tenhamos mais franciscos iluminando os passos de nossa humanidade, independentemente de quais sejam as crenças, credos ou religiões.

Vamos agora passar, então, à nossa pauta, cujo primeiro item é da minha relatoria.

Eu solicito ao Senador Cid Gomes que assuma a Presidência – bom dia.

Bom dia ao nosso Senador Astronauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a apresentação do relatório do item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5160, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a cultura oceânica no currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CMA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer pela aprovação do projeto.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Peço licença para ir direto para a análise, dando bom dia à autora do projeto, que acabou de chegar, a Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de matérias que versem acerca de normas gerais sobre educação, ensino, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional, como é o caso da proposição em análise.

Dado o caráter terminativo do projeto na Comissão de Educação, este parecer aprecia sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além do mérito educacional.

Constitucionalmente, o teor da iniciativa tem fundamento na competência da União de legislar privativamente sobre diretrizes e bases da educação nacional, conforme art. 22, inciso XXIV.

Com efeito, o PL trata de matéria em que se admite a iniciativa de membro do Congresso Nacional, pois não se constata na proposição a presença de assunto reservado à iniciativa do Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Igualmente não há reparos a fazer à constitucionalidade material, à juridicidade ou à técnica legislativa do PL em exame.

No que concerne ao mérito, cumpre concordar com os argumentos da autora sobre a necessidade de que temática tão importante seja tratada nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio. O Brasil tem um vasto litoral, e a gama de conhecimentos relacionados à vida oceânica, como sua biodiversidade, suas riquezas minerais, seu potencial econômico e os desafios trazidos pelas mudanças climáticas e pela poluição, deve ser levada desde cedo aos estudantes de nossas escolas, na forma em que os sistemas de ensino julgarem mais adequada.

Deve-se enfatizar ainda que a difusão dos conhecimentos sobre os oceanos contribuirá significativamente para despertar, nas novas gerações, o respeito à preservação dos ecossistemas marinhos e o apoio ao desenvolvimento sustentável.

Cabe registrar também o Protocolo de Intenções assinado recentemente entre a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e o Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Gregório Grisa, para incluir oficialmente a cultura oceânica nos currículos escolares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assinado durante o Fórum Internacional “Currículo Azul: Experiências Internacionais em Educação e Cultura Oceânica para a Resiliência Climática”, a medida busca consolidar o Brasil como líder global em educação para a sustentabilidade e ação climática.

Por fim, destacamos o aprimoramento promovido pela emenda que apresentamos no relatório da Comissão de Meio Ambiente, para conferir foco na Amazônia Azul, região estratégica que abrange a superfície marítima, as águas sobrejacentes ao leito oceânico, bem como o solo e subsolo marinhos, estendendo-se desde o litoral brasileiro até o limite exterior da plataforma continental, de acordo com definição do Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040).

Assim, nosso julgamento é o de que a mudança sugerida na LDB pelo projeto em tela deve ser acolhida por este Colegiado.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.160, de 2023, e da Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – A matéria será submetida a votação nominal e realizada em bloco, após a leitura dos pareceres...

Desculpem-me, a matéria entra em discussão.

Para discutir, a Senadora autora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente eventual, colegas Senadoras, colegas Senadores, a gente sabe que tudo passa pela educação. Então, colocar, incluir a cultura oceânica no currículo do ensino fundamental e do ensino médio é essencial para a defesa dos nossos mares, dos nossos oceanos, porque a gente está vendo aí: existem ilhas de plástico, e a gente sabe que isso prejudica...

Às vezes, quando você olha, só a questão do oceano, em si, é de vida. A gente está vendo que isso está prejudicando aquelas pessoas que são pescadores e, ao mesmo tempo, a Terra como um todo. Isso nós precisamos mostrar às nossas crianças e adolescentes, que vão ter conhecimento da importância de preservar a natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo dizer que a gente tem um privilégio de viver, hoje, num século em que nós sabemos que não preservar a natureza... Nas vidas, como um todo – humana, animal e no meio ambiente –, uma depende da outra, porque às vezes se diz assim: "A gente vai para Paris e o rio é pavimentado", Cid. Acontece que, naquela época, eles não sabiam das consequências de prejudicar a água doce. É tanto que a água doce – eu estou falando do mar e da água doce – hoje é o maior tesouro. A briga do mundo não é ouro, é água, porque água é vida e a gente precisa preservá-la, porque este país continental tem uma quantidade de água doce que é o olhar do mundo todo, porque todos precisam.

Por isso eu quero pedir, aqui, aos colegas, a sensibilidade... Nós vamos educar nossas crianças e adolescentes para saber defender aquilo que a gente tem de mais comum, que é a nossa casa comum, que é o planeta Terra.

Obrigada, Cid.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, a quem cumprimento pela iniciativa do projeto e pela defesa que faz, no sentido de que esta Comissão o aprove.

Com a palavra, para discutir, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Bom dia.

Bom dia a todos!

Eu gostaria inicialmente de parabenizar a autora, Senadora Zenaide Maia, e de parabenizar a Relatora, Senadora Teresa Leitão.

Esse é um tema extremamente importante, e, como tal, ele precisa estar na nossa educação, que também depende do entendimento, do conhecimento das futuras gerações para preservação e para a utilização sustentável dos recursos que nós temos nos oceanos.

O Brasil é, de certa forma, privilegiado em termos de oceano. Os nossos recursos ali são enormes, mas eles precisam ser bem utilizados. E, para isso, certamente a ciência e tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm uma tarefa primordial. Então eu estou feliz de que a Ministra Luciana Santos participe também para ajudar nesse desenvolvimento.

Eu lembro que, na minha época no ministério, fizemos também um acordo com a Agência Internacional de Energia Nuclear para um projeto mundial de conscientização e retirada, limpeza, de microplásticos do oceano, que é um assunto... Pouca gente fala sobre isso, mas é muito importante.

Isso aí está contaminando as pessoas de forma geral. É a vida marinha e, em consequência, as pessoas que consomem peixes, outros crustáceos etc.

Então, um conhecimento como esse passado às nossas crianças é essencial para que elas já cresçam com essa consciência da necessidade de utilização prática, sustentável, da manutenção dos oceanos.

Dos oceanos a gente pode tirar muita coisa para a nossa vida aqui. A gente está falando de medicamentos, de novos medicamentos, falando de energia para o país e para o mundo. Mas precisa ser cuidado e tem muita coisa a ser feita para preservar.

Então, parabéns, Senadora Zenaide! Parabéns, Senadora Teresa! Eu tenho certeza de que isso vai contribuir muito para o futuro não só do Brasil, mas do planeta como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria será submetida à votação nominal, mas em bloco, após a leitura dos demais projetos que também terão igual prática.

Eu devolvo à Presidência à originária, Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada Senador, obrigada pela sua contribuição.

Esqueci de dizer, no início, que esta reunião terá duas partes. A primeira parte está em curso, é deliberativa. Nós temos ainda mais duas matérias e um requerimento para deliberar. E a segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte, que vai ser destinada à realização da terceira audiência pública do ciclo de audiências sobre o Plano Nacional de Educação, Projeto de Lei 2.614.

O próximo item.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 41, DE 2025

- Terminativo -

Autoriza a criação da Carteira Nacional Docente – CND.

Autoria: Senador Camilo Santana (PT/CE)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Passo a palavra ao Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Presidente, eu solicito a V. Exa. que me dispense da leitura do relatório e passe direto à análise do projeto, visto que está publicado.

Bom, passamos, então, com a sua permissão, à análise.

Tendo em vista o disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado de que cumpre a este Colegiado opinar acerca do mérito de proposições de natureza educacional, como é o caso do PL nº 41, de 2025, goza de amparo regimental a presente manifestação.

Em adição, por força do art. 91, inciso I, do pré-citado Regimento Interno do Senado Federal, deve a presente análise compreender ajuizamento quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. A esse respeito não se verifica qualquer falha que possa comprometer ou obstar a tramitação ou aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada obstante em relação à técnica legislativa, parece-nos que a redação do art. 5º do projeto, na parte que contempla uma menção genérica a ato do Ministério da Educação, poderia ser aprimorada. De nossa parte, imprimir-se-á maior precisão ao texto com referência a ato do Ministro de Estado da Educação, uma vez que se trata da autoridade com legitimidade de representação do órgão. A par dessa compreensão, oferecemos, ao final, a pertinente emenda de redação.

Ainda nessa linha, receamos que o uso da sigla CND – ao pé da letra, as iniciais são de Carteira Nacional de Docente – esteja consagrado, na legislação brasileira, e no senso comum, ao documento expedido pelos órgãos fazendários conhecido como certidão negativa de débitos, nas mais diversas searas e esferas administrativas. Conquanto se trate de um documento favorável ao contribuinte referenciado, talvez fosse recomendável alguma distinção em relação à sigla a ser conferida à identificação docente.

Particularmente, sugerimos como alternativa a denominação "Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB)". De igual modo, para viabilizar a mudança, apresentamos no final as competentes emendas.

No que tange ao mérito, o projeto, aparentemente simples e despretensioso, ajuda a trazer concretude a uma vasta gama de políticas de valorização dos professores, muitas vezes não usufruídas por razões burocráticas, como a ausência de um documento de identificação.

Como bem sabemos, não é de hoje que os professores brasileiros, sobretudo da educação básica, estão distribuídos por uma diversidade de sistemas de ensino, dos grandes centros aos rincões do País. Não são poucos os profissionais vinculados a entes subnacionais que, dotados de meios de regulação própria, não contam com instrumentos que viabilizem o intercâmbio e a troca de experiências entre seus professores e os de outros sistemas.

Dessa maneira, há uma dispersão que restringe a noção de pertencimento dos próprios profissionais da educação, e, de resto, dificulta a percepção de que a docência, na educação básica, mais do que em qualquer nível de ensino, é uma responsabilidade republicana. No entanto, não à toa, a atividade do magistério está inscrita na Constituição como prática indispensável ao exercício de um direito de todos e do dever do Estado com a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí a oportunidade e a relevância do projeto sob exame. Ao trazer a emissão da CNDB para o MEC, o órgão máximo da educação no País, o projeto contribui com o resgate da visão de que o professor da educação básica é um professor a serviço do Brasil e dos brasileiros, onde quer que exerça suas práticas. Dessa forma, reconhece na categoria docente a dimensão de segmento profissional de interesse estratégico para o País, além de fortalecer a preocupação de unidade nacional como propósito da educação brasileira, que a Constituição de 1988 havia depositado na questão curricular.

Quanto ao mais, a medida apresenta potencial para alavancar, tangencialmente, melhorias no ensino e nas próprias economias locais e do País, notadamente no segmento da economia criativa, de turismo, de lazer, mas também no comércio em geral.

Decerto, com acesso prioritário padronizado a serviços públicos e preços diferenciados na aquisição de bens e serviços, inclusive nos períodos de férias e quando em deslocamentos, os professores terão ganhos positivos consideráveis de autoestima. Não é demais esperar que isso se reverta em prol do trabalho docente cotidiano, com menos absenteísmo e até melhoria do padrão e da qualidade das aulas e dos relacionamentos interpessoais. Com o usufruto da carteira, os professores poderão planejar férias mais proveitosas relativamente a suas possibilidades materiais e interesses, ao mesmo tempo em que contribuem com a ampliação de público de museus, bibliotecas, espetáculos em geral, restaurantes, além de outros estabelecimentos do ramo de lazer.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 2025, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº – CE

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 41, de 2025, a expressão “Carteira Nacional Docente (CND)” por “Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB)” e, em consequência, no art. 1º, *caput*, e nos arts. 2º e 3º, a sigla “CND” por “CNDB”.

EMENDA Nº 2, CE

Substitua-se, no art. 5º do Projeto de Lei nº 41, de 2025, a expressão “Ministério da Educação” por “Ministro de Estado da Educação”.

Era esse o nosso parecer, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Cid Gomes.

Realmente, é uma inovação que parece ser pequena, mas que, certamente, vai trazer muita relevância, sobretudo para a autoestima dos docentes, sem sombra de dúvida.

A matéria está em discussão.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Nós estamos diante daquela matéria que a gente se pergunta: por que não pensamos nisso antes, né?

Que ideia extraordinária!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Por que eu não apresentei esse projeto?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E por que eu não apresentei?

Eu venho da educação e confesso que fiquei aqui pensando como eu teria orgulho de ter a minha carteira. Esse sentimento de pertencimento a uma categoria tão relevante, uma categoria tão extraordinária.

Então, quero cumprimentar o autor e também o Senador Cid, de quando trouxe a inovação da sigla. Eu acho que ficou bem legal, Senador. Que bacana.

Eu quero parabenizar o autor e Relator pela iniciativa e, se puder, eu vou buscar uma para mim. Ah, vou! Nem que esteja lá assim: afastada, inativa. Mas imagina aquele professor do interior, Zenaide, que ama a profissão, guardar a sua carteirinha. É muito lindo isso.

Parabéns ao Relator e ao autor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A matéria continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Quero parabenizar aqui o autor e o Relator, que, muito bem, como falou a Damares aí: valorizar. Na hora em que você tem uma carteira e se apresenta, isso já é como a Damares disse: porque a gente não pensou nisso antes? E ter o acesso à cultura, àquilo que é essencial pra ele, o conhecimento, a informação é poder.

Então, a gente vê várias peças teatrais, cinemas, que mostram os temas do Brasil como ele é. O Brasil de verdade, como ele é – um país rico, que tem uma cultura vasta por regiões e tudo.

E, como diz, “você olha aqui minha carteirinha de professor, com muito orgulho".

A gente tem que valorizar esses profissionais, que são quem educa a gente. E, sem eles, a gente não chega a lugar nenhum.

Eu costumo dizer: educação, gente, é tudo. A educação é a maior prevenção da violência. A educação é que previne a saúde. O povo educado é o povo que tem mais saúde, porque ele defende a ciência, ele procura as coisas técnicas e reais.

Então, parabéns, Cid. Parabéns ao nosso Ministro, que também é nosso colega Senador, por essa questão, para mostrar...

E eu digo com orgulho que os professores têm que pegar e ter sua carteirinha. É um orgulho grande, olhe: "Por favor, me respeite". Eu faço como a Angela Merkel, gente! Deixem-me dizer, porque eu não esqueço nunca: uns anos atrás, os médicos procuraram a Angela Merkel, numa reunião grande, porque os professores estavam ganhando salários maiores que os dos médicos. E o que me chamou a atenção naquela mulher foi que ela olhou assim e disse: "Senhores, essa é a pauta?". Eles disseram que sim. Aí, ela só fez dizer: "Os senhores querem ganhar mais do que seus mestres?", levantou-se e saiu. (*Risos.*)

Foi, assim, uma coisa que muito me chamou a atenção, porque a gente às vezes não tem esse olhar. Estamos aqui... Eu sou médica da universidade, estamos aqui no Senado e não tenho dúvida de que aqueles professores meus do primário, do ginasial são responsáveis por esse olhar diferenciado pela educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Cid, que botou aí o nome, expandiu mais... Porque às vezes um detalhe é o suficiente para ler e dizer: Brasil, ora! Ainda é tempo de valorizar aqueles que são nossos mestres.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

Com a palavra, para discutir, o Senador Astronauta Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

É apenas um comentário rápido: eu acredito que uma iniciativa como essa, embora simples, seja muito importante para o reconhecimento dos professores, dos profissionais de educação, mesmo porque eu acho que todo mundo, adulto, se olhar para trás, vai se lembrar de um professor, de uma professora e da importância que esse profissional teve no desenvolvimento da sua carreira, da sua vida pessoal, inclusive. Quero lembrar também que todos nós aqui, que temos uma profissão, só temos essa profissão porque tivemos bons professores ali atrás que nos ajudaram a chegar lá.

Então, é importante, é um reconhecimento importante, entre muitas coisas que a gente precisa fazer ainda para melhorar o reconhecimento dos professores no Brasil. É mais um passo e eu espero que tenhamos muitos outros passos nesse sentido.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

Relator, com a palavra, para discutir.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Perdoando, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a redundância... Tudo o que eu devia ter falado, eu devia ter falado na elaboração do relatório, mas ficam sempre coisas por dizer.

A primeira que eu quero dizer é o seguinte: o Ministro Camilo Santana está afastado do Senado para o exercício do cargo de Ministro. Por ocasião do início desta legislatura, ele retornou à Casa e, no dia em que esteve aqui, apresentou este projeto. Então, é importante também destacarmos a autoria, o que marca, o que demonstra a sensibilidade do Ministro, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstra a sua preocupação com aquele sujeito que é o mais importante do ministério que ele também dirige no nosso país.

A segunda coisa a destacar, Sra. Presidente, é que tem um escritor, um jornalista brasileiro, e me falha aqui a memória – talvez seja a idade, o alemão já se aproximando ou um resquício da covid –, mas ele é uma figura extraordinária: Simão... Macaco Simão! Macaco Simão é como ele se autointitula. Ele fala de expressões, faz muita referência a isso de "tucanês", uma referência ao Partido da Social Democracia Brasileira, que era composto por figuras literatas, intelectuais, na sua direção, no seu início, e eles não usavam o nome comum, quer dizer, uma loja mecânica seria uma loja de atribuição de ações voltadas ao automobilístico, ao setor automobilístico. Então, o nome aqui acaba sendo um "tucanês", porque docente, o natural seria a Carteira Nacional do Professor, mas aí a gente podia cair nessa discussão, malgrado a gente tenha Instituto dos Arquitetos do Brasil, Conselho Regional, a engenharia é a profissão, mas tem várias que falam do profissional no masculino.

Como hoje a gente vive uma afirmação do feminino, e até do gênero terceiro, brincam com o "e", o docente acaba sendo amplo, porque ele não tem gênero na sua conjugação. Não é o "docento", a "docenta" e o docente.

Então, é uma coisa que gostaria de destacar, ao invés da Carteira Nacional de Identificação do Professor, a Carteira Nacional de Docente no Brasil.

Era isso, Presidente, pedindo mais uma vez aos Srs. e Sras. Senadoras que aprovem essa matéria pela sua importância e porque isso significará autoestima aos que exercem o magistério no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Cid Gomes.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos agora para o terceiro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4774, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome do Marechal Casimiro Montenegro Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O autor é o Deputado Eduardo Cury, do PSDB de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Aliás, gostaria de agradecer à Senadora Teresa Leitão, nossa Presidente, por colocar em pauta esta matéria, atendendo ao pedido meu, neste dia tão importante também, que hoje é o dia da aviação de caça no Brasil, 22 de abril, em comemoração ao sacrifício de todos os pilotos de caça que estiveram na Itália, na Segunda Guerra Mundial, do primeiro grupo de aviação de caça, eram o Pif-Paf e o Jambock, os dois esquadrões lá.

Então, acho que é um dia muito propício para se falar e colocar, e aprovar o Marechal Casimiro Montenegro Filho no livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Se me permite, eu passo direto à análise aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem acerca de homenagens cívicas, caso do PL em análise.

Ademais, por pronunciar-se em decisão terminativa, cabe à Comissão manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição. A matéria se insere no rol de competência legislativa da União, sendo lícita sua apresentação por Parlamentar, visto que não há reserva de iniciativa ao Presidente da República, conforme a Constituição Federal.

Além disso, o projeto de lei ordinária é adequado para veicular o tema, já que a Constituição Federal não o reserva à esfera de lei complementar.

A proposição atende, igualmente, ao requisito da juridicidade, tanto com relação à sua técnica legislativa, que não merece reparos, quanto à sua adequação à Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Não se constatam, ainda, vícios relativos à regimentalidade do PL nº 4.774, de 2019.

No mérito, igualmente, a proposição merece prosperar. Visionário e pioneiro, o Marechal Casimiro Montenegro Filho destacou-se no desenvolvimento da aviação e da tecnologia aeroespacial no Brasil, marcando seu nome em um período de profundas transformações sociais e industriais. Sua atuação, entretanto, não se limitou à Força Aérea Brasileira. Ele foi o idealizador e fundador do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e do Centro Técnico de Aeronáutica, instituições que se tornaram pilares do avanço científico e tecnológico nacional.

Além disso, o Marechal Montenegro liderou esforços para integrar o vasto território brasileiro, inicialmente por meio do Correio Aéreo Militar, que mais tarde se transformaria no Correio Aéreo Nacional. À época, essa iniciativa foi essencial para conectar regiões remotas e promover a integração nacional, especialmente em um período em que o Brasil carecia de infraestrutura viária adequada. O Marechal, assim, entendeu que a aviação era uma ferramenta estratégica tanto para a defesa quanto para o desenvolvimento econômico e social do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, sua visão de futuro se materializou no desenvolvimento de uma base tecnológica robusta e independente. O ITA, fundado sob sua liderança, tornou-se referência mundial na formação de engenheiros e pesquisadores altamente qualificados. Montenegro também foi determinante na criação da Embraer, hoje a terceira maior fabricante de aeronaves comerciais do planeta. Por meio dessas realizações, ele assegurou ao Brasil um lugar de destaque no cenário aeroespacial global, contribuindo para o progresso científico e industrial da nação.

Dessa forma, consideramos que a inclusão de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, além de reconhecer sua contribuição técnica, celebra também seu exemplo de liderança, perseverança e compromisso com o desenvolvimento nacional. Esta, pois, é uma oportunidade de eternizar o nome de um dos mais notáveis cidadãos brasileiros, cujo trabalho colocou o Brasil em uma posição de protagonismo em setores estratégicos.

O voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.774, de 2019.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Eu gostaria de ressaltar também que foi proposto pelo Deputado Eduardo Cury, que é de São José dos Campos, foi Prefeito da cidade por dois mandatos e conhece bem a importância do Marechal Montenegro, a visão do Marechal Montenegro, o desenvolvimento do então CTA – hoje é DCTA –, que congrega não só o ITA, mas outros institutos, como o Instituto de Aeronáutica e Espaço; o antigo IPD (Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento), onde o meu conterrâneo, lá de Bauru, o Coronel Ozires Silva, engenheiro Ozires Silva, construiu, então, o primeiro protótipo do Bandeirante, a primeira aeronave brasileira, que deu origem à Embraer. Então, a gente vê que aquela região de São José dos Campos se tornou o que é hoje, umas das regiões mais avançadas, mais prósperas do país, graças à visão do Marechal Montenegro.

Eu tenho muito orgulho também de ser itiano, de ter estudado no ITA, de ter morado no CTA por 11 anos, de trabalhado ali como piloto de testes também, e tudo isso nasceu graças à visão desse homem. Então, eu acho que é mais do que justo para o Brasil como um todo reconhecer isso e que ele sirva de exemplo para muitos jovens hoje – nós somos a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação – com a sua vida e com a sua dedicação ao Brasil. Que muitos jovens sigam o seu exemplo!

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O voto é pela aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes, com a palavra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Sra. Presidente e Senador Astronauta Marcos Pontes, eu tive a oportunidade de conhecer o ex-Prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury. Trata-se de uma pessoa digna e que certamente valoriza essa iniciativa. Para além desse motivo, da autoria original, a sua relatoria enobrece este projeto. Mas tenho ainda um terceiro e especialíssimo motivo: o Marechal Montenegro é conterrâneo cearense e, como V. Exa. já fez referência, fundador do ITA, local para aonde estão indo centenas de cearenses.

Hoje, do ITA, seguramente 30% dos seus estudantes são originários do Ceará, tamanha a mítica criada sobre a origem da sua fundação. Isso permitiu também que o Presidente Lula e o Ministro Camilo Santana conseguissem instalar, junto com o Ministério da Defesa, uma base do ITA lá em Fortaleza. Há pouco tempo foi desativada a base aérea e centralizados todos os serviços da aeronáutica no Rio Grande do Norte. Então, há espaço e instalações suficientes para que se pudesse ter essa nova base do ITA, o que vai favorecer regionalmente, não só para o Ceará, mas para todo o Nordeste, ter um local de estudo e de ensino da mais alta relevância.

Um estudante formado no ITA é procuradíssimo pelo mercado de trabalho. O que eu lamento muito é que a grande maioria deles esteja sendo abduzida pelo mercado financeiro. Então, são jovens inteligentes, muito preparados, que tem lá uma formação extraordinária, mas, na maioria, estão indo servir a esse setor que, a meu juízo, tem causado um dano terrível ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa-se de investir em produção, deixa-se de investir em trabalho, para se centrar o esforço na especulação financeira – dinheiro gerando dinheiro –, o que é péssimo para o país.

Lamentavelmente o Governo Federal é um dos maiores praticantes dessa política. Manter uma política de juros ao redor de 15% ou próxima de 15% é criminoso com o país. Certamente o Marechal Casimiro, se estivesse vivo, estaria questionando o destino dos seus concludentes do ITA. Mas espero um dia que o Brasil possa ter na produção e no trabalho, no empreendedor e no trabalhador, o centro das suas políticas públicas.

Então, parabéns, Senador Astronauta Marcos Pontes e Deputado Cury!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Presidente, pela ordem. Só um comentário com relação a isso: realmente, de fato, lá no ITA, desde a minha turma, nós tínhamos muitos cearenses, e isso foi também uma das razões da necessidade da criação de uma outra instalação do ITA no Ceará. Infelizmente, agora, a gente não vai ter tantos cearenses lá em São José dos Campos, mas isso vai contribuir muito no desenvolvimento das tecnologias para o Nordeste. Lembro que as engenharias que estão sendo colocadas na unidade de Fortaleza são ligadas ao desenvolvimento local, e isso inclui energia renovável, inclui biotecnologia, inclui coisas extremamente importantes para aquela região. Então, eu vejo aí o ITA, mais um fruto do Marechal Montenegro, agora ajudando o Nordeste do Brasil a desenvolver aquele setor também.

E só para lembrar que o Prof. Francisco Lacaz Netto, que hoje dá nome ao auditório do ITA, foi meu professor, foi a última turma para a qual ele deu aula, ele já estava bem de idade. Uma vez ele me falou uma coisa interessante. Conversando com ele, ele me falou assim: "O senhor veja bem que aqui no ITA nós não formamos engenheiros". Aí apareceu um ponto de interrogação na minha cara, provavelmente, e eu falei: "Poxa, eu vim aqui para me formar engenheiro. Como assim? Não me formo engenheiro?". "Aqui nós formamos profissionais que utilizam da engenharia para resolver qualquer tipo de problema." Então, está aí. É só uma fala de um antigo professor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Que assim seja! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e em bloco.

Eu solicito à Secretaria que abra a votação, porque passaremos à votação nominal e em bloco dos itens 1, 2 e 3 da pauta, todos os três que foram relatados hoje: o PL 5.160, de 2023; o PL 41, de 2025; e o PL 4.774, de 2019.

Os Senadores que votam com os respectivos Relatores votam "sim".

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Enquanto a gente vai colhendo os votos, eu vou submeter também o último item, que é o requerimento do Senador Flávio Arns, que requer que seja incluído, no ciclo de audiências públicas para a discussão do Plano Nacional de Educação, um representante da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc).

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja incluído, no ciclo de audiências públicas para discussão do Plano Nacional de Educação, representante da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

A votação será simbólica.

Os que concordam com o requerimento... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que fechar, né? (*Pausa.*)

Já, já fecha.

Eu vou pedir licença para chamar os convidados, porque a gente já está um pouquinho atrasado. Peço desculpas, porque a nossa reunião começou também um pouquinho atrasada. Enquanto a gente vai coletando os votos, essa parte da reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento nº 3, de minha autoria, e ao Requerimento nº 26, de autoria do Senador Flávio Arns.

Alguns Senadores estão se retirando, porque nós temos audiência pública na CAE, com a presença do Presidente do Banco Central, sobre, inclusive, essa matéria, esse ponto levantado pelo Senador Cid Gomes, que é melhor debater lá do que aqui, né?

Então, eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Juliano Griebeler, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), a quem agradeço a presença; a Sra. Amábile Pacios, membro da Diretoria da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), muito obrigada pela presença; a Sra. Cicília Raquel Maia Leite, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) (*Pausa.*) e a Sra. Salette de Sá, Secretária-Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub).

Anuncio que participarão de forma remota: o Sr. Marcelo Pereira de Andrade, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, representando a Andifes; o Sr. Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc), que acabamos de aprovar.

Já temos quórum? (*Pausa.*)

Vamos começando. Antes de passar a palavra aos nossos convidados e aguardando ainda o quórum da votação, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço do senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone: 0800 0612211. O relatório completo com todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários, entre os quais destacamos:

Íris, do Rio de Janeiro; Márcia, do Paraná; Monalisa, do Espírito Santo; Michelly, de São Paulo; Ayla, do Rio de Janeiro; Ana, do Rio Grande do Sul; Coral, de São Paulo; Amanda, da Paraíba; e Frederico, do Espírito Santo.

As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados e convidadas, que podem, se possível e se desejado, abordar, em suas exposições iniciais, as questões levantadas pela nossa interação.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Não se assustem, porque vai tocar uma campainha um pouco estridente sobre a qual nós não temos controle. (*Risos.*) Ela toca automaticamente. E, ao fim das exposições, a gente retorna para algum complemento que precise ser feito.

Vamos iniciar, então. Com a palavra o Sr. Juliano Griebeler, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares. Já temos quórum. Só um minutinho, Juliano, vamos abrir o painel para encerrar essa parte da votação, ficarmos liberados e liberarmos o painel também para as apresentações remotas.

Podemos abrir.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, a votação deu aprovação total, aprovação unânime aos itens: PL 5.160, de 2023, que altera a LDB para incluir no currículo o ensino da cultura oceânica; o PL 41, que institui a criação da Carteira Nacional de Docente do Brasil; e o PL 4.774, que inscreve o nome do Marechal Casimiro Montenegro Filho, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Todos foram aprovados por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos então, sem delongas e interrupções, à fala dos nossos convidados, a quem mais uma vez peço desculpas pelo atraso inicial, o que atrasou também a nossa reunião.

O SR. JULIANO GRIEBELER (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos!

Queria começar cumprimentando a Senadora Teresa Leitão e agradecendo o convite para a gente poder estar aqui conversando sobre o Plano Nacional de Educação. Cumprimento, na pessoa da Amábile, os nossos colegas de mesa e também todos os que estão participando presencialmente ou de forma *online*.

A Associação Nacional das Universidades Particulares tem acompanhado a discussão do PNE com muita atenção. Nós participamos do FNE, participamos da Conae, participamos das discussões temáticas, porque entendemos que esse é o principal projeto em discussão no ano de 2025, é o projeto que vai definir as diretrizes para os próximos dez anos e quais caminhos o país quer seguir com a educação.

Acho que o texto que veio do Poder Executivo tem muito mérito. Tem alguns destaques, quando a gente faz a comparação entre o plano nacional anterior e o atual, que dizem respeito ao foco na qualidade da educação, então, ele traz de fato um foco na qualidade. Traz também um foco na regionalidade, buscando trazer os dados estratificados por estado, o que é importante para a gente conseguir endereçar de fato as metas amplas. E ele segue muito o modelo do plano nacional que foi apresentado anteriormente.

Eu acho que alguns pontos que ainda podem ser aperfeiçoados têm a ver com as metas que estão definidas e como elas podem ser de fato atingíveis e mais objetivas. Então, se a gente conseguir estabelecer metas tanto no meio do caminho, metas que a gente pretenda para daqui a cinco anos, quando tiver os dez anos, a gente vai conseguir chegar à conclusão do plano, a gente vai de fato cumprir com o que foi proposto, e também metas que sejam mais factíveis.

A gente tem alguns exemplos aqui. Eu vou discorrer um pouco mais sobre os objetivos 13, 14 e 15, que dizem respeito mais ao ensino superior, mas também acho que há dois pontos gerais, antes de entrar nos específicos. Ele traz de fato uma série de responsabilidades para órgãos como Inep, regulação, MEC e outros. Tem que se pensar também em como se dá o fortalecimento desses órgãos para que eles consigam cumprir com essas novas frentes de atuação e medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão sendo propostas. Também o Tribunal de Contas da União tem feito um trabalho muito bom no acompanhamento de políticas públicas e pode de fato ajudar na parte de controladoria, com os dados e indicadores que estão sendo apresentados.

O PNE atual, que está sendo proposto, está com 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias. Dessas 58 metas, sete são direcionadas para o ensino superior, graduação e pós-graduação, sem entrar na discussão do ensino profissional e tecnológico. Dessas sete metas, a gente tem o objetivo 13, que trata de acesso, permanência e conclusão na graduação; o 14, que trata de qualidade na graduação; e o 15, que trata de pós-graduação *stricto sensu*.

Falando do primeiro, que fala de ampliar o acesso e permanência na graduação, a gente tem um problema muito grave, hoje em dia, que trata da evasão. É um problema que atinge não só o setor particular, mas o público. Temos uma média de 50% de evasão no ensino superior, o que é bastante grave. Nas instituições públicas, chega a 40%; nas particulares com EaD chega a 60%, o que mostra que está ocorrendo uma desistência muito grande dos alunos ao longo do tempo. Acho que esse é um dos grandes desafios para a gente conseguir ampliar a quantidade de alunos que estão acessando. Ficamos, de 2015 a 2022, com 10 milhões de alunos no ensino superior, sem conseguir ampliar. Então, a gente tem uma dificuldade, de fato, de conseguir com que os alunos ingressem no ensino superior e, após conseguir superar esse desafio de ingressar no ensino superior, que eles continuem e consigam concluir os seus cursos e atividades.

O texto traz uma série de sugestões e estratégias para conseguir reter esse aluno e fazer com que ele continue, olhando o lado de bolsas, incentivos e outras formas de melhoria, acho que a gente pode discutir a respeito do Prouni e do Fies. O Prouni e o Fies são dois programas de extrema importância para acesso e inclusão ao ensino superior que vêm tendo desafio na sua implementação. A gente não tem conseguido preencher todas as bolsas do Prouni que estão sendo ofertadas e, quando a gente fala do Fies, a gente vê, ano a ano, uma queda na quantidade de alunos que estão de fato usufruindo do benefício. No ano passado chegamos a mais de 100 mil bolsas Fies ofertadas e apenas 21 mil bolsas preenchidas, o que mostra quanto o programa precisa ser reinterpretado e modificado, porque ele não está mais atendendo a necessidade dos alunos que são os principais usuários desse programa, alunos de baixa renda que precisam desse apoio financeiro para conseguir concluir o ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação ao Prouni, a gente também vê uma queda no preenchimento de bolsas. Talvez a gente possa discutir quais os motivos que levam a essa situação, mas a gente vê cursos que têm uma demanda muito grande por bolsas, e acaba de fato faltando bolsas para conseguir atender essa demanda, e outros cursos em que sobram muitas bolsas e acaba ficando vago o que está sendo disponibilizado. Então, acho que são dois programas que precisam ser reavaliados e reinterpretados, a gente tem conseguido cumprir com o seu propósito, mas eles precisam ser melhorados para garantir a sua continuidade, para que a gente de fato consiga cumprir com o seu objetivo de aumentar o acesso permanente no ensino superior.

As duas metas do objetivo 13 tratam de elevar o percentual da população de 18 a 24 anos e também de elevar o percentual da população entre 25 e 34 anos na educação superior. As duas são 40%. Hoje em dia, na população com 18 a 24 anos, a gente tem 21,6% da população com acesso ao ensino superior. Então, é um aumento de 18% que a gente precisa fazer em dez anos. Da população entre 25 e 34 anos, temos 23%. Então, é um salto grande para a gente dar nesses dez anos, até porque é moroso esse processo. Como a gente vai conseguir incluir mais alunos, garantir que eles fiquem, para a gente chegar a esses dados que estão sendo propostos?

E a terceira meta desse objetivo é elevar a quantidade de alunos que estão concluindo o ensino superior, para atingir 1,650 milhão conclusões anuais, sendo 300 mil no segmento público. Em 2023, a gente teve 1,374 milhão conclusões de ensino superior, sendo 250 mil no ensino público. Então, a gente está propondo que em dez anos a gente vai ter um aumento de 10% na quantidade de alunos concluindo o ensino superior. Também é uma meta bastante desafiadora, se a gente não tiver um foco muito grande nessa ação, porque o aluno que está entrando hoje vai se formar daqui a quatro, cinco anos, e assim vai. Então, se a gente quer aumentar esses 20%, a gente tem que pensar em medidas rápidas a serem implementadas na continuidade desses alunos na graduação e no ensino superior.

Avançando para a segunda meta, que fala sobre qualidade na educação, ela tem como objetivo garantir a qualidade de cursos de graduação nas instituições de ensino superior e tem como primeira meta garantir que toda oferta de graduação atenda aos padrões nacionais de qualidade da educação superior. Essa é uma meta que podia ser mais objetiva, mais específica do que se está propondo, quando a gente fala que todos os cursos têm que atender aos padrões nacionais de qualidade, porque, quando a gente fala do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Educação Superior), todos os indicadores que a gente tem são variados, e não é factível a gente pensar, hoje em dia, quando a gente analisa o Censo do ensino superior, os indicadores atuais, que daqui a dez anos todos os cursos vão estar com um padrão satisfatório, a depender do indicador que está sendo proposto. Então, talvez se pudesse propor, de fato, uma avaliação, um número: quantos cursos existem atualmente, quantos a gente consegue daqui a cinco anos, quantos até dez anos, para a gente ter algo mais tangível. Porque, até pela forma como os indicadores são feitos, existe uma dispersão ao redor das notas em que dificilmente a gente vai ter todos os padrões de qualidade. Então, talvez seja melhor entender qual é o objetivo dessa meta e torná-la mais tangível, mensurável para ela, de fato, ter um efeito significativo.

E as outras duas metas, quando a gente fala de qualidade da graduação, são: ampliar o percentual de docentes em tempo integral para superior a 70%... Essa é uma meta que também é desafiadora. A gente teve, em 2020, um aumento, tanto na pública quanto na privada, mas acho que varia muito também com o tipo administrativo, com o plano pedagógico e de como isso impacta também a operação e o funcionamento das instituições. E ela remete também a um ponto que a gente traz nas outras duas metas, que falam da ampliação do tempo integral e da ampliação da proporção de mestres e doutores. Remete-nos também à questão de acesso ao ensino superior e permanência.

A gente sabe que a gente tem um desafio no Brasil muito grande com relação à questão financeira para os alunos poderem estudar: 90% dos alunos que estão na rede particular de ensino são das classes C, D e E; em 80%, é o primeiro da família a estar cursando ensino superior; muitos deles são responsáveis por pagar a sua mensalidade. E, quando a gente traz propostas de aumento de tempo de educação integral e também da proporção de mestres e doutores, isso tem um impacto e pode impactar no custo, no acesso, e isso leva a outras questões que causam um efeito em cadeia. Porém, acho que esses são pontos que vieram do outro PNE, que teve um avanço e que está propondo que esse avanço continue.

Quando a gente fala da ampliação de mestres e doutores, essa era uma meta que constava já no PNE anterior...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIANO GRIEBELER – ... em que de fato a gente conseguiu avançar, e está-se propondo que ele aprofunde ainda mais.

Se a gente falar só sobre o terceiro objetivo, que fala sobre a questão da pós-graduação, que é ampliar a quantidade de mestres e doutores, essa também é uma meta que precisa ser vista em relação a quais são as ações que seriam implementadas, porque a gente tem visto, ao longo dos anos, uma queda na quantidade de universidades e um aumento na quantidade de centros universitários e faculdades. Há aí uma dificuldade na interiorização desses programas *stricto sensu*, até pelos requisitos e requerimentos que você tem para poder abrir uma universidade do ponto de pesquisa. Então, se a gente quer conseguir interiorizar e aumentar a quantidade, talvez tenha que ter uma revisão do que a gente entende por universidade, pesquisa e extensão.

E aí, no último ponto, várias estratégias fazem muito sentido, foram importadas do plano anterior, mas, talvez, seja preciso tangibilizar melhor o que a gente quer, daqui a cinco anos, com essa meta para, daqui a dez anos, a gente conseguir garantir que a gente avançou no caminho adequado.

Então, encerrando nos dez minutos – certinho –, agradeço de novo o tempo e a atenção. A gente fica à disposição, Senadora.

A gente está preparando um estudo para ser compartilhado com os Senadores para contribuir com o PNE.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos.

Só um detalhezinho formal: eu anunciei a votação simbólica do requerimento do Senador Flávio Arns, aprovado e já em execução, porque a inclusão que ele solicitou já vai fazer parte desta audiência pública, mas, por formalidade, para constar da ata, eu quero anunciar que o requerimento foi aprovado.

Então, vamos para a nossa segunda convidada, a Sra. Amábile Pacios, membro da Diretoria da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior, que também terá os seus dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AMÁBILE PACIOS (Para expor.) – Bom dia a cada um de vocês, obrigada pela presença. Senadora, muito obrigada pelo convite. É um enorme prazer dividir a mesa com vocês. Obrigada, Juliano, pela referência.

Eu estou aqui representando também a ABMES, a Fenep e o Brasil Educação. Vou explicar bem rapidamente do que se trata isso.

Mas estou acompanhada aqui pelo Dr. Bruno Coimbra, da ABMES. Eu sou Vice-Presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares). Eu coloquei, no mapa ali, Senadora, bem rapidinho, para a senhora ver, onde estão os nossos sindicatos. Nós somos formados em sindicatos estaduais, que representam a educação básica e o ensino superior. Onde está pintadinho de vermelho, se refere às nossas representações.

Quero também agradecer a presença do Nícolas.

Bem, Senadora, muito obrigada, mais uma vez.

Nós temos aqui, para mostrar para vocês, a representação do Brasil Educação. Estamos aqui também hoje, dando voz a todas essas entidades que compõem o Brasil Educação. A Federação e a ABMES fazem parte também do Brasil Educação.

Nós temos uma proposta hoje, Senadora, de conversar um pouquinho, um pouquinho diferente. Em vez de metas e percentuais, nós fizemos uma reflexão de como é que o PNE tem ajudado o avanço do setor privado e como é que o setor privado pode ajudar o avanço do PNE. Então, nós temos uma reflexão. Vou deixar com a senhora. Está muito bem estruturado. Não vou conseguir passar por todos os eslaides de maneira muito profunda, mas vocês terão esse material com vocês, e colocamos à disposição do Senado, da senhora e de quem quiser compartilhar conosco, a nossa reflexão.

O que nós queremos, assim, bem rapidamente, passar para vocês é uma breve avaliação do que é que, no nosso modo de ver, nós percebemos o PNE, que acaba de passar, que acaba de ser vencido. Na realidade, o foco é no setor público. A educação infantil ainda teve avanços, mas ainda alguma coisa ficou para trás, porque a gente não pode confundir ensino como meio, a aprendizagem é fim. O ensino fundamental tem desafios ainda de universalização. A alfabetização tem progressos, mas ainda precisa de investimentos. A educação em tempo integral precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expansão. E a formação e a valorização dos professores, Senadora. Esse é um ponto em que, de fato, o PNE pode ajudar o setor privado a avançar.

Entendemos que os principais pontos de debate no próximo PNE são esses que estamos colocando aí. Não só o setor público, mas o setor privado também precisa vencer as questões e os impactos da pandemia; a questão de tecnologia e inovação, nós precisamos ter uma integração disso, tanto na rede pública, quanto na rede particular; a educação inclusiva, eu acho que nós temos avançado, sobretudo no nosso setor particular, mas necessitamos de mais avanços nessa questão; o financiamento sustentável, o que muito bem falou o Juliano agora; a qualidade de ensino, que é um fator que está no debate do próximo PNE; a formação docente, como agora dizia o nosso Senador Ciro; e realmente o olho muito precioso que devemos colocar na educação profissional, não é?

Entendemos que esses são os pontos que estão no debate.

E como o Plano Nacional pode melhorar a escola particular, Senadora? Essa é a nossa questão. Como é que a gente se insere? A Senadora Damares falava sobre a questão de pertencimento agora há pouco. Então, a gente pertence ao sistema. Como o PNE pode nos ajudar a avançar, embora ele tenha o foco no setor público, a gente sabe muito bem disso?

Podemos registrar avanços? Podemos. Então, vamos passar aqui bem rapidinho, mas isto vai ficar para vocês: os avanços que nós podemos relatar que atingiram o nosso setor e que vieram a partir do PNE.

Acho que o primeiro avanço que a gente tem é com relação à regulação e a padrões de qualidade. Isso foi uma coisa que veio com o PNE no nosso setor, passou no debate e nos fez melhorar os processos, inclusive os nossos processos internos de avaliação. Então, eu vou citar Saeb, Enem, Enade e Prova Brasil.

Também quero citar, muito rapidamente, a questão da regulação, de como ela é importante para o nosso setor, de como ela nos dá e nos aponta vetores para direções para as quais devemos caminhar, mas estamos, neste momento, ainda aguardando, Senadora, a regulação do EaD. Temos uma parte muito grande do nosso setor paralisado por causa disso, e estamos também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardando os itinerários do ensino médio. Então, essas são questões em que o PNE pode nos ajudar.

As políticas de formação de professores. Como o senhor sabe, o nosso setor é responsável pela maior formação de professores do nosso país, que atuam tanto na rede pública quanto na rede particular. Então, as políticas de formação de professores chegam diretamente ao nosso fazer diário das nossas IES. Temos o Parecer e a Resolução 4 do CNE – agora, a 5 – e estamos aguardando a questão da formação continuada.

E há a qualificação profissional, que sempre é, de fato, um objetivo nosso.

Entre os avanços que a gente está querendo trazer para vocês, a gente quer registrar esse avanço de inovação e tecnologia, porque a gente conseguiu, a partir do PNE, avançar nessa questão, mas a gente precisa de metas que estejam relacionadas a essa modernização e que nos ajudem a avançar também dentro do nosso fazer.

Dentro das tecnologias, a gente fala das metodologias inovadoras que, inicialmente, são produzidas a partir do PNE e depois chegam às salas de aula, onde a gente, de fato, faz o dia a dia da nossa educação.

E, evidentemente, há a educação integral, que, na escola particular, já vem com força, até por uma necessidade da família na educação básica, mas ela precisa... Tendo o PNE como um impulsor, ele realmente nos ajudaria a caminhar nesse aspecto.

Outro avanço que a gente quer registrar, Senadora – eu acho que é muito importante a gente registrar isto –, são as questões de inclusão e diversidade que chegaram à rede particular por essa discussão, a partir do PNE. Há a educação inclusiva – por sinal, a gente tem tecnologias muito marcantes e interessantes de se conhecer –, a acessibilidade e a valorização da diversidade. Isso toma, então, os nossos corredores, os nossos assentos.

Outro avanço que a gente pode relatar são as parcerias público-privadas. A gente gostaria de dar ênfase a isso. Nos programas de bolsa, a gente já tem bem consolidada a questão do Prouni, mas estamos buscando o ProBásico. O ProBásico, Senadora, tem os moldes do Prouni, mas é destinado à educação básica. A gente já vem, há alguns anos, aqui nesta Casa, pedindo esse PL, a gente tem várias proposições feitas pelo Senador Izalci e pela Senadora Dorinha. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente entende que, se o ProBásico vem, ele impulsiona o setor público e o setor privado. E há o compartilhamento de experiências, porque a gente pode, por meio do PNE, incentivar e estimular as trocas de experiências; e os incentivos fiscais.

Nessa questão da parceria, Senadora, eu queria muito registrar um caso aqui de Brasília. A nossa Secretária de Educação, a Profa. Hélvia, inclusive, me passou uma mensagem exatamente agora falando sobre isso. Por meio da parceria, com um cartão que, aqui em Brasília, chama-se Cartão Creche, nós tiramos da fila da creche 62 mil crianças; hoje, a fila só tem 2 mil crianças. Ela explica ainda que é uma questão regional. Então, é uma parceria que funciona muito bem. E aqui a Profa. Hélvia, nossa Secretária, pode vir falar para a senhora como funcionou aqui no Distrito Federal.

A próxima é a capacitação em gestão educacional. Nós conseguimos fortalecer imensamente não só os nossos professores, mas também os cursos que formam professores e gestores. Também criamos indicadores de desempenho dentro do nosso setor que são feitos no âmbito daquelas 17 entidades que eu apresentei para a senhora. Isso veio a partir do PNE. A outra questão em que nos impulsionou o PNE foi capacitação e gestão educacional.

E, por fim, agora, eu passo, rapidamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMÁBILE PACIOS – Vai ficar um bocado de fora.

Passo às considerações que a gente gostaria de ter no futuro, mas, pelo menos para ler, eu gostaria de dizer a vocês como é que nós imaginamos que o setor privado pode ajudar o PNE, como é que a gente pode ajudar o país como sendo um sistema orgânico, um sistema de educação. Então, a gente tem aqui – vou deixar isto com a senhora – a questão dos laboratórios de inovação, a disseminação de conhecimento, a publicação de eventos... Nós podemos, dentro de parcerias e convênios, fazer cessão de espaços e cessão de recursos. Podemos fazer projetos conjuntos. Podemos também ocupar as vagas ociosas, que foi o caso de que eu acabei de falar com a senhora, deixando aqui como uma contribuição. Há a contribuição de pesquisa. Eu acho que esse é um outro ponto que o setor particular pode fazer com o PNE. Nós temos, hoje, alguns institutos, dentro das nossas entidades, que fazem pesquisas de ponta. Eu acho que essa é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajuda que nós poderíamos fazer. Há a elaboração, o acesso à qualidade, claro, evidentemente passando para o setor público as escolas e as práticas que nós temos. Eu vou citar aqui escolas comunitárias, bolsas que as próprias faculdades dão e as próprias escolas e o apoio de alunos de inclusão. Eu acho que essa aqui é uma experiência que, no setor privado, tem sido marcante e que valeria muito a pena ser conhecida pelos senhores. Algumas entidades fazem isso de uma maneira muito exemplar. Por fim, há a responsabilidade socioeducacional, que eu acho que é uma contribuição que nós podemos dar para vocês.

Passando para a conclusão, quero dizer que nós gostaríamos que fôssemos entendidos como sistema orgânico do sistema educacional brasileiro, porque somos corresponsáveis pela educação dos brasileiros – os nossos números são marcantes, o Juliano falou um pouco sobre isso. A cooperação e o diálogo: eu acho que seria muito importante que nós pudéssemos participar mais imensamente das discussões e das decisões nacionais que dizem respeito à educação, tanto para o setor público quanto para a rede privada. E há a integração efetiva do sistema educacional com a escola particular, reconhecendo a nossa importância na educação dos brasileiros.

Eu quero deixar aqui algumas dicas para vocês de alguns livros que eu acho que valem a pena a gente ler quando a gente está estruturando um Plano Nacional de Educação. São livros que pontuam alguns caminhos. E, para quem está fazendo essa discussão, eu acho interessante deixar essa dica aqui dos livros para vocês.

Agradeço.

Estou nas redes sociais com o meu próprio nome: Amábile Pacios.

Passei um pouco dos minutos – me perdoe!

Vou deixar isto com a senhora. Precisando, eu estou aqui.

Muito obrigada a todos, a quem está *online* também e a vocês aqui. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Amábile – agora certo, com acento. (*Risos.*)

Faço só um breve comentário sobre a fala de Juliano e sobre a fala, agora, de Amábile.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa questão das metas, Juliano, o aperfeiçoamento das metas, isso está vindo em quase todas as nossas audiências públicas e também entre nós Parlamentares, porque ter uma meta e não alcançá-la é muito frustrante. Então, como fazer para alcançá-la, torná-la factível? Talvez com um parcelamento, uma coisa mais processual, para análise e monitoramento das metas.

E muita coisa, Amábile, da relação entre os entes federados, entre a esfera pública e a esfera privada, é muito dependente não apenas do Plano Nacional de Educação, mas também do Sistema Nacional de Educação. O Senado aprovou uma lei de autoria do Senador Flávio Arns que tramita na Câmara dos Deputados. Nós queremos aproveitar este momento de mobilização em torno do PNE – já colocamos isso, inclusive, para o Governo, para o Ministério da Educação – para debater também a conclusão do Sistema Nacional de Educação. Muita coisa fica prejudicada ou é de difícil alcance se a gente não tiver, de fato, o sistema nacional já em vigor. Isso é uma coisa que a gente está discutindo por aqui também.

Passo, então, a palavra agora para Cicília Raquel Maia Leite, Presidente da Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais).

Dez minutos iniciais, Cicília.

A SRA. CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, dizer da satisfação e da alegria de estar compartilhando aqui desta mesa de debates, junto com demais entidades representativas da educação do nosso Brasil, e parabenizar, principalmente, por este ciclo de debates que está acontecendo em torno do Plano Nacional de Educação.

Eu estou participando ativamente, enquanto Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. Participei do Conae. Participo do Fórum Nacional de Educação.

Estou aqui também com a colega Magnífica Reitora Profa. Simone, aqui da Universidade do Distrito Federal. Quero também cumprimentá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fala da gente hoje aqui é trazendo um pouco do escopo do que representa a Abruem para o desenvolvimento do novo Plano Nacional de Educação.

Hoje, a nossa associação congrega 46 instituições estaduais e municipais. Somos mais de 700 mil estudantes regularmente matriculados, mais de 43 mil professores, 63 mil servidores técnico-administrativos, mais de 100 estruturas hospitalares, clínicas médicas e odontológicas, hospitais veterinários, num universo aí, mais ou menos, de 2 mil cursos de graduação e 1.756 cursos de pós-graduação, entre mestrados e doutorados.

Eu quero trazer esses números, *a priori*, como preâmbulo, para dizer da importância das nossas afiliadas, principalmente no que diz respeito à capilaridade e à questão da interiorização do ensino superior, que tem tudo a ver com a execução na íntegra de um Plano Nacional de Educação.

Por isso, a gente faz essa defesa, faz essa fala, inicialmente, para dizer que as nossas instituições, assim como as demais, também fazem a diferença como patrimônio vivo de cada região onde elas estão instaladas.

É imprescindível a garantia, Senadora Teresa, do que consta na nossa Constituição, no art. 207, no art. 211, e ainda no que consta na LDB. E é necessário fazer uma ampla discussão, madura, sobre o Sistema Nacional de Educação – e eu fico muito feliz em saber que também está entrelaçado neste momento de discussão do Plano Nacional de Educação –, porque acredito que o Plano Nacional de Educação – o novo plano a ser aprovado – passa, prioritariamente, por essa discussão. Então, fizemos essa fala lá no Fórum Nacional, estava até com o assessor Walisson, e a gente discutia na perspectiva de que há uma necessidade de, primeiro, se discutir esse sistema nacional, porque, a partir daí, a gente tem condições de fazer uma correta pactuação com os entes, especialmente público-privado e também municipal, estadual e federal. É só aí a gente vai começar a dividir, de fato, as possibilidades de uma conquista, na íntegra, de um Plano Nacional de Educação.

E aí este é o primeiro ponto que eu faço como sugestão, Senadora: que a gente possa fazer este debate do sistema nacional de educação superior, obviamente buscando uma pactuação equânime e justa entre os entes federal, estadual e municipal, como acontece em outras áreas da sociedade. É preciso, mais do que tudo, para a concretização de um Plano Nacional de Educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a soma de forças de todas as instituições, sejam elas públicas, sejam elas privadas, sejam elas estaduais, sejam elas federais, sejam elas municipais, definindo, assim, um eixo central de ações e perspectiva para avançarmos enquanto sociedade, por meio da nossa presença viva em todos os espaços do Brasil.

E aqui já foram colocados inúmeros desafios, mas eu faço questão de evidenciar todas as nossas discussões enquanto reitoras e reitores. A gente traz alguns temas que são centrais e que estão previstos no novo plano: educação inclusiva e afirmativa; vulnerabilidade socioeconômica dos nossos estudantes; saúde mental da nossa comunidade – é preciso que o nosso plano também possa estabelecer metas nesse sentido –; educação como direito, como direito fundamental; valorização dos profissionais da educação. Entre eles, fiquei muito feliz em participar hoje aqui, junto com vocês, da aprovação do projeto relacionado à carteira de valorização docente. Isso é importantíssimo, porque isso diz muito sobre nós que estamos lá no dia a dia. Pode ser uma carteira, mas é o resgate do ser professor e do ser professora. E tem um outro desafio que não foi citado e que eu faço questão também de citar aqui: a infraestrutura dos nossos equipamentos.

E aí eu não vou me alongar tanto, como já foi dito, no que diz respeito ao que está dito no plano nacional sobre o ensino superior, mas nós temos aí a Meta 13 – acesso, permanência e conclusão da graduação – que perpassa esses desafios que eu já falei, mas eu quero aqui evidenciar a necessidade também da ativação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para nós estaduais e municipais, o que nos foi prometido e nos foi garantido no momento em que estávamos tratando do Sisu. E até hoje a gente ainda não teve condições de receber esse recurso tão importante naquele ponto principal hoje que é a vulnerabilidade socioeconômica dos nossos estudantes. Hoje, depois de uma pandemia – e a gente também precisa falar sobre ela, porque isso tem reflexo ainda no plano dos próximos dez anos –, a gente recebeu, com todas as forças, os problemas econômicos e sociais de uma pandemia dentro das nossas instituições. E, para isso, a gente precisa também que esse plano possa ter atenção nesse quesito.

Eu quero aqui ainda enfatizar o papel estratégico das nossas estaduais e municipais no quesito de interiorização do ensino superior e na articulação com a educação básica. E aí eu acrescento a Meta 16, que também está intrinsecamente relacionada ao nosso fazer diário, quando a gente tem na maioria das cidades a formação dos nossos professores do ensino básico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo realizada também por nossas universidades estaduais e municipais. Eu quero destacar o protagonismo das nossas estaduais e municipais no cumprimento das metas do PNE, especialmente na elevação da taxa bruta de matrícula no ensino superior – porque nós estamos em todos os espaços deste Brasil –, também na pós-graduação e na elevação da qualidade da graduação. Eu quero aqui relacionar ainda a formação de professores da educação básica, que, em maioria, é também realizada por nossas instituições estaduais e municipais. Somos centros de produção de conhecimento aplicado, com um papel central. E aqui, Senadora, eu preciso destacar também o papel central de, como estamos em todos os espaços do nosso Brasil, estar ali buscando as soluções locais e regionais. Então, estamos intimamente relacionados a esse desenvolvimento local e regional do nosso Brasil.

No quesito ainda do reconhecimento do Sistema Nacional de Educação, é preciso reivindicar a inclusão formal das nossas estaduais e municipais no Sistema Nacional de Educação, garantindo representação, voz e recursos proporcionais às contribuições que nós já prestamos ao país. Eu quero ainda pedir que nós possamos, com esse plano, assegurar que a regulamentação do sistema nacional respeite o papel estratégico das universidades estaduais e municipais na construção de uma educação nacional de qualidade, plural e democrática. Aqui, eu acredito que – ainda sobre financiamento – é preciso a gente destacar a necessidade de um novo pacto federativo que garanta a sustentabilidade e a valorização das estaduais e municipais.

Eu estou colocando aqui tudo aquilo que a gente discute em nossas reuniões, em nossos fóruns, mas há a necessidade também da criação de um fundo nacional de fomento ao ensino superior estadual e municipal, com base constitucional, como forma de garantir que essas instituições tenham acesso a recursos compatíveis com sua missão no sistema nacional. Exemplo disso é o modelo de cofinanciamento, como existe para a saúde e como existe também para a educação básica. Acredito que a gente tem modelos de sucesso que a gente pode replicá-los.

Eu quero aqui deixar três propostas concretas para esse Plano Nacional de Educação, o que eu acho extremamente estratégico, porque o plano foi muito bem concebido, foi muito bem refletido e discutido com toda a comunidade, mas eu acho que agora o nosso desafio é saber de que forma a gente vai monitorá-lo, de que forma a gente vai avaliá-lo e de que forma a gente vai se colocar, também, como esse agente de transformação para esse novo plano: propor uma agenda colaborativa entre o MEC, o Conselho Nacional de Educação e o Congresso Nacional, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abruem e o Senado; sugerir a criação de um observatório permanente de acompanhamento do Plano Nacional de Educação, com a participação de todas as nossas entidades – eu acho que isso é importante, não somente na hora da...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE – ... pactuação de um novo plano –; e, por fim, eu quero defender a realização de um encontro nacional com Governadores e reitores e reitoras das universidades estaduais e municipais para debater financiamento e estratégias conjuntas para o próximo ciclo do PNE.

No mais, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de uma fala breve, mas uma fala que diz muito sobre as nossas universidades estaduais e municipais, sobretudo naquilo que a gente mais busca: garantir o direito a todos e todas, principalmente entendendo que a educação é esse motor de desenvolvimento social, econômico, cultural. Eu tenho certeza de que, com essa soma e com essa vontade de fazer diferente, o nosso Brasil vai caminhar junto com a educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Cicília.

A Pnaes é uma pauta recorrente não apenas para as instituições, mas é uma pauta prioritária do movimento estudantil.

Certamente, a reivindicação, a pressão tem existido diuturnamente.

Quero dizer a você que essas propostas nós vamos levá-las para uma articulação que acertamos em fazer. O Senador Flávio Arns e eu participamos, na semana passada, de uma reunião com representantes da Comissão na Câmara que vai dar início ao debate do PNE. A Deputada Tabata Amaral, que preside esta Comissão, e o Deputado Brito, esqueci o primeiro nome dele agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Rafael Brito, que é o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, que vai se envolver efetivamente na tramitação do plano. E uma das nossas ideias é justamente fazer debates para fora do espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativo. Que o espaço legislativo vá para fora para fazer plenárias, debates também regionalizados, para que o PNE seja mais conhecido, para a sociedade, já na própria tramitação do plano, conseguir captar a importância desse plano para a vida do Brasil. A importância ainda é muito restrita a nós da educação – ampliar um pouco essa visão.

Agradeço suas palavras e passo agora para a Sra. Salette de Sá, Secretária-Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), a quem agradecemos também a presença, para os seus dez minutos iniciais.

A SRA. SALETTE MARINHO DE SÁ (Para expor.) – Bom dia.

Em nome do nosso Reitor Pedro Rubens, cumprimento a Senadora Teresa Leitão e também justifico a sua ausência. O nosso Presidente é Reitor de uma universidade – a Unicap – e participa de outras organizações internacionais; neste momento, ele tem acompanhado as agendas relacionadas ao falecimento do Papa Francisco.

Então, esse é o motivo da sua ausência, mas trago aqui as suas considerações, o reconhecimento deste momento importante nessa iniciativa desta Comissão, chamando a este debate e chamando principalmente todos os segmentos da educação superior, tanto as comunitárias, as particulares, as públicas federais, estaduais e municipais, todas aquelas envolvidas nesse cenário e neste momento importante de definições e de sugestões para o PNE.

Nós gostaríamos só de reforçar essas metas, essas metas que dizem respeito à educação superior; a questão do acesso, permanência e conclusão da graduação; a importância de, cada vez mais, se reconhecerem os espaços locais no que tange à educação no município, à educação que é pensada em nível estadual e também em outros espaços.

Falando da importância dessa modalidade também presencial e à distância, falando também da Política Nacional de Assistência Estudantil, que já foi citada aqui, e trazendo a importância de discutir outras metas – a qualidade da educação... Que educação nós queremos? Garantir que as nossas instituições de ensino superior cada vez mais alavanquem os cursos de graduação e pós-graduação, trazendo novos padrões de qualidade, para que nós tenhamos também docentes mais qualificados, tanto também na questão *stricto sensu*, das pós-graduações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a valorização e a formação dos docentes – no caso, mestrados, doutorados –, trazendo uma diminuição para as desigualdades regionais.

É isso que nós queremos que aconteça. O PNE é o caminho para isso, para essa valorização.

Que o local onde é desenvolvida a educação superior tenha a sua valorização e que seus instrumentos, os seus equipamentos também estejam adequados, cada vez mais chegando aos discentes, para que também tenham um acesso maior a essa educação, trazendo também, em relação a essa meta da pós-graduação, falando das oportunidades, com vistas a promover a equidade nacional, regional, social, étnico-racial – porque o plano traz isso –, a questão da linguística, do sexo e os direitos das pessoas com deficiência.

E trouxemos também algumas indicações dessas perspectivas do PNE, que é a ampliação do acesso ao ensino. Essas perspectivas de mudanças, aprendizagem e a recuperação educacional, até por conta desse período pós-pandemia, estratégias para mitigar os impactos que a pandemia trouxe para toda a comunidade acadêmica, para toda a comunidade escolar, fazendo com que, cada vez mais, haja valorização dos profissionais da educação, como já foi falado aqui, fazendo revisão também dos planos de carreira, melhoria salarial e incentivo à capacitação e à formação continuada...

E um dado importante também é o uso da tecnologia. Esses investimentos na infraestrutura digital para que a gente possa, cada vez mais, favorecer a formação dos docentes, dos professores e a integração com essas novas tecnologias, ferramentas de ensino.

Trazemos como desafio, e também para complementar e reforçar o que já foi dito, a importância da aprovação e implementação do Sistema Nacional de Educação. Nós sabemos da importância desse sistema, trazendo as responsabilidades, trazendo a dimensão de cada um nesse processo e falando da importância... Quando se pensa em metas, quando o plano trouxe metas, é importante nós pensarmos na forma de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação dessas metas, para que a gente consiga alcançar não só a quantidade, mas também a qualidade em relação à educação superior.

Falando também da importância dos censos, que o Inep seja sempre aquele que nos apresenta os resultados, que publicize o censo, para que cada vez mais as instituições consigam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma autoavaliação, trazendo a participação dos docentes, dos discentes, da comunidade acadêmica.

Também falando como um desafio, cada vez mais – e isso o Senado já está trazendo, a Câmara já está trazendo para nós – a participação e o controle social, fortalecendo o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e valorizando os resultados e as propostas trazidos pela Conferência Nacional de Educação.

Há também um grande desafio, que nós sabemos que será o próximo passo e já está tramitando, que é a questão do novo marco regulatório da educação à distância. Esse é fundamental. Tem que estar nas nossas discussões, nas nossas pautas o que queremos desse marco regulatório. Ele precisa ocorrer da forma mais rápida possível, também com a discussão, como está sendo feito aqui, com a participação, com a contribuição de todos.

E aí eu já aproveito para entrar na questão da Iris, pois nós recebemos algumas perguntas. A Iris, na verdade, do Rio de Janeiro, nos pergunta: "Quais [são as] estratégias [...] previstas no novo PNE para garantir a redução das desigualdades educacionais entre as regiões do país?". Essa é uma novidade que o plano traz, é um desafio. E o PNE se constitui de um arcabouço educacional nesse período de dez anos, em que tem que ser avaliado, reavaliado, monitorado. Quando o PNE estiver em execução, se materializando, automaticamente é um caminho para a inclusão e para diminuir as desigualdades existentes no país, quando se fala de educação voltada às demandas regionais, quando se fala da educação voltada às demandas dos municípios, como foi falado aqui. Então, o sucesso do PNE vai garantir que esse objetivo seja alcançado. Para isso a gente precisa, cada vez mais, trazê-lo para a discussão, para a participação da sociedade, como está acontecendo aqui.

Colocamos à disposição o Conselho de Reitores – e Reitoras – das Universidades Brasileiras, para que participemos cada vez mais desses debates, fortalecendo os espaços de controle social, de participação. O Crub é integrante do Fórum Nacional de Educação, e isso para nós é fundamental para acompanharmos e contribuirmos, fazendo sempre esse diálogo não só com as universidades, não só com as instituições que são associadas ao Crub, mas também com as representações de todos os segmentos da educação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SALETTE MARINHO DE SÁ – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Salette.

Não sei se você sabe que eu sou de Pernambuco, inclusive ex-aluna da Unicap. (*Risos.*)

E o Padre Pedro é um querido lá no nosso estado. A Unicap tem se inserido determinadamente em todos os fóruns de debate, e não apenas na causa da educação, mas no mote atual da universidade, que é: "Nosso *campus* é a cidade". Isso tem levado a uma participação e a uma contribuição muito importante, eu diria, nas grandes causas da cidade e elevado o padrão de qualidade da Unicap de maneira inequívoca.

Repito e envio para ele e para você também os nossos parabéns.

Quero registrar a presença, já aqui feita, mas agora formalmente, da Sra. Simone Benck, Reitora da Universidade do Distrito Federal, a quem oportunamente nós podemos conceder a palavra.

Nós vamos agora para as duas últimas intervenções, todas as duas de maneira remota. A primeira é do Sr. Marcelo Pereira de Andrade, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, aqui, neste ato, representando a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

Prof. Marcelo, o senhor tem dez minutos iniciais.

O SR. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Teresa Leitão.

Eu peço desculpas por dois motivos: eu não pude estar presente, porque estou me recuperando de uma cirurgia e retornei hoje – então, eu não poderia tomar voo –, e vou fazer também a apresentação estruturada num texto que preparei para a manhã de hoje.

Mais uma vez, bom dia.

Saúdo a Exma. Sra. Senadora Teresa Leitão, Presidente desta Comissão do Senado. Ao saudá-la, estendo os meus cumprimentos às Sras. e aos Srs. Parlamentares presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também os demais convidados, assim como todas as pessoas que nos acompanham nesta manhã.

Também eu não poderia deixar de registrar o nosso pesar pelo falecimento do Papa Francisco, uma pessoa inspiradora, um pacifista. Dois anos atrás, recebeu todos nós, reitores e reitoras da América Latina, para discutirmos temas ligados àquilo que nós fazemos, universidade, direitos humanos, meio ambiente, luta contra a fome, enfim. Então é uma pessoa que fará muita falta no cenário mundial.

Então, representando nesta audiência a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), agradeço o honroso convite. O Reitor Daniel Diniz Melo, Presidente da Andifes, incumbiu-me da missão de representar a nossa associação nesta importante audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Desde já, manifesto o nosso apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. O PNE 2024-2034 é um documento fundamental para a educação nacional, que trata, sob uma visão sistêmica, a educação brasileira. Ele vai da educação infantil ao ensino superior, do ensino superior à pós-graduação, enfim, o que é importante para o entendimento de educação no país e não um entendimento fracionado, seccionado dos níveis de educação. Então, ele trata nessa perspectiva sistêmica.

Tive a oportunidade de acompanhar a elaboração desse novo PNE no âmbito do Fórum Nacional de Educação como membro suplente indicado pela Andifes. Posso atestar seu caráter de construção coletiva democrática, tanto no fórum quanto na Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024, em Brasília, quando o documento foi amplamente debatido, apreciado e aprovado.

Como já foi discutido em audiências anteriores, eu quero me ater, inicialmente, nesse ponto, nas discussões que foram promovidas por esta Comissão. Faço coro ao entendimento de que o PNE somente será eficaz para a educação pública – e aqui me refiro especialmente ao ensino superior federal – se houver garantia de financiamento, orçamento sustentável e compatível com as suas metas. Temos um documento que avança, tem grandes contribuições, mas, sem orçamentos compatíveis – e, claro, me refiro também à própria educação básica –, fica muito difícil alcançar essas metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, o Prof. Alfredo Gomes, durante audiência desta Comissão, em 9 de setembro de 2024, descreveu com precisão a situação do orçamento discricionário das universidades federais. Para ter uma ideia, em 2014, esse orçamento era de cerca de R$8 bilhões; atualmente, encontra-se reduzido a aproximadamente R$6,5 bilhões. Concordo com o Reitor Alfredo, que afirmou, naquela época, que seriam necessários, no mínimo, R$10 bilhões anuais para atender adequadamente a 69 universidades federais.

Além disso, é imprescindível a implementação de uma política de Estado voltada ao financiamento da educação superior que assegure autonomia financeira e previsibilidade orçamentária às nossas instituições; como estabelecido no PNE, o percentual de 10% do produto interno bruto (PIB) a ser destinado à educação pública até o final deste decênio de 2034. Então, aqui faço coro ao importante avanço nesse sentido de estabelecimento de um percentual de financiamento da educação pública brasileira.

Aqui também uma ressalva de que isso não depende de Governo, Senador. A nossa dependência hoje maior é do Congresso Nacional, inclusive desta Casa, a Casa do Povo, o Senado Federal. Então, a importância de garantir esse financiamento... Isso nos possibilitaria já, se tivéssemos a previsibilidade orçamentária, uma gestão menos vulnerável a mudanças de governo e mais alinhada à continuidade do planejamento a longo prazo, uma política de Estado. Sem essa garantia orçamentária, será extremamente difícil o desenvolvimento de ações essenciais previstas no PNE, como a ampliação do ingresso nos cursos de graduação das universidades federais, a redução da evasão estudantil e a modernização do ensino superior.

Destaco ainda que, apesar dos avanços trazidos pelas Leis nºs 14.723, de 2023, e 12.711, de 2012, que garantem o acesso pelas cotas de estudantes de escolas públicas, e também pela aprovação pelo Congresso Nacional – por esta Casa, inclusive – da Lei 14.914, de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, vamos precisar de mais do que a vontade política dos nossos Parlamentares. Precisamos do compromisso de um orçamento que garanta as nossas ações junto a essas demandas.

Sem uma política de financiamento estruturada, não seremos capazes de atender plenamente os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, continuaremos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdê-los e a perdê-las ao longo do percurso acadêmico, e, pior, muitos nem sequer conseguirão ingressar nas nossas instituições.

No caso específico do Brasil, diferentemente talvez de outros países em que temos jovens que não estão indo às universidades por uma questão de interesse, o não preenchimento de vagas, especialmente nas universidades públicas – mas sei que as particulares passam por isso também –, é pelo empobrecimento das famílias após o período da covid-19.

Gostaria de reforçar as demandas já apresentadas no que diz respeito à formação inicial e continuada dos profissionais de educação – aqui entro já em um outro tema –, em especial das professoras e dos professores da educação básica, bem como a sua devida valorização. É urgente a formulação de políticas públicas que realmente promovam mudanças concretas na vida profissional desses educadores e educadoras. Eu penso que o PNE faz isso, mas a gente pode ir além.

Atualmente, nós dispomos de uma política nacional articulada à formação de professores e professoras voltados à educação básica, nós não temos um sistema nacional que garanta essa formação para os futuros professores e professores, mesmo a formação continuada, é preciso que a gente trabalhe nisso; tampouco dispomos de um plano nacional estruturado para a valorização e desenvolvimento da carreira do magistério nesse nível de ensino.

Nesse sentido, não podemos confundir essa discussão com a questão do piso salarial nacional, que, embora seja extremamente importante, não resolve por si só a complexidade do tema. É necessário um olhar muito mais abrangente sobre as condições de trabalho desses profissionais. A docência é uma profissão de alta complexidade. Formar crianças e adolescentes não é tarefa simples, trata-se de um trabalho exigente que requer formação constante, apoio institucional e reconhecimento efetivo por parte do Estado e da sociedade.

Queria destacar que também aparece no PNE a iniciação à docência, e aí mostramos uma experiência muito interessante, que é o Pibid, que é o Programa de Iniciação à Docência, de bolsa de iniciação à docência, que já vem desde 2009, já são 16 anos no Pibid, que tem sido muito exitoso, mas ainda é um programa e não uma política de Estado, então, a importância de que pudéssemos ter o Pibid aprovado como uma política de Estado, com uma lei que regesse isso. Isso na formação inicial. E, na formação continuada, algo também que há muito tempo nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutimos, que é a residência docente. Para aqueles que concluem o curso de graduação, que pudessem, como na medicina, ficar dois anos, três anos na residência docente, recebendo bolsa, conhecendo a escola, conhecendo a profissão, como uma forma de fixar esses jovens professores e professoras na docência. Então, é algo que também a gente traz aqui, que poderia avançar nesse sentido no PNE que estamos discutindo.

Por fim, quero abordar outro ponto importante para as universidades federais, que é a questão da eleição dos nossos reitores e reitoras. Tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 2.699, de 2011, que está parado hoje lá na Câmara, mas a gente pede o apoio do Senado para, quando chegar, termos o apoio nessa aprovação. Ele propõe alteração das regras para escolha de dirigentes das universidades federais, substituindo a atual lista tríplice pela nomeação do candidato, da candidata, ao cargo de reitor, o mais bem votado por sua comunidade acadêmica. É imprescindível para a gente a aprovação dessa lei, garantindo a nossa autonomia na escolha daqueles que conduziriam a universidade. O PNE fala da democracia, fala do exercício democrático, temos uma pergunta falando da Constituição Cidadã de 1988, consideramos que é extremamente importante garantir a autonomia das nossas universidades.

Mais uma vez, agradeço pelo honroso convite para participar dessa importante reunião. A Andifes permanece plenamente à disposição para colaborar com o desenvolvimento social e econômico do nosso país, por meio da educação, da cultura, da ciência e tecnologia, e da inovação, missão que seguimos cumprindo com dedicação, mesmo diante dos momentos mais desafiadores, como foi o período da pandemia da covid-19 e os sucessivos cortes orçamentários.

Fico à disposição para contribuir com o debate desta manhã.

Muito obrigado pela oportunidade de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos. Sabemos, temos consciência dessa dificuldade orçamentária das universidades, mas também sabemos da relação entre o Executivo e o Legislativo, no tocante ao orçamento, nessa quadra, mais do que nunca. Basta dizer, e todo mundo sabe, que o nosso orçamento só foi aprovado este ano, por questões de necessidade de muita negociação. Mas estamos atentos, sobretudo, ao alcance dos 10% do PIB, que é uma meta e um debate histórico da comunidade educacional brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Prof. Marcelo.

Passo a palavra agora, que está na tela

Passo a palavra agora – está na tela – ao Sr. Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior.

Bom dia e obrigada pela presença.

O SR. CLAUDIO ALCIDES JACOSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senadora Teresa Leitão.

A gente agradece muito esta oportunidade de estarmos aqui contribuindo com o PNE, com esse importante documento que transcreve as metas e o plano do país para os próximos anos.

Queria também aproveitar e agradecer ao Senador Flávio Arns, que fez a indicação para que a Abruc estivesse presente, podendo também contribuir neste momento. Para nós da Abruc, estar discutindo o PNE é pensar uma educação de qualidade para o futuro do nosso país. E é com esse olhar que eu queria fazer algumas considerações, lembrando também que nós estamos vivendo os 30 anos da nossa Abruc. Então, ela comemora um aniversário importante neste ano, sendo que muitas coisas foram conseguidas já em relação à melhoria das condições das entregas que essas instituições fazem. Por exemplo, basta lembrar a Lei 12.881, de 2013, a Lei das Comunitárias, uma legislação importante que classificou as instituições comunitárias, instituições essas que apresentam uma resposta muito efetiva para o país e que tiveram também, na Lei de Diretrizes e Bases de Educação, no seu art. 19, a consideração da existência e da legalidade dessas instituições como um modelo organizacional para o nosso país, trazendo lá no inciso III a presença das comunitárias, além das públicas e além das privadas.

Essas instituições comunitárias têm, nas últimas décadas, ofertado condições muito importantes para o desenvolvimento das suas regiões. Se a gente observar, algumas regiões, a partir das suas fundações, constituíram esse modelo, que é um modelo que o país precisa observar como um modelo diferenciado. Isso, sem contar que também fazem parte das comunitárias as instituições confessionais, que tiveram um papel fundamental na construção da educação superior, mas também da educação básica do ensino brasileiro, constituindo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhada que tem que ser reconhecida por essa passagem agora nesse planejamento do nosso PNE.

Também gostaria de lembrar que, do total de estudantes que nós temos hoje matriculados no país – cerca de 10 milhões de estudantes –, cerca de 2 milhões de estudantes cursam um ensino sem fins lucrativos. Então, esse conjunto de mais de 800 instituições divulgadas pelo Censo mostra a importância e a relevância desse tipo de instituição.

Por isso, eu queria focar, no PNE, principalmente na Meta 13, na Meta 14 e na Meta 15. Por que eu faria isso?

Na Meta 13, seria importante destacar que o aumento para 40% do acesso à educação daqueles jovens de 18 a 24 anos precisa de certa forma ser associado com a qualidade apresentada pelas instituições. Parece-me que a gente precisa de alguns elementos a mais do que apenas focar a questão do aumento de estudantes. A regulação precisa avançar com critérios de qualidade mínimos para que a gente possa atingir esse número. Se a gente observar e olhar para os dois Planos Nacionais de Educação (PNEs) dos anos anteriores, das décadas passadas, nós vamos observar, em uma análise mais aprofundada, que existem condições a serem melhoradas, principalmente no âmbito da qualidade.

Alguns números crescentes recentes, apontados pelo Censo 2022, pelo Censo 2023, colocam algumas preocupações no sentido principalmente de nós termos a necessidade, nesses três modelos educacionais, de possuir metas próprias, porque, de certa forma, essa grande diversidade que temos de instituições no Brasil, que é algo interessantíssimo para o país, tendo a presença das públicas com seu formato, das privadas e também das comunitárias, poderiam ser avaliadas de forma diferente.

Lembro que nós temos aí os sinais completando duas décadas, 20 anos, e a partir desses sinais, seria importante nós revermos alguns processos avaliativos para que pudéssemos aproximar a regulação do processo de avaliação e fazer entregas muito mais efetivas nesse sentido.

A Abruc tem avançado junto ao Inep, pleiteando dados e informações que separem essa condição, que deixem mais explícito para a pessoa que atua na área da educação, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a parte de políticas públicas, que elas consigam fazer entregas mais efetivas em relação a esses modelos, usando o que eles têm de melhor.

Se a gente observar, no último PNE a gente atingiu, como resultado dele, na entrada de estudantes, cerca de 4 milhões de estudantes que acessaram a educação superior em 2022 e 2023, a gente tem cerca de 3 milhões acessando o ensino à distância. Vale também o PNE questionar isso. Esse é o caminho que a gente deseja? Desses adentrantes, quase 800 mil fizeram o curso de Pedagogia. E se nós entrarmos em contato com os Prefeitos municipais, eles vão apontar a grande dificuldade que têm de localizar esses formados. Então alguma coisa não está funcionando direito, e nós precisamos fazer essa associação, principalmente em relação à qualidade.

Chamo também a atenção em relação ao financiamento para as instituições privadas, para as instituições comunitárias, porque, de certa forma, o financiamento pode, de certa maneira, contribuir com esse acesso que a gente comenta. Para se ter uma ideia, em Santa Catarina, o estado onde eu atuo como Reitor, nós temos o programa Universidade Gratuita, que, de certa forma, coloca, por ano, já 10% a mais de crescimento de demanda de estudantes. Isso mostra que o ensino presencial ainda é muito viável quando você tem um financiamento para aportar recursos para que os estudantes possam escolher a sua instituição. Então esse modelo precisa ser olhado também, para que a gente possa aportar recursos e esforços na questão do financiamento.

E, por fim, eu queria trazer aqui a questão da Meta 15, a importância que a gente tem que focar também nos dados de aumento de mestres e doutores. Mas eu diria que, mais do que atingir 35 mestres e 20 doutores por 100 mil habitantes, seria muitíssimo importante nós termos uma meta de interação dos resultados desses mestres, desses doutores com entregas factíveis para a sociedade, entregas claras para a nossa sociedade, a partir principalmente da aproximação com o setor produtivo e de soluções inovadoras que possam melhorar a condição social e econômica da população brasileira. E parece que esse também é o foco que a gente poderia apontar, para que a Capes também tivesse esse olhar, que a gente, ao fazer o processo avaliativo, tivesse muito mais expectativas nas entregas, no resultado que a gente possa ter.

E mais uma vez também, por fim, quero dizer que nós temos aqui, nos próximos cinco anos, e que vai dar dentro desse novo PNE, a presença da inteligência artificial, que é um elemento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantíssimo no processo de formação que vamos ter, dos nossos estudantes, e que também precisaria ter elementos de metas para serem cumpridos, para que possamos acelerar esse processo e colocar o Brasil entre os países que mais apontam um ensino de qualidade, que é o que nós desejamos.

Por fim, quero agradecer muito a possibilidade de a Abruc estar presente neste debate, nesta discussão, colocando a nossa associação à disposição para toda e qualquer demanda que vier a surgir, mostrando que esse modelo é viável e que é possível nós constituirmos regiões mais desenvolvidas a partir de um processo de formação de qualidade dos acadêmicos.

Muito obrigado pela oportunidade, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Prof. Claudio.

Quero destacar essa questão da oferta, da promoção e do acesso a mestrados e doutorados: nós temos um percentual razoável. Vencida essa parte de fuga de cérebros que tivemos em período recente, eu concordo plenamente que precisamos atuar mais nos resultados, nas entregas, no que a população, no que a sociedade ganha, digamos assim, com esse investimento. Não pode ser um investimento meramente ilustrativo de titulação; é necessário que seja algo que devolva esse conhecimento, essa experiência para a sociedade. É uma coisa muito interessante a ser considerada, sim.

O Prof. Claudio foi o último da primeira exposição.

Eu pergunto à Reitora da Universidade do Distrito Federal, Profa. Simone, se quer fazer uso da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, nós vamos para a parte final, de cinco minutos para cada um, para algum complemento, alguma abordagem que queiram fazer mediante as escutas ou mesmo as perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Vamos seguir a mesma ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, pode começar.

Vamos começar pelo Juliano.

O SR. JULIANO GRIEBELER (Para expor.) – Bom, novamente, quero agradecer a oportunidade e o espaço.

Acho que todas as falas foram muito interessantes porque foram complementares desse ecossistema que a gente tem hoje em dia no ensino superior, dos desafios que a gente tem e de como a gente precisa de todas as frentes para conseguir, de fato, chegar aos objetivos que a gente está buscando.

Quero ressaltar, novamente, que a Anup fica à disposição para continuar contribuindo, não só com o Congresso, com o Poder Executivo, mas com todas as entidades, para a gente procurar o melhor caminho, cada um na sua frente, na sua especialidade, para as metas que estão sendo propostas.

Senadora, quero aproveitar para talvez endereçar algumas das perguntas, também, dos ouvintes. Teve a Monalisa, do Espírito Santo... Não, foi a Michelly, de São Paulo, que perguntou quais os planos do Governo diante da falta de professores até 2030 e o que será feito para atrair os jovens à profissão. Eu acho que isso tem sido um tema bastante central nas discussões de ensino superior. A gente teve a nova DCN (as diretrizes curriculares) para Pedagogia e licenciatura aprovada no ano passado e, recentemente, a gente teve um grande programa do Governo, o Mais Professores, que endereça várias frentes, tanto com bolsa ou Pé-de-Meia para licenciatura, com a interiorização de professores, com prova docente... Então, acho que, dentro do programa, tem uma meta específica que fala dessa valorização e da atuação, mas já estão sendo feitas medidas concretas. Daqui a alguns anos a gente deve ver o resultado disso, para a gente não sofrer esse apagão de professores.

Hoje em dia, a grande maioria desses professores são formados no ensino à distância, e a trajetória deles qual é? Eles estudam na escola pública, eles se formam numa universidade particular – a grande maioria deles – e depois eles voltam para dar aula na escola pública. Essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas que estão sendo discutidas – para verificar como, de fato, trazer qualidade, atrair jovens – já estão sendo implementadas, e é uma discussão que é muito central no setor tem alguns anos.

Quando a gente fala também sobre essas estratégias previstas para a redução da desigualdade, acho que um outro mérito do PNE – que a Amábile trouxe muito – é esse olhar para a inclusão e a diversidade: as escolas quilombolas, escolas indígenas; como ele traz isso no texto e procura essa diversidade não só nas naturezas, mas também no regional, trazendo mais o papel dos estados e municípios.

O Inep vai trazer os dados certificados por estado, porque a gente sabe que, para uma meta estipulada nacionalmente, em cada estado a realidade é diferente. Então, isso vai ajudar também para que seja possível endereçar essas diferentes regionais. E aí, em cada estado, fazendo seu próprio plano estadual de educação, como é previsto que eles vão ter que desenvolver.

Com relação ao ensino superior, acho que tem esses desafios. A gente comentou que o perfil, a gente continua, de 2015 a 2022, com 10 milhões de alunos, mas o perfil desse aluno mudou, o ingresso desse aluno mudou. Em 2015, a gente tinha muitos alunos entrando por Fies, ainda muitos cursos presenciais. Em 2022, a gente já tem uma prevalência da EaD, com o Fies, como a gente comentou, não sendo mais tão relevante no acesso, pelas dificuldades e melhorias que são necessárias ao programa. Até mesmo a melhoria que se aguarda muito, acho que nenhum dos governos até agora conseguiu, de fato, implementar, era o pagamento atrelado à renda, que era uma discussão do modelo australiano, do aluno, de fato, pagar quando ele estiver empregado e evitaria que ele ficasse endividado e também evitaria que o programa continuasse com uma inadimplência muito grande; e os desafios que ele tem de conseguir sustentar o Fundo que foi instituído para garantir a continuidade do programa.

Com relação ao Prouni, tem também o Pró-Básico, talvez uma expansão do Prouni, focando nos cursos que são mais estratégicos para o Governo, que, de fato, têm uma demanda maior. A gente sabe que tem cursos que são muito procurados e para os quais faltam bolsas; outros para os quais acabam sobrando bolsas. Então, talvez, se a gente pensar numa evolução do ProUni, como que a gente consegue pensar no benefício que permita a expansão de bolsas em cursos que são mais estratégicos para o país, seria uma outra alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos o marco regulatório da EaD que está sendo criado, a Seres fez um trabalho fenomenal de diálogo com a sociedade, visitou instituições, recriou as CC-Pares, então tem feito um diálogo, está no aguardo da sua publicação e eles estão instituindo o formato semipresencial.

Hoje em dia, o Fies só é autorizado para cursos presenciais. Talvez, com esse novo formato semipresencial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO GRIEBELER – ... o Fies, para os cursos semipresenciais, possa ajudar nessa ampliação do acesso, já que a gente vê que um grande desafio dos alunos é a questão financeira. A crise econômica, tudo isso, são os motivos que levaram os alunos a terem dificuldade de acessar, e, até mesmo, muitas vezes, optarem pelo EaD por ser mais acessível que o presencial.

Então, a gente tendo uma semipresencialidade, dependendo de como ela vier, o Fies para o semipresencial pode ajudar, de fato, a continuar garantindo a expansão e o acesso dos alunos.

Agradeço novamente, ficamos à disposição para contribuir, e desejamos um bom dia para todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Juliano. Agradecemos também à Anup todas as contribuições que, evidentemente, serão bem analisadas pela nossa Comissão.

Passo a palavra para a Amábile Pacios, representando a Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior.

A SRA. AMÁBILE PACIOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom, eu quero agradecer, em nome da ABMES, do Brasil Educação e também da própria Fenep, a oportunidade de dividir com vocês, a Mesa, aquilo que nós pensamos e aquilo que nós almejamos com o PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixamos aí a nossa contribuição para que todos possam avaliar no que o PNE já ajudou a escola particular a avançar e aquilo em que a escola particular pode ajudar o próprio PNE a avançar.

Lembramos que a gente tem alguns pontos importantes que eu ressaltei na minha fala, e que estão nos eslaides; e também foram aqui ressaltadas pelo Juliano.

Atendendo aqui às perguntas que chegaram pelo e-Cidadania, eu vou me ater a duas.

Uma é com relação à formação de professores, e já ficou claro que os professores que hoje atuam nas escolas públicas e particulares são formados, em sua grande maioria, por nossas IES. Então, essas IES, que oferecem os cursos para pedagogos e os cursos de licenciaturas específicas, como química, física, matemática, precisam de incentivo e de atenção, para que elas possam continuar ofertando esses cursos e, obviamente. mais brasileiros querendo ser professores.

Eu tenho uma escola, Senadora. Na minha escola, eu faço uma pesquisa. A minha escola tem 25 anos e a minha pesquisa é de 25 anos. Quando a minha escola começou, no terceiro ano, eu ia e dizia assim: "Quantos aqui querem ser professor?" Na turma, de uns cem alunos, eu tinha uns 17, 18 que queriam ser professores. A coisa foi caindo, Senadora, caindo, caindo, caindo e, no ano passado, entre os formandos da minha escola, ninguém quis ser professor. Isso é uma coisa real, eu não estou falando de pesquisa do Inep nem de nada, mas estou falando de uma coisa muito real que eu chamo de uma escola. Então, na minha escola, foi caindo, caindo. O último ano que eu me lembro que a gente teve um número significativo de alunos querendo ser professores foi quando o meu filho se formou na minha escola e hoje ele é professor na Arábia Saudita. Então, quer dizer, a gente precisa dessa vocação dos brasileiros para isso, porque é muito fantástico ser professor. Se me colocarem aqui numa turma, eu convenço todo mundo a ser professor. Eu sou professora a vida inteira. Então, eu acho que é um ponto grande de um nó que nós temos para resolver no nosso país a questão de formação de professores.

Eu pude contribuir com o parecer nº 4, que hoje rege a formação de professores, a Resolução 4, que foi homologada pelo Ministro. Nós temos agora a nº 5, que ainda não foi homologada, que esclarece um pouco da implantação da nº 4, e o CNE está trabalhando na formação continuada, que, na rede particular, quem faz somos nós mesmos. Então, quem faz a formação continuada dos professores somos nós mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E com relação à defasagem, só para não deixar a Mariele, do Mato Grosso Sul, sem resposta, ela queria saber se existia alguma sugestão para suprir a defasagem da covid-19. Eu vou dizer o que eu fiz na minha escola, Mariele, mas eu quero dizer para você que, na época, o MEC tinha esse programa na sua plataforma. O que nós fizemos quando a gente retornou às aulas presenciais? Nós fizemos uma pesquisa entre os nossos alunos e quebramos a seriação do aluno. A verdade é essa. Nós quebramos a seriação. Então vimos quem é que já tinha a questão da alfabetização encaminhada, quem não tinha, mesmo estando na idade, mesmo sendo na escola particular. Então, quebrando essa seriação, nós pudemos trabalhar com os grupos que nós formamos e, aí sim, nós pudemos resgatar a aprendizagem da covid-19.

O MEC tinha, naquela oportunidade, que acho que ainda está disponível na plataforma...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMÁBILE PACIOS – ... um lugar onde o próprio aluno fazia o seu teste e ajudava a escola com relação à devolutiva, no que ela poderia ou não avançar com aquele aluno. E a gente acredita que essa defasagem precisa ser atendida pelas escolas públicas e particulares, caso seja sentida no âmbito do seio dos seus alunos.

Muito obrigada, Senadora, estou à disposição.

A minha apresentação fica com vocês. Precisando de qualquer esclarecimento, estou à disposição.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que te agradecemos.

Aqui no Senado, Amábile, o Senador Flávio Arns coordenou uma Comissão Especial sobre os efeitos da pandemia da covid-19 na educação. Ao relatório, riquíssimo – o que foi pesquisado, o que se aprendeu e quais são os movimentos que ainda hoje precisam ser feitos –, tem-se acesso, está nos Anais da Comissão. Nós demos conta do imediato, mas o que aprendemos também com a covid-19, sobretudo nós da educação, em relação ao ensino remoto, foi uma alternativa que nós utilizamos, mas que, na educação pública, sofreu muitos impactos, ou por falta de redes, ou por falta de equipamentos, ou por falta de formação de professores. O que é que vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investir, neste próximo período, em relação a isso? É um relatório muito bem analisado, muito bem-posto.

Pois não.

A SRA. AMÁBILE PACIOS – Bem rapidinho, na rede particular, não foi diferente. A gente teve a questão do acesso muito rapidamente resolvida, mas imaginar uma escola de educação infantil funcionando a distância, criar uma escola de educação básica a distância não foi nada fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

A SRA. AMÁBILE PACIOS – Não foi.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E eu espero que isso não interfira, de maneira superficial, na utilização da EaD, porque se a gente precisa de um marco regulatório da EaD, e todos vocês estão fazendo referência a isso, a gente tem que ter muito cuidado no diálogo em um país de dimensões continentais e na eficácia da EaD para determinados cursos que exigem uma formação presencial, até pela própria prática profissional advinda dessa formação. E aí está uma febre, que a gente precisa ter cuidado para não se alastrar negativamente.

Então vamos passar agora a palavra para Cicília Raquel, da Abruem.

A SRA. CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE (Para expor.) – Bom, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e dizer da felicidade de ter escutado tantas falas que convergem para aquilo que a gente quer como Plano Nacional da Educação.

Eu vou pegar aqui, Senadora Teresa, uma pergunta da Coral, de São Paulo, que diz, "precisamos estimular a capacidade crítica e reflexiva da sociedade com uma educação que vá além do aspecto técnico." Eu tenho refletido muito sobre isso e acho que o momento é mais do que justo para a gente refletir mais um pouco, porque o que a gente está buscando com o Plano Nacional de Educação é a concretização das metas, obviamente daquilo que a gente acha que é pertinente para os próximos dez anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que vai além de tudo isso, como princípio, o direito fundamental à educação como meio de acesso a conhecimento, cultura, ciência e tecnologia. E por que eu digo isso? Porque isso é parte importante e inseparável do desenvolvimento de uma sociedade, uma sociedade mais justa, mais democrática, mais igualitária, mais sustentável.

Então eu trago essa reflexão, neste momento final, para pensar um pouco e sonhar e ousar um pouco também. Eu não fiz isso na minha fala primeira, mas eu acho que, se a gente quer, de fato, desenvolver uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais sustentável, é necessário a gente ousar também com esse plano.

Em qual sentido, Senadora? Juntar os ministérios e conversar sobre o plano nacional. Quando eu digo que eu preciso garantir cultura, quando eu digo que eu preciso garantir saúde, quando eu digo que eu preciso garantir inúmeras pastas que estão dentro de cada ministério, é importante que esse plano seja esse motor de desenvolvimento do país, porque nós acreditamos nisso. Então acredito que a gente poderia sonhar. Podem até alguns achar que essa fala pode ser utópica, mas nós estamos aqui para buscar muito aquilo que as pessoas acham que é impossível.

E talvez uma agenda estratégica com esses ministérios fosse importante, porque sabendo que os equipamentos, sobretudo, vamos falar sobre cultura, a gente sabe que os equipamentos de cultura no Brasil como um todo são escassos, e a maioria dos equipamentos estão atrelados às instituições de ensino. Então, por que não usar as nossas instituições como esse motor de desenvolvimento para a educação? Esse é só um exemplo. Eu acho que, se trabalharmos de forma ainda mais enérgica, mais estratégica para a concretização de um plano, a gente terá um efeito muito mais positivo para toda a sociedade.

E tem duas coisas que eu queria acrescentar, que não falei e que também acho pertinentes, sobre as desigualdades do nosso Brasil.

Quando a gente fala dos programas de pós-graduação, lá a gente vê que a avaliação é feita, mas ainda não temos uma avaliação que de fato retrate todo o nosso Brasil. As assimetrias, as desigualdades são imensas, o que dificulta desenvolver ainda mais o nosso país como um todo. Então, acho que também nós precisamos refletir sobre isso neste momento de articulação do novo plano nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, há algo que eu acho muito importante, aproveitando esta mesa tão representativa de mulheres: é preciso que a gente olhe também com muita atenção para tudo aquilo que está colocado para nós mulheres. Quando você olha as taxas de evasão nos cursos nas áreas de ciências exatas e da terra e de engenharias, elas são preocupantes, os percentuais chegam a 38% em mestrados profissionalizantes, e neles há ainda mais um desequilíbrio relacionado à presença feminina, diminuindo, assim, o nível de escolaridade. E a consequência disso é uma carreira que não acontece pelas inúmeras dificuldades que nós temos. Então, é preciso que a gente fale também de nós mulheres, mas não nós por nós; nós enquanto homens, enquanto mulheres, enquanto pessoas que buscam uma sociedade mais justa, mais igualitária para nós.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CICÍLIA RAQUEL MAIA LEITE – Então, eu acho que é importante também a gente destacar e evidenciar todas as estratégias que falam sobre nós, porque nós somos mais de 50% da população, somos responsáveis pela outra parte de 50% da população. É preciso que a sociedade olhe para a gente, porque nós estamos vivendo também uma exaustão. E na academia isso não é diferente; é pior, porque nós temos múltiplas funções.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Cicília.

Essa mesa foi paritária, considerando os dois que estão *online*, mas essa é uma preocupação realmente de uma educação emancipadora, que não pode deixar de tratar as desigualdades entre homens e mulheres. E uma educação não sexista nos ajudará bastante.

Passo a palavra para a nossa última presença física: Salette de Sá, representando o Conselho de Reitores.

A SRA. SALETTE MARINHO DE SÁ (Para expor.) – Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade de participar deste momento, desta audiência. Então, agradeço à Comissão, à Senadora.

E, mais uma vez, trago o abraço do nosso Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quem está nos acompanhando e que pediu que eu os mencionasse também é o Reitor Paulo Muniz, da Unita, e a Reitora Maria das Graças, da UniFAFIRE.

Para complementar, em relação às perguntas, a Victória, do Amazonas – olhem que bom, o Amazonas acompanhando –, perguntou: "Quais medidas serão tomadas para impedir [...] [o uso de] conteúdos negacionistas [...] como material complementar em escolas públicas e privadas?".

Eu acredito que o melhor instrumento que nós temos é o PNE. Falando pós-pandemia, a gente lembra a questão da vacina. Então, o PNE é essa vacina, porque ele trata de uma forma metodológica, traz indicadores, é um instrumento fundamental, científico, para que a gente enfrente todas essas situações que muitas vezes desorganizam, desorientam gestores, a comunidade em geral, a população. Então, para evitar tudo isso, precisamos desse fortalecimento, dessa busca pela educação inclusiva, emancipatória. O melhor para se enfrentar isso é com a consolidação, a implementação do PNE.

Assim, eu finalizo.

Agradeço mais uma vez este momento de estar aqui.

E nos colocamos, enquanto Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras, à disposição para continuar nessa caminhada, nesse diálogo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos também a presença e as contribuições do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Mais duas pessoas, mais duas universidades do meu estado, Salette, você está bem pernambucana. (*Risos.*)

A Reitora Maria das Graças, da UniFAFIRE, e Paulo Muniz.

A SRA. SALETTE MARINHO DE SÁ – Isso. Eles não poderiam deixar de cumprimentá-la.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agradeço e retribuo.

Vamos, então, passar para as nossas contribuições *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo por Marcelo Pereira de Andrade, da Andifes, para os seus cinco minutos complementares. E, em seguida, é o Claudio Alcides, da Abruc.

O SR. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Eu estava aqui acompanhando as perguntas, mas só para não deixar... Aquelas que eu consigo responder... Michelly, de São Paulo: "Quais [são] os planos do Governo mediante a [...] falta de professores até 2030? O que será feito para [...] [atrair] os jovens [...] [para] a profissão?".

Eu acho que essa é uma discussão do PNE que nós estamos fazendo e que justamente tem esta intenção: como é que nós podemos trazer jovens para a profissão docente. Acho que o ponto mais importante é a valorização da profissão. Foi assim em outros países, tem que ser assim no Brasil. Se a gente não tiver valorização da profissão, entendendo a sua complexidade... Ser professor ou professora não é uma tarefa fácil. Ser professor ou professora precisa de investimentos, porque a gente tem que formar pessoas que tenham bens simbólicos, que conheçam do mundo, que tenham conhecimento do mundo.

Isso vai ao encontro, acho, da pergunta da Ana, do Rio Grande do Sul: "Existe alguma meta no PNE para limitar e regulamentar o número máximo de crianças por turma, por professor, na educação infantil?".

Acho que não seria só educação infantil, mas a própria educação básica, nas séries iniciais. São discussões que a gente já tem. E aí, Senadora, acho que seria importante toda a produção acadêmica que nós temos e que poderia ajudar nas políticas públicas sobre cuidado de crianças de zero a dois anos, uma faixa extremamente delicada, na qual a gente perde muitas crianças, muitas crianças infelizmente ainda morrem nessa faixa etária por questões sanitárias, porque não têm creche, enfim... Então, são discussões em que a gente pode contribuir com a academia, com as universidades, principalmente com as universidades públicas, que têm a maior concentração dos programas de pós-graduação em educação e nas áreas de ensino. Nós temos muito conhecimento acumulado que pode contribuir com isso.

E há uma pergunta também da Coral, de São Paulo: "Precisamos estimular [...] a capacidade crítica e reflexiva da sociedade, com uma educação que [...] [vá além do aspecto] técnico".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, este é o sentido da educação: é o sentido de formar pessoas, é o sentido de formar professores e professoras também. Nós temos que formar professores e professoras que não apenas executem tarefas que o estado ou o município passe para eles, a gente precisa de professores e professoras que também discutam a educação, que discutam políticas públicas de educação, que discutam sociedade e estejam na gestão.

A gente falava agora há pouco sobre gênero. Se a gente olhar para a história do Ministério da Educação, quantas mulheres foram ministras no ministério? Então, é um problema sério que nós temos aí. Acho que tivemos ministros muito competentes – foi muito o que o Ministro Haddad fez pela educação neste país, principalmente pela educação superior, o próprio Ministro Camilo que está lá, com o espírito democrático –, mas quantas mulheres estiveram à frente do Ministério da Educação na história do nosso país?

E, por fim, ainda nessa questão, acho que o art. 3º, Senadora, é extremamente importante para o contexto que nós vivemos. São diretrizes do PNE a serem observadas nos planos decenais nos estados, e aí vão descrevendo quais são esses nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, para o decênio 2024-2034, com a questão que está lá no inciso VI, que trata de o respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, com base no pluralismo de ideias e de concepções. Isso para mim é inquestionável, imprescindível, extremamente importante. E acho que isso aí vai ao encontro da pergunta daquela que nos fez, que é valorizar isso na nossa educação, nas nossas escolas, nas nossas universidades. Sem isso, a gente não tem nenhum processo educacional.

Mais uma vez, quero agradecer, Senadora Teresa Leitão, pela oportunidade.

As universidades federais e a Andifes permanecem plenamente à disposição para colaborar com o desenvolvimento social e econômico do nosso país, por meio da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da inovação, missão que seguimos cumprindo com dedicação, mesmo diante de momentos desafiadores, difíceis, como foi no período da pandemia da covid-19 e de sucessivos cortes orçamentários que enfrentamos de 2016 a 2022. Então, estamos à disposição.

Acho que tem um tema muito interessante que acabamos não abordando aqui, que está previsto no PNE, mas que já está em plena execução – e a gente vai precisar do apoio tanto desta Casa, do Congresso Nacional, quanto do Governo – e que é a extensão e a curricularização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10% dos cursos de graduação: 10% dos nossos cursos de graduação já devem oferecer a extensão, fazendo com que os nossos discentes, nossos professores e nossos técnicos administrativos trabalhem junto com a sociedade, que acho que é um outro ponto de extrema relevância.

E também deixo uma sugestão, Senadora. Nós temos o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão e o Colégio de Pró-Reitores de Graduação da Andifes, que têm estudos muito interessantes que podem contribuir para o debate e a aprovação do novo PNE.

Muito obrigado.

Boa semana a todas e todos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos.

Sobre os planos estaduais e municipais, faço só um pequeno informe. O MEC está fazendo algumas rodadas de discussão nos estados – não sei se são estaduais ou regionais –, já para instruir o debate com os secretários estaduais, com os secretários municipais, para fomentar a organização também dos debates locais, tendo em vista a referência do plano nacional, mesmo sem saber como ele ficará ao final, eu acredito que não haverá tantas modificações, mas, pelo menos, algumas diretrizes básicas já servirão para o início do debate dos planos estaduais e municipais.

Vou passar a palavra agora para o nosso último convidado que é o Claudio Jacoski, da Abruc, para seus minutos complementares, Professor.

O SR. CLAUDIO ALCIDES JACOSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, agradeço, Senadora Teresa Leitão. A gente fica muito feliz por este momento.

E eu trago aqui também um sentimento de que a gente precisa transformar esse PNE em um documento de planejamento efetivo para o país. O que a gente nota é que algumas questões precisam ser mais aprofundadas no âmbito do planejamento, principalmente, eu diria, no âmbito da educação superior. Se a gente observar, a gente vai notar que, nos últimos anos, a gente teve uma espécie de regulação pelo mercado em relação aos cursos que seriam ofertados, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados que a gente pretende atingir com as formações que a gente tem nas diversas carreiras. Notem que nós estamos discutindo muito neste período a questão da formação do médico, que é uma formação importante, a formação na área da saúde precisa ser planejada no país, a formação de médico precisa ser planejada. A questão dos professores foi muito bem trazida no debate aqui, a gente precisa planejar a formação de professores, pois precisamos saber o quanto a gente precisa formar ainda, e eu tenho quase convicção, pelo momento que a gente vive junto aos municípios, de que o professor de física e o professor de matemática são professores quase inexistentes já no mercado. Então, me parece que algo específico precisa ser feito para a gente focar em algumas formações.

Recentemente, no *Estadão,* a gente teve uma matéria que nos trouxe um alerta sobre a formação do engenheiro, que é outro tema importante. Em 2015, nós tínhamos 358 mil engenheiros cursando educação de ensino superior; agora, nós temos 172 mil, uma queda de 51% nessa área de formação. O país precisará de engenheiros na próxima década. Nós precisamos apontar no plano um olhar muito mais específico do que somente permitir que o mercado regule a formação. O Estado tem que impor um planejamento e uma regulação a partir daquilo que nós vamos precisar no futuro.

Este é um desejo, é um sonho que a gente tem: que a gente consiga fazer desse PNE um instrumento efetivo de implantação de um novo momento para a educação superior e um momento de desenvolvimento social e econômico para o nosso país.

Muito obrigado. A Abruc agradece imensamente a presença neste debate, se colocando à disposição em qualquer outro momento que se fizer necessário. Muito agradecido.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos.

Coincidentemente, nós tivemos na semana passada um debate bastante acalorado aqui na Comissão de Assuntos Sociais, que já vinha desta Comissão na legislatura passada, sobre a formação de médicos. Há uma proposta de instituição de um teste de proficiência. E, a respeito disso, amanhã, o MEC está lançando o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (EnaMED). Acho que em parte isso vai responder a essas nossas preocupações. E também já recebi um grupo de profissionais da engenharia também, ligados aos conselhos, muito preocupados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto com alguns cursos de engenharia à distância, o que eles acham bastante inapropriado, como também com esse déficit de formação. Então, é a formação profissional para além da formação de professores, que certamente é o foco do PNE, mas é a formação de profissionais de modo geral.

Essa falta de professores de química é imensa. Nós temos muitos licenciados em matemática requeridos para dar aula de química, assim como muitos licenciados em biologia requeridos para dar aula de física... Matemática dá aula de física e biologia dá aula de química. Por mais esforço, dedicação e responsabilidade que esses profissionais tenham, evidentemente a formação específica pode fazer falta em determinado momento da organização curricular.

Vamos trabalhar, porque a esperança é o nosso lema, com a força e a convicção de que temos um instrumento que deve mobilizar o Brasil. Devemos fazer um processo de grande mobilização em torno do PNE e ajustá-lo. Este debate das metas ajustáveis no decorrer do processo é um debate que está vindo para nós em todas as audiências públicas que estamos realizando. Esta foi a terceira. Nós estamos organizando mais ou menos por similaridade das atuações e vamos ter ainda nove audiências. Certamente, o Senado acompanhará e ficará mais enriquecido para este grande desafio que nos espera, que é a aprovação do projeto de lei.

Muito obrigada a todos e a todas que participaram e que contribuíram bastante com a nossa reflexão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (9ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (7ª REUNIÃO), EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúnem-se a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Leila Barros, Beto Faro e Jaques Wagner e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Cleitinho, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Magno Malta, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 4/2025 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável. **Participantes:** Sr. Carlos Alberto Marques, representante do Fórum Nacional de Educação (FNE); Sra. Karla Janys Nascimento, presidente da Undime Maranhão e dirigente municipal de Educação de Açailância - MA; Sr. Leonardo Augusto Ferreira de Souza Santos, assessor do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e representante da presidência da COP30; Sr. Israel Matos Batista, conselheiro membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); Sr. Rossieli Soares da Silva, secretário de Estado de Educação do Pará; Sr. Marcos Sorrentino, diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); e Sra. Viviane Vazzi, coordenadora-geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade do Ministério da Educação (MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos. Desculpem-me pelo atraso, estava numa reunião. Reunião em hora de almoço sempre demora mais do que a gente quer, não é?

Havendo número regimental, declaro abertas a 9ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura e a 7ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que ocorrem de forma conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realizam nesta data, 23 de abril de 2025.

Objetivos desta reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável, em atenção aos Requerimentos nº 1, da Comissão de Educação, de minha autoria, e nº 4, da Comissão de Meio Ambiente, em conjunto, do Senador Fabiano Contarato.

Convido para tomar lugar à mesa as seguintes pessoas convidadas:

- Sra. Viviane Vazzi, Coordenadora-Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade do Ministério da Educação (MEC). Obrigada pela presença.

- Sr. Carlos Alberto Marques, representante do Fórum Nacional de Educação (FNE). Seja bem-vindo.

- Sr. Leonardo Augusto Ferreira de Souza Santos, assessor do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e representante da Presidência da COP 30. Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Boa tarde, seja bem-vindo.

- Sr. Israel Matos Batista, Conselheiro Membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Deputado Federal pelo Distrito Federal.

Sejam todos muito bem-vindos.

Além dos presentes à mesa, participarão de forma remota: Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado de Educação do Pará; Sra. Karla Janys Nascimento, Presidente da Undime Maranhão e Dirigente Municipal de Educação de Açailância.

Então, são esses os nossos convidados e convidadas.

Uma breve reflexão antes de a gente começar.

O Brasil se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), a ser realizada em Belém do Pará, em novembro de 2025. É uma oportunidade histórica relevantíssima para o Brasil reafirmar seu papel de liderança em relação às mudanças climáticas e sustentabilidade global.

Nesse cenário, é mais do que imperiosa a nossa compreensão de que não podemos mais negligenciar ou descuidar desta dimensão das mudanças climáticas e das transformações ambientais em nosso país e em todo o planeta. Precisamos fortalecer a dimensão socioambiental nas diversas políticas, mas a política de educação é central.

Uma educação comprometida com a proteção da biodiversidade e com o desenvolvimento socioambiental sustentável é fundamental para a garantia da vida com qualidade no planeta. Não temos dúvidas de que a educação para a proteção ambiental – ou qualquer outra nomenclatura que utilizemos – é um estratégico meio para promover a transformação social para a construção de um novo projeto societário sustentável e mais equilibrado.

Ontem aprovamos, por exemplo, o debate curricular sobre a cultura oceânica – aprovamos na Comissão de Educação, em termos terminativos; vai seguir para a Câmara, aliás, veio da Câmara –, para aprofundar a compreensão e o respeito pelos oceanos e a sua influência no clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, reconhecendo a sua importância para a vida humana e para o planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na próxima semana, dia 28, celebraremos o Dia Nacional da Caatinga. Esse bioma, que é único no Brasil, localizado fundamentalmente no Nordeste, é um dos ecossistemas mais importantes do país devido à sua rica biodiversidade.

Parece-nos muito salutar, portanto, que aproveitemos o processo da COP, os debates em torno do Plano Nacional de Educação e as Conferências Nacionais de Educação e do Meio Ambiente para estimularmos processos permanentes de debates e encaminhamentos, inclusive mais conferências, oitivas, debates nas escolas e universidades públicas e privadas em todo o nosso país, para aprofundarmos essas discussões e encaminhamentos sobre uma educação efetivamente comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável, sobretudo em face dos extremos climáticos.

Uma correção: o projeto da cultura oceânica na organização curricular é do Senado, de autoria da Senadora Zenaide. Foi um equívoco, com outro projeto que nós aprovamos ontem.

Então, agradecendo a presença de todos, informo que nós temos de praxe um tempo inicial de dez minutos. A campainha toca, avisando – ela é automática. Depois, a gente tem um contato também interativo com aqueles que estão acompanhando a nossa audiência através do e-Cidadania.

Antes de passar a palavra, eu reforço que esta reunião é transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório ficará disponível no portal.

Já temos aqui algumas participações que chegaram e que já estão, acredito, com os senhores e a senhora, que podem usá-las, já fazendo menção agora ou na parte final da devolução: Juarez, da Bahia; Lucas, de Rondônia; Gabriel, do Espírito Santo; Marcelo, do Rio Grande do Sul; Francisca, do Ceará; e Luiz, do Rio de Janeiro. Foram encaminhadas aos convidados, que, se quiserem, podem responder agora ou nos cinco minutos finais, para não prejudicar a intervenção inicial.

Então, vamos começar – primeiro as damas, não é, Viviane? – com a sua intervenção inicial de dez minutos.

A SRA. VIVIANE VAZZI (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos e todas, a todas as pessoas que nos assistem.

Quero agradecer muito pela oportunidade e dizer que é uma alegria poder falar nessas duas Comissões e pautar um debate que não é só do MEC, não é?

Eu sou Viviane Vazzi e estou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental do MEC, numa secretaria que tem um nome importante – e quero citá-lo, apesar de ser um nome longo –, que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Eu faço questão de citá-lo, porque, assim como foi uma luta muito grande, inclusive da sociedade civil, trazer a educação ambiental e institucionalizá-la de volta em 2023, a Secadi também. E ali a perspectiva em que estamos inseridos, enquanto educação ambiental, é de trabalhar equidade e justiça climática, é de trabalhar esse exercício da cidadania ambiental realmente com inclusão.

Nesse contexto da retomada de 2023, de recomposição, o que agora, nesse momento, nós estamos fazendo e que está em fase de aprovação é a Política Nacional de Educação Ambiental Escolar, que tem esse cunho "escolar", esse destaque, porque há uma necessidade, como nunca houve, de se estruturarem, a partir de anos, programas e ações estruturantes, a partir também do nosso contexto de desafio, que não é pequeno.

Nesta Casa mesmo, no ano passado, comemoravam-se os 25 anos da Lei 9.795, de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. E nós temos a educação ambiental como um direito de todas as pessoas, em todos os níveis e modalidades. Ela deve ser realizada nessa perspectiva política, crítica e aprofundada em todos os níveis e modalidades.

A partir de alguns marcos que precisamos aprofundar e estamos aprofundando sob a perspectiva da equidade no MEC, a ideia é superar alguns desafios.

Temos aí, primeiro, uma determinação legal e é importante falar sobre ela, sobre essa Política Nacional de Educação Ambiental, a partir de desafios que são sem precedentes para a humanidade e que estão realmente colocando as escolas, professores, professoras, gestores, estudantes, crianças e pessoas, principalmente negras, indígenas e quilombolas em situações de extrema vulnerabilidade. A questão climática, as emergências climáticas e a necessidade de fortalecimento desse pacto federativo nos colocam um grande desafio.

Desde o ano passado, a lei que estabelece a Pnea foi revisada, determinando que déssemos atenção à emergência ambiental – então, a questão da proteção da biodiversidade, a questão do tratamento da abordagem da mudança climática, que, sob o nosso prisma, também deve ser vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como justiça climática, algo atuante em termos de direitos humanos, de um olhar transformador e principalmente includente, e também como criaremos esses sistemas de resiliência em sala de aula, nas redes principalmente.

Assim como aconteceu no MEC, infelizmente em muitos estados a educação ambiental também ainda não tem um pacto federativo forte de governança. Às vezes, temos aí um profissional ou outro nas secretarias de educação tendo que dar conta de várias pautas da diversidade, e aí o desafio climático é muito maior, é grande. E é preciso, sim, essa atenção que aqui estamos estruturando, para, inclusive, pactuar melhor com os estados e formar gestores e articuladores em torno dessa questão que nunca deixou de ser socioambiental e includente, mas que também agora tem a emergência climática nesse horizonte.

Então, temos muitos desafios, inclusive o fato de um currículo em que, infelizmente, o que se vê são temas de meio ambiente, mas não uma educação ambiental atuante. Falta ali uma coerência entre as escolas, entre o que precisa ser ensinado, essa construção da cidadania ambiental, e o que nós temos hoje nas escolas.

Por exemplo, temos 70% das escolas sem áreas verdes, e essa situação é muito mais grave no caso das creches. Outra questão é a própria ambiência em sala de aula em locais quentes: uma a cada três escolas apenas é climatizada. Estudantes têm falado muito sobre a necessidade de "desconcretar", de trazer o verde, de poder também reflorestar, mas, mais que isso, ter um espaço em consonância com as práticas de currículo que sejam da cidadania, em que a escola inteira gire em torno de um projeto que dialogue com o território, que olhe para o seu território e consiga, a partir dali, criar essa cidadania, fazer com que a comunidade escolar, como um todo, se envolva, compreendendo e ao mesmo tempo agindo, e não só com um cunho cientificista.

Além desse panorama todo – de material didático, de firmar uma infraestrutura para que nossas escolas, daqui para frente, tenham essa infraestrutura, sejam construídas com parâmetros, mas também adaptadas... –, temos a questão dos protocolos. Então, é urgente – e eu acho muito importante esta Casa estar discutindo isto – que nós e todos os estados possamos firmar um pacto por essa resiliência pelas escolas, possamos olhar quais escolas e quais municípios estão em situação de emergência. Nós já fizemos esse levantamento para poder criar essa oportunidade de as redes e também as escolas olharem para os seus territórios e poderem criar suas estruturas de adaptação e de socorro, especialmente às pessoas mais vulnerabilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fora isso, a gente tem muitos lapsos. Então, há uma expectativa muito grande de que a educação ambiental esteja no Plano Nacional de Educação mesmo, em todos os níveis e modalidades, com meta, monitoramento e recurso. É fundamental esse avanço normativo.

E eu acho que este ano de COP nos coloca esse desafio de construir esse cidadão que é climático, resiliente, sem o pânico. Nós temos muitas questões de como colocar isso em sala de aula de uma maneira cuidadosa, fortalecendo potência de ação, responsabilidade, sem criar a ansiedade climática ou agravar para os profissionais da educação as injustiças climáticas que também passam ali pelos seus trabalhos, pelos gestores.

E eu acho que essa é uma caminhada muito urgente de todos nós. Estou muito feliz por estar aqui com parceiros que já têm em várias dimensões também atuado.

Passo a palavra, então, para podermos trocar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Viviane.

Eu acho que a sua exposição tocou em pontos fundamentais: a educação inclusiva também é um caminho de combater as desigualdades. E a expressão que está no Plano Nacional – por isso a gente quer debater isso conjuntamente entre as duas Comissões – é justamente esta de justiça climática. O verde no lugar do concreto, a forma da própria construção. O FNDE tem plantas que valorizam a localidade: se é no Sertão, se é no Agreste, de onde vem o vento, onde é melhor. Isso já é uma coisa praticada por alguns municípios, mas que precisa ser mais valorizada e, evidentemente, mais ampliada.

O próximo representante é o do Fórum Nacional de Educação.

Eu acho, Carlos Alberto, colocar a questão da sustentabilidade na própria temática da Conae, integrando com temas já tão velhos conhecidos nossos, é um passo, é um desafio grande, é uma ousadia, mas foi um passo grande que o Fórum Nacional de Educação legou à Conae e que agora a gente precisa garantir no plano.

O SR. CARLOS ALBERTO MARQUES – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, passo, de imediato, a palavra para você, Carlos Alberto Marques, representante do Fórum Nacional de Educação (FNE).

O SR. CARLOS ALBERTO MARQUES (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Então, agradeço muito a oportunidade e o convite à Comissão de Educação do Senado, especialmente à Senadora Teresa Leitão, que preside a Comissão, e também à Comissão de Meio Ambiente.

Cumprimento os demais convidados, os debatedores, as debatedoras e o público que nos assiste.

Primeiramente, eu desejo fazer duas considerações.

Seria pouco compreensível e mesmo inexplicável, em um país que abrigará a COP 30 e que tem recursos naturais imprescindíveis ao equilíbrio ecológico em um planeta sob riscos, não se garantir a oferta obrigatória da educação ambiental em todos os seus sistemas educativos. Também seria impensável que, diante da emergência climática global, se deixasse de tratar esse tema como nucleador nas atividades de ensino-aprendizagem na educação ambiental.

Há que se recordar que a Constituição de 1988, em seu art. 225, inciso VI, estabeleceu a necessidade de se promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Nossa primeira norma específica sobre educação ambiental é a Pnea, de 1999. Mais recentemente, a Conae 2024, com mais de 2,2 mil delegados e delegadas, debateu e aprovou um documento final, contendo um eixo específico sobre os compromissos da educação com o desenvolvimento socioambiental sustentável, documento esse que foi enviado ao MEC como subsídio ao Governo para a elaboração do projeto de lei do novo PNE, que agora tramita no Congresso Nacional. Contudo, o texto governamental do novo PNE, o PL 2.614, de 2024, secundariza a necessidade da educação ambiental, diluindo-a no Objetivo 6, relativo à educação integral em tempo integral. Mais especificamente, ela aparece na Estratégia 6.7: "Garantir a inclusão das áreas e temas transversais de educação ambiental, educação em direitos humanos" e um conjunto de outros aspectos previstos na Estratégia 6.7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, em todo o texto do PL 2.614, há ofuscada referência e observância às exigências normativas da LDB, da Pnea, de 1999, do documento mais recente, de 2024, e das próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Resolução 2, de 2012.

Foi considerando tais aspectos...

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Perdão. Eu já fiz referência a esse aspecto.

Foi considerando tais aspectos que o Fórum Nacional de Educação formulou a proposta de uma outra – ou nova – emenda ao PL 2.614, de 2024, contendo cinco metas e nove estratégias. A Emenda 19, específica à educação ambiental, recebe a seguinte redação: "Ampliar a oferta da educação ambiental em todas as redes de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação".

Vários Parlamentares já apresentaram projetos de lei sobre educação ambiental no Congresso. Numa rápida pesquisa, há pelo menos seis. É uma clara e positiva preocupação sobre o assunto. Se, por um lado, são positivas tais iniciativas, por outro, caso sejam aprovados os projetos, isso pode gerar certa desorganização na Base Comum Curricular, que orienta os sistemas de ensino, bem como na forma de abordagem dos temas e conteúdos relacionados à temática ambiental. Eu não tenho aqui condição de descrever o conteúdo desses projetos.

Por favor... Ah, sou eu.

Nesse contexto é que também se agrega a questão climática. Portanto, é preciso pensar uma educação ambiental em tempos de emergência climática.

Também apresento muito rapidamente alguns fundamentos.

Então, considerando a LDB, a Pnea e as diretrizes, e ao considerarmos a educação ambiental como um direito substantivo, é preciso repensar um pouco como inserir a educação ambiental no Plano Nacional de Educação.

Então, a educação como um direito substantivo tem na educação ambiental um componente essencial e permanente, especialmente quando voltada às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A educação ambiental climática se associa e se constitui, então, campo dos direitos, assim como o meio ambiente, a água, o ar, a terra, a alimentação e a cultura.

Com foco nas mudanças climáticas, a educação ambiental deve ser desenvolvida como temática transversal no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas.

À educação ambiental, então, deve se garantir espaço e tempo no currículo.

Como campo de estudos e práticas, visa aumentar a compreensão sobre ciência do clima e a física do efeito estufa, explorando suas implicações sociais e ambientais. Portanto, capacita indivíduos a tomarem e exigirem medidas eficazes contra as mudanças climáticas. Para tanto, deve-se garantir às escolas as condições mínimas de infraestrutura contra os eventos climáticos extremos, para adotar estratégias e ações de prevenção, adaptação e mitigação de desastres ambientais. Chamo aqui especial atenção ao conceito de prevenção, de que muito pouco se tem falado quando se fala na COP 30, nos Brics, em todos os eventos relacionados às questões climáticas. Prevenção significa conhecer os riscos e agir antecipadamente sobre eles.

Como garantir este objetivo de ampliação da oferta de educação ambiental? Obviamente, aportar essa ampliação aos sistemas educativos requer recursos. Portanto, como possibilidades de financiamento, aponto obviamente o Fundeb e aqui os recursos do próprio Ministério do Meio Ambiente – que é um estudo feito pela assessoria jurídica do próprio Ministério do Meio Ambiente. Isso está em conformidade com o art. 2º, inciso II, letra "d", da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, porque podem ser – desculpem, aí tem um pequeno erro de português – interpretadas como um serviço cultural, ou seja, um meio para o desenvolvimento intelectual, de ensino, de capacitação e treinamento da consciência ambiental. Portanto, o país dispõe de recursos para se garantir essa oferta ou essa ampliação da oferta.

Eu considero que o momento é agora, ou seja, nós os mais velhos já não cumprimos a nossa parte, e, então, essa oferta da educação ambiental, especialmente para a nossa juventude, é uma afirmação de compromisso ético com a justiça social e climática, com a proteção da biodiversidade, com o desenvolvimento socioambiental sustentável; é a construção de um legado intergeracional contido no conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Os saberes dos povos ancestrais e o conhecimento da ciência são essenciais para se mudar a mente das pessoas, o estilo, o modo como elas pensam o problema e, com isso, para se mudarem as práticas sociais, principalmente as atividades produtivas e econômicas. As mudanças no clima e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o colapso ecológico são problemas globais, não há território específico. E isso requer atitudes firmes. Portanto, o momento é agora.

Meu muito obrigado. O desafio deste Parlamento, deste Congresso é fazer convergir sobre o Plano Nacional da Educação, pelo menos, a afirmação de um país comprometido com o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. Essa limitação no documento, no projeto de lei já foi evidenciada em alguns debates dos quais eu participei, e a solução é aprofundar, trazer emendas para a gente fazer uma tramitação – como a gente está tentando fazer – conjunta com a Câmara. Na própria reunião que nós tivemos com os representantes da Câmara de Deputados, nós levantamos a possibilidade de fazer *a priori* o levantamento de algumas lacunas do que a gente pensou na Conae que não pôde ser aproveitado integralmente no projeto de lei. Alguma coisa a gente sabe que é mudança de linguagem, mudança de formatação, mas outras é de conteúdo mesmo. E esse para nós é um conteúdo estratégico. Repito: vejo muito também na exposição do fórum uma possibilidade de a gente reunir as esferas interfederativas e que o espaço da COP possa ser um espaço propício para isso. Vamos ouvir a Undime, vamos ouvir as universidades para ver se a gente, ao final, tem um consenso a respeito dessa possibilidade.

Eu passo a palavra para Leonardo Augusto Ferreira de Souza Santos, Assessor do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores e representante da Presidência da COP também, uma grande presença para o que a gente quer, né?

O SR. LEONARDO AUGUSTO FERREIRA DE SOUZA SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Presidenta. Primeiramente, queria agradecer o convite, em nome do Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP. Boa tarde a todas e todas. É uma honra estar aqui nesta Comissão, podendo falar de educação. O meu foco obviamente vai ser na área internacional, na área de clima internacional, o que é que a gente tem hoje em dia.

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a gente pode dizer que aborda educação sobre três prismas. Primeiro, tem a questão do prisma da conscientização. Educação é vista como uma ferramenta essencial para que a gente possa ensinar nossas crianças, jovens e, inclusive, universitários. Primeiramente, explicar o que está acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em termos de mudança do clima, explicar as causas da mudança do clima e como as pessoas são impactadas pela mudança do clima. Acho que é de extrema relevância que a população saiba o que está acontecendo e como a mudança do clima vai impactar na vida delas. Essa conscientização a gente acha que existe por meio da educação, em diversas áreas, não só na mudança do clima.

A segunda abordagem que a gente pode dar é na construção de capacidades. A convenção-quadro do clima das Nações Unidas se constitui de cinco pilares. O primeiro pilar é o da mitigação, redução de gases de efeito estufa. O segundo pilar é o da adaptação, que as populações possam se adaptar aos efeitos que já aconteceram, que já chegaram. O terceiro pilar é o financiamento climático, a disponibilização de recursos, de modo que a gente possa fazer projetos e iniciativas de combate à mudança do clima e adaptação. O quarto pilar é a transferência de tecnologia. O quinto pilar, que acho que é o pilar que a gente discute aqui, é o pilar da construção de capacidades, que é um pilar de extrema relevância, é o pilar que fala justamente não só da questão de conscientização, mas de como a gente consegue fazer com que a população consiga se preparar em termos educacionais – infantil, médio, universitário – para as demandas que vão vir no futuro em razão da mudança do clima. Quando a gente fala disso... Mais para frente eu vou falar de transição justa e vou mencionar especificamente como é que isso acontece.

E uma terceira abordagem que a gente pode identificar na convenção é a questão da transversalidade. A convenção tem diversos trilhos negociadores sobre os mais diversos temas e, em diversos desses trilhos, a gente consegue identificar elementos da educação. A gente pode dizer que a convenção se iniciou há cerca de 30 anos e foi ampliando o seu escopo e cada vez mais atingindo temas sociais, começou a incorporar tópicos como gênero, como transição justa, como juventude, crianças e educação. Hoje em dia, dentro da convenção, se a gente tiver que procurar uma área mais específica da educação, a gente fala da Ação para o Empoderamento Climático (ACE), que é uma iniciativa... A educação está citada tanto no texto da convenção-quadro como no texto do Acordo de Paris – na convenção-quadro, está no Artigo 6; e, no Acordo de Paris, no Artigo 12, de tão relevante que ela é considerada. Ela tem a ação para empoderamento climático, que é dividida em seis focos: educação, conscientização pública, capacitação, participação pública, acesso público à informação e cooperação internacional. Então, se a gente tiver que identificar um espaço da convenção que trate a educação, é dentro do ACE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O objetivo no ACE é que você tenha ações tanto na educação formal quanto informal, que podem ocorrer em diferentes modalidades de aprendizado – vai desde a educação infantil, sala de aula, ensino técnico, universitário, ensino à distância.

Hoje em dia, o que a gente tem funcionando no âmbito da convenção? A gente tem um programa de trabalho de Glasgow, que vai de 21 a 31, que é um programa que busca desenvolver programas e atividades na área educacional, e ele tem um plano de ação de 22 a 26, que é um plano de ação em que está sendo feito um apanhado de ações na área da educação infantil associadas à mudança do clima. Essa é a área mais específica.

Em termos de transversalidade... Vou até puxar o gancho do que a Viviane falou. Ela mencionou, por exemplo, da questão do estresse térmico nas escolas. Acho que você falou que dois terços das escolas, hoje em dia, estão muito quentes. A tendência é de que isso piore. Com o aquecimento global, vai ser um inferno assistir a uma aula dentro de uma sala sem ar-condicionado, por exemplo, tendo em vista o aumento da temperatura. Então, essa é uma ação que se insere no contexto da adaptação. A gente precisa que as escolas se adaptem para a nova realidade climática que a gente tem hoje em dia.

Outra área em que a gente pode dizer que a educação é muito mencionada – e vou puxar o gancho também da desigualdade, nas falas dos colegas – é a questão da transição justa, que é um tema novo, que entrou recentemente nos debates da convenção e que é basicamente o seguinte: a gente está passando por um processo, o processo de combate à mudança do clima. Tem uma situação que a gente está passando de um modelo econômico intensivo em carbono, em emissões de carbono, de gases de efeito estufa, para um modelo econômico de baixo carbono. Essa mudança de modelo econômico existe no contexto de várias transições que não podem aumentar a desigualdade. Essas transições têm que ser feitas com base na erradicação da pobreza, objetivos de desenvolvimento sustentável e combate às desigualdades.

É um tema novo na convenção, e a gente consegue identificar, em diversos momentos quando a gente discute os processos de transições justas que ocorrem na questão da energia, que ocorrem na questão do mundo do trabalho, que ocorrem em questões socioeconômicas, elementos relacionados à educação. Vou citar alguns aqui: primeiramente, para meios de implementação. Esse processo de mudança, de transição que a gente está vivendo cria novas demandas para o mercado de trabalho, no mundo do trabalho. A gente tem que ter um foco, por exemplo, em cientistas, em engenheiros, em pessoas capacitadas para lidar com os elementos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das novas matrizes energéticas que surgem, e os países têm que estar adaptados a isso, os países têm que conseguir se adequar e preparar as novas gerações, por exemplo, para essas mudanças das transições, de modo que você não tenha, por exemplo, um aumento do desemprego. Isso tem que ser levado em consideração.

Então, há uma expectativa, por exemplo, de que a gente tenha processos de atualização curricular, de modo que a gente consiga passar por esse processo de transição, chegar a um novo modelo econômico que não seja excludente, que a gente consiga ter, na verdade, um modelo econômico inclusivo, que inclua as pessoas, que reduza a desigualdade. Esse é um ponto importante. Dentro dos processos de negociação de transição justa tem essas discussões de como a gente vai fazer para que a educação seja um mecanismo, uma ferramenta de redução de desigualdades. Esse é um tema novo no âmbito da convenção, que está sendo tratado agora.

Um outro elemento que a gente menciona, na discussão da transição justa também, é a questão da proteção social. É extremamente importante que a gente garanta, nesse processo de mudança de modelo econômico para outro, em que, por exemplo, tem chances reais de aumento do desemprego ou de reinserção dos trabalhadores em novas áreas, que as famílias, as crianças não fiquem desatendidas, porque, no processo de onda de desemprego, os pais não têm como custear uma escola privada. Então, é importante a situação da educação pública.

Acho que esses elementos estão presentes na convenção. A convenção, embora não seja o foco principal dela as áreas sociais, tem cada vez mais expandido esse tema. É um tema que o Governo brasileiro tem levado bastante a sério não só na área da educação, mas na área de gênero, de povos indígenas... E a gente tem uma perspectiva transversal do que está sendo discutido e negociado hoje em dia.

Então, o tema da educação, o tema da cultura e o tema da construção de capacidades estão muito presentes no que a gente faz na nossa atuação lá fora. E eu acho que é a forma como a gente consegue dialogar com os temas que estão sendo colocados hoje aqui.

Acho que encerro por aqui.

Agradeço, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço a objetividade e, ao mesmo tempo, esse grande desafio da transição justa, que mexe com vários setores, porque, para ser justa, ela tem que trabalhar a inclusão social, e, para trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a inclusão social, ela tem que estar atenta à diversidade. E a educação, mais uma vez, é um vetor importante para a gente contemplar todos esses desafios. Muito obrigada por sua intervenção.

Passo a palavra agora para o nosso convidado Sr. Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. (*Fora do microfone.*)

Cumprimento toda a Comissão, as Comissões de Meio Ambiente e de Educação pela iniciativa.

Deixo registrado aqui o agradecimento do campo da educação ambiental ao Senado brasileiro, à Câmara dos Deputados, que, durante os anos de obscurantismo que nós vivemos poucos anos atrás, quando a educação ambiental foi extinta no Ministério da Educação e foi praticamente calada no Ministério do Meio Ambiente, acolheu, por meio de duas audiências públicas, as reivindicações da sociedade, que permitiram gerar uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, protocolada no Supremo Tribunal Federal, o que ajudou a conter o processo de desmonte da educação ambiental no país.

Felizmente, nos últimos anos, nós temos conseguido rearticular o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o seu comitê assessor previsto na Lei da Política Nacional de 1999. Então, o Parlamentar brasileiro foi muito sábio, já no final dos anos 90, em definir, numa das poucas legislações do mundo, que educação ambiental tem que ser feita de forma conjunta pelo Ministro da Educação e pela Ministra do Meio Ambiente atualmente, e isso gerando a necessidade de uma estrutura dentro de cada ministério para fazer tal iniciativa.

No entanto, ainda, a estrutura dentro dos dois ministérios é muito pequena. Essa estrutura precisa, em muito, ser aprimorada pelo tamanho do desafio que é a questão ambiental.

Então, todo mundo coloca a importância de enfrentarmos a questão ambiental, no entanto, se nós pegarmos as três convenções aprovadas na Rio 92, vistas, analisadas aos olhos do momento presente, não houve avanço, houve retrocessos. Nós não conseguimos enfrentar a erosão da biodiversidade, a desertificação dos nossos solos, a degradação dos nossos solos e, muito menos, o avanço do aquecimento global e de todos os eventos extremos a isso associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, onde está o problema? Onde estão as dificuldades? Uma das dificuldades que emerge claramente é de uma cultura predatória, de uma humanidade formada pelos sonhos de uma modernidade que permitiria o *kit* civilização acessível a 8 bilhões de humanos. Sabemos que não o é e que é necessário repensarmos os nossos modelos de felicidade, de formas de ser e estar, de produzir e consumir no planeta.

Então, não basta que a COP 30 coloque propostas, coloque o desafio de construção de capacidades para o momento seguinte; não basta nós termos ar-condicionado nas salas de aula... Meus filhos estudaram em escola pública a vida inteira e viveram em escolas com janelas superpequenas, com falta de filtro de água. Durante o recreio, as crianças não conseguiam chegar – porque tinha dois filtros só na escola inteira –, elas não conseguiam beber água em cidades em que eu morei quentíssimas.

Então, o desastre que a gente vivencia na escola brasileira e que a gente vivencia na sociedade planetária é um desastre associado a um modo de vida, um modo de produção e consumo que precisa ser pensado. Daí, a importância de, nessa COP, haver a enunciação de um balanço ético global, uma perspectiva de se pensar qual é o modelo de desenvolvimento que queremos levar para toda a humanidade, quais são os rumos da espécie *sapiens* neste planeta. E, para fazer isso, esse balanço ético global, nós precisamos fazer desde dentro, desde cada escola, desde cada município. Em cada município brasileiro, é necessário que as pessoas se apoderem da responsabilidade educadora, parando com essa maldade que é dizer: "Criança tem que ser educada ambientalmente na escola por professores". Tem que ser, sim, mas não farão sozinhos isso, só farão se houver municípios que educam para a sustentabilidade. Para isso acontecer, são necessários processos educadores profundos com os Vereadores. Somos hoje 58 mil Vereadores neste país. Qual é a formação dos Vereadores para a compreensão dos ODS, para a compreensão da importância de processos educadores?

Então, a perspectiva que nós trazemos aqui para esta Comissão é, um, aprovar o que a Conae definiu como educação ambiental no PNE. Não é possível negociar por menos, né? Dentro do Ministério do Meio Ambiente, nós demos o parecer, está com assessoria parlamentar, já deve estar sendo encaminhado para esta Comissão, dizendo que somos totalmente favoráveis ao que o Fórum Nacional de Educação, ao que a Conae definiu como importante ter no PNE, que é uma prioridade ter como um dos 19 objetivos ou ter como o 19º Objetivo o campo da educação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dois, esse campo da educação ambiental precisa se reproduzir, se desdobrar em procedimentos operacionais claros. Então, o projeto que o MEC tem, desde 2004, de escola sustentável não é para inglês ver. Escola sustentável tem que se desdobrar no cotidiano das políticas públicas. Uma escola sustentável tem quatro pilares nessa proposta de 2003-2004. Um pilar é a própria gestão, o formato de gestão das escolas ser participativo, ser dialógico, é a construção escolar, são as construções escolares, os espaços escolares. Então termos possibilidade de as crianças mexerem com a terra, terem atividades que vão para além da prescrição de conteúdos, que cada vez mais tem sido a lógica da nossa educação, com sistemas informatizados pautados unicamente para prescrever conteúdo para a pessoa passar no vestibular, para ter o diploma, para ser um bom operário, para ser um bom servidor, que não tem capacidade de participar de um balanço ético global.

Para uma pessoa se envolver com uma proposta dessa monta de balanço ético global, é necessário que haja um processo formativo que não a imbecilize, que não naturalize que o papel da escola é só transmissão de conteúdo. O papel da escola tem que ser a formação integral do ser humano. Então, os quatro pilares da escola sustentável passam pelos espaços e construções, passam pela relação com a comunidade, por uma escola que educa. Hoje de manhã, nós estávamos tendo uma plenária nacional de educação e lá do Piauí veio um gestor de unidade de conservação, trazendo a demanda dele, que era que a escola facilitasse as crianças terem aula na unidade de conservação. Às vezes falta um ônibus, às vezes falta a sensibilidade do diretor para ela ir junto a uma unidade de conservação que já tem trilhas de interpretação da natureza, que já tem equipamentos recortados, próprios para se promover educação junto à natureza. Educação junto à natureza não é aquela bobagem que se falava, "é proteger o mico-leão-dourado", "é proteger a borboleta", e se esquece... Não, educação junto à natureza é construção de uma outra perspectiva de olhar para a vida, de compromisso com a diversidade, com a biodiversidade, com a diversidade cultural, etc.

E o quarto pilar da escola sustentável é o pilar relacionado às disciplinas, aos conteúdos, que também é importante, que precisa ser trabalhado, mas que ganha muitas vezes a primazia e a exclusividade. E acaba-se acreditando que educar a nossa juventude, as nossas crianças é colocar conteúdos prescritivos, dizendo que é para a criança não jogar lixo no chão, para plantar uma árvore. O índice de pegamento de árvores na cidade de São Paulo, há alguns anos, era de 10%; 90% das árvores plantadas no Município de São Paulo eram quebradas, arrancadas. Por que isso? Por que esse distanciamento? E não adianta jogar dinheiro fora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS SORRENTINO – ... continuando a manter esse processo.

Desculpem, teria mais algumas reflexões. Então, bom... mas eu paro aqui. Eu paro aqui para respeitar a dinâmica do trabalho e depois, na parte de diálogos aqui, a gente fala mais.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ele é automático. Quando ele toca, ainda falta um minuto, mas, na devolutiva dos cinco minutos, você pode incluir.

Sr. Leonardo... Leonardo, não; Marcos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Israel... Israel.

Tem um dito da gente que trabalha muito na educação que é "a cidade educadora". E, quando a gente lançou isso – fomos nós da educação quem lançamos –, muita gente achava que era uma cidade onde a educação era 100%, as escolas eram 100%. E a gente passou a trabalhar justamente esse outro conceito: não é só isso. Nós da educação... E a educação como política pública é imprescindível para isso, mas é absolutamente incompleta. Sozinha, ela não pode. Precisa ter toda essa articulação que essa escola sustentável nos traz, ela nos dá de fato essa possibilidade.

Muito obrigada pela sua intervenção.

Eu acho que eu me confundi aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Era Marcos. Agora que é Israel. É, exatamente. Israel Matos Batista, Conselheiro, membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por onde passam todas as diretrizes curriculares nacionais e por onde vai passar, certamente, a continuidade e implementação do nosso plano.

O SR. ISRAEL MATOS BATISTA (Para expor.) – Senadora Teresa, Professora, querida sindicalista, com uma trajetória incrível, uma trajetória de combate pela educação, nossa primeira representante de Pernambuco no clube das meninas aqui no Senado, é uma honra para mim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

participar desta audiência, para trazer justamente a posição do Conselho Nacional de Educação sobre esse tema.

O Conselho Nacional de Educação obviamente percebe que o Brasil vive os efeitos dramáticos das mudanças climáticas. Nos últimos anos, os eventos extremos aumentaram, isso está relatado nos relatos das Nações Unidas, no Painel sobre Mudanças Climáticas. E nós acompanhamos todo o drama vivido pelo nosso país, tanto por ondas de calor quanto por enchentes, em diversas regiões. Ou seja, os efeitos nefastos das mudanças climáticas já são uma realidade.

A gente precisa da educação para enfrentar essa emergência climática, Senadora, porque ela já está afetando o acesso, a permanência e a aprendizagem. E nós temos constatado que a injustiça climática é muito presente quando falamos da escola brasileira. Aqueles que mais se beneficiam das ações que levam a esse estado crítico de mudanças climáticas não são os mesmos que sofrem as consequências terríveis dessas alterações. Ou seja, os mais vulneráveis são atingidos, e o Brasil precisa enfrentar a questão da injustiça climática na área da educação.

A educação ambiental precisa ser integradora, precisa ser crítica e precisa ser transformadora. É isso que o Conselho Nacional entende, Senadora Teresa. Se nós estamos ensinando nas escolas sobre educação ambiental e esse ensino não gera mudança comportamental, e esse ensino não faz com que as mudanças climáticas se tornem prioridade na ordem de importância do voto do eleitor brasileiro, nós estamos falhando. E, toda vez que a gente olha o que o eleitor brasileiro tem pensado sobre prioridade, nunca, nunca aparecem questões ambientais. Estamos falhando miseravelmente no 26º ano de existência da Política Nacional de Educação Ambiental – estamos falhando!

E é com essa sensação que o conselho nacional entende que nós precisamos de uma revisão curricular. Vamos, sim, emitir diretrizes curriculares nacionais sobre esse assunto, porque as diretrizes atuais foram de 2012, no momento em que muita gente ainda acreditava que nós evitaríamos esses efeitos, e hoje esses efeitos são uma realidade. É triste constatar, Senadora Teresa, que nós estamos lidando com um cenário de mitigação de efeitos e não com um cenário para evitar que isso acontecesse.

A gente precisa tratar de formação inicial docente e de formação continuada. O conselho nacional vai se debruçar sobre isso. Nós precisamos falar de escolas sustentáveis. Alguns usam o termo escolas resilientes, que é aquela escola que, diante da realidade que se impõe – ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vivemos o aumento de eventos climáticos extremos –, consegue se adaptar a essas intempéries. E, obviamente, a gente pensa sobre a necessidade de que haja um plano que articule as ações do Estado brasileiro, em todos os seus níveis, de maneira intersetorial, porque não é a escola sozinha que vai resolver isso, não é só a formação do professor, tanto que aqui estamos numa reunião mista da Comissão de Educação e da Comissão de Meio Ambiente, não é? Então, Senadora, o conselho nacional tem um papel normativo.

Eu peço para avançar.

Esse papel normativo vai ter um foco no aprimoramento da nossa educação brasileira, no cumprimento dos dispositivos da lei, da Constituição, inclusive legislações que saem do Congresso Nacional e que lá são detalhadas. E hoje o conselho lidera esse esforço para a atualização das diretrizes nacionais curriculares. Essa liderança se dá pela instalação de uma comissão bicameral para a educação ambiental e mudanças climáticas. Bicameral significa que esta comissão tem participação tanto da Câmara de Educação Básica quanto da Câmara de Educação Superior. A Presidente da comissão é a Conselheira Cleunice Rehem, a Relatora para a educação superior é a Conselheira Elizabeth Guedes, e eu sou o Relator para a educação básica, representando esse coletivo, esse colegiado neste momento. E a nossa missão nessa comissão é produzir as normativas nacionais para a educação ambiental em todas as etapas, modalidades e níveis de ensino.

Então, nós recebemos um chamado da Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, que nos solicitou que instalássemos uma comissão para o assunto, e nós pretendemos elaborar essas diretrizes.

Tínhamos um prazo anterior, até julho de 2025, mas percebemos que a ação do CNE não será possível de maneira isolada, porque, ao mesmo tempo que o CNE precisa debater as diretrizes curriculares, o Congresso está debatendo o Plano Nacional de Educação com uma lacuna que o conselho já notou, uma lacuna de educação ambiental. O texto que veio do Poder Executivo permite emendamento, e é para isso que ele está no Congresso, para ser aperfeiçoado. E a gente conta com a Liderança da Senadora Teresa para fazer essas alterações necessárias de aperfeiçoamento do texto, que já é um texto muito positivo, um texto politicamente bem desenhado, um texto tecnicamente bem fundamentado – é bom que a gente se lembre disso –, mas que obviamente precisa dessa contribuição do Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As novas diretrizes, pelo que nós pretendemos, vão trazer essa integração transversal de educação ambiental nos currículos. É claro que o conselho nacional tem uma decisão pretérita de não impedir que os sistemas de ensino atuem de maneira autônoma, porque os estados e municípios são autônomos; então, se algum estado ou município quiser estabelecer um componente curricular, nós não faremos oposição a isso. Vamos, obviamente, estabelecer os parâmetros nacionais para formação inicial docente para temas climáticos e vamos iniciar um processo de escuta e debate, para que a gente implemente uma infraestrutura escolar mais adequada para este momento de eventos climáticos extremos.

Então, é essa a posição do Conselho Nacional de Educação neste momento. Eu entendo, Senadora, que a gente vá demorar um pouco mais para lançar essas diretrizes curriculares, mas é melhor algum nível de atraso para que a gente faça algo que seja realmente relevante, que faça diferença e que gere uma mudança de comportamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ISRAEL MATOS BATISTA – Eu termino, Senadora Teresa e membros da mesa, fazendo um apelo para que a gente trabalhe coletivamente. Cada um tem uma função, cada um tem uma especialidade. O Congresso Nacional vai se debruçar sobre esse tema, bem como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação, agora que retomam esse mecanismo de articulação entre educação e meio ambiente que estava adormecido, estava praticamente extinto. E que a gente possa fazer um processo dialógico efetivo. Todas essas organizações e órgãos públicos precisam dialogar, conversar, para que a gente não produza normas que se contraponham entre si.

Então, é isso.

Muito obrigado, Senadora Teresa e colegas da mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço, Israel. Agradeço também suas lembranças da minha trajetória sindical, foi a minha primeira escola política. Nunca esqueço também isso na minha vida, não é? Quando as pessoas me perguntam "como você conheceu a política?", eu digo que foi na minha sala de aula, porque foi lá que eu conheci o sindicato. Então, foi na minha sala de aula.

Acho importante que haja também esse *pari passu* entre o conselho e o Plano Nacional de Educação. A lacuna, como eu disse, está sendo evidenciada. Não ainda havia uma proposta tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

completa como a que foi aqui anunciada, de acrescentar um 19º objetivo com metas e estratégias, mas a gente já pode ir acolhendo e levando para o debate, porque, quando Marcos falava de novos conceitos de felicidade, eu relaciono muito isso ao que o capitalismo provoca em relação ao clima, é uma felicidade imediatista, sem pensar no amanhã: "Eu sou feliz agora, isso já me basta". Aí a felicidade dos outros também fica comprometida. Vamos agora para os nossos dois convidados que vão falar de forma remota. Primeiro, a Sra. Karla Janys Nascimento, Presidente da Undime Maranhão e Dirigente Municipal de Educação de Açailândia.

Está a postos já, não é, Karla?

A SRA. KARLA JANYS NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Já, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós estamos vendo e ouvindo-a. Fique à vontade.

A SRA. KARLA JANYS NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – Ótimo! Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora, demais membros da Comissão e todos que estão nos ouvindo nesta tarde.

Gostaria de dizer que eu me sinto extremamente honrada e feliz pelo convite. Como a senhora já mencionou, eu sou a Dirigente Municipal de Açailândia e estou como Presidente da Undime Maranhão.

Falar de educação ambiental está muito ligado à minha trajetória profissional e à forma como eu vivo e vivencio as questões ambientais no dia a dia. Eu estava ouvindo os colegas que me antecederam falando de crise climática em escala local e global; então, por que é que a gente traz esse tema?

É um tema que, aqui, na nossa região, todas as vezes em que a gente fala de enchente, todas as vezes em que a gente fala de desmatamento, de poluição, isso afeta diretamente a vida das crianças, afeta diretamente a vida dos jovens e das comunidades escolares, especialmente, como já foi frisado, os mais vulneráveis. Quando nós tratamos a questão educacional, ela é uma estratégia de prevenção, ela é uma estratégia de transformação, e é essencial que possamos fazer juntos essa transformação, para que a sociedade consiga enfrentar os desafios ambientais com inovação, com ética e, acima de tudo, com solidariedade.

As desigualdades ambientais também são desigualdades sociais. A justiça climática exige que nós, que a educação contribua para reparar essas desigualdades históricas nas periferias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

urbanas, comunidades indígenas e quilombolas. Então, educação ambiental é uma prática política e não apenas pedagógica. Eu até comento que ela é compreendida como um vetor de promoção social, porque exige que a gente olhe o cenário de forma emergencial e ressignifique os espaços estratégicos educacionais de construção e de soluções colaborativas e coletivas.

Aqui eu não vou me deter aos marcos legais, que já foram muito bem mencionados por todos os meus colegas. Aqui eu trouxe o art. 225 da Constituição Federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei 9.795; eu já trouxe como referência o Plano Nacional de Educação; e aí eu trago também dois pontos que estão dentro do ODS 4 e do ODS 13, que reforçam a necessidade da educação de qualidade vinculada ao desenvolvimento sustentável, tornando a inclusão dessas metas não apenas legítimas, mas urgentes.

Também eu trouxe alguns dados do IBGE, que nos chamam muito a atenção, e é com eles que nós convivemos diariamente: 47,3% dos brasileiros vivem em condições de vulnerabilidade ambiental, o que demanda de todos nós atuações proativas da educação como ferramenta de mitigação e também de adaptação local.

Eu trouxe aqui também os ODS, que colocam o seguinte: na Agenda 2030, da qual Brasil é signatário, eles nos colocam essa necessidade de assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. Eu observei, na fala dos meus colegas, falarem do pacto federativo e dessa governança que precisa, e o ODS 13 convoca os estados a tomarem essas medidas urgentes contra as mudanças climáticas. Os ODS se articulam com a Base Nacional Comum Curricular, em que preveem as competências socioambientais a serem desenvolvidas nas etapas de educação básica.

Nós temos aqui: por que falar sobre educação ambiental? Então, falar de educação ambiental nos mostra essa necessidade de a gente intervir diante desse cenário de alterações climáticas, que exige, Senadora, respostas estruturadas também no campo educacional, e isso diante de alguns elementos com que diariamente nós convivemos e também impactamos e somos impactados. Apenas 30% das escolas públicas têm projetos contínuos voltados à temática ambiental.

Um outro dado muito importante: segundo a ONU, em 2022 – eu li em um relatório da ONU recentemente –, uma em cada quatro crianças no mundo será impactada diretamente por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mudanças climáticas nos próximos anos, e nós estamos falando do nosso Brasil, que é um dos países mais vulneráveis aos efeitos de mudanças climáticas, com impactos bastante desiguais entre as Regiões Norte e Nordeste. E eu digo um pouco mais além: a gente não pode desnaturalizar desigualdades ambientais.

Então, assim, em falas que já teve de outros colegas, agora há pouco, as comunidades pobres, negras, indígenas e periféricas são as mais expostas aos riscos climáticos. Então, a gente precisa trazer esse entendimento de que a mudança climática não é apenas um problema ambiental, mas uma questão social e de direitos humanos.

Nós temos desafios enormes, e esses desafios são de todas as ordens: ausência de articulação – e isso já foi mencionado por outros colegas – entre políticas educacionais e ambientais, carência de formação continuada para os profissionais da educação, currículos descontextualizados das realidades regionais e culturais.

Apesar de estar prevista em lei e de estar nas diretrizes, como na Base Nacional Comum Curricular, a educação ambiental, Senadora, não é tratada como prioridade nos planos municipais e nos planos estaduais de educação. Faltam metas claras, cronogramas e indicadores de impacto. Muitos professores – eu falo isso por conviver diariamente com os meus colegas – não se sentem preparados para trabalhar a temática ambiental de forma crítica, interdisciplinar e também contextualizada. Então, nós temos ausência de formações específicas, que impactam diretamente a qualidade do que nós ofertamos em sala de aula.

Nós temos ainda crianças, jovens sem acesso a recursos básicos como água potável, saneamento, energia ou espaços verdes. Muitas das nossas escolas públicas não têm materiais para desenvolver projetos pedagógicos sustentáveis, como hortas, coleta seletiva, reaproveitamento de água. E isso faz com que a gente tenha, Senadora, uma abordagem pontual e descontextualizada em muitas redes. Então, a educação ambiental, quando ela ocorre, é tratada de forma pontual, é tratada de forma superficial ou apenas em datas comemorativas, sem uma articulação com os conteúdos curriculares e com os problemas reais que impactam aquelas comunidades, aqueles territórios.

E um outro ponto é a ausência de recursos financeiros específicos. Apesar de a Lei 9.795 prever essa responsabilidade do poder público na promoção da educação ambiental, não há uma vinculação orçamentária obrigatória, o que limita políticas permanentes nas redes de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí há um outro ponto, que também já foi abordado, que é a questão da desigualdade territorial e climática: escolas em áreas rurais, indígenas, ribeirinhas ou periféricas vivenciam diretamente os efeitos das mudanças climáticas. E elas não recebem, infelizmente, apoio técnico e pedagógico proporcional à sua vulnerabilidade socioambiental.

E aí eu trago um outro elemento que também já foi mencionado: a pouca articulação intersetorial. Isso é muito presente. Falta de diálogo entre as secretarias de educação, secretaria de meio ambiente, saúde, assistência social. E isso dificulta a construção de políticas integradas, sustentáveis, para as escolas e para o território.

E um outro ponto também é que há pouca participação estudantil nas decisões. A gente planeja para eles, a gente organiza para eles, mas a gente não ouve. A gente não os chama para essa discussão.

Então, são esses pontos que eu venho trazendo, porque a educação para a justiça climática pressupõe também, Senadora, a inclusão de sujeitos historicamente excluídos dos processos da tomada de decisão sobre os territórios. Isso inclui o reconhecimento dos saberes indígenas, dos saberes quilombolas, dos ribeirinhos e também das periferias urbanas. Nós precisamos fazer essa integração desses sujeitos, que compõem esse território.

E aí eu trago um outro elemento: nós precisamos trazer para o currículo escolar a inclusão da biodiversidade. Ela deve ser contextualizada, ela deve ser interdisciplinar, porque ela vai promover no futuro uma consciência ecológica crítica e ativa, projetos que as crianças de fato possam vivenciar e não só conceituar, sabe? E são esses pontos que eu trouxe para que a gente pudesse discutir neste momento aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Karla.

Eu resumiria toda a sua apresentação a uma afirmação inicial da sua fala: educação ambiental não é uma prática apenas pedagógica; é uma prática política. É, portanto, uma tomada de posição e escolhas que são feitas dentro de uma intencionalidade. Parabéns! A Undime sempre contribui muito com a nossa Comissão. Seja muito bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E agora nós vamos sair do Maranhão para o Pará. Já está na nossa tela o nosso próximo expositor, de forma remota, o Prof. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado de Educação do Pará, que já ocupou, também, vários cargos representativos da política educacional.

Seus dez minutos iniciais, Rossieli.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. É um prazer reencontrá-la aqui. Gostaria muito de estar aí pessoalmente com vocês, no Senado. Quero parabenizar pela iniciativa tanto a Comissão de Educação quanto a Comissão do Meio Ambiente.

Hoje aqui eu falo o nome do Consed, mas também vou trazer um pouco da reflexão do *case* daqui, do Estado do Pará. Vou pedir que a equipe, se puder, coloque a apresentação, que está aí com a equipe, no ar – eu agradeço –, para que a gente possa começar.

Eu queria, inclusive, começar dizendo assim: nós temos uma estrutura que avançou, nos últimos anos, em determinado aspecto, no Brasil, inclusive com a própria BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Hoje ela traz habilidades e competências em todas as áreas do conhecimento, em todos os componentes que estão ligados aos desafios da educação ambiental – a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável. Então, nós temos alguns avanços que houve nesse sentido, mas a gente sabe que educação ambiental se fala e se discute no Brasil como tema transversal – e ele é; obviamente, eu defendo que seja – há muito tempo, mas a gente não consegue ver essa concretização, de fato, da maneira como a gente precisa.

Então, de antemão, eu trago obviamente um *case* daqui, do Pará, que não necessariamente deva ser o caminho, mas acho que vale para algumas reflexões que nós estamos fazendo. Obviamente, aqui para a gente, é um período muito importante: a COP vai ser aqui, em Belém do Pará; então, a gente está muito envolvido com esse processo, com essas discussões ao longo dos últimos anos. E é uma agenda, inclusive, muito ligada ao próprio Governador Helder Barbalho.

Presidente, queria começar falando exatamente sobre isso.

Pode passar, por favor.

O principal desafio que a gente vai ter, nos próximos anos e, especialmente, na verdade, nesse momento, é inserir, de fato, nas nossas escolas, nas redes, lá dentro da sala de aula, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação voltada para o meio ambiente e sustentabilidade. Nós não temos, de fato, isso acontecendo. Você vai lá, ainda mais como um tema transversal, e ele aparece na biologia, em alguns momentos, obviamente, que é talvez o componente mais forte pela natureza do próprio componente curricular, na área das ciências, obviamente, mas ele deveria estar sendo discutido na filosofia e na sociologia quando a gente fala de ética; por exemplo, na ética do consumo, na ética do descarte, enfim, em todos os processos – lá deve estar a educação ambiental. Por isso, de antemão, a gente a defende como um tema transversal. E, sim, acho que esse é um bom ponto de estar mais forte dentro do Plano Nacional de Educação. Acho que isso faz sentido para os próximos anos.

Mas a gente também entendeu, aqui, no Estado do Pará, que era importante ampliar o debate sobre educação ambiental para além de um tema transversal. E aí, eu estou falando agora do *case* do Pará. Isso não necessariamente é algo que deva ser feito Brasil afora. Não estou aqui advogando para ser um componente curricular obrigatório, mas aqui, no Pará, nós tomamos uma decisão muito importante, Presidente, que foi criar um componente curricular obrigatório para todas as nossas escolas estaduais e um incentivo – porque não é obrigatório aos municípios – para os municípios do Estado do Pará também criarem.

Então, aqui, no Estado do Pará – pode passar –, nós criamos, começamos a implementação em 2024. Foi criado em 2023, aprovado no Conselho Estadual e iniciamos nesse processo a implementação desse componente efetivamente desde o ano passado. Estamos no nosso segundo ano aí, portanto, de implementação.

Ele começa aos seis anos de idade, ou seja, desde a alfabetização, Senadora, nós começamos com o letramento ambiental para os nossos jovens e crianças. Vai até o último ano do ensino médio, um tempo de aula por semana, sem deixar – muito claro – de fazer como política transversal da educação. Isso é muito importante, porque uma coisa, de forma nenhuma, vai substituir outra, pelo contrário. Esse espaço do componente curricular é um catalisador das aprendizagens de forma transversal, ele é o espaço que a gente organizou no nosso currículo – de novo, não é necessariamente para se fazer para todo o país, mas é a forma como nós encontramos de aprofundar neste debate. Essa reflexão acho que é importante neste caso aqui.

Por que nós tomamos especialmente essa decisão? Por justamente ver como um tema transversal, mas não tendo a concretude que nós precisamos para ações e para alcançar a mudança de uma geração inteira como se espera é que nós tomamos a decisão de, para além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tema transversal, ser um componente curricular verticalizado, ou seja, temos o tema transversal, de forma horizontal, com todos os componentes curriculares, e também de forma verticalizada.

Para trabalhar – pode passar –, é, obviamente, com muito diálogo, um processo de construção – e nós estamos em processo de construção. Então, nós estamos buscando construir uma política estadual inédita aqui, com uma percepção dos nossos estudantes sobre a sustentabilidade, desde construção de currículo, construção de material didático, porque ele não existe. No tema transversal, ele está incluso nos nossos materiais, mas, quando a gente ia para o modelo mais vertical, não existia um livro didático, por exemplo, capaz, um livro material de apoio mais claro de suporte. Nós, com a nossa rede e outros apoiadores, passamos a escrever e construir materiais didáticos muito baseados nas próprias experiências de escolas, escolas que já tinham isso como componentes curriculares, inclusive, que não eram obrigatórios, antes dessa transformação, ou seja, nós fomos pegando as experiências da própria rede e focando, obviamente, na percepção dos nossos estudantes sobre a sustentabilidade, sobre a própria Amazônia, sobre onde estamos. E essa construção de material específico didático para formação, tanto para os professores... E aqui, qual é o professor que faz? É o professor de todas as áreas do conhecimento. Nós não temos, obviamente, uma formação inicial de professores dentro de educação ambiental, mas eles passaram por um processo de formação – e estão passando, porque a gente está em um processo de construção, inclusive, com especialização em educação ambiental para os nossos professores. São mais de mil professores que estão em formação hoje em nível de especialização, sem falar nas formações de curta duração que nós estamos fazendo aqui, formação continuada de curta duração para o próprio programa.

A gente tem, dentro da nossa política, portanto, processo de formação e construção de material didático, sim, focado em algo que está ligando aos conceitos que trabalhamos de forma transversal, mas tendo espaço para que sempre o aluno tenha uma concretude de ações de transformação. Então a ideia é que esse espaço desse componente curricular acabe se transformando também – pode passar – em um espaço de concretude de ações: o que realmente os nossos alunos podem fazer para transformar dentro da sua casa, dentro da sua escola, dentro da sua comunidade.

Isso tem tido resultados preliminares – e, obviamente, de novo, preliminares, porque a gente está num processo de construção e avaliação constante dessa política aqui no Estado do Pará –, tem tido uma sinalização de que é, sim, uma construção dessa sociedade mais comprometida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com uma pauta ambiental e climática. Primeiro, com a percepção, porque tinha uma pesquisa dizendo que muitos jovens e crianças não se enxergavam como amazônidas. Então, só em trazermos essa reflexão, de forma transversal, mas também dentro do espaço, isso nos permitiu ter um diálogo maior para entender e que eles pudessem também entender o que é ser um amazônida, por exemplo, que não é só aquele que mora lá no interior, mas sim também aqui na capital. Nós não estamos falando de uma transformação de algumas escolas, mas sim de todas as nossas escolas, de 500 mil alunos em processo.

A gente passou a ter inclusive um processo de avaliação da percepção dos nossos estudantes, da percepção da sustentabilidade, com uma pesquisa que foi feita com 700 escolas, que realizaram debates e, inclusive, a construção de propostas de intervenção, ou seja, a escola constrói com seus estudantes, dentro do componente curricular, respeitada a faixa etária – porque obviamente trabalhamos de maneira diferenciada em cada uma das faixas etárias –, trabalhando por todos os pilares: da sustentabilidade até a empregabilidade dos empregos futuros também, sim, mas trabalhando nos conceitos de consumo, que geram, obviamente, impactos no meio ambiente, da justiça social, dos processos de melhoria física da escola e da própria comunidade que podem ser feitos; ou seja, nós temos um amplo aspecto de trabalho com a criação do componente curricular, sempre com a participação da própria escola. A gente tem tido um resultado muito bom dentro dessa perspectiva.

Presidente, eu tive...

Pode passar.

Inclusive sobre avaliações, a gente está com estudos de impactos sendo feitos. E a OCDE lançou no Azerbaijão, na COP do ano passado, que foi realizada no final do ano, um processo de criação da avaliação internacional dos países da OCDE sobre educação, sustentabilidade e clima, que vai medir a compreensão dos estudantes no mundo – o Brasil é signatário – para 2027 ou 2028, eu não me recordo do ano, posso estar enganado, Presidente. O Pará fará parte do projeto-piloto neste ano ainda, com a primeira aplicação, uma prova, uma avaliação que servirá como base para isso.

Eu queria, para concluir, só dar um exemplo aqui. A gente tem trabalhado, por exemplo, com a construção – não vou passar por isso aqui tudo –, com os materiais, com as unidades temáticas com diferentes dimensões do meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do 1º ano ali, a gente vai trabalhar com os impactos ambientais e depois, obviamente, com uma unidade temática para o papel da educação ambiental, sempre com fundamentos teóricos, mas também com trabalho prático.

Pode passar.

Aí você vai lá para dentro do 2º ano, por exemplo, você já vai para a ciência e a biodiversidade, com manejo florestal e marcas do clima em nossas vidas.

Eu vou deixar esse material à disposição porque, obviamente, de cada bulletzinho aqui a gente poderia falar.

E, lá no 3º ano – pode passar –, a gente vai ver... Isso aqui é só um exemplo do ensino médio, lembrando que a gente tem isso do 1º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio desenvolvido dentro do nosso currículo, dentro dos materiais, dentro da formação, como um aspecto fundamental.

E, de novo, saliento, Presidente, a importância desse tema. Nós não vamos conseguir fazer uma transformação de fato se não for uma transformação geracional. Ser um tema transversal eu acho que é muito óbvio e todos nós defendemos isso. Eu não sei se o tempo que nós temos para fazer uma transformação maior de consciência, para fazer uma transformação maior de acesso, inclusive, a mercados sobre isso, fazer a conscientização do processo rápido que nós temos, inclusive, da tecnologia e dos seus impactos, do consumo e dos seus impactos, enfim, qualquer aspecto. A velocidade do tempo que nós estamos tendo de perda no meio ambiente é muito alta. Se nós não tivermos respostas mais efetivas...

Aqui o Estado do Pará apresenta um modelo que, de novo, não necessariamente deve ser um modelo para se nacionalizar e não é essa necessariamente a proposta, mas o que eu acho é que nós precisamos sair da inércia para algo mais concreto de realização e, por isso, trazemos aqui um dos *cases* hoje que se apresentou no Brasil, um *case* muito único. É o único lugar no Brasil que tem para todas as séries e o único lugar conhecido, de que a gente tem conhecimento, no mundo com um componente obrigatório para todas as séries.

Presidente, eu concluo minha palavra e agradeço mais uma vez a oportunidade de participar com vocês aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos. Sabemos que a autonomia de organização curricular é prevista, como foi dito aqui pelo representante do Conselho Nacional de Educação, e evidentemente que uma experiência, ainda mais colocada no âmbito do Consed, que é mais um parceiro nosso, pode ser dialogada com as realidades de outros estados.

O Pará tem a sua própria realidade e desafios imensos por estar localizado na região da Amazônia, mas nós do Nordeste também temos desafios muito grandes com o nosso Semiárido, com a nossa Caatinga. Então, é nessa relação que eu acho que a gente vai construindo as nossas sínteses.

Então essa exposição inicial já foi por si só muito rica, agradeço muito as intervenções aqui trazidas, mas nós temos ainda cinco minutos destinados a cada um dos convidados e convidadas.

Eu vou pular a ordem e dar a palavra inicialmente para Israel Matos Batista, porque ele está com problema de horário, com as desculpas e a compreensão dos demais.

Os cinco minutos podem ser usados para algum complemento ou para responder às novas perguntas também que chegaram do e-Cidadania. Fiquem à vontade.

O SR. ISRAEL MATOS BATISTA (Para expor.) – Senadora Teresa, colegas desta mesa, eu acho que esta audiência foi muito esclarecedora, muito importante. A gente percebe aqui que há um esforço de diversos órgãos nos diferentes níveis da Federação para trazer esse tema ao centro do debate público. Eu acredito que o papel do Senado possa ser, além de tudo o que já está previsto como Poder Legislativo, ajudar a articular todos esses órgãos, todas essas iniciativas, para que a gente realmente tenha a possibilidade de uma transformação efetiva.

Então, agradeço muito.

Peço desculpas por sair antes de ouvir os colegas, mas eu tenho uma emergência, uma pressa para o próximo compromisso.

Muito obrigado a todos.

Senadora, é sempre um prazer vê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço. Certamente não faltará oportunidade de a gente se rever nesse ciclo de debate que estamos fazendo sobre o Plano Nacional de Educação.

Passo a palavra, então, para a Viviane Vazzi, Coordenadora-Geral de Educação Ambiental do MEC.

A SRA. VIVIANE VAZZI (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu estou muito feliz em participar e agradeço muito, porque foi de muita troca, e a gente consegue perceber muita complementaridade.

Como mensagem final, eu queria – tem muitas questões aqui – concretamente fazer um convite que pavimenta essa discussão nas escolas do Brasil a partir das escolas do ensino fundamental. Então é um convite para que todas as escolas, profissionais e redes conheçam a 6ª Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que está sendo realizada pelo MEC, em parceria com o MMA e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, e que envolve estudantes, comunidades escolares e territórios das escolas de ensino fundamental – 62 mil escolas de todo o Brasil. Então, isso está aberto para adesão às redes, e os estados têm sido apoiados, têm recebido mobilizadores e articuladores para participar.

E o tema dessa conferência é "Justiça climática". Então, é uma conferência que vem, já prepara, sedimenta um terreno muito conhecido de participação e de protagonismo e traz de volta, agora muito consolidadas, para dentro da política de educação ambiental escolar, que em breve será lançada pelo MEC, as COM-Vida, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, como esse espaço de protagonismo estudantil, como esse espaço de diálogo com a comunidade escolar e um tempo e espaço dentro da escola para a ação transformadora. E, a partir daí, traz outras estratégias de continuidade da conferência. Também, em breve, a gente pode voltar para falar um pouco sobre a política de educação ambiental escolar, que tem vários eixos dos quais eu falei por aqui. Eu queria convidar os estados e também os municípios a ficarem atentos ao lançamento para fazer a adesão. Há importantes programas que vão estruturando – desde formação, material pedagógico, governança – esse cotidiano de construção do conhecimento, avaliação e monitoramento.

Mas quero agradecer acima de tudo. Acho que muitos pontos estão sendo aprofundados e retomados, entre eles escolas sustentáveis e resilientes, inclusive aprofundados em parceria com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o MMA e com o CNE, que vai ajudar na normatização disso. Também há outros pontos de aprofundamento da política, como o protagonismo estudantil.

E queria, assim, deixar que um dos grandes recados do pré-COP é como a gente incide antes, a partir da educação. Foi muito rico ouvir, por exemplo, Consed e Undime, que são, e serão sempre, parceiros na execução da Política de Educação Ambiental – dialogaremos muito –, para que a gente possa incidir antes.

A Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente está sendo considerada aqui por nós o MEC e também pelo órgão gestor como um pré-COP. E a gente acredita que estudantes vão ter muito a contribuir nessa perspectiva desse balanço ético global, disso de trazer quais os novos direitos que devem ser incorporados, esse apoio proporcional ao desafio a partir da injustiça climática e de questões que são de desigualdade social, de racismo, de enfrentamento das desigualdades como um todo.

Bom, meu contato é viviane.pedro@mec.gov.br, fico à disposição.

Passo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Viviane.

Passo a palavra agora para o representante do Fórum Nacional de Educação, Carlos Alberto Marques.

O SR. CARLOS ALBERTO MARQUES (Para expor.) – Agradeço esta oportunidade em nome do Fórum Nacional de Educação. Quero crer que o fórum trouxe uma contribuição objetiva a esse aspecto para incidência no texto futuro do plano, um novo objetivo. Deixo à disposição dos colegas, da Senadora, também da Comissão de Meio Ambiente.

Queria, se entendi bem, reforçar a sinalização da Senadora com relação a reproduzir eventos como este na COP 30, principalmente com os gestores educacionais dos entes federativos para a sinalização clara da importância do tema, mas em particular da questão educacional.

Eu queria aproveitar e também parabenizar quem nos segue na internet e na TV pelas perguntas, que foram muito relevantes, pertinentes – a gente não tem tempo para responder. E chamo atenção para duas delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma diz respeito ao tempo. Que tempo temos para, de fato, agirmos de forma objetiva? O tempo humano não é o tempo do ambiente, não é o tempo do planeta. Isso é um perigo para nós, porque a nossa geração falhou. Então é preciso agir como política pública, tomar as decisões que nós temos que tomar.

Veja, nós vivemos numa sociedade – e aí tem relação com o papel da educação para a promoção da justiça relacionada às mudanças climáticas ou à questão da justiça socioambiental –, nós vivemos numa sociedade sem senso de limites, que formatou uma cultura que é uma cultura altamente predatória em relação à natureza, alimentada principalmente pelo consumo. Então, tocar nesses aspectos econômicos nessa cultura não é simples. E nós temos um grande problema com a expectativa de conscientização. Conscientizar as pessoas não é um ato espontâneo, por isso o papel da educação.

Veja, há um senso nesse tipo de sociedade que é primeiro de aversão à perda. Tratar as questões ambientais significa reformatar o modelo social, o que significa abdicar de coisas, coisas muito objetivas que o consumo traz, que é esta ideia da felicidade através do ter, do possuir.

O segundo processo é de hábito: as pessoas estão habituadas a esse comportamento, adaptaram-se a esse modo de vida. E isso bloqueia as pessoas a compreenderem o que está em jogo.

E o terceiro bloqueio é o de dissociação entre um evento que acontece longe da gente e o que não acontece com a gente. Isso imobiliza, isso é terreno fértil, inclusive, para negação. E é preciso tocar nisso.

Portanto, eu vou aqui reduzir uma colocação do Chico Mendes: se nós não tocarmos nesse modelo de sociedade, nós vamos falar de educação ambiental como jardinagem. E não o é! Entende?

Então, a educação científica, não só com a ciência moderna, também com os saberes dos povos ancestrais, que têm muito a nos ensinar... Se nós não educarmos cientificamente para a compreensão de uma educação ambiental climática, nós não vamos entender a natureza do problema, não vamos pedir uma ação de prevenção.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO MARQUES – Então, a educação científica – e termino a minha exposição – é algo fundamental, claro que adaptada aos níveis e modalidades de ensino. E isso requer do país decisões educacionais, decisões estratégicas, que são fundamentais.

Portanto, a COP 30 também... O Governo brasileiro tem que levar essa mensagem, que é uma mensagem de decisão. Se nós não colocarmos o que pensamos, quem vai colocar?

Nós temos esse compromisso com a juventude, eu tenho esse compromisso com a minha filha. Eu quero saber dos Senadores e Deputados se têm esse compromisso. Então, é um apelo que eu faço a esta Casa Legislativa: que deixe claro como compreende o problema e como pretende resolver através da educação. Se a educação não resolve tudo, ela consegue mudar a mente das pessoas para mudar o mundo. Isso é a mensagem de Paulo Freire.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bom terminar com Paulo Freire – que não é um término, é um começo.

Com a palavra agora o Sr. Leonardo Augusto Ferreira de Souza Santos, Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LEONARDO AUGUSTO FERREIRA DE SOUZA SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidenta.

Eu vou fazer minha fala final aproveitando uma pergunta de Júlia, do Rio Grande do Sul. Ela faz o seguinte questionamento: "De que forma a educação ambiental pode contribuir para os objetivos da COP 30 e o desenvolvimento sustentável do Brasil?".

Eu acho que quando a gente fala... Eu vou falar do objetivo geral das COPs, das COPs do clima, que é justamente combater o aquecimento global e fazer com que a gente possa lidar com os efeitos negativos desse aquecimento global. Eu acho que a primeira coisa que eu posso mencionar quando a gente pergunta como é que a educação ambiental pode contribuir para os objetivos da COP é a questão de fazer com que as populações acreditem no tema da COP. A gente sabe que existe um movimento de negacionismo muito forte, nacional e internacionalmente. E o primeiro passo para que a gente supere essa questão do negacionismo e aceite que existam as mudanças do clima é a educação – é educação científica, é educação infantil, é educação universitária –, é a gente conseguir fazer com que as pessoas acreditem por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que aquela COP existe. A COP não vai conseguir cumprir seus objetivos se as populações não reconhecerem que existe a mudança do clima. Ela perde o sentido. Então, eu acho que esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu diria, é chamar a atenção para a relevância do tema. Não adianta as pessoas entenderem que existe a mudança do clima se elas acham que isso não vai ter impactos reais no dia a dia delas. Se não tem hoje, vai ter no futuro. Se não tem no dia a dia das pessoas de agora, vai ter no dos filhos delas e dos netos.

Então, chamar a atenção para a relevância do tema é importantíssimo, porque os eventos extremos estão aí, eles são uma realidade.

Os eventos de velocidade reduzida, que são a elevação do nível do mar, desertificação, perda de biodiversidade, estão aí também. Se a gente não sente muito claramente os efeitos agora, a gente vai sentir daqui a cem anos, daqui a cinquenta anos.

Então, chamar a atenção para a importância da gravidade da mudança do clima eu acho que é uma contribuição essencial da educação ambiental.

E um terceiro ponto é a educação ambiental como um estímulo a comportamentos e escolhas que levem em conta a mudança do clima, escolhas da população, e eu falo isso no seguinte sentido: no momento em que a gente chama a atenção para a relevância do tema, a gente chama a atenção da gravidade do tema e da importância de que os governos sejam comprometidos com o tema. Que os governos nacionais reconheçam que o tema é grave, e precisa ser abordado, e precisa ser resolvido.

Então, quando a gente fala no regime internacional, o regime internacional existe porque houve um consenso dos países, principalmente com o regime universal como regime do clima, houve um consenso de 195 países de que aquilo era relevante e de que aquilo tinha que ser tratado em nível internacional, de modo a resolver o problema.

Em caráter nacional ou em caráter regional, isso não iria resolver o problema, é fato. A mudança do clima não vai ser resolvida no Brasil, não vai ser resolvida na Rússia, não vai ser resolvida em Burkina Faso; vai ser resolvida como um tema que afeta os 195 países do globo. Se não for assim, não vai para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, para que o regime se mantenha, para que o regime continue funcionando e para que o regime tenha seus efeitos positivos e relevantes, é preciso que os Estados estejam funcionando como base, como é hoje em dia, e acho que a educação ambiental tem um papel de extrema relevância em manter essa sustentação do que a gente tem hoje em dia.

Eu acho que é isso.

Agradeço novamente à Comissão, à Presidenta. Agradeço aos colegas de mesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós também agradecemos a presença da Presidência da COP 30, para onde certamente iremos todos defender o que aqui estamos propagando.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MARCOS SORRENTINO (Para expor.) – Obrigado.

Eu vou tentar ser rápido, trazendo seis pontos que reafirmam o que já foi colocado aqui à mesa.

Primeiro, fortalecermos, incidirmos, junto ao Parlamento brasileiro, para que o PNE seja aprovado. Que seja inserido o Objetivo 19 e que ele sirva de exemplo para que os planos estaduais de educação, os planos municipais de educação incorporem essa dimensão da educação ambiental.

Segundo, que as diretrizes curriculares nacionais, como o Israel enfatizou que o Conselho Nacional de Educação vai se debruçar sobre ela, incluam – como o próprio Israel já enfatizou – a formação de professores para atuarem com escolas sustentáveis. Professores, não; profissionais de educação. Não são só as professoras e os professores; são todos os profissionais de educação que precisam e podem contribuir para essa mudança de cultura. E que isso contribua para a construção de escolas sustentáveis.

Escola sustentável passa pela atenção com a merendeira, para que ela não precise carregar, por exemplo, bandejas pesadas e tenha um carrinho para levar a alimentação para as crianças. Isso foi uma deliberação de uma escola aqui de Brasília que fez a Agenda 21 da escola, e, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as decisões da Agenda 21 da escola, estava, por exemplo, a demanda das merendeiras para a melhoria da qualidade de trabalho.

Então, esse programa de Escola Sustentável do MEC pode e deve ganhar muita força nas Diretrizes Curriculares Nacionais revisadas.

Nele também nós sugerimos que esteja prevista a COM-Vida, a política central dentro do MEC, que é de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, e a questão de maior estrutura para o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. A quantidade de pessoas, os recursos financeiros e a centralidade na política para educação ambiental precisam sair do discurso e estar presente no dia a dia dessas estruturas.

O terceiro ponto é a COP 30, e, aí, eu fico muito feliz de estar sentado aqui ao lado de uma pessoa que pode nos ajudar a repercutir um reclamo que é não só do Brasil, mas de todos os países.

Eu estive recentemente com o representante do Timor Leste, que está à frente dos 40 pequenos países insulares que mais sofrerão com as mudanças do clima, e eles disseram: "Se vocês conseguirem colocar no discurso do Presidente Lula, na abertura do evento, uma frase sobre educação ambiental, talvez a gente consiga romper essa lentidão, que é para a entrada do campo educacional, não só como capacitação, mas como filosofia, como mudança de valores e comportamentos. Consigam isso, e nós, países insulares, entraremos com a proposta de textos na negociação".

O quarto ponto a que eu quero chamar a atenção aqui é para apoiar processos educadores para toda a comunidade. Então, na perspectiva da cidade educadora – e nós dizemos do município educador, do urbano e do rural, da escola do campo –, há um papel importantíssimo que a escola do campo cumpre para não entrar nesse mesmo caminho de urbanização, de modo de vida acelerado, etc. É muito importante. E, aí, nós precisamos de que os municípios se apoderem da responsabilidade educadora.

Eu já conversei com secretários municipais de educação que falaram: "Não, a minha obrigação é a rede municipal de ensino". Quem cuida, então, da educação de toda a municipalidade? Onde é que está inserida a responsabilidade institucional no Estado brasileiro hoje, nos seus três níveis, com a educação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS SORRENTINO – ... de todos os sujeitos que estão em cada município?

O quinto ponto – só para terminar aqui – é o dos Centros de Educação Ambiental.

A nossa Ministra Marina Silva, em breve, deve anunciar uma portaria que fortaleça os Centros de Educação Ambiental, não apenas como estruturas destinadas a fazer uma educação ambiental senso estrito, mas como os pontos de cultura, como as trilhas de interpretação da natureza, as salas verdes, diversas estruturas que tem na sociedade brasileira já e que podem ser revitalizadas, fortalecidas, para cumprirem esse papel de acolhimento da cidadania que quer conversar sobre meio ambiente, sobre mudança do clima, que está apavorada com a questão das mudanças do clima e não tem, muitas vezes, espaços que esses Centros de Educação Ambiental podem cumprir.

Por último, a velha questão e polêmica do componente curricular, disciplina ou um conjunto de ações transversais.

Eu fico muito feliz, no Pará, de que eles estejam colocando um conjunto de ações transversais, mas a simplificação em uma disciplina me parece que é um caminho que já se demonstrou equivocado. Já houve municípios no Brasil que criaram a disciplina, ou vamos pegar o estado indiano. Em 2007, a Índia aprovou a educação ambiental como disciplina, e nós não podemos dizer que a Índia é um país educado ambientalmente. Então, parece-me que o caminho que o Governo do Pará adotou, de transversalizar e levar para todos os componentes curriculares e para todas as formas de atuação a educação ambiental, é muito bem-vindo. O caminho de criar essa disciplina, esse é um caminho questionável, mas não é aqui o momento para a gente dialogar com mais profundidade sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Vamos agora para os nossos dois convidados, de forma remota.

Inicialmente, Karla, da Undime; e, depois, Rossieli, do Pará e do Consed.

Cinco minutos, Karla.

A SRA. KARLA JANYS NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu vou usar uma pergunta que o Juarez, da Bahia, me encaminhou: "Como garantir que a educação ambiental vá além das ações pontuais e se torne um eixo estruturante nas escolas públicas brasileiras?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto: inserção no currículo de forma transversal e interdisciplinar. As redes de ensino precisam adaptar os seus currículos de maneira permanente, crítica, articulada e com as realidades locais.

Um outro ponto – e eu sempre digo isso –: só haverá transformação real se os educadores estiverem preparados e empoderados. Então, é essencial investir na formação com esse foco interdisciplinar, territorial e orientado à ação.

Um outro ponto é que as escolas devem ser incentivadas a desenvolver projetos permanentes. Esses projetos precisam, de fato, ser institucionalizados, com metas, com acompanhamento e com participação da comunidade escolar.

E um outro ponto – e aí é um dos maiores desafios também –: entrar no orçamento, fazer com que os municípios tenham recursos destinados, para que a gente possa dar continuidade a todas essas ações; e a inclusão de metas nos planos estaduais e nos municipais, como, por exemplo, o número de escolas com práticas ambientais sustentáveis, o número de professores com formação na área... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está congelando. (*Pausa.*)

Não, travou.

Acho que foi lá, porque...

Foi lá, não foi? Porque Rossieli está...

Podemos passar adiante? Acho que é melhor, né?

Rossieli, eu acho que o sistema de Karla travou. Vamos passar logo para você, está bem? (*Pausa.*)

Não, caiu de vez o dela.

Rossieli.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Sra. Presidente, se ela retornar, obviamente, a gente retoma a palavra para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Retornou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Retornou? Fique à vontade, se quiser retornar...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Karla, você ainda tem 2min20, porque travou o seu sistema.

A SRA. KARLA JANYS NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – Então, eu termino dizendo o seguinte: educar para o meio ambiente é educar para a vida, e nós só faremos isso, de forma estruturada, quando a educação ambiental deixar de ser uma escolha e passar a ser um compromisso do Estado brasileiro. Aí nós vamos, de fato, mudar totalmente esse cenário.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que lhe agradecemos e passamos, ato contínuo, a Rossieli Soares, Secretário de Educação do Pará e representante do Consed.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Presidente, mais uma vez agradeço a oportunidade de estar aqui com todos. É muito bom participar.

Eu queria falar rapidamente, olhando para algumas perguntas aqui.

A Giulia, lá do Rio Grande do Sul, falou que... Inclusive, eu sou gaúcho de nascimento, né? Já fui Secretário no Amazonas, agora estou no Pará, já fui de São Paulo, já estive no MEC, e acho que o Rio Grande do Sul se tornou, infelizmente, um dos maiores exemplos daquilo que acontece de mudanças climáticas. Mas eu poderia falar aqui que não...

Talvez as pessoas não conheçam tanto as tragédias que ocorreram no interior do Amazonas ou aqui na região oeste do Pará, com as secas, e eu queria dizer, Giulia, que é muito importante que aquilo que aconteceu no Rio Grande do Sul não fique... Inclusive amanhã eu tenho uma reunião com uma Secretária do Rio Grande do Sul, a Raquel Teixeira, justamente para discutimos algumas coisas da COP e de educação ambiental que ela também tem buscado fazer, porque essa tragédia que aconteceu aí no Rio Grande atingiu diretamente as famílias, mas atingiu diretamente a educação.

Existem alguns estudos hoje, do Banco Mundial e do BID, que demonstram que, para cada grau de temperatura que sobe, cai proporcionalmente a aprendizagem; ou seja, nós estamos falando de o aumento climático diminuindo a aprendizagem. Obviamente, já foi dito aqui, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma desigualdade ainda maior, porque naqueles lugares em que tem condições terão a climatização com ar condicionado, naqueles em que não tiverem nenhum tipo não vão ter. Mas, para além disso, você tem que o primeiro lugar que fecha é a escola, muitas vezes inclusive para servir de abrigo, e o último lugar que volta é a escola. Então, você diminui o processo de aprendizagem, número de dias de aula. Este tipo de coisa, quais são os planos de contingência, também precisam ser discutidos.

E aqui, para aquilo que aconteceu, Giulia, no Rio Grande do Sul, só para dar um exemplo... E aí eu queria cumprimentar o Leonardo aqui, especialmente, que está representando a Presidência da COP, e a gente tem muita discussão, obviamente, por ser aqui no Pará...

Uma das coisas que eu vi – e aí eu vou falar da educação básica, especialmente, por favor, porque a gente tem juventudes e juventudes – é que a discussão sobre educação básica e educação ambiental é praticamente nula nas COPs. Nas últimas duas COPs... Em Dubai começou a se ter, com a parte das crianças... Inclusive, Leonardo, eu tive uma conversa com o Ministro Camilo, que estava aqui conosco ontem; junto com o Governador, a gente discutiu um pouco sobre esse assunto com o Camilo.

A presença de crianças e adolescentes participando é muito baixa, e eu não estou falando aqui de jovens de nível universitário. Eu queria separar essa discussão neste momento, porque acho que a gente precisa trazer também para dentro. Eu acho que a COP do Brasil precisa liderar isso. Tem um vácuo nas histórias de COP, e não vou nem falar da do Azerbaijão, porque provavelmente teve menos ainda, mas tem o Dia da Educação, por exemplo, dentro da COP, e certamente aqui no Brasil vai ter o Dia da Educação. Muito pouco se fala, inclusive no próprio estande do Brasil você não tinha programação falando de educação básica, no Dia da Educação. Falavam de outros formatos de educação, todos eles muito importantes... De novo, não quero descartar nenhum: a educação para pessoas de formação profissional, para o ensino superior, tudo isso é importante, mas nós precisamos também trazer essa discussão, seja ela com o modelo transversal total, seja misturado aqui.

E aqui quero dizer ao Sorrentino de novo: nós defendemos aqui, no nosso caso, o modelo vertical somado ao transversal. É diferente de você falar... E, Sorrentino, só sobre a sua fala, quero inclusive convidar de novo – a gente já convidou e já tivemos uma breve oportunidade – o MMA, junto com o MEC, para essa discussão aqui no Pará, porque, se o modelo vertical não deu certo na Índia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (*Por videoconferência.*) – ... não deu certo porque nós não temos o impacto como deveríamos ter. Essa é uma verdade que a gente precisa assumir, sabe, Sorrentino? E não é uma crítica a um ou a outro. Não deu certo o que a gente fez até aqui.

E eu não estou dizendo que é certo o que a gente está fazendo, porque eu acho que nós não temos nada pronto e terminado, mas a gente precisa assumir que nós precisamos ter uma outra trajetória e trazer esses jovens, adolescentes, e envolvê-los na COP.

Por exemplo, Giulia, acho que é muito importante ter jovens do Rio Grande do Sul, que viveram e passaram por isso, assim como aqui do Pará, do Amazonas e de outros tantos lugares do nosso Brasil e do mundo que sofrem com isso.

E, por fim, Leonardo, se eu puder pedir uma coisa também para você... O Sorrentino já pediu aqui para o Presidente falar sobre isso, com o que eu concordo plenamente, lembrando que o Presidente já falou sobre isso no início do mandato...

Para concluir, Presidente, o Presidente já falou sobre isso no início do mandato. Talvez o Sorrentino não tenha gostado, porque falou ele sobre o componente curricular, mas ele já trouxe, já botou uma bandeira. Eu acho que é mais do que necessário, como disse o Sorrentino, ter uma palavra do Presidente e do Presidente da COP – não só do Presidente; o Presidente da COP tem um papel fundamental.

O Presidente do Brasil tem um papel simbólico nas suas falas, obviamente importantíssimo. Em liderança e coordenação, o Presidente da COP é extremamente fundamental, assim como a Ministra do Meio Ambiente do Brasil e o Ministro da Educação também terão na coordenação, mas nós precisamos estar inserindo a educação na discussão do financiamento, por exemplo.

Nós não podemos ter uma bolha somente no dia da educação, sem estar conectado com os outros temas. Nós temos que falar sobre educação no dia em que a gente está discutindo o financiamento, ou nós não vamos discutir uma parte do financiamento para proteger as áreas atingidas, por exemplo, da crise climática.

Falta recurso para apoiar a recuperação de escolas em lugares atingidos no mundo inteiro. Por que nós também não podemos colocar que um dos aspectos de discussão seja, por exemplo, o financiamento? E, se Deus quiser, isso vai ter avanço aqui na COP em Belém. Acho que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos grandes temas que obviamente sempre tem e um dos grandes desafios que a Presidência da COP do Brasil vai ter, que o Brasil tem nessa liderança.

E eu sei da complexidade, Leonardo, e tenho acompanhado os debates, inclusive indo pessoalmente às COPs, mas eu acho que é muito importante nós nos posicionarmos de outras maneiras.

E eu acho que poderíamos, inclusive, aqui aproveitando e parabenizando a iniciativa desta discussão, Presidente, dizer que talvez valha a pena ter um outro círculo de debates aqui, mais especificamente sobre como a gente pode trabalhar em relação à COP, junto com o MEC, com o MMA, e como que a gente pode colocar, com a Presidência da COP, esses temas.

Acho que urge que a gente ocupe mais... E eu confio demais que a Presidência do Brasil, nesse ciclo da COP, poderá fazer com que seja um sucesso a COP das crianças, a COP da educação ambiental. Talvez essa seja uma bandeira que, em nenhum outro momento da história, as COPs tiveram. E eu quero crer que, sob o comando do Brasil, a gente consiga avançar mais nessas agendas.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também. Muito obrigada.

Esse foi um primeiro esforço conjunto das duas Comissões, a Comissão de Educação e a Comissão de Meio Ambiente. As contribuições aqui trazidas eu acho que comprovam a validade desse esforço. É ainda um primeiro passo, e a gente precisa dar outros a seguir, nessa direção colocada por todos vocês.

A gente teve um momento de muitas trocas, de muitas complementariedades, poucos dissensos, e isso é bom, porque aprofunda mais aquilo que a gente precisa unificar. Se não chegarmos muito unidos, seremos tragados pelos imediatismos em vigor.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

Voltando aos agradecimentos, eu declaro encerrada a presente reunião, porque não há mais nada a ser tratado, pelo menos transitoriamente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Jussara Lima, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência procede à leitura de documentos recebidos pela Comissão. Em seguida submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª reunião, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 19/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sr. Sandro de Oliveira Pimentel, Coordenador de Educação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Francisco Wellington Duarte, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-FEDERAÇÃO); Sra. Raquel Dias Araujo, 1ª Vice-Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Sra. Andréa Pereira Moraes, Diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); e Sr. Allyson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/06

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de maio de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso nº 264 GP/TCU, referente à auditoria operacional promovida junto às universidades federais, com o objetivo de avaliar a existência e eventuais resultados de sistemas e práticas de prevenção e combate ao assédio nesses espaços.

- Ofício dos reitores das universidades federais supernovas, solicitando apoio do Senado para três pautas: inclusão de recursos na Lei Orçamentária Anual para provimento dos cargos previstos na lei de criação; reestruturação das leis de criação das universidades federais supernovas; e destinação de recursos para a implantação e consolidação das universidades.

- Nota Técnica nº 4, de 2025, da Associação de Desenvolvimento da Família - Family Talks, com sugestões de emendas para o Projeto de Lei 2.414, de 2024, referente ao PNE 2024-2034.

- Documento final do Movimento de Professores Indígenas na Tenda da Educação e Cultura Indígena, realizada entre 7 e 11 de abril de 2025, durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício nº 350 da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, São Paulo, encaminhando requerimento que indaga sobre a possibilidade de destinação de recursos para a climatização de salas de aula da rede municipal de ensino.

- Moção de Indicação do Conselho Superior do Colégio Pedro II, que solicita que esta Comissão atue no debate e adequação da legislação vigente de forma permitir a contratação de docentes para substituir as horas não trabalhadas pelos docentes amparados pela Lei 13.370, de 2016.

- Ofício encaminhado pela Comissão dos Aprovados no Cadastro de Reserva do Cargo de Especialista do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que solicita apoio para a convocação dos servidores.

- Prêmio Darcy Ribeiro de Educação da Câmara dos Deputados. Informo que se encontra aberto, até o dia 30 de maio de 2025, prazo para que os Senadores indiquem nomes de concorrentes para receber o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação. O prêmio será concedido, até o final do mês de setembro, pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a três pessoas e/ou entidades cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque na defesa e promoção da educação no Brasil.

Os Senadores interessados em fazer indicação ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação devem entrar em contato com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pelo *e-mail* ce.eventos@camara.leg.br para receber o formulário de inscrição, que deverá ser preenchido e enviado à referida Comissão.

A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal disponibilizará, em sua página na internet, as regras para participação dos Senadores na indicação do prêmio.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 22 de abril. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Objetivos e diretrizes da nossa reunião de hoje.

Ela destina-se à realização de mais uma audiência pública, dentro do ciclo que nós aprovamos, para debater o Projeto de Lei 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento nº 3, de 2025, e ao Requerimento nº 19, de 2025, de nossa autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

- Prof. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (*Palmas.*)

- Profa. Raquel Dias Araujo, 1ª Vice-Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) (*Palmas.*)

- Sra. Andréa Pereira Moraes, Diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe). (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas.

De forma remota, participarão Allyson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); o Sr. Francisco Wellington Duarte, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação); e Sr. Sandro de Oliveira Pimentel, Coordenador de Educação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Informo que foram recebidas até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários de cidadãos – acho que já estão em mãos dos nossos expositores, caso queiram já incluir na exposição inicial –: Maria, de Pernambuco; Eduardo; do Rio Grande do Sul; Aretusa, de São Paulo; Rui, do Distrito Federal; Gladys, do Acre; Izabela, de Pernambuco; Átila, da Bahia e Irlane, de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem notado uma boa participação. Muito interativas estão sendo as nossas audiências públicas.

Nós organizamos, minha gente, a audiência de acordo com a atuação dos convidados. Já ouvimos gestores, já ouvimos universidades, já ouvimos a gestão central, o MEC, já ouvimos a Undime, já ouvimos a gestão estadual, e agora é a vez de quem representa os trabalhadores e trabalhadoras em educação, que não podiam de forma nenhuma deixar de ser ouvidos e ouvidas, pelo trabalho, pelo acompanhamento, pela luta que têm no dia a dia em favor da educação – da qualidade, da universalização. E vamos ouvir também os estudantes.

Hoje é a vez de vocês.

Na exposição inicial, cada um poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Depois haverá perguntas e, ao final, a gente pode voltar, para alguma complementação, pelo tempo de cinco minutos. O relógio toca, e, quando ele tocar, é porque está faltando um minuto para concluir. Ele é automático.

Então, sem mais delongas, nós vamos iniciar convidando o Prof. Heleno Manoel, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que representa a educação básica pública de todo o país.

Prof. Heleno, meu conterrâneo, seja muito bem-vindo. Pode fazer uso dos seus dez minutos iniciais.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Professora, Senadora Teresa Leitão, que eu cumprimento.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e às que nos acompanham de forma remota.

Quero também saudar as minhas colegas, os meus colegas de mesa: a Raquel, a Andréa, o Wellington, o Allyson e o Sandro.

Para tentar ficar aqui nos dez minutos, eu trouxe uma exposição, para poder nos ajudar a tentar passar a ideia nesse tempo curto.

A primeira ideia que quero passar aqui é justamente o que a Maria, de Pernambuco, também já pergunta para a gente sobre a questão de financiamento, recursos para a execução do Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na história do nosso país, nós não estamos trabalhando o primeiro plano, esse será o terceiro Plano Nacional de Educação. Então, temos a experiência de dois planos aprovados, e não colocados em prática por motivos diversos, entre eles, mesmo o financiamento. No primeiro plano, o Presidente vetou o financiamento, e o segundo plano foi vetado pela Emenda Constitucional 95, que tirou os recursos necessários para a implementação das políticas educacionais dentro de uma década.

Nesse sentido, em 2024, por exemplo, quando tratamos do Orçamento Federal, que foi executado e pago, mostra-se aí o absurdo em que nos encontramos: 42,96% dos impostos arrecadados neste país – do que foi executado pelo Governo Federal – foram para a mão dos ricos, bilionários, bancos, para a mão da minoria neste país, enquanto o investimento na educação ficou em torno de 2,95%.

Então, se queremos, de fato, aplicar o Plano Nacional de Educação em nosso país, temos que tirar o dinheiro das mãos desses ricos para poder definir recursos para as políticas públicas em nosso país e sair da situação – divulgada bastante esta semana – de estagnação da educação desde 2018. Enquanto o país melhorou seu Índice de Desenvolvimento Humano – a renda e a saúde –, a educação ficou estagnada: falta de uma política de financiamento adequado para avançarmos nessa política.

Esse quadro piora quando pegamos os dados do Dieese, que mostram que, em 2023, o rendimento médio mensal do 1% mais rico do Brasil foi 40 vezes maior que o dos 40% mais pobres naquele ano. Então, essa brutal e terrível concentração de renda, que mantém esse processo de pobreza e desigualdade em nosso país, precisa ser combatida.

Se pensarmos em política educacional não tratando da questão da desigualdade, nós não vamos avançar. Por isso, comecei dizendo que temos um histórico de dois planos já aprovados, e não aplicados. Se queremos ir para um terceiro plano e queremos que ele saia do papel, temos que cuidar, de fato, dessa questão da desigualdade, da pobreza, dessa concentração de renda brutal que existe em nosso país.

E olhe que estamos falando para um público que ainda é minoritário dentro da educação básica. Se, na educação básica, atendemos hoje 47 milhões de matrículas, incluindo a rede privada, nós temos 68 milhões de pessoas que não concluíram a educação básica, ou seja, tiveram o direito de concluir a educação negado. Se agregarmos aqui o analfabetismo e as crianças e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

jovens que estão fora da escola, podemos beirar 80 milhões de pessoas, ou seja, temos quase o dobro fora da escola e que deveria estar na escola.

Isso mostra a necessidade de investimento, por isso que nós não concordamos com aquelas pessoas que dizem que não falta recurso para a educação, que acham que 5% do PIB já deu conta, que é muito dinheiro, que é muito esforço. E isso não é verdade. Nós estamos com uma defasagem nas matrículas existentes na educação básica pública deste país e temos milhões de pessoas que precisam voltar para os bancos escolares, precisam concluir os seus estudos. Então, os recursos mostram-se insuficientes para dar conta dessa demanda ao povo brasileiro.

Ainda na questão do financiamento, nós temos um dos itens não cumpridos pela lei do plano que acaba agora em dezembro de 2025. O PNE 2014-2024, em vigor, previa chegar ao final de sua vigência, que era em junho de 2024, aplicando-se 10% do PIB no setor da educação; atualmente, aplicam-se 5,5%, mostrando que nós não conseguimos avançar nesse direito fundamental da pessoa humana.

Por isso, para o Projeto de Lei 2.614, nós precisamos cuidar, Senadora Teresa Leitão e todo o Parlamento, de enfrentar as contradições. Se falamos, na Constituição Federal, que a educação é um direito fundamental de todas as pessoas, como vamos garantir o direito à educação para essas pessoas, fazendo com que os investimentos necessários sejam aplicados? Se a gente trabalha ainda na perspectiva de reduzir os recursos da educação, isso é muito contraditório com garantir o direito das pessoas ao acesso, à permanência e à conclusão dos seus estudos. Por isso, é importante enfrentar essas contradições.

Nesse caminhar, a participação social é muito importante. Por isso, eu quero trazer, como destaque do Projeto de Lei 2.614, algo que eu observo como contradição no texto. Lá, no corpo da lei do projeto, o art. 10 diz que um ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre composição e funcionamento do Fórum Nacional de Educação, instância consultiva permanente de participação social, no âmbito do PNE. Primeiro, nós entendemos que o Fórum Nacional de Educação é o espaço da política educacional como um todo – inclui o PNE e também todas as outras políticas que são construídas em nosso país. Segundo, entendo que há uma contradição com a Meta 17.c., que está prevista no Projeto de Lei 2.614, que diz que deve ser assegurado que todos os entes federativos tenham fóruns de educação como instâncias permanentes de participação social, instituídos por lei e em funcionamento. Ora, no âmbito federal, a União faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

parte desses entes federados, então nós não podemos ter um ato do Ministro, definindo composição e funcionamento de um fórum, acima de uma lei. Então, a lei é que tem que ser o elemento fundamental desse processo tanto para o Fórum Nacional de Educação como para os fóruns estaduais, municipais e distrital. Então, eu chamo a atenção a esse elemento que eu considero contraditório no projeto lei, porque devemos cuidar de fortalecer a participação social.

Outro elemento que trago com relação ao projeto de lei é: evitar retrocessos e ausências. Como, em dez minutos, não dá para falar de todos, destaco um ou dois.

A Lei 13.005, na Estratégia 18.1, diz que tem que ter no mínimo 90% de profissionais do magistério e 50% dos demais profissionais da educação não docentes concursados dentro das redes escolares. E o prazo estabelecido foi de três anos da existência do plano. Então, em 2017, deveríamos ter, em todos os estados e municípios, no mínimo 90% de docentes concursados. Quando olhamos o cenário hoje, encontramos quatro estados que cumprem essa determinação, ou seja, 23 não cumprem. Uma parte dos municípios também não. Estamos hoje com 51,6% de professores contratados temporariamente no Brasil. Então, aí está uma determinação legal que eu acho até meio estranha, porque a Constituição Federal diz que, para atuar na escola pública, tem que ser exclusivamente por concurso público. Vamos admitir que 10% sejam licenças que nós precisamos tirar.

Mas a nossa grande preocupação é com o PL 2.614, quando diz que se deve assegurar que no mínimo 70% dos profissionais de magistério em cada rede pública de ensino...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – ... tenham vínculo estável por meio de concurso público, ou seja, reduz uma política em que nós já avançamos e desaparece com os funcionários da educação. E ainda coloca que essa determinação tem que estar de acordo com o art. 206, inciso V, da Constituição Federal. Quando você olha esse inciso, ele trata de concurso público para os profissionais da educação – e profissionais da educação vão além de profissionais do magistério. Então, é um tipo de proposta que, além de trazer retrocesso ao que nós temos hoje, traz uma ausência muito forte naquilo que determina a Constituição Federal.

Para finalizar, também sobre o processo de inclusão, nós sentimos falta... Observamos que os objetivos tratam da educação infantil, da educação dos jovens e adultos, e que a educação ambiental desapareceu – não aparece, não vem no conjunto da medida. Por isso, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

propondo a inclusão do Objetivo 19 – educação ambiental: melhorar a qualidade de vida com sustentabilidade social e econômica. E, nessa proposta, apresentamos quatro metas e 28 estratégias extraídas do documento final da Conae 2024.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Heleno, a objetividade de ter pontuado, realmente, muitos aspectos críticos do plano.

E quero lhe dizer que, em uma das mesas, em uma das audiências anteriores, já houve essa defesa da inclusão do item 19. Foi uma em que a gente trabalhou a correlação da educação com o meio ambiente. Houve essa defesa explícita aqui em uma das nossas audiências.

Nós vamos passar a palavra agora para o nosso próximo convidado, que falará de forma remota, para gente ir alternando.

Sr. Francisco... Não, desculpe. Allyson Mustafa, da Contee.

Allyson, é contigo agora, viu? Nós estamos te vendo.

O SR. ALLYSON QUEIROZ MUSTAFA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem bem?

Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bom dia!

O SR. ALLYSON QUEIROZ MUSTAFA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Teresa Leitão. Em sua pessoa, saúdo todo o Senado Federal e o Congresso Nacional brasileiro.

Bom dia, Prof. Heleno Araújo, parceiro nosso da CNTE.

Eu falo hoje aqui em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), que representa todos os trabalhadores em educação do setor privado no Brasil – seja professor, auxiliar escolar ou técnico. Então, a gente representa uma gama de trabalhadores muito significativa dentro da formação de um sistema de educação no Brasil, considerando que o ensino privado existe, precisa ser organizado, precisa ser regulado e precisa ser representado do ponto de vista sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso porque também já deixo claro aqui que, embora nós representemos o setor privado em educação – os trabalhadores do setor privado –, nós somos, desde sempre e para sempre, defensores da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, como algo que sirva como base, de fato, para a educação no Brasil. E é daí que eu parto para fazer algumas observações que considero, em nome da Contee, importantes neste debate que ora se coloca aqui para nós sobre o Projeto de Lei 2.614, com vistas a estabelecer um novo Plano Nacional de Educação, que, em tese, seria de 2024 a 2034 – nesse decênio –, mas, como houve uma extensão do prazo de validade do plano nacional anterior, que vai viger até o final deste ano de 2025, a gente espera que, ao longo deste ano, efetivamente haja este debate e haja a formulação do novo plano.

Eu disse que ia fazer uma ponte, falando justamente sobre o setor privado, dentro daquilo que foi discutido nas conferências de educação, que culminaram, em janeiro do ano passado, na Conferência Nacional de Educação, em Brasília. A nós, que representamos o setor privado, para além de todas as questões que dizem respeito mais especificamente ao magistério público, interessa falar, primeiro, sobre a necessidade do estabelecimento concreto do Sistema Nacional de Educação, que não apenas vise ao estabelecimento das competências concorrentes ou específicas dos entes federados, estados, municípios, União e Distrito Federal, mas que também busque abordar as necessárias regulamentações ou regulações do sistema, o que inclui sobremaneira uma preocupação nossa com o sistema privado, com a educação privada. E, como eu disse, estou falando aqui em nome dos trabalhadores da educação privada no Brasil.

Por que essa preocupação existe e por que a gente entende que o Plano Nacional de Educação deve carregar para si essa responsabilidade de tratar também, ou pelo menos apontar, ainda que em leis outras, a necessidade da regulamentação do ensino privado no Brasil? Primeiro, porque nós vivemos hoje no Brasil uma lógica de conglomerados de educação. A gente tem vivido uma experiência que já ultrapassou aquilo que nós chamávamos, no âmbito da nossa confederação, de mercantilização da educação para uma fase que a gente chama de financeirização da educação.

Os dados que nós temos dão conta de que nós temos quatro, cinco ou seis grupos educacionais no ensino superior privado, por exemplo, que são responsáveis por mais de 50% das matrículas do ensino superior privado – uma prática de oligopólios, uma prática de concentração absurda do número de matrículas e, portanto, também de concentração absurda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do próprio domínio sobre o fazer da educação. Muitos desses grupos têm editoras vinculadas. Muitos desses grupos também já atuam na educação básica – a gente também já percebe uma financeirização da educação básica, com grupos controlando 100, 200, 300, 400 escolas Brasil afora –, bem como controlam e produzem material didático. Disputam, inclusive, o orçamento público, porque oferecem material didático ou gestão escolar nos diversos lugares onde hoje já se faz um compartilhamento da gestão escolar entre o poder público e entes privados, que passam a ser também responsáveis por isso.

O nosso entendimento é de que o setor privado, em que pese a Constituição Federal permitir a sua atuação na educação, não pode estar numa lógica de livre concorrência, porque não estamos falando de uma mercadoria. Aliás, esse é um bordão nosso também, na Contee, já de 15 ou 20 anos: "Educação não é Mercadoria". A gente precisa vencer a financeirização e a mercantilização da educação, construindo, a partir do Plano Nacional de Educação... E este foi um debate levantado dentro da Conferência Nacional de Educação havida no ano passado: é necessário enquadrar – eu vou usar esta expressão "enquadrar" – os entes privados, o setor privado da educação, dentro das normativas que dizem respeito à educação nacional, inclusive sob o ponto de vista das relações de trabalho.

Nós hoje temos, por exemplo, um piso nacional do magistério público – e essa expressão está lá incluída na lei – que deveria servir... que é insuficiente, mas que é importante como uma referência, porque nós nem isso tínhamos, e que a gente entende que precisa ser trazido proporcionalmente para a esfera privada.

Nós temos uma questão que o PNE trata, que é do ponto de vista da valorização do trabalhador em educação – e aqui eu darei destaque ao trabalhador docente em educação, embora essa valorização precise ser de todos aqueles que atuam na educação –, mas isso não está, por exemplo, vinculado àqueles que ofertam o serviço de educação na esfera privada. E a gente tem uma compreensão de que é preciso fazer também o esforço, pela via do Plano Nacional de Educação, de obrigar os entes privados, as escolas comunitárias a se adequarem a esses parâmetros mínimos, tanto do ponto de vista da qualidade quanto do ponto de vista da valorização profissional.

Eu trago, por exemplo, aqui o exemplo, sendo redundante... Eu estou como Presidente do Sinpro Bahia (Sindicato dos Professores no Estado da Bahia) e sou membro da Diretoria da Contee,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Secretaria de Assuntos Educacionais. Na Bahia, por exemplo, nosso piso no setor privado é de R$11,20. O que significa isso? Significa que o mínimo da hora-aula de um professor é R$11,20, o que é absolutamente insuficiente, não garante atração para a carreira. Essa é uma demonstração que ajuda a desconstruir a ideia de que, no setor privado, há uma condição de trabalho e uma valorização muito diferentes e muito maiores do que aquelas vistas no setor público. Não é real. O setor privado, hoje, vive uma desvalorização muito significativa.

E a gente compreende o debate trazido e inaugurado pelo Plano Nacional de Educação, em tudo que ele aborda, nos seus 18 objetivos – e a gente compreende, como o Prof. Heleno colocou, que é preciso expandir esses objetivos; o 19º foi aqui apresentado por ele, porque é, neste momento, nesta quadra histórica, para um país que vai abrigar a COP 30 agora, uma falha significativa não trazer a questão ambiental –, nas suas 58 metas e nas suas 253 estratégias. Ali, a gente percebe uma preocupação em pensar a educação do ponto de vista integral, mas isso não acontecerá, se a gente considerar que, por exemplo, boa parte – a maior parte – das matrículas no ensino superior são do setor privado. Se a gente não compreender a necessidade de subordinar a atuação privada em educação, porque ela não pode ser pensada pela mera lógica do lucro... Nós não estamos falando de uma mercadoria, nós estamos falando de algo que tem a ver, inclusive, com a própria soberania nacional do Brasil.

Há necessidade, portanto, de criar regras e regulamentação ou regulação para esse campo, que é o setor privado, porque ele precisa estar coadunado com os objetivos do Plano Nacional de Educação e com os objetivos da educação nacional, para o bem do país, para a construção de algo que é de interesse nacional, porque, ainda que haja agentes privados – porque a Constituição permite isso – atuando no setor privado de educação, eles precisam estar subordinados a um regramento que diz respeito à educação como um todo, como um patrimônio do povo brasileiro, como uma necessidade para o seu maior desenvolvimento e como algo, portanto, de interesse nacional.

Eu não vou elencar elemento por elemento – até porque, por exemplo, o Fórum Nacional de Educação também produziu um importante documento norteador para o debate –, mas eu gostaria de chamar a atenção, neste primeiro momento, para esta necessidade de que o setor privado em educação seja pensado como algo que está a serviço de um interesse maior que não pode ser o interesse corporativo; é o interesse nacional do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele precisa estar subordinado e regrado e regulado pelos instrumentos públicos que nós estamos aqui buscando construir.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Allyson.

Também reforço que, desde o primeiro momento em que a discussão foi instalada aqui, como também em reuniões com a Comissão Especial que começou o debate lá na Câmara, essa questão do Sistema Nacional de Educação tem sido bem destacada, viu, Allyson? Não dá para a gente ter um plano dissociado do sistema.

Nós aqui no Senado aprovamos um projeto de lei do Senador Flávio Arns, que está lá na Câmara dos Deputados. E vamos investir, sim, para que esse saldo positivo também seja conquistado com a aprovação de um PNE o máximo possível aproximado dos debates da Conae, mas também para que a gente tenha o sistema assegurado.

Muito obrigada por suas palavras.

Vou passar para Francisco Duarte, também pelo sistema remoto, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação).

Para os seus dez minutos iniciais, Francisco.

O SR. FRANCISCO WELLINGTON DUARTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, estimada Senadora.

Lamento não estar participando presencialmente, mas meus afazeres acadêmicos me impediram de fazer esse deslocamento.

Eu saúdo todos os participantes desse evento, que estejam presentes ou não, e agradeço, mais uma vez, o convite para a federação participar, para fazer parte dessa discussão sobre o PNE.

Essa temática está muito ligada à pretensão da construção de um país justo e soberano e, por isso, acho pertinente esta audiência pública.

Para a federação, Sra. Senadora, a educação é a base fundamental para que este país se torne uma nação forte e respeitada no mundo. A geopolítica hoje em dia dita muito qual é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

posicionamento de uma nação. E uma nação com fortes investimentos em educação tem tudo para ser protagonista nesse caudal que nós temos hoje.

Esse é um rico debate. E eu me servi de um livro que foi recentemente lançado pela Anpae: *Plano Nacional de Educação 2025-2035 como Política de Estado: desafios prementes para a sua tramitação e materialização*. Isso é muito importante, porque, nos 13 capítulos desse livro, há um conteúdo que permite que nós que estamos envolvidos nessa poderosa tarefa de estabelecer as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do PNE nos debrucemos com qualidade sobre o que está estabelecido no PL 2.614/2024, já citado aqui pelo companheiro Heleno.

Como o Proifes-Federação representa os professores do magistério federal, no que se refere à educação superior, é essencial analisar, contemplar, aprimorar, de forma efetiva, as diversas temáticas fundamentais.

Não vou citar todas, mas destaco algumas, como, por exemplo:

- acesso, permanência e conclusão na graduação e na pós-graduação, com a garantia de ações afirmativas e políticas de cotas. É preciso que o atual nível de desligamento dos alunos e alunas, hoje em torno de 50%, seja combatido;

– formação cidadã e mudanças curriculares alinhadas às transformações sociais e às novas demandas do mundo do trabalho, sem, entretanto, tornar essa formação totalmente alinhavada com o mercado;

- expansão, regionalização e interiorização da educação superior, de forma articulada ao desenvolvimento econômico e social do país. Para a federação, isso significa um olhar qualificado sobre os desníveis regionais do Brasil, fruto do seu processo de construção histórica;

- garantia de financiamento público para a manutenção e expansão das universidades e institutos federais, assegurando sua autonomia universitária. Isso significa deter o "sucateamento orçamentário" – entre aspas – de que principalmente as universidades federais têm sido vítimas nos últimos anos. Chegamos em 2022 a ter um orçamento, em termos reais, igual ao de 2010. Isso não é possível se nós quisermos uma nação mais desenvolvida;

- debate sobre o papel da educação à distância e o uso de novas tecnologias educacionais no ensino superior. Esse é um debate fundamental para que nós possamos fazer a leitura do que nós queremos para as universidades e institutos federais no futuro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- fortalecimento da pesquisa, da produção e da difusão democrática do conhecimento, em alinhamento com as demandas sociais e com a valorização das diversas áreas do saber na pós-graduação.

A pauta da educação pública está dentro do DNA do Proifes-Federação, desde o seu surgimento em 2004. Ao longo desses 20 anos, participamos dos debates sobre o tema. Estivemos na Conae em 2010 e estamos no Fórum Nacional da Educação desde o começo da década de 2010, e, em todo esse tempo, participamos das discussões sobre a construção do Plano Nacional de Educação, sempre antenado com a perspectiva de uma educação pública cada vez mais alinhada com os interesses do povo brasileiro.

Nessa caminhada de duas décadas, construímos pontes com parceiros importantes. Destaco aqui os dois que estavam presentes e me antecederam: a CNTE, com o companheiro Heleno, e a Contee, com os nossos companheiros e camaradas de lá. Inclusive – e é preciso ser dito isto –, na trincheira da resistência, quando por um período a própria docência universitária foi alvo de perseguição e as universidades foram vítimas de uma campanha orquestrada de desqualificação de suas atividades. E nesse período sombrio, o Proifes-Federação participou ativamente do Fórum Nacional Popular de Educação e da Conferência Nacional Popular de Educação – FNPE e Conape. Participamos da Conae 2024, Senador, e nela fomos assertivos em reafirmar a defesa da equidade, da inclusão, da qualidade, da gestão democrática e do Sistema Nacional de Educação, além da defesa do financiamento, que continuamos a defender que seja 10%, e não os 5,5% que estão atualmente colocados.

E ressalto aqui, nessa discussão, a presença e a participação no Proifes-Federação do Prof. Carlos Alberto Marques, o Bebeto, que tem levado este debate para o interior do Fórum Nacional de Educação, as discussões que ocorrem dentro da federação, porque lá na federação nós temos um grupo de trabalho de assuntos educacionais que vem debatendo isso há muito tempo.

Por que o Proifes faz isso? Porque ele entende que o PNE é um tipo de política de Estado que garante educação, mas garante educação como um direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável, até porque, segundo a OIT, hoje, no mundo, 40% dos empregos estão vinculados a essa área, por isso é muito importante essa discussão. O PNE é uma expressão de uma grande discussão nacional, discussão feita com a sociedade civil, sobre o que a nação quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, participantes e ouvintes, temos que cuidar da educação brasileira, em especial da educação pública. Em reportagem da Agência Brasil publicada ontem, foi revelado que três, em cada dez brasileiros, com idades entre 15 e 64 anos, não sabem ler e escrever, ou sabem muito pouco, a ponto de não conseguir compreender pequenas frases ou identificar número de telefones ou preços. São chamados analfabetos funcionais. Esse grupo corresponde – pasmem – a 29% da população, o mesmo percentual de 2018, inclusive. Os dados são do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) e são preocupantes. Por esse estudo citado pela reportagem, 27% dos trabalhadores do país são analfabetos funcionais. E, mais uma vez, pasmem: daqueles que tiveram acesso a ensino superior, 12% estão nessa categoria. Esse é o país que queremos?

Sra. Senadora, respeitável público, o Proifes está como e onde sempre esteve: presente na construção de uma educação que dê a este país melhores condições de vida para a próxima geração. Esse é o nosso lugar. Estamos disponíveis e mobilizados para defender a educação pública e gratuita como um direito, e um direito humano; e, por isso, estamos aqui presentes nesta audiência pública, estamos presentes no Fórum Nacional de Educação e continuaremos essa luta por um país mais justo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Francisco.

Deixem-me só fazer um comercial da publicação da Anpae que você citou, e reforçar que ela está muito boa mesmo e que o prefácio é nosso. Foi lançada a publicação, ainda está em modelo digital, mas acho que é um esforço muito grande da análise do PNE. Muita gente está fazendo análises que podem, inclusive, nos ajudar a ter esse novo PNE mais avançado, mais emancipador.

Obrigada pelas suas contribuições, e vou passar, agora, para a nossa companheira Raquel Dias Araujo, Primeira Vice-Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes - Sindicato Nacional).

Você tem dez minutos iniciais, Raquel.

A SRA. RAQUEL DIAS ARAUJO (Para expor.) – Oi. Bom dia a todas, "todes" e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sou Raquel Dias, Professora da Universidade Estadual do Ceará, do curso de Pedagogia. Atualmente, ocupo a Primeira Vice-Presidência do Andes – Sindicato Nacional, que representa docentes das instituições de ensino superior, dos institutos federais e CEFETs, tanto de instituições federais, estaduais e municipais, e agora, também, uma distrital, aqui, no Distrito Federal.

Quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão e parabenizá-la pela realização desta quarta audiência pública, deste ciclo de debates para debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, do Plano Nacional de Educação, cumprimento os colegas que estão comigo nesta mesa para debater o PNE, representando as entidades de trabalhadores e trabalhadoras, cumprimento as pessoas que estão acompanhando o debate aqui, presencialmente, mas também pela TV Senado.

Eu queria, nestes dez minutos, trazer alguns pontos bem específicos do projeto de lei, porque é um projeto que trata de muitos pontos. Então, a gente precisa fazer algumas escolhas, e eu vou escolher falar sobre o tema do financiamento. Mas, antes de falar especificamente do tema do financiamento, eu queria falar um pouco da origem do Plano Nacional de Educação.

Esse tema aparece no Brasil nos anos de 1930, principalmente trazido pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação*. A educação no Brasil como uma questão nacional só aparece a partir da década de 1930, porque até então sequer nós tínhamos uma legislação nacional, não tínhamos uma LDB, um Plano Nacional de Educação, e não tínhamos também, como não temos até hoje, a constituição de um sistema nacional de educação, e o tema do Plano Nacional de Educação aparece também *pari passu* com o tema do financiamento da educação como uma necessidade de vincular os percentuais mínimos para a educação na Constituição Federal. Então, esse tema é fundamental para a gente compreender o Plano Nacional de Educação como uma política de Estado. O financiamento é a alma do Plano Nacional de Educação.

O financiamento aparece como uma vinculação constitucional pela primeira vez na Constituição de 1934. É importante dizer que essa vinculação de percentuais mínimos para os municípios, para os estados, para o Distrito Federal e para a União vai assumindo características específicas a partir do momento em que a gente tem recrudescimento político no nosso país. Então, se a Constituição de 1934 vincula esses percentuais, a de 1937 vai desvincular. A de 1946 devolve os percentuais. E, com o golpe de 1964 e a redefinição da Constituição em 1967, há uma desvinculação novamente. Em 1988, a gente conquista os percentuais que nós temos hoje, de 18% para a União, de 25% para os estados, municípios e Distrito Federal como percentuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mínimos, o que é uma grande conquista; e em 2016, com o avanço das forças conservadoras, da extrema direita no Brasil, e com a emenda constitucional de 2016, a Emenda Constitucional nº 95, nós temos, novamente, o risco da perda desses percentuais. Nós não perdemos, mas nós temos um risco da perda desses percentuais e dos chamados pisos constitucionais. Ou seja, toda vez que temos uma abertura democrática, uma retomada da chamada redemocratização, temos um acento nas políticas sociais, em especial tratando aqui do tema do financiamento da educação, um acento no tema do financiamento da educação; cada vez que há um recrudescimento, nós temos uma perda dessas políticas sociais. Acho que esse é um elemento importante para se trazer. E isso não está desvinculado do tema do Plano Nacional de Educação.

Então, esse é o primeiro elemento que eu gostaria de tratar. O segundo elemento, que tem a ver especificamente com o Plano Nacional de Educação, é que a história não é só a história recente, a história também é uma história mais antiga. É importante a gente relembrar que o processo de elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação, que é o plano de 2001, se deu de forma totalmente diferente do processo de elaboração do Plano Nacional de Educação de 2014. O de 2001 envolveu a sociedade brasileira por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, chamado FNDEP, de que todos nós que estamos aqui nesta mesa fizemos parte, com as nossas entidades, todas essas entidades que estão aqui, todas aquelas que existiam na época – nem todas existiam, mas as que existiam participaram do FNDEP –, a partir da convocação dos chamados Congressos Nacionais de Educação (Coneds), que deu origem ao Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira.

Quero mostrar aqui para vocês esse documento. Isso aqui é uma pérola, esse é o documento original. Quero dizer que eu o tenho – eu tenho, certo? Esse documento é um achado. Então, eu o guardo com muito carinho. Esse documento foi elaboração de um dos congressos e é nesse documento que aparece, pela primeira vez, na história da elaboração do PNE, a defesa dos 10% do PIB para a educação pública, já. Certo?

Esse "já' não é só uma consigna. Por que "já"? Porque, lá em 1998, quando esse PNE foi elaborado pela sociedade brasileira, a partir do Congresso Nacional de Educação, de educadores e educadoras autofinanciados, chegou-se à conclusão de que tinha que se aplicar 10% naquele momento, e não dali a dez anos, a 20 anos ou a 30 anos. Para quê? Para se universalizar a educação básica, para se garantir o acesso à permanência com qualidade no ensino superior, para se garantir a valorização dos profissionais da educação em todos os níveis, para se garantir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

equidade, como se diz, para todas as regiões, inclusive, a equidade de raça, de sexo, de etnia, ou seja, para que pudéssemos ter uma educação com qualidade para todas as regiões do país, e para se universalizar a educação naquele nível, lá da ponta, que é a educação infantil, que se tenta universalizar, desde o PNE de 2001, e que agora nós conseguimos, nesse PNE que se encerrou em 2024 – que deveria ter encerrado, mas não encerrou. Era para ser universalizado, em 2016, de quatro a cinco anos, e não conseguimos, chegamos a 94%. De zero a três anos, era para universalizar até 2024, nós chegamos a 40%. Então era 10% em 1998, e não em 2024. Isso está aqui nesse documento. E nós do Andes participamos desse processo.

Então, a história não é história recente, é uma história mais antiga. Nesse processo, é importante dizer que o Deputado Florestan Fernandes – Deputado aqui desta Casa, eu digo do Congresso Nacional, porque ele foi Deputado Federal –, quando participou da Constituinte, ele levou as propostas do Andes - Sindicato Nacional, que também participou como entidade de trabalhadores e trabalhadoras da educação, das universidades, institutos e CEFETs, para que essas propostas fossem debatidas na Constituinte. Ele levou nossas propostas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL DIAS ARAUJO – Isso é importante dizer.

Só para terminar, o Objetivo 18-A que está presente no PNE atual é limitado, porque, com relação ao PNE de hoje, que é o de 2014-2024, já se previa 10%, 7% no quinto ano e 10% no último ano. O de hoje, o 2.614, prevê 7% no sexto ano! Ou seja, adia-se em mais um ano aquilo que não se conseguiu alcançar em dez anos! Então, há um recuo com relação aos chamados 10% que estavam previstos para 1998. Nós estamos há 30 anos perseguindo os 10%, quando hoje nós conseguimos chegar apenas a 5,5% para toda a educação, incluindo a privada, e apenas 5% quando a gente fala só da educação pública, que é o destinatário natural do financiamento público.

Então, para nós a meta é reduzir a meta nesse PL 2.614, quando se trata do financiamento público da educação pública.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Raquel. Eu estava lá também no Coned, representando a entidade que Heleno hoje preside, a CNTE. Aliás, nos Coneds, que foram vários, só para essa geração mais nova saber, esse plano foi tão forte que nós elaboramos, mas não éramos Deputado nem Senador para protocolar. Ele foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

protocolado por um grupo de Deputados Federais, encabeçado pelo Deputado Ivan Valente, que hoje ainda é Deputado Federal. Foi tão forte que o Governo, na época, correu para fazer o seu próprio plano: no dia seguinte, deu entrada. Pelo rito de tramitação, deveria ter sido apensado ao nosso, que entrou anteriormente, mas inverteram a lógica e ele tramitou em regime preferencial, e o nosso foi sendo debatido, com toda essa legitimidade, toda essa carga da mobilização social, mas isso não parou, a resistência permanece, não é?

Vamos passar a palavra agora, também de forma remota, mais uma vez, a Sandro de Oliveira Pimentel, Coordenador de Educação... (*Pausa.*)

Não, Sandro aqui está remoto, a participação está remota.

Coordenador de Educação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

A Fasubra também está aqui no nosso plenário com um representante de maneira presencial, mas, Sandro, pode passar para os seus dez minutos.

O SR. SANDRO DE OLIVEIRA PIMENTEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero saudar a Professora e nossa querida Senadora, Teresa Leitão, aqui da nossa Região Nordeste. Parabéns, Senadora, pela excelente iniciativa de fazer um debate tão qualificado de um tema que tem a ver com o desenvolvimento de qualquer nação, de qualquer país do mundo. Discutir a educação é discutir o desenvolvimento de uma nação. Então, quero parabenizar a senhora, parabenizar toda a Comissão de Educação por essa iniciativa.

Quero aqui lembrar e abraçar as minhas queridas companheiras, coordenadoras-gerais da Fasubra Sindical, que me deram essa honra de estar aqui, representando a nossa federação – a nossa querida Cristina, a nossa querida Ivanilda, a nossa querida Loiva – e, através delas, abraçar todas e todos os nossos dirigentes da federação e toda a categoria técnico-administrativa espalhada por todo o país.

Quero me apresentar rapidamente. Como a senhora falou, eu sou Sandro Pimentel, servidor da UFRN, do Rio Grande do Norte, desde 1991. Sou vigilante como cargo e... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Houve um problema na transmissão, você está congelado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDRO DE OLIVEIRA PIMENTEL (*Por videoconferência*.) – ... trazendo, neste primeiro eslaide, como tela inicial, "PNE 2024(?)-2034", com interrogação, porque a gente sabe que o PNE anterior, o 13.005, de 2014, teve vigência até agora, o último dia 25 de junho. Ou seja, a gente está com um vácuo aí de praticamente um ano sem aprovação do plano. Então, na verdade, quando esse plano vier a ser aprovado agora, em 2025 – tomara que seja aprovado em 2025 –, ele já vai estar aí de 2025 a 2034, então a gente já perde um ano.

As discussões são importantíssimas, neste momento a gente quer muito agradecer o convite que foi feito à nossa federação, essa mesa eclética hoje, cheia de representantes, lideranças sindicais, que são, de fato, as representações que estão no dia a dia, no contato direto com as pessoas que fazem a educação, e eu faço um recorte aqui da educação superior, porque é a que a gente está aqui representando.

Passando aqui para o próximo eslaide.

Quem somos nós? Quem são os técnicos administrativos em educação? Nós temos uma diversidade de funções, administrativas – a própria nomenclatura já traz isso –, as funções técnicas operacionais que acontecem dentro das universidades, nós temos presença em todas as etapas e espaços educacionais, mas amargamos uma desvalorização histórica nas políticas públicas. E aí, Exma. Sra. Senadora, demais Senadores que possam estar nos acompanhando, nossas representações que estão à mesa virtual e à mesa presencial, nossos companheiros e nossas companheiras espalhados pelas universidades, quando a gente lê o PNE, a gente fica com vergonha. Nós fomos esquecidos. Servidores... (*Falha no áudio.*)

... dizer: sabe quantas vezes os servidores técnico-administrativos são citados nessa proposta, nesse PL 2.614, de 2024? Uma vez. Acreditem: uma vez apenas! Isso mostra que a gente está sempre meio que à margem da importância nas universidades, quando na verdade nós não estamos à margem, nós estamos transversalizando todo o processo educacional.

Quando a gente olha lá no plano quantas vezes os docentes, os professores são citados, são citados por 110 vezes, e é para ser citado mesmo, 110, 120, 200 vezes e tal. Quando a gente olha os estudantes... Ou melhor, os estudantes são 110 vezes. Quando olha os docentes e professores, 34 vezes. E a gente não está querendo aqui que essas representações tenham menor importância, muito pelo contrário, mas nós não temos importância menor. É isso que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

coloca, e a gente reforça isso. Então, faz vergonha quando a gente lê uma citação apenas, acho que é lá na meta 14.13, se eu não estiver enganado agora.

Passando aqui para o próximo eslaide – eu vou tentar obedecer aos dez minutos para ser disciplinado –: a inclusão dos técnicos administrativos e das técnicas administrativas como sujeitos do PNE. Nós somos essenciais, como já falamos agora, ao funcionamento das universidades. Nós precisamos aprimorar nossa carreira, nós precisamos garantir melhores condições de trabalho, nós precisamos que estejamos como sujeitos no acompanhamento de todas as fases da implantação do novo PNE. E, quando eu falo como sujeitos, são aqueles e aquelas que estão no dia a dia, nas discussões, seja nos conselhos superiores, seja no dia a dia nos locais de trabalho, seja nas reuniões com os ministérios, enfim, em todos os ambientes, em todos os setores.

Então, esse processo de inclusão como sujeito, repito, não é apenas aquelas citações das representações, que também são vergonhosas e que a gente vai colocar nas telas subsequentes, dos 15% das representações nos Colegiados superiores, nas eleições de reitores, ou seja, nas escolhas dos reitores, não é isto, aquela representação faz de conta: "Vocês estão aí". Mas estão aí como, se a gente, de fato, nos processos decisórios tem menos importância? Então, nós vamos seguir nessa luta, nós também temos participado em todos os fóruns, a Fasubra tem sido sujeito nessas discussões de educação há 46 anos, e nós não vamos abrir mão disso.

Aqui, o próximo eslaide – e eu já agradeço aqui ao profissional ou à profissional, não sei, que está passando os eslaides aí, está tendo uma eficiência muito grande, quero agradecer – é sobre a precarização do trabalho nas universidades. Nós não deixamos, Professora, não podemos... E eu estou a chamando de Professora, porque para mim quem está no fronte da educação, seja Senador, seja Deputado, tem um viés educativo. Nem sei qual é a formação da Senadora Teresa Leitão.

Mas, enfim, o crescimento vertiginoso da terceirização em todos os setores tem sido uma preocupação gigantesca para nós. A porteira que foi aberta agora, e a gente não pode deixar de citar de jeito nenhum, com o fim do RJU, a partir do Judiciário, quando autorizou contratos celetistas e a chegada da Ebserh, no Governo Dilma.

Então veja a quantidade de contratos e relações de trabalho que nós temos dentro das universidades: a terceirização, os contratos temporários, os bolsistas, estagiários e a Ebserh. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agora deverão entrar também os contratos via celetista, que ficou provado, até a Constituição, que não estava funcionando o modelo antigo. Por isso é que foi mudado.

E aí, eu quero abrir um parêntese para destacar também, com muita força, a questão da Ebserh. Os hospitais universitários precisam retomar o controle das universidades. Tem tido um problema gigantesco nas relações de trabalho dentro dos hospitais, que têm uma fatia gigantesca de representatividade. A partir desses novos contratos, vários problemas de assédios, de relações internas. E é preciso que o PNE dê conta disso.

Quando eu falo o PNE, eu estou retratando também outros programas, outros projetos de lei que possam tratar desse debate, dessa discussão a partir da importância do PNE, que é um plano, um guarda-chuva aí para os próximos dez anos. Então não poderíamos deixar de destacar essa preocupação de jeito nenhum.

E aí, no próximo eslaide, a gente trata, a gente vem tratar do que o novo PNE precisa garantir, na nossa visão, no nosso olhar: as metas específicas para a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Como já disse, nós somos citados uma vez, então nem tem meta específica para nós. A democracia universitária, com paridade nos colegiados superiores, nas escolhas dos reitores e posse dos eleitos... Nós não queremos nem lembrar o que aconteceu nesse tempo obscuro aí no Governo passado. Nem queremos lembrar, reitores que eram escolhidos democraticamente, mas que não eram empossados.

Que o TAE, técnico-administrativo, possa concorrer ao cargo de Reitor, por que não? Qual o problema de um servidor, servidor técnico-administrativo, que transversaliza os conhecimentos dentro da universidade, poder concorrer à reitoria? Por que esse impedimento? Ah, mas é um impedimento aí de uma lei, de uma visão ainda de uma lei lá de 30 anos atrás, a Lei 9.192, de 1995, que alterou a Lei 5.540, da época da ditadura militar, mas ainda continuou essa trava, essa cunha. Mesmo quando nós temos essas condições, a gente não pode concorrer a esse cargo tão importante dentro das universidades.

Aí, no próximo eslaide, e a gente já coloca, reforçando, a importância de os HUs retomarem as universidades.

Concluindo, nenhum PNE, na nossa visão, é democrático se não incluir todos os sujeitos da educação. A valorização do TAE é condição *sine qua non* para ampliar a qualidade na educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pública. As representações do TAE nos espaços decisórios devem ser algo concreto, e não faz de conta.

E aí, vem a questão do financiamento, que eu acho que já foi falado várias vezes, a gente precisa reforçar, e eu acho que já responde à pergunta da Sra. Maria, que é de Pernambuco; da Gladys também, lá do Acre; da Irlane, lá de Minas Gerais; também – como é o nome dele? Meu Deus! – do Eduardo, do Rio Grande do Sul, que trata da questão dos financiamentos.

Foi colocado agora, pela nossa querida representante do Andes, que essa questão do 10% já é antiga, é histórica, mas eu confesso – confesso – que eu queria muito que, ao final de 2034, os 10% fossem concretizados, porque, sinceramente, a partir do arcabouço fiscal, que foi uma releitura do teto de gastos, eu não consigo ver isso para agora, mas é uma luta nossa. Vamos continuar essa luta, para que pelo menos, pelo menos, na metade desse percurso, a gente chegue a 7,5% e, ao final dos dez anos, a gente tenha os 10%. E isso, obviamente, não vai cair do céu como um presente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Encaminhe para finalizar, Sandro.

O SR. SANDRO DE OLIVEIRA PIMENTEL (*Por videoconferência*.) – Finalizando agora, isso depende muito da nossa luta, e a gente vai seguir nessa luta.

Eu queria muito, muito, muito, Senadora Teresa Leitão, que a senhora, que preside esta Comissão tão importante, nos ajudasse, para que a gente tivesse mais motivação, o que a senhora já está fazendo e já é uma ajuda gigantesca; mas, abrindo um parêntese, fizemos uma greve recente de 120 dias, fizemos um acordo assinado, e esse acordo não foi cumprido até agora.

Queríamos pedir à senhora, finalizando, e pedir à Comissão de Educação que trouxesse também esse tema para dentro desta Comissão, para a gente fazer com que o Governo simplesmente cumpra aquilo que ele mesmo assinou.

Muito obrigado.

Em nome da Fasubra e do Sintest, a gente agradece e parabeniza, mais uma vez, a Comissão por esse gesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. Obrigada a você também.

Só um esclarecimento: nós fizemos uma conversa – participamos dessa conversa eu e o Senador Flávio Arns – com o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, com o Presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa da Educação e com a Deputada Tabata Amaral, que é Presidente da Comissão Especial do PNE, para que a Câmara possa agilizar ao máximo o debate lá, chegando até, pelo menos, julho, que é quando a gente entra em recesso, para que a gente possa receber o PNE aqui, no Senado, entre agosto e o início de setembro.

Isso foi um acordo que a gente vai tentar executar, porque tem as intercorrências, e às vezes a gente não tem controle sobre elas, mas é um acordo que foi firmado em uma reunião, e esse vácuo ao qual você se referiu está protegido. Ele está protegido, porque houve uma lei que prorrogou a vigência do atual PNE até o final de 2025, e o nosso interesse e a nossa meta é aprovar esse PNE até o final de 2025, para que ele possa entrar em vigência em 2026.

Então, agora nós vamos ouvir a nossa última convidada, a companheira Andréa Pereira Moraes, Diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Muito obrigada pela presença, Andréa. Seus dez minutos iniciais...

A SRA. ANDRÉA PEREIRA MORAES (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todas, todos e "todes" que estão aqui, principalmente àqueles que estão nos assistindo.

Eu acho que a participação popular é muito importante na construção, quando nós pensamos em educação pública, e de todos aqueles e aquelas que vêm participando em todas as etapas da construção desse Plano Nacional de Educação.

Como já me apresentaram – só para ratificar aqui –, eu sou Coordenadora de Políticas Educacionais e Culturais conjuntamente com a minha companheira Artemis, que também está aqui.

Este debate sobre educação é um debate coletivo no Sinasefe. Inclusive, eu acho que a gente precisa reiterar que uma das nossas defesas, e talvez nossa principal defesa, é exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o ensino médio integrado. Portanto, diante de tantas coisas que nós precisamos falar – e o PNE traz para a gente muitos elementos –, aquilo que a gente vai tentar pautar aqui vai ser exatamente a importância do ensino médio integrado, obviamente, que nós pensamos que é a forma mais... Até o momento que se apresenta, naquilo que tem na nossa experiência, nos nossos estudos, é exatamente o ensino médio integrado que tem se apresentado com os resultados eficientes em relação à juventude, em relação ao ensino médio. Eu acho que os nossos índices, embora ainda precisem melhorar bastante, são aqueles que ainda mostram os melhores resultados, inclusive, pelo próprio processo de democratização, quando ele se interioriza pelo Brasil.

Uma coisa que falta no PNE, pelo menos, do ponto de vista do acesso e permanência à questão da educação profissional e tecnológica, é exatamente este elemento de citar o ensino médio integrado como algo fundamental para a educação profissional e tecnológica, que é aquilo que defendem os estudos federais. Inclusive, quando a gente está discutindo o que já passou, que é a lei do novo ensino médio, a nossa proposta sempre foi a de que essa proposta do ensino médio integrado estivesse no lugar das propostas que vieram. E por quê? Aí eu acho que a gente precisa trazer um elemento bem importante aqui que é a questão da formação.

Eu estava pensando aqui igual aos colegas – inclusive, eu passei aqui e não agradeci. Foram excelentes as explanações. Apesar dos dez minutos, eu já aprendi bastante aqui –, e a gente tem visto, evidentemente, que uma das principais pautas é o financiamento. E por que o financiamento? Porque tem dois elementos que a gente precisa levar em consideração. Um é o Plano Nacional da Educação, que foi constituído junto com sujeitos da própria educação; mas, em contrapartida, a gente está pensando aqui na execução. Se formos observar as perguntas aqui, a maioria é "como". Como é que a gente vai executar o plano? Porque ele está lá escrito, ele diz que é financiamento público para a escola pública, ele diz lá que é universal, ele diz lá que vai conseguir financiar e garantir acesso e permanência, mas a pergunta sempre é "como".

Portanto, acho que a gente precisa pensar – e é isto que o Sinasefe traz aqui para a gente refletir um pouco –, primeiro, a questão da formação: qual é a formação que a gente está defendendo nesse plano e que precisa ser reiterada, que é uma formação integral e humanizadora para além do tecnicismo. Eu acho que, mesmo quando se fala da educação profissional e tecnológica, precisa estar atrelada a essa educação que é para o mundo do trabalho, mas é o mundo do trabalho que é crítico, é o mundo do trabalho que é ativo e não que é passivo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente precisa estabelecer a formação e o caráter da subjetividade desse aluno que a gente quer formar.

Eu estava até pensando assim: entre todas as estratégias previstas no plano, as estratégias precisam ser formuladas como aquelas que são as básicas. As básicas são que educação é essa, para quem é essa educação e que formação a gente está oferecendo. Então, a gente precisa ter muita clareza dentro desse aspecto.

Então, eu acho que a gente precisa... E eu fico preocupada com as omissões, porque a gente, muitas vezes, está pensando no acesso e na permanência, mas não está indo diretamente ao ponto. Quem está na base da educação, nós que somos... E aí o Sinasefe tem uma vantagem – eu vou falar vantagem, gente, porque eu acho que um sindicato unitário que não fragmenta os trabalhadores da educação é muito importante nesse sentido –: nós temos trabalhadores da educação, docentes e técnicos reunidos, debatendo esse ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica. É profundamente enriquecedor que nós pensemos o chão da escola de fato, que nós pensemos o que está acontecendo lá. Então – e aí eu vou falar das nossas realidades –, desde a questão do acesso, quando o aluno está no ensino fundamental, precisa ser pensado esse acesso do aluno do fundamental à nossa rede. Isso aí já é algo que a gente fica observando: a dificuldade que nós temos. E essa dificuldade é orçamentária, é de investimento em educação pública.

Tem uma pessoa que é diretora de uma escola estadual – porque sou alagoana – de Alagoas que estava, inclusive, comentando: "No estado, por exemplo, a gente tem uma educação integral e a gente recebe R$5,75 por aluno, para cinco alimentações diárias". Você diz assim: "Como alguém vai fazer educação integral a partir desse elemento?". Isso não vai acontecer. E eu estou pensando aqui que isso... Ela está lá falando da rede estadual de educação, mas isso vai acontecer em todas as esferas.

O acesso e a permanência nos institutos federais têm sido cada vez mais difícil; os cortes na assistência estudantil são gritantes. Hoje, a gente não consegue, de maneira alguma, manter os alunos, pelo menos... Hoje em dia, é uma cota que você recebe, por conta dos cortes. Você tem que pegar aquele em muita vulnerabilidade social e tentar resolver o problema daquele, mas a grande maioria não está tendo acesso, porque a assistência estudantil não deveria ser para poucos, deveria ser para a totalidade daqueles que estão dentro, porque não é assistencialismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é a promoção da educação, de maneira integral e humanizadora, daqueles alunos, para que eles consigam ter acesso.

Então, eu acho que a gente, quando está pensando nesse princípio da educação, está pensando efetivamente em como a gente está constituindo ou pensando em efetivar isso. E aí nós estamos numa contramão. Acho que todo mundo já colocou isto e a gente precisa enfatizar: a gente vem numa contramão, porque a gente fala em ampliar matrícula, em ampliar acesso, em ampliar assistência social, mas o que vem para a rede federal são cortes na educação, com propostas, inclusive futuras, de – quem sabe? – a gente não conseguir tirar o piso da educação e da saúde para poder flexibilizar da melhor forma possível.

Então, como a gente pretende dizer que vai cumprir as metas, que inclusive são as perguntas aqui, diante desses cortes? Como a gente pode pressupor uma qualidade no ensino se isso não está assim no passado, isso está no presente.

Aí eu volto para o que o próprio Sandro colocou – que eu acho muito importante, é um terceiro elemento –: quem faz a educação? Porque, muitas vezes, a gente está ali nas metas, as metas são os alunos, mas e a estrutura? Quem mantém a educação funcionando? Cadê, efetivamente, o corpo daqueles que mantêm a instituição funcionando?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA PEREIRA MORAES – Só para tentar finalizar, eu estava pensando exatamente que, lá no meu *campus*, que é o *campus* Maceió, em Alagoas, a gente não consegue mais fazer formação, não tem dinheiro para a gente fazer formação. E, hoje em dia, há uma flexibilização no horário, seja no trabalho, porque, efetivamente, é muito melhor você estar em casa economizando do que na instituição, para economizar energia... Veja, isso é um processo de desvalorização da categoria. Educação sem valorizar a categoria... E aí eu reitero as palavras de Sandro de acordos que são, inclusive, da nossa perspectiva, muito simples de serem cumpridos, que não o foram e que perpassam pela ideia de que uma educação pública de qualidade precisa, efetivamente, de trabalhadores valorizados, de estruturas existentes. Se não existir, não tem como a gente funcionar.

Só para fechar mesmo, eu queria finalizar dizendo que a nossa estratégia principal é valorização, é incremento da assistência pública e é, efetivamente, lutar por um orçamento público para a escola pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Andréa.

Registro a presença do Senador Izalci, Senador aqui do Distrito Federal, membro titular da nossa Comissão – titular, não é, Izalci? –, membro titular da nossa Comissão.

Sobre a fala de Andréa, a gente já está no quarto ciclo de audiências e a gente vai acumulando, principalmente eu que tenho acompanhado todas, que responde também essa indagação do e-Cidadania: Como? Como fazer? Primeiro, o plano não é uma camisa de força. Ele vai, depois, ser traduzido em quem de fato executa a educação básica que são os estados, através de seus planos estaduais, e os municípios, através de seus planos municipais.

Agora, tem uma questão que vai precisar melhor como a gente vai alcançar que está sendo trazida aqui por vários convidados já que é a melhor explicitação das metas, metas mais concisas, metas mais objetivas, metas mais descomplicadas, digamos assim, porque você tem o objetivo, tem as estratégias e tem as metas. Então, acho que isso está sendo pensado, e a gente está recolhendo como sugestões.

Senador, a gente já terminou a exposição dos nossos convidados. Eu não sei se o senhor quer falar agora ou quer ouvir os cinco minutos finais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Posso passar aos cinco minutos finais? Pronto.

Nós temos três convidados aqui na mesa e três *online*. Eu vou indagando a cada um que quiser fazer alguma complementação da sua fala inicial, começando com o Presidente da CNTE, o Prof. Heleno Araújo.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Sempre queremos falar, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É. Quem não quiser abdique, quem quiser fale, mas desde que obedeçam o limite dos cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Na presença do Senador Izalci... Já tivemos também esse diálogo com quem está de forma remota, e a Maria, de Pernambuco, está preocupada com financiamento. Na minha exposição, estou indicando que, para a gente encontrar recursos para financiar o novo Plano Nacional de Educação, se faça uma Auditoria Cidadã da Dívida e, paralelamente a isso, se desloquem recursos que pagam juros e amortizações da dívida para a educação, para a gente poder ter um equilíbrio social em nosso país.

O Eduardo também traz à nossa participação... O Eduardo pergunta como fazer, mas o que eu quero dizer é: como queremos abordar os temas? Eu acho que a Conae 2024 aponta isso. A questão da equidade, por exemplo, no eixo 3, traz esse elemento, Eduardo, muito forte para nós. Eu acho que nós temos que partir de dizer o que nós queremos e como nós queremos. Para isso, tem um documento final da Conae que aponta os caminhos importantes para essa construção. Não está tudo ali, mas tem elementos importantes nesse processo.

Essa é a mesma preocupação da Aretusa, lá em São Paulo, quando ela fala da qualidade na educação infantil, da qualidade na educação. Eu acho que a qualidade passa pelo ambiente adequado de trabalho, para que a gente se sinta feliz em realizar a atividade. Não adianta fazer política de Brasília para a base sem conhecer a realidade. A qualidade vai se dar do ambiente em que eu estou, do que eu preciso, de fato, para fazer um trabalho bom e feliz com meus estudantes. Então, essa questão da qualidade tem que começar nessa base para podermos avançar.

A questão que o Rui levanta tem a ver também com o que a Gladys... O Rui, aqui do Distrito Federal, e a Gladys, do Acre, de como investir... A sugestão do Pé-de-Meia. Em vez do Pé-de-Meia, a gente tem, desde 2020, na Constituição Federal, que nós devemos regulamentar o custo aluno-qualidade. Então, vamos regulamentar o custo aluno-qualidade para investir mais dentro da educação básica, para que isso de fato aconteça. A Gladys chama atenção de que não dá para fazer o que se exige sem infraestrutura adequada. De fato, precisamos de recursos para ter uma infraestrutura adequada.

A Izabela também chama atenção do controle social, de como tratar a questão da gestão financeira, tanto na sala de aula... E eu quero trazer, Izabela, que é importante também fortalecer o controle social na escola. Precisamos fortalecer o conselho de classe, o conselho escolar, a assembleia escolar, ter grêmio estudantil, ter associação de pais e mães, ter o comitê sindical de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

base dentro da escola, ou seja, ter a participação social dentro do ambiente escolar para ter um controle social também sobre os recursos que chegam à escola e como devem ser aplicados de forma adequada.

O Átila chama a atenção de tornar obrigatório o estudo da cultura indígena e afrodescendente. Já é, não é? Temos duas leis, uma delas com 22 anos. Então, o que se precisa é cumprir as leis em nosso país para podermos avançar.

Fecho aqui, Senador Izalci, com o comentário da Irlane, lá de Minas Gerais. Ela diz que: "Precisa-se investir e incentivar a educação em todas as [suas] formas [...]". De pleno acordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Heleno.

Passo a palavra agora, de forma remota, ao Sr. Allyson Queiroz Mustafá, que é o Coordenador da Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

O SR. ALLYSON QUEIROZ MUSTAFA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, bom dia a todas e todos. Agradeço o convite à nossa coordenação, a Contee, para participação neste debate, aqui nesta Comissão de Educação, nesta audiência pública.

Eu ia colaborar com as respostas de algumas questões que foram levantadas. O Prof. Heleno já o fez muito bem, ele falou especialmente do Átila, meu conterrâneo aqui da Bahia, que perguntou justamente sobre a obrigatoriedade de ensino de história, cultura africana e de história indígena. Bem lembrado por Heleno, nós temos duas leis no sistema legal brasileiro que tratam disso, a 10.639, que trata de história e cultura africana e afro-brasileira, e a 11.645. A 10.639, como o Heleno disse, é de 2003. Já estamos com 22 anos de vigência dessa lei. E a legislação que trata de história e cultura indígena é de 2008, já caminhando aí para os seus 17 anos, daqui a pouco, faz 20 anos também. É cumprir a lei.

Gostaria de trazer uma fala final, justamente no sentido de reiterar a nossa preocupação e dizer novamente que, embora a gente represente os trabalhadores do setor privado, a nossa crença na educação é como um bem público, como um patrimônio da sociedade brasileira como um todo. E que aqueles que a ofertam de forma privada que o façam literalmente subordinados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aos ditames da legislação brasileira, do regramento nacional, daquilo que é estabelecido como uma necessidade para a construção da educação, como promotora do desenvolvimento nacional, daquilo que é interesse nacional brasileiro.

Então, a gente roga aqui, mais uma vez, que se invista na construção do novo Plano Nacional de Educação, para trazer... Especialmente – eu não tinha dito isso na minha primeira fala –, quando a gente fala, por exemplo, do ensino superior, e hoje, com uma política a que nós somos contrários, mas já existe em diversos lugares, de *voucher*, se entra, sobretudo, dinheiro público na educação privada, ela precisa seguir as mesmíssimas regras da educação pública. Não dá para você ter dinheiro via Fies, via ProUni, para poder bancar matrículas na rede privada, mas, do ponto de vista das regras, do ponto de vista da carreira, do ponto de vista da valorização, mesmo do ponto de vista do currículo, as universidades e as escolas privadas estarem liberadas para fazer da forma como querem, inclusive com muita burla, porque a gente tem BNCC, tudo mais, na educação básica, mas há muita burla, no sentido de não cumprimento daquilo que está ali colocado. Então, eu rogo pela existência do sistema nacional, e, a partir dele, não apenas, de fato, traçar o que são as responsabilidades dos entes federados, mas também trazer para dentro a submissão ao império da lei para aquilo que é a aplicação disso no setor privado de educação. O setor privado de educação roga por regulação.

Nós temos, neste momento, sendo discutido, no âmbito do Ministério da Educação e na Casa Civil, o estabelecimento do decreto que vai buscar regulamentar a educação privada, no que a gente chama de EaD, em que há muita burla também – usa-se o nome EaD sem ser EaD –, e a gente espera que haja, para usar uma expressão que todo mundo conhece, um freio de arrumação, porque virou uma espécie de terra de ninguém e precisa ser regulamentado. A gente espera que, na construção do PNE, e a Contee se coloca inteiramente à disposição para seguir neste debate, isso venha como algo também mais estruturado pelo Plano Nacional de Educação, que é: qual é a contribuição real que o setor privado pode dar, e como ele precisa estar subordinado àquilo que eu já reiterei aqui algumas vezes, o interesse público sobre educação, porque – e encerro a nossa fala – educação não é mercadoria e não pode ser tratada como tal. É um direito, um direito humano, é um direito que cabe a todos, independentemente de quem oferte, se diretamente o setor público, ou se o privado, conforme um regramento que precisa estar muito claro nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente se coloca à disposição para o debate, para apresentar questões, aqui e ali, mais específicas. Estamos sempre à disposição.

Mais uma vez, agradecemos à Senadora Teresa Leitão, que é também uma interlocutora nossa, uma parceira nossa. Ela já esteve na Contee, inclusive presencialmente, lá em Brasília, fazendo fala com a gente, análise de conjuntura... Foi no ano passado ou ano retrasado. Não me lembro bem. Um abraço à Senadora, em nome da nossa confederação.

Muito obrigada a todas e todos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Allysson.

Vamos passar a palavra agora, ainda no sistema remoto, a Francisco Wellington Duarte, do Proifes, Federação.

Cinco minutos.

O SR. FRANCISCO WELLINGTON DUARTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade que foi dada para que a gente pudesse estabelecer esse diálogo com todos os participantes, presencialmente ou *online,* e dizer que a federação trabalha na complexidade da própria civilização moderna.

A educação, hoje em dia, no mundo, passa por uma transição que tem muito a ver com o impacto da revolução tecnológica, com o impacto de todas as estruturas das forças produtivas que estão se transformando no mundo, e nós não ficamos alheios a isso.

Nós somos uma federação de sindicatos, portanto, representamos os interesses e as demandas da categoria docente, mas a categoria docente precisa de um espaço para trabalhar. O tripé ensino, pesquisa e extensão, agregado, depois, à gestão, hoje está numa encruzilhada tremenda, porque não é apenas a questão de salários e jornada de trabalho – é também –, mas é também o financiamento, o cercamento ideológico que as universidades sofrem e, mais do que isso: eu acho que chegou a hora de... Evidentemente, não sei se pode ser na discussão do Plano Nacional de Educação, mas o financiamento, minha gente, passa, fundamentalmente, pela recuperação do orçamento. Nós precisamos resgatar o orçamento, para que ele volte a ser um instrumento de política pública do Executivo e assim a gente possa participar na construção dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso leva a federação a definir uma estratégia e uma tática. A estratégia é a defesa da educação como um todo – nós vamos operar isso, estamos operando isso, há muito tempo, no Fórum Nacional de Educação – e a tática eu diria que é a convergência de posições das diversas entidades em determinados pontos, para que a gente possa preservar as coisas mais progressistas que existem dentro do plano nacional da educação e brecar as que por acaso foram negativas.

Então, é um elemento que eu considero pertinente neste momento. É um momento, gente, em que a gente não pode esquecer que o mundo e o Brasil não estão totalmente livres do processo de radicalização que nós estamos vivenciando no mundo inteiro. Ou vocês acham que esse processo não atinge a própria organização estrutural das universidades e institutos federais? É disso que a gente também deve tratar. Não podemos nos vergar somente a algumas temáticas que tenham direção muito específica com o nosso campo de atuação, porque nosso campo de atuação, hoje, felizmente ou infelizmente, está integrado ao conjunto da sociedade.

Por isso, acho que esta audiência pública, como as demais que ocorreram, é importante. É importante para que as pessoas que estão nos assistindo vejam que existe um grupo de entidades que estão defendendo a educação pública, inclusive a educação privada, como disse o nosso companheiro da Contee. Precisamos ter um olhar qualitativo também sobre isso.

E quero dizer que o Proifes vai, sim, estar sempre ao lado da educação pública e à disposição do Senado da República para que a gente possa fazer mais debates, mais diálogos, com mais contribuições da nossa Federação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Francisco.

E agora passamos para a Raquel, Primeira Vice-Presidenta do Andes, Sindicato Nacional, de forma presencial.

A SRA. RAQUEL DIAS ARAÚJO (Para expor.) – Obrigada, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui participando desta discussão tão importante sobre o Plano Nacional de Educação.

Vou tocar em algumas poucas questões que ficaram pendentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero concordar com o Heleno, quando ele diz que é fundamental enfrentar a dívida, principalmente em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida, com a qual o Andes tem uma parceria já há bastante tempo. Transferir esses recursos destinados aos juros e à amortização da dívida para as políticas sociais, em especial para a educação, seria uma saída.

Um segundo aspecto é a taxação das grandes fortunas, que também seria um caminho para fazer o enfrentamento à política econômica, mas também para destinar recursos para as políticas sociais e para a educação.

E a implantação de uma nova política econômica que valorize o desenvolvimento econômico e social para o enfrentamento das desigualdades sociais, e não para valorizar as grandes fortunas, o empresariado deste país, do empresariado internacional... Para isso, é preciso enfrentar o novo arcabouço fiscal. É preciso enfrentar a política de austeridade fiscal, que deposita nas costas, nos ombros da classe trabalhadora todos os efeitos da crise econômica do capital. Esse seria outro aspecto.

Outro elemento importante é a defesa de uma educação democrática no que diz respeito ao acesso, à permanência e à gestão da educação básica e da educação superior, que no PNE que ainda está vigente previa a ampliação do acesso em 50% da matrícula bruta e só aumentou 40%, como também previa o aumento em 33% da matrícula líquida e não conseguiu alcançar essa meta. Então, há ainda uma defasagem do ponto de vista da matrícula no ensino superior, tanto da taxa bruta quanto da taxa líquida, no que se refere ao acesso. Mas é preciso também investimento, do ponto de vista da permanência da assistência estudantil, bem como é preciso o investimento do ponto de vista da democratização da gestão das escolas da educação básica e da gestão das instituições de ensino superior, no que se refere à sua autonomia e à sua democracia, que tem sido fortemente atacada.

Outro elemento, ainda, que diz respeito à educação democrática é a liberdade de cátedra, de docentes que têm sido perseguidos nas suas instituições de ensino, na sua liberdade de ensinar, no que diz respeito à sua liberdade de ensinar e de pesquisar. Um exemplo mais recente é o caso da UnB, que a gente está acompanhando pelo Andes e pela sua Comissão de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docentes, com professores sendo perseguidos por um *youtuber* que grava as aulas de professores, que ameaça professores, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ameaça filhos de professores e coloca esses professores numa situação de tensão o tempo todo, o que leva ao adoecimento docente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL DIAS ARAÚJO – Então, é muito importante que os professores tenham a sua autonomia pedagógica respeitada e a sua liberdade de cátedra, que estão garantidas na Constituição Federal – que elas sejam respeitadas. Esse é um elemento fundamental da democracia e da democratização das instituições de ensino.

Por último, a gente acha fundamental que isso se faça na mais ampla unidade de ação, tanto naquela que a gente constrói junto com o Fonasefe, que é a unidade com servidores públicos federais, estaduais, municipais, nos estados e municípios, como com o Sinasefe e com a Fasubra. Essa unidade se constrói na luta, a exemplo da grande greve que a gente construiu no ano de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Vamos para o penúltimo participante, o nosso convidado Sandro de Oliveira Pimentel, que está *online*, representando a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil).

Ainda está...

O SR. SANDRO DE OLIVEIRA PIMENTEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ainda, Senadora. Não posso deixar...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Cinco minutos bem precisos, viu, Sandro?

O SR. SANDRO DE OLIVEIRA PIMENTEL – Cumprirei rigorosamente, Senadora. Vou até deixar um pequeno saldo para compensar o que eu ultrapassei.

Eu quero iniciar, mais uma vez, cumprimentando V. Exa., cumprimentando o Senador Izalci e os demais membros da Comissão, agradecendo à federação por esta oportunidade, à nossa direção, cumprimentando o nosso companheiro André, que esteve presente deste o início – e ainda está presente –, um dirigente nacional, e cumprimentando por todas as falas, parabenizando. Foi um momento de troca de conhecimento, de aprendizado, muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para além disso, dos agradecimentos e etc, a Fasubra segue se colocando à disposição para esse debate que tem feito há 46 anos de história, mas quer lamentar o arcabouço fiscal, que não deixa ser uma nova versão do teto de gastos, que coloca também várias limitações dessas que travam essa possibilidade de maior financiamento para diversos setores, especialmente para a educação.

Quando eu coloquei, na minha primeira fala, do vácuo em que ficou o PNE, a Senadora Teresa, de forma rápida, disse que tem a lei que cobre e tal. Eu conheço a Lei 1.493, mas eu quis falar do ponto de vista do debate, do acúmulo que foi feito para que a proposta do PNE pudesse chegar e garantir esse debate.

Eu quero destacar também a questão da valorização dos TAEs. Esse debate precisa ser feito em todas as outras instâncias, inclusive nas universidades também, nos colegiados superiores. Não é possível que os técnicos administrativos constem apenas pró-forma, e que, no debate qualitativo, não tenhamos a devida valorização que deveríamos ter recebido. Esses percentuais esdrúxulos de 15% de representatividade nos colocam num patamar subalterno, e nós não devemos seguir nesse patamar subalterno.

Por fim, que as assembleias legislativas e as câmaras municipais façam esse debate também, porque, obviamente, o PNE chega aos estados e chega aos municípios. Então, é importante que esses outros atores importantes do Parlamento, da representatividade possam também fazê-lo, já respondendo também à pergunta que fez o Sr. Eduardo, que é do Rio Grande do Sul. Então, é importante que a gente faça esses debates transversais – o Senado está fazendo. Que a Câmara Federal faça também, as assembleias legislativas e as câmaras municipais.

A partir disso, eu quero, mais uma vez, aqui, registrar os nossos parabéns, os nossos agradecimentos ao Senado, à Senadora Teresa Leitão, por esse importante espaço de democracia efetiva para que a gente possa conseguir preencher todos os espaços deixados através do PNE. Que possamos, de fato, ter uma lei que contemple esse Plano Nacional de Educação pelos próximos dez anos.

Muito obrigado. Um grande abraço a todas e todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Sandro, representando a Fasubra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a nossa última convidada: Andréa Pereira Moraes, Diretora do Sinasefe.

A SRA. ANDRÉA PEREIRA MORAES (Para expor.) – Mais uma vez, obrigada por esse convite, por este momento, porque eu acho que é importante a gente estar pontuando o que é que nós entendemos e pensamos acerca da educação, e o que a gente planeja mesmo para o futuro do Brasil. Dez anos não é só o presente, é o que a gente espera também no futuro.

Então, além de agradecer à Senadora por esse convite, por este momento, que eu considero bastante democrático, de nos ouvir, eu queria sugerir que a gente pensasse mesmo na inclusão das entidades sindicais – como o Sinasefe, como o Andes, como a Fasubra – num debate mais direto do PNE, porque, inclusive com toda... Deixo bem claro que vocês atenderam à nossa demanda. O Sinasefe não aparecia, lá no convite inicial, como uma das entidades que não só defende e está ali pelos direitos da categoria, mas a gente constrói, de fato, a educação pública. A gente pensa a EPT; a gente pensa o ensino médio integrado. Como eu falei, tem um processo de elaboração mesmo de propostas que podem ser muito ricas para o processo do debate.

Para ser bem objetiva, vou ler uns pontos que eu relacionei aqui daquilo, de fato, que nós defendemos e que a gente acha que precisa ser uma diretriz para acompanhar, evidentemente, esse monitoramento, essa aplicação do próprio plano nacional: a ampliação e o fortalecimento da política nacional de assistência estudantil; a garantia da segurança alimentar de todos e todas estudantes; constituir uma política própria de financiamento para a rede federal; a valorização dos profissionais da educação, começando pelo cumprimento dos acordos de greve; a expansão democrática da rede, com investimento e com participação popular.

A gente está aí nesse processo da expansão da rede, e tudo isso que a gente comentou sobre investimento público precisa ser pensado para esses novos campos. Se nós estamos com problemas nos campos que já existem, imaginem nesses da ampliação. Inclusive, por exemplo, a gente está sem concurso público há muito tempo e a gente precisa pensar como a gente vai suprir essa demanda.

Respeito à autonomia pedagógica da rede federal com a defesa do ensino médio integrado, e aí eu vou, só para fechar aqui, deixar registrada a inclusão das entidades de representação da educação federal no monitoramento e avaliação do PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

São questões que a gente deixa, mais uma vez agradecendo e esperando que outros convites sejam feitos para outras audiências públicas. Nós estamos superdispostas e disponíveis aqui para discutir, inclusive, o orçamento público para a educação. Que outras audiências possam vir a existir para a gente poder complementar este debate.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Depois eu faço uma síntese, mas, antes, eu vou passar a palavra para o Senador Izalci. Já expliquei a ele, até porque ele é consciente disso, porque é membro-titular, que hoje foi o dia das representações sindicais dentro daquele ciclo de audiências que a Comissão aprovou coletivamente.

Então, Senador Izalci, a palavra é sua.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro, quero parabenizá-la pela iniciativa deste debate. Eu, durante alguns anos, debati esse plano, que está em vigor no Brasil todo. Com muita luta, conseguimos aprová-lo, mas ficou, infelizmente, no plano das intenções.

Um dos itens que nós atacamos bem foi a questão do financiamento e chegamos a aprovar no plano os 10% do PIB para a educação. Inclusive, em um projeto meu, destinamos 50% dos *royalties* do petróleo para a educação.

Agora, pela experiência e pela vivência, a gente, primeiro, precisa reconhecer que a nossa educação realmente precisa mudar muito. Nós não podemos continuar fazendo o mesmo, porque o resultado vai ser o mesmo. Então, nós temos que ter essa conscientização.

Nós temos alguns gargalos que precisamos resolver.

O primeiro é o seguinte: a base da educação está no município, que é a primeira infância. A educação infantil é responsabilidade dos Prefeitos, dos municípios, e grande parte dos municípios, para não dizer todos praticamente, estão quebrados, não investem em educação infantil. Então, esse é o primeiro gargalo. A gente colocou a União, que tem o poder maior de recurso, cuidando do ensino superior, mas esquecemos que a base está no município. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa arrumar uma forma de exigir, apoiar ou fazer alguma coisa para que os municípios possam, de fato, oferecer educação infantil para todas as crianças na idade certa.

Outro gargalo superimportante é a alfabetização, cara. Hoje não tem mais alfabetização. As crianças não estão sendo alfabetizadas, e nós sabemos que, quando elas não são alfabetizadas, elas carregam essa dificuldade no fundamental, no médio e no ensino superior. E estão aí as consequências: hoje a maioria dos alunos de ensino médio – 60% dos alunos – saem do ensino médio sem saber matemática, mais de 50% saem sem saber português. Então, nós temos que reconhecer isso e como resolver isso.

Outro gargalo superimportante é a formação de professor; isso é fundamental, o professor precisa... Nós estamos na era tecnológica, como foi dito aqui, já não é o mesmo professor. A gente precisa realmente valorizar os professores. É incrível como as pessoas não reconhecem que quem forma o médico, o advogado, todo mundo, é o professor.

Eu lembro que, quando eu cheguei em Brasília, Teresa, nos anos 70, todo mundo queria se casar com uma professora, porque, aqui em Brasília, eles pagavam bem aos professores, até porque tinha o quinquênio, aquelas coisas, as dobradinhas todas, porque era difícil trazer professor para Brasília. Então, ganhavam muito bem. Hoje, acho que a maioria dos professores deve estar solteiro, ou, se estão casados, é por outro motivo, não pelo fato de ser professor, porque estão ganhando muito mal. Os professores ganham mal.

A gente precisa buscar uma alternativa de fazer carreira. Nós temos que ter um... Eu sou defensor da meritocracia, não tenho dúvida, a gente precisa realmente valorizar quem mais trabalha, quem mais se dedica à profissão. Então, um dos gargalos que eu vi no Plano Nacional de Educação foi uma lei de responsabilidade educacional. Não tem lógica um Prefeito receber uma educação em um determinado nível e, durante os quatro anos, piorar a situação. Ele tem que ser responsável por isso, assim como o Governador, como o Presidente da República, como o Prefeito, o secretário, cada um dentro das suas responsabilidades; mas, se a gente não responsabilizar, vai ficar no plano das intenções de novo. Então, esse é um gargalo que a gente precisa ver.

O Brasil é muito amplo, é muito grande, e temos realidades completamente diferentes. Se a gente não avançar no Custo Aluno Qualidade, para que todos os alunos tenham um mínimo de estrutura neste país... Nós temos escola ainda sem banheiro, cara, neste país, escola sem energia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sem água. Como é que você quer um aluno indo para a escola com prazer, como eu ia para a escola aqui... A minha mãe era servente de escola pública aqui, estudei em escola pública aqui no Guará, mas eu ia para a escola com prazer. Agora, como ir para a escola hoje se não tem laboratório, se não tem internet, se não tem esporte, não tem cultura, não tem nada? Só pagando mesmo. O Pé-de-Meia está pagando para o aluno ir para a escola.

Então, de fato, a gente tem que trabalhar a questão dos recursos, porque sem recursos você não vai a lugar nenhum. Acho... Quem dera, né? Porque hoje mais da metade do nosso orçamento é para pagar o serviço da dívida e a dívida. Agora, dependendo da forma como a gente fizer... No Brasil, hoje, a dívida está crescendo todo dia e os juros estão cada vez mais altos. Então, daqui a pouco você não consegue nem pagar as despesas porque hoje você depende do financiamento; mas, que a gente precisa buscar uma alternativa, precisa.

O petróleo ainda é... Está-se discutindo lá a Margem Equatorial. Espero que a gente possa explorar isso enquanto ainda vale alguma coisa, porque nós precisamos realmente investir.

A China colocou, no plano nacional dela, um tempo atrás – no plano nacional de educação –, um dos objetivos era tornar a China uma referência em inteligência artificial e tecnologia, está no plano dela. Hoje, ela compete com os Estados Unidos, porque investiu na formação, que é outro gargalo, Senadora Teresa. Não tem lógica: hoje, 80%, 75% dos alunos não conseguem entrar na faculdade, não conseguem ir para o mercado de trabalho porque não têm qualificação nenhuma. Eu sou da época da educação profissional, eu já fui Secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional. Não tínhamos um instituto em Brasília. Trouxemos, hoje temos 11, vão construir mais dois. Assinei com o MEC para construir mais nove escolas técnicas, porque nós precisamos requalificar, qualificar os nossos jovens, ainda mais agora com a inteligência artificial. Os nossos jovens não estão preparados para o que está aí. Não é o que vem, não, é o que já está atualmente.

Então, é um debate. O Plano Nacional de Educação precisa tornar uma lei... Não é que não tenha consequência, porque eu espero que a gente consiga não manter esse mecanismo na intenção apenas e no discurso. Educação não se faz com discurso, se faz com recurso. Então, é isso aí.

Parabéns, Teresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Izalci, muito obrigada pela sua intervenção. Eu acho que tem pontos bem importantes, outros nem tanto. Eu sou professora e não quero que o meu marido tenha se casado comigo por causa do meu salário, não, viu? (*Risos.*)

Espero que ele tenha se casado comigo por amor, mas eu acho que foi. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Lá não tinha dobradinha. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Mas vejam, eu vou só fazer uma síntese dessa parte final, porque a primeira a gente foi... Acho que o Senador Izalci traz pontos muito importantes. Alguns, eu acho que nós temos índices que a cada momento a gente precisa visitar, revisitar, analisar, como o Programa de Alfabetização na Idade Certa, que é um programa de parceria entre o Governo Federal, os estados e os municípios. O senhor tem toda a razão no sentido de que o município é a porta de entrada e é o ente mais fragilizado da cadeia federativa.

Então, a gente precisa, de fato, ter esse cuidado e, durante o dia de hoje – foi reforçado muito pela fala da Contee e pela fala da CNTE –, o Sistema Nacional de Educação foi um foco. E eu repito que nós temos a lei já aprovada, do Senador Flávio Arns, em tramitação lá na Câmara.

Nesses retornos, os nossos convidados citaram questões explicitamente contidas no Plano Nacional de Educação e questões que não estão no plano, mas têm a ver com o plano, que são questões mais amplas, da situação do próprio Poder Executivo, como o que foi dito pelo Proifes, do resgate do Orçamento para o Poder Executivo poder exercitar ou executar, da melhor maneira possível, as políticas públicas. E nós sabemos, porque é público isso, que isso é um ponto de tensão e que agora já não está mais entre nós e o Poder Executivo, já desbaratou para o Poder Judiciário também. É um ponto de tensão porque tem a ver com o orçamento da educação, não apenas o que é obrigatoriamente vinculado pela Constituição, mas a própria peça orçamentária como um todo. As universidades têm pedido socorro recorrentemente a esta Comissão, e a gente espera que a parte discricionária do Orçamento, que cabe ao Poder Executivo, possa priorizar essas políticas educacionais.

Então, auditoria cidadã da dívida, taxação de grandes fortunas... Essa liberdade de cátedra, citada aqui por Raquel, eu percebo que tem uma relação grande com a regulamentação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

redes. Nós entregamos aqui, a sociedade veio aqui, o Presidente recebeu um abaixo-assinado com milhares de assinaturas, que foi entregue também ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo, da regulamentação das redes. Não se pode fazer tudo em rede social, como hoje está se fazendo tudo em rede social, a ponto de levar a nossa querida Raíssa, aqui do Distrito Federal, à morte, induzida pelas redes sociais. Então, é uma coisa importante para a gente também tratar.

O debate nas Casas Legislativas estaduais e municipais é muito procedente. Hoje mesmo está acontecendo um lá na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que eu tive que abrir mão, porque é um dia de muito trabalho aqui.

Mas quero dizer também a todos vocês, às entidades sindicais, que a Câmara dos Deputados vai fazer também esse ciclo de debates. Naquela reunião a qual eu me referi no início, foi apontado isso pela Deputada Tabata Amaral, e tanto eu quanto o Senador Flávio Arns concordamos de fazer, de maneira conjunta – a experiência do Senador Izalci vai nos ajudar bastante –, audiências regionais. Levar o Congresso Nacional, Câmara e Senado, com esse debate do Plano Nacional de Educação para as cinco regiões do país.

Vamos organizar isso bem direitinho porque esse plano carrega muita legitimidade social. Ele é fruto do debate da Conferência Nacional Extraordinária de Educação, que só debateu o plano nacional, não é uma peça perfeita, senão já estaria aprovada. Ela está vindo para cá justamente para ser emendada, aperfeiçoada, tanto por nós, Parlamentares, quanto pelas emendas da sociedade que a gente for acatar ou não. Então, é evidente que a participação de vocês é muito bem-vinda e foi muito profícua.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, informo que amanhã, 7 de maio, às 14h, nós teremos outra audiência pública que não estava no nosso plano inicial, Izalci, mas que foi proposta pela organização, acho que Conaq, que está realizando um seminário específico sobre a educação e o combate ao racismo, educação dentro da reeducação das relações étnico-raciais e da equidade. E, dentro da programação, inseriu essa audiência pública, que nós aceitamos realizar aqui nesta mesma sala, às 14h, para debater o Plano Nacional de Educação para a reeducação das relações étnico-raciais com equidade, como parte do seminário nacional, que será aberto amanhã, às 9h, no auditório do Interlegis.

Agradeço muito a presença de todos e de todas.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Weverton, Jorge Seif e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Flávio Arns, Magno Malta e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª reunião, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 6/2025 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater um Plano Nacional de Educação (PNE) para reeducação das relações étnico-raciais e com equidade. **Participantes:** Sra. Deputada Federal Dandara Tonantzin, Coordenadora na Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar Mista Antirracismo; Sra. Givânia Maria da Silva, Conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE); Sra. Shirley Pimentel de Souza, Coordenadora do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Sra. Lorena Cerqueira, Coordenadora da Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento do Instituto Odara; Sra. Waldete Tristão, Consultora em Educação e Relações Raciais do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Sra. Adriana Moreira, Coordenadora Geral do Programa Malala Peregum de Educação do Instituto de Referência Negra Peregum; Sra. Maria Malcher, Representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA); e Sra. Miriam Gomes Alves, Coordenadora-geral de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos!

Eu estava aguardando vocês chegarem e a gente terminou atrasando um tiquinho, mas vamos, mesmo faltando ainda a Deputada Dandara... A gente está em contato com ela sobre se a gente já começa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2025.

Eu vou proceder ao protocolo, para a gente ter a oficialidade desta audiência nos Anais da Comissão de Educação e no Senado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 6 de maio.

Os Senadores estão *online*, permaneçam...

Aprovada.

A ata será publicada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater um Plano Nacional de Educação para reeducação das relações étnicos-raciais e com equidade, em atenção aos Requerimentos nº 4, de 2025, de minha autoria, e nº 6, de 2025, de autoria da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves, seguindo um pedido de interlocução feito pela sociedade civil e todas as representações aqui presentes, listadas e indicadas pela respectiva organização do seminário.

O papel do Senado, o papel da Comissão de Educação, o meu próprio papel foi viabilizar o espaço do Senado para a abertura e os trabalhos que ocorrerão no horário da manhã no auditório do Interlegis, e aqui fazermos esta audiência pública, conforme todo o roteiro, muito detalhadamente – e estrategicamente eu diria até – preparado por todas vocês, por todos vocês que terão assento aqui na nossa mesa desta audiência pública.

A audiência será transmitida pelos canais do Senado, portanto, pela TV Senado, e eu convido... Aguardando a Deputada Dandara, que é uma das nossas convidadas, eu passo, a seguir, aos demais convidados e convidadas.

Sra. Givânia Maria da Silva, Conselheira do Conselho Nacional de Educação (*Palmas.*).

Sra. Shirley Pimentel de Souza, Coordenadora do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) (*Palmas.*).

Shirley está ali, nós não temos lugar para toda a mesa, então essa primeira fila está reservada para os convidados, mas na hora da intervenção, se quiserem, podem trocar, a gente troca com quem já falou e vai fazendo o rodízio, porque quatro pessoas não vão caber todas juntas aqui na mesa.

Sra. Lorena Cerqueira, Coordenadora da Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento, do Instituto Odara (*Palmas.*).

Sra. Waldete Tristão, Consultora em Educação e Relações Raciais do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, (Ceert) (*Palmas.*).

Sra. Adriana Moreira, Coordenadora Geral do Programa Malala Peregum de Educação, do Instituto de Referência Negra Peregum. Ainda não chegou.

Sra. Maria Malcher, que também não chegou... (*Pausa.*) Chegou? Ah, desculpa. Ela é representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) (*Palmas.*).

Sra. Miriam Gomes Alves, Coordenadora-Geral de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foi convidado representante do Ministério da Educação, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra às nossas convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados e interessadas por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

O que nós recebemos em termos de perguntas e comentários ficam disponíveis para uso, a critério das nossas expositoras. Nós já distribuímos as perguntas ou comentários de: Wendyo, de Pernambuco; André, do Distrito Federal; Alexandre, do Rio de Janeiro; Michelly, do Amazonas; Jennifer, de São Paulo; e Joyce, de Sergipe.

As nossas audiências são sempre muito interativas, viu, minha gente? Como a gente faz audiência pública com uma certa frequência, então o nosso público já se acostumou.

Como vocês organizaram, eu fico também à disposição do tempo de fala. Geralmente a gente, aqui na Comissão, dispõe de dez minutos para uma fala inicial. Depois que toda a mesa fala, a gente pode abrir para alguma intervenção de plenário e depois a gente volta com cinco minutos complementares. Pode ser assim?

Posso seguir essa ordem de chamada, né?

Então a primeira turma é...

Desculpa aí, viu? Nossa amizade é antiga, lá de Conceição da Pedra... (*Risos.*)

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar a mesa na pessoa da Senadora Teresa Leitão, que é lá do meu estado.

Nós brincamos assim porque temos muitos anos de convivência e de luta naquele estado, que também não é fácil, um patriarcado bastante estruturado, então, para chegar uma mulher aqui nesta Casa também é um grande desafio.

Queria agradecer, Teresa, porque nesse coletivo eu fiquei com a função de fazer essa tarefa, de fazer esse diálogo, e aí, Thales, acho que cumpri a tarefa direitinho, que foi fazer essa interlocução do nosso grupo, dessa coalizão, com o seu mandato, e quero dizer que fomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recebidos de forma muito carinhosa. Acho que a Adriana, que está aí, trabalhou diretamente com o nosso sempre Walisson, que fica à disposição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Está de férias agora? É por isso que ele não está aqui sentado à frente, mas queria agradecer.

Bom, eu queria colocar alguns desafios para essa pergunta que nós fizemos. Aqui eu quero na verdade falar um pouco do desafio que se apresenta para o conselho, mas vou dividir essa minha fala para falar do tema das comunidades quilombolas com a também colega, professora e pesquisadora quilombola, Shirley Pimentel, que também está nesta mesa e vai aprofundar as questões mais relacionadas à temática da educação escolar quilombola dentro dessa pergunta que nós estamos fazendo a nós mesmos, mas também fazendo não para nós, mas para pensarmos como é que esse PNE pode produzir ações que visem a se tornarem ações de uma política antirracista, porque não é mais possível pensarmos uma política pública que não tenha como foco a questão racial. Por quê?

Por várias razões. Eu queria destacar apenas algumas, já que a gente não consegue ter este tempo para explorar todas as questões, mas eu queria me referir principalmente ao que os dados, os órgãos públicos de pesquisa vêm apontando em relação à população negra. Em que pese sermos 56% da população, está sobre nós também o maior número de analfabetos, está sobre nós também o maior número de pessoas desempregadas, está sobre nós, sobre as nossas escolas, as piores condições estruturais, então, como é que a gente faz educação sem salário e sem o professor? Acho que isso é impossível. Como é que a gente faz uma política, um PNE produzir uma política de educação antirracista sem reconhecer os territórios e sem a regularização destes, sem a gente pensar no que essas populações vêm enfrentando?

Então, acho que são vários desafios que estão postos, e estar aqui, nesta Casa, hoje, junto com este grupo, com esta coalizão, que é bastante ampla aqui nesse empreendimento, é também para trazer aqui para o Senado, Teresa – e não esperamos que você seja a única, mas esperamos que seja essa porta-voz para ampliar, junto com a nossa querida Dandara, que acaba de chegar, nossa Deputada Federal –, e nos colocarmos à disposição para fazer esse enfrentamento e para subsidiar os mandatos de vocês e os debates, para que a gente produza, efetivamente, um PNE antirracista, para que ele possa responder a essas expectativas que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há um segundo aspecto, e aí eu queria me colocar de um outro lugar, que é estar no Conselho Nacional da Educação. O Conselho Nacional da Educação – você também foi conselheira, já foi conselheira nacional de educação – sabe o papel que tem, mas também é desafiador, porque o conselho normatiza o que sai daqui, não cria uma norma sobre o que não é votado. Então, o desafio da gente é afinar essa conversa para que o que chegue lá para o conselho, Dandara, seja algo que a gente possa olhar e traduzir e fazer com que isso chegue perto desses anseios – e não são anseios vazios, não, pois nós estamos falando de dados, de pesquisas que mostram isso que a gente está mencionando aqui.

Então, estar aqui hoje trazendo esse tema, debatendo... Há menos de 15 dias, nós fizemos outra audiência, liderada pela Deputada Dandara na Câmara, e ali nós debatemos como esse PNE pode olhar para as mulheres, para as meninas. Então, ali, a intersecção era gênero e raça, e aqui também não deixa de ser, mas ali era um pedido das meninas, assim como elas já vieram aqui também, e nasceu... Depois, eu gostaria que você falasse também aqui para todos nós da sua propositura de projeto, pensando na estruturação da carreira docente dos professores.

Eu acho que todos esses elementos que a gente traz aqui... E aqui eu queria muito fazer essa fala no sentido de levantar esses desafios, para que a gente possa debater aqui e para que a gente possa estar neste espaço, Dandara, como possibilidade de atuação junto com os mandatos, porque a gente sabe que não vai ser fácil. Se, no outro PNE, nós tivemos algumas questões que polemizaram o debate do PNE, nós não temos nenhuma dúvida, Senadora Teresa, de que este terá novamente as novas narrativas que se apresentarão e deporão contra as nossas reivindicações, reivindicações que correspondem às da maioria da população brasileira.

Eu não acredito, Dandara, em hipótese alguma, que a gente possa se tornar um país desenvolvido se a gente não tiver a educação como princípio e se essa educação não for antirracista, porque nós não vamos superar os dados das desigualdades sem superar as desigualdades raciais. Não é possível, é inconcebível que a gente ache que está trabalhando para melhorar os indicadores da educação, para desenvolver o país, quando a gente não tem coragem, às vezes, de colocar o dedo na ferida, mostrando onde estão as desigualdades. Onde é que estão as desigualdades, Billy? Todo mundo sabe. Não somos só nós, pesquisadores negros, que estamos dizendo, são os órgãos de pesquisa que avaliam políticas públicas que estão dizendo. Nós estamos dizendo com eles também e produzindo informações sobre isso, mas isso está dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o PNE, esperamos nós que seja esse PNE antirracista, porque ele terá que cuidar da educação para as relações étnico-raciais, considerando todo esse universo que eu tenho, mas principalmente sem se desvincular da questão financeira. Isso eu acho que a mesa do seminário, depois que a senhora saiu, Teresa, debateu: o PNE não pode ser apenas letra, o PNE só é antirracista se ele estiver acompanhado do orçamento, para que esse orçamento seja executado e assim possa transformar a vida dessa população ou das populações que, na história deste país, foram sempre marginalizadas e tiradas do direito ao acesso à educação.

Eu acho que esse é o grande desafio e, em nome deste grupo, queremos aqui dizer que o que a gente tiver e o que for necessário produzir de dados... Nós temos aqui expertos e expertas de muitas localidades, com várias conexões, mas a gente quer mesmo aqui marcar o nosso interesse em colaborar – mais do que o que já fizemos nestes mais de cinco séculos – nesse PNE para que o trabalho de vocês aqui, tanto aqui no Senado como na Câmara dos Deputados, Dandara, possa, sim, ser um trabalho que responda a essa pergunta de um PNE antirracista.

Eu acho que eu fico por aqui.

Agradeço mais uma vez, Teresa, não só a audiência pública, mas também o seu esforço e a disposição do seu mandato de conectar essas questões.

A Dandara já nasceu nessa militância, eu olhava para ela nesses dias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA – ... e dizia: "Dandara, eu a vi criança, eu a vi menina, estudante, ali no Cnpir, quando o Cnpir começou". Tenho muito orgulho de estar aqui entre vocês, tocando uma tarefa tão importante como esta. E nos colocamos aqui à disposição, também do ponto de vista do conselho, para que a gente possa afinar isso para que esse instrumento, sim, responda ao que a população, a maioria da população brasileira espera e deseja, que é uma política de educação que seja transformadora, que seja libertadora e que não seja mais uma opressão para aqueles e aquelas que, historicamente, já foram e continuam sendo oprimidos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Givânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu me esqueci de avisar que o controle do tempo é automático, viu? Não se assuste com esse toque, ele significa que tem um minuto para concluir, o que também não é uma camisa de força, é só uma referência, porque ele é muito estridente, mas é o rito daqui, não é, Dandara? (*Risos.*)

Dandara, nossa Deputada, que é Coordenadora, na Câmara de Deputados e Deputadas, da Frente Parlamentar Mista Antirracismo, a palavra está com você.

Muito obrigada pela presença.

A SRA. DANDARA (PT - MG. Para expor.) – Obrigada, querida Senadora, é uma alegria estar aqui. Hoje está sendo um dia intenso também na Câmara, então desculpe-me pelo atraso. A gente está sempre nessa missão constante de ter que se dividir entre muitas lutas, muitos espaços. Oxalá a gente possa cada vez mais ser mais aqui neste espaço, que mais de nós possam chegar aqui também, porque faz falta, nas lutas do dia a dia, em tantas frentes de batalha diferentes para a gente travar, mas eu sinto que nós estamos chegando, ocupando e realmente fazendo a diferença.

Eu quero saudar e cumprimentar esta mesa aqui na pessoa da Givânia, que, como disse, eu já conheço de longa data e muitas lutas e sei da sua capacidade de articulação.

E queria agradecer muito à Senadora Teresa Leitão pela dedicação à frente da Comissão de Educação aqui do Senado. É muito importante ter, nesta Comissão tão estratégica para nós, uma Senadora comprometida como a Senadora Teresa.

Quero saudar todos os meus mais velhos, os meus mais novos, que estão aqui no dia de hoje, os movimentos coletivos organizados, e dizer que nós estamos diante de um grande desafio, realmente, este ano, que é incidir sobre uma das principais legislações da educação brasileira, que é o PNE. O PNE estabelece metas, diretrizes para os próximos dez anos, e nós tivemos duas experiências: a primeira, de 2001 a 2010, que foi a Lei 10.172; a de 2014 a 2022, que foi a 13.005, de 2014.

O que esses dois PNEs nos mostraram? Nós temos o plano da expectativa, do nosso sonho, e temos o plano concreto, objetivo, e, em grande medida, as metas mais importantes do PNE, dos últimos dois PNEs, não foram atingidas, tanto as de financiamento, como também aquelas que são de erradicação do analfabetismo, da universalização da educação básica, do ensino médio e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tudo mais. Para completar, em 2016 houve uma queda de 15% no financiamento da educação, e a queda foi de 20,7% no ano seguinte... em 2020. Então, os impactos de financiamento que nós tivemos a partir dos cortes desta última década, agora, também impactam significativamente os resultados que nós temos das metas do PNE.

E eu acho que, além desse desafio do financiamento, nós temos que olhar para esse desafio do PNE do pacto federativo, porque não adianta a gente estabelecer metas com as quais os estados e municípios também não se comprometam, para que a gente consiga, de fato, acompanhar a sua efetivação. Isso, gente, porque nós já estamos há mais de 20 anos da aprovação e sanção da Lei nº 10.639, e nós, que conhecemos o chão da escola pública, sabemos que ainda não é realidade no nosso país, não é efetivada. E não é só uma opinião, não, estudos e pesquisas mostram isto constantemente: são menos de 30%, hoje, dos municípios realmente efetivando a lei, 70% se a gente considerar que fazem alguma coisa ali no mês de novembro, porque para muita gente só tem racismo no ambiente escolar no mês de novembro, em todo o resto do ano ele não existe nas relações de ensino-aprendizagem.

Essa articulação é fundamental. Nós estamos defendendo, inclusive, que os estados e municípios que não cumprirem a Lei nº 10.639 deixem de receber recursos repassados pelo FNDE. Não dá para a gente avaliar um curso de licenciatura como nota cinco na Capes se ele tem uma disciplina que a gente chama de "optatória". Eu fiz pedagogia na UFU, e no meu curso a gente tinha uma disciplina de História da África, com uma carga horária de 60 horas, que não estava na nossa grade curricular, mas a gente tinha que fazê-la, senão, não se formava – é o que a gente brinca de "optatória": é optativa, mas no fundo é obrigatória.

Então, sem formar professores, sem garantir essa priorização dos gestores, sem ter recurso didático-pedagógico, sem ter formação continuada, nós não vamos conseguir efetivar, de fato, uma educação antirracista no nosso país.

Marcos legais, nós já temos de puxar com rodo, porque, desde que o movimento negro se articula neste país, nós incidimos sobre todas as legislações. Vai lá à BNCC, nós conseguimos fazer recorte na BNCC; vai às leis mais gerais, nós conseguimos incidir e fazer recorte também nessas leis. Então eu penso, Senadora, que a gente precisa trabalhar com metas realmente atingíveis, com uma perspectiva de aplicabilidade desse nosso novo PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei, na semana passada, de um debate da nossa Frente Parlamentar da Educação, ali da Câmara, e o início do planejamento também, com a Comissão Especial do PNE. E nós tivemos a presença do Sistema S, do Sesc/Senai, e eles fizeram uma projeção para a gente, comparando cada meta, como é que vem, num gráfico, a curva de crescimento e qual é a projeção do PNE. Tem metas em que a curva está fazendo isto aqui ao longo da história, e a gente está propondo que ela suba assim nos próximos dez anos.

Então, eu acho que nós precisamos, cada vez mais, debater à luz do que realmente nós vamos conseguir e tentar alcançar. Eu sei que a gente coloca sempre um plano ideal, a gente sempre negocia o teto, para chegar ao que realmente a gente quer, mas eu acho que, na educação, duas experiências de PNE já nos mostraram que não foi o suficiente colocar grandes metas.

E nós estamos construindo hoje este debate também do PNE antirracista porque, para nós, como está hoje no PNE, no texto que veio, ainda é muito genérico, ainda é muito raso, ainda é muito superficial. Achar que a palavra "equidade" vai dar conta de toda a complexidade da educação antirracista, para nós, ainda é muito pouco, não é?

Então, nós temos que garantir uma transversalidade realmente da política, agora, com uma ênfase maior do que a palavra "equidade", em especial nas metas de educação infantil, de alfabetização, de aprendizagem, aprendizagem no ensino fundamental, no ensino médio, porque nós sabemos que hoje quem está com dificuldade nas relações de aprendizagem, com déficit de aprendizagem são as crianças negras, as crianças de periferia, e isso foi agravado ainda mais a partir da pandemia.

Nós precisamos também fazer com que a educação antirracista esteja no centro do pilar da gestão democrática, nos nossos projetos político-pedagógicos, mas também no plano de aula, também no livro didático. Tem um levantamento, feito recentemente pelo Ministério da Educação, que mostrou que apenas três unidades da Federação têm acima de 30% da gestão escolar preparada para implementar os princípios da educação antirracista, com orientação, formação.

Então, se nós não temos hoje a gestão, a equipe administrativa, pedagógica das nossas escolas formadas e treinadas, com um curso de letramento racial, com formação continuada, dificilmente isso vai ser uma prática colocada nas relações cotidianas da escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Apenas quatro unidades da Federação, ou seja, quatro estados, têm acima de 30% dos municípios com política de materiais didáticos e paradidáticos para a inclusão de temáticas de raça, gênero... Trinta por cento! Apenas uma unidade da Federação, um estado do nosso país...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG) – ... tem acima de 30% dos municípios com financiamento próprio voltado para a equidade racial na educação básica – inclusive, é o Estado Rio Grande do Norte, da nossa grande Governadora Fátima Bezerra. Apenas 11 unidades da Federação têm 50% dos municípios com política de monitoramento e avaliação de equidade racial na educação.

Então, sem monitoramento, sem acompanhar onde estamos, como estamos, é difícil que a política também tenha realmente a sua efetividade garantida. Eu percebo que nós temos grandes desafios para efetivar a educação antirracista, mas também grandes desafios, hoje, no PNE, para fazer avançar a educação indígena e a educação quilombola, e a educação bilíngue, que vem também como algo novo nesse nosso PNE, mas ainda não dispõe de objetivos e metas que realmente destrinchem como vamos chegar à efetivação, bem como a educação do campo, a educação especial, a EJA, que é a nossa educação de jovens e de adultos.

Olha, eu acho que nós temos que, cada vez mais, nos organizar e nos aquilombar mesmo, porque eu acho que é essa força coletiva que vai fazer a gente avançar nesse PNE. Na Câmara nós já nos reunimos com a Presidente da Comissão Especial, a Tabata, com o Moses, que é o Relator. Nós estamos construindo, a partir da Frente Parlamentar Mista Antirracismo, um calendário, também, de escuta, de oitivas, de debates que nós queremos fazer junto com essa Comissão Especial ali da Câmara dos Deputados.

Está aqui a Sandra Sena, que é nossa Secretária Executiva da Frente. Quem quiser mais informações também pode procurar a Sandra. Levante a mão aí, Sandra.

Nós queremos muito que as organizações da sociedade civil venham construir com a gente. Nós estamos já nessa incidência lá também. Queria, mais uma vez, agradecer muito à nossa Senadora e dizer que, se nós queremos uma educação verdadeiramente emancipatória, que transforme a nossa realidade, vai ter que ter recorte de raça e gênero ao longo do processo formativo, porque, para nós, o verdadeiro empoderamento é a tomada de consciência. A partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do momento em que nós entendemos como a manivela da sociedade está girando, como as opressões estão estruturadas, dificilmente nós voltamos para esse lugar da subalternidade.

A educação empodera e transforma. É por isso que nós estamos disputando cada letra da educação hoje.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Deputada Dandara.

Quero dar um recado aqui do Senador Paim, nosso grande representante, aqui, para as causas antirracistas. Ele estava pautado para vir aqui para o seminário. Recebeu tanto o convite do movimento quanto o meu, mas Paim está com um problema de coluna que já o está acometendo há um tempo. Ele está em tratamento, inclusive, e mandou um recadinho dizendo que está com muita dor nas costas – hoje de manhã ele estava nas Comissões – e que, por isso, não vai poder vir.

Vocês duas tocaram em dois pontos – só para passar a palavra, em seguida, para a Lorena – que vêm sendo também tratados e destacados nas audiências que a gente já fez. Fizemos, ontem, a quinta audiência do ciclo, que é sobre o financiamento. Dandara falou em financiamento, pacto federativo, e eu acrescentei aqui o Sistema Nacional de Educação – Givânia sabe que rola também lá pelo Conselho – e o tratamento das metas. Muita gente está reclamando que as metas precisam ser mais bem explicitadas, que apontem de fato para a execução. Isso pode, também, a gente recolhendo, Lorena, as observações, ser objeto de uma mudança, de alguma intervenção.

Vou passar, de imediato, para a Lorena Cerqueira, Coordenadora da Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento, do Instituto Odara. Seus dez minutos iniciais.

A SRA. LORENA CERQUEIRA (Para expor.) – Obrigada, boa tarde a todas as pessoas, boa tarde às minhas companheiras aqui de mesa.

Eu começo a minha fala concordando muito com o que a companheira Givânia e a companheira Dandara já trouxeram, que a educação empodera. Acho que eu sou uma prova viva disso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou de Salvador, estou aqui enquanto ativista do Instituto Odara. Hoje tenho 34 anos, nasci no subúrbio ferroviário de Salvador, no bairro do Rio Sena, e sou fruto das cotas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A gente sempre diz que os nossos passos vêm de longe, então muitos passos foram traçados para que eu estivesse aqui hoje. Acho que a minha presença e a presença de outras jovens – vou me considerar jovem, ainda com 34 anos – é um movimento de continuidade.

Eu começo a fala trazendo um pouco desse retrospecto, desse processo de incidência que a gente tem realizado no Nordeste. Nessa parceria inter-regional, pensando o Nordeste e a Amazônia, desde 2023 a gente tem se reunido para pensar o Plano Nacional de Educação.

Em dezembro de 2023, nós realizamos, aqui em Brasília, o Seminário Nacional Populações Negras e Educação. Nesse seminário, nós reunimos educadores e educadoras do Nordeste e da Amazônia. Esse enfoque inter-regional é pensado muito no sentido de que a gente tem acompanhado, desde os primórdios, digamos assim, do desenvolvimento do movimento negro, essa dificuldade de inserção das especificidades regionais dentro das políticas públicas, principalmente quando se trata de Nordeste e de Amazônia. Então, quando a gente reúne educadores e educadoras dessas duas regiões, a gente quer trazer as contribuições dessas ativistas, desses ativistas, para o texto, que naquela época era o texto proposto para a Conferência Nacional de Educação, que ainda era dividido em eixos, e não nas modalidades de ensino.

De lá para cá, nós caminhamos com a realização de um edital, chamado Maria Elza dos Santos, que é uma homenagem a uma educadora quilombola da Chapada Diamantina, no interior do Estado da Bahia. Nesse edital foram contempladas nove organizações do Nordeste para motivar a incidência política nos estados em torno do Plano Nacional de Educação.

A nossa incidência tem sido muito voltada para capilarizar a discussão em torno do PNE. A gente percebe, desde o início, que, se a gente não participa das atividades que acontecem, muitas vezes, aqui em Brasília ou no Sudeste, a gente não consegue incidir na construção e na efetivação das políticas públicas, principalmente daquelas políticas que estão associadas diretamente às populações negras.

Então, a gente trabalhou com esse edital, e essas organizações realizaram audiências públicas nas assembleias legislativas dos seus estados. Em cada assembleia legislativa no Nordeste – exceto na Bahia, em que ainda não conseguimos realizá-las, infelizmente – fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas para discutir com a população sobre o Plano Nacional de Educação, apontando as questões que a gente traz aqui, que para nós ainda soam muito generalistas no plano.

O plano não tem um comprometimento com a estrutura de uma educação para as relações étnico-raciais. E aí a gente não está citando uma meta específica. A gente não quer uma meta ou um objetivo específico. A gente está falando da estrutura em si, do comprometimento com o enfrentamento dessas desigualdades, que não podem ser citadas apenas como busca de igualdade ou de equidade. A gente quer especificamente ali trazidas as desigualdades de gênero, as desigualdades raciais e as desigualdades regionais, pensando nos territórios brasileiros.

Eu queria trazer uma contribuição também. Eu venho de um estado em que nesses primeiros quatro meses do ano foram realizadas 13 chacinas. E dessas chacinas a gente tem aqui estatísticas de mortes de jovens negros, não só de jovens negros meninos, rapazes, mas também de meninas. Nós temos uma escalada muito grande no Estado da Bahia em relação à morte de adolescentes e jovens negros, e eu trago esse dado aqui, porque, às vezes, quando a gente fala de escola pública, a gente se esquece do público que acessa a escola pública. E são esses jovens, são essas jovens que estão ausentes hoje da escola.

Tem uma pesquisa, feita pelo jornal *A Tarde*, em 2023, que diz que as escolas no Estado da Bahia estão construindo arquivos mortos com fichas de estudantes que estão sendo assassinados e assassinadas pelo estado. Então, eu acho importante trazer esse dado, apesar de alarmante, mas acho importante reafirmar isso, porque nós estamos falando de construir um Plano Nacional de Educação que não está dialogando com o Plano Juventude Negra Viva, que também é uma política de Estado. A gente não percebe a interlocução entre essas políticas públicas, parece que são instrumentos aleatórios que vão sendo criados e que não têm aplicabilidade quando a gente chega na escola. As professoras e os professores não as conhecem, as gestoras e os gestores também não as conhecem e a gente não vê também a interlocução entre essas políticas.

Além disso, com os dados que a Deputada Dandara já trouxe, a gente percebe que esses generalismos de se falar de educação para a igualdade, educação para a equidade também têm chegado na escola quando a gente percebe a superficialidade para tratar a educação para as relações étnico-raciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, caminhando para concluir a minha fala, eu queria dizer que, no mês de novembro, no Nordeste, em novembro de 2024, nós lançamos um fórum de incidência política chamado Levantes Negros pela Educação. E eu vou fazer a leitura da carta desse fórum, porque é um marco para nós, enquanto ativistas, educadoras e educadores do Nordeste, reunir organizações de mulheres negras para pensar políticas públicas na educação.

> Nós, educadoras e educadores, ativistas de organizações de mulheres negras do Nordeste, reunidos no dia 14 de novembro de 2024, comunicamos a criação do Levantes Negros pela Educação, fórum de incidência política no Nordeste. A criação deste fórum constitui-se de forma estratégica para monitorar a construção, a implementação e o cumprimento de metas e objetivos estabelecidos por políticas públicas que interferem diretamente no acesso, permanência e índices de qualidade da educação na região, majoritariamente acessada por crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e negras.
>
> A educação voltada para as relações étnico-raciais, bem como instituem as Leis 10.639, de 2003, 11.645, de 2008, e a Portaria 470, de 14 de maio de 2024, a Pneerq, é um marco essencial na construção da educação da sociedade brasileira. Essas legislações destacam o papel das escolas, das educadoras e dos educadores como agentes transformadores no combate ao racismo estrutural e na valorização da diversidade.
>
> Assim, é fundamental que as instituições educacionais implementem políticas efetivas que promovam ações pedagógicas que consolidem a educação antirracista. Por isso, incidimos juntas, Região Nordeste e Amazônia.
>
> Essa estratégia de incidência política coletiva e regional se constrói desde dezembro de 2023, quando realizamos o Seminário Nacional Populações Negras e Educação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LORENA CERQUEIRA –

> De lá para cá, temos fortalecido os processos de formação continuada com educadores do Nordeste, da Amazônia e as audiências públicas nas assembleias legislativas, capilarizando e difundindo informação e formação em torno do novo Plano Nacional de Educação.
>
> Entre os objetivos do fórum, reafirmamos o compromisso com a articulação de educadoras, ativistas e organizações de mulheres negras, escolas e universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

parceiras no fortalecimento das lutas por uma educação que contemple as relações étnico-raciais, a educação escolar indígena e quilombola, que se comprometa com o enfrentamento às violências de gênero e LGBTfóbicas e com a educação sexual, fomentando espaços formativos, monitorando a implementação do novo Plano Nacional de Educação.

Assinam essa carta a Abayomi, Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba; Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia; Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe; Blogueiras Negras em Pernambuco; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa; Grupo de Mulheres do Alto das Pombas; Instituto Federal da Bahia; Instituto Cultural Steve Biko; Instituto da Mulher Negra no Piauí - Ayabás; Universidade do Estado da Bahia; Liga Brasileira de Lésbicas; Kilombo - Organização Negra do Rio Grande do Norte; Organização de Mulheres Negras de Caiana, na Paraíba; Rede de Mulheres Negras do Ceará; Rede de Mulheres Negras do Maranhão; Universidade do Estado da Bahia; e Universidade do Recôncavo da Bahia.

Para concluir a minha fala – que eu sei que meu tempo já esgotou –, eu queria lembrar a Mãe Stella e dizer que nosso tempo é agora. Mãe Stella diz: “Meu tempo é agora". Nós, mulheres negras, temos dito: "Nosso tempo é agora".

Nós estamos num ano de Marcha das Mulheres Negras e, neste ano, entendemos que lutar por um PNE antirracista é também lutar por bem-viver e reparação para a população negra.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Lorena.

Quero registrar a presença de Rosa Negra, Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU); de Ivana Leal, Vice-Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, e do MNU; e de Iêda Leal, Diretora-Executiva da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e do Sintego (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás).

Os estudantes que estavam na outra sala vendo, acompanhando remotamente vieram para cá. O local não comporta todo mundo. Nós autorizamos a entrada porque nos foi informado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vocês preferiam ficar aqui, mesmo que em pé, do que ficar lá. Eu peço que se organizem, talvez com umas cadeirinhas, aqui, laterais, para a gente dar continuidade, certo? (*Palmas.*)

A palavra agora vai ser passada para Waldete Tristão, Consultora em Educação em Relações Raciais do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, que está aqui já na mesa.

A SRA. WALDETE TRISTÃO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar a Professora e Senadora Teresa Leitão por promover esta audiência pública para que a gente possa ter essa oportunidade de debater o Plano Nacional de Educação.

Saúdo todas as pessoas aqui: as colegas na mesa; as pessoas que estão agora, nesta sala, presencialmente nos assistindo; as pessoas que remotamente, também, acessaram os canais que foram divulgados.

Quero agradecer imensamente a oportunidade de contribuir para essa discussão tão essencial sobre a educação e a reeducação das relações raciais, porque, na mesma medida que ainda precisamos reeducar, é necessário educar as novas gerações também. Então, eu acho que é de mão dupla essa nossa reflexão, e a viabilização de um espaço para discutir esse tema, focado no Plano Nacional de Educação, é fundamental para que a gente possa compreender, inclusive, o estado e o estágio desse nosso momento político.

Eu sou, originalmente, uma professora; a minha trajetória profissional aconteceu toda na educação infantil da rede paulistana. Eu fui professora de sala de aula, tive a oportunidade de estar na gestão pedagógica e na administrativa também. E foi no Ceert, que é a organização que eu estou aqui representando, que eu também fui construindo a minha identidade racial e profissional, garantindo essa formação para os professores, tanto em nível de continuidade, como coordenadora, quanto também numa experiência de formação de novos professores.

Neste momento, considerando todas as demandas que o novo plano nos coloca, fica impossível falar dele como um todo. Eu escolhi, então, fazer um recorte e interseccionalizar aquilo com que eu mais me sinto confortável para problematizar e trazer para esta mesa.

Eu escolhi destacar a educação infantil em intersecção com a temática da equidade racial, pensando que esse PNE, se ele apresenta um avanço em relação ao anterior, é fundamental pensar que, quando se fala em políticas afirmativas, como a gente ouviu hoje cedo, políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

afirmativas precisam prever dinheiro na escola, precisam prever possibilidades de materializar esses objetivos, de materializar explicitamente a equidade na educação.

Pensando no campo da educação infantil, o número de metas focadas nesse princípio ainda exige bastante atenção, porque não basta, como já foi dito aqui antes de mim, colocar a palavra "equidade" apenas, é preciso pensar em estratégias, objetivos, metas e estratégias que sejam possíveis, sejam exequíveis, sejam materializáveis.

Então, se equidade é um princípio que reconhece as diferenças individuais e sociais, para garantir a justiça e a igualdade de oportunidades, é fundamental que medidas diferenciadas sejam adotadas para que todos possam alcançar as mesmas condições de aprendizagens. E já é fato, e é sabido entre nós, que quem não tem alcançado essas possibilidades são as crianças negras, são as crianças mais vulneráveis nesse contexto.

Esse novo PNE incorpora estratégias mais detalhadas para garantir o acesso igualitário à educação, especialmente para os grupos historicamente marginalizados. Então, eu acho que isso merece ser sinalizado também.

Além disso, há um esforço maior para fortalecer a gestão democrática e a participação social, garantindo que estados e municípios tenham metas objetivas para reduzir desigualdades, entretanto, é fundamental pensar também que a gestão, para se fazer democrática, também precisa estar comprometida com a questão racial.

Eu falo do chão da escola, eu falo deste lugar, de quem esteve, está e permanece ainda com formações que reconhecem a verticalidade da relação da gestão com professores. Então, construir uma gestão democrática ainda é um grande desafio. E é um grande desafio também monitorar, tanto que a gente viu esses dados apresentados hoje de manhã, pelo Januário, como uma das condicionalidades que não preveem, e que são difíceis de ser consideradas.

Na educação infantil especialmente, como eu disse, o Objetivo 2 trata da qualidade da oferta de educação infantil, especialmente nas Metas 2.a e 2.b, mas eu fico me perguntando: que qualidade de oferta é essa se ela não estiver comprometida com a presença e a garantia da permanência das crianças negras nesses espaços? Então, esse é um foco que necessita ser apontado também no plano.

A Meta 2.a diz:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

> Assegurar que toda a oferta de creche [...] alcance padrões nacionais de qualidade [...] considerados [...] infraestrutura física, os profissionais de educação, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, as interações e as práticas pedagógicas.

Aí, de novo, eu volto a me perguntar o que são esses padrões nacionais de qualidade se a gente sabe que existem condições que nos revelam a necessidade de compreensão de que existem desigualdades territoriais e raciais também. Então, que oferta é essa que se apresenta, na minha impressão, como uma oferta genérica, sem considerar as diversidades, sem considerar as diferenças territoriais e essas desigualdades também?

Em relação à Meta 2.b, que fala de garantir que toda oferta de pré-escola siga padrões nacionais de qualidade, contemplando as mesmas dimensões e incluindo as brincadeiras, essa condição e essa proposta de meta me indica pouca possibilidade de monitoramento, porque vale lembrar que qualquer oferta de creche e pré-escola só será considerada de qualidade se a questão da equidade racial estiver presente como um critério essencial dentro dessas dimensões, nas dimensões das interações, das brincadeiras, nessas diferentes dimensões que determinam a existência das práticas pedagógicas.

Embora eu tenha iniciado essa fala dizendo que eu ia focar na educação infantil, eu também quero abordar a questão dos profissionais de educação. Quem são esses profissionais de educação? Nós estamos dizendo que as crianças todas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. WALDETE TRISTÃO – A LDB determina que bebês e crianças devem ser atendidos por professores em creches e pré-escolas, e esse aspecto deve ser monitorado para evitar contratações inadequadas.

A gente sabe – eu falo da cidade de São Paulo e das regiões metropolitanas – que essas ainda têm sido estratégias para não garantir às crianças professores formados. Se já está difícil garantir que os professores que são formados, que passaram por um curso de formação, garantam o acesso das crianças às questões de entendimento da sua construção racial com dignidade, imagine quando essas contratações desconsideram a formação inicial deste que vai estar lá, sendo um companheiro de trabalho do professor titular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falando sobre a Estratégia 2.13, que pensa em regulamentar a formação e carreiras dos profissionais que auxiliam os professores regentes, a formação, no mínimo, em ensino médio, mesmo na modalidade normal, é um grande desafio para ser monitorado também.

Então, eu gostaria de sinalizar à Senadora a importância de dar uma atenção para esse ponto.

Ainda tem uma... Eu não sei se vai dar tempo, mas acho que vou deixar para os outros cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. WALDETE TRISTÃO – Eu queria falar, então, além disso, da Estratégia 2.15, que busca ampliar o acesso de recursos pedagógicos diversificados.

Eu gostaria, então, de problematizar o conceito de obras literárias de qualidade, porque eu estou engatinhando nesse lugar também. Obras literárias de qualidade não serão obtidas sem uma política pública que invista dinheiro e que busque compreender o que é essa qualidade porque qualidade sem equidade não vai garantir que boa literatura chegue à mão das crianças. Então, monitorar essa estratégia é também um grande desafio.

Portanto, apesar dos desafios, é ainda necessário estabelecer metas objetivas no PNE para serem cumpridas pelas secretarias estaduais e municipais com o objetivo de reduzir desigualdades no acesso e na qualidade da aprendizagem.

É preciso garantir escolas acolhedoras para todos os estudantes, especialmente bebês, crianças e jovens negros. Para que isso ocorra, um monitoramento rigoroso e um financiamento adequado são essenciais na viabilização das metas propostas.

Para finalizar, sem equidade como um princípio orientador – o princípio orientador como um todo, e não apenas transversalmente –, a qualidade fica comprometida e limitada por não reconhecer e contemplar as necessidades específicas de grupos historicamente marginalizados.

Por fim, eu quero finalizar, dizendo que não se faz justiça social sem considerar as desigualdades presentes na nossa sociedade, em especial aquelas que atingem os bebês e as crianças na educação infantil.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Waldete.

Na audiência de ontem, essa questão da forma de contratos temporários, muitas vezes sem nenhuma seleção, quanto menos concurso, às vezes até por indicações políticas, foi levantada pela CNTE, com dados bem precisos.

Nós temos redes municipais em que a maioria dos profissionais da educação não passou por concurso, e aí a formação continuada não dá conta das lacunas. Tem redes, Dandara, com 60% de professores contratados. E além de ser uma relação precária do ponto de vista trabalhista, tem sempre aquela questão do assédio; de, se não fizer, sai; não poder fazer greve; aquelas coisas que a gente sabe que estão sempre no entorno disso, não é?

Bom, vamos para a próxima, que é Adriana Moreira, que já está aqui na mesa, Coordenadora Geral do Programa Malala Peregum.

A SRA. ADRIANA MOREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes!

Eu peço desculpas pelo meu atraso. Eu agradeço a possibilidade, em nome da Uneafro e do Instituto Peregum, de estar aqui na companhia de todos vocês. Agradeço à Senadora Teresa Leitão, agradeço à Deputada Dandara e agradeço também a intervenção que foi realizada para que os estudantes da Uneafro Brasil pudessem estar aqui neste Plenário.

Antes de mais nada, eu queria recuperar um fato histórico que eu acho bastante importante, em virtude do que ocorreu agora há pouco ali na entrada do Senado e por causa do que a gente está discutindo aqui. Ali no período da Revolta da Vacina, os populares que queriam discutir política no pós-abolição eram chamados de besta. Tem até um clássico da historiografia brasileira que se chama *Os Bestializados*. Quem eram os bestializados? Eram os populares que tentavam, de alguma maneira, discutir politicamente o que estava acontecendo. E a elite política, que não queria que aquilo acontecesse, que aquelas pessoas se organizassem politicamente, chamavam aquelas pessoas que eram negras de bestializadas. Elas não tinham instrução formal, e a política, historicamente, é um lugar de pessoas que tem instrução formal. Vamos lembrar da ideia de democracia, de quando ela surge. Classicamente ela surge na Grécia, construída por homens, para homens, proprietários de terra e escolarizados. É claro que existe uma distância entre o que aconteceu na Grécia e a maneira como a gente construiu a democracia do Brasil. É verdade, existe uma distância. Mas quando a gente pensa que a população negra tem uma taxa de escolarização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

média menor do que a da população branca e que aqui, na frente do Senado, a gente precisa ser tangido como boi, e que a juventude negra parece representar o mesmo perigo do que o grupo que entrou aqui no 8 de janeiro do ano passado para depredar, é algo assim muito parecido, não é? Como que um grupo de jovens que está fazendo uma ação em nome do direito à educação da população negra pode representar perigo para o prédio do Senado Federal? O que aconteceu aqui, basicamente, foi que a gente precisou ser organizado pela Polícia Legislativa, que impedia a gente de circular pelo prédio e dizia que eu não poderia subir aqui; e, quando ela me liberava para subir, não deixava a juventude da Uneafro circular pelo prédio. Por quê? Porque a juventude negra tem as piores taxas de escolarização do país, porque os meninos negros, que são vítimas da violência policial e tem as maiores taxas de homicídio do país, são vitimados pelo encarceramento em massa no país e também são os maiores números da evasão escolar no país. E, historicamente, o PNE jamais tratou desse tema nesses termos.

E agora se fez presente, do ponto de vista material, como eu acredito que outras vezes também se fez aqui nesta Casa, o problema, mais uma vez. Os meninos negros saem da escola mais cedo, por volta do sétimo ano. Eles saem e não voltam mais. As meninas negras são as maiores vítimas do abandono escolar. Elas saem e não voltam mais. Elas saem e voltam, saem e voltam, saem e voltam, em virtude do trabalho reprodutivo, em virtude da baixa expectativa que o sistema de ensino tem em relação aos espaços no mercado de trabalho que essas meninas podem ter. Qual é o papel que o Plano Nacional de Educação vai ter vinculado a essas trajetórias educacionais que são centrais no projeto do país? Elas não são colaterais, elas são centrais, porque são esses meninos que estão trabalhando nos mercados informais, são essas meninas que estão trabalhando como cuidadoras de idosos.

É isso que a gente vai ter? É isto que o projeto de nação brasileira tem: fazer com que meninas negras sejam cuidadoras, sejam mães precocemente e, depois, se coloquem no mercado de trabalho como cuidadoras de idosos? Porque o Jovem Aprendiz está propondo isso. Eu acho que o Plano Nacional de Educação tem que ter outros parâmetros.

Nós, na nossa organização, nas nossas organizações, nos propusemos, nos últimos três anos, a acompanhar o Plano Nacional de Educação com maior atenção para a agenda da educação básica. Por que sobre a agenda da educação básica? Porque o primeiro dispositivo legal que entendia a população negra como usofrutuário do sistema de ensino de educação foi instituído em 2003, que foi a Lei 10.639. É o primeiro dispositivo legal que vai falar: "Olha, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

população negra existe no país e está matriculada no sistema de ensino. Vamos cuidar dessa população?".

E o primeiro movimento foi o quê? História e cultura afro-brasileira nas escolas, o que é muito importante para todas as pessoas. Não é um benefício só para a população negra. É um benefício para todo mundo. Todo mundo que está na escola tem o direito de aprender cultura africana e afro-brasileira. É bom para o país, é bom para as pessoas brancas, para as pessoas negras. É importante que se aprendam sobre as culturas indígenas, sobre a história dos povos indígenas do país.

Entretanto, há um desafio, o desafio do acesso e da permanência da população negra no sistema de ensino. E esse desafio está colocado do ponto de vista de como a gente vai regularizar as trajetórias do nosso grupo, da população negra, dentro da educação básica, com focos específicos.

No ensino fundamental, tem que ter atenção para os meninos nos anos finais e para as meninas na transição do ensino fundamental para o médio. Isso são questões capitais que a gente precisa pensar no Plano Nacional de Educação.

Como nós construímos o nosso documento, que eu vou deixar aqui para a Senadora Teresa Leitão e que é a nossa contribuição para a sociedade brasileira? A gente já entregou para a Deputada ontem.

Como nós construímos esse documento? A gente participou de todas as conferências. No ano passado, nós viemos em comitiva com a nossa juventude para participar da Conferência Nacional.

Quando o PL 2.416, que é o PL que pede aprovação do Plano Nacional de Educação, foi aprovado, a gente convidou várias organizações. A gente convidou a Conaq, o Geledés. O Ceert esteve presente. A gente convidou o Cedenpa, mas o Cedenpa teve um problema, não pôde comparecer. O MNU estava. A gente reuniu, lá em São Paulo, organizações do Rio de Janeiro de combate ao racismo, de combate à violência, organizações territoriais.

A gente fez uma leitura sistemática a partir de eixos específicos, porque a gente não tinha condições materiais nem tempo para conseguir dar conta de tudo. De eixos específicos, fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma leitura sistemática de maneira a poder contribuir com o texto. Então, a gente fez reparos e reformas no texto.

O que vocês receberam, o que a nossa juventude entregou para vocês são reformas do texto pensando em alterações do texto legal no sentido de garantir o direito à educação da população negra.

Tem uma outra dimensão, que eu rapidamente vou falar, que diz respeito ao financiamento. Nós precisamos ampliar as formas de financiamento da educação para a população das relações étnico-raciais no Brasil para o combate ao racismo. Uma forma do financiamento que a gente conseguiu construir do ponto de vista estratégico foi o VAAR, que vinculava o orçamento ao Fundeb.

A gente sabe que o Fundeb acaba disputando esse orçamento com outras agendas da educação. O Fundeb é finito, a gente sabe como que é. A gente está propondo agora um exercício imaginativo e um exercício desafiador para a sociedade brasileira, mas a gente é corajoso, a gente acha que a gente tem condições de enfrentar esse desafio e fazer essa defesa, porque nós somos um número expressivo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MOREIRA – ... do povo brasileiro, são 3% do PIB para o combate ao racismo e às desigualdades sociais da educação para o VAAR.

Essa é a nossa bandeira de luta, 3% do PIB para o VAAR!

Eu fico por aqui, vocês têm acesso ao nosso documento, a gente está à disposição para contribuir no que for necessário.

E é isto: faremos Palmares de novo! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Adriana.

A Maria prefere falar de lá. (*Fora do microfone.*)

Eu vou passar a palavra rapidinho para a Deputada, porque ela vai precisar se ausentar e quer se despedir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANDARA (PT - MG. Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Tenho agora uma reunião importante no Ministério da Igualdade Racial com a nossa Ministra Anielle. Vou precisar ir lá, mas quero deixar aqui registrado a minha solidariedade ao que os nossos jovens estudantes negros passaram no dia de hoje aqui na Câmara e também no Senado, o meu repúdio a esses atos que são constantes aqui na Casa. Não é algo pontual, pelo contrário, constantemente pessoas negras são barradas.

Eu sou uma Deputada Federal, eu saio de casa, menina, pelada, mas não saio sem o meu broche de Deputada porque mesmo com o broche eu ainda sou barrada na Câmara dos Deputados. O racismo precisa acabar.

Eu também quero, no dia de hoje, me solidarizar com a advogada Rita Galvão, de Minas Gerais, que foi barrada ao entrar num tribunal usando o turbante e a justificativa foi a de que o turbante atrapalharia a segurança, as câmeras de segurança. Só quem já teve um turbante arrancado, como eu, há sete anos, sabe o quão cruel, perverso e violento são atos como esses. Racistas não passarão, por isso nós estamos aqui no dia de hoje, no Senado Federal, discutindo o novo Plano Nacional de Educação, porque nós acreditamos que através da educação nós podemos mudar essa realidade, podemos despertar consciências, gerar empoderamentos.

Nós não devemos abaixar a cabeça para ninguém, principalmente nós que carregamos coroas, porque os nossos turbantes são coroas; então, fica também a minha solidariedade à advogada Rita Galvão.

Viva nossa luta, viva nossa ancestralidade! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Dandara.

O lugar aqui da mesa pode ficar disponibilizado para Miriam, porque a Maria prefere falar de lá, foi essa a informação que eu tive.

É essa, Maria? (*Pausa.*)

A Miriam já está aí.

Quer vir para cá, Maria? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Você é a próxima.

Então, está bom.

Então, a palavra é sua, para seus dez minutos iniciais, Maria Malcher, representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa).

A SRA. MARIA MALCHER (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Shirley, pode vir para cá!

A SRA. MARIA MALCHER – Vá lá, Shirley, nossa Professora quilombola.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, porque aí a mesa fica completa.

A SRA. MARIA MALCHER – Eu estava bem confortável aqui, ao lado de Shirley, Givânia e Iêda.

Boa tarde a todas as pessoas.

Gostaria de saudar a Senadora Teresa Leitão e também saudar o coletivo de organizações que fizeram com que este momento fosse não só importante, mas necessário, em relação ao debate do Plano Nacional de Educação, o novo Plano Nacional de Educação, em que as nossas organizações, assim como outras organizações do movimento social e geral, do movimento negro e do movimento quilombola, têm desencadeado debates, em todo o território nacional, acerca do enfrentamento ao racismo no ambiente escolar.

A Conferência Nacional de Educação é um ponto muito importante, mas também outra estratégia que a gente pode destacar aqui é a formação de Comissões que vão tratar, especificamente, da educação para as relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola.

A gente sabe que, desde 2003 – já foi citado aqui na mesa e não custa a gente repetir para a sociedade brasileira –, existe a Lei 10.639, e, desde muito antes, mas também neste processo, agora, do Plano Nacional de Educação, a gente tem contribuído para a sociedade brasileira, na perspectiva educacional de pensar essa relação com o enfrentamento ao racismo nas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa muito importante também nesse processo de mobilização é que a gente tem feito um trabalho com as organizações, especialmente – a Givânia está aqui e quero saudar a nossa Conselheira Nacional de Educação quilombola – a gente tem feito um trabalho especial com a implementação da educação escolar quilombola, porque, por vezes, algumas autarquias e algumas redes não compreendem que nós temos uma resolução específica desde 2012, que foi um trabalho feito pelo movimento negro e nos reduz a um parecer ou a uma nota técnica, coisa da qual já temos uma resolução específica nesse sentido.

Eu digo isso, porque também é um trabalho que a gente, as organizações do movimento negro, vem fazendo, em tornar realmente obrigatória e visível no currículo a formação em Erer e em EEQ.

Waldete Tristão trouxe alguns elementos bem importantes, e o Ceert tem uma grande incidência no território nacional acerca da valorização da Lei 10.639, ou seja, uma política de ação afirmativa e valorativa; e também é sabido que neste ano a gente desencadeou um processo relacionado a mobilizar os 27 estados, a partir da mobilização da Marcha Nacional de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver.

Nesse ponto, desde a nossa reunião aqui, em Brasília, que Lorena trouxe, em relação ao Seminário Populações Negras e Educação, o nosso objetivo era fazer uma escuta qualificada com educadores e educadoras, para a gente não estar aqui falando pelas professoras negras da Amazônia.

Quero saudar a minha grande colega Rosa Negra, Presidente do MNU, que é professora junto a mim e mora no Estado de Rondônia – é Rondônia. Às vezes, a gente confunde Rondônia com Roraima, até quem é nascido e criado na Amazônia. (*Risos.*)

Então, para trazer esse documento... Lorena já trouxe algumas anuências do nosso processo de chegada até aqui, que a gente convencionou chamar de metas inegociáveis em relação ao PNE.

A gente acredita que, na Meta 1.b, se deve considerar também o critério étnico-racial e de gênero em relação à educação infantil. Essa questão, em relação à contratação de professores, é sabido que, em alguns municípios, por vezes, essa contratação se inicia em fevereiro e se encerra em dezembro; e, por vezes, esses professores têm uma descontinuidade na contratação. Isso é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

caso de vários municípios, incluindo o município de onde eu sou originária, o Município de São Miguel do Guamá.

Em relação também à estratégia 1.2, no acesso à educação infantil, nós temos que considerar as desigualdades regionais, ou seja, trazer elementos das territorialidades. Nesse caso aqui, eu faço parte de uma região que é bem conhecida, que é a Amazônia, e a gente tem prestado atenção que há vários desafios cotidianos nas nossas territorialidades.

Tem uma intervenção, uma pergunta de uma pessoa – da Michelly, acho que é Michelly, do Amazonas – que pergunta qual o papel da coordenação pedagógica na implementação da educação para as relações étnicas e raciais, a educação escolar quilombola e a educação escolar indígena.

É um papel fundamental, porque a gente sabe que a coordenação pedagógica tem uma função primordial – ela perguntou aqui – na articulação, no planejamento, no acompanhamento e na avaliação, no processo de aprendizagem. E, por vezes, é essa coordenação pedagógica que freia, inclusive desestimula aquela criança negra, aquela adolescente negra, aquele adolescente negro a procurar a rede de apoio, quando ela sofre racismo na escola. Então, Michelly, a coordenação pedagógica tem um papel fundamental.

Outro destaque, também, nesse âmbito da educação básica, sobretudo a espacialização da educação básica no que se refere ao ensino fundamental... A gente sabe que é um desafio, nas nossas regiões, a espacialização dessa escola, não só da escola quilombola, mas da escola indígena, e o trato das questões raciais dentro desse ambiente escolar. Então, a gente acredita que merece um destaque, para considerar que a formação inicial e continuada dos professores da educação básica considere, sim, a normativa das relações étnico-raciais – a Lei 10.639, a Lei 11.645, da educação escolar quilombola, e a Resolução nº 8 –, e também esse cotidiano de implementação com a Pneerq.

A gente está reduzindo aqui, mas, na verdade, é uma relação mesmo de poder de convencimento, né? Porque, quando a gente prepara uma aula, a gente traça as habilidades do objeto de aprendizagem, e objeto de aprendizagem aqui é, sim, essa relação de dizer para você, educador do Brasil, trabalhar a Lei 10.639 no seu cotidiano escolar; e dizer também para a Câmara e para o Senado que se deve considerar essa normativa ao aprovar o Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por último, que o meu tempo já está chegando ao fim, nos últimos meses nós nos debruçamos também em fazer uma campanha, na qual Lorena trouxe o manifesto das organizações, que a gente chamou Levantes Negros pela Educação. Essa campanha tem uma finalidade muito propositiva do que é a proposição do movimento negro em relação a também ter essa perspectiva valorativa do que foi produzido até agora. Nós estamos caminhando para 22 anos da Lei 10.639, e nós temos um arcabouço de contribuições, inclusive na perspectiva de pactos de implementação, programas. Então, é nesse sentido de pensar não só a escuta, mas também a valorização...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA MALCHER – ... de educadores e educadoras, porque – para finalizar o meu tempo – a gente sabe que... Até um dos lemas da campanha era este: "O plano de um futuro melhor é, há muito tempo, nosso!".

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Maria.

Quero registrar a presença de Uliana Gomes, Diretora do Abayomi, da Paraíba; Debora Campelo, Coordenadora do Projeto Ayomide Odara, do Instituto Odara; Lucimar Rosa Dias, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, do Neab, da Universidade Federal do Paraná; Vilani de Souza Oliveira, Secretária de Combate ao Racismo da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Serviço Público Municipal, Confetam.

Quero passar a palavra agora para Miriam Gomes Alves, Coordenadora-Geral de Cultura em Direitos Humanos e Mídias Digitas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para seus dez minutos iniciais.

É "míriam" ou "miriã"?

A SRA. MIRIAM GOMES ALVES (Para expor.) – "Miriã".

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – "Miriã".

A SRA. MIRIAM GOMES ALVES – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de estar aqui, dialogando com vocês.

Cumprimento a todos, começando pela Senadora Teresa Leitão. Também quero aproveitar para expressar minha solidariedade aos estudantes que foram barrados na portaria, em especial à minha companheira de militância de Minas Gerais, a advogada Rita Galvão.

Sou uma mulher negra da periferia de Belo Horizonte, membro da comunidade tradicional do quilombo Manzo Ngunzo Kaiango.

Há quatro anos atuo na assessoria parlamentar da ex-Parlamentar Macaé Evaristo, agora Ministra de Direitos Humanos, e venho atuando no Ministério de Direitos Humanos como Coordenadora-Geral de Cultura e Mídias Digitais.

Como a Dandara falou, também devo a minha formação ao movimento negro, aos coletivos... Como minha eterna professora Dra. Nilma Lino fala: "O movimento negro é educador". Então, essa formação se deu muito nos movimentos.

Enquanto a Dandara estava falando...

Também sou da Faculdade de Educação, não lá da Universidade Federal de Uberlândia, mas da UFMG, e lá a gente teve uma disciplina de 30h, de que eu sempre reclamava com a Dra. Nilma. Se ela estivesse aqui, ela estaria falando: "De novo, reclamando?". Era uma disciplina de 30h que era para tratar educação das relações étnico-raciais, educação do campo e educação quilombola; então, é uma precarização da formação nossa enquanto docentes você ter uma disciplina reduzida e tratar de campos da educação que são fundamentais e tão restringidos.

Eu também fico feliz de estar à mesa porque eu participei ativamente das discussões do Eixo III lá na Conae em 2024, ficando até tarde da noite. Foi um eixo que teve muitas pessoas envolvidas.

Ao longo do meu mestrado, também pesquisei muitas desigualdades, vantagens do sistema de ensino, debatendo sobre as masculinidades negras na educação de jovens e adultos. Quando a minha companheira fala que os meninos geralmente saem da escola no 6º ano e 7º ano, eu muitas vezes encontrava esses meninos que saíam no 6º ano e 7º ano no sistema socioeducativo do qual eu fui supervisora escolar. Então, a gente sabe que a evasão e a desvantagem do sistema de ensino têm um recorte racial e um recorte de gênero. Os meninos são excluídos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sistematicamente da educação e muitas vezes para compor dados estatísticos da violência letal ou incorporar o sistema socioeducativo, como eu informei.

Por isso, o não cumprimento das metas e da estratégia do PNE impacta nas desigualdades do ensino lá na ponta, vitimizando esses jovens, adolescentes. Seus currículos hegemônicos reforçam muitas vezes normativas de gênero e de sexualidade.

A educação das relações étnico-raciais e a equidade racial tem que se fazer, e aí puxando um pouco para o meu campo, na perspectiva da educação e direitos humanos, compreendendo que estamos falando de sujeitos historicamente desumanizados pelo racismo e pelo sexismo.

E quem são esses sujeitos, quando a gente vai falar desses sujeitos que estão na educação? Eles são compostos, em sua ampla maioria, por pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas do campo, migrantes, pessoas em situação de vulnerabilidade social, com deficiência, pessoas com sexualidade dissidente, sendo esses jovens, adultos, idosos, que se deparam com inúmeras barreiras estruturais, que encontram racismo, sexismo, misogenia, capacitismo, etarismo, xenofobia, homofobia, ou seja, uma série de mecanismos de exclusão que mantêm a escola estruturalmente desigual.

A construção de uma educação humanizadora deve ser orientada com respeito à diversidade, ao enfrentamento ao racismo e suas múltiplas formas de preconceito e discriminação e também com um olhar sensível a esses sujeitos, principalmente da gestão escolar, que não deve desconsiderar as violências sofridas pela juventude negra e periférica, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes principalmente, o trabalho análogo à escravidão, a intolerância religiosa no ambiente escolar, a situação vivenciada por trabalhadoras sexuais, pessoas em situação de rua, pessoas do sistema prisional, egressos do sistema prisional e em cumprimento de medidas socioeducativas.

Trazendo um pouco para o meu campo da coordenação, também tem que se ter um olhar atento à exposição de crianças e adolescentes, nas mídias digitais. Há grupos de misoginia e ódio que ocasionam práticas de autoextermínio, mutilações, estupros virtuais e até mesmo o aumento da violência no ambiente escolar.

É fundamental que o Plano Nacional de Educação dialogue com as políticas públicas e dialogue com outros programas que a gente tem no Governo, como a Pnec, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que a gente vem revisando lá no Ministério de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos. A gente está revisando o plano, que foi construído em 2003. Então, a gente espera uma nova versão com um novo eixo, que é educação e meio ambiente, incorporando também a importância de a gente dialogar sobre o meio ambiente, os impactos sociais, o racismo ambiental e a justiça ambiental e climática.

E aí, para concluir, trazendo um pouco do pensamento, também, da Petronilha, que foi fundamental para a elaboração do parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, essa educação das relações étnico-raciais tem que ser um projeto de sociedade e de que país queremos. Temos que discuti-la na perspectiva de um projeto de nação e um projeto de sociedade em que todos estejam incluídos e em que sejam respeitadas suas diferenças nas suas particularidades, respeitando a visão de mundo de cada uma dessas pessoas, suas raízes étnico-raciais, seus projetos de sociedade, planos, proposições, ações e que seja construída coletivamente pensando numa educação plural e diversa.

Bom, acho que é um pouco das contribuições que eu tenho para trazer, e a gente espera que esse PNE contemple essa diversidade, essa pluralidade para a gente conseguir avançar nesses desafios que são das desigualdades raciais no sistema de ensino, com valores mais justos e democráticos para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigado, Miriam.

Manda um abraço grande para a Macaé, grande militante. Ela foi para o Ministério e deixou a coordenação da CAEd, do Setorial de Educação.

Eu cometi um engano na hora em que chamei a Givânia para a mesa, porque ela iria dividir o tempo com a Shirley. Aí, a gente vai conceder a Shirley os cinco minutos que seriam do acordo firmado.

Shirley Pimentel de Souza, da Conaq.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA (Para expor.) – Certinho.

Muito obrigada, Senadora Teresa.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria registrar a felicidade desse debate que a gente está tendo aqui hoje. Hoje, pela manhã, todo mundo se recordava do que foi o debate do PNE passado. Eu, particularmente, recordo com muito trauma, porque foi muito triste e improdutivo, e gastamos muita energia para discutir o Plano Nacional de Educação, os planos estaduais e planos municipais com pessoas que não queriam discutir qualidade de educação, que não queriam discutir equidade de educação. E acredito que o que está acontecendo agora, desde o ano passado, aqui, na Comissão de Educação do Senado e também na Câmara, é justamente o contrário: são pessoas ouvindo de fato as propostas, discutindo com a sociedade o que nós queremos para a educação.

Então, já parabenizo a Senadora Teresa Leitão por ter qualificado este debate do PNE.

E, quando a gente pensa em educação das comunidades quilombolas, para a gente ainda está muito latente a garantia de direito básico à educação. Lá na Bahia, a gente está fazendo agora um diagnóstico da educação escolar quilombola pelo fórum de educação, que a gente tem lá, do movimento quilombola, e a gente se depara com questões básicas, como a escola não ter água potável, não ter banheiro, não ter sala de aula. Então, a gente ainda está discutindo coisas muito básicas do acesso à educação para as comunidades quilombolas. Então, este é um momento importante e rico de a gente discutir.

E, já tocando nesse ponto, chovendo um pouco no molhado, mas acho que o primeiro ponto que a gente, do coletivo de educação da Conaq, tem destacado é com relação ao financiamento: quais os recursos destinados à educação escolar quilombola neste PNE? Não está posto, não está dito. Então, esse é um destaque, porque não tem como melhorar a infraestrutura dessa escola precarizada – sem água, sem sala de aula, sem livros – sem recursos, não tem como a gente melhorar transporte escolar, alimentação escolar, que respeite inclusive a cultura alimentar. A gente brincava com isto hoje no almoço: a diversidade da cultura alimentar do nosso país, e a alimentação escolar precisa respeitar a cultura alimentar. Não tem como a gente fazer isso sem recurso.

O material didático, que seja territorialmente também referenciado e que vem do Sul e do Sudeste, não atende as comunidades quilombolas de uma maneira geral, mas, se a gente pensa no do Norte e do Nordeste, aí é que não atende mesmo. Então, para a gente pensar num material didático que seja referenciado dos territórios quilombolas, a gente também precisa de destinação de recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, esse é o primeiro ponto que a gente destaca, de ter essa destinação. E, para isso, a gente entende que as metas precisam também ser mais específicas. A única meta relacionada à educação escolar quilombola é a 8.c, que diz para ampliar em 50% a cobertura das creches em território quilombola. A única meta que está quantificada é essa da cobertura de creches em 50%, as outras são todas metas abertas e genéricas.

Então, um ponto que a gente reivindica é que essas metas sejam quantificadas e tenham um prazo para acontecer, não só dentro dos dez anos, mas prazos menores também para a gente conseguir fazer o acompanhamento e também para fazer o monitoramento e a responsabilização dos entes federativos, o que é um outro ponto que também está ausente ou pouco definido lá nas metas do PNE, que são os processos de monitoramento e responsabilização, quando essas metas não são alcançadas. A gente vive um problema grave de fechamento de escolas no campo de uma maneira geral, nas comunidades quilombolas de uma maneira específica. E, se a gente não previr lá no PNE esse monitoramento e essa responsabilização de quem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA – ... está fechando as escolas, a gente também perde esse controle. Então, esse é um ponto importante.

E, falando do fechamento das escolas, quando a escola se fecha, esses estudantes, no geral, não vão se deslocar longas distâncias para ir para outras comunidades, principalmente se a gente está falando dos adolescentes ali no fundamental II. Na minha comunidade, meus primos pararam de estudar quando acabaram o fundamental I, porque eles têm que se deslocar para outra comunidade... Eles passam o dia inteiro dando diária de serviço nas fazendas ou vão para colheitas de laranja em São Paulo, ou corte de cana no Paraná, ou de café em Minas Gerais e param de estudar. Então, fechar a escola da comunidade é evadir esse aluno. Ele não se evade, ele é evadido, ele é expulso dessa escola. Então, não dá para dissociar também de uma política de regularização dos territórios quilombolas.

A Lorena falou mais cedo ali de articular o PNE com a política de juventude, e eu penso que a gente precisa também articular com a política de regularização dos territórios quilombolas porque, se os nossos territórios estão na mão de fazendeiro, se a gente está sendo expulso do território, esses estudantes também são expulsos da comunidade, expulsos da escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para tentar finalizar aqui, sobre o Sistema Nacional de Educação já foi tocado aqui também nesta mesa, é importante pensar essas metas pensando também a especificidade da educação escolar quilombola e da diversidade dos territórios quilombolas, pensar esses indicadores dentro do sistema que está previsto lá, que em dois anos tem que ter, e pensar essa gestão democrática, o financiamento e avaliação da educação escolar quilombola no Sistema Nacional de Educação.

E eu não poderia deixar de falar da formação docente, das especificidades da formação docente. A Senadora já protocolou um projeto para um concurso específico de professores quilombolas, indígenas e do campo, e isso para a gente é uma pauta prioritária, porque já se tem mostrado que a educação escolar quilombola só acontece com um professor de qualidade, com um professor do território que fica, que se sacrifica, inclusive, com esses contratos temporários cheios de vícios e com toda a influência política que tem. Então, para a gente, garantir carreira docente, formação de professor, qualidade em toda a estrutura do trabalho docente é fundamental.

Então, a gente está aqui num esforço de construir mesmo, de reconstruir a democracia deste país, e esse PNE é uma possibilidade.

A gente está num país racista e, se a gente pensar esse PNE sem pensar raça, sem pensar território, a gente também não estará comprometido com a democracia. Então, a gente defende que um PNE antirracista é um PNE pela democracia do país.

Obrigada pelo espaço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Shirley. Eu vou dando notícia da tramitação do nosso projeto.

Não há nenhum Senador inscrito. Pelo ritual previsto, a gente voltaria para a mesa, mas nós vamos abrir espaço para a intervenção de uma estudante, e já foi me passado que o seu nome é Amanda, da Uniafro.

Aí, do lugar de vocês, ou aqui, tem um dispositivo. É só apertar onde tem "ligue". Quem é Amanda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Amanda, você aperta um negocinho que tem "liga", quando a luzinha verde acender é porque o som está com você.

A SRA. AMANDA DOS SANTOS – Eu acho que foi.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foi, bem.

A SRA. AMANDA DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, companheiras e companheiros da Uniafro. É uma honra estar aqui nesta Casa, um dia podendo falar com a nossa juventude, a nossa representatividade negra.

Infelizmente, a gente teve um inconveniente hoje de manhã, mas tudo foi resolvido graças à nossa organização, que pôde colocar a gente aqui dentro.

Sobre o PNE, a nossa pauta principal é sobre o plano nacional de educação antirracista e como ele afeta esse desenvolvimento desses jovens na educação.

Eu sou fruto de um abandono escolar, que hoje conseguiu se recuperar e dar continuidade nos estudos. Hoje eu sou "prounista", faço uma das melhores faculdades de São Paulo, e esse plano, não só para mim, como para outros jovens, afeta... A estrutura...

Desculpem-me, eu estou um pouco nervosa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Você está a cara de uma Senadora. Continue.

A SRA. AMANDA DOS SANTOS – Primeira vez, gente. Vamos lá, recomeçar.

Meu nome é Amanda dos Santos, tenho 20 anos agora. Sou estudante de Economia no primeiro semestre da Faap, sou militante política na Uniafro. Sou moradora de Ocupa, sou jovem militante pelo direito de igualdade racial e moradia de qualidade no centro.

Hoje a gente está aqui para debater sobre o plano nacional – estou dando uma fala de três minutos, e eu acho que já passou um, de dois – sobre o PNE, o Plano Nacional de Educação antirracista. E a gente complementar, porque eu acho que teve grandes falas sobre isso, mas um ponto que a gente poderia tratar mais é sobre como esse plano pode recuperar...

Gente, me desculpem mesmo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, gente. É, tudo bem. Eu acho que eu estou melhorzinha aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AMANDA DOS SANTOS – É, tá. Desculpem. Eu acho que eu vou falar um pouco, que é nosso mesmo, da nossa... Desculpa, gente. Eu travei, desculpa, gente. Eu não consigo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não tem o que desculpar, Amanda. Não tem o que pedir desculpas.

Nós, sociedade, temos muito que pedir desculpas ao povo negro deste país. E é com a luta de vocês, com o seu ativismo tão jovem, e ao mesmo tempo, você se preparando numa universidade, que a gente vai conseguir. A gente vai conseguir. Racistas não passarão. (*Palmas.*)

Muito bem, vamos voltar agora para a mesa, para os cinco minutos complementares. Vocês vão dividir também, para eu não errar de novo. Vocês são as primeiras, Givânia e Shirley.

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA (Para expor.) – Bom, eu quero... Eu vou realmente ser fiel agora aos cinco minutos, deixar para a Shirley.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Dois e meio. Não, exato, dois e meio. Eu vou usar menos do que isso.

Senadora, é muito mais para agradecer este espaço e convidar a sociedade brasileira como um todo, convidar os Parlamentares das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, porque este debate que nós estamos fazendo aqui no Senado, Senadora, vai descer para os estados, para os 5 mil, quase 6 mil municípios. Eles não podem cometer este crime de pegar o PNE e desconsiderar tudo isso que nós estamos fazendo aqui.

Então vou usar este tempinho muito curto para dizer isto: convidar a sociedade a se envolver. Não é uma questão nossa, da população negra; é uma questão da sociedade brasileira. E nós não vamos melhorar se 56% da população ficarem, quem está para trás continuar atrás.

Obrigada e passo para a Shirley, para não cometer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Givânia.

Shirley Pimentel.

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA (Para expor.) – Quando a gente fala de educação escolar quilombola, a gente fala enquanto modalidade e, às vezes, a gente acaba discutindo dentro, como se fosse um nicho, não é? E eu acho que pensar este debate de que a educação escolar quilombola se intercruza com outras. Então não esquecer a educação especial na perspectiva inclusiva, nos territórios quilombolas, que é um olhar que a gente ainda tem pouco. E têm chegado várias demandas para a gente, no coletivo de educação, que dizem respeito à inclusão de pessoas com deficiências dentro dos territórios quilombolas, nos seus processos educativos.

E tem uma pergunta aqui do Alexandre, do Rio de Janeiro, que pergunta como o PNE pode... Ah, não, desculpa, é do André, do Distrito Federal: "Como o PNE pode contribuir para o aumento da taxa de conclusão do ensino superior entre estudantes negros e indígenas?". E aí, eu vou fazer a puxada para quilombo. O PNE tem as metas lá para o ensino superior, que também não dizem muito ainda sobre os estudantes quilombolas, e essa é uma pauta também importante. Apesar de a gente ter um gargalo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA – ... muito grande no ensino fundamental e no ensino médio – é praticamente inexistente o ensino médio nos territórios quilombolas –, quando tem é ainda com muita fragilidade, com ensino à distância, como acontece aqui no Goiás, como acontece na Bahia.

Então, quando a gente pensa em coisas específicas para o ensino superior, a gente está também reduzindo as desigualdades e fazendo com que esses estudantes, se a gente der uma educação de qualidade básica, consigam chegar ao ensino superior e ter boas taxas de conclusão – o que chamam de conclusão com êxito –, mas, para isso, a gente precisa pensar, nesse PNE, não só o ingresso, mas a permanência, a assistência estudantil, o acolhimento desse estudante, e um currículo no ensino superior que também atenda à diversidade que são os quilombos neste país.

E, assim, quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade do debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também, Shirley.

Devolvo a palavra para a Lorena Cerqueira.

A SRA. LORENA CERQUEIRA (Para expor.) – É nervoso, não é o microfone. (*Risos.*)

Eu quero agradecer.

Primeiro, eu quero agradecer a todas as organizações que estão nesse grupo de trabalho do Coletivo PNE Antirracista. Acho que essa frente de trabalho é importante para unificar essas incidências que têm sido realizadas em todos os estados. Quero agradecer à Senadora pelo espaço, pela disponibilização do espaço e também pela construção dessa audiência coletiva.

Quero dizer que eu vou deixar os documentos em relação ao fórum – de incidências no Nordeste – e também as contribuições que a gente tem trazido em relação ao texto da PL.

Quero convocar – acho que convocar, um pouco – a sociedade e as pessoas que estão assistindo a gente a participarem da construção da Marcha das Mulheres Negras de 2025.

A gente vai lançar, em breve, um ciclo formativo pensando o Plano Nacional de Educação em educação para o bem viver e para a reparação. A gente sabe que o discurso da reparação se espraia em várias áreas – na cultura, no acesso a recursos, na justiça –, mas a gente quer pensar também em reparação dentro do processo educacional brasileiro, e a gente tem entendido, neste momento, que nós estamos numa encruzilhada mesmo, pensando os 22 anos da Lei 10.639, pensando o recém-lançamento da Pneerq e a construção desse novo plano, para os próximos dez anos.

Então, quero convidar a juventude, convidar as mulheres, convidar os movimentos negros a estarem conosco, dentro dos comitês estaduais, dentro do comitê nacional, para que a gente consiga trazer para dentro da marcha essa perspectiva de pensar a educação no processo reparatório para as populações negras brasileiras.

E é isso. Seguimos em marcha, muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Lorena.

Devolvo a palavra para Waldete Tristão.

A SRA. WALDETE TRISTÃO (Para expor.) – Eu também quero começar agradecendo a oportunidade, a abertura da Senadora para nós do movimento negro, pessoas comprometidas com a pesquisa, com a sala de aula, com os espaços que nós, carinhosamente, chamamos de chão da escola.

E eu quero finalizar dizendo que educação democrática, para ser democrática, precisa ser antirracista. Então, esse tem que ser um princípio do Plano Nacional de Educação. Se o nosso plano tivesse que ter um nome e um sobrenome, ele deveria ser Plano Nacional de Educação Antirracista. Ele, sim, demonstraria, com esse nome e sobrenome os desejos de todas as populações que existem no nosso país, que existem e resistem.

Pensando que estamos numa encruzilhada - como Lorena bem lembrou agora–, estar na encruzilhada, algumas vezes, é poder compreender que é necessário dar um passo para trás. E dar um passo para trás significa rever aquilo que está sendo pensado e produzido.

Nessa direção, eu quero conversar um pouquinho com a Michelly, do Amazonas, que nos pergunta: "Como a gestão pedagógica das escolas pode contribuir para o desenvolvimento das ações em torno da equidade racial?"

Primeiramente, compreendendo que precisa garantir a formação continuada, mas garantir a formação continuada é também um grande desafio, porque esse desafio já vem da própria formação dessa gestora. Mas essas práticas pedagógicas só poderão ser qualificadas se essa garantia também estiver sendo monitorada pelos entes federativos, pelos municípios também.

Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço. Muito obrigada.

Devolvo a palavra agora para Adriana Moreira, do Programa Malala Peregum.

A SRA. ADRIANA MOREIRA (Para expor.) – Boa tarde. Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui, de ter podido construir este momento com as organizações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

construíram essa atividade, o Ceert, a Conaq, o Cedenpa, o Geledés, o Observatório da Branquitude, o Odara.

Quero também agradecer à Senadora por ter, facilmente... Assim, teve um diálogo muito fácil para a gente conseguir abrir esse espaço, um dia depois da primeira sessão, na Câmara, da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação. Acho que isso é um bom sinal da nossa organização. Acho que a gente precisa se organizar, também, para sistematizar, do ponto de vista da comunicação retórica, para desenhar estratégias, porque eu acho que a conjuntura não será fácil. A gente viu que o relatório da conferência já é um pouquinho distante do desejo, eu acho, do conjunto das organizações negras, e se distancia um pouco mais ainda do projeto de lei.

Há uma conjuntura difícil. A projeção da Comissão Especial não é uma... A Presidência e a relatoria também são um pouco conflitantes, a partir do universo do lugar que nós construímos. Então, acho que a gente precisa calcular os nossos passos e desenhar estratégias para poder incidir de maneira mais efetiva, a partir de prioridades, no que nos interessa no Plano Nacional de Educação. Acho que essa é uma questão importante e que o nosso campo precisa dialogar para conseguir desenhar essa estratégia. Acho isso muito, muito, muito importante.

Eu entendo que, talvez, uma das prioridades seja desenhar em torno de discussão de permanência na educação a partir de variáveis de raça, sexo e território, com dificuldades, talvez, de território, e tensionar em torno da ideia de sexo, porque, com a bancada evangélica, em torno do gênero acho que a gente vai ter um enfrentamento muito difícil.

Mas a gente tem um bom saldo da pandemia. Foi durante a pandemia, numa estratégia independente do movimento negro, que a gente conseguiu passar o VAAR. Eu acho que isso também nos traz uma esperança, uma expectativa positiva para a gente também. Eu acho que a gente também pode investir nisso, porque, quando eu era adolescente e comecei a militar, eu lembro que a campanha era 7% do PIB para a educação. (*Risos.*)

Existe uma base teórica para a gente fazer uma defesa de 3% do PIB para o combate ao racismo na educação. A gente teve uma capacidade de acúmulo histórico e imaginativa de tentar disputar o orçamento nesse lugar e eu acho que não há motivo para que a gente tenha receio de fazer isso. Eu acho que a gente tem condições de organização. A gente tem argumentos para a gente fazer essa disputa. Não tem motivo para a gente não fazê-la. A nossa organização, do lugar que a gente a vê, a gente entende que não há muitos motivos para que a gente não faça este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

debate. Ainda que a gente não consiga os 3%, mas não há motivo para a gente não colocar o debate a caminho.

Quero dizer que a nossa organização, a Uneafro Brasil, e o Instituto de Referência Peregum estão à disposição do Estado brasileiro para o debate franco, o debate fraterno e o debate corajoso para construir um Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MOREIRA – ... com uma democracia para o bem viver, em que, portanto, caibam todas as pessoas, sobretudo as pessoas negras, as pessoas indígenas, as mulheres e as pessoas com deficiência.

Eu quero fazer um convite a todas as pessoas aqui. Hoje à noite tem uma festinha de lançamento do nosso documento, tem chope para todo mundo, "de grátis". A senhora está convidada. Lá na... (*Risos.*)

Não sei se pode falar isso aqui. Desculpa. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Já falou. (*Risos.*)

A SRA. ADRIANA MOREIRA – Desculpa.

Lá na Casa Peregum. Eu não sei exatamente qual é o endereço, porque eu não sou daqui, mas é na Casa Peregum. É só procurar aí na internet. Na Casa Peregum, a Casa dos Movimentos Negros, aqui em Brasília.

Todo mundo está convidado. A gente vai ficar muito feliz se vocês forem lá. Os jovens, as pessoas mais bonitas da semana aqui no Planalto também estarão lá. Está bom?

Muito obrigada.

Um beijo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Adriana. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora para Maria Malcher, do Cedenpa.

A SRA. MARIA MALCHER (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, boa tarde. Agradeço à Casa. Agradeço a acolhida dos Senadores, ao pessoal da Senadora Teresa Leitão.

Quero dizer que o nosso plano está posto. A gente tem questões que para nós são inegociáveis. O aumento da estabilidade do servidor deve ser um compromisso desse plano. E, também, esse plano deve ser, de fato, antirracista e um plano que reverbere no chão da escola em relação a essa questão de a gente pensar uma educação, de fato, de qualidade e que reeduque a sociedade brasileira na perspectiva do enfrentamento às desigualdades, as desigualdades raciais, as desigualdades de gênero e também as desigualdades territoriais que estão postas no nosso cotidiano.

Parabenizo o Movimento Negro, que é, de fato, aquilo que a Nilma Lino Gomes já falou para a gente na escrita, um movimento negro educador que faz essa transposição didática desses elementos da educação para a sociedade brasileira para dizer que vocês devem ser antirracistas.

Também é muito importante que as pessoas que estão nos escutando e que fazem parte das Casas Legislativas estaduais e municipais percebam que essa discussão precisa chegar aos municípios e aos territórios, porque isso é um pouco do que interessa para a gente.

Também quero dizer a todas as pessoas aqui desta Casa que apoiem o Movimento de Mulheres Negras a partir da Marcha das Mulheres Negras nos seus estados e aqui em Brasília.

Obrigada e muito axé. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Maria.

Miriam Gomes Alves, a quem passo a palavra.

A SRA. MIRIAM GOMES ALVES (Para expor.) – Pensar no PNE antirracista é um direito de ser reconhecido, de ter acesso à cidadania e, nesse caso, eu vou responder aqui à Jennifer, de São Paulo, que perguntou: "O PNE considera a inclusão de experiências e saberes afro-brasileiros e indígenas como parte do currículo da formação de professores?".

Pensar nesse PNE antirracista é pensar no acesso, na permanência e, principalmente, nos saberes da população afro-brasileira, indígena, quilombola, cigana, ribeirinha e demais grupos que foram marginalizados e invisibilizados dentro do sistema de ensino – nos currículos escolares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na formação docente, na elaboração dos materiais didáticos – e em um conjunto de ações, investimentos e infraestrutura que garantam uma educação de qualidade com equidade racial democrática.

Um PNE antirracista também tem que se contrapor a projetos de educações neoliberais, como temos em Minas Gerais, no Estado de São Paulo e demais estados, com o sucateamento e precarização de escolas, fechamento de escolas, contrapondo-se a um ensino médio com conteúdos esvaziados, como se deu na reforma do ensino médio. Precisamos pensar em todos esses pontos para termos uma educação mais justa e democrática para todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Acho que terminamos a parte da exposição.

Então, em nome da Comissão de Educação, que aprovou os nossos requerimentos – os Senadores não estão aqui, mas alguns certamente acompanharam, certamente –, eu quero, primeiro, agradecer a confiança de trazer para esta Casa um debate da sociedade civil. Essa relação precisa amadurecer muito. Ela já foi pior, e a gente precisa sempre avançar naquilo que a gente já conquistou. Ninguém melhor do que vocês sabe disso.

E esta Comissão, não só agora, mas, pelo menos nesta legislatura, eu tenho percebido, está muita aberta para a gente ouvir a sociedade. Algumas de vocês já estiveram aqui em outras ocasiões e certamente voltarão.

Mas esta audiência teve um caráter diferenciado porque nós fomos apenas apoiadoras. Foi tudo organizado pelo grupo, por esta ampla coalizão que defende o PNE antirracista, que defende que a educação é, de fato, um veículo importante, um espaço indispensável para a gente tematizar isso. E, pelo que eu ouvi, a defesa é que isso seja – e eu concordo – desde a educação infantil, que é a porta de entrada para o sistema de educação, o sistema público de educação, que é o que a gente defende.

Desejo um bom retorno para aquelas que vieram de longe. A Casa estará sempre disponível.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, informo que teremos reunião na terça, dia 13 de maio, às 10h, destinada à deliberação de projetos de lei e requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava segurando o celular para poder dar a notícia a vocês, que vou dar agora.

Acabou de ser aprovado, no Plenário da Casa, o projeto de lei das cotas para o concurso público. (*Palmas.*)

Cotas abrem portas!

Nós corremos com essa aprovação na semana passada, pedimos urgência, porque o MGI já vai incluir essa deliberação no próximo concurso, que certamente ainda se realizará este ano.

O projeto vai à sanção. Teve um destaque, que era para tratar do prazo de revisão, mas o destaque foi rejeitado também. (*Palmas.*)

E o projeto foi aprovado do jeito que saiu daqui da Comissão de Direitos Humanos.

Então, no próximo concurso, nós estaremos com as cotas asseguradas.

Parabéns, minha gente, e uma boa tarde para todos vocês. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Weverton, Eliziane Gama, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Wilder Morais, Augusta Brito e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Beto Faro, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Marcio Pochmann, Presidente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a crise na gestão do órgão, especialmente sobre a criação da Fundação IBGE+, que culminou no pedido de demissão de diversos diretores e na divulgação de uma carta aberta de servidores, alegando falta de diálogo e comprometimento da integridade do IBGE nas decisões tomadas pela atual presidência, de forma autoritária e sem transparência." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater o aumento da oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes. O objetivo é avaliar os impactos desse crescimento sob a ótica da segurança alimentar, da regulação sanitária e do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando tanto os desafios regulatórios quanto os avanços em pesquisa e inovação no setor de suplementos alimentares." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 4, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para avaliar a regularidade orçamentária dos programas governamentais instituídos pela Medida Provisória nº 1.278, de 11 de dezembro de 2024, considerando possíveis impactos sobre as regras fiscais vigentes." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a greve dos peritos médicos do INSS, que se iniciou em agosto de 2024 perdura por sete meses." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 6, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. ALEXANDRE PADILHA, Ministro de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a reestruturação e modernização da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6047, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas organizações da sociedade civil com atuação no território nacional; veda a participação, e a respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, impondo, ainda, um período vedado de atuação nessas funções; e altera a Lei n° 8.429, de 1992, para punir como atos de improbidade administrativa a violação dessa disposição." **Autoria:** CPI DAS ONGS. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com quatro emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 7 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3953, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/12

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passamos à pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há vários requerimentos, mas, em homenagem à presença do Senador Styvenson, eu quero passar aqui para o item 6 da pauta, que trata do Projeto de Lei 6.047, de 2023.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6047, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas organizações da sociedade civil com atuação no território nacional; veda a participação, e a respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, impondo, ainda, um período vedado de atuação nessas funções; e altera a Lei nº 8.429, de 1992, para punir como atos de improbidade administrativa a violação dessa disposição.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas

Observações: - *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

Com a palavra o nosso querido Relator, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, primeiro, pela compreensão de inverter a pauta para a relatoria desse importante projeto de autoria de V. Exa.

Eu pediria só a compreensão do Presidente para colocá-lo em pauta semana que vem – vou retirá-lo temporariamente –, com tempo para que alguns outros Parlamentares possam, até mesmo quem tem interesse, reavaliá-lo e possam ou não contribuir com a melhoria do nosso projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se não for inoportuno, se for de acordo com o Presidente, que também é o autor do projeto, se a gente puder pautar na semana que vem para eu relatar, porque o relatório já está pronto, eu ficaria muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatada a solicitação, fica o item pautado para a nossa próxima reunião deliberativa da próxima semana.

Muito obrigado, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – De preferência, o primeiro item da pauta, logo para começar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está consignado aqui pela Presidência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós temos aqui vários requerimentos.

Passo para o próximo item, que é o Requerimento da CTFC nº 1, de 2025.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Marcio Pochmann, Presidente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a crise na gestão do órgão, especialmente sobre a criação da Fundação IBGE+, que culminou no pedido de demissão de diversos diretores e na divulgação de uma carta aberta de servidores, alegando falta de diálogo e comprometimento da integridade do IBGE nas decisões tomadas pela atual presidência, de forma autoritária e sem transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR) e Senadora Tereza Cristina

Em votação.

Aqueles que aprovam esse requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater o aumento da oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes. O objetivo é avaliar os impactos desse crescimento sob a ótica da segurança alimentar, da regulação sanitária e do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando tanto os desafios regulatórios quanto os avanços em pesquisa e inovação no setor de suplementos alimentares.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

Gostaria de subscrever esse requerimento, que é de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria para avaliar a regularidade orçamentária dos programas governamentais instituídos pela Medida Provisória nº 1.278, de 11 de dezembro de 2024, considerando possíveis impactos sobre as regras fiscais vigentes.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI) e outros

Como o Senador Ciro Nogueira não está presente, eu também subscrevo.

Em votação.

Quer fazer algum comentário, Senador?

Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Hiran, primeiro, quero felicitá-lo pela Presidência desta Comissão, que revela uma faceta importante do trabalho do Congresso, que é a fiscalização do Poder Executivo.

Eu tive a oportunidade de ver todos os requerimentos que estão na pauta e quero aqui destacar, desde logo, meu voto favorável a todos eles, inclusive a esse que V. Exa. mencionou agora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Em votação o Requerimento nº 4, de 2025, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que também subscrevo.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a greve dos peritos médicos do INSS, que se iniciou em agosto de 2024 perdura por sete meses.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. ALEXANDRE PADILHA, Ministro de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a reestruturação e modernização da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6, Projeto de Lei nº 6.047... (*Pausa.*)

Ah, o item 6 foi retirado de pauta.

Muito obrigado.

O item 7 é o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 3.953, de 2019.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3953, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar o acesso do cadastrado aos seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir.

Como não foram apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284 do Regime Interno do Senado Federal.

Pergunto ao Senador Sergio Moro se quer fazer mais alguma consideração a respeito da nossa reunião deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço, Senador Hiran. Por ora não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, nada havendo mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Desejo uma boa tarde a todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Romário, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6047, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas organizações da sociedade civil com atuação no território nacional; veda a participação, e a respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, impondo, ainda, um período vedado de atuação nessas funções; e altera a Lei n° 8.429, de 1992, para punir como atos de improbidade administrativa a violação dessa disposição." **Autoria:** CPI DAS ONGS. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com quatro emendas. **Resultado:** Concedida vista coletiva à matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1944, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil" **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor João Luiz Fukunaga, Presidente da Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o déficit de R$ 14 bilhões da Previ, em 2024, além de expor suas competências e ações para o desenvolvimento da entidade." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 8, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os procedimentos adotados pela União para a promoção da regularização fundiária do bairro Paraviana, em Boa Vista - RR." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 9, de 2025** que: "Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como do arts. 90, X, c/c art. 102-A, I, "e", ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprove a solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União (TCU) para reavaliação do Acórdão TCU n. 520/2024, proferido no âmbito do Relatório de Auditoria TC 008.711/2023-2." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e às Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Como primeiro item da pauta, há o Projeto de Lei nº 6.047, de 2023.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6047, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas organizações da sociedade civil com atuação no território nacional; veda a participação, e a respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, impondo, ainda, um período vedado de atuação nessas funções; e altera a Lei nº 8.429, de 1992, para punir como atos de improbidade administrativa a violação dessa disposição.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

A relatoria é do nosso ilustre Senador Styvenson Valentim, para quem passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

No período que o Brasil está vivendo, a transparência hoje não é que está em moda, está em necessidade, é obrigação de todos, não só aqui do Congresso, mas de quem manuseia recursos públicos.

Peço a permissão do senhor para ir direto para a análise, já que o senhor fez uma síntese do projeto que eu vou relatar na CPI das ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se quanto ao mérito de proposições que tratem, entre outros temas, de prevenção à corrupção, de acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta e de prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos. O projeto em exame encaixa-se de forma precisa nessas atribuições de competência.

A nosso juízo, o Projeto de Lei nº 6.047, de 2023, é meritório ao aperfeiçoar as regras de transparência e de governança das organizações da sociedade civil, popularmente conhecidas como ONGs, mediante duas diretrizes: a) aumento da transparência, mediante a exigência de publicação da origem de todos os seus recursos, da remuneração de seus dirigentes e de todos os contratos, acordos e convênios celebrados com entidades da Administração Pública; e b) vedação ao exercício de funções diretivas ou consultivas por ocupantes de cargos públicos.

Com relação ao financiamento das organizações da sociedade civil, o relatório final da CPI das ONGs evidenciou que essas entidades recebem centenas de milhões de reais de fontes estrangeiras, sem transparência suficiente acerca da origem de suas receitas. Salutar, assim, a exigência de discriminação específica de todas as suas receitas e despesas, bem como a exigência de publicação na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Louvável, ainda, a exigência de divulgação da remuneração auferida por seus dirigentes, o que contribuirá para evitar abusos e o desvirtuamento da finalidade dessas instituições.

No que concerne à vedação ao exercício de funções diretivas ou consultivas nas ONGs por servidores públicos, destacamos que o relatório final da CPI identificou a existência de uma verdadeira porta giratória entre pessoas ligadas a ONGs e integrantes dos governos federal e estaduais. Ainda, segundo o relatório, quando tais pessoas perdem seus cargos no governo, são alocadas em ONGs e vice-versa. Nada mais adequado, assim, do que a mencionada vedação, aliada à quarentena de dois anos, que nos parece igualmente adequada.

Ressaltamos que a proposição não veda a participação de servidores públicos nas ONGs – apenas os proíbe de exercer funções diretivas ou consultivas. As demais atividades, dessa forma, podem ser exercidas, desde que sem remuneração adicional.

A eficácia das disposições relativas aos servidores públicos é assegurada pela alteração da Lei de Improbidade Administrativa, que prevê como ato de improbidade o recebimento, por servidores públicos, de remuneração, subsídio ou qualquer vantagem oriunda de organizações da sociedade civil, bem como a participação na composição de conselho ou diretoria de organização da sociedade civil.

A inovação legislativa pretendida, dessa forma, é bastante positiva, pois contribui para incrementar o controle social sobre as atividades das ONGs e reduz possíveis conflitos de interesse decorrentes da participação de servidores públicos na gestão dessas entidades.

Consideramos necessários, contudo, alguns ajustes na proposição.

Relativamente às regras de transparência previstas no art. 2º, consideramos que devam alcançar apenas (i) as ONGs que tenham vínculo com o poder público – previstas nos incisos I a III do art. 1º; e (ii) as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, previstas no inciso IV, que aufiram benefícios fiscais. Com relação às demais entidades previstas no inciso IV, consideramos tratar-se de exigência desarrazoada, uma vez que impõe um dever de publicidade a entidades de direito privado que não gozam de benefícios diretos do poder público.

A exigência de divulgação das informações em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações também nos parece excessiva, haja vista tratar-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de documentos de dezenas ou centenas de páginas, sendo suficiente a divulgação nos sítios da internet das respectivas entidades, vedada a exigência de cadastro ou de identificação do usuário para fins de acesso.

Consideramos necessário, ainda, alterar a redação do art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que trata da cessão especial de servidor público para as OSs. A redação atual dessa lei permite o pagamento de vantagem pecuniária aos servidores cedidos, a exemplo de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria, o que não se coaduna com os ditames deste PL.

Também consideramos necessário ressalvar da prática de ato de improbidade administrativa a participação de membros do poder público no conselho de administração das organizações sociais, expressamente autorizada pelo §2º do art. 3º da proposição.

Por fim, propomos substituir a expressão "servidor público" por "agente público" – mais ampla –, de forma a alcançar também os agentes políticos e os agentes públicos sem estabilidade, mais suscetíveis às influências indevidas que a proposição visa coibir. Aproveitamos o conceito de "agente público" constante do art. 2º da Lei de Improbidade Administrativa, com um pequeno ajuste, consistente na exigência de remuneração em pecúnia, de forma a afastar funções meramente eventuais, como jurados e mesários. Incluímos, ainda, ressalva ao exercício da docência, sob pena de inviabilizar que agentes públicos lecionem em instituições privadas, o que representaria, de modo desproporcional, restrição superior à imposta pelo Constituinte até mesmo aos magistrados e membros do Ministério Público, que tiveram expressamente resguardada a liberdade de magistério (arts. 95, parágrafo único, inciso I, e 128, §5º, inciso II, alínea "d", da Constituição Federal).

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 6.047, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CTFC

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 6.047, de 2023, a expressão "servidores públicos" por "agentes públicos", e promovam-se as seguintes alterações no art. 3º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 3º É vedado ao agente público exercer cargo de membro de órgãos diretivos ou consultivos das entidades mencionadas nos incisos do *caput* do art. 1º.

.....

§ 3º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce de forma remunerada em pecúnia, ainda que transitoriamente, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal."

EMENDA Nº – CTFC

Promovam-se as seguintes alterações no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.047, de 2023:

"Art. 2º As organizações referidas nos incisos I a III do *caput* do art. 1º e as entidades referidas no inciso IV do *caput* do art. 1º que aufiram benefícios fiscais de qualquer natureza deverão divulgar na internet:

.....

Parágrafo único. O acesso às informações de que trata o *caput* prescinde de cadastro ou de identificação do usuário."

EMENDA Nº – CTFC

Promovam-se as seguintes alterações na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nos termos do art. 5º do Projeto de Lei nº 6.047, de 2023:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º Para fins do inciso XIII do art. 9º e do inciso XIII do art. 11 desta Lei, a qualificação como agente público exige a percepção de remuneração em pecúnia do respectivo órgão ou entidade do poder público".

.....

"Art. 9º .....

XIII – receber o agente público remuneração, subsídio ou qualquer vantagem, direta ou indireta, a qualquer título, oriunda de organizações mencionadas nas alíneas "a" a "d" do inciso XIII do art. 11 desta Lei, salvo retribuição pelo exercício da docência".

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 11 .....

.....

XIII – participar o agente público, ressalvado o disposto no art. 3º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, da composição de conselho ou diretoria de:

a) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

b) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

c) organizações da sociedade civil que, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, firmem com a administração pública termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação;

d) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que exerçam atividades de relevante interesse social, coletivo ou difuso".

.....

EMENDA Nº – CTFC

Incluam-se os seguintes arts. 6º e 7º no Projeto de Lei nº 6.047, de 2023, renumerando-se a cláusula de vigência:

"Art. 6º O art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 14. .....

§ 2º Não será permitido, a qualquer título, o pagamento de vantagem pecuniária por organização social a servidor cedido.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem'."

"Art. 7º Revoga-se o § 1º do art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998."

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Styvenson.

Está em discussão o Projeto de Lei 6.047, de 2023, com as alterações sugeridas pelo Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Eu queria fazer algumas considerações.

Alguns pontos me chamam a atenção. Primeiro, esse projeto cria muitas barreiras burocráticas e restritivas que dificultam a ação das organizações da sociedade civil.

As medidas são consideradas, de certa forma, discriminatórias, pois as organizações da sociedade civil já seguem normas rigorosas de transparência. E o projeto viola alguns princípios constitucionais como liberdade de associação e isonomia.

Também, regras excessivas de transparência obrigam as organizações da sociedade civil a divulgar publicamente suas fontes de recursos e despesas enquanto empresas privadas não têm a mesma exigência.

Restrição à participação dos servidores públicos. Impede que agentes públicos ocupem cargos de liderança em organizações da sociedade civil, dificultando a cooperação com o Estado.

Criminalização de atividades da organização da sociedade civil.

Amplia hipótese de improbidade administrativa, punindo agentes públicos que se envolvem com organizações da sociedade civil, mesmo sem evidência de irregularidades.

Diante de todas essas questões e pedindo as minhas desculpas ao Relator que, com certeza, teve um trabalho imenso e um esforço grande para apresentar esse relatório, eu vou pedir vista do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está concedida a vista, mas vou passar a palavra ao Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Como Relator.) – Não, eu concordo que pode ser excessivo, nosso Líder, Senador Rogério, mas foi percebido, durante a CPI das ONGs, que havia uma dificuldade imensa de se ter acesso a certas informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que advinham de administração de ONGs que participavam do poder público. Então, essa necessidade...

Esse projeto de lei foi concebido justamente durante uma CPI, para tirar aquela mística, Senadores, que as pessoas falam de que CPI não dá em nada, CPI só dá em pizza. Não! Deu em um projeto de lei, buscando a transparência, buscando a limitação, buscando, justamente, essa diminuição de agentes públicos, até promotores de Justiça, participando da administração de ONGs.

Eu também não achava nada, nada tinha contra, até então, mas, ao participar da CPI das ONGs, eu vi que pode ser nocivo. E essa limitação acho que é um regramento. Acho que dá para ser discutido, melhorado, aperfeiçoado ou reduzido qualquer tipo de abuso, dentro da constitucionalidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Com a vossa manifestação, eu fico muito feliz, porque deixei para apresentar algumas contribuições para melhorar o texto para conversa posterior, e estou vendo que tem total abertura. Assim, nós o procuraremos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Claro. Todos nós aqui queremos a transparência, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Todos nós queremos aqui o bom uso do dinheiro público.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Claro, ninguém quer aqui encobrir nada.

Pode contar com este Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Alguém mais quer se manifestar acerca do assunto?

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – É evidente que a intenção é pertinente: a transparência, e é bem o propósito desta Comissão, mas, tendo havido o pedido de vista coletiva, tenho certeza de que o objetivo é buscar algum aprimoramento e evitar talvez alguns exageros, mas a ideia do projeto é evitar conflito de interesse.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É retirado de pauta o item, mas também quero fazer uma consideração a respeito do assunto.

Acho que nessa matéria, que veio da CPI das ONGs, de que nós participamos, eu e o Senador Styvenson, nós vimos que, no transcurso daquela CPI, ficou muito clara essa relação, às vezes, muito complexa de agentes públicos com ONGs, o que você caracterizou muito bem aí no seu relatório como uma porta giratória: quando não se está, por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente, se está numa ONG, trabalhando na Amazônia.

E uma coisa importante também, Senador, é que ficou muito claro naquela CPI que a maioria desses recursos que são oriundos principalmente do Fundo Amazônia, por exemplo, vão para essas ONGs, Senador Moro, e muito pouco desses recursos chega às comunidades, às pessoas que mais precisam. Esse dinheiro fica circulando nessas ONGs, através de remunerações por consultorias, diárias, passagens aéreas, e a gente termina por ver que essas populações ribeirinhas lá daqueles lugares longínquos da Amazônia... Inclusive, é onde eu nasci, conheço muito bem a realidade. Aquela realidade nunca muda apesar dos recursos que são aplicados nessas ONGs. E as pessoas que eventualmente trabalham nessas ONGs uma hora estão trabalhando nas ONGs, outra estão trabalhando no Ministério do Meio Ambiente. Realmente a gente precisa normatizar com muito rigor e acompanhar a execução financeira desses recursos que vêm para o país, porque, muitas vezes, esses recursos são utilizados contra os interesses nacionais.

Parabéns pelo seu relatório!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos certamente, nas nossas próximas reuniões, aprovar um texto que seja discutido com o nosso Senador solicitante da vista. Que nós possamos seguir adiante, porque esse projeto é fundamental!

Nós nos debruçamos muito nessa discussão da participação dessas ONGs no arcabouço administrativo do nosso país, e eu tenho uma posição muito clara em relação à grande maioria dessas ONGs que trabalham na Amazônia. A grande maioria delas, a meu juízo, presta um desserviço ao desenvolvimento do nosso país, principalmente naquelas áreas que mais precisam do nosso olhar cuidadoso, onde as pessoas vivem em situação de maior vulnerabilidade.

Parabéns pelo seu relatório!

Seguimos em frente.

Eu vou retirar de pauta, por solicitação da Relatora Senadora Damares, o segundo item da pauta. Ela está com o relatório pronto, mas está numa agenda fora e me solicitou que colocasse o Projeto de Lei 1.944, do qual é a Relatora, para a nossa próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1944, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH)

Terceiro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor João Luiz Fukunaga, Presidente da Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o déficit de R$ 14 bilhões da Previ, em 2024, além de expor suas competências e ações para o desenvolvimento da entidade.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Senador, antes de colocar em votação esse requerimento, o senhor quer fazer alguma consideração em relação ao assunto?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Senador Hiran, esse é um tema, a meu ver, importante, porque, quando da nomeação do Sr. Fukunaga lá atrás, houve muita controvérsia no sentido da sua qualificação.

Por exemplo, se vigorasse a Lei das Estatais, as regras da Lei das Estatais para a Previ, me parece que seria vedada a possibilidade da nomeação dele, porque havia um apontamento de uma falta de experiência profissional e qualificação técnica para lidar com o maior fundo de investimentos da América Latina, que é o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil. Então, é um dinheiro muito caro a essas pessoas, os trabalhadores, os empregados, aqueles que confiam os seus valores pensando numa aposentadoria futura, numa pensão para os seus dependentes, no caso de algum infortúnio. Então, nós precisamos ir lá por esses recursos.

Infelizmente, a Previ tem um passado. Lá em 2003, em 2015, foram identificados diversos escândalos de utilização indevida desse dinheiro. Requeremos, no ano passado, e mesmo em 2023, aqui, nesta Comissão de Fiscalização, que ele fosse convidado para ser ouvido e, infelizmente, por vários motivos – não vou entrar aqui bem no mérito; não era a Presidência de V. Exa. –, não houve esse chamamento. Recentemente, fomos surpreendidos por uma notícia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprensa falando de uma auditoria em curso, no Tribunal de Contas da União, que sugere um rombo, um déficit de 14 bilhões da Previ. Faltam ainda maiores detalhes sobre esses fatos, mas toda semana nós estamos acompanhando e assistindo, ouvindo falar sobre alguma coisa, na Previ, de errado.

Nessa semana, li uma matéria jornalística falando de uma concentração de investimento em ações da Vale, uma concentração acima do que seria prudencial dentro do mercado, e houve uma queda do valor do minério de ferro, e isso afetou os ativos da Previ. Então, acho que está na hora de nós aqui ouvirmos o Sr. João Luiz Fukunaga, porque embora seja um fundo de previdência dos funcionários, ou seja, de uma sociedade de economia mista, ele foi indicado por influência do Governo Federal – isso é inequívoco.

Então, o que eu proponho basicamente – aqui já expus a fundamentação – é que nós possamos convidá-lo a fazer uma audiência pública para retomar aquelas questões sobre qualificações dele e poder entender o que representa esse déficit de 14 bilhões, e se isso coloca em risco ou não coloca a aposentadoria...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quatorze bilhões, não é, Senador?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quatorze bilhões.

E se isso coloca em risco ou não a aposentadoria dos funcionários do Banco do Brasil.

Ele não é funcionário público, no sentido técnico do termo. Então, estou fazendo um convite, mas eu deixo claro, logo no meu requerimento, que, se ele não aceitar o convite, então, vou apresentar nesta Comissão, Senador, uma convocação para o Ministro da Fazenda, o Ministro Fernando Haddad, que tem responsabilidade em relação à saúde econômica não só do Brasil, mas desse importante fundo de investimento da América Latina e do Brasil.

E aí, como eu disse, nós sabemos que ele só chegou lá porque é uma indicação do Governo, uma concordância do Governo. Então, tem uma responsabilidade, sim, direta, do Sr. Ministro da Fazenda ou do Governo Federal. Isso acaba tendo uma influência do Banco do Brasil, e o Banco do Brasil está sob a asa do Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apenas para deixar claro que marquemos essa data, convidemos, como é próprio dessas Comissões; mas, se ele não comparecer, eu adianto que apresentarei um requerimento para a convocação do Ministro Haddad.

É isso, Sr. Presidente.

Peço o apoio dos pares para a aprovação do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Deixe-me só entender, Sergio: esse requerimento já tinha sido feito anteriormente ao Presidente Hiran, na Comissão passada, foi isso? Porque eu tenho também requerimentos feitos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas certamente ele não foi votado, não? Ele não foi votado; ele foi apresentado, mas não foi aprovado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Não, mas ele precisa apresentar de novo ou o que já está aí arquivado a gente pode desarquivar para votação – requerimentos passados? (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É porque ele tem um outro contexto, porque lá nós não tínhamos R$14 bilhões de déficit apontado pelo TCU, por isso que eu preferi até apresentar um novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Styvenson... Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – É porque se apresentou uma nova situação, o déficit, mas a qualificação dele já era a inicial.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Styvenson, como os assuntos são muito dinâmicos – por exemplo, àquela época, eventualmente, o rombo não era desse tamanho, porque isso é uma coisa que varia ao longo do tempo –, eu acho muito mais adequado, mais prudente para nós e mais eficaz que nós possamos, eventualmente, avaliar algum requerimento pretérito, mas o atualizarmos, até porque nós temos aqui uma condução dos trabalhos no sentido de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo do que aconteceu na reunião anterior: nós convidamos aqui o Ministro Padilha, convidamos o Ministro Lupi e o Presidente do IBGE, para falarem sobre o IBGE+. E nós estabelecemos uma data, demos um prazo para que eles se manifestem em relação à data que eles virão como convidados. A partir dessa data, se não tiver uma aquiescência dos convidados, aí nós faremos as devidas convocações, assim como também faremos a convocação do João Luiz Fukunaga, se ele não marcar essa presença aqui, na Comissão, no tempo que nós vamos estabelecer na comunicação que vamos fazer ao Presidente da Previ.

Em votação o Requerimento nº 7, de 2025, da CTFC.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos aqui o quarto item da pauta...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Peço só, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Agradeço, primeiro, o apoiamento.

Eu só solicitaria, sendo possível, que pudéssemos marcar esta audiência pública para as próximas duas semanas, ou na semana que vem ou na outra, para que o assunto seja evidentemente resolvido de pronto.

Então, eu solicitaria só a gentileza da Secretaria para que...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatada a sua sugestão, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... buscasse fazer esta audiência num prazo rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O mais rápido possível. Está consignado aqui, na ata da nossa reunião.

O item nº 4 da pauta é de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os procedimentos adotados pela União para a promoção da regularização fundiária do bairro Paraviana, em Boa Vista - RR.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Esse requerimento, Senador Sergio Moro, senhoras e senhores... Nós temos lá cerca de 15 mil famílias que ocupam um bairro, que é bem estruturado na cidade. Eles ocupam há décadas essa região e até hoje não conseguiram a regularização fundiária de sua propriedade, porque a União alega que esses terrenos ocupados pertenciam à União, pertenceram também à Base Aérea de Boa Vista. Enfim, tem um imbróglio jurídico complicado lá, o que gera muita insegurança jurídica para aquelas pessoas que já moram lá há tanto tempo.

De forma que eu sugeri aí a presença dos convidados – Sr. Jaildo Peixoto da Silva, Procurador-Chefe da Procuradoria da União em Roraima; Sr. Linoberg Barbosa de Almeida, Superintendente da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) em Roraima; representante do Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Manaus; Sr. Mariano Terço de Melo, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Paraviana – para discutirmos a matéria, para ver se nós conseguimos desatar esse nó e regularizar a situação dessas pessoas que há muito tempo têm essa expectativa de direito e não conseguem atingir esse objetivo.

Eu pediria o apoio de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Tenho também um requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9, DE 2025

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como do arts. 90, X, c/c art. 102-A, I, "e", ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprove a solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União (TCU) para reavaliação do Acórdão TCU n. 520/2024, proferido no âmbito do Relatório de Auditoria TC 008.711/2023-2.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Senador Moro, Senadores que nos assistem, senhoras e senhores, nós vivemos desde julho do ano passado uma greve dos peritos do INSS. Essa greve tem causado um sofrimento muito grande, principalmente para as pessoas de baixa renda, que precisam ter acesso a BPC, auxílio-doença, auxílio-maternidade, e a essas pessoas tem sido cerceado o seu direito, por conta de uma intransigência muito grande nas negociações com a Associação dos Peritos do INSS do Brasil.

Nós tivemos, inclusive, já uma tentativa de um acordo, se chegou a evoluir em alguns pontos. Eu participei dessa negociação e senti uma intransigência grande do Ministério da Previdência em relação a algumas pautas importantes que já estavam consignadas no acordo que aconteceu em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou pedindo que haja uma solicitação ao Tribunal de Contas da União para reavaliação do Acórdão TCU nº 520/2024, proferido no âmbito do Relatório de Auditoria TC 008.711/2023-2, pelas razões abaixo elencadas.

A análise do Acórdão TCU 520/2024 revela que a auditoria que o originou foi baseada exclusivamente em informações fornecidas unilateralmente pela administração pública, sem garantir a participação da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais, parte diretamente interessada no assunto.

Isso resultou em graves consequências para os peritos federais e para a sociedade em geral, uma vez que a decisão serviu como base para a edição da Portaria nº 2.400, de 2024, que alterou significativamente as condições de trabalho desses servidores.

E eu espero que nós possamos aqui, através de uma reanálise desse acórdão, dar subsídio para que a categoria se sente novamente à mesa de negociação numa situação mais positiva, mais adequada, para que possamos chegar a um acordo, porque, nessa discussão, nessa briga que não evolui, quem sofre é o povo brasileiro, principalmente as pessoas de mais baixa renda, que estão no CadÚnico. E eu costumo dizer que, com essa greve, tem muitas mulheres que entram com uma solicitação de auxílio-maternidade e, quando vão receber, o filho já está com mais de um ano de idade.

Então, eu queria colocar também esse requerimento extrapauta, colocá-lo em discussão. Não sei se V. Exa. quer fazer alguma manifestação a respeito, mas nós temos... Só a título de informação, essa semana o Ministério da Previdência mandou zerar os contracheques dos médicos que estão participando desse movimento. Inclusive isso é algo inconstitucional, porque se trata de verba de subsistência desses profissionais. Eu espero que nós possamos aprovar esse requerimento, para que haja uma evolução nessas negociações e que esse processo de concessão de benefícios no INSS volte à normalidade.

Não sei se V. Exa. quer fazer algum comentário acerca da política do assunto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Rapidamente, Presidente, só para deixar clara minha concordância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um tema importante. Greve do serviço público é sempre muito delicado, mas médicos peritos do INSS são essenciais para concessão, avaliação de benefícios, normalmente por incapacidade. E, se o Governo não está conseguindo desenrolar essa situação, eu creio ser conveniente que esta Comissão, com suas funções de fiscalização, possa se debruçar sobre o assunto. Então, registro a minha total concordância com o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Moro.

Coloco em votação o Requerimento nº 9, de 2025, de minha autoria.

Aqueles que aprovam o requerimento que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de terminar esta reunião, Senadores e Senadoras, senhoras e senhores, Senador Moro, aqui presente, eu queria também colocar uma situação aqui para que nós pudéssemos fazer um estudo e fazer uma avaliação para podermos chamar nesta Comissão...

Há uma coisa que me chamou atenção, Senador Moro. Eu estive visitando Fernando de Noronha, e lá o ICMBio cobra uma taxa diária de visitação e cobra, além dessa taxa diária, uma outra taxa para visitação de alguns locais que teriam uma proteção mais redobrada, uma proteção ambiental maior na ilha. O que me chamou atenção é que, se a gente fizer uma conta de padaria, porque são dez voos por dia, com cerca de 70 passageiros que chegam à ilha, o volume de recursos é muito grande que o ICMBio arrecada lá, e, apesar da beleza que todos nós conhecemos, a infraestrutura é muito ruim.

Então, eu até sugiro para os Senadores e Senadoras que nós possamos obter mais informações a respeito de como é aplicado esse recurso na ilha, em benefício do quê, para que a gente cumpra o nosso papel aqui, porque, se alguém já visitou Fernando de Noronha – e certamente que sim –, deve concordar comigo: a taxa é cara, a visitação é muito grande e a gente vê que a estrutura é muito, muito precária para aquelas pessoas, incontáveis turistas do mundo todo que visitam a ilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vou deixar esse assunto aqui para que nós possamos debater e, eventualmente, chamar o ICMBio aqui para prestar conta desse recurso que é arrecadado na ilha e que deveria ser aplicado totalmente lá.

O senhor quer fazer alguma consideração a respeito, Senador?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Uma boa tarde.

Um grande abraço a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Randolfe Rodrigues, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6047, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas organizações da sociedade civil com atuação no território nacional; veda a participação, e a respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, impondo, ainda, um período vedado de atuação nessas funções; e altera a Lei n° 8.429, de 1992, para punir como atos de improbidade administrativa a violação dessa disposição." **Autoria:** CPI DAS ONGS. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com quatro emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com as emendas 1, 2, 3, 4 e 5-CTFC. **Observação:** - Apresentado complemento de voto onde foram acatadas duas emendas de autoria do Senador Sérgio Moro e retirada a primeira emenda apresentada no relatório inicial. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4871, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva à matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1944, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil" **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o projeto com a emenda 1-CDH/CTFC. **ITEM 4 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações detalhadas acerca da alocação dos recursos financeiros provenientes de duas importantes fontes de receita do arquipélago de Fernando de Noronha: a Taxa de Preservação Ambiental (TPA) e a taxa de ingresso para o Parque Nacional, as pessoas abaixo: o Senhor Rafael Camilo Laia, Gerente Regional do Nordeste - GR2, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; a Senhora Thallyta Figuerôa Peixoto, Administradora Geral da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ATDEFN); a Senhora Emanuele Pessoa de Lira, Superintendente Administrativa Financeira e de TI (SAFI), da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ATDEFN)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Quem estiver de acordo com a aprovação da ata permaneça como se acha. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à pauta.

Como o Senador Styvenson ainda não está presente, nós vamos passar ao segundo item da pauta, que é o Projeto de Lei 4.871, de 2024.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu gostaria de consultar meus pares e V. Exa. se é possível a gente inverter.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já é o seu item. Eu fui mais rápido que você, meu querido.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Ah, desculpe-me, que eu estava atendendo uma ligação quando o senhor determinou.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você sabe que Progressista é digital, não é analógico, não é?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não é isso, Senador Ciro?

Bom, vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4871, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

A autoria é do Deputado Federal Carlos Bezerra, relatoria do Senador Laércio Oliveira.

Com a palavra o Relator, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa., cumprimentando todos os meus colegas, Senadoras e Senadores aqui presentes, com a sua aquiescência, eu vou direto à análise e ao voto, Sr. Presidente.

Talvez, inclusive, nem caiba nenhuma leitura tão aprofundada, já que consta dos Anais da Comissão, porque a ideia principal desse projeto é que a portabilidade, que já existe para as pessoas nas suas movimentações bancárias, a portabilidade já existe através de uma norma do Conselho Monetário Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto se propõe apenas a efetivar isso através de uma lei ordinária para trazer mais segurança para a população.

Em síntese, o projeto e o relatório estão todos fundamentados em cima disso. Então, se V. Exa. concordar, eu gostaria de propor a aprovação desse projeto, nos termos do relatório apresentado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vou abrir para discussão.

Posso abrir para discussão, Líder?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Pode, mas, sem embargo, Presidente, é somente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Sem embargo do relatório, cumprimentando o Senador Laércio pelo relatório, tem uma breve questão no art. 4º que o Governo reserva o direito de pedir vista para poder, posteriormente, melhor debater com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Beto Faro, por favor.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Colaborando aqui, nós estamos pedindo vista do projeto para uma análise melhor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A vista é coletiva?

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Esse é um projeto que eu acho bem interessante, porque estimula a livre concorrência. Hoje os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correntistas, muitas vezes, são reféns. Não quero vilanizar os bancos, mas eles terem a possibilidade de procurar outras instituições financeiras com facilidade...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... é algo positivo, que pode favorecer os créditos.

A única indagação... (*Pausa.*)

Eu queria só uma atenção, um minutinho.

É um projeto interessante, que eu também estou estudando. Teria como adiantar qual é a questão exatamente, qual é a ponderação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Então, Senador, é em relação ao art. 4º, que diz respeito ao INSS e à previdência. É uma questão simples que eu sei que o Relator logo resolverá. Não há embargo, não há óbice; até conversava aqui com o Senador Ciro Nogueira que tem uma posição favorável do Ministério da Fazenda. É só uma vista breve para, na próxima sessão, de imediato, colocar na pauta. Aí a gente sana essa pequena controvérsia do art. 4º e votamos sem obstáculos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Mas a controvérsia é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É uma questão sobre a previdência pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Sobre a previdência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É, do INSS. É uma questão relativa ao INSS, porque a dúvida do INSS... Inclusive, eu acredito que será somente uma questão de sanar dúvidas, Senador Moro. Não há maior embargo e não há oposição. Já falava aqui para o Senador Ciro Nogueira que há um acordo por parte do Ministério da Fazenda para a votação e a aprovação. Queremos só esclarecer esse art. 4º. Como ainda não tivemos tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabamos não tendo tempo para dialogar com o Sr. Relator, até por pecado nosso, assim admitimos, queríamos só fazer esse ajuste sem embargo de V. Exa., Senador Hiran, Presidente da Comissão, pautar o quanto antes para apreciarmos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Na próxima sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Na próxima sessão, e é até recomendável como primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estando todo mundo de acordo, vamos pautar como primeiro item na próxima semana.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Seria possível, Sr. Presidente, a gente fazer a leitura do relatório então e votar na próxima semana só com os ajustes necessários?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Randolfe, Senador Beto Faro, eu pergunto a V. Exas. se é possível...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele está sugerindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Perfeitamente. Perfeitamente, claro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por favor, Laércio. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, então, conforme o acordado aqui com todos os membros da Comissão, eu vou direto à análise e ao voto.

A proposição legislativa tem por objetivo aprimorar a proteção dos consumidores de serviços bancários, ao mesmo tempo em que colabora para ampliar a eficiência e a velocidade dos serviços financeiros.

A portabilidade salarial automática permite que o consumidor opte por transferir os recursos salariais para conta-salário de sua escolha, sem que necessariamente os recursos permaneçam na conta definida pelo empregador. Esse mecanismo permitirá maior concorrência bancária, visando à manutenção dos recursos em instituição que conceda mais benefícios ao consumidor e que o faça optar pela conta-salário que lhe seja mais vantajosa.

A instituição financeira contratada pelo empregador pode ser a mais vantajosa para o empregador, mas não para o empregado, que decide portar os recursos para outra instituição mais benéfica. Além disso, pode ser custoso para o empregado convencer o empregador a depositar os recursos em conta por ele indicada.

Dessa forma, a medida garante mais direitos ao consumidor que recebe seu salário em instituição financeira.

A portabilidade salarial já está prevista no art. 7º da Resolução 5.058, de 2022, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias e similares pelas instituições financeiras.

Acreditamos que a matéria merece estar prevista em lei como forma de proteção da pessoa natural usuária de serviços financeiros.

O débito automático entre instituições permitirá ao consumidor integrar as instituições perante as quais possui conta e toma empréstimo. Muitas vezes, determinada instituição financeira concede mais benefícios e facilidades para a abertura da conta-corrente, mas não é tão vantajosa na concessão de crédito. O consumidor poderá, assim, optar por realizar empréstimo em instituição financeira diversa da qual mantém conta, que para ele é mais benéfica, mas indicar a instituição financeira na qual mantém conta para realizar o débito das parcelas do empréstimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autorização de débitos referentes ao pagamento de operações de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro já está prevista no art. 4º da Resolução 4.790, de 26 de março de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário. Mais uma vez, acreditamos que a matéria merece estar prevista em lei com o objetivo de proteger a pessoa natural usuária de serviços financeiros.

O direito à informação permite ao consumidor que tome conhecimento, no caso de obtenção de crédito, sobre informações essenciais referentes ao crédito, tanto em relação ao início da contratação – como o conteúdo do contrato e o custo efetivo total – quanto em relação a situações supervenientes ocorridas ao longo da contratação, como a alteração da taxa de juros contratual.

O direito à informação assegura ainda um relacionamento profícuo entre o consumidor e a instituição financeira. O consumidor contará, em determinados casos, com o recebimento de avisos mensais sobre o débito e sobre a disponibilidade de operações de crédito menos onerosas, além de alertas sobre o débito nos canais digitais de relacionamento. Caso o consumidor apresente dificuldades em lidar com o saldo devedor, ele deverá receber informações e assessoramento prestados pela instituição financeira.

O crédito com juros reduzidos permitirá que os consumidores, optantes por modalidade especial de crédito, venham a se beneficiar de crédito com juros abaixo dos praticados no mercado. A modalidade especial de crédito permitirá também que as situações jurídicas entre credor e devedor, como mora, citação e intimação pessoal, sejam realizadas por meio de mensagem eletrônica ou de sistema de mensagens móveis. A modalidade especial de crédito colaborará para a harmonização das relações de consumo ao agilizar a execução dos valores depositados, pois permite a penhora de valores do consumidor ou do garante em conta de poupança e torna a opção pelo débito automático dos valores irretratável e irrevogável.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 4.871, de 2024.

Conforme V. Exa. já consagrou, tem vista coletiva, mas o relatório é esse, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Laércio.

Concedida vista coletiva ao projeto.

Esse projeto, através de acordo da nossa Comissão, será pautado como primeiro item na próxima semana.

Muito obrigado, Senador Laércio.

Passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6047, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece regras de transparência e governança que devem ser observadas pelas organizações da sociedade civil com atuação no território nacional; veda a participação, e a respectiva remuneração, de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria dessas entidades, impondo, ainda, um período vedado de atuação nessas funções; e altera a Lei nº 8.429, de 1992, para punir como atos de improbidade administrativa a violação dessa disposição.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas

Observações:

- Na reunião do dia 19/3/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O voto do Relator foi lido na nossa reunião anterior; houve pedido de vista; e foram recebidas duas emendas ao projeto, de autoria do Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra ao Relator do projeto para fazer suas considerações em relação às emendas e abrir para discussão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Hiran.

Senador Sergio Moro, o pedido de vista na semana passada gerou um aperfeiçoamento do nosso projeto de lei. Agradeço aqui ao Senador presente, Senador Sergio Moro, com as suas duas emendas, que nós acatamos.

A presente manifestação suplementa o relatório posicionando-se acerca das emendas posteriormente apresentadas e realizando ajustes redacionais.

A Emenda nº 1 altera o art. 1º para buscar equilibrar a transparência no uso de recursos públicos com a proteção do sigilo de informações privadas, respeitando os preceitos constitucionais.

A Emenda nº 2 altera o art. 3º do projeto para adequar o prazo de quarentena do servidor ao que prevê a Lei 12.813, de 2020, que é de seis meses. Além disso, a emenda ajusta a definição de agente público, alinhando-se ao que diz o Projeto de Lei do Senado 2.914, de 2022, proveniente da Câmara dos Deputados, que tramitou em 2024 nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos.

As duas emendas são meritórias, como já foi mencionado, e aprimoram o projeto, razão pela qual votamos pelo seu acatamento.

Como a Emenda nº 2 altera o art. 3º do projeto de lei, retiramos a primeira emenda apresentada no relatório inicial, para que se mantenha o sentido e coerência da norma.

Diante do exposto, Senador, nobre Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 6.047, de 2023, pela aprovação das Emendas nº 1 e 2, com as seguintes alterações:

EMENDA Nº – CTFC

Promovam-se as seguintes alterações no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.047, de 2023:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 2º As organizações referidas nos incisos I a III do *caput* do art. 1º e as entidades referidas no inciso IV do *caput* do art. 1º que aufiram benefícios fiscais de qualquer natureza deverão divulgar na internet:

.....

Parágrafo único. O acesso às informações de que trata o *caput* prescinde de cadastro ou de identificação do usuário."

EMENDA Nº – CTFC

Promovam-se as seguintes alterações na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nos termos do art. 5º do Projeto de Lei nº 6.047, de 2023:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º Para fins do inciso XIII do art. 9º e do inciso XIII do art. 11 desta Lei, a qualificação como agente público exige a percepção de remuneração em pecúnia do respectivo órgão ou entidade do poder público.

....." (NR)

“Art. 9º .....

XIII – receber o agente público remuneração, subsídio ou qualquer vantagem, direta ou indireta, a qualquer título, oriunda de organizações mencionadas nas alíneas “a” a “d” do inciso XIII do art. 11 desta Lei, salvo retribuição pelo exercício da docência.

.....” (NR)

“Art. 11. .....

XIII – participar o agente público, ressalvado o disposto no art. 3º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, da composição de conselho ou diretoria de:

a) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

b) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) organizações da sociedade civil que, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, firmem com a administração pública termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação;

d) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que exerçam atividades de relevante interesse social, coletivo ou difuso.

....." (NR)

EMENDA Nº – CTFC

Incluam-se os seguintes arts. 6º e 7º no Projeto de Lei nº 6.047, de 2023, renumerando-se a cláusula de vigência:

"Art. 6º O art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 14. .....

§ 2º Não será permitido, a qualquer título, o pagamento de vantagem pecuniária por organização social a servidor cedido.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem.' (NR)"

"Art. 7º Revoga-se o § 1º do art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998."

Esse é o voto.

Concorda, Senador Sergio Moro?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Styvenson.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, eu quero elogiar aqui o trabalho que foi feito pela CPI das ONGs. A origem desse projeto é do Senador Plínio Valério, do trabalho que ele fez lá, e o Relator aqui é o Senador Styvenson.

É um bom projeto, é importante, dá transparência. Eu agradeço enormemente o acatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fomos procurados por algumas entidades que queriam ajudar a aprimorar o projeto, mas preocupadas com algumas situações ali específicas, são pontuais ajustes. Um deles é muito fácil de entender, a questão da quarentena. O projeto quer evitar conflito de interesse, mas quando ele coloca dois anos de impedimento, está colocando restrições nos direitos das pessoas que vão além do que dispõe o código de ética da administração pública federal. Quando se deixa um cargo de alto escalão, tem que pedir autorização para o comitê de ética nos próximos seis meses para assumir qualquer função e às vezes tem uma compensação. Então, por exemplo, quando fui Ministro da Justiça, eu queria voltar à advocacia, mas tinha um período de quarentena e continuei recebendo até os vencimentos.

Então, os dois anos me parecem um tempo excessivo e não convergente com esses seis meses, me parece mais apropriado. Por mais que nós queiramos evitar esses conflitos de interesse, também temos que pensar na restrição do direito das pessoas ao legítimo exercício do trabalho.

E basicamente a primeira emenda apresentada é para deixar claro que a preocupação principal são as ONGs que recebem recursos públicos, que precisam ter um tratamento mais rigoroso e não qualquer organização não governamental, porque muitos não têm nada a ver com o Governo, e às vezes também a gente tem que tomar cuidado para não expô-las excessivamente a uma possível até retaliação política, que acontece, pelo exercício das suas funções legítimas.

É basicamente isso.

Elogio o projeto e o trabalho do Relator e agradeço o acatamento dessas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Não havendo mais quem querer discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 6.047, de 2023, cuja relatoria é do Senador Styvenson Valentim.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Relator e parabéns ao autor das emendas!

O próximo item da pauta é da Senadora Damares, que me informou que está a caminho. Então, eu vou passar para o item 4, que é um requerimento de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações detalhadas acerca da alocação dos recursos financeiros provenientes de duas importantes fontes de receita do arquipélago de Fernando de Noronha: a Taxa de Preservação Ambiental (TPA) e a taxa de ingresso para o Parque Nacional, as pessoas abaixo: o Senhor Rafael Camilo Laia, Gerente Regional do Nordeste - GR2, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; a Senhora Thallyta Figuerôa Peixoto, Administradora Geral da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ATDEFN); a Senhora Emanuele Pessoa de Lira, Superintendente Administrativa Financeira e de TI (SAFI), da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ATDEFN).

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Justificação.

O Arquipélago de Fernando de Noronha, reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, possui uma relevância ambiental e turística ímpar para o Brasil. A preservação desse ecossistema sensível e a manutenção da infraestrutura necessária para receber visitantes de forma sustentável dependem fundamentalmente da gestão eficiente dos recursos financeiros arrecadados por meio da Taxa de Preservação Ambiental e da taxa de ingresso ao Parque Nacional.

A Taxa de Preservação Ambiental, instituída com o objetivo de financiar ações de preservação ambiental e infraestrutura turística, e a taxa de ingresso ao Parque Nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinada à conservação da biodiversidade e à manutenção das unidades de conservação, representam importantes instrumentos de financiamento para a sustentabilidade do arquipélago.

Nesse contexto, torna-se essencial para esta Comissão, no exercício de seu papel fiscalizador, compreender em detalhes como esses recursos são efetivamente alocados e utilizados pela administração do arquipélago. A transparência na gestão desses valores é crucial para garantir que os objetivos de preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do turismo sejam alcançados de forma eficaz e responsável.

A obtenção dessas informações permitirá à Comissão de Fiscalização e Controle avaliar a eficiência e a transparência na gestão dos recursos destinados à preservação e ao desenvolvimento sustentável de Fernando de Noronha, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao arquipélago e para o cumprimento do seu papel constitucional de fiscalização.

Diante do exposto, considerando a relevância do tema e a necessidade de aprofundar o conhecimento desta Comissão sobre a gestão dos recursos financeiros do Arquipélago de Fernando de Noronha, solicitamos o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a aprovação deste requerimento.

Algum dos Senadores quer se manifestar acerca do requerimento?

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Acho bastante pertinente, porque, como V. Exa. bem destacou no requerimento e também na sessão passada, os valores são significativos e, no entanto, não se vê com clareza a destinação ou o aprimoramento da própria ilha. Então, sem fazer qualquer juízo de mérito quanto ao emprego desses recursos, é sempre oportuno nós ouvirmos e termos essas questões elucidadas em audiência pública com absoluta transparência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Damares, a senhora quer fazer alguma consideração em relação ao requerimento? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vamos para o próximo item da pauta, que é um projeto cuja relatoria é da Senadora Damares Alves, que é o Projeto 1.944, de 2022.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1944, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 19/3/2025.

A Relatora é minha querida Senadora Damares Alves, a quem passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente. Eu peço permissão para ir direto à análise, inclusive de uma forma resumida.

Quanto aos aspectos jurídicos, constitucionais e de técnica legislativa, Presidente, nenhum óbice na proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao mérito, somos favoráveis à sua aprovação, bem como da Emenda 1, da Comissão de Direitos Humanos. É necessário destacar que a Lei 14.327, de 2022, não contém disposições específicas direcionadas para o consumidor infantil, que constitui o grupo mais vulnerável aos acidentes ocasionados pela utilização de piscinas. Podemos dizer que o consumidor infantil faz parte do grupo de consumidores hipervulneráveis, que demandam especial proteção da legislação consumerista.

Em diversos dispositivos, a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, trata do respeito à segurança do consumidor. Esse respeito está previsto, por exemplo, no art. 4º do Código, que cuida da Política Nacional de Relações de Consumo, garantindo que os produtos e serviços devem ter padrão adequado à segurança dos consumidores. Além disso, os fornecedores devem ser incentivados a implementar os meios de controle de segurança dos produtos e serviços.

A questão do PL 1.944, de 2022, é inegavelmente grave, afinal falamos, Presidente, de milhares de crianças e adolescentes que morrem ou ficam sequeladas anualmente. A supervisão adequada e outras medidas sugeridas na proposição podem evitar a grande maioria dessas tragédias ocorridas.

Lembramos, em acréscimo, que a Constituição Federal atribui à família, ao Estado e à sociedade o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde e ao lazer, além de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência. Evidente, portanto, o seu mérito.

A Emenda nº 1 da Comissão de Direitos Humanos aprimora a redação do art. 6º-A porque contém disposições mais específicas do que a redação original do PL nº 1.944, de 2022. A redação original do PL prevê que serão instituídas medidas específicas de segurança na forma do regulamento. A Emenda nº 1, da CDH, é mais direta e efetiva e já obriga a adoção de medidas específicas de segurança para o público infantil, discriminando as medidas no §1º e prescrevendo no §2º ações do poder público para a solução do problema.

Assim, Presidente, ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 1.944, de 2022 e da Emenda nº 1, da CDH.

E peço apoio aos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, é uma das matérias mais importantes que nós vamos votar nesta Casa.

Presidente, quantas crianças morrem em piscinas domésticas? Quantas? E, quando uma criança morre, Presidente, numa piscina doméstica, a família se afoga junto. A família nunca mais é a mesma, porque o sentimento de culpa dessa família é muito grande.

E, Presidente, bastam seis segundos – seis segundos – para uma criança morrer numa piscina.

Então, este projeto vem trazendo regras de segurança para o funcionamento, a instalação. Talvez algumas pessoas digam assim: "Isso é matéria privativa do ordenamento jurídico municipal, é a prefeitura que dispõe sobre alvará de construção". Mas a gente precisava ter um norte, e este projeto de lei vem como um norte. O autor não usurpou a atribuição do poder municipal, mas traz nortes, traz regras para a gente prevenir o afogamento infantil.

Presidente, a única morte no mundo que pode ser evitada é o afogamento infantil. Então, eu acho que a gente faz uma grande entrega hoje.

Quero lhe agradecer, Presidente, pela sua sensibilidade em ter colocado este projeto em votação.

O autor do projeto, Senador Eduardo Gomes, foi feliz.

E aqui quero destacar, Presidente, a luta de um brasileiro fora do Brasil, o pai de Susan, que faz um movimento mundial pela segurança de crianças em piscinas domésticas, em piscinas em clubes, em piscinas públicas. Esse homem tem nos inspirado. Susan morreu em questão de segundos.

E trago também à lembrança, Presidente, nossa ex-colega Deputada Federal Paula Belmonte, que hoje é Deputada Distrital e que também tem a dor, traz consigo a dor de ter perdido um filhinho num acidente numa piscina doméstica.

Eu faço homenagem a essas duas figuras com esse voto e peço aos pares: vamos aprovar este projeto e salvar crianças em todo o país do afogamento infantil.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Minha querida Senadora Damares, há exatamente um mês... Eu tenho uma colega médica lá no meu Estado de Roraima, que se chama Narla, cujo pai também é médico, meu contemporâneo, o Paulo Emílio.

A Narla tinha um bebezinho que se chamava Dante. O Dante estava com uma babá em casa. O Dante foi à piscina e ele foi sugado pelo ralo da piscina. Infelizmente, a babá estava grávida de praticamente sete meses e se sentiu insegura para pular para salvar a criança. E ainda correu no vizinho para tentar pedir ajuda, mas, como a senhora falou, uma hipóxia demorada causa lesões irreversíveis no cérebro de alguém que se afoga, e não foi diferente com o Dante, de forma que a Narla, que é nossa colega médica, perdeu esse bebê. E eu, como estou muito próximo da família, inclusive um irmão da Narla trabalha comigo no Progressistas, eu sei o que é você perder uma criança por conta de eventuais falhas na construção das piscinas domésticas, principalmente as piscinas domésticas.

Então, eu quero aqui parabenizar, primeiro, o autor da matéria, o Senador Eduardo Gomes, nosso Vice-Presidente, e V. Exa., que tem esse viés, essa característica de cuidar das pessoas em vulnerabilidade, de cuidar das crianças. Eu fico muito feliz de estar aqui presidindo esta Comissão, encaminhar e aprovar essa matéria, principalmente porque ela é uma matéria terminativa. As famílias que sofreram essa dor e as nossas crianças que precisam ser protegidas desses eventos adversos, elas que a homenageiam com essa sua relatoria.

Parabéns! E a senhora sempre nos brindando aqui com muita competência e com muita sensibilidade – aliás, uma sensibilidade feminina que a senhora utiliza com tanta eficiência e competência. Parabéns!

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como não há ninguém mais que queira discutir, coloco a matéria em votação.

Aqueles que... (*Pausa.*)

Desculpe. Como a matéria é terminativa, nós vamos abrir para votação nominal.

Eu queria chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores que estão em outras Comissões e pedir para as assessorias que também avisem aos nossos Senadores membros da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, para essa matéria, como é terminativa, a votação é nominal e que os nossos membros podem votar de maneira remota, pelo aplicativo.

Em votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Proclamo o resultado: o projeto foi aprovado com 8 votos a favor, nenhum contra.

Nenhuma abstenção.

Um quórum de 9 Senadores.

Senadora Damares, parabéns, e transmita meus parabéns também ao nosso autor desse projeto importante, nosso querido Vice-Presidente Eduardo Gomes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Uma boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 06ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências da Senadora Damares Alves e do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Beto Faro e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quarta e quinta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5881, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: A Comissão aprova o Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2341, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 14.192, de 4 de agosto de 2021, para prever medidas protetivas de urgência para os casos de violência política contra a mulher." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4531, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes, lactantes e adotantes de crianças de até seis meses de idade." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Alessandro Vieira. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3272, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 4, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 96-B do RISF (Resolução n. 44), que a CDH avalie o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 21, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com Endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Observação: Inclusão dos convidados: Dr. Eduardo Schor e Dr. Noberto José Maffei Junior. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 26, de 2025 que: "Requer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) avalie política pública nas áreas de segurança e de proteção de mulheres, crianças e adolescentes, no exercício de 2025." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Resultado: Adiado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 27, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com Endometriose, objeto do REQ 21/2025 - CDH, seja incluído o seguinte convidado: - Dr. Eduardo Schor – presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina (SOBRAPEM), chefe do Setor de Algia Pélvica e Endometriose do Departamento de Ginecologia da UNIFESP, membro da Comissão Especializada de Endometriose da FEBRASGO, médico, professor e consultor da Conitec para protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas sobre endometriose." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Resultado: Prejudicada a matéria. O nome indicado foi incluído no Requerimento 21/2015- CDH. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 28, de 2025 que: "Requer nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Às onze horas e quarenta e quatro minutos a Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Alessandro Vieira. Às onze horas e cinquenta e seis minutos o Senador Alessandro Vieira devolve a presidência à Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/26

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª e 5ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos ao item 1 da pauta. A Relatora está *online*, a Senadora Mara Gabrilli.

Mas, antes da Senadora Mara Gabrilli, antes de eu ler o item, eu quero registrar a presença da Deputada Federal Mariana Carvalho, Maranhão, uma amiga querida do meu partido. Inclusive, Senador Alessandro, um dos mais terríveis casos de violência política contra a mulher recentemente aconteceu com ela. Esse caso dela vai ser um caso, inclusive, emblemático e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza pedagógico para a gente enfrentar a violência política contra a mulher. E ela está aqui hoje, no último dia em que nós estamos fazendo essa maratona de projetos de proteção e defesa da mulher.

Seja bem-vinda, Mariana.

Está também com a gente a irmã da Sra. Adalgiza, que está presa, aquela senhora de 64 anos, uma das presas dos atos do dia 8 de janeiro.

Seja bem-vinda a esta Comissão.

Esta Comissão já aprovou um requerimento de visita, de diligência aos presídios, e uma das primeiras pessoas que será visitada será a D. Adalgiza, em virtude da idade dela. Lamentamos que, conforme disse o Ministro Alexandre ontem, ele tenha condenado 43 idosos, com penas altas, inclusive. Mas nós vamos visitá-los, ver como eles estão no presídio e tentar aqui fazer as reparações necessárias.

E aí, Senador Alessandro, eu o cumprimento pela iniciativa do projeto de lei desta semana. O Senador Alessandro, preocupado com as desigualdades de pena e a forma como a punição foi dada a todos sem a individualização – sem considerar, por exemplo, D. Adalgiza, doente de 64 anos, no cárcere –, apresentou uma proposta de lei.

É mais um Parlamentar de que a gente precisa aí reconhecer a sensibilidade com o tema. O tema é polêmico, e ele se afastou das polêmicas. Este é o perfil do Senador Alessandro: sempre sensato, coerente.

Ele apresentou uma proposta que começou a tramitar já na Casa. Parabéns, Senador – o senhor, como um grande jurista que tem se mostrado no Senado –, por ter trazido mais uma matéria para ser discutida, uma matéria pé no chão, que nós vamos analisar.

Que as pessoas que estão nos ouvindo entendam que esta Casa não está de olhos fechados, os seus ouvidos estão abertos ao clamor das violações de direitos humanos. Nós vamos nos encontrar. Nós estamos lutando. Nós temos um grupo de Parlamentares aqui que está lutando, com pé no chão, sem lacração, sem briga, para a gente se reencontrar como nação, reparar os danos causados, virar a página. Nós queremos virar a página, nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançar. Nós temos tanta coisa para fazer no Brasil, um Brasil em que eu tenho uma jovem mãe de 17 anos, grávida, tendo a barriga aberta para o seu bebê ser roubado de sua barriga! Olhem os desafios que nós temos, para ficarmos brigando, alimentando e retroalimentando uma briga política!

Senador Alessandro, parabéns. O Senador Moro também tem uma proposta bem semelhante. Então, nós Senadores estamos aqui com o equilíbrio que é exigido neste momento – às famílias que estão aqui presentes, nosso abraço –, mas nós não estamos omissos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5881, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: CSP e terminativo na CDH.

- Em 26/11/2024, foi aprovado o parecer da CSP, favorável ao projeto.

Ele é terminativo, e já vou até pedir às assessorias que já comecem a falar com seus Senadores. Tão logo lido o relatório da Relatora, se não houver pedido de vista, a gente já vai colocar em votação.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

É uma honra relatar este projeto, Senadora Damares.

Eu queria lhe perguntar se eu posso ir direto à análise, mas, se você fizer questão de que eu leia todo o relatório, também será um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ir direto à análise, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está bom.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é competente para a análise da matéria, conforme o inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que se refere aos direitos das mulheres.

Não se observam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade.

A matéria desdobra princípios constitucionais e não colide com a legislação em vigor.

O art. 4º da Lei nº 14.232, de 2021, determina a criação do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres, em formato eletrônico, contendo informações de registros administrativos, serviços de atendimento e políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa violência. O que a proposição faz é atualizar tal dispositivo em um sentido especial. Ao comandar a publicação periódica de dados e análises, a proposição procura envolver a população, de modo qualificado, no embate contra essa violência.

De fato, é bastante diferente o saber, por alto, que há violência contra as mulheres, de um lado, e o saber preciso, exato, que corresponde aos fatos e que não diz respeito apenas à experiência cotidiana da pessoa, de outro. A nosso ver, a matéria qualifica a cidadania, ao fornecer, periodicamente, o estado de coisas do processo de embate à violência contra a mulher.

A disseminação desses conhecimentos confiáveis faz com que a cidadania se manifeste de modo seguro e direto, ao mesmo tempo em que a razão e os direitos humanos ocupam maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço nas decisões públicas. É o melhor de dois mundos: produzir os dados e as análises e disseminar seu conteúdo entre a população – para que ela reflita antes de agir.

Ao voto.

Conforme as razões trazidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.881, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para o registro dos votos.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto o painel é aberto, quero agradecer à Senadora Mara pelo excelente relatório. Hoje a gente dá, Mara, nesta Comissão, mais um passo na proteção e garantia dos direitos das mulheres.

Os relatórios de registro unificado precisam ser divulgados, porque, se a gente exigir a publicação, nós vamos exigir que, de fato, os registros sejam unificados. Nós temos que parar, no Brasil, de ter dados diversos. Vou dar um exemplo, Mara, com relação às pessoas desaparecidas. Cada órgão tem um cadastro. Sinalid, do Ministério Público, diz que hoje nós estamos com 101 mil pessoas desaparecidas no Brasil – 101 mil! –, e mais de 52% são crianças, mas esse dado do Sinalid não bate com o dado da Polícia Federal, que não bate com o do Ministério da Justiça, que não bate com o da... Os dados não estão sendo unificados. Não há cruzamento de dados no tema pessoas desaparecidas, mas, no tema violência contra a mulher, o registro unificado já é uma realidade, mas ele precisa acontecer de fato, e a gente precisa desses dados publicados. Não tem política pública sem números, não tem política pública sem indicadores. Como vamos proteger mulheres se não sabemos onde estão, o que está acontecendo e a motivação da violência contra a mulher?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara, parabéns pelo relatório. Sinto-me honrada em tê-la relatando uma proposta de minha autoria. Que Deus a abençoe, Senadora Mara.

Já está em votação.

Eu peço às assessorias que, por favor, informem aos seus Parlamentares.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão, só um instantinho.

Enquanto a gente está em votação, nós temos o item 9 da pauta, que também é de autoria da Senadora Mara. Todos os senhores sabem que, às vezes, a conexão da Senadora Mara cai, oscila muito, e, então, eu queria pedir permissão para a gente fazer uma inversão de pauta. A gente vai ao item 9, que é um requerimento. A Senadora Mara acho que ainda está conectada.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Concedo a palavra à Senadora Mara para encaminhar.

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025.

Justificação.

A violência contra as mulheres é um problema social crônico, cujas causas raízes encontram-se fundadas em aspectos culturais de uma sociedade ainda marcada com fortes traços de patriarcalismo e machismo. Ela se manifesta como um mecanismo de manutenção desses estereótipos e das relações sociais baseadas na dominação e exploração. A violência não é fruto de um infortúnio pessoal, de uma má escolha que a mulher tenha feito, de azar. Ela tem bases socioculturais profundas, arraigadas nas desigualdades de gênero, em que se coloca a mulher em posição de inferioridade quando comparada ao homem. E uma das piores repercussões da violência contra as mulheres é o feminicídio.

Para tratar desse tema, o Ministério das Mulheres lançou em março de 2024 o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, como parte das comemorações do Março das Mulheres: o #BrasilporElas no Enfrentamento à Misoginia e na Promoção da Igualdade. O objetivo do plano é prevenir mortes violentas de mulheres por questão de gênero e também garantir os direitos e o acesso à Justiça para todas as que se encontram em situação de violência e também para suas famílias.

O Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios está sob a coordenação do Ministério das Mulheres, em conjunto com Casa Civil da Presidência da República e os Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Educação, da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial, do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planejamento e Orçamento. Serão R$2,5 bilhões em recursos para desenvolver 73 medidas, distribuídas em dois eixos: o estruturante e o transversal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o requerimento...

Terminou, Senadora Mara? (*Pausa.*)

Em discussão o requerimento.

O Senador Girão se inscreveu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu me inscrevi não exatamente sobre a votação, é um pela ordem, se a senhora puder me permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Vai ser rapidamente aqui, porque a gente está tendo Comissões simultâneas.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-la. É a primeira sessão efetivamente a que eu posso vir, e quero dizer que é uma honra ser presidido pela senhora. As voltas que o mundo dá: a senhora estava comigo aqui, 15 anos atrás, nesta Comissão, em que a gente colaborou em vários projetos como ativistas pela vida, a senhora ainda como assessora parlamentar, e agora estamos aqui juntos. Olhem as coisas! Deus é incrível.

E quero só cumprimentar pelos projetos da Senadora Mara Gabrilli, estou junto com todos.

Presidente, eu preciso voltar para a Comissão de Esporte, nós vamos ter um debate agora sobre uma matéria, mas eu só queria consignar – já falei com a nossa Relatora, a Senadora Jussara – que do Projeto 2.341, de 2024, vou fazer o pedido regimental de vista. Já quero deixar consignado isso.

E também quero fazer um pedido para a senhora. A gente está muito preocupado com o que está acontecendo no Oriente Médio. Sei que a situação transcende o Brasil, mas, de alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, a gente pode participar com diálogo, no aspecto de ouvir aqui no país entidades importantes que buscam a paz. Então, estou requerendo, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, a realização de uma audiência pública com o objetivo de diálogos pela paz no Oriente Médio.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Heni Ozi Cukier, que é amigo, inclusive, do Senador Sergio Moro, professor e cientista político; representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Sr. Jorge Messias, que é Ministro do Governo Lula e se colocou à disposição para vir participar, que é Advogado-Geral da União; Sr. William Douglas, Desembargador Federal do TRF2, inclusive ativamente participando desse movimento; representante da Federação Árabe Palestina do Brasil; Sr. Cláudio Lottenberg, representante da Confederação Israelita do Brasil; e Sr. André Lajst, representante da StandWithUs Brasil.

Sra. Presidenta, tem a justificação...

E eu queria lhe pedir, como extrapauta, para a gente marcar uma oportunidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão, nós temos uma regra de conduta e procedimento. Nós decidimos já com os membros da Comissão que, com requerimento extrapauta, matéria extrapauta, seria lido, como o senhor já leu, já está na pauta ou já recebemos extrapauta, mas nós vamos voltar a esse requerimento, que eu tenho certeza de que não vai ter óbice nenhum, na próxima semana, conforme nós combinamos. O.k.?

Quanto ao seu pedido de vista, o Regimento Interno diz que a gente só pode pedir vista após a leitura do relatório. Nós vamos consignar seu pedido e, após a leitura, nós vamos decidir se a gente vai ter vista coletiva ou não, mas eu sei que o senhor quer pedir vista, porque o senhor vai apresentar uma emenda muito especial. Eu até tinha sugerido, se a sua emenda é muito especial, como nos foi informado, e eu tenho certeza de que é, que a Senadora Relatora pudesse recepcionar sua emenda hoje para melhorar o projeto e a gente aprovar, porque nós estamos nessa maratona de entregar para as mulheres propostas esta semana. As mulheres têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressa, Senador, nós mulheres temos pressa, mas nós vamos esperar a Relatora ler, e depois a gente vai decidir sobre o pedido de vista coletiva.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Também sobre o item 2, de fato, é possível fazer algum aprimoramento, mas eu observo para o colega Girão que ele vai tramitar também na CCJ. Então, eu particularmente farei alguma avaliação mais aprofundada na CCJ e hoje votarei pela aprovação imediata.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Depois da leitura do relatório, a gente analisa o pedido de vista, mas está consignado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, só vou deixar consignado, porque eu tenho uma reunião com o pessoal em Fortaleza, que me pediu

Faz parte do processo legislativo – conversei com a nossa querida Relatora, que fez um trabalho belíssimo, Senadora Jussara, que é do estado vizinho –, é regimental, é um direito.

Eu quero deixar consignado, para conversar, inclusive com a Senadora, assim que eu voltar do Ceará.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos voltar ao item 9.

Em votação o requerimento de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Quero chamar a atenção dos membros da Comissão de que o item 9, o requerimento da Senadora Mara, que é o Requerimento 28, atendeu ao dispositivo do art. 96 do Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno, o 96-B, que fala que a Comissão poderá fazer a avaliação de duas políticas públicas ao longo do ano, duas políticas temáticas da Comissão.

Então, um requerimento foi aprovado – esta Comissão vai analisar o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios –, e nós temos mais dois requerimentos na pauta, pedindo mais duas avaliações.

Então, nós vamos ter, nos requerimentos, um certo impasse, porque o Senador Mecias é autor de um requerimento para se avaliar a segunda política, e há um do Senador Marcos do Val. Eu vou precisar do apoio dos pares para a gente decidir qual dos dois será recepcionado e qual será a segunda política a ser avaliada.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2341, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei no 14.192, de 4 de agosto de 2021, para prever medidas protetivas de urgência para os casos de violência política contra a mulher.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exma. Sra. Presidente, Senadora Damares Alves. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, passo diretamente à análise do mérito, considerando que o texto do relatório está disponível para os Parlamentares que compõem esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, a proposição é importante para a salvaguarda dos direitos políticos das mulheres e para a prevenção da violência. Ainda que a Lei no 14.192, de 2021, tenha criado substanciais contribuições para o combate à violência política contra as mulheres, persistem significativos obstáculos à participação feminina no cenário político. É notório que a violência continua a inibir a atuação das mulheres na política, o que revela a necessidade do robustecimento dos mecanismos de proteção contra esse tipo de violência.

As medidas protetivas de urgência, inicialmente concebidas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), se consolidaram como eficazes mecanismos no combate à violência contra as mulheres. Essas medidas são essenciais para prevenir a escalada dos atos de violência e, assim, garantir a efetividade da proteção das mulheres, porém, é preciso reconhecer que, em razão da especificidade da matéria, é mais adequado que as medidas sejam codificadas no âmbito da Lei 14.192, de 2021, o que se perfaz por meio deste PL.

Assim, a estruturação dessas medidas protetivas para coibir e para combater a violência política contra as mulheres em diploma legal próprio não é apenas pertinente, como mais adequada. Com efeito, dessa forma, haverá segurança jurídica a todos os atores que atuam na cena política e efetiva proteção dos direitos políticos das mulheres.

Particularmente, em relação às medidas específicas do contexto eleitoral, consideramos necessário ressaltar que esses instrumentos estão em consonância com os preceitos constitucionais aplicáveis à matéria, assim como têm confluência com a legislação correlata.

A suspensão de conteúdo que promova ou dissemine violência política em rede social ou em outro canal de comunicação, na forma de medida protetiva de urgência, mecanismos previstos na Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre a propaganda eleitoral. O art. 9º-E da referida Resolução determina que os provedores de aplicação serão solidariamente responsáveis, civil e administrativamente, quando não promoverem a indisponibilização imediata de conteúdos e contas, durante o período eleitoral, entre outros, de comportamento ou discurso de ódio, inclusive promoção de racismo, de homofobia, de ideologias nazistas, fascistas ou odiosas, contra uma pessoa ou contra um grupo, por preconceito de origem, de raça, de sexo, de cor, de idade, de religião, de quaisquer outras formas de discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao direito de resposta proporcional à gravidade da violência política, embora seja um instrumento amplamente utilizado na esfera eleitoral, sua previsão como medida protetiva de urgência aborda uma dimensão mais sensível e crucial no espaço de fala, distinguindo-se das disposições previstas na legislação vigente.

A Constituição Federal assegura, no inciso V do art. 5º, o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. Na esfera eleitoral, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, regulamenta o direito de resposta em seu art. 58. Além dos prazos para solicitar o direito de resposta, o dispositivo regulamenta o direito de contraditório do ofensor, bem como outros aspectos processuais do exercício do direito. Cabe ressaltar ainda, nos termos do art. 58-A, da Lei nº 9.504, de 1997, que os pedidos de direito de resposta tramitam com prioridade na Justiça Eleitoral. De igual modo, o art. 30 da Resolução nº 23.610, de 2019, do TSE, reitera que é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato, durante a campanha eleitoral, por meio da internet, e por outros meios de comunicação interpessoal, mediante mensagem eletrônica e mensagem instantânea, assegurado o direito de resposta.

Nesse contexto, sem prejuízo da utilização do direito de resposta como instrumento para combater conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, o seu emprego na dimensão da violência política de gênero tem o condão de oferecer um espaço de combate ao preconceito e à discriminação contra as mulheres, que muitas vezes são silenciadas no ambiente político. Assim, o direito de resposta, enquanto medida protetiva de urgência, tem a função de assegurar que as mulheres possam exercer efetivamente sua voz, mesmo diante de condições estruturais que impeçam, obstaculizem ou restrinjam seus direitos políticos.

Finalmente, assim como no caso da Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, o PL nº 2.341, de 2024, determina que as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. Essa garantia é respaldada pela obrigação de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, conferida ao Estado pelo art. 226, §8º, da Constituição Federal. A legitimidade atribuída à ofendida para solicitar essas medidas é de extrema importância, pois, caso contrário, estariam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo criados obstáculos ao acesso a tais medidas e à sua implementação de maneira tempestiva, prejudicando sua efetividade.

O voto.

Ante o exposto e ante o caráter meritório da proposição, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.341, de 2024.

Esse é o meu voto, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Jussara!

Em discussão a matéria.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro quero elogiar aqui a autoria da Senadora Janaína Farias, mas também a relatoria da Senadora Jussara Lima.

Eu também quero examinar um pouquinho mais esse projeto, mas, já que ele vai para a CCJ, eu creio que posso também fazer minhas considerações ali, naquele fórum.

De todo modo, eu queria destacar aqui – e até sei que isto foi objeto ali da fala inicial – que a gente está vivenciando um drama de direitos humanos, que ficou salientado com o julgamento em andamento no Supremo Tribunal Federal que é a imposição de uma pena de 14 anos à Débora, a cabeleireira que pintou de batom a estátua da Justiça do Supremo Tribunal Federal. Ninguém – e aqui acho que eu repito "ninguém" –, quando teve aquelas invasões, quando teve aquela destruição de patrimônio público, ninguém aplaudiu, todo mundo reprovou, todo mundo achou aquilo errado, mas precisa ter uma punição segundo aí as proporções necessárias para a justiça.

Existem possibilidades de unificação das penas do crime de golpe de Estado, do crime de abolição do Estado democrático de direito, se é que é válida essa imputação – eu creio que não é válida propriamente, deveria ser absolvida –, mas, se for para condenar, poderia haver essa unificação. E, do outro lado, se fazia parte de um golpe de Estado, cadê a aplicação, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandro – V. Exa. eu sei que compartilha do mesmo entendimento que eu nessa matéria –, do art. 29, §1º, do Código Penal, que diz que à participação de menor importância, se reconhecida, aplica-se a redução de pena de um sexto a um terço?

Então, o que nós estamos vendo aqui é uma aplicação absolutamente exagerada da sanção penal e a legislação brasileira está sendo... as medidas que poderiam beneficiar essa acusada estão sendo ignoradas, além do fato de ela estar há dois anos presa.

Então, quando a gente vai discutir aqui um projeto muito meritório, relatado pela Senadora Jussara Lima, que fala de violência política contra a mulher, a gente tem que falar também da violência jurídica contra a mulher, nesse caso específico: mãe de família, tem uma jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal Federal que fala que se tem filhos novos pode ser concedida prisão domiciliar, tudo isso está sendo ignorado nesse caso. Querem punir lá os... o que eles entendem como artífices de uma tentativa de golpe – que é uma outra discussão –, mas essas pessoas, ainda que estivessem numa tentativa de golpe, foram ali... a multidão, a turba que se emocionou, que errou, que é reprovável, tem que ser punida com prestação de serviços, se for o caso aí com uma pena de prisão de um mês, dois meses, mas ela já está há dois anos presa.

Então, esse é o fórum... Desculpe aqui a colega por levantar esse assunto, mas esse é o fórum apropriado, é a Comissão de Direitos Humanos. Não tem nada mais aviltante hoje no Brasil do que a violação dos direitos humanos dessa pessoa pela Justiça. Então, no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Fux pediu vista, vamos rogar todos nós aqui ao Ministro Fux que possa dar ao Supremo a oportunidade de corrigir esse erro histórico, porque quem vai ser julgado nesse caso não é só a Débora, é também o próprio Supremo Tribunal Federal.

Então, peço vênia aqui à colega, mas se o projeto realmente é de medidas de proteção contra casos de violência política, aqui nós estamos diante de uma injustiça jurídica contra uma mulher e nós temos também que nos manifestar.

Eu tenho algumas ponderações sobre o projeto, até gostaria depois de conversar, Senadora, para entender melhor o que seria a violência política, se não seria oportuno colocar uma definição nesse projeto para que não ficasse tão aberto. Mas, como vai para CCJ ainda, creio que podemos conversar depois em paralelo. Mas temos que registrar esse fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também apresentei um projeto, assim como o Senador Alessandro, um projeto de mais tempo, prevendo pelo menos a unificação, a aplicação apenas da pena do crime mais grave para esses crimes lá contra o Estado democrático de direito, que é um exagero punitivo nesse caso. E quando eu falo isso, não é para ofender o Supremo Tribunal Federal, não. Ao contrário, estou dizendo que é uma oportunidade para o Supremo Tribunal Federal rever as sanções aplicadas para esses casos, porque de vítimas de uma agressão com a qual ninguém concordava, estão se tornando vilões, e a oportunidade não aparece sempre. Mas creio que o Ministro Fux pode eventualmente conduzir a Corte a uma revisão dessas penas.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.. Ninguém mais inscrito? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Queria pedir vista. Queria pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista coletiva. O Senador tinha consignado antes, mas ele está presente, então agora é regimental.

Eu até ousaria apelar para o Senador Girão, já que os outros dois Senadores também precisam e querem fazer correções – e as farão lá na Comissão de Constituição e Justiça –, eles poderiam levar a sua sugestão. Eu pergunto novamente: insiste em pedir vista, Senador Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu inclusive expliquei o porquê. Eu vou repetir novamente para a senhora, porque eu acho que a gente tem que ter transparência aqui, né? Nós estamos para melhorar a legislação. Nós estamos aqui com o objetivo de ouvir a sociedade, de melhorar um projeto que é bom, como este. Já conversei com a Senadora Jussara, com a equipe dela, vamos nos reunir também com ela. Existe essa predisposição, mas eu tenho o que ouvir. Eu não posso chegar e aprovar para, de alguma forma, jogar para a torcida. Eu não sou de fazer isso. Eu sou de fazer meu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aproveito, porque eu queria insistir com a senhora também numa visita que nós precisamos fazer aos presos políticos deste país. Queria fazer um pedido à senhora. Já foi aprovado isso já faz uns 15 dias. Nós estamos vendo as pessoas mofarem de forma injusta nas prisões, inclusive não são poucos brasileiros que estão nessa situação. E eu me preocupo inclusive com a pauta que é da senhora, que é minha, que é de todos nós aqui, que é a questão do suicídio. Nós temos pessoas que estão com problemas sérios de saúde mental, passando por essa injustiça sem precedentes na história do Brasil, pessoas que não portavam armas, pessoas de idade, com crianças pequenas, como o caso da Débora, mas não é só o da Débora. Já tivemos um morto na prisão, que é o Clériston Pereira da Silva, que tinha pedido da PGR, e a gente precisa fazer o nosso trabalho na CDH aqui no aspecto de fazer essa visita com urgência.

Então, eu lhe peço, me coloco inclusive à disposição para ir esta semana. Estou à disposição para ir a São Paulo visitar os presos que estão lá, aqui em Brasília, na Papuda, e em outros locais. Eu acredito que é fundamental para a gente evitar que tenhamos mais sangue nas mãos, porque eu acredito que nós já temos, por até agora não termos enfrentado essa situação aqui, o Senado, que é o único que pode fazer isso.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão.

Eu concedo vista coletiva.

Nós vamos também encerrar a votação do PL do qual a Senadora Mara foi a Relatora, o Projeto de Lei 5.881. Peço à Secretaria que abra o painel.

Enquanto a Secretaria abre o painel, vou responder ao senhor, Senador Girão.

O primeiro ou o segundo requerimento aprovado por esta Comissão foi a visita aos presos de 8 de janeiro. Foi aprovado por unanimidade e, tão logo o requerimento foi aprovado, a Secretaria fez todos os procedimentos necessários. Um deles é comunicar ao Presidente do inquérito, que é o Ministro Alexandre de Moraes. E nós também já estivemos com a Vara da Execução Penal aqui do DF. Eu estive pessoalmente com a Presidente da vara, numa reunião longa, em que foi dito que depende da autorização do Ministro Alexandre. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento aprovado nesta Comissão foi encaminhado ao Ministro Alexandre. Eu estou insistindo numa audiência com o Ministro Alexandre, são vários pedidos. Ontem o Ministro Alexandre mandou mais uma resposta de que não pode me atender. Essa tem sido a resposta praxe do Ministro Alexandre, não é a primeira vez que eu tento falar com ele sobre um dos presos de 8 de janeiro. Inclusive, nós tivemos um dessabor aqui na Casa: um requerimento assinado por 16 Senadores para visitar um preso antes do Natal só foi deferido cinco meses depois, depois que nós insistimos em falar pessoalmente com ele. É assim que o Ministro Alexandre lida com esse processo.

Então, nós estamos aguardando a autorização dele. Já está tudo organizado com a vara da execução de Brasília, tão logo ele se manifeste, e também com a vara de execução de outras cidades, porque os presos estão espalhados pelo Brasil. Nós já estamos conversando com as varas, nos antecipando, conversando com as varas em todo o país dos presos que nós visitaremos. Vai ser impossível visitar todos, nós estamos com um número enorme, são mais de 400 já condenados, a gente quer também conversar com os condenados, mas nós vamos visitar o máximo possível.

E, à medida que a gente for visitando, a gente vai elaborando relatório. Nós não vamos esperar visitar todos para elaborar relatórios. Nós vamos elaborar relatórios que serão encaminhados ao Ministro Alexandre e, repito, às cortes internacionais também. Repito, todas as instâncias de direitos humanos do Brasil, todas elas receberão nosso relatório. E, se possível, todos os Parlamentos do mundo também receberão relatório, porque essa é uma Comissão de Parlamentares, uma Comissão autônoma, uma Comissão cujo Plenário é soberano, o Plenário dessa Comissão, então, nós produziremos relatório à luz dos direitos humanos. Até agora, nós não temos relatórios com relação aos presos à luz dos direitos humanos – não temos. Nenhuma instância de direitos humanos oficial, desta nação, visitou os presos, será a primeira instância.

Então, nós estamos aguardando a manifestação do Ministro Alexandre e entendemos que ele não vai se opor, porque seria uma interferência de um Poder no outro, e nós estamos aguardando que ele tão somente tenha tempo de despachar a nossa solicitação e nós iremos. Iremos, gente, com maturidade, sem briga, sem confusão. Iremos os membros desta Comissão e nós convidaremos os Senadores dos estados onde nós estivermos para estar conosco. Nós queremos produzir um relatório isento. Teve violação? Está aqui. Não teve? Está aqui, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não teve. Então, é dessa forma que eu vou conduzir esse trabalho e estou me preparando para isso. Não é fácil, mas estou me preparando para isso.

Vamos ao resultado. Vou anunciar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O projeto de lei foi aprovado, por unanimidade, com 12 votos; sendo 11 SIM. (*Pausa.*)

O do Senador Mecias não computou, porque já tinha fechado a votação.

Então nós declaramos aprovado o Projeto de Lei 5.881, de 2023, que é terminativo nesta Comissão.

Prosseguindo a pauta, nós temos... (*Pausa.*)

Eu gostaria de solicitar que o Senador Alessandro assumisse a Presidência. Eu tenho um voto para ler e, na sequência, Senador Alessandro, eu vou subscrever os demais requerimentos e nós vamos também colocar em votação os demais requerimentos.

Lembro, quero chamar a atenção do Plenário, que nós vamos ter um conflito entre dois requerimentos, do Senador Mecias e do Senador Marcos do Val, mas a gente vai ler o do Senador Mecias por uma ordem de precedência, sobre a avaliação da política pública, conforme o art. 96 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sra. Presidente.

Vamos chamar agora o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4531, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes, lactantes e adotantes de crianças de até seis meses de idade.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

Em relação ao mérito, o PL trata de tema de grande relevância para que o direito à educação seja assegurado às estudantes gestantes, lactantes e adotantes. Propõe instrumentos, como o ensino remoto, que possibilitam a flexibilidade necessária para que as mães possam cumprir seus compromissos educacionais, sem prejudicar seu bem-estar ou o desenvolvimento de seus filhos.

Trata-se de passo fundamental para combater a desigualdade e permitir que as mães continuem seu percurso educacional. O PL favorece ainda a permanência na escola de adolescentes que engravidam, o que ainda é um quadro grave em nosso país, sendo a gravidez uma das causas para evasão escolar entre as mulheres.

É certo que a Lei nº 6.202, de 1975, já assegurou à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969.

Ocorre que as medidas previstas no citado diploma ainda são insuficientes para que se garanta mínima igualdade às estudantes gestantes, lactantes e adotantes em relação aos outros estudantes. Isso porque a Lei nº 6.202, de 1975, garante apenas período de três meses de exercícios domiciliares à estudante em estado de gravidez, sem considerar a existência ou não de aleitamento materno e apenas ressalvando, em seu art. 2º, os casos excepcionais. Também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não contempla o caso específico da estudante adotante e não dispõe sobre a possibilidade de o próprio sistema ou instituição de ensino dispor, por regulamento, acerca da oferta de ensino remoto, o que pode ser mais eficiente, já que se ajustará melhor às circunstâncias do caso concreto.

Com exceção da Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024, que assegura direitos especificamente a estudantes e pesquisadores da educação superior ou a bolsistas que se tornam pais e mães, é forçoso reconhecer que a legislação trabalhista e previdenciária está muito mais avançada frente à proteção da gestante e da adotante do que a legislação voltada à educação. Diante disso, é urgente que, para cumprirmos integralmente os preceitos constitucionais de proteção à maternidade e de igualdade de direitos a homens e mulheres, olhemos mais atentamente o campo da educação, assegurando que as mulheres que se tornam mães não sejam obrigadas a escolher entre o direito à educação e o exercício da maternidade nos primeiros momentos de convivência com seus filhos.

Por fim, sugerimos alguns aprimoramentos à proposição.

Considerando o princípio constitucional da igualdade, que incide sobre mães biológicas e mães adotantes, e visando a promover maior consonância com o período da licença-maternidade – que, em determinados casos, equivale a 180 dias –, propomos, por meio de emenda, que seja assegurada a todas as gestantes, adotantes e a todas que obtiverem guarda judicial para fins de adoção a oferta de ensino remoto ou o regime de exercícios domiciliares pelo período de 180 a 365 dias. Em adição a isso, permanece a possibilidade de prorrogação desse período para fins de amamentação mediante requerimento motivado da própria estudante. Entendemos que essas alterações reforçarão, ainda mais, o direito das mulheres à educação, a proteção à maternidade e à infância e o compromisso constitucional de não tratar diferentemente mães adotantes e mães biológicas.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.531, de 2023, na forma emenda substitutiva que já foi amplamente divulgada.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa na CE.

Passo agora ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com Endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença.

Concedo a palavra para que possa fazer o encaminhamento, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu requeiro a realização de uma audiência pública, em conjunto com a CAS – nós já apresentamos requerimento lá também –, para discutir os desafios e os direitos das mulheres com endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção.

Urge a necessidade desse debate nesta Comissão.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É um requerimento muito oportuno.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 21, de 2025.

A Secretaria adotará as providências necessárias.

Devolvo a Presidência da mesa à Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do RISF (Resolução n. 44), que a CDH avalie o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, para a defesa do requerimento.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Sra. Presidente Senadora Damares Alves, caros colegas Senadores e Senadoras, o PNDH-3 foi criado pelo segundo Governo do Presidente Lula, e nós acreditamos que é necessário um aperfeiçoamento, um acompanhamento por parte desta Comissão para avaliar e analisar esse programa.

Portanto, o nosso requerimento é para que a Comissão de Direitos Humanos possa avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, no exercício de 2025.

É esse o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão... (*Pausa.*)

Em votação... (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Senador, o seu requerimento é aprovado.

Então, nós teremos duas políticas públicas a serem avaliadas pela Comissão.

Como o senhor é autor do requerimento, nós oferecemos que o senhor seja o Relator da avaliação. Se o senhor não se sentir confortável e entender que não quer ser o Relator, eu teria muita alegria de avocar a relatoria dessa avaliação, por eu entender que é necessária essa discussão, o plano precisa ser revisto e a Comissão, no final, apresentar, na avaliação, uma proposta para que o Governo lance um novo plano adequado às nossas necessidades, à nossa realidade. O mundo mudou de lá para cá, então urge a necessidade.

No Governo anterior, a gente apresentaria um novo plano, mas, com a pandemia... Inclusive, nessa avaliação, vamos considerar esses fatos, como pandemia. Eu acho que a gente saiu dessa pandemia com muitos aprendizados, e um novo plano nacional de direitos humanos vai ter que prever catástrofes e situações como essa. Então, acho que é o momento certo de a gente fazer a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber se o senhor vai querer ficar na relatoria ou se me daria a honra de avocar a relatoria dessa avaliação.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Senadora Damares, com muito orgulho e com a certeza de que V. Exa. tem o preparo e a dedicação exclusiva que o caso requer, logicamente, eu abro mão da relatoria. V. Exa. deve assumir essa relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada.

Lembro que a Senadora Mara será a Relatora da avaliação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Nós vamos agora ao Requerimento nº 7, do Senador Marcos do Val.

Ele não está presente. Nós não vamos colocar em votação.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) avalie política pública nas áreas de segurança e de proteção de mulheres, crianças e adolescentes, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES))

Nós temos o Requerimento nº 27, do Senador Magno Malta, que tão somente acrescenta um nome à audiência pública de requerimento anteriormente aprovado. Há também um requerimento do Senador Seif, que é o Requerimento 29, que também acrescenta mais um nome à audiência pública de requerimento anteriormente aprovado. Nós vamos acolher estes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois requerimentos, acrescentando esses dois nomes à audiência pública sobre endometriose: Requerimento nº 29, do Senador Seif, e Requerimento nº 27, do Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Eles não estão sendo votados, gente, porque os dois Senadores não estão aqui, mas eu estou recepcionando esses dois nomes para que façam parte da mesa de discussão sobre a endometriose.

Nós conseguimos hoje avançar na nossa pauta.

Eu só queria informar à assessoria do Senador Magno Malta que o Projeto de Lei nº 3.272, de que ele é Relator, pela terceira vez, veio à pauta. Nós temos um procedimento na Comissão. Ele estava de licença médica ontem, de atestado médico – ele tem aquele problema no joelho, estava de atestado. Nós não nomeamos Relator *ad hoc* nesta reunião. Na próxima sessão, o projeto de lei dele volta para a pauta, e, com a presença ou não do Senador, nós vamos nomear um Relator *ad hoc*, e essa matéria será apreciada – nós decidimos isso no Colegiado –, a não ser que seja uma licença médica ou algo extremamente necessário, uma missão oficial, mas a matéria volta para a pauta na próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3272, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CSP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na 2ª reunião (realizada em 12/03/2025) após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva.

Em 17/03/2025, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Em 19/03/2025, foi recebido novo relatório.)

Nós vamos agora à parte do expediente.

Quero agradecer a todos que participaram do momento da deliberação. Avançamos, entregamos importantes matérias hoje para a proteção das mulheres.

Expediente.

Com relação aos documentos lidos no Expediente da 2ª Reunião Deliberativa da CDH, realizada em 12/03/2025, informo que serão realizados os seguintes encaminhamentos.

De cidadãos.

- Denúncia sobre graves violações de direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro, como superlotação, negligência, maus-tratos e falta de assistência; encaminhamento: encaminhar para o Ministério Público Federal e para o Ministério da Justiça para averiguação.

Ainda de cidadãos.

- Denúncia sobre violências e violações enfrentadas pelas comunidades indígenas do Brasil, destacando ataques recentes como os sofridos pela comunidade Yvy Okaju e o cenário persistente de invasões, conflitos e violações de direitos, solicitando medidas imediatas de proteção, assistência e destinação de recurso às comunidades indígenas, além da abertura de procedimentos administrativos e criminais para apurar os casos de violência; encaminhamento: encaminhar para Funai, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério Público Federal para providências.

- Denúncia sobre perseguição política e violações de direitos humanos sofridas por cidadão e sua família, relacionadas a denúncias de atos de corrupção, mencionando a possibilidade de acionar o TPI; encaminhamento: encaminhar para o Ministério Público Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informar que não cabe enviar ao TPI, em virtude de não se tratar de genocídio, crimes contra humanidade ou crimes de guerra.

- Denúncia sobre racismo e homofobia em grupo do aplicativo Telegram da Polícia Rodoviária Federal; encaminhamento: encaminhar para Corregedoria da PRF e Ministério Público Federal para averiguações e sugerir procurar Delegacia de Crimes Cibernéticos para denúncia.

- Denúncia sobre possíveis crimes de nepotismo, peculato, enriquecimento ilícito e improbidade administrativa na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Nova Friburgo, Rio de Janeiro; encaminhamento: encaminhar para a Presidência da Apae Brasil/ Fenapaes, para conhecimento e providências cabíveis.

- Denúncia de cidadão que afirma viver em família disfuncional e ter buscado ajuda do Ministério dos Direitos Humanos, mas que diz ter sido humilhado e ignorado, inclusive pela Ouvidoria, e que critica a Prefeitura de Marília alegando que mantém salários muito altos para certos cargos enquanto a população carente segue desassistida; encaminhamento: informar que, caso tenha havido alguma violação de direitos por parte do ministério, enviar denúncia para a Ouvidoria-Geral da União na CGU e Ministério Público Federal, e no caso de má gestão de recursos públicos, enviar para o Ministério Público do Estado de São Paulo.

- Denúncia sobre sequestro e violação de direitos humanos no setor audiovisual; encaminhamento: encaminhar para Ancine para averiguação.

- Solicitação de providências urgentes dos Poderes da República diante da recorrência de desastres climáticos no Brasil, destacando a falta de planejamento e investimentos públicos para mitigar os impactos; encaminhamento: encaminhar à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

- Denúncia sobre racismo religioso praticado pela gestão municipal de Apucarana, Paraná; encaminhamento: encaminhar para o Ministério Público estadual.

- Denúncia sobre discriminação e perseguição judicial perpetradas por ministros de tribunais superiores; encaminhamento: encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e o CNJ para averiguação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses termos, comunico que os documentos lidos na 2ª Reunião do ano de 2025 serão arquivados.

Com relação aos documentos lidos no expediente da 4ª Reunião Deliberativa da CDH, realizada em 19 de março de 2025, informo que serão realizados os seguintes encaminhamentos – senhores, o texto é enorme, mas nós falamos que toda denúncia que chegar nesta Comissão terá o encaminhamento, toda, e, então, nós estamos aqui e, depois que lermos as denúncias numa sessão, na outra, a gente informa os encaminhamentos:

Informes.

- Informe nº 40, de 2025, da Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho. Moção de apoio ao Conselho Federal de Medicina em relação à Resolução do Conselho Federal de Medicina 2.378, de 2024, que proíbe o médico de realizar o procedimento de assistolia fetal. A moção pretende privilegiar o direito à vida e solicita ao Congresso que delibere o projeto de lei no sentido de proibir esse procedimento. Encaminhamento: acusar recebimento e leitura no expediente.

Denúncias.

- Denúncia nº 41, de 2025, documento encaminhado por advogado. Relata que uma senhora idosa com depressão e histórico de pensamentos suicidas está presa desde o dia 8 de janeiro de 2023 e que sua defesa já ingressou com reiterados pedidos para liberdade provisória, bem como requerimentos para a substituição da prisão privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. No entanto, tais pedidos são negados pelo Ministro Alexandre de Moraes. A outra situação é de um senhor alvejado por bala de borracha, durante a manifestação no dia 8 de janeiro, que atingiu seu olho e o deixou cego. Encaminhamento: em relação aos relatos mencionados, informo que os referidos cidadãos já tiveram seus nomes incluídos na lista de presos políticos a serem visitados por esta Comissão em diligência prevista para as próximas semanas.

- Denúncia nº 42, de 2025, solicitação a este Colegiado que encaminhe pedido de anulação ou revisão de processo administrativo disciplinar do Conselho Nacional de Justiça que condenou juíza à censura. Segundo relata, a decisão é incongruente, pois os fundamentos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão não condizem com os fatos. Encaminhamento: encaminhar expediente recebido ao CNJ para averiguação e esclarecimento a esta Comissão.

- Denúncia nº 43, denúncia de descaso na saúde em cidade do Pará, onde pessoas estão morrendo por falta de UTI. Encaminhamento: encaminhar para a Corregedoria do município para averiguação.

- Denúncia nº 44, relato de abuso de autoridade cometido por oficial de Justiça do TRF2 e por policiais federais no Rio de Janeiro. Encaminhamento: encaminhar para a Corregedoria regional do TRF2 e CNJ.

- Denúncia nº 45, encaminhamento de relato de violações de direitos humanos que enviou ao Ministério Público, com cópia a esta Comissão, à Comissão da Câmara dos Deputados, bem como à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Corte de Direitos Humanos e ao Tribunal Penal Internacional. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que, por parte desta Comissão, não há providências concretas a serem tomadas para além das já realizadas pelo cidadão.

- Denúncia nº 49, denúncia de violação dos direitos da pessoa com deficiência no Concurso Nacional Unificado, cargo Auditor-Fiscal do Trabalho. Encaminhamento: encaminhar a denúncia para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Ministério Público Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Solicitações.

- Solicitação 46, de 2025, que solicita intervenção junto à Petrobras para obtenção de certidões e documentos essenciais para reverter o indeferimento de sua aposentadoria especial como petroleiro e/ou eletricitário pelo INSS. Encaminhamento: sugerir que solicite à Petrobras acesso aos documentos e encaminhe para o Ministério da Previdência e à Ouvidoria do INSS a denúncia para apuração.

- Solicitação 47, de 2025, que solicita à Comissão a realização de uma audiência pública para debater aspectos críticos do Projeto de Lei 2.474, de 2022, em análise neste Colegiado, visando a aprimorar a proteção de crianças e adolescentes. Encaminhamento: agradecer a sugestão e informar que o projeto será debatido no âmbito da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Solicitação 48, de 2025, que solicita à Comissão a realização de uma audiência pública para debater a realização de um plebiscito em 2026 para que a população brasileira decida entre a manutenção da República presidencialista ou a adoção de uma monarquia parlamentarista como sistema de governo. Encaminhamento: agradecer a sugestão e informar que o tema será debatido no âmbito da Comissão, porque já tem uma sugestão vinda da sociedade, com mais de 20 mil assinaturas, para ser debatida na Comissão.

Em relação ao expediente recebido na 6ª Reunião, realizada na presente data, 26 de março, passo à leitura dos documentos encaminhados à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, bem como as providências a serem adotadas.

Informes.

- Das Câmaras Municipais de São Bernardo do Campo, Taubaté e Pilar do Sul moção de apoio ao PDL (Projeto de Decreto Legislativo) nº 3, de 2025, que susta os efeitos da Resolução 258, de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente, e ao PL 1.904, de 2024, que visa a impedir que o aborto seja reconhecido como direito. Encaminhamento: acusar recebimento e leitura na reunião.

- Da Câmara Municipal de Jundiaí moção de apoio ao Projeto de Lei 340, de 2025, que garante acessibilidade no ambiente de trabalho, inclui o teletrabalho como opção obrigatória e dispõe sobre a possibilidade de concessão de incentivos fiscais para empresas que contratem pessoas com deficiência, incluindo aquelas diagnosticadas com transtorno do espectro autista, e dá outras providência. Encaminhamento: acusar recebimento e leitura na reunião.

- Informe nº 24, de 2025, do Observatório das Adições Bruce K. Alexander, com denúncia sobre desvio de conduta e de propósito em ações originadas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, relacionadas ao tema da população em situação de rua. Encaminhamento: encaminhar a denúncia para a Defensoria Pública da União.

- Informe nº 33, de 2025, encaminhado pelo gabinete do Senador Romário, da ANPPT (Associação Nacional de Pré e Pós-Transplantados), solicita apoio para combater a disseminação de desinformação sobre doação de órgãos praticada por uma advogada por meio de suas redes sociais. Segundo a associação, as declarações da advogada espalham medo, desinformam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população e comprometem a confiança no Sistema Nacional de Transplantes, prejudicando diretamente mais de 70 mil brasileiros que aguardam por um órgão. A entidade pede ações do Senado para a criação de políticas públicas de conscientização, responsabilização ética junto à OAB e medidas legislativas contra *fake news* em saúde pública. Encaminhamento: informar que a sugestão será analisada e, sendo viável, proposta por meio de proposição legislativa. Eu peço que a Secretaria dê uma atenção especial para, se a gente não conseguir apresentar uma proposta legislativa como uma indicação, a gente pensar na realização de uma audiência pública. Eu acho realmente que as redes sociais estão fervendo por causa disso. As pessoas que estão esperando um órgão para transplante estão em desespero. E eu acho que esta Comissão precisa dar uma resposta a essa demanda do Senador Romário.

- Informe nº 36, Associação Matria, relata irregularidades no programa Paes Pop Trans lançado pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2024. Encaminhamento: informar que o Ministério da Saúde será provocado para esclarecer sobre as informações prestadas e possíveis irregularidades relacionadas ao programa.

De cidadãos.

- Informe nº 25, de 2025, que denuncia o abandono institucional por ter tido benefício auxílio-doença encerrado automaticamente pelo sistema do INSS sem perícia médica, apesar de laudos que comprovam diversas doenças crônicas e autoimunes, deficiência visual e severa inaptidão para o trabalho. O sistema não permitiu prorrogação ou agendamento de perícia. Pede providências urgente, pois encontra-se sem qualquer fonte de renda. Encaminhamento: sugerir que o cidadão encaminhe a reclamação para a Ouvidoria do INSS, procure a Defensoria Pública da União e o Ministério Público e, se necessário for, ajuíze ação na Justiça Federal.

- Informe nº 26, de 2025, solicita apoio da Comissão de Direitos Humanos para o caso de sua filha, hoje com dezoito anos, vítima de abuso aos quatro anos de idade, em 2011, dentro de uma instituição religiosa e educacional ligada a pessoas próximas da família. Apesar das provas robustas reunidas em um processo judicial, houve absolvição do acusado, com base no art. 386, do Código Penal. A mãe denuncia ainda ameaças e manipulação por parte dos envolvidos e reforça sua disposição em lutar por justiça. Encaminhamentos: sugerir procurar a Defensoria Pública do estado, com boletim de ocorrência em mãos relativo à ameaça sofrida, para verificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a possibilidade de atuar judicialmente em relação ao processo, e acrescentar no expediente os contatos e endereços da Defensoria para facilitar a providência pelo cidadão.

E me permitam fazer um comentário. Há um projeto de lei tramitando na Câmara dos Deputados, de autoria do Poder Executivo, encaminhado pelo Governo anterior, que eu redigi junto com ex-Ministro da Justiça Senador Moro, que está nesta Comissão agora, para agravar a pena – e agravar muito – quando o abusador, o estuprador for um líder religioso, porque muitos líderes religiosos têm abusado de crianças e de mulheres, aproveitando-se da vulnerabilidade. Mulheres, às vezes, que chegam machucadas à igreja, em busca de conforto, são abusadas. E eu preciso registrar que não tem padre pedófilo, que não tem pastor pedófilo, que não tem líder religioso pedófilo; tem pedófilo fingindo que é padre, pedófilo fingindo que é pastor, pedófilo fingindo que é líder religioso. Eu fui vítima de um desses homens que fingia que era padre, quando tinha apenas seis anos de idade. Esta Comissão não vai se omitir com relação à denúncia dessa mãe.

- Informe nº 27, denuncia homofobia, racismo, xenofobia, assédio moral, manipulação emocional, agressões verbais e físicas, técnicas de "psicologia escura", discriminação religiosa e por classe social, envolvimento com criminosos cometidos numa escola estadual em Marília. Solicita proteção policial e outras medidas protetivas em razão de riscos decorrentes de denúncias apresentadas. Encaminhamento: sugerir que tome as seguintes providências: 1) polícia civil e Polícia Federal, para crimes de agressões, ameaças, crimes de ódio; 2) Ministério Público Estadual, para discriminação e assédio; 3) Secretaria de Estado da Educação e Ouvidoria estadual, se conduta irregular de servidor público; 4) Defensoria Pública, para apoio jurídico; 5) Disque 100 ou Ouvidoria de Direitos Humanos, para denúncia anônima.

- Informe nº 28, denuncia grave caso de corrupção em Minas Gerais e relata que, após tornar o esquema público, vem sofrendo perseguições, ameaças de morte e retaliações. Solicita, com urgência, o apoio da Senadora Damares Alves para a concessão de medida protetiva ainda não efetivada. Encaminhar a solicitação ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para análise e orientar o cidadão sobre solicitação de inclusão no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Informe nº 29, denúncia de ter sido vítima de racismo institucional, perseguição política e abuso de autoridade no âmbito do Instituto Federal do Paraná, após abertura de processo administrativo disciplinar, com base em acusações de apologia a drogas, bebidas e sexo, que ele alega serem infundadas e descontextualizadas. Ele relata tratamento discriminatório, desproporcionalidade na condução do processo, ausência de isonomia em relação a outros servidores acusados de condutas semelhantes ou mais graves e atuação parcial de membros da comissão processante ligados politicamente à reitoria. Encaminhamento: sugerir ao cidadão que adote as seguintes providências: 1) se for crime – racismo, ameaças, perseguição política grave – , provocar a Polícia Federal; 2) se for discriminação institucional ou perseguição dentro do Instituto Federal, o Ministério Público Federal e a Ouvidoria do Instituto Federal; 3) se for abuso de autoridade de gestores, procurar a Controladoria-Geral da União; 4) se precisar de assistência jurídica gratuita, procurar a Defensoria Pública da União.

- Informe nº 30, denuncia um cenário de violação institucional no Centro Socioeducativo de Uberaba, em razão da forma de atuação da atual gestora, que, segundo denúncias, comanda a unidade de forma autoritária, punitiva e à margem das diretrizes da política socioeducativa. Encaminhamento: encaminhar para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança de Minas Gerais para averiguação.

- Informe nº 31, denúncia relata violações de direitos em agência do Banco Itaú em Itaboraí, incluindo desrespeito a idoso, gestante, lactante, pessoa com deficiência e autista, além de descumprimento de tempo legal de espera em filas. Há relatos de omissão de informações obrigatórias. Encaminhamento: sugerir procurar o Procon do Município de Itaboraí. Informar os contatos e endereço para facilitar.

- Informe nº 33, denúncia de violências familiares e de dificuldade em registrar boletim de ocorrência de tentativa de fratricídio. Sugerir procurar a Defensoria Pública do estado. Informar os contatos e endereço para facilitar.

- Informe nº 34, de 2025, denuncia uma série de irregularidades trabalhistas cometidas pelos Correios, que inclui descontos ilegais em salário, abuso de poder, assédio moral e ameaças de demissão injustificada. Encaminhamento: encaminhar para o Ministério Público Federal para averiguação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Informe nº 35, de 2025, expressa apoio à liderança da Senadora da Damares Alves. Gostei! Apresenta a Sugestão 9, de 2024, que visa a restauração da monarquia no Brasil em 2026, e se coloca à disposição para contribuir com a análise e viabilização do debate sobre o tema. Encaminhamento: agradecer. Então vou agradecer: obrigada pelos elogios.

Mas eu quero dizer o seguinte, gente: nenhuma sugestão ou projeto de lei que está nesta Comissão vai ficar no arquivo. Nós vamos colocar para discussão, tá? A Sug 9, de 2024, que foi assinada por mais de 20 mil pessoas, é para discutir a restauração da monarquia no Brasil. Então a Sug vai ser discutida aqui. Se a Sug for aceita, vira uma proposta legislativa. Ainda é uma sugestão. Esta é uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A sociedade pode mandar propostas para esta Comissão. Então a gente vai discutir a Sug 9, de 2024. Não sabemos o resultado do Plenário, mas é possível que se discuta a monarquia.

Eu sempre sonhei em ser rainha. (*Risos.*)

Mas o assunto é palpitante. Tem muita gente no Brasil que discute isso com o coração. O meu assessor de imprensa está ali, morrendo, para eu não falar mais nada. Mas já pensou se a gente declarar a independência do Marajó e lá se tornar um principado e eu for uma princesa regente? (*Risos.*) Ou então a gente transformar o Marajó – já pensou? – em Reino Unido do Marajó e eu já entro como rainha?

Eu tenho muito respeito a esse tema. As pessoas que defendem a monarquia vieram, por meio desta Comissão, apresentar. Vai ser discutido com o respeito que o assunto merece. É assim que a democracia funciona: respeito à opinião, respeito às diferenças. Nós vamos discutir, sim, aqui. Então, quero agradecer a quem mandou os elogios. A discussão vai ser feita com muito carinho. Não posso dizer qual é o resultado do Plenário. Os Senadores vão estar aqui e vão votar se acolhem ou não a SUG 9, de 2024.

- Informe nº 37, cidadão denuncia que está sendo impedido de viajar ao Brasil com seus filhos menores de idade para visitar a família em Natal. Ele relata estar sendo vítima de perseguição e abuso de autoridade por parte das autoridades canadenses, que estariam dificultando o processo da emissão de documentos e autorização de viagem, sem justificativa legal. Solicita apoio das autoridades brasileiras, especialmente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que possa exercer seu direito de convivência familiar e garantir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem-estar emocional de seus filhos. Encaminhamento: encaminhar denúncia ao Ministério das Relações Exteriores e solicitar informações e apoio à Embaixada do Canadá a esse respeito. Muito delicado isso, gente.

- Informe nº 38, denúncia sobre a grave situação de abandono enfrentada pela população de Cametá, no Estado do Pará, marcada pela falta de leitos de UTI, ruas sem iluminação e infraestrutura adequada, ausência de saneamento básico, contaminação dos rios por esgoto e descaso das autoridades locais. Gente, talvez alguns perguntem: o que esta Comissão tem a ver com saneamento básico? Tudo. Saneamento básico é direito humano, está na Carta Universal. Então, a pessoa que encaminhou, encaminhou para a Comissão certa. Encaminhamento: encaminhar para o Ministério Público do Pará para averiguação da denúncia e providências cabíveis.

- Informe nº 50, de 2025, encaminha aparecer com manifestação contrária ao Projeto de Lei 106, de 2025, apresentado pelo Deputado Coronel Chrisóstomo, que propõe a proibição do uso de símbolos cristãos em eventos públicos de celebração ou visibilidade LGBTI. Quem está encaminhando é contra o projeto. Encaminhamento: encaminhar ao Deputado para ciência.

Isso posto, submeto às Sras. e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos, os documentos que chegaram agora.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Vocês viram que nós lemos documentos aqui de assuntos bem delicados, como uma tentativa de homicídio. Acho que fratricídio, né? A esses documentos, gente, os membros da Comissão – somente os membros – têm acesso, com todo o sigilo do denunciante garantido. Então que fique bem claro isso. Inclusive, em relação a esse caso específico, eu gostaria de ligar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a família, para o denunciante. Eu mesma quero falar com o denunciante, porque é uma situação bem delicada.

Nós estamos chegando ao final da nossa reunião, mas, depois de lidos tantos documentos, e eu sei que eu estou ao vivo – neste horário, acho que somente eu estou ao vivo – , eu queria fazer um registro à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos. Pelo volume de denúncias que nós lemos, eu quero que os senhores entendam o trabalho dessa Secretaria de recepcionar, a delicadeza com o trato de cada denúncia. Há um protocolo interno na Secretaria pelo comando aqui do nosso querido Secretário. Os servidores dessa Secretaria são servidores escolhidos a dedo, extremamente capacitados, que têm compromisso com a pauta, com o sigilo e com a vida humana, mas eles estão trabalhando muito. Eu precisava fazer esse registro. Obrigada! Obrigada, Secretaria, obrigada.

Às vezes, gente, tem coisa que não chega por escrito, é aqui na porta. A forma de atender os apelos. Chegam mães aqui, chegam pais, chegam pessoas em desespero, e esta Comissão é uma casa de acolhimento. Os servidores que estão aqui não foram escolhidos por questão política, mas por capacidade, por serem bons no que fazem, e eu quero agradecer. Às vezes, chegam denúncias que tiram lágrimas deles. Às vezes, gente, chegam imagens que nos tiram o sono. Então é uma Comissão extremamente delicada, e eu não vou cansar de elogiar a equipe que esta Comissão tem. Obrigada, meninos. Obrigada, Secretário.

Eu queria que vocês aplaudissem esta Secretaria. Vamos aplaudir. (*Palmas.*)

Bom, nada mais havendo a tratar...

Estou fazendo direitinho, Secretário? (*Risos.*)

... nós encerramos esta reunião, não sem antes lembrar que amanhã nós temos, já amanhã, um ciclo de debates.

Já está marcado para amanhã? Para semana que vem? (*Pausa.*) Sobre direitos do trabalho, conduzido pelo Senador Paim, já está marcada alguma coisa? Ainda não? (*Pausa.*)

Mas a gente vai anunciar. O Senador Paim volta à atividade aqui na Comissão – que orgulho! – para fazer as discussões sobre direito ao trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada e vamos seguir, porque a semana promete ser de muito trabalho. Que Deus abençoe vocês!

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Beto Faro e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "O Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo", como parte do ciclo de debates sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras. Participantes: Senadora Mara Gabrilli, Senadora da República; Eduardo Pedrosa, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa do Distrito Federal; Antonio José Ferreira, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência substituto do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Fernanda Figueiredo Falcomer, • Subsecretária de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Oswaldo Freire da Fonseca Júnior, Escritor - Autor do Livro: O desafiante mundo do autista, com subtítulo Obstáculos e Possibilidades no Labirinto do Amor; Bernardo Martínez, Jovem Autista; Márcia Maria Arruda Bueno César, Mãe atípica e ativista da pauta do Autismo; Edilson Barbosa, Advogado - Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB; Sra. Berenice Piana, Coautora da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.; Deputada Soraya Santos, Deputada Federal, Procuradora da Mulher; Deputada Federal Coronel Fernanda, Deputada Federal; Davi Leal Dias, Jovem Autista; e Sra. Izabeth Farias, Mãe atípica. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/02

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 15, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para debater sobre o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, como parte do ciclo de debate sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

A nossa audiência terá duas mesas. A primeira mesa será composta pelas seguintes autoridades: a Senadora Mara Gabrilli, que é a nossa Vice-Presidente. A senadora Mara vai estar de forma *online*. Ela não está hoje conosco no Senado. Daqui a pouco ela vai estar se conectando. Na sequência, nós estamos aguardando a Vice-Governadora do Distrito Federal, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sequência – nós já o chamamos para compor a mesa –, o Deputado Distrital Eduardo Pedrosa, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Deputado, seja muito bem-vindo! – parceiro desta Comissão, amigo... (*Palmas.*)

Convido, para a mesa, Antonio José Ferreira, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, substituto, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Muito obrigado, Secretário, por estar conosco compondo a mesa. (*Palmas.*)

Nós vamos solicitar que as pessoas não batam palmas, nós temos uma outra forma de celebrar. Nós estamos com crianças e alguns adultos com autismo presentes, e a gente vai respeitar, neste momento, a presença deles, e não vai bater palmas durante toda a audiência, o.k.?

Nesta mesa também teremos a participação via *online* de uma mãe atípica e ativista da pauta do autismo, por videoconferência, Márcia Maria Arruda Bueno César.

E estamos aguardando também a Secretária de Educação do Distrito Federal.

Esta é uma mesa destinada às autoridades. A gente vai depois desfazer esta mesa e vamos ter um outro grupo que vai compor e vai falar, mas, antes disso, vai ser difícil registrar todas as instituições que estão presentes – difícil! Conheço a maioria de vocês que estão aqui e quero agradecer muito por estarem presentes. O Senado Federal não poderia deixar passar em branco este dia especial.

Queríamos algo muito grande no Plenário, lotando esta Casa, e ainda não foi possível este ano; mas, no ano que vem, vamos trabalhar juntos, instituições, e vamos parar a Esplanada, vamos lotar os três Poderes no ano que vem, ao mesmo tempo. Vamos trabalhar, de forma sincronizada, para que os três Poderes, ao mesmo tempo, estejam falando da pauta no nosso dia – não amanhã ou depois, mas no nosso dia. Vamos trabalhar nesse sentido. A pauta tem que estar na mesa o tempo todo, a pauta tem que ser prioridade no Brasil. Ou o Brasil para e discute

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pauta do autismo, com seriedade, ou o Brasil para e discute a pauta com seriedade. Não tem opção B.

E quem me acompanha – e as instituições que estão aqui sabem que urge a necessidade de a gente fazer a discussão, mas não uma discussão só de debates, mas uma discussão com encaminhamentos e com busca de respostas – sabe que estou muito feliz com a presença de todos os senhores.

Temos aqui no auditório, Deputado Eduardo, Secretário, instituições e pessoas que fazem coisas incríveis. Eu precisaria de um dia para que todos vocês se apresentassem, mas começo a minha fala dizendo a todas as instituições: muito obrigada por vocês não estarem baixando a guarda. Muito obrigada por tudo que vocês estão fazendo lá na base. Muito obrigada!

Às famílias que estão aqui, obrigada por não desistirem.

Muitas famílias poderiam estar na sua casa, cuidando apenas da sua criança, apenas do seu parente, mas essas mães, essas famílias, saem das quatro paredes de suas casas para juntarem vozes aos movimentos, às outras famílias, às instituições e ao Parlamento.

Famílias, muito obrigada por estarem hoje aqui, mais ainda por estarem todo dia na militância, levantando a bandeira. Não é fácil, não é nada fácil, mas muito obrigada, especialmente pela paciência e resiliência, que são dois sentimentos que eu gostaria muito de não ter mais. Eu já gostaria de ter o sentimento da celebração. Não dá mais para esperar algumas vitórias, Deputado. Eu queria que as famílias, a partir de agora, tivessem um único sentimento: celebração de conquistas, celebração de vitórias na pauta, mas acredito que é essa unidade que vai nos levar a, logo, logo, celebrar todas as conquistas e a celebrar que nenhum – nenhum – autista ficou para trás no Brasil. Muito obrigada por estarem aqui!

Registo a presença do Senador Jaime, de Rondônia, cuja esposa veio junto. Por que ela veio e por que ele está aqui? É um Senador que tem investido muito na pauta no seu estado. Hoje a Casa, gente, está uma loucura, com várias Comissões acontecendo ao mesmo tempo, e temas extremamente polêmicos. Os Senadores vão passar, entrar, sair, passar, entrar, sair, mas o Senador Jaime fez questão de estar na abertura. Senador, muito obrigada. O senhor sabe que tem a liberdade e a prerrogativa de falar assim que quiser. Fique à vontade na hora que quiser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a sua fala e precisar sair. Mas é uma honra tê-lo na abertura. Muitos Senadores passarão por aqui, e é uma honra.

Muito obrigada pela presença de todos vocês. Muito obrigada!

Hoje é, de fato, um dia muito especial para o Senado Federal e para esta Comissão. Muito obrigada!

Nós vamos para as falas.

Nós temos, Deputado e Secretário, um cronômetro. Com o Secretário nós vamos estar avisando quando estiver faltando dois minutos para o fim da sua fala. Deputado, tem um cronômetro lá na frente. Nós não vamos interromper, se precisar ultrapassá-lo, mas nós vamos ter, depois desta audiência pública, também uma sessão deliberativa. Então, a gente vai trabalhar com o tempo estabelecido.

O senhor tem, Deputado Eduardo Pedrosa, até dez minutos para a sua fala.

É uma honra tê-lo conosco nessa primeira mesa.

O SR. EDUARDO PEDROSA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Antes de mais nada, bom dia a todos.

Eu queria agradecer, de coração, pelo convite. Acho que é um prazer, uma honra para nós estar aqui no dia de hoje, junto de cada um de vocês. Vejo aqui, Senadora, muitos rostos conhecidos, muitas instituições que a gente não pode deixar de exaltar, como bem a senhora disse, e que fazem um trabalho genial, maravilhoso aqui no Distrito Federal – muitas delas, com muitas dificuldades, essa é a verdade. As pessoas abdicam de outros projetos, de projetos pessoais, de projetos profissionais, para se dedicarem às instituições, ao acolhimento das pessoas e às famílias. A gente não pode deixar de falar isso porque o trabalho que muitas vezes o Estado não faz, as instituições é que fazem, dando todo o suporte na ponta.

Senadora, eu queria parabenizá-la por essa iniciativa. Como sempre, a senhora é engajada e compromissada com pautas extremamente relevantes para a população do Distrito Federal e do nosso país. Saiba que eu tenho uma admiração enorme por você, pelo trabalho que V. Exa. faz aqui nesta Casa, por todo o seu carinho que tem com as pessoas. A senhora faz uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do sentimento, que é de se colocar no lugar do próximo, e isso é muito especial de se ver na política. Isso dá muita esperança para muita gente e para nós também.

Gente, minha fala vai ser bem breve. Eu não vou tomar os dez minutos. Eu queria, aqui, só deixar claro que hoje é um dia de celebração, um dia de a gente falar sobre a conscientização, mas é também um dia para a gente chamar a atenção para determinadas coisas.

A gente tem proposto diversos projetos de lei aqui no Distrito Federal e visto a discussão nacional com relação, por exemplo, à capacitação dos profissionais de educação para suporte aos alunos nas escolas, para vencer barreiras, que a gente sabe que são barreiras imensas que a gente vê cotidianamente, como a questão de que existem, hoje, muitas políticas votadas para as crianças, mas as pessoas com autismo ficam adultas e continuam precisando de acolhimento, cuidado, atenção. Então, as barreiras são muito grandes, mas nós não podemos deixar de tentar transpô-las, passar por cima delas, vencê-las.

No que tange à educação, a gente, recentemente, aprovou uma lei, aqui na Câmara Legislativa, para capacitação dos profissionais de educação. O Governo está para regulamentar essa legislação, assim como a da alimentação seletiva para as pessoas dentro das escolas públicas do Distrito Federal.

E que não fique só no discurso bonito, que não fique só numa lei, às vezes, que está no papel. Que fiquem ações práticas que realmente cheguem às pessoas e que atinjam a população que precisa de cuidado.

O que nós não queremos ver mais é, no Dia Mundial do Autismo, todo mundo falar muito bonito, e, amanhã, ter uma matéria na capa do jornal falando que tem algum problema acontecendo dentro de uma escola, acontecendo com uma criança com autismo, com mães inseguras com relação aos seus filhos. Então, isso a gente não quer ver mais. A gente quer que o dia de hoje, realmente, traga algum efeito prático.

Eu queria deixar essa minha menção, principalmente, à pauta da educação, que é fundamental.

Eu trago uma notícia para vocês e eu trago essa notícia com o coração cheio de alegria. Eu acabei de vir de uma reunião com o Governador Ibaneis Rocha, Senadora, e eu fico muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feliz de poder falar isto aqui, no dia de hoje, nesta sessão, junto com a senhora: o Governador Ibaneis vai anunciar, ainda no dia de hoje – a gente fechou a questão de um pedido que eu havia feito –, a construção do Centro de Referência em Autismo aqui no Distrito Federal. (*Palmas.*)

Em até 60 dias, o primeiro centro de referência estará funcionando. Essa foi a orientação que ele deu hoje ao Secretário de Saúde, na minha frente. Ele funcionará num prédio da Secretaria de Saúde, aqui no Plano Piloto.

E a orientação é a de que se façam mais dois centros até o final do ano, um na região norte e outro na região sul do Distrito Federal, para ir mais para perto da população, para atender as pessoas, para que a gente consiga mudar o panorama do autismo aqui no DF e para que o Governo consiga chegar à ponta, garantindo acompanhamento para criança, para adolescente, para adulto, garantindo que vocês consigam ter acesso a terapias, aos profissionais – algo no que, hoje, tem tanta dificuldade –, como terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, entre tantos outros profissionais que a gente sabe que são fundamentais para o acolhimento e o cuidado às famílias com autismo no DF.

Gente, muito obrigado, do fundo do coração, por todo o carinho que esta causa tem sempre nos trazido.

Senadora, muito obrigado pela oportunidade.

Muito obrigado, Secretário, pela oportunidade também.

E muito obrigado a todos vocês por continuarem acreditando, por continuarem firmes, por estarem aqui no dia de hoje, ombreados, para a gente, juntos, poder vencer essas dificuldades todas que a gente ainda tem pela frente.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado. Muito obrigada.

São 60 dias? Vamos anotar, gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há 20 dias, eu estive no Hospital de Amor, em Barretos, exatamente para a gente trazer o centro de reabilitação. E o Governador concordou, e nós trouxemos os diretores do hospital. Eles, inclusive, ficaram hospedados na residência oficial, andaram pelo DF, pelo Entorno já em busca de áreas também. Então, a gente também tem essa boa notícia do Centro de Reabilitação do Hospital de Amor. Não é isso, Dra. Tatiana? Ela já chorou demais por conta disso. Nós também vamos começar por meio do Hospital de Amor, que é uma referência e que o Senador sabe como tem feito diferença lá em seu estado.

Anuncio também a presença da nossa querida Senadora Ivete, de Santa Catarina, querida amiga e parceira.

Eu só queria pedir uma coisa antes de passar a palavra para o Senador que pediu. Nós temos crianças com autismo em pé. Então, quem estiver sentado dá uma olhadinha do lado e convida. Também temos jovens sentados, e eu estou vendo pessoas de mais idade em pé. Vamos fazer uma audiência de verdade, bem inclusiva, bem legal! Então, não precisam se levantar, basta olhar, chamar, e, se a pessoa quiser trocar de lugar com você... Então, vamos fazer desta audiência realmente, na prática, o que nós pregamos o tempo todo.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, a Senadora Damares.

Damares Alves, não foi o Senado que comemorou, foi o Brasil que comemorou no dia em que você se tornou Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, porque não é um trabalho que você vem fazendo de agora, é um trabalho de anos que você vem fazendo, desde antes ainda de ser Senadora e de ser Ministra; você vem dedicando a sua vida a essa questão dos direitos humanos. Nós sabemos quanta gente sofre por este Brasil afora por não ter os seus direitos adquiridos.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Distrital Eduardo Pedrosa. Quero parabenizá-lo pela sua atitude de estar empenhado nessa causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo é muito importante para nós, para que isso esteja dentro do coração de cada Parlamentar Brasil afora, não só no Senado, não só na Câmara Federal, mas nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, no Executivo, lá dentro dos municípios, com os Prefeitos, com os Governadores, com o Presidente da República, porque isso é uma questão que nós não temos que olhar para uma questão partidária, isso é uma questão de direito, é uma questão humanitária. Então, nós precisamos nos empenhar definitivamente na causa do autismo.

Lá no Estado de Rondônia, eu tenho feito o possível para mandar... Tenho conversado com os demais colegas, com os Deputados Federais, com os outros Senadores, para que a gente consiga fazer uma ação. E a gente sabe do problema em todos os municípios. Então, todos os municípios, em cada um, até o município que tem 3 mil, 4 mil habitantes – nós temos muitos municípios de 4 mil, 5 mil, 6 mil habitantes lá no Estado de Rondônia –, têm essa situação do autismo.

Quero dizer para vocês que, quando fui eleito Senador – eu sou considerado um homem do agronegócio brasileiro lá do Estado de Rondônia –, todo mundo falava: "O Senador Bagattoli só vai atuar na questão do agronegócio". Não! A gente sabe quais são todas as dificuldades nos hospitais, na educação, na segurança, e a gente vê tudo o que nós temos de dificuldades dentro do nosso país, principalmente na Região Norte.

Quando vejo, Senadora Damares, nossa Presidente, você fazendo um convite aos Senadores para nós irmos lá conhecer também as dificuldades da reserva dos Ianomâmis... A gente sabe que, também para os nossos indígenas, nós precisamos dar dignidade. Não é só demarcar terra, nós temos que dar dignidade aos nossos povos indígenas. E eu, Senador Jaime Bagattoli, tenho projetos de que eu estou conversando. Principalmente, um dos grandes projetos é o crédito de carbono, em que eu tenho certeza de que vou ter o apoio, aqui, da maioria dos Senadores e da Câmara Federal, para nós darmos dignidade aos nossos povos indígenas.

Parabéns, Senadora, parabéns pelo Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. E que esse dia não seja só um dia, que esse dia seja nos 365 dias.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. Muito obrigada.

Com o senhor, por ser um Senador do agro, nós precisamos muito falar dessa pauta no campo. As famílias que estão aqui sabem: se as famílias que estão nos grandes centros urbanos têm tantas barreiras, imagine as famílias que estão lá no campo. Sei que o senhor será voz, no campo, dessa pauta.

Muito obrigada.

Está conosco também a nossa Senadora Ivete.

Secretário, à medida que os Senadores entram, eles falam, porque eles precisam se ausentar.

Está conosco a nossa Senadora Ivete, e eu quero chamar a atenção das mulheres do DF que estão aqui. Muitas talvez não conheçam a Senadora Ivete. Vocês vão se surpreender. Que Senadora incrível! Que Senadora maravilhosa! Com uma vida pública, esposa de um dos maiores políticos que esta nação já teve, hoje, sem ele – ele já partiu –, ela está fazendo um trabalho incrível aqui no Senado, que mostra que todas nós, mulheres, seja qual for a idade, seja qual for o povo a que nós pertencemos, podemos ocupar espaços de poder e de decisão.

Senadora Ivete, que alegria é tê-la nesta audiência.

A senhora está com a fala.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discursar.) – Meu bom-dia a todos, às senhoras, aos jovens, à nossa Presidente Damares Alves – que alegria, Damares, saber que você é Presidente desta Comissão; nós vamos resolver inúmeros problemas do nosso Brasil –; ao Deputado Distrital Eduardo Pedrosa, ao Sr. Antônio José Ferreira, enfim, a todos aqui o meu bom-dia.

Hoje, 2 de abril, celebramos o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, uma data que nos convida à reflexão, empatia e ação concreta. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma realidade para inúmeras famílias brasileiras que, diariamente, enfrentam desafios em busca de inclusão, respeito e oportunidade para seus entes queridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Senadora da República e avó de uma criança autista, essa causa é profundamente pessoal para mim. Tenho me dedicado a promover políticas públicas que atendam as necessidades das pessoas com TEA e de suas famílias.

Nesse sentido, apresentei um projeto de lei que propõe que o laudo diagnóstico do autismo tenha validade indeterminada, reconhecendo a permanência da condição e evitando burocracias desnecessárias.

Além disso, é fundamental que as legislações existentes, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sejam efetivamente implantadas, garantindo acesso a diagnósticos precoces, terapias adequadas, educação inclusiva e oportunidades no mercado de trabalho.

Cada pessoa com autismo possui uma maneira única de perceber e de interagir com o mundo. Como sociedade, temos o dever de proporcionar um ambiente que respeite e valorize essas singularidades, promovendo a verdadeira inclusão social.

Neste 2 de abril, reforço meu compromisso em trabalhar por um Brasil mais inclusivo e acolhedor para todas as pessoas com TEA. Que a conscientização se transforme em ações concretas, pois não basta apenas falar de inclusão, é preciso incluir de verdade.

A todos meu muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Ivete.

Que alegria! Que alegria tê-la conosco – que alegria! Sei que a senhora tem uma agenda cheia. Fique à vontade.

Eu quero convidar, para compor a mesa também, a Dra. Fernanda Figueiredo Falcomer, Subsecretária de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Dra. Fernanda, conosco aqui na mesa. É um prazer tê-la conosco.

Na sequência, nós vamos ouvir o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Substituto do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o Antonio José Ferreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe agradeço muito, Subsecretário, por estar conosco. Leve o nosso abraço ao Secretário, leve o nosso abraço à Ministra. Esta Comissão é a sua casa, o senhor sabe disso. Esta é a Comissão do seu Ministério, da sua Secretaria, e nós vamos estar aqui o tempo inteiro à disposição da Secretaria, para juntos nós darmos as respostas de que o Brasil tanto precisa, tanto espera.

Muito obrigada por estar conosco, Secretário.

Por dez minutos.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA (Para expor.) – Tem algum microfone por aqui? Está aqui.

Bom dia a todas as pessoas. (*Fora do microfone.*)

Bom dia, pessoal.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Eu preciso que vocês respondam a esse bom-dia, que é para eu saber que a sala está cheia.

Bom dia, gente!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – Muito bem.

Primeiro, eu quero cumprimentar aqui todas as pessoas da militância, dos movimentos que aqui estão. Quero fazer aqui uma saudação à nossa Presidente da Comissão, a Senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves. Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Pedrosa e também a representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a Dra. Fernanda. Quero fazer uma saudação aqui ao nosso companheiro de luta e militância Fernando Cota, que está aqui, ao Alex, lá da Secretaria Nacional, enfim, aos demais companheiros e companheiras que aqui estão.

Bom, eu quero trazer aqui um abraço da nossa Ministra Macaé Evaristo. Quero trazer também um cumprimento e uma saudação da nossa Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com Deficiência, Anna Paula Feminella, que está neste momento no encontro mundial da pessoa com deficiência, lá em Berlim; e, enfim, quero cumprimentar, aqui, todos e todas.

Eu queria fazer minha audiodescrição, porque podemos ter pessoas com deficiência visual aqui no plenário e, enfim, também nos acompanhando de forma remota. Então, eu sou um homem de pele clara, um homem branco, de cabelos já bastante grisalhos, penteados para trás, com óculos escuros, não uso barba nem bigode, estou vestindo uma camisa lilás, uma gravata azul e um terno azul. Estou aqui à frente, à esquerda do Deputado Eduardo Pedrosa.

Meus amigos e minhas amigas, hoje é um dia muito importante para a conscientização acerca do tema do autismo em nosso país. É necessário demais que, em 2 de abril, estejamos nestes espaços, não só vivenciando esse dia, mas dizendo que nós existimos e que precisamos de políticas públicas efetivas que nos atendam.

É importante dizer que o Brasil já avançou bastante, principalmente do ponto de vista legislativo e com algumas políticas públicas que temos hoje; e temos muito mais a avançar e a caminhar neste sentido de termos políticas públicas, de fato, que nos atendam.

Acredito que avançamos, quando garantimos, na Constituição Federal de 1988, o atendimento às pessoas com deficiência, à época ainda chamadas de portadoras; avançamos, quando conseguimos que o Brasil ratificasse a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e concedesse a esse documento, Deputado, *status* de emenda constitucional – esse foi um grande marco.

E o que a convenção muda na nossa vida? Primeiro, a convenção nos estabelece no patamar de pessoas, porque antes nós éramos portadores, nós éramos especiais, nós tínhamos várias titulações, e a convenção pacificou isso no mundo inteiro, quando traz essas pessoas e garante a elas o mesmo patamar das outras pessoas, dizendo que somos pessoas e que as características, como as características de todas as pessoas, são aquilo que diferencia uma das outras.

Eu sou uma pessoa com deficiência visual. Então, a convenção garante e define isso, quando diz que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, sensorial, mental ou intelectual, e que, por conta desses impedimentos de longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo, essas pessoas têm bastante dificuldade de interagir na sociedade, por conta das barreiras existentes.

Então, o enfrentamento das barreiras faz com que todas essas pessoas com deficiência precisem desse momento de superação, de tecnologias, de acessibilidade, de políticas públicas, para que elas estejam no mesmo patamar que as outras pessoas.

Aí nós avançamos, quando nós conseguimos garantir, lá em 2013 ou 2014 – não estou bem lembrado –, pela Lei 12.764, que esse público – pessoas com autismo – fosse compreendido como sendo pessoas com deficiência. Isso foi um avanço importante.

A Lei Brasileira de Inclusão também organiza, define como devem ser essas políticas e, ainda mais, tipifica que discriminar por razão de deficiência é crime. Estabelece também a modulação e a organização, dizendo diretamente como é que tem que ser a dosimetria dessas penas. Isso é uma coisa também importante.

O Governo organiza uma agenda em 2011, que é o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e reedita esse plano agora em 2023, com diversas políticas públicas para as pessoas com deficiência e um orçamento de R$6,5 bilhões que está em plena execução. Nós vamos falar um pouquinho dessas políticas e, aproveitando aqui a oportunidade – dizem que as pessoas quando estão perto de políticos gostam de pedir –, já vou fazer um pedido aqui a vocês dois, à Senadora e ao Deputado, viu?

Ajudem-nos para que o Distrito Federal, Deputado, faça adesão ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Senadora Damares, quando estiver com o Governador Ibaneis, faça esse apelo! Nós estamos discutindo com o Governo Federal, desde 2023, 2024, e não conseguimos avançar ainda para que o Distrito Federal faça adesão ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é uma agenda suprapartidária, os direitos das pessoas com deficiência é uma agenda suprapartidária, e nós precisamos do envolvimento dos estados e dos municípios deste país. Então, conto tanto com o Deputado como com a Senadora e também com a nossa Secretária que está aqui à mesa, está certo?

Assim, o que é que nós hoje temos e podemos aqui dizer para vocês? Acho que primeiro nós temos que celebrar que a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem lá os Centros Especializados em Reabilitação tipo II, III e IV, esses centros não tinham reajuste dos procedimentos desde 2012. Agora em 2024, nós conseguimos garantir um incremento, uma atualização, um aumento de 35% nos procedimentos, e, se esse centro atende pessoas com autismo, mais 20% sobre esse valor já colocado. Então, acho que aí é um avanço importante.

Outro avanço importante é o centro que o Ministério do Esporte tem feito nos estados. O programa TEAtivo hoje já tem cobertura em todos os estados do Nordeste, já com 11 unidades. Neste ano, até o final deste semestre, nós estaremos alcançando todos os estados da Região Norte. Os sete estados da Região Norte passarão a ter o programa TEAtivo, com atividades esportivas de natação, atletismo, capoeira e futebol. Assim, é uma ação também importante o programa TEAtivo, que está aí com o Ministério do Esporte.

No âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, nós estamos conseguindo implementar nos aeroportos brasileiros as salas de descompressão, as salas de acolhimento, principalmente das crianças com autismo, para que não fiquem expostas nos aeroportos em lugar de muito barulho, de muita movimentação, porque a gente precisa garantir um local confortável.

O Ministério da Educação, no ano passado, já garantiu 1.446 ônibus para os municípios, ônibus acessíveis para buscar as crianças na escola... Aliás, buscar em casa e levar para a escola. Fechou agora no dia 31, ou seja, antes de ontem, outro edital do Ministério da Educação, através do FNDE, de mais mil ônibus. Então, no ano passado e neste ano, foram 2 mil ônibus para os municípios. O município adere – essas ações estão dentro do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – e recebe o ônibus acessível, para justamente garantir a presença das crianças na escola, porque os desafios de acessibilidade ainda são muito grandes.

O Ministério da Educação já qualificou, entre 2023 e 2024, mais de 1 milhão de professores no atendimento educacional especializado, também, claro, com as diretrizes do acolhimento, do atendimento às crianças com deficiência na escola.

Então, assim, temos avançado. Os avanços não acontecem na velocidade que nós gostaríamos. É assim mesmo, infelizmente. Temos trabalhado para avançar muito mais, mas temos aí o compromisso de continuarmos fazendo o debate, a discussão. O Governo e a sociedade precisam compreender mais as especificidades das pessoas com autismo, a relevância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suas famílias, seus pais, seu pai e sua mãe, da família da pessoa com autismo totalmente envolvida nesse processo. Então, é necessária essa compreensão. É necessário construirmos consensos para que o próprio Governo possa se organizar para atender. Não podemos continuar com muitos interlocutores com pensamentos distintos e diversos, acerca de tratamentos, acerca de atendimento e acerca de acolhimento de pessoas com autismo em nosso país.

Então, nesse sentido, dentro do próprio Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, temos uma câmara técnica que vai fazer audiências públicas em todo o país – presenciais, *online* –, ouvindo todas as pessoas, todos os atores, para construirmos, justamente, esses consensos de como melhor atender, de como melhor acolher, de como melhor desenvolver ações que possam, de fato, chegar ao seu objetivo, que é o atendimento dessas pessoas.

No mais, quero deixar aqui um grande abraço a vocês, parabenizar pela luta, dizer que estamos juntos e que, todos juntos, unidos – como eu digo, juntos e misturados, enchendo e derramando –, nós vamos conseguir, certamente, avançar em políticas públicas de qualidade que possam atender esse público em todo o nosso país.

Um grande abraço a vocês e fico aqui até o final da audição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretário. Obrigada por ter trazido um relatório.

Eu fui Ministra da pasta – todo mundo sabe –, e um dos maiores desafios da sua secretaria é o orçamento. Eu não sei se o senhor tem em mente o orçamento da sua secretaria para este ano. Já está aprovado o Orçamento desde o mês passado, já tem ideia de quanto ficou para a sua secretaria este ano, Secretário?

Não se assustem com o valor que ele vai dizer. Este é um grande desafio, entra governo, sai governo: o orçamento para a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Tem ideia do valor já?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA – O orçamento... Eu estou sem som. (*Fora do microfone.*)

Agora... Obrigado.

O orçamento discricionário da secretaria para este ano é de R$6 milhões, aproximadamente R$6 milhões.

A LOA acabou de ser votada, ainda estamos aguardando aí o Siop abrir... São R$6 milhões. Agora, com as emendas que muitos Deputados e Senadores colocaram lá na secretaria para a execução de emendas, nós teremos aí aproximadamente R$20 milhões. Então, discricionariamente, R$6 milhões; com emendas, R$20 milhões. Precisamos de mais emendas e de mais orçamento, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretário, R$20 milhões, contando com as emendas, para um Brasil de 207 milhões de brasileiros.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA (*Fora do microfone.*) – São R$26 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São R$26 milhões, somando, para um Brasil com 207 milhões de brasileiros, com um número enorme de pessoas com autismo, o que mostra que nós não podemos, de fato, baixar a guarda com relação à pauta. Eu sei que se eu perguntar para a Subsecretária, que está aqui do meu lado, sobre o orçamento – é uma subsecretaria nova –, ela não vai nem querer dizer, porque acho que não está nem pronto ainda o orçamento dela.

Esse é um desafio, gente. Nós estamos em um dia de celebração, mas é um dia de encaminhamento também. Entendo, Secretário, que a pauta é transversal. Nem tudo depende dessa secretaria. Nós temos que ter recurso na educação, na saúde, no esporte, na cultura, mas, para uma secretaria com essa importância, a gente precisava ter uma atenção especial no orçamento.

Quem faz o Orçamento? Esta Casa. Eu ouso convidar as instituições, para a gente acompanhar a confecção, a construção do Orçamento da União; e vocês, nos seus estados, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção do Orçamento nos seus estados; vocês, nos seus municípios, a construção do Orçamento no município.

Inclusive, eu até vou perguntar às instituições que estão aqui: se nós tivéssemos uma oficina destinada às instituições para acompanhar a construção e como influenciar o Orçamento público, vocês participariam dessa oficina? Qual instituição que participaria? (*Pausa.*)

O.k. Um encaminhamento desta audiência: nós teremos uma oficina, com as instituições que se habilitarem e quiserem – local e no Brasil inteiro –, de como acompanhar e influenciar a construção do Orçamento público. Porque sem dinheiro não tem direitos humanos, gente! Sem dinheiro não tem criança incluída! Sem dinheiro não tem família incluída! Então, tudo começa pelo Orçamento.

Secretário, as instituições que estão aqui levantaram a mão. Nós vamos trabalhar para ajudá-lo a aumentar muito o orçamento da sua secretaria, porque eu sei o quanto essa secretaria pode fazer para o Brasil. Leve o meu abraço ao Secretário, à Ministra, e muito obrigado por estar aqui.

A partir de agora, não tem mais Orçamento da União sem a participação das instituições das pessoas com autismo. Posso contar com vocês?

(*Manifestação da plateia.*)

Eita, me deram a Presidência desta Comissão! Não sabem o problema que criaram, Secretária... (*Risos.*) Na sequência, para encerrar esta mesa, nós vamos ouvir a nossa Subsecretária de Saúde Mental – uma subsecretaria nova no DF –, a Dra. Fernanda Figueiredo Falcomer.

Secretária, bem-vinda e obrigada por estar conosco nesta manhã.

Logo após a fala dela, a gente vai encerrar esta mesa e já vamos fazer a segunda mesa.

A SRA. FERNANDA FIGUEIREDO FALCOMER (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Vou fazer minha audiodescrição. Eu sou uma mulher de pele parda e estatura baixa. Tenho cabelos negros e também alguns rajados de branco, como o próprio Secretário falou. Estou usando óculos para leitura e estou vestindo um terno azul em homenagem a esta data tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial, essa cor que hoje toma conta do Brasil, das escolas, das ruas, em alusão a esta data tão importante.

Queria imensamente agradecer o convite da Senadora para estar aqui hoje falando. O meu lugar, hoje, é de Subsecretária de Saúde Mental no Distrito Federal, da Secretaria de Saúde.

Essa é a primeira subsecretaria de saúde mental do país, o que demonstra o compromisso do nosso Governo, do nosso Governador e da nossa Vice-Governadora com essa pauta. É um grande avanço para essa política pública. E, para nós, ter uma subsecretaria de saúde mental, trazendo essa pauta para um lugar tão estratégico dentro de uma estrutura, corresponde a um avanço que traz benefícios para várias áreas, para a questão do orçamento, para a questão da estrutura. Então a gente deixa de concorrer, na agenda, com outras políticas também tão importantes e necessárias no campo da saúde pública.

Esta data, hoje, é uma data muito especial. Ela fala de um olhar, de um pedido de consciência, de um pedido de inclusão, de um pedido de empatia para essas pessoas, para essas famílias que necessitam tanto de cuidados das políticas públicas.

O Deputado... o Secretário que me antecedeu traz esse panorama nacional, e aqui no Distrito Federal não é diferente. Nós enfrentamos ainda muitos desafios. Acredito que, assim como aqui no Distrito Federal, mesmo sendo a capital da República, outros municípios de menor porte no Brasil também enfrentam grandes dificuldades na implementação de políticas públicas que possam garantir o acesso às pessoas com autismo – às crianças e às famílias.

Então, para nós, hoje, falar dessa causa nesse viés da empatia é convidar a todos – não só nós agentes públicos, mas toda a sociedade – para se engajar nessa causa, porque as políticas públicas não vão conseguir, sozinhas, avançar e garantir esse acesso. Essa é uma pauta que é de todos nós.

E quando eu falo de saúde mental, isso não é só falar do tratamento, é falar também de todas as outras condições que estão envolvidas no bem-estar mental.

Essa pauta do TEA, do autismo, para nós, das políticas do SUS, tem um peso muito importante. Nosso grande objetivo é conseguir garantir o acesso aos serviços que possam, então, oferecer todos os cuidados necessários, desde o diagnóstico até o tratamento, todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etapas necessárias para conseguir atender todas as necessidades das crianças, dando todo o suporte que as famílias precisam.

Entendemos que, para nós, o SUS tem um papel fundamental nessa política. Hoje, como o Secretário trouxe, a linha de cuidado para a pessoa com deficiência está como a linha prioritária para o atendimento, para conseguir trazer o processo de cuidado e o percurso de cuidado – a jornada desse paciente dentro do Sistema Único de Saúde. Mas não se restringe aos serviços de reabilitação. Nós precisamos ter uma atenção primária fortalecida, para ser capaz de acolher essas famílias em tempo hábil, para encaminhar para o diagnóstico, para que nós consigamos, então, no tempo mais curto possível, oferecer o acesso ao serviço especializado e à reabilitação, que é o vai conseguir fazer a mudança e garantir um futuro, uma esperança melhor para essas famílias.

O SUS, hoje, se soma a outras políticas intersetoriais. Então, quando o Secretário traz a importância das outras políticas e programas, no âmbito do esporte, da política da assistência social, do trabalho, emprego e renda, da moradia, de mobilidade... Todas essas políticas somam-se às políticas do SUS para garantir, então, que a gente consiga intervir no que o Sistema Único de Saúde e a política pública de saúde tratam, que são os determinantes sociais de saúde, que, para essas crianças e para essas famílias, a depender do grau de vulnerabilidade, são muito mais cruéis. Então, o nosso compromisso, como serviço de saúde, é otimizar essa rede para que ela possa ser capaz de acolher e realizar todo o atendimento necessário.

Da nossa parte aqui no Distrito Federal, a implantação de serviços, como o nosso Deputado anunciou hoje, tem sido prioridade do nosso Governo. A ideia é que a gente consiga otimizar as portas de acesso para que a gente possa ter os atendimentos de forma mais ágil e mais célebre.

Eu finalizo, Senadora, a minha fala, agradecendo, mais uma vez, o convite, colocando-me aqui também à disposição para esclarecer algumas dúvidas e dizendo que o SUS tem serviços que atendem e que nós precisamos ampliar cada vez mais as portas de acesso ao CEI e ao CAPSi. A nossa Senadora tem sido uma parceira na ampliação da rede aqui do Distrito Federal com a construção de novos Caps. Estamos aí com cinco Caps novos para entregar até o final de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isto: é uma pauta que demanda a união e a integração, todos juntos, para que consigamos, então, garantir cidadania, direitos humanos e uma vida com esperança e feliz.

Agradeço. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretária, muito obrigada pela sua participação. Nós não podemos cobrar nada da Secretária – ela está chegando agora –, mas nós temos muita expectativa no seu trabalho; primeiro, pela profissional que a senhora é.

E nós sabemos dos desafios do DF. Nós temos milhares de crianças na fila aguardando uma consulta com o neuropediatra. Nós temos milhares de famílias aguardando laudo. Sem laudo, eu não tenho acesso a benefícios. Então o nosso Distrito Federal tem que virar essa página, e a criação dessa subsecretaria alimentou em nós, Secretária, essa expectativa.

Nós vamos acompanhá-la. Nós não vamos lhe cobrar nada, mas as famílias e instituições que estão aqui vão acompanhá-la – e o que precisar da participação da sociedade civil... E agora a gente vai trabalhar com o Orçamento. Nós vamos para aquela Câmara – vamos ou não vamos? – trabalhar lá com os nossos Deputados. Queremos mais orçamento para a subsecretaria. Nós vamos ajudá-la. Nós podemos dar um exemplo para o Brasil.

Se não está dando certo no DF, Secretário, imagine, gente, na região ribeirinha, imagine no meu Marajó, imagine no Amazonas! Se aqui, que é tudo tão pequenininho e pertinho, que temos um orçamento significativo para a saúde; se aqui, que nós temos instituições extraordinárias, nós estamos com tantos desafios, imagine lá. Mas nós podemos, por meio da sua secretaria, ter políticas públicas modelo para o Brasil. Então, nós estamos alimentando expectativa.

Desejamos à senhora, Secretária, sucesso, sucesso no seu trabalho. Se precisar contar com a gente, ligue-nos, venha para cá.

Eu propus, desde que assumi, que eu queria zerar o número de Caps. Eu já mandei dinheiro para a construção. Acho que estamos precisando de mais 20, se não me engano, e eu vou mandar emendas para a construção dos 20 Caps no DF. (*Palmas.*) Sem Caps, a gente não tem atendimento. Então, nós vamos trabalhar. Eu sei que a sua equipe vai estar lá fazendo os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos, apresentando-os. Nós vamos, e que mais Parlamentares venham com essa pauta. O déficit de Caps – o Secretário está aqui e sabe – no Brasil inteiro é muito grande, mas nós vamos zerar isso aqui no DF.

Sucesso!

Que Deus a abençoe!

E a gente está indo para o final desta segunda mesa, mas eu quero registrar a presença da Deputada Michele Collins, que é de Pernambuco. Ela é presidente da Arena de Pernambuco, que se tornou o maior centro de inclusão do Brasil – minha eterna Deputada Federal, minha amiga, parceira de anos.

Está aqui o Vereador Danielzinho, de novo, da Cidade Ocidental, que tem um trabalho incrível; inclusive, a Cidade Ocidental quer entrar para a história como a cidade mais inclusiva do Brasil. Eu estou acompanhando o seu trabalho e o do meu Prefeito Lulinha.

E está aqui também a nossa eterna Deputada Federal Rosinha da Adefal, que foi Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretária Nacional da Mulher, Deputada Federal, Secretária do DF e minha nora, porque o marido dela me chama de mãe, ouviu, Secretária? Então, ela é minha nora, a nossa querida Deputada, que tem uma história na luta pela inclusão.

Nós, agora, vamos encerrar esta primeira mesa de autoridades e vamos para a segunda mesa.

Eu pediria que a Secretária e o Secretário ocupassem a bancada. Sei da sua agenda. Os nossos secretários podem ser liberados, se precisarem sair.

Obrigada pela participação nesta primeira mesa.

Segunda mesa. Eu convido para compor a mesa, dando continuidade, o Edilson Barbosa, advogado e Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Muito obrigada, Dr. Edilson, por estar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para a mesa o Oswaldo Freire da Fonseca Júnior, escritor e autor do livro *O Desafiante Mundo do Autista*, com o subtítulo *Obstáculos e Possibilidades no Labirinto do Amor*. Que alegria ter o senhor aqui, Sr. Oswaldo Freire!

Nós convidamos para a mesa o nosso querido Bernardo Martínez, jovem autista, acompanhado de sua mãe, Luciana Medina de Souza, para que ocupem a mesa conosco.

Nós vamos abrir esta mesa especial...

Oh, Bernardo...

Um dia eu ainda vou dar posse a Bernardo como Deputado – ou Senador, Bernardo.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ (*Fora do microfone*.) – Se for assim, eu espero fazer um bom trabalho. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Bernardo é nosso parceiro aqui.

Nós vamos abrir esta mesa com a participação de uma mãe atípica que está *online e* que faz parte desta mesa, Márcia Maria Arruda Bueno, mãe atípica e ativista da pauta do autismo. Márcia vai fazer a participação dela *online*.

Bem-vinda, Márcia!

A SRA. MÁRCIA MARIA ARRUDA BUENO CÉSAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia.

Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Márcia, perfeitamente!

A SRA. MÁRCIA MARIA ARRUDA BUENO CÉSAR (*Por videoconferência*.) – Oi, bom dia a todos!

Estou tremendo um pouco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer primeiro a minha descrição de imagem. Sou uma mulher branca, de cabelos loiros, uso óculos vermelhos, estou vestindo um vestido azul, com o coração do meu filho, com o símbolo do autismo, da complexidade do transtorno do espectro autista.

Eu quero agradecer muito o convite da Senadora Damares Alves – muito obrigada – e da Senadora Mara Gabrilli, agradecer, por ter me liberado, ao nosso Prefeito Beto Piteri, da cidade de Barueri, e ao nosso Prefeito Rubens Furlan, à nossa Deputada Estadual Bruna Furlan, e ao meu Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência da cidade de Barueri, o Prof. Carlinhos.

Estou muito emocionada pela fala de todos que estão aí, de todas as mães, e gostaria de poder estar aí com vocês. Quero dizer que eu tenho comigo muitas mães aqui no meu celular que estão acompanhando esta audiência.

O Enzo tem 20 anos, vai completar 21 anos em maio agora. Ele nasceu em 2004, é o meu primeiro e único filho. Então, a gente pode dizer aí que há 21 anos era bem difícil ter todas essas políticas públicas que nós temos hoje. Mesmo caminhando devagar, mas avançando sempre... É o que eu falo: a gente não pode parar.

Minha vida começou depois que o Enzo nasceu, como mãe do Enzo, dentro do transtorno do espectro do autismo. Eu acredito que todas as mães que estão aí e todas que estão me ouvindo também sabem de todas as dificuldades por que a gente passou e ainda passa, mesmo a gente levando a informação sobre o transtorno do espectro do autismo a todas as mídias, a todos os canais, a novelas, coisas a que, há 20 anos, a gente não tinha esse acesso. Então, é muito difícil o início, e como são importantes as instituições que nos acolhem.

No caso da minha cidade, a instituição que nos acolheu foi a Apae Barueri. Eu sei que tem um pessoal da Apae Barueri aqui assistindo também, que acolheu o Enzo, que é o meu filho, o Enzo de Arruda César. Eu me tornei essa mãe ativista, atípica, como todos usam esse termo técnico. Eu criei na época, há mais de 10 anos, o grupo de mães e familiares de pessoas com deficiência aqui da cidade de Barueri, pela necessidade que eu encontrei, com outras mães na Apae, de a gente trocar informações, de a gente ser uma o apoio da outra, porque não é fácil.

Quando você não está inserida dentro de uma instituição – e aí eu vou além da modalidade do transtorno do espectro autista, até de outras modalidades de deficiência –, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sente muito sozinha, você se sente um pouco fora da sociedade atual. E, quando você encontra pessoas e vê outros filhos, outras pessoas, outros níveis de apoio – chamados, hoje, no DSM-5 e CID-11, de níveis de apoio 1, 2 e 3 –, você não se sente só. Então, vocês se tornam uma grande família. O mesmo que eu passei tenho certeza de que todas as mães do Plenário aí passam, todas as mães do Brasil e – hoje, dia 2 – do mundo passam por tudo aquilo por que nós já passamos. Então, a primeira ação minha foi criar o grupo de mães e familiares de pessoas com deficiência. Era um grupo no WhatsApp, hoje nós somos mais de 300 mães. E falar de políticas públicas, naquela época, era muito difícil, a gente não tinha tanto acesso quanto se tem hoje, de chegar ao poder público. Então, eu venho aqui agradecer muito ao nosso Prefeito, que, na época, nos deu essa oportunidade de sentar, conversar e ver as necessidades de apoiar a instituição Apae Barueri, que atende mais de 500 famílias na cidade de Barueri.

Criei também... Fui Vice-Presidente da Apae Barueri por algum tempo; hoje, voluntária.

Estou um pouco nervosa, viu, gente? (*Risos.*)

Sabendo da dificuldade e da demanda que cresce a cada ano...

Sabendo da dificuldade e da demanda que cresce a cada ano – a gente está de 1 para 36 na questão do TEA, e a gente sabe que essa proporção tende a aumentar, e começam a aumentar as demandas nos serviços públicos –, sabendo dessa dificuldade, até mesmo do tempo que essa mãe tem junto com o médico, junto com essa equipe multidisciplinar, a gente começou a gravar aqui em casa, na época, pelo celular, um programinha chamado Momento do Grupo de Mães e Familiares de Pessoas Especiais. Na época, era "especiais", agora é "pessoas com deficiência", porque a gente avança também nestes termos todos: excepcionais, especiais, portadores... A gente quer que todo mundo aprenda a tirar essas palavras do vocabulário. Afinal de contas, os nossos filhos têm uma característica, uma característica do neurodesenvolvimento deles, e são pessoas antes da deficiência. Então, é uma pessoa com deficiência dentro do transtorno do espectro autista. Nós criamos um programa que se chama hoje Momento Inclusão, que vai fazer cinco anos, pela TV Barueri. Nós temos essa TV Barueri aqui em Barueri, em que eu fui convidada pelo Presidente. E a gente tem esse programa, semanalmente, ao vivo, em que a gente entrevista não só a mãe, que conta a sua história, como é que ela passou pelos obstáculos não só dentro do transtorno do espectro autista, mas de todas as outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidades de deficiência... Então, é um programa que leva informação, o que acho extremamente importante. Convidamos médicos, cientistas, psiquiatras, neurologistas, terapeutas ocupacionais, porque entendemos que as mães precisam de treinamento.

Quando a gente fala em treinamento parental, no caso do autismo, eu acredito que seja mais de 70% do sucesso dentro do treinamento dos nossos filhos. O meu filho é nível de apoio 2, 3, às vezes 3 para 2, mas ele vai precisar de apoio a vida inteira.

O Momento Inclusão nasceu há cinco anos, está toda quinta-feira, ao vivo, às 19h. As pessoas, as mães participam, entrevistamos esses profissionais para somar ao serviço público e levar informação de qualidade para essas famílias que, às vezes, não têm tempo ou, às vezes, recebem esse diagnóstico sem entender o que aquele diagnóstico vai fazer na vida dela, o que vai acontecer naquela vida.

Quando a gente tem um filho, quando nasce o nosso filho, a gente cria toda uma expectativa do que ele vai ser... O Enzo, por exemplo, é o meu primeiro filho, filho único, um menino muito desejado, muito amado, até hoje, por todo mundo. A gente não sabia o que era autismo, não se falava em autismo. A gente não tinha direito... Eu lembro muito que o Enzo estava em uma escolinha no maternal, e a gente tinha que pagar uma terapeuta acompanhante. Hoje, a gente já avançou. Então, a gente avança aos poucos, mas é importantíssimo cada passo dessa estrada, dessa história.

A gente, quando é mãe de primeira viagem, não se esquece de uma coisa básica que são os marcos de desenvolvimento da criança, que poderiam ser mais investigados para se falar para a mãe: de zero a seis meses, precisa acontecer isso; de seis meses a um ano e de um ano a dois... É porque eu vejo, às vezes, mães com crianças com quatro anos que ainda não falam e ainda não têm diagnóstico, ainda não correram atrás, porque: "Ah, mas ela vai falar!". Não, a gente precisa que isso seja feito na primeira infância, a gente precisa de laudos que sejam mais assertivos para que a gente possa ter uma estimulação precoce, para que a gente possa ter, em todas as cidades, para a primeira primeira infância, mais centros especializados em estimulação precoce para essas crianças, que esses laudos cheguem antes, que essas mães sejam treinadas, para que a gente possa fazer a parte não só de mãe, mas também de mãe terapeuta, porque a gente faz isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu sei que as mães que estão me ouvindo estão entendendo bem o que eu estou falando.

Às vezes, a gente tem condições de ter um convênio ou de tratar nossos filhos, mas a maioria das mães não tem. A maioria das mães é abandonada pelos seus esposos, pelos seus maridos. E isso não é a Márcia quem está falando, mas é estatística no Brasil e no mundo. Elas são as mães solo, elas são as mães que deixam de trabalhar. A primeira coisa que acontece com uma mãe quando ela recebe o diagnóstico do seu filho e já trabalha é parar sua vida profissional, porque aquela criança vai precisar dela, e ela também vai precisar conhecer aquela criança, a forma como ela funciona. Então, a primeira coisa que acontece na nossa vida é a gente deixar tudo, é parar de trabalhar, para cuidar daquela criança...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Márcia, como a gente não pode usar a campainha, você tem mais um minuto. A gente não está usando a campainha para avisar do tempo. Está bom?

A SRA. MÁRCIA MARIA ARRUDA BUENO CÉSAR (*Por videoconferência*.) – O.k.

Eu queria dizer para vocês pensarem, em políticas públicas, que uma das coisas muito importantes que eu vejo como necessárias hoje é que cada município pense no seu centro de referência do autismo, do TEA, que seja uma obrigação tê-los, que toda cidade tenha, para que as famílias não precisem migrar de um lado para outro, mudar sua residência, sair de perto dos seus entes queridos para poder tratar seus filhos.

As mães necessitam de, pelo menos, um emprego de seis horas, porque elas também precisam gerar aquela família, sustentar aquela família e não podem depender só da rede pública.

Eu queria dizer para vocês que os desafios são enormes, que os nossos filhos, graças a Deus, nascem, crescem, ficam adolescentes e também envelhecem. Então, já precisamos pensar no futuro imediatamente. Nós também não vamos permanecer aqui por muito tempo. Então, precisamos pensar em curatela, precisamos pensar em deixar esses acessos mais fáceis para as famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para findar, eu queria dizer que todo mundo fala do dia 2, mas nós vivemos o dia 2 os 365 dias do ano, como já foi falado.

Todo mundo fala que autista não olha nos olhos, mas nós podemos treiná-los através da ciência ABA a olhar nos olhos. Eu queria que toda a sociedade – vocês que estão aí, os Senadores, o Presidente, todos os políticos... – pudesse treinar o olhar de vocês também para políticas públicas que saiam do papel e venham até a linha de frente, que são os municípios.

Eu queria dizer para vocês – e alguém falou isto, mas eu não sei quem foi – que algumas pessoas nascem para contar histórias, dessas está cheio o mundo; outras nascem para fazer a história. Eu queria dizer para vocês que estão aí sentados, Senadores, Deputados, mães e todos que estão nos assistindo: façam parte dessa turma operária que faz a história, a minha história, a do meu filho e a de todas as mães que estão assistindo.

Muito obrigada. Desculpe-me por ter passado do meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Márcia, muito obrigada – muito obrigada. Vou conhecê-la, quero ir aí à sua cidade conhecê-la, dar-lhe um abraço, conhecer o seu filho. Fique firme aí. Se as famílias não estiverem firmes nessa luta, a provocação do Congresso não acontece. Então, vocês são responsáveis pela provocação do Congresso, do Poder Judiciário e do Executivo o tempo todo.

Muito obrigada pela sua participação.

Gente, antes de passar a palavra para a nossa Senadora Mara, está aqui na mesa... Vejam só que material lindo do nosso Detran-DF – maravilhoso! Eu tenho alguns exemplares aqui na mesa, mas vocês podem encontrá-lo no Detran. E a mãe do personagem está aqui, ela estava aqui e agora está ali, a Aline. Lindo o material, lindo quem fez a visualização, a gravura está linda. Aline, obrigada por ter emprestado o rostinho do seu filho para este material tão lindo do Detran.

Não posso me esquecer também do material da Polícia Rodoviária Federal, que está aqui na mesa. O nosso Cota está por aqui, todo mundo conhece. A Polícia Rodoviária Federal está fazendo um trabalho incrível. Que todas as Forças façam o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu anuncio que tem uma pessoa da Colômbia aqui acompanhando a audiência, porque a Colômbia está começando a construir a legislação voltada para a pessoa com autismo e está se inspirando na nossa legislação brasileira. Então, gente, nós temos avanços para celebrar. Outros países começam a olhar para os avanços que o Brasil tem alcançado, mas ainda temos muito – muito – a fazer.

Agradeço a presença dessa pessoa da Colômbia, que está aqui na audiência acompanhando com a gente.

Na sequência, vamos ouvir a Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Mara Gabrilli. Ela estava numa outra Comissão, fazendo duas relatorias, e agora ela vai entrar – conseguiu se conectar e vai estar conosco.

Vice-Presidente, seja bem-vinda, Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, nossa Presidente Damares, nossa Senadora.

Queria agradecer à Márcia Bueno e agradecer a todos.

Márcia, é uma honra. Desde o dia em que eu a conheci... E hoje está inaugurando um Centro TEA aqui em São Paulo. E Barueri, eles já têm há algum tempo. Então, eu quero parabenizá-la.

Quero parabenizar a Deputada Bruna Furlan, que está sempre no nosso coração e trabalhando pela nossa causa.

Quero cumprimentar e dar bom dia a todos.

E quero cumprimentar mais uma vez você, Damares, a nossa querida Presidente da CDH, por promover esta audiência para a gente poder celebrar o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, comemorado hoje, dia 2 de abril, e também o Dia Mundial.

Eu quero cumprimentar e agradecer a presença de todos os nossos convidados, na pessoa da Márcia Bueno, uma mulher que eu admiro muito, que é mãe de um adolescente com autismo, comanda o programa Momento Inclusão, foi Presidente do Conselho Municipal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barueri, no Estado de São Paulo, e faz toda a diferença na luta pela inclusão social de todas as pessoas com deficiência. Parabéns, Márcia.

Antes de começar a minha fala, vou fazer uma autodescrição: eu sou uma mulher branca, de olhos verdes, cabelos castanhos claros, na altura dos ombros. Eu estou numa cadeira de rodas, com um vestido bem azul. E o meu cenário é composto por um quadro que parece uma energia branca, saindo do meio das cores.

O dia 2 é uma oportunidade de todos nós pensarmos e promovermos a garantia dos direitos da pessoa com autismo.

A gente teve expressivos avanços, Senadora Damares, olhando para trás, que foram conquistados pela sociedade, por iniciativa das próprias pessoas com autismo e de suas famílias. Se hoje a gente tem uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, foi porque mães e pais dessas pessoas trabalharam para garantir esses direitos. E eles lutaram, e ainda lutam muito, para poder proporcionar melhorias na assistência à saúde, na inclusão educacional e no acesso ao transporte para acesso ao trabalho. Tanto o é que a lei que garante a política nacional, que foi aprovada em 2012, da qual eu tive a honra de ser a Relatora na Câmara dos Deputados, leva o nome de Berenice Piana, que é uma mãe ativista que representa tantas outras mães nessa luta para tirar o autismo da invisibilidade.

E, para mim, essa foi uma das experiências mais enriquecedoras que eu já tive como legisladora, porque eu aprendi demais com as pessoas com autismo e com as suas mães, porque elas mudaram a minha visão do mundo. E eu sou muito grata por isso. Transformaram para muito melhor, porque, embora eu já trabalhasse para pessoas com deficiência e fosse uma pessoa com deficiência, quando eu recebi essa relatoria – na época, o Deputado Mandetta era Presidente da Comissão –, eu mergulhei num mundo que era novo para mim, porque eu não tinha o conhecimento do tamanho da dificuldade, da quantidade de nãos que essas famílias ouviam no Brasil.

Eu quero aproveitar esta audiência para reassumir aqui meu compromisso, Damares, de ajudar no avanço das políticas públicas inclusivas neste país. A gente pode contar com o seu trabalho, que é muito importante, com a nossa Bancada Feminina, e quero que contem muito com o meu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me perdi... (*Pausa.*)

Bom, queremos contar também com os profissionais de apoio escolar da LBI e todos os demais apoios e ajudas técnicas para a real inclusão.

E nós também queremos oferecer suporte aos cuidadores familiares, inclusive de apoio à saúde mental. Essas mães e pais ainda têm pavor de morrer e deixar seus filhos sem nenhum cuidado de apoio. Esse foi um medo que eu presenciei muito, Senadora Damares. A maioria das pessoas com deficiência que necessita de cuidado permanente para a vida diária recebe esse cuidado de um familiar, que precisa sacrificar a vida profissional. E daí a renda da família diminui, como falou a Márcia, mas as despesas aumentam. E, por isso, a gente construiu uma proposta de uma política nacional de cuidado bastante ampla e que possa oferecer apoio real às famílias, porque essas famílias ficam sem renda, sem apoio psicológico, sem descanso.

E, apesar de termos aprovado em 2024 a proposta do Governo de uma Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069, de 2024), não houve ênfase nessa lei para as pessoas em situação de dependência como as pessoas com deficiência e com doenças raras. E, além disso, o Governo condicionou a aplicação da lei à criação futura de um Plano Nacional de Cuidados. Então, apesar de considerar que a lei é um avanço, claro, ela não traz serviço de cuidadores para as famílias, que é o que a gente mais precisa.

E eu aproveito até para pedir a sua ajuda, Presidente Damares, para a gente avançar aqui na CDH com a proposta de Política Nacional de Cuidados, que apresentei em 2022, muito antes de o projeto do Governo chegar ao Congresso, junto com os Senadores Flávio Arns e Eduardo Gomes. É o PL 2.797, de 2022, que, entre outras coisas, cria serviços de apoio especializados para atividades de vida diária e assistência social e busca garantir um salário mínimo mensal ao cuidador familiar que se dedica de modo integral a cuidar do familiar com deficiência ou doença rara, regulamenta o trabalho do cuidador profissional e permite que o cuidador possa ter direito à aposentadoria. São direitos fundamentais, que ajudam a tirar esse trabalho essencial da invisibilidade e a garantir todos os direitos para quem cuida e para quem é cuidado.

Para concluir, eu quero expressar minha gratidão por todo o aprendizado que eu tive e ainda tenho com as pessoas com autismo e suas famílias, porque vocês me ensinam todo dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre luta, sobre resiliência, sobre cidadania, sobre participação. Vocês ensinam sobre amor, sobre coragem. (*Manifestação de emoção.*)

E eu faço também uma homenagem ao meu assessor parlamentar Gabriel Pastorello, que trabalha no meu gabinete há 11 anos e que tem autismo. Ele é formado em jornalismo e *design* e tem sido um grande profissional dentro da minha equipe, transformando a nossa equipe, e só cresceu ao longo desses anos, o Gabriel, em maturidade, em forma de trabalhar, em forma de se relacionar.

Obrigada, viu, Gabriel? Na sua pessoa, eu agradeço a toda a equipe e a todas as pessoas com autismo neste Brasil.

Eu tenho muito orgulho de ter sido a Relatora da Lei Berenice Piana, da Lei Brasileira de Inclusão e também de ter a oportunidade de seguir lutando ao lado de vocês.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, você que é o nosso orgulho.

Tem pessoas no auditório que talvez não conheçam a Mara pessoalmente. A Mara é tetraplégica, é uma das Senadoras mais atuantes desta Casa, atuante em diversas áreas, mas a pauta da inclusão da pessoa com deficiência, a LBI só foi possível quando a Mara e a Rosinha – a Rosinha está aqui, Mara, com a gente – disseram: "Agora vai". Uma discussão, para aprovar a Lei Brasileira de Inclusão, de 14 anos, e a gente não conseguia aprovar. Eu era uma assessora, nos bastidores, apaixonada pelas duas. E a Mara e a Rosinha disseram: "Agora é a hora", e a lei saiu, e a Mara continua aqui.

A Mara fala muito da política do cuidado, e a gente viu exatamente ali o que aconteceu agora: se ela não tivesse alguém a apoiando no trabalho dela, para enxugar as lágrimas dela, se ela não tivesse alguém ao lado dela para segurar o microfone, esse cuidador, esse profissional de apoio que precisa ser valorizado no Brasil, a Mara não conseguiria ser a Senadora que ela é.

E ela não é só Senadora do Brasil; ela tem cadeira na ONU, ela é a representante da gente, eleita por mais de cem países, na ONU. Sabe o que é atravessar o continente na condição dela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para estar lá na ONU, representando o Brasil e lutando pela inclusão no mundo inteiro? Mas ela destaca o trabalho do profissional que faz o apoio e o trabalho de quem cuida em casa.

Eu acho que, nesta audiência aqui, a gente tem que dar prioridade, Mara, ao projeto de lei, para ele sair como encaminhamento desta Comissão. A mãe que cuida, o pai que cuida, que interrompe a vida para cuidar, no dia em que a pessoa, a criança de quem ele está cuidando parte, no outro dia de manhã, já não tem mais o direito ao BPC. O que fazer?

Então, vem aí a política do cuidado, mas nós vamos acompanhar a política do cuidado. O seu projeto já está aqui na minha mão, Mara. Será prioridade. E não vai ser prioridade só nesta Comissão; vai ser prioridade no Senado. A política do cuidado, a política da valorização do cuidador.

Mara, nós amamos você. Que honra eu tenho de ser sua parceira, de estar dividindo o Parlamento com você. Que honra! Muito obrigada pela participação.

Na sequência, nós vamos ouvir agora Edilson Barbosa, advogado, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), que foi recentemente reconduzido de novo à presidência. Muito obrigada, Edilson.

O SR. EDILSON BARBOSA (Para expor.) – Obrigado.

Quero me autodescrever para as pessoas de baixa visão ou cegas. Eu sou um homem pardo, estou com um terno azul, a gravata azul e a camisa branca, de óculos, cabelos baixos, um pouco de fios brancos. Tem poucos ainda, Senadora, dá para contar. E atrás, aqui, tem – não sei decifrar – vários desenhos geométricos.

Bem, eu sou Edilson Barbosa, advogado, estou na presidência do Moab. O Moab é o Movimento Orgulho Autista Brasil, que, em 18 de junho, Senadora, Dia do Orgulho Autista, faz 20 anos. Foi Fernando Cota quem o lançou, junto com vários pais, várias mães. Hoje o Moab está em todo o Brasil, nas cinco regiões. Hoje o Moab não é mais uma entidade só aqui do DF, é uma federação. Nós fizemos essa mudança. Estamos em todas as regiões do Brasil.

E a nossa festa de aniversário será no Rio de Janeiro. Então, dia 18 de junho, estaremos lá no Rio de Janeiro, comemorando os 20 anos, 20 anos de muita luta, 20 anos de muitos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente lembra, Senadora – e até, na época, a Senadora Mara Gabrilli, que foi a Relatora desse projeto de lei –, que hoje, pessoal, nós temos que comemorar: hoje nós temos uma lei federal que mudou a vida dos autistas. Essa lei é a 12.764, de 2012, que muita gente chama de Lei Berenice Piana, porque ela estava aqui conosco. Vocês sabem que não é fácil aprovar uma lei nesta Casa, no Congresso. Passa por Comissões, passa nos Plenários, duas Casas, e depois ainda tem o crivo presidencial. E Berenice Piana e tantos outros, junto com Mara Gabrilli, lembro-me muito bem do Paulo Paim... Eu trabalhei aqui 18 anos, no Senado, junto com o Senador Cristovam, e eu tenho orgulho de ter ficado com ele aqui. A gente ia a essas Comissões tentar fazer com que os Senadores e Deputados entendessem.

E eu vou dizer aqui umas simplificações dessa lei. Olhem só como mudou a vida dos autistas, uma lei federal que é só para autistas, olhem que beleza: a partir de 2012, o autista é considerado pessoa com deficiência. Isso revolucionou. E nós temos várias negações, várias bancas dizendo que autista não é PCD. Teve uma decisão, Senador, agora, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em que o juiz foi enfático: "Banca de médicos não legisla". Então, autista é PCD. Depois que se mudar a lei aqui, aí sim, se poderá dizer que autista não é PCD, mas, por enquanto, é. Essa decisão é brilhante. Nós vamos até imprimir e passar para vocês, porque é uma decisão correta de um magistrado.

Matrícula de escola: não se pode negar, nem em pública, nem em privada. Eu lembro demais a gente nas comissões falando isso, e as federações dizendo que tinha que ver a mensalidade e tal.

O plano de saúde não pode ser negado.

Não é permitido fazer *bullying*.

Nós temos que ter acompanhante especializado, e esse é um debate em que se precisa resolver que coisa é essa de acompanhante especializado. Aqui em Brasília, nós temos monitores, educadores sociais. No Brasil inteiro, são vários nomes.

Também o diagnóstico precoce, medicação e terapias.

Olha que bonito. Agora, será que está sendo implementado, Senadora? Nós precisamos debater essa lei e fazer com que ela seja de verdade. Garantir aluno na escola não é inclusão. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando chegam lá? Estão preparados? As escolas estão? A sociedade está? Porque a gente recebe aqui... Eu posso até mostrar para a senhora, de ontem, a mãe mandando foto do filho machucado, numa escola pública aqui do Distrito Federal – machucado, com sangue rolando, e dentro da escola, onde seria o local de proteção.

Quero também, Senadora, dizer que nós estamos aqui com dez autistas e dez mães vindo de Ceilândia. Vieram prestigiar essa... Levante a mão aí o pessoal que veio. (*Pausa.*)

Isso.

Hoje eles foram agraciados lá no museu do carro. Nós tiramos essas pessoas de casa, da invisibilidade, para terem acesso a lazer. O autista não tem que ter só educação e nem só saúde; precisa ter esporte, lazer e cultura. Hoje de manhã, dez autistas, representando os outros, foram conhecer o museu do carro. Quero parabenizá-los. E daqui a pouco será oferecido um almoço para eles. Olha que legal: as pessoas comemorarem representando os outros.

Quero também deixar registrado aqui que esse projeto aqui do Detran... O Detran do Distrito Federal é uma entidade amiga dos autistas. E, dessa cartilha, a gente até participou, na parte de leis. Temos também a PRF amiga dos autistas. Hoje nós temos a Força Nacional, também amiga dos autistas. A ideia, pessoal, é fazer com que esses profissionais entendam, numa abordagem, como lidar se tiver um autista dentro do veículo. Isso é importante, isso é mostrar importância, e o Moab apoia.

Eu espero que vocês levem esses projetos também para os seus estados. Tem PRF em todo o Brasil, tem Força Nacional, e a gente precisa debater com eles essa situação.

Bom, para encerrar, Senadora, eu trago aqui – nós trouxemos – uma proposta.

Senadora Damares, a gente está trazendo uma proposta. A proposta é a seguinte: nós temos muitas leis – essa Lei 12.764, de 2012, a Lei Brasileira de Inclusão, com 127 artigos que trazem os direitos dos autistas e das pessoas com deficiência –, mas nós precisamos, Senadora, criar, no âmbito do Senado, e nada melhor do que nesta Comissão, um observatório do direito dos autistas. Será que está sendo implementado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos de um grupo, de uma equipe que, pelo menos uma vez por mês, se reúna aqui, que a gente parabenize e a gente... É igual no Moab: a gente não só reclama, a gente parabeniza aquelas escolas, aquelas instituições, aqueles profissionais que atendem bem os autistas – é o Prêmio Orgulho Autista Brasil. E são muitos, é até difícil de a gente premiar. Mas nós precisamos também ver quem é que não cumpre. A gente precisa ter esse observatório para dizer, Senadora, qual é o município, qual é o estado que está no *ranking*, realmente implementando esses direitos, ou por que não estão implementando.

Nós, hoje à noite, teremos uma sessão solene na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e serão anunciados pelo Governador Ibaneis três centros de referência. A capital do Brasil não tinha – olhem que coisa! –, vários municípios não têm; agora, outros têm. Quando a gente assumiu o Moab, a gente fez questão, Senadora, de visitar o Brasil. Nós temos vários bons exemplos de centros de referência de atendimento aos autistas neste país. Por que não replicar? Essa política de centros de referência tinha que ser uma política federal do Governo.

O Presidente Lula e seus assessores que estão agora ouvindo: deveríamos ter um programa nacional. Por quê? Porque, pessoal, as pessoas sofrem quando não tem centros de referência. As pessoas de que a gente fala são as mães, as mães atípicas. (*Manifestação de emoção.*)

Se não tem, elas sofrem, sofrem com seus filhos, e nada melhor que uma política pública para isso. Quando tem uma criança autista ou um adolescente em casa, qual é a porta de entrada no seu município? E para ter as terapias para estabilizá-los? Então, esta é uma das políticas principais – principais! –: é o centro de referência com profissionais que possam fazer as terapias e estabilizar a pessoa para ela ter um futuro melhor.

Meu filho está ali, o Vinícius. Ele hoje faz Direito, mas ninguém sabe o quanto caminhamos. Estes são os dependentes que a gente viu ontem, Senadora: eu vi uma família, ontem, no Sol Nascente, em que aquela pessoa não tem uma chance como a que meu filho teve. Só que, para ele chegar ali, foram tantas terapias... E quem é SUS dependente? Nós não podemos, Senadora Damares, deixar que essas mães sofram e que esses autistas sofram – porque eles estão sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive agora na UBS 9, no P Sul, e vi 17 mães atípicas sem laudos e sem terem onde fazer o que está aqui nesta lei, que a gente aprovou em 2012, que é o acesso ao diagnóstico precoce, na capital do Brasil. Imagine lá aonde nós fomos, em Divina Pastora, no Sergipe... Então, nós precisamos dessa política pública.

Dia 2 de abril é um dia de conscientização. Agora, tem que conscientizar os governos a ter essas políticas públicas; se não tiver, nós estaremos condenando uma geração a ter uma adolescência, uma vida adulta sem funcionalidade. Então, a gente precisa dar as mãos hoje.

Muitos falam centro TEA, TEAcolhe, centro de referência... Não importa o nome. Importa que, se essas pessoas têm o seu direito de ter acesso ao diagnóstico, que tenham direito de ter acesso às terapias que tenha – mas alguns lugares não têm; e em Brasília não tem. Tomara que agora a gente, com esses três centros de referência...

A gente quer parabenizar o Deputado Eduardo Pedrosa, que esteve aqui, Presidente da frente parlamentar, que convenceu o GDF a ter... certamente nós vamos ter muitas pessoas saindo do isolamento. Muitos ficam em casa porque nem sair de casa têm como porque não estão estáveis.

Para encerrar, são estas duas propostas, Senadora: que a gente crie um observatório do autismo nesta Casa, crie um grupo de trabalho com pessoas que queiram participar, que se reúnam uma vez por mês, e a gente faça um diagnóstico.

E, por último, queria deixar aqui uma decisão tomada pelo IBGE que foi sobre o censo: o IBGE ainda não divulgou os números, pessoal. Então, a gente cobra aqui do IBGE que solte esses números. Quantos autistas nós temos? Nesta Casa, vários aqui participaram para que o Governo Federal sancionasse – vocês lembram? – para ter números. Nós não sabemos quantos autistas nós temos no Brasil, e nada como o IBGE... Não foi do jeito que a gente queria, foi uma amostragem, mas nós teremos um número. Cadê esse número? Nós estamos cobrando aqui.

Duas propostas que o Moab deixa: que o IBGE divulgue os números do autismo no Brasil, porque foi feito, gastou-se muito dinheiro para isso; e também que a gente crie o centro, o observatório do autismo. E o Moab estará ao lado de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a vocês que agora eu vou ter que acompanhar os alunos, porque foi oferecido, Senadora, um almoço também, em homenagem a este dia 2 de abril, pelo Supermercado Primor, que é um parceiro também do Moab. E nós queremos parabenizar as mães que vieram aqui conhecer onde elaboram leis e onde a gente deve cobrar, que é aqui no Senado, a Casa da Federação.

Muito obrigado, e o Moab está à disposição.

Para acompanhar: @moabbrasil. Vocês vão ter muitos assuntos do autismo.

Muito obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente, obrigada pela participação. Que vocês tenham um almoço bem saboroso. E, depois, a gente vai abraçar essas mães. Obrigada.

Gente, estão aqui na mesa duas Deputadas Federais incríveis, duas amigas, a Deputada Soraya Santos e a Deputada Coronel Fernanda, que são do PL.

Eu e a Deputada Soraya temos uma história antiga na inclusão. Já houve momentos de nós duas estarmos, de mãos dadas, chorando, dentro do Supremo Tribunal – eu, Ministra; ela, Deputada –, lutando e tentando convencer um relator na pauta da inclusão.

Mas não foi só isso. Faz anos que a Deputada Soraya vem na luta da inclusão, e aí a Deputada Coronel Fernanda chega e se soma, e elas vieram dar um abraço em vocês.

Eu vou pedir, inclusive... Havia um certo incômodo antes de você chegar aqui, Deputada Soraya, porque houve uma fala não muito oportuna de um Parlamentar do PL e muita gente achava que isso era uma fala de todo o partido. E eu sei que justamente hoje vocês estiveram lá juntas, no partido, conversando e se resolvendo nesse sentido.

Então, é uma alegria tê-la aqui – você veio para cumprimentar o pessoal. É uma alegria tê-la aqui.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Para expor.) – Primeiro, quero cumprimentá-la, Damares, pelo trabalho e pela entrega, porque você sempre foi uma pessoa que defendeu o que acreditava e acredita até hoje, independentemente do cargo. E foi para a gente uma felicidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

te ver Ministra da Mulher, porque a pauta da mulher é suprapartidária em 80%: câncer não tem partido, inclusão não tem partido. Nós temos que representar a dor das mulheres que choram e muitas vezes não têm voz. E a Damares, como Ministra, saiu de trás da mesa, ela rodou esse Brasil em lugares que muita gente nem imaginava.

É uma honra, Damares, caminhar ao seu lado, você pode estar certa disso! (*Falha no áudio.*)... Senador. Eu falei: "Puxa, conexão direta". Porque se a gente não tiver alinhamento entre Câmara e Senado, é muita discussão com pouco resultado. E quando a gente fala de dor humana, de dignidade humana, a gente tem pressa, porque a maior fome que o ser humano pode ter é a fome da justiça. E a Damares encarna tudo isso, é uma segurança muito grande.

Mas eu quero te dizer, Damares, que ontem mesmo, na Comissão de inclusão, a gente votou uma moção de repúdio a esse Parlamentar, porque é o seguinte: cada um responde por si; em todas as profissões, em todas as atividades, tem gente que pensa diferente. Até porque a democracia é resultado do dissenso, não é do consenso. Mas quando se parte para ataque, aí você tem que colher o fruto da sua escolha, e isso nós não admitimos!

Então, na Comissão de Direitos Humanos... E hoje eu fui para o partido conversar, a Michelle reuniu as mandatárias para que a gente pudesse ver a nossa pauta, focar nas estratégias de luta. A gente estava ouvindo agora o Edilson falar dos institutos de referência. Nós temos agora, na Câmara... Nós tiramos de pauta um projeto de lei que quer proibir repasse de recursos para os institutos de referência. Ora, eles formam pessoas! A lei não tem que tutelar a decisão das mães, eu escolho o lugar em que eu quero colocar o meu filho. Se eu entendi que meu filho tem que ir para uma escola bilíngue de Libras, a decisão é minha. A lei tem que entrar na omissão dos pais, porque essa criança precisa ser tutelada. Então, isso é uma luta permanente, isso não é segregação, isso é direito – direito!

Então, Damares, é uma pauta importante, porque sem recurso você não consegue atender quem você mais precisa. Já foi tirado de pauta, Hugo Motta já determinou que a gente se entenda para que melhore o texto.

E ali, na discussão com Michelle e com o Valdemar, a gente falou que é muito desagradável para a gente ficar assinando moção de repúdio contra um Parlamentar. E a decisão da Michelle, e consenso de todas nós, o que a gente foi defender, é a seguinte: a vovó

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre dizia que "roupa suja se lava em casa". Se você discorda, discorde internamente; mas se você quer discordar publicamente, eu também vou dar uma resposta publicamente.

Então, Damares, se começarem a dizer que você é feminista porque você defende a pauta do direito da mulher, eu nem sei mais o que eu sou, porque somos todos... Vamos parar com isso! Vamos parar com isso!

A pessoa que precisa de política pública para mudar a qualidade de vida, precisa das mulheres falando da dor da mulher. Eu duvido que um homem cidadão criou uma filha para apanhar de quem quer que seja. Eu desafio um Parlamentar que diz que defende a base da família, Damares... E quantas vezes nós duas levamos essa pauta? A gente chega lá e pergunta: "Venha cá, você é defensor da família e está fechando o olho para a violência doméstica?".

Então a pauta da inclusão é uma pauta cara para a gente como missão de vida. Não foi à toa que no final do ano, naquela loucura do BPC... E aí eu quero fazer uma referência às mães atípicas, às mães, em especial, dos autistas. Por quê? Gente, o Judiciário age sob provocação, mas o Parlamento age sob demanda, demanda da sociedade. E de uma forma mágica, talvez por sofrimento, muito sofrimento, vocês aprenderam a se organizar, a se falar e a lutar uma pela outra. Nem todo mundo consegue chegar aqui.

Eu tenho que fazer este registro, Damares, de que, desde que as mães dos autistas começaram a vir ao Parlamento, representando todas as mães, a política pública começou a mudar, as leis foram se aprimorando. Então, hoje, a gente tem a Procuradoria da Mulher, que é o Procon das Mulheres, zelando pela aplicação desse direito. E quero dizer que sem os institutos de referência você não tem nem como capacitar a mão de obra! Então é o seguinte: o que o governo tem que fazer, Damares, seja ele qual for, é garantir que, na escola pública, possa ter inclusão. Mas quem pode chegar a uma escola confessional, filantrópica ou privada, com aquelas características... É decisão dos pais. A gente tem que aprimorar esse texto.

Eu quero deixar esse depoimento. Vocês, no movimento de luta pelos filhos que tinham autismo, acabaram se organizando e falando por muitas outras mães que têm necessidade de inclusão e que não se organizaram como vocês. Esse agradecimento é de uma Parlamentar – estou dando esse testemunho –, pois, se a gente não é demandada, a gente acha que está tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente tem no coração que está lutando por uma causa – poderia ser do autismo, mas poderia ser de uma outra, de uma doença rara –, está falando por essas mães que muitas vezes não podem sair de casa para trabalhar, não têm condição, e, então, a gente tem que ensiná-las a vender pela internet. Essas pautas são muito caras. Vocês têm no Senado, sem margem de dúvida, a Damares, essa gigante, essa mulher que é uma gigante, e têm na Câmara também vários Parlamentares. Esse alinhamento é fundamental.

Então, Damares, eu queria te dar os parabéns! Vim te dar um abraço e te convocar para uma outra luta, que vai ser mais tarde, na defesa das mulheres.

E eu fico muito à vontade de sair invadindo Comissões, porque assim ela faz com a gente. Quando ela se preocupa muito, ela sai daqui. Essa mulher, que está no tapete azul – a gente costuma dizer que do verde para o azul é outra liturgia –, sai daqui e vai lá, para o Plenário da Câmara, explicar, doar. Por quê? Nenhum de nós... aliás, todos nós sabemos que a única certeza que a gente tem da vida é que a gente vai morrer. Mas quando a gente tem missão, a gente não se importa se é A ou B, se é questão de votar ou não votar. Isso é consequência. Na verdade, a gente tem que agradecer o dom da vida, como locatário dessa terra, o que a gente vai deixar aqui.

Quando faço isso com a Damares, eu faço, Damares, de verdade, com muita tranquilidade, porque você é movida por causas e você nunca se preocupou com o amanhã. Mas eu sei que você é uma mulher que sabe que o hoje faz diferença e você não tem preguiça. Você luta, sabe? E você tem uma aliada, uma amiga que a admira. Eu sempre falei que o coração do Governo passado foi o Ministério da Mulher.

Muito obrigada pela fala.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coronel Fernanda, quer cumprimentar o nosso público, celebrando o Dia do Autismo?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para expor.) – Bom dia a todos. Eu ainda estou aprendendo algumas coisas de sinais.

Eu começo a minha fala, Senadora Damares, dizendo da importância da senhora para nós Parlamentares mulheres; e dizendo que eu quase não uso o termo "mães atípicas", porque eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que não são mães atípicas, são supermães, são mães maravilhosas, são mães especiais, são mães de quem eu me coloco pequena perto, porque é uma luta diária. E vocês estão também ao lado dos superpais, porque eu escutei aqui a fala dos superpais, e às vezes a gente se esquece deles também, né? Eu tenho um irmão que é um superpai. O meu sobrinho tem autismo e o meu irmão é pior que uma galinha-choca, ele fica em cima 24 horas.

Então, quero dizer que a luta de vocês é uma luta importante e que não vamos desistir.

Cada um escolhe o que quer. Se alguém lá que faz parte do meu partido escolheu algo ruim, o problema é dele, quem vai colher os frutos é ele. Porque os frutos que nós queremos colher para vocês são frutos bons – e por isso nós estamos aqui. E aqui são três mulheres, como tantas outras, como a Michelle – acabamos de sair da reunião com elas...

A nossa luta em relação a de vocês, a de vocês é maior, porque, quando eu reconheço no outro a importância da luta e a necessidade... Eu não tenho nenhum filho atípico, eu não tenho. Por isso, eu vejo que eu perto de vocês sou pequena. A coragem de vocês é maior do que a minha para enfrentar o dia a dia. E eu vejo você, Senadora Damares, da mesma forma como eu. A luta que você defende não é uma luta sua, é a luta do outro, e é tão bonito quando você entra numa batalha para lutar pelo outro.

Então, Damares, você tem o meu apoio. Daqui a alguns dias, nós estaremos nas aldeias, lá nos ianomâmis, porque não é uma luta minha e sua, nós não fazemos parte dessas etnias, mas nós lutamos por elas, porque nós acreditamos que nós temos que defender aqueles que pouco são defendidos. Da mesma forma, a Soraya Santos, que tem uma luta incansável pelas mulheres, 24 horas. Ela briga com todo mundo por causa de qualquer mulher, independentemente de quem ela seja, do que ela faça. "É mulher? Então, vamos lutar", isso é o que faz a diferença. Nós temos que olhar para todos, independentemente da sua situação, e lembrar – e eu uso muito comigo isso – que o que eu não quero para mim, eu não tenho que fazer para o outro; o que eu não quero para mim, eu não tenho que praticar contra o outro. Se eu quero para mim respeito, eu tenho que aprender a respeitar o outro. E essa luta, como eu quero que alguém um dia lute por qualquer coisa que eu acredito, eu continuo lutando pelas coisas que os outros também acreditam.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Só para registrar: a Deputada é do Mato Grosso, e a Deputada Soraya é do Rio de Janeiro.

Obrigada, amigas.

Sei que o dia de vocês está cheio hoje, inclusive por causa da pauta da inclusão. Eu vou liberá-las. Eu vou liberá-las.

Obrigada.

Daqui a pouco, estarei lá com vocês.

Obrigada.

Nós estamos aqui numa expectativa muito grande para ouvir o nosso Bernardo. Nós vamos ouvir o Bernardo. Venha cá, Bernardo.

Na sequência, depois do Bernardo, nós vamos ter a honra de ouvir o nosso grande escritor Oswaldo Freire. Nós estamos numa expectativa muito grande também de ouvi-lo.

Bernardo, você vai falar. Você conhece já a Casa, o microfone. Você tem a palavra, e, na sequência, a sua mãe completa.

É com muita alegria que eu apresento a vocês o nosso Bernardo Martínez. Ele tem autismo e é um dos maiores ativistas pela causa aqui dentro do Senado. Em todos os nossos últimos embates, lá estava Bernardo comigo dentro do Plenário, com os Senadores e também lá na Câmara.

Bernardo, seja bem-vindo a esta audiência!

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares. Você é muito querida por nós.

Antes de mais nada, eu gostaria de lhe entregar este presente que eu tenho aqui: é um envelope com desenho que eu fiz para você. Espero que você goste. Eu estou meio enferrujado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no que diz respeito às habilidades artísticas, mas eu fiz com carinho para você. Espero que goste.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – A Senadora merece.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bernardo.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – E tem dedicatória também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem dedicatória.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Aqui, aqui, aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui, olha: "Senadora Damares, que Jesus Cristo a guie em sua missão. Amo você. Bernardo Martínez".

Que lindo!

Bernardo, tem a palavra.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Que bom que gostou!

Não preciso de introdução. Aparentemente, eu sou Bernardo Martínez. Eu vou me descrever: sou um jovem de 24 anos relativamente franzino, sou branco e tenho olhos castanhos claros e, por conta da minha calvície, tenho uma testa larga e uma porção meio ausente em pelos no topo da minha cabeça. Eu sou autista – eu fui diagnosticado quando tinha 1 ano e 11 meses de idade. Minha mãe já suspeitava, porque eu tinha muitos sintomas e muitas estereotipias.

Na época, eu seria classificado como autista nível 3 de suporte, porque até os meus 6 anos de idade eu era não verbal, eu tinha muitos sintomas, muitos comprometimentos associados a meus hábitos, eu me isolava muito; mas, graças, em grande parte, ao empenho da minha mãe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque na época, quando eu fui diagnosticado, em 2002, o SUS infelizmente não cobria nada, nem o plano de saúde... Então, minha mãe teve que pagar por tudo no meio particular e não podia trabalhar mais de seis horas, por recomendação do meu psicólogo.

Então, eu tenho que agradecer muito à minha mãe. Minha mãe é uma supermãe, como já disseram. Ela teve muito empenho, porque praticamente viveu como uma mãe atípica abandonada pelo marido, mas não foi abandonada pelo marido, porque o meu pai, que era uma pessoa maravilhosa, faleceu, teve câncer, quando eu tinha três anos e a minha irmã, cinco – e ela é viúva até hoje.

Ela teve que cuidar de nós dois, com um trabalho que não podia ter mais de seis horas de carga horária, e ainda teve que pagar por uma moça, para ajudar a arrumar a casa e a cuidar de nós – certo, mãe?

A SRA. LUCIANA MEDINA DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Ela teve muito empenho e precisou ter muita força, precisou ter muita confiança em Deus também, porque até os meus seis anos de idade eu não mostrei melhoras. Eu era não verbal, me isolava muito, tinha muitos sintomas preocupantes, e ela, ainda assim, se empenhou em mim, me amou muito – ela e a minha irmã também, que não está presente aqui, mas que é um amor. Minha irmã também teve que puxar muito o meu pé, me amou muito e ajudou a minha mãe a me educar.

E, aos seis anos de idade, eu comecei a falar, de fato, em vez de repetir, fora de contexto, palavras e frases aleatórias; eu comecei a desenhar por volta dessa idade também; eu recebi alta médica da maioria dos meus sintomas preocupantes, com nove anos de idade.

Isso tudo em Porto Alegre, porque, na época, o melhor tratamento era lá. E, quando eu vim morar aqui, em Brasília, com nove anos de idade, eu comecei a me alimentar melhor, porque eu tinha muita seletividade alimentar.

Hoje em dia, eu estou estudando na universidade, eu consegui passar no Bacharelado em Ciências Biológicas, pela nota no PAS, e eu entrei na universidade, pela ampla concorrência, na Licenciatura de Ciências Biológicas, sendo que eu troquei, por conta do horário ruim da licenciatura e porque eu prefiro o bacharelado, de fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu decidi não usar a cota, porque eu achei que tinha pessoas que precisavam mais e porque, verdade seja dita, eu passei um tempo estudando em escola pública, mas eu também, na época do meu 6º ano para o meu 3º, já tinha bons estudos, já estava aprendendo direitinho, estava estudando na SEB Dínatos – o que foi muito bom para mim na época –, com muito desconto também, porque eu e minha irmã tiramos notas boas na redação, e minha mãe conseguiu negociar, porque passamos por muitos apertos financeiros.

E eu estou aqui hoje em dia. Eu estudo Bacharelado em Ciências Biológicas lá na UnB, gosto do meu curso, meu curso é bom, tenho uma ou outra desavença com o pessoal da universidade, mas não é nada vocal, é desavença pessoal mesmo – é a vida.

E eu sou muito grato à minha mãe, por ter lutado tanto contra mim – a favor de mim! Contra mim não, de forma nenhuma. (*Risos.*)

Foi uma gafe.

Eu agradeço muitíssimo à Senadora Damares, por me chamar para poder prestar depoimento, para poder falar e para fazer jus ao lema que eu e minha mãe – além da Inclusiva, que é a associação da minha mãe – temos, que é "Nada sobre nós, sem nós" – a Senadora Damares entende perfeitamente esse lema e está fazendo jus. Eu estou podendo participar desta reunião, muito bem-conduzida pela Senadora Damares. Aproveitem enquanto ela está aqui, porque não sabemos quem vai sucedê-la.

E também queria aproveitar nesse Dia Mundial da Conscientização do Autismo para parabenizar todos que falaram aqui até agora pelas suas colocações. Parabéns à nossa Vice-Presidente da CDH, a Mara Gabrilli, que trabalha muito também. Eu já a conheci pessoalmente. E eu também gostaria de parabenizar a nossa antiga Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, porque você pode ter uma desavença ou outra com ela do ponto de vista político, mas ela fez muito pela nossa causa, em termos de fala, em termos de nos acolher. Eu também a conheci pessoalmente, e foi muito bom. Eu agradeço a ela por toda a dedicação, agradeço à Senadora Damares, à Senadora Mara Gabrilli.

Eu também tenho que agradecer não só por isso, mas também porque, mesmo antes de você ser Presidente da CDH, já dava para ver que você lutava por nós, não só pela sua atuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diária, mas também pela sua participação para tentarmos derrubar o PL 4.614. Você até se dispôs a acampar lá no Salão Verde se fosse necessário. Eu lhe agradeço muito. Foi uma dor de cabeça no final do ano passado. Eu sei que você vai lutar também por nós na hora de derrubar os Vetos 38, que diz respeito ao laudo permanente, 2, que diz respeito à microcefalia, e 4, que diz respeito à diabetes tipo 1. Eu sei que eu posso contar com você, eu agradeço muito. Aproveitem bem enquanto ela é Presidente, porque não sabemos quem vai sucedê-la.

E agora, eu, que já estou numa situação boa da vida em grande parte graças ao empenho da minha mãe, à graça de Deus, em primeiro lugar, e ao empenho da minha irmã também, o empenho do meu pai eu reconheço, sei que ele lutou muito por mim, me amou muito, e é uma pena que ele não tenha, em vida, tido a oportunidade de ver como eu consegui melhorar dos sintomas, mas eu sei que ele está num lugar melhor, e, pelo menos, de lá ele pode saber como está a minha situação.

E agora eu gostaria de ceder a palavra para a minha mãe, que é muito mais qualificada, muito mais bem versada no que diz respeito à legislação, a conhecimento sobre a causa atípica do que eu, e eu sei que ela vai falar de forma sucinta, coesa e qualificada, ao contrário de minha pessoa, que é meio prolixa. (*Risos.*)

A SRA. LUCIANA MEDINA DE SOUZA (Para expor.) – Gente, vocês sabem, vocês que são mães de autistas, do sincericídio, de como é sincero, e a gente valoriza muito isso no autista, não é, Senadora Damares? Ele é amoroso, ele é querido e fez esse desenho para vocês, do fundo do coração. E eu também quero que Jesus o guie em todos os seus passos nessa missão, porque estar aqui é uma missão. E nós mães... Eu tenho que puxar a sardinha para o lado das mães, sim, porque 80% das mães cuidam dos filhos sozinhas. Como o Bernardo falou, infelizmente, meu marido faleceu, mas eu me vi numa situação de ser mãe solo também, em razão disso. Então, eu sei o que vocês vivem, o que vocês sofrem, e a gente quer que os pais voltem, a gente não quer brigar com os pais.

Quando a gente fala isto, a gente está falando: "Pais, cuidem dos seus filhos, autistas, fiquem com eles, fiquem nas suas famílias", porque é difícil para todo mundo. A gente não pode romantizar o autismo. É cansativo, é angustiante, dá trabalho. Tantas questões foram ditas aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não vou repetir, minha fala vai ser bem breve, mas não posso deixar de falar que a gente precisa de apoio como mãe, a gente precisa de muito apoio!

Então, esse centro de referência que vai ter aqui... Eu ajudei a implantar o Centro de Referência do Transtorno Autista em Porto Alegre e já me coloco à disposição da Governadora Celina Leão para também participar dessa construção aqui, porque eu acho muito importante que a gente participe sempre, trazendo a nossa realidade, a nossa vivência. Eu sou jornalista, sou escritora e trabalho com projetos de acessibilidade, então eu sei como é importante a gente ter centros de referência aqui em Brasília. Se vamos ter três, isso é maravilhoso! Melhor ainda. E cada cidade precisa ter. Temos Vereadores aqui também de Goiás conosco, que são da inclusão e que defendem essa pauta. Precisamos de Vereadores, precisamos de Deputados que defendam.

Gente, eu gostaria que vocês seguissem a nossa Associação Inclusiva, uma associação nacional: @inclusivabr. Nós defendemos os autistas e suas famílias.

E eu sou uma das coordenadoras do movimento nacional do décimo terceiro para o BPC, junto com César Asca. Nós defendemos o BPC. Por isso, eu não posso deixar de falar hoje... Eu sei que temos muitas conquistas, ao longo dos anos, mas eu não posso deixar de falar que tem que haver união sempre para que a gente impeça que sejam retirados os nossos direitos. O BPC é questão de dignidade, é questão de sobrevivência das famílias. Só em Brasília mais de 71 mil pessoas recebem BPC; muitos são autistas. No Brasil, são mais de 6 milhões de pessoas recebendo BPC; milhões são autistas. Então, nenhum governo tem o direito de tentar tirar o BPC. E, no fim do ano passado, este Governo tentou. Foi o único que tentou até hoje, e a gente tem que falar sobre isso, porque a gente não pode permitir que isso aconteça. Mães me mandavam mensagens desesperadas, angustiadas, sem dormir, tomando remédio, com medo de perder. Nós ficamos 14 dias – eu fiquei aqui, Bernardo, Senadora Damares... A Senadora Bia Kicis veio para o Senado para reverter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA MEDINA DE SOUZA – Ai, já estou botando a Bia Kicis como Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA MEDINA DE SOUZA – Já a estou promovendo.

A Deputada Bia Kicis esteve com a gente para a gente reverter.

Então, gente, BPC é dignidade. Não mexam nos nossos direitos. E, nesses últimos dois anos, tentaram retirar direitos dos autistas. Um a gente perdeu: o direito na compra de carro. A gente já perdeu. Houve uma promessa do Governo de que não tiraria, mas tiraram. E a gente vai reverter, não é, Senadora Damares?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA MEDINA DE SOUZA – Em nome de Jesus. A gente está aqui para falar a verdade. Esta é uma Comissão de Direitos Humanos. Então, vamos respeitar as famílias, vamos respeitar os autistas e vamos respeitar as mães atípicas, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Esta audiência está sendo muito assistida no Brasil inteiro. Não param de chegar recados pela internet – não param. Na maioria, são mães: mães que estão me expressando aqui que estão exaustas – elas estão exaustas –, e a gente entende; mães muito preocupadas.

Mas eu acho que o testemunho do Bernardo trouxe muita esperança para a mãe que está lá na ponta, com uma criança não verbal, para a qual já decretaram sentença: "Não tem mais jeito". E o Bernardo vem e fala: "Até seis anos eu era não verbal". E hoje o Bernardo vai pra universidade, na concorrência geral, sem precisar da cota, porque ele deixou para outro, e é um aluno brilhante. Então, mãe, fica firme aí! Está difícil, mas fica firme. Fica firme! Bernardo e muitos outros que estão aqui são exemplos de que o Brasil é deles, de que eles podem, eles conseguem. Só estão precisando de uma oportunidade.

E nós estamos aqui para garantir às mães lá da ponta a oportunidade que elas ainda não têm.

Bernardo, você é uma inspiração. E você trouxe hoje, com a sua história, lá para a ponta, muita esperança. Obrigada por estar conosco. Nós amamos você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir o nosso querido escritor, que está comigo já há algum tempo – eu me lembro de que foi uma das primeiras pessoas que me visitou no gabinete, quando eu tomei posse –, que é o Oswaldo Freire da Fonseca.

Enquanto o Sr. Oswaldo vai falando, eu vou encostando aqui para o cantinho, porque nós vamos chamar para já ocupar a mesa, pois já vamos para a nossa parte final, o Davi Leal Dias, que é um jovem autista, e sua mãe, Josy Ailane Leal Dias. Nós vamos espremer aqui a mesa – Bernardo fica. E nós vamos chamar para a mesa também Izabeth Farias, mãe de autista, que nos presenteará depois com uma surpresa final.

Prazer, Davi, ter você aqui – olhem como o Davi é lindo. Obrigada por terem vindo, Davi e mãe do Davi.

Eu vou pedir para a nossa Izabeth Farias ficar aqui do meu ladinho.

E nós vamos ouvir agora o nosso escritor, autor de uma obra linda, mas, antes de o senhor mostrar a sua obra, nós temos uma outra escritora aqui no plenário que é a Susana Gatto. Cadê a Susana? Está aqui! Olhem o livro dela: *Mães que ensinam amor e neurologia*. Parabéns pela sua obra!

A muitas obras hoje nós temos acesso. Vamos ler, gente. Vamos acompanhar esses escritores, esses cientistas, essas pessoas maravilhosas que estão entregando para nós as suas experiências e informações.

Parabéns! Deus a abençoe.

Professor.

O SR. OSWALDO FREIRE DA FONSECA JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, Senadora Damares, eu gostaria de agradecer a V. Exa. por ter aceitado a minha sugestão desta audiência pública na nossa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Muito obrigado, Senadora.

Eu serei um tanto breve, mas eu gostaria de dizer para vocês que eu sou pesquisador. Durante dez anos, eu estudei autismo no Brasil, na Austrália, nos Emirados Árabes, nos Estados Unidos, na Argentina, no México, no Canadá e na França. E, com certeza, eu aprendi muito e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuo aprendendo até hoje com mães, pais, profissionais da área de saúde, educação, assistência social, enfim, áreas afins.

Eu devo também lembrar, nesta oportunidade, que, no dia 3 de abril de 2017, oito anos atrás, eu fui convidado pela Governadora do Paraná para fazer uma exposição, nessa mesma data, na Assembleia Legislativa do Paraná, há oito anos, e lá estava o Bernardo. O Bernardo, naquele dia lá, estava ansioso, porque não sabia se ia arrumar uma namorada ou não. Então, eu vejo o Bernardo, depois de oito anos, com uma entradinha aí. Muito precoce essa entradinha sua, viu, Bernardo? Você está muito novo para isso!

Também esse dia foi muito importante para mim, como pesquisador. É que eu ousei fazer uma proposta naquela audiência pública de se criar o Serviço Nacional da Pessoa com Deficiência. A Governadora se ausentou, mas, antes de se ausentar, ela passou e disse: "Oswaldo, vai lá ao Palácio Iguaçu que eu quero falar com você". "Perfeitamente. " Estive lá. Ela ligou para o Senador Romário – e está aqui a Loni, que é Assessora Legislativa do Senador –, e nós fizemos – eu contribuí, modestamente, com a redação – um projeto de lei do Senado, que se encontra na CCJ. No ano passado, eu tive a oportunidade também de fazer uma palestra na CCJ e ainda lembrei aos assessores: "Vamos colocar o PLS do Senador Romário para frente".

Aí tem uma singularidade, porque todo o Sistema S – Sebrae, Senai, Sesc, Senat, Sescoop e tantos outros, são 11 S – tira um percentual do trabalhador e tira um percentual do empregado para manter o Sistema S. A minha contribuição é a de que não se tire nem do empregado nem do trabalhador, mas como ele vai sobreviver? Com 0,5% de cada S para o nosso S. Então, Senadora, eu gostaria que a senhora levantasse essa bandeira aí e nos ajudasse a tocar essa iniciativa para frente – ela está lá na CCJ.

E também, nessa minha caminhada de estudos e de trabalho voluntário – eu não tenho nenhum parente autista –, eu levanto às 5h da manhã todo dia e vou dormir à meia-noite durante doze anos – dez de estudos e dois do livro pronto. O livro já foi lançado aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, Brasil afora. E eu sou palestrante. Já fiz já cem palestras no país – Bahia, Alagoas, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e por aí afora –, sempre cumprindo a agenda voluntária e solidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria também aqui de fazer uma homenagem ao primeiro médico... Está aqui o Dr. Luiz Lucio Daniel – por favor! –, o primeiro médico que me atendeu e que me orientou, médico do Hospital de Base aqui de Brasília. Muito obrigado, Doutor!

Isso é muito importante, porque aí começou a história. Eu não sabia se ia fazer uma apostila ou um livreto; no fim, saiu um livro com 1.068 páginas, 44 capítulos. Como eu não sou da área, eu coloquei aqui 627 referências bibliográficas, acadêmicas e criei 135 imagens para facilitar aos profissionais, aos familiares, dada a complexidade do TEA e as especificidades dos nossos teanos. Com muito amor, com muita responsabilidade, eu criei nove neologismos, sem romantização – sem romantização! Eu estou chamando os nossos autistas... O indivíduo com TEA é teano. Registrei isso dez anos atrás nos cartórios de Brasília, mas com muito respeito, porque o autismo não aceita romantismo – não aceita!

Devo dizer a vocês que é muito comum – muito comum –, em todas as casas, em todos os domicílios, as nossas mães, principalmente as mães, porque, em 87% das famílias, quando recebem o diagnóstico, o marido vaza – vaza. Vaza por desconhecer o potencial do seu filho, vaza por falta de informação, por estar assim numa situação tão complexa, que deixa aquela mãezinha solo para o resto da vida, não é? Então, esse cuidado que a gente tem que ter com as mães, o cuidado de quem cuida é muito, muito importante, não é?

Eu gostaria também de fazer uma pequena homenagem à advogada Leticia Amaral, dirigente, Presidente do movimento de mães atípicas de Goiás e mãe da Mica. Muito obrigado, Dra. Leticia – muito obrigado.

Eu gostaria de chamar... Se me permite, eu tenho duas sugestões, duas folhinhas. Eu gostaria de chamar a querida jornalista e psicopedagoga, Presidente do Instituto Aquanautas, Ana Paula Rangel, por favor. (*Pausa.*)

Ela estava aqui.

Então, por favor, eu gostaria de que você lesse para mim, por favor.

A SRA. IZABETH FARIAS – Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, mesmo com poucos casos alarmantes de assassinatos de indivíduos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse? Não?

O SR. OSWALDO FREIRE DA FONSECA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – É o outro.

A SRA. IZABETH FARIAS – É outro?

O SR. OSWALDO FREIRE DA FONSECA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Esse, já estávamos discutindo aqui.

A SRA. IZABETH FARIAS – Ah, o.k. (*Pausa*.)

> Acredito que dados bem coletados, analisados e avaliados são bússola que guia a formulação de políticas públicas em prol da inclusão efetiva e da equidade adequada aos indivíduos com transtorno do espectro autista na sociedade contemporânea.
> Assim, a ausência de números precisos sobre os autistas dificulta a implantação e a implementação de políticas públicas suficientes e eficientes às especificidades deles. Cumprindo a Lei 13.861, de 2019, denominada Romeo Mion, filho do ativista Marcos Mion, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística inseriu, no Censo Demográfico de 2022, a importante pergunta: "Você já foi diagnosticado com autismo por algum profissional de saúde?".
> Creio que a adoção de políticas públicas baseadas em evidências propicia o planejamento de ações, dos recursos, da capacitação de profissionais, da disponibilidade de terapias, com o poder de transformar realidades e assegurar avanços sociais no país.
> Respeitosamente sugiro a V. Exa. um indicativo ao IBGE para que revele, ainda neste primeiro semestre, o número de indivíduos com TEA, teanos, como os trato com amorosidade e respeito, sem romantismo.
> Certo da vossa acolhida e compromisso com os direitos das pessoas com deficiência, coloco-me à disposição.
> Gratidão.
> Atenciosamente, Oswaldo Freire da Fonseca Júnior, pesquisador, palestrante e autor do livro *O Desafiante Mundo do Autista*, lançado no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutor. Recebo, e nós vamos dar encaminhamento.

O SR. OSWALDO FREIRE DA FONSECA JÚNIOR – Eu vou pedir à autista Advogada Larissa Argenta, Presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Autismo da OAB de Taguatinga, que, por favor, leia para mim – rapidíssimo, é bem breve.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode sentar à mesa e ligar o microfone.

O SR. OSWALDO FREIRE DA FONSECA JÚNIOR – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. LARISSA ARGENTA FERREIRA DE MELO (Para expor.) – Conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. LARISSA ARGENTA FERREIRA DE MELO – Gente, eu sei que já vem o adiantado da hora, mas entendam e respeitem esse espaço do Oswaldo, de querer que leiamos esta carta, porque ela é simbólica...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. LARISSA ARGENTA FERREIRA DE MELO – ... para o fechamento deste momento. Eu a leio na condição de pessoa autista, representando a pauta e falando sobre nós.

> Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.
> Mesmo com poucos casos alarmantes de assassinatos de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que vêm ocorrendo no próprio domicílio e em outros locais por múltiplos fatores, como falta de suporte, depressão severa, exaustão extrema, distúrbios mentais e outros, esse núcleo de familiares se encontra sem esperança de solução para exigentes respostas, que seriam indispensáveis para fornecer bem-estar e segurança aos seus filhos autistas e a eles mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que se faz necessário um esforço coordenado para enfrentar essa gravíssima questão de máxima urgência e relevância. Já escrevi três cartas nos últimos meses, com o mesmo título "Até quando?", que estão publicadas no meu Instagram: @oswaldofreiredafonseca.

Respeitosamente, venho à vossa presença para solicitar a criação de um grupo de estudos nessa notável Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para analisar as circunstâncias e as razões contributivas, bem como propor a ampliação de medidas preventivas e propostas eficazes a favor dos autistas. Esse GE poderá contar com os teanos, seus familiares, parlamentares, especialistas, universidades, representantes de movimentos, de ONGs e congêneres, autoridades responsáveis pela saúde mental, assistência social, segurança pública e outros.

Creio que a instalação desse grupo de estudo na CDH irá demonstrar, mais uma vez, o compromisso do Senado da República em buscar soluções para que tais episódios traumáticos não se repitam e que o direito das pessoas com TEA, os teanos – como trato com amorosidade e consideração, sem romantização –, e de suas famílias sejam efetivamente respeitados.

Agradeço a vossa atenção para com essa importantíssima questão humanitária.

Gratidão.

Atenciosamente, Oswaldo Freire da Fonseca Júnior, pesquisador, palestrante e autor do livro *O Desafiante Mundo do Autista*, lançado no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal.

Eu gostaria de fazer um complemento, na condição de pessoa autista. Eu tenho a honra de ser a biógrafa do Oswaldo, e em breve lançaremos a biografia contando a história desse homem fantástico, que dedicou a vida voluntariamente a estudar por nós e está aqui hoje – pediu esta audiência. Então, quero agradecer.

Nós enquanto comunidade autista, eu enquanto mulher adulta autista, que teve acesso ao tratamento, como o Bernardo, estou aqui para dizer que nós estamos ocupando os nossos espaços. Nós não vamos permitir retrocesso nessa legislação, nós não vamos permitir que nós não tenhamos local de fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, peço a vocês da Comissão que olhem também para o direito ao trabalho dos autistas, porque, quando nós saímos da faculdade, nós sofremos preconceito, capacitismo, invalidação da nossa condição.

Então, não se esqueçam dos adultos autistas, para que nós possamos ter a nossa família, o nosso emprego e viver com qualidade.

O BPC é importante quando é necessário, mas o nosso objetivo é garantir o direito ao trabalho. Parte do meu direito ao trabalho é estar fazendo este trabalho, ser biógrafa do Oswaldo, estar com vocês aqui no finalzinho da gestação já e agradecer a oportunidade de existir esta audiência pública.

Obrigada e me desculpe pelo avançado da hora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora, a senhora complementou assim de forma brilhante.

Sr. Oswaldo, o senhor dividiu o seu tempo com duas pessoas. O senhor foi brilhante e inteligente ao ter trazido duas pessoas para participar da sua fala e ter trazido um médico para a gente conhecer.

Olha, gente, quem tem uma pessoa com autismo na família está na causa porque a gente acaba se envolvendo, mas uma pessoa como o Sr. Oswaldo, que não tem ninguém na família com autismo, dedicar, na idade dele, 12 horas por dia de estudo à pauta, ele merece todo o nosso carinho...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Glória a Deus!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... todo o nosso carinho! Parabéns, Sr. Oswaldo! Obrigada por ter abrilhantado esta audiência e ter sido o autor intelectual desta audiência, porque o Senado hoje praticamente não faria nada, e ele disse assim "Alguma coisa tem que ser feita e é esta a Comissão, esta Comissão é a casa dos autistas". Muito obrigada por sua participação nesta audiência.

O SR. OSWALDO FREIRE DA FONSECA JÚNIOR – Muito obrigado. Gratidão, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada!

Na sequência, nós agora vamos ouvir, com muita ansiedade, o nosso querido Davi. Davi Leal Dias.

Davi, olhando para todo mundo com o microfone, seja bem-vindo! Nós queremos ouvi-lo com muito carinho.

O SR. DAVI LEAL DIAS (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde. O meu nome é Davi e eu tenho nove anos. Eu estou no quarto ano.

Eu queria estar aqui.

O meu sonho era conhecer a Senadora.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A mãe dele vai completar, a mãe do Davi.

A SRA. JOSY AILANE LEAL DIAS (Para expor.) – Boa tarde! É um prazer estar aqui hoje representando as mães atípicas e a causa autista. Eu quero falar aqui a respeito do nível 1, porque dizem assim: "Ah, o nível 1 nem é perceptível, nem tem cara de autista, nem parece ser autista...".

O meu filho é nível 1, mas a gente que convive todo dia, a gente sabe as lutas que a gente tem: a seletividade alimentar, a dificuldade em aprender... Aprende hoje, daqui a pouco, já esqueceu o que aprendeu. Então, o nível 1 não é fácil, não é leve, não é leve para quem convive. É difícil!

Eu não vou usar o meu poder de fala para romantizar o autismo, mas eu também quero dizer que, quando eu recebi o laudo do meu filho, para mim não foi um luto, não. Para mim foi libertador, porque, até então, a seletividade alimentar dele era considerada uma frescura por muitos. "Ah, porque a gente deixa comer besteira, ele não come porque não quer..." Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim. Então, para mim foi libertador receber o laudo dele, porque aí eu pude ir atrás do tratamento, pude ir bater nas portas.

Muitas se fecharam, porque, igual a Senadora falou, muitos pais aqui estão na fila de espera. Eu sou uma mãe que estou na fila de espera, já há mais de dois anos, e não fui chamada.

A gente corre atrás, paga como pode, consegue institutos para conseguir o acompanhamento do nosso filho e, assim, não é fácil, não, mas a gente está aqui para enfrentar, enfrentar, porque a gente ama, cuida, respeita; e a gente exige respeito!

Obrigada e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

Obrigada, Davi, por estar com a gente na mesa. Muito obrigada! Obrigada, mãe, você falou em nome das mães. Eu acho que esta mesa é de vocês, este espaço é de vocês. Muito obrigada!

Você é muito bonito, viu, Davi?

A SRA. JOSY AILANE LEAL DIAS – Eu quero muito agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, porque é uma oportunidade!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nada sobre vocês sem vocês. Esse é o lema desta Comissão. Muito obrigada, mãe, muito obrigada.

Gente, por falar em mãe, a mãe do Rafael está com a gente, e vocês não podem ir embora sem ver a exposição, as obras do Rafael. O Rafael é uma pessoa com autismo, inclusive ele traz aqui para mim que a arte dele também está em forma de ímã de geladeira. Quero agradecê-lo. Ela está aqui com a gente. A obra é linda.

O Rafael está com a gente também, não? Está só a mãe, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele está lá fora. Vocês vão lá tirar foto com o nosso artista, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos indo para o final da nossa audiência, mas eu queria fazer esta entrega desta arte do Rafael em forma de ímã.

Eu vi no Plenário um sacerdote. Eu acho que eu vi um sacerdote aqui.

Oh, gente, olha o nosso artista! Rafael, você é lindo, Rafael! Sua obra é linda, linda, linda, linda!

Obrigada.

Eu vi aqui que nós temos um padre conosco, o Padre Willames, da Paróquia Santa Mãe de Deus, e eu sei que tem um pastor também, que é o Pastor Edvaldo. Por que eu vou fazer a entrega deste presente que o Rafael me deu a dois sacerdotes? Pelo seguinte, a Igreja precisa ser mais inclusiva.

As famílias atípicas não estão tendo oportunidade de celebrar, de cultuar, de comungar, porque tem espaços religiosos – e eu falo isso por ser Pastora –, tem espaços religiosos que estão expulsando as crianças com autismo. O som é exagerado, as luzes são exageradas, há falta de acessibilidade... Eu conheço famílias com autismo que estão há seis meses sem ir para um templo, porque o templo não está pronto para recebê-las.

Então, eu quero entregar a um padre que é inclusivo, que tem um trabalho inclusivo, um dos presentes feito pelo Rafael, e ao Pastor Edvaldo, que coordena o movimento pela família atípica. Quero entregar aos dois sacerdotes que estão aqui este presente do Rafael, que foi dado a mim, eu quero repassar a dois sacerdotes inclusivos. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

É direito humano o culto. Que as religiões sejam mais inclusivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos indo para o final da nossa audiência. Nós vamos ouvir agora por vídeo, rapidinho, a Berenice Piana, que gostaria muito de estar conosco, mas hoje é um dia especial para ela. Imaginem quantos convites a nossa querida Berenice tem para participar de eventos neste dia no Brasil inteiro. Ela está mandando um recado para a nossa audiência. E, no final, nós temos uma surpresa. Vem aí uma surpresa, vocês aguardem.

Berenice Piana, nossa querida ativista.

A SRA. BERENICE PIANA (Para expor. *Por vídeo*.) – Olá, meu nome é Berenice Piana. Sou mãe de um jovem autista e também ativista da causa. Este vídeo é para agradecer, em primeiro lugar, à Senadora Damares, querida Damares, pelo convite que me fez. Honrada estou. Muito obrigada.

Quero cumprimentar também a Senadora Mara Gabrilli, que participou de todo o processo da aprovação da Lei Federal 12.764, a lei do autista no Brasil.

Incrivelmente, é aí que nós estamos hoje, na Comissão de Direitos Humanos, onde tudo começou. Foi o primeiro lugar onde eu dei entrada a esse processo todo para acontecer a lei, que hoje é a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista. Tudo começou na Comissão de Direitos Humanos.

Então, a minha luta foi inicialmente para que a lei fosse aprovada nessas Comissões, depois foi para a Câmara. Contei muito com o apoio de Mara Gabrilli, minha querida Senadora. Contei muito com o apoio de mães de todo o Brasil, então todas elas deveriam ser homenageadas hoje, primeiro por serem mãe de pessoas com autismo, coisa que não é fácil, e todas nós entendemos, mas também porque participaram bravamente comigo na manifestação em torno desta causa e na pressão para que esse projeto fosse colocado na pauta a tempo e a hora, para que fosse aprovado em cada Comissão. Todo aquele movimento criado em torno desse processo todo nos uniu bastante. Eu tenho certeza de que, juntas, todas nós hoje temos saudades daquele tempo, daquele ativismo genuíno e verdadeiro que todas vivenciamos.

Hoje o número de autistas aumentou muito no mundo inteiro. Eu quero, Damares, querida, com você, com Mara Gabrilli e todos os componentes da mesa, que eu cumprimento com todo o respeito, pedir que não desistam de nós, porque nós, as mães de autistas, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desistimos nunca. Mas, no dia 2 de abril, quando mais se fala em autismo no mundo, porque é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, não há como o meu coração não ficar apertado pensando naquela mãe, naquele pai, naquela família, naquela criança ou adulto com autismo que ainda não obteve tratamento ou educação adequados. Então, eu peço a todos vocês que se mobilizem para que todos tenham.

Hoje, aqui na minha cidade, também onde tudo começou, a Clínica-Escola do Autista é uma referência no país inteiro. E nós temos duas unidades da Clínica-Escola do Autista. Temos muito a fazer ainda e estamos caminhando para isso, para melhorar a vida de todos eles, mas a gente vai fazendo, todos os dias, o que nos cabe e o que é possível fazer.

Então, eu peço hoje a vocês queridos... Em primeiro lugar, agradeço muito, imensamente por todo o carinho e sinto muito não estar presente para abraçar cada uma de vocês. Damares, te agradeço muito pelo dia em que esteve aqui, comemorando os oito anos da nossa casa. Eu nunca vou me esquecer do abraço que você me deu, do carinho que eu recebi de você, da nossa Primeira-Dama na época, Michelle Bolsonaro, de todos os outros que participaram; do nosso prefeito, da nossa Primeira-Dama aqui do município. Então, eu tenho uma gratidão imensa por tudo que foi acontecendo nesse tempo, mas também preciso dizer a vocês que nós precisamos construir muito mais ainda. E a nossa força vem de uma frase que eu digo sempre e eu falei quando a lei finalmente foi sancionada aí em Brasília: jamais subestime o poder do amor de uma mãe; ele é a força mais poderosa do universo! É assim que nós somos, as mães de pessoas com necessidades especiais, mães atípicas.

Meus queridos, a todos vocês um grande abraço no coração de todos e caminhamos juntos ainda.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, gente, é demais ouvir Berenice. A lei tem o nome dela por tudo que ela fez nos bastidores para que tivéssemos uma lei específica para as pessoas com autismo. E essa mulher não para – não para! Ela é um orgulho, ela é uma inspiração, como todas as mães que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que hoje foi uma audiência de mãe, sem querer virou uma audiência de mãe. Muito obrigada. E a gente encerra essa audiência com uma mãe.

Não se esqueçam de visitar a exposição do nosso grande artista Rafael. A todas as mães: seus filhos podem ir muito além do que vocês podem imaginar. Rafael é um exemplo disso, como Davi, Bernardo, todos os que estão aqui.

E a gente vai agora ouvir mais uma mãe, a mãe Izabeth Farias – e a gente encerra com ela –, mãe de autista, que nos presenteará com uma surpresa. E a surpresa já está aqui na mesa.

A SRA. IZABETH FARIAS (Para expor.) – Boa tarde já – não é, gente? – a todos.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer à Senadora da Damares pelo convite. A equipe dela gentilmente me convidou. E eu fico muito feliz de ter essa oportunidade de fala nesse dia tão importante, que é o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo.

Eu sou mãe de dois meninos autistas, um de 14 anos, nível 1 de suporte, e um de 10 anos, nível 2 de suporte. Os desafios são muitos, mas o amor também é gigantesco e é por isso que a gente se levanta. Por mais difíceis que sejam as coisas, por mais complicadas e, às vezes, aparentemente intransponíveis as dificuldades, é por esse amor que a gente cai, mas a gente se levanta e a gente busca ajuda, a gente busca meios de reverter situações que nos parecem tão grandes que a gente se sente, às vezes, tão impotente diante de tantas dificuldades.

Bernardo, eu queria dizer para você que, enquanto eu ouvia você falar ali, eu ficava tão feliz porque o meu filho, até bem pouco tempo, era não verbal, e ele está começando a verbalizar, ele está começando a ter intenção comunicativa, e isso é maravilhoso. Ver esse progresso, gente, é uma coisa tão fantástica. E uma das coisas que ser mãe de autista ensina é que as pequenas evoluções do desenvolvimento de uma criança são tão lindas e parecem assim um verdadeiro milagre. Numa criança típica, é só o passar natural do tempo; numa criança com autismo, cada ganho na evolução é uma festa na família, sabe? Assim, isso é tão maravilhoso, poder ser grato por essas pequenas coisas, e são vocês que ensinam para a gente.

Enquanto você falava, estava se passando ali na minha mente o meu sonho. O meu sonho é um dia poder ver o meu filho se expressar, como você se expressou aqui. Eu sonho com isso há muito tempo, há muito tempo. Eu sonho, eu penso que vou um dia estar na plateia – e ele, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elias, acabou de entrar junto com o meu marido, o Sávio. Como ele é lindo! Eu fico até emocionada com a entrada dele –, como eu disse, o meu sonho é um dia, gente, estar na plateia e ver o Elias se expressar, Bernardo, como você se expressou. E eu acredito tanto nisso, gente. Isso me dá uma felicidade de ver você. Você, quando se expressa, mais do que comunica aquilo que você tem intenção de comunicar, você dá esperança para outras mães e outras crianças e jovens autistas.

Gente, hoje eu trouxe um poema. Além de ser mãe de autista, eu sou profissional da saúde, da ciência e tecnologia, eu sou analista em ciência e tecnologia, sou especialista em saúde coletiva e mestre em educação em ciências, mas recentemente me descobri poeta. E ano passado foi um *boom* de inspiração para escrever, escrevi mais de cem poemas e hoje estou prestes a publicar o meu livro de poesias.

Eu escrevi um poema, que vou recitar hoje, inspirada nos meus filhos, inspirada no sentimento, aquele sentimento que toda mãe, que todo pai tem de ter vontade de se transformar em duas gigantescas asas para protegê-los, mas, ao mesmo tempo, lembrando que a gente é educador e que, como educador, a gente precisa ensiná-los a viver por si, a ter autonomia, a ter sua própria expressão, seu próprio modo de ver o mundo. Então foi isso que me inspirou a escrever esse poema, com o qual tenho a honra de encerrar as atividades do dia.

Antes mesmo de recitar, eu só queria fazer menção a algo que é muito necessário, que são dados sobre a população autista, sobre as pessoas autistas no Brasil. Nós não temos, estamos esperando os dados do IBGE sobre quantos autistas nós temos no país. Mas, no dia 29, foi lançada uma pesquisa chamada Mapa Autismo Brasil, e eu quero convidar todos a acessá-lo. Se você colocar no Google mapaautismobrasil.com.br, você vai ter acesso a um formulário. Temos dois formulários, um para pessoas autistas maiores de 18 anos que podem responder sozinhas, podem responder por si, e outro quando a pessoa não consegue responder por si e um responsável vai responder por ela.

Essa pesquisa quer saber quem são as pessoas autistas, idade, sexo, acesso à saúde, à educação, a terapias, quais terapias realizam. Nós não temos esses dados. Eu poderia falar da minha experiência aqui, dos meus desafios pessoais e seria a minha história pessoal. Eu poderia falar que hoje estou com um caso na Justiça porque a Secretaria de Educação no GDF não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhece o estudo de caso feito com meu filho, que fala que ele precisa de uma classe especial, não reconhece e nega esse direito. Então, eu poderia falar isso, seria só o meu caso, a minha história pessoal. Com um levantamento nacional, a gente pode saber da realidade das pessoas autistas no país inteiro.

Gente, a amostra desse estudo está dividida por estado e está dividida por mesorregião. Então, ao final, nós teremos como saber o mapeamento da realidade da pessoa autista no país. Não deixem de acessar, não deixem de participar. Você que é autista ou que tem uma pessoa na família responda ao questionário. Ele vai estar disponível até o dia 30 de abril, então, durante todo este mês estará disponível.

Eu quero agradecer e então finalizar com um poema que escrevi, que se chama Essencial:

Quero ser concha, acalanto, alimento para você.
Quero ser voz, fogo, comando a te encorajar.
Quero ser inspiração, sabedoria, visão estratégica, radar para te orientar.
Quero ser base, instrução, farol para te iluminar.
Quero ser presença e também ausência, na medida certa, para te deixar ser por si.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Proibido chorar!

Nós chegamos, com essa linda poesia, esse lindo poema, ao final de nossa audiência. O poema vai estar disponível no *site* da Comissão, vocês poderão baixar. E, se alguém, alguma criança com autismo declamar esse poema, manda para gente postar também; alguma outra mãe, mande.

Parabéns, você trouxe sensibilidade, a mensagem é forte.

E eu agradeço a presença de todos.

Eu quero que, no próximo ano, o Senado inteiro pare, todos os Senadores parem tudo para ver o Elias, para ver o Daniel, para ver o Bernardo, para ver vocês, mães, e para nos ouvir. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero que, no ano que vem, todos os Poderes parem. Eu quero que o Brasil pare no ano que vem nesse dia.

E eu quero mandar um recado para os Prefeitos, porque eu recebo Prefeitos toda hora no meu gabinete que falam assim: "Eu estou com um grande problema no meu município: aumentou o número de crianças com autismo". Prefeitos, não é problema, é desafio. Prefeito, não é peso, é desafio. Essas crianças podem muito, essas crianças serão Prefeitos daqui a alguns anos, serão Prefeitas, serão Deputados, serão Senadores, serão Presidente da República. Hein, Bernardo, por que não? É nisso que eu acredito.

Agradeço a todos vocês.

Nós temos aqui também o Vereador Marcus Viana, de Formosa, obrigada, Vereador; a Vereadora Kátia Carvalho, de Jataí, muitas autoridades passaram aqui. Obrigada, se está aqui é porque tem interesse na pauta. Deus te abençoe na sua cidade.

Muitas instituições, eu não vou citar o nome, mas, na pessoa da Andréa, da UNA, que está ali, ela chorou a audiência toda porque queria falar, queria questionar, queria falar com o Secretário da Saúde: "Eu quero falar!"

Eu disse: Calma, Andréa, para, calma, agora não! A Andréa é Presidente da UNA, uma instituição que avançou, saiu de Brasília, já está no Brasil inteiro, com canoagem – Andréa é cadeirante –, e ela está encontrando no esporte uma forma de acolher as crianças com autismo e o resultado tem sido extraordinário. Obrigada por sua entrega, obrigada por seu trabalho. Todos que estão aqui, obrigada.

Nós colocamos na história do Senado que este dia foi celebrado na Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigada.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta sessão, esta audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e onze minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Ciclo debates sobre: "Os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras". Participantes: Claudio Drewes José de Siqueira, Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 1ª Região; Valdenize Tiziani, Diretora Executiva do Hospital da Criança de Brasília José Alencar; Santusa Pereira Santana, Presidente do Instituto DNA Saúde; Eduardo Nunes Queiroz, Defensor Público Federal; Dra. Maria Teresinha de Oliveira Cardoso, Médica especialista em Genética Clínica, Coordenadora da Sociedade Brasileira de Genética Médica da Região do Centro-Oeste e Professora do Curso de Medicina da Universidade Católica de Brasília (UCB); Natan Monsores, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Lauda Santos, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras - FEBRARARAS; Gabriel Yamin, Líder do Movimento #somosTODOSgigantes; Adriana Vilas Boas, Ex-coordenadora de doenças raras do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pessoa rara, mãe de rara e filha de pai raro; Jaqueline de Araújo Silva, Mãe do Isaac Bruno Passos Araújo Silva, diagnosticado aos 10 anos com Adrenoleucodistrofia; e Dr. Salvatore Rinaldi, Instituto Fontani na Itália. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/07

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 15, de 2025, de minha autoria, para a realização do ciclo de debates sobre "Os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras".

Eu acho que todos os senhores entenderam "ciclo de debates". Então, doutor, nós teremos aqui uma série de debates sobre pessoas com deficiências e doenças raras à luz dos direitos humanos. Nós estamos sempre brigando lá na CAS, na Comissão de Assuntos Sociais, na comissão de saúde, mas aqui nós vamos trabalhar sob a luz dos direitos humanos, sob a luz dos direitos, não só do paciente como da família. Então é um ciclo, e a gente inaugura hoje o primeiro... nós inauguramos hoje o ciclo com o primeiro debate. E por que no mês de abril? O mês da saúde, o mês destinado à saúde.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Essa ligação é gratuita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer duas mesas. A primeira mesa é composta pelos seguintes expositores, em que cada um terá dez minutos. Nós temos um cronômetro lá atrás para os nossos expositores da mesa acompanharem, e nós vamos soar a campainha para quem estiver *online*. São dez minutos, mas eu sou extremamente generosa. A Comissão fica brava comigo, o Secretário fica bravo, mas eu sou extremamente generosa. Se precisar passar de dez minutos, eu acho que o tema é tão delicado, a gente ficar limitando minutos para a gente debater direitos eu acho extremamente complicado. Mas a gente vai tentar se manter no prazo, porque nós temos dez oradores. São duas mesas de cinco oradores cada uma.

A primeira mesa eu convido para se compor, e já está conosco o Dr. Claudio Drewes José de Siqueira, Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Um companheiro, um amigo já de alguns anos, parceiro na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, um profissional que nos inspira e que, quando a gente está querendo desistir, o Dr. Claudio vem, puxa a orelha da gente e fala "não desista, vamos embora, temos muito pra fazer". Dr. Claudio, seja muito bem-vindo, é uma alegria recebê-lo nesta Comissão.

Convido para compor a mesa a Sra. Valdenize Tiziani, Diretora Executiva do Hospital da Criança de Brasília José Alencar. Que prazer, Doutora, que prazer. Uma honra recebê-la conosco – essa mulher que Brasília ama, o Brasil ama, as crianças amam. É uma honra tê-la conosco. Obrigada por tudo que a senhora está fazendo pelas nossas crianças em Brasília e do Brasil, porque a gente sabe que são crianças do Brasil inteiro que são cuidadas por vocês.

Está conosco também – e eu convido para compor a mesa – a Sra. Santusa P. Santana, Presidente do Instituto DNA Saúde, outra guerreira, que agora está com uma missão nacional comigo de motivar todos os Prefeitos, Vereadores, Prefeitas que foram eleitos a terem, em seus municípios, ações voltadas para as pessoas com doenças raras.

Dr. Claudio, nós tivemos um treinamento recente, há duas semanas, com mais de 700 Vereadoras, Prefeitas e Vice-Prefeitas eleitas só do meu partido, e a Dra. Santusa apresentou para elas 50 ações que as nossas Prefeitas podem fazer nos seus municípios, 50 ações práticas, para as pessoas com doenças raras, para as famílias atípicas, para as pessoas com deficiência. E o nosso objetivo, Doutora, é que nenhuma criança com doença rara, com autismo, com deficiência, com nanismo, Gabriel, nesses municípios, fique para trás. E quem está nos assistindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

online e ouviu esta minha fala, se quiser depois conhecer as ações da Dra. Santusa, vá lá às redes sociais do Instituto DNA Saúde. Nós queremos fazer uma revolução lá no município, porque é lá onde as crianças estão, é lá no município, uma revolução para cuidar das crianças com doenças raras, dos adultos com doenças raras, dos adultos com autismo, das crianças com autismo, das pessoas com deficiência.

Inclusive, Santusa, eu recebi, final de semana, um monte de mensagem de Vereadoras dizendo o seguinte: nunca na minha cidade tinha acontecido uma marcha com as famílias das crianças com autismo, uma marcha, uma caminhada, um evento. Aí teve uma que escreveu assim: "Senadora, o Executivo não foi, nem o Prefeito, nem o Vice-Prefeito, nem o Secretário de Saúde, nem o Secretário de Educação, mas eu fiz, lá na Câmara, o primeiro debate na Câmara desta cidade, uma cidade pequenininha, o primeiro debate sobre os direitos das pessoas com doenças raras". Obrigada, Santusa, por estar nos ajudando. Depois, vocês conversem com ela, levem para os seus municípios as 50 ações práticas para na ponta cuidar das pessoas com doenças raras.

Convido para compor a mesa o Sr. Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Público Federal, representante da Defensoria Pública da União, nossa Defensoria, que tem sido a porta da busca das oportunidades para tantas pessoas no Brasil. Obrigada, Dr. Eduardo, obrigada. Obrigada por tudo que a Defensoria está fazendo. E eu tive o cuidado de não colocar o senhor ao lado do Ministério da Saúde, exatamente para o senhor não brigar com o Ministério da Saúde (*Risos.*) , mas pode ficar ao lado do Dr. Claudio, porque vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ficar ao lado do Dr. Claudio, Dr. Claudio é parceiro na luta. Muito bem-vindo.

Agora, nós temos algumas pessoas *online*, e eu quero dizer que, desde que nós anunciamos esta audiência, nós estamos recebendo perguntas do Brasil inteiro, participações e comentários por meio da internet. E, à medida que a gente for conduzindo, nós vamos também registrando as perguntas que já chegaram, as que estão chegando. E nós vamos registrando também a presença e a participação das instituições que estão conosco aqui no plenário.

Sejam todos muito bem-vindos e obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu sei que nós temos aqui na mesa pessoas que estão com a agenda muito cheia hoje. Nós vamos fazer o seguinte: depois da exposição, os senhores que precisarem sair, fiquem à vontade, mas seria bom ficar até o final, porque, às vezes, surge uma pergunta, uma dúvida. E uma outra informação também aos nossos expositores: se chegar um Senador, ele pode requerer a palavra a qualquer momento, então a gente não deixa o Senador para falar por último, depois das exposições; a gente pode intercalar a fala dos senhores com a fala dos Senadores, e eles podem entrar *online* também.

Vamos começar o nosso debate – por dez minutos, mas eu sou generosa – com o Dr. Cláudio Drewes José de Siqueira, Procurador Regional da República, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Muito bem-vindo, Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senadora, muito honrado em representar aqui o Ministério Público Federal numa causa tão importante. Gostaria de, na pessoa da senhora, cumprimentar toda a mesa e cumprimentar todos também que estão aqui, senhoras e senhores, e dos guerreiros que estão aqui prestigiando essa discussão muito importante.

Quando recebi o convite, na hora eu fiquei muito encantado pela temática, porque eu sei que é um tema muito caro, doenças raras são inúmeras, hoje a gente não consegue dimensionar a quantidade, que são vários casos, todos de grande importância, e, é claro, tem doenças raras que ocasionam uma condição de deficiência, ou seja, em que a gente tem que aliar o conceito de doenças raras ao conceito de deficiência, que é o da Lei Brasileira de Inclusão. Então, não basta ter uma doença rara, mas tem que se enquadrar no conceito universal dado pela Lei Brasileira de Inclusão, que trouxe a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para que a gente possa compreender que aquela doença é uma deficiência, que, a partir do impedimento, com a interação com as barreiras e a limitação da participação, é que nós veremos que, efetivamente, aquela doença compromete a qualidade de vida daquela pessoa, a dignidade de participação dela no âmbito social, dela e da sua família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acho que é uma temática – desculpa que eu tenho muitos espaços –, mas é uma temática que é muito cara à sociedade, e o início dos debates me deixa muito alvissareiro, porque nós temos que efetivamente ter um olhar especial para essas inúmeras doenças raras, que mexem com a sociedade como um todo: a infraestrutura social, econômica, parte de saúde, assistência social, então nós temos que ter um cuidado, o Estado tem que ter um cuidado, o Ministério Público tem que ter um cuidado, a Defensoria Pública tem que ter um cuidado, ou seja, todos os Poderes e a sociedade civil também tem que ter um carinho especial.

E a temática, vemos que, Senadora, as pessoas com deficiência são pessoas vulneráveis, no âmbito social, e são pessoas que precisam ter a presença enaltecida, para que a pessoa com deficiência seja colocada em destaque nessa sociedade, porque a pessoa com deficiência agrega à sociedade. Por que ela agrega? Com a deficiência dela, ela permite que o ambiente aprenda com ela. Se você coloca uma criança com deficiência numa sala de aula, os outros colegas vão aprender a lidar com aquela condição, vão saber lidar com aquela condição e acolher aquela pessoa. Então, uma pessoa com deficiência sempre vai agregar, seja com uma rampa, que vai mudar o ambiente, o espaço social, como também com a forma de agir daquela pessoa em relação às outras pessoas.

Então, Excelência, eu fico muito embevecido e muito honrado de poder compor aqui o início dos debates, até porque nós temos aqui o art. 5º da Lei Brasileira da Inclusão, que fala que toda pessoa com deficiência tem que ser protegida de qualquer violência, e a temática...

Deixe-me tirar os óculos, por favor. Desculpa. A gente tem que tirar óculos para ler, põe óculos para falar; a idade vai chegando. Só um pouquinho; mais um pouquinho.

O art. 5 º diz...

Eu vou só mais, mais, mais um pouco.

Desculpa. Só um pouco, desce, mais.

Aqui, art. 5º da Lei Brasileira de Inclusão: "A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante". Esse é um artigo fundamental nessa lei, porque mostra a importância e o cuidado que deve ter a sociedade com as pessoas com deficiência. Não só o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público, nem a Defensoria Pública, mas todas as pessoas na sociedade devem se preocupar com isso. Tanto é que – só mais um pouco – o art. 8º enaltece bem essa posição, porque diz:

> É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e [...] outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Peço desculpas por ter lido, porque eu entendo que é um artigo fundamental, que tem que ser de conhecimento de todos, principalmente de quem não lida na prática jurídica. Então, entendo que o papel do Ministério Público e da Defensoria Pública é trazer esse esclarecimento. Esses dois artigos, o 5º e o 8º, são fundamentais para a pessoa com deficiência.

Então, entendo que esse debate, Excelência, Senadora, é muito rico e nós temos... eu tenho a manhã, o dia todo para ficar aqui, para a gente debater ao máximo e sempre poder colher ao máximo.

Sinto-me muito honrado; muito obrigado, e vou tentar aproveitar meus três minutos depois, para usar em outra ocasião.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Cláudio.

Dr. Cláudio, o senhor na verdade leu para nós uma poesia. Eu estava aqui rindo com o Dr. Eduardo Nunes, e como é lindo no papel, né, Doutoras? Como é lindo, como os nossos direitos são lindos no papel! Que beleza, Doutor! O senhor leu uma poesia para os nossos ouvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vai continuar esse debate, nós vamos continuar, mas nós nos esquecemos de fazer a nossa audiodescrição. Deixem-me fazer a audiodescrição, já que a mesa está posta, né? Está toda composta aqui.

Eu sou uma mulher branca, de pele clara, cabelo meio dourado – eu tenho que falar meio dourado porque eu fiz uma transformação, e as pessoas que ouvem a minha audiodescrição agora ficam na dúvida, mas foi uma transformação. Eu estou vestida com uma roupa preta, estou com brincos e um colar dourado. Eu estou com o rosto inchado porque eu fiz um procedimento, o meu rosto está enorme, e as pessoas estão olhando para mim um pouquinho assustadas. Eu estou sentada numa mesa de madeira, e do meu lado direito está o Dr. Eduardo; e ao lado dele, o Dr. Cláudio, que já falou. Ambos estão de ternos escuros. E ao lado do Dr. Cláudio está a pessoa que o apoia no trabalho, a pessoa que cuida dele, que o apoia, segurando o microfone, ajudando com a cadeira. À minha esquerda está a Dr. Valdenize, do Hospital da Criança; e ao lado dela, a Dra. Santusa. A Dra. Valdenize está com uma roupa linda, uma cor maravilhosa, que eu vou chamar essa cor de coral, mas não tenho certeza se é coral. E a nossa querida Santusa está com *blazer* verde-escuro. A Santusa usa óculos; e a Dra. Valdenize, não. Essa é a nossa audiodescrição.

Sejam todos bem-vindos!

E quem está sentado na nossa frente, no nosso plenário, estão todos com um olhar com muita alegria e com muita expectativa. Hoje é dia de expectativa, hoje é dia de alegria. O Senado Federal está parando tudo para debater direitos das pessoas com deficiência e pessoas com doenças raras.

Dr. Cláudio, com certeza nós vamos ainda usar os seus três minutos, mas eu precisava muito destacar o papel do jovem que lhe apoia. Como é o nome dele?

O SR. CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Davi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Davi. Eu já estive com o Davi na última vez que estivemos juntos.

Se Davi não estivesse ao lado de Dr. Cláudio neste momento, o Dr. Cláudio não teria conseguido ler o artigo e não teria conseguido posicionar o microfone na altura em que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisava. E nem estaria aqui. Assim é com a nossa querida Senadora Mara e com tantos outros, com tantos outros profissionais com deficiência ou doença rara que ascendem, mas não podem chegar sozinhos. E aqui, Doutor, a presença do Davi nos leva a refletir sobre o trabalho apoiado, sobre o apoio aos senhores e às senhoras que precisam, e sobre o projeto que patina há anos nesta Casa, Doutor. A gente vai ter que tomar uma decisão, a gente vai ter que rever isso.

Tem muita gente que pergunta assim: "Mas se isso é tão simples, se isso é tão fácil...?". Não é, e ouso dizer para vocês que o *lobby* contrário é muito grande, e o senhor sabe disso, Dr. Cláudio. Nós temos empresas que questionam: "Então, na hora em que contratar um, vou ter que contratar dois?".

Nós temos instituições que questionam: "Quem vai formar o cuidador? Nós queremos ser os formadores desse profissional de apoio". Vocês não têm ideia de como é difícil essa discussão. Mas acho que um encaminhamento que nós poderíamos levar desta audiência, tirar desta audiência é pedir a urgência da discussão da matéria na Câmara e no Senado. Mas pedir a urgência e todos nós acompanharmos esse debate. Seja bem-vindo, Davi, que alegria tê-lo conosco nesta audiência. Você sabe o quanto você está, com o seu trabalho, contribuindo para um debate desse nível dos direitos das pessoas com doenças raras e das pessoas com deficiência. Sinta-se parte deste debate. Você é importante neste debate, com o seu trabalho, apoiando o Dr. Cláudio.

Eu acho que o Davi merece palmas, não é, gente? (*Palmas.*)

Na sequência, vamos ouvir a Diretora Executiva do Hospital da Criança de Brasília, Dra. Valdenize Tiziani.

Muito bem-vinda. Dez minutos, mas eu serei generosa.

A SRA. VALDENIZE TIZIANI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, pelo convite. É uma honra estar aqui hoje. Na sua pessoa eu cumprimento toda mesa e cumprimento também toda a audiência. É um prazer e uma honra estar aqui hoje. Eu acho que essa iniciativa é de extrema importância e temos muito trabalho pela frente, não é, Senadora?

Então, eu gostaria de projetar os eslaides, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai passar? Por favor, então, pode ir passando um rapidinho aí.

Eu preparei uma apresentação, primeiro, para a gente falar rapidamente sobre doenças raras, sobre as políticas públicas e os direitos, os desafios para prover os direitos, desafios para os pacientes e familiares e a experiência do Hospital da Criança de Brasília José Alencar no que diz respeito a prover esses direitos: acesso, qualidade, assistência especializada, pesquisa translacional, pesquisa clínica e experiência do usuário.

O conceito de doenças raras: são aquelas que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos ou uma pessoa a cada 2 mil indivíduos. Afetam 13 milhões de pessoas no Brasil. Destas, 70% são crianças, ou seja, a doença se manifesta ainda no período da infância.

São descritas aproximadamente 8 mil doenças raras, mas temos aí por volta de 300 novas doenças descritas por ano – na verdade, não sabemos quantas temos, porque todos os dias nos deparamos com novas descrições –; 80% decorrem de fatores genéticos e 30% das pessoas com doença rara morrem com menos de cinco anos.

Eu vou destacar aqui o direito aos cuidados de saúde, entre outros. Então, em termos de saúde, essas pessoas têm o direito ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado, ao atendimento por profissionais especializados, ao acesso a medicamentos, dispositivos médicos e tecnologias do SUS, e ao cuidado integral nas suas necessidades físicas e biopsicossociais.

A ONU, em 2015, nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, trouxe saúde e bem-estar como um dos objetivos em que preconiza, como disse o Procurador, que ninguém será deixado para trás.

Próximo.

Em 2021, inclusive por uma participação importante do Brasil, tivemos essa resolução que reconhece a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, incluindo os 300 milhões de pessoas que vivem com uma doença rara em todo o mundo. Esses marcos são importantes para que a gente possa realmente ter isso como políticas em nível internacional. No Brasil, então, em 2014, nós tivemos instituída a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, e foram aprovadas também as respectivas diretrizes para o SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são os desafios para se prover esses direitos em saúde? Primeiro, as doenças raras são doenças com risco de vida, são complexas, causam deficiência e são doenças crônicas e debilitantes. Então, é um problema complexo para o qual nós não temos soluções fáceis, são sempre soluções complexas.

O outro fator importante é a invisibilidade. Por que a invisibilidade? Porque faltam registros de doenças raras. Nós não dispomos de números, nós não entendemos realmente o que é a demanda. Então, como é que nós podemos fazer política se nós não conhecemos de fato a realidade? Eu falo isso até pelo Hospital da Criança, e eu vou falar daqui a pouquinho como é que essa demanda se apresenta para nós. Devido à baixa prevalência de cada doença, o conhecimento é muito limitado, a *expertise* médica é escassa, o acesso a cuidados adequados é insuficiente e há poucos esforços de pesquisa.

Em relação às opções de tratamento, apenas 5% das doenças raras têm tratamento, e elas consistem também num fardo psicossocial para a família: primeiro, o impacto da notícia; segundo, a falta de cuidado coordenado e integrado. A rede pública não dispõe de mecanismos integrados e é muito fragmentada. Então, é uma verdadeira odisseia para essa família.

Impactos financeiros e sociais. As famílias, que em sua grande maioria são de baixa renda, enfrentam, além de todas as suas questões sociais, uma necessidade de cuidar de uma pessoa com uma doença rara, que é extremamente demandante e que muitas vezes, inclusive, desestabiliza a estrutura familiar.

Os desafios para o sistema de saúde. Primeiro, a porta de entrada no sistema não está preparada para a suspeita diagnóstica. Quando nós falamos da atenção primária, nós lidamos com isso no cotidiano, nós sabemos que a atenção primária não tem capacitação para fazer a suspeita diagnóstica dos casos de doenças raras. Isso contribui para que essa pessoa fique peregrinando em busca de um atendimento que realmente feche o diagnóstico dessa criança. Ela tem sinais, tem sintomas, mas ela não encontra quem lhe dê realmente um diagnóstico.

Nós temos carência de centros de referência multidisciplinares – porque precisa ser multidisciplinar para que a gente realmente tenha um diagnóstico qualificado – que estejam geograficamente distribuídos. Então, nós estamos em Brasília; a Região Norte praticamente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem nada; a Região Nordeste, grande parte, migra para cá; e eu não vou falar do Sul e Sudeste, que é mais bem resolvido.

Diagnóstico tardio resulta no agravamento dos sintomas. Quanto mais a gente demora para fazer um diagnóstico preciso, mais nós vamos demorar para entender qual é a necessidade específica daquela criança e mais nós vamos demorar para começar a tratar. E as consequências vão se instalando.

Número limitado de especialistas para fazer o diagnóstico e tratamento, inclusive nos centros de referência.

Próximo, por favor.

E os desafios para os pacientes e familiares? Não há clareza quanto ao itinerário a ser percorrido para buscar atenção no sistema de saúde. Ninguém sabe. Você vai ao posto de saúde, você vai à UBS, você vai, enfim, a um hospital regional e você não sabe. Ninguém sabe dizer para onde você tem que ir, que caminho você tem que perseguir. Para muitos pacientes, as condições financeiras, clínicas e outros fatores impossibilitam, inclusive, o seu deslocamento para conseguir um especialista. Essa é a realidade que a gente vive todos os dias.

Falta de informação e conhecimento sobre a sua própria condição. Ele não encontra também conhecimento confiável. Vai para a internet, lê um monte de informação lá, às vezes, muito desqualificadas, e essa pessoa também fica sem ter uma fonte segura para se informar sobre a sua condição.

Outro aspecto que me parece muito importante é que não existem organizações de apoio para todos os pacientes com doenças raras, não é? São muitas doenças, tem muitas associações bastante atuantes em diferentes segmentos, mas claro que nós não alcançamos a necessidade de todas as pessoas.

Por favor.

A literatura cita que a prática leva à perfeição. O que significa isso? Que os centros de excelência que concentram elevado número de casos – no caso, aqui, nós estamos falando de hospitais especializados; é desse lugar que eu me posiciono – levam a melhores desfechos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clínicos. Por quê? Porque existe uma curva de aprendizagem das equipes. Ela não vai tratar um caso de AME, ela vai tratar, por exemplo, dezenas de casos de AME; ela não vai tratar um caso de Duchenne, ela vai tratar dezenas de casos de Duchenne, e assim por diante. Assim, essa equipe vai construindo conhecimento, experiência e um conhecimento coletivo de equipe para tratar essas pessoas. Isso é completamente diferente de ter profissionais isolados que vão tratar de forma fragmentada um paciente com uma condição dessas.

Próximo, por favor.

E, nesse contexto...

Eu vou pedir licença para me estender, Senadora, porque acho que não vou cumprir em 15 minutos.

Surge aqui em Brasília um modelo que me parece inspirador, que é o Hospital da Criança de Brasília. E como o Hospital da Criança surgiu? Ele surgiu da iniciativa de pais de crianças com câncer e de médicos profissionais da rede pública de saúde que atuavam no Hospital de Base, o maior hospital público do Distrito Federal, que abrigava, no sétimo andar, a área de pediatria especializada. Isso foi há 40 anos, mais ou menos, na década de 80.

E o que estava acontecendo na década de 80? Isso tem tudo a ver com o nosso tema das doenças raras. Até então, a pediatria cuidava, essencialmente, das doenças como diarreia, infecção de garganta, sarampo. Essa era a prática até mais ou menos o início dos anos 80. Então, não havia subespecialidade pediátrica, só que o conhecimento científico foi avançando e, com o avanço do conhecimento científico, foi aparecendo a possibilidade de tratar esses pacientes e, assim, houve a subespecialização da pediatria nos diferentes ramos: oncologia, gastroenterologia, neurologia pediátrica, etc., etc. Então, o Hospital da Criança surge nesse contexto. Essas famílias queriam um lugar em que essas crianças pudessem ser atendidas como crianças, na sua dignidade e na sua integralidade.

Próximo, por favor.

Ele surge, então, para assegurar esses direitos de entregar à criança um atendimento médico de qualidade e tratando a criança como criança. Então, hoje temos 210 leitos, 56 leitos de UTI pediátrica e o nosso propósito: acesso às crianças com doenças raras ao diagnóstico em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo oportuno e a terapias adequadas num centro especializado que reúne tudo aquilo que eu acabei de falar, pessoas que se dedicam a isso 24 horas, buscando a excelência na investigação diagnóstica e no tratamento, organizado em linhas de cuidado, empregando as melhores evidências e primando pelo cuidado centrado na criança e na família.

Próximo, por favor.

Temos aí certificados de excelência. Somos 100% SUS – próximo –, considerados um dos melhores hospitais públicos do Brasil.

Próximo.

Tivemos a visita da Organização Mundial da Saúde, que queria que esse hospital se tornasse modelo para o mundo.

Próximo.

E como é o acesso a esse hospital? Primeiro, ele recebe os pacientes em admissão em programas no HCB da triagem neonatal. O Distrito Federal tem um dos melhores programas de triagem neonatal, são 62 condições que são triadas, e, aí, várias dessas condições são atendidas no Hospital da Criança. Então, nesse caso, a criança tem um trânsito direto para começar o seu tratamento e o acesso às especialidades pelos sistemas de regulação: Sisreg, Sisleitos, etc.

Próximo.

Quais são, então, as premissas? Atenção centrada na criança, que não é um adulto em miniatura, então, ela precisa ser tratada como criança, a biologia é diferente, as necessidades são diferentes; atenção baseada na melhor evidência científica; pesquisa como instrumento da qualificação da assistência; investigação de doenças de difícil diagnóstico, visando compreender o mecanismo da doença a partir da identificação de fatores genéticos, ambientais e do desenvolvimento; acesso a medicamentos e terapias inovadoras, de acordo com Anvisa, Conep e Ministério da Saúde; cooperação interinstitucional visando o avanço do conhecimento e o melhor diagnóstico possível.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos 27 especialidades pediátricas, entre as matriciais, as de apoio e assistência complementar essencial. E quase tudo que nós atendemos no Hospital da Criança é doença rara.

Próximo, por favor.

Aí, só para dar alguns exemplos do que a gente recebe da triagem neonatal, em 2024, esses são os números. Isso só os confirmados – próximo –, sem contar todos que nós avaliamos.

Doença falciforme no Brasil não é doença rara, porque é muito prevalente, mas, no resto do mundo, ela é. Então, esses números também são impressionantes.

Por favor, o próximo.

Aí, alguns exemplos de números de doenças raras de origem genética. Nós temos um grande número de pacientes nos três eixos das doenças raras.

Por favor.

A mesma coisa com as infusões. Isso também dá um exemplo. Isso só no ambulatório, no hospital-dia. Aí o número de sessões de infusões que nós fazemos de imunoglobulina, enzimas de mucopolissacaridose, pulsoterapia, doença de Crohn, etc.

Próximo.

Temos um laboratório de pesquisa translacional.

Próximo.

E nós temos que fazer o diagnóstico molecular, para que a gente consiga oferecer medicina de precisão. Não dá para tratar essas doenças se a gente não tiver diagnóstico preciso.

Próximo.

Isso é feito numa integração completa com a área clínica. Temos todas essas bancadas, que permitem um diagnóstico abrangente, preciso e seguro.

A equipe é composta mais por doutores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos agora o sequenciamento de nova geração, que conseguimos com recursos de programa do Ministério da Saúde.

Próximo. Pode passar mais rapidinho.

E aí eu cito um exemplo dos erros inatos da imunidade, como que uma estrutura como essa pode fazer a diferença. Muitos devem lembrar o menino da bolha da década de 70. Então, já em 2020 – próximo, por favor –, essas crianças nascem sem nenhum anticorpo. Nós fizemos o transplante de células-tronco, e essa criança foi salva, curada.

Próximo, por favor.

Aqui, já com teste do pezinho alterado.

Próximo.

Um outro caso: em 29 dias, nós tivemos a primeira consulta.

Próximo.

Quando chegou para a gente, em dois dias nós tínhamos os testes confirmatórios, moleculares e citometria.

Próximo.

E, em 51 dias, o transplante de células-tronco, curando essa criança.

Então, esse é o primeiro caso no SUS. É um SUS maravilhoso, que dá certo. E isso é padrão ouro internacional. Então, essas crianças precisam ser transplantadas em menos de 120 dias.

Próximo, por gentileza.

Estamos incorporando, o tempo todo, novos exames. Por exemplo, nos transplantes, quanto ao quimerismo global, é o único centro do SUS a fazer esse exame.

Próximo.

Temos um núcleo de pesquisa clínica para incorporar novos medicamentos.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazemos o gerenciamento de dados. Eu falei para vocês que sem dados a gente não consegue fazer política, não conseguimos fazer planejamento.

Próximo.

Então, nós estamos monitorando 18 bancos de dados de câncer – desculpe, volte um minutinho – e da triagem neonatal. São 219 casos novos só dessas condições e são 3.418 variáveis que nós estamos monitorando nesses bancos de dados.

Próximo.

Só para informar, quanto às imunodeficiências congênitas, nós somos o hospital que mais registra no Registro Latino-Americano de Imunodeficiência, simplesmente porque nós fazemos os diagnósticos precisos.

Temos parceria com esses hospitais no mundo para que a gente consiga estar na fronteira do conhecimento.

Próximo.

Pode passar, pode passar até o final, e eu vou encerrar por aí.

Muito obrigada, eu acho que isso era o mais importante.

Desculpe por prolongar a minha apresentação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, eu só lamento a sua modéstia, quando a senhora diz que o Hospital da Criança de Brasília é um dos melhores do Brasil. Olhe as imagens, gente. Não é não; ele é um dos melhores do mundo. Nós temos o maior orgulho do Hospital da Criança – o maior orgulho. Quem não conhece visite. Inclusive eu estava pensando, doutora, em fazer a nossa próxima audiência no auditório do hospital para a gente levar...

A SRA. VALDENIZE TIZIANI (*Fora do microfone.*) – Será um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... os Parlamentares. Muitos Parlamentares não conhecem o Hospital da Criança, esse modelo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão bem-sucedida, diga-se de passagem, como vocês chegaram tão longe e o que vocês estão entregando para o Brasil.

Eu vou conceder a palavra – ela levantou a mão... Mas nós vamos fazer a sessão só para ela agora, está certo?

Pois não. A senhora se identifique.

A SRA. MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Obrigada pela palavra.

Eu sou a Dra. Maria Teresinha de Oliveira Cardoso, geneticista da Rede Hospitalar do Distrito Federal e da Universidade Católica de Brasília. Eu fui a fundadora do Centro de Referência em Doenças Raras de Brasília, então eu queria fazer uma correção na palavra da Dra. Valdenize – é uma defesa ao SUS.

Em 2013, eu fui nomeada Coordenadora das Doenças Raras do Distrito Federal e, em 2016, o nosso Centro de Referência em Doenças Raras no Hospital de Apoio de Brasília foi credenciado como Centro de Doenças Raras, onde hoje tem 18 geneticistas especializados em doenças raras, com equipe multiprofissional atendendo de segunda a sexta, manhã e tarde, estamos fazendo todas as triagens do Brasil, é o único centro que faz 62 doenças tratáveis, e todas as crianças que a Dra. Valdenize citou são vindas do diagnóstico de triagem neonatal ampliada do Distrito Federal. Entendeu? Então, ela não citou o nosso, e eu gostaria que ela tivesse citado, porque isso é uma deferência ao hospital, que envia a vocês os pacientes que nós diagnosticamos nos primeiros cinco dias de vida, e nós estamos numa luta imensa para fazer o nosso Centro de Doenças Raras do Distrito Federal, capitaneado pela Vice-Governadora Celina Leão.

Então, eu queria deixar claro aqui que o SUS tem centro de referência e inclusive o Hmib, que foi criado em 2019, está sendo reativado para a parte neonatal. Então, nós temos dois centros de referência, com um protocolo já escrito na própria página da secretaria, com fluxo estabelecido da atenção básica até o centro de referência, sendo notas técnicas escritas.

Então, ela não conhece o sistema de saúde nesse sentido, porque há mais de 20 anos eu estou lutando pelas doenças raras no Distrito Federal. E todas as crianças da triagem neonatal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que chegam ao Hospital da Criança foram triadas nos primeiros cinco dias de vida por nós do Distrito Federal, do SUS, da Secretaria de Saúde e do Hospital de Apoio da Unidade de Genética.

Então, eu queria que todo mundo ficasse sabendo que a grande triagem neonatal do Brasil, referência na América Latina, está no Hospital de Apoio de Brasília, no Centro de Referência em Doenças Raras, enquanto o Hospital da Criança é um hospital terciário. É um centro especializado em transplante, em doenças raras, que são altamente complexas, que passam por nós, e nós enviamos a eles.

Então, o fluxo não vem da atenção básica. Quem manda da atenção básica para lá somos nós, que somos o intermediário de todas as doenças raras que chegam até eles. Eu queria só deixar isso claro, porque ela se esqueceu de nós na sua demonstração, uma coisa muito esquisita, porque você sabe muito bem que nós é que temos o fluxo para mandar para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

Dra. Valdenize, a senhora quer completar?

A SRA. VALDENIZE TIZIANI (Para expor.) – Bom dia, Dra. Teresinha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VALDENIZE TIZIANI – Dá licença, por gentileza.

Primeiro, eu agradeço a sua fala. Quero dizer que eu fiz referência à triagem neonatal, de que a senhora é a Coordenadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VALDENIZE TIZIANI – Desculpa, eu não estou falando...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, vamos deixá-la responder. No final, a senhora faz suas perguntas de novo.

A SRA. VALDENIZE TIZIANI – Então, eu mostrei um eslaide que, se for recuperado, poderá mostrar o número de pacientes que nós recebemos da triagem neonatal e quais são as condições em que vêm para o Hospital da Criança da triagem neonatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu tenho a dizer é que nós recebemos pacientes que não vêm do Hospital de Apoio, obviamente. Nós recebemos, em todas as especialidades pediátricas, matriciais, todos os pacientes que nos procuram com sintomas e são, sim, encaminhados de toda a rede pública, seja do Distrito Federal, do entorno ou de qualquer outro estado da Federação. Então, esse é o caminho. A maioria absoluta dos pacientes que chegam ao Hospital da Criança, até o presente, não chegam necessariamente pela triagem neonatal.

Reconhecemos, valorizamos. Acabei de dizer: é o maior programa – a senhora tem todo o mérito – de triagem neonatal do Brasil, é uma coisa absolutamente fantástica e eu a cumprimento, sempre a cumprimento por isso, mas o fato é que o Hospital da Criança não atende somente os pacientes que vêm referendados pelo Hospital de Apoio, Dra. Teresinha. Esse é um fato, e eu posso provar isso facilmente, basta a gente olhar os nossos números, está certo? Então, essa é uma questão.

Mais alguma coisa?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

Dra. Valdenize, para a senhora e o Dr. Claudio – nós estamos falando dos direitos –: quando estive Ministra dos Direitos Humanos, nós tínhamos a nossa Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e, no marcador do Disque 100 e do 180, nós não tínhamos um marcador para quando a violência fosse contra criança com doença rara ou contra mulher com deficiência ou mulher com doença rara. No marcador da denúncia, que estivesse especificado: violência contra pessoa com doença rara, violência contra mulher com deficiência.

A pergunta que eu faço para a senhora, Doutora – também, Dr. Claudio, eu já posso estender a pergunta ao senhor –: a senhora tem recebido crianças com doenças raras vítimas de violência? A senhora tem dados sobre isso? É um tema em que a gente tem que se debruçar, porque eu não tenho os marcadores, eu não tenho os números hoje do Disque 100, mas, enquanto Ministra, nós tivemos acesso aos números, e os números nos deixavam muito preocupados. O hospital recebe crianças com doenças raras ou deficiência vítimas de violência? E, aí, Dr. Claudio, essa pergunta também eu estendo ao senhor: há pessoas adultas ou crianças com doenças raras e deficiência vítimas de violência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Valdenize.

A SRA. VALDENIZE TIZIANI (Para expor.) – Sim, Senadora, nós recebemos. É uma pauta muito importante. Eu entendo que isso decorre da própria situação social, na maioria das vezes, que nós observamos. Então, eu tenho dito que, inclusive, eu gostaria de ter um posto do Ministério Público lá dentro do hospital, porque são temas com os quais é bastante difícil para nós, como gestores, lidarmos, porque a gente realmente tem um canal direto com a vara da infância e da adolescência e podemos, sim, recuperar dados com mais precisão, se a senhora precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (Para expor.) – Obrigado, Excelência.

Olha, Senadora, eu não tenho conhecimento da dimensão, mas nós sabemos que existe uma realidade e que o Ministério Público está presente no acompanhamento dessas situações, que são muito corriqueiras no país como um todo.

O Ministério Público Federal atua de forma global, digamos, no âmbito federal, e os ministérios públicos estaduais têm, por maior capilaridade, o dever, pela proximidade com a população, de colher essas violações aos direitos dessas pessoas com deficiência e doenças raras.

A gente sabe que existe. Eu não sei o quanto, eu não posso dimensionar isso tudo, mas é papel, é dever do Ministério Público, qualquer que seja, o da União e os dos estados, acompanhar isso – e não só com caráter punitivo, mas caráter preventivo. O Ministério Público não pode se omitir nesse papel, que é um dever dele constitucional. Então, o Ministério Público tem que estar sempre aberto a essas demandas – não só demandas de improbidade, de corrupção, de desvios de verbas públicas, mas essas demandas relacionadas aos direitos humanos das pessoas, porque o princípio da dignidade humana é o metaprincípio da nossa Constituição, que permeia qualquer direito que está relacionado aos direitos fundamentais da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Ministério Público tem esse papel, e toda a sociedade deve saber e ter ciência de que o Ministério Público tem que ser provocado quando ele não agir de ofício, para que ele possa cobrar a alteração e a punição desses casos.

Era só esse incremento, Excelência.

A SRA. VALDENIZE TIZIANI – Só esclarecendo que realmente a gente tem o acolhimento do Ministério Público, então temos um canal muito bom com a equipe liderada pelo Dr. Georges no Ministério Público do Distrito Federal e também com o Tribunal de Justiça, lá com a vara da infância e da adolescência.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, obrigada.

Eu queria... Eu extraí dois aspectos da sua fala, doutora, que a gente pode fazer como encaminhamento.

A senhora apresentou ali a dificuldade da família com doenças raras de entender o itinerário na busca do direito. Acho que a Santusa também tem falado muito sobre isso. Se a criança tem uma deficiência, uma doença rara, qual é o caminho, qual é a porta de entrada para a rede de proteção? Qual é a porta de entrada para a rede de atendimento?

Isso acontece muito, Doutora, na questão da violência. Uma mulher vítima de violência não sabe – "Eu corro para a delegacia, eu corro para a promotoria, eu corro para o juiz, eu corro para a Câmara de Vereadores, que tem uma procuradoria agora, eu ligo para o 180, eu ligo para o 190?" – a porta, a rede de proteção.

Quando a senhora colocou que falta esclarecimento para as famílias sobre o itinerário, o caminho a percorrer, eu gostaria muito de fazer um encaminhamento com a Secretaria: de a gente fazer uma indicação ao Ministério dos Direitos Humanos, onde tem a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre campanhas de esclarecimento sobre esse itinerário. E eu não sei nem se existe uma rubrica – aqui eu falo com meus assessores de orçamento – no orçamento exatamente para esta campanha: "Ó, mãe, você tem uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com autismo, o caminho é esse, o caminho a percorrer na busca do direito é esse". Então, a gente ver, em nível de orçamento da União, e a Comissão fazer uma indicação ao ministério, porque isso nos chamou a atenção.

Só que nós estamos debatendo, Dr. Claudio e doutores que estão aqui, direitos humanos para todas as pessoas do Brasil com deficiência e doenças raras. E que país é esse que nós temos? Nós temos um país diverso, imenso, um país com tamanhas desigualdades.

Eu estou em Brasília, com instituições incríveis. E aqui eu quero registrar a presença da Diretora de Saúde do Instituto Brasileiro de Ação Responsável, Edilamar Gonçalves Teixeira – obrigada por estar conosco –; da Associação Brasil Huntington – falei certo? –, Edília Miranda Paz.

Está aqui o Fashion Inclusivo, a Glória Martins – cadê o Fashion Inclusivo? Atenção, você que faz evento, Fashion Inclusivo –; a Kazumi Yamamoto, do Grupo Escolhemos Viver, pacientes com metástase – obrigada pela presença –; a Luana Maia – oi, Luana –, Subsecretária de Proteção à Mulher da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, que está trabalhando a proteção, o atendimento às mães atípicas.

Não dá mais para falar de violência contra a mulher e deixar a mãe atípica para trás. Parabéns, Luana. Parabéns à Secretária Giselle, à nossa Vice-Governadora.

Está conosco a Priscila Lima Machado, Diretora da Comissão de Direito Médico e da Saúde, OAB/Águas Claras – cadê a Dra. Priscila? Ela está sempre com a gente nos debates –; a Andréa Pontes, UNA Parque – a UNA, essa instituição incrível que faz trabalho com pessoas com deficiência no esporte, já saiu de Brasília, está no Brasil inteiro já –, que vem em todas as audiências. Fica quietinha ali. Quietinha, participando, mas depois ela vai lá no gabinete e fala tudo. Obrigada, Andréa, por estar conosco de novo; o Cesar Achkar, da Retina Brasil, Instituição Retina Brasil, nosso parceiro aqui; a Vanessa de Medeiros, OAB/DF, Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Crônicas e Raras – Dra. Vanessa, obrigada por estar conosco hoje –; e a Angela Durante Vieira – Associação dos Portadores... eu não vou falar o nome –, Alambra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já tivemos audiência só para discutir essa doença rara. Obrigada, Alambra, por estar conosco. Inclusive, Angela, tem seis meses que eu pedi a relatoria do projeto de lei de que vocês tanto pediram que eu fosse relatora – para vocês entenderem como as coisas são lentas no Legislativo. Há seis meses que eu peço a relatoria de um projeto de lei que vai beneficiar o segmento, e eu não consigo a relatoria – e está sem Relator há seis meses. Então, a minha assessoria está aqui hoje, com mais um ofício para o Presidente da Comissão. Eu quero ser Relatora desse projeto de lei.

Obrigada, Angela.

Doutora, a senhora mostrou entre algumas doenças ali...

O SR. CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Eu posso só...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (Para expor.) – A senhora comentou aí o papel do Estado, o esclarecimento desses canais de informação, de orientação, de divulgação, de denúncias. Então, eu acho que o papel do Estado é fundamental nisso, como a senhora bem enalteceu. Eu acho que é um bom encaminhamento ter isso, que o próprio Estado deve se chamar à responsabilidade e criar infraestrutura para que as pessoas tenham conhecimento, lá na ponta, de que existem esses canais para que o Estado seja provocado e seja obrigado a corrigir esses rumos, porque é o papel do Estado.

Então, a sociedade atua de forma paralela, complementar e subsidiária, mas é como a senhora bem enalteceu. Acho que um encaminhamento muito rico deve ser feito por esta Comissão, e que exija efetivamente que estejam abertos esses canais de denúncia, o que é muito importante, para que o próprio Ministério Público atue – e a Defensoria Pública em parceria, como sempre vem realizando parcerias – e possa efetivamente concretizar esses direitos, em respeito às pessoas com doenças raras e deficiências.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Claudio.

Eu vou fazer mais uma intervenção. Tem uma imagem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Valdenize falou: 28 atendimentos de hipotireoidismo congênito.

Eu vou trazer uma imagem, com a qual a Angela vai se emocionar muito. Essa menininha se chamava Tititu Suruwahá. Inclusive, ela foi símbolo de uma luta nossa entre 2003 e 2008, foi o rostinho de Tititu. Tititu, Doutora, tinha hipotireoidismo congênito. E a senhora sabe que, se há falta da medicação, ela tem desidratação súbita e pode ir a óbito em três dias. Eu quero que vocês entendam como é que vive uma criança com doenças raras numa aldeia. Este povo ainda hoje é considerado semi-isolado, imagine em 2004?

O primeiro contato com esse povo – está aqui um colega meu que morou com esse povo –foi em torno de 1984. Eles foram identificados e contatados em 1984. Tititu precisava do remédio, ela teve o tratamento e o remédio precisava chegar. E num dos dias, Doutora, o remédio não chegou. E eu me lembro de que eu e um grupo de amigos pegamos o remédio, porque para chegar à aldeia dela, depois de voos e voos, barcos e barcos, ainda tem um dia de caminhada. E o Ministério da Saúde não mandava o remédio, em 2007, 2008. E nós conseguimos um voo humanitário que, próximo da aldeia, arremessou o remédio. O remédio teve que ser arremessado. Mas onde o remédio caiu era um lugar que tinha uma base com rádio; dessa base até a aldeia, mais um dia de caminhada. E o remédio não chegou a tempo. E nós perdemos Tititu. E, quando a gente pega o óbito dela, na época era a Funasa que cuidava da saúde, o óbito é: desidratação. E a gente sabia que a desidratação súbita é por ficar três dias sem o remédio. O remédio na época custava, gente, R$28. Nós fretamos uma aeronave por R$7 mil para arremessar um remédio de R$28, e não deu tempo.

Por que que eu trago essa imagem da Tititu? Tititu Suruwahá. Nós perdemos Tititu em 2004, 2005... Não é, Ângela? Mas a gente perde todos os dias uma criança com doença rara em área indígena. Nós perdemos crianças com doenças raras nas áreas ribeirinhas do país. O que fazer? Debater aqui com doutores, com instituições tão preparadas e prontas, a gente já tem tanta dificuldade. Eu quero que os senhores entendam como dar respostas para um Brasil dessa dimensão; como alcançar a criança com deficiência lá na Ilha de Marajó; como alcançar a criança com deficiência em todas as áreas isoladas do país; como alcançar todas as Tititus.

Eu quero que vocês entendam o tamanho do desafio desta Comissão. Mas a gente não vai mais colocar peneira. Nós não vamos mais esconder essa realidade. Se for preciso a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar todo dia uma imagem nesta Comissão de uma criança, de uma mãe, de uma mulher, nós vamos mostrar. Se os olhos não veem, o coração não sente, então esta Casa vai começar a ver imagem. E muito obrigada a vocês que estão há quase dois meses comigo ocupando esta Casa. Nós vamos ocupar esta Casa, porque esta é a Casa das decisões. É aqui que se decide tudo. Então obrigada por estarem aqui, mas nós vamos trazer imagens e dizer: "Tititu foi embora; e as outras como é que estão?".

E aí, doutores, quando eu estive na Ilha de Marajó a primeira vez, 16 cidades no arquipélago. O arquipélago é tão grande, gente, que cabem duas Suíças e meia lá dentro, tá? Todo mundo pensa que é só uma ilha, é um arquipélago com 16 cidades. Uma única cidade que tinha uma instituição de apoio às crianças com deficiência – uma única cidade. Adriana esteve lá comigo. E eu me lembro que eu perguntei para aquela instituição: "Mas onde estão as crianças das outras cidades? Onde estão as crianças com deficiência, com nanismo, com Down, com autismo das outras cidades?". E a resposta que eu ouvi, doutores, foi: "Amarradas em árvores". A mãe para ir trabalhar não tem onde deixar, leva, e elas ficam amarradas em árvores. Essa é a realidade do país, e nós vamos falar sobre isso. Ou a gente fala sobre isso, ou a gente fala sobre isso. Não tem opção B. Nós vamos ter que falar, fazer encaminhamentos em cada fala aqui. Olha quantos encaminhamentos em duas falas que a gente já teve aqui. Obrigada por estarem comigo.

Na sequência... pode tirar. Na sequência nós vamos ouvir a Santusa Santana, Presidente do Instituto DNA. Santusa, muito obrigada por estar com a gente.

A SRA. SANTUSA PEREIRA SANTANA (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Muito obrigada pela oportunidade de debater, de conversar sobre doenças raras, conversar sobre acesso aos pacientes, principalmente no Sistema Único de Saúde, o que a gente acostumou chamar de rede própria, SUS, mas também quero falar um pouco do tamanho do sistema de saúde. A gente está falando do maior sistema de saúde pública do mundo. É um orgulho falar isso. A gente conseguiu, em 35 anos, chegar aos 5.570 municípios. Antes do SUS, as pessoas não tinham acesso à saúde. Quem tinha direito ali ou condições de pagar por uma consulta pública ou que trabalhava com carteira assinada eram as únicas pessoas que tinham acesso à assistência médica no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois de 1988, da Constituição Federal, do art. 196, a gente passou a ter a saúde como direito de todos, dever do Estado baseado em políticas públicas que tratam a promoção da saúde, a prevenção de doenças, tratamento e reabilitação. E a gente chegou nos 5,57 mil municípios com atenção primária à saúde, só que agora a gente precisa melhorar aquilo que está funcionando, fazer uma autoanálise do que não funciona e não continuar a fazer, e mudar aquilo que a gente precisa mudar. Isso só vai acontecer em debates como esse, e debates, como a senhora falou, de maneira constante; esse é o primeiro, é um ciclo de debates.

A gente precisa entender o funcionamento do sistema, a gente precisa escutar quem usa o sistema, quem atende o sistema, quem faz a gestão do sistema, para a gente entender onde a gente precisa agir, aonde realmente a gente precisa chegar para garantir que as pessoas tenham acesso ao tratamento, à assistência de que precisam. E a gente está no lugar certo, a gente precisa realmente avançar nessa pauta.

Eu queria trazer alguns pontos importantes que a gente precisa acompanhar dentro do Congresso Nacional. A gente tem pelo menos sete grandes temas que estão convergentes com a questão da doença rara e a pessoa com deficiência. A gente tem projetos de lei que falam da assistência social, foi falado aqui da mãe, como cuidar dessa mãe, a gente está falando de 13 milhões de pacientes no Brasil com doença rara, e pelo menos, se cada um desses pacientes tiver um cuidador, a gente está falando de 26 milhões de pessoas que todos os dias atuam, acordam e passam o dia atuando com doença rara. E a gente precisa olhar para todas elas, do que elas precisam, qual o direito que elas têm. Elas têm direito a um recurso para atuar junto a esses pacientes? Essa mãe que deixa de trabalhar para cuidar do filho ou de alguém em casa? Como a gente vai garantir sustentabilidade para essa mãe? A gente precisa começar a olhar para esses pontos.

A questão de orçamento, a gente vai ter algum dia um orçamento exclusivo para doenças raras? A gente tem aí programas que dão tão certo no SUS, como o programa de hemoderivados, o programa de imunização. Será que a gente tem que caminhar para um programa de doenças raras? A gente precisa amadurecer o debate para chegar a esse ponto.

E para a gente chegar a esse debate, quanto de recurso a gente vai precisar para atender esse paciente? Foi falado aqui, a gente não tem dados. A gente precisa começar do básico, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óbvio: onde esses pacientes raros estão? Quais são as doenças que eles têm? A gente fala, pela Organização Mundial de Saúde, de 8 mil doenças raras, tem gente que fala até de 10 mil doenças raras, mas a gente tem todas no Brasil? Onde esses pacientes estão? Qual o custo desse paciente na atenção primária à saúde? Quanto esse paciente usa do sistema, da equipe multidisciplinar? De qual equipe multidisciplinar cada um desses pacientes precisa?

Eu estou falando aqui, porque a gente não tem só médico na equipe multidisciplinar, a gente tem nutricionista, a gente tem dentista, a gente tem terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, farmacêutico, educador físico...

Está todo mundo discutindo, debatendo saúde na atenção primária, no município. Daí a importância do município, porque essa equipe tem que conhecer as doenças raras, não as 8 mil, 10 mil doenças raras; ela tem que conhecer pelo menos as doenças raras do seu território, para ajudar, inclusive, a subir com esses dados para o nível estadual e o nível federal.

E a gente tem que valorizar esses profissionais de saúde. Eu sou farmacêutica de formação e já atuei em município. A gente tem que pensar – e isto também está aqui na Casa sendo debatido – na questão do piso salarial. A gente já teve um avanço com o piso salarial do enfermeiro e do agente comunitário de saúde e a gente tem projetos de lei na Casa, tramitando, de todas as outras categorias. A gente precisa ter uma padronização no Brasil, porque a gente tem diferenças regionais e a gente precisa ter orçamento para garantir que esses profissionais fiquem fixados, literalmente, na ponta, pois é o objetivo da atenção primária em saúde que eles criem vínculos com as famílias. Então, a gente precisa debater e acompanhar a tramitação desses projetos de lei.

E aí a gente tem outros. Há a questão da regulação... Foi falado aqui sobre a pesquisa clínica. A gente tem uma lei sobre a pesquisa clínica que foi aprovada no ano passado, em 2024, e existem vetos importantes que precisam cair para a gente conseguir que mais pesquisas clínicas sejam feitas no Brasil. A gente tem a lei também, já aprovada, da triagem neonatal, da ampliação do teste do pezinho. E, desde 2021, pelo cronograma estabelecido naquele momento, já era para a gente estar fazendo, no Brasil todo, o diagnóstico de mais de 50 doenças, e a gente não conseguiu avançar das 7 básicas ali, na maioria dos estados. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente precisa organizar para que as leis sejam realmente implementadas e cheguem ao paciente?

E aí a gente entra no pacto interfederativo: o papel de cada um dos entes federados para execução, para implementação e disponibilização dos serviços para o cidadão. É onde a gente também tem que avançar. A gente tem que melhorar as leis, criar novas leis, acompanhar as que a gente tem aqui, inclusive a lei da política nacional de paciente com doença rara, pois a gente ainda trabalha com uma portaria, que é a Portaria 199, de 2014, e a gente não tem uma lei ainda que institua essa política. Então, são várias questões em que a gente tem que trabalhar, porque com a política, a gente vai ter a definição do papel de cada um dos entes federados. Qual é o papel do município? Aí a gente trabalha o itinerário terapêutico, a navegação do paciente... O que o município tem que fazer? O que a equipe multidisciplinar tem que fazer com esse paciente? Qual o papel das APAEs junto desses pacientes no município? Qual é o papel do estado? Como ele vai organizar a rede?

A gente está falando de 5.570 municípios, e mais de 70% deles têm menos de 20 mil habitantes. Eles não tem gestão plena dentro dos recursos do Sistema Único de Saúde, eles não têm centro de referência em todos eles. Como a gente organiza essa rede? Qual é o papel do estado? E qual é o papel do Ministério da Saúde, com o financiamento, com a organização e o debate conjunto das regras que vão ser implementadas em todo o Brasil.

Então, a gente precisa acompanhar o que está sendo feito aqui na Casa, aqui no Congresso Nacional. E tão importante como acompanhar é entender e monitorar a implementação, participar do debate na ponta. O que é esse debate? É o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde. A gente precisa levar essas demandas para os gestores, a gente precisa participar dessas comissões para levantar as prioridades. Neste ano de 2025, a gente vai ter o Plano Plurianual, que é o planejamento do SUS para os próximos quatro anos em todos os 5.569 municípios, porque Brasília não entra nesse caso. Então, a gente precisa levar essa prioridade para o município, porque o município vai colocar lá nas regras em relação à saúde o que vai ser disponibilizado no município para aqueles pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa acompanhar, a gente precisa debater, mas, para a gente fazer isso com qualidade, para a gente ter assertividade e sustentabilidade, a gente precisa conhecer o itinerário não só do paciente, mas o itinerário do direito: onde eu posso estar, onde eu posso contribuir e fazer isso de forma recorrente. Eu sei que é difícil estar aqui todos os dias, mas a gente precisa estar, a gente precisa ter um representante. A gente tem a Senadora aqui, a gente tem outros Senadores em outras Comissões que estão trazendo esse debate, tem muitos Deputados fazendo isso também. A gente precisa acompanhar, monitorar, entender o que está acontecendo, buscar ali todas as informações, para a gente ser assertivo e sustentável, porque, se a gente tem o maior sistema de saúde público do mundo, a gente precisa que ele seja o melhor. E a gente vai fazer isso, com certeza, sendo 1% melhor todos os dias. Eu acredito nisso, é por isso que eu acordo todos os dias, é uma obsessão. Eu sou extremamente obcecada pelo Sistema Único de Saúde; eu sou de um município com menos de 5 mil habitantes no interior de Minas Gerais; eu sei e eu vi o que o SUS é capaz de fazer; e eu sei também dos desafios e do tanto de gente que ainda não tem assistência nesses interiores do Brasil, principalmente na Região Norte. Então, a gente não pode aceitar que a gente esteja em 2025 e a gente não consiga avançar. Então, a gente tem que unir tudo isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada.

Dra. Santusa, vamos imaginar que do outro lado tenha Vereadores e Prefeitos querendo dar um pontapé inicial, um primeiro passo na cidade, só aquele primeiro passo. O que a senhora orienta a eles? A senhora falou que a gente tem que cuidar lá da ponta: qual seria o primeiro passo em relação às doenças raras?

A SRA. SANTUSA PEREIRA SANTANA (Para expor.) – O primeiro passo são os dados. A gente precisa fazer um censo municipal, vamos chamar assim, de quais são as doenças no território. E, quanto a doenças raras, quais outros tipos de doenças raras? Câncer, oncologia... A gente tem hipertensão: às vezes, de hipertensão e diabetes a gente tem gestores que não sabem o número. Então, a gente precisa ter número, porque, a partir deles, a gente planeja, a gente busca ali e a gente define as prioridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dados, números e também cruzar dados e números depois, cruzamento de dados.

Obrigada, Dra. Santusa.

Nós estamos com uma participação enorme de pessoas que estão mandando perguntas via internet. Entre a primeira e a segunda mesa, eu vou fazer referência às perguntas. Depois eu passo para a senhora, tá?

Vamos ouvir agora o último orador dessa mesa, o Dr. Eduardo Nunes Queiroz, defensor público federal, que está representando hoje a Defensoria Pública da União.

Doutor, seja muito bem-vindo.

O SR. EDUARDO NUNES QUEIROZ (Para expor.) – Obrigado Senadora, em quem também aproveito para cumprimentar os demais membros e membras da mesa. É uma alegria para a Defensoria Pública participar de algo tão importante e tão corriqueiro na atuação da Defensoria Pública. Acho que a Defensoria Pública, ao longo dos últimos 10, 15 anos, teve uma revolução na sua missão institucional: saiu daquela visão de que a hipossuficiência é uma questão só de falta de dinheiro. Pelo trabalho desta Casa, do Congresso Nacional, começou-se a abraçar uma questão que envolve exclusão, e exclusão envolve vários fatores. Estamos lidando com pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras, que, por mais que tenham nascido em boas condições, como indicado aqui, enfrentam barreiras gigantescas nesse que foi denominado itinerário de direitos.

Então, a Defensoria Pública não se limita à defesa de pessoas só com hipossuficiência de renda, mas também à hipossuficiência de caráter jurídico. Então, qualquer pessoa que, por conta de diversas limitações institucionais, estruturais, tem seu direito negado é assistida pela Defensoria Pública, que deve ser buscado, e a gente tem atuado em diversas frentes nisso.

Na questão, por exemplo, de pessoas com deficiência, há um universo de violações. Semana passada mesmo, a Defensoria teve a oportunidade de assinar uma ação civil pública para uma mudança do acesso ao Passe Livre que excluiu mais da metade das pessoas com deficiência, de acesso a isso, porque se estabeleceu uma sistemática completamente ignorante à realidade das pessoas com deficiência, demandando buscar INSS, demandando buscar cadastro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de exclusão... Então, é só um exemplo, mas aqui eu vou me ater à questão realmente do acesso a direitos também para pessoas com doenças raras.

E aqui, Senadora, é claro que há uma questão de violência, que é latente em relação às pessoas nessa condição. Isso é algo, como o Dr. Cláudio colocou, que acaba desembocando muito nas nossas congêneres estaduais, distritais, afinal, são crimes contra pessoas e tudo... E a Defensoria Pública da União, por ser um órgão de atuação federal, tem a sua atuação mais ligada realmente à discussão sobre as políticas públicas em nível federal, que envolvem o acesso a direito a essas pessoas.

E o principal, que eu acho que é realmente a primeira barreira, é o direito à vida, o direito ao bem-estar, o direito à saúde, que é justamente isso que tem sido a nossa principal pauta. A Defensoria Pública possui dois grupos de trabalho que lidam com temáticas relacionadas a isso: nosso grupo de trabalho de pessoas com deficiência e nosso grupo de trabalho de saúde, que vêm lidando com diversas frentes nesse sentido. E a frente que o Dr. Ricardo Salviano, que também é grande parceiro, tem participado, que é a questão da efetivação do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Acho que esta Comissão teve um trabalho muito importante, nos últimos anos, sobre o diagnóstico e as insuficiências no cumprimento da Lei 14.154, justamente como foi tratado aqui pela Dra. Santusa, sobre a limitação no avanço do acesso a esse diagnóstico precoce, a ter realmente, o teste do pezinho, abrangendo novas enfermidades que padecem de invisibilidade aqui.

Eu me senti muito contemplado também pelos eslaides que a Dra. Valdenize colocou, em que trouxe o horizonte que a Defensoria lida. As pessoas, ao buscarem a Defensoria... A Defensoria Pública costuma atuar na área de saúde, que é o estuário dos problemas da política pública. Para a pessoa que tem um problema de saúde, para a família de uma criança com doenças raras, é justamente isto: a primeira coisa que bate é o próprio Sistema Único de Saúde. Então, vai batendo e começa... E, quando vai lidando com essas portas fechadas, o caminho natural é realmente buscar a Justiça, e a Defensoria Pública é uma porta preferencial, importante, essencial no acesso à Justiça quando todas as outras estão fechadas, para tudo que há de problema. Na política de atenção a pessoas com deficiência rara, as portas fechadas são muitas, e isso acaba batendo e caindo na Defensoria Pública. Então a gente tem essa atuação na DPU, inicialmente na nossa GT Saúde, essa preocupação sobre o diagnóstico precoce. Afinal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como trazido aqui pelos eslaides, muitos dos problemas se dão já no contexto neonatal. Já nos primeiros meses de vida, essas crianças precisam imediatamente ser diagnosticadas e ser tratadas.

Nos casos em que me envolvi pessoalmente, como a atrofia de medula espinhal do tipo 1 e tipo 2, que teve aquela questão que acabou sendo usada como espantalho na tal da judicialização da saúde, que é a questão do acesso ao Zolgensma, que é um medicamento de R$6 milhões, que precisa ser dado nos primeiros meses de vida, a gente enfrentou barreiras e enfrenta barreiras muito grandes no acesso para esse tipo de tratamento. Então, esse diagnóstico precoce, essa possibilidade de atendimento, de ser atendido é uma das barreiras iniciais que as pessoas enfrentam para ter acesso aos seus direitos.

A Defensoria Pública da União, ao final do ano passado, expediu uma recomendação, inclusive, Dr. Cláudio, inicialmente assinado pelo MPF. A gente aqui está mais junto do que em polos separados. O MPF é um grande parceiro da Defensoria Pública também na defesa do direito à saúde, do direito das pessoas. Então, expedimos uma recomendação ao Ministério da Saúde para ampliar, para estruturar essa política de expansão e de acesso. Já foi tratado aqui o problema que as Regiões Norte, Nordeste e até Centro-Oeste têm no acesso a essa política. Então, essa recomendação ainda pende de uma resposta conclusiva do Ministério da Saúde, que indique realmente desafios na concretização dessa política, que já está na lei.

E, para além disso, a gente tem lidado com outro problema muito sério, que é justamente essa falta de uma política estruturada de nível legislativo, para justamente traçar esse itinerário de direitos para pessoas com doenças raras.

Eu tive a oportunidade de ter uma conversa com o CNJ, ao final de 2023, quando já se estava desenhando o que depois o STF decidiu sobre o acesso a direitos no âmbito do Judiciário a pessoas com doenças raras.

Como as senhoras e os senhores sabem, o STF, no ano passado, definiu no Tema 6 e no Tema 1234 os parâmetros que o Judiciário deve observar na concessão de tratamentos e insumos médicos para ações de saúde, e, já no momento em que essa solução era pensada, o Defensoria Pública, junto com representações de pacientes, já viu problemas muito sérios relacionados a pacientes com doenças raras, porque a solução desenhada pelo STF, Senadora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai muito no sentido de doenças com maior conhecimento, com maior prevalência, que é uma questão que não se enquadra na questão dos pacientes com doença rara, exige passar por um núcleo técnico do Judiciário, então enfrenta a primeira barreira que é o problema de conhecimento especializado sobre a doença – é isto: a doença é rara, e os médicos especializados, os centros de referência são muito poucos. Então, o Judiciário tem poucas referências para lidar com isso e tem confiado em núcleos que, muitas vezes, não têm o conhecimento adequado para isso e geram uma primeira barreira.

O segundo é sobre o funcionamento também da Conitec, da incorporação de novas tecnologias, o que tem sido um problema muito sério para a questão de doenças raras, por conta realmente da avaliação de custo-efetividade. Acho que foi trazida aqui também pela Dra. Valdenize a questão da falta de redes de apoio, a questão das associações de pacientes, de médicos, isso tem sido fundamental para o avanço tecnológico em outras doenças. A gente trata aqui de doenças oncológicas, em que há uma presença muito forte do terceiro setor, da sociedade civil organizada para pressionar o avanço tecnológico. Isso é muito mais fragmentado na questão de pacientes com doenças raras.

Então, a gente tem enfrentado uma série de limitações, e ficam bastantes preocupações sobre esses parâmetros que o STF colocou no acesso judicial a tratamentos para as peculiaridades das pessoas com doenças raras, que precisam. São poucos centros de referência; às vezes, quanto aos próprios profissionais, são um ou dois profissionais no país que sabem disso. Aí é quando levamos a necessidade de um tratamento, que é para ser feito por um profissional específico; o Judiciário não tem elementos para lidar, e, muitas vezes, temos uma dificuldade extra, e aqui o tempo é fundamental. Acho que, quando lidamos com doenças raras, o tratamento precoce, o acesso à Justiça precoce é fundamental.

Então, o Judiciário precisa estar preparado para isso. Eu trago essa visão porque são órgãos ligados à Justiça, é uma função existencial da Justiça; então, preciso trazer as preocupações de como a Justiça está funcionando no acesso a esses direitos.

E acho que precisamos... Foi o encaminhamento inclusive com que saímos, com essa certeza, da conversa no CNJ, da necessidade de avançarmos na conscientização do Poder Judiciário de temperar esses entendimentos que o STF fez sobre o acesso ao direito sanitário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para especificidades das pessoas com doenças raras e entender que o conhecimento é fragmentado, que ele é muito especializado, que ele é realmente caro e que, mesmo em grandes centros – em Brasília temos um espaço de referência no diagnóstico – temos dificuldade de encontrar locais onde as pessoas podem ser tratadas. Então, não raro as liminares precisam envolver transporte. Estamos lidando aqui com apoio, com acompanhante, indicando especialistas específicos para isso, tratamentos específicos com que, hoje em dia, o Judiciário não tem instrumental para lidar, e esses entendimentos talvez tenham limitado.

Então, a Defensoria Pública vê com muita alegria o incentivo aqui. Esse tema precisa avançar e, realmente, os referenciais, inclusive legislativos, para uma atenção específica, consciente das peculiaridades de todo esse itinerário de direitos, das famílias e das pessoas com doenças raras precisa ser contemplado. Isso vai ser fundamental também para o acesso em sede judicial a esses direitos. Quando todas as portas se fecham, é um direito da Constituição que nenhuma violação de direito possa ser negada ao conhecimento do Judiciário. Isso precisa chegar, isso precisa ser respondido.

Então, Senadora, a Defensora Pública se coloca aqui como parceira e traz provocações para podermos avançar num acesso mais amplo e em diversas áreas.

Estamos tratando aqui muito do Executivo, de avanços em âmbito municipal, estadual ou federal, mas com atenção também ao próprio Poder Judiciário, para estar preparado e sensível a essas demandas, porque, dentro desse horizonte da judicialização que foi tão combatido no ano passado, trazendo tanta preocupação, precisa ser uma porta ainda aberta, porque as doenças raras desafiam qualquer tipo de planejamento, desafiam qualquer tipo de antecipação. Então, o Judiciário precisa estar preparado, pronto para responder também a essas necessidades quando todas as outras portas se fecham.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito, muito obrigada, Dr. Eduardo Nunes.

O SR. CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (*Fora do microfone*.) – Senadora, eu posso só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Dr. Cláudio.

Gente, eu não sou louca de impedir o Ministério Público da União de falar. (*Risos.*) Vocês entenderam, né?

O SR. CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (Para expor.) – Que é isso, a senhora é que está com a tesoura aqui...

No início da fala do Dr. Eduardo Queiroz, eu fiquei muito preocupado, porque ele estava falando do papel da Defensoria Pública de propor uma ação civil pública para tratar do acesso ao transporte público. Eu fiquei muito preocupado e falei: cadê o Ministério Público, porque esse é papel do Ministério Público também, né? Depois, ao longo da fala dele, eu fiquei mais aliviado, confesso, porque ele falou que o Ministério Público tem sido parceiro, e eu acho que isto é um ponto importante que eu queria destacar, que é a união de duas instituições importantíssimas, essenciais à função da Justiça, que é o Ministério Público e a Defensoria Pública, cada qual com seu viés de atuação, mas a união dessas duas instituições só tem a agregar para a sociedade e fortalecer justamente a voz do cidadão, das pessoas junto à Justiça.

A partir dali é que nós vamos conseguir implementar as políticas públicas, concretizar em efetivo as políticas públicas. E a união do Ministério Público com a Defensoria Pública só vem aumentar e melhorar isso, por isso eu achei importante – fiquei aliviado, confesso – quando ele disse que o Ministério Público estava atuando com eles também. Então, só destaco esse ponto, que acho muito importante, Excelência, porque é uma porta de entrada muito importante, inclusive para convencimento do Judiciário, porque é o Judiciário que, no final das contas, vai dizer o direito, tem o papel de dizer o alcance daquele direito que está colocado na lei.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, obrigada. Que bom que foi o senhor que disse isso! Eu não iria ter tanta coragem.

Mas eu acho que está faltando nesta mesa aqui o STF – não está faltando nesta mesa? –, o STJ, o CNJ. Acho que todos os juízes tinham que estar aqui hoje, porque nós temos o defensor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, que ingressa com a ação; nós temos o Ministério Público ali, fazendo a garantia dos direitos, mas e os magistrados?

Que bom que a Defensoria da União está fazendo esse diálogo! Se precisar da Comissão para fazer esse diálogo junto, nós nos colocamos à disposição.

Obrigada à Defensoria. Obrigada.

E quero lembrar a questão de que nós temos a Defensoria itinerante. Nos lugares onde nós não temos uma sede da Defensoria, eles têm o serviço itinerante, tanto as Defensorias dos estados, quanto a Defensoria Pública. O que seria de nós sem as Defensorias? O que seria de nós?

Já que ele levantou o cartãozinho, quero registrar a presença do Pr. Edivaldo, Defensor popular, que é pai atípico, lidera o movimento em defesa das famílias atípicas, e está aqui com a gente em todas as reuniões – obrigada, Pastor! –, é esposo de Vera, que está aqui também e é mãe atípica. Nós vamos ter uma audiência só sobre ataxia, mas eles estão aqui hoje. Parabéns, Pastor!

Nós vamos agora desmontar esta mesa, mas eu queria... O Dr. Cláudio está muito bem acomodado ali, é difícil ele sair, e eu vou pedir que o Dr. Cláudio continue. E nós vamos pedir que as nossas convidadas desocupem a mesa. E, conforme nós falamos, nós vamos deixá-las à vontade, se tiverem agenda... Eu sei que, numa manhã como esta, o Hospital da Criança está fervendo lá, fiquem à vontade.

E eu tenho perguntas, Doutoras, que estão chegando da internet e, se forem direcionadas às senhoras, eu mando por *e-mail*. Mas, se a Santusa pudesse ficar até o final...

Nós vamos compor a segunda mesa.

Eu quero chamar para compor a segunda mesa, de forma *online*... E eu vou fazer o seguinte, Dr. Arthur, vou deixá-lo por último porque parte das respostas está com o senhor. Compõe esta mesa, de forma *online*, Dr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde – seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo para ocupar a mesa a Sra. Lauda Santos, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas). Obrigada, Lauda, por estar conosco, amiga, parceira.

Enquanto ela vem vindo, gente, o Espaço Mundo Raro, de Brasília, inaugurou uma sala multissensorial, que é a coisa mais linda do mundo, e quero dizer para os senhores que a Lauda teve... A Lauda entregou para Brasília uma sala multissensorial – ela já tinha um espaço – por apenas R$10 mil. Vocês estão convidados para conhecer. Atenção, cidades do interior que vivem alegando que é tudo muito caro, muito caro, muito caro: vamos conhecer a sala multissensorial lá no nosso Espaço Mundo Raro.

Convido com muita alegria, para compor a mesa aqui, do meu ladinho, Gabriel Yamin, líder do movimento Somos Todos Gigantes. É tão bom ver o Gabriel vindo como orador, porque por anos ele era a minha criança, com nanismo, e hoje ele é líder do movimento!

E, enquanto o Gabriel vem, eu quero informar que, na Câmara dos Deputados, neste exato momento, está acontecendo um evento sobre nanismo, e Gabriel vai ter que falar, vai ter que ir correndo para lá.

Gabriel, você está lindo! Gabriel, que bom te ver aqui agora como expositor!

Eu convido, para fazer parte da mesa, uma pessoa rara, mãe de rara e filha de pai raro e que foi Coordenadora de Pessoas com Doenças Raras do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, minha Coordenadora, a Adriana Villas Bôas – para compor esta mesa. E nós vamos...

Ela está ali pertinho do Isaac Brunno e eu não vou trazê-la para cá porque ela está acomodada ali certinho, que é a Jaqueline de Araújo Silva, mãe do Isaac Brunno Passos – o Isaac está do lado dela –, diagnosticado aos dez anos com uma doença rara, que ela vai explicar. E a fala dela vai ser dividida com o Dr. Salvatore Rinaldi, do Instituto Rinaldi Fontani, na Itália – ele vai fazer a participação dele *online*.

Como o nosso Isaac já estava tossindo um pouquinho, aqui está frio, nós vamos abrir esta segunda mesa com a Jaqueline e, depois, com o Dr. Salvatore. E, Jaqueline, você vai se sentir à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vontade e, se tiver que falar e sair por causa do Isaac... Mas nós estamos muito felizes com a sua presença porque nós, nesta Comissão, defendemos isto: nada sobre nós sem nós.

Muito obrigada por ter aceitado o convite. Você tem seu tempo.

A SRA. JAQUELINE DE ARAÚJO SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes, aos que acompanham pela TV Senado, pelo YouTube.

Meu nome é Jaqueline, eu tenho 39 anos e eu sou mãe da Bruna, que tem 15 anos, diagnosticada com autismo, e sou mãe do Isaac, que tem 12 anos, diagnosticado com adrenoleucodistrofia. E hoje aqui eu serei a voz de milhares de crianças que sofrem com adrenoleucodistrofia e, principalmente, serei a voz do Isaac, o meu filho.

O Isaac foi diagnosticado tardiamente, aos dez anos de idade, com adrenoleucodistrofia, uma doença genética rara, degenerativa, ligada ao cromossomo X, que afeta principalmente os meninos. Essa doença impede a quebra do ácido graxo de cadeia muito longa, fundamental para o cérebro e a adrenal. Sem o tratamento precoce, a ALD, como é chamada a adrenoleucodistrofia, evolui rapidamente, comprometendo as funções vitais e levando o afetado ao estado vegetativo.

O Isaac, aos dez anos, quando eu recebi o diagnóstico, estava brincando, nadando, lendo gibi, superinteligente. E hoje ele luta pela vida. Tem três anos de diagnóstico. Mas a história dele poderia ter sido diferente, porque a medicina já permite o diagnóstico precoce, mas a doença adrenoleucodistrofia não está inclusa no teste do pezinho. Se a doença fosse diagnosticada cedo, ele poderia ter tido a chance de a doença não evoluir; ele poderia ter feito o transplante de medula óssea, que é o tratamento que já existe no Brasil. No entanto, a ALD ainda não está inclusa na triagem neonatal obrigatória. E isso tem um custo: tem custado a vida e os sonhos do Isaac e de muitas outras crianças.

Eu vi a doença avançar: eu vi o meu filho tendo convulsões, eu vi o meu filho perdendo a fala, parando de andar, parando de falar, de se alimentar, de respirar. Mas, mesmo diante desse cenário, nós escolhemos lutar (*Manifestação de emoção.*) e estamos vencendo, porque o Isaac está aqui, ele não está em estado vegetativo. O Isaac está voltando a se comunicar, ele tem expressado vontade de falar, o Isaac está voltando a se alimentar pela boca, ele não precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suporte respiratório. Nós estamos vencendo a adrenoleucodistrofia. Mas tudo isso só foi possível porque nós conseguimos, com muito esforço, acesso a tratamentos realizados 100% de maneira particular e com doações.

O Isaac fez um tratamento regenerativo na Itália. Ele fez quatro ciclos – eu fui com o Isaac, fizemos quatro viagens bem difíceis –, além de terapia de reabilitação, tudo de maneira particular, que melhoraram a qualidade de vida do Isaac.

O Isaac precisa continuar o tratamento que vem possibilitando essas melhoras. O recomendado pelos médicos é que ele realize o 5º ciclo do tratamento Reac até maio deste ano, para que a doença não avance. E, infelizmente, até o momento eu não tenho condições financeiras de levá-lo.

Eu estou aqui também para apresentar a proposta de um projeto que permite o financiamento do tratamento Reac no Brasil como parte das políticas públicas para doenças raras.

Aqui, na minha mão, eu tenho um abaixo-assinado em andamento nas redes sociais, com milhares de brasileiros apoiando essa iniciativa. Esse projeto pode transformar a vida de muitas famílias que, como a minha, enfrentam a dor e o medo diariamente.

Quando eu decidi ser mãe, eu tinha estabilidade. Eu trabalho há 19 anos como Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Eu sempre ofereci conforto aos meus filhos, mas a vida com uma doença rara tem custos altíssimos. Eu já vendi a minha casa, eu já vendi o meu carro, eu me endividei. E tudo isso porque o Estado falhou, lá atrás, no diagnóstico precoce. Hoje, eu preciso pedir ajuda, não por falta de planejamento, mas porque lutar contra uma doença rara no Brasil é enfrentar o abandono.

Luto contra o tempo, o cansaço, o medo e a ausência do Estado, mas eu não luto sozinha. Do meu lado está a minha filha Bruna, que cresceu rápido demais, por amor ao irmão. Ao meu lado tem outras mães que têm histórias semelhantes, que também gritam por socorro e são invisibilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso deixar de falar da mãe do Davi Lucas, que se chama Gracielle Brandão. Ela é mãe, médica, que tem dedicado a vida em busca da cura da adrenoleucodistrofia. Foi através dela que eu conheci a Reac, na Itália.

É por elas, por todas as famílias, que peço a atenção deste Senado. Peço apoio para que o caso do Isaac não seja mais um esquecido, mas se torne símbolo de resistência, fé e avanço. O Isaac não é um caso perdido. Ele é prova de que existe possibilidade, mas precisamos de políticas sérias que olhem para doenças raras com dignidade, que financiem pesquisas, ampliem o teste do pezinho, garantam acesso a tratamentos e parem de tratar laudos como sentença de morte. Viver com uma doença rara é possível, mas viver com dignidade exige de vocês um olhar humano, comprometido e urgente.

Eu farei a entrega simbólica desse projeto de lei às mãos da Senadora Damares, que está aqui presente e tem demonstrado sensibilidade com as causas das doenças raras. Que essa entrega represente um compromisso com a vida, com a inclusão e com a esperança de milhares de famílias.

Aqui nós temos 3,5 mil assinaturas, a petição ainda está correndo nas redes sociais. (*Pausa.*)

Para que todos compreendam com mais profundidade a importância do tratamento Reac, que tem sido transformador na vida do meu filho, o próprio criador do protocolo, Dr. Rinaldi, falará. Ele poderá explicar com mais propriedade os fundamentos, os resultados e as possibilidades desse tratamento inovador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jaqueline, que fala! Essas mães deixam de ser pessoas comuns, se transformam em grandes oradoras, grandes palestrantes. O que vimos aqui? Uma mãe forjada pela dor, pelo sofrimento, que se torna a voz de milhares de crianças. Obrigada, Jaqueline; obrigada, Isaac; e obrigada, Bruna, por você estar acompanhando sua mãe nessa jornada. A gente sabe que você está deixando às vezes de passear, de ir ao cinema, de fazer coisas de meninas da sua idade, mas a sua mãe fez questão de destacá-la como a parceira nessa jornada. Nós a respeitamos muito e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

admiramos muito. Obrigada, viu, Bruna? Você está representando os milhares de irmãs e irmãos no Brasil que também entram nessa jornada e que ajudam os pais nessa grande jornada. Que Deus a abençoe muito! Você é um exemplo, você é um orgulho! Ela merece ser aplaudida. Obrigada, Bruna.

Nós vamos ouvir agora, com muita honra, o Dr. Salvatore Rinaldi, para mim foi uma alegria, uma surpresa enorme saber que ele estava disponível para participar dessa audiência. Ele fala diretamente da Itália, do Instituto Fontani, na Itália.

Dr. Salvatore, muito bem-vindo. É uma alegria tê-lo conosco.

O SR. SALVATORE RINALDI (Para expor. *Por videoconferência*.) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Salvatore, nós agradecemos a sua participação. Nós gostaríamos de entender muito mais sobre o protocolo. O senhor falou agora para o Brasil inteiro. Com certeza, o senhor levou para muitas famílias brasileiras esperança. Existe um tratamento que dá qualidade de vida para esse paciente. Nós queremos lhe agradecer pela sua disposição de estar parando tudo aí no seu instituto para falar conosco.

Nós teremos um grupo de trabalho nesta Comissão, que é um grupo de trabalho específico para as doenças raras, liderado por uma das nossas mais brilhantes Senadoras do Brasil, a Senadora Mara Gabrilli. É uma Subcomissão só sobre doenças raras. E nós vamos querer ter o senhor como nosso parceiro, nosso amigo e nosso orientador sobre essa doença e tornar conhecido seu protocolo e o tratamento que o senhor oferece. Quero agradecer a sua participação. Muito obrigada.

Na sequência, nós vamos ouvir agora, com muito carinho, Gabriel Yamin, líder do movimento Somos Todos Gigantes.

O SR. GABRIEL YAMIN (Para expor.) – Bom dia. Agora boa tarde, não é? Acabou de passar de meio-dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa da querida amiga Senadora Damares Alves, eu cumprimento todos da mesa, todos que estão aqui de forma presencial, todos que nos ouvem de forma *online*.

Eu vou começar me apresentando um pouquinho melhor e quero começar minha fala também convidando vocês a uma reflexão.

Meu nome é Gabriel Yamin, tenho 18 anos, sou de Goiânia, mas há um ano moro em São Paulo, sozinho, porque curso administração de empresas no Insper. Eu sou o primeiro caso de uma doença rara na minha família; na verdade, uma comorbidade comum – há mais de 770 tipos de doenças raras –, que é o nanismo. Eu nasci com o tipo mais comum de nanismo.

Quando a gente fala sobre o nanismo, geralmente você pensa em uma pessoa que tem características parecidas com as minhas. O nanismo, na verdade, é a baixa estatura que está associada a mais de 770 tipos de doenças raras, em sua maioria displasias esqueléticas.

É uma coincidência muito grande e muito feliz a gente ter este momento, aqui no Senado, no mesmo dia em que a gente está tendo, lá na Câmara dos Deputados, organizado pelo nosso instituto, pelo Somos Todos Gigantes, mas pelo Instituto Nacional de Nanismo, que é a parte legal, é o CNPJ por trás de todo esse movimento, o Fórum Internacional de Displasias Ósseas. A gente está tendo participação de especialistas do Brasil afora. Então, eu convido todos que se interessarem. A gente vai estar com programação hoje até às 18h, e amanhã também até mais ou menos a hora do almoço, lá no Auditório Nereu Ramos, no Anexo IV da Câmara.

A reflexão que eu queria começar minha fala trazendo para vocês é que há dez anos eu estou nessa luta pela minha comunidade. Hoje com 18, eu comecei com oito anos de idade essa luta e, a partir da minha casa, a partir da minha família, esse movimento que hoje se espalhou o Brasil afora.

Eu pude perceber que existem dois tipos de olhares que a gente mais recebe pela sociedade de forma geral, mas também, principalmente, pelo poder público: o olhar, na verdade não é nem um olhar, daquela pessoa que simplesmente mantém os olhos para o horizonte dela e não se preocupa nem em olhar para baixo, e olhar para essas pessoas que estão acenando aqui debaixo, tentando chamar a atenção de alguma forma; ou então das pessoas que se preocupam em, às vezes, olhar, mas que olham para baixo com esse olhar de superioridade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sentir superior a essa outra pessoa e de se sentir quase como um super-herói por estar olhando por essa pessoa.

Na verdade, o convite que eu quero fazer para todos vocês hoje, Parlamentares ou não, envolvidos com o poder público ou simplesmente membros da sociedade civil como eu, é para se abaixarem e olharem na altura dos nossos olhos, com os corações batendo nas alturas dos nossos corações, e olharem o mundo como a gente vê, com as nossas dores, com os nossos desafios, com os nossos direitos, que precisam ser respeitados e garantidos.

Então, em 2015, quando eu tinha só oito anos, eu e meus pais começamos um movimento despretensioso, uma página de Instagram, uma página de Facebook, que eu, pelo menos, com a minha pouca idade, mas tenho certeza de que meus pais também – meu pai está ali representando, minha mãe está lá no fórum – não imaginavam tomar proporções que fossem maiores do que o nosso círculo de amizades. E, com um ano, a gente entendeu que a gente já não podia mais ser só um movimento, a gente agora tinha que ter um *site*, porque não tinha informação sobre o nanismo. E, na época, as informações que a gente tinha eram muito dispersas, eram muito difíceis de serem acessadas, até para nós que estávamos à frente do movimento, até para nós que precisávamos buscar informação, a gente tinha muito difícil acesso a essas informações relevantes. E a gente precisava de um jeito de concentrar tudo aquilo que a gente ia conseguindo.

Então, a gente criou o primeiro *site* exclusivamente sobre o nanismo no Brasil, que hoje é: institutonacionaldenanismo.com.br, para reunir todas essas informações que, para nós, são a nossa maior arma contra os preconceitos que ainda nós sofremos, porque falta informação, e essa informação pode trazer empatia, essa informação traz essa mudança de olhar, essa informação faz com que o olhar agora se torne no mesmo nível para todo o mundo que nos cerca.

A gente não quer mais depender, pessoas como eu, de movimentos como o nosso para simplesmente bater à porta de todo mundo e falar assim: "Olha, a gente precisa disso". E são coisas básicas que a gente precisa, que a gente demanda muitas vezes. A gente quer que as pessoas tenham agora a informação e tenham essa empatia, esse olhar novo, para que vocês também possam ser agentes de transformação no nosso país, porque vocês também podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar para o lado, podem olhar ao redor e identificar ambientes que são inacessíveis, tanto fisicamente, arquitetonicamente, mas também socialmente. É uma acessibilidade comportamental que ainda precisa ser alcançada. Então, vocês também podem ser agentes de transformação. E esse é um convite que eu quero deixar na minha fala.

Em 2018, a gente entendeu que era muito legal ter essas informações no site, ter os nossos grupos de apoio, de interação nas redes sociais, no WhatsApp, mas a gente precisava se encontrar. A gente precisava olhar no fundo do olho de cada um, se abraçar e se reconhecer nas histórias tão distintas, mas que encontravam no nanismo um ponto em comum e que se tornavam uma esperança de um futuro diferente daquela realidade que meus pais tiveram quando receberam o meu diagnóstico, uma realidade de, às vezes, estarem perdidos em meio a tantas informações que, na verdade, não agregavam nada a uma família que acabou de receber um diagnóstico raro. E, para o caso do nanismo, ainda é mais difícil, porque, até hoje, é uma deficiência que não só é marginalizada pela sociedade, mas é vista com olhos pejorativos.

Em 99% dos casos, quando a gente vai falar de nanismo, a gente ainda não fala da pessoa com nanismo, a gente fala do anão da piada, a gente fala do anão da mitologia, a gente fala de um ser humano que nem é ser humano, na verdade, de um anão, e só. Então, essa é uma luta que a gente precisa ainda ter, a gente precisa ainda ultrapassar essa primeira barreira, para que, então, a gente possa discutir sobre quais são os nossos direitos humanos, porque nós somos seres humanos. Por trás de cada um de nós, tem um ser humano... Na verdade, não por trás, a gente está aqui – a gente está aqui! Eu estou aqui como ser humano, não como anão. Minha deficiência não pode me definir como pessoa ou como ser. A minha deficiência é só uma característica que está lá, mas o que eu sou, assim como todos vocês, é um ser humano, que tem direitos humanos que devem ser respeitados e garantidos.

Em 2020, a gente resolveu ultrapassar a ideia de movimento do Somos Todos Gigantes e criar a formalização de tudo isso por que a gente estava lutando, que é o Instituto Nacional de Nanismo. E, nas nossas primeiras reuniões e campanhas de *advocacy*, a gente conheceu e teve um tempo muito especial com a então Ministra Damares Alves, que recebeu a gente no gabinete dela, e a gente teve uma discussão tão rica, tão produtiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro muito da primeira pergunta que a senhora nos fez: "Por onde começamos? Cadê vocês? Onde vocês estão? Quais são as suas demandas, as suas necessidades?". Na época, tinha tanta coisa, e a gente não sabia nem ao certo quem nós éramos, quantos nós éramos... E a Damares olhou para a gente e falou assim: "Não, pode deixar que a gente vai estar junto nessa luta".

Ainda em 2020, no meio da pandemia, no meio daquele caos todo, a gente recebeu o primeiro material oficial do Governo Federal tratando sobre o nanismo nas mais diversas áreas. Então, a gente recebeu materiais de acessibilidade, de saúde e de direitos produzidos pelo Governo. Pela primeira vez, o Governo Federal olhava para a nossa comunidade – em 2020, através do trabalho da então Ministra e agora Senadora Damares Alves.

Em 2025, hoje, dez anos depois do início de tudo isso, eu, agora com 18 anos, posso garantir para vocês... Mudou muita coisa? Não mudou. A gente tem uma luta muito grande.

Se a gente pegasse – minha mãe brinca muito sobre isso, e, na verdade, é uma brincadeira que tem um tom de seriedade – o marco temporal da pessoa com nanismo e da luta da nossa comunidade, a gente estaria chegando ao marco zero agora, porque, em todos esses dez anos, a gente tem trabalhado por, primeiro, quebrar o preconceito e a visão pejorativa, da sociedade de forma geral, mas do poder público em relação às pessoas com nanismo.

Hoje, a gente está tendo na Câmara dos Deputados um momento histórico para o Brasil. Pela primeira vez, o médico que criou o primeiro tratamento para o meu tipo de nanismo, que hoje beneficia mais de 200 crianças ao redor do Brasil... mais de 400 crianças no Brasil e milhares de crianças ao redor do mundo... Ele está aqui, o criador, o desenvolvedor, o descobridor da molécula que reverte as características do nanismo, porque o nanismo não é só sobre a altura. A gente tem que lembrar que são 770 tipos de doenças raras com características e comorbidades diferentes, que não se limitam só à altura. Se fosse só sobre a altura também, se fosse só uma questão de sermos mais baixos, nem por isso nós deveríamos ser desumanizados, nem por isso nós não devemos ter nossos direitos respeitados; mas os nossos direitos, as nossas demandas vão muito além da altura.

E eu queria encerrar a minha fala com um caso que ilustra muito bem aquilo que eu estou falando, que não é só sobre a altura e não é uma luta que está chegando agora num patamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito elevado e muito avançado. Não, a gente ainda tem muito trabalho pela frente. No final da semana passada, viralizou nas redes sociais um vídeo de um influenciador saltando sobre uma jovem com nanismo que voltava da escola para casa. Ela simplesmente voltava para casa, ele não a conhecia, ele não lhe perguntou se podia gravar um vídeo e ele simplesmente saltou por cima, gravou e postou nas redes sociais.

Isso é algo que a gente enfrenta diariamente, são casos como esse que a gente enfrenta diariamente em 2025, mesmo na nossa comunidade de pessoas com deficiência. E o nanismo é uma das deficiências mais jovens, porque só foi reconhecido como tal em 2004, dois anos antes de eu nascer. Isso é muito recente para um universo todo de deficiência e para uma deficiência que é visualmente perceptível, que é uma deficiência física. Mesmo na nossa comunidade, pessoas com deficiência, nós ainda somos invisibilizados, nós ainda somos marginalizados. Então, a gente não pode manter esse padrão e manter esse olhar, essa perspectiva da sociedade com a gente, em relação à nossa comunidade, à minha comunidade.

É por isso que espaços como esse são tão importantes. É por isso que momentos como esse são tão importantes, para dar voz e para convidar todos vocês a fazerem parte desse movimento, a fazerem parte dessa transformação que precisa de tantas coisas, tantas áreas diferentes, é multidisciplinar, é uma transformação que envolve tantas áreas da nossa sociedade e precisa ser feita já. A gente não pode esperar mais. Eu não posso esperar mais para que as próximas gerações e as gerações posteriores tenham que lutar ainda por transformações tão básicas e tão simples, pelas quais eu venho lutando com a minha família e com tantas outras famílias que a gente engloba no nosso movimento há dez anos. A gente não pode estender essa luta por mais dez anos por coisas tão simples. Nós somos seres humanos antes de qualquer outra coisa e devemos ser respeitados como tal.

Então, eu queria agradecer muito pelo convite à Senadora, porque são espaços como esse que a gente precisa para que de fato a gente possa ter voz na sociedade e falar que estamos aqui; estamos aqui e vamos continuar lutando. Mas a gente precisa do apoio e da ajuda de todos vocês, porque o nanismo é uma condição que pode acontecer em qualquer família. A minha família não tinha nenhum caso antes. Mas vocês não precisam esperar acontecer na sua família para serem parte dessa luta tão importante de uma comunidade que é visível e deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visível, deve ser vista pelo poder público, mas pela sociedade civil também, não mais como piada, não mais como secundária, mas agora conquistando espaços que são nossos de direito.

Então, obrigado, Senadora – foi muito importante para a gente esse espaço, este momento –, e obrigado pelo seu apoio durante todos esses anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus, vocês precisam ver a cara do pai ali, a emoção! A primeira vez em que eu ouvi o Gabriel, eu disse: "Eu quero esse menino para ser meu genro", e eu continuo querendo o Gabriel para ser genro. (*Risos.*) Dezoito anos, morando sozinho, fazendo faculdade, e que oratória – vocês viram? –, que oratória! Eu acho que nós temos um grande líder, doutor, nesta nação. Só que eu quero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hã-hã, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só que eu quero pedir perdão ao Gabriel, e vocês vão entender por que eu vou pedir perdão. Esta mesa não estava pronta para Gabriel. Gabriel está sentado numa altura, e os pés dele estão no ar. Se Gabriel ficar mais uma hora nesta mesa, os pés do Gabriel vão doer. Esta mesa, esta Comissão não está pronta para a pessoa com baixa estatura, o Brasil não está pronto. Imaginem quantas crianças saem da escola, porque não tem uma cadeira rebaixada, porque o pezinho dói, ou não tem um suporte para o pezinho! Imaginem quantas crianças saem da escola porque não tem um banheiro rebaixado, um vaso rebaixado! Agora a gente está vendo no aeroporto, mas é um ou outro aeroporto; nas rodoviárias eu não estou vendo, nas escolas... A arquitetura não está pronta para eles, nós não estamos prontos.

Eu me lembro de que, quando a gente começou a conversar sobre tudo isso, eu fiquei muito brava, porque a fechadura... a maçaneta da minha sala, para o Gabriel entrar, se Gabriel estivesse sozinho, ele não conseguiria abrir a maçaneta da minha sala como Ministra dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos. E eu estou Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, e a mesa não está pronta para ele, dez anos depois. E aí, gente?

Para a minha tristeza, eu estava conversando com a Lauda aqui, meu envolvimento com o mundo do nanismo: onde estão as crianças com nanismo, indígenas? Não esperem que eu responda isso para vocês. Não serei eu que vou responder, mas, para a minha tristeza, eu ouvi das mães de criança com nanismo que hoje os médicos, alguns médicos, quando têm o diagnóstico, recomendam o aborto de criança com nanismo no Brasil. Que loucura é essa? O primeiro direito que elas têm é o direito à vida, e a gente precisa lutar pelo direito à vida das crianças com nanismo no país.

Eu não entro na polêmica do aborto, como Presidente desta Comissão não vou entrar, porque nós temos aqui Senadores que pensam diferente, mas como imaginar o Brasil sem o Gabriel? Como imaginar a minha vida sem o Gabriel? Como imaginar a vida da família deles sem o Gabriel? Quando alguns médicos estão dizendo: "Aborte uma criança com nanismo!".

Por fim, Doutor, quando nós falamos de violência, eu me lembro de que, quando eu comecei a ser assessora, eu escrevi um projeto de lei para um Deputado... Havia aqueles programas de televisão ridículos no Brasil em que as pessoas com nanismo apanhavam, com chacota, piada... E eu entrei com um projeto de lei, que meu Deputado assinou. E aí veio um grupo: "Se vocês fizerem isso, eles não terão mais emprego". Eles se submetiam a tudo aquilo para ter emprego no Brasil!

E, para a minha tristeza, eu trago mais um dado aqui, absurdo – talvez eu vá chocar com o que eu vou falar aqui, mas eu não vou me omitir de falar. Eu tenho recebido denúncias de mulheres com nanismo que são chamadas para fazerem programas sexuais, porque elas têm baixa estatura e se assemelham a uma criança, e os pedófilos querem mulheres com nanismo. E muitas delas se submetem a isso por fome!

Gente, são tantas coisas delicadas que nós precisamos discutir! E o que eu estou falando aqui foram coisas que eu ouvi lá atrás, com o movimento Somos Todos Gigantes, mas nós vamos pegar esses caras todos e vamos transformar este país, de fato, em um país inclusivo, em que uma mulher com nanismo vai ser Senadora, vai ser Deputada, vai ser doutora! Nós vamos trabalhar, esta Comissão está trabalhando para isto: garantir o direito a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel, obrigada por ter vindo.

Na sua fala, você comenta, mas o Doutor pediu, e eu não sou doida de proibir o Ministério Público de falar. (*Risos.*)

Na sequência, a gente já vai ouvir a Dra. Lauda e depois a Adriana. E aí a gente vai para o último orador, que é o Ministério da Saúde, e espero que ele tenha todas as respostas, pois nós estamos aqui hoje ansiosos para ouvir o Ministério da Saúde.

Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Eu peço desculpa pela intervenção, mas a senhora me deixou à mesa, e eu fiquei escutando tantos depoimentos importantes: a fala da nossa querida ali defendendo o filho, a do Gabriel, filho da Juliana, amiga da minha mulher, em Goiânia... E fico muito feliz em ver que Deus não escolhe os capacitados, Ele capacita os escolhidos. Isso é muito importante, porque ele tem papel fundamental na sociedade, um poder de transformação social muito grande no principal papel que deve ter que é o da atitude. A maior barreira que a pessoa com deficiência tem hoje, e sempre teve, é a atitudinal. Nós vivenciamos isso diariamente. E isso é uma questão de educação, de esclarecimento, de informação e também de denúncia para punir, pois quem não sabe aprender pelo amor, que seja pela dor. O papel do poder público é esse, e o papel da sociedade civil é justamente esclarecer ao poder público onde está a falha. Então, eu vejo a fala dessas duas pessoas queridas que trazem luz a um ponto importante que tem que ser debatido, colocando luzes, holofotes fortes para que a gente mude essa postura na sociedade para uma postura de respeito.

Obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Doutor. Muito obrigada.

Na sequência, vamos ouvir Lauda Santos, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras. Lauda.

A SRA. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Muito obrigada pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela presença de todos vocês.

Antes de começar a minha fala, eu gostaria de fazer uma sugestão, Senadora, porque eu acho extremamente importante. Uma vez eu ousei sair candidata a Deputada e eu tive uma roda de conversa com mulheres com nanismo. E me surpreendeu muito a fala delas de não ter médicos especialistas, consultórios preparados para receber uma mulher com nanismo, não estão preparados para um parto de uma mulher com nanismo. E as dificuldades que elas enfrentavam nos caixas eletrônicos: muitas iam receber seus salários, as pessoas com estaturas ditas normais, porque não deixa de a gente ficar pensando nessa anormalidade, é muito complicado... E dessas mulheres, as pessoas que estavam atrás copiavam as senhas bancárias. Quando elas recebiam, eles corriam atrás, tomavam o dinheiro delas. Então, eram tantas as necessidades que essas mulheres passavam...

E há uma coisa que é preocupante: eu acho que no seu encaminhamento, Senadora, a gente deve pensar numa linha de cuidado mais apropriado para a mulher com nanismo – não só para o homem, mas para a mulher com nanismo. Conheci muitas delas que tiveram aborto por falta de ter um protocolo de cuidados. Então, acho que isso aí é extremamente importante.

Pode colocar a minha apresentação, por favor.

Estou começando aí, eu acho que essa foto é impactante: o nosso Senador Davi Alcolumbre. A gente está falando de doença rara lá na frente. Em uma das minhas falas, vocês vão entender o porquê de a foto dele estar na primeira, porque a gente precisa dessa sabatina, eu vou chegar lá e vocês vão entender a minha solicitação.

A próxima, por favor.

Para a gente falar das doenças raras, eu me senti assim, de certa forma, mexida, porque, para a gente falar das nossas conquistas nesses mais de dez anos de Portaria 199, que é de 2014, nós estamos com 11 anos falando de doenças raras. Então, vamos ver quais são as conquistas e os desafios que nós tivemos nesses poucos anos, né?

Vamos lá. A próxima, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouquinho de mim, algumas pessoas que estão aqui na plateia e até mesmo de forma *online* conhecem um pouco do meu trabalho. Eu também fui uma mãe atípica – eu digo que eu fui, porque eu perdi a minha filha tem oito anos – e sou voluntária há 34 anos. Então, eu tenho um trabalho de referência aqui no Distrito Federal. Sempre fui uma mulher que gostei muito de desafios – eu acho que até por isso a minha fala é um pouco das conquistas e dos desafios.

Eu entrei na Amavi por acaso. Eu estava num outro segmento, eu estava num segmento de doença reumática. Fiz um trabalho digno de aplausos. Eu vou ser muito sincera, eu vou puxar os holofotes para mim, porque, quando eu deixei o segmento de doenças raras, a gente deixou incorporados no SUS cinco medicamentos biológicos para os tratamentos das doenças reumáticas e também saí com a entrada dos medicamentos biossimilares. Então, são conquistas que a gente vinha...

Quando a minha filha teve o diagnóstico, em 1992, não existia tratamento para a doença dela. Então, a gente tinha que importar, comprar os dólares, entregar para a Varig, um comissário de bordo comprava esse medicamento prescrito, trazia para o Brasil. Então, era uma troca, era uma confiança muito grande. Olha o que já se avançou de lá para cá, nesses 34 anos. Eu acho que foram grandes conquistas.

Estar na frente da Amavi, para mim, misturou um pouco a minha vida pessoal com a associação, porque as conquistas... Eu não precisava mais estar em nada disso. Eu já podia ter... Já sou uma mulher aposentada... Não fiz minha autodescrição, vou até falar: eu sou uma mulher branca, de cabelos loiros, uso óculos, estou hoje usando um vestido indiano, estampadinho, com marrom e preto. E nessa coisa toda, nessa andança desses 34 anos de militância para as doenças raras, não só pelas doenças raras, mas doenças reumáticas também... Aqui está você, Adriana, que tem espondilite anquilosante, e a gente já se conhece já de algum tempo, eu fui na inauguração do Instituto General Villas Bôas, enfim, a gente tem esse trabalho já de longo tempo mesmo.

Em 2018, a gente teve um desafio, porque nós não éramos unidos. Hoje eu vi a doutora falando que existem poucas associações para cuidar de tanta doença rara. Não, não existem poucas associações, existem muitas associações; o que não existe é a parceria dos hospitais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos médicos e o encaminhamento dos pacientes diagnosticados para uma associação de pacientes.

Eu fiz esse trabalho aqui no Distrito Federal em vários hospitais, eu só não consegui ter acesso, infelizmente, ao Hospital da Criança. Eles não deixam a gente entrar para distribuir folheto, para mostrar para eles que existe uma associação e que depois do diagnóstico esse paciente pode nos procurar, que ele vai ser muitíssimo bem recebido; de portas abertas, como a gente costuma falar. E a senhora foi conhecer o nosso Espaço Mundo Raro, onde a gente recebe todo e qualquer paciente raro e crônico. Se a gente não consegue acompanhar aquela patologia, a gente encaminha para a associação específica. Nós trabalhamos em rede exatamente por isso, para nos ajudarmos.

Graças a Deus, eu transito muitíssimo bem em todos os hospitais, em todas as frentes parlamentares, em todas as Comissões. Então, é um trabalho digno de reconhecimento pelo Governo. A gente ainda tem muito o que avançar, a gente tem política pública de Governo, a gente não tem política de Estado. Muda Governo, muda tudo, a gente retrocede, a gente ganha, a gente perde. Então, isso é uma... Eu falo que as doenças raras são uma eterna incógnita, uma interrogação o tempo inteiro, porque a gente não se acha pertencente em muitos lugares, em muitos ambientes não nos é permitida a entrada.

Em 2019, a gente fundou a Febrararas exatamente porque as associações de pacientes fazem esse acolhimento do paciente, do familiar, do cuidador, mas a gente tinha a necessidade de ter uma instituição maior, que pudesse batalhar pelas políticas públicas, implementar as políticas públicas, buscar as políticas públicas. Então, a federação foi fundada em 2019, e hoje nós temos mais de 90 associados de norte a sul do Brasil. Cada uma das associações federadas tem o seu CNPJ e o seu trabalho independente da federação. E nós demandamos à federação pela busca de políticas públicas.

E o Espaço Mundo Raro não foi diferente. A gente não tinha sede aqui em Brasília. Não só a Amavi, mas outras instituições também não tinham onde atender seus assistidos, então, nós nos juntamos e participamos de um edital para uso próprio do Governo. Hoje estamos no coração de Brasília, na 106/107 Sul, atrás do Cine Brasília. Já avançamos muito, hoje todos nos conhecem, a vizinhança toda, porque a gente não trabalha só para o paciente, a gente agrega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores, e os valores para a gente são os nossos vizinhos, que estão sempre lá conosco, tomando um cafezinho, comendo um pão de queijo e discutindo política pública. Então, esse é o nosso Espaço Mundo Raro, que todos estão convidados a conhecer.

A próxima, por favor.

Por que a gente vai falar das doenças raras nesta audiência aqui, que é de direitos humanos? Por quê? Porque nós falamos de 13 milhões de doenças raras, 80% de ordem genética. A maioria das crianças triadas ou diagnosticadas vem com a incompatibilidade com a vida. A gente perde muitos pacientes, a gente demora muito a ter diagnóstico. A gente está falando ali, nesse eslaide, por exemplo, de quatro a dez anos, mas a gente conhece... Lá no Espaço Mundo Raro, por exemplo, chegam pacientes para a gente que levaram 25 anos para ter o diagnóstico. Que diagnóstico preciso é esse? Que diagnóstico precoce é esse, né, Jaqueline? Você também teve esse problema com o Isaac. Então, são essas as coisas que a gente precisa mudar. A gente tem que pensar nesse ecossistema de forma realmente integral.

Os avanços legislativos e institucionais têm ocorrido, mas os desafios permanecem. A gente não vai deixar... A especificidade das doenças raras tem que ter um outro olhar, e a gente precisa pensar isso de uma forma realmente integral.

Por favor, o próximo.

A triagem neonatal, eu tive o prazer de acompanhar isso de perto, porque a gente já vem de muito tempo, né, Dra. Teresinha? A gente veio lá da Câmara Legislativa, a gente começou a ampliar... O Distrito Federal já foi referência na triagem já há muito tempo, porque, quando ainda era Deputada... Ela já foi Senadora, aliás, Deputada, já virou Vice-Governadora. Então, assim, a gente vem ampliando de lá para cá essa triagem neonatal.

E o Hospital de Apoio está triando 62 doenças tratáveis. E por que é assim? A gente fala tratáveis, que é uma exigência do SUS, porque você só vai triar o que você consegue tratar, né? E é nessa linha que a gente está.

Infelizmente, como a Santusa falou mesmo, nós temos aí a lei de ampliação da triagem neonatal de forma escalonada, e o Ministério da Saúde até agora não avançou nesse escalonamento. Já se vão dois anos ou mais, e a gente ainda está patinando nessa triagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neonatal de forma ampliada nos estados, que, na grande maioria, não conseguem triar o que a gente está triando. A gente está em 62, 12 doenças a mais do que consta na lei, né?

Então, essa meta de expandir em nível nacional é muito grande e é muito importante. Eu gostaria muito que o Ministério da Saúde tivesse realmente esse olhar da importância de triar. Não importa se tem ou não o tratamento, mas o pai ou a mãe que tem um filho com uma doença rara quer saber do que se trata, ele quer saber quais são as alternativas. Se não tem tratamento, o que eu posso fazer para melhorar a vida do meu filho? Então, a gente tem que ter esse olhar humanizado, gente. O SUS é humanizado. Por que a gente não vai ter esse olhar humanizado? Eu acho que os gestores, quem tem lá o poder da caneta, que está à frente do Ministério da Saúde, têm que mudar esse olhar.

O próximo, por favor.

Sobre a Febrararas, eu já falei um pouco, até me antecipei. A gente tem que pensar muito no maior poder de articulação nas políticas públicas para esse acesso, para esse diagnóstico, para esses tratamentos e ter esse olhar global com as pessoas com doenças raras. É muito importante para a gente.

Nós tivemos algumas conquistas; a mais recente foi a Deputada Rosangela Moro ter conseguido um assento na Conitec para que as associações de pacientes possam participar das discussões da Conitec. Isso é muito importante, porque é um avanço para a gente quando a associação que cuida do paciente... Claro, a gente tem o médico, que faz o diagnóstico; a gente não está fazendo o papel do médico, a gente não está fazendo o papel do prescritor, mas a gente tem tanto conhecimento quanto um familiar, porque a gente viu os primeiros cenários, a gente viu os primeiros sintomas. Quando a gente chegou até o médico para poder fechar o diagnóstico do nosso filho, a gente já teve toda essa observação.

Muitas mães são tratadas como loucas, as sábias, insanas que chegam. "Ah, você quer saber mais do que eu?" A gente escuta muito isso. A gente escuta que o descuidado é muito intenso, não é, gente? Eu acho que esse diálogo entre o médico, o paciente e a mãe do paciente tem que ser bem humanizado, bem acolhedor nessa oitiva, a gente tem que ter esse carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso eu sinto muito, de verdade, lá no Hospital de Apoio. Eu, sempre que chego... A gente sabe que o sistema de regulação está aí para acolher esse paciente e tudo, mas a gente sabe o perrengue que é. São oito meses para você conseguir marcar uma consulta, são mais oito meses para você ter um diagnóstico; quando você leva o resultado do exame já está vencido, já tem que refazer. Então, é nessas coisas que a gente precisa ter esse entrosamento junto ao hospital.

Próximo, por favor.

Bom, nós temos a Febrararas. Ela tem representação no Conselho Nacional de Saúde, não a federação em si, mas a associação federada faz parte do Conselho Nacional de Saúde, e lá nós temos a voz que pode nos representar. Então, em toda demanda que tiver junto ao Conselho Nacional de Saúde, é procurar a associação representante da federação.

Temos o conselho... No Conade, nós temos o assento. Vem agora nova eleição para o triênio de 2025 a 2027, e a gente está concorrendo novamente à vaga, com o assento das pessoas com doenças raras e as suas deficiências.

Na Câmara de Saúde Suplementar também nós temos assento, também somos representados pela Febrararas.

E como é que a gente pode fazer isso? A gente tem que estar em todos os conselhos. Gente, quem dirige uma associação, quem está à frente de uma instituição, procure os seus conselhos estaduais, municipais, participem dos conselhos, o quanto vocês puderem. O quanto mais vocês puderem estar nesses órgãos que nos representam... É importante a nossa participação. A gente tem que ser pertencente a esse universo aí.

Próximo, por favor.

Eu já falei do nosso assento na Conitec. Eu acho que isso vai ser muito bom. A gente já vem falando, já tem tido a participação do paciente, a voz do paciente na Conitec; agora, tendo esse assento, pelo qual a instituição pode participar, eu sinto falta demais, na participação da Conitec, das sociedades médicas, porque eu acho que quando a gente está discutindo um tratamento, a incorporação de um tratamento para paciente raro, a sociedade médica deve e tem a obrigação de estar presente nessas reuniões da Conitec. Só assim a gente vai falar com o conhecimento científico, embasado pelo paciente, pelo usuário do tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima, por favor.

E os nossos desafios? Vocês algum dia pararam para pensar quais são os desafios que a gente tem, no nosso dia a dia, em termos de doenças raras?

Vamos lá! O próximo, por favor.

Por que eu abri a minha fala com a foto do Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre? Porque, desde o dia 16 de dezembro de 2024, o despacho da Presidência da República... Tem lá uma representante na Dicol, que é a Dra. Daniela Marreco Cerqueira. Ela foi nomeada... Aliás, ela está aguardando a sabatina para ocupar o cargo no término do mandato da Dra. Meiruze, com quem nós conseguimos tratar de registro de medicamentos para pessoas com doenças raras. O número do despacho dela é 1.618. O 1.619 é do Dr. Leandro Safatle, que virá a ser Diretor-Presidente com o término do mandato do Dr. Antônio Barra Torres. E o 1.620, do Diogo Penha Soares, que será Diretor também de mandato com o término do Dr. Alex, que pediu renúncia.

Então, nós temos que ter essas sabatinas, Sr. Senador. Pelo amor de Deus, nos vejam, nos percebam nessa súplica que eu estou fazendo aqui em nome de 13 milhões de pacientes. Estou falando em nome de pessoas que precisam, que estão aguardando só a canetada e a publicação do registro do medicamento. Vou falar quais são eles – próximo, por favor.

Na Anvisa, o medicamento para MPS-II aguarda o registro desde 2020, gente. Eles falam que a RDC da Anvisa é célere para registro de medicamentos para doenças raras. A gente está aguardando para MPS-II, para epilepsia, para cistinose nefropática, para ataxia de Friedreich, para porfirias de que a gente precisa que atualizem a bula. Olhem isso! Gente, isso aí é para paciente que está cada dia pior, por quê? Porque não tem uma pessoa que possa ir lá, registrar o medicamento, solicitar essa incorporação do medicamento, entenderam? É muito difícil quando a gente está nessa busca, e a gente não tem a pessoa que está lá, que foi nomeada, mas não foi sabatinada. Então, Senador, por gentileza, olhe com muito carinho e convide a Anvisa, essas pessoas, os representantes dentro da Anvisa, para que sejam sabatinados.

E uma sugestão também: que nessa sabatina seja incluso como é o relacionamento entre a sociedade civil organizada e a Anvisa, porque é muito difícil a gente conseguir uma hora na Anvisa para que eles possam nos receber e a gente possa dialogar. Eu não estou falando aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em nome de indústria farmacêutica, eu estou falando em nome de pacientes. Esses pacientes todos que estão relacionados ali, que estão aguardando o registro de medicamentos, são pacientes assistidos pela Amavi e que também buscam essas respostas junto à Febrararas. E o que nós vamos dizer para esses pacientes? Por que essa morosidade de quatro anos? Tem campanhas na internet, no Instagram, em tempo integral. Para ataxia de Friedreich, por exemplo, o pessoal está desesperado, gente, e são jovens, são pessoas que poderiam estar contribuindo com o sistema, e não podem por quê? Porque a doença avança e a morosidade da Anvisa... Está lá, está na zona de conforto deles.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAUDA SANTOS – Eu acho que eu estou encerrando, Senadora. É rapidinho.

A próxima, por favor.

A gente também tem que pensar nas PCDTs para os raros. NMO, por exemplo: a gente tem paciente que estava grávida, teve diagnóstico de NMO na gravidez e, por falta de tratamento, acabou perdendo o bebê e ficou cega. Então, a gente não está falando de uma doença qualquer, a gente está falando de doenças extremamente sérias. A gente precisa criar política pública para DOT (doença ocular da tireoide). A gente tem que registrar, na Conitec, tratamento para Alagille, que é tratamento à base da *Cannabis*, né? Quanto à acromegalia, teve uma consulta pública recente, e também a gente precisa acompanhar essa tramitação e essa atualização do PCDT.

O próximo, por favor – vou correr. (*Risos.*)

Quanto ao Judiciário, gente, vocês sabem o que a gente está passando aí pelo Judiciário afora, a gente não está podendo judicializar; então está toda uma dificuldade. Nós temos aí um projeto de lei da Deputada Rosangela Moro e do Senador Romário; então, a gente precisa acompanhar, a gente precisa que isso não pare no tempo e que avance. A gente precisa que se avance, para que a gente possa garantir o mínimo para o paciente com doença rara.

O próximo, por favor.

Reduzir a jornada do paciente é urgente, e a gente sabe que, para isso, a gente precisa contar com vocês, os melhores médicos, as melhores pessoas, que recebem os nossos pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, já tem a... A Santusa falou com muita propriedade da jornada do paciente, deste percurso de onde é que eles estão, como é que eles estão sendo pesquisados. Então, isto é muito importante: a gente pensar nessa redução de jornada.

O próximo.

Incluir, gente, nos cursos de Medicina... A gente precisa ter um projeto de lei – viu, Senadora? – para que o Ministério da Educação inclua no curso de Medicina as doenças raras, porque a gente vai mudar bastante. A gente está fazendo um curso de especialização pela Uniesp, lá da Paraíba, que é Especialização em Doenças Raras. Então, acho que tem que reverberar, a gente tem que mudar essa nossa grade curricular no curso de Medicina.

O próximo, por favor.

Capacitação dos profissionais de saúde. A gente está falando de muita gente que não conhece e não sabe dos sinais e sintomas de doenças raras...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAUDA SANTOS – ... e a gente precisa pensar nessa capacitação.

O próximo.

As políticas públicas devem sair do papel – chega de papel, como a Senadora falou. No papel tudo é lindo, o papel tudo aceita, mas realmente é efetivo? É factível? É realizável? O que a gente espera com isso? Haja papel!

Eu fui fazer um levantamento, e existem 951 projetos de leis para doenças raras. Vocês depois observem quais são esses projetos de leis e tentem fazer um estudo disso tudo, para vocês entenderem como é difícil.

O próximo, por favor.

O futuro das doenças raras no Brasil. O que a gente espera? A gente não é favorável à judicialização, a gente não é favorável a nada disso. Se todos nós nos unirmos e fizermos com que as políticas públicas realmente avancem, para que elas sejam realmente o que a gente espera e o que a gente quer... Eu sei que, como a Santusa fala, não é tudo para todo mundo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não tem tudo para todo mundo, mas o que a gente puder ter que a gente tenha com qualidade. Então, a gente tem que pensar na política pública de forma ampliada, de forma realmente possível de acontecer, sem onerar o sistema, mas que a gente tenha esse direito.

Essa sou eu.

Muitíssima obrigada pela oportunidade, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lauda. Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo!

Na sequência, vamos ouvir Adriana Villas Bôas, mãe de uma criança com doença rara, filha de um raro, e ela também é rara. Seja bem-vinda, Adriana!

A SRA. ADRIANA HAAS VILLAS BÔAS (Para expor.) – Prezada Senadora Damares, Procurador Claudio Drewes José, demais membros aqui da mesa que me acompanham, senhoras e senhores, profissionais da saúde, da sociedade civil, famílias que vivem o dia a dia das doenças raras. Aqui faço referência à Sra. Jaqueline, que fez uma fala muito tocante. Também quero aqui ressaltar a equipe que está nesse *front*, há muito tempo, com a Senadora: a Tati, a Chris Zanzoni, a Marisa Romão, a Vivi, a Tati Alvarenga. Esse pessoal é apaixonado pela pauta, eu vi isso de perto.

Bom, foi com grande alegria que eu recebi esse convite para estar aqui mais uma vez, nas cadeiras da política, podendo falar sobre os raros. Depois de tantos discursos incríveis, o que me sobra é apenas talvez sintetizar alguns pontos importantes.

A pauta dos raros, como se sabe, luta contra o tempo e tem, a meu ver, três pilares de sustentação: família, esperança e fé. E eu não estou aqui para fazer um discurso religioso; é apenas uma constatação de que, quando se vive muitas vezes numa situação em que instituições, tanto públicas quanto privadas, não nos atendem, acaba que a gente perde pessoas que tanto amamos.

Nos anos em que estive à frente da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, no Ministério dos Direitos Humanos, eu pude ver um pouco da vivência desse lado da mesa. Muito alcançamos e inovamos, trazendo a pauta para outras temáticas, como os direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, ciência e tecnologia, nas quais tivemos grandes parceiros, cidadania, infraestrutura, entre outros. Enfrentamos barreiras – e ainda desejo conseguir derrubá-las por completo –, barreiras, como todas que foram bem pontuadas aqui por todos vocês e pela Lauda, do desconhecimento, de leis rígidas que impedem o crescimento da política das doenças raras no Brasil; barreiras jurídicas, financeiras e dos próprios departamentos de saúde.

Nós tivemos alguns feitos na gestão da Senadora Damares no ministério, como ampliar a consciência do povo brasileiro sobre os raros, aumentando o conhecimento da população sobre esse público, através de incansáveis campanhas de conscientização, tornando assim possível encontrar novos diagnósticos. Nós incluímos os raros no Conade – foi um grande feito. Lutamos e promulgamos a Lei do Teste do Pezinho Ampliado no SUS, que, como todos colocaram aqui, infelizmente não está alcançando todas as cidades. É uma lei que foi feita para ser aplicada em fases, e as fases não estão se completando.

E a Lauda trouxe uma fala, que foi rápida, mas que eu captei porque foi muito importante, de que, independentemente de ter cura ou não, façam os diagnósticos. E tem um motivo de a Lauda estar falando isso.

Em tempos de covid, nós capacitamos os nossos canais de denúncias para que conhecessem todas as situações das crianças raras, das mulheres raras, dos indígenas raros. Nós tornamos acessíveis as cartilhas sobre covid, sobre pessoas com doenças raras e pessoas com deficiência.

Tentamos incluir a pauta dos raros na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul. Não foi aceita, porque eles entenderam que doenças raras não se tratava de direitos humanos. Mais uma vez, o Brasil saiu na frente: criamos o Comitê Interministerial de Doenças Raras.

Em nossas campanhas de doenças raras, de conscientização, nós buscávamos sempre mostrar o trabalho feito pelos próprios raros – livros, modas, camisa, exposições.

Eram os próprios raros que iam lá expor seus trabalhos.

Hoje, novamente, trago aqui a voz de muitas pessoas que vivem todos os dias realidades duras, silenciosas e, muitas vezes, invisibilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo como alguém que, há 22 anos, tem uma doença progressiva degenerativa – espondilite anquilosante –, além das minhas dores crônicas, que estão limitando meus movimentos, minha rotina e minha liberdade e afetando até mesmo a minha memória, por exaustão, porque eu não durmo direito há 22 anos. E é por isso que eu sempre apelo a recursos de leitura para não me perder nas falas, porque até a atenção é afetada.

E deixo um ponto importante: nós precisamos começar a falar sobre as deficiências invisíveis.

Além disso, sou filha de um homem raro, diagnosticado com esclerose lateral amiotrófica, o General Villas Bôas; sou tia de um menino com Síndrome de Morsier, o Rafa, e de outro com AME, o Tiago.

Tenho caminhado com algumas famílias lado a lado que enfrentam essa barreira diariamente.

Por isso, aqui, eu posso afirmar, com um pouco de convicção, que uma das angústias que os raros atravessam, além da sua busca pelo tratamento e pela cura, é a insegurança jurídica que vivemos nesse país, a ausência de garantias efetivas que protejam os direitos das pessoas com doenças raras no Brasil.

Hoje, no Brasil, às vezes, a única saída para muitas famílias é a Justiça, em especial para os ultrarraros, conceito que o Anthony sempre nos trazia. É um a cada 50 mil, salvo engano.

No entanto, com alguns impasses que tivemos ano passado com o STF, os raros foram surpreendidos com a possibilidade de implementação de regras rígidas para que possam ajuizar ações e terem seus pedidos de tratamentos considerados. Ocorre que regrar demais o raro é desconsiderar o próprio conceito, isto é, baixa estatística populacional.

Também nos deparamos com portarias que, apesar de publicadas, não são aplicadas por falta de regulamentação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, como aconteceu com o medicamento Zolgensma, que, em 2022, foi inserido ao SUS, mas só, quase três anos depois, foi regulamentado para ser fornecido para famílias com bebês com AME com até seis meses de idade. Ocorre que, ainda assim, as crianças com mais de seis meses não terão direito. Para algumas, já não há mais tempo para passar pelo tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O direito à saúde está garantido na Constituição Federal. Na prática, porém, esse direito se torna uma loteria quando se trata de pessoas com doenças raras. Algumas famílias conseguem na Justiça; outras, não.

A depender de quem julga, do município, do Estado, da interpretação, da lei, os pacientes recebem decisão diferente em cada situação.

O caminho judicial é desgastante. Enquanto processos se arrastam nos tribunais, muitas pessoas perdem a luta contra a doença por falta do acesso ao tratamento.

Outras famílias, então, se endividam para conseguir custear esses medicamentos e nem sempre conseguem redução dos seus impostos.

O que estamos defendendo aqui, hoje, não são privilégios, é apenas um direito básico que é o direito à vida, à dignidade, à saúde e ao respeito.

É por isso que se faz urgente a criação de uma lei de política nacional de atenção a pessoas com doenças raras como bem colocou a Dra. Santusa, uma legislação clara e objetiva que estabeleça direitos fundamentais para os pacientes e suas famílias, evitando que cada caso precise ser discutido nos tribunais, como também já foi colocado aqui.

Minha fala é curtinha mesmo, por isso eu quero agradecer, mais uma vez, esse convite dessa equipe de que muito me orgulha ter feito parte, Senadora Damares, que era a Ministra mais bonita do Brasil e que acolheu essa pauta que, até então, era exclusividade da saúde. E, agora, a gente pode debatê-la em tantos outros âmbitos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Adriana, muito obrigada.

A Lauda trouxe, no início da fala dela, direitos para as mulheres com nanismo grávidas.

A Adriana engravidou enquanto estava Coordenadora Nacional dos Direitos da Pessoa Rara. E, claro, a orientação era: aborte!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela ia sofrer muito, ela gritava de dor 24 horas durante a gravidez, sem os atendimentos que merecia, porque não se tinha protocolo no caso dela. E ela teve uma filha linda.

Então, gravidez da mulher com doenças raras: nós vamos ter que falar sobre isso.

Quando terminar esta audiência, hoje à tarde, nós vamos ter o primeiro debate nesta Comissão sobre endometriose. Em pleno 2025, nós ainda estamos tão longe com uma doença que alcança milhões de mulheres.

Imagine a mulher rara e a ultrarrara grávidas.

Adriana, obrigada por sua participação.

Eu só quero informar aos senhores que a Comissão já fez o primeiro encaminhamento. A primeira indicação já está pronta para o Ministério de Direitos Humanos. Já estão ali elaborando a segunda e a terceira. Esta é uma Comissão que trabalha, e todos os encaminhamentos terão uma resposta e todas as perguntas que estão chegando também.

Eu vou pedir permissão para a gente responder essas perguntas por *e-mail* por conta do nosso horário.

Nosso último orador mudou. Seria o Dr. Arthur. Agora, eu estou sendo informada de que quem vai participar é o Dr. Natan Monsores, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Doutor, seja bem-vindo, nosso último orador.

Nós já vamos para o encerramento com ela, que pediu a fala, com mais dois minutinhos, depois da fala do Dr. Natan.

Dr. Natan, seja bem-vindo.

O SR. NATAN MONSORES (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadora. A senhora me escuta bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Dr. Natan, escutamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATAN MONSORES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Maravilha. Muito obrigado pelo retorno.

Em primeiro lugar, dou meu boa-tarde a todos os que compõem a mesa. Cumprimento os presentes por intermédio da Senadora Damares.

Quero fazer alguns aportes em relação aos temas que a gente tratou aqui e as ações que o Ministério da Saúde tem endereçado no sentido de apoiar as demandas, enfim, a causa das pessoas que vivem com doenças raras no Brasil.

A Adriana me antecedeu, a Lauda me antecedeu. Enfim, são militantes e pessoas aguerridas na causa, nesta luta por direitos e acesso à saúde.

Enfim, quero só trazer um pequeno retrato, Senadora. Antes até me coloco à disposição de todos para questionamentos, perguntas e tudo aquilo que essa Casa achar que o Ministério da Saúde deva trazer à luz.

Então, só esclarecendo, a Coordenação-Geral de Doenças Raras, dentro do Ministério da Saúde, foi criada no início do Governo e, desde então, a gente tem tentado, num processo de escuta qualificada, ouvindo as associações – inúmeras vezes recebemos no Ministério da Saúde a Lauda, que está aí presente, a equipe relacionada à Febrararas, como já foi citado –, manter essa escuta ativa. E, desde o início da coordenação, através de um diagnóstico de situação, começamos a trabalhar numa série de ações para tentar mitigar as questões – resolver é uma palavra muito forte para esse quadro de demandas e solicitações.

Mas, desde a criação da coordenação, o Ministério da Saúde tem aportado um volume bastante grande de iniciativas dentro do setor de doenças raras. Hoje, já são 91 medicamentos endereçados para as diferentes condições raras e, a todo instante, novas terapias estão em análise, algumas são incorporadas, outras não são. Essa é até uma questão para ser tratada nessa Casa, a questão de direcionamento de recursos para essas novas terapias.

Já são R$4,5 bilhões investidos no pagamento dessas terapias, no desembolso para essas terapias. Neste ínterim também, 16 novas tecnologias foram incorporadas, enfim, os esforços do Ministério da Saúde têm tentado atender as diferentes demandas da comunidade que vive com doenças raras. Obviamente, a gente está falando de um cenário de 5 mil até 10 mil condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes e para boa parte delas a gente não tem ainda terapias desenvolvidas pelo setor produtivo, pelo setor industrial ou ainda estão em pesquisa pela comunidade científica. Então, não há medicamentos para todas as condições, não há tratamentos medicamentosos disponíveis para todas as condições, mas a gente pode acolher essas pessoas, a gente pode, dentro do Sistema Único de Saúde, dar o devido atendimento a essas pessoas.

Então, trazendo mais alguns números, de 2022 até 2024, nós saltamos de 30 mil atendimentos dentro da rede SUS a pessoas com doenças raras para cerca de 60 mil atendimentos. Então, nós dobramos a capacidade do Sistema Único de Saúde em atender as pessoas. Fomos de 23 serviços de referência em doenças raras para 36 serviços em 2024 e há mais quatro ou cinco em habilitação neste momento.

Havia uma demanda enorme da comunidade sobre disponibilidade de exames. Então, neste ano foi investido, desde o ano passado a gente fez o planejamento orçamentário, mas neste ano nós instituímos dois grandes serviços para que os testes moleculares – mormente o sequenciamento de nova geração, comumente conhecido pelas pessoas como painel genético ou exoma – possam ser feitos dentro do Sistema Único de Saúde.

Então, nós não tínhamos dentro do Ministério da Saúde um órgão para endereçar as questões, foi criada também uma câmara técnica para lidar com o tema hoje. Há uma portaria que já, já deve estar publicizada, que é a da triagem neonatal, e posso trazer notícias. Hoje mesmo, pela manhã, tivemos uma excelente reunião técnica, na qual a questão do cronograma, da expansão da triagem neonatal foi tratada e a gente espera em breve ter um anúncio bem positivo em relação a esse tema.

Por fim, para não me estender muito, Senadora, havia uma demanda enorme também das pessoas com doenças raras em relação a serviços para infundir medicamentos. Essa portaria foi construída no ano passado e já, já sai o anúncio.

E, para terminar a minha breve fala aqui, já me colocando à disposição de todos, havia uma forte demanda, que foi citada há pouco pela Adriana também, sobre o acesso aos Zolgensma. Então, o Ministro Padilha fez a assinatura do Acordo de Compartilhamento de Risco. Nós, neste momento, estamos terminando a organização dos serviços que vão fazer infusão – são 28 serviços identificados no Brasil – e, em breve, a partir das próximas semanas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zolgensma se encontrará à disposição das crianças com AME. Lembro que, para além do Zolgensma, há duas outras medicações disponíveis dentro do Sistema Único de Saúde para as crianças com AME.

Enfim, para finalizar, eu só queria me colocar à disposição. A Coordenação de Doenças Raras não está parada, não está imobilizada nesses dois anos. A gente acolheu essa série de proposições, inclusive proposições dessa Casa. Permanecemos abertos ao diálogo, à oitiva.

Enfim, e tudo aquilo que nos foi endereçado nós temos tentado tratar com a maior diligência possível, com o maior empenho possível. Obviamente, há questões que passam pelo Ministério da Saúde também, mas que não estão diretamente sob minha responsabilidade, como é a questão da judicialização que acontece para alguns medicamentos. Mas, de novo, para os medicamentos que estão sendo judicializados, para aquelas tecnologias que a gente tem identificado como prioritárias para comunidades raras, nós temos travado uma série de debates internos sobre as melhores soluções para que a comunidade tenha acesso.

A gente sabe que, na cabeça, na vida das pessoas que vivem com doenças raras, o relógio corre diferente, os tempos são outros. E a gente está tentando fazer, de uma maneira diligente, esse movimento interno, mobilizando as áreas de incorporação de tecnologias, mobilizando a área orçamentária também do Ministério da Saúde. O gabinete do Ministro Padilha rapidamente se envolveu também com o tema. Enfim, a gente não está omisso e nem parado nessa Coordenação de Raras, no sentido de atender àquilo que nos aprouve dentro da estrutura do Ministério da Saúde.

Coloco-me à disposição, Senadora, para qualquer esclarecimento – a hora já tarda aí. Enfim, não queria deixar aqui de marcar essa presença, a presença da coordenação, e dizer para a população brasileira que a gente está aberto para ouvir, para trabalhar junto e tentar endereçar as melhores soluções possíveis para toda a população.

Agradeço novamente pela oportunidade de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Natan, quero agradecê-lo. Muito obrigada por ter participado. A presença do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde neste debate é importante, mas, já que o senhor se colocou à disposição, eu vou abusar – vou abusar do senhor.

Dr. Natan, nós temos mães que vieram de outros estados e estão aqui, oradores que vieram de outros estados, até de outro país. Então, a gente gostaria muito – eu sei que vocês estão em fase de mudança; novo Ministro, nova gestão, novos coordenadores – que a coordenação participasse sempre presencialmente com a gente. As famílias só querem tocar em vocês. Vocês serão tratados com todo o respeito nesta Comissão.

Apesar de eu ser uma Senadora de oposição, eu trato todos os agentes do Estado e do Governo com todo o respeito que merecem. Então, estar presente com a gente, designar um técnico da coordenação para vir aos debates... Não precisa ser o senhor. Eu sei que, como Coordenador-Geral, tem muitas, muitas demandas, mas é necessário ter um técnico nos acompanhando nesse ciclo. Por quê, Dr. Natan? É aqui que as decisões acontecem, é aqui que se faz o Orçamento da União e, sem dinheiro, o senhor não tem coordenação. Eu quero muito estar parceira da coordenação para a gente lutar por recursos para vocês, para a gente buscar essas 951 propostas de lei que caminham aqui dentro. De repente, nós vamos aprovar um projeto de lei que vai inviabilizar o seu trabalho lá na ponta. Então, ter a coordenação sentada com a gente nesse ciclo de debate é mais do que necessário – é mais do que necessário.

Dr. Natan, obrigada por sua participação. Nós vamos avisar com antecedência as próximas audiências. Tem esse problema também, porque, às vezes, a gente anuncia muito em cima e você já tem agenda, mas eu fico contente de que o senhor tenha se colocado à disposição e colocado a coordenação à disposição. Dê um abraço no Secretário, um abraço no Ministro, e obrigada pela participação.

Nós estamos indo para o final desta audiência, com muitos encaminhamentos. Esta mesa vai ser rebaixada, acredite. Arquitetura do Senado, nós já temos o espaço para as cadeiras de roda, mas as nossas bancadas não estão rebaixadas para pessoas com baixa estatura. E quem sabe não vai ser esta mesa a primeira e você vai sentar aqui sem o seu pé estar solto aí?

O SR. GABRIEL YAMIN (Para expor.) – Vou só falar uma coisa rapidinho. Às vezes, não precisa nem disso tudo; às vezes, não precisa nem rebaixar; às vezes, é uma almofada aqui nas costas e um banquinho para apoiar o pé e está ótimo. São coisas simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ouviu, Arquitetura?

O SR. GABRIEL YAMIN – É tudo adaptável e, às vezes, a gente não pensa, nessa correria, mas é coisa simples.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vejam só quantos detalhes.

Dra. Teresinha, eu posso falar com a senhora depois ou a senhora faz questão de usar, por dois minutos, a palavra ainda?

A SRA. MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Eu queria usar da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só dois minutos – pode ser? – para a gente ir para o encaminhamento?

Pode usar a bancada aí.

A SRA. MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, dois minutos.

A SRA. MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA CARDOSO (Para expor.) – Inclusive, é para deixar a Dra. Santusa mais feliz. Eu também sou uma ativista eterna do SUS.

Já temos uma pesquisa em andamento – você sabe disso, mas eu quero que todo mundo e a Senadora saibam também – da Sociedade Brasileira de Genética, em parceria com o Ministério da Saúde e o CNPq, e eu sou a representante da Regional Centro-Oeste nesse processo. De 2020 para cá, estão sendo mapeadas todas as doenças raras nos 31 centros de referência, de que até o Dr. Natan falou. E isso vai municiar o Ministério da Saúde quanto ao Atlas de Doenças Raras, à incidência de doenças raras e, inclusive, à jornada do paciente, com os valores econômicos de cada doença. É até 2025. Eu não sei se vai prorrogar, mas, desde 2020, nós estamos fazendo esse mapeamento. Então, já vamos ter dados no final de 2025, embora já tenham saído várias publicações com dados parciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para deixar que já tem alguma coisa sobre doença rara no Brasil. Está bom?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Teresinha.

Quero agradecer a presença de todos.

Nós temos crianças que ficaram aqui até agora; às mães, obrigada.

A Diretora do Hospital da Criança quer dar a última palavra?

A SRA. VALDENIZE TIZIANI (Para expor.) – Sim. Obrigada, Senadora.

Eu apenas gostaria de dizer que quem quiser conhecer, visitar o Hospital da Criança, inclusive a Sra. Lauda, de quem eu nunca recebi nenhuma solicitação, o nosso contato é: diretoria.executiva@hcb.org.br. Estamos inteiramente à disposição.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Agradeço.

Dr. Claudio, obrigado por ter ficado comigo até este momento. É muito bom ter o Ministério Público como amigo.

O SR. CLAUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA – Obrigado à senhora, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu agradeço a presença de todos no primeiro debate desse ciclo. Nós vamos continuar este debate e nós queremos não só fazer o debate, mas trazer respostas.

Andréa, mais uma vez obrigada por estar com a gente. Muito obrigada.

E, daqui a pouco, a gente vai começar uma outra audiência, um outro debate, mais que urgente, mais que necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (10ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (6ª REUNIÃO), EM 07 DE ABRIL DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 21/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 7/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Finalidade: Debater sobre: "Os desafios e os direitos das mulheres com Endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença.". Participantes: Cristiane Britto, Advogada e ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos; Eduardo Schor, Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina - SOBRAPEM; Jean Pierre Barguil Brasileiro, Médico da Secretaria Estadual de Saúde do DF e Diretor do Instituto VERHUM, Vídeo Endoscopia e Reprodução Humana; Norberto José Maffei Junior, Médico Ginecologista e Obstetra; André Luís Malavasi Longo de Oliveira, Médico - Assistente no Centro de Reprodução Humana da Divisão de Ginecologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP; Frederico José Silva Corrêa, Mestre pela Universidade Católica de Brasília - UCB e Doutor pela Faculdade de Medicina de São Paulo - USP; e Josilene Lúcia dos Santos, Coordenadora Geral de Ações Temáticas e Diversidade da Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/07

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, ambas do Senado – duas Comissões aqui presentes hoje –, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 21, 27 e 29, da CDH, e do nº 7, de 2025, da CAS, todos de minha autoria, para debater sobre os desafios e os direitos das mulheres com endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania; na internet, em senado.leg.br/ecidadania; ou pelo telefone da Ouvidoria, o 0800 0612211 – eu vou repetir o telefone: 0800 0612211. Pode ligar, porque não tem custo nenhum essa ligação.

Nós vamos ter duas mesas nesta sessão: a primeira mesa será composta pela Dra. Cristiane Britto, Dr. Eduardo, Dr. Jean e Dr. Norberto; e depois nós teremos uma segunda mesa.

Antes de chamar os componentes desta mesa, eu quero informar que esta audiência chamou a atenção de muita gente no Brasil. Até quinta-feira, por volta de 14h – depois a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguiu mais contar na sexta, no sábado, no domingo –, nós recebemos, via internet... Nós divulgamos a pauta e, no momento em que nós divulgamos, nós recebemos mais de 45 perguntas e comentários. Nós não conseguimos contar mais agora quantas perguntas e comentários, o que mostra que o assunto... E perguntas que vieram do Brasil inteiro, comentários que vieram para esta Comissão do Brasil inteiro. Nós sabemos que neste momento tem grupo de mulheres reunidas em associações no Brasil inteiro, com a televisão ligada, assistindo. Nós sabemos, Doutores, que tem igrejas que abriram as portas dos templos hoje, à tarde, e ligaram o telão para assistir a esta audiência juntos, o que mostra que o assunto está despertando interesse na sociedade e que – eu assinei como coautora alguns requerimentos, mas tem requerimentos de que eu não sou a autora principal – os Senadores das duas Comissões acertaram em começar esse debate no Parlamento. Isso mostra que mostra que o Parlamento não pode ficar fora mais dessa discussão.

A mulher com endometriose sofre. E nós não vamos discutir aqui na Comissão de Direitos Humanos o tratamento, a medicação – isso está sendo discutido na Comissão paralela, que é a CAS, que está aqui presente, de que eu também sou membro –, mas, na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos dar uma abordagem à luz dos direitos. Como estão os direitos das mulheres com endometriose no país? Eu fui Ministra da Mulher, eu sou Senadora da mulher, eu sou militante da causa feminina há mais de 35 anos. Eu sou Pastora, e, por ser Pastora, quantas vezes, no gabinete pastoral, o que eu recebi eram mulheres gritando de dor, incompreendidas pelos maridos, com casamentos destruídos, porque elas não estavam dando conta da obrigação conjugal – vocês entenderam o que eu estou falando? Quantas mulheres perderam o emprego, porque estão com muitas dores? Isso há 35 anos. E qual a relação com o patrão para explicar que esta mulher precisa ser vista de uma outra forma?

Nos últimos anos, o debate aconteceu no Senado, na Câmara, legislações foram trazidas, temos projetos de lei tramitando nas duas Casas – eu sou Relatora de um importante projeto de lei sobre o assunto –, mas, nesta Comissão, nós estamos no mês da saúde e esta Comissão de Direitos Humanos vai discutir os direitos humanos de uma mulher com endometriose. É com isso que nós vamos começar.

E, claro, nós vamos também ter aqui na mesa médicos que vão falar do tratamento, do remédio, do diagnóstico. E aí, Doutores, a gente vai se deparar com o diagnóstico. Quantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres neste país imenso chamado Brasil, em regiões isoladas, estão gritando de dor sem saber por que estão com dor?! Quantas mulheres estão sendo chamadas de "mimizentas", exageradas, estéricas, loucas por que não têm um diagnóstico?! E a gente vai se deparar com essa realidade.

Então, eu acredito que esta é uma importante reunião nesse ciclo de debate sobre saúde e direitos que a Comissão está fazendo ao longo deste mês.

Hoje pela manhã, nós tivemos uma audiência pública, que terminou agora, depois das 13h20, em que nós discutimos doenças raras e direitos dos pacientes com doenças raras. Foi um momento de muita emoção, em que nós nos deparamos com o quanto estamos ficando para trás na garantia de direitos das pessoas com doenças raras. Por exemplo, para quem não esteve de manhã, sentou ao meu lado o Gabriel, representante do movimento Somos Todos Gigantes, Ministra Cristiane. Ele é líder de um movimento que fala sobre as pessoas com nanismo e os desafios. E ele tem baixa estatura. Na hora em que ele sentou nessa cadeira, nós observamos que essa mesa não estava pronta para ele, que o Parlamento não está pronto para pessoas com baixa estatura. Que vergonha!

E aí os desafios o tempo todo estão chegando, estão postos, e nós vamos ter que dar respostas a todos os desafios que estão sendo trazidos para esta Comissão.

Neste momento, nós vamos discutir um tema ao qual, com certeza, vamos sair daqui desafiados a dar respostas.

E aí, com muita alegria, eu cumprimento os internautas, eu cumprimento as pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado. Podem mandar suas perguntas. As perguntas a que a gente não conseguir responder aqui na audiência nós vamos encaminhar aos preletores, aos expositores por *e-mail*, para que a gente encaminhe aos internautas, depois, as respostas.

Na nossa primeira mesa, cada expositor terá dez minutos, mas todos sabem que eu sou extremamente generosa e não tem como a gente falar de dor e limitar a dez minutos. A assessoria não gosta que eu fale isso, mas eu serei generosa, eu não vou deixar a campainha tocar, mas vamos tentar ficar nesse prazo, porque as nossas mídias fazem um cronograma de quanto tempo vai durar a audiência e separam a TV Senado, o YouTube para esse período, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se alcance o maior número de pessoas. Então, se a gente conseguir ficar no tempo determinado, mais pessoas vão acompanhar o nosso debate.

Convido para compor a mesa a Dra. Cristiane Britto, Advogada, militante da pauta feminina e ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo anterior.

Convido para compor a mesa com a gente o Dr. Eduardo Schor – acertei o nome, doutor, Schor? –, Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina. Doutor, que prazer recebê-lo na nossa Comissão, seja muito bem-vindo, é uma alegria.

Dra. Cristiane, eu não fiz isso, não, porque você já é de casa, né?

Convido o Dr. Jean Pierre Barguil Brasileiro, Médico da Secretaria Estadual de Saúde do DF e Diretor do Instituto Verhum – Verhum? Está certo? –, Vídeo Endoscopia e Reprodução Humana. Dr. Jean, obrigada, obrigada por tirar esse tempo para gastar conosco! Eu fico imaginando a agenda dos senhores, e os senhores gastando esse tempo conosco, aqui na Comissão, para este importante debate!

E para esta primeira mesa ainda, eu convido o Dr. Norberto José Maffei Junior, Médico Ginecologista e Obstetra.

Doutor, muito bem-vindo! É uma honra recebê-lo. Obrigada por ter tirado tempo da sua agenda. Eu espero que nenhum neném nasça sem sua presença enquanto o senhor estiver aqui hoje! Muito bem-vindo, Doutor! É um prazer recebê-lo, Dr. Norberto.

Eu informo aos nossos expositores que lá atrás tem um painel, o.k.? Aquele painel vai marcar dez minutos, mas não se assustem, está bem? Não se assustem.

Antes de a gente começar, deixem-me fazer uma audiodescrição. Nós estamos numa mesa de madeira clara. Todos nós temos um microfone à nossa disposição. Eu estou com uma roupa preta, um blazer preto; embaixo, uma camisa preta. Estou no centro da mesa. Eu uso óculos; meus óculos têm hastes pretas. Meu cabelo é um cabelo morena iluminada – acertei agora? –, um cabelo escuro iluminado. Eu sou uma mulher branca, de pele branca. Eu tenho 60 anos – não parece –, 61, mas não parece; tenho um rostinho de 30. Sou ainda, Doutor, a Senadora mais bonita do Brasil, mas, médico aqui de Brasília, por favor, não fale isso para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila, por favor. Nós estamos num plenário do Anexo II do Senado Federal, onde há bancadas que também têm microfone. E nós temos pessoas participando aqui de forma presencial. Essa é a minha audiodescrição e a audiodescrição do nosso ambiente.

Por dez minutos, Dra. Cristiane Britto, ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Esta é uma Comissão em que a gente vai debater os direitos da mulher com endometriose.

Muito bem-vinda e obrigada pela presença.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Também vou pedir licença para fazer minha audiodescrição. Peço que não conte, não compute no meu tempo.

Eu sou Cristiane Britto. Este é meu sinal em Libras. Eu sou uma mulher branca com cabelo também meio iluminado, para esconder os brancos já. Eu estou usando óculos de hastes marrom-escuras, uma blusa verde e um colar com detalhes verde, marfim e marrom. Tenho 46 anos e estatura mediana.

Bem, Senadora, muito boa tarde. Boa tarde aqui aos Doutores que compõem esta mesa.

Eu também queria fazer um cumprimento muito especial ao meu médico, que está aqui presente, o Dr. Frederico Corrêa, que tem cuidado de mim durante todos esses anos.

Eu queria dizer que hoje não estou aqui como ex-Ministra dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família. Eu estou aqui como paciente, como uma mulher que foi acometida por endometriose e que passou por uma jornada muito cruel, eu diria, para chegar a um diagnóstico de verdade.

Eu menstruei muito cedo, com 11 anos de idade, e tinha uma menstruação com muita cólica, muita. Sou baiana e, lá no Nordeste, o que os médicos me falaram? "Não se preocupe: quando casar, passa." E todos os meses eu passava muito mal. Cheguei a desmaiar na escola. Tomava uma injeção de Voltaren para conseguir passar pelos cinco primeiros dias do ciclo da menstruação mesmo. Então, eu sempre sofri muito e esperei casar para passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casei cedo, mas não foi por conta disso, não, tá? Casei cedo, com 18 anos, e não passou. Pelo contrário, as dores foram aumentando a ponto de começar a prejudicar minha qualidade de vida. Então, eu dizia para os médicos, na época, que a única posição confortável para mim era deitada, porque, sentada, o peso do meu corpo sobre o meu abdômen já trazia muitas dores. E eu não podia ficar todos os dias tomando muito medicamento analgésico, porque atrapalhava a minha faculdade – eu já estava fazendo curso de Direito. Então, eu estava perdendo a qualidade de vida. Isso foi em 1999, quando eu percebi que tinha algo de errado. Eu tinha 20 anos e eu comecei a percorrer os médicos aqui, já em Brasília – já havia casado, já estava aqui em Brasília –, e eu recebi inúmeros distintos diagnósticos.

Eu recebi diagnóstico de que era uma inflamação crônica. Eu fiz lavagem intrauterina. Eu fiz lavagem natural de tudo quanto é jeito. Eu usava muita medicação. Eu tive diagnóstico até mesmo de câncer, Senadora. Eu tive diagnóstico de tudo. E tive a recomendação de um médico para que, se eu quisesse que a minha dor sumisse, tirasse o útero. E eu digo pra vocês que tinha dia que a dor era tão intensa que eu pensava nisso; mas eu tinha um sonho de ser mãe.

Até que, passados muitos anos, eu ouvi falar de um médico em São Paulo que era a referência em ginecologia, que era o Dr. José Aristodemo Pinotti, o saudoso Prof. Pinotti, e fui até ele. E lá ele mandou que eu repetisse todos os exames de ultrassom. E aí, digo aqui, as mulheres que estão nos ouvindo e que têm endometriose sabem: no ultrassom não dava absolutamente nada. Nada! Não tinha nada de irregular nos meus exames.

E, inclusive, o que mais me chocou foi um médico que me atendeu aqui em Brasília que, na frente do meu esposo – eu, recém-casada, eu tinha quatro anos de casada –, falou: "Isso é psicológico, porque seus exames estão normais. Então, essa sua dor é psicológica". E eu saí de lá chorando muito, porque meu esposo me olhou com um olhar de dúvida. Eu, recém-casada, cheia de dor; e o médico, que não sabia fechar o diagnóstico, duvidava da minha dor. Quando ele falou que era psicológico, ele duvidou da minha fala, do meu depoimento para ele. E eu recebo, hoje, muitos depoimentos de mulheres que passam pelo que eu também passei.

E eu cheguei para o Prof. Pinotti e falei: "Eu não estou mentindo, eu tenho muita dor. Meus exames estão normais, sim, mas eu não sei o que eu tenho e eu preciso que o senhor me diga na frente do meu esposo, porque eu não estou mentindo. E eu quero qualidade de vida para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim e para o meu casamento". E no exame de toque, o Dr. Pinotti falou: "Eu tenho quase 100% de certeza que você tem endometriose, porque o seu útero não tem mobilidade alguma no exame de toque".

Marcamos a cirurgia. Foi bem difícil também o plano de saúde liberar. Tive que notificar o plano de saúde na época, porque se falava de endometriose muito raramente. E, no meu caso, depois que eu saí do centro cirúrgico – fiz uma videolaparoscopia, o médico falou que era a única coisa que tinha para fazer para fechar o diagnóstico –, ele falou que foi o terceiro caso mais grave que ele viu de endometriose, porque o meu útero estava grudado com a bexiga e com partes do intestino. Ele falava que era um grande grude, por isso é que a minha dor era tão intensa. E ele falou: "Não consegui tirar todas as aderências". Depois eu descobri que, naquela época, o exame de videolaparoscopia tinha suas limitações, sim. Mas ele falou que eu já estava há muito tempo na mesa, que ele não tinha conseguido tirar todas as aderências e que eu tinha perdido mais de 80% do meu ovário esquerdo. Mas ele falou: "Não se preocupe, porque você tem grandes chances de engravidar".

Só que mal sabia eu que a minha saga ainda ia continuar. Eu tive que tomar uma tal de injeção de Zoladex, que me deixou com sintomas de menopausa. Pense em uma mulher de 22 anos, que eu tinha completado na época, com sintomas de menopausa. Eu queria morrer, porque parecia que eu estava surtando. Depois de quatro meses usando aquela injeção de Zoladex na barriga, que doía para caramba, eu descobri que minha dor estava voltando; estava voltando porque a endometriose estava voltando.

Então, com menos de um ano de operada, a minha endometriose voltou. E aí eu não sabia mais o que fazer. Comecei a pesquisar e me falaram que eu tinha que procurar um médico que bloqueasse a minha menstruação e ficar tomando um anticoncepcional, porque quanto mais eu menstruava, mais a minha aderência aumentava. E foi o que eu fiz.

Depois, eu procurei o Dr. Elsimar Coutinho, também vivo na época, coloquei o implante dele para ficar meses sem menstruar. De seis em seis meses eu trocava, mas ainda assim eu sentia a dor. Até que eu procurei o Dr. Frederico, mais ou menos em 2010, salvo engano, e eu falei, "Doutor, não é possível que a medicina não tenha avançado. O que eu posso fazer? Eu quero fazer outra cirurgia!". E eu me lembro de que ele me colocou os riscos: "Você tem muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aderência. Você já quer ser mãe". E aí eu sabia que, quanto mais cirurgia eu fizesse, mais aderência eu poderia ter; e também não era sinal de cura para mim, porque não existe cura para a endometriose.

Então o Dr. Frederico ficou cuidando de mim para estabilizar aquela endometriose. Ele sempre me dizia que eu tinha que fazer ressonância magnética, que, na época, também não fazia parte desse diagnóstico. Eu tenho ainda uma aderência no intestino, e a preocupação minha é só ficar controlando. Tenho várias outras aderências, mas a minha saga ainda continuou quando eu quis engravidar. Aí eu descobri que a endometriose estava em uma das minhas trompas, e eu tive essa dificuldade para engravidar.

Outro grande desafio da mulher que tem endometriose é quando ela se depara com a esterilidade. Então não é só a dor, não é só a perda da qualidade de vida, é uma doença que tira o seu sonho de ser mãe. E o que mais me revolta é que, quanto mais tardio o diagnóstico, menor chance você tem de ser mãe – e eu passei mais de dez anos para receber um diagnóstico.

Só depois de 19 anos de casada, eu consegui realizar meu sonho, por milagre, porque eu cheguei num momento em que eu falei: "Doutor, eu estou disposta a fazer nova cirurgia para ver se agora eu consigo engravidar". E milagrosamente... Eu tenho até hoje o zap que eu mandei para o Dr. Frederico, na madrugada, falando: "Inexplicavelmente, eu estou grávida". Mas muitas mulheres não passam pelo milagre que eu passei, não têm essa graça.

E o que eu vejo hoje: as mulheres nem sequer têm acesso a um medicamento adequado para o alívio da sua dor. Ela procura o SUS, gente, e ela não consegue tomar, às vezes desesperadamente, nenhum medicamento que lhe dê a chance de pelo menos continuar trabalhando ou continuar estudando. Tem mulheres que já chegaram para mim e falam: "Eu preciso de morfina quando eu estou menstruada, mas eu chego no SUS e não consigo isso". Então, além de não existir nenhum fluxo – pelo menos eu desconheço – adequado para garantir qualidade de vida, um centro que garanta a essa mulher um tratamento de dor crônica, um diagnóstico ou, então, uma videolaparoscopia antes, pelo menos, de dois anos, o que a gente vê são mulheres que passam três, quatro anos tentando fazer uma videolaparoscopia, mulheres ainda, no Norte, no Nordeste, que recebem o conselho de tirar o útero para o alívio da sua dor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu, depois que engravidei, procurei o Dr. Frederico e falei: "Agora eu quero tirar o útero". E ele falou: "Não adianta, a endometriose está fora do útero". Então até eu mesma, que já entendo dessa doença e sou uma paciente, ainda tinha no meu imaginário que depois da gravidez eu pudesse tirar o útero e ficar livre da endometriose, mas isso infelizmente não acontece.

E aí eu queria trazer, Senadora, para esta reflexão aqui, para esta audiência pública, primeiro, que, depois de tantos anos enfrentando essa doença, para mim é de grande emoção ver o Senado Federal, felizmente e finalmente, discutindo essa temática, que assola mais de 10 milhões de mulheres, que não têm perspectivas. Tem mulheres que estão incapacitadas. Eu tenho uma sobrinha que, com 21 anos de idade, estava praticamente perdendo todo seu curso de Medicina, porque ela estava incapacitada, todo mês tomando morfina. Felizmente, ela tem um plano de saúde para receber esse medicamento. Tem mulheres que estão desesperadas, que já perderam o sonho da maternidade. E o que a gente vê de avanço no SUS? Nenhum avanço.

Então o que eu quero trazer aqui de reflexão é que, mais do que nunca, a gente precisa de um SUS que realmente chegue a tempo até essa mulher. Essa mulher não pode passar dois, três, quatro anos atrás de um diagnóstico.

A conscientização... Quantos médicos há ainda – desculpe-me a classe médica – que não investigam, que tratam como se fosse uma simples cólica e mandam a paciente embora, para tratar como se fosse uma cólica. Nem sequer cogitam a possibilidade de ser endometriose. Foi o que aconteceu comigo: eu passei por seis médicos aqui em Brasília, na capital federal, e nenhum deles sequer cogitou ser endometriose. Eu tive a oportunidade de ir para um Pinotti da vida, mas e as que não têm?

Então é isto: trazer a conscientização, para essas meninas que precocemente já vivem esses sintomas, de procurar ajuda; de que não é normal você ter essa cólica intensa, dor pélvica, os problemas intestinais que vêm com as aderências, os problemas para urinar também, tudo isso; da questão de não conseguir ter filho e também de o médico nem sequer cogitar ser endometriose, tratar de tudo, menos de endometriose, Senadora; e mais, da qualidade de vida para essas mulheres que têm endometriose. Ninguém aguenta viver com dor. Casamentos, como a senhora falou, se acabam, porque o homem não consegue, tem determinado momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que ele acha que é mi-mi-mi. Tem homem que não consegue, ele procura sua mulher e ela fala: "Não aguento, porque eu tenho muita dor". Então o casamento acaba, a qualidade de vida dessa mulher acaba. O patrão também não entende todo mês ela faltar ao trabalho porque está com dor intensa, a faculdade também não espera por essa mulher. Enfim, qualidade de vida, respeito, conscientização, estrutura pública, pelo menos medicamento para dor para essa mulher com endometriose.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ministra Cristiane.

A Ministra Cristiane me sucedeu no ministério. Enquanto Ministra da Mulher, o nosso gabinete recebia muitas visitas, Doutores, de grupos de mulheres pedindo mais políticas públicas para as pacientes com endometriose.

Eu avisei aos senhores, no início, que eu estou relatando o Projeto de Lei 1.069, de 2023. Ele nasce na Câmara, de autoria da Deputada Dayany Bittencourt, do Ceará. Esse projeto, Doutores, institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose e faz, inclusive, uma alteração na Lei Orgânica da Saúde.

Eu estou preparando o relatório, e acreditem que os encaminhamentos, as discussões desta audiência, também serão usados para a confecção do meu relatório.

Se nós vamos ter uma lei que institui diretrizes básicas, que seja uma lei que atenda a todas as mulheres, eu estou aqui, inclusive, disposta e disponível para receber sugestões para essa diretriz básica que nós vamos instituir por força de lei.

E por que a Deputada entra com projeto de lei? Nós temos políticas públicas, mas muda o governo, as políticas públicas são modificadas. Quando a gente tem uma política pública instituída por lei, o governo que entrar é obrigado a cumprir. Então, tem muitas propostas tramitando para instituir políticas públicas no Brasil, aqui, nesta Casa e na outra, que são para garantir a continuidade do programa, que são para garantir o atendimento de todos, independentemente do governo que está no poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou relatando o Projeto de Lei 1.069. Transmito um abraço à Deputada Dayany Bittencourt pela iniciativa. E está na Comissão de Direitos Humanos.

Vai passar logo? Daqui ela vai para outra Comissão, depois para outra, depois para o Plenário. Se houver modificação no Senado, volta para a Câmara. Então, entendam que nós não vamos, possivelmente, ter uma lei imediata, mas quem sabe desta audiência pública – a Secretaria preste atenção – não saia um encaminhamento de urgência a esse projeto de lei, e a gente estabeleça, com urgência, as diretrizes básicas?

Dra. Cristiane, obrigada pela sua participação.

Nós vamos ouvir agora três médicos na sequência.

Entre as perguntas que chegaram para nós, eu vou ler as perguntas, doutores. Se os senhores quiserem usá-las para nortear a fala dos senhores também...

Jéssica, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Muitas mulheres com endometriose enfrentam infertilidade, mas não têm acesso à fertilização *in vitro* por falta de recursos. Como garantir esse direito?".

Emanuela, do Distrito Federal: "Exames diagnósticos e tratamento humanizado e multidisciplinar no SUS. Possibilidade de histerectomia pós-diagnóstico".

Augusto, da Bahia: "Pacientes com [é legal homens participando do debate] endometriose sofrem com dor crônica. O acesso a medicamentos de controle da dor deveria ser incluído nas políticas do SUS".

Alberto, de São Paulo: "Assim como é obrigatório tomar vacinas, deveria ser criada uma agenda onde as mulheres sejam anualmente cuidadas e ouvidas".

Dandara, do Distrito Federal: "Já que a endometriose pode ter vários estágios e sintomas, existe algum protocolo para o atendimento dessas mulheres?".

Luísa, do Ceará: "Como garantir atendimento humanizado pelos profissionais de saúde para mulheres com endometriose que não desejam ter filhos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Totalmente contrário do que você disse. A senhora queria, Ministra, manter o útero, ter tratamento para ter filhos, mas tem mulheres que estão em sofrimento e não querem ter filhos. Como garantir atendimento humanizado para elas?

Milena, do Paraná: "Há propostas para evitar desinformação acerca da influência de certos alimentos no desenvolvimento da doença, por exemplo, glúten?".

E Glacir, do Rio Grande do Sul: "De que forma os mitos e tabus sobre a menstruação e a dor menstrual impactam o reconhecimento da endometriose como uma doença grave?".

Inclusive, vou dizer para algumas mulheres: não é falta de fé; é endometriose.

Na sequência, nós vamos ouvir o Dr. Eduardo Schor, Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina.

Dr. Eduardo, muito obrigada. O senhor tem dez minutos, mas já percebeu que eu sou generosa, né?

O SR. EDUARDO SCHOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Obrigada pelo convite e pela honra de poder estar aqui defendendo, falando em nome de milhões de mulheres com endometriose.

A senhora comentou e agradeceu o tempo precioso que a gente dedicou para estar aqui, e este tempo aqui vale ouro. É mais precioso do que o meu tempo em algum outro lugar neste momento.

Estou há 30 anos no serviço público, Hospital São Paulo, Unifesp, Escola Paulista de Medicina, exclusivamente no ambulatório de endometriose, do qual sou Coordenador. Essa história que a Cristiane contou eu acompanho todo dia há 30 anos. Não é uma coisa nova e não é uma coisa velha; é uma coisa velha que se mantém até hoje.

Então, é muito bom estar aqui falando com vocês. Uma boa-tarde a todos os ouvintes, presentes ou *online*.

Eu acho muito importante isto: começar a falar, pensar e debater endometriose. Tem milhões de mulheres sofrendo por aí. O que é que a gente pode fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo dar uma aula de diagnóstico, aulas em congressos médicos, e aí eu menciono a demora no diagnóstico da doença. Isso é um problema mundial, não é um problema de saúde pública brasileiro. É de sete a dez anos. Por quê?

Nessa aula, eu ponho, depois, um eslaide grande e falo assim: "Onde estamos errando no diagnóstico?". E as pacientes...

Eu escuto essa história, Cristiane, como aconteceu com você, no público e no privado. É semelhante. Volto a dizer que não é um problema exclusivo de saúde pública, SUS. E eu falo para as pacientes que o problema...

Elas perguntam: "Onde está o problema? Por que é que isso aconteceu? Por que eu levei tanto tempo? Por que eu passei por diversos médicos?" – como a Cristiane mencionou –, e eu costumo falar que o problema está dos dois lados da mesa.

As mulheres e o entorno – famílias, às vezes parceiros, amigas – procuram normalizar a cólica menstrual. E muito médico, infelizmente, não valoriza o sintoma. E, aí, perde-se o diagnóstico.

As palavras "cólica" e "menstrual" estão ligadas à mulher. Então, muita gente acha, de forma errada, que isso faz parte do universo feminino, que mulher nasceu para ter cólica. Está errado!

Infelizmente, a gente vive numa sociedade estruturalmente machista. Então, patrões, colegas, maridos e afins acham que é normal, acham que é mi-mi-mi, acham que... Então, tem que ser feita alguma coisa.

E a Senadora Damares falou que a gente está aqui para discutir direitos. Quais são os direitos dessas mulheres?

Primeiro direito fundamental: saber o que ela tem, saber por que ela sofre, saber que não é mi-mi-mi, saber que não é psicológico. Ela tem que saber, e o entorno dela tem que saber. Então, esse é um direito fundamental. É aí que começa a história.

Digo isso porque, fazendo o diagnóstico precoce, dando esse direito para as mulheres, empoderando mulheres e os médicos que atendem a essas mulheres também, a gente vai ter o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico precoce e impedir que a doença evolua em grande parte dos casos. Impedindo que a doença evolua, a capacidade de tratamento medicamentoso, não cirúrgico, de sucesso é muito maior, a capacidade de gestação espontânea é muito maior, e o SUS...

E eu falo isto no privado e falo no público também: a gente, como médico, tem que garantir o direito de ela ter filho. Se ela vai ter ou não, é uma decisão dela, mas essa decisão não pode ser da endometriose.

Então, a nossa obrigação, como médico, é esta, deixar tudo certinho, para que ela resolva se ela quer ter um, dois, três, se ela não quer ter nenhum. Isso é ela que vai resolver.

Mas, infelizmente, a gente vê ainda muito colega médico, quando faz o diagnóstico de endometriose, dizendo "você tem que engravidar, senão você não vai conseguir nunca", e a menina tem 25, 27 anos, não tem namorado, não tem noivo, está nem pensando em engravidar.

E desde quando gravidez é receita médica? Filho é muito importante para ser uma prescrição médica. Então, isso está errado também.

Então, ela tem direito de saber o que ela tem, de ter informações sobre o que ela tem, e, depois disso, ela tem direito ao tratamento, à melhora de qualidade de vida.

Ela não pode viver com dor durante toda a vida reprodutiva dela, toda a vida menstrual. Tem como ser feito isso, seja com medicação, seja com cirurgia.

A gente tem uma tese que foi defendida, que eu orientei dois anos atrás, na Escola Paulista (Unifesp), que procurou avaliar a eficácia do tratamento medicamentoso. Isso, em mulheres com endometriose profunda, ou seja, avançada. Setenta a oitenta por cento dessas mulheres melhoram, retomam a qualidade de vida.

Então, se eu tenho um diagnóstico possível de ser feito em atenção primária à saúde, e o diagnóstico é eminentemente clínico, eu não preciso de uma ressonância magnética, de um exame especial caro para fazer o diagnóstico, é um bate-papo do médico com a paciente, é um exame ginecológico bem feito. O diagnóstico da Cristiane, como ela mencionou, foi feito no exame ginecológico. Então isso é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tratamento clínico é com medicação simples. Pode ser contraceptivo, progestágeno, mas dá para ser feito em atenção primária à saúde.

Então minha grande briga, há 30 anos, e eu falava isso em congressos médicos, endometriose é uma doença para ser tratada no seu consultório, porque 40 anos atrás, havia o conceito de que o diagnóstico da doença era eminentemente cirúrgico. Precisava de uma laparoscopia para fazer uma biópsia e dizer que é endometriose.

O que foi que isso fez? Fez com que toda a suspeita de endometriose caísse no colo dos laparoscopistas. Eu me incluo entre eles.

Mas eu comecei a abrir isso aí há 30 anos. Eu falei assim: "É para tratar no consultório".

Mioma todo médico trata, ginecologista trata no consultório. Não precisa ser um especialista em mioma. Por que é que precisa ser um especialista em endometriose?

Então, eu acho que uma das saídas para que isso comece a acontecer é a gente instrumentalizar a atenção primária de saúde a fazer o diagnóstico clínico, fazer o tratamento clínico.

Obviamente, quando não funciona, quando não tem objetivo, ou sucesso, vai para o terciário, mas isso não acontece hoje.

Eu trabalho num terciário, e, assim, a fila para operar endometriose... Toda que vai para a fila para operar é porque não respondeu à medicação. Três anos. Três a quatro anos. E, se ela vai para a fila, é porque não respondeu à medicação; se não respondeu à medicação, é porque ela tem dor. Então, ela fica três a quatro anos na fila.

Eventualmente, morfina e pronto-socorro, aquelas que têm acesso, mas não é toda mulher que pode, de repente, de madrugada, acordar com dor e pegar o carro e ir ao pronto-socorro e receber morfina. A gente sabe que não é assim.

Então, mulher tem direito a isso também, é o tratamento adequado, e tudo isso pode ser feito no Centro de Atenção Primária à Saúde. Basta instrumentalizar os médicos para fazerem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa de aparelho, não precisa de exame caro, não precisa de nada; só de uma mesa e de duas cadeiras. Então, a gente consegue fazer isso.

Eu, como representante de universidade federal, e acredito que várias outras universidades federais, a gente tem capacidade de fazer essa força-tarefa. Basta haver demanda pelo Sistema Único de Saúde.

É aumentar o arsenal terapêutico? Também tem que se aumentar.

O tempo da laparoscopia diagnóstica foi 1980, em que a gente olhava, fazia uma biópsia via e era endometriose. De 1980, a técnica cirúrgica para endometriose, até hoje, se fez assim – nós estamos num robô.

O tratamento medicamentoso para a doença continua aqui; o diagnóstico da doença continua aqui. Então, tem um desalinho entre o que pode ser feito.

É óbvio que a gente não vai conversar sobre robô em atenção primária à saúde primária, no SUS, mas a gente tem o que fazer.

Se a única solução para essas mulheres fosse uma cirurgia com robô, tudo bem, vamos brigar por isso. Mas não; a gente tem uma solução mais fácil, mais barata, mais prática, para devolver a qualidade de vida dessas mulheres.

E, hoje em dia, eu tenho o prazer de poder coordenar um ambulatório de endometriose onde eu tenho nutrição, uma nutricionista, uma fisioterapeuta, uma psicóloga, enfermeira e acupunturista. Então, esse é o atendimento ideal. E saliento: todas que trabalham lá trabalham absolutamente sem nenhuma remuneração. Não são contratadas pela universidade, pelo ministério, nada, mas estão lá, dando gás, para ajudar essas mulheres.

E já se sabe que, hoje, o atendimento multidisciplinar é importantíssimo para devolver a qualidade de vida. Não basta olhar a endometriose, olhar aqueles focos de endometriose na pelve, ir lá e tirar, de uma forma cirúrgica, brilhante. Se a gente não olhar a mulher como um todo, vai diminuir a chance de sucesso do tratamento.

Quando a cirurgia é indicada, ela é uma das ferramentas, mas eu tenho que ver a mulher como um todo. Então, colocar esse tipo de profissional por dentro da endometriose,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentalizar esse tipo de profissional – nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo –, para atender a essas mulheres também vai ajudar muito.

Então, Senadora, desculpe-me, mas eu me empolgo muito. Fico meio irritado quando eu vejo essas mulheres, na minha frente, que a gente pode ajudar, mas não consegue.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Doutor. Fantástico.

Para quem está ligando a televisão agora ou acessando as nossas redes, acabou de falar o Dr. Eduardo Schor, Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina, que nos trouxe aqui uma aula, mas nos trouxe uma aula com o coração também.

Destaco, na sua fala, Doutor, exatamente o que a Milena, do Paraná, falou: "Há propostas para evitar desinformação acerca da influência de certos alimentos no desenvolvimento da doença [...]?".

Isso quer dizer que não é só o ginecologista, e o senhor tem um grupo multidisciplinar.

Então, eu acho que vou ter que trazer isso para a minha relatoria do projeto: não é só o ginecologista; tem os demais profissionais.

O senhor falou do fisioterapeuta, e eu ouso falar que eu acho que vamos ter que ter um psicólogo junto. Essas mulheres chegam tão machucadas, essas mulheres chegam tão destruídas...

Quando eu falei a frase – e olhei ali para a minha assessora Cíntia – "não é falta de fé, é endometriose", é na igreja que elas buscam cura, ou no terreiro, ou nos curandeiros, e, às vezes, não são curadas das dores porque não têm fé. Não é falta de fé; é endometriose.

É na igreja que elas buscam cura, ou no terreiro, ou nos curandeiros, e, às vezes, não são curadas das dores porque não têm fé. Não é falta de fé; é endometriose.

A igreja podia ser um espaço de informação também. Por que não trazer a sociedade civil para esse espaço de informação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem está nos acompanhando, quero lembrar que hoje é o Dia Mundial da Saúde e que esta Comissão está na segunda audiência pública em comemoração e celebração ao Dia Mundial da Saúde.

Hoje pela manhã nós discutimos as doenças raras: direitos, diagnósticos, encaminhamentos. Agora à tarde, como esta Comissão também discute os direitos da mulher, nós estamos dedicando este debate a discutir o direito das mulheres com endometriose. É um debate inédito nesta Comissão e esse debate está sendo feito em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Dr. Eduardo, muito obrigada.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Jean Pierre Barguil Brasileiro, médico da Secretaria Estadual de Saúde do DF e Diretor do Instituto Verhum Videoendoscopia e Reprodução Humana.

Dr. Jean, muito obrigada por estar conosco.

O SR. JEAN PIERRE BARGUIL BRASILEIRO (Para expor.) – Boa tarde a todos. É com imenso prazer que estou aqui hoje para conversar um pouco com todos vocês, Senadora Damares, senhoras e senhores, profissionais de saúde e demais representantes da sociedade civil.

Eu queria ler, Senadora Damares, porque eu acho que é importante o que eu tenho para falar e eu não queria perder nada da minha fala.

Hoje nos reunimos para dar voz a milhões de mulheres que convivem em silêncio com uma doença invisível, mas devastadora, que é a endometriose. A endometriose não é uma doença da moda. Ela é antiga, ela é silenciosa, é negligenciada no seu dia a dia, mas, hoje, menos invisível que anteriormente.

Sabemos que é uma condição que atinge uma em cada dez mulheres, quer dizer, uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva tem endometriose, uma doença que rouba a sua qualidade de vida, que compromete a sua saúde mental, interrompe sonhos de maternidade e ainda segue cercada por tabus, negligências e desinformações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que é a doença dos seis "d", que são: dor da cólica, que é a dismenorreia; dor pélvica; dor ao defecar, que é a disquesia; dificuldade para engravidar; dor para ter uma relação sexual. Enfim, são vários "d" mostrando o que é uma endometriose.

Nós estamos aqui tentando romper realmente esse silêncio, Senadora Damares. A endometriose é uma doença ou ela é uma questão apenas social? Reafirmamos que a doença não é normal, ter dor não é normal. Dor não é mi-mi-mi, dor não é ser esquisita no seu ambiente de trabalho. O que não é aceitável é esperar sete, oito, dez anos por um diagnóstico. Que nenhuma mulher deva ser chamada de exagerada, de fraca ou de instável por sentir dor incapacitante.

E o que diferencia uma dor de cólica de uma dor da endometriose? A dor da cólica você pode ter todo mês, a mulher pode ter dor de cólica mensalmente, mas daquela dor que é incapacitante, como daquela menina jovem que tem dor, que não consegue ir à aula, que falta ao exercício, a gente tem que prestar atenção a esses pequenos detalhes.

E qual é o papel do Estado no enfrentamento dessa doença? E o dos convênios, também, na parte privada?

Nós reivindicamos aqui o que é básico, o que é justo, o que é de direito para as mulheres: direito ao diagnóstico precoce e qualificado, com acesso a exames especializados no sistema público e também no privado, seja ela a ecografia transvaginal com preparo intestinal, seja ela a ressonância magnética também com preparo intestinal; direito ao tratamento completo e humanizado, incluindo medicamentos, cirurgias quando necessárias, suporte psicológico e também reprodutivo.

No nosso DF, nós temos um serviço gratuito para as mulheres que necessitam de uma reprodução assistida e lutamos diuturnamente, há muitos anos, por aparelhos mais sofisticados, com tecnologia para tratar a parte cirúrgica da endometriose.

E o nosso Brasil como está? Como se comporta hoje? Nós estamos falando da capital do nosso país.

Reivindicamos direito à informação, para que toda menina e mulher saiba que dor pélvica intensa, sangramento anormal e infertilidade não devem ser ignorados. Eu sempre falo: "O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós devemos, o que nós podemos fazer para incluir isso nas mídias, nas empresas, nas escolas? Como fazer?", ou "Precisa fazer, incluir isso nos nossos livros escolares para que todo mundo possa ter acesso a essa informação desde cedo". Isto é uma coisa que eu sempre questiono: a gente tem tantas outras informações, às vezes não tão interessantes para nossas crianças, e um assunto tão sério não é colocado nos nossos livros escolares.

Reivindicamos direito à dignidade no trabalho com acolhimentos e políticas que respeitem as limitações impostas pela doença; e direito ao sonho da maternidade com acesso a técnicas de reprodução assistida quando houver comprometimento da fertilidade.

Tudo isso não é um pedido; é uma exigência de justiça, de humanidade e de reparação histórica que nós vivemos.

Eu sou representante da parte da endometriose no serviço público do Distrito Federal e sei o quanto nós sofremos para colocar um serviço multidisciplinar no nosso serviço público, seja com proctologistas, seja com psicólogos, seja com nutricionistas, seja com psicólogos... É extremamente difícil! É hora de tirar a endometriose da invisibilidade, é hora de garantir orçamento, protocolo, acesso e voz a esse tipo de situação, porque as mulheres com endometriose não querem piedade; elas querem respeito, querem cuidado e querem ação.

Quando foi falado anteriormente, Senadora Damares, quanto à paciente que quer fazer uma histerectomia, não é que ela deseje fazer uma histerectomia, é porque ela não aguenta mais de dor e ela acha que tirar o útero é a solução do problema, porque toda vez que ela menstrua ela tem dor insuportável. E nós estamos realmente negligenciando neste momento, porque são outros os tratamentos. Como disse o Prof. Schor, tem outros caminhos a serem seguidos, muitos mais sérios e simples, talvez, porque uma sociedade que cuida da dor feminina é uma sociedade mais justa, mais empática e mais saudável para todos.

Eu sempre falo para todas que vieram antes desse silêncio em que nós vivemos, por todas que sofrem atualmente de endometriose, por todas que ainda virão depois. Debater é o primeiro passo para transformar. Mobilizar é o caminho para garantir diagnóstico e dignidade para essas pacientes. E ouvir as mulheres é o único jeito de fazer justiça com elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos juntos aqui nesse manifesto, não só pela vida, mas pela saúde e pela dignidade dessas mulheres que são afetadas e que sofrem o tempo todo com essa bendita endometriose.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Dr. Jean, fantástico! O senhor resumiu aí, acho, que tudo que a gente queria ouvir.

Mas eu vou fazer um destaque na sua fala: as campanhas, a escola. Se uma adolescente tiver informação disso lá na escola... Será que a Cristiane teria sofrido tanto se a escola tivesse falado para ela quando ela era adolescente?

E nós temos no Brasil o Março Amarelo, que é um mês inteiro dedicado à campanha sobre conscientização da endometriose. Quem sabe nesse projeto de lei aqui a gente não institui oficialmente esse Março Amarelo? Porque eu não tenho certeza se ele foi instituído por lei. A gente instituindo o projeto de lei... Porque, quando a gente institui oficialmente, a escola, lá na ponta, vai ter que falar; as instituições terão que falar; o teatro vai ter que falar; vai ter que ter um cartaz no ônibus; a prefeitura vai ter que falar.

Então, informação é tudo – acho que o senhor trouxe aí: por que não está isso nos livros didáticos? Por que não está essa informação acessível aos jovens cada vez mais cedo?

O SR. EDUARDO SCHOR – Poderia só fazer um comentário, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode sim.

O SR. EDUARDO SCHOR – A gente tem hoje um debate muito grande sobre educação sexual na escola. Tudo bem, mas precisa ter também ensino de educação menstrual. Quer dizer, volto ao machismo estruturado. Quer dizer, tem que ter esse tipo de educação.

O aconselhamento dessa jovem sobre menstruação com dor, irregular, é com a mãe, que às vezes não tem o conhecimento necessário, ou tabus entre as amigas.

Então, isso também é uma coisa importantíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico! Mais uma anotação para o meu relatório do projeto de lei.

Eu quero registrar a presença de Adriana Ferreira, que é do Instituto Menopausa Feliz.

A Adriana está me desafiando a discutir a menopausa feliz nesta comissão, que é a Comissão das mulheres. Inclusive autora do livro *Menopausa Sem Medo*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., mais um. Você me deu um outro, o outro eu não tenho.

Registro a presença de Priscila Lima Machado, Presidente da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB Águas Claras. Ela está sempre com a gente. Dra. Priscila, obrigada, obrigada! Ajude-me a escrever o relatório, Dra. Priscila? –; Herika Rodrigues, Instituto Lado a Lado pela Vida. Cadê a Herika? (*Pausa.*)

Obrigada, Herika, pela presença.

Olhem as instituições aqui representadas: Ana Chacel, Uriel Rodrigues e Cleonice Paixão, os três representantes da Subsecretaria da Mulher; Luana Malta, a Secretária da Mulher do Distrito Federal – um abraço na Giselle, um abraço na Luana. A Secretaria é sempre presente!

E aí, eu desafio: o Março Amarelo no ano que vem, juntos! Leve o desafio para a Secretária. Vamos colorir o DF de Amarelo no mês de março, ano que vem.

Ana Paula Batista, da Associação Nacional Movimento Ostomizados do Brasil – Ana Paula, obrigada pela presença, pela participação.

E, claro, não poderia faltar e está aqui conosco a nossa querida Cosete Ramos Gebrim, da AMA. É a líder do Movimento Brasília Capital da Felicidade essa mulher linda e incrível que nos desafia todos os dias a transformar Brasília na capital da felicidade.

Obrigada por estar conosco! É uma mulher com uma história incrível, na luta pelos direitos da mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir agora o Dr. Norberto José Maffei Junior, médico ginecologista e obstetra.

Se algum dos nossos preletores precisar sair depois da fala, entendemos a agenda de um médico. Nós vamos entender. e os senhores estão liberados.

Dr. Norberto José Maffei Junior.

O SR. NORBERTO JOSÉ MAFFEI JUNIOR (Para expor.) – Primeiro, Senadora Damares, é uma honra estar aqui nesta Casa hoje, podendo discutir um assunto tão importante, que são os direitos das nossas mulheres – milhões! – com endometriose.

Eu queria fazer dois agradecimentos. Primeiro, à Adriana Ferreira, do Menopausa Feliz, que indicou meu nome até aqui, e, segundo, à 42ª Turma de Medicina da Universidade Estadual de Londrina, turma onde me formei, onde eu tenho muito mais que amigos, eu tenho uma família. Em momentos em que eu precisei muito, eles estavam lá. Se não fosse por eles, talvez eu não estivesse aqui hoje.

Quando nós falamos de endometriose, temos que lembrar de algumas coisas. A primeira é que nós não temos prevenção de endometriose. A gente não conhece ainda sequer todos os mecanismos que fazem com que uma mulher tenha ou não endometriose, mas nós sabemos que o diagnóstico precoce é fundamental para evitar as complicações da endometriose. Dentre essas complicações, há uma vida de dor, de sofrimento e de infertilidade, de esterilidade.

E nós falamos de quantas mulheres? Nós sabemos que 10% a 15% de todas as mulheres em idade fértil podem ser acometidas pela endometriose. Se nós formos muito conservadores, nós estamos falando de mais ou menos 5 milhões de mulheres aqui no Brasil – sendo muito conservadores. Então são 5 milhões de mulheres jovens, principalmente entre 25 e 35 anos, que estão sofrendo todos os meses, desde a sua primeira menstruação, desde a sua menarca.

E esse sofrimento não é só pela dor, é pela incompreensão. É como a Cristiane falou aqui. Ela ouviu que ser mulher é assim mesmo; que ela é fraca; que, depois que ela se casar, vai melhorar; que, depois que ela tiver um filho, ela vai melhorar; que, se ela não consegue manter as relações pela dor, ela precisa relaxar, quem sabe tomar um vinho. E ela ouviu isso de quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Das pessoas em quem ela confiava e que deviam dar apoio: da mãe, da tia, da amiga e – o pior de tudo, Dr. Schor – dos médicos. Nós sabemos que ainda hoje essa é uma realidade.

Cristiane, em números europeus, uma mulher leva, como o Dr. Schor já disse, de oito a dez anos e passa por quatro médicos para conseguir um diagnóstico de endometriose. Nós não temos esses números aqui no Brasil, nós não temos essa pesquisa, mas eu tenho quase certeza de que esse número é ainda maior.

A Adriana me mandou dois documentos. O primeiro é Endometriose Brasil, e, o segundo, o Projeto de Lei 1.069, de 2023, de que a Senadora Damares falou aqui. Ela me mandou num domingo, e eu não li no dia. Na terça-feira, eu cheguei do meu consultório e falei assim: "Bom, deixa eu dar uma olhada no que está para trás". Quando eu terminei de ler, eu peguei o meu telefone e mandei uma mensagem para ela na hora. Por quê? Endometriose Brasil faz mais ou menos o que o Dr. Eduardo Schor falou aqui: primariza o diagnóstico e o tratamento da endometriose. Ele treina desde o médico do postinho até o agente comunitário de saúde. Isso é fundamental. Nós temos que tirar isso da mão do médico ginecologista especialista em endometriose. Não pode ser assim.

Sobre o Projeto de Lei 1.069, eu falei com a Adriana: "Adriana, isto aqui é tudo o que nós médicos que atendemos pelo SUS queremos e o que as pacientes com endometriose precisam". Aqui, nós temos garantidos o diagnóstico, o tratamento, o tratamento multidisciplinar, que é muito importante: nós precisamos do psicólogo, nós precisamos do nutricionista, nós precisamos do fisioterapeuta pélvico, nós precisamos do educador físico. Boa alimentação, exercícios regulares, tratamento da parte emocional e psicológica dessa mulher são pontos fundamentais. E tudo isso está neste projeto de lei. Isto aqui é do que nós precisamos. Eu não saberia o que mais eu poderia colocar, na minha visão como médico que está trabalhando ali na linha de frente.

E a Adriana falou o seguinte para mim: "Norberto, é exatamente por isso que você vai lá. Você vai para dizer o que você, como médico do SUS, tem e o que falta. Então, nós vamos discutir isso".

Eu sou do Estado do Paraná, um estado rico. E o que eu tenho no meu ambulatório do SUS, seja na prefeitura que eu atendo, seja no ambulatório da Universidade Estadual de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Londrina? Eu tenho à minha disposição medroxiprogesterona, Ciclo 21, diclofenaco. E o que eu mais tenho lá é dor, sofrimento e frustração.

Eu também atendo no meu consultório pacientes com endometriose. Eu tenho muito orgulho de falar que tudo o que eu faço dentro do meu consultório eu tento levar para os meus ambulatórios do SUS. Mas eu só tento, eu não consigo.

Quando eu estou no meu ambulatório do SUS e eu prescrevo um dienogeste, um desogestrel, que custam, às vezes, R$20, R$30, R$40, boa parte das minhas pacientes não tem dinheiro pra comprar essa medicação. Às vezes, ela está lutando para ter comida na mesa.

O Dr. Malavasi era para estar aqui e, infelizmente, não está.

No ano passado, o Dr. Eduardo apresentou o Estudo Glade, que, de maneira brilhante, mostrou a eficácia da gestrinona do tratamento da endometriose, principalmente nos quadros de dor. Eu uso no meu consultório. Só que, quando eu vou usar no sistema público, se eu for usar um creme vaginal ou um *strip* oral, isso daí custa em torno de R$150 por mês. Se eu for usar os implantes, R$5 mil, R$6 mil por ano. Só que a minha paciente não tinha R$40 pra pagar o dienogeste.

As minhas pacientes do consultório, praticamente todas aquelas que não estão em acompanhamento psicológico, são encaminhadas. São pacientes que chegam destruídas dentro do consultório. A Cristiane está aqui. Ela sabe como é.

E a sua realidade, Cristiane, é a realidade das mulheres com endometriose, hoje, ainda.

As minhas pacientes vão para o psicólogo. As minhas pacientes passam pelo nutricionista. As minhas pacientes passam pela fisioterapia pélvica, muito importante para a gente tentar melhorar o quadro de dor. As minhas pacientes são estimuladas a ter atividade física regular, a fazer exercícios físicos.

Eu faço tudo isso no SUS, mas nem sempre eu consigo. Eu não tenho fisioterapia pélvica à minha disposição. Eu tenho nutricionista e psicólogo, mas eu tenho os do município, que são poucos para muitos pacientes. Eu não consigo dar o atendimento que eu gostaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu consultório, eu uso muitos canabinoides, e eu tenho um resultado muito bacana, principalmente na dor e na ansiedade dessa paciente. Eu tento prescrever no SUS. Só que hoje um óleo vai custar R$500, R$600 – já foi R$1,8 mil –, e a minha paciente não tinha R$40 para comprar o dienogeste. Ela não pode ter isso.

E se eu precisar de uma cirurgia em uma paciente? Não são todas as pacientes que precisam, isso tem que ficar claro, a gente tem indicações para a cirurgia de endometriose: a paciente que quer ser mãe; a paciente que tem alterações de anatomia, que tem lesões ali na bexiga, no rim, no ureter; as pacientes que têm lesões extensas de intestino; e as que não responderam ao tratamento clínico.

No meu estado, o Paraná, não existe nenhum serviço que faça esse tipo de cirurgia. E essa é a realidade da maior parte dos estados. Em São Paulo nós temos, mas temos poucos, Doutor, e o senhor sabe disso. A fila são três anos – isso das que vão para a fila – e as que não chegam à fila?

Em 2021, eu fui fazer uma Pós-Graduação em Cirurgia Robótica, no Einstein, em São Paulo, e fiquei encantado com aquilo. Eu falei assim: "Não, eu vou levar isso aqui para quem não pode pagar". E eu passei três anos tentando. Eu tentei campanhas; eu tive até o apoio de um grande apresentador de televisão; depois, fui conversar com um Deputado Federal, e, infelizmente, por questões burocráticas a gente não conseguiu tirar o programa, mas eu não desisti, porque eu via que eu estava cada vez mais perto de conseguir. Até que, em 2023, um Deputado Estadual do meu Estado do Paraná me convidou para apresentar um projeto na Assembleia Legislativa.

Semanas de preparação, em que eu conversei com o hospital, conversei com as equipes médicas, com ginecologistas, com urologistas e com cirurgiões do aparelho digestivo – porque a cirurgia não é só o ginecologista –, conversei com anestesistas, com fornecedores, conversei com Prefeitos que eu conhecia, para a gente conseguir espaço físico para montar um ambulatório, para a gente conseguir as outras especialidades, a psicologia, a nutrição, a fisioterapia pélvica... E, depois de algumas semanas, poxa, eu consegui tudo. E fui apresentar o meu trabalho na Assembleia Legislativa. Fui recebido na Comissão de Saúde e, poxa, foi um sucesso. A Comissão de Saúde aprovou, a Comissão de Direitos da Mulher aprovou, a Bancada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feminina da Assembleia Legislativa assinou o meu projeto – eu não lembro, mas acho que foram 18 Deputados.

Depois de algumas semanas, sem nenhuma resposta, eu fui conversar com esses Deputados, que me falaram assim: "Olha, Norberto, agora não é mais com a gente. Isso daí agora está na mão da Secretaria de Saúde". E aí, como eu conheço o Secretário de Saúde, que é médico, e que é um Deputado Federal licenciado, peguei o telefone e liguei para ele: "Fulano, e aquele projeto?". "Ah, Norberto, eu não sei se é a hora". "Não, mas nós precisamos, nós não temos". "Não, Norberto, talvez eu faça em Curitiba". Eu falei assim: "Faz onde você quiser, Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, mas vamos fazer". E a resposta dele foi que isso não era de interesse do estado.

E essa resposta, Senadora, me quebrou. Essa resposta tirou o meu ânimo. Eu parei até de falar nas minhas redes sociais de endometriose, porque a dor e o sofrimento das mulheres com endometriose não era importante para o estado. O meu trabalho não era importante para o estado. Eu não tinha mais o que fazer.

Até que, em 2024, no My Pausa, eu assisti a uma palestra de uma mineirinha arretada, que falou muito, que colocou o dedo na ferida, que é a Adriana Ferreira. E quando ela terminou, eu fui lá falar com ela. Falei do que eu sentia, falei dos meus projetos, das minhas frustrações e da minha desistência. E ela falou assim: "Não, Norberto, você não vai desistir. Nós falamos por quem não tem voz. Você vai dar um jeito de arrumar sua energia, e nós vamos voltar a fazer isso, porque, se nós não fizermos, a gente não vai conseguir". E ela falou o seguinte: "Nós vamos fazer coisas muito grandes".

E é por isso, Senadora, que hoje eu estou aqui nesta Casa. É por isso que eu fechei o meu consultório, é por isso que eu cancelei cirurgias, é por isso que eu peguei um avião, cheguei aqui, porque aqui nesta Casa existe o poder de mudar a realidade; existe o poder de mudar vidas.

No art. 196 da Constituição, Senadora, está escrito que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Tanto nós, médicos, como o Estado, estamos falhando miseravelmente com as mulheres com endometriose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 196 da Constituição está escrito o seguinte, que a mulher com endometriose tem o direito de ser acolhida, de ser respeitada, de ser diagnosticada e de ser tratada. Também está escrito que esta Casa, o Senado, como representante do Estado, tem o dever, não só constitucional, mas moral, de provar, não para mim, não para o Dr. Schor, não para a Adriana, mas para os mais de 5 milhões de mulheres, que a vida, a dor e o sofrimento delas importam, sim.

Muito obrigado.

Pedrinho e Carol, papai ama vocês. Turma 42 Nutella, estamos aqui. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Norberto, na verdade a sua fala foi um soco no estômago do Legislativo, mas foi desafiadora também. Não desista.

O SR. NORBERTO JOSÉ MAFFEI JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Não vou desistir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não desista.

A gente instaura hoje um novo ciclo no debate sobre a endometriose no país, e o senhor está fazendo parte deste ciclo, agora, deste novo momento.

Às vezes, a gente não entende... Eu sou religiosa e eu não posso deixar de falar de Deus, é difícil eu deixar Deus lá fora, ele está aqui. Tem gente que fala: "Deixe Deus lá fora, não fale porque o Estado é laico". Impossível, mas eu acredito que tem pessoas que nascem para missões, e em alguns momentos eu me perguntei: por que sou Senadora? Eu não queria ser Senadora, e disseram: "Vai lá, sai candidata que você ganha". Eu acreditei e ganhei.

Eu acho que eu tenho uma missão, e esta Comissão dá início a um novo debate sobre a endometriose no país, e o senhor vai fazer parte desta história, Doutor. Muito obrigada por estar aqui com a gente. Muito obrigada. Que Deus o abençoe.

Na sequência, nós vamos ouvir o Dr. André Luís Malavasi Longo de Oliveira, Médico Assistente no Centro de Reprodução Humana da Divisão de Ginecologia do Hospital das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Ele vai falar por meio de videoconferência e ele precisa sair correndo para uma cirurgia.

Então, Dr. André Luís, muito obrigada por estar gastando esse seu tempo precioso com este debate, obrigada por estar conosco, mas eu vou provocá-lo. Josivan, da Bahia, está perguntando: "Existe alguma predisposição genética [para a endometriose]?".

Já o provoco com essa pergunta. O senhor tem dez minutos ou o tempo que for necessário.

O SR. ANDRÉ LUÍS MALAVASI LONGO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Damares. Eu queria dizer que é uma honra, é uma grande responsabilidade estar aqui falando com a senhora, que teve essa iniciativa de grande nobreza.

Quero cumprimentar a todos os colegas que estão na mesa, a Dra. Cristiane, o meu grande amigo Eduardo Schor, a Adriana, o Dr. Norberto, por quem eu tenho uma grande admiração.

E, sim, Dra. Damares, existe uma predisposição genética para endometriose: basta ser mulher, as mulheres são as grandes vítimas da endometriose.

Toda pessoa que tem útero e que menstrua está de alguma forma predisposta a ter endometriose, uma doença muito prevalente... Claro, que existe uma predisposição – se a mãe dessa paciente teve endometriose, se a irmã dela tem endometriose –, nós sabemos que existem questões genéticas, questões ambientais envolvidas, mas o fato de a pessoa ser mulher já é uma grande candidata a ter endometriose. Isso explica a grande prevalência que nós temos nessa doença.

Eu, durante dez anos, fui Vice-Diretor do Hospital Pérola Byington, aqui em São Paulo, um hospital que infelizmente hoje não existe mais e agora se transformou numa OS, chama-se Hospital da Mulher. Mas, no antigo Pérola Byington, nós tínhamos um volume muito grande de pacientes com endometriose nas suas formas mais severas.

Como foi dito de forma muito enfática pelos colegas que me antecederam, como a endometriose é uma doença cujo tratamento cirúrgico dispende, necessita de uma equipe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multiprofissional, de um cirurgião, de um ginecologista habilidoso, muitas vezes de um cirurgião do aparelho digestivo, de um proctologista, precisamos de um urologista, então são cirurgias caras, são cirurgias demoradas, são cirurgias que necessitam de um aparato de que a maioria dos centros públicos hoje não dispõe no Brasil.

Identificando, então, essa grande demanda, esse grande volume de mulheres que sofriam de endometriose, com filas cirúrgicas longas, nós idealizamos, então, um tratamento clínico, um tratamento alternativo, que foi o implante de gestrinona. Fizemos um estudo, um estudo muito impactante, o estudo Glade, que está para se finalizar agora em maio, no qual nós colocamos o implante de gestrinona em mulheres com endometriose. Os resultados foram muito significativos, nós já tivemos oportunidade de ir ao Ministério da Saúde mostrar esse estudo e houve interesse por parte do Ministério da Saúde. E o estudo, agora, se mostrando realmente positivo, portanto com eficácia, existe interesse em trazer esta tecnologia para o Sistema Único de Saúde para que nós possamos trazer para as mulheres brasileiras mais uma alternativa de tratamento da endometriose para aquelas que não têm ainda indicação cirúrgica ou para aquelas que têm indicação cirúrgica, mas, por questões operacionais de logística de onde elas vivem, não há ainda a possibilidade de um tratamento cirúrgico imediato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. André, pela sua participação.

É desafiadora a sua fala de que nós temos implante, e aí a gente ouviu o Dr. Norberto falar de robótica... Isso quer dizer que é possível a gente encontrar caminhos para fazer a vida dessas mulheres bem melhor.

Obrigada, Dr. André, eu vou liberá-lo porque sei que você tem que ir correndo para o centro cirúrgico. Foi um prazer tê-lo aqui e nós vamos acioná-lo para a gente construir um relatório nesse projeto de lei e entregar para o Brasil uma política pública para que chegue em todos.

O senhor falou que basta ser mulher. E eu tinha feito uma pergunta para o Dr. Eduardo Schor aqui ao meu lado: "Qual é a incidência entre mulheres indígenas?". E ele disse: "A gente não tem números, a gente não tem números". Mas imaginem uma mulher indígena numa área isolada, gritando de dor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos, inclusive, fazer um requerimento de informação à Secretaria Nacional de Saúde Indígena.

Primeiro encaminhamento, Comissão, um requerimento de informação sobre o registro de mulheres indígenas com endometriose.

Eu lhe passo a palavra depois, Adriana, pode ser? (*Pausa.*)

Nós, agora, estamos já inaugurando a segunda mesa.

Eu quero chamar para a mesa – estamos todos ansiosos para ouvir – o médico que cuidou da Dra. Cristiane e é o responsável pela vinda do Flavinho para o mundo. Dr. Frederico José Silva Corrêa, ocupe esta mesa conosco.

O senhor troca de lugar com ele, Dr. Jean? O Dr. Jean está cedendo o lugar, e nós vamos fazer o seguinte, Dr. Frederico...

Dr. Jean, obrigada.

O Dr. Frederico é Diretor da Sociedade Brasileira de Endometriose.

O que nós vamos fazer, Dr. Frederico? Todas estão na expectativa para ouvi-lo. Então nós vamos deixá-lo por último.

Nós vamos ouvir agora a Coordenadora-Geral de Ações Temáticas e Diversidade da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres.

Dra. Josilene, a senhora tem dez minutos. (*Pausa.*)

Dra. Josilene, pode falar? (*Pausa.*)

Está com problema de áudio?

Então, nós vamos deixar a Dra. Josilene para depois.

Ela consegue falar? (*Pausa.*)

Problema no fone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar, Dra. Josilene. Consegue? (*Pausa.*)

Não?

Então, nós vamos ouvir agora, com muita expectativa, o Dr. Frederico José Silva Corrêa, Diretor da Sociedade Brasileira de Endometriose.

Se depois da fala dele, a Dra. Josilene tiver condições de entrar, a gente devolve a fala para ela.

Dr. Frederico, muito bem-vindo.

Obrigada por estar aqui.

O SR. FREDERICO JOSÉ SILVA CORRÊA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

É um prazer enorme poder estar aqui discutindo esse assunto, esse tema tão relevante para a nossa sociedade.

Eu parabenizo a Comissão, a senhora pela iniciativa e a Cristiane, que está aqui do meu lado, que sei, como minha paciente, que luta há muitos anos também pelas mulheres que têm endometriose e que sofrem com essa doença.

Em 1999, eu era residente no Hospital Materno Infantil de Brasília, eu fazia residência em Reprodução Humana e atendi uma paciente que se chamava Juliana. Juliana tinha 33 anos de idade. A Juliana estava com dor crônica intensa e incapacitante há anos. A Juliana tinha acabado de terminar um casamento, porque não conseguia mais manter uma vida sexual conjugal saudável com o parceiro. A Juliana estava tentando ter filhos há quatro anos sem conseguir. A Juliana tinha sido demitida, porque todos os meses faltava o trabalho quatro, cinco dias, porque simplesmente não conseguia sair da cama. A Juliana, nesse dia, já estava em uso de terapia hormonal há alguns anos, e essa terapia hormonal não estava mais fazendo o efeito que nós desejamos, que é, no mínimo, reduzir a dor e o sofrimento dessa paciente e, se possível, acabar com essa dor. E a Juliana me disse, nesse dia, que ela estava a ponto de cometer um suicídio.

Então eu quero dizer para os senhores, para toda a sociedade e para todo mundo que nos ouve que a endometriose, apesar de ser considerada cientifica e tecnicamente uma doença benigna, está matando aos poucos as mulheres portadoras dessa doença no Brasil. São 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões, 6 milhões, 7 milhões de mulheres portadoras. A grande maioria não tem ideia de que tem essa doença. A mãe, o pai, a avó, a bisavó estão dizendo ainda para elas que a cólica menstrual faz parte da vida da pessoa que tem XX, que é mulher, como o colega acabou de relatar. Então nós temos um problema cultural, porque, dentro da própria casa daquela adolescente, as pessoas não acreditam que ela tem uma doença.

Eu atendi uma adolescente, certa feita, que, graças a Deus, conseguiu ter acesso a um exame, um diagnóstico, e concluiu-se que ela era portadora de endometriose. Naquele dia, ela e sua mãe estavam na consulta, ela pegou o exame, mostrou para a mãe, na minha frente, e disse para a mãe dela: "Eu falei para você, o tempo todo, que não era invenção minha; vocês nunca acreditaram em mim". Essa menina estava na escola com dor e ligava para a mãe, para poder voltar para casa, porque não conseguia nem sequer ficar na escola; e a mãe lhe dava uma bronca e a obrigava a ficar na escola, porque ela estava inventando uma dor para não assistir à aula.

Então nós temos um problema muito sério, cultural, que extrapola a sociedade, que entra na área da saúde, na área técnica da saúde.

Já foi relatada aqui pelos nossos colegas a grande deficiência que nós médicos, de forma geral, temos também em levantar a hipótese de diagnóstico da endometriose. Essa questão cultural de que a cólica é normal está também na cabeça dos médicos, que dizem para as mulheres – e nós todos aqui já ouvimos isso – que aquilo ali é uma cólica normal, que vai passar, que vá para casa, que tome um remédio, que, quando começar a ter vida sexual, vai melhorar, quando se casar, vai melhorar, quando tiver um filho, vai melhorar. Já foi dito pelo Prof. Schor que gravidez não é tratamento para endometriose, e várias mulheres já ouviram isso de colegas ginecologistas.

Então nós temos um problema na formação do médico, nós temos um problema no acesso dessas mulheres aos profissionais qualificados e nós temos um problema no diagnóstico precoce.

Se nós conseguirmos, através da educação – o que foi muito bem colocado aqui pelo Jean, pelo Norberto, enfim –, levar às escolas, às adolescentes essas orientações, essa discussão da cólica menstrual, provavelmente nós teremos uma próxima geração de mulheres que, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tenham endometriose, não terão endometriose intestinal, não terão que fazer uma cirurgia para tirar um rim, por causa de uma endometriose profunda que obstruiu o seu ureter; não terão, talvez, infertilidade porque a endometriose se agravou tanto que agora ela não consegue mais ter filhos e tem eventualmente o seu estoque de óvulos, a sua reserva ovariana comprometida.

Existe um programa na Austrália, já há alguns anos – acho que o Schor e o Norberto devem saber desse programa –, um programa nacional, em que eles levaram para as escolas a discussão a respeito da endometriose, e incluíram nessa discussão não só as meninas, mas também os meninos adolescentes, que não têm noção do que se passa com uma menina de 14 anos que está morrendo de cólica dentro de casa.

Foi comentado aqui sobre uma pergunta – que veio de um homem, né? Interessante. Muitos dos parceiros sofrem, sofrem calados, porque eles não sabem o que fazer em casa com essa mulher que está morrendo de dor. Tem uma pesquisa, um estudo muito interessante sobre isso, em que se colheram depoimentos dos parceiros, dos maridos dessas mulheres, e eles relatam muito isso. Eles também estão perdidos nessa situação.

São 5 milhões, 6 milhões, 7 milhões de mulheres, que têm pai, mãe, irmão, marido. Nós não estamos falando de 6 milhões de pessoas, nós estamos falando de 30 milhões de pessoas que estão sofrendo, porque uma mulher com endometriose dentro de casa leva um sofrimento para a família inteira.

Eu acredito, Senadora, que a educação é sempre o melhor caminho, educação precoce nas escolas, nas universidades, onde nós temos aí mulheres com 18, 19, 20 anos, e que elas entendam que as que têm endometriose podem ter problemas ou dificuldades para ter filhos, que não adiem tanto a gravidez, desde que seja possível, ou que eventualmente preservem a fertilidade de alguma forma.

Educação para os médicos. Os médicos ginecologistas passam três anos na residência médica aprendendo sobre ginecologia e obstetrícia, eles têm por obrigação saber fazer esse diagnóstico. E, talvez, se nós investirmos muito na educação, nós não tenhamos que investir tanto no robô, apesar também de entender que a robótica é muito importante, assim como a laparoscopia. A cirurgia minimamente invasiva é essencial para o tratamento de endometriose,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deve ser tratada em centros especializados. Não é possível se admitir que uma moça de 26 anos que não tem filhos tenha o seu útero retirado, aqui na capital do país, para tratar uma dor crônica provocada pela endometriose. Um mês depois da cirurgia que essa moça realizou, ela foi ao meu consultório fazer uma consulta. "Doutor, eu tirei o meu útero, porque eu estava desesperada." Ela é uma domadora de cavalos lá de Palmas. Eu a examinei, solicitei exames de imagem, e a endometriose continuava lá. E o útero, que não tinha culpa na história, foi retirado.

Então, isso é para defender que a endometriose, especialmente a endometriose profunda, não pode ser tratada fora de equipes treinadas e centros que realmente entendam o que é o tratamento da endometriose. É uma doença agressiva, cuja cirurgia é difícil, complexa, porque você tem que tirar uma doença que invadiu o intestino, invadiu a bexiga, mexeu no ovário, e, ao mesmo tempo, preservar a fertilidade daquela mulher. Eis a complexidade da doença.

Então, eu termino minha fala agradecendo mais uma vez a oportunidade, disponível a participar também dessa discussão como sociedade, para ajudar essas mulheres que tanto sofrem neste país.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Federico, muito obrigada! Que honra! E que desafiadora a sua fala!

A Dra. Gabriela, de Minas Gerais, uma das internautas – a gente tem médicos acompanhando esta audiência – diz o seguinte: "A atenção primária tem recebido capacitação suficiente para reconhecer e encaminhar casos suspeitos de endometriose?".

"Como médica clínica vejo a dolorosa luta das pacientes em busca [...] [do diagnóstico] e tratamento. Vamos dar apoio sempre a essa causa".

Eu tenho aqui inúmeras perguntas, mas eu vou destacar a de Lucas, de São Paulo: "Haverá [mesmo] campanhas nacionais de conscientização sobre endometriose nas escolas e unidades de saúde?".

As pessoas estão acompanhando e perceberam que campanha também é uma resposta. Eu fico muito contente, e a gente vai trazer isso para o relatório do nosso projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Mulher conseguiu se conectar? (*Pausa.*)

Sim? (*Pausa.*)

Nós vamos ouvir a Dra. Josilene Lúcia do Santos, Coordenadora-Geral de Ações Temáticas e Diversidade da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres.

Dra. Josilene.

A SRA. JOSILENE LÚCIA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo agora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos ouvindo.

A SRA. JOSILENE LÚCIA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Que bom!

Boa tarde a todas as pessoas!

Primeiramente, eu quero parabenizar a Senadora Damares por esse tema. Esse tema é importantíssimo para as mulheres. Faz um bom tempo que a gente... A gente também, antes de ser gestão, é articuladora e mobilizadora da política integral de saúde da mulher. Estar num momento destes, debatendo um assunto destes é importantíssimo para a gente.

Quero saudar toda a mesa, na sua pessoa, Senadora, por conta deste debate.

Eu estive aqui ouvindo todas as pessoas falarem e, como a senhora falou no início que nós não íamos tratar aqui da questão politicamente, etc., mas sim dos direitos, eu quero iniciar com uma questão que é muito pertinente para a gente. São justamente as perguntas que a população e que as mulheres têm em relação a esse problema, a questão dos tabus e dos mitos, que tratam, muitas das vezes, a doença como se fosse um problema que leva ao câncer. Aí nessas perguntas e nesses mitos, é importante a gente dizer que é uma doença benigna, mas que é extremamente dolorosa e que também leva à morte, assim como outras doenças, por conta de n situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão da infertilidade, a infertilidade pode ser, sim, um problema da endometriose, mas é importante a gente ressaltar que ela não é um sinônimo... A endometriose não é sinônimo de infertilidade, e tudo aquilo que se pode discutir para que se tire esses mitos é importante.

Outra questão também que causa muito tabu e muitas dúvidas e que muitas vezes prejudica no diagnóstico é associar a endometriose apenas à idade reprodutiva. Muitas pesquisas, muitos debates levam as informações de que crianças também desenvolvem a endometriose, porque ela está associada à questão de possuir o estrogênio ativo, e, se não for feita essa discussão, a gente pode impossibilitar que muitas crianças também possam fazer o tratamento e fazer esse diagnóstico sobre a endometriose.

Mas é assim: as consequências da endometriose são justamente por conta do diagnóstico tardio, são justamente por conta da necessidade de o Parlamento, não só do Parlamento, mas de ter uma articulação entre os movimentos, entre os movimentos que lutam pelo direito à saúde da mulher, entre os movimentos de mulheres, entre o controle social e o Parlamento, que é fundamental, porque é o Parlamento que legisla, é o Parlamento que pode criar as leis e pode nos ajudar a criar um programa que possa fazer um trabalho de discussão da endometriose, não só nos departamentos de saúde, mas na escola, na igreja, na construção civil, onde estão os homens, porque os homens precisam conhecer a doença, para poder entender as suas mulheres, para nós não termos um grande quantitativo de mulheres que acabam tendo o fim do relacionamento por conta dos problemas que têm, por conta do sofrimento que têm, e os maridos não entenderem.

Eu ouvi a doutora, de que não me recordo o nome, mas acho que é Cris...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cristiane Britto.

A SRA. JOSILENE LÚCIA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Cristiane.

Ouvi a Cristiane falar que um profissional da saúde fez uma fala que acabou a constrangendo na frente do marido. Isso é uma realidade, e a gente precisa trabalhar também a educação em saúde, a formação dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa acabar com estigmas, a gente precisa acabar com discriminação e preconceito no atendimento, a gente precisa de profissionais que tenham a capacidade de diagnosticar essas mulheres, porque, se a gente não tiver um diagnóstico preciso, as mulheres terão muitos problemas, como a própria infertilidade; como, por conta do diagnóstico tardio ou por conta de um diagnóstico errado, a mulher fazer cirurgias em que perde o útero...

Muitas das vezes, não só... (*Falha no áudio.*)

... cirurgia, mas essa mulher passa por outras cirurgias reparadoras. Uma mulher que faz uma cirurgia de endometriose com diagnóstico errado faz uma, faz duas, faz três...

A gente tem acompanhado e pesquisado que um diagnóstico errado, que problemas na cirurgia e etc. levam, muitas vezes, a mulher ao suicídio, leva as mulheres a problemas psicológicos...

Então, são "n" situações que precisam ser trabalhadas, inclusive a questão da intersetorialidade, inclusive a questão dos multiprofissionais, trabalhar essas questões de especialistas...

Aí a mulher precisa do nutricionista, porque, sem o nutricionista, a mulher acaba consumindo alimentos que são inflamatórios e que vão prejudicá-la muito mais ainda, que vão causar mais problemas de dor, que vão potencializar essas dores; a gente precisa ter fisioterapeutas, a gente precisa ter psicólogos...

Então, é um trabalho que precisa ser feito, para que essa mulher tenha dignidade, para que essa mulher tenha direito verdadeiramente à atenção integral à saúde.

E aí, para que a gente tenha isso, a gente tem também o debate, tem uma discussão, que é a questão da criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Existe sim a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que, ano passado, fez 20 anos, mas a mulher tem a sua especificidade, e, para discutir essa especificidade da mulher, a gente precisa de programas que tratem esses problemas que levam a mulher a não ter os seus direitos garantidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A endometriose, muitas vezes, é incapacitante, e a gente tem que discutir a assistência social para essas mulheres, a gente tem que discutir a questão da previdência, a questão do auxílio para essas mulheres.

Então, são muitas as coisas que a gente precisa discutir, e, tenho certeza, a gente está à disposição da Senadora que está sendo Relatora de um projeto de lei e a gente pode, Senadora, discutir minuciosamente esse programa para o acompanhamento (*Falha no áudio.*)...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Josilene, seu microfone foi interrompido. Ligue de novo.

Josilene... Ela não está ouvindo.

Eu acho que a gente pode interromper a transmissão.

Obrigada. Nós fizemos a leitura verbal. Suas duas últimas frases a gente não ouviu. É a leitura labial.

D. Josilene, muito obrigada. É bom saber que você está à disposição.

Nós vamos encaminhar para o Ministério das Mulheres um pedido de parecer ao PL 1.069, de 2023, assim como também peço à Secretaria que anote o seguinte encaminhamento: eu gostaria do parecer do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional dos Gestores de Saúde.

E a gente vai para o final desta audiência lamentando a ausência do Ministério da Saúde nesta audiência.

Estava indicada para falar nesta audiência a Renata de Souza Reis, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde.

Esta audiência não fica completa sem o Ministério da Saúde.

Ela avisou recentemente à Secretaria que não pôde vir e também não encaminhou nenhum técnico para representá-la, mas nós vamos fazer o seguinte: as perguntas à Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde nós faremos por escrito e nós vamos dar visibilidade a todos os senhores das respostas. E, se sentirmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de que esta audiência não se encerre aqui sem a participação do Ministério da Saúde, nós vamos apresentar um novo requerimento para que ela venha, tão somente ela, trazer as informações sobre a Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde.

Eu quero agradecer aos nossos convidados, o Dr. Noberto, que saiu do Paraná, pegou um avião, atravessou um estado e veio participar desta audiência; assim como o Dr. Eduardo Schor, que veio de São Paulo e sentou-se nesta mesa para falar sobre endometriose; e os demais convidados, como o Dr. Frederico, a Dra. Cristiane, o Dr. Pierre, que já se ausentou, que deixaram suas atividades e vieram.

Eu vou acreditar que, por ser hoje o Dia Nacional da Saúde, realmente o Ministério da Saúde está muito ocupado, mas eu gostaria muito que os órgãos federais atravessassem a Esplanada, 100m, 200m, para estarem nas audiências públicas.

Hoje, pela manhã, estavam aqui crianças com mobilidade reduzida, que vieram com a maior dificuldade, mães com doenças raras, e o Ministério da Saúde falou via videoconferência, estando aqui do outro lado da rua.

E a gente promete, mesmo eu sendo uma Senadora de Oposição, todo o respeito, porque eu fui muito respeitada nesta Casa, quando o Ministro e a Oposição me convidavam. Atravessar a Esplanada e olhar para as famílias que estão aqui faz toda a diferença.

Eu sei que a Josilene, hoje, como Coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Mulher, também está muito ocupada. É um dia de muita atividade. Mas a gente vai continuar insistindo.

Eu quero que o Ministério da Saúde seja acionado para se manifestar sobre o projeto de lei, o Ministério das Mulheres, o Conselho Nacional de Saúde e também o Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos estados.

Eu vou encerrar esta audiência.

A Adriana pediu dois minutos e depois a Ana Paula também dois minutos, e a gente vai para o encerramento com os senhores aqui fazendo os agradecimentos finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adriana... Sim.

Para quem está ligando agora, a Adriana é do Instituto Menopausa Feliz.

A SRA. ADRIANA FERREIRA – Está ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ADRIANA FERREIRA – Boa tarde.

Como a Senadora mesmo já me apresentou, meu nome é Adriana Ferreira, eu sou Presidente do Instituto Menopausa Feliz. E vocês devem estar pensando: "O que a menopausa tem a ver com a endometriose?". Então, pasmem: quando as mulheres passam a conviver e a sobreviver com a endometriose, elas estão na faixa etária de 15 a 45 anos, 46 anos; logo após o término desse sofrimento – diga-se de passagem, como os doutores disseram muito bem –, ela vai adentrar a menopausa.

Então, algumas perguntas que eu queria justamente até acrescentar, para enriquecer – Dr. Schor, maravilhoso, tenho certeza de que o Dr. Norberto e o Dr. Malavasi também poderiam responder com a maior presteza –, são: "Como é a vida da mulher que tem endometriose quando ela entra na menopausa? A menopausa, literalmente, termina com a endometriose, com a dor da endometriose, com o sofrimento da mulher com endometriose? E existe algum estudo que especifica como que é a endometriose mediante a nossa riqueza étnica brasileira? Em mulheres quilombolas, indígenas, é diferente nelas? Como seria?".

Eu fiz um vídeo – eu não sei se eles podem passar –, que é um vídeo com que eu faço propaganda no meu Instagram, falando especificamente da endometriose, e houve uns eventos que aconteceram pelo Ministério da Saúde nos quais ficou claro que eles fizeram mais de 145 mil atendimentos – atendimentos. Nos últimos cinco anos, eles fizeram mais de 43,6 mil internações, mas não mencionaram cirurgias.

E existe, Senadora – eu gostaria muito que essa entidade estivesse presente, mas eu não consegui contactá-la –, na cidade de Santos, um Centro de Referência em Endometriose, onde em três anos se fizeram 200 cirurgias de endometriose. Então, existem condições e existe a vontade da mulher de ter, de fato, uma endometriose feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso trabalho chama-se Menopausa Feliz, porque a gente acredita que existe menopausa feliz desde que se tenha, como o doutor mesmo colocou, e a senhora também colocou precisamente, educação em saúde. É disto que nós precisamos: médicos capacitados, educação em saúde e medicamentos ou tratamentos disponíveis em tempo hábil. Não é esperar a mulher adoecer, ficar acometida com outras doenças, para depois se dizer: "vamos tentar fazer alguma coisa".

E, para finalizar, eu falo isso porque, quando eu estava no climatério, eu estava com 47 anos. Eu sou uma mulher hoje de 58 anos. Quando eu estava com 47 anos, eu fiz a cirurgia de histerectomia por causa de miomas. E, só após muito sofrimento e quando eu fiz essa cirurgia, foi que eles mencionaram: "olha, nós vamos tirar o seu útero e as tubas e vamos deixar o ovário; e você faça acompanhamento porque você tem um pouco de endometriose". Então, olhe para você ver a dificuldade: eu sofri e, entrando na menopausa, quando a endometriose era causada literalmente por alterações hormonais e pelo excesso de estrogênio... Como é, quando você entra na menopausa, em que você não tem estrogênio – seu corpo não produz mais – e você tem que, literalmente, fazer a terapia de reposição hormonal? Eu gostaria que os médicos exemplificassem para poder demonstrar-se o alcance, Senadora, desta sua audiência e a importância que é termos médicos qualificados e especializados na temática.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Adriana.

Eles não vão responder agora porque a Ana Paula já vai fazer a intervenção dela e, de repente, pode ter uma pergunta.

Aí, os senhores terão condições de responder e já fazer as considerações finais e agradecimentos.

Antes, não posso deixar de registrar a presença de Fabíola Lima Constâncio, do Instituto Esporte e Saúde – obrigada, Fabíola –; e também, mais uma vez, com muita alegria, da Dra. Vanessa de Medeiros, representante da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doenças Crônicas e Raras da OAB. Gostaria muito que a OAB visse o Projeto de Lei 1.069 também e emitisse um parecer sobre a política para mulheres com endometriose.

Ana Paula Batista, da Associação Nacional Movimento Ostomizados do Brasil – dois minutos, Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA BATISTA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu quero cumprimentá-la e, na sua pessoa, cumprimentar a todos aqui presentes e, de forma especial, todas as mulheres com endometriose do Brasil.

Eu faço parte dessa estatística. Eu não poderia deixar, obviamente, de participar de um debate avançado, de acordo com todas as falas que eu ouvi. Eu me identifiquei em cada fala dos senhores, porque fiquei com endometriose aos meus 23 anos de idade. Hoje sou uma jovem de quase 50, e a endometriose me acompanha.

Mas a endometriose vai muito além na minha vida, além de todo... É tão difícil falar de endometriose, porque a gente se vê em tantas situações delicadas, como já foi falado: falta de informação, falta do próprio cuidado. Eu sou uma usuária do Sistema Único de Saúde, e isso me ficou em falta, porque a proposta é uma histerectomia agressiva total sempre.

Eu não tenho filho, mas eu fui diagnosticada, logo depois, com leiomiossarcoma, que é um câncer raro; consequentemente, eu fiquei uma mulher com ostomia, e nós sabemos que a endometriose também pode causar uma ostomia.

E eu, na qualidade de liderança nacional da ostomia, venho dizer, Senadora, com muito respeito ao Sistema Único de Saúde, que a gente vive um paradoxo – e hoje é um dia de reflexão e de debate, mas também quero dizer: nós temos uma Constituição normativa, mas falta efetividade. Falta dialogar para que nós possamos ter acesso à dignidade e a uma vida com qualidade de vida.

Eu quero ter, de fato, o direito de ir e vir. Eu quero trabalhar, eu quero ser benquista dentro de casa quando eu estiver choramingando porque eu estou com muita dor, e a endometriose que eu trato desde lá de Salvador, da Bahia, é de grau avançado, e ainda não tem cura para essa endometriose. É medicação que tem dificuldade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu me mudei para o Distrito Federal, logo ouvi: "Ana, permaneça com seus médicos lá em Salvador porque aqui eu não sei como vai ser". E isso é triste. Apesar de a gente ouvir aqui o representante do nosso Governo do Distrito Federal e saber que a gente tem esses cuidados, a gente precisa avançar mais ainda. E eu entendo que nesse paradoxo em que a gente não consegue efetivar os direitos – e não é fácil porque tem um povo que grita por dias melhores, por uma vida digna dentro das suas casas –, a gente ainda caminha a longos passos.

E aí, Senadora, quando a gente vem aqui e vê um debate tão importante... Eu costumo me apropriar de vez em quando de um diálogo, de uma frase, um *slogan*, abro aspas: "De mulher para mulher". A mulher precisa ouvir a dor da outra mulher. Eu, como uma mulher com deficiência, sinto falta disso, de a outra mulher me reconhecer sempre.

Então, com este dia que a senhora está propondo, eu sei que nós vamos avançar e muito...

Muitas mulheres, mas muitas, Senadora, em todo o Brasil, são ostomizadas por conta da endometriose, que paralisa vidas e paralisou a minha vida. Eu não tinha diagnóstico. Tem uma medicação que a gente usa que paralisa, traz outras questões para a nossa vida, e eu sofro disso constantemente, com a endometriose e, paralelo a isso, com outros cenários que nos acompanham.

Nós temos o direito de existir, de viver com dignidade, mas eu acredito, Senadora, encerrando a minha fala, que nós – ouvindo uma mulher maravilhosa ontem falando –, mulheres, somos muitas e podemos transformar e fazer, neste país, realmente uma vida de solidariedade para todo cidadão, obviamente junto com os senhores, que fazem o científico muito bem.

A gente precisa avançar, e a capital do Brasil precisa ser exemplo.

Um abraço a todas as mulheres com endometriose e com ostomia do Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ana Paula. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Nós vamos agora finalizar com... Se quiserem responder à pergunta de Adriana...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ela trouxe uma coisa muito séria, a diversidade, a diversidade racial no país. Todos nós sabemos que por um tempo, quando uma mulher negra chegava ao hospital para ter o bebê, se dizia, ela aguenta mais que a branca, ela é forte, ela vem dos escravos, o corpo dela aguenta. É mulher do mesmo jeito. E ela fez essa referência à questão racial no país, à mulher indígena, à mulher negra, à mulher cigana, que tem tantos tabus para ir buscar um ginecologista, à mulher ribeirinha, à mulher dos quilombos.

Então os senhores fiquem à vontade para responder à pergunta de Adriana. Cinco minutos para despedida, agradecimentos e resposta.

Vamos começar pelo Dr. Norberto, vamos mudar a ordem de fala.

O SR. NORBERTO JOSÉ MAFFEI JUNIOR (Para expor.) – Está funcionando?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está, está.

O SR. NORBERTO JOSÉ MAFFEI JUNIOR – Eu nunca li nenhum trabalho que mostrasse essas diferenças, em relação à endometriose, em questões étnicas e raciais. Não foi de minha leitura nenhuma vez.

Mas eu acredito que, como nós temos até dificuldades de atendimento básico de saúde, nós não tenhamos esses números para poder mostrar para você. Não sei se o Dr. Schor ou o Doutor conhece, mas eu não conheço.

Em relação a menopausa e endometriose, as sequelas da endometriose vão permanecer para sempre. Elas não vão ser tratadas na mulher com endometriose.

Em relação à terapia hormonal, sim, é possível. Talvez não a terapia hormonal tradicional. Talvez a gente não possa usar as mesmas doses de estradiol. Talvez nós nem usemos estradiol. Então é mais uma dificuldade. Mas, se a menopausa vai terminar com todo o sofrimento da endometriose, não. As sequelas vão permanecer para sempre.

E só respondendo àquela colega que falou sobre a atenção primária e endometriose, Senadora, se o médico que está na atenção primária souber que quase 50% das mulheres que tiverem cólicas fortes e dor pélvica podem ter endometriose, ele não precisa saber nada. Se eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

souberem que a mulher que tem dispareunia, dor durante a relação, pode ter endometriose; se o médico que está lá no atendimento primário souber que uma mulher que tem dor intestinal, dor anal, dor na evacuação, durante o pré e o pós-menstrual pode ter endometriose e souber para onde encaminhar, isso já está perfeito. Então ela não precisa saber nada de endometriose.

Só para ilustrar, um dia um colega ortopedista me mandou uma paciente. E ela tinha uma endometriose diafragmática. E por quê? Porque, de ficar conversando no centro cirúrgico, ele atendeu uma paciente com uma dor no ombro que ele não conseguiu explicar. E ele falou assim: "Olha, Norberto, eu não sei mais o que fazer. Não é meu. E eu vejo vocês conversando lá. Dá uma olhada aí." E ela tinha endometriose.

Então, se você conhece o básico, você não precisa conhecer nada da doença. Então, se o médico que está na linha de frente souber que dor pélvica e cólica forte podem ser endometriose, que dispareunia, dor durante a relação, pode ser endometriose e encaminhar para quem possa fazer o diagnóstico, já está fazendo o trabalho dele de maneira perfeita.

Eu só tenho, mais uma vez, a agradecer por estar aqui e poder participar deste debate de um assunto tão importante e que atinge milhões e milhões de mulheres no nosso país que sofrem todos os dias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Norberto, posso lhe pedir uma coisa?

O SR. NORBERTO JOSÉ MAFFEI JUNIOR – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O projeto que o senhor compartilhou com o Governo do seu estado e que não foi para a frente, o senhor poderia compartilhar com a gente? Quem sabe a gente o faz se transformar numa realidade em nível de país. (*Palmas.*)

O SR. NORBERTO JOSÉ MAFFEI JUNIOR – Faço questão de fazer isso. Faço questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Eduardo Schor, para agradecimentos, considerações finais, e, se quiser, responder às perguntas. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO SCHOR (Para expor.) – Bom, vamos lá, à pergunta da Adriana, sobre menopausa e etnia.

Primeiro, em relação à menopausa: existe a conversa de que, quando a mulher chega à menopausa, a endometriose para de dar dor. Tudo bem, ela passou a vida menstrual inteira sofrendo com dor, chega à menopausa, para a dor, mas começa outro problema, que é a deficiência hormonal; quer dizer, se estende o sofrimento dessa mulher, primeiro por uma causa, depois por outra. Então, é um absurdo o que se fala por aí: que quem tem endometriose não pode fazer reposição hormonal. Pode. Pode e deve.

Eu defendi meu mestrado exatamente sobre isso. Tem uma reposição diferente? Tem, mas é hormonal, que é o que ela precisa. Talvez... Na minha proposta eu pensei nisto: fazer uma endometriose feliz. Ela tem endometriose, mas ela vai ter a vida feliz, com uma menopausa feliz. A mulher pode estar na menopausa e pode ser feliz. As duas coisas coexistem.

Em relação à etnia, a gente não tem nada no país relacionado a isso, mas saiu um trabalho norte-americano, um mês atrás, em que foi feito um levantamento, em Washington, para ver o grau. Existem graus de estigma, uma tabela que é feita para você poder determinar quanto estigma a mulher tem. Em Washington, o estigma da mulher negra que tem endometriose é assustadoramente maior do que o da mulher branca.

Você acha que aqui vai ser diferente? Eu acredito que não. Então, a gente vai levar essa ideia para a escola, começar a estudar, para poder levantar esse problema e falar "estão aqui os dados brasileiros", mas deve ser ou parecido ou, eventualmente, pior do que nos Estados Unidos.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade. Para mim, aqui, hoje, eu espero que seja o começo do sonho de que a endometriose possa ser atendida em sistema primário. Um colega ginecologista com uma boa conversa, com um bom exame de toque ginecológico vai fazer o diagnóstico, vai começar o tratamento, e – como acontece com várias outras doenças –, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair da alçada dele, vai para o secundário ou terciário. Esse é o meu sonho. A quantidade de mulheres que vai se beneficiar com isso é assustadora. A quantidade de dinheiro que vai ser poupada, do Governo, é gigantesca. Então, esse é o meu sonho, de que eu espero que tenha plantado uma sementinha aqui.

Muito obrigado a todos.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

Dr. Eduardo, Dr. Norberto, Dr. Frederico, esta audiência foi de um alto nível científico e acadêmico. Eu estou impressionada.

Eu quero agradecer muito, muito, Dr. Eduardo, a sua presença, a sua participação.

A gente vai dar todas as respostas numa audiência? Não. Mas, acreditem, à mulher que está do outro lado, nos assistindo agora – são muitas mulheres –, que está numa cama, sentindo dor, e vê que a gente parou tudo no Senado para discutir, gente levou esperança a essa mulher. E acho que esta finalidade desta audiência – esta, especialmente – foi alcançada: nós levamos esperança lá para a ponta hoje, com vocês aqui na mesa, nos desafiando a entregar ao Brasil uma política pública de verdade que alcance todas as mulheres, de todas as raças e línguas, de todas as cores, Adriana.

Eu estou muito feliz com o alto nível do debate desta audiência.

Dra. Cristiane Britto, vou passando para a senhora para fazer as suas considerações finais.

Ela compartilhou aqui comigo. Nós temos muitas Vereadoras assistindo à gente. Então, vou mandar um recado para todas as Vereadoras e Vereadores: façam um debate igual na sua Câmara de Vereadores. Nós temos 5,6 mil municípios no Brasil. Se todas as nossas Vereadoras promoverem uma audiência pública... Leve o Secretário de Saúde do seu município. Não tem os grandes especialistas, eles não vão ter horário para ir, leve um ginecologista da cidade para conversar, leve uma instituição de mulheres para falar. Faça um debate na Câmara de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vereadores e convide as mulheres todas da cidade para participarem. Vocês não têm ideia do que uma audiência pública pode, com certeza, levar de informações e salvar vidas.

Obrigada às Vereadoras que estão nos assistindo.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Senadora, quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de trazer esse debate tão importante.

A senhora está dando voz a milhões de mulheres com endometriose que estão sofrendo e que acham que não têm mais saída, que estão literalmente invisibilizadas. O Governo precisa enxergar essas mulheres, como foi dito aqui.

A gente sabe que a endometriose não tem cura. A vida toda eu tenho endometriose. Tem mulheres aqui com endometriose; a Manuela Lopes, que sofreu cinco abortos espontâneos e hoje tem o Samuel, felizmente. Muitas mulheres estão em silêncio e continuam sofrente, mesmo depois de a maternidade chegar. As sequelas são para sempre? São para sempre. Mas o Governo precisa enxergar essas mulheres, porque condenar essas mulheres a uma vida de dor é uma violação aos direitos humanos, e isso a gente não pode aceitar.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Cristiane Britto.

A Dra. Cristiane Britto esperou se casar para ficar curada. (*Risos.*)

E a gente ouve isso ainda hoje, não é, Doutora?

A SRA. CRISTIANE BRITTO – Estou há 27 anos casada e curada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Frederico, suas considerações finais. Se quiser responder a alguma pergunta...

A nossa representante das mulheres está conectada ou já saiu? (*Pausa.*)

Dr. Frederico, pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FREDERICO JOSÉ SILVA CORRÊA (Para expor.) – Em relação à questão das ostomizadas e da importância da sua presença aqui e dessa fala.

Neste momento eu estou com uma paciente internada, aqui em Brasília, com estoma, porque fez uma cirurgia muito extensa – uma paciente de 27 anos – e teve uma complicação. Nós sabemos que são cirurgias em que, obviamente, em algumas situações, temos essas complicações. E aí a gente se depara com essa outra questão, quer dizer, de uma doença grave de novo, um diagnóstico tardio: uma doença grave, cirurgia, estoma, depois outra cirurgia para fechar o estoma. Enfim... E a situação fica cada vez mais crítica.

Um dia eu ouvi de uma adolescente, lá pelos seus 16 anos, assim: "Pai, não dá para você tirar o meu útero, congelar ele e, depois, quando eu quiser ter filho, você volta ele para mim?". A minha filha, desde os 14 anos, sofre com muita cólica; aos 17, nós fizemos exames, e ela foi diagnosticada com endometriose. Graças a Deus, uma endometriose inicial, com um diagnóstico precoce. Eu disse para ela: "Você tem muita sorte. Você tem um médico que entende de endometriose na sua casa; você tem acesso a exames dos melhores possíveis, dos melhores profissionais; se você precisar de uma cirurgia um dia, você vai fazer a cirurgia num bom hospital".

E esse é o sonho que todos nós temos para as nossas pacientes – e que isso se estenda ao Sistema de Saúde. Não é possível uma mulher esperar quatro anos com uma dor incapacitante para fazer uma cirurgia, sendo que a terapia hormonal, para ela, já não funciona mais! Para muitas, vai muito bem, mas chega um momento em que só a cirurgia vai conseguir resolver aquela dor. E como é que você a coloca num livro em que ela vai esperar quatro anos?

Então, é uma dor que nós sentimos. Nós todos aqui nos compadecemos das mulheres portadoras de endometriose e, por isso, eu parabenizo a Senadora, a Cristiane e a Comissão, por mais uma vez abordarem esse tema tão importante, tão relevante para a vida das mulheres da sociedade brasileira.

Parabéns. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Frederico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Josilene, para os agradecimentos finais... Ela está conectada ainda? (*Pausa.*)

Ela consegue? (*Pausa.*)

Não, não consegue, não é?

Nós vamos conversar com ela depois. Eu quero agradecer muito a participação dela.

Nós chegamos ao final desta audiência pública.

Nesta Comissão, tem uma fábrica: uma fábrica de encaminhamentos, de ofícios, de requerimentos, de indicações e de projetos de lei. Hoje de manhã, Doutor, enquanto a gente fazia a audiência pública, a gente dava encaminhamento e eles corriam lá, faziam, traziam aqui. Nós fizemos muitos encaminhamentos nesta tarde, mas eu quero mais dois.

Quero enviar um para que as Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado incentivem as Vereadoras do Brasil inteiro a fazerem um debate nas Câmaras de Vereadores. Tem cidade em que é possível que não tenha um ginecologista, mas tem uma Vereadora. Então, é para elas fazerem o debate.

E também há o segundo encaminhamento, que eu peço à Secretaria: nós temos dois grandes programas dentro das igrejas cristãs no Brasil, o programa Se Liga, Irmã, cuja coordenadora nacional está aqui, que é ligado à Igreja Evangélica, e tem um programa que é da Igreja Católica, o Não Temas, Maria!, que é para falar com mulheres sobre direitos das mulheres. Gostaria que fosse um ofício para o programa Não Temas, Maria!, com as informações que nós tivemos aqui, para que as mulheres nas igrejas compartilhem informações sobre endometriose. E quero convidar esses dois programas que estão ligados à Igreja – e outros, se tiver de mais alguma outra religião – para a gente fazer campanhas em março do ano que vem, uma grande campanha, para a gente deixar as igrejas amarelas no ano que vem, deixar as escolas amarelas no ano que vem e falar do assunto.

Eu agradeço a presença de todos. Estou muito feliz com o resultado desta audiência pública. O Senado Federal dá início a uma nova fase na discussão de uma menopausa feliz, de uma endometriose feliz, de políticas públicas para mulheres com endometriose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta sessão. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Dr. Hiran, Humberto Costa, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 12 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 4, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 9, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ VERAS GUIMARÃES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 11, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 5 - Mensagem (SF) nº 3, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Seleção de política pública**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política Pública Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2025." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 6, de 2025** que: "Requer criação de Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 7, de 2025** que: "Convocação do Senhor Mauro Luiz lecker Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que compareça esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a concessão de asilo diplomático à senhora Nadine Heredia Alarcón." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado na forma de convite (CF88, art. 50, § 1º; RISF, art. 90, III). Votação da **RATIFICAÇÃO DAS INDICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DA EMENDA Nº 60020005 AO PLOA2023**, e respectivos convênios, conforme segue: Convênios 950034, 950041, 950042, 950043, 950045, 950046, 950047, 950050, 950051, 950052, 950053, 950060 e 950063, todos apoiados pelo Senador Nelsinho Trad e Convênio nº 952059, apoiado pelo Senador Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **Resultado**: após manifestação dos membros da comissão, são deliberadas e aprovadas, por unanimidade, as indicações à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referentes à Emenda 60020005 à Lei Orçamentária de 2023.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes, até em respeito e deferência à pessoa que foi, gostaria de propor um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso saudoso e querido Papa Francisco.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a todos, em especial ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Hamilton Mourão, ao nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo e àqueles que estão com a presença registrada acompanhando através da via remota.

Conforme a pauta publicada, a primeira parte da reunião destina-se à apreciação da indicação de cinco embaixadores para postos no exterior. A segunda parte destina-se à seleção da política pública a ser avaliada por esta Comissão no corrente ano, fato esse que é regimental. A terceira parte destina-se à apreciação de requerimento – e tem um do Senador Sergio Moro, que me ligou logo pela manhã, que eu pediria para a assessoria resgatar e deixar aqui sobre a mesa.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania em senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou pelo telefone 0800 0612211.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos. A votação será obrigatoriamente presencial por meio de duas urnas de votação secreta, localizadas uma na porta do plenário e outra dentro dele. Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até 15 minutos para a sua exposição inicial. Na sequência, será aberta a fase de inquirição pelos Srs. Senadores inscritos com a duração de cinco minutos e organizada em blocos de quatro Senadores para agilizar os trabalhos. A resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada. Por fim, será realizada a votação, seguida da apuração dos votos.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se as interpelações do sabatinado serão feitas em reunião aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos às sabatinas em reunião aberta.

Gostaríamos de dar as boas-vindas aos nossos quatro indicados para as arguições de hoje: os Srs. Embaixadores Sérgio Rodrigues dos Santos, Eduardo Paes Saboia, André Veras Guimarães e Paulo Uchôa Ribeiro Filho, que hoje sai da bancada da Comissão de Relações Exteriores e ascende de posto, com a certeza de que vai brilhar onde estiver.

Participa conosco, de forma remota, o Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares.

Solicito a todos que se sentem nos seus respectivos lugares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu estou consultando aqui o Senador Mourão...

A Senadora Tereza Cristina me solicitou que propusesse a V. Exa. que eu fosse o Relator *ad hoc* do item 5. O item que me compete é o 3, e o Senador Mourão concorda que eu, na oportunidade da leitura do 3, possa ler o 5 antes do 4, com a anuência dele e a de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente. Será feito de acordo com o que foi tratado pelos pares.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é do Senador Sérgio Petecão, que ainda não está presente. Mesmo assim, a gente vai passar a palavra ao Sr. Sérgio Rodrigues dos Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Informo ao Sr. Embaixador, até para agilidade dos trabalhos e para dar tempo de sabatinar todos os seus colegas, que o tempo da exposição é de 15 minutos.

Com a palavra o Embaixador Sérgio Rodrigues dos Santos.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Nelsinho Trad, que exerce a função pela segunda vez, como sabemos.

Cumprimento o Exmo. Senador Esperidião Amin, participante ativo desta Comissão há tantos anos, tendo, igualmente, exercido a Presidência em tempos recentes, e o Exmo. Senador e ex-Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, na pessoa de quem cumprimento os demais Exmos. Senadores e Senadoras membros desta Comissão.

Cumprimento igualmente meus colegas embaixadores participantes desta sabatina.

Eu queria fazer uma especial menção ao Embaixador Eduardo Saboia, Secretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty e responsável, entre outras funções, pelas relações do Brasil com a Rússia. Eu queria dizer também, Sr. Presidente, da honra que é participar desta sabatina, em cumprimento a um dispositivo da nossa Constituição.

Gostaria de começar agradecendo ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores pela confiança em mim depositada para assumir essa função desafiadora, que é a chefia da Embaixada do Brasil na Rússia, com cumulatividade junto a Uzbequistão, função que me comprometo a desempenhar com toda a energia e dedicação, caso eu ter a honra de ser aprovado hoje por V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, nós podemos falar muitas coisas sobre a Rússia, menos que é um país pouco importante. E, de fato, é impossível entender o sistema internacional, o seu passado, presente e futuro sem levar em conta o papel desempenhado pela Rússia, desde a formação dos estados nacionais, passando pelo Império Tsarista, as guerras napoleônicas, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, e o papel fundamental da então União Soviética na vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, e as décadas, subsequentemente, de bipolaridade na Guerra Fria.

Esses são apenas alguns dos exemplos, para não falar da atual configuração ou reconfiguração da ordem mundial para um cenário de crescente multipolaridade, tendo a Rússia como um dos seus centros de poder. Pois esse país de grande relevância no plano global, com a maior extensão territorial do planeta – são 17 milhões de quilômetros quadrados e 11 fusos horários –, potência nuclear, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, detentor de alto grau de autonomia estratégica e líder em diversos setores da tecnologia de ponta, dono de um vasto legado cultural de alcance universal na literatura, na música e nas artes visuais, é também um parceiro de grande relevância para o Brasil.

A Rússia é nossa parceira no Brics e no G20, apoia o pleito brasileiro de assento permanente em um Conselho de Segurança reformado e é um país de importância estratégica para o Brasil, especialmente nos campos econômico, comercial e tecnológico.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1828 e, portanto, estão prestes a completar 200 anos. Houve, porém, dois períodos de interrupção de relações, o primeiro entre 1918 e 1945 e o segundo entre 1947 e 1961.

As relações adquiriram uma dinâmica crescentemente positiva desde a redemocratização do Brasil e a transição da antiga União Soviética para a atual Federação da Rússia. Todos os presidentes brasileiros visitaram a Rússia desde a redemocratização, exceto os Presidentes Collor e Itamar.

O Presidente Putin esteve no Brasil em 2014 e em 2019, por ocasião das cúpulas do Brics, e Dmitri Medvedev visitou o Brasil quatro vezes como Presidente e como Primeiro-Ministro. Daqui a alguns dias, o Presidente Lula visitará Moscou para participar, no dia 9 de maio, da celebração dos 80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica, que é como os russos se referem à Segunda Guerra Mundial. Será a primeira vez que um Presidente brasileiro participará dessa cerimônia.

O Brasil e a Rússia mantêm uma parceria estratégica desde 2002. As nossas relações estão alicerçadas em sólida base jurídica e institucional. São mais de 80 acordos bilaterais nas mais diversas áreas e uma estrutura institucional que conta com vários mecanismos de consulta e coordenação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mencionar alguns, começando pelo mais importante, que é a Comissão de Alto Nível. Esta comissão é a instância máxima da coordenação política entre o Brasil e a Rússia e é presidida pelo Vice-Presidente da República brasileira e pelo Primeiro-Ministro russo. A última reunião desta Comissão de Alto Nível foi em 2015, em Moscou. Faz, portanto, dez anos que ela não se reúne. Era para ter se reunido em 2022, mas teve que ser adiado. O Senador Mourão terá memória disso, porque esteve diretamente envolvido, na condição de Vice-Presidente.

Depois temos a Comissão Intergovernamental de Cooperação, que é o órgão executivo do relacionamento bilateral. Ela tem dez subcomissões, abrangendo os mais diversos temas, desde cooperação econômica, ciência e tecnologia, energia, agricultura e outros. Ela é presidida pela Secretária-Geral do Itamaraty e pelo Vice-Ministro de Desenvolvimento Econômico russo. A última reunião foi em fevereiro do ano passado, em Moscou.

Em seguida, temos o mecanismo de consultas políticas, presidido pelo Secretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty, hoje aqui presente, o Embaixador Eduardo Saboia, e, do lado russo, pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, Sergei Ryabkov. A última reunião foi realizada aqui em Brasília, cerca de um mês atrás, desse mecanismo de consultas políticas.

E, por fim, temos o mecanismo chamado 2+2 com a Rússia, ou o chamado Diálogo Político-Militar, que envolve a participação dos Ministros de Relações Exteriores e Defesa dos dois países. O Brasil tem esse tipo de mecanismo de diálogo político-militar com vários países, só que em nível de vice-ministro ou de chefe de departamento. Só com a Rússia e com o Chile é que nós temos esse tipo de diálogo em nível de ministros de estado.

Com relação ao conflito na Ucrânia, o Brasil adotou, desde o início das hostilidades, uma posição de equilíbrio construtivo. Ao mesmo tempo em que condenamos a invasão, defendemos uma solução negociada que leve em consideração as legítimas preocupações de segurança de ambas as partes, com o objetivo de atingir uma paz duradoura e sustentável.

As prioridades mais imediatas da minha gestão no plano das relações políticas bilaterais, caso eu tenha a honra de ser aprovado por V. Exas., serão, em primeiro lugar, a realização, se possível, ainda em 2025, da reunião da Comissão de Alto Nível e a conclusão de acordos bilaterais em negociação ou pendentes de aprovação nas diversas áreas do relacionamento bilateral.

Hoje, a Rússia é o oitavo mais importante parceiro comercial do Brasil e o nosso quinto maior fornecedor. O volume total de comércio bilateral no ano passado foi de US$12,5 bilhões, a maior cifra até hoje. O Brasil, porém, vem acumulando um déficit desde 2017, que vem aumentando significativamente e, no ano passado, alcançou US$9,5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A relação comercial tem importância estratégica para o agronegócio brasileiro, o que significa dizer para a economia brasileira como um todo.

A Rússia é o maior exportador mundial de fertilizantes e o Brasil, o maior importador mundial. Então, nos últimos anos, a Rússia se consolidou como nosso principal fornecedor, tendo respondido no ano passado por 27% do total das nossas importações de fertilizantes.

O perfil da pauta bilateral apresenta uma concentração em poucos produtos, *commodities* agrícolas e energéticas. O Brasil exportou no ano passado US$1,5 bilhão, sendo que 33% disso foram soja; 28%, carnes; 18%, café não torrado. E as importações da Rússia, que alcançaram US$11 bilhões, estiveram concentradas essencialmente em dois produtos: além dos fertilizantes, que responderam por 34%, óleo diesel e derivados, que são quase 60% do que nós importamos da Rússia ano passado.

O investimento direto russo é concentrado no Brasil nos setores de mineração, fertilizantes, petróleo e gás. Existe um escritório regional da Gazprom no Rio de Janeiro. E o estoque total de investimentos russos é de cerca de US$1 bilhão, US$1,2 bilhão. Não há registro de investimento direto brasileiro produtivo na Rússia, apenas a instalação de alguns escritórios de representação de algumas empresas.

Diante desse quadro, eu destacaria os seguintes desafios do Brasil na nossa relação de comércio e investimentos com a Rússia: a manutenção do nível de fornecimento de fertilizantes, em primeiro lugar, e a expansão e diversificação das exportações brasileiras de modo a agregar valor e reduzir o déficit.

A Rússia, hoje em dia, é o país mais sancionado do mundo. São 28 mil medidas aplicadas contra o país. Isso é mais do que a soma de todas as sanções aplicadas à Coreia do Norte e ao Irã, juntos, e ainda bem mais. Então, é claro que nós temos que olhar as questões tradicionais de acesso a mercado, como barreiras tarifárias e não tarifárias – nesse caso, sobretudo as não tarifárias, porque as exportações brasileiras para Rússia, quase todas, têm tarifa zero –, nós temos que olhar as barreiras sanitárias e não sanitárias, sanitárias e fitossanitárias, mas, além disso, é preciso explorar temas como o uso de moedas locais, o que já vem sendo discutido no Brics. E também é importante buscarmos avançar os entendimentos entre o Mercosul e a União Econômica Euroasiática, que é um bloco integrado por Rússia, Belarus, Armênia, Cazaquistão e Quirguistão. Aliás, em 2018, o Mercosul e a União Econômica Euroasiática assinaram um memorando de entendimento.

Nessa tarefa de expansão e diversificação do comércio e dos investimentos bilaterais, além de contar com um setor comercial e com um adido agrícola na embaixada, temos a vantagem de contar com um escritório da Apex em Moscou, que está em operação desde 2009, atendendo não somente a Rússia, mas também outros países da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A cooperação entre o Brasil e a Rússia no campo da ciência e da tecnologia e inovação tem uma trajetória de décadas, abrangendo diversos setores, mas eu queria aqui sublinhar alguns aspectos. Primeiro, é o fato de que, desde o conflito da Ucrânia, a Rússia vem buscando novos parceiros para aprofundar a cooperação em ciência e tecnologia, por conta do fechamento de seus parceiros tradicionais da Europa, dos Estados Unidos e também de países como Japão e Coreia. Essa situação cria oportunidades para o Brasil. Nesse contexto, eu gostaria de destacar dois setores: o de energia nuclear e o espacial.

No caso de energia nuclear, a Rússia já é importante fornecedora de urânio enriquecido, como combustível para as Usinas Angra 1 e Angra 2, além de ser o nosso maior fornecedor de radiofármacos, respondendo por 80% das nossas importações. Outra área potencial é a construção de pequenas centrais nucleares, em que o Brasil poderia se beneficiar da transferência de tecnologia desenvolvida pela Rússia nesse segmento. Nosso acordo de cooperação no uso pacífico de energia nuclear é de 1994, e já existe interesse em atualizá-lo de modo a incorporar as mudanças tecnológicas e regulatórias dos últimos 30 anos.

Quanto à cooperação espacial, as oportunidades se encontram no desenvolvimento de atividades de sensoriamento remoto, mapeamento de detritos espaciais e compartilhamento de dados e serviço de geolocalização. Outra possibilidade promissora seria o uso da base de Alcântara para empresas russas fazerem desenvolvimento e lançamento de satélites.

Isso porque o acordo que a Rússia mantinha com a França para o uso da base de lançamento de Kourou, na Guiana Francesa, expirou e, em decorrência das sanções por causa do conflito na Ucrânia, a Rússia não poderá mais fazer uso daquelas instalações.

No caso da cooperação acadêmica, as oportunidades se encontram no intercâmbio de docentes, pesquisadores e alunos, e desde 2023 existe uma iniciativa, lançada por nossa embaixada, envolvendo universidades do Brasil, da Rússia e de Belarus. Existem grupos temáticos de pesquisadores e um fórum de reitores, que vai se reunir no Rio de Janeiro no segundo semestre deste ano.

Em matéria de cooperação cultural e divulgação da cultura brasileira, há diversas atividades, envolvendo desde as artes visuais, com foco no Festival de Cinema Brasileiro, que já virou uma tradição do calendário cultural de Moscou e São Petersburgo, e também a tradução de obras literárias e a promoção da variante brasileira da língua portuguesa.

Mas um dos principais destaques – que eu não poderia deixar de mencionar aqui – da nossa cooperação cultural é a Escola Bolshoi, de Joinville, estabelecida em 2000, por obra do então Governador e ex-Senador Luiz Henrique da Silveira. Essa é a única filial da Escola Bolshoi de Moscou fora da Rússia. A escola completa, neste ano, 25 anos e já formou centenas de bailarinos e bailarinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiras, muitos deles fazendo carreira profissional fora do Brasil, inclusive na própria Rússia. Caso aprovado nesta Comissão, eu pretendo, durante a minha gestão, reforçar essas iniciativas e promover a cultura brasileira e a variante do português.

Eu diria apenas uma palavra adicional sobre a Escola Bolshoi, de Joinville, pela dimensão social do trabalho que a escola desenvolve ao prestar auxílio, sob a forma de bolsas de estudo, a alunos de famílias de baixa renda do Brasil inteiro.

Sr. Presidente, algumas palavras finais sobre o Uzbequistão: trata-se de um dos países mais importantes da Ásia Central, é o mais populoso e uma das economias mais importantes – tem 37 milhões de habitantes e um PIB de US$100 bilhões.

As relações bilaterais são incipientes, foram estabelecidas em 1993, assim que o Uzbequistão deixou de ser uma república soviética e se tornou um país autônomo.

Houve uma visita, em 2009, do Presidente do Uzbequistão ao Brasil e recentemente, bastante recentemente, houve uma visita de Parlamentares brasileiros à capital, Tashkent, para participar de uma reunião da União Interparlamentar.

O comércio bilateral não é desprezível; pelo contrário, no ano passado, foi de US$580 milhões, embora com um déficit de US$226 milhões para o Brasil.

A pauta é concentrada em produtos básicos. No caso do Brasil, é o açúcar o produto majoritário das nossas exportações; no caso do Uzbequistão, fertilizantes – 95% do que nós importamos do Uzbequistão são fertilizantes. Mas esse perfil da pauta já começou a mudar a partir deste ano, porque recentemente a Embraer fechou um contrato de venda de duas aeronaves militares de carga KC-390 para o Uzbequistão, de modo que as minhas prioridades, caso aprovado, serão ampliar e aprofundar o comércio bilateral e promover maior aproximação política entre os dois países.

Bem, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, essas eram as minhas considerações iniciais.

Eu me coloco à disposição para responder às perguntas que V. Exas. queiram fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – De pronto, solicitando a gentileza e a presteza, o que é peculiar na personalidade desse Senador, convoco o Senador Veneziano Vital do Rêgo para ser o Relator *ad hoc* da proposição do Sr. Sérgio Rodrigues dos Santos, no lugar do Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muito grato, Presidente Nelson Trad, mais ainda pelo carinho que defere a todos nós companheiros e parceiros do Colegiado senatorial.

Minhas saudações aos presentes Senadores, ao nosso Senador Amin, ao Senador Mourão, ao Senador Astronauta, que acaba de chegar ao recinto, aos que estiverem a nos acompanhar via remota. E minhas saudações aos mui dignos Srs. Embaixadores que passam por esta sabatina.

Muito agradecido pela honra de poder aqui substituir uma figura não menos querida e respeitada de todos nós, o Senador Sérgio Petecão. Quero dizer que, inclusive, Senador Nelson Trad, não foi absolutamente... Porque nós não sabíamos da ausência, pelo menos até este instante, do Senador Sérgio Petecão, quanto mais que seria a mim reservada esta oportunidade. E por que digo que muito lisonjeado? Eu quero fazer uma deferência, antes de me dirigir ao Embaixador Sérgio, da felicíssima oportunidade que tive de conhecer um grande companheiro dos senhores, que não está presente, mas acompanha-nos de forma remota, o Embaixador Rodrigo Baena. Tive eu a oportunidade, por duas vezes, de visitar a Rússia, designado que fui por S. Exa. o Presidente do Senado Federal em dois instantes em que recebera convites do Parlamento russo e também para que nós o fizéssemos enquanto instituição Senado Federal em uma reunião do G20. Então, eu fiquei muito lisonjeado, feliz.

Tive a oportunidade de estreitar uma relação pessoal com o Embaixador Rodrigo Baena, que passou, a mim me parece, Embaixador Sérgio, três ou quatro anos na Rússia e demonstrou, com seu peculiar perfil, essa capacidade que, a mim me parece, V. Ex. detém, que é exatamente a de poder estabelecer institucionalmente condições para facilitar os nossos acessos, permitir para aqueles que conduzem as políticas e as estratégias econômicas do nosso Executivo que isso se dê de uma forma mais facilitada.

Então, eu quero fazer essas minhas saudações ao Embaixador Rodrigo, que a mim me parece estar designado, indicado para ocupar a Embaixada brasileira na Alemanha e haverá de fazer igualmente um papel de excelência. E quero – à distância o vejo aqui – agradecer sempre seu carinho dispensado aos que tiveram a oportunidade, enquanto brasileiros, de participar desses dois momentos.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva faz do Sr. Sérgio Rodrigues dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o nosso art. 52 da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos senhores chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, e em atendimento ao previsto no art. 383 do nosso Regimento, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1968, o diplomata indicado possui formação em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1992). No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2004) e o Curso de Altos Estudos (2010), tendo defendido tese intitulada, abrimos aspas: "Os Acordos de Parceria Econômica entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP): Implicações para a política comercial brasileira", fechamos aspas.

É também autor de publicações sobre desigualdades regionais e política agrícola no Japão e sobre estratégias do Brasil num cenário mundial de crises.

Sobre sua trajetória no Ministério das Relações Exteriores, desde 1995, ocupou progressivamente os cargos de Terceiro-Secretário até atingir, por merecimento, o posto de Ministro de Primeira Classe no ano 2022.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 2003 a 2006; Primeiro-Secretário comissionado, Conselheiro e Encarregado de Negócios interino na Embaixada em São José, de 2006 a 2007; Ministro-Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, de 2011 a 2016; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tel Aviv, de 2016 a 2018; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente do Brasil em Genebra, de 2018 a 2021; Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica, de 2021 a 2022; e Chefe da Assessoria Especial de Planejamento Diplomático desde o ano de 2022.

O diplomata foi agraciado com diversas condecorações nacionais.

Em observância às normas do nosso Regimento, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Federação da Rússia e a República do Uzbequistão.

A Rússia é o maior país do mundo em extensão territorial, superior a 17 milhões de quilômetros quadrados, marcada por relevo diverso, vastos rios, como o Volga e o Don, e grande cobertura de taiga. Rica em recursos naturais como petróleo, gás, carvão, bauxita e madeira, tem população de cerca de 145 milhões de habitantes, composta por aproximadamente 200 etnias. Os russos étnicos são maioria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O país faz fronteira terrestre com 14 países e marítima com Japão e Estados Unidos da América.

Reconhecida como sucessora da União Soviética, a Rússia é potência nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A relação Brasil-Rússia é centrada no eixo político, tendo em vista, sobretudo, a importância geoestratégica da Rússia, detentora do maior arsenal nuclear e da condição de maior exportadora de energia do mundo. Ademais, ambos os países valorizam a parceria estratégica, especialmente no âmbito do Brics e do G20.

Com relações diplomáticas estabelecidas em 1928, interrompidas em duas ocasiões (entre 1918-1945 e entre 1947-1961), Brasil e Rússia firmaram parceria estratégica no ano de 2002. Vale destacar que o Brasil, apesar de defender uma solução negociada com vista a uma paz duradoura para o conflito com a Ucrânia, tem também se posicionado contrariamente à aplicação de sanções unilaterais, por não possuírem o respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sobre os mecanismos bilaterais de alto nível, a Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN) é a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral com a Rússia. Seu braço operacional é a Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC). O braço político da CAN, por sua vez, é a Comissão para Assuntos Políticos (CAP), criada em 1995.

No campo comercial, os três principais itens da pauta de exportação do Brasil no ano passado foram soja, café não torrado e carne bovina. Já o Brasil, em 2024, importou óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e adubos e fertilizantes (exceto fertilizantes brutos).

No tocante ao Uzbequistão, o país é o núcleo histórico, geográfico e demográfico da Ásia Central. Faz fronteira com todas as demais repúblicas pós-soviéticas da região e com o Afeganistão. É um dos dois únicos países duplamente mediterrâneos do mundo, isto é, sem acesso ao mar e cercado por países também sem litoral.

Com 447 mil quilômetros quadrados e clima de verões longos e quentes, o país costuma enfrentar escassez de água. Tem a maior população da Ásia Central, com 36 milhões de habitantes, concentrados principalmente no fértil Vale de Fergana, e apresenta alto crescimento populacional.

A maioria da população é muçulmana sunita (88%), numa vertente dita “russificada”. O Estado é laico. Os uzbeques representam 83% da população, com minorias russas. Há cerca de 2 milhões de uzbeques vivendo na Rússia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Uzbequistão é rico em recursos naturais, como gás, petróleo e ouro, e conta com forte tradição agrícola, especialmente no cultivo de algodão.

O fluxo bilateral de comércio foi de US$580 milhões em 2024. Historicamente, o Uzbequistão importa do Brasil sobretudo açúcares e peças automotivas. Além de adubos e fertilizantes químicos, o Brasil importa, em pequenas quantidades, frutas e nozes não oleaginosas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, Sr. Presidente Nelson Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a presteza do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Já vamos passar para o item 2, sem antes, porém, deixar de submeter ao Colegiado a solicitação do Senador Astronauta Marcos Pontes, que nos solicita abrir a cabine de votação, uma vez que os relatórios já foram distribuídos a todos os gabinetes e os Senadores, com certeza, já estão aptos a formar o seu juízo. (*Pausa.*)

Então, determino à Secretaria que possa abrir os painéis secretos de votação. E os Senadores que se dispuserem já a votar que o façam.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) –

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

O Relator é o Senador que lhes fala, Senador Nelsinho Trad.

Antes de ler o relatório, eu gostaria de ouvir o Sr. Embaixador Eduardo Paes Saboia, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. EDUARDO PAES SABOIA (Para expor.) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelsinho Trad, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas diplomatas que compõem a mesa, cumprimento a todos que nos acompanham neste auditório e pela internet.

Agradeço imensamente ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, querido Embaixador Mauro Vieira, pela indicação para o cargo de Embaixador junto à República da Áustria.

É uma enorme honra e satisfação passar pela segunda vez pelo crivo do Senado Federal e, mais ainda, tê-lo como Relator da minha indicação. Há dez anos, fui assessor diplomático desta Comissão, quando era presidida pelo querido Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem presto homenagem.

Sr. Presidente, considerando o relatório tão completo de V. Exa., concentrarei minha apresentação nas iniciativas que pretendo levar adiante caso minha indicação conte com o beneplácito de V. Exas. Minha apresentação será dividida em quatro eixos: político-diplomático; econômico, comercial e tecnológico; comunidades brasileiras e difusão cultural; e organismos multilaterais.

Começo pelo eixo político-diplomático.

A relação entre Brasil e Áustria tem uma dimensão histórica muito importante e merece ser valorizada, especialmente neste ano de 2025, em que celebramos 200 anos de relações diplomáticas. Esse relacionamento começou antes mesmo da Independência, com o casamento de Pedro de Bragança com a Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo, e ganhou um ímpeto com o notável apoio prestado pela futura Imperatriz à separação dos Reinos do Brasil e de Portugal.

Além da dimensão histórica, Brasil e Áustria compartilham valores e objetivos comuns tão importantes hoje, como a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e a economia de mercado.

No contexto europeu, a Áustria se destaca por ser um país neutro, em função de cláusula inscrita em sua Constituição, e por exercer grande influência sobre os países do Leste Europeu, que no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

passado foram parte do seu império. Desde que ingressou na União Europeia em 1995, a Áustria é parte da Política Externa e de Segurança Comum europeia. No entanto, a cláusula de neutralidade impõe que o país não seja membro de alianças militares, como a Otan, e que não se envolva militarmente em operações de defesa coletiva.

Se aprovado, tentarei fortalecer os laços políticos e diplomáticos com o Governo austríaco, que, desde março, é formado por uma coalizão de três partidos políticos: o Partido Popular Austríaco, de centro-direita, o Partido Social-Democrata, de centro-esquerda, e o partido Neos, de orientação econômica liberal.

Destaco dois aspectos importantes da política externa austríaca: o forte compromisso com o sistema multilateral e com os objetivos da União Europeia.

Na Áustria, discutem-se hoje medidas de ajuste fiscal e reformas estruturais para a recuperação econômica. Esse debate ocorre em meio a pressões internas para restringir a imigração e preocupações com a segurança derivadas do conflito na Ucrânia. A imposição de tarifas pelos Estados Unidos introduz elemento adicional complicador para o novo Governo austríaco, que vê necessidade de buscar novos mercados e parcerias. Esse cenário pode favorecer nossa aproximação com a Áustria, país que respeita nossa atuação nos foros internacionais.

Caso aprovado, quero construir uma agenda de contatos políticos, inclusive entre Parlamentares brasileiros e austríacos. A boa interlocução político-diplomática é essencial para avanços em outras dimensões do relacionamento, inclusive o econômico-comercial, de que passo agora a tratar.

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e fortemente deficitário para o Brasil, pois nossas importações, US$1 bilhão, são muito maiores que nossas exportações, cerca de US$100 milhões.

O Itamaraty e a ApexBrasil promovem, nesta semana, uma missão a Lisboa, Varsóvia e Bruxelas para ampliar as relações comerciais com países europeus. Gostaria de engajar a Embaixada em Viena nessa ofensiva e apoiar empresários brasileiros interessados em fazer negócios na Áustria. O momento é auspicioso, tendo em vista o anúncio de aquisição pelas Forças Armadas da Áustria de quatro aviões do modelo KC-390 da Embraer. Essa compra ajudará a reequilibrar as trocas e, quem sabe, inaugurar parcerias no campo aeronáutico e de defesa.

O cenário dos investimentos bilaterais tem densidade. A Áustria tem cerca de 2 bilhões de euros em investimentos diretos no Brasil, enquanto o nosso país tem quase o dobro, 3,8 bilhões de euros, de investimentos diretos na Áustria. A Embaixada em Viena pode servir de posto avançado para atração de investimentos diretos austríacos no Brasil e para apoio a empresas brasileiras presentes naquele país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Áustria é um destacado parceiro científico e tecnológico.

Aprovada pela Anvisa, na semana passada, a primeira vacina contra a chikungunya foi desenvolvida pelo Instituto Butantan e uma empresa farmacêutica franco-austríaca.

Temos um acordo de cooperação científica e tecnológica em vigor, tendo o Senador Esperidião Amin sido o Relator, e um plano de trabalho que inclui áreas estratégicas, como biodiversidade, energia renovável, mudança climática e setor aeroespacial.

Gostaria de incentivar, em conjunto com o MCTI, a implementação deste acordo, com o lançamento da primeira chamada pública de projetos ainda neste semestre.

Sr. Presidente, as questões relativas ao comércio global são preocupações centrais desta Comissão. Em sintonia com esses objetivos, quero colaborar para a pronta aprovação do acordo de parceria entre o Mercosul e a União Europeia, fazendo gestões junto a Parlamentares e a Federação de Indústrias da Áustria, um importante aliado para a aprovação do acordo.

A Embaixada precisa também ser um canal de divulgação de informações corretas sobre o Brasil, especialmente sobre o agronegócio brasileiro e as políticas socioambientais. Em 2019, o Parlamento austríaco adotou duas moções de veto ao acordo, entretanto a nova realidade internacional de imposição de tarifas pelos Estados Unidos está levando países europeus, inclusive a Áustria, a enxergarem mais positivamente o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Há poucos dias, a Ministra de Relações Exteriores e o Ministro da Economia da Áustria fizeram declarações promissoras em favor do acordo.

Passo agora a tratar das comunidades brasileiras e da difusão cultural.

Na Áustria existe uma comunidade brasileira pequena, mas vibrante. É integrada por cerca de 7 mil brasileiros residentes no país. O Brasil acolheu mais de 60 mil imigrantes da Áustria e Hungria a partir do século XIX. Muitos vieram do Tirol e formaram comunidades no Paraná e em Santa Catarina.

Quero assegurar que o setor consular da Embaixada em Viena permaneça capaz de atender à demanda da comunidade local e prestar atendimento de forma expedita, sem demoras ou filas de espera. A Embaixada conta com apoio de quatro cônsules honorários, nas cidades de Bregenz, Graz, Linz e Salzburgo.

Também gostaria de alavancar iniciativas que celebrem e difundam a cultura brasileira, bem como atividades que promovam o português como língua de herança. Para a celebração dos 200 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Áustria, gostaria de organizar um ciclo de atividades culturais, incluindo simpósios e exibições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em particular, a Embaixada possui longeva parceria com o WeltMuseum Wien, que abriga a maior coleção estrangeira de objetos etnográficos brasileiros no exterior. Trabalharei para que alguns desses objetos possam retornar ao Brasil como parte das comemorações.

Passo ao eixo multilateral.

Viena abriga o terceiro maior conjunto de organizações internacionais do sistema ONU, após Nova York e Genebra. A Embaixada em Viena tem responsabilidade por quatro órgãos da ONU: o Unodc (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime); a Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial); o Unoosa (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior) e a Uncitral (Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional). O Escritório sobre Drogas e Crime é o que tem ensejado o maior engajamento do Governo brasileiro, com participação consistente de representantes de vários órgãos da Esplanada. O Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal participam tanto dos trabalhos da Comissão de Entorpecentes, quanto dos debates sobre prevenção do crime, Justiça criminal e crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de armas e o tráfico de pessoas.

Ao preparar-me para esta sabatina, aconselhei-me com a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, Marta Machado, e com o Diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. A Embaixada em Viena abrigará, muito em breve, uma adidância da Polícia Federal.

O combate aos crimes que afetam o meio ambiente tem merecido especial atenção do Brasil. Recentemente, o Brasil propôs a negociação de novos instrumentos de cooperação internacional no combate à mineração ilegal e ao tráfico internacional de fauna e flora selvagens. Caso aprovado, quero aconselhar-me com o Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin, que possui admirável trajetória no direito ambiental.

A Unido é uma agência especializada da ONU que apoia países por meio de projetos de desenvolvimento industrial sustentável. No Brasil, patrocina hoje seis projetos, num total de US$12 milhões. Gostaria de ajudar a impulsionar a análise e a aprovação de novos projetos, que totalizariam US$60 milhões.

Por fim, o Unoosa secretaria os debates sobre aspectos legais, científicos e tecnológicos do uso pacífico do espaço – temos aqui o Senador Astronauta Marcos Pontes – e presta cooperação técnica. Pretendo fomentar as iniciativas alinhadas ao Programa Espacial Brasileiro em coordenação com o Inpe, a Agência Espacial Brasileira, o MCTI, a Força Aérea, entre outros. O Brasil defende a revitalização do comitê jurídico e a codificação do direito do espaço exterior na ONU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, gostaria de concluir com uma nota pessoal, para render uma homenagem ao meu pai e honrar a memória do meu avô, ambos ligados à Viena. Meu pai, Gilberto Saboia, teve em Viena um ponto culminante de sua carreira de diplomata, ao presidir a Comissão de Redação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993. Já meu avô materno, Acyr Paes, também diplomata, teve sua indicação para a Embaixada em Viena aprovada pelo Senado Federal em 1953, mas infelizmente faleceu a caminho da Europa.

O escritor austríaco Stefan Zweig, refugiado em Petrópolis na Segunda Guerra Mundial, em seu livro *Brasil, Uma terra do futuro*, vislumbrava na sociedade brasileira a esperança de um mundo sem guerras e perseguições. Quero acreditar que existam muitos austríacos tão amigos do Brasil como Stefan Zweig.

Sirvo o meu país há mais de 35 anos e, com o consentimento de V. Exas., quero dedicar-me a fortalecer nossos laços com a amiga nação austríaca e divulgar nosso Brasil, tão rico, plural e diverso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Agradecemos a fala de S. Exa. o Embaixador Eduardo Paes Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, sabatinado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Como já adiantei a V. Exas. e a todos que estão nos acompanhando, eu mesmo sou o Relator do ilustre diplomata e vou proferir o relatório daqui, da Presidência, porque o Regimento me faculta isso.

O Presidente da República indicou o nome do Sr. Eduardo Paes Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto a matéria.

Para tanto e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno, o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que se segue.

Nascido no Rio de Janeiro, é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, ingressou na carreira diplomática em 1990, ascendeu a Ministro de Primeira Classe em 2016 por merecimento. Entre as funções desempenhadas pelo indicado, ao longo de sua exitosa carreira, destacam-se atuação na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

missão brasileira junto à ONU, em Nova York, o cargo de Embaixador do Brasil em La Paz, na Bolívia, e, recentemente, de chefe da missão diplomática brasileira no Japão, entre 2018 e 2022.

Destacam-se igualmente as funções exercidas na divisão do Mercado Comum do Sul, Mercosul, e na embaixada em Washington, dos Estados Unidos, como Ministro Conselheiro. Registramos que o indicado atuou também neste Senado Federal como assessor diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência, aqui nesta Comissão, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e, posteriormente a isso, virou chanceler no Governo Temer, ou seja, o Embaixador Saboya dá sorte.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre a República da Áustria, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos daquele país e suas políticas internas e externas, bem como de sua situação econômica.

A Áustria, uma República parlamentarista localizada na região central da Europa, detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento e de renda *per capita* do mundo. O país destaca-se, no âmbito da União Europeia, por sua economia estável, com base industrial sólida sustentada por setores tecnológicos de ponta, como o de máquinas, equipamentos, o farmacêutico e o químico.

A política externa da Áustria, da mesma forma como a brasileira, tem tradição na busca de consensos e soluções negociadas. Essa característica da política externa austríaca está relacionada à sua neutralidade e à sua localização geográfica.

No plano bilateral, as boas relações do Brasil com o país ancoram-se em laços históricos existentes desde o Império, sobretudo pelo casamento, em 1817, da futura Imperatriz Leopoldina com Dom Pedro I. No século XX, o território do país foi anexado pela Alemanha nazista. Já em 1955, o Tratado de Independência da Áustria restabeleceu sua soberania e determinou que o país se tornaria politicamente neutro. Na ONU, o Brasil apoiou o pleno restabelecimento da soberania austríaca, fato que uniu a Áustria contemporânea ao Brasil. Hoje, esse profícuo relacionamento se traduz em 17 acordos bilaterais assinados.

No âmbito comercial, o Brasil é o principal parceiro da Áustria na América do Sul. Os investimentos austríacos no Brasil somaram 2,1 bilhões em euros, em 2023, por meio dos quais cerca de 50 empresas austríacas geram mais de 10 mil postos de trabalho no Brasil.

A pauta exportadora de produtos brasileiros à Áustria, apesar de deficitária, compõe-se de itens de alto valor agregado, como geradores elétricos giratórios, componentes mecânicos, barras de ferro e aço, além da celulose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Merece destaque o fato de que as Forças Armadas da Áustria anunciaram a aquisição de quatro aviões modelo KC-390, da Embraer, evidenciando a relevância da nossa base industrial de defesa no relacionamento bilateral com o país europeu.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações nesse relatório.

Suprindo mais uma etapa, de pronto, passamos ao próximo relatório, o do Sr. Embaixador André Veras Guimarães, que vai para o Irã, que tem como Relator o Senador Espiridião Amin, e, após o seu relatório, vai ser a vez, remota, do relatório do Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares, que também será relatado, *ad hoc*, pelo Senador Espiridião Amin. E, para finalizar o nosso ciclo da manhã, atendendo ao horário que foi preestabelecido, o relatório do Embaixador Paulo Uchôa Ribeiro Filho, que terá como Relator o Sr. Hamilton Mourão.

Antes, porém, de passar a palavra ao Embaixador André Veras Guimarães, com muito prazer, eu gostaria de registrar a presença do Sr. Carlos Augusto Montenegro, que veio aqui prestigiar a sabatina do seu amigo Embaixador Paulo Uchôa Ribeiro Filho.

Seja muito bem-vindo! Saudações alvinegras, nós nos permitimos a isso, porque somos campeões da América e do Brasil.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Isto foi no passado. O passado já foi. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Não. Falta vocês ganharem alguma coisa para, depois, a gente ser passado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu acho que falar de camisa guardada na naftalina há 30 anos é sempre uma coisa poética.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Deixe-os falar à vontade. O campeão da América é o Botafogo, o campeão do Brasil é o Botafogo.

Com a palavra André Veras Guimarães.

Solicito ao Senador Mourão que possa vir presidir a sessão, porque eu vou ter que ir ali ao gabinete da Liderança receber a delegação do Chile, que veio acompanhada do Presidente Boric, na visita que está fazendo ao Presidente Lula, e o Senador Davi pediu que eu fizesse as vezes da Casa. Então, vou lá recebê-los, e já retorno. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concedo a palavra ao Sr. André Veras Guimarães, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de até 15 minutos.

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente em exercício desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Hamilton Mourão, é uma honra estar diante desta Comissão que V. Exa. preside neste momento para o cumprimento desta determinação constitucional que submete os embaixadores designados ao escrutínio do Senado da República. Este é, sem dúvida, o momento por que todos os que escolhemos a carreira diplomática esperamos, que é chefiar uma missão diplomática. Espero ser merecedor da confiança e da aprovação desta Comissão e do Plenário.

Agradeço ao Senador Nelsinho Trad por ter pautado esta sabatina. Agradeço, igualmente, ao Senador Esperidião Amin. É uma honra pessoal tê-lo como Relator.

Gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Senadoras na pessoa do Senador Sergio Moro, com quem eu tive o prazer e a honra de trabalhar em vários momentos, quando V. Exa. era Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Gostaria de cumprimentar os colegas embaixadores, com quem eu tenho a honra de conviver neste momento especial da carreira.

Gostaria de agradecer ao Sr. Ministro de Estado Embaixador Mauro Vieira e à Sra. Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura, por terem apresentado meu nome ao Senhor Presidente da República.

Agradeço ao Senhor Presidente da República pela confiança.

Sinto-me honrado por ser indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Irã.

Agradeço ao Embaixador Bruno Bath e à sua equipe, bem como aos Embaixadores Laudemar Aguiar, Carlos Duarte, Eduardo Gradilone, Lígia Scherer e Conselheiro Márcio Rebouças, pelas reuniões e insumos que me ofereceram para me preparar para esta sabatina.

Dadas as limitações de tempo, Senador Mourão, e com a autorização de V. Exa., pretendo concentrar-me nos fatos mais recentes das relações bilaterais e nas possibilidades que se apresentam, mesmo diante de um quadro de grande limitação nas relações bilaterais entre o Brasil e o Irã, em razão das sanções estabelecidas contra o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil e o Irã mantêm relações diplomáticas há mais de 120 anos – em junho próximo, serão 122 anos. E essas relações estão ancoradas em cerca de duas dezenas de acordos. As relações desenvolvem-se em grande parte a partir de três mecanismos bilaterais de concertação: o Mecanismo de Consultas Políticas, a Comissão Econômica Conjunta e o Comitê Consultivo Agrícola bilateral.

A primeira edição do Mecanismo de Consultas Políticas ocorreu em 2000, e mais recentemente, em agosto de 2023, aqui, em Brasília, tivemos a última reunião – a décima terceira. As consultas políticas têm sido oportunidade privilegiada para identificar oportunidades de estreitamento do relacionamento bilateral e para intercambiar informações sobre a inserção internacional dos países e discutir temas do contexto regional e internacional, trocas de votos, entre outros.

A Comissão Econômica Conjunta teve sua última sessão, a quarta, em novembro de 2016, em Brasília, ocasião em que se reuniram cinco subcomitês: o Comitê de Agricultura, o de Comércio, Indústria e Investimento, o Comitê de Assuntos Financeiros, o Comitê de Energia, Petróleo, Gás e Mineração e o de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Representantes do setor privado também participam das reuniões da Comissão Econômica Conjunta. Na próxima edição, que pretendo realizar, caso seja aprovado, pretendemos também iniciar uma sessão com Parlamentares de ambos os países.

Tendo em vista o comércio bilateral e, em especial, a importância do diálogo fluido em temas agrícolas, foi realizada em Brasília, em novembro de 2017, a primeira reunião do Comitê Consultivo Agrícola. Em fevereiro último, foi possível realizar a terceira reunião do comitê.

Há três memorandos de entendimento vigentes nessa área, cobrindo saúde animal, sanidade vegetal e pesquisa agrícola – esta última envolvendo a Embrapa e a sua congênere iraniana.

Foram discutidos temas de interesse de ambos os países nas áreas de normas sanitárias e fitossanitárias relacionadas a acesso ao mercado, material genético bovino e avícola, aumento das exportações iranianas ao Brasil, cooperação técnica, entre outros temas.

O diálogo bilateral manteve-se, assim, fluido e correto nos últimos tempos, com relações amistosas, mutuamente respeitosas e benéficas. Há bom entendimento e pragmatismo de parte a parte, possibilitando a realização das reuniões dos mecanismos citados, trocas de visitas de alto nível, acompanhada de bom volume de negócios e ampliação do intercâmbio comercial de ambos os países.

Brasil e Irã não têm diferenças maiores quanto a temas da agenda internacional e têm se apoiado mutuamente em candidaturas e votações em organismos internacionais. A entrada do Irã no Brics criará um novo elo entre nossos países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é percebido como uma potência regional e como o país que pode exercer moderação em relação aos dossiês iranianos nos foros internacionais, principalmente o dossiê nuclear.

Ambos os países valorizam o diálogo político como instrumento para fortalecimento da relação bilateral e para a coordenação de ações em foros multilaterais.

A agenda bilateral ganhou impulso no contexto das negociações da Declaração de Teerã, de 2010, que levou à troca de visitas em alto nível. À época, o Presidente Lula visitou Teerã, e o Presidente Ahmadinejad visitou o Brasil. A agenda bilateral ganhou impulso nessa reunião, e, recentemente, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin compareceu à posse do Presidente Masoud Pezeshkian. Constitui essa visita uma sinalização de amizade e apoio do Brasil a posturas menos extremadas e capazes de facilitar o convívio e o diálogo com o Irã no plano internacional.

Em termos comerciais, o Irã é um importante mercado para o comércio exterior do Brasil. A corrente de comércio bilateral, nos últimos anos, fez do Irã o quinto maior comprador do agronegócio brasileiro e um dos principais superávits do Brasil: 1,8 bilhões em 2021 e 4,3 bilhões em 2023. É o maior mercado do Oriente Médio para os produtos brasileiros, como o milho, e o quinto para a carne bovina e para a soja em grãos. O país também é um importante comprador de açúcar, farelo, óleo de soja e carne de frango.

Entre os principais produtos importados em 2024 pelo Brasil, encontram-se frutas frescas e nozes, vidraria, frutas beneficiadas e preparações, medicamentos e produtos farmacêuticos.

No ano de 2024, o Irã foi o 12º principal destino das exportações de produtos agrícolas do Brasil.

Segundo as estatísticas brasileiras, o comércio bilateral atingiu 3 bilhões no ano passado, com expressivo saldo para o Brasil.

Em relação a 2023, houve um acréscimo de 30,6% nas exportações e 155,3% nas importações. O melhor fluxo da série histórica continua sendo 2022, quando o fluxo comercial atingiu 4,4 bilhões.

Há espaço para a intensificação do relacionamento comercial bilateral. Os iranianos pleiteiam maior acesso de suas frutas, caviar e pescados ao mercado brasileiro, ao passo que o Brasil tem potencial para ampliar sua pauta exportadora por meio de produtos como arroz e algodão.

O Irã, Senador Mourão, é certamente o maior mercado subexplorado do planeta. O encaminhamento do dossiê nuclear e a suspensão das sanções permitirão a abertura de várias frentes de cooperação e aprofundamento das relações bilaterais, além da área comercial, evidentemente. Há, contudo, ainda um desconhecimento mútuo. As dificuldades impostas pelas diferenças linguística,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cultural e religiosa precisam ser vencidas; as diplomacias cultural, educacional e parlamentar devem ser fortalecidas e aprofundadas.

A criação de uma adidância do Ministério da Agricultura e Pecuária certamente contribuirá para a solução de questões que dificultam o comércio bilateral. O elemento fundamental que poderá impulsionar as várias vertentes do relacionamento bilateral é o fim das sanções contra o país. O Brasil participará, ainda neste ano, da Iran Agrofood, que é a principal feira de setor de alimentos do Irã, e trabalharei no sentido de que a quinta reunião da Comissão Econômico-Comercial aconteça.

Na área da diplomacia cultural há muito ainda para avançar. A realização de atividades na área de promoção da língua portuguesa, teatro e audiovisual dirigidas à promoção cultural no Irã são sempre complexas em razão dos costumes religiosos e das diferenças culturais. O processo de aprovação de projetos, mesmo em parceria com organizações culturais privadas ou autônomas, tende a ser moroso e burocrático. Pretendo, não obstante, trabalhar, caso aprovado, para a realização de eventos na área do cinema, da fotografia e da música, bem como promover projetos para divulgar autores brasileiros no exterior e estimular a apresentação de projetos de tradução de autores brasileiros.

O Irã tem reconhecida proeminência na esfera acadêmica, com mais de 300 instituições universitárias e importante produção científica, mas a cooperação educacional entre os nossos países ainda é muito reduzida. É necessário desenvolver e aprofundar os contatos entre as universidades iranianas e brasileiras e estimular o intercâmbio docente e discente com as congêneres brasileiras. Uma das principais dificuldades para o aprofundamento da colaboração entre as instituições de ensino superior brasileiras e iranianas é o quase total desconhecimento de nossas línguas, o do português lá e o do farsi aqui. Os principais programas de mobilidade acadêmica no Brasil têm procura limitada, pois estudantes normalmente privilegiam os países europeus e ocidentais, certamente em razão do desconhecimento da língua portuguesa. Ainda assim, pretendo trabalhar para divulgar os programas e aumentar o interesse pelos programas acadêmicos oferecidos pelo Brasil. A divulgação da língua portuguesa é fundamental para alcançar tal fim. Pretendo buscar meios para promover o conhecimento da língua portuguesa, seja por meio presencial ou virtual.

Finalmente, mas não menos importante, a diplomacia parlamentar. Uma das principais vertentes do diálogo político bilateral é a diplomacia parlamentar, espinha dorsal das relações bilaterais. Em agosto de 2021, assistiram à posse do Presidente Ebrahim Raisi, que faleceu recentemente, na Presidência da República, membros do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã. À época ainda, o Senador Collor, então Presidente desta Comissão, visitou o Irã e reuniu-se com o então Presidente do Parlamento, com o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã, entre outras autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em fevereiro de 2022, a Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Tereza Cristina, então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi igualmente recebida no Parlamento iraniano. Os Parlamentares iranianos, sobretudo os membros do Grupo de Amizade, demonstram especial dedicação à diplomacia parlamentar com o Brasil, sempre dispostos a receber as autoridades que visitam o país.

Pretendo, assim, Senador Mourão, Senador Sergio Moro, Relator, Senador Esperidião Amin...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES – ... buscar promover visitas bilaterais entre as altas autoridades dos dois países; dar atenção aos diálogos e, sobretudo, ao diálogo econômico-comercial com a realização das reuniões de consultas políticas, Comissão Econômica e comitê agrícola; trabalhar para a ampla participação do Brasil nas principais feiras realizadas no Irã e divulgar aquelas realizadas no Brasil; trabalhar para o aprofundamento das vertentes cultural, educacional, linguística e parlamentar do relacionamento bilateral, caso V. Exas. houverem por bem me aprovar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Embaixador André Guimarães pela exposição feita sobre o relacionamento entre o Irã e o Brasil. O Irã é uma região do mundo com uma história que vem lá de tempos imemoriais, a antiga Pérsia, e óbvio que o senhor coloca muito bem as questões de que nós temos um amplo espaço ainda nesse relacionamento em termos econômicos, em termos políticos, e a participação desse Parlamento é importante. E eu desejo muito sucesso aí na missão que o senhor vai cumprir.

Mas, obviamente, nós temos um relato, e eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para que faça aí o seu relato.

Senador Amin, a palavra está com V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero saudar todos os nossos Embaixadores indicados, saudar todos com profundo respeito que dedico à carreira diplomática do Brasil.

Saudar nosso Presidente Mourão, igualmente nosso prezado Senador Sergio Moro e todos aqueles que estão aqui participando desta sessão neste momento que eu considero muito importante, até pela circunstância global que nós estamos vivendo, com esse tensionamento que tem despertado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as mais variadas manifestações e confusas conclusões no cenário comercial e de relações também relacionadas à defesa nacional de cada um dos países envolvidos.

Eu me sinto muito contemplado pela apresentação do plano de trabalho e avaliação do quadro feitas pelo Sr. Embaixador André Veras Guimarães, e concluo com uma frase que sintetiza sua missão: o Irã é o comércio menos explorado – a palavra exploração sempre tem um sentido pejorativo –, é o menos cultivado dos nossos polos de comércio e intercâmbio cultural filosófico. Às vezes eu fico surpreendido quando se fala do Zoroastro e do Zaratustra. (*Risos.*)

O Zoroastro foi um filósofo cristão antes de Cristo, com observações muito inspiradoras, inclusive para o Ocidente. E, quanto ao regime, o sistema de Governo, nós temos que nos conformar com algo que decorre da história de um país, que, como disse o Senador Mourão, tem 6 a 7 mil anos de civilização. Não esquecendo que, neste momento, está-se tentando ressuscitar – vamos falar, para não se falar dessa complexidade toda –, neste momento, os Estados Unidos e o Irã estão rediscutindo o pacto nuclear, o acordo nuclear, no qual o Brasil exerceu uma função muito relevante.

Eu vivi algumas circunstâncias muito especiais nesse caso, que foi celebrado em 2015 e que foi denunciado em 2020, se não me falha a memória, pelos Estados Unidos; e agora, com o mesmo Presidente Donald Trump, se dão os primeiros passos. E, pelo que se soube ontem, parece que houve um acordo interessante na escolha de observadores e árbitros, enfim, do cumprimento de metas e objetivos de um desejável novo acordo. É isso?

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo menos, é o que é do conhecimento da opinião pública. Quer dizer, em todo esse tensionamento, ontem houve uma notícia de distensionamento.

Os Estados Unidos e o Irã concordaram com os nomes dos árbitros e do VAR também, talvez de outras formas de acompanhamento e fiscalização que se deseja. Montenegro naturalmente não gostaria do VAR, que tem beneficiado bastante alguns clubes do Brasil.

Então, nesse contexto, quero louvar a leitura do seu plano de trabalho. Considero que a exploração, no melhor sentido da palavra, deste potencial intercâmbio não abordado ainda, não desenvolvido ainda, que nos une ao Irã, pode nos estreitar mais ainda... E acrescento que o Irã tem um papel muito importante para a agricultura, especialmente do sul do Brasil, porque nós precisamos de amônia. E não foi mencionado no intercâmbio, mas queria relembrar o episódio do navio iraniano entre Paranaguá e São Francisco do Sul. Deve fazer uns sete anos, mais ou menos, cinco anos, que não se obtinha licença para reabastecimento do navio num temor de que houvesse retaliação aos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interesses na Bolsa de Valores de Nova York – estou resumindo aqui, o fato é muito mais complexo. A amônia é crucial para o equilíbrio, para acertar o pH e a acidez do nosso solo, e o Irã tem sido muito inteligente na forma de fazer essa exportação. Resumindo, ele "conteinerizou" o transporte de granel, ou seja, numa grande viagem, pode atender vários mercados quase com uma demanda customizada.

Então eu gostaria de, com isso, dizer que o relatório foi apresentado, aqui não se dá voto a favor ou contra, mas eu desejo sinceramente êxito neste momento.

E, veja, talvez fosse a relação mais difícil de se resgatar a dos Estados Unidos com o Irã, e isso há dois meses ou há 30 dias, e hoje se sente um sopro de racionalidade, de diplomacia e de convergência. Se vai haver jogo limpo, jogo claro e fiscalizável, é melhor jogar cooperativamente do que conflituosamente.

Eu faço votos de que o senhor possa cumprir a tarefa do Brasil em benefício da paz internacional, do interesse global, mas no nosso interesse. Nós temos uma grande perspectiva.

E digo, finalmente, que nós temos tido sorte, porque, na guerra Irã-Iraque, nós, pela força da nossa relação comercial, industrial, de obras de engenharia, de suprimento da indústria automobilística, nós infelizmente tínhamos um outro lado. E jamais fomos considerados, digamos, inimigos ou adversários por esse país. Acho que nós temos que ter esse sentimento. Nós, Senador Mourão, tínhamos um lado, por afinidade. Com quem nós tínhamos negócios? Era com o outro lado, assim como os Estados Unidos tinham essa predileção. O Irã sempre foi visto como um país mais associado à União Soviética e, hoje, à Rússia.

Então, acho que é uma grande missão que o senhor tem a cumprir.

Eu considero que o relatório, Presidente, supre perfeitamente a necessidade no que toca a essa missão a ser cumprida.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – As indagações, os questionamentos ficaram para o final então?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente, as indagações ficaram para o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Depois de todos colocarem?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Cumprimento todos aqui presentes e agradeço as palavras gentis do Embaixador André Veras, com quem realmente trabalhei lá no Ministério da Justiça.

Eu não sei só se vou poder ficar até o final, porque tem a CSP, né? Mas algo que eu gostaria de ouvir, até lá adiante, seria sobre a questão de direitos humanos também no Irã. Sei que é um tema delicado, e nós temos relações bilaterais importantes com o país, mas como, eventualmente, o Brasil poderia influenciar positivamente nessa pauta, naquele país, sem ser visto como um país que esteja interferindo em assuntos internos?

Até mencionava aqui com o Presidente, o Senador Hamilton Mourão, que, recentemente, assisti a um filme bem interessante, que acho que merecia o Oscar até de melhor filme estrangeiro, A Semente do Fruto Sagrado, que tem como pano de fundo os protestos por mais direitos das mulheres naquele país. Acho que é um tema importante de ser abordado.

E, se me permite apenas uma reflexão rápida também para o indicado aqui para a Rússia, sobre a questão do pano de fundo da guerra, especialmente há um debate sobre se o Brasil poderia, de alguma forma, contribuir para a repatriação daqueles ucranianos, crianças que teriam sido enviadas para a Rússia, conforme afirmações do Governo ucraniano. Inclusive, existem pleitos do Embaixador do Brasil na Ucrânia de que o Brasil pudesse fazer alguma coisa nesse sentido. Sei que há dificuldade do Brasil de interferir nesse processo, mas talvez V. Exa. tivesse alguma ponderação.

E, se me permite, com toda a indulgência do Presidente da mesa, um cumprimento especial aqui ao Embaixador Eduardo Saboia pelo papel corajoso dele, anos atrás, de trazer um refugiado, perseguido político da Bolívia, ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Esse é o patrono das operações especiais.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Hoje se importam corruptos e na época se importava gente que era perseguida politicamente, mas registro aqui o meu apreço e admiração pelo que V. Exa. fez naquela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, os dois Embaixadores, no final, poderão abordar os temas sugeridos pelo Senador Sergio Moro, mesmo que ele não esteja presente aqui. Nós temos várias Comissões hoje correndo e somos poucos para muita coisa.

Vamos ao item 5 da pauta, de acordo com o que foi acertado, vamos pular o 4, passando para o item 5.

1ª PARTE

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

O Relator *ah doc* é o Senador Esperidião Amin.

O Embaixador Baena Soares vai participar da reunião por videoconferência.

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo de Lima Baena Soares, que, de forma remota, terá até 15 minutos.

Embaixador, a palavra está com V. Exa.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão, e agradecer-lhe por ter viabilizado a minha presença hoje aqui, nesta sabatina. Queria cumprimentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também o Senador Hamilton Mourão, Presidente desta sessão, e, se me permite, Sr. Presidente, agradecer também aos demais Senadores presentes, Senador Esperidião Amin, Senador Sergio Moro e demais Senadores.

E queria também transmitir minhas desculpas às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores por não ter podido realizar as visitas de praxe prévias à sabatina, por não ter viajado ao Brasil.

Queria agradecer à Senadora Tereza Cristina, Relatora de minha indicação, por ter assumido essa tarefa, o que me honrou muito, e também pelo seu relatório; e agradecer ao Senador Esperidião Amin, Relator *ad hoc* de minha indicação, por ter assumido essa tarefa, igualmente.

Queria agradecer também ao Senhor Presidente da República e ao seu Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Vieira, por minha indicação para ocupar este muito honroso cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Finalmente, Sr. Presidente Mourão, queria agradecer aos meus colegas de Itamaraty, meus colegas da Embaixada em Berlim, na pessoa do Embaixador Roberto Jaguaribe, atual titular, e também a meus colegas da assessoria parlamentar pela presteza em me ajudar para que eu pudesse estar aqui, ainda que remotamente, perante V. Exas.

Eu me apresento a V. Exas. com um elevado sentido de responsabilidade e de humildade para cumprir o que determina a Constituição Federal e estabelecer, ter esse necessário e saudável diálogo com o Legislativo.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como sabem, a Alemanha tem uma conhecida e extraordinária trajetória no mundo, tem uma grande influência e tem decisivas contribuições na economia, na política, na filosofia e na cultura, de modo geral. Foi e é sinônimo de excelência, foi e é protagonista, ator de primeira grandeza no cenário internacional, ocupa um lugar central na Europa, inclusive do ponto de vista geográfico, é um lugar de convergências, é um lugar de transições e também um lugar de imigrações.

Não poderia deixar de mencionar, no que se refere a imigrações, que, no ano passado, celebramos os 200 anos do início da migração alemã ao Brasil, com registro de assentamentos em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, estado do Senador Hamilton Mourão.

Por questão de tempo, não vou me referir aqui à rica e mesmo fascinante história da Alemanha. Vou procurar me deter em como vejo a Alemanha hoje, e queria começar pela economia.

A Alemanha, como sabem, é a terceira maior economia do mundo. Ela tem um PIB nominal de quase US$5 trilhões, uma renda *per capita* de cerca de US$57 mil e uma relação dívida-PIB bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

confortável, 62%, bem aquém de outras economias europeias, como a da Itália, da França ou do Reino Unido, e também tem uma particularidade que é a grande concentração da indústria na formação do seu produto, cerca de 22%, o que coloca a Alemanha em primeiro lugar entre os países do G7.

A economia alemã é das mais sólidas do mundo. Ela é impulsionada por um modelo exportador e tem um modelo equilibrado. Mas, para manter a sua competitividade no mundo, a Alemanha enfrenta desafios. Atravessa um período de estagnação, nos últimos dois anos teve um crescimento negativo de sua economia, -0,3%, -0,2%, e as estimativas para este ano giram ao redor de 0%.

Eu queria ressaltar duas questões. A primeira é ligada às importações. Os dois principais parceiros da Alemanha, os Estados Unidos e a China, tendem a reduzir suas importações. A China vem reduzindo a importação de veículos, os consumidores chineses vêm dando preferência a veículos elétricos, setor no qual a China é bastante competitiva, e também, para que V. Exas. tenham uma ideia, a China se transformou de um importador líquido de 1 milhão de veículos, em 2019, em um exportador líquido de 5 milhões de veículos, já no ano passado. E, no caso dos Estados Unidos, essas tarifas adicionais, as políticas de importação mais rígidas com o Governo Trump tendem a reduzir as importações alemãs, e, como sabem, atravessamos um período de particular instabilidade no comércio internacional.

A segunda questão a que eu queria me referir é a energia. A Alemanha tem uma base industrial bastante intensiva em energia e passa por um momento de grande desafio desde que passou a prescindir da energia nuclear – as últimas usinas foram fechadas em abril de 2023; na época, respondiam a 6% da geração pública de necessidade – e também passou a prescindir do relativamente barato gás russo desde a implosão do conflito na Ucrânia. E, com esse fim do fornecimento da Rússia, a Alemanha, de todo modo, vem fazendo o seu dever de casa, tem aumentado as instalações de terminais de GNL, para importar gás de outros países, tem, também, aumentado a participação de energias renováveis na sua matriz energética, e, também, os custos energéticos subiram muito no ano de 2022, agora tendem a se estabilizar.

Com esses desafios que tem a economia alemã, alguns comentaristas, inclusive, põem em dúvida a capacidade da Alemanha de encontrar seus caminhos e se reerguer. Eu queria dizer que eu não me encontro entre eles. Acho que a Alemanha... Acho que não se deve subestimar a capacidade alemã de superar esses desafios. De fato, a economia alemã já passou por momentos conturbados, como em 2009 e 2020, quando houve queda acentuada do produto, mas ela soube se reerguer. E a Alemanha conta com importantes vantagens comparativas, como uma boa governança, uma competência técnica, uma base produtiva altamente sofisticada e uma extensa rede de ciência, de tecnologia e de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, recentemente – acho que cabe mencionar –, a Alemanha aprovou um conjunto de leis que vão expandir os gastos em defesa e em infraestrutura.

Falam em cerca de 1 trilhão de euros nos próximos dez anos. Isso representa, de fato, uma quebra do paradigma fiscal que vigora na Alemanha, mas vai possibilitar, segundo os analistas, um maior crescimento econômico, um crescimento sustentável nos próximos anos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu queria tratar agora da situação política na Alemanha. Como sabemos, a Alemanha é uma democracia parlamentar federal, de acordo com a Lei Fundamental, a Constituição alemã de 1949. Ela combina elementos do parlamentarismo vigente em grande parte da Europa com um forte federalismo, com um grande grau de autonomia dos estados chamados *Länder*, que são 16 na Alemanha. Tem uma Câmara Baixa que se chama Bundestag, com representantes eleitos a cada quatro anos, no sistema misto proporcional e distrital, e tem uma Câmara Alta chamada Bundesrat, que representa os estados.

Em 23 de fevereiro último, foram realizadas eleições, e saiu vencedor o partido CDU, partido conservador, que vai formar aliança, no próximo Governo, com o SPD, social-democracia, o partido mais longevo da política alemã. Devem tomar posse nas próximas semanas. Nessas eleições, merecem registro também o crescimento de alguns partidos, como o Alternativa para a Alemanha, partido refratário à política de migração e a uma relação mais aprofundada com a União Europeia, e também talvez o declínio dos partidos tradicionais.

Eu queria, Excelências, agora passar a tratar da relação bilateral e, mais adiante, do meu plano de trabalho para Embaixador do Brasil em Berlim, caso eu mereça a aprovação desta Casa.

Como sabem, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Brasil e Alemanha têm uma longa história de intercâmbio humano, político e econômico. Temos uma relação com grande densidade, grande fluidez, uma multiplicidade de contatos e interações de toda ordem. Temos valores em comum e uma notória complementaridade. Temos um enorme inventário de realizações, de uma intensa agenda de reuniões, de consultas, mecanismos de toda ordem, bilateral, multilateral e também governamental ou também não governamental. Eu não vou aqui enumerar todas essas instâncias, mas eu queria destacar duas: a reunião de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, que foram criadas a partir da elevação da relação bilateral ao nível de parceria estratégica, e também a Comissão Mista de Cooperação Econômica.

A relação econômica comercial é intensa, é diversificada. Temos um fluxo comercial que chega a US$20 bilhões anuais. Temos um déficit, mas temos aumentado nossas exportações, chegamos já a US$6 bilhões anuais. Alemanha é o terceiro país de origem das nossas importações e o décimo de destino das nossas exportações. E também eu queria mencionar o grande fluxo de investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alemães que existe no Brasil. Alemanha foi a sétima maior origem de investimentos estrangeiros no Brasil desde 2001. E atuam no Brasil mais de mil empresas com um controlador final alemão, que representariam cerca de 250 mil empregos diretos. O estoque de investimentos alemães no Brasil é de cerca de US$44 bilhões, o que coloca a Alemanha com um percentual de 4,2% do total do investimento estrangeiro no Brasil.

Temos 54 projetos de cooperação com a Alemanha, são cerca de 300 milhões de euros em diversos setores, mas principalmente destinados à proteção ambiental, à cooperação energética e também ao ensino médio.

A Alemanha também figura como segundo maior doador do Fundo Amazônia, foi o primeiro país europeu a aderir à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil na última reunião do G20, e apoiou a reconstrução da infraestrutura do Estado do Rio Grande Sul depois das enchentes que atingiram aquele estado. E, no plano multilateral, queria registrar também o grande empenho demonstrado pela Alemanha na conclusão das negociações do acordo de integração entre o Mercosul e a União Europeia. A Alemanha foi um país parceiro, um país muito importante nesses esforços.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu queria agora delinear minhas prioridades e focos de atenção como Embaixador do Brasil na Alemanha caso eu mereça a aprovação desta Casa.

Temos já um número importante do que eu chamaria de âncoras estratégicas que eu pretenderia dinamizar. Energia, claro, é um assunto da maior significação na relação bilateral e aqui há uma clara complementaridade. O grande desafio que a Alemanha tem de descarbonização da sua matriz energética pode contar com contribuições brasileiras que, como todos sabemos, tem a matriz energética das mais limpas do mundo. O mercado de hidrogênio de baixa emissão é considerado prioritário para a Alemanha. A Alemanha manifestou, no Governo Scholz, um grande interesse pelo nosso hidrogênio verde como apoio à diversificação de sua matriz energética. Agora resta saber se o próximo Governo, o Governo do Chanceler Friedrich Merz, continuará nessa trajetória e também como vamos enfrentar os desafios ligados ao curso da produção e também ao transporte, mas eu acho que, de todo modo, podemos fortalecer nossa cooperação com a Alemanha nessa área, fomentar a pesquisa e também estimular novos projetos-piloto como aqueles que já existem em diversos estados do Brasil, como em Minas, no Rio, em Santa Catarina, terra do Senador Esperidião Amin.

Também queria mencionar a mineração, que também pode ser um importante foco de cooperação. Temos reservas expressivas, como sabemos, de minerais críticos e ampla disponibilidade de fonte limpa de energia. Poderíamos atrair investimentos alemães nessa área, fazer a transformação de minerais e agregar valor no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, falando em agregação de valor, eu não poderia deixar de mencionar a Feira de Hannover, que é a principal feira industrial do mundo. O Brasil vai ser país parceiro dessa feira no ano próximo, então eu pretendo, em coordenação com a Apex, fazer um grande trabalho de preparação para a participação brasileira nessa feira, identificando nichos e oportunidades para os produtos brasileiros. É claro que um novo acordo para evitar a dupla tributação entre os dois países vai facilitar muito o comércio bilateral e, claro, nós esperamos uma atitude mais flexível por parte do novo Governo para ajudar nesses esforços.

Um outro setor importante que merece atenção é o de ciência, tecnologia e inovação. Temos que promover ainda mais a cooperação de inteligência artificial, semicondutores e segurança cibernética e reforçar instâncias como o Diálogo Digital Brasil-Alemanha, que já existe, e também o Projeto Global de Infraestrutura da Qualidade. E aqui acho que podemos promover soluções que encontramos no Brasil na Alemanha. O rico e diversificado setor de tecnologia no Brasil, que é responsável por projetos exitosos como a Carteira Nacional de Habilitação Digital, o Governo Eletrônico, a Justiça Eletrônica e tantos outros bem-sucedidos, acho que tem um potencial de ser elemento de cooperação técnica entre os nossos países. O próximo Chanceler Friedrich Merz acabou de anunciar, poucos dias atrás, a criação do ministério da digitalização na Alemanha. Então, acho que é uma oportunidade importante para nós, para cooperar ainda mais com a Alemanha.

Excelências – e aqui caminho para a parte conclusiva da minha exposição –, eu queria me referir à comunidade brasileira na Alemanha, uma comunidade ordeira, uma comunidade trabalhadora. A Embaixada de Berlim tem jurisdição sobre os estados do norte do país, são cerca de 65 mil nacionais registrados, temos uma comunidade cada vez mais dinâmica, com a qual temos que reforçar nossa interação e prestar serviços de qualidade.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu acho que não há como não sermos ambiciosos na relação com a Alemanha. Se tiver o privilégio de vir a ocupar a cadeira de Embaixador em Berlim, pretendo trabalhar para transformar essa ambição em realidade concreta, em projetos concretos, promovendo nossos interesses e reforçando os laços entre essas duas grandes nações. A parceria entre o Brasil e a Alemanha já é uma realidade e tem potencial de atingir novos patamares, com a colaboração de todos, inclusive com a colaboração desta Comissão.

Muito obrigado.

Estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu agradeço ao Embaixador Baena Soares pela exposição sobre o relacionamento Brasil-Alemanha, a situação política e econômica que aquele país atravessa, num momento delicado da história da Europa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo conflito russo-ucraniano e possíveis consequências disso tudo, principalmente a importância que a Alemanha tem nas nossas relações internacionais, não só questões políticas, como econômicas.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que é o Relator *ad hoc* do Embaixador Baena Soares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu fico muito feliz pela designação de relatoria *ad hoc*, contemplando o Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares, não que o sobrenome seja essencial na nossa vida, mas ele pode representar, como no caso, o prosseguimento de uma carreira que vai se transformando em familiar, assim como nas armas, na diplomacia, nas funções mais detentoras da condição de funções de Estado.

Então, eu quero cumprimentá-lo pela exposição da visão e do seu plano de trabalho e registrar, confirmando o que disse o Senador Mourão. Neste momento em que a Europa está considerando a sua perspectiva de relações exteriores de uma maneira diferente, pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial, 80 anos depois, essa nova configuração de parcerias se descortina para todo mundo fazendo a sua revisão: "Quais são os meus potenciais?". Aquilo que nós falamos a respeito do Irã vale hoje não apenas para o Irã país, mas também para o Senador Hiran, que passou por aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Com "h" e sem "h".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É de outra latitude, mas serve para todos os países. Sem dúvida alguma, haverá um conjunto de esforços para novas relações e, nas relações, novos tipos de intercâmbio, mais diversificados, gerando menos dependência do ponto de vista de isolamentos.

Então, acho que o papel do Embaixador Rodrigo foi muito bem delineado, uma vez que a Alemanha é essa terceira maior economia do mundo e a mais importante do ponto de vista de volumes e de diversidades da União Europeia.

É um continente com uma população só sobrepujada pelos dois maiores países em população do mundo, Índia e China, e tem uma trajetória histórica que origina todos os usos e costumes dos países do ocidente. Nós todos importamos as nossas instituições – uns mais, outros menos – da experiência europeia. E a Alemanha com esse destaque que eu já mencionei e que, no meu caso particular, é mais expressivo ainda, uma vez que a segunda... Logo depois de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi a vez de recebermos, em Santa Catarina, a contribuição étnica, de cultura, de educação da Alemanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E os meus filhos são filhos, em primeiro lugar, de uma mãe alemã. Como a mãe é uma certeza e o pai é uma probabilidade, eles são certamente alemães. (*Risos.*)

E eu sou da mesma genealogia do Nelsinho Trad, quer dizer, mãe italiana e pai libanês. Eles são predominantemente germânicos, portanto.

Então, toda essa afinidade com a Alemanha está muito bem descrita pelo seu plano de trabalho. E não posso deixar de registrar que se trata de um Embaixador com toda a qualificação para um desafio tão expressivo, num momento tão singular quanto esse que estamos vivendo.

Este é, Sr. Presidente, mais do que uma leitura singela do relatório da Senadora Tereza Cristina, é muito mais do que isso e mais do que a expressão do meu voto, que é favorável, mas representa também a certeza de que o Embaixador Rodrigo tem todas as condições de bem representar o Brasil nesta missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Antes de passarmos ao item seguinte da pauta, a nossa Comissão recebeu um convite para a comemoração do Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha.

Assim, estendo a todos os membros desta Comissão o convite recebido pela Presidência, que é oriundo do Comandante da Marinha, o Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, para a cerimônia do Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, a ser realizada no próximo dia 23 de abril, às 18h, no Clube Naval.

Presidente, o senhor está em condições de reassumir, positivo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Que isso, Presidente? (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, anteriormente à minha fala, ao Senador Hamilton Mourão por ter conduzido os trabalhos.

Informo aos Srs. Senadores que nós estamos recebendo a delegação de Parlamentares chilenos. Nós estamos aqui com o Presidente do Senado, Manuel José. Estamos aqui com o Senador Gastón. Estamos aqui com a Deputada Claudia, a Deputada Daniela e o Deputado Jorge.

Sejam muito bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eles vieram acompanhando o Presidente Gabriel Boric na visita que está fazendo ao Presidente Lula.

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Vamos ouvir, primeiro, o indicado.

Com a palavra, por 15 minutos, o Embaixador Paulo Uchôa Ribeiro Filho.

O SR. PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É com grande satisfação que me apresento, pela segunda vez na minha carreira, diante desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qualidade de candidato à chefia da Embaixada do Brasil na Arábia Saudita e cumulativamente no Iêmen. A primeira vez foi em 2002, quando meu nome foi aprovado pela Comissão e pelo Senado, para desempenhar a função de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo. Caso seja aprovado por V. Exas. e pelo Plenário do Senado, será uma honra para mim voltar a ocupar a posição de Embaixador do Brasil no exterior.

Agradeço, primeiramente, ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores pela confiança depositada em minha pessoa e pela indicação. Registro minha gratidão ao Presidente do Senado e ao Presidente desta Comissão pela tramitação de minha indicação, assim como ao Senador Hamilton Mourão pelo relatório apresentado. Aproveito a oportunidade para expressar meus agradecimentos, Sr. Presidente, à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Renan Calheiros pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade que me proporcionaram de atuar como assessor internacional desta Comissão durante os seus respectivos mandatos de Presidentes.

Antes de abordar o programa de trabalho que pretendo desenvolver caso seja aprovado por esta Comissão, permitam-me, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, fazer breves considerações sobre o perfil atual da Arábia Saudita.

A Arábia Saudita se destaca atualmente com a principal liderança dos mundos árabe e muçulmano, atravessando um período de vigorosa atividade econômica e crescente influência política tanto regional quanto global. No âmbito econômico, o petróleo representa entre 30% e 40% do PIB, dependendo das flutuações do preço, e entre 70% e 90% das receitas governamentais. Em vista dessa considerável dependência, o Governo saudita tem implementado políticas de diversificação econômica. A mais recente, o programa Visão 2030, abrange uma ambiciosa agenda de reformas econômicas e sociais, em parte financiadas por seu fundo soberano, o Fundo de Investimento Público, que dispõe de aproximadamente US$900 bilhões de recursos.

Entre os setores que têm apresentado significativa expansão, nos últimos anos, destacam-se a construção civil e os projetos de infraestrutura, a segurança alimentar, o turismo, o entretenimento, a tecnologia da informação e as energias renováveis. Outro tema de relevância, dada a complexidade do Oriente Médio, é a defesa, a área sob a supervisão direta da mais alta liderança do país, para a qual são alocados recursos proporcionais aos desafios enfrentados.

Com essas considerações, Sras. e Srs. Senadores, é digno de nota que as relações entre o Brasil e a Arábia Saudita têm sido marcadas pela amizade, colaboração e elevado grau de complementariedade econômica. Desde 2023, registramos sete visitas brasileiras e duas visitas sauditas de alto nível: do Presidente da República, Vice-Presidente da República, duas vezes do Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Ministro da Fazenda, do de Minas e Energia e... Enfim, e duas autoridades sauditas.

No que tange à normatização das relações bilaterais, Brasil e Arábia Saudita possuem mais de duas dezenas de acordo e outros instrumentos jurídicos que regulam a interação entre os países. Destaco, dentre eles, três acordos recentemente assinados: o acordo para concessão de vistos, que facilitará as visitas de brasileiros e sauditas aos dois países; o Memorando de Entendimento para a criação do Conselho de Coordenação Brasil-Arábia Saudita e o Acordo de Cooperação em matéria de Defesa. Dois outros acordos estão em fase de negociação: acordo de cooperação e facilitação de investimentos e acordo para evitar a bitributação.

Compreendidas as principais características da Arábia Saudita e suas relações recentes com o Brasil, apresento a seguir os principais pontos do meu programa de trabalho. Em conformidade com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

as diretrizes da Secretaria de Estado, pretendo trabalhar para viabilizar a visita do príncipe herdeiro Brasil, um evento que poderá elevar as relações bilaterais a um novo patamar, sinalizando que escolhas deverão ser feitas pelos setores público e privado. Pretendo também promover a operacionalização do conselho de coordenação Brasil-Arábia Saudita, que substitui a comissão mista e o mecanismo de consultas políticas. O pleno funcionamento do conselho permitirá um diálogo fluido e produtivo sobre as prioridades das relações bilaterais a serem estabelecidas e avaliadas de maneira sistemática.

Em termos comerciais, o intercâmbio entre o Brasil e a Arábia Saudita gira em torno de US$ 6 bilhões, apresentando um saldo desfavorável ao Brasil nos últimos anos, principalmente em decorrência da alta dos preços do petróleo.

As exportações de *commodities* agrícolas representam 80% dessa pauta. Empresas brasileiras como JBS, BRF, Minerva e Vibra ocupam posições destacadas no fornecimento de proteína animal para a Arábia Saudita, inclusive com plantas de processamento de proteína no país. Pretendo colaborar com a liderança dessas e outras empresas para manter e, se possível, ampliar nossa participação no mercado.

Considerando as favoráveis condições econômicas da Arábia Saudita, buscarei diversificar também a pauta de exportações brasileiras, indo além de *commodities*, com a introdução de produtos de maior valor agregado, como materiais de construção, móveis, produtos cosméticos e equipamentos militares.

E aqui eu queria fazer também uma especial menção às possibilidades de negócio que se apresentam para Embraer. O mercado de transporte aeroviário do país está em plena expansão. Há a perspectiva do estabelecimento de mais uma nova linha aérea no país e a Embraer tem toda a capacidade de participar desse processo de expansão, com seus aviões de médio porte para transporte entre distâncias regionais. Procurarei ainda dar especial atenção a esses interesses da Embraer.

No que se refere a investimentos, os sauditas demonstram grande interesse em relações bilaterais equilibradas, em que o fluxo de investimento transite por vias de mão dupla. Estima-se que o estoque de investimentos sauditas no Brasil seja de US$5 bilhões, concentrados em empresas do setor privado, como a Vale, a Minerva, a BRF e a Pátria Investimentos. Buscarei trabalhar em parceria com outras instituições financeiras, como o banco BTG Pactual, a eB Capital, a Now Connect, já presente na Arábia Saudita, visando identificar oportunidades para aumentar o fluxo de investimentos sauditas, bem como estimular o investimento brasileiro na Arábia Saudita. Também pretendo apoiar a Vale em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suas negociações com o Centro de Desenvolvimento Industrial Nacional, visando a possível instalação de uma planta de beneficiamento de minério de ferro na província do leste na Arábia Saudita.

Uma das áreas de maior visibilidade em tempos em que o debate sobre a gestão do clima é grande destaque é o da energia. Em 2023, Brasil e Arábia Saudita assinaram um memorando de entendimento para a cooperação no campo da energia, que prevê diversas modalidades de colaboração em pesquisas conjuntas, parceria nos setores de óleo e gás, energias renováveis, hidrogênio, entre outras. Direcionarei parte do meu trabalho para identificar oportunidades em instituições públicas e privadas a fim de fomentar a implementação dos termos do memorando.

Na área de gestão climática, o mercado regulado de créditos de carbono se configura como uma promissora oportunidade de negócios para um país como o Brasil, com sua matriz energética limpa e, portanto, fornecedor de créditos de carbono. Em contrapartida, a Arábia Saudita, com forte presença de petróleo e gás em sua matriz energética, se apresenta como uma grande compradora com recursos para a aquisição de créditos de carbono. Pretendo trabalhar com empresas brasileiras especializadas no tema para que se posicionem adequadamente diante das oportunidades de negócios que poderão surgir.

É importante ressaltar que a Arábia Saudita é o segundo maior importador de produtos e serviços de defesa e deverá investir US$80 bilhões até o final desta década no setor. Atualmente, duas empresas brasileiras estão presentes no mercado saudita de defesa: a Avibras, com mais de 40 anos de atuação, e a Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus, que fornece munições – há também a presença da Akaer. Minha intenção é trabalhar um conjunto com essas e outras empresas, quando possível, para consolidar e expandir o mercado já conquistado, aproveitando as oportunidades que o setor oferece nos próximos anos. Inclusive, também na área de defesa, há uma outra participação da Embraer com relação aos aviões KC-390, mencionados já por alguns outros colegas aqui em suas apresentações.

Sr. Presidente, ao longo dos meus 30 anos como diplomata, tive a oportunidade de promover a cultura brasileira e testemunhar, em primeira mão, os inegáveis resultados do poder brando que a música, a dança, as artes visuais e a gastronomia geram no público estrangeiro. Embora as relações institucionais e econômicas apresentem um histórico de proximidade, brasileiros e sauditas ainda estão culturalmente distantes. Caso minha indicação seja aprovada por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, pretendo, desde o início, buscar parcerias institucionais que possibilitem o estabelecimento de um diálogo para negociar a realização de uma itinerância internacional da Bienal de São Paulo em 2026; estabelecer um programa de cooperação entre museus brasileiros e museus sauditas para a troca de experiências e possível organização de exposições que ofereçam ao público saudita uma visão mais ampla das artes visuais no Brasil, sua história e sua cultura; fomentar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

intercâmbio com galerias brasileiras a fim de sensibilizar instituições públicas e privadas sauditas para a aquisição de arte contemporânea brasileira como parte da ampliação das coleções dos museus da Arábia Saudita ora em curso; estimular o interesse de empresas brasileiras de *design* de móveis para explorar as potencialidades do sofisticado mercado de interiores da Arábia Saudita.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, antes de encerrar minha apresentação sobre a Arábia Saudita, permita-me, Sr. Presidente, compartilhar algumas reflexões sobre como pretendo conduzir a atuação consular da Embaixada.

A comunidade brasileira na Arábia Saudita é estimada em 2,5 mil pessoas. Com a entrada em vigor do acordo de vistos, espera-se um aumento no fluxo de brasileiros que visitarão o país, especialmente em razão do desenvolvimento de várias atrações turísticas de qualidade. Nesse contexto, pretendo trabalhar em prol da melhoria do atendimento consular, tanto na emissão de documentos de viagem quanto na documentação notarial; fortalecer os mecanismos de assistência brasileira em situação de necessidade e vulnerabilidade; e atender as demandas de sauditas e estrangeiros relacionadas a vistos e outros documentos que possam ser requeridos.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, muitos outros temas poderiam ser abordados. No entanto, considerando o tempo regulamentar, passo agora a discutir as relações entre o Brasil e o Iêmen, bem como o meu programa de trabalho para o país.

O Iêmen, lamentavelmente, se encontra em meio a uma guerra civil, um conflito complexo que envolve múltiplas partes, interesses regionais e internacionais, e provocou uma das piores crises humanitárias do mundo.

O conflito teve início com uma disputa política após a Primavera Árabe e a transição de poder em 2011, que não conseguiu sanar as profundas divisões internas. Em 2014, os houthis capturaram Sanaã, a capital, levando ao colapso do Governo formalmente constituído. Em 2015, a Arábia Saudita formou uma coalizão que incluiu vários países árabes, apoiada por potências ocidentais, como os Estados Unidos e o Reino Unido. Essa coalizão realizou operações militares visando restaurar o Governo do Presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, reconhecido internacionalmente.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as duas Repúblicas do Iêmen em 1984. Em 1990, ocorreu a unificação do país. Desde então, Brasil e Iêmen mantiveram uma interação de baixa intensidade em termos de diálogo político e cultural, a qual foi ainda mais dificultada pela eclosão da guerra civil em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não há registros de visitas oficiais de altas autoridades entre os países, embora os Ministros da Água e do Meio Ambiente do Iêmen tenham estado no Brasil em duas ocasiões, participando da Conferência sobre Diversidade Biológica em Curitiba e da Conferência Rio+20.

Em agosto de 2014, foi assinado, em Brasília, o acordo-quadro de cooperação técnica entre Brasil e Iêmen, o qual aguarda ratificação pela parte iemenita.

No campo comercial, apesar da reduzida dimensão econômica do Iêmen e do prolongado conflito civil, o volume de intercâmbio com o Brasil é surpreendentemente expressivo, alcançando a cifra de US$458 milhões em 2024. As importações são quase que inteiramente compostas por produtos primários, como açúcares, carnes de aves, milhos e outros produtos da indústria da transformação. Nesse mesmo ano, as importações brasileiras totalizaram apenas US$41 mil. Esse nível de comércio assemelha-se ao verificado antes do início da guerra civil.

Em setembro de 2024, o Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Vieira, reuniu-se com o Vice-Presidente do Iêmen, Aidarus Qassem Abdulaziz Al-Zubaidi, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, foi reafirmada a disposição brasileira em colaborar nos esforços de paz para encerrar a guerra civil. O Brasil apoia um acordo de cessar-fogo que conduza a um processo político abrangente, sob os auspícios da ONU, com a inclusão das facções relevantes do Iêmen. Também defende a eliminação de obstáculos à assistência humanitária, incluindo atividades de desminagem.

Desde 2012, as relações bilaterais têm sido mantidas, em grande parte, pela embaixada do Iêmen em Riade, onde reside, por longos períodos, o Presidente Rashad al-Alimi. Essa escolha deve-se à instabilidade e à insegurança no território iemenita, especialmente em Sanaã, sob controle do movimento Houthi desde 2014. Embora a cidade de Áden seja considerada a capital interina do Governo reconhecido internacionalmente, a presença física do Presidente e de outros membros do Conselho da Liderança Presidencial têm sido mais frequente em Riade.

Dada a situação do conflito, não se vislumbra, a curto prazo, a possibilidade de visitas de natureza política ou comercial, nem de atividades de intercâmbio cultural. Não há registro de cidadãos brasileiros no Iêmen. As atividades da embaixada cumulativa, caso aprovado por V. Exas., deverão restringir-se ao acompanhamento do conflito e à preparação de informações para a secretaria de estado, além de eventuais participações em eventos relacionados ao Iêmen que ocorram na Arábia Saudita.

Concluo aqui, Sr. Presidente, minha apresentação e me mantenho à disposição dos membros da Comissão e do público em geral para responder a perguntas ou completar informações sobre os temas abordados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Paulo Uchôa Ribeiro Filho.

Passo, de pronto, a palavra ao Relator, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, senhores e senhoras representantes do Parlamento chileno, que aqui nos acompanham, senhoras e senhores que nos acompanham pelas redes, para mim é uma satisfação muito grande ter sido designado Relator do Embaixador Paulo Uchôa Ribeiro Filho, que nos assessorou com extrema competência, sobriedade e discrição, que aliás são características de todos aqueles que trabalham no serviço de relações exteriores do Brasil. Então, nos assessorou nesta Comissão, ao longo dos últimos anos.

O Embaixador Paulo Uchôa possui uma larga experiência no serviço diplomático brasileiro, principalmente no Oriente Médio, onde já esteve no Líbano, na própria Arábia Saudita, esteve no Iraque, ou seja, é um conhecedor da área. Ele foi promovido em todos os postos da carreira por merecimento, é Ministro de Primeira Classe desde o ano de 2023, e sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, casualmente, foi "Relações Brasil-Arábia Saudita: Novas Perspectivas".

O Embaixador foi muito claro em todas as questões referentes às ligações entre o Brasil e a Arábia Saudita, um mercado também emergente para nós. Há muita coisa ligada à área onde eu labutei ao longo de toda a minha vida, que é a questão de defesa, e aí a gente tem um passado que não foi tão alvissareiro, quando a nossa Engesa produziu um carro de combate, que era o Osório, cujo destino era efetivamente ser vendido à Arábia Saudita, e, naquele momento, houve uma intervenção forte da grande potência do Norte, que terminou por vender um outro carro, e nossa Engesa terminou por quebrar. O Osório, que foi um orgulho da indústria nacional, não vingou nisso aí, mas hoje nós temos outros produtos que vêm sendo oferecidos na região, fora a relação em termos de segurança alimentar, em que o Brasil é preponderante em qualquer mesa que nós tenhamos que nos assentar e é, junto com a nossa cultura, como o Embaixador Paulo Uchôa falou, um dos nossos poderes brandos.

Aliás, Embaixador Paulo Uchôa, para ressaltar muito a nossa cultura, o senhor deve levar a um carregamento de camisas do Flamengo, que isso, efetivamente...

(*Soa a campainha.*) (*Risos.*)

Advertido pelo Presidente da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também não é simples a questão relacionada com o Iêmen, por esse conflito dos Houthis, que coloca o país numa situação, praticamente, na minha visão, de não país, e ainda agravado pela guerra, o conflito entre Israel e o Hamas, onde os Houthis também têm participação. Os Houthis já fizeram um ataque à própria Arábia Saudita, em passado recente, a algumas das refinarias. Então, é um problema com o qual nós teremos que saber lidar também, e sei que V. Exa. tem habilidade para isso.

Então, Presidente, mais uma vez, destaco, com muito orgulho, o privilégio de relatar o Embaixador Paulo Uchôa que, não tenho a mínima dúvida, vai cumprir a sua função, uma vez aprovado aqui nesta Casa, como representante do Brasil, do Estado brasileiro, junto ao Reino da Arábia Saudita e à República do Iêmen, de forma esplendorosa, como fez aqui nesta Comissão e em outras missões que teve.

E destaco que ele foi embaixador na República Democrática do Congo, que não é lugar para qualquer um, é só para gente que tem coragem e determinação.

Parabéns, Embaixador Paulo Uchôa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão, pelo brilhante relatório ao Embaixador Paulo Uchôa, sem antes deixar de registrar a satisfação desta Comissão em poder ver um dos seus membros, dos seus colaboradores, que por aqui percorreu, quatro anos da sua carreira, sendo guindado a um posto de tamanha relevância.

Determino à Secretaria que já possam providenciar a apuração dos votos, porque, depois, vamos fazer a leitura de algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania. E tenho uma pergunta também a fazer ao Embaixador Saboia. Se algum Senador quiser fazer alguma outra pergunta, a algum outro Embaixador, vai ser o momento após a fala do Presidente do Senado chileno, a quem vou abrir a oportunidade para que possa se pronunciar, Senador Manuel José, que está aqui, junto com o Senador Gastón, com o Deputado Jorge, com a Deputada Claudia e com a Deputada Daniela.

Então, passo a palavra ao Senador Manuel José.

O SR. MANUEL JOSÉ OSSANDÓN IRARRÁZABAL (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Senador Manuel José. E, mais uma vez, gostaria de saudar o Senador Gastón, o Deputado Jorge, a Deputada Claudia e a Deputada Daniela.

Determino à Secretaria que possa abrir o painel para verificar como foram as votações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Tivemos aprovação de todos.

Embaixador Sérgio com 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Embaixador Saboia, 11 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Embaixador André Veras, 11 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Embaixador Paulo Uchôa, 11 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção; assim como o Embaixador Baena, 11 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Declaro aprovados os Embaixadores Sérgio Rodrigues dos Santos, Eduardo Paes Saboia, André Veras Guimarães, Paulo Uchôa Ribeiro Filho e Rodrigo Baena Soares.

Determino à Secretaria que envie os procedimentos para o Presidente Davi Alcolumbre para que possa proceder à apreciação pelo Plenário em data oportuna.

Solicito a todos uma salva de palmas aos aprovados. (*Palmas.*)

Eu sei como é a agenda dos Parlamentares chilenos. Se vocês puderem continuar, para nós é um prazer, mas, se tiverem que ir, fiquem à vontade, a nossa assessoria vai encaminhá-los. Recebam aqui o meu abraço enquanto reforço os laços de amizade que entrelaçam o Chile com o Brasil, ainda mais os nossos Parlamentos. Em breve nós estaremos retribuindo essa visita, Senador.

O SR. MANUEL JOSÉ OSSANDÓN IRARRÁZABAL – *Muchas gracias.*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Uma salva de palmas aos Parlamentares chilenos. (*Palmas.*)

Senador Mourão, V. Exa. tem algum questionamento a ser feito?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, quero apenas cumprimentar os cinco embaixadores que hoje fizeram suas exposições e revelaram, todos eles, conhecimento profundo sobre os países onde estarão representando o Estado brasileiro, e desejar sucesso a todos nessa nobre missão, nessa nobre tarefa. Deixo claro que aqui, na Comissão de Relações Exteriores, contam com apoio para qualquer necessidade no trabalho que terão pela frente.

O meu mais fraterno abraço a todos os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Mourão.

As perguntas para os sabatinados.

Para V. Exas. entenderem, existe uma participação, via remota, feita por quem acompanha os trabalhos. Então, a primeira vem do Piauí, e, logo depois, do Rio Grande do Sul. Quem vai responder é o Embaixador Sérgio. Eu pediria que seja bastante sucinto nas respostas, porque nós temos que questionar a todos. Pode anotar as perguntas.

Cainan, do Piauí: "Deveria haver uma cooperação tecnológica [mais aprimorada] entre os Estados? Se sim, em quais os setores?".

Eduardo, do Rio Grande do Sul: "Quais são as expectativas do Governo brasileiro em relação ao fortalecimento das relações bilaterais com a Rússia e o Uzbequistão?".

Agora a pergunta que eu já vou fazer para o Embaixador Paulo Uchôa vem do Rio Grande do Sul.

Bernardo: "Como o Brasil pode, via Brics, ajudar a reduzir tensões [entre] Arábia-Iêmen e promover paz, cultura e desenvolvimento econômico?".

Ronan, do Rio de Janeiro: "Quais suas prioridades para fortalecer os laços do Brasil com Arábia Saudita e Iêmen?".

A mesma pessoa: "Como pretende promover o comércio, investimentos e a cooperação com esses países do Oriente Médio?".

Raíssa, do Mato Grosso, agora para o Embaixador André Veras: "Quais [...] [suas] prioridades [...] como Embaixador no Irã para fortalecer o diálogo diplomático e as relações comerciais [...]?".

Eduardo, do Rio Grande do Sul: "Como [...] [sua] experiência [...] como Diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica pode contribuir para sua atuação no Irã?".

E o Jean, de Minas: "Como o senhor pode contribuir na aliança dos [...] países no setor militar, principalmente no campo da defesa [...]?".

Agora para o Embaixador Saboia.

Eduardo, do Piauí: "Como pretende estimular, no mercado austríaco, a tradução e comercialização da literatura brasileira, com destaque para escritores vivos?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Matheus, do Rio de Janeiro: "Quais iniciativas diplomáticas serão tomadas para estreitar as relações entre os países?"

Cainan, do Piauí: "Como o sabatinado vê as relações entre Áustria e Brasil desde o Império até hoje, e o que o Brasil poderia aprender com os austríacos?".

Eduardo, do Rio Grande do Sul: "De que maneira [...] planeja promover a cultura brasileira na Áustria e aumentar o intercâmbio cultural entre os dois países?".

Essas são as perguntas.

Eu tenho mais uma para o Embaixador Saboia relativa à questão da celulose, que é um dos mercados em potencial do Brasil para com a Áustria e da Áustria para com o Brasil. E a pergunta que eu quero deixar aqui é a seguinte: Mato Grosso do Sul vive um verdadeiro *boom* no desenvolvimento da celulose. As maiores empresas do mundo estão se instalando no meu estado; uma já está pronta, que é a Suzano, que está instalada em Ribas do Rio Pardo; dali a 120km, nós temos o Município de Inocência, onde se vai instalar a Arauco; e a Bracell, que está chegando a Água Clara e em Bataguassu. Eu gostaria de saber como o Embaixador enxerga esse movimento que está ocorrendo no meu estado e o que pode ser feito para poder otimizar essa questão, principalmente no que tange às questões comerciais entre esses grupos, o meu estado e a Áustria.

Com a palavra o primeiro que foi questionado, o Sr. Embaixador Sérgio Rodrigues.

Cinco minutos para cada um, por favor.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à primeira pergunta, proveniente do Piauí, sobre a cooperação tecnológica entre o Brasil e a Rússia, de um lado, é de conhecimento de todos que a Rússia dispõe de uma capacidade bastante avançada em setores de tecnologia de ponta, em diversas áreas; e o Brasil, por outro lado, também dispõe de um ambiente robusto de inovação e de pesquisa, que é capaz de absorver a cooperação recebida, mas também tem condições de prestar cooperação tecnológica em determinados setores. Então, o potencial é muito grande.

Eu, na minha exposição, destaquei dois setores: o de energia nuclear e o de cooperação na área espacial; mas existem uma série de outros campos do conhecimento nos quais a cooperação entre a Rússia e o Brasil – cooperação tecnológica, de ciência e inovação – tem acontecido e tem o potencial de se desenvolver. Eu citaria mais alguns, como, por exemplo, no campo de ciência de partículas, no campo de ciência polar, biodiversidade, entre outros, e também no de segurança cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta seguinte é proveniente do Rio Grande do Sul e diz respeito às expectativas do Governo brasileiro em relação ao fortalecimento das relações com a Rússia e com o Uzbequistão.

Bem, com a Rússia nós temos relações maduras, tradicionais e que estão prestes a completar 200 anos de existência, mas eu acho que eu posso dizer, Sr. Presidente, que agora aumenta a expectativa de que nós possamos desenvolver ainda mais as relações com a Rússia, porque nós temos visto desenvolvimentos recentes no que diz respeito ao encaminhamento do conflito na Ucrânia, que poderão levar a um cenário mais favorável para o desenvolvimento, sobretudo no campo econômico, das nossas relações com a Rússia. Então, a expectativa é mais do que positiva.

E, com relação ao Uzbequistão, como eu mencionei, nós temos um desafio de reduzir o déficit e de diversificar também as nossas exportações para aquele país.

Eu não sei se eu deveria agora responder à pergunta do Senador Sergio Moro, ou o senhor prefere que eu fale depois?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Vamos dar um tempo, porque ele ficou de voltar, e é melhor.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Próximo?

O SR. PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pode ir.

Cinco minutos, por favor.

O SR. PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, são três perguntas.

A primeira é do Rio Grande do Sul

A primeira é do Rio Grande do Sul: como o Brasil pode, via Brics, ajudar a reduzir as tensões entre a Arábia Saudita e o Iêmen, promover a paz, a cultura e o desenvolvimento econômico?

Esse é um tema bastante complexo. Como eu disse em minha apresentação, a guerra é extremamente complexa, já dura mais de dez anos, se nós contarmos que o início dos conflitos foi em 2012, no contexto das primaveras árabes. O Brasil tem uma participação, e eu acho que é importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ressaltar, muito atuante no sistema de governança mundial das Nações Unidas. Nós estamos entre os dez maiores contribuidores do orçamento ordinário, entre os 20 maiores contribuidores do orçamento de operações de missão de paz e somos contribuidores importantes de muitas das agências e órgãos ligados às Nações Unidas. A maneira como o Brasil pode tentar ajudar na solução do conflito do Iêmen é justamente por meio de uma atuação no âmbito multilateral.

Como eu disse, a Embaixada do Brasil, com caráter cumulativo no Iêmen, opera hoje unicamente a partir de Riade, por questões de segurança, inclusive porque o Presidente ali se encontra, e, enfim, será um conjunto de ações que a gente pode desenvolver conjuntamente de apoio à solução do conflito entre os dois países, no Iêmen e com reflexos para a segurança da Arábia Saudita também, que recorrentemente recebe ataques vindos do vizinho do sul.

Com relação às minhas prioridades para fortalecer o comércio, os laços com a Arábia Saudita e promover comércio e investimentos. Eu também listei, em minha apresentação, uma série de áreas em que a Arábia Saudita vem apresentando oportunidades comerciais bastante interessantes, como, por exemplo, a área de segurança alimentar, construção civil, tecnologias, turismo, entre outras.

Eu já venho mantendo, na preparação para esta minha sabatina, encontros e trocado mensagens com representantes de muitas das empresas brasileiras que já operam no mercado saudita e, enfim, manterei uma política de portas abertas com todas essas empresas e esses representantes, de modo a criar melhores condições por um diálogo ainda mais profundo com resultados comerciais positivos para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Paulo Uchôa.

O próximo Embaixador a responder é André Veras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de aproveitar as três perguntas que me foram feitas pelo e-Cidadania para também tocar num tema que foi muito importante, levantado pelo Senador Esperidião Amin.

De fato, o Irã é um potencial enorme de cooperação, não só comercial, mas exploração de cooperação acadêmica, a cooperação na área agrícola...

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, quando foi realizado o acordo de 2015, o Brasil, em menos de um ano em que o acordo pôde ser implementado, teve um aumento de quase US$400

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões em vendas. De fato, todo o conjunto de sanções que hoje são impostas ao Irã impede que a relação bilateral se aprofunde – em todos os campos.

A gente vê que nós temos interesse na importação de fertilizantes, como o Senador Amin indicou, mas as proibições que são impostas pelos Estados Unidos, pela União Europeia, pelas Nações Unidas, pelo Conselho de Segurança são tamanhas que impedem essa realização. Muitas vezes impedem fatualmente por proibições de transações em moeda forte, por utilização do Swift e até, muitas vezes, por receio dos próprios países de, ao realizarem qualquer operação com o Irã, terem consequências negativas na sua área.

Então, quanto à primeira pergunta, as prioridades como Embaixador no Irã para fortalecer o diálogo diplomático e as relações comerciais foram apresentadas no meu programa de trabalho, que são dar continuidade aos mecanismos que nós temos hoje de consultas na área política, na área econômico-comercial e principalmente na área agrícola.

Quanto ao setor militar e ao campo de defesa, todos sabemos que o Irã tem uma capacidade instalada enorme. Ao longo dos últimos 20 anos, o Irã pôde desenvolver grandes capacidades tecnológicas na área da defesa, mas todas elas ficam, assim como qualquer outro campo da relação bilateral – não só com o Brasil, mas com todos os países –, proibidas em razão das sanções; mas, como o próprio Senador indicou, há perspectiva de que isso seja relaxado em algum momento, é o que todos esperam. Há uma expectativa não só do Brasil, mas de todos os países, de poderem aprofundar as relações com o Irã.

Quanto à minha experiência no Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica, ela será muito importante porque nós temos no Irã hoje uma de duas operações para a concessão de vistos para afegãos. Então, é uma área em que eu continuarei, darei atenção, não só para a concessão dos vistos de acolhida humanitária, dentro do novo projeto já estabelecido de acompanhamento pela sociedade civil, e acolhida comunitária, como se chama, mas também para utilizar para as outras áreas em que há demanda de visto.

Eu gostaria de aproveitar para tocar num ponto que o Senador Moro levantou sobre a questão dos direitos humanos. Como eu disse na minha exposição, nós temos uma relação muito respeitosa com o Irã em todos os campos, e eles propuseram, pouco tempo atrás, um mecanismo de discussão na área dos direitos humanos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ VERAS GUIMARÃES – Nós tivemos uma reunião, já faz cerca de 16, 15 meses, e a nossa intenção é continuar com essas conversas, sempre dentro do espírito de colaboração, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

espírito de não intervenção em assuntos internos. Essas nossas posições, Senador, ficam muito claras quando nós participamos das votações no Conselho de Direitos Humanos, em que nós, em nenhum momento, deixamos de apontar aquilo que nós, como país, como sociedade, pensamos em termos de direitos humanos, mas também aproveitamos a nossa participação para apontar os progressos que nós temos feito, sempre com muito cuidado para que isso não seja visto como uma intromissão. É uma conversa bastante positiva e que eu pretendo continuar com a realização da nova reunião do mecanismo de discussão sobre temas de direitos humanos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador André Veras.

O próximo vai ser o Embaixador Saboia, sem antes deixar de dar um testemunho a V. Exas.

Eu estive, recentemente, a convite do Embaixador do Irã no Brasil, visitando a Embaixada do Irã e vi exatamente isto: as potencialidades de horizonte futuro que temos pela frente. E vou repassar a V. Exas. e ao Senador Mourão, que está aqui, uma curiosidade. O Presidente Juscelino, para povoar logo Brasília, logo no início da sua inauguração, fez um desafio aos países: a primeira embaixada que inaugurasse em Brasília... Ele iria pessoalmente dar uma placa de homenagem a esse país pela primeira embaixada que inaugurasse em Brasília. E vários países saíram construindo. Foi uma tacada inteligente para fazer Brasília ser povoada. E a embaixada que ganhou foi a do Irã. Então, a Embaixada do Irã é a primeira embaixada instalada na nossa capital federal. Fica esse registro.

Com a palavra o Embaixador Saboia.

O SR. EDUARDO PAES SABOIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. (*Fora do microfone.*)

Sua pergunta me faz lembrar do período em que eu morava na Bolívia e visitava bastante o Mato Grosso do Sul, que é um estado que tem um grande potencial. E eu quero colaborar para essa agenda de investimentos e de comércio. Nós temos uma empresa nessa área de papel e celulose que tem uma presença na Áustria, que é a Suzano. Então, eu acho que isso pode ajudar. O fato de nós termos também vários investidores austríacos no Brasil também dá conforto aos outros investidores, porque eles se espelham nas iniciativas de empresas nacionais. Então, eu quero me aprofundar nesse assunto, quero também aproveitar que nós teremos, neste ano, o Comitê Econômico Misto Brasil-Áustria, que foi relançado no ano passado, inclusive com a visita do Ministro da Economia da Áustria, que esteve com o Vice-Presidente Alckmin, e quero também organizar uma missão sua, Senador Nelsinho Trad, para que nós possamos costurar esse investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as perguntas que me foram feitas pelo meu xará sobre como estimular o mercado austríaco de tradução em literatura brasileira, acho que isso eu tenho que trabalhar junto com o Embaixador Baena Soares, porque, para traduzir para o alemão, é melhor a gente fazer isso de forma conjunta. No Japão, conseguimos traduzir quatro obras, inclusive contemporâneas, para o japonês.

Como estreitar as relações diplomáticas? Acho que, na minha apresentação, eu procurei fazer isso. Só queria destacar que Viena é uma capital cultural e diplomática. Então, tudo que nós fizemos em Viena tem uma projeção que vai além apenas da Áustria, e, do ponto de vista diplomático, é a cidade que abrigou o Congresso de Viena. Hoje nós estamos em reconfiguração do sistema internacional; em Viena, nós temos a única organização de segurança que tem a Rússia, que é a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; temos a sede da Opep; enfim, as negociações do Irã ocorreram em Viena. Então, eu acho que tudo indica que é uma cidade que tem a sua relevância diplomática e onde nós vamos também promover a cultura brasileira.

O senhor sabe que, quando houve o Congresso de Viena, foi o período também em que a valsa surgiu. Então, é uma capital musical também. E o Brasil tem tudo a oferecer, tanto do ponto de vista musical como em outras dimensões da expressão artística, sempre em parceria com empresas brasileiras que estão lá, as que querem exportar, e com a comunidade brasileira na Áustria, que é muito vibrante e dinâmica.

Eu queria também agradecer as palavras do Senador Sergio Moro e dizer que eu espero aqui a visita de Parlamentares, para que nós possamos dar essa dimensão de diálogo interparlamentar à relação com a Áustria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Eduardo Saboia e dizemos da nossa alegria em poder testemunhar um momento tão especial para V. Exa., seguindo os passos do seu avô e do seu pai, resgatando espiritualmente essa questão de o seu avô ter falecido antes de tomar posse da missão que lhe foi concedida. Pode ter certeza de que nada nessa vida é por acaso. V. Exa. está aí e vai resgatar isso de uma maneira singular, ímpar, e vai ficar muito melhor do que poderíamos imaginar.

Soma-se a isso a nossa alegria em poder ver embaixadores do mais alto nível sendo enviados aos postos já nominados. Leve o nosso abraço, Embaixador Bruno, ao Chanceler Mauro Viera. Mais uma vez, a gente observa o nível altíssimo das indicações que têm chegado até aqui. Quero dizer que esta Comissão soma esforços no sentido de promover cada vez mais as relações comerciais e diplomáticas do Brasil com os demais países com que a gente tem esse mister.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Mourão.

Já vamos passar para a segunda fase da sessão, que será breve, e posteriormente eu convido a todos para uma foto oficial, aqui na frente, junto com os Senadores presentes.

Segunda parte.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão selecionar, a cada ano, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas, observando seus impactos e suas atividades de suporte.

Conforme comunicado por esta Presidência, o prazo para que os membros indicassem, por requerimento, a política pública a ser avaliada, encerrou-se no dia 1º de abri, tendo sido apresentado apenas um requerimento, o Requerimento nº 5, de autoria do nobre Senador Esperidião Amin. Passemos à deliberação do mesmo.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política Pública Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Com anuência do Plenário, a Presidência avoca a relatoria dessa importante política pública, conforme pactuado com o Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores nº 6, de 2024: também na forma regimental, tem o objetivo de realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, estudos sobre a estratégia de comércio exterior no Brasil, abrangendo instrumentos de fomento às exportações, negociações internacionais e preparação da infraestrutura logística para exportações e integração sul-americana.

3ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer criação de Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre a estratégia de comércio exterior do Brasil.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

A Comissão já tem alguns membros já elencados, e, se algum Senador que quiser contribuir, estamos abertos: Senador Nelsinho Trad na Presidência, Consultor Legislativo Artur Junqueira, Consultor Legislativo Túlio Augusto, Consultor Legislativo Marcos Kleber, Consultor Legislativo Diego Muniz, Consultor Legislativo Arthur Eduardo, Consultor Legislativo Rafael Coutinho, Secretário da Comissão Marcos Aurélio, Assessoras Parlamentares Thaisa Gois e Bruna Maria, representante dos gabinetes dos membros da CRE, Raquel Mesquita, da assessoria legislativa. Essas pessoas estarão organizando os membros que irão participar, são renomados conhecedores do tema. Vamos convidar também o Vice-Presidente Alckmin, além de quatro ou cinco renomados consultores especialistas nesse tema de comércio exterior. A gente sabe que alguns deles estão fora do Brasil. Nós vamos conceder a oportunidade da participação remota conforme foi com o Embaixador Baena.

Submeto à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Requerimento nº 6, de nossa autoria, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A data a ser elencada será oportunamente informada a todos para que possamos participar.

Muitos colegas, assim que eu falei dessa ideia, manifestaram o desejo de participar e pediram para avisar com antecedência porque eles querem bloquear a agenda, tamanha relevância do tema.

A Presidência comunica a todos que, com respeito à Emenda 60020005 desta Comissão, aprovada em 2022 e executada em 2023, cujo beneficiário foi o departamento do Programa Calha Norte, foram firmados 14 convênios com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Convênios 950034, 950041 a 950043, 950045 a 950047, 950050 a 950053, 950060 e 950063, apoiados pelo Senador Nelsinho Trad, e 952059, apoiado pelo Senador Wellington Fagundes. Para que as dotações orçamentárias da emenda possam seguir sendo plenamente executadas, uma vez que vários desses convênios já se encontram em fase avançada de execução, consultamos o Plenário sobre a sua ratificação com o objetivo de evitar maiores prejuízos.

As Srs. Senadores e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São todos os requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim. O de V. Exa. já foi submetido e já foi aprovado – o da política pública – por unanimidade.

Agora o requerimento extrapauta do Senador Sergio Moro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tinha um bom Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado.

Requerimento extrapauta do Senador Sergio Moro.

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convocação do Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que compareça esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a concessão de asilo diplomático à senhora Nadine Heredia Alarcón.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Requeiro, nos termos regimentais, a convocação do Sr. Mauro Luiz Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a concessão de asilo diplomático à Sra. Nadine Heredia Alarcón, condenada a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro em dois casos relacionados ao financiamento ilegal de campanhas eleitorais do ex-Presidente peruano Ollanta Humala, seu marido.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, esse é um requerimento necessário. O país foi surpreendido, na semana passada, por essa inusitada concessão de asilo diplomático.

Asilo diplomático deve ser concedido em casos de perseguição política, em casos que nós, infelizmente, assistimos por vezes na América Latina e em outros países, nos quais opositores de um regime são perseguidos por razões que não têm nenhuma relação com crimes comuns, às vezes se disfarça de crime comum, mas nesse caso em particular desconhece-se qualquer indagação, qualquer afirmação de que o Ollanta Humala e a Nadine Heredia tenham sido vítimas de alguma espécie de perseguição política no Peru. Ao contrário, o Peru funcionou normalmente, o Peru foi, infelizmente, vítima de uma corrupção que foi disseminada até a partir do Brasil, quando empreiteiras brasileiras pagaram suborno a agentes públicos estrangeiros. No Peru foram quatro ex-Presidentes investigados e processados. Um deles inclusive foi extraditado dos Estados Unidos, que é o Alejandro Toledo, e agora tivemos essa condenação, na semana passada, do Ollanta Humala e da sua esposa Nadine Heredia à pena de 15 anos.

Eu não vi em lugar nenhum do mundo alguma afirmação ou sugestão, Senador Mourão, de que isso fosse uma farsa, que isso fosse uma espécie de perseguição do atual Governo peruano. No entanto, de repente, o Governo brasileiro, num passe de mágica e de uma mágica muito veloz, diria aqui, Senador Esperidião Amin, sem qualquer discussão na sociedade brasileira...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ou suspeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... deu refúgio à Nadine Heredia, logo após a sentença, ainda cabível recurso.

E, pasmem, foi envolvida, daí, a Força Aérea Brasileira para buscá-la. Não cabe fazer isso com a nossa Força Aérea Brasileira – e a gente tem tanto orgulho da história dela, do trabalho que fez, inclusive do envolvimento lá na Segunda Guerra Mundial, do glorioso trabalho que foi ali realizado –, que, de repente, está sendo utilizada para transportar, num salvo-conduto, alguém condenado por corrupção.

Então, o Chanceler Mauro Vieira tem o dever de prestar esclarecimentos à sociedade brasileira, a esta Comissão. Vi que deu uma entrevista na imprensa, assumindo a responsabilidade integral por esse ato. Particularmente, há uma certa dificuldade em acreditar que não há nenhum envolvimento ou sugestão por parte do Presidente da República. Ao contrário, essa história... A imprensa tem afirmado... Hoje tem uma coluna bastante vigorosa do Merval Pereira, em *O Globo*. Na semana passada, também uma coluna da Malu Gaspar, sugerindo até que esse pagamento feito pelo Odebrecht lá atrás, para a campanha de 2011 do Ollanta Humala, teria sido feito a pedido do Lula. E, de repente, agora, nós encontramos não só o envolvimento pretérito mas esta situação de concessão de um abusivo asilo diplomático para essa senhora, prejudicando as nossas relações, a nossa imagem internacional e inclusive a nossa imagem no Peru. Os jornais do Peru foram absolutamente severos com o Brasil e com o atual Presidente da República no que se refere à concessão desse asilo, numa semana em que, salvo engano, o Itamaraty fez aniversário. Não está à altura da história do Itamaraty a concessão desse asilo político.

Então, creio que seja necessário e urgente, Sr. Presidente, nós termos o Embaixador aqui presente. Se vier a título de convite, não vejo nenhum problema, mas que venha em breve e que venha em um dia em que nós tenhamos aqui pleno funcionamento do Senado Federal.

Eu sei que faz tempo que V. Exa. busca trazê-lo, e não temos conseguido. Entendemos os afazeres diplomáticos, mas esse é um caso de que se tem que prestar contas à sociedade brasileira. E, se realmente for iniciativa exclusiva dele, as consequências têm que recair em cima dele. Então, ele que assume a culpa e assuma também as consequências desse asilo inusitado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Continua em discussão.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, eu queria me somar ao Senador Sergio Moro nessas observações que estão colocadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, essa concessão está bem fora daquilo que nós consideramos um padrão para atos dessa natureza. Ficou muito claro que, em relação ao que ocorreu no Peru, nós exportamos, lamentavelmente, o *modus operandi* para o caixa 2 de campanha eleitoral e agora estamos importando os presos corruptos que os peruanos julgaram e condenaram; ou seja, estamos claramente interferindo nos assuntos internos de um país, o que não é política do nosso Brasil. O Brasil não aceita que façam isso aqui, porque também não quer fazer isso no país dos outros.

É isso, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, só para dizer que eu subscrevo em gênero, número e grau e não posso deixar de fazer uma provocação: quem sabe ela não é absolvida ou tem o processo anulado aqui no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a intervenção dos Srs. Senadores, continua em discussão.

Eu apenas faço aqui uma sugestão ao Senador Moro, autor do requerimento: em vez da convocação, podemos formular um convite. Eu tenho conversado com o Chanceler, que nunca se furtou a estar aqui nesta Casa. Já está programada a vinda dele em maio, com certeza absoluta – já bloqueou a agenda –, e eu pediria a anuência de V. Exa. para que transformasse a convocação num convite, com a minha garantia de que em maio ele estará aqui prestando esses esclarecimentos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Com a garantia de V. Exa., certamente. No fundo, a ideia é tê-lo aqui, mas é importante ter uma data, e eu sugeriria a V. Exa., se possível, até uma data na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Tão logo a gente acerte essa data, eu vou informar a todos os pares e posso garantir a V. Exas. que nós vamos, nesse dia, bloquear a agenda da Comissão; vai ser só para poder ouvir, de acordo com o que estabelece o Regimento Interno, e também os questionamentos que haverão de ter em relação a essa questão, em relação a comércio global. Eu tenho certeza de que o Chanceler Mauro não se furtará de vir a esta Casa, por quem ele sempre demonstrou nutrir o maior e o máximo respeito.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

À assessoria para as providências.

Nada mais havendo... (*Pausa.*)

Tem mais algum? (*Pausa.*)

Sim.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata – Senador, Amin, só um minutinho, porque nós vamos fazer uma foto oficial com todos –, aprovação da ata da presente reunião desta Comissão.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Será publicada no *Diário do Senado*.

Às providências... (*Pausa.*)

Tem só uma pergunta que ficou para ser respondida ao Senador Moro. Eu pedi a paciência por mais cinco minutos.

Passo a palavra ao Embaixador Sérgio para que responda ao Senador Moro a pergunta que ele fez a V. Exa.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer a pergunta feita pelo Senador Sergio Moro. Aliás, somos no mesmo estado, Senador, o senhor de Maringá, e eu de Londrina, de modo que eu queria agradecer.

É uma pergunta sobre um tema da maior importância, que diz respeito à repatriação das crianças ucranianas deslocadas para a Rússia, no contexto do conflito. Eu queria começar dizendo que o Brasil tem um compromisso permanente com a defesa do direito internacional humanitário em situações de conflito, e isso inclui a proteção dos direitos das crianças, que são, quase sempre ou sempre, as vítimas mais vulneráveis de qualquer conflito armado, não é? Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o Brasil tem apoiado os recursos empenhados por Catar e Vaticano para a repatriação dessas crianças. Esses esforços têm sido levados a cabo de comum acordo entre os dois lados do conflito. O número de crianças repatriadas até o momento é baixo em comparação com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que se estima, seja o número total de crianças deslocadas, mesmo um número mais conservador. Calcula-se que até agora 350, 340 crianças tenham sido reunificadas com famílias ou com responsáveis.

O Brasil identifica dois organismos internacionais como muito pertinentes para se procurar fazer avançar esse assunto, que são o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. São duas entidades com as quais o Brasil tem uma relação muito desenvolvida. Nós temos uma parceria estratégica com a Cruz Vermelha e somos membros do Comitê Executivo do Acnur.

Além disso, existe uma iniciativa internacional com que eu creio que V. Exa. está familiarizado, que é a Coalizão Internacional para o Retorno das Crianças Ucranianas. É um movimento integrado por cerca de 40 países, liderado pelo Canadá e pela Noruega. O Brasil está analisando a possibilidade de participar, e parte dessa análise diz respeito à avaliação de como isso pode ter eficácia no plano operacional, a nossa participação nessa coalizão.

Mas eu concluo dizendo que, caso haja uma demanda de ambos os lados, não há dúvida de que o Brasil se disporá a ajudar, dentro das suas capacidades, a resolver esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Satisfeito, Senador?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma ponderação, Embaixador – e eu li aqui o seu currículo, vi que é de Londrina, inclusive, lá perto da minha terra também.

Havendo uma demanda da Ucrânia, por exemplo, não caberia à Embaixada do Brasil eventualmente fazer gestões para buscar também o assentimento da Rússia para se envolver nesse assunto? Não necessariamente aguardar também uma demanda da Rússia, não é? É porque, já que o Brasil tem mantido uma posição... E eu tenho criticado essa posição, acho que a posição do Brasil deveria ser clara de condenação da guerra, mas, já que não é essa a posição, que ela seja pelo menos aproveitada para colocar o Brasil como um intermediador qualificado para esse propósito humanitário. Então, ficaria aqui esta minha sugestão de que o Brasil tivesse uma postura mais ativa nesse terreno, dentro, evidentemente, das possibilidades que forem abertas principalmente pela Rússia, porque, claro, sem a concordância da Rússia, não é possível fazer muito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as colocações dos Srs. Senadores e, mais uma vez, a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, também sob a proteção de Deus, a quem rogamos que possa abençoá-los nessas novas missões, agradecendo a todos pela presença, em especial das autoridades já nominadas, desejando-lhes êxito, declaro cumprida a missão da sessão e encerrada, convidando-os para uma foto oficial aqui na frente da mesa dos trabalhos.

Não quero copiar o Senador Amin, mas, como o meio artístico sertanejo tem o Trio Parada Dura, aqui nós também temos o nosso!

Um abraço a todos!

E boa tarde.

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Dr. Hiran, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Wilder Morais e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Rodrigo Pacheco, Magno Malta e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 7/2025 - CRE, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), e REQ 11/2025 - CRE, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Finalidade:** Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art. 103, § 2º do RISF. **Participante:** Excelentíssimo Senhor Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sétima Reunião, Extraordinária, em 20/05/2025, terça-feira.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Solicito ao Senador Esperidião Amin que possa acompanhar o Chanceler Mauro Vieira a fim de que ele possa se sentar aqui ao nosso lado para nós darmos início aos nossos trabalhos.

Finalidade da reunião. Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em atendimento ao disposto no §2º do art. 103 do Regimento do Senado Federal, com a finalidade de receber, como convidado, o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores Mauro Luiz Iecker Vieira.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Temos a honra de cumprimentar o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores Mauro Luiz Iecker Vieira.

Srs. Senadores aqui presentes e os que estão acompanhando pelo sistema remoto, será inicialmente dada a palavra ao Exmo. Sr. Ministro pelo tempo de 30 minutos, para exposição inicial, prorrogável para que possa concluir as explanações finais. Em seguida, abriremos as fases de perguntas pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, em bloco de três interpelantes. Na sequência, o Sr. Ministro terá o prazo de cinco minutos para resposta de cada bloco e, por fim, se assim houver necessidade, será concedida réplica e tréplica no prazo de três minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, o Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma indagação, porque tem os autores dos requerimentos, daí perguntaremos antes, ou precisa se inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Só tem um inscrito. V. Exa. quer se inscrever?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim, porque na verdade sou autor dos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito. É que o Senador Amin também é coautor, mas sem problemas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, mas eu fico depois dele. É até uma honra. Não tem problema nenhum, não.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só queria entender também como é que vai ser o procedimento, daí.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim. V. Exas. serão os primeiros a questionar no primeiro bloco. Está faltando mais um, que são três... Senador Jaques Wagner é o terceiro. Esse bloco já está fechado.

Passo a palavra ao Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Peço atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Nelsinho Trad; Srs. Senadores; senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma satisfação poder dirigir-me novamente a esta Casa, que é tão importante para os destinos da política externa brasileira. É a quarta vez que aqui venho, desde o início do terceiro mandato do Presidente Lula, num total de oito vezes, se também consideradas as quatro oportunidades em que me fiz presente nesta Comissão durante o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, uma das ocasiões durante a Presidência também de V. Exa. desta Comissão, naquela ocasião, sempre me beneficiando do diálogo de alto nível com V. Exas.. Esse diálogo é uma condição indispensável para a condução de uma política externa democrática e inclusiva.

Eu gostaria, antes de mais nada, de desejar à nova sessão legislativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional um excelente ano de trabalho e parabenizar o Senador Nelson Trad por este novo mandato à frente da Comissão.

Recordo, com especial apreço também, no final da minha primeira gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, quando V. Exa. estava à frente desta Comissão, a ocasião em que tive de me submeter à sabatina para aprovação para a Embaixada em Zagreb, em 2020.

Esta Comissão não apenas fiscaliza, mas também auxilia o Poder Executivo a implementar a política externa e a prestar contas de suas atividades à sociedade brasileira. Ela respalda nossas ações por meio de amplo debate democrático e de defesa dos princípios estabelecidos no art. 4º da Constituição Federal, num esforço conjunto de melhor atender ao interesse nacional.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, quero começar minha apresentação pela ordem, tratando dos requerimentos apresentados para esta audiência pública, com ênfase no Requerimento 07, de 2025, do Exmo. Sr. Senador Sergio Moro, a respeito da concessão de asilo diplomático à Sra. Nadine Heredia e seu filho, como também no Requerimento nº 11, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Esperidião Amin e Sergio Moro, referente aos cidadãos venezuelanos asilados na Embaixada Argentina, em Caracas, sob a custódia do Governo brasileiro.

O asilo diplomático à Sra. Nadine Heredia foi concebido em bases humanitárias. A Sra. Heredia foi submetida à cirurgia importante e grave recentemente, relacionada à coluna cervical e está em recuperação. Ela também tem um filho menor de idade, que ficaria desassistido, tendo em vista que seu marido está detido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A concessão do asilo diplomático é prática tradicional do Brasil e da nossa região. Foi regulamentada por meio da Convenção sobre Asilo Diplomático, adotada em 1954, na 10ª Conferência Interamericana, em Caracas. É conhecida como Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático.

Segundo esse instrumento, conhecido internacionalmente como a Convenção de Caracas, a concessão do asilo diplomático obedece a um rito protocolar. Não cabe discussão do mérito, dada a circunstância de urgência humanitária em que se encontrava a ex-Primeira-Dama do Peru e seu filho. Nesse espírito, assim que foi solicitado o asilo diplomático, o Brasil consultou o Governo do Peru sobre a concessão do salvo-conduto, que é a contrapartida necessária para a existência do asilo e depende, tão somente da aprovação do estado de origem do asilado. O Governo peruano prontamente concedeu esse salvo-conduto, sem qualquer questionamento.

É importante deixar claro que a concessão do asilo diplomático, por não incorrer na análise do mérito, é uma decisão puramente procedimental, protocolar e soberana do estado asilante. Ao chegar ao Brasil, a Sra. Nadine entrou com o pedido de refúgio junto ao Conare, órgão responsável por avaliar o mérito do seu pedido. O asilo foi concedido também para evitar que se criasse uma situação complexa igual à dos venezuelanos que permaneceram por mais de 400 dias na Embaixada da Argentina, em Caracas, sob nossa custódia, a pedido do Governo argentino, desde agosto de 2024. A diferença neste caso é que, apesar dos reiterados esforços de gestões em todos os níveis por parte do Governo brasileiro, as autoridades venezuelanas não concederam salvo-conduto àquelas pessoas.

Os esforços do Brasil foram publicamente reconhecidos por representantes da oposição da Venezuela e pelos próprios asilados venezuelanos, que saíram da residência argentina recentemente, no dia 6 de maio do corrente.

Tendo sido concedido o salvo-conduto correspondente ao país que concede o asilo, pelos termos da Convenção de Caracas, assegurar o transporte da pessoa asilada com segurança é uma obrigação do Estado asilante. O uso de avião da Força Aérea para transportar a Sra. Nadine e seu filho, portanto, se justifica pela urgência do caso e está em linha com a praxe regional.

Permitam-me elencar alguns precedentes históricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1999, o ex-Presidente paraguaio Raúl Cubas Grau, após renúncia, solicitou asilo ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e foi transportado ao Brasil em aeronave da Força Aérea. O Presidente deposto de Honduras Manuel Zelaya, depois de passar mais de quatro meses refugiado na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, embarcou para o exílio, em 27 de janeiro de 2010, para a República Dominicana, em avião do Governo dominicano. Em 11 de novembro de 2019, o ex-Presidente da Bolívia Evo Morales partiu para o exílio no México, em aeronave da Força Aérea mexicana, tendo posteriormente se refugiado na Argentina. Foi um avião da Força Aérea espanhola que levou Edmundo González, líder da oposição e candidato presidencial na Venezuela, para a Espanha, em setembro de 2024.

Quero recordar ainda que o Governo argentino se dispôs a transportar os venezuelanos asilados em sua Embaixada em Caracas, em avião da sua Força Aérea, mas a Venezuela não concedeu os salvos-condutos. O Brasil também disponibilizou aeronave própria para transporte dos referidos asilados, oferta igualmente negada por Caracas.

Por fim, cito ainda o caso do ex-Presidente paraguaio Alfredo Stroessner, recebido como exilado político no Brasil, em 5 de fevereiro de 1989, acompanhado por cerca de 30 familiares e assessores, em voo da companhia Líneas Aéreas Paraguayas, especialmente fretado, na ocasião, pelo Governo paraguaio. Stroessner estabeleceu-se em Brasília e aqui viveu por 17 anos, até sua morte, aos 93 anos, em agosto de 2006.

Senhoras e senhores, passo agora a mencionar rapidamente a questão dos asilados venezuelanos na Embaixada argentina. No dia 20 de março de 2024, após ordem de captura contra eles, os seis opositores venezuelanos entraram na residência da Embaixada da Argentina em Caracas. Um deles se entregou em dezembro de 2024 e, posteriormente, após uma longa enfermidade, faleceu; e também outro saiu, em período posterior, por meios próprios, da Embaixada argentina. Em 1º de agosto de 2024, a pedido do Governo argentino, o Brasil assumiu a custódia da Embaixada. Portanto, os dois primeiros que deixaram, do total de seis, foram ainda no período em que a Argentina mantinha relações diplomáticas e estava com controle da sua Embaixada. A residência, quando o Brasil assumiu, estava cercada por forças de segurança venezuelanas, que mantinham o estrito controle do acesso ao local. Durante todo o tempo, o Governo brasileiro atuou diariamente junto ao Governo venezuelano para que as necessidades básicas dos asilados fossem atendidas. Cuidamos da entrega de alimentos, água,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos, manutenção do gerador elétrico e, inclusive, a substituição, por conta do Governo argentino, desse gerador quando houve uma pane para a qual não havia mais reparo.

O Brasil fez repetidas gestões do mais alto nível para que fossem concedidos os salvos-condutos necessários aos asilados. O Brasil, inclusive, como já disse antes, ofereceu um avião para transportar os asilados para algum território fora da Venezuela. Infelizmente, não houve abertura da Venezuela nesse sentido. Na noite do dia 6 de maio último, tomamos conhecimento da saída dos venezuelanos que se encontravam asilados na residência da embaixada, em Caracas; dos últimos quatro, portanto, que lá estavam, já que dois haviam saído antes do período em que o Brasil se responsabilizava pela segurança e pelos interesses dos negócios argentinos na Venezuela.

A saída dos asilados pôs fim a esse drama que durou mais de 413 dias. A Embaixada do Brasil em Caracas não foi informada do fato. Em contato com o corpo diplomático em Caracas, todos sinalizaram surpresa com a evolução dos acontecimentos. E não tivemos... Não há explicações apresentadas, quer pelo Governo americano, quer pelo Governo venezuelano, quer por qualquer outro Governo que tenha se envolvido nessa questão.

Portanto, gostaria apenas de passar então agora para o tratamento de temas da agenda internacional de competência da pasta das Relações Exteriores.

Assistimos hoje ao recrudescimento de conflitos e de crises multidimensionais no mundo. Vemos o crescimento da pobreza, da desigualdade dentro de nações e entre elas, a despeito do crescimento da economia mundial. Há conflitos armados em diferentes partes do mundo com graves consequências humanitárias e geopolíticas, como na Palestina, na Ucrânia, no Sudão e na República Democrática do Congo. Testemunhamos a conflagração da vida democrática em vários países, com acirramento da polarização e aumento da desinformação disseminada em redes sociais. Vivenciamos o recrudescimento da mudança climática e seu impacto sobre as sociedades brasileira e internacionais. Observamos a fragilização e mesmo a falência das instituições internacionais que foram criadas para evitar, mitigar ou resolver conflitos entre estados e encontrar soluções coletivas para os problemas globais que afligem todos os povos.

A ordem mundial construída após a Segunda Guerra Mundial tem passado por transformações estruturais. As duas grandes promessas dessa ordem do pós-guerra, um sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de segurança coletiva centrado nas Nações Unidas e um ideal de integração de comércio mundial com base em regras e previsibilidade jurídica, encontram-se sob ataque. Em vez da abertura para todos os povos, vemos a intolerância, a discriminação e a xenofobia pautando a definição de políticas migratórias ao redor do mundo, de forma particularmente preocupante em países em que a imigração representa historicamente parte integrante da identidade coletiva de suas sociedades.

Saímos de uma era de defesa entusiasmada do livre comércio para assistirmos a uma profusão de medidas protecionistas e de intimidação unilateral por meio de tarifas, que muitas vezes buscam objetivos que pouco ou nada têm a ver com questões comerciais e econômicas. Em outras palavras, é o retorno da lei do mais forte no cenário internacional.

Passamos de um espírito aberto à globalização a um momento no qual viceja em diversos países o nacionalismo econômico, sob alegações questionáveis de que estaria sob ameaça a sua segurança nacional.

A Organização Mundial do Comércio, em crise institucional sem precedentes e com um sistema de solução de controvérsias paralisado, já não consegue responder à ameaça do retorno a uma época que julgávamos superada, aquela em que impera o uso de medidas comerciais unilaterais coercitivas para atingir objetivos políticos ou econômicos.

Nesse particular, com relação às tarifas impostas a partir de fevereiro último pelos Estados Unidos a todos os seus parceiros comerciais, procuramos desde o início estabelecer canais de diálogo para evitar qualquer tipo de medida que prejudicasse as exportações brasileiras. O Vice-Presidente Geraldo Alckmin e eu mesmo estivemos pessoalmente envolvidos nessas conversas. Falamos com o representante comercial dos Estados Unidos, o USTR, e com o Secretário de Comércio dos Estados Unidos.

Nossa convicção é de que os Estados Unidos nada teriam a ganhar com barreiras em importações originárias do Brasil, pois se beneficiam muito dos nossos históricos laços bilaterais. Fizemos questão de ressaltar esse aspecto em nosso diálogo tanto sobre as tarifas específicas de 25% sobre os setores de aço, alumínio, automóveis e peças automotivas, quanto das tarifas de 10%, que eles chamam de recíprocas, anunciadas no dia 2 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o início das medidas pelo Governo norte-americano, em 13 de fevereiro, o Brasil figurou em discursos das autoridades locais, das autoridades norte-americanas, e na própria nota explicativa que acompanhou o anúncio, como exemplo de relacionamento comercial que precisaria ser reequilibrado, e sempre na companhia de países com substanciais superáveis comerciais com os Estados Unidos.

Os argumentos em torno da necessidade de restabelecer equilíbrio e de assegurar essa resposta, essa reciprocidade comercial, não refletem de forma alguma a realidade. Os Estados Unidos são, historicamente e ainda hoje, superavitários no comércio com o Brasil. Segundo dados do próprio Governo norte-americano, esse superávit foi da ordem de US$28,6 bilhões no ano passado e de US$410 bilhões acumulados nos últimos 15 anos, se considerarmos bens e serviços. Além disso, trata-se de um comércio de grande qualidade para ambos os lados, com grande presença de bens industrializados brasileiros.

Como resultado das gestões que fizemos, tanto o Sr. Vice-Presidente da República como eu próprio, junto às autoridades americanas, o Brasil foi afetado por tarifa unilateral adicional de 10%, a menor alíquota de todas as que foram aplicadas pelos Estados Unidos contra seus parceiros comerciais ao redor do mundo.

Apesar disso, o nosso esforço de diálogo e negociação serviu para estabelecer em pouco tempo a coerência dos fatos. Como já disse anteriormente, os Estados Unidos acumularam superávit comercial histórico com o Brasil de mais de US$410 bilhões nos últimos 15 anos. O correto e o que vamos continuar a perseguir é a não aplicação de qualquer tarifa unilateral ao Brasil. Isso vai facilitar nosso trabalho de ampliar nossas exportações ao mercado norte-americano e, desse modo, compensar, ainda que de forma modesta, o vasto déficit que acumulamos com esse importante parceiro comercial.

Preocupa-nos o fato de que esse conjunto de medidas unilaterais viola os compromissos dos Estados Unidos perante o mundo, inclusive no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Por essa razão, ao mesmo tempo em que seguimos dialogando para tentar reverter as medidas anunciadas, avaliaremos todas as possibilidades de ação para proteger os interesses brasileiros e assegurar a fluidez do comércio bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, aliás, enaltecer a recente aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei de Reciprocidade Econômica. Trata-se de importante esforço de modernização da nossa política comercial ao oferecer base legal para protegermos os interesses do Brasil em um cenário internacional cada vez mais complexo e marcado pela proliferação de medidas comerciais unilaterais. Trata-se, a meu ver, de um excelente exemplo de parceria entre o Legislativo e o Executivo. Governo e oposição em defesa dos interesses nacionais. Quero reconhecer aqui o protagonismo do autor do projeto, Senador Zequinha Marinho, do Pará, e de sua Relatora, Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Tereza Cristina, do Mato Grosso do Sul, que trabalhou incansavelmente e muito próxima do Ministério das Relações Exteriores, na busca de um texto que lograsse o mais amplo consenso possível.

Srs. Senadores, senhoras e senhores, a crise do multilateralismo está à vista de todos, adquire consequências palpáveis na medida em que prolifera o recurso a decisões unilaterais no campo econômico e ambiental em assuntos de paz e segurança internacionais. Nos conflitos na Ucrânia e na Palestina, por exemplo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas teve sua atuação sistematicamente bloqueada por meio do uso do veto. Conhecemos bem o resultado dessa inação, principalmente em Gaza, onde, desde o início do conflito, mais de 80% da infraestrutura física foi destruída e praticamente a totalidade da população vive em condições extremamente precárias.

Segundo a ONU, até o início de abril, mais de 70 mil edifícios foram completamente destruídos na região, de um total de mais de 147 mil prédios danificados. Cerca de 90% da população de Gaza, ou seja, 1,9 milhão de pessoas, foram deslocados de onde vivem – são dados do dia 15 de maio corrente. Temos até o momento, segundo dados também do dia 13 de maio, o inaceitável número de mais de 53 mil palestinos civis mortos, dos quais mais de 15,6 mil são crianças e cerca de 8,3 mil mulheres. Além disso, há 120 mil feridos. Apenas em um dia, dia 18 de março deste ano, já em violação ao cessar-fogo, foram mortas por Israel mais de 180 crianças palestinas, o maior número diário desde o início do conflito. Decisão do gabinete israelense, no último dia 11 de maio, de reconhecer a titularidade de terras em favor dos colonos israelenses na Cisjordânia ocupada ignora o direito de propriedade dos palestinos e constitui clara violação do direito internacional e do direito internacional humanitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conflito na Ucrânia, por sua vez, completou recentemente três anos. O Presidente Lula vem conclamando, desde o início das hostilidades, o estabelecimento de um processo de paz que envolva as partes beligerantes, com base na premissa de que uma solução puramente militar não será capaz de promover uma paz duradoura. Não é possível que se tenha à mesa apenas uma das partes, ou seja, a Ucrânia ou a Rússia. O Brasil participou das reuniões em Copenhague, na Dinamarca; em Jedá, na Arábia Saudita; em Davos e em Bürgenstock, na Suíça, durante o chamado processo de Copenhague, capitaneado pela Ucrânia e países europeus, mas nunca deixou de assinalar a necessidade de incluir a Rússia nessas conversações.

Da mesma forma, agora, diante de tratativas diretas entre Estados Unidos e Rússia, temos defendido que as negociações precisam contar com a participação da Ucrânia e dos países europeus. Nossa postura mostra coerência com a posição de equilíbrio que o Brasil vem mantendo em relação ao conflito desde o início.

Nesse sentido, os entendimentos comuns entre China e Brasil sobre a resolução política da crise na Ucrânia, lançados no âmbito da ONU em 23 de maio de 2024, continuam a ser uma iniciativa importante no sentido de promover um ambiente propício às negociações conducentes a um encerramento das hostilidades e à consecução de uma paz duradoura e sustentável.

Durante a visita a Moscou, em 9 de maio corrente, o Presidente Lula tratou do conflito na Ucrânia com o Presidente Putin. No dia seguinte, 10 de maio, o Presidente Putin divulgou a proposta de realização de negociações diretas com a Ucrânia em Istambul. Já em Pequim, o Presidente Lula voltou ao assunto com o Presidente Xi Jinping, ocasião em que ambos firmaram a Declaração conjunta Brasil-China sobre a crise na Ucrânia, datada de 13 de maio, na qual acolheram a proposta feita pelo Presidente Putin, no dia 10, de abrir negociações para a paz, bem como as manifestações positivas do Presidente Zelensky no mesmo sentido.

No caminho de volta ao Brasil, recebi ligação do Chanceler da Ucrânia, o Sr. Andrii Sibiga, que transmitiu um pedido do Presidente Zelensky para que o Presidente Lula conversasse com o Presidente Putin. Em linha com o solicitado pelo Ministro ucraniano, assim que pousou em Moscou, na escala de caminho de volta ao Brasil, em 14 de maio, o Presidente Lula telefonou o Presidente Putin para solicitar que ele comparecesse à reunião de negociação em Istambul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, delegações russa e ucraniana finalmente se reuniram e retomaram o diálogo direto em Istambul. Foi a primeira reunião direta entre os negociadores russos e ucranianos desde abril de 2022, portanto, dois meses após o início do conflito. Nessa reunião, foi acordado que, nos próximos dias, haverá troca de prisioneiros de guerra – serão mil de cada lado. E, sem dúvida, isso é um sinal positivo, que mostra pelo menos uma abertura, um princípio de um caminho de conversas.

O Brasil continuará a apoiar a solução pacífica e negociada desse trágico conflito, em linha com nossa tradição diplomática.

A falta de soluções que tragam paz duradoura a velhos e novos conflitos é indício da necessidade de uma ampla reforma do principal órgão responsável pelas questões de paz e segurança no sistema internacional. É nosso dever, neste contexto turbulento em que transitamos da ordem do pós-guerra para um novo sistema multipolar ainda em construção, usarmos a voz e o peso do Brasil, seja em nível bilateral, seja à frente do Brics, do G20 ou da COP 30, em favor da reforma do sistema internacional. O Brasil entende que apenas um sistema internacional legítimo pode entregar resultados efetivos em escala planetária. Soluções verdadeiramente duradoras demandam adesão, não coação. Por isso, seguiremos defendendo um sistema mais democrático, justo e inclusivo, fundado na primazia do direito internacional e dotado de estruturas de governança centradas nas Nações Unidas e no multilateralismo.

Srs. Senadores, senhoras e senhores, em todas essas dimensões e apesar de todos os desafios, o Brasil busca sempre posicionar-se como ator responsável e equilibrado, exercendo papel construtivo e voltado ao diálogo e à defesa do direito internacional.

A vocação brasileira é de paz e de solução pacífica dos conflitos, de defesa da prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos, de repúdio ao racismo e ao terrorismo, e da defesa da desigualdade soberana entre as nações. Essa vocação, aliada à relevância econômica do Brasil, faz de nossa voz contribuição importante, a ser ouvida por diversos interlocutores. Não é à toa, o Presidente Lula é o único Presidente em exercício de mandato a ter sido convidado a todas as cúpulas do G7, tendo participado em oito edições.

A exitosa Presidência brasileira do G20 no ano passado foi uma ocasião privilegiada para demonstrar essa nossa vocação diplomática e para pensar a ordem internacional a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores brasileiros. O G20 é um grupo que conta com 69% da população mundial e 85% do PIB global, e congrega países desenvolvidos e em desenvolvimento, unindo o Brics e o G7.

Apesar de antagonismos e rivalidades, o Brasil manteve-se fiel, durante sua Presidência do G20, ao bom uso da diplomacia e do diálogo, para preservar consensos alcançados anteriormente e avançar novos entendimentos sobre os grandes desafios que enfrentamos atualmente no cenário internacional.

Estabelecemos na nossa Presidência três prioridades: a inclusão social, o combate à fome e à pobreza, as transições energéticas e o desenvolvimento sustentável, e a reforma da governança global. Cada uma dessas prioridades gerou uma iniciativa específica: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima e o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global. Essas iniciativas tiveram adesão de muitos países, não se limitando aos membros do G20, e contribuíram para alcançarmos um desfecho muito bem-sucedido na cúpula do Rio de Janeiro, em novembro, o último com resultados abrangentes, cuja implementação tem tido prosseguimento mesmo agora, na Presidência sul-africana do grupo. Em um contexto em que se aprofunda a crise das instituições multilaterais, o G20 tem se consolidado como plataforma de diálogo e concertação, com resultados concretos e palpáveis às questões mais prementes da atualidade.

Senhoras e senhores, se 2023 foi o ano da retomada das posições históricas da diplomacia brasileira e da reconstrução de pontes com nossos parceiros, em consonância com a vocação universalista de nossa política externa, 2024 foi o ano da consolidação desse processo, com a já mencionada Presidência do G20 e realizações de importantes visitas internacionais feitas ou recebidas.

Desde a posse, o Presidente Lula já esteve com líderes de 68 Estados diferentes, incluindo todos os membros do G20 – com a única exceção da Coreia do Sul, que passou por um processo de *impeachment* do seu mandatário –, seja na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas e recebidas, seja em telefonemas e videoconferências.

No meu caso, além de participar de quase a totalidade da agenda do Presidente, mantive mais de 400 reuniões de trabalho de alto nível com chanceleres, ministros de outras pastas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chefes de Estado e de governo, e dirigentes de organismos internacionais, incluindo 148 chanceleres diferentes.

Entre as visitas recebidas, cito como exemplo os chefes de Estado ou de governo de países como Alemanha, França, Espanha, Itália, Romênia, Croácia, Eslováquia, Finlândia, Vietnã, China e Japão, além de todos os líderes da América do Sul. Alguns desses líderes, como o Chanceler alemão, aqui estiveram mais de uma vez.

No âmbito do G20, o Presidente Lula esteve com todos os líderes, como já mencionei, com a exceção do sul-coreano.

Nos dois primeiros anos do terceiro mandato do Presidente Lula, o Brasil lançou uma nova agenda de integração sul-americana, com o consenso de Brasília, em esforço de contribuição para a manutenção da estabilidade regional. Além disso, foram resgatadas as relações com parceiros tradicionais, como, por exemplo, os países europeus, com a conclusão, em dezembro, das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia. As duas regiões que reúnem mais de 720 milhões de habitantes e cerca de 20% do PIB mundial têm muito a ganhar. Esse acordo reforça a vocação do Mercosul como plataforma de inserção comercial do Brasil e do Cone Sul no mundo. Não há dúvida de que, ao negociarmos como bloco, e não individualmente, agregamos força às nossas demandas e podemos alcançar resultados mais ambiciosos.

O Brasil também deu novo impulso aos laços com países em desenvolvimento, como os sócios do Brics. A extensão do grupo, com a inclusão de seis novos membros, aumentará a sua eficiência no cenário internacional, bem como as trocas comerciais e de experiência entre diferentes membros e parceiros.

Na Ásia, que é o polo mais dinâmico do crescimento global, ampliamos parcerias, por meio de uma intensa agenda bilateral com a China, com o Japão e com o conjunto dos países do Sudeste Asiático.

As visitas recíprocas dos Presidentes Lula e Xi Jinping, além dos avanços na parceria do Brasil com a Asean, que é a Associação das Nações do Sudeste Asiático, composta por dez membros – Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vietnã –, dão mostras do trabalho realizado junto à região, o que terá continuidade neste ano e em 2026.

A viagem do Presidente Lula ao Japão e ao Vietnã, de 24 a 29 de março, contou com a participação expressiva de delegação empresarial e também parlamentar, incluindo o Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, e os ex-Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além de número expressivo de Parlamentares das duas Casas. Assinamos, no Japão, dez acordos e mais de oitenta instrumentos de cooperação. No Vietnã, foram cinco atos assinados, incluindo a abertura de mercado daquele país para a carne brasileira.

Essas visitas e instrumentos assinados confirmam o dinamismo e a consolidação do nosso relacionamento com a Ásia, que é cada vez mais intenso.

Quanto à África, desde 2023 o Presidente Lula já visitou Angola, África do Sul, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Egito e Etiópia, com destaque, neste último país, para a sua participação, como convidado especial, na abertura da 37ª Cúpula da União Africana, em 2024.

Eu mesmo visitei, desde o início deste Governo, 13 países no continente: África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Marrocos, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo e Uganda. Alguns, mais de uma vez.

Todas essas iniciativas são exemplos do trabalho incansável e do renovado dinamismo da política externa brasileira em prol dos interesses do país nesses dois primeiros anos do terceiro mandato do Presidente Lula. O ano de 2025 está sendo dedicado à expansão desse trabalho, que muito se beneficiará dos resultados obtidos nos dois primeiros anos do Governo.

Em janeiro, o Brasil assumiu a Presidência do Brics, que se concentra em duas prioridades. A cooperação do Sul Global, parcerias para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável. No âmbito dessas prioridades, estamos concentrando a atenção política do grupo em seis áreas centrais: cooperação em saúde, comércio, investimento em finanças, mudança climática, governança da inteligência artificial, arquitetura multilateral da paz e segurança, e desenvolvimento institucional do Brics.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 29 de abril, realizamos a primeira Reunião de Chanceleres do Brics, no Rio de Janeiro, passo importante na preparação da cúpula de chefes de Estado, que ocorrerá nos dias 6 e 7 de julho, igualmente no Rio de Janeiro. Essa foi a primeira ocasião em que o grupo se reuniu em sua nova composição, com 11 membros, além da sessão dedicada à categoria de parceiros compostos por mais 9 países.

Com aproximadamente metade da população mundial, o Brics responde por 39% do PIB global, por 24% dos fluxos de comércio, e cerca da metade da produção energética do mundo. O Brics expandido carrega a promessa de um Sul Global com real influência sobre a desejada reforma das instituições internacionais. E, apesar das impressões equivocadas de alguns, o Brics não trabalha contra quem quer que seja, mas, sim, exclusivamente a favor da cooperação e do desenvolvimento de seus membros, bem como da reforma das instituições de governança global.

Nosso objetivo é o de alcançarmos resultados concretos para o Brasil e o mundo. Buscaremos fortalecer soluções em áreas importantes, como a cooperação em saúde global, o aprimoramento do sistema monetário e financeiro internacional, e o desenvolvimento de instrumentos de facilitação de comércio e investimentos entre os membros do bloco, com base em moedas locais. O Brasil tem experiência com essas iniciativas na nossa própria região, a exemplo do sistema de pagamentos em moedas locais que adotamos no nosso comércio bilateral com a Argentina e do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), que desenvolvemos com nossos parceiros da América do Sul.

Também já demos início à preparação para a COP 30, que terá lugar em Belém do Pará, em novembro, quando completaremos um ciclo virtuoso de discussão ambiental, apelidado pelo Presidente Lula de "De Belém a Belém", ou seja, da Cúpula da Amazônia, reunindo os chefes de Estado dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em 2023, até a COP 30, em 2025.

A escolha da Amazônia como sede desse evento mundial é simbólica e mostrará ao mundo que temos condições de oferecer soluções globais por meio da valorização dos saberes tradicionais regionais. Nossa intenção é a de que a COP 30 marque uma virada definitiva no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento da mudança do clima, passando da fase de negociações para a devida implementação dos compromissos assumidos pelos países no âmbito do Acordo de Paris, com o objetivo de limitarmos o aquecimento global a 1,5ºC. Para isso, será crucial destravar o fluxo de recursos dos países mais desenvolvidos para ajudar os países em desenvolvimento a financiar suas ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

No segundo semestre deste ano, o Brasil exercerá a Presidência Pro Tempore do Mercosul, quando buscaremos fortalecer a agenda interna e externa do bloco. Nunca é demais ressaltar a importância do Mercosul como elemento estratégico da integração sul-americana. Além de servir como plataforma preferencial para integrar as cadeias industriais dos países-membros, o bloco constitui espaço de diálogo para a concertação política e a construção de consensos em todas as áreas, desde temas sociais e de direitos humanos até política econômica, industrial e agrícola, entre muitos outros.

Além destes dois grandes eventos, a Presidência do Brics e a COP30, e da Presidência Pro Tempore do Mercosul, seguiremos aprofundando nosso relacionamento com importantes parceiros. Retornei recentemente de uma viagem a cinco países africanos: Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Nigéria e Senegal. Tive oportunidade, nessa viagem, de avançar o compromisso do Governo Lula de dar atenção prioritária a esse continente, tratando de temas como ligações aéreas e marítimas, comércio e investimento, reforma da governança global, mudança do clima e cooperação Sul-Sul. Aliás, nesta semana, na semana em curso, estamos realizando em Brasília a segunda reunião de ministros de agricultura africanos. Além de reiterar essa prioridade da África na política externa brasileira, o evento será a oportunidade para identificar novas áreas de cooperação, comércio, investimento e combate à fome e à pobreza.

Na sequência, receberemos a visita de Estado ao Brasil, no próximo dia 23 de maio, do Presidente angolano João Lourenço, país com o qual celebramos neste ano o cinquentenário de nossas relações bilaterais e com o qual seguiremos estreitando nossa relação estratégica.

Acabo de retornar das visitas com o Senhor Presidente da República a Moscou e a Pequim. A passagem por Moscou ocorreu no contexto das comemorações dos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, aos quais compareceram outros 27 líderes mundiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presença do Presidente Lula na Rússia em meio a um cenário geopolítico desafiador é mais um exemplo da nossa diplomacia ativa e uma prova do compromisso do Governo brasileiro com o multilateralismo e com a resolução pacífica dos conflitos. Essa foi a tônica do encontro bilateral mantido com o Presidente russo Vladimir Putin. Foi reiterada a disposição do Brasil de atuar em favor de uma solução diplomática, em coordenação com a China, no contexto dos países do Grupo de Amigos da Paz, criado a partir dos entendimentos entre Brasil e China sobre uma solução negociada para o conflito na Ucrânia. A visita à Rússia serviu igualmente ao fortalecimento da nossa parceria estratégica em diversas vertentes, entre as quais a comercial, a energética e a científica e tecnológica.

A visita a Pequim é mais um coroamento do excelente estágio em que se encontram as relações bilaterais. Firmamos 20 protocolos e memorandos de entendimentos em diversas áreas e anunciamos R$27 bilhões em investimentos no Brasil que gerarão empregos e renda para a nossa população. O Brasil já é o quinto maior... A China já é o quinto maior investidor no Brasil, com estoque de mais de US$54 bilhões. Mas não só tratamos de comércio e investimentos em Pequim: divulgamos nossa declaração conjunta sobre a crise na Ucrânia, em defesa das negociações diretas entre Rússia e Ucrânia.

Em junho, sediaremos, em Brasília, a Cúpula do Caribe, com participação de 16 líderes da região. O evento será um marco nos esforços para retomar os canais de diálogo e cooperação com o Caribe e tratará de temas centrais como meio ambiente, comércio, segurança alimentar e integração regional.

Estamos organizando uma visita de Estado do Presidente Lula à França de 5 a 7 de junho, seguida pela participação do Senhor Presidente na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos, que se realizará em Nice, no dia 9 de junho. Eu estarei em Paris alguns dias antes para participar da Reunião Ministerial da OCDE e de reunião paralela de Ministros da Organização Mundial do Comércio.

No segundo semestre, em outubro, o Presidente Lula foi convidado para participar da Cúpula da Asean na Malásia, com parceiros de diálogo do grupo. Entre 2004 e 2024, o volume de comércio entre o Brasil e a Asean cresceu mais de dez vezes, tendo alcançado no ano passado US$37 bilhões e um superávit para o Brasil de US$15 bilhões. A Asean já é o quarto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior destino de exportações brasileiras, depois da China, dos Estados Unidos e da União Europeia. Pouco se divulga, mas em 2024 as nossas vendas individualmente a Singapura, Indonésia e Malásia registraram valores superiores, respectivamente, às nossas exportações para Alemanha, Reino Unido e França.

Participaremos também de dois eventos importantes para o multilateralismo. A 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha, na Espanha, em junho próximo, e a Cúpula do G20, em Joanesburgo, na África do Sul, em novembro deste ano, na condição de membro da Troika do G20.

No atual contexto de aumento de desigualdades dentro dos países e entre eles, é preciso avançar nas iniciativas de alívio da dívida, promover mecanismos de financiamentos inovadores e identificar e enfrentar as causas do alto custo do capital para a maioria dos países em desenvolvimento. O G20 já prioriza essas três áreas, às quais demos seguimento durante a Presidência brasileira do grupo.

O Itamaraty continuará demonstrando, além disso, o seu compromisso com a proteção dos brasileiros no exterior e com a assistência humanitária. Empreendemos nos últimos anos um esforço intenso para viabilizar o retorno de brasileiros e seus familiares de zonas afetadas pela guerra, como Líbano, Palestina e Israel. Mais recentemente, intensificamos as nossas ações de assistência consular a milhares de brasileiros nos Estados Unidos, diante das dificuldades enfrentadas por parte da comunidade brasileira em razão da nova política imigratória norte-americana.

Nesse sentido, continuaremos a trabalhar com o afinco pelos interesses dos brasileiros no exterior e do Brasil também no mundo. Cientes dos desafios, trabalhamos muitas vezes com recursos humanos e financeiros escassos, mas com intensa dedicação. Todo esse trabalho denota a vocação universalista e pragmática da política externa brasileira, a qual, por sua vez, depende da dedicação de um corpo diplomático que reflita também a diversidade da nossa sociedade.

É motivo de grande satisfação constatar o aumento da participação feminina e negra no Itamaraty a partir da promoção de políticas de inclusão racial e de gênero no ministério. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão e a equidade são valores que enriquecem a nossa diplomacia e fortalecem a nossa capacidade de representar o Brasil em toda a sua diversidade.

Senhoras e senhores, a execução de uma política externa à altura dos nossos interesses e aspirações, bem como da importância do Brasil no mundo, depende de maneira fundamental do diálogo fluido e franco entre o Executivo e o Legislativo, inclusive no tocante a questões orçamentárias. A manutenção de uma rede funcional de posto no exterior, bem como de funcionários dedicados à causa do Brasil e a temas centrais da governança global demanda a consignação de recursos que façam frente à nossa tarefa.

Tenho certeza de que V. Exas. têm ciência dessas necessidades e de que saberão avaliar o apoio necessário nas instâncias e momentos mais adequados. Estou certo de poder contar com a colaboração dessa nobre Casa e seguir aprimorando a parceria virtuosa entre o Legislativo e o Itamaraty em prol da missão de representar e defender os interesses do nosso país no exterior, promovendo desenvolvimento, paz e cooperação internacional, especialmente em momento em que aumentam as turbulências e se aceleram as transformações no plano externo.

Agradeço mais uma vez ao Sr. Presidente o convite para estar presente nesta Casa e fico à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Encerrada a participação do Chanceler nessa primeira fase, vamos à dinâmica dos questionamentos, conforme previamente avisado.

O primeiro a fazer a pergunta é o Senador Esperidião Amin, logo depois o Senador Sergio Moro, Senador Nelsinho Trad, e tem mais um nesse primeiro bloco, o Senador Humberto Costa. Aí, no segundo bloco, o Senador Hiran e o Senador Mourão.

Com a palavra, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Sr. Ministro, nossos Senadores, e fazer aqui cinco breves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registros, até porque eu reconheço que o primeiro requerimento foi do Senador Sergio Moro, só que eu tenho que me retirar logo em seguida.

Três comentários sobre o seu relatório, Ministro. Número um, eu acho que deveria constar aí uma referência ao acompanhamento da retomada do acordo sobre assuntos nucleares com o Irã, até em homenagem ao Brasil e ao Itamaraty pelo nosso desempenho em 2015, se a memória não me falha, quando foi assinado o primeiro acordo com a participação dos Estados Unidos, mas com uma intensa participação do Brasil, da Turquia e de outros torcedores, para que houvesse a concretização, que foi denunciada no primeiro Governo do Presidente Trump e agora está sendo retomada até efusivamente. O artigo do Fareed Zakaria, no sábado passado, celebra até a velocidade e a força dessa retomada, e o Itamaraty tem méritos nisso aí.

Segundo, o senhor fez uma brevíssima menção, mas eu gostaria de pedir depois uma estatística efetiva da participação das mulheres. O senhor fez uma menção, agora na parte final, mas não nos deu a estatística de participação, que eu sempre acompanho em todas as audiências de sabatina. E indo direto...

Antes, ainda quero cumprimentar o Itamaraty pelo desempenho nessa questão das tarifas, supertarifas, tarifaço, pelo equilíbrio com que o Itamaraty se tem conduzido e ajudado o Governo nessa tormenta, nessa tormentosa trajetória.

Quanto ao tópico específico do meu requerimento, eu faço uma pergunta muito objetiva: os quatro asilados, na Venezuela, foram resgatados pelos Estados Unidos? Qual foi a participação do Brasil nesse episódio? Esse é o objeto da minha pergunta.

E finalmente, eu não posso deixar de, nesta Comissão, Presidente, trazer aqui uma preocupação muito grave, que me ocorreu, depois que o Ministro Luís Roberto Barroso prestou essa informação da maneira mais cândida, em Nova York, dizendo o seguinte, textualmente, entre aspas: "Mais recentemente tivemos um decisivo apoio dos Estados Unidos à institucionalidade e à democracia brasileira em momentos de sobressalto. Eu mesmo [disse o Ministro], como Presidente do TSE, [ele foi Presidente de maio, de 2020, a março de 2022] [...] Eu mesmo [repito, ele dizendo] estive com o encarregado de negócios americanos, estive muitas vezes e, em três vezes, pedi declarações dos Estados Unidos de apoio à democracia brasileira, uma delas do próprio Departamento de Estado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso para mim é um escândalo. E mais, numa avaliação de S. Exa., eu acho que isso teve algum papel a respeito da posição das Forças Armadas Brasileiras, porque os militares brasileiros não gostam de se indispor com os Estados Unidos. É lá que eles obtêm os cursos e os investimentos.

Eu não sei se existe, na história do Itamaraty, uma declaração de tamanha entrega do interesse nacional a um outro país. Respeitados os seus princípios de discrição, eu gostaria de saber se V. Ex. tem algum outro registro assemelhado, na história, de alguém do Judiciário brasileiro se relacionando com uma potência estrangeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O Chanceler tomou nota das perguntas? Perfeito.

Agora vamos passar para outro Senador, para que V. Ex. também possa tomar nota e, na hora de responder, responder para um e depois para o outro.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Primeiro eu quero agradeço ao Ministro pela presença dele, Ministro Mauro Vieira, e também quero registrar que tenho grande admiração pelo Itamaraty, pelo seu corpo diplomático, mas, Ministro, eu não posso deixar de manifestar minha irresignação em relação aos rumos que a política externa brasileira tem tomado, em relação a alguns episódios aqui que foram objeto do requerimento.

O Brasil concedeu um asilo à Nadine Heredia, pessoa condenada por corrupção no Peru, que foi acusada, inclusive condenada de ter recebido suborno da Odebrecht, em circunstâncias que foram amplamente divulgadas, inclusive, pela imprensa, com até possível participação de membros do atual Governo ali no passado.

Chama muito a atenção a rapidez desse asilo diplomático. A condenação dela saiu no dia 16 de abril; no mesmo dia, há relato oficial de que ela compareceu à Embaixada brasileira e foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazida pelo avião da FAB. Essa irresignação não é só minha. Editorial do *Estadão* nos dias seguintes: "Corruptos de toda a América Latina já sabem onde se refugiar da Justiça de seus países".

Então, a primeira indagação que faço a V. Exa. é se vai ser uma praxe do Brasil conceder asilos diplomáticos a pessoas condenadas por corrupção, seja aqui na América Latina, seja em outros países, especialmente nesses casos lamentáveis envolvendo empresas brasileiras que pagaram suborno no passado.

Gostaria de saber e de entender quando Nadine procurou pela primeira vez autoridades brasileiras. Imagino que não pode ter sido neste dia 16/04. Deve ter sido antes. Tudo tão rapidamente assim causaria muita espécie.

Há divulgação pela imprensa brasileira e peruana de que ela estaria bem de saúde. Tem até um vídeo que foi divulgado pelo jornal *Panorama* e foi amplamente reproduzido aqui no Brasil. Então, indago também a V. Exa., que mencionou o asilo humanitário, se foi feito algum exame médico independente para saber das reais condições de saúde de Nadine Heredia; se havia justificativa realmente ou se ela não poderia ser tratada no Peru. Imagino que tem hospitais, tem médicos no Peru, poderia ter prisão domiciliar. O ex-Presidente Fujimori, que nós sabemos, lá foi preso e tinha condições de saúde precárias, mas, nem por isso, foi liberado ou foi concedido asilo aqui no Brasil.

Gostaria de saber quando o Presidente Lula tratou desse assunto com o senhor. V. Exa. mencionou, numa entrevista, que teria sido uma iniciativa exclusiva sua, e eu gostaria de saber se o Ministro corrobora essa afirmação; se o Presidente Lula em nenhum momento tratou disso com o senhor antes do dia 16 ou no próprio dia 16; ou se V. Exa. consultou ou não consultou o Presidente Lula sobre esse asilo que, a meu ver, é um asilo infame para o Brasil. Acho que conceder asilo para quem é perseguido politicamente é uma praxe aceitável, mas jamais para alguém que foi condenado por corrupção pela Justiça peruana, ao que me consta, sem qualquer sinal de perseguição política.

Aliás, eu aproveitaria para perguntar para V. Exa. se entende que, nesse caso, também tem perseguição política ou foi só a razão da cirurgia na coluna, o que, a meu ver, também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificaria a concessão de um asilo humanitário, até porque sobre as reais condições de saúde dela nós não temos certeza em relação ao que aconteceu.

O contraste, Ministro, em relação à postura que a gente viu desses cinco venezuelanos que estavam na Embaixada da Argentina, na cidade de Caracas, sob a proteção do Brasil é gritante. Não houve – me chamou muito a atenção – agradecimentos explícitos dessas pessoas ao Governo brasileiro. Ao contrário, destaco aqui uma carta deles, de 28 de abril de 2025, dirigido ao Presidente Lula, que foi amplamente divulgada: "Nós os asilados na Embaixada da Argentina na cidade de Caracas, sob a proteção do Governo do Brasil [...]

Leio aqui, Senador Trad, partes, porque é um pouco longa.

> [...] Hoje completamos 404 dias desde que ingressamos nessa sede diplomática, e mais de cinco meses sem eletricidade nem água corrente, em condições que violam direitos humanos básicos. [...]
> Presidente Lula, já estamos há mais de um ano aguardando uma ação concreta que garanta a nossa saída segura, acompanhados por seu governo, preservando nosso direito à vida, que hoje tememos diante das ameaças contínuas que enfrentamos. [...]

Sigo: a carta dos cinco venezuelanos que estavam sob a proteção do Brasil, em Caracas.

> É difícil não perceber a contradição na forma como o governo brasileiro tratou casos similares, inclusive envolvendo pessoas processadas e condenadas por crimes graves, nos quais a gestão eficiente e rápida de seu governo para a concessão dos salvo-condutos foi evidente, algo que não ocorreu em nosso caso, sendo nós inocentes. [Pergunta deles ao Governo brasileiro] Por que alguns recebem proteção imediata e solução urgente, [claro que é uma referência à ex-Primeira-Dama condenada por corrupção, e que o Governo brasileiro conseguiu lá o salvo-conduto de imediato e concedeu um tempo relâmpago] enquanto nós somos condenados a meses de silêncio?

Então, gostaria de indagar também ao Ministro o motivo desse empenho que parece ter havido tão grande do Governo brasileiro em relação ao caso Nadine Heredia, e essas reclamações aqui dos venezuelanos que não sei se procedem ou não. Indago também a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eles foram retirados ali, no dia 6 de maio, da Embaixada da Argentina, e o Brasil não foi comunicado. Será que o Brasil não foi comunicado porque não foi reputado um parceiro confiável, Ministro, para que fosse alertado que eles seriam retirados daquela embaixada?

E aqui a gente tem um contraste muito grande, permita-me uma crítica, entre a postura do Presidente Lula e a postura do Presidente Milei, representando seus respectivos Governos. Na Argentina, concede-se asilo a perseguidos políticos venezuelanos, oposição; enquanto o Brasil concede aí asilo a Nadine Heredia, condenada por corrupção. Não poderia o Brasil ter concedido um asilo também diplomático a esses indivíduos lá na Venezuela, reforçando a posição deles perante a comunidade internacional?

Presidente, só vou pedir mais algumas perguntas, porque os assuntos foram se acumulando, mas eu tenho tentado aqui ser bastante rápido.

Na sequência, eu também não tenho como não dizer aqui que essa posição do Brasil, do Presidente Lula, de ir à Rússia para aplaudir as tropas que invadiram a Ucrânia foi algo muito lamentável dentro da história da nossa diplomacia, acompanhado por um abraço afetuoso, a que todos os brasileiros assistiram, ao Vladimir Putin. Não tenho nada contra a Rússia, não tenho nada contra o Vladimir Putin pessoalmente, mas se trata de um país que agrediu outro; a Rússia invadiu a Ucrânia. Havia algum outro líder de um país democrático, Ministro Mauro Vieira, naquele desfile de tropas, de algum país – a Presidente da França estava lá, o Presidente da Alemanha, o Presidente dos Estados Unidos, o Secretário Marco Rubio estava lá –, tinha algum líder de um país democrático mais relevante, presente lá em Moscou para aplaudir as tropas que invadiram a Ucrânia? Ou foi só o Brasil que se destacou negativamente nesse específico episódio? E nisso, aqui a gente tem que apontar um contraste, que a gente tem sido muito cobrado, Senador Mourão, pela comunidade judaica brasileira, porque o Itamaraty tem publicado notas sucessivas criticando Israel pelas ações na Palestina, e, no entanto, não se vê uma nota, Senador Morão, do Brasil criticando a Rússia pelas invasões, pelo bombardeio, pela morte de civis inocentes lá na Ucrânia. Então, gostaria de entender esse duplo padrão do Brasil em relação a esses dois temas, que realmente está sendo muito difícil de entender. E parte da comunidade judaica brasileira atribui a um preconceito em relação a esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de indagar também se foi convidado o Vladimir Putin para vir à COP 30 nessa viagem. Creio que, enquanto não encerrada a situação da guerra na Ucrânia, é algo a meu ver impensável, mas gostaria de ter uma informação de V. Exa. sobre esse tema.

Indo adiante, para os finalmentes, tivemos esse novo episódio da viagem à China, que ficou, por mais méritos e acontecimentos que possam ter acontecido ali naquela ocasião, obscurecido por esse último episódio, que foi tratado como sendo um embaraço diplomático, das falas da Primeira-Dama e, em seguida, do próprio Lula. Não vou entrar nessas questões menores, mas a grande questão que existe desse episódio é: houve um convite da parte do Governo brasileiro, do Lula ou de Janja ou de quem quer que seja, para que o Presidente da China enviasse um especialista em regulação de redes brasileiras ou para tratar assunto de TikTok ou de qualquer outra rede, numa espécie de convite à censura ao Brasil? Há algo de concreto em relação a isso? Nós podemos esperar a chegada de um especialista chinês para tratar desse assunto específico?

Enfim, são essas indagações que eu teria a fazer, mas são indagações relevantes. São indagações que eu sei, Ministro, são duras, contundentes, mas a gente faz o nosso papel aqui na Comissão e, mais uma vez, reitero o meu respeito ao Itamaraty, o seu corpo diplomático, mas a diplomacia presencial, e aqui focalizo a responsabilidade em especial no Presidente Lula, tem colocado a imagem do Brasil em uma situação muito delicada, nos afastando das democracias ocidentais e, por outro lado, gerando juízo de valoração sobre o que nós somos extremamente negativo.

Quando, cumulativamente, em um período de dois meses, nós temos concessão de asilo a alguém condenado por corrupção; quando nós temos, em seguida, os asilados lá na Venezuela sendo resgatados e isso não nos é informado, porque parece que não somos mais um país confiável, e a carta deles é reveladora das reclamações que eles tiveram em relação ao Governo brasileiro, e nisso a Argentina contrastando positivamente em relação a nós; quando, em seguida, Lula visita a Rússia para aplaudir as tropas que invadiram a Ucrânia; reiteradas condenações ao Governo de Israel, sem, no entanto, fazer o mesmo juízo de condenação contra a invasão da Ucrânia pela Rússia; e, agora, por último, esse episódio embaraçoso na China, no qual, a não ser que esses fatos sejam mais bem esclarecidos, mas ficou ali, pelo menos o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparece é que viria um especialista chinês em regulação de redes para censurar conteúdo, para fazer o que aqui no Brasil a convite do próprio Presidente Lula? São essas as minhas indagações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Dando sequência à nossa dinâmica, até por uma questão de deferência e para prestigiar o Senador Mourão, que é assíduo e sempre chega na hora, eu vou ceder a minha vez para que a V. Exa. possa fazer a sua pergunta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad. Muitas das minhas indagações já foram feitas pelos que me antecederam.

Eu queria cumprimentar o Embaixador Mauro Vieira, nosso Chanceler, pelo relatório que V. Exa. apresentou – eu o acompanhei bem atento –, e há alguns pequenos comentários aqui, Sr. Embaixador, Sr. Ministro. Na minha visão, Ministro, independentemente das teorias do liberalismo e do construtivismo, eu sempre acreditei que o realismo é o que impera nas relações internacionais. Desde o Diálogo Meliano, lá na Guerra do Peloponeso, a lei do mais forte sempre acaba imperando, e nós temos que saber lidar com isso. Eu gostaria de saber de V. Exa. se tem acompanhado algo que vem sendo debatido desde os anos 90 por alguns *think tanks*, tanto nos Estados Unidos, como em outros países, aquilo que tem sido chamado de direito de retorno funcional, porque nós podemos até julgar que a invasão da Ucrânia pela Rússia poderia ser algo nesse sentido. É algo que não se reconhece no direito internacional, mas algumas ações que nós temos visto, a partir do Governo dos Estados Unidos atual, e já mencionei esse exemplo da invasão da Ucrânia, podem ter algumas consequências para nós aqui no Brasil. Então, eu queria saber de V. Exa. se tem acompanhado isso, se a sua equipe o tem assessorado a esse respeito e se o senhor tem comentado isso com o Presidente da República.

Em relação à ida do Presidente da República à Rússia, eu julgo que nós temos uma parceria com a Rússia, não resta dúvida. Só julgo – e aí, Ministro, lhe faço a crítica – que a data tenha sido péssima, porque o Brasil foi o único país sul-americano que participou da Segunda Guerra Mundial. Tivemos as nossas baixas. Para mim, seria extremamente importante que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, Comandante em Chefe das Forças Armadas, estivesse presente aqui no dia 8 de maio, lá no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo, prestigiando a nossa tropa, a nossa pátria e aquilo que nós fizemos, independentemente de ir à Rússia ou não, independentemente das más companhias que estavam com ele naquele palanque, uma vez que ali a nata das ditaduras mundiais estava junto. E aqui eu coloco muito claramente ao meu colega Senador Humberto Costa: eu vejo sempre no Presidente Lula alguém que acredita na democracia e não em regimes autoritários. Então, essa é a minha segunda observação.

Outra observação, Ministro Mauro: continua a nos preocupar a questão do nosso vizinho do norte a Venezuela com o problema do Essequibo. Então, é ver a visão de V. Exa., como o Itamaraty tem se comportado e o assessoramento que tem prestado ao Presidente nesse assunto. Nós temos visto recentemente algumas pequenas escaramuças ali na fronteira da Venezuela com a Guiana, o que pode ter consequências para o Brasil. As próprias Forças Armadas brasileiras já fizeram um deslocamento maior de tropas para a região, aumentaram o seu poder de combate naquela região, exatamente pelos problemas que podem advir dali, independentemente da questão eleitoral da Venezuela – aí eu não vou entrar mais nessa temática, porque eu considero que ela já foi batida.

E há um último posicionamento que eu gostaria de ouvir de V. Exa. Nós temos aqui no Brasil organizações criminosas que, na minha visão, constituem verdadeiras narcoguerrilhas. Qual é a visão do Itamaraty quanto à classificação dessas organizações – de que eu não vou citar o nome, mas V. Exa. as conhece – como organizações terroristas?

Esses eram os meus questionamentos, Ministro.

Mais uma vez, cumprimento o senhor pelo relatório, que foi extremamente detalhado e que mostra todo o trabalho que vem sendo realizado pela nossa diplomacia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para interpelar.) – Fechando o primeiro bloco de quatro Senadores, o meu questionamento para o Chanceler é o seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o Senador Humberto Costa, eu também faço parte da delegação brasileira do Parlasul. E nós temos acompanhado de perto a questão do fechamento desse acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Eu tive o privilégio e a satisfação de acompanhar a Apex, liderada pelo ex-Senador Jorge Viana, a uma missão a três países da Europa questão de 15 dias atrás. Nós fomos a Lisboa, fomos a Varsóvia e fomos a Bruxelas. Conversamos com os eurodeputados de cada país e notamos neles um ambiente muito favorável ao fechamento desse acordo de livre comércio. Até aqueles que, por uma justificativa da política, se colocam contrários por respeitar a base que eles representam, que são contra o fechamento desse acordo, estavam dizendo que o momento era oportuno para que esses dois blocos firmassem esse acordo. De tal sorte que já está programado pelo colegiado do Parlasul uma missão a Estrasburgo, em junho, onde nós vamos estar de fronte aos eurodeputados, justamente para a gente poder aparar as últimas arestas legislativas que possam vir a ter e demonstrar aos Executivos o horizonte positivo para que a gente possa, de uma vez por todas, selar esse acordo de livre comércio. Pergunto a V. Exa.: qual é a opinião do Ministério das Relações Exteriores relativa a essa questão e se o sentimento que nós aqui acabamos de passar é esse mesmo em relação a que vocês têm observado perante a comunidade internacional desses dois blocos?

Agora devolvo a palavra a V. Exa., para que possa fazer as respostas ao Senador Amin, ao Senador Moro, ao Senador Mourão e ao Senador Nelsinho. Num segundo bloco, Senador Humberto Costa, Senador Dr. Hiran... A Senadora Damares vai querer perguntar? (*Pausa.*)

Senadora Damares e Senador Randolfe.

Pronto. Com a palavra V. Exa.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começando a responder, então, pelo Senador Esperidião Amin, a questão a que V. Exa. se referiu, do acordo nuclear do Irã, foi realmente no mandato no Presidente Lula, no segundo mandato. Houve uma missão junto com o Presidente da Turquia, o Presidente Erdogan, ao Irã, para convencer o Governo iraniano e o Presidente de então, Ahmadinejad, da necessidade de um acordo estimulado pelo Brasil, pela Turquia e por outros países, mas um acordo que fosse celebrado no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica que desse garantias ao mundo de que o programa nuclear iraniano era para fins pacíficos, para fins medicinais, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção de energia. E havia uma dificuldade nesse momento de se progressar, de se dar um passo adiante pelas posições tanto do Irã no momento, que não tinha desejo de negociar, como também do Governo americano.

Não houve um acordo assinado no momento em que o Presidente Lula e o Presidente Erdogan foram ao Irã. O que houve foi uma conversa e uma declaração no sentido de estimular que houvesse negociações e que o Governo iraniano acedesse a alguns acordos, a algumas bases que foram estabelecidos, sim, nesse momento, como a quantidade de urânio enriquecido, a quantidade que ficaria no Irã para os fins medicinais e de energia, o que seria mandado para o exterior. Enfim, foi um acordo, foi uma declaração estimulada pelo Brasil e pela Turquia com o Irã, para que houvesse condições para um acordo posterior.

Essa proposta infelizmente não foi apoiada pelos Estados Unidos, que, imediatamente, no dia seguinte a essa declaração, aplicaram sanções muito duras, muito severas, que fizeram com que o Irã se retirasse. Depois houve um acordo chamado JCPOA, que é o acrônimo em inglês para plano de ação conjunta com a agência internacional para o estabelecimento de regras. Esse acordo também foi abandonado pelo Governo americano no primeiro mandato do atual Presidente da República. Evidentemente que agora estamos todos empenhados em motivar novamente o Governo iraniano a voltar à negociação. O Governo iraniano, inclusive, já se declarou favorável. Acho que faltam apenas alguns movimentos, alguns exercícios, entre os lados, que possam levar a essa questão, então, de um avanço no controle.

O Brasil, como o Irã também, é membro do TLP, do Tratado de Não Proliferação, que estabelece uma série de salvaguardas, e é isso que a comunidade internacional tem esperado. É isso que o Brasil faz e que todos os países têm tentado seguir e fazer.

V. Exa. também se referiu à questão da estatística, de participação de mulheres. Tenho certeza de que, nas sabatinas de mulheres, no Ministério das Relações Exteriores, o senhor tem notado um número maior. Apesar de serem cerca de 22 a 23% do corpo total, nós aumentamos em muito a participação de mulheres na chefia de missões diplomáticas, e missões diplomáticas importantes.

E 22 a 23% é o número total de todas as categorias da carreira diplomática. Portanto, nas que podem ser chefes de missão, é menor ainda o número, e o esforço que está se fazendo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de valorizar. Inclusive, desde o início indicamos para os postos importantíssimos, como a Embaixada em Washington, a Embaixadora Maria Luiza Viotti, para a missão na FAO, missão na Unesco, a Embaixada na Suécia, enfim, são tantos os postos...

Eu acho que houve um avanço muito grande, houve muito progresso. Eu vou pedir que o ministério faça chegar ao seu gabinete as informações mais específicas, porque eu sei que o senhor é um defensor da causa e sempre nos apoiou muito também, e nós estamos preocupados e implementando ações que visem a facilitar, porque também esse problema só pode ser resolvido totalmente a mais longo prazo, e uma das preocupações é estimular o ingresso de mais mulheres no concurso da carreira. Às vezes, há pouquíssimas.

Eu me lembro mesmo da minha época, quando eu passei no concurso do Instituto Rio Branco, havia duas mulheres apenas. Era um número muito reduzido.

Então, estamos com várias iniciativas, várias propostas, várias políticas, para que se possa ter um número maior, mas eu prometo lhe enviar, assim que regressar ao ministério, os dados mais concretos, mais específicos, do total da carreira e, especificamente também, no nível hierárquico em que se permite ser chefe de missão diplomática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Santa Catarina de Alexandria agradece.

O SR. MAURO VIEIRA – Sem dúvida. (*Risos.*)

O senhor também se referiu à questão – e agradeço a menção elogiosa – do chamado "tarifaço".

Eu queria só esclarecer que a posição do Governo brasileiro, no Governo do Presidente Lula, é de negociar, negociar, cooperar, falar, discutir, e foi o que nós fizemos desde o início.

Eu mencionei, na minha apresentação, que tanto o Vice-Presidente da República falou com o Secretário de Comércio, como eu mesmo falei com o representante especial de Comércio da Casa Branca, que é um outro ministro de Comércio que existe na estrutura americana. É um ministro de Comércio Exterior. Ele que cuida dos temas do exterior, os temas relacionados à Organização Mundial do Comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei com ele porque isso é uma competência do Ministério das Relações Exteriores no Brasil, e, desde o início, conversamos, estabelecemos contatos e reuniões virtuais entre as nossas equipes, que foram muitas. Eu falei duas ou três vezes com ele.

O Vice-Presidente Geraldo Alckmin também falou com o seu homólogo na condição de Ministro da Indústria e Comércio do Brasil, e nós fizemos ver, nós tentamos esclarecer que, primeiro, a justificativa que nos davam – eu mencionei isso também nas minhas palavras iniciais e no grupo que nos colocaram – não era correta, era uma coisa absolutamente absurda, porque diziam que eram relações que precisavam ser reequilibradas. Se precisavam ser reequilibradas, era a nosso favor e não contra o Brasil, porque US$410 bilhões de deficit nos últimos 15 anos é um volume muito alto para qualquer país, para qualquer economia, mesmo as maiores do mundo. O Brasil está entre as dez maiores, mas é, sem dúvida nenhuma, um volume muito alto, muito elevado.

Então, nós conversamos muito, tivemos muitos contatos e, como resultado desses contatos, soubemos antes o que ia ser dito e o que ia ser posto. Não paramos de negociar, continuamos conversando com o Governo americano, especificamente sobre as tarifas específicas sobre três produtos, como essa tarifa genérica.

Tenho esperança de que se possa fazer avanço e continuar a mostrar, primeiro, por exemplo, que tarifas sobre o aço – as tarifas impostas ao Brasil e também impostas a outros países – só vão representar aumento do custo dos produtos nos Estados Unidos, porque os Estados Unidos precisam comprar 5,5 milhões de toneladas, ou melhor, necessitam de 5,5 milhões de toneladas de aço semiterminado para a sua indústria automobilística, para toda a indústria, para produzir produtos finais. Eles só têm capacidade de produção de 1,5 milhão, então, têm que necessariamente importar 4 milhões ou algo assim. O Brasil é um grande exportador nessa área, mas também é um grande importador de carvão metalúrgico dos Estados Unidos, que é necessário para a produção dos semiterminados, o que equilibra, não totalmente, mas é um contrapeso a esse déficit, vamos dizer, que teriam com esse produto específico.

Mas nós continuamos conversando, nós temos toda disposição de ouvir e de falar também. Os contatos com o lado americano, com as duas autoridades que eu mencionei, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bons, tranquilos, equilibrados, e nos ouvem. Os resultados finais eu não posso garantir, mas nós vamos conseguir, vamos continuar negociando até um ponto que não haja volta, que não haja uma solução. Como o próprio Presidente Lula já disse muitas vezes, vamos utilizar todas as palavras que constem nos dicionários que nos levem e nos ajudem a negociar, antes de tomar qualquer outra iniciativa que redistribua, que dê um certo *balance*, um certo equilíbrio ao comércio bilateral.

Em uma das perguntas, havia uma menção também, eu só creio que isso vai criar – inclusive é a pergunta do Senador Nelsinho Trad –, só vai abrir possibilidades de comércio com outras regiões e com outros países. Vai haver uma certa...Na minha modesta visão e interpretação, acho que haverá um desvio de comércio para outras regiões, mas nós estamos...

Agradeço a sua menção quanto à participação e à condução do Itamaraty dessa questão, mas, enfim, é um processo em andamento e tenho esperanças de que cheguemos a um bom resultado.

O senhor mencionou também a questão dos asilados da Venezuela; também o Senador Moro. Eu queria dizer ao senhor que eles entraram, eles tiveram 400... Os venezuelanos exilados na Embaixada da Argentina na Venezuela, em Caracas, estiveram quatrocentos e tantos dias, 440 dias lá. O Brasil teve essa responsabilidade de agosto passado até agora, quando a Argentina e a Venezuela suspenderam as relações bilaterais, fecharam as embaixadas. E o Governo argentino nos solicitou... O Governo atual do Presidente atual da Argentina, Javier Milei, solicitou que o Brasil se encarregasse dos interesses da Argentina na Venezuela. Aliás, não foi o único país, também o Peru fez a mesma coisa: o Governo atual peruano pediu que o Brasil se encarregasse.

Isso é uma figura, é um papel normal, natural. Nós, no passado, há muitos anos, quando não tínhamos relações com vários outros países, tínhamos países... A Suíça foi um grande país que sempre se dispôs a representar outros países, e a Suíça representou o Brasil em várias ocasiões – não só o Brasil, vários outros países também. Mas, enfim, é uma figura que existe na Convenção de Viena, de relações diplomáticas, e nós aceitamos essa incumbência pensando também nos cidadãos argentinos e peruanos que vivem na Venezuela, e que precisariam de atenção, de providências consulares, e isso justamente movidos pelo fato de que havia, num primeiro momento, primeiríssimo momento, seis venezuelanos, todos ligados à oposição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente todos ligados à líder da oposição, María Corina Machado, e então aceitamos essa missão que não é nada fácil.

Essa missão representou um esforço grande da Embaixada do Brasil em Caracas, que diariamente mandava um funcionário para ver como estava a situação. Nós acompanhamos de perto. Nós nos preocupávamos se havia luz, se havia água, se entravam alimentos, se entravam remédios. Havia um dos cinco... E queria explicar que, dos seis que entraram, um se entregou, fez declarações à polícia, deu depoimentos e foi para casa; depois houve uma outra pessoa, uma senhora, uma moça, uma jovem que estava também na Embaixada e que saiu por meios próprios. Antes que o Brasil fosse responsável, saiu e só se soube quando ela estava no exterior. Especula-se que houve ajuda de outros países.

Então, quando nós assumimos a responsabilidade, havia quatro. Uma das pessoas era um senhor já maduro e que precisava de remédios constantes. Nós nos ocupamos e mandávamos constantemente remédios, de toda a natureza, para diabetes e para outras coisas, e sempre estávamos atentos, eu sempre, toda semana perguntava se tinha o suficiente. Enfim, nós prestamos toda a atenção, insistimos inúmeras vezes com o Governo no mais alto nível, porque eu falava constantemente com o Ministro do Exterior da Venezuela pedindo ingresso de água, de alimentos, de remédios, condições gerais.

A Embaixada tinha um gerador elétrico, que já estava velho, havia muitos cortes de luz, não sei se é constante ou se foi cortado especificamente, mas foi usado durante muito tempo. Houve uma pane definitiva, que não pôde ser consertada. Nós falamos com o Governo argentino, que pagou um gerador novo. Enfim, o nosso envolvimento foi total.

Eu estou me estendendo um pouco nessa resposta, já um pouco respondendo também ao Senador Moro.

E, no dia 6... Se não me engano, no dia 6 de maio, os quatro que estavam saíram. Não sabemos como saíram. Saíram. Eu acho também que o Governo venezuelano não sabe como. Agora eu devo dizer que a informação que temos é que eles se encontram nos Estados Unidos. Estão nos Estados Unidos; de alguma forma, saíram; e, de alguma forma, chegaram. Mas não houve nenhum esclarecimento do que aconteceu, até o momento, de nenhum país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos esse controle constante. A casa estava cercada por policiamento venezuelano e, todos os dias, ia alguém lá cuidar para ver se estava tudo bem. Agora, não participamos da fuga ou do mecanismo, do complô para a fuga, e não sabemos, mas esperamos um dia receber essa informação. E já que estamos nesse... Nós recebemos, eu recebi imediatamente... Aliás, soubemos que os venezuelanos estavam saindo da Embaixada da Argentina, pela María Corina Machado, que nos avisou, porque tinha contato constante conosco e continua tendo. Ela nos avisou, durante a noite, que eles estavam saindo: "Ótimo, fico contente, faço votos que saiam em segurança e que cheguem a algum lugar seguro e que estejam bem". Ela, no dia seguinte, telefonou agradecendo imensamente ao Brasil e ao Presidente Lula, ao Governo brasileiro por todas as gestões, por todo o cuidado, por todo o tempo investido.

Nós oferecemos um avião, como tinha sido feito pela Argentina também, para serem retirados, e eu fiz, antes inclusive da Argentina romper relações com a Venezuela e antes de termos o encargo das relações da Argentina também, eu já, várias vezes, tinha falado e pedido pelo salvo-conduto e tinha dito que, se eles dessem um salvo-conduto, imediatamente nós mandaríamos um avião, que fosse da FAB, que fosse um avião privado, para tirá-los em segurança e nunca tivemos o consentimento. Isso em contraste com o caso do Peru, da Sra. Nadine Heredia, que, tão logo pediu para entrar na Embaixada do Brasil, se apresentou, entrou e pediu o asilo diplomático, falamos por volta de 4h, quatro e pouco da tarde, em Lima, o Embaixador do Brasil solicitou o salvo-conduto e, duas horas depois, estava concedido.

Eu tenho, inclusive, os documentos, os salvo-condutos. Eles concederam, e nós mandamos... Quer dizer, há um grande contraste entre esses comportamentos. Agora, houve agradecimento da própria líder da oposição e há também um comunicado do Comando Con Venezuela, que é um comunicado da oposição e que diz claramente:

> Não podemos deixar de agradecer ao Governo da Argentina por dar aos nossos companheiros o *status* de asilados políticos e ao Governo do Brasil por assumir a custódia e a proteção da Embaixada da Argentina durante oito meses; também, muito especialmente aos diplomatas e ao pessoal da Argentina e do Brasil lotados em Caracas, que, apesar das restrições e dificuldades, deram apoio e proteção aos asilados durante os meses em que estiveram a cargo do prédio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, houve um agradecimento, sem dúvida nenhuma. E, sem dúvida nenhuma, foi uma missão longa e difícil, mas também de caráter humanitário, em que levamos todo o apoio.

Eu creio que, com relação às perguntas do Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – TSE.

O SR. MAURO VIEIRA – Perdão?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – TSE.

O SR. MAURO VIEIRA – Bom, aí eu não posso comentar as declarações do Presidente do Supremo ou de outro Poder e, no momento, do TSE. Eu, inclusive, não tinha conhecimento, não sei em que circunstâncias ele fez essas declarações. Realmente, eu não sabia, não tinha conhecimento. Não sei em que circunstâncias e quando foi e não posso comentar nenhuma declaração de um Presidente de outro Poder.

Com relação às perguntas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Talleyrand aplaude o senhor.

O SR. MAURO VIEIRA – Muito obrigado. Fico mais feliz com seu elogio. (*Pausa.*)

Respondendo ao Senador Moro sobre o asilo da Sra. Nadine Heredia, ela, sim, fez uma cirurgia grave, acho que lá no Peru, porque não foi aqui no Brasil, e chegou para o tratamento com um filho menor. Ela entrou na Embaixada do Brasil, chegou, procurou, como qualquer pessoa que procura a área consular, pediu para ficar e pediu asilo. O Embaixador do Brasil em Lima nos informou imediatamente e nós pedimos que ele contactasse o Governo para saber se o Governo daria. E, já por telefone, nos foi antecipado que eles dariam. Se demorou duas horas e pouco a partir do momento em que foi pedido, foi, única e exclusivamente, para preparar os documentos. Não houve nenhuma oposição ou nenhum questionamento do Governo peruano. Portanto, essa foi a questão, e eu autorizei na mesma hora. Eu falei: "Então, peça formalmente". E comuniquei ao Presidente, eu falei com o Presidente Lula, que concordou comigo, porque pela convenção que curiosamente se chama Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático, o país asilante que dá o asilo diplomático não precisa discutir, é só receber. A pessoa diz que precisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está sob ameaça, está sob qualquer circunstância e que precisa do asilo e se dá o asilo quando há contraparte do Governo para permitir a saída, o que não houve, volto a repetir, no caso da Venezuela. Ela partiu para o Brasil, está em São Paulo. E eu acho que isso evitou, sobretudo, uma permanência... Poderia ter ficado um ano e tanto, ou mais até, se não tivesse havido isso. E eu acho que o mais importante também é o fato de o Governo peruano não ter interposto nenhuma dúvida, nenhum problema, imediatamente ter permitido. E sei que ela veio com um filho menor de 13 ou 14 anos e não tem, pelo que eu também fui informado, outros parentes no Peru neste momento. Portanto, isso é o que eu posso dizer.

Creio já ter respondido também ao questionamento de V. Exa. sobre a questão da Venezuela quando respondi ao Senador Esperidião Amin.

E V. Exa. também falou da questão de o Presidente ir à Rússia, também o Senador Mourão se referiu a isso. Eu queria dizer que a presença do Presidente em Moscou, no dia da comemoração do Dia da Vitória, que é no dia 9 de maio, se deu no contexto... Aliás, em todos os anos, já várias vezes o Brasil foi convidado. Não sei se houve visita de chefe de estado neste momento, mas o Brasil sempre está presente, sempre assiste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – E a motivação foi, nesse caso, especificamente pela questão de que a Rússia foi um país aliado na luta da Segunda Guerra Mundial. Foi um país... A União Soviética perdeu 26 milhões de pessoas, foram vitimados 26 milhões de cidadãos da União Soviética, sendo que cerca de 20 milhões da Rússia, da então Rússia. Sem a participação... Disso todos os historiadores sabem, o General Mourão, que é um historiador também e conhecendo por dentro as questões militares, sabe que, sem a presença russa, o desfecho da Segunda Guerra Mundial não teria sido como foi. Então foi também um momento de comemoração desta vitória de 80 anos, uma data muito emblemática, muito especial, dessa vitória em que o Brasil esteve presente, sim, na Itália, inclusive liberando forças americanas para que pudessem atuar no teatro francês da guerra e com cerca de 25 mil homens, se não me engano, também sofrendo muitas baixas, e um grande esforço brasileiro de luta conjunta contra o fascismo e o nazismo na Europa. Foi nesse contexto que houve essa participação do Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E depois também houve uma reunião bilateral em que se tratou assuntos de grande interesse, eu mencionei na minha apresentação as questões que envolvem a Ucrânia, tanto o Presidente Putin como o Presidente Zelensky e o Presidente Xi Jinping já falaram do assunto com o Brasil. E foi pedido essa intermediação do Brasil de dar um recado, o que foi feito. Então eu creio que não tivemos dúvida de que esta reunião, de que esse encontro bilateral e a visita, por ocasião do Dia da Vitória, em 9 de maio, estão totalmente encaixados, estão totalmente de acordo com as posições da política externa brasileira de ter relações e de ter contatos com todos os países.

É importante dizer que também, do ponto de vista comercial, o Brasil tem um comércio de US$12 bilhões com a Rússia e, sobretudo, importando fertilizantes. É curioso também que os Estados Unidos têm também um comércio importante, são US$3,5 bilhões concentrados, em grande parte, também em fertilizantes. Então, todos os países também têm que olhar e ver os seus interesses.

V. Exa., Sr. Senador Moro, me perguntou também sobre a questão do TikTok, fez referências. Eu queria dizer que eu estava presente e foi uma menção que o Presidente Lula fez e que ele só, inclusive, pediu o auxílio na hora à Primeira-Dama. O fato específico é que foi dito o seguinte, que não é possível que se deixe que, em plataformas digitais, haja divulgação de temas de pornografia, de pedofilia e dos famosos desafios que correm nas redes digitais e que levaram à morte uma criança de oito anos há pouco tempo em Brasília, num desafio com desodorante, para inalar desodorante, que levou à morte uma criança de oito anos. Quer dizer, tem que haver algum tipo de controle, não se pode deixar... Afinal de contas, as plataformas que veiculam isso têm que ter um tipo de responsabilidade. Foi nesse sentido, única e exclusivamente, que se mencionou a questão na China. E não há, de forma alguma, nenhum programa de visita de especialistas para tratar do que quer que seja. Isso pode haver no futuro. Eu acho que o Brasil tem que regulamentar a questão das plataformas e, depois, é uma questão de tratar com o Governo chinês, porque também é diferente a questão dos algoritmos utilizados na China e no resto do mundo pela empresa, como seguramente deve ser por muitas outras plataformas. Eu confesso que não sou um especialista nisso, não saberia dizer muito mais do que isso, mas o fato concreto é que a preocupação era com a questão da regulamentação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evitando crimes reconhecidos por todos no Brasil e no exterior envolvendo crianças. Então, essa é a questão.

Desculpe aqui...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, quero só fazer uma referência aqui, Senador Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Eu vou ter que presidir a CSP, então vou pedir vênia para pedir um esclarecimento sobre dois pontos.

V. Exa. não vê como problemática a concessão de um asilo a alguém que foi condenado por corrupção em outro país? Porque, sim, existe a convenção, o outro país concordou, mas o Brasil não é obrigado a abrigar pessoas condenadas por corrupção em outro país, até porque não existe nenhuma discussão, ao que me consta, se aquelas condenações de alguma maneira seriam motivadas politicamente. E aí a indagação que a própria imprensa brasileira fez. Quer dizer, o Brasil vai virar um paraíso para pessoas condenadas por corrupção, inclusive por suborno pago por uma empresa brasileira? Então, essa é uma questão que eu indaguei a V. Exa. e gostaria de ouvir um esclarecimento sobre isso, se V. Exa. não vê nada disso como problemático.

E a outra questão aqui destacada, o que foi essa veiculação de pornografia, veiculação de conteúdos que podem levar a esses lamentáveis episódios nas redes, já é algo proibido no Brasil. Por que a gente tem que chamar ou convidar uma autoridade chinesa, ou indagar, pedir algum apoio para comparecer, vir ao Brasil para fazer esse tipo de controle? Então, foi também um outro episódio que teve uma repercussão muito negativa e gostaria que V. Exa. esclarecesse.

Pedindo desculpas, Presidente, eu vou ter que me ausentar.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Agradeço. Agora, não houve convite para nenhuma autoridade chinesa vir, isso não há. Então, esse ponto é muito simples de responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao asilo diplomático, eu acho que o fato determinante foi a instantânea concordância do Governo peruano. E, inclusive, depois pela imprensa não foi levantado esse tema, mas pela imprensa peruana eu vi que a sentença que condenou a Sra. Nadine Heredia não tinha sido dada ainda naquele momento.

E outra coisa: ela está sendo, a acusação, no caso dela, é de atuação partidária. Ela era Presidente do partido fundado pelo marido, e era uma questão eleitoral, de crime eleitoral, durante a eleição, então, foi diferente, e foi disso... E o determinante foi a instantânea aprovação do Governo peruano, quer dizer, não havia por que não se fazer, não se dar. E os exemplos todos que eu citei na minha apresentação, de outros asilos dados, também não creio que corroborem um fato de que o Brasil tenha um comportamento que possa ser criticável. Nós tivemos sempre o comportamento de acordo com a convenção que se chama Convenção de Caracas, de 1954, dentro de todos os padrões estabelecidos pela convenção.

Então, era isso que eu poderia acrescentar a V. Exa.

Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Senador Mourão.

O SR. MAURO VIEIRA – Ah, sim. Bom, eu respondi a uma parte já com relação à Rússia e ao Dia da Vitória.

A questão da Venezuela no Essequibo, Senador, o Brasil tem tido uma atuação muito grande e muito forte desde o início. O Brasil participou das reuniões... Aliás, foi uma proposta do Presidente Lula, na reunião da Cúpula dos presidentes, dos Chefes de Estado do Mercosul, em dezembro de 2023, no Rio de Janeiro. O Presidente fez um apelo a que o Presidente, então, da Celac, que é o Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas – foi o momento de maior tensão entre a Venezuela e a Guiana –, ele fez um apelo de que ele, na condição de Presidente da Celac, tentasse arbitrar o entendimento, que ocorreu dias depois. Dias depois, houve uma reunião em São Vicente e Granadinas, saiu uma declaração, a Declaração de Argyle, em que, primeiro, os dois países se comprometeram a não usar a força. E a nossa posição é sempre de que tem que se respeitar os acordos preexistentes. Há dois acordos solucionando a questão do Essequibo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um do final do século XIX e outro do século XX, portanto, de séculos anteriores, e ambos entre a Venezuela e o Reino Unido, que era a potência colonial.

O Brasil sempre respeitou os acordos, sempre lutamos por isso, participamos diretamente nessa conferência de São Vicente e Granadinas, em que foi criado um mecanismo, inclusive, de consulta imediata pelos países envolvidos, pela Venezuela e pela Guiana, e esse mecanismo dizia que em qualquer dificuldade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – ... o Governo brasileiro, na figura do Ministro das Relações Exteriores, seria o interlocutor para ser comunicado de qualquer incidente, qualquer coisa. E, logo depois dessa reunião, em Argyle, a Declaração de Argyle criou também um mecanismo de consulta dos dois Ministros do Exterior, da Guiana e da Venezuela, presidido pelo Brasil e no Brasil. Então, eu recebi, ainda em janeiro – a data eu não tenho agora de cabeça, mas posso ver e depois lhe dar –, os dois Ministros, tivemos uma longuíssima reunião de um dia inteiro, discutindo questões que pudessem levar ao entendimento sobre... Nós não discutimos o limite, se era o rio tal ou o rio qual, mas nós discutimos questões e iniciativas que pudessem criar um ambiente que levasse, então, a um entendimento posterior, enquanto se aguarda todos os mecanismos que estão em andamento.

Há uma ação na Corte Internacional de Justiça. Houve uma mediação do Secretário-Geral da ONU – era ainda o anterior ao Secretário-Geral Guterres, era o Secretário-Geral coreano Ban Ki-moon –, que recebeu esse pedido de bons ofícios dos dois lados. Uma das opções que ele tinha era de mandar para a Corte Internacional de Justiça na Haia, caso não houvesse um entendimento. Ao final do seu mandato como Secretário-Geral, não houve entendimento, ainda as duas partes não tinham cedido, e o tema passou para as mãos do novo Secretário-Geral, que, depois de talvez um ano – e eu sei disso, porque eu estava em Nova York, era o Embaixador do Brasil na ONU –, não havendo avanço, então, resolveu mandar para a ONU... Então, a nossa posição é esta: aguardar, acompanhar. Sabemos que o Exército está lá, sempre atento e vigilando as nossas fronteiras, como ao longo de toda nossa longa fronteira terrestre. E a nossa posição é a de evitar, evidentemente, movimentos que comprometam a estabilidade. Essa é a nossa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. também me perguntou sobre a questão de organizações criminosas serem reconhecidas ou serem classificadas como organizações terroristas. Nós seguimos, como defensores do multilateralismo, as sanções e as classificações que são adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. São essas que nós seguimos. Eu acho que qualquer outra iniciativa não pode ser unilateral e acho que é fundamental que isso seja discutido no seio de uma organização como a ONU, que possa discutir e decidir, porque qualquer iniciativa, qualquer classificação desse tipo pode ter consequências muito graves para muitos países e para as sociedades dentro de cada um desses países. Portanto, nós defendemos o multilateralismo e pretendemos continuar dessa forma.

E, se o Senador Nelsinho Trad me permite, eu responderia a sua pergunta como integrante do Parlasul...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. MAURO VIEIRA – Sim...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Ministro Mauro, sobre a questão do direito de retorno funcional, V. Exa. tem conhecimento dessa discussão que vem sendo travada em alguns *think tanks* e que pode ter reflexos aqui no Brasil?

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Não, até tenho conhecimento, não sou um profundo conhecedor ou especialista, mas tenho conhecimento. Minha assessoria me mantém informado sobre essa iniciativa e sobre uma centena de outras. Seria muito difícil eu poder me concentrar, mas é evidente que todos esses tipos de iniciativas são importantes. Levamos em conta, porque é importante para a projeção internacional do Brasil e é importante para a segurança nacional do Brasil também. E vamos continuar... Eu gostaria até de depois manter um encontro e um diálogo com V. Exa. sobre esse tema, pois tenho certeza de que poderei lucrar muito e aprender muito dessa troca, desse intercâmbio. Vamos estabelecer um entendimento para isso.

E, com relação, Senador Nelsinho Trad, ao Parlasul, eu queria dizer que fico muito contente que a experiência do Parlasul tenha sido, nessa missão em que o senhor esteve em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portugal, na Bélgica e na Polônia, receptiva e que V. Exa. tenha colhido essa reação positiva, porque essa é a que nós do Executivo também temos.

E creio que a política de comércio exterior anunciada pelos Estados Unidos – implantada e voltada atrás – criou e mudou o espírito. Se havia algum tipo não de resistência, mas de dúvida de alguns setores, seja da economia, seja da sociedade de alguns países-membros da União Europeia, eu acho que essas dúvidas não existem mais, porque todos se deram conta de que é importante ter alternativas e ter redes alternativas que permitam manter o comércio; afinal de contas, o comércio internacional é a mola para o desenvolvimento, é fundamental, nenhum país pode viver isolado e todos os países precisam seguir a nossa posição, que é a do multilateralismo, e é seguida por muitos países. Nós defendemos o multilateralismo em todos os setores – no setor político, no setor comercial. Por isso que lutamos para uma reforma da governança global e lutamos para que a Organização Mundial do Comércio (OMC) volte à sua força inicial, que tenha um órgão de apelação, que está paralisado, e que tenha, portanto, formas de administrar o comércio internacional. Essa é a arma que o Brasil tem. Nós não queremos nenhum outro tipo de armas, e, sim, o multilateralismo.

Portanto, eu tenho certeza de que... Esses são os sinais que temos recebido. Inclusive o Ministro do Exterior do Uruguai, depois de estar também na China para a reunião da Celac, que antecedeu a visita do Presidente Lula, me disse que esteve em visita à União Europeia, esteve com altas autoridades da União Europeia e também constatou esse desejo de concluir.

Eu tenho certeza de que, agora, durante a Presidência brasileira do Mercosul, que se iniciará em julho, até o final da nossa Presidência, estaremos em condições de assinar esse acordo. Esse acordo foi uma negociação complexa, mas eu acho que é muito exitoso o resultado final. O acordo foi revisto e foi adaptado, atende ao interesse de ambas as partes, é totalmente diferente do que havia anteriormente – tem que se dizer que são 22 anos de negociação. E é um acordo complexo, porque a União Europeia é um organismo muito grande, tem que ser traduzido a 27 idiomas, tem que ser aprovado cada um deles pelos consultores jurídicos em cada um dos idiomas, depois assinado e aprovado no Parlamento Europeu.

Portanto, eu fico muito contente com que o senhor nos traga esse depoimento.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vamos, para dar sequência à nossa dinâmica, solicitar aos próximos Senadores que possam ser objetivos nos seus questionamentos, assim como o Chanceler, objetivo na sua resposta.

De pronto, com a palavra o Senador Humberto Costa, depois o Senador Hiran, depois a Senadora Damares e o Senador Wellington.

Gostaria de registrar a presença da Senadora Ana Amélia, é um prazer tê-la aqui conosco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia, Ministro Mauro Vieira; bom dia, Presidente Nelsinho Trad, todos os Senadores e Senadoras que aqui se encontram.

Quero, primeiramente, Ministro, fazer aqui uma referência: V. Exa. tem sido um fiel seguidor da política de Estado que, no campo das relações exteriores, o Brasil tem assumido há muito tempo. Lógico que, em alguns intervalos sombrios, como foi no Governo Bolsonaro, tivemos uma diplomacia guiada por outros valores, outras coisas que não aquilo que sempre caracterizou a ação do Itamaraty.

Quero também elogiar V. Exa. pela prestação de contas que aqui fez do trabalho do Itamaraty, bem como pelos esclarecimentos às questões levantadas pelos Senadores.

Eu gostaria só de agregar uma outra questão: quando V. Exa. falou do reconhecimento por parte da própria oposição venezuelana do papel que o Brasil exerceu naquele momento, na proteção aos asilados, vamos dizer assim, nós, além de todo o esforço para que o Governo venezuelano mudasse de posição, e, com isso, essas pessoas pudessem sair e se asilar em outros países, o próprio Governo do Presidente Javier Milei, embora não tenha feito uma referência explícita ao Brasil, na sua manifestação, no comunicado oficial de 6 de maio de 2025, ele diz: "Ademais, o Governo nacional valoriza profundamente os esforços realizados para garantir a segurança e o bem-estar daqueles que, por muito tempo, estiveram sob proteção argentina da persecução do regime de Nicolás Maduro. Essa ação representa um importante passo em defesa da liberdade na região".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, quem fez esses esforços para garantir a seguridade, a segurança e o bem-estar dos que estavam lá foi o Governo brasileiro, que era o representante, naquele momento, em relação àquelas pessoas, desses esforços. Então, isso aqui também se soma ao posicionamento que V. Exa. aqui colocou.

A outra coisa que eu acho que é muito importante dizer aqui, e que foi questionado, é por que o Presidente foi à Rússia. Primeiro, porque a própria vitória contra os nazistas, na Segunda Guerra Mundial, foi uma vitória de uma grande aliança, foi uma vitória do mundo, e, portanto, é algo que precisa ser efetivamente mais do que comemorado, lembrado, até porque existe hoje, no mundo, uma ameaça concreta da extrema direita, filha dileta do nazismo e do fascismo, que procura ampliar a sua importância, a sua influência no mundo inteiro. Então, relembrar aquele episódio, homenagear os mortos naquele processo, é algo que é importante para a paz, para a democracia no mundo.

Segundo, a não ser as pessoas que não acompanharam a visita, a visita do Presidente Lula foi, principalmente, uma visita em busca da paz; foi uma visita para a promoção da paz. Nos encontros que teve inclusive com o Presidente Putin, o Presidente Lula reforçou a necessidade de um acordo de paz entre os dois países.

V. Exa. sabe que o próprio Presidente Lula...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... no dia em que haveria a primeira reunião, agora, na Turquia, ele pessoalmente falou com o Presidente Putin, pedindo a ele que ele participasse diretamente. Então, a participação do Presidente tem sido sempre essa.

Eu queria só fazer duas questões. Uma é uma questão rápida sobre essa questão do Acordo Mercosul-União Europeia. Eu acho que uma coisa importante, Senador Nelsinho – V. Exa., que é o Presidente desta Comissão –, é que nós já deveríamos nos preparar para sermos o primeiro país a aprovar esse acordo, porque à medida que o primeiro país aprovar, o acordo já estará valendo e será um estímulo importante para que outros países, por intermédio dos seus Parlamentos, também o façam rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra questão que eu queria colocar é a seguinte: nós estamos assistindo, primeiro, ao Brasil ter uma posição de muita coerência. O Brasil condenou a invasão da Ucrânia quando ela aconteceu, o Brasil tem defendido permanentemente que se faça negociação e se obtenha a paz naquela região. O próprio Presidente dos Estados Unidos está nesse esforço também, inclusive contrastando com a posição da União Europeia e da própria Ucrânia. Então, o Brasil tem tido essa posição. E não é incoerente que, por outro lado – ao contrário, faz parte dessa coerência –, o Brasil esteja fortemente preocupado com a crise humanitária que acontece em Gaza e com o avanço, inclusive, do Governo de Benjamin Netanyahu de ocupação também da Cisjordânia. Ele já declarou que vai ocupar a Faixa de Gaza, impõe àquela população – não aos guerrilheiros do grupo terrorista Hamas, mas à população, a crianças, a mulheres –, além da violência de bombardeios e tal, também, agora, a violência da crise humanitária, marcada pela insegurança alimentar ou, falando a palavra correta, pela fome da população. E o Brasil tem sido coerente na defesa de que se respeitem as decisões internacionais, a própria política de construção de dois Estados.

O que eu pergunto à V. Exa. – vou ter que acompanhar do meu gabinete porque vou precisar sair daqui a pouco – é: qual é a avaliação de V. Exa. quanto à possibilidade de uma saída dessa crise, de um entendimento de paz, à possibilidade de reconstrução da vida na Faixa de Gaza e de avanço para que se tenha uma solução permanente no sentido desse reconhecimento da necessidade da existência de dois Estados?

Nós vimos, inclusive, agora, o posicionamento de alguns países europeus, como a Inglaterra, como a França, preocupados com essa crise humanitária, demandando do Governo de Israel que abrisse as portas do país para a entrada de ajuda humanitária e na busca de um acordo paz. Então, a minha pergunta é se V. Exa. acredita e que tipo de esforço que nós podemos fazer para que isso ocorra.

Agradeço, Senador Nelsinho.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço também ao assíduo Senador Humberto Costa, sempre presente nas discussões da Comissão de Relações Exteriores e do Parlasul.

Passo, de pronto, a palavra ao médico oftalmologista Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Nelsinho, querido amigo Embaixador Mauro Vieira, muito obrigado pela presença na nossa Comissão.

Eu queria voltar ao assunto do... Como o senhor sabe, eu sou Senador por Roraima. Nós vivemos... Temos uma íntima relação comercial e relações de amizade históricas com a Venezuela e com a Guiana, mas eu acredito que o nosso país precisa ser mais incisivo na construção de um entendimento que gere mais sensação de segurança nas nossas fronteiras lá no Norte.

Por quê? Eu queria chamar a atenção de que, no dia 25 de maio, haverá eleições na Venezuela, Senadora Damares, e elas vão eleger Deputados em 24 estados e Governadores em 24 estados da Venezuela. Inclusive, vai haver eleição no Essequibo. Quer dizer, a Venezuela, de uma maneira estranha, vai fazer eleição e vai eleger oito Deputados em uma região que é uma região em reclamação. Esse movimento, por si só, já é entendido pela Guiana como uma agressão. Então, a situação é uma situação de insegurança.

Eu quero aqui reforçar essa colocação que foi feita aqui pelo nosso Senador, que nos fez a colocação em relação a essa questão do Essequibo. É uma coisa que nos preocupa muito, até porque, em um país pequeno como a Guiana, o senhor imagina o impacto que tem em todos os investimentos que são feitos lá, porque a Guiana é o país que hoje mais cresce no mundo, é um país que cresce cerca de 40% ao ano, e os investimentos que estão sendo feitos lá em petróleo, gás, mineração são investimentos muito importantes para aquele país e que terminam sendo afetados por essa sensação de insegurança que permeia aquela região tão rica daquele país.

Quero também perguntar a V. Exa. a respeito do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados). Ele é um órgão autônomo nas suas decisões, mas eu acredito que a estrutura dele está anacrônica, porque é para a gente conceder a condição de refugiado para alguém que vem para o nosso país. Como nós que vivemos essa imigração histórica desde 2016 em Roraima, essas pessoas que vêm da Venezuela... A nossa lei, Senador Nelsinho, é uma lei muito frágil. A nossa Lei de Imigração é feita através de ato autodeclaratório, e nós temos muitas vezes recebido na Operação Acolhida, que é a porta de entrada no Brasil, pessoas que já praticaram atos de delinquência no seu país, que têm uma ficha pregressa, uma ficha criminal extensa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegam à nossa fronteira e se autodeclaram com nomes diferentes, com idades diferentes, com filiação diferente. Isso gerou muita insegurança no nosso Estado de Roraima, a ponto de hoje, Embaixador, termos mais de 500 venezuelanos no nosso sistema prisional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A situação da nossa fronteira é uma situação que gera muita insegurança. Eu queria que fizesse um comentário a respeito dessa questão.

E, finalmente, queria solicitar a V. Exa. que nós pudéssemos, que o Governo brasileiro pudesse apoiar um projeto de lei de minha autoria, que é o 1.836, que só concede BPC para refugiados após decisão definitiva da sua solicitação.

Por quê? Porque nós tivemos lá duas operações da Polícia Federal já, em que detectamos que muitos venezuelanos vêm ao Brasil com mais de 60 anos, eles conseguem cartão do SUS, carteira de trabalho, vacinação e eles dão entrada no BPC fazendo declaração de que têm endereço em Boa Vista ou em qualquer lugar do estado, inclusive nos Cras, endereços falsos. Levam o dinheiro do BPC do nosso país para o outro país, sem o menor controle. Por quê? Porque se concede o BPC para pessoas que estão apenas com cadastro de refugiados, isso torna muito frágil a fiscalização desse benefício, que deveria ser dado principalmente para os nacionais, primeiro para os nacionais.

E veja bem, eu fui fazer uma pesquisa, Senadora Damares, o lugar que mais concede BPCs a estrangeiros no Brasil é São Paulo e o segundo é Roraima. Alguma coisa está errada.

Então, eu queria solicitar a V. Exa. que nós pudéssemos fazer uma gestão aí mais cuidadosa em relação à concessão desse benefício, que é muito importante para aquelas pessoas de mais de 60 anos, que têm algum problema de saúde e precisam do nosso apoio, do nosso cuidado, principalmente naquelas regiões mais longínquas do nosso país.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vamos agora ouvir a Senadora Damares e, de pronto, o Senador Wellington. Aí a gente passa para o Embaixador responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Ministro, vou ser muito direta. Eu tenho admiração pelo senhor. Eu, quando Ministra, fui recebida pelo senhor, orientada algumas vezes, obedeci às suas orientações algumas vezes, mas eu estou desde janeiro tentando falar com o senhor, pedindo uma audiência com o senhor e eu não consigo falar com o senhor. Desde o iniciozinho de janeiro, quando nós retornamos da Ucrânia, de uma missão em que foram três Senadores, eu me senti na obrigação de levar em primeira mão o relatório para o senhor, porque eu estive lá, eu vi e gostaria de passar para o senhor a impressão e não sou recebida pelo senhor.

Aí eu vejo o Presidente Lula indo à Rússia. Como disse o Líder Humberto, ele está em missão de paz. Às vezes eu acho, Embaixador Mauro, que não é o senhor que orienta o Presidente Lula nas questões internacionais, porque o senhor é centrado, o senhor é sensato, eu o conheço. Quando o Presidente Lula decidiu ir assistir ao desfile, em comemoração de um ato histórico, foi dito a ele que o Presidente Putin está com ordem de prisão pelo Tribunal Penal Internacional? Eu não sei se o Presidente Lula tinha esse conhecimento, se vocês o orientaram. O Presidente Putin está com ordem de prisão e o Presidente Lula vai lá aplaudi-lo. Ele está com ordem de prisão porque a Rússia sequestrou 20 mil crianças da Ucrânia. Se o Presidente Lula está em missão de paz nessa relação toda, há alguma viagem programada do Presidente Lula e da Primeira-Dama para falar com as famílias que tiveram as crianças sequestradas da Rússia? Essa é a minha primeira pergunta. Porque, se não, está passando a impressão, Ministro, de que o Presidente Lula escolheu o lado da guerra e escolheu o lado da tirania, da dor, escolheu o lado do sangue, o lado de quem mata inocentes e sequestra crianças.

A minha segunda pergunta, Ministro, é sobre a COP. Eu tenho uma preocupação muito grande com a COP. Eu estive no Itamaraty falando com o ex-Presidente da COP, o Embaixador Lago, e ele pediu demissão. Quando eu estive lá, eu levei uma preocupação que eu tenho levado para o Governo. Durante a COP, vai ter um comitê de enfrentamento, Ministro, ao tráfico humano e do abuso sexual de crianças naquela região? Nós sabemos que em grandes eventos é necessário esse comitê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversei com o Presidente da COP, um homem muito sensato também, que quero muito bem, todo mundo quer muito bem, o Embaixador. Ele não é mais Presidente, mas como vocês estão vendo isso? Ele não é mais Presidente da COP. Pelo que eu sei, acho que ele pediu demissão. Como o Itamaraty está vendo as especificidades que envolvem todo o processo da COP? E a minha preocupação é: a COP vai ser o sucesso que foi proclamado, a partir das árvores artificiais que o Governo do Pará está levando para Belém? Árvores artificiais, como se na Amazônia nós precisássemos disso.

A minha preocupação com a COP é muito grande: primeiro, fiasco com a questão ambiental; segundo, com a organização. Podemos ficar tranquilos, Ministro, porque a organização da COP está sendo conduzida para não nos envergonhar diante do mundo?

A terceira pergunta, Ministro, é com relação a brasileiros que estão na Argentina. Eu estive, final de semana passado, na Argentina para visitar os presos. Nós temos cinco presos; uma mulher em situação deplorável, com câncer, enjaulada. A Argentina não atendeu ao pedido de extradição do Ministro Alexandre de Moraes, mas prendeu cinco pessoas que foram ao Conare renovar os documentos daquele pedido prévio de asilo.

Além desses cinco que estão presos, nós temos mais de 200 pessoas da Argentina que saíram daqui para não serem presas, porque se consideram perseguidos políticos. Se o Brasil traz uma condenada no avião da FAB para cá, qual tem sido o papel do Itamaraty...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... no acompanhamento a esses brasileiros que estão lá? Alguns condenados há 17 anos estão lá. Como tem sido a relação do Itamaraty com o Governo da Argentina com relação aos brasileiros que estão lá, especialmente aos presos?

Eu fui recebida pela embaixada, que tão somente me pegou no aeroporto e me levou para o hotel; depois, me pegou no hotel e me levou para o aeroporto, mas eu não entendi qual tem sido o papel do Itamaraty com relação aos cinco presos da Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero, Ministro, te entregar em primeira mão um relatório do que eu vi lá. Assim como eu lutei para entregar o relatório da Ucrânia, eu quero também te entregar o relatório do que eu vi, a situação dos brasileiros, pessoas em desespero, mais de 200 pessoas na Argentina.

São essas minhas três perguntas. Vou lhe desejar sucesso, que o senhor continue com a sua sensatez. Espero que seja realmente o senhor que esteja orientando o Presidente Lula, porque, pelo que eu vejo, talvez não seja o senhor. A sua sensatez não está sendo refletida nos atos do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – De pronto, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

Agradecemos à Senadora Damares.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Ministro Embaixador Mauro Vireira, eu sou do Mato Grosso. O Centro-Oeste todo, de modo geral, o Brasil tem que exportar as nossas *commodities* agropecuárias, principalmente a soja. Foi feito um entendimento, há alguns anos, sobre a questão da moratória da soja.

Eu estive, há pouco tempo, lá na Europa, onde fomos muito bem recebidos, inclusive pelo Embaixador brasileiro na Europa, na Comunidade Europeia, junto com a Aprosoja, o Presidente da Aprosoja, Fernando Cadore, e outros tantos que lá estavam conosco. E lá a gente discutia exatamente sobre a legislação brasileira, o Código Florestal brasileiro em relação aos exportadores que seguem a legislação brasileira. E, portanto, nós estamos trabalhando de acordo com o Código Florestal. Esse é o entendimento em uma legislação altamente eficiente e dura também, que foi discutida muito aqui pelo Congresso Nacional. E chegamos a ouvir lá, principalmente por autoridades da França, que a lei brasileira não interessa a eles, o que interessa é a posição do Mercado Comum Europeu.

Por isso eu vou aqui me dirigir...

E nós no Mato Grosso também fizemos, agora há pouco tempo, por uma proposta da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Deputado Cattani, uma lei, que foi aprovada na Assembleia, depois foi questionada aqui no Supremo – fizemos audiência pública aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso –, e depois o próprio Supremo reconheceu a constitucionalidade da lei, ou seja, de que o Estado de Mato Grosso não mais aceitará conceder incentivos fiscais, no estado, para aqueles que querem exigir as regras da moratória da soja. Da mesma forma, eu vou entregar a V. Exa. também um projeto de lei que fiz, digamos, na mesma linha do projeto de Mato Grosso, para que ele seja, Senador Nelsinho Trad, também no âmbito nacional.

Então a pergunta que eu faço, Ministro Mauro Vieira, é: considerando então que a moratória da soja vem sendo adotada como critério de compra por grandes *trades* internacionais, o que na prática impõe exigências ambientais adicionais ao arcabouço legal brasileiro – e aí me refiro principalmente ao Código Florestal –, como o Itamaraty tem atuado ou pretende atuar nas negociações diplomáticas para garantir que a soberania regulatória do Brasil seja respeitada sem prejuízo à competitividade da soja brasileira no mercado internacional?

E a pergunta ainda, também, é saber se o senhor tem conhecimento... Porque nos falaram lá, muito, que as *trades* recebem incentivos do Mercado Comum Europeu, com dinheiro ou com juros subsidiados, exatamente para trazer mais rigor nas exigências da moratória da soja. A nossa audiência não é com esse objetivo principal, eu deixo aqui V. Exa. bem tranquilo, e, se não tiver condições de responder, pode fazer depois por escrito, Presidente; ou, eu gostaria, inclusive, se fosse o caso, de ter uma audiência com V. Exa. para tratar mais a fundo sobre esse assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Já posso passar a palavra ao Chanceler Mauro Viera. Antes, porém, veio uma pergunta que me ocorreu: como é que ficou o desdobramento daquela questão, evidenciada pela imprensa, da Abin em relação à espionagem que fizeram na questão da Itaipu, principalmente envolvendo o Paraguai?

Passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começo fazendo também um registro, um cumprimento à Senadora Ana Amélia, amiga de tantos anos. Muito obrigado pela sua presença, é um prazer tê-la aqui.

Ao Senador Humberto Costa, queria agradecer a ele as menções elogiosas ao Ministério das Relações Exteriores e à minha apresentação. Não é mais do que uma obrigação vir a esta Comissão e fazer uma informação, todos os anos.

Eu tenho vindo uma média de no mínimo de duas a três vezes por ano a esta Comissão para prestar esclarecimentos e discutir as linhas da política externa que são do interesse do Brasil, do Governo, do Executivo, do Legislativo, de todos os ramos do poder, mas também da sociedade.

Então eu queria muito agradecer a ele o reconhecimento, as palavras positivas.

Concordo com o que ele disse com relação à manifestação do Governo argentino sobre a posição do Brasil de ser o encarregado dos negócios argentinos na Venezuela, tendo a responsabilidade de cuidar da embaixada, com os exilados.

Essa menção que ele fez é absolutamente clara, direta e reconhecida. E houve contatos bilaterais também em que foram expressos os agradecimentos.

Aliás, devo dizer que eram constantes, como são constantes os contatos com as autoridades argentinas sobre vários aspectos. Eu tenho tido muitos contatos com o Chanceler, com o equivalente a Chefe da Casa Civil na Argentina. O nosso Embaixador em Buenos Aires também se encontra sempre.

Enfim, temos um contato fluido, e já tinham transmitido esse agradecimento.

A viagem à Rússia, eu queria concordar com o Embaixador Humberto Costa que foi única e exclusivamente uma celebração. Não houve outra intenção e não houve uma participação em outro sentido. Há países que mandam, inclusive, tropas, que desfilam nesse desfile militar do dia 9 de maio. O Brasil não participou com tropas. Foi uma celebração do fim da Segunda Guerra Mundial e do perigo do nazismo, que assolou o mundo. Oitenta anos depois, era o momento de realmente ser festejada e ser comemorada essa vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil participou, ao lado da Rússia, dos Estados Unidos, da Europa, da França, enfim, de uma aliança que levou – o Brasil, com um grande sacrifício – à vitória na Segunda Guerra.

Como eu mencionei antes, a Rússia de hoje perdeu 20 milhões de habitantes nessa guerra, e, sem a sua participação, o desfecho dessa guerra teria sido muito diferente, e estaríamos todos vivendo uma circunstância muito diferente hoje.

Eu concordo também plenamente que, com a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia, nós deveríamos nos empenhar ao máximo – e tenho certeza de que o Senado da República e a Câmara de Deputados se empenharão para a aprovação –, porque é um acordo que trará grandes benefícios e grandes resultados ao Brasil e aos países-membros do Mercosul e da União Europeia.

Também respondendo rapidamente à questão de Gaza, eu acredito que é uma situação terrível o que está acontecendo. Há uma carnificina. É uma coisa terrível o que está acontecendo.

Eu mencionei os números de mortos, de crianças.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – E há um número elevadíssimo de crianças. Não tenho aqui agora, mas tenho certeza de que é um tema também, Senadora Damares, que lhe deve interessar muito, porque são milhares. É algo como 18 mil crianças. Num só dia, 180 crianças morreram. Quer dizer, é algo que a comunidade internacional não pode ver de braços cruzados.

Há inúmeras iniciativas. Lamentavelmente, nas Nações Unidas, o Conselho de Segurança, que é o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional, está paralisado. O poder de veto de cinco membros permanentes paralisa sempre, para um lado ou para outro, todas as iniciativas.

Mas há iniciativas fora das Nações Unidas.

Na próxima semana, haverá uma reunião importante em Madri, com os países árabes e países convidados, entre os quais o Brasil, países como o Reino Unido, como França, os Estados Unidos também estão convidados e vários outros, não sei quais estarão todos presentes, mas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para promover a questão do reconhecimento do Estado da Palestina como Estado e promover a solução de dois Estados.

Hoje em dia, 140 países reconhecem a Palestina como um Estado. O Brasil já o faz há 20 anos, pelo menos.

É muito importante que iniciativas como essas sejam tomadas e sejam levadas adiante para pôr fim a essa invasão e a esse desrespeito ao direito internacional e ao direito internacional humanitário.

É uma invasão como são todas as outras, e o Brasil condena todas. O Brasil condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia.

O Presidente Lula, que não era Presidente sequer candidato, condenou e continuou condenando, como se referiu agora na visita à Moscou.

Da mesma forma, eu não vejo todos os países condenando essa invasão. É uma invasão. Há uma legislação agora que dá título de propriedade às áreas ocupadas pelos colonos israelenses na Palestina, o que é gravíssimo, é contra o direito internacional. E também há uma operação em movimento, há uma operação sendo implementada agora, enquanto nós falamos, de anexação da Faixa de Gaza.

Inclusive, nós estamos trabalhando para repatriar um grupo pequeno ainda de brasileiros que estão lá e que poderão vir, que é um grupo de nove pessoas, oito pessoas, com brasileiros, inclusive crianças brasileiras. Estamos trabalhando. É um tema sobre o que, evidentemente, só poderemos fazer todos os anúncios correspondentes depois do fim da operação.

Mas são situações gravíssimas, e é preciso também que o mundo reaja. Da mesma forma como se reage a outros problemas, a outros conflitos, deve haver também uma reação a essa questão.

Esperemos que a reação conjunta da comunidade internacional leve a um momento de paz.

O Senador Hiran comentou sobre a questão de Roraima e a questão das fronteiras. Nós sabemos que é um problema. Mais de um milhão, cerca de 1,1 milhão venezuelanos entraram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil, e a Operação Acolhida os recebeu, os documentou. Um grande número partiu, não ficou no Brasil, foi para outros países de língua espanhola na região ou tentou ir para os Estados Unidos, mas pelo menos uns 400 e muitos mil devem ter ficado. Isso se vê em tudo que é cidade brasileira.

Essa questão é uma questão da legislação brasileira. Nós, o Itamaraty não pode fazer nada. Existe uma legislação vigente. Nós trabalhamos, o Brasil é membro do Conare. Existe um processo longo de aprovação, de concessão do refúgio e também dos benefícios previdenciários, que é uma questão que não depende da atuação do Brasil, mas nós estamos conscientes e prontos para discutir com todos os segmentos da sociedade e com os outros ministérios que têm a responsabilidade sobre o tema.

O Senador Hiran mencionou que a legislação é frágil. Eu diria que sim. Quer dizer, ela permite, mas tudo o que acontece é legal, porque está permitido na legislação.

Então, eu estaria, evidentemente, à disposição para conversar e para discutir este tema.

Para a Senadora Damares, eu queria dizer que lamento. Não soube que a senhora tinha esse desejo, mas posso lhe dar o meu telefone.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – Sempre que V. Exa. quiser, estarei à disposição para conversar e para cuidar de temas que sejam do seu interesse. Estou certo de que serão também do interesse nosso, do ministério.

Com relação à COP, devo-lhe dizer que todo o Governo está trabalhando intensamente. Ao Itamaraty compete a questão da reunião dos Chefes de Estado e das negociações diplomáticas. Estamos envolvidos diretamente.

A senhora me deu uma notícia de que eu não tinha conhecimento – deve ter acontecido hoje cedo –, de que o Embaixador André Corrêa do Lago pediu demissão do seu cargo. Eu não soube disso, mas vou procurar saber, perguntar aos meus colegas e tudo. Se aconteceu isso, foi hoje cedo. Eu estive com ele há dois dias, e ele não me mencionou nada. Mas ele está, ele é o Presidente da reunião, ele conduzirá os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a delegação brasileira será composta por vários ministérios e pelo Legislativo. Será grande como são sempre todas as COPs. E vamos levar adiante a discussão dos interesses do Brasil.

O Presidente Lula tem dito que quer que essa seja a primeira COP da implementação, da mudança da negociação para a implementação.

Tenho certeza de que vamos conseguir obter sucesso nisso, inclusive do ponto de vista dos fundos que foram prometidos já há vários anos pelos países desenvolvidos para que possam ser financiadas atividades de mitigação e de equilíbrio para muitos países em desenvolvimento.

Já há uma grande dívida, porque era um compromisso de US$100 bilhões por ano já há mais de dez anos. E, na última COP, que foi em Baku, se renovou, se deixou nos documentos o registro de que deveremos atingir agora US$1,3 bilhão de financiamento para ações climáticas.

Com relação às famílias, à questão na Ucrânia que V. Exa. comentou das crianças, o Brasil acompanha com cuidado e com atenção. Há uma diferença de informações obviamente de ambos os lados. Nós temos, inclusive, declarações e relatórios do Acnur, das Nações Unidas, dizendo que os números como são apresentados não podem ser levados totalmente em conta, porque há divergências, há desequilíbrios, pois alguns dos deslocamentos, inclusive, das crianças aconteceram, e separação das famílias, pela própria dinâmica da guerra e do conflito.

Nós também nunca fomos chamados a participar diretamente de nenhuma negociação, mas estamos muito atentos e seguindo. E temos muito interesse porque são temas relevantes.

Em todos os organismos multilaterais, quando há discussão sobre o tema, o Brasil não deixa de estar presente e de tomar isso muito seriamente. É a mesma preocupação que eu mencionei anteriormente com as redes sociais, com a divulgação de notícias e de desafios que envolvem crianças e que levam à morte e também de questões ligadas à pornografia infantil e tudo mais. São todos temas fundamentais para o Governo, e o ministério está imbuído desse fato, participando em todas as possibilidades que existem de discussão do tema.

V. Exa. também mencionou a questão de brasileiros detidos na Argentina. São brasileiros... Pelo que eu entendo, são cinco brasileiros, e há um pedido de extradição. Eles estão em mãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo argentino. Nós fizemos o pedido pela via diplomática, como estabelecem os acordos internacionais sobre extradição: ao receber a documentação do Judiciário brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores manda à Embaixada do Brasil no país, no caso, em Buenos Aires, que então entrega nas mãos do governo local. E essa é a nossa atuação. Nós não podemos fazer nada além disso, a não ser esperar o resultado do processo jurídico na Argentina, porque qualquer outra manifestação seria uma intromissão em assuntos internos, em assuntos domésticos.

Houve um grande número de pessoas que estavam condenadas ou procuradas pelo Justiça no Brasil e que foram para a Argentina, mas a informação que temos é de que a grande maioria já saiu, não está mais lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – Não sabemos para onde foram – foram para outros destinos –, mas talvez 90%... A informação que se tem é sempre de segunda ou terceira mão, de especulações, porque não se tem um número preciso nem de quantos estavam lá nem de quantos saíram, mas o que se pode dizer com certeza é que a grande maioria já deixou a Argentina. E esses cinco estão presos, estão nas mãos da Justiça argentina. Nós temos que esperar essa solução.

E, com relação à questão do Senador Wellington Fagundes sobre a moratória da soja, eu queria dizer que justamente a negociação do Acordo Mercosul-União Europeia foi muito importante porque, inclusive, foi equilibrada na questão dos controles ambientais. Nós podemos fazer presente ao lado europeu que não poderíamos ter uma questão desequilibrada, não poderíamos ter uma aplicação extraterritorial de legislação europeia sem levar em conta os controles da legislação brasileira, que são de alto nível, de alta qualidade.

Isso estava no projeto anterior, que tinha sido negociado e estava num ponto em que se considerava que estava concluída a negociação. Nós reabrimos, no início do Governo – coube ao Brasil liderar essa negociação dentro do Mercosul –, e obtivemos muitos resultados e muitos avanços, que estão à disposição de todos os senhores. E nós temos certeza de que a assinatura desse acordo vai solucionar muitos desses problemas e vai afastar muitos dos riscos à grande e à importante exportação do Brasil, não só de grãos, mas de proteína animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO VIEIRA – O Brasil é o segundo maior exportador tanto de grãos como de proteína animal; é o primeiro exportador em alguns dos produtos específicos. É importantíssima a contribuição do setor do agronegócio ao PIB nacional, portanto sempre foi uma preocupação do Governo Federal e do ministério implementar isso nas negociações.

Portanto, eu creio que tenha respondido as questões.

Agradeço, Senador, e fico à sua disposição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer, então, a entrega oficial ao Embaixador da minuta do meu projeto e pedir também sugestões, já que é possível ainda. Se o ministério, nessa linha do trabalho que está sendo feito, tiver alguma sugestão, eu gostaria.

O SR. MAURO VIEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a entrega da solicitação em mãos do Senador Wellington Fagundes ao Embaixador Mauro Vieira, nosso Chanceler, agradecemos a participação dos nobres colegas Senadores.

Antes, porém, a Senadora Ana Amélia, assim como o autor, o Embaixador Ary Quintella, nos trouxe o convite para a noite de autógrafos em Brasília do livro *Geografia do Tempo*, na livraria da Travessa, que fica no Shopping Casapark, que fica perto do Parkshopping. Será no dia 28 de maio, a partir das 19h. Como nós estamos aqui no ambiente da diplomacia, o Embaixador Ary Quintella é diplomata de carreira e escreve quinzenalmente para o jornal *Estado de Minas*; era, até fevereiro, Embaixador na Malásia, e atualmente é Cônsul-Geral em Luanda, cargo de que é o primeiro ocupante. Estará em Brasília no dia 28 de maio para a noite de autógrafos do seu livro.

Em sua coluna no jornal *O Globo* dedicada ao livro de Ary Quintella, a jornalista Cora Rónai avaliou que *Geografia do Tempo* aborda "os assuntos mais requintados, respirando alta cultura e sagacidade, mas tratados com mão leve e ouvido atento, criando um ritmo fluente e irresistível de uma deliciosa conversa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito o registro, Senadora Ana Amélia.

Para encerrar, vou apenas ler as perguntas que chegaram aqui pelo e-Cidadania e pelo 0800, porque praticamente... Praticamente, não; com certeza todas elas já foram respondidas, mas mesmo assim a gente vai registrar a participação popular.

Marloni, do Amapá: "Por que Nadine é considerada pelo Itamaraty como uma pessoa perseguida politicamente, e não uma criminosa, conforme seu país declarou?". Fez parte da pergunta do Senador Moro, já respondida pelo Chanceler.

Ailton, do Paraná: "Como o Brasil irá se comportar frente aos Estados Unidos [...], que retiraram os refugiados da Embaixada da Argentina em Caracas?". Da mesma forma, já foi respondido pelo Chanceler.

Daniel, de Santa Catarina: "Quais [...] complicações na política internacional [...] [a] retirada de refugiados na Embaixada da Argentina em Caracas [...] [pode gerar]?". Da mesma forma, já se respondeu.

Ludmylla, de Goiás: "Qual [...] o papel do Itamaraty no resgate dos opositores venezuelanos [...] [refugiados na] embaixada argentina?".

Rômulo, do Ceará: "[...] como o Brasil reafirma sua tradição humanitária ao conceder asilo e resgatar opositores [...]?".

Victor, do Rio de Janeiro: "O que está sendo feito para [...] [esclarecer] o uso de recursos públicos no caso Nadine Heredia?".

Helena, do Rio de Janeiro: "O asilo a Nadine [...] [repete o] caso Cesare Battisti. Quando o Brasil vai respeitar as decisões [...] [judiciais de outros países]?".

Alguns comentários.

Marcus, de São Paulo: "Brasil deve respeitar as decisões judiciais dos países com os quais mantém [...] [laços diplomáticos]. Não ao asilo de Nadine, [...] legalmente condenada".

Carlos, do Rio Grande do Sul: "[...] o Brasil não deve se envolver na política [...] [dos países] vizinhos. Não temos capacidade técnica e operacional para entrar em conflito". (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, cumprindo a finalidade desta sessão, agradecemos penhoradamente ao Embaixador Mauro Vieira por dispor do seu precioso tempo para estar aqui a manhã toda, como sempre fez desde que a gente levou o convite até as suas mãos.

Quero agradecer a todo o corpo diplomático aqui presente e à Senadora Ana Amélia.

Declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Leila Barros, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Jorge Seif e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Jayme Campos, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 13, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri, informações sobre os gastos da Empresa em ações não atinentes à sua atividade fim." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 14, de 2025** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2025-CI seja incluído o Senhor Adrualdo de Lima Catão, Secretário Nacional de Trânsito — SENATRAN." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Porto Velho- RO, com o objetivo de averiguar, in loco, o escoamento da produção de soja naquela região, como também, realizar diligência no anel Viário Expresso Porto, para monitorar o andamento da obra daquela rodovia." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 16, de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa na Câmara Municipal, em Ji-Paraná / RO, com participação de Prefeitos, Vereadores, Associações Comerciais, Câmaras de Dirigentes Logistas, com o objetivo de debater a concessão da BR-364." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 17, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações sobre a instalação da Comissão Binacional de Contas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito de Itaipu Binacional, a indicação dos membros do Tribunal de Contas da União que a comporão, bem como os encaminhamentos adotados pelo Governo Federal para a formalização do Acordo por Troca de Notas necessário à sua criação." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Marcos Rogério, o requerimento tem aprovada sua apresentação para o Plenário do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 20, de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa nas Câmaras Municipais de Vilhena e Porto Velho - Rondônia, com o objetivo de verificar in loco as questões levantadas pelos vereadores e sociedade civil organizada em torno da concessão da BR 364, bem como analisar in loco a realidade da BR que corta ambos os municípios e confrontar com o projeto aprovado no plano de concessão da BR." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 21, de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa na Estação de Transbordo de Cargas em Porto Velho - Rondônia, com o objetivo de fiscalizar o procedimento realizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que está utilizando uma estrutura móvel de pesagens de caminhões por eixo, que fica instalada geralmente em Pimenta Bueno e Porto Velho." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2025 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO), e REQ 12/2025 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Finalidade:** Debater sobre a concessão da BR-364 em Rondônia. **Participantes:** Antonielly Rottoli, Diretora da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Rondônia; Edison Rigoli, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia - CREA-RO; Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e Stéphane Louis Georges Quebaud, Superintendente de Concessão da Infraestrutura Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **3ª Parte - Deliberação acerca dos apoiamentos às emendas RP8 do Orçamento de 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca dos apoiamentos às emendas RP8 da CI no Orçamento de 2024, a serem encaminhados à CMO em atendimento ao art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2025. **Resultado:** Aprovado o encaminhamento à CMO das seguintes indicações de emendas, nos termos do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2025: **Emenda nº 202460010004 (apoiamento Senador Esperidião Amin)**, NE 393003392522024NE000901, objeto 00.0.0.00.0093.2022 DPP 90 QD.36/2024 RDC- 257/2021-00 ITEM 1 SEI 17353145, favorecido PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ 80996861000100, valor empenhado 2.855.427,19; **Emenda nº 202460010004 (apoiamento Senadores Esperidião Amin e Marcos Rogério)**, NE 393003392522024NE003203, objeto 00.0.0.00.0647.2024 - DL 256/2024 - ITEM 01 - DPP 476 - QD 225/2024 - SEI 19916050, favorecido FUNDACAO GETULIO VARGAS, CNPJ 33641663000144, valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empenhado 3.423.092,81. Fazem uso da palavra a Senadora Margareth Buzetti e os Senadores Esperidião Amin, Jaime Bagattoli, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes e Confúcio Moura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e cinquenta e sete minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Lucas Barreto, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Augusta Brito, Jorge Seif, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 868, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica com anistia de 100% dos pagamentos por 90 (noventa) dias e dispõe sobre a proibição de cortes nas tarifas de água, esgoto e energia elétrica durante a vigência de Estado de Calamidade Pública Nacional." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 709, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Concede isenção total da tarifa de energia elétrica aos consumidores atingidos por enchentes e alagamentos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 943, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o custeio extraordinário das despesas de energia elétrica de unidades consumidoras alcançadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do PL nº 868, de 2020, com acatamento parcial do PL nº 943, de 2020, e do PL nº 709, de 2024, na forma do Substitutivo que apresenta, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN ao PL nº 943, de 2020, e da Emenda nº 1 ao PL nº 868, de 2020. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5521, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 13, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação do PL nº 13/2022, na forma da Emenda Substitutiva nº 1 – CMA, ficando prejudicados os demais projetos. **Resultado:** Aprovado o relatório do PL 13/2022 na forma da emenda substitutiva 1-CMA, ficando prejudicado os demais projetos. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 9, de 2025** que: "Requer, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, destinada a examinar a grave situação criada pela deterioração da BR-319, rodovia que viabiliza o contato da região Norte com o restante do território nacional, e sugerir providências para a solução, no menor tempo possível, para resolver esse problema, diante das dificuldades impostas aos moradores de toda essa região e dos problemas econômicos criados pela atual conjuntura." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 23, de 2025** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 99/2024 - CI seja incluído o Senhor Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 26, de 2025** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 57/2024-CI sejam incluídos entre os convidados um representante da Eldorado Brasil Celulose e um representante da Cedro Participações." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 27, de 2025** que: "Requer Realização de Audiência Pública para debater o PL 3220/2019, que “altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público”." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 28, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados brasileiros, com o objetivo de realizar um plano nacional de diligências nos trechos rodoviários atualmente sob regime de concessão." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 29, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados da Federação, com o objetivo de apurar, in loco, os problemas relacionados às concessões ferroviárias no Brasil, bem como identificar os pontos críticos da malha ferroviária nacional atualmente sob responsabilidade da iniciativa privada." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 30, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados brasileiros, com o objetivo de se apurar, in loco, as condições técnicas, sociais, ambientais e econômicas nas regiões envolvidas em projetos de concessão de hidrovias no Brasil." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 31, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados brasileiros, com o objetivo de fiscalizar e levantar informações relacionadas às concessões no setor aeroportuário." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 32, de 2025** que: "Requer convite ao Diretor da ANAC para esclarecimentos sobre o aeroporto de Macapá" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 33, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no município de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, com o objetivo de verificar, in loco, os impactos provocados pela recente enchente que atingiu a região." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 34, de 2025** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 99/2024 - CI sejam incluídos o Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia e o Senhor Mauro Oliveira Pires, Presidente do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 35, de 2025** que: "Requerimento de informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. Sandoval de Araujo Feitosa Neto" **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Faz uso da palavra o Senador Lucas Barreto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão um conjunto de documentos, que eu passarei a fazer a leitura na próxima reunião.

Vamos direto aos itens da pauta em razão do avançado da hora.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Estava conversando com a Senadora Margareth, que tem a relatoria, eu não tenho, é só um requerimento, mas eu queria ir lá com o Seif para abrir a Comissão dele, porque ele está esperando, e se for possível ler o requerimento que está na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se não houver objeção.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É rapidinho, três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que estão me informando é que a CDR já encerrou.

Já votaram lá, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já terminou.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ótimo, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.?

Então, mantenho a ordem na sequência publicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1.

Projeto de Lei 868, de 2020, que tramita em conjunto com o PL 709, de 2024, e com o PL 943, de 2020.

Não terminativo.

Esse projeto estava na Ordem do Dia de hoje e, a pedido do Relator, foi retirado de pauta.

(São os seguintes itens retirados de pauta:

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 868, DE 2020

- Não terminativo -

Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica com anistia de 100% dos pagamentos por 90 (noventa) dias e dispõe sobre a proibição de cortes nas tarifas de água, esgoto e energia elétrica durante a vigência de Estado de Calamidade Pública Nacional.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 709, DE 2024

- Não terminativo -

Concede isenção total da tarifa de energia elétrica aos consumidores atingidos por enchentes e alagamentos.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 943, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o custeio extraordinário das despesas de energia elétrica de unidades consumidoras alcançadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do PL nº 868, de 2020, com acatamento parcial do PL nº 943, de 2020, e do PL nº 709, de 2024, na forma do Substitutivo que apresenta, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN ao

PL nº 943, de 2020, e da Emenda nº 1 ao PL nº 868, de 2020

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

2. Em 02/09/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

Item 2.

Também foi retirado de pauta, Projeto de Lei 5.521, de 2020.

A Senadora Margareth Buzetti é a Relatora e me pediu a retirada de pauta para ajuste no parecer.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5521, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de painéis eletrônicos ao longo das vias.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação com emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

Item 3.

Projeto de Lei nº 13, de 2022, que tramita em conjunto com o PL 1.903, de 2024, também o 1.474 e o 1.510, de 2024.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1903, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1474, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido/AP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1510, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação do PL nº 13/2022, na forma da Emenda Substitutiva nº 1 – CMA, ficando prejudicados os demais projetos.

Essa matéria é oriunda da Câmara dos Deputados e tem como Relatora a Senadora Margareth Buzetti, que se esforçou para trazer no dia de hoje esse relatório. E cumprimento a Relatora pelo esforço.

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei número nº 13, de 2022, na forma da Emenda Substitutiva nº 1, da CMA, ficando prejudicados os demais projetos.

Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti, Relatora da matéria, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço permissão para ir direto à análise, porque é um relatório bem extenso. E, olha, estamos, há seis meses, trabalhando com a Anac, com a Abear e com o MPor, para que esse projeto pudesse ser aprovado.

Conforme o art. 104 do Risf, compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisar a presente proposta que tem como tema central o regramento acerca das condições de prestação de serviços de transporte aéreo. No caso em pauta, trata-se do estabelecimento de medidas que garantam a oferta de serviços seguros e de qualidade para o transporte de animais de estimação, mais especificamente os cães e gatos, por via aérea.

Corroborando o entendimento proferido pela Comissão de Meio Ambiente na forma do Parecer do Senado Federal nº 2, de 2025, entendemos que as propostas originais contribuem em pontos específicos para a construção da solução mais adequada à garantia dos direitos dos animais e de seus tutores, mas não são, individualmente, capazes de solucionar os problemas que originaram essa importante discussão, nem de conciliar essa solução com as questões relacionadas à segurança do transporte aéreo. Sendo assim, concentramos a análise no substitutivo trazido pela Emenda nº 1 – CMA.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que, do ponto de vista de adequação de dispositivos legais aplicáveis aos serviços de transporte aéreo, é fundamental avaliar todo e qualquer impacto que uma determinação associada à oferta de um serviço específico pode causar na cadeia de procedimentos associados ao gerenciamento da segurança de voo, cuja proteção se sobrepõe a qualquer outro objetivo.

Sendo assim, reconhecida a necessidade de se disciplinar o tema, de forma que o cidadão possa transportar seu animal de estimação com segurança e qualidade por via aérea, o atendimento a essa necessidade encontra limites nos parâmetros operacionais de segurança de voo.

Não bastasse a abundância de relatos e processos judiciais que tratam de problemas encontrados por usuários do transporte aéreo nacional no momento de embarcar seus animais de estimação, o emblemático caso do cão Joca, que morreu após passar um longo período sob condições inaceitáveis durante uma operação desastrosa de transporte aéreo interestadual, comprova a necessidade de se disciplinar esse tipo de serviço provendo à população garantias mínimas de que o serviço ofertado cumpre com requisitos mínimos de qualidade e segurança.

Esse disciplinamento deve, contudo, respeitar o equilíbrio saudável entre legislação e regulamentação, de forma que a implementação dos princípios de cuidado e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade se dê de forma compatível com a necessária flexibilidade normativa que permeia o detalhamento das condições nas quais ocorre cada operação específica.

É nesse contexto que corroboramos a opção adotada pela CMA de alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica, em detrimento da produção de nova lei autônoma sobre a matéria. Sendo o transporte aéreo público matéria amplamente regulada e cujo marco legal se encontra atualizado e concentrado no referido do Código, cabe implementar as diretrizes para o disciplinamento desse tipo específico de contrato de transporte aéreo nesse mesmo diploma legal.

É, portanto, coerente a opção de inclusão do novo Capítulo IV – Do Contrato de Transporte Aéreo de Cães e Gatos, dentro do Título VII – Do Contrato de Transporte Aéreo, e da inclusão da Seção VI – Da Responsabilidade por Danos a Cães e Gatos, no Capítulo I – Da Responsabilidade Contratual, do Título VIII – Da Responsabilidade Civil.

Analisando a proposta de inclusão do Capítulo IV – Do Contrato de Transporte Aéreo de Cães e Gatos, começando pela inclusão do art. 245-A, que determina a obrigatoriedade de oferta do serviço de transporte de cães e gatos, ressalvada a existência de limitações relacionadas à segurança operacional, observamos um avanço representativo e, ao mesmo tempo, responsável dos direitos dos tutores, em relação ao transporte de seus animais. Analisando em detalhes os parágrafos que acompanham a determinação do *caput*, observamos que o dispositivo proposto é eficiente na circunscrição das condições nas quais o serviço deve ser prestado e nas ações que competem a cada agente envolvido.

O §1º do artigo em análise especifica quais animais devem ter seu transporte previsto dentro das possibilidades compatíveis com o sistema de gerenciamento da segurança de cada operador, e o §2º prevê a determinação de requisitos específicos a serem desenvolvidos pelo órgão regulador, no sentido de garantir tanto o bem-estar animal quanto a segurança de voo. Esses dois dispositivos moldam a determinação do *caput* para que a implementação das melhorias desejadas possa ocorrer de forma compatível com a estrutura já existente no mercado de aviação nacional e internacional.

O §3º e o §4º do mesmo artigo estabelecem que as companhias, ao ofertarem esses serviços, devem dar total publicidade aos trâmites necessários à sua utilização e devem ter pessoal capacitado para executar a operação nos moldes exigidos. Por fim, os demais parágrafos detalham aspectos relevantes da execução do transporte que deverão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerados pelo regulador e pelo prestador no momento do estabelecimento dos requisitos normativos e dos serviços ofertados, respectivamente.

Em complemento ao artigo anterior, o art. 245-B garante que, no caso de transporte fora da cabine, seja garantido o bem-estar do animal e seja utilizado mecanismo de rastreamento. Na mesma linha, o art. 245-C garante que, no estabelecimento das limitações, sejam considerados tanto os requisitos relativos à segurança operacional quanto àqueles relacionados aos atos de interferência ilícita. Por fim, o art. 245-D encerra o Capítulo VI determinando que o tutor deverá cumprir com todas as obrigações contratuais e com as instruções da equipe do transportador para que o transporte seja realizado.

Analisando a proposta de inclusão da Seção VI – Da Responsabilidade por Danos a Cães e Gatos, observamos que o texto do art. 266-A determina a responsabilidade do transportador, independentemente de culpa, nos casos de morte ou lesão decorrentes da prestação do serviço, com a intenção de garantir que esse transporte ocorra de forma adequada para a garantia da segurança do animal. Em contrapartida são elencadas no §1º e no §2º situações excludentes baseadas na quebra do vínculo causal entre a execução do transporte e o dano ocorrido.

Na mesma linha disciplinadora, o art. 266-B da mesma seção responsabiliza o tutor pelo comportamento do animal durante a operação de transporte, tanto em relação a companhias aéreas como em relação a terceiros.

O texto consolidado na Emenda nº 1 – CMA representa o conjunto dos elementos presentes nas propostas originais que se mostram mais relevantes e que são compatíveis com os procedimentos de segurança aplicáveis às operações de transporte aéreo público.

A implementação desses dispositivos como parte do marco legal que disciplina o transporte aéreo no Brasil certamente contribuirá para que o transporte de cães e gatos ocorra de forma mais segura e permitirá, de um lado, que os operadores planejem e ofertem serviços adequados para o público *pet* e, de outro, que os tutores tenham plena consciência de seus direitos e deveres e possam usufruir, com confiança, do transporte aéreo público junto com os seus animais.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, e em consonância com o disposto no art. 260, inciso II, alínea "a" do Risf, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2022, na forma da Emenda Substitutiva nº 1 – CMA, ficando prejudicados os demais projetos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., nobre Senadora Margareth Buzetti, pelo relatório que apresenta, um relatório robusto, que trata de dar encaminhamento a uma situação que é um problema nacional, né?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O transporte de animais por via aérea já gerou situações constrangedoras para o Brasil, situações que geraram, inclusive, comoção nacional. O cuidado com os animais hoje é um apelo de todas as classes. Então, é um projeto que traz um conjunto de propostas para aumentar a segurança do transporte desses animais. Só o regulador não deu conta de resolver, então, veio para o Legislativo.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – A preocupação, Presidente, é a de que ele seja executável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Porque, senão...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na verdade, é o tipo de coisa que o próprio regulador poderia resolver por meio das instruções e tal, mas acabou não gerando um ambiente de maior segurança, de maior resposta. Isso faz com que o Legislador apresente, crie, mais uma norma, mais uma regra. O importante agora é dar efetividade à norma, é dar cumprimento à norma e garantir proteção, cuidado aos animais no Brasil.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 da CMA.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Presidente, posso apresentar um requerimento de urgência para essa matéria ir a Plenário ainda hoje? Porque nós estamos há seis meses discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

Submeto o pedido da Senadora Margareth Buzetti de tramitação urgente ao Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam, que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim será feito o encaminhamento ao Plenário.

Nós vamos passar agora à deliberação dos requerimentos.

Eu queria... Antes eu vou fazer a leitura do conjunto dos requerimentos e, depois, nós faremos a votação, em bloco, de todos eles.

Os Senadores autores que estiverem presentes e que quiserem encaminhar a matéria terão a palavra, mas, além daqueles que estão na Ordem do Dia tem outros, três requerimentos, os Requerimentos nºs 32, 33 e 34, de autoria... Um é de minha autoria, que pede informações à Agência Nacional de Energia Elétrica; o outro é da autoria do Senador Randolfe Rodrigues, do Líder Randolfe, que faz um convite a um dos diretores da Anac; e há um requerimento do Senador Lucas Barreto, que aqui está, que também convida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes do ICMBio para comparecer no âmbito desta Comissão. São esses três requerimentos extrapauta.

Eu indago aos Senadores se concordam com a inclusão. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, ficam incluídos os três itens na Ordem do Dia de hoje.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, destinada a examinar a grave situação criada pela deterioração da BR-319, rodovia que viabiliza o contato da Região Norte com o restante do território nacional, e sugerir providências para a solução, no menor tempo possível, para resolver esse problema, diante das dificuldades impostas aos moradores de toda essa região e dos problemas econômicos criados pela atual conjuntura.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

O requerimento é de autoria do Senador Plínio Valério, a quem asseguro a palavra para encaminhar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, gostaria de elogiar a sua intenção em abrir mão para que nós possamos fazer essa Subcomissão. Não é tão normal e tão comum que um Presidente abra mão do poder total, então, o senhor só merece elogio de nossa parte e reconhecimento.

O senhor é de Rondônia e não sofre, tanto quanto nós do Amazonas, mas sofre também, por não ter a BR-319. Você, no caso, indo para Manaus, nem sempre; a gente tem que sair. O Amazonas é o único estado do Brasil que não é ligado por via terrestre ao Brasil, tanto é que a gente entrou com uma ação agora no Supremo Tribunal Federal para que o Ministro Fux, que é o Relator, diga se nós somos brasileiros ou não. A Constituição garante este direito, assegura este direito: todos são iguais, as regiões são iguais. O Amazonas não está sendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho importante a gente colher subsídio e trazer para que o senhor, como Presidente, depois faça as suas conclusões. Eu defendo desta maneira: a BR-319, para nós, é a nossa redenção. Vi o resgate da cidadania e, falando economicamente, não sai da nossa memória, não há quem apague da nossa memória – seja psiquiatra, psicólogo, seja o que for –, não há quem apague o nosso conterrâneo morrendo asfixiado e a imagem dos carros transportando oxigênio atolados na BR-319 sem poder socorrer.

Portanto, é muito valido. Eu só tenho elogios, e nós vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço V. Exa., Senador Plínio Valério. A Comissão tem um conjunto de temas para trabalhar, um conjunto de diretrizes. O papel da Comissão já é bastante alargado: discutir o setor de óleo e gás, aviação, ferrovias, rodovias, hidrovias, telecomunicações. Enfim, tem muitas matérias para a gente encaminhar aqui.

Esse tema da BR-319 é um tema indispensável não apenas para a Região Norte do país, não apenas para o Amazonas, para a Rondônia, que estão ali e são estados-irmãos, vizinhos, mas é um tema estratégico para o Brasil, para o desenvolvimento do Brasil, para a integração dessa região a todo o território nacional, que vez ou outra fica estrangulada: quando a hidrovia não tem passagem porque o nível do rio baixa, a opção que se teria é a 319, que hoje está inviabilizada.

Então, dada a importância dessa matéria e a urgência do encaminhamento de solução para esse tema da pavimentação da 319, estou submetendo à apreciação esse requerimento e faço votos de que esta Comissão possa cumprir o papel de encaminhar, primeiro o relatório, quanto à situação fática que lá está, e o encaminhamento de propostas de solução – espera-se de curto prazo, porque de longo prazo é o sofrimento.

Parabéns a V. Exa. pela iniciativa.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 99/2024 - CI seja incluído o Senhor Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Presidente do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

O requerimento é de autoria do Senador Lucas Barreto, a quem asseguro a palavra para encaminhar.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós estamos incluindo o Presidente do Ibama e, quando protocolamos esse requerimento, a assessoria do Ibama disse que o Ibama não tem nada a ver, que é com o ICMBio a licença da prospecção da Foz do Amazonas. Então, agora nós estamos convidando os dois.

A Ministra Marina virá sozinha, e, dependendo do que ela falar, aí já fica aprovado o convite do Diretor do Ibama e o convite, depois, do nosso Presidente do ICMBio...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... para que nós tenhamos condição de saber.

É importante frisar, Senador Plínio, que o petróleo no Amapá é importante para a Amazônia e para o Brasil. Nós não conseguimos prospectar a 50km de onde já estão explorando, onde já tem 16 poços produzindo e que vão produzir 14 bilhões de barris. Imagina o senhor que as nossas reservas são de 16 bilhões.

Então, é um absurdo que nós não tenhamos a condição de prospectar a nossa riqueza. Aí, aprovou-se, agora, a Sema do Amapá, Secretaria do Meio Ambiente, aprovou, no Amapá, um centro que a Petrobras fez, um centro de proteção e de resgate da fauna, que é importantíssimo para o Amapá. Mas será que esse centro vai ser aprovado para proteger se houver um derramamento de óleo na Guiana? Então, tem que estar esse centro lá, sim, mas para atender à prospecção e à exploração do petróleo no Amapá. É uma grande reserva.

Todos falam que é o grande prêmio o pré-sal ali da nossa costa do Amapá. E imaginem os senhores que o pré-sal partilha *royalties* com todos os estados. Imaginem que o pré-sal vai ajudar o Governo, o Governo irá arrecadar R$100 bilhões, o dobro do déficit, e poderá também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiar o asfalto da BR-319, tão sonhada pelos amapaenses, e tantas outras coisas. Tem um fundo a ser criado que financiará ciência, tecnologia e formação tecnológica.

Então, eu queria pedir aos senhores a aprovação desse requerimento para que a gente possa trazer a Ministra Marina Silva aqui para saber por que só o Amapá que não. Por quê? Quais são as forças ocultas que estão impedindo que nós exploremos essa riqueza, que não é do Amapá, mas do Brasil? O pré-sal é do Brasil, sendo que, Presidente Marcos, em Macaé... Amapá e Pará não receberam um centavo, os estados não receberam nem um centavo de pré-sal. Apenas os municípios do Amapá receberam R$93 mil, enquanto o Rio de Janeiro com R$16 bilhões no ano passado. Esses são dados oficiais.

Então, quero cumprimentar o senhor e agradecer-lhe sempre pelo apoio que dá, sendo amazônida, para que nós possamos ter esse petróleo prospectado e explorado na costa do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Aproveito para cumprimentar o Senador Lucas, que tem vários requerimentos aprovados com relação a esse tema. O Senador Lucas, não só aqui na Comissão, mas no Plenário do Senado também, é um grande defensor do petróleo do Amapá.

O petróleo do Amapá, na verdade, vai gerar benefício para o Brasil inteiro. O Estado do Amapá tem uma riqueza muito grande e o povo vivendo na pobreza. E eu entendo que os entraves não são ocultos, não, são visíveis, é o mesmo entrave que está lá na Região Amazônica com a 319.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Os mesmos entraves, as mesmas ONGs, o mesmo procedimento que nós sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São conhecidos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por isso que eu chamo o Lucas de companheiro de infortúnio e ideais.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Inclusive, da última vez que a Ministra veio aqui, ela disse que, em Belo Monte... Hoje, imagina se não tem Belo Monte para gerar energia para o Norte e o Nordeste! O Amapá injeta mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

megawatts lá no Linhão de Tucuruí; nós apenas consumimos quase 300MW. Mas imagina se não tem Belo Monte. Em Belo Monte, ela disse que houve duas questões, uma técnica e uma política: a técnica foi resolvida quando o Brasil decidiu que Belo Monte era questão nacional; e a política, quando ela perdeu o cargo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Lucas.

Portanto, encaminhado o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 57/2024-CI sejam incluídos entre os convidados um representante da Eldorado Brasil Celulose e um representante da Cedro Participações.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Realização de Audiência Pública para debater o PL 3220/2019, que "altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público".

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados brasileiros, com o objetivo de realizar um plano nacional de diligências nos trechos rodoviários atualmente sob regime de concessão.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados da Federação, com o objetivo de apurar, in loco, os problemas relacionados às concessões ferroviárias no Brasil, bem como identificar os pontos críticos da malha ferroviária nacional atualmente sob responsabilidade da iniciativa privada.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados brasileiros, com o objetivo de se apurar, in loco, as condições técnicas, sociais, ambientais e econômicas nas regiões envolvidas em projetos de concessão de hidrovias no Brasil.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos estados brasileiros, com o objetivo de fiscalizar e levantar informações relacionadas às concessões no setor aeroportuário.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Esse requerimento está em conjunto com o do Senador Randolfe, que trata do mesmo tema, sendo o dele direcionado ao Aeroporto de Macapá. Exatamente o Requerimento nº 32, que foi aprovado extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 32, DE 2025

Requer convite ao Diretor da ANAC para esclarecimentos sobre o aeroporto de Macapá

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Tiago Sousa Pereira, Diretor da Anac, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar esclarecimento sobre o constante descaso e reiterada ineficiência na prestação de serviços aos usuários do Aeroporto Internacional de Macapá.

Autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que já teve a oportunidade, inclusive, de encaminhar a matéria.

O item seguinte.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, DE 2025

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no município de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, com o objetivo de verificar, in loco, os impactos provocados pela recente enchente que atingiu a região.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

O requerimento é de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34, DE 2025

Requer que na audiência pública objeto do REQ 99/2024 - CI sejam incluídos o Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia e o Senhor Mauro Oliveira Pires, Presidente do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP) (*Pausa.*)

Eu submeto à Comissão o item 35, que não foi incluído na pauta por equívoco.

Esse é o requerimento que eu anunciei, que seria um pedido de informações à Agência Nacional de Energia Elétrica, e ele não foi incluído, muito embora eu tenha anunciado a inclusão dele extrapauta.

Se não houver divergência, fica, portanto, ratificada a inclusão conforme anunciado no início desta sessão.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento de informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. Sandoval de Araujo Feitosa Neto

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Requer que sejam prestadas, pelo Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. Sandoval de Araujo Feitosa Neto, informações sobre possível acordo relacionado à transferência de controle societário da Amazonas Energia S.A., prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas, após o fim da vigência da Medida Provisória nº 1.232, de 12 de junho de 2024.

Esse é o requerimento, e eu queria passar a Presidência ao Senador Lucas, para que eu pudesse fazer o encaminhamento dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse é um tema para o qual estou pedindo a aprovação desse requerimento, considerando justamente os efeitos dessa decisão e a possibilidade de impacto que isso pode gerar na conta de luz de todos os brasileiros.

Tem a situação dessa medida provisória que está sendo objeto de questionamento neste momento. Essa medida provisória venceu e, posteriormente ao exaurimento do prazo de vigência dessa medida provisória, atos estão sendo praticados.

O requerimento que eu estou apresentando vai na direção justamente de solicitar informações sobre em que pé estão as tratativas em relação à concretização desses atos que foram praticados, repito, dentro de um ambiente onde se discute a validade ou não da medida provisória, em razão do seu exaurimento, em razão da sua caducidade.

Nesse sentido, estou solicitando informações da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre se propôs qualquer tipo de acordo no âmbito judicial acerca de transferência de controle societário da empresa Amazonas Energia S.A., e, em caso positivo:

- explicitar quando esse acordo foi proposto, suas razões, seus fundamentos jurídicos e de mérito e os seus termos;

- explicitar os motivos pelos quais a Aneel não discutiu a possibilidade desse acordo em audiência pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o envio da avaliação jurídica sobre a possibilidade desse acordo após o fim da vigência da Medida Provisória 1.232, de 12 de junho de 2024;

- informar se a Aneel estimou os impactos desse acordo aos consumidores brasileiros de energia elétrica, bem como os riscos associados, e, em caso positivo: enviar os documentos que contenham essas estimativas; e enviar avaliação jurídica que justifique o sigilo dos documentos com essas estimativas – o que se comenta é um impacto acima de R$14 bilhões com relação a essa transação, mas essa informação a Comissão não tem; não se têm esses números, não se têm esses dados, e o objetivo aqui é apurar realmente qual é o real impacto dessa transação –;

- e o envio de parecer jurídico emitido pela Procuradoria Federal junto à Aneel que subsidiou a cláusula sétima do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 1, de 2019, com condição suspensiva de eficácia do respectivo termo, possibilitando o envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação pelos pretensos novos controladores da Amazônia Energia em prazo superior ao de vigência da Medida Provisória nº 1.232, de 2024.

Além desses pedidos, aqui estou encaminhando uma ponderação no sentido de que, antes de encaminhar esses documentos à Comissão, a agência tenha a cautela de não avançar com qualquer tratativa sem antes informar ao Senado Federal. O exaurimento das medidas provisórias, no Brasil, quem declara o seu início e o seu final... O início é o Executivo, quando sanciona, mas a caducidade, o momento em que ela deixa de cumprir os seus efeitos, é feita pelo Presidente do Congresso Nacional. Por essa razão, estou encaminhando esse requerimento para que a Agência Nacional de Energia Elétrica possa prestar as informações, as devidas informações, a esta Comissão.

Era o apelo que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Devolvo a Presidência ao titular.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

Submeto os requerimentos à apreciação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e o esforço enorme, até as 14h38 aqui.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Laércio Oliveira e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Ciro Nogueira, Damares Alves, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Esperidião Amin e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2720, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 261 da Lei nº 9503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para determinar o limite de 120 pontos para suspensão de dirigir dos caminhoneiros." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (PP/TO). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 17, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, para permitir à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa para as áreas rurais necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com emendas de redação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **Observação:** Os Senadores Marcos Rogério e Lucas Barreto subscreveram oralmente o PRS 2/2025. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 37, de 2025** que: "Requer que sejam incluídos como convidados representante da ABRINT e da APRONET na Audiência Pública decorrente do REQ 27/2025 na CI." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 38, de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater a modelagem da concessão da Rodovia BR-364, no trecho entre Rondonópolis/MT e Jataí-Rio Verde/GO." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado, com aditamento de inclusão de convidado. **Observação:** O requerimento foi aditado verbalmente para inclusão do Secretário de Infraestrutura do Mato Grosso, Marcelo Oliveira, na lista de convidados da Audiência Pública. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 39, de 2025** que: "Requer que seja convidado o representante da SBA TORRES DO BRASIL" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 40, de 2025** que: "Requer que seja incluído representante da Associação Brasileira de Fabricantes de Drones - ABDrone" **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 41, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Sr. Roberto José Silveira Honorato, informações sobre o processo administrativo (nº 00058.021107/2025-92) que trata da redistribuição dos slots utilizados pela empresa Voepass nos aeroportos de Guarulhos (GRU) e Congonhas (CGH), nas temporadas W24 e S25, em função da suspensão cautelar do seu Certificado de Operador Aéreo - COA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 42, de 2025** que: "Requer a convocação, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a fim de prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para criação de Unidade de Conservação (UC) marinha na margem equatorial, constante da 2a atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Retirado de pauta. Fazem uso da palavra os Senadores Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Jayme Campos e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro abertos os nossos trabalhos da 8ª Reunião da Comissão de Serviços e Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de abril de 2025.

Alguns comunicados.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício 55, de 2025, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, que se manifesta em favor da ampliação do orçamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do exercício de 2025, para garantir a continuidade dos programas Progestão e Qualiágua;

– Oficio 90, de 2025, do Sindicato Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura, que solicita apoio para nomeação do cadastro de reserva do Concurso Público Nacional Unificado;

– Aviso 284, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de pedido de reexame interposto pela União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, em face de acórdão resultante de acompanhamento realizado pelo TCU, com a finalidade de monitorar a implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental, previamente conhecido como Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação;

– Oficio 351, de 2025, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que encaminha a manifestação de apoio do Deputado Estadual Gustavo Sefer à indicação do Sr. José Fernando de Mendonça Gomes Júnior para integrar a diretoria da Agência Nacional de Mineração;

– Mensagem 373, de 2025, da Presidência da República, que encaminha relatório anual de implementação da Lei 12.815, de 2013, exercício 2024, elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

– Oficio 97, de 2025, da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura, que solicita apoio para a nomeação do cadastro de reserva do concurso público;

– Carta sem número, da Itaipu Binacional, que encaminha respostas aos questionamentos realizados no Requerimento nº 13, de 2025, sobre os gastos da empresa em ações não atinentes à sua atividade-fim;

– Oficio 293, de 2025, do Instituto dos Advogados de São Paulo, que encaminha sugestão de questões para sabatina dos candidatos a diretores da ANP e Aneel.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico, ainda, o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2720, DE 2022
- Não terminativo -

Modifica o art. 261 da Lei nº 9503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para determinar o limite de 120 pontos para suspensão de dirigir dos caminhoneiros.

Autoria: Senador Guaracy Silveira (PP/TO)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

A autoria desse projeto de lei é do Senador Guaracy Silveira – sempre Senador –, prestigiando esta Comissão no dia de hoje, com relatoria do Senador Jaime Bagattoli.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Bom dia, Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Cumprimento aqui o meu Senador e colega Zequinha Marinho, o Senador Confúcio Moura, e quero dizer que Rondônia está unânime aqui, não é, Zequinha? Bateu 100%. O Pará está com um terço só. (*Risos.*)

Eu quero cumprimentar aqui o ex-Senador Guaracy Silveira. Este é um projeto dele, o Projeto de Lei nº 2.720, de 2022, um projeto de suma importância para a análise de 40 pontos na carteira, o que é muito pouco para os motoristas de caminhões.

Sr. Presidente, com sua permissão, eu queria ir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Compete à Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os projetos que tratam dos transportes terrestres, como é o caso do PL ora em análise.

Como o projeto também será apreciado pela CCJ, em caráter terminativo, restringiremos a análise da Comissão de Infraestrutura a aspectos de mérito, deixando a cargo daquela Comissão o exame de constitucionalidade e juridicidade.

Entendemos que o autor tem razão ao afirmar que caminhoneiros têm maior risco de serem multados em relação aos condutores comuns. Eles passam mais tempo na estrada do que os condutores não profissionais. Além disso, estão sujeitos a vias com piores condições de trafegabilidade, a pressões de seus contratantes e a fiscalização mais intensa. Por essa razão, cremos que o tratamento legislativo do transporte de carga deve refletir essas peculiaridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o cenário atual não é o mesmo de quando as normas de trânsito atuais foram instituídas. A intensificação do uso de tecnologias de fiscalização, como radares móveis, aumentou consideravelmente o risco de aplicação de penalidades, especialmente por excesso de velocidade.

São comuns os relatos de suspensões de CNH causadas por excesso de velocidade abaixo de 20%, muitas vezes por radares localizados estrategicamente em trechos de descida ou em pontos com alterações bruscas e pouco sinalizados no limite de velocidade.

Nesse contexto, é preciso considerar que a suspensão do direito de dirigir em casos como esses pode afetar diretamente o sustento de muitas famílias, e é importante que uma medida como essa seja aplicada de forma proporcional. Assim concordamos com o mérito do projeto, que busca corrigir distorções e tornar a aplicação das penalidades mais justa. No entanto, cremos que o aumento da pontuação limite para 120 pontos pode ser excessiva e acabar por beneficiar o infrator contumaz e negligente.

Há de se ponderar ainda que a elevação demasiada do teto de pontuação tende a reduzir a força pedagógica das penalidades, o que não favorece a busca de maior segurança viária. Por isso, propomos emenda que determine o aumento do limite de pontuação para 80 pontos, patamar que amplia a margem de tolerância de forma razoável.

Por fim, é importante ressaltar que o autor tomou o cuidado de fazer uma importante exclusão desse aumento de pontuação. Ela não abrange os pontos decorrentes de infração de dirigir sob a influência de álcool ou por substância que determine dependência. Consideramos louvável essa exceção, mas é importante ressaltar que existem outras infrações que causam tanto ou mais mortes que o uso de álcool. Julgamos que elas também não devem ser alcançadas pelo projeto.

De fato, segundo o anuário estatístico da Polícia Rodoviária Federal de 2022, dirigir na contramão em velocidade incompatível com a via ou realizar ultrapassagens indevidas foram condutas consideravelmente mais mortais que o uso de álcool na direção. Assim, optamos por estender essa exceção a todas as infrações gravíssimas previstas no Código Brasileiro de Trânsito. Cremos que, com essas alterações, o projeto corrige uma situação injusta, sem incentivar a condição imprudente ou comprometer a segurança nas estradas brasileiras.

Finalmente, para preservarmos a clareza, propomos empregar a nomenclatura própria que o Código de Trânsito brasileiro adota quando quer se referir ao caminhoneiro, qual seja: condutor de veículo ou composição de transporte rodoviário de carga.

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 2.720 de 2022, com a emenda ora apresentada.

Voto.

Com essas condições, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 2.720, de 2022, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº - CI

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto:

> Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 261 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro):
> “Art. 261. .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – .....
.....
d) 80 (oitenta) pontos, no caso previsto no inciso II do § 5º-A;
.....
§ 5º No caso do condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, ressalvado o caso previsto no § 5º-A, a penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o *caput* deste artigo será imposta quando o infrator atingir o limite de pontos previsto na alínea "c" do inciso I do *caput* deste artigo, independentemente da natureza das infrações cometidas.
§ 5º-A. No caso do condutor de veículo ou composição de transporte rodoviário de carga, a penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o *caput* deste artigo será imposta quando o infrator atingir o limite de:
I – 40 (quarenta) pontos, caso constem infrações de natureza gravíssima na pontuação;
II – 80 (oitenta) pontos, caso não constem infrações de natureza gravíssima na pontuação.
§ 5º-B. Ao condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, a que se referem o § 5º e o § 5º-A, é facultado participar de curso preventivo de reciclagem, conforme regulamentação do Contran, sempre que, no período de 12 (doze) meses, atingir 30 (trinta) pontos.
§ 6º Concluído o curso de reciclagem previsto no § 5º-B, o condutor terá eliminados os pontos, até o limite de 30 (trinta), que lhe tiverem sido atribuídos, para fins de contagem subsequente.
§ 7º O motorista que optar pelo curso previsto no § 5º-B não poderá fazer igual opção no período de 12 (doze) meses.
....." (NR)

Obrigado, Presidente.

Presidente, eu só queria fazer aqui uma ponderação sobre essa relatoria porque, Senador Confúcio Moura, nós não estamos querendo nada fora da lei. O que se mudou nos últimos anos é que são muitas lombadas eletrônicas que nós temos em todas as BRs, até nas rodovias federais, inclusive nas rodovias estaduais, até nos municípios, nós temos muitas lombadas eletrônicas e o excesso... Por exemplo, o motorista de caminhão tem que ser visto de uma outra forma. Não que nós, os motoristas de automóvel, somos diferentes deles, mas eles estão no dia a dia. E é muito injusto o motorista de caminhão perder, às vezes, a sua habilitação com 40 pontos, é muito pouco. Às vezes, ele está passando lá na lombada eletrônica, era 50km/h e ele passou a 65km/h, não viu, a lombada está numa descida, às vezes não tem visibilidade na hora em que ele está chegando próximo.

Enfim, eu quero dizer que eu entendo, sou motorista de caminhão também, eu sei das dificuldades que o motorista de caminhão enfrenta no dia a dia e isso não vai tirar a responsabilidade dele, que continua normal nos 40 pontos, se ele for pego embriagado, se ele for pego pela Polícia Rodoviária dopado, se ele fizer uma ultrapassagem numa faixa de alta periculosidade. Tudo isso não vai mudar. Então, nós precisamos... A única coisa que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer é que a pontuação vá a 80 pontos. E essa reciclagem que é feita para o motorista, quando ele atingir os 40 pontos, que ele já atingia antes, ou quando ele atingir os 80, que vai diminuir os 30 pontos da carteira, é uma vez só por ano, não são duas vezes. Então, isso não vai mudar em nada, vai continuar da mesma maneira que é.

Eu gostaria da compreensão dos Senadores para que nós aprovássemos essa relatoria, e isso ainda vai ser discutido lá dentro da CCJ.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento o nobre Senador Jaime Bagattoli e lhe agradeço pela relatoria.

A matéria está em discussão.

Apenas fazendo aqui uma ponderação ao que disse o Senador Jaime Bagattoli, o ponto que está sendo acrescido aqui pela iniciativa do Senador Guaracy e com a relatoria que faz um ajuste em relação ao quantum de pontos – o projeto original estabelecia uma pontuação de 120 pontos, e ele faz uma mediação em termos de 80 pontos –, em nada altera a questão da multa que esse motorista recebeu, ou seja, o dano patrimonial, o dano financeiro ele vai sofrer. As consequências financeiras da infração continuam intactas. Você não altera, não mexe na questão da multa e da reprimenda financeira que ele vai sofrer em razão disso. O que se está alterando aqui é a quantidade de pontos que vai determinar, ao seu final, a perda do direito de dirigir. Então, ele continua sendo sancionado, do ponto de vista administrativo, com a multa, mas tem uma extensão na pontuação para impedir, porque, nesse caso, trata-se de um profissional que vive do volante. E hoje, realmente, essa é uma situação... Lá em Rondônia, especialmente dentro das cidades. Dentro de Ji-Paraná, nós temos duas lombadas eletrônicas de 40km por hora. Aí você tem um semáforo a 300m, 400m e, na sequência da lombada, tem outro semáforo com 300m, 400m. Da esquina do Jeedá, lá em Ji-Paraná, até a 22 de novembro, que dá acesso ao Hospital Municipal, você tem, no meio, uma lombada eletrônica e dois semáforos, daqueles que demoram muito tempo para poder liberar o tráfego, para fluir o tráfego. Então, são situações que, às vezes... Quem faz a fixação desses radares usa não sei que critério. Se tem algum engenheiro de trânsito que foi lá para poder estudar... Está aqui Miguel, que é engenheiro não de trânsito, não é, Miguel? Ou é de trânsito também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É engenheiro? Mas a lógica é uma lógica que, às vezes, não segue a racionalidade.

Enfim, esse é outro debate.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu só queria parabenizar mais uma vez aqui o Senador Guaracy Silveira, que passou por esta Casa, por esse projeto, e só dizer ao Senador Guaracy que a gente conversou e, na época, ele tinha até pedido 120 pontos, mas 80 pontos eu tenho certeza de que está de bom tamanho para ajudar os nossos caminhoneiros principalmente nesse quesito das lombadas eletrônicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Relator.

E, no começo, aqui, a fala do Senador Guaracy foi justamente nessa direção, concordando com a mediação que foi feita em termos de 80 pontos e que aperfeiçoa o projeto, com as cautelas que são necessárias, mas, ao mesmo tempo, buscando não sacrificar esse profissional que é tão essencial ao Brasil.

Parabéns, Senador Guaracy, pela iniciativa desse projeto que aperfeiçoa uma norma importante para o país.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

É só para fazer algumas ponderações, dizer da questão da razoabilidade do debate do projeto, cumprimentando o Senador Guaracy, que é lá do Pará, lá de Icoaraci; ele está emprestado aqui para o Tocantins.

O SR. GUARACY BATISTA DA SILVEIRA – A Amazônia está completa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É paraense.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Exato. Nos velhos tempos já mandou e desmandou lá; era Deputado Estadual e comandava todo mundo lá.

Então, é uma alegria poder revê-lo; é um grande ministro do Evangelho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quero cumprimentá-lo pela iniciativa.

É importante a gente observar que o Estado gosta muito de regular o cidadão: "É assim, e tal, e pá". Mas o Estado esquece que ele precisa também se cuidar para não abusar. Eu ando pouco dirigindo em outros estados, mas lá, no nosso estado, no Parazão, a indústria da multa, através dos pardais, é um negócio escandaloso; não observa nada, tecnicamente falando – não observa absolutamente nada. Eu já fui Vice-Governador lá, no Pará, e ouvi algumas propostas indecentes com relação a esse tipo de coisa, que é fabricar multa.

Lá no Pará tem uma vantagem: tem um sinal, um pardal, uma lombada eletrônica, digamos assim, e você não sabe qual é a velocidade. Não tem uma placa dizendo que é 60, que é 80, que é 40, entendeu? Como é que fica uma situação dessa? Como é que eu regulo tanto o cidadão e sequer – sequer - me dou, digamos assim, a oportunidade ou o dever de colocar uma placa dizendo a que velocidade o motorista tem que passar naquela lombada eletrônica. Puxa vida! Isso...

Então, eu quero aqui votar e aprovar o projeto, cumprimentando o meu querido Jaime Bagattoli pelo bom relatório, mas a gente precisava avançar. Como o Jaime já está com a mão na massa, pense nisso com relação... Já que estão regulando tanto quem dirige, vamos dar uma reguladinha em quem bota sinal sem necessidade, um em cima do outro. Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificultando... E não só a questão urbana, que é igual você falou aí, que é um negócio completamente sem noção, mas também nas estradas. Você pega uma velocidade e, de repente, você é surpreendido por um pardal sem sinal dizendo a que velocidade você tem que passar, isso é completamente fora daquilo que se pode chamar de razoável.

Então, era isso, Presidente. Muito obrigado.

Parabéns, aqui é o Jaime, parabéns ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha. Isso é uma prática recorrente, embora, no caso, é o tipo de multa, é o tipo de infração ilegal, porque, se o condutor foi autuado, foi multado – nesse caso é uma multa eletrônica, não teve nem autuação por um agente de trânsito –, e não tem lá a devida sinalização na via, é uma multa viciada. Ocorre que talvez... Eu não sei o percentual – mas imagino que seja grande – de usuários que não recorrem. Ele foi autuado numa condição de ilegalidade, porque, se a via não está sinalizada e se no pardal que está instalado não tem a fixação da informação: "olha, a velocidade aqui é de 80km/h, a velocidade é de 60km/h ou 40km/h", se não consta a informação, essa multa é nula de pleno direito, não tem eficácia nenhuma, deve haver um recurso à Jari e ela deve ser anulada.

Agora, quantos motoristas, quantos condutores se dão ao trabalho de fazer o recurso? Ou seja, o cidadão não pode se aproveitar da sua própria torpeza, mas o Estado se vale da sua própria torpeza quando pratica ato sancionatório sem o devido cuidado, sem a devida informação, que é requisito de validade da norma. Isto está previsto na lei: tem que ter sinalização, sinalização anterior, dizendo que a via está com monitoramento de velocidade digital e sinalização local, onde está o pardal, dizendo claramente qual é a velocidade. Agora, não adianta dizer: "a velocidade aqui é de 60km/h", mas em cima do pardal. Você tem que ter essa notícia antes da abordagem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É necessário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Até para que o condutor tenha...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Uma brincadeira que tem lá no nosso estado fala assim: "vai que cola!", não é? O cara passa, não recebe a notificação, quando vai pagar alguma coisa do carro, lá estão as multas. Aí, ele é obrigado a pagar, e não tem mais como recorrer. Então, é um negócio que a gente precisa regular.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já que o Estado não gosta de fazer isso e a indústria da multa está escandalosa, é fundamental que a gente também regule daqui para lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou, assim, apenas para concluir esse assunto e não o alongar mais... Veja que é uma iniciativa boa, uma iniciativa que dialoga com aquilo que é o dia a dia dos brasileiros, especialmente dos profissionais do volante, e acaba suscitando em quem está num ambiente como esse o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora há pouco, o Senador Jaime Bagattoli trazia uma outra situação – e eu até sugeri a ele a gente fazer uma audiência pública – que é fruto de alguém que conhece a prática. Ele falou: "Olha, você tem as situações de Santa Catarina, de outros estados brasileiros, no Rio de Janeiro tem isso, no Espírito Santo também, daquelas rodovias que têm curvas bastante acentuadas em que você tem redutores de velocidade de 40 por hora, 30 por hora". O redutor de velocidade que está lá com o radar e com multa... Aí, a experiência diz: "isso aqui não é para carro pequeno. Isso aqui é para uma carreta". Uma carreta que chega numa curva dessa, que é de 30 por hora, numa velocidade de 60, é um risco absurdo". Agora, o veículo pequeno tem o mesmo risco de uma carreta? Não, não tem. Quando você coloca todos na mesma velocidade, você congestiona ainda mais o trânsito. Só que o sistema não é preparado para fazer a distinção entre um e outro.

Então, é um assunto para a gente trazer para cá para fazer o debate. Fica a aqui a disposição da Comissão, Jaime – se quiser, já apresente o requerimento –, de pautar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só um adendo sobre isso. No final da década de 70, o que acontecia? Nas rodovias, não existia lombada eletrônica. Nem em quebra mola se falava na época. Então, o que tinha? Quando ia ter uma curva perigosa, tinha, no mínimo, quatro, cinco placas, a 500m ou mais, começando a identificar. Acabou tudo isso hoje no Brasil, acabou.

Começaram a identificar. Então, se a curva lá marcava 40km/h, o automóvel sabia que ele podia passar a 60km/h, porque aquela velocidade era para o caminhão. É isso que tem que se corrigir para a lombada eletrônica só.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É uma boa ideia. Eu acho que vale a pena a gente trazer este debate para cá.

Em relação a essa questão que o Senador Zequinha chamou de fábrica de multas Brasil afora, talvez esteja aí também uma oportunidade de a Comissão, dentro das prerrogativas que tem, por meio das diligências, de criar aqui um ambiente para a gente fazer, em alguns estados da Federação, uma diligência de checagem de como isso está acontecendo na prática. O Estado brasileiro não pode agir com finalidade arrecadatória a partir desse instrumento.

Mas vamos em frente.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E lá... (*Pausa.*)

Portanto, apenas sublinhando, a matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça em tramitação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez cumprimento aqui o nosso sempre Líder, amigo, irmão Guaracy pela iniciativa. Parabéns! Mais um projeto de autoria do Senador Guaracy sendo votado e aprovado no âmbito da CI à unanimidade. Parabéns a V. Exa.!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, o item 2 é um projeto de nossa autoria, e me veio aqui à mente a necessidade de dar uma reavaliada nesse assunto. Eu queria pedir a V. Exa. que o retirasse de pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O item 2, Projeto de Lei 17, de 2021, por solicitação do Senador Zequinha Marinho, fica, então, retirado de pauta.

O Relator também havia feito uma manifestação no mesmo sentido, acho que em acordo com o autor, portanto está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, para permitir à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa para as áreas rurais necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com emendas de redação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.)

Item 3... (*Pausa.*)

Eu vou chamar o item 3, mas, antes de chamar o item 3, eu vou fazer uma... Viu, Jayme Campos? Tem dois Jaimes na sala hoje, um de Rondônia e outro do Mato Grosso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Somos vizinhos.

E tem um ex-Senador que é de dois estados, é do Estado do Amapá e do Estado do Pará. Zequinha já invocou aqui que ele é originalmente do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto que nós aprovamos agora há pouco é do Senador Guaracy, que está fora do mandato, mas ele veio aqui e falou que queria fazer um agradecimento. Obviamente, regimentalmente não há previsão, mas também não há impedimento. E, em respeito a um Senador da República que tanto fez pelo país, eu queria abrir a palavra para uma saudação de agradecimento ao Senador Guaracy Silveira pela iniciativa importante e com impacto nacional para todos os brasileiros.

V. Exa. tem a palavra para o agradecimento.

O SR. GUARACY BATISTA DA SILVEIRA – Meus bons amigos, Senador Marcos Rogério, demais Senadores, Jaime, o Relator, nossos amigos todos aqui, estou com saudades de todos vocês, aprendendo sempre com a sabedoria de vocês, meus senhores, meu Senador Zequinha e todos nossos amigos, Lucas Barreto, afinal, nós tivemos o privilégio de conviver com os senhores durante um bom tempo e aprender com a sabedoria dos senhores. E, meu Presidente, a sua lisura, a sua competência, a humanidade com que dirige os seus trabalhos merecem registro muito especial, a sua urbanidade, a sua seriedade e o seu patriotismo, assim como dos demais Senadores.

E hoje, com esta Casa aprovando esse projeto, nós simplesmente estamos ajudando uma das classes mais perseguidas neste Brasil. Fui caminhoneiro durante muito tempo e sei o que é a dor que um caminhoneiro sofre pelas estradas brasileiras. Conheci Porto Velho em 1966, quando desde Cuiabá até Porto Velho não existia um posto de combustível. Vivi todo aquele tempo e falo até com saudosismo e com nostalgia.

Mas hoje a minha palavra, primeiro, é para agradecer a Deus, que permitiu este momento, agradecer a Deus por permitir a vida, a saúde e este momento de estar aqui com os Srs. Senadores, homens honrados, patriotas que querem o bem deste país, o bem do nosso povo, o bem da humanidade. Deus abençoe esta Casa, esta Comissão, os senhores e o Senado do Brasil. E que Deus tenha misericórdia do Brasil, disso nós precisamos.

Obrigado a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço mais uma vez ao sempre Senador Guaracy Silveira. Muito obrigado pela iniciativa e pela presença, em nome desta Comissão, muito nos honra sua presença entre nós, pelo legado que tem.

Ele fez menção aqui, Zequinha, que foi caminhoneiro, era um transportador, e a vida o fez transportador no passado e transportador no presente. Agora, o insumo que transporta é a palavra, são as boas-novas. Que Deus continue abençoando o senhor, sua família e o ministério também. Temos grande respeito pela trajetória do senhor.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 2, DE 2025
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é do Senador Zequinha Marinho, Senador Marcio Bittar, Senador Jaime Bagattoli, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Chico Rodrigues e Senador Mecias de Jesus.

A relatoria é do Senador Plínio Valério, que comunicou a impossibilidade de estar nesta reunião e pediu que designassem uma relatoria *ad hoc*.

Eu solicito, dentro das suas possibilidades, ao Senador Jayme Campos que proceda com a leitura do relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Obrigado, eminente Presidente desta Comissão, ilustre Senador Marco Rogério, colegas Senadores.

O relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho e outros, que institui a Frente Parlamentar do Senado Federal em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil.

Os principais objetivos da frente parlamentar proposta são: i) promover ações legislativas voltadas ao apoio e fortalecimento da exploração de petróleo na margem equatorial; ii) reunir Senadores interessados no tema e no desenvolvimento econômico da região; e iii) acompanhar o processo de exploração em andamento e a tramitação de matérias afins no Congresso Nacional.

A proposição estabelece, ainda, que a frente parlamentar se reunirá preferencialmente no Senado Federal e será integrada pelas Senadoras e Senadores que assinarem sua ata de instalação, permitida adesão posterior. Prevê o funcionamento do órgão com base em seu regimento interno ou, alternativamente, por decisão da maioria absoluta de seus membros. Por fim, o projeto de resolução prevê o início da vigência na data da publicação da sua resolução.

Na justificação, o autor destaca o potencial de aumento da produção nacional de petróleo, que poderia elevar o Brasil ao *status* de grande produtor mundial. Isso seria capaz de reduzir as importações de petróleo e impactar positivamente a economia, com a atração de investimentos para o setor, bem como a instalação das cadeias produtivas associadas – entre elas, naval, logística e indústria de transformação. As regiões envolvidas na produção seriam beneficiadas também com geração de emprego e renda, além do potencial de melhoria dos serviços públicos – escolas, hospitais e saneamento básico – financiados pelos *royalties* do petróleo. Por fim, o autor destaca que a frente parlamentar atuará no aperfeiçoamento do arcabouço legal e no fortalecimento da atividade em comento, contribuindo para transformar a região em um polo de prosperidade e desenvolvimento.

A análise, Sr. Presidente.

A proposta foi distribuída a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a quem cabe se pronunciar acerca de matérias relacionadas a recursos geológicos, segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de tudo, é preciso ressaltar que a liberdade de associação para fins lícitos é garantida pelo art. 5°, inciso XVII, da Constituição Federal.

A criação da frente parlamentar para incentivar e acompanhar o licenciamento, a pesquisa, o desenvolvimento e a exploração das jazidas de petróleo e gás natural na margem equatorial brasileira é proposta legítima e urgente. A produção *offshore* de petróleo e gás natural na região possui perspectivas animadoras não apenas em relação à quantidade, mas também em relação à qualidade esperada do óleo.

Países que fazem fronteira com o Brasil na região já possuem poços *offshore* em produção. A Guiana, país limítrofe aos Estados de Roraima e do Pará, iniciou a extração do petróleo em seu mar territorial no ano de 2019.

Desde então, é o país que mais cresce no mundo, haja vista que seu PIB quadruplicou nos últimos cinco anos. Entre 2021 e 2022, teve o maior crescimento do PIB *per capita* do mundo: 57%.

A criação da frente parlamentar pode agilizar o desfecho da questão relativa ao licenciamento ambiental. Resolvido tal impasse, será possível a exploração de poços de petróleo na região de forma responsável e economicamente viável, com todos os benefícios que ela pode proporcionar.

Como dito na justificação, o desenvolvimento industrial na região tem potencial de produzir riqueza para a população local, impulsionar cadeias produtivas, bem como aumentar a arrecadação tanto da União quanto de estados e municípios. Dessa forma, o poder público poderia aumentar seus investimentos em infraestrutura, saúde, educação e outras iniciativas capazes de transformar o patrimônio geológico em desenvolvimento econômico e social, sem aumento da carga tributária.

Nesse contexto, ilustre Presidente Marcos Rogério, a existência de uma frente parlamentar no Senado Federal com objetivo de debater, acompanhar e desenvolver ações legislativas voltadas à exploração de petróleo na margem equatorial brasileira se mostra conveniente e oportuna.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2, de 2025.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator, Senador Jayme Campos.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, obrigado.

Gratidão ao Senador Jayme Campos, gratidão ao Senador Valério.

Eu gostaria de, não sei se é possível, também solicitar ao Senador Lucas Barreto que entre na autoria desse requerimento, porque é o maior lutador dessa região lá por essa causa, que é a exploração do petróleo na margem equatorial, até porque é em frente ao seu estado, o Estado do Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos muito preocupados todos nós daquela região ali e queremos pedir aqui, encarecidamente, que os colegas da Amazônia assinem – e os que não são, também – essa frente parlamentar.

A Ministra Marina Silva está com dificuldades – o ministério, o Ibama – de conceder a licença ambiental para o poço teste, o poço que vai realmente detectar se tem ou não tem.

Da nossa parte, a avaliação que a gente faz é que tem bastante petróleo e gás naquela região lá, mas isso também tem pressa. Nós temos uma COP pela frente, e eu não duvido nada – não duvido absolutamente nada – que o Ministério do Meio Ambiente, nas conversações com a USP e outras ONGs que atuam muito aqui, não leve ao Presidente da República, em plena COP, a criação de um parque marinho nessa região equatorial. E aí congela qualquer tipo de possibilidade de a gente explorar; talvez até na pesca, que é muito farta naquela região, a gente tenha dificuldade para continuar tendo a mesma economia que flui desse setor lá.

Então, a gente precisa se unir, se mobilizar e lutar por isso, para que a gente, pressionando aqui ministro, pressionando o Presidente do Congresso, que é do Amapá, pressionando o Presidente da República, que já, de alguma forma, se comprometeu, tenha essa licença e avance, porque essa região precisa explorar essa riqueza. Não dá. E a gente tem que se unir em torno desse projeto, desse tema, que é fundamental para a mudança de vida. No Amapá, 73 vírgula qualquer coisa por cento das famílias amapaenses vivem de transferência de renda daqui do Governo Federal. Então se vislumbra, através disso, a mudança na vida dessas pessoas.

No Pará e principalmente no Marajó, que está ali colado no Amapá, nós temos os piores IDHs do planeta, posso até dizer assim, não é do Brasil. Vida difícil, complicada, e tudo isso porque os Governos dizem não ter dinheiro para poder fazer a melhoria da qualidade de vida daquele povo com investimentos fundamentais.

Então, se tem um petróleo para se explorar na porta e se o efeito econômico disso dá aos seus governantes a possibilidade de mudar a vida dessas pessoas, por que não fazer isso? Não é verdade? Por que não fazer isso? Então, essa frente tem o dever de mobilizar todos os Parlamentares da Amazônia e quem se sentir à vontade para participar e fazer essa defesa, a fim de que a gente avance no sentido de ter, se Deus quiser, em breve, a licença e depois a exploração e assim sucessivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., Senador Zequinha Marinho, pela iniciativa.

Senador Lucas Barreto, então, subscrevendo... Eu também vou pedir para subscrever, como autor. É um requerimento meritório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria mesmo, Senador Zequinha Marinho, mesmo não me convidando para ser membro da frente parlamentar...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Está convidado. Está convidado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... eu faço questão, até porque sou da Amazônia brasileira, como V. Exa. também é. Então, acho que mesmo não sendo convidado, de qualquer forma eu faço questão, porque acho que isso aqui é... É extremamente meritória essa resolução que foi aprovada no dia de hoje, e ele terá mais um colega dele aqui para lutar, com certeza, diante da importância que representa essa exploração de petróleo da margem equatorial do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Faço questão de assumir, se V. Exa. me permite isso aqui, Zequinha Marinho, como autor da resolução.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente, eu também...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só vou fazer uma observação formal para a gente não ter aqui um incidente legiferante.

O projeto tem que ter autoria, apoiamento e relatoria. No caso, o Senador Jayme Campos vai ficar com a intenção manifesta de ser autor, mas ele vai continuar na condição de Relator, sob pena de a gente criar um impasse regimental. Se ele virar autor, nós vamos ter que declinar a relatoria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas aí fica comprometido aqui a participar. E com a experiência que tem, com a história que tem, é fundamental no debate desse tema.

Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse argumento regimental não nos atinge. Então, Zequinha, conte comigo.

Eu penso que a prospecção do petróleo na costa do Amapá é a redenção para muitos estados brasileiros. Todo mundo sabe que hoje o Brasil está passando por dificuldades muito grandes. A economia está numa situação muito complicada e no Norte não é que seja diferente, é muito pior. Nós estamos lá, como o Senador Zequinha falou... Eu estive no Pará agora com ele, com os sindicatos, com a Fecomércio, defendendo... Todo mundo defende a exploração do petróleo. E a gente pensa: por que só não no Amapá, se a 50km de onde a gente quer prospectar, onde a Petrobras quer prospectar, já estão explorando? E são 16 poços que já produzem bilhões de barris de petróleo. Só para se ter ideia, o gás, que tem uma reserva monstruosa, lá na Guiana Inglesa, eles estão queimando. E como é uma plataforma esponjosa, eles estão sugando de canudinho o petróleo e o gás, que também faz parte, que é da parte do Amapá, a 50km.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos a 15km do limite do mar territorial. Construíram agora um centro, a Petrobras construiu um centro de triagem e de salvamento de animais. E aí a gente entende: isso é parte do *checklist* que foi cobrado para a Petrobras. Se não autorizarem, imaginem os investimentos que a Petrobras fez. O que será feito?

Então, a gente tem aqui... Quando ele fala nas ilhas do Pará, nas ilhas do Marajó, na frente de Macapá, são 2 mil ilhas, 16 municípios do Estado do Pará e um milhão de habitantes – um milhão de habitantes – que vivem nessas condições também, lá, 70% dessa população está no CadÚnico.

Então, Presidente Marcos Rogério, só tem um agravante para o Amapá. Macapá, que é a capital, e Santana, que é o segundo maior município, nós somos UTIs sociais dessas ilhas do Pará, porque para ir para Belém são 300km, para ir para Macapá são 30km. Nós atendemos toda essa demanda e não recebemos nada, assim como nós somos o estado mais preservado do Brasil e também não recebemos nada, não nos compensam com nada.

E agora o ICMBio lança, diz que vai criar lá, vai fazer uma consulta pública para criar mais quatro reservas marinhas, ou seja, em toda a margem equatorial lá da Guiana Francesa, do Cabo Orange até Macapá, eles querem criar uma reserva de 1,3 milhão de hectares. Aí acaba tudo. Aí, a gente olha e vê também que pode ter a mão do Pará por trás, porque aí fica impedido de ter aqui um gasoduto, um oleoduto e vai ter que ir toda essa infraestrutura para o Pará. E a gente não pode aceitar.

Eu aqui agradeço ao Senador Zequinha Marinho. Ele tem sido um lutador junto comigo, ele sabe. Nós fizemos audiência pública no Pará, já o acompanhei também em outros municípios do Pará, em outras demandas que tem do Pará. Muita briga. Já tivemos que pacificar conflitos em Belo Monte e em tantos outros lugares, não é, Zé?

Então, fica aqui este lamento de que querem criar essas quatro reservas para impedir a prospecção do petróleo no Amapá.

A gente está chamando lá o ICMBio agora para fazer – o povo quer fazer – essas audiências, para mostrar o que a população do Amapá quer. O que ela quer é a exploração de petróleo.

Então, lembro que o Pará vai recepcionar a COP. A gente sabe dessas reservas que estão querendo criar do lado do Amapá, e a gente fala: por que não criam lá no Pará, do outro lado do rio? Vão criar lá no nosso para oferecer como banquete ecológico para a COP, para os estrangeiros? Isso é um absurdo – isso é um absurdo! Ninguém nos paga, ninguém nos vê. Na pandemia, Senador Marcos Rogério, uma nuvem cinza cobriu a Amazônia: faltou oxigênio lá no pulmão do mundo. Ninguém ajudou com nada.

O Trump esses dias... Trump não, perdão. O Biden foi ao Amazonas e disse: "Nós vamos dar US$50 milhões para o Fundo Amazônia". Nada, nem aprovado foi no Congresso americano. Tudo mentira, assim como é mentira querer criar essas reservas lá agora. A gente não vai aceitar. Não vai aceitar pacificamente, com certeza.

Então, convidei a Ministra Marina. O senhor me informou aí que a Ministra Marina disse que não poderia vir e que indicou o Presidente do ICMBio para vir. Nós não aceitamos isso. Nós queremos que ela venha. É ela que manda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, em Belo Monte, teve uma questão técnica e uma política. A questão técnica foi resolvida como? Virou questão nacional. Belo Monte, pronta, não podia deixar de funcionar. Imagina sem a energia de Belo Monte hoje... A questão técnica foi resolvida pela AGU. E, na questão política, ela perdeu o cargo.

Então, fica aqui o registro de que pedi à Secretaria... porque eu recebi aqui a informação do Líder do Governo de que ela havia já marcado a data. Ela se posicionou para marcar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim. Até, Senador Lucas, o Líder Jaques Wagner procurou esta Presidência, assim como procurou V. Exa. também como autor, para comunicar que a Ministra estaria disponibilizando uma data para vir à Comissão de Infraestrutura dentro de um ambiente de acordo.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – No dia 27?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dia 27. E eu acabo de receber aqui o documento do Ministério do Meio Ambiente, em que fica consignado aqui o compromisso de, no dia 27 de maio, estar presente na Comissão de Infraestrutura.

Realmente, no final de semana, na sexta-feira, a Comissão recebeu um comunicado do ministério dando conta de que a Ministra não poderia estar e designando o Presidente do ICMBio. Eu comuniquei a V. Exa., e V. Exa. de imediato falou: "Não. O convite foi à Ministra, e não ao Presidente do ICMBio". E tem até requerimento para que ele venha também, mas a primeira audiência seria com a Ministra do Meio Ambiente. E aí V. Exa. apresentou um requerimento de convocação que, neste momento, eu entendo – e eu disse isso aqui ao Senador Líder Jaques Wagner – que, com a concordância de V. Exa. e havendo o compromisso de ela vir no dia 27, não há razão para fazer a convocação. Isso se V. Exa. assim entender.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Então, nós vamos só retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu mantenho o requerimento aí para o caso de ela não vir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Fica então desde logo já...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – E, para finalizar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... quero só lembrar que o Pará está recebendo 5 bilhões do Governo Federal e 4 bilhões do Bird para plantar árvore de plástico.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Lucas Barreto.

Fica, portanto, retirado de pauta, de ofício, o item 9, que trata da convocação da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em razão do entendimento feito aqui pelo Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, e o consequente compromisso da Ministra de estar aqui no dia 27 de maio de 2025.

Portanto, fica retirado de pauta o requerimento do Senador Lucas Barreto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a convocação, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a fim de prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para criação de Unidade de Conservação (UC) marinha na margem equatorial, constante da 2a atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP))

Em relação à matéria da frente parlamentar, não havendo mais quem queira discutir, passaremos à votação.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode prosseguir a votação. Após a votação eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Então, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer aqui um comentário.

Primeiro, quero louvar a iniciativa do Senador Zequinha e dos demais na promoção dessa Frente Parlamentar em Defesa da Exploração da Margem Equatorial.

Eu, Zequinha, Lucas, da região, todos os dias que passam nós estamos sendo penalizados, a nossa região, essa região do Brasil, Senador Marcos. Ontem mesmo teve uma decisão, não sei se V. Exa. acompanhou, como estudioso também, uma decisão do Ministro Flávio Dino, não sei se V. Exa. tem acompanhado, que eu acho um absurdo. O senhor, como advogado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está dizendo o seguinte aqui, que, de agora para frente, alguns incêndios – primeiro que ele não tem como detectar o que é criminoso e o que não é criminoso –, essas terras estão autorizadas a ser desapropriadas na Amazônia Brasileira, seja no Pantanal, seja na Amazônia.

Eu acho que isso aqui está fora de uma vez de qualquer preceito constitucional. Imagine como é que ele vai dar autoridade para que o Estado ou a Federação desaproprie qualquer área que seja.

Com certeza, muitas vezes, o cidadão passa, joga uma pituca de cigarro, queima lá... Como que ele vai aferir, vai conseguir ter uma perícia técnica para saber se foi o proprietário que mandou, tacou fogo, ou se foi um cidadão qualquer, muitas vezes do mal, que passa e joga lá?

Feito isso aí, está proibido também qualquer área que eventualmente tenha passado por incêndio ser regularizada.

Nosso maior problema na Amazônia também é a questão da regularização fundiária. Na medida em que sai uma decisão dessa aqui do Supremo Tribunal Federal, eu pergunto onde nós vamos parar.

Hoje, os maiores, eu imagino, como V. Exa. conhece bem, essa questão dos incêndios, do desmatamento, é porque esse cidadão não tem o documento da terra. A partir do momento em que tiver a titulação da sua terra, ele vai lutar para preservar, à medida que ele vai precisar, com unhas e dentes. Mas, infelizmente, a interpretação e o entendimento aqui da decisão do Ministro Flávio Dino é totalmente incoerente, insensata.

Então, é um assunto com que nós temos que nos preocupar muito, na medida em que, se isso acontecer, de fato, está praticamente inviabilizado, diante de que a maioria dos incêndios do Brasil, sobretudo essa nossa região aí, é nos parques, que são da responsabilidade do Governo Federal, muitas vezes dos estados, que são responsáveis pela manutenção, por manter o parque, com certeza, com pessoas competentes, para dar assistência ali, para não haver invasão e, por outro lado, para não ter incêndio.

Mas aqui é uma inversão. Ele está dando autorização para desapropriar, em últimos casos, expropriar a terra do cidadão. Essa é a decisão do Supremo Tribunal Federal ontem, do Ministro Flávio Dino.

Estou fazendo esse comentário só para nós ficamos em alerta. Isso é pernicioso, isso vai prejudicar sobremaneira, com certeza, a nossa região da Amazônia brasileira e, por conseguinte, aqui também o Pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Nesses últimos anos, V. Exa. tem acompanhado, tem incêndios gigantescos lá, ano retrasado, foram quase 3 milhões de hectares, este ano foi menos, foi reduzido lá, foi 1,4 milhão de hectares.

Mas isso é fruto do quê? Da presença do Estado, até porque lá tem uma vegetação totalmente diferenciada do Cerrado e da Amazônia brasileira, não é isso? Lá tem que ter um tratamento diferenciado, até porque quem conhece a situação do Pantanal é o pantaneiro; não são técnicos que se fecham aqui em salas com ar-condicionado aqui que vão levar lá, com certeza, alguma decisão que possa combater e melhorar, sobretudo, a condição de vida daquela população, sejam os ribeirinhos, sejam os quilombolas, enfim, seja o proprietário rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, essa decisão do Flávio Dino foi muito ruim para nossa região, viu, Presidente? Queria só fazer esse comentário aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., Senador Jayme Campos.

Há uma preocupação muito grande de todo o setor produtivo com relação a essas decisões, que vêm sendo tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, que relativizam o direito de propriedade.

Nós tivemos uma decisão, pouco tempo atrás, que tratou da questão da função social da propriedade da terra, e ali já houve uma flexibilização em relação ao direito de propriedade, criando um ambiente de maior insegurança jurídica para quem está no campo.

E essa nova decisão, embora... Eu pedi à assessoria que fizesse uma análise mais profunda da decisão. Pedi inclusive à nossa equipe e à da oposição também que fizessem para a jurídica, porque a síntese da decisão me parece que está vinculada à questão do desmatamento ilegal e ao incêndio doloso – o incêndio criminoso, doloso. Assim, são coisas diferentes, e, obviamente, cabe ao Estado o sancionamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, o que eu questiono é como ele vai conseguir aferir...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... o que é doloso e o que não é doloso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, no caso do desmatamento é fácil...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aí é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... porque a supressão, se ela não tem autorização legal, já é dolosa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Já é dolosa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, o incêndio... E, aí, à preocupação de V. Exa. assiste razão.

E quem vive lá no campo sabe disto: não é qualquer fogo, qualquer situação de queimada que pode ser enquadrada como dolosa. E você deixar isso, às vezes, nas mãos de alguns que têm um preconceito absurdo com quem está em cima da terra é algo que leva intranquilidade ao campo, que leva insegurança jurídica e que a gente precisa olhar com muita cautela.

Acho até que talvez esse seja um assunto para nós levarmos para o debate na Comissão de Agricultura – está aqui o Presidente, Senador Zequinha Marinho –, para a gente fazer um debate em cima daquilo que realmente foi decidido, porque aqui tem dois pontos.

Um é a questão da desapropriação em razão do crime – e, aí, o crime aqui na sua figura dolosa, ou seja, houve a intenção. Quanto a quem pratica supressão ilegal não há o que questionar, o dolo está presente. Na questão do incêndio, aí você tem situações diferentes.

E o segundo ponto que traz a decisão é em relação à questão da regularização fundiária. Aí me parece estar havendo uma invasão de competência daquilo que é o papel do Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As decisões que estão sendo tomadas lá simplesmente anulam o papel do Legislativo. Quem deve legislar e disciplinar os atos da administração pública no país é o Legislativo.

Mas, enfim, eu acho que esse é um tema sobre o qual, de repente, caberia um bom debate na Comissão de Agricultura e eu tenho interesse em também debater, mas confesso que a decisão acendeu um nível de preocupação muito grande em todo o setor produtivo brasileiro, num momento em que o setor produtivo é alvo de ataques de toda sorte e de todos os níveis – inclusive nível de especulação internacional, em que aí o interesse é outro, é a questão concorrencial.

Na semana passada, um grupo de Senadores esteve na Argentina. Eu tive a honra de participar – eu, Senador Zequinha Marinho, Senadora Tereza Cristina, Senador Jorge Seif, o Deputado Pedro Lupion e mais algumas Deputadas, um conjunto de Parlamentares –, discutindo justamente o setor produtivo dessa região da América Latina, que vive um momento de muitos questionamentos, de muitos embates – embates comerciais, que são travestidos pela agenda ambiental. Colocam a agenda ambiental como bandeira principal, mas, por trás, o que se verifica é um debate de cunho concorrencial.

Então, essa é uma decisão que realmente preocupa a todos, mas acho que o assunto deve ser encaminhado à Comissão de Agricultura, para um debate mais profundo.

Item 4.

Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura...

Senador Lucas, para complementar. E, na sequência, vamos para a fase final da pauta.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Essa preocupação do Senador Jayme Campos é pertinente, principalmente na Amazônia. Nós temos lá milhares de agricultores, de caboclos que fazem queimadas para a sua subsistência. Ele queima lá, às vezes, um hectare e aí vai ser criminoso? Ele vai perder a terra que já nem é dele – porque lá não tem título de nada –, mas o que pode acontecer com ele?

Então...

Só para se ter ideia, no Amapá, o Incra assentou 16 mil parceleiros e os largou à própria sorte, e cada um fazia uma roça, para queimar ali, para ver se plantava alguma coisa, para tentar sobreviver.

No final, só tem mil; o resto todo abandonou, porque não tinha como sobreviver.

Então, essa questão da queimada criminosa é uma coisa com que tem que se preocupar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam incluídos como convidados representante da ABRINT e da APRONET na Audiência Pública decorrente do REQ 27/2025 na CI.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outros requerimentos aqui. Eu vou apregoar todos os requerimentos. No final, se houver concordância, a gente faz uma votação em globo das matérias.

O item 5.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 38, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater a modelagem da concessão da Rodovia BR-364, no trecho entre Rondonópolis/MT e Jataí-Rio Verde/GO.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Senador Wellington Fagundes, se quiser, concedo a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Presidente, eu gostaria sim, até porque esse assunto V. Exa. também está discutindo no seu estado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – No caso do Mato Grosso, eu quero pedir aqui...

Inclusive, o Senador Jayme Campos tem nos ajudado já nos estudos para que fizesse isso. Agora, nos causa muita preocupação, porque, no Estado do Mato Grosso, praticamente não temos nada de duplicação. Então, como a concessão, em grande parte, será feita também a partir da minha cidade natal, Rondonópolis, Pedra Preta, Alto Garças e Alto Araguaia, então, um trecho relativamente grande, e isso, claro, vai causar uma frustração também grande na população, porque vai começar a pagar o pedágio, e praticamente não teremos obra.

Mas, claro que vai melhorar a manutenção, o lado de Goiás vai concluir a duplicação até Brasília – porque temos já o trecho de Jataí até aqui...

Nós queremos isso, nós não queremos atrapalhar, mas realmente nós precisamos cobrar, pelo Estado de Mato Grosso, que mais obras sejam efetivamente planejadas, pelo menos de curto e médio prazo – nem curtíssimo, vamos dizer, mas que a população aceite bem.

Aí vão falar assim: "Mas já foi feita audiência pública". Mas, infelizmente, essas audiências públicas...

Nós não temos a cultura, Presidente, de que a população participe efetivamente. Então, por isso, a nossa audiência pública aqui eu acho que será fundamental.

Inclusive, quero pedir a ajuda de V. Exa., como Presidente desta Comissão, porque a gente quer uma 364 ao longo dela inteira, já que Mato Grosso e Rondônia são a mesma coisa de Mato Grosso e Pará. Nós precisamos um do outro. Então, a 364 é uma das estradas mais importantes do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apenas faria um adendo aqui, ponderando com V. Exa.: o requerimento para a realização da audiência pública está posto. Não há aqui sugestão de nomes para esta audiência pública. Tem? (*Pausa.*)

Ah, tá. No texto tem os nomes. Então, apenas não está afixado aqui na pauta.

Essa audiência pública será realizada aqui no âmbito da Comissão de Infraestrutura.

E, no caso da Rodovia 364, no trecho de Rondônia, nós temos três diligências, porque, no âmbito dos estados, não cabe audiência pública. São as diligências que você faz como diligência, e o ato acaba se tornando um ato de audiência pública.

Nós vamos ter três diligências sobre a concessão no Estado de Rondônia: no Município de Porto Velho, na Assembleia Legislativa; no Município de Ji-Paraná – e já tem requerimento aprovado para essa diligência –; e também na cidade de Vilhena, onde mora o Senador Jaime Bagattoli.

Só estou ajustando a data com o Presidente da Casa, com o Presidente Davi. Provavelmente, deve ser entre a segunda e a terceira semana de maio. E aí, de manhã, faço em Ji-Paraná e, à tarde, na cidade de Vilhena; e, na semana seguinte, finalizo com a diligência de audiência na Assembleia Legislativa de Porto Velho.

Apenas quero dizer que esse é um assunto que interessa muito ao Estado de Mato Grosso, que tem esse trecho que V. Exa. menciona, de Rondonópolis a Jataí e Rio Verde, e tem ainda o segundo trecho, o segundo lote, que depois vai pegar o trecho remanescente lá da região de Vilhena a Comodoro, que é o outro trecho também de concessão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu gostaria de suscitar a V. Exa. – claro, naturalmente, com a devida vênia e autorização do querido Senador Wellington – a inclusão também do Secretário de Infraestrutura de Mato Grosso, que a mesa, ou seja, o Secretário-Geral desta Comissão, também possa incluir aí o Sr. Marcelo de Oliveira, Secretário de Infraestrutura do Governo de Mato Grosso, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... e se o Senador Wellington concordar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acolhido o pedido do Senador Jayme Campos para a inclusão do Secretário de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso para essa audiência pública.

Indago se há mais alguém que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encaminharemos a votação na sequência.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 39, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o representante da SBA TORRES DO BRASIL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Requer que seja convidado o representante da SBA Torres do Brasil para participar da audiência pública objeto do Requerimento 27, de 2025, também de autoria do Senador Esperidião Amin.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 40, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja incluído representante da Associação Brasileira de Fabricantes de Drones - ABDrone

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Indago ao Senador Jayme Campos se quer encaminhar a matéria. (*Pausa.*)

Apenas vamos à votação em globo.

Item 8. Esse requerimento aqui é de minha autoria. (*Pausa.*)

Esse requerimento eu vou retirar de pauta, porque eu encaminhei um ofício à agência nacional, à Anac, e a agência respondeu ao ofício. Então nós não tivemos sessão numa semana anterior, eu encaminhei o ofício e aí, na sequência, encaminharia o requerimento aprovado pela Comissão. Mas, nesse intervalo de tempo, a própria agência já fez a resposta. Portanto, fica retirado de pauta o item 8, por perda de objeto.

O item 9, que é o requerimento do Senador Lucas Barreto, que trata da convocação da Ministra Marina Silva, também fica retirado de pauta, em razão do anúncio da vinda dela no dia 27 de maio.

[São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 41, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Sr. Roberto José Silveira Honorato, informações sobre o processo administrativo (nº 00058.021107/2025-92) que trata da redistribuição dos slots utilizados pela empresa Voepass nos aeroportos de Guarulhos (GRU) e Congonhas (CGH), nas temporadas W24 e S25, em função da suspensão cautelar do seu Certificado de Operador Aéreo - COA.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a convocação, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a fim de prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para criação de Unidade de Conservação (UC) marinha na margem equatorial, constante da 2a atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, os requerimentos de itens 4 a 7 serão submetidos em votação em globo.

Os Srs. e as Sras. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Indago se há algum comunicado a mais por parte dos Senadores? (*Pausa.*)

Não havendo...

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário, não tem muito a ver com a nossa Comissão, mas Infraestrutura cuida de tudo.

Como está aqui o nosso Presidente Zequinha Marinho, o Senador Jayme Campos, V. Exa., nós tivemos audiência aqui na Comissão de Agricultura sobre a questão do projeto lá do Cattani, de Mato Grosso, em relação à moratória da soja. E olha, felizmente, ontem nós tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal aceitando a constitucionalidade do nosso projeto. Eu acho que isso é um avanço porque também servirá para todos os estados brasileiros. Nós vamos discutir isso, claro, na Comissão, mas como estamos aqui todos, né? Qual é o grande problema? Por que a nossa Comissão tem a ver com isso? Porque hoje, infelizmente, no Brasil, a nossa produção tem que ser escoada toda ao mesmo tempo, porque não temos armazenagem, não temos uma política de comercialização e somos refém principalmente das *trades*, todas elas. E essa política é exatamente dos incentivos que eles recebem da Europa para financiar nossa produção, com regras. Eu quero dizer que estive lá, junto com a Aprosoja, e quero aqui inclusive agradecer muito, parabenizar a Aprosoja, tanto nacional como estadual, no Mato Grosso, o Lucas, que foi um gigante nesse trabalho, mas também aqui está o Senador Jayme Campos, os Deputados Estaduais, em nome do Catanni, que foi o autor do projeto de lei, a Deputada Janaina, o Presidente Max.

Hoje eles querem impor a nós aquilo que é legal no Brasil. Nós temos aqui um Código Florestal que é um dos mais, aliás, é a legislação mais rígida do mundo. E eu estive com a Aprosoja lá na Europa, principalmente a França, eles dizem o seguinte... Olha, nós argumentamos, nós estamos fazendo aquilo de acordo com a lei, não tem nada de ilegal, nós não estamos defendendo o ilegal. Mas eles disseram simplesmente, Deputado Zequinha: "A lei de vocês não nos interessa". Ou seja, é não respeitar a nossa soberania, e as *trades* têm que explicar muito bem como eles estão fazendo esse trabalho aqui.

Então, o nosso projeto, do Deputado Cattani, visa exatamente a não dar incentivos fiscais do estado a quem quer impor regras nessa questão, principalmente não respeitando o Código Florestal.

Então, Senador Zequinha, depois, na Comissão, nós vamos discutir isso com mais... O Senador Jayme Campos ajudou muito. E aí também vocês estavam na Argentina, na nossa audiência, foi extremamente importante a gravação de todos vocês, porque também deu mais força.

E aquela audiência pública foi provocada exatamente em função de uma audiência que nós tivemos no Supremo Tribunal Federal com o Ministro Dino. Ele mesmo falou que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante e necessário que fizéssemos, e ele se embasou na nossa audiência aqui, na Comissão de Agricultura, para tomar a sua decisão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha. E, assim, apenas a título de informação, tem um novo requerimento, inclusive foi pautado, acho que na reunião de hoje, na Comissão de Agricultura, para uma nova audiência, uma nova rodada de debates sobre esse tema da moratória da soja, lá na Comissão de Agricultura.

Eu apresentei, na semana passada, esse requerimento. E, nessa feita, convidamos, inclusive, o Presidente do Cade, porque há uma provocação, inclusive de minha autoria, no Cade. Porque essa questão da moratória fere o direito concorrencial, sem dizer que é uma agressão ao Brasil, é um desrespeito à legislação brasileira, é um desrespeito ao Código Florestal brasileiro, é um desrespeito aos produtores brasileiros. É uma visão preconceituosa da União Europeia contra quem produz no Brasil, por razões concorrenciais, por razões sabe-se lá de que natureza.

Mas o certo é que isso está impondo ao Brasil, especialmente à Região Norte do Brasil, o Estado de Rondônia, Mato Grosso, talvez parte do Pará. São os estados mais afetados por essa moratória da soja, que hoje virou um fantasma, virou uma assombração para quem está no campo produzindo. E não é quem fez desmatamento ilegal, não é quem fez nada disso; é uma interpretação unilateral dessas *trades*, a partir de um acordo feito na União Europeia, que se aplica ao Brasil, se sobrepondo à lei brasileira.

É a maior aberração que eu já vi. E, lamentavelmente, não se tem, por parte do Governo atual, o enfrentamento à altura com relação a esse tema.

Parabéns ao Mato Grosso pela lei que foi aprovada, ao Deputado que foi o autor, ao Deputado Cattani, ao Governador Mauro Mendes, que sancionou a lei. E agora, segundo a fala de V. Exa., o Supremo reconhece a constitucionalidade dessa matéria.

O Estado de Rondônia, Senador Wellington Fagundes, também aprovou. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia também aprovou uma lei de conteúdo semelhante para proteger o nosso produtor de soja no Estado de Rondônia.

É uma pena que lá o Governo do Estado de Rondônia não aplicou – e não aplica – a lei. Talvez agora, com essa decisão do Supremo, o Governo do Estado de Rondônia resolva enfrentar o preconceito, enfrentar a ilegalidade dessas *trades* que estão sacrificando os produtores de soja do Estado de Rondônia.

Está mais do que na hora de realmente fazer cumprir a lei, porque não dá para a gente, além de ter que obedecer a uma legislação ambiental que é rígida, a uma legislação florestal que é rígida, você ainda ficar submetido a uma decisão política da União Europeia que é aplicada aqui através de organismos associativos. Essa é a pior aberração que eu já vi acontecer no Brasil. Que bom que o Supremo entendeu a validade da norma, a validade dessa medida. Portanto, nós vamos, hoje à tarde, ter essa discussão lá na Comissão de Agricultura, dando a possibilidade de a gente ampliar ainda mais esse debate.

Parabéns a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, pelo debate da semana passada, que foi rico. Nós estávamos lá, mas acompanhamos a repercussão da audiência pública, que lançou luz sobre esse tema, que é um tema sensível, social e economicamente, para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para informar que é amanhã a reunião da CRA. É quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, é amanhã. Eu estou antecipando. Obrigado. Portanto, amanhã, quarta-feira.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos Senadores da República que contribuíram grandemente com a pauta de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e quarenta e seis minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Beto Faro e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eliziane Gama, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 12, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo avalie o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, no exercício de 2025." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 13, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CDR, com o objetivo de instruir o PL 775/2022, que "altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar" seja incluído a seguinte convidada: a Doutora Gisele Elias de Lima Porto Leite, Procuradora Regional da República." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Adiado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo avalie o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, no exercício de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Concedo a palavra a mim mesmo, autor do requerimento. (*Risos.*)

Senhoras e senhores, requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo avalie o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de planos de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, no exercício de 2025.

Justificação.

A universalização do saneamento básico é um dos maiores desafios do presente. De acordo com o Censo Demográfico 2022, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2.386 municípios, menos da metade dos habitantes residia em domicílios com esgotamento por rede coletora ou fossa séptica.

Ao mesmo tempo, a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conhecida como o marco legal do saneamento básico no Brasil, estabeleceu metas ambiciosas de universalização, desde a sua reforma de 2020. Assim, até 31 de dezembro de 2033, o Estado brasileiro deverá garantir que 99% da população será atendida com abastecimento de água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

Mais do que isso, a Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, estabeleceu importantes inovações e estipulou importantes instrumentos de política pública:

a) a delegação de serviços de saneamento, prevendo que a prestação dos serviços pode ser feita tanto por empresas públicas como por concessionárias privadas ou parcerias público-privadas (PPPs);

b) a necessidade de realização de licitação, garantindo concorrência e a possibilidade de participação de diferentes atores do mercado; e

c) o fortalecimento do associativismo e da prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em muitas regiões brasileiras, os municípios dispõem de poucos recursos financeiros e carecem de pessoal técnico especializado, o que dificulta a administração direta e isolada de certos serviços públicos de saneamento básico. Além disso, quando se trata de municípios de pequeno porte ou localizados em áreas com menores indicadores de renda, o desafio é ainda maior, pois lhes falta a escala necessária para tornar viáveis, de maneira individual, a oferta e a manutenção desses serviços.

Por sua vez, o enfrentamento dessa realidade só é possível com o crescimento da formalização de consórcios intermunicipais. Mesmo assim, diversos municípios ainda relatam dificuldades para formalizar consórcios, elaborar planos regionais de saneamento e obter os investimentos necessários à implementação de projetos de saneamento.

Neste contexto, a atuação ativa do Governo Federal, por meio de apoio técnico, regulatório e financeiro, se mostra indispensável para o êxito desses arranjos.

Diante desse cenário, a gestão associada surge como solução institucional capaz de promover a organização e a condução conjunta das atividades de saneamento por meio de consórcios municipais, respeitando a autonomia constitucional de cada ente e, ao mesmo tempo, permitindo-lhes unir esforços para alcançar a escala adequada e garantir a sustentabilidade econômica dos serviços sob sua responsabilidade.

De outro lado, o papel da União de unidade coordenadora é inquestionável e, com o tempo, só se fortaleceu. A partir da Lei nº 14.026, de 2020, houve um reposicionamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que passou a ter competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Com isso, agregou-se complexidade à regulação em nível federal que incide diretamente nos municípios, sobretudo porque o atendimento às normas de referência estabelecidas pela ANA se tornou condição para que os entes municipais possam acessar verbas federais destinadas ao setor.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 2.392, de 2022, concluiu que a correta implementação do novo marco legal do saneamento básico "depende de robusto conjunto de normas infralegais, em especial as normas de referência a serem elaboradas pela ANA, e da complexa estruturação da prestação regionalizada dos serviços, a ser realizada pelos entes subnacionais com o apoio do Executivo Federal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo isso, o apoio à formalização de consórcios de saneamento é um desafio que, pela sua dimensão e complexidade, demanda o acompanhamento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. Caberá a esta Comissão orientar o aprimoramento das políticas públicas para que a integração e coordenação de esforços interfederativos possam ser fortalecidas e, com isso, as metas tão urgentes e impostergáveis de universalização do acesso à água e ao esgoto no país sejam alcançadas.

Sala da Comissão, 24 de março de 2025.

Senador Jorge Seif.

Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Pessoal, Sras. e Srs. Senadores, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação plenária a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, presencialmente e remotamente, e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, senhoras e senhores, senhores servidores. Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Izalci Lucas, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Eduardo Girão, Paulo Paim, Magno Malta, Esperidião Amin, Augusta Brito e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: Primeira Parte - Comparecimento do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, atendendo aos requerimentos REQ 1/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), e REQ 14/2025 - CRA, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Agrário e Agricultura Familiar, para: apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos; prestar informações a respeito das medidas que estão sendo tomadas por esse Ministério frente à iminente onda de invasões de terras, que são motivadas pelo “abril vermelho”, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); prestar informações sobre a atuação da pasta que comanda acerca da Lei nº 14.701/2023; e detalhar sua participação na Comissão Especial de Conciliação instaurada no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) número 87/DF em tramitação no Supremo Tribunal Federal. Participante: Luiz Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. A pedido de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado, compuseram também a mesa dos trabalhos: César Aldrighi, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Edegar Pretto, diretor-presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e Jefferson Coriteac, presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Resultado: Audiência Pública realizada. Segunda Parte - Turno Suplementar (PLS 404/2018). ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 404, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que “Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências”." Autoria: Senador Givago Tenório (PP/AL). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas durante a discussão suplementar, o Substitutivo aprovado ao Projeto no Turno Único é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Usam da palavra os senadores: Marcos Rogério, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Chico Rodrigues, Jorge Seif,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes, Magno Malta. E o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/09

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A primeira parte da presente reunião destina-se ao turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2018.

2ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 404, DE 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

Autoria: Senador Givago Tenório (PP/AL)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório:

Observações:

- Em 02.04.2025, foi aprovado em Turno Único o Substitutivo ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser apresentadas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Até o momento, não foram oferecidas emendas ao substitutivo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo mais sido oferecidas emendas durante a discussão suplementar, o substitutivo ao projeto é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

A segunda parte desta reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Sr. Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 1, de nossa autoria, e nº 14, de iniciativa do Senador Marco Rogério, ambos de 2025, para:

- apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos;

- prestar informações a respeito das medidas que estão sendo tomadas por esse ministério frente à iminente onda de invasões de terras, que são motivadas pelo MST, referente ao Abril Vermelho;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- prestar informações sobre a atuação da pasta acerca da Lei nº 14.701, de 2023; e

- detalhar sua participação na Comissão Especial de Conciliação instaurada no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 87 DF, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Ministro, pela sua presença, muito obrigado aos Srs. Senadores que já chegaram e àqueles que ainda vão comparecer. Quero cumprimentar os senhores assessores, cumprimentar a imprensa, enfim, todos que se encontram neste recinto.

Como já lemos aqui a respeito dos dois requerimentos que motivaram a solicitação, o convite ao Ministro a estar conosco, o primeiro, da nossa autoria, para que o Ministro possa falar com a gente no sentido do que o Governo, do que V. Ex. tem como pauta para esses dois anos próximos, 2025 e 2026.

Como V. Ex. sabe, nós somos da Amazônia, eu, Beto, Marcos Rogério, Bagattoli, e nós temos muita preocupação com relação à questão fundiária também na Amazônia. A Amazônia tem aí pelo menos um levantamento preliminar de quase 2,3 mil projetos de assentamento, 2.272 quando eu peguei, 447 mil famílias, quase 70 milhões de hectares destinados a esses assentamentos. É um volume muito grande. A gente, claro, se preocupa com o Brasil todo, mas, como o grande problema fundiário do Brasil é a Amazônia, então eu fiz este pequeno esboço aqui, porque a gente se preocupa muito com isso em função da falta de segurança jurídica, da necessidade da autonomia e da emancipação desses projetos de assentamento, da necessidade que esse agricultor familiar também tem de ter o documento da sua terra, de ir ao banco, de financiar suas atividades; enfim, uma infinitude de ações que são importantes.

Isso nos traz muita curiosidade, e esta Comissão quer trabalhar, quer ser parceira de V. Exa. e do ministério, do Governo, para que a gente possa avançar. Precisamos trabalhar, produzir, entregar, a fim de que este país melhore, de que a Amazônia melhore, de que a gente possa ter mais qualidade de vida e de que a terra seja para a gente a fonte da riqueza, do alimento e das oportunidades.

Com muita honra, neste momento, quero desde já lhe conceder a palavra para que V. Exa. possa, então, começar sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Eu quero dar um boa-tarde a todas, um boa-tarde a todos e agradecer-lhes pelo convite para estar aqui. É uma honra participar desta audiência do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao ilustre Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; ao Senador Hamilton Mourão, do Rio Grande do Sul; ao Senador Beto Faro, do Pará; também ao Senador Marcos Rogério, de Rondônia; e ao Senador Jaime Bagattoli, que é de Santa Catarina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Só de nascimento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Só de nascimento. Sou de Rondônia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Ele é de Rondônia.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ah, é rondoniense. Obrigado. Faltou-me aqui... Eu peço perdão, mas a minha assessoria um dia haverá de chegar a tempo com os nomes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com esse nome não é nascido em Rondônia.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Tem muita gente, tem muito gaúcho no Brasil inteiro. Tem muito gaúcho em Santa Catarina, no Paraná, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Amazonas, tem muito gaúcho no oeste da Bahia, no sul do Maranhão, no sul do Piauí, e todos bem-sucedidos. Então, parabéns!

Eu estou aqui com a nossa equipe e peço licença para apresentá-los.

Olá, Senador Heinze, como vai o senhor, tudo bem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Este é um Vereador do PT, de São Borja.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Vereador do PT. Olhe aí, está convertendo o Senador, não é? (*Risos.*)

É de São Borja, Vereador?

Eu quero também dizer, honrado, que fazem parte da nossa comitiva aqui: o Presidente do Incra, igualmente um gaúcho, César Aldrighi; o Moisés Savian – ele, sim, catarinense –, Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do MDA; o José Henrique da Silva, Diretor do Departamento de Financiamento, Proteção e Apoio à Inclusão Produtiva Familiar do MDA; o Presidente da Anater, Jefferson Coriteac – quero agradecer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igualmente –; o Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Caio Baccini; o Consultor Jurídico do MDA, Consultor Chefe, Carlos Gondim; a Diretora Técnica da Anater, Loroana Santana; e a Julia Dalla Costa, Assessora da Secretaria Executiva do MDA.

Bom, eu aqui vou começar a partir do roteiro que me foi apresentado pela Comissão, pelo Exmo. Presidente – aliás, fomos colegas, e foi a partir de um encontro nosso no Mato Grosso que foi construída aquela ideia do pré-sal; também do Senador Beto Faro, fomos colegas na Câmara; do Senador Heinze, fomos colegas na Câmara; do Senador Rogério, fomos colegas na Câmara.

Eu trago aqui, então, a apresentação sobre as políticas públicas desse ministério, a começar...

Disseram-me que, se eu apertasse aqui, algo aconteceria. É para apertar do lado aqui, esta do lado? É aqui, então deu. Iniciando...

Primeiro, o grande tema brasileiro é a produção de alimentos; e não é um tema somente brasileiro, é um tema mundial. Dois fatores, acho que três fatores fazem com que a demanda de alimentos no mundo supere a produção. O primeiro fator positivo é o aumento do consumo, que aqui no Brasil evoluiu fortemente nos últimos dois anos e quatro meses – o aumento do consumo de alimentos é um fator positivo. O segundo fator é que a pandemia ajudou a desorganizar a produção agrícola no mundo. E o terceiro fator é a guerra Rússia-Ucrânia, que também interferiu na produção de alimentos, porque encareceu insumos e diminuiu a produção da Ucrânia. E aí eu traria um quarto fator que interferiu na produção de alimentos no mundo, que é o tema das mudanças climáticas. Por exemplo, o café. O café, hoje, o Vietnã teve uma quebra na sua safra muito importante, e as questões climáticas estão afetando a produção de alimentos no mundo.

No Brasil – isso são dados do Governo do Presidente Lula –, em 2022 e 2023 – porque o Plano Safra é anual, começa no mês de junho e termina no mês de julho, anualmente –, nós começamos com R$53 bilhões para a agricultura familiar. Depois, em 2023 e 2024, pulamos para R$71,6 bilhões, portanto um aumento de 43% no financiamento da agricultura familiar no Brasil. E o Plano Safra também foi recorde no seu todo: com a agricultura empresarial, somada à agricultura familiar, nós chegamos a quase R$500 bilhões.

No Pronaf, nós tínhamos alguns esforços, e eu quero aqui traduzi-los. O primeiro esforço era nacionalizá-lo; e, assim, nós conseguimos um aumento de 30% no Sudeste, 82% no Nordeste, 22% no Norte, 7% no Centro-Oeste. Ele estava muito localizado numa região brasileira, e o nosso esforço foi o de descentralizá-lo e alcançar todo o território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aumentamos o número de operações. Quando nós chegamos lá, nós tínhamos 1,45 milhão de contratos; depois, em 2023, passamos para 1,57 milhão de contratos; em 2024, 1,8 milhão de contratos; e a meta nossa, em 2025, é chegar a 2 milhões de contratos do Plano Safra. Portanto, é também democratizar o acesso a esse crédito.

Nós também fizemos outra prioridade. O Plano Safra deveria se importar com os alimentos que vão para a mesa do povo. Tem muitos alimentos que vão para a mesa do povo e que deveriam ter prioridade do Plano Safra.

Ali, eu mostro para os senhores o que foi esse esforço. Aumentou 35,28% o financiamento para a batata; 39,89%, o financiamento para o feijão; 88%, para a banana; 18%, para o arroz; 41%, para o açaí; 50,24%, para a piscicultura; 29,66%, para a carne suína; 73%, para o tomate e 120%, para a cenoura.

Também aumentamos em quase 60% os investimentos, os financiamentos para a mecanização.

O microcrédito teve 123% de aumento: 52% para as mulheres e 114% para a sustentabilidade. Por exemplo, o açaí e as florestas produtivas ganharam peso dentro do Plano Safra.

Bom, nós tínhamos, quando entramos, 90 mil cadastros do CAF – 90 mil –, e estavam vencidas as DAPs. O que nós fizemos foi adiar o vencimento das DAPs e fazer um programa de concessão de CAFs no Brasil.

Então, das 100 mil que estão ali, nós hoje temos 2,6 milhões de agricultores que têm CAF no nosso Brasil, um esforço feito pelo ministério, pelos governos estaduais, pelas EMATERs estaduais, pelos sindicatos, pelas organizações sociais, enfim, de conceder CAF para o agricultor, para que ele acesse 20 políticas da agricultura familiar no Brasil.

Bom, nós também sempre recebemos demandas dos trabalhadores rurais dizendo o seguinte: "Bom, esse financiamento é muito favorável, mas eu não tenho como acessá-lo". E assim foram criados três fundos de aval: o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe), do Sebrae; o Fundo Garantidor de Operações, do orçamento; e o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), cujos beneficiários são cooperativas da agricultura familiar com faturamento anual de até R$4,8 milhões e os agricultores familiares com renda anual de até R$100 mil. Portanto, para quem dizia que não tinha garantias, nós criamos, Senadores e Senadoras, as garantias para que os trabalhadores acessassem esses fundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas muitos trabalhadores – era até uma pendência – diziam o seguinte: "Peguei o financiamento, não paguei, fiz um acordo com o banco e entrei numa lista negativa do banco, que eles dizem que é o escore negativo". Então, ele não tem mais pendência, mas não pode pegar mais crédito. Outros diziam o seguinte: "Eu estou devendo e quero entrar num programa de renegociação do crédito". Então, foi lançado o Desenrola Rural, cuja meta é, neste ano, negociar 250 mil contratos, com descontos de até 85% e a retirada dos agricultores do que a gente chamou de prisão perpétua, que são esses escores negativos. Para tanto, nós queremos que os agricultores possam tomar novamente crédito rural para a produção de alimentos.

Nós também tivemos que fazer – e aí eu cumprimento a Senadora Ivete da Silveira, do MDB, de Santa Catarina –, nós lançamos um programa de reforma agrária. Eu quero trazer aos senhores que, quando entrei no ministério, recebi a Comissão Pastoral da Terra e a Human Rights Watch, e ambas mostravam altos índices de mortes no campo em conflitos agrários. Nós colocamos como meta diminuir os conflitos agrários e diminuir as mortes no campo no Brasil, porque o Brasil é um país que pode oferecer terra a todas e a todos.

Aqui está onde estão os conflitos no Brasil. Eu quero aproveitar para publicamente parabenizar o Presidente do Incra, porque, em dois anos, eles cadastraram todos os acampamentos no Brasil e chegaram ao número de 115.924 acampados. Nós, então, dissemos o seguinte: esse é o público a que nós temos que endereçar uma política agrária para que esse público possa ser assentado e, ao mesmo tempo, para que se diminuam os conflitos agrários no Brasil. São 115 mil famílias e 1.180 acampamentos no Brasil.

Senador Marinho, nós temos, no seu estado – só no seu estado, o Estado do Pará –, Senador Zequinha Marinho, 30 mil acampados. O sul do Estado do Pará é um barril de pólvora, um barril de pólvora que interfere em outras atividades econômicas, e nós estamos lutando para não interferir e para dar um rumo para essas pessoas.

E no que se transformou o programa de reforma agrária? Ali, os senhores podem ver como foi o programa de reforma agrária no Fernando Henrique 1 e no Fernando Henrique 2, nos Governos Fernando Henrique 1 e 2: justiça seja feita, eles assentaram muita gente. Depois, nós temos ali os Governos Lula 1 e Lula 2. Aí, temos o Governo Dilma, o Governo Temer, o Governo Bolsonaro e, agora, o Lula 3.

O Lula 3, para a gente, se assemelha... É a continuidade do Lula 2; nós estamos tendo um programa de reforma agrária muito semelhante a como foi no Lula 1 e no Lula 2. Para isso, a nossa meta é de inclusão, no programa de reforma agrária, em todas as modalidades de inclusão, de 326 mil famílias e, nos assentamentos tradicionais, de 60 mil famílias – com cujas metas nós estamos em dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um pouco do programa do Governo Lula. A meta é... O azul-escuro são famílias assentadas; o laranja são famílias regularizadas; e o verde são famílias reconhecidas para fins de reforma agrária.

E, assim, essa meta foi de 50,9 mil no primeiro ano – cumprida –, 74 mil no segundo ano – cumprida –, 100 mil no terceiro ano e 99 mil no quarto ano. Neste ano, já no mês de abril, do ponto de vista dos assentamentos tradicionais, cuja meta neste ano é de cerca de 30 mil famílias, nós vamos terminar abril por volta de 15 mil famílias, tendo cumprido metade da nossa meta.

Aqui as entregas. Já foram 125,3 mil famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo 25.812 famílias assentadas por edital, 52 mil famílias regularizadas e 47 mil reconhecidas.

Aqui está a tabela para os senhores e as senhoras terem a dimensão. Famílias em assentamentos tradicionais. Como o programa de reforma agrária tinha acabado, no primeiro ano, nós conseguimos assentar 1.450; no segundo ano, 1.903; no terceiro ano, 30 mil; e, no quarto ano, 26 mil.

Famílias de assentamentos diferenciados, muito comuns no norte do país, no primeiro ano foram 9.266 famílias; no segundo ano, 13.193 famílias; no terceiro ano, 10 mil famílias; no quarto ano, 10 mil famílias.

Famílias regularizadas: 24.745 no primeiro ano, 2023; em 2024, 27.808; em 2025, 40.900; em 2026, 42.900.

Famílias reconhecidas: 2023, 15.112; 2024, 31.912; 2025, 19.600; 2026, 20.600 famílias, dando um total de 326 mil famílias, como os senhores ali veem.

Eu acho importante dizer que todo esse programa atende à Constituição Federal, atende à legislação nacional e à regulamentação infraconstitucional e infralegal.

Bom, nós temos quais estratégias de obtenção de terra? Uma primeira estratégia é a estratégia do Orçamento Geral da União. Neste ano de 2025, foram destinados a nós R$406 milhões, mas também conquistamos um grande avanço, que é receber propriedades de grandes devedores da União que queiram colocar a sua propriedade no pagamento de impostos.

Eu vou só dizer, Senadora, que nós conseguimos vários proprietários que estão em recuperação judicial que têm proposto a entrega de parte dessas propriedades para resolver o problema de impostos. Não é algo, digamos, forçado. É algo voluntário e tem vindo dos proprietários a entrega de parte das suas terras para pagamento de impostos num processo de recuperação judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste quesito, a gente tem um R$1,4 bilhão de crédito para adjudicação. Aqui não tem nenhum Senador e nenhum Parlamentar de Pernambuco, mas a fazenda Folguedo, em Pernambuco, já está assentando famílias por essa prateleira, que é a prateleira da adjudicação de terra dos grandes devedores.

Terras de bancos: terras que já estão no patrimônio do banco – o banco não vai tirar de ninguém, elas já estão lá no patrimônio, já são dele – e que ele vai levar a leilão. Quando ele levar a leilão, quem comprar vai comprar abaixo do preço de mercado, e nós, quando tivermos que comprar, vamos comprar acima do preço de mercado. Aqui, então, o que se está buscando é um encontro de contas entre a União e os seus bancos para que, no preço de mercado, os bancos sejam ressarcidos e esse patrimônio venha para a reforma agrária.

Terras públicas federais: quem hoje administra a Câmara de Destinação de Terras Públicas é o MDA, mais especificamente, a Secretaria coordenada pelo Moisés Savian, em que nós estamos vendo aquelas terras públicas que não tenham... É a Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental, para destinar terras públicas que possam ser destinadas para assentar novas famílias.

Terras de órgãos públicos: terras de que, porventura, os órgãos públicos não estejam fazendo uso e que não tenham serventia para eles, como é o caso da Embrapa, o caso da Codevasf e o desse diálogo com a SPU.

Tem uma quinta prateleira que é, por uma lei aprovada pelas Sras. e Srs. Senadores, que o estado que deve para a União possa pagar em patrimônio para a União, na medida em que a União pode aceitar os imóveis. Então, ele paga, com imóveis, dívidas dos estados com a União. Essa é a estratégia que nós estamos trabalhando para enfrentar.

As senhoras e os senhores podem ver que eu ali apresentei uma tabela de 120 mil acampados, e nós estamos, com essas estratégias, equacionando em dois, em quatro anos do Governo do Presidente Lula metade desses assentados. Evidentemente, fazer reforma agrária hoje não é tão fácil, tendo em vista que o preço da terra no Brasil aumentou, e nós estamos condicionados a pagar o preço de mercado; então, não é tão fácil, hoje, se fazer reforma agrária no nosso país.

Nós também entendemos que esse agricultor que entra na terra, Senador Beto Faro, tem que ter um apoio do Estado. Não basta a terra: ele tem que ter crédito, ele tem que ter assistência técnica e ele tem que ter acesso ao mercado. Nós, então, disponibilizamos já, agora, no ano de 2025, R$1,6 bilhões. E aí nós conseguimos achar um dinheiro que estava perdido do Governo Fernando Henrique; estava nos bancos, na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Aprovamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os senhores aprovaram uma autorização legal para destinar esse crédito para crédito de instalação, e assim nós conseguimos viabilizar R$1,6 bilhões. Assim, esses assentados entram com terra e entram com crédito, e nós conseguimos dar conta desse processo.

Bom, nós também voltamos com o Programa de Educação da Reforma Agrária: foram R$ 48 milhões para o chamado Pronera.

E o Incra, presidido pelo César Aldrighi, conseguiu um novo concurso – devem entrar, em maio, 742 servidores do Incra, porque muitos servidores do Incra se aposentaram, e agora tem que renovar o quadro – e criou uma Diretoria de Obtenção, uma Diretoria Quilombola, uma Superintendência Regional em Petrolina e uma Coordenação-Geral do Pronera.

E aí, os senhores me perguntam: qual é a assistência técnica? Nós estamos trabalhando. Ontem mesmo, conversei com o Marenilson, Diretor do Dater, e com o Vanderley Ziger, para que todas essas famílias tenham assistência técnica e tenham um apoio das universidades e institutos federais para o desenvolvimento desses assentamentos. É muito importante que eles se desenvolvam.

A gente está construindo uma ideia que todo mundo tem, sempre é uma cultura brasileira, que diz: o sujeito, fulano nasceu em berço de ouro, não é isso? Nós queremos que esses assentamentos nasçam em berço de ouro, que eles tenham terra, crédito, assistência técnica e acesso ao mercado. Tanto que agora nós estamos fazendo uma licitação, a Conab, para que esses agricultores possam vender para o programa PAA, que é um programa para a agricultura, o Programa de Aquisição de Alimentos; eles entraram numa licitação, foi feito um edital pela Conab – e quero parabenizar o seu Presidente Edegar Pretto. E as associações brasileiras entraram nessa licitação e ganharam o PAA. E assim, esse agricultor vai ter terra, crédito, assistência técnica e acesso ao mercado.

E ele tem também uma alternativa de compra pública, que são as escolas públicas, que podem comprar. Na Amazônia, nós temos 10 milhões de alunos que podem, através das escolas públicas, comprar. Essas escolas podem comprar alimentos da agricultura familiar.

Aqui, o que eu disse aos senhores: quando eu entrei, em 2023, tinha 514 conflitos fundiários. Teve uma redução de 34%, entre 2022 e 2023, e de 42% no número de mortes entre os primeiros semestres de 2023 e 2024. Assim, essas ações de reforma agrária e de mediação de conflitos estão diminuindo os conflitos no campo brasileiro, diminuindo as mortes e dando uma perspectiva para ambos os lados, aquele que deseja a terra e aquele que a tem, isto é, tudo que nós estamos fazendo, nós estamos fazendo de maneira a resolver esses conflitos de terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma Ouvidoria Agrária, uma Ouvidoria agrária e uma Câmara de Conciliação de conflitos no Incra. Quero cumprimentar, inclusive, a Dra. Cláudia Maria Dadico, que é a Ouvidora agrária, que está aqui presente nesta reunião também.

Bom, o Plano Nacional de Crédito Fundiário. Todos sabem que esse é um programa que vem lá do Governo, final do Governo Fernando Henrique, começo do Governo Lula, nos anos 2000. E nós, então, demos um crescimento ao Plano Nacional de Crédito Fundiário. Hoje nós já atendemos 3.619 famílias, em 61 mil hectares de áreas adquiridas.

Acho que todos sabem o que é o crédito fundiário: você destina à família, e ela compra a terra. E ele é central para a sucessão no campo, porque se um pai e a mãe vêm a falecer, os filhos podem comprar a parcela dos demais filhos pelo crédito fundiário, ou de um vizinho eventualmente, ou alguém que queira vender uma fazenda, um grupo de agricultores pode comprar com o crédito fundiário.

O aumento no teto, os senhores é que votaram aqui. Saúdo o querido Senador Jayme Campos, nosso colega também, amigo querido. E nós tivemos um aumento que os senhores aprovaram aqui, para R$280 mil, no teto de financiamento; um aumento no teto do patrimônio, que é para todo o Brasil; um aumento de valor da assistência técnica, de R$2,5 mil por ano, por cinco anos; e uma nova linha para os jovens.

Bom, o abastecimento alimentar, alimento saudável no prato. Esse programa aqui, a Ministra Simone Tebet costuma dizer que é um dos programas mais meritórios do Brasil. Por quê? Porque você chega para o agricultor... Ele evidentemente tem que ganhar um processo licitatório, e é muito importante como as associações do interior do Brasil, do interior do norte, de extrativistas, de quilombolas, de indígenas, de mulheres, de agricultores e de assentados da reforma agrária, do Brasil inteiro estão ganhando essas licitações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Feita a licitação, você compra aquele produto, durante um ano, do agricultor, e aquilo garante a ele uma renda, mediante a entrega do produto. Só que o ajuda a organizar, para ele vender para a merenda escolar. Ajuda-o a se organizar para vender para o mercado.

E aqui nós tivemos R$1 bilhão em 2023, R$540 milhões em 2024 e nós vamos ter, em 2025, R$900 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos. Ele tem duas modalidades: essa compra direta, por esse edital da Conab, e uma outra modalidade, em que o Governo Federal passa os recursos para os governos estaduais e municipais para fazerem a compra dos alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui é um programa... Porque é a inclusão, pela via econômica, do agricultor familiar, porque o agricultor familiar sabe plantar, o problema dele é vender, e esse programa garante a compra do seu produto.

Aqui, onde estão essas associações que venceram essa licitação? E se os senhores me permitirem, aqui embaixo, olha, 249 mil toneladas de alimentos, 12 mil toneladas para cozinhas solidárias, 2,8 mil cooperativas, 70 mil famílias, sendo 67,5% de mulheres, 19% de povos e comunidades tradicionais, 26% de assentados e 3,2% de povos indígenas.

E esses alimentos são doados naquelas comunidades com insegurança alimentar. Então, é um programa muito virtuoso, da inclusão pela via econômica. Eu acho que esse é um dos principais programas sociais e econômicos que nós temos no Brasil.

Arroz. Arroz é o nosso Senador Heinze. Vocês se lembram do ano passado, um ano atrás. O preço do arroz explodiu depois daquele acidente no Rio Grande do Sul. O preço do arroz chegou... E o arroz é um alimento nobre na mesa do povo brasileiro. Eu tenho um amigo que tem produção agrícola no Mato Grosso, que diz que tem muitos maranhenses, e o maranhense recebeu o salário, a primeira coisa que ele faz é comprar o arroz. O arroz é aquela, digamos, energia forte, da força de trabalho no Brasil. Então, não pode encarecer.

Então, nós fizemos o lançamento de contratos de opção. Quando fizemos o lançamento, os produtores de arroz falavam "É muito baixo o preço". Hoje eles querem contratos de opção, porque o contrato de opção está um pouco acima do preço de mercado do arroz.

E aí, a nossa querida, querida Embrapa desenvolveu uma cultivar que, em terras altas, dá o arroz. Tem uma explosão da produção de arroz em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Tocantins, no Piauí, no Maranhão e também no oeste da Bahia. Então, o arroz baixou de preço, e nós queremos fazer estoques de arroz, para também o agricultor ter uma proteção em relação à compra do arroz. Nós produzimos, em 2023, 2024, 10,5 milhões de toneladas. Nós devemos estar agora em 12 milhões de toneladas de arroz no Brasil.

Hoje o Sr. Severino, que é o piloto que me trouxe aqui, falou "Ministro, já tem arroz a R$17", o que é um grande feito para uma sociedade cuja base alimentar é do arroz.

Os estoques reguladores. Nós estamos trabalhando a ideia de estoques reguladores de arroz, milho e trigo. E expomos esse valor para a formação de estoques. Olhe, Senador Jayme, em 2024, teve uma superprodução de milho lá no seu estado. Aquela superprodução de milho baixou o preço abaixo do preço mínimo. O que foi que a Conab fez? Comprou milho. Comprou milho acima do preço mínimo, comprou a R$60. No Nordeste brasileiro, teve secas, e o milho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava sendo vendido a R$100. E nós, na verdade, compramos a R$40 a saca e vendemos a esse agricultor a R$60, sendo que ele estava comprando a R$100.

Então, esse programa de estoque é fundamental, com dois objetivos: nós precisamos resolver o problema da alimentação da população brasileira, e tem que ter estoque. Todo o sistema mundial tem estoque, todos os países têm estoque. Por exemplo, quando você quer produzir energia, a barragem é um estoque. Quando você não quer ter variação cambial, você tem que ter também reservas. Aqui tem que ter estoque.

E, para isso, tem dois programas muito importantes: um programa é de estoque para a população, e o outro programa é de estoque para alimentação animal. São os dois programas sobre os quais eu serei perguntado ali na frente, e a gente acha que tem que aperfeiçoá-los, para dar conta do que o Brasil está precisando.

Bom, temos a Ceagesp e a CeasaMinas. São duas empresas superavitárias, e nós as tiramos do Plano Nacional de Estatização. Fizemos um acordo de cooperação técnica com o BNDES, com o Ministério da Gestão e Inovação, com a Conab, para a modernização e o fortalecimento dessas empresas, e um acordo de cooperação técnica com o Pacto Contra a Fome, para promoção de segurança alimentar e redução do desperdício de alimentos no Brasil.

São bancos de alimentos, nessas centrais, industrializando. E aí eu quero trazer duas experiências que pude conhecer pessoalmente: um belo banco de alimentos no Ceará e um belo banco de alimentos no Paraná, em Curitiba. No Ceará, fui com o Governador Elmano e, no Paraná, fui com o Governador Ratinho conhecer essa experiência.

Territórios quilombolas: 32 títulos entregues, 32 decretos declaratórios, 75 portarias de reconhecimento e 35 relatórios técnicos de identificação e delimitação. Foram R$137 milhões para aquisição de área, e se desamarrou a questão de Alcântara, porque Alcântara era um conflito de décadas que não se resolvia e, agora, se resolveu, resolvendo o problema da base de lançamento de foguetes e também o da titulação dos quilombolas que estão lá. Eu presto a minha homenagem a eles, que foram escravizados, resistiram nessas terras e têm o direito à titulação dessas terras.

Assistência técnica, cooperativismo, agroecologia e sustentabilidade. Eu queria falar aqui com os Senadores do Norte no Brasil: nós estamos fazendo o maior programa de reflorestamento do mundo com espécies produtivas, com açaí, cupuaçu, cacau, dendê, acerola, com experiências que os senhores conhecem. Por exemplo, no Estado de Rondônia, a Reca é uma experiência muito importante. Ali na Transamazônica, você tem muitas cooperativas de produtores de cacau que fazem chocolate. Você tem uma cooperativa de japoneses muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante no Pará, em Tomé-Açu, que produz açaí, e outras que produzem açaí. Inclusive, nós temos o Senador Beto, que é um Senador produtor de açaí e que também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Cooperativa Alcântara?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Camta, que é uma cooperativa que processa o açaí.

Então, nós estamos entregando para a COP o maior programa de reflorestamento do mundo, com a seguinte lógica: árvore de pé vai valer mais para o agricultor do que árvore deitada. O açaí tem uma lucratividade dez vezes maior que a pecuária, dez vezes maior que a soja, o cacau igualmente. Nós, para combater a inflação, abrimos a importação de óleo de palma, porque a cota que tem no Brasil não dá conta. Então, é um programa de recomposição florestal na Amazônia, com árvores, cujo resultado econômico para os agricultores é muito vantajoso. Portanto, nós estamos nesse programa.

Nós conseguimos R$150 milhões do Fundo da Amazônia via BNDES – quero agradecer aqui ao Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, à Tereza Campello, ao Nabil, a toda a equipe do BNDES –; conseguimos R$50 milhões com a Caixa Econômica Federal – quero agradecer aqui ao Sr. Presidente Carlos Vieira –; e há também o nosso orçamento. E quero parabenizar a construção desse acordo, através do nosso Secretário Moisés Savian.

Então, recuperação de áreas degradadas, adequação ambiental e ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis e produtos da sociobiodiversidade.

E eu quero falar uma coisa aqui, Senador Rogerio Marinho e também Senador Rogério, os senhores que são lá de cima: nós estamos trabalhando para que, se tiver um assentamento que esteja embargado, se faça um programa de reflorestamento e já se tire o embargo para oferecer o financiamento.

Nós também estamos, Senador, buscando o seguinte... Nós aqui, com este Senado, mudamos duas leis. A primeira lei é a das cláusulas resolutivas: nós retiramos as cláusulas resolutivas. O Presidente Lula vai publicar esse decreto, creio eu, agora em abril. E também resolvemos as florestas do tipo B, em diálogo com este Parlamento. Então, nossa ótica é uma ótica de não paralisar a vida do agricultor e ajudá-lo a entrar na legalidade e titulá-lo, que é o que o Incra vem fazendo.

Bom, falei de florestas produtivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assistência técnica e extensão rural. Houve o atendimento de 23 mil famílias em 2023 e 25 mil em 2024.

A construção... Nós estamos mandando para este Parlamento a ideia de um Sistema Unificado de Assistência Técnica e Extensão Rural, porque o que aconteceu no Brasil? O pequeno não tem mais assistência técnica. Quem tem assistência técnica vai longe. Quem não tem assistência técnica não vai longe. O pequeno não tem assistência técnica. E nós temos que fazer um SUS da assistência técnica brasileira. E é por isso que nós estamos mandando para cá uma proposta de um Suater. Por quê? O então Presidente Fernando Collor de Mello privatizou a empresa de assistência técnica de então e desarticulou... E esses sistemas estaduais estão muito enfraquecidos. Nós queremos regá-los de recurso e de tecnologia para prestar assistência técnica.

Bom, R$50 milhões para a estruturação da rede pública e metodologias, R$185 milhões para projetos de inclusão produtiva.

Aquele programa que eu falei para os senhores, Profor-EXT – parceria com universidades no Programa de Formação em Ater para Assentamentos da Reforma Agrária: 16 instituições de ensino, 85 assentamentos e 11 unidades da Federação, 6 mil famílias já estão sendo beneficiadas. E você contrata os jovens para formá-los, para dar continuidade ao processo de estruturação.

E a parceria MDA-CNA/Senar. Nós estamos conversando com o Senar para uma parceria com o Senar. O senhor pode até ficar assustado, mas a conversa está boa. E o senhor torça por ela. Se puder rezar por ela, por favor, reze por ela. Então... (*Pausa.*)

Agroecologia e sociobiodiversidade: R$336 milhões para alimentação escolar na Amazônia agroecológica; lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) – ontem o CNPq destinou R$25 milhões para Neas –; R$100 milhões para o fortalecimento das redes de agroecologia, Ecoforte; Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade; e aqueles R$25 milhões dos Núcleos de Estudos em Agroecologia.

E há um programa para as cooperativas, chamado Coopera Mais; Ater para as cooperativas: 350 organizações apoiadas para o aperfeiçoamento de gestão, cooperativismo e acesso ao mercado; e Selo da Agricultura Familiar.

Reconstrução do MDA. Quando eu cheguei lá, não tinha ministério. E, se eu chegava lá, só tinha fio solto, tinha lá... Nós reformamos, reconstruímos as políticas e hoje é um ministério muito vistoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Despesas discricionárias. Em 2015, eram de R$1,9 bilhão. Quando nós chegamos, em 2023, eram de R$1 bilhão, depois foram para R$1,36 bilhão e hoje para R$2 bilhões. Então, cresceu o nosso orçamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – ... duplicou o nosso orçamento, 200% de orçamento. Tem gente que diz que eu não brigo por orçamento, está aí a briga que a gente faz por orçamento. Acho ainda insuficiente, mas está aqui a prova da nossa luta aqui.

Eu quero também destacar aqui a presença do Camilo Capiberibe, que é Diretor Administrativo da Anater e foi Governador do Amapá.

E os programas reconstruídos todos: Plano Safra da Agricultura Familiar, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, Programa Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Institucional, Programa Nacional de Crédito Fundiário, titulação de quilombola, Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais, Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Selo Biocombustível Social.

É importante falar aqui com os Senadores nordestinos e nortistas: o Selo Biocombustível Social era muito no Sul; nós fizemos uma exigência – o Presidente Lula fez uma exigência – para aumentar para o Norte e Nordeste. Eu vou só contar uma experiência do Amapá. O Selo Biocombustível Social no Amapá faz com que uma empresa de biocombustível... Começou a fazer biocombustível do caroço do açaí, financia a associação, compra todo o caroço, que tinha problemas ambientais gravíssimos no seu descarte, compra o caroço, está testando a produção de combustível de aviação, financia...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Quem está fazendo isso?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – A cooperativa. É um produtor do Mato Grosso, do Estado do Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Ah, lá em Belém...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ele produzia, ele produz... Ele está fazendo, comprando o caroço, financiando a cooperativa, que chama Bio+Açaí. A cooperativa está vendendo para aquela sorveteria Bacio di Latte. Olhe que nível de relação. E, por isso, os agricultores da Bio+Açaí têm casa com banheiro, têm casa com internet, têm casa com energia solar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fotovoltaica. Então, quando os senhores tomarem um sorvete de açaí da sorveteria Bacio di Latte, saibam que os senhores estão financiando os agricultores do Amapá produtores de açaí.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Com todo o respeito, não é melhor do que um que nós temos lá no Pará. (*Risos.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Não, eu espero que o Pará risque a faca e possa fazer outras parcerias dessa natureza.

Mas o que tem de interessante é que o Selo Biocombustível Social mudou de lado: está indo para o Nordeste e está indo para o Norte esse Selo Biocombustível Social.

Cumprimento aqui o Presidente da Conab, Edegar Pretto, da mesma terra dos Heinze, do Senador Luis Carlos Heinze.

Bom, o programa Terra da Gente, programa Desenrola Rural, o Programa Nacional de Florestas Produtivas, a política do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planab), o Plano Nacional de Agroecologia (Planapo), o Programa de Quintais Produtivos, o Programa Coopera Mais Brasil, o Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento, o Programa Território Tradicional, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar.

É interessante dizer em que nós estamos num ambiente em que nós chamamos as indústrias nacionais – Simmmers, Abimaq, Anfavea – para produzir máquinas para os pequenos agricultores, já que a nossa modalidade de máquinas é para os grandes.

Projeto Dom Hélder Câmara no Nordeste, o lançamento do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o Programa Cidadania e Bem Viver, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e a titulação de povos e comunidades tradicionais em áreas de florestas públicas federais não destinadas.

Então, ilustre Presidente Zequinha Marinho, eu agradeço esta oportunidade que o senhor me deu, que os Senadores nos deram, para apresentar esse projeto.

E eu estou aqui à disposição para que nós possamos conversar sobre as perguntas que os ilustres Senadores e Senadoras farão aqui, durante a nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro. O tempo corre, há alguns afazeres dos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria perguntar ao Senador Marcos Rogério, que é o primeiro inscrito, se ele deixa rapidamente o Tchê, nosso Senador Luis Carlos Heinze, fazer uma intervenção, porque ele precisa correr para um outro compromisso. É possível?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Beto já está usando o argumento de que antiguidade é posto. (*Risos.*)

Então, eu acho que há uma associação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem! Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou ceder ao apelo de Beto, que os cabelos brancos do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que vão...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Heinze.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Daqui a pouco, já vão vir com um na mão.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Presidente, então, antes do Senador Heinze, se me permitirem, quero cumprimentar o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, e também quero dizer que, hoje de manhã, participei de uma solenidade em que o seu assessor da mesa, Pedro, passou em primeiro lugar na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal, e hoje está fazendo aniversário o seu assessor, Pedro, que eu conheci lá. Ele falou: "Ministro...".

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Cadê o Pedro? Fica aqui, Pedro, olhando para lá. É este rapaz simpático aqui. (*Palmas.*)

O primeiro lugar na OAB e mais um ano de vida!

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – E, se puder, queria convidar também o Jefferson Coriteac, Presidente da Anater, para compor a mesa conosco.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Maravilha. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora lá, Tchê.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Presidente, colegas Senadoras, Senadores, apenas, Paulo Teixeira, quero cumprimentá-lo pela explanação, mas nós temos um problema aí, Mourão, no Rio Grande do Sul.

Já falei com o José Henrique, a quem eu quero agradecer, e com o Savian também, sobre a questão do endividamento. Nós já estamos pedindo audiência lá contigo e com a sua equipe. Com o Fávaro já estamos conversando e, agora, vou começar a conversar com o José Henrique e também com o Savian sobre a proposta que nós estamos montando.

Nós tivemos, de 2020 até agora, cinco secas e uma enchente. É muito complicado, em seis, sete anos, esse problema. O Edegar Pretto conhece, é de lá. Então, essa é uma questão para a qual nós estamos buscando todas as entidades – o Governo do Estado, a Câmara Federal, o Presidente da Assembleia Legislativa, que é o Pepe Vargas –, todo mundo unido nesse processo, em cima da solução. Então, eu já vou começar a conversar com eles, Paulo, sobre esse tema.

Eu quero agradecer isso e só deixar esse recado.

César, eu estive agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... passando lá rapidamente, no assentamento São Sebastião, no Município de São Luiz Gonzaga. Eles querem a escritura. Está parado lá, não sei qual é o problema que está havendo. Então, o recado que eu peço a você é para dar uma olhada para nós em São Sebastião, em São Luiz Gonzaga, onde os assentados pediram que a gente pudesse ajudá-los, o.k.?

Quero agradecer ao Zequinha Marinho e ao nosso Senador que nos possibilitou a conversa. Obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Com a palavra agora o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro quero agradecer a oportunidade e cumprimentar o Ministro Paulo Teixeira, que tem uma missão importante e que precisa, obviamente, apresentar resultados nessa pasta que tem um papel importante para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe aqui algumas perguntas, outras foram já antecipadas e respondidas pelo Ministro na apresentação.

Eu queria que o Ministro abordasse um pouquinho sobre evasão dos assentamentos. Sempre que o Governo vem tratar desse assunto de necessidade de reforma agrária, de assentar, a pauta é sempre assentar mais, assentar mais, assentar mais. Eu não vejo uma revisitação daquilo que foi feito: o que deu certo e o que não deu. E aí eu tenho aqui alguns números que servem de parâmetro para uma análise mais profunda sobre o problema das evasões dos assentamentos, lotes vagos e beneficiários irregulares.

Segundo levantamento do professor agrônomo e ex-Presidente do Incra Xico Graziano, mais de 30% dos assentados já abandonaram seus lotes, evidenciando um grave problema de evasão nos projetos de reforma agrária.

Além disso, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 438, de 2021, identificou mais de 205 mil lotes vagos em assentamentos, totalizando 17 milhões de hectares ociosos – vou repetir: 17 milhões de hectares ociosos, isso identificado em acórdão do próprio Tribunal de Contas da União. E apontou ainda 580 mil beneficiários com indícios de irregularidade, incluindo servidores públicos e empresários, o que absolutamente desvirtua completamente a finalidade social do programa.

Diante desses dados, que são alarmantes, por que o Governo insiste em expandir a criação de novos assentamentos, em vez de recuperar e redistribuir os lotes vagos e regularizar o cadastro atual? Qual é a real prioridade da política fundiária do ministério: corrigir falhas estruturais ou seguir ampliando politicamente sua base de apoio?

E aqui, Ministro Paulo, eu vou lhe dar um outro dado. Esse é um dado mais recente. Se nós formos olhar um pouco mais no retrovisor do tempo, nós vamos ver uma outra situação – e essa é a realidade do meu Estado de Rondônia, talvez seja a realidade do Estado do Pará. Hoje uma boa parcela das propriedades rurais dos nossos estados que não tem regularização fundiária é porque, na sua origem, essas áreas foram destinadas a projetos de assentamento e aí, de parte a parte, não houve ali o cumprimento das chamadas cláusulas resolutivas. Posteriormente, saiu dessa área, vendeu, comercializou, abandonou, e vieram outros que estão em cima dessas áreas; aí cresceu, expandiu, produziu, gerou riqueza, desenvolvimento, prosperidade, e hoje o Estado brasileiro diz: "Eu não posso regularizar. Eu não posso regularizar, porque, na origem, houve um problema aqui em que quem recebeu não cumpriu as cláusulas resolutivas". Portanto, essa área voltou à condição de terra pública, sem jamais ser terra pública, porque o Estado brasileiro, por um lado, não cumpriu com as suas obrigações, e, por outro lado, de quem entrou, alguns não tiveram condições de permanecer, outros porque venderam mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e os dados que eu trouxe aqui são dados de quem abandonou a propriedade ou por venda ou simplesmente não permaneceu.

Mas eu estou trazendo, dentro do questionamento que apresentei, um recorte, que é um recorte de uma realidade que é vivida especialmente pelo Estado de Rondônia, que eu conheço bem, onde quem está em cima da área hoje não consegue documentar. E nós já tentamos, pela via do Legislativo, modificar a lei aqui, modificar ali para tentar organizar e não conseguimos. Eu até apresentei, uns dois ou três anos atrás, um projeto de lei criando uma figura que seria um modelo assemelhado ao instituto do usucapião para resolver essas questões, porque o usucapião não pode em se tratando de área pública, e aquelas que são consideradas as áreas públicas, obviamente, seriam enquadradas no impedimento. Hoje nós temos 30% das nossas áreas... Se você pegar o Estado de Rondônia, essa é a realidade; se você pegar o Estado do Pará, tem essa realidade. Essa é a realidade do Brasil.

A pergunta é: como resolver o problema? Aqui tem duas reflexões. Uma, você tem uma situação em que quem entra não permanece, abandona ou comercializa. E aí avançar com outras áreas ou aproveitar essas que já foram destinadas... Dezessete milhões de hectares ociosos é o que o Tribunal de Contas da União apontou como existente hoje para ser ocupado.

Eu indago, Presidente, se eu faço todas as perguntas ou uma a uma.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Posso responder a esse conjunto de perguntas que ele fez?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por favor.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador Marcos Rogério, primeiro, quero cumprimentá-lo. Fomos Deputados juntos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – O senhor era do PDT, brizolista, na época. E agora o senhor está me arguindo sobre reforma agrária. Eu quero responder às suas perguntas sobre reforma agrária.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só uma correção. Já fui do PDT; brizolista jamais. (*Risos.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Mas o PDT...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São as circunstâncias da política regional.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Da política regional.

Bom, dito isto, a primeira coisa que o senhor disse é o seguinte, o senhor disse que o Xico Graziano, ex-Presidente do Incra, apresentou um estudo dizendo que 30% dos lotes de reforma agrária estavam vazios, logo 70% deram certo. Então, a reforma agrária é correta.

A segunda coisa que o senhor pergunta é: por que fazer reforma agrária? Eu apresentei dados aqui demonstrando que, no Brasil, em função da dinâmica de concentração da terra e da dinâmica de mecanização, há uma expulsão no campo brasileiro que resulta em 120 mil acampados em beira de terra no Brasil, mostrando que essa política que está prevista na Constituição tem que ser feita, é mandatária, para ser feita.

A terceira coisa que o senhor falou: não é o caso de revisitar esses lotes vazios? O Incra está revisitando com um programa de regularização desses lotes, colocando novas famílias com aptidão para a agricultura para esses lotes.

A quarta questão que o senhor pergunta: nessa revisita nós temos que dar o que o Estado brasileiro talvez não tenha conseguido dar, assistência técnica, acesso a mercado, crédito... Isso o Incra está fazendo para que esse agricultor seja um agricultor bem-sucedido.

Em quinto lugar, o senhor falou das cláusulas resolutivas. Eu, há pouco, antes já tinha dito sobre elas. Nós resolvemos, num diálogo com este Parlamento, com a iniciativa do Senador Confúcio Moura, que aprovou um projeto de lei para a retirada das cláusulas resolutivas. Esse projeto será objeto, essa lei será objeto da sua sanção no seu estado. O Presidente Lula deve sancioná-la no dia 24 de abril, em Rondônia, uma lei que retira as cláusulas resolutivas. O Relator na Câmara foi o Deputado Airton Faleiro. Nós estamos retirando as cláusulas resolutivas por quê? Porque, na década de 70, dizia-se que esse cara teria que plantar cacau, e até hoje, se ele plantou outra cultura, ele não pode regularizar. Então, esta sanção vai acontecer... Esse decreto – a lei já foi sancionada – regulamentador dessa lei será publicado agora no mês de abril, creio eu, no seu Estado de Rondônia, que foi de lá que surgiu grande movimentação para a solução das cláusulas resolutivas. Então, respondendo ao senhor, esse tema já está equacionado. As florestas do tipo B, que são aquelas em que a pessoa tem um lote de produção e um lote de florestas, nós estamos regularizando e colocando esse lote de florestas no CAR; e vai ser uma floresta de natureza privada que ele terá que cuidar, ele não poderá suprimir essa floresta.

Então, são dois avanços que eu julgo fundamentais nesse período de nós termos conseguido, e o grande interlocutor nosso aqui nesta Casa foi o Senador Confúcio Moura, e por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, porque a iniciativa foi dele, o projeto de lei foi dele. Agora será entregue para a sociedade e vai beneficiar fortemente os agricultores do Estado de Rondônia, os agricultores do Estado do Pará, os agricultores de Tocantins, os agricultores do Amazonas, do Acre e do Maranhão, que tiveram as cláusulas resolutivas em tempo em que foram assentadas essas famílias no passado brasileiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministro, em relação à... V. Ex. diz que, se o programa atingiu 70% de aproveitamento, ele é um sucesso. Com relação àquilo que está funcionando, não há questionamento. Eu o estou questionando objetivamente porque V. Ex. fala de novas áreas, de novas aquisições para fazer. Eu estou questionando em cima daquilo que já existe.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Mas o que existe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí, eu estou perguntando objetivamente. Acórdão do Tribunal de Contas da União, Acórdão 438, de 2021: 17 milhões de hectares ociosos em razão dessas falhas. A pergunta é: qual é a política que o Governo tem adotado em relação a essas áreas?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Sobre essas áreas, eu vou passar também ao Presidente do Incra, mas vou dar duas respostas para o senhor. Primeiro, o Incra as licita para novas famílias ou regulariza. No caso, por exemplo, tinha lá uma pessoa, e o irmão veio a ocupar, então, as regulariza. Portanto, não há terras vazias, como o TCU falou. Aliás, esse estudo do TCU tinha uma série de equívocos. Aqui, já numa sessão, eu apontei tais equívocos.

Mas, se o senhor me permitir, o Presidente do Incra pediu para também dar essa resposta.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não, não...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que eu vou concordar com o Beto antes de ele falar.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Só uma questão. Só uma questão, porque se a gente ficar nisso aqui, o segundo, que sou eu, inscrito para falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. Vai ficar para amanhã.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – ... deve falar amanhã.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só amanhã.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Então, vamos fazer... Inclusive, em todas as sessões, a gente faz um bloco de três Senadores perguntando para que o Ministro possa responder. Foi assim que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Senador Marcos tem um dos requerimentos. Então, por favor, Senador, continue, feche esse bloco e a gente avança.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Senador Marcos, o senhor permite que o Presidente do Incra possa completar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não quero contrariar os meus colegas, porque eu concordo com a tese da pergunta na sequência, para todo mundo, para todos poderem ter a oportunidade de questionar. Não tenho dificuldade com isso, não. Aliás, na Comissão de Infraestrutura, a gente faz assim também.

Então, Ministro, em relação a essas áreas remanescentes, primeiro, se o critério adotado é o critério de terceirização por via indireta, é um critério ilegal. Ora, se você deu uma destinação, se V. Exa. está dizendo "Não, essas terras não estão vazias mais porque alguém ocupou", ora, é o Estado dizendo que está correto algo que não é correto. Se a destinação é a partir do Estado, então não pode. Se o poder público disse "Olhe, tem aqui 17 milhões de hectares ociosos, porque quem recebeu saiu, porque quem recebeu não cumpriu as condições e estão ociosos", não pode vir um terceiro, simplesmente ocupar e o Estado brasileiro vir aqui e dizer "Não, mas, aí, um parente, um não sei quem chegou lá e está tudo certo", e aí usar esse argumento para dizer que tem que buscar mais terras. Essa é uma questão.

Mas vamos em frente.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Posso só pedir para o Presidente do Incra responder a essa sua questão?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou fazer todas as perguntas e na sequência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Só para uma questão. Se o senhor me permitir só um esclarecimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, é só para ficar claro que quem está descumprindo o protocolo não sou eu, é a mesa.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Era só no sentido do esclarecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Eu sou servidor do Incra há 22 anos. Eu ajudei a responder aos dois Acórdãos, o 438, de 2021, e o 775, de 2015.

O 438, onde o senhor coloca os 17 milhões de hectares em 205 mil lotes, a análise dos dois acórdãos foi em cima dos sistemas do Incra. O Incra, quando cria um assentamento, faz uma projeção de famílias naquela área e depois tem efetivamente as famílias que são assentadas. Via de regra, essa projeção é um pouquinho maior do que efetivamente se encontra no campo. De repente, um lote não deu para fazer porque uma área foi mal projetada. Os 205 mil lotes são nominais, diferença daquilo que o Incra projetou para o que efetivamente tem lá.

Eu ajudei a responder, junto com a equipe do TCU. Esses 205 mil lotes vagos não existem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – O TCU já aceitou a nossa argumentação, Senador Marcos Rogério, de que há um erro no sistema, e nós estamos corrigindo portaria por portaria. Em um assentamento que foi projetado para 100 famílias, só couberam 95. Então, a gente ajusta aquela coluna da portaria para 95 e nós estamos chegando a zerar.

O segundo acórdão das 580 mil irregularidades também foi em análise de sistemas, cruzamento com sistemas públicos. O acórdão é de 2015 e em 2024, o TCU acatou todas as argumentações. Eu era um dos gestores, à época de 2015. Dos 580 mil, somente 2,4% das possíveis irregularidades foram confirmadas e estão sendo tratadas. E o TCU encerrou o Acórdão 775.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para corrigir – inclusive eu discuti na Câmara com o ex-Presidente Xico Graziano –, essa área de 205 mil lotes é uma área nominal, não existe do ponto de vista físico. Se o senhor for ao assentamento, não vai haver essa área vazia. E as irregularidades não se confirmaram. Só para esclarecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, então, diferente do que o Ministro falou... O bom de ter na mesa os dois é por isto: o Ministro falou uma coisa e o Presidente do Incra falou outra. O erro não foi do TCU, o erro foi da base de dados do Incra. Foi isso que V. Exa. acabou de afirmar.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – A base de dados que o TCU audita todos os anos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., mas V. Sa. está dizendo o seguinte, que o cadastro é que estava errado, os dados é que estavam errados. O TCU fez um apontamento e os dados estavam equivocados.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Exato.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – O erro foi do Xico Graziano, porque ele pegou um dado que não tinha sido contestado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De onde?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ele pegou um dado do TCU que ainda não tinha sido respondido. O dado, depois, do TCU foi corrigido, e ele fez uma afirmação que não é verdadeira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele fez uma afirmação em cima dos dados que tinha, enfim, mas o Presidente do Incra está dizendo que os dados do Incra é que estavam desatualizados.

Então, não pode terceirizar a culpa, Ministro. Vamos dar nome ao erro.

O SR. CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI – Mas objetivamente essas áreas não existem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., V. Exa. está dizendo que as áreas não existem.

Sobre a falta de diagnóstico e planejamento para consolidar os assentamentos. Se hoje o Presidente da República dissesse: vou liberar todo o orçamento necessário para consolidar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.501 assentamentos existentes, com titulação, infraestrutura, água, luz, estradas, assistência técnica, quanto o senhor diria que o ministério precisa para fazer isso?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Senador, nós estamos agora... Tem um debate com a Casa Civil no sentido de incluir essa demanda, como o senhor falou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qual o valor?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu não tenho precificado esse valor ainda, mas eu vou responder a questão de fundo, trazer para o PAC...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas eu só perguntei o valor. Eu só perguntei o valor.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – ... o programa de agricultura do PAC, para o PAC, a agricultura familiar que o Brasil nunca incorporou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministro, a pergunta foi direta e objetiva, porque eu vou fazer a argumentação em cima dela agora. A CGU já apontou que nem o MDA nem o Incra possuem diagnósticos atualizados sobre o que está faltando em cada assentamento, tampouco estimativas de custo ou metas de consolidação.

Como o senhor explica que, após décadas de política de reforma agrária, o Governo ainda não tenha um mapeamento mínimo das necessidades estruturais dos assentamentos? Quem está dizendo isso é a CGU. Como garantir a eficácia dessa política sem planejamento básico?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Senador, o MDA foi extinto pelo Governo de Michel Temer e pelo Governo seguinte, de Jair Bolsonaro. Ele está sendo reconstruído nesse curto período, nós tivemos que reconstruir 60 políticas públicas. O senhor tem razão, não tem diagnóstico. Mas como é que o senhor... Se tivesse extinto o Ministério da Saúde, como é que nós saberíamos quantas pessoas tinham sido vacinadas ou não tinham sido vacinadas no Brasil? Então, o ministério foi extinto, o Incra foi esvaziado, os recursos foram... terminaram os recursos. Nós pegamos... Eu mostrei aqui como os recursos estavam em 2022, daí para frente. Logo, esse diagnóstico que está sendo requisitado precisa ser feito, e nós o faremos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas não tem, mas não tem. O Governo....

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Não tem porque ele foi extinto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas tem dois anos de Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Dois anos, nós reconstruímos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. vai continuar dizendo que o Governo...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Presidente! Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Em dois anos reconstruímos todas as políticas que os seus Governos extinguiram.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem dois anos de Governo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Presidente, deixe-me...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – O seu Governo extinguiu o MDA.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem dois anos de Governo.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Nós reconstruímos, para fazer o que o senhor está pedindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o atual Governo, parece que ele só consegue olhar o Governo passado, ele não consegue olhar os seus próprios erros.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Presidente, se a gente não retomar o curso normal...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Nós reconstruímos 60 políticas públicas, mas o orçamento...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Presidente, se a gente não retomar o curso normal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Senador Rogério, desculpa aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministro, V. Exa. está fazendo uma afirmação... Primeiro que é uma desonestidade intelectual. O ministério... Aliás, é uma dupla desonestidade intelectual. O Incra nunca deixou de existir e a política de reforma agrária... Aliás, quem mais deu título para assentados da reforma agrária, para a tristeza do Governo de V. Exa., foi o Governo do Presidente Bolsonaro. O Governo de V. Exa. engana. O Presidente Bolsonaro titulou, deu título. Aliás, a primeira coisa que o Governo atual fez quando entrou foi suspender o programa de titulação. Agora eu estou fazendo aqui...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Senador Rogério, o seu Governo, que o senhor defendeu, extinguiu o MDA e não fez o estudo que o senhor está aqui pedindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que o Governo passado fez foi reduzir o número de ministérios...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eles fizeram estudo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e concentrou em outros.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eles fizeram estudo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Governo de V. Exa. vem e cria...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ele fez o estudo que o senhor está pedindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... a quantidade de ministérios que tem, mas não tem solução, não tem efetividade.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Mas o Governo que V. Exa. defendeu fez o estudo que o senhor está pedindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É mais gasto, é mais despesa, é mais desperdício de recurso público e pouca eficiência.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eles fizeram, o Governo fez o estudo que o senhor pediu?.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E pouca eficiência!

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Deixe-me só trazer uma questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu vou à frente. V. Exa. falou...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Presidente, só uma coisa aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa... Sr. Presidente, me assegure a palavra.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Nós temos que fazer... As falas aqui regimentalmente têm um tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Se a gente deixar em aberto aqui... Eu tenho outras atividades. Aí não dá, meu amigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Marcos.

Com licença, Senador Beto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir a gentileza... Eu aceitei a proposta que o Beto Faro trouxe. O Beto Faro podia chamar a equipe do Governo no cantinho ali e conversar com eles para se entenderem, porque eu aceitei a proposta de fazer todas as perguntas e ouvir a resposta. Quem optou por esse modelo foi a mesa. Então, meu colega Beto Faro, por V. Exa., tenho o maior respeito, mas quem tacitamente propôs e aceitou o modelo de bate-pronto foram os componentes da mesa, e eu não vou discutir com eles.

Mas eu vou caminhar para outras perguntas mais objetivas e vou concluir, Sr. Presidente, para não nos alongarmos neste debate, que já o fizemos.

O Ministro, aqui, agora há pouco, falou da necessidade de reestruturação do Incra, que o Incra não tem quadros, que o Incra... Enfim, pergunto – nós já estamos com dois anos de Governo –: teve algum concurso para o Incra? Teve alguma contratação para recomposição dos quadros do Incra? Eu estou perguntando porque o Incra de Rondônia eu conheço, e eu não vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar pelo Incra do Brasil. O Incra de Rondônia aposenta, fica doente, pede afastamento e não tem recomposição. Esse é um problema real.

Eu não vou fazer aqui uma afirmação irresponsável e dizer que esse é um problema apenas deste Governo. Este Governo tem problema com essa situação, o Governo passado teve problema com essa situação, o Governo do Presidente Temer teve... Todos tiveram. Mas V. Exa. falou aqui agora há pouco que o Incra precisa...

O primeiro passo é reconhecer que há um problema. A pergunta é: já teve um encaminhamento de solução, abertura de concurso? O Incra, Ministro... V. Exa. vai a uma unidade do Incra do meu estado – não sei se é diferente nos de V. Exas. – e, quando entra, tem que cuidar, porque tem lugar que tem que botar máscara, pois o acervo documental do Incra está no tempo do ronca. Não houve digitalização, não houve avanço tecnológico que chegasse lá. A memória documental do Incra é um problema. Se acontecer um episódio de incêndio em alguns lugares, perde-se a memória.

E outra coisa: quadros do Incra que já deveriam ter se aposentado há muito tempo estão insistindo em continuar ali, felizmente, porque senão nós perderíamos até essa memória viva do Incra.

Estou concordando com V. Exa. no sentido de que há necessidade de recomposição. A pergunta é: entre a retórica e a prática, houve encaminhamento pelo Ministério do Planejamento e com a orientação do seu ministério para novas contratações para o Incra? Porque senão tudo isso que se está desenhando, tudo isso que se está projetando, daqui a pouco vai esbarrar na falta de equipe para dar concretização a esse objetivo. Teve algum concurso ou tem em andamento?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Essa é a última pergunta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então continue e depois ele responde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, ok. Eu aceito, não tem problema. Eu sou democrata.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senão o relógio manda a gente embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos à frente.

Outra pergunta... Eu assisti a uma entrevista de V. Exa. dias atrás, e V. Exa. estava falando sobre o preço dos alimentos. Hoje V. Exa. trouxe aqui uma explanação sobre a agricultura familiar, sobre os investimentos, sobre os bilhões que estão sendo investidos nesse setor.

No Brasil e no mundo, tem muita gente que gosta de futebol, tem muita gente que gosta de música, gosta de viajar. Isso é importante, mas, na hora do aperto, as pessoas conseguem viver sem isso. Por outro lado, o alimento não é uma opção, é uma condição de vida, de sobrevivência. E o preço no supermercado está em um patamar que nunca antes nós vimos na história. O preço disparou, subiu tudo: café caro, ovo caro, carne cara. Como o senhor explica essa carestia toda? Os preços dos alimentos que estão tão altos... Como o Governo pretende reverter essa escalada do preço dos alimentos? Estou fazendo essa pergunta até em face do que ouvi V. Exa. falar em uma entrevista mais recentemente.

O Governo reservou bilhões para agricultura familiar. O Presidente Lula disse: se está caro, não compre, porque, se você não comprar, o dono do supermercado vai ter que baixar o preço. Eu até fiquei imaginando naquele momento: bom, se o brasileiro também considera o imposto que paga muito caro, é só não pagar imposto que talvez o Governo baixe os impostos no Brasil. Mas, não; vamos à frente pelo debate.

Eu lhe pergunto: o produto que está caro é do grande produtor ou o produto da agricultura familiar também está no mesmo patamar de preço? O ovo, o café produzido na agricultura é vendido mais barato no supermercado ou é o mesmo preço? E por que eu pergunto isso? Para que V. Exa. tenha a oportunidade de apresentar concretamente ao Parlamento justamente a visão que tem do porquê subiu tanto e quais são os mecanismos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que o Governo está adotando para reduzir o preço dos alimentos.

E eu, Sr. Presidente, tinha aqui mais umas quatro ou cinco perguntas, não vou me alongar nelas, apenas fazendo votos com relação à questão da regularização fundiária, que o Governo consiga avançar nessa agenda. Eu acho que essa agenda não é uma agenda de direita ou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquerda, essa é uma agenda do Brasil. Não há nenhum outro programa mais eficiente de proteção ambiental do que regularização fundiária. O Governo faz muito discurso, faz muitos apelos com relação a isso, acordos para cá e para lá. Não existe nenhum outro programa mais eficiente para se ter preservação ambiental, controle de desmatamento do que regularização fundiária. E regularização fundiária se faz com legislação atualizada e moderna – e este Parlamento deu contribuição em relação a isso – e com um Incra bem aparelhado e funcionando com eficiência para entregar os títulos de que os brasileiros precisam.

Eram as colocações que gostaria, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Bom, se eu puder responder...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Ministro, com a palavra.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Em primeiro lugar, Senador Marcos Rogério, o Incra regularizou, em 2023, 50 mil famílias; em 2024, 74 mil famílias. Logo, nesse quesito, nós vamos passar o Governo passado, como o senhor trouxe aqui. E o Governo passado, esse Governo que o senhor defendeu, não assentou uma família. Logo, nós vamos ganhar em todos os quesitos da reforma agrária do Governo que o senhor defendeu, o Governo Temer e o Governo Bolsonaro.

Em segundo lugar, o General Mourão, que chegou aqui no começo da audiência, quando o senhor perguntou se o Incra tem concurso novo, ele ali falou "tem". Ele mesmo falou, porque, na apresentação que eu trouxe aqui, 700 novos servidores... Houve um concurso para 700 novos servidores, e eles assumirão no mês de maio. E não só isso, nós conseguimos aumentar o orçamento do Incra, criamos duas diretorias e, de fato, agora nós estamos esperando um recurso que vem via Fundo Amazônia, em maio, para fazer toda a modernização da base de dados do Incra, como o senhor trouxe aqui para nós.

Eu cumprimento aqui o Senador Confúcio Moura. E quero dizer, Senador, que eu falei bem do senhor pelas costas.

Então, nós temos um concurso que está já homologado, e os servidores assumirão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Setecentos servidores...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – ... 700 servidores, porque já é uma resposta a muitas aposentadorias dos últimos anos havidas dentro do Incra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Desse número, qual o déficit que o Incra tem de servidores?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Olha, são 700 servidores para este momento, e nós estamos pedindo mais servidores para o Incra.

Sobre o preço de alimentos, na minha opinião, o aumento dos alimentos no Brasil tem um nome – e não sei quem aqui botou o boné. O nome do preço de alimentos no Brasil, o aumento se deveu a uma variação cambial que teve como razão a eleição de Donald Trump. O Governo brasileiro, depois... O que o Governo brasileiro fez? Tomou uma série de medidas. O dólar chegou, na eleição de Donald Trump, a R$6,30. O Governo brasileiro tomou uma série de medidas, o dólar chegou a R$5,65. Agora o Donald Trump abriu uma guerra comercial com o mundo inteiro e o dólar chegou a R$6. Por que a variação cambial gera inflação de alimentos? Em primeiro lugar, alguns alimentos estão precificados em dólar: o trigo está precificado em dólar, o milho está precificado em dólar, a soja está precificada em dólar, a carne está precificada em dólar.

Em segundo lugar, os insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, inclusive embalagens, muitas delas são importadas. Logo, a variação cambial vai para a mesa dos nossos brasileiros. E aqueles que puseram o boné de Donald Trump estão vendo agora que apoiaram o inimigo do povo brasileiro, que está gerando inflação na mesa do povo brasileiro. Então, preço de alimento é isso.

O Presidente Lula disse uma coisa correta. Ele disse o seguinte: "Se eu vou a um supermercado e um produto está a um preço, que custa eu dar uma olhada no outro supermercado?". Eu outro dia fui comprar um remédio aqui em Brasília, fui comprar o remédio e estava a um preço x. Aí, lá nessa farmácia em que eu fui comprar o remédio, disseram: "Olha, está a tanto preço, mas eu não tenho o produto. Vá abaixo, na outra esquina, na mesma rede, que tem lá o produto a esse preço". Eu, da ida dessa farmácia para outra farmácia da mesma bandeira, parei numa farmácia de outra bandeira e consegui comprar o remédio aqui em Brasília, naquela esquina das farmácias, a R$40 a menos do preço que ele tinha me dado. Logo, o Presidente Lula falou uma coisa correta: sempre é bom dar uma olhada ao lado. O arroz, por exemplo... Ele falou o seguinte, ele falou sempre que o consumidor é o rei e o consumidor pode sempre dar uma olhada ao lado e conseguir um preço melhor, porque às vezes o preço num supermercado, numa farmácia, num lugar está mais alto do que o preço em outros lugares.

O que é inflação de alimentos? A inflação de alimentos esteve concentrada e se concentrou em cinco alimentos. Quais são os alimentos? Primeiro, carnes; segundo, ovos; terceiro, café; quarto, açúcar; quinto, laranja. E teve um sexto preço que foi o preço dos derivados de soja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente óleo de soja. Os alimentos da agricultura familiar mantiveram a normalidade na sua grande base e os alimentos que são precificados em dólar, porque têm na Bolsa de Chicago e nas bolsas estrangeiras sua precificação, subiram pela variação do dólar.

Logo, na hora em que o dólar está baixando, eles estão baixando. Vejam o que aconteceu com as carnes: hoje você já encontra carne mais barata do que em novembro e dezembro; vejam o que aconteceu com a laranja: você encontra laranja mais barata do que em novembro e dezembro. Os ovos. Os ovos, nós tivemos alguns fatores que fizeram aumentar o ovo: o preço do milho, o abate de matrizes quando o ovo estava baixo, o aumento do consumo de ovos, o clima, e agora a quaresma, porque nós somos uma sociedade cristã, em que muita gente substitui carne por ovos, e também, quando a carne estava alta, houve uma substituição de carne por ovos. Logo, subiu. Mas esse tema dos ovos é um tema que, pós-páscoa, nós vamos ter uma diminuição. Então, os produtos estão diminuindo na gôndola, e faço um convite ao Senador Marcos Rogério: podemos ir com uma tabela juntos ao supermercado e mostrar comparativamente quanto custavam esses produtos em dezembro e quanto estão custando agora.

E torço para que o mundo retome a racionalidade, porque hoje o Presidente dos Estados Unidos tirou a racionalidade do mundo, brigou com todo mundo, acabou com todo o sistema pós-guerra, entre eles o sistema OMC, acabou com o sistema multilateral do mundo, abriu guerra com o mundo e o dólar, que estava a R$5,70, R$5,65 e já foi a R$6. Portanto, ele é o grande responsável se tiver retorno do preço de alimentos no Brasil. O mundo inteiro está assistindo hoje às bolsas caírem, o valor das empresas caírem e o dólar sendo valorizado, porque o que ele quer fazer é passar a inflação americana para nós, para todo mundo, valorizando o dólar e valorizando os produtos norte-americanos.

Nós estamos vivendo um tempo difícil e, infelizmente, nós não votamos nos Estados Unidos, mas aqueles que votaram nos Estados Unidos elegeram o Trump e ganharam de troco o "Netanye". Nós temos uma guerra comercial no mundo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, o Ministro me fez um desafio e eu quero dizer que aceito o desafio do Ministro de ir com V. Exa., pode levar a equipe também, ao supermercado para fazermos a conferência e a comparação dos preços do passado e de hoje. V. Exa. diz que diminuiu...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – De novembro para cá, que foi a alta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e, naquilo que subiu, a culpa é do Donald Trump.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, vamos avançando.

Obrigado, Ministro.

Magno Malta.

Eu quero cumprimentar os três Senadores que chegaram por último, Senador Confúcio Moura, Senador Chico, Senador Magno Malta, bem-vindos todos.

Quero convidar à palavra agora o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Zequinha Marinho, paraense como eu, que tem nessa pasta acho que uma das pastas mais importantes do nosso Governo, porque nós vivemos num estado que tem centenas de milhares de famílias de agricultores familiares, extrativistas, nosso estado vive...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – São 247 mil.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Nós temos mais de 200 mil assentados da reforma agrária, nós temos mais de 20% do que foi assentado no Brasil em todos os governos, nós temos ali todas as situações da agricultura.

Mas eu quero, primeiro, entrar menos na polêmica de um Governo para o outro, até porque, se for comparar, de fato, tem muitos problemas. Nós termos tentado acabar com o Incra... Porque foi isso. Eu fui Superintendente do Incra. Quando eu fui Superintendente do Incra, no primeiro Governo do Lula, nós tínhamos, na superintendência em que eu fui Superintendente, 450 funcionários. Agora, na volta do Governo do Presidente Lula – e fazia, na época que nós assumimos, 18 anos que não tinha concurso, quando nós fizemos o primeiro concurso; fizemos dois naquele período –, tinha 120 funcionários. E, desses 120, uns 40 já na fase da aposentadoria, estavam ali de teimosos, esperando que tivesse alguma política. De fato, desmontou. Tinha unidades avançadas do Incra que...

E aqui ainda há um problema, eu reconheço aqui que há um problema. Eu tenho debatido isso, inclusive, com o nosso próprio Governo, porque, do tamanho que está, não dá conta de tocar as políticas que nós precisamos tocar, principalmente num estado que nem o nosso, como é a Amazônia, em que nós temos imensas áreas do Incra, do Governo Federal que precisam ser regularizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão do título, sinceramente, no Governo passado, 347 mil títulos... Títulos não, 347 mil CCUs, porque, na verdade, títulos definitivos, foram 37 mil no Brasil inteiro – 37 mil no Brasil inteiro nos quatro anos. Foram dados CCUs, que hoje não permite que um agricultor que tem o CCU faça um financiamento bancário dando aquilo como condição para poder garantir o crédito. Aquele CCU... Inclusive eu tenho debatido com o Presidente César que continuar fazendo esse negócio de CCU e não ser o título definitivo não adianta. Está certo? Não adianta. Eu me recuso a ir a qualquer programação para estar entregando CCU; tem que fazer título definitivo. E nós temos que fazer uma prática, porque a questão do CCU é enganação. Está certo? É enganação. Nós temos que fazer título definitivo.

E acho que aqui tanto o Congresso pode ajudar muito o órgão, porque nós temos que botar dinheiro para poder fazer isso, para poder estabelecer, como o nosso Governo tem que trabalhar um processo grande. Porque, em estado que nem o meu, a gente tem as várias modalidades de assentamento estabelecidas, todas as modalidades de assentamento. E, dentro dos assentamentos, tem assentamento lá com 20 anos, criado no período do Fernando Henrique, em que não foi feita infraestrutura. Então, eu tenho dito ao Ministro e ao Presidente do Incra que fazer casa lá talvez não seja mais o problema. Está certo? Fazer casa não, porque o cara mora há 20 anos e já tem a casa. Ali, muitas vezes, é regularização e uma estrada vicinal, e ele dá conta de fazer o resto. Ele dá conta. A terra, no tempo que foram feitos os assentamentos, valia lá no Pará R$500, R$1 mil o hectare. Hoje essa mesma terra está valendo R$25, R$30 mil, R$40 mil, R$50 mil o hectare. Está certo?

Então essa é uma condição. Nós temos que estabelecer um plano para poder dialogar com cada área e com cada visão. Mas sou desses que acho que nós temos avançado muito. Precisa ser mais incisivo em alguns aspectos? Acho que precisa. Por exemplo, meu Ministro, companheiro, parceiro Paulo Teixeira, no Basa. Nós tínhamos que... Aqui está falando um caboclo da região que tem no Banco da Amazônia o principal banco para financiar a produção, porque lá é que está o FNO. Então lá não é a Caixa, não é o Banco do Brasil quem mais financia a agricultura; é o Banco da Amazônia.

É vergonhoso para mim, num ano inteiro, porque tem R$13 bilhões de dinheiro entrando no banco, do Imposto de Renda e do IPI, a gente ter R$300 milhões para a agricultura familiar. Está certo? Ter R$300 milhões para a agricultura familiar e ter dois projetos financiados de mandioca. Está certo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Então, aqui o ministério tem que cair de pau em cima do Banco da Amazônia e fazer o financiamento para a agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar, para a produção de alimento, para que a gente possa fazer esse preço baixar, porque tem produtos em que é verdadeiro. Pode até ter produtos, Senador Marcos Rogério, que tenham preços mais... Vamos ver o preço da carne: quanto era no final do Governo passado – mesmo esse – e quanto é hoje? Quanto é hoje? Quanto foi? A quanto chegou e a quanto chegou hoje? Tem questões que... Eu não entro nessa questão.

Tem responsabilidades que nós temos que fazer. Acho que o ministério fez muito em pouco tempo. Há uma demonstração clara da necessidade de esse ministério existir. Ontem eu disse isso para o Ministro dos Portos, que veio aqui e fez também uma boa explanação, porque não tem como não ter esse ministério. Acabar como foi acabar... Isso aqui funcionou, o Ministério do MDA foi construído no Governo de Fernando Henrique – não foi no Governo do Lula; foi no Governo de Fernando Henrique. O primeiro Ministro era um que foi inclusive Presidente do Incra, que foi Deputado Federal junto com a gente, pernambucano – foi o primeiro Ministro. Eu fui uma das pessoas que... Na época, a Presidente da Fetag brigava e tal, para a gente poder constituir, e chegamos a constituir. Então, não foi constituído nem no governo de esquerda – está certo? – , pela necessidade que nós tínhamos de ter um ministério que pudesse fazer a regularização, que pudesse atacar a produção de alimentos, porque a soja está bem, tem vários produtos, mas isso não é o que o caboclo está indo comprar direto no supermercado. Aqui o cara vai comprar batata, vai comprar feijão, vai comprar arroz, vai comprar os produtos que quem produz é a agricultura familiar. Então, nós temos que ter a necessidade. Esse ministério é fundamental para que a gente possa existir.

É boa a atuação da Conab, hoje, dentro do Ministério, a recuperação do Incra. O Incra não deixou de existir enquanto Incra, mas em que ministério estava no Governo passado? Tinha pedaço do Incra no Ministério da Agricultura, tinha pedaço do Incra que coordenava de outro ministério. Não tinha articulação nenhuma – nenhuma. Era desmonte total. Então, nós estamos fazendo um processo de recomposição que acho que é importante, com uma série de programas.

E eu quero parabenizá-lo, Paulo, primeiro, porque você nunca se recusou a vir a esta Casa – tanto aqui como na Câmara. Eu tenho participado dos vários debates, você tem vindo. Não sei e não vi ninguém que tenha chegado a mim e tenha reclamado: "Ah, eu pedi uma audiência para o Paulo, e o Paulo não me recebeu", fora daqui, fora do debate do plenário. Você tem recebido a todos, então acho que essa é a postura correta para poder estar tratando.

E tem um conjunto de políticas – tem um conjunto de políticas –, mas nós precisamos, na minha avaliação... Infelizmente, foi feito o primeiro concurso do Incra agora, mas você tem que ter um período inclusive para preparar esses servidores, porque não é só fazer o concurso e botá-los na cadeira. Então, agora está fazendo todo o processo de treinamento, para que eles possam chegar, mas nós tínhamos que acelerar outro – nós tínhamos que acelerar –, porque os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

700 não vão resolver. Os 700 não resolvem, porque é necessário... Se botasse os 700 nas três superintendências do Pará hoje, talvez, lá, resolvesse – talvez, lá, resolvesse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Não resolve... (*Risos.*)

Nós temos que acelerar outro processo, criar outro mecanismo de forma temporária, porque não é só o concurso, em que, às vezes, tem dificuldade, mas sei lá, algum PSS, relação com outras instituições, dividir funções com universidades, outras coisas, para que a gente de fato possa ter servidores que deem conta dessa missão que é fundamental. O seu ministério e a Presidência do Incra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Eu encerro já, Sr. Presidente.

O seu ministério, a Presidência do Incra e a Conab são órgãos fundamentais.

E, na assistência técnica, há uma coisa aqui que eu queria levantar e dizer. Eu sou oriundo do movimento sindical e, na época, criei muitas entidades ligadas ao movimento sindical que atuavam na questão da assistência técnica, que às vezes depende de um convênio com uma instituição. E a sequência do trabalho da assistência técnica não pode ter interrupção, ela não pode ter este ano e ano que vem não ter, porque, nas culturas, fora as de ciclo muito curto, às vezes, passam cinco anos para a gente poder colher. Então, você tem que ter. Para mim, eu cheguei à conclusão de que essa assistência técnica é auxiliar.

Nós temos que investir nas empresas de assistência técnica. No meu estado, nós temos um problema sério hoje na Emater. E eu não consigo ver se a gente não investir... E esse ministério aqui pode ajudar muito essas empresas de assistência técnica, que são permanentes, que têm relação, em que o cara trabalha ali há 30 anos, que conhece a realidade, para a gente poder fazer...

Infelizmente, lá no estado hoje, a gente tem um técnico, Ministro, na Emater, para atender a um município inteiro. Quando ele tira férias, não fica ninguém no escritório – não fica ninguém no escritório! Então, isso não o auxilia a chegar com essa política pública lá à ponta. Acho que isso é uma tarefa que eu queria lhe colocar como uma questão importante para que você pudesse fazer esse investimento, buscar os recursos para garantir essa assistência técnica, fora que vai ter que juntar mais a Embrapa...

A Embrapa é uma das instituições que este Congresso aqui prestigia e com razão, porque a Embrapa é fundamental e importante, mas ela precisa fazer mais pesquisa para a agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar, essa pesquisa mais próxima da gente. Inclusive, a gente produz açaí, mas produz dendê também. Hoje, por exemplo, lá na Embrapa em Manaus, a gente compra uma semente para poder fazer uma muda de dendê a R$6. Quando a gente vai comprar lá na Costa Rica, que é outro local que produz a semente do dendê, são R$11,00. E, se você deixar de comprar semente e produzir o dendê, você compra uma muda de dendê a R$38. Então, investir na Embrapa como um órgão que possa produzir... E dendê, hoje, dentro dos assentamentos, dentro da agricultura familiar, é uma das culturas no meu estado que rende, que faz com que as pessoas possam melhorar de vida e melhorar a condição de vida. Então, é necessário fazer isso.

Eu estou aqui para dizer que nós ainda temos um longo caminho. Acho que você criou alguns instrumentos importantes, importantíssimos, que você criou e que estão criados aqui, para que a gente possa tocar. Eu sou daqueles que estou junto com vocês para que a gente possa, inclusive no centro do nosso Governo, dizer que precisa trazer mais coisas para cá, precisa trazer mais coisas para esse ministério, que é fundamental, sem entrar aqui...

De fato, se a gente for fazer essa questão da regularização fundiária, como foi feito no passado, a questão da infraestrutura... Nenhum metro de asfalto, de estrada vicinal... Acabou no Governo passado! Nós estamos retomando agora para fazer isso. Quero, inclusive, convidar aqui os Senadores a darem suas emendas para ajudarem a gente a fazer essas estradas vicinais, que são necessárias para esses assentamentos.

Por fim, só quero lhe pedir uma questão. Agora, nessa questão do programa que renegocia dívidas, o Desenrola, nós temos uma questão. Ele passa a partir de 2012 até os dias atuais, para quem deve de 2012 até os dias atuais. No FNO, a agricultura familiar da Amazônia, que foi a agricultura familiar da Amazônia, deve muito do período de 2003 a 2012; não é de 2012 para cá. Nós tínhamos uma lei anterior ao Desenrola que trabalhava, mas que não está sendo trabalhada pelo banco. E isso fez com que, numa fase muito difícil, era numa fase muito mais complexa, a fase que não tinha energia no campo, era a fase que não tinha assistência técnica, era a fase que não tinha estrada, era a fase que os preços dos produtos da agricultura familiar estavam lá embaixo, as pessoas financiassem e ficassem endividadas. E a gente precisa resolver isso, sob pena de ter um conjunto de agricultores que precisam desse processo para ser financiado. Então, ou o Desenrola vai buscar essas pessoas desde 2004 ou a lei que já tinha antes disso a gente precisa aprimorá-la com o banco, para que a gente possa negociar.

A quem diga, inclusive no seu ministério, que o arcabouço já está pronto, que a lei já está pronta e que com essa lei que nós temos já dá para poder tocar. Então, vamos embora ir lá para cima do Banco da Amazônia fazer essa renegociação para a gente poder fazer esse povo voltar a disputar o crédito e fazer a produção, porque hoje, felizmente, para mim, que moro na Amazônia, eu estou vendo os preços dos nossos produtos todos aumentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bagattoli, o preço hoje do cacau é sessenta e pouco reais; o preço da pimenta-do-reino é trinta e pouco reais; o preço do açaí, R$400, R$300 uma rasa de duas latas. Então, o preço dos produtos agrícolas hoje é muito bom, dá renda para o agricultor familiar, mas a gente precisa fazer esses ajustes para poder investir.

E parabéns pelo ministério e pela exposição que você fez aqui, Ministro.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Eu quero agradecer as palavras do Senador Beto Faro. Ele é um profundo conhecedor do Norte, um profundo conhecedor do Pará, um profundo conhecedor da agricultura familiar.

Eu quero atender... Nós estamos fazendo reunião com bancos, com todos os gerentes. Fizemos uma *live* com todos os gerentes do Banco do Brasil, vamos fazer agora com o Basa e com o Banco do Nordeste. E aí nós queremos discutir com eles isto: de um lado fazer o Desenrola e, do outro lado, que eles possam também financiar o agricultor, ampliar o financiamento. Porque o Basa tinha um perfil, ele financiava o grande, um grande projeto. Nós ampliamos o microcrédito, em diálogo com o Ministro Waldez Góes, para o FNO, para o Basa. E por isso a gente agora quer fazer um debate com o Basa, e vou convidar os Senadores do Norte para participarem desse debate.

E foi lamentável – acho que foi bom o que o Senador Beto falou – a extinção do MDA, uma visão errada, equivocada, que extinguiu o MDA e não percebeu a importância da agricultura familiar e de uma política própria para o agricultor familiar. E também quando anota que realmente os esforços estão sendo feitos, mas que é preciso mais orçamento, e nós pedimos a este Congresso mais orçamento.

Quero agradecer também a presença, entre nós, do Senador Jaques Wagner, Líder do Governo aqui no Senado, amigo querido, já foi Governador da Bahia e é um dos grandes homens públicos deste país, e também do Senador Jorge Seif, de Santa Catarina, aqui presente igualmente. Obrigado.

Eu já...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Vamos fazer...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – ... fiz minhas considerações sobre o que o Senador Humberto falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ministro, vamos fazer um "blocão", que já são mais de 16h, são 16h12, a Ordem do Dia já está começando a rolar... Então, vamos dar, rapidamente, a palavra para...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria propor a V. Exa. que estabelecesse tempo, correto? Não tem tempo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Estou buzinando aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas a buzina não valeu. Então, V. Exa. agora determine.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agora interrompe o negócio. Vamos lá!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – V. Exa. não é Alexandre de Moraes não, mas dialogue.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Concordo. Concordo.

Jaime Bagatolli. Três minutos.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois é, Excelência. Agora, em três minutos, é difícil, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Três minutos. Vamos lá. Vamos ganhar tempo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o Ministro Paulo Teixeira, o nosso Presidente Zequinha Marinho, o César, do Incra, e o Edegar, da Conab.

Eu quero dizer para vocês diversas situações.

Primeiro, eu quero responder ao Beto Faro sobre o FNO.

O FNO realmente tem que ser para o pequeno produtor. Nós temos aí quase 24 bilhões, agora, para o ano 2025, e, infelizmente, o que está acontecendo com o crédito rural, principalmente do pequeno produtor, ele não tem... Ó, e eu já conversei com o Ministro, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Teixeira, conversei com o Senador Confúcio Moura: não foi resolvido o problema das reservas tipo B. Não adianta mais nós ficarmos debatendo sobre essa situação. Eles, todos os bancos, inclusive agora, os bancos, inclusive o Basa, o banco Basa, está exigindo deles o Prodes desde 2019. Desde 2019.

Então, nós temos que acabar com esse negócio e acertar no Bacen, no Banco Central, ver uma solução para realmente dar crédito para o pequeno produtor.

O que você falou sobre o negócio, como que o pequeno produtor, aquele que tem embargo, vai resolver o problema? Ele não tem nem condição de sobreviver lá na sua propriedade.

Agricultura familiar. Eu conheço a agricultura familiar. Poucos Senadores que estão aqui têm conhecimento da agricultura do pequeno produtor como eu conheço, principalmente no Estado de Rondônia, e eu sou do médio para o grande produtor. Eu não sou pequeno produtor. Essa que é a grande diferença. E, lá, teve um programa, sim, de reforma agrária, da década de 70, que deu certo. Por isso que Rondônia é o estado do Brasil que tem o dobro de carteiras assinadas, contra o Bolsa Família. É o único do Norte e Nordeste, e isso se deve a um programa de reforma agrária que deu certo na década de 70. Quem fez? Não me interessa quem fez.

Quando se fala aqui em 116 mil acampamentos, são dados, os dados únicos do próprio, acho que é do próprio Incra. São 58 mil famílias acampadas, sendo que 33 mil são da área rural – 33 mil são da área rural.

E, aí, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu coloquei – viu, César? – 4,5 milhões no Incra. O meu objetivo é ajudar o pequeno produtor.

Eu tenho ido ao Incra, a Porto Velho, tenho falado: "Oh, gente, vamos fazer documentar os pequenos produtores".

Nós temos mais de 25 mil propriedades em Rondônia, que estão lá, e o duro disso tudo é que vocês estão vendo essa situação desse embate. Coloca-se, faz-se um projeto de assentamento; quando se passa 10, 15, 20 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ainda não se entregou o documento, vem o problema de uma demarcação de reserva indígena. Nós temos lá em Monte Negro e em diversos lugares lá no Estado de Rondônia – o senhor tem acompanhado, o senhor sabe disso. Então, são diversos os problemas que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não gosto de falar em governo... O Governo anterior entregou 458 mil títulos, sendo 87 mil – e não 37 mil – definitivos. Até agora foram entregues 15 mil. Isso são dados de vocês do Incra. Então, nós temos que parar com esse negócio de quem é governo, tipo A, se o governo é de esquerda, de centro, de direita. A verdade tem que ser dita.

Eu nunca vim aqui falar do médio e do grande produtor. Eu nem toco em médio e grande produtor. E digo mais: eu conheço toda a situação do café, está excelente. De quem é? Oitenta e cinco por cento são do pequeno produtor. O cacau de quem é? Do pequeno produtor. Entendeu? Aí, quando vocês falam em açaí, como esse produtor – gente do céu!; vamos botar o pingo no "i" – vai recuperar uma propriedade se tem muita coisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que ele produz lá e ele não tem nem receita?

Primeira coisa: queremos manter o homem no campo e nós precisamos da agricultura familiar, porque eu sei, pelo Estado de Rondônia, o tanto que é importante, porque lá 70% são da agricultura familiar, 70% é do pequeno produtor, e nós precisamos manter esse pequeno produtor lá e com renda.

Agora, o que nós precisamos fazer... Eu quero... O senhor me atendeu hiperbem, eu não tenho uma reclamação sua, Ministro Paulo Teixeira, não tenho reclamação. Fui duas vezes já a você, você me atendeu hiperbem. Agora, vamos resolver esse problema da reserva tipo B, vamos resolver definitivamente. Está lá, acabei de falar com os dois bancos. Falei com o Basa e falei agora com os bancos cooperativas, só não consegui falar com o Banco do Brasil. Agora, neste momento, há uns 40 minutos, não se resolveu o problema. Nós precisamos resolver o problema dessa situação dos pequenos produtores. Então, eu queria que o senhor me respondesse depois sobre isso aí.

Nós temos o grande problema das invasões de terras aí. Você viu agora esse negócio do Abril Vermelho. Se você pegar aí... Para nós termos uma noção aí, só agora, em 2025, teve 30 invasões, só agora no ano de 2025. Então, nós temos que acabar com isso, nós temos que dar pacificação no campo, nós temos que regularizar essas propriedades para as quais o Incra já deu sinalização de assentamento, nós precisamos regularizar essas propriedades, temos que resolver, sim. Vocês têm que encontrar um mecanismo.

O médio e o grande produtor se eles derrubaram depois de 2008, temos que arrumar um mecanismo para eles. Eles que vão ter que dar outra propriedade, fazer outra coisa. Agora, o pequeno produtor rural – o pequeno produtor rural... No Norte hoje – não podemos tampar o sol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a peneira –, nós temos mais de 50% dos pequenos produtores que estão com problema, e não vai resolver, porque o Ministério do Meio Ambiente não aceita e o Ministério do Meio Ambiente, hoje, é contra dar o documento da propriedade, ele é contra, eu sinto isso, eu sinto que ele é contra. E por que não ajudar essas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Para concluir, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para concluir, Presidente – eu sei que o tempo aqui está curto –, eu só queria fazer uma pergunta ao senhor.

Em 2025, de acordo com dados da CNA, já tivemos 30 invasões de terra no país, já afetadas pelo chamado Abril Vermelho, pelo MST. Desde o início do Governo Lula, em 2023, já foram 148 invasões, mais que o dobro considerado em todas as invasões dos períodos anteriores, com 62 ocorrências. Sabe-se que o crime de esbulho possessório, invasão de propriedade, está previsto em diversas legislações no Brasil, como o Código Penal, o Código Civil e a lei de reforma agrária, ou seja, não existe invasão legítima, muito menos legalizada, ou permite-se invasão, é crime previsto em lei. Mesmo assim, diversos movimentos ditos sociais, como o MST, praticam atos de invasão, de terrorismo e de violência, que geram caos no campo, desrespeitam as leis e menosprezam os produtores rurais.

Dessa forma, pergunto: por qual motivo o MDA e o Governo Federal insistem em manter relações e atender demandas do MST, movimento que promove o terror no campo? Por que não utilizar critérios técnicos e imparciais para a seleção de famílias para a reforma agrária? Qual a política pública e o orçamento do MDA para o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos já criados, visando ao acesso de crédito rural e à entrega de títulos definitivos de lote onde vivem, garantindo a essas pessoas independência financeira e segurança jurídica no campo?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado.

Senador Chico Rodrigues.

No final, o senhor responde.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu só tenho um receio, se puder ser breve na resposta, mas eu tenho o receio de perder a resposta com o frescor dela, se o senhor me permitir, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Primeiro, as florestas do tipo B. As florestas do tipo B, no que diz respeito à legislação, a gente já resolveu. O que o senhor está dizendo é que o Banco Central, as normativas do Banco Central, não modificaram a ponto de os bancos atenderem. Então, ao que eu me prontifico agora é fazer esta busca junto ao Banco Central para ver o que ainda está impedindo os bancos de implementarem a legislação já aprovada que resolveu o problema das florestas do tipo B, o passo maior nós já demos. Agora, se depende de uma normativa infralegal, nós temos que resolver nessa discussão com o Banco Central.

A segunda coisa que o senhor disse, o meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente, nós fizemos com ele um acordo de todos os assentamentos embargados, fazendo um plano de recuperação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – ... plano de recuperação ambiental, você já recebe, pode desembargar. Então, eu só queria dizer que o Ministério do Meio Ambiente não é contrário ao agricultor familiar e a documentá-lo.

Em terceiro lugar, quero dizer para o senhor o seguinte: em primeiro lugar, não tem nenhum movimento social, nenhum sindicato, nenhum segmento que está banido da legislação brasileira, nós não podemos discriminar ninguém que esteja na legalidade. Em segundo lugar, quero dizer para o senhor que, no ano de 2023, no ano de 2024, esses protestos não resultaram em nenhuma permanência dessas pessoas nas áreas em que elas eventualmente ocuparam e, por isso, na minha opinião, isso tem uma característica de protesto, porque não teve nenhuma consequência do ponto de vista do direito à propriedade dessas situações. Então, é assim que respondo.

Quero pedir para o José Henrique cuidar dessa questão das florestas tipo B junto com o assessor parlamentar para a gente dar uma resposta ao senhor, porque, como o senhor disse que já foi recebido duas vezes bem no meu ministério, eu quero que o senhor seja recebido pela terceira vez e atendido definitivamente nessa sua demanda.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Ministro Paulo Teixeira, Presidente da Conab, do Incra, da Anater, meu caro Presidente Zequinha Marinho, nós assistimos aqui aos debates acalorados e é lógico que tem o lado da demanda reprimida e o lado, obviamente, da necessidade urgente de atender a essas demandas.

Eu gostaria de dizer que já me dei por satisfeito em várias perguntas que foram apresentadas aqui pelos meus colegas Senadores que me antecederam, e não poderia deixar de, apenas, fazer um pedido a V. Exa. e ao Dr. César Rodrigues em relação ao nosso estado. O Incra, no Estado de Roraima, precisa urgentissimamente ser atendido tanto com relação à composição de pessoal do seu quadro quanto à questão de transportes para fazer todo aquele trabalho, para a demanda que vem se acumulando há muitos anos lá no nosso estado, assim como também quanto ao quadro de pessoal, a que já me referi.

Eu, que tenho frequentado com certa assiduidade e tenho sido cobrado por uma base enorme de pequenos produtores de assentamentos, gostaria de marcar, inclusive, César, Presidente, para que nós pudéssemos atender, de uma forma mais agressiva – vamos usar esse termo –, para que a nossa superintendência possa ter esses pontos atendidos. Como o senhor sabe, nós temos lá mais de 40 assentamentos, no estado, e temos um problema recorrente que é a questão da titulação. Tem pessoas que estão ali nos lotes há 10, 15, 20, 30 anos e ainda não conseguiram realmente receber o seu título. Portanto, são demandas que ocupam o nosso estado, que, como o senhor sabe, é um dos estados que tem maior número de projetos de assentamento, o Estado de Roraima, e a demanda sobre nós é fortíssima.

Foi falado aqui também da assistência técnica. É importante o fortalecimento da assistência técnica, até porque o estado, que tem se expandido, tem inclusive introduzido, através das pesquisas apresentadas pela Embrapa, novas culturas de valor agregado excelentes, portanto os produtores precisam também ter uma assistência técnica mais efetiva. E o meu foco hoje, basicamente, é em relação a quais ações podem ser, a curtíssimo prazo, desenvolvidas para atender à Superintendência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... do Incra no nosso Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Seja bem-vindo, Ministro! Obrigado, mais uma vez, por estar aqui prestigiando o nosso Legislativo, com a equipe do senhor, para dirimir essas dúvidas que todos nós temos enquanto Senadores e representantes, muitas vezes, e é o meu caso, da FPA e de vários produtores Brasil afora.

Ministro, eu vou fazer algumas perguntas para o senhor, aí, depois, o senhor responde conforme sua conveniência.

No art. 5º, inciso XXII da Constituição, é garantido o direito de propriedade. Como o senhor explica o silêncio do Governo diante das invasões promovidas pelo MST, inclusive em áreas produtivas e tituladas, protegidas por lei? Primeira pergunta.

Segunda, eu gostaria de saber o posicionamento do senhor: o senhor condena ou relativiza as ações do MST quando invade propriedades privadas? Porque o Governo evita classificar como crime algo que, claramente, se enquadra como esbulho possessório, previsto em Código Penal.

Terceira pergunta para o senhor. Por que o Governo não acionou a Força Nacional em casos de ocupações ilegais, mesmo com decisões judiciais de reintegração? Eu lhe pergunto: seria omissão ou cumplicidade com esse grupo terrorista que é o MST?

Pergunta nº 4: é verdade que o Governo nomeou pessoas ligadas ao MST para cargos estratégicos no Incra e Ministério de Desenvolvimento Agrário? Continuo: o senhor considera isso adequado, mesmo diante do histórico de ilegalidade desse movimento terrorista?

Cinco. Quantas áreas, Sr. Ministro, foram desapropriadas no atual Governo e quantas delas beneficiaram diretamente membros do MST? E qual critério técnico está sendo utilizado ou se trata de um loteamento ideológico da terra?

Seis. Por que líderes do MST, Sr. Ministro, têm acesso privilegiado ao Palácio do Planalto e ministérios enquanto produtores rurais e representantes do agronegócio nos relatam sofrer resistência e criminalização por parte do próprio Governo?

Sete. O Governo destinou mais de 500 milhões à reforma agrária e assentamentos. O senhor pode garantir que nenhum centavo foi repassado a acampamentos ilegais ou estruturas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligadas a movimentos que cometem crimes de invasão? Porque a imprensa noticiou que foram repassados realmente mais de 500 milhões para esses movimentos, por isso a minha pergunta.

Oitava pergunta. Qual o controle que o Governo exerce para impedir que verbas públicas beneficiem ocupações ilegais? Mais ou menos uma complementação da anterior.

Nove. O senhor está disposto aqui e agora a declarar publicamente que condena qualquer invasão de terra, seja pública ou privada, e que o Governo tomará todas as medidas legais contra quem pratica esse tipo de crime?

Dez. Para finalizar, se o MST continuar promovendo invasões, o senhor, como Ministro, se compromete a defender a reintegração imediata e o corte de qualquer benefício ou diálogo institucional com esses grupos?

Vou lhe explicar uma coisa, Ministro, com todo o respeito ao senhor e à sua equipe. O que nós temos visto é uma conivência, um apadrinhamento desse grupo terrorista. O MST é como erva daninha no campo, tem que ser eliminado, não estou falando de morte ou violência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Simplesmente, no Governo do Presidente Bolsonaro, em quatro anos, tivemos três invasões.

O MST se sente tão à vontade no atual Governo que promove reiteradamente invasões, inclusive em sede do Incra, como aconteceu no Mato Grosso – Mato Grosso do Sul, se eu não me engano –, Cuiabá. E se sentem tão à vontade que promovem Abril Vermelho, pelo segundo ano. Tivemos praticamente 200 invasões de terra nos últimos tempos. Isso, na minha cabeça, como um pilar da democracia, é o direito à propriedade privada com defesa do Estado, e não ao contrário. Está havendo uma inversão de valores. Esse grupo terrorista está tão à vontade no Governo Lula que promove reiteradas invasões, inclusive, Ministro, com a sensação de não repressão por parte das nossas forças policiais, como nós temos visto.

Então, eu queria pedir para o senhor, em nome da FPA, em nome aqui da bancada do agro do Senado, buscando a seriedade e o respeito à Constituição – não é respeito a mim nem ao Parlamento, ainda que sejamos dignos de tal, mas respeito à Constituição –, o direito e a defesa contundente da propriedade privada.

Agradeço ao senhor por nos ouvir e por estar aqui, mais uma vez, no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, só um instantinho, por favor.

Senador Mourão, o senhor gostaria de fazer alguma consideração? Porque aí eu já passo...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Com a permissão de V. Exa., Sr. Presidente, eu serei breve, até porque eu não tenho a capacidade do meu amigo Jorge Seif, com a munição tão grande que ele colocou aqui.

Ministro, eu queria agradecer a V. Exa. pela explanação, junto com a sua equipe – foi muito importante a explanação que o senhor colocou aqui –, mas eu sou obrigado a discordar parcialmente da sua análise do processo inflacionário que nós temos aqui no Brasil. A questão do Governo americano é uma parcela pequena disso. A parcela grande – eu sei que é duro, muitas vezes, a gente admitir que estamos errados – pertence ao Governo que o senhor serve, por ser um Governo que carrega um déficit fiscal grande, não tem compromisso com esse equilíbrio fiscal. Isso leva a um refinanciamento eterno. Há um aumento da dívida; consequentemente, um aumento de juro; há um excesso de demanda; e isso é uma das causas grandes da inflação. Não é simples a gente ter que admitir isso, muitas vezes.

E a minha única pergunta aqui, Ministro, é uma pergunta até com base, vamos dizer assim, filosófica, porque eu vou completar 72 anos neste ano e, desde que eu me entendo por gente, eu vejo a história da reforma agrária. É o dia da marmota, eterno, não acaba nunca. Sempre vai ter alguém que vai ter que ser assentado, se renova *ad aeternum*. Já vimos – eu posso falar isso – lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul, onde se originou até o movimento citado aqui pelo meu amigo Jorge Seif, na região de Encruzilhada Natalino – e o Edegar conhece bem esta história: eram pequenos agricultores que, com o tempo, com a subdivisão da terra, que era pequena, com o número de filhos grande, praticamente ficaram sem ter onde trabalhar e onde produzir; ali nasceu efetivamente esse movimento. E, se nós formos olhar mais atrás, desde as Ligas Camponesas, o mote do Brizola que o senhor falou aqui para o meu amigo Marcos Rogério, que era "reforma agrária, na lei ou na marra", já passamos por tudo isso.

Então, a minha pergunta, Ministro, é se o senhor, como representante do Governo para esse assunto, vê que isso terá um fim, ou nós vamos seguir nessa sequência *ad aeternum*, sempre com essa discussão pesando nas costas de todos nós aqui dentro do Brasil?

E, mais uma vez, cumprimento V. Exa., porque eu achei muito interessantes e objetivos todos os dados que o senhor nos trouxe aqui.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Posso responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria primeiro agradecer as perguntas do Senador Jorge Seif, de Santa Catarina, e dizer para o senhor, Senador, que eu tenho, por acaso...

Quero cumprimentar aqui o Senador Wellington Fagundes, meu amigo querido – fomos colegas –, Senador de Tocantins...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Mato Grosso.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – É, Mato Grosso, verdade. Não, é que nós participamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – É, de Mato Grosso.

Bom, Senador Seif, é o seguinte: eu tenho uma formação em Direito, tenho mestrado em Direito Constitucional. O art. 5º não foi revogado. E ele protege a propriedade, mas protege também uma série de direitos outros que o Brasil precisa cumprir. Portanto, nós precisamos cumprir toda a Constituição Federal. E a Constituição Federal, nos seus princípios, diz que um dos objetivos do Brasil é diminuir a desigualdade social, diminuir as desigualdades regionais e superar as discriminações. Então, isso não aconteceu no Brasil, por enquanto, e não foi revogado no art. 5º em nenhum dos seus aspectos. E nós vamos implementar a Constituição.

Eu queria dizer que não é papel do Governo Federal atuar em relação a qualquer esbulho possessório. Essa é uma competência estadual. E o estado tem o seu sistema de justiça e o estado tem o seu sistema, também, repressivo. Logo, nenhum estado pediu reforço do Governo Federal que indicasse o envio da Força Nacional para ajudar em nenhum estado, isto é, os estados têm sua autonomia judicial para fazê-lo.

Eu não acredito que nós tenhamos no Brasil algum grupo terrorista. A lei define o que é o terrorismo e, no Brasil, não temos conhecimento da existência de nenhum grupo terrorista, de nenhum grupo proscrito. Então, fica para a política, fica para o debate, mas não temos conhecimento de que o MST tenha sido considerado, em algum momento, um grupo terrorista.

Eu, pelo contrário, tenho visto as ações do MST, como cooperativas que produzem leite e derivados, cooperativas que produzem arroz orgânico, cooperativas que produzem produtos industrializados, com muito mérito.

Então, eu não tenho conhecimento de que nós tenhamos algum grupo terrorista, algum grupo proscrito, que não deva ser atendido pelo Estado brasileiro. O Estado brasileiro tem o dever de atender a todos aqueles que têm legítimas demandas. E, portanto, nunca chegou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós uma demanda da seguinte natureza: "Vocês nos apoiem numa ocupação de terra...", nunca chegou. Então, eu não tenho que me posicionar sobre isso. Portanto, nós vamos continuar recebendo todos os movimentos.

Por exemplo, a FPA. Eu estou marcado de visitar a FPA na próxima semana. Vou ser recebido para um almoço. Em todos os eventos da FPA me fiz presente, como me fiz também nos da OCB. E todas as demandas que chegam para a gente do agro nós temos atendido no âmbito do nosso ministério. E os produtores que têm interface conosco, MDA, com o Incra, com a Conab, igualmente.

De quem a Conab comprou milho? Do pequeno agricultor? Não, comprou do grande, do Mato Grosso. De quem vai comprar arroz também? Em parte do pequeno? Em grande parte do médio e do grande. Portanto, nós temos atendido o país como um todo.

Nós tivemos 20 áreas desapropriadas, e o critério que eu trouxe aqui no começo da exposição foi o critério de atendimento conforme o grau de conflito. Nós queremos acabar com os conflitos no campo do Brasil, diminuir, diminuir as mortes no campo e dar uma solução. O tema que o senhor colocou aqui... em relação às perguntas, espero assim ter respondido o senhor.

O nosso Vice-Presidente General Mourão fala do dólar, que o dólar não interfere na inflação. Não é a única, mas é a maior e mais decisiva. Por quê? Por quê que é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – É o seguinte, o preço da soja está determinado nas bolsas de Chicago. O preço do milho está determinado nas bolsas de Chicago. O preço do café é um preço internacional. Logo, se o dólar se valoriza e desvaloriza o real, esse produto, aqui no mercado interno, vai custar mais. Logo, a variação cambial é o elemento decisivo da inflação de alimentos.

Nós temos outros dos dois elementos que contribuem também, que é o consumo interno, mas nós estávamos dando conta do consumo interno, e as questões climáticas. Logo, o tema do dólar é que gerou essa variação de preço, no final do ano, absurda e, por isso, eu atribuo, sim, à eleição do Trump e a essa guerra comercial que ele promoveu a mudança no preço dos alimentos no nosso país.

E eu espero – e me disseram aqui que o dólar já está baixando, que as bolsas estão voltando a subir – que ele revogue essa intenção de brigar com o mundo inteiro. Os Estados Unidos, que são um dos fundadores dessa nova ordem política, econômica e social no pós-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerra, estão acabando com essa ordem que foi criada, que foi a ordem que superou a Segunda Guerra.

Outro dia o Celso Amorim falava que o que gerou a Segunda Guerra Mundial foram guerras comerciais, a intensidade das guerras comerciais, e nós não podemos estimular essas guerras comerciais. Por isso que eu quero dizer que o dólar hoje é o elemento principal da inflação de alimentos no Brasil.

General Mourão, o senhor pergunta da reforma agrária, e eu tento responder para o senhor. Nunca a elite brasileira aceitou fazer a reforma agrária. O que aconteceu nos Estados Unidos com a abolição da escravatura? Todo escravizado ganhou um pedaço de terra e, naquela época, não existiam máquinas, animais para trabalhar a sua terra. No Brasil, antes da abolição da escravatura, veio a Lei de Terras, de 1850, que aprisionou a terra, e na abolição da escravatura, os então escravizados não receberam nada, foram morar em cidades, apinhoados no que se chamou posteriormente de favelas. E todos os Presidentes da República que tentaram avançar na abolição da escravatura foram derrubados e presos, alguns foram para o exílio. Getúlio Vargas foi levado ao suicídio; seu conterrâneo, João Goulart, foi para o exílio – tinha 80% de aprovação e morreu no exterior. Até para o seu enterro acontecer em São Borja houve uma negociação – e ele era um homem da paz, seu conterrâneo igualmente, pecuarista. Dilma Rousseff foi derrubada e apeada do poder, e Lula preso numa farsa judicial – de um juiz que levou a essa farsa judicial – e ficou 580 dias preso. Portanto, a reforma agrária nunca aconteceu no nosso país, só que tem um tema da reforma agrária: o Brasil tem uma estrutura agrária altamente concentrada, e vai sempre acontecer o fenômeno que o senhor indicou que aconteceu no Acampamento Natalino, no Rio Grande do Sul: famílias grandes que vivem em áreas rurais pequenas não terão futuro nessas áreas, por isso a reforma agrária precisa assentar. E também há o fenômeno da alta mecanização do campo, promovida pelo agro.

Por fim, eu quero dizer o seguinte, General Mourão: por que os italianos são bem-sucedidos no Brasil? Porque foi feita uma reforma agrária no Espírito Santo e na Serra Gaúcha para eles. Por que os alemães são bem-sucedidos no Brasil? Porque as melhores terras do Rio Grande do Sul foram destinadas aos alemães pobres, migrantes que vieram da Alemanha. Por que os japoneses são bem-sucedidos no Brasil? Porque receberam terra para plantar; as melhores terras no Brasil, no interior de São Paulo e no Pará, foram destinadas aos japoneses. Todos eles tiveram... Os italianos, os italianos no Brasil que tiveram reforma agrária para eles, e todos os pobres italianos que estavam vivendo na miséria e na fome. Mas o país precisa de fazer reforma agrária para aqueles que foram escravizados e que hoje vivem em quilombos no Brasil, ou vivem na exclusão social, ou, quando vão, vão para periferias das grandes cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma agrária não é um tema ideológico, porque a reforma agrária está na Constituição, Constituição essa que o senhor, o Senador Zequinha Marinho, o Senador Seif, o Senador Magno Malta, os nossos Senadores que estão aqui presentes juraram respeitar, juraram implementar. Então a reforma agrária não é um tema de natureza... O Senador Wellington Fagundes, todos nós juramos cumprir a Constituição. E ela não é um tema ideológico; ela é mandatária. O problema no Brasil é que alguns governos a implementam e outros não implementam.

Eu vou falar aqui de um espectro diferente do nosso. Fernando Henrique fez reforma agrária? Fez. Outros governos não fizeram, principalmente os dois últimos governos não fizeram e promoveram violência no campo, tanto que eu mostrei aqui o alto índice de violência no campo brasileiro.

Por isso que eu não entendo que a reforma agrária seja um tema ideológico, porque o Brasil resiste em fazê-la e nós temos que implementá-la. É um mandamento constitucional fazer reforma agrária. E não fazer reforma agrária resulta na exclusão desse contingente, desse exército de pobres que vivem no campo sonhando para ter uma terra para trabalhar, para produzir, para alimentar os seus filhos e para alimentar o país.

E aqueles italianos que chegaram empobrecidos no Brasil hoje viraram empresários na Serra Gaúcha, porque teve política para eles. Os alemães? Teve política para eles, são grandes empresários. Os japoneses? Olhem só os vestibulares no Brasil, e os dez primeiros devem ser daí, mas nós precisamos fazer para todo o povo brasileiro.

Eu também espero o dia, nosso General Mourão, em que nós não precisemos mais fazer reforma agrária, porque todos os brasileiros tiveram acesso à terra dentro do mandamento constitucional.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Marinho, o senhor só me permite colocar algumas coisas para o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se for bem rapidinho, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Vai ser bem rapidinho.

Ministro, eu respeito o seu ponto de vista, mas eu não posso concordar e vou lhe explicar.

Agência FPA: "O MST é acusado de promover ocupações ilegais de terra, desrespeitando o direito constitucional à propriedade privada".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CNN Brasil: "Lideranças do Movimento Sem Terra obtêm vantagens financeiras indevidas por meio de coerção, especialmente na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo". "Trabalho análogo à escravidão. Relatórios apontam que assentados do MST foram submetidos a condições degradantes e humilhação de trabalho, caracterizando exploração laboral". "Danos ao Erário. Ações do MST teriam causado prejuízos financeiros aos cofres públicos, seja por depredação de patrimônio ou uso indevido de recursos".

Por fim, tivemos, inclusive aqui na CPI – vou mandar um relatório para o senhor; eu acompanhei a CPI do MST na Câmara, em 2023, vou mandar um relatório para o senhor –, produtores rurais, canaviais e outros tipos de plantações, dizendo que o MST entrava na fazenda e falava o seguinte: "Oh, proprietário, tu tem que me pagar até amanhã, meio-dia, R$20 mil, senão vou tocar fogo na tua lavoura". Tivemos aqui, na Câmara dos Deputados, depoimentos; não é o Senador Jorge que está falando.

Então eu discordo frontalmente do senhor, o MST, sim, precisa ser eliminado, coibido, coagido, expulso e desmobilizado pelo Governo Federal também. Não só a CPI do MST, mas a mídia nos mostram depoimentos de produtores rurais, mostrando que eles foram coagidos e sofreram, sim, ameaça por parte desses terroristas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que só fazem atrapalhar o agro do nosso Brasil.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador, se eu puder responder, quero dizer para o senhor o seguinte: o senhor relatou fatos que são fatos isolados ao longo da história do Brasil. Eu também não posso, se houve algum erro, eu não posso dizer que todo agro desmata. Porque alguém do agro desmata, eu vou dizer "o agro desmata", eu não posso generalizar. Eu não posso generalizar, quando eu vejo trabalho escravo numa propriedade, e dizer que todo agro, todo produtor rural exerce trabalho escravo na sua propriedade. É uma generalização, está certo? Então, da mesma maneira, eu não posso generalizar em relação a um movimento social que tem muitas virtudes.

Eu quero dizer para o senhor que o Governo Federal, nós estamos vivendo um momento de paz no Brasil e no campo, paz. E nós temos um sistema de justiça, nós temos um sistema de justiça que funciona. Se algo está irregular, o sistema de justiça haverá de tomar as providências e regularizar. Nós vivemos numa democracia que eu defendo, por isso que eu condeno o dia 8/1, eu defendo a democracia brasileira e defendo que aqueles que tentaram romper com ela sejam presos. Por isso eu acho que nós não podemos generalizar. O senhor falou de assuntos aí, mas pega uma capa de jornal desses últimos – nós estamos no dia 9 de abril –, e os temas das capas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de jornal quais são? A guerra comercial que o Trump está promovendo no mundo, é isso, e não o MST, está certo? E eu acho que o que tem de protesto, acaba abril, os protestos já foram feitos e o mundo continua.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Senador Magno, o senhor ainda quer usar da palavra? (*Pausa.*)

Por favor, então.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Se eu ainda quero?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Deu uma saidinha, né?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E deixei todo mundo no apoio, porque fiz uma questão de ordem para limitar o tempo, aí ficou todo mundo chateado. (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar o Ministro Paulo Teixeira. Acho que é o Deputado mais longevo da Câmara, eu acho!

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Não me chame de velho. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Fui Deputado com V. Exa. Olha que eu me elegi Senador em 2002, né? E fui Deputado com V. Exa. em 1997.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu entrei lá em 2007.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em 2007?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Em 2007.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, eu já estava aqui no Senado.

Quero cumprimentar o Diretor-Presidente da Conab, Dr. César, Diretor do Incra.

Sr. Presidente, repetir o que todo mundo disse aqui seria chover no molhado. Eu quero repetir só para o Ministro que a questão, sim, é ideológica. V. Exa. faz os seus comentários em cima da ideologia em que V. Exa. crê, até porque o art. 5º da Constituição diz que invasão de terra é ilegal, mas V. Exa. defende que é preciso cumprir a Constituição, que nós juramos –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juramos –, e diz que a reforma agrária está na Constituição. Claro, V. Exa. não condena a invasão; V. Exa. fala na reforma agrária, mas não condena a invasão.

O Senador Beto Faro – eu vou pegar a palavra do Beto que achei, de todos os que eu já vi, eu comentei com ele lá fora, não sei se o Senador Zequinha... Um ministro vem aqui, sendo do seu partido e tal; há fala sincera do Beto Faro com relação às necessidades. E comentávamos lá fora: ao longo dos anos, não se reprimiram as invasões. Por exemplo, um nome, só isso é assustador: Abril Vermelho, quer dizer, nós vamos fazer isso para forçar o Governo a poder fazer a reforma agrária, e quem estiver dentro da terra, que tem o seu direito ali, vai pagar o preço dessa invasão, porque é para forçar o Governo: "Eu não tenho problema nenhum se você vai sofrer, se sua casa vai ser queimada, se o seu gado vai ser dizimado, eu não tenho problema com isso; eu quero é que o Governo sinta a pressão e, então, faça a reforma". E o Governo tem constitucionalmente o dever de reprimir quando o art. 5º diz quando há direito à terra.

Aí Beto fala: "Ó, está tudo caro mesmo. Eu fui Diretor do Incra no meu estado, eram tantas pessoas, mas adianta você dar a terra se você não dá um insumo, você não dá um implemento, você não dá a máquina?". Então, o indivíduo abandona, vende, entra no movimento, vai invadir mais um outro lugar para vender de novo, porque tem gente morrendo de fome, como V. Exa. falou, milhares de brasileiros que estão jogados num pedaço de terra, passando fome, porque invadiram, o Governo fez, entregou a terra, mas não deu a eles a máquina, não deu a eles o que V. Exa. acabou de dizer que está trabalhando, que é o recurso para que eles possam implementar, para que eles possam ser competitivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E o Beto disse: "Já havendo o Estradas", e foi um programa lá atrás chamado estradas... que era um asfaltozinho nas estradas vicinais... Era o Caminhos do Campo, em que o homem podia escoar a sua produção, chegar à rodovia principal e poder vender o seu produto. E ele fala, lá na Amazônia, na minha terra, até da semente, do valor da semente, que as coisas encareceram e as pessoas estão empobrecidas dentro da terra, porque não foram criadas condições. E isso não é novo.

Agora, quando V. Exa. fala bem e fala calmo, fala discorridamente e tal, V. Exa. sabe como colocar seu argumento, e a gente sabe porque nós somos de – embora a gente tenha respeito pessoal sempre, não é? – espectros políticos absolutamente diferentes. Quando V. Exa. diz que Fernando Henrique é de um espectro político diferente do PT, eu acho que V. Exa. deu uma erradinha aí, porque, não, ele é de esquerda mesmo. Aquilo ali era só uma caiação para poder passar para o outro lado e ganhar eleição até que a gente descobrisse essa farsa, não é? Até que a gente descobrisse essa farsa. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? V. Exa. foi bem quando V. Exa. foi responder ao Marcos Rogério. Quando o Marcos Rogério falou que o Lula vai para televisão e diz, "olha, se o preço está caro, não compra", aí V. Exa. foi responder, mas V. Exa. é mais inteligente. V. Exa. disse: "Tem que consultar os preços mesmo".

Eu fui a uma farmácia, estava caro. Eu fui ver a outra, lá nas quadras das farmácias, que até não é... Nunca me acostumei, com tantos anos de Brasília, porque eu sou do interior, e a gente sabe que tem uma quitanda aqui na esquina, a padaria, a farmácia, mais outra quitanda; tem uma farmácia lá, não. A gente tem que ir para a quadra das farmácias, não é? V. Exa. foi lá, estava caro, foi na outra da mesma bandeira, foi em outra, estava mais barato R$40. O Lula não falou isto: "Entre num supermercado, se estiver caro, vá no outro, se estiver caro, vá no mercadinho do bairro, e então você vai achar um preço mais barato". Ele disse isso? Não. Isto aqui é ato falho: o cara que diz que o agro é fascista, isso é ato falho – é ato falho.

Então, ele não tem a habilidade de V. Exa. E isso aqui é uma verdade no inconsciente. É um ato falho. Quer dizer, se V. Exa. o tivesse orientado naquele discurso, quem sabe os rumos não seriam Trump? Os rumos seriam outros. Por causa só dessa fala, "olhe, vá numa farmácia, está caro; tem muita farmácia, dê uma olhada", e V. Exa. achou R$40 mais barato – mais barato!

Então é preciso saber fazer mea-culpa nas coisas também, Ministro Paulo Teixeira. E botar na conta do Trump a subida do dólar? Veja bem, quem é o maior produtor hoje de proteína do mundo? O Brasil. Quem são? Os irmãos da JBS. Os caras foram presos na Lava Jato. São inocentes? Não são. Eles confessaram, falaram de tudo e ficaram ricos. Com que dinheiro? Dinheiro do BNDES. Por que eles não baixam o preço da carne, então, para poder cooperar com o Governo, que sempre os ajudou? Por que eles não baixam? Aí vem Lula de novo... o que V. Exa. não falaria, tenho certeza. Eu o conheço, V. Exa. é calmo, frio, raciocina e sabe colocar as suas palavras. Ele disse: "Eu quero saber quem é o pilantra que mandou levantar o preço do ovo". Você achar o pilantra que mandou aumentar o preço do ovo? A gente está falando de proteína. V. Exa. fez uma explicação entre a proteína da carne animal e do ovo, e o dólar e tal. V. Exa. sabe... Quer dizer, se ele tivesse condição de fazer isso, e a gente sabe que não tem, é ato falho mesmo, porque o agro é para ele fascista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e ele acaba prejudicando a agricultura familiar, que V. Exa., no espectro político, defende e nós defendemos também. A agricultura familiar tem que prosperar, mas, dentro desses moldes, como é que ela vai prosperar? Ela precisa ser atendida mesmo com maquinário, com insumos – sabe? –, com essas condições, porque, se isso tivesse acontecido lá atrás, quando terras foram invadidas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gado foi morto, famílias foram mortas, sem-terra também foi morto, matou gente dentro das suas próprias casas... Olha, se isso não é um ato de violência, se isso não é um ato de terror, até porque estamos num país em que um ato de terror é escrever "perdeu, mané" numa estátua, esse é o ato de terror de uma frase eterna – agora, eterna – de alguém que defendeu um terrorista... E V. Exa. disse que nós juramos cumprir a Constituição. Juramos mesmo, mas não tem Constituição. Aqueles que vieram ser sabatinados aqui, que juraram a Constituição, nenhum deles respeita a Constituição. Nós estamos vivendo num Estado sem lei, num país sem lei. E ainda que haja total boa vontade...

E acho que esse plano de você atender o cidadão, na palavra do Beto Faro, que, para mim... Eu tenho muitos anos de Senado, eu nunca vi assim... Os caras sempre vêm e fazem uma defesa truculenta como se estivessem, assim, fazendo uma defesa pessoal do Ministro. E não é. Você está numa pasta, e a gente sabe qual é o ônus de você ser Governo e o bônus de você ser Governo.

Então, no meu papel e na minha crença – não é porque a história me colocou na oposição –, na minha crença, é dessa forma que eu creio.

Eu quero me dirigir ao Presidente do Incra, Sr. Ministro, se me permite, porque, no Espírito Santo, nós temos o caso, por exemplo, da família Bettim, no Espírito Santo, um caso absolutamente emblemático de uma família e de uma terra produtiva, de uma família que lá está centenariamente.

Então, quando se cita a história da escravidão, de não sei o quê e tal, e você vai lá atrás assim e faz uma retrospectiva histórica, você acaba esquecendo o presente, que faz parte dessa própria história. E tem pessoas pagando por isso. Por exemplo, os funcionários do Incra no Espírito Santo... E, quando a gente tomou pé daquela injustiça, fomos atrás, os laudos são de uma portaria antiga do Incra que estava vencida. A gente foi atrás de um laudo da Prefeitura de São Mateus, que é onde está, e a Prefeitura de São Mateus, então, atesta com um laudo que a fazenda é produtiva. O laudo da Secretaria da Fazenda do Governo Renato Casagrande, que é de esquerda, atesta que a fazenda é produtiva. E aí os funcionários do Incra entram e debocham da família – aqui tem um fazendo um gesto obsceno, aqui, um gesto obsceno para as mulheres; aqui estão elas, da família, e o carro do Incra. Eles vão lá: "Não, vocês vão sair é esse mês". "Mas, gente, isso aqui é nosso, nós estamos plantando, a terra é produtiva." "Não importa." Vocês vão e fazem um gesto para a mulher – está aqui, está registrado, isso aqui tem vídeo. Eu fiz questão de não mostrar vídeo para não botar aqui, mas olha a mãozinha dele aqui. Eu posso mandar para o nosso Diretor do Incra todo o comportamento, inclusive a fala dele, a fala e o gesto dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso já foi... está suspenso, já era para uma execução imediata, os laudos saíram – e aqui eu quero louvar a atuação do advogado, o Dr. André, que levantou, estudou todo esse processo e disse ao Senador Marcos Rogério: "Se a gente for atrás dos processos do Incra, a gente vai ficar cheio de gripe ou até pegar uma pneumonia, porque é tudo mofado, porque são coisas velhas que não foram olhadas e não foram datas e laudos registrados". Então, você invade uma propriedade como essa e não contribui nada com o debate, não contribui nada com o debate. Vai ficar essa coisa de que o MST aplica o terror, o Incra fecha os olhos, o Governo não pressiona. "Não, eles estão pressionando para pressionar o Governo." O Governo: "Não, não vai me pressionar".

Nós sabemos que tem que fazer reforma agrária? Sabemos. Está na Constituição, mas a Constituição também diz que a propriedade privada está na Constituição no art. 5º e que ninguém tem direito de invadi-la.

Então eu gostaria, até falei com o Presidente do Incra e falei até com o da Conab, de ter uma audiência pessoal com V. Exa., se me permitir, até porque nós teremos uma audiência pública aqui, Sr. Ministro, e eu vou, nesse convite, convidar também o pessoal do Incra para que participe e levar ao senhor toda essa documentação que está no TRF2, que foi suspenso pelo Relator. Primeiro suspendeu por 30 dias e depois suspendeu por mais tempo. E eu gostaria de pedir ao Ministro Paulo que desse uma olhada nesse processo, assim, com os técnicos do Incra, é claro, lhe passando, porque você não tem tempo de ler essas coisas, para que V. Exa. entenda que esse tipo de violência com coisas legais não vai nos ajudar a distensionar o país, não vai nos ajudar; muito pelo contrário, vai tensionar muito mais.

E o Brasil não está vivendo uma harmonia de Poder, isso é uma loucura. O Brasil não tem harmonia de Poder, até porque essas duas Casas não existem, elas não existem. Isso aqui é um peso morto para o Brasil, isso aqui é um dinheiro malgasto, que o Brasil está gastando porque só existe o Supremo Tribunal Federal, esse que invadiu a competência de todos e agora invade até... Não sei se com concordância do próprio Governo. Mas tudo que é judicializado está ganho ou está perdido, conforme o entendimento dos senhores que juraram pela Constituição brasileira aqui, para passar aqui e depois ser aprovado no Plenário, botar a capa preta nas costas, para depois cometer o tipo de crime e violência contra a Constituição do Brasil que eles vêm cometendo. Isso não é culpa de V. Exa. O erro foi de quem aprovou, porque a maioria que passou por aqui eu nem recebi e nem votei, porque eu já tinha leitura daquilo que ia acontecer, desse ativismo judicial. Então o Brasil vive uma tensão por conta do ativismo judicial.

Veja V. Exa., o Presidente da Câmara, um rapazinho novo, que até aí era uma sumidade, um menino tão novo ser alçado à Presidência da Câmara... Gente, mas o Supremo e a Polícia Federal... Eu não vou entrar no mérito de nada disso, eu só quero dizer o seguinte: só foi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menino fazer um discurso estadista, que o Brasil está vivendo um momento ruim e para pacificar o país certamente é preciso se tomarem medidas de justiça – não sei nem como foi o discurso, foi mais ou menos assim –, um jovem, no outro dia, de tudo que eles já sabiam, metem uma operação em cima dele e no pai dele. Eu não vou entrar no mérito, não sei, não vou fazer juízo de valor de nada. Eu só quero dizer isto: metem a faca no pescoço do menino, para o menino se autodesmentir publicamente naquilo que havia dito. Então nós estamos vivendo num Estado sem lei.

V. Exa. no que acredita e eu no que acredito, nós podemos, sim, ajudar a distensionar o país conversando, falando. Aqui eu podia muito bem trazer toda a documentação, passar um tempão aqui falando, gritando ou fazendo uma afronta ao Presidente atual do Incra, que na verdade está há pouco tempo no cargo, se entrou no começo está há dois anos no cargo, mas não é bem isso, eu acho que precisamos distensionar, é isso que está na Constituição, mas não está sendo cumprido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Cabe a cada um de nós, que acreditamos nessa forma, dar a nossa contribuição de maneira a que nós possamos distensionar o país.

Se V. Exa., do alto do seu conhecimento, da sua fé e da sua crença, porque V. Exa. é um homem progressista, um homem conservador, aliás... Estou querendo trazê-lo para o lado de cá... Não é, não. V. Exa. é um homem socialista – socialista –, Paulo, até porque a gente tem um bom relacionamento, respeitoso. V. Exa. é um homem socialista e da sua crença sabe descrever aquilo em que acredita e aquilo em que crê; como eu, do alto da minha crença, sei também aquilo em que creio, como creio e o que está acontecendo no Brasil. E, assim, na maneira como você colocou para todo mundo, as pessoas gostando ou não, não há nada de desrespeitoso.

O que nós queremos é que quem tem direito à sua propriedade privada seja respeitado; e que simplesmente o MST não invada para forçar o Governo, e o Governo não chame o MST para dizer: "Vocês não vão fazer isso para me forçar, vocês estarão invadindo o art. 53 da Constituição, vocês estarão queimando os outros, destruindo laboratório de pesquisa". Isso é direito constitucional? Não, não é direito constitucional, isso é invasão, isso é um ato de terror mesmo. Terror é tudo o que te mete medo, terror é tudo o que te apavora, terror é tudo o que te tira do sério, terror é tudo o que te ameaça. Então essa palavra cabe perfeitamente.

Assim, agradeço, Sr. Presidente. Coloquei aqui o fato da família Bettim, que é absolutamente importante e emblemático para essa pacificação, porque o que está acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a família Bettim são outros casos que estão acontecendo pelo Brasil afora e de que a gente não tem conhecimento.

Agradeço aqui ao Presidente do Incra também o fato de me receber lá, já sinalizou para mim; também ao Dr. Edgar; e a V. Exa., por quem tenho respeito e amizade já de tanto tempo de Parlamento, Paulo Teixeira.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador Magno Malta, quero agradecer as suas considerações e responder uma a uma.

Primeiro, eu não sou mais hábil do que o Presidente Lula. Se eu fosse, eu já teria chegado à Presidência da República, porque ele já está na terceira vez que é Presidente da República.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas se o Supremo quisesse, era você.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ele, então, tem uma habilidade muito grande. E quem o quer são as urnas, não é o Supremo Tribunal Federal; são as urnas que confirmaram o Presidente Lula pela terceira vez como Presidente da República.

Segundo, o que o Beto, o Senador Beto Faro, disse dos preços altos é que a agricultura na região do Pará está bombando. Tanto que o açaí está com um preço bom, o cacau está num preço bom, o café está num preço bom, o dendê está num preço bom, o que mostra a força da agricultura familiar naquela região. E ele não tratou a questão de preços. Gostei muito também que ele fala: "Tem muito o que fazer e vamos apoiar tudo o que tem que ser feito".

Por último, quero dizer que não é da competência do Governo Federal atuar no caso em que há esbulho possessório. Essa é uma competência estadual, da Justiça estadual, e a Justiça estadual brasileira está cumprindo.

E o Incra também está submetido à legislação, o Incra não pode descumprir a legislação. Por isso é que a gente é... E eu quero dizer aqui que o Incra tem uma equipe jurídica das melhores que um órgão público possa ter. Parabéns, César, à sua Procuradora-Chefe, Maria Rita Reis, à sua...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas no Espírito Santo está sendo descumprido.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – ... à sua Diretora de Obtenção.

E todo ato do Executivo está subordinado à jurisdição. Tem um princípio constitucional que diz que não se pode afastar do Poder Judiciário a análise de qualquer eventual violação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito. Portanto, o Incra, além de ser muito cuidadoso, nós também estamos subordinados ao controle judicial das nossas ações e o fazemos com muito equilíbrio. Tanto que o senhor está trazendo um questionamento– e, vou dizer, esse é o primeiro questionamento que ouço.

E o senhor mesmo disse que houve um recuo em relação ao que ele estava fazendo. Portanto, nós somos um órgão – o nosso ministério, o nosso Governo – muito ciente da necessidade de respeitar o Estado democrático de direito.

E queria aqui divergir de V. Exa., porque eu acho que o Supremo está cumprindo o seu papel. Nós vivemos uma ameaça de um golpe de Estado, não foi só batom. Quebraram o Supremo Tribunal Federal, quebraram esta Casa, quebraram o Palácio. Tinha um plano de matar o Presidente da República, matar o Vice-Presidente da República, matar o Presidente do então Tribunal Superior Eleitoral. Tinha um programa de ruptura constitucional. Isso não é qualquer coisa. E a moça do batom já está cumprindo penas alternativas. Agora, o núcleo que planejou aquele golpe de Estado, na minha opinião, tem que ser preso. Eles vão ter o direito à defesa, o direito ao contraditório, o amplo processo de defesa, mas, na minha opinião, eles cometeram um crime grave.

E o senhor está conversando aqui exatamente com o autor do tipo penal da ruptura do Estado democrático de direito e da tentativa violenta de golpe de Estado. Fui eu o autor daquele tipo penal. E o senhor deve saber que quem sancionou aquele tipo penal foi o então Presidente Jair Messias Bolsonaro. O General Braga Netto, o General Heleno, todos assinaram a sanção daqueles tipos penais.

Então, eu acho que o Supremo Tribunal Federal está cumprindo um papel de punir alguma coisa que tentam relativizar, que foi a tentativa de um golpe de Estado no Brasil. E, pela primeira vez na história do Brasil, uma tentativa de golpe de Estado é punida. E, se ela tivesse tido sucesso, talvez, sim, este Parlamento estaria fechado; talvez, sim, a oposição estivesse presa. E não é o caso hoje. Hoje todos aqui têm liberdade de expressão, o Parlamento funciona, as instituições são respeitadas. E nós vivemos num Estado democrático de direito, que precisa ser aperfeiçoado. Tem muita coisa para fazer, nós não temos dúvida. Mas, se não tivesse tido aquele momento, aquela posição de acionar o Poder Judiciário para, dentro da legislação... E essas acusações não são feitas pelos jornais. Quem promoveu a denúncia foi a Procuradoria-Geral da República, que é o órgão competente para fazê-lo.

Então, a impressão que eu tenho é que nós estamos vivendo numa democracia no Brasil graças a Deus e à força das nossas instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, quero só contraditar aqui o meu jovem...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – E quero só dizer que já estivemos no mesmo plano, porque eu me lembro que, em 2010, nós estivemos nos mesmos palanques.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente. Tudo que eu acredito eu faço bem-feito. E, quando eu desacredito, desacredito; até porque é esta autoridade que eu tenho: por conhecer.

Mas eu quero parabenizar V. Exa. pela proposta que o Jair Bolsonaro sancionou. Imagine: se ele estivesse pensando em dar um golpe, ele jamais teria sancionado o que o V. Exa. escreveu. Ele teria vetado e colocado a base para derrubar. Mas ele não tinha intenção de dar golpe nenhum.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – São palavras de um ajudante de ordem dele.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não... Veja, deixe-me falar uma coisa para V. Exa. Eu estou respondendo...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Coronel Cid.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É... O que Cid falou... Gilmar Mendes disse que qualquer delação, que qualquer prisão acima de 81 dias, como está na lei, é tortura. As delações de Cid... São mais de sete delações. Não é nem uma... Então, o próprio denunciante que é Alexandre de Moraes... Aliás, esse cidadão... Eu tenho muito dó dele, pois ele é sofrido, já tentaram matá-lo muitas vezes, enforcado, depois com punhal... Essa vítima Alexandre de Moraes, que seria morto nesse suposto golpe, está em tudo. Então, ele mesmo, vitimado, inquire o Cid. Eu nunca vi isso na minha vida! V. Exa. conhece a lei, a Constituição e todos os códigos. Foi ele o homem que inqueriu o Cid, foi ele o homem que impôs a tortura sobre o Cid. Isso está gravado em vídeo, não é mentira. E ele disse: "Olhe, se você não disser, eu vou prender você de novo, vou prender seu pai, vou prender sua mulher e sua filha". Isso é tortura, isso é tortura!

E o que aconteceu... V. Exa. já estava no Plenário em 2014, quando o MST invadiu ali a entrada do Supremo, quando invadiram a Câmara, botaram fogo na Esplanada dos Ministérios. Aquilo ali foi uma mobilização tão somente pacífica?! Botaram fogo na Esplanada dos Ministérios, botaram fogo na estátua de Borba Gato. Então, isso tudo foi ato democrático?! Nada disso foi ato de agressão ao Estado democrático de direito?! Nada isso foi!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu disse no começo: V. Exa. fala, porque tem muita crença naquilo que acredita, na sua ideologia...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas os fatos de verdade são esses. Agora, um golpe com o cara vendendo algodão doce, pelo amor de Deus! Com bola de gude! Um golpe com pessoas que... O cara não foi notificado, porque é morador de rua...

E eu sei, nobre Paulo Teixeira, Ministro, pois eu sou o Parlamentar que mais viveu dentro da Papuda ali, ajudando aquelas pessoas, e dentro da Colmeia... E vamos lá: estátua de Borba Gato, fogo, onde é que eles estão? Agora, eu pergunto: onde é que está G. Dias? Aquelas pessoas que estavam lá com G. Dias fazendo pose para foto eu as procurei na Papuda, eu as procurei na Colmeia, eu não as encontrei em presídio nenhum, eu não as encontrei em presídio nenhum! Então, essa coisa, desculpe-me, é uma falácia!

E a Débora, do batom – aliás, Débora significa abelha –, não está cumprindo medida protetiva, não, nenhuma medida. Ela foi mandada para casa, ela está dentro de casa. Ela não é um rico que foi solto na Lava Jato, que agora vira youtuber e fala de dentro da cobertura, de dentro da piscina, de dentro de casa...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Concluindo, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Estão todos soltos, como os irmãos Batista. Ela é só uma mulher pobre de Rio Claro, que, num lampejo... Eu não sei, porque eu acredito muito em Deus, o que ocorreu para tirar a Débora com 14 anos de cadeia e colocar dentro de casa, enquanto o Ministro, que sabe de gente que queimou pessoas dentro de casa, crianças vivas, um indivíduo chamado Cesare Battisti, que era terrorista, que foi considerado pela nossa Suprema Corte um homem de bem... E o advogado dele disse: "Eu olhei nos olhos dele e vi sinceridade". Nos olhos do terrorista tem sinceridade? Nos das outras pessoas simples não tem?! Elas estão mentindo, iam dar um golpe de Estado?! Se Bolsonaro quisesse dar um golpe de Estado, jamais teria sancionado uma proposta de V. Exa., que eu parabenizo...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Senador, deixe-me falar uma coisa para o senhor. Não foi só delação do Coronel Cid. Houve degravações de mensagens de celulares, encontraram minutas de atos que iriam proclamar o estado de sítio no Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Essa aí estava na internet já...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Não, então...

E também foi impressa e foi trabalhada pelo então Presidente da República. Houve anúncios, inclusive. O pessoal estava acostumado a toda essa nova comunicação, porque o General Braga um dia chegou lá no cercadinho e falou: "Esperem, esperem que vocês vão ver".

Eu estava em Brasília, no dia 12 de dezembro, quando queimaram carros, queimaram ônibus, encontraram um caminhão com explosivos do lado do aeroporto. Então não foi algo corriqueiro, foi uma tentativa malsucedida de golpe de Estado e merece o tratamento para isso. Isso sim é terrorismo, isso sim é terrorismo.

Dois, a estátua do Borba Gato...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Assaltar banco, matar pessoas é ato de terrorismo?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Todo mundo que assaltou banco...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – As pessoas que foram anistiadas por matar pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por favor, por favor...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É ato de terrorismo?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Sobre a estátua do Borba Gato, se o senhor for vir nas notícias...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não vê na notícia, não.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Não tem nenhuma menção ao MST ali naquelas notícias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não estou falando de MST, estou falando de atos de vandalismo.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu sei, eu sei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Um batom é vandalismo, e botar fogo na estátua de Borba Gato, o que é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – O contexto todo que eu quero dizer não foi do vandalismo, foi do golpe de Estado, da tentativa de golpe de Estado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Inclusive a mulher que ia assumir no lugar de Bolsonaro está aqui hoje.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Se aquela explosão no Aeroporto de Brasília tivesse acontecido como planejado, nós teríamos tido um golpe de Estado no Brasil, porque teria uma GLO ainda naquele Governo, tinham militares comprometidos com esse estágio, e nós teríamos tido um golpe de Estado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Peço vênia, Ministro. Os militares foram indicados na transição pelo Presidente Bolsonaro, a pedido do Lula e do Ministro da Defesa, que é o José Múcio.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ainda não estavam indicados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Lula que pediu. Estavam sim.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Estou dizendo o seguinte, militares que estavam no Governo anterior. Portanto, alguns militares, inclusive, foram trocados no dia 8 de janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas o mais importante era o G. Dias, Ministro. Ele está onde?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Olha, o G. Dias, na verdade, se se puder dizer aqui, o problema do G. Dias foi que ele chegou lá e falou assim: "Eu sou do Exército e aqui ninguém apronta", e tinha gente embaixo dele que aprontou. Eu quero aqui falar da honestidade do G. Dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Que coisa boa, tinha gente embaixo dele que aprontou. Quem foi que aprontou? Ajude a nós.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Militares que estão sendo acusados.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Para concluir, para concluir.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Militares que estão sendo denunciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Wellington, eu queria só pedir que se atenha ao tema da nossa audiência, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu saí um pouco, foi? (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Eu acho que nenhum dos dois saíram, acho que estão discutindo, cada um da sua forma democrática. Eu acho que é importante inclusive, porque às vezes as pessoas hoje confundem posições pessoais, ideológicas, com agressão. Acho que nós precisamos sair é da agressão pessoal e por isso, Ministro, quero cumprimentá-lo e aqui também o meu companheiro aqui, Senador do meu bloco, que é brilhante também, Magno Malta. E aí quero também aqui cumprimentar o meu Presidente Zequinha Marinho.

Estou acabando de chegar dos Estados Unidos, Senador Zequinha, e quero parabenizá-lo pelo projeto da reciprocidade. Aqui mais uma vez, Ministro, não se discutiu ideologia, nós buscamos instrumentalizar o Governo para enfrentar as dificuldades do mercado. Os Estados Unidos estão jogando duro, o Presidente que foi eleito, também democraticamente, lá buscando o fortalecimento do seu país, e nós, todos os países aqui que precisamos, no mundo globalizado, comercializar, vender, comprar. Então o Deputado Zequinha fez esse projeto brilhante, que é aprovado por unanimidade aqui no Senado, muito bem relatado pela nossa companheira, ex-Ministra da Agricultura também, extremamente competente, a nossa Tereza Cristina, companheira do Mato Grosso do Sul, que registra aqui que o avô dela foi Governador do Mato Grosso uno, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; então, também é uma pessoa que tem uma história política. E lá na Câmara também foi muito bem relatado pelo Deputado Arnaldo Jardim. Por isso lá também foi aprovado por unanimidade.

Esse instrumento, com certeza – eu vi lá –, vai ser extremamente importante para que o Brasil possa, o Governo brasileiro possa estar buscando esse mecanismo de negociação, porque eu acho que acima de tudo... Nós somos um país que precisamos, acima de tudo, compreender o momento que vive o mundo. Acho, Presidente e Ministro Paulo, que o Brasil pode aproveitar muito deste momento...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – Também acho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque nós somos um país estratégico e, principalmente, naquilo que é a palavra de ordem no mundo, que é segurança alimentar. Então, o Brasil é a bola da vez, se tivermos competência, e por isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que a oposição teve a maturidade aqui também de instrumentalizar o Governo desta forma.

Aí, Ministro Paulo Teixeira, eu cumprimento V. Exa., na pessoa de todos os que aqui estão, até porque o Presidente pediu para não me delongar aqui, e nós políticos às vezes queremos argumentar aquilo que é possível.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, Ministro, eu quero primeiro lembrar aqui – agradeço a sua visita – que, como Deputado ainda, estivemos lá no Pantanal Mato-Grossense, numa visita naquele momento de angústias que vivíamos todos nós pela queimada de 4 milhões de hectares naquela época. Eu fui Presidente da Comissão Externa e V. Exa. estava lá nos ajudando. Eu quero mais uma vez ainda: V. Exa., hoje, como Ministro, pode e muito – inclusive aqui está o Presidente da Anater, o Jefferson, né? –, e eu acho que nós dependemos muito...

Inclusive, nessa minha visita aos Estados Unidos, fui também lá ao Everglades, exatamente para trocar as informações e as experiências com as nossas universidades do Brasil e aquela instituição, a fundação do Everglades, porque o nosso Pantanal ainda precisa muito desse apoio da tecnologia, principalmente agora, porque no ano passado também tivemos mais de 1 milhão de hectares que foram também praticamente devastados, então... Lá nós temos os quilombolas, nós temos os indígenas, temos pequenos produtores, e principalmente o Pantanal do Mato Grosso está muito empobrecido por falta de uma política governamental principalmente do meu estado. Não temos uma legislação.

Eu sou, inclusive, autor de um projeto de lei que cria o Estatuto do Pantanal, exatamente para ter um regramento jurídico federal para que a gente possa saber o que pode e o que não pode. A nossa busca é no sentido de fazer um Pantanal sustentável, onde as pessoas que lá vivem, os pantaneiros, possam ter sobrevivência e riqueza – o que já tivemos muito, principalmente o produtor do charque, o exportador na Segunda Guerra Mundial; enfim, um Pantanal rico da sua biodiversidade também, a maior área alagada do mundo.

Aí a Anater pode nos ajudar. Eu quero aqui, Presidente da Anater, inclusive dizer que nós temos lá as universidades todas elas e principalmente a Universidade Federal de Rondonópolis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e o Instituto Federal de Educação e Tecnologia, e podemos fazer uma boa parceria com a Anater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui, Ministro...

Presidente, eu queria que essa campainha pudesse me esperar pelo menos por um tempo mínimo necessário, porque senão até o raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Eu lhe dou mais um depois desse.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais um tempo necessário para que eu possa desenvolver o meu raciocínio. (*Risos.*)

Então, Ministro, no Mato Grosso, nós tivemos hoje a invasão da sede do Incra pelo MST e pela CPT. Eu queria fazer uma pergunta: quais são os últimos assentamentos feitos pelo seu ministério, lá no Mato Grosso?

Eu quero fazer isso porque eu quero me lembrar da nossa audiência com o Governador Mauro, em que ele se colocou à disposição do ministério para uma grande parceria. Eu gostaria de saber se essa parceria efetivamente foi consolidada, porque o Governador colocou, inclusive, que tinha recursos para ajudar o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Se ela foi, eu queria que o senhor falasse aqui o que já foi adiantado. Se não foi, o que está faltando?

Inclusive, lá, o MST hoje pede que a gente intermedeie uma audiência com V. Exa. Eu quero aqui pedir essa audiência e, se for possível, para esta semana, para a outra semana, porque eu gostaria de participar, até para que V. Exa. pudesse passar esses dados, em o que o Mato Grosso pode contribuir para efetivamente... Porque, em um estado como o Mato Grosso, tão grandioso, nós temos que fazer assentamento, sim. Temos terras disponíveis para isso, numa grande parceria que pode ser feita, e, claro, não precisa ter invasão. Em um estado como o Mato Grosso, nós temos condições de abrigar; aliás, abrigamos até os indígenas do Mato Grosso do Sul, que para lá foram. Conseguimos uma área, à época, alguns anos atrás, de 50 mil hectares, lá no Município de Guarantã, para diminuir a tensão que tinha no Mato Grosso do Sul.

Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse colocar.

E também eu quero lembrar, eu já falei isto com V. Exa., pedi... Em Rondonópolis, a minha cidade, nós tivemos o primeiro projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que foi da instalação de uma área lá, que é a primeira área de tecnologia feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, à época, na minha cidade. Esse Centro de Apoio à Agricultura Familiar – cujo nome agora me veio –, na verdade, nunca cumpriu a sua função. Ele está bem anexo à Universidade Federal de Rondonópolis hoje, e eu gostaria agora, mais do que nunca, de pedir esta possibilidade de uma interferência do ministério, porque o ministério construiu aquilo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso para aquele objetivo, e, infelizmente, o município não atendeu àquela necessidade. E aí a Anater pode ter até aquele espaço, como uma grande parceria com a universidade e até a prefeitura, já que mudou o Prefeito também, acredito, porque lá hoje virou a Secretaria de Agricultura, máquinas, o que não é o objetivo. Lá tinha laboratório, tudo o que foi montado e não foi usado, e nós precisamos fazer com que a agricultura familiar no Mato Grosso possa ser realidade, porque infelizmente, Ministro, nós somos o grande produtor exportador das *commodities* agrícolas e importamos todo dia 500 caminhões de hortifrutigranjeiros de Goiás, de São Paulo.

É um absurdo, até uma vergonha para todos nós do Mato Grosso. O pequeno agricultor do Mato Grosso há muito tempo está abandonado por falta de uma política de apoio principalmente. É claro que a gente está fazendo, eu coloquei recursos em emendas, foram R$70 milhões, e fizemos isso três anos atrás, principalmente para a questão da regularização fundiária.

Então, eu gostaria, Ministro, principalmente pela sua juventude, pela sua vontade, de que a gente fizesse efetivamente essa parceria. Eu quero, aqui, como médico-veterinário, que conhece a realidade, me colocar à disposição de V. Exa., para que a gente possa verdadeiramente realizar esse trabalho lá. Efetivamente, que V. Exa. possa falar: "Ó, estou fazendo no Mato Grosso o melhor projeto do meu ministério, já que o Governador se colocou como parceiro".

Eu teria outras perguntas, mas, dado o adiantado da hora, eu quero aqui realmente colocar essa situação do Mato Grosso, porque para nós é uma vergonha ver – e a população fica revoltada – que está tendo lá uma grande riqueza para poucos. Grande parte da população de Mato Grosso, hoje, se sente abandonada no sentido de uma política pública eficaz. E quando eu falo política pública, é claro, Governo Federal, Governo do estado e apoio aos municípios, porque os municípios precisam realmente, verdadeiramente, dessa estruturação tanto necessária.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Senador Wellington, primeiro eu quero parabenizar este Congresso e parabenizar o Senador Zequinha Marinho por terem tido a iniciativa de fazer um projeto de retaliação cruzada. Isso é: se o Governo norte-americano aumentar as tarifas, o Brasil poderá também aumentar as tarifas igualmente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, Ministro, não é retaliação, não. O objetivo nosso é negociação. Se nós quisermos fazer retaliação, o Brasil está fora do mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu digo, chamando assim como o senhor disse, mas tem um nome isso, e o nome é poder fazer a retaliação, isso é, dar o mesmo tratamento que eles estão dando a nós. Parabenizo o Congresso por ter feito, por unanimidade, esse projeto.

Em segundo lugar, quero dizer ao senhor – nós estivemos juntos; eu, o senhor, acho que o Senador Zequinha, nosso Presidente Zequinha Marinho – que nós estivemos no Poconé, lá no Pantanal, discutindo o pré-sal. Eu me lembro que dali saiu a ideia do projeto de lei do pré-sal, de que eu fui autor. Nós estávamos no Pantanal, no Sesc Poconé, Sesc Pantanal, uma reserva ecológica. Depois, estive com o senhor também no momento do fogo, ali dos incêndios, no Pantanal, se eu não engano, 2020, 2021, e estivemos juntos no nosso gabinete com o Governador Mauro Mendes, do Estado do Mato Grosso.

Em terceiro lugar, quero dizer ao senhor que as áreas de assentamento que eu tenho aqui, que foram lançadas agora e me passadas pelo Presidente do Incra: o assentamento Rica Vale, no Município de Luciara; o assentamento Raimundo Vieira III, no Município de Nova Guarita; o reassentamento Beckhauser, em Sinop; Rio Café, em Primavera do Leste... No Mato Grosso tem alguns problemas que nós estamos tratando com muita seriedade. Quais são? Áreas para assentados da reforma agrária foram ocupadas por grileiros. E nós estamos com uma ação judicial para retomá-las – e elas têm nome, nome forte: Gleba Gama, Gleba Mestre, Itanhangá – e agora, recentemente, tinha uma reintegração de posse em Juína, se eu não me engano. O bispo de Juína me ligou, eu liguei para o Governador Mauro Mendes, e houve uma composição para não ter reintegração. Nós queremos assentar gente lá, mas nos assentamentos nossos há uma ocupação do grande, ilegal, ilegítima e que não tem como permanecer porque, como o senhor disse, é um estado que precisa produzir alimentos para si próprio, não só para exportação, e o pequeno tem que ter o seu lugar lá no nosso Mato Grosso.

Em relação ao que o senhor está propondo... O senhor fez duas propostas aqui: de ter uma assistência técnica específica para o Pantanal – queria pedir para o Jefferson, para a sua equipe técnica, para a Loroana e para o Dater, para a gente desenhar uma assistência técnica específica para o Pantanal, e esse convênio da universidade em Rondonópolis, que eu acho, César, que poderia ser o Proforest, para a gente fortalecer...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ô, Ministro, eu acho que vocês vão demorar mais uma hora aí e eu estou pedindo licença para me retirar.

Eu quero cumprimentar o Jefferson, que eu não olhei para o lado de lá enquanto eu falava aqui...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... você puxou a minha atenção, e nós começamos a...

Um grande abraço, está bem?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – O senhor só olhou para o lado esquerdo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não olhei, não; só mirei. Só olhei para o direito aqui. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu olhei muito para o lado do Jefferson.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quero agradecer a sua presença, Jefferson. Um grande abraço.

Presidente, muito obrigado.

Paulo, muito obrigado pela audiência.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Então, eu queria sugerir à nossa equipe do MDA, à nossa equipe da Anater, que possam ver essa situação desse lugar que foi doado para a agricultura familiar, em Rondonópolis, para ver se a gente reativa num convênio com as universidades.

Quero dizer, Senador Wellington, que eu tenho muita consideração por V. Exa. Fomos Deputados juntos, e o senhor sempre foi um homem do diálogo. O senhor sempre foi um homem que transitou bem, sempre foi um homem com quem nós conversamos no Parlamento e sempre teve o bem comum como objetivo.

Lembro-me até das suas piadas, não vou fazê-las aqui. Está certo?

Então, quero agradecer muito ao senhor, quero agradecer ao Presidente Zequinha Marinho toda a audiência que nós tivemos aqui. Eu vim com espírito de permanecer o tempo necessário...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só me responda se a parceria com o Governo do estado funcionou ou não – só para eu saber cobrar também, se for o caso.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Quanto à parceria com o Governo do estado, nós temos um bom diálogo. Nós temos um bom diálogo, e acho que tem coisas que a gente poderia aprofundar e melhorar. Nós poderíamos, com o Presidente do Incra, nos sentar com o Governador e ver quais são as necessidades que ele tem, o que o Governador poderia prover e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que é que a gente poderia fazer, em contrapartida do Incra. Acho que é uma ideia que a gente pode aqui desenvolver.

Então, Senador Zequinha Marinho, eu quero agradecer. Eu vim aqui com espírito de responder a todas as questões, sem pressa, sem tempo e com espírito do diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Também, da mesma forma que eu elogiei o Senador Wellington Fagundes, eu quero elogiá-lo também pela condução, pela iniciativa que o senhor tomou agora da reciprocidade.

Acho que a palavra "reciprocidade" é a melhor palavra. A "retaliação" me conduz e remete a um projeto de que eu fui autor, lá no Congresso nacional, no tempo em que eles não cumpriam o Painel do Algodão e que a gente fez a retaliação, e eles tiveram que pagar, mas aqui é reciprocidade, o tema da reciprocidade, que o senhor liderou, num clima de unidade nacional, e o senhor, como também Senador do Norte, tem muito a contribuir, e é por isso que eu quero deixar as portas abertas do nosso ministério para este Senado.

E também quero dizer que amanhã eu tenho uma audiência com o Governador Mauro Mendes, do Mato Grosso, e vou lembrá-lo da conversa que nós tivemos aqui e para ver como nós aprofundamos, mas foi sempre um diálogo de bom nível, nunca teve um ruído: ele sempre trouxe as ponderações dele, eu sempre trouxe as minhas, eu sempre...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Essa audiência, Ministro, será aqui no ministério?

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu acho que vai ser por vídeo essa audiência, se eu não me engano.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, bom. Se fosse presencial, eu até estaria pronto para participar.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – É, creio eu que será por vídeo essa audiência.

Mas eu quero agradecer muito, agradecer à nossa equipe, publicamente, o trabalho hercúleo que as nossas equipes estão fazendo.

Quero agradecer ao Presidente do Incra César Aldrighi e parabenizá-lo, que é um Presidente correto, foi uma escolha acertada do Presidente Lula, alguém da casa que conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar a energia do Incra e fazer o Incra ser gigante novamente, porque o Incra é gigante, talvez uma das instituições mais importantes do Estado brasileiro no campo seja o Incra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Ministro, até aproveito. Uma parceria que poderia ser feita com o Governo do estado talvez seja reformar a sede do Incra lá, porque eu acho que não é tanta coisa, e o Governo do estado poderia participar efetivamente. Nesta audiência de amanhã, quem sabe...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Ótimo. Eu acho que podemos tratar isso da reforma.

Eu também queria agradecer ao nosso Presidente Edegar Pretto, que é o nosso Presidente da Conab, que está fazendo um trabalho excelente. A Conab voltou a ter força no Brasil, principalmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Registre, porque a Rosa Neide é parceira lá na assessoria com ele.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – A Rosa Neide é uma bênção de Deus, um presente que o Mato Grosso deu ao Brasil, à Conab, é uma excelente Diretora. E a Conab está fazendo o PAA e também voltou a fazer estoques de alimentos.

Quero agradecer à Anater também...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Ministro, eu registro a injustiça do processo eleitoral, porque ela foi a mais votada...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Mais votada...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... como Dante de Oliveira foi, e não foi eleita.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – É isso, ela foi a mais votada do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E é uma pessoa trabalhadora, competentíssima.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Uma regra que foi mudada no caminho. Eu me lembro de que eu adverti sobre a mudança dessa regra sobre as sobras, e essa injustiça foi cometida, e me parece que ela pode ser beneficiada de uma contagem a partir dessa decisão do Supremo Tribunal Federal que ainda não foi publicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também quero agradecer à Anater, na pessoa do seu Presidente Jefferson Coriteac, do seu Diretor Camilo Capiberibe, da sua Diretora Loroana Santana e de toda a equipe da Anater, que está fazendo um excelente trabalho.

Quero agradecer muito à nossa equipe do MDA aqui representada. Eu vou aqui cometer o equívoco de fazê-lo por vista, mas Cláudia Dadico, nossa Ouvidora Agrária; José Henrique, nosso Diretor de Financiamento; Moisés Savian, nosso Diretor de Governança Fundiária; Carlos Augustin, nosso Procurador-Chefe; Daniel, Defensor que trabalha junto com o Dr. Carlos Augustin. Eu vi aí também a presença ao tempo da Julia; do Caio Baccini, do João, que são da Aspar; do Mathews, que é do nosso gabinete; da Rosana, que é do cerimonial – o Joãozinho já mencionei –; do Rogério, lá da Conab.

Enfim, você vê que eu estou com a memória boa, né, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tranquilo. Não tem problema com o convite.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – E quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, que me chamou de jovem. Eu saio daqui no lucro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ganhou o dia.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Ganhei o dia.

Muito obrigado a todos vocês.

E quero dizer que o Senado Federal... O Erivelton, que está ali; o Raul também, da nossa comunicação; o Ricardo Galhardo, que agora acompanha a nossa comunicação também; o Albino, nosso fotógrafo...

E quero dizer, Senador, que quero me colocar à disposição desta Casa. Eu sou uma pessoa fácil. Eu mesmo leio as minhas mensagens, eu respondo as minhas ligações. Talvez o objeto do meu maior sofrimento seja este: o de limpar a caixa postal, responder todo mundo, esse trabalho, mas eu acho que é parte da política a capacidade de diálogo, e é por isso que a gente quer fazer com muita força.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Depois deixe o celular aqui para mim. (*Risos.*)

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA – Eu vou deixar aqui com o senhor, está aqui. Pode usar e abusar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, gente, então muito obrigado por esta sessão tão elevada da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Ministro, só lembrando o princípio de tudo que nós começamos aqui: o senhor sabe que a gente pensa no Brasil, mas a Amazônia é um Brasil dentro do Brasil, com um monte de problemas. O senhor tem ali 69 milhões de hectares na agricultura familiar, o senhor tem ali quase 450 mil, 447 mil famílias, quase 2,3 mil projetos de assentamento. E uma coisa que a gente precisa – eu moro, eu sou, eu vivo – chama-se regularização fundiária, aquilo que o Beto colocou com muita propriedade e todo mundo aqui sabe. O começo da solução para a agricultura familiar passa pela regularização fundiária. Depois disso... Porque o nosso pessoal da Região Norte, da Amazônia, com raríssimas exceções, pessoal, não produz o que consome – não produz o que consome. Às vezes tem um pedaço de terra significativo, mas não sabe trabalhar ali.

O senhor falou aqui no Senar. O Senar pode ser o grande parceiro de V. Exa. na gestão empreendedora da terra, não é? Eu não estou falando aqui de assistência técnica, é outra coisa. O nosso agricultor familiar precisa aprender que a terra dele não é só um lugar de morar, mas que é um lugar de produzir, que ali é uma empresa, que ele tem que ter resultado, que tem que se alimentar e também tem que vender o excedente para sobreviver. Então, com o título, ele faz isso, se ele tiver documento, se ele for um gestor pelo menos razoável. E aí o Senar é fundamental.

O senhor tem lá também uma forte rede do Instituto Federal que não é utilizada praticamente, precisa vir para dentro.

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – Nesse Proforest nós incluímos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A nossa Emater está falida, mas, com pouquinha coisa, numa parceria com a prefeitura, ela pode ser muito útil também, porque os técnicos são bons, só que ela não tem perna para rodar. Correto?

O penúltimo é a assistência técnica e o último é a questão da tecnologia. Nós ainda exploramos com ferramentas rudimentares – não vai, não anda. Ou a gente tem acesso a um programinha que o Governo pode fazer aí... Eu estava fazendo uma brincadeira hoje de que um tratorzinho agrícola com alguns equipamentos é muito mais caro do que um carro de luxo, e não dá. Quem é que usa um carro de luxo e quem é que usa um tratorzinho agrícola, não é? Então, a gente precisa dar uma arrumada nisso aí, de repente o Governo tirar um pouco da carga tributária dessas máquinas para a agricultura familiar, dar uma abaixada nesse preço, facilitar aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a forma institucional, para que os nossos assentados do Incra possam ter uma vida melhor, prosperem, que é o que todo mundo quer.

O Wellington Fagundes falou que o Estado do Mato Grosso produz muita coisa, mas os caminhões de hortifruti entram lá às centenas. É a mesma coisinha que acontece no Pará e nos outros estados da Amazônia. A gente não sabe produzir hortifrutigranjeiro, geramos milhares e milhares de emprego não lá, geramos aqui, no Centro-Oeste, parte do Nordeste, parte do Sudeste, e a gente não sabe que tem potencial, tem consumo, tem terra, tem tudo, mas não tem prática, não sabe fazer, e aí entra a questão da gestão empreendedora e da assistência técnica.

Por último – agora para ir embora mesmo –, Santarém, SR 27, do Incra, Presidente. No meu ponto de vista, ali precisa de uma intervenção poderosa, porque noventa e tantos por cento, quem sabe até 100%, dos projetos lá não funcionam. Então, meu Presidente, eu queria fazer um pedido de coração: fazer uma análise de todos eles, ver quem ainda presta para alguma coisa e quem não presta e não ter medo de mudar. "Ah, aqui é um PAE!" Um PAE não funciona ali. A maioria das famílias quer produzir de outra maneira, não tem aptidão para ser extrativista, mas tem aptidão para produzir alimentos de outra forma. Então, precisa ter coragem de enfrentar isso. Isso está se enrolando há muito tempo, muito tempo. E jogar coisa para debaixo do tapete não resolve, o que resolve é botar na mesa e ter coragem para pegar o decreto da época lá, ajeitar, botar um decreto novo, dando condição, porque é só problema de norte a sul na região oeste do Pará, SR 30 lá em Santarém, até chegar a Mato Grosso.

Gratidão ao senhor, Sr. Ministro...

O SR. LUIZ PAULO TEIXEIRA (Para expor.) – Presidente, é só fazer duas correções: eu não mencionei o Antônio da Conab e troquei o sobrenome do Carlos Gondim. É que eu estava falando com uma pessoa de Mato Grosso e aí botei um sobrenome de uma pessoa conhecida dele no Mato Grosso. Então, é Carlos Gondim o nosso Procurador-Chefe.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu agradeço a presença de S. Exa. o Ministro Paulo Teixeira e de toda sua equipe – Presidente do Incra, os presidentes de autarquias aqui – e a paciência de todo mundo para ficar conosco e nos acompanhar até este momento.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência Eventual do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Jussara Lima, Izalci Lucas, Beto Faro, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Lucas Barreto, Efraim Filho, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência justificou ausência da Senadora Tereza Cristina e dos Senhores Senadores Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 13/2025 - CRA, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Finalidade: Debater os impactos e a constitucionalidade da Moratória da Soja, bem como a recente suspensão da Lei nº 12.709, DE 2024, do Estado de Mato Grosso, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Participantes: Deputada Estadual Janaina Riva (MT); André Figueiredo Dobashi, Presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Marcos Adami, Chefe Substituto da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe; André Meloni Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove; Deputado Estadual Max Russi, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Deputado Estadual Carlos Avallone (MT); Fabrício Morais Rosa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil; Deputada Federal Juliana Kolankiewicz; Lucas Luis Costa Beber, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso - Aprosoja/MT; Deputado Estadual Gilberto Cattani (MT); Vilmondes Sebastião Tomain, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - Famato; Frederico Favacho, Consultor Jurídico da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - Anec; Deputada Federal Gisela Simona; Deputado Estadual Dr. João (MT); Deputado Estadual Dr. Eugênio (MT); e Vanderlei de Abreu, Prefeito do Município de Porto dos Gaúchos (MT). Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. Usam da palavra o Senador Jayme Campos e a Senadora Margareth Buzetti e o Senador Wellington Fagundes, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos e a constitucionalidade da moratória da soja, bem como a recente suspensão da Lei nº 12.709, de 2024, do Estado de Mato Grosso, pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento nº 13, de 2025, de iniciativa desta Presidência e também dos Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho.

Eu quero convidar para compor aqui – inicialmente nós faremos duas mesas – o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Max Russi.

Podem bater palmas, gente. (*Palmas.*)

Todos estão convidados a sentar.

Agradecemos de antemão aqui a todos os Deputados também da Assembleia, que a gente vai ao tempo aqui enumerando.

Quero convidar também o André Figueiredo Dobashi, Presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). (*Palmas.*)

Ainda, o André Meloni Nassar – depois, ele poderá pronunciar da forma como ele preferir aqui para nós –, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Nassar, não é?

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR (*Fora do microfone*.) – Isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Um abraço.

Fabrício Morais Rosa, Diretor-Executivo da Associação... (*Pausa.*)

Ele ainda não chegou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ao próximo.

Marcos Adami, Chefe Substituto da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Eu estou vendo duas Deputadas aí. Agora aqui a dúvida... A presença feminina, porque esta mesa está muito masculina, não é? Então, eu vou convidar a Deputada Janaina Riva para estar aqui com a gente.

Nassar, para que ela não fique na ponta, para a gente sempre mostrar a gentileza masculina aqui... (*Palmas.*)

Bom, então, está composta a primeira mesa. Depois, então, faremos a segunda.

Queremos também registrar que estão agora na Argentina alguns Parlamentares que representam a nossa Comissão. Eles, inclusive, gravaram um vídeo, que nós vamos passar daqui a pouquinho. Eles estão lá na participação da 2ª Cúpula Agro Global Sul-Americana. Esse evento reúne Parlamentares da Argentina, do Brasil, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Colômbia e também do Peru. A delegação brasileira que está lá é formada por 13 Parlamentares da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) e conta com o apoio do Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Lá eles estão sob presidência, então, da Comissão, do Deputado Pedro Lupion, que, claro... Lá o objetivo é exatamente destacar o papel do Brasil como referência mundial em produtividade e sustentabilidade do agro. Estão lá também a Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente da FPA no Senado, com forte atuação internacional em temas agropecuários; o Senador Jaime Bagattoli, que é de Rondônia; o Senador Jorge Seif, de Santa Catarina; e o Senador Marcos Rogério, também de Rondônia – todos eles acompanhados do nosso Presidente da Comissão de Agricultura e também nosso líder lá na FPA, o Senador Zequinha Marinho.

Ainda estão presentes lá os Deputados Coronel Fernanda, que é a Coordenadora da Comissão de Política de Abastecimento, do PL, de Mato Grosso; Daniela Reinehr, do PL, de Santa Catarina; Ana Paula Leão; Roberta Roma, do PL, da Bahia; Evair de Melo; e Alceu Moreira, do MDB, do Rio Grande do Sul. Estão também acompanhando essa delegação a Tania Zanella, que é Presidente do IPA, e o Sérgio Luís Bortolozzo, Vice-Presidente do IPA.

Eu quero, então, a pedido deles, pedir que se projete o vídeo que eles fizeram questão de enviar, dada a impossibilidade de estarem aqui conosco.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar. *Por vídeo*.) – Estamos aqui na Argentina, em Buenos Aires, para a participação na segunda edição do Agro Global, evento extremamente importante para o agronegócio dessa região da América do Sul. Estou aqui muito bem acompanhado da nossa Senadora Tereza Cristina, do Senador Marcos Rogério, do Senador Jaime Bagattoli, todos nós membros da Comissão.

Aqui o assunto é extremamente pertinente, e a gente não poderia falhar, assim como o assunto da audiência pública de hoje, a questão da moratória da soja, que é extremamente sensível, e a situação atual não é boa para ninguém. A gente quer participar efetivamente desse debate. Estamos aqui, mas unidos a vocês todos aí, na expectativa de, em outro momento, a gente poder reforçar presencialmente esse debate para encontrar saídas e encaminhamentos, não é verdade?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discursar. *Por vídeo*.) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes, uma boa tarde para você, para todos os colegas que participam da Comissão de Agricultura, dessa audiência pública sobre um assunto tão relevante e que preocupa tanto os nossos produtores.

Nós estamos aqui em Buenos Aires, participando da Cúpula Agro Global, para ver convergências entre o agro brasileiro e o agro da América do Sul, uma cúpula que também está tratando de assuntos da economia relativos ao nosso setor. E nós estamos aqui para dizer o seguinte: precisamos de mais audiências, Senador Zequinha, que é o nosso Presidente da Comissão, para tratar desse assunto sensível e que hoje não é bom para ninguém; atrapalha o agro brasileiro, atrapalha a nossa imagem e, principalmente, prejudica o produtor rural da Região Norte, da Região Sul, do Sudeste, enfim, todos nós.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar. *Por vídeo*.) – Cumprimento o Presidente da audiência pública, Wellington Fagundes, e aqui conosco o Senador Jaime Bagattoli, o Senador Jorge Seif, a nossa sempre Ministra Tereza Cristina.

Esse é um tema, Ministra, que hoje não está apenas no âmbito do debate político dentro do Congresso Nacional. Nós levamos esse tema para o Cade, porque tem uma questão concorrencial que está sendo discutida no Cade; o tema está também judicializado. Agora, eu acho que o ponto central dessa discussão toda é o que está realmente acontecendo no Parlamento. Essa é uma situação que prejudica muito o agronegócio brasileiro, prejudica especialmente os produtores de soja. E Mato Grosso e Rondônia, neste momento, talvez sejam o epicentro dessa maior crise, mas ela prejudica toda a cadeia do agro no Brasil.

Então, quero colocar-nos à disposição e, em outras audiências públicas, trazer outros convidados, quem sabe trazer também representantes do próprio Cade para participar com a gente da audiência pública para debater esse tema.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar. *Por vídeo*.) – Deixo um abraço grande. Boa audiência!

Nós estamos representando o agronegócio brasileiro nas Américas aqui, e o senhor nos representa nessa importante audiência pública. Das próximas, com certeza, participaremos e ajudaremos em tudo que for necessário, porque o agro é a maior riqueza do nosso Brasil.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar. *Por vídeo*.) – Daqui quero mandar um abraço ao Wellington Fagundes, que está nos representando aí neste momento na Comissão da Agricultura.

Precisamos resolver, precisamos marcar novas audiências públicas. Não podemos deixar isso sem conseguimos resolver. Nós vamos resolver essa situação da moratória da soja, até porque nós temos a legislação ambiental mais rígida do planeta. Então, nós precisamos resolver essa situação e não podemos deixar o nosso produtor rural prejudicado.

Um abraço a todos aí.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Por vídeo*.) – Muito bem! Estamos juntos. Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, para começar o nosso debate aqui, eu quero registrar que essa Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.774, em trâmite no Supremo Tribunal Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questiona a constitucionalidade da Lei nº 12.709, de 2024, sancionada no Estado de Mato Grosso.

A norma estabelece critérios para a concessão de incentivos fiscais e doação de terrenos públicos a empresas do setor agroindustrial, proibindo o benefício àquelas que aderirem a compromissos que limitam a expansão agropecuária em áreas não protegidas por legislação ambiental.

Na prática, a medida impacta diretamente empresas signatárias da moratória da soja, acordo voluntário firmado entre setores do agronegócio e organizações da sociedade civil, que impede a compra de soja produzida em áreas da Amazônia desmatadas após julho de 2008.

A ADI foi proposta por partidos que argumentam que a lei fere princípios constitucionais como a livre iniciativa e a proteção ao meio ambiente, ao penalizar empresas que adotam práticas sustentáveis. Segundo os autores da ação, a norma representa uma retaliação a iniciativas privadas de preservação ambiental e cria um ambiente de concorrência desleal.

Em decisão liminar, proferida em dezembro de 2024, o Ministro Flávio Dino suspendeu os efeitos da lei. Para ele, a norma utilizava critérios tributários como forma de punição indireta a empresas comprometidas com práticas socioambientais, o que poderia configurar desvio de finalidade. O julgamento do mérito da ADI estava previsto para ocorrer entre os dias 14 e 21 de fevereiro de 2025, mas foi retirado de pauta após pedido do Governo estadual, que busca um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). Enquanto isso, a eficácia da Lei nº 12.709, de 2024, permanece suspensa.

O caso representa um debate central entre desenvolvimento econômico, soberania estadual e compromissos ambientais firmados por iniciativa privada.

O resultado da ADI 7.774 terá impacto direto sobre o setor agrícola, especialmente nas cadeias produtivas de exportação, além de repercussões jurídicas sobre a conclusão entre a produção e a preservação ambiental no Brasil.

Bom, esta audiência pública é interativa, por meio também do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado e também pelo telefone 0800 0612211. Quero repetir aqui: esta audiência pública é, portanto, interativa. Quem estiver nos assistindo pode fazê-lo aqui através do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado e também pelo telefone 0800 0612211.

Chegou aqui o nosso Senador Jayme Campos, que também é um dos proponentes desta sessão.

Eu quero aqui também dizer que a Assembleia Legislativa, através dos seus meios de comunicação – Rádio Assembleia, também TV Assembleia e ainda todos os *sites* –, também está transmitindo ao vivo esta nossa sessão.

Logo em seguida, eu vou aqui passar à Deputada Janaina Riva, para abrir, e eu gostaria, Deputada, que V. Exa. fizesse então o cumprimento também a todos os Parlamentares que vieram aqui prestigiar esse evento, além do nosso Deputado Federal Rodrigo da Zaeli.

A SRA. JANAINA RIVA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Wellington Fagundes, Senador Jayme Campos, que bem representam o Estado de Mato Grosso.

Na pessoa dos nossos Senadores, eu gostaria de cumprimentar toda a nossa mesa e, especialmente, aqui cumprimentar os Deputados Estaduais do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Presidente Max Russi, que hoje representa a nossa delegação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o autor dessa legislação de grande impacto para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil, que está aqui, Deputado Gilberto Cattani, que deve falar também, em breve, aqui nesta audiência; o nosso Primeiro-Secretário, Deputado Dr. João José, que também representa aqui a Assembleia; o Deputado Dr. Eugênio, que, junto com a Deputada Federal Juliana, representa o Araguaia, do Estado de Mato Grosso; o Deputado Carlos Avallone, que foi um dos responsáveis e idealizadores dessa lei, junto ao Deputado Cattani, para que nós pudéssemos fazer uma votação de consenso na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Cumprimento também todos os nossos Prefeitos aqui presentes. Especialmente aqui cumprimento o nosso representante, Presidente da Famato, Vilmondes, e o Presidente da Aprosoja Mato Grosso, Lucas Beber; e, com certeza também cumprimento aqui todos os nossos Deputados Federais na pessoa do querido amigo e Deputado Rodrigo da Zaeli, que é do mesmo município que o Senador Wellington Fagundes, Rondonópolis.

Para ser muito breve, Senador: que alegria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso ver uma legislação proposta pelo Deputado Cattani, de coautoria de muitos Deputados da nossa Casa, hoje ser discutida aqui no Senado Federal e no STF.

É claro que nós gostaríamos que essa lei tivesse sido sancionada e já estivesse sendo aplicada no âmbito do Estado de Mato Grosso, até porque, para deixar muito claro para quem está nos acompanhando, Senador Wellington, ela trata de concessão de benefícios fiscais. Ela não trata especificamente da moratória da soja.

Agora, entendendo a Assembleia Legislativa que cabem aos Deputados determinar quais são aqueles que devem ou não receber benefícios fiscais cumprindo os requisitos, Deputado Avallone, estipulados pelo Governo do Estado, um dos critérios primordiais para isso, para concessão de benefício, é que sejam empresas, indústrias que fomentem o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso, que é exatamente o contrário do que este pacto da moratória da soja e da carne proporcionam ao nosso estado – um estado que tem muita riqueza, mas tem muita pobreza e tem muita desigualdade social. Sendo um estado, Deputado Valtenir, muito jovem, nós sofremos muito por conta da moratória, que impede o franco desenvolvimento dos jovens municípios de Mato Grosso.

Quando você fala, por exemplo, dos municípios da região, Deputado Cattani, Lucas, Mutum, Sorriso, todos são municípios que são impactados pela moratória da soja. Tangará, como é do município do Deputado Dr. João, a mesma coisa. Araguaia, então, nem se fala.

A logística no Estado de Mato Grosso está chegando agora. Agora que nós temos estradas para escoar a produção e para ter preço competitivo em nossa produção. Por isso, Senador, é que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso resolveu dizer não à moratória da soja, colocando um fim na concessão do benefício fiscal.

Nós esperamos, Senador Wellington, que o Senado Federal, Senador Jayme Campos, seja um parceiro da Assembleia nessa construção junto ao STF, para que venha uma decisão, Presidente Max, que contemple todo o nosso estado, todos os produtores do nosso estado, especialmente o pequeno e médio produtor. Isso surgiu das nossas bases.

Eu quero só lembrar que, para finalizar, Senador Wellington, essa proposta começa nas Câmaras de Vereadores, que, praticamente, Cattani, por unanimidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas elas, propuseram moção de repúdio contra a moratória da soja. Isso foi idealizado pela Aprosoja Mato Grosso através do nosso Presidente Lucas, que está ali, e com a grande participação da Famato. Portanto, não é o desejo da Assembleia somente que a moratória seja discutida, mas é o desejo de todo o Estado de Mato Grosso e dos seus representantes eleitos pelo voto democrático da nossa população mato-grossense.

Era só essa introdução, Senador Wellington, que eu gostaria de fazer.

E quero desejar uma profícua reunião a todos nós, que nós possamos sair daqui todos na missão de sensibilizar o STF quanto à relevância dessa pauta para Mato Grosso e para o Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Cada um terá direito a dez minutos e a gente pode ter uma tolerância, mas estamos aqui registrando isso em função de muitos oradores.

Os Parlamentares que também quiserem fazê-lo podem fazer a inscrição. Claro que o Senador tem a prioridade e fala na hora em que ele quiser. O Senador Jayme Campos também é um proponente, se ele entender que deve falar já inicialmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, com tempo. Assim como também o Deputado Rodrigo da Zaeli.

Então, nós vamos passar agora a palavra ao André Figueiredo, que é o Presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Nós não registramos aqui ainda todos que já estão em função exatamente da organização, até por isso nós estamos pedindo a inscrição da fala também, mas já temos algumas autoridades que chegaram posteriormente.

Então, com a palavra.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO DOBASHI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao senhor até pela oportunidade e por ter colocado aqui a elegância feminina da nossa Deputada Janaina, que brilhantemente já nominou e saudou as autoridades aqui presentes, nos poupando bastante tempo para sermos mais práticos. Então, gostaria de agradecer a todos os já nominados aqui e dizer que, para mim, é uma oportunidade muito grande.

Eu aproveito para saudar em especial todos os produtores rurais que estão aqui e os verdadeiros prejudicados nesse assunto de suma importância que nós estamos tratando aqui, Senador.

Hoje eu tenho a honra de falar aqui não como produtor rural que sou, mas também como representante de milhões de brasileiros que diariamente vêm para o campo, respeitando principalmente leis, produzindo alimentos e gerando riqueza para este país.

Esse assunto, Deputada Janaina, não é só de interesse do produtor rural ou do povo do Mato Grosso, esse assunto é de interesse de todo o produtor rural brasileiro que cumpre leis e que parte todo dia para a lida, produzindo alimento neste país, mas, principalmente, respeitando o Código Florestal brasileiro, uma das leis mais restritivas do mundo.

Nós estamos aqui para falar da moratória da soja, um acordo celebrado em 2006 entre empresas privadas e ONGs que, mesmo com objetivos ambientais nobres, passou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a impor restrições que foram ficando cada vez mais severas, mas, principalmente, unilaterais, sem a participação dos produtores rurais. E esse acordo, senhores, vale lembrar que não foi votado por esta Casa de leis, não foi debatido no Congresso Nacional e tampouco nasceu do diálogo com os verdadeiros protagonistas, que somos nós os produtores rurais brasileiros.

A moratória como está hoje ignora a legalidade vigente, nos penaliza, nós produtores, que cumprimos integralmente o Código Florestal brasileiro, como eu disse, um dos mais rigorosos do mundo, e acaba criando uma legislação paralela, acima da Constituição, sobre os direitos de propriedade, a função social da terra e a livre iniciativa.

O Brasil, senhores, tem regras claras. Nós temos reserva legal. Nós temos áreas de preservação permanente, CAR, licenciamento, monitoramento por satélite. O que mais a gente pode querer desse produtor rural? Que ele seja punido mesmo quando segue a lei? Isso é injusto, é inconstitucional e é inaceitável. E digo mais. A moratória não conseguiu impedir o desmatamento ilegal. O que ela fez, de fato, foi criminalizar um produtor que cumpria a legalidade, afastar investimentos, concentrar mercados nas mãos de poucos exportadores e, enfim, agravar a desigualdade regional. Municípios inteiros são sufocados economicamente por restrições que não têm respaldo no ordenamento jurídico brasileiro.

E foi nesse cenário que o Estado do Mato Grosso, que tem 30% ou mais da produção de soja do Brasil, aprovou a Lei 12.709, em 2024, que não tinha interesse em cercear direito nenhum. Na verdade, o interesse era chamar o problema à mesa e debatê-lo para acabar com as injustiças, com o legítimo objetivo de promover sua economia, seus cidadãos, sua soberania contra práticas abusivas que se tornaram um boicote comercial.

Disfarçada de boas intenções, essa lei foi, sim, debatida e aprovada democraticamente por representantes eleitos pelo povo, como manda a Constituição. Mas, em dezembro do ano passado, a lei foi suspensa pelo STF, a pedido de um partido político que não está representando o campo, não representa os produtores e tampouco representa a realidade de quem vive naquela região.

Por isso que esta audiência é essencial. Nós precisamos colocar este debate no seu devido lugar. O Brasil precisa de desenvolvimento com responsabilidade, e não de restrições sem legitimidade. E aqui eu não estou falando que o assunto ambiental é de menos importância, mas quem faz as leis neste país deve ser este Congresso Nacional e não ONGs internacionais ou multinacionais, que impõem regras e extrapolam o previsto no nosso Código Florestal, nas leis ambientais e na Constituição da República.

Aos Parlamentares eu agradeço o apoio, a escuta e o compromisso com a legalidade. E aos que defendem a moratória, eu deixo uma reflexão: se fosse tão eficiente, o desmatamento ilegal já teria sido resolvido. Se fosse justa, não penalizaria quem cumpre a lei. Se fosse legítima, teria sido votada aqui por este Parlamento.

Que esta audiência pública seja o primeiro passo para resgatar a segurança jurídica, a soberania nacional e a confiança do produtor rural brasileiro, que não é o vilão, mas é o legítimo guardião da terra e produtor de alimentos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero fazer apenas uma indagação a V. Exa. Aqui, eu estou vendo a relação dos convidados. Todos terão a oportunidade certa para falar? Parece que é um...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dois blocos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Dois blocos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O primeiro bloco eu vou, aqui, então, novamente ler: a Deputada Estadual Janaina, o André Figueiredo, o Marcos Adami, o Deputado Estadual Max Russi e o André Meloni Nassar. No primeiro bloco.

No segundo bloco: Fabrício Morais Rosa, que é o Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); Lucas Luis Costa Beber, que é Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja Mato Grosso); Frederico Favacho, Consultor Jurídico da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); e Vilmondes Sebastião Tomain, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato).

Claro que todos os Deputados também usarão a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – (*Fora do microfone.*)

... enfim, todos terão direito de falar.

Então, vamos agora, na sequência: o Marcos Adami, Chefe Substituto da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com a palavra, por dez minutos.

O SR. MARCOS ADAMI (Para expor.) – Inicialmente, eu quero agradecer pelo convite para estar aqui, Senador. Quero cumprimentar os Senadores, Deputados, senhoras e senhores, boa tarde. É realmente uma honra estar aqui e falar com vocês.

Eu vou apresentar aspectos técnicos do monitoramento da Moratória da Soja e mostrar que esses aspectos técnicos envolvem uma evolução que ocorreu no Inpe desde 1973. Se puderem... Deixem-me voltar aqui um pouco.

Bom, aí está a recepção de processamento de imagens, que fica lá em Cuiabá. Ela foi montada em 1973. Nossa! Bem.

E... sinto muito. Era para ter umas imagens ali mostrando que, em 1973, 1974, 1975, 1976 e assim por diante, a gente já tinha começado a fazer o monitoramento do desmatamento da Amazônia. Naquela época... Aí, em 1978, 1979 e assim por diante, até que, em 1988, 1989, o Shuttle passou sobre o Brasil e fotografou uma imensa nuvem de fumaça queimando na Amazônia, lá em Rondônia. E essa capa da *Times* forçou o Brasil a fazer o monitoramento do desmatamento da Amazônia. A partir daí, desde 1988, o Inpe vem monitorando o desmatamento da Amazônia.

Esse monitoramento acontece da seguinte forma: primeiro, vocês veem uma série de degradações que ocorrem na floresta; depois, essa floresta é degradada, até que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega ao corte raso. E como é que a gente vê isso nas imagens de satélite? A gente vê isso desta maneira: aquela área rosa, aquela área em verde mais claro, aquela área de extração de minérios na beira do rio, esta área inundada aqui embaixo e aquela área de degradação que está ali, para a qual eu não estou conseguindo apontar, são consideradas áreas de desmatamento.

A gente vem fazendo isso, criando essa série histórica, desde 1988. A gente tem usado satélites com uma resolução espacial de 30m e uma acurácia superior a 94%; quer dizer, a gente acerta muito bem esses dados, e, graças a isso, graças a essa capacidade... Isto aqui é a apresentação de como é que o pessoal vai mapeando: a gente tem uma máscara do desmatamento anterior e vai preenchendo os vazios com mais polígonos daquele desmatamento daquele ano, então a gente sabe em que ano aconteceu o desmatamento.

Graças a essa evolução, é possível fazer o monitoramento da Moratória da Soja, porque com a Moratória da Soja assinou-se o acordo de somente comprar soja de áreas desmatadas anteriores a 2008, conforme está no Código Florestal. Eu acho que esse conhecimento é importante para vocês entenderem e discutirem a legalidade dela. O Inpe, por outro lado, não tem a prerrogativa para dizer se o desmatamento é legal ou não – ele apenas faz o mapeamento do desmatamento. Todos os nossos dados são públicos; todos os dados do Prodes, do Deter e de outros sistemas de monitoramento estão disponíveis neste *link*, vocês podem acessar cada polígono e verificar se ele ocorreu ou não. Se tiver dúvida, se o polígono não for considerado desmatamento, é só mandar um *e-mail* para a gente – tem o *e-mail* lá – dizendo qual é o polígono, e a gente revisa o polígono, certo?

Aqui, eu vou colocar uma breve linha do tempo desse desenvolvimento tecnológico para a Moratória da Soja.

A gente tem o Prodes, que aconteceu aqui, desde 1988. Em 2006, começa a Moratória da Soja. Em 2009, nós iniciamos os trabalhos para desenvolvimento da metodologia. Na época, a gente usava imagens de satélite do Landsat e do Modis para dizer se a área tinha probabilidade de ter soja ou não; depois, era executado o sobrevoo daquela área, com fotografia aérea, para mapear a área de soja.

Depois, em 2013, a empresa Agrosatelite, contratada pela Abiove, faz um mapeamento dessas áreas, e o Inpe passa a auditar esse mapeamento. A gente vai vendo, verificando e ajustando as metodologias e vendo se a metodologia está sendo seguida; inclusive, durante esse monitoramento, durante esse trabalho, polígonos que foram desmatados em datas anteriores a 2008 são retirados dessa análise e esses polígonos não são considerados.

Em 2015, a União Europeia lança um novo satélite, o Sentinel 2, e esse novo satélite é incorporado também a essa análise. Em 2019, entram os satélites Landsat 9 e Landsat 8. Em 2022, a gente lá do Inpe inicia o Prodes nas áreas de formações não florestais dentro do bioma Amazônia.

Então, essa é uma linha de trajetória do tempo do que ocorreu no desenvolvimento técnico-científico ligado com a moratória da soja.

Bem, aqui, eu mostro um exemplo para os senhores de como é que a gente verifica se o polígono tem, ou não, soja. Na coluna Y, vocês têm um índice de vegetação NDVI. Quanto maior esse índice de vegetação, mais vegetação tem naquela área; quanto menor, menos vegetação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, vocês veem que até 2011 você tem área de floresta, sempre uma vegetação alta. Em 2011, ele sofre uma queda nesse índice de vegetação, dando um indício de que essa área foi desflorestada nesse período. Depois, retorna uma capoeira, e essa capoeira, em 2013, 2014, é desmatada. Lá em 2021, o pessoal planta soja nela.

A gente consegue acompanhar, por meio dessa série temporal de imagens de satélite, a evolução dessa área. E a gente consegue saber, por exemplo, que essa área plantou soja e milho, que tem duas safras ocorrendo naquela área.

E ela plantou soja e milho em... Aqui está ruim de enxergar, porque eu estou precisando trocar os óculos. Em 2021 e 2022, certo, pessoal?

Bem, eu queria apresentar esse aspecto técnico para vocês, para ajudar vocês a decidirem pela legalidade, decidirem por um caminho que atenda aos interesses da nação.

Eu estou à disposição, meu *e-mail* no Inpe, vocês podem me acessar a qualquer momento. Eu coloco o Inpe à disposição de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, eu queria registrar que temos algumas cadeiras aqui à frente.

Estou vendo lá o Nelson, nosso Superintendente da Sudeco, Nelson Vieira. É convidado para estar aqui conosco.

Outros que venham, inclusive, podem participar também.

Bom, vamos agora convidar, então, o André Meloni Nassar, que é o Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR (Para expor.) – Senador Wellington, primeiro, muito obrigado pelo convite. Quero cumprimentar também o Senador Jayme; cumprimentar o Deputado Max e a Deputada Janaina.

E aí, cumprimento a todos os demais Parlamentares de Mato Grosso. Eu conheço alguns deles, Deputado Cattani, Deputado Avallone. É um prazer estar com vocês aqui em Brasília e não lá em Mato Grosso, mas lá é bom também. Lá é mais quente.

Quero cumprimentar o André e o Marcos também, companheiros nossos aqui da Mesa.

Bom, eu preparei um negócio aí que eu vou falar depois, no final. São simplesmente mapas que eu gostaria de mostrar. O que eu gostaria de comentar sobre o debate que a gente está discutindo aqui?

Aliás, Senador Wellington, o senhor fez um resumo muito bom no começo. Eu achei que foi muito instrutivo e bem detalhado sobre a ADI 7.774. Então, como é que a gente vê isso na Abiove? A ADI está posta, certo? Ela está posta, tem uma liminar deferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ele, na decisão, cita – eu acho que é importante falar – os arts. 5º, 61, 170 e 225 da Constituição Federal. Então, assim, na visão dele há uma inconstitucionalidade na legislação de Mato Grosso, tá.

O Supremo é quem vai tomar essa decisão: se a lei é constitucional ou se a lei não é constitucional. Eu acho que o nosso papel aqui é dar os elementos, por meio de audiências públicas e também por manifestações formais no processo, para dar todos os elementos necessários para que o Supremo tome a decisão. Ele pode tomar a decisão numa direção; pode tomar a decisão em outra direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu acho – e isso foi citado também pelo Senador Wellington, por isso que vou elogiar de novo o seu resumo, Senador – que o Governo de Mato Grosso fez um movimento importante, ele se manifestou junto ao Supremo dizendo: "Olha, faça uma conciliação, promova uma conciliação".

Como é que a gente interpreta esse movimento do Governo do estado? Assim, houve um reconhecimento de que pode haver inconstitucionalidade na legislação aprovada em Mato Grosso e que a conciliação, uma saída intermediária, diferente, talvez seja a que faça mais sentido. E por que eu estou... Bom, outra coisa: além disso, só para citar mais um exemplo, a Confederação Nacional de Agricultura fez manifestação semelhante sobre isso na ação de Rondônia, porque Rondônia também tem uma legislação, tem uma outra ADI, ADI essa que não foi julgada, mas a CNA também pede na ADI de Rondônia que seja feita a conciliação.

Então, veja, nós temos o Governo do Estado de Mato Grosso pedindo conciliação na ADI que se refere à lei de Mato Grosso e temos uma entidade que representa os produtores pedindo a conciliação no caso de Rondônia. Então, assim, a gente vê, nós aqui da Abiove, que há espaço para essa conciliação, certo? E nós deveríamos estar trabalhando nessa direção.

Então, o que a Abiove fez para estimular a conciliação? A gente se manifesta na ação, na ADI 7.774 – certo? –, no nosso pedido de *amicus curiae*. Está lá, é pública, para quem quiser olhar aquilo. Então, o que a gente fala na nossa manifestação? A gente fala: "Olha, manter a constitucionalidade da lei, certo? Oportunizar o aprimoramento da moratória, porque qual que é a ideia aqui? É a gente olhar para frente. A ideia da conciliação é olhar para frente. O trabalho é para resolver o problema, certo? A indústria está certa, os produtores estão certos; os produtores estão errados, a indústria está errada. Nós temos que resolver. Então, a discussão no STF é a oportunidade para se resolver. E a resolução não está em acabar a moratória e nem em manter do jeito que está. Algo diferente tem que ser feito.

E outra coisa muito importante é que a moratória tem um passado, tem uma história, certo? E é essa história da moratória que eu quero mostrar aqui rapidinho – acho que é só eu clicar e ele vai sozinho. (*Pausa.*)

Isso.

Essa é a história da soja – ah, não está... É isso, pronto – no bioma Amazônia. Lá em 2000 tinha 300 mil hectares, e na safra 2023-2024 tem quase 8 milhões de hectares.

O SR. GILBERTO CATTANI (*Fora do microfone*.) – Graças a Deus!

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Graças a Deus! Isso. Na vigência da moratória, Cattani. Então, não tem o que discutir. A moratória não impediu isso aqui. Aliás, a gente considera que a moratória viabilizou isso aqui, criou um mercado para essa soja. É com isto que a gente quer fazer essas visões se confrontarem: a visão do André, que trouxe uma visão muito clara, com a nossa. Ele está certo, eu estou certo; ele está errado, eu estou errado. Nós temos que solucionar isso aqui.

Agora, a verdade é isto aqui: tem 7,8 milhões de hectares de soja no bioma Amazônia, graças a Deus para os produtores, graças a Deus para as *tradings*, porque as *tradings* só vão bem quando o produtor vai bem. Então este é o momento de a gente começar a solucionar. Então, como proposta, Deputado Wellington... Senador Wellington, mil perdões, a Abiove já trouxe propostas, no passado, de como oportunizar melhorias. Infelizmente as propostas não foram bem recebidas e a gente chegou à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situação em que a gente está, de cada um na sua trincheira: os produtores numa trincheira, a indústria numa trincheira e a sociedade civil numa outra trincheira, porque a sociedade civil não veio aqui, mas ela tem uma visão e representa uma parte da sociedade brasileira.

Então, o que a gente entende? Que é hora de a gente buscar solução. E qual é a solução? O passado está aí ó, o passado é positivo, a moratória não impediu. Está tudo certo, não tem o que discutir sobre o passado, e vamos olhar para frente. Então acho que seria extremamente positivo, Senador Wellington, se esta audiência viabilizasse o que as outras audiências não viabilizaram, que é a busca de uma solução que não vai agradar a indústria, não vai agradar os produtores, não vai agradar a sociedade civil, mas vai proteger a soja, porque a soja é o ativo mais importante, a soja é que gera essa riqueza toda que a gente vê em Mato Grosso, que a gente vê Rondônia crescendo, que a gente vê o Matopiba crescendo e que a gente viu os estados mais antigos crescerem e continuam crescendo em cima dela.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Quero fazer um pela ordem aqui.

V. Exa. falou da conciliação. E qual é o caminho que vocês sugerem? Até agora só tentaram nos penalizar lá no Mato Grosso e no Brasil, que certamente estão produzindo a soja. Qual é a sua sugestão, porque até agora não vi nada, com base na sinceridade.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Senador, a sugestão já falei até em audiência pública aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A audiência pública estamos realizando aqui.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – São mudanças na moratória, né?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Bacana, mas qual seria a sugestão da entidade que V. Sa. representa?

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Tem mudanças na moratória que são viáveis.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por exemplo?

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Por exemplo, o mercado internacional não quer comprar soja plantada em área desmatada no bioma Amazônia, de floresta. Não quer.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – De que época?

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – De toda época, da época de sempre.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quer dizer que não quer comprar de nós?

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Não, quer comprar. Só não quer comprar aquela soja plantada em área desmatada. Vamos resolver isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas como é que você vai plantar se não tem área desmatada? Me dá uma luz aí.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Tem um monte de soja que não está plantada em área desmatada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Você não vai plantar em área desmatada como? Tem áreas que só foram desmatadas – vamos imaginar que não tinha capim lá, e essa área foi, com certeza, degradada e hoje está sendo plantada a soja. Não é isso?

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ademais, as áreas que foram plantadas lá, anteriormente, com certeza foram desmatadas. Primeiro, André, quero só dar uma pequena narrativa para isso aqui.

Mato Grosso, até hoje, não tem definido o que é a área de transição, área de não transição e área da Amazônia.

Temos definido bem o que é o Pantanal e o Cerrado. Todavia, acima do Paralelo 16, lá em cima, nós não sabemos ainda o que é área de transição.

Lamentavelmente, lá atrás, com o advento dos incentivos fiscais, que saíram da Sudam, pelo fato de que estávamos na Amazônia brasileira e era para ocupar a Amazônia, lá não foi... Foi aplicado lá que tudo aquilo era Amazônia, para que pudéssemos receber os incentivos fiscais da Sudam. V. Exa. sabe muito bem aqui que lá se recebe os incentivos fiscais da Sudam.

Entretanto, o que ocorre? Passaram quantos anos? Até porque, para esclarecer aqui, todo mundo sabe, está careca de saber aqui, ninguém foi lá por querer ir desmatar, muito pelo contrário, lá atrás – eu tenho 73 para 74, aquilo lá eu conheço muito bem, o próprio Governo Federal era o maior incentivador: "vamos ocupar para não entregar". Quando era assentamento, quanto mais derrubasse, você teria até direito a um pedacinho a mais. Se você conseguisse derrubar os 50 alqueires, ótimo, mais 20 alqueires. Essa era política do Governo Federal, do Incra.

E assim, por... Se fosse discorrer aqui, ia passar muito tempo, mas não é o momento certo. Só para pedir a sua opinião aqui, como representante da indústria. É muito bom até para o pessoal sair daqui com um esclarecimento. Ora, fizemos audiência pública, você sugere que tem que buscar conciliação. Dez! Todos nós queremos conciliação, até porque ninguém aqui é devastador, muito pelo contrário. Mato Grosso é o estado que mais produz neste país aqui, no entanto, de forma, com certeza, civilizada, mas acima de tudo, sustentável.

Agora, nós queremos ouvir aqui, estou aqui para ouvir, na verdade, a sua opinião: qual que é o caminho que nós temos que tomar? Na medida em que o Governo do Estado de Mato Grosso tomou um caminho... Ou seja, para dar o incentivo, o Estado tem a prerrogativa e a autoridade. Para cassar o incentivo não tem? Dois pesos e duas medidas?

A decisão do Supremo Tribunal Federal, lamentavelmente, está de forma errônea. Primeiro, que ela não podia interferir naquilo que é da atribuição e da competência do estado. Até pela Constituição Federal, no art. 23 e art. 24, que já tem regras claras de que o estado pode legislar concorrentemente com a Federação em determinadas situações, entre elas a questão ambiental. Só a título de esclarecimento.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos aqui muitos convidados.

Gostaria de citar alguns presentes: o Cleiton Gauer, do Imea e Famato; a Zoraide Soares Reis, Coordenadora de Relações Institucionais da CNA no Senado; Isabel de Faria, Assessora Técnica da CNA; Ana Lígia Lenat, Coordenadora de Produção Agrícola da CNA.

Passo agora a palavra ao Deputado Estadual Max Russi, Presidente da Assembleia Legislativa, que vai encerrar este bloco.

Depois, então, partimos para o segundo bloco.

Mas, como o Senador Jayme Campos fez aqui uma observação, interrogou aqueles que aqui estão, depois do segundo bloco, poderemos ter as perguntas também para todos.

O SR. MAX RUSSI (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas, autoridades presentes...

Quero cumprimentar aqui o Presidente desta audiência, Senador Wellington Fagundes. Aqui, também, foi proponente, o Senador Jayme Campos e o Senador Zequinha Marinho.

Quero cumprimentar os Deputados Federais aqui, Rodrigo da Zaeli, Deputado Walter Lira, Deputada Juliana, também o Vilmondes e o Lucas, representando o setor produtivo de Mato Grosso.

Cumprimento os meus companheiros Deputados Estaduais – o Cattani, o Dr. João, o Dr. Eugênio, também o Deputado Carlos Avallone e a nossa Deputada Janaina Riva – em nome de todos da mesa.

Senador Wellington, quando recebemos o convite para a audiência – e quero parabenizá-lo por este momento importante para a resolução do problema que tem afligido tanto os nossos produtores –, quero dizer que teve uma comitiva, Senador, de quase 20 Deputados Estaduais que gostariam de estar aqui, no dia de hoje, representando o que isso impacta, em termos da Assembleia e da população do Estado de Mato Grosso. Não foi possível todos virem, viemos em seis Deputados, representando todo o Parlamento estadual, para defender uma lei apresentada pelo Deputado Cattani junto com mais Parlamentares, que interfere e influencia muito no desenvolvimento do nosso estado.

Agradeço também ao Senador Wellington, que esteve junto conosco com o Ministro Flávio Dino. A Assembleia Legislativa novamente, em outro momento – a Deputada Janaina esteve junto, outros Deputados estiveram junto –, estivemos lá com o Ministro Flávio Dino falando, inclusive, sobre essa lei. O Senador Wellington esteve junto. Daquela reunião – não é, Senador? –, daquele momento, saiu a ideia e a importância desta audiência pública.

Então, com respeito à soberania do Parlamento federal e profundo compromisso com o povo mato-grossense, comparecemos a esta audiência pública. Eu, como Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, trago comigo a voz de milhões de brasileiros que produzem, trabalham e sustentam este país a partir do campo, com destaque especial aos nossos produtores rurais, homens e mulheres, que fazem de Mato Grosso o maior celeiro agropecuário da nação.

Estamos aqui hoje para tratar de dois temas que nos preocupam imensamente: a chamada moratória da soja e da carne e a suspensão pelo Supremo Tribunal Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Lei nº 12.709, de 2024, aprovada por ampla maioria na Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador Mauro Mendes.

A moratória da soja e da carne, na prática, impõe uma penalização antecipada aos produtores rurais de Mato Grosso, mesmo àqueles que estão plenamente em conformidade com o Código Florestal Brasileiro. Trata-se de uma política imposta por agentes privados e internacionais que, sob o pretexto de proteger o meio ambiente, ignora os avanços da legislação ambiental brasileira e desrespeita a autonomia federativa dos estados, desrespeitando, inclusive, uma lei ambiental aprovada pelo Senado e pela Câmara Federal, em 2012, muito debatida, bem restritiva.

Essa imposição, sem sombra de dúvida, interfere muito na nossa soberania porque não existe, Senador e Deputados presentes, nada mais representativo, nada mais forte para falar da representação da população do que o Senado Federal, do que a Câmara Federal, do que as Assembleias Legislativas, do que as Câmaras de Vereadores, porque são nessas casas que está a fotocópia da população. Ali estão todas as correntes partidárias, todas as correntes ideológicas, a população sendo representada, e uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal, através de uma normativa se sobrepõe a essa lei.

Nós, enquanto Assembleia Legislativa, enquanto Parlamentares, enquanto representantes do povo mato-grossense, não podemos aceitar isso.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso fez a sua parte e aprovou uma lei, não com o intuito de prejudicar ninguém, mas com o intuito de mostrar a importância do nosso produtor e de fazer uma lei, talvez, da reciprocidade: se você quer prejudicar o nosso produtor, nada mais justo que a gente dê benefícios e outros privilégios que o Estado de Mato Grosso, através da sua legislação tributária, fornece.

Esperamos e acreditamos muito em uma decisão sábia do Ministro Dino, e eu tenho certeza de que esta audiência pública terá uma força muito grande, em termos de mostrar a representação do Senado, a representação do povo mato-grossense e a representação dos nossos produtores rurais.

O Ministro Dino, que já passou por esta Casa e já foi Governador, sabe o que representa o voto popular e a escolha por parte da população de eleger os seus representantes para estarem aqui, fazerem e formularem leis, fazerem audiência pública, fazerem um debate, como é o debate de alto nível no dia de hoje, mas tenho certeza de que nós teremos um avanço positivo nessa direção e, com isso, vão ganhar o nosso produtor e o Estado de Mato Grosso.

Essa imposição travestida de compromisso voluntário contorna o devido processo legislativo, cria uma instabilidade jurídica e gera discriminação comercial contra quem produz de forma legal. É inaceitável que produtores que respeitam a lei sejam excluídos de mercados, rotulados como predadores e tratados com desconfiança, enquanto entregam alimentos, geram emprego e sustentam a balança comercial do nosso país.

A Lei nº 12.709, de 2024, de autoria do Deputado Cattani e demais Deputados, ora suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, buscava justamente corrigir distorções e garantir segurança jurídica aos produtores que seguem a lei.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso não agiu de forma leviana. Nós ouvimos a sociedade, debatemos com o setor e aprovamos uma norma voltada ao equilíbrio entre produção e preservação, sem romper com qualquer preceito constitucional ou com a legislação ambiental em vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Srs. Senadores, o Estado brasileiro não pode funcionar com regras que mudem conforme pressões externas. O ambientalismo de gabinete, que ignora a realidade do campo, só afasta investimentos, destrói empregos e enfraquece a confiança na legalidade.

O Código Florestal, de 2012, já é um dos mais rígidos do mundo. Ele exige reservas legais, área de preservação permanente, cadastro ambiental, recuperação de passivos e compromisso, que os nossos produtores têm cumprido com sacrifício e responsabilidade. O Estado de Mato Grosso, falado muito bem pelo Senador Jayme Campos, preserva e conserva mais de 62% do seu território; e os nossos produtores querem produzir com aquilo que a legislação permite que seja feito.

O que se pede aqui é simples: é respeito à lei em vigência, segurança jurídica e rejeição às imposições arbitrárias. O setor produtivo não se opõe à preservação ambiental, ao contrário, é protagonista da sua sustentabilidade moderna; mas não podemos aceitar que acordos paralelos e pressões ideológicas se sobreponham à legislação democraticamente constituída e ao pacto federativo consagrado em nossa Constituição.

Por isso, em nome do povo mato-grossense e da nossa Assembleia Legislativa, reitero o nosso total apoio ao setor produtivo, à segurança jurídica no campo e à construção de um Brasil que valorize, de verdade, quem planta, colhe e alimenta nossa nação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O André pede aqui a palavra e depois a gente vai para o segundo bloco.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO DOBASHI (Para expor.) – Senador, obrigado.

Eu pedi a palavra justamente porque a confederação foi citada pelo meu amigo André Nassar e eu queria só fazer aqui um esclarecimento.

Em primeiro lugar, a CNA se manifestou lá em Rondônia, mas é no sentido de conciliar a lei estadual, e não a moratória. A gente queria, de fato, fazer alguma conciliação na lei que foi suspensa, mas a gente nunca propôs nenhuma conciliação em cima da moratória, porque a confederação entende que a moratória é completamente ilícita, um acordo unilateral não é um acordo. Esse é o primeiro ponto que a gente gostaria de esclarecer.

O segundo ponto é que o mercado internacional não está se importando tanto assim com o desmatamento. O que ele quer é, de fato, que se cumpra o Código Florestal e que não haja desmatamento ilegal. Quem se importa, de fato, com o desmatamento é a Europa, e ela não importa mais que 3% da soja brasileira.

Só esses dois esclarecimentos que eu gostaria de fazer.

Obrigado, Presidente.

O SR. MAX RUSSI – Só quero, em tempo também, Senador Wellington, fazer um registro do nosso Presidente da Câmara de Primavera do Leste, nosso Vereador Marco, que também está aqui representando todos os Vereadores do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Deputado Avallone gostaria também, ainda neste bloco, de fazer uma indagação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CARLOS AVALLONE (MT) (Para expor.) – Sr. Presidente Wellington, é só no mesmo tema que nós estamos falando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só lembrar que o André Nassar, quando ele comenta sobre a importância de a gente fazer um acordo... Eu quero lembrar que em Mato Grosso foi isso que nós fizemos. A proposta inicial do Deputado Cattani, nossa, era uma proposta bem mais rígida do que esta. Nós participamos de várias reuniões, foram tirados vários artigos, a Assembleia aprovou a... Que veio de um acordo, que veio de um acordo com a Abiove, inclusive – não que eles concordassem com tudo, mas aceitaram parte desse acordo. Depois foi ao Governador, o Governador vetou mais um item, chamou a Aprosoja, chamou os Deputados, foi feito um novo acordo, e essa lei aprovada é uma lei do entendimento, não é uma lei que nós determinamos e entendemos que era importante na Assembleia do Mato Grosso. Foi uma lei construída em acordo. Então, por isso, existe um acordo, e agora nós teríamos que bater mais é em cima desse acordo colocado.

O xará do André Nassar, o André aqui, colocou muito bem: é a Europa o maior problema, 3% da soja do Brasil que é arrecadada por lá e, do óleo de soja, é um pouco mais, o óleo de soja talvez chegue a 10%, um pouquinho mais que 10%.

Mas, assim, nós temos mercado – nós temos mercado –, não é só esse o problema, não é um problema do mundo com o Brasil, é um problema da Europa com o Brasil, que nós precisamos explicar melhor para a Europa, e a forma melhor de explicar é através de leis.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Perfeito.

Agradeço aqui a presença da primeira mesa. Vamos, então, convidar que vocês tomem assento lá na plateia e vamos agora convidar a segunda mesa.

Convidamos o Deputado Estadual Moacir Cattani; a Deputada Federal Juliana Rosa; Fabrício Morais Rosa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); Lucas Luis Costa Beber, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja/MT); Frederico Favacho, Consultor Jurídico da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); e o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Vilmondes Sebastião Tomain. (*Pausa.*)

Eu quero também registrar a presença aqui conosco do Reginaldo Martins, Prefeito de Nova Nazaré, Mato Grosso; Valtenir Pereira, Assessor Especial da Presidência da República; Elson Farias de Sousa, Prefeito de Serra Nova Dourada; Marco Antônio Barreira, Vereador de Serra Nova Dourada; Hocy Barreira, Vereador – deve ser Hocy – de Serra Nova Dourada; Dr. Mariano, Prefeito de Água Boa; e Mariana Zidorio, Coordenadora da FPA no Senado. Registro também – é importante – aqui conosco a Consultoria do Senado, que está acompanhando todo esse trabalho nosso e inclusive acompanhará depois aquilo que vamos produzir, o resumo de todo esse trabalho: Matheus Fernandes Dalloz, técnico em assuntos do meio ambiente, e Luiz Antonio Gonçalves, técnico em assuntos do agronegócio.

Mais uma vez, eu quero aqui lembrar que esta nossa sessão está sendo transmitida pela TV Senado, em conjunto com a TV Assembleia e também Rádio Assembleia e Rádio Senado. Aqueles que quiserem participar poderão fazê-lo através do Portal eCidadania, no *site* do Senado, e também pelo telefone 0800 0612211. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para abrir esta mesa, eu convido o Fabrício Morais Rosa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil). Todos também terão o mesmo tempo de dez minutos.

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Gostaria de saudar o nosso Senador Wellington, pela audiência, o Senador Jayme também, demais autoridades e os nossos colegas aqui presentes.

Eu falo então em nome da Associação Brasileira dos Produtores de Soja. O nosso Presidente manda um abraço a todos, não pôde estar presente. Essa, sem dúvida nenhuma, é uma das pautas mais antigas e importantes da entidade, e temos a felicidade de fazer parte desta mesa, dentro de uma mesa exatamente onde estamos buscando uma solução definitiva para a questão.

Eu afirmo aqui para vocês que a moratória, do ponto de vista dos produtores de soja e milho, é uma afronta à soberania brasileira e à livre iniciativa, e vou dizer por quê.

Primeiramente, ela afronta a soberania do Estado brasileiro ao suplantar o nosso Código Florestal, que foi discutido e aprovado pelo Congresso brasileiro, com um novo pacto ambiental que foi firmado junto com toda a sociedade. Esse tipo de legislação não existe na Europa, não existe em países desenvolvidos. É um pacto ambiental, o nosso Código Florestal, marcado por um altíssimo custo aos produtores rurais. Isso já foi calculado. Qual é o custo de manter o Código Florestal hoje pelos produtores rurais? A Embrapa calculou em R$3 trilhões. Esse é o custo de preservação ambiental dos produtores rurais, calculado, então, pela Embrapa, não é um dado meu. E corresponde exatamente à metade dos imóveis rurais, na média, no Brasil. Se você pegar todo o volume de imóveis rurais, a metade dos imóveis rurais do Brasil está preservada na forma de vegetação nativa, e nós estamos produzindo comida, energia, fibras exatamente na outra metade.

Sobre o produtor rural brasileiro, hoje, em termos de percentual do nosso Estado, do nosso país, 33% do território brasileiro está preservado na forma de vegetação nativa pelos produtores rurais brasileiros. Na Amazônia Legal, nós sabemos que o nosso Código Florestal impõe uma reserva legal de 80% da propriedade privada, ou seja, 80% da propriedade que o produtor adquiriu com seus bens, com as suas riquezas, da sua família, ele precisa deixar na forma de preservação ambiental para o Brasil e para a humanidade.

E, para não penalizar estados e municípios com falta de área para a produção de comida, o nosso Código Florestal permitiu, em um de seus dispositivos, inclusive, que fosse feito um zoneamento agrícola do estado que tenha mais de 65% de seu território já delimitado na forma de unidades de conservação, de terras indígenas, justamente para que não fosse uma pena para o estado. E, nesse caso, em vez de preservar 80%, podem ser preservados 50% da propriedade, ou seja, naquele estado que já tem uma preservação maior do que 65%, as propriedades rurais poderiam usar mais do que a metade para a produção de comida e energia, fibras, como eu bem destaquei.

Portanto, eu gostaria de deixar aqui a afirmação de que impor o não uso dessas áreas, que são passíveis de abertura legalmente para a produção agropecuária, passando por cima do nosso Código Florestal, limitando a atividade econômica que mais gera desenvolvimento econômico e social no Brasil e que também é o setor e a atividade que mais preserva o meio ambiente, é uma afronta à soberania nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora, Senador, ao segundo ponto, porque, do nosso ponto de vista, também a moratória é uma afronta à liberdade econômica. O movimento que culminou na aprovação da legislação tanto do Mato Grosso quanto de Rondônia foi gerado pela insatisfação não só de produtores, mas também de Prefeitos, Vereadores, como foi muito bem destacado aqui pela nossa Deputada, e pelos próprios Governadores dos estados, que viram bloqueada a perspectiva de desenvolvimento de diversos municípios, de desenvolvimento econômico e social, através do uso dessas propriedades rurais dentro dos limites estabelecidos pelo Código Florestal, ou seja, 20% das propriedades. Qual é o impacto disso? Nós calculamos, há diversos levantamentos do impacto disso para os produtores, para os estados. Nós estamos falando de um total de 4.220 produtores rurais impedidos de utilizar suas propriedades, de acordo com a legislação ambiental, da forma como eles acham melhor, ou seja, da forma como melhor se desenvolveriam e dariam retorno econômico para esses produtores. É uma área total correspondente a 2,7 milhões de hectares afetada pela moratória, dentro do Estado do Mato Grosso, e que impede a produção em 1,8 milhões de hectares.

Qual é o impacto financeiro calculado da receita que seria gerada com a produção de soja e milho, só olhando o valor bruto da produção, ou seja, para o produtor rural? R$ 20 bilhões – R$20 bilhões – de receitas deixam ser geradas em função da moratória, com impacto econômico e social para todos esses municípios. Porém, nós sabemos muito bem que, numa matriz em soma e produto, nós não temos só o que é gerado dentro da propriedade, mas, para cada R$1 que é investido, Senador, dentro da propriedade, outros R$3 são gerados fora. Portanto, nós estamos falando de um impacto potencial de mais de R$60 bilhões, que deixam de ser gerados de receita, no Estado do Mato Grosso, em função desse impedimento causado pela moratória.

Portanto, a moratória fere o princípio da liberdade econômica e da livre iniciativa, porque o produtor não pode explorar a propriedade com a atividade de maior retorno econômico. E também não só os produtores, mas todas as empresas que operam no mercado, independentemente de *trades*, precisam aderir à moratória, sob pena de não conseguirem também comercializar essa soja no estado onde ela é exigida.

E aí, para não ficar só também no campo das reclamações – não é, Senador? –, já que nós estamos aqui de forma propositiva, qual é a nossa visão? Considerando que o produtor brasileiro tem um altíssimo custo de conformidade ambiental, como nós já destacamos aqui; considerando que é uma exigência, como foi colocado também, do mercado europeu, mas como imposição para toda a produção – e aí é que está o ponto: a Europa impõe isso para que eu tenha acesso ao seu mercado, mas essa imposição é para toda a soja que é produzida nesses estados, independentemente do destino, se vai para a Europa, se vai para outro destino, para o Oriente Médio, para a China –; e considerando aqui também, como já foi colocado, que existe um altíssimo custo, ou seja, existe um prejuízo para a sociedade brasileira, estimado aqui em pelo menos R$60 bilhões, o que nós propomos, Senador? Que a moratória deixe de ser uma imposição e passe a ser uma opção ao produtor.

Há produtores, sim, como foi destacado aqui, que abriram suas propriedades antes de 2008 e que poderiam cumprir a exigência de não desmatamento. O mercado europeu não é um mercado desprezível – estamos falando de 10% do nosso grão, pelo menos; e quase a metade, um pouco mais de 40% do nosso farelo é destinado para esse mercado –, mas temos total ciência de que os produtores poderiam optar por isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqueles que têm condição de cumprir essa exigência do mercado europeu. Não querem comprar de área que foi desmatada? O.k., temos áreas que foram desmatadas antes de 2008. É possível optar por essas áreas e destinar essa soja para eles, evidentemente com um custo, um custo de segregação. Esse custo de segregação, nós já vimos em outros segmentos de nicho, vai custar entre US$40 e US$60 a mais, para separar essa soja e mandar para a Europa.

Mas o que passar disso, de uma opção ao produtor rural brasileiro, aí, sim, é uma afronta à soberania brasileira, aos municípios e estados, e é por isso mesmo que esses municípios e estados se insurgiram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA – Mesmo o tema tendo sido judicializado, Senador, nós vemos que a moratória, independentemente do desfecho que está se dirigindo, é uma reação de estados, de produtores, e, independentemente disso, nós vamos continuar lutando contra essa moratória, porque nós não podemos aceitar essa imposição.

O que nós estamos vendo basicamente é a indústria exercendo um poder de suserania, através do mercado europeu, em cima do Estado brasileiro, o que é um absurdo total, um Estado que se preparou e tem uma legislação que é respeitada no mundo todo, que preserva o meio ambiente, mas que está sendo obrigado, está sendo cerceado, diversos municípios e a sua população, no desenvolvimento econômico e social, a partir das áreas potenciais que nós teríamos de abertura.

E aí termino com uma frase aqui, que é a seguinte: não há sustentabilidade e preservação ambiental sem desenvolvimento econômico, é um pilar essencial da sustentabilidade. E o desenvolvimento econômico é crucial para o bem-estar social e para a criação de soluções que permitam proteger o meio ambiente. Basta ver a história recente das nações desenvolvidas.

Com isso, eu encerro a minha fala.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra a Deputada Juliana Rosa, cujo sobrenome eu não vou ter a coragem de falar, mas é bom que ela falasse aqui para a gente.

A SRA. JULIANA KOLANKIEWICZ (Para expor.) – Kolankiewicz. Kolankiewicz.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Um pouco mais fácil do que eu imaginei.

A SRA. JULIANA KOLANKIEWICZ – Polonês.

Boa tarde a todos. Quero agradecer aqui ao Senador Wellington Fagundes por me dar a oportunidade de estar aqui, debatendo com vocês um assunto tão importante, tão relevante e que, a meu ver, nós nem precisaríamos estar aqui debatendo se simplesmente seguíssemos o nosso Código Florestal.

Eu quero agradecer a presença aqui da nossa Senadora Margareth Buzetti, que chegou agora.

E faço as palavras do Senador Jayme Campos as minhas, uma excelente fala, com embasamento, um histórico e todo um conhecimento que vem aí de anos e de todo esse acompanhamento do que o Brasil viveu, como foram abertas as áreas. Isso é muito interessante de nós avaliarmos nesse contexto geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Deputado Estadual Gilberto Cattani por ter feito essa lei dentro do nosso estado; o Dr. Eugênio; a Deputada Janaina; toda a Assembleia; e também o Deputado Max Russi.

Entendo que, dentro do Estado de Mato Grosso, a nossa legislação deveria ser soberana. Não teria por que o STF querer interferir nisso. E o nosso Código Florestal, aqui já por diversas vezes falado, é o código mais rígido do mundo. No Estado de Mato Grosso, nós temos aí mais de 60% das nossas áreas preservadas, e nós ainda estamos aqui discutindo algo que outros países – União Europeia, França – e a própria indústria querem sobrepor ao Código Florestal brasileiro. Então, isso, na minha opinião, é indiscutível, é incabível.

Os dados técnicos que o nosso Diretor Executivo da Aprosoja, o Sr. Fabrício Morais, trouxe para nós também nos provam, com números, todo o prejuízo econômico que nós estamos enfrentando com a moratória da soja, e nós estamos aqui defendendo quem mais sofre que são os nossos produtores rurais, que é quem está lá na ponta, quem está dia a dia conosco, lá nos municípios, produzindo de sol a sol, e tem que lutar contra leis, contra regras que são impostas por empresas, por ONGs que não estão ali no nosso dia a dia e não sabem o tanto que o produtor rural sofre e que ele cumpre o que está na legislação.

Então, esse tema já foi motivo de diversas audiências públicas. Hoje nós estamos aqui numa audiência muito encorpada, uma audiência importante, com várias lideranças, pessoas que entendem do assunto. Temos aqui representantes políticos, temos representantes técnicos.

Eu espero que o STF entenda que, no Mato Grosso e no Brasil, nós devemos seguir o nosso Código Florestal, o que não é uma missão nada fácil, e a gente cumpre com dignidade, a gente faz tudo com compromisso para fazer acontecer.

Estamos aqui representando os produtores, lutando por vocês. Eu espero que, ao final dessa discussão, nós possamos sair daqui com mais convicção e mostrar para o STF o que nós queremos, que é acabar com a moratória da soja, porque é uma discussão incabível.

Em tempo, quero cumprimentar aqui o Prefeito Vanderlei, lá de Porto dos Gaúchos, com seus Vereadores; Vereadora Juliana, obrigada pela presença.

É isso, eu acredito que, com toda essa força-tarefa – a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, os Deputados Federais, os Senadores –, nós vamos conseguir, juntos, essa grande vitória, que é derrubar a moratória da soja, para que nossos produtores sigam produzindo com tranquilidade, com dignidade, que é o que eles merecem.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na sequência, passo a palavra então ao Lucas Luis Costa Beber, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).

O SR. LUCAS LUIS COSTA BEBER (Para expor.) – Bom, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vou até salientar que estivemos lá na Europa, numa missão, há pouco tempo.

Eu acho que ele poderia, inclusive, colocar o que a gente viu lá, o que a gente sentiu, o que foi discutido. Inclusive eu acho importante registrar que eles disseram que a lei nossa não interessa a eles.

O SR. LUCAS LUIS COSTA BEBER – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos.

Quero aqui cumprimentar primeiramente quem está presidindo esta audiência de hoje, o Senador Wellington Fagundes, pela proatividade; na pessoa dele, cumprimentar todas as autoridades – vou citar aqui a fala do Senador Jayme Campos e agradecer em nome do nosso setor e da população de Mato Grosso –; na pessoa da Deputada Janaina Riva, quero cumprimentar todas as mulheres legisladoras aqui; agora também a Senadora Margareth Buzetti, que apareceu; a Deputada Juliana; e também quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi, em nome de todos os nossos Deputados que agiram nessa lei. Antes o colega do Inpe falava da vontade suprema do povo, da maioria do povo. Eles são os representantes do povo de Mato Grosso.

Essa lei foi assinada pelo Deputado Cattani, mas com mais da metade da Assembleia Legislativa como coautores, ou seja, bem pacificada politicamente, o que endossa ainda mais o anseio dos produtores e da população de Mato Grosso.

Então, nós estivemos na Europa, o Senador Wellington Fagundes e a Deputada Coronel Fernanda. O Deputado Arnaldo Jardim também esteve conosco. Lá ficou claro que os nossos problemas internos são problemas nossos, tem a lei antidesmatamento europeia, mas ficou claro para nós que não passa mais do que um protecionismo da própria Europa, acima da preocupação com o meio ambiente.

Falando em meio ambiente, eu falo aqui em nome dos produtores de Mato Grosso. Nós somos responsáveis por 30% da produção de soja brasileira, se fosse um país seria o terceiro maior produtor do mundo, já no ano retrasado e nessa atual safra, competindo com o Brasil, incluindo a produção de Mato Grosso. Então, é um grande país e o único país em que os produtores de fato preservam florestas em pé e, cabe ressaltar, diferentemente de outros países, são áreas agricultáveis.

Não há como falar de agricultura sem falar na população, no interesse público também. Sempre se falou que a agricultura era um peso para o estado, mas a pandemia, de todos os seus malefícios, deixou um ensinamento que foi que a agricultura é importante para a economia, não é à toa que Mato Grosso foi o estado em que mais cresceu a economia e o PIB. O único outro estado em que tivemos esse crescimento durante a pandemia foi Minas Gerais; e, neste ano, as exportações da agricultura ultrapassaram a do minério. Minas é um importante exportador de minério; então, isso mostra a força que representa a agricultura. Nos últimos quatro anos, Mato Grosso, que é um estado agropecuário, que tem a soja e o milho como grandes receitas da sua economia, foi o estado que deu os maiores saltos no PIB, no Índice de Desenvolvimento Humano e também na educação. Então, é muito importante ressaltar a importância que é a agricultura.

Nós estamos falando do tarifaço do Trump, da guerra comercial Estados Unidos e China, e temos que lembrar que, em 2018, Mato Grosso produzia 9,6 milhões de hectares. Com esse tarifaço e também com a logística ligando os portos do Arco Norte, demos um salto para 12,7 milhões de hectares na atual safra de soja e de 4,5 milhões de milho para agora 7 milhões de hectares, fora a industrialização e a produção de etanol de milho, que é um biocombustível limpo, em que Mato Grosso também é o maior produtor hoje. Para cada tonelada industrializada o estado arrecada mais de R$300 por tonelada. Estamos passando aí das 10 milhões de toneladas industrializadas através do etanol de milho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui foi citado o nome do Prefeito Vanderlei de Abreu, lá de Porto dos Gaúchos, e não pôde estar presente hoje o Presidente da AMM, Leonardo Bortolin, que representa os municípios de Mato Grosso. Mas, falando em vontade do povo, Mato Grosso fez, ao final de 2023, um movimento que reuniu, lá no estado, mais de 100 Prefeitos pedindo o fim da moratória da soja. No ano passado, mais de 120 Câmaras de Vereadores também promoveram um evento com o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, somado a outros, a Deputados e Senadores, novamente clamando pelo fim da moratória da soja.

Quero deixar claro aqui à Anec e à Abiove que a moratória é um processo, digamos, uma medida famigerada e vencida, porque foi feita em 2006.

Em 2012, nós tivemos aprovado o Código Florestal mais restritivo do mundo. Hoje nós temos que lembrar que 30 milhões de pessoas moram na Amazônia e medidas como a lei antidesmatamento europeia e a moratória parece que querem fazer uma cerca na Amazônia e largar aquele povo como animal lá. Ele não tem direito a produzir, utilizar suas terras, respeitando esse Código Florestal, preservando mais de 80%... Mesmo que ele usufruísse de todas as áreas agricultáveis, ele ainda preservaria mais de 80% dessas áreas.

Quero dar um exemplo aqui de um produtor lá da região de Sinop, que já é considerado bioma Amazônia, que produz em mais de 3 mil hectares, todos eles desmatados antes de 2008, e que, ao adquirir uma chácara próxima à cidade e desmatar legalmente 4ha para fazer um armazém para armazenar a sua produção próxima à cidade, teve a moratória aplicada a toda a sua área.

A proposta de que a Abiove falava lá atrás são os tais dos polígonos, que nós também não aceitamos, porque sobrepõem a nossa legislação. E deixo claro aqui: a Abiove e a Anec alegam a livre iniciativa e eu alego que eles ferem a livre iniciativa dos produtores, porque eles não têm a opção de escolher a cultura mais rentável. Quem desmatou, mesmo que legalmente, após 2008, quem estava usando áreas para pecuária, hoje, se quiser ingressar na soja, não tem como vender, porque as empresas signatárias da moratória correspondem a mais de 94% do mercado comprador de soja aqui do nosso país, não havendo, praticamente, opção para esses produtores comercializarem a sua produção.

E a proposta que nós temos, já que a Abiove não apresentou proposta aqui, é a de aplicação da nossa lei, da legalidade, da vigência da lei mais restritiva do mundo, que é o nosso Código Florestal. É sabido que essas empresas se beneficiam com o mercado europeu, ganhando um *plus* na comercialização da produção e também captando dinheiro a juros baratos lá e o emprestando a juros altos para produtores aqui no Brasil. Eles podiam fazer esse ganho de repasse principalmente para pequenos produtores, como os assentados de 50ha que nós temos lá no norte do Mato Grosso que estão sujeitos à moratória da soja, assentados de 50ha, micro e pequenos produtores, que têm o seu direito cerceado da livre iniciativa do uso da terra. Então, deixo essa sugestão.

E também podemos incentivar o CAR, a regularização ambiental de alguns produtores que, às vezes, são enquadrados como ilegais, mas, na verdade, estão como irregulares. O desmatamento que eles promoveram na área deles está de acordo com o nosso código ambiental, mas, às vezes, por uma interpretação, acabam entrando pela sobreposição de mapas, seja por conta dos bancos de imagens, seja pelo próprio CAR,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que há sobreposições, e acabam sendo penalizados injustamente. Isso para dar celeridade a esses produtores.

Temos que lembrar que vivemos um período de inflação e escassez de alimentos. O nosso mercado está globalizado. O Governo Federal falou em taxar exportações, o que é um crime, porque nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS LUIS COSTA BEBER – ... perdemos espaço no mercado internacional e estamos sujeitos a importar alimentos a custos dolarizados de outros países, encarecendo, no longo prazo, ainda mais os nossos alimentos e trazendo mais inflação e miséria para o nosso país.

Então, quando se fala em sequestro de carbono, combustíveis limpos, nós temos a solução: é o biodiesel, através da soja; é o etanol de milho, produzido pelo Estado do Mato Grosso. E, para a inflação, nós temos o DDG, que é o subproduto da produção do etanol, para produzir ração e também proteína animal, assim como o farelo de soja, pós o biodiesel, e o grão da soja, o grão do milho, para fazer proteína para o Brasil e para o mundo todo.

Então, a moratória da soja restringe. Inclusive, há anúncios de terras sendo vendidas no estado por corretoras na internet que falam: "Terra desmatada antes de 2008". Por quê? Porque temos uma moratória que causa desigualdade e principalmente dá desvantagem aos pequenos e microprodutores.

Lembrando que a Aprosoja Mato Grosso representa mais de 9 mil produtores, de um ao tamanho limitado que for. E nós representamos a maioria deles e também, como cidadãos, temos a preocupação com o futuro do nosso estado e da nossa nação.

A moratória não só prejudica o bioma amazônico, como toda a indústria nacional, já que as máquinas agrícolas têm um valor muito maior que carros e outros bens de consumo, e são produzidas no Sul e Sudeste do nosso país, ou seja, a moratória está tornando o Brasil mais pobre. Está deixando o estado de arrecadar e de oferecer serviços públicos para toda a população.

Então, em nome da Aprosoja, agradeço o espaço, Senador Wellington.

E uma boa audiência a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero também registrar aqui a presença da nossa Senadora Margareth Buzetti, do Deputado Edinho Bez, que foi meu companheiro lá na Câmara por seis mandatos e hoje é o Diretor de Relações Institucionais da nossa Frente Parlamentar de Infraestrutura e também do IBL (Instituto Brasil Logística).

Cumprimento aqui também e agradeço a presença do Presidente da Câmara – já falamos uma vez, mas repetindo aqui –, o Marco Aurélio, Presidente da Câmara de Primavera do Leste; o Vanderlei de Abreu, Prefeito de Porto dos Gaúchos; também acompanhando aqui de Porto dos Gaúchos, a Juliana Arend, Vereadora; o Tampinha, Vereador; e o Caio Pintor, todos de Porto dos Gaúchos; e a Priscila de Moura, que é Presidente da Câmara de Vereadores de Porto dos Gaúchos.

Passo a palavra agora ao Deputado Moacir Cattani.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Gilberto Cattani. Por que está...? Botaram Moacir aqui.

O SR. GILBERTO CATTANI – Gilberto Moacir Cattani.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olhe aí.

O SR. GILBERTO CATTANI – Mas é Moacir também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Diz que mata o homem, mas não muda o nome. (*Risos.*)

O SR. GILBERTO CATTANI – Boa tarde, senhoras e senhores...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jayme, V. Exa. ainda vai estar aqui, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Vou.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está o.k.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Um minuto.

O SR. GILBERTO CATTANI (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Wellington Fagundes, pela oportunidade.

Quero cumprimentar todos – já foram todos cumprimentados também aqui à mesa – e todas as autoridades, meus colegas Deputados: Avallone, Max, Janaina, Dr. Eugênio, Dr. João, Senadora Margareth, do nosso estado também, Deputada Juliana, enfim, todas as pessoas aqui, meus amigos aí da Aprosoja, da Famato, Vilmondes. É realmente um momento ímpar para o nosso estado, o Estado do Mato Grosso.

Eu quero, Senador Wellington, falar aqui uma coisa que talvez possa passar batido e que nós temos que esclarecer: a nossa lei, em momento nenhum, fala de Moratória da Soja, apesar de a moratória da soja estar inserida no contexto do que diz a lei. A nossa lei fala única e exclusivamente sobre incentivos fiscais fornecidos pelo Estado do Mato Grosso para as empresas que lá se instalarem, incentivos esses que são de suma importância para o nosso estado e para o desenvolvimento dele, incentivos esses aos quais nós damos o maior valor, mas não podemos aceitar que o nosso estado possa dar incentivos a empresas que estão prejudicando a nossa galinha dos ovos de ouro, que é o nosso agronegócio. Nós temos que ter o direito, como Assembleia Legislativa, de nos posicionar, e foi isso que nós fizemos.

Então, a nossa lei trata dos incentivos fiscais do nosso estado, e aí, no Supremo Tribunal Federal, nós temos uma discussão sobre a inconstitucionalidade dela – nada mais do que isso! O Supremo Tribunal Federal não vai discutir o mérito da moratória da soja, mas a inconstitucionalidade dessa lei específica, lei essa criada pela nossa Assembleia Legislativa e sancionada pelo nosso Governador, apesar de alguns vetos. Então, se nós nos basearmos nesse ponto e nesse sentido, a única discussão plausível é a da inconstitucionalidade de uma lei que é totalmente constitucional, porque ninguém tem mais direito de legislar sobre os incentivos fiscais do Estado do Mato Grosso do que a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso e o próprio Governo do Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mato Grosso, que é quem fornece os incentivos. É impensável discutir isso! Eu não consigo imaginar um Supremo Tribunal dizendo que uma lei que trata dos nossos incentivos seja inconstitucional pela Assembleia Legislativa.

Quando nós falamos das empresas que praticam algum ato de punição ao setor comercial, seja ele de qual setor for do nosso estado, nós estamos dando segurança às pessoas que investem no Estado do Mato Grosso. Esse é o objetivo da lei. Quando nós falamos sobre soberania, também, Senador, é muito propício nós estarmos no Senado, Senadora Margareth, porque aqui se garante a soberania do nosso país – ou eu estou errado? Aqui se garante a soberania do nosso país. O nosso país, como já foi dito aqui por quase todos os oradores, tem o Código Florestal mais restritivo do planeta Terra! Não é um dos mais, é o mais, e o Senado Federal está aqui para garantir que esse Código Florestal seja cumprido, seja mantido, seja respeitado! Não podemos discutir nada que possa ferir a nossa Constituição Federal, ou então nós não precisaremos mais nem de Assembleia Legislativa, nem de Senado, nem de Congresso Nacional.

É impensável discutir o que nós estamos discutindo aqui, que uma empresa possa fazer um acordo comercial com quem quer que seja e dizer: "Eu não vou comprar de uma pessoa que está legal, cumprindo todas as exigências do nosso Código Florestal". Se nós legisladores aceitarmos isso, nós estamos indo contra aquilo que nós juramos quando assumimos os nossos cargos! Não é possível que nós vamos discutir isso! Pelo menos, na minha visão de matuto, de um cara da roça, eu não consigo enxergar isso, porque a confiança de todos os brasileiros está nesta Casa e na nossa Constituição. Então, a nossa soberania está em risco, sim, quando se fala de aceitar um acordo comercial com uma empresa, em detrimento da nossa Constituição Federal e do nosso Código Florestal.

Quando se fala sobre áreas de desmatamento, que aqui foi muito bem foi colocado pelo nosso colega do Inpe, mais uma coisa me deixa muito nervoso. Eu não limpo o meu jeito matuto de falar e bruto também não, realmente é um jeito meu, não é que eu estou exaltado, quando eu falo nervoso, é nervoso na questão do que eu queria falar na hora, sabe? Ele deixou muito claro que veio aqui falar tecnicamente e disse o seguinte: "Não estou aqui falando de área que é legal ou ilegal, estou falando do desmatamento".

Só que esse mesmo Código Florestal nos dá o direito de desmatar dentro do bioma dito amazônico, apesar de tudo que o Senador Jayme falou ali, nós sabemos que existe uma área de transição, que é considerada Amazônia, porque na época era necessário que assim fosse, enfim, é outra história... Dentro desse bioma, o nosso Código Florestal nos dá o direito de desmatar 20%, legalmente, dentro da lei. Para o cidadão cortar, ele precisa de uma autorização; para ele poder enleirar, ele precisa de uma autorização; para ele poder limpar, ele precisa de uma autorização; para ele queimar, ele precisa de uma autorização; e para ele limpar a leira depois, ele precisa de uma autorização. Feito isso, ele cumpriu todos os requisitos da nossa legislação. Como é possível que esse desmatamento seja colocado no mesmo rol de alguém que chega e depreda uma floresta criminosamente? Nós temos que separar isso, e não é uma crítica não, viu, colega, não estou criticando, estou dizendo que nós precisamos separar isso, principalmente quando você vai na televisão.

A Rede Globo coloca lá, põe em estádio de futebol, que é para parecer mais impactante: "Este ano foram derrubados tantos estádios de futebol lá na Amazônia", mas não fala se é legal, ou ilegal. Isso é um erro, porque, se o cidadão tem direito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir no bioma em que ele está residindo, que ele comprou, pelo qual pagou, e ele vai deixar 80% em pé, e esses 80% vão ser responsabilidade dele, civil e criminalmente. Se um cara for lá e matar uma cutia, ele pode ser processado, se pegar fogo ele pode ser processado e pagar, inclusive ser multado por isso, porque ele é responsável por aquilo lá; pagar o ITR da terra inteira... E não ter reconhecido o seu direito de poder desmatar, porque uma empresa diz: "Não, eu não vou comprar a sua soja, porque você desmatou depois de 2008".

Repito: para mim, que sou um matuto da roça, isso é impensável.

Também foi dito que as empresas estão erradas e os produtores estão errados. O produtor que estiver errado tem que ser punido de acordo com a lei, esse é o ilegal, aquele que destrói criminosamente, como eu disse. Agora, o legal, além de ele não estar errado, ele tem que ser respeitado, ele está embasado na nossa Constituição, esse é o legal – esse é o cidadão brasileiro que merece respeito de todos nós.

Quando se fala que a moratória também não impediu a venda de soja, a hora que o Nassar falou aqui que aumentou a produção de soja na Amazônia, entre aspas, eu comemorei ali. E ele falou: "Viu, Cattani, a moratória não impediu". Não, não impediu mesmo.

Mesmo aplicando a moratória, quantos sacos de soja deixaram de ser vendidos no Estado de Mato Grosso por causa da moratória? Nenhum grão de soja deixou de ser comercializado, Senador Wellington, na última safra, nem por causa da moratória, nem por causa de nada. Sabe por quê? Porque leva o produtor à ilegalidade.

Essa mesma empresa que não comprou a soja desse camarada e o colocou na moratória, dando a ele um prejuízo tremendo, no final absorveu, por intermédio de um terceiro, porque o cara vendeu soja para alguém – ou tem soja lá no Estado do Mato Grosso guardada em algum lugar que eu não sei?

Tudo foi vendido, Dr. Eugênio! E essas mesmas empresas que dizem que não vão comprar do cidadão compram de outro, depois de passar por um carreiro. E vai ser comercializado, sim. É por isso que a soja cresceu, porque leva o produtor brasileiro legal a ir para um lado de ilegalidade, obrigatoriamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO CATTANI – E é isso que nós temos que combater. É isso que nós temos que falar e expressar.

E mais uma vez eu comemoro, eu comemoro muito por nós estarmos no Senado Federal, que, para mim é, Senador Jayme, o local para essa discussão.

Outra coisa: o senhor pediu para apresentar uma proposta. Quem cria o problema dificilmente vai apresentar uma proposta, não tem como. E não é um problema, é um crime comercial contra os nossos produtores, que estão de forma legal produzindo e alimentando esta nação.

Muito obrigado.

Desculpem a minha aspereza. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria aqui de registrar ainda a presença também do Thiago Rocha, que é consultor de coalização da Aprosoja – é isso mesmo? – dos Estados da Amazônia. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, "coalização", está aqui escrito bem... "coalização" dos Estados da Amazônia. Então, estão todos eles: Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins. (*Pausa.*)

Quero aqui também registrar a presença do Prefeito Reginaldo, de Nova Nazaré.

Temos mais ainda. À medida do possível, vamos aqui registrando todos. (*Pausa.*)

Já foi registrado.

Passo a palavra, então, agora ao Vilmondes Sebastião Tomain, que é o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), mas, antes disso, registro também... (*Pausa.*)

Já está registrado. O.k.

O SR. VILMONDES TOMAIN (Para expor.) – Obrigado, Senador Wellington.

Quero cumprimentar a nossa Senadora Margareth Buzetti também; o Senador Jayme; o nosso Presidente da Assembleia – que está saindo, mas está ali –, o Max Russi. Obrigado aos colegas Deputados. Estão aqui o Avallone, o Dr. Eugênio, o Dr. João. Em suas pessoas, cumprimento os demais Parlamentares aqui nesta Casa; amigo Prefeito Mariano. Em sua pessoa, Senador Wellington, cumprimento todos os dispositivos da mesa.

Senador, acho que os colegas já falaram quase tudo, todos que nós queríamos ouvir.

Eu estava aqui olhando alguns dados, Senador, e acho que – até conversando mais cedo com o próprio André – o problema nosso em Mato Grosso é de a gente explorar 12,66 milhões de hectares, neste ano atingindo uma produção recorde de 51 milhões de toneladas... É isso que incomoda a Comunidade Europeia. É o que representa o potencial produtivo daquele estado de que a gente tanto tem orgulho.

Então, Senador, tem empresas que já eram signatárias da moratória da soja, já estão querendo sair desse compromisso – eu não vou citar o nome aqui –, mas eu, conversando, digo: como você não cria restrição de mercado quando você detém, com essas empresas signatárias desse compromisso, que fizeram através da Abiove e Anec, com ONGs, que estão hoje coordenando o Mercado Comum Europeu – nem sempre a nossa soja tem este destino de mercado – com 87% da nossa comercialização? Isso aí é uma restrição. Para mim, o que eu vejo é que isso é um cartel, dificultando a comercialização, como o Cattani disse, porque essa soja é vendida, não é, Simona? Ela é vendida, só que através de um caminho mais longo. E quem leva o prejuízo é o nosso produtor rural. Ele tem a dificuldade – não é, Cattani? – para poder comercializar os seus produtos, mas o produto é comercializado, é vendido.

E a Comunidade Europeia, que hoje nos representa com apenas 3% daquilo que produzimos no Brasil, tem essa força, através das empresas que representam o setor hoje aqui no nosso país, criando essa restrição do nosso mercado. É difícil entender isso, porque eu falo: o nosso carro-chefe no Brasil é o agro. Os nossos representantes, os nossos colegas Deputados sabem muito bem disso. Eu sei que lá no estado eles fazem a tarefa de casa. Com muito orgulho, eles defendem o segmento com muita luta, que é o que a gente tem que fazer. Aquilo que nos dá orgulho, aquilo que nos dá resultado, aquilo que respalda a nossa economia nós temos que abraçar e ajudar. É isso que a gente precisa fazer, e não criar dificuldades e regras, para criar só problemas para as pessoas que estão lá dentro da sua propriedade tentando produzir cada vez mais e cada vez melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho muito orgulho de representar o setor produtivo do Estado do Mato Grosso. Hoje a Famato representa 33.386 produtores rurais, e todos são comprometidos com a economia do nosso estado, que lá representa mais de 55% do PIB do nosso estado. É uma agricultura nova. Como se diz, é um bebê, porque o desenvolvimento da agricultura do Mato Grosso, Cattani, nós sabemos que explodiu de 20 anos para cá, e aonde chegamos, com todas as restrições, com todos os bloqueios, com todos os cumprimentos e exigências de que nós temos que assumir a responsabilidade? O foco da questão ambiental é Mato Grosso, mas não é questão ambiental. Eu não vejo assim, porque o produtor rural hoje tem a responsabilidade, o compromisso e a consciência que ele tem que fazer a sua obrigação, que ele tem que respeitar a questão ambiental. E eu digo a vocês que hoje a maioria das propriedades do Mato Grosso tem o compromisso ambiental.

Como o colega disse agora há pouco, quase 40% da proteção ambiental do Mato Grosso está dentro da propriedade rural, está dentro da propriedade privada, é ele que preserva. O maior preservador do meio ambiente no Estado do Mato Grosso é o produtor rural. Não é possível que ainda vamos criar mais dificuldade, não é possível que nós não vamos acolher essas pessoas que estão lá produzindo alimento não só para nosso país, não só para nosso estado, mas para o mundo afora. Então eu digo: o porquê disso? Gente, isso é mercado, isso é protecionismo.

Eu recebi, agora, há poucos dias, lá em Mato Grosso – não vou falar o país –, representante daquele país para discutir questão ambiental com a federação. Eu lá perguntei: "Qual seria o assunto, a pauta para a gente falar a respeito?". "Não ao desmatamento." Eu falei: "Tranquilo. Desmatamento é uma pauta boa de que eu gosto de falar, mas dentro daquilo que é legal, eu não abro mão". Ele falou; "Não, mas nós vamos discutir desmatamento zero". Eu falei:

> Maravilha, meu amigo! A tua economia é respaldada por exploração de petróleo. Você está jogando no espaço todo dia gás carbônico aí. Você está dando riqueza para o teu povo e qualidade de vida, e nós aqui temos que ser freados naquilo que é de direito nosso para poder melhorar a qualidade de vida das pessoas, por um capricho seu, que é onde você está contribuindo para a emissão de gás carbônico, e nós estamos aqui protegendo o meio ambiente.
> Essa é a sua proposta, não é Cleiton?

O Cleiton estava comigo.

Então, é assim que os europeus estão nos vendo. Eles podem explorar as riquezas deles, e o Brasil não pode; o Brasil tem que cumprir a tarefa de proteger aquilo que eles não fazem. Recuperação, tem proposta para a gente fazer a recuperação no nosso estado: pegar a área produtiva, altamente produtiva, e reflorestar; é isso que eles querem.

Então, eu vejo, pessoal – é a minha opinião, não vou falar que é a opinião da federação, Senador –, que a questão que está em jogo é a questão de nos frear no nosso crescimento econômico, do nosso país e do nosso Mato Grosso; é assim que eu vejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que o Senador Jayme, o Senador Wellington, a Senadora Buzetti, todos os nossos representantes e todos os Deputados não vão deixar isso acontecer. Nós sabemos o Brasil e o estado que nós queremos daqui a dez anos e aonde nós devemos chegar, mas com responsabilidade, e isso nós sabemos fazer.

Então, gente, obrigado.

Essa era a mensagem que eu queria passar para vocês.

Os colegas já exploraram bastante os dados nossos do Mato Grosso, mas é isso que eu peço. A gente não está lá para fazer nada de irregular; nós estamos lá para fazer a coisa certa, para cumprir a nossa legislação, que é a mais rígida do mundo, porque, se você procurar dentro do Mercado Comum Europeu e de algum país daquele lá, não tem Código Florestal nenhum para ser cumprido; é isso que eu vejo.

Obrigado, Senador Wellington.

Parabéns pela oportunidade que você está nos dando para poder mostrar para o Brasil e para o mundo o que nós estamos passando lá naquele Estado do Mato Grosso, que é tão produtivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Todos nós lhe agradecemos.

Registro aqui a presença também do Vereador de Lucas do Rio Verde, Hélio Kaminski, e também a chegada da Deputada Gisela Simona.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero pedir a V. Exa. e aos demais convidados desculpa, porque eu vou ter que me retirar para uma audiência já marcada com o Ministro das Cidades, em que estará comigo lá o ilustre do Prefeito de Mariana e outros Prefeitos.

Eu quero cumprimentá-lo e louvar a iniciativa da V. Exa. de promover esta audiência pública muito esclarecedora, na medida em que isso tem causado, com certeza, transtorno para os produtores e para o próprio Estado de Mato Grosso, diante dessa moratória proposta pelas *trades* e por outros interessados.

Na verdade, Vilmondes, isso aqui é um jogo comercial – vamos ser muito lúcidos aqui –; ademais, o resto é conversa de bêbado para delegado, para enganar todos nós, mas não vão enganar brasileiros. Infelizmente, o que se percebe hoje é que o Brasil tem conseguido superar, até mesmo pelas nossas distâncias, e ser competitivo no mercado internacional.

O que ocorre? O Brasil é um dos países que mais preserva no planeta, né? Eu tive o privilégio de ser também membro da Comissão Especial quando foi promovido o Código Florestal Brasileiro. E para minha surpresa... Eu tinha uma preocupação muito grande naquela oportunidade, quando o Presidente desta Comissão era o Deputado Federal Aldo Rebelo. Ele era do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Eu falei: "Meu Deus do céu, onde vão parar?".

E aqui eu tenho que fazer, com certeza, justiça com ele, e sobretudo dizer que é um dos maiores brasileiros que eu vi nos últimos anos. Só o comparo ao Juscelino Kubitschek de Oliveira, na medida em que, se nós não tivéssemos o Aldo Rebelo como Presidente da Comissão que promoveu o novo Código Florestal Brasileiro, eu não sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde que o Brasil iria parar. Ele era brasileiro, nacionalista; e com isso fizemos um Código Florestal invejável.

Todavia, lamentavelmente, estamos vivendo hoje um momento de perseguição a nós, que somos do Brasil. Nós, brasileiros, não podemos admitir, em hipótese alguma, que nenhum país, nenhum cidadão do planeta tenha autoridade para vir aqui e querer apontar o dedo para nós, brasileiros.

E o Congresso Nacional mostrou que tem força e que tem gente compromissada com este país aqui, porque, há menos de 15 dias, aprovamos a lei da reciprocidade. O que é bom para vocês tem que ser bom para nós, e o que é bom para nós tem que ser bom para vocês. Não tem esse direito, não, em hipótese alguma, de virem aqui e nos apontar o dedo.

O Brasil é um país que, com certeza, está produzindo de forma sustentável. O Brasil é um país rico. Nós estamos, infelizmente... Ouviu, André? Escute-me aí, pois V. Exa. representa o setor da indústria.

Aqui, nós temos que pensar também no Brasil; não é só nos *trades*, na comercialização, em botar muita grana no bolso e nós ficarmos chupando o dedo. Quem fica chupando o dedo é aquele cidadão, não é só o produtor, é o trabalhador também, porque no Brasil, com certeza, tem um conjunto de membros da sociedade que dependem também da produção agrícola. A pessoa acha que é só o produtor que ganha dinheiro. Não é nem o produtor. Isso aí é um conjunto, seja o comércio, a indústria, a farmácia, o posto de gasolina, entendeu? É uma cadeia que se forma no Brasil.

Agora, não podemos, em hipótese alguma, quando você fala: "Ah, a Europa compra 50% do nosso farelo"... Não é isso? Se eles deixarem de comprar, eles não têm de quem comprar. É bom que se esclareça isso aqui. Não tem para onde eles correrem muito, não, haja vista que já estavam querendo comprar agora, e já estamos exportando – V. Exa. tem conhecimento? – as primeiras cargas de DGD lá para a Alemanha. Já tem países interessados; a própria China tem comprado.

Então, nós somos a solução, nós somos a salvação do planeta aqui. Nós não podemos nos acovardar, nós não podemos ficar de joelho para quem quer que seja, nós temos que impor a nossa soberania nacional. Eu estou falando aqui como um brasileiro que sabe da nossa dificuldade, sobretudo dessa população que ocupa a Amazônia brasileira. São quase 30 milhões de brasileiros lá, que estão à mercê de políticas públicas que, com certeza, dão cidadania ao cidadão brasileiro.

O que nós precisamos no Brasil é de fazer a regularização fundiária – é isso que nós precisamos fazer – e o Governo investir na regularização fundiária. O que nós precisamos é de boas logísticas para exportarmos e para escoarmos a nossa produção, da qual infelizmente estamos hoje muito carentes ainda, em que pese termos melhorado em determinados setores. O que nós precisamos é de segurança jurídica.

Infelizmente, este país aqui é um país que trabalha para o Governo de hoje e não planeja para o futuro.

Então, o que eu quero deixar muito bem claro aqui é que eu tenho certeza, Senador Wellington, de que V. Exa. promoveu este evento aqui e foi oportuno. E estamos prontos para nos sentar. Está todo mundo aqui, a Aprosoja, a Famato, a Assembleia Legislativa; todo mundo com a maior boa vontade. Agora, não podemos entrar em oposição nas situações. Qual é a saída mais emérita? Vamos fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acordo, mas um acordo que seja bom para lá e seja bom para cá, não da maneira como querem fazer essa imposição, não, derrubando a nossa produção, os preços.

Só no Brasil existe esse desconforto aqui. Em qualquer país do planeta, o produtor rural é tratado como gente grande.

Eu fui, André, a uma exposição lá em Houston, nos Estados Unidos, no Texas. Lá, o produtor, para você ter noção, até a placa do carro dele, André, é diferenciada, sabia? Porque, quando um policial vai abordar um cidadão numa estrada daquelas lá, nos Estados Unidos, quando ele vê aquela placa, ele sabe que aquele cidadão é um cidadão trabalhador, ele é um produtor rural. Aqui, não. Aqui é pancada para tudo quanto é lado. É Força Nacional, é Polícia Federal, é Sema, é Ibama, é um inferno! Até quando vão nos sujeitar a isso aí? Nós temos que o quê? Botar ponto e vírgula aí e nós produzirmos. Não tem produtor que desmata fora da lei, é conversa fiada. O que nós precisamos aqui é ter respeito por aquele cidadão que produz.

Nós somos competitivos, o problema nosso é comercial. O problema do Brasil hoje é comercial, nós estamos competitivos. Você imaginou você sair com a soja lá daquele mundo de meu Deus, sair de Guarantã do Norte, de Matupá, vem vindo, Santa Helena, não sei o quê, vão vender lá na Ásia, lá na China, vão vender na Europa com preço competitivo e sem incentivo nenhum. Lá é cheio de incentivos, aqui não tem incentivo coisa alguma. Pagam os juros mais caros do planeta aqui, o produtor é penalizado. Apenas 20% da nossa produção aqui no país tem seguro, e agora estamos provendo seguro rural do Brasil, inclusive eu sou Relator. Tivemos um evento, não sei se você compareceu, há pouco tempo, encontro da América Latina de praticamente de todos os segmentos de seguradora do mundo. Para quê? No dia em que tivermos pelo menos 80% de cobertura, com certeza os juros também vão baratear. Os juros aqui são escorchantes, estão quebrando todo mundo..., não tem quem aguenta pagar juros.

E também as *traders* são verdadeiros gigolôs – gigolôs, vamos usar esse termo chulo, mas é verdade. As *traders* exploram com certeza aqui os nossos produtores rurais, de forma que estou fazendo esse desabafo aqui, porque eu não posso admitir, até porque, quando falam da Amazônia, muitos não sabem a realidade dos fatos, da abertura do longo da BR-163, que demanda aquela região, Mutum, Sorriso, Lucas, Sinop, vai até Guarantã do Norte. Muitas famílias pagaram muito caro por incentivo do Governo Federal. Os assentamentos que tivemos e lutamos, no Brasil, infelizmente a maioria hoje vive abaixo da linha da miséria, por fato de política pública, seja para comercialização, seja ter o mínimo de infraestrutura, uma escola, um posto de saúde, a estrada para escoar a sua produção.

Então, nós não podemos, em hipótese alguma, Senadora Margareth, admitir o que está acontecendo. Essa questão da moratória da soja, eu acho que é uma piada. Piada! Como o Supremo Tribunal Federal... Isso chama-se usurpação de poder, isso é claro, e eu tenho certeza, diante dessa audiência, vamos fazer uma Comissão e procurar. O Ministro Flávio Dino, com certeza, ainda vai rever sua posição. Dentro dos fatos, vamos esclarecer a ele o que de fato está acontecendo em relação a esse questionamento. "Ah, porque a Europa não compra". Está bom, a Europa não compra, vai aparecer outro cliente para nós. Agora mesmo, com essa briga lá do Trump, isso também lá, que não sei o quê, pá-pá-pá, tarifaço, vai aumentar aqui com certeza a compra da China para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo brasileiro cheio de restrição... Agora até melhorou, sabe por quê? Estão faltando alimentos para a mesa da maioria da população mundial. Precisamos ter o quê? Capacidade, bom senso e, acima de tudo, exigir respeito para o povo brasileiro, mas sobretudo para o produtor, que com certeza gera emprego, gera riqueza para o nosso país.

Faço a observação. Cumprimento aqui a Mesa e todos os senhores aqui já tiveram os nomes citados.

Tenho certeza de que essa audiência pública vai ser muito proveitosa, Cattani, você que teve a coragem, destemido, porque foi lá, mandou a lei, e, de forma consensual e praticamente pela maioria absoluta, os Srs. Deputados Estaduais a aprovaram. Com certeza, tem que prevalecer aquilo que é direito nosso.

Muito obrigado, sucesso e boa sorte a todos.

Peço desculpas aí, está bom? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Agora eu passo a palavra ao Frederico Favacho, é isso?

O SR. FREDERICO FAVACHO (Para expor.) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Então, a palavra é sua.

O SR. FREDERICO FAVACHO – Obrigado, Senadora.

Então, na sua pessoa, Senadora Margareth, cumprimento todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e, na pessoa da Deputada Juliana, cumprimento também todas as Deputadas e os Deputados aqui presentes. (*Pausa.*)

Na pessoa do Vilmondes, que está ao meu lado, cumprimento todas as autoridades e os amigos aqui presentes também.

Só lamento o Senador não estar aqui para me ouvir também, para completar o que disse...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Não vai faltar oportunidade...

Um abraço.

O SR. FREDERICO FAVACHO – Está bom.

Bom, eu vou fazer a minha fala rapidamente, abordando três pontos. Primeiro, eu queria dizer, Cattani, que eu não vou me manifestar com relação ao julgamento do STF, à questão da lei, obviamente. Entendo, e a Casa tenho certeza que também entende, pela separação dos Poderes. Quem fala de constitucionalidade ou não é o STF, não vou entrar nessa seara. Em prestígio também ao princípio federativo, é claro que o Estado do Mato Grosso tem todo o direito de legislar sobre as questões dos benefícios fiscais – essa também é uma outra questão que não vou abordar –, mas eu quero abordar dois pontos muito importantes que acabam resumindo tudo o que foi dito aqui nesta Casa.

Eu queria começar dizendo o seguinte: a Anec – vou aqui tomar a liberdade de falar que também a Abiove – nós não somos inimigos dos produtores, nós não estamos do outro lado, nós somos dependentes dos produtores. Os produtores, de alguma forma, especialmente na produção de soja e milho hoje, também são dependentes das nossas associadas, das esmagadoras, das *tradings*. Mais do que dependentes, eu acho que nós temos uma relação de simbiose, dependemos mesmo, a vida de um está muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interligada com a vida de outro. Digo isso, inclusive trazendo aqui fatos que vão comprovar o que estou dizendo.

A Lei Kandir foi o diferencial para as exportações brasileiras do agro, como foi muito bem lembrado, acho que o Vilmondes lembrou muito bem. Há 20 anos o Estado do Mato Grosso produz, produz muito bem, exporta, exporta muito bem, graças em parte, sem dúvida nenhuma, à Lei Kandir, que isentou as exportações de tributos, depois veio a emenda constitucional, e quem esteve à frente dessa briga também, lado a lado com os produtores, representando os produtores, foi a Anec.

Quando, em 2004, houve o embargo chinês a alguns navios brasileiros de soja, por conta de presença de pesticidas legais aqui no Brasil – lembrem-se disso –, pesticidas que eram legais aqui no Brasil, mas eram ilegais na China... A China, usando a sua soberania, a sua legislação, embargou navios brasileiros.

O preço da soja, por conta desse embargo, senhores, caiu de US$289 a tonelada para US$231. Foram mais de US$60 por tonelada de prejuízo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FREDERICO FAVACHO – Sim, mas sabe quanto tempo levou para o mercado se recuperar no preço? Quatro anos, Cattani – quatro anos! Coincidiu, inclusive... Porque o preço se recupera quando também entra em curso a moratória, porque, apesar de o nosso grande cliente ser a China, a Europa não é desprezível. Nós falamos vários números aqui, mas, como Anec, eu posso afirmar que o número de exportação de grãos para a Europa é de 14% da nossa produção, e isso não é desprezível. A gente não substitui, do dia para a noite, esses 14%; a gente não tem capacidade de armazenamento, de estocagem no Brasil; e a gente não tem como substituir esse mercado. A própria China não consome esses 14% que vão para a Europa hoje.

Além disso, a Europa consome – o número foi dado aqui – mais de 40% do nosso farelo. E por que a gente não produz mais farelo? Porque nós temos uma limitação muito grande, que é o consumo do óleo aqui internamente. A limitação às nossas...

Aproveito a volta do Senador Wellington para também homenageá-lo, agradecer a oportunidade e lembrar que o Sérgio Mendes, que é o nosso Diretor Executivo da Anec, por motivos de saúde, não pôde vir, pediu que eu o representasse, mas saúda a todos. Sérgio Mendes é o Diretor Executivo e é o nosso decano, certamente, aqui no mercado.

Vejam, senhores, o nosso grande limitador na produção e na exportação tem sido sempre o que fazer com óleo. A gente não consome a quantidade de óleo que se produz quando esmagamos aqui internamente. O que fazer com esse óleo? Pois foi a indústria, foram as associadas da Abiove, as associadas da Anec que também trouxeram a solução, que é o biodiesel. Mais uma vez isso mostra que as nossas associadas aqui estão trabalhando sempre em consonância, em parceria para trazer o melhor para os produtores também. Não estamos dissociados, não estamos em lados opostos. Como disse o Senador Jayme, não somos gigolôs. Longe disso, somos parceiros. É hora de nos abraçarmos, de estarmos juntos para, exatamente, fazer a transição da moratória da soja para alguma coisa que dê resposta à Europa.

E aqui eu entro no meu terceiro ponto. Quem determina o destino das nossas exportações, senhores, das quais nós somos dependentes... Somos dependentes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportação porque, quanto mais produzimos, mais precisamos exportar, porque o nosso mercado interno não dá conta da nossa produção magnífica: não dá conta da produção magnífica de soja em grãos, não dá conta da produção magnífica de farelo, não dá conta da produção de óleo. Nós dependemos do nosso mercado externo, especialmente para os grãos de soja e para o farelo, na medida em que estamos dando conta agora da destinação do óleo. Esse mercado externo se impõe, justa ou injustamente. Precisamos defender os nossos interesses diante desse mercado externo? Sem dúvida nenhuma, mas o mercado se impõe.

A moratória da soja foi uma resposta necessária, emergente, num momento de crise, em que os preços já vinham debilitados por conta do embargo chinês, e a Europa aproveitou aquele momento também para fazer pressão. Foi uma resposta necessária.

Como afirmou o André, e você também reconheceu, Cattani, isso não impediu, de fato, que a produção brasileira aumentasse exponencialmente.

E aí, eu convido a todos, porque os números são incontestáveis: acompanhem o *site* da moratória da soja, os números, e vocês verão que, na verdade, a quantidade de soja efetivamente embargada por conta da moratória é desprezível dentro da quantidade que a gente produz e exporta, senhores.

E para terminar então o meu ponto, eu quero dizer o seguinte: nosso grande desafio não é um desafio dos produtores em face das associadas da Anec ou em face das associadas da Abiove, mas é um desafio que todos nós devemos juntos assumir diante do mercado internacional, que quer, sim, nos impor cada vez restrições maiores, por tudo aquilo que já foi dito aqui e que disse muito bem o Senador Jayme na sua fala final. São questões comerciais, são questões de proteção de mercado, sem dúvida nenhuma. Para isso, precisamos fazer o enfrentamento, mas temos que fazer um enfrentamento inteligente, juntos e unidos.

E aí, eu vou terminar dizendo que, nesse sentido – vejam, senhores –, nós estamos também, como Anec, participando das discussões diante de uma EUDR, que é o regulamento do desmatamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO FAVACHO – ... e diante das imposições da Europa. Eu acabei de vir, hoje de manhã, eu estava numa reunião da Abag, eu sou Diretor da Abag, estávamos numa reunião muito importante, com representantes de vários setores, discutindo quais são as propostas que vamos levar para a COP 30, para enfrentar os discursos que vêm pela frente, contra a sustentabilidade brasileira.

E nós estamos fazendo o discurso técnico, sim, estamos fazendo o discurso responsável, sim, porque a COP vai dar uma visibilidade, é lá que nós vamos dizer para os nossos consumidores exatamente que nós somos o país mais sustentável do mundo e que nós temos a legislação florestal mais restritiva do mundo. Isso não precisa ser mais dito entre nós; nós sabemos, as nossas associadas sabem disso, senhores. O que nós precisamos é trabalhar juntos para dizer isso para o mercado. O mercado internacional lamentavelmente é soberano.

Com isso, eu termino. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós já vamos agora para a fase final. E aqui eu vou franquear a palavra à plateia, àqueles que quiserem falar ainda, principalmente aos nossos Deputados Gisela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simona, também ao Dr. José Eugênio de Paiva. Acho que aqui está bem, está certinho agora para todos. E ao Dr. João José de Matos, que é o Primeiro-Secretário da Assembleia Legislativa.

Gisela Simona, Deputada Gisela Simona, Deputada Federal.

A SRA. GISELA SIMONA (Bloco/UNIÃO - MT. Para expor.) – Bom, boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria pedir à assessoria para ver se tem alguém que está se inscrevendo. De repente, eu não percebo.

A SRA. GISELA SIMONA (Bloco/UNIÃO - MT) – Boa tarde a todos.

Primeiramente quero parabenizar o Senador Wellington Fagundes pela iniciativa desta audiência tão importante, não só para Mato Grosso, mas para o Brasil e o mundo. Afinal de contas, nós estamos falando da produção de alimentos. É o que move este mundo. O setor produtivo, que hoje está, sim, sendo prejudicado com a moratória da soja.

E quero dizer a todos os presentes, primeiro ao nosso Parlamento estadual, aqui na mesa representado por Gilberto Cattani, o nosso Deputado Estadual, ao nosso Presidente da Assembleia, Max Russi, que está aqui, ao nosso Secretário Dr. João, eu vi o Deputado Avallone aqui também, a todos que aqui estão, à Juliana, que nos representa como Deputada Federal, à Aprosoja, que está sempre conosco aqui nas ações em Brasília também, à nossa Famato e à Anec, que aqui estão... Na verdade, a bancada federal também está trabalhando muito nesse tema.

Tivemos, recentemente, uma reunião...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELA SIMONA – ... inclusive, junto ao Cade, na qual nós falamos da questão do prejuízo à concorrência que a moratória da soja causa.

Eu sempre que trabalho na defesa do consumidor digo que hoje o consumidor final já está sendo prejudicado com essa medida também. E, como já foi dito aqui, não quero ser repetitiva, mas quero dizer da importância de nos unirmos cada vez mais em torno desse tema. Se é preciso conversar com o STF, vamos conversar!

As ações judiciais estão sendo tomadas, mas precisamos contar com essa Bancada Federal do Estado de Mato Grosso, que está bastante atenta ao tema, que entende a necessidade de nós acabarmos com essa maneira predatória que está acontecendo aí com a moratória que envolve a produção do nosso país, do nosso Estado de Mato Grosso.

Contem conosco nessa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Deputados Dr. Eugênio e Dr. João...

Dr. João.

O SR. DR. JOÃO (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Senador Wellington, eu queria parabenizá-lo por este momento e, na sua pessoa, cumprimentar todo o dispositivo, parabenizar a Assembleia Legislativa, através do Presidente Max, por nos convidar para vir aqui hoje, e principalmente o nosso Deputado Estadual Cattani, que é um verdadeiro defensor do agro. Parabéns pela atuação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos hoje aqui com grandes representantes da soja, nós temos aqui o nosso Presidente da Famato.

Eu moro em Mato Grosso há 40 anos e acompanhei muita gente que chegou aqui. Eu sou hoje de Tangará da Serra e para subir aquela serra lá, há 20, 30 anos, era muito difícil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. JOÃO – As pessoas plantavam ali para toda a Região do Médio Norte e do norte do estado e hoje eles sofreram muito.

Vocês sabem que vocês nasceram nessa situação. Eu vivi muito isso aí de perto e, como foi dito aqui, nós temos orgulho de Mato Grosso.

Eu só queria deixar um recado em nome da Assembleia Legislativa, em meu nome, nas pessoas do Cattani, do Eugênio, do Avallone, do Max, de todos nós aqui, da Janaina, um recado para o STF: deixem o nosso povo trabalhar, gente!

O nosso povo é um povo ordeiro, um povo trabalhador, um povo que arregaça as mangas. Você, matuto, você é um baita de um matuto, porque nós, mato-grossenses, somos matutos, nós somos matutos do bem, nós somos matutos que querem trabalhar, que querem produzir para o nosso estado e para o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Eugênio, com a palavra.

O SR. DR. EUGÊNIO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Eu queria aqui cumprimentar V. Exa. pela atitude de provocar esta audiência pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. EUGÊNIO – ... na qual nós estamos com a possibilidade de mostrar para o Brasil todo a realidade do nosso Estado de Mato Grosso.

Nós representamos a região do Araguaia. Sou Presidente da Comissão Especial para debater o Zoneamento do Estado de Mato Grosso. E agora acabamos de resolver um imbróglio que está em sua fase final. Onde? Inventaram que a nossa região do Araguaia é bioma Pantanal. Com isso se começou aplicar a Lei 8.830, que coloca restrição na nossa região do Araguaia, de onde retiram 4,5 milhões hectares, colocando como sendo área de uso restrito, fazendo com que o nosso setor produtivo seja cada vez mais esmagado por uma política internacional que quer simplesmente evitar a nossa produção. Quando vejo representantes, principalmente os da indústria, a gente vê que no currículo deles lá atrás – esses mesmos que defendem que nós devemos preservar o meio ambiente – que não foram tanto defensores do meio ambiente, que suas ações são duvidosas no passado; e, portanto, agora, depois que usaram esse marco regulatório de 2008, querem colocar que inclusive de áreas legais não possam ser vendidos os nossos produtos.

E aqui, André, permita-me aqui, falo em meu nome mesmo, não falo em nome de ninguém, mas quero dar uma contribuição, já que você propôs a conciliação. Trago aqui uma sugestão: que nós possamos, dentro dessa conciliação, fazer com que vocês do setor da indústria respeitem os nossos produtores, que os nossos produtores respeitem o Código Florestal e que o nosso Governo do Estado do Mato grosso olhe para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossos produtores e olhe para a nossa maior riqueza que são as nossas *commodities,* e vamos criar uma *trading* estatal, para que nós possamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. EUGÊNIO – ... definitivamente defender os nossos produtores, fazendo com que os nossos produtores não fiquem reféns das grandes *tradings,* que fazem os seus cartéis para poderem colocar o preço que eles querem e fazer de refém o nosso produtor, principalmente os pequenos produtores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, indo para a conclusão da nossa reunião, eu quero aqui agradecer toda a nossa estrutura da retaguarda que nos permitiu que se realizasse esta reunião.

Eu quero aqui agradecer aos servidores desta Comissão – Pedro Nunes, ali tão competente, Patricia Oliveira, Jane Kércia, Claudio Barbosa e também Adalberto Carneiro. Sempre faço questão de registrar, gente, o trabalho que os assessores aqui desta Casa fazem, e que às vezes não é reconhecido. Eu vejo muitas vezes falarem: "Ah, no Senado, todo mundo ganha muito bem", mas trabalham e trabalham muito, viu? E são extremamente competentes. Para passar num concurso no Senado realmente tem que ser muito preparado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Também.

Então, fica aqui o nosso registro dos consultores também, e já citei aqui todos, e também o da minha assessoria – Adriana Garcia, o João Recio, a Larissa Gabriela, o Robert Wesley, o Eurípedes Alencar, que é o chefe de gabinete, a Isabela Holanda, o Fernando Damasceno, que é o chefe do bloco que eu lidero, é o Bloco Vanguarda-PL-Novo, e também a Luzia Figueira e o Denis de Mello.

Eu quero aqui também convidar todos vocês, quem estiver aqui, para, amanhã, no restaurante do Senado, a partir das 8h30 da manhã, o lançamento do Encontro de Violeiros 2025. Esse é um evento que acontece há mais de 20 anos na cidade de Poxoréu, em Mato Grosso, onde temos o Templo da Viola, que é uma obra lindíssima, uma arquitetura maravilhosa. Então, vamos amanhã celebrar mais uma edição desse encontro que orgulha tanto o Mato Grosso e o Brasil.

Eu queria até, inclusive, pedir aqui à câmera a possibilidade de estar focando... Dá para fazer um *close* aqui do convite? (*Pausa.*)

Se quiser, nós podemos chamar os violeiros para hoje.

Margareth Buzetti, nossa Senadora, você gostaria de falar aqui para encerrar?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Bom, só gostaria de dar as boas-vindas aos nossos Deputados, ao Presidente da Assembleia, ao Cattani, ao Vilmondes, ao Frederico, à Juliana, ao Lucas, ao Fabrício. Sejam todos bem-vindos!

Esse é um tema... Esta é uma opinião minha: a moratória da soja teve um papel e ponto. Agora tem que ser respeitado o nosso Código Florestal. É disso que nós precisamos, nada mais, porque ele não é um dos mais, ele é o mais exigente do mundo. Disso nós podemos ter orgulho, mas ele é supercomplicado para você aplicar, já é muito difícil. Então, se você cria mais dificuldades, aí você inviabiliza muitos produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu apresentei aquele projeto que você viu, e – graças a Deus – estamos tendo bastante aceitação dele, porque é necessário, Cattani – necessário – que isso aconteça. O pequeno produtor, até quatro módulos, não tem como fazer compensação ambiental de nada, de nada. Então, esse projeto pede uma mudança no Código Florestal para quem estiver no CAR até 2012 e tiver até quatro módulos. Vai pegar os assentados e a agricultura familiar. Se nós conseguirmos aprovar esse projeto, Senador, eu saio daqui com a minha missão cumprida. (*Risos.*)

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, como o Deputado Cattani aqui representa a Assembleia e é o proponente da lei no nível da Assembleia, eu vou conceder a palavra para que ele possa fazer a conclusão, inclusive em nome da Assembleia também.

Depois disso, eu também farei a minha conclusão, agradecendo aqui, claro, a presença de todos os nossos Deputados.

O SR. GILBERTO CATTANI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

A conclusão é lógica, rápida e simples. A Senadora Margareth já fez essa conclusão, Senador: respeitar o Código Florestal Brasileiro que nós temos, respeitar a legalidade dos produtores que estão na legalidade e punir aqueles que não estão na legalidade. É só disso que nós precisamos, e é isso que nós esperamos do Congresso. Eu acho que a Senadora fez a explanação perfeita para a conclusão do nosso tema.

No entanto, eu pedi a palavra para falar para a senhora como um assentado da reforma agrária. Eu sou um assentado. Eu comprei meu lote do Incra em 1998 e estou falando da reforma agrária que construiu as maiores cidades do Estado do Mato Grosso, como Lucas do Rio Verde, por exemplo, que hoje é a Capital da Agroindústria, que era um assentamento do Incra. A reforma agrária, quando eu falo dela, muitas pessoas ligam isso com um movimento terrorista que tem por aí chamado de MST. E não é nada disso. Não existe um assentado do MST.

E eu só falei isso para explanar rapidinho, porque eu quero agradecer à senhora por esse projeto de que a senhora falou e pedir aqui, Senador Wellington, que o senhor espalhe isso entre os outros Senadores para que isso seja aprovado. Como um pequeno produtor, eu falo para a senhora: se você falar de uma área de 1 mil hectares, dentro do bioma amazônico, por exemplo, e a pessoa conseguir desbravar 200 hectares e produzir em 200 hectares, você sobrevive. Porém, se você pegar uma área de 100 hectares, você vai ficar com 20 hectares somente; se você pegar 50 hectares, você tem só 10 hectares; se você pegar 30 hectares, diminui mais ainda. Então, o pequeno produtor é massacrado com esse código ambiental que nós temos. Se um projeto como esse, com essa mudança no código que a senhora está propondo – e a senhora está propondo, única e exclusivamente, para nós pequenos produtores –, for aprovado, com certeza a grande maioria dos produtores rurais do Estado do Mato Grosso e de todo o país se beneficiará de um projeto mato-grossense que a senhora está colocando.

Meus parabéns! E já pedi aqui para o nosso Líder Wellington trabalhar para a aprovação dessa lei da Senadora Margareth.

Obrigado. Obrigado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Prefeito Vanderlei, você, então, está aqui representando a AMM (Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato-Grossense dos Municípios), e eu vou conceder a palavra para que você possa, então, pré-encerrar – porque eu vou encerrar.

Já registrei os Vereadores que estão aqui, e as Vereadoras.

O SR. VANDERLEI DE ABREU (Para expor.) – Boa tarde a todos. Quero agradecer ao Wellington pelo espaço.

O Leo Bortolin, nosso Presidente da AMM, não pôde estar aqui hoje, mas nos mandou estar aqui.

Como Prefeito da cidade de Porto dos Gaúchos, que é o oitavo produtor de grãos do Estado de Mato Grosso, entre os 30 maiores do país, podemos falar que o nosso estado é agro. E, como produtor também, sei o tanto que fomos massacrados. O Dr. João acabou de falar isso. Subimos aquela serra de Tangará, viemos em 1986 para Mato Grosso, do Estado do Paraná – meu pai é gaúcho, mas viemos do Paraná, nasci no Paraná –, para produzir, para trabalhar na lavoura, e a cada ano que passa vem uma paulada na cabeça do produtor.

Eu acho que tem que ter um consenso, como falou o André, se não me engano, e o Frederico. Tem que ter um consenso, mas o consenso tem que ser dentro da Constituição brasileira. Tem que ser respeitada a Constituição brasileira. Eu acho que tem que ser por ela que tem que ter o consenso, em audiências públicas. Parabéns mesmo ao Wellington por ter feito isto aqui. Tem que levá-la para o Mato Grosso, tem que levá-la para outros estados, se for possível, mas tem que ser feito um consenso por ali. Porque, como já foi falado aqui – o Dr. Eugênio, se não me engano, falou –, como nós também estamos lá no bioma amazônico, era 80% de abertura, depois veio para 50%, hoje são 20%. Para dar um exemplo bem simples, construa um prédio de 100 andares e só alugue 20. Você não vai sobreviver, não vai conseguir sustentar o prédio. Então, eu acho que é dessa forma que se tem que pensar.

O Cattani falou muito bem: quem é mais massacrado é o pequeno produtor. O pequeno produtor é mais massacrado, porque tem a lei. Eu acho que não se tem que se criar um paralelo, um acordo. Eu acho que isso virou um pouco de monopólio, como já falou o Eugênio, quando se cria... Eu também pensei o que ele pensou: que se crie uma *trade* estatal, ou que se abra espaço para que outros países venham aqui para negociar, para poder acabar com o monopólio.

Já tem o monopólio na carne também. Eu tenho, eu produzo um pouco de gado, e temos lá o monopólio da carne. Nós somos fiscalizados todo dia pelo Indea, temos fiscalização, várias fiscalizações do estado, do município – eu, como Prefeito, sei disso também. Então, já somos massacrados. Pagamos impostos, pagamos os impostos que são nacionais. Temos o Fethab, que é criado dentro do nosso estado. Ninguém reclama, apanhamos de todo lado, pagamos, mas temos que ser respeitados.

O comércio, o livre comércio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI DE ABREU – ... tem que existir, mas não tem que existir o livre comércio de uma forma que venha só impor de lá para cá, e nada daqui para lá.

Vamos sentar aí, dentro da Constituição – e eu tenho certeza de que o STF vai entender isso, vai ver esse lado, e o Wellington e os demais Senadores vão estar aqui nesta Casa mais democrática, como já falou o Dr. Eugênio, acho –, para discutir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu levo essa mensagem para vocês do nosso produtor lá de Porto dos Gaúchos, onde hoje representamos muito, sendo o oitavo produtor do nosso estado. Sabemos o que é sofrer, sabemos o que é passar por logística, como tínhamos antigamente no Estado de Mato Grosso, hoje estamos melhorando muito. Mas também queremos trabalhar dentro da lei. Vamos trabalhar dentro da Constituição, respeitando a nossa Constituição, o nosso Código Florestal, respeitando a lei do nosso Estado de Mato Grosso. Acho que por aí vamos chegar a um consenso, e aí fica bom para todos, porque queremos produzir alimento para o mundo de forma sustentável, sim. Nós já somos os que mais preservam e os que mais cuidam do meio ambiente.

Então é essa a mensagem que eu deixo.

Agradeço ao Senador Wellington de coração; na pessoa dele, aos Deputados do nosso estado; e, nas pessoas da Juliana e da Priscila, aos nossos Vereadores aqui presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, agradeço a Deus e a presença de todos aqui, principalmente da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Max Russi, porque esta audiência, repito, se deu exatamente em função de uma audiência que nós tivemos no Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Dino, que sugeriu inclusive que fizéssemos aqui esta audiência, ou seja, o que estamos fazendo, além de ser uma discussão, será um trabalho a ser executado pela nossa Consultoria.

Nós, hoje, como se falou aqui, mesmo que virtualmente o nosso Presidente Zequinha Marinho, teremos mais audiências ainda, não se resume a esta audiência, porque o assunto realmente é bastante complexo, porque nós temos que buscar, acima de tudo, a nossa soberania, mas nós vivemos num mundo globalizado. Nós precisamos comprar, nós precisamos vender.

Mas eu quero inclusive deixar aqui, como um questionamento, que nós vamos oficializar ao nosso Banco Central, principalmente a internação de recursos por parte daqueles que financiam a produção brasileira: que tipo de subsídio esse recurso chega aqui? Porque o que nós ouvimos muito é que, principalmente as famosas *trades*, o que foi aqui muito falado, elas recebem, principalmente do Mercado Comum Europeu, subsídio para captar o recurso para fazer o financiamento aqui no Brasil. Nós queremos esse esclarecimento, principalmente por parte do Banco Central. Tem alguém que pode falar aqui sobre isso? Não, né? Quer falar?

O SR. FREDERICO FAVACHO – Deixe-me fazer um esclarecimento (*Fora do microfone.*) até para que a consulta seja feita corretamente. A acusação que o Senador Jayme fez não é que as *trades* recebem alguma forma de subsídio; é que elas receberiam alguma forma de prêmio pela soja. A Europa pagaria um prêmio, pagaria mais caro pela soja, e aí esse dinheiro, então, poderia ser usado aqui para financiar... não um subsídio. Eu acho que não foi usada a expressão subsídio.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – É um bônus, né?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – De qualquer forma, a Consultoria do Senado tem toda a capacidade...

O SR. FREDERICO FAVACHO – Foi o que disse o Senador Jayme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e assim a gente vai fazer com que chegue ao Banco Central. Isso é uma sugestão que nós... Inclusive, vou sugerir ao Presidente da Comissão para que a gente faça isso oficialmente pela Comissão. Não vou colocar aqui nem em votação, porque não é momento para isso, mas o nosso objetivo é que a Comissão possa fazer um questionamento ao Banco Central sobre se as *trades*, que trazem, internalizam recursos, teriam para isso subsídio lá fora, ou seja, de captar um recurso subsidiado para poder emprestar com margem muito maior aqui no Brasil. Porque aí... Até o Dr. Eugênio aqui sugeriu fazer uma *trade* estatal. É claro que, se for nessas condições, a *trade* estatal já nasceria natimorta, porque, se o objetivo deles é esse, dificilmente aconteceria. No entanto, é claro, isso é um questionamento extremamente técnico, em que a gente vai buscar a Consultoria.

O que a gente pôde sentir lá fora – eu estou falando isto aqui como proponente desta audiência, e estivemos com o embaixador do Mercado Comum Europeu, como também com embaixadores, no caso, de alguns países em que nós estivemos – é que é muito forte o posicionamento, principalmente da França, no sentido de que "a lei de vocês não nos interessa", ou seja, "nós somos dono do mercado para comprar, então nós vamos comprar de acordo com as nossas exigências". Porém, é claro que o mais importante é a imagem do Brasil. Nós não podemos deixar que um país que importa, digamos, um volume quase insignificativo, principalmente das nossas *commodities* agrícolas, sendo que, ao contrário, nós importamos deles muito – tecnologia, perfumes, enfim, outras coisas com valor extremamente agregado –, queira usar dessa forma para denegrir a imagem da produção brasileira.

E o nosso objetivo aqui, principalmente desta Comissão, é mostrar que nós temos uma produção sustentável; que nós temos aqui uma legislação extremamente rigorosa, como já foi falado por todos; e que aqui, como disse a nossa Senadora Margareth, nós já temos o suficiente, em termos de legislação e de modelo de produção, para atender à exigência mundial.

É claro que a lei, o Código Florestal veio num momento em que a discussão, neste Congresso aqui – e aqui eu estava –, foi muito ampla com a sociedade, como modo geral, e esse código tem até hoje uma sustentação extremamente grande, o que foi fundamental, naquele momento, para que a gente pudesse ter até um tanto mais de noção, de conhecimento daquilo em que a gente precisaria se preparar para este mundo exigente cada vez mais.

Então, eu quero aqui encerrar esta sessão, mais uma vez aqui agradecendo a presença de todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta sessão, mas registro que a Comissão está vigilante e, inclusive, que o nosso Presidente já, com certeza, vai provocar outras reuniões.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e nove minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Weverton, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Eduardo Girão, Eliziane Gama, Wilder Morais e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Beto Faro e Cleitinho. Deixa, ainda, de comparecer a Senadora Daniella Ribeiro, conforme REQ 32 e 47/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente, Senador Flávio Arns, comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União: - Aviso nº 967-GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 2502/2024, proferido no processo que trata de auditoria voltada a avaliar a implantação do Programa de Extensão de Vida da Usina Angra (LTO Angra 1), buscando conhecer as atividades e ações empreendidas no programa, tendo em vista tanto a sua relevância e materialidade quanto a possibilidade de que seja reaplicado, no médio prazo, na Usina Angra 2, e examinar a gestão dos recursos do Fundo de Descomissionamento das Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2 (FDES Angra 1 e Angra 2), dada a correlação do fundo com o fim da vida útil dessas usinas; - Aviso nº 1010-GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão 2470/2024, proferido no processo que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de analisar as políticas públicas para a transição da matriz energética brasileira. Os expedientes lidos serão publicados na página da Comissão, da CCT, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise das matérias por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. O Senhor Presidente comunica, ainda, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores membros que o prazo para apresentação de sugestões de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação da CCT, em cumprimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, será encerrado no dia 31 de março, às 18h. As sugestões devem ser apresentadas eletronicamente, na forma de requerimento, e encaminhadas à Comissão. A Comissão selecionará a política pública que será avaliada no exercício de 2025 na próxima reunião deliberativa a ser realizada em abril do corrente ano. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 6417, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emendas nº 1-CRA e 2-CRA. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator senador Izalci Lucas. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 1, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros. **Observação**: Os senadores Astronauta Marcos Pontes, Flávio Arns e Izalci Lucas fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da votação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, subscrito pelo senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 2, de 2025,** que: "Requer que seja convidada a Senhora Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as principais dificuldades estruturais e operacionais que o CEMADEN enfrenta atualmente em relação ao seu funcionamento e execução de suas atividades." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Observação**: Os senadores Astronauta Marcos Pontes e Flávio Arns fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da votação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 3, de 2025,** que: "Requer que seja convidada a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das atividades realizadas, além de prestar informações sobre as perspectivas, planos e desafios para o próximo biênio." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 4, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os aspectos da Ciência e Tecnologia na incorporação de medicamentos, procedimentos, equipamentos ou produtos no SUS (Sistema Único de Saúde), em comemoração ao Dia Mundial das Doenças Raras, que ocorre no dia 28 de fevereiro." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Observação**: Os senadores Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da votação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 5, de 2025,** que: "Requer a inclusão de representante da Marinha do Brasil na audiência pública, objeto do REQ 1/2025-CCT, com a finalidade de debater o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 6, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater o aumento da oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Observação**: O senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra na fase de encaminhamento da votação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. O Presidente lembra os senadores e as senadoras da presença da Ministra na próxima reunião da comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/136957

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 967-GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 2502/2024, proferido no processo que trata de auditoria voltada a avaliar a implantação do Programa de Extensão de Vida da Usina Angra (LTO Angra 1), buscando conhecer as atividades e ações empreendidas no programa, tendo em vista tanto a sua relevância e materialidade quanto a possibilidade de que seja reaplicado, no médio prazo, na Usina Angra 2, e examinar a gestão dos recursos do Fundo de Descomissionamento das Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2 (FDES Angra 1 e Angra 2), dada a correlação do fundo com o fim da vida útil dessas usinas;

- e também o Aviso nº 1010-GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão 2470/2024, proferido no processo que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de analisar as políticas públicas para a transição da matriz energética brasileira.

Os expedientes lidos serão publicados na página da Comissão, da CCT, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise das matérias por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência comunica às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores membros que o prazo, que é muito importante, para a apresentação de sugestões de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação da CCT, em cumprimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, será encerrado no dia 31 de março, às 18h. As sugestões devem ser apresentadas eletronicamente, na forma de requerimento, e encaminhadas à Comissão. A Comissão selecionará a política pública que será avaliada no exercício de 2025 na próxima reunião deliberativa, na reunião seguinte, a ser realizada em abril do corrente ano.

Quero saudar aqui o Senador Izalci Lucas, membro atuante, muito ligado à área de ciência e tecnologia – e não só a essa área, mas também às de finanças, tributação, educação, um conjunto de áreas, todos nós, afinal, temos que lidar com todas as áreas –, é uma honra tê-lo aqui na Comissão; e, ao

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seu lado, também o amigo Senador Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia, uma pessoa extremamente importante para todos os debates e encaminhamentos.

Por ser a primeira reunião, que possamos todos caminhar juntos, coletivamente, buscando as convergências, os caminhos, junto com a sociedade também. Temos feito já várias reuniões com grupos que solicitam uma audiência, um trabalho – e está livre para isso acontecer com todas as pessoas –, só que ainda não apresentamos, mas vamos apresentar, uma memória de cada reunião que esta Presidência fizer e que seus membros fizerem também, para que todos possam saber quem participou da reunião, o assunto tratado, os encaminhamentos, as solicitações. Assim, a Comissão toda toma conhecimento das preocupações da sociedade. (*Pausa.*)

Muito bem, o Fábio está presente aqui. Seja muito bem-vindo, Fábio Villar, que é Consultor Legislativo e que acompanhará – não é, Fábio? É quase Flávio, mas é Fábio também – as reuniões e os trabalhos de ciência, tecnologia, inovação e informática.

Eu quero também saudar aqui o Leomar, que é o nosso Secretário aqui da Comissão, que se empenha muito no trabalho; e o Itamar e a equipe que está aqui também presente. Uma Comissão, para funcionar bem, também tem que ter uma equipe que a estruture, que a organize, em que tudo aconteça dentro de um espírito bom, positivo, saudável.

Há a Liderança também, a representação do Governo, sempre presente aqui.

Trabalhamos articuladamente, bastante antes do exame da pauta, para chegar a uma negociação, mas, mesmo depois da pauta, eu já combinei que a gente sempre fará também a discussão necessária. (*Pausa.*)

É Tainá, não é? Então, a Tainá também é muito bem-vinda

Muito bom.

E eu lembro que ciência e tecnologia, apesar de termos um ministério, que é o grande articulador... E a Ministra estará aqui presente na próxima semana, e, então, é uma reunião muito importante para sabermos... Nós vamos entrar em contato com os demais ministérios, porque nós temos ciência e tecnologia na saúde, ciência e tecnologia no meio ambiente, na agricultura, na indústria e comércio, para sabermos como é que essa transversalidade vem acontecendo. E há coisas muito importantes obviamente no meio ambiente

E há também as interfaces, vamos pensar um pouco para frente. No outro dia, eu tive uma reunião com a representação do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). É uma preocupação sua, Marcos Pontes, sempre. Eu disse para eles: "Olhem, vocês detêm um conhecimento tão bom, tão importante para o Brasil! Como fazer com que esse conhecimento possa ser transformado em conteúdo para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, para...?". É porque, às vezes, mudar a cabeça do adulto é uma tarefa complicada – possível, mas difícil –, mas vamos fazer com que a nova geração já venha com um espírito diferente também. E nós discutimos muito nesse sentido na Comissão de Educação, para ver como é que esse conhecimento pode ter essa interface com a educação básica. E temos um Brasil na ciência, na tecnologia, no conhecimento acumulado... Que venha a melhorar a educação básica também.

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Permita-me, Presidente, um comentário sobre isso, pois é, como o senhor falou, extremamente importante aproximar ciência e tecnologia das escolas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No ministério, nós tínhamos, anteriormente, na minha gestão, uma secretaria de promoção e popularização da ciência, que tinha justamente a característica de levar o conhecimento para dentro das escolas através de programas, desde olimpíadas científicas até programas dentro da escola, como o Ciência na Escola, levando alunos para dentro do centro de pesquisas, pesquisadores para dentro das escolas – e essa interface é muito importante.

Um exemplo disso. Ali do lado também, inclusive originário do Inpe, tem o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Ele nasceu no Inpe, hoje é uma instituição independente, mas ele possui ali dentro um programa que se chama "Cemadenzinho". O que eles fazem? Eles produzem material didático, vão às escolas, preparam professores para que eles entendam sobre as características de desastre natural e o que pode ser feito para se prevenir dos efeitos dos desastres naturais. Eu acho muito importante isso, porque começa desde as crianças.

Isso aí nos Estados Unidos, por exemplo, onde existem vários tipos diferentes de desastres naturais, desde *hurricanes* – os furacões –, tornados, terremotos, nevascas, lá tem uma gama enorme...

Na Califórnia, por exemplo, tem treinamento de terremotos para as crianças nas escolas – treinamento para terremotos. O que faz quando tem um terremoto? Sai de casa, fica em casa, entra embaixo da mesa, fica no batente da porta? Tem uma série de... Então, as crianças aprendem desde o início da formação. Acho importantíssimo isso aí. E o Inpe tem ali uma série de conhecimentos interessantes com relação a meteorologia, por exemplo, porque eles trabalham direto com isso, a sistemas espaciais – a importância do programa espacial, da exploração espacial como um todo –, a monitoramento de áreas, como desmatamento etc. Então, acho muito bom eles conseguirem fazer esse tipo de material.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos pensar e dialogar também com a Ministra para ver como é que estão pensando, como é que pode ser enfatizado, para ter eventualmente continuidade, mas sempre o objetivo é importante.

Eu quero lembrar que também tive a oportunidade de morar um pouco mais de três anos nos Estados Unidos, ao lado de Chicago, uma região de tornados. E a sirene, quando tocava na cidade, a cidade inteira escutava. Você podia estar em qualquer lugar e a gente escutava. E tínhamos que buscar o abrigo. É importante. Não houve assim episódios mais fortes, mas havia isso.

Aqui no Brasil, o próprio MEC tem o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola. A gente viu o episódio do Rio Grande do Sul, por exemplo, que tem que ter esse treinamento também.

Então, que bom. Vamos em frente.

Informo também que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, sempre.

Agora, eu queria dizer que, quanto ao item nº 1, que tem a relatoria do Senador Izalci Lucas, há a solicitação do próprio Izalci Lucas de retirada da pauta para reexame da matéria. Então, o item nº 1 fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 6417, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) e outros

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CRA e 2-CRA.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e 2-CRA;
2. O projeto constou da pauta da 27ª reunião, realizada em 11/12/2024;
3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela Presidência desta tão importante Comissão. Tenho certeza de que V. Exa., pela capacidade, pelo comprometimento que V. Exa. tem com o país...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Junto com os Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Exa. sempre participou muito bem. Em ciência, em tecnologia, em educação, em todas as áreas, V. Exa. tem uma sensibilidade muito grande. Tenho certeza de que, nesta Comissão, sob a liderança de V. Exa., nós vamos avançar bastante, porque é uma área muito solitária, são poucos...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – É uma bancada pequena.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É uma bancada pequena. São poucos Senadores realmente que pensam na próxima geração, a gente tem pensado muito nas próximas eleições. E a ciência é isto: ela demora, as coisas são de médio e longo prazo. Então, a gente precisa mudar esse conceito, porque realmente o país está ficando para trás.

Eu vi agora, Senador Pontes, a China colocou no plano nacional de educação, alguns anos atrás, como prioridade, ser uma referência em inteligência artificial e tecnologia. Evidentemente, valorizou a educação e hoje está disputando com os Estados Unidos, e a gente com uma dificuldade danada aqui para aprovar o FNDCT... Aprovar, não...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Manter...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... manter o recurso ínfimo da ciência e tecnologia, o que não é fácil.

Então, é um desafio muito grande, mas tenho certeza de que, sob a liderança de V. Exa., nós vamos avançar muito.

Então, Presidente, eu só queria que adiasse, e não tirasse da pauta, para a próxima sessão, porque aqui é apenas se seria uma questão de obrigatoriedade ou se seria de forma voluntária a participação das entidades no sistema; é só um entendimento entre o ministério, a confederação e o setor empresarial também, que gostaria que todas as instituições obrigatoriamente participassem do sistema, e o ministério pede que seja de forma voluntária.

Eu peço a V. Exa., então, que a gente possa, na próxima sessão, manter na pauta, que eu trago já o voto com essa definição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Perfeito, Senador Izalci Lucas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fica retirado de pauta o item, a pedido do Relator, e será reincluído na pauta para a próxima reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero saudar o Senador Sérgio Petecão também, é uma alegria tê-lo aqui na Comissão.

Passamos aos itens seguintes da pauta, que são requerimentos de minha autoria e de autoria do Senador Marcos Pontes.

Vamos, em primeiro lugar, apreciar os requerimentos do Senador Marcos Pontes, e depois eu solicitarei que o Senador Marcos Pontes venha presidir, para que eu possa ler os requerimentos de minha autoria.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 1, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro.

Propusemos aqui a presença de representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia; da Educação; das Relações Exteriores; do Dr. Jefferson Simões, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; do Dr. Paulo Camara, pesquisador da Universidade de Brasília; do Dr. Luiz Rosa, pesquisador da Universidade de Minas Gerais; do Dr. Cesar Amaral, pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e do Dr. Moacyr Cunha de Araujo Filho, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco.

Esse requerimento reflete uma preocupação que nós temos na continuidade e na melhoria do programa Proantar. Para quem não sabe, esse programa tem uma importância gigantesca, não só em termos de conhecimento científico adquirido através dos nossos pesquisadores, utilizando a nossa base Comandante Ferraz, assim como os dois outros laboratórios destacados que lá existem, que são chamados Criosfera 1 e 2. Eu tive o prazer de instalar, de financiar e instalar o 2 e também financiar a melhoria das instalações científicas do Proantar, da Comandante Ferraz, assim como instalação de 4G para comunicação. Parece básico, mas isso é muito importante para a continuidade do programa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os conhecimentos adquiridos ali, tanto em termos de biodiversidade, que podem funcionar para remédios, podem funcionar na agricultura também, na melhoria da agricultura, para as geadas etc., também influenciam na parte de meteorologia. A meteorologia na Antártica acaba influenciando a meteorologia no nosso continente inteirinho. Então, o conhecimento da Antártica em termos de ciência é extremamente importante, fora muitas outras coisas que podem ser descobertas e de que a gente ainda não faz ideia – mas a gente precisa estar lá.

E aí vem essa parte do "precisa estar lá", porque não adianta, por exemplo, a gente chegar e colocar um navio de combate lá, uma fragata, alguma coisa, porque isso não significa que o Brasil vai poder opinar sobre os destinos da Antártica. Então, em termos geopolíticos também, a presença do Brasil e com ciência lá é extremamente importante.

O que a gente não pode – e esse é o problema que a gente sempre enfrenta – é perder o financiamento para a continuidade das operações. Hoje nós já temos o FNDCT liberado. Ele foi liberado na minha gestão, em 2021, mas vive correndo o risco de contingenciamento, vive correndo o risco de ser perdido isso que é muito importante para todas as áreas do país.

Então a ideia dessa audiência pública é trazer esses representantes que eu citei para que eles discutam e deixem bem claro para a sociedade a importância desse programa, a importância da continuidade do financiamento e o retorno de investimento que o Brasil tem a partir daí. Então esta é a ideia: poder ajudar, demonstrar a importância para que a gente tenha a continuidade de um programa tão importante para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero dizer que é extremamente importante. Anos atrás, inclusive, foi feito um concurso entre os escoteiros do Brasil e dois ou três escoteiros foram convidados, dentro das regras do concurso, pela Marinha, para irem à base do Proantar.

E eu diria que valeria a pena, depois dessa audiência, irmos à Marinha também, aqui em Brasília, para vermos, porque tem todo o contato *online* com a base também. Seria interessante depois a gente olhar lá para ver como é que isso tudo acontece.

Senador Izalci Lucas, está em discussão o requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero, inclusive, subscrever todos eles, porque entendo realmente a importância dessas audiências.

Eu tive o privilégio de visitar a Antártida e realmente a base... Aliás, foi logo depois da recuperação, quando V. Exa. era Ministro. Antes da inauguração, eu estive lá. Realmente tem uma importância muito grande para o Brasil e precisamos investir. É incrível que, neste país, tudo tem que ser, parece, com pires na mão para ter um orçamento para essas coisas importantes.

Então a gente tem aí o início, por exemplo, também do investimento do submarino atômico da Marinha, que sempre está com falta de recursos. A gente começou a questão de Angra e até hoje não terminou. Aí hoje fica mais caro você desativar do que terminar. Então a gente começa... Falta para a gente política de Estado. A gente tem muito política de governo, cada governo que entra parece que faz questão de acabar com o que está em funcionamento e começa tudo novamente.

Então parabenizo aqui o nosso querido Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa.

Concordo plenamente e subscrevo todos eles.

Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, só com um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O autor, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Um adendo aqui, porque eu me esqueci de citar também. Então, também convido um representante da Marinha do Brasil. Logicamente a Marinha é quem mantém a instalação; o Ministério da Ciência e Tecnologia mantém a pesquisa por lá, com as bolsas etc. Então há essa parceria e é importante a participação de um representante da Marinha do Brasil também nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 3 da pauta, também de autoria do Senador Marcos Pontes.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 2, DE 2025
- Não terminativo -

Requer que seja convidada a Senhora Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as principais dificuldades estruturais e operacionais que o CEMADEN enfrenta atualmente em relação ao seu funcionamento e execução de suas atividades.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Esse também é para uma outra audiência pública.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, que seja convidada a Sra. Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as principais dificuldades estruturais e operacionais que o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) enfrenta atualmente em relação ao seu funcionamento e à execução de suas atividades.

Existem notícias atuais das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Cemaden. Eu quero lembrar o seguinte: primeiro, qual é a função do Cemaden? O Cemaden fica em São José dos Campos. Ele foi um derivado – acabei de falar dele agora há pouco – do Inpe e tem instalações próprias. Quando era Ministro, eu ampliei a instalação do Cemaden. Nós temos um terreno para a construção do prédio, o

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projeto do prédio já está previsto, nós aumentamos... Eu aumentei também uma sala de monitoramento.

O Cemaden faz monitoramento de sistemas, tanto de solo quanto radares, que acompanham a meteorologia do país, mas não é um paralelo do Inmet, do Inpe ou de nada disso, porque ele faz isso com a especificidade de cada um desses sensores que estão instalados. São mais de 5 mil sensores, e a gente precisa aumentar muito mais isso aí. Idealmente, deveria chegar perto de 100 mil sensores mais baratos. Eu também encomendei um sistema chamado Cigarra, que barateia esse custo dos sensores para poder instalar um número grande assim, como 100 mil, nas regiões do Brasil, especialmente em regiões de risco de enchente, risco de deslizamento de terra. O Cemaden monitora tudo isso aí, junto com a meteorologia – são mais de 200 profissionais altamente preparados, mestres, doutores –, não só a parte de muita água, como de pouca água também, de secas etc.

Com esse sinal do Cemaden conectado diretamente à Defesa Civil, é possível que as cidades, os estados estejam mais preparados para o gerenciamento de risco. Eu tenho aqui, inclusive, o Projeto de Lei 5.002, de 2023, que foi feito pelo Cemaden e pela Defesa Civil, para gerenciamento de risco de desastres naturais. A gente viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul, a gente viu o que aconteceu em outros lugares e vai acontecer mais, infelizmente – é chato falar isso, mas infelizmente vai acontecer mais –, por causa das mudanças climáticas. E a maneira de prevenir, de não perder vidas, de reduzir ou mitigar esse risco é trabalhar com os sensores. A gente precisa de monitoramento e precisa de um gerenciamento de risco muito bem estruturado.

O Cemaden não pode ser uma instituição que sinta falta de recursos, porque fica muito mais caro, depois, para a gente, corrigir o problema, consertar pontes, consertar cidades, consertar estradas. Tudo isso é destruído por deslizamento de terra, enchentes etc. Fica caro. Agora, consertar perdas de vidas não tem jeito, isso aí não tem como corrigir.

Portanto, é injustificável – não tem como a gente justificar – a falta de orçamento para o Cemaden. Essa é uma coisa que a gente precisa discutir aqui, para achar soluções em conjunto, porque muitas vezes – agora eu vou falar aqui com o chapéu de ex-Ministro – o que acontece é que a gente coloca... Por isso eu pedi para a Ministra vir aqui, para ela colocar este ponto – certamente ela vai falar disso –: a gente tem uma previsão de orçamento necessário para o outro ano, a gente coloca essa previsão, e, quando vai para o sistema de economia, para o Ministério da Economia, para o Ministério da Fazenda ou o que seja, já recebe um primeiro corte. Quando vem para cá, recebe um segundo corte. Então, muitas vezes a gente ouve os Parlamentares falando da importância da ciência e tecnologia, da importância de ter essas ferramentas operacionais, mas, na prática, o orçamento é cortado aqui. Aí, chega lá menos, e não se consegue fazer isso. Um outro exemplo também são os radiofármacos. É exatamente a mesma coisa. Como a gente não votou ainda o Orçamento, podem escrever: no meio do ano, vão faltar radiofármacos no Brasil – vão faltar – porque não tem orçamento para comprar os isótopos.

Então, essa audiência pública é justamente para o ministério ter a oportunidade de colocar esses pontos e para conscientizar aqui os Parlamentares da importância de se colocar o orçamento correto para o ministério colocar ali no Cemaden. Essa é a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem-colocado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só gostaria de combinar com V. Exa. porque há um requerimento também de minha autoria para a vinda da Ministra, para que ela explique todos os programas, os desafios que vem encontrando, as necessidades – obviamente todas essas são extremamente importantes – e que ela pudesse dar uma atenção especial para o Cemaden, conforme o requerimento. Então, ela abordaria toda a área, mas com uma ênfase também, obviamente, não só para isso, mas para outras coisas, para que a gente tenha uma radiografia, do ponto de vista do Executivo, bastante adequada. Eu acho que os dois requerimentos convergem nesse sentido e, se forem necessárias outras vindas, obviamente a gente fará isso também.

Muito bem.

Eu quero saudar, antes de mais nada, a Senadora Dra. Eudócia. Seja muito bem-vinda. É uma honra tê-la aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia também, junto com os nobres Senadores ao seu lado e outros que estão aí com os nomes no painel.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Eu quero também aqui, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Flávio Arns, dizer da minha satisfação, da minha honra de ser titular aqui da Comissão e de podermos estar juntos. Está aqui o Senador Izalci, está aqui o nosso amigo também Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Astronauta... (*Risos.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... Astronauta, nosso querido amigo e parceiro.

E quero dizer a V. Exa., Presidente, que pode contar com a minha atuação aqui na Comissão, para que a gente possa avançar cada vez mais com os nossos projetos, para que a gente possa acompanhar toda essa evolução tecnológica, essa revolução tecnológica que está acontecendo no nosso país e em todo o mundo.

Então, para mim, é motivo de muita alegria, muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Também para nós.

Então, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, até explicado com bastante detalhe – é importante isso – pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, está em votação a matéria.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, passamos... Quero ver só se não estou pulando aqui, porque V. Exa. tem mais dois requerimentos. É o item nº 6 da pauta, que é o Requerimento nº 5... (*Pausa.*)

Só um minutinho. Deixe-me voltar aqui: item nº 1; item nº 2 já foi, é o requerimento de V. Exa.; item nº 3 também; o 4 é meu; o 5 é meu; e o 6 é de V. Exa., de novo. Depois trocamos, mas pode abordar o 6 e o 7 – o 6 em primeiro lugar. Daí votamos em conjunto o 6 e o 7.

Item 6.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 5, DE 2025

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a inclusão de representante da Marinha do Brasil na audiência pública, objeto do REQ 1/2025-CCT, com a finalidade de debater o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Isso.

Sr. Presidente, o Requerimento nº 5 basicamente já foi tratado. É a inclusão do representante da Marinha na audiência pública para tratar do Programa Antártico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então é basicamente isso aí, é a necessidade àqueles que eles mantêm a infraestrutura de lá.

Então essa é a ideia, é bem sucinto e basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Então o item nº 6, que é o Requerimento nº 5, de 2025, para inclusão na audiência pública da representação da Marinha.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão, que é extremamente importante, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item nº 7 da pauta, que é o Requerimento nº 6, 2025.

Com a palavra a V. Exa., Senador.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater o aumento da oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Esse é outro requerimento para audiência pública de um tema também a que foi chamado a atenção e tem uma importância grande, visto por três perspectivas diferentes. Então vou explicar isso.

Mas requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater o aumento da

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes.

O objetivo é avaliar os impactos desse crescimento sob a ótica da segurança alimentar, da regulação sanitária, do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando tanto os desafios regulatórios quanto os avanços da pesquisa e inovação no setor de suplementos alimentares.

Proponho que a audiência tenha a presença os seguintes convidados: o Sr. Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri); Dr. Rômison Rodrigues Mota, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Dr. Andrey Lucas Macedo Corrêa, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Dr. Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo; e a Dra. Erika Simone Coelho Carvalho, Presidente do Conselho Federal de Nutrição.

A motivação para esta audiência pública se dá justamente por três perspectivas. Pela perspectiva científica, os avanços possíveis e necessários no desenvolvimento desses suplementos, não só como suporte a atividades físicas, suporte a pessoas que estejam submetidas a algum tipo de tratamento específico, como também quanto à necessidade mundial – muitas vezes com refugiados – pela necessidade de alimentação suplementar para crianças, etc. A melhoria desses suplementos é extremamente importante com vários pontos de vista. Do ponto de vista científico, vemos as melhoras possíveis através dos suplementos.

Do ponto de vista de vigilância sanitária, se isso for feito de maneira irregular, se isso não for feito com o cuidado devido, isso pode prejudicar a saúde das pessoas. Quando a gente vê, em uma academia por exemplo, as pessoas às vezes usam suplementos de uma forma não adequada, que pode causar um risco seríssimo para a saúde dessas pessoas, que parecem fortes por fora, mas por dentro acabam ficando fragilizadas por causa dessas coisas.

E terceiro, do ponto de vista da fiscalização, que é necessária a fiscalização desses sistemas: como isso é vendido, de que forma é vendido e assim por diante.

Ou seja, são três perspectivas diferentes: a ciência, a fiscalização de saúde e a fiscalização de controle de pirataria, assim por diante.

Portanto, esta audiência pública, em conjunto com a Comissão de Fiscalização tem um sentido importante na preservação da vida das pessoas e dos bons negócios, para evitar que tenhamos maus negócios atuando nesse setor.

Basicamente é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. É muito importante também.

V. Exa. é membro da outra Comissão também?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aí tem que aprovar o requerimento lá também para ser uma audiência pública conjunta.

Muito bom.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu solicitaria de V. Exa., se fosse possível... Aí eu leio os meus dois requerimentos.

Passo a Presidência a V. Exa. para os itens 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, passamos ao item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 3, DE 2025
- Não terminativo -

Requer que seja convidada a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar um balanço das atividades realizadas, além de prestar informações sobre as perspectivas, planos e desafios para o próximo biênio.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É exatamente isso que o Senador Marcos Pontes já leu e que discutimos agora há pouco. É muito importante o comparecimento, na primeira sessão, da Sra. Luciana Santos – que já confirmou; ela estará na semana que vem aqui na Comissão –, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, para fazer um balanço das atividades realizadas e prestar esclarecimentos, fazer a discussão sobre as perspectivas, planos, desafios que o Brasil enfrenta para o próximo biênio, quer dizer, este ano e o ano que vem, e principalmente em razão da relevância estratégica.

Infelizmente, como já foi mencionado, as pessoas não pensam nesse sentido, mas é tarefa desta Comissão mudar, contribuir para mudar essa mentalidade, quer dizer, a relevância estratégica que a ciência e a tecnologia representam no cenário nacional e internacional. Tornam-se necessários a união de esforços e o estabelecimento de parcerias claras entre Legislativo e Executivo para o avanço da pauta da ciência, tecnologia, inovação e informática no Brasil. Então, trabalharmos juntos, puxarmos a corda, como se costuma dizer, para o mesmo lado, né?

Então, é esse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Lido o requerimento, eu consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação.

Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Passamos ao item 5 da pauta, de autoria do Senador Flávio Arns também.

Eu concedo a palavra para leitura do requerimento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 4, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os aspectos da Ciência e Tecnologia na incorporação de medicamentos, procedimentos, equipamentos ou produtos no SUS (Sistema Único de Saúde), em comemoração ao Dia Mundial das Doenças Raras, que ocorre no dia 28 de fevereiro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Muito bem!

Trata-se do requerimento para a realização de audiência pública com objetivo de discutir os aspectos da ciência e tecnologia na incorporação de medicamentos, procedimentos, equipamentos ou produtos no SUS, em comemoração, em lembrança ao Dia Mundial das Doenças Raras, que ocorre no dia 28 de fevereiro. Inclusive, hoje pela manhã, há uma sessão solene do Congresso Nacional vinculada à lembrança do Dia Mundial das Doenças Raras, 28 de fevereiro, e o Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma linha específica para esta área também, de ciência, tecnologia, além do que a Saúde pode fazer e outros ministérios.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante do Instituto de Biologia Molecular do Paraná; representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas); o Dr. Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; o Sr. Wesley Gomes, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa – que é uma doença rara –; e representante da área da saúde do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, é uma interface necessária: a ciência e tecnologia com a saúde também, como mencionamos agora há pouco.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu gostaria de fazer um comentário – está aberto aos comentários – com relação a essa audiência de extrema importância.

Nós sabemos da quantidade de pessoas com doenças raras. Muitas vezes, o pessoal fala doença rara, e a gente tem a impressão de que é pouca gente no país; não, é um número muito grande, são milhões de pessoas que possuem algum dos mais de 7 mil diferentes tipos de doenças raras que existem, já catalogadas. O diagnóstico é difícil, não é fácil, o tratamento é complicado, é caro, e existe a necessidade premente de se desenvolver e produzir remédios no Brasil, que podem salvar vidas e muitas vidas aqui, no país.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem, na sua mão, uma possibilidade de continuidade de um programa chamado Programa Salas. Esse programa é o Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites, com 50 laboratórios na Amazônia, para estudo da biodiversidade, busca de ativos, e esses ativos... Cada um dos laboratórios tem mais de 16 pesquisadores, são de última geração. Uma vez descobertos esses ativos que podem, eventualmente, tratar de doenças raras, eles são

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enviados... E outros tipos; pode ser inclusive para cosméticos. A ideia é se fazer dinheiro para as populações e ter desenvolvimento sustentável do local . Esses ativos, esse conhecimento é transmitido para o que a gente chama de fábrica de moléculas, são laboratórios no Brasil que têm a possibilidade de sintetizar moléculas a partir daqueles ativos, e, a partir dali, eles podem prosseguir com esses dados para, por exemplo, Botucatu.

Em Botucatu existe o que eu chamo de centro de desenvolvimento de medicamentos do Brasil, na Unesp, em São Paulo – em Botucatu, no Estado de São Paulo –, no Cevap, lá com o Prof. Benedito e o Prof. Rui. E lá eles conseguem transformar aquilo num medicamento, em conjunção com as indústrias farmacêuticas ou com uma instituição de terceiro setor. Ela pode, inclusive, transferir esse conhecimento para Manguinhos, para a Fiocruz ou para o Butantan para se fazer o remédio aqui, se não for de interesse das indústrias farmacêuticas.

Com isso, eu vislumbro a médio e longo prazo a capacidade do Brasil em desenvolver esses medicamentos aqui, e isso é muito importante para todas as famílias que têm esses problemas. Então, é uma possibilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia... Lembro que essa conjunção do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério da Saúde existe justamente com o MCTI trabalhando no desenvolvimento dos medicamentos ou de sistemas e o Ministério da Saúde aplicando isso em nível nacional, porque tem muito mais recursos para fazer isso. E essa conjunção, essa engrenagem tem que funcionar bem.

Então, eu gostaria de parabenizar pela colocação dessa audiência pública, com certeza vai ser muito importante e eu vou fazer a questão de participar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só gostaria de acrescentar um aspecto que é bom para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação. Quero dizer que a área... Como o Senador Marcos Pontes colocou, a gente pensa que é uma doença rara, mas são 7 ou 8 mil doenças raras catalogadas. Isso significa um universo no Brasil de cerca de 13, 14, 15 milhões de pessoas que têm alguma doença rara.

Eu só quero colocar duas situações que aconteceram esta semana. Lá no Japão, *in vitro*, eles conseguiram separar o cromossomo extra do par número 21 de uma pessoa com síndrome de Down. A síndrome de Down significa trissomia do par 21. Em vez de ser o par, você tem três, uma trissomia. E, *in vitro*, eles conseguiram isolar um dos cromossomos, o que significaria para o futuro um avanço, vamos dizer, para o bem-estar, para que essa pessoa tenha a possibilidade de evitar a síndrome de Down. Quer dizer, a pessoa com síndrome de Down tem que ter todo o nosso respeito, toda a dignidade, direitos realizados, mas ao mesmo tempo é um avanço genético importante.

E a outra questão é a AME (atrofia muscular espinhal) nesta semana. Existe um medicamento, muitas vezes caro, que é o Zolgensma, que é um tratamento gênico, genético, uma janela de oportunidades na idade própria. Isso até não sei se já está incorporado ou não, mas são R$6 milhões – R$6 milhões –, mas é a cura da doença. O custo-benefício é sempre pensar o seguinte: se a pessoa não toma o medicamento, ela vai para o hospital a toda hora. E, se for somando esses valores, até falei anos atrás já para o Ministro, isso é um valor superior ao... porque essa pessoa vai ter a cura da doença.

Mas mais importante do que isso ainda é que esta semana saiu a notícia de que pesquisadores nos Estados Unidos conseguiram fazer o tratamento intrauterino da atrofia muscular espinhal, e as pessoas não demonstram sinais da doença no acompanhamento. É claro que tudo isso é uma pesquisa, um processo todo, mas não demonstram sinais da doença rara. Ou seja, como acontece, por exemplo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com a espinha bífida, quer dizer, também a abertura na coluna, da espinha bífida ou... Qual é o nome mesmo, Fernanda, da espinha bífida?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mielomeningocele.

Quer dizer, você tem a cirurgia intrauterina, que vai ajudar e muito a qualidade de vida.

Então, tudo isso tem que ser debatido, com ciência – tem que ter ciência, tem que ter tecnologia e tem que ter saúde juntos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador.

De fato, fica mais uma vez comprovada a importância da pesquisa básica e do financiamento adequado para a continuidade disso no Brasil.

Então, consulto se há quem queira usar a palavra ainda. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Votação simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A Secretaria tomará as devidas providências.

Eu retorno a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcos Pontes, que pode continuar aqui mesmo, está ótimo! (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Vamos ficar juntos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos ficar juntos aqui.

Eu só quero agradecer também, novamente, ao Senador Izalci Lucas – estiveram aqui os Senadores Sérgio Petecão, Dra. Eudócia e Marcos Pontes – e aos demais membros da Comissão.

Quero agradecer aos meios de comunicação do Senado que transmitem para todo o Brasil, para se saber o que vem sendo debatido e discutido na Comissão. E todas as audiências públicas são transmitidas pelos meios de comunicação, mas nós também temos o hábito de ter uma memória de reunião por escrito de cada audiência pública; assim, se um Senador não puder participar, porque há muita atividade concomitante, ele vai receber a memória de reunião – o que foi debatido, qual o encaminhamento, quais os desafios –, uma coisa de duas, três páginas, leitura rápida, para que todo mundo fique atualizado em relação aos debates que acontecem.

Mas eu acho que é isso, e nada mais havendo a discutir nesta reunião...

Eu quero lembrar, então, a presença da Ministra na semana que vem, às 10h, nesta Comissão e, ao mesmo tempo, agradecer ao Fábio, Consultor Legislativo aqui – vamos em frente! –; agradecer aqui à Secretaria – parabéns pela organização! E quero agradecer aos companheiros todos aqui da Comissão, que juntos sempre somos mais fortes.

Obrigado, e declaro encerrada a presente reunião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4836187599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e oito minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro e Hamilton Mourão, e dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dr. Hiran e Cleitinho. Deixa, ainda, de comparecer o Senador Marcos do Val, conforme REQ 56/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. O Presidente, Senador Flávio Arns, comunica o recebimento do Aviso nº 183-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 426/2025, proferido no processo que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15/10/2021, com a finalidade institucional de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal. O expediente lido será publicado na página da Comissão, da CCT, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo aos Requerimentos nº 2 e 3, de 2025-CCT, de autoria dos Senadores Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e Flávio Arns (PSB/PR), com a presença da Excelentíssima Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, para apresentar um balanço das atividades realizadas; prestar informações sobre as perspectivas, planos e desafios para o próximo biênio, bem como sobre as principais dificuldades estruturais e operacionais que o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) enfrenta atualmente em relação ao seu funcionamento e execução de suas atividades. Fazem uso da palavra, os Senadores Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Teresa Leitão, Izalci Lucas e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso do Tribunal de Contas da União nº 183-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 426/2025, proferido no processo que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15/10/2021, com a finalidade institucional de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal.

O expediente lido será publicado na página da CCT, da Comissão, pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião, com muita alegria e muita honra, conta com a presença da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, a quem a gente dá as boas-vindas, dizendo que é uma presença muito importante para esta Comissão, para que o Legislativo possa atuar cada vez com mais profundidade, eficiência, sintonia com os grandes objetivos da ciência, tecnologia, inovação e informática em nosso país.

A Sra. Ministra fará uma apresentação, um balanço das atividades realizadas, vai prestar informações sobre as perspectivas, planos, desafios para o próximo biênio, bem como sobre os desafios, eu diria, dificuldades, desafios estruturais e operacionais que o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) enfrenta atualmente em relação ao seu funcionamento e à execução de suas atividades, tudo isso em cumprimento aos Requerimentos nºs 2 e 3, de 2025-CCT, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes e de minha autoria, respectivamente.

Então, é um momento, eu diria, muito importante. Seja muito bem-vinda!

O grande objetivo é que a área da ciência, tecnologia e inovação informática no Brasil seja valorizada o suficiente. E, para isso, é necessária essa articulação, sem dúvida, do Executivo, com o Legislativo, com o Judiciário, mas especialmente com a sociedade brasileira.

A gente comentava com a Ministra agora há pouco sobre transformar todo esse conhecimento numa linguagem popular, para que todas as pessoas do Brasil percebam a importância desse setor para o cotidiano, para o dia a dia, para os desafios, para melhorar a vida das pessoas.

Então, de novo, bem-vinda!

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Depois da fala da Ministra – a Ministra terá o tempo de 30 minutos, mas prorrogável também, de acordo com a necessidade –, na sequência, abriremos então a palavra para a manifestação dos Senadores e Senadoras.

Eu quero destacar aqui e dar as boas-vindas também ao Secretário Executivo do ministério, Luis Manuel Rebelo Fernandes, que está aqui presente; à Andrea Brito Latgé, Secretária de Política e Programas Estratégicos; ao Inácio Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social; ao Daniel Almeida Filho, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; ao Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital; ao Ricardo Galvão, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico; ao Rubens Diniz Tavares, Chefe de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gabinete da Ministra; e também ao Fábio Villar, que está aqui presente – seja de novo bem-vindo, Fábio –, que é Consultor Legislativo do Senado Federal.

Quero destacar para a Sra. Ministra que estão presentes aqui também a Senadora Teresa Leitão, que é também Presidente da Comissão de Educação e Cultura; o nosso Senador Confúcio Moura – às vezes dá um branco assim, depois de uma idade começa a dar um branco, a gente quer falar; eu me encontro com Confúcio todo dia, dou um abraço nele, que é meu amigo, e eu falo para ele: você é a grande liderança aqui no Senado, na educação, mas em todas as áreas também, né? –, olha, repito aqui, publicamente, Confúcio Moura; e a Senadora Dra. Eudócia também, com quem a gente tem falado, membro desta Comissão também. Todos são membros desta Comissão.

Muito bem...

Também o Marcos Pontes está aqui. Desculpe, Marcos, não tinha visto que você tinha chegado.

O Izalci Lucas passou por aqui também, talvez, em algum lugar aí também, mas deve estar voltando.

Todos têm reuniões simultâneas também aqui no Senado Federal. Mas todos e todas sejam muito bem-vindos.

Confúcio Moura também, especialmente. (*Risos.*)

Passo então a palavra para a Sra. Ministra Luciana Santos, para que faça a sua exposição.

Obrigado.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia a cada um de vocês aqui presentes e, em especial, ao Senador Flávio Arns, Presidente desta importante Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, do Parlamento brasileiro.

Para mim, é um prazer e uma honra estar aqui mais uma vez. É a quarta vez que eu participo aqui de sessões nesta Casa. Eu, que já fui Parlamentar não do Senado, mas da Câmara dos Deputados, reconheço muito a importância estratégica que tem o Parlamento brasileiro para poder avançar nas conquistas necessárias do nosso povo e da nossa gente, ainda mais quando cada vez mais se exige uma harmonia e uma sintonia fina entre o sistema de poder político no país.

Então, agradeço e parabenizo tanto o Presidente da Comissão quanto o Senador Astronauta Marcos Pontes por essa iniciativa. Estou aqui com o prazer de poder, mais uma vez, dialogar com o Parlamento brasileiro.

Quero saudar minha conterrânea, Senadora Teresa Leitão, que honra também as tradições de luta das mulheres pernambucanas.

Ao Senador astronauta Marcos Pontes, mais uma vez, obrigada pela presença.

Meu colega da Câmara dos Deputados, Senador Izalci, na época da Frente Parlamentar da Ciência e Tecnologia – até hoje ele está nessa frente, cumprindo um papel importante...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Ativamente.

A SRA. LUCIANA SANTOS – ... ativamente.

Senador Confúcio Moura, do MDB de Roraima; a Senadora Dra. Eudócia, do PL de Alagoas, também ali da nossa região, estado irmão; a Isa Assef, que é Subsecretária das Unidades de Pesquisas e Organizações Sociais do nosso ministério; o Rubens Diniz, que é meu chefe de gabinete; o Edvaldo Dias, que é Chefe da Assessoria Parlamentar do nosso ministério; o Diego Menezes, Presidente da Abipti; e o Vinícius Soares, Presidente da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos, também meu conterrâneo; e o meu querido amigo Senador Jaques Wagner.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero, primeiro, destacar, Presidente, que nós estamos fazendo 40 anos do Ministério da Ciência e Tecnologia. O ministério está aniversariando, e essa celebração coincide com a abertura democrática no país. Foi uma decisão do então Presidente Tancredo Neves, mas que foi aplicada pelo Presidente José Sarney. O primeiro Ministro da Ciência e Tecnologia foi o Renato Archer, um maranhense, e nós estamos celebrando essa conquista.

Eu considero que não é à toa essa coincidência. Sempre que há um fortalecimento da democracia, há um fortalecimento da ciência aberta, da ciência livre, da produção científica, e isso para nós é muito caro. Cada vez mais, precisamos celebrar a democracia brasileira, em tempos tão estranhos.

Então, nesses 40 anos, nós queremos, primeiro, comemorar ao longo do ano. O aniversário do ministério foi sábado passado, 15 de março, mas nós vamos comemorar o ano todo. Então, nós vamos instalar um grupo de trabalho – já instalamos – para planejar e encaminhar as comemorações; vamos instituir a Medalha Renato Archer em deferência ao primeiro Ministro de Ciência e Tecnologia da história; vamos fazer exposições itinerantes, inclusive aqui nesta Casa; também a nossa ideia é publicar um livro iconográfico; um videodocumentário; edição de selo e moeda; caravana do ministério pelo Brasil; e também estamos construindo com praticamente todos os ex-ministros, a não ser aqueles que estão numa situação de saúde muito difícil, mas devemos publicar brevemente um artigo conjunto, com todos os ex-ministros celebrando essa data.

Vou começar pelos projetos estratégicos.

Pela primeira vez o Ministério da Ciência, Tecnologia está no PAC, no Plano de Aceleração do Crescimento. Nós estamos construindo a fase 2 do Sirius. O Sirius é a maior e mais complexa infraestrutura de pesquisa do país e será, sem dúvida nenhuma, singular no mundo. Teresa sabe que lá na nossa terra a gente aprende que tudo tem que ser maior, melhor, singular e único. Então, o Sirius, que fica em Campinas, se ligará ao NB4, que é um laboratório de quarta geração de manipulação de patógenos, e ele será único por conta disso, porque ele se ligará às linhas de luz síncroton e possibilitará a análise da matéria em escala nanométrica, antecipando as epidemias que, cada vez mais, se encurtam no mundo.

Então, estão sendo construídas já dez novas estações das linhas de luz, total de 800 milhões até 2026. Queremos entregar as três primeiras linhas de luz ainda este ano, em 2025, e os recursos já foram executados em 2023, em 2024 em 390 milhões.

Nós temos também o Projeto Orion, que é exatamente o NB4, que vai se ligar às linhas de luz. São investimentos de 600 milhões; já está em obra. A previsão é que, até 2026, a gente aporte R$1 bilhão, e os recursos executados já chegaram à metade.

Nós temos também as infovias estaduais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Ah, sim, o reator, desculpa.

Obrigada, Presidente.

O reator multipropósito é tecnologia e ciência nuclear, em Iperó, em São Paulo. São 926 milhões até 2026. Nós já executamos, entre 2023 e 2024, 458 milhões. Ele é um laboratório que já está em obra. As aplicações são múltiplas, porque a ciência, a tecnologia nuclear... O que mais salta aos olhos do reator multipropósito é que ele vai nos tornar autônomos em radioisótopos, que são insumos muito importantes para medicamentos de câncer. Mas ele tem vários usos: na agricultura, no meio ambiente, em novos materiais, na nanotecnologia, na indústria. E nos alimentos também a ciência nuclear tem uma importância fundamental.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Beto, lá do Pará, também pela sua presença.

Nós também estamos com a ampliação da cobertura do Cemaden, que é um importante instrumento de monitoramento de acidentes e desastres naturais do nosso país e que foi criado no Governo da Presidenta Dilma, depois do acontecimento na Região Serrana do Rio de Janeiro. Ela também está fazendo parte do PAC. Até 2022, a gente tinha uma cobertura de 1.038 municípios, que prevê tanto o imageamento de satélites como também o monitoramento em campo, com radares meteorológicos, com estações hidrológicas e geológicas, pluviômetros, sensores.

Voltando às infovias, nós temos 40 mil quilômetros de fibra óptica, ou seja, é uma volta ao mundo que nós vamos dar – nessa linha, Teresa, de fazer maior. Então, os 40 mil quilômetros dão uma volta ao mundo. São 19 estados beneficiados: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. Elas são fibras ópticas para levar internet firme e segura, principalmente para instituições de pesquisa, hospitais, escolas, universidades, instituições de pesquisa. A RNP é uma OS muito consolidada e respeitada no Brasil, já é responsável pela maior rede de fibra óptica com objetivo de pesquisa e ensino, e agora nós estamos ampliando essas infovias.

Nós também estamos totalmente integrados à Nova Indústria Brasil (NIB), que é liderada pelo nosso Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin. São seis missões numa política convergente no Governo para poder a gente garantir escolhas. Elas passam por transição energética, transformação digital, mecanização da agricultura familiar, enfrentamento do combate à fome e principalmente... Hoje, podemos dizer que a NIB já é um caso de sucesso, pois, depois de mais de 15 anos no Brasil, está puxando o crescimento brasileiro. O crescimento brasileiro tem sido puxado pela agroindústria, agropecuária e, pela primeira vez, depois de mais de 15 anos, está sendo puxado pela indústria de transformação, o que revela que estamos no caminho certo, ainda mais com as vocações e as potencialidades que nós temos. Então, nós vamos ter R$26,4 bilhões na NIB. Em 2023, a NIB aprovou, com recurso da Finep, 760 projetos; em 2024, esse número aumentou e corresponde a 1.416 projetos; então, foram 2.176 projetos contratados, todos se comunicando com o debate necessário com a produção científica brasileira, que é muito reconhecida no mundo. Nós somos o 13º no *ranking* de produção científica no mundo, no entanto, nós somos o 49º no de inovação, revelando a necessidade de a gente ter cada vez mais instrumentos e ferramentas que comuniquem a produção científica com as realizações. Então, da NIB, são essas as seis missões a que eu já me referi.

O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial foi encomenda do Presidente Lula para o Conselho de Ciência e Tecnologia. O Presidente sempre fez questão de participar dos conselhos. Ele retomou a participação da Presidência da República no Conselho de Ciência e Tecnologia e, então, encomendou isso ao Conselho, e nós apresentamos na 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Há 14 anos não acontecia a conferência. Nós retomamos esse importante fórum de debate, de diálogo com a pesquisa, com a iniciativa privada, com a academia e lá nós apresentamos o Pbia, que são quatro eixos: infraestrutura e desenvolvimento de inteligência artificial; difusão, formação e capacitação em inteligência artificial; inteligência artificial para melhoria dos serviços públicos; e inteligência artificial para inovação empresarial.

O nosso supercomputador Santos Dumont estava entre os 500 mais potentes do mundo, e nós já o transformamos – com recursos da Petrobras, o que já vinha em curso desde o Ministro Marcos Pontes e terminou agora com recursos da Petrobras. Ele passou do *top* 500 para o *top* 100, num caminho de garantir que possa contribuir com um dos aspectos fundamentais da inteligência artificial,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é ter *hardware*, ter infraestrutura para processar e armazenar dados. Então, a previsão é de 23 bilhões até 2028. A partir disso, nós queremos que ele se torne o quinto do mundo. É uma ousadia, mas é uma ousadia factível. Nós estamos em parceria com o supercomputador de Barcelona, na Europa, e tantos outros que possam contribuir, porque todos sabem que não há política... A curva de aprendizado diminui se nós pudermos beber na fonte da cooperação internacional, para poder garantir a transferência de tecnologia, para poder garantir compra pública, que, inclusive, são os instrumentos da própria NIB.

Queremos também montar um novo modelo de linguagem para IA em português, porque nós sabemos que é nefasta a dependência que a gente tem dos modelos de linguagem. Isso traz vieses, contradições. Basta ver que, se a gente for pesquisar, veremos que dizem que os irmãos Wright descobriram e desenvolveram a aviação, no entanto, foi Santos Dumont, um brasileiro. E isso só vai ser possível quando a gente tiver nossa própria linguagem para refletir a nossa cultura, o nosso jeito de ser.

Hoje, no Brasil, nós temos uns três ou quatro modelos em desenvolvimento: temos o Sabiá, temos o Amazônia e temos um do Piauí, liderado pelo Governador Rafael, que é também Presidente do Consórcio Nordeste – nome do LLM é SoberanIA, que está bastante avançado. Ele o apresentou a nós e também ao Presidente Lula. Já são 100 milhões de palavras, parâmetros que estão sendo desenvolvidos, e é assim que a gente vai poder garantir uma maior autonomia do nosso país. São 11 centros de competências que estão instalados no país para soluções de inteligência artificial.

Depois eu posso falar um pouco mais do Pbia. Estão previstas 31 ações específicas de soluções na área de meio ambiente, de saúde, de indústria, de comércio, de educação, de desenvolvimento social e de gestão pública até este ano – são ações de curto prazo. Para além de *hardware*, nós também estamos fazendo solução de *software* nessas áreas.

Então, tem o Pbia, o Santos Dumont...

Capacitação.

Esse é um dos assuntos estruturantes do país, porque é inconteste a importância que nós temos de preparar brasileiras e brasileiros para as mudanças do modo de produção, das forças produtivas, da revolução tecnológica, que é galopante – galopante não, porque a galope ainda é pouco; e em uma velocidade muito grande que as transformações tecnológicas ocorrem, e nós precisamos correr atrás disso, capacitando.

Então, o Hackers do Bem, o Residência em TIC e o Ciência na Escola são programas que já existiam. O Residência em TIC é um caso de sucesso; ele forma desde o ensino médio, e você pode, rapidamente, em dois anos e meio, formar desenvolvedores de *software,* que são programadores. Nós estamos com um déficit previsto, para 2030, de 500 mil vagas, e nós rapidamente... É um tipo de emprego de R$3 mil a R$4 mil, e as pessoas podem trabalhar de casa, inclusive prestando serviço para empresas de fora.

Então, o Mais Ciência na Escola tem o objetivo de se familiarizar com essa linha de popularização, Presidente, que você acaba de dizer, e é o que mais o Presidente Lula cobra, até porque ele é, sem dúvida nenhuma, um grande comunicador. Então, ele cobra muito que a gente popularize as ações da ciência, ainda mais porque nós temos essa necessidade de enfrentar o negacionismo. E não existe outra maneira que não seja exatamente com esse esforço de letramento digital.

Então, foram R$100 milhões, no ano passado, e mais R$100 milhões, neste ano, para criar o que a gente chama de laboratórios mão na massa, que todos conhecem, porque já é muito praticada no Brasil essa política pública. Lá mesmo em Pernambuco, quando fui Vice-Governadora, nós fizemos muito nas escolas, que são laboratórios de microeletrônica, laboratórios de robótica. São laboratórios para poder,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais, familiarizar nossos estudantes com a contemporaneidade, com a revolução tecnológica que a gente está vivendo.

Em relação ao Hackers do Bem, para vocês terem uma ideia, é a RNP que está fazendo a formação, e nós, em 2023, abrimos o edital para 35 mil pessoas, e 100 mil pessoas se inscreveram. Nós formamos, em dois anos e meio – aliás, dois anos, mais um ano de residência –, pessoas na área de segurança cibernética, que é estratégico, e estamos formando agora mais uma leva de 35 mil, vão começar mais 35 mil; ou seja, são 70 mil brasileiros e brasileiras nessa área muito estratégica que é a segurança cibernética. Esse é um dos esforços.

O Residência em TIC e o Hackers do Bem, ambos são da Lei de Informática. Eu agradeço muito ao Congresso Nacional por ter – são recursos do fundo da Lei de Informática – atualizado essa lei nos termos em que nós pedimos.

Também nós temos o Residência em Hardware – são 7,5 mil estudantes de engenharia nessa área –, que tem também trazido muita contribuição na formação em setores muito qualificados.

Em infraestrutura de pesquisa e de monitoramento de desastres, da qual eu já falei aqui atrás, foram R$82 milhões investidos no Cemaden. A conectividade também já foi falada, a infovia; o Mais Ciência na Escola é o que eu acabei de dizer.

Nós também estamos fazendo o Bolsa Futuro Digital, que é o mesmo conceito do Residência em TIC; apenas ele acrescenta bolsa a partir dos primeiros meses, para estimular a permanência e a ida dos estudantes para a carreira de TI.

No Residência em TIC, no ano passado e neste ano, juntando os dois anos, são 23 mil estudantes; e, no Residência em Hardware, que eu acabei de dizer, são 7,5 mil estudantes de engenharia. Foram investimentos de R$88 milhões em 2024, e a gente vai aplicar mais R$35 milhões nos projetistas de *chips*, o que vai capacitar mais de 500 projetistas nessa área tão fundamental, que passa em tudo que é cadeia produtiva.

E tem esse programa Conhecimento Brasil. Esse programa está entre os dez programas do FNDCT. Qual é o objetivo? É fixar e atrair talentos brasileiros. Existe um debate que não é novo, é antigo, dessa questão da evasão de cérebros brasileiros, e com isso a gente tem esse objetivo.

Para vocês terem uma ideia – até eu comentei isso com o nosso Presidente Lula –, nós conseguimos que 2,5 mil brasileiros e brasileiras que estavam no exterior se interessassem pelo programa. O resultado: foram 1.543 propostas de pesquisadores topam voltar – e isso é uma grande conquista, 1,6 mil pessoas, brasileiras, topando voltar para o Brasil –; 979 propostas para a formação de redes – mesmo a pessoa, a mulher ou o homem, fora do Brasil topa ajudar o Brasil, trabalhando em rede; em ciências biológicas, são 400 propostas, porque é uma área fundamental hoje a ciência biológica, o rebatimento que isso tem, inclusive nas mudanças climáticas, no aquecimento global, nos recursos biológicos; em ciências exatas e da terra são 300 pessoas; e, na engenharia, mais de 200 propostas, ou seja, em áreas muito dinâmicas.

Então, em 640 projetos nós já estamos fazendo a contratação. O financiamento é de R$574 milhões, que vão ser investidos em dois anos. São 183 projetos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com R$180 milhões, também nessa linha de enfrentamento à desigualdade regional. Então, bolsas do Conhecimento Brasil, compra de equipamentos e insumos e contribuição previdenciária para os pesquisadores são algumas das conquistas que estimulam a vinda desses cérebros.

Vou só realçar a NIB, a expansão recorde de operações de crédito, até porque nós, ao mesmo tempo que recuperamos integralmente os recursos da Finep e do FNDCT, por decisão do Presidente

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lula, já no primeiro trimestre do ano de 2023, também concomitantemente aplicamos a taxa TR; e, com isso, a atração de crédito na iniciativa privada é gigante, assim como também fez o BNDES. Então, são de apoio sistêmico à inovação, expansão e utilização de investimentos de apoio à inovação empresarial.

Esse eu já falei, que são o Sirius, o NB4, o RMB... Ah, sim, aí acrescentou o Cbers, o Cbers6, a constelação de Cbers6 é algo muito... É uma das políticas permanentes do nosso ministério, vem desde a década de 80, e ele está aí a todo vapor. É a principal constelação de satélites nossa, brasileira, que foi desenvolvida com chineses. Mas não foi transferência tecnológica, não foi compra; foi um desenvolvimento comum. E a gente está aí nessa Plataforma Multimissão do Cbers6, que vai permitir o imageamento através das nuvens, por conta da tecnologia de radar de abertura sintética. Então, isso é uma grande conquista dessa cooperação internacional.

Do reator eu já falei, da importância que ele vai ter. Também é um projeto muito antigo, passou por vários anos, mas que a gente conseguiu agora destravar, com a operação já acontecendo lá em Iperó. Inclusive, foi uma doação do tempo em que Geraldo Alckmin era Governador, a do terreno para o RMB.

Eita, eu já pulei aqui algum.

Isso aí eu já falei, é só para dizer o que significa. Ele está tendo agora a capacidade de realizar 20 quatrilhões de operações matemáticas por segundo, só para entender a dimensão do que é que significa a velocidade das operações matemáticas de um supercomputador.

Então, tem os museus... Sim, uma coisa nova é que a gente sempre teve edital no FNDCT para museus científicos, de acervos científicos. A inovação é que agora nós acrescentamos museus culturais também, foi R$0,5 bilhão.

Os recursos para a feiras e olimpíadas ultrapassaram R$60 milhões em 2024; o Mais Ciência na Escola em duas fases, que eu já falei; as olimpíadas de conhecimento são um caso de sucesso no Brasil, todos conhecem bem. Além da Olimpíada de Matemática, que é a mais poderosa, com quase 19 milhões de estudantes brasileiros, nós temos a Olimpíada em História, temos a Olimpíada de Português, temos a Olimpíada de Ciências, temos a Olimpíada de Astronomia, temos a Olimpíada de Inteligência Artificial – foram 716 mil inscritos, é a quarta maior olimpíada do Brasil já a de inteligência artificial. Então, essas aí são algumas das questões também importantes no estímulo à curiosidade científica.

E o museu de Belém, com recursos que são também do nosso FNDCT, que ficará como um legado para a COP 30, será o Museu das Amazônias, ali no cais, inspirado no mesmo conceito do Museu do Amanhã. Ele ficará de legado para a COP 30, assim como também as redes de pesquisa que nós anunciamos com o Presidente Lula, na visita que nós fizemos ao Pará, este ano já, em que vamos ter rede de pesquisa para o debate da Amazônia. Nós temos, nos dez programas, o Fundo Amazônia para R$3,4 bilhões – está entre os dez programas. E ainda há a rede para os estados da Amazônia.

Eu agradeço aqui a oportunidade e vou poder dialogar mais no debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, cara Ministra Luciana Santos, pela exposição.

Vamos passar agora a palavra aos Senadores e Senadoras que desejem fazer comentários, perguntas, encaminhamentos.

Antes de passar para os Senadores e Senadoras, eu só leio rapidamente as perguntas que vieram pelo e-Cidadania – às vezes são perguntas e às vezes comentários. Já estão todas as perguntas em suas

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mãos, mas é interessante que os Senadores e Senadoras também tomem conhecimento, bem como o público em geral.

Aliás, quero agradecer aos meios de comunicação do Senado Federal, que divulgam a iniciativa da audiência pública para todo o país. E esta Comissão está totalmente disponível, aberta para receber, no decorrer de todo o ano, sugestões, encaminhamentos, debates, dificuldades, para que possamos contribuir com o ministério, como foi dito, e com toda a sociedade.

Eu leio.

Hellen, do Paraná: "Como os alertas do Cemaden podem auxiliar" – porque isso faz parte, inclusive, do requerimento do Senador Marcos Pontes – "o planejamento da rede de saúde [...] para respostas rápidas a desastres naturais?".

Letícia, de São Paulo: "Quais são os principais desafios [...] [enfrentados pelo] Cemaden que impactam o monitoramento e [o] alerta [...] [sobre] desastres naturais?".

Gabriel, do Rio de Janeiro: "Como a atuação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pode ser eficaz para evitar desastres [...] [decorrentes das] queimadas no país?".

Gustavo, do Distrito Federal: "De que forma a sociedade civil, as universidades federais e outros [segmentos] interessados podem acompanhar e contribuir com o trabalho do Cemaden?".

Francisco, de Pernambuco: "De que maneira as ações do Cemaden têm impactado positivamente as comunidades mais vulneráveis a desastres naturais?".

Maria, da Bahia: "Como o Brasil pode aproveitar a COP 30 para atrair investimentos em pesquisa e tecnologia voltados à adaptação climática?".

Hector, de Santa Catarina: "Como o ministério está prevendo sua contribuição e participação ativa no desenvolvimento, uso e aplicação da [...] [inteligência artificial] no Brasil?".

Jonathan, de São Paulo: "[...] quais são os principais avanços do MCTI no último período que destacaria como estratégicos para o desenvolvimento do país?".

Werônica, de Pernambuco: "Por que o Cemaden ainda enfrenta falta de recursos e infraestrutura, mesmo com o aumento de desastres climáticos no Brasil?".

Erley, do Rio de Janeiro: "Como ampliar a importância do Cemaden na elaboração de políticas públicas e de planejamento urbano?".

Várias dessas perguntas, de alguma forma, já foram abordadas na apresentação da Ministra, mas poderão também ser objeto de alguma informação adicional.

Eu quero dizer que esta audiência pública, como foi lido, aliás, no início da reunião, é decorrente de um requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes sobre o Cemaden – até nós dissemos que daríamos uma ênfase especial para isso na apresentação – e também de um requerimento de minha autoria, mas da Comissão, pois os dois requerimentos foram aprovados pela Comissão, para se colocarem o pensamento do ministério, os desafios e assim por diante.

Muito bem. Então, eu passo, em seguida, a palavra ao caro colega, membro da Comissão, ex-Ministro também, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado. Obrigado, Presidente.

Obrigado, Ministra, pela participação, por aceitar o nosso convite.

É importante trazer as informações, não só aqui para os Senadores, porque, no final das contas, uma das lutas que a gente sempre tem no ministério é sobre aquele orçamento que a gente propõe, que tem um primeiro corte no sistema de economia - Ministério da Fazenda ou Ministério da Economia

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que seja –, depois vem para cá e acaba tendo outros cortes aqui, e aí as pessoas reclamam: "Mas por que não está fazendo?". É porque não tem dinheiro, está faltando recurso. Então, é importante trazer esse sentido.

Eu tive a honra e o prazer de ser Ministro de Ciência e Tecnologia por praticamente quatro anos, e a gente conhece muito bem o sistema como um todo e as dificuldades. Então, também é para levantar essas dificuldades aqui e possíveis soluções que a gente possa ajudar a trazer aqui de dentro do Parlamento ou mesmo com outras parcerias. Isso é importante. Esse é o sentido básico.

Eu acho que essa pergunta a respeito do Cemaden se iniciou a partir de uma reportagem, se não me engano, do *Metrópoles*, falando a respeito do orçamento do Cemaden. E eu vi, numa transparência, num dos eslaides ali – transparência é muito antigo –, sobre esse orçamento de R$82 milhões, que era a espera que nós tínhamos no Cemaden para que fosse aumentado ali dos normais R$20 milhões para R$82 milhões, o que é necessário sem dúvida nenhuma. E, pelo que eu vi, então, esse orçamento já foi liberado lá para o Cemaden, pelo que eu entendi aqui.

É importante ressaltar a importância do Cemaden, principalmente agora. A gente começa a entrar no tempo de chuvas e, todo ano, a gente tem os tais desastres naturais, e pessoas são perdidas nesses acidentes, tanto por enchente quanto por deslizamento de terra. São vários os fatores contribuintes para esses acidentes, entre eles, lógico, e um de que a gente tem um controle indireto são as mudanças climáticas, e para isso tem que ser tomado providência. É importante isso em nível global, mas também há as internas aqui, seja com os Prefeitos... Eu sempre converso com os Prefeitos com relação às áreas de risco. E o Cemaden tem uma função primordial em relação a isso no alerta, ele tem ali uma quantidade de pesquisadores muito qualificados e um sistema que permite observar ou prever com certa precisão esses eventos climáticos, o que permite às prefeituras e aos estados se prepararem, pelo menos, se isso acontecer.

Coloquei, inclusive, um Projeto de Lei 5.002 aqui, de gerenciamento de riscos para desastres naturais, que tem tudo a ver com isso. Foi feito pelo Cemaden e pela Defesa Civil. Então, ele está aí, está para ser votado já faz tempo... Acho que o pessoal está esperando ter outro desastre natural para a gente botar a seguir aqui para isso acontecer.

Tem algumas coisas ali do Cemaden que podem auxiliar, e eu queria saber disso aqui, são uns detalhes um pouco mais internos.

Um deles é sobre o desenvolvimento do Cigarra, que é um sistema desenvolvido lá pelo Bruno – que, se não me engano, é um engenheiro –, que são sensores mais baratos e podem ser feitos em números muito grandes para que a gente coloque aí no Brasil e aumente a rede de sensores, porque os sensores geralmente são caros e de difícil de manutenção. Esses aí são simples e de menor manutenção. E a ideia era ter o acordo com universidades e escolas para que eles monitorem e ajudem a fazer a manutenção desse sistema. Não sei se tem alguma informação sobre isso, que é importante.

Um outro ponto são os radares. Os radares do Cemaden são importantes para o funcionamento do Cemaden e são de difícil manutenção. Então, havia um acordo sendo feito com a Força Aérea, com o Comando da Aeronáutica, para que os radares fossem, entre aspas, "passados" para o Comando da Aeronáutica, para que a gente pudesse utilizar os sensores, utilizar todos os radares, mas que a manutenção fosse feita pelo Comando da Aeronáutica. Não sei se isso prosseguiu, mas isso é uma coisa importante para aliviar um pouco o peso em cima ali, para que eles continuem a desenvolver.

Outra coisa sobre o Cemaden também é que ele teria sido designado – numa missão de que eu participei com a ONU – para ser o nosso sistema aqui no Brasil responsável pelo monitoramento de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

explosões nucleares. Existe essa necessidade. É uma rede mundial de monitoramento para isso, para reduzir, ou evitar, ou terminar... O ideal seria acabar com armamento nuclear no planeta. E o Cemaden é o órgão que seria aqui no Brasil responsável. Para isso aí faltavam alguns elementos administrativos, vamos dizer assim, para ajustar esses sensores no Brasil.

Há algumas coisas que não têm a ver com o Cemaden, mas eu vou aproveitar o momento aqui, porque é importante e porque é curiosidade também, pois eu acho que é importante a gente colocar alguns outros projetos do ministério.

Começo na questão que nós vimos ali do RMB. O RMB é muito importante, é o Reator Multipropósito e não é só para o desenvolvimento do motor da Marinha, como foi falado pela Ministra, ele serve para muitas outras finalidades. É um projeto que começou em 2008, em parceria com a Argentina, inclusive. Eles avançaram lá, e a gente ficou parado aqui por falta de recursos. Agora, com o FNDCT, dá para seguir com isso, mas eu lembro que eu tinha pedido ao pessoal do Cnpem que fizesse uma análise em algumas das aplicações do RMB em que poderiam ser utilizados reatores síncrotrons, como reatores minis, vamos dizer assim, miniaceleradores que poderiam produzir o mesmo efeito; e que eles dessem uma reestudada no projeto do RMB para ficar mais barato e mais eficiente. Então, é uma coisa para acompanhar lá.

Podem escrever: a gente vai ter problema de radioisótopo este ano, porque, todo ano em que atrasa a aprovação do Orçamento, o Ipen fica sem recurso para comprar os isótopos para fazer os radiofármacos, e aí tem problema todo o ano. Então, isso é uma coisa que eu já tinha falado lá atrás, e eu vou bater na mesma tecla aqui: a gente tem que passar o comando desse orçamento para o próprio Ipen, ou seja, ele vende, ele tem superávit nessa venda dos radiofármacos, e esse recurso não tem que ir para o Tesouro, ele tem que ficar lá para que eles já possam financiar o próximo ano e assim por diante. E o que acontece? Ele vai para o Tesouro, aí tem que passar por todo o sistema de orçamento, e sempre falta orçamento para isso. É uma coisa para bater na tecla ali. Vai ter problema agora; junho e julho, vai ter esse problema.

Outro ponto importante é o INPP (Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal). Vai vir o período de seca por lá, de incêndios, etc. O INPP ficou muito tempo no papel. Eu tentei tirá-lo do papel, porque ele ficava pelo Goeldi ali, vamos dizer assim, dependente do Goeldi em termos de pessoal. Eu e o Wellington Fagundes aqui também lutamos ali para fazer o INPP ficar operacional em Cuiabá, mas é preciso, vamos dizer assim, regar a plantinha ali para que ele vá para frente: tem que ter orçamento e pessoal para lá. E ele pode ajudar e muito no desenvolvimento de tecnologias para combate a incêndio no Pantanal, assim como obviamente em estudo de biodiversidade e tudo mais, mas, nessa parte de incêndio, é importantíssimo. Então, é um outro projeto que ficou na pendência para se ver.

Outro é o desenvolvimento de vacinas lá com o pessoal de Minas Gerais, o Centro de Vacinas. Isso aí é uma coisa importantíssima, que precisa de sequência. Para minha surpresa, porque eu não sou do setor, eu fiquei sabendo durante a pandemia que o Brasil nunca tinha desenvolvido nenhuma vacina. A gente produz vacina com a tecnologia dos outros, mas nunca tinha desenvolvido. E agora a gente tem capacidade de fazer isso, mas precisa também empurrar ali para que isso seja possível.

Gostei de ouvi-la sobre as fugas de cérebros, que é um problema seríssimo. A gente precisa atrair... O próprio NB-4 aqui no Brasil vai ser uma porta, vamos dizer assim, de atração de pesquisadores nacionais e internacionais, pelo fato de ser o único do planeta... Eu lembro que eu insisti para que fosse feito no Cnpem e não... Eles queriam colocar na Universidade Federal do Rio de Janeiro e outros lugares, mas ia ficar completamente dependente de recurso público. Lá no Cnpem, como é uma organização

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

social, eles podem cobrar pelo serviço e fazer parcerias. Eu fui ver, inclusive, na Itália, o Elettra, que é o acelerador de partículas, e eles têm um modelo de negócios muito interessante que o Cnpem pode utilizar lá no Sirius, em que se pode vender tempo – nacional e internacional –, além dos laboratórios NB-3 que tem ali também, que podem servir de recurso. E, como é o único do planeta associado a um acelerador de partículas, vai ser uma atração gigantesca para os nossos pesquisadores virem de volta e para outros pesquisadores virem para cá também. Então, é uma ferramenta e tanto lá.

Eu gostaria de saber um pouquinho mais sobre inteligência artificial, que é a minha área aqui também, sobre os oito centros, porque a gente criou aqueles oito centro – acho que eles foram ampliados, já são dez centros –, para ver como é que está esse desenvolvimento da inteligência artificial, porque o Brasil não pode ficar para trás. Então, a gente vê e parece que o plano é muito ambicioso, mas não; a gente tem que ser ambicioso mesmo, a gente tem que crescer dentro disso aí. E há toda a preparação para computação quântica, porque o supercomputador vai permitir fazer isso aí. É uma simulação de computação quântica ali também.

Não foi falado, mas sobre o CNPq... O CNPq tem uma importância muito grande no financiamento da pesquisa básica. E ele muitas vezes sofre, pois a gente fica ali com o orçamento que ele recebe que é o orçamento de dentro do ministério e a gente fica com o orçamento restrito ali para o CNPq. Ele usava pelo menos um terço do orçamento do ministério. Parece bastante, mas ele precisa desse orçamento. Eu fiz um pedido, inclusive, para o Relator do Orçamento aumentar em R$2 bilhões esse orçamento. Parece bastante, mas não, é importante que tenha esse aumento, uma parte para o CNPq e uma parte para a Capes, para formação. Então, esse conjunto dos dois aí tem uma função importante. Eu queria saber um pouquinho sobre o CNPq, como é que está lá. O problema lá é sempre o financiamento das bolsas.

E há uma sugestão que eu coloquei na época, com o Prof. Edvaldo, que não teve sucesso, mas que eu acho importante. O pessoal das ciências sociais e humanidades sempre reclama, deve falar assim: "Tem muito mais recurso para as agrárias, para as engenharias e assim por diante". É natural, porque as pesquisas nesse outro setor exigem equipamentos que são mais caros. Eu tinha feito a seguinte proposta... Como a gente sempre fica na luta para provar o óbvio para as pessoas de que ciência e tecnologia são estratégicos para o país, as pessoas às vezes acham que ciência e tecnologia são para daqui a 30 anos só, mas não, são agora, e tem que ser investido agora... Então, eu tinha proposto ali, no CNPq, que todos os editais, todas as chamadas do CNPq tivessem um percentual, por exemplo, 5% garantidos para ciências humanas, ciências sociais e humanidades. Por quê? É para se analisar o retorno daquele investimento e, com esse retorno do investimento, falar assim: "Esse investimento que foi colocado aqui retornou, em termos de retorno financeiro, tanto, e, em termos de retorno social, tanto". Aí a gente fica com ferramenta, com números na mão para provar para os tomadores de decisão em termos de orçamento a importância de se financiar a pesquisa, especialmente a pesquisa básica, que muita gente fica achando que não serve para nada, e isso é um erro muito grande.

Desculpe-me, é uma série de perguntas, mas vou só aproveitar...

Quanto à questão do Proantar, é outro programa que muita gente não sabe... Não sabem da importância geopolítica e científica daquele programa, mas é um programa que precisa do apoio do ministério tanto para a manutenção dos navios da Marinha quanto para o equipamento científico lá de Comandante Ferraz, das criosferas também. Eu queria saber um pouquinho sobre como é que anda o Proantar e o que a gente pode fazer aqui para ajudar.

Vou parar por aqui, porque, senão, tem muita coisa para falar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não se preocupe com isso, porque todas as perguntas foram interessantes e importantes. O que eu considero mais importante é que V. Exa. foi Ministro da Ciência e Tecnologia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e Inovações... E informática.

E ciência e tecnologia têm que ter uma política de Estado, quer dizer, não é de Governo, tem que ser de Estado, com continuidade. A própria Ministra enfatizou a Medalha Renato Archer, que foi o primeiro lá, desbravou, até a gente tem que pensar o que eles enfrentavam naquele período, o sucesso que tiveram, as dificuldades para a gente aproveitar a experiência anterior.

O Senador Marcos Pontes também fez todas as perguntas sobre o Cemaden, porque um dos requerimentos, eu já havia dito, é do Cemaden. Então, a gente combinou com a Comissão que daríamos uma ênfase nisso.

Eu só quero lembrar até, Senador, que nós temos feito... E vamos colocar as memórias e reuniões também à disposição. Ontem, ainda nos reunimos com a Marinha para discutir o Proantar, porque V. Exa. apresentou um requerimento, chamando, inclusive, a Marinha. A Marinha disse que coloca toda a logística à disposição dos pesquisadores do país no Proantar. Isso é muito importante.

E, ao mesmo tempo, também enfatizo que nós combinamos, na questão nuclear, de vir o pessoal de Angra aqui, para falar sobre o assunto Angra não contaminar o reator, multirreator, que está sendo desenvolvido, porque, senão, Angra é uma discussão, e o outro é outra discussão.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Permite-me um comentário sobre isso? É o seguinte: isso é importante também para o ministério em nível institucional, porque existe uma certa confusão na descrição das funções institucionais do Ministério da Ciência e Tecnologia e das do Ministério de Minas e Energia no sentido de energia nuclear. Por quê? Todo o desenvolvimento da pesquisa para energia nuclear, reator, multipropósito e assim por diante, isso é a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Agora, no Ministério de Minas e Energia tem a utilização da energia nuclear... Vamos colocar de uma forma para todo mundo entender: a utilização de aquecimento de água por energia nuclear para girar geradores que vão produzir energia elétrica que são a cargo do Ministério de Minas e Energia. Existe até uma disputa algumas vezes. Você vê o Ministério de Minas e Energia querendo assumir partes do Ministério da Ciência e Tecnologia respectivamente à energia nuclear, como se isso fosse responsabilidade de lá.Tem a política da energia nuclear, mas a política da energia nuclear – entendam: política da energia elétrica gerada por reação nuclear – é diferente do desenvolvimento de tecnologia para energia nuclear. Então, é só para ficar em mente que isso aí existe ainda e é uma coisa que precisa ser corrigida.

Essa confusão gerou, inclusive, a saída da Autoridade de Segurança Nuclear do Ministério da Ciência e Tecnologia, onde deveria ficar, porque é ali que tem a política da energia nuclear, o desenvolvimento da energia nuclear, que foi para o Ministério de Minas e Energia, que é o ministério que usa mais energia nuclear, ou seja, você está de novo com o problema de você ao mesmo tempo fiscalizar e executar sob a mesma liderança. Esse é um problema sério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando se colocou essa Autoridade Nuclear, era para justamente resolver esse problema, que tinha décadas, com reclamação internacional, inclusive do TCU aqui, porque o Brasil com a Cnen fazia a fiscalização e a execução ao mesmo tempo. Acabou-se juntando o mesmo ministério, ou seja, volta ao mesmo problema. O ideal seria ficar a Autoridade Nuclear no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está acontecendo também.

Nós iremos a São Paulo também, porque o multirreator é em parceria com a USP. Inclusive, também V. Exa. pode articular a visita da Comissão para o que está acontecendo lá.

Eu passo, com a devida vênia da pessoa... Talvez... Será que fazemos todas as perguntas? Acho que sim, não é? Estamos em quatro aqui.

Daí, Teresa Leitão, com a palavra, com prazer.

Ministra, pode ser assim: todos falarem?

A SRA. LUCIANA SANTOS (*Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

O ex-Ministro deu conta de muita coisa. Ontem, eu me lembrei muito de V. Exa. com o resgate dos astronautas que passaram tanto tempo, não é?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Ah, ontem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Acho que eu não vou ter uma extensão tão grande de abordagem, Ministra.

Eu quero parabenizá-la pela forma como os 40 anos do ministério serão comemorados, com mais trabalho, com mais ações e com essa medalha que, homenageando o primeiro Ministro, homenageia todo o processo de construção desse ministério, que, não é à toa, foi justamente no período da redemocratização.

Eu vou puxar um pouco para uma diretriz do ministério que também é a diretriz do próprio Governo do Presidente Lula, no aumento de recursos para áreas que tinham mais dificuldade, como é o caso do Ministério da Ciência e Tecnologia – o Senador sabe disso, porque foi Ministro –, mas também para uma outra questão, que é o cuidado com as regiões menos favorecidas com as políticas de Estado. E isso é notório no Ministério da Ciência e Tecnologia quando a gente destaca as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Até 2026, essas regiões abrangem projetos e iniciativas justamente com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e científico e não ficarem tão desniveladas daquilo que ocorre com mais ênfase, sobretudo na Região Sudeste. São mais de R$2 bilhões, R$2,490 bilhões destinados a essas regiões.

Quero destacar, como a Ministra disse... Senador, a gente tem mania de grandeza lá em Pernambuco: é o maior bloco de rua o Galo da Madrugada; é a maior avenida em linha reta do mundo a Avenida Caxangá; é o melhor cuscuz... Hoje, aliás, é o Dia do Cuscuz, uma comida genuinamente nordestina.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E é tudo verdade. (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E é tudo verdade. Pior é isto: é tudo verdade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar o Cetene, que funciona lá, no *campus* da Universidade Federal Rural. Foi uma iniciativa recente do Ministério da Ciência e Tecnologia, que, nos últimos quatro meses, captou mais de R$8 milhões – R$8,83 milhões – e é um espaço importantíssimo para nós e para a interlocução com a universidade.

Quero destacar também o aumento de recursos com a parceria do Finep: cerca de R$600 milhões para ampliar a infraestrutura de pesquisas nessas regiões.

E aí vou destacar o que o ministério tem feito na nossa região, Senador. É um pacote de investimentos grandes, que inclui a Chamada Universal, que apoia projetos de pesquisas em diversas áreas.

Em Pernambuco, com a expansão dos institutos federais de educação, a gente teve também um canal muito importante de diálogo. O Instituto Federal do Sertão tem sete *campi*: Floresta, Ouricuri, que abrangem uma região do São Francisco e uma região do Araripe, Petrolina, Petrolina Zona Rural, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada. São cidades muito importantes do nosso estado, todas elas no Sertão, cada uma com a característica econômica e cultural diferente, mas todas estão contempladas nessa Chamada Universal e no programa de fomento, com o laboratório de produtos naturais, a prospecção de moléculas bioativas de plantas do Semiárido – aqui nesta Comissão, no biênio passado, nós já tivemos duas audiências públicas sobre o Semiárido, o único bioma exclusivamente brasileiro, que está com um processo de desertificação muito grande, e a gente precisa ter uma atenção grande –, o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em produtos agrícolas –todos esses *campi*, principalmente o de Petrolina Rural, têm muita relação com a agricultura – e o laboratório de solo, água e planta para avanços científicos e sustentabilidade no Sertão do Araripe, que é, Senador, a terra do gesso, onde se tem muitas minas e muita produção de gesso, o que gera já também uma outra preocupação com a saúde da população. Então, acho que nós estamos avançando nesse aspecto.

E, para concluir, eu acho que a Comissão também poderia, Ministra, fazer uma visita ao Porto Digital do Recife. É uma iniciativa importantíssima. A gestão é da prefeitura, mas tem interlocução tanto com o Governo quanto com o ministério. É um dos principais parques tecnológicos do Brasil, abriga centenas de empresas de tecnologia, *startups*, instituições de pesquisa, desenvolvendo soluções para atender as necessidades do mercado, e só cresce. É impressionante – não é, Luciana? – como está sendo um polo de atração, de fato. Ele funciona basicamente ali no bairro do Recife. E essa parceria com a iniciativa privada, as três esferas de Governo e a academia, que está fazendo também investimentos, pesquisas, capacitação, tem de fato promovido um espaço muito importante para o desenvolvimento tecnológico no Recife. E, como diz um radialista lá da nossa rádio, "de Pernambuco para o mundo". (*Risos.*) Então, já quero propor também que oportunamente a Comissão possa visitar o Porto Digital do Recife.

Parabéns, Luciana, pelo trabalho. Toda vez que você vem aqui, sempre nos traz novidades e uma amplitude cada vez mais importante da ação do ministério.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão. Vamos, sim, visitar. Já que é para o mundo, que seja para Brasília aqui também, para irmos lá.

Passo em seguida a palavra ao Senador Izalci Lucas também.

E quero lembrar, inclusive, que, de Pernambuco, um dos ex-Ministros foi Eduardo Campos, também do estado, com um papel extremamente importante, infelizmente falecido no acidente em

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Santos na pré-campanha... Acho que era ainda pré-campanha ou a campanha eleitoral? Pré-campanha, não é? Quero fazer homenagem a ele e ao Renato Archer, também falecido num acidente de helicóptero – ele estava junto com o Dr. Ulysses, o Deputado Ulysses Guimarães.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu tive o privilégio, realmente, também de ser Secretário junto com a nossa Ministra – eu Secretário aqui do DF, ela também no conselho de secretários e fundações. A gente, há anos, vem trabalhando os gargalos da ciência e tecnologia, da pesquisa. Conseguimos superar algumas coisas, mas ainda tem muita coisa para fazer.

A Ministra falou sobre a questão da inovação na agricultura familiar. Depois, eu queria saber quais programas no ministério falam da agricultura familiar e como nós podemos incentivar isso.

Agora, uma coisa interessante que eu vi recentemente foi o plano nacional de educação da China, que colocou como objetivo principal ser referência em inteligência artificial e tecnologia. E aí, evidentemente, já chegaram e já estão competindo com os Estados Unidos. Por quê? Porque colocou no plano nacional de educação.

Infelizmente, na nossa política, seja federal, seja regional, cada ministério ou cada secretaria é como se fossem governos diferentes. Eles não têm muita integração. Eu vejo, principalmente, a ciência e tecnologia com a educação. Quando fui Secretário, eu trouxe a educação profissional para a ciência e tecnologia. Avançamos bastante com isso. E hoje nós estamos pagando o preço de não termos mão de obra qualificada. Somente vinte e poucos por cento dos jovens conseguem entrar na faculdade, 80% estão fora, não têm qualificação profissional, e fica essa geração que está aí, a geração nem-nem, que não estuda nem trabalha. Então, a gente precisa ter uma luta, e V. Exa., Presidente, tem um papel importante nisto, de tentar talvez mudar essa sistemática. De fato, o Ministério da Educação cuida, com muita dificuldade, do ensino básico. Eu acho que a gente precisa fazer este debate de levar para a ciência e tecnologia a educação profissional e talvez o ensino superior, que eu acho que é onde deveria estar, ficando mais próximo, realmente, da pesquisa da inovação, em parceria com as universidades. É uma proposta que faço, porque eu vejo que nós estamos ficando para trás em muitas coisas exatamente pela falta da integração com a educação. Pode ter alguma coisinha, mas é irrelevante o que existe hoje no Brasil com relação a isso.

Conheço bem a estrutura aqui do Sirius – eu estive também lá, conhecendo –, que ficou muito tempo parado, e espero agora que, com o FNDCT, realmente a gente tenha mais recursos para isso. O Senador Marcos Pontes ficou me devendo... Quando a gente aprovou o FNDCT, ele disse que ia botar uma estátua minha lá em frente ao ministério, mas acabou que não fez, não é? Então, quem sabe a Ministra... (*Risos.*)

É porque, de fato, nós fizemos um avanço grande, Presidente. A Ministra Luciana, que era Deputada junto comigo lá na Câmara, e eu conseguimos avançar, colocando inovação na Constituição, mudando todo o marco regulatório de ciência e tecnologia, porque realmente era muito difícil fazer qualquer coisa sem essa mudança. Avançamos bem na legislação. Agora, faltava recurso, anos e anos sem recurso nenhum para ciência e tecnologia. Avançamos no FNDCT, mas ainda é muito pouco, comparado com os países que estão investindo realmente em ciência e tecnologia.

Independentemente da questão partidária, porque ciência e tecnologia estão acima de partido ou de questão ideológica, a gente precisa dar uma atenção especial realmente a isso, principalmente para os jovens. A gente vê que o brasileiro é muito criativo... Eu estive em Taiwan... Quando falou-se

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui do Porto Digital, a gente estava começando algo na Secretaria com o lançamento da Capital Digital, do parque também, mas, como foi dito aqui, a gente tem política de governo: cada governo que entra acaba com tudo e começa de novo. Você não tem política de Estado, e isso é muito importante.

Eu quero aqui, Ministra Luciana, dar todo apoio para que a gente possa realmente fazer uma mudança com relação ao ensino superior, educação profissional, e a gente só vai ter uma atenção especial se realmente levar para a ciência e tecnologia.

Na educação, o ensino de educação profissional não é prioridade. Fizeram vários projetos, mas nunca foi para frente, sequer a reforma do ensino médio. Então, só para colocar, mais uma vez, aqui à disposição da ciência e tecnologia, o que a gente puder fazer, e parabenizar V. Exa. e também o Senador Marcos Pontes, pela iniciativa desta audiência pública, é muito importante para a gente saber o que está acontecendo e o que vai acontecer aqui com relação a essas áreas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Izalci Lucas.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo a palavra agora ao Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Tem só um comentário rápido aqui com relação à fala do Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. É da estátua?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É da estátua. Eu até tentei fazer, mas me falaram que eu precisava morrer antes, e eu falei não, não, deixa ele vivo. (*Risos.*)

Com relação ao ensino superior. Eu realmente acho... Essa era uma das ideias que a gente tinha trabalhado anteriormente, não foi possível fazer, mas o ensino superior, assim como acontece em outros países, em vários outros países, o ensino superior, conectado com a ciência e tecnologia, tem um sentido bastante interessante, principalmente com a evolução rápida de muitas tecnologias, de acelerar os processos, porque as universidades são lentas para assumir essas mudanças.

Se não for possível o ensino superior inteiro, pelo menos os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, que estão espalhados pelo Brasil, poderiam construir redes de desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias ligadas ao ministério, ou seja, seria um acréscimo muito interessante para o sistema como um todo, que esses institutos estivessem no Ministério de Ciência e Tecnologia, assim como o ensino profissionalizante. Nós temos a frente aqui do ensino profissionalizante, e isso seria uma possibilidade muito interessante realmente.

E, só para lembrar também, eu tenho a PEC 31, que eu vivo falando dela aqui, a PEC da ciência, para aumentar o financiamento ou o investimento em pesquisa e desenvolvimento do país, que está parada lá na CCJ, e a gente precisa acelerar isso. O Governo, às vezes, fica com medo de acelerar esse processo achando que vai aumentar os dispêndios – chamam de dispêndios, deveriam chamar de investimento – em ciência e tecnologia. Mas não, isso aí é um conjunto do setor público, setor privado, terceiro setor. É o investimento total do país. E isso eu garanto que, em dez anos, o país muda de figura. Por quê? Porque investimento em ciência e tecnologia é estratégico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente conseguir colocar essa PEC para rodar realmente e aumentar de 1% do PIB para pelo menos 2,5% do PIB em dez anos – dez anos, dá tempo de fazer isso –, muda de figura aqui. Inclusive está lá parada também a Lei do Bem, contribuiu aí com praticamente 30 bilhões para a melhoria de pesquisa e desenvolvimento do país, está parada. Inclusive o Izalci trabalhou muito nisso e está lá parada.

Acho que está na CAE, não é, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Está na CAE.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está na CAE. A gente precisa tocar em frente esses projetos, que são extremamente importantes para o país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Ministra, quero destacar a presença do Senador Wellington Fagundes também.

Eu acho que a senhora dá uma chance para ele também. (*Risos.*)

Então, está bom. Eu acho que é até bom falar porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como último Senador inscrito também.

Com a palavra então. Falamos, aliás, de V. Exa. agora há pouco, em relação ao Pantanal e à seca, à inundação, aos eventos climáticos. Com a palavra, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Senador Flávio Arns, primeiro, a minha satisfação de estar aqui sob a Presidência de V. Exa. Eu acho que eu o persigo: ande você vai eu vou atrás. (*Risos.*) Então, com V. Exa. Presidente, eu vou agora, sem dúvida, estar mais presente aqui na CCT, porque V. Exa. sempre nos estimula ao debate, às oportunidades de buscar, principalmente através do diálogo, ações de fortalecimento da Comissão. Assim V. Exa. atuou como Presidente da Comissão de Educação, e eu tenho certeza de que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, teremos um trabalho muito grande durante estes dois anos, com a importância desta Comissão também, principalmente neste momento em que o mundo todo está tendo uma revolução nessa área.

E, aqui, olhe que bom, Ministra Luciana: os três da oposição estão aqui, Izalci, Wellington e Ministro Marcos Pontes, nosso Astronauta, para mostrar para a senhora que nós temos muito interesse em ajudar o Ministério da Ciência e Tecnologia. E a sua simpatia também como Deputada – sempre foi uma pessoa bem acessível – e como Ministra também... Já estivemos várias vezes lá no ministério e queremos com certeza consolidar cada dia mais essa parceria nossa.

O Ministro Marcos Pontes já colocou aqui, principalmente sobre Mato Grosso, a instalação do nosso INPP (Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal), que ele, como Ministro, foi lá instalar uma unidade dentro da universidade federal. E eu quero que V. Exa. vá lá conhecer.

E, agora, inclusive, está sendo feito um chamamento por parte do ministério para o cientista que vai administrar. Eu tenho um certo questionamento sobre isso, porque a previsão é de que, para ser administrador desses centros, desses institutos, tenha que ser cientista. E, às vezes, o cientista não tem a vocação administrativa. Eu acredito que lá na seleção seria importante – já falei isto com a sua assessoria – que os critérios que tenhamos lá... Se pudesse realmente ter alguém com essa vocação, isso facilita muito. Inclusive, eu já coloquei recursos para o INPP, e, às vezes, quem está ali tem a vocação

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito mais para a pesquisa e não busca, às vezes, parceria, e um instituto como esse tem que buscar parcerias possíveis com os governos do estados, com outras instituições.

Inclusive, no caso do nosso Mato Grosso, como o agronegócio é muito forte, nós temos lá entidades também com recursos. No caso do Mato Grosso, Ministro Flávio, houve uma inovação na época do Governo Dante de Oliveira, um desafio que os produtores fizeram ao Governo de Mato Grosso para criar, naquela época, o primeiro fundo, que foi o fundo do algodão. Mato Grosso não produzia algodão, o bicudo dizimou a produção. E os produtores naquela época, principalmente sulistas, fizeram o desafio para o Governo do estado para desenvolver a cultura do algodão no Cerrado, claro, com um grande programa de incentivo, com um incentivo fiscal de mais de 90%. E parte desse recurso vai direto para um fundo que é administrado pelos produtores. E isso fez com que a gente pudesse, então, no Mato Grosso, desenvolver todas as culturas – de soja, milho, algodão – com recursos bastante expressivos. E esses fundos, então, hoje...

Só para se ter uma ideia do que é a pesquisa, Ministra. Mato Grosso não produzia nada e, em apenas três anos, passamos a ser o maior produtor de algodão do Brasil – hoje respondemos por mais de 80% da produção de algodão do Brasil. E isso, claro, graças à pesquisa, mas também aos sulistas que para lá foram com a visão empreendedora de ocupar o Cerrado. Mas, se não tivesse a ciência, se não tivesse a pesquisa, isso também não seria possível. Então, por isso, esse ministério, Ministra, para nós também continuarmos produzindo alimento, é fundamental.

Então, para o Mato Grosso, o INPP tem, claro, mais ainda... Porque a questão ambiental também é muito importante, porque o nosso estado está em duas regiões, Centro-Oeste e Amazônia, e ali nós temos o Pantanal, que é um bioma específico do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que é o bioma mais frágil e, por falta de uma legislação, ficou abandonado, nada se pode fazer, tudo que se vai fazer é criminalizado. Por isso o instituto, para nós, é fundamental, Ministra, o fortalecimento desse Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

Então, eu quero, mais uma vez, convidá-la para estar lá para que a gente possa, *in loco* também, definir essas estratégias.

Como já estamos no encerramento, mais uma vez, eu quero agradecer ao Ministro Marcos Pontes, inclusive, porque esteve também na minha diplomação. O Senador de 11 milhões de votos foi lá me prestigiar em Mato Grosso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tem que ir, não é? Ele, inclusive, é meu Vice-Líder lá no Bloco Vanguarda.

Então, eu tenho certeza de que esta audiência aqui já marca o início de um trabalho muito forte que vamos estar fazendo sob a Presidência do Senador Flávio. Com a sua calma, com a sua sapiência sempre, nós vamos ter um grande trabalho aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

E eu quero, inclusive, dizer que criamos lá, Ministra, também agora, recentemente, uma entidade que se chama Cripes, com o envolvimento de todas as universidades: Universidade Estadual de Mato Grosso, Universidade Federal de Rondonópolis, que está completando hoje, Ministro Flávio, sete anos – estão comemorando lá os sete anos da nossa Universidade Federal de Rondonópolis –, também a Universidade Federal de Mato Grosso e o Instituto Federal de Educação. Ou seja, pela primeira vez, conseguimos agregar todas essas instituições para estar exatamente trabalhando junto, no caso, com o INPP e outras instituições.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Wellington Fagundes.

Eu vou passar a palavra para a Ministra e ela vai respondendo, mas, caso alguma observação seja necessária, a gente pode perfeitamente fazer esse diálogo também, sem problemas. Eu só lembraria a Ministra de dizer... Porque o Senador Izalci Lucas falou, por exemplo, dos institutos federais, é uma rede muito importante. As avaliações dos institutos se comparam às avaliações da OCDE, por exemplo, às melhores avaliações da Europa. As dos institutos não ficam atrás. E ter uma rede é uma alternativa. Aliás, foi o Senador Marcos Pontes que colocou e não o Izalci. E eu disse para ela: como fazer com que tudo isso se popularize? Quer dizer, como fazer com que Cemaden, Inpe, etc... Quer dizer, para o povo saber que isso é importante, tornar isso uma linguagem bem.. Para que o povo possa dizer: "Não, queremos essa...". Para o povo poder dizer: "Queremos essa ciência, tecnologia", porque isso vai fazer um bem tremendo para a gente. A gente vai se sentir mais seguro, vamos ter alternativas de alimentos, o agricultor vai ver isso. E, ao mesmo tempo, a interface com os ministérios, porque a ciência e tecnologia acontece na agricultura, na saúde, na educação, no meio ambiente.

Nós fizemos a reunião com o Inpe, e eu disse para eles: "Olhem, vocês têm tanto conhecimento acumulado, tanta coisa bonita, boa; como isso pode ir para a educação infantil, mudar a cabeça das crianças, jovens, para uma nova perspectiva?". Não é verdade?

E aqui, inclusive, nós vamos deixar à disposição um documento muito importante que trata dessa transversalidade também às pesquisas em outros ministérios, elaborado pela Consultoria do Senado, que é um estudo complementar sobre o orçamento em ciência e tecnologia. E vamos ter que nos dedicar a PEC, a projeto de lei e a todas as outras alternativas, para ver financiamento.

Quando a gente olha alguma coisa e pergunta se é importante, a gente vai dizer: "É importante? Então, vamos olhar o orçamento". Se se disser: "A criança e o adolescente são prioridades absolutas". Está bom; então, vamos olhar o orçamento – quer dizer, claro que é prioridade absoluta, mas é para ver se essa prioridade está sendo valorizada.

Então, Ministra, com a palavra também.

Eu sei que foram muitas perguntas. Eu estava anotando, mas, se se esquecer de alguma coisa, o pessoal ajuda a lembrar também.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Isso só revela o quanto, de fato, a política pública de ciência, tecnologia e inovação é abrangente e o quanto é instigante, ao lidar com um admirável mundo novo.

E fico até muito lisonjeada e agradecida pela intensidade aqui do debate, pela qualidade do debate do conjunto dos Senadores e até mesmo pela participação no e-Cidadania, com as perguntas que foram feitas.

Como, para além da audiência, desde o início o Presidente Flávio Arns falou de uma audiência convocada também sobre o debate do Cemaden, em uma justa inquietação do ex-Ministro Marcos Pontes, e como há as perguntas do e-Cidadania também, eu preferi destrinchar um pouco mais a questão dos saltos que ocorreram, aqui, neste momento, porque, com isso, eu ajudo a responder também um conjunto de perguntas que vieram *online*.

Então, eu quero agradecer a presença também do Senador Wellington Fagundes, que também me deu a honra de, em outro convite em que estive aqui, ele também esteve presente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar a presença da Diretora Juana Nunes, que chegou aqui depois que eu tinha iniciado, que é a Diretora de Popularização da Ciência e Tecnologia, responsável pelo Pop Ciência, que foi um dos decretos feitos pelo Presidente Lula.

O nosso Centro de Monitoramento, quando nós chegamos ao ministério, fazia a cobertura de 1.038 municípios e passou, agora, a esse monitoramento de 1.942. (*Pausa.*)

Então, a gente hoje cobre 60% da população brasileira. Quando a gente fala 60%, é porque mais de 80% da população vive nos grandes centros urbanos, e, naturalmente, o Cemaden vai naquilo que a gente chama de assentamentos subnormais.

Eu já fui Prefeita da minha cidade por oito anos, sei bem o que significam desastres naturais, chuvas e alagamentos. No nosso município, não tínhamos nem defesa civil estruturada, tivemos que montar um mapa de alto, de médio e de baixo risco. Eram 3 mil pontos de risco na cidade, nós conseguimos erradicar significativamente esses pontos de risco. Felizmente, no período em que eu fui Prefeita, nós reduzimos a média de mortes. Eram cinco pessoas por ano por deslizamento de barreira, e nós, em oito anos, tivemos uma perda de vida; e, portanto, uma redução significativa por um trabalho de montar uma defesa civil municipal.

Acho que a gente vive esta contradição: não existe uma cultura das defesas municipais. Nós temos ainda algumas defesas civis nos estados, mas é preciso intensificar a defesa municipal, porque, por mais que se instrua, dê alertas, use a ciência, é preciso ter ação e controle para além dos dados. E o nosso papel no Cemaden é, eminentemente, de produzir dados para a ação dos estados e municípios.

Então, nós funcionamos 24 horas por dia, sete dias por semana, fazendo alertas. Como eu falei no início, são alertas de imageamento de satélites. Nós temos informações de satélites da Nasa, europeu, junto, inclusive, com o Inpe, para fazer uma convergência de dados sobre a situação meteorológica. Então, a gente vem fazendo isso.

Este ano, nós usamos inteligência artificial para o sistema GeoRisk – o Senador Marcos Pontes conhece muito os pesquisadores e cientistas do Cemaden –, e isso foi fruto dos próprios funcionários do Cemaden, que desenvolveram esse sistema. Então, a gente hoje tem a condição de alertar em 72 horas, aumentando a precisão em até 15%, usando ferramenta de inteligência artificial e brasileira, porque foram os nossos lá do Cemaden que desenvolveram essa tecnologia.

Eram 92 servidores, e o orçamento – só explicando, Senador – de R$24 milhões foi para R$30 milhões, os R$80 milhões foram investimento do PAC, que conseguiu ampliar a cobertura de municípios para esse patamar de 1.942. Então, hoje nós aumentamos os servidores, porque há 10 anos não existia concurso público no país, e o Ministério da Ciência e Tecnologia foi o maior contemplado na Esplanada dos Ministérios. Foram 884 vagas, e nós colocamos mais 35 servidores no Cemaden para atingir esses objetivos.

Também, com recursos colocados só para o Rio Grande do Sul, em função inclusive dos desastres, a gente ampliou... Vamos recuperar 115 pluviômetros, passamos de 45 para 133 municípios só no Rio Grande do Sul e adquirimos 379 equipamentos para o monitoramento de chuvas. Por conta do acordo que o Governo brasileiro fez com a Vale do Rio Doce, vamos garantir os radares meteorológicos para fazer a cobertura toda do Estado do Rio Grande do Sul; serão dois para o Rio Grande do Sul e um para o Espírito Santo. Também a aquisição, de maneira geral, de 636 equipamentos para além do que está indo para o Rio Grande do Sul, em mais de 212 municípios.

Aprimoramento do Parque de TIC.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cem estações hidrológicas adquiridas em 2014 e ainda não instaladas por falta de recursos, que não estavam instaladas. Foram adquiridas em 2014 e não estavam instaladas por falta de recursos orçamentários. Então, nós instalamos. Vejam o tempo: dez anos depois, nós instalamos essas cem estações hidrológicas. Esse recurso do PAC é que garantiu esses investimentos.

Então, isso é um pouco... Ainda não avançamos, Ministro, nos radares da aeronáutica, ainda não avançamos na negociação com eles. Os sensores, estamos com esse recurso dos R$80 milhões procurando, do que o Bruno já havia desenvolvido, e estamos com recursos do BNDES de mais de R$50 milhões num edital conjunto para exatamente desenvolver aprimoramento, porque eles são difíceis de manutenção, como o Ministro destacou; mas, com essa inovação, nós vamos poder melhorar, otimizar a tecnologia e aprimorar a própria manutenção. Então, essas são algumas questões mais em relação ao Cemaden.

Como a maioria das perguntas que vieram *online* tratam disso, eu vou procurar aqui... São uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Então, vou tentar ser a mais curta possível, né?

A Hellen, do Paraná, pergunta sobre o que isso impacta na rede de saúde para respostas rápidas e desastres naturais. Então, eles impactam... O que é que ela pode fornecer? Com a antecipação precisa sobre eventos climáticos extremos... Porque, afinal, enchente e deslizamento... Naturalmente, o deslizamento pode até causar nada mais, nada menos do que a morte, é letal, mas as enchentes causam doenças, que têm impactos mais longevos. Então, a gente previne para poder garantir que as pessoas saiam da situação de alagamento, principalmente... O que ocorre muito comumente são as pessoas com leptospirose, que é a principal preocupação que a gente tem. Quando eu era Prefeita, a gente tinha esse tipo de... E tem que tirar as pessoas da situação de alagamento rapidamente, permitindo a alocação e implementação de medidas preventivas. Então, esse é o papel na saúde do que a gente faz, porque não é uma ação direta, por óbvio, não é precípua do Cemaden a ação de saúde, mas ela auxilia, na medida em que ela tira a pessoa daquela situação de risco.

Outra pergunta, que veio de Letícia, é sobre o que impacta no monitoramento o alerta de desastres. Então, ele nasceu para isso, para exatamente prevenir, ajudar na prevenção já de um sistema que existia – existia já da Defesa Civil –, mas o Cemaden veio para reforçar.

O grande – acho eu – desafio é integrar, fazer a integração efetiva, porque muitas vezes o Inmet... tem instituições que são geridas pelo Ministério da Integração Regional, outras pelo da Agricultura, e muitas vezes você necessita o tempo todo – até mesmo no próprio Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, entre o Inpe e o Cemaden – fazer uma convergência, senão cada um vai dar um diagnóstico diferente, e a gente precisa exatamente fazer essa integração para salvar vidas e minimizar danos.

O Gabriel faz a pergunta sobre as queimadas. Então, é mais ou menos a mesma função que o Cemaden tem. Nós não temos ação e controle. Ação e controle é com o Ministério do Meio Ambiente, é o Ibama junto com o Ministério da Justiça, com os estados, para a polícia própria do meio ambiente agir naqueles determinados locais. Então, o que a gente faz é alertar com a prevenção antes que as queimadas ocorram, e a gente vai identificar; porque afinal afeta o meio ambiente, traz consequências devastadoras para a economia, para a comunidade, principalmente na Amazônia e no Cerrado.

Um outro instituto que é vinculado ao nosso ministério, como eu já falei, é o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que faz monitoramento e modelagem de ocorrência, propaga e classifica o fogo ativo na vegetação, o seu risco, a sua extensão e a severidade, utilizando técnica de sensoriamento remoto, geoprocessamento e modelagem numérica. Então, essas são as ferramentas tecnológicas. Os radares meteorológicos, os sensores remotos, de que aqui eu já falei, precedem as

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

queimadas; até porque nos períodos de seca também o Cemaden... Para além das enchentes, o Cemaden monitora as secas, e elas por óbvio são um potencial para as queimadas. Então, a gente monitora as áreas atingidas, localizações das áreas de fogo ativo – como aconteceu recentemente, no ano passado, no Brasil – e procuramos acionar a rede das autoridades competentes para agir. Fizemos recentemente um acordo técnico com a Embrapa – o Inpe e a Embrapa – para a tecnologia de TerraClass, para identificar o que está acontecendo nas áreas que foram degradadas, numa perspectiva de recuperação e de uma política pública que possa recuperar as áreas degradadas.

A outra pergunta aqui trata sobre "de que forma a sociedade civil, as universidades federais e outros [...] [segmentos] podem acompanhar e contribuir com o trabalho do Cemaden". Na verdade, ele já contribui, já existe uma interação, até porque os nossos cientistas, as universidades têm nos seus currículos, nas suas atividades científicas esse tipo de pesquisa e desenvolvimento. Eles são essenciais para a prevenção de desastres. Além do que, a gente tem o Cemaden Educação, porque essa educação ambiental é decisiva para a ação de prevenção. A gente também, lá em Olinda, fazia muita atividade de educação nas escolas: comunidade escolar, professor, aluno, como é que convive com a barreira, para não plantar banana, para poder garantir o tipo de construção mais adequada, além das atividades que são estruturantes. Muitas pessoas que moram em morro não têm como ser tiradas, aquela quantidade de pessoas. Você tem que fazer ações de muros, chamados muros de arrimo, de contenção de encosta para poder evitar o deslizamento. Então, o Programa de Educação Ambiental para conscientizar e capacitar a comunidade é decisivo.

A pergunta quatro é sobre como também o Cemaden tem impactado positivamente as comunidades mais vulneráveis. É exatamente nessa perspectiva, porque são dois grandes fatores estruturantes que vão cada vez mais deixar esses desastres naturais mais graves. Um deles foi o próprio desenvolvimento histórico urbano do país. A falta de um planejamento, um desenvolvimento mais estruturante no país fez com que as pessoas fizessem o chamado êxodo rural, fossem morar nos centros urbanos. E hoje você tem esse adensamento. E o segundo fator é o fator do aquecimento global e das mudanças climáticas, que vão tornar esses eventos climáticos mais estreitos e mais intensos. As secas sempre existiram, as chuvas sempre existiram, só que elas estão acontecendo de maneira mais intensa e num tempo mais curto – e associado: para as pessoas que vivem em condições subnormais, isso se agrava. Então, a gente precisa salvar vidas, e os alertas emitidos pelo Cemaden ajudam nessa perspectiva para que a autoridade local aja, reduzindo o número de vítimas e salvando as pessoas no nosso país. Esse é um assunto em que eu considero, então, que a gente fez um bom esclarecimento de qual é o papel dessa importante instituição do nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Embora jovem, já cumprindo papel indiscutível no avanço das medidas e mostrando que a ciência e a tecnologia têm um papel na ponta.

Ainda sobre as questões levantadas pelo Senador Marcos Pontes, uma das primeiras coisas que a gente fez, Senador, foi uma visita à Argentina, porque foi a primeira visita internacional que o Presidente Lula fez, em 2003. O Brasil fez esse movimento de reinserção no contexto internacional. O Presidente, na ocasião, voltou à Celac, o Brasil voltou a participar da Celac, e lá nós assinamos, mais uma vez, reiteramos o acordo com a Invap, fazendo o projeto... Eles são responsáveis pelo projeto. E eu tive a oportunidade de conhecer lá o reator. De fato, eles andaram muito mais do que a gente e estão muito na frente com o reator. Nós avançamos com a Invap e, felizmente, o nosso reator está em obra, com a terraplanagem... Eu tive a oportunidade de visitar *in loco* já as obras em andamento, com a participação dos argentinos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também, sobre essa preocupação em relação ao Ipen, o Ipen, para completar, é um órgão estadual, não é de gestão direta do Governo Federal, e por óbvio nós temos uma interação muito grande, pela importância estratégica que o Ipen tem. Então, teve portarias da Anvisa que dificultaram muito a produção do Ipen de radiofármacos, e nós temos uma dependência muito grande da Rússia. E tudo em que a gente depende muito de um país ou de outro não é bom para o Brasil. Nós temos que diversificar. Aliás, a geopolítica no mundo e o próprio evento da covid mostraram quanto é nefasta essa dependência – dependemos até de respiradores, até de máscaras. Mesmo com a nossa capacidade de produção de vacinas com a Fiocruz e o Butantan, nós tivemos que importar tecnologia e IFA, embora a gente também produza insumos farmacêuticos ativos, o que é muito concentrado na Índia e na China.

E nós vamos poder... Aliás, a própria... Só para se dar uma ideia, no complexo industrial de saúde, que são insumos, equipamentos e medicamentos, nós temos uma dependência brutal, que é o segundo déficit da balança comercial, com bilhões de dólares, quase US$20 bilhões de déficit da balança comercial. Só com o Fator VIII recombinante da Hemobrás, que é lá em Pernambuco, que é hemoderivado, nós vamos reduzir o déficit da balança comercial em US$1,2 bilhões, só em um IFA, o que revela que é preciso andar rápido. Por isso a retomada do complexo industrial de saúde, e por isso é que ele está na NIB (Nova Indústria Brasil).

No radiofármaco, qual é o movimento que a gente está fazendo? Além do Cnpem, que já tem NB-3, e a gente, nesse investimento do PAC, além do NB-4, vai ter outro NB-3 no mesmo espaço, nós estamos fazendo um grande acordo nessa visita que o Xi Jinping fez ao Brasil este ano, nos cinco projetos de sinergia. Além do NIB e do PAC, que vão ser feitos com a China e estão sendo feitos, nós assinamos o acordo em relação aos radiofármacos, que é exatamente para a gente diversificar. E, no caso desse com a China, nós vamos ter transferência de tecnologia, para a gente poder dominar a produção de radiofármacos. Então, é um passo adiante, e estamos em sintonia fina com o Ipen, que hoje é dirigido pela cientista Isolda.

Com relação ao Pantanal, nós fizemos... Para o Inpo, nós fizemos o contrato de gestão, também em 2023, com o Instituto Nacional de Políticas Oceânicas; e, quanto ao INPP, nós estamos em tratativas para avançar na direção de fazer o mesmo tratamento que nós fizemos em relação ao Inpo, para poder fornecer recursos.

O Centro de Vacinas, para nós é assim... Eu sou entusiasmada. Ao Centro de Vacinas da federal de Minas Gerais eu já fui duas vezes, porque lá nós estamos desenvolvendo a SpiN-TEC. Eles tinham um debate lá do nome, ia ser Trenzinho o nome da vacina, mas nós vamos, nada mais nada menos, produzir de forma 100% brasileira para a covid, o que é uma grande de uma conquista brasileira. Mas resolveram que, em vez de Trenzinho, vai ser SpiN-TEC. Então, são R$16 milhões que nós investimos lá; já se fez o teste clínico das Fases I e II e já existe um convênio de transferência tecnológica com a EMS, que eu fui visitar, em São Paulo. Nesse processo todo, nas Fases I e II, são R$16 milhões, e a gente acabou de completar mais R$50 milhões lá no CT-Vacinas de Minas Gerais para ampliar a plataforma de vacina, fármaco, *kit* diagnóstico etc. O grande salto é que, como está na fase final, já há o convênio de transferência tecnológica com a EMS para a produção da vacina 100% brasileira da covid.

Os centros de competências, passamos de oito para onze. Nesses dois anos, nós já colocamos quatro centros de competência na área de inteligência artificial e também em editais de computação quântica, por óbvio, pelo papel estratégico que essa ferramenta vai ter, porque não é só um ferramenta, é uma grande inovação tecnológica de que nós precisamos dar conta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O CNPq também é, sem dúvida nenhuma, no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, um grande patrimônio, um grande tesouro da nossa política de ciência e tecnologia. Aliás, eles são da década de 50, são instrumentos históricos e que mostraram, ao longo do seu tempo, a sua eficácia, a sua eficiência para a formação de mestres e doutores no Brasil, porque houve uma curva indiscutível de crescimento no período do ciclo político dos governos lá atrás, inclusive nos primeiros ciclos do Governo do Presidente Lula.

Então, o CNPq – só para dar uma ideia, a gente tem várias atuações, mas para ser bem resumido – é: fomento à pesquisa, então, é de pesquisa básica a pesquisa aplicada, fazendo todo o ciclo da pesquisa e desenvolvimento.

Bolsas de estudo e pesquisa de graduação, de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado. A Capes também faz isso, mas a Capes – são da mesma época – tem um viés acadêmico, e nós temos mais um viés de produção científica.

O terceiro é o desenvolvimento de capacidades científicas, então, educação científica e tecnológica, formação de novas gerações de pesquisadores.

O quarto é apoio à própria instituição, não só ao pesquisador, mas à instituição. Então, o CNPq apoia instituições de ensino, universidades, centro de pesquisa.

Quinto, colaboração científica: o CNPq facilita a colaboração de pesquisadores brasileiros com colaboradores internacionais, trocando experiência.

O sexto é inovação tecnológica: a ciência e o mercado, a ciência e a iniciativa privada. Então, há também uma política pública, que é uma sexta linha de apoio do CNPq.

Iniciativas institucionais, ou seja, diferentes instituições de pesquisas e setores de sociedade, que é o conceito de rede – a melhor maneira de produzir é você produzir em rede.

Promoção de ciência e divulgação, que é o oitavo, é a divulgação científica, a popularização da ciência, do quanto ela é fundamental para isto que o Senador Flávio Arns acaba de dizer, de a gente estimular, fazer com que ciência e tecnologia não seja algo tão distante da população e do seu povo.

Então, essas são as atualizações do que a gente tem feito no CNPq.

E a gente vive esse paradoxo, Senadores: o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia é o principal fomento histórico dos que são receitas dos fundos setoriais de cadeias dinâmicas do país, como é petróleo e gás, como são recursos hídricos, como é petróleo – eu já falei, mas energia. Então, esses são os fundos setoriais. E a decisão do Presidente Lula, em 2023, de recompor integralmente o fundo foi decisiva.

Eu imagino como era a vida do Senador com o recurso contingenciado do Fundo Nacional da Ciência e Tecnologia. Agora não, agora nós temos a recomposição integral, por isso que nós chegamos a seis vezes mais os investimentos, exatamente porque foi recomposto o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Então, com isso nós pudemos melhorar, mas, paradoxalmente, isso comprime os recursos discricionários do ministério, por conta do arcabouço fiscal, por conta dos limites do arcabouço fiscal que nós temos. Então, esse é um debate importante que o próprio Congresso precisa ter, por isso todo o apoio à PEC, ao projeto de emenda à Constituição da sua iniciativa, Senador Marcos Pontes, para que a gente possa de fato ter esse investimento do PIB.

Quanto ao PIB, historicamente, nossos investimentos ganharam um pico maior no ciclo anterior do Presidente Lula, de investimentos públicos comparados ao PIB. A iniciativa privada precisa investir mais na inovação – aliás, a Embrapii, que foi do tempo da Presidenta Dilma, eu era da Comissão de Ciência e Tecnologia nessa época; o marco legal da ciência e tecnologia, todos eles convergem para

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa necessária interseção entre a produção científica e o mercado, para que isso se torne produtos e serviços.

Ainda sobre o Proantar... Sim, sobre ciências humanas e política de bolsas. Há dez anos não tinha aumento nas bolsas do CNPq e Capes. Essa foi uma das primeiras decisões do Presidente Lula, de fazer o ajuste. A média de ajuste foi de 40% do ajuste das bolsas, o Vinícius estava por aqui, não o estou vendo por aqui mais, mas eles cobram – e é justo que assim o seja – políticas mais perenes, porque, afinal de contas, é carreira científica, desde a bolsa de iniciação científica até a bolsa de produtividade, e a gente precisa avançar em medidas mais estruturantes para a carreira científica.

Nós montamos o nosso Comitê de Ciências Humanas, exatamente para poder dar a devida atenção a essa área de conhecimento. Tive a reunião com eles na semana passada, para a gente poder direcionar mais recursos do CNPq a essa área de conhecimento.

Sobre o Proantar, além de estarmos apoiando esse programa da Estação Comandante Ferraz, nós também entramos no Ártico, estamos mandando a primeira missão brasileira para o Polo Ártico. Desde 1982 existe o Proantar – eu acompanho o Proantar também desde a Comissão de Ciência e Tecnologia –, e, entre outubro de 2023 e abril de 2024 foram apoiados 137 pesquisadores de 18 instituições e universidades. Eles foram responsáveis por 23 projetos de pesquisa em áreas de biodiversidade, clima, geologia e geofísica. Então, isso também é algo que está caminhando. E nós estamos também fazendo a primeira missão brasileira ao Ártico, ampliando essa visita dos brasileiros no domínio do que esses biomas próprios proporcionarão na área de desafios e soluções para o Brasil.

Sobre o debate que o Senador Marcos também levantou aqui, da Nuclep e até do nosso instituto nacional, eu tenho tratado com o Presidente Lula essa questão da Autoridade Nuclear. Ainda não há decisão, a gente está debatendo com diversos atores, mas provavelmente a tendência é que isso fique mais no núcleo do Governo do que mesmo necessariamente no Ministério da Ciência e Tecnologia ou de Minas e Energia, e debater, porque foi no Governo que estava sob a sua responsabilidade a Nuclep e o INT, e foi mudado no Governo anterior para o Ministério de Minas e Energia.

A gente estava debatendo que pelo menos o instituto nacional possa retornar para a alçada do Ministério da Ciência e Tecnologia porque ele vai para além da energia, como bem o Senador aí situou. Então, isso é também algo que nós estamos debatendo para modificar, retomar pelo menos o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares para o domínio – porque isso rebate em várias necessidades do país, não só na energia –, para a alçada do Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, isso é um bom debate que estamos fazendo para poder modificar a decisão anterior.

Então, ainda sobre Teresa, a nossa Sanadora Teresa, que bem... eu reforço a importância do Porto Digital. É um parque tecnológico muito pujante, que tem contribuído muito na formação da área de tecnologia de informação. Aliás, Recife é a capital campeã nacional de formação na área de TI, exatamente por conta desse parque tecnológico. É uma decisão política que consegue ser política de Estado, porque passaram governos, entraram governos... Fui Vice-Governadora também, fui Secretária de Ciência e Tecnologia do meu estado, acompanhei de perto os investimentos que nós fizemos no Porto Digital.

O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste foi uma decisão tomada ainda no tempo do Ministro Sergio Rezende, dando continuidade, inclusive, a uma decisão do então Ministro Eduardo Campos, e hoje é um polo importante para promover o enfrentamento à assimetria e desigualdade regional, que a Senadora Teresa Leitão aqui também destacou.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Proinfa, por exemplo, que é um dos dez programas mais robustos do FNDCT – não é teto, é piso –, tem que ter pelo menos 30% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e nós já atingimos no Proinfa, especificamente, 40% dos investimentos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste nesses últimos dois anos, revelando que é uma política pública assertiva, que tem demanda, que tem força, assim como os parques tecnológicos. Nós, em 2023, fizemos o edital, mas só no ano passado que saíram os resultados dos editais. Nós reforçamos 23 parques tecnológicos no país e abrimos mais 19, e fizemos um edital específico só para os estados que ainda não têm parques tecnológicos, sendo cirúrgicos no enfrentamento à desigualdade regional. Então, esse é um debate importante e necessário.

Ainda temos uma distorção grande na NIB, que é na hora do crédito. O crédito é muito concentrado no Sul e Sudeste, e isso a gente tem que ter... Do mesmo jeito que estamos fazendo políticas afirmativas no enfrentamento da desigualdade regional, nós precisamos fazer especificamente para política de crédito. Claro que isso não é uma equação simples, porque isso é histórico da própria economia dessas regiões, mas nós temos que enfrentar.

O Senador Izalci perguntou um pouco sobre a questão da agricultura familiar, segurança alimentar. A gente tem um programa específico também no FNDCT para segurança alimentar, e ela está dentro da NIB e também está dentro do Mais Inovação, portanto é mais de uma porta de entrada. Então, desde cadeias da bioeconomia, peixes na Amazônia, que são experiências que eu acompanho já, o bacalhau da Amazônia... Agora estou esquecendo o nome do peixe. Pirarucu! Pirarucu é uma delícia! Então, o pirarucu é uma cadeia produtiva importante, ao qual eles agregaram valor com o famoso bacalhau da Amazônia, e nós estamos com a Universidade Federal do Oeste do Pará ajudando essa cadeia produtiva da bioeconomia.

E uma das metas da NIB, a primeira missão da NIB é a mecanização da agricultura familiar, para diminuir o trabalho precário e otimizar também a produtividade. São 120 milhões para isso e cadeias socioprodutivas, ou seja, com o foco para que aquele tipo de atividade econômica, que é nada mais, nada menos do que responsável por mais de 80% da produção de alimentos no país, ganhe dimensão e tenha a prioridade política que a cadeia merece, pelo que ela já impacta na vida dos brasileiros. Além do mais, uma das grandes metas do Presidente Lula é retirar o Brasil novamente do Mapa da Fome, já que ele voltou a essa condição, e esse é um dos grandes indicadores positivos desse balanço do Governo que nós fazemos nesses dois anos.

E o Senador Wellington pergunta sobre o INPP...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Já estamos, no comitê, procurando... Porque isso é uma decisão que foi tomada ainda no ministério quando o Sergio era Ministro. Acho que é uma maneira democrática da tomada de decisão dos gestores. Tem essas implicações para as quais o Senador chama a atenção, e eu acho que são justas, em relação ao perfil. Às vezes, o cientista não é bem um gestor, mas é preciso que a gente busque uma interseção desse perfil para não ficar desequilibrada essa tomada de decisão.

Nós vamos estar atentos. E, Senador Wellington, pode ter certeza de que a gente vai buscar ter um critério assertivo e justo para a gente equilibrar bem essa decisão e garantir que a gestão dessas importantes instituições do nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia progrida nos objetivos a que a ciência e tecnologia se propõe.

Então, eu agradeço mais uma vez, de todo o coração aqui, o convite e a presença. Estamos à disposição para que esse diálogo cada vez mais prospere, e eu conto com a ajuda desta Casa, deste Congresso Nacional, que nunca negou fogo à política de ciência e tecnologia brasileira.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Um bom dia para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente, cara Ministra Luciana Santos, pela presença, pela explanação, pelo conhecimento, pela dedicação ao trabalho.

Foi uma manhã bastante interessante, proveitosa e com desdobramentos agora também decorrentes, Senador Wellington, Senador Marcos Pontes, da legislação, da PEC e do que for necessário. E com a abertura... Eu considero extremamente importante até rever, nesses 40 anos de Ministério da Ciência e Tecnologia, os desafios enfrentados em cada período, e muitos daqueles talvez tenham vindo num período histórico inadequado, fora do seu tempo. E hoje em dia muitos deles podem ser retomados à luz do que a história esteja demonstrando neste momento.

Mas quero agradecer sobremaneira, agradecer a presença ainda dos Senadores Marcos Pontes e Wellington Fagundes aqui presentes, mas tivemos também o Senador Confúcio Moura, Teresa Leitão, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Beto Faro, também do Estado do Pará. Quero agradecer a presença da equipe do ministério, aqui a Secretaria, o Leonardo, o Léo, e toda a equipe que sempre está junta, a todas as pessoas que nos acompanham pelo Brasil também, tanta gente interessada nesse assunto.

Temos feito reuniões com setores importantes, com as instituições de ensino superior, representando a área da pesquisa, ciência e tecnologia, Marinha, Inpe, pequenas empresas, empreendedores, enfim, bastante gente também. Vamos nos dedicar muito, queremos apontar que a Comissão de Ciência e Tecnologia é essencial e importante para o Brasil e queremos que esse conceito vá para o povo todo, para o povo saber o que é inteligência artificial, o que é Cemaden, por que o Cemaden é importante para alguém ao lado de uma encosta, de um rio, para que eles sintam que isso vá fazer com que haja desenvolvimento, segurança, tranquilidade. Vamos trabalhar muito, eu sempre acho, em tudo isso, com a educação, porque mudar a cabeça de um adulto muitas vezes é difícil, mas propiciar que uma geração tenha acesso a uma formação diferente é essencial.

Eu quero só dizer que fui Secretário de Educação do Paraná também durante quatro anos e, das 2 mil escolas estaduais, 1,8 mil não estavam autorizadas a funcionar pelo corpo de bombeiros. Eu dizia: "Meu Deus do céu, se houver um incêndio, uma catástrofe?". Isso um ano antes da Boate Kiss, assumi lá um ano antes da Boate Kiss. E nós fizemos um programa de dez anos, quer dizer, não dá para corrigir isso de um dia para o outro – o Conselho Estadual de Educação já considerava o caso perdido –, junto com a defesa civil, com a polícia, com o batalhão, com a comunidade, para que todas as escolas estaduais, as APAEs, inclusive, e coirmãs que atendem pessoas com deficiência, tivessem brigada escolar, defesa civil nas escolas, exercícios de abandono, utilização de equipamentos, organização, rota de fuga, tudo organizado, e todas foram obrigadas a fazer isso. Eu disse: "Olha, se tiver um acidente, quem vai ser responsabilizado é o Secretário". Todas são obrigadas a fazer, todas fizeram e enaltecem o programa até hoje – as escolas particulares e municipais.

Ter um programa para a educação básica significa atingirmos 50 milhões de brasileiros no Brasil – 50 milhões. Esses alunos vão comentar em casa com os pais onde está a plaquinha de rota de fuga, quer dizer, tem que haver uma plaquinha, e não é só uma plaquinha, porque aquilo tem que aparecer para, quando houver uma fumaça intensa no ambiente em função de incêndio, você enxergar no meio da fumaça a plaquinha que diz "rota de fuga", para chegar à escada, ou coisa semelhante. Em termos de desastres naturais, sensores – de tudo isso, as escolas precisam –, radares... Tudo isso tem que fazer parte dessa brigada escolar, da defesa civil nas escolas. No Rio Grande do Sul, o que foi levantado aqui também pela Ministra... Tudo isso... Transformarmos isso em uma coisa palpável.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Claro que a gente sabe que a ciência vai continuar e a linguagem... Eu lembro sempre que a minha tia – permitam-me dizer –, a Dra. Zilda, da Pastoral da Criança, dizia: "Olha, eu tenho aqui o documento do nutricionista, do pediatra e do neurologista. Vamos transformar isso na linguagem do povo para que esse conhecimento fique acessível para as pessoas". São desafios, mas nós estamos juntos.

Gostei muito, pessoalmente, da apresentação, das perguntas todas, e acho que o esforço tem que ser para termos uma política de Estado; olharmos para esses 40 anos e fazermos um esforço no sentido de reconhecer o que aconteceu, o que não aconteceu e apontarmos para o futuro, para que seja lá quem for que coordene a área possa, pelo menos, ter o subsídio de uma política permanente. É importante.

Mas parabéns à senhora, a V. Exa., a V. Sa., enfim... (*Risos.*)

A você, né?

Parabéns também, porque aqui, além da formalidade, a gente tem uma consideração muito grande por todo o trabalho desenvolvido.

Agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6030928943

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton e Hamilton Mourão, e dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Eduardo Girão e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Beto Faro, Dr. Hiran e Cleitinho. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Flávio Arns, conforme REQ 82/2025-CDir e REQ 136/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 14/2024-CCT, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de instruir o PL 4467/2021, que "dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas", com a participação de Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ricardo Tostes Gazzinelli, Coordenador do Centro Nacional de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Daniela Ferreira, Professora Titular em Vacinologia do Departamento de Pediatria da Universidade de Oxford; Andrew Simpson, Diretor Científico da Orygen Biotecnologia; Jorge Kalil, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; e Tiago Rocca, Diretor de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios da Fundação Butantan, representante de Gustavo Mendes, Diretor de Assuntos Regulatórios, Qualidade e Ensaios Clínicos da Fundação Butantan. Os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Alessandro Vieira e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/138915

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 4.467, de 2021, que dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vista a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas, em cumprimento ao Requerimento nº 14, de 2024, da CCT; esse requerimento é da minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. Então novamente: senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontra-se presente no plenário da Comissão o Dr. Andrew Simpson, Diretor Científico da Orygen Biotecnologia. Queria convidá-lo a tomar lugar aqui junto comigo na mesa. Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: Dr. Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Dr. Ricardo Tostes Gazzinelli, Coordenador do Centro Nacional de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais; Dra. Daniela Ferreira, Professora Titular em Vacinologia do Departamento de Pediatria da Universidade de Oxford; Dr. Jorge Kalil, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; e Dr. Tiago Rocca, Diretor de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios da Fundação Butantan.

Eu gostaria inicialmente de agradecer a presença de todos os nossos convidados aqui pessoalmente e também virtualmente – eu vejo no nosso computador aqui. É bom ver aí alguns dos meus conhecidos do tempo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Um abraço para vocês. E agradeço a presença de todos que estão aqui também, presencialmente, e todos que nos acompanham através da Rádio Senado e da TV Senado.

Esta audiência pública, como o nome diz, é uma audiência à disposição do público e, nesse caso, com um tema extremamente importante, que são as vacinas no Brasil, o desenvolvimento de vacinas nacionais.

E aqui vou contar uma história do tempo do ministério. Estava eu como Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, naquele momento, quando começamos a observar alguns sinais bastante preocupantes em Wuhan, na China, e o Dr. Marcelo Morales, que está aqui conosco também, médico, então Secretário de Pesquisa do Ministério, veio até mim e falou "Olha, está acontecendo isso na China e é importante a gente começar a pensar, aqui no Brasil, o que nós vamos fazer no caso de essa epidemia se tornar uma pandemia". E a primeira providência que nós fizemos, sob o conselho do Dr. Marcelo Morales, foi chamar um grupo de pesquisadores, que nós denominamos RedeVírus.

Essa RedeVírus – se procurarem na internet, vocês vão achar; a RedeVírus continua ativa no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – era uma rede composta de pesquisadores, cientistas, especialistas em viroses emergentes, que nos foi extremamente útil e continua sendo muito importante para o Brasil como um todo.

Então, nós fizemos a primeira reunião dessa RedeVírus, na sala de conferências do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, no dia 10 de fevereiro de 2020. Ali, então, eu deixei bem claro para eles... Sendo engenheiro aeronáutico, não são da minha *expertise* vírus e essa área de biologia, então eu falei: "Olhem, vocês são os especialistas, vocês me passem as instruções, e nós vamos seguir esse plano de ação que vocês desenharem aqui no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para o caso, como vocês estão falando aqui, da possibilidade de uma pandemia".

E eles estavam certos. No dia 11 de março de 2020, nós tivemos, oficialmente, pela Organização Mundial da Saúde, a declaração da pandemia da covid-19, mas nós já estávamos tomando providências

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um mês antes, através desses especialistas – inclusive, alguns membros da RedeVírus estão aqui conosco hoje –, e isso foi muito importante.

Entre as instruções – vamos dizer assim –, no plano de trabalho colocado pela RedeVírus, estava a divisão em sub-redes. Então, tinha uma sub-rede, por exemplo, para animais, para a busca de animais de migração, como morcegos e outros, para análises desses animais que podem transmitir e receber algum tipo de vírus; tinha o pessoal de águas residuárias – tinha também um subgrupo para isso –; tinha um subgrupo ligado à parte Corona-ômica, que era para a análise do gene, a análise genética; também um subgrupo de infraestrutura, que nos deu as instruções para aumentar a quantidade de laboratórios NB3 no país, que foi extremamente importante. Dali gerou-se também o laboratório NB4, que está sendo construído lá no Cnpem.

Às vezes o pessoal critica o valor do laboratório, cerca de R$2 bilhões, mas isso é um investimento extremamente importante para o país, especialmente sendo um laboratório conectado com um acelerador de partículas, o que vai permitir que os cientistas trabalhem com um vírus de altíssima letalidade e contágio, com toda a proteção, também para não vazar esse vírus dali para fora. Há também a possibilidade de se conectar com esse acelerador de partículas, em que eles podem olhar em nível molecular a relação desse vírus com a célula humana, o que vai acelerar muito a produção de vacinas e de remédios no Brasil.

Foi pelos resultados dessa RedeVírus, por causa de um outro trabalho que nós fizemos no ministério, que houve a liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, em 2021, com a Lei 177. Isso aí nos permitiu ter recursos suficientes para colocar... E está prosseguindo – conversamos com a Ministra aqui, outro dia – esse projeto, que é muito importante para o país: o NB4, e também vai ter NB3 ali.

Nós aumentamos o número de NB3 no país, laboratório de biossegurança 3, um número considerável, assim como laboratórios de campanha, tudo isso graças à instrução, ao plano desenhado pela RedeVírus na sub-rede de infraestrutura. Nessas sub-redes, tinha uma que era ligada a desenvolvimento e testes de medicamentos de reposição, que tem uns resultados interessantes, e também o pessoal de vacinas. E aí chega a esse ponto em que a gente está aqui hoje que é a sub-rede de vacinas. Eu fiquei muito surpreso, porque, quando eles falaram "a gente tem que começar a desenvolver vacinas no Brasil", a primeira coisa que me ocorreu foi: "Poxa, mas a gente já faz muita vacina aqui no Brasil, o Brasil é um dos países que mais produz vacinas". Ele falou: "Não, Ministro, o Brasil produz vacinas, sem dúvida, muitas vacinas, mas com tecnologia de fora. Nós nunca desenvolvemos nenhuma vacina nacional, com o desenvolvimento da tecnologia aqui no Brasil", o que para mim foi uma surpresa, porque eu achava que a gente já tinha muitas. Falei: "Bom, então é a hora de a gente desenvolver". E foi assim que surgiu a iniciativa, junto com a Ana Paula, o Gazzinelli, lá em Minas Gerais, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro de Vacinas, e outras iniciativas de promover, de incentivar, financiar novas vacinas no Brasil, tecnologias de vacinas no Brasil. O pessoal fala: "Mas isso é a covid, vai demorar um tempo?". Não, essas tecnologias são válidas, saber fazer as vacinas, ter esse desenvolvimento é extremamente importante. Isso aí, então, vem lá do Senai Cimatec, por exemplo, o Sr. Badaró, lá na USP, em São Paulo, em Ribeirão Preto, obviamente também em Minas Gerais, mas também em São Paulo, com várias iniciativas; o Butantan também com iniciativas em paralelo. E é muito importante que o país possa desenvolver as suas vacinas aqui.

Quem está assistindo, às vezes, fala: "Mas isso é um processo simples". Não é um processo simples, começa no laboratório, tem que prosseguir com as melhores práticas de laboratório, tem que fazer os testes, pequenos lotes de insumo, tudo acompanhado pela Anvisa, para que não tenha que voltar à

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa, testar esses pequenos lotes em pré-testes com animais, em biotério próprio. Depois de comprovado que aquilo lá pode ser feito, começam os testes clínicos com pessoas, em três fases; ou seja, é um processo longo, mas que a gente tem que desenvolver no Brasil, para que o Brasil esteja mais protegido para as próximas pandemias.

Eu fico muito feliz em poder ter participado, junto com a RedeVírus, como Ministro, do início dessa campanha no Brasil, e hoje a gente tem aí um sistema capaz de desenvolver vacinas e a gente está indo para frente com isso. Isso é muito, mas muito bom.

Hoje, esta audiência pública, desculpe por falar tanto, dar toda essa introdução aqui, mas acho que é importante para o público que está assistindo em casa saber o estágio em que a gente está, para o público que está assistindo acompanhar e ver que isso começa no laboratório, prossegue num centro de desenvolvimento da vacina para os testes clínicos e, com as empresas, para o desenvolvimento em escala dessas vacinas. Isso dá ao Brasil autonomia e mais segurança para a população para as próximas pandemias. Sim, a gente vai ter outras pandemias. Às vezes, o pessoal fala assim: "Você é muito pessimista". Não, não é ser pessimista, é ser realista mesmo. A gente vai ter outras pandemias, e, se o Brasil não estiver preparado, o resultado é trágico, literalmente trágico.

Portanto, esta audiência de hoje...

Eu agradeço muito ao Senador Alessandro Vieira por colocar esse projeto de forma que nós tenhamos, dentro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, recursos para apoiar os projetos de desenvolvimento de vacina no Brasil.

O.k. Terminada essa longa introdução, vamos passar a ouvir os nossos convidados.

A ordem que me foi dada aqui vai ser a seguinte: primeiro, o Dr. Jorge Kalil; segundo, o Dr. Ricardo Gazzinelli; depois, Leandro Pedron; Tiago Rocca; Daniela Ferreira; e Andrew Simpson.

Então, você vai aguentar bastante tempo aqui do meu lado hoje. (*Risos.*)

Vamos combinar como vai ser feito aqui. Cada um dos nossos especialistas vai ter oito minutos para sua apresentação. Esse tempo é marcado aqui no relógio, mas, como tem muita gente no virtual, peço que marquem no relógio, no celular, em alguma coisa, o tempo de oito minutos e respeitem esse tempo, porque todos têm que falar.

Eu vou colocar todo mundo para falar na sequência. Vou ler também, daqui a pouco, algumas das perguntas e comentários que nós já recebemos aqui através do e-Cidadania e vou passar essas perguntas para os nossos especialistas para que eles já vão pensando, e, no final, a gente faz um retorno para cada um deles para responderem às perguntas.

Anuncio também a presença da Senadora Dra. Eudócia aqui conosco. Obrigado pela presença. Se quiser usar da palavra inicialmente... (*Pausa.*)

Então, combinados, deixem-me só ler as perguntas para que tenham uma ideia do início. Espero receber mais perguntas do e-Cidadania.

Do Lucas, do Amazonas: "Existem incentivos para fortalecer a pesquisa sobre vacinas em universidades e instituições públicas do Brasil?". Sim. E esse incentivo é justamente o que a gente está discutindo aqui hoje, inclusive para colocar os recursos adequados através do FNDCT. Mas, sim, desde o meu tempo lá no ministério nós começamos a investir no desenvolvimento de vacinas. Essa é a primeira pergunta e está respondida já.

Milene, do Rio de Janeiro: "Quais verbas serão destinadas para pesquisa sobre novos tipos de cepas da covid?". Isso aí é determinado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia através do FNDCT, e, sem dúvida, essa discussão nossa aqui também vai incentivar para que esses investimentos sejam feitos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Quais desafios e oportunidades o Brasil enfrenta para investir em inovação e pesquisa de vacinas como o PL 4.467/2021?". Isso vai ser respondido aqui. Vamos esperar os nossos pesquisadores responderem a essa pergunta também.

A Bianca, de Pernambuco: "Como fortalecer a produção nacional de vacinas pode beneficiar o SUS e o Programa Nacional de Imunização?". Essa aqui eu sei, mas eu também vou esperar os nossos pesquisadores responderem. Ela pode ajudar e muito, primeiro, porque você tem uma resposta muito mais rápida durante uma pandemia nas mudanças necessárias das vacinas para atender às novas cepas que aparecem no prosseguimento de uma pandemia; e também porque na produção local você tira todo aquele medo que a gente tem sempre. Geralmente, o Hemisfério Norte desenvolve e produz as vacinas e no meio de uma pandemia é tipo "salve-se quem puder". Os países vão, obviamente, proteger as suas populações, o que sobrar vai para o restante, e a gente não pode ficar nesse restante. Nós temos que ter a nossa produção aqui. Então, vai ser muito importante – já é e será cada vez mais importante – para o desenvolvimento local.

Comentários aqui do Marcelo, do Paraná: "Investir em ciência, pesquisa e produção científica é uma necessidade para o nosso país [...] [sair da dependência externa] [...]". Concordo em 100%.

Pedro, de Pernambuco: "Valorizar vacinas nacionais exige valorizar o cientista brasileiro: melhores bolsas, oportunidades de emprego e mais saúde mental". Concordo também. Isso é importante, isso tem sido feito, e a existência desse laboratório NB4 com o acelerador de partículas, que é o único do planeta com isso aí, tenho certeza de que vai atrair também muitos pesquisadores, inclusive de fora, para trabalharem no Brasil.

Jefferson, da Bahia. "[...] O País precisa ter autonomia no processo de fabricação de vacinas [concordo 100%], vamos em frente nesse propósito. [...]."

E vamos em frente aqui também com as nossas falas.

Então, imediatamente eu passo a palavra para o Dr. Jorge Kalil, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, nos seus oito minutos.

Kalil, está na escuta aí?

O SR. JORGE KALIL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, estou na escuta. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Opa! Estou ouvindo-o bem aqui.

Então, você tem a palavra por oito minutos.

Obrigado, Kalil.

O SR. JORGE KALIL (*Por videoconferência.*) – Olha, eu que queria agradecer, Senador Astronauta Marcos Pontes, por organizar esse evento junto com o Senador Alessandro Vieira, e queria também agradecer por todas as suas ações quando Ministro da Ciência e Tecnologia; ajudou demais os grupos que estavam envolvidos para trabalhar na covid.

Eu queria dar um bom-dia a todos os Senadores presentes, pessoalmente ou virtualmente aí, aos colegas que estão participando comigo desse painel e a todos os ouvintes aí espalhados pelo Brasil.

Desde o início, Senador, eu vou pedir desculpas, porque, depois da minha apresentação, eu vou ter que ir ao enterro de uma amiga muito próxima; ocorreu ontem e me deixou bastante chateado.

Mas, voltando então ao nosso assunto, eu queria começar.

As apresentações dos outros pesquisadores vão ser bem concentradas em vacinas. Eu gostaria de fazer, primeiramente, uma visão geral sobre o desenvolvimento. Como o senhor muito bem falou, produzir é fácil, então quando as pessoas dizem "vamos produzir", aí é fácil. Por que não produzem a vacina? Não produzem a vacina porque não tem a vacina. A grande questão é a descoberta da vacina e

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o desenvolvimento científico que existe, depois da descoberta, e que leva até a fábrica. Fábrica nós temos, mas as outras coisas nós até temos picotadas e nós estamos tentando organizar aqui no Brasil. Acho que a iniciativa do CT-Vacinas é muito importante.

Quando nós vemos as inovações em medicamentos, de uma forma geral, o que a gente sempre vê é que os saltos se dão quando existem saltos tecnológicos. Quando a gente consegue melhorar na química, quando a gente consegue melhorar a parte de biologia molecular, a parte de biologia celular, etc., nós temos saltos tecnológicos, e esses saltos tecnológicos nos levam a poder descobrir.

E a humanidade, eu sempre digo, teve muita sorte, porque, quando teve a covid, nós tivemos um desenvolvimento tão rápido de uma vacina, por quê? É sorte? Não, na verdade, é previsão, porque, como existia o SARS-CoV, que já tinha aparecido na China, nós sabíamos qual eram os antígenos que eram importantes, os alvos das vacinas. E como Oxford já tinha uma vacina sendo preparada para Mers, que é o primo do SARS-CoV-2, eles rapidamente foram, e foram os primeiros a obterem uma vacina, utilizando um vetor, ou seja, uma plataforma viral, que é o adenovírus. E também houve a casualidade de que nós conseguimos dominar a tecnologia de RNA mensageiro, que deixou de ser tão tóxico e poderia ser utilizado para vacina, e rapidamente Pfizer e Moderna colocaram vacinas no mercado. Então, esses saltos tecnológicos, nós temos que saber fazer essas coisas para que a gente possa desenvolver a nossa vacina.

Em geral, em medicamentos, nós temos a forma que é a referência, ou inovadora; o *me-too*, que é o parecido; e os genéricos. Aqui, no Brasil, vacinas ou remédios nós fazemos genéricos e fazemos um pouquinho do *me-too*, que é uma coisa um pouquinho diferente do genérico, um pouquinho melhorado, mas nós não temos drogas de referências inovadoras feitas no Brasil. E não temos vacinas também que tenham sido desenvolvidas no Brasil. A vacina da dengue é mais próxima disso, mas o início dela foi feito lá no NIH.

Então, na cadeia de valor de inovação e saúde, nós temos a descoberta, as patentes, o desenvolvimento... Isso é feito em laboratórios que são mais acadêmicos, mas depois nós precisamos de toda uma estrutura que não depende apenas da academia; que tem que ser de institutos de pesquisa ou da indústria propriamente dita, que faz com que haja a chegada ao consumidor final e que tenha o retorno do investimento para aqueles que fizeram investimento. E, no caso do Brasil, ele teria esse retorno.

No desenvolvimento do produto farmacêutico, de cada 10 mil moléculas, uma vai até o final, que é a Fase IV. Da mesma forma, isso eu digo para remédios, para vacinas, etc. Tem que fazer muita tentativa na pesquisa fundamental para que a gente chegue em alguma coisa. E a gente tem que fazer todo o desenvolvimento dos estudos clínicos, que também são complicados. Nós temos feitos até hoje pouquíssimos estudos de Fase I no Brasil. A Fase I é a primeira fase de segurança nos seres humanos. E todos esses estudos são caros e demandam muito conhecimento. E a taxa de sucesso depende muito da fase em que a gente está. Então, muitas vezes a gente não consegue chegar realmente ao fundo. Isso não é perda de recursos, não; é assim que funciona, o mundo está assim. Tem milhares de tentativas de vacina de covid. Algumas chegaram lá, e algumas ainda vão chegar lá, porque a covid não está resolvida.

Quando a gente vê os gastos com pesquisa e desenvolvimento, na indústria de comunicações, que é altamente tecnológica, 5% vão para ciência e tecnologia; a média das indústrias é de 4%; na automotiva, que também é tecnológica, é de 4%. Quando a gente vê a indústria farmacêutica, 21% do que eles faturam voltam para ciência e tecnologia para ter um portfólio, e nós não temos isso como um critério importante para que a gente possa desenvolver as nossas moléculas. A gente tem que contar muito com os recursos do FNDCT para fazer isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se nós pegarmos o caso da dengue, que é um problema de saúde pública muito importante, nós tínhamos, quando eu assumi a direção do Butantan, um protótipo, que era apenas um protótipo feito lá no NIH, nos Estados Unidos, e nós fizemos todo o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento clínico dele no Brasil. Só que, por intervenções políticas e outras, era para eu ter começado a Fase III em 2015, e eu só comecei a Fase III em 2016. E, por começar em 2016, como não tinha mais epidemia de dengue no Brasil, nós demoramos muito tempo e só agora que a vacina ficou pronta. Essa vacina já era para estar pronta muito antes, se houvesse uma participação, digamos, da sociedade e da política no sentido positivo do desenvolvimento da vacina.

Então, se a gente olhar as forças e fraquezas da ciência e inovação no Brasil, nós temos uma base crescente de conhecimento e de capital humano, o respeito à propriedade intelectual e a regras, uma riqueza de capital ambiental, uma cultura que promove a criatividade. Nós temos já os nossos heróis locais, nós temos cientistas aqui que são reconhecidos mundialmente, mas nós temos o problema da instabilidade econômica, o que faz com que, às vezes, tenha recursos e, às vezes, não tenha recursos. A instabilidade política também é um problema seríssimo.

A queda do financiamento de ciência e ecologia é importantíssima, e existe baixa conversão do conhecimento científico em inovação. Há um acúmulo de pendências de patentes de flora; uma questão regulatória às vezes confusa, complicada e burocrática – isso melhorou muito durante a pandemia. A Anvisa está de parabéns, ela melhorou muito.

Há o peso tributário e as dificuldades de importação que a gente tem; um sistema educacional insuficiente; e baixa valorização do pesquisador em universidades; as bolsas são muito baixas, e a gente, com isso, não consegue fixar. A gente treina gente muito boa. Tudo bem, nós treinamos para o mercado, mas nós também precisamos dos nossos laboratórios, e com as bolsas como estão fica muito ruim, né?

Então o que a gente tem que fazer? Um suporte contínuo para pesquisa básica; a valorização do pesquisador e renovação dos quadros; a proteção às patentes e agilidade na concessão; um ambiente regulatório efetivo, eficiente e previsível; um ambiente de negócios transparente, tanto público quanto privado; um mercado baseado em competição e livre escolha; pesquisa nas empresas.

O que nós já temos? Nós temos núcleos de inovação, nós temos incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento, tem uma lei de inovação, que pode ser sempre melhorada, tem uma política industrial, existe livre comércio, nós temos uma Lei Anticorrupção, mas ainda tem coisas que podem ser melhoradas.

Não sei quantos minutos ainda me restam, mas eu gostaria de falar alguns minutos, Senador, só sobre o desenvolvimento de uma vacina para covid-19 intranasal, que foi com recursos que nos foram concedidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e que nós começamos a fazer em 2020.

E por que nós fizemos uma vacina intranasal? Nós fizemos uma vacina intranasal porque, quando a gente imuniza uma pessoa através da via intramuscular, nós temos uma resposta que é sistêmica, protege de doença grave e morte, mas não protege da infecção e da transmissão – e por isso que a doença não está controlada, porque continua tendo infecção e transmissão –, ao passo que, com a vacinação por instilação nasal, a resposta imune é de mucosa, que é diferente: além da sistêmica, que é protetora, mimetiza a infecção natural do vírus, tem uma grande superfície de absorção, é vascularizada e não invasiva.

Então, desde o início nós resolvemos fazer uma coisa que é completamente inédita e nós precisamos demais de boas vacinas nasais, para fazer uma imunidade da mucosa, porque a grande dificuldade que nós temos no mundo é como conter vírus respiratórios, porque, quando o vírus é transmitido pela água ou por vetor, nós podemos combatê-lo melhorando a água ou tentando matar o

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vetor, mas, quando é respiratório e a transmissão é de pessoa para pessoa, nós não temos como controlar isso.

Então, nós fizemos um desenho de uma vacina, selecionamos um antígeno, um adjuvante e testamos mais de 50 formulações distintas, para que a gente chegasse a uma formulação que funcionasse bem na mucosa, ou seja, que levasse o antígeno, passando pelo muco e chegando às células mucosas e desenvolvendo as imunoglobulinas que são típicas de lá.

Nós testamos essa vacina de todas as maneiras, centenas de testes foram feitos. Eu só quero trazer aqui o impacto dessa vacina por instilação nasal para população primária, ou seja, quem nunca tomou vacina, quem não gosta de vacina porque não gosta de seringa, não gosta de injeção, e para as crianças também, que às vezes têm dificuldade. Nós testamos, eu não vou entrar muito em detalhe, mas a gente induz uma resposta tanto sistêmica como uma resposta local de mucosa, tanto uma resposta de anticorpo como uma resposta celular, e, depois, nós testamos também a proteção dessa vacina, e a gente viu que essa vacina protege contra a morte dos animais para essa doença.

E o mais importante que eu quero deixar aqui é que o indivíduo que recebe o vírus, se ele foi vacinado, ele elimina o vírus em dois ou três dias. Então, ele não tem proliferação viral na mucosa, consequentemente não tem infecção e, com isso, também não tem transmissão. Esses trabalhos inclusive eu estou fazendo em colaboração com o Ricardo Gazzinelli. O que nós queríamos está aqui, que é não ter transmissão.

Eu não vou ter tempo, evidentemente, de passar por todas as dezenas de etapas, que estão aqui marcadas, pelas quais a gente tem que passar para que se chegue num produto final e para fazer o teste clínico, mas eu queria dizer para vocês que o que acontece aqui no Brasil é que a gente tem o recurso inicial para fazer a pesquisa básica, mas, muitas vezes, falta a gente ter a parte final do desenvolvimento. Aí a gente morre no caminho, no chamado e conhecido internacionalmente como o vale da morte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KALIL (*Por videoconferência.*) – Eu queria terminar, agradecendo mais uma vez e dizendo como é importante a proposta do Senador Alessandro Vieira, com relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que propõe incluir na lei do FNDCT a importância do financiamento contínuo da pesquisa e desenvolvimento de imunobiológicos nacionais. Nós não podemos cortar a pesquisa, porque, se a gente corta a pesquisa, tem que recomeçar do zero. Não é como estar construindo um prédio, que se retoma de onde está. É superimportante essa iniciativa.

Os Senadores estão de parabéns, e a comunidade científica brasileira apoia de todo o coração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Kalil. Obrigado pela participação, pelo trabalho que você tem feito pelo Brasil durante tanto tempo, no Butantan e agora também. E pode contar conosco aqui. Eu saí lá do ministério, mas continuo com o mesmo direcionamento por aqui.

Lembro também, já que se falou de pesquisa, a PEC 31. A PEC 31 é uma PEC que eu coloquei em 2023 e está parada na CCJ desde 2023, que é a PEC da ciência, para aumentar o financiamento de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, para que a gente saia do atual 1% do PIB, em torno disso, o que é muito baixo, para chegar no mínimo a 2,5% do PIB num prazo de dez anos. Isso é perfeitamente factível. Isso não é aumento só do investimento público, é um investimento privado, investimento de terceiro setor, com a coordenação do setor público, leis de incentivo, como a Lei do Bem e outras, que precisam ser incentivadas no Brasil. E aí, com 2,5% do PIB, o Brasil chegaria próximo à OCDE, que em

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

média é 2,73% do PIB, ou seja, essa PEC é extremamente importante, mas infelizmente está lá aguardando na CCJ desde então.

Obrigado, Kalil.

O SR. JORGE KALIL (*Por videoconferência.*) – Senador, eu agradeço mais uma vez a oportunidade. Daqui a pouquinho, infelizmente, eu tenho que sair.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Kalil. Meus pêsames pela perda da sua amiga e os pêsames para a família também.

O SR. JORGE KALIL (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu passo agora a palavra ao Dr. Ricardo Gazzinelli. Ele é Coordenador do Centro Nacional de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Gazzinelli, é bom vê-lo aí de novo também, muito bom. Então, oito minutos, você marca aí, por favor. Você vai ouvir no finalzinho esses 15 segundos bastante marcantes da voz feminina falando que faltam 15 segundos. Você não vai ouvir a sirene, aquele sininho que toca em um minuto, mas isso aí, os 15 segundos, você vai ouvir. Está bom? Um abraço aí. A palavra está com você.

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Vamos tentar chegar aí aos oito minutos, certamente.

Eu gostaria de realmente começar agradecendo e parabenizando o Senador Astronauta Marcos Pontes. Eu acho que ele relatou muito bem o início aí de todo esse grupo trabalhando junto, durante o começo da pandemia, mesmo antes de ser declarada pandemia, e obviamente também com a coordenação do Prof. Marcelo Morales.

Só rapidamente também cumprimento aqui todos os Senadores e colegas presentes, com vários desses colegas aí hoje trabalhamos, junto com o Prof. Jorge Kalil, com o Dr. Andrew Simpson, com a Profa. Daniela Ferreira – obviamente temos aí a contribuição importante do MCTI ao longo de nossa carreira, mas que deu uma guinada durante o mandato do, na época, Ministro Marcos Pontes –, e também com o colega Tiago, do Butantan, que é uma instituição muito importante na área de vacinas.

Eu vou voltar eu acho que ao último eslaide do Prof. Kalil, que é o famoso vale da morte. E, numa das reuniões, o Senador Marcos Pontes retratou muito bem a questão das vacinas, que o Brasil produzia vacinas, mas o que nós alertamos é que o Brasil tinha um ecossistema quase que completo de vacinas: nós tínhamos as universidades fazendo a sua pesquisa; nós tínhamos grupos importantes trabalhando em ensaio clínico, até a Profa. Daniela Ferreira contribuiu para o ensaio clínico da AstraZeneca, no começo da pandemia, para aprovar a vacina; nós tínhamos fábricas muito reconhecidas internacionalmente, que era o Instituto Butantan, Bio-Manguinhos; e tínhamos um sistema de distribuição de vacinas. Já perguntaram aí sobre o SUS, que, quando recebeu vacinas suficientes, aplicou numa grande proporção da população brasileira; se não me engano, a primeira dose foi em 70%, 80%.

O que nós não tínhamos é quem fizesse essa transposição das universidades para um ensaio clínico Fase I. O Kalil se referiu aí que muitos poucos ensaios clínicos Fase I foram desenvolvidos no Brasil. Então, nós não tínhamos a infraestrutura disponível para fazer essa ponte, experiência de elaborar a documentação para o ensaio clínico Fase I e também a parceria universidade/setor público ou privado na área de vacinas. Então, tudo isso tem que ser estimulado e houve, sim, um passo grande durante a pandemia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aí a nossa proposta de criar o Centro Nacional de Vacinas foi exatamente esta: fazer o salto. Nessa conversa, nós demos o exemplo de que todas as vacinas que chegaram rapidamente na época da pandemia foram desenvolvidas com universidades e institutos de pesquisa.

Com esse financiamento, nós seguimos todo o trajeto do desenvolvimento da vacina desde a concepção inicial – normalmente, o Brasil recebe essa vacina depois de ela estar em Fase I, Fase II ou, quando já está sendo distribuída –, faz-se a transferência de tecnologia e abre a produção. Para essa vacina de covid, houve um edital para 16 vacinas, e a nossa foi uma das que conseguiu seguir todos os trajetos desde a concepção inicial até a Fase I. Nós concluímos a Fase II há dois meses e estamos agora em discussão para iniciar o ensaio clínico Fase III.

A nossa vacina, distinta de grande parte das vacinas para covid, envolve a resposta dos linfócitos T e não tão dos anticorpos neutralizantes, que é uma estratégia diferente. Inicialmente, ela era um pouco ortodoxa, mas hoje nós vemos que houve um acerto especialmente devido à questão dos variantes. Ela é composta da proteína *spike* mais uma proteína que é altamente conservada e não varia entre os variantes. Então, ela tem uma resposta imune. Você não tem que ficar atualizando a vacina todo o tempo.

Aqui está uma foto do primeiro paciente do ensaio clínico Fase I e II, do Prof. Marcelo Morales, que imunizou o primeiro paciente voluntário na Universidade Federal de Minas Gerais. E aqui está o resultado quanto ao desenvolvimento dessa vacina com o qual ficamos bem otimistas na Fase III. Aqui, em linha preta, vocês veem o número de controles de vacinados com a vacina da Pfizer, a Comirnaty, que tiveram casos de covid durante o período de um ano após a dose. E aqui a SpiN-TEC, vacina que nós desenvolvemos, que apresentou uma eficácia maior, principalmente até esse período aqui de 270 dias ou até mais um pouco, de 300 dias. O ponto significativo mostrou uma tendência forte de que isso seja uma diferença real, mas agora nós precisamos do ensaio clínico Fase III, para, então, provar que a nossa vacina tem mais eficácia.

Ela tem várias vantagens em termos de estabilidade, é uma vacina que dura dois anos a 4ºC, então pode ser, sim, transportada para regiões mais distantes no país e em outros continentes, é baixo o custo de produção, e o Brasil tem toda a infraestrutura para produzir esse tipo de vacina. Então nós estamos bem entusiasmados com o fato de que isso pode ser um insumo que foi totalmente desenvolvido no Brasil e que pode servir ao Plano Nacional de Imunizações.

O que eu chamo de legado desse grande programa que foi iniciado durante a pandemia é o legado de desenvolver novas vacinas. E aí nós temos atuado bem na área das doenças negligenciadas que afetam a parte da nossa população que é mais carente, e aqui está, já baseada em toda essa experiência criada durante a pandemia, a infraestrutura montada durante a pandemia. Nós agora estamos com duas vacinas que estão dando entrada na Anvisa, toda a documentação da Anvisa, esse semestre, provavelmente próximo mês, que é uma vacina para malária, para leishmaniose, uma vacina terapêutica para leishmaniose visceral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (*Por videoconferência.*) – ... e uma vacina para malária, ambas já comprovadas seguras no modelo pré-clínico, e também são vacinas que têm toda a questão de eficácia, foi isso tudo demonstrado já dentro dos critérios de aprovação da Anvisa. Então achamos que isso aí a gente está chamando de "o legado da pandemia de covid-19".

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O grupo também tem trabalhado em vários testes de diagnóstico que muitas vezes são extremamente importantes para o monitoramento de doenças, inquéritos epidemiológicos e também no combate a doenças, inclusive, as pandemias e epidemias.

Aqui está então o prédio que entrou naquele programa de infraestrutura da RedeVírus, temos aqui o prédio, como ele será. Esse foi o convênio assinado pelo Senador Marcos Pontes quando Ministro do MCTI, o Estado de Minas Gerais e a UFMG. E aqui é a atual situação do prédio, que deve ser concluído agora no primeiro semestre de 2026.

E aqui uma série de colaboradores. Temos aqui a colaboração da Orygen, da Oxford, da USP, com os colegas aí, e Butantan também. Eu acho que nós tivemos apoio grande da Finep, MCTI foi sempre o nosso apoio, o Estado de Minas Gerais; ao Congresso devemos agradecer – tivemos na época da pandemia um grande apoio também do Congresso, da bancada mineira.

E gostaria de terminar também aqui dizendo da importância dessa audiência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (*Por videoconferência.*) – ... e da importância de termos esse recurso dedicado aos insumos biológicos. Eu acho que hoje o CTVacinas, o Centro Nacional de Vacinas, nós vivemos ainda muito de recursos que foram levantados durante a pandemia, e é muito importante, considerando o investimento nacional e inicial, que seja dada continuidade a isso.

Então, só para terminar, eu acho que hoje existem duas áreas que estão mudando o mundo e vieram para fazer grandes mudanças. Hoje todo mundo fala da inteligência artificial, mas também tem a biologia sintética, e realmente o país não pode ficar para trás no avanço dessas áreas, porque sabemos que a tecnologia hoje promove crescimento econômico, qualidade de vida e tudo mais.

Então, eu gostaria de dar os parabéns ao Senador Alessandro Vieira e ao Senador Astronauta Marcos Pontes por essa iniciativa e dizer que realmente toda a comunidade científica brasileira é muito agradecida. Por isso, esperamos, pela importância, que isso também vá em frente para chegarmos aí a um resultado positivo no fim.

Obrigado e desculpa aí o pequeno atraso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Gazzinelli. Parabéns aí pelo trabalho continuado. Eu fiquei feliz de ver o prédio ali já em fase final de construção. Isto é muito importante: a continuidade, e a continuidade do financiamento também. Um abraço aí para a Ana Paula e todos os pesquisadores aí da universidade.

Gostaria de passar a palavra aqui, antes de chamar o nosso próximo painelista, à nossa Senadora Dra. Eudócia, por favor.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para interpelar.) – Bom dia a todos aqui presentes.

Quero cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes, que está na condição, além de Relator, de Presidente da Comissão. Quero cumprimentar também o Sr. Andrew Simpson – seja muito bem-vindo a esta Comissão; obrigado por ter aceitado o convite do Senador Marcos Pontes.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Senador, por você ter sido um Ministro brilhante e por ser hoje um Senador brilhante aí na frente da ciência e tecnologia, trazendo todas as inovações tecnológicas que importam, que são muito importantes e que fazem a diferença no nosso país, especialmente na área da saúde. Eu, como médica, me sinto muito feliz em saber que esse tema está sendo tão debatido.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os colegas que me antecederam: o Dr. Ricardo Tostes Gazzinelli, que deu aqui uma aula maravilhosa sobre a SpiN-Tec; e também o Dr. Kalil, sobre a questão das vacinas, que cada vez mais estão sendo descobertas e aprimoradas.

E é interessante dizer que a maioria das que foram apresentadas aqui, a partir da pandemia da covid-19, aproveitaram a biotecnologia da vacina contra a covid-19 e agora estão desenvolvendo para outras áreas.

E também – surpresa para mim – que bom saber que estão desenvolvendo também, como o Dr. Ricardo falou, contra a malária e contra a leishmaniose visceral, que são doenças que matam muito, né? São pouco faladas, mas matam muito.

Então, nós estamos de parabéns.

E quero aqui fazer um enfoque, baseado em tudo isso que a gente acabou de escutar das vacinas – inclusive o RNA mensageiro também que foi colocado –, sobre o marco regulatório da vacina contra o câncer, do qual eu sou autora e estou aí na luta para que a gente possa dar andamento de uma forma célere, vacina essa também que tem esse respaldo do RNA mensageiro, que foi produzida durante a pandemia de covid-19, que, inclusive, Senador Astronauta Marcos Pontes, já está sendo também produzida aqui no Brasil através do laboratório do Hospital de Amor de Barretos. Estive lá pessoalmente e tive essa grata notícia, essa satisfação e essa felicidade de saber que aqui nós começamos.

Esse marco regulatório vem trazer, vamos dizer assim, essa ponte entre as vacinas, o RNA mensageiro, e a futura vacina contra o câncer, vacina essa que não é para imunizar contra o câncer, não é isso – algumas vezes alguém me pergunta isso –, mas para tratar. São vacinas que irão tratar pacientes contra o câncer: câncer de pulmão, câncer de mama, a maioria dos cânceres, que hoje matam muitas pessoas.

Eu quero me colocar aqui à disposição.

Eu vi aqui a questão do vale da morte, que os colegas colocaram aqui. Produzem, têm elementos suficientes, já estudaram, já chegaram, vamos dizer assim, ao final dos estudos científicos, mas não têm recursos para dar continuidade. Então, estudaram, já têm o diagnóstico, mas e aí? E para apurar? Como é que vamos dar andamento?

E quero aqui colocar, Senador Marcos Pontes, que eu, na condição de Senadora, fazendo parte desta Comissão tão importante... Podem contar com o meu apoio para que a gente possa lutar juntos para conseguir os recursos necessários para chegar a esses 2,5% do PIB brasileiro para pesquisas, porque são muito importantes as nossas pesquisas. Nós dependemos dos pesquisadores para avançar, e a gente não aceita esse vale da morte. Não aceitamos. Esse vale da morte tem que ser passado, passado. Então, vamos lutar contra isso.

Mais uma vez, meus parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia, aqui conosco.

Anuncio também a presença do Senador Izalci Lucas, que também faz parte do que a gente chama aqui de bancada da ciência e tecnologia.

Izalci, tem a palavra, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentá-los e parabenizar pela iniciativa desta audiência pública.

Lamentavelmente, grande parte dos políticos estão muito preocupados com a próxima eleição. Ninguém pensa muito na próxima geração. E essa área de ciência e tecnologia e pesquisa sofre muito com isso, porque os resultados são de médio e longo prazo, e os políticos não conseguem aguentar

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso, esperar muito tempo, eles já querem o resultado imediato. Então, a gente tem que ficar com o pires na mão.

Eu estava ali agora, por isso eu cheguei atrasado, na sessão solene da CNA, do agro. A gente vê a Embrapa. A Embrapa, até o ano passado, estava com o pires na mão. E você tem que botar dinheiro na Embrapa, que é uma referência para nós e mundial, uma das instituições de maior credibilidade do mundo, que não tem recurso.

Nós aprovamos, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, lá para a Universidade de Minas, uma emenda de Comissão, e não foi liberada, para a vacina da dengue. Pois é, coisas absurdas. Por quê? Porque é difícil.

E mesmo a gente aprovando aqui o FNDCT, o fim do contingenciamento, porque durante anos e anos foi contingenciado, hoje tem um valor razoável, muito aquém do necessário. Comparado com os países que investem em ciência e tecnologia, o FNDCT não é nada, mas, para quem nunca teve nada, já é alguma coisa. Mesmo assim, grande parte dos projetos são financiados, aqueles que já estavam sendo financiados, eles só mudaram não foi para novos projetos, porque o ideal é que aquilo que já estava sendo investido em pesquisa continuasse e o valor agregado do FNDCT apoiasse outros projetos. Então, papel aceita tudo, muito bonitas as apresentações aqui que a gente viu da Ministra e tal, mas no vamos ver mesmo, no mundo real, as coisas têm muita dificuldade.

E essa questão das vacinas tem um papel fundamental, a gente está vendo aí a volta do sarampo, a pólio, que já estava liquidada. Eu mesmo tive duas irmãs com pólio, uma ficou no Sarah anos e anos se recuperando, até que se recuperou bem. Mas está voltando porque grande parte não está mais se vacinando, por causa dessas polêmicas também da covid, houve muita polêmica com relação a essa vacina do RNA mensageiro. Tem muita insegurança, agora tem várias consequências, não sabem se é vacina, se não é, e aí isso acaba trazendo uma insegurança grande. A gente precisa realmente, de forma muito científica e clara, colocar para a população a importância e a segurança disso, para a gente não ficar como está acontecendo hoje, com grande parte da população não se vacinando.

Mas o que a gente precisa mesmo tratar aqui é de recurso, porque discurso nós temos aqui em excesso, e não se faz pesquisa com discurso, faz-se com recurso. Então, parabéns, novamente, Marcos, pela iniciativa. A Eudócia agora nos ajudando também nessa área de ciência e tecnologia, por ser médica muito competente, tenho certeza de que nós vamos avançar ainda mais nessa questão. Então, parabéns aos nossos pesquisadores todos aí.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Izalci Lucas. Aliás, tão lutador na ciência e tecnologia, por tanto tempo, eu lá, como Ministro, volta e meia, ligava para ele aqui "Izalci, precisa ajudar aí para a gente ter mais recurso". O que acontece, para quem está assistindo, é o seguinte: ali no Ministério você coloca um orçamento em que você faz a previsão do que será necessário para o ano seguinte, para cobrir todos os projetos e a sustentação também das unidades de pesquisa, aí, quando vai para o setor de economia, seja lá com o nome que for, o Ministério da Economia, Ministério da Fazenda, o que seja, quando vai para lá você já vê o primeiro corte, porque tem que obviamente distribuir toda a massa com os outros ministérios. Aí vem aqui para o Congresso, apesar de todos os discursos positivos com relação à ciência e tecnologia, à educação, chega aqui, tem um segundo corte, e chega lá sempre faltando recurso, e a gente fica nessa situação.

Inclusive a liberação do FNDCT foi uma luta, para a gente conseguir liberar, em 2021, a primeira coisa que se tenta é contingenciar de novo, falta de visão exatamente estratégica da importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do país, e a gente precisa ficar sempre atento aqui para que não aconteça de novo algum tipo de contingenciamento ou perda desse recurso, que é essencial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia até colocar uma estátua do Izalci. Eu falei para ele: vou colocar uma estátua sua lá no ministério. Mas me falaram: "Só pode colocar estátua se morrer", e eu falei: não, então deixa a estátua, a gente espera. (*Risos.*)

Está bom.

Vamos prosseguir aqui com as nossas apresentações.

Gostaria de convidar, então, o Dr. Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para os seus oito minutos.

Então, Leandro, deixe-me vê-lo aí.

O.k., está ali.

Está com você então: oito minutos. Controla o tempo por lá, está bom?

Um abraço para você. É bom vê-lo de novo.

O SR. LEANDRO PEDRON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas as pessoas. Vocês conseguem me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, está 100% aqui. E a apresentação também está no quadro aqui.

O SR. LEANDRO PEDRON (*Por videoconferência.*) – Maravilha.

Primeiro, vou cumprimentar os Senadores, na figura do Senador Marcos Pontes, e vou estender o cumprimento também para os demais Senadores presentes, como tivemos a graça de ouvi-los agora.

Vou cumprimentar os demais integrantes aqui, pesquisadores, os que já fizeram a sua apresentação e os que ainda vão fazer, que são grandes aliados para que a gente tenha a garantia de financiamento para áreas tão importantes para o setor nacional, não só para a defesa da saúde, mas também por uma questão de defesa da economia do país. A gente sabe que o setor da saúde tem um déficit importante na balança comercial; para reverter isso, o investimento em pesquisa e inovação na área de saúde é o primeiro passo. Então, são parceiros de longa data do ministério nisso.

Vou passar à apresentação, tentando seguir o tempo aqui.

Enfim, eu trouxe só uma estrutura de como fica a Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, e, dentro do departamento do qual eu estou à frente, em que fica a área de saúde, uma das coordenações gerais. Somos responsáveis aqui por essa área temática.

Eu trouxe algumas iniciativas. Já foi comentado aqui, acho que de maneira muito importante: a RedeVírus do MCTI continua ativa; ela é uma fonte muito importante. Enfim, o Governo, como um todo, vem sempre se assessorar em *experts* científicos sobre o tema, dadas as emergências que o país possa vir enfrentar, e a RedeVírus é um exemplo disso. Então, é uma política pública implementada, e dá-se a continuidade. Temos ali outras redes que assessoram o ministério também, em suas diversas áreas. Estou comentando mais especificamente sobre a RedeVírus porque temos os representantes aqui, que já falaram: o Kalil, o Gazzinelli e os demais que também fazem parte da RedeVírus.

Quando a gente fala de políticas para ciência e tecnologia, a gente tem que pensar também no cenário maior, que é o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, dada a política maior, a estratégia e os planos de ações setoriais voltados. Então, elas sempre passam por essa construção, e essa construção também, enfim, é competência do ministério fazê-la, mas é um processo colaborativo, de ouvir a sociedade civil, de ouvir os pesquisadores, de ouvir o setor acadêmico, com os professores, mas também o setor industrial, que traz as suas prioridades no financiamento específico, ou, enfim, em gargalos que possam ser enfrentados.

Essas políticas são definidas e são as diretrizes do ministério. A gente está em elaboração da nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia, com a estratégia de planos de ações, que foi derivada da

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quinta convenção nacional de ciência e tecnologia, que aconteceu no ano passado. Foi uma conferência – desculpem-me – e ela não acontecia desde 2010; então, foram 14 anos sem uma conferência. Foi um processo extremamente participativo, em que, pela primeira vez, foi possível fazer, de maneira prévia, convenções estaduais e, depois, regionais. Então, houve participação de todos os estados, do Governo, enfim, do Estado brasileiro, que levou à conferência nacional, ou seja, uma contribuição feita desde a base, ouvindo-se todos os interessados, para daí ter uma política nacional que atenda ao interesse do Governo, que atenda ao interesse da sociedade, que atenda ao interesse do setor industrial, para assim termos a melhor aplicação dos recursos públicos.

Eu só trouxe de maneira exemplificativa aqui o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Saúde, que já tem como uma das linhas temáticas ensaios pré-clínicos, que já foram comentados, acho que pelo Kalil e pelo Gazzinelli, que é uma etapa superimportante no desenvolvimento de novos medicamentos e vacinas em imunobiológicos. Então, já tem uma linha prioritária focada para isso, que é uma linha de ação.

A gente também tem ali uma linha específica de imunobiológicos, ou seja, insumos para a saúde, aqui incluindo imunobiológicos, que são o alvo desse projeto de lei, então isso também já é contemplado no Plano de Ação específico em Ciência, Tecnologia e Inovação para a área da saúde.

Acho que só colocando isso de maneira como ela, em prioridade, já é elencada pelo ministério, ela é extremamente alinhada com as prioridades elencadas pela comunidade acadêmica do que ouvimos até o momento.

Em se tratando do FNDCT, acho que é importante trazer aqui, eu tentei colocar, como a gente está falando de principal fonte de financiamento para pesquisa, para desenvolvimento científico-tecnológico no país, que é o FNDCT, eu tenho um pequeno histórico desde a sua criação até 2021, como já foi comentado pelo Senador Pontes, quando houve a transformação dele no Fundo Especial Contábil e Financeiro, que protegia contra eventuais bloqueios, enfim, ou contingenciamentos do fundo. Então, ele já começa lá de 1969 com o financiamento para pesquisa e, ao longo do seu desenvolvimento, ele foi criando normativas, ou ele foi se especializando para atender às prioridades elencadas em toda a sua atuação.

Acho que um ponto marcante nisso é que, desde 1998, foram criados fundos setoriais para a alocação do fundo. O fundo é muito grande, a gente sabe que como ele financia a pesquisa, a pesquisa em sua área ampla, seria necessário criar uma maneira de ter fundos setoriais que representassem os interesses para cada setor específico da academia, desde pesquisa na agropecuária, pesquisa na área da saúde, pesquisa em desenvolvimento, em exploração mineral, enfim, pesquisa em suas diversas áreas.

Os fundos setoriais têm uma formação, sua conjuntura de membros, que permite a participação da sociedade civil, da academia, de outros membros do Governo e também indústria.

Então, da mesma maneira como a gente pensa, como foi se pensado em mover, como sempre se pensou na construção de política pública de maneira participativa, envolvendo todos os atores interessados, os fundos setoriais do FNDCT também foram desenvolvidos e pensados dessa maneira. É uma construção histórica da melhor maneira de se pensar a alocação de recursos públicos.

Acho que esses dois marcos são bem importantes, tanto em 1998, quanto agora recentemente em 2021, que permitiu o descontingenciamento.

Trouxe as formas de financiamento só para ficar claro, quando a gente for falar de pesquisa aqui, eu acho que é muito importante dizer que vai ser o fomento da pesquisa em desenvolvimento, mas

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

subvenção econômica para a inovação também pode ser uma forma, para que a gente tenha como um tipo de financiamento o financiamento não reembolsável.

Quando tratamos de pesquisa, como foi muito bem colocado pelos apresentadores, salvo engano, foi o Kalil, especialmente na área da saúde, é um trabalho muito grande para você chegar a ter uma molécula viável que possa entrar na fase de desenvolvimento. Então, o recurso destinado a esse tipo de pesquisa tem que ser não reembolsável, porque, enfim, é função do Estado atender ao interesse da população enquanto Governo; assumir esse risco que é, obviamente, de pesquisa; e contar com os pesquisadores, com toda a infraestrutura de pesquisa nacional, trabalhando dessa maneira, por isso o fomento de maneira não reembolsável. Tem do outro lado, à direita, que vocês podem ver na apresentação, que daí é uma taxa de juros mais baixa, mas esse dinheiro são recursos reembolsáveis do fundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO PEDRON (*Por videoconferência.*) – Quando a gente olha aqui o desenvolvimento – eu trouxe a evolução financeira do fundo desde 1999 até 2024 –, a gente percebe um aumento do fundo até 2013 e depois um pouco de decréscimo. O que está destacado em azul é a parte não reembolsável, ou seja, como eu comentei para vocês, é aonde o recurso vai, de maneira mais direta, para financiamento de pesquisa.

Então, quando a gente olha isso, especialmente dos anos 2017, 2018 para frente até 2023, a gente tem um recurso não reembolsável aquém do necessário para o fomento à pesquisa. Então, complementando a lei de 2021, que permite o não contigenciamento, e, por decisão do Presidente Lula, a partir de 2023, para não mais contigenciar o fundo e trazer sua composição de maneira mais concreta, a gente tem, de 2023 a 2024, um valor considerável, retornando uma série histórica do fundo, para o financiamento de pesquisa. Então, quando tratamos disso, a gente percebe que estamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO PEDRON (*Por videoconferência.*) – ... numa evolução crescente do financiamento como um todo para pesquisa, mas o mais importante é que o fundo tem uma parte dele mantendo-se não reembolsável – 50%, no mínimo, não reembolsável –, que é o financiamento para pesquisa.

Trouxe aqui o sistema de governança. Eu sei que o meu tempo já está acabando, mas vou entrar no PL, porque essa parte é muito importante.

O sistema de governança do FNDCT respeita esses fundos setoriais, ou seja, existem os fundos setoriais que têm as participações de Governo, da comunidade científica, da sociedade civil, do setor empresarial, além das agências de fomento do ministério, Finep e do CNPq. Os fundos setoriais são responsáveis por elencar as prioridades e a alocação de cada fundo. Isso passa depois por um Comitê de Coordenação do FNDCT, onde são estruturados todos os fundos setoriais, para isso compor todos os novos investimentos e ser aprovado pelo Conselho Diretor, ou seja, as prioridades elencadas para recursos, especialmente os não reembolsáveis, que são o financiamento da pesquisa, respeitam o sistema de governança, em que há participação coletiva de todos os atores envolvidos com a pesquisa no país e seus interessados. Então, são vários fundos setoriais, e trago especial destaque para o CT-Saúde, que é o fundo responsável pelo financiamento na área de saúde.

Dado isso – eu acho que vou já passando, considerando o tempo –, trouxe aqui a gestão do CT-Saúde, quem são os participantes. Vocês podem ver que tem Governo; tem sociedade; tem Anvisa, na

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sua função regulatória; tem os entes de fomento do setor industrial... Então ele é um fundo muito bem estruturado, de maneira participativa, em que são elencadas as prioridades.

Além disso, se a gente pensar no PL, que traz, de maneira muito importante, a necessidade de o Estado aportar mais recursos – eu trago um ponto de alerta, até numa questão de construção legislativa, aqui usando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO PEDRON (*Por videoconferência.*) – ... o chapéu, porque, além de advogado, também sou farmacêutico, então consigo entender o sistema de pesquisa na área de saúde e também o processo de construção legislativa –, se a gente pensar que a lei vem para suprir, deve, num cenário ideal, garantir que o Estado consiga sempre responder demandas futuras para o atendimento à população, se nós pensarmos que o PL pode definir um valor específico para o investimento para o FNDCT, como já existe – por exemplo, o FNDCT já destina parte de recursos específicos para a Região Norte –, especialmente para a área de saúde, há uma dotação orçamentária mínima de 30% para o apoio à pesquisa para doenças raras. Então, conforme você traz mais orçamentos específicos para a área de atuação, você corre o risco de, em algum certo momento, o Estado perder a possibilidade de resposta à emergência que possa vir a enfrentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO PEDRON (*Por videoconferência.*) – E este aqui é muito um exemplo do que aconteceu no covid, como essa capacidade de resposta permitiu que haveria recursos do FNDCT para a aplicação em combate a uma emergência sanitária que foi o covid.

Houve um crédito suplementar de R$415 milhões, que foram destinados com base nas prioridades, por exemplo, do CT Saúde e do ministério, de alocação com os subsídios recebidos da RedeVírus, que o assessora, que permitiu esse enfrentamento. Salvo engano, o CTVacinas, o Jorge Kalil, a USP – todos eles apresentados –, o Senai Cimatec da Bahia, todos esses esquemas que foram apresentados de vacina receberam esses recursos, ou seja, a capacidade do Estado em responder, ter autonomia para obter recursos para emergências que possam vir a acontecer, é muito desejada.

Então, esse eu acho que é um ponto de atenção – para esse tipo – que o PL pode trazer.

Essa é só a minha contribuição. Aqui tem mais dados específicos sobre a aplicação de recursos ao longo do tempo. Eu agradeço o tempo de vocês e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Imediatamente eu passo a palavra agora ao Dr. Tiago Rocca, Diretor de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios da Fundação Butantan.

Tiago, por favor, controle o tempo por aí: oito minutos. Está o.k.? Obrigado.

O SR. TIAGO ROCCA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador astronauta Marcos Pontes, demais Senadores presentes aí no plenário, Dr. Marcelo Morales. Agradeço o convite ao Butantan para participar desta audiência.

Bom dia também aos meus colegas que já fizeram brilhantes exposições aqui, grandes cientistas: o Prof. Kalil, com quem eu tive o prazer de trabalhar, e os demais também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha intervenção não vai ser tão científica, mas até mais no contexto em que o Butantan está inserido nessa discussão super-relevante desse projeto de lei, como ICT e também como laboratório produtor, ou seja, quando a gente olha aquele vale que o Dr. Gazzinelli colocou aqui na audiência, a gente vê que o Butantan ainda acaba participando de todas as fases, até a distribuição do produto no SUS. Então, é algo com que a gente convive no dia a dia, enfim.

E o próprio Senador falou: a próxima pandemia vem, a gente só não sabe quando, pode ser hoje, pode ser amanhã, pode ser daqui a dez anos, e a gente tem que estar preparado para ela.

E qual que é a próxima pandemia? Não sabemos. Estamos sob um risco iminente de influenza, já tem algum tempo que alguns casos vêm acontecendo, e essa preparação, pelo menos pelo lado do Butantan, já começou há aproximadamente dois anos.

E em que consiste essa preparação? No desenvolvimento de uma candidata vacinal para esta pandemia de influenza, que é uma tecnologia com esse vírus produzido em base de ovos embrionados, que o Butantan domina, mas é um desenvolvimento novo, é uma vacina monovalente para uma resposta pandêmica, com algumas modificações na formulação dessa vacina. Então, essa iniciativa que nós já temos, com certeza, seria alavancada, impulsionada dentro de um programa com mais recursos dentro do país, entre outras.

Quanto ao contexto de pandemia, é importante colocar, nesta audiência, que existe um programa liderado por uma organização chamada Cepi, um órgão de fomento que estabeleceu uma missão de cem dias para uma doença X. Óbvio, eu falei aqui de influenza, mas a gente teve uma pandemia de covid, existem outros antígenos que têm riscos pandêmicos, e o fato é que o mundo precisa estar preparado para responder a qualquer tipo de pandemia. Então, é uma proposta muito interessante de, em cem dias, ter uma vacina pronta para ser utilizada em uma pandemia. E mais recursos disponíveis para o fundo vão fazer com que o Brasil não só consiga produzir essas vacinas para uma próxima pandemia, mas consiga já antecipar o desenvolvimento de vacinas para uma próxima pandemia.

Estou trazendo aqui algumas iniciativas que já estão em andamento, mas a gente tem que ver o que outros países já estão fazendo. Se a gente pegar o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, do Reino Unido e até de países menores como a Finlândia, eles já estão bem à frente do Brasil numa próxima pandemia. Então, eles já desembolsaram grandes volumes de recursos para empresas desenvolverem e até estocarem produtos para contingenciamento de uma próxima pandemia de influenza. No caso da Finlândia, já se iniciou até a vacinação de trabalhadores que estão em granjas, enfim... Isso tudo dentro de uma base legal de estrutura orçamentária dentro do Estado. E é com isto que acho que vai contribuir o projeto de lei, entre outros instrumentos jurídicos que a gente tem no país ou que deve ter: para a gente se preparar melhor e fomentar a inovação no Brasil.

Outro ponto que é importante também colocar aqui para audiência é que, em Genebra, na sede da OMS, em que, no mês de maio, vai ter a Assembleia Mundial da Saúde, existe um acordo de pandemia sendo negociado entre os países-membros, do qual o Brasil faz parte, do qual o Brasil, inclusive, no meu ponto de vista, lidera essas discussões. Esse acordo de pandemia é muito importante dentro desse contexto, porque ele dita regras sobre o compartilhamento de antígenos, de materiais biológicos, que são bases para pesquisa e desenvolvimento de futuras vacinas, e também alguns compromissos de contrapartidas dos países que vão participar, ou seja, é importante relacionar esta discussão também a esse fato. E nesse acordo existe uma expectativa de chegar aos termos finais agora, na próxima assembleia. Já é uma negociação estendida. Com a movimentação dos Estados Unidos em relação à OMS, existe um temor de que ele fique enfraquecido, mas ele é muito importante para o Brasil, para ter

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acesso aos antígenos e também aos nossos compromissos de alocação de produção, vendo o Brasil já como, de fato, um hub na região da América Latina, não só de pesquisa e desenvolvimento, mas também de produção de vacinas.

Outro motivador aí para a gente, dentro desse instrumento, é que, no Brasil, além das pandemias, a gente vive cercado de epidemias. O Prof. Kalil aqui trouxe o caso da dengue, que talvez vá ser um caso de sucesso para o país no desenvolvimento e produção de vacinas, mas a gente também celebrou – não positivamente, negativamente – os dez anos de zica neste ano, 2025. E quem conviveu dentro da saúde com o surto de zica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO ROCCA (*Por videoconferência.*) – ... em 2015 viu quão trágica foi aquela situação no Brasil. E até hoje nós não temos uma vacina de zica. De quem é o interesse de ter uma vacina de zica? É um interesse global? É um interesse de grandes corporações desenvolver? Tenho minhas dúvidas, muitas delas interromperam o desenvolvimento dessa vacina. E aí hoje temos dez anos do que aconteceu em 2015, amanhã nós podemos nos ver de novo no meio dessa tragédia. E é interesse do Brasil desenvolver uma vacina e até liderar o desenvolvimento de uma vacina. Os maiores pesquisadores de zica estão no Brasil. Então, é um problema local.

A gente fala muito da regionalização da capacidade produtiva, mas esse tipo de iniciativa vai também trazer a regionalização de todo o ecossistema. O Brasil é superdependente de importar esses serviços. Então, laboratórios para estudos pré-clínicos, laboratórios para exames de sorologia, laboratórios para qualificação dos materiais de partida para desenvolvimento, enfim, tudo aquilo das lições aprendidas que nós vemos das vacinas que iniciaram o desenvolvimento em covid aqui no Brasil passaram. A gente tem que fomentar isto: trazer esse ecossistema para dentro do Brasil para catalisar o desenvolvimento e mudar o panorama de estudos clínicos que nós temos no Brasil, majoritariamente estudos de Fase III. Somos um grande gerador de dados de Fase III, de grande volume para vacinas, porém, quando nós olhamos a nossa participação em estudos de Fase I, é muito pequena. E esse é o cenário que a gente tem que mudar e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO ROCCA (*Por videoconferência.*) – ... é um fato relevante que este PL vai trazer para esse ecossistema como um todo.

Essa era a intervenção que eu preparei para hoje. Espero ter contribuído com algumas informações para a discussão.

Fico à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Tiago Rocca, Diretor de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios da Fundação Butantan.

Neste momento, eu passo a palavra à Dra. Daniela Ferreira, Professora Titular em Vacinologia do Departamento de Pediatria da Universidade de Oxford.

Doutora, por favor, controle o tempo por aí – oito minutos –, está bem? Obrigado.

A SRA. DANIELA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada. É um prazer enorme estar aqui hoje. Gostaria de agradecer a iniciativa, gostaria de agradecer a todos os Senadores e aos meus colegas que estão aqui.

Quero começar inicialmente a falar um pouquinho sobre a minha qualificação para poder dar o meu parecer hoje e a minha associação com as instituições no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Professora da Universidade de Oxford, no grupo que desenvolveu a vacina Oxford/AstraZeneca. Trabalho bem próximo ao Prof. Sir Andrew Pollard, que foi quem fez todo o desenvolvimento clínico da vacina. Eu sou também diretora de todos os modelos humanos de infecção controlada, que é uma área que eu vou brevemente mencionar para todos vocês aí, e sou diretora também de um grupo de pesquisa na Escola de Medicina Tropical de Liverpool, onde várias doenças que atingem o nosso país são estudadas, principalmente para parte de vacinas e diagnóstico. Eu sou parte de um comitê aqui na Inglaterra que recomenda todas as vacinas que são utilizadas aqui, que é o Joint Committee on Vaccination and Immunisation. É um comitê importante, que trabalha junto com o Ministério da Saúde e que olha para todas as vacinas que são sendo produzidas, incluindo *travel vaccines,* que são vacinas que são administradas para quem viaja para fora, em países incluindo o Brasil. E eu sou pesquisadora visitante do CT-Vacinas, junto com o Ricardo Gazzinelli. Eu trabalhei e fiz minha educação na USP e no Instituto Butantan por nove anos. Então, eu estive dentro do Instituto Butantan por muito tempo e ainda continuo tendo muitas colaborações com o instituto de pesquisas aí no Brasil.

Vou só mencionar rapidamente alguns fatores que fizeram com que Oxford estivesse rapidamente à frente do desenvolvimento da vacina de covid durante a pandemia – e essa é uma pergunta que frequentemente meus colegas do Brasil fazem. Eu recebi muitos visitantes do CT-Vacinas, do grupo do Ricardo Gazzinelli, do Prof. Jorge Kalil, para virem aqui entender qual a estrutura que nós temos, por que foi possível tão rapidamente – vocês veem aí uma *timeline*, qual foi o tempo – essa universidade, que, eu gostaria de repetir, não é uma empresa, não tem uma grande produção de vacina em termos de financiamento e de tamanho, conseguir produzir uma vacina em um tempo tão admirável durante a pandemia.

E uma das coisas que eu sempre enfatizo é que, antes da pandemia, já havia mais de dez anos de trabalho e financiamento nessa área. Então, a gente não começou do zero. A gente já tinha também trabalhado muito com o vírus Mers. E todas as plataformas e todos os blocos que fizeram possível com que a vacina procedesse pelo vale da morte, produção de lote-piloto, em estudos de Fases I, II e III, já estavam todos colocados no lugar. Isso é uma coisa muito importante. Então, do momento em que a sequência do vírus foi liberada, que foi logo em janeiro de 2020, até a produção da primeira dose-piloto na Universidade de Oxford, foi praticamente um mês. Portanto, foi muito rápida aquela aceleração e, dois meses depois, nós já estávamos em ensaios de Fases I e II.

Agora, o que foi essencial para isso acontecer? E todo mundo, obviamente, pensa que – nós sabemos que investimento é importante – você precisa, talvez, de prédios maravilhosos e coisas muito grandes, mas, na verdade, eu queria mostrar que esse é o prédio, essa é a Facility, em que o primeiro lote de ensaio I foi produzido – o primeiro lote-piloto, as primeiras 400 doses para o ensaio de Fase I. Então, não é nada extraordinário, mas foi uma atitude de "vamos fazer" que realmente mudou e foi também um financiamento contínuo.

Quero enfatizar que a vacina, obviamente, foi a única vacina fornecida a preço de custo: enquanto todas as outras vacinas, incluindo a Pfizer, tinham um preço com *profit*, a AstraZeneca, com o acordo com a Universidade de Oxford, forneceu a vacina a preço de custo. Isso é uma coisa que o Brasil, principalmente, um país que precisa da autonomia de produção de vacinas, consegue fazer com a produção no Instituto Butantan e na Fiocruz. Isto é algo que nós devemos celebrar: essa parte dos blocos já está no lugar em que nós precisamos.

Agora, quais são os pontos que eu acho críticos para o Brasil e que são alguns desafios, mas eu também acho que são oportunidades únicas que nós temos no Brasil? Obviamente que investimento é

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algo importante, mas o investimento tem que ser contínuo e de longo prazo, não só em projetos de pesquisa, mas também em infraestrutura para tudo, para laboratórios...

E o Senador mencionou os laboratórios que estão sendo construídos, não só a expansão de CL-3, mas também de categoria 4 no Cnpem. Eu fui visitar o pessoal lá em Campinas, que é a minha região, e é impressionante como vai ser realmente algo transformador para o Brasil e para sua capacidade, mas nós precisamos muito também de uma infraestrutura para a produção de lotes-piloto e ensaios de Fase clínica I, que é algo em que obviamente o CT-Vacinas está muito bem posicionado no Brasil para poder melhorar essa parte translacional que nós precisamos.

E a tecnologia e inovação nacional para dar autonomia vem não só na parte de novas plataformas, mas também no desenvolvimento clínico. A gente falou muito do vale da morte aqui e é importante mencionar que todos nós mencionamos isso, mas eu não acho que isso acontece apenas entre a parte do desenvolvimento e de estudos de Fase I. Eu acho que, no Brasil, nós estamos numa posição de oportunidade única, com uma população muito grande, geneticamente diversificada, em que nós temos oportunidade de fazer ensaios III. No Butantan, por exemplo, com a vacina da dengue, foi astronômica essa capacidade com o grande ensaio que foi feito, mas eu posso dizer que mundialmente você também tem um vale da morte para os ensaios de Fases II e III, porque eles são muito caros e, dentro de indústrias que são menores, eles não conseguem fazer isso. Então, um projeto de parceria para que você consiga fazer uma *in-licensing* dos produtos no Brasil e continuar fazendo os ensaios de Fase III no Brasil seria algo também que eu acho que ajudaria muito o desenvolvimento da nossa capacidade técnica dentro do Brasil.

Uma coisa que eu quero também mencionar é essa parte de inovação em ensaios clínicos. Obviamente, como o Prof. Kalil mencionou, quando a vacina da dengue estava pronta, nós tínhamos perdido aquele *outbreak* da dengue e tivemos que esperar até os casos aumentarem. Bom, aqui no Reino Unido e em outros lugares, nós fazemos modelos humanos de infecção controlada, em que a gente consegue infectar pessoas e consegue, de uma maneira muito controlada e segura, ter uma resposta rápida se as vacinas e os produtos funcionam ou não.

É importante mencionar que essa parte de infraestrutura e de investimento no Brasil tem que ser acompanhada pelos comitês de ética e regulatórios. Também acho que a Anvisa fez um papel sensacional durante a pandemia, mas nós precisamos de muito pragmatismo, agilidade e proporcionalidade, principalmente nos comitês de éticas, em como a gente vai poder fazer essa parte translacional no Brasil.

Uma enorme barreira que nós temos no Brasil no momento, por exemplo, é que é impossível remunerar participantes em estudos clínicos, a não ser em estudos de Fase I. Isso é algo que não acontece em nenhum outro país, nem em países muito precários na África, onde comitês de ética aprovam que você faça essa remuneração de uma maneira adequada e proporcional ao rendimento das pessoas no país.

Quero terminar mencionando que em agosto do ano passado eu, juntamente com o Prof. Helton Santiago, do CT-Vacinas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – ... fizemos um *workshop* no Brasil sobre modelos de infecção controlada, sobre como esses modelos são importantíssimos para acelerar o desenvolvimento de vacinas no Brasil. Foi muito sensacional, porque, na verdade, nós tivemos a oportunidade de receber várias pessoas de renome e liderança no Brasil, foi um debate muito

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtivo. E, obviamente, nós gostaríamos de colocar o Brasil no mapa desses tipos de estudos que são importantíssimos para acelerar o desenvolvimento de vacinas, porque, quando você tem dez candidatos vacinais e todos vão para a Fase I, você vai ter que decidir naquele momento qual dos dez você vai... de Fase III. E, naquele momento, é importante ter novos modelos para testar esses candidatos vacinais, porque você não pode fazer ensaio de Fase III com todos os dez e esses modelos humanos podem ajudá-lo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – ... a falar qual dos dez tem a melhor capacidade produtora e qual você pode realmente levar para os ensaios de Fase III e continuar.

Então, só para terminar, quero mostrar que esse tipo de estudos já acontece em vários países do mundo, e acho que realmente seria importantíssimo nós colocarmos o Brasil no mapa nessa área de inovação tecnológica para acelerar o desenvolvimento de vacinas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Daniela Ferreira, Professora Titular em Vacinologia do Departamento de Pediatria da Universidade de Oxford. Parabéns pelo trabalho.

Eu gostaria neste momento de convidar o Dr. Andrew Simpson, Diretor Científico da Orygen Biotecnologia, para sua exposição.

O SR. ANDREW SIMPSON (Para expor.) – Obrigado pelo convite. Parabéns pela iniciativa.

Eu sou Andrew Simpson, sou Diretor Científico da Orygen. Eu sou um britânico naturalizado brasileiro.

Eu comecei a trabalhar no Brasil em 1990, fiquei aqui até 2002. Durante esse período, eu fui o Coordenador do Projeto Genoma, que foi um grande sucesso do Brasil. E qual foi o grande segredo do sucesso? Focar recursos num projeto só, não dando muito dinheiro para poucas pessoas... pouco dinheiro para muitas pessoas, mas financiamento para uma coisa dar certo. E deu certo: colocou o Brasil no mapa da biologia molecular e genomas.

Depois disso, fui para os Estados Unidos, fui Diretor Científico do Instituto Ludwig mundialmente, mas sempre quis voltar para o Brasil. Para quê? Entrar nesse vale da morte. Eu tive muito sucesso como cientista, mas quis fazer mais do que pesquisa. Eu quis dar uma contribuição prática para o mundo, e a única maneira de se fazer isso é transferir ciência para produtos.

Então, eu tive a oportunidade de voltar quando a Eurofarma e a Biolab, dois grandes farmacêuticos brasileiros, formaram uma pequena empresa de pesquisa e desenvolvimento para biotecnológicos, que se chama Orygen, e me convidaram para liderá-la. A Orygen, hoje em dia, tem um produto. A Orygen vai ser um grande fracasso ou um grande sucesso: temos um produto. E o que nós estamos fazendo? Produzindo uma coisa que foi mencionada aqui, mas provavelmente ninguém nem percebeu. Quando se faz uma vacina com proteínas, como o Ricardo faz, como o Kalil faz, a proteína sozinha não faz nada. Você precisa estimular o sistema imune para fazer uma vacina. A proteína precisa de adjuvantes para se fazer a vacina. Quanto mais forte for seu adjuvante, melhor a vacina. Com adjuvantes fortes, como são células T, faz-se uma vacina não só de proteção, mas também de tratamento de doenças complexas, como câncer, Chagas, leishmaniose, etc. E não tem ninguém que produza adjuvantes no Brasil. Então, decidimos: é isso que nós vamos fazer.

Fizemos uma pesquisa e percebemos que existe um ótimo adjuvante em nível experimental – nunca produzido em nível comercial –, decidimos produzi-lo no Brasil e licenciamos esse produto – eu

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vou rápido aqui – da empresa Oncovir. Esse produto se chama Hiltonol, é um grande estimulador do sistema imune e vai ser produzido somente no Brasil e exportado para o mundo. Nós vamos vender – vender – para a Oncovir nos Estados Unidos, para vacinas para tratamento de câncer. Quem vai produzir? A Eurofarma. A Eurofarma tem um dos melhores parques industriais farmacêuticos do mundo. Já está autorizado pela FDA para produzir o Hiltonol. E o que nós estamos fazendo? Disponibilizando o Hiltonol para os pesquisadores, como o Kalil; principalmente para o Ricardo; Leda Castilho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro... Eles pegam o Hiltonol, adicionam o antígeno, e o que você tem? Grandes vacinas. Nós estamos disponíveis, na Eurofarma, para transformar essas vacinas de bancada em produtos nacionais e também distribuir e vender como alternativa do SUS.

Lá na CT-Vacinas, já produziram duas ou três vacinas usando o Hiltonol, de forma experimental: contra doença de Chagas, grande sucesso; contra covid, grande sucesso. E foi durante esses experimentos que descobrimos que o Hiltonol sozinho também protege contra doenças respiratórias.

No período de pandemia, quando não se tem vacina – sempre vai ter um ano em que não se tem vacina –, aplica-se só o imunoestimulante. Ele protege por duas semanas. Podem continuar dando para os seus médicos, os políticos e pessoas grandes do país para evitar aquele *lockdown* até a vacina chegar – só com o imunoestimulante.

De grande importância para nós, foi recentemente assinado ontem o financiamento da Finep. Por que isso foi tão importante? Primeiro: o dinheiro é importante. Segundo: isso deu uma credibilidade para nós, da Orygen, aos olhos dos donos da Eurofarma e da Biolab, porque eles têm que escutar um pesquisador que sempre fala "isso vai ser bom, vai ser bom", mas não fez nenhum lucro em 13 anos. O grande aval do Governo dá uma credibilidade para nós.

Também o Ricardo recebeu para a Fase I de Leishmania, usando o retinol. E o que mais me deu satisfação foi o seguinte: uma fundação privada, com dinheiro privado, também dando apoio para o Ricardo. Se isso der certo, e eu entrar na Fase I, a intenção da fundação é investir; não simplesmente dar dinheiro, mas investir. E, se der certo, recebe uma parte do lucro para reinvestir em outra pesquisa anterior.

Mas, de modo geral, para todas essas ideias, o brilhantismo das ciências, o brilhantismo das empresas farmacêuticas brasileiras não pode ser subestimado; para qualquer canto do Brasil, você tem farmácias cheias de produtos de excelência produzidos no Brasil. O que nós temos que fazer é colocar esse brilhantismo com o brilhantismo de cientistas, e o Brasil virar uma potência de inovação em ciências. Para isso acontecer, temos que ter o benefício desse projeto de lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDREW SIMPSON – ... do Senador Alessandro Vieira e do Senador Astronauta Marcos Pontes. Eu quero enfatizar, focar na coisa da excelência, focar na coisa do sucesso, não tentar fazer tudo e focar em vacinas, e vai dar certo para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Dr. Andrew Simpson, Diretor Científico da Orygen Biotecnologia.

Quero anunciar a presença aqui também do Senador Alessandro Vieira. Ele é o autor do Projeto de Lei 4.467, de 2021, do qual sou o Relator, e é a razão desta audiência pública.

Senador, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Relator Senador Astronauta Marcos Pontes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que os especialistas têm posição unânime sob o ponto de vista de reconhecer a importância, a relevância do projeto. O Brasil precisa desenvolver imunobiológicos; o Brasil precisa ter autossuficiência na produção de vacinas. Toda a evidência científica caminha nesse sentido, e não cabe, por uma eventual percepção equivocada de que você vai ter dificuldade para financiamento de outras iniciativas, inibir justamente uma iniciativa fundamental como essa.

Nós vivenciamos na pele isso, Marcos, Izalci, colegas Senadores e presentes. Nós vivenciamos isso. No momento em que houve uma demanda excessiva por imunobiológicos, os países que detinham o poder de produção fizeram a distribuição de acordo com sua conveniência econômica, geopolítica. Então, um país com a dimensão continental do Brasil, com o orçamento e a economia pujante que o Brasil tem, não pode mais permanecer nessa situação. E nós temos já o fundo dedicado para essa finalidade, absolutamente compatível.

Então, eu rogo para que a gente consiga avançar com urgência nesse projeto, que é fundamental para a ciência brasileira, para a defesa da saúde dos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira. Obrigado por se preocupar com a ciência e tecnologia. Sem dúvida nenhuma, nós temos aqui um consenso da importância do investimento estratégico, continuado, consistente no setor, e isso, sem dúvida nenhuma, tem a sua importância, agora e no futuro, na proteção do país contra novas pandemias. Então, obrigado e parabéns pela iniciativa.

Eu acabei de receber a notícia aqui, que eu lamento, do falecimento do Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Fuad Noman, aos 77 anos, com insuficiência respiratória, devido a linfoma não Hodgkin. Então, meus pêsames à família e a todos em Belo Horizonte.

Bom, nós tivemos a apresentação de todos os nossos convidados e, neste momento, eu gostaria de ler novamente as questões que foram enviadas pelo e-Cidadania, e os comentários também.

Depois dessa leitura, eu vou passar a palavra novamente aos nossos convidados, para que eles, ao mesmo tempo, façam suas considerações finais e respondam as questões que acharem convenientes, que estão dentro do seu escopo. Eu acredito que todos devem ter recebido essas perguntas e comentários.

Então, eu vou seguir aqui com a leitura.

Perguntas:

Novamente aqui do Lucas, do Amazonas: "Existem incentivos para fortalecer a pesquisa [sobre vacinas] em universidades e instituições públicas [...] do Brasil?".

Milene, do Rio de Janeiro: "Quais as verbas que serão destinadas para pesquisa [...] [de] novos tipos de cepas da covid?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Quais desafios e oportunidades o Brasil enfrenta para investir em inovação e pesquisa de vacinas com o PL 4.467/2021?".

Bianka, de Pernambuco: "Como fortalecer a produção nacional de vacinas pode beneficiar o SUS e o [...] [Programa Nacional de Imunizações]?".

Cármen, de Santa Catarina: "Como o PL 4.467/2021 pode reduzir a dependência externa e impulsionar a inovação na produção nacional de vacinas?".

Thaynara, de Minas Gerais: "Quais os principais entraves para ampliar a capacidade produtiva nacional de vacinas a curto e médio prazo?".

João, do Paraná: "Há proposta de direcionamento de bolsas de pesquisa da Capes e investimentos de fontes de fomento para a produção de vacinas nacionais?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que a Capes é a entidade do Ministério da Educação para bolsas na área de formação em educação; e o CNPq, o responsável pelos investimentos na pesquisa no Brasil.

O Francisco, do Piauí: "Quais são os principais gargalos que impedem o Brasil de ter produção de vacinas mais autônoma? E como o PL 4.467/2021 pretende superá-los?".

Comentários:

Marcelo, do Paraná: "Investir em ciência, pesquisa e produção científica é uma necessidade para o nosso país [...] [sair da dependência externa]".

Pedro, de Pernambuco: "Valorizar vacinas nacionais exige valorizar o cientista brasileiro: melhores bolsas, oportunidades de emprego e mais saúde mental".

Jefferson, da Bahia: "[...] O país precisa ter autonomia no processo de fabricação de vacinas, vamos em frente [...] [com esse] propósito [...]".

Mais comentários:

Júlia, do Distrito Federal: "Fortalecer as parcerias com universidades pode fortalecer o desenvolvimento nacional de vacinas".

O Vinícius, de Minas Gerais: "A produção de vacinas em solo nacional é essencial para combater endemias pouco exploradas por países produtores de vacinas".

O Jairo, de Santa Catarina: "Investimento permanente (política de estado) em pesquisa (CT&I) é a chave para acabar com nossa dependência mundial para produzir vacinas!".

Lidas as perguntas e os comentários – eu agradeço a todos que enviaram seus comentários e participaram através do nosso e-Cidadania –, agora, então, eu retorno a palavra aos nossos apresentadores, aos nossos convidados, para que eles façam seus comentários finais e aproveitem este período para responder àquelas perguntas, no tom das perguntas, que foram enviadas, àquelas que julgarem mais convenientes.

Eu começo... Como o Prof. Jorge Kalil não está presente, eu começo, então, passando a palavra ao Dr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro Nacional...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, passo a palavra novamente ao Dr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro Nacional de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais, para seus comentários finais e para responder às perguntas que achar conveniente, por três minutos.

Gazzinelli, então, a palavra é sua.

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiro, eu gostaria de parabenizar pelas excelentes apresentações os colegas, os Senadores. Tocaram realmente em pontos centrais dessa questão.

Só para esclarecer, eu acho que, quando a gente pensa na pesquisa aqui, nós temos que pensar na pesquisa mais fundamental, na pesquisa de desenvolvimento, que seria intermediária, e na produção. Eu entendo que aqui, nesse projeto de lei, nós estamos falando muito mais dessa pesquisa inicial e da pesquisa de inovação.

Na produção, o Brasil vai relativamente bem, considerando Bio-Manguinhos e o Butantan. Obviamente, há um grande desejo também de participação do setor privado nisso. E, com certeza, nós temos algum tipo de financiamento para a pesquisa mais fundamental, mas é realmente para fazer essa mudança que nós estamos chamando de vale da morte, para a qual você precisa de uma magnitude de investimento diferente, bem maior, e esse investimento é raro no Brasil. Então, por exemplo, o Brasil

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

teve um programa para criar centros de inovação, que são, basicamente, para a pesquisa de desenvolvimento e inovação. Realmente, isso aí tem um custo de sustentação. E esses institutos, em geral, não têm o ganho financeiro da produção. Então, eu acho que este é um ponto: você tem que criar centros de inovação e eles necessitam de sustentabilidade.

Como é que o SUS e a população podem se beneficiar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (*Por videoconferência.*) – Obviamente, importar tecnologia, às vezes, é uma solução mais imediata, mas o desenvolvimento nacional é fundamental. Nós temos doenças que não são de interesse das farmacêuticas no exterior. Então, é fundamental que o Brasil resolva os seus próprios problemas.

E vou dizer mais: vamos olhar para as vacinas de covid hoje. No começo, nós tivemos o atraso de chegada delas ao país, porque primeiro são os países que desenvolveram a vacina, mas hoje nós temos o problema da atualização. Se você for fazer um estudo, todas as...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (*Por videoconferência.*) – ... vacinas atualizadas, no Brasil, chegam após a onda da subvariante terminar. Então, nós estamos recebendo atrasado todas as vacinas atualizadas. Isso, se fosse feito no Brasil, atenderia muito mais rapidamente. Então, esse é um problema que nós continuamos vivendo em relação à covid, e nós sabemos que a covid não vai embora.

E, finalmente, eu acho que dos gargalos o que já foi muito feito aqui é a infraestrutura e a *expertise* de fazer essa mudança da prova de conceito até levar para a Anvisa, para o ensaio – foi dito aqui que o Brasil tem bastante experiência com a Fase III –, mas eu acho que a outra questão é realmente arrumar formas de estímulo desses centros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TOSTES GAZZINELLI (*Por videoconferência.*) – ... de inovação com as farmacêuticas. E eu acho que o exemplo da Orygen é um ótimo exemplo, e eu acho que é importante o envolvimento do setor privado e, obviamente, do setor estatal também em estar mais próximo para, depois da inovação, poder haver a transferência.

Então, realmente, eu gostaria de parabenizar a todos de novo. E quero reafirmar a importância desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Dr. Ricardo Gazzinelli, Coordenador do Centro Nacional de Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu passo a palavra agora, para as suas considerações finais, para o Dr. Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para, então, os seus comentários finais e respostas a alguma pergunta que achar adequada, durante três minutos.

Com a palavra.

O SR. LEANDRO PEDRON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado novamente, Senador Marcos Pontes.

Eu acho que ficou muito claro que a gente está muito unido para a mesma luta. Foi um consenso aqui a importância de o Brasil ter um investimento conciso e perene ao longo do tempo, mantido independentemente de quaisquer variáveis, para que, se a pesquisa especificamente para a área de

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vacinas imunobiológicas é sabida que é demorada, ela consiga ter esse tipo de financiamento ao longo do tempo, garantindo uma soberania nacional ao atendimento ao interesse público. Acho que isso responde a alguns tipos de perguntas que foram tratadas sobre a importância. Sempre também... Acho que é relevante deixar claro que essa possibilidade de ação unificada entre os Poderes Executivo e Legislativo, através de emendas, através de unificação dos projetos, que permitam essa força conjunta para atender a esses gargalos, também é muito importante e traz uma resposta para a população de maneira muito ampla.

Passado isso, eu só queria agradecer novamente. Senador, obrigado pelo convite. Quero parabenizar pela organização e estender os parabéns também aos demais apresentadores, painelistas que trouxeram contribuições significativas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Dr. Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Tiago Rocca, Diretor de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios da Fundação Butantan, para os seus comentários finais e resposta a alguma pergunta, por três minutos.

O SR. TIAGO ROCCA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, eu vou pegar duas perguntas.

Desculpa, foi um projeto para uma próxima reunião, mas...

Com relação à pergunta, "já existe o suporte para pesquisa?". Sim.

No nosso caso, aqui no Estado de São Paulo, mas isso também se aplica a outros estados, a Fapesp, as agências locais de fomento, tem um papel importante no fomento à pesquisa e à inovação de vacinas, mas são recursos que no fim são limitados e a ideia é a gente alavancar a inovação no Brasil.

E a outra pergunta é referente aos gargalos de produção, que não é o escopo desse PL, mas que é importante mencionar. Está sendo revisitada a Nova Indústria Brasil, o PAC tem investido bastante, e o que é importante dizer? Nós estamos passando por um momento de atualização tecnológica, ou seja, até plataformas tecnológicas que não existiam antes dessa última pandemia, por exemplo, as vacinas à base de RNA, DNA, hoje são uma realidade e isso reflete não só em novas pesquisas e desenvolvimentos, mas até em atualização de novos investimentos no parque industrial.

Então, esses investimentos têm que caminhar juntos, desde a bancada até a atualização do complexo industrial, caso contrário a gente vai ficar, daqui a dez anos, com um complexo desatualizado e obsoleto.

No mais, acho que são essas as duas perguntas que eu me interessei em dar alguma resposta.

Agradeço o convite, em nome do Butantan, para participar dessa audiência e parabenizo todas as brilhantes exposições que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Tiago Rocca, Diretor de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios da Fundação Butantan.

Passo agora a palavra à Dra. Daniela Ferreira, Professora Titular em Vacinologia do Departamento de Pediatria da Universidade de Oxford, para as suas considerações finais e respostas a perguntas, durante três minutos.

Obrigado.

A SRA. DANIELA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

Eu queria começar só realmente para enfatizar o que o Ricardo já falou, acho que a gente obviamente está falando de produção de vacinas, mas, na verdade, o maior problema que nós temos

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no momento no Brasil é essa parte do desenvolvimento de bancada e de como você faz a *translational* para os ensaios de Fase I. Isso está muito associado ao treinamento de pessoas também.

Então, uma das perguntas que eu gostaria de responder aqui é exatamente sobre a parte de investimento de que nós precisamos no Brasil: não é só numa questão de investimento de infraestrutura e de projetos com valores mais altos, porque, como o Ricardo mencionou, atualmente o nível de financiamento que nós vemos para projetos no Brasil é muito inferior aos necessários para alguns desses ensaios clínicos que custam realmente mais dinheiro, mas precisamos investir em pessoas, em treinamento e em retenção de pessoas.

Gostaria só de enfatizar que um dos motivos por que eu na verdade resolvi sair do Brasil há 15 anos foi porque eu estava cansada de fazer vacina que funciona para camundongo e eu realmente queria fazer um impacto no mundo, no qual eu iria aprender a fazer ensaios clínicos, iria mover vacinas até o final, quando eu vejo uma vacina ser implementada num programa nacional de saúde.

E é isto que nós precisamos realmente treinar no Brasil: pessoas que vão não só saber fazer, mas que vão ter uma oportunidade de trabalho, de continuar dentro de indústria e de academia dentro do Brasil.

Isto é uma coisa muito importante: valorizar essa parte dos cientistas por trás dessa parte da infraestrutura de que nós precisamos.

Eu quero mencionar que isso de que nós estamos falando aqui – a gente falou muito de autonomia brasileira, falamos de nacionalismo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – ... durante a pandemia – é uma questão importante para a economia do Brasil também: investimento em ciência e tecnologia gera retornos econômicos para o país e para o Estado, e é muito importante que isso seja realmente falado e evidenciado com números. Eu não tenho os números aqui, mas, em outros países, realmente se tem demonstrado que isso é um dos focos do Governo, justamente porque investir nessa parte vai retornar investimentos para o país. Eu acho que isso é importante de se ressaltar também.

Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui; foi um prazer. Realmente, vocês têm todo o meu apoio. Esse é um projeto muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Obrigado à Dra. Daniela Ferreira, Professora Titular em Vacinologia do Departamento de Pediatria da Universidade de Oxford. Parabéns pelo trabalho e pelos comentários.

Eu passo agora a palavra, finalmente, para o Dr. Andrew Simpson, Diretor Científico da Orygen Biotecnologia, para os seus comentários finais.

O SR. ANDREW SIMPSON (Para expor.) – Obrigado.

Eu concordo com o comentário do Jairo, de Santa Catarina, de que precisa de investimentos permanentes, e eu concordo com o Marcelo, do Paraná, que isso tem que ser investimento em pesquisa. Também concordo com a Júlia, do Distrito Federal, que esse investimento tem que fortalecer parcerias, e com o Vinícius, de Minas Gerais, sobre parcerias com a produção e que precisamos colocar todas as forças juntas – pesquisa, produção – para o Brasil virar uma potência mundial em vacinas.

Há uma última coisa que eu gostaria de falar: não vamos esquecer as vacinas veterinárias. Não tem ninguém aqui do Mapa; não tem ninguém aqui da área da agricultura. Vacinas também são fundamentais para a grande indústria brasileira, que é a agricultura, e para todos os bichos de estimação que a gente ama. Então, tudo isso pode vir junto e fortalecer essa grande iniciativa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Dr. Andrew Simpson, Diretor Científico da Orygen Biotecnologia.

Eu anuncio aqui, antes de encerrar, a presença do Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso. O Senador Wellington tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Ministro e nosso companheiro Senador Astronauta, Sr. Andrew, eu primeiro gostaria de registrar aqui o trabalho que o Ministério da Ciência e Tecnologia fez sob a sua liderança. Muitos falam: "O Presidente Bolsonaro era contra a vacina" – foi o Governo que mais comprou vacina! E o investimento também foi um investimento muito pesado, feito na época do Governo, inclusive, não só na aquisição, mas também nas pesquisas, o que eu acho que é importante.

O Morales, que era Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia à época, também está aqui. Principalmente, tivemos muitas audiências públicas, fomos à Fiocruz, fomos a algumas indústrias... Eu quero aqui, inclusive, antes, registrar que eu fui autor do projeto de lei para que a gente tivesse, naquele momento – quase que num desespero, também, mas tínhamos que buscar todas as alternativas –, a possibilidade de usar a indústria farmacêutica veterinária para fazer as vacinas humanas. E visitamos, com isso, a maioria das indústrias que se colocaram à disposição, assim como visitamos o Butantan e o Fiocruz. Foi criada uma comissão especial, esse projeto foi aprovado, e acredito que a gente tem que estar sempre atento, Ministro e hoje Senador Astronauta, e ainda continuar discutindo essa situação, porque quem sabe o que vai acontecer amanhã? A gente não sabe. A possibilidade de uma nova pandemia existe. Então a gente tem que estruturar as possibilidades que o país tem. Como nós somos um grande produtor, principalmente de proteína animal, mas, mais especificamente, somos também um grande produtor de vacinas, temos um parque extremamente grandioso...

As pessoas não sabem, mas nós temos um grande programa de erradicação da febre aftosa, e, por isso, o Ministério da Agricultura, ou seja, o Governo Federal desenvolveu todas as pesquisas, permitindo que a gente tivesse o maior programa mundial para a erradicação da febre aftosa com a vacina de febre aftosa. É uma estrutura extremamente complexa e bem-organizada, eu diria que até mais organizada do que a da saúde humana, no caso de vacina, porque todo o complexo da produção de vacina veterinária, todas as fábricas produzem, e depois é enviada para uma central de rotulagem lá em Campinas. Essa vacina toda vai, toda vacina, mesmo a importada, vai para essa central de rotulagem, recebe uma rotulagem com a tecnologia alemã, que é inviolável, e, portanto, o governo tem o controle de toda vacina animal no Brasil, todo o controle. Se houver alguma geladeira lá numa casa veterinária que teve problema, o governo tem esse controle e sabe imediatamente. E todo esse processo é feito pela iniciativa privada; o governo não gasta nada. Então, quando se libera a campanha de vacina da aftosa, em quatro dias isso está no Brasil inteiro, e tudo pela iniciativa privada. São os fazendeiros que pagam a conta, é o produtor que paga a conta. E a vacina de febre aftosa é o mesmo vírus... são, na verdade, dois vírus e 5ml, enquanto a vacina humana é um vírus só e 0,5ml. Então, o custo de uma vacina de febre aftosa hoje não dá R$2, para chegar na ponta, lá.

Então nós teremos e temos condições de produzir vacina no nosso parque industrial de forma muito grandiosa, mas o Governo – eu quero salientar aqui, Senador Astronauta Marcos Pontes – investiu muito na Fiocruz. Sob a sua administração, foi muito investimento feito na Fiocruz, e o Butantan também recebeu. Então essas duas instituições públicas avançaram muito no seu parque industrial em função da covid.

Mas aqui, especificamente, eu quero dizer que esta Comissão tem um papel importante sob a sua liderança, Ministro Marcos Pontes, Senador Marcos Pontes, porque a gente não pode perder esse foco

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de estar sempre atento. A pandemia foi da covid, mas temos que estar alertas sempre. Por isso, eu quero parabenizá-lo pela propriedade, pela oportunidade de estarmos fazendo aqui esta audiência pública para discutir um assunto tão relevante e tão importante e estratégico para o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Eu me lembro bem das nossas conversas no ministério, inclusive sobre a possibilidade de utilização dos laboratórios para a saúde animal, para poder ampliar o nosso parque.

Obrigado.

Eu gostaria, neste momento, então, de agradecer a presença de todos, daqueles que estão aqui na nossa sala de audiências, mas também daqueles que nos acompanharam através da rede do Senado e da TV Senado.

Quero agradecer novamente aos nossos convidados: parabéns pelo trabalho que vocês fazem pelo Brasil, parabéns pelas palavras aqui, pelos ensinamentos que nós tivemos! Quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira, também, pelo seu projeto de lei, que foi a base para esta audiência pública.

E, neste momento, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta sessão.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5153329960

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Wilder Morais, Augusta Brito, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dr. Hiran e Cleitinho. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val e Astronauta Marcos Pontes, conforme os Requerimentos REQ 138/2025-CDIR e REQ 69/2025-CDIR, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União: Aviso nº 186 - GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 426/2025, proferido no processo que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15 de outubro de 2021, com a finalidade institucional de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal; Aviso nº 287 - GP/TCU, encaminhando para a ciência cópia do Acórdão nº 1939/2024, proferido no processo que trata de pedido de reexame interposto pela União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, em face do Acórdão nº 898/2024-Plenário, que resultou de acompanhamento realizado pelo tribunal com a finalidade de monitorar a implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental, previamente conhecido como Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação. A Presidência comunica também o arquivamento dos Avisos nº 967 e 1010 - GP/TCU, lidos na 2ª Reunião, realizada em 12 de março de 2025, e do Aviso nº 183 - GP/TCU, lido na 3ª Reunião, realizada em 19 de março de 2025, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), com a finalidade de discutir os aspectos da Ciência e Tecnologia na incorporação de medicamentos, procedimentos, equipamentos ou produtos no SUS (Sistema Único de Saúde), em comemoração ao Dia Mundial das Doenças Raras, que ocorre no dia 28 de fevereiro, com a participação de Thiago Moraes, Coordenador-Geral de Ciências para Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Pedro Ribeiro Barbosa, Diretor Presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP); Márcia da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (ABET); Andreia Bessa, Diretora Jurídica da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas); e Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde (MS). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
Portal Multimídia

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

– Aviso nº 186 - GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 426/2025, proferido no processo que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15 de outubro de 2021, com a finalidade institucional de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal;

– Aviso nº 287 - GP/TCU, encaminhando para a ciência cópia do Acórdão nº 1939/2024, proferido no processo que trata de pedido de reexame interposto pela União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, em face do Acórdão nº 898/2024-Plenário, que resultou de acompanhamento realizado pelo tribunal com a finalidade de monitorar a implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental, previamente conhecido como Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação.

Os expedientes lidos serão publicados na página da Comissão, da CCT, pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise das matérias por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência comunica também o arquivamento dos Avisos nºs 967 e 1010, do TCU, lidos na 2ª Reunião, realizada em 12 de março de 2025, e do Aviso nº 183, do TCU também, lido na 3ª Reunião, realizada em 19 de março de 2025, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de discutir os aspectos da ciência e tecnologia na incorporação de medicamentos, procedimentos, equipamentos ou produtos no SUS (Sistema Único de Saúde), em comemoração ao Dia Mundial das Doenças Raras, que ocorre, anualmente, no dia 28 de fevereiro. Isso tudo em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2025 - CCT, de minha autoria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Participarão desta audiência pública as seguintes pessoas, remotamente, por meio do sistema de videoconferência – e quero dar as boas-vindas, de imediato, a todos os participantes, às participantes também: Thiago Moraes, Coordenador-Geral de Ciências para Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Pedro Ribeiro Barbosa, Diretor Presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP); Andreia Bessa, Diretora Jurídica da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas) e Márcia da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (ABET).

E, presencialmente, estará chegando, daqui a um ou dois minutos, a esta Comissão, em função de dificuldades... (*Pausa.*)

Ah, sim, já está presente aqui, desculpe. Por favor, se puder sentar aqui...

Seja muito bem-vindo!

É que ele estava entrando no Senado, apresentando os documentos também, mas já está presente agora.

Que bom cumprimentá-lo! Seja muito bem-vindo.

Natan Monsores de Sá, presencialmente, que é o Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Que bom que você está aqui! Seja muito bem-vindo, Natan.

Muito bem.

Quero também lembrar que o dia 28 de fevereiro – na verdade, é o dia 29 de fevereiro – é o dia mundial de sensibilização, conscientização e debates sobre o tema doenças raras. Então, é um dia raro, que é 29 de fevereiro, porque só acontece a cada quatro anos. Neste ano não tivemos o dia 29 de fevereiro, então foi no dia 28 de fevereiro.

E, só para externar e para contextualizar, nós temos um número muito elevado de doenças raras, com cerca de 8 mil doenças raras, sendo que, em 10% delas – depois o Natan aborda melhor do que eu –, nós temos algum encaminhamento em termos de pesquisa, de medicamento. Então, há toda uma discussão ainda a ser feita em torno do tema.

E nós sempre pensamos... quer dizer, são poucas pessoas em cada doença rara, mas, como são muitas doenças raras, nós temos um universo de cerca de 13, 14 ou 15 milhões de brasileiros – por aí – que apresentam um quadro de doença rara. Se nós pensarmos que cada pessoa com uma doença rara tem o pai, tem a mãe, tem o irmão e a própria pessoa, nós vamos ver que este assunto interessa diretamente – além de forma indireta, porque o tio, a tia, a avó, o avô, todo mundo pensa na pessoa da família que apresenta um quadro de doença rara – 60 milhões de brasileiros; quer dizer, são 15 milhões de brasileiros, em torno disso ou um pouco menos, de acordo com as estimativas, mas, com pai e mãe, são 60 milhões. Então, o tema interessa a todos.

E, quando nós falamos em doença rara, nós falamos na caminhada dessa pessoa pela vida. O que significa isso? Dependendo da situação, a família tem que ter um aconselhamento genético já antes da gestação. Então, não é só a pessoa; é a organização da família em torno disso também, para se saber o que fazer, caso tenha sido identificada alguma situação.

A pessoa, apresentando o quadro de doença rara, tem que ter o diagnóstico dessa doença. Para ter o diagnóstico, tem que haver centros especializados nisso e médicos, também, com uma formação continuada, como a gente fala – na formação inicial, já se abordarem doenças raras nos cursos de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Medicina, de Enfermagem, de Psicologia, de Fisioterapia, de Terapia Ocupacional, em todas as áreas da saúde, mas também se ter uma formação continuada. E ela precisa ter acesso ao tratamento, medicamento, alimentação... Tudo depende da doença rara, mas ter acesso ao que for necessário para o tratamento.

A família precisa ter o apoio para isso, porque essa pessoa vai continuando também na sua caminhada pela vida e vai precisar, em muitos casos – cada caso tem a sua especificidade –, ver o que é necessário em termos de saúde, de assistência, de trabalho, de educação.

Por isso, há a interface da doença rara aqui em ciência e tecnologia – e eu sei que o ministério também aborda, e nós vamos ter essa abordagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. É um tema que interessa diretamente à saúde também – lógico, incorporação de medicamentos, de tecnologias, todo o debate sobre isso – e também à educação. Essas pessoas vão para a escola, vão para outras... Então, tem que haver essa articulação toda. E com essa articulação nós queremos também colaborar, discutindo o tema com a educação, com a saúde, com a assistência e com outras áreas, para chegarmos a conclusões e convergências que facilitem o bem-estar e a vida das pessoas com doenças raras e o apoio para as famílias.

Então, nesse sentido, só para vocês terem uma ideia, hoje à tarde, tudo indica que vai ser aprovado o Projeto de Lei 5.307, no Plenário, que veio da Câmara dos Deputados, de 2019, que institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa – e Assistência aos Portadores. Só para terem uma ideia, essa é uma doença rara, um quadro raro, então essas pessoas precisam ter assistência, conscientização, orientação, e as outras doenças também.

Sejam todos muito bem-vindos.

Eu quero sugerir, quanto às falas, que primeiro as pessoas que não fazem parte dos ministérios falassem, Natan e também Thiago, inclusive para vocês poderem depois se posicionar em relação ao que tiver sido colocado.

Eu quero dizer que vamos dar para cada expositor... Na verdade, é um tempo de 15 minutos, mas vamos dar dez minutos e, quando passarem os dez minutos, aparecerá uma figura lá, uma campainha, para vocês saberem que tem mais cinco minutos. É claro que a gente não vai interromper ninguém no meio do pensamento, mas é só para vocês se organizarem em termos do tempo, o.k.?

Muito bem.

Agradeço aos meios de comunicação do Senado, que acompanham esta audiência pública, porque esse é um tema que é transmitido para o Brasil todo, dada a repercussão grande que isso tem no Brasil. E queremos, nesta Comissão, dar a ênfase também.

Quero agradecer aqui ao Leomar, ao Itamar e a toda a comissão de apoio aqui, que organizam todos os eventos desta Comissão. Parabéns pelo trabalho também.

E saúdo a todos e todas que estão aqui presentes.

Passamos, em primeiro lugar, então, a palavra, se me permitem, à Andreia Bessa, Diretora Jurídica da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas), para colocar os desafios que as associações enfrentam pelo Brasil e dar esse panorama dos pais, das pessoas, das famílias.

Seja muito bem-vinda, Andreia! Você está remotamente.

A SRA. ANDREIA BESSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Agradecemos imensamente a oportunidade de poder estar presente aqui hoje, mais uma vez, representando os pacientes e as associações de doenças raras, que têm passado por momentos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desafiadores, desde outubro do ano passado, com as recentes decisões que têm impactado diretamente esse grupo de pacientes. Não só os pacientes com doenças raras, mas também pacientes de outras enfermidades têm sofrido os impactos de recentes decisões.

É com grande satisfação que a gente participa hoje deste debate. Com responsabilidade, a gente vem representando esse grupo de associações, principalmente quando o tema é incorporação de medicamentos, terapias e tecnologias no sistema de saúde, especialmente no contexto das doenças raras.

Atualmente, a nossa realidade é marcada por grandes desafios. Pacientes com doenças raras enfrentam inúmeras dificuldades, desde diagnóstico tardio ou incerto, até acesso limitado a tratamentos e terapias inovadoras. Muitas vezes – na maioria das vezes – esses pacientes dependem exclusivamente da disponibilidade de tecnologias avançadas e medicamentos especializados, cuja incorporação no SUS é essencial para a gente garantir a vida digna e de qualidade desses pacientes.

A realidade enfrentada pelas associações revela o cenário em que os critérios rígidos e tradicionais utilizados pela Conitec hoje na incorporação muitas vezes dificultam a inclusão de terapias que poderiam transformar significativamente a vida desses pacientes.

Isso acontece devido a diversos fatores. Um deles é a escassez das evidências clínicas, a randomização de estudos de forma robusta, pela quantidade de pacientes que são estudados. Nós temos um público que não é um público em que dá para serem realizados estudos como os que ocorrem nos casos de hipertensão, diabetes... Então, a gente tem um público muito diferenciado para a randomização de estudos, sem contar que não podemos utilizar métodos como placebo nesses casos, em decorrência da pouca quantidade de pacientes. Isso dificulta significativamente a vida desses pacientes, pela demora da incorporação e pelos critérios como a Conitec analisa atualmente a incorporação desses tratamentos dentro da lista do SUS, para utilização.

Por isso, as nossas expectativas em relação à ciência e tecnologia são imensas. Nós esperamos uma visão mais flexível, mais abrangente das evidências científicas, que considere não apenas os ensaios clínicos tradicionais, mas também os estudos observacionais. Registros de vida real, em especial, permitem uma análise mais completa e sensível à realidade dos pacientes de doenças raras. Hoje falar em registro de vida real para as doenças raras é, de fato, a questão mais impactante quando a gente fala da incorporação de novas tecnologias.

Então, nós acreditamos muito na inovação tecnológica, porque ela pode mudar essa realidade desses pacientes, trazendo tratamentos que nós consideramos revolucionários.

Até dez anos atrás, não se falava em terapias gênicas, a gente não falava em medicamentos de última geração que eram capazes de proporcionar uma melhora significativa na qualidade de vida dessas pessoas.

E, quando a gente fala na melhora significativa da qualidade de vida, nós não estamos falando só do paciente, mas nós estamos falando aqui de toda a família, porque, quando você tem um paciente com uma doença rara na família, não é só o paciente que é impactado, mas toda a sua família. Isso gera um impacto econômico na família, porque são tratamentos mais caros. E, quando a gente fala de tratamento, nós não estamos aqui falando só de medicamentos, mas nós estamos falando de toda a estrutura que cerca esse paciente, como a estrutura psicológica, acesso à educação, acesso a tratamentos multidisciplinares, o conhecimento multidisciplinar para que esse paciente possa fazer seu acompanhamento, e também a família, porque um dos membros, no mínimo, da sua família acaba

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tendo que se distanciar do mercado de trabalho para poder se dedicar exclusivamente ao paciente com doença rara.

Então, quando a gente analisa os critérios de incorporação de uma nova tecnologia para os pacientes com doenças raras, nós teríamos que levar em consideração não só, hoje, como é feito o custo-efetividade, mas a gente deveria levar em consideração, nesse custo, também o retorno dessa família ao mercado de trabalho, a possibilidade de retorno desse paciente ao mercado de trabalho, para ele voltar a ser um cidadão economicamente capaz. Então, tudo isso não é levado em consideração. E, se a gente passasse a fazer o estudo de vida real desse paciente, nós conseguiríamos apresentar, de forma cabal, o quanto essas novas tecnologias trazem de qualidade de vida para esse paciente; e não somente um estudo frio, calculado, sem analisar toda essa jornada do paciente.

Então, além disso, nós esperamos que a ciência e a tecnologia auxiliem nessa redução dessas desigualdades no acesso à saúde, promovendo mecanismos ágeis e eficazes na incorporação do SUS. Para que isso seja viável, defendemos uma maior colaboração e diálogo transparente entre Governo, academia, indústria e sociedade civil, permitindo que as negociações viabilizem preços justos e sustentáveis ao sistema.

Ontem, por exemplo, nós tivemos uma primeira notícia boa, que é a participação da sociedade civil na Conitec. Isso não é tudo, mas já é um passo em direção a que a sociedade civil possa participar e fazer parte do sistema de saúde de forma mais efetiva. Então, participar das decisões do Conitec é conhecer, é poder dialogar e informar para aquelas pessoas que compõem a Conitec o quanto é complicada a jornada desse paciente e o quanto existem outros critérios que podem ser levados em consideração.

Então, as perspectivas são animadoras, mas elas dependem essencialmente do compromisso conjunto de todos os envolvidos. Nós precisamos... É urgente – urge essa importância – que a gente traga um compromisso conjunto de todos os envolvidos. Não podemos mais viver num sistema onde cada um trabalha o seu ponto, e em nenhum momento eles conjuguem, em nenhum momento eles se encontrem.

Então, a sociedade civil é importante para a Conitec, ela é importante para o Governo, ela é importante para as políticas públicas, para que elas, de fato, atinjam a necessidade dessa população. Nós precisamos construir um sistema mais humano, justo, eficiente e que utilize o melhor da ciência e tecnologia para proteger e melhorar continuamente a vida das pessoas com doenças raras.

Recentemente também, tivemos uma ótima novidade, que é a parceria da Fiocruz, que começou com a Universidade da Filadélfia, hoje com a Gemma, que é para a gente trazer novas tecnologias, estudos de manipulação de vetores, de terapias gênicas, o que vai favorecer uma redução de custo para os pacientes no Brasil, para os pacientes brasileiros, pois a gente passa a ser produtor de tecnologia e não importador de tecnologia. Então, é necessário o investimento também dentro das nossas estruturas internas, em tecnologias, em *tech transfer*, para que o Brasil seja um produtor dessas novas tecnologias e não apenas um importador dessas tecnologias. Isso, com certeza, reduziria significativamente o custo dessas terapias, e a gente não deixaria o paciente de fora sob o argumento de que o custo dessa terapia não é sustentável para que o Governo mantenha esse paciente. Você falar para uma família que essa tecnologia, qualquer tecnologia, não é incorporada não porque ela não tenha evidência clínica, evidência médica, mas sim porque o seu custo não é compatível para o sistema, isso é a mesma coisa que dar uma sentença de morte antecipada, é você declarar a morte dessa pessoa em vida. Então, isso é muito triste, isso é impactante. Não desejamos isso para ninguém.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que todas as associações, representadas aqui pela Febrararas, continuarão firmes nessa luta, sempre defendendo uma visão integrada entre inovação, tecnologia e humanização do SUS, com o compromisso inabalável de promover a dignidade humana e a qualidade de vida dos pacientes que representamos.

Muito obrigada a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Andreia, que é Diretora Jurídica da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas).

Como você foi a primeira, na verdade, caso ainda deseje, você teria mais cinco minutos. Quando aparece esse sinal, é só para dizer para a pessoa: "Passaram-se dez minutos, mas você tem mais cinco". Não sei se quer complementar alguma coisa ainda, ou está bem, Andreia?

A SRA. ANDREIA BESSA (*Por videoconferência.*) – Não, está satisfatório. Para a gente é muito importante ouvir os outros participantes para entender o que eles pensam e como eles veem o impacto disso na vida desses pacientes, porque uma coisa é ver tecnicamente, outra coisa é a gente aqui, do outro lado, mostrando um pouco para vocês qual é o sentimento do dia a dia do paciente.

O nosso principal papel, o nosso fundamental papel aqui é trazer essa humanização para, quando a gente falar de dados, de incorporação, apesar de ser uma comissão técnica, a gente entender que existem pessoas por trás dessa avaliação técnica, então qual é a melhor forma de a gente não deixar essas pessoas excluídas da sociedade, porque, quando a gente exclui essas pessoas de uma nova tecnologia, de uma possibilidade de melhoria da sua qualidade de vida, automaticamente nós estamos excluindo essa pessoa da nossa sociedade. Elas já são excluídas de forma velada no seu dia a dia, seja nas salas de aula, porque nós não temos hoje profissionais que possam acompanhar essas pessoas na sua educação... Muitas delas têm condições de acompanhar o ensino, de ir a uma escola, de poder viver em comunidade, e muitas vezes elas já são excluídas porque, infelizmente, não tem profissionais suficientes dentro das instituições educacionais ou porque muitas escolas se recusam a receber essas pessoas. Por mais que a gente tenha leis que as protejam, nós não temos a efetividade, a eficácia dessas leis para poder garantir que essas pessoas possam ter os mesmos direitos do que qualquer outro cidadão neste país. Então, também não é justo que, quando a gente fale da sua saúde, elas também fiquem excluídas desse processo de incorporação, de acesso a esse tratamento.

Então, ao falar desses pacientes de doenças raras, nós temos que tomar muito cuidado, porque qualquer decisão em torno deles é uma sentença de morte em vida. E isso tem um impacto que não é só para o paciente, é um impacto para toda a família.

Agradeço, mais uma vez, e fico aqui também à disposição para qualquer comentário, qualquer dúvida com relação ao impacto sobre o paciente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo à Andreia – muito clara, muito precisa –, que é representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras.

Como a área da doença rara é uma área considerada prioritária pela Comissão de Ciência e Tecnologia, outras audiências públicas vão naturalmente ocorrer no decorrer dos meses. Então, vocês representam as doenças raras.

Eu faria só três observações, Andreia, pedindo a sua ajuda, porque, como vocês englobam várias doenças raras – é uma associação brasileira –, que você colocasse, se for possível, em relação a cada

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

doença, o desafio que as pessoas que têm essa doença ou as famílias vêm enfrentando, porque cada doença tem uma trajetória diferente.

A SRA. ANDREIA BESSA (*Por videoconferência.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Basta dizer... Você falou na terapia gênica também, quer dizer, a genética.

Inclusive, eu recebi aqui, da parte do Ministério da Saúde, quanto à questão da AME (Atrofia Muscular Espinhal), que o SUS vai ofertar tratamento inovador para crianças com AME, quer dizer, o medicamento Zolgensma, que, na verdade, cura – dependendo, cura a doença. É um dos medicamentos mais caros do mundo. E será a primeira terapia gênica disponível na rede pública.

Às vezes, as pessoas – você entrou numa outra área, para enfatizar, a do custo-benefício – dizem: "Ah, é muito caro o medicamento". Mas, nesse custo-benefício – você enfatizou bem, Andreia – não é levada em conta a possibilidade de a pessoa, estando curada ou com a doença interrompida, como acontece com a fibrose cística – com o medicamento novo, que interrompe o ciclo... Porque, se não tivesse o medicamento, ela estaria todo mês na UTI.

A SRA. ANDREIA BESSA (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E o há custo de uma UTI, há o custo para a família – o pai não trabalha, a mãe não trabalha, porque tem alguém doente na família, a pessoa não trabalha. Então, todos esses benefícios que o tratamento pode trazer são importantes e têm que ser levados em conta. E isso não é levado em conta; só o preço do medicamento. Mas não é só o preço; é o custo-benefício indireto.

E o que você falou, só para enfatizar para o público também que nos acompanha pelo Brasil: sempre ter a presença, nas decisões da Conitec, que discute a incorporação de medicamentos, da representação da doença rara que está sendo discutida.

Isso é muito importante e foi aprovado no Senado e já foi publicado no *Diário Oficial*, é lei. Então, agora é preciso regulamentar.

Por exemplo, discute-se ELA (esclerose lateral amiotrófica) – nada sobre nós sem nós! –, então a família ou o portador da ELA tem que estar lá para dizer o que é importante, o que é fundamental, como é a vida, para que a discussão seja bastante adequada.

E temos que saber também – vocês têm às vezes os dados – onde que essas pesquisas vêm acontecendo, porque aqui, em ciência e tecnologia – o Ministério da Saúde provavelmente sabe também –, a gente vê grupos muito especializados no Brasil.

Aqui, tivemos uma audiência uma vez sobre glicogenose hepática, cujo tratamento não é feito com um medicamento, é um tratamento com maisena, no fundo, mas para o qual tem que...

A SRA. ANDREIA BESSA (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... comprar 50 pacotes de maisena num mês, e a família não consegue. O medicamento é a maisena, alimentação especial. E, por exemplo, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o pessoal é muito especializado nessa doença.

Então, temos que saber onde que estão acontecendo as pesquisas para aproximarmos – agora, com a inteligência artificial e os meios de comunicação possíveis –, pela Comissão, esses grupos de pesquisa que estão aí atuando no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi uma ponderação sobre a ELA, por exemplo, do pessoal aqui da Universidade Federal de Goiás: eles não têm recurso para continuar a pesquisa. Então, não dá para parar também: "Estamos fazendo a pesquisa, e vamos parar porque o recurso não vem".

Então, a gente quer atuar muito nisso, sabe, Andreia? Fale aí para a turma da federação.

Passo em seguida a palavra, com satisfação, para a Márcia da Silva.

Acho que você está em Minas Gerais, não é, Márcia?

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso. Estou em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em Belo Horizonte?

Márcia é a Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa, cuja lei também foi aprovada e sancionada há cerca de dois meses, do Dia Nacional da Esclerose Tuberosa, que é uma doença rara também.

Com a palavra, Márcia. Seja muito bem-vinda!

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero só dizer que a Márcia é Presidente e é mãe também. Então, vamos ouvir a pessoa da família. Temos que ter esse ponto de vista na nossa audiência pública.

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero agradecer ao Senador, a toda a equipe, a todos aqui presentes. Estou representando as mães de doenças raras.

A esclerose tuberosa é uma doença complexa, que afeta todos os órgãos vitais: são tumores benignos que afetam todos os órgãos vitais.

Não é fácil para uma mãe quando recebe um diagnóstico de uma doença rara, principalmente a esclerose tuberosa. E eu venho aí... A Flávia vai fazer 40 anos. E, quando foi fechado o diagnóstico mais de 38 anos atrás, ninguém dizia o que era a doença. E viemos caminhando aí na área da pesquisa, do tratamento, do medicamento.

E a Flávia hoje vai... E eu tenho certeza de que, durante esses anos todos, quando ela esteve em coma, eu tinha prometido a Deus que eu iria ajudar outras crianças com esclerose. Há um tempo, conheci o Senador Flávio Arns. O Osvaldo, filho dele, também teve a esclerose tuberosa. A gente se encontrou, e, graças a Deus, as coisas estão caminhando.

Eu sou muito grata ao Senador, à tecnologia, aos médicos, aos tratamentos que estão sendo feitos no Hospital das Clínicas, em Curitiba, como o dia do mutirão, quando são atendidas várias crianças naquele dia. Eles têm os médicos especialistas, os medicamentos, que nós lutamos para poderem chegar ao Brasil, para que isso possa dar qualidade de vida aos nossos pacientes.

E eu vejo aqui a área de comunicação, a área científica, tudo isso, como um aprendizado para todos nós que vivemos o dia a dia com uma crise de doença rara. Não é fácil lidar com tudo isso, mas, graças a Deus, os meios de comunicação, hoje, os médicos... A geneticista, foi a pioneira em fechar o nosso diagnóstico, e eu sou muito grata a ela.

Há duas médicas... Na época, aqui no Brasil, não existia nada sobre esclerose tuberosa. Nós fomos buscar esse conhecimento e, quando nós fundamos a associação, foi muito difícil esse meio de comunicação. E hoje, graças à comunicação, as áreas médica e científica vêm nos apoiando. Os medicamentos hoje são pelo SUS, pelo Sistema Único de Saúde; e hoje estamos em rede nacional, podendo acolher essas famílias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deveria ser – são milhões, como o Senador falou – para todas as doenças raras, porque o sofrimento de família, sem saber o que fazer, qual o medicamento, como as crianças vão ser no futuro, tudo isso traz uma grande angústia para todas as famílias, como eu senti.

Hoje, a associação acolhe as famílias, indica médicos especialistas. Tem, hoje, em São Paulo, também, médicos especialistas; mas hoje nós temos uma rede, e essa rede deveria ser criada para todas as famílias que passam por este momento tão difícil quando a gente recebe um diagnóstico. Para mim não foi muito fácil, porque na época ninguém nunca tinha ouvido falar sobre esclerose tuberosa. E hoje a gente vê várias doenças raras, como a ... lá, desde o início, lutando para conseguir tratamento, medicamento, acolhimento, para pensar no futuro dessa criança. Hoje a Abet trabalha o cognitivo, o sensorial, a área motora dessas crianças, para que elas tenham qualidade de vida.

Nem todos os pacientes, às vezes, têm um cognitivo preservado. Eles não têm oportunidades na sociedade. É o que a gente fala da inclusão. Quando eu implantei a inclusão no Estado de Minas, eu capacitei trezentas e tantas escolas, quase 400 escolas. Eu acredito (*Falha no áudio.*)... para que a gente possa proporcionar qualidade de vida a todos nossos pacientes raros, a todas essas famílias, quando elas recebem um diagnóstico, às vezes, como foi colocado, sem perspectiva nenhuma de vida.

Então, eu quero agradecer ao Senador, aos médicos, aos profissionais multidisciplinares. Que continuem, como o Senador fala, juntos nessa luta em defesa das crianças com doenças raras, porque não é fácil conviver, todos os dias, com uma criança que, às vezes, é até condenada, quando... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k., Márcia. Não sei se interrompeu a fala por algum problema técnico.

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – ... trazendo qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe-me, Márcia. Nessa última parte, se você puder repetir, houve o congelamento da sua imagem e da fala. É só repetir, assim, esse último minuto. Você tem mais tempo também, se quiser.

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Sim, mas eu falo que é muito importante que a gente dar essa qualidade de vida não só aos pacientes de esclerose tuberosa, mas a todas as famílias de todas as doenças raras, porque, quando eu recebi a sentença da minha filha, quando a gente recebe uma sentença de que não tem condições de tratamento, de medicamento, a gente se sente impotente.

Então, hoje nós estamos aí com os medicamentos, com o acolhimento, com o sistema de saúde, com o mutirão, com uma equipe multidisciplinar, mas nós temos que andar juntos, caminhar juntos para poder proporcionar qualidade de vida aos raros. Falo como mãe, representando as doenças raras. A gente sabe que não é fácil.

Como o Senador fala, estamos juntos, nunca vamos desistir. O amor supera tudo. E temos a tecnologia, a ciência, a genética, os medicamentos, os médicos, para a gente poder proporcionar aos nossos filhos alegria de viver e qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Márcia. Agradeço a você pela apresentação.

Quero dizer que conheço pessoalmente a Márcia, a família da Márcia, a Flávia – quase xará minha –, que tem esclerose tuberosa, o Wesley, o irmão da Flávia, muito dedicado à área também.

Quero dizer que eu também sou pai de uma pessoa com esclerose tuberosa. O meu filho faleceu há um ano e meio, mas a gente sabe dos desafios que acontecem na área da saúde, da educação, do trabalho, do esporte. É um conjunto que tem que ser abordado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As informações disponíveis, hoje em dia, são bem diferentes das informações, como a Márcia colocou, de anos atrás, mas tem que haver assim uma conscientização, sempre sensibilização, formação, diagnóstico, que pode até acontecer, eventualmente, em muitos casos, durante a gravidez, só que os médicos precisam saber disto: o que fazer, como fazer, como interpretar o resultado. Não que vá mudar, também, mas o atendimento já pode ser diferenciado, e as implicações de saúde, em termos de pulmão, de rins e de uma série de coisas...

Só para dizer que os filhos são muito amados, como a Flávia, muito amada...

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... por vocês, pela família, e o Osvaldo, que era o meu filho, também sempre foi muito amado e foi uma pessoa que inspirou muita gente aí pelo Brasil.

Muito bem, Márcia. Agradeço a participação.

Eu estava até falando com o Thiago, que depois vai mostrar como pode haver uma página no Ministério da Saúde para abordar as doenças raras, especificamente, cada uma. Se alguém quiser falar sobre AME, onde vai olhar lá para saber qual é o medicamento, onde estão trabalhando, qual é o estágio da pesquisa, quem está fazendo a pesquisa; sobre ELA (esclerose lateral amiotrófica), vai lá, olha; ou sobre o próprio projeto que a gente vai aprovar, hoje, de doenças inflamatórias intestinais – doença de Crohn e retocolite ulcerativa –, vai lá, coloca-se... Para tentarmos, assim, dar para o público informações que levem a pesquisa, ciência e tecnologia, que é o objetivo desta Comissão.

Muito bem, passamos, em seguida, a palavra ao Pedro Ribeiro Barbosa, que é Diretor-Presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná.

Seja muito bem-vindo, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio Arns. Agradeço o convite a esta Comissão.

Cumprimento os meus colegas e as minhas colegas de fala, parabenizando pela sua atuação a Andreia e a Márcia e, em seguida, o Thiago, do MCTI, e o Natan, do Ministério da Saúde.

Eu tenho uma exposição que vou colocar em tela. Enquanto isso...

Vocês estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ainda não.

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Ainda não? Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Qualquer coisa, o pessoal auxilia aí, também. Não sei se foi testado antes. Foi testado? (*Pausa.*)

Foi.

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Foi testado.

Bom, enquanto isso, eu quero já fazer alguns comentários. Eu não sou especialista no campo de doenças raras, mas...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dr. Pedro, só interrompendo um pouco, eu não quero atrapalhar...

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aqui nós temos a apresentação. Se o senhor quiser, a gente pode passar aqui também...

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Pois não. Agradeço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em vez de ser de lá para cá, é daqui para lá. (*Risos.*)

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Agradeço. Eu mandei anteriormente, isso seria...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Agora está aparecendo.

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Excelente! Agradeço. Agradeço à equipe da Comissão por me facilitar essa exposição.

Como eu ia dizendo, eu não sou um especialista em doenças raras. Eu dirijo um instituto – lá no final vou localizar mais – que é vinculado à Fiocruz e trabalha com ciência e inovação tecnológica.

Sem dúvida alguma, no tema das doenças raras, ainda que elas existam há décadas, do ponto de vista do conhecimento e do ponto de vista tecnológico, de medicamentos, é apenas muito recentemente que nós temos conhecimentos, e possibilidades, e políticas de valorização e, como Andreia e Márcia colocaram muito bem, de inclusão, no sentido de essas pessoas serem reconhecidas como pessoas diferentes e que precisam ter atendimento diferente. São raras, mas, acima de tudo, cada uma delas é uma pessoa; são poucas, mas cada uma delas faz parte da nossa sociedade enquanto filho, enquanto amigo ou, simplesmente, enquanto cidadão.

Eu vou, então, tomar esse assunto como um assunto que, a meu entender, uma vez enfrentado, consegue valorizar o campo da saúde por inteiro.

Essas doenças em geral são doenças que se encontram, para efeito do seu diagnóstico e tratamento, na fronteira da ciência, se encontram na fronteira da tecnologia e, por sua vez, são tratamentos, são cuidados que requerem recursos diferenciados, à altura dos desafios de cada uma dessas doenças.

Então, eu vou falar de um modo mais geral. Quase todas elas estão no campo da chamada biotecnologia ou das terapias gênicas, que, de fato, são grandes desafios para nós no país.

Eu quero dar um destaque a alguns obstáculos, a alguns elementos de contexto, mas vou colocar no final temas que são assumidos pelo Governo, que são assumidos, sobretudo, pelo Ministério da Indústria, que são assumidos pelos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, como sendo políticas virtuosas que nós precisamos levar a cabo. E aí, nesse caso, seguramente, para enfrentar o tema das doenças raras, mas para enfrentar o tema do acesso a diagnóstico, do acesso a terapias, do acesso a soluções de fronteiras para o campo da saúde por inteiro, obviamente destacando o campo das doenças raras.

Pode passar o seguinte, por favor?

Nos elementos gerais do contexto, aqui localizo um pouco que o nosso país tem uma grande dependência no campo tecnológico e industrial que afeta por demais a área de saúde.

Nós alcançamos importações que vão a bilhões, como estão registradas. Nossa área farmacêutica, na área de insumos e medicamentos, em até 75% é dependente de importações. Nós somos o quinto mercado mundial em faturamento. Nós temos um déficit na balança de medicamentos e insumos, em 2019, de mais de US$7 bilhões. Gastos com imunobiológicos são mais de 50% dos gastos de medicamentos, e são esses medicamentos e terapias que fazem cada vez mais diferença na qualidade da atenção e do enfrentamento de doenças que exigem tecnologias, que exigem medicamentos bastante avançados. Os dez produtos de maior faturamento na indústria farmacêutica são imunobiológicos, com certeza vários deles usados em doenças raras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não preciso falar aqui da pandemia, mas, nesse processo, nós enfrentamos uma explosão do déficit comercial, ou seja, o quanto precisamos importar para as nossas necessidades no campo do enfrentamento da covid, sobretudo vacinas.

Nós temos, e é preciso assumir isso, uma indústria em saúde atrasada, incipiente. Infelizmente ainda temos uma realidade em que boa parte das inovações que incorporamos no país são transferências tecnológicas. Esse quadro coloca uns desafios para o país de como superar isso, de como fazer com que a ciência brasileira, que é bastante avançada, se transforme em soluções, seja por desenvolvimento nacional próprio, seja por lógicas de parcerias internacionais.

A Andreia falou de uma delas, virtuosa – que eu conheço bem, porque o IBMP vai se envolver também nisso –, em terapias gênicas, a partir de uma parceria da Fiocruz com a Universidade da Filadélfia. Isso é uma transferência tecnológica, mas que, ao mesmo tempo, permitirá desenvolvimento e avanço a partir desse conhecimento no próprio Brasil, no caso da Fiocruz. Eu preciso registrar que o Butantan também tem movimentos importantes no campo de terapias gênicas e em outros.

Pode passar o próximo.

Então, quais são essas...

Nós temos desafios nas novas fronteiras do desenvolvimento. Precisamos muito de inovação em biotecnologia. Inovação em biotecnologia é bastante diferente do que inovação em medicamento genérico, por exemplo, que é de fácil incorporação, que é de infraestrutura bastante simplificada. Infraestruturas para biotecnologias, para terapias gênicas demandam um processo muito intensivo em equipamento e em instalações – isso é algo sofisticado –; é preciso muito capital humano, o que significa muito conhecimento; exigem-se padrões regulatórios elevados. O que significa? E estamos falando de Conitec, estamos falando de Anvisa, como é que se dá o processo de incorporação desses medicamentos, dessas terapias. Em geral, tem tempos avançados, longos, melhor dizendo, para incorporar. A gente está com a experiência agora do desenvolvimento de um biossimilar. Veja que o biossimilar é uma cópia, é uma espécie de genérico de um biofármaco. O processo de incorporação pode levar até cinco anos; um medicamento inovador pode levar até dez anos e pode custar até US$1 bilhão. E nós hoje ainda somos dependentes de centros de inovação que estão em outros países.

Pode passar o próximo.

Então, quais são os desafios para o país? O primeiro desafio – isso ocorre e ocorreu em qualquer país do mundo – é que desenvolvimento científico, tecnológico e industrial é impossível sem o poder do Estado, do ponto de vista do financiamento de infraestrutura, de inovação industrial, da utilização do poder de compra, e aqui, mais uma vez, falando de novidades e de experiência do Ministério da Saúde, quando é capaz de incorporar medicamentos e derrubar preços desses medicamentos, por lógicas de capacidade de compra para um público sempre maior – poder de compra.

É preciso por vezes colocar barreiras comerciais, mas é preciso também trabalhar com valorização de *players* públicos – aqui, no caso, mais uma vez, destaco o papel no campo tecnológico e industrial da Fiocruz e do Butantan –, mas também com parceiros privados diferenciados, nacionais, que incorporem capacidade, e, óbvio, com parcerias internacionais seletivas.

Mas nós precisamos de centros de inovação. Nós precisamos de plantas de escalonamento. O que é uma planta de escalonamento? Um medicamento, uma terapia que é desenvolvida numa bancada de laboratório precisa de uma infraestrutura diferenciada para chegar à indústria. Ela precisa passar por testes clínicos, ou seja, as chamadas Fase I, Fase II, Fase III. Onde se produzem esses medicamentos que saem da bancada e vão para o teste clínico? Nas chamadas plantas de escalonamento. O IBMP, hoje,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está em processo de construção de uma planta de escalonamento que é rara no mundo. Isso chama-se infraestrutura tecnológica e industrial. Precisamos de plantas de IFAs (insumos farmacêuticos ativos), que são onde se produzem esses biofármacos, essas vacinas. No caso de terapias gênicas, não são plantas de IFAs, mas são laboratórios superespecializados, capazes de até customizar terapias. E precisamos de plantas que coloquem o produto final no mercado.

Pode ir adiante.

Eu vou aqui dar um destaque.

Acredito que nossos colegas do MCTI e do ministério possam, não é meu papel, aprofundar, mas eu preciso valorizar políticas recentes do Governo nas áreas, repito, industrial, de saúde, de tecnologia, comercial. E o destaque é para a política Nova Indústria Brasil. A área de saúde, na Nova Indústria Brasil, corresponde à Missão 2. E o destaque qual é? Ampliar a participação da produção nacional em saúde de 42% para 70% das necessidades nacionais. Isso significa ampliar a produção e a capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico de medicamentos, vacinas e equipamentos, mas ter a capacidade de produzir no país. Isso significa fortalecer o SUS e melhorar o acesso da população à saúde. Isso significa uma política, eu acho, muito consistente do Governo, que hoje se expressa no Ministério da Saúde, como *locus* principal, que é a própria reconstituição institucional do Ceis. Nós hoje, cada vez mais, compreendemos esse termo. Falamos de um Complexo Econômico-Industrial da Saúde. O que significa esse complexo? Precisamos de base científica, precisamos de base tecnológica, precisamos de base industrial, precisamos de uma infraestrutura de serviços de saúde pública e privada capaz de ofertar, em condições justas, públicas e privadas, o acesso à população seja no SUS...

E, aqui, um destaque para o SUS. Eu fui aluno de um grande Professor e um dos maiores sanitaristas do Brasil que se chama Sergio Arouca, foi Presidente da Fiocruz. Ele dizia que o SUS é a expressão máxima de uma política civilizatória, qual seja, do desenvolvimento civilizatório. O que significa isso? Inclusão de pessoas, equidade. E o SUS se propõe a isso, mas, para isso, precisa ainda seguir bastante o seu desenvolvimento.

Pode ir adiante.

Essas políticas do ministério são expressas, hoje, em alguns grandes programas, todos eles de modo a permitir que não apenas a lógica de diagnóstico, de terapias para doenças raras seja valorizada, mas que todo o sistema de atenção industrial seja valorizado – eu não vou aqui, pelo tempo naturalmente, me deter –, através de um programa de parcerias para o desenvolvimento produtivo.

O que a Andreia falou, em relação às terapias gênicas, Fiocruz e Filadélfia, é típico disso. Uma transferência de tecnologia para que o Brasil seja capaz de produzir e oferecer, óbvio, um programa específico no campo de vacinas, soros e hemoderivados. Um programa de modernização da infraestrutura: nossos laboratórios, indústrias e plantas de escalonamento precisam ter sua infraestrutura ampliada.

Aqui, um ponto que é muito caro. Nós precisamos ter capacidade nacional de transformar conhecimento em soluções.

Aqui se fala do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local. Significa valorizar nossos centros de pesquisa, nosso relacionamento entre centros universitários, centros de investigação e a indústria, de tal modo a transformar. Repito, o Brasil é um grande produtor de ciência, mas, infelizmente, não alcança padrões tecnológicos, ou seja, soluções, patentes, no nível da sua ciência. Para isso, é preciso infraestrutura, é preciso incentivo, e esse programa cuida disso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alguns destaques para doenças e populações negligenciadas, e, obviamente, tudo isso materializando novas lógicas de assistência. Como é que a gente aperfeiçoa o sistema de assistência no campo dos ambulatórios, da atenção primária e dos hospitais, de tal modo que todas essas inovações sejam entregues, gerem acesso à população com muito mais equidade, com muito mais qualidade? Para isso, é preciso modernizar também nosso parque, nossa estrutura de assistência.

Já estou próximo de finalizar, Senador.

Nós temos desafios adicionais. É importantíssimo ter políticas, sejam aquelas mais focalizadas, como o objeto deste debate hoje, no campo das terapias para doenças raras, e elas demandam muito recurso... Vocês imaginem o sistema como um todo. O nosso país precisa de mais recursos públicos para ciência e para tecnologia em saúde.

Aqui uma fala de que eu gosto muito. Ciência e tecnologia são condições essenciais para um país soberano, um país que tem a capacidade de cuidar das suas necessidades sociais e do seu desenvolvimento econômico. A base desse processo é a incorporação de tecnologias, é a inovação, como dinamismo da economia, mas também como oferta de padrões e de serviços mais avançados para a população, segundo as suas diferentes necessidades de natureza básica, coletiva e ampliada, além daquelas que podem acometer poucas pessoas, como as doenças raras, mas que são essenciais para o orgulho de um país. Que essas pessoas sejam cuidadas, que suas famílias recebam atenção. Isso é papel de um país.

Adiante, vou finalizar, por último, 30 segundos, sobre o que é o IBMP.

Nós somos uma *biotech* que cuida do desenvolvimento tecnológico. Nós temos papel importante no desenvolvimento de testes e diagnósticos. Hoje a gente, juntamente com a Fiocruz e com o Tecpar, temos um centro de medicina de precisão, que tem muito impacto em doenças raras, capaz de, por lógica de sequenciamento, identificar e diagnosticar pessoas para doenças raras e, ao mesmo tempo, identificando essas sequências, promover os tratamentos mais eficazes. Acho que vocês colocaram muito bem, pelas experiências, que, por vezes, esses diagnósticos são tardios, porque o médico não sabe, porque a família não sabe, mas alguma coisa diferente está acontecendo com essa criança, com esse indivíduo. O sequenciamento hoje, sem dúvida alguma, é algo que pode sustentar e pode ofertar melhores condições.

O IBMP também desenvolve novos medicamentos, biofármacos, de tal modo que possam ser ofertados a indústrias brasileiras, sobretudo à Fiocruz, e em seguida possam ir ao SUS, possam ir aonde há as necessidades da população.

Senador, é isso.

Eu agradeço muito por poder compartilhar com vocês essa discussão e aprender com vocês. Eu vejo que estou ao lado de pessoas que não apenas vivem essa condição de pessoas, de filhos, de alguém da família – o próprio Senador bem relatou – com doenças raras, mas que este país tenha a capacidade de abraçar e de resolver, de tal modo que a gente seja cada vez mais um país civilizado, um país com equidade, um país que valoriza cada indivíduo da nossa população.

Obrigado e fico à disposição também para as considerações e para perguntas.

É um prazer estar aqui, compartilhando essas ideias e esses desafios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço muito ao Dr. Pedro Ribeiro Barbosa, que é Diretor-Presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela apresentação, extremamente clara, apontando os desafios para a área e as necessidades que devem ser abordadas.

Eu vou passar, em seguida, a palavra para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e para o Ministério da Saúde. Antes, porém, bem rapidamente, já foram passadas as perguntas e comentários para os expositores, mas eu vou ler, para que todos do Brasil que nos acompanham também possam ter conhecimento do que está sendo comentado e perguntado pelos meios de comunicação.

Ana, do Amapá, pergunta de que forma a incorporação de novas terapias pode representar o avanço no atendimento prestado pelo SUS.

De uma maneira geral, estão sendo respondidas também, mas é para a gente saber o que está acontecendo.

Beatriz, de Minas Gerais: "Como o SUS pode incorporar novas terapias sem comprometer o orçamento e garantindo acesso igualitário à população?".

Josivan, da Bahia: "Como o SUS avalia a eficácia e o custo-benefício de novas tecnologias antes de incorporá-las? Há participação da sociedade nesse processo?".

Thaynara, de Minas Gerais: "[...] [Como] a pesquisa nacional pode ser valorizada para acelerar a inclusão de terapias inovadoras no SUS?".

Felipe, do Paraná: "Quais estratégias tecnológicas e logísticas podem ser adotadas para garantir que [essas terapias] cheguem a áreas remotas menos favorecidas?".

Michele, do Rio de Janeiro: "Como o SUS pode equilibrar a equidade no acesso com os altos custos de terapias avançadas, como imunoterapias ou terapias gênicas?".

Ana, de São Paulo: "O SUS é o melhor plano de saúde do Brasil, mas por que é tão caótico? Não existem diretrizes e [...] [padrões] para padronizar os atendimentos?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Como a ciência e a tecnologia podem acelerar a incorporação de tratamentos para doenças raras no SUS?".

Também, há comentários agora.

Frederico, do Espírito Santo: "[...] todo brasileiro tem direito à saúde, está na Constituição, não pode [...] [ser prejudicado] por ter uma doença rara. A doença não espera".

Vinícius, de Minas Gerais: "[...] [As] terapias ofertadas pelo SUS devem possuir [...] [as mais recentes] tecnologias do mercado de [...] [assistência à saúde]".

Douglas, de Minas Gerais: "Ritalina e canabinoides fazem parte do tratamento do autismo [não só do autismo, mas fazem parte também do autismo] e [são] medicamentos de uso contínuo, [...] [mas, infelizmente, a burocracia dificulta o acesso]".

Thiago, do Acre: "É necessário se tratar de medicina integrativa e alimentação. Os médicos só tratam a doença, [isso] está errado, os médicos devem tratar de saúde".

José, de São Paulo: "[...] [Treinar] desde a alta gerência até os profissionais de ponta no uso das tecnologias ou sistemas é essencial para [que] esse processo [...] [funcione]".

E o Gian, finalmente, de Minas Gerais: "Algumas doenças possuem características hereditária, [...] [investir] no mapeamento gênico poderia oferecer tratamentos e prevenções eficazes".

Passo, em seguida, a palavra ao Thiago Moraes, que é Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Thiago está remotamente...

Seja muito bem-vindo também, Thiago.

Passo a palavra para você.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas. É um prazer poder participar desta audiência.

Na pessoa do Senador, gostaria de cumprimentar toda a mesa, os colegas que já apresentaram e os que ainda vão apresentar.

Eu vou trazer aqui uma visão um pouco do que o ministério tem feito no tema de financiamento de pesquisa em doenças raras, trazer um pouco do histórico, para que a gente consiga debater ao final.

Todos estão vendo minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estamos vendo.

O SR. THIAGO MORAES (*Por videoconferência*.) – Só para contextualizar um pouco, a Coordenação de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias fica dentro da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, que é a secretaria responsável, digamos assim, pelo fomento e pelas atividades de pesquisa, de pesquisa mais básica, avançando até uma maturidade tecnológica de ensaios clínicos.

É uma secretaria que tem dois departamentos: um de programas temáticos, com três coordenações, que pega a questão de ciências humanas e sociais, ciências do mar e ciências da saúde; e outro departamento, de clima e sustentabilidade que trabalha mais a questão de clima e biodiversidade de ecossistemas.

Também estão aqui o Concea (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) e a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), que avaliam a questão de segurança de OGMs.

Eu trouxe aqui alguns exemplos de iniciativas que a gente tem tocado aqui no ministério, para além de doenças raras. Eu trouxe aqui a Rede Buriti, que é a primeira rede de pesquisa em OGMs. A gente criou essa rede em 2023, é a primeira rede do Sul Global que vai tratar especificamente de pesquisa em síndrome de Down. Assim como doenças raras, a síndrome de Down é uma condição que traz uma série de impactos e de diferenças para essa população, então, ela precisa ser avaliada do ponto de vista técnico-científico, suas particularidades, as suas respostas aos tratamentos de doenças comuns. Essa rede vem nesse sentido.

O Centro Latino-Americano de Biotecnologia, que é uma parceria que o ministério executa há mais de 40 anos. Inicialmente era o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia. Hoje ele se expandiu, a gente já tem Colômbia, Uruguai, Paraguai e Peru participando do centro. É uma importante ferramenta de colaboração em biotecnologia, fomenta tanto projetos de pesquisa quanto cursos de treinamento. Como já foi muito bem colocada pelo Pedro, a biotecnologia é essencial para que a gente consiga avançar nas questões de tratamento e diagnóstico de doenças raras e o Cabbio pode contribuir nesse sentido.

A Rede Nacional de Saúde Mental, também criada em 2023, tem como objetivo avaliar a saúde mental, principalmente de população universitária, inicialmente, e compará-la com o restante da sociedade, como anda a saúde mental desse público especificamente.

E a RedeVírus MCTI, que foi criada durante a pandemia e fomentou uma série de iniciativas no combate à pandemia, inclusive o desenvolvimento de vacinas nacionais contra a covid-19.

Isso é só para ilustrar um pouco todas as atividades que a gente tem feito aqui no âmbito do ministério.

Agora eu gostaria de falar um pouco do Ciclo de Planejamento de Ciência e Tecnologia. A gente está num momento ideal de atualização da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estratégia Nacional é o documento que aponta as áreas estratégicas, os desafios e as diretrizes para o plano nacional de ciência e tecnologia. A Estratégia Nacional vai se desdobrar em planos setoriais que vão apontar as ações e as metas a serem desenvolvidas. Então, a gente está num momento propício para essa discussão, justamente porque, no ano passado, a gente teve a 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que vai servir de base para a atualização da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e de seus respectivos planos setoriais.

E por que eu estou trazendo isso aqui? Porque a Estratégia Nacional e os planos setoriais vão apontar as áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento, incluindo a questão de financiamento. É muito importante que a gente tenha aí a colaboração de outros ministérios, da sociedade civil, do setor empresarial, para que a gente aponte o que a gente entende ser prioritário para a pesquisa nos próximos anos. E aí a importância desta audiência pública, para que a gente tenha essa colaboração com diferentes entes da sociedade e que a gente consiga incluir a pesquisa em doenças raras como uma área prioritária de pesquisa dentro da saúde.

Para ilustrar, eu trouxe a versão anterior do plano de ação para ciência e tecnologia para a saúde. Ele foi dividido em seis linhas temáticas, incluindo ensaios pré-clínicos, doenças transmissíveis, doenças crônicas, áreas de fronteira de conhecimento, aí trazendo medicina personalizada, regenerativa, células-tronco, terapia celular, terapia gênica; insumos para a saúde, com desenvolvimento de novos fármacos, biofármacos, imunobiológicos; e pesquisa clínica. Então, a ideia aqui de trazer esse tópico é justamente essa, alertar os diferentes entes da sociedade que a gente está neste momento de atualização da política de ciência e tecnologia e que seria importante ter a participação de todos para que a gente consiga dar um destaque merecido para a pesquisa em doenças raras dentro dessa política de ciência e tecnologia e o seu respectivo fomento.

E aí, falando em fomento, eu trouxe um pouco do histórico do FNDCT, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é a principal ferramenta de fomento do ministério. Ele foi criado em 1969, tem todo um histórico de regulamentação, mas se tornou efetivo a partir de 2007 apenas. Depois, ele teve um período de contingenciamento, de forte contingenciamento, a partir de 2013 e 2014. E, em 2021, foi aprovada a Lei Complementar 177, que teve uma participação muito ativa da CCT do Senado. Eu agradeço aqui a contribuição da Comissão na aprovação dessa lei complementar, que tornou o fundo incontingenciável.

Então, a partir de 2021, a gente tem um cenário mais favorável ao financiamento de ciência e tecnologia. A gente acabava tendo o famoso voo de galinha: a gente tinha o financiamento, depois ficava um tempo sem financiamento por conta de contingenciamentos. E isso para a ciência e tecnologia é horrível, porque você não consegue começar um projeto de pesquisa, parar dois anos, um ano e, depois, retomá-lo. Você perde todo aquele investimento. Então, essa lei complementar foi essencial para que a gente conseguisse ter um descontingenciamento do FNDCT.

Aqui são as três principais ferramentas de financiamento do fundo. O Fomento à P,D&I, que é o grande forte do fundo, que atua direcionando esses recursos para ICTs públicas e privadas. A gente também tem a Subvenção Econômica, que é um risco compartilhado entre Governo e empresas; é um recurso não reembolsável, em que o Governo assume boa parte do risco, para que a gente consiga incentivar a inovação no âmbito das empresas. E os Instrumentos de Crédito também, direcionados para empresas, que é um crédito subsidiado, como maneira de se fomentar a inovação no âmbito das empresas privadas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é um histórico do orçamento do fundo, a partir de 1999. Aqui, em 2024, a gente teve R$12 milhões para ações não reembolsáveis. Então, eu gostaria de reforçar a importância do descontingenciamento do fundo e como ele vem num crescente de arrecadação. E isso é importante para que a gente consiga manter as atividades de fomento da pesquisa.

O fundo é dividido em áreas temáticas e aí eu destaco aqui o fundo setorial Saúde. Tem toda a regulamentação do fundo, que está aí, a Lei nº 10.332, o Decreto 4.143, de 2002, que regulamentou o funcionamento do CT-Saúde. Esse CT-Saúde tem como objetivo: estimular a capacitação tecnológica em áreas de interesse do Sistema Único de Saúde (saúde pública, fármacos, biotecnologia); aumentar os investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento; promover a atualização tecnológica da indústria brasileira de equipamentos médico-hospitalares, bem como de fármacos e medicamentos; e difundir tecnologias que ampliem o acesso da população a bens e serviços na área da saúde.

A composição do Comitê Gestor é bem variada. A gente tem Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Anvisa, Funasa, Finep, CNPq, que são as agências que vão executar essas ações depois; dois representantes do segmento acadêmico-científico; e dois representantes do setor industrial.

Falando especificamente do CT-Saúde, eu destaco aqui a aprovação da Lei 13.930, de 2019, que destina no mínimo 30% dos recursos desse fundo, que devem ser aplicados em atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para saúde e outras mobilidades terapêuticas, destinadas ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas. Então, é um importante destaque. A gente tem ali um financiamento basal para várias atividades de pesquisa em doenças raras ou negligenciadas.

Historicamente, nos dois últimos anos, para o CT-Saúde, a Lei Orçamentária previu R$67 milhões em 2023 e R$88 milhões em 2024. Mais para frente, a gente vai ver que o fundo aplicou muito mais do que os 30% previstos em lei para pesquisa em doenças raras.

Aqui o primeiro exemplo foi uma chamada pública lançada em 2022, por meio da Finep, com o objetivo de promover o financiamento de pesquisa em doenças raras. Essa chamada foi dividida em duas grandes linhas temáticas. A primeira é dedicada a rastreamento, diagnóstico e marcadores prognósticos de doenças raras, com foco nos aspectos abaixo... Aí tem uma série de outros subitens: desenvolvimento de insumos, metabolômica, sequenciamento de nova geração para diagnóstico, biomarcadores, métodos de rastreamento neonatal, desenvolvimento de tecnologias *point-of-care* para diagnóstico de doenças raras. Uma segunda linha temática é mais dedicada à abordagem terapêutica de doenças raras, incluindo ensaios clínicos, terapias avançadas, desenvolvimento de novas drogas ou reposicionamento de drogas, biológicos e plataformas de biotecnologia, biomarcadores de resposta ao tratamento e *delivery*, trazer nanotecnologia ou uma tecnologia farmacêutica que aumente a capacidade de entrega daquela droga ou de ação em um alvo específico.

Ao total, essa chamada foi lançada em 2022, e em 2023 o MCTI fez um aporte adicional para a chamada. A gente tinha uma boa carteira de projetos selecionados no âmbito dessa chamada, então, a gente fez um aporte adicional. No momento, no âmbito dessa chamada, são apoiados 27 projetos com valor final de R$67 milhões. Para além dessa chamada específica, o ministério tem lançado uma série de outras iniciativas apoiadas pelo FNDCT e, apesar de não serem específicas para doenças raras, acabam entrando projetos de doenças raras. Por exemplo, em 2022 foi apoiado o Instituto Nacional de Doenças Raras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito da chamada do Mais Inovação Brasil, lançado em 2023, está sendo apoiada uma plataforma de vírus adeno-associados para doenças raras. Se não me engano, esse projeto está com a Fiocruz.

Quanto à instalação de uma plataforma de diagnóstico *in vitro* e fenômica para diagnóstico precoce e de precisão de doenças raras, esse projeto está sendo apoiado no âmbito da chamada do Proinfra Centros Temáticos. Foram R$12 milhões para esse projeto.

Um outro projeto apoiado do âmbito do Proinfra é uma medicina de precisão com abordagem multiômica para diagnóstico e escolha de alvos terapêuticos em doenças raras e prevalentes.

Então, somando esses projetos e mais a chamada que a gente lançou em 2022, nos últimos três anos foram aportados cerca de R$154 milhões de pesquisa em doenças raras, mostrando o comprometimento do MCTI e do próprio FNDCT com a necessidade de apoio de pesquisa para esse tema.

E aqui, já para concluir, eu acho que o Pedro abordou muito essa questão dos desafios que a gente tem para pesquisa em saúde e mais ainda para doenças raras. A primeira delas é a translação do conhecimento, como a gente transforma todo esse conhecimento que o ministério está financiando, todo esse conhecimento que é gerado no âmbito da academia em produtos. Aí a gente tem outras iniciativas que conversam com isso no âmbito do Governo, o próprio NIB (Nova Indústria Brasil), o programa de desenvolvimento local do PDIL do Ministério da Saúde, que vem justamente nesse sentido. Pegar tecnologias que estão sendo desenvolvidas no âmbito das ECTs, fazer essa aproximação com o setor privado, para que a gente consiga acelerar a tradução desse conhecimento em produtos e serviços para a sociedade.

Um desafio adicional para a questão de doenças raras é o baixo número de pacientes para ensaios clínicos. Então, a gente precisa trabalhar em outras abordagens como a gente supera esse gargalo, como a gente consegue trabalhar outras abordagens para além do ensaio clínico, para que a gente consiga gerar conhecimento, gerar informações e desenvolver tratamentos ou sistemas de diagnóstico para essa população. Então, a gente precisa pensar de uma maneira diferente do convencional. Então, a gente tem um desafio de desenvolver novos modelos.

A superação de gargalos tecnológicos e infraestruturas. O Pedro também citou a questão de escalonamento. Esse é um trabalho que a gente tem feito muito em parceria com o Ministério da Saúde. Fomentar a plataforma de escalonamento, porque não adianta eu conseguir desenvolver um novo medicamento, principalmente pensando em biotecnologia ou diagnóstico, que funciona muito bem na bancada, mas para fazer o escalonamento desse medicamento, para fazer o ensaio clínico, fazer o escalonamento para ver a viabilidade de uma produção industrial é um outro desafio. E a gente tem esse gargalo tecnológico de infraestrutura no país para fazer esse tipo de escalonamento. A gente sofreu muito com isso na pandemia, Então, juntamente com o Ministério da Saúde, a gente tem apoiado algumas plataformas de escalonamento para que a gente consiga superar esse gargalo.

E um outro desafio, não especificamente para doenças raras, mas para pesquisa em saúde, é a capacitação e inserção de legislação e cultura regulatória nos ambientes de pesquisa. O que a gente observa que acontece muito é que, às vezes, o pesquisador começa a fazer sua pesquisa básica sem estar muito atento à questão regulatória lá na frente, pensando no desenvolvimento de um produto. E, em um determinado momento, quando o pesquisador passa pela pesquisa pré-clínica, ele faz a prova de conceito e busca a interação com a Anvisa a, com a agência regulatória, pretendendo fazer o ensaio

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

clínico ou mesmo o registro de um futuro medicamento, ele percebe que ele pulou algumas etapas de questões regulatórias. Então, a pesquisa dele precisa voltar dois ou três passos para trás.

Então, a gente tem trabalhado muito dentro dos instrumentos de fomento para que a gente consiga associar a questão regulatória, para que o projeto não precise voltar atrás duas ou três casas por conta de questão regulatória. Ele já nasce, desde o início, objetivando o registro junto à Anvisa. Então, ele já fica atento a essas questões regulatórias, e a gente consegue acelerar todo esse processo de tradução do conhecimento em produtos para a sociedade.

Eu acredito que é isso. Este é o meu último eslaide.

Fico à disposição para perguntas e interação com os demais colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a você, Thiago Moraes, que é Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Agradeço muito pela apresentação, Thiago. E um dos objetivos desta Comissão, com as audiências públicas, porque esta, como eu disse antes, é uma delas, vamos ter outras, é aproximar de fato, transformar, como também o Pedro falou e você reforçou, esse conhecimento em soluções e aproximar principalmente a sociedade organizada dos ministérios também, para que haja uma sintonia na busca dos caminhos, do enfrentamento dos desafios, do apoio, que a sociedade possa dar para as iniciativas dos ministérios.

Obrigado, viu, Thiago?

Passo em seguida...

O SR. THIAGO MORAES (*Por videoconferência.*) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Grande abraço. Continue firme, vamos precisar de você na sequência.

Natan Monsores de Sá, que está aqui à minha direita, presencialmente, é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde. Então, com muito prazer, recebemos você aqui na Comissão e passamos a palavra a você.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor.) – Obrigado, Senador Arns, e na sua pessoa eu cumprimento todos os colegas presentes e virtualmente. É um prazer ouvir a Andreia, ouvir a Márcia, representando os grupos de pacientes e também os colegas relacionados ao cenário de pesquisa e desenvolvimento de inovações.

Eu queria retomar um pouquinho da fala do Dr. Pedro, de que saúde é democracia, democracia tem tudo a ver com saúde. É uma fala muito importante, dos primórdios do movimento da saúde pública no Brasil, e é exatamente nessa perspectiva que a Coordenação de Doenças Raras tem trabalhado. Então, como é que a gente consegue garantir acesso à informação? Como é que a gente consegue garantir cuidados adequados para a população com doenças raras, dentro de um ecossistema que é extremamente complexo, do ponto de vista de operações e organização?

A gente está aqui numa Comissão que discute a ciência e tecnologia, numa perspectiva de soberania nacional e de acordos também, acordos bilaterais, multilaterais, que podem ser trazidos para dentro da nossa estrutura, do nosso complexo produtivo e industrial do campo da saúde. Incorporação é sempre um desafio, é um tema recorrente, Senador, nesses debates. Escuto os pacientes na sua ansiedade... E é extremamente legítimo que eles tragam essa perspectiva do novo medicamento, da inovação terapêutica, mas eu estou retomando a questão da saúde como democracia aqui, exatamente porque esse é um parâmetro extremamente importante para que a gente faça a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o Sistema Único de Saúde enfrenta um desafio que é um desafio de sustentabilidade. Nós temos diversas inovações tecnológicas que trazem ganhos muito importantes para os pacientes, só que essas tecnologias têm sido trazidas dentro de um cenário de altíssimos valores. E eu não gosto de falar aqui de preço, porque rapidamente as nossas falas, no Executivo, aqui no Senado também, enfim, no setor público, costumam ser atribuídas...

"Ah, você está atribuindo um valor à vida humana", "A vida de um paciente não tem preço", "A vida do meu filho não tem preço", e não é nesses termos que a gente está tentando trazer uma discussão. Eu jamais teria aqui a arrogância de tentar atribuir um valor, um preço *per capita* para cada uma dessas pessoas que buscam cuidados, mas é importante a gente esclarecer que o Sistema Único de Saúde é a condição *sine qua non* para que essas pessoas recebam os seus cuidados. E, sem Sistema Único de Saúde, não tem saúde, não tem democracia, não tem estrutura que comporte o atendimento a essas pessoas que estão na margem, no limiar da sua vulnerabilidade social, no limiar dos cuidados porque têm doenças que são complexas.

Então, a gente precisa achar e fazer essa discussão de uma maneira séria e acertada, dentro do setor público, sobre quais são os caminhos que a gente vai construir para os próximos anos, para que a gente garanta a soberania nacional do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico. Neste momento político, a gente vive uma guerra econômica, tarifária em todo o mundo; há uma disputa posta de valores. E certamente essa disputa pode favorecer o cenário produtivo industrial brasileiro, o cenário de ciência e tecnologia, à medida que o Brasil se torna um ator extremamente importante do ponto de vista de fomento, de capacidade de formar novos quadros para ciência e tecnologia. Então, acho que a gente tem que olhar com atenção este momento vivido e tentar trazer para as pessoas com doenças raras as possíveis benesses que esse cenário nos traz.

Eu queria destacar brevemente aqui alguns pontos trazidos nas falas dos colegas. E, aproveitando a oportunidade, Senador, que o senhor nos traz enquanto Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde, acho que seria importante a gente dar uma devolutiva para a comunidade de doenças raras, para o cidadão brasileiro, das ações que o Ministério da Saúde tem feito nesse cenário.

Primeiro, a questão que sempre aparece é a do diagnóstico tardio: "Ah, o Ministério da Saúde não está fazendo nada, não tem nenhuma iniciativa". Isso se reflete, inclusive, nas perguntas que são trazidas aqui. Então, há dois movimentos acontecendo neste momento, internamente, no Ministério da Saúde. Um se refere à instalação de um parque tecnológico para garantir que as pessoas tenham acesso aos testes genéticos, ao diagnóstico genético. Nós iniciamos um protótipo de usina, de *hub* de sequenciamento genético, que este ano começa a funcionar dentro da estrutura da Fiocruz e dentro de um dos hospitais próprios do Ministério da Saúde, que é o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Então, essa iniciativa, em conjunto com as iniciativas de pesquisa na área de ciência genômica, que têm sido fomentadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e também pelo Ministério da Saúde, começam a trazer para o Brasil a capacidade de dar diagnóstico para as pessoas com doenças raras de maneira um pouco mais célere. Ainda não está nos termos que a gente deseja enquanto cidadão, enquanto gestor, mas em breve teremos a capacidade instalada de fazer 40 mil, 60 mil exomas e painéis genéticos para atender a demanda do SUS, que é essa.

Por outro lado, houve um certo atraso – e a gente reconhece, enquanto Ministério da Saúde, esse fato – para a implementação das novas fases do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Então, rapidamente, a Secretaria de Atenção Especializada tomou pé da situação, e a gente produziu uma portaria, que em breve – enfim, de maneira tardia também – terá sua publicação. E, internamente, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente tem trabalhado também num desenho de rede, numa lógica de laboratórios para tentar atender a questão da triagem neonatal. Então, a AME... O anúncio recente do nosso Ministro Padilha em relação ao esperado acordo de compartilhamento de risco para a AME traz um novo gás para essa iniciativa, e a gente espera, em breve, Senador, trazer aqui para esta Casa também o anúncio dessas medidas inovadoras que o Ministério da Saúde está trazendo.

Falando em AME, Senador, eu vou pedir vênia e fazer uma pequena correção. As terapias inovadoras, as terapias gênicas, infelizmente ainda não são terapias de cura. Quando a gente fala de Zolgensma para a AME ou as outras terapias que vêm, na área da saúde a gente é um pouquinho mais conservador no que se refere às expectativas dessas terapias e a gente costuma usar o termo remissão. Então, a gente espera que o Zolgensma, que agora, nas próximas semanas, estará disponível dentro dos ambulatórios de neurologia, dos serviços de referência em doenças raras, que essa terapia junto com as duas outras terapias que já existem para essa doença no SUS consigam trazer algum grau de alívio e remissão, estabilização dessas doenças.

Eu me preocupo... De novo pedindo vênia aqui, Senador, em relação a essa fala de cura, eu me preocupo bastante com a literacia da comunidade de pessoas com doenças raras, o conhecimento. Recentemente, foi falado em vacina – vacina para doenças raras, vacina para as doenças genéticas – nas redes sociais, e nós do Ministério da Saúde temos uma preocupação com a assertividade, com a correção da base científica desses termos.

A gente não está falando de vacina para doença rara, a gente está falando de uma terapia que envolve muitos riscos ainda para essa comunidade de pessoas com doenças neurodegenerativas, que afetam o sistema nervoso. Terapia gênica não é panaceia, ela traz riscos, sim, para essas pessoas, mas esses riscos estão sendo tratados com muita seriedade, muita responsabilidade e cautela pelo Ministério da Saúde. Nas próximas semanas, a gente espera que as crianças afetadas por AME consigam ingressar nos serviços em busca dessa terapia.

Em relação ao conhecimento que apareceu... Eu derrubei minha fala toda aqui, Senador, até para responder a algumas questões. Em relação ao conhecimento, o Ministério da Saúde tem investido também em programa de formação dos pacientes. Há novas residências sendo estabelecidas na área de aconselhamento genético, na área de genética e genômica, então tem todo um programa sendo desenhado neste momento no Ministério da Saúde para tentar atender essa necessidade de poucos geneticistas, poucos médicos, poucos serviços disponíveis.

E, por falar em serviços, quando assumimos a coordenação de doenças raras em 2022, havia 22 serviços; hoje, já são 36 serviços de referência em doenças raras, mais toda uma rede de apoio. Eram 30 mil atendimentos por ano dentro do Sistema Único de Saúde; hoje, já são 60 mil atendimentos por ano. Então, a gente tem conseguido trazer um certo fôlego exatamente para atender ao clamor das pessoas que vivem com doenças raras, às suas demandas.

Em relação ao seu pedido aqui, Senador, à sua fala, a gente precisa registrar: nós estamos trabalhando em dois projetos que são pilotos para a questão do registro de pacientes com doenças raras, um financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo CNPq e também pelo Ministério da Saúde, conduzido com maestria pela equipe do Clínicas de Porto Alegre e pela Sociedade Brasileira de Genética Médica, com o projeto Raras, que tem olhado, em cada serviço de referência, quem são as pessoas afetadas por doenças raras, quantas são essas pessoas, quanto tempo elas levam para ser atendidas. E há também um projeto dentro do Observatório de Doenças Raras, que eu tenho o prazer de coordenar, na Universidade de Brasília, também financiado com recurso público, em que a gente

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem olhado aspectos biopsicossociais. Esses dois projetos se encontram exatamente no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, a que o colega do MCTI se referiu, que é o INRaras, uma iniciativa nacional que junta as diferentes frentes que trabalham com doenças raras, para, exatamente, a gente ter registro, números, evidências e ter iniciativas, hoje, organizadas, fomentadas, induzidas por evidências.

Em relação a acesso – acesso a tecnologias –, talvez esse seja o nosso maior calcanhar de Aquiles. Por quê? Infelizmente, o cenário, hoje, de ciência e tecnologia, de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no campo de doenças raras, segue as tradições acadêmicas do Brasil. E as tradições acadêmicas do Brasil, infelizmente, ainda têm um caráter fragmentário. Eu sou professor da Universidade de Brasília, e, toda vez que a gente ingressa no edital, infelizmente é uma tradição "da minha pesquisa, os meus resultados, os dados do meu centro de pesquisa" e há pouca interlocução em redes desses serviços. Então, para a gente não ter abordagens fragmentárias do ponto de vista de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, precisa haver fomento para que haja, de fato, redes efetivas trabalhando. Então, o INCT de Doenças Raras (INRaras), por exemplo, é uma dessas iniciativas que juntam a área de neuro, a área de genética e endócrino numa grande estrutura.

Por fim, é importante que a gente fale da questão do acesso a tratamento. Aproveitando um pouquinho da fala da colega Andreia, da Febrararas, ela, ao final da sua fala, traz isto, a gente precisa diferenciar, na rede de cuidados, quem precisa de tratamento medicamentoso e quem precisa de tratamentos integrais, holísticos, mais amplos. Hoje, um percentual de 5% das doenças raras consegue alcançar tratamentos medicamentosos.

Eu queria trazer alguns números aqui, para que os nossos ouvintes entendam como o Executivo, como o Ministério da Saúde investe nesse ecossistema. Por parte do Ministério da Saúde, são R$4,5 bilhões investidos para pagamento de terapias voltadas para doenças raras. Hoje são 91 medicamentos, e esse número a toda hora é atualizado. São sete medicamentos incorporados nos últimos meses, dezesseis tecnologias de diagnóstico, cuidados. Enfim, é um montante de recursos enorme para um contingente populacional que requer todo o nosso cuidado, toda a nossa devoção, toda a nossa atenção. Por quê? Boa parte dessa população é população pediátrica. Então, cuidar de doenças raras significa cuidar, sim, do futuro da nação brasileira, do futuro do Brasil, e há um empenho do Ministério da Saúde nesse sentido.

Por fim, eu gostaria de falar dos 95% restantes de pessoas afetadas por doenças raras, que requerem outros tipos de abordagem. Então, há abordagens, por exemplo, como reabilitação, e há toda uma coordenação, no Ministério da Saúde, voltada à pessoa com deficiência que tenta alcançar essas crianças, há incursões cirúrgicas, há cuidados paliativos, enfim, há uma série de outras medidas que não necessariamente passam pelo arcabouço do tratamento medicamentoso e para os quais o Ministério da Saúde também precisa endereçar, enfim, soluções.

E a gente tem trabalhado nesse sentido também. Então, do ponto de vista de equidade, pensando que saúde é democracia, precisamos, sim, alcançar as pessoas que requerem terapia gênica, terapias avançadas, terapias celulares, mas o Ministério da Saúde não pode abrir mão, também, de 95% das crianças e pessoas afetadas por doenças raras que vão requerer o leito adequado, o cuidado paliativo, todas essas outras tecnologias de cuidados de que eu falei há pouco. A gente tem trabalhado na Coordenação de Doenças Raras bem próximo às universidades, bem próximo à Fiocruz, bem próximo aos institutos de pesquisa para que esse ecossistema consiga, de fato, acolher e cuidar dessas pessoas com base no conhecimento e nas inovações produzidas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem um desafio, Senador, que eu trago a esta Casa como um pedido de apoio: a gente precisa garantir a sustentabilidade desse ecossistema. Vou citar, por exemplo, o Paraná. Então, o Paraná tem a Fiocruz do Paraná – o Pedro, que me antecedeu aqui, falou do IBMP –, tem o Hospital Pequeno Príncipe, tem a estrutura do Hospital Universitário do Paraná, que também tem um serviço de referência em doenças raras. O ecossistema do Paraná, por exemplo, é um ecossistema ímpar, de qualidade, para o atendimento às pessoas com doenças raras, mas, para que a gente consiga manter a capacidade do Hospital Pequeno Príncipe, por exemplo, de fazer diagnósticos com exomas, painéis genéticos, para ter acesso a algumas tecnologias diagnósticas, para que a equipe do Hospital Universitário, para que a Fiocruz do Paraná consigam ter essa capacidade, essa potência, a gente precisa de aporte de recursos, a gente precisa de fomento para a organização das redes científicas locais. Enfim, isso se repete ao longo de todos os estados do Brasil.

E aí, para terminar a minha fala, a produção de um ecossistema benéfico, positivo, efetivo, com equidade, no Brasil, para atender as pessoas com doenças raras, passa por uma lógica tripartite. O que isso significa? O Ministério da Saúde é um grande indutor, o Ministério da Ciência e Tecnologia é um grande indutor desse ecossistema, mas o atendimento às pessoas com doenças raras acontece nos estados, acontece nos municípios. Então, por vezes, o Ministério da Saúde se esforça no sentido de fomentar esse ecossistema, mas as contrapartidas estaduais e municipais ficam aquém dos esforços que a gente empreende no sentido de atender essa população. Então, a gente precisa discutir de fato o pacto federativo, no que se refere ao atendimento dessas pessoas. Esse é o meu clamor a esta Casa: é para que a gente estenda a discussão sobre o cuidado das pessoas com doenças raras para as redes estaduais, para a estrutura municipal de cuidados também, porque é lá na ponta que esse cidadão é atendido. A gente não tem – eu costumo brincar com os meus estudantes da Universidade de Brasília – um consultório dentro do Ministério da Saúde, eu não tenho um ambulatório funcionando dentro do Ministério da Saúde. O ambulatório está no estado, está no município. Então, é para lá que a gente precisa direcionar o apoio. É nesse sentido que eu queria convidar esta Casa para que, junto com o Ministério da Saúde, a gente organize essa estrutura de atendimento lá na ponta.

E, por fim, só queria salientar, Senador, que a gente não ficou inerte ao pedido de acesso à informação que a comunidade de doenças raras tem nos trazido. Prontamente nós criamos, dentro da estrutura de *sites* do Ministério da Saúde... Eu até pedi para a sua equipe de apoio aqui projetar para a gente, para que os cidadãos que estão nos acompanhando aqui vejam.

Então, hoje a gente tem um *site*, uma página dedicada exclusivamente a doenças raras dentro da estrutura do Ministério da Saúde.

Você pode subir um pouquinho?

E lá estão muitas informações, exemplos.

Pode baixar. Eu queria chegar lá nos quadradinhos, embaixo, na página.

Isso.

Então, se o cidadão brasileiro quer ter acesso ao médico, à equipe, a que protocolo existe, a que diretriz... Tem dados sobre doenças raras? Tem câmara técnica assessora? Como é o processo de incorporação de tecnologia? Tem legislação? Onde eu busco informação? Como eu busco o cuidado?

Então, a gente teve o cuidado de fazer a curadoria de todas essas informações que hoje estão plenamente disponíveis para cada cidadã e cidadão brasileiros.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, novamente agradecendo, Senador, pela gentileza de nos convidar enquanto Ministério da Saúde, em nome do Ministro Padilha, eu agradeço pelo convite. A gente se encontra à disposição para o diálogo e para o trabalho conjunto.

Então, novamente, eu queria salientar: o Ministério da Saúde não é um vilão, ele não quer... "Ah, o Ministério da Saúde não se preocupa em atender a população". Não, a gente se preocupa sim, porque saúde é democracia e a gente só tem democracia quando cada cidadã e cada cidadão brasileiro é bem cuidado.

Então, a gente está aberto, enquanto Ministério da Saúde, para ouvir, acolher, receber críticas e, também, está junto, em parceria com esta Casa, para tentar atender melhor às pessoas com doenças raras.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço sobremaneira a sua participação e quero dizer para todos e todas que nos acompanham no Brasil que isso é muito importante, porque o Natan, além de Professor da UnB, é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Há sempre, obviamente, em toda a caminhada de vida, dúvidas, questionamentos, esclarecimentos que são necessários. Por isso que eu solicitei à Andreia que ela trouxesse, como Federação Nacional – à Márcia também e a todos que coordenam áreas específicas de doenças raras –, os desafios que vêm enfrentando para que nós possamos dialogar, como Comissão, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Saúde e com outras áreas, como dito antes, também.

Aliás, o Natan levantou o que o Pedro havia levantado: a questão de ciência e tecnologia como elemento importante para a democracia e para a soberania, quer dizer, nós, como o Pedro colocou, o Dr. Pedro, até para insumos básicos, ficamos extremamente dependentes, quando nós temos que ser independentes, tanto quanto possível, na produção, na pesquisa, basicamente, até de insumos genéricos.

Agora, essa questão da soberania, a gente viu muito bem, nessas últimas oportunidades, nesses últimos dias, em termos das *big techs*, quer dizer, uma pessoa decide se o Brasil vai ter acesso à tecnologia, à informação, à comunicação. Eu nunca vi uma dependência tão absurda do mundo em relação a um grupo de três, quatro, dez, vinte pessoas. Não tem cabimento isso!

Ciência e tecnologia significam, na área da saúde – a gente está discutindo doenças raras –, obviamente, soberania, democracia, mas também em qualquer área. Um exemplo marcante, recente, é essa questão da nossa dependência de algumas pessoas no mundo que ditam como é que o país e o mundo vão se comunicar.

Agradeço-lhe, Natan, sobremaneira.

Nós estamos no adiantado da hora. Eu passaria só um ou dois minutos para os que participaram, os expositores e as expositoras, para alguma consideração final que considerem importante, mas eu quero dizer a todos também que nós estamos numa audiência pública. O importante é receber as demandas.

Escutamos com muito prazer o Dr. Natan, com muita propriedade, inclusive. Eu vou falar da remissão da doença, não vou falar da cura da doença.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Fora do microfone.*) – Sim, obrigado. Obrigado, Senador. (*Risos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu me lembro daquele filme, também, em que a menina cai da árvore – não lembro o nome do filme –, ela tinha uma doença rara também e, por um milagre...

É Milagres do Paraíso o nome do filme! Milagres do Paraíso.

A menina cai, estava sendo atendida pelo médico, e a mãe chegou para o médico e disse: "Mas ela está curada? Porque não tem mais nada, não tem mais sinal nenhum. Está curada?". E ele disse: "Não posso falar que está curada, a doença teve uma remissão". (*Risos.*)

Então, eu digo: para mim, está curado, mas, cientificamente, teve uma remissão.

Muito bem.

Andreia, você ainda está por aí?

A SRA. ANDREIA BESSA (*Por videoconferência.*) – Sim, Excelência, estou por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, se você quiser fazer alguma colocação também...

A SRA. ANDREIA BESSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Claro, claro. Quero agradecer a todos.

Natan, obrigada pelas novidades. Para a comunidade de doenças raras, é sempre importante conhecer as novas disponibilidades do Ministério da Saúde com relação à comunidade de raras; isso, para a gente, é muito importante.

A fala do Thiago Moraes também, para a gente, é um impacto importante; inclusive, já fica um convite aqui para ele participar de eventos nossos, porque eu acho que é bem interessante a divulgação desse trabalho desenvolvido pelo MCTI.

Quero dizer que a gente tem bastantes dados. Nós temos trabalhado muito nisso, focados, principalmente, na condição, no estudo de vida real do paciente. Hoje, nosso foco é muito trabalhar no estudo de vida real do paciente, especialmente pela questão da randomização dos estudos, de como se dá o impacto nas políticas públicas... Isso tem sido o nosso foco.

Nós não vamos deixar de... Mas já ficou a lição de casa. Já aqui, no momento em que a gente estava conversando, mandei para toda a equipe, para as associações, para que elas possam elaborar as questões das suas áreas, para que a gente possa encaminhar isso ao Senador, que tem trazido essa importante discussão nesta Comissão.

Essa abertura de porta já é um passo muito importante, porque, se nós formos pensar em 2014, quando foi dado o primeiro passo a discutir doenças raras – antes, era um grande tabu, uma grande barreira, não é? Nós não queremos, aqui, gerar que as doenças raras sejam um grande impacto orçamentário. Não é isso. O que nós queremos é um estudo, um caminho onde todos tenham o direito e o acesso à saúde, não é? E que não seja discutido só no aspecto econômico, mas no aspecto da vida, da qualidade de vida, onde toda a população tem o mesmo direito, desde aquele que precisa do medicamento de R$10 ou da Maizena, como aquele que precisa de um medicamento cujo custo é muito mais alto.

Obviamente, nós defendemos que um país que investe em educação e tecnologia é um país que tem a condição de progredir, o crescimento dele está baseado nesses pilares. Então, a gente precisa parar de ser importador e começar a ser produtor. Por isso nós temos defendido muito que a educação, o investimento em pesquisas são importantes para o nosso país, para que a gente não fique refém desses custos altíssimos desses tratamentos. Mas infelizmente hoje é o que a gente tem. Então, é por isso que a gente briga e luta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada mais uma vez por esta oportunidade. Contem conosco. Em tudo que vocês necessitarem de informação, aquilo que nós tivermos vamos deixar disponível para esta Comissão e, sempre que for possível a gente participar, nós também estaremos à disposição.

Mais uma vez, Senador, muito obrigada mesmo por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um abraço para você.

Transmita para todas as associações e federações também que fazem parte da brasileira o nosso abraço. Obrigado pela participação também, Andreia.

Márcia da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa.

Márcia, ainda está presente? (*Pausa.*)

Sim. (*Risos.*)

A SRA. MÁRCIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ah, eu fiquei muito sensibilizada e quero agradecer ao Sr. Flávio Arns e a todos aí presentes, porque a luta é grande, a jornada é grande, mas nós estamos no caminho certo. E estando unidos, com certeza, nós vamos buscar algumas soluções para que a gente possa cuidar daqueles que tanto precisam, que são os pacientes raros.

Então, eu tenho muita gratidão a Deus por ter me dado essa oportunidade de estar representando aqui as mães de doenças raras e a todos os envolvidos nessa missão, que nos traz muita responsabilidade, compromisso e, principalmente, respeito e amor pelos nossos tão queridos pacientes raros.

Muito obrigada, Senador.

Obrigada a todos por estar aqui representando todas essas mães.

Muito obrigada e gratidão a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um abraço para você também, Márcia, para a Flávia, para a família e quero dizer que estamos juntos. Os Ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia, os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão, para juntos enfrentarmos os desafios. Tudo tem que ser uma coisa coletiva.

Pedro Ribeiro Barbosa, Diretor-Presidente do Instituto de Biologia Molecular do Paraná.

Dr. Pedro.

O SR. PEDRO RIBEIRO BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

Igualmente, quero agradecer por esse convite mais uma vez, pela oportunidade de compartilhar, sobretudo, no meu caso, pela oportunidade de aprender com esse tema.

Mas eu quero aqui fazer uma última colocação, acho que repetindo a todos vocês, especialmente o colega Natan, o Thiago e o próprio Senador, quando enfatizam que isso é obrigação e desafio de um país, de uma sociedade. E no momento em que a Comissão traz esse tema no campo da ciência e tecnologia em audiência, na perspectiva de transmitir e coletar demandas, ela está cumprindo um papel essencial na valorização da ciência e tecnologia.

Para mim está muito claro que os raros – e aqui tem uma palavra que é bonita: raro no sentido de especiais, de diferenciados – merecem da gente cuidados, da sociedade e do campo científico e tecnológico, também de modo muito especial e raro. Eu entendo, em termos de desafios, que enfrentar os desafios dos raros no campo científico e tecnológico é colocar o nosso país na fronteira do conhecimento e puxando inovação. A inovação, do ponto de vista teórico, pode ser empurrada, na medida em que conhecimentos e ofertas gerem inovações, ou as demandas ou o mercado ou as necessidades pressionem, no sentido de puxar inovações. Aqui me parece que esse campo dos raros

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem um papel importantíssimo em demandar, em puxar inovações neste nosso país, e que, sem dúvida alguma, repercutem em todos os campos, porque inovação e enfrentamento desses desafios, por estarem na fronteira do conhecimento tecnológico, vão ter uma repercussão sistêmica, de tal modo que todos os campos da saúde e da inovação sejam abarcados, porque vão beber dessas inovações e espraiar, no sentido sistêmico, com repercussão a contingentes enormes de população, porque eles estão nos provocando na fronteira.

É isso, Senador. Eu agradeço mais uma vez, valorizo. O encontro foi muito agradável, muito positivo. Que ele continue, tanto no âmbito do Senado, do Congresso, quanto no âmbito do Executivo, a produzir mais e mais resultados, mais e mais sinergia – o Natan valorizou muito isso –, de tal modo que, em todos os níveis da nossa sociedade, esse tema seja adequadamente enfrentado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço-lhe, Dr. Pedro Ribeiro Barbosa. Parabéns pela exposição muito clara, muito importante, competente. E vamos dialogar muito mais também dentro da perspectiva colocada nesta audiência pública.

Passo em seguida a palavra ao caro Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a quem também a gente agradece muito a participação, muito importante e necessária, Thiago Moraes.

O SR. THIAGO MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Senador, eu gostaria mais uma vez de agradecer o convite. Acho que é uma discussão muito frutífera. Acho que a política científica tem que ter essa interação com diferentes entes da sociedade. Ela tem que ouvir a sociedade, que está lá na ponta, as associações de pacientes que estão lá na ponta, para que elas consigam trazer e expor as suas necessidades – e o próprio Ministério da Saúde – de como a ciência e a tecnologia podem auxiliar nesse processo todo, para que, a partir dessas contribuições, a gente consiga construir uma política científica e tecnológica efetiva e que atenda a necessidade da sociedade em geral e, para isso, eu fico disponível para futuras interações com os colegas aqui da mesa.

Agradeço o convite da Andreia, fico à disposição para participar de eventos da federação. Eu acho que é muito frutífera essa interação e, dessa maneira, a gente consegue aprimorar a política científica e tecnológica.

Da mesma maneira, fico à disposição da Comissão para futuras interações, futuras audiências ou mesmo direcionamento de emendas parlamentares, caso a Comissão entenda ser pertinente o direcionamento de emendas para pesquisa em doenças raras.

O ministério fica à disposição para a execução dessas emendas e, assim, a gente consiga alavancar o recurso de fomento para esse tema.

Mais uma vez obrigado e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço de novo ao Thiago Moraes e vamos, sim, dialogar, conversar e juntos construirmos os caminhos que possam beneficiar essa e as demais áreas, mas essa, de uma maneira particular, objeto do nosso debate.

Natan – que está aqui ao meu lado, agradecemos de novo – Monsores de Sá, Prof. Natan, não é?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Fora do microfone*.) – Isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É médico também?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Fora do microfone*.) – Não, sou biólogo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Biólogo.

Muito bem, Prof. Natan.

É importante que a gente diga professor e mande mensagem para os professores dizendo: "vamos valorizar os professores, as professoras, os planos de cargos e salários, o concurso público, para que não aconteça o que vem a acontecendo no Brasil". Inclusive mais de 50% dos professores com contratos precários, temporários.

A educação merece ter uma valorização do profissional da educação, isso é essencial também.

Com a palavra o Natan, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Muito importante para este debate!

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor.) – Obrigado, Senador Arns.

Sem professor não tem médico, não tem enfermeiro, não tem fisioterapeuta, não tem ninguém. Então, somo-me às suas palavras para, enfim, fortalecer o papel do professor e valorizar esse papel.

Para encerrar, Senador, eu novamente queria reiterar o compromisso do Ministério da Saúde em estabelecer diálogos e, a partir desses diálogos, a gente poder construir iniciativas e respostas que atendam às necessidades das pessoas que vivem com doenças raras.

Eu não vou me alongar, acho que já falei bastante aqui sobre a nossa atuação, mas quero só reiterar o compromisso da Secretaria de Atenção Especializada, dentro do Ministério da Saúde, para estar junto aqui com esta Casa no sentido de produzir iniciativas que consigam resolver, atender, acolher e cuidar dessas famílias.

Como o senhor bem destacou, a unidade de cuidado, para quem vive com doença rara, não é o indivíduo, é a família e a comunidade que vive ao redor. Não é incomum que no campo das doenças raras comunidades inteiras sejam afetadas.

Ontem tive o prazer de estar com o Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, que tem uma das maiores prevalências de epidermólise bolhosa. No Ceará tem a ataxia espinocerebelar e, em Goiás aqui, tem uma série de outras condições.

Não vou citar os nomes porque são nomes muito difíceis, mas são iniciativas que requerem, de novo, a participação conjunta das Casas que formulam as leis, do nosso Judiciário, do Executivo e também das instâncias municipais e estaduais. De novo, num pacto federativo alinhado, estruturado, a gente vai conseguir dar o adequado atendimento a essas famílias, a essas comunidades.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Agradeço, de novo, a presença dos expositores e expositoras, das pessoas que estão aqui no plenário e de todos e todas que nos acompanharam pelos meios de comunicação pelo Brasil. Agradeço aos próprios meios de comunicação e à nossa valorosa equipe aqui da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Obrigado.

E vamos em frente. Que a gente possa, como foi colocado lá, transformar a discussão em soluções, em coisas concretas que beneficiem, cada vez mais – uma caminhada na vida –, cada vez mais, as pessoas, as famílias, a cidadania e a dignidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a discutir neste momento, declaro encerrada a presente audiência pública. Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1960831212

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA (6ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (6ª REUNIÃO), EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Hamilton Mourão, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Mara Gabrilli e Damares Alves, e dos Senadores Zenaide Maia, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Dr. Hiran, Alessandro Vieira, Renan Calheiros e Jorge Seif, conforme os REQ 177/2025-CDIR, REQ 176/2025-CDIR, REQ 175/2025-CDIR, REQ 185/2025-CDIR, REQ 140/2025-CDIR, REQ 197/2025-CDIR, REQ 143/2025-CDIR, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. O senhor presidente comunica o recebimento do convite do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, para a Cerimônia em comemoração ao Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, a ser realizada hoje às 18 horas. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 6, de 2025-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e ao Requerimento nº 3, de 2025-CTFC, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e Senador Dr. Hiran (PP/RR), com a finalidade de debater o aumento da oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes, com a participação de Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição (CFN), representante de Ericka Simone Coelho Carvalho, Presidente do CFN; Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri); e Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo (USP). A presidência concede a palavra à Carolina Sommer Mazon, Diretora Técnica da Althaia S.A. Os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Flávio Arns, Jaques Wagner, Dra. Eudócia e Izalci Lucas fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a 6ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater o aumento da oferta de suplementos alimentares no mercado brasileiro sem o devido controle e fiscalização por parte das autoridades competentes, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2025, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e ao Requerimento nº 3, de 2025, da Comissão de Fiscalização e Controle, ambos de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo Portal do Senado www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – novamente, senado.leg.br/ecidadania –, ou ligar para o 0800 0612211 – novamente, 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição, representante de Erika Simone Coelho Carvalho, Presidente do Conselho Federal de Nutrição; e Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri).

Encontra-se também presente, por meio do sistema de videoconferência, Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo.

Eu gostaria de começar agradecendo a presença dos nossos convidados, agradeço a presença de todos aqui presencialmente e também a todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes do Senado.

Esta audiência pública tem uma importância muito grande, como já foi lido aqui, porque, no final das contas, trata-se de saúde da população, e é importante que a gente possa colocar aqui em discussão, possa apresentar dados, fatos que levem a população a tomar conhecimento e, logicamente aqui, que os Senadores, os Parlamentares, de forma geral, possam também participar da forma legislativa, modificando ou criando alguma peça de legislação que possa, no final das contas, sempre ajudar a melhorar a saúde da população.

Eu registro aqui a presença do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, ou seja, Presidente desta Comissão, que está me cedendo a vaga hoje para fazer esta audiência pública.

Flávio, obrigado, realmente. Quer usar a palavra? Por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero dizer que cedo a vaga com muito prazer, muito orgulho. V. Exa. é uma referência nessa área no Brasil. E sempre lembro que o bom trabalho de uma Comissão tem que ser fruto do esforço de todas as pessoas que fazem parte da Comissão, da comunidade, do Executivo, e que juntos, sempre juntos, temos que fazer com que esta Comissão se transforme numa das mais importantes do Congresso Nacional, porque ciência e tecnologia é sinal de soberania, de independência, de democracia, de autonomia: tornar o país melhor pela ciência e tecnologia. Nós temos pessoas que são referenciais no Brasil, e V. Exa., sem dúvida alguma, desponta nesse sentido. Parabéns pela caminhada de vida. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diga-se de passagem, o Senador Flávio Arns também era o Presidente da Comissão de Educação até final do ano passado, de que eu também fazia parte. Ele tem essa característica de tratar, dirigir, liderar a Comissão de uma forma muito democrática e muito eficiente. Isso é muito bom para o Brasil. E Presidente de duas Comissões que são essenciais: educação e ciência e tecnologia. Não existe nenhum país desenvolvido no planeta Terra que tenha chegado lá sem educação, ciência, tecnologia. Então, está aqui uma pessoa que tem contribuído, e muito, para o desenvolvimento do país.

Registro também a presença aqui do nosso Líder do Governo. Aliás, gostaria de passar a palavra ao Senador Jaques Wagner por um instante. (*Risos.*)

Já chega com motor quente, como diria na Força Aérea.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, eu só posso saudar, cumprimentar todos e dizer a V. Exa. que, pelo que eu peguei rapidamente na Comissão, também acho superimportante. Acho que, se a gente não se atentar para educação, ciência e tecnologia, nós vamos perder o bonde da história. Cada vez a gente deve fazer mais isso.

Até quero citar um exemplo aqui – porque eu estou fazendo um esforço para o Brasil contribuir – de um pesquisador brasileiro de Campinas que já está há 26 anos na Califórnia num daqueles institutos grandes de pesquisa. Eu fui visitá-lo, porque eles têm um convênio com um centro de tecnologia lá da Bahia. E eu só queria, rapidamente, dizer o que ele faz. Ele tem um filho autista em último grau, e hoje é um dos maiores pesquisadores, reconhecido no mundo, em pesquisas com células. O sonho dele, a pesquisa dele é para chegar, conseguir – vou chamar de consertar, mas não é o termo certo – reduzir os danos que quem o é. E agora ele está fazendo um esforço para conseguir embarcar – aproveito sua presença aqui – numa aeronave da Nasa, por quê? Porque, quando você está no espaço – V. Exa. deve saber disso –, o envelhecimento da célula é muito mais rápido do que aqui. Isso foi descoberto exatamente pelos astronautas americanos.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, por aí, não, porque eu nunca fui para o espaço e também tenho.

Mas, de qualquer forma, é muito caro ter um assento num voo desse. E eu falei com o Presidente da República que acho que deveríamos contribuir. É um brasileiro que se dedica a isso. Ele tem robô feito com células humanas. É um negócio... Eu o visitei. É uma coisa... Eu vou falar com ele hoje de novo, porque ele está nessa batalha para conseguir. É caro, evidentemente. São, sei lá, US$200 milhões ou US$300 milhões uma cadeira, para subir, para ficar lá 15 dias, e ele levaria as células...

Se V. Exa. for à Califórnia, avise-me, porque eu acho que... Porque dá orgulho na gente. Eu cheguei lá, as equipes dele, cheias de brasileiros trabalhando ali, todo mundo de ponta, uma molecada – é como eu chamo, porque já estou com 74 anos –, uns guris de trinta, trinta e poucos. Então, eu acho que o caminho é esse e, se a gente não investir, realmente...

Então, V. Exa. me pegou, assim, de surpresa, mas ainda bem que eu consegui me sair bem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Jaques Wagner. Parabéns pela iniciativa!

Realmente, é importante – eu sei que vai parecer meio tendencioso falar da importância de um voo espacial –, é muito importante isso. Eu vou tentar entrar em contato também, para ver se eu posso ajudar de alguma forma, porque isso realmente contribui, e trazer também os nossos cientistas aqui para o Brasil, agora com o NB4, junto ao acelerador de partículas lá em Campinas, um laboratório de

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nível de biossegurança 4, que vai ser o único do planeta acoplado com um acelerador de partículas... Isso vai atrair muitos cientistas nacionais e internacionais que estão no exterior para trabalharem aqui. Eu tenho certeza de que muita coisa vai poder ser desenvolvida aqui. E essa parceria com o espaço realmente tem uma chance de trazer resultados muito bons.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Desculpe, mais uma vez, mas só para ver como os países estão antenados nisso, ele está angustiado, porque, a cada dia que demora, alguém passa na frente. A Índia pediu, sei lá, três lugares; a Inglaterra, não sei quantos lugares; ou seja, tem uma fila de gente querendo ir para o espaço para aprofundar exatamente essa pesquisa. E é caro, porque a Nasa, de uma certa forma, terceiriza. Tem uma empresa que administra, vamos dizer, cada voo, porque tem todo um treinamento, etc., etc. V. Exa. deve saber que não é chegar lá e embarcar, tem mil treinamentos, mas eu estou tentando ajudá-lo para que a gente carregue a bandeira brasileira, um brasileiro, que, se chegar aonde está... Agora, recentemente, saiu matéria com ele em uma TV aberta nossa, nacional. Eu o vi – ele me mandou um vídeo dele – falando na Europa, num congresso sobre autismo. Então, é uma matéria que eu acho que é palpitante realmente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida nenhuma.

A empresa é a Axiom, que faz esses voos. Não precisa do treinamento completo, como eu fiz lá na Nasa, para ser astronauta profissional, porque ele vai com uma missão científica para um voo, mas eu acho sensacional a gente poder tocar isso em frente. Vai ser muito bom. Eram as minhas metas lá no ministério também. De repente, a gente consegue fora aqui também. Está ótimo!

Obrigado, Senador, obrigado.

Registro a presença do Senador Izalci Lucas, também prestigiando esta audiência pública sobre suplementos alimentares.

Senador Izalci, se quiser usar a palavra por dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Não, eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vai aguardar? Está bom.

Bom, eu gostaria de aproveitar também este momento inicial para fazer um convite do Comandante da Marinha. O Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen tem a honra de convidar V. Exas. para a cerimônia em comemoração do Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, a ser realizada hoje, às 18h.

As Senadoras e os Senadores que tenham agenda livre para comparecer, favor entrar em contato com a Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para informações complementares.

Deixem-me estipular como a gente vai funcionar aqui. Nós temos dois convidados locais, um remoto e depois eu vou abrir a palavra também para outras pessoas se inscreverem. Cada um dos nossos convidados terá dez minutos de fala – eu peço para serem muito cuidadosos com o tempo, para que a gente não o extrapole. Para aqueles que estão presentes aqui, faltando um minuto, vai tocar uma campainha semelhante a esta aqui...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... e, aos 15 segundos, vai entrar uma voz feminina muito convincente, dizendo que faltam 15 segundos para encerrar a sua fala. Portanto, coordenem aí. Olhem, aqui tem o tempo, e quem estiver no remoto tem que controlar o tempo por si, porque não vai ter essas indicações todas.

A sequência de fala vai ser, inicialmente: Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição; depois, Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo – esse vai ser remoto; depois, Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri), também presencial.

Gostaria de chamar, então, o Marcelo Bella e o Caio Victor para tomarem lugar aqui, junto comigo, na mesa. (*Pausa.*)

Com relação às perguntas, nós já temos aqui algumas perguntas e comentários vindos pelo e-Cidadania. Eu vou coletar todas essas perguntas, para que elas sejam distribuídas também aos convidados. No final, eu vou fazer a leitura delas todas, e os convidados vão poder responder a essas perguntas, indagações, no momento final de fala; inclusive, quem está no remoto também vai receber.

Então, sem mais delongas aqui, sem espera, vamos iniciar, passando a palavra para o Sr. Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição, representante de Erika Simone Coelho Carvalho, Presidente do Conselho Federal de Nutrição, para dez minutos de fala.

Caio, a palavra é sua.

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Inicialmente, queria agradecer o convite ao nosso Conselho Federal de Nutrição. É um prazer a gente discutir sobre uma temática tão importante, relevante para a saúde da população.

Eu sou Caio Victor. Tenho alguns objetivos na minha fala, como vocês podem observar.

O nosso conselho prima pela segurança alimentar e nutricional. Dito isso, a gente trabalha com saúde pública e, nesse contexto, a gente fala sobre suplementos, fala sobre dietas, mas aqui, agora, a gente estava falando sobre suplementos.

Tenho três objetivos na minha fala. O primeiro objetivo é falar um pouco sobre o perfil de uso do usuário, quem é que usa mais suplemento, falar um pouco sobre o perfil desse consumidor e sobre, por exemplo, os objetivos de uso, o que impacta no mercado e, consequentemente, na saúde da nossa população.

O segundo objetivo da minha fala é, de fato, ratificar a importância da educação nutricional. Ora, não se garante segurança alimentar e nutricional sem educação nutricional. Eu vou trazer alguns trabalhos que ratificam isso, ratificam a importância de um aconselhamento nutricional, de um profissional de saúde, principalmente, um nutricionista nesse uso racional de suplementos, medicamentos etc.

O terceiro é problematizar – acho que é um dos pontos mais importantes – possíveis aplicações, interações medicamentosas e desfechos clínicos do uso de suplementos.

Pois bem, eu vou disponibilizar aqui, para o Senador, esta minha fala. Vocês vão ver que eu sempre trago muitos artigos científicos que, de fato, ratificam, mostram o que eu estou conversando com vocês, mostram a importância dessa temática.

Aí tem uma sequência de raciocínio. Por onde a população se informa no ato de comprar suplementos?

Qual o grau de conhecimento dos profissionais de saúde? Então, será que o médico, o enfermeiro, o farmacêutico, o fonoaudiólogo têm conhecimento de causa para estar orientando, prescrevendo

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

suplementos alimentares? O que é que o CFN está fazendo? Como é que o meu Conselho Federal de Nutrição está agindo nesse contexto?

Vou mostrar também algumas interações, ou seja, os riscos de fato que se pode ter relativos a isso. E concluirei esta minha fala.

Nesse sentido, eu faço a pergunta: redes sociais são confiáveis? Hoje em dia a gente vê muita coisa sendo falada. Eu trouxe Wikipédia, Instagram, Facebook. Será que são fontes de informação confiáveis? Pois bem, tem gente estudando isso, tem pesquisador procurando avaliar a qualidade da informação nessas mídias sociais. A gente traz vários trabalhos mostrando que não, mostrando que, por exemplo, muitos vídeos, em diversas plataformas, são vídeos com qualidade inadequada, seja na posologia, seja na segurança, enfim, em questões relativas à prescrição, à orientação. E aí a gente traz trabalhos da Austrália, por exemplo, mostrando que a orientação, que vídeos promovidos, vídeos divulgados por profissionais especialistas são de melhor qualidade.

Então, a gente começa a discutir isso. Ora, a gente está falando de suplementação alimentar. Esse público que utiliza esses produtos está muito focado em rede social, em internet. Como é que está essa informação nessa rede social, nessa internet? Parece que profissionais que fazem, que promovem, que publicam esses vídeos, pelo menos com relação a nutricionistas, promovem essas informações com maior qualidade.

E, nesse sentido, a gente sempre brinca sobre a gente evitar *fake news*. A gente vê *fake news* em vários contextos e também na suplementação alimentar –, a gente pode falar sobre isso –, em nutrição. E eu sugiro aqui algumas fontes de informações. E aí, para produtores – também está envolvido, né, Marcelo? –, a gente observa várias fontes de informações que são confiáveis. Então, a gente vê o nosso próprio conselho federal, a gente vê a Associação Brasileira de alimentação e Nutrição, a gente vê base de dados, como a SciELO e outras bases internacionais. Então, como órgão, como conselho federal, a gente sempre sugere isto: basear as informações veiculadas na mídia, que sejam informações de fato ratificadas pela pesquisa científica, com suas limitações.

Nesse sentido, quando a gente começa a discutir um pouco sobre perfil do usuário do suplemento alimentar, desses suplementos mais vendidos, a gente observa que há uma vasta literatura; com limitações, como sempre, mas a literatura vem demonstrando o risco desse consumo inadequado, dessa venda de produtos irregulares.

Então, a gente observa o perfil do consumidor, a gente observa que os cursos de formação não contemplam, de fato, uma carga horária mínima em suplementação alimentar. A gente começa a observar que os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia têm essa deficiência.

E a gente traz, por exemplo, alguns perfis relativos a suplementos pré-treino. Um dos suplementos mais vendidos atualmente... A gente observa a proteína, observa a creatina, observa os polivitamínicos, e vêm crescendo os suplementos pré-treino – não vem ao caso discutir o que seria tudo isso, um suplemento pré-treino, porque existem vários tipos. Mas a pergunta é: será que o uso inadequado – e daí vem a questão de orientação nutricional – pode trazer um malefício, com o uso agudo desse produto? Eu trago alguns trabalhos que mostram que sim.

A gente observa, por exemplo, indivíduos saudáveis usando suplementos pré-treino, indivíduos jovens e adultos jovens saudáveis, inibindo uma adaptação positiva ao exercício, como redução da pressão arterial. Então, a gente observa suplementos pré-treinos usados uma única vez, podendo, por exemplo, inibir o que a gente chama de hipotensão pós-exercício, ou seja, suplemento traz riscos inerentes à saúde, mas a orientação adequada e o uso racional podem melhorar essas situações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

São, vários trabalhos, eu trouxe aqui só dois. Mas percebam que os suplementos não são inócuos, não são isentos de risco. É importante essa orientação para a gente evitar esse tipo de situação. Percebam que os trabalhos que eu trago são em adultos jovens e saudáveis. Então, imaginem num idoso, em um indivíduo de meia-idade, em um indivíduo polimedicado utilizando suplementos que são vendidos em qualquer farmácia, em qualquer loja de suplementos. É algo que, de fato, requer a nossa atenção.

Enfim, a gente traz epidemiologia e observa o perfil de uso. A gente observa que, em algumas pesquisas nacionais, que não são as únicas, em torno de dois terços dos lares aqui no Brasil pelo menos um integrante na família já utilizou ou utiliza o suplemento alimentar. Então, de fato, é algo a que a gente precisa ter atenção.

Eu faço algumas perguntas, como maneira de a gente já se encaminhar para o final.

Por que as pessoas consomem suplementos? Enfim, o principal objetivo é melhorar a saúde, aumentar massa muscular, prevenir deficiências nutricionais. Esses são os principais objetivos de uso. Mas, como acabei de falar em pré-treino, e eu já vi que tem uma pergunta sobre isso, eu trago aqui alguns ativos que são presentes nesses suplementos e eu trago perfil de uso. Faço algumas discussões e trago perfil de uso.

É importante citar isso porque, de fato, é uma classificação bem abrangente essa do pré-treino. Não confundam pré-treinos unicamente com estimulantes, tá? A gente observa que, de fato, há um risco inerente de, por exemplo, haver repercussões cardiovasculares com o uso de suplementos alimentares, e não só isso. Mas aqui eu trago esses trabalhos.

E o mais importante, como já citei, é que vários grupos populacionais devem ser considerados. A gente tem trabalhos – e vou mostrar agora – avaliando os suplementos em crianças, em adolescentes, em gestantes, em idosos, em adultos de meia-idade, e por aí vai. Então, de fato, é um tema relevante que merece discussão e, por isso, a gente está aqui na audiência. Então, eu trago vários trabalhos em diferentes populações, como eu falei, desde a criança e o adolescente até o idoso, discutindo essa questão de segurança relacionada aos suplementos.

Eu trago também algumas ações do meu conselho federal. A gente já publicou vários documentos. Eu trago aqui documentos da Anvisa, do *marketing* de suplementos. O nosso conselho tem se movimentado quanto a isso para promover segurança alimentar e nutricional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA – ... por meio de educação nutricional.

Deixe-me passar aqui rapidinho.

São inerentemente seguros? Não, como já mostrei. A gente traz alguns trabalhos e discute aqui, trazendo à mesa essa problemática de produtos irregulares. A gente fala sobre isso. Então, recentemente pesquisa da UFRN mostra mais um trabalho mostrando que os produtos não são inócuos. Então, a gente precisa discutir um pouco sobre fiscalização. A gente vê produtos e suplementos que vêm com medicamentos alopáticos convencionais, que vêm com esteroides, enfim, que não são apenas os ativos, os nutrientes, os compostos bioativos ali presentes.

A gente continua mostrando vários prováveis efeitos colaterais, do ponto de vista cardiovascular, do ponto de vista neurológico, enfim. Então, os suplementos não são isentos de risco. Por isso a gente precisa estudar e saber orientar.

Eu trago vários tipos de interações com coisas simples, desde o extrato de alho...

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA – ... com alguns sucos de frutas, podendo ter interações com medicamentos.

Trago mais trabalhos mostrando isso, percebam que são vários trabalhos do ponto de vista cardiovascular, do ponto de vista de dislipidemias, do ponto de vista de ansiedade e depressão. Ou seja, observam-se suplementos para muitas coisas e, consequentemente, esses riscos inerentes.

Da mesma forma, eu trago mais trabalhos, trabalhos deste ano, do ano passado, discutindo que coisas simples como o suco de bergamota, como o alho, podem ter impacto em alguns medicamentos alopáticos – isso é de atenção especial para pacientes polimedicados.

Trago mais exemplos de prováveis interações com suplementos. Então, vitamina D, vitamina C, resveratrol, tudo isso pode ter um impacto importante na saúde do paciente.

Eu trago alguns trabalhos, para finalizar, sobre o papel de uma correta educação nutricional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA – A gente observa melhora de desfechos clínicos, redução do tempo de internação, redução de infecção de via aérea superior. Ou seja, a gente observa que uma educação nutricional, uma orientação nutricional bem-feita por um profissional, num âmbito individual ou num âmbito coletivo, tem capacidade de melhorar desfechos clínicos em usuários de suplementos e em indivíduos polimedicados.

Enfim, eu encerro a minha fala, acho que corri bastante, mas acho que deu para mostrar um pouco o que o conselho fez, a importância de considerar o assunto e a importância de educação, já que a gente está aqui em uma audiência associada a ciência e tecnologia.

Então, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição, representante de Erika Simone Coelho Carvalho, Presidente do Conselho Federal de Nutrição.

Aproveito esse intervalinho aqui para ler as perguntas que já foram enviadas e comentários aqui, rapidamente.

Jeovânio, de São Paulo: "O que o governo pode fazer para [evitar] que algo [...] tão ligado a saúde não acabe [...] [sendo prejudicial]? Como a tecnologia pode ajudar [nisso]?".

Carlos, de Minas Gerais: "Como evitar que a regulação [...] seja um entrave no processo produtivo [...] [e ao mesmo tempo] ineficiente [...] [para garantir a] qualidade do produto?".

Fabiana, do Rio Grande do Sul: "Há diálogo entre Anvisa e associações de celíacos para garantir que o uso da frase 'Não contém glúten' [entre aspas] em suplementos seja confiável?".

Davi, do Tocantins: "Como garantir a qualidade e segurança dos suplementos vendidos *online*.

Comentários.

Luiz, do Rio Grande do Sul: "A fiscalização da segurança dos suplementos alimentares é ineficiente no país e a regulamentação, por si só, não resolve".

Nicolas, da Bahia: "Pré-treinos com excesso de substâncias diferentes podem fazer mal às pessoas, e sua formulação deveria ser vigiada".

Então, essas perguntas e outras... Lembro que aqueles que estão nos acompanhando pelas redes ou pela TV podem enviar suas perguntas pelo Portal do Senado, senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211, o número aqui também do Senado. Podem mandar suas perguntas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, então, agora, a palavra a Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo, que vai fazer sua participação remotamente. Já o vejo aqui no monitor.

Fernando, obrigado por estar conosco aqui. Eu só peço para controlar o tempo por aí, porque você não vai ter os alertas que nós temos aqui. Então, dez minutos para a fala.

Eu passo a palavra ao Dr. Fernando Aith.

Obrigado. (*Pausa.*)

Eu não sei como é que está o microfone. Nós não o estamos ouvindo aqui. Veja se o seu microfone está aberto aí.

Está aberto? (*Pausa.*)

Aqui está.

Tem que ver no seu computador aí se está aberto o microfone. (*Pausa.*)

Está? É que ainda não o estamos ouvindo. Estou vendo que você está falando, mas não estou conseguindo ouvi-lo. (*Pausa.*)

Eu vou pedir para você fazer um favor, Fernando: saia e entre novamente.

Enquanto isso, se me permite, eu vou passar a palavra aqui para o próximo convidado por dez minutos, e a gente retoma daqui a dez minutos.

Obrigado.

Então, na sequência, eu passo a palavra ao Sr. Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais, que está aqui presente conosco para dez minutos de apresentação.

O SR. MARCELO BELLA (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Astronauta Marcos Pontes, aos Senadores aqui presentes, ao Conselheiro do Conselho Federal de Nutrição, ao nosso mestre Prof. Dr. Fernando Aith. Também faço referência ao Coordenador do Programa de Automonitoramento, Prof. Felix Bonfim, que se encontra aqui no plenário.

Bom, inicialmente, os suplementos alimentares, parafraseando um pouco o que o Dr. Caio comentou sobre a parte de segurança alimentar, são seguros desde que haja estudos de eficácia e segurança em relação aos suplementos.

Nós temos dois suplementos que são os mais estudados no mundo hoje: o *whey protein*, que é a proteína oriunda do leite – então, quando a gente vai fabricar queijo, daquele soro que sobra em relação à parte líquida se retira a proteína do leite –, que é estudado desde 1836 em relação aos benefícios de cognição, aumento e manutenção de massa muscular; e a creatina também, que hoje já é o produto mais estudado. Inclusive temos o maior pesquisador do mundo, um brasileiro, o Prof. Bruno Gualano, da Universidade de São Paulo, falando dos benefícios da creatina, inclusive da parte de cognição para idosos em relação a isso. Então, os suplementos alimentares, quando estudados, com estudos metarrandomizados, são seguros, são eficazes e são eficientes.

No caso da Abenutri, a associação brasileira foi fundada em 2000 exatamente para que a gente pudesse diminuir o espaço de conversa entre o setor regulado e o setor regulatório. Naquela época, a Anvisa havia retirado a creatina do mercado por um apontamento da comunidade científica europeia, e nós tivemos que entrar com uma ação cautelar para falar da importância da creatina e ficamos praticamente dez anos com um mercado negro de creatina no Brasil enquanto o mundo todo vendia creatina. E depois foram comprovados os benefícios da creatina, que hoje é um dos suplementos mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

procurados no mundo. A Abenutri foi fundada exatamente para poder fazer essa aproximação e falar sobre regulação.

A regulação no Brasil é uma regulação ainda limitada. Na época, inclusive, não existiam apontamentos que pudessem nos aproximar dos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, por exemplo, onde o mercado de suplementos alimentares é de US$69 bilhões. Aqui no Brasil, a gente está falando em R$30 bilhões, separados em quatro categorias: categorias de saúde, em que metade dos lares brasileiros consome vitaminas; nós temos depois a categoria de perda de peso, que vem perdendo espaço em função de medicamentos como o Ozempic, que vêm aí trazendo vários problemas para as pessoas, que deixam de usar suplementos, deixam de fazer atividades físicas e tentam emagrecer à base de medicamentos; nós temos a parte de nutrição cosmética e de nutrição esportiva.

Aí começam os problemas. Em 2007, tivemos o primeiro escândalo, quando uma empresa brasileira foi flagrada com suplementos alimentares contendo substâncias medicamentosas não declaradas, que foi o caso da sibutramina, um medicamento perigoso que acabou pegando 14 atletas incautos no *doping*, atletas como o jogador de futebol Alex Alves, a jogadora de vôlei Jaqueline; os nutricionistas dos clubes, na época, foram penalizados. E aí a Anvisa começou a se preocupar um pouco mais nesse sentido e pediu para a nossa associação tomar o cuidado necessário para fazermos um programa de autorregulação.

O programa de autorregulação tem um estatuto, que está aqui nessa pasta que eu estou passando para as mãos do Senador, em que consta todo um código de ética para fazer esse trabalho, para que a gente possa autorregular o mercado. Isso foi feito, por exemplo, na época dos produtores de amendoim, com a aflatoxina, quando nós conseguimos erradicar, através de automonitoramento, o problema da aflatoxina em relação aos produtores de café.

Nos Estados Unidos, em 2015, uma empresa americana, MusclePharm, que era, inclusive, sócia do ator e ex-Governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, foi flagrada fazendo uma prática de adulteração de produtos chamada *amino spiking*, na qual se retiravam 50% da proteína do produto, que era substituída por aminoácidos não essenciais. Essa prática engana o teste de Kjeldahl, que é o teste que a Anvisa faz aqui no Brasil. Por quê? Porque esses aminoácidos liberam uma quantidade de nitrogênio, e essa quantidade de nitrogênio se equipara à quantidade de nitrogênio também exalada no teste de cromatografia líquida dos próprios peptídeos da proteína do leite. Com isso, houve um escândalo lá nos Estados Unidos.

Mas, aqui no Brasil, também um pesquisador, na época, comerciante, percebeu, através de uma tia doente, com câncer, que ela estava tomando um suplemento alimentar que estava piorando a situação. Ele resolveu fazer uma análise nutricional no produto e percebeu que o produto tinha menos proteína do que apresentava no rótulo. Isso culminou até numa audiência pública, aqui na Câmara Federal, para falar dos problemas de adulteração.

Essas coisas não terminaram. Nós fizemos um trabalho, em 2022, já pós-pandemia, em 124 amostras de proteínas *whey*, aqui no Brasil, e 50% dessas marcas apresentaram indícios de *amino spiking*. Nós fizemos essa denúncia às vigilâncias sanitárias dos estados, dos municípios, à Anvisa, no Brasil, fizemos ao Procon, fizemos às secretarias de segurança pública, e a única que deu atenção foi a Secretaria Pública do Estado de São Paulo, a qual interpelou a Anvisa sobre esse processo, através do CVS de São Paulo, e a Anvisa respondeu simplesmente o seguinte: que ela não se opunha ao teste de aminograma, através do equipamento de cromatografia líquida, para poder apurar esse tipo de adulteração, porém, os laboratórios oficiais da Anvisa não possuíam esse equipamento para fazê-lo. Ora,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso é um mar azul para adulteradores continuarem adulterando produtos. Tanto é verdade que, em 2023, nós fizemos testes nas creatinas, dessa vez. De 87 produtos testados, 40% dos produtos estavam fora da variação. Fizemos também esses testes, em 2024, nas creatinas de mercado, e 30% das creatinas estavam fora de variação e metade dessas creatinas – pasmem o senhores – com zero por cento de creatina.

Bom, e o que nós recebemos? A mídia deu atenção ao processo; a Anvisa, mais uma vez, ignorou esse processo. Nós tivemos, na verdade, atenção da área da Senacon, através do Secretário Andrey, que fez algum tipo de trabalho onde o meandro mais utilizado desses adulteradores, falsificadores de suplementos está erradicado exatamente nos *marketplaces*. Eu entrei em contato com os presidentes de *marketplaces* no Brasil, para tentar fazer alguma ajuda, e o que a gente recebeu em troca foi críticas – críticas de outras associações. E, nessa semana, inclusive, um diretor disse, em mídia social, que prefere tratar problemas de adulteração de produto internamente, dentro das suas associações. Ora, isso para mim tem um nome: chama facção criminosa. A gente levantou aqui o dossiê dessa associação, e isso aqui é o volume de autuações da Anvisa em adulterações. Até produto com fertilizante o pessoal vende.

Então, eu estou aqui para pleitear o seguinte: eu pedi o apoio do nosso Senador, do Presidente desta Comissão, para trabalharmos na área de biomedicina. E, visando à tecnologia de suplementos, que são tão importantes para idosos, para crianças, para pessoas que precisam se recuperar, pessoas convalescentes, nós temos que fazer com que os governos – e não estou dizendo só deste Governo, estou dizendo de todos os governos que passaram – aparelhem melhor a Anvisa. A Anvisa está sucateada – está sucateada! – e não tem como fazer a fiscalização. E, como nós somos uma associação privada, os nossos testes não têm valor legal, somente como apontamento de interrogação em relação à necessidade de esses suplementos serem monitorados.

Então, primeiro ponto: os dois principais laboratórios, o da Fiocruz e o do Adolfo Lutz, de São Paulo, precisam de um cromatógrafo líquido para poder fazer o teste de aminograma em proteínas. E nós vamos achar 50% de proteínas com indícios de *amino spiking*, o que é muito grave. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é corresponsabilizar os *marketplaces*: se estiverem vendendo suplementos alimentares que não sejam regulares, que não estejam dentro das especificações, que também sejam responsabilizados por esses suplementos adulterados, falsificados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BELLA – E quero terminar a minha fala dizendo o seguinte: a Anvisa, desde o marco regulatório agora de 2018, o marco regulatório da IN de 2018, coloca como obrigatório o teste de estabilidade em suplementos alimentares. Isso é totalmente antidemocrático, isso não tem equivalência, não tem equiparação aos alimentos. Ora, por que eu preciso fazer um teste de estabilidade que pode custar R$40 mil numa *whey protein*, que é basicamente monoingrediente, ou numa creatina, se um alimento fortificado, um achocolatado vitaminado, não precisa fazer o mesmo teste de estabilidade? Nós precisamos incentivar as empresas de ingredientes e as empresas de saúde a trazerem suplementos alimentares, trazerem ingredientes cada vez tecnologicamente mais testados na parte de segurança alimentar e eficiência para a saúde da população em geral – não só para a população de academias, mas para a população em geral.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO BELLA – Então, fica aqui o meu pleito e mais uma vez o meu agradecimento ao Conselho Federal de Nutrição, ao Senador Astronauta Marcos Pontes, aos Senadores que estão aqui presentes, às pessoas interessadas nessa área, ao Dr. Fernando Aith, que é o nosso mestre, o nosso maior representante na parte de direito sanitário do mundo, Professor convidado de Sorbonne. Fica aqui o meu pleito e um pedido de socorro: precisamos cuidar melhor dos suplementos alimentares no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri).

Realmente essa é uma pauta importantíssima a ser verificada, afinal de contas, a saúde da população fica em risco com essas condições.

Gostaria também de anunciar a presença da Senadora Dra. Eudócia, médica, aqui conosco também. Se quiser usar da palavra... (*Pausa.*)

Depois. O.k.

Eu espero que o problema de microfone esteja resolvido lá com o Fernando, estou vendo-o aqui no vídeo.

Então, Dr. Fernando, por favor, tem a palavra por dez minutos.

O SR. FERNANDO AITH (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Ouvem-me agora?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Agora, 5x5, como diria na aviação, alto e claro.

O SR. FERNANDO AITH (*Por videoconferência.*) – Muito bem. Muito obrigado.

Inicialmente quero agradecer o convite feito pelas duas Comissões: a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal.

Saúdo todos os membros dessas Comissões, na pessoa do nosso Presidente, o Senador Astronauta Marcos Pontes. Quero cumprimentar os meus colegas de mesa: o Conselheiro Federal Caio e o meu amigo e grande referência na área de suplementos alimentares no Brasil, o Marcelo Bella.

Eu preparei aqui uma exposição breve. Eu acho que o debate pode também colaborar muito com a compreensão melhor desse cenário regulatório dos suplementos alimentares no Brasil.

Inicialmente, quero lembrar que, até 2018, a regulação sobre suplementos alimentares no Brasil era uma regulação bastante errática. A Anvisa não sabia muito bem se tratava os suplementos alimentares como alimentos, portanto produtos com uma regulação um pouco mais frágil, mais flexível, ou se tratava os suplementos alimentares como medicamentos, portanto com uma regulação muito mais rígida e controlada. Tinha um sarrafo que eles criaram que era: se o produto, se o suplemento alimentar tiver uma concentração de índice diário acima daquele que é o recomendado pelos manuais, seria considerado um medicamento; se tivesse níveis de concentração abaixo dos níveis diários recomendados, seria considerado alimento. Então, ou deixava numa legislação mais flexível, o que não necessariamente significava segurança ao consumidor, ou deixava extremamente rígido, o que complicava muito a inovação, o desenvolvimento de produtos, a comercialização de certos suplementos que, embora tivessem o IDR acima do nível diário recomendado, não representavam riscos, como os medicamentos podem representar aos pacientes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018, a Anvisa fez uma grande reestruturação da sua regulação por meio de um conjunto de resoluções, inclusive a instrução normativa referenciada pelo Dr. Marcelo, que mudou completamente a lógica de regulação de suplementos alimentares, eu diria que mudou para muito melhor. Agora, suplementos alimentares são reconhecidos como um produto específico regulatório. Então existe toda uma regulação específica sobre esse tipo de produto, que tem outra lógica. Foi autorizado inclusive um manejo mais flexível dos constituintes desses suplementos alimentares. Então, tem uma lista positiva dos tipos de constituintes que podem integrar esses suplementos – proteína, creatina e outros bastante comuns no mercado nacional –, assim, eu tenho alguns produtos que agora são liberados e têm uma via mais expressa de aprovação regulatória. Muitos deles não precisam de registro prévio, alguns deles ainda precisam de registro prévio e, se a indústria quiser cadastrar um novo constituinte que não consta das listas positivas da Anvisa, tem que seguir um trâmite próprio junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária que está bem definido na regulação. Então, houve muito avanço na regulação dos suplementos alimentares no Brasil nesse período.

O que ocorre a partir desses avanços, o momento em que nós estamos, como foi comentado pelo Dr. Marcelo Bella, é uma definição melhor de quais constituintes podem compor os suplementos alimentares que vão ser comercializados no Brasil e em que níveis de concentração. Esse é um debate que ainda suscita bastante conflito e, por vezes, disputas, entre o mercado, entre o mercado e a Anvisa, para saber exatamente que tipo de constituintes e em que nível de concentração podem ser encontrados nos suplementos alimentares produzidos e comercializados no mercado interno brasileiro. Esse, então, é um campo regulatório que está em acomodação, não sem conflito.

O que tem complicado, eu diria, o conflito relacionado aos tipos de constituintes autorizados e os níveis de concentração autorizados no Brasil é o fato de que existe uma resolução da Anvisa, a Resolução nº 81, que trata de importação, por pessoa física, tanto de medicamentos quanto de suplementos alimentares ou alimentos e outros produtos. A pessoa física pode importar dos Estados Unidos e da Europa, por exemplo, individualmente, suplementos alimentares que não estão de acordo com esses níveis autorizados na regulação nacional, que têm um nível de concentração maior, por vezes até têm um constituinte que não consta da lista positiva brasileira. Então, se uma pessoa física, uma pessoa que está treinando, um profissional do esporte, quer importar um suplemento dos Estados Unidos, ele pode, mediante algum tipo de indicação médica, se necessário, mas não há muito controle disso. Ele vai lá, entra em qualquer *site* e importa esse produto, o que gera uma espécie de concorrência desleal com a indústria nacional, e a gente, de certa forma, acaba prejudicando a inovação, o desenvolvimento do mercado da indústria nacional, que perde um pouco com a busca no mercado internacional de produtos que os brasileiros podem considerar que são melhores, porque, no fim das contas, têm mais concentração de proteína, têm mais concentração de creatina, e assim por diante. Então, um equilíbrio entre a importação por pessoa física e o que se autoriza no Brasil se faz necessário.

Curioso é que, em conversas na Anvisa, mesmo dentro da Anvisa, eles não têm um consenso. Se você fala com a área de portos, aeroportos e fronteiras, eles vão ter uma visão mais liberal e flexível: "Não, a gente podia liberar para evitar esse excesso de importação até de produtos que nem sempre são seguros". Então, dizer exatamente o que pode, o que não pode e o que não pode nem para pessoa física. De outro lado, a área técnica é mais reticente em nome da segurança e fala: "Não, não pode". Então, mesmo dentro da Anvisa, entre a área de portos, aeroportos e fronteiras e a área técnica que regula suplementos e medicamentos, você tem ali uma controvérsia que é salutar. Enfim, é assim que a

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente constrói os consensos democráticos, mas é algo que a gente precisa resolver melhor na regulação.

Uma outra inovação importante dessas resoluções de 2018 foi que as indústrias agora podem colocar *claims*, quer dizer, dizer nos rótulos que esse produto pode ser benéfico para aumentar o músculo, até para melhorar a pele, enfim. Isso também era uma demanda da indústria nacional, foi permitido, tem uma regra para autorizar esses *claims* nos rótulos. Esse foi um avanço importante que vale a pena também destacar aqui.

Para terminar, eu gostaria de comentar dois aspectos. Um deles foi até comentado por um dos ouvintes aqui, que é a fiscalização, a fiscalização na ponta.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e aqui eu gostaria de reforçar o que o Dr. Marcelo Bella falou, precisa de ajuda do Senado Federal, do Governo Federal, ela precisa ser reforçada. Ela precisa de novos servidores, precisa de novas estruturas, de novos equipamentos para dar conta da regulação desse campo específico do setor econômico brasileiro, que é o dos suplementos alimentares, que tem subido acima do nível médio do desenvolvimento econômico dos outros setores nacionais, inclusive no campo da saúde. A Anvisa precisa de apoio, precisa de mais servidores, precisa de maior apoio institucional.

E, por fim, então, enquanto a Anvisa não se reforça, a gente precisa valorizar os esforços de autorregulação que vêm sendo feitos pelo próprio setor de suplementos. A Abenutri, presidida pelo Marcelo Bella, por exemplo, tem um programa muito importante de autorregulação, em que eles mesmos fiscalizam o mercado e denunciam indústrias e produtores que não estão seguindo as regras e as diretrizes técnicas estabelecidas pela Anvisa.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Senador, pela atenção, pelo convite. Fico aqui à disposição para, eventualmente, o debate.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo.

Nós encerramos os nossos convidados previstos na pauta, os três convidados.

Eu gostaria, neste momento também, de anunciar aqui a presença de vários convidados que estão aqui conosco. Eu vou passar rapidamente aqui. E, na sequência, eu passo a palavra para a Dra. Eudócia, nossa Senadora Dra. Eudócia.

Estamos hoje aqui com Elisandra Arita, Diretora de Planejamento e Gestão do Incor; Fábio Nakandakare Kawamura, Diretor Executivo do Incor; Fernanda Gambim, Gerente de Assuntos Regionais do Grupo FarmaBrasil; Fernando Marcussi, Diretor Técnico da Alanac; Gabriela Dias, Coordenadora do Incor; Giovanna Ghersel, advogada da Alanac; João Amaral, Procurador Federal da AGU, no Senado; Kamila Aleixo, jornalista do Conselho Federal de Nutrição; Luiz Antônio Ferreira Marques Ramos, Assessor Parlamentar do Conselho Federal de Biologia; Luíza Albernaz, Consultora da Action Consultoria; Rafael, Assessor Legislativo do Grupo FarmaBrasil; Reginaldo Arcuri, Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil; Renato, Assessor da Fundação Abrinq; Adrianne Bessa, Assessora do Senado Federal; Alcione Ribeiro de Azevedo, Presidente do Conselho Federal de Biologia; Alexandre da Silveira, Assessor da Marinha do Brasil; Amélia Rosa, Assessora Parlamentar do Senado Federal; Atenágoras Café Carvalhais, Assessor da Presidência do Conselho Federal de Biologia; Caio Victor, Conselheiro do Conselho Federal de Nutrição; e Carolina Sommer, Diretora Técnica do Grupo FarmaBrasil.

Eu passo a palavra, neste momento, à Senadora Dra. Eudócia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para interpelar.) – Quero dar um bom-dia a todos aqui presentes, senhores e senhoras, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Presidente Senador Astronauta Marcos Pontes, quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública de grande importância para o nosso sistema de saúde, para a saúde dos nossos munícipes, de toda a população do nosso país.

Quero cumprimentar o Dr. Marcelo Bella pela sua explanação – parabéns! –; também o Dr. Caio Victor, enfim, todos que se posicionaram aqui em relação a esse tema. E quero falar aos senhores da importância de termos uma estrutura, vamos dizer, estrutura mínima, como o Dr. Marcelo Bella falou, que seria a compra de um cromatógrafo líquido – e eu estava aqui pesquisando, o preço esse aparelho varia de US$20 mil a US$40 mil –, que tem também alta *performance*. Imagino como isso seria o divisor de águas para que nós pudéssemos estudar melhor aquele produto, para que não tenhamos tantos aditivos, tantos conservantes e tantas proteínas indesejáveis naquele produto.

E entendemos como é importante ter os suplementos, como já foi colocado, para todas as faixas etárias, todas, especialmente a faixa etária de idosos e de pacientes que estão em tratamento crônico, como de quimioterapia, por exemplo, pacientes oncológicos.

Então, quero aqui ressaltar a importância desta audiência e dizer que foi oportuno, Dr. Marcelo Bella, você ter colocado essa questão para que nós, Parlamentares, especialmente aqui o Senado, possamos intervir para que a Anvisa tenha esse aparelho de suma importância, que é o cromatógrafo líquido. E parabéns pela sua explanação.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

Nós temos aqui algumas outras perguntas que chegaram também pelo Portal do Senado, pelo e-Cidadania. Eu vou ler essas perguntas, elas já foram passadas aos nossos convidados para que respondam na parte final desta audiência.

Raíssa, do Mato Grosso: "Como garantir a segurança dos suplementos no Brasil sem sufocar a inovação tecnológica com burocracia e falta de regulação eficaz?".

Milton, de São Paulo: "O que será feito para evitar e controlar a infestação no mercado de suplementos sem qualidade?".

Thiago, de Pernambuco: "Qual o principal desafio na garantia da segurança e regulação dos suplementos alimentares no Brasil?".

Davi, do Tocantins: "Há [algum] incentivo para pesquisa e inovação em suplementos mais seguros e eficazes?".

Ana, de São Paulo: "Por que a Anvisa liberou essa enxurrada de suplementos [...] [no Brasil]? Não verificou o potencial risco à saúde dos brasileiros?".

Comentários.

Thaynara, de Minas Gerais: "A inovação no setor de suplementos deve vir acompanhada de responsabilidade científica e transparência nos rótulos".

Michelly, de São Paulo: "Como o governo pretende garantir a segurança alimentar dos jovens diante do crescimento no mercado de suplementos alimentares irregulares".

Antes de a gente passar para as considerações dos nossos convidados com a palavra, eu gostaria de abrir a palavra aqui para duas pessoas que solicitaram. Por dois minutos eu vou abrir a palavra.

Inicialmente, a Sra. Carolina Sommer Mazon, Diretora Técnica de Operações da Althaia Farmacêutica, por dois minutos, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINA SOMMER MAZON (Para expor.) – Senador, obrigada pela oportunidade.

Acho que o tema é muito relevante. Nós, como indústria do setor, fazemos parte dele há mais de 30 anos. A gente entende bem tudo que vem acontecendo. Somos oriundos da indústria farmacêutica e vivemos isso quando começou o medicamento genérico, em 1998.

A nossa visão é a seguinte. Todo esse processo passa pela etapa da regulação, que foi o que o Dr. Fernando colocou, que começou em 2018 e vem sendo capitaneada pela Anvisa de forma muito importante, porque era um setor que não existia no Brasil – o setor de suplementos alimentares – como categoria específica e, desde então, a Anvisa, desde 2018, vem colocando os critérios para esse produto estar no mercado.

Citou-se aqui a questão do estudo de estabilidade, que, para quem não sabe, é o que determina a validade do produto. Então, diferente de um produto alimento, que é para consumo imediato, um produto suplemento alimentar pode ficar um ano, dois anos, três anos dentro do seu armário para você tomar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA SOMMER MAZON – Então, a gente precisa, sim, dos testes de estabilidade. A gente reforça muito esse ponto.

E a gente só vai conseguir sanar todos esses problemas não somente com fiscalização. A fiscalização é importantíssima, eu reforço o que todo mundo falou aqui, a Anvisa precisa fazer, mas a regulação vem muito para fazer essa indústria crescer junto com esse segmento, que é extremamente importante. A indústria, esse setor precisa crescer, se desenvolver e aprender, para que a gente também consiga disponibilizar produtos de qualidade para a saúde da população, que compra esse tipo de produto e não sabe o que está comprando. E diferente você comprar um Danone, que você vê, você experimenta e você sabe se você gosta ou não, e você tomar um suplemento alimentar ou um medicamento, que seja.

Então, a gente defende a questão da Anvisa no sentido da regulação. Ela começou lá em 2018 e precisa continuar, assim como foi feito com os medicamentos no Brasil, e hoje a gente tem um patamar de nível internacional de medicamentos no Brasil.

É isso que a gente entende que tem que haver com os suplementos, além do reforço à fiscalização. Está bom?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado pelos comentários, Dra. Carolina Sommer Mazon, Diretora Técnica da Althaia.

Eu também anuncio aqui a presença de Vanessa Fonseca, Coordenadora de Operações da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, e da Fernanda Gomes, Coordenadora-Geral de Segurança Alimentar do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Aliás, eu aproveito para citar o seguinte: o custo de um equipamento como esse, US$40 mil, US$50 mil, está completamente dentro da acessibilidade de compra do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por exemplo. Inclusive nós temos, na Finep, um programa de manutenção de equipamentos, não só de compra, mas manutenção de equipamentos de pesquisa científica no Brasil. Então, junto com o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), é plenamente possível se comprar um ou mais equipamentos desses para se equipar centros de pesquisas ligados ao tema. O Ministério da Saúde também pode fazer, mas o Ministério da Ciência e

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia é mais ligado à pesquisa. Eu acho que seria muito conveniente, por isso que eu falei aqui do representante do ministério, só para levar a ideia lá.

Na sequência, então, eu vou retornar a palavra aos nossos convidados para que eles possam...

Ah, sim! Antes disso, vou passar a palavra ao Senador Izalci Lucas, aqui conosco, que faz parte da bancada da ciência e tecnologia aqui. Somos poucos, mas somos eficientes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É verdade.

Bem, Presidente, primeiro, parabenizo-o por essa iniciativa. Nós estamos atravessando um momento difícil com relação aos influenciadores, redes sociais. Estou acompanhando a CPI das Bets, o que está acontecendo lá. E, no caso dos medicamentos e outras coisas, é a mesma coisa. Toda hora você entra... Acabei de entrar aqui agora para ver um negócio aqui e já tinha uma propaganda de emagrecimento. Todos nós queremos emagrecer. E toda hora tem gente, personalidades, autoridades, artistas, dizendo que emagreceu em uma semana. Lamentavelmente, grande parte acaba sendo influenciada por isso.

Por isso que eu queria fazer algumas perguntas, até para poder esclarecer a população que está nos acompanhando, para ter, assim, uma noção do que está acontecendo com relação a essa questão desses suplementos.

Primeiro, eu gostaria de pedir ao pessoal mais ligado à academia, tecnicamente, para explicar exatamente o que são os suplementos alimentares, como são definidos pela norma brasileira e internacional, como se diferenciam de gêneros alimentares industrializados, aqueles que compramos e consumimos livremente todos os dias. Então, essa seria uma pergunta para quem puder responder.

Depois eu faço sobre nutrição...

O SR. MARCELO BELLA (Para expor.) – Eu peço a licença ao nosso nutricionista mor aqui da sala, mas, como profissional da área de educação física, também quero fazer... Para a primeira pergunta, a resposta é: suplementos alimentares são os ingredientes de alimentos na forma de apresentações farmacêuticas.

Isso é o que diz a nossa norma hoje, em que eles podem ser apresentados em forma de pó, cápsulas, tabletes, gel e barras.

O que acontece é que muitos desses suplementos alimentares benéficos à saúde hoje já estão em alimentos. Alguém falou aqui do Danone? Hoje nós já temos alimentos prontos para beber com colostro, por exemplo, que é o primeiro leite, que ajuda na área de imunidade e na área de IGF-1.

Quanto à norma internacional, os suplementos alimentares, por exemplo, nos Estados Unidos, prevê-se que medicamentos fitoterápicos sejam considerados suplementos alimentares, enquanto aqui, no Brasil, na apresentação do Dr. Caio, esses suplementos, na verdade, são medicamentos fitoterápicos sob orientação médica ou livre de orientação médica.

No que diz respeito à parte de orientação global em relação à necessidade de você ter um médico nutrólogo, ou um farmacêutico, ou um nutricionista, ou um profissional de educação física fazendo orientação, eu vejo como de suma importância, porque com isso a gente consegue melhorar a utilização dos suplementos alimentares em relação aos benefícios.

As pessoas não compram os suplementos por produto, elas não acordam de manhã e falam: "Ai, que vontade de tomar um suplemento alimentar". As pessoas compram devido aos seus benefícios, que são divididos em quatro: bem-estar, perda de peso, nutrição cosmética – que é a melhora da pele, unha e cabelo – e a área de nutrição esportiva, que é a parte de melhora da performance.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Queria complementar a fala do Marcelo, Senador.

Um ponto importante aqui, no Brasil, uma coisa, um fato que torna o assunto mais complexo é que algumas espécies vegetais também são consideradas alimentos aqui, no Brasil, elas são fontes de compostos bioativos. Então, a gente fala, por exemplo, no açafrão, o açafrão da terra, que é a cúrcuma longa. Então, você tem a curcumina, que é um composto bioativo que entrou agora como suplemento alimentar.

Então, a gente observa alguns compostos bioativos derivados de espécies vegetais que têm uma ação farmacológica inerente, que também estão enquadrados agora, podem ser enquadrados como suplementos, de modo que isso é de fácil compra, de fácil aquisição. Isso novamente traz para a questão de segurança. A gente fala de suplemento, a gente pensa em enzimas, em probióticos, em nutrientes, mas também tem substâncias que aqui, no Brasil, também são alimentos, são derivados de espécies vegetais e têm essa ação farmacológica inerente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esses suplementos já têm produção nacional também, ou é tudo importado?

O SR. MARCELO BELLA – Hoje, do suplemento *whey protein*, que é a proteína de soro de leite, o Brasil já é capaz de produzir 10 mil toneladas por ano. Nós temos três companhias, sendo delas duas nacionais e uma internacional, localizadas na Região Sul e no Centro-Oeste do Brasil. No caso da creatina, ainda a creatina, que é um peptídeo complexo sintético, é produzida, na sua totalidade, ainda na Ásia, na China especificamente, numa região chamada *Inner Mongolia*. Os suplementos que a gente coloca à venda hoje, no Brasil, são o fruto de uma indústria que mixa, ou seja, mistura esses aditivos, esses ingredientes, esses ativos, nas suas indústrias e vendem aos seus consumidores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu queria perguntar para o pessoal da Anvisa, não sei se... Eu queria saber se esses produtos realmente incorporam novas tecnologias cuja segurança alimentar ainda não está devidamente assegurada. Sua comercialização nos países em que são fabricados não esteve sujeita a procedimentos que asseguram a sua segurança para a população?

O SR. MARCELO BELLA – O FDA é um órgão, nos Estados Unidos, extremamente severo, e as leis americanas realmente punem aqueles que praticam qualquer tipo de irregularidade.

Nós tivemos alguém que falou sobre a parte de pré-treino, o Dr. Caio comentou, uma das pessoas aqui também perguntou sobre isso.

Existia um pré-treino chamado Jack3d no mercado, o qual tinha uma substância que foi banida mundialmente em função dos malefícios que causava. Por outro lado, os pré-treinos que têm substâncias estudadas, confiáveis... Nós acabamos de fazer um trabalho por brasileiros, na Unifesp, Universidade de Goiás e na USP, demonstrando a segurança de um pré-treino em relação ao trato cardíaco.

No que diz respeito à parte de ingredientes, a indústria de ingredientes é uma indústria muito séria, é uma indústria que é representada por laboratórios de grande monta, que fazem estudos de até 20 anos; e quando lançam esses ingredientes, lançam com um propósito específico. Agora, como esses ingredientes vão ser utilizados ou em que quantidade vão ser utilizados é responsabilidade das indústrias que misturam esses ingredientes e ofertam aos consumidores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que mais tem, o que a gente mais acompanha hoje são falsificações de tudo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só um momento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nesse caso da suplementação tem também muita falsificação?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Izalci, só um momentinho.

Dr. Fernando, que está na escuta aí, se quiser a qualquer momento somar aqui à discussão, é só levantar a mão que a gente coloca junto, está bom?

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Porque você falou dos Estados Unidos, mas deve ter outros países que não têm o mesmo rigor, vamos dizer assim.

O SR. MARCELO BELLA – Hoje a Anvisa segue o padrão de modelo... A gente acompanha a regulação dos suplementos alimentares desde a Portaria 222, de 1998 – foi quando nós fundamos a Abenutri. Na época eu não era o Presidente, o Presidente era o Dr. Euclésio Bragança, que hoje é Presidente de outra associação e que esteve envolvido, com a sua empresa, com um problema de sibutramina, no passado.

No que diz respeito ao nosso modelo hoje, o nosso modelo está muito similar ao modelo europeu. O modelo regulatório brasileiro é um modelo que está baseado no modelo europeu. O modelo da FDA, norte-americano, é um modelo único, em que lá a FDA não se responsabiliza pela saúde direta, a vigilância da saúde dos seus consumidores; ela coloca essa responsabilidade de forma democrática no produtor. Então ela regula e é o produtor que tem a responsabilidade de zelar pela saúde dos seus consumidores. No caso da Ásia, é o Ministério da Saúde mais criterioso do mundo, principalmente no que diz respeito ao Japão. Há uma máxima, que quem consegue vender suplemento alimentar no Japão consegue vender suplemento alimentar no mundo todo, devido a isso.

Quanto às falsificações, Dr. Izalci, as falsificações estão cada vez maiores. E não só se falsificam suplementos alimentares de marcas famosas, como há uma outra modalidade agora, que é a modalidade da remarcação de prazo. Indústrias que estão com seus produtos para vencer vendem esses produtos para distribuidores que são criminosos inescrupulosos, que apagam as datas de validade e colocam nova data de dois anos para venda ao mercado. A polícia tem sido municiada de informações e tem conseguido fazer esse trabalho.

E o último, que é o mais profundo e o mais decadente do processo, são revendedores de suplementos alimentares que também vendem anabolizantes esteroides de laboratórios clandestinos no Brasil, ligados a facções criminosas. Isso com o objetivo de atingir os nossos jovens, entre 15 e 30 anos de idade, que são os maiores consumidores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hoje você compra suplemento na internet?

O SR. MARCELO BELLA – Livremente, em qualquer lugar, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – No caso do Brasil aqui, comercialização de suplementos requer autorização prévia de algum órgão, a Anvisa ou outro órgão? Em caso positivo...

O SR. MARCELO BELLA – Pela regulação da IN 28, do marco regulatório de 2018, nós iniciamos o processo com substâncias positivas, como disse o Dr. Fernando Aith.

E, a partir deste ano, fica obrigatório o teste de estabilidade, a partir do dia 1º de outubro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com o desaparelhamento da Anvisa, já durante muitos anos e muitos governos, com o sucateamento das vigilâncias sanitárias dos estados, o que vai acontecer é o seguinte: se nós não prorrogarmos os testes de estabilidade, a partir do dia 1º de outubro, mais de 50% das empresas que ofertam – e são mais de 860 marcas no Brasil – vão virar clandestinas e vamos dar espaço para um mercado negro nunca antes visto. Então precisa haver uma nova consulta pública e uma revisão referente a esse tema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá, então, tem que ter autorização, em princípio...

Quais os produtos que obrigatoriamente requerem autorização?

O SR. MARCELO BELLA – Até 30 de setembro de 2024, nós tínhamos apenas um documento chamado CIF (Comunicado de Início de Fabricação). Esse comunicado isentava as indústrias de uma autorização prévia. Era apenas uma comunicação à vigilância sanitária local sobre a produção de produtos. Agora essa comunicação tem que vir em conjunto com um teste de estabilidade, em que a vigilância sanitária tem que anuir aos bons procedimentos e às boas práticas desse teste de estabilidade. Porém, esses testes custam até R$40 mil, o que tira a possibilidade dos desenvolvimentos tecnológicos e a formação de novas indústrias de suplementos, ou seja, o teste de estabilidade é perfeito, é muito bom, mas ele precisa ser mais bem explicado. Ainda há dúvidas. O guia de teste de estabilidade só foi revisado pela Anvisa agora, neste ano, ou seja, exatamente no ano que nós deveríamos ter como ano-base para início dos testes de estabilidade. Então, nós precisamos melhorar.

A indústria farmacêutica tem um interesse muito grande, como falou a nossa colega ali da Althaia, nos testes de estabilidade, porque a indústria farmacêutica já é uma realidade. Já é uma realidade para a indústria farmacêutica. Agora, na indústria de alimentos, que tem suplementos alimentares, se você tem um achocolatado fortificado de vitaminas que não tem exigência de teste de estabilidade, ora, por que fazer teste de estabilidade numa *whey protein,* que é uma proteína do leite, por exemplo, se o fortificado com vitaminas não precisa? Então eu penso que, no caso de vitaminas e minerais, todos os suplementos da área de bem-estar com vitaminas e minerais tem que passar por teste de estabilidade. Agora, alimentos em geral, como o caso da *whey protein*, não têm que ter teste de estabilidade, tem que ser considerado um alimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, estou terminando, tá?

Eu vou fazer aqui para os profissionais de nutrição: é do conhecimento de V. Sas. a oferta de suplementos alimentares no Brasil cujo risco à saúde da população ainda não foi avaliado adequadamente por alguma instituição nacional ou internacional acreditada? Se houver, você tem exemplo de algum produto, de algum alimento ou suplemento que não foi ainda avaliado, seja por uma instituição nacional ou internacional?

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Olha, quando você vai para a pesquisa científica...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode dar algum exemplo para nós?

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA – Quando você vai para a pesquisa científica, você vê alguns suplementos que aqui no Brasil antes não eram permitidos e lá fora são muito bem estudados. Não são só alimentos, mas também, por exemplo, compostos bioativos. Então a gente vê alguns que não tem ainda aqui no mercado nacional, como, por exemplo – aí eu falo uma espécie vegetal –, o ginseng indiano. Então, a gente os vê na indústria tradicional da Ásia, da Rússia, da China, e aqui não são comercializados. Quando se vê evidência para alguns contextos específicos – que tem uma boa

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

evidência, não é? – na redução de estresse e da fadiga, por exemplo, é um adaptógeno, mas aqui no Brasil não é comercializado. Então, este é um desafio: você pode comprar via internet, tem a possibilidade de comprar fora, de trazer aqui para o Brasil e usar, mas no mercado brasileiro não é regulamentado.

E eu posso dar outros exemplos de compostos bioativos: melatonina, antes, fora, era muito estudada, muito utilizada, aqui no Brasil só recentemente foi permitida. Então, são vários os casos de suplementos ou de compostos bioativos que já são estudados, comercializados e consumidos fora do Brasil, mas aqui ainda não.

O SR. MARCELO BELLA – Só complementando, por gentileza. (*Fora do microfone.*)

Um complemento importante, que foi um comentário do Dr. Fernando Aith.

Nós entramos com uma ação, a nossa associação, Senador Izalci, entrou com uma ação referente à possibilidade de o consumidor poder importar, para consumo de pessoa física, suplementos que não estão em acordo com a regulamentação brasileira, aí sim colocando a população em risco. Ou seja, nós entramos com uma ação para que houvesse uma equivalência: ou nós, industriais brasileiros, poderíamos fazer esses mesmos suplementos e ofertar à mesma população que compra de fora via esses canais de internet ou trazem como importação, ou ninguém consome.

A resposta da Justiça foi que nós éramos um pleito perdido. Ou seja, a Anvisa trabalha, às vezes, com dois pesos e duas medidas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, no Brasil, na área pública, só pode ser feito o que é permitido, sempre tem que ter legislação própria.

A gente está enfrentando esse mesmo problema lá com relação às *bets*. O Banco Central diz que não é com ele, o Ministério da Fazenda diz que não é com ele, fica a coisa assim, solta.

Com relação a esse suplemento, a Anvisa – não sei se o pessoal da Anvisa está aí ainda – poderia dizer se a questão é normativa, o problema hoje é questão de normativa, ou é falta de estrutura, ou há algum conflito de competência também com relação a isso, porque tem Ministério da Saúde, tem Anvisa, tem... Qual é o problema hoje para a gente resolver essa questão do suplemento? Teria, inclusive, sugestões de uma legislação para aperfeiçoar aí o sistema?

A Anvisa, não sei se... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Dr. Fernando?

O SR. FERNANDO AITH (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ativou o som?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está ativado.

O SR. FERNANDO AITH (*Por videoconferência.*) – A competência regulatória do setor foi delegada à Anvisa por meio da lei de criação da Anvisa com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, a 9.782.

Naquela época, os suplementos não tinham a abrangência que possuem hoje nem tantos usuários e finalidades quanto hoje, nesse ano de 2025, a gente vê. Tanto é que a gente só veio ter uma regulação mais robusta da Anvisa, e ainda assim imperfeita, em 2018.

Eventualmente é possível uma proposta legislativa, no âmbito do Congresso Nacional, para que essa caracterização dos suplementos alimentares como um produto de regulação específica seja consolidada, reduzindo a margem de discricionariedade regulatória da Anvisa. Numa legislação do Congresso, algumas regras mais abrangentes e diretrizes regulatórias poderiam ser definidas também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje a competência regulatória é eminentemente da Anvisa, o Ministério da Saúde tem muito pouco a dizer em termos de regulação do setor no campo da vigilância sanitária.

Não no campo nutricional, no campo de fornecimento, no âmbito do SUS: aí o Ministério da Saúde faz muita coisa; mas, no âmbito de dizer o que pode, o que não pode, como pode, como autoriza, é eminentemente a Anvisa, com um poder discricionário regulatório bastante grande, que poderia, eventualmente – aí é uma questão de conveniência e oportunidade legislativa –, ser mais bem delimitado por meio de uma lei do Congresso Nacional.

Eu não sei se respondi, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que é isso.

É só, Presidente, para aproveitar os técnicos, porque vocês conhecem a matéria. Eu aprendi aqui que "nada sobre nós, sem nós". Vocês que são do mercado poderiam apresentar sugestões aqui para a Comissão para que a gente pudesse apresentar um projeto para regular isso, porque, de fato, é muito solto e, evidentemente, deve estar prejudicando muitas pessoas, talvez até pelo... O brasileiro gosta de tomar remédio, não é? Então, imaginem o suplemento, que deve ser uma coisa exagerada. E é evidente que tudo que é exagerado... O que diferencia a droga é a dose, não é? Então, acho que é importante.

Parabéns, Presidente, pela iniciativa do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Senador Izalci.

Realmente, vou fazer alguns comentários depois, mas um ponto importante é a possibilidade de legislação sobre o setor.

Passo a palavra à Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é uma pergunta que eu quero fazer à Mesa.

Os nossos suplementos – me perdoem – do nosso mercado nacional têm respaldo dos seus efeitos assegurado por ensaios clínicos, daquilo que se propõem em suas propagandas? Vocês já adiantaram alguma coisa sobre isso, mas eu queria que isso ficasse bem estabelecido.

O SR. MARCELO BELLA (Para expor.) – A Anvisa, através da sua área técnica, que é uma área pequena – conversando com o ex-Presidente da Anvisa, Dr. Barra, ele estava dizendo que ainda estava com problemas de pessoal –, possui quatro pessoas da área técnica hoje para todos os pleitos brasileiros em relação à área de comprovação de eficácia e segurança e se baseia nas principais agências, como a USP norte-americana, entre outras, como asiáticas e europeias, para esses trabalhos para a confecção de liberação dessas substâncias positivas. Então, quando há liberação de uma substância positiva pela Anvisa – esse é o lado positivo que nós temos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária –, é porque realmente ele foi avaliado e reavaliado para poder ser liberado à população, sim.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O.k.

E só para complementar, como o Senador Izalci colocou, é muito importante que vocês possam nos orientar, Senadores e Senadoras, sobre essa composição, essa questão do projeto de lei, para que a gente possa ter um embasamento e legislar de uma forma embasada.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

Neste momento, eu gostaria de fazer um comentário rápido, antes de passar para as perguntas e as considerações finais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu também gostaria de solicitar à Senadora Eudócia e ao Senador Izalci que permaneçam para uma parte deliberativa da sessão após a audiência pública.

Mas, o que eu vejo... Obviamente, eu não sou do setor, não sou médico, não sou farmacêutico, sou engenheiro aeronáutico, mas, do que eu tenho ouvido sobre isso, existe como se fosse uma área cinza entre os alimentos e os remédios, os medicamentos.

Essa área precisa ser regulada com regulação específica, além do que há uma possibilidade de alguma lei. E, para isso, eu reforço o pedido da Dra. Eudócia e do Senador Izalci para que nos alimentem com dados e a gente possa desenvolver uma legislação, caso seja necessário, para tratar do setor especificamente ou para dar o reforço necessário à Anvisa, para que eles possam trabalhar com a regulação do setor, respaldados por uma lei.

Além disso, sem dúvida nenhuma, assim como outras agências, a Anvisa precisa de um reforço. Quando eu falo isso, é um reforço em termos de pessoal, um reforço em termos financeiros também. Nós temos notado isso em nossas agências reguladoras, essa necessidade. A demanda cresce e a agência não cresce no mesmo sentido. Então, é importante que nós tenhamos isso. E, sem dúvida nenhuma, nós estamos aqui à disposição para que isso seja feito.

Eu lamento o fato de nós não termos representantes da Anvisa aqui, que seria muito importante, nessa conversa, para que nós tivéssemos a opinião e as informações da Anvisa. Lembramos que toda essa audiência pública fica gravada e qualquer pessoa, qualquer brasileiro pode acessar as gravações da audiência, todos os dados da audiência. Então, vou pedir também para informar à Anvisa da audiência pública, para que eles possam ter conhecimento do que foi discutido aqui e já se prepararem para essa participação.

Também com relação ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, há possibilidade de interferir positivamente na aquisição de equipamentos para pesquisa científica que possa ser importante para o setor, como foi citado pela Dra. Eudócia, e aqui também pelo nosso apresentador, Marcelo Bella.

Agora, antes de encerrar, de passar a palavra novamente aos nossos debatedores, eu vou reler as perguntas aqui e os debatedores podem responder, escolher alguma pergunta específica e responder durante suas considerações finais, certo?

Então, novamente aqui.

Raíssa, do Mato Grosso. "Como garantir a segurança dos suplementos no Brasil sem sufocar a inovação tecnológica com burocracia e falta de regulação eficaz?".

Milton, de São Paulo. "O que será feito para evitar e controlar a infestação, no mercado, de suplementos sem qualidade?".

Thiago, de Pernambuco. "Qual o principal desafio na garantia da segurança e regulação dos suplementos alimentares no Brasil?".

Davi, do Tocantins. "Há [algum] incentivo para pesquisa e inovação em suplementos mais seguros e eficazes?".

Pode ser inclusive uma chamada lá do CNPq, por exemplo, nos ICTs que podem trabalhar nisso.

Ana, de São Paulo. "Por que a Anvisa liberou essa enxurrada de suplementos no país? Não verificou o potencial risco à saúde dos brasileiros?".

Thaynara, de Minas Gerais. "A inovação no setor de suplementos deve vir acompanhada de responsabilidade científica e transparência nos rótulos.".

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Michelly, de São Paulo. "Como o Governo pretende garantir a segurança alimentar dos jovens diante do crescimento do mercado de suplementos alimentares irregulares?".

Jeovânio, de São Paulo. "O que o Governo [...] pode fazer para [evitar] que algo [...] tão ligado à saúde não acabe [sendo prejudicial]? Como a tecnologia pode ajudar [nisso]?".

Carlos, de Minas Gerais. "Como evitar que a regulação não seja um entrave no processo produtivo [e ao mesmo tempo] ineficiente [para garantir a] qualidade do produto ?".

Fabiana, do Rio Grande do Sul. "Há diálogo entre Anvisa e associações de celíacos para garantir que o uso da frase [entre aspas] 'NÃO CONTÉM GLÚTEN' [fecho aspas] em suplementos seja confiável?".

Davi, de Tocantins. "Como garantir a qualidade e segurança dos suplementos vendidos *online*?".

Luiz, do Rio Grande do Sul. "A fiscalização da segurança dos suplementos alimentares é ineficiente no país e a regulamentação, por si só, não resolve.".

Nicolas, da Bahia. "Pré-treinos com excesso de substâncias diferentes podem fazer mal às pessoas e sua formulação deveria ser vigiada.".

Lidas as perguntas – os nossos debatedores já têm as perguntas também –, eu vou repassar a palavra, na sequência que foi feita inicialmente, para que, então, vocês façam as considerações finais e, ao mesmo tempo, respondam a alguma pergunta que for necessária. E, de acordo com o nosso tempo, eu passo aqui, por cinco minutos, para cada um, para as suas considerações finais e para responder a alguma pergunta. Podem terminar antes também, se quiserem.

Então, passo a palavra ao Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição, para os seus cinco minutos de considerações finais.

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu queria me deter – aí, de fato, para a gente ratificar a complexidade da temática – nesse questionamento acerca de suplementos pré-treinos. A gente que é da área técnica, a gente que trabalha em clínica, a gente que desenvolve estudos científicos sobre isso... Algo que elucida o quão complexa é essa área – e complexa não porque é algo difícil – é que o assunto tem várias nuances.

Quando você fala em suplementos pré-treino, se eu perguntar a vocês o que vocês acham que seria um suplemento pré-treino, o que vem à cabeça? Vem à cabeça substâncias, nutrientes e compostos bioativos que têm uma ação estimulante, que têm um impacto cardiovascular. Pois bem, quando você vai na literatura e procura um pouco sobre a temática, você vai ver que existem alguns tipos de pré-treinos. Existem os *blends*, em que entra a creatina, entram alguns compostos bioativos que têm o efeito vasodilatador, entram alguns compostos bioativos, por exemplo, que tendem a minimizar efeitos adversos de estimulantes. Então, existem produtos estrangeiros, norte-americanos, dos quais existem estudos conduzidos que procuram avaliar a associação de algum desses componentes, de alguns compostos bioativos que minimizam efeitos adversos relativos à ansiedade, relativos à taquicardia, relativos à pressão arterial.

Então, quando a gente fala em pré-treino, essa é só uma denominação; esse assunto tem várias nuances. Pode ser o produto pré-treino, por exemplo, contendo carboidrato e eletrólitos. Existem pré-treinos que são substâncias estimulantes. Existem pré-treinos que são produtos que têm uma mistura de compostos bioativos que não têm nada a ver com impacto cardiovascular. E, quando você fala em segurança de um único produto pré-treino, a gente precisa ter noção disso. Então, de fato, é um desafio.

Eu estou falando de estudos recentes, 2022, 2024, que são publicados em periódicos internacionais, em revistas boas, que mostram esses efeitos. Então, cuidado: quando a gente fala em

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pré-treino, não é só um estimulante. E isso não é só na área concernente a pré-treinos; eu posso dar vários exemplos em vários outros tipos de produtos.

Outro aspecto é que, quando a gente fala em segurança – e há a fala do Senador –, ela não é só relativa à dose. Você fala, em relação à segurança do uso de um medicamento e de um suplemento, que o suplemento é destinado a pessoas saudáveis. E, quando a gente fala em segurança, tem alguns aspectos a considerar: a própria dieta do indivíduo, a dose, o tempo de uso, a via de administração, a saúde do paciente e o uso concomitante de outras substâncias. Então, é diferente – e eu abordei isto na minha fala – você suplementar um indivíduo adulto, jovem, saudável, fisicamente ativo, e um idoso, hipertenso, que é polimedicado. Então, é praticamente... Como é que a gente vai rotular isso no suplemento? Então, um indivíduo que usa o atenolol, enfim, metformina, que usa o rosuvastatina, que é polimedicado, vai ter um fator de risco totalmente diferente no uso de algum suplemento. Por quê? Porque suplemento, inicialmente, a gente pensa para indivíduos saudáveis.

Então, a gente pode ter lá no rótulo, Marcelo, uma dose segura, mas para via oral, né? Você consome pela boca e vai chegar lá ao intestino. Mas, pelo regulamento novo, pelo novo marco, é considerado também via sublingual, que não vai ser metabolizado lá em nível hepático. Então, o padrão de segurança, o perfil de segurança vai ser totalmente diferente. Então, isso é algo que tem que ser pensado também no rótulo e como é que a gente vai estar modulando esses riscos inerentes.

Então, percebam, eu falei só dois exemplos relativos a suplementos pré-treinos e relativos á via de administração. Então isso é algo que a gente tem que pautar, Senador, é algo que a gente tem que levar em consideração, porque de fato suplemento é um mundo e a gente precisa pensar nesses casos específicos, nesses detalhes, porque a gente precisa pensar na segurança alimentar e nutricional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA – E, para finalizar, a gente... Eu reitero o papel do CFN no sentido de estar promovendo orientação nutricional, de estar fiscalizando os nossos nutricionistas, para ter um melhor serviço, e de ter esse diálogo com outros agentes públicos. Então, a gente conversa com ministérios, procura esse assunto com outras sociedades privadas que visam a promover segurança alimentar e nutricional, enfim, promover saúde.

Eu agradeço. Espero que possa ter contribuído, sanado dúvidas, e fico à disposição para a gente conversar, para a gente discutir ideias.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição.

Na sequência, para suas considerações finais e resposta a algumas das perguntas que achar convenientes, eu passo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri).

O SR. MARCELO BELLA (Para expor.) – Bom, primeiramente, minha resposta é para você, Raíssa, do Mato Grosso, lugar que eu amo, região plantadora, um dos exemplos do Brasil que faz. A pergunta da Raíssa é: "Como garantir a segurança dos suplementos no Brasil sem sufocar a inovação tecnológica com burocracia e falta de regulação eficaz?". Olha, Raíssa, para isso, nós temos que ter um projeto de lei aqui no Senado onde a autarquia da Anvisa aceite um convênio das universidades brasileiras e dos seus pesquisadores. O Brasil tem um celeiro dos maiores pesquisadores da área de suplementos alimentares do mundo, como eu comentei aqui do Dr. Bruno Gualano, entre outros. O Dr. Bruno Gualano é a referência mundial em creatina, por exemplo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, através desses pesquisadores das nossas universidades brasileiras, nós poderíamos ter um *hub* na própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério de Tecnologia, onde os ingredientes e as suas possíveis associações, Dr. Caio, possam ser aceitos como substâncias ativas e positivas. Se a gente tiver que esperar a Anvisa analisar os mais de 30 mil trabalhos que hoje estão parados lá, com quatro técnicos para fazer isso, o Brasil vai ficar muito atrás em relação aos países competidores. E a população perde, com isso, a sua possibilidade de consumir suplementos de alta qualidade sendo produzidos tanto pela indústria de alimentos do Brasil como pela indústria farmacêutica brasileira.

Uma coisa que talvez você não saiba, Raíssa, e que a maioria das pessoas não sabe é que as indústrias de suplementos do Brasil possuem um nível de segurança em fabricação, de boas práticas de fabricação melhor do que as indústrias americanas.

Eu conheço 50 países ao redor do mundo, mais de 500 cidades internacionais com fornecedores, fabricantes, tanto de matérias-primas como de suplementos, e o Brasil tem uma das melhores regulações na parte de industrialização de suplementos alimentares; o nosso nível de solicitação de controle é maior do que nos Estados Unidos, vejam só vocês. Então se, através de um projeto de lei, nós conseguirmos distribuir esse fardo tecnológico científico, não só pela autarquia da Anvisa, mas através do Ministério da Saúde, Ministério da Tecnologia, nós vamos conseguir ter uma infinidade de suplementos alimentares que sejam benéficos à saúde.

A minha outra resposta vai para o Jeovânio, de São Paulo: "O que o governo [...] pode fazer [para evitar] que algo que está tão ligado a saúde, não acabe a prejudicando, e como a tecnologia pode ajudar?". Veja bem, vou já falar uma coisa sobre esse assunto. Na África, nós temos mais de 60 milhões de recém-nascidos considerados em situação de desnutrição. O Prof. André Briant, francês, desenvolveu um produto para recém-nascidos, entre seis meses e um ano de idade, quando mulheres não têm como se alimentar e o leite seca. Ele desenvolveu uma pasta, um gel, a mulher introduz na boca da criança esse gel e, em oito semanas, se consegue salvar a vida da criança. Aqui no Brasil nós desenvolvemos um produto em parceria com o Prof. André Briant, que é chamado ARO (alimentação rápida ostensiva), que, na língua ianomâmi, significa "vai ficar bom, vai sarar". Então o suplemento alimentar, quando trabalhado em benefício da saúde, das populações vulneráveis, consegue trazer bons resultados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BELLA – ... melhorar a saúde dessas pessoas. Quando eu falo de população vulnerável, eu falo de crianças pequenas, na primeira infância, e falo dos nossos idosos. Se nós utilizarmos a tecnologia a favor dessas populações vulneráveis, nós não vamos colapsar o SUS, um sistema tão importante para atendimento de saúde no Brasil.

Agradeço as perguntas e agradeço ao senhor, Senador Astronauta, porque o senhor, com sua mente, que é uma das mais privilegiadas do mundo, possa nos ter dado a oportunidade, a nós, ao Dr. Caio, ao Prof. Dr. Fernando Aith. E lamento profundamente que a Anvisa não esteja neste debate e também que a Senacon não esteja aqui.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado, Dr. Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais.

Na sequência, para suas considerações finais e resposta às perguntas, convido o Dr. Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo (USP).

Por favor, Fernando, cinco minutos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO AITH (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes.

Eu percebi que grande parte das questões versam sobre qualidade, segurança e, quando cabível, eficácia desses suplementos alimentares. Eu acho que a gente precisa avançar no Brasil em algumas frentes. No campo do uso dos suplementos, uso racional de suplementos alimentares, um uso que seja benéfico aos cidadãos, aos pacientes, às pessoas que usam esses produtos, o Ministério da Saúde tem um papel importante no campo do Sistema Único de Saúde e da introdução racional e equilibrada desses produtos na distribuição no âmbito do SUS.

No que se refere à fiscalização da produção, do comércio e da distribuição dos suplementos alimentares no Brasil, a gente tem na Anvisa um ator estratégico principal que, como eu disse na minha exposição, precisa ser mais bem fortalecida, não só em termos de equipamentos, mas também em termos de pessoal, em termos de distribuição pelo território nacional para uma fiscalização de ponta e se articulando com os sistemas estaduais e municipais de vigilância sanitária de uma forma mais orgânica e eficiente.

Além da Anvisa, vale mencionar também, reforçar o papel da autorregulação da sociedade civil por meio, por exemplo, da associação que o Dr. Marcelo Bella representa, a Abenutri, por exemplo, que tem um modelo de autorregulação do próprio setor muito interessante, que tem produzido ações, que tem protegido a população brasileira de produtos desviados, falsificados, de produtos malfeitos ou enganadores mesmo, que dizem que tem proteína e não tem, dizem que tem creatina e não tem, a autorregulação do setor também é um caminho importante para um mercado saudável, um mercado saneado. Então, um trabalho aí em parceria entre a sociedade civil, por meio dessas ações autorregulatórias da Abenutri, por exemplo, e da Anvisa.

Vale lembrar que também tem um papel importante aqui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que está controlado nacionalmente no âmbito do Ministério da Justiça. Esse sistema tem os PROCONs, as DECONs, também é um campo importante para o cidadão, para o usuário usar para a proteção dos seus direitos de consumidor quando se deparar com produtos desviados, falsificados e não adequados para o consumo.

Finalmente, vale mencionar aí um papel de protagonismo que foi mencionado, eu acho que essa Comissão, uma audiência pública de duas Comissões dá um peso – e parabenizo aí todos os Senadores envolvidos na pessoa do nosso Presidente, Senador Marcos Pontes – para que isso seja levado à frente no âmbito do Congresso Nacional, eventualmente com a aprovação de uma lei que defina melhor o que são os suplementos alimentares, o que é considerado um suplemento alimentar digno de ser comercializado, quais são as balizas, orientando melhor, inclusive, a própria Agência de Vigilância Sanitária nas regulamentações que devem suceder a uma legislação nacional no âmbito do Congresso Nacional, depois com a sanção presidencial.

Eu acho que é isso que a gente poderia mencionar aqui, reagindo aos comentários e agradecendo e parabenizando novamente pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo.

Finalmente, eu gostaria de agradecer. Agradeço inicialmente aos nossos convidados, foram três convidados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Participaram: Dr. Caio Victor Coutinho de Oliveira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Nutrição; o Dr. Fernando Aith, Diretor do Centro de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo; o Dr. Marcelo Bella, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais.

Gostaria de agradecer também a presença de todos os nossos convidados, aqueles que nos acompanharam aqui pessoalmente, uma plateia, vamos chamar assim, de peso, uma audiência de peso. Isso é muito importante para a credibilidade de uma sessão como esta.

Agradeço a todos que nos acompanharam através das redes do Senado e da TV Senado. Agradeço em especial aos Senadores aqui presentes, à Dra. Eudócia, ao Senador Izalci Lucas.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta presente reunião.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8099183912

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e dois minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Hamilton Mourão, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Wilder Morais, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro e Beto Faro. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Chico Rodrigues e Dr. Hiran conforme os Requerimentos nº 177, 175 e 185/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª reuniões, que são aprovadas. O senhor presidente comunica o recebimento do Ofício nº 022, de 2025/GLREPUBL, da liderança do Partido Republicanos, indicando o senador Hamilton Mourão para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Passa-se à apreciação da pauta deliberativa: **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 7, de 2025,** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o seguinte tema: Inteligência Artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população, no exercício de 2025." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 8, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro (PEB)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 9, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o monitoramento do desmatamento de biomas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 10, de 2025,** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 11, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escalada dos desastres naturais decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 12, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial"." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Dra. Eudócia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/138915

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas são aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias não terminativas que serão votadas pelo processo simbólico.

Antes, comunico o recebimento do Ofício 022, de 2025, ao Exmo. Sr. Flávio Arns, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal:

> Indicação para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.
>
> Sr. Presidente, na qualidade de Líder do Partido Republicanos, venho, por meio deste, indicar o nome do Senador Hamilton Mourão, membro titular desta Comissão, para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, no âmbito da 57ª Legislatura.
>
> A indicação segue os critérios de proporcionalidade partidária, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal, e resulta da proporcionalidade entre os partidos e blocos nesta Casa.
>
> Atenciosamente, Senador Mecias de Jesus, Líder do Partido Republicanos.

Item nº 1.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 7, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o seguinte tema: Inteligência Artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Senador Astronauta Marcos Pontes, concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o seguinte tema: Inteligência Artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população, no exercício de 2025.

Nós tivemos recentemente aqui a Subcomissão de Inteligência Artificial, eu era o Vice-Presidente dessa Subcomissão. Muitos temas foram tratados, mas ainda existem muitas coisas a serem vistas. Nós tivemos várias audiências públicas. Esse projeto de lei está na Câmara dos Deputados, mas, dada a importância, a transversalidade do tema, é muito importante que a gente continue essas discussões aqui, por isso esse requerimento.

Aproveito também, sobre os itens 2, 3 e 5 da pauta, que são de autoria do Senador Flávio Arns, eu gostaria de subscrever e fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pergunto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação simbólica.

Em votação.

Os Senadores e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Sr. Presidente da Comissão designará a relatoria da avaliação da política pública.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 8, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro (PEB).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Requerimento subscrito também pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); representante da Agência Espacial Brasileira; representante da financiadora de estudos e projetos (Finep); representante do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial.

Então, o Programa Espacial Brasileiro, como justificação aqui, está em pleno desenvolvimento, finalmente agora com seus pilares compostos em ascensão, sejam eles a produção dos satélites no Brasil, desenvolvimento de veículos lançadores, desenvolvimento do centro de lançamento, agora o Centro de Alcântara completamente operacional, inclusive com a empresa Alada podendo fazer as negociações no centro e a participação, então, de empresas internacionais, o que vai fornecer ao Brasil um valor considerável para o Programa Espacial Brasileiro. Sempre foi um dos problemas o financiamento do programa e agora, com o centro espacial em plena atividade, isso é um problema que vai ser superado. Então, uma audiência pública como essa é muito importante para se estabelecer, reestabelecer o patamar que nós estamos no programa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o monitoramento do desmatamento de biomas.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Requerimento também subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o monitoramento do desmatamento de biomas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Cláudio Almeida, Coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas brasileiros; Sr. Gilberto Câmara, Cientista de Dados e um dos criadores do Sistema de Monitoramento de Biomas do Inpe, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A justificativa – e depois eu vou apresentar um outro requerimento para somar alguns outros nomes também a esta audiência pública – é muito clara. Nós temos visto e acompanhado uma degradação constante e crescente, infelizmente, dos biomas brasileiros, mais especificamente e o mais preocupante é a questão do desmatamento da Amazônia, queimadas na região do Pantanal e outros efeitos nocivos para o nosso meio ambiente no Brasil.

E, para que isso seja contido, é necessário não só o monitoramento, que é o tema da audiência pública – isso feito através de satélites, com a constelação de satélites que o Brasil possui, acrescido agora do Amazônia-2, que está sendo desenvolvido também em parceria com a China, com o radar de abertura sintética, que é muito mais eficiente nesse monitoramento na prevenção, ou seja, não precisa esperar a árvore grande cair, você consegue verificar o movimento embaixo, através do canopi das árvores –, mas também o monitoramento por si não resolve o problema, são necessárias ações de solo para que esses biomas sejam protegidos. E isso é algo que tem que ser feito em parceria: Governo Federal, estadual, municipal e todos os órgãos, vamos dizer assim, as polícias, os órgãos de segurança também do setor. É extremamente importante uma audiência desse jeito, para que a gente consiga pelo menos mitigar esses riscos ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Consulto se há alguém que queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

O item 4: ausente o requerente.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à escalada dos desastres naturais decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Também subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o objetivo de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à escalada dos desastres naturais decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos.

Proponho para audiência as presenças dos seguintes convidados: Sra. Regina Célia dos Santos Álvala, diretora do Cemaden; Sr. Carlos Afonso Nobre, criador do Cemaden e cientista ambiental; Sr.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

José Marengo, cientista especialista no monitoramento da elevação do nível do mar devido ao derretimento das calotas polares; e representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na justificação desse requerimento, visto claro que agora, nesta época do ano, nós entramos numa fase em que nós teremos, infelizmente, mais mortes no país devido a deslizamentos de terra, enchentes e outros efeitos climáticos. Sem contar também, depois, a parte da seca, que é outro problema. A gente fala muito da parte das águas, mas tem o oposto também, que é muito importante que seja tratado.

Tudo isso tem a ver com as mudanças climáticas, que é um assunto que precisa ser tratado de uma forma científica, clara e em nível global, não só um país tomando providência, mas todos os países. E esse assunto é tema também de vários projetos de lei, inclusive um dos meus projetos de lei, que é o 5.002, de 2023, do gerenciamento de riscos para desastres naturais, que se diferencia de prevenção de desastres naturais. Quem conhece gerenciamento de riscos sabe que a prevenção está embutida dentro do gerenciamento de riscos como uma das fases da mitigação desses riscos. Mas, sem dúvida nenhuma, uma audiência para tratar desses temas é muito importante.

Eu gostaria de aproveitar também, Presidente, para falar sobre o item 4, que eu recebi aqui um *input*, e eu posso subscrever. É um item do Senador Wellington Fagundes sobre o Pantanal, também um assunto semelhante que eu também posso fazer a leitura, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sobre o item 5, então eu consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, eu coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Item 4: Requerimento 10, de 2025, do Senador Wellington Fagundes, subscrito também pelo Astronauta Marcos Portes.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 10, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de três membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

A justificação é que uma Subcomissão como essa tem uma importância muito grande no país, visto o que eu acabei de falar, das mudanças climáticas e como que isso afeta um dos principais biomas do país, e nós temos acompanhado aí tantos problemas no Pantanal. O Senador Wellington Fagundes tem lutado com isso. Inclusive, no tempo que eu era Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, nós trabalhamos juntos na implementação do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, localizado em Cuiabá, na universidade lá, mas só isso não resolve. Nós precisamos de mais iniciativas. E uma Subcomissão focada nesse assunto pode, sem dúvida nenhuma, ajudar na proteção desse bioma tão caro ao Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Devolvo a Presidência ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para o encaminhamento do item 6. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Item 6 da pauta.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3018/2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial".

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Eu concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para a leitura do requerimento *ad hoc*.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 3.018, de 2024, que "dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Luis Tossi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Data Center; o Sr. Gleysson Klynger de Moura Araújo, CEO da Everest Digital; representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); o Sr. Celso Camilo, Professor da Universidade Federal do Goiás e ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia de Goiânia; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; representante do Ministério da Fazenda; e representante do Ministério de Minas e Energia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Justificação.

Vem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei nº 3.018, de 2024, que visa a regulamentar a operação dos *data centers* voltados para aplicações de inteligência artificial, com destaque para aspectos como eficiência energética, sustentabilidade ambiental e responsabilidade no uso dessas tecnologias.

A rápida expansão tecnológica e o aumento da dependência dos serviços digitais, especialmente os vinculados à inteligência artificial, trazem consigo impactos significativos, especialmente em termos de segurança digital, de privacidade dos usuários e de consumo energético. *Data centers*, instalações essenciais para operação contínua de sistemas em diversas áreas econômicas, apresentam desafios relacionados ao seu elevado consumo de energia elétrica, ao potencial risco ambiental e à segurança cibernética.

Diante da relevância do tema para a infraestrutura tecnológica e energética nacional, é fundamental debater amplamente os impactos dessa regulamentação proposta. Nesse sentido, devem-se ouvir autoridades governamentais, representantes da iniciativa privada e especialistas técnicos e acadêmicos.

A realização desta audiência pública proporcionará maior clareza quanto às implicações e aos benefícios potenciais do Projeto de Lei nº 3.018, de 2024, o que permitirá a construção de um ambiente regulatório adequado, equilibrado e alinhado às necessidades estratégicas e sustentáveis do país.

Nesses termos, rogo aos nobres Senadores o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Senador Vanderlan Cardoso, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Com isso, nós encerramos a nossa pauta de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo à mesa pelo trabalho não só de agora, mas também na audiência pública.

Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5444604330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim, Dr. Hiran e Ciro Nogueira, e dos Senadores Fabiano Contarato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Flávio Arns, Dra. Eudócia e Teresa Leitão. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Marcos do Val e Astronauta Marcos Pontes, conforme os REQ 200/2025-CDIR, REQ 169/2025-CDIR, REQ 105/2025-CDIR, REQ 206/2025-CDIR, REQ 104/2025-CDIR, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O senhor presidente comunica o arquivamento dos Avisos nº 186 e 287-GP/TCU, lidos na 5ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2025, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à eleição do vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025/2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Mecias de Jesus, Líder do Partido Republicanos, indica o Senador Hamilton Mourão para Vice-Presidente da Comissão, por meio do Ofício nº 22, de 2025. Com anuência do Plenário, a presidência proclama eleito, por aclamação, o Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS) Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025/2026. O Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão, e o Senador Wellington Fagundes fazem uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154720805

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

A Presidência comunica o arquivamento do Aviso 186, Grupo de Trabalho do Tribunal de Contas da União, e do Aviso nº 287, do mesmo órgão, lidos na 5ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2025, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise de matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025-2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Mecias de Jesus, Líder do Partido Republicanos, indicou o Senador Hamilton Mourão para Vice-Presidente da Comissão, por meio do Ofício nº 22, de 2025.

Consulto ao Plenário se podemos proceder à eleição do Senador Hamilton Mourão, indicado, por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está decidido o modelo, a forma da votação.

Com a anuência dos Srs. Senadores e Senadoras, proclamo... Aliás, ainda não coloquei em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a proclamação, por aclamação, do Senador Hamilton Mourão se manifestem da forma habitual e os contrários se manifestem se expressando de uma forma que possa chamar a atenção. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma oposição, está decidido.

Com a anuência dos Senadores e Senadoras, eu proclamo eleito, por aclamação, o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio de 2025-2026.

A decisão será comunicada à Presidência do Senado Federal.

Eu convido o Senador Hamilton Mourão para ocupar seu lugar aqui à mesa, por gentileza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Tem mestre de cerimônia para levá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode fazer isso, por favor. Aí fortalece muito o Mato Grosso. É o Mato Grosso ao lado... (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como vai, meu mestre? Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Eu vou passar a palavra para o Senador Hamilton Mourão. Ele pode usá-la para se expressar, para se manifestar. E logo a seguir ele ocupa a Presidência e dá o destino que achar conveniente à nossa reunião ou a encerra.

Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Confúcio Moura, Senador Wellington Fagundes, senhores e senhoras, eu queria agradecer a confiança

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154720805

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em mim depositada pelo meu partido, mas principalmente aos colegas que compõem esta Comissão por terem concordado em sufragar o meu nome, por aclamação, para o cargo de Vice-Presidente.

Ao mesmo tempo, eu queria expressar, em nome de todos os integrantes da Comissão, nossos votos de pronto restabelecimento ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, que, eu tenho absoluta certeza, brevemente estará de volta à testa da Comissão, colaborando com o Senado Federal e, em particular, com esta Comissão, com a característica que ele tem, que é uma sabedoria muito grande e principalmente um discernimento e uma forma de tratar, de lidar com os assuntos que o distingue entre todos nós.

Eram essas as breves palavras neste momento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – O senhor vai assumir a Presidência?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Já está assumida.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Já está assumida.

Então, nada mais havendo a tratar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não. Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ah, o senhor quer falar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, da importância, num momento como este, de ter o nosso Presidente da República aqui, agora, na condição de Vice-Presidente desta Comissão tão importante. Eu acho um destaque, realmente, esta Comissão, e temos um desafio muito grande.

Eu quero também, aqui, claro, desejar para o nosso Presidente Flávio Arns – que é uma pessoa de quem eu falo que, além de competente, é muito doce, uma pessoa de ternura – e quero aqui pedir as orações para que ele tenha uma cirurgia bem-sucedida e que retorne o mais rápido possível.

Enquanto não, eu tenho certeza de que essa Presidência já passa a estar nas melhores mãos que a gente pode aqui ter. E o Vice-Presidente, então, agora como Presidente em exercício, Senador Hamilton Mourão, também companheiro lá do bloco, eu quero aqui não só parabenizá-lo, mas também me colocar como parceiro desta Comissão, inclusive porque nós criamos também a Subcomissão do Pantanal, que, para nós, é muito importante, porque é ciência e tecnologia no Pantanal.

Nosso maior problema lá hoje é exatamente a questão das queimadas. E como é uma área muito grandiosa, nós temos que colocar lá ciência e tecnologia, para que a gente possa, principalmente, desenvolver aquela região de uma forma sustentável. Porque muitos não conhecem a realidade daquela região, e é uma região que tem ali os pantaneiros seculares: o ribeirinho, os quilombolas, os indígenas e os proprietários. Noventa e três por cento do Pantanal está nas mãos da iniciativa privada.

Então, por isso, nós precisamos dessa parceria com o Governo, porque é patrimônio da humanidade. Mas o que adianta ser patrimônio da humanidade se a humanidade não olha com ajuda para que a gente possa fazer essa sustentabilidade?

Mas, então, tenho certeza de que esta Comissão vai poder nos ajudar muito. Inclusive agora o Deputado Avallone, que é o Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154720805

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Legislativa, já nos procurou aqui, inclusive a parceria com a própria Comissão, para que a gente possa ter essa atuação lá, verdadeira, na proteção do nosso Pantanal.

Então eu agradeço muito. O senhor conhece a Amazônia toda, né? E, no nosso Pantanal, temos essa vantagem de estar no Centro-Oeste, na Amazônia, e temos agora um Vice-Presidente que nos conhece muito bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Wellington, obrigado pelas palavras e, obviamente, pela importância que o Pantanal tem como bioma do nosso país e como patrimônio. E, obviamente, essa Subcomissão, que foi criada e, hoje, com os instrumentos que a ciência, a tecnologia e a inovação podem nos dar, será uma grande forma de a gente desenvolver e efetivamente preservar aquela região.

É uma região que eu conheço, uma região muito rica, que tem, vamos dizer assim, um papel extraordinário na história do nosso país e que não pode sofrer o que vem sofrendo ultimamente, até por falta, vamos dizer assim, de melhores instrumentos para a proteção dela.

Então, o senhor conte com a gente nesse trabalho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8154720805

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda da Senadora Zenaide Maia, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Jayme Campos, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Leila Barros, Beto Faro, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 6ª e 7ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 6046, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2781, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para dispor sobre o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2344, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a governança do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, mediante gestão de dados espaciais e monitoramento de indicadores de resiliência e de gestão urbana." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.781, de 2024, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.344, de 2024. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 107, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, estabelecendo os seus reais limites." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1053, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de agrotóxicos e afins (Cide-Agrotóxico)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater sobre os investimentos do Governo Federal para a realização da COP 30 e as expectativas sobre os países e público participantes e, ainda, quanto aos acordos a serem firmados na conferência para o enfrentamento da crise climática, com os convidados que propõe." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 5, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belém (PA), com a participação de membros desta Comissão, com o objetivo de acompanhar in loco os preparativos para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de abril de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª e 7ª Reuniões, realizadas em 8 e 23 de abril, respectivamente.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

Anuncio o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6046, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à Emenda nº 1 - CDR (Substitutivo)

2. Em 08/04/2025, a Comissão de Meio Ambiente aprovou a Emenda nº 1 - CDR/CMA, ora submetida a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo o que queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Anuncio o item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belém (PA), com a participação de membros desta Comissão, com o objetivo de acompanhar in loco os preparativos para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Autoria desta Presidência.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovado. Está aprovado o requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se for mudar de item, eu gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Então, eu quero solicitar a retirada de pauta do item nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, tendo em vista que não se encontra aqui o Relator desse projeto, ele automaticamente está retirado de pauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Agradeço a compreensão de todos.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quinze minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Leila Barros, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Cid Gomes, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresenta, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas do relator, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 88, 89, 90, e 91 e pela rejeição das demais emendas. **Resultado:** Lido o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão o Ofício 64, 2025, da Câmara Municipal de Jundiaí, que encaminha a Moção de Apoio 22 ao Projeto de Lei 1.022, em análise na Câmara de Deputados e que virá ao Senado após deliberação.

A matéria propõe programa de enfrentamento à crise e emergência climática nas escolas, na rede pública de ensino. A moção destaca os efeitos das mudanças climáticas nas condições de ensino, como calor extremo, falta de infraestrutura, e defende medidas de adequação, como arborização, climatização, saneamento e acesso à água potável.

O documento, nos termos da Instrução Normativa 12, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo a qualquer membro deste Colegiado solicitar atuação neste período.

Aproveito para comunicar que começou ontem, aqui em Brasília, a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, após 12 anos da última edição, com o tema Emergência Climática: o Desafio da Transformação Ecológica. A conferência tem cinco eixos centrais: mitigação, adaptação e preparação para desastre, transformação ecológica, justiça climática, governança e educação ambiental. Participam cerca de 1,5 mil representantes de todo o país envolvidos no processo que resultou em 2.635 propostas, sintetizadas em 568, que serão analisadas para definição de 100 diretrizes para orientar nossa política ambiental e climática.

A CMA é lá representada pela Assessora Técnica Simone Mazer. Eu e outros Parlamentares estaremos em algumas das reuniões da conferência. Mais informações sobre ação estão na plataforma Brasil Participativo: brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/cnma.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à liberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 29/4/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Anuncio o item 1, PL 2.159.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Não apresentado.

Observações:

1. Em 02/09/2021, 16/09/2021, 19/11/2021 e 31/5/2023 foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

2. Perante o Plenário, foram apresentadas as emendas 1-Plen (Senador Luis Carlos Heinze), 2 a 6-Plen (Senador Paulo Paim), 7 e 8-Plen (Senador Jorginho Mello), 9-Plen (Senador Luis Carlos Heinze) e 10-Plen (Senador Luiz do Carmo).

Perante a CMA, foram apresentadas as emendas 11 a 23 (Senador Jaques Wagner), 24 a 28 (Senadora Eliziane Gama), 29 (Senador Carlos Fávaro), 30 a 34 (Senador Randolfe Rodrigues), 35 a 46 (Senador Fabiano Contarato), 48 a 54 (Senador Fabiano Contarato), 56 a 61 (Senador Jean Paul Prates), 62 a 65 (Senador Jaques Wagner), 66 e 67 (Senador Jean Paul Prates), 68 a 78 (Senadora Eliziane Gama) e 79 (Senador Luis Carlos Heinze).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perante a CRA, em tramitação simultânea, foram apresentadas as emendas 47 (Senador Carlos Fávaro), 55 (Senador Zequinha Marinho) e 80 (Senador Flavio Azevedo).

Observação. A matéria tem despacho simultâneo com a CMA e a CRA, em votação simbólica em ambas, com posterior análise pelo Plenário. Perante o Plenário foram apresentadas as Emendas de 1 a 10. Perante a Comissão de Meio Ambiente foram apresentadas as Emendas 11, 46, 48, 54, 59, 79, 81, 87 e 91. Perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foram apresentadas as Emendas 47, 55, 80, 82 e 86.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, por uma questão de ordem, antes da leitura, eu conversei hoje com o Senador Confúcio, Relator nesta Comissão, e estou aqui ao lado da Senadora Tereza, que é Relatora lá na Comissão de Agricultura. O que eu queria propor? Essa matéria é uma matéria densa, é uma matéria que roda aqui há mais de 20 anos e, portanto, está madura em tese para se fazer. Só que eu sei que chegaram emendas até ontem à noite, que provavelmente o pessoal está analisando agora para concluir.

Então, a minha proposta, se V. Exa. acolher – eu entendi que tem a anuência aqui dos dois Relatores –, é ser feita a leitura do relatório... Porque reparem como é que o Governo se posiciona... Eu sei que houve conversas com o Governo, mas como é que se posiciona tomando conhecimento do relatório agora?

Então, eu queria pedir a leitura do relatório, não abrir a discussão, abrir a discussão na próxima sessão, porque aí, se tiver que pedir vista, seria na próxima sessão.

Eu vou aproveitar que o Presidente...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas é só...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Pois não...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, termine...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, é isto: era só não abrir a discussão. Pode ser feito isto, apenas a leitura. Regimentalmente é possível.

Eu estou sendo objetivo, eu quero ganhar mais uma semana para poder, pelo menos, mergulhar em cima do relatório e estudar. Eu sei que foram feitas muitas negociações, estou acostumado com isso, Senadora Tereza. Então, eu sei também que o nosso Presidente da Casa tem muito interesse que se vote rápido, mas algo que ficou aqui 20 anos não é possível que em uma semana vamos matar.

Então era a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra a Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada.

Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom dia a todos.

Eu acho que precisa mesmo ser lido, abrir para as pessoas entenderem. Quanto mais entendimento e discussão tiver... Apesar de 17 anos na Câmara e quase 4 anos aqui, está maduro para se votar. Tiveram muitas discussões com todo o Governo, uns a favor, outros contra, mas enfim... O Senador Confúcio foi muito paciente, nós discutimos muito. O Senador Contarato também, quando assumiu esta Comissão. E nós colocamos a urgência de votar esse projeto de lei, porque os empreendimentos maiores precisam. Nós precisamos de modernização, agilidade, sem perder a eficiência e sem precarizar nada.

Então, eu acho que é muito bom todo mundo saber o que está sendo votado. Tem muita confusão, tem muita *fake news,* tem muita narrativa errada, porque, na verdade, esse projeto de lei, Senador Jaques Wagner, ele é... Vamos dizer, onde tem o que se fazer está na Lei Complementar 140. Aqui o que nós estamos votando é como fazer e onde fazer. Então, eu acho que é bom para desmistificar isso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só queria entender uma coisa. Então, nós leríamos nas duas Comissões hoje os projetos, abrir-se-ia vista ou não? Porque senão a gente perde mais outra semana. Porque, se a gente ler hoje, aí abre para discussão só na semana que vem, e aí, depois, nós vamos ter mais uma, aí vai se pedir vista, aí essa vista seria o quê? (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Para a semana do dia 20?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Na verdade, Senadora Tereza, se...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Tudo bem, porque nós queríamos votar isso...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Esta semana agora é uma semana meio atípica.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Tem a viagem do Presidente e tal.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – E na semana que vem não vai ter ninguém aqui também. Vai ter muito pouca gente, porque as pessoas... Tem um negócio em Nova York, tem outro negócio na China, sei lá.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Na Câmara vai ser virtual. Não sei quantas pessoas serão....

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, a semana que vem vai ser uma semana muito morna.

Então é só para a gente se situar. Muito obrigada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Então, eu vou manter minha proposta, porque a Senadora Tereza sabe que a gente já fez exercícios de negociação aqui muito grandes. Eu efetivamente falei, quando apresentei, que o que eu quero é ganhar pelo menos mais uma semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas o senhor teria duas semanas... Pede vista, e seriam duas semanas.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, porque a vista regimental é uma semana, certo?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas é como a gente... Está marcado para o dia 21, a gente leria... Então seriam duas semanas praticamente.

Nosso compromisso pode ser isso, Senador Confúcio?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Deixe-me ver aqui com...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Vai depender muito da urgência, se o próprio Presidente ou o Presidente da Casa pedir urgência para chegar lá ao Plenário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, eu sei que ele pediu urgência, mas... Olha, eu vou repetir uma coisa. Eu acho que esse tema é muito delicado. Estamos na porta da COP. Eu não estou querendo postergar. A Senadora Tereza Cristina sabe que a gente superou coisas que foram fruto de *fake news*, inclusive consigo, a dos defensivos, e a gente acabou atravessando essa dificuldade, assim como no bioinsumo.

Então, a minha prática aqui é de negociar e cumprir o acordo feito. Eu estou falando isso objetivamente é para ganhar pelo menos mais uma semana, para o Governo poder...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O senhor está pedindo uma, e eu quero te dar duas.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não. Eu estou pedindo uma a mais do que uma que tinha. (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então estamos falando da mesma página.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou acolher a sugestão do Senador Jaques Wagner. Nós vamos fazer a leitura desse relatório hoje. Na semana que vem vai ter sessão, vai ter a Comissão de Meio Ambiente. Eu quero deixar isto claramente: independentemente da atuação, a Comissão vai funcionar e vai ter pauta. Esse projeto vai entrar na pauta semana que vem, vai iniciar a discussão semana que vem, abre-se vista semana que vem. Está claro? (*Pausa.*)

Obrigado.

Com a palavra o Relator.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

Sr. Presidente, esse relatório...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, Senador. Antes, eu queria só fazer um esclarecimento aqui para o Senador Jaques Wagner, o Senador Beto Faro, a Senadora Tereza e o Senador Confúcio. Primeiro, é o meu agradecimento pela serenidade do Senador Confúcio e serenidade da Senadora Tereza, Senador Jaques.

Esse projeto já está sendo discutido, debatido. Eu acho que nós vivemos no campo de uma democracia em que nós temos que entrar... Já chegamos à conclusão de que o ótimo realmente é inimigo do bom. Nesse projeto nós tínhamos mais de 80 divergências...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... 90 divergências, e hoje nós chegamos a um texto comum nas duas Comissões, sem nenhuma divergência – sem nenhuma divergência.

Então eu acho o seguinte: eu tenho presenciado também, Senador Jaques, com todo o respeito, que, às vezes, até mesmo dentro da sociedade, os próprios meios de comunicação entram num comportamento de criminalizar determinado projeto de lei. Eu estou falando isso porque eu fui testemunha, porque eu fui Relator do projeto do defensivo agrícola. Eu assumi a relatoria desse projeto quando toda a população, toda a sociedade estava criminalizando o projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se nós chegamos a um texto que foi palatável tanto para o Senador Confúcio como para a Senadora Tereza – e aqui eu quero publicamente agradecer e elogiar a atuação de V. Exas. –, eu acho que nós temos que avançar. Nós temos que avançar dentro daquilo que é possível, dentro do aspecto de um comportamento democrático, dentro de uma democracia, dentro do Plenário, em que a maioria vai deliberar sobre esse assunto. O que nós não podemos é ficar empurrando efetivamente e postergando, numa conduta extremamente, meramente protelatória.

Então, eu acho que esse texto está amadurecido. Com mais de 80 divergências e chegamos a um... Olha, chegarmos a um texto comum para dois Relatores, como o Senador Confúcio e a Senadora Tereza, e votarmos esse texto eu acho de fundamental importância.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Confúcio, a sua equipe, a sua assessoria, ao passo que faço no mesmo sentido à Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Eu estou inscrito. Eu pedi a palavra desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadores, primeiro eu queria solicitar aqui à Senadora Tereza, que é a Relatora na CRA, que a gente possa trabalhar o mesmo encaminhamento que nós estamos dando aqui, na CRA, porque são as duas Comissões analisam ao mesmo tempo esse projeto.

Segundo, há divergência ainda no projeto, não há que se esconder. Tanto o é que ontem ainda tivemos mais de dez emendas, ontem ainda teve mais de dez emendas. Com esses prazos aqui abertos, com certeza outras aparecerão. Então nós temos ainda, apesar de ser um tema que já está há muito tempo na Casa – e eu concordo com o Senador Contarato, está há muito tempo na Casa e na Câmara –, há divergências ainda claras no projeto que a gente precisa aprofundar. E esse fato aqui de poder permitir que esta semana a gente possa se debruçar sobre o tema e discutir, eu acho que é fundamental, é importante. É com muita serenidade que está sendo trabalhado. Acho que os prazos aqui nós não estamos protelando, nós não estamos protelando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estamos fazendo nenhum procedimento de protelação; acho que isso ajuda o debate e ajuda a gente a aperfeiçoar.

O Senador Confúcio é sempre uma pessoa que ajuda muito nas matérias e aperfeiçoa as matérias. Acredito que o relatório vai ser extremamente positivo, e o encaminhamento dado aqui é fundamental para o melhor andamento do projeto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos iniciar?

É o seguinte, Sr. Presidente, esse projeto é um projeto antigo, é de 1994 e vem tramitando aqui na Casa, aqui no Senado há quase quatro anos. Ele foi relatado na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente pela Senadora Kátia Abreu, que ficou dois anos. Mesmo relatando nas duas Comissões, simultaneamente, ela não conseguiu fechar. Nós assumimos com a Senadora Tereza um projeto com bastantes pontos de vista divergentes. Eu apresentei um relatório preliminar no mês de novembro, ele está aí postado, mas, devido às grandes divergências entre os nossos relatórios, da Senadora Tereza e o meu, nós tivemos que ir conversando ao longo desses meses todos para poder diminuir a quantidade de divergência em Plenário. E o próprio Presidente Davi Alcolumbre falou o seguinte: "Se tiver divergência, vem que o Plenário resolve, através de destaques, aqui dentro". Quem tiver voto passa as divergências. É um assunto democrático, a gente não pode ficar sentado em cima do projeto o tempo todo.

Então nós, a Senadora Tereza nem eu, não medimos esforços em inúmeras reuniões das consultorias. A Consultoria Legislativa do Senado também se debruça sobre esse assunto há muitos anos, são muito conhecedores de tudo. Então esse é o ponto: foi o que nós pudemos expressar aqui.

As grandes divergências, que seriam, por exemplo, o entendimento do papel do Conama, dos conselhos, ninguém precisa ficar preocupado, porque estão mantidos. Às vezes não estão claros na lei, mas estão remetidos para a Lei Complementar 140, e lá está tudo tipificado. Então aqui você pode observar no texto que a gente remete grande parte dele para a Lei Complementar 140, que, hierarquicamente, é superior à nossa lei ordinária que estamos discutindo hoje. Então muitos entendimentos têm que ir lá na Lei 140 para poder olhar direitinho. Está tudo mantido, não precisa ter preocupação. Os conselhos das entidades, dos entes federados municipais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais e federal estão mantidos. O rito é mantido. Logicamente em algumas coisas de entendimento, para facilitar, nós tivemos que ceder – tivemos que ceder. Agora vamos analisar, e o restante...

Logicamente, V. Exa., como Presidente, tem, assim, a preocupação de não ficar cozinhando um projeto de tantos anos aqui na Casa, na sua Comissão. O senhor nos deu um prazo, que é hoje, e nós estamos cumprindo o prazo de apresentar esse relatório – muito corrido. Muitas emendas chegaram de última hora ainda e vão ficar para análise durante esse período de vista. Nesse período branco de uma semana, nós vamos poder reler e, se for o caso, acatar alguma emenda, para posteriormente, na discussão, na semana que vem, já estar claro.

Vou fazer uma leitura breve aqui. O relatório está colocado no sistema.

As consultorias podem se debruçar e procurar aprimorar, mas tem que ser com muito cuidado porque tem que aprimorar nas duas Comissões. Senão vai causar o maior embaraço para o Plenário votar, vai ficar "invotável". Então, como está aqui dá para votar. Agora, tem que saber como conduzir esse assunto em Plenário.

Bem, eu apresento, neste momento, a revisão do relatório ao Projeto de Lei 2.159, da Câmara dos Deputados.

O PL é considerado o marco legal do licenciamento ambiental, porque regulamenta, pela primeira vez, o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição. Depois de 40 anos de Constituição, agora que está sendo regulamentado o art. 225, sendo proposta essa regulamentação.

Assegura o direito constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e eleva o licenciamento ambiental ao patamar de instrumento mais forte para a realização do controle ambiental dos empreendimentos causadores. Não se trata de uma norma perfeita, definitiva, fixa e imutável, mas sim de um marco inicial, apresentado com o melhor texto possível diante do cenário dos debates, da abrangência, da construção recebida da Câmara dos Deputados, que iniciou amplo debate em torno do tema, o qual revisamos em nosso papel constitucional.

Abarca as normas gerais e diretrizes para o licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidor e capaz de causar a degradação do meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou saltando alguns pontos para não demorar muito.

Esse PL recebeu emendas demais. Foram 79 emendas e, inclusive, um substitutivo completo, sendo 10 de Plenário, 67 de Comissão. Perante a CRA, foram recebidas três emendas ali recepcionadas, uma vez que a inédita tramitação conjunta em duas Comissões – isso é inédito, hein, gente! – ocorre desde 2021.

Aqui destaco, parabenizo e agradeço inicialmente a sensata atuação e a parceria da nobre Senadora Tereza Cristina, Relatora da atual matéria na Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, com a qual nos debruçamos em trabalho conjunto há cerca de um ano e meio. Há um ano e meio, nós estamos conversando. Há que se registrar também o grande trabalho realizado pela primeira Relatora, a Senadora Kátia Abreu.

São considerados também, na construção do texto, não somente nossos pares do Parlamento, como também suas representações federativas, incluindo a Casa Civil, ministérios, secretarias e os diversos segmentos da sociedade.

Houve também a valiosa atuação de profissionais que se debruçaram sobre o tema e se dedicaram a nos auxiliar na consolidação deste texto final, em especial, da Secretaria da CMA; dos assessores da Presidente Leila e do Presidente Fabiano Contarato; dos competentes consultores do Senado Dra. Karin Kassmayer, Joaquim Maia Neto, Dr. Frederico Retes Lima e Dr. Fernando Lagares Távora; do Consultor-Geral, Paulo Henrique de Holanda Dantas; da Secretaria-Geral da Mesa, através de Danilo Augusto Barboza de Aguiar; dos Presidentes da Casa Dr. Senador Rodrigo Pacheco e Davi Alcolumbre e assessorias; e do meu gabinete, nas pessoas de Flávio Lima e Isis.

A todos vocês, meu muito obrigado.

Análise.

O PL está em conformidade com o Regimento da Casa.

A matéria é oportuna e necessária à sociedade.

Estou saltando alguns trechos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há infindáveis problemas de elevados impactos à economia brasileira, ao alcance do movimento sustentável, à garantia do bem-estar da sociedade...

As tentativas de regulamentação e multiplicidade de normativas... É uma bagunça, hoje, no Brasil, a questão do licenciamento ambiental. Isso é licenciado pelos municípios, pelos conselhos municipais, pelos estaduais, pelas câmaras técnicas, pelo Conama, enfim, pelo Ibama, com participação cooperativa do Iphan, da Funai e de tantos outros órgãos quilombolas e indígenas.

Cabe-nos importante papel, à Casa Revisora, refinando e aprimorando o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, com ajustes que possam aparar eventuais arestas que permitam a entrega de um produto legislativo às presentes e futuras gerações passível de promover o federalismo cooperativo e o respeito à autonomia dos entes federados, o estímulo à produção agropecuária.

Na análise dessas contribuições, houve diálogo aberto com o atual Governo e com setores interessados da matéria, incluindo representações da indústria, do saneamento básico, dos loteamentos, do desenvolvimento urbano, da habitação, da mineração, da construção civil – francamente, aqui, nós recebemos todo mundo, viu? –, dos bancos, do setor agropecuário, enfim, das organizações não governamentais. Todos participaram amplamente, entre outros.

Abarcamos também a mineração, todos os empreendimentos e atividades sujeitos a licenciamento, como deve acontecer, quando tratamos da lei geral ordinária.

Respeitamos as atribuições dos entes federativos, já em vigor desde 2011. Todos estão previstos, como falei no início, na Lei Complementar 140.

Entendemos, assim, que as emendas que acolhemos e as que apresentamos aprimoram exatamente os pontos que merecem a devida cautela desta Casa Revisora sem que a essência do texto da Câmara do Deputado seja desvirtuada.

Cumprimos, aqui, nosso dever de legislar, combatendo o excesso de formalismo, dando a máxima celeridade de acordo com o porte.

Resumimos, assim, o relatório – muito resumido, ele é grande, não dá para ler tudo –, sendo que há a análise das emendas apresentadas em sequência, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas aqui são várias, eu não vou detalhar todas. Só para os senhores saberem, nós apresentamos a Emenda de Plenário nº 35; rejeitamos aí uma parte da Emenda 35. O Senador Jean Paul Prates apresentou a Emenda 61; realmente ele fez um substitutivo completamente à parte, e nós não o acatamos todo. Há Emenda 60 de Jean Paul Prates também, da mesma forma eu expliquei.

A competência para definição das tipologias de atividades às emendas é objeto do art. 4º, do PL 2.159, de 2021, do Senador Jaques Wagner, Senadora Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues... E assim foram apresentadas muitas emendas, como eu falei no início. Então foi isso.

Então aqui fazemos uma análise das emendas. Há muitas emendas. Não dá para ler todas aqui. Vai ficar no relatório para os senhores levantarem com calma. Então tem emendas bastante variadas aqui. Se eu for ler essas emendas aqui, eu vou passar a manhã toda lendo emendas. (*Risos.*)

Então vamos saltar essas emendas, que vão ficar tudo aí direitinho, do Senador Carlos Heinze, Eliziane... São muitas emendas mesmo. Olhe, aqui tudo aqui é emenda, está vendo? É emenda para caramba. Ainda chegaram mais 15 agora à noite, que eu nem acatei aqui ainda. (*Risos.*)

Não é por falta de emenda que o projeto deixará de ser perfeito.

As emendas da noite nós vamos acatar parcialmente; durante a semana nós vamos analisar. Tem muitas emendas aqui que eu não vou ler, não; vou saltar. Tem do Senador Fabiano Contarato também, do Jean Paul Prates, do Paulo Paim, da Eliziane, do Jorginho Mello – Jorginho Mello é Governador hoje, tem emenda dele aqui. Tem bastante. Vou saltar.

Vamos aqui direto. Do Jorginho Mello tem bastante. Jean Paul Prates é campeão. Olha, emenda... Jesus!

As emendas da noite estão aqui. Chegaram as Emendas 88 e 91, do Zequinha Marinho, que prevê a simplificação do licenciamento; nós vamos analisar essas emendas do Zequinha. Zequinha também apresentou a 89 e a 90, não é? (*Pausa.*)

É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, finalizo aqui o voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação, sujeito logicamente ao andamento dessas duas semanas do Projeto de Lei 2.159, com emendas que apresentamos a seguir, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, uma emenda deles, pelo acolhimento total e parcial de várias emendas e a rejeição de outras.

Não vou entrar no detalhamento; só entre a aprovação e rejeição tem umas dez páginas aqui. Vamos deixar.

Então, esse é o relatório. Tudo documentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero mais uma vez parabenizar a condução, a forma, a serenidade, o equilíbrio com que V. Exa., sua equipe, assim como a Senadora Tereza, construíram esse texto – volto a falar – de comum acordo.

Faço um apelo aqui à CRA e aos membros desta Comissão para que a gente avance com essa matéria da forma como foi ali proposto. Foi debatido inúmeras vezes, com audiências públicas; é um projeto que já está tramitando tanto na Câmara dos Deputados como aqui neste Senado. Só aqui no Senado tem quatro anos. O Senador Confúcio já tinha apresentado, em 2023, um relatório, e agora se aprimora.

Então, cumprindo o acordo que nós estabelecemos aqui, feita a leitura desse relatório, na semana que vem, inicia-se a discussão e abre-se vista. A análise das emendas vai ser posterior. Nós vamos votar nas duas Comissões e espero que o mais rápido possível seja levado ao Plenário do Senado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu entendo que hoje nós nos reunimos aqui com uma pauta única. Entendo a gravidade, inclusive, do tema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Brasil é o campeão mundial em autossabotar o nosso país com tantas medidas restritivas. E comento com o senhor: tive a oportunidade, numa missão com o Governador Jorge Mello, de ir conhecer o Porto de Dubai. Os caras simplesmente aterraram uma área inteira de água, já fizeram o outro lado, porque podiam cavar mais e aí passa navio gigante, devido à flexibilidade e, acima de tudo, Presidente, ao bom senso das autoridades de licenciamento ambiental.

O senhor deve, provavelmente, ter tido a oportunidade, em algum momento da sua vida, de ter conhecido, por exemplo, aqui no México... Como é o nome daquela cidade turística lá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cancún, em que, nos *resorts* – mesmo que o senhor não tenha acompanhado, já deve ter visto algum programa de turismo –, quando o senhor desce do *resort*, está com o pé na água.

Conheço bem o Brasil inteiro, com exceção do Acre – já falei com o Petecão, já falei com o Marcio Bittar, e ainda não me levaram lá. Com exceção desse estado, eu conheço todo o Brasil. Por exemplo, no Rio Grande do Norte, ali na Ribeira, no bairro da Ribeira, tem áreas gigantes com praias maravilhosas em que poderiam ser colocados *resorts*, e, infelizmente, nós não as utilizamos. Eu estou falando de potencial do agro, eu estou falando de potencial turístico.

Então, é muito importante... Aproveito aqui para parabenizar a Comissão, Senador Confúcio, Senadora Tereza, porque o Brasil urge... Nós não podemos mais continuar nos sabotando dessa forma horrorosa, com Ministério Público de um lado, "ambientaloide" de outro, radical verde de outro, povo do agro de outro, pessoal do turismo de outro. Nós precisamos, realmente, de bom senso. E eu quero parabenizá-los.

Mas, Presidente, o que acontece? O senhor sabe que eu sou um homem do mar, minha história é com o mar, a vida da minha família, a vida do meu pai. No dia 1º de maio, iniciou-se a safra de tainha, que, para o senhor entender, é o Natal do pescador para o meu estado, porque todo mundo aqui... Como diz Zeca Pagodinho, caviar eu nunca comi, só ouço falar. O caviar brasileiro é a ova da tainha. De todas as partes desse peixe, o filé é maravilhoso – na brasa, é maravilhoso, e tal –, mas a ova da tainha é que tem o maior valor agregado, porque é para os bicos finos do Brasil e do mundo. E o que acontece? No dia 1º de maio, iniciou-se a pesca da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tainha, e eu estou aqui, em meu nome e em nome do Senador Esperidião Amin, pedindo para o senhor fazer um extrapauta, porque nós temos um PDL... Vou ler o texto, se o senhor me permitir, rapidamente.

Presidente, peço ao senhor que paute o PDL 119, de 2025.

Reforço a necessidade urgente de aprovação do projeto decreto legislativo que susta o inciso III do art. 4º da Portaria Interministerial 26, de 28 de fevereiro, já em vigor desde a publicação, impactando diretamente a temporada de tainha iniciada no dia 1º de maio.

Essa norma federal impõe um limite extremamente restritivo à pesca de tainha na modalidade artesanal de arrasto de praia em Santa Catarina, apenas 1,1 mil toneladas para toda a temporada.

Trata-se de uma restrição sem precedentes, sem fundamento técnico robusto, que atinge, exclusivamente, o território catarinense – às vezes, eu acho que a Marina e o André de Paula têm alguma coisa contra mim ou contra Santa Catarina, mas, talvez, eu esteja enganado –, deixando os demais estados completamente isentos de cotas para a mesma atividade. Isso caracteriza uma discriminação arbitrária, desproporcional e inaceitável contra pescadores do meu Estado de Santa Catarina!

Diante dessa situação, o nosso estado, Sr. Presidente, protocolou uma ADPF no Supremo. A ação aponta que a medida imposta pela portaria fere princípios constitucionais como autonomia dos estados, pacto federativo, livre iniciativa e direito à manifestação cultural. Afinal de contas, a pesca da tainha é um patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina.

Preciso lembrar que a pesca de arrasto é conhecida como patrimônio cultural no estado e nunca, em quase 100 anos, foi submetida a uma cota absurda como essa. Trata-se de uma tradição secular, profundamente enraizada na identidade do povo catarinense, que garante a subsistência de milhares de famílias.

Bom, por isso, Sr. Presidente – o texto é longo aqui –, eu peço, por respeito ao povo do mar, por respeito ao Estado de Santa Catarina, por respeito ao Senador Esperidião Amin... O pedido também que eu já fiz ao Líder do Governo, Jaques Wagner, eu peço ao senhor e que o voto, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a soberania desta Comissão decida pelo "sim" ou pelo "não", mas nós precisamos defender os pescadores do Estado de Santa Catarina!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu peço a palavra só para ratificar o pedido do Senador Seif e lhe dizer o seguinte: a pesca da tainha artesanal de arrasto de praia é patrimônio cultural de Santa Catarina por lei. Portanto, isso é muito importante.

Ela teve início... Ela não dura o tempo todo. Ela começa no dia 1º de maio, e, a partir de junho, começa a pesca industrial. Ou seja, o mais bizarro que pode acontecer aqui é nós aprovarmos o PDL em junho, quando a safra já acabou.

Então, em nome da lógica, do bom senso, dirigindo-me a V. Exa., por sua luta pelo cumprimento da lei e pelo exercício honesto da atividade pública, eu peço que V. Exa. coloque em pauta se vamos deliberar ou não.

Esse é o pedido.

Se a Comissão achar que não se deve deliberar, vamos aceitar.

Eu vou dormir menos intranquilo, mas tenho certeza de que quem votar contra vai dormir mal.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, só para complementar. E eu lhe peço perdão e paciência.

O senhor é um homem do Espírito Santo. Conheço bem o Espírito Santo. Vocês são pescadores de camarão, vocês são pescadores de pargo, vocês são pescadores de atum. Dos 26 estados da Federação, mais o Distrito Federal, imagina que o atual Ministro e a atual Ministra falem assim: "Ó, todo mundo pode pegar atum à vontade, menos o Espírito Santo!". Qual seria o seu sentimento enquanto representante do povo do Espírito Santo? Como se sentiriam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pescadores do Espírito Santo? É uma pergunta simples. Foi o que este Governo fez contra o meu estado e contra os meus pescadores!

Tem 26 estados, mais o Distrito Federal, todo mundo pode pescar tainha, mas, para Santa Catarina mete uma cota irrisória. Parece, quem não conhece, quem está nos acompanhando pela TV... Ai, 1.100 toneladas.. É ridículo e irrisório para a capacidade e tradição de Santa Catarina. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É menor do que a do ano passado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E eu estou pedindo somente o seguinte: quer botar restrição? Proíbe "tudão". Agora, não vai proibir Santa Catarina e a gente ficar aqui com cara de bobo, vendo essa arbitrariedade contra o meu estado. Isso é impossível!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E se o senhor permite, proibir marlim no Espírito Santo seria muito ruim também, né?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bom, na verdade, esta Presidência entende que essa pauta que nós designamos hoje foi para o projeto de licenciamento ambiental, um projeto que está tramitando há décadas, tanto na Câmara como no Senado. Nós fizemos um acordo, nós vamos abrir a discussão semana que vem. Eu não acho prudente, neste momento, colocar um projeto extrapauta com o desconhecimento dos colegas Senadores, até mesmo em respeito e deferência a eles. Então, não vou acolher o pedido de extrapauta e vou encerrar a sessão. Semana que vem, nós vamos iniciar a discussão desse projeto de licenciamento ambiental, que eu acho que é de fundamental importância. E aí sim nós vamos colocar o PDL em votação posteriormente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e trinta e seis minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Leila Barros, Fabiano Contarato, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Chico Rodrigues, Wilder Morais, Angelo Coronel, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 5142/2019, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), REQ 4/2023 - CMA, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 16/2023 - CMA, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Finalidade:** Instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração". **Participantes:** Sr. Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (representante de: Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA); Sr. Fábio Ishisaki, Advogado, Professor de Direito Ambiental, integrante da equipe técnico-jurídica do Observatório do Clima; Sr. Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; Sra. Simone Nogueira dos Santos, Coordenadora-Geral de Proteção Substituta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Sr. Marco Aurélio Villar, Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista - APAM; Sr. Wallace Rafael Rocha Lopes, Diretor da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA - ASCEMA Nacional; e Sra. Raquel Martins da Silva, Analista de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5.142, de 2019, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração, em atenção aos Requerimentos 4,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2023, da CMA, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, e 16, de 2023, de autoria dos Senadores Tereza Cristina e Marcio Bittar.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 08000612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá usar da palavra por até sete minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e também comentários.

Vamos então à composição da mesa.

Eu convido para participar conosco e vir à mesa a Sra. Raquel Martins da Silva, Analista de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios. Obrigada, Raquel.

Informo que participam remotamente o Sr. Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; também o Sr. Fábio Ishisaki – não sei se falei certo, me perdoe se não falei –, Advogado, Professor de Direito Ambiental, integrante da equipe técnico-jurídica do Observatório do Clima.

Também participarão conosco o Sr. Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o Sr. Marco Aurélio Villar, Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista; a Sra. Simone Nogueira dos Santos, Coordenadora-Geral de Proteção Substituta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e o Sr. Wallace Rafael Rocha Lopes, Diretor da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma (Ascema Nacional).

Nós vamos então aqui passar a ouvir os nossos convidados. Eu vou convidar o Sr. Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para que possa ter o seu tempo de exposição de até sete minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX FERNANDES SANTIAGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente é necessário, é um dever meu, agradecer a oportunidade que a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal oferece à Abrampa de participar deste importante debate, que pode ter rumos relevantes diante de eventuais consequências, eventual aprovação, modificação ou mesmo rejeição dessa proposta.

E a Abrampa é a Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente. E terei hoje o difícil encargo de representar os meus colegas nesta audiência pública.

Se me permitem, aquele que abre os encontros tem a missão, um pouco mais dolorosa, de apresentar questões que os outros depois aproveitarão. Então a mim coube trazer o que se debate, e estamos debatendo isto: a proposta feita por um Senador, então do Maranhão, no sentido de que os instrumentos e maquinários, aquilo que é utilizado para a prática das infrações penais ambientais, ou mesmo administrativas, uma vez sendo apreendidos, eles passariam a ser destinados ao município onde haveria ocorrido a infração, ou vendidos, indo o valor, em sequência, para um fundo municipal de meio ambiente, e, caso inexista esse fundo, para um fundo social, um fundo municipal de assistência.

A outra proposta do projeto é a reversão de valores de multas impostas pela União ou pelos estados-membros no seu exercício de fiscalização, que 50% dessas multas se revertam, mais uma vez, para os municípios onde haveria ocorrido o fato, aos seus fundos municipais ambientais; e, quando inexistir tal fundo, revertam-se a um fundo municipal de assistência social. Isso modificaria, porque hoje nós temos que, quando há uma apreensão de um instrumento da prática de infração, ele é vendido e o controle é feito judicialmente, da destinação e, no art. 73, hoje a redação atual é a reversão para o Fundo Nacional do Meio Ambiente porque a lei é federal e disciplina, principalmente, as multas federais; mais do que isso, também determina para o fundo de desastres um valor à parte, e ainda pode ser destinado aos estados e aos municípios.

Aí vem a pergunta: esse critério municipalista que é proposto é o mais adequado?

Eu me sinto bastante cômodo para discutir isso com as senhoras e com os senhores e agradeço a oportunidade que a Senadora Eliziane Gama nos permite, nos confere, porque eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho quase 30 anos de Ministério Público, já atuei em várias comarcas e já fui coordenador das promotorias do Rio São Francisco em Minas Gerais, abrangendo 240 municípios. Então, eu conheço bem a realidade, tanto de municípios pequenos, com muitas dificuldades financeiras, quanto de municípios grandes.

E nós vamos chamar a atenção para uma das características dos bens ambientais, que é a ubiquidade: estar em todos os lugares e não reconhecer limitações geográficas. A divisão em municípios para a destinação dos recursos gera uma limitação muito grande que o meio ambiente não vai respeitar. O meio ambiente está além de fronteiras como essas; mais que isso, o dano ambiental também, muitas vezes, é complexo. Nós ainda temos em Minas Gerais manifestações danosas de minerações que aconteceram no período imperial, em Nova Lima, contaminação por arsênio. Então, demoram-se décadas, às vezes centenas de anos, para saber o que está efetivamente acontecendo.

Além disso, outro exemplo: a gente apreende um carvão ilegal que vai para alguma siderurgia em Minas Gerais. Onde se desmatou? O verdadeiro local do dano é onde houve o desmatamento.

Então, questões como essas, também da fauna, onde houve a caça... Em questões como essas, o critério meramente municipal pode trazer dificuldades para uma efetiva resposta de reparação do dano. Mais ainda, não se pode perder de visão o fato de que o dano ambiental muitas vezes tem duas feições. Há uma contaminação de um rio – esse é o bem ecológico puro, digamos assim – e, quanto aos pescadores, que não poderão exercer sua atividade naquele local, é um dano individual ambiental, por intermédio desse maior, macrobem.

Isso parece que a justificativa do projeto não está considerando, porque menciona que as administrações municipais sofrem impactos que a população reclama, mas aí ele está falando de danos ambientais individuais. E para esses vem o questionamento: o município já possui instrumentos para isso? Parece que sim, porque se nós formos analisar a competência dos municípios na Constituição Federal, nós vamos ter que, legislativamente, ela não aparece em primeiro plano, não está no art. 24 da Constituição Federal, mas, se eu for no art. 30, ele pode, sim, legislar sobre interesse local. Não está explicitamente falando de ambiental, mas ele pode,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na competência fiscalizatória, e não legislativa, fiscalizar, como qualquer outro. Isso está explicitado nessa lâmina.

E vejam que um Ministro que já esteve no STJ, o José Augusto Delgado, salienta isto: que o município foi excluído propositalmente pela Constituição. (*Pausa.*)

Obrigado.

Essa exclusão também vai nos lembrar que, além de fiscalizar administrativamente, ele tem competência para propor ações civis públicas e celebrar ajustamentos para exigir a reparação do dano na órbita civil. Então, vem o questionamento. Os municípios são competentes para fiscalizar, para fazer as multas naquilo que é de interesse local, e também para fazer a reparação do dano, propor ações civis públicas e celebrar ajustamentos de conduta. Eles estão fazendo isso? Eles estão exercendo plenamente a sua fiscalização? Eu acredito, com a minha experiência, que eu posso responder que, infelizmente, a maioria não, por variadas razões. Cada qual tem a sua realidade.

Em Minas Gerais, muitos dos nossos municípios vivem de fundo de participação de municípios, eles têm muita dificuldade. Além disso, e os municípios maiores? Vamos pensar ao revés. Eles já são conveniados para fazer, muitas vezes, licenciamentos que seriam estaduais, aplicar multas estaduais. Eles têm necessidade disso? Em princípio, eles não têm necessidade disso.

Então, se o município exercesse essas duas primeiras condições, haveria a necessidade disso? Se ele já exercesse o que ele pode fazer, se ele fizesse o que ele pode fazer, haveria necessidade desse projeto? Não. Então, parece que essa proposta, infelizmente, contempla o município que, podendo fazer, não faz. Ele está, na verdade, em princípio, se omitindo na fiscalização.

Agora, já no aspecto penal, da tríplice responsabilidade, que é muito importante.

Essa é uma lâmina que depois eu quero salientar, com muito vigor. Cada vez cresce o número das infrações ambientais do mundo em valor, e das dez infrações do mundo que mais movimentam dinheiro, quatro são ambientais. O Brasil figura em várias, como extração ilegal de madeira e a mineração ilegal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, sim, a necessidade da sanção penal e isso gera muito movimento para o Ministério Público. Os senhores vejam, em número de inquéritos, foram 60 mil em 2020 – inquéritos policiais. Só que, em número de TCOs, no juizado especial, foram 160 mil, em 2017. Então, juntando um com o outro, no mínimo, 220 mil. E esse número vem só crescendo. Esses são dados do Conselho Nacional do Ministério Público.

Então, vejam que, se nós estamos falando de um movimento processual de 220 mil processos entre inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência por ano, certamente já haveria uma movimentação social muito grande se nós não estivéssemos, Ministério Público e Judiciário, destinando adequadamente os instrumentos de apreensão. E não é o que ocorre. A Lei de Crimes Ambientais já vem desde 1998 e nós temos uma prática consistente de sempre dar uma destinação ambiental adequada.

Além disso, outra justificativa foi a dos desastres. Está no texto da justificativa que os grandes desastres com barragens de rejeitos geram muitas vultosas que não vão para os municípios. Essa é uma afirmação, com devido a respeito, equivocada.

Primeiro, nós não podemos raciocinar pela exceção. Os desastres não são a prática do dia a dia do direito ambiental e nem podem se tornar a prática do dia a dia.

Segundo, a reparação civil, que não pode ser confundida com a multa administrativa, do caso de Brumadinho, atingiu um valor altíssimo e foi partilhada entre vários municípios da bacia, com vários momentos de compensação para o Estado de Minas Gerais. E, mais, a norma é para regular a situação geral. Eu não posso ficar pensando em desastre. Eu tenho que pensar para todos os casos. As normas são para isso.

E a redação atual já contempla que as multas também irão para o fundo nacional de calamidades públicas, da Lei nº 12.340, para a nossa defesa civil das várias regiões.

Então, eu quero alertar também, se os senhores e as senhoras me permitem, que isso vai gerar problemas muito difíceis para os municípios. Imaginem uma fiscalização feita num local distante. Apreendeu-se uma draga de mineração, apreendeu-se um veículo ilegal. O município tem que ir lá buscar. E se ele não tiver nem condições de ir lá buscar, de fazer o transporte? Como vai ficar isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa alegação de que há um abuso da fiscalização, com destruição de motosserras, de máquinas de mineração... Eu tenho participado como instrutor de vários cursos para capacitar colegas de outros países na mineração, cursos patrocinados pelo Ministério da Justiça americano, e é isso que eles preconizam, que sim, que haja a destruição, para que não haja a reutilização daquela draga utilizada na mineração.

Outra questão: o carvão ilegal. Apreende-se aqui, nas siderúrgicas de Minas Gerais, em Divinópolis, Sete Lagoas, mas, às vezes, o desmatamento, foi lá no norte de Minas. É muito mais justo que essa verba vá para outro local, onde de verdade aconteceu o real dano ambiental.

Por fim, a destinação para um fundo municipal de assistência social me parece um equívoco muito grande, com o devido respeito, porque toda a destinação da Lei 9.605, de 1998, tem que ser ambiental.

Essa proposta, a meu sentir, é dotada de inconstitucionalidade, porque não efetiva a responsabilidade civil e penal, que é uma interlocução na Lei 9.605 e prevista no art. 225 da Constituição Federal; é incompatível com o espírito de reparação do dano ambiental, que está em diversas passagens da Lei de Crimes Ambientais, como a transação penal, a suspensão condicional do processo e a sentença condenatória, e gera um prêmio para o município que se omitiu ao criar um fundo ambiental, e não cria, aí vai para um fundo social. Muitos administradores se sentirão estimulados a não criar o fundo ambiental para utilizar em fundos sociais com qualquer destino.

E aí, saliento aos senhores, nós temos o péssimo exemplo da Argentina, aqui do lado do nosso país, um país vizinho, que utilizou o dinheiro das multas ambientais para patrocinar transmissões de futebol em todo o país.

Então, os senhores vejam, são riscos que nós não podemos permitir.

E aqui, para finalizar, exemplos de destinação, não são de multa, são de reparação...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Dr. Alex...

O SR. ALEX FERNANDES SANTIAGO (*Por videoconferência*.) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só pedindo para que o senhor finalize por conta que o senhor já ultrapassou...

O SR. ALEX FERNANDES SANTIAGO (*Por videoconferência*.) – Ah, sim. Muito obrigado. São só três fotos aqui agora.

Serra da Moeda. Toda essa unidade de conservação forma uma mineração com problemas, foi destinação de recursos que nós conseguimos transformar a unidade de conservação.

Estação Ecológica Mata do Cedro. Financiamos a aquisição, a regularização fundiária, com o dinheiro da siderúrgica, juntando todos. Se fosse por município, não conseguiríamos jamais fazer isso.

O Município de Juiz de Fora consegue fazer pequenas cirurgias, agora um exemplo singelo, pequenas cirurgias no canil, porque nós mandamos dinheiro para lá de ajustamento de conduta, conforme veem nas fotografias, ainda com baias em vidro temperado.

Então, vejam que esse é um detalhe que, até hoje, se não é perfeito, vem funcionando bastante bem desde 1998. A proposta, muito embora os municípios tenham muitas necessidades, da forma como concebida, traz mais problemas para o meio ambiente do que soluções; pelo que a posição da Abrampa, em um primeiro momento, é manifestar-se, com todo o respeito e pedindo todas as vênias aos proponentes, no sentido contrário a esse entendimento.

Agradeço, desde já, pela atenção; e peço desculpas à Sra. Senadora Eliziane pelo acúmulo do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Dr. Alex, pela sua exposição.

Eu vou passar agora a palavra ao Dr. Fábio, Advogado, Professor de Direito Ambiental, integrante da equipe técnico-jurídica do Observatório do Clima.

Dr. Fábio.

O SR. FÁBIO ISHISAKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer à Comissão de Meio Ambiente, a esta Casa, pela oportunidade de participar desta audiência pública em relação ao Projeto de Lei 5.142, de 2019.

A minha fala não vai ter eslaides, eu vou relatar aqui alguns pontos. E muitos desses pontos foram trazidos pelo Dr. Alex. Então, vou trazer algumas informações a mais, alguns argumentos a mais aqui, para enriquecer a discussão.

Bom, primeiramente, acho que o primeiro ponto que nós gostaríamos de trazer aqui, enquanto Observatório do Clima, é a potencial indução de novas infrações com essa lógica de arrecadação no local do dano, ter cuidado nessa questão da destinação dessa forma, porque nós sabemos que diversos municípios têm a problemática própria de recursos de investimentos, até de ter ou não estrutura para meio ambiente, seja para fiscalização, seja para impulsionamento da agenda de políticas públicas, discussão específica de território.

Então, nós temos que tomar cuidado quanto à redação também que foi posta ali de destinação para um município específico do local do dano.

E é importante nós pensarmos também e refletirmos sobre os dados públicos que nós temos aí da arrecadação de multas, em 2024, pelo Ibama, de R$729 milhões. Se nós fizermos uma lógica de divisão pelos municípios que existem em todo o território nacional, o valor não seria expressivo o suficiente para induzir medidas extremamente interessantes para a agenda socioambiental e climática. Então, este é o primeiro ponto: pensar em barrar novas infrações e não induzir que novas infrações sejam realizadas sob essa lógica de arrecadação, porque essa nós já vimos em outras agendas – na agenda tributária, por exemplo – com esses ditos incentivos, mas, nesse caso aqui, com essa perspectiva de maior arrecadação local.

Outro ponto que nós gostaríamos de ressaltar aqui é a viabilização de boas práticas, uma indução de boas práticas. Então, nós podemos pensar como alternativa de discussão a conversão de multas. Nós já temos algumas medidas dentro do próprio Ibama para conversão de multas ambientais. Então, essa indução, essa perspectiva de melhoria do território e da agenda ambiental da conservação e da preservação, e não simplesmente se focar na arrecadação de multas. Até porque, falando do ponto de vista jurídico, as discussões judiciais sobre multas são constantes, se perpetuam por muito tempo e, muitas vezes, fazem com que a arrecadação seja extremamente prejudicada pelos órgãos ambientais, seja o Ibama, seja os órgãos estaduais, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em São Paulo, teve uma discussão, em 2020/2021, que resultou num acordo extrajudicial com o setor sucroalcooleiro, por exemplo, por conta da intensa judicialização das multas ambientais aplicadas pelo órgão. Então, a multa que foi aplicada foi rediscutida com um perceptual de desconto por conta da judicialização de toda multa que estava vindo ali sobre aquele fato ou aquela realidade.

Então, este é o segundo ponto: viabilizar boas práticas, viabilizar, por exemplo, conversão de multas, que nós sabemos que não é um instrumento único, mas pode ser um instrumento interessante de ser promovido mais, e também ter sempre em mente essa perpetuação das discussões judiciais sobre as multas, que é uma realidade que se tem – e nós sabemos – e que prejudica muito a questão da arrecadação.

Um terceiro ponto, o Dr. Alex já trouxe, que foi a questão da reparação de danos ambientais e da tríplice responsabilidade. Nós temos que tomar um cuidado na discussão de reparação de danos ambientais, que nós sabemos que tem a responsabilidade civil, administrativa e penal. Por vezes, a discussão acaba se mesclando: o que se discute na esfera civil vem para a esfera administrativa, mas isso não pode, seja na justificativa, seja nas discussões sobre medidas em relação a infrações, em relação aos bens e destinações, se confundirem as formas de responsabilização. Isso tem que estar muito claro, seja no projeto, seja nas discussões de outros projetos na Casa.

E um último ponto que eu gostaria de trazer aqui bem brevemente é a oportunidade de destinação, repasse da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). Ela já é uma prática que ocorre, já é uma prática que está na legislação. Pode ser uma oportunidade de ter um reforço das agendas mais locais, e é algo que pode ser promovido, pode ser pensado e que nós já temos juridicamente posto, e institucionalmente também já tem a sua sistemática, então eu queria colocar essa oportunidade. Além do que nós falamos da conversão de multas, também essa oportunidade de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

Então, por diversos motivos, que também o Dr. Alex trouxe, e eu também trouxe aqui, eu gostaria de ressaltar a inviabilidade de muitos pontos que foram trazidos no projeto, a discussão necessária mais aprofundada de diversos dos mecanismos e o cuidado com diversos pontos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a promoção real da agenda ambiental, e não para a perpetuação, muitas vezes, de ações, atividades que são maléficas para a nossa agenda.

Agradeço novamente a oportunidade. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Fábio, pela sua exposição.

Agora nós seguiremos com a palavra do Dr. Jair Schmitt, que é Diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Na pessoa da Senadora Eliziane Gama, eu gostaria de cumprimentar a mesa, todos os expositores e expositoras, os ouvintes que nos acompanham pela internet e também os presentes no Senado Federal.

Eu vou compartilhar aqui a tela, vou fazer uma breve apresentação. Muitos dos pontos já ponderados contemplam minha fala, mas, antes de tudo, só gostaria de fazer um destaque muito especial.

Nós estamos tratando aqui, nessa proposta legislativa, de uma alteração de uma lei federal que trata de crimes e infrações ambientais, lei essa que é o arcabouço central dos órgãos de responsabilização criminal e administrativa, como é o caso do Ibama e de outros órgãos ambientais, inclusive estaduais, e o próprio ICMBio, como órgão federal, e que, a depender do encaminhamento dessa propositura, poderá trazer consequências bastante negativas à atuação desses órgãos, devido à responsabilização criminal e administrativa.

Nós não podemos perder de vista que o Brasil está vivendo um momento bastante crítico do ponto de vista ambiental, em relação à grande ocorrência de crimes e infrações, de danos ambientais, muitos desses comandados por criminosos organizados, por grupos organizados, que têm se transformado num grande desafio à sociedade brasileira, não só aos órgãos ambientais, mas também aos órgãos de segurança pública.

Já muito bem colocado aqui quais são as alterações propostas, que tratam da destinação de recursos arrecadados por multas ambientais, multas administrativas aos municípios e também da destinação de bens e instrumentos apreendidos em decorrência dessas infrações ambientais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esses municípios, muito brevemente, eu só gostaria de trazer um pouco de contexto até da própria atuação dos órgãos ambientais, com um olhar um pouco sob o marco normativo federal.

O Ibama, como um dos órgãos ambientais mais atuantes na responsabilização administrativa, apreende sempre um bem decorrente de uma infração ambiental, de alguém que desrespeitou e cometeu uma irregularidade ambiental. Esse bem, muitas vezes apreendido, seja um produto, seja um maquinário, seja um subproduto, sejam mesmo animais domésticos ou silvestres, normalmente fica sob guarda da instituição; eventualmente pode ficar sob guarda de um terceiro, um fiel depositário; a depender da situação, é doado, destinado imediatamente, principalmente em se tratando de bens perecíveis – aqui vou dar o exemplo de pescado e, às vezes, outros gêneros alimentícios, madeira –; eventualmente pode ser inutilizado, seguindo todos os critérios e rigores que a legislação estabelece; e, em se tratando de animais silvestres, a depender do estado e das condições desse animal silvestre, também pode ser solto imediatamente, seguindo alguns critérios e o ambiente apropriado.

Feita a apreensão nessa fase um, essa fase de acusação da infração, na fase dois, o órgão ambiental julga essa infração, faz o cotejamento da defesa, os argumentos do administrado, do infrator. E, quando da condenação, da manutenção da autuação e da declaração da sanção de perdimento desse bem, esse bem passa para uma terceira fase, que é o que a gente trata aqui de execução da sanção. Aí, novamente, a depender do tipo de bem e produto, ele é doado a instituições sem fins lucrativos, científicas, de pesquisa; pode ser vendido, a depender do bem, em alguns casos possíveis; também, muitas vezes, é necessário você descaracterizar ou até mesmo inutilizar esse produto, esse bem, haja vista que ele não pode ser aplicado ou utilizado para outras coisas – por exemplo: maquinários totalmente adulterados, que envolvem risco e perigo à saúde das pessoas, produtos químicos perigosos, lixo, resíduos, e assim por diante –; e, novamente, animais, muitos daqueles que ainda necessitaram de algum tratamento, reabilitação nos centros especializados do Ibama, também, após a reabilitação, podem ser soltos ou eventualmente destinados para alguma instituição científica e de pesquisa.

Enfim, esse é o arcabouço geral.

Em relação à multa, seguido todo o rito punitivo, o administrado é condenado a cumprir a sanção pecuniária – ou ele paga administrativamente, ou ele paga eventualmente por alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação judicial, obrigando-o a pagar. E existem algumas excepcionalidades e outros instrumentos, como a própria conversão de multas, que são instrumentos alternativos para estimular o cumprimento da sanção.

A lei hoje vigente – a Lei 9.065 e outros instrumentos – já faz previsão explícita de repasse de recursos aos municípios, inclusive da arrecadação decorrente de autuações ambientais. Então, tanto o artigo ali mencionado que está sendo alterado, aquele teto do repasse de multas, ele sofreu uma alteração em 2023 que prevê a destinação desses recursos financeiros ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, que, na sua estrutura orgânica, na lei que instituiu o fundo, sofreu uma alteração em 2024 e torna isto bastante claro, de que os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente podem ser repassados a estados e municípios, inclusive sem celebração de convênios por mecanismos mais diretos.

Também em relação ao uso de recursos em desastres, sem entrar no mérito do uso em si, já existe a possibilidade de os recursos arrecadados de multas poderem ser utilizados para esses fundos geridos pelo Sistema Nacional de Defesa Civil e poderem eventualmente ser aplicados em situações extraordinárias.

Além disso, o que a gente percebe é que o órgão arrecadador do município também tem previsão legal, porque ele pode definir o seu percentual destinado ao fundo municipal, até porque, como o Dr. Alex, que nos antecedeu aqui, já bem esclareceu, o município é um órgão competente que tem o poder também e tem o dever de realizar a fiscalização e impedir a ocorrência de infrações ambientais.

Muitas das infrações mencionadas na fundamentação do projeto de lei são infrações de competência primária do estado e do município, e, na sua omissão ou na sua inação, acabam os órgãos federais tendo que agir de maneira supletiva ou subsidiária.

Outro fator muito importante. O Ibama, na sua prática rotineira de destinação de bens, já destina bens a municípios. Naqueles casos em que há interesse do município e que eventualmente existe um benefício também ao município com o bem em que ocorreu o perdimento, isso já ocorre. Então, não há uma necessidade de incremento normativo nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente nunca pode esquecer que tanto essa proposta impacta em alguma medida a fiscalização administrativa ambiental, mas também a responsabilização criminal conduzida tanto pelo Ministério Público, como pelos órgãos de polícia judiciária e Polícia Federal.

Avançando aqui, concluindo em mais cinco argumentos.

Quanto a essa desvinculação entre o local da infração e o local da constatação da infração, muitas infrações são constatadas em locais distintos daquele em que ocorreram, e aí eu cito infrações que ocorrem em um ambiente virtual, porque elas não têm conexão física ali necessária com a prática em si; então existe um descolamento. E estaríamos incorrendo em riscos, injustiças e distorções em fazer essa reversão.

Também o que nós consideramos é a competência administrativa de arrecadação. O município arrecada aquilo que ele aplica de sanção e pode assim definir a destinação dessas multas arrecadas, e aí nós entendemos que os órgãos federais também podem fazer dessa forma, diferentemente da proposta normativa.

A aplicação desses recursos em fundos municipais, da forma proposta ali, na verdade estimula a pulverização, a fragmentação de políticas públicas, e isso acaba dificultando a geração de impactos de resultados significativos em prol do meio ambiente. Imaginem que nós todos temos aqui uma quantidade de telhas para cobrir um telhado e, se nós formos inteligentes e eficazes, nós aglutinamos essas telhas para cobrir os buracos. À medida que a gente pulveriza essas telhas em todo o telhado, a gente não assegura que nem parte da casa será coberta, evitando assim a chuva.

Tem um outro fator mais complexo, que é bastante discutido: a dificuldade de controle e uso desse recurso, seja pela estrutura administrativa desses municípios, principalmente os menores, mas também em relação ao controle, transparência e fiscalização do uso correto desses recursos em prol do meio ambiente, em decorrência dos danos e infrações ocasionadas.

Já quase concluindo, a baixa cobertura de Fundos Municipais de Meio Ambiente Isso também já foi mencionado, mas o próprio levantamento do IBGE, numa pesquisa, em 2020, aponta que cerca de 41% dos municípios brasileiros não possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente e normalmente são municípios onde muitas das infrações são cometidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, olhando um pouco mais para a questão de bens apreendidos, instrumentos e maquinários já sendo revertidos aos municípios, os municípios passam a ser obrigados, da forma proposta na redação, a receber esses equipamentos, muitos dos quais são equipamentos inservíveis, entulhos e sucatas. Então, na verdade, enquanto nós deveríamos dar outro de tipo de destinação, nós estamos onerando e criando empecilhos ao próprio município, com a obrigação de receber esses bens.

O Ibama vai bater na porta do município e, certamente... Aqui temos até uma imagem de um conjunto de produtos químicos, agrotóxicos adulterados que foram apreendidos, que são tratados como instrumentos da infração, e, aprovada a norma, o município vai ser obrigado a receber esse instrumento da infração e dar a devida destinação. Certamente não vai poder vender, é produto ilegal e tem um grande problema de risco ambiental em mão; a falta de estrutura para armazenar e dar destino a esses bens ou vendê-los também é um problema – não é um rito fácil seguir todos os procedimentos que a legislação obriga.

Eventualmente o município pode não ter interesse em nenhum bem ali, face a circunstâncias e características desse bem apreendido no local, naquele município. Pode haver recusas do município a receber esse bem, que cria um imbróglio para o órgão fiscalizador, lembrando que bem apreendido... São medidas restritivas, cautelares, que causam restrição econômica e têm alto valor dissuasório em relação às infrações ambientais, criando um imbróglio ao órgão fiscalizador. Você acaba impedindo ou dificultando a própria prática de fiscalização ambiental, já que é uma estratégia extremamente eficaz em relação à mudança de comportamento e conduta.

Bens apreendidos e furtados muitas vezes têm que ser restituídos aos seus legítimos proprietários. Eventualmente – a gente já tem notícias disso, também apurado pelas autoridades policiais – há risco de bens apreendidos serem utilizados em novas práticas de infrações sob gestão local.

A conclusão que nós colocamos, em que pese, talvez, sempre a busca de soluções, benefícios e o próprio fortalecimento da gestão municipal, é que a proposta legislativa aqui incorre em vários problemas. O primeiro deles é que não há ganhos para o meio ambiente explícitos em relação à proposta, que deveria ser objeto precípuo aqui de ser trabalhado; ela acaba dificultando não só o trabalho dos órgãos de responsabilização administrativa – Ibama e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantos outros –, mas também, porventura, pode dificultar a atuação dos órgãos de responsabilização criminal e, quem sabe, até mesmo de responsabilização civil, além de criar algumas obrigações prejudiciais a municípios. A gente sempre tende a ver como fator positivo, mas, no mundo prático, no mundo real, quem opera essas práticas rotineiras na administração pública fica exposto a essas obrigações, e o que poderia ser bom talvez se torne muito ruim.

E aí, sobretudo – eu acho que já foi bem colocado e provavelmente outros expositores vão reforçar isso –, já existe legislação que dá conta de medir o cumprimento dessas medidas, sem criar os imbróglios e as dificuldades já citadas.

Bom, dito isso, eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição aqui para questionamentos e outras arguições.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Jair, pela sua participação conosco na nossa audiência pública.

Agora, nós vamos passar aqui a palavra à Simone Nogueira dos Santos, que é Coordenadora-Geral de Proteção Substituta do ICMBio.

A SRA. SIMONE NOGUEIRA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui colaborando com essa discussão tão importante para o meio ambiente.

Eu gostaria de fazer minha apresentação rapidamente.

Os senhores estão visualizando?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim, estamos.

A SRA. SIMONE NOGUEIRA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – O.k.

Primeiramente, nós entendemos que boa parte daquilo que nós havíamos pensado e preparado para nossa apresentação já está contemplada nas falas anteriores. Nós temos pensamentos que estão muito próximos e opiniões que se assemelham nesse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de rapidamente passar pela minha apresentação, iniciando com o texto atual do art. 73 da Lei de Crimes Ambientais, que já prevê que os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental sejam revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, ao Fundo Naval, ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, e aos fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador. Então, nós já temos aqui uma previsão legal que foi dada posteriormente ao projeto de lei, à criação do projeto de lei, que data de 2019 – a Lei 14.691 é de 2023. Então, nós já temos uma atualização importante.

Além disso, há o §1º: "Reverterão ao Fundo Nacional do Meio Ambiente 50% (cinquenta por cento) dos valores arrecadados em pagamento de multas [...], percentual que poderá ser alterado a critério dos órgãos arrecadadores". Essa alteração também foi proposta em 2023.

E aí nós encontramos, como já foi tão bem apresentado pelos colegas anteriormente, essa proposta do Projeto de Lei 5.142, de 2019, que prevê que os bens apreendidos serão revertidos em benefício do município onde ocorreu o fato, podendo ser vendidos, e essa verba ir para o Fundo Municipal de Meio Ambiente ou para o de Assistência Social. Além disso, a proposta traz também que 50% das multas ambientais aplicadas serão revertidas ao fundo municipal, isso em clara contraposição àquilo que já prevê a nossa Lei 9.605, atualizada em 2023.

E nós apresentamos algumas razões para que nós possamos discutir isso, principalmente a falta de estrutura mesmo de muitos municípios no Brasil. Conforme o Jair comentou, aproximadamente 41% dos municípios do Brasil não possuem fundo municipal de meio ambiente, não têm estrutura necessária ou mesmo interesse em receber bens apreendidos. E aí nós temos desde gado, maquinário, ferramentas, equipamentos, petrechos de pesca e tantos outros itens que diariamente são apreendidos durante as operações de fiscalização ambiental.

Também temos uma possibilidade, nessas ações de entrega de bens apreendidos diretamente para a prefeitura onde ocorreu o fato, de que, por meio da venda, da doação ou de outro ato que a prefeitura hipoteticamente venha a fazer, esse bem apreendido possa retornar ao autuado, àquele que cometeu a infração ambiental, reduzindo assim o efeito dissuasório da fiscalização ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos, com essa proposta que determina que todos os bens apreendidos deverão ser destinados à prefeitura, a impossibilidade de destinação alternativa para os bens apreendidos, por exemplo àquelas instituições que rotineiramente recebem pescado e outros bens que são destinados a entidades filantrópicas, entre outros. Nós teríamos uma dificuldade adicional em fazer essa destinação dada a redação hoje do projeto de lei.

E também nós encaramos como uma possibilidade a possível falta de controle social efetivo sobre os recursos arrecadados se não houver realmente um conselho ou um fundo ambiental ativo que possa realmente ser fiscalizado.

Além disso, como possíveis consequências práticas do projeto de lei, nós temos também o enfraquecimento da atuação dos órgãos ambientais federais na fiscalização ambiental. Temos a perda da efetividade no combate aos ilícitos e um aumento da pressão local sobre os agentes de fiscalização. Nós já temos... Uma possível destinação à prefeitura pode gerar uma pressão excessiva sobre aqueles que estão fazendo o seu trabalho na fiscalização e que muitas vezes estão, no caso do ICMBio principalmente, nos locais mais distantes, mais inacessíveis do nosso país, em razão das unidades de conservação normalmente estarem localizadas em locais de difícil acesso, no interior da Amazônia, em locais que realmente há muita dificuldade para chegar. E nós não vamos conseguir... Nem a prefeitura vai ter interesse ou possibilidade ou estrutura para ir buscar esse material que foi apreendido. Então, nós temos essa dificuldade excedente que o ICMBio possui, dada a sua localização geográfica. E também a impossibilidade de uso adequado e racional desses recursos, especialmente para os fundos já previstos em lei. Então, hoje nós temos os fundos que eu já mencionei anteriormente, que estão recebendo esses recursos e que deixariam ou teriam uma dificuldade enorme para dividir o bolo com as prefeituras nesse caso.

Também reforçamos que o projeto de lei poderá enfraquecer o poder de polícia ambiental federal, poderá comprometer a integridade da fiscalização ambiental e representa um retrocesso frente à crise ambiental global, especialmente no uso dos recursos oriundos de multas ambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. No caso do que ocorreu há pouco tempo no Rio Grande do Sul, nós temos um exemplo claro do uso adequado do Funcap para a aplicação dos recursos de multas ambientais, na esfera administrativa, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o ICMBio busca garantir a finalidade ecológica e preventiva da lei de crimes ambientais e a gente se coloca hoje como interessados para que haja um veto integral da proposta do projeto de lei, dadas as inconsistências que nós observamos na proposta inicial, e nos colocamos à disposição para respondermos aos questionamentos que se fizerem necessários.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, querida, pela sua exposição.

Agora, nós passaremos a palavra ao Dr. Wallace Rafael Rocha, que é Diretor da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma. (*Pausa.*)

Não está disponível?

Então, seguiremos com a palavra ao Sr. Marco Aurélio Villar.

O Wallace entrou? (*Pausa.*)

Sim, o Wallace entrou.

O SR. WALLACE RAFAEL ROCHA LOPES (*Por videoconferência.*) – Eu estou compartilhando aqui a tela, Senadora.

Os senhores conseguem ver? Sim?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Estamos o ouvindo bem.

O SR. WALLACE RAFAEL ROCHA LOPES (*Por videoconferência.*) – Eu estou com um probleminha aqui, pode passar para o próximo, Senadora, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, enquanto você se organiza, vamos passar aqui a palavra ao Sr. Marco Aurélio Villar, que é Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO AURÉLIO VILLAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desde já vou desejar uma boa tarde. Na pessoa da Senadora Eliziane Gama, cumprimento a mesa, bem como os convidados.

E, acompanhando de perto o zelo com tudo que foi muito bem colocado ao longo das manifestações, é importante trazer neste momento, acerca desse Projeto de Lei 5.142, algumas informações que entendemos que merecem um maior cuidado na formação de opinião. Por exemplo, é fato que, no ano de 2024, observamos um aumento alarmante das queimadas em nosso país.

Vamos registrar, a título exemplificativo, quase 280 mil focos de incêndio, um crescimento vertiginoso de 46%. Pois bem, esse foi o maior número já visto. Além disso, a área queimada de janeiro a novembro – mais um dado importante a ser trazido para a mesa de debate – quase dobrou em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 29,7 milhões de hectares.

Pois bem, nesse cenário, temos que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), sempre cuidadoso em sua habilidosa atuação e pelo seu zelo, aplicou multas obviamente significativas, isso é fato. No primeiro semestre de 2024, foram mais de 6.258 comissões financeiras, incluindo caso de desmatamento, venda ilegal de madeira. Só em uma operação no Cerrado, foram aplicadas multas que somam mais de R$200 milhões, de desmatamento ilegal. Apesar dessas infrações, trazemos aqui um fato que deve ser muito bem ponderado: em todas essas devastações, todas essas queimadas, enfim, todas essas operações quando têm desmatamento de forma ilegal e geram tantos prejuízos, temos que os municípios, na verdade – e aqui como advogado municipalista, como Presidente de uma associação municipalista –, são sempre os primeiros a sentir os impactos dos crimes ambientais. É na porta do Prefeito que vai bater o cidadão que não tem recurso sequer para apagar aquele foco de incêndio. E a prefeitura, já com seus poucos e escassos recursos financeiros, é que tem que, naquele momento imediato – não pode esperar pelo estado, pela União, sob pena de causar uma tragédia ainda maior –, se utilizar já dos poucos recursos que dispõe em seu caixa para acudir a quem se faz necessário, ao momento em que se está naquela devastação.

Nesse caso, esse projeto de lei entendemos que é em boa hora: busca na verdade fazer uma correção, apresentada de forma concreta e viável – é importante registrar: concreta e viável – em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

corrigir essa injustiça, destinando percentual proposto em 50% dos valores arrecadados pelas multas ambientais para o fundo municipal do meio ambiente das cidades. E, como dito anteriormente, isso não traz nenhum... Ao contrário do que foi dito anteriormente, eu entendo que não traz nenhum prejuízo ao município que não tenha esse fundo municipal criado. Ora, para se criar um fundo municipal, mesmo no decorrer do exercício financeiro, isso é uma operação contábil simples de ser realizada. E os municípios que não têm esse fundo municipal não têm porque simplesmente não têm recursos, muitas vezes não ingressam recursos. Então, seria mais um adendo a um quadro de despesa do município, que já é sobrecarregado por demais.

Além disso, os instrumentos, os maquinários utilizados nas infrações, como consta do projeto de lei, seriam revertidos em benefício do município. Então, há que se dizer: mas, se o município não quiser aquele equipamento, vai ficar ali virando uma sucata? Não. Pode muito bem ser vendido.

E o recurso financeiro auferido, em benefício obviamente do fundo municipal e em benefício da sociedade, fazendo com que sejam minoradas, pelo menos, as despesas que o município tem, sendo sempre ele o primeiro a chegar para resolver e dar o primeiro combate nessas devastações, crimes ambientais. Porém, quando se tem um aumento singelo desses recursos, muitas vezes, é o único caminho para ter alguma parte a ser recebida; leva muito tempo, e, muitas vezes, sequer eles chegam a receber.

Isso é fato, e aqui posso citar, por exemplo, no nosso Estado da Paraíba, em 2003, entre outubro e novembro, o Ibama, em parceria com o nosso Batalhão de Polícia Ambiental, realizou operações aqui; foram 95 autos de infração, multas de mais de R$1 milhão, e foram sendo embargados quase 2 mil hectares de áreas desmantadas ilegalmente. Qual o valor repassado aos municípios? Nenhum. Em setembro, em 2024, foram quase R$500 mil.

Enfim, achei por bem trazer esses dados para refletir a crescente preocupação com a preservação, mas também a necessidade, de que, com essa medida, seja promovida a justiça federativa, a eficiência na gestão ambiental e, obviamente, o fortalecimento dos municípios, seja do menor município do nosso país, que possui cerca de 854 moradores, ao maior município do Estado de São Paulo, com mais de 11 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses dados que achei por bem trazer para o debate. Agradeço, desde já, o convite, e me coloco à disposição para qualquer indagação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Marco Aurélio, pela sua exposição. Vamos tentar aqui novamente o Wallace Rafael Rocha Lopes. Vamos ver se ele consegue entrar.

O SR. WALLACE RAFAEL ROCHA LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tudo bem, Senadora. Estou só esperando a autorização para compartilhar e pronto.

Eu acho que agora vocês enxergam aí, não é?

Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer antecipadamente, em nome dos servidores e da servidoras, especialistas em meio ambiente, o convite da Senadora Eliziane e da Senadora Leila para participar dessa audiência pública, nas pessoas de quem eu cumprimento os demais presentes.

Bom, além de Diretor da Ascema Nacional, eu sou analista ambiental do Ibama e atuo na linha de frente nas operações de fiscalização ambiental, nas suas mais diversas formas. Atualmente, eu me dedico a pesquisar esse tema de proteção ambiental no Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Indo diretamente ao ponto, o que de fato propõe esse PL? Basicamente, em uma leitura superficial, diria que é para possibilitar a reversão de maquinário e instrumentos apreendidos em favor do município, e a alteração do art. 73 é para promover um repasse de 50% das multas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente e, quando não houver – que é o caso da maioria dos municípios –, para o Fundo Municipal de Assistência Social, o que já indica um desvio de finalidade, como já foi explicado anteriormente.

Bom, o que de fato traz na prática é o que a gente vai comentar aqui hoje, mas, antes disso, eu queria chamar a atenção para este quadro aqui, que resume um pouquinho qual é a situação que nós temos hoje e o que esse PL está propondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente tem, no §5º do art. 25 da Lei de Crimes Ambientais, a possibilidade da destruição de equipamentos, mediante critérios muito bem estabelecidos, os quais estão regulamentados no Decreto 6.514, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. E, na nossa visão, esse PL abre um caminho para revogar a destruição de equipamentos, a possibilidade de destruição de equipamentos pelos órgãos ambientais, uma vez que obriga essa reversão dos bens apreendidos ao município, como já foi também explicitado anteriormente. Então, para a gente, esse aqui é o principal motivo de esse PL estar tramitando, porque existe, sim, uma tensão muito grande, especialmente de alguns políticos, em torno desse assunto de destruição de maquinários.

O art. 73 trata também da possibilidade desse repasse de 50%, de maneira obrigatória e indiscriminada, enquanto, na verdade, a lei que nós temos hoje, que foi alterada em 2023, ou seja, até posteriormente ao próprio PL, que é de 2019, então, em 2023, já foi alterado para justamente permitir que haja repasse desses recursos para os fundos municipais e estaduais, obviamente, de maneira técnica e não de maneira obrigatória e indiscriminada como o PL está propondo. Então, basicamente, a gente tem uma centralização, atualmente, uma decisão centralizada, técnica e focada na proteção ambiental sobre o uso desses recursos, os recursos das multas e os bens, e a gente vê, na verdade, o PL como uma tentativa de politizar, uma vez que não traz também garantias de que esses recursos vão ser utilizados, de fato, na proteção ambiental.

De que forma esse PL pode comprometer as ações de proteção ambiental? Basicamente, ele retira da União o controle técnico sobre a destinação de bens apreendidos por ela mesma, então acaba prejudicando o uso estratégico dos valores arrecadados, também no caso das multas, com a execução de políticas públicas estruturadas para fiscalização, combate ao desmatamento, degradação ambiental, que dependem basicamente desses recursos para serem executados.

E aqui, o mais importante para a gente, que é o recado que a gente queria deixar, é que isso fragiliza a segurança do servidor de fiscalização, esse PL. Por quê? Porque acaba criando uma obrigatoriedade de reversão desses bens aos municípios, isso acaba limitando a possibilidade de destruição do maquinário e obriga o servidor a dar o seu jeito para poder remover aquele bem daquele local. Então, isso acaba expondo os agentes em emboscadas, retaliação, conflitos armados. A gente tem inúmeros casos em que isso já aconteceu com servidores, e obviamente, esse PL sendo aprovado, que isso vai se intensificar, porque agora vai ter uma obrigatoriedade de reversão aos municípios. Então, esse provavelmente é o principal motivo desse PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem um PL também que acaba premiando os infratores. E por que isso acaba premiando os infratores? Porque a gente tem os municípios com gestores públicos multados pelo Ibama. Então, veja só, a gente tem os Municípios de Altamira, Novo Progresso, São Félix do Xingu, todos esses gestores públicos desses municípios, os Prefeitos, foram multados pelo Ibama e não faz nenhum sentido para a gente que os recursos das multas que eles levaram sejam depois retornados para a própria gestão deles, para destinarem como bem entenderem, a partir do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Então, para a gente, isso não faz muito sentido, acaba premiando o infrator e incentivando o cometimento de crimes ambientais, o que seria um desvirtuamento completo do objetivo da própria Lei de Crimes Ambientais. Seria um desvirtuamento completo do objetivo da própria Lei de Crimes Ambientais.

Isso aqui já foi falado: fragmenta e compromete o uso estratégico dos recursos, com essa pulverização nos municípios. Isso não garante a eficácia da implementação das políticas públicas de proteção e reduz a capacidade de resposta a emergências ambientais. Isto já foi falado também, a gente tem casos de queimadas de grandes proporções, rompimentos de barragens e outras emergências, e é claro que esse recurso, em um fundo nacional, é muito mais fácil de gerir, de destinar para esse tipo de situação, do que se estiver pulverizado em outros locais.

Então, há também, como já disse, uma possibilidade de desvio do uso desses recursos, como acabei de dizer. Algumas prefeituras sequer têm, como já foi dito, estrutura para poderem gerir esses recursos. Não têm fundo de meio ambiente, não têm nem conselho de meio ambiente estruturado, então acaba que esse PL cria uma oportunidade para captura política e clientelista dessas verbas.

Bom, eu queria...

Vou passar rapidamente aqui, só para concluir.

Nós temos aqui... Eu queria que vocês olhassem para esses gráficos. São os municípios que mais tiveram multas acumuladas em 2022, 2023 e 2024.

E aí, quais são os municípios que a gente tem figurando nas três tabelas? São Félix do Xingu, Apuí, Novo Progresso, mas também a gente tem Santos, Rio de Janeiro, Itajaí e Macaé, por exemplo, onde há plataformas de petróleo, que também são autuadas. Então, será que destinar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma quantidade vultosa de recursos para o Rio de Janeiro faria algum sentido, ou faria mais sentido a gente pegar esse grande recurso dessas multas do Rio de Janeiro e aplicá-las de uma maneira mais estratégica? Esse é o questionamento que fica.

Aqui, são algumas reportagens que saem. Então, vejam: candidato a Prefeito multado em R$11 milhões pelo Ibama. Imaginem: a gente ia destinar o recurso para essa própria pessoa gerir? E não é só um caso específico. O Prefeito de São Félix do Xingu foi autuado em R$2,5 milhões por destruição ambiental; o de Novo Progresso, em R$4 milhões; o de Apuí também. Todos esses estão na lista de municípios que mais recebem multas, e são os Prefeitos que vão gerir esse recurso, que também foram autuados pelo Ibama.

Aqui, um exemplo, rapidamente, só para explicar, de desvio desse uso dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Isso acontece rotineiramente. Eu participo dos conselhos aqui de Palmas e do estado também e isso, direto, é assunto. Aqui, o recurso do Fundo do Meio Ambiente sendo utilizado para a construção de parquinho. O próprio Ministério Público da Bahia já fez uma nota técnica orientando os promotores a atuarem nesses casos de desvio de finalidade para o uso dos recursos do Fundo do Meio Ambiente.

Aqui, senhoras e senhores, só para mostrar rapidamente, olhem só essa imagem e vejam o tipo de maquinário que a gente apreende. Isso aqui foi na Terra Indígena Yanomami: é um helicóptero completamente adulterado. A gente chama de frankenstein esses equipamentos. Então, vejam que ali tem um remendo na hélice, com arame. O equipamento, a aeronave é totalmente modificada para o cometimento de crimes ambientais e está num local em que não se tem acesso de carro, só aéreo. Como é que a gente faz para tirar esse maquinário daí, mantendo a segurança dos servidores? Como é que eu levo para o município? O que o município vai fazer com esse helicóptero que nem sequer poderia estar voando, nem sequer tem o certificado de aeronavegabilidade?

Essa aqui é uma outra aeronave apreendida por nós, no mesmo dia, dentro da Terra Indígena Yanomami. Olhem a situação dessa aeronave! Quer dizer que um servidor, agora, vai ter que pegar essa aeronave aí e levar para entregar para o município, se submetendo a voar em um negócio desse? Vejam só a condição que está, com tudo remendado, totalmente inadequado, não tem certificado de aeronavegabilidade. É esse tipo de situação que a gente encontra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa aqui foi uma outra aeronave que a gente já tinha apreendido, já tinha deixado o município como depositário, e ela acabou voltando para o infrator, e a gente a apreendeu uma segunda vez. E aí está a situação da aeronave também.

Essas três aeronaves, senhores, foram apreendidas no mesmo dia, tá? Então, é para vocês verem que, se a gente tivesse parado lá na primeira, para poder ir e entregar para o município, a gente não teria impedido essas outras aqui de estarem voando ilegalmente também e cometendo infrações, né?

E uma coisa interessante, só para concluir, é o silêncio dos infratores. A gente pega esses equipamentos, a gente apreende, a gente muitas vezes até destrói esses equipamentos, mas ninguém entra judicialmente, ninguém vem questionar administrativamente ou reivindicar a devolução ou o ressarcimento. Por quê? Porque, em todas as situações, eles estão em locais nos quais há o cometimento de infração. Então, eles teriam que assumir o cometimento da infração para poderem reivindicar. E o que eles acabam fazendo? Acabam indo aos políticos, para poderem fazer com que as leis mudem e para isso não ocorrer mais, que é o caso que a gente acha que está acontecendo aqui, neste momento, tá?

Então, o encaminhamento que a gente propõe é, de fato, o arquivamento dessa proposta, por perda do objeto, uma vez que já foi alterado em 2023 e já atendeu ao objeto principal, e a manutenção atual do que está descrito na Lei de Crimes Ambientais, no art. 73, quanto à destinação dos valores das multas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Wallace, pela sua exposição.

Nós vamos agora ouvir a Raquel Martins da Silva, que está conosco aqui, presencialmente. Ela é Analista de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Municípios.

O SR. RAQUEL MARTINS DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde.

Boa tarde, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, em nome do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, pelo convite para participar desta audiência pública. Cumprimento também os demais expositores neste debate tão importante.

A Confederação Nacional de Municípios representa mais de 5,2 mil municípios brasileiros, dos pequenos aos grandes, incluindo 22 capitais. Há 45 anos, atuamos de forma permanente em defesa do fortalecimento da gestão municipal.

Sabemos que as políticas públicas aprovadas aqui, no Parlamento, só se concretizam, de fato, lá na ponta, lá no município no qual o cidadão vive. Então, a gente faz esse evento anual também, a marcha, da qual a gente vai realizar a 26ª edição neste ano e que, em 2023, reuniu mais de 11 mil participantes gestores municipais de todo o país.

A CNM tem uma representação político-institucional dos municípios junto ao Governo Federal. Temos mais de 2,3 mil publicações no nosso *site*, nas diversas áreas de atuações dos municípios; e estamos aqui também, no Congresso, para acompanhar as pautas e estamos aqui, neste momento, para tratar um pouquinho sobre o Projeto 5.142, de 2019.

A confederação manifesta o apoio ao projeto, que tenta garantir que parte dos recursos oriundos de multas ambientais e dos bens apreendidos seja revertida aos municípios nos quais ocorrem as infrações ambientais.

Cabe aos municípios, de forma compartilhada com a União e os estados, conforme a Constituição Federal, proteger o meio ambiente e combater a poluição.

Não podemos deixar de mencionar a urgência de atuação nas questões climáticas, as quais causam cada vez mais desastres, e os prejuízos vão além do ambiental. Os desastres geram consequências sociais e econômicas graves, sobrecarregando a gestão local.

Nesse contexto, é importante pontuar que a legislação atual não prevê repasses específicos para os municípios, embora esses tenham atribuições claras na gestão ambiental, conforme estabelece a Lei Complementar 140, de 2011, especialmente em relação à fiscalização ambiental.

Cabe destacar também que, mesmo que o município não seja um órgão licenciador, ele ainda deve atuar nas fiscalizações ambientais de forma supletiva. Inclusive, se o município não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realiza a fiscalização, ele poderá ser penalizado se daquela omissão da fiscalização resultar danos ao meio ambiente.

Apesar das atribuições municipais apresentadas, diagnóstico da gestão ambiental realizado pela confederação em 2023 levantou que 71% dos municípios respondentes à pesquisa afirmaram não ter recursos próprios para executar ações ambientais. Esse valor aumenta ainda para 73% quando se consideram municípios de pequeno porte populacional, ou seja, aqueles com menos de 50 mil habitantes.

Considerando a competência comum entre os entes da Federação para a conservação do meio ambiente, a União precisa contribuir para auxiliar os municípios na missão de tornar o território mais sustentável e resiliente. Porém, de acordo com levantamento realizado pela confederação, dos R$46 bilhões executados pelo MMA de 2002 a 2024, apenas R$291 milhões foram destinados aos municípios, ou seja, menos de 1%.

Além dos recursos do MMA, o Fundo Nacional do Meio Ambiente poderia também ser outra fonte de recursos para os municípios. Entretanto, é um fundo contingenciado de maneira recorrente. Em 2025, o valor do contingenciamento será de 87% do total, dos R$110 milhões previstos. Essa falta de apoio financeiro federal e a incapacidade de arrecadação própria para a grande maioria dos municípios, ou seja, para aqueles com menos de 20 mil habitantes, prejudicam executarem-se as obrigações municipais ambientais, como a fiscalização, a arborização urbana, as ações de adaptação climática, a ampliação de áreas verdes urbanas, a revitalização e a proteção de nascente, entre outras tantas.

Assim, é importante encontrar mecanismos de financiamento para a gestão ambiental municipal, como sugerido no projeto de lei aqui apresentado, principalmente porque, com uma gestão eficiente, os municípios poderão realizar as suas obrigações de forma eficiente, incluindo ações de educação ambiental e soluções baseadas na natureza. Isso contribui diretamente para lidar com as mudanças climáticas, conforme até destacado hoje pelo Prof. Carlos Nobre, na palestra magna da Conferência Nacional do Meio Ambiente que ocorre esta semana.

A mudança climática já é uma realidade, como vimos com os desastres do último ano, como bem mencionado pelo meu colega, com as enchentes do Rio Grande do Sul e também com os incêndios florestais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o estudo de emergência climática realizado pela CNM no ano passado, apenas dois em cada dez municípios estão preparados para lidar com aumentos dos eventos climáticos extremos. Em contrapartida, quase 70% não receberam nenhum recurso financeiro para auxiliar em medidas de prevenção. Esses números refletem bem a realidade, pois, de 2020 a 2024, foram declarados pelos municípios danos e prejuízos no valor de R$444 bilhões, decorrentes de desastres.

Em síntese, o Projeto de Lei 5.142, de 2019, representa uma demanda urgente e um avanço importante, pois oferece condições concretas para que os entes mais impactados, que são os municípios, possam atuar de forma mais efetiva. Isso significa ampliar a capacidade de fiscalização, fortalecer as estruturas locais e responder com mais eficiência aos desafios ambientais.

Reforçamos, assim, que não existirá um Brasil sustentável e resiliente se não existirem municípios sustentáveis e resilientes, o que demanda a desconcentração de recursos e não apenas de obrigações ambientais.

A Confederação Nacional dos Municípios reitera seu compromisso com a pauta ambiental e se coloca à disposição para contribuir com o aperfeiçoamento da proposta.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Raquel, pela sua exposição.

Quero cumprimentar e agradecer a todos os demais participantes desta audiência pública. É fundamental a gente ouvir as autoridades, quem tem conhecimento na área, porque nos ajuda na formulação do nosso relatório. Eu tenho, na verdade, a honra de trabalhar essa pauta ambiental dentro do Senado Federal. Portanto, as contribuições de todos, Raquel, serão fundamentais para a finalização do nosso relatório.

Eu quero cumprimentar o Arthur, do Distrito Federal. Eles enviaram aqui algumas perguntas pelo e-Cidadania, que nós vamos encaminhar a todos os nossos convidados, para que possam responder, através dos nossos mecanismos digitais, e-mail, enfim, as nossas redes sociais do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arthur, do Distrito Federal, diz: "O PL descentraliza recursos ambientais. Como garantir que municípios os [...] [usem, de fato] na reparação dos danos ecológicos locais?".

Theólis, da Bahia: "Bens e multas ambientais devem [...] [financiar] ações de fiscalização e recuperação de áreas degradadas, [ampliando a proteção ambiental]".

Daniel, de São Paulo: "É possível incluir incentivos para que os municípios invistam os recursos [...] [de] multas ambientais em ações de educação ambiental?".

Kelly, de Minas Gerais: "O projeto prevê conselhos ou mecanismos de transparência para o acompanhamento da destinação dos recursos?".

Dimas, do Rio Grande do Sul: "Quais critérios seriam utilizados para a distribuição dos recursos entre municípios de diferentes portes e capacidades técnicas?".

Como eu falei, nós vamos encaminhar esses questionamentos a cada um dos nossos convidados.

Eu quero agradecer a presença de todos e de todas nesta importante audiência pública. Nós não temos a presença aqui, nem a solicitação de questionamento por parte de nossos Senadores e Senadoras.

Portanto, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 12 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Leila Barros, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Jayme Campos, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes, Marcos Rogério, Beto Faro e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as 24 emendas que apresenta, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas do relator, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 88, 89, 90, e 91 e pela rejeição das demais emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de maio, de 2025.

Encerrou-se na última sexta-feira a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, evento no qual esta Comissão foi representada pela servidora Simone Mazer. Ao fim de um longo processo participativo, foram apresentadas cem propostas para a agenda ambiental, das quais dez foram priorizadas por cerca de 1,5 mil delegadas e delegados que estiveram presentes no evento. Os resultados e outros documentos da conferência podem ser acessados na plataforma Brasil Participativo, do Governo Federal.

Anuncio o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as 24 emendas que apresenta, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas do relator, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 88, 89, 90, e 91 e pela rejeição das demais emendas.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 02/09/2021, 16/09/2021, 19/11/2021 e 31/5/2023 foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

2. Perante o Plenário, foram apresentadas 10 emendas: 1-Plen (Senador Luis Carlos Heinze), 2 a 6-Plen (Senador Paulo Paim), 7 e 8-Plen (Senador Jorginho Mello), 9-Plen (Senador Luis Carlos Heinze) e 10-Plen (Senador Luiz do Carmo).

Perante a CMA, foram apresentadas 73 emendas: 11 a 23 (Senador Jaques Wagner), 24 a 28 (Senadora Eliziane Gama), 29 (Senador Carlos Fávaro), 30 a 34 (Senador Randolfe Rodrigues), 35 a 46 (Senador Fabiano Contarato), 48 a 54 (Senador Fabiano Contarato), 56 a 61 (Senador Jean Paul Prates), 62 a 65 (Senador Jaques Wagner), 66 e 67 (Senador Jean Paul Prates), 68 a 78 (Senadora Eliziane Gama), 79, 81 e 87 (Senador Luis Carlos Heinze) e 88 a 91 (Zequinha Marinho).

Perante a CRA, em tramitação simultânea, foram apresentadas 10 emendas: 47 (Senador Carlos Fávaro), 55 (Senador Zequinha Marinho), 80 (Senador Flavio Azevedo), 82 e 83 (Jaime Bagattoli), 84 e 85 (Luis Carlos Heinze), 86 (Chico Rodrigues) e 92 e 93 (Styvenson Valentim).

3. Em 07/05/2025, foi lido o relatório.

Conforme foi acordado, na data de hoje, inicia-se a discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa lei ordinária que nós estamos discutindo nesse tempo todo aqui é necessária para o Brasil porque ela vem regulamentar o art. 225 da Constituição Federal. Até hoje, depois da aprovação da Constituição, o art. 225 ficou sendo regulamentado por uma parafernália de normas de várias instâncias, tanto as portarias ministeriais quanto as normativas do Conama; os estados também legislam, existem as leis que tramitam em paralelo; os municípios também legislam, e os conselhos também apresentam normativas. Então, para os empreendedores, é uma divergência entre um estado e outro estado: se uma obra é proposta em Minas Gerais, não são as mesmas as normas que vai ter, por exemplo, no Estado Pará. Então, essa legislação, o objetivo dela é uma padronização para poder eliminar essa série de normas, muitas delas até divergentes entre os estados, no sentido de pacificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que seja uma lei difícil, ela já tramita nas duas Casas há quase 22 anos, e agora chegou aqui ao no Senado – deve estar completando já 4 anos. Ficou um grande tempo com a Senadora Kátia Abreu, ela relatando o mesmo projeto na Comissão de Meio Ambiente e ao mesmo tempo na Comissão de Agricultura. Ela não conseguiu, infelizmente, fazer o fechamento – e olhem que a Kátia é uma líder forte e, mesmo assim, a Senadora Kátia não conseguiu a aprovação. Agora coube a mim e à Senadora Tereza Cristina – ela lá na Comissão de Agricultura e eu aqui na de Meio Ambiente.

São muitas divergências, nós tivemos muitas emendas, tivemos substitutivos muito importantes, acolhemos, total ou parcialmente, muitas emendas também propostas pelos Parlamentares, e de novembro para cá... Eu apresentei um relatório em novembro, diferente do atual, mas ele era "invotável" em Plenário, porque divergia muito da proposição da Senadora Tereza Cristina. Então, mesmo o Presidente do Senado com boa vontade, não se conseguia votar, devido à enorme quantidade de destaques. Então, ele me deu um prazo – isso é desde o Rodrigo Pacheco, porque ele já vinha preocupado com isso – e pediu para a gente afinar mais, discutir mais e se sentar mais, e fomos discutindo, fomos discutindo. Nesse período de cinco, seis meses, nós conseguimos reduzir bastante as nossas divergências, lemos com detalhe. A Consultoria Legislativa do Senado foi maravilhosa, e as consultorias e os assessores da Senadora Tereza, com os da nossa equipe também, discutiram muito.

Discutimos, abrimos... Teve a participação inicial da Casa Civil, que colocou uma equipe à disposição; nós trabalhamos. Depois, houve uma ausência, uma sumida do Governo, assim. Falou: "Não, deixa quieto". Ficou desaparecido, eu fiquei sozinho. Aí eu passei a falar: "Senadora Tereza, vamos sentar nós dois, vamos trabalhar. Vamos ler, vamos ler, vamos reler, vamos ver as vírgulas, vamos ver as palavras, vamos ver pequenos detalhes". E fomos fechando, fechando...

Não é um relatório unânime. Se fosse unânime, ele já teria sido aprovado há mais de 20 anos. Ele é polêmico mesmo, mas só tem que agora... Vai facilitar a votação em Plenário – em Plenário. Então, deverá ter um mínimo de divergências. Ainda tem mais uma semana para a gente apreciar alguma emenda que venha surgir e por acaso a gente acolher, para que a gente possa levar a Plenário brevemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. nos convidou uns 35 dias atrás e pediu: "Olha, no meu mandato na Comissão de Meio Ambiente, eu não quero projeto parado. Vocês têm que dar seu jeito – vocês dois". Chamou a mim e a Tereza Cristina, deu o ultimato. Não mandou que a gente fizesse um parecer único, mas falou: "Eu preciso de um relatório, eu quero votar, eu tenho que tirar isso do meu terreiro". E assim nós estamos cumprindo esse objetivo.

Então, eu creio que a lei não é a perfeita, mas deixamos resguardada na sua integralidade a Lei Complementar 140, que tipifica lá as instâncias, os conselhos: o Conama existe, o Conselho de Meio Ambiente estadual existe, os conselhos existem, todos eles estão aí para trabalhar.

Então, eu queria deixar essa minha fala aqui.

Lógico que o pessoal pode falar assim: "Mas o agro ficou aberto, o agro passou a boiada". Nós colocamos, deixamos as tipologias dos empreendimentos bem definidas. Por exemplo, no agro, um fazendeiro que vai confinar dez bois tem um procedimento; um fazendeiro que vai criar confinados 50 mil bois tem outro procedimento. Isso é pela localização, a tipologia, o porte, a característica do empreendimento e o potencial poluidor. Então, tudo isso foi pensado. Logicamente, num confinamento de bois com 50 mil bois, a quantidade de dejetos eliminados que precisam ser tratados com uma estação de tratamento e jogados no efluente tem um comportamento diferente de um confinamento que tem dez bois. Então, foi pelo potencial poluidor do empreendimento que nós raciocinamos.

Então, está ainda aberto, tem mais uma semana – o Senador Jaques Wagner pediu 14 dias –, está à disposição dos colegas Senadores e Senadoras, para aperfeiçoar o projeto, de tal forma que ele chegue ao Plenário em condição de ser votado.

Assim, nós fizemos um esforço muito grande, para que ele tivesse condição de seguir em frente.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar, mais uma vez, V. Exa., Senador Confúcio Moura, pela serenidade, pelo equilíbrio, pela sobriedade, pela responsabilidade com um assunto de fundamental importância.

Eu sempre falo que... Aqui, quando V. Exa. lembrou as nossas reuniões falando que eu não quero ficar com projeto parado aqui na Comissão, é justamente porque nós vivemos dentro de uma democracia, e, dentro de um espaço democrático, as decisões têm que ser tomadas. Ora, um lado vence; ora, o outro lado vence, mas tem que ser decidido. Então, a inação, que também é uma decisão, ou a omissão não pode se perpetuar dentro desta Comissão num tema de fundamental importância.

Então, dentro daquela lógica de que o ótimo é inimigo do bom, V. Exa. fez um brilhante trabalho. Quero parabenizar não só V. Exa., mas toda a sua equipe – toda a sua equipe eu quero parabenizar –, como parabenizo a Senadora Tereza e a equipe dela, ao passo que quero aqui agradecer também à Consultoria do Senado. Eu falo para vocês que eu tenho o meu agradecimento especial à forma como vocês têm a responsabilidade de sempre ter zelo, atendendo aos princípios que regem a administração pública – um deles, a impessoalidade, mas, acima de tudo, a eficiência. Então, parabéns às consultorias, seja dos Parlamentares, seja do Senado, para que nós possamos nos debruçar sobre esse tema.

Como havia combinado, esse projeto, cujo relatório já foi lido, terá sua discussão aberta hoje. Tendo em vista que é um tema complexo, a discussão vai se prolongar até a semana que vem. Na semana que vem, termina-se a discussão, avaliam-se eventuais emendas, e a gente vota para que, aí sim, tenhamos a maturidade necessária para que esse projeto possa ser levado ao Plenário do Senado Federal.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, só complementando, a imprensa tem divulgado que nós estamos sendo acuados pelo Presidente Davi Alcolumbre para que o projeto chegue o mais rápido possível... E ela colocou algumas palavrinhas que seriam mais ou menos de ele retaliando a Ministra Marina Silva devido à dificuldade de aprovação do licenciamento da Margem Equatorial para extração de petróleo no Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês observarem, o Senador Davi mandou uma emenda, que a Senadora Tereza e eu rejeitamos; nós não a acolhemos. É até bom que ele esteja na Rússia ou na China, porque ele não está sabendo disso para não ter pressão. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi melhor falar mal do ausente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A Senadora ligou para ele e falou: "Olha, essa emenda não dá para passar agora". Ele falou: "Então, tire". Foi bem bacana, e você vê que não tem amarração, pressão, aquele ferrão atrás para aprovar.

Eu só queria colocar isso e dizer que, do Governo, a SRI participou ativamente conosco, a Casa Civil também e muitos ministérios participaram – vieram muitos ministérios –; foi uma via-sacra muito grande de especialistas. O setor privado participou, o setor bancário participou, as instituições, a CNI, a Confederação da Agricultura, todos participaram ativamente. Foram quase dois anos de audiências públicas e de ouvir mesmo, de ausculta, um confessionário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Eu também quero só fazer um reforço de que não há essa história de que o Presidente Davi esteja pressionando, mesmo porque cada Senador aqui tem sua autonomia. Eu, pelo menos, parto dessa premissa.

O que eu falei e sempre pautei assim que eu assumi esta Presidência é que eu não quero manter projeto parado na Comissão, porque eu acho que a gente tem que levar isso para voto. Perdeu? Isso faz parte da democracia. Ora, é assim que tem que agir.

E sobre essa coisa de que a imprensa às vezes rotula, eu estou ficando... Num passado recente, falava-se em couro de jacaré, e eu acho que eu estou ficando um pouco calejado aqui no Senado, porque eu lembro que aqui eu fui o Relator do PL, que a própria imprensa batizou, do veneno, que é a dos defensivos agrícolas, e que nós sentamos... A Consultoria do Senado é testemunha disso. Sentamo-nos eu e a Senadora Tereza Cristina, Senador Amin. Nós sentamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Meio Ambiente, com a Anvisa, com o Ibama. Chamamos a consultoria do Senado, a consultoria dos dois Parlamentares – eu como Relator. O colega, as pessoas que estão aqui, nesta sala, sabem disso. E chegamos a um texto que foi palatável e foi aprovado na unanimidade. Olha, mas vamos para o voto.

Depois eu fui Relator da Lei da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos Bombeiros, que o Senador Amin sabe muito bem, porque eles estavam vinculados às cinco, Senador Zequinha. E conseguimos aprovar também, e é aí que se batiza, porque aquela lei era uma lei ruim, etc. A gente vai aprendendo com isso, mas na política eu tenho aprendido que não há espaço para covardes. A gente tem que ter a postura, tem que ter determinação, e vamos para o voto.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu só gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Confúcio. Ele faz jus ao personagem histórico, pela sua sabedoria, pela sua serenidade. Neste caso, realmente, ele revelou aquela habilidade do artesão que consegue tecer uma construção.

Eu acompanho esse projeto mais ou menos nesses últimos quatro anos da sua existência, e os reclamos, as reclamações pela sua não existência há um pouco mais de tempo, desde as primeiras resoluções do Conama. Então, eu acho que o senhor cumpriu o seu dever sem dúvida nenhuma. A sua conexão com a nossa querida Senadora Tereza Cristina aumentou ainda o teor de serenidade e de razoabilidade do projeto.

Concordo plenamente com o Senador Fabiano Contarato: tem que se decidir. Eu ou qualquer outro Senador, integrante ou não da Comissão, teremos direito de apresentar emendas, como foi mencionado aqui o caso do Senador Davi Alcolumbre. Como todos os Senadores Parlamentares do Amapá hoje estão engajados nesse caso, quando passar alguma coisa parecida, eles vão apresentar uma emenda. Isso é uma manifestação política legítima. Pode até, às vezes, quebrar um pouco o Regimento – nesse caso, não quebra. Mas, no fim, nós temos que decidir. Concordo plenamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No fim, democracia não é procrastinar. Democracia é esclarecer e contar os votos. Errou ou acertou? Por isso que o Churchill dizia que é o pior de todos os regimes políticos, depois de todos os outros. Então, é o que temos. Não se inventou nada que seja perfeito, nem vai se inventar.

Eu queria me congratular com isso, assim como com o trabalho da Consultoria Legislativa, que eu também admiro e quero aqui reiterar. Eu acho que tem que cumprir o roteiro.

Eu só gostaria de aproveitar a ocasião, Senador, não por oportunismo, mas por... Das suas palavras, não quero ver nada aqui sem ser... Eu queria lhe pedir que incluísse na pauta... Não estou pedindo para colocar em deliberação, até porque o Relator não está aqui, mas eu acho que eu lhe pediria para colocar na pauta o PDL 119. Por quê? Por que eu peço que o bote logo? Como eu falei na última sessão, a pesca artesanal da tainha começou no dia 1º de maio. Cada dia que passa do mês de maio, torna mais bizarra a nossa situação. Tem que se esclarecer? Claro que é um assunto de menor relevância do que um projeto dessa envergadura, só que ele tem um problema de tempo. Dia 1º de junho vai começar a pesca industrial. Se nós aprovarmos ou não, se nós deliberarmos depois do dia 1º de junho, é quase perda de objeto, porque a pesca artesanal pode prosseguir, mas ela vai ter um competidor um pouco mais robusto. Então, coloque na pauta. Se não for possível deliberar, é um outro problema, mas não será – me perdoa dizer – uma omissão da Comissão e do Sr. Presidente.

Então, o meu pedido é que V. Exa. coloque em pauta. A tramitação é regimental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, antes de V. Exa. chegar, eu já havia chamado o Secretário aqui da Comissão e perguntado sobre esse PDL. O meu compromisso não é hoje... Eu quero votar essa matéria, porque terminou, mas você pode ter certeza de que eu não vou segurar esse PDL aqui. Assim que for oportuno, assim que eu tiver... eu vou sentar com o Secretário, e a gente vai deliberar esse e outros, e ele vai entrar na pauta, pode ter certeza, o mais rápido possível. Está claro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Permita-me dizer: o mais rápido possível é a sua deliberação, mas, se ele constar da pauta, ele pode até não ser apreciado. Colocar em pauta eu acho que é um gesto positivo para a Presidência da Comissão. Deliberar é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra questão. Imagine, no mínimo, quando for lido, vão pedir vista, quer dizer, então não é uma sangria desatada. Agora, não colocar na pauta é um gesto desnecessário.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Conte com o meu empenho. Pode ter certeza de que eu vou fazer isso o mais rápido possível.

Com a palavra, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perdão, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Na realidade, o Senador Fabiano Contarato, a exemplo do Senador Oriovisto, me chamou de Senador Zequinha. (*Risos.*)

Acho que somos do mesmo tamanho, somos da Região Norte. Eu sou mais alto que ele 2cm. Ele comprou um salto alto agora esses dias, um sapato salto alto que o deixa 7cm mais alto, mesmo assim não conseguiu ficar ainda da minha altura fisicamente. (*Risos.*)

Sr. Presidente, eu também quero me congratular com V. Exa. pelas suas palavras. Acho brilhante a determinação de não deixar projetos parados. Eu acho um absurdo que algumas Comissões e alguns colegas Senadores deixem sob suas gavetas projetos de iniciativa de Parlamentares. Democracia é isto: é contar voto, ganhou ou perdeu. Eu jamais irei procurar um colega ou ficar chateado porque ele emitiu um parecer contrário a um projeto meu ou porque o modificou. O que nós queremos todos... E, como representantes do povo que nós somos, cada projeto que nós fazemos aqui é porque nós ouvimos os cidadãos em nossos estados e no Brasil. Então, vale a pena o debate nesta Comissão e em qualquer Comissão em que ele tiver pertinência.

Mas eu também quero me congratular com o Senador Confúcio pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero até trazer aqui – sei que certamente todos já conhecem – que houve, poucos dias atrás, uma reunião do Governador do Pará, Helder Barbalho, com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em que ele reclamava das ações abusivas do Ibama no Estado do Pará. E não é apenas no Estado do Pará, é em todo o Brasil – é no Pará, em Roraima, em Rondônia, no Acre, no Amapá, em todos os estados brasileiros, sobretudo na Amazônia. O Governador reclamava de que o Ibama fazia, remotamente, os embargos em terras produtivas no estado, em fazendas, remotamente, embargava, aplicava multa e determinava a retirada do gado, do patrimônio, de tudo que tivesse lá por dentro.

Ora, uma terra já licenciada pelo sistema ambiental do estado, em terras do estado. Quem é que tem a competência para licenciar essas áreas, se as áreas são do estado? Logicamente, é o órgão ambiental estadual.

E o Ibama, Sr. Presidente, tem um sistema em que a primeira licença chamada Autex, autorização para a exploração, não sai, não é emitida sem estar no sistema, no Sinaflor, que está sob o manto do Ibama. É o Ibama que tem o manto sobre essa licença. Ele pode impedir ou não, na hora em que ela for solicitada pelo estado.

Eles concordam com a autorização. O estado dá a licença de aprovação, licença de instalação, licença de operação, emite todas as licenças e, depois, o Ibama, remotamente, vai lá e faz um embargo. Penaliza o produtor – o pequeno, o médio e o grande –, aplica multa, gera um crime – encaminha ao Ministério Público para investigar crime ambiental – em terras do estado.

Ora, quero render aqui minhas homenagens e parabenizar o Governador Helder Barbalho, que, finalmente – me parece – acordou para esse crime que o Ibama está cometendo contra os produtores brasileiros, lá dentro do seu estado, há muito tempo.

Isso acontece em Roraima também, acontece em Rondônia, acontece em todos os estados brasileiros. O Ibama não é um órgão dotado de superpoderes. Ele é, quando as terras são do estado, um órgão fiscalizador suplementar. Ele não pode ter todos os poderes inerentes se sobrepondo a outro. Não há hierarquia entre o órgão ambiental estadual e o órgão ambiental federal, principalmente quando as áreas são do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o relatório do Senador Confúcio, parabenizar V. Exa. pela determinação, mas quero finalizar fazendo um pedido de vista, até mesmo para que a gente possa concluir logo isso – concluir logo isso – para que não venha um outro pautar para o dia 21 e, no dia 21, alguém peça vista. Como nós estamos em discussão, já quero deixar adiantado aqui o meu pedido de vista da matéria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente. Esse é um dos assuntos mais importantes para o Brasil e, especialmente, para a Amazônia, porque é onde o olho de todo mundo está. Como se crime ambiental fora da Amazônia não fosse crime, né? Só é crime porque é na Amazônia. Parece que tem um negócio assim meio diferenciado com relação a esse olhar.

Mas deixe-me fazer uma afirmação aqui que eu considero fundamental. Se o Senado Federal parasse, depois de aprovar o código, o novo licenciamento ambiental, e não fizesse mais nada este ano, pronto, já teria ganhado o ano.

A legislação ambiental hoje tem mais de 16 mil itens distintos. É um emaranhado interminável de leis, de decretos, de decretos-leis...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De resoluções.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... de resoluções, de instruções normativas. Pensa numa coisa maluca, que não pode continuar existindo. Isso burocratiza, demora, atrasa o país. Vou dar um dado de dentro do Governo: a Petrobras estava reclamando, há uns três, quatro anos, numa reunião que tivemos lá, que o licenciamento para um poço teste passa 12 anos – doze anos! É possível? É razoável isso? Quer dizer, é uma coisa maluca. Eu não acredito que seja apenas uma questão de morosidade por parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos técnicos, mas por essa infinitude de instruções, de leis, de tudo quanto que é coisa que tem que ser observada. Então, precisa enxugar isso.

Lá no meu estado, nós temos que fazer uma adequação de alguns pedrais dentro do Rio Tocantins, um afluente do Amazonas. Para fazer uma hidrovia o Governo gastou muito, há dez anos, 12 anos, para fazer uma eclusa no Rio Tocantins lá em Tucuruí, na hidroelétrica, 1,6 bilhões! E esse negócio está parado lá, porque precisa fazer, quebrar umas pedrinhas na estrada, dentro do rio, que tem uma média de 3km de largura, adequar lá no leito, 100m, para poder passar uma barcaça. Já tem 12 anos isso. Não tem país que dê conta de se desenvolver com esse tipo de morosidade numa questão fundamental. O que existe, qual é o projeto que produz ou que constrói em que não seja necessário licenciar? Ninguém quer fazer nada de forma irresponsável, mas chega a um ponto que a coisa fica inviável.

Então, parabéns a V. Exa. Esse assunto é delicado, esse assunto mexe com a questão nacional e internacional. O senhor sabe, você é um Senador da República e vê como é que é o problema com relação à questão ambiental no Brasil.

Na Europa, nada é crime. Aqui, qualquer coisa é crime. Você não pode fazer uma ferrovia, porque não pode fazer a ferrovia. Você não pode fazer uma hidrovia, porque não pode, porque isso não vai... Uma coisa assim, sabe? Insana. Então, espero que a gente possa dar a este país a oportunidade de destravar a sua economia através do licenciamento ambiental. Isso não é só para o agro, não. O agro é coisinha pequena com relação a isso. Os grandes empreendimentos são na área da indústria e de outros mais aí, que precisam estar o tempo todo se licenciando.

Então, esta Casa deve, é responsabilidade do Congresso Nacional, dar à sociedade brasileira, à sua economia, uma legislação saudável, enxuta, objetiva, desburocratizada, que embarque um mínimo de tecnologia para poder avançar, porque hoje a coisa está difícil.

Então, saudações à atitude de V. Exa., do nosso Relator. Pense na luta ao ser relator de um projeto desse? Ter que ouvir tanta gente e conciliar tantos interesses, mas, se Deus quiser, sairemos vitoriosos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como acordado na última reunião, em atenção ao pedido de vista formulado, fica concedida vista coletiva.

A matéria volta à pauta na próxima reunião deliberativa, na semana que vem.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 7 de maio.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Beto Faro, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Weverton, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Wellington Fagundes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as 24 emendas que apresenta, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas do relator, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 88, 89, 90, e 91 e pela rejeição das demais emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, das Emendas nº 10-Plen/CMA, 102-CMA, 103-CMA, 105-CMA, 116-CMA e 117-CMA, das Emendas de Relator nº 150 a 175-CMA, pelo acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 87, 88, 89, 90, e 91, na forma de emendas do relator, com a correção da 18ª (décima-oitava) emenda desse grupo, e pela REJEIÇÃO das demais emendas, consolidadas as emendas no complemento de voto. **Observação:** Aprovado o relatório, com votos contrários da senadora Eliziane Gama e dos senadores do Partido dos Trabalhadores, Beto Faro, Jaques Wagner e Augusta Brito. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater sobre os investimentos do Governo Federal para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização da COP 30 e as expectativas sobre os países e público participantes e, ainda, quanto aos acordos a serem firmados na conferência para o enfrentamento da crise climática, com os convidados que propõe." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Fabiano Contarato. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema Sustentabilidade em Rede: inovação, perspectivas climáticas para gestão pública e Agenda 2030, e os desafios e soluções para um Legislativo mais sustentável, inovador e eficiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do cooperativismo da agricultura familiar na COP 30." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de maio de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 13 de maio.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as 24 emendas que apresenta, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas do Relator, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 88, 89, 90, e 91 e pela rejeição das demais emendas.

Observações:

1. Em 02/09/2021, 16/09/2021, 19/11/2021 e 31/5/2023 foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Perante o Plenário, foram apresentadas 10 emendas: 1-Plen (Senador Luis Carlos Heinze), 2 a 6-Plen (Senador Paulo Paim), 7 e 8-Plen (Senador Jorginho Mello), 9-Plen (Senador Luis Carlos Heinze) e 10-Plen (Senador Luiz do Carmo).

Perante a CMA, foram apresentadas 73 emendas: 11 a 23 (Senador Jaques Wagner), 24 a 28 (Senadora Eliziane Gama), 29 (Senador Carlos Fávaro), 30 a 34 (Senador Randolfe Rodrigues), 35 a 46 (Senador Fabiano Contarato), 48 a 54 (Senador Fabiano Contarato),

56 a 61 (Senador Jean Paul Prates), 62 a 65 (Senador Jaques Wagner), 66 e 67 (Senador Jean Paul Prates), 68 a 78 (Senadora Eliziane Gama), 79, 81 e 87 (Senador Luis Carlos Heinze) e 88 a 91 (Zequinha Marinho).

Perante a CRA, em tramitação simultânea, foram apresentadas 11 emendas: 47 (Senador Carlos Fávaro), 55 (Senador Zequinha Marinho), 80 (Senador Flavio Azevedo), 82 e 83 (Jaime Bagattoli), 84 e 85 (Luis Carlos Heinze), 86 (Chico Rodrigues), 92 e 93 (Styvenson Valentim) e 94 (Alan Rick).

3. Em 07/05/2025, foi lido o relatório.

4. Em 13/05/2025, foi iniciada a discussão e concedida vista do processo.

A discussão continua nesta Comissão.

Eu pediria a sensibilidade dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras porque eu, na qualidade de Presidente, obviamente não voto nesse projeto, mas eu não poderia deixar de aqui me manifestar e fazer uma reflexão sobre o que nós estamos votando. Eu só pediria essa reflexão sobre o que nós estamos votando.

Nós sabemos que o direito ao meio ambiente, que é um direito constitucional previsto no art. 225, de que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é um direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sociedade brasileira. E quem é o guardião desse direito? É o Estado brasileiro. E uma das formas de o Estado brasileiro efetivar e proteger esse direito constitucional é o licenciamento ambiental.

Então, nós temos que entender a gravidade e a complexidade que é esse projeto de lei que está sendo deliberado nesta data. Por isso que eu faço um apelo aos colegas Senadores e Senadoras para que tenham a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio para entender quais são os pontos positivos nesse projeto de lei e quais são os pontos que são negativos nesse projeto de lei, lembrando que, no que pese muitas vezes o Senado aprovar determinados projetos de lei, nós temos que ter, comumente, que a espinha dorsal do Estado democrático de direito é a Constituição Federal.

Então, não importa às vezes você legislar ou aprovar um projeto de lei, seja ordinário ou não, iniciando com vício de inconstitucionalidade, porque, infelizmente ou não, nós temos aqui que entender que muitas vezes o processo legislativo é contaminado com essa inconstitucionalidade, se sobrepondo à própria Constituição Federal, violando dispositivos que são direitos humanos essenciais, direitos constitucionais e, ouso dizer, até mesmo cláusula pétrea, que nem mesmo por objeto de emenda constitucional poderia ser alterada, por força do que determina o art. 60, §4º, da Constituição Federal, que diz que não será objeto de emenda constitucional aquela tendente a abolir direitos fundamentais, e um desses direitos fundamentais é o direito ambiental.

Então, eu só faço essa reflexão, porque, às vezes, nós, legisladores, no afã de tentar solucionar uma determinada questão, e aí usa-se o argumento do interesse econômico... Mas o próprio interesse econômico, previsto na Constituição Federal, no art. 170, inciso VI, se subordina; aquele interesse econômico tem que obedecer à preservação ambiental. Eu só faço essa reflexão, antes de entrar no mérito do projeto em si, apelando para a consciência de V. Exas. acerca da complexidade desse projeto de licenciamento ambiental, que deve ser enfrentado, obviamente, aqui por esta Casa, mas com responsabilidade ambiental e, acima de tudo, sendo subserviente àquilo que eu sempre ouso falar, que é a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que se chama Constituição da República Federativa do Brasil.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu queria depois me inscrever também pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, como já fiz a leitura 14 dias atrás, hoje eu vou só fazer uma complementação de voto.

A partir do momento em que nós reapresentamos o projeto, chegaram emendas; até agora mesmo, há dez minutos, chegaram mais três emendas novas. A assessoria acabou de fazer a inclusão dessas emendas, então é somente uma complementação de voto em relação àquele que foi apresentado.

Na 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente deste ano, dia 13 de maio, foi concedida vista coletiva ao relatório apresentado ao Projeto de Lei 2.159...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... de 2021, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perdão, Senador.

Eu pediria às pessoas que estão aqui dentro da Comissão que respeitassem o Senador. Ele está pronunciando a complementação do voto de um projeto de tamanha relevância... Então, por gentileza, se não permanecerem em silêncio enquanto qualquer orador estiver se manifestando, eu vou pedir à Secretaria que retire as pessoas aqui e deixe apenas um assessor por Parlamentar. Eu não queria fazer isso, mas acho que é em respeito ao colega, ao Senador, brilhante Senador Confúcio, que está fazendo a complementação de voto.

Desculpe, Senador, por ter interrompido V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Detectamos a necessidade de retificar duas imprecisões meramente redacionais em nosso relatório, o que fazemos mediante essa complementação de voto.

A primeira delas refere-se à ausência de menção à Emenda 87, do Senador Luis Carlos Heinze, que prevê simplificação no licenciamento relativo a projetos relacionados à segurança energética. Em que pese não termos citado a referida emenda, seu conteúdo foi devidamente analisado, pois tem o mesmo teor da Emenda 88, do Senador Zequinha Marinho, que acolhemos parcialmente, na forma da emenda de Relator. Assim, a Emenda nº 87 também é acolhida parcialmente, na forma de emenda do Relator, que, de forma geral, simplifica o procedimento do licenciamento ambiental.

A outra retificação diz respeito a um erro de redação do comando da 18ª emenda apresentada no voto. Trata-se, na realidade, da inserção de um novo artigo ao projeto, e não de alteração da redação do dispositivo existente.

A numeração do dispositivo art. 51 também contém erro material. A redação correta, sem qualquer alteração de conteúdo, é a seguinte:

> EMENDA Nº - CRA
> Insira-se o seguinte art. 12-A no Projeto de Lei nº 2.159, de 2021:
> ‘Art. 12-A. A inscrição no CAR não pode ser exigida como requisito para a emissão de licença ambiental ou de autorização de supressão de vegetação de atividades ou de empreendimentos de infraestrutura pública que sejam instalados na propriedade ou na posse rural, mas que não tenham relação com as atividades agropecuárias nela desenvolvidas.

Além das duas correções apresentadas acima, faz-se necessário analisar as sete emendas apresentadas após a apresentação do relatório, todas de autoria da Senadora Mara Gabrilli. Tais emendas (nºs 95 a 101), que datam de 19/05/2025, são analisadas a seguir.

A Emenda nº 95 altera o art. 13 do projeto para estabelecer que as condicionantes ambientais devem contemplar os impactos relativos aos efeitos cumulativos e sinérgicos com as obras ou empreendimentos já licenciados na sua área de impacto. O conteúdo dessa emenda está contido na Emenda 13, que rejeitamos. Entendemos que considerar o impacto de outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos para estabelecer condicionantes a terceiros é medida que gera ônus ao empreendedor relativo a impactos que não estão sob sua possibilidade de intervenção, o que é injusto.

A Emenda nº 96 altera os arts. 4º e 21 para exigir que a competência dos entes federativos para definição das tipologias de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e para publicação de ato determinando quais empreendimentos serão passíveis de licenciamento ambiental por adesão e compromisso seja atribuída aos conselhos de meio ambiente desses entes federativos. Trata-se de matéria objeto das Emendas nºs 19 e 22. Discordamos dessa proposta, pois retira a competência legítima do Poder Executivo, por meio de seus órgãos ambientais, de definir, de acordo com a realidade em cada ente federativo, o que necessita ou não ser licenciado e em que condições.

A proposta de conferir aos órgãos colegiados do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) a competência para definir as atividades sujeitas a licenciamento ambiental e à modalidade simplificada por adesão e compromisso é rechaçada por impor, aos entes federativos, o lócus de decisão. Cabe a eles a definição de quais instâncias internas tomarão tais decisões, em respeito ao que preconiza a Constituição de 1988 e a Lei Complementar nº 140, de 2011.

A Emenda nº 97 altera o inciso III do art. 3º, que traz a definição de “autoridade envolvida”, para determinar a obrigatoriedade de sua manifestação no licenciamento ambiental acerca dos impactos da atividade ou do empreendimento sobre as terras indígenas ou quilombolas, sobre o patrimônio cultural acautelado ou sobre as unidades de conservação da natureza. O texto do PL faculta essa manifestação às autoridades envolvidas, o que está correto. Caso a manifestação seja obrigatória, o procedimento de licenciamento ambiental pode ficar inviabilizado em caso de omissão da autoridade envolvida quanto à manifestação. A autoridade licenciadora ficaria impedida de emitir licenciamento nesse caso.

A Emenda nº 98, que altera o art. 48, restringe a pesquisa e os estudos técnicos e ambientais de atividades ou empreendimentos relativos ao planejamento setorial. O texto do projeto permite que tais estudos sejam realizados em qualquer categoria de unidade de conservação, enquanto a emenda os limita àquelas de uso sustentável. É importante registrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a realização de tais estudos não significa que o empreendimento será realizado na unidade de conservação. Ao mesmo tempo, limitar a pesquisa a determinadas categorias pode levar à perda de oportunidade de desenvolvimento a regiões carentes de infraestrutura e de desenvolvimento de projetos sustentáveis que se harmonizem com a conservação da natureza.

A Emenda nº 99 altera o art. 21 para restringir a licença ambiental por adesão e compromisso (LAC) a empreendimentos de pequeno porte e baixo potencial poluidor. Entendemos que as condições estabelecidas pelos incisos II e III do art. 21 garantem a devida segurança ambiental aos empreendimentos sujeitos à LAC – que é a licença ambiental por adesão e compromisso –, mesmo para empreendimentos de médio porte e potencial poluidor, permitindo assim uma maior desburocratização do licenciamento ambiental.

A Emenda nº 100, por meio de alterações nos arts. 38 e 40, torna vinculante a manifestação da autoridade envolvida no procedimento de licenciamento ambiental, obrigando a autoridade licenciadora a acatar essa manifestação quanto ao estabelecimento de condicionantes ambientais e à emissão da licença. Essa vinculação representaria mais um entrave ao já moroso procedimento de licenciamento ambiental, visto que a legislação vigente não confere caráter vinculante a essa manifestação. Ademais, o conteúdo da emenda em análise é muito semelhante ao da Emenda nº 43, que rejeitamos. Dar caráter vinculante à manifestação das autoridades envolvidas, que não são, em sua grande maioria, órgãos ambientais, subverte o licenciamento ambiental, que tem na análise dos impactos ambientais uma de suas principais razões de ser.

A Emenda nº 101, que altera o art. 58, pretende manter a autorização prévia dos órgãos gestores de unidades de conservação acerca do licenciamento ambiental de empreendimentos que nelas ocorram ou que ocorram em sua zona de amortecimento. Trata-se de emenda com o mesmo enfoque da Emenda nº 46, que rejeitamos, por criar um empecilho à decisão da autoridade licenciadora.

A Emenda nº 102, que altera o art. 60, pretende adequar a legislação de 2006 (Lei 11.428, de 2006), sendo meritória e necessária para que não haja conflito com a legislação atual quanto às competências estabelecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a Emenda nº 103, que altera o art. 54, pretende aperfeiçoar o texto, adequando-o à Lei Complementar 114, motivo pelo qual a aceitamos.

Assim, Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Assim, em complementação ao voto anterior, acolhemos as Emendas 102 e 103, bem como acolhemos parcialmente a Emenda 87, na forma de emendas do Relator, corrigimos a 18ª emenda apresentada pelo Relator, na forma apresentada acima, e rejeitamos as Emendas 95 a 101.

Acatamos também – estas aqui eu vou fazer verbalmente – as emendas meritórias do Senador Mecias, que são as de nº 116 e 117, quanto ao saneamento e à segurança energética. Rejeitamos as demais emendas apresentadas – aqui não estou conseguindo ver a letra – intempestivamente nesta manhã. Nós tivemos várias emendas que já estão contempladas no texto. Algumas foram apresentadas agora cedinho, nem estão aqui ainda, mas estão contempladas, como a questão dos bancos, uma recomendação da Febraban que já está contida no texto.

Então, Sr. Presidente, assim eu faço a complementação de voto e deixo a condução dos trabalhos à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Estou aqui com uma lista de oradores inscritos para discussão.

Pela ordem aqui, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Parlamentares, eu quero, antes de tudo, trazer os meus cumprimentos ao Senador Confúcio Moura. Todos nós conhecemos a postura do Senador Confúcio, ele é um Senador que ouve, que conversa com todos, mas eu também tenho plena convicção de que ele tem uma limitação, como todos nós temos, para chegar à conclusão de um relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, eu inicio dando a ele os cumprimentos por ter melhorado o que era muito ruim, quer dizer, o texto era pior do que está, ele melhorou, mas o texto ainda está ruim. O texto ainda não dá para ser aprovado, Senador Fabiano Contarato. E V. Exa. destacou muito bem: nós estamos aprovando aqui um conjunto infraconstitucional, e nós já temos decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal – não é de apenas uma ADI: pelas informações que me chegam, nós temos já decisão de quatro ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, com já decisão proferida – pela inconstitucionalidade. Ou seja, com a aprovação dessa proposta, se ela for finalizada pelo Congresso Nacional, fatalmente nós teremos várias outras ações no Supremo Tribunal Federal que poderão derrubar esse projeto de lei que nós estamos a aprovar. Porque, de fato, é um projeto viciado, é um projeto que tem vício de inconstitucionalidade. Ou seja, é um projeto que tramita nesta Casa depois de experiências dramáticas que o Brasil já vivenciou.

Quando nós recordamos a tragédia – que foi uma tragédia que abalou não apenas o Brasil, mas o mundo – que foi o caso de Brumadinho, este projeto de lei, infelizmente, abre brechas grandes para que fatalidades dessa natureza possam se repetir, e nós não podemos permitir que isso ocorra no Brasil.

Eu apresentei aqui, Presidente, algumas emendas. Infelizmente, o meu querido Senador Confúcio não as acatou, mas são emendas... E eu quero hoje mais uma vez fazer esse apelo. Ora, quando a gente fala de pequeno, médio e grande porte, a pessoa pode dizer: "Nossa, médio porte talvez dê para passar". Eu citei Brumadinho, Brumadinho é médio porte, Senador Jaques Wagner. Esse é um caso clássico. Nós temos vários e vários outros empreendimentos não apenas em Minas Gerais, mas em outros estados, que são de médio porte e que o impacto... Se nós não considerarmos todo o processo ambiental, o licenciamento ambiental como tem que ser, nós poderemos, em função de um lucro, em função de uma competitividade, infelizmente, ceifar novas vidas. No caso de Brumadinho, nós tivemos 273 pessoas que vieram a óbito, entre eles 2 bebês. Então, nós não podemos permitir brechas para que isso possa se repetir na história do Brasil.

Eu apresentei aqui, por exemplo, a Emenda 28. E eu quero mais uma vez pedir ao Senador Confúcio, já que a gente ainda não aprovou essa lei, que terá, naturalmente, o meu voto contrário... A Emenda 28 vai restringir a LAC para apenas de baixo porte, o que nem seria bom,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas precisamos trabalhar uma flexibilidade. Então, vamos trabalhar com o baixo porte, que seria a nossa Emenda 28.

Eu também peço, na Emenda 73, que tem praticamente o mesmo teor da Emenda 74, para que essa renovação automática não ocorra, porque ela cria, na verdade, uma situação continuada de não critério e de não observância hoje de toda a legislação ambiental.

Mais na frente, eu apresento a Emenda 68, que suprime o art. 54, e aí eu explico o porquê. Essa legislação, como está sendo aprovada, primeiramente, não respeita os ditames, não respeita todos os critérios de obrigação que são estabelecidos hoje, por exemplo, pelas instituições financeiras brasileiras ao exigir qualquer tipo de financiamento ou liberação de financiamento de empréstimos para esse setor, como, por exemplo, o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central, ou seja, nós estamos aprovando uma legislação que mais uma vez poderá transgredir, poderá barrar, poderá ser barrada com todo esse ordenamento jurídico hoje que faz parte do nosso sistema financeiro brasileiro.

E é bom lembrar, Senador Jaques Wagner, que nós tivemos uma redução, no primeiro Governo do Presidente Lula, de 70% do desmatamento. E essa redução do desmatamento se deu por conta dessa legislação que vai ser afrouxada agora nessa nova lei que nós vamos aprovar – nós não –, que será aprovada, naturalmente, eu acredito, por este Parlamento, mas que não contará de fato aqui com o meu voto e com outros votos também de boa parte dos companheiros defensores da política ambiental. Nós tivemos uma redução do desmatamento no Governo do Presidente Lula porque nós tínhamos uma legislação mais arrojada, uma legislação que impedia isso. Apenas com o licenciamento, o que a gente tem hoje? Nós temos um acompanhamento de uma fiscalização desse empreendimento, já que há uma coparticipação da instituição financiadora – e não haverá mais, apenas uma licença ambiental.

E aí você já pode... A terra estará regularizada? A terra é ocupação? Quer dizer, são perguntas que não precisarão mais ser respondidas. Ou seja, é um dinheiro público que entra para desmatar. No final de tudo é isso.

E eu quero finalizar mais uma vez pedindo aqui ao meu colega Confúcio, destacando, Senador Confúcio, todo o meu respeito a V. Exa.... Como eu disse, no início, V. Exa. melhorou muito o texto, mas o texto ainda está muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero pedir a você... Inclusive, assim, não estou apresentando destaque aqui nesta Comissão, Senador Contarato. Faremos isso fatalmente no Plenário, se isso não ocorrer na Comissão, mas eu acho que nós que temos um pensamento voltado para a questão ambiental estamos mostrando de fato essa boa vontade de não obstruir, de não buscar os instrumentos regimentais desta Casa, de obstrução, o que não ocorrerá no Plenário se a gente não conseguir de fato evoluir aqui nesta Comissão.

Mas quero finalizar deixando a minha preocupação: esta legislação será fatalmente barrada no Supremo Tribunal Federal por vício de inconstitucionalidade. Esse projeto, que é a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, vai afrouxar a legislação brasileira e vai abrir brechas grandes e gritantes para, infelizmente, ter a possibilidade de se repetir o que nós já vivenciamos no Brasil, tragédias gigantes que impactaram não apenas o Brasil, mas o mundo, como foi o caso de Brumadinho.

Eu peço e apelo aos colegas para que a gente possa votar contrário a esse projeto de lei, nesta Comissão.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

Eu concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, Senador Contarato.

Bom dia, caras Senadoras e Senadores aqui presentes neste dia de uma votação tão importante que é a do licenciamento ambiental.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Neste dia de votação de um projeto tão importante como o do licenciamento ambiental, eu quero aqui acalmar a nobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama e dizer, Senadora, que o projeto não é tão ruim quanto a senhora comentou nas suas palavras. O projeto foi discutido por um ano e meio pelo Senador Confúcio, com as suas equipes, com a sociedade civil, com o Governo, com o Ministério do Meio Ambiente. E eu fiz a mesma coisa ouvindo a todos. Chegamos a um consenso de um relatório único, que todo mundo achava impossível, assim como nós fizemos em outro projeto, com o Senador Jaques Wagner – e aqui está o meu querido amigo Contarato –, que foi também a lei dos agrotóxicos: depois de discussões intermináveis, conseguimos chegar a um consenso e votar uma lei que é uma lei importante e que resolveu o problema.

Infelizmente, quando se vota nesta Casa e alguns não se sentem contemplados – a senhora me desculpe, com todo o respeito –, se recorre ao Supremo Tribunal. Essa prática, eu acho que infelizmente diminui este Congresso Nacional. Essa é uma opinião muito particular. Com todo respeito, Senadora, eu acho que nós temos que resolver os nossos problemas legislativos nesta Casa.

Mas, voltando ao tema, Brumadinho aconteceu, e não tinha a Lei do Licenciamento Ambiental. Em outras tragédias, como Petrópolis, aquele grande deslizamento por chuvas intensas que ocorreram há uns seis anos, sete anos atrás, também não existia a Lei do Licenciamento Ambiental. Essa lei veio para normatizar os processos, porque a Lei Complementar 140 é que norteia tudo que nós precisamos fazer no meio ambiente. Agora, aqui, nós estamos falando de como fazer. Então, eu não vejo, de maneira nenhuma, que o Senado, agora, com essa lei que diz o que licenciar, ele vai dar, no fim, a um cipoal normativo, Senador Contarato: regulações que confundem e paralisam os processos e que, muitas vezes – acabamos de ver aqui algumas emendas que o Senador Confúcio aqui acatou –, sobrepõem competências entre a União, os estados e os municípios. E isso causa insegurança jurídica, isso causa demora nos processos desnecessária, porque o processo precisa ser visto, analisado com calma, mas às vezes são demoras sem necessidade que atravancam o desenvolvimento.

É claro que o meio ambiente precisa de ser preservado, mas a lei que nós estamos discutindo não revoga, Senador Contarato, nenhuma punição por crime ambiental, nenhuma; muito pelo contrário, até dobra a pena para quem insistir em realizar atividades sem licenciamento. Crime ambiental continuará sendo crime. Essa lei não modifica isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei não fragiliza o licenciamento. As atividades poluidoras de alto impacto continuarão a ter e terão que passar por uma série de exigências. Não há simplificação para atividades que têm impacto significativo, algo que já é considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

As LACs já existem também, não é uma novidade, não é uma jabuticaba desse projeto. Elas já existem e são utilizadas em vários estados. Então não há hipótese de autolicenciamento previsto neste projeto de lei, neste que nós estamos votando aqui hoje.

O licenciamento é importante sobretudo para cidades. No campo, nós temos o Código Florestal, que é uma lei rígida que demorou dez anos nesta Casa sendo discutida, aprovada e que se mantém. Não há liberação de desmatamento de vegetação nativa nesse projeto, nem para pecuária intensiva de grande porte.

Lixões, esgoto a céu aberto, falta de transporte, falta de luz, tudo isso paralisado por falta de licenças. Isso é que precisa ser feito. Nós precisamos de dar o licenciamento aos empreendimentos que estão aí colocados pelos empreendedores brasileiros. Agora, isso tudo sem fragilizar o meio ambiente.

E essa lei está há 20 anos... Então ela não é uma novidade. Há 20 anos que essa lei está nesta Casa. Ela preserva com... Essa lei que... Nesse período aconteceu todo tipo de desastres ambientais. Então o retrocesso é deixar como está hoje.

Se nós continuarmos sem uma lei ambiental de licenciamento ambiental, é este o retrocesso, é não ter a lei.

Fiscalização continuará sendo fundamental. As secretarias estaduais de meio ambiente precisam estar equipadas, sobretudo diante dos desastres climáticos, que impõem novos desafios aos gestores públicos. E a lei, nós poderíamos dizer que ela previne, mitiga, com responsabilidade; desenvolve o país com preservação ambiental, mas com prazos definidos; dá segurança jurídica para os investimentos e respeito também aos cidadãos.

Então, eu queria deixar aqui e dizer para o Senador e para todos aqueles que estão... muitos eu sei que nem leram esse projeto. Quero dizer que leiam, que se aprofundem e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse projeto vai realmente trazer segurança jurídica, vai trazer transparência, governança e também trazer aquilo que nós esperamos, o desenvolvimento para o nosso país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

Antes de dar continuidade à discussão, eu não poderia também deixar de fazer algumas ponderações que eu reputo importantes. Todos sabem que eu como Presidente não vou votar nesse projeto, mas eu quero aqui fazer um destaque para alguns pontos que eu acho importantes – me perdoe.

Então, eu quero aqui também fazer uma defesa do Supremo Tribunal Federal, com todo o respeito, Senadora, porque o Supremo Tribunal Federal exerce um poder contramajoritário. Nós exercemos um poder majoritário. Ele tem a função contramajoritária, ele tem a função representativa quando nós não legislamos sobre determinado assunto, por omissão. Isso está no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que é o princípio da inafastabilidade jurisdicional – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Então, se nós não legislamos, o Supremo é instado a dizer o direito, ele tem que dizer o direito. Ora, se nós legislamos e ofendemos a Constituição, o Supremo, instado a dizer o direito, ele vai declará-lo através das ações diretas de inconstitucionalidade. Eu cito aqui o licenciamento ambiental simplificado, ou a LAC, que é o licenciamento por adesão e compromisso: o Supremo já declarou que isso só é possível nas atividades de pequeno impacto e baixo impacto.

Então, não adianta você colocar isso a uma lei de licenciamento falando na atividade de médio impacto, porque, quando for citado... Não quer dizer... Eu não estou fazendo exercício de futurologia, obviamente, mas eu estou falando que, se for provocado o Poder Judiciário para dizer o direito, se uma lei que nós aprovamos ofende ou não um direito constitucional, um direito humano essencial, previsto no art. 225, em que todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que aquela autorização, o licenciamento por adesão ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso está ofendendo a Constituição Federal, vai ser declarada a inconstitucionalidade. É simples dessa forma.

Então, nós não podemos falar. Eu ouso falar, com todo o respeito, entrando no mérito, Senadora Eliziane: com esse enfraquecimento do Sisnama, vai haver uma verdadeira guerra ambiental entre estados e municípios, porque, você autorizando apenas o Executivo a dizer, sem a participação da sociedade civil, ali, efetivamente, determinado município vai ser flexível e outros não, e nós vamos ter uma guerra ambiental no Brasil com as suas peculiaridades e suas diferenças.

Então, a licença por adesão e compromisso para atividade de médio porte, para mim, é grave. A fragilização do Sisnama, para mim, é complicada, sem a participação da sociedade civil. A desproteção dos povos indígenas tradicionais sem serem ouvidos também é um ponto que tem que ser... E outra coisa, a gente não fala que o agro, com todo respeito ao agro, foi dispensado, o agro não entra nesse contexto.

Então, eu vejo que nós temos que ter uma reflexão sobre essa pauta, sobre esse projeto. Esse projeto, quando no Plenário, eu vou me manifestar, mas aqui, como Presidente, eu não poderia deixar de fazer essa reflexão aos colegas.

Com a palavra o Senador Beto Faro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

Presidente...

Presidente, é que eu fui citada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Beto Faro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, eu queria só saber se eu vou ter direito à fala, porque eu fui citada pela minha colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Oportunamente, oportunamente!

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, demais membros da Comissão, Senadores e Senadoras, primeiro, quero fazer uma referência ao Senador Confúcio, que sempre tem sido uma pessoa muito equilibrada aqui no nosso Parlamento e tem melhorado bastante os projetos que caem para a sua relatoria. Então, eu queria parabenizar o Senador Confúcio, por tê-lo feito, mas, de fato, esse projeto é muito complexo.

Nós temos emendas sendo feitas agora. Nós temos aqui, Senadora Tereza, tantos anos já com esse projeto na Casa, e hoje pela manhã o Senador Confúcio confessa aqui que nós tivemos nove ou onze emendas. Seguramente, depois que o Confúcio leu aqui o relatório complementar, deve ter tido já novas emendas, porque o processo é complexo, não é uma coisa simples. Então, aprovar, de uma forma... sem ter esse debate todo, sem ter essa questão toda, é de fato muito complicado.

Nós do PT não fizemos a obstrução desse processo. Temos tentado dialogar aqui para poder melhorar. Não sei qual seria o mecanismo, mas nós temos que verificar essa questão da constitucionalidade de algumas matérias que tem sobre o projeto, sob pena de estar aprovando um processo aqui mais rápido – até se pode acelerar –, e daqui a pouco nós termos os questionamentos no STF, nós termos os questionamentos para a implementação da lei. Tem necessidade de veto, porque um Presidente da República não vai sancionar uma lei que tenha vícios de inconstitucionalidade, é da prática, inclusive, do Executivo. Então, eu acho que nós precisaríamos dialogar mais sobre esse tema. É óbvio que não se esgota aqui. Nós temos daqui até a votação do Plenário para poder dialogar.

Nós da bancada temos, o Senador Contarato já levantou aqui algumas questões, mas essa questão da LAC para projetos de médio impacto, na nossa leitura, é um problema sério. Nós criaremos aqui, por critérios das legislações estaduais, conflitos entre estados, entre entes da Federação, e levaremos a uma guerra nessa questão. Então, não é bom aprovar um projeto com essa... Se nós tirássemos aqui todos esses itens que são, de fato, inconstitucionais, nós teríamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições efetivas de trabalhar a aprovação do projeto. Sem isso, o PT fica numa posição contrária ao projeto, vai votar contra o projeto e vai seguir fazendo debate dentro da nossa Casa, tanto nesta Comissão como no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, a Senadora Eliziane, que foi citada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu queria só, com o devido respeito à minha colega, a Senadora Tereza, dizer e cumprimentar V. Exa. pela sua colocação. Quando a gente fala dessa questão de controle, analisando o princípio do Estado democrático de direito, graças a Deus que temos pesos e contrapesos.

Eu falava em uma das frases dela, em que ela dizia o seguinte: "Olha, nós temos que resolver os nossos problemas aqui", é verdade. Agora, nós não estamos resolvendo, a gente está criando problema, porque a lei tem vício de inconstitucionalidade. Ora, se tem vício de inconstitucionalidade, nós temos que recorrer ao Supremo, para resolver o problema. É assim que funciona a democracia brasileira.

E é bom lembrar aqui, quando a gente fala da flexibilidade... Por exemplo, eu citei o caso de Brumadinho, mas é bom lembrar que Brumadinho, pós-Mariana, foi resultado de uma flexibilização da legislação ambiental, porque, na taxa, no grau de classificação de Brumadinho, eram seis – lembrou muito bem aqui o meu assessor –, e ela caiu para quatro – ela era de grande porte, caiu para médio porte. Por isso, foi abarcada pela flexibilização, que foi a lei do licenciamento de Minas. Aí diminui a fiscalização, e nós temos uma tragédia. Lembrou muito bem também o caso da Braskem, agora recentemente, que é fruto de falta de fiscalização. E nós temos um caso clássico no Brasil, que remonta aos anos 60, que é o caso de Cubatão, em São Paulo: lá atrás, nos anos 60, nós tínhamos um nascimento muito intenso, por exemplo, de crianças sem cérebro, que é o anencéfalo – falei corretamente o nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Anencéfalo. Crianças sem cérebro era rotineiro nascerem em Cubatão. Depois nós tivemos lá um alto índice de casos de câncer. Hoje Cubatão é um exemplo, Presidente, nacional e mundial pela política de sustentabilidade que aconteceu naquele estado; ou seja, quanto mais rigor na fiscalização, melhor as condições de saúde e de vida de quem vive naquele determinado lugar.

Então, viva o Supremo Tribunal Federal, porque temos lá para corrigir os erros que ocorrem dentro do Congresso Nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Jayme Campos. Está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está inscrito, Sr. Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me inscreva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A inscrição eu vou publicizar para todos que chegaram aqui: Senadores Jayme Campos, Jaime, Luis Carlos, Zequinha e Omar. Essa é a ordem. E Senador Mecias... Então, tem que colocar: Senador Mecias e Senador Confúcio.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, Sras. e Srs. Senadores, serei rápido.

Primeiro, eu quero agradecer ao eminente e grande Senador do querido Estado de Rondônia, Senador Confúcio, por ter acatado as duas emendas que nós encaminhamos, a 102 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 103. Agradeço a V. Exa., sobretudo pela compreensão que teve em entender que essas emendas eram extremamente meritórias.

Por outro lado, é bom que se esclareça que essa matéria já está tramitando no Congresso Nacional há 21 anos. Quando se fala que se está votando com certa precipitação, ô, meu Deus, 21 anos: aqui foram feitas inúmeras e inúmeras audiências públicas, estão, há mais de um ano e meio, promovendo audiências e mais audiências. É por isso que muitas vezes as pessoas falam: "O Congresso Nacional não está legislando", quando colegas nossos dizem: "Olha, vamos recorrer para o Supremo Tribunal Federal, para ver sua constitucionalidade". Ora, a atribuição e competência nossa é legislar aqui, naturalmente, com bons projetos de lei. Entretanto, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil este projeto de lei, tendo em vista que aqui estamos criando uma norma geral. Hoje, há uma confusão tão grande que ninguém interpreta, sabendo que cada estado legisla conforme naturalmente gostaria de lidar, tanto o poder municipal como o estadual e, por conseguinte, o federal. Por isso, tenho a certeza absoluta de que este será um dos maiores avanços nossos.

O Brasil sofre hoje praticamente uma anemia profunda em relação aos investimentos por falta de segurança jurídica. Não temos segurança jurídica, o que, por sinal, não só afugenta os investimentos estrangeiros, mas, sobretudo, o próprio empresariado brasileiro, que hoje não tem coragem... Quando você vê aqui, a média... Em determinadas situações, isso chega a 3.116 dias. A média nacional chega a 209 dias. Ora, é um disparate, é um exagero não só nos investimentos privados, mas, sobretudo, nos públicos!

O Brasil, Senador Fabiano, tem 5 mil obras paradas por falta do licenciamento ambiental. Esse é um crime de lesa-pátria! Há dinheiro que muitas vezes está sendo desperdiçado, pois inicia, e, daqui a pouco, surge lá uma intervenção, seja do Ibama, seja das secretarias estaduais, e paralisa a obra.

Vou só dar um exemplo para V. Exa., Senador Fabiano. Estou aqui no meu segundo mandato de Senador. Eu fui Relator da Comissão de Orçamento lá atrás, com a BR-319, que liga o Estado de Rondônia, Porto Velho, lá ao Amazonas. Estou aqui há 15 anos, e, até hoje, esse projeto não andou! Tinha recursos da ordem daquele... Naquela época, 15 anos atrás, tinha R$70 milhões para essa obra de infraestrutura para que ela pudesse beneficiar milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros que estão lá na Região Amazônica do Brasil. Entretanto, ela está impedida por falta de uma licença ambiental. Ora! E já é uma estrada antropizada, em que já circulam carros, caminhões, carretas, charretes, etc., há 30 anos, 40 anos! Então, eu acho que isso é um desrespeito à sociedade brasileira, com todo o respeito que eu tenho aqui com os defensores aqui da... A Senadora Eliziane fez uma bela fala, o Beto Faro aqui e outros...

Eu tenho a sensação de que o Brasil só vai para frente à medida que aprovarmos este projeto. São 21 anos! Isso é brincadeira, Omar Aziz! São 21 anos!

E aqui eu tenho a certeza da forma zelosa com que tanto o Senador Confúcio, como Relator nesta Comissão aqui, como a Senadora Tereza, lá na CRA, têm responsabilidade e compromisso.

Agora, não podemos permitir... Por isso, existe até certo ponto uma desmoralização por parte do Congresso Nacional, pois, em toda e qualquer matéria que se discute aqui, se recorre ao Supremo Tribunal Federal! Então, temos que entregar aqui o Congresso para o Supremo Tribunal Federal para vir legislar aqui, não precisava estarmos aqui todos os dias discutindo, debatendo matérias tão importantes. E ao Supremo todas as vezes se recorre, e vemos o Supremo, sem consultar, muitas vezes sem conhecimento de causa, ir lá e dar um despacho que certamente prejudica a grande maioria da população brasileira.

Gente, eu quero deixar muito bem claro aqui: este projeto aqui é de extrema importância. Primeiro, ele foi discutido amplamente lá na Câmara, em que teve a relatoria do Deputado Neri Geller, que, de forma zelosa, fez uma relatoria. E o que é bom que se esclareça aqui é que não tem nada que vai prejudicar. Vamos ser honestos! O projeto é muito benfeito. Nós estamos aqui dando a possibilidade de que este país ande para frente, de que este país, com certeza, se desenvolva de forma sustentável. Isso aqui vai melhorar sobremaneira... Por que estão acontecendo os lixões no Brasil? As prefeituras não têm capacidade, muitas vezes, de licenciar para ter um lixão, ou seja, uma unidade de tratamento dos lixos. Elas não têm! Eu vejo isso por uma cidade do meu estado lá que não é capaz de legalizar a área, pois o número de exigência é tão grande que qualquer empresário e o próprio poder público se sentem impotentes para resolver um assunto tão sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do esgotamento sanitário, para que V. Exa. tenha noção, qualquer emenda que nós mandamos aqui, via Caixa Econômica Federal, para pavimentação, drenagem de uma via pública, precisa ter licença ambiental. E quando você vai ao órgão que faz o licenciamento, são dois anos, três anos. Muitas vezes o dinheiro se perde, é devolvido, porque tem um prazo regimental: aplique-se ou devolva; então, esse é o Brasil.

De forma que eu estou aqui extremamente feliz, porque sei perfeitamente que nossos Senadores têm responsabilidade e nós vamos aprovar o projeto, se possível, até o fim do mês. Caso contrário, voltar a discutir essa matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Hoje? Mas nós temos a CRA ainda aí, fechada. Se for possível... Graças a Deus vai ter...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... audiência.

Estou terminado. Deixe-me falar, porque esse aqui é um assunto em que eu tenho sentido o clamor do empresariado, do cidadão de bem deste país, que quer construir um país com mais oportunidade e com justiça social.

De forma que eu quero cumprimentar aqui o Senador Confúcio Moura e a Senadora Tereza. Nós temos que votar esse projeto para que ele possa andar para frente, para termos um Brasil com mais perspectiva e mais desenvolvimento, de forma responsável.

Obrigado, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Eu só pediria, faria um apelo aos colegas que estão inscritos para a discussão que pudessem, na medida do possível, ser breves nas suas considerações, claro, sem comprometer o seu livre posicionamento e convencimento sobre tema de tamanha relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Pela ordem. Gostaria de que V. Exa. então estabelecesse um prazo, porque a nossa Senadora Eliziane teve a primazia de falar por 35 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Hum... (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por favor, estabeleça um prazo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu estou respeitando. Eu espero que vocês tenham a plena convicção de que eu fiz um compromisso com o Senador Confúcio, com a Senadora Tereza. Nós estamos debatendo esse tema. Eu coloquei na pauta, estamos aqui. Eu espero que a gente... A gente vive numa democracia. Nem sempre são aprovados projetos aqui com que eu tenho afinidade, mas eu tenho que ser subserviente à decisão da maioria dos meus colegas Senadores e Senadores.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Fabiano Contarato.

Primeiramente, eu quero dizer a todos vocês, sobre esse projeto de licenciamento, que isso já era para ter sido aprovado, votado há muitos anos. Nós sabemos, Presidente Fabiano, que temos um Código Florestal talvez o mais rígido do planeta – talvez, não; é o mais rígido do planeta. E nós precisamos, o Governo Federal sabe disso, nós precisamos de investimentos no Brasil. O que vocês estão vendo que está acontecendo nos últimos dias, inclusive, com essa derrubada do dólar um pouco, é só mercado especulativo. Não tem ninguém que está vindo fazer investimento no nosso país. É só mercado especulativo.

Eu quero parabenizar aqui a Senadora Tereza Cristina, ao meu colega de Rondônia, Senador Confúcio Moura. A gente pode ter algumas divergências, mas esse projeto de lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamento foi muito bem trabalhado entre a Senadora Tereza e o nosso Senador Confúcio Moura. Esse projeto tem que ser votado urgentemente, porque nós vamos ter problemas no Brasil. Olha o que está acontecendo hoje com essa situação da Ferrogrão, da 319, que foi falada aqui, da jazida de Autazes. Só imaginando, com todo o respeito aqui à nossa Senadora Eliziane Gama, V. Exas. vejam bem o quanto nós teríamos menos de poluição se nós tivéssemos uns 7 ou 8 mil quilômetros hoje de trilho de ferrovia no Brasil.

Nós temos problema em tudo, nas estradas, nós temos um congestionamento hoje em todas as rodovias do Brasil. Agora, Senador Fabiano, Presidente, o que me admira muito... Ontem eu estive em Rondônia, nós tivemos uma audiência pública. Quando é para arrecadar, inclusive para o meio ambiente, para fazer uma privatização, para arrecadar, aí não tem mais problema nenhum, aí acaba o problema ali. Aí ninguém sabe como é que vai ser, para onde se vai destinar essa arrecadação quando tem uma arrecadação para a questão ambiental.

Agora, se nós não aprovarmos essa lei, não é para simplificar, não... Nós temos que ter responsabilidade. Vocês imaginam, o Brasil é o único país do mundo, do planeta, que tem a maior rigidez para se aprovar um projeto ambiental para se construir qualquer coisa neste país, qualquer indústria, qualquer infraestrutura que se faça neste país.

Então, Senadora Tereza, Senador Confúcio, nós precisamos não é até final do mês, não; nós temos que aprovar esse projeto urgentemente. Isso é de suma importância para o nosso país, e eu tenho certeza de que vai resolver muitos problemas de muitas obras aí que poderiam já estar gerando emprego e renda neste país e estão paradas por problemas que estão emperrados nessa lei, nessa questão ambiental desses projetos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a Senadora Tereza e também o Senador Confúcio pelo projeto, pelo trabalho que fizeram ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo de meses, anos, e chegamos a esses dois relatórios da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão da Agricultura. Esperamos que a gente consiga concluí-los e votá-los.

Senador Jaques Wagner, V. Exa. foi Governador de estado, Ministro de Estado e está conosco no Senado. Eu trabalhei esse assunto, Senador Fabiano, em 2001, aqui no Senado, uma Comissão mista de Senadores e de Deputados tratava do Código Florestal, 2001. Aprovamos, Senador Jaques, com a Presidenta Dilma, em 2013. Pressão muito forte. Nenhum país do mundo – nenhum país do mundo – tem hoje a legislação como nós temos aqui no Brasil. Eu vi aqui ONGs, WWF, Greenpeace, interesses americanos, europeus, asiáticos em cima do Brasil. A nossa lei existe, Senador Confúcio, e nenhum país quis copiá-la. Lá eles não fazem o que nós fazemos aqui.

Quando eu vi o Senador Jayme Campos falar da estrada, eu vi energia, vi estrada, rodovia, ferrovia, o que for. O Brasil precisa de desenvolvimento. Claro que temos que cuidar das questões ambientais, sim. E a agricultura? Sim, Tereza, é o carro chefe da nossa economia hoje. Então, essa nossa legislação hoje é fundamental e precisamos do licenciamento ambiental. O país está travado, está parado. Milhares, milhões de pessoas precisando de emprego, geração de riquezas. E essa lei é fundamental, sem descuidar do Código Florestal e sem descuidar também do licenciamento ambiental, que é fundamental.

Agora eu não admito, Tereza, uma lavoura de arroz plantada há mais de cem anos no mesmo lugar, cada ano ter que renovar a licença ambiental. Pelo amor de Deus! Há mais de cem anos plantam no mesmo lugar a mesma lavoura. Por que todo ano tem que tirar a licença ambiental, Tereza? É um absurdo isso. Isso acontece. No meu estado, a Fepam não tem técnicos para licenciar.

O Omar conhece Cacequi; Omar, você morou lá quando criança. É a mesma coisa lá ou em qualquer lugar. Então, esse absurdo nós não podemos permitir que aconteça, e o Brasil está travado.

Nesse sentido, gostaríamos, Senador Fabiano Contarato, de esgotar as discussões para pormos essa matéria em votação, seja aqui nesta Comissão, seja na Comissão de Agricultura, seja também no Plenário desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Só para fazer também com os colegas uma reflexão, muitos aqui já fizeram – eu estou aqui atrás do meu parecido, sósia, Senador Mecias. A gente tem, naturalmente, um respeito muito grande pelo que cada um dos colegas pensa, pela corrente ideológica de todo mundo, mas isso aqui não é um problema político-ideológico; isso aqui é um problema de um país que precisa andar, precisa andar! Há quanto tempo esse projeto está rolando? Mais de 20 anos, e agora, quando se aperta o cinto: "Não, não pode!". Não, pode, sim. Eu queria pedir aos colegas que entendessem a necessidade de que a gente pudesse colocar isso na pauta, continuar a discussão, ter um plenário pela frente, enfim, de repente, melhorar até, não há limite para isso, lembrando que a legislação ambiental tem milhares, mas milhares, de itens, de leis, de decretos, de instruções normativas, de portarias. São mais de 16 mil por aquilo que já me passaram. Então, deu tempo de amadurecer, de andar, mais de 20 anos.

Aí, começo a olhar para o Brasil: o Brasil precisa rolar. Esta Casa é um pouco cara para a sociedade brasileira. A gente precisa que essa economia rode. Para rodar, a gente precisa produzir uma legislação que, no mínimo, não atrapalhe, e hoje está atrapalhando.

Eu quero citar aqui algumas coisas: além das obras citadas pelo Senador Jayme Campos, lá no Pará, nós estamos há 11 anos tentando licenciar o Pedral do Lourenço para poder melhorar uma hidrovia, poder passar... Não tem lógica – sabe? – um negócio desse. Era para já estar funcionando há anos – correto? –, há anos! O Pedral do Lourenção, o Pedral do Lourenço é muito conhecido, muito simples. São 100m de largura no meio do leito do rio, em que tem umas pedras aqui e outras acolá, a barcaça pode pegar naquilo. É ir lá e dar um jeito de baixar, que não é tanto assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que mais? A Petrobras está dando sinais de que precisa continuar pesquisando, fazendo seus poços-testes. A Petrobras espera 12 anos – 12 anos – para sair a licença de um poço-teste.

Um outro exemplo que eu estou acompanhando, porque são pessoas amigas: a PetroCity, uma empresa do Espírito Santo, quer fazer uma ferrovia que nasce lá por São Mateus, passa por todo o Espírito Santo, passa por Minas Gerais, passa pelo Distrito Federal e vai se encontrar com a Norte-Sul – luta terrível para licenciar uma obra dessa. Essa mesma PetroCity, na área de energia, tem uma parceria com a Galp, a portuguesa, que quer... E eu estive no Ibama e vi a sinceridade do servidor do Ibama ao dizer: "Olha, nós queremos, mas nós não temos pernas para dar conta, não temos como...", quer dizer, não tem, não tem gente, o Governo não repôs a mão de obra dos aposentados que se foram.

Então, a gente precisa colaborar. E é isto que eu queria pedir a todo mundo aqui, respeitando o ponto de vista de todos, naturalmente: que a gente contribuísse com o Brasil ajeitando e votando para que o projeto possa avançar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, obrigado pelo espaço.

Eu quero aqui cumprimentar as Senadoras e os Senadores.

Eu quero dizer que nós vamos dar um presente para o Presidente Lula aprovando esta lei. Em 2003, o Presidente da Embrapa convenceu o Presidente Lula de que o transgênico era seguro, e hoje nós somos uma potência na produção agrícola, com a soja principalmente. Há pouco, a Senadora Tereza Cristina me falava que aqui, em um hectare, a gente produz quatro vezes mais do que a China produz. Por quê? Porque nós acreditamos na ciência. Hoje, nós temos inúmeros meios de fiscalização... E esse presente que a gente quer dar para o Presidente Lula é para que não tenha solução de continuidade nas obras que não andam neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A guerra da Rússia com a Ucrânia criou um problema sério para o agronegócio que se chama fertilizante. Lá no meu estado, nós temos uma mina de potássio, temos ureia e temos fósforo que fazem a desgraça do fertilizante, e vocês não querem que a gente aprove isso aqui, porque o meio ambiente não permite que a gente trabalhe! Não, nós temos que ficar dependendo da Rússia, da Ucrânia, da boa vontade do Putin, da boa vontade do Zelensky para poder trazer fertilizante, tendo aqui no Brasil isso!

Nós chegamos a uma situação, Senadora Tereza e Senador Confúcio, a quem quero parabenizar pelo esforço de tentar convencer, em que em uma estrada que já foi asfaltada – ela já foi asfaltada! – a gente não pode botar asfalto hoje! A gente vive hoje refém de uma política ambientalista que não interessa à nação brasileira, que interessa a corporações internacionais!

Eu vou lhe dizer uma coisa aqui, Presidente Contarato. Sabe quanto uma balsa clandestina tira de ouro no Rio Madeira, no Rio Solimões, no Rio Negro, lá em terras ianomâmis, no Alto Rio Negro, no Município de São Gabriel ou, senão, lá em Roraima? Uma balsa tira 30kg de ouro por mês! E sabe quanto é que fica para o nosso país? Zero! Se a gente tivesse uma licença ambiental sustentável para extrativismo de mineração, muitas dessas riquezas... A Caixa Econômica estava comprando quilos e quilos de ouro todo mês desses extrativistas que querem trabalhar. E aí começam a dizer que tem narcotraficante, que tem não sei o quê... Sempre querem colocar uma questão para poder dizer "não, não, não"!

Agora, eu fui surpreendido ontem com uma matéria que saiu – acho que foi manchete da *UOL*, se eu não me engano – dizendo que a licença para perfurar lá para saber se tem petróleo ou não na foz do Amazonas foi concedida. Mas ela não foi concedida de graça, não! Foi pela pressão que o Presidente do Senado e a bancada do Amapá fizeram. Vamos ser sinceros! Do dia para a noite, eles mudaram de ideia. Até então, tinham até tirado os equipamentos de lá e levado para o Rio Grande do Norte. De repente, o Ibama muda de ideia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu sei, é uma fase, mas o que nós estamos querendo é que essas fases sejam dadas sem solução de continuidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu faço um apelo aqui para que a gente não leve direto para o Plenário esta matéria. A gente espera que as duas Comissões possam votar hoje, para a gente debater, hoje, à tarde, no Plenário, essa matéria e votar essa matéria.

E vou dizer para vocês: os mesmos que hoje são contra essa lei eram antes também contra os transgênicos – viu, Líder Jaques Wagner? São os mesmos. E vê a potência que nós nos tornamos.

Agora, essa questão de se preocupar com o Supremo: o Supremo se mete, e, até hoje, não resolveu o marco temporal. Já resolveram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não resolveram. Até hoje, não resolveram o marco temporal, porque o meu estado tem interesse nisso. Nós temos uma população indígena de mais de 200 mil índios, 77 etnias diferentes, que sofrem, que moram em cima de riquezas, são enterrados na riqueza e não têm o direito de usufruir dessa riqueza. E não me diga que indígena não quer usufruir da riqueza. É mentira de quem fala isso. Vai lá conversar, como eu converso com eles, se eles não são a favor da exploração. Meia dúzia é comandada por algumas ONGs de interesses internacionais contra a exploração nossa, porque, quanto maior a oferta no mercado, menor o valor. Isto é claro para a gente, isto é claro para qualquer economista: quanto maior a oferta, menor o valor; quanto menos nós produzimos, quanto menos a gente explorar, o preço vai continuar bem alto, há interesse.

Eu quero saber qual é o pobre neste país que financia ONG. Eu quero saber se tem um pobre neste país, um assalariado que financia ONG. Vejam de onde vem o dinheiro dessas ONGs que trabalham contra o Brasil, contra os brasileiros. E não venham me dizer que eu não sou a favor do meio ambiente, não. Eu fui Governador no meu estado, eu fiz reflorestamento no meu estado, onde nós temos uma cobertura de mais de 95% de florestas intactas, onde nós não podemos plantar milho, onde não podemos plantar cana-de-açúcar, onde a gente não pode fazer absolutamente nada, zero, com uma BR-319, pela qual, por duas vezes – numa seca muito grande e quando teve a covid –, a gente não conseguiu trazer oxigênio – pela BR-319. Nem isso sensibiliza as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vejo aqui nego cantar por aí, tomando cachaça na praia, toda asfaltadinha, sendo ambientalista, enquanto nós estamos lá e não temos o direito de ir e vir, como brasileiros que somos.

Então, era este o apelo que eu faço a V. Exa., Sr. Presidente Contarato: que o senhor vote, para que a gente vote depois na Comissão em que a Senadora Tereza Cristina é Relatora. Cada um tem o direito de pensar de uma forma – aqueles que quiserem votar contra votam, quem quiser votar a favor vota –, mas a gente precisa andar com isso.

Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Mecias Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, praticamente eu poderia encerrar dando como minhas as palavras do Senador Omar Aziz, mas é necessário que eu deixe aqui a minha manifestação, parabenizando a Senadora Tereza Cristina e o Senador Confúcio pelo brilhante relatório e o avanço de um projeto que já está aqui há anos para ser votado pelo Congresso Nacional.

O que me surpreende é ver que alguns colegas, ao verem a possibilidade de perder na votação, já aventam a possibilidade de arguir a inconstitucionalidade do projeto no Supremo Tribunal Federal. É lamentável isso. Aqui é a Casa do Estado, é a Casa que representa o povo brasileiro, o Congresso representa o povo brasileiro. Aqui tenho absoluta convicção de que nós falamos aquilo que é a vontade do povo dos nossos estados. E nós estamos aqui para defender as nossas ideias, projetos, e aqui se vence quando tem voto.

Perder é normal. É normal você perder uma eleição, é normal você perder uma votação, um projeto que você quer muito que seja votado...

Olhem, nós aprovamos aqui, o Congresso Nacional, Senado e Câmara, um projeto de minha autoria que apenas prorrogava o pagamento das dívidas dos produtores rurais que foram atingidos por grandes enchentes ou por secas, um período grande de estiagem. O Senado votou, a Câmara votou, o Presidente Lula vetou. É normal isso dentro do processo democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado e a Câmara vão se manifestar se derrubam ou não o veto, mas isso é um processo democrático.

Agora, sair daqui para ultrapassar, para atravessar a Praça dos Três Poderes, para ir ao Supremo arguir inconstitucionalidade é um desserviço com a democracia brasileira e com o Congresso Nacional, é um desserviço para eles.

Portanto, quem não deve... Inconstitucional não é a gente votar; inconstitucional é o Supremo Tribunal Federal legislar, como tem feito constantemente, porque o Congresso não legisla.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de conceder a palavra, eu não posso deixar de fazer novamente um contraponto.

O Parlamento representa um poder majoritário. O Supremo Tribunal Federal tem o poder contramajoritário de fiscalizar qualquer lei que tenha ou que seja contaminada com vício de inconstitucionalidade. Essa é uma função, esse é o sistema de freios e contrapesos. Para isso que existe a função das supremas cortes no mundo. Isso não é uma prerrogativa só do Brasil, quer queira ou não.

Eu posso não concordar com determinada decisão do Supremo Tribunal Federal, mas eu tenho que ser subserviente àquela decisão, se ela estiver contaminada com vício de inconstitucionalidade. Não pode, por exemplo...

Eu faço parte da Comissão de Segurança Pública. Imagine que a Comissão de Segurança Pública aprove pena de morte no Brasil. Ora, é uma decisão do Congresso ou do Senado, mas que está contaminada.

Então, por favor, a gente também vive numa democracia em que há uma legislação e a independência dos Poderes existe. Então, ela tem um poder contramajoritário, ela tem o poder representativo... Quando nós não aplicamos ou dizemos ou legislamos, que é uma decisão, surge, entra em cena o Supremo Tribunal Federal, para dizer o direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu volto a falar: isso está no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que é o princípio da inafastabilidade jurisdicional, que, *ipsis litteris*, diz: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Isso está na Constituição, minha gente! Então, não tem como você falar.

Por mais que você fale que "ah, o Supremo está sendo instado", "o Supremo está usurpando", não, nós temos que fazer o raciocínio inverso: o que é que nós não estamos fazendo ou fazendo que está atacando direito constitucional? O que é que nós não estamos legislando?

E eu pontuo aqui inúmeros casos, não só no Brasil.

A Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso Brown *versus* Board of Education, aboliu, proibiu a segregação de crianças negras nas escolas públicas. Aquela foi uma decisão de uma suprema corte.

Depois você vai para a Suprema Corte de Israel, que aboliu a pena de morte em qualquer hipótese. É uma decisão iluminista, é uma decisão representativa. Depois... E assim sucessivamente. No Brasil, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma decisão também de atuação do Supremo Tribunal Federal, que exerce uma função contramajoritária, representativa e iluminista. Então, vamos respeitar as decisões.

E eu faço aqui coro a quem defenda a harmonização e a independência dos Poderes. São essas as minhas considerações.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só, com a permissão, pedir para deixar registrado o meu voto contrário ao projeto de lei, Seif, porque eu vou ter que sair para ir a uma reunião rapidamente e, no meu retorno, eu não sei se eu ainda pego a votação. Mas que fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu comunico que essa votação vai ser simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que registre a manifestação do voto contrário de V. Exa. e do Partido do Trabalhadores.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia! Bom dia a todas as senhoras e aos senhores!

O Brasil precisa, urgentemente, romper com a lógica de entraves burocráticas que sufocam o empreendedor, paralisam obras estruturantes e sabotam o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Esse projeto de lei da parceria do Confúcio com a Tereza, o 2.159, representa um divisor de águas, Sr. Presidente. Moderniza, racionaliza, traz previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental, sem abrir mão da responsabilidade com o meio ambiente.

Atualmente, Sr. Presidente, o sistema de licenciamento no Brasil é extremamente moroso, fragmentado e caro. Estudos... Olha que absurdo! Estudos apontam que a média de tempo para concessão de uma licença pode ultrapassar quatro anos em alguns setores e, em grandes obras de infraestrutura, como hidroelétricas, portos e rodovias, chega a superar uma década, podendo chegar a duas décadas para licença definitiva, gerando bilhões de prejuízos para o nosso país.

Essa lentidão, Senadora Tereza, não protege o meio ambiente; ela apenas inibe investimentos, gera insegurança jurídica e favorece a informalidade e a judicialização.

É preciso que este Senado tome seu local, sua posição e lembre que o licenciamento não é sinônimo de impunidade. O novo texto mantém a fiscalização rigorosa, garante transparência com a publicidade de documentos e a atuação dos órgãos de controle. E o PL 2.159, Sr. Presidente, traz avanços objetivos: estabelece prazos máximos para a manifestação dos órgãos envolvidos, impedindo o famoso engavetamento, que travava projetos importantes – e nós sabemos que isso aqui dá margem também para a corrupção; simplifica processos para atividades de baixo impacto, como as agrossilvopastoris, mantendo a fiscalização e reduzindo carga burocrática desnecessária; inclui a mineração, de regra, no processo de licenciamento, trazendo clareza e segurança jurídica a um setor vital para a nossa economia; cria um rito especial para empreendimentos estratégicos, que serão analisados com celeridade, sem abrir mão de critérios técnicos; permite renovação automática de licenças – isso é tão óbvio, tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lógico, mas no Brasil não, todo ano licenciamento; permite renovação automática de licenças para empreendimentos de médio porte que apresentem relatórios técnicos, desburocratizando sem relaxar a exigência; regulamenta a licença por adesão e compromisso (LAC), para que empreendimentos de baixo e médio porte, conforme a exigência do nosso Supremo, com base em critérios técnicos e potencial poluidor.

Esse projeto, Sr. Presidente, preserva a autonomia dos estados e municípios, respeitando o pacto federativo, a Lei Complementar 140, de 2011, e garante que as condicionantes ambientais sejam proporcionais ao real impacto causado, acabando com exigências absurdas e subjetivas que tornam uma indústria de penalização.

A aprovação disso, Sr. Presidente, é um marco legal urgente e necessário. O Brasil precisa destravar bilhões de reais em obras de infraestrutura, energia, saneamento, logística, que hoje estão paralisadas por causa de uma legislação anacrônica, de difícil interpretação e de aplicação desigual entre os entes federativos.

Por fim, Sr. Presidente, eu confesso aqui, diante do nosso Líder, Senador Jaques Wagner, que é inaceitável, e, para mim, incompreensível que o Partido dos Trabalhadores vote contra essa pauta. É inacreditável que vote contra um projeto que avança o Brasil. O Ibama não tem funcionário, as prefeituras não têm funcionários, os estados não têm funcionário. E exigência anual de nova renovação de licença é taxa, é gente que não analisa o processo, é processo com quatro, com dez, com vinte anos, mas, não, o Partido dos Trabalhadores, de novo, luta contra o Brasil, infelizmente, podendo agora dar um presente ao Brasil. O Partido dos Trabalhadores está deixando a grande oportunidade de liderar, de falar assim: "Olha aqui, no Governo Lula, o novo projeto ambiental que destrava o Brasil avança". Mas, tudo bem, vamos para o voto, porque é maioria – aqui é um Parlamento, e o Parlamento é voto. Que a maioria decida por um Estado mais leve, por desburocratização, por empreendedores e países mais saudáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Bom, eu quero só comentar que, antes de vir aqui, eu fui acompanhar o Senador e Ministro dos Transportes lá na Comissão de Infraestrutura. E ele estava fazendo... Eu não pude ficar, porque tem Mauro Vieira aqui, tem CMA aqui, é um problema. Mas eu saí de lá com a seguinte questão, com ele mostrando o gráfico: nunca se investiu tanto em estradas e ferrovias como está se investindo agora. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É só para a gente... Eu vou continuar com a minha posição. Eu digo sempre que os extremos se abraçam e atrapalham a construção do caminho do meio.

Estou muito à vontade, como Líder do Governo e membro do PT, por ter feito um trabalho aqui com a relatoria de Fabiano Contarato. Aprovamos os defensivos. Jamais será o gosto de cada parte, porque em democracia você nunca sai com 100%.

Então, aqui foram feitos dois relatórios, e eu quero parabenizar o esforço de encontrar o caminho do meio. Não estou dizendo que necessariamente concordo com tudo que foi acordado – eu sei do esforço do Senador Confúcio. Foi cansativo, muito tempo, muita pressão, muito estica e puxa da Senadora Tereza. Nós, juntos, também aprovamos a lei de bioinsumo e acabamos de ter uma brasileira da Embrapa Paraná, se não me engano, com um Prêmio Nobel exatamente pela descoberta de uma forma de produção em escala dos bioinsumos. Então, eu estou muito à vontade, porque naquilo em que a Senadora foi taxada várias vezes de contrária, e ela era a Relatora, com esse senhor aqui conseguimos, juntos, chegar lá. E eu acho que os dogmas e os extremos não vão construir nada.

De qualquer forma, eu sou obrigado a registrar perante os dois Relatores: a gente estava com aqueles seis pontos; reduziu, mas eu diria que reduziu, na minha opinião, desequilibradamente. Mas eu respeito o trabalho que foi feito por vocês e quero dizer que eu não trisco em uma palavra sobre o esforço que os dois fizeram para chegar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas existem apontamentos que foram feitos aqui... E não interessa se alguém vai ao Supremo. Muita gente pode ir, qualquer instituição pode ir. Eu, por exemplo, estou muito à vontade, porque quem começou a LAC no Brasil fui eu quando era Governador, exatamente pela dificuldade, só que lá a gente faz só para baixo impacto.

A proposta aqui fala de baixo e médio impacto e risco. Eu sinceramente acho que, se você vai construir por exemplo uma barragem, como é que não faz um EIA/Rima, um licenciamento ambiental? E ela é tida como porte médio, então, eu acho um risco. A gente teve dois desastres aqui que tiraram vidas, que acabaram...

Bom, qual o perigo que eu vejo na matéria, Senador Confúcio e Senador Tereza? O relatório joga para os estados e municípios a deliberação disso aí. Eu acho que, sem dúvida nenhuma, a estrutura do município é muito mais frágil do que a nossa aqui. A pressão sobre um Prefeito é muito maior do que se possa fazer sobre o Congresso Nacional. Então, na minha opinião, ao fazer essa delegação, nós estamos correndo o risco inclusive de termos o que eu chamaria... Já tivemos uma guerra fiscal e aí podemos ter uma guerra, vou chamar assim, ambiental. Quem facilitar mais o formato do licenciamento, então, conseguirá atrair...

Eu não sei até onde isso vai porque efetivamente, como todo mundo quer atrair investimento – como era na guerra fiscal, que acabou virando uma doença nacional, e a gente, graças a Deus, conseguiu superar –, eu tenho essa preocupação em relação a essa delegação. Eu já fui Governador, conheço a estrutura de prefeitura.

Imaginem por exemplo uma cidade pequena com um grande empresário, seja do que for, que seja do agronegócio... A pressão dessa pessoa sobre o Prefeito é muito grande, e eu acho que às vezes ele não tem estrutura para resistir a isso aí. Então, essa transferência, na minha opinião, é extremamente arriscada.

Eu estou só apontando alguns temas. Eu também não vou jogar a criança e a água fora. Eu acho que foi feita uma caminhada importante, porém, eu sou obrigado a registrar, porque ontem... (*Pausa.*)

Não, ele está me trazendo aqui só a melhoria das rodovias. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós tivemos a posição, inclusive do Ministério do Meio Ambiente ontem, vinda da Casa Civil, e ela faz esses apontamentos. Não tem como não dizer que, na interpretação de muitos dos nossos, são inconstitucionais, no sentido que ferem... Por exemplo, sobre essa própria questão da tipologia de médio e pequeno, já existem várias decisões que entendem a LAC apenas para baixo impacto. Eu estou falando porque lá eu pratiquei isso aí.

Então, eu quero fazer esse registro, repito, para não jogar fora a construção que foi feita. Nós vamos ter que debater os pontos que eventualmente tenham de destaque, como a Senadora Eliziane apresentou e a Mara Gabrilli também, mas infelizmente não prosperaram, porque não conseguimos absorver isso.

Então, eu faço questão de registrar, porque eu acho que não adianta a gente ficar aqui na dicotomia: sempre fulano é santo, fulano é diabo. Aí eu acho que a gente não vai para lugar nenhum. Na minha opinião, a gente tem que tentar fazer essa construção. Já fizemos. Eu diria que no começo tinha, sei lá, 60, 70 divergências, não me lembro quantas eram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Quase 80. Foi sendo limpa. Evidentemente que as diferenças que não se conseguiu limpar, vou chamar assim, são, algumas delas, as mais pesadas, que eu acabei de citar aqui.

Então, eu queria fazer esse registro, sem desconsiderar o trabalho, mas eu quero fazer esses apontamentos. O Governo ainda não está com a posição definitiva, porque isso ainda vai para Plenário, ainda vai para a Câmara dos Deputados, mas esses apontamentos eu faço em nome do Governo, dessas inconstitucionalidades na opinião da nossa gente.

Eu acho que, por exemplo, desconsiderar órgãos técnicos, como a Funai, que pode ser ouvida, mas não são obrigados a serem acompanhados, eu acho que é fragilizar demais esse processo, porque são órgãos que são técnicos, não são órgãos políticos, ideológicos, ou pelo menos não deveriam ser. E aí a gente pega essa informação que é produzida – como foi dito até pelo Senador Omar... Quer dizer, quem convenceu foi alguém da técnica que transgênico não era o que estava se pintando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, quando alguém vai emitir uma opinião de órgãos como a Funai, como vários outros órgãos que estão na lista do licenciamento, e você pode desconsiderar, pode só ouvir, mas não levar em consideração no ato de licenciar, eu sinceramente acho que essa fragilização é muito grande. Mas é como já foi dito aqui, na democracia nós vamos a voto. Não sei se é hoje que vai na Comissão de Agricultura? Pois é, então se pretende votar. Na semana que vem ou nesta semana, não sei como é que o Presidente Davi vai tocar as coisas, mas eu faço questão de fazer esse registro para não ficar sem a minha opinião aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

O último orador inscrito para discutir é o Senador Confúcio Moura. Mais uma vez aqui, Senador Confúcio, eu quero parabenizar V. Exa. e a Senadora Tereza pelo consenso e pela forma: o ótimo é inimigo do bom e foi construído um texto que fosse razoável.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Eu vou usar a palavra. Ele gentilmente me concedeu, porque eu quero falar um minuto.

Primeiro quero dizer que não é que eu seja contra o Supremo examinar, talvez eu não me tenha feito entender, mas muitas das ações às vezes foram ao Supremo porque não tinha uma regulamentação e uma lei nesta Casa; depois, com a lei, eles mudaram, nas ADIs, mudaram de posição. Foi assim na Lei Complementar 140 e em outras tantas aí. Então, quero dizer que essa inconstitucionalidade pelas posições anteriores do STF não se confirma, às vezes, quando das ADIs posteriores.

Eu pedi aqui a palavra foi para dizer, Senador Contarato, que eu, no início da minha fala, não disse, mas eu quero agradecer muito a sua parceria, a sua compreensão e a do Senador Confúcio. Não foi fácil, mas, se o senhor não tivesse dito: "Não, nós vamos votar, eu não vou segurar nada, nesta Comissão, na gaveta. Vamos colocar a voto". Vence-se ou perde-se. É para isso que nós temos aqui pessoas que pensam diferentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer, Senador, muito obrigado pela sua parceria e a sua firmeza, em uma matéria delicada, difícil, mas uma matéria que... Eu tenho dormido bem no meu travesseiro, porque acordo e acho que estamos trabalhando pelo bem do Brasil.

A lei é perfeita? Não é. Agora, nós melhoramos muito o que veio da Câmara. Nós colocamos alguns condicionantes a mais aqui nessa lei para que nós tivéssemos mais segurança. E ela ainda vai a Plenário... Vai agora à Comissão de Agricultura, depois vai a Plenário no Senado e volta para a Câmara. E pode, na Câmara, ainda ter modificações, supressões ou até rejeição.

Então, deixando isso claro, muito obrigada pela sua parceria e de toda a equipe que nos ajudou a chegar a este momento.

Muito obrigada.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, para fazer o encerramento, eu quero primeiro ler o finalzinho do meu voto, onde eu coloco que acolhemos; é" aprovamos também as emendas meritórias do Senador Mecias nºs 105, 116 e 117", de que já fiz a leitura, quanto ao saneamento e à segurança energética.

Sr. Presidente, essa Lei Geral do Licenciamento visa regulamentar o art. 225. Há 37 anos, a Constituição foi aprovada e até hoje isso não foi regulamentado. Então, essa é a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. E a gente vem navegando, nesse tempo todo, com centenas ou milhares de legislações paralelas, como bem disse aqui o Seif, fragmentadas no Brasil inteiro.

Muito bem. Eu quero dizer a todos os presentes que eu faço parte da base do Governo – eu faço parte da base do Governo. Eu visitei todos os ministérios possíveis, inclusive o Ministério da Fazenda. Eu visitei todos os ministérios. Visitei a Casa Civil, visitei a SRI, visitei todos e recebi, no gabinete, as comissões. Além de ter ido pessoalmente à Casa Civil, ao Ministério do Meio Ambiente e outros a que eu fui também, as equipes foram inúmeras vezes aos nossos gabinetes. De certo tempo para cá, começaram a se ausentar. Foram seis meses, sete meses sem contato. E eu atrás, ligando; vou aqui, vou ali, e nada. Aí eu falei: "Tereza, vamos ter que resolver nós dois, porque a coisa está demorando demais, ninguém estava se manifestando". Embora eu tivesse feito esse périplo nos ministérios, assim mesmo eu falei: "Vamos nos sentar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um relatório em novembro, Mecias, com em torno de 70, 80 divergências do projeto da Senadora Tereza, mais ou menos atendendo às necessidades do setor ambiental. Como depois eu vi que a coisa não andou e eu não tinha voto na Comissão de Meio Ambiente para aprovar o meu relatório, eu falei: "Olhe, nós vamos ter que conversar com a Senadora Tereza". E ela gentilmente, com a sua equipe, a consultoria, que tinha feito todo o trabalho... Nós fomos assim, olhe, vírgula, preposição, verbo, palavras. A gente foi lendo palavra, inciso, artigo um por um: "Dá para mexer aqui, Senadora?", "Dá.", "Vamos colocar isso aqui?", "Vamos.", "Tira isso aqui?", "Vamos tirar.". E fomos colocando assim. Não ficou nem tanto ao mar nem tanto à terra. Ficou o que foi possível – o possível.

Então, essa é uma lei... Por exemplo, aqui a Eliziane Gama falou de Brumadinho, que é médio porte, mas agora, mesmo sendo Brumadinho médio porte, nós temos as condicionantes que o poder ambiental estadual ou licenciador vai decidir, as condicionantes para cada empreendimento: o primeiro é a localização do empreendimento; o segundo, a natureza do empreendimento; o terceiro, o porte do empreendimento; e o quarto, o potencial poluidor do empreendimento. Isso fica a cargo do órgão licenciador, para saber se pode ou não exigir um EIA/Rima, um estudo de impacto ambiental ou mesmo outros procedimentos ambientais. Então, tudo está mais ou menos decidido assim.

Senadora Tereza, nós não estamos aprovando a lei como veio da Câmara. A Senadora Tereza Cristina abriu mão de muitos pontos. Ela falou assim: "O agro agora não vai ter licenciamento nenhum..." A boiada vai passar, a porteira abriu! Ela falou: "Não. Vamos..." Ela foi cedendo, foi cedendo, foi cedendo essa questão do agro. Enfim, a tipificação desses empreendimentos do agronegócio toda foi revista. Então, eu quero deixar bem claro aqui para todos os Parlamentares que essa é uma legislação possível. Foi possível. Então, nós fizemos aquilo que estava ao nosso alcance.

Além do mais, o próprio Senador Rodrigo Pacheco falou: "Olha, Confúcio, não me manda esse relatório para o Plenário com 70 divergências. Como é que eu vou votar isso? Votar 70 destaques? Isso é "invotável"! Reduz isso aí para pelo menos seis." E nós fomos trabalhando, fomos trabalhando para reduzir para seis (*Risos.*) para ver se ele fazia seis destaques lá. Ainda tem algumas divergências pequenas que serão objeto de destaque no Plenário. Aí o Senador Davi falou: "Eu preciso votar essa lei. Já chega!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, a Senadora Kátia Abreu é um tratorzão, todo mundo conhece. A Kátia pegou esse projeto na Comissão de Meio Ambiente. Ela relatava nos dois e ela não conseguiu votar... Eu falei: "Será que nós vamos seguir essa mesma maldição de estar aqui e não votar?". A Kátia tentou... E ela está ligando para a gente todo dia! Ela fala conosco, ontem mesmo ela me ligou à tardezinha, preocupada, interessada.

Então, eu quero deixar bem claro que essa lei é uma lei de procedimentos – de procedimentos. A fiscalização vai continuar nos órgãos licenciadores normalmente. O Ibama vai continuar exercendo papel. O papel da Funai, do Iphan, dos quilombolas, dos indígenas serão remetidos, e a participação está garantida na lei, nós não extraímos não. "Ah, mas o Iphan segura, senta em cima. A Funai pega e senta em cima". Não, agora tem prazos determinados.

Assim eu concluo a minha fala aqui neste momento, solicitando um voto de confiança da nossa Comissão. O Plenário resolve lá. Nós cedemos o nosso espaço aqui, o Plenário lá é soberano para decidir alguma coisa mais, tirar ou acrescentar.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Confúcio.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente, só uma coisa, porque eu tirei do agro e depois vou apanhar do meu setor. (*Risos.*)

Não é isso. Houve o convencimento do agro daquilo que era necessário ter licenciamento. Não se colocou licenciar uma lavoura todo ano, mas algumas coisas importantes foram colocadas e discutidas com cada setor. O saneamento, que estava fora, nós conseguimos uma redação, e ele foi colocado para poder atender também aos pequenos municípios, que é melhor eles terem um aterro sanitário do que ter lixões a céu aberto.

Então, isso também nós conseguimos colocar. Talvez não seja o ideal, mas a lei pode ser... Vamos votá-la, se Deus quiser, e é o que eu peço ao senhor: colocá-la em votação, para que a gente possa também, na agricultura, fazer isso hoje à tarde.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Quero agradecer ao assessor da Senadora Tereza, Max, ao Júnior; à Isis, que trabalha comigo; à Consultoria, em especial ao Dr. Joaquim, Dr. Lagares, Dra. Karin e outros tantos.

Quero agradecer ao Fabiano Contarato, por ter nos convidado, no mês passado, ao seu gabinete, tanto eu quanto a Senadora Tereza, e solicitado este relatório, de acordo.

Quero agradecer ao Senador Davi, ao ex-Presidente Pacheco, também muito interessado.

Eu quero parabenizar a todos pela grande colaboração. Foi muito grande o trabalho deles.

O Joaquim, um certo dia, passou a noite inteira sem dormir. Inteira. A gente falando, as consultorias falando, e eles trabalhando. Os consultores trabalharam muito.

Então, muito agradecido a todos vocês. Sem essa equipe, seria impossível produzir um documento com essa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Mais uma vez, quero parabenizar o Senador Confúcio, a Senadora Tereza, todos os Senadores e Senadoras, a todas as pessoas aqui presentes.

Nada mais havendo, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram, registrados os votos contrários da Senadora Eliziane Gama e do Partido dos Trabalhadores, aqui já expressados – Senador Jaques, Beto Faro, e eu. Como Presidente, fatalmente, no Plenário, vou fazer a sustentação dos pontos que eu reputo de fundamental importância, votando também contra esse projeto, com todo o respeito aos Relatores.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas de Plenário 105, 116, 117, 119 e 145, com votos contrários de Eliziane Gama e Senadores do Partido dos Trabalhadores Beto Faro, Jaques Wagner e Augusta Brito.

A matéria vai ao Plenário.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater sobre os investimentos do Governo Federal para a realização da COP 30 e as expectativas sobre os países e público participantes e, ainda, quanto aos acordos a serem firmados na conferência para o enfrentamento da crise climática, com os convidados que propõe.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Eu subscrevo o requerimento.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema Sustentabilidade em Rede: inovação, perspectivas climáticas para gestão pública e Agenda 2030, e os desafios e soluções para um Legislativo mais sustentável, inovador e eficiente.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do cooperativismo da agricultura familiar na COP 30.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Em votação o requerimento apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 com a presença dos Senadores Leila Barros, Hamilton Mourão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 61/2024 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição. **Resultado:** Instalada a Subcomissão e eleita a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Beto Faro
Presidente Eventual da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento dos Preparativos para Realização da COP 30 da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2025.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão e à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente para o período dos trabalhos.

Foi registrada, até o momento, a intenção da Senadora Leila Barros, autora do requerimento, que propôs à Subcomissão para presidir o Colegiado.

Não houve manifestação para a Vice-Presidência.

Não tendo sido registrados outros candidatos ao cargo, consulto os membros se concordam em realizar a votação por aclamação para eleger como Presidente a Senadora Leila Barros.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta de eleição por aclamação e eleita Presidente a Senadora Leila Barros, a quem convido para assumir seu assento à mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Faro.

Bom dia a todas e a todos os membros desta Comissão de Meio Ambiente.

Quero agradecer. Sentar novamente nesta Presidência me enche de muita alegria e, agora, para comandar a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da COP 30, que é um superevento que vai acontecer no nosso país. É importante que o Senado Federal se debruce e acompanhe todo o trabalho, todos os preparativos com relação a esse grande evento climático.

Então, senhoras e senhores, Senadoras e Senadores e todos os presentes, é com grande honra e senso de responsabilidade que assumo a Presidência da Subcomissão Temporária para Acompanhamento dos Preparativos para a Realização da COP 30 no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Quero agradecer a confiança dos colegas e reiterar meu compromisso com o trabalho coletivo, técnico e transparente que esta Comissão exigirá de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação desta Subcomissão, por meio de requerimento de minha autoria, reflete a consciência de que a realização da COP 30 em território brasileiro, mais especificamente em Belém do Pará, não é apenas uma oportunidade histórica para o nosso país; trata-se de um dever institucional. O Brasil será, por alguns dias de 2025, o epicentro da discussão climática global, e cabe a nós, representantes do povo, garantir que este protagonismo se traduza em avanços concretos.

A COP 30 não é apenas uma conferência, é a confluência de expectativas, compromissos e decisões que impactarão o planeta por décadas. E nesse contexto, o Senado Federal, assim como toda a estrutura do Congresso Nacional, não pode se limitar a mero espectador. Precisamos atuar com protagonismo, acompanhando de perto os preparativos, fiscalizando, debatendo, propondo e contribuindo para que a participação do Brasil seja à altura do seu papel global.

A realização da conferência na Amazônia carrega um simbolismo poderoso. A Região Amazônica é, ao mesmo tempo, esperança e alerta para a humanidade. O mundo nos observa, e temos o dever de apresentar soluções, não apenas diagnósticos, de demonstrar liderança sem perder a escuta, de garantir que os povos tradicionais, as comunidades indígenas, o setor produtivo, os cientistas e a sociedade civil, todos estejam presentes não só fisicamente, mas como parte do processo decisório.

Senhoras e senhores, Sr. Relator da Comissão, Senador Beto Faro, a título de contribuição, permitam-me, desde já, apresentar algumas sugestões de temas que considero importantes para a discussão deste Colegiado, ideias que, naturalmente, serão discutidas com todos os membros da Comissão e, em especial, analisadas pelo Relator. Entre elas, eu destaco: diálogo com o Presidente designado da COP 30, o Embaixador André Corrêa do Lago, e com a Diretora-Executiva Ana Toni para compreendermos as diretrizes e desafios centrais da conferência; análise da infraestrutura de Belém e da logística necessária para receber um evento desta magnitude; debates sobre os maiores desafios da COP, como financiamento climático, justiça ambiental, transição energética e implementação dos compromissos climáticos; o papel da sociedade civil, em especial das comunidades indígenas e tradicionais; e, ainda, as perspectivas do Brasil para a conferência e para a agenda climática global. Esses são temas iniciais que lanço para a análise de todos, com o intuito de fomentar uma discussão plural e construtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Subcomissão deve ser um espaço aberto ao diálogo, em que o conhecimento técnico e a sensibilidade política caminhem juntos.

Sras. e Srs. Senadores, a COP 30 é uma oportunidade para que o Brasil reafirme o seu compromisso com o multilateralismo, com a ciência e com a sustentabilidade.

Que esta Subcomissão atue com seriedade, foco e espírito republicano! Que possamos, ao final desse ciclo, olhar para trás e ter a certeza de que contribuímos para fortalecer a política ambiental brasileira e o papel do Brasil no mundo.

Muito obrigada.

Bom, eu vou rapidamente, já que nós já instituímos a Subcomissão, dizer aos colegas presentes e a todos que nos assistem que já foi decidido internamente que o nosso Vice-Presidente será o Senador Beto Faro e a Vice... (*Pausa.*)

Não, é o nosso Relator, perdão. Eu me confundi, gente, desculpe.

Está todo mundo tão acelerado hoje aqui nesta Casa. (*Pausa.*)

Exatamente. Eu vou... Perdão, é verdade.

Eu vou designar, como Relator da nossa Subcomissão, o Senador Beto Faro e submeter a Augusta como Vice da Subcomissão.

Os Senadores e as Senadores que concordam com a sugestão apresentada por esta Presidência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Então, Relator: Senador Beto Faro; e Vice-Presidente da nossa Subcomissão: Senadora Augusta.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a todos pela presença.

Está encerrada a sessão.

Boa quarta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e um minuto do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5550, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nº 2 e nº 3, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade da emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 2-CSP e 3-CSP, na forma da Emenda nº 4-CSP (Substitutivo) e pela prejudicialidade da Emenda nº 1. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2734, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos advogados, para defesa pessoal." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2530, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para garantir aos advogados o direito de porte de arma de fogo para defesa pessoal, em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 2734/2021, à Emenda n° 1 e, parcialmente, à Emenda n° 2, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2530/2024. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2734 de 2021, à Emenda nº 1-CSP e, parcialmente, à Emenda nº 2, na forma da Emenda nº 5-CSP (Substitutivo), contrário às Emendas nºs 3 e 4, e pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2530 de 2024. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3605, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a emenda que apresenta, assim retificada: "renumerar o pretendido inciso IX do § 2º do art. 121 do Código Penal como inciso V-A", e favorável à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP, com a seguinte retificação: "Renumerar o pretendido inciso IX do § 2º do art. 121 do Código Penal como inciso V-A". **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 677, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de corrupção ativa e passiva no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado novo relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos das Emendas nºs 2-CSP, 3-CSP e 4 CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6043, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatório o bloqueio do código IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) a contar da realização de boletim de ocorrência ou de outro documento equivalente emitido por órgão policial nas hipóteses de furto, roubo ou extravio de aparelho de telefone celular." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 1º de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Alguns comunicados breves.

Comunico que ontem fiz a designação de 96 relatorias de matérias para membros desta Comissão. Essas designações são muito importantes para o funcionamento da nossa Comissão de Segurança Pública. Sendo assim, desde já conto com a colaboração dos senhores para a entrega dos respectivos relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço também aos membros desta Comissão que foram designados Relatores de projetos na gestão anterior que entreguem o quanto antes os relatórios para que possamos incluir em pauta e deliberarmos.

Algumas breves comunicações, Senador Alessandro Vieira, Senador Mourão, enquanto os demais Senadores não chegam.

Primeiro que todos acompanharam a votação da ADPF 635, em que esta Comissão de Segurança Pública do Senado foi aceita como *amicus curiae* para participar como uma espécie de assistente nessa ação – foi encaminhada à nossa audiência pública realizada no dia anterior ao da votação no plenário do Supremo Tribunal Federal –, e a decisão na íntegra eu deixo aqui à disposição dos membros desta Comissão que tiverem interesse em lê-la, porque foram 23 sugestões ali que foram dadas nessa decisão da ADPF, e, muito rapidamente aqui, vou citar alguns desses itens da decisão.

No frigir dos ovos, Senador Mourão, pelo menos, destravou, acredito eu, grande parte dos nós que existiam com relação à atuação da polícia no Estado do Rio de Janeiro, muitas coisas que estão na prática chovendo no molhado, que as polícias já fazem ou que muitas vezes não conseguem fazer por questões que, na prática, inviabilizam que aconteçam, como a preservação do local de determinada ocorrência, porque a realidade que se impõe no Rio de Janeiro, com marginais altamente armados, dificulta que isso seja cumprido. Obviamente que policiais não fazem por negligência; fazem porque é humanamente impossível, muitas vezes, sustentar o local do crime ante a quantidade de tiros – bom dia, Senador Moro – que são desferidos contra os nossos policiais.

Então algumas recomendações... Recomendações, não; decisões, que deverão ser cumpridas: reconhece que o Estado do Rio vem instalando equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas fardas dos agentes de segurança; dá um prazo de 180 dias para comprovação da implantação das câmeras nas viaturas das polícias militares e civil; autoriza o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública pelo Estado do Rio de Janeiro por meio de convênio; determina a instauração de inquérito policial pela Polícia Federal para apuração de indícios concretos de crimes com repercussão interestadual e internacional que exigem repressão uniforme; determina ao Coaf, à Receita e à Secretaria de Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda do Rio de Janeiro a máxima prioridade para atendimento das diligências relativas ao inquérito policial acima requisitado; determina a elaboração de um plano de recuperação territorial; em substituição ao parâmetro de excepcionalidade, cabe agora às forças próprias de segurança avaliar e definir o grau de força adequado em cada contexto – isso aqui é uma coisa muito importante e que era um dos dificultadores da atuação da polícia, então acaba esse parâmetro de excepcionalidade, que fica a critério das próprias polícias –; determina que o Estado do Rio de Janeiro observe o previsto na Constituição e na Lei 13.675, de 2018, e determina o prazo de 180 dias para que o Programa de Assistência à Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública seja implementado; no caso de buscas domiciliares por parte das forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, sejam observadas algumas diretrizes, como a realização das diligências durante o dia, a diligência deve ser justificada e detalhada por meio de elaboração de auto circunstanciado, deve ser realizada nos estritos limites para os fins a que se destinam; reafirma a validade constitucional das buscas domiciliares executadas no contexto de flagrância delitiva, inclusive no período noturno, no curso de operações policiais, na hipótese de utilização de residências para o depósito de drogas e armas clandestinas; determina a presença obrigatória de ambulâncias e operações policiais previamente planejadas e com risco de conflito armado, ou seja, todas – a exigência não se aplica a operações policiais de emergência, e a eventual indisponibilidade de ambulâncias não impede a realização da operação policial –; determina aos agentes de segurança e profissionais de saúde do Estado do Rio de Janeiro que preservam todos os vestígios de crimes cometidos durante as operações policiais, bem como a evitar a remoção indevida de cadáveres sob o pretexto de suposta prestação de socorro e o descarte de peças e objetos importantes para a investigação; determina que, no caso de realização de operações policiais em perímetros nos quais estejam localizadas escolas, creches, hospitais ou postos de saúde sejam observadas as diretrizes de que não há restrições territoriais por perímetro à ação policial, mas deve haver o respeito rigoroso às exigências de proporcionalidade no uso da força, especialmente no período de entrada e saída dos estabelecimentos educacionais – em caso de extrema necessidade de utilização de equipamento educacional ou de saúde como base operacional das Polícias Civil e Militar, será permitido o ingresso das forças policiais caso se verifique o uso dos estabelecimentos para a prática de atividades criminosas –; determina a obrigatoriedade de se elaborar, armazenar e disponibilizar relatórios detalhados ao fim de cada operação policial; determina também aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de polícia técnico-científica do Estado do Rio de Janeiro que documentem, por meio de fotografias, as provas periciais produzidas em investigações de crimes contra a vida; reafirma a autonomia técnica, científica e funcional das perícias como condição essencial para que a investigação conduzida pelo Ministério Público possa ser levada a efeito – sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de crime doloso contra a vida, a investigação será atribuição do órgão do Ministério Público competente –; determina ao Estado do Rio de Janeiro que compartilhe e envie ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro os dados e microdados sobre operações policiais, registros de ocorrência, laudos periciais e demais informações sobre investigações penais; determina ao CNMP, em conjunto com as Corregedorias dos Ministérios Públicos locais, que passe a publicar relatórios semestrais de transparência com informações sobre o exercício da função de controle externo da atividade policial; determina a criação do grupo de trabalho de acompanhamento, para que, em conjunto com o Estado do Rio de Janeiro, os órgãos competentes monitorem o cumprimento e a implementação desta decisão; determina o envio, ao Governo Federal, de cópia da presente decisão e dos documentos constantes dos autos, com recomendações atinentes ao controle de armas e munições no Estado do Rio de Janeiro; determina o envio, ao Governo Federal, de cópia da presente decisão, a fim de que analisem, conjuntamente com o Estado do Rio de Janeiro, as possibilidades de apoio logístico e financeiro visando à viabilização do aparelhamento e reestruturação das carreiras da Polícia Científica do Rio de Janeiro; indeferiu o pedido do item B, o qual requereu a determinação de que o Estado do Rio de Janeiro se abstenha de utilizar helicópteros como plataforma de tiro ou instrumentos de terror, com a suspensão da eficácia do art. 2º do Decreto Estadual 27.795, de 2001 – portanto, a polícia é autorizada a usar os helicópteros em suporte às operações policiais –; indeferiu o pedido do item C, o qual requereu a determinação de que os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, ao expedir mandados de busca e apreensão domiciliar, indiquem, da forma mais precisa possível, o lugar, o motivo e o objetivo da diligência, vedada a expedição de mandados coletivos ou genéricos – portanto, também cai essa restrição –; indeferiu o pedido do item H, o qual requereu determinação de suspensão do sigilo dos protocolos de atuação policial, inclusive o manual operacional de aeronaves pertencentes à frota da Secretaria de Estado de Polícia Civil; e, por último, confirma o reconhecimento da perda do objeto do pedido do item P e o não conhecimento do pedido do item Q.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o voto aqui está à disposição dos Senadores que assim o desejem.

Pode ir, por favor, quem requerer.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acompanhei toda essa discussão em torno dessa ADPF e queria deixar claro aqui que eu fico extasiado quando a Suprema Corte revela um profundo desconhecimento da realidade do que acontece na cidade do Rio de Janeiro – o que V. Exa., como representante do estado, em particular da cidade do Rio, sabe muito bem.

Eu, durante o meu período na ativa do Exército Brasileiro, comandei por duas vezes tropa em operações nestas regiões: primeiro no Complexo do Alemão e depois no Complexo da Maré. E o que a gente vê é que há um enfrentamento do Estado por esses grupos de marginais constituídos, que usam a população como escudo, que estão fortemente armados e que usam táticas militares de guerra. Não é um bandido daqueles com um revólver 38 que dá meia dúzia de tiro num agrupamento de policiais. Não, é gente que coloca obstáculos nas vias. Um obstáculo só serve se é batido por fogo, e eles são batidos por fogos de áreas pré-concebidas, regiões onde há uma casamata com seteira, com armamento direcionado para bater aquilo ali. Então, eu gostaria muito que um ministro desses – viu, Senador Flávio? – entrasse ali num "caveirão" e subisse um morro tomando "teco" o tempo todo, para compreender a realidade do que ele está decidindo, porque decidir dentro do ar-condicionado sobre uma questão dessa natureza é complicado.

E o senhor tocou muito bem na questão da preservação do local. Nós tivemos vários fatos acontecidos de combates travados, e de imediato parte da população já varria a rua para afastar todo e qualquer indício do que havia acontecido ali. Inclusive, num momento quando nós tivemos um soldado morto e após o recolhimento do corpo, na hora de fazer uma perícia do local já tinha sido tudo varrido.

Então, o desconhecimento da realidade leva a que determinadas decisões sejam tomadas, e no final das contas fica aquilo que é uma expressão nossa aqui: fica para inglês ver. E quem é o grande prejudicado? É a população da cidade do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria fazer esse comentário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Mourão.

Antes de passar a palavra para o Senador Moro, eu acho que o atual Ministro Flávio Dino poderia compartilhar com as polícias como é que ele faz para entrar numa comunidade como o Complexo do Alemão sem que um tiro fosse disparado por marginais, que foi uma situação muito curiosa – para ficar nesse adjetivo –, porque a realidade do Rio de Janeiro é de que a polícia é recebida a tiros nessas comunidades, que estão cada vez mais sob o jugo desses marginais fortemente armados.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Flávio, pelo que eu vi do resultado do julgamento e até pela reação do Governador lá, Cláudio Castro, me parece que o resultado final foi mais positivo do que o que existia antes. Então, até vou me abster de fazer críticas mais longas.

Mas também faço uma reflexão.

Não cabe ao Supremo Tribunal Federal – uma instituição que a gente tem que respeitar pelo papel judiciário que ela faz, julgar os casos concretos – definir política de segurança pública, seja para o Rio de Janeiro, seja para qualquer outro estado da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É lógico.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, até ouvi parte do relatório que V. Exa. aqui fez, essa leitura, e se vê um nível de minúcias, de questões que não são próprias do Poder Judiciário. Então, vamos voltar um pouco lá a Montesquieu, vamos voltar um pouco à separação dos Poderes da época dos federalistas, para colocar cada um dentro do seu campo. Não cabe a nós... A gente pode até criticar uma sentença do Poder Judiciário, aqui nós podemos fazer isso, mas nós não vamos ficar interferindo e fazendo sentença para o Supremo Tribunal Federal ou para qualquer outro juiz. Não me parece apropriado, pela complexidade que o assunto envolve, pela necessidade de se verificarem questões propriamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Executivo, relacionadas a orçamento, ações, operações, que haja esse tipo de envolvimento do Poder Judiciário em definir essas políticas públicas.

Eu faço essa observação, não vou entrar mais no método, porque o Governador até elogiou ali... Acho que se sentiu aliviado, porque algumas das travas...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A palavra é esta, Senador: aliviado. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... foram retiradas, assim como parece que V. Exa. também tem esta percepção de que o resultado final é melhor do que havia antes, mas não cabe ao Judiciário fazer esse tipo de política.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Este é o ponto, Senador Moro: a divisão dos Poderes. Não cabe a Ministro do Supremo ou a qualquer autoridade do Judiciário definir como é que se faz uma política pública, ainda mais segurança pública num ambiente tão conflagrado como existe hoje no Rio de Janeiro.

E, só antes de a gente entrar nas relatorias dos projetos, eu trago aqui a conhecimento da Comissão que, hoje pela manhã, eu recebi um contato do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Manoel Carlos, e faço duas comunicações.

Confirmamos amanhã a presença do Ministro Lewandowski, aqui nesta Comissão, às 10h30 da manhã. Eu acho que vai ser uma boa oportunidade para que nós tenhamos conhecimento finalmente do que se trata essa PEC da segurança pública, porque, pelo que eu saiba, até agora, não foi entregue o texto ainda. Houve uma reunião com o Presidente da Câmara ou com algumas Lideranças da Câmara para abordar alguns assuntos, mas eu estou até ansioso para ver do que se trata, porque, pelo que nós temos visto na imprensa, pelo menos, em uma parte, há reclamação dos Governadores sobre a autonomia que eles têm sobre as políticas de segurança pública, e essa PEC estaria tratando de alguma forma disso, mas eu também tenho visto pontos positivos que têm sido noticiados sobre essa PEC, em especial com relação à unificação de alguns sistemas. E a gente vai ter a oportunidade de discutir isso aqui amanhã, na Comissão de Segurança Pública. Sem dúvida alguma, precisam de algum avanço muitas coisas que já existem na legislação... Por algum motivo, os estados não conseguem se integrar a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema, dando causa, por exemplo, a um assunto que nós discutimos muito aqui, Senador Contarato: o problema de soltura de alguns marginais nas audiências de custódia. Isso me parece que é um problema pela falta de integração desses sistemas, pois, na hora de se checar a ficha criminal de alguém preso em flagrante, como os estados não estão integrados, o próprio juiz, na hora de tomar a decisão, acaba não conhecendo em âmbito nacional o que existe contra aquela pessoa e pode vir a tomar uma decisão equivocada por falta de informação. Então, se a PEC vier nesse sentido, por exemplo, acho que é um ponto positivo, mas vamos ter oportunidade de, quem sabe, amanhã, conhecer se não o texto já final do que vai ser encaminhado à Câmara dos Deputados, mas pelo menos... Algumas dúvidas nós poderemos tirar aqui.

E a segunda comunicação é que o próprio Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, o Dr. Manoel Carlos, me informou deste projeto que acabou de ser implementado no Ministério da Justiça que é o Celular Seguro. Eu apresentei um projeto de lei que está na pauta de hoje, por coincidência, daí o motivo da ligação dele, e eu vou retirar o projeto de pauta, porque, pelas explicações que ele me deu, realmente, se for na prática o que estiver acontecendo com relação a esse projeto, é uma coisa muito positiva.

Eu vou retirar o projeto de pauta hoje e vou tentar agendar para a próxima reunião da Comissão de Segurança Pública, no mesmo horário que nós tratamos aqui, se ele estiver disponível para que venha aqui, à Comissão, para que explique aos Senadores do que se trata. Pelo que eu entendi, é uma iniciativa administrativa que pode, sim – e muito –, coibir não a questão do furto e roubo de celular em si, mas aquilo que eu acho que é até mais importante, que alimenta todo esse ecossistema de roubos e furtos de celulares, que é ter um mecanismo administrativo para que as empresas, as lojas que comercializam esses produtos, fruto de roubo ou furto de celular, possam ser identificadas e penalizadas.

Ele me convenceu, Senador Marcio Bittar, de que, na verdade, grande parte das pessoas que compram um celular que é de origem de furto ou roubo acabam o fazendo sem saber, porque o compram numa loja. Se tem uma loja aberta em algum local, o cidadão parte do princípio de que aquela loja tem autorização para funcionar, que vende produtos que são legais, e, na prática, o que a gente vê não é isso. Então, eu acho que é importante nós ouvirmos do que se trata na verdade, o que tem sido feito, para que a gente não crie aqui uma lei que acabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultando em mais burocracia no combate a esse tipo de crime. Vamos ouvir para depois ver o que fazemos com esse projeto de lei, que é de minha autoria. Então, como Presidente também, estou retirando de pauta hoje esse projeto.

Eu comunico depois aos Senadores a confirmação desta reunião, reservada apenas aos Senadores desta Comissão, para que ele esclareça esse projeto do Governo Federal.

Então, passando à Ordem do Dia, anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5550, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto e às emendas nº 2 e nº 3, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade da emenda nº 1.

Observações:

1. Em 18/3/2025, foi recebida a emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 25/3/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

3. Em 1/4/2025, foram recebidas as emendas nº 2 e nº 3, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

4. Em 1/4/2025, foi lido o relatório e retirada a matéria de pauta;

5. Em 08/04/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura de seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, Srs. Senadores, lembro aqui que, na semana passada, nós fizemos a leitura do relatório e, naquele momento, o Senador Fabiano Contarato, numa acurada argumentação, me convenceu sobre a validade da Emenda nº 1, que ele havia apresentado e eu havia desconsiderado. Ao mesmo tempo, o Senador Contarato também apresentou outras emendas que vão exatamente ao encontro do escopo do projeto, que reflete aquilo que hoje é uma ansiedade da sociedade brasileira frente ao aumento da criminalidade e às punições consideradas extremamente leves. Em algumas, como a pena é baixa, a pessoa nem cumpre tempo. Vamos usar aqui o jargão: não puxa tempo de cadeia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Nenhum.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nenhum.

Então, há essa elevação das penas mínimas.

Eu acolhi todas as emendas apresentadas pelo Senador Fabiano Contarato, e, com isso, tivemos que fazer um substitutivo.

Então, indo aqui à questão da análise, a Emenda nº 1, do Senador Contarato, propõe que a pena agravada de furto de veículo automotor transportado para outro estado ou para o exterior automotor já incida, se houver a intenção de fazê-lo, sem a necessidade do transporte efetivo. A emenda propõe transformar o crime de material para formal, sem necessidade de ocorrência do resultado. Consideramos ser um desincentivo relevante para as engrenagens desse mercado clandestino transterritorial.

A Emenda nº 2, também do Senador Contarato, propõe aumento das penas mínimas para os seguintes crimes contra a administração pública: peculato, inserção de dados falsos em sistema de informações, concussão, corrupção passiva e ativa. Além disso, propõe a inserção destes crimes no rol de crimes hediondos. Dada a relevância do bem jurídico tutelado, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incrementos da pena mínima, que é a mais importante que a máxima para fins de dissuasão penal, e o agravamento da punição nos parecem oportunos e consentâneos com os fins do PL.

A seu turno, a Emenda nº 3 atualiza o tipo penal do furto para abranger novas formas de veículos, como os elétricos e híbridos, além de incluir reboques, semirreboques e suas combinações, bem como seus componentes ou equipamentos sejam montados ou desmontados. Consideramos que a emenda, inclusive os ajustes redacionais propostos, aperfeiçoa o PL e merece igualmente acatamento, inclusive porque abarca a pretensão originalmente veiculada na Emenda nº 1. Com isso, ela fica prejudicada.

Não obstante, o PL demanda ajuste de técnica legislativa. Com efeito, como redigido, o PL acaba revogando sem intenção os §§ 4º-B e C do art. 155 do Código Penal. Por fim, não é tecnicamente apropriado transformar a reincidência em um crime qualificado, novo §7º para o art. 180. O crime qualificado demanda a adição de um elemento mais grave quando comparado à forma simples. O Código resolve isso ao prever a reincidência como circunstância agravante, que aumenta a pena em um sexto, em regra, o que nos parece suficiente. Em casos excepcionais, a depender da fundamentação, o Superior Tribunal de Justiça tem aceitado aumentos superiores na incidência específica.

O nosso voto é pela aprovação do PL nº 5.550, de 2020, com o acatamento das Emendas nºs 2 e 3 desta Comissão e prejudicialidade da Emenda nº 1, na forma do substitutivo que se segue.

Eu destaco que, além de alterar, originalmente previsto, os arts. 151, 157, 180 e 180-A, com a inclusão das Emendas 2 e 3, estão alterados também os arts. 312, 313-A, 316 e 317, todos com o aumento da pena mínima e, com isso, levando a que o meliante ou o infrator cumpra um tempo de punição adequado ao crime que cometeu.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Antes de colocar em discussão, uma pergunta para V. Exa: qual é a cidade mais fria lá do Rio Grande do Sul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A cidade mais fria do Rio Grande do Sul se chama Canela, Gramado...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou me sentindo em Canela. Estou com frio. Só eu que estou com frio? Se puder dar uma diminuída nesse ar aí... Estou aqui com a mão... (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na realidade, Presidente, a terra da minha mãe, da minha falecida esposa e do meu filho, que se chama Bagé, é conhecida como "Bagêlo".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou me sentindo em "Bagêlo".

Em discussão o relatório do Senador Hamilton Mourão.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente, primeiro uma saudação à primeira reunião desta Comissão tão importante que eu participo sob a sua Presidência, e quero saudá-lo na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Isso reacende em mim, por isso eu fiz questão de pedir ao Líder do União Brasil que me deslocasse para esta Comissão, porque reacendeu a minha esperança de vermos projetos importantes, enfrentando um assunto tão grave, que é a insegurança pública no Brasil, a partir da sua Presidência.

Então, quero cumprimentá-lo. Eu estou aqui, alinhado a uma agenda de quem entende que a legislação brasileira contribui, na sua frouxidão, para esse caos que o Brasil está enfrentando.

Então, conte comigo para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, sobre o projeto em pauta, eu quero homenagear o colega Styvenson, que é um acriano que nós cedemos lá para o Rio Grande do Norte, lá junto com o nosso Rogerio Marinho; cumprimentar o Relator, o nosso ex-Vice-Presidente, hoje o Senador Hamilton Mourão; e o colega que está aqui do meu lado, o Contarato, porque, inclusive, eu estou pedindo a relatoria de um projeto do Senador Flávio, com colaboração do Senador Contarato, que vai também na mesma direção, fala sobre aqueles menores de idade.

Inclusive a nossa assessoria vai conversar – de ambos –, para ver se a gente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que já foi designado V. Exa. para a relatoria, salvo o engano.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que tinha de pedidos de relatoria, acho que foram todos contemplados, mas foram mais de 96 que nós distribuímos há poucos dias para os Relatores.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É mais novo que eu, está com boa memória, porque, de fato, já foi designado.

O trabalho agora é tentar aproximar os dois relatórios, porque os dois vão na mesma direção.

Bem, com o projeto em pauta, eu sou favorável. Conte com a minha ajuda e com o meu voto. Como eu disse, eu também me debruço sobre o tema da segurança pública e sei que o principal motor da criminalidade é o sentimento de que a pessoa não paga a pena, é a impunidade – acima de tudo, é ela.

Vou dar como exemplo: hoje o Acre está chorando a morte de um servidor, Raimundo Filho, que foi alvejado no trabalho. Ele era um vigilante, foi assassinado. E um dos bandidos está agora sendo tratado no SUS, no órgão de segurança da saúde pública, e espero que eles não sejam beneficiados pela audiência de custódia e que daqui a pouco saiam. Enquanto isso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família do Raimundo Filho, um vigilante, está chorando a perda irreparável, porque esse não volta mais.

Sou Relator dessa matéria. Pedi-a ao Presidente da CCJ, Otto Alencar, porque foi um acriano, Coronel Ulysses, Deputado Federal, que propôs esse projeto de limite à audiência de custódia, tirando reincidentes, crimes hediondos e membro de facção criminosa da possibilidade de audiência de custódia. Foi aprovado na Câmara Federal.

Eu vou conversar, Sanador Flávio, com Sanador Cleitinho, que apresentou hoje um projeto semelhante, para ver se a gente faz uma coisa combinada, para não ter que voltar para a Câmara Federal. Então, conte comigo.

Queria ressaltar estas três coisas: primeiro, a sua Presidência; segundo, o entendimento em torno desse projeto, do Styvenson, do Hamilton e do Contarato. Acho que é meritório, nós precisamos aumentar a pena; essas pessoas não podem continuar se achando impunes. Então, é meritório; conta com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Rapidamente aqui, Presidente, quero também manifestar o meu voto favorável.

Quanto à essa questão de elevação de pena, é sempre bastante questionável se isso resolve o problema da criminalidade, mas, de fato, esses crimes patrimoniais estão com penas muito reduzidas e têm gerado aquele entra-e-sai da prisão, que não se justifica. Também não vejo nenhum problema em se aumentarem as penas de alguns crimes contra a administração pública, como foi o resultado da emenda apresentada pelo Senador Fábio Contarato. E aproveito aqui para elogiar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Desculpe, perdão: Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aproveito aqui para elogiar o trabalho que vem sendo feito pelo Senador Hamilton Mourão aqui no Senado. Não vou falar do passado dele como militar, como Vice-Presidente, mas do trabalho que vem fazendo aqui como Senador, registrando aqui a minha solidariedade contra as ofensas que tem recebido. Acho que não se faz política dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador Mourão, parabéns pelo relatório, mas já que as famílias do Brasil me acompanham, eu preciso deixar bem claro que roubo é roubo, furto é furto. A pena, quando o objeto é de menor valor, vai ser reduzida, mas vai para o inferno porque é pecado. A gente tem que falar que roubo é roubo, furto é furto. E o objeto de pequeno valor é tão subjetivo, Senador Flávio. Se o senhor for na aldeia da minha filha e roubar um colar de caramujo, que é para eles a coisa mais preciosa, se chegar lá no tribunal, o juiz vai olhar e vai dizer: pequeno valor. A pessoa não vai presa, ainda vai reduzir a pena aqui de dois terços. Então, que a gente deixe bem claro, lá para a ponta, para os pais falarem para os filhos: roubo é roubo, furto é furto, não pode, é crime.

E parabéns, General Mourão, pelo relatório. Eu gostaria que... Bom, eu não posso falar muitas coisas agora porque eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, então eu tenho que ficar quieta, mas roubo é roubo; roubo é roubo e punição tem que ser dada.

E quero aproveitar, General Mourão, para registrar toda a minha admiração pelo senhor, todo o meu carinho, por tudo que o senhor tem feito por esta nação. Critica-o quem não o conhece, quem não convive com o senhor. Eu tenho a honra de ser sua parceira – fui sua parceira no Governo anterior – pelo respeito com que o senhor me tratou os quatro anos e o que o senhor fez pela Amazônia, liderando aquela Comissão, e o trabalho que o senhor tem feito aqui no Senado.

É um dos Senadores que chega mais cedo. Ele não dorme, esse homem. Ele lê tudo, ele estuda. Quem vai no gabinete dele, vê o General Mourão lendo tudo que vem para a pauta, estudando e nos orientando, ajudando-nos muito. E vê-lo hoje sendo atacado de forma tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cruel, por quem deveria pregar o amor... Prega-se o ódio, no Brasil. Desculpa Flávio, mas eu precisava falar isso.

General Mourão, receba toda a minha admiração, todo o meu carinho. E é uma honra ser sua companheira aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que argumentação, defesa de ideias, isso faz parte da política, a gente tem que saber argumentar, mas quando a gente é ofendido, a coisa fica complicada.

Eu queria agradecer a manifestação da Senadora Damares, do Senador Sergio Moro, porque é lamentável isso aí. A gente tem que defender as nossas ideias, mas defender de forma educada e coerente sempre.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Mourão.

Eu também faço aqui as minhas palavras de que eu sou sempre a favor de que possíveis desavenças sejam resolvidas fora do público. Às vezes não há necessidade, ainda mais quando parte para alguma ofensa pessoal.

Mas também quero deixar aqui o meu registro do grande Senador que é o nosso amigo, o Senador Mourão, sempre diligente, presente, atuante, que se dispõe a defender determinadas bandeiras e tem legitimidade para isso.

Nós estamos na vida pública... Eu pelo menos já me acostumei. Eu estou há 22 anos na vida pública, eu sei o que é receber críticas que são construtivas, que nos ajudam a refletir muitas vezes e também fico indignado quando recebo ofensas pessoais, pois eu acho que também não há necessidade.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 5.550, de 2020, e às Emendas nºs 2, da CSP, e 3, da CSP, na forma da Emenda nº 4, da CSP (Substitutivo), e pela prejudicialidade da Emenda nº 1.

A matéria vai à CCJ.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, só para fazer um registro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao Senador Mourão e a todos os Senadores desta Comissão pela sensibilidade, por entender. O Senador Mourão entendeu qual foi a intenção quando eu propus essas emendas, assim como com a alteração da pena mínima, porque, volto a falar, botar uma pena de dois a doze anos vai dar acordo de não persecução penal para corrupto. Isso vai dar *sursis*, que é suspensão condicional da pena, porque a tendência do direito penal moderno é condenar na pena mínima. Então, o que nós estamos avançando aqui neste debate... Parabéns, Senador Mourão.

E também quero registrar minha solidariedade com V. Exa., que sempre pautou a vida com equilíbrio, serenidade, sobriedade e que dignifica e muito o honrado Senado Federal. Parabéns pelo seu trabalho.

E obrigado aos colegas pelo acatamento das emendas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos passar ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2734, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos advogados, para defesa pessoal.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2530, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para garantir aos advogados o direito de porte de arma de fogo para defesa pessoal, em todo o território nacional.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 2734/2021, à Emenda nº 1 e, parcialmente, à Emenda nº 2, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2530/2024.

Observações:

1. Em 1/4/2025, foi recebida a emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato, ao PL 2734/2021;

2. Em 1/4/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 2/4/2025, foi recebida a emenda nº 2, de autoria do Senador Sergio Moro, ao PL 2734/2021;

4. Em 07/04/2025, foi recebido novo relatório do Senador Alessandro Vieira;

5. Em 08/04/2025, foram recebidas as emendas nº 3 e nº 4, de autoria do Senador Jorge Kajuru, ao PL 2734/2021;

6. As matérias seguirão posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Antes de passar a palavra ao Relator, eu quero só registrar aqui a Comissão da Isonomia e Porte de Arma do Advogado, Seccional Minas Gerais, na figura do Sr. Presidente, Dr. Bruno César, e do seu Vice-Presidente, Dr. Maércio Dias, manifestando posição favorável ao projeto de lei que vai ser relatado agora pelo Senador Alessandro Vieira; no mesmo sentido, apoiando o projeto, a Abracrim (Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas) também manifestando aqui o apoio ao projeto, o que puder fazer para formalizar neste projeto a anexação dessas duas manifestações... Então, passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre as Emendas nºs 3 e 4.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço licença para ir diretamente à análise.

De início, cabe lembrar que a competência para o exame de constitucionalidade da proposição será feita pela CCJ, cabendo à presente Comissão, portanto, analisar o projeto no contexto de controle e comercialização de armas, nos termos do nosso Regimento Interno.

No que toca ao mérito, entendemos que os projetos são convenientes e oportunos.

A previsão do porte de arma de fogo para advogados, além de assegurar um eficiente meio para a proteção pessoal desses profissionais, equipara-os aos membros do Judiciário e do Ministério Público, categorias que já possuem essa prerrogativa.

Esse tratamento isonômico mostra-se necessário, uma vez que, como muito bem destacado nas justificações das propostas, não há hierarquia entre advogados, juízes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promotores de justiça. Ademais, embora desempenhem funções distintas, todos integram corpos técnicos essenciais à função jurisdicional do Estado.

Não obstante o mérito das proposições, entendemos que é possível conciliar pontos vantajosos de um e de outro PL, bem como proceder a ajustes técnicos, na forma do substitutivo apresentado ao final.

Já fizemos essa leitura na sessão passada, Presidente, e peço a V. Exa. para adiantar um pouco mais aqui o andamento da leitura do relatório para dizer que estamos aproveitando as previsões do direto ao porte de armas feitas no Estatuto do Desarmamento e no Estatuto da Advocacia e também nos valendo da redação apresentada pelo 2.530, de 2024, na forma do substitutivo apresentado ao final.

Com relação à Emenda nº 1, revimos o entendimento adotado na reunião anterior da Comissão, do dia 1º de abril, e passamos a acatar integralmente a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato, por entendermos que a solução está tecnicamente bem ajustada.

A Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Sergio Moro, será acolhida parcialmente, com ajustes de redação, mas, no mérito, integralmente atendida.

E as Emendas nºs 3 e 4, Sr. Presidente, de autoria do Senador Jorge Kajuru, serão rejeitadas, porque seu conteúdo é contrário à própria essência do projeto ao restabelecer a exigência de uma demonstração subjetiva de necessidade.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.734, de 2021, na forma do substitutivo, acolhendo-se a Emenda nº 1 integralmente e, parcialmente, a Emenda nº 2, rejeitando-se as Emendas nºs 3 e 4, restando, por consequência, prejudicado o Projeto de Lei nº 2.530, de 2024.

Passo à leitura, porque acho que é importante deixar consignado, considerando os ataques constantes que esse tipo de matéria gera, para a clareza do que a gente está fazendo.

O art. 7º da Lei nº 8.906 passa a vigorar com as seguintes alterações:

> XXII - portar arma de fogo para defesa pessoal, em todo o território nacional, sendo o comprovante de exercício da atividade suficiente para demonstração de sua efetiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> necessidade, condicionado ao cumprimento dos requisitos legais estabelecidos em lei e regulamento próprio, vedado o ingresso armado em fóruns, tribunais, estabelecimentos prisionais e outros locais públicos ou privados sujeitos a regras próprias de segurança, como estabelecimentos de ensino, igrejas, estádios desportivos e clubes.

E o artigo seguinte diz que:

> "Art. 6º .....
> .....
> XII – os advogados com inscrição na Ordem dos Advogados [...], na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil [...].
> .....
> § 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos [inclusive incisos que se referem aos membros da Ordem dos Advogados do Brasil] [...] está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do *caput* do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento [também] desta Lei.

Faço esse registro para dar mais clareza, Presidente Flávio, porque não se está fazendo liberação indiscriminada. Apenas o que está se alterando é a questão do requisito subjetivo da necessidade. E, nesse ponto – o texto da lei é extremamente claro, o texto do projeto é extremamente claro –, a necessidade fica demonstrada pela comprovação da efetiva atividade como advogado. Então, não é só o registro na OAB propriamente dito – você pode ter o registro e não advogar –; tem que ter a clareza de tudo e os demais requisitos: capacidade técnica, capacidade psicológica, idoneidade, tudo isso vai continuar sendo exigido normalmente.

Então, acho que é um projeto razoável, equilibrado e que atende bem esse equilíbrio importante entre os três pilares da Justiça, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, só quero registrar aqui sobre o projeto que o meu voto até é favorável: é importante esclarecer, porque já saiu matéria em jornal dizendo que o advogado vai ter direito a porte automático de arma de fogo, não é bem isso. Pela redação que foi aprovada por esta Comissão – e foi importante a gente ter esse debate –, está bem claro que a legislação vai continuar exigindo o preenchimento dos demais requisitos para concessão do porte para qualquer outra pessoa, ou seja, a idoneidade, a integridade, a não existência de registros criminais aqui incluídos e igualmente a habilitação técnica e psicológica, que são filtros. Não imagino que haverá uma corrida de 1 milhão de advogados, que é um número expressivo de advogados registrados, através desse armamento; certamente apenas aqueles que se interessarem em ter o porte de arma.

Agradeço aqui também ao Relator por ter acolhido a proposta que nós colocamos que nos pareceu absolutamente necessária, para deixar claro – e coloquei isso na semana passada, ao pedir vista – que o porte de arma não significa que o advogado poderá, por exemplo, entrar armado num julgamento, numa audiência, num fórum, num presídio ou numa delegacia; existem locais que estão submetidos a regras próprias de segurança. Portanto, é necessário fazer essa ressalva específica.

É importante apontar isso, porque eu pedi vista na semana passada e até recebi críticas, pessoas que estavam ansiosas por ter esse direito de porte reconhecido, e até compreendo essa ansiedade. Agora, o papel do Legislativo é a gente discutir os projetos de lei e aprimorá-los. Aqui o fato, inclusive, de o Relator ter acolhido a emenda é um indicativo de que essa medida se faz necessária, porque, mesmo para outras categorias que têm porte de arma, não existe um franqueamento absoluto de sair portando-as em todo e em qualquer lugar. Então, por exemplo, mesmo magistrado e promotor – e aqui se diz na questão da isonomia – não podem entrar num presídio armados. Então, a gente tem que fazer essas ressalvas por questões de segurança. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fico imaginando, num tribunal do júri, onde, às vezes, pela própria prática do local, os participantes incorrem, muitas vezes, em alguma exaltação, e as pessoas ali armadas, com porte de arma; da exaltação por uma agressão verbal, infelizmente, para acontecer uma tragédia é um passo.

Então, precisamos, sim, ter alguns cuidados. Não que isso vá acontecer, não que signifique qualquer discriminação contra o advogado, mas o fato é que está sendo reconhecido o direito de porte de arma, observados os requisitos legais, os demais requisitos legais, mas é necessário que a lei tenha essas ressalvas. O que a gente não pode aqui é fazer nosso trabalho legislativo pela metade. Aprova-se uma lei e acha-se: "Ah, depois o Judiciário vai resolver na interpretação como é que se cuida disso".

Então, a classe de advogados... E sei que não são todos os advogados que têm interesse em porte de arma – tanto é assim que a OAB nacional, parece-me, nem se manifestou a respeito disso, mas algumas entidades de classe se manifestaram –, mas, em relação àqueles que tinham mais ansiedade em ter esse direito reconhecido, vamos destacar que o pedido de vista por uma semana e o aprimoramento da lei estão dentro das atribuições do Legislativo e deste Senador. Então, eu não vou deixar de exercer as minhas atribuições para atender a ansiedades. As pessoas, acho que podem esperar um pouquinho a deliberação legislativa.

Mas adianto aqui o meu voto favorável ao trabalho do Relator e espero que não seja mal interpretado o projeto, como tem sido colocado pela imprensa, aqui, sobre o porte automático de arma, o que não é exatamente isso que está se aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Volto a palavra ao Relator para fazer algumas considerações também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Apenas para fazer o registro, Sr. Presidente, da presença do Dr. Rafael Horn aqui, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por Santa Catarina; quero agradecer a presença dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, só queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra, Senadora Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ainda mais com esse cabelo louro bonito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lindo, né?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai passar na frente do Senador Marcio Bittar agora. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, desculpe, Marcio, desculpe, desculpe, desculpe!

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu achei que não tinha ninguém inscrito mais.

Eu quero cumprimentar o autor também, Senador Flávio Bolsonaro. O senhor foi muito feliz com a proposta. E vamos lembrar que o projeto de lei é de 2021, o que mostra que foi discutido, teve tempo de todo mundo se manifestar, todo mundo se posicionar; o voto do Senador Alessandro, depois de ter apresentado a adequação que o Moro apresentou...

Eu quero, assim, ao autor, ao Relator e aos que apresentaram emendas, em nome das mulheres advogadas, agradecer. Agradecer, é necessário; a gente estava esperando isso já há muito tempo. Então, eu faço aqui o registro em nome das mulheres advogadas e quero mandar um recado para aqueles que nos perseguem: se preparem, porque a gente vai se armar dentro dos critérios estabelecidos aí pelo nosso Relator!

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares.

Agora, Senador Marcio Bittar...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... cavalheiro.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – É claro, ainda mais sendo a Damares. Quem sou eu? Mas, claro, como qualquer uma colega.

Presidente, eu voto a favor por uma razão bastante simples: já defendi publicamente durante anos que a pessoa que tiver a ficha limpa, querendo, deve ter o direito de adquirir uma arma. Portanto, se fosse uma geral, eu estaria votando a favor. Então, acho que os advogados também estão entre esses que merecem o porte de arma.

Acho que as emendas do Contarato, por exemplo, Senador Contarato, aperfeiçoam essas observações que o nosso Sergio Moro já fez, aperfeiçoam, acho, sobre o ambiente, que, em alguns ambientes, claro, não se deve estar com uma arma na cintura. Mas, enfim, eu voto a favor, porque já é uma tese que eu venho defendendo para todo mundo, embora eu, pessoalmente, não queira ter arma, nunca quis ter, mas eu entendo que eu não posso proibir meu vizinho que tem a ficha limpa de querer ter uma arma de fogo. Isso não é privilégio, eu só quis dizer por conta disso, porque eu acho que todos deveriam ter esse direito. Privilégio, eu acho, é o advogado poder ter como cliente bandido da facção criminosa, e a audiência dele na prisão não ser gravada. Isso sim, porque nós todos sabemos que uma das maneiras de o crime organizado continuar comandando de dentro do presídio é através da relação com o seu advogado. Então, é um absurdo! Todos nós sabemos disto, que ele manda ordem de execução, entre outras, pelo seu advogado. E nem no caso do membro de facção criminosa você não ter o direito de gravar para poder utilizar isso na defesa da sociedade? Aí, sim, isso eu acho um privilégio. E, porque acho privilégio, tenho um projeto de lei apresentado nessa direção.

Quanto ao projeto em pauta, eu voto a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Para tratar do projeto, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Senador Flávio Bolsonaro, eu quero parabenizar V. Exa. pela autoria do projeto de lei, ao passo que quero aqui cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, que dignifica e muito este Senado Federal, que qualifica o debate, e também cumprimentar o Senador Sergio Moro pela atenção, pelo cuidado. Eu assim como V. Exa. e assim como o Senador Alessandro, que trabalhamos diretamente com segurança pública, ou na qualidade de delegado ou – no caso, o senhor – de juiz, sabemos que nós temos que resguardar a integridade e a tranquilidade de um ambiente desse. Então, as emendas propostas, para mim, foram de fundamental importância.

E também quero deixar claro que, quando eu fiz essa fala, não foi no sentido de impedir, não; é simplesmente porque nós vivemos num país com elevado índice de disparo de arma de fogo, nós vivemos num país em que infelizmente o feminicídio é alarmante. E nós temos que ter cautela mesmo com o requisito apenas de natureza objetiva, como é o caso de alçar a função e o *status* de ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil... Como eu citei o exemplo na sessão passada, meu sobrinho no nono período foi aprovado na OAB e, no décimo, depois que ele colou, já teria direito a usar o porte de arma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Depois que ele colou grau, não é? Não é que ele colou na prova da OAB, não, não é? (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Claro, perfeito. Não, não! Ele é estudioso.

Que perpasse pelos requisitos de segurança para a própria população.

Parabéns, Senador Alessandro Vieira, pelo brilhante relatório, que tem o meu voto favorável.

Parabéns, Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.734, de 2021, à Emenda nº 1, da CSP, e parcialmente à Emenda nº 2, na forma da Emenda nº 5-CSP (Substitutivo), que apresenta, contrário às Emendas nºs 3 e 4, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei 2.530, de 2024.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

E eu quero também aqui agradecer muito ao Senador Alessandro Vieira pela sua competência, pela sua seriedade, pela sua transparência neste relatório.

Eu entendo até que não haveria necessidade de se colocarem essas emendas no projeto, porque, na prática, existem normas regulamentadoras que iriam no mesmo sentido, mas, por outro lado, foi vital, sim, o acolhimento dessas emendas, porque nós como legisladores temos que fazer o máximo possível para que não existam margens para interpretação. Por mais que eu já tenha o entendimento de que o que está no texto da lei já valeria, é importante, sim, nessa legislação específica, que nós coloquemos ali com toda a clareza, com toda a transparência, porque a vontade do legislador tem, no meu ponto de vista, sempre que prevalecer sobre a interpretação de um magistrado sobre essa lei.

Quero também agradecer ao Senador Sergio Moro pelas emendas, ao Senador Fabiano Contarato e a todos que se manifestaram aqui favoravelmente a este projeto de lei.

E fico feliz de ter tido esse consenso, essa unanimidade aqui na Comissão de Segurança Pública. Vamos trabalhar agora na CCJ para que seja aprovado o quanto antes também este projeto de lei, que é aguardado ansiosamente por grande parte dos advogados e advogadas também de todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos, de coração.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Em 11 segundos, subscrevo o que o senhor falou exatamente sobre a questão da clareza que o projeto tem, graças a esse aperfeiçoamento.

Muito obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Como dizia o grande filósofo Castor de Andrade: vale o escrito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, vale o escrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vale o escrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É melhor, é melhor... Eu não sei qual é melhor: o primeiro ou o segundo. Eu não sei. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem diria que o nosso General Mourão tinha o Castor de Andrade como referência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Melhor a gente continuar na pauta aqui.

Eu vou inverter a pauta aqui, a pedido do Senador Sergio Moro, que é o próximo Relator.

Vamos tratar do item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 677, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de corrupção ativa e passiva no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 08/04/2025, foi recebida e Emenda nº 1 de autoria do Senador Fabiano Contarato.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Maior entusiasta: Senador Fabiano Contarato.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro, para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre a Emenda nº 1.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, só para também fazer constar o meu elogio a V. Exa. pela autoria do projeto anterior, de fato, atendendo uma reivindicação de parte da classe dos advogados, e o resultado final acho que é bastante a contento. Isso também é importante destacar, porque facilita a aprovação nas fases posteriores.

Vou aqui, então, ao parecer.

Vem a esta Comissão de Segurança Pública, para exame, o Projeto de Lei 677, de 2021, de autoria do Senador Marcos do Val, que altera a Lei 8.072, de 1990, para incluir os crimes de corrupção ativa e passiva no rol dos crimes hediondos.

Vou direto à análise, Presidente.

Sob o aspecto regimental, registramos que compete a esta Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições pertinentes ao tema combate à corrupção.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei 8.072 estabelece, regulamentando o art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, o rol de crimes hediondos. Tais crimes têm um tratamento penal mais rigoroso, são insuscetíveis de graça, indulto, anistia e fiança e o condenado por tal delito cumpre a pena em percentual maior do que as demais em regime fechado.

O rol de crimes hediondos deve ser preservado para conter apenas as condutas consideradas gravíssimas, que causam repugnância social e atentam contra os valores mais caros ao indivíduo e à sociedade, seja pelo modo ou pelo meio de execução, seja ainda pela finalidade que presidiu a ação criminosa ou pelas consequências do crime.

A nosso ver, esse é o caso dos crimes de corrupção passiva e corrupção ativa.

A corrupção no Brasil é uma mazela histórica, vindo desde épocas remotas, desde a colonização portuguesa, prosseguindo vigorosa, infelizmente, até os dias atuais.

Dados recentes, inclusive publicações da organização não governamental Transparência Internacional, a nota do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção foi considerada baixa (34 pontos), o que significa que a percepção de corrupção no Brasil avança em patamar elevado. Em um *ranking* de 180 países e territórios, o Brasil atualmente está na 107ª posição, na sua pior posição da história, empatado com Argélia, Malauí, Nepal, Níger, Tailândia e Turquia, que – com todo o respeito a esses países – não são exatamente referências positivas em matéria de combate à corrupção e de instituições fortes.

Entre 2022 e 2023, até o presente momento, o Brasil apresentou gradativa piora, tendo obtido notas 38 e 36. Esses índices situam o Brasil lado a lado com os regimes não democráticos. O IPC mostra ainda que o Brasil teve pouco mais de uma década perdida no combate à corrupção.

Sigo aqui sintetizando. É sabido que a corrupção afeta significativamente o bem-estar da população brasileira. Ela mata também, como outros crimes que constam no rol de crimes hediondos, porque ela tira dinheiro da saúde, ela tira dinheiro da educação, reduzindo as oportunidades que as pessoas têm para as suas vidas, ela retira dinheiro das obras públicas, ela compromete as nossas instituições, inclusive as nossas instituições democráticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que, pelas suas consequências difusas, podendo atingir diversas camadas da população, os crimes de corrupção ativa e passiva são considerados gravíssimos, o que justifica a sua inclusão no rol dos crimes hediondos, sendo, portanto, minha posição favorável ao projeto apresentado pelo Senador Marcos do Val.

Destaco aqui ainda que nós temos visto essa deterioração progressiva do combate à corrupção neste país, e, embora esse projeto de lei não resolva todos os problemas, também é uma forma de este Parlamento, de este Senado, de esta Comissão de Segurança e dos pares aqui presentes termos uma inicial reação contra essa deterioração.

Quanto à análise da Emenda 1-CSP, de autoria do Senador Fabiano Contrato, voto pelo acolhimento parcial, para agregar ao rol de crimes hediondos os crimes de peculato, concussão, juntamente com corrupção ativa e passiva, já que esses crimes têm características e natureza similar aos crimes já inicialmente contemplados no projeto originário.

Também sou favorável à majoração das penas mínimas dos respectivos crimes no Código Penal, para passarem dos atuais dois anos para seis anos.

As mudanças são adequadas, uma vez que tais tipos penais são similares à corrupção, e o aumento das penas igualmente se justifica em virtude da gravidade das condutas praticadas e pelos abusos que nós temos assistido na celebração de acordos de não persecução penal.

Quanto aos demais crimes citados na emenda proposta, destaco aqui que não discordo do mérito de propor a elevação, mas entendo que, por eles terem uma gravidade e natureza diversa dos crimes aqui pensados, eles devem ser tratados em projeto de lei apartado.

Vou ao voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 677, de 2021, e acolhimento parcial da Emenda nº 1-CSP, nos termos das emendas apresentadas a seguir:

EMENDA Nº – CSP

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 677, de 2021, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.072 [...] para incluir os crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa no rol dos crimes hediondos, e o Decreto-Lei nº 2.848 [...] (Código Penal), para majorar as penas mínimas dos respectivos tipos criminais.

Dê-se ao art. 1º da Lei 8.072 a seguinte redação:

"Art. 1º.....

XIII – peculato (art. 312, *caput* e §1º);

XIV – concussão (art. 316, *caput* e §§1º e 2º);

XV – corrupção passiva (art. 317, *caput*, e §1º); e

XVI – corrupção ativa (art. 333, *caput*, e parágrafo único).

....." (NR)

EMENDA Nº – CSP

Inclua-se o seguinte artigo 2º ao do Projeto de Lei 677, de 2021, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

"O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 312.....

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

....." (NR)

"Art. 316.....

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

.....

§2º.....

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa." (NR)

"Art. 317.....

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

....." (NR)

"Art. 333.....

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

....." (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para esclarecer, então, eu estou acolhendo parcialmente a emenda do Senador Fabiano Contarato, porque, de fato, concussão e peculato são crimes de natureza e gravidade semelhantes aos crimes de corrupção passiva e ativa. Então, a inclusão dos respectivos parágrafos faz todo sentido.

E, da mesma forma, também concordo com a proposição, que, aliás, é similar à emenda apresentada ao projeto do ilustre Senador Hamilton Mourão.

E aqui, Senador, acho que faz uma corrida saudável entre os projetos, o que for aprovado é o que vai valer no final. Acho que é importante, já que a gente não sabe como é que vai ser o destino desses dois projetos, a gente ter idênticas proposições em projetos separados.

Quanto aos demais crimes propostos lá, Senador Fabiano, aí eu peço vênia a V. Exa., porque eu creio que, em determinados modos de atuação, eles têm características diferentes. Então, inserção de dados de sistema informático às vezes pode ser um crime de estelionato, que tem uma gravidade – estelionato contra a administração pública –, mas às vezes pode ser alguma mudança de menor gravidade, vamos colocar assim.

E a própria lavagem de dinheiro, embora seja um crime extremamente grave, por vezes pode ter, por crimes antecedentes, delitos de menor potencial ofensivo, como, por exemplo, furtos menores, e quem sabe aí não se justifica.

De todo modo, não digo que sou contra, mas creio que não tem a mesma natureza e gravidade dos crimes que estamos contemplando aqui, e eles podem, daí, ser tratados num projeto à parte.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Em discussão o novo relatório apresentado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Inicialmente, eu quero aqui parabenizar o Senador Sergio Moro pelo relatório, mas, Senador, eu só queria, assim...

É claro que eu respeito a decisão de V. Exa. e entendo a argumentação, mas quando eu propus também... Já que nós estamos alterando e inserindo na Lei dos Crimes Hediondos, que é a Lei 8.072, de 1990, é necessário aqui fazer uma retrospectiva até histórica de como surgiu essa lei.

Nós lembramos aqui que, na época, a Daniela Perez foi vítima de um brutal assassinato, e nós não tínhamos, e foi surgida ali a Lei dos Crimes Hediondos. No meio jurídico, ela foi até intitulada como Lei Hedionda. Por quê? Porque, Senador Amin, ela não tinha nem um conceito do que é hediondo.

Eu costumava até brincar, falar que o legislador, como se incorporasse alguém ou uma entidade, começasse – com todo o respeito. Não quero ofender nenhuma religião. Nada disso. Mas ele não definiu o que seria hediondo, e ele colocou lá: "São considerados hediondos, para efeitos dessa lei, todos os previstos no Código Penal, tentados ou consumados...". E ele elencava aqueles crimes que ele jurava importantes.

V. Exa. sabe do meu entusiasmo efetivamente em tornar as condutas de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão, extorsão, como crime hediondo. Porque, como muito bem disse o Relator, quanto aos crimes de corrupção, quando se desvia verba pública, dinheiro público, você está matando pessoas. Se você desvia verba da saúde, você está matando milhões de pessoas; se você desvia verba da educação, você está matando o sonho de milhões de jovens.

Agora, quando eu fiz a proposição, Senador Sergio Moro – só para esclarecer –, não foi para qualquer crime ou crime de menor potencial ofensivo. Quando eu cito a Lei 8.137, que se refere aos crimes contra a ordem tributária, ela tem ali apenas de três a oito anos. Quando eu cito a lei contra o sistema financeiro, também tem lá uma pena elevada. O crime de lavagem de capitais, também. Então, eu acho que era o momento de, efetivamente, a gente refletir sobre quais são, efetivamente, os crimes que nós queremos que estejam elencados na Lei 8.072, que é tratada como a Lei dos Crimes Hediondos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço a V. Exa. pela sensibilidade, entendo a reflexão e a retirada, e o não acatamento, ou o acatamento parcial excluindo essas, mas eu volto a falar que, sempre que eu tiver oportunidade, eu estarei aqui defendendo que os crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de lavagem de capital, isso tem que ser crime hediondo, porque nós não estamos aqui penalizando crime a título de culpa, por imprudência, negligência e imperícia, que é a trilogia da culpa: nós estamos atribuindo crimes a título de dolo. Diz-se que crime doloso é quando a gente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; é intencional. E, quando você faz isso, seja nos crimes contra a ordem tributária, seja nos contra o sistema financeiro, seja nos de lavagem de capitais, você está tirando dinheiro da educação, você está tirando dinheiro da saúde, você está tirando a possibilidade de o Estado arrecadar, através do sistema tributário, para implementar as políticas públicas. Então, não é...

Não houve só uma ofensa, como é um crime contra o patrimônio, de furto, lá do 155, em que você tem uma vítima determinada. Houve uma violação de dever funcional, houve um crime com múnus público de ser servidor público, houve ali crimes contra a ordem tributária, de lavagem de capitais, contra o sistema financeiro, e foi praticado dolosamente, com pena privativa de liberdade, que ouso falar que não é nem de detenção, mas é de reclusão, e com pena de três a seis, e assim sucessivamente – que acho que deveria, inclusive, aumentar, como nós fizemos na corrupção: seis a doze anos, porque aí não vai ter *sursis*, que é a suspensão condicional da pena, não vai ter a possibilidade de acordo de não persecução penal.

Parabéns, Senador Mourão!

Eu espero que, aos poucos, os meus colegas Senadores desta Comissão acatem e tenham a sensibilidade de acatar em relação aos crimes contra a ordem tributária, aos crimes contra o sistema financeiro, aos de lavagem de capitais, também como no crime hediondo, porque eles foram praticados de forma dolosa e intencional, com pena privativa de liberdade, de reclusão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Senador Sergio Moro!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar o Relator e parabenizar também o colega Fabiano, pelas inserções por emenda.

De fato, a gente precisa começar a tratar com a dureza necessária este tipo de crime – corrupção, peculato, concussão. E nós somos obrigados, como legisladores, a corrigir interpretações que a Justiça vem dando nas últimas jornadas.

Porque, observe, quando nós editamos a legislação que cuida do acordo de não persecução penal, em nenhum momento se cogitou da hipótese de que esse acordo pudesse ser ofertado a um corrupto condenado. O acordo de não persecução era uma ferramenta para evitar a existência do processo. E depois a Justiça foi fazendo extensões interpretativas, a chegar ao extremo, que hoje já está consolidado, de que condenado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, depois de condenado, ainda pode ter direito a fazer um acordo de não persecução.

Então, ao corrigir esse mínimo de pena, a gente retira essa possibilidade de interpretação, o que vai se alinhando com o que, infelizmente, me parece que será necessário fazer aqui no Brasil: uma série de ajustes na legislação para evitar os arroubos interpretativos do Supremo Tribunal Federal, porque esses arroubos atendem a interesses particulares, não estão vinculados a um interesse público. E isso não se dá só nessa lei, mas se dá em várias. Você vai expandindo, por via de interpretação, para coisas que não foram previstas pelo legislador.

Então cabe, sim, ao Senado, cabe ao Congresso legislar. Isso tem um nome, enfim, tem toda uma estrutura já doutrinária nesse sentido, para que a gente possa devolver para o eixo daquilo que democraticamente foi escolhido pela população brasileira através de seus representantes. E em nenhum momento a população brasileira, através de seus representantes, entendeu que se poderia passar a mão na cabeça de corrupto através de interpretação extensiva.

Então, vai muito bem o projeto, tem o meu voto, tem o meu apoio.

Parabéns, Relator e autor, Senador Marcos do Val, que tem que ser referido. Parabéns, Marcos, pela iniciativa e, Fabiano, pela inserção, pela emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero apenas fazer coro ao que disseram aqui os Senadores Contarato e Alessandro Vieira, além de aplaudir tanto a iniciativa quanto o relatório.

Realmente, tanto no caso do porte de arma, de que nós tratamos há pouco, quanto neste, aquilo que foi... A Assembleia Legislativa de Minas Gerais que iniciou este debate do que é a qualidade da lei, a legística mais adequada, legística, só que legística não no sentido do exame de uma agressão, do corpo de delito, não; legística no sentido de qualidade da lei, diante dessas controvérsias que estão se estabelecendo com um efeito muito ruim perante a sociedade, como o senhor descreveu. E o pior é que isso está acontecendo repetitivamente. Então, ficou uma discussão. Agora já tem dois votos para liberar alguém que confessou e, agora, desconfessou: corrupção, e, em muitos casos, tendo, inclusive, devolvido dinheiro. Daqui a pouco vão receber de volta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Virou precatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se cair em precatório, mas, se considerar alimentar, vai acabar recebendo antes. E o alimentar aí pode ser aquilo que eu perdi.

Então, as interpretações não são apenas casuísticas; elas são piores do que isso. Elas são de uma pendularidade – quando o pêndulo vai para lá e vai para cá – e uma frequência que dá até para fulanizar o modelo do alfaiate e o modelo do cliente. De sorte que eu queria salientar o seguinte – o Senador Contarato falou muito bem –: quando surgiu a palavra "hediondo", ninguém conseguiu dizer o que era hediondo, mas o dicionário resolve, o mais singelo: hediondo é o que provoca horror, repulsa, indignação moral e é sórdido. Esses são os quatro requisitos do hediondo, Senador, e isso foi obtido no dicionário mais elementar.

E, no caso, este momento que nós estamos vivendo de tratamento da corrupção é isso mesmo, provoca indignação moral. O Ruy Barbosa já falava: "De tanto ver crescer [...], o homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega a desanimar-se das virtudes, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto". A frase é antiga, mas nunca foi tão atual. Até porque o efeito midiático, Marcio Bittar, torna maior o horror, maior a indignação, maior a repulsa, para não dizer revolta, das pessoas.

Então, eu acho que o projeto é bom, é oportuno. E ele escreve da maneira certa, ou seja, ele explicita; e esse é um dos benefícios que a legística que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais iniciou já na década de 90, quando se fez a lei complementar que dispõe sobre redação de leis – Lei 98, de 1996, se a memória não me falha. É a legislação sobre legística, que é uma lei complementar que rege para nós a forma de dirigir a lei para que não haja dúvidas. Uma última palavra: para que ela seja unívoca, ou seja, ela queira dizer uma coisa só, que é o princípio da univocidade. Ela não pode dar margem tanto quanto possível à imaginação, à criatividade, como está também na moda; use a criatividade que a criatividade tem...

Portanto, o meu voto é a favor, mais uma vez, homenageando tanto os que já comentaram quanto o autor e o Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cada vez mais uma mente brilhante.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só um rápido comentário.

Só reiterando, acho que este momento é importante porque a gente vê no país um desmonte dos sistemas de prevenção e de combate à corrupção. Não vou entrar aqui em questão partidária nem nada, porque a questão da corrupção é um problema crônico que a gente tem no país e atinge diversos níveis da Federação, desde o alto funcionário, desde o pequeno funcionário, mas existe uma deterioração muito clara em curso.

Creio que temos uma responsabilidade aqui do Congresso. Sei que esse projeto é difícil, tem um trâmite longo pela frente, mas temos uma responsabilidade de dizer "não, a gente não concorda com isso". Ao contrário, o que a gente quer é rigor. E uma forma de você deixar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento mais rigoroso é colocar esses crimes como crimes hediondos. O regime de cumprimento de pena é bem mais severo. Do outro lado também a elevação da pena é pertinente, porque, de fato, não adianta botar a pena de 12 anos, porque os juízes passam hoje... A jurisprudência é da pena mínima, então começa lá na pena mínima.

E, nessas situações que mencionamos de acordo de não persecução penal, é óbvio que não era a intenção que fosse proposto o acordo de não persecução penal para quem rouba o Erário, mas é o que estão fazendo. É o que estão fazendo e desmoralizando a República. Então, está na hora de dizer "não", "basta".

Acho que esta Comissão cumpre bem o seu papel. E aqui ainda foi um trabalho coletivo: o Senador Marcos do Val, autor; relatei o projeto; o Senador Fabiano Contarato contribuiu com aprimoramento aqui de novas proposições; e se vê, pelos discursos dos nossos ilustres pares, que tem o apoio unânime desta Comissão. Vamos trabalhar para que ele siga adiante e quem sabe possa ser um primeiro passo para a gente voltar a falar que a honestidade vale a pena neste país, não só para o setor privado, mas igualmente para o setor público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro. Eu havia prometido e me comprometido com V. Exa. que, assim que essa matéria estivesse aqui na Comissão, ela seria pautada e votada com toda a tranquilidade e, pelo que eu estou vendo, de forma unânime.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Flávio, só para complementar uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... porque eu iniciei falando aqui como surgiu a Lei de Crimes Hediondos. Na verdade, com a morte da Daniella Perez, o homicídio qualificado, Senador Esperidião Amin... Pasmem! A pena é de 12 a 30 anos. O homicídio qualificado não era considerado crime hediondo. E aí, sim, com aquela morte, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mobilização nacional e foi introduzido o homicídio qualificado como crime hediondo, partindo, então, a inserir novos crimes ali nesse rol.

E eu faço aqui, mais uma vez, o apelo aos colegas quando nós estivermos debatendo os crimes contra a ordem tributária do sistema financeiro e lavagem de capitais: também colocá-los lá como crime hediondo.

Muito obrigado.

Parabéns, Senador Marcos do Val. Parabéns, Sergio Moro.

Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro, pela sensibilidade de estar pautando esses temas que para mim... O senhor sabe como eu sempre defendi esses projetos.

Senador Flávio, eu só queria aqui tomar, rapidamente, um pouquinho mais do tempo dos colegas. Eu apresentei 12 projetos que, para mim, são de fundamental importância para o combate ao crime e à criminalidade. Um deles é aumentar o período de internação de adolescentes em conflito com a lei. Não é razoável você ter o Estatuto da Criança e do Adolescente com internação de, no máximo, três anos. Olha, por que a gente não fala que, nas hipóteses de ato infracional praticado com violência ou grave ameaça ou equiparado a crime hediondo, esse período pode ser maior?

Eu peguei estudos do G20. O Brasil é o mais permissivo. Nós temos que aumentar, nós temos que dificultar remissão de pena pelo trabalho. Se o condenado praticou falta grave – isso está na Lei 7.210 –, ele não pode ter o benefício.

Então, são várias medidas que eu postulei, e eu espero que, se o Senador Davi Alcolumbre distribuir para cá, V. Exa. olhe com carinho e distribua para os colegas para que abracem esse tema desse pacote de 12 projetos de lei voltados para a segurança pública, que eu reputo de fundamental importância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato. É que V. Exa. não tinha chegado ainda. Uma das primeiras medidas que eu tomei enquanto Presidente da Comissão de Segurança foi distribuir as 96 propostas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as relatorias, pedindo celeridade – são 15 dias, são dez dias úteis que o Relator regimentalmente tem para apresentar um relatório, ou 15 dias, salvo engano –, porque tem projetos aqui que já estão há alguns anos parados, sem que o relatório seja apresentado. Então, eu redistribuí aqueles que estavam há mais tempo parados e mais uma vez reforço aqui o pedido para que deem celeridade na apresentação dos relatórios para que nós possamos pautar esses projetos na Comissão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Como V. Exa. está muito bondoso comigo hoje e sempre, existe o Projeto de Lei 3.613, e, se V. Exa. puder me designar como Relator, eu ficarei feliz. Ele efetivamente altera a Lei 8.072, para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino. Se V. Exa. puder me designar como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se não tiver sido designado Relator já, eu passo para V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E aí eu já apresento na próxima reunião o relatório sobre isso, que eu acho fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É de que ano? É recente?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É de 2023...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acredito que já tenha sido distribuído, mas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... 3.613. Não foi distribuída ainda a relatoria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É que talvez não esteja no sistema, mas eu fiz a minha assessoria... Eu mesmo, pessoalmente, peguei lá e, se eu não tiver me comprometido já com nenhum outro, certamente a gente pode passar para o Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o novo relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 677, de 2021, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos das Emendas 2, 3 e 4 da CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Então, retorno aqui ao item 3 da pauta, com a presença do nosso Relator, Presidente Petecão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3605, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto, com a emenda que apresenta, assim retificada: “renumerar o pretendido inciso IX do § 2º do art. 121 do Código Penal como inciso V-A", e favorável à Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 18/3/2025, foi lido o relatório e adiada a apreciação da matéria;

2. Em 25/3/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

3. Em 1/4/2025, a matéria foi retirada de pauta;

4. Em 4/04/2025, foi recebida Complementação de Voto do Senador Sérgio Petecão;

5. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra o Senador Sérgio Petecão para a leitura da sua complementação de voto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Na reunião do dia 18/3/2025, procedi à leitura do relatório ao Projeto de Lei (PL) nº 3.605, de 2021, e correspondente voto pela aprovação da matéria, com a emenda nele apresentada.

Ainda naquela reunião, após manifestação do Senador Fabiano Contarato no sentido de alterar dispositivo do projeto, a proposição foi retirada de pauta.

Seguiu-se, então, a apresentação da Emenda nº 1 desta Comissão, de autoria do Senador Fabiano Contarato, para aprimorar a redação do §5º do art. 155 do Código Penal, que passaria a ser a seguinte...

Consideramos que a emenda é meritória.

Além da necessária atualização consubstanciada na ampliação do objeto furtado, para alcançar veículos elétricos e reboques, a descrição da qualificadora passa a ter foco na intenção do agente, em coerência com a teoria da ação, que rege o direito penal brasileiro.

Aproveitamos também esta complementação para fazer um pequeno reparo no voto anterior. Observamos, nesta oportunidade, que o PL modifica a redação do inciso IX do §2º do art. 121 do Código Penal, mas essa não parece ter sido a intenção do seu autor, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Percebe-se claramente que o propósito do PL foi o de acrescentar ao tipo penal a circunstância qualificadora, consistente no cometimento do crime contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

Vamos ao voto.

Então, como complemento do voto, acolhemos a Emenda nº 1, desta Comissão, e retificamos a emenda que apresentamos anteriormente, nos termos acima descritos, para renumerar o pretendido inciso IX do §2º do art. 121 do Código Penal como inciso V-A.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 3.605, de 2021, e às Emendas nº 1 e 2, da CSP, com a seguinte retificação: renumerar o pretendido inciso IX do §2º do art. 121 do Código Penal como inciso V-A.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, tem dois requerimentos do Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é, ele me apresentou. É porque eu, na verdade, não tive nem tempo de ler os requerimentos e talvez fazer algumas sugestões nos nomes que ele está sugerindo. Aí eu vou propor que, na próxima reunião, nós apreciemos os requerimentos do Senador Girão. Ele me encontrou aqui no corredor e me entregou, mas eu não tive nem tempo de ler ainda.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Wilder Morais, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Weverton, Jaime Bagattoli, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim e Eduardo Girão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 2/2025 - CSP, de autoria do Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Prestar informações sobre a suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) mantidos entre a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECOS). **Participante:** Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/09

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Bom dia a todos.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que vem a esta Comissão prestar informações sobre a suspensão dos acordos de cooperação técnica mantidos entre a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Clima Organizado – Gaecos), em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2025, da Comissão de Segurança Pública, de autoria do Senador Sergio Moro.

A audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos cidadãos, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado 0800 0612211.

Peço aqui à assessoria que conduza à mesa o Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski e também os demais secretários que o acompanham para esta audiência pública. (*Pausa.*)

Cabem quatro aqui na mesa.

Se quiserem colocar os sete à mesa só vai ficar apertado, mas, se quiserem, a gente dá um jeito de colocar as cadeiras para o lado para caberem os sete. (*Risos.*)

Vamos combinar os procedimentos enquanto o pessoal está se ajustando aqui na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na presente reunião, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro usará da palavra sem interrupções para suas exposições iniciais pelo prazo de 30 minutos; após a exposição, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, na ordem de inscrição, em blocos de até três oradores.

Cada Parlamentar terá o tempo de cinco minutos, óbvio, com alguma tolerância, para fazer seus questionamentos, e, ao final do bloco, o Ministro terá dez minutos para as suas respostas. Para contraditar, o orador poderá usar a palavra novamente, pelo prazo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para a tréplica, se for o caso.

Mais uma vez, dou bom dia a todos e agradeço a presença do Sr. Ministro nesta Comissão.

Da minha parte, sempre, este tema segurança pública será tratado independentemente de partido, independentemente de Governo. É um assunto que atinge todos diretamente, sem nenhuma distinção de classe, cor, sexo. Todos, hoje, no país, eu falo em especial pelo meu Estado do Rio de Janeiro, passamos por dificuldades nesta área. Então, acho que é um tema comum entre todos nós aqui para buscarmos soluções para que a população tenha o seu legítimo, constitucional e sagrado direito à segurança pública.

Todos nós sabemos que isso não se faz com uma única iniciativa em si. É um conjunto de iniciativas legislativas, executivas, administrativas, orçamentárias para que a gente consiga dar a resposta necessária a esse crescimento desordenado do crime organizado, em especial, em todo o nosso país, e também dos crimes mais violentos.

Concedo a palavra, por 30 minutos, ao Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Presidente da mesa, Senador Flávio Bolsonaro, reiterando o prazer de revê-lo, ainda que numa situação mais formal, mais protocolar.

Peço licença para cumprimentar, creio que é o decano da Casa, o Senador Jaques Wagner ou pelo menos é o nosso Líder do Governo aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nas pessoas do Senador Flávio Bolsonaro e do Senador Jaques Wagner, eu cumprimento todos os demais Parlamentares aqui presentes.

Cumprimento os servidores e colaboradores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, os servidores da Casa e os jornalistas aqui presentes.

Eu sempre venho com muita satisfação aqui ao Parlamento dar explicações com relação ao trabalho que nós desenvolvemos no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Aliás, é uma obrigação constitucional vir aqui e, publicamente, dar satisfações aos representantes do povo.

E quero dizer que não venho sozinho. Sempre que venho ao Parlamento, seja à Câmara Baixa, seja à Câmara Alta, eu trago a cúpula do ministério.

Então, nós temos aqui o Dr. André Garcia, que é o Secretário Nacional de Políticas Penais.

Temos aqui o Dr. Andrei Rodrigues, que é o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Temos aqui o Dr. Mario Sarrubbo, que é o Secretário Nacional de Segurança Pública.

Temos aqui o Dr. Antônio Fernando, que é o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal.

Temos o Manoel Carlos, que é o Secretário-Executivo do ministério.

Temos a Thais Arbex, que está em algum lugar, que é a nossa chefe de comunicações.

Temos também aqui o meu assessor especial Marcelo Pimentel.

E temos o Marivaldo Pereira, que é o Secretário de Assuntos Legislativos.

Portanto, nós estamos trazendo a cúpula aqui não apenas para demonstrar o respeito que temos ao Senado Federal, mas também para demonstrar a todos a qualidade técnica do nosso ministério. O nosso ministério é altamente técnico, não é um ministério político. Age dentro da lei, dentro da Constituição, age dentro das suas estritas competências, e nós tivemos a satisfação de escolhermos os melhores profissionais da segurança pública para que cada um desempenhe as suas funções nas respectivas áreas.

Nós somos um ministério, hoje, que temos ampla transparência. Por exemplo, o Dr. Mario Sarrubbo, que é o nosso Secretário Nacional de Segurança Pública, instituiu um portal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência em que, em tempo real, os Srs. e as Sras. Parlamentares podem, por exemplo, seguir o caminho das emendas que foram destinadas à segurança pública.

Isso é absolutamente importante para que as emendas não se percam no meio do caminho. Cada Parlamentar que se dispuser – e nós agradecemos se esse for o caso – a encaminhar emendas para a segurança pública, seja para a Polícia Federal, seja para o setor penitenciário, enfim, seja para as várias atividades que nós desenvolvemos, nós teremos, claro, grande satisfação e seremos muito agradecidos, mas com esta característica: os Parlamentares podem acompanhar desde o momento da destinação até o momento em que chegaram ao seu destino.

Isso me parece um grande avanço. Isso ocorre não apenas nessa questão das emendas, mas o nosso ministério é absolutamente transparente. É claro que existem algumas operações confidenciais e sigilosas que, por razões óbvias, não podem ser antecipadas, mas, sempre que terminam, elas são públicas e todos têm acesso ao que ocorreu.

Quero agradecer mais uma vez, Senador Flávio, essa convocação ou esse convite e não vou extrapolar meu tempo. Quero ser breve, até para que as senhoras e os senhores possam fazer as questões que julgarem oportunas.

Nós temos uma visão de que, assim como disse o Senador Flávio Bolsonaro, chegou a hora de enfrentarmos a questão da segurança pública de forma suprapartidária. É uma questão que afeta o cidadão e a cidadã comum. É um dos problemas que, ao lado da educação e da saúde, mais aflige o homem comum e a mulher comum, não é? Todos têm medo de sair às ruas.

A expansão do crime organizado é exponencial, e quero dizer também, a bem da verdade, que não é só um fenômeno nacional; é um fenômeno, na verdade, transnacional, porque ele afeta outros países. As máfias que vêm do Leste Europeu, da Ásia, não quero nominar países, mesmo da Europa estão crescendo e, infelizmente, estão tendo uma interlocução com as facções criminosas dos diversos países. Então, é um problema que precisa ser atacado globalmente, sistematicamente, sem prejuízo de algumas alterações na legislação de caráter pontual.

Aproveito para dizer às senhoras e aos senhores, Senadores e Senadoras, que nós, vou dizer, ousamos propor uma PEC ao Congresso Nacional em que nós queremos, não na qualidade de donos da verdade, mas nós queremos suscitar a discussão deste importante tema da segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional de forma sistêmica, de forma estruturante, de forma holística, porque nós temos que unir forças: as forças da União, as forças dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Nós temos hoje – e isto é importante, Presidente –, por incrível que pareça, uma colaboração no plano internacional muito maior entre as polícias do que temos no plano nacional. Nós fazemos parte da Ameripol, fazemos parte, agora recentemente, da Europol – somos o terceiro país fora da Europa que temos participação, a Polícia Federal tem participação na Europol e na Interpol. Inclusive, elegemos o chefe da Interpol, que é o Delegado Federal Valdecy Urquiza, um jovem, brilhante delegado. Fora outros acordos bilaterais que temos com a Espanha, que temos com Portugal, que temos com a Itália, que temos, agora recentemente, com a França, para combater, na fronteira do Brasil e da Guiana Francesa, o garimpo ilegal.

Então, por incrível e paradoxal que pareça, nós temos uma colaboração internacional, seja do ponto de vista multilateral, seja do ponto de vista bilateral, muito maior do que nós temos internamente. Nós entendemos que chegou o momento de nós nos darmos as mãos para que nós possamos falar a mesma linguagem em matéria de segurança pública.

Houve um esforço muito importante e louvável por parte do Presidente Michel Temer, que, naquela época, foi coadjuvado, assessorado pelo Ministro Raul Jungmann, que era da segurança pública e produziu um documento muito bom que se transmudou, que encontrou expressão numa lei federal ordinária que criou o Sistema Único de Segurança Pública. É uma ideia generosa, uma ideia que veio para ficar. E essa lei, que vigora desde 2018, prevê um Plano Nacional de Segurança Pública que dura ou que tem vigência de dez anos. Ocorre que, como nós todos sabemos, uma lei ordinária federal não tem o condão não vou dizer de obrigar, mas de concitar estados e municípios a colaborarem nesta questão importante que é a segurança pública.

E nós não podemos mais conviver, no combate às organizações criminosas... E o nome diz tudo: são organizações, pois são altamente organizadas, inclusive utilizando ferramentas avançadas tecnológicas, da internet, inteligência artificial, utilizando criptomoedas, trabalhando na *deep web*, como nós, Andrei e eu, soubemos agora – e é uma preocupação da Europol –, enquanto nós nem conversamos entre nós. Não é mais possível termos 27 boletins de ocorrência, 27 carteiras de identidade diferentes, 27 mandados de prisões diferentes, 27 certidões de antecedentes diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos ter – está aqui o Senador Contarato – um banco único em que todos possam se abeberar e buscar informações no combate ao crime organizado. Precisamos também ter uma fotografia única do que ocorre no Brasil, nós temos que ter estatísticas confiáveis. Qualquer pessoa que seja do ramo empresarial sabe que, sem uma pesquisa de mercado que seja fiel a esse mercado, que identifique os consumidores, não é possível fazer nenhum planejamento.

Então, a ideia central dessa PEC que nós estamos propondo, depois de muita discussão... E nós arredondamos essa PEC, porque nós tivemos cinco reuniões com os Governadores, três setoriais e duas gerais, uma delas no Palácio do Planalto, e nós acabamos introduzindo algumas alterações nela, garantindo expressamente aos Governadores e também aos Prefeitos que não haverá interferência nenhuma no comando desses Chefes do Executivo sobre as políticas locais.

A primeira ideia nossa é termos um plano nacional que será discutido numa comissão nacional de segurança pública, em que os entes federados terão representação e também em que a sociedade civil terá representantes – não sairá do bolso do colete. Então, a primeira ideia é esta: integração das polícias. Nós não podemos mais ter quatro polícias federais, várias polícias estaduais – multiplicadas por 27 – e n guardas municipais, cada uma delas literalmente atirando para um lado. Nós temos que atirar na mesma direção, nós temos que fazer operações coordenadas, nós temos que ter um setor de inteligência.

Então, o cerne dessa PEC é exatamente essa proposta de uma análise, de uma conjugação de esforços, um olhar sistêmico sobre a criminalidade. Lembro sempre que, em 1988, com a Constituição Cidadã, nós introduzimos o federalismo cooperativo, em que existem competências privativas, concorrentes e comuns; em que existem fundos fiscais e tributários compartilhados; em que o Imposto de Renda, o IPI ou o ICMS percolam todo o sistema através desses fundos. Então, por que nós, exatamente nessa importante questão da segurança pública, não vamos avançar nesse sentido importantíssimo, que é essa linha do federalismo cooperativo? Nós não podemos ter forças de segurança antagônicas, têm que ser cooperativas. Então, esse é o esforço.

O segundo esforço, vou aproveitar já para antecipá-lo, porque sei que a curiosidade é grande, e talvez a Thais possa distribuir aqui, para os nossos Senadores e Senadoras, um breve esboço que fizemos do que estamos propondo. Nós queremos também que a moda do SUS e do sistema de educação... Nós temos na Constituição garantidas as verbas necessárias para que esse Sistema Nacional de Segurança Pública seja irrigado com verbas apropriadas. Nós, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecemos que o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário constarão da Constituição e que suas verbas não serão passíveis de contingenciamento. Os Srs. e as Sras. Parlamentares certamente saberão depois, na hora apropriada, dotar esse fundo dos recursos necessários para enfrentarmos essa problemática.

Então, estes dois pilares me parecem absolutamente fundamentais: primeiro, integração de esforços entre as polícias; segundo, verbas necessárias à moda do SUS e do sistema de educação, para que realmente possamos fazer um enfrentamento adequado.

O terceiro pilar dessa PEC tem como objetivo trazer aquilo que já está na lei do Michel Temer, a lei do Susp, para a Constituição, corregedorias e ouvidorias autônomas. Então, todas as polícias terão corregedorias e ouvidorias autônomas. O que significa isso? Significa que haverá um maior controle por parte da sociedade com relação às suas polícias, que são absolutamente essenciais. E aqui eu quero louvar o trabalho desses bravos agentes estatais, que todos os dias colocam a sua vida e a sua incolumidade física em risco, em prol da comunidade.

Nós estamos ao lado dos policiais brasileiros, nós os louvamos. Nós temos vários programas de apoio aos policiais brasileiros; inclusive, o Dr. Sarrubbo está aqui presente para testemunhar o Escuta Susp, que é um programa muito interessante, em que se dá apoio psicológico para os policiais de todo o país e de todos os ramos, porque nós sabemos que, lamentavelmente, o índice de suicídios entre os policiais é muito grande. Então, é um apoio que nós estamos dando e, dentro das nossas possibilidades, estamos apoiando com armas letais, armas não letais, equipamentos, blindados, coletes à prova de bala. Então, estamos do mesmo lado.

Então, as corregedorias e ouvidorias passarão, no momento em que constarem da Constituição, a ser um direito do cidadão de controlar suas polícias, evidentemente dentro de regras, e de poder também dar sugestões através das ouvidorias, corrigir eventuais desvios em um ou outro sentido. Então, esse é o terceiro eixo do Susp – desse nosso Susp constitucional.

E o quarto e último eixo que nós estamos propondo é o seguinte: em primeiro lugar, nós estamos tornando explícitas algumas competências que a Polícia Federal já tem, mas eu sempre gosto de lembrar – e todos aqui sabem – que um texto normativo não regula apenas as condutas, ele tem uma função pedagógica importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos colocando na Constituição – até por sugestão do Presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) – que a Polícia Federal possa investigar crimes contra o meio ambiente, não só os atentados às matas, florestas e reservas ambientais, mas também à água, ao subsolo, ao ar. É uma preocupação que nós temos, porque hoje – e as queimadas no Pantanal e no Centro-Oeste mostraram – a questão do meio ambiente se tornou um tema nacional e um tema até transnacional, porque coloca em xeque a própria credibilidade do Brasil, no que diz respeito à sua possibilidade de controlar o meio ambiente, especialmente agora, na antevéspera da COP 30, que se realizará em novembro agora, no Pará.

Então, além dessa competência, que já era implícita, mas nós estamos a tornando explícita, a Polícia Federal terá também a incumbência de combater, ao lado das forças estaduais, as organizações criminosas e as milícias privadas, que hoje deixaram de ser apenas locais, mas têm um efeito transnacional ou interestadual. Quando a milícia do Rio de Janeiro corta fios e cabos elétricos, ou interrompe uma canalização de gás, ou pratica o "gatonet", o que acontece? Nós temos um efeito sistêmico, um efeito interestadual. Então, neste momento, a Polícia Federal estaria autorizada a ingressar.

Mas, a pedido da própria Polícia Federal, e, a meu ver, feito em boa hora, de forma inteligente, nós colocamos uma vírgula: "nos termos da lei". Não é qualquer intervenção de forma indiscriminada. Os Srs. Parlamentares é que, no futuro, determinarão quais são as hipóteses em que a Polícia Federal poderá intervir nesses dois campos.

Com relação à Polícia Rodoviária Federal, nós também fizemos uma pequena alteração, ou uma grande alteração. A Polícia Rodoviária Federal é hoje uma força, tal como a Polícia Federal, muito bem equipada, conta com veículos modernos, com armamento de ponta, helicópteros, aviões, 27 superintendências e tem, inegavelmente, uma vocação viária – o próprio nome diz: rodoviária. Nós estamos querendo ampliar, aproveitando esse efetivo que nós temos, tanto material como humano, para que ela estenda a sua atuação também para as hidrovias e ferrovias.

Existe uma previsão constitucional no sentido de que se criaria uma polícia ferroviária, que nunca saiu do papel, e hoje seria muito custoso nós fazermos novos concursos, uma dotação orçamentária, isso demoraria muito. Vamos aproveitar, a nosso ver, esta *expertise* da Polícia Rodoviária Federal no que diz respeito à sua vocação viária para entrar nesses dois novos modais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito importante neste momento em que o Brasil, apesar de avanços e recuos, altos e baixos, está inegavelmente se desenvolvendo economicamente e o transporte de mercadorias por esses dois modais, ferrovias e rodovias, está se tornando cada vez mais importante, nós já temos uma força nacional capaz de policiar esses modais, porque onde passam as mercadorias legais, passa também o tráfico de armas, de drogas, etc.

A Polícia Rodoviária Federal, que seria transformada em viária, com o beneplácito dos Srs. e Sras. Parlamentares, poderia agir também em mais três ocasiões distintas, mas sempre sob a autorização do ministro ao qual ela está subordinada – hoje, está subordinada ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, pode ser que amanhã teremos um ministério só de segurança pública, ou até, enfim, um outro ministério, especialmente criado.

Quais são essas três situações excepcionais e temporárias que já ocorrem? Quando um Governador requisita o auxílio da Polícia Federal. No Rio de Janeiro, a Polícia Rodoviária Federal está quase que permanentemente lá com a Força Nacional. Então, isso continuará. Nas catástrofes e desastres naturais, como ocorreu no Rio Grande do Sul, como ocorreu nos incêndios agora no Centro-Oeste do país, e também quando houver a necessidade de proteger próprios federais, bens e serviços federais, eventualmente num porto, num aeroporto, em algum equipamento federal, mas sempre em caráter excepcional e temporário.

Finalmente, dentro desse quarto pilar, já então encerrando minha fala, eu tinha uma certa... Nós todos tínhamos uma certa dúvida com relação às guardas municipais. Tem aqui o Dr. Mario Sarrubbo, que foi duas vezes Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, preocupado também com o controle dessa nova polícia que está sendo cogitada, inclusive no Parlamento. Então, nós hesitamos um pouco colocá-la nesse texto da PEC, até porque existem vários projetos tramitando aqui no Parlamento.

Mas duas ou três semanas atrás, o Supremo Tribunal Federal, num recurso extraordinário ao qual concedeu repercussão geral, emitiu uma tese dizendo o seguinte: que as guardas municipais poderão fazer o patrulhamento urbano, ostensivo e comunitário, desde que não confundam as suas ações com as demais polícias, cujas competências estão não só estipuladas na Constituição e na lei, e também terão, como as demais polícias, o controle externo do Ministério Público. Nós copiamos essa tese, que foi enunciada pelo Supremo Tribunal Federal, porque, a meu ver, isso estabeleceu um certo teto da atuação das guardas municipais. Incluímos, como é desejo de muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

munícipes, de muitos especialistas e até de Prefeitos, no art. 144, num dos incisos, as guardas municipais dentro do rol dos órgãos de segurança. É um reforço que nós cremos que seja válido para incrementar esse sistema.

Para terminar, além dessa sugestão sistêmica que nós estamos propondo ao Parlamento, aqui, com toda a sinceridade, honestidade e lealdade, nós queremos oferecer ao Parlamento – e humildade também – a oportunidade de se debruçar, de revisitar o art. 144, especialmente, que já data de 36 anos atrás, quando foi promulgada a Constituição. O crime deixou de ser local, passou a ser nacional e passou a ser transnacional. É preciso, assim, como o Congresso fez com a reforma tributária, que nós nos debrucemos novamente sobre essa magna questão – e ninguém melhor do que o Parlamento para fazê-lo.

Eu creio que, resguardada esta ideia, que me parece muito importante, de que temos um sistema único – assim como o Judiciário é um sistema único, nós temos uma magistratura nacional, nós temos, claro, um CNJ, assim como temos o Ministério Público nacional, ou seja, com cada um com sua autonomia local, cada tribunal tem sua autonomia –, nós temos, por exemplo, um CNJ, um Conselho Nacional de Justiça que estabelece diretrizes para todo o sistema; nós temos hoje um Supremo Tribunal Federal com súmulas vinculantes, com essas repercussões gerais, que dá uma uniformidade de atuação. E não há, nesse caso, nenhuma queixa com relação ao ferimento ou malferimento das autonomias dos tribunais, do Ministério Público, assim como não houve até agora, desde a edição da lei do Presidente Michel Temer, do Ministro Jungmann, que data de 2018, e estabelece exatamente o Susp e um plano nacional. Ninguém se queixou. Agora há queixas – algumas pertinentes; outras, com todo o respeito, não pertinentes – que precisamos examinar.

Finalmente, o Senador e os Parlamentares têm toda a razão: não basta uma visão sistêmica, é preciso também melhorarmos, pontualmente, certas falhas que existem na legislação ordinária, que são perfeitamente válidas. Temos até um levantamento, feito pelo Marivaldo Pereira, que é o nosso Secretário de Assuntos Legislativos, já temos um rol bastante significativo de projetos de lei que tramitam no Parlamento com os quais o Ministério da Justiça e Segurança Pública está totalmente de acordo, do ponto de vista técnico. E temos algumas divergências com relação a algumas propostas que estão tramitando, do ponto de vista técnico, porque esses projetos de lei passaram pelas diversas forças e também pelas diversas secretarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós mesmos, além da PEC, pretendemos, e vou encerrar aqui agora, mandar, nos próximos dias, um aumento de pena para o crime de receptação. Desde que eu entrei no Judiciário, no Tribunal de Alçada Criminal, em 1990, na verdade, não mudaram as penas da receptação. É de um a quatro anos. É insignificante. Mas hoje nós estabelecemos que a receptação, no caso de roubo ou furto de celulares, roubo de cargas, eletrodomésticos, produtos farmacêuticos, fertilizantes, combustíveis, roubo de fios e cabos elétricos, também de transmissão telefônica e de internet, terão a pena agravada. E, nesse projeto de lei também, estamos criando o crime do "gatonet", que é um flagelo no Rio de Janeiro – no Ceará, agora, tivemos um surto também extraordinário nesse sentido –, e a jurisprudência dos tribunais nunca permitiu que a polícia ou o Ministério Público enquadrassem esse "gatonet" – ou box, como chamam – no roubo de energia elétrica, mas entende que é de outra natureza.

Tivemos que criar um tipo penal – como também criamos um outro tipo penal nesse pacote de aumento de penas da receptação –, porque hoje os celulares, essas mercadorias são roubadas e destinadas a um comércio ilegal. Então, estamos aumentando, exponencialmente, em até 50%, as penas nesse crime. E estamos, também, finalmente termino, oferecendo à consideração do Parlamento nacional a possibilidade de criarmos um novo crime, que é o roubo ou furto por encomenda de terceiros.

Isso, é muito comum. Alguém diz: "Olha, arruma dez celulares desse tipo", ou "vinte para-lamas da moto, não sei o quê", ou "quantos guidões assim ou assado", ou pneus... Então, esse é um crime que não estava tipificado.

Então, Senador, termino agradecendo, mais uma vez, a preciosíssima atenção de todos aqui e quero dizer que estamos unidos no combate ao crime – é um objetivo comum –, às organizações criminosas. Não há nenhuma divergência. As iniciativas legítimas que partirem do Parlamento terão todo o nosso apoio e respaldo, e esperamos que, reciprocamente também, as nossas iniciativas tenham a acolhida que merecem aqui neste egrégio sodalício, como se diz no Judiciário, que é o Parlamento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Olha, tenho certeza de que, neste tema aqui, dificilmente o Ministro vai conseguir responder a todos. E gostaria de sugerir aqui, e quero fazê-lo, entregar as minhas perguntas, porque as angústias que nós vivemos, da população... Inclusive, na nossa Comissão de Segurança Pública, eu acho que hoje a discussão é a insegurança pública. É como vive o cidadão hoje, que tem que ter grade nas suas casas; o comércio tem que ter grade... Quem está presa hoje, no Brasil, é a população.

Então, quero deixar aqui e pedir para que fique dos anais as minhas perguntas. E que o Ministro possa responder, com toda a sua área do ministério, no tempo oportuno, e que venha essa resposta também aqui para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Vamos proceder aqui, então, ao encaminhamento.

Antes de nós iniciarmos aqui as falas, só faço o registro também, apesar de já feitos pelo Ministro, de que acompanham o Ministro Ricardo Lewandowski: o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Manoel Carlos de Almeida Neto; o Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo; o Secretário Nacional de Políticas Penais, André Garcia; o Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, Marivaldo Pereira; o Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues; o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Fernando Oliveira; o Assessor Especial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marcelo Pimentel; além da Thais Arbex também, que é a assessora de comunicação aqui do... que não estava aqui, mas eu lembrei de citar a Thais.

Agora que temos mais Senadores presentes, a dinâmica aqui das perguntas, como tem muitos Senadores, para que a gente possa aproveitar o máximo da presença aqui do Ministro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todos os que o acompanham, nós vamos conceder a fala aos Senadores por cinco minutos em blocos de três, o Ministro responde as três perguntas e, caso o Senador compreenda a necessidade, uma réplica por dois minutos e, se o Ministro também achar conveniente e assim quiser, outra réplica pelo mesmo prazo.

Como de praxe, inicialmente a gente passa a palavra ao autor do requerimento e eu já faço aqui a leitura de como está a ordem de inscrição para que quem não tenha se inscrito ainda possa assim fazê-lo.

Senador Sergio Moro, depois Alessandro Vieira, Jorge Seif, Margareth Buzetti, Damares Alves, Omar Aziz, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Deixou-me por último...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aqui está por ordem de inscrição.

E, Ministro, só fazendo uma breve introdução, o tema que foi aprovado aqui para esta audiência pública foi o requerimento do Senador Sergio Moro para prestar informações sobre a suspensão dos acordos de cooperação técnica mantidos entre a PRF, as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado e com os Ministérios Públicos Estaduais.

E, obviamente, em função do senhor ter iniciado ontem a articulação junto ao Congresso Nacional, entregando a PEC nominada de segurança pública, eu acho que esse assunto também vai surgir, mas o senhor também já me disse ali, antes de nós iniciarmos a audiência, de que não teria problema resolver, até porque esse assunto específico de requisição da audiência pública acaba tendo já uma correlação com a PEC, já que ele revoga um convênio em que havia uma parceria entre a Polícia Rodoviária Federal e Ministérios Públicos Estaduais e, diga-se de passagem, com um sucesso muito grande, como foi em São Paulo no combate ao PCC, com essa integração que foi feita entre o Ministério Público, os GAECOs e a PRF.

Quando se revoga essa possibilidade que foi dada via decreto e o sentido da PEC é promover a integração, fica parecendo que há uma certa contradição, então, acho que vão acabar surgindo também aqui, por parte dos Senadores, perguntas envolvendo essa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra ao Senador Sergio Moro para as suas indagações.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Agradeço, Senador Flávio Bolsonaro, cumprimento o Ministro Ricardo Lewandowski e quero cumprimentar também todos os secretários e diretores do Ministério da Justiça, tomo a liberdade de o fazer na pessoa do Secretário Nacional de Segurança Pública, o Dr. Mario Sarrubbo.

Eu vou tomar a liberdade, pois fiz o requerimento, Senador Flávio, mas como surgiu superveniente esse tema da PEC, eu também gostaria de fazer algumas indagações sobre o seu teor e as ações do Ministério da Justiça.

Há uma certa percepção de que o crime está sendo escalado no Brasil, tanto o da criminalidade violenta – e os exemplos são vários, nos mais diversos estados, hoje até potencializados muitas vezes com essa possibilidade de gravação de vídeos e de crimes brutais – como igualmente o crescimento do crime organizado.

Do outro lado, Ministro, há uma certa percepção, com todo o respeito, de que faltam iniciativas mais contundentes por parte do Ministério da Justiça. Até o felicito por encaminhar essa PEC. Acho que o assunto tem que vir realmente à discussão, sem embargo de discutirmos ali os detalhes. Mas as iniciativas que ficaram mais conhecidas, nos últimos anos do Governo Lula sobre a área da segurança pública, foram a insistência de se colocarem câmeras corporais nos policiais, que é uma política pública, a meu ver, que pode ser válida, pode ser discutida como isso funciona, como não funciona, mas não pode se resumir a política de segurança pública à colocação de câmeras nos uniformes dos policiais.

E mais recentemente, a que foi dada uma grande publicidade, ao assim chamado Plano Pena Justa, que na minha leitura, pelo menos – é claro que a gente defende o tratamento adequado dos condenados e dos presos –, soa, com todo o respeito, mais como uma política de desencarceramento: é prender menos e progredir mais rapidamente de regime os criminosos, o que traz algum receio para nós, inclusive, especificamente no que se refere ao seguinte: se a União quer ter atribuições mais amplas na segurança pública e coordenar a ação dos demais estados e inclusive dos municípios com atividades de segurança, não haveria aí um risco de atribuirmos à União um direcionamento que leva a um enfraquecimento da segurança pública? Porque os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplos que nós temos, pelo menos aqueles a que foram dados ampla publicidade, não são exatamente um consenso dentro da sociedade.

Nessa linha, eu fiz um requerimento, por conta da Portaria do Ministro da Justiça 830, que foi seguida depois por um Ofício Circular 3, de 2025, da Polícia Rodoviária Federal, no qual foi dito expressamente: promovam a suspensão dos "Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) mantidos entre a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (Ficcos) e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaecos)".

Esse ofício que foi, de fato, motivador, é baseado na portaria que foi emitida por V. Exa., e que acabou impedindo que os policiais rodoviários federais continuassem, de uma maneira mais presente, prestando auxílio a essas entidades.

Isso teve uma repercussão negativa na sociedade. Destaco aqui, entre outros comentários, o do Promotor de Justiça de São Paulo, Lincoln Gakiya, que disse o seguinte sobre essa determinação:...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... "Então, não há sentido algum na retirada da PRF dessas forças-tarefas, no momento em que precisamos de coordenação nacional e de integração entre as forças policiais". Inclusive isso me parece que vai na contramão da própria ideia da PEC da segurança pública.

Então, as primeiras indagações que eu faria a V. Exa. seriam as motivações dessa portaria, porque isso foi feito, e se, de fato, foi implementada a determinação contida no ofício circular, ou seja, a retirada dos equipamentos das forças de segurança, da PRF, dos FICCOs e dos GAECOs e o porquê de tudo isso. E, se isso não foi feito ou foi remediado no caminho, que fosse igualmente esclarecido; e se isso não está, de fato, na contramão do que foi mencionado aqui, anteriormente, da necessidade de integração.

Do outro lado, já no Governo Temer...

Eu vou pedir um pouco a extensão do meu prazo aqui, porque eu sou autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, Senador Sergio Moro. Eu vou dobrar o prazo porque o senhor é autor do requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Cinco minutos, isso é muito limitado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais cinco minutos, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – No Governo Temer e mesmo no Governo anterior, do Presidente Bolsonaro, havia uma política de criação de centros integrados de inteligência nacional – o primeiro em 2019, em Brasília; depois Fortaleza, Ceará; Curitiba, Paraná; Belém, Pará; Mato Grosso do Sul; São Paulo –, o que é um modelo baseado no chamado *fusion center*, que tem nos Estados Unidos, em que você cria um centro e você coloca representantes das várias agências policiais e até da Receita Federal e outras entidades para compartilhar ali informações, inteligência, inclusive banco de dados. Você não precisa, na verdade, integrar, às vezes, os bancos de dados, mas você tem policiais no mesmo local trabalhando que têm acesso àqueles bancos de dados diferentes.

Um pouco é o modelo, embora com outra finalidade, do Coaf, destinado à finalidade de prevenção de lavagem de dinheiro e operações de inteligência, mas esses centros integrados de segurança pública existem, funcionam, e não dependem de PEC; dependem muito de investimento.

Criamos, durante o meu ministério, o Ciof (Centro Integrado de Operações de Fronteira), lá em Foz do Iguaçu, com o mesmo objetivo.

Indago aí a V. Exa. se o Ministério da Justiça atual tem uma política de criação de entidades ou de centros como esses, de centros integrados de inteligência operacionais, e se isso não seria uma forma mais prática de fazer evoluir a integração das forças de segurança, sem depender, necessariamente, da edição de uma PEC.

Indagaria ainda a V. Exa... Nós vimos, do ano passado, os dados de segurança pública nacional e ficamos chocados: o número de assassinatos ainda é muito alto. É certo que teve uma diminuição em torno de 5%, que é meritória, em relação ao ano anterior, mas o que chama a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção é que os estados nos quais os números de assassinatos e de violência são mais altos são estados governados normalmente por aliados do Governo Federal, aliados políticos. Não que a segurança pública dependa desse alinhamento partidário, mas, enfim, o exemplo mais notório acabou sendo a Bahia, infelizmente, com 4.480 assassinatos no ano passado, mil a mais até do que o Estado do Rio de Janeiro, que é considerado um estado, infelizmente, bastante violento – não é, Senador Bolsonaro? Mas também Pernambuco, 3.381; Ceará, 3.272.

No Ceará, nós estamos vendo notícias a todo momento de ataques do crime organizado, inclusive a provedores de internet, uma coisa que chama a atenção, porque eles querem dominar aquela atividade econômica.

A indagação que eu faria a V. Exa. seria sobre as iniciativas que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tomou, por exemplo, em relação à Bahia, em relação a esses assassinatos em Pernambuco, em relação ao próprio Rio de Janeiro, para uma atuação integrada das forças de segurança, na esteira dessa proposta contida na PEC.

Em relação à questão também de integração, o Congresso aprovou recentemente a Lei 14.843, que deu fim a saídas temporárias nos feriados, mas acho que o ponto mais importante dessa lei foi estabelecer que a progressão de regime de cumprimento de pena passaria a ficar condicionada ao exame criminológico. A meu ver, isso é uma forma de você evitar a progressão automática de regime, o que é temerário, porque existem casos de pessoas violentas, que praticaram crimes violentos, que foram colocadas condenadas na prisão, mas que não se recuperaram; existem casos de membros do crime organizado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... que foram condenados, não estão aptos à ressocialização, mas têm tido progressão de regime automático no nosso país.

E aqui a indagação, que eventualmente pode ser estendida até ao Dr. André Garcia, é se existe alguma orientação do Ministério da Justiça, seja nos presídios federais, para os presos ali constantes, seja eventualmente no Depen, para os órgãos estaduais, sobre a aplicação dessa regra, dessa determinação legislativa, para que a gente evite que criminosos perigosos sejam colocados em liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por última, a questão... V. Exa., recentemente, numa afirmação, que a meu ver foi infeliz, mas são aquelas afirmações que às vezes são infelizes, o senhor utilizou uma frase lá que o juiz solta porque a polícia aprende mal.

Existe um problema real em torno dessa afirmação, Ministro, que são as audiências de custódia. Eu acho meritório, eu acho positivo que, após uma prisão em flagrante, o preso seja levado ao juiz, para que ele decida se é colocado em liberdade ou não. Eu não vejo nenhum problema nisso, embora haja críticas a esse respeito. Sei que foi V. Exa. que idealizou as audiências de custódia, enquanto Presidente do CNJ, nesse ponto eu vejo positivo, mas as estatísticas demonstram que há um número muito grande de solturas, 40%, segundo dados do próprio CNJ.

Embora os juízes acertem muitas vezes nessas decisões, por vezes há decisões que nos causam um certo assombro, principalmente de soltura de presos que cometeram crimes que indicam periculosidade, pessoas com vinculações a crime organizado, pessoas com vinculação a crimes violentos, até casos de estupros, e principalmente criminosos reiterados, até mesmo por pequenos delitos, mas reiterados, casos que até se pesquisam na internet – tem lá que foi preso de manhã, foi solto na audiência de custódia, no dia seguinte está sendo solto novamente, foi preso e foi sendo solto novamente.

O seu antecessor no Ministério da Justiça, hoje Ministro do Supremo, apresentou um projeto de lei, enquanto Senador, o Projeto de Lei 226, de 2024, que nós aprovamos aqui no Senado Federal e se encontra lá na Câmara dos Deputados, que limita e restringe essas solturas ou deixa critérios mais rigorosos para essas solturas na audiência de custódia. Eu vi quando V. Exa. disse que entre os projetos do Ministério da Justiça, que ele pretende apoiar, existe um *hall* já específico, e eu indagaria a V. Exa. se esse projeto está nesse *hall*, ou, não estando, se o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem alguma proposta, tem alguma ideia para evitar esse tipo de soltura inadequada, e que nós possamos superar inclusive esse mal-estar gerado pela afirmação que V. Exa. fez.

Mas eu entendo, são esses contextos que não estou aqui querendo me apegar a essa frase, que há o problema real que são as solturas excessivas nas audiências de custódia.

Por último – e daí finalizo, Presidente –, a PEC eu vou analisar ainda com muita atenção, mas algo me chamou a atenção, que são os fundos. Os fundos já existem, o problema é a falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro. Inclusive, V. Exa. mesmo reclamou do corte orçamentário – e, a meu ver, reclama com razão quanto a esse ponto –, mas a PEC não traz nenhum apontamento de fonte de receita para o Funpen ou para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Não seria mais apropriado que já viesse – já que o Governo tem o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Fazenda juntos – o apontamento de uma fonte de receita vinculante? E, se isso não foi colocado, é porque não existe o apoio do Ministério da Fazenda à constituição desses fundos aqui dentro da PEC?

São essas indagações. Peço escusas pela extensão, mas é isso basicamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Vou só consultar todos aqui, para a gente mudar a dinâmica que eu tinha sugerido inicialmente, porque cinco minutos para falar, cada bloco de três, o Ministro responde; dois minutos, réplica; outra réplica para o Ministro, a gente vai sair daqui meia-noite. Então, se a gente puder fazer a dinâmica de dez minutos, dentro do prazo regimental de dez minutos, para as perguntas, sem réplica, e o Ministro novamente vai ter o tempo que ele achar necessário para fazer a resposta. Podemos combinar assim?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Acho que é necessária...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque vai demorar, eu acho que vai ficar improdutivo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – ... é importante, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também acho, vai ficar improdutivo. Nós temos aqui já dez Senadores inscritos, mais alguns que não se inscreveram.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Flávio, mas dez minutos eu acho que é excessivo. Cinco minutos eu acho que cabem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cinco com tolerância. Pronto. E aí, por favor, respeitem a trava do Presidente, porque eu vou realmente pedir para cortar e encerrar.

Então, passo aqui...

O Senador Alessandro Vieira permutou com a Senadora Margareth Buzetti. Passo a palavra à Senadora para fazer as suas indagações.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu tenho um encaminhamento diferente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu acho que o Senador Sergio Moro, como foi autor, lógico que o tempo dele seria um pouco mais extensivo, até porque é uma convocação específica sobre uma questão, e nós vamos levantar outras questões. A gente não pode perder a oportunidade de discutir a segurança pública no Brasil. E, quanto a algumas coisas que o Ministro Lewandowski falou – PF, negócio de meio ambiente, não sei o quê –, nós temos que prender bandido, narcotraficante mesmo, você está me entendendo? E, com esse contingente da Polícia Federal, nós não vamos prender nada.

Então, eu queria que V. Exa... Eu acho que cinco minutos é um tempo suficiente, senão... Dez minutos é muito extenso. Em cinco minutos, eu posiciono meu pensamento sobre isso e, se o Ministro não puder responder hoje, depois responde. Mas, se a gente for dar dez minutos, mais não sei quantos minutos, vai demorar, vai ficar cansativo e não vai ser objetiva a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa é a intenção. Então, vamos fazer dessa forma.

Então, cinco minutos para a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Lewandowski, primeiramente, bem-vindo a esta Comissão, como todos os seus diretores.

Discutimos aqui exclusivamente a segurança pública. Eu peço vênia a V. Exa. e ao nosso Presidente para fugir um pouco do tema da audiência, mas não vou tão longe. Afinal, tudo se resume em segurança pública dos brasileiros.

Ministro, nós, que somos políticos, sentimos na pele quando voltamos para as nossas cidades, quando rodamos o estado. A insegurança dos brasileiros vai muito além da tela fria do celular, da tela fria da televisão. Nós ouvimos relatos pesados e, às vezes, inimagináveis; vemos pessoas cada vez mais inseguras, cada vez mais amedrontadas, vítimas de erros no combate ao crime, que vêm de décadas.

E, quando a gente fura a bolha de Brasília, desse mundo encantado do Bob, que é esse quadrado de Brasília, que a gente vê o Brasil de verdade... Aí, nós voltamos para Brasília, voltamos com ideias, com projetos; apresentamos, discutimos nas Comissões, e o Governo? Nós sentimos a ausência do Governo nessas discussões. Digo isso de forma respeitável e construtiva. Meu partido é da base do Governo, inclusive. E falo com prioridade.

No ano passado, apresentei um pacote com quatro propostas para enfrentar o crime organizado. O senhor, inclusive, recebeu, de forma muito respeitosa e atenciosa, para que lhe apresentasse as propostas. E, até hoje, não consegui sequer discutir as propostas nesta Comissão, porque o Governo pegou os projetos, está sentado em cima deles e não se discute.

O Governo não precisa concordar. Claro que não, ninguém precisa concordar com ninguém. Segurança pública não tem partido. A segurança é para os brasileiros. Mas temos que debater o assunto. E eu não sou a única. As propostas estão todas paradas. Precisamos passar por isso.

No próprio Senado, vemos essa dificuldade do Governo em tratar o tema de segurança. Tirando o Senador Fabiano Contarato, que é delegado, o Senador Sergio Moro, o Senador Alessandro Vieira, que também é delegado, são pouquíssimos os Senadores que entram de cabeça nessa pauta. E eu, o senhor sabe que eu não tenho medo. Eu entrei nessa pauta. Eu tenho dois projetos de lei sancionados, que são sobre segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar aqui do exemplo do combate à verdadeira epidemia do feminicídio. O Governo sancionou, no ano passado, o pacote antifeminicídio, de que eu tive o prazer de ser autora, mas, em nenhum momento, em um ano de tramitação, fui procurada por ninguém do Governo que dissesse: "Senadora, quem sabe a senhora faça isso, proponha isso".

Esse pacote antifeminicídio foi brilhantemente relatado pelo Senador Alessandro Vieira. E, como eu não tenho preguiça, quando fui para a Câmara, eu fiz a operação axila: coloquei o pacote embaixo do braço e fui, de Comissão em Comissão, para que fosse apresentado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Já vou terminar, Presidente.

Ele foi sancionado com as três emendas de Senadores de oposição.

Ontem, eu recebi a Promotora Valéria Scarance, de São Paulo, que me disse: "Olha, os homens já estão comentando o aumento de pena para o feminicídio, e está surtindo efeito lá na ponta". Uma advogada me ligou e disse: "Que ódio desse pacote. Eu não consigo fazer nada com essa lei". Esse é o objetivo. Um feminicida não pode ser inocentado.

Agora a imprensa, desde ontem, vem dizendo que o Governo encontrará alguns problemas no Congresso para avançar com a PEC, mas esperavam o quê, Ministro? Quando não entram nas discussões diárias que a gente trava na Câmara e no Senado, que são projetos bons, projetos ruins... Pelo menos estamos discutindo.

Eu tenho a PEC 8, o PLP 28, o PL 844, eu tenho o PL 839, que está com o Senador Fabiano Contarato, que me prometeu pautar, porque ele concorda com o tema, mas até hoje não foi pautado nem apresentado o relatório.

Então, Ministro, em resumo, a minha pergunta é: como podemos fazer para ter um Governo aqui mais presente no Legislativo para discutir a segurança pública? A PEC é o início de uma caminhada, mas no Congresso estamos correndo uma maratona e precisamos do Governo do nosso lado, porque independe de partido segurança pública.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Margareth.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jorge Seif, já anunciando o próximo bloco com os Senadores Alessandro Vieira, Damares Alves e Omar Aziz.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia.

Sr. Ministro, obrigado mais uma vez por estar aqui prestigiando o Legislativo brasileiro, o senhor e sua equipe.

Quero saudar também o Manoel, pelo qual tenho grande estima e admiração, e também registro aqui que o senhor, tanto como o Manoel, me atenderam maravilhosamente lá no Ministério da Justiça para discutirmos a PEC da segurança pública, a qual, como tudo na vida, tem alguns pontos em que nós concordamos e muitos outros com os quais ainda não concordamos.

Eu aguardo um parecer jurídico, inclusive, aqui do Senado, com alguns questionamentos, e vou repassá-lo a V. Exa. Já tenho esse compromisso, visto que tenho grande estima pelo assunto segurança pública, que, como o senhor bem colocou, hoje é uma das principais preocupações da população brasileira.

Sr. Ministro, eu tenho duas questões: uma, reforçando aqui as palavras do Senador Sergio Moro, que foi o principal tema da nossa audiência aqui com o senhor e com a sua equipe, e uma também como membro da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Eu vou ler.

Eu quero demonstrar minha profunda preocupação, Sr. Ministro, diante das recentes decisões do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em um país onde mais de 70% dos homicídios têm relação direta com o crime organizado, para mim é incompreensível que o Governo Federal, de forma unilateral, decida suspender os acordos fundamentais de cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal e os GAECOs e outras forças integradas, que vinham obtendo resultados concretos no combate à criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, Sr. Ministro, o Brasil registrou... Aliás, em 2023, registramos mais de 45 mil assassinatos, sendo que, entre dez, oito ficam impunes. E, nesse cenário, uma ação coordenada – parece-me – entre os entes federativos não é um luxo, é uma necessidade. Inclusive, são palavras do senhor que essa PEC visa, inclusive, a fortalecer a comunicação entre os entes.

E aqui eu falo, Sr. Ministro, com especial atenção ao meu Estado de Santa Catarina, que por muito tempo foi referência em segurança pública. No entanto, em 2024, vimos um aumento alarmante na apreensão de drogas sintéticas. Mais de 500 mil comprimidos de êxtase, de diversas composições, foram interceptados apenas no primeiro semestre, e o Estado passou a ser apontado como um *hub* de produção e exportação de entorpecentes para a Europa. Só em Itajaí, cidade da qual eu sou oriundo, foram apreendidas mais de 3 toneladas de cocaína, em menos de um ano, destinadas a portos internacionais.

São esses acordos, Sr. Ministro, que justamente permitiam que esse tipo de operação conjunta fosse bem-sucedida. E, na minha visão, Sr. Ministro, é um erro técnico e uma decisão política equivocada, é o enfraquecimento das forças que combatem o crime na ponta. Enquanto os criminosos se organizam, parece-me que o Governo se desmobiliza; enquanto o tráfico cruza fronteiras, o Ministério da Justiça, com essa atitude, rompe pontes institucionais que nós sabemos serem tão importantes.

Sofremos esse enfraquecimento, e eu gostaria que o senhor explicasse, para entender a decisão, à população e aos policiais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que estão no *front*, aos guardas que têm nos procurado para entender essa decisão.

Quero também questionar o senhor, Sr. Ministro. As guardas municipais estão na PEC da Segurança Pública, e o senhor falou com propriedade que realmente precisam estar – hoje é uma realidade no Brasil –; no entanto, as nossas polícias científicas ficaram de fora. Inclusive, nós temos a PEC 76, para a qual temos feito força. Já conversei pessoalmente com o nosso antigo Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, para que pautasse, e agora tenho feito força também, esforços junto ao atual Presidente, Senador Davi Alcolumbre, para que seja pautada, mas sentimos falta na PEC,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e será, com certeza, tema para que, caso não seja pautada a PEC 76, seja incluída em Plenário, discutida junto à PEC da Segurança Pública.

Agora, a Frente Parlamentar da Agricultura, Sr. Ministro, traz os dados aqui. Dados do Anuário de Segurança Pública de 2024 apontam, infelizmente, para o aumento exponencial de tráfico de drogas em regiões predominantemente rurais, como Roraima: mais de 1.197% entre 2013 e 2023. Portanto, não se trata deste Governo, mas de problemas que nós temos enfrentado ao longo dos anos.

Os assentamentos, Sr. Ministro, são espaços legalmente vinculados ao Estado. Como o Ministério justifica a ausência de ações específicas de inteligência e repressão nessas áreas, mesmo diante de uma série de boletins de ocorrência e relatos sobre a presença de facções criminosas e do crime organizado, atuando dentro desses assentamentos?

Explico para o senhor. Vários desses assentados têm nos procurado, têm procurado a FPA, dizendo: "Olha, já fiz boletim de ocorrência, já reclamei com a polícia militar, já reclamei com a Polícia Federal; nada ocorre". Ou seja, o crime continua solto dentro dos assentamentos.

Sr. Ministro, com essas palavras agradeço ao senhor a presença de sua equipe e gostaria que esses pontos fossem esclarecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Ministro, deixe-me abusar da minha prerrogativa de Presidente aqui e me incluir nesse primeiro bloco, para falar em muito menos de cinco minutos. V. Exa. também, se puder, na sua primeira fala, responder às perguntas, porque, nessa PEC, a preocupação de muitos Governadores é de estar havendo uma intromissão nos estados, e aí, quando eu fui ler a PEC... Confesso que li agora de manhã, uma minuta, que acho que nem foi a PEC que V. Exa. entregou ainda. Eu queria que V. Exa. me convencesse do contrário.

Eu li aqui o art. 7º, que está sendo incluído no art. 144, e eu vou fazer uma leitura aqui, pausada, para que todos entendam, e aí eu fico realmente preocupado, como os Governadores ficaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos integrantes do sistema único de segurança pública e defesa social [polícia militar, polícia civil, Degase, Secretaria de Administração Penitenciária – todos são integrantes desse sistema único], que atuarão de forma integrada e coordenada [o.k.], em conformidade com as diretrizes da política nacional [...].

Então, eu queria que V. Exa. esclarecesse, porque fica parecendo, de verdade, como está escrito aqui – se a lei vai disciplinar a organização e o funcionamento desses órgãos que participam do Sistema Único de Segurança conforme as diretrizes da política nacional –, fica parecendo, como está aqui na lei, uma interpretação de que haverá, sim, uma lei nacional impondo como serão organizados e como funcionarão esses órgãos. Essa é uma primeira preocupação minha.

E o segundo ponto, que é o que eu estava buscando, eu estava esperando ansiosamente que estivesse aqui no texto da PEC... Eu acho que é o principal, é o que eu sempre defendi publicamente, e eu não vejo com tanta clareza aqui no texto, que é a questão da integração, de verdade, da unificação, da uniformização e padronização de bancos de dados. Por exemplo, ter um cadastro nacional de mandados de prisão que estão em aberto, para facilitar e não acontecer, como o senhor colocou, se é preso alguém numa audiência de custódia no Rio de Janeiro, de repente ele tem uma passagem pela polícia lá no Amazonas, o juiz aqui não tem acesso a essa informação e acaba concedendo liberdade provisória, por estar mal instruído.

Eu busquei aqui na PEC, e o mais próximo disso que eu encontrei foi aqui, na modificação ao art. 21, que está incluindo o inciso XXVIII, que diz o seguinte:

> Art. 21 – Compete à União:
> [...]
> XXVIII - coordenar o sistema único de segurança pública e defesa social e o sistema penitenciário, por meio de estratégias que assegurem a integração, a cooperação e a interoperabilidade dos órgãos que o compõem, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É nisso aqui que o senhor está se baseando para, numa lei subsequente, haver essa padronização, essa uniformização, que eu acho que é o principal que tem que estar nessa PEC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São só esses dois pontos, Ministro.

Obrigado por também incluir as minhas duas perguntas nesse primeiro bloco.

Com a palavra, por favor.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Quero agradecer a forma cortês, a lhaneza com que me foram dirigidas as perguntas próprias dos integrantes da Câmara Alta do Parlamento brasileiro.

Agradeço, porque nós estamos aqui perseguindo um objetivo comum, queremos encontrar uma solução que satisfaça o povo brasileiro – que, afinal de contas, é aquele que nos sustenta –, seja no Legislativo, no Judiciário ou no Executivo, e nós temos que dar uma solução.

Infelizmente, não existe uma bala de prata para enfrentar a criminalidade e enfrentar as organizações criminosas. Eu disse, no início da minha fala: esse é um fenômeno que não se restringe ao território nacional, mas é um fenômeno que está assolando o mundo todo.

Eu até, conversando, outro dia, com o Senador Mauro Vieira, numa cerimônia, dizia a ele que talvez, além da Interpol, fosse desejável nós criarmos, dentro da Organização das Nações Unidas (ONU), um órgão de combate à criminalidade internacional, como uma agência de controle da energia atômica, por exemplo, porque o crime está se espalhando tanto, internacionalmente, e com a utilização da *dark web*, das criptomoedas, da inteligência artificial, o crime não encontra mais fronteiras.

Então, é um problema muito sério, não é uma ação que vai resolver isso, a PEC não é a solução disso. Repito: a PEC é um início de solução, de conjugação de esforços. A PEC é apenas uma tentativa de organizar o jogo, para depois nós darmos uma nova partida, sem excluir as intervenções pontuais.

Aqui, então, eu já quero responder imediatamente ao nosso Presidente, que, até por ser Presidente, tem a preeminência, tem a prevalência, tem a precedência.

Nós procuramos... E todos aqueles que trabalham com técnica legislativa sabem que não é possível, não se deve inovar nada quando se propõe um texto legislativo: não se pode criar expressões novas, não se pode criar institutos novos, porque aquilo que já existe na legislação já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi testado na jurisprudência, foi testado nas discussões parlamentares. Então, nós tomamos cuidado de não inovar absolutamente nada.

Quando nós falamos na Política Nacional de Segurança Pública, no Plano Nacional de Segurança Pública, quando nós falamos de diretrizes, quando nós falamos no Conselho Nacional de Segurança Pública, isso já consta da lei de 2018 que criou o Susp. Nós simplesmente estamos tirando da horizontal e colocando isso na vertical.

Por que é que eu estou falando isso, em resposta agora ao nosso prezado Senador Presidente? Porque nós, aqui, aditamos um pouco o §7º do art. 144, ao qual S. Exa. aludiu, porque aqui já constava o seguinte: "A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública [...]". Portanto, essa determinação constitucional já existe, desde o tempo dos Constituintes originários, "[...] de maneira a garantir a [...] [eficácia] de suas atividades".

Nós aqui incluímos uma expressão com relação à interoperabilidade e com relação ao acatamento desse plano nacional, e eu tive o cuidado, nós tivemos o cuidado de, ao estabelecermos que essas diretrizes nacionais partirão, claro, do poder central – como acontece no setor de saúde, que estabelece o plano nacional de vacinação, ou no setor de educação, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases –, essas diretrizes serão discutidas com esse Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com a presença dos representantes da União, dos estados, dos municípios e da sociedade civil.

São diretrizes muito amplas, muito, diria até abstratas, que não retiram – porque logo depois tem um parágrafo único que nós colocamos – as competências concorrentes e comuns dos estados e municípios, nesta mesma área, e não restringirão o comando das polícias militares, civis e penais dos respectivos Governadores. Então, nós demos todas as garantias para não intervir na autonomia.

E aí o Senador pergunta, e com razão... É claro que a gente sempre tem o desejo de avançar para além daquilo que a gente poderia ou deveria ousar avançar, mas nós estamos no plano constitucional, um plano que tem um certo grau de abstração e de generalidades, em que nós não podemos entrar justamente nos detalhes de como será esse sistema único de integração de informações, como é que serão as operações coordenadas, se vai haver um boletim de ocorrência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, uma certidão de antecedentes nacional... Eu penso que isso poderá ser estabelecido, até porque isso é muito mutável, hoje é assim, amanhã de outra forma... Isso será estabelecido não em nível constitucional, mas, pelo próprio Congresso Nacional, nos termos da lei, como nós estabelecermos aqui, ou por alguma diretriz administrativa, isso poderá ser, depois, caso a caso, estabelecido.

Então, Senador, nós não avançamos, como dizia aquela expressão antiga, além das sandálias. Podemos ir... Caminhamos até onde pudermos. E nós, aqui, na medida em que não avançamos mais, estamos prestigiando o Parlamento nacional, porque todas essas diretrizes dependerão não apenas de um diálogo muito intenso interfederativo, mas passarão pelo Congresso Nacional, que terá o condão de apertar ou ampliar ou regulamentar e verticalizar todas essas ideias que nós temos de conjugação das forças.

Então, espero que tenha respondido a V. Exa.

Agora também, Senador Moro, muito obrigado pelas questões, sempre muito oportunas. Aliás, V. Exa. é um jurista, é um juiz de carreira e formula as questões com muita objetividade.

Eu vou começar com a questão da Polícia Rodoviária Federal.

Havia uma certa extrapolação, digamos assim, da competência da Polícia Rodoviária Federal. A maior qualidade do Estado de direito ou Estado democrático de direito é o fato de que cada autoridade tem uma esfera bem precisa de atuação, essa é uma garantia do cidadão. O delegado atua dentro de uma circunscrição, o juiz dentro da sua comarca ou também dentro da sua circunscrição, o Parlamento é assim, o Executivo é assim. Cada juiz tem as suas atribuições, as suas competências, as polícias também. Nós temos a Polícia Judiciária, que é a Polícia Federal e a Polícia Civil; nós temos as polícias ostensivas – ou basicamente –, que são as polícias militares; e nós temos a Polícia Rodoviária Federal, que tem, assim como a Polícia Federal e a Polícia Penal, as suas atribuições rigorosamente delimitadas na Constituição Federal.

E qual é a atribuição da Polícia Rodoviária Federal? Diz o art. 144, §2º:

> A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ponto. É a isso que se circunscreve a atuação da Polícia Rodoviária Federal. Não pode sair desses limites.

Nós temos 76 mil quilômetros de rodovias federais. É um espaço gigantesco. Talvez nem a Europa tenha tantas rodovias, e nós temos apenas 13 mil homens para servir a cumprir essa importantíssima missão.

Esta atribuição constitucional foi regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro, que também estabelece as atribuições da Polícia Rodoviária Federal dentro das rodovias federais.

Bom, então a Polícia Rodoviária Federal estendeu – e falo na presença, aqui, do nosso prezado Diretor-Geral, que nos acompanha nessa preocupação – demais as suas atribuições. Começou a invadir, até para o constrangimento da Polícia Federal e das polícias civis, começou a exercer atribuições típicas da polícia judiciária: começou a efetuar prisões; mandados de prisão; busca e apreensões. Começou a atuar, por exemplo – todos testemunharam isso – na Cracolândia, no coração da cidade de São Paulo, com mais de 50... Eu vi pela televisão, fiquei estarrecido. É esse o papel da Polícia Rodoviária Federal, estar nas comunidades, é estar, enfim, colaborando com outros órgãos? Então, tivemos que, com todo o respeito, dar um freio de arrumação, cada qual no seu quadrado.

Imaginem os senhores que nós, como cidadãos – porque somos Parlamentares, somos autoridades públicas, agentes públicos, mas somos cidadãos também –, queremos que cada polícia atue dentro das suas atribuições estritamente. Nós não podemos admitir que a Polícia Rodoviária Federal cumpra um mandado de busca e apreensão, invada uma residência, que, amanhã, invada, por exemplo, o escritório, o gabinete de um Parlamentar. Isso é inaceitável. Inclusive, eventualmente, até sem um mandado judicial. Aliás, o que é pior, alguns juízes estaduais estão determinando a atuação da Polícia Rodoviária Federal em ações típicas, numa flagrante extrapolação de suas competências constitucionais e legais para efetuar ações da polícia judiciária.

Então, eu penso que nós temos que atuar estritamente dentro da Constituição e das leis. Perdoem-me por uma expressão que é muito usada pela juventude: cada qual no seu quadrado.

E nós não impedimos que a Polícia Rodoviária Federal contribua com as demais forças de segurança. O que nós dissemos na nossa portaria? Que a portaria regula a participação da PRF em operações conjuntas com órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública referidos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei tal; que a atuação da PRF nas operações de que trata esta portaria respeitará o disposto no *caput* e no §2º desta Constituição, ou seja, atuar nas rodovias federais e segundo determina o Código de Trânsito Brasileiro, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos; que a participação nas respectivas operações conjuntas de que trata esta portaria deverá ser autorizada por ato do Diretor-Geral, porque eram, às vezes, autorizadas pelos diretores locais ou superintendentes, sem conhecimento da cúpula; e que o Diretor-Geral explicitará a pertinência, a conveniência e a necessidade da medida, bem como o pessoal, o armamento e os equipamentos empregados, além de detalhar os custos envolvidos, observados os princípios da eficiência e economicidade, assegurado, no que couber, o sigilo pertinente.

E mais: essas operações só poderão ser autorizadas desde que não prejudiquem a função constitucional da Polícia Rodoviária Federal. São 76 mil quilômetros de rodovia. E há uma queixa da sociedade, que não é por ineficiência da polícia, porque só conta a Polícia Rodoviária Federal com 13 mil homens, que não têm o dom da ubiquidade, mas as ações de colaboração só poderão ser feitas desde que não haja prejuízo para as atividades constitucionalmente explicitadas.

Tem um artigo aqui que excepcionaliza essa situação:

> Compete ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública autorizar ou determinar o emprego da PRF, em cooperação com os demais órgãos integrantes do SUSP, em situações excepcionais que não se enquadrem nas hipóteses do parágrafo [...] [1º e tal], tais como calamidades públicas [como ocorreu, por exemplo, do Rio Grande do Sul ou nas queimadas do Mato Grosso ou nas terras dos ianomâmis], desastres naturais ou graves ameaças à ordem pública ou à incolumidade das pessoas.

Então, a Polícia Rodoviária Federal precisa voltar para as rodovias, não pode exercer as funções de polícia judiciária. Isso está explicitado na portaria e também na PEC.

Esclarecendo, Senador Moro, nós temos aqui o nosso Antônio Fernando, prezado Diretor da PRF, que diz que tínhamos dez representantes da PRF nos GAECOs. Nós continuamos com as operações de inteligência, vamos colaborar caso a caso, não há nenhuma questão com relação a isso. As FICOOs estão em plena operação – são aquelas operações integradas entre a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária, a Polícia Penal Militar, e até as guardas municipais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes estão envolvidas. Nós tivemos no ano passado mais de 200 ações. Temos 36 FICOOs em andamento.

Só no ano passado, para terem uma ideia dos números estratosféricos, nós descapitalizamos o crime organizado em mais de R$6 bilhões em bens e valores econômicos. Nós temos os nossos índices de apreensão de drogas, de apreensão de armas, de apreensão de mercadorias ilícitas, ano a ano, crescendo, e nós já fizemos – tanto a Polícia Rodoviária Federal quanto a Polícia Federal – uma exposição pública do quanto nós avançamos, e esses números estão à disposição das polícias.

Com relação aos centros integrados, nós temos vários centros integrados em funcionamento. Essa é uma preocupação do Dr. Mário Sarrubbo. A grande parte do Fundo de Segurança Pública vai para o pagamento dessas operações integradas.

A sua preocupação, Senador Moro, com relação ao Ciof que V. Exa. fundou, lá em Foz de Iguaçu, na sede da Itaipu, não só continua como está sendo ampliado, não é, Dr. Mário Sarrubbo?

Portanto, esse sistema dos centros de inteligência é uma iniciativa inteligente e benfazeja. Nós temos agora o plano Amas – Plano Amazônia: Segurança e Soberania –, em que nós estamos agora criando um Centro de Cooperação Policial Internacional, que será inaugurado em Manaus ainda este ano e vai congregar nove países lindeiros à Amazônia Legal e nove estados, para combater justamente os ilícitos que lá ocorrem: o desmatamento ilegal, o tráfico ilegal de madeiras, o garimpo ilegal, o tráfico de drogas. Então, nós estamos mantendo essas operações e incrementando essas operações sempre de acordo com a nossa filosofia, que está traduzida na PEC, de integração das forças policiais.

Senador Moro, V. Ex. me perguntou, enfim, com a objetividade que o caracteriza, com relação à Lei 14.843, que restringe as saidinhas. Eu quero dizer que esse assunto veio à nossa consideração, porque pelo ministério passam todos os projetos de lei para sugestão ou não de sanção ou de algum veto. Nós mantivemos integralmente o projeto que veio do Congresso Nacional. Só ressalvamos aquelas saídas que permitem o encontro daqueles que já se encontram no regime semiaberto com os seus familiares, em determinadas datas significativas, como o Natal, como o Dia das Mães, porque isso, segundo nós acreditamos, tem um valor muito importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a reintegração do preso, para a esperança que o povo preso tem, porque, senão, teríamos aí até a possibilidade de rebeliões muito grandes.

Quero dizer para as senhoras e os senhores também que essa Lei de Execução Penal foi editada em 1984, em pleno regime militar, assinada pelo General Figueiredo e pelo Ministro Abi-Ackel, que era a linha duríssima, e estabelece um sistema de progressiva reintegração dos presos na sociedade. Prevê o exame criminológico – nós não vetamos o exame criminológico –, mas eu, como juiz, durante sete anos, do Tribunal de Alçada Criminal, me lembro, com todo o respeito àqueles que subscreveram esse documento, que ele era uma farsa: era um documento padrão, mimeografado ou xerografado, em que se manifestavam um psicólogo, um assistente social, um psiquiatra e o diretor da prisão. Então, era quase que uma repetição uma da outra. É um procedimento caro, é um procedimento que pode atrasar a progressão de regime e criar, eventualmente, rebeliões nos presídios. O CNJ apresentou, fazendo os cálculos, uma conta bilionária. Se nós formos realmente fazer um exame criminológico sério, nós vamos ter que contratar gente de fora dos presídios, porque nós não temos... O Senador Contarato sabe disso. Vamos ter que contratar psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais para fazerem laudos. E sei lá como eles vão fazer esses laudos, se vão para dentro... Então, é uma questão controversa.

Audiências de custódia.

V. Exa. tem razão em que é possível melhorarmos a audiência de custódia. Nós temos aí o Ministro Flávio Dino, que é do ramo, foi Juiz Federal como V. Exa., foi Ministro da Justiça, tem *expertise* para isso, foi Parlamentar, foi Governador. Então, é possível melhorar as audiências de custódia.

Eu, quando fui Ministro Presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), deparei-me com uma situação absolutamente devastadora nos presídios. Nós tínhamos 850 mil presos. Nós tínhamos 40% de presos provisórios; presos que ficavam meses ou anos sem se defrontar com o juiz, apodrecendo, literalmente, nas masmorras medievais a que aludia o ex-Ministro da Justiça José Eduardo Martins Cardozo.

Então, as audiências de custódia surgiram com base no Pacto de São José da Costa Rica, exatamente... E V. Exa. como juiz, até com muita propriedade, louvou essa garantia do cidadão – que pode amanhã atingir um de nós, um dos nossos filhos, netos, irmãos, irmãs –, quer dizer, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito de, em 48 horas, defrontar-se com o juiz, porque há muitos casos em que a prisão não é necessária.

Só vai superlotar os presídios, porque nós temos hoje cinco presídios federais de segurança máxima, mais ou menos 1,4 mil estabelecimentos prisionais, 670 mil presos em todo o sistema e 88 facções criminosas dominando esse sistema. Inclusive algumas que vêm do exterior, o famoso El Tren de Aragua, que está vindo da Venezuela, entrando por Roraima, já indo para o Chile, o que é uma grande preocupação.

E o Supremo Tribunal Federal, na DPF 347, considerou inconstitucional esse sistema e deu um prazo de seis meses para o Governo estabelecer um plano de recuperação desse sistema. O Ministro... O Dr. André Garcia, que é o nosso Secretário de Políticas Penais, juntamente com o Desembargador Luís Lanfredi, do CNJ, elaborou um plano, ouvidos todos os ministérios, a sociedade civil, dezenas ou centenas de audiências públicas com a sociedade civil inclusive. Esse projeto, chamado Pena Justa, foi apresentado para o Supremo Tribunal Federal e homologado, aprovado com algumas restrições.

O termo pode talvez ser infeliz e não corresponder à verdade daquilo que se pretenda com esse projeto. Nós queremos, com esse projeto, retomar o território que as facções criminosas conquistaram dentro dos presídios brasileiros. Então, é um projeto com mais de 300 ações que envolve uma triagem na entrada, permitindo que sejam detidos apenas aqueles que tenham periculosidade, os que não tem não podem ocupar a vaga dos perigosos. Nós estamos estabelecendo um programa intenso de trabalho dos presos, porque os presos não ficarão mais ociosos, trabalho e estudo intensivo, porque a ociosidade realmente permite, enfim, que as pessoas sejam aliciadas pelos criminosos. E, na saída, também há um programa muito inteligente que envolve o Sesc, Senasp, as federações de indústria e comércio para a reintegração desses seres humanos supostamente reintegrados à sociedade.

Eu tenho uma última pergunta da Senadora Margareth, mas estou disposto a avançar.

A insegurança.

V. Exa. disse muito bem que é uma insegurança que vem de décadas – décadas! –, e não é uma bala de prata que vai resolver. Constitucionalmente falando, a responsabilidade de combate à criminalidade, ao roubo de celulares, furtos, assaltos à residência, bancos sempre foi das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades locais: polícia civil, polícia militar e, em certa medida, das guardas municipais. Agora, nós estamos oferecendo ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira que a União, que tem uma participação muito restrita na questão da segurança pública, determinada na Constituição... Porque a Polícia Federal só cuida de crimes de natureza federal ou daqueles que firam, de alguma forma, os interesses da União; a Polícia Rodoviária Federal, como dito, só trabalha nas rodovias federais; e a Polícia Penal Federal, em princípio, só trabalha nas cinco penitenciárias de alta segurança. Agora, nós estamos ingressando na arena, na lista, oferecendo a mão aos estados e municípios para cooperarmos.

Eu queria dizer à Senadora Margareth, com todo o respeito, que, da nossa parte, não há ausência do Governo. Nós discutimos, todos nós, Dr. Sarrubbo, Dr. Andrei, Dr. André, o próprio Antônio Fernando, todos, eu mesmo; nós temos participado de debates acadêmicos, nós temos dado entrevistas, discutindo com a sociedade civil todos os aspectos, expondo não só as virtudes que temos no nosso sistema, que talvez sejam insuficientes e poucas, mas também as mazelas, com toda a coragem.

V. Exa. tem, enfim, razão, mas é algo que foge ao nosso controle, sobre as propostas que estão aqui em tramitação no Parlamento que não têm andamento, mas o Governo não tem maioria para isso. Quer dizer, aqui quem determina o andamento destas propostas são o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, os Presidentes das distintas Comissões. Nós temos um rol de medidas que consideramos apropriadas e podemos modestamente apoiá-las. E, no campo do feminicídio, nós temos inúmeras de combate à violência contra a mulher, inúmeras iniciativas.

Temos um projeto muito interessante chamado Antes que Aconteça, em que nós, inclusive, já temos a colaboração do CNJ. Ontem assinei, com o Dr. Paulo Gonet, uma cooperação com o CNJ para a instalação das Salas Lilás, porque não podemos ter, por falta de verbas, delegacias da mulher em todos os estados, mas elas terão uma sala especial. Eu estive na Paraíba inaugurando essa sala. É algo espetacular! O atendimento é multidisciplinar, tem uma sala para as crianças da vítima mulher. Isso está se espalhando. Nós temos as casas Maria da Penha, nós temos as patrulhas Maria da Penha. O Dr. Sarrubbo, através do Fundo Nacional de Segurança Pública, tem financiado inúmeras viaturas destinadas só para esse fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer, na verdade, que nós estamos num momento de recesso orçamentário. Nós temos um teto de gastos. Não podemos ir além dele. Nós temos 13 mil homens, aproximadamente, da Polícia Federal, considerados os administrativos, e mais 13 mil homens, aproximadamente, da Polícia Rodoviária Federal. Nós tivemos meio milhão cortado. A Polícia Penal tem cerca de 1,6 mil homens.

O Brasil é um continente! Reclamam das fronteiras – estou terminando. Só a fronteira do Brasil com a Bolívia é mais extensa do que a fronteira dos Estados Unidos com o México. Os Estados Unidos têm as maiores forças militares do planeta e não consegue dar conta da entrada dos imigrantes ilegais. Mandou agora uma força policial de 5 mil homens.

Nós fazemos um esforço inaudito para controlar as fronteiras. Como é que nós vamos fazer isso? Com as FICOOs, com a integração das polícias nos locais-chaves, nos locais pertinentes. Com a Polícia Rodoviária Federal, se puder estender sua ação também para as hidrovias – nos rios que são fronteiras com outros países, haverá uma atuação mais incisiva. Mas por que nós também não tocamos na nossa PEC nas fontes de recursos? Porque nós temos um teto de gastos. Essa é uma discussão um pouco...

Senadora Daniella, acabei de falar do nosso Projeto Antes que Aconteça, do que fizemos ontem no CNMP, parabenizando V. Exa., que está capitaneando esse projeto maravilhoso, mas reitero, então, as minhas homenagens a V. Exa. para dizer o tanto que nós estamos fazendo, em conjunto, em prol do combate à violência contra as mulheres.

Eu creio que, basicamente, respondi, mas estou aberto a outras colocações.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu acho que isto não vai terminar tão cedo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tomei a liberdade de deixar o tempo do Ministro à vontade, mas vou colocar um prazo de dez minutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Ministro responder, porque acho que os Senadores cumpriram o tempo que nós combinamos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu acho que a objetividade desta reunião... A PEC nós vamos ter tempo suficiente para discutir. Nós vamos ter discussão, nós vamos fazer audiência pública, nós vamos ouvir segmentos. Aqui, por exemplo, a polícia científica não está dentro da PEC.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Ah, sim, sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Você está me entendendo? É um absurdo ela não estar.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Posso responder isso?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu vou falar na hora.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – É oportuna essa sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele vai perguntar sobre isso, e aí o senhor responde.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma questão de ordem.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Desculpe-me, mas eu quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Responda ao Senador Omar e...

Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi atentamente, e eu até discordo de algumas posições, Ministro, em particular sobre a PRF – acho que ela pode ser mais bem-aproveitada, mas, de todo modo, só há duas questões que ficaram de fora da sua resposta.

Não ficou claro para mim. V. Exa. elogiou lá o seu antecessor, o Ministro Flávio Dino, mas não ficou claro se o Ministério da Justiça, então, apoia o PL que ele apresentou para restringir a audiência de custódia. E a outra questão, só porque ficou sem resposta e V. Exa. pode aproveitar...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E por que a PEC que prevê os fundos vieram sem fontes de receita.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Exatamente. Está bem.

Bom, eu quero dizer, primeiramente, o seguinte: eu não conheço em detalhes, confesso, o projeto do Ministro Flávio Dino, atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas eu acho que é possível nós aperfeiçoarmos as audiências de custódia. O que eu tenho dito... V. Exa. foi juiz, eu fui juiz, temos muitos juízes aqui, os juízes são pais, são avós, são filhos, quer dizer, são cidadãos comuns e sentem também a violência da criminalidade que existe hoje. Em sã consciência, eu duvido que algum juiz possa libertar alguém que seja um criminoso perigoso. Se ele o faz, é porque ele não recebeu os antecedentes de forma muito clara, de forma muito evidente. A PEC procura exatamente criar uma certidão de antecedentes nacional. Muitas vezes, alguém comete um crime no Norte do país, ou no Sul, no Centro-Oeste e outro, talvez de menor potencial ofensivo, vamos dizer, no Rio de Janeiro. Ele faz uma importunação sexual, ele encosta numa moça ou numa mulher num coletivo. Esse é um crime de menor potencial ofensivo, mas aí vai a autoridade policial que fez o flagrante, leva os antecedentes – ou, às vezes, nem tem os antecedentes –, mas o indivíduo é um feminicida; ou, às vezes, ele encosta numa menina, e ele é um pedófilo em outro estado. Então, enquanto nós não tivermos a integração das certidões, o juiz, diante de um crime de menor potencial ofensivo ou de algo que ele entenda que não mereça ser punido imediata ou cautelarmente com a prisão, vai determinar uma medida alternativa: tornozeleira, prisão domiciliar ou, eventualmente, uma restrição de direitos.

Mas vamos aperfeiçoar isso, Senador. Nós estamos juntos. Eu acho que é possível em determinadas situações muito evidentes, mas é preciso, e eu falo isto com todo o respeito, que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícias façam também a lição de casa: levem para o juiz a periculosidade. E digo mais: é preciso que, na audiência de custódia, estejam sempre presentes um membro do Ministério Público e um defensor, seja ele público ou privado. Então, é uma audiência solene em que todos esses aspectos podem ser debatidos.

Eu vou fazer um levantamento, Senador Moro, junto ao CNJ, para verificar a qualidade dessas eventuais liberações, e, se tiver algo que possa ser melhorado, nós estamos juntos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho só que é uma questão urgente, Ministro, e é importante que o Ministério da Justiça tenha um projeto sobre essa matéria, porque a gente está vendo que esse é um problema recorrente no país inteiro. E tem projetos legislativos sobre esse tema. Eu não compreendo como o Ministério da Justiça pode ficar alheio a isso. Então, não pode ser a partir de hoje, mas, sendo a partir de hoje, então, quem sabe esse projeto do seu antecessor que está lá na Câmara...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – A nossa política, Senador, é a seguinte: quando há um projeto tramitando no Congresso Nacional, em respeito ao Congresso, nós não tomamos iniciativa, até para não haver superposição.

Eu, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde servi 17 anos, sempre que havia uma questão em discussão no Congresso Nacional, eu me abstinha de decidir. Eu não decidia, eu sempre dizia: "Vamos aguardar o Congresso Nacional decidir a matéria, para não haver choque entre os Poderes".

Então, em respeito ao Congresso Nacional, nós fizemos um levantamento daquilo que para nós é válido e daquilo a que nós temos restrições.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Ministro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu gostaria só de ouvir o Ministro Lewandowski...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pessoal, só para você não ficar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu abri uma exceção aqui ao Senador Sergio Moro, porque ele é o Relator. Porque, se ficar o pingue-pongue, como eu disse inicialmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não queria que tivesse a réplica, a tréplica... Foi por isso que eu sugeri um tempo fixo no começo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só quero solicitar que as minhas duas perguntas sejam respondidas: uma sobre a polícia científica e a outra sobre os assentamentos.

É porque a outra ele respondeu ao Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ministro, é só uma sugestão: se senhor pode incluí-las no próximo bloco, até porque o Senador Omar Aziz também tocou no assunto, acho que vai perguntar sobre isso a V. Exa...

Eu queria passar a palavra, então, ao Senador Alessandro Vieira. Será ele no próximo bloco e, na sequência, vêm o Senador Omar Aziz e a Senadora Damares Alves.

Eu queria pedir ao Senador Moro, Vice-Presidente, que assumisse aqui a Presidência por um instante.

Com a palavra, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro, membros da sua equipe.

Permitam-me colocar as coisas de forma objetiva...

Vou aguardar a celebração ali, e depois a gente volta a falar. (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Renovo os cumprimentos a V. Exa. e a sua equipe.

Permitam-me ser breve e objetivo nas minhas colocações. Eu trabalho na segurança pública há mais de 20 anos, e o que V. Exa. até o momento verbalizou aqui, nesta sessão, é um conjunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lugares-comuns que permeiam a segurança pública há décadas: necessidade de integração, necessidade de investimento, enfim... É uma falha, é um discurso que não gera resultados concretos. De concreto, Ministro, o Governo, ao solicitar o Orçamento de 2024, reduziu o valor de investimento no Fundo Penitenciário e reduziu no Fundo Nacional de Segurança Pública; depois, o Relator reduziu mais ainda. E, sem orçamento, é só discurso. Esse é um ponto que me parece fundamental. Sem orçamento, é só discurso.

O segundo ponto que me chama a atenção – e ainda aguardo a efetiva apresentação da PEC, com seu teor, para que a gente possa fazer uma análise técnica – é que, nos eslaides de apresentação que V. Exa. trouxe, o senhor menciona a criação de uma polícia ostensiva federal, fazendo uma simetria com as polícias estaduais e distrital. Mas eu observo que essa é uma crítica técnica e histórica: me parece que quase toda a literatura sobre o tema coloca, como uma dificuldade brasileira, a divisão das polícias. O fato de não termos uma polícia única, em regra, é lido como um problema, e nós vamos reproduzir esse problema agora em cenário federal. Eu não consigo identificar qual é a base técnica para essa alteração.

Terceiro ponto, Ministro: a questão da retomada de território. O senhor fala da retomada de território dentro do sistema prisional – e, para isso, o Programa Pena Justa – e da retomada de território nas diversas cidades que sofrem isso.

A retomada de território só se dá pelo emprego da força, Ministro. Não existe retomada de território do criminoso sem emprego de força. Não existe. É claro que o emprego da força tem que chegar, depois, acompanhado por saúde, assistência, educação, investimento em infraestrutura, sem dúvida, mas o primeiro passo é o uso da força. E, aí, voltamos para o orçamento. Com que força a gente vai fazer essa retomada de território? E de que forma?

O fato, Ministro, membros da equipe, colegas Senadores e Senadoras, é que é muito claro que esse é um tema que não conta com a vontade política e com o interesse político deste e de vários governos – é um problema que se arrasta há muito tempo –, porque, quando se olha para os exemplos dos subnacionais, dos estados, nós identificamos vários estados com bons casos de sucesso na redução da criminalidade violenta, desde estados que têm uma certa estabilidade, como é o caso de Santa Catarina, a estados, como o meu Sergipe, no Nordeste, que conseguiram uma redução expressiva. E não tem muito segredo; não é uma receita de bolo surpresa: é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento em inteligência, é contratação de mais policiais, é vontade política para fazer funcionar e orçamento. E nós não conseguimos identificar nenhum desses fatores claramente delineados. Eu não consegui, da apresentação de V. Exa., depreender qual é o Plano Nacional de Segurança; em que parte desse plano entram as nossas Forças Armadas, que estão claramente mal distribuídas. Existe alguma integração com a Defesa ou não existe? Porque a cobertura das fronteiras, por onde entram armas e drogas, passa pela atuação das Forças Armadas também.

Acho que o Congresso, claramente, já há alguns anos... Eu cheguei aqui em 2019, e, antes da minha chegada, claramente, o Congresso já mostrava o interesse em legislar, cada vez mais endurecendo penas, enfrentando dificuldades, mas eu acho absolutamente inadequado que algumas soluções técnicas não sejam adotadas por suposto excesso de custo. Veja, a gente falou aqui, muito tangencialmente, do exame criminológico, e V. Exa., de forma apropriada, disse: "Olha, custa caro fazer um exame bem-feito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quando eu era juiz lá – imagino que há 30, 40 anos – era uma coisa numa página mimeografada, xerografada; era uma coisa para inglês ver. É como a segurança pública é feita no Brasil desde sempre: para inglês ver, de fachada, de discursos.

Então, se efetivamente nós queremos cuidar da questão da criminalidade violenta no Brasil, nós precisamos cuidar do sistema prisional com investimento e retomada pela força. É evidente que, depois, todos têm que ser ressocializados, todos têm que ter educação, têm que ter acesso, mas, sem o uso da força, não tem como.

E acho que é interessante também que a gente passe algum tempo analisando o caso do Estado de São Paulo, o qual nos brindou com coisas fantásticas, mas também nos brindou com a maior facção criminosa que nós temos. O que deu errado em São Paulo? Qual foi o erro que aconteceu lá? Porque nós temos lá indicadores de criminalidade violenta baixos, mas, em contrapartida, nós temos a atuação da maior facção criminosa da América do Sul, absolutamente enraizada.

Então, acho que ter essa clareza, entender que nós não temos um plano de segurança... Se V. Exa. tem, eu peço que apresente quais são as medidas objetivas para que a gente possa ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma redução desse *status* atual, que é o de um país progressivamente dominado, territorialmente, pelo crime violento. Nós temos já hoje dezenas de cidades, centenas de cidades onde o controle territorial está nas mãos dos criminosos, e não do Estado, que devia ter a prerrogativa única do uso da força.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Eu passo a palavra, então, para o Senador Omar Aziz por cinco minutos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Sergio Moro.

Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras que estão aqui, quero cumprimentar o Ministro Lewandowski e, na pessoa dele, cumprimentar toda a equipe que se dispôs a estar aqui hoje.

Bem, eu quero começar pelo meu estado.

O Brasil não produz cocaína, nós importamos cocaína. Nós sabemos quem traz a cocaína, por onde entra e quais os lugares... Porque não tem outros lugares de passagem; por exemplo, se você pegar o Alto Solimões, só vai passar pelo Alto Solimões. Acontece que tem nove policiais federais lá, Ministro. Tem 13 mil homens para o Brasil todo. Isso é uma brincadeira! Vamos fazer de conta que a gente faz segurança, e todo mundo acredita...

Veja bem, se a gente não dobrar – no mínimo, dobrar – o efetivo da Polícia Federal... E aí, para mim, a Polícia Rodoviária Federal no Estado do Amazonas não tem muita serventia: não tem estrada, porque não deixam a gente fazer as estradas lá! Lá seria uma polícia hidroviária, que lá atrás eu quis criar, mas, na época, a Polícia Federal pediu para não avançar – e nós temos, hoje, problema nos rios da Amazônia. Ali entre Amapá e Belém, à noite, não se passa embarcação; no meu estado, ninguém anda mais de embarcação à noite.

E, quando a gente fala em narcotraficante e aumento de mortes, não estão matando inocentes: é uma facção matando a outra! Por isso o aumento da criminalidade. Por quê? Porque eles estão ocupando o espaço à força, enquanto nós saímos desses espaços!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para o Governo Federal ter uma atividade-fim na segurança pública, a não ser a Polícia Federal, mas, em conjunto com os estados e municípios, que desocuparam as comunidades, os bairros e as ruas... Aí quem ocupou? Hoje, Senadora Damares, se uma criança é estuprada, ela não procura a polícia: ela procura o chefe da facção, ele vai lá e mata o cara. A polícia não faz nada.

Eu fui Governador, fui Secretário de Segurança e eu fiz o melhor salário da polícia civil e da polícia militar de um estado do Brasil; isso foi feito por mim como Governador. O salário do coronel é tetado, o do policial, do delegado é tetado; eu acabei da 5ª Classe até a 4ª. E eu lhe digo uma coisa: se, nesta PEC aqui, nós não estabelecermos, para quem entra na polícia, que concurso público para a polícia não dá para ser para concurseiro que faz um concurso para a Polícia Federal, para a polícia civil ou para a polícia militar e, depois de três meses desde que ele toma posse, vem um outro concurso para juiz ou para o Ministério Público e ele larga... A gente gasta dinheiro no treinamento dessas pessoas, e não vai ter essas pessoas! Eu agora estou com um projeto aqui para que, a cada 5% de saídas da Polícia Federal, seja feito o concurso imediatamente.

Ministro, eu vou lhe dizer uma coisa: se os estados, hoje, não tirarem a segurança pública da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós não teremos como atrair mais pessoas para dentro da polícia. E o problema nosso é contingente. Polícia se faz com homens e mulheres; segurança se faz com homens e mulheres! Os equipamentos tecnológicos são acessórios de um homem ou de uma mulher, e, sem o homem ou a mulher, não haverá segurança pública! Eu posso falar isso porque eu atuei diretamente e acabei com gangues do meu estado. E digo mais: o Governo, muitas vezes, se preocupa mais com a questão dos direitos humanos de preso e está se esquecendo do pobre, daquela senhora que tem a sua venda roubada diariamente, que é achacada pelo traficante. Nós não entramos nessa discussão!

Uma política nacional de segurança pública não é fácil! Se fosse fácil, como bem disse o senhor, os Estados Unidos tinham resolvido, lá, numa fronteira menor, que é a do México. Imagine a nossa fronteira do Estado do Amazonas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... em que entra droga pela Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão trocando o ouro dos ianomâmis por droga, e todos nós lá no Amazonas sabemos disso, não precisa de polícia científica, de polícia para investigar, não. Sabe como é que entra droga no Estado do Amazonas? Por balsa afundada, Senador Sergio Moro, com uma anteninha de satélite. Eles têm satélite. No último confronto que teve com a Polícia Federal – eu era Governador –, dois agentes foram mortos, foram metralhados por narcotraficantes colombianos, porque os armamentos dos colombianos eram muito mais potentes que os armamentos da Polícia Federal. Entraram à noite na região do Médio Solimões, lá houve um confronto e infelizmente dois homens morreram. Eu até, como Governador, inaugurei uma estrada em homenagem a um deles por ter servido o Estado do Amazonas.

Eu sei muito bem que a Polícia Federal está nos aeroportos olhando se vai entrar droga. Não, não entra pelo aeroporto, ninguém traz mais droga pelo aeroporto.

Eu peço... Falo isto com muita tristeza: um preso custa oito vezes mais que um aluno na sala de aula. Um preso hoje está custando oito vezes mais do que um aluno, estou falando por mês. Por um ano todinho, um aluno custa oito vezes menos do que um preso por mês. Você tem que pagar hoje, no sistema prisional, R$7 mil ou R$8 mil por mês para manter um preso. Se você alugar um hotel, não vai pagar isso, mas dentro do presídio custa isso. E eles não têm nenhuma outra atividade, zero atividade para produzir, o que eles têm é muito tempo para pensar em como se safar e o que fazer de melhor.

Então, esses dados de "cresceu o número de mortes, cresceu o número...", se a gente for levantar a ficha de um por um, pouquíssimos são inocentes – pouquíssimos são inocentes! É uma briga entre facções. E, se a gente não combater o narcotráfico, a gente vai perder essa guerra. E não é o Governo do Presidente Lula, não foi o Governo do Presidente Bolsonaro, não foi o Governo do Presidente Temer; isso é crônico, isso ficou crônico. Hoje os nossos jovens são cooptados pelo narcotráfico para ganhar R$100, R$150 por semana para levar droga, porque o menor não é preso, e ele é que está sustentando muitas vezes a família, está ajudando no dia a dia.

Isso só vai acontecer de uma forma: a gente ocupa os espaços, como o Alessandro falou, e não é na conversinha...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para finalizar, Senador. Já passou o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não vai ser na conversa, vai ser em ação dura de repressão e prevenção. E a gente não pode sair, a gente tem que ocupar o espaço com saúde, com educação, com assistência social.

Lá, no meu estado, quando morre uma pessoa, eles não procuram mais a prefeitura por um caixão, procuram o chefe do narcotráfico para pagar o enterro.

Só para concluir, a polícia hidroviária no meu estado seria importante, Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Seria importante. Eu não estou discutindo a PEC ainda, eu disse para V. Exa. que não discutiria essa questão. Seria muito importante. E também a questão da polícia científica.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Seguindo aqui, eu passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu peço tolerância, eu sou uma senhora idosa, mulher, e eu quero tempo dobrado. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ministro, eu me esforcei tanto para estar aqui! Eu já saí daqui, já abri outra audiência, já deliberei, já voltei.

Ministro, obrigado por estar conosco. Quero cumprimentar a sua equipe, que também está com a gente. O senhor abriu a sessão falando que tem a melhor equipe. Eu não vou concordar com o senhor porque eu ainda não avaliei toda a sua equipe. Eu desejo ao Inspetor Antônio que continue batendo recorde, com a nossa gloriosa PRF, de apreensão de drogas. Conheço pouco o Secretário Nacional, mas estou acompanhando. Eu não posso avaliar a Polícia Federal, porque me causou grande dor recentemente, desnecessária, mas o Secretário de Políticas Penais já esteve conosco em um momento difícil, e eu quero agradecer; mas, de sua equipe, eu só posso dizer que o melhor Secretário de Assuntos Legislativos o senhor tem, sim. Eu preciso fazer esse registro sobre o Dr. Marivaldo, pela forma como ele lida com todos nós Parlamentares, Ministro, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminar um Parlamentar de oposição, com respeito, carinho. Então, eu não vou elogiar ainda os outros secretários, porque eu quero ver o trabalho. Vocês têm quatro anos para a gente avaliar, mas o Marivaldo está no dia a dia e eu preciso fazer esse registro.

Ministro, quando o senhor aceitou ser Ministro, quando o senhor foi convidado, eu duvidei de que o senhor aceitaria. Eu disse: "Ele não vai aceitar esse desafio, não; eu acho que ele não sabe que o Ministério da Justiça é um grande pântano; ele não vai entrar nessa". E que bom que o senhor entrou, com a sua forma serena de conduzir a pauta, não debochada, sua forma respeitosa de lidar com o tema e de tratar com a gente.

E eu fico torcendo muito, Ministro, para que o senhor dê certo, que tudo que o senhor quer fazer lá consiga, porque, se o senhor der certo, o Brasil deu certo. O senhor sabe que o maior desafio do seu Governo é segurança.

E nós estamos aqui, Ministro, querendo ajudar também. Esta Comissão é a sua Comissão, é a Comissão na qual o senhor vai poder encontrar o apoio, a parceria, na qual o senhor vai poder encontrar encaminhamentos para ajudá-lo a encontrar dinheiro, tá? O dinheiro é aqui, nesta Comissão; venha aqui, que a gente vai ajudá-lo.

Ministro, eu vou começar pelo que o nosso Senador Omar falou: a polícia hidroviária. A gente precisa muito disso, e eu vou dizer por quê. Esta Comissão, no ano passado, Ministro, se debruçou, por um ano inteiro, em fazer a avaliação de uma política pública, que é a política pública de busca de pessoas desaparecidas. É uma lei de 2019, e eu, como Ministra de Direitos Humanos, tive... Eu e o Moro fomos os dois Ministros responsáveis pela implementação da política. Esta Comissão decidiu avaliar isso no ano passado, obedecendo ao Regimento Interno. Foi um ano de trabalho, Ministro, com diligências, viagens, reuniões. Eu mandei o relatório para o senhor e vou entregar uma outra cópia.

Esse relatório diz o seguinte: nós estamos falhando com a política de busca de pessoas desaparecidas. Por exemplo – Ministro, ela é uma política nacional –, o Estado de Santa Catarina está aqui no relatório. Eu vou lhe entregar mais uma cópia; eu temo que o senhor não tenha recebido, porque chega à assessoria, e até chegar ao senhor demora, mas eu precisava de que o senhor lesse. No Estado de Santa Catarina, encontram-se 99% das pessoas desaparecidas; no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal, encontram-se 98%; mas no Pará, menos de 10%. Não dá para a gente ter uma política e dizer que ela é bem-sucedida quando eu tenho disparidades tão grandes como essa.

Então, eu queria muito, em nome da Comissão – porque foi o trabalho que esta Comissão fez no ano passado –, que a gente desse uma atenção especial à busca de pessoas desaparecidas, a essa política.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou deixar uma cópia com o senhor.

E aí, Ministro, nesse sentido, a polícia hidroviária iria nos ajudar muito, porque é pelos rios. Não vamos acreditar que as pessoas desaparecidas estão indo de avião, não; vão pelos nossos rios.

Ministro, nesse sentido, eu estou, há sete meses, tentando uma audiência com o senhor.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – Desculpe.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor me deu uma data, eu não estava, mas eu quero dizer que vou insistir nesta audiência porque...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – A senhora vai ser recebida a qualquer momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Eu tenho aqui os pedidos e quero sentar sozinha com o senhor porque nós temos um caso, Ministro... O senhor me pediu que eu falasse com o Marivaldo, mas eu quero com o senhor. Nós temos um caso que vai chocá-lo. Uma menininha no Marajó, chamada Elisa, sumiu em 2023. Quem levou essa menina, Ministro, está voltando à casa da mãe. Nós temos outros boletins de ocorrência que eu encaminhei para o senhor. Quem levou a menina? Os traficantes. Levam o vídeo da menina, mostram a ela e falam: "Ela está viva, mas a gente só a devolve se vocês entregarem a criança que nós compramos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Secretário de Segurança do Estado do Pará sabe, o Secretário de Justiça do Pará sabe, já mandamos para o Ministério, já mandamos para todo mundo... O que a gente gostaria em casos como esse de criança desaparecida, casos específicos?

Eu encaminhei para o seu gabinete um segundo caso, daquele menininho do Rio que estava andando na praia e desapareceu, que o pai é um barraqueiro, que a televisão mostra muito, que estão dando como afogado. A família e instituições que lidam com pessoas desaparecidas estão nos trazendo informação, para o Senado, de que ele não morreu afogado.

Então, nós temos dois casos de criança sobre os quais gostaríamos muito de conversar com o senhor, Ministro, para federalizar. Se a gente tentar federalizar esses dois casos, um lá no Norte e um no Rio, talvez a gente dê resposta aqui à busca de pessoas desaparecidas. Eu vou continuar insistindo nesta audiência com o senhor para a gente conversar, porque eu quero, de fato, Ministro, ajudar. Junto com a Comissão de Segurança, com a Comissão de Direitos Humanos, nós precisamos dar uma resposta à busca de crianças desaparecidas no Brasil.

Eu encerro, Ministro e Moro, com a avaliação. Se eu perguntar à Polícia Federal, à Rodoviária, ao senhor, ao Ministério Público quantas pessoas estão desaparecidas hoje, sabem o que o relatório diz? O Sinalid, do Ministério Público Federal, diz que tem 101 mil pessoas desaparecidas no Brasil hoje e metade é criança. Aí, quando a gente cruza – não o número da Polícia Federal, não o número da Rodoviária Federal, não o número das secretarias de segurança – os dados, a gente não está conseguindo ainda, Ministro, cruzar esses dados, e o senhor tem a oportunidade de avançar nessa política.

Então, vou continuar insistindo com o senhor, levando documentos sigilosos dessas duas crianças...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estou encerrando.

A nossa Comissão de Direitos Humanos vai ao Pará visitar a mãe da criança Elisa. Nós vamos convidar a Polícia Federal para ir conosco nessa diligência à Marajó da menina Elisa, e vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhar para o senhor o resultado da diligência, mas se conseguirmos federalizar os dois casos, todo mundo junto, eu acho que respondemos a essa angústia da Comissão de Segurança que é a busca de pessoas desaparecidas no Brasil.

Ministro Ricardo, sucesso no seu trabalho! Eu, em particular, gosto muito do senhor, da sua esposa, do jeito lindo que o senhor lida com a sua família. Eu quero muito que o senhor dê certo! No que precisar de mim aqui nesta Comissão e na outra Comissão, nós queremos ser parceiros, porque o Brasil precisa dar certo. Que Deus o abençoe na sua condução!

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O Ministro me alertou aqui que ele tem um compromisso e tem que sair em breve. Então, Ministro, eu vou lhe conceder a palavra e peço para o senhor responder rapidamente, porque tem outros Senadores ainda para perguntar.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Muito obrigado, mais uma vez.

Eu vou começar rapidamente por agradecer os elogios à Senadora Damares e dizer que nós somos parceiros. As portas do Ministério estão abertas. Agradeço, penhoradamente, os elogios ao Marivaldo Pereira, que está diuturnamente aqui dentro desta Casa, que está a serviço dos Parlamentares. Muito grato por isso. Voltaremos à questão dos desaparecidos.

Senador Alessandro Vieira, agradeço as questões. Nós compreendemos e concordamos que não se faz política pública, sobretudo na área de segurança, sem dinheiro. Saúde, educação e segurança precisam de dinheiro. Só que nós estamos vivendo num momento em que nos foi imposto um teto de gastos. Nós tivemos uma perda de R$500 milhões, ou seja, de meio bilhão dos dois fundos. Antes de ser votado o Orçamento, eu liguei, à noite, para o Senador Angelo Coronel, que era o Relator, pedindo encarecidamente que reconsiderasse, mas infelizmente perdemos. Vamos ver se, com o meio da suplementação, é possível fazer.

Nós não ousamos colocar na PEC as fontes de recursos, porque as sugestões eram várias. Havia gente que achava que tínhamos que colocar as *bets*, mas as *bets* são terreno pantanoso: existem *bets* que são controladas pelas organizações criminosas, outras são legítimas, outros não aceitam os jogos de qualquer maneira. Então, não quisemos colocar, até porque essas verbas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatórias já são questionadas, inclusive, na área da educação e da saúde, aquelas verbas que são necessariamente investidas nos três níveis político-administrativos da Federação. Nós deixamos isso ao Parlamento.

Eu também concordo que essas despesas com segurança pública devem estar fora do teto de gastos, devem ser excluídas e também, talvez, ficar fora da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu não ouso ir tão longe porque é uma lei benfazeja, é uma lei que controla os gastos públicos, mas realmente temos que fazer uma exceção. Ontem, conversando com as lideranças da Câmara, de oposição e da situação... Todos entendem que é preciso excepcionar. Nós estamos abertos, mas pedimos que os integrantes desta doutíssima Comissão de Segurança nos encaminhem emendas parlamentares, à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao sistema penitenciário, porque nós temos o Portal da Transparência, como já disse, em que as senhoras e os senhores têm plena segurança de acompanhar a movimentação, desde o momento da destinação até o momento em que aportam no seu destino final. Então, é um pedido que eu faço a V. Exas.

Polícia Ostensiva. Eu sei que nesse *folder* que receberam ainda tem esta expressão: polícia ostensiva. Nós retiramos isso da PEC porque entendemos que havia uma objeção, creio que legítima, dos Governadores, das polícias militares, que achavam que poderia haver uma concorrência de duas polícias ostensivas. Ficamos só com polícia viária, nas hidrovias, ferrovias e rodovias. É a proposta que fazemos e que os senhores melhor apreciarão.

Retomada de territórios. Essa é uma questão seriíssima. Nós temos um programa muito alentado, já com financiamento, que vem de universidades públicas que têm fundos próprios, e temos um projeto – que está sendo capitaneado pelo Dr. Mário Sarrubbo, com a experiência que ele tem – que vai começar como um plano piloto num estado do Nordeste. É claro que não se dispensa a retomada, num primeiro momento, pela força...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – ... mas depois é preciso que outras políticas públicas ingressem.

Forças Armadas. Só para dizer, nós não mexemos no capítulo das Forças Armadas. Elas são importantes. Nas fronteiras, tanto nas fronteiras marítimas como naquelas fronteiras secas, elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm, inclusive, em seu papel, poder de polícia não só pela Constituição, mas pela lei complementar que as regulam e também, em última análise, operam naquelas GLOs, naquelas operações de garantia da lei e da ordem, que podem ser acionadas constitucionalmente, nos termos do art. 142. Nós temos uma boa parceria com as Forças Armadas, a Polícia Federal trabalha intensamente com eles. Outro dia estava conversando com o General Tomás, dizendo que nas fronteiras nós vamos precisar de equipamentos de última geração, de *drones*, por exemplo.

E, agora, já respondendo ao Senador Omar Aziz, que não está mais aqui, outro dia recebi, temos boa parceria, o Governador do Amazonas. Ele tem lá quatro barcaças blindadas altamente armadas, com equipes e tudo mais, no Rio Solimões e no Rio Negro, enfim, num dos dois rios principais. E ele me disse, com muito pesar, que o crime organizado transnacional já tem uma rede de antenas ligadas com a Starlink, com *drones* que mandam informações em tempo real para o crime organizado, então, eles já sabem antecipadamente onde estão as Forças de segurança.

Então, nós precisamos nos armar com equipamentos de última geração, mas, para isso, precisamos de dinheiro – precisamos de dinheiro. O próprio General Tomás entendeu isso. Tanto na parte bélica quanto na parte de segurança pública, é muito importante que isto ocorra.

Já falamos das polícias hidroviárias.

Queremos dizer que a Polícia Federal, assim como a Polícia Rodoviária Federal, não tem gente suficiente para atender as necessidades do Brasil e nem menos da Amazônia, que é um território maior do que o da Europa, ou equivalente ao da Europa. Só a terra dos ianomâmis é um território equivalente a Portugal, com 30 mil índios, quer dizer, nós fomos lá com a Polícia Federal, Rodoviária Federal, Força Nacional, com todas as Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, e não demos conta, porque está na fronteira com a Venezuela. É um trabalho insano, nós estamos enxugando gelo, precisamos de recursos.

Conseguimos, a duras penas, que a Polícia Federal pudesse ter mil homens em concurso público, nas diversas categorias, este ano e mais mil homens no ano que vem. Mas, como disse o Senador Omar Aziz, precisamos dobrar o efetivo de todas as polícias federais que aqui estão representadas.

Então, quero dizer também que a Polícia Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – ... não tem um papel preventivo, mas sempre um papel repressivo.

E, finalmente, acho que é a última resposta que fiquei devendo aqui tanto ao Senador Seif quanto ao Senador Omar Aziz: por que nós não contemplamos as perícias, as polícias científicas? Porque, até de comum acordo com os Governadores dos estados, nós não mexemos uma vírgula nas competências das polícias civis e das polícias militares, em respeito à autonomia desses entes federais. Nós todos sabemos que as polícias científicas operam sob o manto da polícia judiciária atualmente, esse é o modelo. Quer dizer, se os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, se V. Exas. houverem por bem tratar dessa questão e colocar as polícias científicas em um tópico, num inciso do art. 144, da nossa parte, não teremos nenhuma objeção.

Obrigado, Presidente Moro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Antes de passar a palavra, tomo a liberdade aqui... Ministro, já que existe essa carência de efetivo, eu, particularmente, sou daqueles que entendem que a Polícia Rodoviária Federal, com o efetivo 12 mil homens, pessoas, homens e mulheres, e com a *expertise* que ela desenvolveu, poderia ter um papel mais amplo na segurança pública na linha da própria PEC.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas, enquanto isso não acontece, já que a PEC demora, seria oportuno, talvez, rever aqui a minha sugestão, essa Portaria 830. Eu, sinceramente, aqui... Ela já vinha fazendo esse trabalho, e eu não vejo tão problemático que seja realizado.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Mas ela não impede, viu? Realmente, ela não impede. Nós continuamos, sempre que houver uma operação que derive das rodovias federais, e acho que, inclusive, a Polícia Rodoviária, quando está em flagrante delito, na perseguição... Flagrante vem do latim *flagrans,* significa incêndio, fogo. Então, na perseguição, enquanto o clima está quente, a situação está aquecida, nada impede que a Polícia Rodoviária Federal saia da rodovia federal e entre numa estadual ou até numa via urbana. Mas agradeço a sugestão. Estamos abertos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estou devendo uma última resposta à Senadora Damares.

Senadora, nós temos um programa excepcional, que é um programa de DNA, de captação de DNA para a recuperação das pessoas desaparecidas. Eu participei do lançamento desse programa. As vítimas, parentes das vítimas ou dos desaparecidos têm coletado seu DNA, que é comparado com, enfim, o dos cadáveres que estão no IML ou, eventualmente, o daquelas pessoas que podem ser exumadas, com o daqueles que estão internados no SUS ou em outro sistema, enfim, da saúde pública... Então, estamos avançando nisso, e é uma ferramenta muito importante. A federalização de casos isolados é possível. O Secretário Sarrubbo tem uma rede de inteligência, e tenho certeza de que, com todo prazer, ele atenderá a senhora.

Desculpe, Senador Moro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu tenho na ordem aqui o Senador Izalci.

A Senadora Daniella disse que tem um questionamento. Permite que ela o faça, rapidamente?

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Considerando até a gentileza que normalmente acompanha V. Exa.

Então, passo para o questionamento da...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB. Para interpelar.) – Na realidade, Sr. Presidente, seria só uma observação que eu gostaria de fazer, por força de não ter chegado no início da audiência, pois eu estava em outro compromisso, mas eu agradeço a deferência do Senador Izalci. Eu pedi também para que o Senador Alessandro ficasse, e lhe agradeço também essa deferência, muito porque a minha fala vai ao encontro da dos meus colegas Senadores e Senadores também, aproveitando esta oportunidade em que o Ministro Ricardo Lewandowski está aqui.

Eu até falei sobre isto ontem, inclusive, quando o programa Antes que Aconteça finalmente aconteceu, por passar justamente, como disseram aqui todos os que me antecederam, inclusive o Ministro, tudo passa por orçamento, tudo passa por orçamento. Então, na oportunidade de estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Comissão Mista de Orçamento e de poder abrir uma rubrica para a questão da violência contra a mulher e do feminicídio e de ter um Ministro a quem aqui eu quero fazer um elogio, mas não é um elogio porque é de público, mas porque, assim como a Damares fez, eu quero dizer – e a gente fica feliz, Damares, por você ser da oposição e dar seu testemunho – que o Ministro chega ao ministério sem esse peso de ser alguém de fulano, de quem fulano disse, mas de ser alguém que chega para defender o país no local onde ele recebeu o desafio, e não olhou para quem: poderia ser Ministro do ex-Presidente, do atual, enfim, foi um momento em que ele saía de um local onde sempre nos honrou, o Supremo Tribunal Federal, chegando ao Ministério. E aí eu preciso dar esse testemunho aqui, e não é só dar testemunho, mas pedir a contribuição dos colegas, por isso que eu pedi esta oportunidade de os colegas estarem aqui, porque, na realidade, nós nos importamos muito, como eu disse ontem, Ministro, com o filme Adolescência, com a série que está passando na Netflix. Todo mundo chocou, todo mundo tem chocado, todo mundo tem falado e, sim, é algo chocante, algo para preocupar esse *bullying* virtual, mas existe algo, meu querido amigo Senador Marcos Rogério, que todos os dias nos é passado na cara, essa é a palavra, e é como se ninguém estivesse se importando, que é a questão da violência contra a mulher, o feminicídio.

A gente fala em crime organizado, a gente está falando... Sim, eu não estou diminuindo nada do que foi aqui colocado, mas eu quero dizer que o feminicídio, a violência doméstica atua na célula da família. Não é a mulher que morre unicamente – você que trabalhou sua vida inteira na segurança pública –, não é a mulher que foi morta unicamente, que vivenciou, sofreu e acabou a vida dela. É a criança que ficou sem pai nem mãe, porque o pai vai ser preso ou, se não for preso, ela não quer saber dele, enfim, não vai tê-lo mais; é a família do pai que não vê mais o seu neto; é a família da mãe que perdeu, então, é toda uma célula da sociedade que é afetada.

Então, a minha pergunta é: onde está o nosso incômodo diante disso? E não estou dizendo que não se tem o incômodo, mas precisamos fazer algo, atuar, porque a nossa sociedade está adoecendo. E o que a gente vai plantar, o que a gente vai colher futuramente não vai ser culpa nem do Ministro atual, nem do Ministro passado, nem do Ministro retrasado. Vai ser culpa da sociedade, que não está se unindo por uma causa que afeta todos nós – todos nós. É aquela criança que vai chegar na escola e vai reproduzir aquele modelo ou que não vai conseguir chegar à educação, à universidade, não vai conseguir ter um emprego porque foi afetada anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, o que eu queria dizer é que, enquanto a gente está aqui – começou às 10h30, já são quase três horas ou mais de três horas –, quantas mulheres já morreram enquanto estamos aqui vítimas de feminicídio? E quantas foram agredidas?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB) – Então, o Ministro – aqui esta é a minha deferência, esta minha fala, Senador Moro –, o Ministro Ricardo Lewandowski, através da Secretaria de Acesso à Justiça, abraçou o programa Antes que Aconteça e está atuando firmemente não só na questão das Salas Lilás, que têm sido no âmbito do programa Antes que Aconteça, que são para a humanização da mulher... Porque a mulher, para sair de casa, primeiro, para denunciar o seu marido, o homem que ela ama; segundo, para ser julgada por aqueles policiais ou por todo aparato que vai chegar... Enquanto isso, a preocupação do programa é com o acolher essa mulher com assistência social, com psicóloga, com todos aqueles preparados, inclusive com espaço de brinquedoteca para as crianças que chegam sofridas junto.

E há a questão da independência da mulher, porque, na hora que se está fazendo, com as empresas, parceria para que elas possam qualificar as mulheres, profissionalizar as mulheres, para que haja a independência, porque é onde o ciclo de violência se intensifica mais...

E aí, Ministro, e aí, colegas, falando da educação, da prevenção, porque senão a gente vai ficar enxugando gelo, falo da prevenção dentro das escolas, através da capacitação dos professores e professoras...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para finalizar, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB) – Finalizando, Senador.

Isso é importante para todos nós também, não é uma questão só do Ministro. E para que isso se mantenha, eu consegui, junto com o Senador, com a equipe e, eu quero dizer, com Sheila de Carvalho, Secretária Nacional de Acesso à Justiça, fazer uma peregrinação aqui no Senado e na Câmara para pedir justamente, Ministro, recurso e dar esse reforço, pois V. Ex. tem trabalhado em cima disto, de recurso, para que não houvesse corte. Inclusive, não tive nem condições de estar com o senhor, por força de sua agenda, lá no gabinete civil, atrás de colocar recurso de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos nos unir. Na reunião para definir os recursos da Comissão de Segurança Pública, coloquei lá o Antes que Aconteça e fiz apelo para os Senadores e Senadoras. Vamos entrar com recurso aqui, porque é uma questão de todos nós. Não está na conta do Ministro, não está na conta do Governo Lula, não; é uma questão de todos nós, como representantes, inclusive, dos nossos estados.

Então, para finalizar, eu quero parabenizá-lo, Sr. Ministro, pelo trabalho em defesa da mulher, com relação à violência contra a mulher, que, como eu disse, é uma chaga. Na Paraíba, só para concluir, nós temos o Centro Integrado de Comando e Controle, que o Ministro visitou e que é o esforço da inteligência das polícias civis e militares no acompanhamento do dia a dia do nosso estado, porque nós temos em Patos, no Sertão, na capital João Pessoa e em Campina Grande, que é a segunda maior cidade do Estado da Paraíba, dado conta da região.

Aliado à mulher...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senadora, para concluir.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB) – Pois não, concluindo.

Aliado à mulher existe o *smartwatch,* dando-lhes monitoramento, para não permitir que esses feminicídios aconteçam. O *smartwatch* também parte do Antes que Aconteça.

Então, Sr. Ministro e Senador Moro, quero dizer que estou aqui e que quero continuar ajudando no que diz respeito à PEC da segurança pública, que eu tenho certeza de que vai ser um grande avanço para o país. Nós estamos, sim, fazendo cada um a sua parte. Quando V. Exa. chega, é como nós chegamos aqui. Encontramos a cidade, o nosso estado de uma forma, e a gente vem dar nossa contribuição. Virão outros, e outros, e outros. Cada um vai fazer a sua parte.

É isso que eu quero dizer, Sr. Ministro. Quero parabenizar o interesse do Ministério por ter buscado as parcerias com o CNJ, também com o Conselho Nacional do Ministério Público, com todos os estados da Federação brasileira, atacando essa chaga tenebrosa que é a violência contra a mulher em nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Sr. Ministro.

Parabéns a V. Exa. e a toda a sua equipe por esse trabalho tão importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, cumprimento o Ministro, toda a diretoria e os secretários.

Ministro, eu pedi a V. Exa. uma audiência no dia 25 de março e recebi, no início dessa semana, a orientação para que procurasse o Marivaldo. Então, eu pediria a V. Exa... É porque, veja bem, eu apresentei aqui uma PEC, pois há uma distorção aqui no Distrito Federal com relação à questão de concurso público e à questão de reajuste. O que acontece hoje? Nós temos uma lei aprovada em 2009, a Lei 12.086, que estabelece que o DF deveria ter, naquela época, 18.673 policiais militares e 9.703 nos corpos de bombeiros, e hoje nós temos a metade disso. Por incrível que pareça, a Constituição é de 1988, quando não tinha eleição em Brasília. Então, na redação da Constituição está assim, no art. 21: compete à União organizar e manter, mas, naquela época, quem indicava o Prefeito, quem indicava o Governador era a União, por isso que essa redação está na Constituição. Só que, a partir de 1990, passou a ter eleição. Então, o que acontece hoje? Nós temos o Fundo Constitucional, que já está no Orçamento, já é repassado automaticamente para o DF, e, para fazer concurso, o Governador tem que encaminhar para o Governo Federal, que manda para a Casa Civil, que vai para o Ministério da Justiça, que vai para o Ministério da Economia, que vai para não sei onde, vem para o Congresso. Aí tem que alterar a LOA. Aí, mexeu na LOA, volta para o Palácio, faz uma medida provisória. Não tem sentido isso.

É evidente – e a gente fez agora uma emenda constitucional dizendo o seguinte – que compete à União transferir o recurso para manter e organizar, para o GDF manter e organizar. Hoje, nós estamos pagando um preço alto pela falta de contingente. E foi dito aqui que o maior problema da segurança é contingência.

Então, eu pediria o apoio de V. Exa. Podemos ir lá conversar pessoalmente, mas a PEC é muito clara, muito simples. Pediria o apoio de V. Exa. Inclusive, tem um grupo discutindo isso, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não precisaria estar discutindo, porque, em todos os estados, a competência é do Governador. Não tem sentido, em Brasília, ser diferente. Então, eu pediria o apoio de V. Exa.

É evidente que, com relação à PEC da segurança, nós vamos ter tempo para discutir. Eu tive oportunidade de falar, à época, com o Ministro Flávio Dino das minhas preocupações sobre a centralização, porque havia muita preocupação com relação à questão da Venezuela, da Nicarágua, com a Guarda Nacional, que era uma preocupação que eu sempre tive. E a gente não pode abrir mão de os estados terem essa competência, cada estado.

V. Exa. falou há pouco, eu achei muito interessante, sobre o trabalho dos presos. Aqui, a gente sempre tentou impor isto aos presos, que eles trabalhassem. E a informação que eu sempre tive aqui é que é uma cláusula pétrea e que não se pode obrigar o preso a trabalhar. Se V. Exa., que já foi do Supremo e agora está no Ministério, tem esse encaminhamento, eu fico muito feliz, porque não tem sentido realmente eles ficarem ociosos, e a gente pagando a conta aqui. Como disse aqui o Senador Omar, o preso custa dez vezes mais do que um aluno do ensino básico.

Quando falam aqui, inclusive, em tirar do teto a segurança, eu acho louvável, mas temos que tirar do teto a causa da segurança, que é o quê? Falta de oportunidade, educação profissional, que não existe. Oitenta por cento dos jovens não entram nas faculdades hoje e não têm qualificação profissional na educação do ensino médio. Então, vão para a geração nem-nem, que não trabalha, não estuda e fica à mercê do tráfico. Como foi dito aqui também, eles recebem dinheiro do tráfico para fazer esse trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É a causa que nós temos que atacar muito, e, infelizmente, é só discurso o que nós temos aqui com relação à educação, com relação à saúde, inclusive.

Hoje de manhã, eu participei da reunião da Frente Parlamentar. Todos sabemos qual é o grande problema do Brasil: educação. Não tem outra forma. E qual é o problema da educação? É alfabetização, que não existe; é qualificação profissional, que não existe; é valorização dos professores, que não existe. Acho que esqueceram que quem forma o juiz, quem forma o médico, quem forma o advogado são os professores. Infelizmente, o Brasil não reconhece isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, evidentemente, não vamos ter tempo para discutir a questão da PEC.

É evidente que, se a União hoje, se o Governo Federal fosse um exemplo de competência no trato da segurança, seria muito mais fácil.

Qual é o maior problema do Brasil, hoje? Tráfico de drogas. E foi dito aqui, sempre dizem, a desculpa é a mesma: a fronteira é muito grande, não tem como controlar a fronteira, mas também não tem recurso. O Exército está lá, e também não tem recurso. Ninguém tem recurso. E não se fazem segurança nem educação com discurso, se fazem com recurso.

Então, eu pediria a V. Exa. que falasse um pouquinho sobre esta questão do trabalho dos presidiários.

E perguntaria, ainda, como V. Exa. vê essas posições do Supremo Tribunal Federal, em especial as drogas, por exemplo, em que há um entendimento do Supremo, né? Estava sendo discutida a quantidade de droga que é ou o que não é lícita. Nós aprovamos aqui, colocando como porte e posse o crime, e o Supremo tem, de certa forma, um outro entendimento. Como V. Exa. entende essa questão das drogas?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar e cumprimentar o Ministro Ricardo Lewandowski; e, na pessoa dele, eu saúdo toda a equipe, para não perder muito do tempo que me foi concedido.

Eu acho que o que me motiva, Ministro, a estar na política é ter honestidade intelectual. E eu falo isso, porque eu fui delegado de polícia por 27 anos no meu Estado do Espírito Santo. Agora, o Governo Federal está recebendo um ônus de uma responsabilidade e ele não tem legitimidade para receber esse ônus.

Basta você olhar, no art. 144, que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E o art. 144 elenca quais são as funções das forças de segurança pública. Compete à polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militar o policiamento ostensivo. Ela está ali para prevenir que o crime ocorra; ela é subordinada ao comandante-geral, consequentemente ao secretário de segurança e ao Governador do estado.

Se ocorrer um crime ou uma contravenção, entra em cena a polícia judiciária. Compete à polícia civil apurar a infração penal, coletando provas de natureza objetiva e subjetiva para atribuir a responsabilidade, seja autor ou coautor ou partícipe. Compete à Polícia Rodoviária Federal... E eu quero saudar o senhor, porque o senhor realmente está colocando e cumprindo o que está na Constituição Federal. Nós temos como espinha dorsal no Estado democrático de direito a Constituição da República Federativa do Brasil.

Compete à Polícia Rodoviária Federal o policiamento nas rodovias federais, e agora com a PEC... E eu acho extremamente positivo, porque coloque-se no lugar do Presidente; você recebe um ônus que não compete a ele. Porque, se há um alto índice de criminalidade no Estado de São Paulo ou no Rio de Janeiro, qual é a responsabilidade do Presidente da República nisso?

E eu falo aqui com bastante propriedade, não querendo me achar melhor – longe disso! O que me move a minha vida é humildade – mas eu sou Professor de Direito Penal e Processo Penal há mais de 25 anos.

Sabe quantos crimes nós temos na nossa legislação penal? Se você juntar o Código Penal e a legislação penal extravagante, são mais de 2 mil tipos penais. Então, a competência da Polícia Federal é residual.

Então, já que o Governo está recebendo esse ônus, vem a PEC, no bom sentido... E eu li a PEC e a acho totalmente positiva, inclusive colocando ali a guarda municipal, porque eu fui delegado no Espírito Santo e eu sei que, quando uma pessoa é vítima de um roubo e ela aborda um guarda municipal, a população não quer saber se o guarda tem competência para dar voz de prisão, mesmo porque essa é uma premissa que está no Código de Processo Penal, no art. 301, quando diz: "Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito". Então, hoje ela já faz isso; ela coloca a vítima dentro da viatura, Senadora Damares, vai lá e prende a pessoa.

Então, efetivamente, colocando e contemplando a guarda municipal como força de segurança, eu acho que esse é o caminho correto, adequado. E parabenizo V. Exa., nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui também falar para o senhor... E aí eu faço, assim, uma meia culpa, no sentido de que o campo progressista – e eu sou do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, com muito orgulho – deve falar mais de segurança pública, com mais responsabilidade e com os pés no chão.

Não é razoável, Ministro, um adolescente em conflito com a lei que pratique um ato infracional, com violência ou grave ameaça, ou equiparado a hediondo – vamos supor, uma extorsão mediante sequestro com o resultado morte, previsto no art. 159, §3º, do Código Penal –, vai ficar internado por no máximo três anos. Como você explica isso para uma mãe que teve um filho morto por disparo de arma de fogo? Como um jovem, que fez 17 anos, e entrou numa escola, lá no meu Estado do Espírito Santo, em Aracruz, e eliminou várias pessoas, salvo engano, sete vítimas fatais – olha, no máximo três anos de internação!

Então, eu apresentei, Sr. Ministro, um pacote de 12 projetos que preveem... Vou dar um exemplo, crime de corrupção, peculato, crimes contra a ordem tributária e crimes contra o sistema financeiro passam a ser crime hediondo. Porque não é razoável você ter uma população carcerária de pobres e pretos, quando um político que desvia verba da saúde está matando milhões de pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quando um político desvia verba da educação, ele está matando milhões de pessoas. Então, por que não avançamos nisso? Nós aprovamos na Comissão de Segurança Pública – o Senador Sergio Moro muito bem sabe disso –, que no crime de peculato do 312, a pena é de 2 a 12. Por quê? Malícia e má-fé do legislador, de nós legisladores, porque a tendência do Direito Penal moderno é condenar o autor de um crime de peculato à pena mínima. A pena mínima de dois anos vai conceder o *sursis*, que é a suspensão condicional da pena, ou vai ter o acordo de não persecução penal.

Ora, como você vai admitir que uma pessoa que pratica corrupção, concussão, peculato, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, não vai ter absolutamente nada?

Então eu apresentei, aumentando o período de internação para adolescentes em conflito com a lei, se ele praticar ato infracional equiparado a hediondo, ou com violência, ou com grave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ameaça; aumentando a pena de estupro de vulnerável; aumentando a pena do tráfico de entorpecente, da pornografia infantil...

Olha, vou dar um exemplo simples. Você sabia que, se uma pessoa, hoje, praticar um roubo de um celular e matar duas pessoas na cena do crime, só vai responder por um latrocínio? Não existe lógica nisso.

E aí nós temos julgados nos tribunais falando que o crime é um só, porque houve subtração patrimonial de apenas uma pessoa.

Eu estou apresentando para falar: Não, são dois latrocínios, porque o principal bem jurídico tutelado é a vida humana que foi eliminada ali naquele contexto.

Peço o carinho, a compreensão e a serenidade de V. Exa., que lhe é peculiar, para que abrace – não porque eu tenha idealizado esses 12 projetos de lei, mas que leve em consideração meus 27 anos como delegado de Polícia Civil, com muito orgulho, e minha docência no ensino superior, desde 1999.

Costumo dizer que tenho duas missões na minha vida, que é ser policial e ser professor. Eu estou como Senador, mas quero contribuir para que, um dia, aquela premissa constitucional, prevista no art. 144, de que a segurança pública é direito de todos e dever do estado, seja uma realidade no país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu vou passar a palavra ao Senador Marcos Rogério, porque ele é o último Senador inscrito que está presente, para as indagações, daí V. Exa. responde a todos em conjunto.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim, eu peço escusas, porque tenho um compromisso, daqui a pouco, inclusive com uma emissora de televisão, e tenho que me retirar a tempo. Mas estarei sempre pronto a voltar aqui e esclarecer eventuais dúvidas, inclusive por escrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Ministro da Justiça, Ministro Ricardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lewandowski, também os demais que compõem o dispositivo de honra desta Comissão de Segurança Pública.

Muito já foi falado aqui sobre os temas ligados à questão da segurança pública e esse é um tema que realmente preocupa muito o Parlamento brasileiro.

O Brasil, em nenhum outro momento da sua história, viveu uma quadra tão dramática e preocupante como a que nós estamos vivendo hoje: a escalada da violência é um fator visível. E aí é preciso constatar a realidade que nós temos hoje, na qual se vê, se observa um crime organizado muito bem organizado, aparelhado e estruturado verticalmente, e o Estado brasileiro com as suas mais diversas fontes e estruturas, desarticulado, desorganizado e mal aparelhado.

E, Ministro, com toda a vênia, com todo o respeito, o problema do orçamento é um problema... Todo Governo vai ter esse fator como um fator de discussão. Nenhum Governo consegue assegurar o orçamento ideal para cada pasta, mas eu penso que neste momento, e aí eu vejo, e aqui quero destacar isso, nós vamos ter a oportunidade de discutir essa proposta de emenda à Constituição, vamos ter a oportunidade de discuti-la, mas eu penso que o principal aqui, ao longo do tempo, não é a questão orçamentária. Muito orçamento para quem não sabe o que fazer, não vai resolver nada.

A questão é: qual é o projeto? Qual é o projeto voltado para a política eficiente de segurança pública?

O nosso modelo é um modelo em que o dever de assegurar a segurança pública, a política de segurança pública, é dever do estado. Do Estado como figura maior, não é do Estado-membro, é do Estado como figura maior! A partir daquelas funções que são próprias da União e com a colaboração de cada ente federado.

E qual é o grande desafio que nós temos – e isso vai impactar a boa ou má política pública que os estados oferecem no campo da segurança pública? É justamente a ausência de uma política eficiente do Governo Federal.

O Rio de Janeiro... Eu sou lá de Rondônia, eu posso falar do Estado de Rondônia, mas é mais fácil às vezes falar do Rio de Janeiro. "Ah, o Rio de Janeiro, o grande problema da segurança pública...". Qual é o grande problema da segurança pública do Rio de Janeiro? Drogas e armas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, lá em meu Estado de Rondônia, lá no Norte do Brasil, que é um estado menor, que até há pouco tempo não se falava em crime organizado, não se falava em organização criminosa instalada, tocando o terror para todo lado, hoje nós já não podemos mais dizer que essa é a nossa realidade, porque o crime organizado está lá, desafiando o Estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A polícia militar e a polícia civil têm sua função? Têm. E às vezes o Estado é ineficiente, e é ineficiente.

E, no caso do Estado de Rondônia, infelizmente nós estamos vivendo um apagão na política de segurança pública.

Mas nenhum estado da Federação vai conseguir fazer, vai conseguir cumprir a sua missão maior se o Governo Federal não conseguir cuidar do controle de fronteira.

Aqui está talvez... Qualquer discussão de política eficiente de segurança pública que não passar por uma revisão dos protocolos de segurança da entrada das fronteiras Brasil afora, que são extensas, não vai ter eficiência. É chover no molhado.

E de quem é a responsabilidade pelo controle de fronteira? Dos estados? Não. Aliás, o Estado de Rondônia até teve, no passado, um pelotão de fronteira – que também não resolvia. Ele cumpria uma função ali na cidade de Costa Marques, Guajará-Mirim, em certa medida, mas e o resto? Você acha que o criminoso vai passar pela rodovia? Ou que ele vai passar pelo canal da hidrovia, que está mais visível ali, diante da Polícia Federal, diante da polícia militar, diante do pelotão do Exército? Não! Ele tem os seus canais próprios, e nós não temos uma política eficiente de controle de fronteira.

Ministro, pasme... E aqui não estou falando deste Governo. Isso é um problema de há muito tempo. Nas operações de controle de fronteira, quando vão acontecer, o que acontece é que as forças de segurança...

Permita-me, Presidente. Eu estou falando de uma realidade que eu vivo. Eu não estou falando abstratamente, não; eu estou falando de uma realidade que eu conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O controle de fronteira, quando vai acontecer, tem uma operação que já tem até um nome – eu não vou dizer aqui, para reforçar a política de anúncio, não –: "Olha, do dia tal até o dia tal tem a operação tal para controle de fronteira". "Atenção crime organizado, atenção contrabandista, atenção narcotraficantes, dia tal vai ter a operação tal. Então, nesse período, por favor, não saia de casa. Não desafie as forças de segurança". Mas que política é essa?

Então, esse é um problema, Ministro, respeitosamente. Eu não estou fazendo aqui uma discussão partidária; é política de segurança pública; esse é um desafio de todos nós. Eu acho que o Parlamento tem a obrigação de ajudar no enfrentamento a esse tema, mas a ideia precisa ser verticalizada. Ela precisa partir de um comando maior. Eu acho que o Governo Federal, nesse caso, precisa apresentar um plano para o controle de fronteiras.

O orçamento público – eu estou com ele aqui, de 2021 a 2025 – cresceu, o orçamento da segurança pública. Na proporção que era necessária? Não. No último orçamento eu fui o Relator setorial do orçamento da Justiça e Segurança Pública. Foi um orçamento de R$22 bilhões. No final, acabou sendo acrescentado, para R$23,1 bilhões, com as emendas parlamentares que foram apresentadas nesse orçamento.

É pouco? É pouco, mas eu concluo a minha fala dizendo o seguinte, Ministro: que o principal aqui não é apenas o Parlamento aportar recursos para a política de segurança pública, é qual é o projeto, qual é o modelo de segurança pública.

E faço aqui uma observação com relação ao trabalho que a Polícia Rodoviária faz no Brasil inteiro. A Polícia Federal tem o seu papel, que é respeitado. A Polícia Rodoviária Federal... E aí estou falando, olhando para o quintal de casa: quem mais apreendeu droga, nos últimos anos, lá no meu Estado de Rondônia, foi a Polícia Rodoviária Federal.

Então, esse trabalho integrado, essa política de segurança pública integrada... Na discussão dessa emenda, talvez possa se aprofundar um pouco mais. Não se faz política de segurança pública de forma isolada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para encerrar, então, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O apelo que faço aqui é justamente nesta direção: controle de fronteiras. Drogas e armas não se vencem dentro de casa sem controlar com eficiência o que está entrando nas nossas fronteiras.

Por último, quero me colocar... Eu acho que o Parlamento tem, muito, que ser colocado à disposição. Essa pauta da segurança pública, Ministro, dentro do Parlamento talvez... Poucas pautas unem mais o Parlamento do que a pauta da segurança pública; o que falta é um projeto bem-feito, bem elaborado, apresentado, dando justamente o caminho: é isso que será feito e é esse o objetivo que nós vamos atingir.

Desejo sucesso a V. Exa. e, quando da discussão aqui no Senado dessa proposta de emenda à Constituição, nós vamos debater com o compromisso que temos com o Brasil neste tema.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu tinha dito, Senador Magno Malta, que ele era o último, o Senador Marcos Rogério, depois a gente ia encerrar porque o Ministro tem um compromisso, mas uma intervenção bem rápida poderia ser? Poderia...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone*.) – Ou então...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... dar essa deferência? Ou uma audiência lá no Ministério da Justiça?

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Isso, exatamente. Eu trocaria por uma audiência pessoal, no prazo mais rápido possível, em que a V. Exa. pudesse se apresentar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu topo os dois: eu ser rápido e ter audiência com o senhor. (*Risos.*)

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Por isso é que é Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está bem? Dois minutos, talvez? Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – É. É porque eu não posso atrasar, eu tenho um compromisso absolutamente inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Toda vez que o senhor for dizer que é para sair rápido, não faça esse gesto porque esse gesto me faz muito mal porque eu já ouvi este troço: "missão dada é missão cumprida" e isso me faz mal. Até porque eu estou nessa age do "missão dada é missão cumprida"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e isso sempre me faz lembrar alguma coisa.

Mas eu quero agradecer a presença do Ministro, agradecer o delegado, o Dr. Andrei, o Sr. Mário Sabino...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – Sarrubbo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sarrubbo, Antônio Fernando Oliveira e o senhor...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – André Garcia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... André Garcia.

Sr. Ministro, realmente, as últimas palavras do Senador Marcos Rogério de que a pauta da segurança pública num país com as dimensões do Brasil e que há pouco tempo... Eu não sei hoje por que, até por informação, eu gostaria de saber, depois mesmo... Houve dias em que eu já discuti a pauta da segurança nacional. Com 1,1 mil quilômetros abertos, só com o Paraguai, nós tínhamos em média lá, na época, uns trinta agentes da Polícia Federal e um pouco mais de 12 delegados federais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... em uma extensão tão enorme.

Mas nós vivemos dias em que o assalto é uma coisa que virou cultural no Brasil, assaltar as pessoas, matar as pessoas, e eles vão embora numa audiência de custódia, e o policial é que se torna o criminoso logo em seguida por ter colocado a mão num "anjo" que, na verdade, é tão somente, simplesmente, uma vítima da sociedade.

São dias difíceis nos presídios de segurança pública, que nunca se viu neste país, e o sujeito vai embora. E depois entram outras pautas, outras pautas de segurança. Nós temos a ADPF "quem pode mais, pode menos" feita pelo PSB, pelo Sr. Molon, do Rio de Janeiro, que tornou o Rio de Janeiro uma Faixa de Gaza com o Hamas agindo diuturnamente, e não se sabe, de fato, qual é o plano para se resgatar o Rio de Janeiro, os morros do meu estado e de todos os outros estados, até o próprio asfalto do Brasil.

A nossa condição de segurança pública é absolutamente ímpia e a razão da convocação do Senador Moro é porque a Polícia Rodoviária Federal, juntamente a todos esses órgãos de repressão... Porque ninguém reprime bandido dando flores para eles nem livros. É preciso que você tenha uma estratégia para as duas próximas gerações – porque nós temos duas que estão perdidas, e elas são irrecuperáveis – para adiante, exatamente fazendo prevenção, tratando com prevenção, com educação, mas também com a repressão. Ninguém faz segurança pública sem fazer a repressão, e ainda criminalizando o policial. A minha pergunta a V. Exa. é uma pergunta do país: aonde nós chegaremos e por que razões... Porque nunca se fez tanta apreensão de droga. O Gaeco é tão importante para os ministérios públicos e tem mostrado a face do crime organizado, da lavagem de dinheiro, principalmente, da corrupção de dinheiro público; é o Gaeco que tem feito esse levantamento.

E eu pergunto isso até porque sempre trabalhei e estive junto à Polícia Federal – quem sabe mais junto do que muita gente. Eu comandei a CPI do Narcotráfico, e o que aconteceu foi porque a Polícia Federal estava junto na sua eficiência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Comandei a CPI da Pedofilia. Sem a Polícia Federal, não chegaríamos a lugar nenhum. Até o sigilo da Google nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabamos no Brasil. Abrimos e mostramos esse crime, dos mais terríveis, dos mais hediondos, que é o do abuso de crianças.

Então, diante disso, quando na verdade o convite de V. Exa. foi para tratar desse fato de a Polícia Rodoviária Federal, que está debaixo da autoridade do Governo Federal e do seu ministério, ter rompido com esses órgãos, ter tomado uma atitude – e ela não pode tomar atitude por si – de fazer repressão ao crime organizado no Brasil... Então, a nossa segurança pública no Brasil...

E encerro dizendo o seguinte: eu já vi de tudo; eu só falto ver chover para cima do que está acontecendo no Brasil aqui, do ponto de vista da segurança pública, o que realmente este Parlamento... E qual é a intenção do Governo? Para fazer, na minha questão, a questão da repressão, porque com flores certamente nós não vamos resolver o problema do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço ao Senador Magno Malta pelas rápidas palavras e agradeço a sua compreensão também em fazer sua intervenção um pouco mais rápida.

Para finalizar, Ministro, com as suas respostas e considerações finais, só fazendo coro aqui, rapidamente, tem muita coisa que se tem que fazer na segurança pública, e a PEC foi apresentada – acho que é uma oportunidade –, mas quero rogar aqui, fazendo coro ao Senador Magno Malta, pela revisão dessa portaria que acabou retirando a PRF dos GAECOs, dos FICCOs, dificultando essa integração.

E, de outro lado também, reitero, Ministro, a questão das audiências de custódia. O Ministério da Justiça tem que, a meu ver – é a recomendação, a sugestão –, restringir as solturas em audiência de custódia. Não é ruim o instituto, mas está tendo essa distorção. E, se não houver um projeto específico do Ministério da Justiça, quem sabe se possa abraçar o projeto do seu antecessor, o Ministro Flávio Dino, que apresentou um projeto que nós analisamos aqui com cuidado, mexemos um pouco, e ele está hoje na Câmara, podendo ser votado rapidamente, e com isso a gente daria uma resposta imediata à sociedade, que tanto clama por segurança pública.

Agradeço a V. Exa. pela presença e por toda a cortesia.

Ele vai falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministro, só para dizer, em cima desse tema do acordo de cooperação, que esse é um apelo de todos os órgãos de segurança pública do meu estado, e creio que deve ser dos demais também.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Pois não.

Eu vou, rapidamente, responder pela ordem das perguntas que me foram colocadas.

Senador Izalci, realmente essa questão do Distrito Federal é uma questão que foi formulada 36 anos atrás. Acho que o Distrito Federal hoje é um estado-membro da Federação como outro qualquer. Talvez seja o caso, inclusive, de se contemplar o Distrito Federal com prefeituras, com Prefeitos, com câmaras municipais. Eu não vejo nenhuma dificuldade nisso. Acho até que, por oportunidade da discussão da PEC, isso pode ser regulamentado.

Hoje nós temos, sim, a competência ou a obrigação de manter e organizar as polícias do Distrito Federal, mas veja, V. Exa. está pedindo apenas para que seja delegada ao Distrito Federal a organização, mas a manutenção continua. (*Pausa.*)

Pois é, mas, então, eu diria: se é para transformar o Distrito Federal num estado-membro da Federação, então, que também tenha que manter e organizar, enfim, completar o ciclo completo da responsabilidade sobre as suas forças de segurança.

É claro que pode...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu pedi uma audiência a V. Exa., exatamente por isso...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... porque, desde a República, desde o Império...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... sempre, quem bancou as despesas da capital da República...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... foi a União.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, nada mais justo... E foi aprovada a lei exatamente para isso.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Isso. É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, a organização, porque nós temos aqui 3,1 milhões de habitantes. Então, a gente precisa ter, como os demais estados têm, autonomia para organizar.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim. Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O fundo constitucional está até estabelecido.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já está no orçamento, ninguém está pedindo para aumentar nada.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Está bem.

Eu até acho que a gente pode fazer uma fase de transição, mas eu penso que esse assunto tem que ser revisitado.

O Distrito Federal brasileiro foi copiado do Federal District dos Estados Unidos, que é Washington, que se coloca em Washington. Como era uma administração isolada, quer dizer, ela tinha que ter autonomia, mas também não tinha recursos próprios, porque não tem impostos, não é? Ao contrário do que acontece aqui, não é?

O Distrito Federal...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Em termos – em termos.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – O Distrito Federal... Sim, é uma discussão longa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – IPTU da área pública, tem uma série de coisas.

É por isso que eu digo: essa PEC...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – É. O Distrito Federal...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu pedi uma audiência para poder...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – É. Mas vamos conversar com muito gosto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Com os argumentos, não é?

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Isso. E não – não... Eu só estou fazendo um exercício cerebral.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu peço a V. Exa. uma audiência para que a gente possa...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Com muito gosto. Vamos marcar o mais rapidamente possível.

Também, quero dizer o seguinte. A Constituição proíbe o trabalho forçado, aquilo que se vê nos filmes americanos, o sujeito com uma bola de ferro, cavucando, trabalhando nas rodovias, mas o art. 31, me alerta aqui o Dr. André Garcia, o art. 31 da LEP, da Lei de Execução Penal, diz que é dever do preso.

Então, é dever do preso, ele é obrigado, até sob pena de sanções disciplinares, a se engajar em alguma atividade laboral e também educacional. O Plano Pena Justa está prevendo isso efetivamente.

A questão do financiamento já foi largamente discutida.

O Senador Marcos Rogério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo plenamente que o problema das... É uma questão crônica, é uma questão difícil. Se V. Exa. tiver uma solução pragmática para isso, eu agradeço.

Nós estamos, por meio da PEC, exatamente, buscando promover a integração das forças.

Nós temos, já disse isso, só a fronteira do Brasil com a Bolívia tem 3,4 mil quilômetros. A fronteira México-Estados Unidos tem 3,1 mil quilômetros. Isso é um problema insolúvel. Como é que nós estamos enfrentando isso? Com as FICCOs, as FICCOs das fronteiras, que integram Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, PM, Polícia Civil e até as guardas municipais, nos pontos críticos, porque não é possível. Mas nem as Forças Armadas dos Estados Unidos teriam condições de patrulhar, diuturnamente, as fronteiras brasileiras. Eles não entram por qualquer lugar da Amazônia, entram em pontos localizados em que a questão é mais grave. E é aí que estão, exatamente, atacando, por meio das FICCOs, estes pontos mais fulcrais, mais complexos. Então, é isso o que nós estamos fazendo, é o que se pode fazer neste momento.

Eu queria, com todo o respeito, rebater a crítica de que a Polícia Federal, de que a Polícia Rodoviária Federal, de que as nossas polícias, não antecipam as operações. Seria até uma certa ingenuidade. Eu acabei de ouvir tantos elogios merecidos à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Penal. Nós agimos com inteligência, sobretudo.

Nós estamos oferecendo uma PEC, aqui, para que o Senado e a Câmara se debrucem sobre esse tema que angustia todos os brasileiros. Qualquer melhoria será bem-vinda.

O problema da segurança pública não tem, Senador Magno Malta, uma bala de prata.

O Senador Fabiano Contarato disse, com muita propriedade – ele que é do ramo, ele que é policial civil... Hoje, na Constituição, o papel da União é meramente residual. O primeiro embate, a responsabilidade básica, por força do art. 144 da Constituição, é dos estados e, subsidiariamente, dos municípios. O que nós estamos propondo, através da PEC, é entrar nessa arena, entrar na lista, e fazermos um trabalho cooperado. Nós precisamos discutir conjuntamente, mas insisto com isto: precisamos de recursos.

Senador Marcos Rogério, nós temos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O senhor me permite, Sr. Ministro, só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – ... planos e planos.

Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu acho que está no momento, ao discutirmos essa PEC, de nós rediscutirmos o papel das Forças Armadas.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós temos milhares de homens aquartelados e as fronteiras todas abertas. Não tem ninguém declarando guerra ao Brasil, ninguém está dizendo que vai invadir o Brasil e nós temos um monte de homens aquartelados que poderiam, muito bem, servir, nesse momento, rediscutindo o papel das Forças Armadas no Brasil.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Pois não.

Senador Margo Malta, essa é uma questão que veio ontem, inclusive, na discussão que tive com as lideranças da Câmara, tanto da oposição quanto da situação. É que nós estamos alterando agora, pela PEC, o capítulo da segurança pública.

As Forças Armadas têm um papel estabelecido na Constituição, sobretudo nas fronteiras, tanto secas quanto molhadas, no nosso mar territorial, na Amazônia Azul, onde, inclusive, têm poder de polícia – o Exército, a Marinha e a Aeronáutica – nas respectivas atuações.

Temos também a previsão, no art. 142, das GLOs, que, em situações extremas, quando há o colapso das forças locais, podem ser acionadas, como recentemente tivemos GLOs nos portos e aeroportos.

Estamos abertos à discussão.

Senador Moro, eu agradeço muito o convite. Estarei aqui sempre que for convidado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, declaro encerrada esta sessão e agradeço, mais uma vez, ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Sergio Moro, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jorge Seif, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2036, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2052, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública ou privada e dá outras providências." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2092, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao PL nº 2036/2023, na forma do Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), com duas subemendas que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLs nºs 2052 e 2092, ambos de 2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2036 de 2023, na forma da emenda nº 1-CCJ-CSP (substitutivo), com as subemendas nºs 1-CSP e 2-CSP à emenda nº 1-CCJ-CSP (substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nº 2052 de 2023 e nº 2092 de 2023. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 458, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Concede prioridade aos profissionais de segurança pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para recebimento da restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, com a emenda nº 2-CSP e contrário à emenda nº 1-T. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 922, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre abordagens policiais humanizadas a pessoas em situação de crise de saúde mental." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designada relatora "ad hoc" a senadora Margareth Buzetti. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4607, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência." **Autoria do projeto:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria do projeto:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CSP, seja incluído o convidado Glenn Greenwald." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Flávio Bolsonaro. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 12, de 2025** que: "Requer a realização de Auditoria de Conformidade com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), com objetivo de apurar a utilização, legalidade, necessidade, economicidade e gastos do transporte aéreo de NADINE HEREDIA ALARCÓN e seu filho em aeronave da Força Aérea Brasileira." **Autoria:** Comissão de Segurança Pública. **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento da Comissão, que solicita auditoria do TCU, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 13, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a Concessão de Asilo Político à Sra. Nadine Heredia Alarcón, ex-primeira-dama da República do Peru e esposa do ex-presidente Ollanta Humala Tasso, condenada a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro em dois casos, um dos quais envolveu a construtora brasileira Odebrecht." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/22

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Bom dia a todos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 5ª e da 6ª Reunião, realizadas, respectivamente, em 8 e em 9 de abril.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que nas votações nominais os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença, pessoalmente, na Casa.

Eu vou fazer uma inversão da pauta, aproveitando o Relator Sergio Moro estar aqui, mas só quero fazer uma rápida comunicação aqui.

Comunico que, na próxima semana, vai ter uma audiência pública de um dos requerimentos aprovados, já, por esta Comissão, do Senador Eduardo Girão, e ele pede que seja incluído aqui também o nome do jornalista Glenn Greenwald nessa audiência pública. É um aditivo ao Requerimento nº 5, de 2025. Ele quer que seja incluído o convidado Glenn Greenwald.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CSP, seja incluído o convidado Glenn Greenwald.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ) e outros.

Eu o submeto, então, à votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, na próxima terça-feira, no horário dessa Comissão, vamos ter esta audiência pública, com a presença dos seguintes convidados, já aprovados aqui nesta Casa: Sr. Alexandre de Moraes, Ministro da STF; Sr. Sérgio Tavares, jornalista; Sr. Eduardo Tagliaferro, ex-Chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE; Sr. Marco Antônio Martins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vargas, Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Alexandre de Moraes; e Sr. Airton Vieira, Juiz Instrutor no Gabinete do Ministro Alexandre de Moraes.

Então, aprovado o nome do Glenn Greenwald para essa audiência pública também, a ser realizada na próxima semana.

Eu já, também, coloco em votação dois itens aqui, extrapauta.

O primeiro, Requerimento nº 12, de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12, DE 2025

Requer a realização de Auditoria de Conformidade com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), com objetivo de apurar a utilização, legalidade, necessidade, economicidade e gastos do transporte aéreo de NADINE HEREDIA ALARCÓN e seu filho em aeronave da Força Aérea Brasileira.

Autoria: Comissão de Segurança Pública.

Esse foi o movimento feito pelo Governo brasileiro para conceder asilo político a essas pessoas condenadas por corrupção no Peru.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Sem prejuízo da aprovação, só para endossar também o requerimento aí, porque conceder asilo político já foi uma afronta, um tapa na cara do brasileiro, mas enviar um avião da FAB para buscar... Não tem nenhuma justificativa. Até, estávamos agora ali na Comissão de Relações Exteriores, estava presente lá o Eduardo Saboia, que foi aquele Embaixador do Brasil na Bolívia que trouxe, escondido no porta-malas, um perseguido político, que era o Senador Roger Molina, da Bolívia, anos atrás, e gerou uma série de problemas diplomáticos para o Governo do Lula na época, mas foi uma ação, assim, humanitária.

Agora, mandar um avião para buscar gente corrupta, condenada por corrupção, da FAB, é uma afronta ao brasileiro. Então, endosso também esse requerimento expressamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Então, só retificando: aprovado o Requerimento nº 12, de 2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública.

E, na mesma esteira, outro item extrapauta: Requerimento nº 13, de 2025, na mesma linha.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 13, DE 2025

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a Concessão de Asilo Político à Sra. Nadine Heredia Alarcón, ex-primeira-dama da República do Peru e esposa do ex-presidente Ollanta Humala Tasso, condenada a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro em dois casos, um dos quais envolveu a construtora brasileira Odebrecht.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De igual forma, também submeto a esta Comissão a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também o Requerimento nº 13, de 2025, também de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

Então, passo aqui ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 458, DE 2024

- Não terminativo -

Concede prioridade aos profissionais de segurança pública para recebimento da restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

1. Durante o prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Hamilton Mourão;

2. A matéria seguirá posteriormente à CAE, em decisão terminativa.

Autoria do Senador Jayme Campos, que está aqui presente, prestigiando a nossa Comissão hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra, então, ao Senador Sergio Moro, para a leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Presidente.

Aqui é um projeto muito meritório, feito pelo Senador Jayme Campos. E até semana passada – semana retrasada –, ouvimos nesta Comissão, Senador Flávio, o Ministro Lewandowski, e o questionamos sobre proposições para melhorar a segurança pública; e uma delas está aqui: valorizar o profissional da segurança pública.

Muitas coisas podem ser feitas, mas entre as várias medidas que têm que ser feitas e que o Governo não faz – nada –, está a valorização do profissional de segurança pública.

Vou ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 458, do Senador Jayme Campos, que concede prioridade aos profissionais de segurança pública para recebimento da restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física.

A proposição, por meio de seu art. 1º, dá nova redação ao art. 16 da Lei nº 9.250, para incluir os profissionais de segurança pública na terceira posição da ordem de prioridade para o recebimento da restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Vou aqui à análise.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Segurança Pública, como o próprio nome da Comissão revela, opinar sobre proposições que, de alguma forma, causem impacto à segurança pública, o que abrange projetos que digam respeito às corporações que a integram.

Sobre o aspecto constitucional, o Congresso é competente para legislar sobre Imposto de Renda. Há ainda legitimidade parlamentar para iniciativa da proposição, nos termos do art. 48, inciso I, da Constituição Federal, e a matéria não pertence ao rol das iniciativas privativas ao Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto está articulado em boa técnica legislativa e não cria ou altera despesa obrigatória nem dá causa a renúncia de receitas, sendo adequado às normas de direito financeiro.

No mérito, a proposição insere o profissional de segurança pública na terceira posição da ordem de prioridade para o recebimento da restituição do IRPF, ficando atrás somente dos idosos e dos professores. Trata-se de justa medida de reconhecimento desses profissionais, que se sacrificam para salvar a vida dos brasileiros no enfrentamento da violência e da criminalidade, lembrando aqui que, nesta Comissão, de maneira recorrente, têm sido feitas, inclusive, homenagens e reconhecimentos de nomes de profissionais que infelizmente caem em combate à criminalidade, nesse contexto de elevada violência que temos no Brasil.

Poder-se-ia alegar que o projeto institui tratamento desigual entre contribuintes em razão da ocupação profissional. Porém, tal iniciativa não é uma novidade no nosso ordenamento jurídico, havendo o precedente da Lei 13.498, que concedeu prioridade na restituição aos idosos e aos contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

A expressão “profissionais de segurança pública” é ampla e não identifica as categorias profissionais que poderão receber o tratamento prioritário, havendo risco de preterição de alguns profissionais. Parece-nos recomendável, especialmente no âmbito desta Comissão, fazer a referência normativa dos profissionais que integram o sistema de segurança e que terão direito à prioridade na restituição.

Dessa forma, a Emenda nº 1-T, de autoria do nobre Senador Hamilton Mourão, é pertinente, para dar mais precisão e clareza ao texto, pois especifica os profissionais de segurança pública abrangidos pela proposição.

De fato, os profissionais de segurança pública não são somente os policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais ferroviários federais, policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, policiais penais federais, estaduais e distritais.

Além daquelas corporações, a segurança pública abrange as polícias legislativas das assembleias, da Câmara Distrital, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se pode também olvidar que peritos oficiais de natureza criminal e agentes do sistema socioeducativo exercem atividades que guardam estreita similitude com a função dos policiais e também fazem parte das categorias de profissionais de segurança pública.

Quanto aos guardas municipais, é importante lembrar que o plenário do Supremo Tribunal Federal, em decisão majoritária em arguição de descumprimento de preceito fundamental, firmou o entendimento de que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública, afastando todas as interpretações judiciais que excluíam essas instituições.

Quanto aos agentes penitenciários, tais servidores passaram a compor as polícias penais.

Igualmente, no que se refere aos agentes de trânsito, são integrantes operacionais do Susp, nos termos do art. 9º, §2º, da Lei 13.675.

A emenda do Senador Hamilton Mourão, embora meritória, deixou de incluir os guardas portuários, que também integram o Susp, conforme art. 9º, §2º, inciso XVI, da Lei 13.675.

Dessa forma, apesar da relevante contribuição, rejeitamos formalmente a Emenda nº 1-T e sugerimos a aprovação do PL 458 com ajustes, na forma da emenda que apresentamos ao final.

Passo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 458, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T, nos termos da emenda a seguir:

EMENDA Nº - CSP

Dê-se a seguinte redação ao art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 458, de 2024:

"Art. 16. .....

Parágrafo único. .....

.....

II-A - os profissionais de segurança pública constantes no art. 144 da Constituição Federal, e art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e os agentes do sistema socioeducativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....”

É o voto, Sr. Presidente.

Na verdade, há apenas aqui um ajuste de redação para incluir, para ser o mais abrangente possível nessa definição de profissionais de segurança pública, para que não haja nenhuma dúvida e possa abranger todas essas categorias.

Registro aqui, mais uma vez, o mérito do Senador Jayme Campos, ao reconhecer a necessidade de que o Legislativo dê benefícios a essas categorias da segurança pública, que é uma forma não só de valorizar o profissional, reconhecer o mérito do trabalho, mas de fortalecer a própria segurança pública, infelizmente tão maltratada no nosso país.

Tem muito discurso, às vezes tem medalha, às vezes nem tem medalha, mas, em relação ao tratamento legal mesmo, que beneficia a categoria, é muito pouco o que temos na nossa legislação.

Então, é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Em discussão.

Senador Jayme Campos, para discutir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, ilustre e eminente Senador Flávio Bolsonaro, colega Senadora Margareth, ilustre e eminente Senador, querido amigo, Sergio Moro, antes de mais nada, eu quero agradecer a V. Exa. pelo belo relatório promovido em relação ao Projeto de Lei 458. Efetivamente, nós estamos buscando aqui a valorização daqueles que, certamente, fazem a segurança do Brasil e levam a paz.

Nesse caso, particularmente, o objetivo maior desse projeto é fazer com que a restituição do Imposto de Renda seja prioridade para essas pessoas que fazem a segurança, desde os agentes e policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais ferroviários federais, policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, policiais penais, federais, estaduais e municipais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também outros membros da carreira, que é o caso dos peritos de natureza criminal, agentes do serviço socioeducativo, guardas municipais, guardas portuários, agentes de trânsito, policiais legislativos das Assembleias Legislativas, Câmara Federal, Câmara Distrital e também nosso Senado Federal.

Eu tenho a certeza absoluta, entretanto, de que esse projeto é meritório, Sr. Presidente, independentemente de qualquer coisa. Aqui não tem, como muitas vezes, cunho político, isso aqui tem política de valorização daqueles que, certamente, fazem com muito profissionalismo a segurança pública do Brasil.

O último levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que o Brasil conta com cerca de 800 mil profissionais que fazem parte dessa segurança pública.

E, particularmente, eu entendo que são pilares de uma sociedade civilizada, por isso nós tivemos essa visão de buscarmos esse projeto, que foi, sobretudo, aprimorado pelo nosso mestre, eminente Senador Sergio Moro. Com certeza, as suas emendas que foram feitas aqui, a sua contribuição foi extremamente valiosa, não só de V. Exa., como também do eminente Senador Hamilton Mourão, que contribuiu para que nós pudéssemos aprimorar esse projeto.

Eu acho que nós estamos valorizando, de fato, de direito, essas pessoas, seja homem, seja mulher, que fazem um serviço extraordinário em favor da sociedade brasileira.

De maneira que eu agradeço a V. Exa. pelo belo relatório, agradeço ao Sr. Flávio Bolsonaro, Presidente desta Comissão, que, na medida em que ele viu o projeto, o debate pronto aqui, colocou-o como prioridade para que votássemos nesta Comissão de Segurança. Após isso aqui, ele será encaminhado para a CAE, e vai ser votado de forma terminativa. Após isso, será encaminhado à nossa Câmara dos Deputados.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., Senador Sergio Moro, na certeza absoluta de que nós estamos fazendo justiça àquelas pessoas que, de fato, contribuem significativamente com a sociedade brasileira através da segurança pública. Esteja-se onde se estiver, tem a presença dos federais, dos estaduais e dos próprios profissionais que muitas vezes não atuam de forma ostensiva ou preventiva nas ruas, mas contribuem com serviços que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente são importantes, como é o caso dos peritos, que prestam relevantes serviços oficiais naqueles fatos de natureza criminal.

E a todos eles eu tenho a certeza de que fizemos o que é mais do que justo, até porque eu conheço o devido valor que têm, na medida em que eu já fui Governador do meu estado, fui Comandante em Chefe da tropa estadual do Mato Grosso e sei do valor que cada policial tem no seu estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senador Jayme Campos, por esse projeto; parabéns, Senador Sergio Moro, pela relatoria.

Esta Comissão vai sempre dar prioridade aos projetos que visem a valorização de todos os profissionais de segurança pública, como foi aprimorado aqui no relatório do Senador Sergio Moro, para que nenhum segmento, nenhuma categoria ficasse de fora desse benefício.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 458, de 2024, com a Emenda nº 2, CSP, e contrário à Emenda nº 1-T.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo ao item 4 da pauta.

O Relator, Senador Kajuru, disse que não conseguiria chegar a tempo e solicitou que escolhêssemos um Relator *ad hoc*. E eu, com muito carinho, escolho a minha ídola, Senadora Margareth Buzetti, para fazer a relatoria.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 922, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre abordagens policiais humanizadas a pessoas em situação de crise de saúde mental.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti (ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CDH, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Jorge Kajuru.

Passo a palavra à Senadora Margareth Buzetti para a leitura do relatório apresentado pelo Senador Jorge Kajuru.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, temas abordados por este projeto.

Com relação à redação, parece ter faltado a expressão “uso diferenciado da força” no inciso VIII do art. 3º.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Em muitos casos, o abordado é morto a tiros quando avança na direção dos agentes de segurança pública com arma branca (faca, facão, foice, marreta, martelo, canivete, tesoura, etc.) ou mesmo desarmado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inadmissível o emprego de arma de fogo contra pessoa em crise como primeira opção, já que existem técnicas de defesa pessoal, contenção ou imobilização; instrumentos de menor potencial ofensivo (gás lacrimogêneo, bala de borracha, canhão de água, *spray* de pimenta, arma de eletrochoque, tonfa, cassetete, bastão retrátil, etc.); e até mesmo a possibilidade de disparo de advertência ou em região não vital do corpo.

A Lei nº 13.060, de 2014, que, em seu art. 2º, prioriza o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo e que, em seu art. 5º, obriga o poder público a fornecer instrumentos de menor potencial ofensivo para os agentes de segurança pública, vem sendo amplamente ignorada na prática.

O projeto vem em boa hora, para capacitar os agentes de segurança pública e evitar mais mortes nas abordagens de pessoas em situação de crise.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 922, de 2024, com a seguinte emenda:

> Emenda nº - CSP
> Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII do art. 3º do Projeto de Lei nº 922, de 2024:
> "Art. 3º .....
> VIII – uso diferenciado da força: utilização excepcional da força letal, quando ineficazes as demais modalidades de intervenção, para proteger a vida e a integridade física da equipe policial ou de terceiros."

Esse é o voto e a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Margareth.

Em discussão. (*Pausa.*)

Eu só quero fazer uma ressalva quanto a uma preocupação que eu tenho.

É porque a gente, sempre que se coloca no lugar do policial, imagina como é que reagiríamos se fôssemos nós na condição do policial na rua, lidando com uma situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém que tem algum problema de saúde mental: como é que o policial se comporta? Como é que ele aborda? Até porque não tem escrito na testa de ninguém que a pessoa tem algum problema de saúde mental – às vezes é perceptível, às vezes, não. Se não me engano, esse projeto deve ter tido inspiração numa situação que aconteceu em São Paulo, onde uma pessoa com problema de saúde mental foi para cima de um policial. Ele obviamente não deveria saber que a pessoa tinha algum tipo de problema. Para o policial, é uma pessoa que está vindo para tomar a sua arma e quem sabe até tentar contra a vida dele próprio, do policial. Então, faço esta ressalva de que o policial não pode ser prejulgado por, em alguma circunstância no seu dia a dia, ele ter agido desconsiderando que a pessoa tinha algum problema de saúde mental. Por outro lado, são situações reais que os nossos policiais passam nas ruas também, com alguma frequência. Eu entendo que esse é um tema importante para ser incluído na formação acadêmica, na formação de abordagem policial.

Portanto, nesse sentido, eu não vejo problema em encaminhar o voto favorável também a esse projeto.

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jorge Kajuru e lido pela Senadora Margareth Buzetti.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 922, de 2024, com a Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Bom, o item 1 da pauta estou retirando, a pedido do Relator, que não conseguiu ainda avaliar a emenda que foi apresentada para chegar ao seu parecer, restando aí o item 2 da pauta, que tramita em conjunto aqui com uma série de outros projetos que lhe estão apensados.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2775, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 2/5/2023, foi lido o relatório e adiada a votação;

2. Em 4/6/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

3. Em 3/9/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

4. Em 20/3/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

5. Em 1/4/2025, foi concedida vista coletiva;

6. Em 14/4/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Sergio Moro;

7. A matéria seguirá posteriormente à CE, em decisão terminativa.)

Esse aqui é só fazer a leitura, não é? Vamos lá.

Item 2.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2036, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2052, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública ou privada e dá outras providências.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2092, DE 2023

- Não terminativo -

Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PL nº 2036/2023, na forma do Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), com duas subemendas que apresenta, e pela prejudicialidade dos PLs nºs 2052 e 2092, ambos de 2023.

Observações:

1. Em 30/10/2024, as matérias foram apreciadas pela CCJ, com parecer favorável ao PL nº 2036/2023, na forma da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), e pela prejudicialidade dos PLs nºs 2052 e 2092, ambos de 2023;

2. As matérias seguirão posteriormente à CE, em decisão terminativa.

Como o Senador não se encontra presente...

Tem que ser votado esse parecer? Não, né? (*Pausa.*)

Eu vou suspender aqui então. Eu volto depois, passando a palavra ao Relator, Senador Sergio Moro.

Eu passo aqui ao item 5.

Na verdade, tinha mais um item então, que eu tinha esquecido.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 4607, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência.

Autoria do Projeto: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria do Projeto: Senadora Augusta Brito

Observações:

1. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;

2. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação;

3. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, é definitivamente adotado o substitutivo ao Projeto de Lei 4.607, de 2020, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, voltamos aqui ao último item, que vamos deliberar hoje, passando a palavra para o Relator, Senador Sergio Moro, que está relatando o item 2.

Com a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Relatório.

Vêm à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei 2.036, de 2023, que estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências; o PL 2.052, de 2023, que dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública; e o PL 2.092, de 2023, que cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

As proposições em questão, que tramitam em conjunto, foram encaminhadas às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Segurança Pública e de Educação e Cultura, esta última em caráter terminativo.

Na CCJ, fui designado como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Espiridião Amin, sendo que, na referida Comissão, foi aprovado o Parecer, favorável, 91, de 2024, em que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opinou pela constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do 2.036, de 2023, na forma da Emenda nº 1, substitutiva, bem como pela prejudicialidade dos PLs 2.052 e 2.092, ambos de 2023.

O substitutivo oferecido ao projeto aumenta o escopo do PL em questão, transformando-o verdadeiramente em política nacional a respeito do tema (segurança escolar), conforme sua ementa e o art. 1º. Com minha colaboração na discussão, inserimos o nome da heroica Profa. Heley de Abreu, cujos atos de bravura durante o massacre na creche Gente Inocente, em Janaúba, Minas Gerais, salvaram ao menos 25 crianças.

Vou aqui à análise.

Nos termos do art. 104-F do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

Em que pese o valoroso conteúdo dos PLs 2.052 e 2.092, entendemos que, para conferir sistematicidade e logicidade à matéria, é necessário consolidar todas as propostas legislativas, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, apresentada ao PL 2.036, de 2023.

Analisando o substitutivo oferecido na CCJ, opinamos por sua adoção, com os seguintes reparos.

Primeiramente, alteramos o art. 9º trazido pela Emenda nº 1, da CCJ, para que as disposições dos incisos IV e VI sejam consideradas mecanismos de segurança opcionais, assim como aqueles constantes nas alíneas do inciso V.

No nosso entendimento, a instalação de circuito fechado de televisão e a presença de um psicólogo e um assistente social no estabelecimento escolar durante todos os turnos de funcionamento poderão trazer custos excessivos para determinadas instituições de ensino, principalmente aquelas de menor porte e com baixa capacidade financeira.

Por sua vez, conforme exposto, o art. 11 trazido pela Emenda nº 1 altera o Código Penal.

No art. 121 do Código Penal, cria modalidade qualificada do crime de homicídio, quando o crime ocorrer em ambiente escolar de ensino fundamental. A hipótese, porém, deixa de fora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes ocorridos em ambiente de ensino infantil e também de ensino médio. Optamos, em razão disso, por oferecer emenda abrangendo todo o ensino básico, que inclui aquelas modalidades de ensino faltantes.

Ainda no art. 121 do Código Penal, incluímos o crime de massacre, com a redação que propomos na aprovação do PL 1.880, no âmbito da CCJ, e que já foi encaminhada para a Câmara dos Deputados. Ajustamos apenas a pena cominada, para refletir a proposta original, de 20 a 40 anos de reclusão, para refletir a gravidade do crime, por vítima, já que a criação do novo tipo penal não pode redundar em qualquer benefício ao agente que eventualmente cometa múltiplos assassinatos.

Ainda sobre o assunto, alteramos também os arts. 286 e 287 do CP, para neles incluir, respectivamente, os crimes de incitação ao massacre e de apologia de massacre ou de seu autor.

Na forma de subemenda, alteramos o art. 12 da Emenda nº 1, para incluir o crime de massacre no rol dos crimes hediondos.

Embora essas providências já tivessem sido aprovadas pelo Senado Federal, no âmbito da CCJ, em outro projeto, elas guardam extrema pertinência com a matéria tratada neste PL 2.036, tendo em vista os crimes terríveis que ocorreram em um passado recente em creches, escolas e outros tipos de estabelecimentos de ensino.

No art. 215-A do CP (importunação sexual), a Emenda 1 cria modalidade qualificada, prevendo pena de reclusão, de dois a seis anos, se o crime for cometido em ambiente escolar de ensino médio contra discente ou em meio de transporte coletivo de qualquer modalidade.

Novamente, apesar do mérito da medida, não há lógica em restringir a conduta qualificada para o ambiente escolar de ensino médio, considerando que os ambientes escolares de ensino infantil e fundamental são ainda mais dignos de tutela estatal. Por esse motivo, alargamos o alcance do dispositivo, utilizando o termo “ensino básico”.

Adicionalmente, também somos da opinião de que o que se pretende tutelar penalmente com maior severidade é o local onde o crime ocorre, motivo pelo qual retiramos a menção ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objeto material discente, pois restringiria o alcance penal do tipo. Caso contrário, condutas dessa natureza contra docentes não teriam a mesma subsunção.

Readequamos o dispositivo à melhor técnica legislativa, o que inclui a eliminação do termo “de qualquer modalidade”, pois redundante e desnecessário.

No art. 217-A do Código Penal, estupro de vulnerável, a Emenda nº 1 pretende incluir nova modalidade delituosa no inédito §1º-A, quando o crime for cometido em ambiente escolar de ensino fundamental, com discente criança ou adolescente, salvo se também ostentar essa mesma condição.

Em melhor análise, resolvemos suprimir este dispositivo.

Alunos e estudantes com idade inferior a 14 anos ou vulneráveis por outros motivos já estão protegidos pelo *caput* do art. 217-A e seu §1º vigentes. O propósito destes dispositivos é ampliar a proteção às crianças e vulneráveis, deixando claro que o eventual consentimento para o ato sexual é irrelevante.

Não é apropriado estender essa presunção absoluta a maiores de 14 anos apenas devido ao local da conjunção carnal ou do ato libidinoso. Isso não significa deixar desprotegidos adolescentes maiores de 14 anos, já que para eles, quando vítimas, valem as regras dos arts. 213 a 216-A.

O art. 13 da Emenda nº 1 altera o Estatuto do Desarmamento, incluindo nova modalidade equiparada do delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, caso o agente possua, detenha, porte, transporte, mantenha sob sua guarda ou oculte arma de fogo em ambiente escolar.

Quanto a essa alteração, é importante ressaltar que o *caput* do art. 16 prevê o elemento normativo do tipo “sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar” e que todos os núcleos da nova modalidade já são abarcados pelo tipo. Ou seja, caso o agente tenha autorização e esteja respeitando determinação legal ou regulamentar, o fato será atípico.

Por esse motivo, não enxergamos utilidade na nova previsão típica, pois as figuras do §1º são apenadas da mesma forma que o *caput* do dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alteração apenas faria sentido se houvesse previsão de pena distinta. Em todo caso, seria necessário inserir o elemento normativo "sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar".

Feitos os reparos anteriores, consideramos que a Emenda nº 1 – CCJ é altamente meritória, pois consolida proposições correlatas e amplia o escopo da proposição original, contribuindo para aumentar a segurança pública no ambiente escolar, inclusive por inaugurar nova política nacional sobre o tema.

Passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL 2.036, de 2023, na forma do substitutivo (Emenda nº 1 – CCJ), e das seguintes subemendas, restando prejudicados os PLs 2.052 e 2.092, ambos de 2023.

SUBEMENDA Nº - CSP

Dê-se aos arts. 9º, 11 e 12 da Emenda nº 1 – CCJ [...] , a seguinte redação:

Segue a redação constante no voto, com a inserção então dos arts. 9º, 11 e 12, conforme consta no relatório.

Também outra subemenda CSP, para suprimir o art. 13 da Emenda nº 1 – CCJ ao PL 2.036, de 2023, procedendo-se à renumeração necessária.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.036, de 2023, na forma da Emenda nº 1-CCJ-CSP (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1-CSP e 2-CSP à Emenda nº 1-CCJ-CSP (Substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nº 2.052, de 2023, e nº 2.092, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Educação e cultura.

Antes de encerrar, faço dois registros breves.

Primeiro, quero prestar solidariedade desta Comissão ao Deputado Federal Sargento Portugal, que é policial militar e, há poucos dias, foi alvo, pela segunda vez, de um atentado contra o seu carro, graças a Deus blindado, e a polícia está fazendo as investigações para apurar os reais motivos de mais esse atentado contra a vida do Deputado Sargento Portugal.

E, por fim, leio aqui uma nota de pesar, como Presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, com relação aos três policiais rodoviários federais que perderam a vida em serviço, há poucos dias também, no Rio de Janeiro.

É com extremo pesar que, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, registro nesta Casa os sentimentos de pesar e consternação pelo falecimento dos policiais rodoviários federais Diego Abreu de Figueiredo, Carlos Eduardo Mariath Macedo e Rodrigo Pizetta Fraga, mortos em serviço no dia 18 de abril, na cidade do Rio de Janeiro.

O PRF Diego Figueiredo ingressou na instituição em janeiro de 2022, estava lotado na delegacia do Rio de Janeiro, tinha 47 anos, era casado e deixa um filho.

O PRF Carlos Mariath entrou para a PRF em 21 de fevereiro de 2017, atuava na delegacia de Duque de Caxias, tinha 41 anos, era casado e deixa dois filhos.

O PRF Rodrigo Pizetta fazia parte da instituição desde setembro de 2012, também lotado na delegacia de Duque de Caxias, tinha 47 anos, era casado e deixa uma filha.

Como Presidente da Comissão de Segurança Pública e cidadão brasileiro, eu me solidarizo com os familiares, amigos e colegas de farda desses valorosos policiais, compartilhando a dor desta perda irreparável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em honra à memória dos policiais rodoviários federais que tombaram no exercício do dever, deixo consignada em ata esta nota de pesar, como reconhecimento público desta Comissão à bravura, ao compromisso e ao sacrifício desses profissionais.

Que Deus conforte seus familiares e conceda paz eterna às suas almas.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros, Eduardo Girão, Carlos Portinho e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Romário, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Cleitinho, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2025 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), REQ 3/2025 - CEsp, de autoria Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 8/2025 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Romário (PL/RJ), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 10/2025 - CEsp, de autoria Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 11/2025 - CEsp, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 13/2025 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), REQ 14/2025 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), PL 2985/2023, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), e PL 3405/2023, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Instruir o PL 2985/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda", e o PL 3405/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva". **Participantes:** Sra. Juliana Nakata Albuquerque, Vice-Presidente Executiva do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária - CONAR; Sra. Maria Góes de Mello, Coordenadora do Programa Criança e Consumo do Instituto Alana; Sra. Heloísa Diniz, Relações Públicas da Associação de Bets e Fantasy Sport - ABFS; Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; Sr. Eduardo de Godoy Pereira, Vice-Presidente do Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário - Cenp; Sr. Luiz Felipe Guimarães Santoro, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Sr. Fernando Vieira, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável - IBJR; Sr. Fernando Gallo Fernandes, Diretor de Política Públicas da Empresa Betano; Sr. Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, Advogado e Mestre em Direito pela UnB; Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André Carvalho Sica, Advogado especialista em Direito Desportivo; Sr. Hermano Tavares, Psiquiatra e professor da Universidade de São Paulo; e Sr. Lúcio Flávio Rocha, Vereador de Aracaju e especialista em Marketing, que foi incluído durante a reunião, por solicitação do Senador Eduardo Girão, em substituição ao Sr. Felipe Tavares, que não pôde comparecer à Audiência. A solicitação foi acatada pelo Presidente Eventual Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de abril de 2025.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, convidados e convidadas presentes e todos que nos acompanham pelas redes de comunicação do Senado Federal, eu inicio esta nossa reunião da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Esporte com o coração triste e pesado pela perda irreparável de Sua Santidade o Papa Francisco. Mais do que um Líder espiritual, o Papa Francisco era um amante apaixonado do esporte, especialmente do futebol, e torcedor fervoroso do San Lorenzo, que é um clube argentino que ele acompanhou a vida toda como torcedor. Sua relação com o esporte ia além da paixão, ele via no esporte uma ferramenta poderosa de inclusão, solidariedade, respeito, fraternidade e, acima de tudo, transformação social. Seu legado de defesa dos pobres e vulneráveis permanece como inspiração para todos nós.

Em reconhecimento a esse legado, o clube San Lorenzo anunciou que o novo estádio do clube levará o nome do Papa Francisco, perpetuando sua memória no coração do povo argentino e, é claro, de todos nós.

A vida do Papa Francisco foi um testemunho de dedicação aos pobres e vulneráveis e sua paixão pelo futebol era uma extensão desse compromisso. Que sua memória nos inspire a continuar lutando por uma sociedade mais inclusiva e, acima de tudo, por um esporte também mais acessível a todos nós.

Mudando de assunto, na última semana eu tive a honra de participar do II Fórum Mulher no Esporte, do painel Mulher na Política pelo Esporte, promovido pelo COB (Comitê Olímpico do Brasil). Eu estive ao lado de mulheres como Iziane Castro, Isabel Swan, que hoje é Vice-Prefeita de Niterói e também uma atleta olímpica, e Yane Marques, que é a Vice-Presidente do COB, debatendo a ampliação da representatividade feminina no esporte e na política. Nós tivemos ali inúmeras mulheres na área da comunicação, comentaristas, narradoras. Tivemos também inúmeras mulheres que trabalham na área de propaganda.

Enfim, você está aqui, Senadora Augusta, que representa o Estado do Ceará. Foi um momento muito interessante, porque é engraçado que, quando nós nos reunimos entre esses coletivos femininos, as angústias, as expectativas, as lutas são as mesmas. Independentemente do espaço onde a gente esteja, percebemos claramente as inúmeras barreiras que nós enfrentamos diariamente para garantir a nossa representatividade.

Então, fiquei muito feliz pelo convite, representando a Comissão de Esporte e o Senado Federal. Foi um encontro incrível, porque nós não tivemos só mulheres, o que é o mais importante. Quando a gente fala de representatividade e da importância da nossa participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos inúmeros espaços sobre os quais tanto dialogamos, falamos aqui, é importante que todos entendam que é importantíssima essa parceria com os homens. Fiquei muito feliz porque nesse fórum nós tínhamos vários homens ali participando, acompanhando e ouvindo esse debate, que foi muito legal.

Então, quero parabenizar o Presidente, o Marco La Porta, Presidente do COB, assim como a Yane Marques. Foi o segundo fórum. Que venham outros, vários outros, e que a gente possa ter esses momentos de reflexão, de exposição dos avanços, Augusto, mas, acima de tudo, que a gente consiga, em sororidade, fazer esse trabalho tão fundamental que é a garantia, nessa nossa luta, por maior representatividade feminina, não só no Congresso, mas em outros espaços.

O evento reforçou a importância de políticas públicas que promovam, claro, a equidade de gênero e incentivem a participação de mulheres em todas as esferas tratadas ali, no caso, no esporte. Nós temos inúmeras dificuldades em temos dirigentes dentro do esporte e de técnicas. A gente vê ainda um número muito abaixo do que representa hoje principalmente a delegação feminina. Na próxima Olimpíada, nós teremos um número maior de mulheres do que de homens na delegação feminina, e a gente viu, na última Olimpíada, que a maioria das nossas medalhas – acho que foram 20 –, mais de 60%, 70% foram conquistadas pelas mulheres. Então, é um orgulho, como atleta olímpica...

Eu falo que eu não sou uma ex-atleta. A gente sai do esporte, mas ele não sai da gente, viu? O meu dia a dia aqui mostra para mim, principalmente, o tanto que o esporte não saiu de mim, porque no esporte a gente aprende muito sobre a capacidade de dialogar. No esporte a gente aprende que a gente não precisa se amar – era o ideal –, mas, acima de tudo, a gente precisa se respeitar. Eu acho que essa é uma tônica que eu levo para minha vida diariamente. Não me interessa se um colega aqui tem um pensamento divergente do meu – às vezes, o pensamento divergente até nos ajuda a fazer reflexão sobre o nosso próprio pensamento –, mas, acima de tudo, o exemplo que a gente dá para fora, o respeito, a civilidade, isso o esporte ensina muito para a gente.

Encerrando o fórum, nós tivemos a emocionante entrega do Prêmio Melânia Luz, que homenageia mulheres que marcaram o esporte brasileiro. As primeiras agraciadas foram Rosângela Santos, velocista olímpica, e Joanna Maranhão, nadadora e ativista, duas atletas que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com coragem e determinação, abriram caminhos e inspiraram inúmeras gerações que vieram depois delas.

Ainda celebrando as conquistas femininas, a nossa ginasta Rebeca Andrade fez história, mais uma vez, ao vencer o Prêmio Laureus na categoria "Melhor Retorno do Ano", tornando-se a primeira mulher brasileira – a primeira atleta – a receber essa honraria, então, parabéns à Rebeca! Rebeca, sempre nos enchendo de orgulho, é um exemplo realmente inspirador!

Após superar três cirurgias no joelho e alguns desafios emocionais, a Rebeca brilhou nos Jogos Olímpicos de Paris, conquistando quatro medalhas e tornando-se a maior medalhista olímpica do Brasil.

Sua resiliência... E isso eu falo entre mulheres e homens, é a atleta com o maior número de medalhas em nosso país.

Sua resiliência e talento são inspiração para todos nós.

Outro feito histórico – e isso eu não posso deixar de reforçar, de ressaltar aqui – foi o alcançado por Hugo Calderano, que se tornou o primeiro atleta não asiático e não europeu a vencer a Copa do Mundo de Tênis de Mesa. Foi incrível!

Não sei quem acompanhou aqui as matérias, enfim, mas a vitória do Calderano foi sensacional!

Em uma campanha memorável, derrotou os principais jogadores do *ranking*, incluindo o número um, que é o Lin Shidong, na final. Sua conquista é um marco para o esporte brasileiro e mundial.

Inclusive, a gente está quebrando, digamos, aquele imaginário que nós tínhamos de que brasileiro não era bom em esportes individuais, que nós só éramos bons em vôlei, futebol e handebol. Não! Hoje, o Calderano, com a Rebeca e tantos outros atletas, seja no remo, na canoagem, estão se destacando e nos trazendo tanta alegria.

Então, em todas as sessões eu sempre vou reforçar aqui, em nossa Comissão, os feitos semanalmente, porque nós temos, sim, que reforçar o quanto o esporte brasileiro traz medalhas e leva o nome do Brasil mundo afora. Gente, isso é sensacional!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O time Brasil brilhou em diversas modalidades: Thâmela e Vic conquistaram o título da etapa de Saquarema do circuito mundial, Etapa Elite; dentre as 16 maiores equipes das duplas do vôlei de praia, elas ganharam sobre as americanas; Caio Bonfim venceu o Grande Prêmio de Rio Maior de Marcha Atlética; Juliana Viana conquistou o primeiro ouro feminino do Brasil no Pan-Americano de Badminton, outro esporte também que nós estamos vendo aí ressurgir, enfim, nascer, aliás, em uma geração promissora.

Esses resultados refletem o talento e a dedicação dos nossos atletas e reforçam a importância de continuarmos investindo no desenvolvimento do esporte em todas as suas modalidades.

E, por fim, informo que retomaremos hoje um tema de extrema relevância para o país e para o esporte nacional, os projetos de lei que regulamentam as apostas esportivas e de quotas fixas. Esta é a segunda audiência pública que realizamos para ouvir especialistas e discutir os impactos desta regulamentação.

É fundamental que avancemos com responsabilidade, garantindo a integridade do esporte e protegendo toda a sociedade, inclusive os interessados, que são os atletas e os torcedores.

Agradeço a presença de todos e desejo uma reunião produtiva, uma audiência muito produtiva.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Comunico que foram apresentadas à Comissão manifestações de entidades externas e cidadãos que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada no dia 9 de abril de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.985, de 2023, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda, e o PL 3.405, de 2023, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em atenção ao Requerimento nº 2, de 2025, da CEsp, de autoria do Senador Jorge Kajuru; ao Requerimento nº 3, de 2025, da CEsp, de autoria do Senador Carlos Portinho; ao Requerimento nº 8, de 2025, da CEsp, de autoria dos Senadores Jorge Kajuru, Romário, Eduardo Girão e Carlos Portinho; ao Requerimento nº 10, de 2025, da CEsp, de autoria dos Senadores Efraim Filho e Leila Barros; ao Requerimento nº 11, de 2025, da CEsp, de autoria dos Senadores Eduardo Girão e Carlos Portinho; ao Requerimento nº 13, de 2025, da CEsp, de autoria do Senador Jorge Kajuru; e ao Requerimento nº 14, de 2025, da CEsp, de autoria do Senador Romário.

Participam desta audiência pública os seguintes convidados: a Sra. Juliana Albuquerque, Vice-Presidente Executiva do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar); a Sra. Maria Góes de Mello, Coordenadora do programa Criança e Consumo, do Instituto Alana; a Sra. Heloísa Diniz, Relações Públicas da Associação de Bets e Fantasy Sports (ABFS); o Sr. Flávio Lara Resende, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); o Sr. Eduardo de Godoy Pereira, Vice-Presidente do Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário; o Sr. Hermano Tavares, Psiquiatra e Professor da Universidade de São Paulo, que participará por videoconferência; o Sr. Luiz Felipe Guimarães Santoro, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); o Sr. Fernando Vieira, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável; o Sr. Fernando Gallo Fernandes, Diretor de Políticas Públicas da Empresa Betano; o Sr. Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, Advogado e Mestre em Direito pela UnB; e o Sr. André Carvalho Sica, Advogado Especialista em Direito Desportivo.

Informo também que foram convidados o Sr. Felipe Tavares, Economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que não pôde comparecer a esta audiência em virtude de viagem a serviço para Roraima; e o Sr. Renato Meirelles, representante do Instituto Locomotiva, que não confirmou participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – repito: www.senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211; 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Considerando que esta audiência contará com a participação, por videoconferência, de um convidado e a presença de dez convidados organizados em duas mesas, convido para compor a mesa inicial os seguintes participantes: Sra. Heloísa Diniz, Relações Públicas da Associação de Bets e Fantasy Sport - ABFS. (*Palmas.*)

Sr. Eduardo de Godoy Pereira, Vice-Presidente do Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário. (*Palmas.*)

O Sr. Luiz Felipe Santoro, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF. (*Palmas.*)

Sr. Fernando Vieira, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável. (*Palmas.*)

O Sr. Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, Advogado e Mestre em Direito pela UnB. (*Palmas.*)

O Sr. Hermano Tavares, Psiquiatra e Professor da Universidade de São Paulo, que participará por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, nesse primeiro momento, a audiência pública será conduzida pela Senadora Augusta Brito. Por causa da minha agenda, vou ter que me ausentar, mas retorno ainda mais ao final da audiência. Inclusive, depois gostaria de conversar com o Senador. Está bem, Senador Eduardo Girão?

Já cumprimento os Senadores aqui presentes, Senadora Soraya Thronicke, Senadora Augusta Brito e Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados. Já foram passados os endereços, no e-Cidadania, e o telefone. O relatório completo, também, com as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida...

Eu gostaria de traçar uma organização, porque na última nós tivemos a intervenção de alguns colegas ainda nas falas dos nossos expositores. Eu gostaria de pedir vênia porque, na última, nós acabamos quase às 14h, e nós temos uma agenda muito cheia e também os nossos expositores têm suas agendas. Então, eu gostaria de acordar que, nesse primeiro momento, nós pudéssemos ouvir os expositores, por dez minutos, e aí os Senadores fariam os seus questionamentos para a Mesa e iniciaríamos o debate. Se todos concordarem. (*Pausa.*)

Obrigada.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Eu quero agradecer a todos e convidar a Senadora Augusta para tomar a frente aqui, para a condução da audiência pública. Em breve, eu retorno.

Até logo.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bom dia a todas, bom dia a todos, chegando também ao Senado o Senador Portinho, seja bem-vindo, que bom, à assessoria aqui presente, aos que nos assistem e aos que nos escutam.

Eu queria já dar início à audiência pública passando a palavra para a Sra. Heloísa Diniz, Relações Públicas da Associação de Bets, que poderá falar pelos dez minutos que foram combinados aqui pela nossa Presidente Leila.

Já registro a presença de todos, agradecendo e dizendo que vamos fazer aqui um ótimo debate – não é, Senadora Soraya? –, para que a gente possa ter todo o proveito que se propõe esta audiência pública.

Já passo a palavra aqui para a Sra. Heloísa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELOÍSA DINIZ (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos, bom dia Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Eu sou Heloísa, Diretora de Relações Governamentais da ABFS, Associação de Bets e Fantasy Sport.

Só dando uma breve contextualização, a ABFS é uma associação que surgiu em 2022, com o intuito de defender o setor do *fantasy sport*, mas com a entrada no mercado de apostas no Brasil, a gente achou por bem abranger nossa atuação também para o setor de *bets*.

Eu gostaria de agradecer o convite para a associação poder participar deste debate, quero parabenizar os Senadores por estarem fazendo o debate, já é o segundo, com o objetivo de ouvir tantas perspectivas diferentes, fica aqui o nosso agradecimento.

Para começar a nossa contribuição aqui neste debate, o ponto de partida que eu gostaria de começar aqui é o seguinte: o que a gente está discutindo aqui? Se a gente vai ou não aumentar a restrição de publicidade de apostas hoje. A gente já tem uma regulamentação, mas há um entendimento, talvez, de que essa regulamentação não esteja sendo efetiva ou suficientemente necessária.

Essa discussão tem como base um princípio básico, que é proteger o usuário do jogo patológico. A gente está aqui discutindo isso com esse objetivo, um objetivo comum, a proteção da saúde do jogador.

Eu queria partir desse ponto com todos que é, acredito eu, que não estamos numa divisão aqui em quem quer ou não proteger o jogador. Para mim é um interesse comum, todos nós queremos a proteção desse usuário, até porque para nós ninguém constrói um mercado sustentável lucrando com vício, o que difere, me parece, são os meios para chegarmos a esse objetivo, que é comum a todos.

Então, o que nós vemos são dois grandes grupos de soluções para um único problema, que é como proteger o usuário de uma publicidade abusiva e como garantir que a sua saúde seja preservada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós identificamos dois grandes grupos de solução. De um lado, aumentar mais a quantidade de restrições do que a gente já tem hoje e, de outro lado, manter regras de publicidade responsáveis casadas com a fiscalização rigorosa por parte do estado.

O meu papel aqui hoje, que eu entendo, é trazer as consequências de cada decisão para que o legislador decida o melhor caminho de acordo com o objetivo que a gente quer alcançar enquanto país.

A solução um seria trazer mais restrições ao que a gente já tem hoje. O que eu acho importante destacar aqui são algumas consequências possíveis dessa abordagem. Um ponto relevante da publicidade é que ela é um meio de comunicação muito eficaz para você dialogar com o usuário. Se eu não tenho publicidade, como eu posso conversar com aquele usuário para explicar para ele como ele pode identificar, por exemplo, uma casa legal e uma casa ilegal? Eu não tenho esse meio, eu tiro do usuário o direito de conhecimento dele para saber dizer: "Ah, nesta casa eu posso jogar. Nesta casa eu vou conseguir recuperar o meu dinheiro. Nesta casa o gerador randômico é confiável. Esta casa é bet.br". Se eu não tenho como falar com o usuário, como eu posso explicar isso para ele?

No jogo responsável é a mesma coisa: como eu posso conversar com o usuário e explicar como jogar de maneira responsável e cuidadosa? Como eu posso dizer para ele os sinais de alerta a que ele pode ficar atento tanto em relação a ele quanto os colegas próximos? Isso sem falar na própria perda de recursos para o esporte, que eu acho que é um ponto que já é muito bem debatido e vai ser mais bem abordado pelos colegas.

Um outro ponto que a gente gostaria de trazer da publicidade para o setor de apostas é: muito se fala em equiparar a publicidade de apostas à publicidade de tabaco ou da cerveja, e um ponto importante que a gente tem que levar em consideração é que se trata de um mercado 100% digital, diferente do tabaco e da cerveja. Nós não temos o meio físico para mostrar o nosso produto. Algumas decisões administrativas já vêm entendendo nesse mesmo sentido.

Então, se você tira da plataforma digital o único meio de ela alcançar o usuário, você está, indiretamente, inviabilizando esse setor. Imagino eu que não foi essa a intenção do legislador ao aprovar a Lei 14.790, até porque todos sabemos que, se você proíbe um setor, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um setor digital, você está simplesmente tampando o sol com a peneira, porque o setor ilegal vai continuar atuando sem seguir nenhuma regra.

Então, a nosso ver, se você aumenta demais a quantidade de limitações ou até mesmo proíbe, na tentativa de proteger um usuário, você corre o risco de expor o usuário ainda mais a práticas abusivas. Portanto, a nosso ver, não é uma solução eficiente.

A outra solução seria a adoção de publicidade responsável com uma fiscalização. Parece-nos que essa foi a decisão do Estado brasileiro ao aprovar a Lei 14.790. Entendeu-se que, ao se estabelecer regras de publicidade responsável, você consegue controlar esse setor e fazer com que ele atue da forma mais diligente possível.

Aqui eu trago alguns exemplos do que a gente já tem de norma relacionada a isso: a gente tem a Sessão II da Lei 14.790, a Portaria 1.231 do Ministério da Fazenda e o Anexo X do Conar.

Não vou me delongar lendo. Coloquei aqui só para disponibilizar o eslaide depois, mas diversas soluções que são sempre trazidas como formas de combater a publicidade irresponsável já estão na normativa, já estão ou na lei ou na Portaria 1.231 ou no Anexo X do Conar, que, diga-se de passagem, é até muito mais rigoroso do que muita sugestão que as pessoas levantam.

Alguns exemplos de evitar sugestão de sucesso e enriquecimento, questão de criança e adolescente, de a publicidade, por exemplo, não ser feita por menor de 21, e nem por quem parecer menor de 21 anos. Tudo isso a gente já tem muito bem estabelecido em todas as regras.

Um ponto foi muito criticado na audiência passada: a frase "jogue com responsabilidade" é muito crua ou até joga – perdão pelo trocadilho – a responsabilidade para o usuário. O próprio Conar traz uma lista de outras frases muito mais efetivas que a gente pode adotar na publicidade. Por que não adotar?

Então, na nossa perspectiva, não faltam regras, mas falta tempo para que elas produzam efeitos, já que a gente está falando de um mercado que começou, de fato, quatro meses atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para não me alongar muito, a gente está, neste momento, no meio de um ciclo regulatório. A gente identificou o problema, a gente estabeleceu normas, implementou, e esse é o momento de fiscalizar o mercado e aferir se essas regras de fato estão alcançando os objetivos que a gente estabeleceu.

Eu trouxe aqui um exemplo, que é adotado na Austrália, justamente de publicidade de apostas, é o que eles chamam de *slow go approach* ou *phased ban, q*ue é: eles têm uma lista de regras cada vez mais rigorosa de publicidade, só que eles não aplicaram de uma vez. Eles aplicam uma; passado o ciclo regulatório, eles analisam se aquela regra teve um impacto que eles queriam em termos de redução do transtorno do jogo. Se não teve um impacto, eles colocam uma regra um pouco mais rígida, e assim vai, à medida que eles analisam o impacto. Então, é uma medida progressiva que evita decisões precipitadas que podem inviabilizar o setor e respeitam um ciclo regulatório.

Então, assim, hoje a gente está no momento de fiscalizar o mercado e medir os impactos disso. Como a gente está no momento de fiscalizar o mercado...

Não está indo mais, moço! (*Pausa.*)

Será que com aquela batidinha de sempre funciona? (*Pausa.*)

Não... Aí foi.

Como a gente está no momento de fiscalizar o mercado, nós como ABFS, entendemos que a gente tem que focar em dois pontos: fiscalização e coercitividade.

O que eu quero dizer com isso? A gente precisa, portanto, fortalecer a capacidade fiscalizatória da SPA. Se a SPA não está conseguindo fazer a fiscalização necessária, que é um ponto que tem sido criticado, precisamos entender o porquê.

O setor hoje já pagou mais de 3 bilhões em outorga, a gente paga a taxa de fiscalização desde janeiro de 2025, e essa taxa serve justamente para isso aqui. Se isso aqui não está sendo feito, é preciso entender: a SPA está tendo acesso a essa taxa, para onde está indo esse valor? Como eles estão usando esse dinheiro? Considerando que aqui é uma Casa também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização, acho que é um ponto que pode ser endereçado para entender como a SPA está conseguindo usar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOÍSA DINIZ – Estou terminando.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. HELOÍSA DINIZ – Obrigada, Senadora.

Além disso, além de você fortalecer a SPA, entender se aquele recurso da taxa de fiscalização está sendo mesmo recebido pela secretaria. Uma opção, caso o Legislador ache por bem, que a gente entende é: se se acha que as regras hoje do Conar, da Portaria 1.231 não estão sendo suficientes, por que não, então, elevar essa hierarquia da norma e talvez colocar em lei alguns pontos que já estão? Porque para o setor está ótimo, a gente já segue. Então não vemos problemas em talvez tornar mais efetiva, elevar o nível de normatividade daquela norma.

E também outro ponto interessante seria tipificar e sancionar condutas abusivas. A gente já tem sanções na lei, sanções administrativas, mas dá para fazer também em relação à publicidade, para ver se garante um cumprimento maior por parte do setor.

São sugestões nossas. A gente fica à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – A gente agradece à Sra. Heloísa por ter cumprido o tempo rigorosamente e já passamos aqui a palavra para o Sr. Eduardo Godoy, que também poderá dispor dos dez minutos regimentais.

O SR. EDUARDO DE GODOY PEREIRA (Para expor.) – Obrigado.

Primeiro agradeço, Senadora. Agradeço à Presidente, a Senadora Leila; agradeço à Senadora pelo convite. Senador e Senadora, obrigado pelo convite. É importante este debate, agradeço a oportunidade de estar aqui em nome do Cenp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cenp é uma entidade que está desde 1998... é uma entidade das entidades, ou seja, o Cenp é uma entidade que está composta pela Associação Brasileira de Anunciantes, que é a representante dos anunciantes. Temos as agências de publicidade que compõem esse fórum permanente da autorregulação do mercado publicitário. Temos as entidades de todos os veículos de comunicação, através da Abert, ANJ, IR, OOH e tudo mais, e os elos digitais. O IAB faz parte dessa autorregulação do mercado publicitário. Toda a indústria do mercado publicitário está dentro do Cenp.

Por esse assunto sobre a regularização da publicidade do setor de apostas desportivas, eu começo com uma convicção dos 42 anos de profissão: proibir a publicidade é o pior caminho. A proibição não resolve o problema, apenas o empurra para a ilegalidade, e, quando um setor opera na sombra, quem perde é o cidadão, o Estado e a sociedade. O Brasil já possui instrumentos eficazes para lidar com um desafio como esse. Falo aqui da autorregulação do mercado publicitário, há mais de quatro décadas funcionando com agilidade, responsabilidade e compromisso com a ética.

Eu tenho aqui o Conar, que será o próximo que vai falar. O Conar atua com independência, julgando abusos e retirando do ar campanhas publicitárias que extrapolam os limites do aceitável, de forma mais rápida e eficiente do que, muitas vezes, o Judiciário; ele é mais dinâmico. Um exemplo concreto: por exemplo, a inclusão nas campanhas – vamos lembrar das campanhas de automóveis, por exemplo – da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança. O avanço gerado por autorregulação, e não por imposição legal.

Temos também o Cenp – como eu disse, eu sou seu representante –, que foi criado em 1998 e fortalece a relação entre anunciantes, agências de publicidade, veículos de comunicação e elos digitais, promovendo a transparência e a ética nas práticas comerciais da comunicação. Graças a ele, temos uma indústria publicitária mais equilibrada, sólida e comprometida com boas práticas.

Nós acabamos de lançar o Pacto Cenp, que está à disposição no nosso cenp.com.br, um guia de boas práticas para o mercado publicitário. Esse documento foi assinado, dois meses atrás, por todas as entidades que compõem a indústria da comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essencial, neste debate, garantir a isonomia entre todos os setores da indústria da comunicação. Não podemos permitir que a lei restrinja a publicidade para uns e, ao mesmo tempo, privilegie outros. Um exemplo claro: ao proibir, por exemplo, a veiculação de publicidade nos intervalos das transmissões de TV e rádio, que poderia ser uma das propostas que está na Casa, estamos penalizando os veículos brasileiros, enquanto transmissões por *streaming*, muitas vezes produzidas fora do país, continuam monetizando com anúncios acoplados ao conteúdo; ou seja, estamos desequilibrando o mercado e enfraquecendo nossos próprios meios de comunicação.

Outro exemplo importante: vou lembrar aqui para vocês que, quando foi editada a Resolução 163, no âmbito do Executivo federal, por meio do Conanda, que propunha parâmetros interpretativos do que seria a publicidade abusiva dirigida ao público infantil, a consequência foi trágica. Embora não tenha força de lei e não exista vedação genérica à publicidade infantil no ordenamento jurídico vigente, na prática, essa resolução teve um efeito inibidor. O receio de sanções levou à retirada de quase toda a programação infantil da TV aberta. Uma geração inteira cresceu sem acesso a conteúdos educativos, culturais e de entretenimento de qualidade justamente porque a publicidade, que sustenta esse conteúdo, foi retirada. A publicidade é o motor do conteúdo de qualidade. Sem ela, não há jornalismo sério, não há produção cultural sustentável, não há educação audiovisual. O efeito colateral foi sentido principalmente pelas famílias mais vulneráveis, que dependiam da TV aberta para acessar esse conteúdo infantil.

A lei é essencial, Senadores – é essencial –, mas precisa ser cuidadosa. Quando define princípios e valores, ela orienta, mas, quando tenta definir formatos, ela engessa. O mundo muda muito rápido. Hoje falamos de influenciadores. Amanhã, teremos avatares digitais, com inteligência artificial, que se conectam com o público por algoritmos de preferência. Se colocarmos o formato na lei, ela rapidamente se torna obsoleta, e teremos que reiniciar o processo legislativo.

A autorregulação, por sua vez, é viva, adaptável e rápida. Ela acompanha a dinâmica da sociedade e da tecnologia; não substitui a lei, complementa a lei. E é justamente essa combinação de princípios legais com a aplicação flexível que oferece melhores resultados à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou lembrar aos senhores outros exemplos. São vários os exemplos que a autorregulação da publicidade trouxe para o Brasil. Lembramos da publicidade de bebida alcoólica em que havia a exploração feminina? Essa decisão foi feita pela autorregulação para não se usar mais a exploração da mulher na publicidade brasileira. Isso foi feito por um acordo entre todos da indústria da comunicação, para que tenhamos uma publicidade viva que faça com que a sociedade evolua e que nós também evoluamos com ela.

Senhores, proibir é fácil, mas ineficaz. Educar, orientar, fiscalizar e adaptar é mais difícil, mas infinitamente mais eficaz. Para fazer a autorregulação e mesmo para ter aqui as leis, é preciso escutar. Não é aquilo que eu quero, mas aquilo que nós queremos.

O Cenp faz com que a indústria seja rápida, eficaz e muito mais ágil.

A autorregulação é o caminho moderno, responsável e inteligente para proteger o consumidor, garantir liberdade de expressão e preservar o equilíbrio do nosso ecossistema de comunicação. Acredito mesmo que a autorregulação deveria estar como um dos itens de qualquer lei que pudesse tratar sobre a publicidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom. Importante ter aqui representantes do Conar e do Cenp. Sou um grande incentivador da autorregulamentação.

Vou fazer uma mudança na dinâmica desta audiência, se me permitem. Vou trazer a dinâmica da audiência passada, porque é importante que a gente tenha uma interação rápida com o palestrante. Se a gente deixar os Senadores, como a Senadora Soraya, que está aqui prestigiando esta audiência, e o Senador Girão, que chegará assim que acabar a CCJ, se manifestarem só ao final, a gente perde o que é mais rico numa audiência pública, que é o debate.

E, por conta disso, eu vou só interromper, nas duas falas, e vou me manifestar, porque acho que é absolutamente necessário fazer uma introdução – porque eu, como Relator, estava na CCJ e não pude fazê-lo – para alinhar todos aqui quanto ao que são nossas convergências e ao que a gente está buscando com o projeto. E, depois, eu vou dar a palavra à Senadora Soraya

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que, se ela tiver perguntas aos dois primeiros palestrantes, ela já possa fazer a sua contribuição, e eles, reciprocamente. E aí, depois, a gente retoma.

Eu queria fazer uma breve introdução como Relator.

Primeiro, quero deixar claro que são dois projetos de lei: um de autoria do Senador Eduardo Girão e outro de autoria do Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte. Eu sou o Relator do projeto, Senadora Soraya, do Senador Styvenson, mas, por um acordo feito na Comissão e pela identidade dos projetos, nós estamos fazendo esta audiência pública para os dois projetos, inclusive o que relata o Senador Petecão, que é o de autoria do Senador Girão, para que, após a audiência pública, eu faça um relatório que absorva os dois projetos.

Esses dois projetos – para quem está aqui e chegou agora ou para quem nos assiste –, a partir da miséria que está acontecendo na sociedade brasileira, fruto das apostas, dessa tragédia que está acontecendo e que o Governo teve um ano para arrecadar – disse que era o maior propósito, e deu um ano grátis para as *bets*, é bom que se diga... E, a partir do momento em que o Governo deu um ano para regulamentar... Que fique claro isto: ela entrou em vigor agora, mas tiveram um ano para preparar a regulamentação sobre publicidade. E, durante esse ano, pouco fizeram, para não dizer nada, porque o Conar, o setor buscou a autorregulamentação; o Governo só editou o Anexo X quase no final do ano passado. E o que a gente está vendo é uma publicidade absolutamente predatória, massiva, prejudicando a própria concorrência das casas de aposta.

Estou aqui vendo meu querido amigo Dr. Sica, de muitos anos Tribunal de Justiça Desportiva, advogado hoje do Palmeiras – eu não estou conseguindo enxergar quem representa hoje, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, excelente. Então, está pelos clubes, Sica? Ótimo; está muito bem representado. Temos aqui a CBF. E é bom que esteja porque eu vou dar o meu testemunho.

Fui assistir à final do Campeonato Carioca, Senadora Soraya, patrocinado pela Superbet – deve ter pago uma fortuna por aquele patrocínio, e que bom, porque o esporte precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrocínio. Só que, enquanto eu assistia ao jogo patrocinado, o campeonato, afinal, pela Superbet, em placas no campo eu contei pelo menos sete de outras concorrentes, fora o patrocínio das camisas dos atletas. No *backdrop* devia ter umas 12 casas de aposta. E sabe aquele anúncio do "compre batom, compre batom, compre batom, compre batom, compre batom"? É isso que está acontecendo e é predatório. Isso faz mal à saúde. E tanto as casas de aposta quanto o Governo tiveram um ano – um ano! – para regulamentar.

Dr. Eduardo, o senhor sabe, agora não estou mais exercendo, mas eu fui professor de Ética, tanto no Direito quanto na Comunicação. E eu me lembro que, quando me pediram para dar aula de Ética na Comunicação, Senadora Soraya, eu falei: "Gente, mas eu sou do Direito!". Mas é Ética... Eu falei: "Caramba, para onde eu vou na minha aula?". E eu, ainda jovem, tinha 27 anos, descobri o Conar. E é uma maravilha. Foi justamente quando houve essa restrição, algumas restrições. Prefiro não chamar de restrição, Heloísa, prefiro chamar de disciplinar a publicidade, porque restringir é o que os dois projetos, inclusive, sugerem: é restringir, que é acabar com a publicidade.

Eu disse aqui já – e disse nas reuniões que tive com as *bets* – que eu votei contra, mas o esporte escolheu as apostas. Eu acho que um dia se arrependerá, mas o esporte escolheu. E o que me cabe agora é disciplinar.

Eu já escuto aqui, de Senadores que nem estão ligados a esse assunto, no nosso almoço de terça-feira, da Bancada da Oposição, dizendo assim – de Senadores que não são nem muito ligados ao assunto –: "poxa, é melhor acabar logo com isso, já deu errado". Então, ou a gente entende – e aí, na audiência passada, houve a convergência – que a gente precisa disciplinar a publicidade das *bets*... E, de forma complementar, o Conar, o Cenp vão ter um papel fundamental, como na publicidade de cerveja, na publicidade de cigarro. Essas estão lá na Constituição e isso não impediu que tivesse, além disso, a autorregulamentação. A própria atuação, a participação do Conar, é fundamental, porque a minha aula de Ética na Comunicação foi toda em cima de decisões do Conar, para que as pessoas entendessem e seguissem, os alunos. Então, eu tenho o maior respeito pelo Conar, tenho o maior respeito pelo Cenp, mas, durante um ano, não o fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá mais! Não dá para este Senado, Senadora Soraya, que está lá na CPI das *bets*, inclusive, vendo o horror... Eu estive na CPI da manipulação de resultados e a gente está vendo o horror, porque não só atinge a sociedade, o apostador, envolve o Paquetá, um dos maiores jogadores da Seleção Brasileira, envolve o Bruno Henrique, o meu ídolo – ídolo meu, meu, do meu filho – no Flamengo, envolve o centroavante do Juventude. E eu estou falando aqui de dois só da Série A.

Então, a convergência que a gente buscou na última audiência pública foi para disciplinar as *bets*, porque durante um ano isso não foi feito e é papel, sim, do Congresso Nacional. Eu preferia que fosse por autorregulamentação. A autorregulamentação, durante um ano, também não foi feita, ou o que foi feito com isso não está surtindo nenhum resultado.

E quando, em matéria de cigarro e de bebida, que causam dependência da mesma maneira que o jogo, se decidiu por estabelecer faixas de horário, porque a outra convergência aqui – para alinhar as informações, até porque a Senadora Soraya também não esteve – é que o público-alvo das *bets*, das apostas, não são jovens, não são crianças. Então, desculpe-me, Heloísa, não é só um problema de saúde, é também, e sobretudo, um problema de saúde, mas é disciplinar a publicidade para que ela não alcance jovens e crianças ou, pelo menos, aí sim, restrinja o alcance aos jovens, na verdade restrinja o acesso dos jovens à publicidade de *bets*.

Eu quero registrar aqui que, no meu relatório, eu fui muito honesto. Eu apresentei um relatório antes desta audiência pública para que todos tivessem um ponto de partida.

Eu não tenho opinião formada sobre nada, eu estou aqui justamente querendo construir com o setor, mas, na dificuldade de disciplinar a publicidade de *bets* nas redes sociais, está aqui o representante da *bet*, para rádio e TV, como cigarro e a bebida, eu posso dizer qual é a faixa de horário, para tentar evitar que chegue nas crianças e nos jovens.

Agora, e nas redes sociais? Eu não quero, aí sim, restringir publicidade de *bet* nas redes sociais, mas eu sinto falta aqui do X, da Meta e das outras redes que me procuraram lá para se lamentar, e eu dei o dever de casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei: "Me digam como vocês vão proteger os jovens e as crianças da publicidade". E aí eu vou repetir o que eu falei na audiência passada aqui. Eles me falaram: "Já tem a proteção, se o seu filho é menor, a gente tem um filtro, ele não recebe publicidade."

Eu, na minha ignorância de outra geração, Senadora Soraya, cheguei em casa superfeliz, procurei meu filho, falei para ele: "Pô, é assim, né?". Ele falou, desculpa o termo, mas foi como ele falou: "Você está de sacanagem, não é, papai? Você acha que alguém coloca a verdadeira idade ali para se cadastrar?". Então, a publicidade chega no jovem e na criança.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Dezoito anos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É... Põe lá que tem 18 anos, não tem controle nenhum, porque nas *bets* está funcionando muito bem, também faço o registro aqui, foi uma emenda minha, e foi pelo setor muito bem desenvolvida e absorvida; você tem a biometria facial, você tem nove minutos quase que a pessoa tem que preencher de dados ali para poder fazer apostas. Melhorou muito, muito.

Parabéns às *bets* por terem seguido e terem aperfeiçoado até esses instrumentos, com equipes que eu sei que inclusive fiscalizam se o rosto que está ali é de uma criança, se o cara está enganando, pode ser que erre 1%, 2%, mas você vê que eles querem acertar.

E as redes sociais? Eu não quero restringir publicidade em rede social, mas a ausência delas aqui, que caminho me deixa? Como é que eu vou dizer para rádio e televisão que só podem fazer propaganda, publicidade, perdão, publicidade a partir de 9h? O horário tenho a flexibilidade de discutir com relação às *bets*.

Inclusive, na audiência passada, trouxeram, Soraya, um modelo inglês aqui, achei muito interessante; ele tem um horário fixo, mas entre os eventos esportivos ele dá um prazo antes e depois.

O setor veio construir com a gente aqui. Agora, cadê as redes sociais? Cadê a Meta? Cadê o X? Cadê o TikTok? Eles me procuraram com uma informação não verdadeira, que o meu filho de 16, 15 anos, rebateu de pronto – e eu estou sem resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a gente vai limitar? Eu posso disciplinar a publicidade de rádio e televisão e não fazer nada com as redes sociais? Na falta de opção, a gente só vai ter restringir. Não é o que eu quero, eu já quero deixar bem claro aqui.

Então, achei fundamental alinhar essas questões para que todos entendam.

E a linha mestra do meu relatório: patrocínio e publicidade são coisas absolutamente diferentes. Não tenho interesse nenhum, embora o relatório seja um ponto de partida, ele é um pouco mais rigoroso e a gente está construindo aqui, mas eu quero deixar claro: não tenho interesse em proibir patrocínio.

E aí eu estou me referindo a camisas de clube, como no estado. No meu Estado do Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa quer fazer uma lei lá para proibir, que eu acho, inclusive, que nem é matéria de competência deles, mas, para vocês verem que, se a gente não disciplinar, a corda vai apertar, porque a mazela social é enorme. Não quero proibir patrocínio.

O Senador Girão – e respeito a posição dele – quer proibir tudo, principalmente, desde a discussão da Lei das Bets, ele já queria proibir patrocínio nas camisas, mas eu o convenci de se manter na sua posição, mas respeitar a maioria de que o esporte escolheu as apostas, lamentavelmente, mas foi o esporte. O esporte não é um jogo de azar. Cassino e tal, tudo isso é jogo de azar, esporte não é um jogo de azar, mas o esporte escolheu as apostas. E patrocínio aos clubes hoje, você não pode tirar deles esse recurso, eu sei.

As placas de publicidade – e aí voltando a falar em publicidade –, desde que não tenham essa loucura que está aí, a gente vai conseguir disciplinar a publicidade de uma maneira que garanta a livre concorrência e o livre mercado, já que é uma atividade regulamentada.

O patrocínio de competição, muito bem-vindo. O patrocínio de *naming rights* de estádio, muito bem-vindo. Patrocínio não é o foco dessa lei; publicidade, sim. Então, eu vou deixar isto bem claro, porque depois vão falar os clubes e sei que vai falar a CBF, e já vou me antecipar – e o Senador Girão sabe –: estou fazendo essa distinção entre patrocínio e publicidade.

E o outro foco, que é uma convergência: vamos nos unir para que não chegue às crianças e aos jovens a publicidade, porque não são eles o público-alvo, e a gente está vendo nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas a criançada toda apostando a mesadinha, quem a tem. Não é só a desculpa ou o problema de saúde, é também ou muito mais problema de saúde.

Dito isso, eu queria passar a palavra à Senadora Soraya, para que ela possa se manifestar e encaminhar aos dois palestrantes as suas contribuições.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos que aqui estão.

Eu gostaria de ouvir mais, antes de fazer as perguntas que eu estou anotando, mas só para destacar aqui: jogar é diferente de investir. Tem gente achando que está investindo quando está jogando jogos de azar, é diferente de você investir na bolsa. Como o próprio Senador Portinho disse, esporte não é jogo de azar. Então, tem gente confundindo também que está investindo em algo em que você não precisa raciocinar, para fazer o puro jogo de azar. Então, vamos colocar aqui essas diferenças. É bom que as pessoas entendam.

E aí eu só gostaria de destacar algo. Eu disse para o Ednaldo uma vez assim: "Patrocínio também é diferente de salário". Nenhum CNPJ no país, nenhuma empresa – e os clubes são empresas – pode ter salários diferentes para atividades iguais entre homens e mulheres, doutora. Então, uma coisa é o salário para jogadores e jogadoras de futebol, patrocínio é outra coisa. Vamos lembrar então: nem os clubes também estão querendo ficar totalmente à margem da lei em tudo? É complicado, né?

Mas eu quero ouvir mais, se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, com certeza.

Eu queria fazer uma pequena inversão de ordem, porque a gente tem um palestrante, que é o Sr. Hermano Tavares, psiquiatra e professor da Universidade de São Paulo, que vai participar por videoconferência, inclusive. Ele tem um compromisso e pediu para ser antecipado. Peço a compreensão de todos, até porque não sei se tem outros por videoconferência. A minha ideia é fazer dois presenciais e um por videoconferência; aliás, como a gente faz em outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, é só um. Então tudo bem.

Então, vamos ouvir o Hermano. É melhor, porque a gente já resolve a videoconferência.

O SR. HERMANO TAVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês me escutam?

Alô?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sem dúvida!

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Ah, então está bom.

Bom dia a todos.

Eu queria agradecer por este convite e gostaria de poder ir a Brasília desta vez, mas os compromissos têm se acumulado, especificamente por conta dessa questão dos jogos.

Meu nome é Hermano Tavares, eu sou médico psiquiatra e sou professor docente aqui no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP.

Eu estudo essa questão dos jogos desde os anos 90. Já passa, então, de 30 anos que venho me dedicando a isso. A razão para ter começado a estudar isso nos anos 90 foi exatamente uma grande onda de acessibilidade que a gente não conhecia, então, às apostas, liderada muito pela questão dos bingos, depois dos videobingos e, finalmente, dos caça-níqueis eletrônicos.

Depois disso, essa onda refluiu e o problema não voltou para trás, mas vamos dizer que a consciência coletiva submergiu e, agora, volta novamente. Ela não volta por acaso, ela sempre volta quando você aumenta massivamente o acesso e, aumentando massivamente o acesso, você aumenta a exposição das pessoas vulneráveis, aumenta os problemas, aumenta a demanda por atenção, aumenta as mazelas sociais etc.

É bom que a gente tenha em mente que isso aqui não é um fenômeno exclusivo do Brasil, porque às vezes a gente tem, infelizmente, o tal do complexo de vira-lata, em que se diz: "Ah, é só no Brasil". Não, isso é uma onda internacional, e mais rigoroso seria dizer que isso é um tsunâmi internacional. As apostas *online* realmente estão impactando todas as sociedades e estão impactando a nossa, em especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados recentes de levantamento epidemiológico... A gente fez um levantamento epidemiológico em 2011. Praticamente, 14 anos se passaram sem que fosse feito outro, e agora foi feito um recentemente. Então, foi feito o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas e transtornos relacionados em 2011 – foi o Lenad I – e agora, no Lenad III, fizeram um novo Levantamento de Álcool e Drogas e comportamentos associados, e aí entrou jogo de novo.

E o que a gente está vendo? Olhem, os números variam. Considerando que a nossa economia não é a primeira do mundo, nós não somos, então, financeiramente, o maior mercado de apostas do mundo, mas, se a gente considerar os acessos a *bets*, os acessos a casas de aposta *online*, nós somos campeões do mundo – nós somos campeões do mundo em um campeonato infame.

Desculpem as palavras fortes. Eu escutei até agora discursos ponderados, todos pedindo alguma moderação etc. Eu não serei moderado. Eu não serei moderado, porque acho que no cenário não cabe moderação. A situação é calamitosa e nunca vi ninguém enfrentar uma calamidade ou uma crise aguda com moderação. Enfrentam-se crises com medidas fortes, como, por exemplo, restrição à publicidade. E por que restrição à publicidade?

Senadoras, Senadores, pessoas que me escutam neste momento, vamos entender uma coisa, a aposta é um formador de hábito. Se você praticar apostas com frequência e intensidade, você vai desenvolver um hábito. Esse hábito, se ficar por demais arraigado, vai se tornar uma dependência, da mesma forma que acontece com o álcool e o tabaco.

Apostar sensibiliza uma região cerebral específica chamada sistema de recompensa cerebral. É por isso que, em relação ao álcool, ao tabaco e às apostas existe um aforisma inquestionável, que diz o seguinte: álcool, tabaco e aposta não são *commodities*, não são mercadorias ordinárias.

Mercadoria ordinária. Olha, vou pegar qualquer exemplo, o mais espúrio possível: clipes de papel. Eu estou aqui trabalhando, os papéis estão soltos, eu vou usar um clipe de papel. Eu uso um clipe de papel, acabei de usar um clipe de papel, sabe o que acontece? Nada. Não me dá vontade de usar mais clipe de papel, não me dá vontade de me levantar agora, sair e comprar mais clipe de papel e acumular um monte de clipe de papel. Clipe de papel nunca vai se tornar um problema na minha vida, porque não é um formador de hábito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que eu tomar um trago, no momento em que eu der uma baforada num *vape*, no momento em que eu fizer uma aposta, isso vai sensibilizar o meu cérebro e vai aumentar o meu desejo de fazer isso de novo. Então, elas não são mercadorias ordinárias porque elas se promovem a si mesmas, portanto não estou precisando de promoção adicional.

Vocês querem ter uma noção da situação? A situação é a seguinte: lá em 2011 a gente tinha o seguinte cenário, algo em torno de 2,5%, para ser bem exato, 2,3% de brasileiros que tinham problemas relevantes com as apostas; cenário atual, este número saltou de 2,3% para 3,6%. Pessoas que têm problemas relevantes, pessoas que têm atitude de risco em relação a apostas, como a Senadora Soraya acabou de lembrar, que começa a achar que "ah, apostar pode ser uma ótima forma de eu me levantar socialmente e conseguir mais dinheiro", investimento, a grande falácia. Isso vai a 7%.

Nós somos uma nação de pessoas com dificuldades com o jogo. A ordem das coisas é: primeiro, problemas em termos de dependência, em termos de saúde pública, o tabaco; a segunda é o álcool; a terceira é o jogo. O jogo está encostando ali no álcool e sozinho supera, somadas, todas as outras drogas ilegais que tanto preocupam a população.

Está preocupado com a cocaína? É para ficar preocupado. Está preocupado com o *crack*? É para ficar preocupado. Está preocupado com a maconha? É para ficar preocupado. Mas preocupe-se antes com o jogo, porque ele sozinho representa mais do que todas as outras condições somadas que eu mencionei.

Tem mais uma questão relevantíssima: aumentou 1,3%. É para se preocupar? Queridos, cada vez que você aumenta em 1% a proporção de uma condição, você aumenta em mais de 50% a demanda sobre o sistema de saúde. Um Sistema Único de Saúde dito universal, mas que nunca esteve preparado para atender a demanda que já existia para tratamento de transtorno do jogo antes da legalização das apostas *online*, o que dirá agora!

Como dizia meu pai, paraibano, avalie agora. O.k.? E do que nós estamos falando? Nós estamos falando de uma condição grave, nós estamos falando de uma condição que leva a divórcio, que leva à ruína financeira, que leva à separação das famílias, que leva ao suicídio. A comorbidade psiquiátrica em portadores de transtorno do jogo supera 75%. Ou seja, o cara não tem só mais o problema das apostas e do endividamento, da desmoralização, etc; ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ansiedade, depressão, pânico, bipolaridade, abuso de álcool, abuso de tabaco, etc, etc, etc. Se isso não configura calamidade para vocês ainda...

Parece que travou a minha tela. Vocês estão me escutando ainda? Alô?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estamos, sim.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência*.) – Então está bom. Perdão.

Então, se isso ainda não configurou a calamidade para vocês, eu quero trazer a questão dos adolescentes.

Lenad I, 2011. Os adolescentes masculinos que tinham problema com jogo eram 1,4%. Os homens que tinham problema com jogo, adultos, eram 1,5%. Ou seja, no Brasil, onde a aposta para menores de idade sempre foi proibida, adolescente joga tanto quanto adulto. Mas uma coisa muito interessante do Lenad lá naquela época é que nós não identificamos um número significativo de mulheres realizando aposta, digo, de mulheres adolescentes, porque mulheres adultas tinha, mas mulheres adolescentes não tinha tanto.

Novo cenário: quintuplicou a quantidade de adolescentes apostando: dois terços são masculinos, um terço é feminino. O que eu estou trazendo de alerta para vocês? As apostas estão avançando sobre novos mercados, de propósito.

Queridos, o que é o Jogo do Tigrinho? O Jogo do Tigrinho, com aquele tigre fofinho... Aquele tigre fofinho não é para atrair adulto. Agora tem o Coelhinho da Sorte. Ele foi anunciado... O Coelhinho da Sorte é um coelhinho esqueitista, usando boné e jaqueta. Adulto não está interessado em apostar em coelhinho. *Sites* relevantes como o Kwai... O Nintendo tem o Super Mario Bros. Aí, tem o irmão do Mario Bros, que se chama Luigi. Quando você entra no *site*, você é convidado a conhecer o Cassino do Luigi. O Cassino do Luigi, irmão do Mario Bros, é um cassino social, portanto não infringe em lei alguma, teoricamente, mas o que está acontecendo é que os adolescentes e as crianças são convidadas a apostar com *token*, com dinheiro de mentirinha que depois eles podem trocar por premiozinhos e outros brindes, desculpem-me o palavreado, imbecis. Imbecis não só porque não têm valor em si, mas imbecis porque ocultam a intenção de começar, desde já, a atrair um público jovem, um público imaturo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ponto de vista cerebral e, portanto, muito mais suscetível às apostas e aos formadores de ato. É a configuração e a preparação para o público consumidor de amanhã. Amanhã, eles estarão jogando furiosamente. Aliás, já estão, segundo o último Levantamento Nacional de Álcool e Drogas e comportamentos associados.

Para piorar, nós estamos fazendo uma fusão da identidade nacional, que é o esporte, que é o futebol, com as apostas. O Campeonato Brasileiro, agora, chama-se Brasileirão Betano. "Ah, mas o esporte precisa ser financiado!" É, eu sou da época em que o esporte foi financiado por tabaco; acabou. Eu sou da época em que o esporte era financiado por álcool, principalmente cerveja; acabou. Isto hoje precisa acabar. A publicidade não pode chegar a pessoas menores de 18 anos. Agora, me diga como eu vou impedir isso – não é só a rede social – se, na camisa do Flamengo, está ali "aposte"; se, na camisa do Corinthians, está ali "aposte"; se, na camisa, gente, até do meu time querido, o Guarani Futebol Clube, campeão de 1978, hoje infelizmente na Série C, está lá "aposte"?

Vou acabar agora o que eu estou dizendo. Nós queremos – nós, aqui representando a saúde, queremos – para as apostas o mesmo tratamento dispensado ao álcool e ao tabaco: publicidade restrita ao ponto de venda. Esses produtos não são produtos ordinários; eles se promovem a si mesmos, não precisam de promoção adicional. Vamos lá. É um mantra que quem quiser se juntar a nós pode repetir todo dia antes de dormir: publicidade para formadores de hábitos, particularmente álcool, tabaco e aposta, limitada ao ponto de venda.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom! Muito obrigado, Sr. Hermano Tavares, pela sua participação.

Quanto a essa questão do tigrinho, do coelhinho, quero até antecipar que, no meu futuro relatório, que vai ser fruto dessa construção coletiva – e assim eu sempre faço –, estou endereçando o que eu espero solucionar essa questão. E aí, no caso, é uma restrição a animações do tipo – já antecipo.

Estamos discutindo também sobre... Até porque, quanto a essa questão da animação, o Conar, inclusive, em algumas outras atividades, setores, foi à frente. No caso das apostas, ele já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria ter ido. É mais uma prova, Soraya, de que esperamos um ano – um ano! – para a autorregulamentação, e ela não veio. Não veio por inércia, não digo do Conar, mas talvez da provocação do setor, até porque muitos desses *sites* aí, inclusive, são ilegais.

Também estamos endereçando, fruto da última audiência pública, Senadora Soraya, para que haja, como no cigarro, não só uma advertência mais direta do que essa frase "jogo responsável" – que não diz nada para um homem médio, porque qualquer um se acha responsável, não é? E deve se achar mesmo, pelo princípio da livre iniciativa –, mas a gente vai endereçar que as publicidades tenham, obrigatoriamente, o número da licença das casas de aposta, até para contribuir em um novo problema que foi criado com as apostas, porque agora as regularizadas estão nos demandando soluções contra as ilegais. E eu falei para eles: "Ah, jura? Vocês falaram que ia acabar o ilegal se legalizasse, não é?". Mas a nossa função aqui é ajudar, naturalmente, o mercado regular e combater o mercado irregular. Essa questão da identificação da licença nas publicidades vem nesse caminho, até porque eu entrei aqui – até o Dr. Jucá estava lá –, a gente entrou aqui, e no meu X toda hora aparece um leãozinho, um tigrinho, um não sei o quê. E eu não sei se a casa é legal ou não é legal. Aí, você tem que entrar lá no *site*, para dar lá não sei onde, para dizer "não, essa é legal". Por acaso, até eram legais, mas como é que a gente sabe? Então, essa é uma questão que a gente também vai endereçar ao disciplinar as publicidades.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Presidente, é só para agradecer a participação do Dr. Hermano Tavares. Eu fiquei muito contente em ouvi-lo.

E é um bom momento para que nós, Parlamentares, para que o poder público invista mais no esporte. Eu acabei de indicar R$1,5 milhão para o Operário, um time do Mato Grosso do Sul, R$0,5 milhão para os homens, não faz muita diferença, mas R$1 milhão para o time feminino. Então é o momento correto. Infelizmente é uma atividade que vai ter que encontrar outra forma de ganhar dinheiro mais fácil.

E o que o Dr. Hermano colocou é muito claro. Eu lembro a época da discussão do cigarro, porque o esporte e o cigarro não combinam. E havia isso, havia essa propaganda, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicidade do cigarro atrelado ao esporte. Mais uma vez, estamos tendo a fusão aqui. E eu gostei muito dessa parte, dessa comparação, uma fusão do esporte com o jogo, com a jogatina, com o vício.

Então, nesse sentido, quero agradecer e fazer com que os Parlamentares acordem para isso e que possamos patrocinar, patrocinar no bom sentido, mas indicar emendas para fortalecermos o esporte cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O esporte precisa de patrocínios.

Vamos seguindo aqui. Então, agora eu vou dar a palavra ao Sr. Luiz Felipe Santoro, assessor jurídico da CBF, meu colega também, especializado em direito esportivo. Bem-vindo, Santoro.

E desculpa, quando eu cheguei, com essa barba, eu não o reconheci, confesso. Por isso eu olhei a plaquinha e falei, será que é ele?

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Portinho. Eu cumprimento V. Exa. e digo que é um prazer participar de uma mesa sob a sua Presidência, o senhor que é oriundo do direito desportivo. Na sua pessoa, eu cumprimento a Senadora e as Senadoras que aqui estiveram e todos os Senadores desta Comissão, servidores da Casa, imprensa, meus colegas convidados também, senhoras e senhores.

Primeiramente eu gostaria de agradecer o convite dirigido à CBF para ela participar desta audiência pública que discute um tema tão importante e atual.

V. Exa. me poupou parte da fala ao separar a publicidade do patrocínio. Eu tive a oportunidade de ler o relatório preliminar de V. Exa. e até antes de passar por alguns apontamentos, eu queria resgatar uma fala importante do Prof. Hermano, a respeito de a marca das operadoras de aposta estar nas camisas dos clubes de futebol, o que atrairia as crianças e os adolescentes.

Primeiro, eu vejo que crianças e adolescentes devem realmente ser o primeiro foco da nossa preocupação. É evidente que qualquer que seja a normativa, a gente tem que proteger os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos da criança e do adolescente. Então hoje, caso uma criança ou adolescente seja efetivamente impactado pela propaganda na camisa do seu clube, se ela acessar uma plataforma legal, ela não consegue jogar, ela não consegue apostar, porque, como bem falou V. Exa., fruto de uma emenda de sua autoria e que vem funcionando bem, há a questão do cadastro nos *sites* das operadoras de aposta.

E não só o facial – o facial, é claro, importa muito, é ele que impede crianças e adolescentes de jogarem –, mas, antes até do facial, existe a comprovação do documento. Então, aquela pessoa tem que colocar o documento dela ali.

Nos *sites* autorizados, uma criança eventualmente impactada por uma publicidade de aposta não consegue jogar, não consegue apostar. No mercado ilegal, ela consegue. Então, sem dúvida nenhuma, parte fundamental do que a gente discute aqui passa necessariamente pelo combate às ilegais – necessariamente –, porque é ali que crianças e adolescentes estão jogando, não nas legais.

E, de novo, repito e reforço: crianças e adolescentes devem ser o foco dessa nossa empreitada pela defesa dos direitos desses mais vulneráveis.

Então, dito isso, eu gostaria de voltar e entrar nos apontamentos, para dizer que, desde a lei aprovada e sancionada em 2018, a Lei 13.756, a gente já tem algumas questões que tratam da publicidade do setor. Lá no art. 33 da lei de 2018, a gente vai encontrar que: "As ações de comunicação, publicidade [...] deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa direcionadas à exploração de loterias, conforme regulamento".

O regulamento, como V. Exa. bem apontou, durante muito tempo não veio. Começou a vir a partir da sanção da Lei 14.790 e posteriormente pelas portarias editadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

O Conar, se antecipando até à sanção da Lei 14.790, porque o texto que incentivava a autorregulamentação já constava do projeto de lei, editou seu Anexo X. E o Anexo X do Conar contém diversas iniciativas justamente nesse sentido. O Conar ressalta isto de uma forma muito particular: "As regras deste anexo destinam-se a garantir que os anúncios de apostas sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis, com particular atenção à necessidade de proteger crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de vulnerabilidade".

Isso é muito importante a gente ter em mente. Como a Heloísa bem mencionou, vem sendo utilizada só aquela primeira frase sugerida pelo Conar, o "jogue com responsabilidade", que, às vezes, para o homem comum não quer dizer muita coisa. Só que o Conar tem outras sugestões, ali no Anexo X, que podem, sim, ser utilizadas nessa questão publicitária.

A Portaria 1.231 também precisa ser mencionada, porque a Portaria 1.231 da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda trouxe determinações bastante específicas sobre o tema. Ela diz que o patrocinador daquelas ações não pode – então, ele tem que se abster de – patrocinar crianças ou adolescentes; buscar influenciar ou incentivar crianças ou adolescentes a apostarem; patrocinar eventos dirigidos majoritariamente a crianças ou adolescentes e patrocinar equipes juvenis ou infantis. Isso já existe na regulamentação, o que a gente precisa é aplicar, é fiscalizar, é combater o ilegal onde essas crianças e adolescentes estão jogando.

Partindo mais especificamente para a CBF. A CBF incluiu, no seu Regulamento Geral de Competições deste ano, de 2025, um artigo que diz:

> A exibição de publicidade ou propaganda de empresas, nacionais ou estrangeiras, operadoras de apostas esportivas, sob qualquer forma, inclusive nos uniformes das equipes participantes, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos [na legislação e na regulamentação vigentes].

Ou seja, qualquer empresa que descumprir a legislação, que descumprir a regulamentação, vai ficar impedida de veicular a sua marca nos uniformes de competição.

Esse artigo tem alguns parágrafos, um deles diz o seguinte:

> As operadoras de apostas esportivas, para exibição de publicidade ou propaganda nas competições organizadas e coordenadas pela CBF, deverão apresentar declaração de não envolvimento da empresa ou de qualquer de seus colaboradores em qualquer infração econômica ou violação ética relacionada à manipulação de resultados esportivos, renovada anualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Somente poderão ser autorizadas para a realização de publicidade nas competições organizadas pela CBF as empresas operadoras de apostas esportivas que estejam devidamente habilitadas junto ao Ministério da Fazenda [nos termos da legislação vigente].

É justamente para que seja mais um modo da sociedade saber quem está autorizado, quem não está autorizado, porque quem não estiver autorizado não vai poder patrocinar um campeonato ou veicular sua marca na camisa de um clube de futebol. E a exibição de publicidade ou propaganda de operadora de apostas, em desacordo com o previsto nesse artigo, sujeitará o clube a sanção. Claro, porque a CBF não tem como sancionar o operador de aposta, ele está fora do limite jurisdicional de atuação da CBF. Então, ela sanciona o clube que, eventualmente, venha a exibir propaganda, marca, de uma empresa que não esteja cumprindo com as obrigações legais.

Partindo para alguns dados, dado ao adiantado do meu tempo. Hoje nós temos ativos, no Brasil, 751 clubes profissionais, destes a gente tem 124 nas séries A,B,C e D do Campeonato Brasileiro e, no campeonato feminino, temos 64 clubes na Copa do Brasil de Futebol Feminino. Senadora Soraya, é um dado relevante. Agora em 2025, a CBF volta a organizar a Copa do Brasil de Futebol Feminino, depois de quase dez anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO – ... envolvendo 64 equipes. Enfim, a gente tem mais de 600 clubes que não estão nas quatro principais divisões do Campeonato Brasileiro. Vários desses clubes – e até o Prof. Hermano acabou mencionando um clube que está na Série C, o Guarani – que não estão nas quatro divisões também são patrocinados por operadoras de aposta.

A gente tem, hoje, de atletas profissionais 13 mil registrados, ativos, sendo basicamente 12 mil homens e mil mulheres. Estima-se que cada atleta profissional, em média, sustente cinco pessoas. Então, a gente teria 65 mil pessoas sustentadas diretamente, sem contar a Comissão Técnica, os demais funcionários do clube, os familiares e todas as pessoas que dependem direta ou indiretamente do futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para desmistificar um pouco aquela questão do jogador de futebol milionário, a gente tem 75% do total, ou seja, 9 mil desses 13 mil registrados ganham até cinco salários mínimos.

Então, 75% dos atletas profissionais registrados na CBF ganham até 75 salários mínimos... Perdão, 75%, cinco salários mínimos.

Os patrocínios atualmente vigentes, inegavelmente, propiciam a manutenção de boa parte desse ecossistema, com aportes consideravelmente superiores aos aportes que outros setores costumavam fazer no esporte.

E, concluindo, trago uma matéria do *Estadão*, publicada no último dia 17, agora de abril, que informa que os 20 clubes da Série A – acho que o Sica vai poder falar melhor em relação aos clubes – possuem *bets* em seus uniformes, ou seja, todos os clubes da Série A, sendo 18 como patrocinador principal e dois em espaços secundários.

Estima-se que esses clubes só da Série A receberão uma receita de R$1 bilhão na temporada de 2025 contra R$600 milhões arrecadados na temporada de 2024. Até o início deste mês de abril, 70% dos clubes da Série B, ou seja, 14, eram patrocinados por casas de aposta. E tem o exemplo bastante interessante do Botafogo de Ribeirão Preto, que anunciou para este ano de 2025 o maior patrocínio *master* dos seus 106 anos de história de uma operadora de aposta, que vai gerar para o clube 40% a mais de arrecadação do que ele teve no ano anterior.

Então, esses eram alguns dados que eu gostaria de trazer para V. Exas. e para todos que nos assistem, agradecendo mais uma vez pelo convite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Santoro.

Depois a gente vai ter a oportunidade de escutar os clubes também, que têm interesse direto, naturalmente.

Eu vou passar a palavra à Senadora Soraya antes de passar ao próximo.

Eu só queria fazer um outro apontamento. Também quanto à questão de autorregulamentação, que me pareceu inerte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia eu estava assistindo à televisão e, por acaso, entrou um anúncio. Não me lembro de qual era a *bet* – vocês me desculpem. Não guardo o nome, não jogo. Mas... E eu fiquei pensando... Eu me lembro da autorregulamentação da bebida alcoólica, em que eles passaram a proibir a sexualidade de mulheres, que transmitissem... Eu não lembro como é o texto da autorregulamentação, mas, enfim, acabou aquele negócio de mulher gostosa fazendo anúncio de cerveja, em português claro.

E eu estava assistindo outro dia a uma propaganda, não sei qual era a casa de aposta. Era alguém na praia, uma mulher pega a bola, bate uma embaixadinha, faz... Era exatamente como aconteceu com a cerveja: botaram um mulherão, com pouca roupa... E aí eu pergunto: e a autorregulamentação, gente? Fez para a cerveja. Por que não fez para a aposta?

Então, se a gente não interferir nisso, e rapidamente, para disciplinar – não é restringir –, para disciplinar, vai ficar essa loucura, porque o mercado não fez a sua autorregulamentação, ou o fez para inglês ver.

Tem aí, Luiz Felipe, sem dúvida, no anexo a que a gente chama de x, mas é o anexo 10, não é? Enfim, virou já o anexo x. Tem lá no anexo x, acho que mais de cinco frases. E o que fez o setor? São frases para inglês ver, porque ele pegou uma, a que menos diz para o homem médio que é jogue responsável, jogo responsável. Há outras muito mais contundentes. Então, a gente vai colocar na lei uma que será contundente. Porque... Entendeu? Se não, é para inglês ver. Tem lá, assim: "Ah, mas ali tem outras frases". Mas ninguém usa. Aquilo é só para constar no papel. A que se usa é a que menos efeito dá: jogo responsável.

Você acha que, do outro lado, a pessoa não se acha responsável? É você quem vai dizer se ela é ou não é responsável? Pô, pelo amor de Deus, Soraya... Senadora Soraya, desculpe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – O mantra, na nossa opinião, deveria ser: ninguém ganha das *bets*. Ninguém ganha das *bets*! Coloque ali: você não vai ganhar. Não vai ganhar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É lógico. É o algoritmo... Como foi que a doutora falou? O gerador randômico é confiável? Nunca vai ser! Ninguém ganha das *bets*.

Mas, para o Dr. Luiz Felipe, eu gostaria de saber, para não perder o embalo: qual é a providência que vocês tomaram, tomarão ou deixaram de tomar na regulamentação dessas portarias agora, que preveem a penalização dos times que têm patrocínios de *bets* ilegais em relação a jogadores, em relação a pessoa natural? Porque, se os atletas, os profissionais, estão ligados à CBF, como é que vocês lidam com isso? Se o atleta X está fazendo campanha ou sendo um influenciador, tem contrato com uma *bet* ilegal.

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora, pela pergunta. A resposta não é tão simples, e eu vou explicar à V. Exa. por quê.

A CBF não tem como, vamos dizer, punir um atleta por alguma atitude que ele... A punição ao atleta, por questões relacionadas à disciplina e à competição, é matéria privativa, por força da Constituição Federal, da Justiça Desportiva.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Entendi.

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO – Ética pode cair na CBF, ou seja, o atleta que eventualmente estiver fazendo campanha de uma *bet* não autorizada pode ser denunciado e isso ser enquadrado como uma infração ética fora da esfera da Justiça Desportiva.

Então, não se confunde com as questões que o Senador Portinho trouxe em relação ao atleta do Flamengo, ao atleta do Juventude. Seriam em esferas diferentes: seria na esfera ética e com enquadramento no Código de Ética. Aí, sim, poderia haver alguma punição à pessoa física do atleta que não estiver atuando conforme as diretrizes éticas que o código estabelece.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, no Código de Ética, eu sugiro que proponham expressamente, como fizeram agora sobre os times, mas é importante deixar claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO – A proibição de apostas existe, evidentemente, na própria lei. O atleta não pode apostar e o seu entorno também não – aqueles parentes mais próximos. Isso está na legislação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas eles são influenciadores. Eles pedem... Eles não são...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – É até uma sugestão, lógico que isso não... respeitando a autonomia e a atividade privada da CBF, que é uma entidade privada, mas eu ainda fiquei com uma dúvida, Santoro, com base na relação de associativismo: da mesma maneira que os clubes têm, no regulamento da competição, essa disposição, os atletas não poderiam ser submetidos pela sua associação aos clubes, que consequentemente estão associados às federações e, consequentemente, à CBF? Porque o que a Soraya traz é uma coisa... Inclusive, até as próprias *bets* me procuraram, e o grande mantra aqui das *bets* é: "Agora nos ajudem com o jogo ilegal", e justamente o que a gente está fazendo ao disciplinar a publicidade é separar o joio do trigo: aquela que não seguir a publicidade certamente é uma ilegal – vai até facilitar a fiscalização. Mas o que ela está falando é uma grande preocupação, que também as *bets* legais me trouxeram, com relação àqueles influenciadores.

A gente até entrou no YouTube – que, aliás, de todas as redes sociais, é a que menos mecanismos de filtro com isso desenvolve –, e você põe lá "cassino". Aí, tem um cara que está ensinando... Na verdade, não é uma publicidade direta, ela é subliminar, e eu também quero tratar sobre publicidade subliminar nesse relatório; aliás, o Conar é mestre em autorregulamentar, mas também não conseguiu alcançar ainda a autorregulamentação com relação a essa publicidade subliminar, e a gente vai ter que fazer isso na lei. Essas pessoas, de forma subliminar, ensinam – é informativo, não é publicidade – você a jogar e, no final, elas te levam para um *site* de apostas, um *site* ilegal.

A grande preocupação aqui – como a gente também não tem a definição jurídica de *influencer*, embora seja um fenômeno social – é: como é que a gente vai disciplinar a participação de pessoas em publicidade? Indo para o atleta, que deveria ser uma preocupação, eu pergunto se não poderia também ser incluído, no próprio regulamento das competições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para vincular os atletas a não fazerem a publicidade, porque também me parece uma infração disciplinar. Na verdade, o regulamento configuraria uma infração disciplinar do atleta, porque há o risco de os atletas não buscarem as *bets* legalizadas, mas de eles fazerem para as *bets* ilegais, o que contraria a própria disciplina do regulamento da competição no que toca ao clube, mas o atleta é um preposto do clube.

Então, eu pergunto se, pela questão associativa – que a gente conhece bem do direito desportivo –, não teria como, no regulamento das competições, também amarrar os atletas, lembrando que, na CPI de manipulação dos resultados, nós sugerimos, recomendamos à CBF que, antes das competições, fizesse um documento que clubes, atletas, árbitros, todos assinassem se comprometendo a não jogar, a cumprir essas especificações, etc., o que eu reforço também, porque foi o objeto da nossa recomendação.

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO (Para expor.) – Eu agradeço as ponderações de V. Exa. e, novamente, agradeço o questionamento da Senadora Soraya, porque são temas realmente relevantes, que podem, sim, ser objeto de estudo para inclusão não apenas em código de ética, mas também em regulamento geral de competições.

Hoje, nós já temos, no Regulamento Geral de Competições, o art. 103, voltado à questão da integridade da competição, da prevenção e do combate à manipulação de resultado; então, isso já existe. Agora, em relação a publicidade e propaganda, pode, sim, ser pensado algo a respeito.

Eu agradeço mais uma vez a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom, porque o intuito desta audiência pública é contribuir tanto com relação ao projeto de lei quanto com relação à autorregulamentação – porque isso é uma autorregulamentação. E eu acho que dá para caracterizar uma falta disciplinar, até porque, se ele está fazendo propaganda de uma *bet* ilegal, ainda que subliminar ou direta, ele está colocando em risco a própria competição, porque aí o risco de manipulação é ainda maior. Então fica a sugestão, isso é uma sugestão.

Vou passar ao próximo debatedor, que é o... Felipe, eu estou seguindo só a lista aqui que me passaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Álvaro, você é o seguinte. Agora seria o Fernando Vieira, o segundo da lista. A lista não é a ordem das cadeiras, agora eu entendi.

O SR. FERNANDO VIEIRA (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia. Acho que está... Agora foi.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de, em nome do IBJR, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, cumprimentar os Senadores presentes, o Senador Portinho, e todos os demais participantes da audiência pública.

Agradeço a oportunidade de trazer a nossa colaboração do IBJR para esse importante tema.

Rapidamente, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável foi fundado em 2023 e hoje congrega 13 das principais casas de aposta do Brasil e do mundo, com uma presença global.

Estimamos que temos aí cerca de 75% do mercado regulado como membro do instituto hoje, com as principais marcas que vocês veem aí no dia a dia, que é Betano, Bet365, SportingBet, Betfire, BetMGM, KTO, Betson, Novibet, Skill On Net, Betnacional, EstrelaBet, BetBoom, Alfa; além de seis associados fornecedores do ecossistema de aposta. Esse grupo de empresas possui cerca de 200 licenças ao redor do mundo para a operação de apostas, e algumas dessas casas são listadas em bolsas de valores, Estados Unidos e Europa.

Passando para o tema da regulamentação, o IBJR tem colaborado com a SPA, que é a Secretaria de Prêmios e Apostas, na implementação do mercado regulado, na defesa de jogo responsável desde o seu início, trazendo aí a contribuição das empresas que já atuavam globalmente, trazendo aí orientação e trazendo contribuições para a construção da regulamentação no Brasil.

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a regulamentação não foi feita, não é para beneficiar as casas de apostas. Obviamente, é fundamental as casas de apostas estarem reguladas através da regulamentação, mas o princípio fundamental aí deveria ser – e é – a proteção ao consumidor, ao apostador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mercado regulado, nós entendemos que ele já traz hoje uma série de mecanismos, de proteção ao consumidor. O Senador citou a questão do reconhecimento biométrico, reconhecimento facial, no qual o Brasil foi um pioneiro ao exigir essa funcionalidade dentro do cadastro dos seus apostadores do mercado regulado; ferramentas como limite de tempo, limite de recursos investidos e avisos obrigatórios dentro das plataformas, já estão todas em funcionamento dentro das *bets* reguladas.

O grande desafio que nós do IBJR entendemos hoje é a questão, como o Senador já mencionou que foi procurado, e o nosso apelo continua sendo a questão do mercado ilegal. Hoje, Senador, nós entendemos ser fundamental trazer esses apostadores, esses consumidores para um ambiente onde eles estão minimamente protegidos pela regulamentação.

As estimativas que hoje temos no mercado é de que a maioria dos consumidores, dos apostadores está hoje em casas de apostas irregulares, em casas de apostas não reguladas ou simplesmente sofrendo aí fraudes financeiras com...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A maioria?

O SR. FERNANDO VIEIRA – A maioria. Os nossos números, as estimativas do instituto são de que cerca de 50% das casas hoje, do movimento hoje, são um movimento que já ocorre dentro do mercado ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, além dos 20 bilhões que as casas faturam mensalmente ou rodam mensalmente, as ilegais também poderiam somar mais ou menos o mesmo valor?

O SR. FERNANDO VIEIRA – Esse é um tema... até é um estudo que fizemos no ano passado com a consultoria LCA, Senador, que mostra que, tomando como referência o mercado antes da virada de janeiro, a estimativa é de que seja por volta de R$1 bilhão por mês na mão dos operadores ilegais.

Então, esse para nós é um problema seríssimo e fica evidente, claro, que com uma fatia tão grande desse mercado na ilegalidade você compromete a eficácia de qualquer regulamentação, por melhor que ela seja, por mais que ela possa trazer um aprimoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa luta do IBJR neste momento é para tirar esse consumidor das sombras do mercado ilegal e trazê-lo para a proteção do mercado legal, do mercado regulado.

Já foi mencionada várias vezes a questão da regulamentação atual. Ela já, em uma certa medida, disciplina a publicidade das apostas, exige diversas ferramentas de proteção ao consumidor, exige a criação de perfis de riscos diferentes para os apostadores, proíbe a questão dos menores de 21 anos, restringe o conteúdo de peças publicitárias, e nós também do IBJR participamos da primeira rodada junto com o Conar e seguimos dialogando através do grupo de trabalho para o aprimoramento dessa autorregulamentação.

Mas, de qualquer maneira, o nosso recado, o nosso entendimento é de que é necessário ter muito cuidado agora ao se pensar numa proibição ou num aumento das restrições em relação à publicidade dentro do setor. Isso, obviamente... o grande risco aqui é você – já tem hoje um mercado altamente comprometido com um nível de ilegalidade – dificultar ou criar algum tipo de barreira para o consumidor chegar ao mercado legal.

O senhor comentou, Senador, que existe um processo hoje rígido que foi implementado pela regulamentação, para o reconhecimento facial e todo o cadastramento de um apostador numa aposta legal. Numa *bet* ilegal, numa aposta ilegal, ele simplesmente entra, joga, e o chamado publicitário que você vê nas redes, na internet, nas redes sociais com influenciadores é justamente este: "Olha, jogue aqui sem complicação, jogue sem se registrar". É alguma coisa desse tipo que a gente tem visto.

Então, a questão do aprimoramento da fiscalização da norma atual é uma coisa que nós entendemos como fundamental porque, como eu disse, o mercado ilegal não depende da publicidade nessa forma tradicional, ele funciona com pseudoinfluenciadores que recebem... Recebemos mensagens e mensagens de texto e somos bombardeados, diariamente, por esse tipo de publicidade ilegal, e medidas que não atinjam esse tema podem se tornar ineficazes.

A questão da publicidade, neste momento, entendemos que é fundamental para você conseguir direcionar o apostador, para que ele tenha o entendimento e consiga fazer a diferenciação entre uma casa de apostas legal e uma casa de apostas ilegal. Esse é um tema bastante difícil. Nós do instituto fizemos uma campanha no ano passado, no final do ano passado, antes da regulamentação, para frisar a questão do domínio bet.br, que todas as casas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legalizadas teriam um final domínio bet.br. Fizemos uma campanha grande na televisão, no rádio e nos jornais. Esse ponto é um ponto que precisa ser, ainda, muito educado, para que a população possa ter o conhecimento disso, e uma das ferramentas para educar é a questão da publicidade.

Por fim, gostaria de agradecer ao Senador Portinho e à Senadora Soraya por terem escutado aqui os pleitos, ou as opiniões, do IBJR e nos colocar sempre à disposição do diálogo para a construção ou o aprimoramento do marco regulatório, sempre na direção de um jogo responsável.

Entendemos que foi feito um passo muito grande, um avanço muito grande com a regulamentação que entrou em vigor agora em 1º de janeiro. A regulamentação brasileira é um modelo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO VIEIRA – Existe um arcabouço regulatório que é muito baseado nos mercados mais maduros do mundo e é bem completo. E aí entendemos que os esforços, hoje, da Secretaria de Prêmios e Apostas, do Legislativo e da sociedade como um todo, inclusive os nossos, dos operadores, é para buscar trazer esse consumidor do mercado irregular, onde ele está totalmente exposto, para o mercado regular.

Agradeço a oportunidade e permaneço à disposição em nome do instituto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Fernando Vieira, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

Eu quero aqui fazer um contraponto. Justamente disciplinar a publicidade das *bets* é o que vai contribuir para que vocês possam identificar: aquelas que não seguem a lei são as ilegais. Se eu tenho um limite de horário, por exemplo, como no álcool e no tabaco, para a publicidade, e você está vendo uma publicidade num horário que não é permitido, o órgão fiscalizador vai ter muito mais facilidade de identificar o que é uma publicidade irregular, porque eu não imagino que, uma vez disciplinadas, as *bets* licenciadas o farão. Esse é só um dos exemplos. Poderia dar outros, aqui, dessa importância de a gente regulamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço quando você elogia a minha emenda sobre o reconhecimento facial para o cadastro nas *bets*, e toda – o que já elogiei – forma de registro das pessoas, que é demorado mesmo, e é para ser, para que vocês tenham os dados mais fidedignos, porque isso mostra que a minha intenção aqui é disciplinar de uma maneira que não vá prejudicar a atividade que, por mais que eu não quisesse, foi regulamentada. Assim como a minha emenda, por mais que eu tenha votado contra a regulamentação das *bets*, a emenda do reconhecimento facial é minha, porque, uma vez aprovada, vamos pelo menos aperfeiçoar a lei. Não é isso?

Senadora Soraya, tem alguma questão a mais?

Então, vamos seguir aqui a nossa ordem.

Eu tenho agora, só para deixar todos aqui cientes, o Sr. Álvaro Guilherme, Advogado e Mestre em Direito da Universidade de Brasília (UnB); depois, eu tenho o Dr. André Sica, pelos clubes. O Dr. André Sica vai se manifestar também. Ótimo! Aí eu vou pedir para mudar a mesa e que os outros a integrem. Tenho aqui o representante da Betano, Fernando Gallo, que, na última, não pôde participar, embora não estivesse aqui relacionado. Como ele não pôde participar na última e como é importante ouvir nesta construção coletiva, também quero ouvir aqui o representante da Betano, como eu ouvi o da Sportingbet e o do pessoal do setor.

Então, agora, o Sr. Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES (Para expor.) – Exmo. Senador Portinho, exercendo a Presidência desta Comissão, e Senadora Soraya Thronicke, na pessoa de quem eu cumprimento todos aqui presentes, muito bom dia.

Agradeço a oportunidade de falar no âmbito desta Comissão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que estou aqui, na verdade, dividindo também a fala com o meu querido amigo Sica. Fomos procurados por diversos clubes e fizemos essa dobradinha também no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na audiência pública que foi feita no âmbito das ADIs, que foram propostas pela CNC e pelo Solidariedade.

Então, o foco da minha fala aqui é basicamente apresentar para V. Exas. algumas externalidades positivas do mercado de apostas para os clubes de futebol. Entendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legitimidade do Congresso em fazer a regulamentação, Senador Portinho, e entendo também que esses dados são relevantes para serem considerados por V. Exas.

Antes disso, dou apenas um passo atrás para comentar um ponto relevante, que é a necessidade de publicidade neste atual momento brasileiro. O mercado foi regulamentado há basicamente cem dias. Boa parte das portarias do Ministério da Fazenda passou a valer efetivamente a partir de janeiro deste ano e boa parte também dos problemas que são noticiados e que temos visto são decorrentes basicamente de um mercado que não tinha qualquer tipo de regulamentação – e aqui não falo somente da publicidade, mas também dos próprios certificadores. A Senadora Soraya sabe muito bem desta questão, no âmbito da CPI: passamos, de 2018 a 2024, quase com um deus-nos-acuda. Então, boa parte desses problemas que nós vemos hoje é decorrente de um mercado que passou sem qualquer tipo de regulamentação efetiva. É óbvio que o ato do Conar foi do final de 2023, mas as portarias do Ministério da Fazenda são todas ou quase todas do final do ano passado ou do início deste ano. Então, qualquer análise sobre o acerto ou o desacerto, após apenas cem dias dessas portarias, entendo que é um pouco superficial e que deveríamos talvez aguardar um pouco mais para fazer uma análise mais profunda e ter uma base de dados maior.

Obviamente, passando aqui ao objeto da minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Permita-me só deixar claro que justamente o exemplo que eu dei da Sportingbet como patrocinadora master, tendo uma concorrência predatória de outras 17 casas, foi durante a regulamentação já em vigor. O que eu falei do anúncio da mulher maravilhosa, que antigamente faziam de cerveja, fazendo de apostas foi agora durante a regulamentação.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Obrigado, Senador.

Passando especificamente ao objeto da minha fala, temos a bem da verdade que a publicidade das casas de apostas está umbilicalmente ligada ao futebol brasileiro no atual momento. Isso também já foi ressaltado pelo Senador Portinho, e os clubes hoje dependem em boa medida, aqui falando do aspecto orçamentário, dos aportes financeiros que são feitos anualmente pelo mercado das casas de apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Senador Portinho, V. Exa. já fez a distinção de publicidade e patrocínio, mas vou comentar aqui alguns valores, só para termos noção de que, tirando o patrocínio, a publicidade também é relevante no orçamento dos clubes.

Passo aqui, só para termos uma noção – já que, como foi dito, não faz parte do PL e do relatório de V. Exa. –, para alguns patrocinadores dos clubes da Série A. Em 2018, nós tínhamos 20 clubes, e 12 patrocinados pela Caixa Econômica Federal, ou seja, a maioria dos clubes com uma empresa pública patrocinando. Se pegarmos hoje, em 2025, todos os clubes brasileiros possuem algum tipo de patrocínio ou *master*, aqui no peito da camisa ou em outro local, das casas de apostas. E, se pegarmos o incremento substancial de receita, também é demonstrativo dessa relevância do patrocínio das casas de apostas.

O Botafogo, em 2018, em valores atualizados, recebia R$13 milhões da Caixa Econômica. Agora, em 2025, fechou o maior acordo da história do clube, recebendo, anualmente, aproximadamente R$55 milhões. Aqui, estou utilizando apenas dados públicos. O Bahia, grande clube do Nordeste, recebia algo próximo de R$6 milhões, em 2018, da Caixa Econômica Federal, e fechou também, recentemente, o maior valor da sua história, de R$40 milhões por ano. E o Corinthians, que tinha o maior patrocínio, junto ao Flamengo, àquela época, da Caixa Econômica Federal, recebia R$35 milhões por ano e passou a receber mais de R$100 milhões também de uma casa de apostas.

Então, os valores, de fato, são substanciais. Há um incremento no orçamento dos clubes, se pegarmos o Botafogo, de quatro vezes mais, se pegarmos o Bahia, de seis vezes mais, e, se pegarmos o Corinthians, de quatro vezes mais; mas, como disse, essa parte do patrocínio não é o único bem relacionado à publicidade das casas de apostas que tem relevância no orçamento dos clubes.

Se pegarmos a publicidade de arena, que são aqueles painéis de LED que ficam em volta do campo e os tapetes ao lado do gol, esse direito, essa mercadoria tem sido relevantíssima nos orçamentos dos clubes do futebol brasileiro. Esse *boom* de anúncios incrementou de forma substancial o orçamento dos clubes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu pego, inicialmente, os dois clubes com maior torcida no Brasil, Corinthians e Flamengo, que recebiam, atualizados, aproximadamente R$17 milhões para vender esses direitos de publicidades nos seus jogos como mandantes.

Se pegarmos o contrato que foi firmado de 2025 a 2029, a média de valores desses clubes passou para R$66 milhões, ou seja, de R$17 milhões para R$66 milhões do mesmo direito que foi negociado. Se pegarmos o Palmeiras, passou para a casa de R$63 milhões por ano. Se pegarmos também o São Paulo, grande clube brasileiro, que recebia, no ano de 2018, apenas R$3 milhões pelos direitos de arena dos seus jogos como mandante, hoje recebe na faixa de R$40 milhões, ou seja, 12 vezes mais.

Eu acho que me parece inegável que o incremento foi substancial no orçamento dos clubes brasileiros. E aqui eu não falo somente dos clubes da Série A. Mencionei grandes clubes brasileiros, mas, no âmbito também da Série B, os clubes hoje dependem, majoritariamente, dessa venda dos direitos comerciais, porque os clubes vendem esses direitos comerciais, e aí há um rateio entre os clubes participantes.

Se pegarmos este ano da Série B, os direitos comerciais foram veiculados por R$110 milhões, aproximadamente. O direito de transmissão, que anteriormente era o maior direito negociado, está na faixa apenas de R$70 milhões. Ou seja, esse valor só foi possível com o *boom* da publicidade das casas de apostas. Se tirarmos esses valores de R$110 milhões, a Série B é completamente inexequível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, eu não entendi. Pode ser que eu tenha me perdido.

Eu queria só que você voltasse um pouquinho. Isso é muito importante.

Eu quero entender.

Pelo que eu entendi, você começou a dizer quanto os clubes ganhavam em patrocínio, em placa, arena.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Arena, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Publicidade de arena, que, se não me engano, é o termo. Até gostei, até anotei aqui. Em placa.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os clubes... Se você puder repetir quanto eles ganhavam antes das casas de apostas e quanto eles ganham agora, só para título ilustrativo. Aí, depois, você falou do direito de transmissão. Aí, eu embolei uma coisa com a outra. Eu queria só que você explicasse melhor.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Não, Senador, eu fiz apenas um comparativo. Fiz apenas um comparativo. Mencionei os clubes que recebem a título de publicidade de arena e mencionei aqui os direitos comerciais da Série B, e aqui eu falo do direito de arena dos clubes da Série B, que são vendidos por bloco. Então, são todos os clubes da Série B.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Mais a placa da Série B?

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Isso, a placa da Série B. Envolve a placa, não envolve transmissão. Cento e dez milhões. A transmissão... (*Pausa.*)

... da Série B, eu não tenho o último ano, mas era substancialmente menor.

A transmissão da Série B, o direito de transmissão, apenas para fazer um comparativo, que, no passado próximo, era o maior valor dos direitos negociados, está na faixa de 70. E só foi possível chegar a 110 as propriedades comerciais da Série B, incluindo as placas de publicidade, por causa desse *boom* das casas de apostas. E os clubes da Série B dependem do repasse desses valores. Se tirarmos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu entendi.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quer dizer, eu ainda tenho uma dúvida, mas o Sica, depois, se puder... Acho que ele tinha alguma coisa a acrescentar. (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA (Para expor.) – Agora, sim.

Não, só para ajudar , meu querido colega Álvaro.

Também na próxima venda, no próximo ciclo, foi uma venda que até foi bastante contestada, de 170 milhões, até perguntou-se por que os direitos da Série B não tinham crescido efetivamente. E só se... A gente só conseguiu chegar a 170 porque foram 70 de transmissão e 100 de placas. Então, hoje, em termos de valorização, os direitos de transmissão da Série B são bastante inferiores aos direitos de placa, aos direitos de arena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você diz, por conta da transmissão, transmitir a placa em que está lá sendo anunciada a casa de apostas, é isso?

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – São duas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São duas propriedades distintas.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – São duas propriedades distintas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas a valorização do direito de transmissão se deu porque na hora...

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Não, porque, na hora que você vai fazer a paquetização, você coloca no mesmo pacote...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – ... a transmissão e a placa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, lá é junto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – É junto. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... na Série B? É que na Série A não é assim.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Não, na Série A, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, tá, tudo bem. Por isso que eu não estava entendendo.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Por isso que eu fiz a comparação.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Na Série B, para agregar valor, você coloca a placa. Justamente porque o que hoje está valendo na Série B e nas séries inferiores é exatamente a placa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Desculpe-me, Álvaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quantos clubes, na Série B, foi dito que têm patrocínio de casa de apostas?

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO (*Fora do microfone*.) – Até o início de abril, eram 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quatorze. Tem um dado mais...

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Não, é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quatorze. Quatorze de...?

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – De 20.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá. Eu não gosto de interromper. É só para eu não perder o raciocínio e a oportunidade da pergunta agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Eu tive que interromper, Presidente, para deixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quantas casas de apostas... Esta informação, para mim, no meu relatório, é muito importante. Quantas casas de apostas patrocinam clubes de Série B? São quatro? São cinco? São duas?

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Posso levantar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu preciso dessa informação. (*Pausa.*)

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Senador, vou levantar a informação e trago, então, para... Levo para o seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, Fernando, é que eu estava aqui... Eu acho que a maioria é Betano. Se eu não estou enganado... Você tem essa informação de quantos clubes da Série B? Se você puder ter, eu te agradeço.

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES (Para expor.) – Senador, hoje a gente não patrocina nenhum clube de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ah, não?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Não.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Senador, só para finalizar, então, isso foi apenas para demonstrar que de fato há um incremento, após a introdução das casas de apostas nesse segmento, no orçamento dos clubes e que se reflete também num desempenho esportivo. Acho que é a parte que mais interessa para nós torcedores.

Se pegarmos a Libertadores da América, em 2018, a final foi entre Boca e River; River campeão. Em todos os anos seguintes, tivemos brasileiros; em todos, os brasileiros foram campeões; isso quando não tivemos uma final entre brasileiros, como a última, entre Botafogo e Atlético Mineiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato há também um incremento óbvio, que não está só relacionado a isso – tem a ver com a Lei da SAF, é um contexto macro –, mas acho que isso também tem sua relevância.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero fazer uma pergunta bem objetiva, até para entender... Eu gosto de ser muito franco sobre o que se passa na minha cabeça, não é? E quero a contribuição do setor.

Quando eu falo que não é possível que quem pagou o que pagou, e deve ter sido muito, pelos *naming rights* da competição inteira esteja numa concorrência predatória, na minha opinião, e massiva com 17 outros que anunciam, além dos outros que estão na camisa dos clubes... A gente precisa chegar a um número que discipline essa publicidade. Porque você tem um revezamento, de alguma forma, de marcas de casas de aposta a cada jogo, porque cada clube tem a sua, embora tenha alguma que domine mais o mercado, mas a gente vê isso, uma variedade, não é? Então, a livre concorrência, pelo menos no patrocínio de camisas de clube, está garantida.

Você tem também, nos *naming rights* de competição, o seu patrocinador, não é? E eu repito: patrocínio e publicidade são diferentes, e patrocínio não é meu foco, mas eu quero proteger esse patrocínio. E, ao mesmo tempo, você tem na placa 17, 8, 10 anunciando, algumas vezes com alguma interseção entre patrocínio de camisa, com a mesma empresa, e alguma interseção com patrocínio da competição – a mesma empresa que patrocina a competição. Se esse patrocínio for limitado... Perdão, perdão. Esqueça. Se a publicidade em placas for limitada às empresas que patrocinam os clubes, às empresas que patrocinam as competições e às empresas que patrocinam os *naming rights* do estádio, a gente teria, em tese, pelo menos quatro empresas diferentes num universo, se eu não estou enganado – não sei se a Betando, mas eu já tive informação de outra casa de apostas –, que em média é de cinco patrocinadores de placas de casas de aposta diferentes, que se revezam ali de uma maneira – depois, no *backdrop*, aí é uma loucura, mas ali se falou que em média são cinco.

Qual seria o efeito se fosse reduzido para esses quatro ou, pelo menos, para esses quatro que patrocinam propriedades em clubes e na competição: do estádio, das camisas dos clubes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que jogam, dos *naming rights* do estádio? Teria um prejuízo para a Série B, por exemplo, ou ele estaria dentro dessa lógica?

André.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES (*Fora do microfone*.) – Desculpe, eu não entendi.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA (Para expor.) – Vamos lá. São dez casas – acabei de receber a informação –; são dez casas de apostas que patrocinam 14 clubes da Série B. Então, a restrição, sim, tiraria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não... Porque essas casas de aposta que patrocinam os clubes da Série B são dez que vão poder ter publicidade em placa eventualmente. Então, na verdade, não tem prejuízo.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Não... Na verdade, você tinha falado "quatro", então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não... Quatro propriedades, porque os clubes – exatamente – alternam os seus patrocinadores.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, eu queria, assim, vai jogar, sei lá, segunda divisão – vai lá, me ajuda aí que eu não estou acompanhando muito –, Avaí e...

O SR. LUIZ FELIPE GUIMARÃES SANTORO (*Fora do microfone*.) – Remo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... Remo.

Eles têm dois patrocinadores distintos nas suas camisas. Eles poderiam, eventualmente, aqui, numa cogitação, fazer a sua publicidade, porque eles já estão nas camisas dos clubes.

Você vai ter no estádio, eventualmente, do Avaí, na ressacada ou no estádio do Remo, talvez o mesmo ou outros patrocinadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Eu entendi o seu ponto, só que desculpa que lhe interromper...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que eu quero, sendo bem claro, é reduzir o "compre batom", "compre batom", "compre batom", porque não está dando.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Senador Portinho, só um ponto.

Talvez o risco dessa limitação seja você ter um jogo com apenas duas casas de apostas, que seriam, por exemplo, Bahia. Eu acho que o *naming rights* é o mesmo do patrocinador *master* e a gente ficaria com o *naming rights* e o patrocinador *master* do Bahia o mesmo e o do time visitante.

Então, ficaria, me parece que, talvez, você concentre muito o mercado, não sei, pensando alto.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – E tem uma outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou até valorize o valor do patrocínio das camisas dos clubes, do *naming rights* e da competição.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Senador, eu queria passar para vocês, inclusive, uma questão de dinâmica de mercado que pode ajudar um pouco aqui.

A primeira questão é a seguinte, a todas as casas de apostas é oferecida, por exemplo, a exclusividade de patrocínio, inclusive em placas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – E como é que a gente...

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – A todas as casas de apostas, por exemplo, e acho que a Betano está aqui e pode confirmar, não sei se a gente tem outros representantes, é oferecida, por exemplo, a exclusividade de patrocínio.

Então, por exemplo, existe a exclusividade de se patrocinar em determinados estádios para se manter sozinho nas placas, só que isso custa mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as próprias casas de apostas optam comercialmente por dividir o espaço com outras casas de apostas. Isso é uma opção comercial que eles têm.

Agora, o segundo ponto a respeito da sua questão sobre limitar quem está patrocinando o *master*, daí a gente trata um pouquinho mais de dinâmica de venda.

A dinâmica de venda hoje, por exemplo, eu vou dar um exemplo mais claro, a gente tem uma empresa... Tem duas empresas principais concorrentes em termos de compra de placas hoje no mercado, uma delas tem uma preponderância bastante grande. O que ela faz hoje? Ela faz uma compra global de placas no atacado dos clubes, mantém esses direitos encarteirados e daí ela começa uma corrida para revenda. Então, aí, sim, ela passa a acessar as casas de apostas para tentar pagar aquele dinheiro que ela tinha ofertado inicialmente até na frente no risco. Acho que a gente ouviu alguns representantes dessa empresa aqui, ele falou o risco que eles tomam em relação a essas compras.

Pela dinâmica, a partir do momento que você opta, por exemplo, só por colocar quem está no *master*, eventualmente você não consegue fazer com que essa empresa que adquiriu todas essas propriedades globalmente consiga alocar só aquelas duas naquele momento. O que ela vai poder fazer, por exemplo, será alocar as dez que adquiriram, daí você vai ter o mesmo problema das dez do estádio. E daí você tem, obviamente, uma questão que teria que ser endereçada melhor, talvez pelas casas de apostas, que é o benefício ou não de fazer a aquisição com exclusividade, porque, repito, muitas delas têm oferta de aquisição com exclusividade, mas preferem dividir o espaço porque entendem que para elas a presença já é suficiente.

Talvez, no futuro, a gente veja a evolução desse patrocínio com a opção pela exclusividade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que foi o que aconteceu, inclusive, no São Paulo.

Eu li uma matéria hoje, em que um outro patrocinador resolveu ter uma segunda atividade de *bet*, que conflita com a exclusividade, não é? E o que eu não compreendi, não compreendo é essa publicidade predatória afetando a própria concorrência. Na verdade, eu entendo, porque tudo é jogue, jogue, jogue, jogue. Não interessa se é a casa concorrente, porque no final, o cara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

joga um pouquinho ali, perde e vai jogar na outra. Então está todo mundo ganhando com o jogo.

A gente precisa disciplinar isso, mantendo, porque é uma atividade regular, a livre concorrência, não tenho a menor dúvida. Mas eu acho, assim, quando eu vi a Sportingbet, o que ela deve ter pago pelo Campeonato Carioca, pelo nível de publicidade que ela fez, dividindo de forma absolutamente predatória... Eu nem me lembro de tanta publicidade, eu nem me lembro do nome das casas de aposta. É ruim para elas isso. Eu não posso obrigar ninguém a fazer contrato de exclusividade, mas esse é um mercado que realmente eu não entendo por que é que ele não fez. Já entendo que os clubes o fazem, até lendo a matéria do São Paulo hoje. Parabéns ao São Paulo, porque só faltava virar a camisa de ciclismo, cheia de patrocínio de casas de aposta. Então eu não consigo entender por que é que eles não brigam pela própria exclusividade. Eu não deveria estar regulando isso aqui, a verdade é essa, não é?

Antes de passar para o próximo debatedor, aliás, eu cometi o equívoco de não ter desfeito o primeiro painel, porque agora a gente vai para a segunda. Então eu queria primeiro agradecer a presença de todos, deixar aqui, do primeiro painel, dizer que isto aqui é uma construção coletiva, você viu pelas perguntas. Eu não quero prejudicar o negócio de ninguém, já que regulamentou, por mais que eu não seja a favor das apostas; mas precisa ser disciplinado. Está demais, entendeu? E a iniciativa do Senador Girão, de quem eu registro a presença aqui e peço para ele, logo em seguida, se puder assumir aqui, só para eu poder ir ao toalete, e a gente partilhar aqui, até com você como autor, Senador Girão, do projeto, poder talvez conduzir um pouco.

Eu vou só desfazer a mesa, Senadora Soraya, agradecer pela presença de todos e dar-lhe a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas é que eu gostaria até de fazer comentários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, perdão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu tenho que sair logo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, fique à vontade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Em relação a algumas falas, se me permitir.

Para finalizar, em relação a essa mesa, eu gostaria de lembrar que, para que a gente não cometa nenhuma injustiça, o Presidente Temer sancionou a Lei 13.756, de 2018, em dezembro de 2018. E essa lei determinava que o Poder Executivo tinha dois anos, prorrogáveis por mais dois, para regulamentar. Então, na verdade, o Governo Bolsonaro não regulamentou. E a coisa tomou uma proporção absurda, porque foi depois da pandemia que isso se alastrou, e nós tomamos o primeiro lugar no *ranking* mundial de apostas.

E aí, entra o Governo Lula, que, em um ano... Eu conversei muito com o Dudena sobre isso, eu falei, eu perguntei para ele e eu me coloco no lugar dele, como eu entendo que todos nós, aqui no Brasil, como disse o Dr. Hermano Tavares, não estávamos preparados. Os médicos, os psicólogos, os psiquiatras, poucos têm essa cadeira específica, porque esse vício é um vício silencioso e, na minha concepção, eu estou entendendo um pouco mais sobre isso, porque a gente consegue entender o que é dependência física do álcool e do cigarro: entra uma substância concreta dentro de você. E aí, no jogo, você não está consumindo nada. Além de tudo, é um vício muito silencioso, porque você vê nitidamente quando uma pessoa está sob efeito de álcool e droga.

Bom, partindo disso, eu gostaria aqui de destacar o que nós poderíamos fazer.

Então, nós estamos trocando o pneu do carro com o carro andando. Todo mundo está aprendendo, tanto que nós estamos agora trabalhando para melhorar a legislação e tornar menos pior um vício que a gente não consegue coibir, porque nós não temos um muro virtual para proibir isso. Mesmo na China, as pessoas ligam a VPN e começam a postar em *sites* de fora, tanto que está sendo uma concorrência desleal com aquelas já regulamentadas concorrendo com as ilegais, as não regulamentadas, porque eles promovem ganhos maiores.

Então, nós estamos trabalhando também para a cobrança retroativa da tributação, porque mesmo a *pecunia non olet,* para nós que somos do direito... Não quero ficar no juridiquês nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no latim, mas o que é isso? É que o dinheiro não tem cheiro, e pouco importa se os rendimentos tiveram ou não fonte lícita ou ilícita.

Mas vamos dizer que em fonte lícita não havia regulamentação até agora – até o dia 1º de janeiro de 2025 –, mas já era legalizado. Então, independentemente disso, temos que cobrar os tributos, e a Receita Federal estima que perdemos cerca de 15 bilhões por ano, o que poderia patrocinar o esporte também.

Na proposta de lei tem uma fatia dessa tributação para a escola, para combater; para saúde, para nos ajudar no combate; e se poderia também patrocinar o esporte. Então eu não sei...

A Caixa Econômica, Dr. Álvaro, ainda patrocina? (*Pausa.*)

Não mais? Então a Caixa Econômica poderia voltar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. Graças a Deus, não.

Patrocina os esportes amadores – os ditos olímpicos. Desculpe-me, não queria dizer amadores, são os olímpicos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O que ocorre aqui é que a cobrança retroativa é importante, e quero lembrar aqui que o Delegado Lucimério, que esteve conosco ontem, delegado de Alagoas, falou sobre essa questão, inclusive da lavagem de dinheiro, da evasão de divisas. Ele disse que os *influencers* baixam um aplicativo diferente do de jogador – o dele é um de demonstração, é o demo. Bom, o que acontece? Como é que o *influencer* recebe? Porque eles estão dizendo que, pela cláusula NDA de confidencialidade, eles não podem trazer à CPI o contrato. Mas muitos fazem um contrato informal, pelas próprias redes sociais, e aí as *bets* depositam o valor do mensal ou semanal dessa contratação no aplicativo, eles tiram um *print* e falam: "olha quanto eu ganhei".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São estágios afiliados – eu também aprendi isso. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E aí nós estamos tendo novamente um desvio também de um enriquecimento. É lícito, em tese, ou não ilícito, porque o cidadão pode fazer o que não está proibido em lei.

Mas aí a gente já entra em outra seara. A questão é: imaginem 27,5% arrecadados desse pessoal! Então, está entrando como se fosse um jogo. Está correndo dentro das instituições de pagamento esse dinheiro. Então, ali é lavagem de capitais.

Para destacar, por fim, a Heloísa trouxe aqui algumas questões. Gerador randômico... V. Sa. Disse: " Esse gerador randômico é confiável?" Não vejo, data máxima vênia, que nenhum gerador seria confiável. Confiável até que ponto? Muitos não pagam o prêmio. A pessoa tem lá R$100 mil para resgatar e só consegue resgatar se jogar mais 30% disso. Então, muitos não pagam o prêmio. Esse gerador randômico é confiável? Ninguém ganha das *bets*, a verdade é essa.

Aí também eu gostaria de entender uma pergunta feita por V. Sa.: "Aqui posso recuperar o meu dinheiro?" Então é nesse sentido, recuperar o quê? O que eu perdi ou o que eu ganhei e consegui levantar ou transferir desse recurso?

Em relação ao Sr. Eduardo Godoy. "Proibir a publicidade é o pior caminho". É só para destacar, Eduardo, que nós conseguimos diminuir, sim, o vício da nicotina quando proibimos e também quando fizemos uma campanha muito pesada em relação ao vício do cigarro. Então, aí eu já tenho uma dificuldade para concordar com V. Sa.. Então, em outra fala de V. Sa.: "Estamos penalizando os veículos brasileiros. Publicidade é o motor do conteúdo de qualidade". Aqui O.k., entendo, mas é importante que possamos entender o que fazer. Fica uma concorrência desleal com a publicidade, mas e as redes sociais? Como é que, dentro de uma autorregulamentação, vocês pretendem trabalhar com isso para proteger o próprio setor?

Eu não sei se eu vou conseguir... Aqui, olha, que coisa, no meu X. Eu acabei de abrir e eu não procuro, eu não jogo, eu não sei nem os naipes do baralho. Sabe? É florzinha, para mim é coraçãozinho. Olha aqui. "Betão, seu time favorito com super *Odds*..." e não sei o quê. E aí, embaixo: "É contra as regras divulgar *sites* de aposta no X, pois isso pode resultar em perdas financeiras significativas, além de aumentar o risco de dependência e vício". Então, assim, fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo muito contraditório. E, por isso, a importância. Eu acho que o X não aceitou o convite, que as plataformas não aceitaram. Parece-me, segundo o que eu estou percebendo aqui.

Então, é sim uma calamidade pública trazendo, mais uma vez, o que o Dr. Hermano disse. E dentro de um cenário de calamidade – porque é só vocês procurarem o que está acontecendo com as famílias – muito grave, há pessoas tirando suas vidas, casamentos acabando, famílias perdendo todo o patrimônio; pessoas correndo de agiotas, ameaçados por agiotas, e influenciadores ganhando das *bets* legais, as regulamentadas, percentual em cima da perda do jogador.

Então, aí eu pergunto: Como é que nós podemos falar... Nossa, é tanto material! Como é que nós podemos falar, Heloísa, em, assim, o objetivo é proteger o jogador, o usuário da plataforma? E como aumentar as restrições? Isso é o que nós estamos fazendo, considerando que não conseguimos coibir.

Então, o melhor a se fazer, realmente, é regulamentar, porque, dias atrás, conversei com o Davi Alcolumbre, o nosso Presidente, sobre isso, e ele falou: "É melhor proibir". Gente, proibir nós não conseguimos. Não conseguimos. Eu não acredito nisso, a não ser que... Não sei o que poderia ser feito.

Mas, Presidente Girão, eu dei uma ideia aqui também. Eu indiquei emenda parlamentar, R$1,5 milhão para o Operário, o time do Mato Grosso do Sul, R$500 mil para os homens e R$1 milhão para as mulheres. Isso aqui também seria uma forma de a gente ajudar o esporte, porque os investimentos são impressionantes e nós precisamos encontrar saída.

Conversei com o Sica, porque o objetivo é esse mesmo: aprimorar a legislação, dar incentivos fiscais para as empresas ou aumentar os incentivos fiscais para empresas que investem no esporte.

Enfim, eu quero dizer para todos que estou absolutamente aberta. Não sei se a Heloísa ou o Eduardo gostariam de comentar algo.

E quero dizer, Luiz Felipe, a CBF está convidada, sim, para a CPI. Nós não conseguimos aprovar, mas gostaria de que vocês se colocassem à disposição, porque nós gostaríamos de ouvir também a CBF para que nos traga... Ela podia até se voluntariar, porque há dificuldade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciar um pedido de oitiva como testemunha, como informante – não é como investigada –, para que nos ajude a encontrar uma solução e construir um arcabouço legal, robusto, para que possamos encontrar juntos uma saída.

Então, agradeço.

E gostaria... Heloísa, como é que vocês pretendem resolver essa celeuma?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço à Senadora Soraya Thronicke.

Daqui a pouco eu passo a palavra para os nossos palestrantes, mas antes, o Senador Omar Aziz, que nos dá aqui a honra da sua presença, quer fazer umas colocações.

E, só para dar um informe, Senadora Soraya. Nesse aspecto eu estou bem antenado com a senhora.

Já conversei com a Senadora Leila hoje, porque eu estou com um pedido há duas semanas para que a CBF venha aqui a esta Casa, sobre outras denúncias, sobre outras situações, e ela se comprometeu a colocar na pauta da próxima semana, da deliberativa, a minha convocação.

Aí eu acho que isso estaria antenado com a sua CPI lá, para a gente fazer, quem sabe, na mesma viagem do Presidente da CBF.

Passo a palavra para o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Girão.

Senadora Soraya, cumprimento os convidados que estão aqui hoje e as convidadas também.

No ano passado, no ano retrasado, quando iniciou o campeonato brasileiro, eu fiz um pronunciamento – estava na terceira ou quarta rodada –, e seis times tinham envolvimento com manipulação de apostas. E, pela CBF, ela teria que parar o campeonato naquele momento, declarar quem era campeão e declarar quem tinha que cair. Não fez isso o Ednaldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi ontem, foi há dois anos – dois anos atrás. Lá da tribuna do Senado, falei que as *bets* iam acabar com o futebol brasileiro, como está aí aparecendo.

Primeira coisa: vamos falar sobre propaganda de vício, de narcótico. Vamos falar aqui, primeiro: por que a propaganda do cigarro é proibida na televisão ou em qualquer meio de comunicação? Por que ela é? Por uma razão: faz mal à saúde. Faz mal à saúde, só isso.

O cara compra uma carteira de cigarro, fuma uma droga, se vicia e faz mal à saúde. Não tem outra questão, da proibição de fumar em ambiente fechado, qualquer coisa... só tem isso.

Por que bebida alcoólica é proibida? A propaganda dela, se tem, vem lá atrás: "Beber em excesso, não sei o quê, pá-pá-pá..." Por que faz mal a quê? À saúde.

A propaganda de jogo soma-se saúde a mais um monte de coisa: a destruição da família, a indução de crianças a jogar. E o que me admira são personalidades que têm uma personalidade na televisão, mas, quando estão fora dela, são iguais... E ainda têm... E "se arroba" a ter moral para falar dos outros. Esses que são os piores. Mostram uma coisa na internet, no Instagram ou na televisão, que parece ser uma referência, e não é referência.

O jogo faz mal para saúde mental – saúde! –; faz mal para as finanças. Porque o cigarro não faz mal para as finanças, não. O cara compra uma carteira de cigarro, fuma uma, duas carteiras, acabou. O jogo faz mal toda hora. É todo tipo de aposta. O jogo...

Você proibir hoje a propaganda? Não vai proibir. Mas tinha que ter lá, bem escrito, com letras garrafais e falado no final de qualquer propaganda: o jogo destrói a família, que é a base de uma sociedade, que é a base de todos nós aqui. Destrói famílias!

E quem faz propaganda de *bets* ou de qualquer outro tipo de jogo, está destruindo famílias. Não está destruindo só a saúde da pessoa que fuma, não. Destrói todo mundo no entorno. Quem fuma só prejudica a ele mesmo. Quem bebe só prejudica a ele mesmo – e, às vezes, prejudica a família. O jogo, não; ele destrói uma família.

Então, Sr. Presidente, Eduardo Girão e Senadora Soraya, vai fazer propaganda de *bet*? Seja em qualquer televisão, em qualquer meio de comunicação, embaixo: o jogo destrói famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aonde nós chegamos? Que, para ter patrocínio, a gente tem que destruir as famílias brasileiras? Aonde nós chegamos? Que mundo é esse em que nós estamos vivendo hoje? Que para time de futebol usar, fazer propaganda, porque tem torcedor, utilizando a boa-fé dos torcedores, botar a propaganda de jogatina que vai prejudicar... Ou a gente vive num país hipócrita – que é! Porque não tem cassino no Brasil, é proibido o cassino. Mas você tem cassino na internet hoje.

E sobre que você falou, Soraya, tem vários depoimentos de pessoas que apostam e não recebem.

Só para vocês terem uma ideia: quatro pessoas diferentes apostaram no cartão amarelo num jogador do Flamengo. Eu não vou entrar no mérito de se ele é culpado ou não – não é minha praia, quem sou eu para julgar? –, mas foram quatro ou cinco pessoas que entraram. A *bet* detectou imediatamente! Imaginem o que ela detecta, consegue fazer, manipular para não ter as apostas...

Então, Senador Girão, o jogo – a gente tem conhecimento aqui, e a Senadora Soraya está acompanhando diariamente isso na CPI das Bets – tem trazido cada informação que deixa qualquer família estarrecida.

Nós não vamos conseguir proibir a propaganda, até porque o próprio Governo Federal deveria estar cobrando, desde o ano passado, aqueles 15% que nós aprovamos, o que é pouco! Hoje, em uma carteira de cigarro, você paga 95% de imposto; para jogatina é 15% só, e está destruindo famílias. Aí você diz: "Não, mas com o cigarro, a pessoa ficava doente e tinha que ser hospitalizada, era um custo muito alto pra o SUS". E por acaso o jogo também não destrói a mente do ser humano? Também não tem que ser internado? Também não tem que ser tratado? Isso é uma droga, pessoal, isso é uma cocaína! Para quem se vicia em jogo, é a mesma coisa que estar usando cocaína! E nós não liberamos maconha – nem vamos liberar –, não liberamos absolutamente nada, mas somos obrigados a conviver com isso.

Quando você falou "florzinha", é "paus"; o coraçãozinho é "coração"; a outra é "espada"; e "ouros" – são os quatro naipes do baralho. Mas não tem só isso, não: tem roleta, tem bacará, tem não sei o quê, tem não sei o quê, tem não sei o quê, tem não sei o quê... Aí, o cara está instalado não sei onde, que você tem que falar não sei com quem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Senador Omar, só me permita... Sabe o que tem hoje? Está rodando aposta de quem será o novo Papa. Está nesse nível.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós chegamos a um nível em que dificilmente a gente vai proibir.

Eu tenho todo o respeito pela mídia brasileira, sempre demonstrei isso, mas tem que ter algumas normas para divulgar isso, e a norma mais clara que tem lá é: para o cigarro, mostra pessoas com câncer, mostra não sei o quê... É só pegar uma carteira de cigarro que tem todo tipo de coisa. Para o jogo, teria que ter, no final da propaganda, como tem "beber em excesso faz mal à saúde", teria que colocar lá: "O jogo destrói famílias". Quem é cristão, que defende família... Ou senão é hipócrita, vai para a igreja ou para um templo falar em família e permite que a gente esteja ajudando a destruir famílias por causa da jogatina que está instalada no país.

É esta questão, Sr. Presidente, que nós temos que discutir aqui na Câmara e no Senado: obrigar, no final da propaganda, que fique bem claro, bem explícito que, se você jogar, você vai destruir a sua família. Aí, quem quiser apostar e destruir a família, que o faça!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço a participação do Senador Omar Aziz.

Só queria, antes de devolver a Presidência para o nosso querido Senador Portinho, que está conduzindo aqui os trabalhos, Senador Omar, colocar uma coisa: é uma tragédia anunciada o que a gente está vivendo. Falta de aviso não foi. Dentro do Plenário do Senado, antes da votação, falei várias vezes o que ia acontecer. É um vício – ludopatia – reconhecido pela OMS; um vício terrível – terrível.

E tem, aí são divisões aqui... Se a gente tiver, o Senado, a coragem de fazer o que tem que ser feito, e aí eu respeito a opinião de cada um, vamos ouvir outros colegas aqui, cada um tem sua visão, é um negócio que gera bilhões de reais – bilhões de reais.

E a população está se endividando em massa, o que a gente está vendo é a pontinha do *iceberg* ainda. Ou o Senado tem coragem de fazer, no mínimo, o que o cigarro, o Senador Omar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que foi feito com o cigarro... O que sensibilizou no cigarro, e aí tem estudos que mostram, não é a mensagem de que o cigarro vai te trazer problema...

E nós temos que agradecer ao José Serra, nosso ex-colega, que foi um grande entusiasta.

Acabar com propaganda, isso é o mínimo. Se não pode acabar com o... Que é a minha ideia, o mal tem que ser cortado pela raiz, proibir jogo no Brasil, mas se não é possível fazer neste momento politicamente, porque é possível se fazer tecnicamente, a gente pode efetivamente zerar a propaganda. Aí é o que deveria ser feito, pela responsabilidade socioeconômica.

Sabe por quê? Eu tive com um amazonense, que é Presidente da CNC.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso, me recebeu muito bem lá, e os estudos estão chegando, mostrando que o comércio... Está sendo a principal atividade econômica o comércio.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O Luciano Hang, da Havan, ele me telefonou e disse que tem vários funcionários dele pedindo a conta para receber a rescisão para pagar a dívida de jogo.

Pede a conta para pegar a rescisão e pagar a dívida de jogo. Isso aí quem me falou foi um dos maiores empresários do Brasil, que é o Luciano Hang. Ele tem como exemplo, dentro das inúmeras lojas que ele tem no Brasil afora. Todo mundo sabe que eu tenho divergência com o pensamento dele, ideológica totalmente, mas tenho uma boa relação, eu não tenho inimigo, eu tenho adversários.

E ele me disse, no dia que eu fiz o pronunciamento sobre essa questão, ele ligou para mim e disse: "Olha, nas minhas lojas tem gente pedindo demissão para receber a indenização, para poder pagar a dívida de jogo com agiota."

Fora o consignado que aumentou demais, fora aqueles agiotas de repartição que tem em toda repartição no Brasil, os agiotas que emprestam dinheiro para receber com 10%, 20%, dois dias, três dias depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso não está camuflado, isso está dentro das famílias. Quem está me ouvindo agora sabe do que eu estou falando, porque sempre tem alguém. No Brasil, dificilmente tem uma família que não tem alguém dependente químico, mas agora somatizada à dependência química é a dependência da jogatina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É...

E você lembra do Rafael Tenório, Senador Omar? O primeiro suplente do Senador Renan Calheiros? No ano passado, ele deu um depoimento público nas redes sociais, rodou o Brasil todo. Ele, como empresário, dizendo que a produtividade dos funcionários dele estava indo para o espaço. Isso lá atrás, você imagina o que está acontecendo agora.

Então, os relatórios tão chegando para CNC, o comércio está sendo canibalizado, o endividamento em massa dos brasileiros.

Violência doméstica, Senadora Soraya, a violência doméstica se multiplica com isso aqui.

Então, é tudo de ruim – é tudo de ruim.

Então, eu confio no Senador Portinho.

Estamos terminando a última leva aqui de audiências públicas e nós temos outra mesa que vai ser formada.

Eu chamo o Senador Portinho para assumir aqui a Presidência, porque eu também tenho perguntas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você não quer permitir, Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... eu tenho perguntas, tenho questionamentos a fazer e também posicionamentos a fazer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu vou deixar... Senador Girão, só abra para os representantes da mesa, se eles quiserem, dar alguma palavra final, porque é de praxe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agradecendo a presença de todos vocês aqui – muito obrigado –, passo a palavra para os questionamentos da Senadora Soraya e eventual colocação do Senador Omar, para depois formarmos a próxima mesa, que tem os nomes aqui já selecionados.

Obrigado.

A SRA. HELOÍSA DINIZ (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Obrigada, Senadora, pela pergunta. Inclusive, foi um ponto muito relevante que V. Exa. trouxe, que é a questão do gerador randômico. Acho que é um ponto que é pouco tratado, e é importante esclarecer para esta Comissão.

Quando eu digo "garantir que o gerador randômico é verdadeiro", é porque a gente tem... um dos requisitos para as casas legais conseguirem a autorização é ter uma certificação dos seus jogos. Essas certificações são feitas por laboratórios credenciados pelo Ministério da Fazenda. Teve uma portaria, a Portaria 300, que credenciou quais são os laboratórios externos que não têm relação com os operadores, que vão averiguar aquele jogo e verificar se, de fato, está de acordo com todas as obrigações de sistema que o ministério determina.

Então, esses laboratórios avaliam, certificam esse jogo, verificam se realmente o algoritmo é aleatório e se ele cumpre o que a gente chama de RTP mínimo, que é o *return to player;* ou seja, determinada porcentagem daquele jogo, daqueles giros tem que necessariamente voltar para os usuários. Não significa que eu mesma vou jogar e vou receber esse valor de volta. Não! É um valor estatístico a longo prazo. Então, se naquele jogo eu jogar um milhão de vezes, no mínimo, o que a portaria determina é que no mínimo 85% daquele valor tem que voltar para os usuários. Não para mim, eu isoladamente, mas no geral de todos que jogam. Então, o mínimo de todos os jogos hoje das casas autorizadas e regulamentadas é de 85%. Claro que a gente tem jogos que tem o *return to player* até muito maior. Tem os que chegam a 95%.

Então, esse é o ponto que a gente consegue garantir, pelo menos para as casas certificadas, que esse gerador é confiável com base no certificado do laboratório, que inclusive é revalidado ano a ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, inclusive, um dos pontos em que, justamente nesse período de falta de regulamentação – e também agora com as casas ilegais –, elas se beneficiam muito desse gerador nada aleatório, que são as casas ilegais, é isto: o influenciador usa um modelo em que ele ganha muito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOÍSA DINIZ – ... mas o usuário baixa o modelo que é viciado, feito para ele perder.

E aí a importância do combate ao mercado ilegal, porque dali o usuário não tem a menor garantia, ele não tem como recorrer ao ministério, por exemplo, e dizer que aquela casa tem um algoritmo viciado.

Esse era o ponto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. HELOÍSA DINIZ – Obrigada a você.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, se não há alguma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão.

O SR. EDUARDO DE GODOY PEREIRA (Para expor.) – Obrigado pela posição.

Eu queria fazer dois apontamentos que são importantes para o nosso... Primeiro, até que depois dos 65 eu perco um pouco o filtro, sabe? Falo muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Nada! É normal. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO DE GODOY PEREIRA – Mas, assim, acredito muito na autorregulação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO DE GODOY PEREIRA – A autorregulação, o que não funciona em um ano – que não foi um ano...

Só corrigindo, nós tivemos, em janeiro, a lei, a resolução funcionando. E autorregulação é a coisa mais difícil que você tem, porque não é o que eu quero. Não é o que você quer, não é o que eu quero, é o que nós queremos. Se esta Casa está discutindo isso, 2018, estamos discutindo isso em 2023 e tudo mais, imagina nós do processo de autorregulação.

Então, assim, eu não acho injusto, não, mas gostaria só de pedir, é muito pouco tempo para esse mercado se autorregular. Então, se não funciona aquela frase, nós mudamos. Se não funciona isso, nós mudamos. A autorregulação não termina por si só, por isso que ela se chama autorregulação, ela evolui ao longo do tempo.

E outra coisa que eu digo: a autorregulação, de tudo que nós vimos de cigarro, foram muitas coisas feitas da autorregulação. Lembramos, lá atrás, que a autorregulação sobre cigarro era proibição na TV aberta, porque só existia TV, rádio etc., mas os carros de Fórmula 1 tinham o visual. Só passou a ser o cigarro não exposto à publicidade a partir de quando o mundo começou a ter essa decisão. Então, muitas vezes, a decisão tem que compor um universo de várias facetas para que a gente tenha eficiência, porque você não pode ficar com uma perna bamba nesse processo da autorregulação.

Exemplo do álcool. O fato de não ter mais publicidade do álcool não diminuiu a dependência alcoólica no Brasil, no mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO DE GODOY PEREIRA – A publicidade não é culpada. A publicidade é presente na publicidade do que é legal. A gente tirar publicidade das *bets* é dar razão às ilegais. Você acha que as pessoas, as crianças vão deixar de apostar? O vício é porque tem a publicidade ou o vício é do negócio em si? Então, qual é a diferença?

E outro, desculpa, um minuto. Quando a gente faz publicidade por pedaço, é o pior caminho que a gente pode tomar. Por que é que eu falo isso? Quando a gente fala em publicidade, de permitir publicidade, por exemplo, numa placa, mas não permitir a publicidade da publicidade e da propaganda, etc. na transmissão, você está penalizando um ecossistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? Qual o valor de uma placa? O valor da placa está na transmissão. O valor da placa não está no público que está assistindo.

Eu tenho uma placa que está virada para o público sem estar virada para a televisão, por exemplo, na transmissão, que vale R$10 mil, porque ela está atingindo 10 mil pessoas. Quando eu tenho um público, uma televisão, em que essa placa está aqui, qual o valor dessa placa? É pela audiência da TV, ou a audiência do *streaming*, é pela audiência, por pessoas que estão vendo. Se eu tiro a publicidade dessa transmissão, quanto vai valer a transmissão? Menos da metade. Com certeza a linha de transmissão, o direito de transmissão vai valer menos, porque eu não vou conseguir vender, e eu vou vender uma coisa que eu estou vendo... Que televisão vai fazer isso? Em lugar nenhum do mundo eu vou comprar um direito para fazer uma publicidade de uma placa que eu não posso vender. Não vou fazer.

Eu não sei se vocês lembram que a gente fazia publicidade, e a gente colocava um borrãozinho na camisa, nas coisas. Quando você ia fazer uma entrevista com uma pessoa que estava com um boné, colocava-se o borrãozinho. É isto que funciona na publicidade do mundo: você trata das coisas iguais para um e para outro. Por isso, eu me tremo muito ao dizer que não posso fazer publicidade para uma coisa e posso fazer publicidade para as outras coisas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cuidado só porque você reforça o argumento do autor, e aí me faz pensar na proposta do autor. Então, em vez de fazer publicidade em parte, é melhor acabar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pois é, acaba com tudo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, olha, esse sentimento não é meu, não; eu sou o Relator, eu estou tentando aqui harmonizar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Para mim, é zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque esse é o sentimento de diversos Senadores. E foi o que eu falei no início: vamos chegar a um denominador comum, porque senão é para acabar. As duas propostas são para acabar geral.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente, o senhor vê propaganda de cigarro na internet? Aparece cigarro na sua *timeline*? Não. Aparece bebida na sua *timeline*?

Eu acredito que a tendência seja realmente migrar para isso e quem procurar... Porque, por mais que a culpa não seja da televisão, ela incentiva, e aí com aquele estereótipo todo infantil... Pelo amor de Deus! Aonde é que nós vamos chegar? Então, incentivar dá a ideia, dá a ideia. Eu acredito que a tendência seja zero. Volta para o *status quo*. Vamos procurar outro lugar.

Obrigada. Eu vou me retirar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom!

Eu quero registrar a presença tanto da Senadora Damares, que nos prestigia nesta discussão, que é muito própria dela, quanto a do Senador Magno Malta, que também está aqui presente.

Eu vou só, Magno, pedir para agradecer a participação de todos da mesa e pedir para os próximos palestrantes... Vou só dizer o nome para que eles componham a mesa.

Juliana Nakata, do Conar. Eu não sei se ela está remota. Perdão. Ah, sim! Está aqui a Juliana. Perdão.

Sra. Juliana Nakata, Vice-Presidente-Executiva do Conselho Nacional de Autorregulamentação (Conar); Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que será o primeiro a falar; Sra. Maria Góes de Mello, Coordenadora do Programa Criança e Consumo do Instituto Alana; Sr. Fernando Gallo Fernandes, Diretor de Políticas Públicas da Empresa Betano; Sr. André Carvalho Sica, Advogado Especialista em Direito Desportivo – perdão, Senador Girão –; e Sr. Lúcio Flávio, que substitui no primeiro painel – qual o nome de quem não pôde comparecer? –

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Felipe Tavares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o Sr. Felipe Tavares, que não pôde comparecer.

Eu vou pedir para o Sr. Lúcio Flávio – acho que não cabemos todos aqui – aguardar e, depois, fazemos aqui a substituição. Todos os outros couberam? André? Couberam.

Muito bom!

Então, antes de dar a palavra ao primeiro deste painel, que, a pedido, será o Sr. Flávio de Lara Resende, acho que o Senador Magno Malta queria fazer uma manifestação. É isso, Senador?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A palavra está com o senhor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Eu acho que é dever...

Sr. Presidente Portinho, que preside esta audiência pública, senhores todos e senhoras que estão aqui, independentemente das suas posições, uma bancada já se retirou, e eu não estava aqui no debate. Eu estava com a Senadora Damares na Comissão de Direitos Humanos e procurei vir o mais rápido possível, porque acho que do que mais interessa ao Brasil, neste momento, a despeito de tanta desgraça que nós estamos vivendo nesta nação: uma derrocada na economia, uma crise moral sem precedentes que o Brasil vive, uma ditadura severa, irresponsável, criminosa – é o que o Brasil vive.

Eu registro, Sr. Presidente, que passei 43 anos da minha vida recuperando drogados. O sacerdócio que Deus me deu foi tirar gente da rua e tentar arrancá-las do vício. Eu vi o salto da maconha para a cocaína, eu vi o da cocaína para o *crack*; aliás, a chegada do *crack* eu vi com os meus olhos e denunciei no relatório da CPI do Narcotráfico, que presidi enquanto era Deputado Federal, em uma investigação profunda neste país. Conheço os dois lados do balcão com muita profundidade, mas o meu sacerdócio ainda é este: recuperar pessoas do vício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o vício hoje do jogo *online*, dessas *bets*, nunca, jamais foi visto, nem na era da liberação dos cassinos, e hoje já supera e muito, porque ainda é analógico o jogo do bicho. E esse troço dá tanto dinheiro que o *lobby* é forte; o *lobby* é muito forte, ao ponto de ser amedrontador.

O Brasil está vivendo, neste momento exato, enquanto nós discutimos, uma desgraça que eu não sei se terá fim. Ou a gente joga isso na ilegalidade, zera isso e cria punibilidade ou nós teremos gerações futuras – uma geração de adolescentes já existe – de viciados irrecuperáveis.

Um país que não cuida da sua saúde, que tem um SUS que está acabado e que não tem um quadro de psicólogos para atender quem tem necessidades outras não está preparado – e, mesmo assim, se tivesse – para ter gerações seguidas, Senadora Damares, de viciados, dependentes. Fora os problemas psicológicos e psiquiátricos que isso provoca nessa dependência, tem os problemas físicos, porque o sujeito não tira o olho da tela.

E nós estamos vendo que, dentro do próprio processo em si... O cara está lá no VAR – no VAR –, que é para conferir lance, e que na verdade é "VAR" para o inferno esse negócio; acabou com a alegria do futebol, acabou com tudo. O árbitro ali é só um sujeito vestido de preto, com um apito, porque na verdade ele não apita nada; acabou com a alegria do futebol e, na verdade, não existe nada disso, o que existe é um monte de gente torcendo para um rico, porque hoje os clubes de futebol têm dono. Então, a gente fica batendo palma para um rico, a gente fica gritando para um rico, e gente chorando, gente chorando até, quando o rico perde algum dinheirinho, porque tomou lá de 4 a 0 ou de 5 a 1, não sei, dependendo do jogo – se for com o Flamengo, dá até mais.

É inacreditável! Crianças, adolescentes jogando dentro da igreja. Enquanto a mãe está orando, ele está no celular da mãe, se ele descobre a senha. E não estou falando de casos isolados. Isso não é exceção. Esse vício, no Brasil, virou regra. Nós vamos apodrecer as gerações futuras. Nós vamos ter geração de gente maluca por conta dessa tecnologia que avança, e você pega...

Uma das coisas que mais me chamam a atenção: eu tinha algumas reservas, e as tenho ainda, embora ele não esteja mais entre nós, com o Pelé. Mas Pelé tinha uma coisa admirável, mais do que o futebol dele: o Pelé se recusava, Senadora Damares, a fazer propaganda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cigarro e de bebida alcoólica. Pelé nunca ganhou um centavo de publicidade. E, na entrevista dele, ele dizia: "toda criança que chuta uma bola na rua diz que é Pelé, porque, no dia que eu beber publicamente e fumar publicamente...", e era moda fumar, era moda no cinema, era moda nas novelas, era moda fumar, era charme fumar. Pelé se recusou.

Agora, você pega atletas, artistas... Já chegou tão longe essa miséria, essa desgraça já chegou tão longe, que o instituto da CPI, que é uma comissão parlamentar de inquérito, com poderes de justiça... O Presidente da Comissão é um juiz, com poder de polícia, e até isso lhe foi tirado por causa do jogo. O Ministro André Mendonça deu uma liminar para a Deolane não comparecer à convocação na CPI. É como você ser convocado pelo juiz e dizer "eu não vou, porque um outro juiz disse para eu não ir".

Ora, existem direitos constitucionais? Existem. O indivíduo pode ir e ficar calado, não construir provas contra si, e é até meio paradoxal, porque o bandido pode ficar calado e não responder nada para o juiz, para não construir provas contra si, mas o inocente que é arrolado como testemunha, quando chega na frente do juiz, o juiz diz: "o senhor sabe que tem que falar a verdade, que, se mentir, vai preso". Quer dizer, o preso que cometeu o crime pode ficar calado, mas a testemunha vai presa. Ela ganhou uma liminar, destruiu, Senadora Damares, o instituto da CPI. Que força terá a CPI daqui para a frente com esse precedente aberto? A Deolane ganhou uma liminar para não vir, não obedecer. Ela não foi convidada não, ela foi convocada! E olha que de CPI eu entendo. Acabou o instituto. Qualquer advogado pode evocar esse precedente, e me admira muito o Ministro André Mendonça ter feito isso. Eu sei que fez isso para proteger outras figuras que também estavam enroladas e que têm um nome muito grande, que têm muito fã. Dando para a Deolane, vai ter que dar para os outros.

E se nós não cumprirmos o nosso papel? Nós vamos ficar com essa velha história, com essa cantilena enfadonha de que criança é o futuro do Brasil. Não, não é. Criança é o presente. Ou a gente cuida do presente ou não teremos futuro. Eu estou falando de crianças viciadas. Ainda não estou falando de adulto. Aí, você pega um atleta que tem nome, pelo qual uma criança morre de admiração, quer a camisa dele, repete os gestos dele, e esse cara vai para a televisão, faz publicidade, como se fosse a salvação da vida daquelas pessoas, que não têm dinheiro nem para comprar pão nem leite para o filho, mas aplicam naquele negócio, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receberam uma chave na mente dada por um atleta por quem elas nutrem admiração, ou por um artista qualquer, ou por alguém que tem um público qualquer, um influenciador qualquer.

Eu acho que a gente não tem que fazer meio termo nisso. Nós precisamos é banir isso de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A publicidade feita por pessoas está sendo aqui no relatório tratada. Muito importante sua fala, Senador Magno. Temos que acabar com isso. Isso tem que acabar. Isso é restringir mesmo; não é disciplinar, não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sabe o que acontece? O último jogo a que eu assisti pela televisão – porque ao penúltimo eu assisti com V. Exa., lá no estádio –, a gente vê de longe....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, é. Rapaz, você não vê nada! A única coisa... Se você não prestar atenção no jogador, você só vê o LED, lá do outro lado, em cima do seu olho. E é só *bet, bet, bet bet, bet, bet*... E, quando você entra no intervalo do jogo, amigo, ou você desliga aquela... – eu já ia falar um... Ou você desliga, ou você fica aberto ali com a sua mente dizendo: "me leve", "me constranja", "me capte", "eu estou disposto". Há tentação o tempo inteiro. Então, você pega pessoas vulneráveis e até pessoas que não o são... Porque eu conheço pessoa que não precisa de nada na vida, mas é viciada em jogo; que some de Brasília na sexta-feira e se mete no Cassino Conrad, lá no Uruguai, e não sai de lá. Não sai de lá. Conheço gente que não tem um discurso, não tem um projeto, acho que nunca fez nem um aparte; tem um *bottom* aqui, de autoridade do Brasil, mas o negócio é jogo. O negócio é jogo. Essa geração é perdida, mas, por aquelas pelas quais nós podemos lutar ainda, nós temos que lutar. Nós temos que lutar.

Sei que o *lobby* é forte. Onde tem dinheiro tem *lobby*, e é muito dinheiro, e dinheiro fácil. Não para quem aposta, não. Você vê um jogador do nível de Bruno Henrique sendo investigado, sendo exposto. Um cara que ganha mais de milhão. Precisava de uma porcaria... Aquilo é migalha! Mas está exposto, está jogado aí, sem merecer... Aliás, é do Flamengo. E não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é do Flamengo, não, mas joga muita bola e tem minha admiração; minha admiração profunda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Meu ídolo. E, se me permite, o Flamengo, assim como outros clubes – e muitos falam aqui –, diz que o importante é educar. É importante educar mesmo, e o Flamengo me levou, como advogado esportivo, não só como Senador. Eu fui ao Flamengo, Senador Girão, para fazer uma palestra sobre apostas, logo que se aprovou a lei – e nós votamos contra, deixamos claro. Eu fui ao Flamengo para fazer uma palestra para os atletas. E eu não esqueço: Bruno Henrique sentado na primeira cadeira, Gabigol, todos os grandes atletas ali.

Então, a educação é importante, mas a gente achar... Eu até queria aqui citar que o Felipe Ximenes, grande amigo também do esporte e do futebol, me falou: "a questão é a educação". E aí está a prova. Não adianta só a educação. O Bruno Henrique... Não foi por falta de advertência, na palestra que eu fiz, dentro do Ninho do Urubu, para os atletas, como fiz para outros clubes e vários advogados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É mais, porque V. Exa. deu uma advertência. Agora, é dizer para essas pessoas que têm filho: "Olha, irmão, tudo o que você está fazendo agora vai recair em cima do seu filho". Porque todos eles têm filho pequeno – todos eles têm filho pequeno. Ele não sabe; ele pode até estar ganhando milhões para fazer aquilo, mas esses milhões não vão consertar o psicológico, o emocional do filho dele e do filho dos outros. Ele pode até estar enchendo o bolso: "não, estou fazendo sem maldade, isso não é meu, não fui eu que inventei, fui só contratado". E ele não sabe o mal!

Até hoje, o Gerson, canhota de ouro, que nós respeitamos, o maior meio de campo que eu já vi jogar em minha vida, que hoje ainda é comentarista e de quem eu sou um fã incondicional, assisto-o porque ele é um doente pelo Gerson do Flamengo. Ele queria ver o Gerson na Seleção desde o primeiro jogo. O canhota fez aquela propaganda de um cigarro, na época do Tri, em que ele diz: "a lei do Gerson, o importante é levar vantagem". Até hoje essa pecha, essa nódoa estão coladas nele, até hoje essa nódoa está colada.

Eu sei o quanto dói para uma família, sei o quanto dói para uma mãe, porque eu sou um homem que tem uma história de enxugar lágrima de pai, de mãe que chora, de esposa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filho, com marido viciado, dependente de um outro tipo de droga, e essa agora se mostra absolutamente pior, porque é uma tecnologia que está na mão de qualquer um e em qualquer lugar.

E as TVs abertas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... hoje não estão interessadas numa outra coisa senão na publicidade das *bets*.

Eu acho o seguinte, a gente pode até não parar, a gente pode não conseguir o que a gente quer, mas nós precisamos saber que fizemos a nossa parte, saber que fizemos, que enfrentamos sem medo.

Eu me lembro que... Eu estou aqui no terceiro mandato e a tentativa de legalizar o jogo é uma tara aqui nesta Casa. Durante oito anos, que eu estava aqui sozinho e fui descobrindo, mesmo os Senadores que não falavam, que ficavam calados, e quando eles iam para o Plenário achando que iriam vencer, eu ia, fazia um discurso e, quando colocavam para votar, a gente derrubava. Eu vim para mais oito anos, não passou. Já estou no segundo ano do terceiro mandato e não passou ainda, e não vai passar!

Não vai passar, sabe por quê? Não é por conta do meu argumento, é porque a consciência das pessoas está aumentando. A conversa fiada de que se está na legalidade e já existe, vamos legalizar, porque aí pelo menos paga imposto.

Paga imposto? Essas *bets* ficaram com seis meses aí para poder... Um ano...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Grátis.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Um ano grátis, com renúncia fiscal.

O que é renúncia fiscal? Renúncia fiscal é você renunciar a escola, é você renunciar a creche, é você renunciar a asfalto, é você renunciar a melhoria de uma rua, é você renunciar a uma ponte, à vida da sociedade, porque aquilo é o dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só que essa renúncia fiscal, em seis meses, contando que tivessem pagado, acho que seriam 30 milhões para se ter. Com todos os impostos municipais, estaduais e federais cobrados, daria mais ou menos 180 bilhões, o que cobriria todos os rombos que Lula e Janja têm feito no Brasil. O Brasil estaria vivendo um outro momento.

Então, essas coisas, e o meu jeito de falar com esse tipo de coisa é porque o Apóstolo Paulo, o intérprete da mente de Cristo, ensinou algo que deve ser constante na vida da gente: "E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento...".

Eu posso ficar sozinho, mas se a verdade é a verdade, é com ela que eu vou ficar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para a gente... Eu não tenho problema em sair daqui depois do horário, mas eu tenho problema...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... dos nossos ...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – É porque... É rapidamente mesmo. É porque foi falado de Flamengo aqui, e nós tivemos um lado positivo. No Flamengo – não sei se fruto da sua ida lá ao Ninho do Urubu, de alguma forma, é a semente que o senhor colocou –, nós tivemos o Filipe Luís com uma declaração muito corajosa contra essa questão de aposta esportiva. Ele teve a coragem, dentro do sistema, de mostrar o estrago que está acontecendo. Isso é muita coragem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar publicamente o técnico do Flamengo, Filipe Luís, e dizer o seguinte: eu quero ver isso de dirigentes do futebol também. Eu fui Presidente do Fortaleza, e eu jamais aceitaria, no Fortaleza, patrocínio de casa *bet* – jamais! –, porque eu estou matando meu torcedor. Eu tenho consciência disso.

Eu sou abordado, Senador Magno Malta, Senadora Damares, toda vez que eu vou ao estádio. São torcedores pedindo: "Pelo amor de Deus, ajude meu irmão; acabou com tudo, está tentando tirar a própria vida". É um vício destruidor, que vai na mente. É pior do que droga, do que cocaína, do que maconha; é digital.

E eu quero dizer uma coisa para o senhor. Eles são... Com todo respeito a quem pensa diferente, quero deixar... Mas chegou-se a um nível tão grave de depravação, essa é a palavra, que eles usam palavras evangélicas, bíblicas: "profetize" – coisas que são usadas por alguém que é de uma religião –, "profetize".

E estão, agora, usando meditação.

Rapaz, é um sinal tão forte... Eu digo para o senhor: eu quero ver dirigentes se posicionarem, terem a coragem, terem a coragem. Sabe por quê? Eu vou dizer o argumento aqui, de dirigente que eu fui: além da questão do sócio responsável, porque o futebol foi feito para unir, para entreter, e isso está perdendo a função, tem o argumento do sócio-torcedor.

Com o endividamento em massa que a gente está vendo, nos clubes que têm sócio-torcedor, a primeira coisa que o sócio-torcedor vai cortar, quando se endividar, é a mensalidade do seu time. A médio, longo prazo, vão perder essa receita. Nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro.

Agora, para fechar, Sr. Presidente, eu quero pedir aqui às pessoas que estão nos assistindo, especialmente aos brasileiros, aos Senadores – muitos eu entendo que não podem estar aqui, pois estão em outras Comissões, mas as assessorias estão atentas –: assistam o depoimento do Dr. André Rolim, um empreendedor brasileiro que chegou à porta da morte por causa do vício em aposta e em jogo. Ele veio a esta Comissão, aqui foi ouvido na instrução dessa relatoria, Senador Portinho, e emocionou quem estava assistindo. O relato dele, que chegou, na porta, fazendo um apelo ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado Federal errou uma vez – já errou uma vez. A gente tem a chance de consertar o erro, e não tem outro jeito. Com o mal não tem como se lidar, ainda mais na situação que a gente está vendo. Tem que proibir o jogo, para mim. O mal já está estabelecido, vamos ter que combater, voltar atrás, ter humildade. Nós temos digitais de sangue, esse é um dinheiro de sangue. Nós temos essas digitais.

No Senado, eu votei contra, como o senhor, como nós aqui, mas nós somos minoria. Agora, eu acredito que nós temos maioria se tivermos um pingo de dignidade para votar para acabar com isso. Se não for possível, é a política do cigarro, no mínimo, no mínimo. Então, que tenhamos humanidade. Essa não é uma questão ideológica, zero ideologia, essa é uma questão de humanidade. Neste momento, a gente precisa ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom ouvir o Senador Girão, que inclusive é autor de um projeto.

Vou passar a palavra, agradecendo a paciência aqui de todos. Mas audiência pública é isso, é para a gente construir convergências, denunciar onde estão os problemas.

Então, o Dr. Flávio Ferreira de Lara Resende, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O SR. FLÁVIO FERREIRA DE LARA RESENDE (Para expor.) – Eu quero aqui cumprimentar o Presidente Portinho, o Senador Eduardo Girão, o Senador Magno Malta, a Senadora Damares.

A Abert representa mais de 3.500 emissoras de rádio e televisão em todo o Brasil. Em um país continental como o nosso, o setor de radiodifusão é bastante heterogêneo e diverso economicamente, possuindo desde grandes grupos de comunicação até pequenos radiodifusores que trabalham com empresas familiares.

Como sabemos, a nossa Constituição Federal proíbe o banimento de publicidade na medida em que privilegia o entendimento de que a publicidade é fonte de informação e integra o amplo conceito de liberdade de expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos impactos que esses projetos de lei trazem ao setor de radiodifusão, entendemos que a restrição horária seria uma forma velada de banimento da publicidade no rádio e na televisão. O rádio e a televisão são meios de comunicação de massa absolutamente gratuitos e a transmissão de eventos esportivos é fundamental para o exercício da cidadania.

O modelo de radiodifusão previsto na Constituição, que é aberto e, mais uma vez, eu lembro aqui, absolutamente gratuito para toda a população do nosso país, depende do investimento publicitário para a viabilização da transmissão de direitos desportivos e sustentabilidade desse modelo de comunicação social. A transmissão do esporte, por sua vez, é essencial como fonte de entretenimento e informação, além de atrair e formar novos atletas interessados na prática do esporte.

As *bets,* hoje, são um importante segmento de financiamento e de apoio ao esporte brasileiro e correspondem à grande parte do investimento publicitário no esporte. É uma tendência global em que não há um substituto empresarial focado exclusivamente no esporte.

A Abert acredita que a publicidade responsável é uma importante fonte de informação e, como informação, é a maior arma no combate aos *sites* de apostas irregulares e ao vício em jogos. Absolutamente atenta aos riscos naturalmente envolvidos com as apostas, a regulação do tema foi bastante debatida pelo Congresso Nacional e pelo Executivo. Todos os órgãos envolvidos adotaram os cuidados necessários em torno das ações de publicidade, propaganda e *marketing* das apostas, pautados nas melhores práticas internacionais para o combate ao jogo patológico, com particular proteção às crianças, adolescentes e outros vulneráveis.

Entendemos, portanto, que a legislação brasileira, apesar de sua aplicação muito recente, é extremamente ampla e rigorosa para garantir que a publicidade seja socialmente responsável, com especial proteção aos vulneráveis.

O que reputamos fundamental é que haja maior fiscalização e absoluta punição das *bets* que operam de maneira ilegal e da publicidade irregular e abusiva, que ocorre exclusivamente no âmbito da internet e nas redes sociais, em vista da falta de uma regulamentação específica sobre a responsabilidade das plataformas digitais pela veiculação de conteúdos ilegais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, as queixas mais recentes e denúncias recebidas pelo Conar dizem respeito à publicidade irregular realizada por empresas ilegais e por influenciadores digitais, inclusive mirins, no ambiente livre e desregulamentado e sem qualquer controle na internet.

A legislação brasileira já proíbe qualquer forma de divulgação de *sites* de apostas ilegais, além de prever restrições na publicidade, para evitar que a aposta seja difundida como socialmente atraente ou contenha afirmações de personalidades conhecidas ou de celebridades que sugiram que o jogo contribui para o êxito pessoal ou social.

As regras atuais permitem que o Ministério da Fazenda fiscalize a publicidade e incentivam a autorregulação como instrumento principal de fiscalização e controle, o que entendemos que foi um acerto no texto legal.

Um exemplo comparado de legislação estrangeira interessante que deve ser analisado é o caso da Itália.

A legislação da Itália já é bem consolidada, e os jogos e apostas eletrônicas são permitidos desde 2006, mas, em 2018, os italianos aprovaram uma regra extremamente restritiva contra a divulgação de publicidade e baniram a propaganda de jogos e apostas como medida para combater o vício, o que foi muito ruim para o segmento de radiodifusão naquele país.

Mas o que está acontecendo por lá agora? Três anos após a restrição, os legisladores já discutem a retomada da publicidade, percebendo que a medida absolutamente proibitiva falhou amplamente em atender às expectativas da sociedade, não se mostrando eficaz em conter fenômenos de dependência de jogos de azar.

Ou seja: a falta de publicidade apenas restringiu o benefício das apostas esportivas, que foi o aumento notável na arrecadação de impostos e nas oportunidades de novas receitas para o esporte e demais setores da economia envolvidos, mas não resolveu, de forma alguma, a questão da necessidade de construção de políticas públicas para prevenção, mitigação e conscientização dos riscos inerentes às apostas, sobretudo com relação à saúde pública, à integridade e à proteção de vulneráveis.

Finalmente, reforçamos que o rádio e a televisão estão comprometidos com a publicidade ética e socialmente responsável, fundamental para o equilíbrio do exercício do direito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anunciar, observando sempre os cuidados necessários para a mitigação dos riscos associados às apostas e à exposição excessiva.

Presidente Carlos Portinho, Senador Portinho, muito obrigado por este convite à Abert.

Eu queria lhe pedir aqui a autorização, se possível, para me ausentar, porque eu tenho um compromisso profissional agora, em que eu sou o anfitrião, e estava marcado para meio-dia e trinta.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu é que agradeço, nós aqui, a sua presença e a sua paciência para este segundo painel, por esperar.

Por favor.

Eu me lembro, Senador Girão, de que, na discussão da Lei das Apostas, quando votamos contra, havia um acordo. Eu não esqueço não, porque havia um acordo do qual eu me demovi por conta desse acordo, para que a autorregulamentação desse conta da questão da publicidade.

Você se lembra disso? Você já queria, ali, tratar, restringindo totalmente a publicidade. Eu me lembro. E nós fizemos um acordo – inclusive a Abert estava presente – de que isso, na regulamentação do Conar, principalmente por parte do próprio Governo, seria tratado.

Só que eu deixo aqui minha queixa, principalmente com relação à limitação de horário, mais uma coisa que poderia ter sido feita, até porque tivemos um ano para fazê-lo por autorregulamentação. E aí, como não houve a limitação de horário como há no cigarro, como há na bebida, a gente não tem como entrar nisso... Deixar de entrar nisso – né?

O SR. FLÁVIO FERREIRA DE LARA RESENDE – Senador, mais uma vez eu quero lhe agradecer. A sua interferência foi decisiva.

E quero agradecer aqui também a presença do Senador Eduardo Girão, do Senador Magno Malta e da Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E muito obrigado, mais uma vez, pela Abert por estar presente aqui nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou convidar o Sr. Lúcio Flávio Rocha agora – muito obrigado, Flávio, pela presença, pelos agradecimentos – para que componha a mesa, então. Assim, a mesa fica completa.

E vou dar, logo de antemão, Senadora Damares, a palavra para a nossa Coordenadora do Programa Criança e Consumo, do Instituto Alana, Sra. Maria Goés de Mello.

E, na sequência – como eu tenho feito, de dois em dois –, a gente abre para os questionamentos, se possível, a respeito de quem já se manifestou, deixando os questionamentos para os outros na sequência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu posso fazer as perguntas, no final, para todos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode também fazer. Inclusive, a gente ganha tempo. É porque, às vezes, é um bate-bola; não são só perguntas.

Então, por favor, Sra. Maria Goés de Mello. Com a palavra.

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO (Para expor.) – Obrigada, Presidente, Senador Portinho. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou sair.

Senador Girão, pode sentar-se aqui. Eu vou assistir dali, que eu preciso comer alguma coisa.

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO – Todo mundo, Senador... Ouço dizer que todo mundo dessa mesa precisa. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ali atrás tem alguma coisa? Porque eu vou também. (*Risos.*)

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO – Vai todo mundo seguir o senhor aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está o.k.

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO – Posso seguir?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode seguir.

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO – Então, boa tarde agora, Presidente, Senador Girão, Senadora Damares, Senador Magno, debatedores, colegas de mesa.

É um prazer estar aqui hoje, para um debate tão importante, tão urgente, que demanda máxima atenção por parte dos nossos legisladores.

Eu trago aqui, na minha intervenção, a perspectiva do Instituto Alana, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão honrar as infâncias e que atua para que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos com absoluta prioridade.

Esse trabalho é guiado, atualmente, por uma missão: criança primeiro. E é orientado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, organizado a partir de três eixos principais, como o senhor bem sabe, Senador Girão. Um é equidade social e inclusão, o outro eixo é digital, e um terceiro eixo é a natureza.

É no contexto do eixo digital que se dá a nossa atuação, que também é realizada por meio de denúncias a órgãos competentes, por grande litigância estratégica, produção de conhecimento e integração de mecanismos de participação democrática, para que se defenda e que se promova os direitos de crianças e adolescentes nessa seara, com muita centralidade, já há muitos anos, no enfrentamento e na mitigação de questões relacionadas à exploração comercial, tendo como um leito histórico da nossa atuação o Programa Crianças Consumo, um programa que, desde 2006, atua para debater, divulgar ideias relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes, justamente em relação às relações de consumo, perante o consumismo ao qual eles são expostos cotidianamente, apontando assim formas de minimizar e prevenir os prejuízos decorrentes dessa interação.

Entre outros pontos, eu queria trazer aqui que hoje, com a digitalização da sociedade, a gente atua também pela proteção de crianças e adolescentes que produzem conteúdos nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redes sociais, nas plataformas digitais, que são chamados influenciadores mirins, já que a hiperexposição de crianças e adolescentes nas redes está vinculada muito proximamente a modelos de negócios que estão pautados na publicidade digital. Então, a gente tem atualizado a nossa atuação em relação à exploração comercial, olhando também, e muito centralmente, para esse ambiente.

Então, o tema dessa discussão de audiência hoje é de extrema relevância para a nossa atuação no Instituto Alana, e digo isso porque, como o Prof. Hermano principalmente já trouxe aqui, em termos de dados, as crianças e adolescentes do Brasil vêm sendo profundamente atacadas, Senador, Senadora Damares, pela proliferação da publicidade de serviços dessa natureza.

A cada dia, cresce o número de relatos, de depoimentos sobre jovens dependentes de jogos de apostas, inclusive relatos crescentes de adolescentes que teriam até cometido suicídio por perder grandes quantias de dinheiro com esse tipo de prática.

No *site* Reclame Aqui, por exemplo, basta dar um Google, a gente encontra reclamações relacionadas à interação dessas crianças e adolescentes em casas de apostas, legais ou não – acho que isso é um debate para a gente ter aqui na sequência –, nas quais os responsáveis relatam a facilidade com que essas crianças usufruíram desses produtos e serviços e perderam grandes quantias de dinheiro.

Depois eu quero dialogar um pouco com a fala do Dr. Santoro, que vai dizer que, ainda que a publicidade atinja uma criança, ela não consegue apostar.

Acho que isso é algo para a gente discutir profundamente, porque, ainda que ela não consiga jogar, se há uma publicidade dirigida para ela, uma publicidade no corpo dessa criança, ela está sendo impelida, de alguma forma, a buscar esse serviço, ainda que seja legal, e isso é deletério para o seu desenvolvimento. Então, acho que a gente precisa falar e olhar mais para isso.

Acho que também, sem querer me sobrepor ao que o Prof. Hermano já trouxe em relação a dados, o Levantamento do Nacional de Álcool e Drogas, que foi divulgado agora em março neste ano, que está disponível no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Justiça, mostrou que 10,5% de adolescentes entrevistados afirmaram ter apostado no último ano – neste ano de lacuna, regulatório, vamos dizer assim –, e 55,2% dos adolescentes que apostaram estão na zona de risco ou desenvolveram efetivamente algum transtorno relacionado ao vício. Isso é um dado oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

E eu me lembro aqui, Senador, de que os jogos de apostas, sejam quais forem, são, em tese, proibidos de serem jogados por crianças e adolescentes ou publicizados por ou para esse público, porque, obviamente, envolvem trocas financeiras para as quais essas pessoas não possuem a capacidade civil necessária, dada a hipervulnerabilidade dessas pessoas e a possibilidade de que elas se viciem, além de outros riscos que estão envolvidos nessa prática.

O art. 26 da Lei 14.790, de 2023, vai proibir expressamente essa participação direta e indireta de crianças e adolescentes na condição de apostadores.

Há artigos que vão estabelecer diretrizes para regular a comunicação, a publicidade de casas de apostas de cota fixa, especificamente, para proteger especialmente crianças e adolescentes.

O art. 17 também vai proibir expressamente a publicidade de casas de apostas que se dirija a pessoas com menos de 18 anos.

Enfim, essas medidas estão devidamente alinhadas com o direito, ao respeito, que está previsto no ECA, que vai dizer lá, no seu art. 19, que esse é um direito que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica, moral da criança e adolescente e abrange a preservação de vários valores que são fundamentais à preservação dos direitos integrais das crianças.

Acho que é importante reforçar também aqui, como já foi dito anteriormente, que a delimitação dessas regras também existe pelo Conar, um órgão composto por membros do próprio mercado publicitário. Então, vemos que o próprio setor privado busca maneiras de condenar ou de coibir a exposição do público infantojuvenil à publicidade das casas de apostas, mas, como a gente já ouviu aqui várias vezes nesta audiência, não foi suficiente. Nada disso até aqui foi suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que todo mundo está preocupado com isso, Senador? Porque a gente está se referindo a pessoas em desenvolvimento, que têm o córtex pré-frontal em formação, pessoas que ainda não têm o controle inibitório suficiente para reagir a estímulos como esses que estão presentes nesse tipo de jogo, fortemente baseados em mecanismos de recompensa, enfim...

E os riscos, Senador, desse tipo de prática sobre crianças e adolescentes envolvem impactos enormes no comportamento, na educação, provocam alterações... Podem provocar. A gente está falando aqui de riscos, não de danos sabidos, mas são riscos grandes, que vão ter a ver com alteração de humor quando elas estão longe do jogo e ficam mais irritadas...

E há conexão com outros vícios. Então, sim, fica ampliada a possibilidade de um uso maior de álcool, de tabaco, de outras substâncias aditivas, a partir do jogo, enfim, além de impactos de longo prazo.

Já foi estabelecida uma correlação entre esse hábito de aposta na adolescência e o transtorno desenvolvido na vida adulta. Enfim, por aí vai.

Acho que o Dr. Hermano já falou muito bem sobre isso anteriormente.

E é a publicidade, então, que está no cerne dessa problemática. Não é à toa que foi imensa a repercussão de uma denúncia que o Instituto Alana fez, no ano passado, para o Ministério Público de São Paulo, em que a gente constatou, Senador Magno – queria muito que o Senador Magno escutasse sobre essa nossa denúncia no ano passado, se ele não chegou a conhecer –, que havia criança de seis anos fazendo publicidade do jogo do Tigrinho no Instagram, com a anuência desta plataforma.

Nós tratamos de denunciar para as ferramentas internas do Instagram, que nos retornou – várias peças de publicidade de jogo do Tigrinho produzidas por crianças, por influenciadores mirins –, e o retorno do Instagram foi de que esses materiais não violavam as diretrizes da comunidade da plataforma.

A gente tratou, então, de fazer uma grande denúncia para o Ministério Público, para o próprio Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, não é só o Instagram que permite. Acho que aqui o Senador Portinho já falou várias vezes também sobre a responsabilidade das plataformas. Elas precisam vir aqui, este debate precisa também tocar nelas.

O Kwai também acho que foi mencionado por alguém que me antecedeu, também é uma rede muito acessada por adolescentes, que faz oferta de caça-níquel, enfim, jogos que prometem recompensa em dinheiro, sem que haja nenhum tipo de filtro em relação a esse acesso.

Mas a gente sabe também que a publicidade não está só presente nas redes sociais. Tem o estudo de segmento da Tunad, que foi divulgado em 2023 – esse número deve estar muito maior. Acho que os colegas aqui devem saber muito melhor do que eu –, em que os anúncios de televisão realizados pelas casas de apostas aumentaram em 30% em menos de um ano, só em 2023, em menos de um ano. Foi um crescimento absurdo. Hoje isso deve estar, enfim, em níveis estratosféricos.

E aí, nos estádios de futebol, que são frequentados por crianças e adolescentes, nas camisas de times usadas por nossas crianças e nossos adolescentes... Meu filho tem uma camisa de time de futebol que tem uma publicidade de *bet*, tem sete anos... Esse tipo de publicidade está presente.

Uma criança que lê, Senador, "jogue com responsabilidade" vai ter condição – e eu pergunto aqui para todos vocês – de entender que essa mensagem não se destina a ela, por exemplo? O que foi feito até aqui –pergunto com muita sinceridade – pelo Estado brasileiro, pelas empresas, é suficiente no que se refere à proteção da parcela mais vulnerável da nossa população?

Então, eu acho que a Lei 14.790, quando estabelece as restrições da publicidade, reconhece os perigos envolvidos nesses jogos para crianças e adolescentes, mas essas normas não estão dialogando, na prática, com o que está previsto no nosso ordenamento jurídico, em relação à doutrina da proteção integral, que é uma diretriz da Constituição, que garante atenção especial, atenção prioritária a crianças e adolescentes.

Eu vou me encaminhando para o final aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é muito importante dizer que qualquer regulação sobre apostas precisa lembrar que existe o ECA, que existe a Constituição, que existe a Convenção sobre os Direitos Humanos da ONU, existe o Comentário Geral nº 25, que atualiza os direitos de crianças e adolescentes no ambiente *offline* para o ambiente digital, enfim...

Então, eu acho que, se a publicidade não for completamente proibida, que é algo que existe como uma proposição aqui, ela deve, no mínimo, ser radicalmente restringida a canais que excluam a participação desse público, do público infantojuvenil.

Jogo de futebol, canal de TV aberto e via pública são frequentados por todo mundo, inclusive por crianças e adolescentes, nossas crianças e nossos adolescentes. Esses espaços não podem ser dominados por anúncios de uma atividade com um potencial tão viciante e tão destrutivo.

É preciso lembrar também, já para ir terminando, que a publicidade que é voltada para crianças de até 12 anos de idade é proibida no Brasil. É uma vedação que decorre de uma leitura da Constituição, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, da jurisprudência, que vai só confirmar que a veiculação de anúncios de *bets* em ambientes que são acessíveis por crianças e adolescentes, ainda que não sejam dirigidos a eles – eu acho que a lei tem uma questão nesse sentido –, deve ser considerada ilegal, deve ser considerada abusiva.

Queria só mencionar um outro elemento deste debate. Eu acho que é importante ser trazido à tona e foi tocado no artigo recente produzido pelos meus colegas Pedro Hartung e João Coelho: são as causas estruturais dessa epidemia, o que é que faz uma criança ou um adolescente acreditar que a aposta pode ser uma solução de vida? Então, para além da publicidade – eu acho que este debate realmente precisa ir além. Não é só a publicidade que convence alguém; é também.

Então, acho que é muito importante a gente falar desse contexto em que há um uso precoce, intensivo de celular, de rede social. O trabalho infantil tem persistido e crescido com outras características, e as perspectivas de mobilidade social são muito mais distantes, ao mesmo tempo que engessadas, a partir de uma única atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa também trazer para este debate de publicidade de apostas as próprias crianças e os adolescentes, ouvi-los sobre seus anseios, sobre as suas necessidades mais amplas, enfim... Acho que esse é um elemento importante, que eu queria trazer aqui.

E quero encerrar com um ponto que é muito central para nós, do Instituto Alana, que é o de que crianças não são miniadultos. Eles são sujeitos de direitos que têm necessidades e vulnerabilidades próprias e que exigem, portanto, um sistema legal, institucional, que os proteja com muita firmeza e com muita prioridade.

Então, é preciso que a gente olhe para essa discussão a partir da premissa constitucional que vai estabelecer que o dever de assegurar direitos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade deve ser compartilhado por todos nós: por nós, famílias, pelo Estado e pela sociedade, e todas as empresas precisam se ver dentro dessa parcela da sociedade.

Então, é isso por agora.

Obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só rapidinho... Eu gostei demais desta frase: "Crianças não são miniadultos". Eu vou até mandar fazer uma camiseta, porque eu gosto de frases demais. "Crianças não são miniadultos".

Na minha mente, na hora em que ela falou isso, eu me lembrei de algumas publicidades em que fica a família toda sentada no sofá, comendo pipoca. Aí, quando sai um gol, ou alguém é expulso, ou alguém bateu na aposta que eles fizeram, a família toda vibra na publicidade, cheio de crianças sentadas ali.

É complicado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu quero parabenizar a Sra. Maria Góes de Mello, Coordenadora do Programa Criança e Consumo, do Instituto Alana. Muito boa a sua fala aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma verdadeira covardia o que acontece, né? É uma verdadeira covardia. Eu digo literalmente que é como se fosse tirar um pirulito de uma criança essa invasão de publicidade que nós estamos vendo na camisa do seu filho.

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO (*Fora do microfone*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu tenho filhos pequenos também. Então, se você quer botar a camisa do seu time, que você ama, você tem que buscar uma que não tenha patrocínio de *bet*, porque está lá.

É uma lavagem cerebral que é feita. Você não consegue mais assistir ao futebol. Até para o amante do esporte é um negócio ostensivo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Eu sou torcedor do Flamengo ainda porque não virou... Se virar um dia, eu não torço mais. Eu vou torcer para rico?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu quero...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Faz parte da história do time.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Então, essas *bets* já estão afastando todo mundo dos estádios...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – ... e o cara fica em casa apostando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E um dado aqui para complementar a fala da Sra. Maria – viu, Senador Portinho? E eu já quero o chamar para assumir a Presidência novamente –, mas olhem só como é uma pandemia de suicídio que a gente está vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho conversado muito com psicólogos e com psiquiatras sobre o quanto isso tem aumentado, e o jogo está na base disso. É um fenômeno que se multiplica.

Artigo do *The New York Times* indica que entre 50% e 80% dos ludopatas pensaram em tentar o suicídio, entre 50% e 80% – sabe qual é a média na população? Cinco por cento. E, entre os ludopatas, de 50% a 80%; ou seja, mais de dez vezes –, e entre 13% e 20% realmente tentaram ou conseguiram se matar. Sabe qual é a média na população? Meio por cento. E, entre os ludopatas, de 13% a 20%.

Então, é algo assim assustador o que a gente está vendo.

Eu repito: é uma questão de humanidade. A gente vai precisar tomar uma medida – viu, Senador Portinho? – porque é para isso... O Senado Federal precisa ter esse dever e essa coragem neste momento.

Eu tenho certeza de que o Senador vai ter essa sensibilidade, porque é um humanista, gosta de futebol, conhece futebol e sabe da importância de ter uma sociedade saudável neste momento.

Então, eu passo a Presidência para o Senador Portinho.

Se o senhor puder... Eu vou fazer o que o senhor fez: eu vou assistir a cada palavra, mas eu vou aqui pedir licença e volto daqui a pouco.

Com a palavra o Presidente Carlos Portinho, Relator também deste importantíssimo projeto, talvez o mais importante do Senado Federal, nesta legislatura, para conter essa tragédia humanitária que a gente está vendo com aposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, minha colega Juliana Nakata, eu vou pedir um pouquinho de paciência mais sua, que seria a próxima, mas a Maria Góes de Mello, do Programa Criança e Consumo, do Instituto Alana, tem um compromisso, e eu estou tentando aqui harmonizar.

Como o André Sica é meu amigo de outros carnavais e de muitas batalhas na Justiça Desportiva, eu não tenho cerimônia com ele e, como o Gallo na última não pôde, eu vou pedir uma paciência um pouquinho maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA GÓES DE MELLO (*Fora do microfone*.) – Mas eu já falei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você já falou? Ah, então foi na hora que eu fui. Perdão.

Ah, bom. Então, ótimo! Então, seguimos.

Perdão, perdão.

Juliana Nakata Albuquerque, por favor, Vice-Presidente do Conar, que eu muito respeito. E aprendi muito, inclusive, com as decisões do Conar e respeito bastante.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE (Para expor.) – Obrigada, Presidente Senador Portinho, também pelas palavras à pressão aqui colocada, boa...

A gente tem sentido desde 2018, na verdade. Eu assisti à primeira audiência inteira, com as diversas posições, claro, as informações dos impactos... É uma atividade de impacto; o debate é importante.

E, aí, acho que a gente tem, claro, posições diferentes e um consenso de restrição para o público infanto-juvenil. Isso está na lei, está nas portarias do regulador, está na autorregulação. Isso já é previsto. Então, acho que esse é o princípio do qual a gente parte, porque não tem aqui dúvida da necessidade de proteção à criança.

Ao longo da exposição, eu queria só trazer aqui um questionamento e até uma discussão de como isso pode ser feito, porque essa parece que tem sido a etapa mais difícil. Se já está prevista uma proibição, a mesma coisa é relacionada à informação.

Do ponto de vista do Conar, trazendo aqui... Estou falando em nome do Conar, que é uma entidade também sem fins lucrativos, composta por entidades representativas do setor da comunicação e por empresas também integrantes dessas cadeias. Então, é uma obra coletiva grande. São consensos, a partir, claro, do imperativo cumprimento da legislação.

Então, a autorregulação também é outra questão que é preciso colocar; assim, se vê muito fora falar disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autorregulação não é excludente; você não precisa ter uma opção entre um ou outro. São ambos. Elas são convergentes e se reforçam mutuamente, porque o art. 1º dos códigos de autorregulação de todos os países – e a extensa maioria dos países de economia de mercado adotam a autorregulação da publicidade; eu nem vou entrar nos motivos, mas isso é um fato – é o imperativo cumprimento da legislação.

Então, trazendo essa perspectiva do Conar do controle de anúncios, todos sabem que não é simples o controle de informação hoje. A gente tem tecnologia e cadeia de complexidade. O primeiro ponto é a proteção à criança; o segundo, informação.

É uma atividade nova e é ainda mais importante que seja transmitida a informação correta sobre a natureza da atividade.

Quando a gente discutia o que são as apostas no grupo dedicado a isso, são atividades que dependem parcial ou totalmente de álea, de azar ou sorte, como se quiser colocar. Então, é uma atividade de risco inerente, não tem ganho certo, não tem enriquecimento, é o oposto disso, e assim tem que ser colocado.

Então, a gente entende que é, sim, importante a informação correta, e essa foi uma das primeiras ações, a partir da vigência da regulamentação de notificações sobre a informação correta, porque aí tem... Até ajuda.

Eu vou trazer aqui as coisas do monitoramento, embora tenha uma metodologia que seja reservada, em benefício da própria aferição, do nível de cumprimento ou não, mas essas tendências, os modismos até ajudam na detecção por monitoramento, porque, se um influenciador fala que a plataforma está pagando, ela não está pagando; quem está pagando é ele. Então, já é uma detecção de possível irregularidade. Então, esses modismos ajudam na configuração de ferramentas tecnológicas para ajudar a fiscalização.

E, aí, o ponto, chegado o ponto...

São duas vedações já claras, das quais se falou bastante hoje, de abusividade, enganosidade e proteção à criança, mas elas já estão vigentes. Então, é necessário reconhecer que a fase mais custosa, de fato, é a de implementação e de fiscalização desses normativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como é que isso ocorre? A gente tem, hoje, um sistema publicitário e de informação em geral que é muito volumoso, muito difuso, e, aí, a gente tem uma série de estratégias no mundo inteiro voltadas para isso. É um desafio que não é só brasileiro.

Então, tendo esses três pontos em mente, eu acho que eu volto agora para a questão das apostas, do que é que foi feito.

Em 2018, crescimento gigantesco, seis anos até a regulamentação completa, para voltar ao mercado para o setor regulado.

O Conar, enquanto isso, integra uma rede de outros CONARes, chamada International Council for Advertising Self-Regulation, que tem os CONARes do mundo inteiro, entre eles os principais reguladores da publicidade, no caso do inglês, que foi atribuído assim, e já ouvíamos os CONARes de outros países relatarem as dificuldades, os desafios com a questão da publicidade de apostas. Então, a gente já sabia que existiria uma necessidade, uma demanda de esforços grandes.

A partir de 2023, com o início da regulamentação, com a criação de não uma secretaria, mas uma coordenação no âmbito do Ministério da Fazenda, foram estabelecidos dois convênios com entidades setoriais, que, então, foram incluídas na autorregulamentação de todas essas outras cadeias publicitárias de veículos, a cadeia de criação e de divulgação da publicidade, e, a partir desse convênio, foi estipulada a criação de regras de autorregulação, a partir do cumprimento da legislação, e toda a aplicação dessas regras, por manejo de queixa e monitoramento proativo – e depois também posso falar mais desse monitoramento, que acho que é um ponto.

O grupo foi formado, mergulhamos rapidamente em toda a legislação de todos os países de referência, até com tabelas comparativas, adotamos todas as salvaguardas que a gente verificou nos mercados de referência, mas a gente também tinha em mente a necessidade de projetar isso para o ambiente digital, e a primeira constatação é muito similar à publicidade de cerveja, de bebida alcoólica: é pela vedação a determinados públicos e vedação do excesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses são os pontos que marcaram, mas, no caso da bebida alcoólica, a regulamentação veio em 1978, em que era, se você for ver hoje a evolução da comunicação, uma era atrás.

Aliás, o Conar tem feito muito...

Essas transformações não param de acontecer. A gente tem inteligência artificial criando conteúdo, o que significa volume.

São cinco princípios. A gente conseguiu simplificar, justamente porque a gente tinha que pensar em como isso ia ser aplicado, já pensando em como seria aplicado.

Por exemplo, a gente tem uma regra de publicidade para criança, e tem divergência.

O consenso é que a criança precisa ser protegida. Aí, tem uma regra no capítulo, na sessão de criança, que fala que a criança não pode sugerir o consumo. O que é sugerir? Então, esse componente de maior abstração e menor precisão acaba dificultando a aplicação em volume. Então, a gente pensou nos focos necessários.

Um, identificação publicitária.

Este é um princípio clássico da publicidade: honestidade com relação ao caráter comercial. O Código de Defesa do Consumidor fala isso; todos os códigos internacionais da publicidade, toda a legislação parte disso. Você tem que deixar claro que é um anúncio. Não é uma opinião, não é uma dica; é um anúncio.

Isso foi ressaltado com o ambiente virtual, pela fusão de conteúdos. Por isso, no caso do influenciador, que é um terceiro divulgando, há recomendação de padronização, rotulagem "publi".

Então, a identificação publicitária é o ponto, porque daí você cumpre todas as regras, e a identificação do responsável: casa de apostas legal.

Então, o ponto primeiro é identificação publicitária.

Segundo: informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A informação correta: não é ganho certo. A gente tem que... O influenciador, para ele pegar as coisas, diz: "Há a probabilidade...". Não é ganho certo, não enriquece. Isso é vedado.

Assim... Isso foi uma cruzada – e é uma cruzada – e é coletivo. Então, quero aqui convidar, porque essa ação...

Há até uma formação de cultura nisso, porque acho que, para os influenciadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – ... a forma de controle é muito diferente. A gente pode, em algum momento, aprofundar nisso, se for o questionamento aqui.

Claro, também há a questão do risco. Então, duas frases obrigatórias: a restrição etária e o impacto do jogo.

Falou-se bastante aqui, e concordo, acho que as informações...

Entre as frases alternativas, poderia haver uma recomendação de alternância, porque a eleita seria a menos informativa sobre risco e impacto. Isso pode ser. Acho que tem vários mecanismos.

A requisição da autoridade, o *call to action*, é um mecanismo que esta Casa já fez – eu até tenho vários, pego todos os exemplos de autorregulação; sou a pessoa que está ali –... E fez no Desenrola; deu acho que 90 dias para o setor trazer uma solução. Foi interessante essa...

Não trouxe...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – Não trouxe, mas foi interessante...

Dar essa oportunidade muda, porque se diz: "Olha, você tem 90 dias para fazer, senão, eu vou fazer isso".

Então, o setor teve uma grande oportunidade. E, aí, a regra vem até de uma forma receptiva pelo próprio setor. Jogo responsável e todas, todas as ferramentas de proteção de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quais são essas ferramentas de proteção de crianças? São calibradas de acordo com os formatos. Hoje você tem, claro, parte de autodeclaração etária, que é o *age gate,* a criança mente, você tem vários mecanismos.

Tem um mecanismo até de *cookie*, em que se ela coloca uma idade, depois coloca outra, não pode, tem um bloqueio.

Então, você tem vários mecanismos técnicos.

Restrição de inserção de lista, porque esses *banners* que a gente vê em publicidade em *sites* são inserções de programática.

Você pode fazer uma lista de acordo com o interesse – isso é feito, é uma técnica publicitária – e uma exclusão também. Então, isso tem que ser excluído.

Os dados sociodemográficos de audiência impactada.

Os anunciantes têm isso. Então, isso pode ser apresentado – os dados –, porque eles querem saber quais são as audiências, qual é o retorno até do investimento.

Então, todos esses mecanismos estão previstos e precisam ser mais demonstrados.

Acho que o que precisa, o que é importante aqui, eu acho que nem vou colocar muito... Duas questões que eu vou ressaltar.

Eu fiz aqui uma apresentação enorme, e, pela hora, mudei, porque isso realmente é algo que tem demandado um esforço grande.

O Conar passou a trazer, depois das regras, depois da aplicação das regras, adotou o sistema de monitoramento tecnológico, que é realizado por todos os outros CONARes do mundo... Todos, não. Desculpem-me: pelos maiores CONARes, alguns muito avançados. É o mesmo sistema usado pela França e pela Índia.

No caso da França, também é o sistema usado pela autoridade financeira da França. É uma ferramenta ótima.

A gente tem apresentado todo o resultado disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse monitoramento, a gente apresenta o relatório do monitoramento, as ações a partir do monitoramento, porque ele detecta, é um filtro, ele detecta conteúdo potencialmente irregular.

Por que é potencialmente irregular? Porque eu não posso deixar a máquina decidir se é ou não. Então, ele detecta, tem uma revisão humana, uma ação conforme as modalidades de infração graduadas.

Existe uma metodologia com base em risco. A gente tem falado isso, a secretaria vem acompanhando tudo isso, e esse é um processo em curso, que precisa muito de clareza e precisão da regulação.

Então, a dificuldade.

Para você aplicar a regulamentação, você precisa de uma regulamentação clara. Por isso, as leis que estão hoje vigentes, as portarias... Que são muito boas: a portaria da Secretaria de Prêmios e Apostas traz mecanismos muito inovadores. Ela fala de *design*. Acho que o primeiro texto... Aliás, acho que tem outro texto também, a LGPD, não é? Mas ela fala de *design*, que é algo que a gente precisa depois avançar também na análise, para não personalizar vulnerabilidade, por exemplo, jogar publicidade para alguém cujo comportamento já esteja detectado como repetitivo ou excessivo.

Então, isso é superimportante, e nessa portaria tem.

Tem um mecanismo multicamadas, que é algo que a gente vê muito na Europa.

Volume.

A gente tem hoje 130 milhões estimados de perfis. O brasileiro tem um engajamento três vezes mais que a média global. Então, se você tem, por exemplo, um número baixo, 130 milhões de conteúdos por dia, como isso é gerenciável manualmente? Então, a gente precisa de alguma estratégia para isso.

Esse monitoramento é uma dessas estratégias. Ele parte de uma regulamentação projetada, uma regulamentação inclusiva, ouvindo o setor, entendendo esses mecanismos, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos eles sejam adotados e acompanhados, para promover transparência e responsabilidade.

Então, eu acho que é o escopo comum de publicidade responsável.

A regulamentação hoje é moderna. A Portaria 1.231 traz também uma coisa que o setor... Eu sei dos nós, mas é outra coisa pioneira: ela dá previsão sobre afiliados.

Não vou tratar aqui...

Existe uma diferenciação entre afiliado e influenciador. Tem uma semelhança também, mas é uma das principais formas de amplificação do alcance das mensagens, e é uma regulamentação interessante.

A gente já fez isso no caso de mensagem ativada. Se você faz um desafio na internet de estímulo, esse desafio tem que gerar um engajamento bom. Se você faz um desafio envolvendo bebida alcoólica, você não pode premiar o menor que se engajou. Então, tudo isso tem que estar previsto na origem, para que, no resultado, dê e seja um resultado adequado, conforme a regulamentação.

Então, essa portaria traz isso. Ela fala de contrato de afiliados; que o afiliado precisa contratualmente seguir a regra. E é um texto interessante. Eu acho que o setor depois pode falar, porque eles têm várias preocupações relacionadas a isso, mas é um texto interessante porque ele, inclusive, traz um mecanismo financeiro, porque, se não cumprir a regra, não recebe. Então, passa a ser um incentivo para quebrar o ciclo de descumprimento das regras.

Voltando, acho que a regulamentação precisa, segura, calibrada, eficaz e proporcional é muito importante. Acho que ela está assim.

Essa regulamentação é importante, e tem sido feito um trabalho gigante – como eles falam, é o ano digital, Ano do Cachorro: sete em um. A gente tem feito um trabalho enorme relacionado a isso, sempre com publicização de tudo e acompanhamento do regulador, e queria também abrir para o legislador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a autorregulamentação se abre e, cada vez mais, é uma ferramenta de que se pode lançar mão, justamente, para esses ambientes complexos e que demandam soluções colaborativas.

Então, voltando, acho que o escopo do Conar – e acredito que do setor – é a publicidade responsável, e a gente tem aqui esse compromisso de trabalho enorme relacionado a isso.

Fico à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Esse termo, "responsável", tem me incomodado tanto – vou ser muito sincero –, porque a publicidade não tem que ser responsável; a publicidade tem que seguir o que a norma efetivamente determina. Não é que é responsável.

Todo mundo tem responsabilidade social; não precisa estar escrito, não se precisa repetir isso. É o jogo responsável, a publicidade responsável... E aí? E estamos nessa zona de publicidade de *bet*, causando que os Senadores aqui já se inclinem, inclusive, para a proibição total. É aí que estamos chegando.

Como disse a Juliana, muito bem, o que eu quero trazer aqui no relatório é o como – é o como! Porque o Anexo X, as normas regulamentares, a autorregulamentação que o Conar coloca, é muito principiológica. Tanto é, que ela dá cinco frases para o cara escolher qual é, e ele pega logo a que menos impacto tem no público-alvo, que é "joguem de forma responsável" ou "jogo responsável". Tem outras quatro ali muito mais contundentes.

A gente vai ter que regulamentar e dar uma frase, como é no caso do cigarro.

A gente precisa regulamentar horário e a gente precisa cuidar dessa questão do jovem e da criança, porque, desculpa... Até já adianto a minha pergunta se o Conar também – aí por ignorância minha, eu dei aula de Ética e Comunicação lá atrás, ainda não tinha as redes sociais –, se a publicidade nas redes sociais também são... São? Ótimo, então, melhor ainda, porque para mim a grande dificuldade está lá, em como disciplinar a publicidade nas redes sociais sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apostas, porque esses filtros para idade, para criança, não funcionam. Infelizmente, hoje aqui não tem um integrante de rede social, embora eu tenha pedido. Falei para eles: "Tragam a solução". Então, às vezes o "como" é restringir totalmente, na falta de uma alternativa. Não era o que eu gostaria, mas se o próprio Conar diz que o problema é o "como", então, eu tenho que trazer o "como"! Vamos trazer o "como"!

Na televisão, é tranquilo. Coloca-se lá um horário. Se quiser pegar um modelo, há o da Inglaterra. Para ser um pouquinho mais flexível, põe lá tantos minutos antes do jogo, tantos minutos depois. Agora, a publicidade em rede social, porque ela promove o alcance, porque ela não tem ferramentas para inibir que essa publicidade chegue em jovens e crianças, está malparado o "como". A única maneira que me restou aqui pensar é restringindo, como inclusive está no meu relatório preliminar.

Com relação aos afiliados, aí que está, você tem um afiliado e você tem aquele outro que faz a publicidade subliminar, que não está afeta por essa legislação. Você abre aí o YouTube, põe "cassino", você vai ver, o cara vai ensinar como é que você joga no cassino de modo informativo. Eu sou um liberal, não iria restringir isso, mas no final ele joga para o *site* de aposta – ilegal, ainda por cima. Então, essa questão aí, para mim, tem uma maneira de resolver aqui também. Aí sim, nesse caso, é a restrição: proibir que pessoas participem de propagandas de apostas.

O Senador Romário ainda veio e me trouxe aqui o apelo, que registro, para que, no caso das apostas esportivas, abra-se uma exceção para ex-atleta, por uma questão social, e eu tenho refletido muito a respeito, o Senador Romário sabe.

Sica, eu até falei na última audiência que recebi uma mensagem sobre a situação do Aldair, campeão mundial, que vive emprestado e com ajuda de uma associação – acho que de atletas até – lá do Espírito Santo, ganhando R$3 mil por mês. Enquanto isso, tem um ex-atleta que, talvez porque o produto dele seja melhor, venda mais, está lá ganhando fortuna na *bet*. E o Aldair? Será que eu vou conseguir atingir o Aldair também, querendo atender ao pedido do Romário ou será que eu vou estar atingindo o ex-atleta medalhão que acabou de se aposentar?

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA (Para expor.) – Portinho, desculpe interrompê-lo, mas dando uma ideia, e o FAAP, que era o Fundo de Apoio ao Atleta Profissional, que estava na Lei Pelé? Os clubes tentaram mudar para um fundo privado de previdência... Os clubes não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiram tirar da Lei Pelé. Na verdade, tiraram da Lei Pelé, devolveram para a Lei Geral do Esporte, com um *lobby* enorme, e nunca faz absolutamente nada. Então, temos que reviver o debate sobre o fundo de previdência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é importante. Quanto a essa questão do fundo de previdência dos atletas, acho que até o Romário tem um projeto sobre isso aqui no Senado.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Temos que abordar de forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa discussão está mal-endereçada desde lá de trás, sim. A gente sabe que são associações, grupos quase que como uma panela, e é muito dinheiro que os clubes pagam sobre 1% das transações, das transferências.

Isso aí está muito malparado, mas, assim, voltando à questão das pessoas na publicidade, a única coisa que me seduz de alguma maneira, porque eu sou sensível, é a questão dos ex-atletas, porque o afiliado, o cara que faz subliminar está resolvido. Isso vai ajudar a fiscalização – a gente vai escutar a Betano em seguida, eu já coloco – e vai ajudar a fiscalização dos irregulares, porque, se tiver uma pessoa numa propaganda ou uma pessoa subliminarmente incentivando a aposta, a gente já vai saber que é proibido, a gente está ajudando a fiscalização.

E, aliás, faço aqui o registro: tenho informação de que o órgão do Governo, a Secretaria de Prêmios e Apostas, não está recebendo os recursos, por isso está tendo muita dificuldade de fazer a fiscalização. Aliás, Senador Magno, a você, que está na CPI das Bets, é interessante isso. Parece que os recursos estão sendo represados lá no Ministério da Fazenda, onde for, e não estão chegando para o órgão que é responsável por fazer a fiscalização. E sem dinheiro ele não faz a fiscalização.

Então, como, aliás, a minha emenda foi recusada... Eu queria criar um grupo tático especial do Ministério Público para o combate, financiado com o recurso das apostas, e falaram: "Não, joga para a segurança, isso aí já vai estar contemplado", e a gente não tem hoje um grupo tático; tem diversos Ministérios Públicos de estado com várias denúncias de manipulação de resultado no futebol, nada concentrado, ninguém com poder de polícia efetivo para dar o bote

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rápido, como tem que ser. Então, a mesma coisa com relação à fiscalização. A gente tinha lá uma emenda para botar o dinheiro carimbado para isso: "Não, joga para o Governo, o Governo vai se organizar". E agora deve estar lá no Ministério da Fazenda sendo usado em outras coisas que eu prefiro nem saber.

Enfim, muito obrigado, Juliana, pela sua participação.

Eu vou passar a palavra imediatamente ao representante da Betano.

Como eu tenho feito de dois em dois, se o Senador Magno Malta ao final quiser interceder ou esperar o final de tudo, é melhor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu estou esperando o Girão voltar para eu comer alguma coisa.

Na verdade, eu fui ali, me chamaram, eu pensei que era comida, mas eram dez Vereadores que estavam lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eles te pediram, era muito pedido.

Vai lá, vai lá, Gallo, por favor.

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Carlos Portinho, o Senador Magno Malta, os meus colegas de mesa, as demais pessoas presentes.

Quero dizer que estamos muito agradecidos, Senador, pelo convite, pela oportunidade de contribuir com esta audiência. É uma discussão muito importante para as operadoras de aposta de quota fixa autorizadas a atuar no Brasil pelo Ministério da Fazenda.

Em nome da Betano, quero começar por destacar que nós temos como princípio a defesa de uma publicidade responsável no setor de apostas.

A Betano foi fundada há 13 anos na Grécia e hoje está presente em mais de 20 países na América Latina, na América do Norte, na Europa e na África. A empresa opera exclusivamente em países que já regulamentaram ou estão em via de regulamentar o setor de apostas *online*, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi com base nesse compromisso que a gente iniciou as nossas operações no Brasil, em 2020, quando o marco legal permitiu o ingresso de operadores. Nós fomos inclusive a primeira empresa a solicitar junto ao Ministério da Fazenda a licença, assim que o processo foi aberto.

A gente atua com base em padrões de *compliance* rigorosos em todos os mercados em que a gente está presente, e o nosso objetivo é contribuir com essa nossa experiência internacional para o fortalecimento de um marco regulatório que proteja a sociedade, que assegure o jogo responsável e que também gere arrecadação tributária para o Estado brasileiro.

A discussão sobre publicidade é parte indissociável desse esforço, e ela vai muito além da mera exposição de marca, Senador, ela deve ser encarada como um instrumento de distinção entre operadores legais e ilegais.

O Congresso Nacional, por meio das legislações que foram aqui aprovadas nos últimos anos, e o Governo brasileiro, por meio do processo regulatório que entrou em vigor em janeiro recente... Reforço, como vários colegas mencionaram: acho que é importante lembrar que esse é um processo recente que ainda está tomando efeito. Tanto as legislações quanto a regulação deram contribuições muito importantes para fortalecer o mercado legal de apostas no país, mas o Brasil ainda enfrenta um importante desafio, que é o combate ao mercado de apostas ilegais.

Faltam ainda dados consolidados, mas se sabe que hoje uma parte muito significativa das apostas ainda é feita em plataformas não autorizadas, o que causa prejuízos para as pessoas, para a sociedade e também para a economia brasileira.

Enquanto nós, os operadores autorizados, estamos submetidos, Senador Portinho, à supervisão de órgãos como o Ministério da Fazenda, o Banco Central, o Coaf, estamos obrigados a ter rigorosos mecanismos de controle para proteger as pessoas e garantir a rastreabilidade dos fluxos financeiros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, mas o Banco Central, *pero no mucho*, né? Na CPI, o Banco Central diz que não é função dele, não.

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – De qualquer forma, estamos submetidos aos órgãos responsáveis, Senador. E lembro que**,** de outro lado, o mercado ilegal abre espaço para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes como lavagem de dinheiro, como evasão de divisas, como financiamento de organizações criminosas, o que de novo acarreta problemas sociais e perdas bilionárias para os cofres públicos.

É muito importante ressaltar, Senador, que plataformas como a Betano, que são as operadoras legais, são as únicas que têm mecanismos para prevenir a entrada de crianças e adolescentes na plataforma. Enalteço inclusive a emenda do senhor. O senhor sabe disso, tem acompanhado. E não é só no cadastro, não. O senhor falou dos nove minutos para fazer o cadastro, mas não é só no cadastro. Em vários momentos da navegação a pessoa precisa fazer o reconhecimento facial: quando vai depositar dinheiro, quando vai retirar dinheiro. Então, isso é um mecanismo constante que só as plataformas legais têm, o que torna muito difícil que os menores estejam na plataforma, Senador Magno. E os operadores ilegais não têm nenhum tipo de mecanismo de controle para impedir que crianças e adolescentes joguem em suas plataformas.

Da mesma forma, são as operadoras legais que têm mecanismos para alertar as autoridades e as entidades internacionais sobre potenciais violações à integridade no esporte, como o fizeram, inclusive, em casos de vulto que foram aqui mencionados.

A Betano, Senador – é importante dizer isto em relação à questão do vício, Senador Magno –, tem não só sistemas, como tem equipes que ficam detectando padrões de comportamento de jogo não saudável, justamente com o objetivo de impedir que apostadores que estejam demonstrando um determinado tipo de comportamento possam fazer apostas. Às vezes, é alguém que está fazendo muitas apostas, está jogando muito à noite, ou ele está tendo muito bloqueio de depósito, porque ele já estourou o limite do cartão de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas trava para ele?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Trava, trava. Nós temos equipes e sistemas que se dedicam exclusivamente a isso. Isso, plataformas como a Betano, que são operadoras legais, têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Só um minutinho. Na prática, como é que a gente fica sabendo disso? Tem como mostrar isso de uma forma material, como é operado isso?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Senador, eu precisaria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tipo aqui, no telão, para gente ver como é que funciona.

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Eu precisaria verificar junto à empresa como é que a gente pode. É claro que a gente também tem que tomar um certo cuidado, porque quando a gente dá muita transparência a isso, as pessoas também entendem como elas podem burlar o sistema, mas eu vou verificar, Senador, como a gente pode dar um pouco mais de transparência para esse...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, porque como a gente vai legislar naquilo sobre que não tem conhecimento?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Magno, isso é muito importante. Eu até ensaiei entrar nesse assunto, mas depois eu retrocedi no relatório, porque a gente vai tratar de publicidade nas apostas. Isso que ele está falando é fundamental, e que bom que tem empresas que já fazem isso. Eu tive até a conversa com uma outra e disse que isso deveria estar sistematizado entre as próprias empresas, porque também ele trava lá, mas o cara vai para outra. Entendeu?

Talvez uma legislação, conhecendo como é feito o trabalho, o que for trabalho sério dessas empresas, que limitem o acesso ao jogo daqueles que estão manifestando alguma compulsão, ou, eventualmente, como eu soube de outra, que eles fazem... Como fazem muitas *fintechs*, empresas de investimento no mercado financeiro, elas querem saber qual é o seu perfil de investimento, quanto é que você ganha, para ela poder, no caso do jogo, dimensionar quanto que ela pode lhe dar de crédito. Ela saber talvez não breque, mas que ela o advirta: "Olha, você está jogando muito, você já jogou tanto", porque ela sabe qual é a sua renda. Na questão do Bolsa Família, em vez de proibir o jogo, que tenham mecanismos. Eles têm esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismos para identificar a origem dos recursos através de um outro projeto, que tem meu apoio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É mais ou menos o mecanismo que os bancos utilizam hoje. Por exemplo, eu, depois de 19 horas, posso passar um Pix de qualquer valor, o banco não passa, porque eu não estou acostumado a fazer aquilo nesse horário. Passou de meia-noite qualquer valor, nada libera, nem depósito, nem saque, nem nada. Seria mais ou menos isso?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Senador, é uma série de sinais com os quais a gente trabalha que indicam que alguém tem um comportamento problemático. A gente faz comunicação frequente com os apostadores para lembrá-los de que eles precisam... De que aposta tem que ser um entretenimento saudável; não é uma forma de ganhar dinheiro. Tem que ser um entretenimento saudável. E os alertas acontecem quando a gente detecta padrões de comportamento que sejam problemáticos.

A gente também tem mecanismos que permitem às pessoas, por exemplo, limitar o valor de aposta que elas querem fazer, limitar o tempo que elas querem passar dentro da plataforma, mas, de novo, a gente mesmo tem mecanismos para detectar isso e, no limite, impedir que aquele apostador siga apostando dentro da nossa plataforma. Os ilegais não têm esse mecanismo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seria interessante – se me permite a sugestão, Senador Magno; eu estarei interessadíssimo assistindo – puxar uma audiência pública para a gente entender quais são esses mecanismos que as empresas... Não uma só, porque às vezes há troca das experiências. Para a gente entender. Eu acho que esse tema é interessante, até, principalmente, pelo problema do Bolsa Família, que está sendo usado em aposta. O volume é absurdo!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente, porque o cartão do Bolsa Família tem numeração como qualquer outro cartão. Acho que nós já avançamos na tecnologia, dá para entender se aquilo está sendo pago com o cartão do Bolsa Família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Cruzar com o CPF, que aí chega no número...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, eu acho que cabe a gente fazer uma audiência pública e trazer até gente de banco mesmo, que já opera essa tecnologia.

Eu mesmo fui convidado por um médico famoso, um cara famosíssimo me contatou, fez um contato comigo dizendo que era meu admirador, que se fosse político iria agir igual a mim, que eu o representava e tal. Eu falei: "Você é doido". (*Risos.*)

E que gostaria que eu fosse na clínica dele. E eu fui, lá em São Paulo. Fui muito bem recebido, muito bem tratado.

No final, um grupo me acompanhou, puxou a cadeira para eu sentar e estava lá uma nota de R$5 mil para eu pagar a consulta. Falei: "Que consulta? Eu não pedi a consulta a vocês. O cara fala que é meu fã, me pede para vir aqui. Agora eu vou pagar R$5 mil?". "Não, mas aqui funciona assim." "Como assim? Não, manda chamar o cara". "Ele está lá no sexto andar". O cara não desceu. Uma confusão, confusão. Eu peguei meu cartão de crédito e assim... Mas no veneno, e eu ia resolver no veneno, dei meu cartão de crédito. Era mais ou menos 2h30 da manhã. Eu cheguei na clínica do cara às 18h, mais ou menos. E, assim, um me chama num lugar, outro me chama em outro. Não, eu falo: "Não, eu já faço isso aí, eu malho e tal. Tudo você está me mostrando aí eu fiz. Pedi nada a ninguém". O que eu quero dizer é o seguinte, que quando foi – e eu puto, mas dei o cartão –, o banco, pum... Numa hora daquela, né? E aí, eu assinei uma promissória. O cara me convidou para dizer que era meu fã. Estou quase dando o nome do filho de uma égua, cara. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não dê, não. O que importa é que o banco...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Se eu der o nome dele aqui, ele vai dançar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O banco ó, pá: cortou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente interrompeu, Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Assinei uma promissória. Eu interrompi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu interrompi, na verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu quis falar do banco, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Do banco, é isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O banco não deixou, né? Aí ficou parecendo que eu não tinha nada na conta. Na verdade, eu ia dividir aquilo lá umas 20 vezes, sei lá o quê. Mas esperei amanhecer o dia, tinha assinado o documento, e fui atrás dele, do indivíduo: "Rapaz, eu não lhe pedi nada. Você me chamou porque queria me conhecer". Então, quando eles me cobraram esses R$5 mil, como eu não estou acostumado com isso, nunca aconteceu isso, já madrugada, o banco então...

Acho que nessa audiência pública, como os bancos já operam dessa forma, além de chamar quem está fazendo dessa forma, a gente chama também o banco para a gente entender que tipo de tecnologia é essa e como funciona, para que a gente possa fazer um relatório mais robusto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Eu agradeço, Senador Portinho, Senador Magno Malta, porque isso também permite que a gente explique um pouco mais sobre o nosso trabalho. É um mercado novo e ainda há pouca compreensão sobre como plataformas como a Betano operam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, retomando aqui – estava fazendo, então, essa distinção entre o mercado legal e o ilegal –, queria reforçar que a nossa experiência internacional demonstra que a publicidade é uma peça-chave no combate ao mercado ilegal.

O senhor afirmou, na primeira sessão desta audiência – e tem afirmado –, que a propaganda ajuda a separar o joio do trigo, porque é por meio dela que os consumidores sabem quais são as empresas autorizadas a operar no país ou não, aquelas que respeitam a lei, que respeitam os consumidores, a proteção dos menores, em contraposição àquelas que ignoram todas essas obrigações. A gente sabe que o início de uma nova legislação levanta dúvidas sobre o tema do alcance da publicidade. Aqui o Flávio Lara Resende, da Abert, trouxe o exemplo italiano e eu queria reforçar que, após a entrada em vigor da regulação que impôs restrições severas à publicidade, o efeito imediato foi a expansão do mercado ilegal e a queda drástica do que a gente chama de canalização, que é a proporção de usuários que apostam no mercado legal *versus* no mercado ilegal. Hoje a canalização italiana está entre as mais baixas do mundo e, como o Flávio disse, o Senado italiano está trabalhando para rever essas restrições. Em contraposição, o Reino Unido, que foi pioneiro na regulação do setor de apostas, já há muitas décadas, só começou a discutir eventuais restrições após mais de duas décadas de um mercado regulado, com uma canalização acima de 80%; ou seja, primeiro se consolidou um setor robusto e confiável e só então se iniciou um debate sobre possíveis ajustes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – O Brasil, neste momento, se assemelha muito mais ao estágio inicial vivido pela Itália, e o único beneficiado por uma eventual proibição generalizada da publicidade vai ser o mercado ilegal.

Já foi destacada aqui também – e vou me encaminhando para o final, Senador – a importância do setor de apostas, da publicidade do setor de apostas no esporte brasileiro. Nós temos impulsionado não só as categorias clássicas, o futebol masculino, mas também o futebol feminino, as categorias de base, preenchendo uma lacuna que antes era ocupada, como o senhor mesmo destacou, por patrocínios públicos. E, com isso, recursos que antes vinham de estatais ou de bancos hoje podem ser direcionados a outras áreas, como saúde, como educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente entende que é preciso aguardar os efeitos da nova regulação – em vigor, como eu falei, desde janeiro apenas – e priorizar o combate ao mercado ilegal. No entanto, caso o Congresso Nacional decida aperfeiçoar a legislação, nós sugerimos medidas como o estabelecimento legal de princípios de veracidade e responsabilidade na publicidade, a obrigatoriedade de mensagens claras sobre a proteção de menores e pessoas vulneráveis, a promoção explícita do jogo responsável, a exibição das informações da licença estatal nas peças publicitárias e a integração de diretrizes do Código de Defesa do Consumidor. Boa parte dessas medidas já está, Juliana, prevista em normativos de autorregulação como os do Conar, mas carecem de respaldo legal formal.

Para concluir, quero reforçar que a gente acredita que a aposta deve ser uma forma de entretenimento responsável, realizada com responsabilidade, e que a regulação da publicidade deve refletir esse compromisso.

Esse setor tem potencial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Já concluo, Senador.

Esse setor tem potencial para gerar empregos, fortalecer o esporte, proteger as pessoas e contribuir com recursos significativos para políticas públicas nas áreas previstas em lei.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Só para ter uma noção, perguntando diretamente, a Betano patrocina a camisa de clubes?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Nós já patrocinamos clubes, Senador. Atualmente nós não patrocinamos nenhum clube; nós patrocinamos o Campeonato Brasileiro, a Copa do Brasil, o Campeonato Brasileiro Feminino de Futebol, além da Supercopa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Betano também faz patrocínio em placas de publicidade?

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Faz.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, nós estamos falando de criar lei, modificar lei – no relatório de V. Exa., nós estamos falando de lei –, mas lei para que país? Para este país aqui cumprir?

Eu estou falando de lei, porque vai parecer que eu estou saindo do assunto, mas eu não posso me calar diante de tanta canalhice praticada pela Justiça do Brasil. Justiça... Não pode chamar essa baboseira de Justiça. E não pode chamar esse monte de cínicos de ministros.

Está aqui, na coluna do Paulo Cappelli que oficial de justiça procura, rodeando o hospital, notificar Jair Bolsonaro na UTI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O cara intubado – intubado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Canalhas! Mil vezes canalhas! Canalhas! Urubus, abutres, canalhas! Sem sentimento.

Olha o que diz a lei. A lei diz, no art. 244:

> Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:
> I - de quem estiver participando de ato de culto religioso [você tem que esperar o culto acabar ou a missa acabar];
> II - de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes;
> III - de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento;
> IV - de doente, enquanto grave o seu estado.

Jair Bolsonaro tem 15 dias de uma cirurgia invasiva de 12 horas, fruto de uma facada programada, dada por um canalha, a serviço da politicagem deste país. E um dos destruidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da nação brasileira que fez escoar o dinheiro, preso na Lava Jato, preso no mensalão, dando uma entrevista de cara dura, disse: "Nós erramos muito, o PT, erramos até na facada".

Essa perseguição implacável a Jair Bolsonaro, a sua família... Mas Jair Bolsonaro ainda sofre os efeitos dessa facada dada por Adélio, o homem mais importante do Brasil, o mais guardado, o mais protegido: não dá para quebrar o sigilo dele, dos telefones nem dos advogados. Na OEA, eu fui falar sobre o Adélio, tomei um processo no Supremo. Que me deem outro processo, abutres de capa preta! Mil vezes canalhas!

V. Exa. me desculpe. A audiência não é para tratar desse assunto, mas nós estamos falando de lei. Que lei? Qual Constituição? Aonde? Para quem cumprir a lei? Para os caras que sentaram nessas cadeiras aí – pelo amor de Deus! –, como um santinho ou uma santinha de pau oco, mentindo, estelionato judicial, para poder ser aprovado, depois ser aprovado no Plenário e ser mandado para guardar a Constituição?

Há uma perseguição implacável a Jair Bolsonaro. É um absurdo isso! Eu imagino o avexamento desse oficial de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A sua indignação é minha, é nossa. São abutres, pior, são urubus de capa preta, rondando a carniça. Essa é a imagem do que você mostra hoje. Senador Magno, é só porque os nossos convidados... A minha indignação é a mesma.

Eu vou até pedir para o senhor sentar aqui, porque eu preciso ir ao toalete um instantinho, se puder presidir. Eu dou a palavra aqui para o Sica. Eu juro que serei breve, porque tenho o maior interesse em ouvi-lo, Sica. Sente só um segundo aqui, porque eu estou desde as 10h da manhã.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Senador, quer que aguarde?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. O Senador Magno vai presidir e depois serei breve.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O próximo é o Sr. André Carvalho Sica, Advogado especialista em Direito Desportivo.

Está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador. É um prazer estar nesta Casa. Depois cumprimento propriamente o Senador Portinho também, grande amigo, e colegas de mesa. É sempre uma honra estar num debate tão elevado e tão importante para o país.

Bom, senhores, na verdade, eu vou dar sequência à fala do meu querido colega Dr. Álvaro Chaves em nome dos clubes brasileiros. Eu acho que a gente trouxe uma indústria para falar aqui, trouxe uma indústria para ser representada, e é importante que se demonstre o quão importante é esse setor de apostas para essa indústria.

Senhores, o meu *background*. A minha vida inteira eu trabalhei com esporte, na verdade, uma vida inteira não, mas a minha vida profissional – são 20 anos dedicados ao esporte. Eu advogo para diversos clubes brasileiros, eu represento correntemente diversos clubes brasileiros. Eu sou hoje um dos advogados responsáveis pela criação dos movimentos de liga, nominalmente a Libra, mas estou no movimento de liga desde os primórdios dessa discussão. Tivemos êxito em fazer a Libra, tiveram êxito em fazer a LFU, e os dois movimentos, se tudo der certo, serão unidos em breve.

Portinho, meu amigo, queria cumprimentá-lo pessoalmente e agradecer sua presença aqui. Eu estava contando um pouquinho do meu *background* e acho que é impossível falar desse *background* sem mencionar que talvez no início da minha carreira estávamos muito juntos, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Militamos juntos, trabalhamos juntos, trabalhamos na Justiça Desportiva lado a lado, e eu criei uma grande admiração pelo Senador Portinho. Então, é uma honra estar aqui com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se não fosse a política ter me trazido para cá ou para outros destinos, estaríamos ainda nos tribunais juntos.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Muito provavelmente.

Bom, Senador Portinho, recebi um convite inusitado, inesperado, do Senador Romário. Foi um prazer. Inclusive, estendi esse convite à minha família, porque não é todo dia que você recebe um convite, com honra, do Senador Romário. E esse convite estava muito baseado, muito provavelmente, no fato de a gente ter feito uma defesa no STF a respeito da proibição da publicidade em apostas esportivas. E eu acho que o setor foi muito eloquente. Naquela oportunidade, a gente levou uma manifestação dos clubes, de 31 clubes, falando, se manifestando contrariamente, na verdade, à proibição da publicidade nas apostas esportivas.

Mais uma vez fui chamado, mais uma vez fiz a consulta aos clubes. Senador Portinho, eu diria que os clubes foram ainda mais eloquentes dessa vez. Hoje eu represento aqui, nesta mesa, eu e o Dr. Álvaro, 53 clubes brasileiros – 53 clubes brasileiros –, dos quais todos os clubes da Série A, todos os clubes da Série B, oito da C, oito da D e um sem série, mas acho que, ao final da nossa fala aqui, vale a pena, inclusive, eu dar nome a todos os clubes para fazer jus à minha representação e para que eles se sintam efetivamente representados.

Senador Portinho, a resposta deles foi unânime: contrários a qualquer projeto de lei que proíba a publicidade, seja em estádios, seja nos meios de comunicação, porque os clubes, na verdade, obviamente, além de como uma fonte de renda importantíssima, e eu já vou passar isso, entendem a publicidade como uma fonte de informação: é uma forma clara de você distinguir quem é uma operadora séria que faz o trabalho, como o meu colega Fernando falou aqui, e quem são as operadoras que tratam ilegalmente o mercado.

E eu vou dar essas razões, vou dar claramente as razões dos clubes. Tudo começa justamente na ilegalidade. A partir de 2010, o mercado foi absolutamente inundado pelas operadoras ilegais. Essas operadoras ilegais passaram a fazer publicidade ilegal, começaram, aí sim, a inundar o país e causar o problema em que, de fato, a gente está.

Bom, em 2018, vem a 13.756, com o intuito justamente de legalizar as apostas, mas carente de uma regulamentação. Só que essa regulamentação não vinha, não vinha, não vinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por mais de cinco anos, o Governo não trouxe essa regulamentação. Acho que todos nós desta sala vivemos, experienciamos isso. Mais uma vez, houve uma inundação de publicidade ilegal, uma inundação de operação ilegal, as operações eram feitas de... Senhores, a gente, como advogado, conhecia muito bem a operação: *site* de palpite que levava para *site* de aposta no exterior, irrestritamente, crianças, adolescentes, senhores, enfim.

Bom, foi só em 2023 que a gente teve a 14.790, cinco anos depois. E a 14.790 criou requisitos de licenciamento, criou o mecanismo de controle de apostas, educação, tratou de publicidade e efetivamente trouxe um novo mercado, um novo setor, e acho que aqui a palavra novo é muito importante, é um novo setor. A gente talvez esteja atacando esse setor de forma muito prematura, porque – e aí, Juliana, eu queria mencioná-la pessoalmente – apenas há pouco tempo veio o Anexo X magistral do Cornar, obviamente provocado pelos recentes debates, os debates decorrentes justamente da 14.790. O Anexo X, Senador Portinho, é extremamente bom, ele é muito claro ao criar mecanismos de identificação de apostadores, proteção a crianças. E a gente precisa verificar a aplicabilidade do Anexo X.

Os clubes, muito além de serem contra a restrição à publicidade das apostas, os clubes são favoráveis à fiscalização do Anexo X. A gente precisa, Senador Portinho, se a gente pudesse se adiantar em uma sugestão já – eu sei que a gente normalmente deixa as sugestões para o final –, mas a sugestão legislativa aqui mora muito mais em aparelhar a fiscalização, dar força e musculatura para o Cornar, do que propriamente em criar proibições. Eu acho que este é o caminho.

Bom, senhores, de qualquer forma, a gente não pode se esquivar de dizer que hoje a publicidade de apostas é essencial ao esporte, nominalmente essencial ao futebol. Ela deveria... Obviamente eu convido inclusive as operadoras, as casas de apostas para que também olhem para o hipismo, para que também olhem muito para o futebol feminino, mas o futebol masculino hoje tem, na publicidade de apostas, a sua grande fonte de renda e, mais do que isso, a grande fonte de fomento do sucesso atual do futebol brasileiro. E, senhores, eu não estou falando, perdão, da seleção brasileira – porque isso, obviamente, é um outro assunto, tem que ser tratado de uma outra maneira –, mas estou falando, sim, do sucesso dos nossos clubes. Hoje todos os clubes da Série A – todos – têm algum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – ... patrocínio de apostas, todos! Dezoito deles têm seu patrocínio *master*. Mais de R$1 bilhão vem para o futebol em patrocínio *master*, Séries A, B, C, D e times sem série, e já foi relatado inclusive aqui pelo nosso querido colega Santoro. Agora, Senador Portinho, isso é um dado importante, acho, para V. Exa.: mais de R$1 bilhão em placas para os clubes. Então, publicidade em estádio, efetivamente, é essencial, porque reverte diretamente para o bolso dos clubes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em estádio, quando você diz, é contando a publicidade nas arenas e as placas ou só as placas?

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Exato, ambas, ambas!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Então, é importante aqui fazer um parêntese de uma distinção relevante. A publicidade em competição é uma coisa, a publicidade em placas é outra, são bolsos diferentes. Obviamente, se tudo der certo, se a gente chegar a um ambiente de liga favorável, se os clubes tomarem conta dos campeonatos, a gente talvez chegue ao mesmo bolso para as mesmas coisas, mas hoje, ao restringir o campeonato às placas, você efetivamente está tirando de um bolso e colocando em outro.

De qualquer forma...

Por favor, Dr. Álvaro. Eu não sei se eu...

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Presidente, só um esclarecimento também para ajudar. Com relação a esses direitos de arenas, já foram negociados inclusive até 2029. Imagino que o Dr. Sica vai falar. Não sei se me antecipei, mas era só para dar essa contribuição também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu tinha essa pergunta.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Exatamente. Acho que é muito importante a gente abordar isso. Eu abordaria, mas não de forma tão clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, como eu disse, Senador Portinho, a publicidade levou o futebol brasileiro hoje, em âmbito interno, a outro patamar. Lembre-se de que a gente falou que as casas de apostas entraram no Brasil legalmente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, é só porque eu fiquei com o que ele falou na minha cabeça, Sica. Você fala do direito de arena, é do *naming rights* das arenas ou das placas?

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Não, das placas.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Ambas.

O SR. ÁLVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES – Já tem contrato fechado de 2025 a 2029. Daqueles valores que eu comentei na minha exposição, por ano, a média é pegando o último contrato de 2025 a 2029.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Hoje, se você restringir, você perde 80% dos contratos em vigência.

Senhores, então, como eu disse, as casas de apostas entraram em 2018. A partir de 2019, a gente tem apenas campeões brasileiros na Libertadores. A diferença de receita dos clubes brasileiros, unindo... Eu sei que o Senador Magno Malta não gosta muito da ideia de SAFs, mas, unindo a legislação da SAF com a lei do mandante e agora as entradas das apostas, elevou-se o patamar de futebol brasileiro em quase 100% de incremento de receitas, o que fez com que o Brasil passasse a ter uma soberania absoluta no mercado sul-americano. Isso, senhores, no futebol, efetivamente é conta, é receita.

E a manutenção... Hoje a gente tem, senhores, querendo ou não – queríamos que estivesse mais em campo –, o Neymar em campo. Que outra forma teríamos se não fosse receita? Temos o Depay. Que outra forma se não fosse receita?

Então, obviamente, a gente tem que tratar de fiscalização, de regulamentação, mas a gente não pode fechar os olhos para os resultados positivos das receitas. A gente tem uma boa parte de atletas sendo remunerados. E a gente está falando não só de atletas ricos, mas de 75% de atletas não ricos sendo remunerados, a gente tem um campeonato tendo incremento, a gente tem um ambiente de liga sendo implementado e provavelmente tendo sucesso nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos anos por conta de incremento de receita. Isso é um fato. Então, esses são os efeitos positivos.

Proibir a publicidade em apostas ou proibir a própria aposta é voltar a sufocar o futebol brasileiro. Acho que a gente se esquece de como o futebol brasileiro estava há duas décadas. O futebol brasileiro estava absolutamente quebrado, Senador Portinho. Hoje o futebol brasileiro, nas SAFs e nas receitas das casas de apostas, encontra uma forma de se reequilibrar.

Obviamente a gente pode falar de gestão, depois, como é que os clubes lidam com esse volume de receitas e assim por diante. E isso pode ser inclusive objeto de um bom projeto legislativo, mas fato é que mecanismos de reequilíbrio econômico foram criados para os clubes.

Então, senhores, sem maiores delongas, os clubes efetivamente entendem que a gente deve regular, disciplinar, principalmente aparelhar a fiscalização – Juliana, acho que isto é o mais importante: aparelhar a fiscalização do Anexo X –, mas nunca proibir ou mesmo restringir os locais de publicidade, sob pena de desinformação e sob pena de falência do futebol brasileiro hoje.

Agora, Senador Portinho, se o senhor me permitir, eu gostaria, até por curiosidade, mas também por devoção, de indicar o nome dos clubes. Inclusive, Senador Portinho, tenho aqui assinado e impresso o Manifesto dos Clubes. Se esta Casa quiser, eu posso manter aqui. Então temos, da Série A, em apoio a esse manifesto: Atlético Mineiro, Bahia, Botafogo, Ceará, Corinthians, Cruzeiro, Flamengo, Fluminense, Fortaleza, Grêmio, Internacional, Juventude, Mirassol, Palmeiras, Red Bull, Santos, São Paulo, Sport, Vasco da Gama e Vitória. Aliás, no STF, eu falei o nome completo de todos os clubes, peço desculpa, mas se eu falar o nome completo, são tantos clubes agora, eu vou tomar muito tempo desta Casa. Na Série B, e daí voltando, temos times do Amazonas, inclusive o Amazonas, América Mineiro, Athletic, Atlético Paranaense, Atlético Goianiense, Avaí, Botafogo de São Paulo, Chapecoense, Coritiba, CRB, Criciúma, Cuiabá, Ferroviária, Goiás, Novorizontino, Operário, Paysandu, Remo, Vila Nova, Volta Redonda. Série C, apoiadores: Brusque, CSA, Guarani, Ituano, Londrina, Ponte Preta e Ypiranga. Série D: América-RN, Barra, Joinville, Manauara e Manaus. E sem série: Hercílio Luz.

Então, senhores, Senador Portinho, este carinhoso depoimento aqui foi apoiado por 95%, no mínimo, da torcida brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Querido palestrante – falo querido porque é amigo de longa data –, André Sica, por quem tenho o maior respeito como advogado que tanto constrói para o futebol brasileiro, sua representatividade aqui é a representatividade, certamente, não só desses clubes que assinam, mas de todos, até porque vejo que o próprio Amazonas, que assina, é dos únicos cinco clubes da Série B que ainda não fecharam acordos de patrocínio com empresas de *bet*, o que não significa que ele não tenha interesse em fechar e, por isso, é lógico que ele tem toda a legitimidade em apoiar.

Eu venho do esporte, advoguei para muitos desses clubes, como você sabe, e muitas vezes junto com você, entendo, e, como eu disse aqui antes, o esporte escolheu as apostas. Eu lamento, lamento, mas eu respeito a decisão, eu fui vencido. O que me cabe aqui é tentar criar um ambiente saudável, dentro do possível do que seja saudável, para que as apostas também não matem o nosso futebol.

Eu estava aqui... Espere aí que eu me perdi. Antes de passar, Lúcio, peço um pouquinho mais de paciência. Eu estava vendo o Anexo X das apostas, tão falado – falam que tem que esperar, que é suficiente, e eu acho que ele é muito mais principiológico do que efetivo–, e eu parei na p. 4.

Na regra geral, no final, está escrito o seguinte: "As publicidades de apostas devem ter especial atenção à necessidade de serem protegidas crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de vulnerabilidade". Lindo, lindo! Aí eu abro aqui meu X, e a primeira coisa que eu recebo é o tigrinho. Preciso dizer mais alguma coisa para mostrar que, se a gente não regular aqui, o Anexo "X" é para inglês ver?! Eu já dei o exemplo das frases. Agora, por curiosidade... E eu não o tenho todo na cabeça, eu parei na p. 4. Se você quer proteger a criança, você não pode admitir que uma propaganda – desculpe-me o Conar – do tigrinho, que me inunda no X... E o X falou para mim: é só você dizer que você não quer receber. Bacana! Eu fui lá dizer, e aí pedem para eu pagar o pacote *premium*, ou seja, eu tenho que pagar para não receber a propaganda da aposta. Isso é uma palhaçada! E ainda tem o tigrinho, que é a coisa mais infantil! Quer publicidade que atinge o jovem de maneira mais direta que uma publicidade com animação? É o coelhinho, é o tigrinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que ser claro na lei, objetivo: não vamos permitir – e essa, sim, é restrição – publicidade de animação. Pronto! Não pode! E, aliás, tem restrição semelhante no cigarro, na bebida, do próprio Conar, inclusive. Então, essa história de que é muito breve a legislação, de que ela acabou de entrar em vigor, de que o Conar tem experiência com cigarro e bebida que causa o vício igual... O seu anexo diz que a regra geral é o cuidado com a criança e com o adolescente, com a juventude para que não sejam alvos de aposta, e a coisa que eu mais vejo no meu X é a propaganda do tigrinho, a coisa mais infantil. Essa propaganda não é para mim, essa propaganda é para criança, é para gente analfabeta, coitados, é para pessoas que estão na maior vulnerabilidade... Então, ou a gente cria normas efetivas... E, infelizmente, Sica, a gente vai ter que disciplinar a propaganda, sim! E eu quero fazer junto com o setor, porque eu não quero matar também... Eu respeito a escolha do esporte, que escolheu as apostas, e não quero matar sua fonte de renda maior hoje, mas quero lembrar que essa fonte de renda é resultado da perda de muitas famílias brasileiras, porque, se as casas de apostas podem pagar o que estão pagando, é porque tem alguém perdendo na mesma proporcionalidade.

E com o que o Senador Girão falou os clubes deveriam se preocupar, porque eles podem ganhar nas apostas, mas eles vão perder no sócio-torcedor, porque a sua torcida vai ficar endividada.

A gente precisa do mínimo de razoabilidade. Eu não preciso nem desenhar. Vocês viram aqui quatro Senadores, inclusive o autor da proposta: é restrição total. E acho que fizeram muito bem tanto a Betano quanto os clubes, a CBF e outros aqui ter defendido que a restrição total talvez não seja o melhor caminho. É o que eu penso também, eu também penso isso, mas ter disciplina, ainda que tenham que fazer reajuste de equilíbrio econômico-financeiro em contratos, vai ser necessário, porque o próprio mercado não se autorregulou, ou a autorregulamentação não foi efetiva.

Eu acho um absurdo – vou repetir porque fiquei espantado – o que a Sportingbet gastou para ser a patrocinadora do Campeonato Carioca, e ter lá uma concorrência predatória. Trinta e tantas... Se somar *backdrop*, vão ter umas 30 casas de apostas. O cara paga pela competição, e, dentro do estádio, tem o concorrente dele, mas não é um, não, são 30! Entendeu? Você nem se lembra mais qual é o nome da casa de aposta que você viu no *led* lá no "compre batom", gente! Será que o setor não viu isso? O setor tem experiência em outros países. Por que ele não trouxe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logo isso? Porque ele está formando massa de consumo, eu entendo, prática comercial, isso está gerando mais receita para os clubes, ele está ganhando adesão nas defesas das apostas... Tudo faz parte, mas a gente chegou ao limite. Está aqui, o limite estava aqui, o limite é a proposta de restrição total. E ainda digo mais: acho que é possível construir com os meus pares, como eu tenho conversado com o Senador Girão, respeitando a posição dele, mas me preocupa isso que ele falou. Se se tirar o tubo dos clubes, eles morrem imediatamente. Espero que surja algum outro grande patrocinador no futebol brasileiro, como já teve. Por isso que a questão das placas... Parece que a gente vai reduzir o número de anunciantes nas placas e parece que o clube vai quebrar. Desculpa, gente. Já teve outros vários, não tem só casa de aposta, tem a Caninha 51, até bebida faz publicidade em placa de estádio. Tem tantas outras...

Eu estava vendo ontem o final do jogo do Flamengo, *backdrop*, só tinha uma casa de aposta, eu fiz questão de contar, só tinha uma, Sportingbet, para dizer o nome dela. Eu guardei porque só tinha uma. O resto eram diversas empresas, era empresa de criptomoeda, a cripto.com – vou falar para poder, inclusive, estimular que essas empresas venham –, era empresa de material esportivo... Se não me engano, tinha a Adidas ou alguma outra marca. Eram várias, o *backdrop* estava lotado e só tinha uma casa de aposta. Então, dizer que, se eu reduzir o número dessa massividade de publicidade, vai matar, vai falir o futebol, gente, pelo amor de Deus! Eu assisto a futebol e venho do futebol. Ontem só tinha uma casa de aposta no *backdrop* de uma competição da Libertadores da América, e os clubes, ao contrário, têm faturado ainda mais na Copa Libertadores da América. Não é o número de casas de aposta que vai determinar isso. Desculpa, esse argumento para mim não cola, e eu estou tentando salvar alguma coisa aqui.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, pode, até porque eu citei o Conar.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – Eu queria, primeiro, agradecer...

O SR. FERNANDO GALLO FERNANDES – Juliana, posso só pedir um aparte, senão eu vou perder o voo, Senador. Eu queria pedir máxima vênia para me ausentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, de forma alguma, eu não quero que ninguém perca o voo. Eu quero agradecer, aliás, a contribuição.

Quero dizer que as casas de apostas têm contribuído com o projeto. Acho até, Sica, que os clubes deveriam conversar mais com seus patrocinadores, porque a posição que as casas de apostas tiveram aqui foi pouco oposta à dos clubes. A gente achou muitas convergências com as casas de apostas, do que a gente pode fazer para melhorar o ambiente – e melhorar o ambiente para todos. Eu vou pedir, insistir, Sica, que os clubes tenham também mais diálogo com as casas de apostas, porque tem alguns discursos que não dá, não dá para sustentar aqui, entendeu? Então, vamos para o que dá, porque a outra opção eu acho que é pior para todo mundo.

Juliana, por favor, vamos dar seguimento, até porque eu citei o Conar. Que você desculpe o meu desabafo. É que eu não aguento mais no X a propaganda do tigrinho. Não sou o público-alvo.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE (Para expor.) – Presidente, eu preciso colocar alguns fatores de complexidade. Vou ser rápida.

A Lei 14.790, na Câmara, acabou ampliando o escopo das apostas para o jogo *online*. Essa, todos sabem, nasceu como uma aposta esportiva e foi para jogo *online*. Acontece que o jogo *online* tem esses personagens e eles são autorizados. Então, a partir do momento em que aquele... a gente não tem como proibir determinada apresentação de uma prática que foi autorizada, inclusive com certificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, a prática foi autorizada, mas a publicidade é dirigida à criança. Estou falando do jogo do tigrinho. Estou falando – desculpa, só para situar o Senador Girão, porque isso é muito importante... Muitos vieram aqui e falaram que quanto ao Anexo "X" a gente tem que ter paciência, porque ele vai ser implementado – e falo isso aqui porque eu sou uma pessoa franca, do lado, e que respeita muito o Conar, acho que ele é fundamental. Mas eu li aqui, eu só fui até a p. 4 aqui, rapidamente, porque eu não tenho o Anexo "X" todo na cabeça, regra geral. E, no final, só para situar onde que ela está, tá? Porque ela pediu o aparte, com todo direito. Ele fala assim: "[...] [A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicidade das apostas deve] ter especial atenção à necessidade de serem protegidas crianças, adolescentes e [...] [outras pessoas] em situação de vulnerabilidade". Eu falei: "Lindo isso, mas isso é principiológico, porque eu abro meu X e está lá o tigrinho". Tem publicidade direcionada à criança maior do que uma animação dessa? Então, ela estava aqui me explicando.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – Eu falava também, Senador, que essa ampliação do escopo das apostas para incluir jogo *online* acabou trazendo a utilização desses personagens. Acredito, eu penso, a proposta, todas as ideias de restrição, acho que existe uma importância de solução colaborativa, especialmente pela complexidade dessa cadeia.

A gente estava falando... a minha visão, eu sou uma pessoa técnica, eu vivo de olhar anúncios e queixas de anúncios há mais de 24 anos. Então, assim, quais são os formatos, quais são os mecanismos de criação, quais são as ferramentas, quais são os relatórios de audiência? Tudo isso é o nosso dia a dia, o drama que foi colocado aqui nos toca, é a nossa base também. Acho que existe um intuito de fazer, de promover uma publicidade responsável.

A gente tem, por exemplo, que, no caso de influenciador, não é só para apostas, o maior número de processos que a gente teve no ano passado foi das curas milagrosas. A Anvisa está mudando a regulamentação das vitaminas e suplementos porque não existia nenhum controle, só o controle sanitário de fábrica, ou seja, qualquer um que quiser fazer uma pílula... E ali a gente viu essa tendência, a partir da covid, que só cresceu.

Então, eu não quero colocar aqui: "Ah, é difícil", não, eu acho que o trabalho está sendo feito. Quanto à abertura, acho que a gente tem vários mecanismos de acompanhamento maior, até de ideias de corregulação, de como que o regulador acompanha, de como que o regulador faz essas provocações, o *call to action*.

O regulador espanhol, por exemplo, no caso de publicidade de alimento, falou – e esta Casa já o fez –: "Dou 90 dias para vocês resolverem isso, tem esse problema de animação". Para a bebida alcoólica, foi feita, em 2011, a restrição de animação, assim como a restrição de objetificação, como se colocou. Eu acreditei que agora não haveria a importância de ter a questão da objetificação pela própria questão social e até uma reação dessas abordagens de muita exploração. Não é simples a questão do uso da sensualidade, a gente tem vários... Se tem uma publicidade de colchão, a mulher...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, existe uma liberdade, a gente está num país que tem uma liberdade grande de apresentação, claro, uma exploração indevida, mas a portaria da SPA fala de não promover a sensualidade e a objetificação.

Então, tem vários pontos colocados. Eu acho que a questão da fiscalização vai ser muito boa, a acoplagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí é que está, aí a SPA faz uma portaria também principiológica, porque é uma grande Casa de apostas que tem um mulherão lá, jogando futevôlei na praia; é lógica ali a sensualização.

Então, se a gente não regular em lei, prevendo sanções, inclusive, fica tudo no ar, e está ruim – está ruim.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – A gente sabe do estado que está e trabalha para ter isso. Gostaríamos aqui, novamente, de abrir para ter o acompanhamento de todas essas ferramentas, que são ferramentas que estão sendo usadas em outros países.

Então, só agradeço novamente a abertura.

Presidente, eu preciso sair, eu tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria agradecer muito à Juliana Nakata. Muito obrigado, Juliana.

A SRA. JULIANA NAKATA ALBUQUERQUE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa a minha ênfase. Advogado de tribuna, o André Sica sabe, a gente é enfático no que a gente fala e acredita.

Mas ao Conar, se eu puder, ficam as minhas sugestões aqui para olhar, inclusive, o que a gente tratou com maior cuidado, porque a gente vai regular, vocês vão se autorregular, eles são complementares, e vamos ajudar a tentar combater isso.

Antes de passar, o Lúcio estava só esperando o Senador Geral chegar, viu? Porque foi ele que o convidou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes de passar, o Dr. André Sica pediu aqui para fazer um reparo. Só André, outra coisa que você falou, importante, é a fiscalização. Também acho, mas, assim, do Governo Federal, está tão difícil fiscalizar tanta coisa em outras áreas, não é? Eu sabia que isso iria acontecer, eu estava carimbando um recurso para isso; me pediram para não fazer. Então...

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

Girão, se puder aqui me substituir, eu vou ouvir o... Eu ia falar Senador, viu? O Dr. André Sica e vou ouvi-lo, Lúcio, é porque eu estou com uma pessoa lá no gabinete, só vou falar com o meu assessor, que ele já sinalizou isso para mim.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA (Para expor.) – Primeiro, quero pedir desculpa ao Sr. Lúcio, porque eu também tenho voo. Lúcio, eu tenho também voo às 15h30... Desculpa, às 16h30, tenho que sair após a fala. Então, você me perdoe por não o ouvir – gostaria muito. Senador, é um grande prazer tê-lo...

Portinho, na verdade, eram umas respostas para algumas indagações suas.

A primeira questão, que eu acho que é importante, é a seguinte: alinhamento entre os clubes e as *bets*. Portinho, eu diria... Perdão por chamá-lo de Portinho, mas é muito tempo junto. Senador Portinho, eu diria que o alinhamento hoje, principalmente com as operadoras que tratam de *master sponsorship*, ou seja, o patrocínio máster e as compradoras de placa, é enorme, e eu diria até que esse diálogo ocorre com muita regularidade.

Então, talvez, se eu dei algum indício de desalinhamento, pode ser mais pela minha falta de comunicação do que propriamente pelo alinhamento entre eles. Por quê? Porque é o seguinte: acho que todos acreditamos em disciplina, todos acreditamos que, eventualmente, inclusive, o movimento legislativo pode ser favorável para disciplinar, para contribuir com o aparelhamento de fiscalização, acreditamos sim, mas não acreditamos efetivamente em proibição.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, com relação a isso – André, deixe-me até dizer –, nada, de forma alguma, foi pelo seu posicionamento. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desalinhamento foi reforçado, e eu quis reforçar na minha fala também, porque aqui no meu WhatsApp alguns colegas de clube, nossos inclusive, têm se manifestado, e alguns de forma mais incisiva, contra uma regulamentação pelo Congresso, dizendo que está suficiente o que tem aí. E eu estou querendo... Na verdade, a mensagem é para quem me mandou aqui, não foi a você.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Perfeito, perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, quando a gente conversa com as *bets*, elas falam: "É necessário sim. Nos ajudem porque a gente também quer ajudar, porque isso vai, inclusive, ajudar na fiscalização contra as irregulares". Alguns dirigentes de clube, colegas, estão aqui dizendo: "Não, vocês não podem mexer em nada".

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – E lembrando e incentivando que a presença da Juliana e do Conar neste debate é extremamente relevante. Aquilo que eles transformam em resolução a gente pode trazer para o movimento legislativo deixando talvez até mais palpável, faz algum sentido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A própria CBF, que a gente sugeriu aqui.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Perfeito.

Eu acho que a gente não vai encontrar grandes resistências, a gente vai encontrar uma resistência enorme, sim, à proibição e à restrição de ambiente, isso é um fato.

Em relação aos valores, eu preciso fazer uma... Você falou que a gente tem essa demanda, ela acontece, está nas *bets*, mas essa demanda existe em outras indústrias. Senador, por mais que eu quisesse concordar, o valor é absurdamente inferior, então, na verdade, hoje a gente está falando de um acréscimo entre 50% e 100% das receitas que a gente tinha anteriormente. Se a gente vendia placa, se um clube vendia placa anualmente por 30, hoje ele está vendendo por 60, 63 por ano, então é muito relevante.

E uma questão interessante: eu não tenho esse dado, eu vou jogar no ar, pode ser um desafio aqui, mas o *backdrop* que você viu, talvez aquela empresa tenha comprado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusividade do *backdrop,* e daí ela paga mais, o clube ganha mais, ela ganha mais exposição e fica mais interessante.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas é isso que eu penso, porque, na hora em que você reduz, você também valoriza a propriedade.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Mas se você reduzir por lei...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o que você falou, a competição ganha mais, o clube ganha mais.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Mas, se você reduzir por lei, você está limitando espaço. Daí, por exemplo, a gente tem hoje cinco nas placas, e, em cada uma que você tira, você tira 200 milhões do futebol. Se, por outro lado, a gente incentivar comercialmente, privativamente, aquelas que tentarem comprar a exclusividade, em vez de você diminuir o bolo, você aumenta o bolo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E é o elogio que eu fiz ao São Paulo, inclusive, de público, como eu acho que deve ser.

O SR. ANDRÉ CARVALHO SICA – Perfeito.

Então, o livre mercado nessa forma, na verdade, as operadoras... Eu também acredito que em um determinado momento as operadoras vão perceber que o dinheiro investido na exclusividade é um dinheiro muito bem investido, e daí ganha o esporte e ganham elas. Mas eu acho que restringir por lei você está tirando o dinheiro do pote. Está bom?

Senhores, Senador, peço mil desculpas. Eu adoraria ficar, mas efetivamente o voo não sei se vai me esperar.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tranquilo, muito obrigado, Dr. André Carvalho Sica, advogado especialista em direito desportivo.

Senador Portinho vai ter que dar uma saída breve também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu não vou fazer descortesia com quem esperou tanto tempo. Eu poderia assistir, como muitos fizeram, do gabinete, porque está sendo transmitido. E eu estou com uma pessoa me aguardando ali, mas eu quero ouvir o Lúcio Flávio. São dez minutos, então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ótimo, eu lhe agradeço demais.

E quero registrar também que o Senador Portinho tem uma grande e relevante participação em algo que eu considero muito positivo – alguns Senadores não consideram, mas, para mim, eu considero extremamente importante para o Brasil –, que é a Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Então, ele foi o Relator e, pelo seu conhecimento trazido de muito tempo na área do esporte, do direito, ele conseguiu fazer um belo relatório, e o Brasil deve muito para ele, o futebol brasileiro, em termos de competitividade, de *compliance*, enfim. E tem esse outro grande desafio agora, e eu tenho certeza de que ele vai fazer o que é melhor para o Brasil, dadas as experiências que nós já tivemos até agora, experiências de outros países também, então ele vai fazer algo que vai resguardar – não tenho a menor dúvida – o esporte, mas principalmente vidas, porque cada vida tem um valor que é único – para quem ama a vida.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Girão, desculpe aí, mas só para complementar, porque você não estava quando eu falei aqui para o representante dos clubes: os clubes dizem que eles ganham muito mais hoje graças ao patrocínio da *bet*, mas os clubes também têm uma responsabilidade social, porque, se eles estão se valorizando por causa das *bets*, que lhes pagam mais do que outras empresas, em placa, em patrocínio, é porque as *bets* estão tirando esse dinheiro de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De quem? De quem? Tirando da população que gosta de esporte, especialmente os mais pobres, então tem algo muito sério com relação a isso.

Com a palavra o nosso querido irmão, que é Vereador lá de Sergipe, Lúcio Flávio Rocha. Muito obrigado pela sua... É Vereador da capital de Aracaju, fez um seminário lá sobre esse tema e é especialista em *marketing*, que tem tudo a ver com essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai, eu tenho certeza – assim como os outros palestrantes, nada é por acaso –, você vai colocar a cereja nesse bolo.

E eu tenho umas perguntas a fazer, e, pelo que eu vi, só ficou o Dr. Lúcio. Só ficou o Dr. Lúcio, mas eu vou fazer. Senador, você não precisa ficar aqui para ouvir, porque eu sei dos seus compromissos, mas eu vou fazer todas as perguntas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E tem as dos nossos espectadores depois?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem e eu faço. Pode deixar que eu faço.

E vou pedir para a nossa atenciosa Comissão, essa equipe aqui sempre muito competente e dedicada, que mande essas perguntas que eu fiz, se puder enviar, para os palestrantes, porque eu vou ficar aguardando uma resposta. E é até melhor que seja uma resposta depois, porque eu peço que respondam tudo que eu vou falar aqui.

Com a palavra meu querido irmão Lúcio Rocha.

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Girão, muito obrigado pela oportunidade. Cumprimento a todos aqui presentes nesta extensa audiência na sua pessoa.

Eu gostaria de me dirigir a V. Exa., Senador Portinho, pela generosidade de fazer questão de acompanhar esse meu último pronunciamento. Mostra a grandeza e a estatura do seu mandato e da sua pessoa, que é meu correligionário de partido, o PL. Então, muito obrigado por essa generosidade.

Quero agradecer ao Senador Girão, que tem me ajudado nessa pauta lá no meu Estado de Sergipe, assim como o Roberto. Obrigado.

Nós fizemos uma maratona lá nas rádios do Estado de Sergipe e na Câmara de Vereadores, a qual eu, neste momento, estou representando, por estar aqui na Marcha de Vereadores, no Centro de Convenções – Vereadores do Brasil inteiro estão ali no Ulysses Guimarães.

Quero fazer um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você fez um comentário interessante, Senador. Meu filho também torce por um time, o Vasco, que tem uma *bet* como maior patrocinadora, e para mim é muito constrangedor vê-lo utilizando – eu sou também dessa causa – essa camiseta, e acho por demais abusiva essa penetração.

Eu ouvi uma fala do colega que me antecedeu que me deixou muito preocupado, porque ele falou assim: casas de apostas são essenciais ao futebol. Ao povo brasileiro, que nos ouve, eu acho perigosíssima essa fala, que me mostra que as casas de apostas, as *bets* não viciaram apenas a população brasileira: a gente está vendo agora um fenômeno de times viciados e dependentes financeiramente. Dependência das *bets* não é mais do povo agora, e isso não foi eu que disse. Nós estamos vendo o desespero, o choro, porque parece que sem elas não se vive mais. E, antes delas, como se vivia?

E aí, para eu iniciar a minha fala, a autorregulamentação vem da não regulamentação pelas Casas parlamentares devidas. Então, parabéns ao Senado do Brasil, parabéns aos Senadores que estão aqui, pela importância do que a gente está tratando.

A Senadora Damares Alves e o Senador Magno Malta, meus padrinhos políticos, inclusive... Eu estou hoje com mandato graças a essas pessoas que me ensinaram acerca dessas bandeiras.

Então, eu quero me apresentar. Como eu venho do Nordeste, Senador, como V. Exa., temos pouca visibilidade nacional. Eu sou graduado em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, sou pós-graduado em Marketing, Professor dessa cadeira de Marketing, sou Vereador em Aracaju, pelo PL, na capital, Vice-Líder lá da Prefeita, e sou fundador da Marcha da Família, que é um movimento conservador em nível nacional.

Eu quero registrar aqui, em tempo, que eu estou acompanhado do Diretor da Cobrapol, Sr. Ênio Nascimento, que é Diretor da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis. Estou acompanhado de um policial aqui em Brasília. E, por coincidência, Senador Girão – uma infeliz coincidência –, estávamos numa reunião antes desta audiência, Senador Portinho, e o testemunho que ele me deu foi que ele acabou de perder um sobrinho de 28 anos de idade, vítima da depressão pós-apostas nas *bets*. Acabou de acontecer com ele, que é da cidade de Paripiranga, na Bahia, e não é de família humilde não, viu? Mas a dependência, o vício desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovem o levou a tirar a própria vida recentemente. Então, ficam aqui as minhas condolências à família.

Quero agradecer ao querido Ênio Nascimento, que também é de lá da minha terra de Sergipe.

Senhores, povo brasileiro, não à toa a comunicação, Senador Girão, Senador Portinho, é conhecida como o quarto poder. V. Exas. representam um Poder aqui, mas não brinquem, não brinquem com o poder que há na comunicação. A Bíblia fala que há poder de morte e vida na língua, não é à toa essa expressão. O caso Orson Welles é um caso estudado em toda faculdade de comunicação, quando, muitos anos atrás, uma emissora de rádio começou a interpretar um conto que falava de uma invasão alienígena. O conto era transmitido de maneira tão real, na época, na rádio, que as pessoas acreditaram que o mundo estava sendo invadido, acreditaram que aquilo era real, e começaram a se desesperar e fugir das suas próprias casas, a correr nas ruas e a tirar a própria vida. Não muito longe, aqui no Brasil, nós acompanhamos o caso da Escola Base, noticiário que insinuava algo, que uma certa escola tinha comportamentos de pedofilia com seus alunos, e descobriu-se que não era verdade. Aquela escola faliu, seus donos foram indiciados, um dos seus donos, antes do fim do inquérito, morreu de câncer, por desgosto, e logo se descobriu que era uma mentira. Cuidado com a comunicação.

Por que eu digo isso e com lugar de fala, como dizem aí? O impacto da comunicação e da persuasão na sociedade é muito perigoso. A publicidade tem o poder de dizer o que é comum, o que é íntimo, o que é próximo, sem que isso seja verdade. Quando você vê um produto na gôndola "Ah, eu já vi no comercial de propaganda", você tem aquilo como próximo, como íntimo, como seu, e isso é um perigo. Pode parecer um contrassenso eu estar aqui falando contra a minha área, porque eu vi todos os meus colegas de profissão aqui defenderem, serem contra a proibição, todos eles, eu estava acompanhando de perto aqui e eu pareço ser a única voz dissonante: eu sou contra, completamente contra a divulgação de *bets* em concessões públicas, rádio e televisão, internet e influenciadores. Eu sou absolutamente contra e vou, ao longo do tempo aqui que me resta, tentar tratar acerca disso.

Tornar íntimo, que é o que essas propagandas fazem, próximo, presente, lícito, fácil, no assunto *bets,* é um perigo para o povo brasileiro. Como é que a gente torna natural, seguro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que não é seguro, aquilo que é muito perigoso? E aí quero deixar claro que a minha fala aqui não é ideológica, apesar de eu ter uma posição; a minha fala é técnica. Eu sou professor de *marketing,* publicitário, comunicólogo, jornalista e falo, apesar das minhas convicções, eu sou contra frontalmente, mas quero falar tecnicamente aqui.

Eu sou da época, Senador Portinho, em que o Cenp nem existia em publicidade, é um movimento novo, Senador Girão. Então eu acompanhei o antes e o depois do Cenp e sei por que ele veio, para regulamentar propaganda de bebida, de cigarro, mas eu não sei se V. Exas. sabem, se o povo brasileiro sabe, que não são as únicas atividades regulamentadas. A publicidade do advogado é regulamentada, e não tem nenhum crime nisso, mas é porque as pessoas precisam entender os perigos de você anunciar "Limpe seu nome" ou "Não pague mais o seu empréstimo de carro", há um perigo nisso, para você não induzir a sociedade ao erro e acabar criando um caos. Então não é só cigarro e bebida, mas atividades que são perigosas e precisam de um discernimento para entender a publicidade: advogado, médico... Faça cirurgia plástica!" Enfim, essas questões são sensíveis à sociedade. Até *fast food* tem regulamentação, porque você não pode induzir a criança a comprar hambúrguer por causa de um brinquedo. Então, vejam, é muito sério o que a gente está tratando aqui. Políticos... A propaganda política é regulamentada, e ninguém morre por causa disso.

Eu vou falar sobre outras coisas – armas é regulamentado –, mas vocês sabiam que empréstimos consignados, algo que trata de dinheiro, é regulamentado? A publicidade de empréstimos consignados é regulamentada.

Ao final, eu vou dar uma sugestão para V. Exas. A minha Casa é municipal, eu sou um Parlamentar de município, mas a de vocês é a Casa Alta. Eu vou falar exatamente sobre um paralelo das *bets* com as empresas de empréstimo consignado, porque elas sofrem regulamentação para a publicidade e para a operação! Vou deixar uma dica para vocês, porque aí o consignado consegue frear o que hoje não tem freio dentro das *bets*.

Jamais, de maneira nenhuma, deveríamos permitir que as *bets* fossem divulgadas em concessões públicas, em internet de livre acesso, por influenciadores e nos esportes. Jamais, pelo perigo que acarretam, porque não há nenhuma justificativa milionária que justifique a gente fechar os olhos a um suicídio, a uma morte, a um divórcio, a uma falência! Não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificativa de milhões que possa fazer-nos silenciar sobre o que aconteceu quando Roberto esteve lá...

Roberto passeava nas emissoras de rádio e mal conseguia falar de tantas ligações telefônicas, de exemplos de pessoas que diziam: "Quebrei minha empresa", "Terminei meu casamento", "Meu filho se matou", "Está em depressão"... Não temos como justificar esses milhões com essas vidas! Não há justificativa que possa corroborar com esses investimentos milionários, como se justificassem essas mortes.

Então, eu ouvi aqui, por fim, as argumentações que diziam assim: "Ah, com esse patrocínio de *bet*, Senador Girão, a gente evita que o poder público gaste dinheiro com o esporte e o time, e aí ele vai gastar com saúde e educação...". Então, os prejuízos na saúde e nas famílias não são computados quando o prejuízo da hiperinformação disso – como a história do Tigrinho aparecer para todo mundo –, esses prejuízos não são contabilizados? De uma família destruída, de um divórcio, de uma dependência, de uma depressão, de um afastamento de trabalho, de uma pessoa que perdeu o emprego, uma pessoa que tirou a própria vida... Qual é o preço disso? Isso não é saúde pública, isso não é educação pública?

"Mas se os times perderem o patrocínio, eles quebram". Como assim? Como é que existia time? Então, não existia time antes das *bets*, não existia futebol antes das *bets*. Vejam como nós estamos falando de um câncer! Uma vez entrou no time, não sai mais, senão mata! Então, a dependência não é mais do povo. Onde a *bet* está entrando, está criando dependência pior do que qualquer outra dependência de natureza química.

"Ah, é uma atividade nova, deixa acontecer". Então, a atividade nova está liberando tudo, até imposto? Não! A nova tem que segurar tudo para ir aos poucos fazendo tentativa e erro! Não é porque é nova... "Não, é nova... Deixa ver..." Deixa ver?! Deixa matar?! Deixa quebrar?!

As argumentações que eu ouvi aqui. As argumentações que eu ouvi aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA – Desculpa. Vou acelerar.

"Perde arrecadação, Roberto!" Então, vamos liberar as drogas, vamos tributar as drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA – Então, pois é... Não... "Perde a arrecadação" – a arrecadação. Vamos liberar, então, o tráfico de drogas, vamos liberar, então, o tráfico de órgãos, vamos liberar o tráfico de pessoas, o comércio sexual, vamos tributar tudo! É tributação? É dinheiro? A questão é dinheiro? A questão é dinheiro? Então, a gente esquece vidas, esquece famílias. Vamos falar só dos milhões das *bets*.

Ah, vai criar uma... O que eu penso? Onde fica, aqui nesse exato momento, Senador Girão, a perda desse dinheiro na circulação do comércio? Porque, veja, quando uma pessoa ganha um salário mínimo, para ela jogar, ela vai precisar tirar ou do pão, ou do gás, ou do material escolar, ou do lanche do menino, ou do transporte... Não tem como esticar isso, vai aumentar. Então, onde fica a quebradeira do comércio, que está tendo o recurso lícito que circula ali dentro, esvaziado aí, para *bets*, que não eram tributadas – e o comércio é –, para as *bets* agora que podem fazer propaganda em tudo quanto é canto? Nós políticos... Advogados, médicos não podem fazer, lanchonetes não podem fazer, mas eles querem fazer de qualquer jeito. Está errado isso.

Por livre e espontânea vontade, eu entrei em contato com a Federação de Esportes lá do meu estado e falei: "Olha, não contem comigo para nenhum tipo de projeto de apoio a *bets* patrocinando os times Confiança, Sergipe e Falcon, porque eu acho que o ônus é muito maior do que o bônus". Primeiro ônus: dependência. Vocês ouviram aqui eles falarem: "E não conseguimos mais viver sem isso". Olha o tamanho do problema. Quem diz isso é maconheiro, quem diz isso é dependente químico, quem diz isso é drogado. "Ah, eu não consigo viver, preciso de intervenção".

E, para eu já me encaminhar para o meu encerramento, eu ouvi aqui três frases. Uma de uma Senadora que disse assim: "As *bets* vão acabar com o futebol brasileiro". Eu acredito nisso, se esta Casa não tomar nenhuma medida. Outra frase: "Ninguém ganha das *bets*". É verdade, ninguém ganha das *bets*, mas, infelizmente, esta é a divulgação que é colocada para o público mais inocente: "Você vai ganhar, você vai ficar rico". "Dessa vez vai"... "Mais uma vez"... E, por fim – esta eu ouço muito o Senador Girão falar, o Roberto falar –: "Ou o Brasil para as *bets*, ou as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bets vão parar o Brasil". A regra do novo deveria ser, se é novo, não pode nada. Calma! Vamos com calma aí, tem que ir devagar.

E concluo dizendo que eu sou liberal, Senador. O senhor falou aqui que é liberal, e eu sou também. Sou inclusive do Partido Liberal, mas liberal na economia, como essência. Não me traz nenhum constrangimento falar – nenhum constrangimento falar – que, assim como armas possuem regulamentação e proibição, cerveja, advogados, médicos, políticos, assim como o consignado, eu acho que a gente precisa tomar prumo. Eu defendo a vedação total e absoluta da publicidade de *bets* em esportes, em concessões públicas e na internet, inclusive de influenciadores, porque uma única vida salva com essa medida vai valer todos esses milhões.

Por fim, voltando àquilo que eu falei sobre vocês prestarem atenção sobre o consignado. Veja bem, hoje, toda a população brasileira pode apostar o salário inteiro, ilimitadamente. Ela pode quebrar uma família inteira, endividar a família inteira, porque não há uma retenção como, por exemplo, os consignados possuem uma margem de consignado. V. Exas. sabem que existe uma margem de consignado que é ocupada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA – ... por todas as instituições bancárias. Se você pegou em uma, a outra não vai liberar para você. Então, eu acho que é um encaminhamento que pode se dar sobre o limitador de renda

E, para encerrar, eu acho que a publicidade não deve ser o marco divisor entre apostas legais ou ilegais, o joio ou o trigo. Eu acho que quem deve delimitar isso é a polícia. Regular a publicidade não tem a ver com liberdade de expressão, tem a ver com proteção do povo brasileiro.

Muito obrigado pela oportunidade.

Que Deus abençoe o nosso país.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Olhe, Lúcio, uma grande contribuição!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se me permite, Senador Girão... Desculpe o atropelo, é porque eu preciso agora realmente ir lá, tem uma pessoa esperando já há algum tempo.

Eu queria, inclusive, dizer, Senador Girão... O senhor não estava aqui, estava certamente assistindo, não sei se ouviu lá do seu gabinete por conta de reuniões, mas o Senador Malta estava. Sobre essa questão que o Lúcio Flávio falou, que o Lúcio Rocha falou, eu quase ensaiei entrar no assunto neste projeto, mas eu me lembrei de que este projeto é sobre regulamentação de publicidade de apostas. Eu até sugeri ao Senador Magno Malta e faço-lhe a sugestão – confesso que estou um pouco assoberbado, mas estarei presente para discutir, se for o caso – de uma audiência pública para a gente discutir quais são esses mecanismos de que o Lúcio Rocha está falando, que as *fintechs* têm, que os bancos têm, que eles advertem... Eles têm o perfil do investidor, e, no caso das *bets*, seria o perfil do apostador, inclusive por conta do uso do Bolsa Família. Como liberal, eu acho que a gente não deve tutelar o beneficiário e dizer: "Não, você está proibido de jogar em *bets*". Senão, você teria que dizer que ele está proibido de beber cachaça, de beber cerveja, de fumar cigarro, e aí a gente entra na vida das pessoas. Agora, há instrumentos, como o mercado financeiro já usa, que as bets poderiam usar, e muitas já usam. A própria Betano disse que, se tiver um comportamento problemático do apostador, ela tem algumas advertências. E seria interessante a gente conhecer, porque isso parte delas próprias, para que a gente possa exatamente criar mecanismos e reforçar o que elas já fazem para evitar o superendividamento.

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA – Inclusive, Senador, se me permite só um complemento, beneficiários de programas sociais não podem fazer doações em eleições – isso é identificado pelo TRE –, mas eles podem fazer apostas de maneira ilimitada hoje usando todo o benefício que seria para a subsistência. Então, eu acho que, de fato, vale esta Casa Alta repensar sobre esses mecanismos de controle, não de autorregulamentação, mas vocês entenderem: por que existe regulamentação para consignado ou para doação eleitoral e não para apostar ilimitadamente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou ler! Vou ler, sim. Obrigado, Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, eu acredito que quem ficou até agora aqui conosco nesta audiência pública... Já são quantas horas da audiência pública? Começou... (*Pausa.*)

São cinco horas de audiência pública.

Eu peço a vocês que fiquem mais um pouquinho. Este assunto é tão grave. A gente lá na frente vai ver: a gente podia ter feito isto ou aquilo, e fizemos só isso. Eu acredito que ainda dá tempo de a gente fazer o que é correto, dá tempo de a gente fazer o que é correto!

O que nós estamos vendo, Lúcio – e parabéns pela sua fala –, é uma devastação completa, uma devastação sem precedentes, com o comércio perdendo, a indústria do Brasil perdendo para magnata, cara! É dinheiro do povo indo para magnata!

É um negócio assim tão clássico as digitais de sangue disso aí que nós temos que correr para evitar um mal maior, porque estamos indo direto para um trem passar por nós.

Então, parabéns ao seu idealismo, a levar esse assunto para a Câmara de Vereadores de Aracaju, aos políticos. Você é uma pessoa muito ouvida lá no Nordeste e aqui está falando para todo o Brasil. Não é fácil, porque o *lobby* – a gente viu – é poderoso, é um *lobby* poderoso e está defendendo... É tudo dinheiro, entendeu? Quantas gerações nós vamos perder? Quanto sofrimento? Quanta dor? Não interessa para quem quer faturar, e quanto mais melhor. É o que você falou... Eu fui dirigente, eu fui Presidente de um clube, do Fortaleza, até 2017. Não precisamos nada disso e não precisa. Se o clube tiver valores e princípios, vamos combinar, firmes e fortes – eu não sei se você torce para o Confiança ou para o Sergipe –, se o clube tiver valores e princípios, ele diz "não", como bebida dentro de estádio... É uma bomba-relógio para explodir, entendeu? Agora a gente tem que agir. A sociedade já entendeu: cobre o seu político, cobre o seu político para agir em defesa sua, em defesa da sua família.

Esse assunto chegou ao brasileiro e ele está apavorado, porque está vendo... Ele está com a gente, viu? Só que aqui a gente precisa ter mais interesse na sociedade do que nos nossos projetos políticos ou sei lá mais o quê. E está na hora.

Eu vou ler aqui primeiro os comentários de vocês, que mandaram aqui – muitos comentários –; depois eu vou fazer minhas perguntas, que não vão ter resposta, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria já foi, a quem eu ia perguntar já foi, mas eu faço questão de fazer, e a nossa Secretaria vai enviar para os expositores, para ver se eles respondem aos questionamentos.

Raphael, do Rio de Janeiro, da terra do Senador Portinho: "Quais [as] punições [...] [previstas] para o *marketing* abusivo das casas de apostas?".

Júlia, do Rio Grande do Sul...

Se você quiser, Flávio, no final aqui, eu te dou mais uns cinco minutinhos para você responder a algumas dessas perguntas e das minhas também. Você fique à vontade.

Júlia, do Rio Grande do Sul – olha a participação do Brasil inteiro aqui –: "Como equilibrar a regulação das apostas com a liberdade de comunicação e o patrocínio esportivo?".

Matheus, do Rio de Janeiro, terra do Portinho aqui também: "Quais impactos na saúde pública e na segurança do sistema financeiro estão sendo observados em relação a essa publicidade?".

Victor, do Mato Grosso: "Há muitos esportistas - profissionais e amadores - que fazem propaganda dessas apostas [...] isso também será fiscalizado e proibido?". Isso é coisa que a gente já discutiu, vai estar na regulamentação, está nos projetos, mas olha o brasileiro preocupado com isso.

Daniel, do Rio de Janeiro: "Se o jogo de azar é proibido no Brasil, e as *bets* praticam jogos de azar, não deveriam aliciar apostadores nos meios de comunicação." – opinião do Daniel.

O povo brasileiro está participando.

Fernando, de Minas Gerais: "Se aposta vicia como cigarro, deve ter as mesmas restrições: sem propaganda, sobretudo em eventos esportivos". Janaína, o brasileiro sabe, está vendo, é inteligente.

Isabel, do Rio Grande do Norte: "A [...] [regulamentação] pode fortalecer a credibilidade do setor de apostas, ajudando a combater plataformas ilegais e promovendo maior transparência". Essa é a opinião aqui da Isabel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro, de Minas Gerais: "As apostas deveriam ser de exclusividade das lotéricas, pois, na mão de agentes privados, elas levam à facilitação da lavagem de dinheiro". E o que essas casas *bets*, pelo menos segundo a matéria de *O Globo* e de vários outros jornais... O que o crime organizado, na verdade, está lavando de dinheiro com casa de aposta e está aumentando os seus lucros não é brincadeira. Não é brincadeira o que o crime organizado está lavando a burra, como a gente diz no Nordeste.

Carolina, do Espírito Santo, terra do nosso Senador Magno Malta: "Assim como [...] [foi feito] com propaganda de cigarro nos anos 90, [...] [é preciso] restringir a [...] [divulgação das] *bets* [...] [também]".

Lucas, do Rio de Janeiro: "Não concordo com a restrição das publicidades das *bets*. [...] [Feitas de forma] adequada e organizada, [...] [elas podem dar] visibilidade aos esportes". Com todo o respeito, sim, é importante a opinião do brasileiro, mas é uma autofagia, não é? Está matando, na verdade, o esporte, a essência do esporte, que é feito para unir, para entreter, para agregar.

Raphael, do Rio de Janeiro... Não, esse aqui eu já passei. Não, eu já li, porque aqui foi...

Rodrigo, de Goiás: "Quais formatos [de divulgação] seriam vetados (TV aberta [...], redes sociais, influenciadores, camisetas, *naming rights*)?" – do Rodrigo.

Waldinei, do Pará: "Qual seria a forma de limitar as peças publicitárias [...] [considerando] que, além da TV, [...] [há] uma infinidade de [...] [meios] na internet?".

Raphael, do Rio de Janeiro: "Como proteger crianças de influenciadores que promovem apostas como se fossem brincadeira?" – do Raphael, do Rio de Janeiro.

Essa do Waldinei, do Pará, a entonação aqui eu dei errado: "Qual seria a forma de limitar as peças publicitárias [...] [considerando] que, além da TV, [...] [há] uma infinidade de [...] [meios] na internet?".

Então, é o brasileiro cheio de dúvidas e preocupações, sentindo na pele o efeito da ganância, inclusive de nós Senadores, e do egoísmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá às minhas perguntas. Vou fazer aqui minhas perguntas, vou deixar aqui no ar e vou esperar a resposta.

O Dr. Flávio depois tem cinco minutos aqui para fazer as considerações finais, se quiser responder a alguma coisa.

Para o Sr. Luiz Felipe Guimarães Santoro, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF):

Pergunta 1: A série A do Campeonato Brasileiro tem o patrocínio *master* de uma casa de apostas esportivas, a Betano, bem como a série B também, a Betnacional. Obviamente, os esquemas em jogos de futebol não começaram com o advento das apostas; porém, se intensificaram com a sua legalização em 2018. Na sua opinião, não haveria um grave conflito de interesse ao haver uma relação negocial da CBF com as *bets*? Está falando aqui da manipulação, não é? Essa é a primeira pergunta.

Essa manipulação está um negócio também que ninguém sabe, viu, Lúcio? Seu filho gosta de futebol, você, eu também. Ninguém sabe, se a gente está assistindo um jogo hoje, se a coisa é para valer ou é tudo combinado, é um teatro. Isso potencializou – não tenho dúvida – esse negócio de aposta.

Sobre quais termos se deu esse contrato de patrocínio, esse da Betnacional, da Betano com a CBF?

Eu já estou avisando aqui também o seguinte: nós estamos entrando com a CPI da CBF, já estamos pedindo as assinaturas, CPI da CBF. Depois de tantos escândalos que a gente viu até com Ministro do Supremo Tribunal Federal dando decisão que não tem nada a ver, beneficiando o atual Presidente da CBF, enquanto a CBF tem um contrato milionário com instituição de ensino de um Ministro do STF. Se não é conflito de interesse, eu não entendo de nada mais, além dos valores pagos pelos presidentes de federações, que foram para R$200 mil, eram R$50 mil e foram para R$200 mil, na véspera da eleição. Isso é compra de voto ou não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, pois é, mas o cara combinou antes, não é? Não é possível. Se a gente não faz uma dedução dessas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora as mordomias, porque eu fui presidente de clube, e eu sei das mordomias que se tinha, viu, Dr. Lúcio Rocha: para presidente de federação, primeira classe, indo para eventos da CBF, com família, com hotéis de luxo... É um negócio surreal isso que se vive, e a gente precisa abrir essa caixa blindada. Então, vamos entrar com a CPI da CBF. Inclusive tem jornalista sendo afastado porque está criticando o Presidente da CBF. Essa é a democracia que a gente vive no Brasil hoje.

Vamos lá. Pelo mundo, outras ligas e confederações têm tomado decisões drásticas contra os efeitos nocivos da manipulação dos resultados. Temos, como exemplo, a França, a Bélgica, a Espanha e o Reino Unido, que inclusive proibiu estampar nas camisas dos times a marca das casas de apostas. Agora, em 2025, a Premier League já proibiu colocar nas camisas dos clubes casa de aposta. Se o seu filho, Lúcio, fosse torcedor de um time lá da Premier League, já estava longe dessa invasão, que é um constrangimento, na verdade. Então, o Reino Unido já proibiu. No Brasil, estamos caminhando no sentido contrário, ou seja, promovendo uma política cada vez mais permissiva sobre a jogatina. Essa debilidade nos princípios não estaria contribuindo para a perda de confiabilidade do nosso futebol? Confere?

Para o Dr. Hermano Tavares, psiquiatra e professor da Universidade de São Paulo: o vício em jogos e a dependência química têm em comum o poder devastador na vontade do indivíduo, frequentemente levando-o a decisões impulsivas e autodestrutivas. Em ambos os casos, observa-se um padrão de comportamento em que a pessoa coloca em risco sua saúde financeira e compromete sua saúde emocional com relacionamentos familiares e profissionais. A ludopatia, se não tratada, pode culminar em tragédias como suicídio. Diante disso, eu pergunto: como a ludopatia afeta a vida financeira, psicológica e os relacionamentos familiares e profissionais das pessoas, Dr. Hermano Tavares?

Outra pergunta para o senhor: o vício provocado pelos jogos de azar é conhecido como ludopatia. O vício em jogos foi incluído pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na relação de patologias da Classificação Internacional de Doenças (CID), da OMS, em 1992, CID-10-F63.0. Artigo do *The New York Times* indica que entre 50% e 80% dos ludopatas pensaram em tentar o suicídio, enquanto a média da população é de 5%; e entre 13% e 20% realmente tentaram ou conseguiram se matar, e a média da população é de 0,5%. Pergunto para o senhor, Dr. Hermano: qual é a sua visão sobre essa realidade em que as pessoas chegam a atentar contra a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria vida quando se veem escravizadas pela ludopatia? Essa aqui é uma pergunta, porque a grande pandemia do momento é o suicídio.

Outra para o Dr. Hermano: o senhor já afirmou que, após os bingos terem sido liberados, no início dos anos 2000, o número de dependentes em jogos de azar aumentou muito pela disponibilidade fácil de acesso aos jogos, inclusive com o aumento exponencial da procura pelo laboratório do jogo patológico da USP, que ele tão bem coordena. Infelizmente, já temos os jogos de apostas *online* disponíveis 24 horas, sete dias por semana, nos celulares. Como uma das maiores autoridades brasileiras no assunto, pergunto: como o senhor vê a possibilidade da legalização dos cassinos, bingos e jogo do bicho, vídeo-bingos, todos matéria deste PL 2.234, de 2022? Depois da liberação desse tipo de apostas esportivas, o senhor notou um novo aumento de procura na USP? Quais as principais reclamações dos dependentes dessa prática? Essa é outra ameaça que a gente tem aqui. É aquela velha história, como se não bastasse, além da queda, o coice. A tragédia das *bets* é um negócio tão assustador, tão devastador, que alertou alguns Senadores aqui: "Espera aí, esse negócio de bingo e cassino...". Aí você pega outra faixa etária, porque a das apostas vai até o quê? De 25 até 49 anos. Os bingos e o cassino pegam de 50, de 49, vão até... Então, é fechar o cerco completamente da devastação que a gente está vivendo.

É muito interessante a sociedade saber que existe este PL 2.234 aqui no Senado, que pode ser colocado em pauta. Eu não duvido nada que isso aconteça, mas eu espero muito bom senso. Depois de todo esse sangue que a gente está vendo aqui, de todo esse sofrimento dos brasileiros, que os Senadores aprovaram, que eles pelo menos sintam que o agravamento disso aqui é algo que a gente não pode permitir de maneira nenhuma, porque é o agravamento da situação.

Para o Sr. Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, advogado e mestre em Direito pela UnB: boa parte dos jogadores em tratamento por jogo compulsivo admite cometer crimes para financiar seu vício ou pagar dívidas relacionadas ao jogo. A Polícia Federal, a Receita Federal e a PGR já afirmaram que os crimes de fraude, lavagem de dinheiro, peculato, falsificação, evasão fiscal e corrupção de agentes públicos predominam entre aqueles cujo emprego e status econômico apresentam a oportunidade para tais crimes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, verifica-se que o crime organizado vem se valendo dessas casas de apostas *online*, das *bets*, para aumentar seus lucros, como eu falei há pouco.

Como advogado, Sr. Álvaro, qual é a sua visão sobre essas graves questões que envolvem o mundo da jogatina virtual e física?

À Sra. Juliana Nakata, Vice-Presidente-Executiva do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), uma pergunta a ela aqui: a quantidade de publicidade de casas de apostas em arenas esportivas e em outros meios de comunicação tem sido uma verdadeira lavagem cerebral no povo brasileiro. Além disso, influenciadores digitais, atletas, artistas e comentaristas de rádio e televisão vendem essas casas de apostas para seus familiares e a milhões de seguidores. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva... O Instituto Locomotiva já foi ouvido? (*Pausa.*)

Não pôde vir, não é? Sessenta e oito por cento dos brasileiros que apostam tiveram influência de propaganda ou anúncio em aplicativos, em *sites* de apostas ou de patrocínio de times, para começar a fazer apostas esportivas.

Em pesquisa feita no meu Estado do Ceará, através do DataSenado, 86% dos cearenses são contra a jogatina. Se você fizer lá em Sergipe, vai dar um percentual similar. O brasileiro é contra a jogatina e está vendo o estrago que está acontecendo. Poxa, as pessoas... O poder público tem que chegar junto agora, não pode ter tolerância com isso. A hora é agora. Em pesquisa feita, foram 80% lá no Ceará.

Agora a pergunta: as iniciativas do Ministério da Fazenda e do Ministério do Esporte, através de portarias, não têm surtido efeito para combater as propagandas desenfreadas de forma *online*, nos veículos de comunicação. A gente sabe disso, não têm surtido efeito. Eu pergunto para a Sra. Juliana Nakata Albuquerque: como o Conar poderá ajudar a controlar esse descontrole sobre a publicidade dos jogos de aposta de quota fixa no Brasil?

Pergunta para o Sr. Fernando Gallo Fernandes, Diretor de Políticas Públicas da empresa Betano: segundo o Instituto Locomotiva e a QuestionPro, 45% dos brasileiros que fazem apostas esportivas *online* afirmam que elas já causaram prejuízos financeiros – são 23 milhões de brasileiros –; seis em cada dez brasileiros afirmam que conhecem pessoas que estão perdendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito dinheiro em apostas esportivas; 66% dos brasileiros que fazem apostas esportivas já sentiram que estavam apostando mais do que deveriam; 67% dos brasileiros afirmam que conhecem pessoas que estão viciadas em apostas esportivas, 67% dos brasileiros afirmam que conhecem pessoas que estão viciadas em apostas esportivas – gente, isso é muito grave –; 65% dos brasileiros que fazem apostas já se sentiram ansiosos em excesso por conta das apostas esportivas – é questão de saúde pública, de saúde mental aqui direto –; 30% dos brasileiros que fazem apostas esportivas *online* afirmam que já tiveram prejuízo nas relações pessoais por conta delas – são 15 milhões de pessoas.

Isso aqui é muito importante – esses dados –, inclusive lá para o pronunciamento na próxima semana.

Eu pergunto de todo coração ao Sr. Fernando Gallo Fernandes, Diretor da Betano: como é administrar uma das empresas que tem contribuído para esse caos social e econômico no Brasil? Eu falo de coração isso, de mente aberta. Eu sei que há o interesse, mas, poxa, nós todos temos família, até quem tem *bet*! Isso tudo que a gente planta a gente colhe, mais cedo ou mais tarde; tudo que a gente planta nesta vida... A semeadura é livre, mas a colheita é obrigatória, podem ter certeza disso! Então, é hora de olhar a consciência com relação a isso também, não só o bolso.

Outra pergunta para o Sr. Gallo Fernandes aqui, da empresa Betano. O patrocinador *master* da Série A do Brasileiro é a Betano. Pergunto: como é que se dá a relação da sua empresa com a CBF, entidade que está atolada em graves denúncias? Quanto sua empresa paga para a CBF por esse patrocínio? Como o senhor tem visto os escândalos que envolvem a CBF? Infelizmente, o Sr. Gallo não está aqui para me responder, embora eu tenha dito que iria ficar até o final e que ia lhe fazer as perguntas.

Pergunta para o Sr. Eduardo de Godoy Pereira, Vice-Presidente do Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário. Outros países já têm voltado atrás em relação à publicidade das *bets*. Como eu falei aqui, o Reino Unido, por exemplo, proibiu o patrocínio na frente das camisas de time e tem buscado, juntamente com outros países, principalmente da Europa, reduzir o *marketing* da jogatina *online*. Como o senhor vê essa tendência? O Brasil não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria fazer a mesma coisa? Na sua opinião, o Brasil não tem sido muito permissivo na publicidade dos jogos de apostas esportivas?

Para a Sra. Maria Góes de Mello, Coordenadora do programa Criança e Consumo do Instituto Alana... Essa aqui ela já respondeu – a minha pergunta – na própria fala dela.

É isso. Essas são as nossas perguntas aqui.

Você tinha outra, não é? (*Pausa.*)

É uma que está... Essa aqui é para... Qual é a das *bets* aqui? É da Abert – até o nome é parecido com *bet*, não é? O senhor como representante da Abert... O nome dele... Perdão. O nome dele é... (*Pausa.*) É o Sr. Flávio Ferreira – seu xará –, da Abert. Como o senhor, como representante da Abert, vê as nossas principais rádios e televisões de grande porte totalmente reféns dessa modalidade de negócio que vem tendo um terrível impacto social e econômico em nosso país?

São umas perguntas para gerar reflexão mesmo, porque mais cedo ou mais tarde isso vai acabar. Eu só não queria é que chegasse às famílias de quem está aqui, porque eu tenho certeza de que eles dizem para não apostar, eu tenho certeza!

É como o dono do TikTok, que deu uma entrevista um dia desse, Flávio, e disse o seguinte: "Rapaz, meus filhos só com 18 anos vão poder utilizar".

O traficante – e aqui eu faço uma comparação direta – não deixa seu filho usar droga. Já vi em várias entrevistas.

Isso vai chegar, isso está chegando, isso é um problema já nas famílias brasileiras. A maioria está sofrendo problemas graves, se não todos os núcleos familiares, mas a turma... É o dinheiro, é o negócio... É como você falou, você foi brilhante agora. Quer dizer que o futebol sempre viveu, mas agora não pode, está viciado nisso?! O esporte está viciado. É isso aí! O futebol. Nós temos que desmamar isso.

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA (*Fora do microfone.*) – É uma nova dependência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É uma nova dependência. Não é possível que a gente não vá ter força, não vá ter coragem para barrar isso. Está aqui, está na consciência de cada um.

Essas reflexões que a gente está fazendo aqui são muito importantes para, de alguma forma, se perceber que não é só encher o bolso de dinheiro, que isso está gerando morte – está gerando morte. A gente precisa saber como lidar...

Para mim, eu já disse, acaba – para mim, acaba. Não tem negócio nem de propaganda, não! Acaba a atividade! Vai gerar muito mais emprego se acabar a *bet* no Brasil, porque volta o dinheiro para o comércio, volta o dinheiro para o comércio, que está sendo tirado do comércio. E volta a saúde para as famílias brasileiras, volta uma sociedade saudável. Isto é o maior investimento que pode ter: acabar a *bet* – acabar a *bet*, acabar a casa de apostas. Nunca era para ter tido. Meu voto foi contra – quero deixar claro. Eu disse o que aqui estava acontecendo, disse para os colegas Senadores, que resolveram testar: "Vamos ver se vai dar certo". Agora, está aí o resultado. Tem que ter a humildade para dizer: "Erramos e vamos voltar atrás aqui". Então, se não der para acabar, o que seria o ideal – e eu vou lutar por isto: para acabar –, é para acabar a propaganda, como com o cigarro. É acabar a propaganda! Isso é o mínimo – isso é o mínimo, isso é o mínimo. Também influenciadores... É a gente procurar ter outros tipos de contenção dessa tragédia.

Já falei demais.

Muito obrigado.

Lúcio Flávio Rocha, você tem cinco minutos – Vereador de Aracaju, Especialista em Marketing – para fazer suas considerações finais.

De tantas perguntas que eu fiz aqui, eu não vou ter a resposta; o pessoal foi embora. Se quiser responder algumas... Eu vou dizer aqui, para todos, o que eu li: eu vou esperar as respostas e vou dar publicidade às respostas. Peço que respondam esses questionamentos que eu fiz. Eu faço esse pedido aos palestrantes que aqui estiveram.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. É uma honra estar ao seu lado neste encerramento; eu admiro de longas datas o seu trabalho.

Eu quero apenas colaborar aqui com os colegas que nos acompanham, dos seus gabinetes ou aqui presencialmente, porque a gente precisa primeiro eliminar uma cortina de fumaça, porque o problema não é separar o legal do ilegal – não é esse o problema. O problema é a jogatina, o jogo de azar, a ludopatia, os efeitos colaterais dessa atividade. Então, eu não separo legal de ilegal como esse problema. O problema são os efeitos e os reflexos.

Sobre as perguntas, quais seriam – a Juliana perguntou aí – as punições para o *marketing*? Como equilibrar a liberdade de comunicação?

Vejam: não existe liberdade de comunicação para você inclinar uma pessoa a tirar a própria vida, para você induzir uma pessoa a se suicidar, para você induzir uma família a se divorciar, a quebrar, a falir... Não existe esse tipo de liberdade. Ninguém tem a liberdade para matar o outro. Isso não é uma liberdade. Então, eu acho que a gente está falando de cuidar de uma atividade que tem trazido sequelas irreversíveis e irreparáveis para a sociedade brasileira.

Perguntaram o que fazer sobre desportistas divulgando e disseram que não deveria aliciar para apostadores e que deveria ter as mesmas regras do cigarro. Eu acho que uma pessoa, um influenciador, uma figura pública deveria, antes de qualquer coisa, fazer uma reflexão, uma autorreflexão sobre o que ela está colocando na vida dos seus seguidores, dos seus fãs, dos seus apoiadores. Eu conclamo todos os influenciadores que hoje possuem contratos vultosos, milionários: qual é o preço? O Senador Girão fala muito: preço de sangue, preço de vidas. A que custo você mantém um contrato com uma *bet*, estimulando famílias a se endividarem e a continuarem apostando? A que custo? Quanto vale esse dinheiro?!

Eu faço a mesma pergunta que o Senador Girão fez: quanto é que os CEOs apostam? Os CEOs dessas *bets*. Eles apostam quanto? Fazendo uma análise, quantos por cento do salário deles eles apostam, investem nas apostas que eles mesmos divulgam e estimulam? Ou seus filhos?

Não duvidem, não, do poder da comunicação, já que o tema em tela aqui é a publicidade das *bets*. Eu também sou totalmente contra a existência delas, pelo mal que fazem à sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou contra a existência delas, mas, em existindo, não duvidem do poder da comunicação. Vida e morte estão na língua. Lembremos o efeito da comunicação no nazismo do Hitler, foi a arma principal utilizada aí.

Falaram que as *bets* estão criando dependência financeira aos times. E pior: além da dependência financeira, estão virando donas deles. Então, estão entrando, criando a dependência e comprando. Esse é um perigo muito importante e relevante para a gente refletir. É isto que a gente quer: que a *bet* entre, contamine, crie dependência, vire dona, mande? É isso? A ponto de a gente ouvir aqui na Comissão do Senado as pessoas dizendo: "Não podemos mais viver sem isso!". Isso me lembra um dependente químico. "Me dê, me dê, me dê!" Vendem tudo em casa para comprar. Isso me lembra um dependente químico.

E eu encerro dizendo o seguinte. A discussão é sobre milhão? É sobre dinheiro? É sobre somas vultosas? Quantas vidas mais é necessário que sejam ceifadas pelo suicídio, a ponto de valer a reflexão sobre os milhões dessa *bet*? Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA – Pronto! Bem lembrado. Roberto está sendo convidado, juntamente com o Senador Girão. E quero aproveitar o meu povo de Sergipe, neste encerramento de reflexão.

Quantas vidas ceifadas é necessário para refletirmos sobre os impactos danosos das *bets*? Falo isso com propriedade, porque eu sou professor de *marketing*, sou publicitário e acho relevante a gente tratar deste tema.

Encerro dizendo... E nós já fizemos uma Tribuna Livre com o Roberto, do Movimento Brasil Sem Azar, lá na Câmara de Vereadores de Aracaju e faremos agora uma audiência pública para tratar do impacto das *bets* nas finanças do povo sergipano. Está feito aqui de público o convite ao Senador e ao Presidente do Movimento Brasil Sem Azar. E eu convido você, sergipano, que nos ouve agora nesta transmissão para que se faça presente nessa data. Nas minhas redes sociais, estarei divulgando – no @lucioflaviose, no meu Instagram.

Muito obrigado pela oportunidade.

Que Deus abençoe o nosso Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém!

Muito obrigado, Dr. Lúcio Flávio Rocha, Vereador de Aracaju e também Especialista em Marketing.

Dependendo da agenda, eu faço questão de estar presente. Dependendo do dia, se eu puder, estarei presente com vocês, porque essa é uma causa que... Cada vida, em qualquer lugar do Brasil, que a gente conseguir despertar para a gravidade disso para que ela não entre nesse vício, para que ela consiga conter a sua família, para mim, já valeu a pena!

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA (*Fora do microfone*.) – Conte com a Marcha da Família...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a Marcha da Família eu sei que está junto. Precisamos fazer marcha sobre isso, viu?

O SR. LÚCIO FLÁVIO ROCHA (*Fora do microfone*.) – Sim, verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Precisamos fazer marcha sobre isso, porque isso tem a ver com vida, tem tudo a ver com vida.

Com as palavras aqui do nosso último palestrante, o que ficou – e tem uma simbologia muito grande o senhor ter ficado até o final... Entendo as escusas dos demais aqui, mas eu lhe agradeço pela presença até o final.

Eu desejo tudo de bom para você que está nos assistindo e para a sua família. Tire seus filhos, tire as pessoas que você ama dessa questão de apostas esportivas. Preserve-os. Você foi a um ponto agora em que eu não tinha ainda entrado. Eu não tinha imaginado que as casas *bets* estão entrando de uma forma que podem nunca mais sair, porque, como existe hoje a sociedade anônima do futebol, elas podem comprar um time – comprar um time! Seu time pode ser uma *bet*. E aí?!

Deus abençoe a nossa nação.

Muito obrigado.

Não havendo – tem que fazer isso, pelo Regimento – mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Carlos Portinho, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Wilder Morais, Damares Alves e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Chico Rodrigues, Romário, Teresa Leitão, Leila Barros e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 12, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer supostas condutas irregularidades do presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, à frente da entidade, bem como possível conflito de interesses na decisão concedida pelo Ministro Gilmar Mendes na ação de recondução de Ednaldo Rodrigues à presidência da CBF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos da nova gestão do Comitê Olímpico Brasileiro." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e desafios do novo ciclo paralímpico, iniciado em 2025, com vistas à preparação dos atletas brasileiros para os Jogos Paralímpicos de 2028, em Los Angeles." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater estratégias de combate ao sedentarismo e prevenção da obesidade. **Participantes:** Sra. Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; Sr. Claudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Federal de Educação Física; Sra. Eloisa Vilela de Souza, 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região; Sr. Roberto Nóbrega, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região; e Sr. Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Federal Titular pelo estado da Paraíba do Conselho Federal de Medicina. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/30

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Amigos, quero dar as boas-vindas a todos os nossos convidados. Fiquem à vontade. É um prazer recebê-los aqui na nossa Comissão.

Por conta do horário regimental – são 10h30 –, como nós não temos o quórum para deliberar alguns requerimentos, eu vou deixar os requerimentos para a próxima sessão da Comissão e nós vamos direto à nossa audiência pública, até em respeito aos nossos convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de abril de 2025.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só um pouquinho, só um pouquinho mesmo.

Audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater estratégias de combate ao sedentarismo e prevenção da obesidade, em atenção ao Requerimento 4, de 2025, de autoria da nossa Presidente, a Senadora Leila Barros.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: a Sra. Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente, rapidamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só um pouquinho, deixem-me só formar a mesa aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Não, mas é justamente o seguinte...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Queremos saber se inverteu a pauta. Nós viemos para os requerimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós chegamos às 10h30 em ponto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, às 10h30 eu comecei, amigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, mas era a hora que a gente estava aqui, 10h30.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A pauta foi invertida?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor vai cancelar os requerimentos para chamar a CBF aqui?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, é porque não tinha quórum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como não tinha quórum? Estamos eu e o Plínio aqui!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós não temos quórum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor não esperou segundos!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São 10h32...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São 10h32, o senhor não vai esperar segundos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor não estava presente no Plenário, eu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não é questão de estar presente! Para as 10h30 está marcada a reunião, Sr. Presidente. Nós estávamos aqui às 10h30.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Deixa-me falar... Eu consultei minha assessoria. Nós cumprimos o horário regimental. E eu lhe peço, em respeito aos nossos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, a que horas é, por favor, a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em respeito...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A que horas é a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pergunte...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já fui informado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pergunte para a sua assessoria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São 10h32, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Às 10h30.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São 10h32.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Às 10h30.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor vai dizer isso por causa de um minuto? Porque, em segundos, a gente chegou...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não tinha quórum, senão eu tinha tocado. Não tinha quórum. Nós temos quatro Parlamentares.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, só para deixar bem claro: não é nada desrespeitoso aos senhores e às senhoras, não, como ele está querendo dizer, está bem? Não tem nada a ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós não temos quórum ainda. Isso é falta de respeito, rapaz. Eu aguardei.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, a eles, não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu estou aqui desde as 10h aguardando vocês.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A sessão está marcada para as 10h30. Às 10h30 é que era o horário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E aguardei... Nós não temos quórum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, mas o senhor devia dar uma tolerância. Devia dar uma tolerância, porque a CBF... E o Brasil todo está comentando e quer o Presidente da CBF aqui para esclarecer, e nada...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na próxima reunião, os requerimentos estarão aí e os senhores votam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bem, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu só pediria um pouco de respeito com os nossos convidados.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então hoje não serão deliberados requerimentos mais?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, não; nós vamos fazer a audiência pública.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então não inverteu? Suspendeu o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, nós íamos votar o requerimento, mas os senhores não estavam aqui. Agora nós vamos fazer audiência pública, eu já chamei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É brincadeira...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Além de pegar "pernada", eu ainda sou faltoso. Está bom. Um abraço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, não tem nada de desrespeito com os convidados. Tenho a maior estima com eles. Por favor, não inverta a situação. Não inverta a situação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É uma audiência pública. Nós não temos quórum...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor poderia esperar um pouco, não custava nada, para a gente votar isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não temos quórum...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o senhor é o Presidente – o senhor é o Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Convido a Sra. Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Claudio Augusto Boschi, Presidente do Conselho Federal de Educação Física. (*Palmas.*)

A Sra. Eloisa Vilela de Souza, 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos! E mais uma vez peço desculpas, mas isso faz parte do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos também o Sr. Roberto Nóbrega, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região. Por favor, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

O Sr. Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Federal Titular pelo Estado da Paraíba do Conselho Federal de Medicina. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do nosso Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu quero aqui pedir desculpa pela ausência da nossa Presidente. Ela está em um evento lá na Câmara do Distrito Federal pelos comemorativos de 60 anos de Brasília. Ela pediu todas as desculpas aqui, mas, logo que termine o evento lá, ela vai estar se dirigindo aqui à nossa Comissão. E nós vamos tocar aqui enquanto a nossa Presidente chega.

Com a palavra a Sra. Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

Kelly, por favor. (*Pausa.*)

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Muitíssimo obrigada pelo convite para que o Ministério da Saúde contribua com o debate de hoje.

Então, em nome da nossa Diretora do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde, Angela Leal, também da nossa Secretária de Atenção Primária à Saúde, Ana Luiza Caldas, e do nosso Ministro Alexandre Padilha, agradecemos a oportunidade de contribuir com o debate de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente eu gostaria de começar trazendo alguns dados das evidências nacionais sobre a obesidade na população brasileira.

Nós felizmente somos um país que tem um histórico robusto de pesquisas e de inquéritos nacionais em saúde desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, em parceria com o IBGE e outras grandes instituições de ensino e pesquisa, que nos permitem ver infelizmente o agravamento dessa situação de saúde da nossa população.

Então, no inquérito por telefone, o Vigitel, que é realizado desde 2006, anualmente, pelo Ministério da Saúde, nós podemos ver que segue crescente a prevalência de obesidade na população adulta, a população que tem mais de 18 anos que participa da pesquisa. Então, vejam que, em 2006, nós tínhamos 11,8% da população adulta com obesidade e, em 2023, já estávamos com 24,3% da população com obesidade. Então, nós estamos infelizmente seguindo o mesmo ritmo também de outros grandes países, como México e Estados Unidos, na crescente epidemia da obesidade.

Nós também temos a vigilância alimentar e nutricional no âmbito dos serviços de atenção primária à saúde. Então, também, desde 2008, no âmbito das unidades básicas de saúde, todas as pessoas que são atendidas, acompanhadas têm seu peso e altura aferidos e avaliados a partir do Índice de Massa Corporal, e, pelo nosso Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no SUS, nós também conseguimos ter retratos do estado nutricional da população que já está frequentando a unidade básica de saúde. Então, pelos dados consolidados de 2023, nós tivemos mais de 53 milhões de pessoas com estado nutricional avaliado na atenção primária à saúde, e, entre os adultos, 67,71% já apresentavam excesso de peso; e 33,25%, obesidade.

Então, o Vigitel, o inquérito nacional por telefone, apresenta uma tendência, mas o dado da vigilância alimentar e nutricional no serviço de saúde – pesar e medir as pessoas no cotidiano do atendimento – também mostra dados semelhantes: a mesma tendência de aumento, de excesso de peso e obesidade na população já atendida na unidade básica de saúde.

É importante lembrar que as evidências científicas muito robustas que já temos produzidas no Brasil e no mundo já trazem para nós a complexidade multifatorial dessa epidemia de obesidade. Então, por muito tempo... e ainda se reproduz uma ideia de que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas uma questão de balanço energético, é apenas que o indivíduo decida comer menos e se exercitar mais, e o problema vai estar resolvido, mas já temos evidências que nos apontam que é uma rede complexa de determinação social da obesidade que tem relação com a nossa cultura, com os ambientes onde nós estudamos, onde nós trabalhamos, onde nós vivemos, com a condição socioeconômica e com as políticas públicas que são desenvolvidas pelo Estado brasileiro, tanto pela União, como pelos estados e municípios.

Então, esse conjunto de determinantes incide sobre os nossos modos de viver, sobre as nossas possibilidades de fazermos ou não escolhas mais saudáveis, escolhas que possam nos ajudar a promover e proteger a nossa saúde e prevenir doenças. Então, esses modos de viver não incluem, na determinação da obesidade, apenas a alimentação e a prática ou não de atividade física, mas também o nosso comportamento sedentário, quanto tempo a gente fica sentado, quanto tempo a gente usa telas, quantas horas a gente consegue dormir, se é um sono de qualidade, entre outras questões do nosso dia a dia.

Então, é importante lembrar que a prática de atividade física, a promoção da superação do comportamento sedentário é uma das vertentes de políticas públicas e de ações que nós precisamos realizar para prevenção e enfrentamento da obesidade, mas ela não é a única.

Então, que o nosso debate hoje seja coordenado e articulado com outros debates de outros setores: por exemplo, da reforma tributária, da regulação da alimentação na escola, da regulação da publicidade e da propaganda de alimentos, da segurança pública nos territórios para que as pessoas possam ter ambientes seguros para realizar a sua atividade física e seu lazer, entre outros.

Então, mais uma vez, reforçando, nós precisamos de políticas públicas nestas três vertentes: incentivo, apoio e proteção. Então, é muito comum o Ministério da Saúde e os serviços de saúde trabalharem muito na perspectiva do incentivo, da orientação das melhores práticas para a promoção da saúde.

Mas nós lidamos no SUS muito com a população mais vulnerabilizada do país, que tem as piores condições de vida. Então, nem sempre aquilo que a gente incentiva nos serviços de saúde a população tem condições de colocar em prática. Então, a gente defende, enquanto Ministério da Saúde, que a gente precisa de políticas públicas que apoiem as pessoas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocarem em prática as nossas recomendações e que protejam as pessoas de estímulos à adoção de práticas não saudáveis. Então, nós precisamos, de forma geral, de um conjunto de políticas públicas que garantam direitos e melhores condições de vida para que os indivíduos, as famílias e as comunidades consigam fazer as melhores escolhas para promoção e proteção da sua saúde.

Nesse caminho específico da promoção de práticas corporais, atividade física e redução do comportamento sedentário, no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS, desde 2012 e 2013 o Ministério da Saúde faz investimentos e estímulos para a adoção dessas práticas no âmbito dos serviços de atenção primária à saúde.

Então, lembro que, nesses programas e incentivos do Ministério da Saúde, há o entendimento da atividade física como o comportamento que envolve os movimentos voluntários do corpo com gastos de energia acima do nível do repouso, uma atividade física que promova interação social e com o ambiente, considerando que o comportamento sedentário são aquelas atividades em que nós estamos realizando pouco gasto de energia, quando a gente não atinge as recomendações de movimento e de gasto de energia recomendados para que a gente seja considerado uma pessoa ativa fisicamente.

Essas recomendações estão registradas no Guia de Atividade Física, o qual tem recomendações para as diversas fases do curso da vida: crianças até 5 anos, crianças a partir de 6 anos, adolescentes e jovens até 17, recomendações para adultos, idosos e também para gestantes e mulheres no pós-parto. Então o guia da atividade física traz as recomendações para essas diversas fases do curso da vida e, no caso do evento da gestação e puerpério, a atividade física recomendada, o tempo em movimento e que tipo de atividades.

Aqui também é um dado importante, o nosso inquérito Vigitel também tem o monitoramento dessa inatividade física na população brasileira, então a gente observa que, entre 2013 e 2023, pesquisa realizada com população adulta de capitais brasileiras, a gente percebe uma redução dessa inatividade física, mas ainda é insuficiente, a gente ainda precisa continuar não só estimulando mas apoiando com políticas públicas para que as pessoas consigam ser mais ativas no Brasil e assim contribuir como um fator de proteção para o desenvolvimento do excesso de peso e da obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pesquisa importantíssima que o Ministério da Saúde realiza com o IBGE é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Está em campo a nova edição da PeNSE, então em breve teremos dados atualizados, mas é importante demarcar o quanto os estudantes brasileiros estão inativos. A PeNSE mostra para nós que menos de 40% dos estudantes entre 13 e 17 anos tinham praticado atividade física na semana de realização da pesquisa. É muito importante a gente também atentar que essa promoção da atividade física precisa começar desde a infância e se observa que essa fase da adolescência em adultos jovens é um ponto crítico para a inatividade física, principalmente pela questão do uso de telas, que tem sido crescente. A gente precisa aproveitar a proibição das telas nas escolas para ter um ambiente que propicie a incorporação de mais práticas corporais e atividade física nas escolas. Esse é um tema bastante importante, que poderia ser de intersecção entre esta Comissão de Esporte e a Comissão de Educação, tanto no Senado quanto na Câmara. A gente precisa recuperar a prática de atividade física nas escolas.

No âmbito da atenção primária à saúde, quem trabalha nessa área da promoção da atividade física já conhece bem o Programa Academia da Saúde. É um programa criado há bastante tempo, mais de dez anos, que visa a contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e modos de vida saudáveis da população, a partir desses polos, que têm infraestrutura e profissionais para acompanhar e estimular a prática de atividade física. É importante ressaltar que, apesar do nome Academia da Saúde, que pode nos levar a entender que é uma academia tradicional, mas é uma academia que prevê não só a prática de atividade física e a prática corporal, mas um espaço inserido, enquanto serviço de saúde na comunidade, que pode ser usado também para mobilização social, mobilização comunitária e para outras práticas de promoção da saúde além da atividade física. Então, o Programa Academia da Saúde tem como princípio a participação popular, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a territorialidade, para que esse polo seja reconhecido como parte, como um equipamento social do território, e a intergeracionalidade, um equipamento não só para idosos, não só para adultos, mas também para jovens e crianças.

Então, no escopo do programa, estão apontados todos esses eixos de atuação.

O espaço físico do polo pode ser usado tanto para educação em saúde, práticas integrativas e complementares, promoção da alimentação adequada e saudável, além das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas corporais e atividades físicas, práticas artísticas e culturais e também como um espaço de mobilização da comunidade.

Lembro que o financiamento para a construção dos polos do Programa Academia da Saúde ocorre por meio de recursos de emendas parlamentares. Então, também é bastante importante essa mobilização das entidades da sociedade civil, das prefeituras, das secretarias municipais de saúde, junto aos Parlamentares dos seus territórios, para que a gente tenha alocação de emendas parlamentares anualmente para a construção de novos polos. Então, com relação às emendas parlamentares, está bem descrito na cartilha das emendas como os Parlamentares podem fazer a destinação desses recursos para os tipos de componentes financiáveis do Programa Academia da Saúde.

A construção dos polos é feita com recurso de emendas parlamentares, mas o Ministério da Saúde faz um incentivo financeiro mensal para que as secretarias municipais de saúde mantenham o polo em funcionamento. É um incentivo de R$3 mil mensais, e exige-se que as secretarias municipais de saúde cumpram dois requisitos para receber mensalmente esse recurso: primeiro, que tenha um profissional registrado de 40h ou dois de 20h, como sendo o profissional responsável pelo polo; e também que sejam registradas as atividades e os atendimentos realizados no polo, para a gente ter a informação clara de que o polo está sendo usado e quais os tipos de atividades que estão sendo desenvolvidas lá.

O que a gente observa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES – Já estou concluindo.

O que a gente observa é que a gente tem 1.502 polos do Programa Academia da Saúde credenciados atualmente, mas 1.194 estão sendo custeados pelo Ministério da Saúde; ou seja, nós temos mais de 300 municípios que não estão informando as atividades que estão realizando no polo ou não registraram o profissional responsável pelo polo. Por isso, eles não estão recebendo o financiamento mensal. Então, uma ação importante também é de incidência sobre esses municípios para mobilizá-los a fazerem o registro das ações, registrar o profissional responsável para que eles não percam esse recurso financeiro mensal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando aqui, o Incentivo financeiro de Atividade Física (IAF) também é um recurso financeiro disponível. Ele depende do movimento do município pedir a adesão ao Ministério da Saúde para recebimento desse recurso. E também a contrapartida para receber esse recurso é o registro de informações no nosso sistema de informações de Atenção Primária à Saúde. Então, a gente tem 8.347 estabelecimentos de saúde da Atenção Primária que poderiam estar recebendo esse incentivo financeiro, mas só 2.049 estão custeados; ou seja, os municípios, as secretarias municipais de saúde não estão informando no sistema de informação que estão realizando as práticas corporais e atividades físicas para a sua população. Por isso, o repasse do recurso não é realizado. Então, é muito importante que a gente conte com a colaboração de vocês para estimular, induzir esses municípios a aproveitarem o recurso financeiro existente. Tem dotação orçamentária também no orçamento de 2025 para pagamento desse incentivo financeiro. A gente precisa que os novos gestores municipais, que acabaram de chegar às prefeituras – a gente teve uma troca grande de Prefeitos e secretários de saúde –, sejam esclarecidos e estimulados a realizarem as práticas e registrarem no sistema de informação para o recebimento desses incentivos.

Bom, o tempo era muito curto, eram só algumas informações para contribuir com o debate, ficamos à disposição não só para esta audiência, mas para outros diálogos. Todos têm acompanhado a troca de gestores recente do Ministério da Saúde, então as portas estão abertas do Ministro, da Secretária e da nossa Diretora, para recebê-los também para conversas específicas na nossa gestão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos a participação da Sra. Kelly.

Agora, vamos convidar o Sr. Claudio Boschi, Presidente do Conselho Federal de Educação Física. Por favor.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI (Para expor.) – Primeiro, antes de saudar todos os presentes, gostaria de saudar o nobre Senador Sérgio Petecão.

Mudando um pouco o cerimonial, ainda que ele tenha que ser rígido, informo a V. Exa. que o Conselho Federal de Educação Física, numa audiência que esteve no seu gabinete, cumpriu com a sua palavra e já foi aprovada e publicada no *Diário Oficial da União* uma resolução que cria o Conselho Regional de Educação Física no Estado do Acre, assim como cria nos outros quatro estados que ainda não possuem conselho regional. E esse é um projeto para, no máximo, dois anos de execução. Com isso, o sistema conselho federal e conselhos regionais de educação física estará presente em todas as 27 unidades federativas do Brasil.

Quero saudar a Dra. Kelly Poliany de Souza Alves, do Ministério da Saúde. E me permita falar dessa forma, o sistema conselho federal e conselhos regionais de educação física está literalmente à disposição, através dos seus mais de 670 mil profissionais, através dos mais de 75 mil estabelecimentos de prática de atividade física, esportiva e similares de forma orientada para o que puder se fazer de divulgação, de envolvimento. Na própria colocação da senhora, da verba disponível, só um quarto é que fez a documentação necessária no sistema de informática para poder receber... Então, no que for necessário, no que for viável, nós estamos literalmente à disposição.

Quero cumprimentar o Dr. Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina, e agradecer de antemão a parceria que sempre existiu entre o médico e o profissional de educação física, obviamente entre o conselho federal e os conselhos regionais de medicina e a profissão de educação física.

E cumprimento o Presidente Roberto Nóbrega, Presidente do Cref, que nós chamamos Cref7/DF, ou seja, o Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região, aqui do Distrito Federal, o nosso anfitrião. E, cumprindo também uma determinação, por lei, do robustecimento da profissão de educação física – e o Senador Sérgio Petecão foi um valoroso guardião para nós – pela promulgação da Lei 14.386, até o dia 25 de junho do ano que vem o Conselho Federal de Educação Física estará sendo sediado aqui na cidade de Brasília, na capital federal.

E quero cumprimentar a querida Eloisa Vilela de Souza, 2ª Vice-Presidente do Cref1, Rio de Janeiro, que é o estado, a cidade onde nasceu o Sistema Confef-Cref, que, por esses anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos, tem sido a sede e um Cref de uma estrutura territorial diferenciada, mas que tem um trabalho muito profundo não só na região do Rio de Janeiro, como também na área parlamentar aqui na capital federal.

Primeiramente, quero saudar a todos e agradecer a todos pela possibilidade de a profissão de educação física estar participando de uma audiência no Senado Federal. Nós sabemos qual é a importância, qual é a fundamentabilidade e, principalmente, qual é a gravidade que o país hoje enfrenta no que diz respeito à questão do sedentarismo e da obesidade. E o sistema está se colocando à disposição exatamente para essa situação, até porque o sedentarismo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, já passou da situação de pura e simplesmente uma endemia ou uma epidemia e já está chegando a um nível um pouco mais elevado.

Dados, por exemplo, da Fundação Oswaldo Cruz mostram que mais da metade da população brasileira não pratica atividade física de qualquer forma que seja. E há uma polêmica muito grande: "Ah, mas andar é atividade física", andar é atividade locomotora. Para poder ter um efeito maior, precisa de uma indicação normalmente feita por médico e uma orientação e execução feitas por um profissional de educação física.

Só para se ter uma noção do que isso representa e a possibilidade do Brasil, o Brasil é o segundo país em maior número de estabelecimentos para a prática de atividade física, esportiva, recreativa e similares no mundo. O primeiro são os Estados Unidos da América, só que os Estados Unidos da América têm em torno de 90 mil estabelecimentos, com uma população de 330 milhões, e nós temos 210 milhões de habitantes. Obviamente, se fizer a regra de três, dá para ter essa condição muito clara, porém, o Brasil, pela população que tem, pelo tamanho, é o país mais sedentário da América Latina, e isso precisa de ser modificado.

Dados obtidos pela Universidade Federal Fluminense, numa pesquisa de três anos atrás, estabeleceram um valor em torno de R$500 milhões em internações no período do ano de 2019 a 2021. Há uns anos, dois grupos financeiros, bancários dos mais fortes do Brasil, tirando o Banco do Brasil, fizeram uma movimentação para que quem tivesse prática confirmada, constante de prática esportiva orientada pudesse ter valor de prêmio, valor de desconto na questão do seguro de vida que a pessoa faz. E essa situação já vem também criando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embaraço, ampliando. O Sesi, ao fazer uma pesquisa, percebeu que 72% dos entrevistados já possuíam alguma distorção provocada por essa inatividade física.

Nós vamos entregar a V. Exa., Senador, em seguida, por escrito, para ficar documentado e até para facilitar os trabalhos futuros, mas nós temos alguns alvos dentro das estratégias estabelecidas no Sistema Confef-Cref.

A promoção da capacidade cognitiva e de melhoria dos resultados acadêmicos das crianças no Brasil, ou seja, a prática da atividade física dentro da escola – lembrando que a educação física é uma das dez disciplinas, ou nome que queiram, que faz parte do chamado núcleo duro da educação básica, ou seja, vai em todos os 12 anos da educação básica.

A redução do adoecimento e da mortalidade dos adolescentes, adultos e idosos brasileiros pela promoção da melhoria da condição física geral e da saúde mental: esse assunto de saúde mental com a prática de atividade está muito em moda agora por causa de atletas, notadamente atletas de alto rendimento, que paralisam a sua carreira por algum motivo. Outro dia teve uma entrevista muito boa, muito sensata – ela é muito inteligente – da tenista argentina Gabriela Sabatini, e houve uma pergunta para ela: entre os 26 e os 42 anos de idade, período em que ela foi atleta internacional de ponta, entre as três principais do mundo, como ela conseguiu suportar? Ela falou: "Porque a cada período eu parava por um ano para restabelecer a minha saúde mental". E ela parou de jogar já tem uns 15 anos. Então, vejam que o assunto não é deste momento, e a educação física tem uma participação muito acentuada nessa área.

A capacitação de meninas, garotas, adolescentes e mulheres para uma melhor participação social e econômica, com lastro em boa condição física, obviamente, no bem-estar social e na confiança nas suas próprias habilidades. Não é por acaso, e aqui em Brasília aconteceu, ainda me lembro dessa época, a realização, todo ano, dos Jogos Escolares Brasileiros – o que fez com que o pico desse trabalho fosse o crescimento do Brasil do ponto de vista olímpico, mas, mais do que do ponto de vista olímpico, da implementação das atividades – e da Academia da Saúde, por participar, em Minas Gerais, do Conselho Estadual de Desportos. Foi um projeto literalmente vitorioso. Por que eu estou falando que foi? Porque ele precisa, na minha opinião, estudando um pouco este assunto, conhecendo um pouco de políticas públicas, se tornar política pública efetiva, não por decreto de Governador, mas por lei estadual ou até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo por lei federal, por que o que ocorre? Um governo quer realizar, realiza e dá uma praticidade e uma atuação muito grande; outro, por algum motivo, não quer realizar, aquilo fica quase que abandonado.

Em Belo Horizonte, a Prefeitura de Belo Horizonte construiu, há 12, 15 anos atrás, duas unidades de academia – lá se chama Academia da Cidade – em cada uma das nove sub-regiões da prefeitura. Posso dizer com certeza que as 18 não devem estar funcionando a pleno vapor, porque outros governantes, por algum motivo, não deram a mesma ênfase. O Prefeito de então, inclusive, desmembrou... aliás, criou na Secretaria Municipal de Saúde uma gerência de atividade física, exatamente para poder gerenciar o programa Academia da Cidade com recursos do Ministério da Saúde.

Também é a mesma situação a capacitação de jovens, meninos jovens e adolescentes, e homens para esse pertencimento social. Esse pertencimento social pode acontecer, com certeza, por meio das habilidades físicas, mentais e relacionais. Isso o esporte provoca quando você tem uma competição ou tem uma equipe na escola, no desporto de participação, no desporto de alto rendimento.

A questão social, de onde veio o atleta, e a questão racial não têm precedência, não têm importância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI – E a promoção da atividade física, valorizando a educação ambiental, a nossa biodiversidade e o uso de recursos naturais, o que vai fazer com que haja melhoria na vida familiar e que haja redução da violência.

Encerrando, o Conselho Federal de Educação Física, em seus hoje 22 conselhos regionais e, daqui a no máximo dois anos, seus 27 conselhos federais, tem, ao longo deste ano, investido de maneira sistemática na difusão dos valores explícitos no Código de Ética Profissional, mas sabe que o Brasil precisa de profissionais bem formados. E nós temos um lema, um *slogan*, que diz o seguinte: "O que faz a diferença é a orientação bem feita", e a orientação bem feita para a prática de atividades físicas, esportivas, recreativas e similares é através do profissional de educação física devidamente capacitado para tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, agradeço à Comissão de Esporte por essa deferência, ainda mais porque, neste mês, nós estamos comemorando o Abril Verde, que é um projeto que o Conselho fez e a que esta Comissão aquiesceu no sentido de se fazer uma audiência pública que fosse dentro do mês de abril, que é o mês da atividade física. O próprio nome Abril Verde já mostra a relação com o meio ambiente.

Passo às mãos do Deputado... Desculpe, do Senador Sérgio Petecão – por favor, releve –, um ofício do Conselho, que está dirigido à Senadora Leila Barros por ser ela a Presidente da Comissão, exatamente com o resumo, com a participação e com o compromisso do Conselho Profissional de Educação Física em relação a esses assuntos ora colocados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Claudio. Com certeza, nós vamos encaminhar à nossa Presidente, nossa querida Senadora Leila Barros.

Quero também agradecer pelas palavras. A minha relação com os profissionais da educação física lá no estado é muito próxima, e dentro da minha casa tem uma também que é a minha esposa – foi por livre e espontânea pressão. (*Risos.*)

Obrigado, Claudio.

Vamos ouvir agora a Sra. Eloisa Vilela de Souza. Eloisa é 2ª Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região.

Por favor, Eloisa.

A SRA. ELOISA VILELA DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria, primeiramente, agradecer ao Senador pela oportunidade, agradecendo também à Senadora Leila, como Presidente desta Comissão, por trazer estes temas tão importantes para nós – sedentarismo, obesidade, inatividade física –, e também agradecer à Comissão do Esporte, que é uma Comissão muito parceira da educação física, é uma Comissão que tem a prerrogativa da educação física dentro do Senado e que vem trabalhando efetivamente através do Flávio, do Fábio e todos. Queria muito agradecer por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também aqui agradecer à Dra. Kelly, pelas informações que ela passou do Ministério da Saúde. É muito importante essa parceria da educação física, do conselho federal, dos conselhos regionais, com essas entidades representativas.

E a gente tem aqui hoje também a Jessica, que eu preciso citar. A Jessica é Assessora Técnica do Departamento de Prevenção e Promoção de Saúde da Secretaria de Atenção Primária, também do Ministério da Saúde, que é uma grande parceira do Confef, do Cref, e é profissional de educação física também.

Quero cumprimentar o Presidente Claudio Boschi, que vem com esse tema tão importante, trazendo para o mês de abril o mês do combate ao sedentarismo. Abril é um mês que nós profissionais de educação física levamos muito em consideração, porque é o mês em que a gente traz para a sociedade essa responsabilidade de praticar atividade física, de ter uma vida saudável através do exercício físico.

Cumprimento também o Dr. Bruno, que é o representante do Conselho Federal de Medicina, e o Presidente Claudio Boschi, que falou.

Os médicos hoje, acho, são os grandes parceiros da educação física, porque pensam muito nessa questão do movimento como promoção de saúde.

Também quero cumprimentar aqui o meu colega, o Presidente do Cref7, aqui do DF, o Prof. Roberto Nóbrega, e agradecer a receptividade aí como anfitrião.

Eu vou começar um pouquinho da minha apresentação.

Eu trouxe como tema o sedentarismo e a inatividade física, que é um passo para a obesidade. A gente já ouviu aqui tanto do Presidente Boschi quanto da Dra. Kelly sobre a importância de a gente ter o exercício físico como um parceiro para a saúde, um parceiro para uma vida saudável.

No Brasil nós temos que uma pessoa em cada três brasileiros vive com obesidade; e no mundo inteiro nós temos mais de 1 bilhão de pessoas que vivem com essa doença, vamos falar assim. Esses dados são da Federação Mundial da Obesidade. É um dado bem atual, de 2023, e é um dado que a gente precisa levar em consideração para o tema que a gente vem tratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazendo os dados muito próximos a nós profissionais de educação física – e hoje nós temos também a presença de conselheiros federais, de presidentes de Cref, do Vice-Presidente do Conselho Federal –, a gente vê que quase metade da nossa população não pratica o mínimo de atividade física que a Organização Mundial sugere. Quando a gente vai falar de jovens, esse dado é muito mais agravante; e, quando a gente vai falar de adolescentes meninas, é mais agravante ainda.

Então, uma das observações que a gente precisa ter no nosso dia a dia é principalmente para os jovens, porque os jovens de hoje serão os adultos de amanhã. Então, se a gente não começar a repensar nessa política – e, quando eu digo política, eu digo política no geral – de prevenção, de promoção de saúde através do exercício físico com os nossos jovens, a gente vai ter um futuro com um dado muito pior do que a gente tem hoje.

A gente fala tanto de sedentarismo e inatividade física, mas são duas coisas diferentes; elas se complementam, mas são duas coisas diferentes. O sedentarismo é um comportamento. E a gente traz esse comportamento como? Pessoas que ficam a maior parte do dia nas posições sentada, deitada ou reclinada. Nós já estamos aqui há meia hora, sentados. Então, olha a importância do movimento, olha a importância, neste momento do dia a dia, de a gente se levantar, a gente se movimentar no nosso trabalho, porque todo mundo faz isso, a gente trabalha sentado a maior parte do dia. Então, todo mundo, em algum momento, tem o comportamento sedentário.

E, quando a gente traz para a atividade física, a inatividade física o que é? São pessoas que não praticam o mínimo de atividade física, que é o que sugere a Organização Mundial da Saúde, que são 150 minutos semanais de atividade física moderada ou 75 minutos de atividade vigorosa. Se a gente for dividir isso por sete dias na semana, isso dá uma média de 21 minutos por dia. E a gente volta àquele dado: 47% da população brasileira não cumpre o mínimo, 20 minutos por dia. O dia tem 24 horas. Então, a gente precisa entender isso de uma forma muito forte no nosso dia a dia, porque aqui nós temos pessoas, profissionais, pais, mães, filhos. E, se a gente não mudar essa cultura, esse comportamento do sedentarismo, promovendo a atividade física, a gente não vai mudar nada referente a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos alguns dados, dados do Ministério da Saúde, dados da Sociedade Brasileira de Cardiologia que falam sobre essas questões. Quando a gente tem a falta de atividade física, o comportamento sedentário, nós temos uma propensão a doenças crônicas não transmissíveis. No Brasil, 57% dos óbitos são por essas doenças, doenças que podem ser prevenidas, doenças que podem ser tratadas através do exercício físico, através da atividade física. Esse dado é do Ministério da Saúde, de 2019.

E aí a gente entra nas doenças cardiovasculares: 30% da população possui uma doença cardiovascular, olhem que interessante; 20 milhões de pessoas, no Brasil, possuem diabetes. Esse dado é da Sociedade Brasileira de Diabetes, dado de 2025. E, para mim, o pior de tudo. Quando chega ao ponto de tirar a própria vida, realmente está com uma doença muito, muito alarmante: há um suicídio a cada 32 minutos, no Brasil. E, em tudo isso, também sabemos que o exercício físico e a atividade física têm um papel fundamental.

Depois de tudo isso, a gente precisa entender por que as pessoas não praticam atividade física, por que as pessoas não se atentam para ter uma vida saudável, uma vida ativa fisicamente. Nisso, o IBGE, em 2017, realizou uma pesquisa, perguntando para as pessoas por que elas não praticam atividade física. Pasmem, 51% das pessoas, metade, disseram que não têm tempo, que não têm tempo para praticar atividade física, diariamente, semanalmente, que não têm tempo para cumprir o mínimo que é o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde; 20% dizem que não praticam por problemas de saúde e idade avançada – ora, todos nós sabemos que o movimento é para todos e para todas as idades –; e 13% não gostam ou não têm vontade. Então, esses dados são do IBGE, de 2017.

O que a gente precisa pensar quanto a isso? Quando a gente fala de exercício físico e de atividade física, a gente tem que pensar em saúde, a gente tem que pensar em promoção de saúde. Então, algumas questões nós precisamos abordar. A principal delas é a cultura do movimento, que nós precisamos mudar, tirar dessa pandemia, como o Presidente Claudio Boschi falou, do sedentarismo. A gente precisa mudar isso, colocar como uma cultura, como uma pandemia do movimento, trazer essas discussões, trazer este debate aqui para esta Casa, para as Câmaras Legislativas, para os municípios, para mostrar a importância da política preventiva...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELOISA VILELA DE SOUZA – ... junto com uma alimentação saudável, com o exercício físico, com o profissional de educação física, e mostrar que para isso é necessário se ter a consciência de que o sedentarismo e a inatividade física são prejudiciais para a saúde, a ponto de a gente voltar àqueles dados lá: 54% dos óbitos são por doenças crônicas não transmissíveis. Então, tudo isso o exercício físico e a atividade física pode trabalhar nas nossas vidas como uma política preventiva de saúde.

Trazendo um pouquinho da responsabilidade para nós, profissionais de educação física, no Estado do Rio de Janeiro, nós trabalhamos de uma forma muito próxima do profissional de educação física e, nos últimos anos, temos trazido essa discussão para a sociedade, trazendo a importância da prática de atividade física e do exercício físico para a sociedade, para as pessoas, para as famílias.

E eu quero destacar aqui: como uma boa Professora da educação básica, quero dizer que a gente precisa trabalhar isso dentro das escolas. As escolas são formadoras de vidas, são formadoras de cidadãos. Então, é lá que nós precisamos mudar essa cultura, é lá que nós precisamos implementar e trabalhar a importância da atividade física, do exercício físico, a importância de uma alimentação saudável, a importância de políticas preventivas de saúde, para que, no futuro, a gente consiga ter pessoas, cidadãos que consigam se movimentar, que tenham autonomia, principalmente na idade avançada, que são as nossas pessoas idosas.

Eu quero muito agradecer a presença de todos, a atenção de todos. O tempo é curto, mas a gente tenta resumir e acelerar um pouquinho. Então, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós agradecemos a participação da Professora.

Agora vamos ouvir a palavra do Sr. Roberto Nóbrega, que é Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região.

Antes, Roberto, se você me permite, eu queria fazer aqui um registro especial. Acabou de chegar à nossa reunião o Prefeito da Ilhabela. Não sei quem conhece aqui Ilhabela, mas eu tive o prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito, levante a mão aí, por favor. Prefeito Toninho Colucci, obrigado pela sua presença. E está acompanhado pelo Ezequiel, que é Presidente da Câmara, pelo Zé Milton e pelo Anísio. Os três são Vereadores lá da nossa querida Ilhabela. Fica à vontade, Prefeito.

Com a palavra o Sr. Roberto Nóbrega.

O SR. ROBERTO NÓBREGA (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Em nome de todo o público presente aqui, eu quero parabenizar a presença do amigo Conselheiro Federal Patrick Aguiar, que sempre está à frente de todos os procedimentos relevantes do esporte e da atividade física. Então, na sua pessoa, eu cumprimento todos os presentes.

Queria agradecer também ao Dr. Sérgio Petecão e parabenizá-lo pela conduta do procedimento e da audiência aqui neste momento. Parabenizo a Senadora Leila pela iniciativa desta audiência pública. Queria cumprimentar também a Sra. Kelly Poliany, Coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. Queria cumprimentar também o nosso querido Professor Boschi, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, e dizer que nos honra bastante estar dividindo a mesa com o senhor aqui. Queria parabenizar a Sra. Eloisa Vilela, representando aqui o nosso Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro – é um prazer estar ao seu lado aqui, é uma honra para nós também. Queria parabenizar e cumprimentar o Sr. Bruno Leandro, do Conselho Federal de Medicina, que foi um dos primeiros a chegar aqui junto comigo – é um prazer dividir este espaço aqui com o senhor.

Eu não vou querer ser redundante em alguns pontos que já foram citados aqui. Só vou fazer algumas ressalvas.

Antes disso, cumprimento também o nosso amigo Weber Magalhães, parceiro de muitos anos. Bom vê-lo aqui.

Como já foi citado aqui – de forma resumida, eu vou falar também, só para reforçar esses dados –, a obesidade está chegando a 24% da população brasileira, mas nós temos um outro dado agravante também, que é aquele grupo que está na faixa do sobrepeso, está a um passo também de se aliar ou se juntar a esse grupo da obesidade e já está em números de 34% da população. Então, é um dado que preocupa bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dado que preocupa bastante é que, se não for feito nada agora, de imediato, existe uma previsão para os próximos 20 anos de que 130 milhões de brasileiros estarão nesse quadro de sobrepeso e obesidade. Então, é uma preocupação muito grande, e a gente tem comentado isso. Eu vou dar um exemplo aqui no final. Desde 1994, a gente tem tido discussões relevantes sobre a questão do sobrepeso e obesidade e do que se deve ser feito nessa prevenção, porque o sobrepeso e a obesidade estão associados a várias patologias que podem levar a um prejuízo, a um gasto enorme na área de saúde; e, se nós trabalharmos com a prevenção, vai se minimizar tudo isso. Às vezes, a gente pensa no processo de cura, mas a prevenção é muito mais barata e mais simples de ser executada.

Eu elenquei quatro pontos aqui, e o primeiro é a alimentação, que já foi citada aqui pela nossa colega representante do Ministério da Saúde, que é evitar alguns alimentos com excesso de açúcar, gorduras, bebidas alcoólicas, utilizar menos gordura, sal em menor quantidade.

Outro ponto importante também que nós vamos ressaltar aqui – e aí faz parte da nossa área especificamente – é a prática de atividade física de forma regular, por, no mínimo, 60 minutos, três vezes por semana, que é uma recomendação já bastante significativa.

Outra questão que foi citada aqui foi a questão do sono, porque muito se fala em atividade física e alimentação saudável, mas se esquece também de que um sono bem tranquilo e com horário preestabelecido, em torno de sete a oito horas por dia, contribui muito para a saúde da população.

E a outra questão relevante – eu vou buscar aqui um dado que a nossa colega Profa. Eloisa trouxe, eu vou reforçar esse dado – é a questão da saúde mental, porque muito se fala em alimentação, prática de atividade física, mas a saúde mental é fundamental para esse processo. Nós vivemos uma correria no dia a dia, uma preocupação muito grande na busca do capital, pela necessidade social. Nós buscamos, a cada dia, resolver problemas alheios e esquecemos os nossos. Então, a saúde mental vai se deteriorando ao longo desse processo. E a gente sabe muito bem que, quando a pessoa está agitada, ansiosa, preocupada com alguma situação do seu dia a dia – o que é muito comum entre todos nós aqui e principalmente entre a população menos favorecida ainda –, com essa ansiedade, a pessoa vai buscar uma ferramenta para minimizar essa ansiedade, e, geralmente, o que ela encontra é, em cima da madrugada, ou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

noite, ou do dia, abrir a geladeira e sair trucidando tudo que está perto ali, visível – e às vezes de uma forma errada – e também o que o braço dela alcança nesses alimentos, porque geralmente não são alimentos saudáveis.

A saúde mental nos preocupa, porque – e a Profa. Eloisa trouxe o dado aqui –, a cada 32 minutos, há um suicídio. E vocês podem ter certeza de que a saúde mental é um grande fator nesse item aí, e realmente me assustou bastante quando a senhora apresentou esse dado.

Eu coloquei dois pontos aqui em cima dos quais eu acho que seria de fundamental iniciativa o Governo agir.

O primeiro, que eu vou elencar aqui, como proposta, é um incentivo fiscal à prática da atividade física. Por quê? Quando você vai ao médico, você pega o recibo, declara Imposto de Renda e tem um abatimento. Quando você vai ao advogado, você recebe o seu recibo e coloca lá no abatimento do seu Imposto de Renda. Nós temos várias academias, profissionais de educação física fazendo trabalhos orientados que poderiam oficializar esse contato e esse pagamento através de um documento fiscal que poderia ser utilizado como abatimento de Imposto de Renda. Isso aí seria um dos pontos de incentivo também. Eu coloco aqui como proposta e eu sei que pode ter uma visibilidade bastante positiva nessa questão.

Outro ponto também é a questão da utilização dos meios de comunicação. Eu acredito que o Ministério da Educação faz bastante bem isso, mas é só para reforçar a importância da comunicação nesses meios oficiais do Governo, em nível federal, estadual e municipal, para promover a prática de atividade física e de forma orientada, com aqueles profissionais habilitados e registrados, que são a segurança para a sociedade, mostrando que aquele profissional ali está capacitado para orientar definitivamente a sociedade.

Para finalizar – eu sei que o tempo é curto, a gente poderia se alongar mais aqui –, eu quero só dar um exemplo para vocês do que nós fizemos aqui, no Distrito Federal, e eu tenho certeza de que o meu amigo Patrick e o meu amigo Weber aqui, que é das antigas também, vão pactuar conosco nesse exemplo que nós fizemos. Em 1994, nós tínhamos um projeto aqui, em Brasília...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO NÓBREGA – ... que se chamava Ginástica nas Quadras.

Vou ser bem rápido.

Era nas quadras daqui, do Plano Piloto, sete turmas, duzentos e poucos alunos. Aí veio a Resolução nº 50, que terminou com a educação física no noturno, e nós tínhamos 272 professores, que iam ser alocados em biblioteca, secretaria e onde se pudessem alocar esses professores. Nós tomamos a iniciativa, porque à época eu era Diretor do Centro Integrado de Educação Física (Cief) daqui, do Distrito Federal, reuníamos rapidamente esses professores, pegamos o exemplo do Programa Ginástica nas Quadras e avançamos para ele no Programa Ginástica nas Quadras Escola Comunidade. Esses 272 professores foram alocados nas diversas cidades do Distrito Federal e, com duzentos e poucos alunos, que ali nós tínhamos, passamos para mais de 8 mil pessoas sendo favorecidas por esse Programa Ginástica nas Quadras Escola Comunidade. Não sei se alguém aqui é de Brasília, ou já passeou por aqui. Aquelas senhorinhas que ficam com a blusinha amarela ali, fazendo ginástica... Então, é um exemplo que nós fizemos do braço de Estado agindo na sociedade em prol da atividade física.

Esse é o meu depoimento, e gostaria de que aqui tivéssemos, então, não só na cidade, mas no Brasil todo, não precisaria ser nome Escola Comunidade ou Ginástica nas Quadras, mas Ginástica nas Cidades.

Muito obrigado, e parabéns a todos aqui, parabéns pela iniciativa aqui, Sr. Senador Petecão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos ao Roberto.

Já passamos a palavra ao Sr. Bruno Leandro de Souza, que é Conselheiro Federal Titular, pelo Estado da Paraíba, do Conselho Federal de Medicina.

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Então, um cumprimento ao Senador Sérgio Petecão, do Acre, pela condução dos trabalhos, e também à Senadora Leila, pela convocação, pelo requerimento de um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente importante e urgente, a ser tratado com bastante seriedade, em todos os espaços, inclusive na Casa Legislativa.

Também cumprimento o novo Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Dr. Boschi. É muito importante esse alinhamento entre a Medicina com todas as áreas, obviamente. Se a gente pudesse ampliar o leque, aqui poderia estar o Conselho de Nutrição, de Psicologia, de diversas áreas, porque, juntos todos, unidos, a gente consegue dar o melhor para o nosso paciente e para a população de uma forma geral.

Queria cumprimentar a Sra. Kelly, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, pelas importantes explicações e iniciativas, parabenizando-a também pela apresentação; o Dr. Roberto Nóbrega, que, aqui do lado, também chegou comigo antes das 9h30 da manhã; e a Dra. Eloisa, que representam o Conselho Regional de Educação Física das suas regiões e seus estados; e também o Dr. Patrick, aqui comigo – estávamos em busca, aqui nos corredores, de café, e o café hoje está tão caro, que, quando a gente toma um café no Senado Federal, é como se fosse um ressarcimento de Imposto de Renda. (*Risos.*)

Então, foi bastante importante.

A gente trouxe essa apresentação, Senador, Estratégias de Combate ao Sedentarismo e Prevenção da Obesidade. Eu me chamo Bruno Leandro de Souza. Sou médico pelo Estado da Paraíba, administrador em saúde, Presidente do meu conselho, Conselheiro Regional de Medicina do Estado da Paraíba, Conselheiro Federal de Medicina e sou Coordenador aqui também da Câmara Técnica de Endocrinologia, com mestrado em Saúde Pública e doutorando em Bioética.

Para esta apresentação, não tenho nenhum conflito de interesse, nenhum tipo de pacto com a indústria, com nada. Então, nosso objetivo aqui é contribuir com as políticas públicas.

Como fonte de dados, muitos dos quais já foram utilizados, principalmente mapas da Abeso, do Ministério da Saúde, da Vigitel e também da Pesquisa Nacional de Saúde.

O mais importante é compreender esse primeiro conceito, Senador. A doença, a obesidade, é uma doença crônica, ou seja, ao longo do tempo, ela é incurável, ela é tratável e ela é recidivante. Quando a gente coloca esse conceito como de entendimento sobre a doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vê a importância de políticas públicas nessa área, porque só assim a gente vai minimizar custos e dar muito mais qualidade de vida à população. É um problema gravíssimo de saúde pública no Brasil, que há pouco não era nem enxergado como se fosse algo tão importante de ser discutido, porque se colocava muito a culpa no próprio paciente ou na população, na pessoa obesa, como se fosse ele o próprio culpado da sua enfermidade, e não é assim. Nós temos várias situações que fazem com que o paciente ou a pessoa se torne uma pessoa obesa, e, muitas vezes, não há uma responsabilidade direta da própria pessoa sobre isso. Se nós não caminharmos juntos na tentativa de ajudar, na tentativa de combater o problema, ele vai só se agravar. Além de tudo, é um fator de risco para outras doenças crônicas não transmissíveis, como já foi bem dito aqui anteriormente.

Tem a classificação de IMC, que é a mais corriqueiramente utilizada. Existem outras classificações também, mais modernas, mas geralmente se utiliza a do IMC, porque é fácil, objetiva, muito simples de ser executada.

Os dados da Organização Mundial de Saúde estimam que mais de 2 bilhões de pessoas ao redor do mundo estejam acima do peso. É um dado absolutamente assustador. Setecentos milhões dessas pessoas têm essa tal da doença crônica incurável, que é a obesidade. No Brasil, nós temos 72% de aumento, nos últimos 13 anos, de pessoas com obesidade. Pulou de 11,8% para 20,3% em 2019 e está chegando em 24% agora. A frequência da obesidade é semelhante em homens e mulheres. Nas mulheres, a obesidade diminui com o aumento da escolaridade, o que mostra o peso de ações não só pontuais, mas multiprofissionais, coletivas e de todos os polos, de todos os lados.

Nós temos aqui, no mundo – e aí eu chamo, mais uma vez, a atenção para este dado –, que uma em cada oito pessoas são obesas, mas, no Brasil, é o dobro disso: uma em cada quatro. Nós temos, repito, 25% da população brasileira adulta obesa. Então, é algo que precisa, urgentemente, sair das gavetas, realmente sair para incentivos reais ao combate a esse problema que cresce de uma forma linear e exponencial. A gente vê pelo gráfico. Quando a gente pega os números de 2006, 2007 até 2024, vê como isso tem crescido. E não é só uma preocupação entre adultos; é também entre crianças e entre jovens. Nós temos aí um terço já de crianças com sobrepeso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários são os motivos, como eu estava falando no início. Tem uma predisposição genética ali no meio, alterações hormonais, mas tem também o problema da alimentação, do sedentarismo, da falta de rotina, das rotinas de sono, que foram muito bem comentadas aqui pelo Dr. Roberto, os problemas psicológicos – a ansiedade e o estresse –, que também facilitam os comportamentos obesogênicos, então, ela é multifatorial. Portanto, não vai ter só uma solução, mas soluções múltiplas que a gente precisa discutir.

Além disso, aumenta o risco de várias doenças crônicas não transmissíveis, como já foi falado, inclusive câncer de mama, de intestino, de fígado, de pâncreas, tudo por conta da obesidade.

Quando a gente olha o percentual de excesso de peso por idade, nós verificamos, principalmente ali na faixa etária dos 45 aos 54 anos nos homens, que 75% dos homens nessa faixa etária já estão com excesso de peso, com o IMC pelo menos acima de 25, sobrepeso ou obesidade, o que mostra a gravidade, um risco maior de infarto, um risco maior de desenvolvimento de outras doenças que podem agravar e culminar, inclusive, com o próprio óbito.

Quando olhamos as capitais brasileiras, nós verificamos que, em todas as capitais brasileiras, mais da metade da população está acima do peso.

Então, é realmente, no nosso país continental, um problema em todas as escalas.

O menor percentual se encontra ali em Teresina, no Piauí. O calor talvez ajude a derreter um pouquinho isso. Eu o faço com liberdade poética, porque já morei na cidade e adoro o povo teresinense.

Quando a gente vai para a questão da obesidade em si, nós verificamos que todos os números são alarmantes, com um número maior ainda na cidade do Macapá, lá no extremo Norte do nosso querido país.

Aqui é mais um gráfico que mostra o percentual de adultos com obesidade por idade, mostrando o comportamento diferente um pouco entre homens e mulheres, com pico ali aos 45 anos, 54 anos entre os homens; e uma linha basicamente reta das mulheres entre os 25 anos e 65 anos, com por volta de 25% dessa população obesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, para trazer para reflexão, isso tudo tem custo. Esses custos podem ser minimizados com ações de prevenção e ações de políticas concretas, e eles são crescentes, Senador.

Nós tínhamos, em 2010, pouco menos de R$1 bilhão que eram investidos no combate às consequências da obesidade. Agora, nós ultrapassamos isso, sem contar com os outros custos relacionados às complicações das doenças crônicas não transmissíveis. Se a gente colocar isso no gráfico, não tem espaço nessa tela para que nós possamos ver.

A mudança do estilo de vida é fundamental. O estímulo à prática de atividade física já foi bem comentado por pessoas que têm propriedade muito maior do que eu, inclusive, para poder chamar esse tipo de atenção, mas é fundamental que a gente estimule de todas as formas uma redução de ingesta de calorias de forma responsável, de forma profissional. Não é simplesmente fazer dietas milagrosas, mas ter um acompanhamento profissional com nutricionista para a parte nutricional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA – A obesidade, por incrível que pareça, também é um grau de desnutrição, porque muitos dos elementos são deficientes em pessoas obesas, como vitaminas, proteínas, enfim. Então, a gente não olha a obesidade como desnutrição. Em alguns locais, até do ponto de vista de recomendação, percebe-se até aquela pessoa com excesso de peso como se fosse uma pessoa mais abastada, mais forte, nos rincões do nosso país; é importante quebrar esse tipo de cultura.

Nós precisamos estimular a atividade física com política pública, com criação de espaços urbanos e seguros. Não adianta a gente mandar o povo para a rua caminhar, se a gente não tem espaço seguro, se a gente não tem espaço apropriado.

Integração entre os ministérios; programas, por exemplo, como o Saúde na Praça, o Esporte e Saúde na Escola; inserção de atividade física na rotina das UBSs com muito mais propriedade.

Nós temos mais de 5,5 mil municípios; então, temos que ter essa capacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propostas legislativas para incentivo fiscal para empresas, para a questão do desenvolvimento da saúde e, como foi dito aqui também, do Imposto de Renda.

Financiamento federal a projetos municipais; criação de frente parlamentar de combate ao sedentarismo. Nós estamos falando de uma doença de um quarto da população brasileira, cujo sedentarismo é algo importante a ser discutido.

Como mensagem final, a obesidade é uma pandemia silenciosa, que ameaça o futuro das novas gerações. Prevenir é muito mais do que uma escolha pessoal técnica. É, na verdade, uma decisão política também, e o esporte é uma arma de transição, de transformação social e de promoção da saúde pública importantíssima.

O Conselho Federal de Medicina sente-se honrado com esse convite e continua à disposição para debater mais propostas neste sentido de integração junto com as outras áreas de saúde.

Agradecemos, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado pela participação.

Nós, através do nosso e-Cidadania, recebemos algumas perguntas e questionamentos.

Débora, do Distrito Federal: "Não se devem ignorar as projeções do sedentarismo [em uma] sociedade cada vez mais conectada e envelhecida".

Bruno, do Rio de Janeiro: "[Incentivar o esporte e garantir acesso livre é viável às pessoas de comunidades carentes, incluindo quem nunca teve essa chance]". Interessante.

Gleison, de Minas Gerais: "Com as extenuantes jornadas de trabalho [...] [como a] escala 6x1, a maioria dos brasileiros não [...] [tem] energia nem para começar".

Leandro, de São Paulo: "Proibir publicidade infantil de alimentos não saudáveis e incentivar [...] [os saudáveis com divulgação], desconto e política pública [...]".

Nós agradecemos a todos os nossos participantes do nosso e-Cidadania. Obrigado pela participação de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu volto a palavra aos nossos ilustres convidados, a alguém que queira acrescentar alguma coisa.

Fiquem à vontade.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI – Eu gostaria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Claudio.

O SR. CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI (Para expor.) – Eu vou deixar – o termo pode parecer um pouco agressivo, mas não é – um brado à Comissão de Esporte, para que ela possa avançar e ciceronear, dentro do Congresso Nacional, especificamente no Senado Federal, para que possa haver a criação de uma política nacional de atividade física.

Nós teríamos, aí sim, estabelecido não só pela sociedade civil, mas através de uma série de entidades. O Sistema Confef/Cref obviamente é uma delas. O Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Nutrição também participam.

Assim, nós teríamos uma política específica da atividade física para tentar no mínimo estabilizar ou até mesmo reduzir esses números exponenciais que aqui foram colocados.

Essa é uma solicitação que nós estamos fazendo, neste momento, à Comissão de Esporte do Senado Federal.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Somos nós que agradecemos, Claudio.

Pode ter certeza de que nós vamos fazer chegar a todos os membros desta Comissão a sua valiosa sugestão.

Sra. Kelly.

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES (Para expor.) – Muito obrigada pelas explanações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que fomos bem complementares e ressaltamos alguns pontos muito similares. Essa sinergia de posicionamentos é muito positiva para encaminhamentos e segmentos da construção coletiva.

Aproveito a oportunidade para destacar algumas políticas que são fundamentais e que talvez a Comissão de Esporte possa suscitar junto a outras Comissões temáticas, outros ministérios e também às entidades representativas de Governadores e de Prefeitos. Acho que são entidades que precisam ser mobilizadas para essa construção de políticas nos territórios onde as pessoas vivem.

Precisamos muito de espaços adequados e seguros nas cidades. Precisamos de locais em que as pessoas possam realizar a sua atividade física.

Nem sempre, hoje, todo mundo sabe, com as questões de moradia da população brasileira, não dá para fazer na sua casa, você não tem uma área específica no prédio, no seu condomínio, no seu bairro, na sua rua.

Então, precisamos ter equipamentos públicos, num espaço adequado e seguro onde as pessoas possam ir fazer a prática da atividade física.

Outra questão muito importante, que é de responsabilidade das cidades, é mobilidade urbana. O tempo perdido em transporte público dificulta termos tempo livre para praticar atividade física e tempo de sono adequado também.

Mobilidade urbana é um ponto crítico hoje nas cidades brasileiras, principalmente para a classe trabalhadora, que já passa uma grande parte do seu dia no local de trabalho e no deslocamento de ida e volta. Políticas de mobilidade urbana são muito importantes.

Nós temos um conjunto grande de estudantes que passa muitas horas na escola. A gente não pode esquecer que a escola é um espaço muito propício para a promoção da atividade física. A gente precisa, cada vez mais, estimular a atividade física nas escolas até para a criação da cultura e da prática. É bom fazer atividade física na infância e na adolescência e levar essa cultura para o resto da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, com relação à classe trabalhadora, aqui eu trago para vocês o exemplo: o Ministério do Trabalho e Emprego tem o Programa de Alimentação do Trabalhador, que já vai completar 50 anos no que vem. É um programa que dá isenção fiscal para as empresas que ofertam alimentação adequada e saudável para o seu trabalhador, seja a refeição na empresa, seja a cesta de alimentos, seja o que está mais comum hoje em dia, que é o vale-alimentação e o vale-refeição.

Não conversei nada com o Ministério do Trabalho e Emprego, mas fica aqui a sugestão: que tal construir também um programa que incentive a prática de atividade física nas empresas, no local de trabalho? E que essas empresas que aderirem também possam ter, por exemplo, algum benefício fiscal, algum incentivo para ter um local na empresa para a prática de atividade física? A pessoa pode aproveitar, no seu intervalo de almoço, um pouco do tempo para a refeição e um pouco do tempo já para a prática de atividade física ou antes ou depois de começar o expediente.

Então, acho que podíamos também construir alguma proposta para essa discussão, não só com o Ministério do Trabalho e Emprego, mas também com as grandes associações e organizações de empresas, por exemplo, o Sistema S.

Já imaginaram se todos os estabelecimentos vinculados com Sesi e Sebrae pudessem ter um programa também de estímulo à prática de atividade física nas empresas e nos estabelecimentos que sejam credenciados a essa rede?

Então, a gente precisa criar condições para que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos tenham locais apropriados e possibilidades de tempo no seu cotidiano para essa prática de atividade física.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES – Agradeço muito a oportunidade.

Parabenizo todos os colegas pelas explanações e o Senador pela condução brilhante da audiência.

E ficamos à disposição, no Ministério da Saúde, para a construção coletiva dessa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Nós agradecemos.

Roberto, você gostaria?

O SR. ROBERTO NÓBREGA (*Fora do microfone*.) – Só 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Por 30 segundos.

O SR. ROBERTO NÓBREGA (Para expor.) – Bom, pessoal, realmente foram citados alguns pontos aqui que são de grande relevância, mas eu vou soltar um aqui em que eu acredito também, porque eu fui professor durante 38 anos aí na rede pública de ensino.

Nós tínhamos, na época, um decreto, era o 69.450, que dizia que eram três sessões semanais de aula de educação física e em dias alternados. Depois veio a nova Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, que tornou novamente obrigatória a educação física em todos os níveis educacionais, mas obrigatoriamente, hoje, só atende do 5º ano ao ensino médio, e nós estamos esquecendo que nós temos lá a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental, que ora não estão sendo atendidos pela prática de educação física, e nós sabemos que, na escola, se desenvolve ali a construção do caráter, da personalidade da criança, e ela pode se tornar ali, com a educação física, um adulto já habituado a fazer a prática de atividade física, educação física. Aí, do que é que adianta a gente fazer o paliativo lá na frente, se a gente não está atendendo à base aqui e construindo esse hábito saudável na criança e no adolescente?

Então, é uma forma de fazer aí uma conexão entre o Ministério da Educação com o Ministério da Saúde, para verificar esses pontos da prática de atividade física, prática de educação física nas escolas, nos anos iniciais e em toda a educação básica, para construir, nesse jovem, hábitos saudáveis de prática de atividade física.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eloisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELOISA VILELA DE SOUZA (Para expor.) – Bom, rapidamente quero agradecer a oportunidade de participar deste debate, agradecer ao Senador Sérgio Petecão por estar aqui conduzindo.

Queria reforçar também o que o meu amigo aqui, o Presidente Roberto, falou sobre as práticas dentro das escolas. Eu acho que é fundamental que isso seja muito bem trabalhado. Como ele mesmo disse, nós temos hoje uma LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que torna a educação física um componente curricular obrigatório, mas não fala qual a carga horária e não fala que essa aula tem que ser com profissional de educação física, o que para nós é óbvio, mas o óbvio precisa ser dito. Então, é importante que a gente traga essa discussão sempre à tona, para trazer a importância da escola como formação de cidadãos.

Coloco o Conselho Regional de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro à disposição desta Comissão, à disposição do Senador, e digo que para mim é uma honra, um prazer representar mais de 70 mil profissionais de educação física.

É preciso fazer com que esses profissionais entendam a necessidade da representação aqui no Congresso, da representação nas pautas parlamentares...

Nós, no Estado do Rio, temos uma frente parlamentar muito atuante, trabalhamos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro... Inclusive, neste mês de abril, o mês do combate ao sedentarismo, o Abril Verde, nós promovemos um seminário sobre a importância da atividade física para a saúde da pessoa idosa, justamente trazendo à tona o quanto todas as faixas etárias precisam ser atendidas com a atividade física e através do exercício físico com orientação e prescrição do profissional de educação física.

Então, quero agradecer e parabenizar, mais uma vez, toda a Comissão pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Somos nós que agradecemos a presença de todos os senhores e senhoras, mais uma vez, em nome da nossa Presidente, que pediu aqui mil desculpas, a nossa querida Senadora Leila, nossa campeã. Por conta desse evento que está acontecendo, aqui na Câmara Distrital, dos 60 anos de Brasília, ela pediu que nós pedíssemos desculpas aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez pedindo desculpas aos colegas pelos episódios no começo da sessão.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Giordano, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Sérgio Petecão, Romário, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 6ª reunião e da 7ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3047, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei n º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos, a título de premiação pela conquista das medalhas, pagos pelo Comitê Olímpico Brasileiro ou pelo governo federal ou qualquer de seus órgãos." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3073, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para conceder isenção de tributos incidentes na importação de recursos recebidos em evento esportivo oficial no exterior." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3062, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir premiação paga pelo Comitê Olímpico Brasileiro no rol de rendimentos isentos de Imposto de Renda." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.047, de 2024, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nº 3.062, de 2024, e nº 3.073, de 2024, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 12, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer supostas condutas irregularidades do presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, à frente da entidade, bem como possível conflito de interesses na decisão concedida pelo Ministro Gilmar Mendes na ação de recondução de Ednaldo Rodrigues à presidência da CBF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos da nova gestão do Comitê Olímpico Brasileiro." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e desafios do novo ciclo paralímpico, iniciado em 2025, com vistas à preparação dos atletas brasileiros para os Jogos Paralímpicos de 2028, em Los Angeles." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de maio de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, membros desta Comissão, convidados e todos os presentes, iniciamos esta reunião lembrando com enorme pesar que neste mês de maio completam-se 31 anos da trágica perda de Ayrton Senna, um dos maiores ícones do nosso esporte, do esporte mundial.

No dia 1º de maio de 1994, durante o grande prêmio de São Marino, em Ímola, Senna nos deixou aos 34 anos em um acidente que chocou o mundo e marcou para sempre a história da Fórmula 1.

Sua morte, assim como a de Roland Ratzenberger, no mesmo fim de semana, impulsionou mudanças significativas na segurança do automobilismo mundial.

Senna permanece vivo na memória dos brasileiros, não apenas por seu talento nas pistas, mas, também, por seu legado de patriotismo e solidariedade.

Quem é que não se lembra do Senna ganhando os grandes prêmios e pegando a bandeira do Brasil? Nossa, dá até um nó na garganta, Senador Girão!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Dá!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas precisamos seguir em frente com toda essa história linda que o Senna deixou, não só para nós brasileiros certamente.

Eu lembro que, em 1994, eu tinha 23 anos e eu estava no ápice como atleta, estava me preparando para as disputas das finais, que, à época, era a Liga Nacional – olha isso! – e hoje é Superliga, e foi um momento muito triste.

Eu lembro que meses antes, no aeroporto de Guarulhos, com a seleção brasileira, nós encontramos com o Ayrton Senna. Foi um momento muito especial porque ele deu atenção para todas nós e meses depois a gente perdia essa figura ímpar, essa grande referência no esporte nacional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senadora Leila, eu queria cumprimentá-la por estar iniciando esta sessão lembrando de um grande brasileiro, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um desportista que levou muita luz, muito ensinamento através da sua resiliência, de sempre superar os limites, ele queria sempre, mas era uma pessoa extremamente de valores, de princípios.

Eu não sei se a senhora assistiu, mas tem uma série fantástica...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nossa, maravilhosa!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que eu recomendo aos brasileiros que não assistiram ainda.

E este dia, 1º de maio, é um dia, para mim, muito marcante, por várias situações. É aniversário da minha mãe, dia 1º de maio, e a mamãe era louca... Mamãe já faleceu, partiu para o mundo espiritual, mas era alucinada pelo Ayrton Senna.

E, curiosamente, nesse 1º de maio, eu estava aqui em Brasília, na sua terra. Estava trabalhando aqui, era um domingo. Eu tive uma missão, em que eu tive que ficar alguns meses aqui, e estava na casa do Venâncio, uma família muito tradicional, do Ceará, que construiu aqui uma trajetória. E, aquilo, não caiu a ficha para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Acho que demorou para todos nós.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quando aconteceu aquilo... É tipo certas tragédias que acontecem, como a das torres gêmeas, a gente sempre sabe onde a gente estava, o que a gente falou...

Então, Ayrton Senna é um grande ser humano, um grande brasileiro, que faz muita falta.

E parabéns, mais uma vez, por começar esta sessão, da Comissão de Esporte, relembrando a passagem dele, que completou agora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois é. Quero só fazer uma correção, acho que, em 1º de maio, já tinha terminado a Liga Nacional, e eu já estava era tratando, pensando em qual time eu iria jogar, na verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, independente disso, são lembranças que ficam na nossa memória. Como eu falei, a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente. E eu vivi um momento único. Lembro que quando a gente encontrou com ele em Guarulhos, foi um momento de euforia, porque, todo domingo, praticamente quase todo domingo, ele estava ali na telinha, e a gente parava, o Brasil parava, para torcer por ele.

Ele era muito íntimo do povo brasileiro, pelo exemplo.

E você, falando da série, é mais forte ainda, porque não é à toa que ele chegou onde chegou, vendo um pouco do perfil... E teve o ator, também, que fez com maestria, esqueci o nome do ator, que fez com maestria a interpretação do personagem Ayrton Senna.

E aí fica aquela dúvida: O que ele pensou naquele momento em que ele colocou a mãozinha ali no carro, antes da prova? Já tinha morrido o Ratzenberger, no dia anterior, enfim. Foi tudo muito trágico, um contexto muito difícil. Mas é isso, fica a lembrança, o legado, o exemplo...

Hoje, temos o Instituto Ayrton Senna, que faz um trabalho lindo, encabeçado pela Viviane Senna...

Então, à família Senna, de um modo geral, a nossa gratidão, por todo o legado do Ayrton e também por todo o trabalho de sua família, na questão da educação, na área social, sempre contribuindo com essa força toda que representa o nome do Ayrton Senna.

Bem, precisamos fazer mais um lamentável registro sobre racismo no esporte brasileiro.

No último sábado, durante a partida entre o Operário, do Paraná, e o América Mineiro, pela série B do Campeonato Brasileiro, o atacante Allano denunciou ter sido vítima de injúria racial por parte do meia Miguelito, do América Mineiro. O árbitro aplicou o protocolo antirracista da Fifa e da CBF, paralisando o jogo por 15 minutos. Posteriormente, o Miguelito foi preso em flagrante e responderá judicialmente pelo ato.

Trata-se de mais um caso inaceitável que, pelo menos, gerou uma consequência, mas falando de Série B.

Ainda não nos tranquiliza – não é, Senador Girão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Gerou consequências, que exigem respostas firmes que necessitam ser dadas por todos os envolvidos no futebol brasileiro.

O racismo não pode ser tolerado em nenhuma esfera da sociedade, e o esporte deve ser, sim, um exemplo de inclusão e, acima de tudo, de respeito.

Em meio a esses desafios, temos também os motivos para celebrar. Foi oficializada a candidatura conjunta das cidades do Rio de Janeiro e Niterói para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2031.

Quero parabenizar as duas prefeituras, tanto de Niterói como da cidade do Rio de Janeiro, porque estão trabalhando conjuntamente. A gente tem um legado já do último PAN, dos Jogos Militares, dos Jogos Olímpicos; e, certamente, caso nós consigamos trazer os Jogos Pan-Americanos para 2031, vai ser muito bacana reviver esses grandes eventos aqui em território brasileiro.

O dossiê foi enviado para a Panam Sports, e a candidatura representa uma oportunidade ímpar para o Brasil reafirmar seu compromisso com o esporte e com a promoção de eventos, de grandes eventos, de eventos de grande porte, que movimentam a economia e, claro, inspiram a nossa juventude.

No voleibol, encerramos a temporada nacional com grandes emoções – não posso deixar de falar aqui. Na Superliga feminina, o Osasco venceu o Sesi Bauru por três *sets* a um, conquistando seu sexto título e encerrando o jejum de 12 anos sem conquistas.

Aproveito para mandar os parabéns ao técnico Luizomar de Moura, com quem tive o privilégio de conquistar o meu último campeonato, a minha última Superliga, que foi a 2000-2001, jogando pelo Flamengo, que, na ocasião, foi o primeiro título do Luizomar, um jovem técnico promissor, e eu já era uma veterana das quadras, quase encerrando a minha carreira. Claro, o Luizomar veio a ganhar outros títulos em sua longa carreira. Então, quero parabenizar o Luizomar e também toda a equipe do Osasco, e também a do Sesi Bauru, que fizeram uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande final no Ginásio do Ibirapuera, que é um berço do voleibol e do esporte nacional, onde eu tive o privilégio de ter vários confrontos, não só de campeonato nacional, mas também representando a seleção brasileira. Então, a todos eles meus parabéns, assim como a todas as equipes que estiveram atuando na Superliga.

Na Superliga masculina, o Cruzeiro superou o Campinas, também por três *sets* a um, reafirmando sua hegemonia na competição. A equipe mineira, realmente, vem num embalo de investimentos, com um elenco muito forte, tanto os titulares como os reservas. Quero parabenizar também a comissão técnica do Cruzeiro, que realmente fez um belíssimo trabalho.

Ainda no voleibol, nós temos orgulho de anunciar que a jogadora Gabi, a Gabizinha, foi eleita a melhor ponteira da Champions League, atuando pelo time italiano Conegliano, que conquistou o título da competição. A Fabi, claro, segue sendo exemplo de dedicação, talento, elevando o nome do Brasil no cenário internacional.

Sras. e Srs. Senadores, nossos atletas continuam brilhando pelo mundo. No atletismo, mais uma vez o brasiliense Caio Bonfim conquistou a medalha de prata na etapa da Polônia do Circuito Mundial de Marcha Atlética, enquanto Viviane Lyra garantiu o bronze na mesma competição.

No futebol feminino, a seleção brasileira sub-17 goleou a Bolívia por cinco a zero. O futebol feminino também do Brasil sempre foi um grande potencial.

E é muito importante, dentro desta Comissão, a gente reforçar não só uma modalidade, não só o voleibol, não só o futebol, mas como vêm atuando os nossos atletas. Então, em toda abertura de Comissão, eu vou fazer questão de falar os resultados, para que todos se inteirem do que está acontecendo no mundo esportivo.

No esqueite, a Rayssa Leal venceu a etapa do mundial em Miami, demonstrando mais uma vez seu talento e carisma, que conquistam fãs ao redor do mundo.

No levantamento de peso – olha que incrível –, Matheus Pessanha sagrou-se campeão mundial sub-20. Levantamento de peso é outra modalidade em que nós estamos começando a nos destacar na base, trazendo mais uma medalha de ouro para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses e outros tantos resultados evidenciam a força e a diversidade do esporte brasileiro. Devemos continuar investindo e apoiando nossos atletas, promovendo políticas públicas que garantam acesso, desenvolvimento e excelência em todas as modalidades.

E, por fim, é sempre importante reafirmar nosso compromisso com a promoção do esporte como instrumento de transformação social, inclusão e orgulho nacional. Que possamos juntos construir um futuro em que o respeito, a igualdade e a excelência sejam os pilares do nosso esporte.

Bom, agora vamos à nossa pauta.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª e 7ª Reuniões, realizadas em 23 e 30 de abril de 2025, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Neste momento, eu passo a Presidência da reunião para o Senador Eduardo Girão para que eu possa fazer a leitura do relatório do item 1, do qual eu sou Relatora.

Obrigada, Senador Girão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

Desejando um ótimo dia a todos, já passamos ao item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 3047, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei n º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos, a título de premiação pela conquista das medalhas, pagos pelo Comitê Olímpico Brasileiro ou pelo Governo Federal ou qualquer de seus órgãos.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatora: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3073, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para conceder isenção de tributos incidentes na importação de recursos recebidos em evento esportivo oficial no exterior.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3062, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir premiação paga pelo Comitê Olímpico Brasileiro no rol de rendimentos isentos de Imposto de Renda.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1 - Matéria constou da pauta da reunião realizada em 11/12/2024.

Tramita em conjunto com o PL nº 3.073, de 2024, e o PL nº 3.062, de 2024.

Com a palavra a querida Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Girão.

Bom, eu vou deixar para depois a discussão para falar que lamentavelmente a gente tem que tratar disso aqui.

Nós somos tão poucos medalhistas no Brasil, e a gente trata de tantas isenções aqui, respeitando o debate dentro da Casa, mas, enfim, eu acho que se tem que ser através desse mecanismo, eu agradeço já a possibilidade de relatar isso por ter sido uma atleta olímpica, porque sei que isso... Primeiro, que a carreira de um atleta é efêmera, é rápida. Então, assim, nós ganhamos pouquíssimas premiações durante, porque nem todos ganham tudo, não é? E muito mais sendo medalhista olímpico, que a gente sabe que é um seleto grupo dentro do nosso país. Então, tenho muito orgulho e fico muito feliz de ser a Relatora deste projeto.

Não vai fazer justiça para mim, porque fui medalhista e ganhei premiação, mas vai ser para a atual geração e as futuras.

Vêm à análise da Comissão de Esporte, em tramitação conjunta, o Projeto de Lei 3.047, de 2024, do Senador Nelsinho Trad; o PL 3.062, de 2024, do Senador Cleitinho; e o PL 3.073, de 2024, do Senador Dr. Hiran, descritos a seguir.

O PL 3.047, de 2024, altera o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos referentes a premiações por obtenção de medalhas, pagos pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL nº 3.062, de 2024, modifica também a Lei nº 7.713, de 1988, para incluir as premiações pagas pelo COB no rol de rendimentos isentos de Imposto de Renda – lembrando que nós estamos falando de Olimpíadas, que é de quatro em quatro anos.

Por sua vez, o PL nº 3.073, de 2024, altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para conceder isenção de tributos incidentes na importação de bens e recursos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo no exterior e em evento esportivo realizado no Brasil.

Os três projetos de lei convergem no objetivo de reconhecer e valorizar o esforço dos atletas que representam o Brasil, propondo benefícios tributários como forma de incentivar o desenvolvimento do esporte no país. Defendem que a premiação recebida por atletas seja livre da incidência de impostos, pois esses valores têm caráter de reconhecimento e estímulo, além de contribuir para o aperfeiçoamento e a continuidade da carreira esportiva de alto rendimento. Ademais, ressaltam que o Estado deve criar condições para que os competidores brasileiros possam se dedicar às competições internacionais, tendo em vista os custos elevados de treinamento e a importância de oferecer um retorno que reflita o esforço e a visibilidade trazida ao país.

Não foram apresentadas emendas aos projetos nesta Comissão no prazo regimental.

Após análise na CEsp, as proposições seguem para deliberação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Já faço um apelo ao Senador Renan para que eu possa ser também a Relatora, só para registrar.

Análise.

Conforme disposto no inciso I do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte, caso dos projetos em tela.

Considerando a análise terminativa das proposições a ser realizada na CAE, a presente manifestação será restrita aos aspectos de natureza esportiva.

No mérito, os projetos merecem prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os três projetos de lei em exame compartilham da mesma preocupação de isentar ou atenuar a tributação sobre as premiações concedidas a atletas, em reconhecimento ao esforço e à importância de fomentar o esporte de alto rendimento.

Essa iniciativa, comum aos textos, reforça a relevância de garantir condições que estimulem a prática esportiva de nível internacional, sobretudo no que diz respeito à competitividade dos atletas brasileiros e ao retorno social e econômico advindo de seus resultados.

Nesse contexto, cabe destacar a edição da Medida Provisória nº 1.251, de 2024, que introduziu a isenção do Imposto de Renda sobre os valores pagos pelo COB ou pelo Comitê Paralímpico. Também nós temos os nossos paratletas, que fazem um lindo trabalho no esporte mundial, no paradesporto mundial, que devem ser reconhecidos.

Além de tornar o recebimento dessas premiações mais justo e direto, a medida promoveu ajustes relevantes na legislação, beneficiando competidores que, por seu mérito, se destacam em competições de grande repercussão. Durante sua tramitação, contudo, a MPV teve o prazo de vigência expirado, perdendo efetividade sem que houvesse a conversão em lei.

Não obstante, avaliamos que o texto da MPV em questão representa o melhor caminho para garantir a segurança jurídica necessária, além de contemplar, de modo adequado, os pontos fundamentais defendidos pelas três proposições.

Dado o término de sua vigência, torna-se ainda mais pertinente a adoção de uma solução legislativa que consolide definitivamente tais benefícios, proporcionando estabilidade e clareza a todos os envolvidos.

Nesse sentido, a apresentação de um substitutivo baseado nas diretrizes da referida norma configura a melhor forma de incorporar suas disposições ao ordenamento jurídico, evitando retrocessos e assegurando a continuidade dos incentivos tributários aos atletas que conquistam resultados expressivos para o nosso país.

Agora, o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.047, de 2024, e pela prejudicialidade dos PLs nº 3.062, de 2024, e nº 3.073, de 2024, nos termos do substitutivo a seguir, que vou ler:

EMENDA Nº -CESP (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 3.047, DE 2024
Altera o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que "altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos, nas hipóteses que especifica.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O *caput* do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXV:
"Art. 6º .....
.....
XXV – o prêmio em dinheiro pago pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) ao atleta em razão da conquista de medalha em Jogos Olímpicos ou Paralímpicos.
....." (NR)
[Muito claro e muito objetivo, para não ter dúvida.]
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, querida Senadora Leila, Presidente desta Comissão de Esporte do Senado. Parabéns pelo seu relatório.

Eu acredito que a justiça está sendo feita. Infelizmente, tem que fazer alguma coisa para o óbvio; tem que fazer um projeto de lei para o óbvio! Mas é isso.

Eu quero cumprimentá-la. Tinha que ser a senhora para fazer essa relatoria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu repasso imediatamente, dando os parabéns à Senadora Leila, a Presidência para a titular desta cadeira.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só uma breve observação sobre o projeto que eu relatei agora, Senador Eduardo Girão e Senador Carlos Portinho: eu quero agradecer o apoio. Eu acho que você foi muito preciso: é a justiça que está sendo feita.

Os atletas... Como eu falei, eu acho que uma das razões também de eu estar aqui – a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente – é a gente tratar de algumas demandas que são históricas do próprio setor, e é um momento muito propício para a gente fazer isso. É um reconhecimento. Os atletas treinam quatro anos – é um ciclo de quatro anos para representar o Brasil –, e nada mais justo que, depois de todo o esforço, da ausência da família, de contusões, cirurgias, afastamentos, questões emocionais... Tanta coisa acontece na vida do atleta, porque ele é um ser humano, e ele ganhar a medalha... Certamente – eu posso dizer por experiência própria –, quando a gente está no pódio, recebendo a medalha, e a gente vê o nosso hino, ou quando a gente está no pódio, recebendo qualquer medalha olímpica, no que a gente mais pensa naquele momento? Pensa em todo o sacrifício da nossa família e em quanto a gente está fazendo o nosso país feliz. Isso não tem preço!

O que nós estamos fazendo aqui é muito importante. Certamente, o setor esportivo será muito grato, e isso é merecido por esses atletas, que representam e carregam a bandeira do Brasil, nosso país, mundo afora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É muito justo, Senadora Leila, Presidente. O que me admira é: por que demoramos tanto? É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renúncia fiscal que, ainda assim, é muito, muito pequena perto do retorno, inclusive, que o esporte dá, gerando riqueza para a economia e outros impostos em demasia.

É um projeto de lei em que você teve... Você foi brilhante na sua iniciativa, até porque viveu isso; deve ter pagado muito imposto, porque ganhou muitas medalhas, mas, certamente, o que foi pago não chega perto das glórias que você deu, não só ao nosso país, mas à torcida – minha mãe, que é uma grande fã do voleibol, particularmente, vai concordar comigo.

Agora, eu espero que essa renúncia fiscal seja enorme mesmo, mas enorme, pelo fato de o Brasil vir a ganhar muitas medalhas, o que vai significar que o dinheiro investido em programas como o Bolsa Atleta, em leis de incentivo, o dinheiro que os clubes investem junto com seus patrocinadores, tudo isso terá valido a pena.

Deixe que o atleta pague os impostos, direitinho, sobre o salário que recebe, que seja descontado na fonte, que pague o seu INSS – espero que não esteja sendo vítima das fraudes. Deixe que os patrocinadores paguem seus impostos sobre eventos esportivos, sobre patrocínio. O setor contribui muito para o Governo. Isso que V. Exa. fez hoje, aprovando esse projeto de sua autoria... É autoria, não é, Leila?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Relatoria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Relatoria, perdão. Isso é muito pouco perto da contribuição que o esporte dá, e um gesto muito grande para os atletas do nosso país e um incentivo para que tragam mais medalhas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Bom, agora vamos para o item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 12, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer supostas condutas irregularidades do presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, à frente da entidade, bem como possível conflito de interesses na decisão concedida pelo Ministro Gilmar Mendes na ação de recondução de Ednaldo Rodrigues à presidência da CBF.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Observações:

1 - Matéria constou da pauta da 7ª Reunião da CEsp, realizada em 30/04/2025.

Eu vou conceder a palavra ao Senador autor do requerimento para as suas considerações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Como existe, Senadora Leila, uma expectativa enorme sobre a aprovação desse projeto, eu queria passar estes minutos desta audiência pública para depois da aprovação eu poder fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Girão.

A votação vai ser simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Agora eu passo a palavra para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Senadora Leila, é um anseio legítimo da sociedade brasileira estarmos hoje deliberando sobre esta audiência pública. Chega de tanta coisa sombria, de algo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugere que não está sendo republicano o que acontece no Brasil, nas suas entidades, nas suas associações. O Brasil precisa ser passado a limpo, e não é a primeira vez que a CBF, desde que eu cheguei aqui, tem denúncias, falta de transparência; agora, a ponto de chegar a ter suspeita sobre relacionamento com o poder público, com o STF, de decisões em que pode ter havido conluio... A gente não pode deixar de averiguar, não pode deixar de apurar.

Então, esse requerimento é um requerimento que eu considero muito importante para o futebol brasileiro. Uma coisa que eu aprendi – Senador Portinho é outro apaixonado pelo futebol, a senhora também – é que a bola não entra por acaso. Eu acredito que a questão ética é fundamental em tudo na vida. E, no futebol... Eu fui Presidente de um clube e sei disto: tudo o que você planta você colhe. Se você plantar respeito, se você plantar ética, se você plantar profissionalismo, a coisa começa a dar certo. Foi assim lá no Fortaleza, e eu sei que é assim em tudo na vida, em empresas também. É a lei da semeadura, ela é livre, mas a colheita é obrigatória.

Então, as denúncias que nós estamos vendo nesses últimos meses se avolumam dentro da CBF, a entidade máxima do nosso futebol. Começou ali com a questão de uma decisão lá do Rio de Janeiro, o Portinho conhece bem e pode falar com mais detalhes, de questionamentos que afastariam o Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues. Decisões do próprio Rio de Janeiro, dos órgãos competentes.

Depois vem para o Ministro André Mendonça – a decisão chega no Ministro André Mendonça –, o Ministro André Mendonça faz uma deliberação pelo afastamento.

Curiosamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, manda um agravo, um recurso, uma ação autônoma do PCdoB questionando novamente para que o Presidente continue na Presidência.

E o Ministro Barroso, em vez de mandar para o Ministro André Mendonça – porque é assim, o prevento, o processo é assim, sempre foi assim dentro do STF, a gente sabe disso por outras matérias, mas não –, resolve mandar para o Ministro Gilmar Mendes.

E, aí também coincidentemente, e é isso que a gente precisa entender o que está acontecendo, é firmado um contrato por cinco anos, que significa aí R$10 milhões por ano da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CBF com o Instituto IDP, que é o Instituto que foi fundado pelo Ministro Gilmar Mendes, do qual seu filho está à frente, e, no meio disso tudo, acontece a deliberação da liminar para que o Presidente Ednaldo Rodrigues continuasse na CBF.

Então, a gente fica com questionamento, é óbvio, qualquer cidadão fica com questionamento com relação a essa decisão.

Durante o curso, aí vem, nós que amamos o futebol, e eu sei que Presidente de Federação é convidado para viajar, muitas vezes leva família, em passagem executiva ou em primeira classe, hotéis de luxo, para acompanhar a seleção brasileira, tem todas essas regalias, essas mordomias. E o salário passou de 50 mil dos presidentes de Federação, mesmo com isso tudo, com essas benesses, para R$200 mil, num período de eleição dentro da CBF.

Tem até o Ronaldinho Gaúcho, que tentou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... Ronaldinho Fenômeno, que tentou entrar no circuito para ser candidato a Presidente da CBF, desistiu, inclusive falou numa entrevista que as federações, os presidentes de clube e federações, responderam de forma muito cortês, mas quase copiando e colando os contatos que ele fez.

Então, é um negócio feito para não entrar, é como se fosse um cartel, tá? Aqui é eterno, e aí você tem, eu conheço, Presidente de Federação que está há 20, 30 anos. Isso é bom para o futebol? Ou a oxigenação é importante, a democracia é mais importante, como tantos outros jogadores pediram na seleção? Sócrates foi um.

Aí vêm jornalistas criticar o Presidente da CBF e, imediatamente, sumariamente, são afastados do seu trabalho, como foi no caso da ESPN.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Essa semana do Sportv...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Essa semana do Sportv, porque as denúncias continuam; quanto mais você puxa, mais coisa vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve agora um jornalista que colocou que dois Vice-Presidentes da CBF – com salários altíssimos, astronômicos, mais de R$100 mil, porque ninguém sabe, ninguém tem transparência, dizem que seria R$200 mil – são a causa dessa confusão política toda lá dentro, porque seriam indicados por Ministros do STF.

Então, vejam bem, a CBF é a entidade máxima, a gente respeita, tem uma história e tudo, é uma atividade privada; agora, a partir do momento que tem algum tipo de dúvida com o poder público, com esse relacionamento que parece não ser republicano, nós temos o dever de ir atrás. Então, o que muito me preocupa, Senadora Leila... Eu a parabenizo por ter colocado em pauta, em nome da verdade, da transparência, para que a gente faça uma audiência pública ouvindo o Presidente da CBF, e que ele possa ter a humildade de vir aqui, para a gente entender o que está acontecendo dentro dessa entidade máxima do futebol.

De que o STF está mandando no Brasil eu não tenho dúvida – eu estou aqui desde 2019, e a escalada de arbítrio do STF é em toda a sociedade: aqui no Senado, na Câmara; eles invadem competência; a gente faz uma lei e, numa canetada, eles desfazem; eles estão mandando e desmandando no Brasil; é o poder supremo, é a "juristocracia" ou "juriscrescência", como queiram dizer –, agora, mandar no futebol também? O negócio está ruim. Mandar no esporte, que é uma válvula de escape para o brasileiro ser feliz...

Não é à toa que a gente está sem técnico, não é à toa que a seleção está sendo desmoralizada, não é à toa que veio até a história da camisa vermelha – tem a ver com o PCdoB, que estaria provocando isso tudo? Tem a ver com o quê, efetivamente?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deve ser vermelho de vergonha, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acredito que pode ser também, mas o fato é que a gente vai descobrir. Eu acho que esta Comissão dá um grande passo: Comissão de Esporte do Senado chamando o Presidente da entidade máxima do futebol. Eu sei que é o esporte preferido do brasileiro, é a paixão nacional, é a pátria de chuteiras, e a gente precisa passar isso a limpo.

Eu a parabenizo e lhe agradeço, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Eduardo Girão.

Vou passar para o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Todos sabem da minha formação no Direito Esportivo, da minha militância como advogado, mais de 20 anos na Justiça Desportiva. Trabalhei para quase todos os clubes do Brasil, para inúmeros atletas, e tenho muito orgulho da minha trajetória, porque também dei aula, transmiti meu conhecimento, formei alunos.

Eu sempre tive uma certa hesitação, confesso, aqui no Senado, em me imiscuir em questões privadas do esporte, porque a FIFA é a dona do futebol, como a Federação Internacional de Voleibol é a do vôlei, e tem a do basquete... Esse é o sistema desportivo internacional associativo, e a CBF, no caso do futebol, aqui é uma franquia. Para que todos possam entender melhor: é uma franquia da FIFA, uma franquia do futebol.

Então, eu sempre hesitei muito, Senador Girão. A gente contribui de outras maneiras aqui: com a Sociedade Anônima do Futebol; com a Lei Geral do Esporte, na qual a Senadora Leila teve a participação fundamental, assim como V. Exa., Senador Girão; aqui discutindo a questão das apostas, não só na CPI de Manipulação, não só nas CPI das Bets, e não só na nossa crítica, mas na própria aprovação, porque votamos contra, Girão, as apostas. Estamos vendo essa mazela social, porque o esporte não é um jogo de azar, mas ele escolheu as apostas.

Agora, estamos aqui, e devo apresentar – já adianto –, Senadora Leila, na próxima semana, o relatório, para a gente avançar com o tema sobre o qual foi muito rica a discussão e que me ajudou muito no relatório – com todos os participantes das duas audiências públicas – sobre a regulamentação, para a gente disciplinar, melhor dizendo, a publicidade das *bets*.

Então, a gente tem dado a nossa contribuição, aqui, ao esporte de inúmeras maneiras, agora, hoje, com a questão das medalhas, com a isenção fiscal merecida aos atletas que nos representam. E eu sempre hesitei muito em entrar na questão, só que eu me convenci, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está havendo uma confusão entre público e privado; e, quando há a confusão do público na esfera privada, a gente tem que entender, porque aí passa a ser da nossa competência, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí, passa a ser; e já seria, porque, de certa maneira, representamos os eleitores, e o futebol é a grande paixão nacional e a população que acompanha está indignada com tudo que está acontecendo. Para começar, porque os resultados são pífios. Foi por isso que eu disse que devem ter pensado que o vermelho é de vergonha.

O Brasil corre o risco de não se classificar para a Copa do Mundo. Vou falar de novo: o Brasil, se eu não me engano, é o único país ou um dos poucos países que sempre estiveram presentes na Copa do Mundo – eu quero deixar claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – É!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Brasil corre sério risco de não se classificar para a Copa do Mundo ou se classificar em uma repescagem, o que já seria uma derrota e uma vergonha nacional. Isso tem que estar claro para o torcedor, porque depois ele vai cobrar, e a gente está aqui se antecipando.

Já seria a razão de a gente entender, mas eu quero deixar, aqui, à vontade. Eu não tenho nada contra Ednaldo, Ricardo Teixeira, seja quem for que se sente – não me diz respeito – na Presidência da CBF. Pode ser uma pessoa legal, pode ser um cara nem tanto, mas não interessa quem é a pessoa. A instituição CBF e o que ela representa – aí, sim! –, para a população que acompanha futebol, passam a ter relevância e, quando se imiscuem em questões políticas, ainda mais, em questões públicas, ainda mais.

Então, eu quero deixar claro, Senador Chico, que eu acho que a gente está dando, aqui, uma oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só nas duas últimas semanas, a cada notícia, a CBF manda uma nota oficial. Primeiro, ela fez uma nota oficial dizendo que não tinha definido se a camisa seria vermelha ou não. Foi isso que ela falou, nem sim nem não. Aí, depois ela fez uma errata dizendo que respeitaria o estatuto, que é amarela, azul, verde e branca, as cores do nosso pavilhão, da Bandeira Nacional, da camisa de Pelé, da camisa de Garrincha, da camisa da Suécia e de tantos campeonatos que nós temos. E, aí, ela demora dois dias para reparar, e fica aquela impressão no ar de que que não era *fake news* e que foi, na verdade, um retrocesso – retrocederam, porque a repercussão foi muito ruim.

Depois, vem o caso mais recente, que ontem ela veio a desmentir – desmentir não... É questão de assinatura falsa, que V. Exa., Senador Girão, se esqueceu de falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Ah, é verdade!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O acordo pela reeleição, feito em juízo junto ao STF, teve uma assinatura que, segundo os órgãos de imprensa, foi falsificada.

O Vereador Marcos Dias, que é muito atuante no Rio, entrou com uma representação no Ministério Público do Rio de Janeiro e apresentou um laudo grafotécnico de que não tem a menor condição de aquela assinatura ser do Coronel que assina lá e que era Vice-Presidente da CBF, o Coronel Nunes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Coronel Nunes que saiu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E parece que ele não está nas suas razões já há algum tempo. O médico da CBF, em 2023, tinha dito que ele não gozava de plena consciência. E aí, a CBF vem ontem com uma nota oficial, dizendo: "Não sei de nada disso". Ela não desmentiu; ela disse que não sabe de nada. E ela não falou nada sobre o assunto. Ou seja, toda semana, todo dia quase, tem um problema com a CBF, Chico. Está errado. Ou é um problema de gestão sistêmica, que vai do campo e segue fora dos gramados, ou a gente tem que ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que trazer o Ednaldo aqui para ele dizer claramente: "Nunca pensamos que a camisa seria vermelha, porque não podemos nem mudar o estatuto", porque o estatuto também pode ser mudado. "O acordo foi correto." E o mais importante – que é onde mistura o público – é a gente entender esse contrato com o IDP, que não tem especialidade na matéria desportiva.

Quero deixar bem claro: dei aula em diversas universidades do Brasil, tanto de graduação quanto de pós-graduação em Direito Esportivo, e o IDP nunca foi sequer cogitado como uma referência na academia de direito esportivo.

Que bom que seja, que tenham outros, mas é estranho, sem dúvida alguma. É uma confusão do público e do privado que esse contrato tenha acontecido no curso de uma decisão, de um processo, que enseja uma decisão justamente do seu fundador. E aí, começa a vir a primeira confusão entre público e privado.

A última, que para mim é muito grave: o jornalista Leo Dias, no seu *site*, ontem, disse com todas as letras que a relação entre o Presidente Ednaldo e os Ministros do STF – os seres supremos deste país – não anda muito boa. Isso porque não teria sido cumprido um compromisso assumido pelo Presidente Ednaldo de indicar dois nomes para a Vice-Presidência da CBF, que seriam as indicações do Ministro Gilmar Mendes e do Ministro Barroso, Presidente do STF. Isso é muito sério e isso não foi desmentido até agora.

Então, eu quero que o Presidente Ednaldo veja isso como uma oportunidade para ele, porque, se não vier ou se buscar *habeas corpus* para chegar aqui e não falar nada, aí será a certeza de que tudo isso é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só para concluir, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, terminando. Ednaldo deve vir aqui. Aqui, eu não tenho nada contra ele, mas isso precisa ser explicado, porque essas notas oficiais, todos os dias, que estão saindo da CBF, tendo que desmentir alguma coisa, e não estão dizendo nada. E a população – aqueles que já acompanham o futebol – está muito preocupada. É uma seleção sem técnico, uma seleção sem camisa, uma seleção sem atletas identificados com o brasileiro e, pior – que aí nos diz respeito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerrando –, é uma CBF que está se imiscuindo com o poder público e, aí, passa a ser um assunto do Congresso Nacional, sim, porque pode estar tendo tráfico de influência – falando português claro –, corrupção e vantagens indevidas por agentes públicos. E isso me interessa e interessa a todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Só para concluir aqui esse nosso debate, só para deixar claro que, enfim, saiu em alguns meios de comunicação que me viram na inauguração da casa da CBF aqui em Brasília. Bom, quem sabe como eu trabalho... Eu já fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, sou Líder da Bancada Feminina, Procuradora, Vice-Líder de Governo e estou aqui. Todos vocês sabem da minha responsabilidade com a transparência. Todo o meu trabalho é pautado... Eu não pauto meu trabalho por relações pessoais. Enfim, eu estou aqui para cumprir o meu papel como Presidente, atendendo aos colegas, e assim o farei, em qualquer situação.

Outra coisa, você falou uma coisa que me preocupa muito e eu quero fazer o debate sobre isso dentro desta Casa, que é o esporte de base no Brasil. Quando a gente fala de uma seleção sem identidade, de jovens talentos com a camisa, isso ocorre por quê? Porque eles estão saindo cada vez mais cedo do nosso país. Nós temos inúmeras joias. Existe um potencial enorme, seja no futebol, seja em outras inúmeras modalidades. O que está acontecendo? Por causa de dinheiro, do valor dessas joias, cada vez mais a gente vê transações bilionárias de jovenzinhos, de crianças, que mal tem 12 anos, 13 anos. É claro que a gente entende que muitos desses jovens são de famílias de classes sociais que necessitam e veem uma possibilidade de mudança para uma vida não só desse atleta, mas de todos aqueles que o cercam. Mas nós temos uma preocupação muito grande, pois cada vez mais, em diversas modalidades, o Brasil tem perdido jovens talentos e também essa identidade, porque eles ficam anos jogando na Europa e...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quando voltam, a gente nem sabe quem é.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... quando voltam, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma crítica, é uma autocrítica para o esporte de um modo geral. Nós temos que ver com cuidado, com uma certa atenção, pensando em que sentido? Não é só "Nós vamos ceifar...", mas nós temos que ter investimento no esporte de base no Brasil, meus amigos! Nós precisamos apoiar aqueles profissionais que estão ali na base e que muitas vezes fazem o trabalho de uma família. Estou falando de técnicos, de comissões técnicas, de supervisores, porque assim o brasileiro só vê Olimpíadas e Copa do Mundo, mas existe toda uma estrutura, um ecossistema por trás desses resultados que está sendo tratada de forma muito, assim, omissa – omissa. Essa é a palavra. Eu falo pelas confederações, eu falo pela CBF, eu falo por todo o sistema, ministério...

Nós precisamos, de alguma forma, dentro desta Casa – e irei provocar nesses próximos dois anos –, de um grande seminário para tratar do esporte de base no nosso Brasil. Sabem por quê? Porque, além de garimpar jovens talentos, é o esporte de base que cuida daquele jovem na área periférica contra o assédio, contra o crime, contra o crime organizado, contra a droga, enquanto ele está praticando esporte. É claro que ali, entre cem meninos, nós vamos ver dois, três grandes talentos que rapidamente são cooptados e levados para fora. Mas o trabalho social que o esporte desenvolve o brasileiro não enxerga, e nós precisamos dar luz a essas pessoas que fazem esse trabalho no esporte ali no campo de várzea, na escola classe lá da Samambaia, nos lugares mais longínquos e periféricos deste país que não são reconhecidos e de que nós precisamos tratar num grande debate, num grande seminário aqui dentro desta Comissão, e assim o faremos. Já estou alertando a todos de que nós trataremos aqui de isenções para os nossos atletas olímpicos, porque eles são a vitrine. São eles que, quando um jovem lá na Ceilândia vê na TV aquele atleta ganhando uma medalha, sendo um astro, contam a história dele, daquele jovem que está sentado: "E foi assim que aconteceu comigo, eu também posso, eu também posso ser um Romário, eu também posso ser um Neymar, eu posso ser uma Paula Pequeno", enfim, ele começa a sonhar.

E, com essa responsabilidade... Também é papel desta Comissão tratar de CBF, de confederações, de COB, mas, acima de tudo, e com uma certa urgência, de como está sendo tratado e desenvolvido o esporte de base no Brasil, que trata do trabalho social, da proteção dos nossos jovens e do desenvolvimento dos talentos que irão servir à seleção brasileira, enfim, que irão representar o nosso país. É isso, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço os dois pela colaboração, passando para o nosso Vice-Presidente aqui, Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sra. Presidente Leila Barros, campeã, gostaria, na verdade, de me manifestar, vendo inclusive toda essa polêmica que tem afetado a CBF e que, afetando a CBF, afeta o Brasil, afeta cada um dos brasileiros.

Nós, que temos uma admiração pela história, pela forma com que conduz, diplomaticamente, os destinos da Confederação Brasileira de Futebol, o seu Presidente, entendemos que as manifestações dos que me antecederam mostram o conhecimento, o envolvimento pessoal, mas, acima de tudo, o coração, acima de qualquer disputa que, eventualmente, pudesse se imaginar de qualquer um dos Srs. Parlamentares.

Vejo, inclusive, nas manifestações do Senador Portinho, de forma clara, transparente e segura, reproduzindo, inclusive, o que temos ouvido, nos corredores do Congresso e nas ruas, pela voz rouca da população, uma inquietação enorme em relação à CBF.

E V. Exa., Senadora Leila, com muita propriedade, mas acima da propriedade, com muita autoridade, para falar sobre esse segmento importantíssimo, que é o esporte de base... Esse é fundamental para todos os rincões deste país, todos. E daí tem surgido nomes brilhantes, ao longo da história, no futebol, no vôlei, no salão, enfim...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – No atletismo...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – No atletismo, e em todos os esportes, que vêm, quase que exclusivamente, da manifestação e da vontade espontânea desses jovens, da sua crença, da sua luta, da sua determinação e da sua esperança, enfim, de ser um grande atleta e, mais do que isso, de envergar a camisa verde e amarela em qualquer um dos esportes.

Tenho certeza de que, nessa luta, V. Exa. tem o meu apoio e, entendo, dos demais membros da Comissão, e dos Senadores como um todo, porque se tem alguma coisa que, na verdade, sacode a emoção das pessoas, é o esporte, de uma forma geral. Você verifica que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança que está mal aprendendo a falar, quando se depara, à frente da televisão, com a torcida do seu time predileto, mas, acima de tudo, da seleção brasileira, de qualquer um dos esportes, e aqui eu não quero especificar apenas o futebol, é alguma coisa mágica que nos contagia e nos dá uma responsabilidade enorme.

Acredito que a Copa do Mundo já é no próximo ano. A esperança de que as chuteiras dos jogadores estejam dentro do coração é um desejo de cada um de nós. E para ser muito claro, parece que acabou o tempo do Rivelino, do Gérson, do Clodoaldo, do Pelé, do Garrincha, de tantos jogadores quando a gente via o amor com que eles entravam em campo e a luta, com suor, com lágrimas, com sangue com que eles iam em defesa das cores verde e amarela do Brasil.

E é preciso resgatar, tem que se encontrar psicólogos, eu acho que tem que se encontrar psicólogos, dirigentes que possam induzir nesses jogadores a importância que eles têm para 215 milhões de brasileiros. Isso é fundamental hoje, gente! É necessário! Nós não podemos brincar com o sentimento da população brasileira, que já vive tão sofrida por várias questões de ordem política, institucional, etc.

Portanto, esta Comissão... E aí acompanhamos também com a Presidência do Senador Romário, que é outra expressão do esporte nacional, mas, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, ela está trazendo aqui, ela está rasgando o coração de todo mundo para mostrar que esta Comissão tem uma importância social, política, econômica, intelectual, em todos os segmentos, enorme para o Brasil. E ela, impondo-se, tem muitas contribuições para dar para o desporto brasileiro. Portanto, quero dizer a V. Exa. que fico muito orgulhoso de ser o Vice-Presidente desta Comissão, sob a sua Presidência, por essa coragem, essa determinação, e, acima de tudo, com o esporte nacional.

Nós estamos tratando aqui de questões sensíveis ultimamente, como os Senadores têm manifestado, com cobrança. Eu acho que a melhor coisa que existe são as explicações, independentemente de situações atípicas que estejam surgindo, dúvidas, temores – e mais algumas questões que eu não gostaria de falar aqui agora, de comentar –, mas é necessário para que seja tão claro como uma janela sem vidros e chegue até a população brasileira de uma forma muito clara, muito segura, dando a cada um de nós a esperança de que nós ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos ser, no caso do futebol, campeões mundiais, os donos da bola, como sempre fomos; uma camisa respeitada em todo o planeta, independente do continente, independente do time de futebol, independente do que se tenha em termos de recursos como Inglaterra, como França, como tantos outros países que têm jogadores pagos – como Espanha – com preços milionários.

O que é importante para nós é a alma do povo brasileiro, que está sendo, na verdade, ferida por um esquecimento, uma falta de cuidado, de uma determinação de levantar novamente o futebol brasileiro... Isso nós sentimos, isso as pessoas perguntam nas ruas. O Rio de Janeiro é mais, sei lá, o berço, São Paulo, enfim, mas lá no Norte, lá no nosso estado, aqueles pequenos times que até desconhecidos ainda são, como o Baré, como o São Raimundo, como o GAS, enfim, como tantos outros times, mas as pessoas, na verdade, cobram uma posição dos Parlamentares para que possam acordar, na verdade, os dirigentes nacionais.

Então, isso é simples, minha gente, é muito simples. Às vezes parece que você está em uma discussão contra, criando adversários ou inimigos até. Não, não, pelo contrário, o que nós queremos é dar uma sacudida nesse sistema para que possamos novamente ligar a televisão, iniciar em qualquer um dos canais de televisão um jogo da seleção brasileira, a cerveja de lado, os filhos ao redor, os amigos ali comemorando e ouvir um grito de gol do Brasil, que parece que é como se fosse um lenitivo na vida sofrida da população brasileira.

Precisamos disso sim, Presidente, o mais rápido possível.

Parabéns pelas suas posições aqui na Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, querido Senador Chico Rodrigues, pelas sábias palavras.

Quando a gente fala dessa questão da identidade, são jovens que estão em formação ainda e já estão saindo. Como é que cria uma identidade com o país? Nós nem podemos cobrar desses jovens, nós temos que cobrar das entidades, daqueles que cuidam do esporte, como esses jovens estão sendo tratados e suas famílias.

Eu já contei para vocês a minha história. Eu sou filha de um mecânico que estudou até terceira série e de uma dona de casa. A minha própria trajetória sintetiza muito o que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade de tantos outros jovens que têm situação muito mais precária e pior do que o que eu passei para chegar aonde eu cheguei. Então, é muito sério e nós não podemos nos furtar, sermos omissos nesse debate com relação não só ao que está sendo provocado aqui, porque o futebol é um patrimônio...

O futebol não é de dirigente! O futebol brasileiro não é de dirigente, não é de uma casta! O futebol brasileiro é do povo brasileiro e nós aqui, como representantes do povo brasileiro, temos que cumprir o nosso papel!

Senador Eduardo Girão, mais um minuto para a gente finalizar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Um minuto.

Mais uma vez, Senadora, parabenizando-a por colocar o nosso requerimento em votação, aprovado por unanimidade.

Mas eu queria aproveitar este momento e pedir aos colegas que assinem a CPI da CBF. Nós entramos, já tem aí um número avançado de assinaturas e eu quero fazer esse pedido porque é algo fundamental para que a gente abra essa caixa preta, com transparência, pela ética, pela verdade no Brasil. Então, estou fazendo esse pedido.

E para a senhora também, se puder colocar para a próxima semana essa audiência pública, se a gente puder fazer o quanto antes essa audiência aprovada hoje, eu agradeço. Até porque o Senador Portinho vai casar agora no final do mês e vai passar uns dias aí de junho sem a gente ter a sua presença. A amada esposa dele, a Duda, é que vai ter esse privilégio.

Se a senhora puder marcar para a próxima semana...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos avaliar com muito carinho, Senador Girão.

Então, o requerimento foi aprovado, fomos ao debate e é isso.

Nós vamos buscar junto aqui à Mesa da nossa Comissão todo o extrato dos requerimentos que foram colocados, vamos ver as prioridades, certamente lhe dou uma resposta em Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – De nada.

Vamos para o Requerimento nº 3, de minha autoria.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos da nova gestão do Comitê Olímpico Brasileiro.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Observações: *1 - Matéria constou da pauta da 7ª Reunião da CEsp, realizada em 30/04/2025.*

A votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o meu requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Vamos agora marcar também a vinda aqui do Marco La Porta, Presidente do COB atual, e de todo o seu *staff* para a gente ouvir um pouquinho sobre, digamos, os planos da nova gestão do Comitê Olímpico do Brasil.

Assim... Houve um erro aqui. Paralímpico: Comitê Olímpico do Brasil e o Paralímpico. Já estou aqui alertando a minha equipe de que no requerimento nós... (*Pausa.*)

É o próximo? Eita. Desculpa, gente. É muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pronto. E, na sequência, o 16, que convoca a nova gestão do Comitê Paralímpico para a gente ouvir as perspectivas e os desafios do Comitê Paralímpico do Brasil no novo ciclo, este ciclo que se está iniciando em 2025, com vistas à preparação dos nossos atletas, nossos paratletas, para os Jogos Paralímpicos de 2028, em Los Angeles.

Na verdade, são os dois, os dois comitês: nós queremos ouvi-los sobre as perspectivas, os desafios e os planos, tá?

A votação também será simbólica.

Em votação o requerimento para a convocação também do Comitê Paralímpico.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Estamos encerrando mais uma reunião da nossa Comissão. Já vamos, no final da semana, soltar a pauta, mas eu quero agradecer a atenção de todos aqui no nosso debate. Sempre todos muito presentes. Nós temos sempre uma turma aqui, as nossas assessorias, enfim, acompanhando o nosso trabalho.

Mais uma vez, reforço que nós vamos fazer um grande seminário para tratar do esporte de base no Brasil. Vamos ter que fazer isso. Nós vamos nos organizar e, o mais breve possível, nós vamos tratar dentro desta Casa... Chamar todas as entidades, técnicos, movimentos de atletas, pais, porque eu acho que é muito importante também. Vamos ouvir todos aqueles que estão envolvidos na vida e no dia a dia do esporte de base no nosso país.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta para todo mundo.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 232A8AE2006CC73C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.